

# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

# ANAIS

**NEAZ** Núcleo de Estudos  
Amazônicos

**CEAM** Centro de Estudos Avançados  
Multidisciplinares

 **UnB** | DEX

**UnB** 33  
CIÊNCIA E OUSADIA 

Organização geral:  
Prof. Dr. Manoel Pereira de Andrade  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Enaile do Espírito Santo Iadanza  
Prof. Dr. Luiz Augusto Mesquita de Azevedo

# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

## Anais

6 a 9 de junho de 2017

Núcleo de Estudos Amazônicos  
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares  
Universidade de Brasília

Brasília

2018

Comissão organizadora geral:

Prof. Dr. Manoel Pereira de Andrade - Universidade de Brasília  
Profª. Drª. Enaile do Espírito Santo Iadanza - Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Luiz Augusto Mesquita de Azevedo - Universidade Federal do Acre

na qualidade de coordenadores gerais, detentores dos direitos autorais patrimoniais do Fórum Internacional sobre a Amazônia, realizado na Universidade de Brasília, autorizamos o Repositório Institucional da Universidade de Brasília a disponibilizar, gratuitamente, os trabalhos publicados nos Anais do evento, conforme permissão assinalada, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da obra, a partir desta data.

Organização geral:

Prof. Dr. Manoel Pereira de Andrade  
Profª. Drª. Enaile do Espírito Santo Iadanza  
Prof. Dr. Luiz Augusto Mesquita de Azevedo

Endereço eletrônico da obra no repositório UnB:

<http://repositorio.unb.br/10482/31486>

Preparação do texto e normalização:

Dra. Enaile do Espírito Santo Iadanza - Universidade de Brasília  
Estagiária Larissa Machado - Universidade de Brasília

Apoio:

Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília  
Diretor: Dr. Fernando Cesar de Lima Leite

Projeto Gráfico e Editoração:

Dra. Enaile do Espírito Santo Iadanza - Universidade de Brasília  
Estagiária Larissa Machado - Universidade de Brasília

ISBN: 978-85-64593-50-3 (Internet)

Fórum Internacional sobre a Amazônia

Universidade de Brasília - 6 a 9 de junho de 2017: anais  
Ficha elaborada pela bibliotecária Fernanda Alves Mignot

F742 Fórum internacional sobre a Amazônia (01. : 2017 : Brasília).  
Fórum internacional sobre a Amazônia : anais : 6 a 9 de junho de 2017 [recurso eletrônico] / organização, Manoel Pereira de Andrade, Enaile do Espírito Santo Iadanza, Luiz Augusto Mesquita de Azevedo - Brasília : UnB, NEAZ, CEAM, 2018.

ISBN 978-85-64593-50-3 (Internet)

Inclui bibliografia.

1. Amazônia – aspectos sociais. 2. Amazônia - ambientais. 3. Amazônia – aspectos econômicos. I. Andrade, Manoel Pereira de (org.). II. Iadanza, Enaile do Espírito Santo (org.). III. Azevedo, Luiz Augusto Mesquita de (org.). IV. Título: Fórum internacional sobre a Amazônia : anais : 6 a 9 de junho.

CDU 338.1(811)



## **Universidade de Brasília**

Reitora:  
Dra. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:  
Dr. Enrique Huelva

Decano de Ensino de Pós-Graduação:  
Dr. Cláudio Henrique Soares Del Menezzi

Diretora do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares:  
Dra. Maria Lúcia Pinto Leal

Coordenador do Núcleo de Estudos Amazônicos:  
Dr. Manoel Pereira de Andrade

Diretor do Sistema de Bibliotecas da UnB:  
Dr. Fernando Cesar de Lima Leite

Organizador do Evento:  
Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz/CEAM)

## COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Paula Vidal Bastos (UnB)  
Ana Suelly Arruda Câmara Cabral (UnB)  
AntônioTadeu Veiga (UnB)  
Caio Couto Sampaio (UnB)  
Carlos Potiara Ramos de Castro (UnB)  
Catherini Souza de Carvalho (UnB)  
Célia Kinuko Matsunaga Higawa (UnB)  
Donald Rolfe Sawyer (UnB)  
Edineia Aparecida Isidoro (UNIR)  
Eli Siqueira Alves (UnB)  
Elina Daiane Zavasque Ferreira Santana (UNIFESSPA-UnB)  
Enaile do Espírito Santo Iadanza (UnB)  
Eufran Ferreira do Amaral (EMBRAPA-AC)  
Floriano Pastore Junior (UnB)  
Francitânia Cantanhêde (UnB)  
Gabriel Siqueira de Sousa Breves (UnB)  
Gardênia Lima (UnB)  
Gilney Amorim Viana (UnB)  
Gleice Kelly da Silva Moreira (UnB)  
Gustavo Azevedo da Silva Santos (UnB)  
Ícaro Sousa Abreu (UnB)  
Ingrid Cristiny Mangabeira G. Donato  
Karina Flávia Ribeiro Matos (UnB)  
Kelerson Semerene Costa (UnB)  
Larissa Gomes Machado (UnB)  
Letícia Carneiro Lima (UnB)  
Lidiane Taverny Sales (UnB)  
Lucas Bragança Soares (UnB)  
Lucas Teixeira (UnB)  
Luiz Augusto Mesquita de Azevedo (UFAC)  
Manoel Pereira de Andrade (UnB)  
Marco Paulo Fróes Schettino (UnB)  
Maria Auxiliadora Cesar (UnB)  
Mariana Farias Paz (UnB)  
Olivier Chopart (UnB)  
Paulo Henrique da Silva Gomes (UnB)  
Ricardo Augusto Poppi Martins (UnB)  
Ricardo Gilson da Costa Silva (UNIR)  
Ricardo Toledo Neder (UnB)  
Roberto Ricardo Vizentin (UnB)  
Robson da Costa Souza (UFAC)  
Sabine Gorovitz (UnB)  
Taryk R. de Araújo Maciel (UnB)  
Thomas Ludewigs (UnB)  
Vanderlei Lima Rodrigo (UnB)  
Wdson Lyncon Correia de Oliveira (UnB)

## COMITÊ CIENTÍFICO

Ana Paula Vidal Bastos (UnB)  
Ana Suelly Arruda Câmara Cabral (UnB)  
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão (UFAP)  
Carlos Potiara Ramos de Castro (UnB)  
Célia Kinuko Matsunaga Higawa (UnB)  
Donald Sawyer (UnB)  
Edineia Aparecida Isidoro (UNIR)  
Eli Siqueira Alves (UnB)  
Enaile do Espírito Santo Iadanza (UnB)  
Eufran Ferreira do Amaral (EMBRAPA-AC)  
Floriano Pastore Junior (UnB)  
Gilney Amorim Viana (UnB)  
Kelerson Semerene Costa (UnB)  
Luiz Augusto Mesquita de Azevedo (UFAC)  
Manoel Pereira de Andrade (UnB)  
Marco Paulo Fróes Schettino (UnB)  
Maria Auxiliadora Cesar (UnB)  
Raimunda Nonata Monteiro (UFOPA)  
Ricardo Augusto Poppi Martins (UnB)  
Ricardo Gilson da Costa Silva (UNIR)  
Ricardo Toledo Neder (UnB)  
Roberto Ricardo Vizentin (UnB)  
Thomas Ludewigs (UnB)



## SUMÁRIO

<b>1- Apresentação .....</b>	<b>16</b>
<b>2- Fórum Internacional sobre a Amazônia (FIA) .....</b>	<b>17</b>
<b>3- Programação .....</b>	<b>19</b>
<b>4- Carta de Brasília .....</b>	<b>21</b>
<b>5- Trabalhos Orais .....</b>	<b>22</b>
9.1- A BANCADA RURALISTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS: AS AÇÕES LEGISLATIVAS PÓS GOLPE JURÍDICO - PARLAMENTAR COMO POTENCIALIZADORES DE CONFLITOS - <i>INGRID MANGABEIRA, TARYK DE ARAÚJO E WDSOY LYNCON</i> .....	22
9.2- A COMPOSIÇÃO DE RENDA DAS MULHERES DE GOIATINS - <i>FERNANDA PEREIRA DE BRITO E RENATA RAUTA PETARLY</i> .....	44
9.3- A COMUNIDADE NOSSA SENHORA AUXILIADORA FRENTE AOS CONFLITOS COM A SOCIEDADE ENVOLVENTE - <i>RAFAELA VIEIRA GUACEBE, MARINEZ DOS SANTOS DE PAULA, LAURA FERREIRA ULCHÔA E PRISCILA ALMEIDA TORRES</i> .....	62
9.4- A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES PARA A AGRICULTURA APINAJÉ - <i>VANUSA DA SILVA LIMA</i> .....	68
9.5- A CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO URBANO DE MUNICÍPIOS DIRETAMENTE AFETADOS PELA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: ALTAMIRA E VITÓRIA DO XINGU - <i>RAIMUNDO FARIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR E MARCO VALÉRIO DE ALBUQUERQUE VINAGRE</i> .....	74
9.6- A DINÂMICA FEIRÍSTICA NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA FEIRA DA COHAB EM SANTARÉM, PA - <i>BEATRIZ COSTA DE OLIVEIRA QUEIROZ DE SOUZA E ITAMAR RODRIGUES PAULINO</i> .....	82
9.7- A EXPLORAÇÃO DO GÁS NATURAL NA BACIA DO PARNAÍBA E A SUA DEMANDA POTENCIAL PELA INDÚSTRIA MARANHENSE - <i>DANIELE DA FÁTIMA AMORIM SILVA E JOÃO GONSALO DE MOURA</i> .....	89
9.8- A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES - <i>IVANETE FRANCO DOS SANTOS, MARINEZ DOS SANTOS DE PAULA E JUSIANY PEREIRA DA CUNHA DOS SANTOS</i> .....	104
9.9- A LUZ E A SOMBRA NOS DISCURSOS: A ANÁLISE DA REALIDADE RURAL E A POLÍTICA DE DEFESA CIVIL NO BRASIL - <i>LIDIANE DE SOUZA SILVA, NIRVIA RAVENA DE SOUSA E GABRIEL HIROMITE YOSHINO</i> .....	115
9.10- A PRESENÇA DA MULHER NOS SERINGAIS DA AMAZONIA E AS REPRESENTAÇÕES EM JORNAIS EXPOSTOS NO MUSEU MUNICIPAL DE GUAJARÁ- MIRIM/RO - <i>EVA DA SILVA ALVES, RENATO FERNANDES CAETANO, TARCÍSIO PEREIRA DA SILVA JUNIOR E MARCO ANTÔNIO DOMINGUES TEIXEIRA</i> .....	135
9.11- A PROBLEMÁTICA DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA E A EDUCAÇÃO - <i>LUCAS FELIPE DE SOUZA, MIKAEL LEMOS DE SOUZA E WYLLIAM GOMES COSTA</i> .....	150
9.12- A(S) AMAZÔNIA(S) EM DISPUTA: A LUTA PELA TERRA ENTRE EXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE DE PILÕES E O GRUPO JARI, NO ESTADO DO PARÁ - <i>ROGÉRIO HENRIQUE DE ALMEIDA</i> .....	162
9.13- ABORDAGEM HISTÓRICA DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BELÉM, PARÁ - <i>BÁRBARA VALÉRIA MARINHO PISMEL XAVIER, ÉVERTON COSTA DIAS, LÍGIA DA PAZ DE SOUZA E LINDEMBERG LIMA FERNANDES</i> .....	184
9.14- ABORDAGEM LEGAL SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS NA AMAZÔNIA, COM ÊNFASE NAS POLÍTICAS ESTADUAIS DE RECURSOS HÍDRICOS E COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - <i>IAN ROCHA DE ALMEIDA, ALINE AZEVEDO ANDRADE, LINDEMBERG LIMA FERNANDES E LÍGIA CONCEIÇÃO TAVARES</i> .....	198

9.15- AGRICULTURA PERIURBANA EM PORTO VELHO, RONDÔNIA: O SETOR CHACAREIRO (2007-2008) - ANA CRISTINA TEIXEIRA ALVES E ADNILSON DE ALMEIDA SILVA .....	205
9.16- ANÁLISE DA EXTENSÃO DA PLUMA DE SEDIMENTO CAUSADA POR GARIMPOS DE OURO EM RIOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA - FELIPE DE LUCIA LOBO, VITOR HUGO FERNANDES DE VASCONCELOS, LINO SANDER DE CAVALHO E CLÁUDIO CLEMENTE FARIA BARBOSA .....	216
9.17- ASCENSÃO URBANA NA AMAZÔNIA: MANAUS (1669-1969) - MARCÍLIO DE OLIVEIRA SUDÉRIO .....	225
9.18- ASSENTAMENTOS RURAIS E DEGRADAÇÃO DE PASTAGENS NO MATO GROSSO - GABRIEL CAYMMI VILELA FERREIRA, JOSÉ AMBRÓSIO FERREIRA NETO, THAIS HELENA TEIXEIRA E FERNANDA MACHADO FERREIRA.....	251
9.19- AVALIANDO EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS NO INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAL NA UFAM - CHRISTIANE CAROLE EVENG E HENRIQUE WENDHAUSEN.....	259
9.20- CADEIA PRODUTIVA DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA NOS ESTADOS DO ACRE E RONDÔNIA - JEAN MARCOS DA SILVA, MARILUCE PAES DE SOUZA E THEÓPHILO ALVES DE SOUZA FILHO .....	279
9.21- CINEMA DE ÍNDIO: UM ESTUDO SOBRE APROPRIAÇÃO DE TECNOLOGIAS AUDIOVISUAIS POR JOVENS DA ETNIA XAVANTE - GILSON MORAES DA COSTA, KARINY ELLEN OLIVEIRA ROCHA E ALANNA PRISCILA ALVES.....	295
9.22- COMERCIALIZAÇÃO E RENDIMENTO ECONOMICO DE CULTIVOS DE BANANEIRAS NO MUNICIPIO DE PRESIDENTE FIGUEREDO E RIO PRETO DA EVA, ESTADO DO AMAZONAS - MARICLEIDE MAIA SAID, LUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA E MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO R. CHAVES .....	308
9.23- COMÉRCIO INTERNACIONAL E MERCADO VERDE: UM ESUTDO DE CASO SOBRE AS EMPRESAS DE COSMÉTICOS AMAZÔNICAS AMBIENTALMENTE PREFERÍVEIS - CHRISTIAN PHILIP KLEIN, FÁBIO ALBERGARIA DE QUEIROZ, ROZANA M. R. DE LIMA E CREOMAR LIMA C. DE SOUZA .....	314
9.24- COMUNIDADES TRADICIONAIS DAS ILHAS FLUVIAIS FEDERAIS DO RIO URARICOERA E RIO BRANCO - RORAIMA BRASIL - ANTÔNIO TOLRINO DE REZENDE VERAS, VIVIAN KARINNE MORAIS RODRIGUES E VLADIMIR DE SOUZA .....	333
9.25- COMUNIDADES TRADICIONAIS E GRANDES EMPREENDIMENTOS NA REGIÃO DO TAPAJÓS: CONFLITOS AMBIENTAIS, RESISTÊNCIA E LUTA PELO TERRITÓRIO - THAÍS H. TEIXEIRA, JOSÉ A. FERREIRA NETO, FERNANDA M. FERRERA E MARCELO L. R. OLIVEIRA .....	342
9.26- CONFLITOS FEDERATIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ENTRAVES NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SAÚDE EM MUNICÍPIOS AMAZÔNICOS - TÂMARA LIMA MARTINS FARIA, MILTON FARIAS FILHO E SÍLVIA FERREIRA NUNES.....	353
9.27- CONHECENDO OS ENCANTOS E AS MANIFESTAÇÕES DE SÃO JOÃO DE PIRABAS: A TERRA MÍSTICA DO REI SABÁ - LUCIANA PEREIRA DE OLIVEIRA TAVARES MOURÃO E ANTÔNIO PAULO DA FONSECA PINHEIRO.....	366
9.28- CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA DIGITAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA EDUCATIVA EM SANTARÉM - ADRIANE PANDURO GAMA E TÂNIA SUELY AZEVEDO BRASILEIRO .....	372
9.29- CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO INFANTIL - VALMIR FLORES PINTO.....	387
9.30- CONTRIBUIÇÕES DO PIBID NA FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE DOS ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DO IEAA-UFAM - JÉSSICA MARIA OLIVEIRA DA SILVA E MARIA ISABEL ALONSO ALVES .....	396
9.31- DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: PESPECTIVAS A PARTIR DA INTEGRAÇÃO DE AÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU/PA - LÍLIAN POLIANA SOUSA GUALBERTO SEDEME, TERESA CRISTINA MOREIRA, FRANCISCO CARLOS GUEDES DA FONSECA E MARIA AMÉLIA RODRIGUES DA SILVA ENRÍQUEZ.....	416
9.32- DINÂMICAS DE URBANIZAÇÃO - IAGO PEREIRA XAVIER E EDNEA NASCIMENTO CARVALHO .....	434
9.33- DO CONHECIMENTO EMPÍRICO AO CIENTÍFICO: UMA PROPOSTA DE DIVULGAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS DE FILADÉLFIA-TO - TATIANE MARINHO VIEIRA TAVARES, JOÃO DE DEUS LEITE, DANIELY MELO SIMIEMA E ADOLFO DA SILVA MELO .....	445

9.34- DROGAS NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA PONTE PARA A VIOLÊNCIA E UM DESAFIO PARA A GESTÃO EM UMA ESCOLA DE HUMAITÁ-AM - DANJELO PEREIRA DE ARAÚJO E VALMIR FLORES PINTO .....	459
9.35- ECONOMIA E TERRITÓRIO: AS DIMENSÕES ESPACIAIS DE MANAUS COMO EFEITO DOS CICLOS DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL - RODRIGO CAPELATO, EBER PIRES MARZULO E EDUARDO ERNESTO FILIPPI .....	471
9.36- EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: APRENDIZAGEM EM REDE - DAIANE DE LOURDES ALVES .....	491
9.37- EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS, PARA A GESTÃO DOS IGARAPÉS EM ÁREA URBANA, MANAUS-AM - ANA LÚCIA SOARES MACHADO, IZABEL C. BRUNO BACELLAR ZANETI E MARIA INÊS GASPARETTO HIGUCHI.....	502
9.38- EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES - IVANETE FRANCO DOS SANTOS, JOANA DARQUE TOSCANO, RAFAELA VIEIRA GUACEBE E EULINA MARIA LEITE NOGUEIRA .....	515
9.39- EDUCAÇÃO INFANTIL: SABERES E PRÁTICAS - JOANA DARQUE TOSCANO, JUSIANY PEREIRA DA CUNHA DOS SANTOS E SHARLENE NASCIMENTO DA CRUZ .....	522
9.40- ENTRE BOSQUES DE MANGUE: A REALIDADE DOS TIRADORES DO MOLUSCO BIVALVE TURU (NEOTEREDO REYNEI) NA RESEX MARINHA DE SÃO JOÃO DA PONTA-PA - TAMIRYS PEREIRA CORREA, MALÚ AMARAL FORO, SUEZILDE DA CONCEIÇÃO AMARAL RIBEIRO E PATRICK HELENO DOS SANTOS PASSOS.....	536
9.41- ESCASSEZ HÍDRICA FRENTE À ABUNDÂNCIA: EXPERIÊNCIA AMAZÔNICA DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUI-PA - GABRIEL HIROMITE YOSHINO, NÍRVIA RAVENA DE SOUSA, LIDIANE DE SOUZA SILVA .....	550
9.42- ESCOLA DO CAMPO, A INFRAESTRUTURA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL VILMA LEMOS EM APUIÁ/AM - ANDREZA MARCIÃO DOS SANTOS, ANA CLÁUDIA FERNANDES NOGUEIRA, LUCIANE ROCHA PAES E GREICY OLIVEIRA NASCIMENTO .....	567
9.43- ESCOLARIDADE, OCUPAÇÃO E RENDIMENTO: A SITUAÇÃO DOS JOVENS TICUNA NO MUNICÍPIO DE TABATINGA - ANA PAULA DA S. PALHETA E ENIMAR JERÔNIMO WENDHAUSEN.....	577
9.44- ESPAÇO DA LEITURA NA ESCOLA MUNICIPAL JACIRA DE SOUZA NO P.A SÃO FRANCISCO MUNICÍPIO DE CANUTAMA/AM - MARINEZ DOS SANTOS DE PAULA, RAFAELA VIEIRA GUACEBE, JOANA DARQUE TOSCANO E EULINA MARIA LEITE NOGUEIRA.....	595
9.45- ESPAÇO: TERRITORIALIDADE DA EXPANSÃO DA SOJA NO ESTADO DE RONDONIA - WILLIMIS ALVES PEREIRA, DÉRIO GARCIA BRESCIANI, DURCELENE AP. DA SILVA E JANETE F. MENDONÇA .....	603
9.46- EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA NA AMAZÔNIA: O CASO DA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA, SANTARÉM (PA) - MÁRCIO JÚNIOR BENASSULY BARROS .....	621
9.47- EXPRESSÕES DO URBANO NA AMAZÔNIA: DEFINIÇÃO DE UM GRADIENTE DE COMPLEXIDADE ESTRUTURAL EM UM TRECHO DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA NO PARÁ - BRUNA VIRGÍNIA NEVES, ANA PAULA DAL'ASTA, ANTÔNIO MIGUEL VIEIRA MONTEIRO E JAIDSON NANDI BECKER .....	636
9.48- EXTRATIVISMO SUSTENTÁVEL NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS: O CASO DO PROJETO COURO ECOLÓGICO NA COMUNIDADE MAGUARI, BELTERRA, PARÁ - ERICK RODRIGO PORTO PINHO, ELLEN CHISTINA SANTOS MAIA E GIULIANA GONÇALVES P. DA SILVA.....	653
9.49- GEOGRAFIA DA PAISAGEM: A IMPORTÂNCIA DAS FLORESTAS PLANTADAS E A RETERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL FOMENTADO PELO ESTADO DE RONDÔNIA - WILLIMIS ALVES PEREIRA, MARÍLIA LOCATELLI, GILCELI CORREIA DE OLIVEIRA E DÉRIO GARCIA BRESCIANI .....	668
9.50- GEOGRAFIA DA PECUÁRIA: AVANÇO DOS DESMATAMENTO NO ESPAÇO AGRÁRIO/FLORESTA EM RONDONIA - AMANDA MICHALSKI DA SILVA, FRANCILENE S. DA CONCEIÇÃO, BRENDA VIC DOS S. PEREIRA E RICARDO GILSON COSTA DA SILVA .....	685
9.51- HÁBITOS CULTURAIS DE COMUNIDADES DO BAIXO AMAZONAS: UMA INVESTIGAÇÃO DA INTERAÇÃO CULTURAL, AMBIENTAL E SAÚDE COLETIVA - ITAMAR RODRIGUES PAULINO .....	703

9.52- HÁBITOS CULTURAIS E SAÚDE COLETIVA, UM OLHAR ANTROPOLÓGICO NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA SAÚDE NA AMAZÔNIA - <i>MILENA SANCHE DE SOUSA, ANNE CAROLINE DE CASTRO SALGADO E ITAMAR RODRIGUES PAULINO</i> .....	713
9.53- IMPACTO DA PESCA PREDATÓRIA E IRRACIONAL EM OPOSIÇÃO A SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA E AMBIENTAL DO RECURSO NATURAL PESQUEIRO DA AMAZÔNIA - <i>DYENNEF MORAIS PANTOJA, ANDREY FELIPE SILVA FERREIRA E PEDRO PAULO SIQUEIRA FERREIRA</i> .....	721
9.54- INFLUÊNCIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E DA MORATÓRIA DA SOJA SOBRE O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA - <i>ADRILANE BATISTA DE OLIVEIRA</i> .....	740
9.55- INSTITUTO AMAZÔNIA – A IMIGRAÇÃO JAPONESA EM OUTROS BOLETINS - <i>MICHELE EDUARDA BRASIL DE SÁ</i> .....	756
9.56- INUNDAÇÕES NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS (AM) DE 2006 A 2015 E POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE PARA AS POPULAÇÕES AFETADAS - <i>ELIANE LIMA E SILVA E KARINA FLÁVIA RIBEIRO MATOS</i> .....	762
9.57- IRACEMA TRANS AMAZÔNICA - <i>CLÁUDIO AURÉLIO LEAL DIAS FILHO E MÁRIO CÉSAR SILVA LEITE</i> .....	777
9.58- LIMITAÇÕES E DEFICIÊNCIAS DO ESTUDO IMPACTO AMBIENTAL: ANÁLISE COMPARADA DOS CASOS DE BELO MONTE E TRAIRI - <i>THIAGO SANTOS DE ANDRADE LOPES E CÉLIO BERMANN</i> .....	797
9.59- MANEJO DO PIRARUCU E A AGROINDÚSTRIA PESQUEIRA DE MARAÃ - <i>KÁTIA CRISTINA CRUZ SANTOS E MOISÉS SEIXAS NUNES FILHO</i> .....	804
9.60- MICROCRÉDITO E EMPREENDEDORISMO NA AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA DA AFAP NO AMAPÁ E OS INVESTIMENTOS EM DESENVOLVIMENTO LOCAL - <i>FRANQUILÉIA LIMA BEZERRA, SIMONE DIAS FERREIRA, DELIANE PESSOA E JOSÉ ANTÔNIO SÉRGIO FILOCREÃO</i> .....	817
9.61- MÍDIA, DESMATAMENTO E TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO NA AMAZÔNIA - <i>CARLOS POTIARA CASTRO</i> .....	831
9.62- MOBILIDADE, MEMÓRIA E ENCONTROS CULTURAIS ENTRE MISSIONÁRIOS, INDÍGENAS E SERTANEJOS ÀS MARGENS DO RIO ARAGUAIA NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX - <i>MILTON PEREIRA LIMA E RICHELLY DE NAZARÉ LIMA DA COSTA</i> .....	844
9.63- MULHERES PAITER SURUÍ: LUTA E VOZ NO TERRITÓRIO INDÍGENA SETE DE SETEMBRO (RONDÔNIA) - <i>MÁRCIA HELENA GOMES, RICARDO GILSON DA COSTA SILVA E JOSÉLIA GOMES NEVES</i> .....	855
9.64- MUSEU CONTEXTUAL DE ÓBIDOS: NAS ANDANÇAS PELAS RUAS, UMA VIAGEM PELA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA - <i>BRENDA LARISSA DA CRUZ LIMA E ITAMAR RODRIGUES PAULINO</i> .....	873
9.65- O "SISTEMA AGRO" NA APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO EM RONDÔNIA - <i>LUÍS AUGUSTO PEREIRA LIMA E RICARDO GILSON DA COSTA SILVA</i> .....	880
9.66- O CENTRO AGROAMBIENTAL DO TOCANTINS (CAT): INSTITUCIONALIDADE DAS RELAÇÕES ENTRE A UNIVERSIDADE E O SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS - <i>LUCIANO LEAL ALMEIDA</i> .....	894
9.67- O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO E A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS - <i>GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS</i> .....	908
9.68- O ENSINO DE ARTES NA EDUCAÇÃO FORMAL NA CIDADE DE MANAUS - <i>JHONATAS ALVES SILVA</i> .....	922
9.69- O ENSINO E APRENDIZAGEM DE TEATRO EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS EM MANAUS - <i>JHONATAS ALVES SILVA, JOACY ARAÚJO SILVA E FRANCISCA DAS CHAGAS ALVES SILVA</i> .....	938
9.70- O EXTRATIVISMO DA BORRACHA E A SUSTENTABILIDADE DA AMAZÔNIA - <i>FLORIANO PASTORE JR.</i> .....	958
9.71- O GRUPO DE ESTUDOS LITERÁRIOS NA AMAZÔNIA E FORMAÇÃO DE LEITOR (GELAFOL): CONTRIBUIÇÕES ÀS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO DE LEITURA LITÉRARIA EM AMBIENTE ESCOLAR - <i>SOLANGE DA SILVA SOUZA E NILO CARLOS PEREIRA DE SOUZA</i> .....	964
9.72- O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE GRANDES CENTRAIS HIDRELETRICAS E AS DIFICULDADES DE LEGITIMAÇÃO DOS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS - <i>JUCILENE GALVÃO E CÉLIO BERMANN</i> .....	974

9.73- O MASCARADO FOBÓ ENTRE O SÉRIO E O LÚDICO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A CULTURA DO FOLIÃO DA AMAZÔNIA - <i>ELIAN KARINE SERRÃO DA SILVA E ITAMAR RODRIGUES PAULINO</i> .....	988
9.74- O MODO DE PRODUÇÃO DA VIDA DOS BRINCANTES E OS PRIMEIROS PASSOS DO COSTUME DE SUA BRINCADEIRA DE BOI-BUMBÁ EM PARINTINS/AM - <i>ELIZANDRA GARCIA DA SILVA E ARMINDA RACHEL BOTELHO MOURÃO</i> .....	996
9.75- O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES E ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL AMAZÔNICO: DAS PRIMEIRAS LUTAS AO INTERCULTURAL DE RONDÔNIA - <i>MARIA ISABEL ALONSO ALVES</i> .....	1015
9.76- O PAPEL DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NO COMBATE AO DESMATAMENTO: ANÁLISE DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL NO ESTADO DO PARÁ - <i>MONIQUE HELEN CRAVO SOARES FARIAS, LIANNE BORJA PIMENTA, NORMA ELY SANTOS BELTRÃO E CLEBER ASSIS DOS SANTOS</i> .....	1030
9.77- O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO MARANHÃO: PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO MÉDIO MEARIM - <i>MARIA JULIANA DE SOUZA ALVES E JOÃO GONSALE DE MOURA</i> ....	1042
9.78- O PROJETO BRASILEIRO DE INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA: DESENVOLVIMENTO E LIDERANÇA (1966-1969) - <i>CARLOS EDUARDO VIDIGAL</i> .....	1062
9.79- O PROTOCOLO COMUNITÁRIO DO BAILIQUE: DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS, DIREITO CONSUETUDINÁRIO E PROTEÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS - <i>ROBERTA PEIXOTO RAMOS E CARLOS POTIARA CASTRO</i> .....	1079
9.80- O QUE PODEM AS IDEIAS CONTRA O NÃO-PENSAMENTO: DESENVOLVIDO E SUSTENTADO - <i>DANIEL IBERÊ E EURILINDA FIGUEIREDO</i> .....	1098
9.81- O USO DOS DIVERSOS GÊNEROS TEXTUAIS COMO SUBSÍDIO PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO - <i>JANILDA ARAGÃO ALMEIRA, MARINEZ DOS SANTOS DE PAULA, PRISCILA ALMEIDA TORRES E RAFAELA VIEIRA GUACEBE</i> .....	1115
9.82- OS DESAFIOS EDUCACIONAIS PERANTE A INFRAESTRUTURA ESCOLAR INDÍGENA NA ALDEIA PARINTINTIN EM HUMAITÁ-AM - <i>LUCIANE ROCHA PAES, GREICY OLIVEIRA NASCIMENTO, ANDREZA MARCIÃO DOS SANTOS E EULINA MARIA LEITE NOGUEIRA</i> .....	1134
9.83- OS DESENHOS E O RELATO DE FR. COPPI: TRAÇOS DA HISTÓRIA TARINA - <i>VALÉRIA NELY CÉSAR DE CARVALHO</i> .....	1142
9.84- OS GRANDES PROJETOS PÓS-AMAZÔNIA LEGAL E A INVISIBILIDADE DOS MODOS DE VIDA DAS QUEBRADOURAS DE COCO BABAÇU DO OESTE MARANHENSE - <i>VANUSA DA SILVA LIMA</i> .....	1162
9.85- OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS SOBRE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E USO DO SOLO NA REGIÃO DA AMAZONIA LEGAL ENTRE OS ANOS DE 2030 E 2049: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DE EQUILÍBRIO GERAL COMPUTÁVEL (EGC) - <i>TARIK MARQUES DO PRADO TANURE, DIEGO NOBUHIKO MIYAJIMA, ALINE SOUZA MAGALHÃES E EDSON PAULO DOMINGUES</i> .....	1168
9.86- OS REFLEXOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À ÁGUA NO ABASTECIMENTO POR RECURSOS PLUVIAIS NA AMAZÔNIA - <i>NIRCELE DA SILVA LEAL VELOSO E NIRVIA RAVENA DE SOUSA</i> .....	1185
9.87- OS SABERES DE UMA FAMÍLIA RIBEIRINHA PARAENSE – UM ESTUDO NA ILHA ARAPIRANGA EM BELÉM - PA - <i>MEIRIANE FREITAS DIAS OLIVEIRA, JANYNE LUIZ E SILVA ARAÚJO E ANTÔNIO DE PÁDUA NUNES TOMASI</i> .....	1192
9.88- OS SABERES QUE PERCORREM A CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ. DA ILHA ARAPIRANGA AO MERCADO VER-O-PESO (BELÉM-BRASIL) - <i>JANYNE LUIZ E SILVA ARAÚJO, MEIRIANE FREITAS DIAS OLIVEIRA E ANTÔNIO DE PÁDUA NUNES TOMASI</i> .....	1206
9.89- PAPA-CAPIM E A TURMA DA MATA – DIVERSIDADE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CULTURA INDÍGENA - <i>FÁBIO DE CARVALHO MESSA</i> .....	1222
9.90- PLANEJAMENTO URBANO NA AMAZÔNIA: ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS NO BAIRRO NOVO HORIZONTE EM MACAPÁ - <i>FRANQUILÉIA LIMA BEZERRA, SIMONE DIAS FERREIRA, JOSÉ FRANCISCO DE CARVALHO FERREIRA E BRUNO RICARDO DA SILVA DE CASTRO</i> .....	1235

9.91- POLIFONIA: AS VOZES PRESENTES EM TEXTOS ORAIS DE RIBEIRINHOS DA COMUNIDADE SÃO DOMINGOS EM PORTO VELHO - JOSÉ GADELHA DA SILVA JUNIOR E NAIR F. GURGEL DO AMARAL .....	1251
9.92- POLÍTICAS PÚBLICAS E A EXTRAFISCALIDADE TRIBUTÁRIA COMO ALTERNATIVA À GERAÇÃO DE ENERGIA LIMPA - HENRIQUE WENDHAUSEN E ROOSEVELT CORREIA MONTE .....	1267
9.93- POLITICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A PRODUÇÃO FLORESTAL NÃO MADEIREIRA NA AMAZONIA BRASILEIRA - SANDRA REGINA AFONSO .....	1281
9.94- POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZONIA - DONALD ROLFE SAWYER .....	1294
9.95- POR UMA AUTONOMIA AMAZÔNICA: A CONSTRUÇÃO DE UMA HIPÓTESE DE REGIONALISMO FORTE E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E ACADÊMICAS - CARLOS POTIARA CASTRO .....	1319
9.96- POTENCIAL BIOTECNOLÓGICO DA MICROBIOTA AMAZÔNICA - LUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA E CASSIANE MINELI OLIVEIRA .....	1333
9.97- PRÁTICAS BIOPROSPECTIVAS EM SAÚDE NA AMAZÔNIA - CÉSAR AUGUSTO ASPIAZU DA SILVA, JÚLIA SOUZA WANDERLEY E IVINE CAMILE SOARES COSTA .....	1339
9.98- PRÁTICAS DE CURA POPULAR NA AMAZÔNIA: UM ENSAIO A PARTIR DO CONCEITO DE HABITUS EM PIERRE BOURDIEU - GLADSON ROSAS HAURADOU E SIMONE ENEIDA BAÇAL DE OLIVEIRA.....	1347
9.99- PRIORIDADES DE PESQUISA PARA A REGIÃO AMAZÔNICA: UMA PROPOSTA DE FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DAS ESPÉCIES PROMISSORAS - LUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA E MARICLEIDE MAIA SAID .....	1357
9.100- PROCESSO DE SONOPLASTIA DO ESPETÁCULO “MACULELÊ”: UMA ANÁLISE SOBRE A SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONSTRUÇÃO DA DRAMATURGIA E SUA INFLUÊNCIA ESTÉTICA DE INTERPRETAÇÃO - DIOGO RAMON DA SILVA COSTA E AMANDA AGUIAR AYRES .....	1366
9.101- PROCESSOS E AGENTES NA CAFEICULTURA RONDONIENSE: MODERNIZAÇÃO TÉCNICA E PARTICIPAÇÃO NO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO - TIAGO ROBERTO SILVA SANTOS .....	1378
9.102- PROJETO AMAZÔNIA SAR - PÉRICLES RIOGRANDENSE CARDIM DA SILVA .....	1381
9.103- PROPOSTA DE ESTRATEGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROCESSOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS - NAHYDA FRANCA VON DER WEID, KARINA JORGE DINO, MARCUS MACHADO GOMES E JERÔNIMO CARVALHO MARTINS .....	1392
9.104- QUALIDADE DA ÁGUA DE POÇOS AMAZONAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA PORTO ROLIM DE MOURO DO GUAPORÉ, AMAZONIA OCIDENTAL - PATRÍCIA CONCEIÇÃO AMARAL PEREIRA E SANDRO DE VARGAS SCHONS .....	1410
9.105- QUANDO A ÁGUA VIRA TERRA NA LÓGICA DO CAPITAL - PERCI COELHO DE SOUZA E MARIA HELENA RAUTA RAMOS .....	1423
9.106- QUANDO FECHAR A PORTA NÃO É O SUFICIENTE: REFLEXÕES SOBRE O CYBERBULLYING - PATRÍCIA PEREIRA FERREIRA E LUCIANA PEREIRA LIMA .....	1443
9.107- QUANTO VALE A TERRA? UMA ANÁLISE A CERCA DA RELAÇÃO DE PERTENCIMENTO DA JUVENTUDE COM A COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO LOCALIZADA KM 08/ SÃO FÉLIX - ELINA D. ZAVASQUE F. SANTANA .....	1449
9.108- QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DE RONDONIA - DÉRIO GARCIA BRESCIANI, RICARDO GILSON DA COSTA SILVA E WILLIMIS ALVES PEREIRA .....	1458
9.109- REDE ORGANIZACIONAL SOLIDÁRIA DE COLETORES DE CASTANHA-DA-AMAZÔNIA - FELIPE PINHEIRO DOS SANTOS, ROZANGELA GOMES FERREIRA, MARILUCE PAES-DE-SOUZA E THEÓPHILO ALVES DE SOUZA FILHO .....	1474
9.110- RELAÇÕES DE GÊNERO APRESENTADAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DISTRIBUÍDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL NA CIDADE DE ARIQUEMES: UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO APRESENTADO SOBRE DIVERSIDADE FAMILIAR - GILCELI CORREIA DE OLIVEIRA, ADRIANA CORREIA DE OLIVEIRA, WILLIMIS ALVES PEREIRA E JAQUELINE SOUZA ARAÚJO .....	1489

9.111- RESÍDUOS SÓLIDOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS EM MANAUS - AM - ENIMAR JERÔNIMO WENDHAUSEN, HENRIQUE WENDHAUSEN, MARÍLIA CARVALHO BRASIL E ROSANA ZAU MAFRA .....	1508
9.112- SABERES INTERGERACIONAIS EM PROCESSOS PARTICIPATIVOS - ELINA D. ZAVASQUE F. SANTANA E LIDIANE TAVERNY SALES .....	1526
9.113- SAÚDE INDÍGENA: DOENÇAS QUE ACOMETIAM OS INDÍGENAS NO POSTO RICARDO FRANCO, 9ª INSPETORIA DO SPI EM GUAJARÁ - MIRIM, NAS DÉCADAS DE 40 A 60 - NÁGILA NERVAL CHAVES ...	1533
9.114- SERIA A HILEIA UMA ARENA DE BAIXO CUSTO NA LÓGICA DE PODER DA GUERRA FRIA? O CASO DAS GRANDES LAGOS AMAZÔNICOS (1964-1968) - FÁBIO ALBERGARIA DE QUEIROZ .....	1548
9.115- SISTEMA DE ALERTA DE RISCOS DE NATUREZA HIDROMETEOROLÓGICA - FLÁVIO ALTIERI DOS SANTOS, EDILEUZA DE MELO NOGUEIRA E PEDRO ALBERTO MOURA ROLIM .....	1567
9.116- SITUAÇÃO ATUAL E PONTENCIAL DA AQUICULTURA NA AMAZÔNIA BOLIVIANA: A ABO32RDAGEM CARTOGRÁFICA PARA O PACU - BLANCA LUZ VEGA, FELIPE DE LUCIA LOBO E JOSÉ ZUBIETA .....	1580
9.117- SOCIOBIODIVERSIDADE AMAZÔNICA NO BRASIL: PRESENÇA HUMANA, OCUPAÇÃO, USO DA TERRA E DESENVOLVIMENTO NA MAIOR FLORESTA TROPICAL DO PLANETA - FILIPE DE ANDRADE VAZ PARENTE .....	1584
9.118- TERRITÓRIO, NATUREZA E POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: O CASO DA COMUNIDADE DE MAGUARI, BELTERRA (PA) - MÁRCIO JÚNIOR BENASSULY BARROS .....	1602
9.119- UMA EXPERIÊNCIA ANTROPOLÓGICA NA EDUCAÇÃO - SHARLENE NASCIMENTO DA CRUZ, IVANETE FRANCO DOS SANTOS E JOANA DARQUE TOSCANO .....	1614
9.120- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO AMAPÁ: DIAGNÓSTICOS DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DA PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - LANA PATRYCIA DE MATOS SANTOS E DAGUINETE MARIA CHAVES BRITO .....	1620
9.121- URBANIZAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL EM MACAPÁ - AP - ELIANE CABRAL DA SILVA .....	1631
9.122- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER INDÍGENA: OPRESSÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E RESISTÊNCIA - HELLEN VIRGÍNIA DA SILVA ALVES, MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO E SILVA, ELIANA ALVES DA SILVA LIMA E UÍLIAN BARROS DE ANDRADE .....	1643
<b>6- Pôsteres .....</b>	<b>1658</b>
10.1- A CULTURA ARTESANAL INDÍGENA AMAZONENSE - RAIANE DA SILVA LIMA E VANUSA RODRIGUES LOUREIRO .....	1658
10.2- ANÁLISE DE FRAGILIDADE AMBIENTAL NA MICROBACIA DA LAGOA DOS SAPOS, PORTO VELHO, RO - JOSÉ RAFAEL PIMENTEL BARATA, LAURA NISINGA CABRAL, ELIOMAR PEREIRA DA SILVA FILHO E JAQUELINE SOUSA DE ARAÚJO .....	1664
10.3- ANÁLISE QUALITATIVA DE CIANOBACTÉRIAS NO BAIXO RIO TAPAJÓS (AMAZÔNIA, BRASIL) - SÂMEEA CIBELE FREITAS DA SILVA, KEELY MEIRELES ARAÚJO TORRES, RENATA SILVA SOUZA E SÉRGIO MELO .....	1668
10.4- APLICAÇÃO DE GEOTECNOLOGIAS NA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA CIDADE DE BOA VISTA – RORAIMA - LORENA MALTA FEITOZA, VLADIMIR DE SOUZA, MOEME DA SILVA MÁXIMO RAMOS E ANTÔNIO TOLRINO DE REZENDE VERAS .....	1672
10.5- AS CONTRIBUIÇÕES DO COOPERATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL – O CASO DA COOPRUSAN - ALINE DE JESUS CANTO, GILANA MARIA AGUIAR DOS SANTOS E ELEN CRISTINA DA SILVA PESSÔA .....	1675
10.6- BANANICULTURA NOS MUNICÍPIOS DE PRESIDENTE FIGUEREDO E RIO PRETO DA EVA, AMAZONAS: ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PRODUTORES E PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO PARA A SUSTENTABILIDADE DA CULTURA - MARICLEIDE MAIA SAID E LUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA .....	1678
10.7- BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS ATRAVÉS DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO PAÍS - ANA ISABELA LOBATO TELES, CLEYANNE KELLY BARBOSA SOUTO, ELYS EVELINA SILVA ARAÚJO TORRES E NATASHA CIBELLI DA ROSA GOMES .....	1682

10.8- BIODIVERSIDADE DE FUNGOS ENDOFÍTICOS ASSOCIADOS A FOLHAS DA CORAMA (KALANCHOE PINNATA [LAM.] PERS.) ORIUNDAS DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS, PARÁ, BRASIL - BEATRIZ DOS SANTOS SOUZA, DINALVA RIBEIRO DE OLIVEIRA, EVELEISE SAMIRA MARTINS E TAIDES TAVARES DOS SANTOS.....	1686
10.9- CARACTERIZAÇÃO DOS AMBIENTES DA CADEIA PRODUTIVA DA BANANA NOS MUNICÍPIOS DE RIO PRETO DA EVA E PRESIDENTE FIGUEREDO, ESTADO DO AMAZONAS - MARICLEIDE MAIA SAID, LUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA E MARIA DO PERPETUO SOCORRO R. CHAVES .....	1690
10.10- CASTANHA-DA-AMAZÔNIA: TRADIÇÃO E PRODUÇÃO NO SUL DO AMAZONAS - JEMIMA ISMAEL DA COSTA, TATIANE DE AGUIAR ROMANO E SUELY APARECIDA DO NASCIMENTO MASCARENHAS.....	1694
10.11- COMUNIDADES TRADICIONAIS E A CONSERVAÇÃO DA FLORESTA: UM OLHAR SOBRE A RESEX TAPAJÓS - ARAPIUNS, PARÁ, BRASIL - MARCOS DIONES FERREIRA SANTANA, JARLEI DOMINIQUE SOUZA DA SILVA E TAIDES TAVARES DOS SANTOS .....	1698
10.12- CONCEPÇÃO DE ESPAÇO PARA AS CRIANÇAS MURA: UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA NA COMUNIDADE INDÍGENA DOS POVOS MURAS DO ITAPARANÃ - MARINEZ DOS SANTOS DE PAULA, RAFAELA VIEIRA GUACEBE, EULINA MARIA LEITE NOGUEIRA E IVANETE FRANCO DOS SANTOS .....	1702
10.13- CONTEXTO DA EDUCAÇÃO EM HUMAITÁ NA PERSPECTIVA AMBIENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA - RAIMUNDA ISLAINNY MORAES QUINDERÉ, LEONARDO MORAES DA SILVA, MARIA JUCIANE VIEIRA DA SILVA E JÉSSICA BENTES FREITAS .....	1706
10.14- CONTRIBUIÇÕES ETNOMICOLÓGICAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE, BRASIL - MARCOS DIONES FERREIRA SANTANA, JARLEI DOMINIQUE SOUZA DA SILVA E TAIDES TAVARES DOS SANTOS .....	1710
10.15- CORAIS DA AMAZÔNIA - GABRIEL GUIMARÃES DE OLIVEIRA, JOÃO MARCOS CORREIA, HELENA DUBEUX E VICTÓRIA RABELO .....	1714
10.16- CORES DO MEL: REVISITANDO UMA IDENTIDADE COMUNITÁRIA E PREPARANDO O FUTURO SUSTENTÁVEL - ADAILSON OLIVEIRA BARTOLOMEU, ANDERSON PENHA, ARTUR M. SOUZA, SILVANEY RUBENS DE SOUZ E JANDER PICANÇO .....	1719
10.17- DESAFIOS AMBIENTAIS E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA: A RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA E A POLÍTICA AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO, PARÁ - LIANE BORJA PIMENTA, MONIQUE HELEN CRAVO SOARES FARIAS, NORMA ELY SANTOS BELTRÃO E CLEBER ASSIS DOS SANTOS .....	1723
10.18- DESAFIOS DA PEGADA DE CARBONO COMO INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE NA PECUÁRIA DE CORTE - VALDEIR DOS SANTOS SOUZA, JERSON WILLIAN SOUZA SALES E SIDNEI GREGORIO TAVARES.....	1731
10.19- DEFORESTACIÓN EN ÁREAS NATURALES PROTEGIDAS Y TERRITORIOS INDÍGENAS EN LA PANAMAZONÍA (2000-2015) - CÍCERO CARDOSO AUGUSTO E JÚLIA JACOMINI COSTA .....	1735
10.20- DIAGNÓSTICO DE ÁREAS DE RISCO AMBIENTAL E GEOLÓGICO EM BOA VISTA, RORAIMA - VLADIMIR DE SOUZA, ANTÔNIO TOLRINO DE REZENDE VERAS, LORENA MALTA FEITOZA E MOEME DA SILVA MÁXIMO RAMOS .....	1739
10.21- EDUCAÇÃO NO CAMPO NA AMAZÔNIA: UMA DISCUSSÃO ACERCA DOS INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS DE UMA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA - EDVALDO FERREIRA DA CUNHA, DIONE MARTINS MAGALHÃES, DAYANE FERNANDES FERREIRA E CLARIDES HENRICH DE BARBA.....	1743
10.22- ESTÁGIO SUPERVIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERENCIANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DE HUMAITÁ-AM - MIRIANY FERREIRA DOS SANTOS, MICHELE FRANÇA FERRAZ E MARIA ISABEL ALONSO ALVES .....	1747
10.23- ESTUDO DE CASO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU DO MUNICÍPIO DE BELÉM, PARÁ - ALINE AZEVEDO ANDRADE, LUYSY K. FERNANDES, KAROLINE C. BARROS E LINDEMBERG LIMA FERNANDES .....	1751
10.24- ESTUDOS PRELIMINARES DO ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA-CAUAMÉ - MUNICÍPIO DE BOA VISTA, RORAIMA - MOEME DA SILVA MÁXIMO RAMOS, ANTÔNIO TOLRINO DE REZENDE VERAS, LORENA MALTA FEITOZA E VLADIMIR DE SOUZA .....	1755

10.25- FAZERES, SABERES, SABORES DO MODO DE VIDA DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU. TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO INTERGERACIONAL - RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO - VANUSA DA SILVA LIMA.....	1758
10.26- FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA AMAZÔNIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - JANILDA ARAGÃO ALMIEIRA, FABIANE MOTA DA SILVA E MARIA ISABEL ALONSO ALVES .....	1764
10.27- O ENSINO ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA DAS REGIÕES ISOLADAS DA AMAZÔNIA - LAÍS MOTA, GARDÊNIA MARINHO DE M. HONÓRIO, ANA PAULA TÁVORA E MARINA RODRIGUES.....	1768
10.28- O RESGATE DA CULTURA DA HORTA ORGÂNICA NA ESCOLA E NA COMUNIDADE DA ÁREA RURAL - JANETE DE ARAÚJO PEREIRA, NILDA L. PEREIRA GERA, SUZANE R. DE SOUZA E LEIVA C. PEREIRA.....	1771
10.29- PERCEPÇÃO DE FAMÍLIAS TRADICIONAIS SOBRE OS RISCOS AMBIENTAIS E DE SAÚDE ASSOCIADOS À EXPANSÃO DOS CULTIVOS DE SOJA EM SANTARÉM, AMAZÔNIA BRASILEIRA - NAYARA LUIZ PIRES, CARLOS JOSÉ SOUSA PASSOS, CARLOS MARTÍN INFANTE CÓRDOVA E FRÉDÉRIC MERTENS.....	1775
10.30- PLANO DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS DEGRADADOS NO BAIRRO PERPÉTUO SOCORRO EM MACAPÁ/AMAPÁ - ADAILSON OLIVEIRA BARTOLOMEU, ELAINE SANTOS MASCARENHAS, MANOEL ROBERTINHO LACERDA E ROJANE MARTEL .....	1779
10.31- POVOS INDÍGENAS E SOBERANIA ALIMENTAR, UMA ABORDAGEM CULTURAL DENTRO DAS PERSPECTIVAS DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - RICHELLY DE NAZARÉ LIMA DA COSTA. MILTON PEREIRA LIMA E LUIS MAURO SANTOS SILVA .....	1783
10.32- PROCESSO HISTÓRICO E VIDA DE UMA DOCENTE DE HUMAITÁ, AM - GEAN CARLOS DINIZ DOS SANTOS .....	1787
10.33- PROMOVEDO A SAÚDE NA AMAZÔNIA: A RODA DE CONVERSA COMO FERRAMENTA EFETIVA EM UMA CIDADE DO BAIXO AMAZONAS - MANOEL JOAQUIM RAMOS NETO E RAIANE DA SILVA LIMA.....	1791
10.34- QUALIDADE DE VIDA E SUSTENTABILIDADE NO AMAZONAS: DESAFIOS DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE LHE SÃO OFERTADAS - JEMIMA ISMAEL DA COSTA, TATIANE DE AGUIAR ROMANO E SUELY APARECIDA DO NASCIMENTO MASCARENHAS.....	1796
10.35- RECONFIGURAÇÃO DAS ÁREAS PERIFÉRICAS NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA EXEMPLO DO MUNICÍPIO DE MOCAJUBA, PA - PAULINE HÉLÈNE CÉCILE MARIE CUENIN, MARC PIRAUX, AQUILES SIMÕES.....	1800
10.36- VIOLÊNCIA OCULTA: SILÊNCIO MIDIÁTICO E O AUMENTO DOS CONFLITOS NA AMAZÔNIA - BEATRIZ MELO FERREIRA, ERIKA OLIVEIRA DE ALEXANDRE, PRISLEY ZUSE E YURI ARAÚJO PORTUGUEZ .....	1804
10.37- VISIBILIDADE PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - RODRIGO BRANDÃO ROCHA MELECHI, VICTÓRIA MENDES ROSA CORDEIRO, LUAN ROUMILLAC E ANA KITAYAMA .....	1810
10.38- EXPEDIÇÃO “VIVÊNCIA AMAZÔNICA” - ICARO ABREU, GABRIEL BREVES, LARISSA MACHADO E RAFAEL ARAÚJO.....	1819
<b>7- Oficinas.....</b>	<b>1828</b>
<b>8- Rodas de Conversa .....</b>	<b>1828</b>
<b>9- Feira de Produtos da Amazônia e da Agricultura Familiar .....</b>	<b>1829</b>
<b>10- Apoios, Parceiros, Universidades Parceiras e Organização.....</b>	<b>1831</b>
<b>11- Contatos.....</b>	<b>1832</b>

## APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Estudos Amazônicos, do Centro de Estudos Multidisciplinares da Universidade de Brasília (NEAz/CEAM/UnB) foi o organizador do Fórum Internacional sobre a Amazônia, realizado de 6 a 9 de junho de 2017, na Universidade de Brasília. O evento contou com três painéis de debates, apresentação de trabalhos orais e pôsteres, oficinas, rodas de conversa, feiras de produtos da Amazônia e da agricultura familiar e camponesa e atividades culturais. O intuito foi trazer importantes olhares sobre a Amazônia brasileira e continental, no sentido de contribuir na construção do conhecimento científico e valorizar saberes.

O Fórum Internacional sobre a Amazônia congregou professores/as, pesquisadores/as, organizações, movimentos sociais e populares e instituições dos países da Amazônia continental que estão envolvidos, principalmente, em atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma a estimular a realização de estudos pautados pela pluralidade de pensamentos e ações multidisciplinares, teóricas e práticas. Nesta perspectiva, o evento buscou promover o intercâmbio e trocas com outras organizações e instituições de representação nacional e internacional para debater e refletir sobre o processo histórico e o quadro atual da região Amazônica, traçando cenários e apontando linhas de pesquisa, políticas e ações de interesses de seus povos, populações e comunidades tradicionais. Assim, o Fórum Internacional sobre a Amazônia se constituiu em mais um espaço para a divulgação, produção e intercâmbio de ideias, diálogos e vivências.

Destaca-se no FIA a construção da Carta de Brasília que valoriza os conhecimentos e saberes populares amazônicos, as vontades e interesses de seus povos e suas populações e as alternativas para enfrentar no Brasil a realidade imposta por um governo, consequência de um golpe, e as adversidades sociais e ambientais que afetam negativamente o mundo todo. A carta propõe consolidar uma articulação envolvendo instituições de ensino, pesquisa e extensão, povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores/as familiares, camponeses/as, entre outros, visando a melhoria da qualidade de suas vidas e a conservação da biodiversidade e torna o Fórum Internacional sobre a Amazônia um evento com periodicidade. Aponta também que é possível uma abordagem social e econômica nacional e global que não reproduza as formas colonialistas de dominação e exploração.

Por fim, é importante frisar que o empenho das organizações, movimentos sociais e universidades parceiras na concretização e mobilização para o evento foi fundamental, como também o apoio da Universidade de Brasília (DEX, DAC, DPG, CDS, FAC, FAV, FS e IL). Também deve-se dar relevância à dedicação dos/as estudantes, que souberam compreender a importância do evento e não mediram esforços para possibilitar a sua realização e sucesso. A todos e todas o nosso mais profundo agradecimento e até o próximo Fórum Internacional sobre a Amazônia.

Núcleo de Estudos Amazônicos  
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares  
Universidade de Brasília

## FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

A Amazônia continental, que contém a maior floresta tropical do mundo, é formada pelos territórios da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Esta imensa floresta vem sofrendo, nas últimas décadas, intensos processos de desmatamento e destruição do seu meio natural, como consequência da exploração intensiva da terra e da água. Estes processos têm afetado fortemente a diversidade biológica e o meio físico e natural da Amazônia e também têm sido responsáveis por excluir os povos e comunidades tradicionais do acesso aos territórios e bens comuns, provocando a expropriação e o êxodo de contingentes populacionais, principalmente para os conglomerados urbanos.

Nesse contexto, o Fórum Internacional sobre a Amazônia buscou abordar a produção do conhecimento sobre as estratégias e processos econômicos, sociais, culturais e ambientais que têm ocorrido na região, articulando-os aos saberes populares. Para tal, o Núcleo de Estudos Amazônicos, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília tem dialogado para construção de parcerias e intercâmbio entre instituições, movimentos sociais e populares e setores da sociedade civil, gestores públicos, comunidade científica, entre outros, comprometidos com a conservação da Amazônia e com a melhoria de vida e trabalho de seus povos e populações.

O Fórum também procurou contribuir para que os espaços de estudos e pesquisas sejam reforçados e aumente o compromisso de diversas instituições nacionais e internacionais com a Amazônia. A inserção no debate sobre a floresta mais sociobiodiversa do planeta e sobre os homens e mulheres que nela trabalham e vivem é fundamental para as instituições e a sociedade como um todo. Assim, o Núcleo de Estudos Amazônicos, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília entende que este evento foi um esforço para ser dado mais um passo nesse sentido.

Foram objetivos do Fórum Internacional sobre a Amazônia colaborar com o debate multi, inter e transdisciplinar e proporcionar intercâmbios e parcerias científico-culturais entre a comunidade acadêmica de instituições de ensino, pesquisa e extensão, de órgãos públicos e representantes de organizações, movimentos sociais e populares, sindicais e ambientais, povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia brasileira e continental.

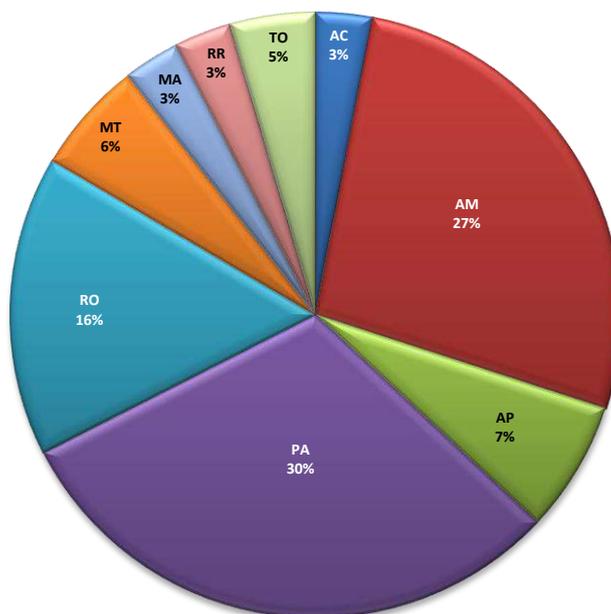
Também foram objetivos do Fórum contribuir para as trocas de experiências, conhecimentos e saberes na perspectiva de construir ações de interesse da Amazônia e de seus povos e populações; sensibilizar para o envolvimento de pesquisadores, estudantes, professores, representantes de organizações e movimentos sociais e populares, entre outros, na temática da Amazônia e ainda divulgar os estudos elaborados e em andamento sobre a região amazônica.

Durante o Fórum Internacional sobre a Amazônia os temas abordados perpassaram pela Água como um Bem Comum; Biodiversidade, Florestas, Recursos Naturais e Conservação; Cultura, Arte, Saberes e Costumes; Democracia e Direitos; Desenvolvimento e

Sustentabilidade; Dinâmicas Socioeconômicas e Ambientais; Educação, Ciência e Tecnologia; Fronteiras e Mobilidades; Gênero e Identidade; História Social, Econômica e Política; Movimentos Sociais, Participação e Novas Mídias; Políticas Públicas e Infraestruturas; Povos, Populações e Comunidades Tradicionais; Questão Agrária e Urbana, Terra e Território; Saneamento Básico e Saúde; Soberania Alimentar, Extrativismo e Agricultura e Violência e Conflito.

Realizado do dia 6 a 9 de junho de 2017, em Brasília, o Fórum contou com aproximadamente mil inscrições e com mais de quinhentos participantes presenciais. Os três painéis de debates foram transmitidos pela internet e contaram com mais de quinze mil visualizações no total. A origem dos participantes foram as mais diversas, sendo que cerca de duas dezenas eram provenientes de outros países da Amazônia continental: Colômbia, Bolívia, Equador, Perú e Venezuela. Os participantes brasileiros foram provenientes de todos os estados da Amazônia, conforme pode ser observado no gráfico a seguir, mas também contamos com a presença de participantes de outros estados: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo, além do Distrito Federal, anfitrião do evento.

**Participantes do Fórum Internacional sobre a Amazônia.  
Distribuição por Estados da Amazônia Brasileira.**



Durante o Fórum Internacional sobre a Amazônia foram apresentados 125 trabalhos orais e 38 pôsteres. Ocorreram 15 rodas de conversa e 7 oficinas. A feira de produtos da Amazônia e da agricultura familiar e camponesa contou com 18 participações onde se destacam o palmito de pupunha do projeto RECA e o café do Projeto Terra sem Males, de Rondônia; os chocolates da Cooperativa de Produtores de Cacau de Medicilândia, Pará e a Castanha-do-Brasil da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre.

## PROGRAMAÇÃO

### Dia 6/6/2017 (Terça-Feira)

#### Manhã

Inscrições e entrega de materiais - Hall do Auditório 3 (Faculdade de Saúde)

#### Tarde

14h00 - Abertura - Auditório 3 da Faculdade de Saúde

15h00 - **Painel: Amazônia Continental e o Debate Atual**

Coordenadores: Prof. Ricardo Gilson da Costa Silva (UNIR) e Maria Lúcia Leal (UnB)

- María Jacqueline Mendoza Ortega - Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
- Rebeca Rivero Guzmán - Centro de Biodiversidad y Medio Ambiente (CIBIOMA). Universidad Autónoma de Beni (UAB) - Bolivia
- Raimunda Nonata Monteiro - Reitora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
- Dom Enemésio Angelo Lazzaris - Presidente da Comissão Pastoral da Terra - CPT (Bispo de Balsas-MA)
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

19h30 - Atividade Cultural

### Dia 7/6/2017 (Quarta-Feira)

#### Manhã

8h30 - **Painel: Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia**

Coordenadores: Ana Paula Vidal Bastos (UnB) e Antônio Sérgio Monteiro Filocreão (UFAP)

- Ennio Candotti - Museu Amazônico de Manaus
- Bárbara Santos - Laboratório de Alta Tecnologia para el Saber Ancestral - Colômbia
- Eufraim Ferreira do Amaral - Chefe-Geral da EMBRAPA - Acre
- Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD)
- Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
- Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM)

#### Tarde

14h00 - Apresentações de Trabalhos

18h00 - Atividade Cultural

## Dia 8/6/2017 (Quinta-Feira)

### Manhã

8h30 - Oficinas e Rodas de Conversa

### Tarde

14h00 - Apresentações de Trabalhos

18h00 - Atividade Cultural

## Dia 9/6/2017 (Sexta-Feira)

### Manhã

8h30 - **Painel: Modelos de Desenvolvimento: alternativas para a Amazônia**

Coordenadores: Olgamir Amâncio (UnB) e Alexandre César (UFMT)

- Anthony Hall - London School of Economics and Political Science
- Paola Maldonado - Associação Latinoamericana para o Desenvolvimento Alternativo, ALDEA - Equador
- Francisco Costa de Assis - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA
- Alan Bojanic - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - Brasil
- Via Campesina
- Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG)

13h00 - Feira de Trocas de Sementes



**Abertura do FIA**



**Painel: Amazônia Continental e o Debate Atual**



**Painel: Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia**



**Painel: Modelos de Desenvolvimento: alternativas para a Amazônia**

## CARTEIRA BRASÍLIA

O Fórum Internacional sobre a Amazônia (FIA), ocorrido em Brasília, de 6 a 9 de junho de 2017, organizado pelo Núcleo de Estudos Amazônicos, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (NEAz/CEAM/UnB), aconteceu num momento em que o Brasil vive uma crise de natureza econômica, política, institucional, ética, ambiental e social, particularmente agora com o estabelecimento de um governo golpista e ilegítimo que adota políticas neoliberais e desrespeitosas aos direitos humanos e agressivas ao meio ambiente. Esta realidade, com algumas especificidades nacionais, atinge o conjunto da Amazônia Continental devido às pressões do capital monopolista para aumentar sua inserção no mercado global como provedor de matérias-primas e para mercantilizar os seus bens comuns, ignorando os anseios dos povos e populações que ali habitam bem como a sua importância para o equilíbrio ambiental global.

O FIA, ao trazer painéis, rodas de conversas, trabalhos técnico-científicos, pôsteres, oficinas, manifestações culturais, feiras de produtos amazônicos, e também representantes dos setores acadêmicos, dos povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores/as familiares, camponeses/as e outros segmentos da sociedade interessados na temática, busca mostrar que é possível construir um modelo de desenvolvimento que contemple os interesses e expectativas de suas populações. Neste sentido, é importante a conexão entre os saberes populares, conhecimentos tradicionais e o conhecimento acadêmico.

Priorizar o olhar e as vontades vindas da Amazônia, escutando e debatendo o que têm a dizer e a ensinar, valorizando seus conhecimentos e saberes, foi o objetivo principal do FIA. O intercâmbio de conhecimentos e saberes demonstrou possuir grande potencial para a elaboração de alternativas para os desafios sociais, econômicos, culturais e ambientais que se colocam para o mundo, na atualidade.

Sendo assim, a chama que se acendeu no FIA não pode se apagar, mas sim, deve ser levada para iluminar novas experiências e articulações. Algumas ações podem ser fruto desse processo:

- 1- Tornar o FIA um fórum permanente de troca de experiências e saberes, envolvendo as diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão e os povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores/as familiares, camponeses/as, entre outros, através de uma rede que pode ser articulada pelo NEAz/CEAM/UnB, em Brasília, com encontros periódicos na região amazônica;
- 2- Intensificar os intercâmbios nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, baseadas em pedagogias e ações alternativas, garantindo uma maior divulgação e abrangência das experiências exitosas, com vistas principalmente à melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas e valorização da sua sociobiodiversidade;
- 3- Buscar construir um centro de estudos e pesquisas que aprofunde as possibilidades de avanços nas interconexões dos saberes e dos conhecimentos.

Para os participantes do FIA, essas iniciativas se integram e fortalecem o processo mais amplo de lutas populares em curso em todos os países amazônicos em defesa dos territórios das comunidades tradicionais e povos indígenas, do direito ao acesso e uso aos bens comuns, da mobilização dos movimentos sociais do campo e da cidade pela conquista da terra, moradia e trabalho decente e formas de organização e produção sustentáveis cultural e ambientalmente. Isto pressupõe uma nova e diferente inserção da região nas economias nacionais e global que não reproduza as formas colonialistas de dominação e exploração ditadas pelo capital monopolista.

Brasília, 9 de junho de 2017.



## **A bancada ruralista e suas consequências: As ações legislativas pós golpe jurídico-parlamentar como potencializadoras de conflitos de terra na Amazônia**

### **La bancada ruralista y sus consecuencias: Las acciones legislativas post-golpe jurídico-parlamentarias como potencializadoras de conflictos de tierra en la Amazonia**

**Ingrid Cristiny M. G. Donato;  
Mariana Bitencourt Santos;  
Taryk Robert de A. Maciel;  
Wdson Lyncon C. de Oliveira.**

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar a influência direta de atitudes legislativas no Congresso Nacional - MP 759; CPI da Funai/Incrá; PL 6442/16 - ao potencializar conflitos de terra na região da Amazônia. A análise será feita a partir da exemplificação de recentes conflitos envolvendo latifundiários e povos tradicionais e da apresentação de dados de violências que exemplificam a gravidade alarmante da violência na Amazônia, estes dados são baseados principalmente, no Relatório de Conflitos no Campo em 2016 produzido pela CPT (Comissão Pastoral da Terra).

**Palavras-Chave:** Amazônia; Conflitos de Terra; Bancada Ruralista.

**Resumen:** Este artículo tiene por objetivo analizar la influencia directa de actitudes legislativas en el Congreso Nacional - MP 759; CPI de la Funai / Incra; PL 6442/16 - al potenciar conflictos de tierra en la región de la Amazonia. El análisis se hará a partir de la ejemplificación de recientes conflictos que involucran a latifundistas y pueblos tradicionales y de la presentación de datos de violencias que ejemplifican la gravedad alarmante de la violencia en la Amazonia, estos datos se basan principalmente en el Informe de Conflictos en el Campo en 2016 producido por la CPT (Comisión Pastoral de la Tierra).

**Palabras clave:** Amazonia; De la Tierra; Banca Ruralista.

## **1. INTRODUÇÃO**

Esse artigo tem como objetivo entender como as decisões políticas da Bancada Ruralista no Congresso Nacional tem gerado consequências no conflito de terras nas regiões amazônicas. Maio de 2017 foi marcado por mais um conflito, um massacre no município de Pau d'arco, no sudoeste do estado do Pará, onde numa reintegração de posse em um acampamento, as Polícias Civil e Militar de Redenção assassinaram dez posseiros, sendo 9 homens e 1 mulher, este é apenas um exemplo de como o conflito de terras na Amazônia tem se expandido (Justificando, 2017).

O direito à propriedade, assim pensa a ciência do direito, é o mais sólido dos *direitos subjetivos*<sup>1</sup>, sobretudo porque “*A propriedade é um elemento essencial da estrutura econômica e social de qualquer Estado*”<sup>2</sup>. A Constituição de 1988, em seu Art. 5º, nos assegura, entre outros direitos, que “[...] XXII - é garantido o direito de propriedade; XXIII - a propriedade atenderá a sua função social[...]. Necessitaríamos de mais linhas do que um artigo simples comporta para debatermos as problemáticas que a Constituição apresenta sobre os direitos à terra, sobretudo para entendermos do que se trata essa função social da propriedade. Vamos nos ater, a princípio, ao inciso XXII e a partir dele analisar as contradições dessa relação entre Bancada Ruralista (Estado) e povos tradicionais ou trabalhadores do campo.

A partir do que foi por nós estudado, vamos recorrer a algumas mídias nacionais e expor, aqui, alguns casos que se apresentam enquanto conflitos por terra. É necessário, ainda, deixar claro que as notícias utilizadas nos servirão de ferramenta para apontar o quanto essas relações são conflituosas - relações dos povos tradicionais amazônicos com o Estado, sobretudo com a Bancada Ruralista - e que esses conflitos resultam nas propostas, ou na falta delas, elaboradas e aprovadas pela Bancada Ruralista. A temporalidade não será ponto focal no debate, apesar dos conflitos apresentados serem em datas distintas, o que nos cabe é entender que, antes mesmo da Bancada apresentar propostas, ela já estava articulada, agindo no campo físico contra esses povos ao manifestar projetos análogos ao direito à propriedade.

As recentes propostas realizadas pela Bancada Ruralista, como a Regulamentação Fundiária que, atrelada à configuração atual do Brasil, num contexto de grave crise política, expõe os verdadeiros interesses do capital nacional e principalmente internacional sobre as riquezas naturais brasileiras e seu processo de desnacionalização, neste contexto, se apresenta principalmente a Amazônia Brasileira.

---

<sup>1</sup> O direito subjetivo é a situação jurídica, consagrada por uma norma, através da qual o titular tem direito a um determinado ato face ao destinatário. Em geral, o direito subjetivo é consagrado por uma norma de direito que conduz a uma relação trilateral entre o titular, o destinatário e o objeto do direito.

<sup>2</sup> CAMARA, Maria Helena Ferreira da. Aspectos do direito de propriedade no capitalismo e no soviétismo. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

Partindo desta perspectiva, é interessante analisar as contradições inerentes ao processo de ocupação de terra no Brasil, bem como as consequências sociais, ambientais e geopolíticas decorrentes do processo de ocupação do território amazônico também são objeto de estudo. Além disso, temas como os conflitos sociais decorrentes da disputa de território entre latifundiários, camponeses, povos tradicionais e militantes da luta pela terra, serão debatidos ao decorrer do texto.

Pensando a Amazônia como um território com complexidades de acesso que ainda o configuram como muito desconhecido, mas que ao mesmo tempo sofre com ocupações de terra imensamente desiguais e de cunho exploratório ao longo da história, traz-se à tona uma urgente necessidade em estudar e produzir conhecimento acerca dos gravíssimos problemas socioambientais causados pela atuação do capital na região da Amazônia. Esta atuação é histórica e carregada de costumes coloniais no qual povos culturalmente tradicionais são perversamente dominados, se não exterminados.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Todos os lugares carregam consigo as cicatrizes do passado. Porém, na Amazônia, as marcas da história têm um peso mais presente. Nas vastas extensões do Norte brasileiro, o moderno e o tradicional não são domínios estáticos e distintos. Ao contrário, coexistem como dinâmicas e entremeadas facetas da mesma realidade, em permanente transformação. As escolhas que se impõem e os ritmos que definem o cotidiano, de ricos e pobres, são profundamente moldados pelo constante encontro entre passado e presente (SCHMINK & MARIANNE, 2012).

Nos anos 70, o Brasil viveu uma fase de grande entusiasmo sobre a Amazônia; o projeto de desenvolvimento regional buscava a “civilização” e crescimento demográfico na região, tendo a Amazônia como uma fonte preciosa de recursos naturais e que precisa ser explorada (PEIXOTO, 2009).

Muitos conflitos permearam a partir disso, com a construção de estradas cortando a Maior floresta Equatorial do Mundo, foram rasgando a floresta paralelamente aos rios afluentes ao Sul do Rio Amazonas, e a principal delas, a Transamazônica, terceira maior rodovia brasileira, com 4233 km de comprimento, ligando Cabedelo, na Paraíba, a Lábrea, no Amazonas, atravessando sete estados brasileiros.

A Amazônia sendo considerada e vista pelo Brasil, não mais como um arsenal de terras inexploradas e esquecidas, é vista sob uma nova perspectiva, uma fonte interminável de recursos naturais e que com o processo de industrialização do Estado Brasileiro se transformou na saída ou esperança de um futuro diferente para muitos brasileiros. Claramente, este processo não se deu de forma simples, por isso para discutir e entender a Amazônia do presente, é preciso traçar a Amazônia do passado e como se deu o processo de ocupação e distribuição de terras.

O Brasil interessado no aumento demográfico na região e na retirada de recursos naturais amazônicos, investiu na criação de mecanismos de exploração dos recursos, houve assim um elevado índice de fluxo migratório para a região, principalmente nordestinos. (CAVALCANTE, 2005) Diferente de outros lugares no Brasil, a violência no campo na Amazônia tem crescido, resultando em conflitos e embates travadas pelos sujeitos políticos em questão, como consequências disto os números exorbitantes de mortes no campo, segundo os dados recolhidos pela CPT 2016 (Comissão Pastoral da Terra). Movimentos sociais rurais, populações tradicionais, indígenas, seringueiros, ribeirinhos e quilombolas foram destituídos de suas terras de origem ou ainda estão em conflitos diários para a manutenção de seus territórios.

Por isso a expansão econômica na Amazônia, assim como o alargamento das fronteiras agrícolas, exploração de minérios, além de criar um crescimento dos conflitos agrários, afetou diretamente o meio ambiente. A antiga Amazônia, antes impenetrável, tornou-se um pólo de desenvolvimento e exploração natural, comprometendo as populações que tanto já eram agentes históricos destes espaços, como também envolvendo novos agentes em busca de uma oportunidade de sair da pobreza.

### **Amazônia, território em disputa e conjuntura política brasileira do ano 2016**

Segundo o relatório *Conflitos no campo Brasil 2016*, da CPT (Comissão Pastoral da Terra), a região amazônica, que detém aproximadamente 59% do território brasileiro, concentrou no ano de 2016 57% das ocorrências de conflitos no campo registradas pela CPT. O estado mais atingido é o Maranhão, com 196

registros, que incluem ameaças, assassinatos, prisões, agressões físicas e ações judiciais contra comunidades e lideranças camponesas, indígenas, quilombolas e sindicais. Na região da Amazônia Legal, detentora de pouco mais de 12% do total da população do Brasil, o quadro de enfrentamento agrário se configura como um dos mais graves do país, visto que a porcentagem de famílias envolvidas nas disputas é de 54% do total, correspondendo a 74.692. Destas famílias, segundo a CPT, 4.348 foram despejadas judicialmente e 1.210 expulsas sem autorização da justiça. Outras 16.131 sofreram ameaças de reintegração de posse, 12.153 de expulsão à revelia de qualquer processo “legal”, enquanto 11.354 tornaram-se vítimas da pistolagem.

Os altos índices de conflitos agrários na Amazônia revelam o rápido avanço do capital na região. Este avanço é diretamente beneficiado pelas ações do Estado que, em nome do desenvolvimento, investe volumosos recursos públicos para favorecer a expansão de setores que exploram, de maneira irracional e predatória, as riquezas naturais, a provocar graves e irreversíveis danos socioambientais.

Grandes empreendimentos hidroenergéticos, como a UHE de Belo Monte, em Altamira-PA, projetos de portos, ferrovias e hidrovias, a carga das grandes incorporadoras, aliados à flexibilização da legislação ambiental, pavimentam o caminho do agronegócio, da mineração e da exploração madeireira. As consequências dessa desenfreada corrida capitalista são: a degradação ambiental e a desterritorialização e expropriação de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e de trabalhadores rurais sem-terra, vítimas da injustiça fundiária e da omissão/conivência do poder público (PLANS et al. 2017, p.107).

Assim, a Amazônia permeada de conflitos agrários, revela em suas correlações de força o avanço neo-colonizador beneficiado pelas ações do Estado brasileiro que carrega intrinsecamente suas contradições sendo um aparelho dominador da classe trabalhadora. Para Marx “[...] *o poder político do Estado representativo moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa*” (MARX, 1997).

Ao mesmo tempo, o Estado surge como uma alternativa apaziguadora de classes, por meio de Políticas Públicas que demandam a garantia de direito a terra aos diferentes povos, a preservação das unidades de conservação e do meio ambiente; essas políticas muitas vezes não conseguem suprir todas as demandas exigidas por uma necessidade urgente de reforma agrária, tornando as correlações

de forças tensionadas, pois chocam-se os interesses dos povos com os da classe dominante da sociedade.

A conjuntura política experimentada em 2016, no Brasil, colaborou para o avanço de um ambiente conflituoso na Amazônia. A tomada do poder, por força de uma manobra institucional ilegítima, de um governo minuciosamente alinhado com os interesses do grande capital (industrial, financeiro e agrário), estruturou e massificou a disposição de agentes poderosos contra as comunidades da terra. Tem-se, como exemplo, o estado do Tocantins, cujos conflitos por terra aumentaram 244% em comparação com o ano anterior. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (2017), de 25 ocorrências em 2015, passou-se em 2016 para 86. Destas, 34 refere-se a territórios quilombolas, a maioria certificada pela Fundação Palmares, invadidos por fazendeiros e/ou sobrepostos por parques estaduais.

De acordo com o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), o estado do Pará é o segundo maior arrecadador da CFEM (Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais), o chamado royalty do setor mineral, atrás apenas de Minas Gerais. O município de Parauapebas, no Pará, é o maior recolhedor individual da CFEM, graças aos grandes projetos da Vale S/A. Ainda segundo o DNPM, tramitam no órgão, somente para os municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas, cerca de 500 processos de exploração minerária.

O resultado dessa expansão acelerada do setor de mineração é a desterritorialização e a expropriação de inúmeras comunidades do campo, com agravamento dos conflitos. Não obstante, o poder público se omite diante das disputas entre as grandes mineradoras e os que buscam a posse da terra para viver com dignidade, e exorta a mineração como um condutor do progresso paraense. Em seu Informe Mineral do Estado do Pará-ano base 2016, o DNPM pontificia: “Essa situação se dá como resultado dos recursos injetados na economia mineral paraense, refletindo diretamente na criação de novas vagas de emprego no setor mineral, fazendo com que a mineração seja um dos principais motivos do crescimento da região (PLANS et al. 2017, p.107, 108).

A grande propriedade, legado trágico da ocupação fundiária do Brasil, é cicatriz profunda na Amazônia. No Mato Grosso, 7,7% dos proprietários de áreas superiores a 1000 ha detêm 77,51% das terras no estado. Grande parte sobre áreas públicas griladas, estaduais ou da União. É nessas terras públicas, ilegalmente apropriadas por grandes fazendeiros e empresários, que a violência é mais intensa

contra as comunidades do campo. Aqui se tem uma exemplificação clara do conceito de território elaborado pelo geógrafo Milton Santos que diz: “o território é fundamentalmente um espaço definido, conceituado e delimitado a partir de relações de poder” (SANTOS, M., 1978) e, através de um poder paralelo, cuja ação é estimulada pela impunidade, pela ordem de coronéis, latifundiários ou grandes madeireiros, constituem-se pistoleiros e milícias que agem covardemente na busca pelo domínio do território em questão.

Ainda sob a ótica das violências praticadas por um poder paralelo, no Acre e ao sul do Amazonas, pistoleiros atuam em defesa de grupos políticos detentores de grandes mercados exploratórios a qualquer custo. Tocaias são armadas, casas e plantações são destruídas e pessoas inocentes são presas. “O coronelismo infelizmente ainda está presente na vida das famílias de tais lugares. Armas modernas, drones e outros instrumentos para ameaçar, violentar e matar lideranças do campo são utilizados” (CPT, 2017).

É de suma importância destacar que o maior percentual de atingidos por conflitos na Amazônia é de comunidades posseiras (26,5%). Em seguida, aparecem sem-terra (23,1%), quilombolas (13,9%) e indígenas (11,9%). Dados como este reforçam a hipótese de que, além de restringir o acesso à terra, o grande capital patrocina a desterritorialização das famílias já instaladas. A necessidade de uma reforma agrária é urgente. Segundo a lei Nº 4.504 do ano 1964, considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

### **3. A ATUAÇÃO DA BANCADA RURALISTA**

Pensando um cenário pós eleições de 2014, o país terminou de ser inserido em uma das formações mais conservadoras do Congresso Nacional desde a redemocratização. Um dos motivos dessa radicalização da direita, e que refletiu nas eleições parlamentares de 2014, é a grande identificação de ideologias conservadoras proporcionada pela dinamicidade oferecida pela Internet e, principalmente, pelo Facebook (CHAIA & BRUGNAGO, 2014).

Como consequência dessa ascensão conservadora no Congresso, do Golpe Parlamentar de 2016 promovido contra a Presidente Dilma Rousseff e da posse de um novo Executivo ilegítimo, questões rurais que garantem a soberania de trabalhadores do campo, direitos indígenas e proteção ambiental também sofreram prejuízos.

Uma avalanche de propostas antigas e novas passou ou retornou a tramitar a partir de 2015, levando-nos a intitular essa estratégia orquestrada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (entenda-se Banca Ruralista) de “ataques aos direitos dos povos do campo”, que se constitui, na verdade, como um ataque frontal dos ruralistas e seus representantes em Brasília às conquistas de homens e mulheres que vivem e trabalham no espaço rural (JÚNIR et al. 2017).

### **MP 759 - Regularização Fundiária**

Apresentada em dezembro de 2016, pelo Poder Executivo, a Medida Provisória 759/2016 dispõe sobre regularização fundiária rural e urbana e, sobre o que nos interessa, também dispõe novas normas no âmbito da Amazônia Legal. A MP foi colocada em prática pelo Governo Federal e, a partir do dia 07 de maio de 2017, levada à debates em Comissão Mista no Congresso Nacional.

Com relatório apresentado pelo Senador Romero Jucá (PMDB/RR), a Medida Provisória foi aprovada em Plenário no dia 24 de maio de 2017. A MP, no que diz respeito à regularização fundiária em âmbito rural, altera regras do Programa Nacional de Reforma Agrária e abre maneiras de que assentados recentes tenham títulos definitivos das terras onde vivem. Isso resulta em uma fragilidade na estrutura de distribuição de terras do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ao dar a posse de terras a famílias que ainda não receberam conclusão de créditos de instalação e investimentos locais. Dessa forma, o resultado prático deve ser o aumento do assédio de grandes fazendeiros sobre pequenos assentamentos e agricultores familiares beneficiados pelo programa.

Isso significa que, mesmo assentamentos sem equipamentos mínimos de infraestrutura, por exemplo, podem ser emancipados do Programa Nacional de Reforma Agrária depois de 15 anos. Essa emancipação seria feita pelo Incra por meio da concessão dos títulos de domínio, ou seja, as famílias beneficiadas receberiam a posse das terras. Com esses títulos em mãos e sem condições básicas para viver no local – saneamento básico, acesso aos meios de produção e assistência para agroindustrialização em pequena escala-, os agricultores familiares ficariam sujeitos a vender essas propriedades para o agronegócio depois de 10 anos (TRUFFI, 2017).

O Brasil, de fato, precisava de uma reforma na regularização fundiária nacional, principalmente no que se trata da agilidade na redistribuição de terras improdutivas para trabalhadores rurais, na regulamentação de assentamentos e na demarcação de terras destinadas a povos tradicionais. Mas é necessário lembrar que essa regularização da distribuição definitiva da terra, especificamente em assentamentos, deve ocorrer apenas quando essas famílias conseguirem a infraestrutura necessária para tocar seus projetos no campo.

Para Michel Temer, autor da MP, nunca foi tão fácil aprovar proposições como essa, ainda mais com a parceria com o ruralista e Deputado Federal Osmar Serraglio (PMDB/PR), atual Ministro da Justiça. Por fim, a Medida Provisória, com a justificativa da desburocratização, ao fragilizar a distribuição de terras, acabará entregando de volta às mãos dos latifundiários terras brasileiras destinadas à Reforma Agrária.

### **CPI da FUNAI e INCRA**

A CPI da Funai e do Incra (Comissão Parlamentar de Inquérito da Fundação Nacional do Índio e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi proposta em abril de 2015 pelo Deputado Federal Alceu Moreira (PMDB/RS) e, após a coleta de 185 assinaturas - a maioria da Frente Parlamentar pela Agropecuária -, a CPI foi aceita pela mesa diretora do Plenário da Câmara dos Deputados em novembro de 2015. A justificativa inicial da criação da CPI, segundo Alceu Moreira, foi a necessidade de “apurar como é feito o levantamento das terras, como ocorre a escolha do antropólogo responsável pelo trabalho e como é o relacionamento da Funai e do Incra com os demais órgãos públicos envolvidos nas demarcações. Moreira também quer investigar denúncias de influência de organizações não governamentais (ONGs) nos processos decisórios de demarcações de terras” (Agência Câmara Notícias, 2015).

A CPI foi encerrada em 17 de agosto de 2016, sem a aprovação de um relatório final, mesmo tendo sido prorrogada por três vezes. Porém, em outubro de 2016, foi solicitada por Nilson Leitão (PSDB/MT), relator da antiga Comissão de Inquérito, a criação da CPI da Funai e Incra 2.

Analisar esse retrospecto do histórico da CPI é necessário para entender porque ela está ativa há tanto tempo e, só em maio de 2017, momento político ideal de ascensão das reformas propostas pelo Governo Temer, está aprovando um relatório tão preocupante. O relatório final de 3 mil e 400 páginas, apresentado pelo relator da CPI, Nilson Leitão, presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, indicando mais uma vez o quanto a Bancada Ruralista do Congresso assumiu completamente o controle das questões indígenas. As medidas apresentadas visam substituir a Funai por um órgão com menos autonomia, visando a mudança na forma com que a demarcação de terras indígenas e quilombolas são feitas atualmente (BEDINELLI, 2017).

O relatório conta com 70 pedidos encaminhados para abertura de inquérito e indiciamento contra antropólogos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), membros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), advogados da União, procuradores, servidores da Funai e do Incra. As vítimas são acusadas pela Frente Parlamentar Agropecuária de fraudarem processos de demarcação de terras.

Além de tantos inquéritos abertos, o relatório ainda propõe a criação de um Projeto de Lei que permita que apenas áreas ocupadas por indígenas até 1988 (ano da aprovação da Constituição) poderiam ser demarcadas. O relator da CPI, Nilson Leitão, nega que a falta de dignidade indígena é resultado de conflitos de terra, e não justifica o viés do relatório em seu interesse em estimular a concentração de terras e o controle de políticas de combate ao agronegócio.

Este documento cumpre o propósito de estimular a concentração de terras e o controle das políticas florestal e relacionadas à agropecuária no Brasil. [...] A CPI quer [sepultar a Funai](#) e a política indigenista. A força da bancada ruralista tem efeito sobre o Governo. A Funai, que já estava fragilizada no governo Dilma, sofre agora pressão ainda maior (RODRIGUES, 2017).

No dia 23 de maio de 2017, o Ministério Público Federal, através da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, divulgou uma nota que considera o relatório da CPI inconstitucional e ilegal. O MPF defende que, ao promover inquéritos de tantos militantes da luta indígena, a CPI acaba desqualificando as condutas dos que participam de processos de identificação de comunidades indígenas e quilombolas e de suas terras de ocupação tradicional. A nota finaliza: “A CPI não quer demarcar as terras indígenas ainda não demarcadas;

*quer revogar as demarcações reconhecidas recentes; quer que os ruralistas possam explorar as terras indígenas já demarcadas. Aos que lutam pelo direito, resta a confiança na Justiça” (MAIA, 2017).*

Para fechar, é importante pensar que uma grande luta pela proteção das terras indígenas já se perdeu com a aprovação da PEC 215/00, que dá ao Congresso a responsabilidade do controle das demarcações de terras indígenas, antes de responsabilidade da União (especificamente da Funai).

### **PL 6442/16 - Trabalho Rural**

Apresentado durante o início dos debates sobre a Reforma Trabalhista, em novembro de 2016, pelo grande nome da Frente Parlamentar pelo Agronegócio, o Deputado Federal Nilson Leitão (PSDB/MT), o Projeto de Lei nº 6442/2016 tem por objetivo modificar e tipificar novas normas no trabalho rural. Devido a tantos absurdos propostos e à pressão de centrais sindicais contrárias ao Projeto de Lei, a apreciação em Comissão da Câmara dos Deputados foi adiada e será apresentada apenas no segundo semestre de 2017.

A proposta do deputado inclui a possibilidade de jornada de trabalho de 18 dias seguidos sem folga, venda integral das férias e retirada do tempo de deslocamento de casa até o trabalho do total de horas trabalhadas (que podem chegar a até 12 horas diárias).

O texto define o empregado rural como uma pessoa física que presta serviço em "propriedade rural ou prédio rústico", "de natureza não eventual", mediante "salário ou remuneração de qualquer espécie". Essa última definição é uma das polêmicas do projeto. O deputado Nilson Leitão admite que esse ponto pode abrir brecha para o pagamento por outros meios, mas garante que o salário é "intocável". "Pode estar abrindo brecha, mas não é essa a minha intenção", disse ao EL PAÍS. "Nunca falei em pagar com comida ou insumo. Estamos apenas regulamentando os benefícios, bônus e prêmios afora o salário". A proposta autoriza desconto de até 20% do salário para moradia e até 25% para alimentação (ROSSI, 2017).

Além do prejuízo nas condições do trabalho, o projeto ainda coloca em risco a saúde do trabalhador, ao retirar do Ministério da Saúde e do Trabalho a fixação de regras sobre a manipulação de agrotóxicos, por exemplo, e ainda permite que

trabalhadores com mais de 60 anos manipulem defensivos agrícolas em seu cotidiano de trabalho.

Com a clássica justificativa da mudança e modernização, o autor do projeto defende a atualização da legislação criada em 1973. Mas, claro, uma modernização vinda a partir de um ponto de vista de um detentor dos meios de produção e da mão de obra de trabalho, cenário que o empregador sai ganhando em produtividade e o trabalhador sai perdendo em condições dignas para a garantia da qualidade de vida no trabalho, resultando em situações análogas à escravidão.

#### **4. CONFLITOS DE TERRA ATUAIS**

A proposta é exibir três conflitos por terra e apontar em que medida a Bancada Ruralista se mostra como potencializadora desses conflitos, sobretudo após um golpe jurídico-midiático-parlamentar instalado que lhe fornece subsídio e representatividade no Congresso.

##### **Caso Gamela: os “PSEUDOINDÍGENAS”**

Na tarde do dia 02 de maio de 2017, foi notícia nacional a barbárie cometida contra os indígenas Gamela. Povo este que reside no Maranhão, tendo sua distribuição alcançando também o Piauí. Os Gamela do Maranhão vivem na região do Lago de Viana, em uma área conhecida pelos moradores da região como *Terra dos Índios*, e enfrentam uma luta pelo reconhecimento de sua identidade enquanto povo indígena. Cerca de 1500 indígenas Gamela vivem no Brasil. Em discurso encontrado no site do *Conselho Indigenista Missionário*<sup>3</sup>, Dona Lili fala acerca do tempo e dos conflitos que eles vivem como sendo “*o tempo da guerra contra os grileiros, que contratam os serviços de pistoleiros e policiais*”. Os conflitos trouxeram algumas consequências como, por exemplo, a perda das terras. Esses conflitos resultaram na atrocidade do último dia 02 de maio.

“*Antes do ataque, o deputado federal Aluísio Guimarães Mendes Filho chamou o povo de “pseudoindígenas”*”, esta foi a chamada da matéria apresentada

<sup>3</sup> <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7668>. Visitado no dia 27/05/2017.

pela *Carta Capital*<sup>4</sup> e fonte utilizada para pensar o subtítulo acima. O Deputado, que foi assessor presidencial de José Sarney, é simpatizante da Bancada Ruralista e compõe a bancada da *bala*<sup>5</sup>, em uma outra entrevista<sup>6</sup> a uma rádio local (Maracu), se referiu aos Gamela de forma racista e incitou a violência de fazendeiro para com os indígenas.

Um conflito que resultou em 13 feridos, dos quais dois tiveram as mãos decepadas. Depoimentos relatam que existem conflitos diretos (entre fazendeiros e indígenas) na mesma região há pelo menos três anos. A área é alvo de disputas por fazendeiros e a polícia local tem registros de pelo menos outros dois ataques por parte deles. A FUNAI, de acordo com a notícia, recebeu ofícios pedindo providências sobre a demarcação do território para "*evitar o agravamento do conflito em questão*", mas, desde 2016, os indígenas não receberam nenhuma resposta positiva.

### **O caso dos trabalhadores rurais do Pará - a chacina escancarada**

Mais uma barbárie escancarada foi noticiada no dia 25 de maio de 2017. Dessa vez, no Pará, contra trabalhadores rurais sem terra. Nesse caso, temos uma peculiaridade, a participação do Estado se deu de forma ainda mais efetiva. Acontece que, além da participação efetiva da esfera política, tivemos também a esfera militar atuando de forma irresponsável contra esses trabalhadores. A chacina aconteceu em uma fazenda no município de Pau d'Arco, região que é alvo de disputa agrária há tempos. Infelizmente, dez trabalhadores, entre eles uma mulher, foram brutalmente assassinados pela polícia.

*"Este é considerado o pior massacre por conflito agrário desde a chacina de Eldorado do Carajás, em 1996, na mesma região, quando tropas da PM mataram 19 pessoas que participavam de uma marcha pacífica do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra. 21 anos depois, nenhum dos responsáveis foi punido."*<sup>7</sup> Um levantamento feito com base em relatórios produzidos pela Comissão da Pastoral da

<sup>4</sup> <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-maranhao-barbarie-contra-os-indios-gamela> visitado no dia 27/05/2017

<sup>5</sup> Alusão a Bancada BBB (do Boi, Bíblia e da Bala), termo utilizado pela primeira vez pela Deputada Erika Kokay.

<sup>6</sup> Para consulta: [http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=9249&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=9249&action=read)

<sup>7</sup> El País: [http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/25/politica/1495737149\\_649329.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/25/politica/1495737149_649329.html)

Terra (CPT) afirma que o Pará concentra 30% dos assassinatos por terra no Brasil, dentre eles pelos menos metade tem a participação da Polícia Militar.

O caso apresentado aqui é peculiar devido à sua situação. A fazenda Santa Lúcia, local do massacre, é uma área em disputa por seu proprietário e trabalhadores sem terra que pedem que o imóvel seja destinado à reforma agrária. O proprietário do imóvel, que a princípio havia ofertado a fazenda para esse fim, solicitou 30% a mais no valor avaliado pelos técnicos do INCRA. A negociação acabou num impasse e o proprietário desistiu do acordo que gerou o conflito atual. A propriedade é uma área produtiva, sendo assim não tem permissão para desapropriação. Esse é um exemplo dos demais existentes, afinal de contas “O Brasil tem uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, herança do sistema colonial. Cerca de 1% dos proprietários detêm 60% das terras”, afirma Bernardo Mançano, professor da Unesp e coordenador do Dataluta<sup>8</sup>.

### **O caso emblemático do Mato Grosso do Sul - Os Guarani-Kaiowá**

Mais um caso que envolve conflitos, mortes, ausência e também a presença mascarada do Estado. O sul do Brasil foi cenário de um dos maiores conflitos ocorrido em 2016 e tem como ponto central o processo de demarcação. Indígenas “*guarani-kaiowá foram atacados a tiros por um grupo de cerca de 70 produtores rurais e funcionários da região na terça-feira (14). Os fazendeiros chegaram na área com caminhonetes, motocicletas e um trator.*”<sup>9</sup>

Os guarani-kaiowá compõem uma das maiores populações indígenas do país, segundo o censo do IBGE, de 2010<sup>10</sup>. Pelo menos 45 mil pessoas. Dos guarani-kaiowá, maior parte reside no Mato Grosso do Sul, onde se encontra uma presença considerável do agronegócio e também tem a segunda maior população indígena, atrás apenas do Amazonas. Spensy Pimentel, professor de antropologia da Universidade Federal do Sul da Bahia, afirma que pelo menos 39 grupos de guarani-kaiowá reivindicam terras no sul do Estado, dos quais alguns sofrem com o

<sup>8</sup> Banco de dados da luta pela Terra. Para consulta: <http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta.html>

<sup>9</sup> Para consulta: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/17/Por-que-os-guarani-kaiow%C3%A1-est%C3%A3o-em-confronto-com-fazendeiros-no-Mato-Grosso-do-Sul>

<sup>10</sup> Para consulta: <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>

desemprego, sobretudo porque uma parte desse grupo vem de um mercado de subemprego.

A notícia do massacre repercutiu a nível internacional, todos ficaram sabendo, salve exceções: os povos mais distantes e/ou sem contato com essa “globalização” dos que comandam ou os ignorantes políticos que selecionam o que cabe bem ao seu ego desinformado. De acordo com El País: *“Os cerca de 300 índios haviam entrado na tarde de domingo na fazenda Yvu, em Caarapó, a 273 km da capital Campo Grande, em uma ação de “retomada”, expressão usada pelos indigenistas para definir a ocupação de uma área que já pertenceu a seus ancestrais. Eles montaram barracas de lona e fizeram um acampamento nos arredores da sede da fazenda, que tem cerca de 490 hectares, metade deles dedicado ao plantio de soja e outra metade à pecuária. Na manhã de terça-feira, “mais de 200 camionetes e carros”, segundo Elson Canteiro Gomes, liderança indígena local, chegaram na área e se dividiram em dois grupos, cercando os guarani-kaiowá, conta ele. “Fizeram um cerco e chegaram atirando. Muitos tinham arma de fogo e armas com bala de borracha”, ressalta. Os índios reagiram atirando flechas e fugiram, se espalhando pela área. Nenhum produtor rural ficou ferido.”*<sup>11</sup>. Apesar desse massacre, dentre os três apresentados aqui, ser o mais antigo (2016), é tão atual quanto os outros.

A Fazenda Yvu, segundo a matéria, pertence a Silvana Amado Buainain, e faz parte de uma área que está em processo de demarcação pelo Governo Federal. No dia 12 de maio de 2016, dia infeliz em que a Democracia começa a ruir e acima de tudo a presidenta Dilma Rousseff foi afastada da Presidência, um segundo relatório foi assinado pela presidência da FUNAI, o de identificação e delimitação da terra. O relatório, segunda etapa do processo de “criação” de uma terra indígena, inclui esta e outras fazendas que foram vendidas a proprietários rurais. Agora, creio eu, nos perguntamos: mas se estas terras eram antes dos indígenas, como elas foram parar nas mãos de proprietários rurais? E qual o maior impasse na desapropriação? Perguntas, talvez auspiciosas, que tem suas respostas nos

---

<sup>11</sup> Para consulta: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/16/politica/1466030530\\_754621.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/16/politica/1466030530_754621.html)

esforços que precisamos fazer para entendermos como o Estado está lidando com essas questões.

\*\*\*\*

Os conflitos apresentados, ou do que e no que resultam eles, estão presentes nas três regiões com maior índice de morte por disputa de terra, segundo relatório da CPT de 2016. O processo de demarcação e de distribuição de terras tem deixado uma marca pelo Brasil, vermelha é a cor que percorre essas lutas e que macha os três estados analisados, em suas relações com os povos que buscam uma terra. Por isso a urgência de uma reforma agrária e também política, pois “*é sob os golpes da propriedade privada, depois da produção de mercado, que o Estado conhece sua decadência*”(DELEUZE, 1976).

Carecemos de um olhar mais crítico e uma leitura mais desprovida de necessidades materiais ou econômicas sobre o que entendemos por terra, gaia:

Porque a terra não é somente o objeto múltiplo e dividido do trabalho, ela é também a entidade única, indivisível, o corpo pleno que se rebate sobre as forças produtivas e se apropria delas como pressuposto natural ou divino. [...] A terra é a grande estase inengendrada, o elemento superior à produção que condiciona a apropriação e a utilização comuns do solo. Ela é a superfície sobre a qual se inscreve todo o processo da produção, registram-se os objetos, os meios e as forças de trabalho, distribuem-se os agentes e os produtos (DELEUZE, 1976).

O Pará chama atenção pelo índice de violência na disputa por terra, seguido pelo Maranhão, Mato Grosso e logo depois Rondônia que, apesar de ser o 4º estado brasileiro menos populoso, segundo censo do IBGE de 2010, é também o 4º estado que mais mata em disputas agrárias no país. Precisamos de uma política efetiva, buscar no legislativo medidas que contribuam na diminuição desses conflitos. Parafraçando Vireiros de Castro “*mais quem são eles quando o que importa somos nós?*”, “*nós*” aqui são as instâncias que temos para promover uma maior e melhor distribuição de renda e de terra, o legislativo. Em detrimento do “*nós*”, temos “*eles*” que forma a base do país e que elegem os políticos que temos, o povo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se abordar diversas variáveis que englobam e se relacionam às questões ligadas a disputa por terra e por território na Amazônia brasileira, foi possível perceber nitidamente a intervenção direta do capital na vida de cada camponês, indígena, ribeirinho, quilombola e trabalhador do campo brasileiro. Além do capital, viu-se que a herança histórica de colonização do Brasil, de dominação dos povos tradicionais e de escravização do povo africano, fora determinante para a inferiorização, subalternização, criminalização e discriminação destes tão amplamente injustiçados.

Essa herança é observada nos centros de decisão da administração pública, onde, apesar de inúmeros avanços sociais oriundos da Constituição Brasileira de 1988 e de políticas públicas, bem como ações afirmativas conquistadas no seio da democracia brasileira, bancadas parlamentares unidas a interesses financeiros e a projetos que venham a proporcionar a perda de direitos conquistados em prol do lucro a todo custo, findam a evolução social, o direito à terra, o direito à saúde, o direito ao trabalho regulamentado, e o direito à vida destes povos. Pois, por parte de pistoleiros, a ordem de fazendeiros, o histórico de aniquilação de qualquer movimentação coletiva a favor de direitos é duramente combatida por estes, no qual se aproveita da ineficácia e vulnerabilidade ao zelo no tratamento ao povo, que é sujeito de direito ao usufruto das terras do Brasil.

Vivencia-se o domínio e o avanço dessas ações proporcionadas por diversos fatores aqui citados, mas que, na atual conjuntura, podem sim, ser culpabilizados pelo avanço ganancioso da Bancada Ruralista atuante no Congresso Nacional nesta atual gestão 2014/2018. Elegeu-se o que há de mais retrógrado e arcaico nos quesitos do desenvolvimento social, da defesa à floresta, da defesa à qualidade dos corpos hídricos, da manutenção à biodiversidade e da soberania de nosso país. E, conseqüentemente, as ações por estes impetradas desencadearam em uma série de projetos anti-desenvolvimentistas, num golpe de estado, e no avanço neo-colonizador sobre o povo brasileiro. Isto é, trabalha-se sob a ótica do desenvolvimento do capital financeiro, sob a ótica de que o Brasil seja dependente de economias imperialistas, que ditam as ações do governo brasileiro em prol da perda de recursos naturais de nossa terra e na desapropriação cultural tão rica e soberana do povo do Brasil.

Os grandes beneficiados com a aprovação dessas medidas são os grandes proprietários de terra, representados pela Bancada Ruralista. A regularização fundiária (MP 759), que acelera o processo de emancipação do assentado, vai facilitar o processo de grilagem de terras. O gigantesco relatório da CPI da Funai/Incra, que indicia dezenas de militantes pró direitos indígenas, vai criminalizar ainda mais movimentos e instituições. A reforma trabalhista (PL 6442/16), que fragiliza os direitos trabalhistas e privilegia o patrão, vai levar trabalhadores rurais a situações análogas à escravidão.

Fazendo um recorte temporal na história do Brasil, em um contexto extremamente violento, de violação ao Estado Democrático de Direito, vê-se o Brasil numa grande crise de representatividade, onde, dos 513 parlamentares na Câmara dos Deputados, a Bancada Ruralista constitui entre 120 e 200 votos (MEDEIROS & FONSECA, 2016), votos que não representam o povo brasileiro e suas especificidades, e, sim, permeados de interesses em defender os grandes proprietários rurais.

Considerando assim a política atual, estes parlamentares têm maior capacidade de poder político e econômico, pois, assegurados pelo poder Executivo e Judiciário, obtém maior capacidade de aprovação dessas proposições na Casa, potencializando o conflito de terras na Amazônia, institucionalizando e dando legitimidade a constantes perseguições de indígenas, posseiros, pequenos agricultores e ribeirinhos.

Neste país de maior território na América do Sul, encontra-se a maior floresta tropical do planeta terra, portanto, não se deve permitir que colonizem nosso povo novamente, não se deve aceitar que trilhem um caminho diferente daquele que contribua para a soberania da sociedade brasileira, para o avanço na educação e tecnologia científica, para o avanço de distribuição de terras e para a erradicação da fome e de qualquer tipo de exploração. É de suma importância que se possa trazer a população para o lado correto do desenvolvimento brasileiro, tem-se um potencial enorme em cada indivíduo deste país.

A potencialização da destruição de direitos conquistados, a banalização de matanças e de assassinatos de líderes da luta pela terra, bem como o desenfreado desmatamento e avanço da monocultura e de pastos, deve ser denunciada e

combatida com efetividade,clama-se veementemente pela importância de ações sociais e econômicas que venham a contribuir para a justiça no trato com estes povos, sendo de extrema importância a defesa de direitos conquistados e a aplicação de uma reforma agrária, a fim de contribuir para uma equânime distribuição de terra.

A implementação de políticas públicas e a defesa e evolução de muitas conquistadas é de máxima importância para a luta dentro do sistema capitalista. Não se pode fugir desta responsabilidade, não se deve deixar que nenhuma comunidade seja cooptada por grandes fazendeiros, não se pode deixar de disputar a narrativa da história, pois a luta está longe de acabar. A bravura de quem está ao lado certo das trincheiras de luta é condição necessária para que através do tempo se consiga alcançar o objetivo da equidade, da igualdade de direitos e de avanço coletivo do povo brasileiro rumo à um país e mundo melhor, onde o espaço da Amazônia brasileira seja preservado e justamente distribuído por entre todos que dela dependem, usufruem e a constroem. Isto pode ser traduzido em reforma agrária, em regulamentação do agronegócio e, a longo prazo, na superação de nossa atual ordem social e econômica.

## 6. REFERÊNCIAS

Agência Câmara Notícias. Câmara poderá ter CPI para apurar fraude em demarcação de terras indígenas, 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/486827-CAMARA-PODERA-TER-CPI-PARA-APURAR-FRAUDE-EM-DEMARCAO-DE-TERRAS-INDIGENAS.html>> Acessado em: 23 de maio de 2017.

BEDINELLI, Talita. CPI da Funai aprova relatório que propõe 'pacotão ruralista' de leis, 2017. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/16/politica/1494888936\\_500014.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/16/politica/1494888936_500014.html)> Acessado em: 22 de maio de 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CAMARA, Maria Helena Ferreira da. Aspectos do direito de propriedade no capitalismo e no soviétismo. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia; ANDRADE, Thiago. Conflitos no Campo - Brasil 2016. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia, 2017.

CARNEIRO DA CUNHA,, Manuela (2012) Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania: 92-93. São Paulo: Claro Enigma

CAVALCANTE, Flávia Costa. O processo migratório na Amazônia vinculado à mobilidade pelo trabalho - O caso de UHE de Tucuruí. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

CHAIA, Vera Lucia Michalany; BRUGNAGO, Fabricio. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política. São Paulo, 2014.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. Milles plateaux. Capitalisme et schizophrénie. Paris: Minuit, 1981.

\_\_\_\_\_. O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 1976. Rio de Janeiro: Imago Editora

JUSTIFICANDO. Dez pessoas são mortas em massacre no Pará em ação da PM. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/24/dez-pessoas-sao-mortas-em-massacre-no-para-em-acao-da-pm/>> Acessado em: 26 de maio de 2017.

JUNIOR, Marco; MARTINS, Lucas; SILVA, Ana; NASCIMENTO, André, 2017. Ataques aos direitos dos povos do campo: as ações do Legislativo e Executivo Federal. In: Conflitos no Campo Brasil 2016. Goiânia, 2017.

KOPENAWA, Davi & B. Albert, 2015. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras.

MAIA, Luciano Mariz. CPI contra a Funai, Incra, índios e sem-terra. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão sobre Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <[http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/6CCR\\_NotaCPI\\_Funai.pdf](http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/6CCR_NotaCPI_Funai.pdf)> Acessado em: 25 de maio de 2017.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, Manifesto do Partido Comunista. Editorial Avante, 1997.

MEDEIROS, Étore; FONSECA, Bruno. As bancadas da Câmara, 2016. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>> Acessado em: 26 de maio de 2017.

NIMUENDAJU, Curt (1937) "The Gamella Indians"; *Primitive Man* X(3-4)

PEIXOTO, Fabrícia. Linha do Tempo: Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722\\_amazonia\\_timeline\\_fbdt.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722_amazonia_timeline_fbdt.shtml)> Acessado em: 26 de maio de 2017.

PIMENTEL, Spensy K. Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani. Tese (Doutorado) – Programa de PósGraduação em Antropologia Social, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. Cosmopolítica kaiowá e guarani: Uma crítica ameríndia ao agronegócio. Revista de Antropologia da UFSCar, v.4, n.2, jul.-dez., p.134-150, 2012. Disponível em: [http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/vol4no2\\_08.SPENSY.pdf](http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/vol4no2_08.SPENSY.pdf)

PLANS, Josep Iborra; BRAGA, Darlene; SILVA, Célio Lima da; REGO, Gilson; LIMA, Karen; SANTOS, Valéria Pereira; ... PAULA, Élder Andrade de. O Território da Amazônia em Disputa. In: Conflitos no Campo Brasil 2016. Goiânia, 2017.

RODRIGUES, Edmilson. Relatório da CPI da Funai e Inbra é uma compilação de insanidades, 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/relatorio-da-cpi-da-funai-e-incra-e-uma-compilacao-de-insanidades>> Acessado em: 25 de maio de 2017.

ROSSI, Marina. A Controversa proposta da bancada ruralista para o trabalho no campo no Brasil, 2017. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/04/politica/1493927909\\_366887.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/04/politica/1493927909_366887.html)> Acessado em: 23 de maio de 2017.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SCHERER, Elenize; OLIVEIRA, José Aldemir. Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente. Editora da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

TRUFFI, Renan. A MP 759 coloca terras da Reforma Agrária na mira do agronegócio, 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-mp-759-coloca-terras-da-reforma-agraria-na-mira-do-agronegocio>> Acessado em: 19 de maio de 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Metafísicas Canibais — elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

## **A Composição de Renda das Mulheres de Goiatins**

Fernanda Pereira de Brito, estudante na Universidade Federal do Tocantins do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, bolsista CAPES  
nanda\_18brito@hotmail.com;

Renata Rauta Petarly, professora mestre na Universidade Federal do Tocantins do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, renatapetarly@mail.uft.edu.br

### **Resumo**

O objetivo geral deste trabalho é descobrir a composição de renda, considerando aspectos monetários e não monetários, das mulheres da zona urbana do município de Goiatins, cidade do estado do Tocantins, aonde o Índice de Desenvolvimento Humano é de apenas 0,576, o que é baixo e coloca o município na posição 4.718ª entre os 5.565 municípios do Brasil e onde 37,47% da população são extremamente pobres e 53,72% são pobres. O trabalho abriga um referencial teórico que fala sobre a divisão sexual do trabalho que trata da maneira como historicamente em determinadas sociedades houve uma separação entre o trabalho feito por homens e por mulheres e uma hierarquização de um sobre o outro; a economia feminista, uma corrente do pensamento econômico que pretende construir uma visão econômica que deixe de ocultar e desconsiderar as experiências de trabalho remunerado e não remunerado das mulheres; e autonomia econômica das mulheres que é também uma reivindicação dos movimentos feministas tendo como um dos objetivos a capacidade de autodeterminação das pessoas sobre suas vidas. Para levantar os dados foi aplicado um questionário com 55 mulheres da zona urbana do município. E na análise de dados foi verificado, o perfil socioeconômico das mulheres, as atividades que compõe a renda, a classificação das atividades em formais e informais, monetárias e não monetárias; a renda pessoal e familiar, o trabalho doméstico e de cuidados, as horas que as mulheres dedicam a estas atividades, o impacto de suas ocupações no sustento das famílias e os fatores ligados às suas autonomias econômicas.

Palavras-chave: Economia Feminista, trabalho das mulheres, autonomia econômica, renda.

### **1- INTRODUÇÃO**

A cidade de Goiatins segundo o Atlas do Desenvolvimento no Brasil (2013) possui um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,5, o que coloca o município entre os últimos municípios tanto levando em conta os municípios do estado do Tocantins quanto os municípios do País. Este dado reflete as condições de sua população onde 37,47% são extremamente pobres e 53,72% são pobres. Se a pobreza afeta 91,19% da população geral, de que maneira sobrevivem as mulheres desta cidade?

Considerando o exposto acima o objetivo maior deste trabalho é analisar, por meio da teoria da economia feminista, quais as fontes de renda que garantem o sustento das mulheres de Goiatins. Considerando a renda, neste caso, não apenas como sinônimo de uma remuneração advinda de um trabalho formal ou informal, mas considerando a renda como tudo o que contribui para o sustento da vida, como o que permite a sobrevivência no dia a dia. Para melhor compreender a composição desta renda, se faz necessário também: identificar quais são as ocupações às quais as mulheres se dedicam e quanto tempo de sua rotina é destinada a essas ocupações; classificar as ocupações em termos de trabalho formal e informal: Barbosa (2007) diz que geralmente o trabalho formal é caracterizado por aquele que é regulamentado pela lei ou por acordos coletivos que assegura ao trabalhador os direitos trabalhistas mínimos de proteção e informal seria aquele não regulamentado e/ou

sem garantias dos direitos trabalhistas mínimos assegurados por lei, como, por exemplo, licença-maternidade ou aposentadoria; monetário e não monetário, e analisar de que forma as ocupações desempenhadas pelas mulheres impacta no sustento de suas famílias, pois se pretende usar aqui a abordagem da economia feminista e assim evidenciar as experiências econômicas das mulheres, bem como procurar entender que aspectos são responsáveis por suas autonomias econômicas ou não.

O trabalho é composto por um referencial teórico que contempla a teoria da divisão sexual do trabalho, a economia feminista e autonomia econômica das mulheres; estas teorias buscam elucidar questões relacionadas ao trabalho das mulheres sejam eles monetários ou não monetários, produtivos ou reprodutivos, bem como de discussões sobre as maneiras de evidenciar o trabalho das mulheres no meio das pesquisas científicas e também soluções para as desigualdades no mundo do trabalho entre homens e mulheres. Também faz parte do trabalho a análise e discussão dos dados colhidos por meio da aplicação de questionários estruturados previamente com perguntas abertas e fechadas e dirigidos às mulheres chefes de família da zona urbana da cidade de Goiatins e a posterior conclusão do que foi analisado.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1- TEORIA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

Divisão sexual do trabalho trata-se dizer que mulheres e homens são naturalmente destinados a algumas tarefas. Onde prioritariamente os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e as mulheres pelo trabalho reprodutivo; além disso, os trabalhos de homens teriam maior valor que o trabalho de mulheres. Em outras palavras:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregador [...] (HIRATA et al., 2009, p. 67)

Conforme as autoras acima a divisão sexual do trabalho é então uma maneira de dividir determinadas tarefas como femininas ou masculinas que destina as mulheres ao trabalho reprodutivo e os homens ao trabalho produtivo; além desta separação são atribuídos diferentes valores para o que é trabalho masculino e trabalho feminino. Para Hirata e colaboradoras (2009) há dois princípios que organizam a divisão sexual do trabalho, o primeiro seria a separação que distingue o que é naturalmente trabalho de homem e trabalho de mulher e o segundo seria a hierarquização, pelo qual um trabalho tem mais valor que o outro, no caso o trabalho produtivo dos homens.

O que se pode ver é que a reprodução desses dois princípios da divisão sexual do trabalho contribui para que o trabalho que as mulheres geralmente fazem seja visto como menos importante que o dos homens. Butto e colaboradoras (2014, p. 100), dizem que: “A ideia de que mulheres e homens nascem com capacidades distintas para realizar determinadas atividades é uma construção histórica que oculta o trabalho das mulheres e institui a noção de superioridade do trabalho masculino”. As consequências da separação entre trabalho de homem e de mulher e da hierarquização de um sobre o outro, de acordo às autoras são tornar o trabalho feminino invisível e construir a ideia de que o trabalho masculino é mais importante e por isto digno de visibilidade.

Os homens são destinados prioritariamente às atividades vinculadas à esfera produtiva, enquanto as mulheres à esfera reprodutiva, e ao mesmo tempo em que há uma maior valorização do trabalho masculino e eles exercem as atividades de maior valor agregado. Essa formulação permite abordar a relação entre produção e reprodução, explica a simultaneidade das mulheres nos trabalhos produtivo e reprodutivo e sua exploração diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado (SABBATO et al., 2009, p. 18).

Aqui fica evidente, a desigualdade de que são vítimas as mulheres dentro da divisão sexual do trabalho, pois ainda que sejam as responsáveis majoritárias pelas tarefas domésticas e de cuidados na esfera reprodutiva, elas trabalham também na esfera produtiva de forma assalariada ou no campo, mas:

A presença das mulheres no trabalho assalariado ou no campo não alterou em nada a responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho doméstico e o cuidado. Para as mulheres a realização do trabalho doméstico e de cuidados coloca-se como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal (SABBATO et al., 2009, p. 18).

Vê-se então, que mesmo as mulheres trabalhando na esfera produtiva e assim tenham transgredido o que é função de homem e função de mulher perante a sociedade, ainda estão reféns da desigualdade dentro de suas casas, pois as tarefas domésticas e de cuidados para com filhos, idosos e pessoas com necessidades especiais é realizado majoritariamente por elas, pois é seu dever. Como diz Moreno (2013 p.62): “A desigualdade na divisão sexual do trabalho se manifesta, no âmbito doméstico, pela diferença do tempo gasto por mulheres e homens na realização do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado”. Assim o trabalho das mulheres na esfera pública ou privada, remunerado ou não, tem peculiaridades:

Em uma sociedade patriarcal, estruturada por uma divisão sexual do trabalho desigual, olhar para os cuidados implica considerar as consequências que a sobrecarga de trabalho imposta às mulheres acarreta em diversos âmbitos. Um exemplo comum é o de que, devido às responsabilidades das mulheres com o cuidado dos filhos, elas procuram emprego em tempo parcial e com mais flexibilidade, elementos que estão relacionados à informalidade e à precarização. [...] Por outro lado, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho remunerado não foi acompanhado por uma reorganização do trabalho de cuidados capaz de alterar a desigualdade de sua realização por homens e mulheres (MORENO, 2013, P. 56).

A maneira como se lida com essas peculiaridades varia de acordo a classe social, pois: “Aqueles que estão mais bem posicionadas no mercado de trabalho recorrem à serviços oferecidos pelo mercado ou à contratação de outras mulheres, aspectos que recriam desigualdades entre as próprias mulheres” (Moreno, 2013, p. 56). Acerca das mulheres mais pobres, Fontoura e Gonzalez (2009, p. 22) dizem que: “As mulheres mais pobres, cuja renda familiar *per capita* não ultrapassa meio salário mínimo (SM), são as que menos participam do mercado de trabalho e mais enfrentam o desemprego”. Isto porque se dedicam muito mais aos trabalhos domésticos e de cuidados, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), as mulheres gastam no Brasil, em média 20,8 horas semanais, enquanto os homens gastam em média apenas 10 horas semanais; portanto ou nem sequer chegam a trabalhar fora de casa ou acabam em trabalhos informais e precários

que permitam uma maior flexibilidade em suas jornadas, embora lhe custem direitos. “Quanto mais alguém se dedica às tarefas domésticas e ao cuidado, menor sua condição de assumir as atividades de produção e de comercialização”(BUTTO et al.,2014, p. 108). Quanto às mulheres que chegam ao mercado de trabalho, há traços da divisão sexual do trabalho:

As mulheres estão concentradas nos empregos ditos “femininos” no sentido de que se baseiam em uma responsabilidade em relação a outrem. Elas ocupam maciçamente profissões que reproduzem, no universo profissional, as tarefas do serviço que assumem na família: cuidam de crianças, são auxiliares de enfermagem, enfermeiras, empregadas domésticas, faxineiras [...] e no serviço público, as mulheres gerenciam a logística do mesmo modo que asseguram a boa administração do lar (GUÉRIN, 2005, p. 40).

Não quer dizer com isso que as mulheres exerçam apenas estas profissões acima citadas, mas que estes empregos que requerem cuidados e habilidades domésticas, são majoritariamente ocupados por mulheres. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2013), por exemplo, os trabalhadores domésticos do Brasil eram compostos por um total de 6.423 trabalhadores domésticos, em números absolutos (1.000). Do total de trabalhadores domésticos: 473 eram homens e quase metade deles com carteira assinada: 213, e 5.951 eram mulheres, sendo apenas 1.909 delas com carteira assinada.

Por fim, na contramão dos dois princípios base da divisão sexual de separação e hierarquização há a economia feminista; uma corrente teórica que busca tirar da invisibilidade por meio de estudos e análises teóricas o trabalho não remunerado que as mulheres realizam na esfera privada e ainda se presta a entender as particularidades do trabalho das mulheres na esfera pública seja ele remunerado ou não. A conceituação da dita economia feminista é o que veremos a seguir.

## **2.2- ECONOMIA FEMINISTA**

Uma corrente teórica que segundo Quintela (2006, p. 13) surge nos anos de 1970, século XX: “Nesse período, cresceram as formulações críticas com novas abordagens para as ciências econômicas a partir do feminismo, questionando tanto a escola neoclássica como a marxista.” A economia feminista é uma corrente teórica que se presta a construir uma visão diferente da visão androcêntrica, que para Moreno (2013, p. 15) seria a: “[...] construção de noções e teorias que tomam a experiência dos homens como universal, ao ocultar e/ou desconsiderar as experiências das mulheres”. Neste sentido:

A economia feminista questiona o paradigma dominante e sua abordagem androcêntrica e contribui para dar visibilidade ao aporte econômico das mulheres. Já a economia dominante não só desconsidera, invisibiliza a contribuição econômica das mulheres, como oculta e desconhece as elaborações teóricas das feministas (SABBATO et al., 2009, p. 14, 15).

Trata-se, portanto, de construir uma visão econômica que contemple as mulheres e homens enquanto atores econômicos e ainda de resgatar e mostrar as experiências femininas que tradicionalmente ficam aquém das experiências masculinas quando as teorias e estudos da economia dominante são realizados. Pois:

No caso das atividades econômicas, trata-se não apenas de dizer onde estão as mulheres, mas de ir além e explicar e explicitar os motivos pelos quais suas atividades são ocultadas na teoria e mantidas desvalorizadas na prática, questionando-os (MORENO, 2013, p. 13).

Seria construir conhecimentos para entender criticamente o papel da mulher na economia. É do interesse da economia feminista, todas as atividades econômicas realizadas pelas mulheres, sejam elas monetárias ou não, pois:

Para a economia feminista, a economia monetária depende da economia não monetária por razões óbvias: os salários pagos são insuficientes e as famílias dependem do trabalho realizado no âmbito doméstico além de as relações afetivas e emocionais essenciais para o ser humano também não podem ser adquiridas no mercado (CARRASCO, 2012, p. 13, 14).

Sendo assim, tanto o trabalho mercantil quanto o doméstico e de cuidados, remunerados ou não, realizados pelas mulheres são objeto de estudo das economistas feministas, bem como outros fatores que afetem esses trabalhos:

A economia feminista tem se dedicado a estudar e construir elaborações em diversos campos, tais como a crítica conceitual e metodológica, o trabalho das mulheres (compreendendo o mercantil, doméstico e de cuidados), a globalização, os orçamentos com sensibilidade de gênero [...] (SABBATO et al., 2009, p. 17)

Tudo para que as atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres deixem de ser tratadas como algo sem valor. Carrasco (2012, p. 36) considera neste sentido que: “Se tudo o que é feminino tem sido desvalorizado pelo patriarcado, isso não quer dizer que não tenha valor. E [...], para desativar o patriarcado teríamos, primeiramente, que recuperar o valor do que é feminino”. Para isto ser alcançado:

As feministas propõem a ampliação da fronteira do que é considerado econômico, incorporando todas as mulheres como agentes econômicos e suas atividades, mesmo as que não são remuneradas, como economicamente significativas (MORENO, 2013, p. 26).

Dentro da economia feminista há duas principais correntes de pensamento. A primeira delas diria respeito à conquista das mulheres da igualdade que os homens já usufruem:

O objetivo desse modelo seria conseguir a igualdade entre mulheres e homens, mas sem alterar o modelo dominante, ou seja, conseguir que as mulheres se *igualassem aos homens* em sua forma de participar na sociedade: no mercado de trabalho, nos cargos ou locais de poder, no uso do espaço público [...] (CARRASCO, 2012, p. 36)

Entretanto, Carrasco (2012, p. 37), argumenta sobre este primeiro modelo que: “A igualdade de direitos pode ser um passo necessário, mas nunca suficiente”. É que para ela, a maneira como os homens participam na sociedade depende de que haja alguém dedicado ao trabalho doméstico e de cuidados (que geralmente tem sido feito pelas mulheres); portanto, para as mulheres chegarem de fato a sua autonomia seria preciso alterar a modelo dominante. Ir além da igualdade de direitos é, portanto, o objetivo da segunda corrente de pensamento:

A segunda corrente propõe que a igualdade de direitos é um passo necessário, mas não suficiente para as transformações da vida das mulheres apresentando, como alternativa, reivindicações que considerem a experiência das próprias mulheres, em vez de partir do que lhes falta para se igualar aos homens (MORENO, 2013, p.54).

Este segundo modelo trata, portanto de buscar a autonomia das mulheres a partir de suas próprias experiências e não somente almejar chegar à igualdade entre homens e mulheres. Para Carrasco (2012, p. 37), pois: “Trata-se de avançar para a ruptura do modelo masculino, de nomear e dar valor às atividades desenvolvidas tradicionalmente pelas mulheres, [...] de construir um novo mundo simbólico [...]” Seria a construção de um modelo de desenvolvimento humano que rompa com o modelo patriarcal. E: “Tudo isso com o objetivo da centralidade da vida humana, do bem-estar das pessoas ou, dito de outro modo, da sustentabilidade da vida humana em suas diferentes dimensões e subjetividades” (CARRASCO, 2012, p. 37). É, por conseguinte, muito mais do que apenas uma maneira de evidenciar e estudar as atividades econômicas das mulheres trata da construção de uma economia com foco no ser humano, sem desconsiderar homens ou mulheres. Uma das maneiras de chegar a isto é por meio da autonomia econômica das mulheres que é o assunto do próximo tópico.

### 2.3- AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES

Autonomia econômica é uma reivindicação dos movimentos feministas que busca combater as desigualdades que levaram as mulheres a geralmente ficarem economicamente aquém dos homens. Moreno (2013, p. 121) diz que: “A autonomia econômica é uma das dimensões da capacidade de autodeterminação das pessoas sobre suas próprias vidas, que se soma a outras dimensões, como aquelas relacionadas com o corpo, a sexualidade e a participação política”.

Dentro do movimento feminista, dois principais movimentos têm em suas pautas a autonomia econômica que está inexoravelmente ligada ao trabalho: “Trabalho e autonomia econômica constituem, assim, um dos campos de ação da Marcha Mundial das Mulheres e também um eixo permanente da Marcha das Margaridas” (MORENO, 2013, p. 121). Ainda sobre o conceito:

Autonomia econômica é mais que autonomia financeira. A remuneração não é a única fonte de autonomia; esta depende de nossa formação, do acesso aos bens comuns, ao crédito, à economia solidária e aos serviços públicos. As mulheres produzem riqueza não monetária que é redistribuída diretamente (sem passar pelo sistema financeiro formal): desde pequenas elas dedicam uma grande parte de seu tempo para a satisfação das necessidades da sociedade, dos membros de suas famílias e de suas comunidades (BUTTO et al., 2014, p. 103).

Uma das principais causas das desigualdades econômicas entre homens e mulheres, como visto anteriormente, gira em torno do trabalho doméstico. Fontoura e Gonzalez (2009, p.24) dizem que as desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho: “[...] se explicam em larga medida pelo fato de que são as mulheres as responsáveis pelo trabalho doméstico relacionado à reprodução das famílias e aos cuidados com as pessoas e a casa”. Isto ocasionado pela divisão sexual do trabalho. E mesmo quando trabalham fora de casa (trabalho mercantil), a realização do trabalho doméstico dentro de casa ainda é majoritariamente feito por elas, o que acarreta em outros problemas: “O desgaste de energias físicas e psíquicas gerados pela *dupla jornada* manifesta-se atualmente em vários tipos de problemas de saúde na população feminina” (CARRASCO 2012, p. 81). Buscar a autonomia econômica das mulheres é buscar meios de resolver estas questões e:

Isto implica que, entre as reivindicações, para além do direito a uma remuneração digna para seu trabalho, está o acesso aos direitos e serviços públicos que distribuam a responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidados, como políticas de alimentação e cuidados (MORENO, 2013, p 122).

As reivindicações feministas, ditas acima, para alcançar a autonomia econômica das mulheres, tais como: remuneração digna, distribuição da responsabilidade pela realização do trabalho doméstico e apoio do Estado para a criação de políticas de alimentação e cuidados; parecem ter orientado a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) de 2013 para os anos de 2014 e 2015, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, pois em seu capítulo intitulado Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, consta como objetivo geral do plano de ações:

Promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta, considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe, raça e etnia, desenvolvendo ações específicas que contribuam para a eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na valorização da participação das mulheres no desenvolvimento do país (PNPM, 2013, p. 14).

Percebe-se se assim que a reivindicação feminista de autonomia econômica para as mulheres encontra como um meio de ação concreta, a criação de políticas públicas com este fim. No caso, o próprio PNPM (2013 p. 14) diz: “A diminuição da desigualdade reforça a necessidade de políticas específicas dentro do governo federal para a conquista da autonomia econômica das mulheres” e ainda: “Diminuir o tempo das mulheres nos afazeres de casa é tarefa de políticas públicas para a autonomia econômica”. Pois, como já vimos, é a divisão sexual do trabalho um dos maiores empecilhos para a conquista da autonomia econômica das mulheres. Vejamos então os objetivos específicos do PNPM 2013-2015:

- I. Ampliar a participação e a permanência das mulheres no mundo do trabalho, garantindo a qualidade nas condições e igualdade de rendimentos.
- II. Promover a organização produtiva e o acesso à renda para mulheres, especialmente das em situação de vulnerabilidade social.
- III. Promover a valorização e o reconhecimento da contribuição das mulheres do campo, da floresta, mulheres indígenas, das comunidades tradicionais e das mulheres com deficiência para o desenvolvimento econômico do país.
- IV. Promover políticas que visem o compartilhamento das responsabilidades domésticas e que contribuam para a superação da divisão sexual do trabalho.
- V. Ampliar a formalização do trabalho das mulheres e a garantia de direitos (PNPM, 2013, p. 14,15).

Vê-se aqui uma das maneiras de busca efetiva da autonomia das mulheres que parte de pautas dos movimentos feministas para se concretizar na forma de políticas públicas realizadas pelo Estado. Apesar de não ser o foco desta pesquisa por limitações de tempo e recursos, essa situação nos leva a refletir sobre o real cumprimento desses objetivos e que resultados trouxeram para a vida das mulheres alvo dessas políticas públicas.

### **3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O objeto de estudo deste trabalho são as mulheres da cidade de Goiatins, estado do Tocantins. A cidade se situa às margens do rio Manoel Alves Grande que faz limite com o estado do Maranhão. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2016, a população do município que tem uma área de 6.408, 602 km<sup>2</sup>, é estimada em 12.813 habitantes. Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, a população urbana era

composta por 2.436 mulheres e 2.513 homens e a população rural composta por 3.341 mulheres e 3.774 homens.

**Figura 1 – Município de Goiatins**



Fonte: IBGE, 2016

Segundo a última publicação do Atlas do Desenvolvimento no Brasil (do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD), com dados de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano de Goiatins, composto pelas variáveis de renda, longevidade e educação, é de 0,576, o que é baixo e coloca o município na posição 4.718<sup>a</sup> entre os 5.565 municípios do Brasil e entre os 139 municípios do estado do Tocantins, Goiatins ocupa a posição 130<sup>a</sup>. Para o Perfil Socioeconômico dos Municípios feito pelo governo do estado e publicado em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) total em 2012 foi de R\$ 122.035,71 e o PIB *per capita* anual também em 2012 de R\$ 9.986,56. O rendimento domiciliar *per capita*, IBGE de 2010, consta que aproximadamente 58% ganham até meio salário mínimo, 22% de meio a 1 salário mínimo, 14% de 1 a 2 salários mínimos, 5% de 2 a 5 salários mínimos e 1% mais de 5 salários mínimos.

O Atlas do Desenvolvimento no Brasil, diz que em 2010, 37,47% eram extremamente pobres e 53,72% eram pobres; a composição da população com mais de 18 anos, se caracterizava por 51,8% da população economicamente ativa ocupada, 6,4% da população economicamente ativa desocupada e 41,8% da população economicamente inativa, porém a porcentagem de formalização do total da população economicamente ativa ocupada era de 26,90%. O quesito educação adulta, do Atlas do Desenvolvimento no Brasil, aponta que a população de 25 anos ou mais, em 2010, era composta por 32,3% com ensino fundamental incompleto e analfabeto, 39% com ensino fundamental incompleto e alfabetizado, 9,8% com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, 13,6% com ensino médio completo e superior incompleto e, 5,3% com o ensino superior completo.

Outros dados curiosos sobre a vulnerabilidade social do município encontrado no Atlas do Desenvolvimento no Brasil (dados de 2010) são os de que: 24,61% das mães chefes de família não tinham o ensino fundamental e com filho menor; 71,93% das pessoas

eram vulneráveis à pobreza e 64,14% das pessoas com 18 anos ou mais não tinham completado o ensino fundamental e estavam em ocupações informais.

A pesquisa deste trabalho é descritiva e exploratória, que para Gil (2008), servem respectivamente para: descrever as particularidades de determinadas populações ou fenômenos, usando técnicas padrões de coletas de dados como, por exemplo, o questionário e para construir hipóteses ou se familiarizar com determinado problema para explicá-lo melhor por ainda ser pouco conhecido. A delimitação da amostra se deu pelas 1.296 famílias que vivem no centro urbano, sendo destas o objetivo da aplicação dos questionários às mulheres chefes adultas de cada família, sendo que a coleta de dados se deu do dia 14 a 20 de outubro, período escolhido pela disponibilidade de recursos humanos e financeiros para a realização da pesquisa, por acessibilidade e esgotamento. Foi escolhida aleatoriamente uma mulher de diferentes setores da cidade, para variar a área da pesquisa, que então indicava a próxima a ser entrevistada que por sua vez indicava outra e assim seguia. Resultou na aplicação de 55 questionários previamente estruturados com questões abertas e fechadas que eram lidas pela aluna pesquisadora, respondidas oralmente pelas entrevistadas e transcritas imediatamente de forma manuscrita no questionário em questão.

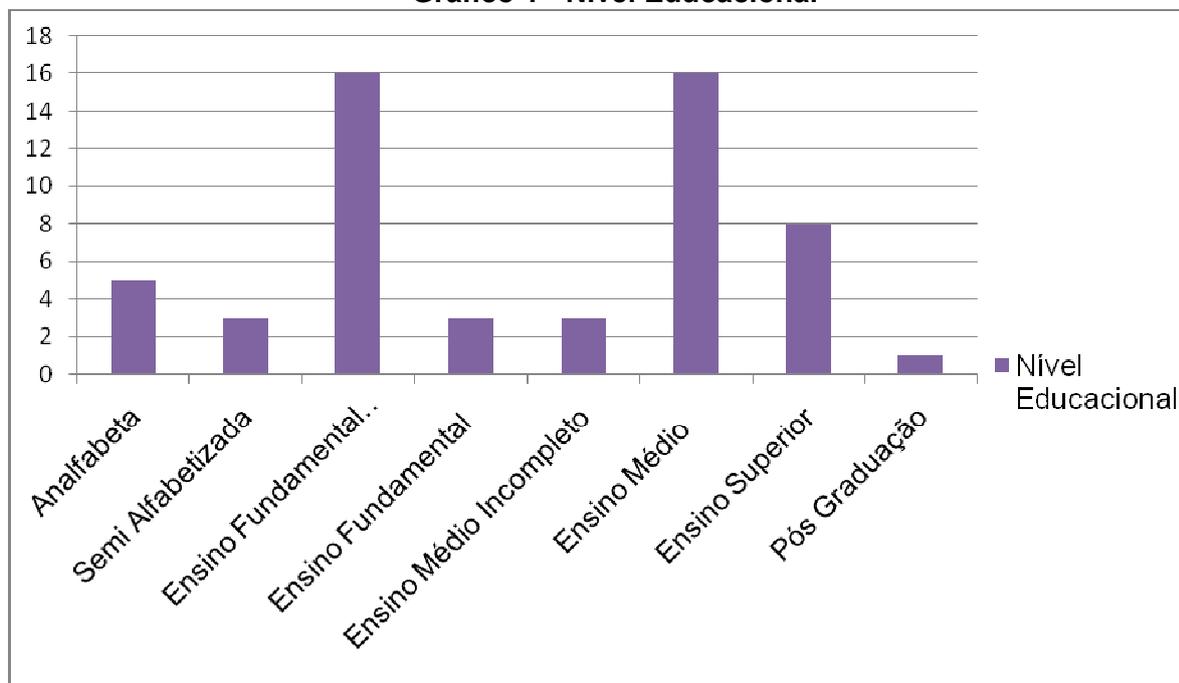
#### **4- ANÁLISES E DISCUSSÕES**

##### **4.1- O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES DE GOIATINS**

As cinquenta e cinco mulheres que responderam ao questionário representam casas que num total abrigam 227 pessoas, em cada casa há uma média de 4 pessoas; sendo a quantidade máxima de pessoas em uma única casa de 9 pessoas, havendo uma única casa em que só havia 1 pessoa. A idade média delas é de 44 anos, tendo a mais nova 21 e a mais velha 79 anos. 25 delas são casadas, 20 solteiras, 6 viúvas e 4 em união estável. A renda média dessas mulheres é de aproximadamente R\$ 724,47 mensais, sendo a menor renda R\$ 163,00 e a maior renda R\$3000,00; considerando que 5 afirmaram não ganhar nenhuma renda e 3 não souberam responder. Considerando que a renda média total das famílias é de R\$ 1784,93 (10 não sabiam quanto) e a renda média total das mulheres, aproximadamente elas contribuem com 41% da renda média monetária de suas famílias.

Segue abaixo o nível educacional das mulheres de Goiatins

**Gráfico 1 - Nível Educacional**



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

O gráfico representa números absolutos (unidades de pessoas) composto pelas 55 mulheres e seus graus de estudo. Destas apenas 16 concluíram o ensino médio, 8 têm o ensino superior e apenas 1 é pós-graduada. Segundo o Atlas do Desenvolvimento no Brasil (2010), da população adulta do município, 18,93% possuía o ensino médio completo e apenas 5,32%, o superior completo. Chama atenção, por exemplo, o fato de 16 mulheres terem apenas o ensino fundamental incompleto.

#### 4.2- A COMPOSIÇÃO DA RENDA

Trazendo a abordagem da economia feminista de analisar não só as atividades monetárias, mas também as que não são, foi pesquisado todas as atividades que as mulheres faziam durante o dia. Foram detectadas 11 tipos de atividades monetárias e 4 tipos de benefícios sociais. São eles por categoria:

**Tabela 1 – Categorias de atividades e benefícios monetários**

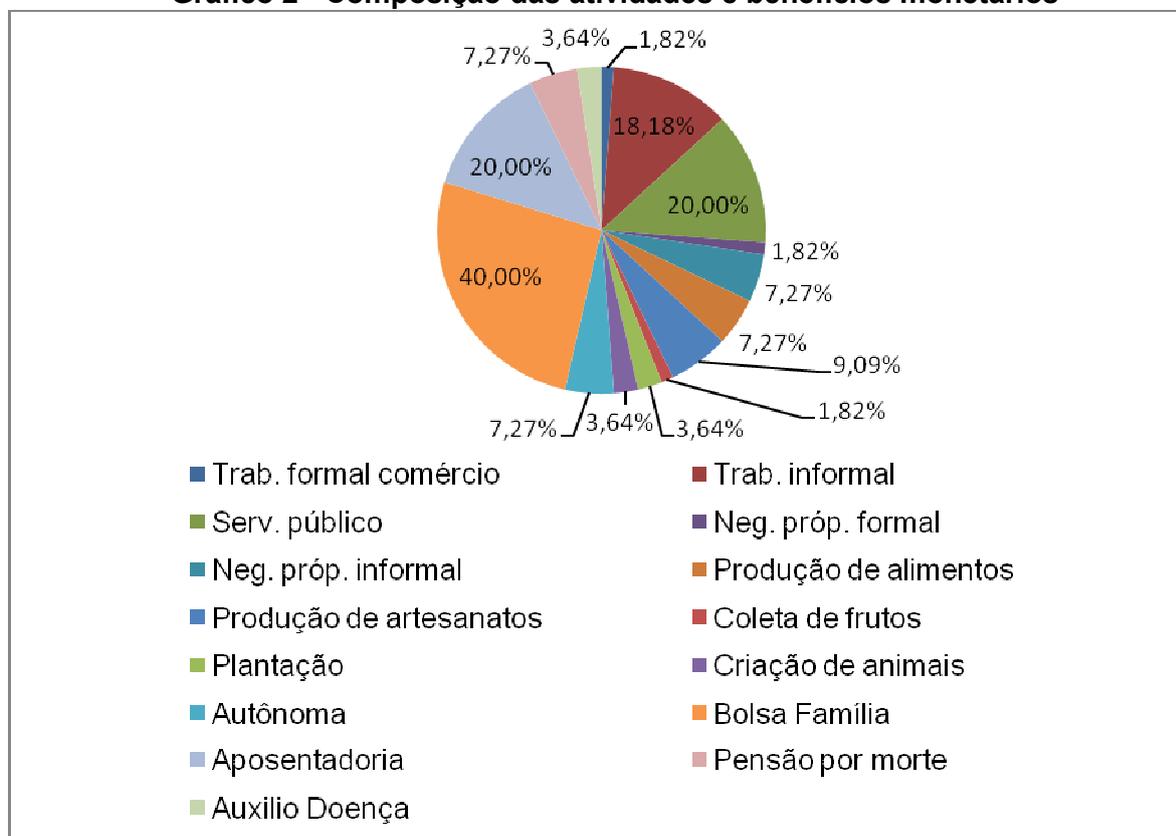
<b>Categorias</b>	<b>O quê O quê</b>
Trabalho Formal Comércio	Atendente de Caixa
Trabalho Informal	Serviço Doméstico, assessoria, cuidado de crianças
Serviço Público	Merendeiras, secretária, ASG, Professora, Enfermeiras, pedagoga, Assistente social e recepcionista
Negócio Próprio Formal	Comércio
Negócio Próprio Informal	Comércio e serviços de beleza
Autônoma	Revendedoras de cosméticos e rev. De doce
Produção De Alimentos	Geladinha, bombons caseiros, água de coco

Prod. De Artesanato	Crochê, corte e costura
Coleta de Frutos	Derivados de frutas típicas: buriti, etc.
Plantação	Comestíveis: cebolinha e coentro
Criação de Animais	Galinhas
Benefícios Sociais	Bolsa-família, aposentadoria, pensão por morte e auxílio-doença

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

São eles por descrição detalhada e quantidade de mulheres: **trabalho formal comércio**, 1 atendente de caixa; **trabalho informal**, 7 domésticas, 1 assessoria, 1 cuidado de crianças e 1 serviços gerais; **serviço público**, 2 merendeiras, 1 secretária, 2 auxiliares de serviços gerais, 1 professora, 2 enfermeiras, 1 pedagoga, 1 assistente social, 1 recepcionista, sendo destas 11, 7 servidoras contratos temporários; **negócio próprio formal**, 1 no comércio; **negócio próprio informal**, 2 manicure e pedicura, 1 cabeleleira e 1 no comércio; **autônoma**, 3 revendem cosméticos e 1 revendia doce, **produção de alimentos**, 2 vendiam geladinha, 1 bombons caseiros e 1 água de coco, de forma esporádica; **produção de artesanato**, 7 confeccionavam e vendiam crochê e 3 faziam costura de roupas; **coleta de frutos**, 1 vendia derivados de frutos como o buriti de acordo a estação da fruta; **plantação**, 2 comercializavam plantas comestíveis como cebolinha e coentro e **criação de animais**, 2 vendiam galinhas. Quanto aos benefícios sociais: **bolsa-família**, 22 mulheres; **aposentadoria**, 11 mulheres; **pensão por morte**, 4 mulheres; **auxílio doença**, 2 mulheres. Segue abaixo o gráfico com a porcentagem da composição dessas atividades e benefícios sociais que geram renda monetária:

**Gráfico 2 - Composição das atividades e benefícios monetários**



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

É necessário dizer que algumas mulheres fazem mais de uma atividade ou, por exemplo, trabalham e recebem algum benefício social e que, portanto há mais de cem por cento na representação gráfica. Exemplo: das 55 mulheres, 40% delas recebem bolsa-família, mas podem também estar inclusas, nas 18,18% que estão no trabalho informal.

Observando o gráfico, é possível perceber que 32,72% destas mulheres estão em situação de informalidade, considerando o trabalho informal, o negócio próprio informal e o trabalho autônomo juntos. Além disso, 25,46% realizam atividades (produção de alimentos, artesanato, coleta de frutos, plantação e criação de animais) de vendas ocasionais de produtos que servem de alimento ou uso e que são produzidos, coletados ou criados por elas. É oportuno neste momento, lembrar que segundo o Atlas do desenvolvimento no Brasil (2010) 71,93% das pessoas são vulneráveis à pobreza e 64,14% das pessoas com 18 anos ou mais completaram o ensino fundamental e estavam em ocupações informais. O que talvez explique porque 40% delas recebam bolsa-família. Estando 23,64 % delas na formalidade (trabalho formal comércio, serviço público e negócio próprio formal).

Foi percebido 4 tipos de atividades que contribuíam com a renda, mas de forma não monetária e sim como forma de sustento. Seus tipos e descrições:

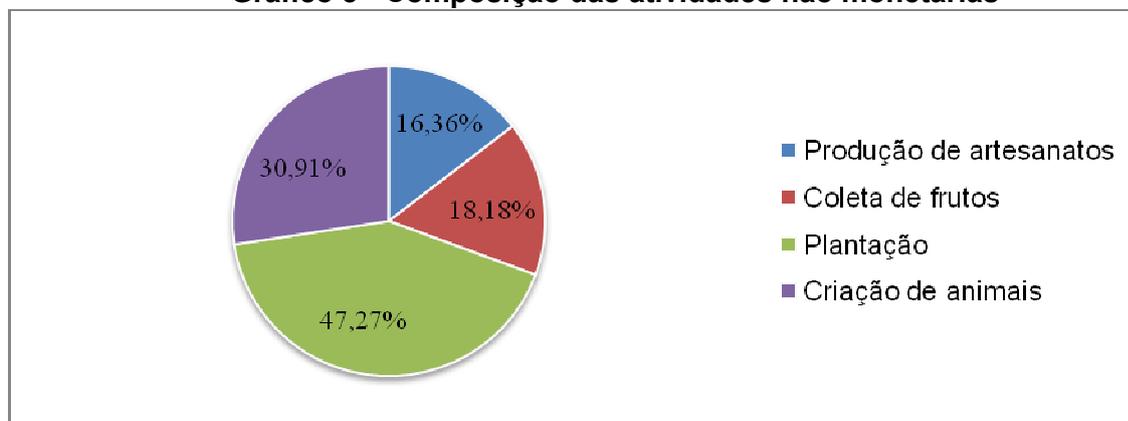
**Tabela 2 – Tipos de atividades não monetárias e descrições**

O tipo	O quê
Produção De Artesanato	Crochê, corte e costura, confecção de objetos e personalização
Coleta de Frutos	Manga, caju, buriti, cajá e outros frutos típicos
Plantação	Comestíveis: coentro, cebolinha, alface, feijão, pimenta, mandioca, etc. Medicinais: erva-cidreira, boldo, hortelã, capim de cheiro e outras
Criação de animais	Sobretudo galinha e menos freqüente: porcos

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

Foram elas por descrição detalhada e quantidade mulheres: **produção de artesanato**, crochê, costura, confecção de bolsas e objetos que eram apenas para uso, 9 mulheres; **coleta de frutos**, frutos como: manga, caju, buriti, cajá e outros típicos da região, coletados para consumo de acordo a estação frutífera, 10 mulheres; **plantação**, de plantas comestíveis nos quintais, como: cebolinha, coentro, alface, frutos, mandioca, pimenta, feijão e outras e plantas medicinais, como: capim de cheiro, hortelã, erva-cidreira, 26 mulheres; **criação de animais**, também nos quintais e para consumo, sobretudo galinhas (19 criavam) e de forma menos freqüente, porcos, 17 mulheres. Segue abaixo a representação gráfica com a porcentagem de mulheres que fazem as atividades não monetárias de sustento:

**Gráfico 3 - Composição das atividades não monetárias**



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Como se pode observar, uma parte considerável das mulheres se dedica a estas atividades que apesar de não gerar renda monetária, garante uso e consumo de produtos e alimentos de forma auto-sustentável que ajudam na renda; pois aquilo que é consumido daqui para suas famílias não é comprado e sim produzido, criado ou coletado por elas a custo de seu tempo. A média de horas gastas com as atividades monetárias e não monetárias é de cerca de 5 horas por dia, o mínimo é de 30 minutos e o máximo é 14 horas, no entanto 11 não souberam responder.

#### 4.3- O TRABALHO DESCONSIDERADO

Na categoria de inativos, segundo os censos demográficos, está incluso aqueles que só fazem afazeres domésticos, pois estes não são considerados atividades econômicas e tampouco trabalho (BRUSCHINI, 2006, p. 333). O IBGE (2013), por exemplo, caracteriza como afazeres domésticos, tanto o cuidado com a casa quanto o cuidado com pessoas. Para a economia feminista são trabalhos distintos, o trabalho doméstico seria o cuidado com a casa: lavar roupas, limpar, cozinhar; e o trabalho de cuidados seria o cuidado com pessoas: crianças, idosos e dependentes. “Conferir visibilidade ao trabalho doméstico e de cuidados na análise econômica é uma questão central para a economia feminista, uma vez que a reprodução da força de trabalho depende dele” (MORENO, 2013, p. 29). Pois para a economia feminista, apesar de não ser remunerado, o trabalho doméstico e de cuidados, geram riqueza para a sociedade e sem ele não seria possível o funcionamento do sistema econômico como está posto hoje, pois as pessoas têm necessidades que ou o mercado não fornece ou elas não têm condições de conseguir com suas rendas, como por exemplo, os primeiros cuidados durante a infância ou os cuidados durante a velhice, e majoritariamente são as mulheres que realizam estes trabalhos. Segue abaixo a quantidade de mulheres de Goiatins que realizam estes trabalhos e o tempo que gastam:

**Tabela 3- Trabalho Doméstico e de Cuidados/Quantidade/Horas**

Atividade	Quantas Fazem	Média de horas/dia	Mínimo e Máximo
Trab. Cuidados	31 ou 56,36%	3h	30min/15horas
Trab. Doméstico	53 ou 96,36%	6h	20min/12 horas

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

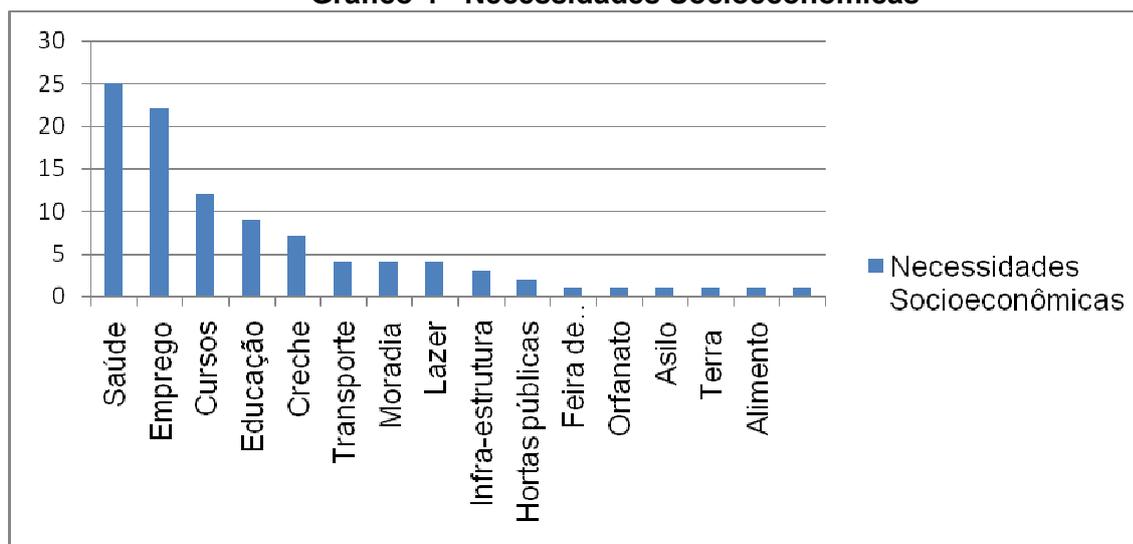
12 mulheres responderam **constante** ou **dia todo** quanto as horas de trabalho de cuidados e 8 responderam que trabalhavam 10 horas ou mais e 6 não sabiam. 7 mulheres

responderam **constante** ou **dia todo** quanto as horas de trabalho doméstico e 14 responderam 10 horas ou mais de trabalho e 2 não sabiam. É necessário esclarecer que quando elas dizem 12 horas, constante ou dia todo, não querem dizer que fazem estes trabalhos de forma ininterrupta, mas que ao longo do dia e até parte da noite estão sempre retomando estas atividades e também que geralmente o trabalho de cuidados e o trabalho doméstico são feitos de forma simultânea. A média de horas semanais gastas com afazeres domésticos no Tocantins, segundo a PNAD (2012), é de 11,7 horas para homens e 24,3 horas para as mulheres, ou seja, as mulheres trabalham 12,6 horas a mais. Apenas duas mulheres não fazem trabalho doméstico, uma porque é deficiente física e a outra porque tem a maior renda das 55e, portanto tem condições de contratar os serviços de outra mulher.

#### 4.4- CUIDAR DA SAÚDE DA GENTE

Entre as duas perguntas abertas do questionário, a primeira delas era se havia alguma coisa que o poder público poderia fazer alguma coisa para facilitar o dia a dia delas. Apenas duas não responderam. Segue abaixo:

**Gráfico 4 - Necessidades Socioeconômicas**



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

As colunas representam números absolutos, por pessoa. As cinco necessidades mais expressivas são: **saúde**: principalmente médicos e medicamentos gratuitos, especialidades, saúde de idosos e 5 destas gostariam de ter um posto de saúde mais próximo de suas residências e 1 queria trocar a cadeira de rodas; **emprego**: Mesmo que não fosse para si mesmas, mas para seus filhos, 7 delas queriam fábricas ou empresas para gerar emprego, 1 delas gostaria que o trabalho das mulheres fosse mais valorizado; **cursos**: 1 faculdade, 4 delas cursos profissionalizantes para si mesmas ou para os jovens, 5 gostariam de curso de artesanato, “voltados para donas de casa” e 2 delas cursos e atividades extracurricular nas escolas; **educação**: 3 destas queriam escolas integrais, 1 queria escola perto e 2 que fossem escolas melhores e **creches**: em que 7 mulheres gostariam de um lugar pra deixar as crianças.

A segunda pergunta aberta era: aonde as mulheres gostariam de trabalhar se pudessem escolher e o que as impedia de fazer isto. Segue abaixo as principais respostas:

**Tabela 4 – Aonde trabalharia/o que impedia**

<b>Aonde Trabalharia?</b>	<b>Por que não?</b>
Artesanato	Falta de incentivos: cursos/feiras
Profissão com necessidade de ensino Superior	Falta universidade pública
Serviço Público	Careciam de oportunidade
Serviço Doméstico	Não ter com quem deixar as crianças/oportunidade
Cultivo da terra	Ter terra

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

7 delas se disseram satisfeitas e 8 não responderam. As respostas mais frequentes com a descrição detalhada e a quantidade de mulheres foram: 9 delas gostariam de trabalhar com artesanato e só não o faziam por falta de incentivos como feiras públicas e fábricas; 8 delas queriam trabalhar em profissões que requeriam o ensino superior, como por exemplo, ser administradora ou médica e o que faltava era haver uma universidade pública; 4 delas gostariam de trabalhar no serviço público, sendo secretária, por exemplo e pra isso careciam de oportunidade, como um concurso público; 4 delas trabalhariam no serviço doméstico e não o faziam por não ter com quem deixar as crianças ou por falta de oportunidade; 3 delas cultivariam a terra e criariam animais, se tivessem terra; outras respostas menos frequentes incluíam: culinária, escritora, cabeleireira, recepcionista, etc. Algumas das mulheres que não responderam eram idosas e por isto não se consideravam capazes de trabalhar em algo, uma era deficiente física e uma ainda jovem disse não poder sair de casa por ter que cuidar da filha com deficiência física e mental.

Diante destas duas perguntas é possível identificar alguns fatores limitantes para a autonomia econômica das mulheres de Goiatins: saúde, trabalho, cursos profissionalizantes, ensino superior, educação para seus filhos, creches e políticas públicas que dialoguem com suas realidades sociais e econômicas. Ainda como fator limitante, há de se considerar o tempo que elas gastam com o trabalho doméstico e o de cuidados, respectivamente em média: 6 e 3 horas por dia. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013, p. 14) dizia que uma maneira de garantir a autonomia econômica e a igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho é por meio de: “[...] ações específicas que visam a eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase na erradicação da pobreza e na garantia de participação das mulheres no desenvolvimento do Brasil”. É dar a elas, a possibilidade de escolher os caminhos de suas vidas.

## **5- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A renda monetária das mulheres de Goiatins é composta por 11 tipos de atividades e 4 tipos de benefícios sociais. De um total de 55, 23,64 % de mulheres realizam trabalhos formais; 32,72% de mulheres realizam trabalhos informais; 25,46% delas vendem ocasionalmente produtos que servem de alimento ou uso e, que são produzidos, coletados ou criados por elas mesmas. Os benefícios sociais são: bolsa-família, que 40% delas recebem; aposentadoria, 20% das mulheres; pensão por morte, 7,27% recebe; e auxílio-doença, 3,64% recebe. Esta é a composição da renda monetária e sua separação entre formal e informal.

Além da renda monetária, foram detectadas 4 atividades não monetárias que contribuem com a renda, na medida em que coloca à disposição delas e de suas famílias, objetos e alimentos para uso e consumo que são produzidos por elas mesmas e não comprados. 16,36% dessas mulheres produzem artesanato, 18,18% coletam frutos, 47,27% plantam e 30,91% criam animais.

O tempo médio que as mulheres destinam as ocupações monetárias e não monetárias é de aproximadamente 5 horas. Foi observado também que grande parte desse tempo é dedicado ao trabalho doméstico realizado por 53 das 55 mulheres, em média 6 horas por dia, (14 delas disseram trabalhar mais de 10 horas ou mais por dia) e ao trabalho de cuidados realizado por 31 das 55, em média 3 horas por dia, (sendo que 8 responderam que trabalhavam 10 horas ou mais). O que acaba por confirmar a maneira como a divisão sexual do trabalho responsabiliza as mulheres pelo trabalho reprodutivo.

A contribuição das mulheres para o sustento de suas famílias se dá por 41% do total médio da renda familiar; pelas atividades não monetárias que garantem uso e consumo de objetos e alimentos; e ainda pelo trabalho doméstico e o trabalho de cuidados que realizam de forma gratuita para suas famílias que têm necessidades humanas que ou não são vendidas no mercado ou não podem ser adquiridas por falta de recursos financeiros.

Foram percebidos fatores que limitavam o alcance da autonomia econômica das mulheres de Goiatins, baseados em suas necessidades de: saúde, trabalho, cursos profissionalizantes, de artesanato e de ensino superior, educação de qualidade para seus filhos, creches, lazer e ainda a grande carga horária de muitas delas dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados de tal forma que não podem fazer outra coisa da vida. Ainda há de se observar que muitas destas necessidades não são apenas para elas enquanto indivíduos e sim para a sociedade, como o desejo de emprego para os jovens ou de uma cidade com melhor infra-estrutura.

Considerando que a economia feminista se coloca como proposta de construção de uma teoria diferente da economia tradicional e como uma economia que: “[...] centra seu objetivo na vida humana, no bem-estar das pessoas, nos modos de vida – em resumo, na sustentabilidade da vida humana em suas diferentes dimensões e subjetividades” (CARRASCO, p. 96). Em um município onde segundo o Atlas do Desenvolvimento no Brasil, diz que em 2010, 37,47% são extremamente pobres e 53, 72% são pobres, com um IDH de 0,5 que é considerado baixo e onde as mulheres que participaram da pesquisa têm uma renda média de R\$ 724,47 mensais e que dizem ter necessidades consideradas básicas para a qualidade de vida de uma pessoa. O que se há de propor é o interesse dos governos municipal, estadual e federal para o desenvolvimento do município, a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres e que lhes auxiliem a conquistar sua autonomia econômica, uma divisão do trabalho doméstico e de cuidados mais igualitária que pode acontecer pela criação do poder público de creches, restaurantes públicos, lavanderias públicas, abrigo para idosos e serviços públicos de cuidados para pessoas com deficiências físicas e/ou mentais, além da necessidade de lhes assegurar os direitos básicos de: educação (de gênero também), saúde, trabalho, habitação, alimentação, transporte, etc.

A contribuição desta pesquisa é a de tornar visíveis as experiências econômicas das mulheres de Goiatins, sejam elas monetárias ou não, o tempo que destinam as ocupações no dia a dia, a contribuição que dão para suas famílias e suas necessidades socioeconômicas.

Como sugestão, recomenda-se a extensão desta pesquisa as mulheres da zona rural do município de Goiatins, o estudo de políticas públicas do estado que incentive a autonomia econômica das mulheres no estado ou município e/ou a comparação entre a carga horária que as mulheres do município dedicam ao trabalho doméstico e de cuidados com as horas que os homens dedicam a estes mesmos trabalhos.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** Editora Cortez, São Paulo, Brasil, 2007.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?** *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006

BUTTO, Andréa; DANTAS, Conceição; HORA, Karla; NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu (org.) **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014, 132p.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres.** Tradução José Valenzuela Perez. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2012

FONTOURA, Natália de Oliveira; GONZALEZ, Roberto. **Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade?** IPEA: mercado de trabalho, 2009

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária** (2005), tradução: Nicolás Nyimi Campanário – Título original: Femmes ET économiesolidaire, Paris 2003

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER; Danièle (org.) **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009

IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013.** 2. Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico, 2010**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **O seu Município em Números 2016,** 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida,** 2013

MORENO, Renata Faleiros Camargo. Dissertação de mestrado: **ALÉM DO QUE SE VÊ: Uma leitura das contribuições do feminismo para a economia,** 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil,** 2013

QUINTELA, Sandra. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia.** Rio de Janeiro, PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2006.

SABBATO, Alberto Di; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. Organização de Andrea Butto. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres.** Brasília: MDA, 2009.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO: Governo do Tocantins. **Perfil Socioeconômico dos Municípios: Goiatins,** 2015

SILVEIRA Maria Lucia da e TITO, Neuza (org.). **Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana.** Várias autoras. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.

## **A COMUNIDADE N. S AUXILIADORA FRENTE AOS CONFLITOS COM A SOCIEDADE ENVOLVENTE**

GUACEBE, Rafaela Vieira <sup>1</sup>, UFAM-IEAA, rafaelavieira.rvg@gmail.com;  
PAULA, Marinez dos Santos de <sup>2</sup>, UFAM-IEAA, marinezdepaula13@gmail.com;  
ULCHÔA, Laura Ferreira <sup>3</sup>, SEMED, laura\_wchoa@hotmail.com  
TORRES, Priscila Almeida <sup>4</sup>, UFAM-IEAA, patty\_almeida17@hotmail.com.

### **Resumo**

Este estudo se deu a partir da pesquisa de campo na comunidade Nossa Senhora Auxiliadora Humaitá-AM, objetivando analisar as relações sociais da comunidade, compreender os problemas que mais atingem as pessoas e mostrar as possibilidades e as formas que movimentam a economia da mesma. A comunidade está situada na BR 230 no município de Humaitá sentido Lábrea, próximo à ponte Rio Ipixuna, atualmente a comunidade foi transformada em agrovila devido ao projeto de assentamento do governo federal.

Palavras-chave: Comunidade; Relações sociais; Conflitos.

### **Resumen**

Este estudio se realizó sobre la base de la investigación de campo en la comunidad de Nuestra Señora Auxiliadora Humaitá-AM, con el fin de analizar las relaciones sociales de la comunidad, entender los problemas que más afectan a las personas y mostrar las posibilidades y las formas en que se mueven la economía de la misma. La comunidad está situada en la US 230 en el municipio de Humaitá sentido Lábrea, al lado del puente de Río Ipixuna, ahora la comunidad se ha transformado en agrovila debido al proyecto de colonización del gobierno federal.

Palabras clave: comunidad; las relaciones sociales; Conflictos.

### **Abstract**

This study was based on the field research in the community of Our Lady Help of Christians Humaitá-AM, aiming to analyze the social relations of the community, to understand the problems that affect people the most and to show the possibilities and the ways that move the economy of the community. The community is located in BR 230 in the municipality of Humaitá direction Lábrea, near the Rio Ipixuna bridge, currently the community was transformed into agrovila due to the federal government's settlement project.

Keywords: Community; Social relationships; Conflicts.

### **Introdução**

Com base nas atividades de campo na comunidade Nossa Senhora Auxiliadora Humaitá-AM, notou-se alguns problemas e inquietações que as pessoas residentes nesta localidade enfrentavam no seu dia a dia, a partir de então se fez necessário um estudo ao qual procurasse analisar essas relações sociais, como formas de organização, aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos embasados no estudo bibliográfico de RCO (Roberto Cardoso de Oliveira).

Conforme algumas entrevistas e a partir da nossa percepção visual, percebemos que a comunidade tem um grande potencial para a produção de farinha e o ecoturismo.

Percebe-se que a comunidade tem um grande potencial para o turismo ecológico, no entanto, o fato de não haver investimentos do poder público, as pessoas acabam entrando em conflito com os empresários que tem se apropriado do lugar ilegalmente, sendo que, é por direito da população local.

A população tem uma visão de desenvolvimento completamente diferente, das pessoas que vem de fora, criticam que esse desenvolvimento tem prejudicado muito a relação dos moradores uns com os outros, e da presença constante de pessoas de fora que acabam ocasionando conflitos através da bebida alcoólica e dos bares ilegais que estão dentro do assentamento.

Além dos problemas ocasionados pela falta de estrutura e saneamento básico, houve relatos que muitas pessoas chegaram a abandonar suas terras por falta de condições de trabalhar na agricultura e de se locomover. Justamente essa dificuldade de transporte também leva agricultores à perda quase total de seus produtos por falta de transporte para escoar seus produtos.

A comunidade tenta se organizar da melhor forma possível, buscando soluções de sobrevivência principalmente na agricultura familiar, na pesca e na caça. Hoje em dia há três ruas na comunidade, energia elétrica, uma igreja, uma escola e uma casa de apoio para diagnóstico da malária, os moradores também contam com um ônibus escolar que transportar as crianças que estudam na cidade de Humaitá.

## **1- História da comunidade**

No início da fundação a comunidade era conhecida como Piracatinga, em seguida passou a ser chamada comunidade “Rio Ipixuna”, inicialmente, havia pouquíssimos moradores e só havia uma rua, só depois de algum tempo com a implantação do assentamento é que outras ruas foram abertas, esta passou a ser povoada a partir das instalações do DNIT (Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes) e com isso a energia elétrica foi instalada, atualmente chama-se Nossa Senhora Auxiliadora. Conforme o relatado por D. Léia<sup>1</sup>, há muito tempo atrás a comunidade era tranquila, as pessoas se ajudavam e repartiam uns com os outros. Com o passar tempo e o pequeno avanço de desenvolvimento muitos problemas surgiram, a implantação da energia elétrica, por exemplo, ocasionou uma série de problemas, desta forma, percebemos que:

A sofisticada tecnologia das sociedades ocidentais contemporaneas tanto tem sido um instrumento de satisfação de necessidades quanto de criação de problemas para o homem. Além do mais, deve ser considerado que a cultura não é apenas constituída de técnicas de transformação da natureza. Ela é também composta de idéias e modos convencionais de convívio. Uma cultura pode proporcionar muito conforto material aos seus participantes e será, ao mesmo tempo, pouco adequada ao bem-estar psíquico dos indivíduos, no que se refere às formas estabelecidas para a convivência humana (VILA NOVA, 2008, p 56).

Com esses avanços tecnológicos, os moradores acabam sofrendo grandes consequências como podemos perceber no relato da moradora que reside na comunidade há 38 anos D. Léia, devido à vinda de energia elétrica para a comunidade, passou a existir alguns bares, o que acaba por influenciar em bebedeiras e por consequência disso, muitas brigas, suicídios, entre elas brigas de família contra família, desta forma constata-se que o avanço dessas tecnologias não traz, somente, benefícios para determinados locais, mas na maioria dos casos, os malefícios são bem maiores em relação a essas regalias.

---

<sup>1</sup> Nome fictício

Também percebemos o surgimento de muitas pessoas vindas de outras cidades, o que leva uma mistura de classes sociais e modos de vidas diferenciadas e diferentes padrões culturais, assim:

O comportamento do indivíduo é influenciado pelos padrões da cultura em que vive. Em boa parte cada pessoa tem caráter exclusivo, devido às próprias experiências, os padrões culturais, de diferentes sociedades, produzem tipos distintos de personalidade, característicos dos membros dessas sociedades. O padrão forma-se pela repetição contínua. Quando muitas pessoas, em dada sociedade, agem da mesma forma ou modo, durante um longo período de tempo, desenvolve-se um padrão cultural (MARCONI E PRESOTTO, 2007, p. 35).

Pois no início da criação da comunidade, só existiam pessoas oriundas de famílias de pequenos agricultores, que sobreviviam por meio da natureza e de repente esse contexto passou a ser modificado devido à migração destas pessoas que além de possuírem suas residências dentro da cidade de Humaitá/AM e até mesmo de outras regiões, construíram casas na comunidade, devido a esse crescimento no local, em busca do lazer e tranquilidade, no entanto, muitas dessas pessoas acabam levando nos fins de semana seus amigos, trazendo muitas vezes desavenças e deixando um rastro de poluição nas praias. Hoje em dia as pessoas visitam muito a comunidade, principalmente com interesse de usufruir dos recursos naturais, como principalmente a caça, pesca e retirada de castanhas sem se preocupar em preservar e respeitar os moradores da comunidade.

## **2- Uma observação através do olhar, do ouvir e do escrever**

Por meio dessa experiência e dos relatos dos moradores percebemos que a comunidade se organiza socialmente, de forma bastante simples, através da colaboração e união da força conjunta da comunidade, conforme afirma MARCONI (2007, p.126) “a divisão é universal e pode ser encontrada em todas as sociedades do presente e do passado. Tem sua origem nos primórdios da vida humana grupal”. Nos relatos podemos compreender que as autoridades competentes estão completamente arreadas dos problemas presentes na localidade, os órgãos municipais dizem que não podem fazer quase nada por se tratar de uma área Federal.

Assim muitos problemas são solucionados pelos próprios moradores, como a reforma da escola e construção da igreja que, aliás, até o momento da visita as aulas ainda não haviam começado por falta de estrutura para alocar professor e alunos.

Em relação ao cultivo da agricultura, presenciamos muitas roças, plantações de cupuaçu, cacau e outras próprias da região, moradores que relataram que as terras demarcadas dentro da agrovila e mais dura, e é necessário arar bem a terra para o cultivo. O que muito dificulta para os agricultores que não têm maquinário, pois os materiais que estavam previstos para facilitar seus trabalhos nunca apareceram, por outro as terras das fundiárias são mais férteis e fáceis de trabalhar, no entanto, o que prejudica é a distância e a dificuldade de acesso, pois até a ponte que iria ser construída, foi interrompida porque a verba foi sonegada. Prejudicando muito quem sobrevive da produção da farinha e banana, e de outros produtos, pois estes são os meios mais comuns que as pessoas encontram para movimentar a economia da comunidade e adquirir um pouco mais de dignidade.

Assim pôde-se perceber durante a pesquisa de campo feita na comunidade que a organização econômica gerada se faz em torno das atividades desenvolvidas pelos moradores, de forma grupal, e essa relação em muitos dos casos acontece em meio familiar mediante a plantação, pesca, retirada de castanha entre outros, portanto deve-se compreender que:

A organização econômica faz parte de um contexto social mais amplo, ou seja, uma rede de relações entre pessoas e entre grupos, onde são considerados valores, símbolos, padrões de comportamento e normas de conduta. As relações econômicas são, ao mesmo tempo, relações sociais. E em muitas sociedades, os elos de parentescos formam a base da maioria delas (MARCONI; PRESOTTO, 2007, p. 127).

Ainda assim, com toda a organização social que esses moradores mantêm suas tradições familiares passadas de geração para geração, com isso, a poluição tem consciência que a falta de fiscalização pode ocasionar diversos problemas sociais e ambientais na área, como pesca indevida, venda ilegal de terras, retirada de madeira etc. Por isso os moradores têm reclamado muito sobre dois desses fatores, a venda e pesca ilegal, pois com isso eles têm sido prejudicados.

Preocupados com o seu bem-estar e no que o lugar pode oferecer beleza e recursos naturais, por exemplo, pois o lugar apresenta um grande potencial para o ecoturismo, através de suas belezas naturais. Isso nos possibilita a uma interpretação, permitindo que uma releitura seja feita a partir de cada análise ou observação, expostas por meio do diálogo e da experiência com os próprios moradores, pois se percebe a singularidade, entre os fatores colocados por cada um. Assim, destaca-se que os problemas e conflitos sociais acabam atingindo grande parte da comunidade, afetando particularmente quem é menos desprovido economicamente e socialmente, com falta de infraestrutura, educação, mecanismos que comportem trabalhar a agricultura etc.

### 3 - Desenvolvimento da pesquisa

A primeira entrevista foi realizada com o Senhor Anderson Góes dos Santos, 28 anos, morador há seis anos. Chegou à comunidade, porque sua mãe é moradora há bastante tempo, e sua esposa também é moradora da comunidade. Foi microscopista, mas no momento encontra-se desempregado, afirma prestar serviço à comunidade, e trabalha na roça. Relatou que existe de duas a três famílias que ainda moram na comunidade desde a fundação, como seu Natalício<sup>2</sup> que lembra que os problemas da comunidade estão relacionados mais à educação, saúde e segurança. A escola está sem aula desde o início do ano letivo, devido à falta de estrutura, há uma casa de apoio para o diagnóstico da malária e uma agente de saúde. Os conflitos sociais mais comuns estão relacionados a bebidas alcoólicas e pequenos furtos que se dão nas propriedades com criação de animais e com plantações. Diz que vêm poucas pessoas de fora para pescar, mas quando a uma intensa pescaria, prejudica muito as pessoas.

Afirma, ainda, não ter conhecimento da retirada ilegal de madeira na comunidade, *“as pessoas da comunidade tiram madeira para suprir necessidades básicas, como para a construção de casas”*. A comunidade faz parte de um plano de assentamento do governo, no entanto, não recebe nenhuma ajuda do governo e nem do município, *“a comunidade está esquecida e abandonada pelo poder público”*.

Segundo relato da moradora da comunidade a senhora Raimunda<sup>3</sup>, 33 anos, embora tenha nascido em Humaitá, foi criada desde pequena na comunidade, conta que quando seus pais chegaram à localidade havia poucos moradores. Lembra que na sua infância ainda havia muitos moradores residentes desde a fundação da comunidade, quando chegou havia muitos parentes seus morando na comunidade. O lugar passou um bom tempo sem se desenvolver, a partir de 2007 foi implantado o assentamento federal, devido a esse

<sup>2</sup> Nome fictício de um morador antigo.

<sup>3</sup> Nome fictício de uma moradora

projeto algumas ruas foram abertas, e muitas pessoas vieram na esperança de ter uma vida tranquila, no entanto, não resistiram às dificuldades.

Revela, ainda, que a dificuldade em transporte, segurança, saúde e educação prejudicam severamente os moradores locais. No que desrespeita o trânsito é muito difícil se locomover para a cidade e escoar os produtos agrícolas, relata que um morador chegou a perder sua produção de melancia por não ter transporte para levar até a cidade.

Na continuação de seu relato a entrevistada Raimunda afirma que acontecem muitos furtos, que são registrados (B.O.), mas nenhuma atitude é tomada, não há polícia porque a comunidade não tem o número estipulado de habitantes para que haja a participação da polícia. Quanto à saúde e a educação tudo é muito precário a uma agente de saúde e uma professora, até o presente momento as aulas não haviam começado, porque a escola precisava de uma reforma, reforma esta que se deu a custa dos moradores, pois a prefeitura diz que não pode fazer nenhuma bem feitoria por se tratar de uma localidade do governo federal.

A entrevistada relata que um dos requisitos do projeto de assentamento era que para adquirir um lote as pessoas deviam ser de baixa renda e trabalhar na agricultura, no entanto, houve várias irregularidades e poucas pessoas que deviam receber essas terras conseguiram. Alguns empresários e gente com condições financeiras melhores tomaram essas terras que seriam destinadas as pessoas da localidade que ainda não possuíam terreno, tudo em concomitância das autoridades que deveriam fiscalizar e reprimir qualquer forma de privilegio e irregularidade.

Com relação a extração de produtos a entrevistada afirma que não tem conhecimento da retirada ilegal de madeira, somente os moradores é que retiram para uso doméstico sem fins lucrativos, quanto à pesca ilegal, relata que vem muita gente de fora tirar os peixes para a comercialização em Humaitá e até de Porto Velho. O que muito tem afetado a sobrevivência dos moradores, pois o que antes se encontrava perto agora só encontram duas horas de viagem rio adentro.

Outra pessoa entrevistada foi Josilene<sup>4</sup>, 30 anos, moradora há sete anos é uma das assentadas, não conhece muito bem a história da comunidade, mas cita que conhece algumas pessoas que residem há bastante tempo na comunidade, como seu Natalício... Seu trabalho e sustento vêm basicamente da roça, produção de farinha, da pesca e da caça. Os maiores problemas estão relacionados a bebidas alcoólicas e intrigas, pelo fato de muitas pessoas de fora virem nos fins de semana para a comunidade.

A senhora Josilene diz que teve uma época em que muitas pessoas de fora vieram para pescar, o que muito afetou e ainda afeta a comunidade, pois hoje em dia é difícil conseguir peixe bom por perto. Ela não tem conhecimento da retirada ilegal de madeira, faz parte do assentamento, mas relata que o assentamento não funciona como deveria, não há fiscalização e nem ajuda do governo para os agricultores. Inicialmente houve um curso para o beneficiamento da farinha e cadastro para que as pessoas recebessem fomento de matérias para trabalharem, mas poucas pessoas conseguiram esses materiais.

## Considerações Finais

Este estudo foi de extrema relevância, tanto pessoal como profissional, pois ao fazer a análise de uma comunidade a partir do diálogo nos leva a ter uma percepção completamente diferente da realidade que a localidade se encontra. Se estivéssemos indo

---

<sup>4</sup> Nome fictício

apenas a passeio, acharíamos se tratar de um paraíso e ponto, e até criticaríamos se ouvíssemos algum tipo de reclamação.

No entanto, no decorrer das entrevistas percebemos que os problemas relacionados à comunidade são sempre os mesmos, educação, saúde, segurança e falta de fiscalização, além dos problemas ocasionados por bebidas alcoólicas. Percebe-se que a comunidade tem noção da sua capacidade de desenvolver programas e políticas públicas para se auto beneficiar da produção agrícola e da farinha, e do próprio ecoturismo, tanto rio como de igarapés ao longo das fundiárias.

Porém, não há nenhum investimento ou apoio por parte de quem deveria tomar as devidas providências para que as coisas aconteçam de forma clara e limpa. Um exemplo da falta de compromisso e do descaso público na comunidade é que até o presente momento da visita a localidade as aulas ainda não haviam iniciado. É importante lembrar que todos os problemas da comunidade estão registrados e são conhecidos pelos órgãos competentes, ou seja, há omissão das autoridades, e falta de denúncia ao ministério público.

## Referencia

OLIVEIRA, R. Cardoso de. **Ensaio Antropológico sobre moral e Ética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antopologia: uma introdução**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

## **A contribuição das mulheres para a agricultura Apinajé**

Vanusa da Silva Lima  
Universidade de Brasília  
vanusababassu@gmail.com

### **Resumo**

O artigo arranja breve explanação sobre a contribuição da mulher Apinajé no cotidiano das aldeias, sobretudo a lida no roçado com as várias etapas sob a responsabilidade das mulheres. O trabalho tem como objetivo apresentar as atividades de manejo e cultivo de plantação das mulheres indígenas e o impacto de tais ações para a preservação, manutenção e uso responsável do cerrado brasileiro. As situações mencionadas foram observadas ao longo de três anos de convívio com o povo indígena, por meio da observação participante, aliada a entrevistas e relatórios técnicos. Pretendo com isso, afirmar que mesmo sem nomear como agroecologia, as ações por si só confirmam essa dinâmica. Além de apresentar estas mulheres como “mães do cerrado”, as apresento como elos principais na transmissão de conhecimentos tradicionais para as gerações herdeiras do bioma, e de um peculiar modo de vida, convivência responsável, amorosa e harmoniosa com a terra, e todos os seus outros ocupantes.

Palavras-chave: cerrado; conhecimentos tradicionais; agrobiodiversidade.

## **La contribución de las mujeres a la agricultura Apinajé**

### **Resumen**

Artículo organiza breve explicación acerca de la contribución de las mujeres Apinajé a la vida cotidiana en los pueblos, especialmente en el tratamiento de las diversas etapas cepillado bajo la responsabilidad de las mujeres. El trabajo tiene como objetivo presentar actividades de manejo y cultivo de siembra de las mujeres indígenas y el impacto de tales acciones para la conservación, mantenimiento y uso responsable del cerrado brasileño. Se observaron las situaciones mencionadas más de tres años de convivencia con los indígenas, a través de la observación participante, combinada con entrevistas e informes técnicos. Pretendo con esto, que indica que incluso sin nombrar como agroecología, las acciones solo confirman esta dinámica. Además de presentar a estas mujeres como "madres del cerrado", los presentes enlaces principales en la transmisión de los conocimientos tradicionales para las generaciones herederos del bioma, y una peculiar forma de vida, una vida responsable, amorosa y armoniosa con la tierra, y todos sus otros ocupantes.

Palabras clave: cerrado; los conocimientos tradicionales; agrobiodiversidad

## **The contribution of women to agriculture Apinajé**

## Abstract

The article provides a brief explanation about the contribution of the Apinajé woman in the daily life of the villages, especially the work in the plantation with the various stages under the responsibility of the women. The objective of this work is to present the management and cultivation activities of indigenous women and the impact of these actions on the preservation, maintenance and responsible use of the Brazilian cerrado. The situations mentioned were observed during three years of interaction with the indigenous people, through participant observation, allied to interviews and technical reports. I want to say that even without naming as agro ecology, actions confirm this dynamic. In addition to presenting these women as "mothers of the cerrado", I present them as the main links in transmitting traditional knowledge to the biome's heirs generations, and a peculiar way of life, responsible, loving and harmonious coexistence with the land, and all its other occupants.

Keywords: cerrado; traditional knowledge; agrobiodiversity.

### 1- Introdução

Há quase um século o povo Apinajé margeia o rio Tocantins. Ocupa uma área de 143.300 hectares de terras no cerrado brasileiro. O Cerrado brasileiro é a savana mais biodiversa do planeta, com 13.140 espécies de plantas, aproximadamente 3 mil espécies de animais vertebrados e 67 mil invertebrados (Guia Técnico, p 16). Atualmente, a região abriga cerca de 470 mil pequenas propriedades rurais, em grande parte pertencentes a agricultores e comunidades tradicionais (...) além de 70 povos indígenas.

O povo Apinajé, uma população de 1.825 indígenas, segundo os dados do IBGE (2010) convivem de forma harmônica com a terra, divididos em duas grandes aldeias centrais denominadas São José e Mariazinha, reorganizam todas as 39 aldeias secundárias no entorno dessas aldeias centrais.

Os apinajé compõem o grupo que Curt Nimuendajú (1938 apud Rocha, 2016 p.10) denominou de povo timbira. Os timbira foram assim denominados por partilharem de semelhanças linguísticas e culturais, entre as quais estão a língua, o sulco no cabelo, as rodela auriculares, a aldeia circular e a corrida de toras. Nômades em sua própria terra, mudam as aldeias conforme as suas necessidades. Se utilizam dos rios e córregos, animais e plantas como marcadores geográficos na escolha de locais e nomeação para suas aldeias.

### 2- Panorama analisado

Os apinajés são exímios coletores e caçadores. Conhecem o cerrado minuciosamente e detêm vasto domínio sobre sua fauna e flora. Para a complementação alimentar cultivam roças. O cultivo das roças não tem finalidade de comercialização do excedente e as mulheres tem grande participação no plantio dos roçados. "A vida das mulheres Apinajé é marcada por experiência relacionadas a atividade agrícola, pois, gasta muito tempo em contato com as plantações. A mulher Apinajé passa boa parte de seu dia, realizando atividades que nutrem o funcionamento das aldeias", (ROCHA, 2016, p. 10).

Contudo, também são responsáveis pelas roças dos quintais, as "chamadas roças das mulheres". A proximidade dos pequenos roçados com as casas facilita o manejo diário. Os quintais são uma espécie de "dispensa natural", e cultivam consorciadas a mandioca várias espécies de aboboras, tubérculos e as plantas para os chás, além de outras que são usadas nos rituais culturais.

Fazem roças para dar conta da segurança alimentar por isso a diversidade, além da mandioca, abobora, timbó, milho, batata, inhame, taioba. Homens e mulheres dividem as tarefas. A derruba e queima fica por conta dos homens, neste momento as mulheres cuidam da alimentação dos mutirões.

A mandioca é um alimento de grande importância cultural, consumido in natura e sobretudo beneficiado, num processo que passa pela pubagem (a raiz é submersa em água por dias consecutivos até chegar em um estado de decomposição) e torrefação para transformação em farinha.

No cultivo da mandioca a presença das mulheres é fundamental. Tem um saber acumulado na forma de colocar a maniva na cova, o tempo lunar, entre outros elementos do saber indígena, secular e tradicional e necessário na manutenção desse cultivar e evidentemente na reprodução cultural do grupo.

Há uma diversidade de plantas nativas, também amansadas por essas mulheres. No cerrado, encontram plantas que alimentam e as medicinais, coletam frutos das mais variadas espécies de palmeiras: buriti, macaúba, açaí, bacaba e babaçu. Muitas destas palmeiras são mantidas na área escolhida para o plantio, assim dão suporte para o cultivo da fava e feijão, muito apreciados entre os apinajé.

A tecnologia utilizada se esbarra na enxada, matraca, foice e machado. Não recebem orientação técnica, não adicionam insumos agrícolas a terra, não debatem temas ligados a agroecologia, sustentabilidade ou bem viver. No entanto, sabem das fragilidades e fortalezas da terra, cuidam da terra como se fosse parte de si. Convivem de forma harmônica, repassam seus conhecimentos de forma lenta e gradual para as novas gerações.

Os Sistemas Agroflorestais, acontecem naturalmente, utilizando uma dinâmica de percepção natural, podendo ser comparado a um dos conceitos adotados pelo ICRAF: "Sistemas baseados na dinâmica, na ecologia e na gestão dos recursos naturais que, por meio da integração de árvores na propriedades e na paisagem agrícola, diversificam e sustentam a produção com maiores benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos aqueles quem usam o solo em diversas escalas." (MICCOLIS *et. al*, p 22).

As APPs são poupadas, não derrubam a mata ciliar. E quando isto ocorre, o reflorestamento acontece através da emergência das palmeiras de babaçu, buriti, bacaba, macaúba, açaí e outras arvores que se reproduzem sem necessidade de manejo planejado.

Convém sublinhar que a continua reorganização social na TI faz o percurso no sentido de também garantir a gestão territorial, inibindo a entrada de invasores em busca da caca e pesca e degradação ambiental.

Os desafios da preservação ambiental em seu território fazem parte do cotidiano, perpassa a área destinada ao seu usufruto. A TI está ilhada por grandes projetos de agropecuária e silvicultura. Os córregos e rios que riscam a área, nem sempre tem as nascentes iniciadas no interior da área.

Nos últimos anos um fator externo, difícil de lidar é o fogo que lambe a terra por dias seguidos. Um inimigo visível e de difícil combate, que compromete a coleta dos frutos nativos, junto a isso a falta de chuvas também tem maltratado a floresta.

A constante investida de outros modos de vida, ou modos de encurtar a vida, diversos aspectos da cultura tem Apinajé tem se perdido, ficando em alguns casos, somente na memória dos mais velhos. A conexão harmoniosa estabelecida pelos Apinajé com a terra, é de sempre.

Muitos dos conceitos difundidos pela ciência ocidental hoje, como gestão ambiental, sustentabilidade, agroecologia, já eram realizados e continuam a acontecer na prática cotidiana desse povo sem se preocupar em dar-lhes nomenclatura. Sempre foram autônomos no seu fazer, que segundo Martins, (p. 260) nos seus modos de vida, são fundamentais para a reprodução desses grupos que elegeram outras dimensões de suas vidas para além da economia de mercado.

### **3- Metodologia**

Nos anos de 2013 a agosto de 2016, mantive interação formal com o povo Apinajé. Desempenhando a função de Assessora Técnica de Campo, como funcionária da associação Wyty Cate, Agência Implementadora de um projeto de compensação ambiental, PBA TIMBIRA/UHE ESTRETO/CESTE.

O PBA Timbira é composto por cinco eixos: fortalecimento institucional, cultural, ambiental, territorial e ambiental. Os povos contemplados com esse projeto são o Krikati, Gavião, Krahô e Apinajé. Dentre o povo Apinajé, as propostas apresentadas com maior frequência foram referentes ao eixo de fortalecimento alimentar. Casas de farinha e manutenção das roças. As mulheres estavam presentes na elaboração de propostas e garantiam que eram o fim mais adequado.

Todas as visitas que realizei para o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos, as mulheres marcavam notável presença, apresentando os roçados com muita alegria. Algumas mulheres eram as próprias lideranças comunitárias, na figura de cacique, ou mesmo quem era destinada para acompanhar todas as atividades da roça.

Um tempo vivido que solicitou de mim paciência pedagógica, observação participante, e sobretudo escuta. Até quando a língua falada não me permitia entender absolutamente nada. Como os bons narradores benjaminianos, fiz da escuta uma grande abertura para a compreensão da composição e mudanças de cenário. A influência do humano na seu meio. “O narrador é, deste modo, imaginado como alguém que vem de longe mas também escuta com prazer” (MAGALHÃES, p. 47).

O que garante a fala nesse processo discursivo sobre tempos de ontem, hoje e do futuro. Fazem desse local de fala, muitas vezes espaços de denúncias, gritos de socorro. Nos relatórios técnicos, cumprindo o meu papel de escriba, registrei.

As mulheres Apinajé, tem papel fundamental na transmissão dos saberes tradicionais. Sistemas tradicionais tem suas próprias regras de atribuições e conhecimento. Bem como os valores são repassado de uma geração pra outra. “Nessa perspectiva a comunicação entre sujeitos só pode ocorrer numa relação de reciprocidade onde há espaços para diferentes saberes” (FREIRE, 1978)

Outra percepção é que não há marco temporal para essa pedagogia, o ensinar pelo fazer e o aprender pelo observar, experimentar. O erro faz parte do processo educacional. Não existe manuais prévios. São agrafos, e a oralidade é um dos vies pedagógicos mais utilizados.

### **4- Concluindo**

Não daria conta de explicar sobre tanta complexidade, peculiaridades. As mulheres Apinajé não acessam processo de formação convencional. Não estudam em cartilhas, não repetem termos científicos em seus breves discursos, não conhecem leis para proteção das sementes, todavia as guardam com zelo e cuidado, cuidam da sua germinação.

Posso dizer, a partir do conceito de agrobiodiversidade, que ali ocorre esse processo, porém, com uma gama de espontaneidade que ocorre na experiência da observação da dinâmica do universo, da natureza, do entorno, do meio.

É desse ângulo que suas práticas sobrevivem a tempos de fogo, de falta de chuva, de chuva muita, de envenenamento da área. Quando se orgulham de seus fazeres, se autodenominam guardiãs do cerrado. Peço licença as mulheres Apinajé para inserir um novo termo: mulheres Apinajé, mães do cerrado. É evidente que exercem uma agroecologia que começa com a terra e caminha para o coração.

## Referências

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 9ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MAGALHÃES, Nancy Alessio. *Narradores: Vozes e poderes de diferentes pensadores*. In: História Oral, n.5, 2002, p. 45-70.

MARTINS, Cynthia Carvalho. *A afirmação identitária dos grupos étnicos na Amazônia: desafios à pesquisa*. Em: Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas / Sérgio Sauer, Wellington Almeida, org. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p. 257-276.

MICCOLIS, Andrew [et al.]. *Restauração Ecológica com Sistemas Agroflorestais: como conciliar conservação com produção. Opções para Cerrado e Caatinga*. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN/Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal – ICRAF, 2016

ROCHA, Welitânia de Oliveira. *A vida de NHIRO: etnobiografia de uma cacica Apinajé*. Monografia – Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Tocantinópolis – Curso de Ciências Sociais, 2016.

## **A CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO URBANO DE MUNICÍPIOS DIRETAMENTE AFETADOS PELA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: ALTAMIRA E VITÓRIA DO XINGU**

Raimundo Farias de Oliveira Júnior<sup>1</sup>  
Marco Valério de Albuquerque Vinagre<sup>2</sup>

**Resumo:** Compreender a influência do IDH, na política de planejamento urbano dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, face a demanda gerada pela UHE Belo Monte. Método de investigação, análise comparativa de impactos nas décadas de 1990 e 2010. Ênfase em literaturas sobre Amazônia, urbanização, política pública e desenvolvimento humano. Estudo de caso, com análise diagnóstica de indicadores da realidade em questão. Abordar o IDH enquanto avaliador e proponente de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Amazônia; Urbanização; Política pública; Desenvolvimento humano.

### **Introdução.**

A Amazônia e o estado do Pará figuram como fornecedores de recursos naturais para regiões e países industrializados centrais há mais de 300 anos, mas ainda figuram como áreas das mais dependentes e pobres do mundo. Isso ocorre, em parte, pelo fato de serem regiões extrativistas periféricas que ao estabelecerem relações de troca desiguais têm dificuldades em alavancar seus indicadores de desenvolvimento. Bunker (1984) e Drummond (2002).

Ao realizarem a simples coleta de recursos naturais brutos as regiões extrativistas geram uma perda de valor nas regiões de origem e um acréscimo de valor nas regiões de consumo e transformação. Bunker (1986).

O fato da região possuir a maior bacia hidrográfica do mundo tem levado a transformação de seus rios em verdadeiras jazidas de megawatts. A utilização dos rios e da água tem se revestido em fonte de energia elétrica para o setor industrial.

Dentre os exemplos de atividade extrativista desenvolvida na Amazônia, mais precisamente no estado do Pará, que apresenta as características mencionadas acima e que será destacada no presente estudo se encontra a captação de água para fins energéticos por meio de grandes hidrelétricas.

Os princípios que levam a região Amazônica, em especial o estado do Pará, a pautarem o seu “desenvolvimento regional”, por meio da implantação de projetos de exploração intensiva de recursos naturais, demonstram a pouca contribuição para o desenvolvimento regional. (IDESP, 2011a).

No decorrer do século XIX até 1870, com a estagnação da economia amazônica, os conflitos à época da Independência e o movimento nativista da Cabanagem acirraram o contexto adverso pelo qual passava o Norte brasileiro, que conheceu um refluxo da força de trabalho e a depauperação de sua frágil atividade econômica. Esse quadro se alterou a partir do final do século XIX, quando a região amazônica passou a extrair a borracha da seringueira (*Hévea brasiliensis*) e exportar para os mercados da Europa e Estados Unidos. Tal atividade estimulou a moldagem de um novo padrão de mercado, no qual a exploração extrativista constituiu a mola mestra. Configurou-se, a partir de então, uma nova base econômica regional fundada na exploração extrativista da borracha sob a égide de um

<sup>1</sup>Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano (UNAMA). Sociólogo e professor da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e Técnico em Gestão de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). E-mail: oliverjr28@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Doutor em Engenharia de Recursos Naturais (PRODERNA/ITEC/UFPa). Engenheiro Civil e professor da UNAMA. E-mail: valeriovinagre@gmail.com.

sistema de financiamento chamado aviamento (IDESP, 2011a).

Entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, desenvolveram-se sucessivas fases de exploração extrativa (caucho, castanha, borracha) Correa, 1992.

No estado do Pará, esse sistema espacial condicionou o processo de produção e circulação da borracha (1890-1910), da castanha-do-pará (1926-1964).

As ações que transformaram a organização espacial da Amazônia acabam por adjetivá-la enquanto “fronteira”. O termo “fronteira” encontra-se relacionado aos movimentos de povoamento e colonização a partir de fundamentos geográficos que associam a noção de “fronteira” a de “espaços vazios” ou “espaços abertos” ao povoamento, isto é, espaços com baixa densidade populacional. Nesse sentido a definição de fronteira tornou-se uma espécie de modelo devido estabelecer relações entre os fatores de desenvolvimento nacional. Entre os temas incluídos na referida tese da fronteira, se encontrava o da modernização, associada ao nacionalismo.

Outro aspecto, da tese da fronteira, diz respeito ao papel das “terras livres” ou dos “espaços vazios” nas formações nacionais, principalmente nas que apresentam base territorial de grandes dimensões. Neste sentido, a fronteira atuaria enquanto “válvula de escape” para populações pauperizadas Turner, 1893; 1920 (apud MACHADO, 1992).

O uso do território amazônico como “válvula de escape” para a população pauperizada de outras regiões do País fora sintetizado na seguinte frase: “terras sem homens para homens sem terra” (MACHADO, 1992).

O modelo de “fronteira” aplicado para a Amazônia parte do princípio da centralização das decisões políticas, ou seja, a integração das “terras livres” e a modernização econômica deveriam ser administradas pelo Estado central. Silva, 1955; 1967 (apud MACHADO, 1992).

Na região de fronteira as relações entre nacionalismo, modernização e expansão “interna” do território cumprem a expectativa de transformar o país na grande potência que a dimensão territorial e as riquezas naturais parecem prometer. Turner, 1893; 1920 (apud MACHADO, 1992).

Nesse contexto o debate acerca do desenvolvimento humano é fundamental para a compreensão de como ele reflete questões maiores sobre a Amazônia, o uso do IDH na formulação de projetos e a maneira como as decisões costumam ser tomadas.

As tomadas de decisões relacionadas à Amazônia mostram aspectos conflitivos no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento utilizado no Brasil. Nas últimas quatro décadas, tem se reforçado a idéia de que o planejamento deva ser orientado pela obstinação ao crescimento econômico acelerado a qualquer custo, sem que sejam contempladas todas as dimensões do desenvolvimento. (ACEVEDO, 1996).

A compreensão do planejamento do desenvolvimento passa pela assimilação do processo de formação do Estado e da relação deste com a sociedade.

Início do século XVIII surgimento da doutrina liberal o Estado tem sua atuação restrita a assegurar os direitos naturais ligados à vida, à liberdade e à propriedade. Ao Estado caberia intervir: na justiça, defesa, serviços públicos, ciência e colonização (FERREIRA, 2005).

Primeira metade do século XX, planejamento estatal e formulação de políticas públicas. Keynes (1936 apud FERREIRA, 2005).

Década de 50, a diferença entre os níveis de bem-estar das sociedades desenvolvidas, atribui ao Estado o papel principal no processo de promoção do desenvolvimento. Myrdal (1957 apud FERREIRA, 2005).

O Estado moderno passa a repensar o conceito de desenvolvimento agregando ao mesmo as concepções de local, integrado e sustentável além da participação da comunidade na tomada de decisão. Musgrave (1980 apud FERREIRA, 2005).

Ação ordenada e sistematizada do Estado, identificada enquanto Política Pública

que se caracteriza por meio de instituições, recursos, processos e função. Prélot (1960) e Schmitter (1979 apud FERREIRA, 2005). Conjunto que envolve fins e aspirações da sociedade moderna (FERREIRA, 2001).

Analisar as demandas coletivas dos municípios e alocar os recursos disponíveis para atendê-las ou amenizá-las constitui o foco das políticas públicas de desenvolvimento municipal. (VINAGRE e VINAGRE, 2012).

Indicadores essenciais na avaliação do desenvolvimento municipal a partir do momento em que subsidiam a formulação e o acompanhamento da implementação de políticas públicas locais. Will e Briggs (1995 apud VINAGRE e VINAGRE, 2012).

O desenvolvimento humano é um Processo de abordagem com foco no ser humano. Parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso considerar características sociais, culturais e políticas. É à base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange todos os aspectos de desenvolvimento, não representa a "felicidade" das pessoas e nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". O IDH apresenta-se decomposto em três (3) dimensões: IDH - Renda, IDH - Longevidade e IDH - Educação. A taxa de Longevidade ou Esperança de Vida ou Expectativa de Vida, indica a longevidade média esperada para um determinado grupo populacional ao nascer. Relaciona-se com as condições de vida de uma população. Sua avaliação reflete os resultados dos investimentos em saúde pública e na qualidade ambiental. O IDH - Educação indica a média educacional esperada para um determinado grupo populacional. Relaciona-se com as condições de ensino ofertadas a uma população. Sua avaliação reflete os resultados dos investimentos em educação pública e a qualidade do ensino. O IDH Renda expressa a distribuição do rendimento médio mensal per capita. Ou seja, a soma do rendimento mensal referente ao trabalho formal de cada indivíduo. A partir desse indicador é possível conhecer e avaliar a distribuição de renda dos municípios. Sua importância se dá por ser um dos indicativos das condições de vida da população.

Quanto mais próximo de 1, melhor as condições de desenvolvimento humano, e quanto mais próximo de 0, 0, piores são essas condições. O IDH considera como baixo desenvolvimento humano o intervalo entre 0,0 e 0,5; como médio desenvolvimento humano o intervalo entre 0,5 e 0,8 e alto desenvolvimento humano o intervalo entre 0,8 e 1,0.

Sendo assim é possível utilizar o IDH na orientação de políticas de desenvolvimento para a Amazônia em especial para o espaço urbano de Altamira e Vitória do Xingu ante a implantação da hidrelétrica de Belo Monte?

Diante do exposto, pelo estudo, enquanto objetivo geral propõe-se analisar, através do histórico processo de formulação e implementação de políticas públicas para a região norte, a influência do IDH na implantação da hidrelétrica de Belo Monte principalmente sobre o desenvolvimento urbano das cidades de Altamira e Vitória do Xingu.

Tendo como objetivos específicos investigados:

- a) O estudo da evolução das políticas públicas na Amazônia e no estado do Pará;
- b) A análise do desenvolvimento humano dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu 1991 a 2010;
- c) A investigação do AHE Belo Monte e os possíveis efeitos na configuração urbana de Altamira e Vitória do Xingu;
- d) A análise do crescimento urbano dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu no período de 1990 a 2010.

#### **Metodologia.**

O estudo identifica enquanto área a ser investigada os municípios de Altamira e Vitória do Xingu situados no sudoeste do estado do Pará, realidades heterogêneas inseridas na área de influência direta do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte, em termos do tamanho da população, taxa de urbanização e indicadores socioeconômicos.

Enquanto fonte de dados buscou-se as Teorias e debates acerca do desenvolvimento humano, Amazônia e UHE Belo Monte presentes no meio técnico e científico, já publicados, constituídos principalmente de livros, artigos de periódicos e por material disponibilizado na Internet.

Pesquisa de natureza básica, objetivando gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência.

Sendo o estudo ao mesmo tempo, exploratório, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema em vista de torná-lo explícito; descritivo, por apresentar características de determinada população ou fenômeno, estabelecer relações entre variáveis e explicativo, por identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Abordagem qualitativa com acréscimo de elementos quantitativos usados conjuntamente com o intuito de quantificar as informações.

Método de raciocínio dialético-crítico, pois busca o antagonismo presente no problema, através do confronto de opiniões, idéias, pessoas, classes e etc.

## **Resultados e Discussões.**

### **Evolução das Políticas Públicas na Amazônia e no Estado do Pará.**

O período entre 1970 a 1990 corresponde à fase do processo de uso do território: a fase da intervenção federal. Segunda metade dos anos 60 representa um marco do ponto de vista do reordenamento político-institucional para a Amazônia oriental. No âmbito das mudanças de ordem política e institucional do Estado brasileiro, após o golpe militar de 1964, as primeiras medidas de política são lançadas com o objetivo de assegurar a ação federal na região de forma efetiva. A “Operação Amazônica”, em 1968, redefiniu o arcabouço institucional regional ao criar o Banco da Amazônia (BASA), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

No período de duas décadas, as alterações na estrutura socioeconômica do território estadual ocorrem por meio da ação federal. Tendo como meta a integração nacional, criam-se mecanismos institucionais de incentivo à apropriação privada das terras, à diversificação das atividades econômicas - agropecuária, mineração, energia e industrialização - e de desestímulo à economia extrativista. (IDESP, 2011a).

Entre 1972 a 1974, seguindo a perspectiva do Governo Federal à época, é lançado o Programa de Integração Nacional (PIN) cujo principal objetivo foi à abertura da região por meio da construção dos “eixos do desenvolvimento”. As rodovias constituíram as principais vias de penetração no território.

A rodovia Transamazônica por outro lado, “finalizada” em 1974, representa um dos principais eixos de articulação regional e de integração com o Nordeste brasileiro. (CAMARGO, 1973).

Todavia, é a partir da segunda metade da década de 1970, que se inicia um processo mais veloz de aproveitamento dos recursos naturais e de inserção privada no espaço regional. No âmbito do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975-1979) é lançado o II PDA (II Plano de Desenvolvimento da Amazônia) que explicitamente procura integrar a Amazônia ao Centro-Sul pelo lado da oferta: a região deveria participar do Plano Nacional de Desenvolvimento a partir das suas especificidades regionais, em especial da aptidão e vocação natural dos recursos existentes em seu território.

A crise energética mundial (choque do Petróleo de 1973) e seguindo as orientações do II PND de equipar o território nacional dotando-o de infraestrutura, sobretudo energética, possibilita o início do aproveitamento hidrelétrico da bacia hidrográfica do Araguaia-Tocantins com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Associado ao insumo energia é lançado o POLAMAZÔNIA, Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia. No estado do Pará são escolhidas cinco áreas

dentre as quinze programadas da Amazônia Legal para implantação dos Pólos de Crescimento: Carajás, Trombetas, Altamira, Tapajós e Marajó. Os dois primeiros pólos têm na mineração a mola propulsora dada às peculiaridades naturais existentes na mesorregião do Sudeste Paraense, província mineral com a presença de uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo e as reservas de bauxita no Baixo Amazonas. Na mesorregião do Sudoeste Paraense, os pólos Altamira e Tapajós têm na agropecuária a atividade econômica principal. As possibilidades de exploração desses recursos condicionam à dotação de créditos e incentivos fiscais, infraestruturas de transportes e energia e investimentos peculiares à vocação de cada pólo, nesses novos recortes territoriais definidos externamente à região.

O segundo choque do petróleo de 1979 condiciona o redirecionamento dos investimentos. A escassez de recursos financeiros face à crise do Estado brasileiro centraliza os recursos em poucos pontos do território: a partir do Pólo Carajás, tendo o projeto Ferro - Carajás da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), cria-se o Programa Grande Carajás (PGC). O Leste do Estado do Pará, reconfigura-se como espaço de investimentos prioritários na Amazônia pelo Governo Federal. O PGC define-se, sobretudo, pela diversificação do território e pela sua concepção de programa: um conjunto integrado de projetos de mineração, de exploração madeireira e do carvão vegetal e projetos industriais de siderúrgicas como o da Companhia Siderúrgica do Pará - COSIPAR, com produção de ferro-gusa; Camargo Corrêa Metais (CCM), de silício metálico e Albrás-Alunorte, de alumínio (IDESP, 2011a).

#### **O Desenvolvimento Humano dos Municípios de Altamira e Vitória do Xingu no Período de 1991 a 2010.**

O uso do IDH-M como indicador que permite visualizar o desenvolvimento urbano. Mostrou-se adequado em virtude dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu ainda apresentarem deficitária infraestrutura urbana o que reflete uma tênue atuação do estado no que concerne à viabilização de políticas públicas.

Quadro – IDH-M longevidade Altamira e Vitória do Xingu (1991/2000/2010).

<b>Municípios</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Altamira</b>	0,636	0,752	0,811
<b>Vitória do Xingu</b>	0,618	0,712	0,792

Fonte: Adaptado de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

O aumento da esperança de vida tanto em Altamira como em Vitória do Xingu reflete na evolução do IDH-M longevidade como descrito no quadro acima onde os dois municípios nas últimas três décadas são classificados como de médio desenvolvimento humano.

Quadro - IDH-M Educação para Altamira e Vitória do Xingu(1991/2000/2010).

<b>Municípios</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Altamira</b>	0,159	0,322	0,548
<b>Vitória do Xingu</b>	0,456	0,189	0,451

Fonte: Adaptado de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Mesmo admitindo que nas últimas três décadas os dois municípios evoluíram no quesito educação, conforme pode ser percebido pelo quadro acima, os índices alcançados por ambos ainda figuram como sendo de baixo a médio desenvolvimento humano.

Quadro – IDH-M renda de Altamira e Vitória do Xingu (1991/2000/2010).

<b>Municípios</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Altamira</b>	0,569	0,629	0,662
<b>Vitória do Xingu</b>	0,456	0,560	0,594

Fonte: Adaptado de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

O aumento da renda per capita média dos municípios em questão tem impulsionado como visto no quadro acima a evolução dos seus indicadores de desenvolvimento humano (renda)

sendo os mesmos classificados na faixa dos que apresentam um médio desenvolvimento humano.

### **O AHE Belo Monte e os Possíveis Efeitos na Configuração Urbana de Altamira e Vitória do Xingu.**

O Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 propõe a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia Legal, destaque pela sua dimensão, ao aproveitamento hidrelétrico do Rio Xingu maior projeto nacional no final deste século e começo do próximo. Fim da década de 90 surge o projeto CHBM – Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, usina na Volta Grande do Rio Xingu. O Governo brasileiro entende que a hidrelétrica será um bem para a região, a salvação do sudoeste do Pará. O Plano Plurianual de 2000-2003 - instrumento de planejamento de médio prazo das ações do Governo Brasileiro (Avança Brasil) considera Belo Monte como uma obra estratégica, um projeto estruturante de Desenvolvimento.

O Estudo de Impacto Ambiental – EIA (2009) denomina o empreendimento de Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte. Considerando-se o conjunto barragem, reservatório, tomada d'água e casa de força, o empreendimento ocupará terras dos municípios de Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo. O caráter estratégico do AHE Belo Monte encontra-se consubstanciado na Resolução N° 2, de 17 de setembro de 2001, do CNPE que destaca em seu artigo 2º, sua relação com o desenvolvimento econômico e social na região.

Ações compensatórias previstas para a área de influencia da UHE Belo Monte (Altamira e Vitória do Xingu). Estas ações compõem inicialmente o Estudo de Impacto Ambiental - EIA (2009) e o Projeto Básico Ambiental – PBA (2011) que visam à apresentação de análises de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental do empreendimento em questão. Sob a forma de Planos, Programas e Projetos (políticas públicas) inter-relacionados e desenvolvidos nas esferas federal, estadual, municipal e iniciativa privada, no caso, o empreendedor responsável pela implantação da usina.

Colaborar para uma potencial alavancagem das oportunidades de desenvolvimento regional do território que poderão ser advindas dessa sinergia de medidas. Pautando-se no objetivo maior de proporcionar condições melhores de oportunidades de vida à sociedade, buscando-se o equilíbrio necessário entre os princípios e diretrizes de sustentabilidade e de desenvolvimento. As ações propostas nos Planos de atuação contemplam programas e projetos que buscam atuar, na requalificação urbana dos núcleos urbanos reforçando sua infraestrutura urbana além de assegurem o bem-estar da população.

Os investimentos em infraestrutura e planejamento se justificam conforme NORTE ENERGIA (2011) em função das carências identificadas. A vinda de novos habitantes, a relocação de moradores e a implantação da vila residencial promoverão alterações na dinâmica de funcionamento da área urbana, na infraestrutura de saneamento (drenagem, rede de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos) na oferta de serviços públicos (educação e saúde), nos fluxos internos e estrutura de mobilidade.

### **Crescimento Urbano dos Municípios de Altamira e Vitória do Xingu no Período de 1990 a 2010.**

O AHE Belo Monte, conforme EIA (BRASIL. MME, 2009a) altera o cenário urbano, sócio econômico e a dinâmica da população local. No pico da obra em 2013, a população atraída para Altamira alcançara 26.200 pessoas.

Quadro - População urbana e rural de Altamira.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	URBANA	RURAL
ALTAMIRA	99.075	84.092 (84,88%)	14.983 (15,12%)

Fonte: Adaptado de IBGE. Censo Demográfico, 2010.

O impacto populacional em Altamira e Vitória do Xingu ocorre devido a primeira ser pólo regional e a segunda sede do município que abrigará maior parte do empreendimento.

Quanto ao saneamento básico, de 14.326 domicílios urbanos, apenas 24% eram atendidos pela rede geral. IBGE, 2000. Conforme PBA (NORTE ENERGIA, 2011) A maioria da população (85,73%) abastece-se em poços individuais. Altamira não dispõe de rede de coleta e tratamento de esgotos. No que diz respeito aos resíduos sólidos, não existe manejo e destinação adequados. A drenagem é improvisada atendendo somente a área central da cidade.

Quanto ao município de Vitória do Xingu o mesmo não dispõe de sistema de captação e distribuição de água. A água potável é coletada em poços semi artesianos e bombeada. Segundo PBA (NORTE ENERGIA, 2011) o déficit é de 80% no abastecimento. Não existe coleta ou tratamento de efluentes, indo o esgoto para fossas negras, valas nas ruas ou para o rio Tucuruí.

Quadro - População de Vitória do Xingu.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	URBANA	RURAL
VITÓRIA DO XINGU	13.431	5.362 (39,92%)	8.069 (60,08%)

Fonte: Adaptado de IBGE Censo Demográfico, 2010.

O lixo é recolhido e depositado em um valão, sem cuidado ou tratamento. A área urbana não dispõe de drenagem de águas pluviais.

### Considerações Finais.

A análise do IDHM dos municípios em questão apesar de variar de baixo a médio, o que de certa forma expressa melhorias nos investimentos em saúde pública, qualidade ambiental, educação, geração de emprego e renda. Não reflete desenvolvimento proveniente da implantação do AHE Belo Monte. Até por que se compararmos o IDHM atual de Tucuruí (0,666) município com especificidades semelhantes em termos de implantação de empreendimento hidrelétrico na região, com o de Altamira (0,665) percebe-se que praticamente não há diferença entre ambos, reforçando assim a tese de que o planejamento de projetos de desenvolvimento regional não valoriza a questão ambiental, a justiça social e a utilização do IDHM enquanto ferramenta subsidiária na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas.

Cabe aqui ressaltar que as semelhanças entre Tucuruí e Altamira limitam-se a implantação dos empreendimentos hidrelétricos, pois os dois municípios vivenciam esse fato em contextos históricos diferenciados. Tucuruí em pleno regime militar onde as questões ambientais, sociais e o próprio IDH, idealizado na década de 90, se quer eram consideradas. Altamira em um momento democrático onde a participação de Ongs, movimentos sociais e ambientalistas, vigência da Constituição de 1988, tratados e protocolos internacionais impelem o planejamento de projetos de desenvolvimento regional a considerar a questão ambiental, a justiça social e a utilização do IDH enquanto ferramenta subsidiária na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas.

Conclui-se, portanto que a abordagem do desenvolvimento humano, como reflexo da infraestrutura urbana dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu ambos impactados diretamente pelo AHE Belo Monte, sob a ótica do IDHM objetivou compreender a correção das desigualdades entre os municípios citados e a utilização do IDHM enquanto instrumento numérico que auxilia sobre maneira no acompanhamento, na avaliação e proposição de políticas públicas que venham a proporcionar qualidade da vida aos munícipes das cidades em questão.

### Referências.

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. Desenvolvimento humano e hierarquia urbana: uma análise do IDH-M entre as cidades mineiras. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v.6, n. 2, jul./dez., 2006.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Estudo de impacto ambiental: aproveitamento hidrelétrico Belo Monte**. Brasília, DF: MME, ELETROBRÁS, 2009a.

ELETRONORTE. **Cenários Socioenergéticos da Amazônia (2000- 2020)**. [S.l: s.n], 2000.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ – IDESP. **Estado do Pará:** (di) visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais ocupação e uso do território, federalização territorial e recursos naturais. Coordenação de Lúcia Cristina Andrade. Belém: IDESP, 2011a. 67 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População.** 2010. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros\\_dados\\_divulgados/](http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/)>. Acesso em: 10 dez. 2010.

MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.54, abr./jun., 1992.

NORTE ENERGIA. Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Plano Básico Ambiental – PBA.** set., 2011.

PARÁ. Secretaria de Estado de Integração Regional. **Atlas de Integração Regional do Estado do Pará.** Belém: SEIR, 2010.

PARÁ. Secretaria Estadual de Integração e Desenvolvimento Urbano. **Plano Diretor do Município de Altamira 2003.** Altamira, 2003. p. 01-118.

VINAGRE, M.V.A.; VINAGRE, M.S.L. Hierarquia urbana e desenvolvimento humano em municípios paraenses no período de 1990 a 2010. In: TOBIAS, Maisa S. G.; LIMA, Alberto C. de M. (orgs.). **Urbanização e meio ambiente.** Belém: UNAMA, 2012.

## **A DINÂMICA FEIRÍSTICA NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA FEIRA DA COHAB EM SANTARÉM, PA**

Beatriz Costa de Oliveira Queiroz de Souza, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), beatriz-coqs@hotmail.com  
Itamar Rodrigues Paulino, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), itasophos@gmail.com

### **Resumo**

As feiras livres na Amazônia possuem em sua maioria infraestrutura provisória ou antiga, e altos índices de desperdício alimentar, que acabam por impactar a população e o meio ambiente local. Este trabalho foi realizado na feira da COHAB, em Santarém/PA, e objetivou analisar a realidade socioambiental desta por meio de questionário e entrevistas. Os resultados demonstraram que há um grande desperdício de alimentos, e que sem o descarte adequado destes, ocorre degradação ambiental na área, que acaba a interferir na venda dos feirantes, influenciando estes socialmente.

Palavras-chave: Feira livre; Desperdício Alimentar; Impactos Ambientais; Relações Sociais; Região Amazônica.

### **Resumen**

La mayoría de las ferias en Amazonía tienen una infraestructura provisional o antigua, y un alto índice de desperdicios de alimentos que en última instancia impactan la población y el ambiente local. Este trabajo fue realizado en la Feria COHAB, en Santarém/PA, y cuyo objetivo tuvo analizar la realidad social y ambiental esta a través de cuestionario y entrevistas. Los resultados demostraron que existe una alta tasa de desperdicios residuales de alimentos, y que sin una disposición adecuada de estos residuos, podrá haber degradación ambiental en la zona, que interfiere en la venta del comerciantes, influyendo en estos socialmente.

Palabras clave: Feria de Productos; Desperdicio de Alimentos; Impactos Ambientales; Relaciones Sociales; Región Amazónica.

### **Abstract**

Most of free trade fairs in Amazon Region have provisional or old infrastructure, and a high level of food waste, which end up impacting the population and the local environment. This work was carried out at the fair of COHAB, in Santarém/PA, and aimed to analyze the social and environmental reality of these through a questionnaire and interviews. The results showed that there is a great waste of food, and without an adequate disposal of these materials, it may occur environmental degradation in the area, which ends up interfering in the sale of the market, influencing these socially.

Keywords: Free Trade Fair; Food Waste; Environmental impacts; Social relationships; Amazon Region.

## **1- INTRODUÇÃO**

As feiras livres são espaços de diversidade socioeconômica, cultural e biológica, que apresentam complexa rede de relações sociais, e que por facilitarem o livre comércio, colaboram tanto para o crescimento como também para o surgimento de novos mercados (FERREIRA *et al.*, 2012). Na Amazônia, as feiras são espaços de venda, e também de lazer, troca de conversas e experiências, intercâmbio de culturas, encontros amorosos, entre outros (BARROS, 2009), sendo assim componente essencial para o fortalecimento das interações sociais, para o comércio regional, o incremento da economia dos segmentos

mais baixos da sociedade e para a promoção de serviços e produtos, muitas vezes inacessíveis sem a feira. Além disso, a própria história das feiras livres amazônicas confunde-se com a história do desenvolvimento e crescimento das cidades (MEDEIROS, 2008), que passaram por um rápido processo de expansão urbana, não acompanhando, porém o ritmo do desenvolvimento estrutural e socioeconômico das populações viventes neste local. Assim, vê-se que as feiras foram fundamentais para o processo de organização do espaço nesses municípios, pois muitas delas localizam-se em pontos estratégicos para o acesso tanto dos comerciantes quanto dos consumidores, tais como em frente às cidades, locais centrais, e ultimamente, em bairros mais afastados e próximos a rodovias.

Por conta de todos estes fatores, a infraestrutura das feiras amazônicas ainda se apresenta rudimentar e imprópria. Muitas vezes estas são realizadas em locais provisórios ou tão antigos que não suprem a totalidade de feirantes atuantes, e não suportam a quantidade de alimentos provenientes da agricultura familiar postos para a venda, favorecendo, assim, o acondicionamento inadequado dos produtos, em sua maioria hortifrutigranjeiros, resultando numa grande perda alimentícia local. O desperdício de alimentos é o principal causador de degradação ambiental nas feiras, pois gerará o lixo orgânico que acarretará vários impactos negativos à estes ambientes, como a poluição visual e do ar, o atrativo de vetores de doenças, etc (FERREIRA *et al.*, 2011).

Segundo Santos *et al.* (2009), por se tratar de um tipo de comércio varejista tradicional complexo e dinâmico, a feira livre possui especificidades, que acarretam dificuldades para o desenvolvimento de trabalhos que venham a modificar, mesmo que minimamente, suas características, devido ao tamanho das mesmas, inviabilizando a quantificação das perdas dos alimentos, pois o descarte de verduras, por exemplo, é misturado ao lixo comum, ficando impossibilitado o reaproveitamento e a transformação dos resíduos em adubo para compostagem ou alimento para animais.

A impactação ambiental por conta dos resíduos alimentícios desperdiçados acaba por também oferecer consequências sociais aos feirantes, com a interferência na venda destes provocada pelo odor e pela poluição visual que o lixo orgânico ocasiona, afastando os clientes. Assim, é possível a percepção de que não somente os comerciantes são afetados, mas também toda a população que frequenta a área, além dos habitantes próximos do local. Dessa forma, é necessária a realização de pesquisas voltadas para o estudo da relação entre o desperdício alimentar e os impactos ambientais nos espaços das feiras livres, principalmente amazônicas, de modo a entender e buscar formas de transformar esta situação, além de, futuramente, elaborar medidas mitigadoras como alternativas que impeçam ou minimizem impactos causados pela realização da mesma (NETO *et al.*, 2007).

Assim, o presente trabalho objetivou fazer uma análise socioambiental na feira da Cohab, em Santarém/PA, para avaliar de que forma ocorre o desperdício alimentar na área, e como este pode afetar tanto o meio ambiente, quanto a sociedade. Para atingir este objetivo, foram caracterizados por meio de questionário e de fotografias os alimentos e resíduos orgânicos resultantes da rejeição do consumidor e em que locais estes são acondicionados, para posterior descarte ou compostagem, a fim de se conhecer quais são os alimentos que mais são desperdiçados e como estes são descartados. Também foi investigado junto ao feirante o estado de conservação dos produtos orgânicos no início da atividade feirística e o quantitativo desses produtos desperdiçados ao final da atividade diária investigada, de forma a vir a entender se os alimentos já chegam à feira em estado de depreciação e qual a quantidade desperdiçada. Além disso, foi indagado sobre o que é feito com o excedente em bom estado e em depreciação não comprado pelos clientes, de modo a vir compreender o que os feirantes fazem com as sobras alimentares em boa ou má aparência. Ademais, foram observados o trajeto e a destinação feitos pelo lixo orgânico resultante da atividade feirante da feira da Cohab/STM e as implicações que a destinação

do lixo orgânico resultante da atividade feirante provoca no meio ambiente da feira no município de Santarém, para que pudesse ser feita uma análise do que ocorre com o lixo orgânico deste espaço e como este é um fator que contribui para haver impacto ambiental na feira da Cohab.

## **2- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Houveram dois momentos para a produção deste trabalho. Na primeira parte, foram realizadas duas visitas ao local da feira; a primeira, para sondagem, observação e registro fotográfico do local, e a segunda, para a aplicação de questionário junto aos feirantes atuantes na feira. O segundo momento também foi utilizado para a realização de entrevistas com a presidência da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN), com o objetivo de apreender informações do histórico e o modo de funcionamento da feira da Cohab de Santarém, no oeste paraense.

A presente pesquisa possui abordagem quantitativa, com a obtenção de dados por meio da utilização de um questionário para 21 feirantes, contendo nove questões objetivas com alternativas, e dados de identificação como idade, sexo e grau de escolaridade, a fim de caracterizar os sujeitos entrevistados. No que diz respeito ao local pesquisado, a feira da Cohab situa-se na área urbana do município de Santarém, no oeste paraense, bairro da Cohab, na Avenida Curuá-Una com a Travessa São Nicolau, possuindo as seguintes coordenadas: Latitude 2°26'40.28" (S) e Longitude 54°42'12.03" (O). A feira foi criada em 1992, após decisão da Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém (FAMCOS) e da APRUSAN de instalar uma feira no bairro da Cohab. A feira inaugural contou com a participação de 35 feirantes, e atualmente conta com 215 produtores rurais que atuam como feirantes, havendo um revezamento entre os 1.031 produtores rurais cadastrados pela APRUSAN, sendo este realizado de maneira sazonal, de acordo com os alimentos e suas épocas de sua produção.

Na feira são comercializados produtos hortifrutigranjeiros em uma área de 1.600 m<sup>2</sup>. Segundo a APRUSAN, o espaço provisório não pertence aos feirantes, mas à municipalidade. A feira funciona nos dias de sexta-feira e sábado, sendo que na sexta o horário é das 03:00H às 20:00H, e no sábado, das 03:00H às 12:00H (meio-dia). Na sexta-feira há uma menor participação tanto da clientela quanto dos feirantes, tendo o ápice da atividade comercial no sábado, com os 215 produtores rurais que atuam como feirantes no local. Há coleta de lixo duas vezes ao dia, nos dias em que há feira, com a primeira ocorrendo às 10:00H da manhã, e a segunda às 17:00H. Não há coleta seletiva e todos os resíduos orgânicos e alimentos desperdiçados são encaminhados para o veículo coletor de lixo domiciliar e coletivo, para ser encaminhado ao "Lixão do Perema", atualmente denominado de Aterro Sanitário de Santarém, localizado na comunidade Perema, às margens da Rodovia Estadual Santarém-Curuá-Una (PA 370).

## **3- RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **3.1- IDENTIFICAÇÃO GERAL**

Foram entrevistadas vinte e uma pessoas (9,76%) de um universo de 215 (100%). Do grupo pesquisado, 100% são produtores rurais e feirantes atuantes da feira da Cohab, sendo oito homens (38,10%) e treze mulheres (61,90%), de idade entre 18 e 59 anos. Esses dados demonstram tendência de que a maior parte dos produtores rurais feirantes seja de fato do sexo feminino, o que também tende de que estas vêm conquistando cada vez mais espaço, assumindo cargos de provedoras de renda da família, com a atividade de venda dos produtos colhidos. Entre os pesquisados, 38,1% declararam possuir apenas o Ensino

Fundamental incompleto, 4,76% afirmaram ter o Ensino Fundamental completo, 14,29% possuem o Ensino Médio incompleto, 38,10% com Ensino Médio completo e somente 4,76% destas pessoas possuem o Ensino Superior incompleto. A escolaridade dos feirantes demonstra que boa parte (42,86%) não possui um elevado nível de estudo, principalmente por terem que deixar a escola ainda durante o ensino fundamental para ajudar suas famílias a produzirem seu sustento. Decerto isto tenha reflexo no alto nível de desperdício de alimentos na feira, pois há a possibilidade de que se os feirantes possuíssem uma formação educativa ambiental, poderiam tomar nessa formação a consciência e fazer o aprendizado de reaproveitamento de resíduos orgânicos, tanto em adubo quanto em alimento para animais. A idade dos feirantes também reflete que estes cedo entram no mundo do comércio feirístico, e que tendem a permanecer na atividade por bastante tempo.

### 3.2- QUESTÕES PERTINENTES AO TEMA

Quanto ao acondicionamento dos alimentos a serem vendidos na feira, 28,57% dos entrevistados afirmaram acondicionar os produtos em caixas de papelão, e 38,10%, em outras formas, como em sacolas, bancada de madeira, sacos de sarrapilha, caixas de plástico e tablado suspenso. Percebe-se, pelos dados, que não há uma forma de refrigeração entre as formas apresentadas que indique que os alimentos sejam devidamente conservados, o que propicia uma maior depreciação dos alimentos, pois não há garantia de uma condição adequada de armazenamento.

Em relação ao acondicionamento dos resíduos a serem descartados, 47,62% responderam que acomodam os resíduos em sacolas plásticas, e 23,81% não dispõem o lixo orgânico previamente. Nota-se que a maior parte dos feirantes utiliza alguma forma de arranjar os resíduos antes de descartá-los, porém uma parte significativa destes não emprega uma forma de guardar estes resquícios orgânicos, ou seja, não demonstra preocupação em destinar corretamente o lixo residual vegetal, e acaba por deixá-lo em qualquer local da feira, principalmente o chão.

Relacionado ao local onde os feirantes descartam o lixo previamente acondicionado, 47,62% afirmam colocar em camburões, enquanto 23,81% descartam no chão, e o restante (28,57%), em caixas, caçambas ou em qualquer local. Isto nos permite afirmar que é bastante diversificada a forma como os feirantes da Cohab descartam o lixo orgânico produzido na feira. Conforme os dados, a maioria dos que descartam o lixo orgânico em camburões e caçambas parecem estar preocupados em não deixar os resíduos jogados em qualquer lugar na feira. No entanto, é possível apontar que ainda há uma porcentagem bastante elevada de feirantes que descartam o lixo orgânico em locais não apropriados, desrespeitando a lei de limpeza urbana, embora a coordenação da feira autorize descartar tais resíduos no chão em determinados locais da feira.

No que se refere às maneiras como os comerciantes dispõem os alimentos ao chegarem à feira, 61,90% afirmaram conservar ao ar livre e apenas 23,81% conservam em isopor ou em material apropriado. Isso nos faz refletir que mais da metade dos feirantes não apresentam modos apropriados de conservar os alimentos que vendem. Cabe ressaltar que não há possibilidade de conservação de produto orgânico em ambiente *outdoor*, já que estes estarão expostos ao calor, à umidade, à animais como ratos, e principalmente insetos como moscas e baratas, etc. Na feira da Cohab, os feirantes utilizam *freezers* ou isopores para acomodar polpas de frutas, que necessitam estar refrigeradas. Porém, os outros produtos estão suscetíveis às intempéries, gerando estrago e rápida perda dos produtos orgânicos.

Concernente a quais os alimentos que mais são desperdiçados, em primeiro lugar, com 15,52% encontra-se o tomate. Em segundo, a alface e o cheiro-verde, com escolhas de 13,79% dos entrevistados, e em terceiro lugar, o abacaxi (8,62%). Como podemos analisar, o tomate foi o alimento que obteve mais citações em relação ao desperdício. Isto se deve

em parte a uma maior produção deste na região, possibilitando assim, um maior desperdício por conta da procura inferior em relação a grande oferta do produto. Outro fator são as altas temperaturas da região, que proporcionam uma decomposição mais rápida destes, e consequentemente, um desperdício em massa de alimentos sensíveis, como é o caso do tomate, do cheiro-verde e da alface, os mais escolhidos pelos feirantes.

Quanto ao que os produtores fazem com os alimentos excedentes *em bom estado*, 85,71% dos entrevistados reaproveitam os alimentos remanescentes de diversas formas, incluindo guardarem para venda posterior, doarem os produtos sobressalentes ou utilizarem para uso próprio. Porém 14,29% descartam no lixo os produtos não vendidos. Constata-se assim, que ainda existem comerciantes que desperdiçam os alimentos mesmo com estes em possibilidade de consumo, jogando-os fora, e contribuindo para o acúmulo de matéria orgânica, impactando a qualidade ambiental, tanto da feira como da comunidade que acolhe-a. Além disso, há um prejuízo social enorme, dado que tais produtos poderiam servir para a alimentação das pessoas com baixa condição de vida econômica do município.

Relacionado ao que os comerciantes fazem com os produtos excedentes em estado de depreciação, 76,19% afirmam jogar fora, enquanto os 23,81% restantes doam ou fazem uso próprio, o que é um número pequeno perante o percentual dos que desfazem-se do lixo orgânico. Percebemos que a falta de conhecimento dos feirantes, sendo um estado inconsciente de desperdício, ou mesmo hábito cultural de rejeição e descarte dos resíduos e alimentos, é um fator que impede um menor desperdício na feira, visto que estes alimentos em estado de depreciação poderiam ser utilizados para a compostagem e adubo, além da alimentação de animais. Outro fator importante é a ausência de coleta seletiva do lixo orgânico, para que este seja separado do lixo comum, e externamente ao local da feira, reaproveitado. Os restos alimentícios, misturados com os resíduos comuns da feira (papelões, sacas de sarrapilha, entre outros), são encaminhados para o lixão da cidade, sem haver cuidado algum com a destinação e a separação dos restos alimentícios, que poderiam ser aproveitados tanto por empresas privadas, quanto do setor público.

Assim, constata-se que é necessário que os feirantes sejam instruídos nas noções da educação ambiental, para que tenham a consciência e a sensibilização de que não é correto simplesmente jogar fora os resíduos orgânicos, e que estes podem ser reaproveitados, além de realizar formação técnica sobre as formas de como pode ser feito esse reaproveitamento. Além disso, instituições públicas, privadas e de ensino da cidade poderiam, conjuntamente, realizarem projetos extensionistas na feira da Cohab e em outras feiras localizadas em bairros mais afastados, como forma de incentivo para os próprios agricultores e feirantes atuantes no local de reusarem os resíduos orgânicos, e assim, diminuir com as taxas de desperdício alimentar na área e com os impactos que este meio ambiente sofre.

Alusivo à escolha por ordem de gravidade de quais as implicações que o lixo produzido na feira traz para o meio ambiente, 42,86% dos entrevistados escolheram em primeiro lugar que a principal implicação que o lixo produzido na feira traz para o meio ambiente é o impacto visual; 33,33% assinalaram que em segundo lugar o mau cheiro é a principal implicação; em terceiro lugar, com 38,10% a atração de animais (moscas, ratos, baratas, etc.); em quarto lugar, o chorume, com 42,86% dos entrevistados; em quinto lugar, a contaminação do solo, com 19,05%; em sexto lugar, a geração de doenças, 28,57% e em sétimo lugar, a contaminação da água, com 33,33%. Como pode-se perceber com os dados apresentados, a maior parte dos entrevistados assinalou as opções de impacto visual e mau cheiro como sendo as principais implicações que o lixo produzido na feira traz para o meio ambiente. Estes impactos em si não são ambientais, e podemos inferir disso que os feirantes estão mais preocupados em vender seus produtos somente, pois o impacto visual e o mau cheiro causados pelo lixo orgânico resultante do desperdício alimentar atrapalhariam suas vendas, visto que nenhum cliente gostaria de comprar produto em um

ambiente sem higienização, com lixo espalhado para todos os lados e exalando odor. Dessa maneira, podemos notar que os feirantes atuantes da feira não demonstram clara preocupação com os impactos que o lixo orgânico produzido no local traria ao meio ambiente, e até para a sua própria saúde, priorizando assim, impactos perceptíveis pelos sentidos, como visão e olfato.

Com a última questão, referente aos motivos que causam desperdício na feira da Cohab, 38,64% escolheram que é a falta de infraestrutura da feira o principal problema ocasionante do desperdício; 11,36% marcaram o local inadequado para a venda; 6,82% assinalaram a acessibilidade à feira; 20,45% optaram pelo armazenamento precário dos alimentos; 11,36% elegeram a falta de poder de compra da população e 11,36% adotaram a ausência de fiscalização como o principal motivo. Como é possível analisar, grande parte dos entrevistados afirmou que o principal motivo de haver desperdício na feira é a falta de infraestrutura desta, o local inadequado para a venda e o armazenamento precário dos alimentos. Por não haver espaço adequado tanto para a venda quanto para um maior e melhor armazenamento e acondicionamento desses alimentos, estes acabam estragando mais rápido, o que faz com que o desperdício na feira da Cohab atinja grandes proporções.

A ausência de fiscalização e apoio do gestor público na feira também colaboram para o alto índice de desperdício, como é perceptível pelos dados coletados, pois se a Vigilância Sanitária local e as Secretarias de Saúde e Infraestrutura procurassem fazer monitoramento e fiscalizações, o que não ocorre segundo os feirantes entrevistados, a feira da Cohab poderia possuir condições estruturais de oferecer melhor atendimento aos clientes e estrutura de trabalho digna aos feirantes, bem como ser lugar de treinamento de qualidade ambiental, e ter estrutura para o acondicionamento dos produtos orgânicos. Feito isto, seria provável que o desperdício alimentar que ocorre no local diminuísse, pois, como já apresentado, este é causado principalmente pela falta de acondicionamento dos alimentos, o que está diretamente relacionado com a infraestrutura do local da feira.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados demonstraram que há um grande desperdício alimentar na feira, causado principalmente pela falta de estrutura, acondicionamento e resfriamento dos alimentos, e que o lixo orgânico resultante do desperdício ocasiona impactos ambientais na área, como a atração de vetores de doenças e infestação de animais causadores de doenças (moscas, ratos, baratas, etc.), chorume, contaminação da água e do solo. Porém, os feirantes notam mais o odor e o impacto visual como os principais problemas causados pelos resíduos desperdiçados, por estes serem empecilhos para a venda e afastarem a clientela da área.

Os principais motivos de haver desperdício na feira são o local inadequado para a venda, a falta de infraestrutura e o armazenamento precário dos alimentos, pois impossibilitam uma melhor acomodação e acondicionamento dos produtos, fazendo com que estes estraguem mais rápido, e assim, com maiores possibilidades de serem desperdiçados. O tomate, o cheiro-verde e a alface são os alimentos mais desperdiçados na feira, pois são sensíveis às altas temperaturas da região amazônica e assim, deterioram-se mais rapidamente do que o abacaxi, melancia e a macaxeira, por exemplo, e como podemos analisar, estes são alocados ao ar livre, o que facilita sua deterioração, e posterior indevido descarte.

Outro fator importante para haver desperdício na feira é a falta de conhecimento dos próprios feirantes em não reaproveitar os alimentos/resíduos orgânicos desperdiçados, que poderiam ser utilizados para a compostagem, adubação e alimentação de animais. Estes mesmos descartam de maneira incorreta os resíduos orgânicos, muitas vezes jogando-os no chão, contribuindo para o impacto visual e o mau cheiro por conta do lixo acumulado, o que são justamente os principais impactos citados pelos entrevistados.

Dessa forma, é importante haver não somente conscientização e sensibilização dos feirantes para reaproveitamento dos alimentos excedentes em estado de depreciação e não descartar estes de maneira incorreta, como é essencial a fiscalização por órgãos de saúde na área, o que não ocorre atualmente e impossibilita melhor higiene no local. Além disso, é necessário também maior interesse dos órgãos públicos em investir na infraestrutura do local e providenciar uma área fixa para a feira, para que assim, possa-se realmente haver um menor desperdício alimentar na área, uma maior qualidade de trabalho para os feirantes e um melhor atendimento ao consumidor.

Assim, demonstra-se a importância de serem não somente realizados trabalhos de análise socioambiental em feiras, mas também de educação ambiental para com os comerciantes e de reaproveitamento destes resíduos, para que estes não continuem a influenciar degradativamente o meio ambiente e a população local.

## 5- REFERÊNCIAS

BARROS, F. B. Sociabilidade, cultura e biodiversidade na Beira de Abaetetuba no Pará. **Revista Ciências Sociais Unisinos** 45(2):152-161, maio/agosto, 2009.

BOECHAT, P. T. V.; SANTOS, J. L.; **Feira livre: Dinâmicas espaciais e relações identitárias**. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2p.pdf>. Acesso em 10.03.2017.

EIGENHEER, E. M. Lixo e desperdício. In EIGENHEER (Org), E.M. Raízes do desperdício. Rio de Janeiro: **ISER**, 1993.

FERREIRA, C. M. de A.; WANDERLEY, D. M. A.; FERREIRA, D. de J. L.; MAIA, H. J. L.; MEDEIROS, M. C. S.; LIMA, V. L. A. de. Percepção dos impactos ambientais na feira central de Campina Grande – PB. **Revista Educação Agrícola Superior** - v.26, n.1, p.3–6, 2011.

FERREIRA, E. dos S.; JUNIOR, C. N. da C. S.; MONTEIRO, N. C.; CÂMERA, M. A. G. Análise socioambiental da feira livre de Bragança/PA. **III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**. 19/22 de novembro/2012 - Goiânia/GO. Disponível em <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2012/XI-049.pdf> Acessado em 20.02.2017

MEDEIROS, J. F. da S. **As feiras livres em Belém (PA)**. Belém, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UFPA), 2010. 118p. Dissertação (Mestrado em Geografia)

NAGEL, B.; GONÇALVES, D.; RANGEL, P.; PEÇANHA, T. Os bastidores de uma feira livre. Rio de Janeiro, RJ. **Revista Eclética**. Jan/jun 2007.

NETO, S.F.; ABREU, B. S.; MEIRA, W.; SOUZA, S. A. de; LIMA, V. L. A. de. Estudo ambiental em uma feira-livre – Campina Grande/PB. **Revista Educação Agrícola Superior** - v.22, n.2, p.8-12, 2007.

RIBEIRO, E. M., CASTRO, B. S.; SILVESTRE, L. H., CALIXTO, J. S.; ARAÚJO, D. P.; GALIZONI, F.M.; AYRES, E. B. Programa de apoio às feiras e à Agricultura Familiar no Jequitinhonha mineiro. **Agriculturas** - v. 2 – n. 2 - junho de 2005.

SANTOS, E. L. de M.; BRAGA, M. do C. de A.; MARCOLINO, N. V.; RUFINO, J. da S. Estudo sobre as feiras-livres de Garanhuns-PE. **Anais do X Congresso Nacional de Meio Ambiente de Poços de Caldas**. 2009.

## **A EXPLORAÇÃO DO GÁS NATURAL NA BACIA DO PARNAÍBA E A SUA DEMANDA POTENCIAL PELA INDÚSTRIA MARANHENSE**

Daniele da Fátima Amorim Silva<sup>1</sup>  
João Gonsalo de Moura<sup>2</sup>

### **RESUMO:**

Devido a diversas iniciativas recentes no sentido de aperfeiçoar o marco regulatório brasileiro que disciplina a pesquisa, produção e exploração do gás no Brasil, estados como o Maranhão começaram a despontar com grande potencialidade produtora, sobretudo a partir do ano de 2013 quando os volumes produzidos nesta unidade de federação começam a atingir cifras expressivas. Atualmente, o gás produzido em terras maranhenses é destinado em sua totalidade apenas para o abastecimento de usinas termoeletricas, tendo em vista que o estado ainda não dispõe de uma infraestrutura capaz de disponibilizar este importante insumo para uso da indústria de transformação. O objetivo deste trabalho é averiguar as condições sob as quais seria viável para alguns subsetores da indústria local promover a substituição energética, colocando o gás natural como fonte principal. Conclui-se que esta substituição somente seria viável sob alguns cenários específicos de evolução dos preços do energético em tela, em comparação com a evolução dos preços dos seus principais substitutos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Energia. Gás Natural. Bacia do Parnaíba

### **ABSTRACT:**

Due to several recent initiatives to improve the Brazilian regulatory framework governing gas research, production and exploitation in Brazil, states such as Maranhão have begun to emerge with great potential for production, especially from 2013 when the volumes produced in this The unit of federation begin to reach expressive figures. Currently, the gas produced in Maranhão is destined solely for the supply of thermoelectric power plants, since the state does not yet have an infrastructure capable of making this important input available for the use of the transformation industry. The objective of this work is to determine the conditions under which it would be feasible for some subsectors of the local industry to promote energy substitution, placing natural gas as the main source. It is concluded that this substitution would only be feasible under some specific scenarios of evolution of energy prices on the screen, in comparison with the evolution of the prices of its main substitutes.

**KEYWORDS:** Energy. Natural Gas. The Parnaíba Basin

**TEMA:** Políticas Públicas e Infraestruturas

<sup>1</sup> Pesquisadora do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) e Professora da Universidade Ceuma - Uniceuma.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômicos da UFMA.

## 1. INTRODUÇÃO

Embora o gás natural se caracterize como uma fonte de energia não renovável, e seja considerado um combustível fóssil, o mesmo possui algumas vantagens em relação aos demais energéticos dessa natureza, entre as quais podem ser citadas: a queima completa; o alto poder calorífico por unidade de massa, exigindo uma quantidade menor de combustível para um determinado processo; a menor emissão de dióxido de carbono, óxidos de nitrogênio e particulados na atmosfera, reduzindo as agressões ao meio ambiente; além de algumas vantagens de natureza operacional, como o menor dispêndio com a manutenção de equipamentos.

A despeito dos elevados investimentos iniciais necessários para a construção da infraestrutura de transporte, esta modalidade de energético é considerada uma das mais seguras. Além disso, dispensa gastos com formação de estoque e pode ser utilizado como substituto de qualquer combustível, exceto querosene de aviação (FILGUEIRAS, 2009).

Apesar do enquadramento pejorativo no rol dos combustíveis fósseis, as características acima enumeradas o colocaram no topo da competitividade das fontes mais promissoras de energia no cenário atual, tornando-o uma das principais alternativas para a redução dos custos de produção da indústria mundial. Entretanto, é importante ressaltar que o gás natural não possui uma demanda cativa, ou seja, o aumento da demanda depende do seu preço em relação ao preço dos combustíveis substitutos (ALMEIDA e COLOMER, 2013).

Ao longo dos últimos 20 anos o consumo mundial de gás natural cresceu 64,7%, perfazendo 21,4% da matriz energética (IEA, 2015). No Brasil, o gás natural passou a ser tratado como insumo competitivo somente a partir da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, e ganhou notoriedade com a descoberta da Bacia de Campos, que atualmente é responsável pela produção de, aproximadamente, 40% do gás consumido no país. Afim de aumentar o consumo de gás natural, elaborou-se em 2000, o Programa Prioritário de Térmicas, ficando estabelecido como meta o alcance de 12% de participação na matriz energética até 2012. Uma segunda iniciativa, talvez mais concreta, surgiu com a criação de um arcabouço regulatório exclusivo para a indústria de gás natural – A Lei 11.909, conhecida como Lei do Gás.

Essas iniciativas terminaram por beneficiar estados que antes não possuíam perspectivas de exploração, como é o caso do Maranhão. No caso desta unidade da federação, isto aconteceu especificamente na Bacia do Parnaíba. Segundo dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), as reservas provadas no Maranhão perfazem 2,4% das reservas totais do país, concedendo à citada unidade da federação a sexta colocação no *ranking* dos detentores de reservas no território nacional.

Portanto, o principal objetivo deste trabalho é analisar os diversos cenários de inserção do gás natural na matriz energética do estado do Maranhão, numa tentativa de esclarecer as prováveis condições sob as quais tal combustível se tornaria viável com fonte de energia para a indústria local.

Para alcançar o objetivo proposto, além desta introdução, na segunda seção foi feita uma descrição da evolução da exploração na Bacia do Parnaíba. A terceira seção foi dedicada à apresentação da metodologia de estimação da demanda potencial futura e da definição dos cenários propostos para a evolução dos preços. Na quarta seção, foram apresentados os resultados quanto à demanda futura e as condições de viabilidade para que seja procedida a substituição energética na indústria maranhense. Finalmente, a quinta seção foi dedicada às considerações finais.

## 2. O GÁS NATURAL NA BACIA DO PARNAÍBA

Após a iniciativa de promoção de um maior grau de abertura às indústrias de petróleo e gás, por meio da Lei de nº 9.478/97, ocorreram treze rodadas de licitação, com ofertas de blocos em bacias exploratórias em todo o território nacional. A rodada inicial, ocorrida em 1999, foi o marco da entrada em vigor dessa nova configuração normativa, mesmo diante de uma conjuntura econômica desfavorável naquele momento.

Dentro desse novo arcabouço regulatório, o Maranhão foi incluindo efetivamente na rota de exploração apenas na terceira rodada de licitação, que foi realizada em 2001. Naquela rodada foram oferecidos quatro blocos, sendo um deles na Bacia de Barreirinhas (*offshore*) e os demais na Bacia Pará-Maranhão (*offshore* e *onshore*), que gerou um bônus de assinatura no valor de R\$ 107,1 milhões. Considerando o período entre 2001 e 2015, foram oferecidos 311 blocos dentro do território maranhense, sendo que, deste total, 84 foram arrematados por empresas nacionais e estrangeiras, gerando um bônus de pesquisas exploratórias no valor de R\$ 2,7 bilhões para a ANP.

No caso específico da Bacia do Parnaíba, a mesma abrange estados como Piauí, Maranhão, Pará, Tocantins, Bahia e Ceará, com uma extensão territorial de 665.888 km<sup>2</sup> (ANP, 2013) e se configura atualmente como a única produtora de hidrocarbonetos no estado do Maranhão, passando a integrar as rodadas de licitação somente em sua quarta edição, realizada em 2002, quando foi oferecido apenas um bloco exploratório que não obteve êxito naquele momento. Durante as quatro rodadas que se seguiram, a referida bacia não teve representação na oferta de blocos, retornando somente em 2007. Portanto, somente a partir da décima-primeira rodada as ofertas se mostraram bem-sucedidas, quando 100% dos blocos foram arrematados.

Mas foi a décima-terceira rodada que funcionou realmente como um termômetro para a consolidação da Bacia do Parnaíba. Apesar de somente 50% dos blocos terem sido arrematados, foi possível observar um incremento de produtividade nos novos poços perfurados, fator este que garantiu a viabilidade da atividade na região.

O Quadro 01 apresenta um resumo dos campos em processo de desenvolvimento e em processo de produção, além das concessionárias autorizadas a explorá-los, com as suas respectivas participações percentuais.

**Quadro 01.** Campos em desenvolvimento e produção na Bacia do Parnaíba

Localização	Blocos em Concessão	Campos		
		Desenvolvimento	Produção	Concessionárias (%)
Terra	25	Gavião Azul	Gavião Branco	Parnaíba Gás Natural (70%) BPMB Parnaíba (30%)
		Gavião Branco Norte		
		Gavião Branco Sul	Gavião Real	
		Gavião Caboclo		
		Gavião Caboclo Sul	Gavião Vermelho	
		Gavião Preto		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ANP (2016).

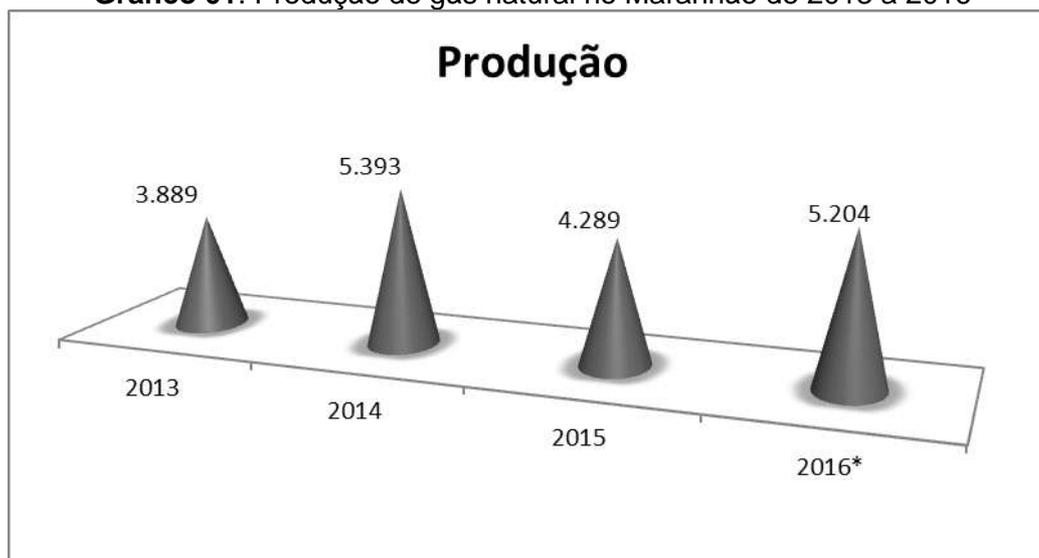
Conforme demonstra o Quadro 01, o fato do número de campos em desenvolvimento superar o número de campos que já produzem demonstra o potencial da atividade da exploração de gás natural no território em estudo. Toda essa configuração, a partir dessa região de fronteira de exploração termina por trazer à tona um conjunto de novas possibilidades para a economia do Maranhão, sobretudo quando são vislumbradas as

possíveis transformações em sua matriz energética. Apenas como detalhe adicional é importante destacar que o referido quadro revela que a Parnaíba Gás Natural S/A, ao lado da BPMP S/A, controla a totalidade do gás natural produzido no estado do Maranhão.

Como a produção efetiva de gás natural em terras maranhenses teve início somente em 2013, no Gráfico 01 encontra-se disponibilizada a evolução da produção de gás natural no estado do Maranhão, no período de 2013 a 2016.

Conforme os dados apresentados no Gráfico 01 pode-se observar alguma oscilação no volume de gás produzido no estado do Maranhão ao longo do período ali indicado. No entanto, considerando o início e o fim daquele período, nota-se uma tendência de crescimento, tendo em vista que houve um acréscimo de 3,9 MMm<sup>3</sup>/dia em 2013 para algo em torno de 5.2 MMm<sup>3</sup>/dia em 2016. Mas foi durante o ano de 2014 que a produção alcançou o melhor desempenho da série histórica, com crescimento de aproximadamente 39% na disponibilidade de gás natural para o consumo interno. No ano de 2015, a redução do ritmo de exploração ao lado da taxa de decaimento dos poços implicou numa queda de 20,8% na produção em relação a 2014. Entretanto, com o acontecimento da 13ª rodada de licitações no final daquele ano, o ritmo de exploração reverteu-se e o resultado foi o crescimento de aproximadamente 20% em 2016.

**Gráfico 01.** Produção de gás natural no Maranhão de 2013 a 2016



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP (2016)

\* Acumulado nos últimos 12 meses até novembro (em Mm<sup>3</sup>/dia)

Atualmente, a produção de gás natural disponível (após descontos do gás utilizado na exploração e queima) está sendo utilizada em sua totalidade para abastecer o Complexo Termelétrico do Parnaíba, no município de Santo Antônio dos Lopes. A estrutura de distribuição do gás natural a partir dos municípios produtores conta com um gasoduto de transferência de 800m que interliga a unidade de tratamento de gás da Parnaíba Energia S/A, com capacidade de processamento de 8,4 milhões de m<sup>3</sup>/dia, ao referido complexo termelétrico, operado pela ENEVA S/A. A Companhia Maranhense de Gás (GASMAR) é a responsável pelos serviços de operação e manutenção do sistema de distribuição de gás natural.

Talvez a questão mais importante trazida à tona pelos dados apresentados acima seja o fato de que a finalidade exclusiva que se tem em perspectiva para o produto se resume, por enquanto, à produção de energia através de usinas termelétricas, dada a ausência de uma infraestrutura de gasodutos que possam transportá-lo para regiões onde

estão concentradas as maiores indústrias do estado e, portanto, os potenciais demandantes para outros fins. Ou seja, convém esclarecer que o principal questionamento norteador deste trabalho consiste em analisar alternativas para a utilização do gás produzido no Maranhão (Bacia do Parnaíba), identificando os prováveis subsetores demandantes do produto e sua demanda potencial futura por tal insumo.

Dessa forma, considerando o contexto atual do setor industrial maranhense, foram selecionados aqueles subsetores que tradicionalmente fazem uso do gás como fonte de energia em outras regiões, quais sejam: cimento; ferro-gusa e aço; mineração e pelletização; minerais não ferrosos; além de outros segmentos como a indústria metalomecânica; indústria química; indústria de alimentos e bebidas; indústria têxtil; papel e celulose e; finalmente, a indústria cerâmica.

### 3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A previsão da demanda de gás natural representa um grande desafio, principalmente em países como o Brasil. Isso acontece porque o desenvolvimento recente da indústria no país dificulta previsões com base em uma série histórica suficientemente extensa. Além disso, sabendo que as políticas energéticas ocorrem em nível macroeconômico, torna-se necessário, ao mesmo tempo, atentar para algumas variáveis microeconômicas que tendem a revelar mais acurada as transformações na estrutura econômica, como é o caso dos investimentos em infraestrutura e as próprias especificidades relacionadas à localização da demanda (GROENENDAAL, 1998).

A presença recente da indústria de gás natural no Maranhão impossibilita o uso de técnicas de projeção que levem em consideração séries históricas de consumo de gás natural. Sendo assim, instrumentos corriqueiros utilizados em trabalhos dessa natureza, como o Modelo de Grey; os modelos estatísticos; modelos econométricos, etc., não poderão ser aplicados neste caso. Diante de tal contexto, foi feita a opção pela adoção de uma combinação das metodologias como a de Groenendaal (1998), Montes (2000) e Braga (2014), acrescentando algumas particularidades locais.

Um último obstáculo ao emprego das metodologias tradicionais ainda merece ser aqui destacado. Este diz respeito ao fato do Balanço Energético do Maranhão (BEM) não haver sido atualizado nos últimos anos. O último exemplar da publicação data do ano de 2008, mas cujos dados ali disponíveis se referem ao ano de 2007. Esta anomalia se apresenta como um grave problema quando se tem em mente que foi exatamente nos anos mais recentes que a estrutura produtiva da economia maranhense apresentou algumas das suas mudanças mais expressivas, modificando as potencialidades dos mais prováveis demandantes, como é o caso, apenas para exemplificar, do avanço recente da indústria de cimento.

Em consonância, a metodologia do GEE-Matriz utilizada por Braga (2014) pode ser replicada apenas após os ajustes necessários do Balanço Energético. Isso implica na necessidade de trazer a demanda de energia de 2007 até 2014, últimos dados disponíveis para o PIB Estadual. Para tanto, trabalhou-se com dados *proxy* indicativos do crescimento da demanda por energia para cada um dos subsetores selecionados.

Prosseguiu-se com o cálculo da intensidade energética de cada um dos subsetores para os anos de 2003 a 2007, utilizando a metodologia apresentada por Groenendall (1998), a partir da equação 01 com vistas a identificar mudanças (ou não) na intensidade, após a estimativa para os anos de 2008 a 2014.

$$D_{j,t}^f = E_{j,t}^f GVAR_{j,t} \rightarrow E_{j,t}^f = \frac{D_{j,t}^f}{GVAR_{j,t}} \quad Eq. 01$$

As variáveis apresentadas na equação 01 podem ser assim resumidas: a demanda pelo combustível  $f$ , no subsetor  $j$ , no período  $t$ , representada por  $D_{j,t}^f$ . A demanda é variável dependente da taxa de intensidade energética para o combustível  $f$ , denotada por  $E_{j,t}^f$ , e do valor agregado do PIB por setor  $GVAR_{j,t}$  (SILVA, 1998).

Para a estimativa propriamente dita, foram adotados como referência os dados de crescimento do valor adicionado do PIB por setor de atividade<sup>3</sup>, exceção apenas do subsetor de cimento que, na ausência de valor adicionado, adotou-se o crescimento da produção a partir dos dados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC). Adicionalmente, foram tomados como referência os indicadores de elasticidade-renda do consumo de energia calculados pela FIPE, exibidos no Quadro 02.

**Quadro 02.** Elasticidades-renda do consumo de energia por setor

Setores	Elasticidade
Cimento	1,00
Ferro-gusa e aço	1,25
Ferro-ligas	0,85
Mineração e pelotização	1,02
Não ferrosos e outros da metalurgia	1,10
Química	1,03
Alimentos e Bebidas	0,89
Têxtil	1,02
Papel e Celulose	1,00
Cerâmica	1,00
Outros	1,00

Fonte: FIPE apud Braga (2014)

No Quadro 02 é possível observar que setores como de ferro-gusa e aço; mineração e pelotização; não ferrosos; metalurgia; química; e têxtil possuem maior sensibilidade em relação às alterações na renda, elevando o consumo de energia mais que proporcionalmente ao próprio crescimento deste último indicador (BRAGA, 2014).

A utilização das elasticidades-renda de cada subsetor serviu para uma aproximação da demanda atual de energia no Maranhão. A matriz construída foi utilizada para prever a distribuição das fontes de energia no balanço energético por subsetor de atividade. Foram consideradas as fontes demandadas em 2007: carvão mineral (CM), lenha (L), bagaço de cana (BC) óleo diesel (OD), óleo combustível (OC), eletricidade (E) e carvão vegetal (CV). Foram ainda acrescentados o coque de petróleo (CP) e o gás natural (GN), tendo em vista não somente os objetivos do presente trabalho, mas, também, a própria penetração de ambos na matriz energética local durante a segunda década do século XXI.

A construção da matriz levou em consideração a média ponderada da participação dos combustíveis por subsetor de atividade, salvo nos casos em que determinado combustível era usado apenas em um subsetor. Além disso, foram consideradas as intensidades energéticas de cada atividade como forma de alocar melhor as devidas fontes de energia.

<sup>3</sup> O crescimento por setor de atividade foi resultante de alguns testes elaborados com a ajuda do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC. Considerou-se o valor adicionado por subsetor de atividade no período de 2008 a 2014. Ressalta-se que com a mudança de base a partir de 2010, o crescimento de 2008 a 2010 resultou de uma retropolação a partir da base atual.

De posse das informações mais recentes de demanda energética para o setor industrial maranhense, deu-se prosseguimento à empreitada, adotando parcialmente a metodologia utilizada por Braga (2014), gerando uma estimativa da matriz energética para os anos de 2015 a 2030. O propósito da escolha de tal período foi a obtenção de um panorama geral do comportamento do consumo energético de gás natural, dentro de uma matriz de uso diversificado, não se restringindo apenas ao consumo termoeletrico. O Modelo de Braga (2014) será utilizado para calcular a matriz futura de energia por subsetor e por fonte energética, dotando finalmente a Equação 01.

Diferente da atualização do Balanço Energético de 2007 a 2014, a projeção para o período de 2015 a 2030 não levou em consideração o crescimento do valor adicionado de cada um dos subsetores industriais escolhidos, somente a projeção de crescimento econômico para o Maranhão. Foram tomadas como base as projeções do IMESC (2016), onde é admitido que a elasticidade-renda dos setores continuará constante, ou seja, não deverá haver, em tal período, grandes progressos tecnológicos que possam mudar radicalmente a sensibilidade do consumo energético dos setores escolhidos às variações na renda.

Os cálculos intermediários da Matriz Futura de Energia Útil ( $EU_{i,j,k}$ ), utilizando a Equação 01 (Braga, 2014) e das variáveis: Coeficiente de Destinação ( $p_{j,i,k}$ ) e Rendimentos Energéticos ( $r_{j,i,k}$ ). Os Coeficientes de Destinação, utilizados para os subsetores, foram extraídos do Balanço de Energia Útil (2005). Tais coeficientes serão utilizados no cálculo da Matriz Futura de Energia Útil. Em seguida, serão construídos três cenários de substituição energética para o gás natural, sendo cada um dos cenários representados por uma configuração específica em relação ao preço pelo qual o insumo seria comercializado no estado do Maranhão.

Tomando-se o preço médio do gás natural combustível divulgado no Balanço Energético Nacional (BEN), para o ano de 2016, os dados mostram que o preço do gás natural brasileiro cresceu 6,2% a.a., no período de 2005 a 2015, evoluindo de US\$ 7,09/MMBtu para US\$ 12,89/MMBtu, assumindo uma dinâmica interna contrária àquela registrada no resto do mundo, onde a commodity registrou queda de 11,5% a.a., no mesmo intervalo de tempo. Trata-se aqui de uma evidência de que, a despeito da elevação da produção interna, a commodity brasileira tem perdido competitividade em relação ao mercado externo.

O alto preço do gás natural brasileiro tem suscitado discussões, nos diversos segmentos produtivos brasileiros. Entretanto, ganhou destaque, em especial no setor industrial, no qual se tem alegado que a contração do consumo nos últimos anos está relacionada com patamar estratosférico ao qual chegou o preço do insumo. As críticas são direcionadas à promoção de termelétricas (consumidores primários), em detrimento dos demais setores (CNI, 2014).

Para dar conta da viabilidade da demanda futura pelo produto serão admitidos três cenários, tomando como base a mesma participação para cada um dos componentes, como destacado no Quadro 03.

Os preços de 2012, por representarem o preço máximo da série histórica, balizarão um cenário (III) menos competitivo, ao passo que no ambiente mais competitivo (I), adota-se como referência o preço da molécula do gás natural explorado no Maranhão, pois se trata da molécula mais barata dentre as demais unidades da federação produtoras. No cenário intermediário (II), adota-se o preço médio do gás natural em 2015. O resultado da viabilidade da utilização do gás como fonte energética pela indústria maranhense será observado na matriz de energia final, projetada com substituição das fontes atuais pelo gás natural, gerando a matriz futura de energia Útil.

**Quadro 03.** Decomposição do preço para o consumidor industrial (três cenários)

Componente	Valor (US\$/MMBtu)			Participação (%)
	Cenários			
	I	II	III	
Parcela Variável ou <i>Commodity</i>	2,87	5,40	7,62	41,9%
Parcela Fixa ou Transporte	1,11	2,08	2,94	16,2%
Margem de Distribuição	1,37	2,57	3,63	20,0%
Tributos (PIS/COFINS e ICMS)	1,51	2,83	4,00	22,0%
<b>Total</b>	<b>6,85</b>	<b>12,89</b>	<b>18,20</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Dados adaptados do EPE (2005 e 2015) e da Firjan (2013)

Esta última levará em conta o rendimento e o preço do gás natural para cada um dos três cenários propostos, pois, a depender do comportamento do preço final, no âmbito de cada um dos cenários, o uso do gás produzido na Bacia do Parnaíba pela indústria maranhense poderá se mostrar viável, ou inviável.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo as etapas metodológicas descritas na seção anterior foi possível estimar a demanda energética industrial na economia maranhense nos anos que se seguem ao específico de 2007. Os dados estão disponíveis no Quadro 04, por subsetor de atividade industrial, com a demanda projetada para o período que se inicia em 2008 e termina em 2014.

**Quadro 04:** Estimativa da demanda energética industrial por subsetor (2008–2014)

Estimativa da demanda industrial (em 1000 TEP)							
Atividades	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>1.924,4</b>	<b>1.790,1</b>	<b>1.883,5</b>	<b>2.447,0</b>	<b>2.562,7</b>	<b>2.564,7</b>	<b>2.744,9</b>
Cimento	0,4	0,4	0,4	0,4	0,8	0,9	1,0
Ferro-gusa e aço	600,3	550,2	581,1	785,7	828,7	822,1	883,2
Mineração e pelotização	384,1	357,9	374,3	481,8	503,4	500,1	530,4
Não ferrosos e metal	778,0	720,9	756,4	990,8	1.038,6	1.031,2	1.098,7
Química	10,5	13,6	11,6	19,6	24,3	35,2	39,0
Alimentos e bebidas	110,1	107,0	116,9	118,0	113,0	118,6	132,5
Têxtil	1,3	0,7	1,2	1,6	1,7	1,8	1,9
Papel e celulose	2,2	1,7	1,3	1,7	1,8	1,9	2,0
Cerâmica	17,9	18,5	20,7	21,8	23,7	24,6	25,4
Outros	19,8	19,3	19,4	25,6	26,8	28,4	30,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BEM (2008)

Obs. TEP = Tonelada Equivalente de Petróleo.

Observa-se pelo Quadro 04 que a demanda total por energia na indústria de transformação tende a apresentar uma significativa elevação no período, registrando um crescimento aproximado de 5,4% a.a. Quando os resultados são avaliados pelo crescimento percentual no período considerado, o destaque deve ser atribuído aos subsetores de cimento e química. Ao contrário, quando se analisa a expressividade absoluta, os subsetores que passam a merecer destaque são os de não ferrosos e metal; ferro-gusa e aço; mineração e pelotização; e alimentos e bebidas.

Diante dos valores estimados para a demanda dos subsetores da indústria, convém que estes valores sejam também apresentados (distribuídos) considerando as diversas fontes originárias daqueles montantes que a indústria demandará. Tal estimativa se encontra disponível no Quadro 05.

**Quadro 05:** Estimativa da demanda energética industrial por fonte (2008 e 2014)

Estimativa da demanda indústria (em 1000 TEP)							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Gás natural	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	2,6	5,5
Carvão mineral	190,2	176,9	185,9	241,8	253,0	252,9	269,1
Lenha	39,3	36,6	38,5	50,0	52,4	52,7	54,9
Bagaço de cana	74,6	69,4	73,0	94,8	124,9	125,0	133,8
Óleo diesel	83,8	78,0	82,0	106,6	111,6	111,7	120,8
Óleo combustível	199,3	185,4	195,0	253,4	265,1	265,6	282,7
Gás liquefeito de petróleo	1,7	1,6	1,6	2,1	2,2	1,0	1,1
Eletricidade	728,9	678,0	713,3	926,8	970,6	971,4	1.067,8
Carvão vegetal	606,5	564,2	593,6	771,2	782,1	781,4	808,6
Coque de petróleo	0,3	0,3	0,3	0,3	0,6	0,6	0,7
Total	1.924,4	1.790,1	1.883,5	2.447,0	2.562,7	2.564,7	2.744,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BEM (2008)

Neste caso, as estimativas mostram que as fontes bagaço de cana e óleo diesel apresentaram um crescimento superior às demais fontes. A demanda por óleo diesel cresceu 10,8% a.a. no período em análise, alcançando 120,8 mil TEP em 2014. No caso do bagaço de cana, a expansão da demanda em 10,5% a.a. se deu tanto expansão como pelos ganhos de produtividade na lavoura de cana-de-açúcar no estado do Maranhão. Adicionalmente, foi incluída a fonte de energia gás natural, que não tinha participação na demanda energética até o ano de 2011. O coque de petróleo também entra neste contexto para fazer parte dos processos industriais devido à presença crescente do subsetor de cimento, tendo em vista a instalação de quatro novas fábricas no Estado. Mas o que chama atenção é a presença marcante de algumas fontes altamente poluentes, como o carvão mineral; o carvão vegetal; e o óleo diesel, mostrando que, diante das pressões mundiais por fontes de energia mais limpas, em terras maranhenses o cenário vigente não esteve tão em sintonia com tal realidade.

Essa atualização dos dados do balanço energético para 2014 tinha como principal finalidade a adoção de critérios consistentes que permitissem visualizar a mudança na estrutura de consumo energético para assim balizar a matriz projetada para o futuro ( $EF_{i,j}$ ), adotando como horizonte temporal o intervalo de 2015 a 2030. Ao final deste exercício a pretensão é elencar alguns fatores que podem potencializar, em especial, a demanda de gás natural.

Nesse sentido, o Quadro 06 mostra a estimativa da demanda energética por subsetor industrial, dessa vez para no período de 2015 a 2030, utilizando as premissas inerentes à metodologia anteriormente exposta.

Nos termos propostos pela metodologia empregada, a demanda por energia no setor industrial em 2030 deverá superar em aproximadamente 54,1% a demanda anteriormente projetada para o ano de 2014. Cabe apenas ressaltar, ou relembrar, que esta dinâmica não está centrada na evolução específica de cada um dos subsetores considerados, mas, no caso, na evolução projetada do PIB estadual do Maranhão durante o período em tela. De qualquer modo, considerando a metodologia sobre a qual tais cálculos se encontram embasados, acredita-se que o cenário proposto resulta em um bom indicativo da dinâmica futura da necessidade energética da indústria local.

**Quadro 06:** Estimativa da demanda energética industrial por subsetor (2015–2030)

Estimativa da demanda industrial (em 1000 TEP)								
Atividades	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>2.562,4</b>	<b>2.524,9</b>	<b>2.553,2</b>	<b>2.664,6</b>	<b>2.768,9</b>	<b>2.877,4</b>	<b>2.990,2</b>	<b>3.107,4</b>
Cimento	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2
Ferro-Gusa e Aço	817,6	804,3	814,3	854,0	891,4	930,4	971,1	1.013,6
Mineração e Pelotização	498,3	491,6	496,7	516,4	534,9	553,9	573,7	594,2
Não-Ferrosos e Outros Metal	1.026,9	1.012,2	1.023,3	1.067,2	1.108,3	1.151,0	1.195,3	1.241,3
Química	36,6	36,1	36,5	38,0	39,3	40,7	42,2	43,7
Alimentos e Bebidas	125,5	124,0	125,1	129,5	133,5	137,7	142,0	146,4
Têxtil	1,8	1,8	1,8	1,9	2,0	2,0	2,1	2,2
Papel e Celulose	1,9	1,9	1,9	2,0	2,1	2,1	2,2	2,3
Cerâmica	23,9	23,6	23,8	24,7	25,6	26,5	27,4	28,4
Outros	28,9	28,5	28,8	29,9	30,9	32,0	33,2	34,3
Atividades	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>3.229,3</b>	<b>3.356,0</b>	<b>3.487,7</b>	<b>3.624,6</b>	<b>3.767,0</b>	<b>3.914,9</b>	<b>4.068,8</b>	<b>4.228,7</b>
Cimento	1,2	1,2	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5
Ferro-Gusa e Aço	1.057,9	1.104,2	1.152,5	1.202,9	1.255,5	1.310,5	1.367,8	1.427,6
Mineração e Pelotização	615,4	637,4	660,1	683,7	708,1	733,4	759,6	786,7
Não-Ferrosos e Outros Metal	1.289,1	1.338,7	1.390,2	1.443,8	1.499,4	1.557,1	1.617,0	1.676,3
Química	45,3	46,9	48,6	50,4	52,2	54,1	56,0	58,1
Alimentos e Bebidas	150,9	155,6	160,5	165,5	170,6	176,0	181,4	187,1
Têxtil	2,2	2,3	2,4	2,5	2,6	2,7	2,8	2,9
Papel e Celulose	2,4	2,4	2,5	2,6	2,7	2,8	2,9	3,0
Cerâmica	29,4	30,4	31,4	32,5	33,7	34,9	36,1	37,3
Outros	35,5	36,8	38,0	39,4	40,8	42,2	43,7	48,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BEM (2008)

Tendo em vista que o gás natural ainda não faz parte do processo produtivo das indústrias localizadas no Maranhão, para estimar a matriz de combustíveis-subsetores, admitiu-se que, a partir de 2019, o gás natural possuirá no estado a mesma participação que possui hoje na matriz dos subsetores analisados em nível nacional<sup>4</sup>. Nesse sentido, tem-se que o gás natural deverá crescer de 5,5 mil TEP em 2014 para 36,8 mil TEP em 2030, com 60,5% da sua demanda sendo originária dos subsetores de química; ferro-gusa e aço; mineração e pelotização; não ferrosos; metal; e cerâmica.

A partir dos dados apresentados no parágrafo anterior, correspondendo à demanda total de gás natural dos subsetores para o ano de 2030, calculou-se a demanda por tipo de uso final, apresentado no Quadro 07.

<sup>4</sup> Este exercício é aproximação bastante simples, considerando a não penetração do gás natural na matriz industrial do Estado, mas esta foi a saída mais viável diante do curto espaço de tempo para fazer um levantamento *in loco* das reais necessidades da indústria local. Ao final apresentar-se-á um levantamento de alguns casos isolados de Indústrias que declararam demanda potencial e de outras que deverão ser instaladas até o final da próxima década.

**Quadro 07:** Consumo final potencial de gás natural por subsetor em 2030 (em TEP)

Setores	Usos finais do gás natural							Total
	F.M.	C.P.	A.D.	Refrig.	Ilumin.	Eletroq.	Outras	
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>125,9</b>	<b>11.153,1</b>	<b>13.402,5</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>24.681,5</b>
Cimento	0,0	0,0	19,1	0,0	0,0	0,0	0,0	19,1
Ferro-gusa e aço	0,0	0,0	3.320,5	0,0	0,0	0,0	0,0	3.320,5
Mineração e pelotização	0,0	686,5	806,8	0,0	0,0	0,0	0,0	1.493,4
Não ferrosos e metal	0,0	0,0	5.467,8	0,0	0,0	0,0	0,0	5.467,8
Química	125,9	6.685,8	41,3	0,0	0,0	0,0	0,0	6.853,0
Alimentos e bebidas	0,0	1.530,8	643,3	0,0	0,0	0,0	0,0	2.174,0
Têxtil	0,0	632,6	25,1	0,0	0,0	0,0	0,0	657,7
Papel e celulose	0,0	772,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	772,8
Cerâmica	0,0	0,0	2.458,7	0,0	0,0	0,0	0,0	2.458,7
Outros	0,0	844,6	619,8	0,0	0,0	0,0	0,0	1.464,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BEM (2008) e EPE (2005 e 2015)

Observa-se no Quadro 07 que o gás natural deverá ser utilizado, quase em sua totalidade, apenas para as finalidades de Calor de Processo (CP) e Aquecimento Direto (AD) em todos os setores; com exceção para o subsetor de química, no qual também deverá ser consumido para geração de Força Motriz (FM).

O exercício com os Coeficientes de Destinação e Rendimento Energético, considerando cada fonte, por meio dos dados do BEU, mostra a dimensão exata da demanda efetiva de cada subsetor. Quando ainda se lança o olhar para o Quadro 07 é possível constatar que a mesma deveria apresentar uma demanda de gás natural de 36,8 mil TEP, mas, no entanto, diante do exercício por subsetor, esta magnitude acaba sendo reduzida para uma demanda final de 24,7 mil TEP. O maior demandante, o subsetor de química, foi o que registrou menor variação entre a demanda planejada e a demanda final, enquanto o consumo final do subsetor de cerâmica registrou somente a metade do consumo projetado anteriormente.

Apenas deve ser ainda enfatizado para o Quadro 07 que, além da já citada expressividade do consumo final potencial de gás para os setores de química e de cerâmica, se constata também ali a significativa demanda proveniente de setores como ferro-gusa e aço; não ferrosos e metal; e alimentos e bebidas. O que diferencia o setor de química é o fato de que, ao contrário dos demais, tal setor indicou a presença de uma demanda por gás natural como força-motriz.

Entretanto, como foi proposta na seção anterior, a configuração da demanda final pelo gás natural estará diretamente ligada ao comportamento do preço deste energético frente aos preços dos seus substitutos, indicando assim a necessidade de que seja procedida a projeção da procura futura pelo produto considerando os diferentes cenários de precificação. Este será exatamente o exercício apresentado a seguir.

O Quadro 08 mostra os resultados do comportamento de demanda potencial para o ano 2030, diante dos três cenários de preços sugeridos quando da apresentação da metodologia. Para a projeção do consumo nos três cenários propostos foi tomado como referência os preços dos combustíveis concorrentes, assim como os rendimentos do gás natural em relação a cada um deles na competição interenergética.

No cenário I, tendo como base o preço de US\$ 6,85/MMBtu, o gás natural substituiu 75% do óleo diesel, do óleo combustível, do GLP e do carvão vegetal. No cenário II, com preço de US\$ 12,89/MMBtu, 50% do óleo diesel e do GLP e no cenário III, substituirá 25% dos mesmos combustíveis.

**Quadro 08:** Demanda potencial de gás natural nos cenários I, II e III em 2030 (TEP)

Setores	Cenários		
	I	II	III
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>314.596,7</b>	<b>68.444,3</b>	<b>46.572,9</b>
Cimento	197,3	21,1	20,1
Ferro-gusa e aço	52.830,5	3.320,5	3.320,5
Mineração e pelletização	214.136,5	37.692,4	19.592,9
Não ferrosos e metal	20.510,7	11.893,0	8.680,4
Química	18.193,6	7.470,0	7.171,5
Alimentos e bebidas	2.903,2	2.558,7	2.366,4
Têxtil	662,0	662,0	659,8
Papel e Celulose	1.163,8	827,4	800,1
Cerâmica	2.534,8	2.534,8	2.496,8
Outros	1.464,3	1.464,3	1.464,3

Fonte: Elaboração própria usando dados do BEM (2008), EPE (2015)

Conforme as estimativas disponíveis no Quadro 08, a demanda final por gás natural deverá apresentar um crescimento substancial no cenário I, alcançando 314,5 mil TEP em 2030; algo em torno de 357,4 Mm<sup>3</sup>/ano, estando concentrada nos setores de mineração e pelletização, ferro-gusa e aço; não ferrosos e metal; além do setor de química.

No entanto, substituição energética não é algo automático, demandando iniciativas que envolvem custos. Sendo assim, para que se tenha uma noção dos dispêndios envolvidos nesta troca, os custos com a substituição das fontes de energia disponíveis pelo gás natural estão apresentados no Quadro 09.

**Quadro 09:** Custos com a substituição energética e nos cenários I, II e III

Setores	Custo energético em 2030	Custos totais com energia - Gás (em US\$1000 / TEP)		
		I	II	III
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>3.045.242,9</b>	<b>2.964.639,4</b>	<b>3.030.023,3</b>	<b>3.050.659,2</b>
Cimento	673,5	438,5	672,6	677,3
Ferro-Gusa e Aço	440.338,2	434.051,5	440.338,2	441.038,4
Mineração e Pelotização	336.889,2	273.825,0	319.598,5	332.375,6
Não-Ferrosos e Outros Metal	2.099.020,9	2.088.921,1	2.095.951,9	2.099.316,9
Química	29.817,6	26.090,1	29.521,1	31.176,7
Alimentos e Bebidas	105.966,5	104.946,0	105.778,3	106.371,4
Têxtil	2.018,6	1.855,1	2.016,5	2.156,7
Papel e Celulose	2.435,2	7.461,0	8.101,3	8.646,9
Cerâmica	8.139,4	7.461,0	8.101,3	8.646,9
Outros	19.943,6	19.590,0	19.943,6	20.252,4

Fonte: Elaboração própria usando dados do BEM (2008) e EPE (2015)

Pelos dados apresentados no Quadro 09 é possível perceber que os cenários I e II são os únicos no qual o gás natural apresenta viabilidade, com destaque para o primeiro. É importante ressaltar que apesar da energia elétrica apresentar um preço bem superior ao gás natural, optou-se por mantê-la fora da lista de combustíveis substituíveis tendo em vista que o benefício ambiental deste tipo de energia é superior ao do gás natural. No cenário em

que não há substituição, o custo total com energia para a indústria de transformação é de US\$ 3.045,2 milhões, ao mesmo tempo nos cenários I e II esse custo é reduzido para US\$ 2.964,6 milhões e US\$ 3.030 milhões, respectivamente. O cenário III mostra-se inviável, com custos superiores ao cenário onde não se contempla a substituição energética.

De qualquer modo, embora os custos da substituição não sejam viáveis nos três cenários, em dois deles a viabilidade fica constatada. Supondo a plausibilidade das possibilidades em que a troca das atuais fontes pelo gás natural ocorra, seria inadequado não lembrar aqui que tal contexto só prevalecerá se alguns projetos inerentes ao desenvolvimento da produção de gás no maranhão forem executados no devido tempo. O principal projeto a ser elencado neste contexto é a construção do gasoduto que ligaria o polo produtor ao distrito industrial de São Luís, onde está concentrada a mais expressiva parcela da indústria maranhense. Sem este empreendimento as estimativas aqui apresentadas não poderão vir a ser concretizadas, nem mesmo no melhor dos cenários.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A política energética está além das questões meramente de suprimento energético, preocupando-se também com as questões relativas ao desenvolvimento econômico e bem-estar social. O Estado, nesse sentido, é o agente responsável por esse planejamento que deve ter objetivos intrínsecos de longo prazo.

O estado do Maranhão, a despeito da inexistência de tradição em exploração de gás natural, sobressaiu-se em termos de reserva e produção quando comparado a outros estados com maior tempo na atividade. Entretanto, surgiu a necessidade de pensar o uso do desse insumo em setores diferentes daquele que se apresenta atualmente como demandante exclusivo do produto, que, no caso maranhense, se resume à produção de energia elétrica. Entretanto, o crescimento da oferta e a exploração por outras empresas sinalizam que esse cenário poderá se alterar nos próximos anos. Enquanto isso não acontece, o Estado poderia começar a pensar em políticas específicas para indústria de gás natural, blindando-o da integração vertical existente e regulamentando a sua distribuição.

Para tanto, à luz das metodologias de estimação da demanda nos cenários internacional e nacional, foi possível mostrar que a partir da inserção do gás natural em alguns setores já presentes na economia estadual, e que foram selecionados neste trabalho, passa-se a usufruir de ganhos econômicos, além dos possíveis ganhos ambientais que não foram aqui tratados explicitamente.

No entanto, a mudança da matriz energética na economia maranhense deverá depender sobremaneira dos níveis do produto e da dinâmica do preço do gás natural ao longo dos próximos anos. Em apenas algumas situações específicas de comportamento dos preços do produto tal substituição poderia se tornar viável. Inclusive, a infraestrutura de transporte do gás da região produtora para as regiões industrializadas ainda é uma realidade a ser concretizada no futuro e, sem que isto aconteça, nenhum cenário poderá viabilizar o uso do gás em fontes alternativas que não a alimentação de usinas termelétricas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, E. F.; COLOMER, M. F. **Indústria do gás natural: fundamentos técnicos e econômicos**. Rio de Janeiro: Synergia: FAPERJ IE/UFRJ: UFF, 2013.

ANP – AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis.** Brasília: ANP, 2013. Disponível em [http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/399/Anuario\\_Estatistico\\_Brasileiro\\_Petroleo\\_Gas\\_Biocombustiveis\\_ANP\\_2013.pdf?sequence=1](http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/399/Anuario_Estatistico_Brasileiro_Petroleo_Gas_Biocombustiveis_ANP_2013.pdf?sequence=1). Acesso em novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis.** Brasília: ANP, 2016. Disponível em [http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/399/Anuario\\_Estatistico\\_Brasileiro\\_Petroleo\\_Gas\\_Biocombustiveis\\_ANP\\_2013.pdf?sequence=1](http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/399/Anuario_Estatistico_Brasileiro_Petroleo_Gas_Biocombustiveis_ANP_2013.pdf?sequence=1). Acesso em novembro de 2016.

BRAGA, Y. C. P. **Uma análise da demanda de gás natural no Brasil: uma perspectiva metodológica.** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2014.

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Gás natural: uma alternativa para uma indústria mais competitiva: proposta da Indústria para as eleições 2014.** Brasília: CNI, 2014. Disponível em: [http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo\\_242014/07/22/460/V16\\_Gasnatural\\_web.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_242014/07/22/460/V16_Gasnatural_web.pdf). Acesso em: 30 de setembro 2016.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanco Energético Nacional.** Brasília: EPE, 2005. Disponível em <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/527/1/Balan%C3%A7o%20energ%C3%A9tico%20Nacional%202005-%20ano%20base%202004.pdf>. Acesso em 28 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Balanco Energético Nacional:** Brasília: EPE, 2015. Disponível em [mme.gov.br/documents/10584/1143895/2.1+-+BEN+2015+-+Documento+Completo+em+Português+-+Inglês+%28PDF%29/22602d8c-a366-4d16-a15f-f29933e816ff?version=1.0](http://mme.gov.br/documents/10584/1143895/2.1+-+BEN+2015+-+Documento+Completo+em+Português+-+Inglês+%28PDF%29/22602d8c-a366-4d16-a15f-f29933e816ff?version=1.0). Acesso em: 28 de outubro 2016.

FIRJAN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. O preço do gás natural para a indústria no Brasil e nos Estados Unidos – Comparativo de Competitividade. In: **Estudos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: FIRJAN, mai. 2013. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CEC3F86E51A0140355BFD4B4125>. Acesso em: 15 de novembro 2016.

FILGUEIRAS, M. G. P. **A política de preços para o gás natural no Brasil e seu impacto sobre a competitividade e o desenvolvimento do mercado gasífero.** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2009.

GOENENDAAL, W. V. Estimating NPV variability for deterministic models. **European Journal of Operational Research.** 107(1), February, 1998.

IEA – INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – **Energy end climate change.** Paris: OEC.D/IEA, 2015. Disponível em [www.iea.org/publications/freepublications/publication/WEO2015SpecialReportonEnergyandClimateChange.pdf](http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/WEO2015SpecialReportonEnergyandClimateChange.pdf). Acesso em agosto de 2016.

IEE/USP. **Balço Energético do Maranhão 2008, ano base 2007.** Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

IMESC. **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: período 2010 a 2014.** Anual, 42 f, v.11. São Luís, 2016. Disponível em: <[http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/Divulgacao\\_PIB\\_2014.pdf](http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/Divulgacao_PIB_2014.pdf)>. Acesso em: 05 de dezembro 2016.

MONTES, P. M. F. **O potencial de consumo de gás natural pelo setor industrial no Brasil.** (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ, 2000.

SILVA, A. L. R. **Energia: estratégia e soberania.** (Tese de Doutorado). Campinas: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, UNICAMP, 1998.

## **A Importância do Estágio para a Formação de Professores**

SANTOS, Ivanete Franco dos 1, UFAM, ivanetefranco03@hotmail.com;  
PAULA, Marinez Santos de 2, UFAM, marinezdepaula13@gmail.com;  
SANTOS, Jusiany Pereira da Cunha 3, UFAM, jusysantos29@gmail.com.

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo compartilhar a experiência de estágio realizado na educação infantil em uma escola pública localizada na cidade de Humaitá, estado do Amazonas/Brasil, no período de outubro a novembro de 2016, destacando sua importância no processo de formação dos graduandos. As observações, análises e reflexões realizadas foram advindas da atividade de estágio/participação nas atividades escolares, e da leitura de textos bibliográficos pertinentes ao tema.

Palavras-chave: Pedagogia; Formação; Teoria e Prática.

### **Resumen**

Este artículo tiene como objetivo compartir la experiencia de formación en la educación infantil en una escuela pública ubicada en Humaitá, Estado de Amazonas / Brasil, en el período de octubre a noviembre de 2016, destacando su importancia en la formación de los estudiantes el proceso. La observación, el análisis y la reflexión realizada surgen de la etapa de la actividad / participación en actividades de la escuela, y la lectura de textos bibliográficos relacionados con el tema.

Palabras clave: Pedagogía; Formación; Teoría e practica.

### **Résumé ou Abstract**

This article aims to share the experience of internship done in early childhood education in a public school located in the city of Humaitá, state of Amazonas / Brazil, from October to November 2016, highlighting its importance in the undergraduate training process. The observations, analyzes and reflections carried out came from the activity of internship / participation in school activities, and the reading of bibliographic texts pertinent to the theme.

keywords: Pedagogy; Formation; Theory and practice.

## **1- INTRODUÇÃO**

O Estágio é uma atividade curricular que promove a aplicação prática da teoria, contribuindo para a formação do discente através de experiências técnico-científicas e de relacionamento humano. Trata-se de uma atividade extraclasse que estimula um ambiente de ensino e aprendizagem num processo gradativo de inserção do discente no mercado de trabalho, estimulando o desenvolvimento de atitudes e posturas profissionais equivalentes ao bom professor, ao bom gestor, por meio da experiência.

A atividade foi desenvolvida com a turma do 7º (sétimo) período de pedagogia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM do Instituto de Educação Agricultura e Ambiente - IEAA, e teve como objetivo proporcionar ao graduando a oportunidade de observar, registrar e analisar o desenvolvimento da rotina escolar e as relações estabelecidas no processo de ensino e aprendizagem dentro de um contexto público de ensino. Na busca por constituir um processo de reflexão a respeito das questões que

permeiam o ensino, oportunizando a realização de uma autorreflexão, para a promoção de um profissional mais engajado com o estabelecimento de um ensino mais humanizado, crítico e, principalmente, que ofereça aos alunos o mínimo de conhecimento e habilidades necessários à sua atuação dentro da sociedade.

O texto aqui apresentado comporta sucintamente as observações, análises e reflexões realizadas durante o estágio na educação infantil que se deu na instituição escolar municipal “Selma de Miranda Farias dos Santos (CEUS)”, situada à cidade de Humaitá/Amazonas e, elencadas no relatório final de estágio. As atividades foram tomadas sob a perspectiva da observação direta, tendo como enfoque metodológico a pesquisa qualitativa. Nesta perspectiva buscou-se o reconhecimento dos processos de rotina e o registro de todas as atividades desenvolvidas pelo professor em conjunto com as crianças, no ambiente de sala de aula e escolar numa perspectiva mais geral, além da análise de documentos como o PPP (Projeto Político Pedagógico da instituição. Objetivando coletar informações para posteriormente serem analisadas em contrapartida com as leituras bibliográficas realizadas durante a formação dos graduandos no curso de Pedagogia.

No primeiro tópico buscamos caracterizar o campo de estágio elencando a importância do estágio para a formação dos futuros pedagogos. Profissionais que irão atuar em nossas instituições de ensino. Foram analisados os aspectos físicos, materiais, pedagógicos, administrativos e estruturais da instituição em destaque. E em um segundo momento realizou-se uma pequena análise da prática da atividade de estágio em todos os seus aspectos, buscando realizar algumas conclusões durante este percurso.

## **2- CARACTERIZAÇÕES DO CAMPO DE ESTÁGIO**

Quando se fala em estágio, seja qual for a modalidade de ensino (ensino superior, técnico, científico), tem-se a visão do desenvolvimento de uma atividade que vem a agregar no processo de formação da pessoa. A experiência adquirida durante este processo é de fundamental importância, tanto para o aluno que aprende quanto para a sociedade em geral. No entanto, percebemos que existe, ainda, uma certa resistência por parte de alguns profissionais em acolher estagiários, pela preocupação em estar sendo observado e analisado. No entanto, Bianchi (2008, p. 7) esclarece que:

O estágio visto como uma atividade que pode trazer imensos benefícios para a aprendizagem, para a melhoria do ensino e para o estagiário, no que diz respeito a sua formação, certamente trará resultados positivos. Estes tornam-se ainda mais importantes quando se tem consciência de que as maiores beneficiadas serão a sociedade e, em especial, a comunidade a que se destinam os profissionais egressos da universidade.

Existem muitas questões que perpassam o processo de ensino e aprendizagem, influenciando, interferindo e transformando as relações estabelecidas dentro de sala de aula. São questões complexas e muitas vezes contraditórias. Conviver com estas questões, poder observar as relações, os conflitos e as soluções que se estabelecem é muito importante para que o futuro professor que se encontra, ainda, em formação, possa construir suas bases ideológicas, práticas e metodológicas concretas e coerentes.

Os estudos realizados durante o período de estágio nos possibilitaram analisar, portanto, os principais aspectos que permeiam o contexto educacional. Nesta perspectiva passaremos a assinalar os principais aspectos que perpassam o espaço o ensino, sendo

que, as referidas informações estão em acordo com as observações realizadas, disposta no Projeto Político Pedagógico da instituição ou mesmo repassados por meio de relatos e diálogos entre professores e/ou gestor e estagiários.

A instituição onde realizou-se a atividade de estágio foi a Escola Municipal Selma de Miranda Farias dos Santos, situada na área urbana da cidade de Humaitá, localizada no sul do estado do Amazonas/Brasil. Criada em 17 de fevereiro de 2009, já passou por várias mudanças e atende, atualmente, a modalidade de educação infantil (jardim I e jardim II).

Funciona em um prédio alugado, e tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Humaitá. Esta situada em um conjunto residencial, composta por vários apartamentos climatizados, integrados por uma sala, um banheiro, uma suíte, um quarto e uma pequena área de serviço, sendo que, as salas de aulas são adaptadas nestes apartamentos.

As turmas eram composta por 20 alunos e as aulas ministradas por um professor. Os alunos eram dispostos aleatoriamente em mesinhas, contendo 4 (quatro) pequenas cadeiras de madeira. Na sala haviam 5 (cinco) destas mesas organizadas de acordo com o trabalho a ser desenvolvido pelo professor. Como as salas de aulas eram adaptadas nas “salas de estar” dos apartamentos, haviam ainda mais dois cômodos que os professores utilizavam como espaço de brincadeiras e, como um local onde se guardavam os materiais dos alunos e do professor (atividades executadas, cadernos, livros de histórias infantis). Havia 2 (duas) centrais localizadas nos quartos e que eram responsáveis por refrigerar todo o apartamento, incluindo o espaço reservado as aulas.

Por funcionar em um ambiente adaptado, professores e gestores buscaram habituar-se no espaço disponível da melhor forma possível, no entanto, em momentos de conversação com os profissionais da instituição pudemos perceber que a principal preocupação era com a falta de um espaço apropriado a realização de reuniões, sejam com os alunos ou com os pais, além do calor que em alguns dias tornava-se muito grande nas salas de aulas, tornando o ambiente abafado e as crianças agitadas. Nestes dias, era muito visível a importância de se ter, além de uma sala ampla, um espaço ao ar livre apropriado a realização de brincadeiras e exercícios físicos, tanto para as crianças quanto para os professores. Espaço que seria disponível, também, para a realização de atividades coletivas, como as reuniões com pais e alunos.

A instituição dispunha de 12 (doze) salas, distribuídas em salas de aula, cozinha, sala dos brinquedos/video, diretora/secretaria e, sala dos professores. Havia 12 (doze) banheiros (um em cada sala), 2 (dois) bebedouros, 1 (um) televisor e 1 (um) Data Show, 2 (dois) computadores e 2 (duas) impressoras, 1 (um) aparelho de DVD. Na sala de brinquedos havia 1 (uma) mesa de pebolim, 1 (uma) gangorra, 1 (um) escorregador, 1 (uma) cesta de basquete e 2 (duas) bolas. De acordo com estes dados podemos perceber que escola, infelizmente, não dispõe de espaços e recursos que promovam a interação e o desenvolvimento de atividades coletivas extraclasse, principalmente, por se tratar de um local provisório. De acordo com os Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil (BRASIL, 2006, p.8):

[...] o ambiente físico destinado à Educação Infantil, (deve ser) promotor de aventuras, descobertas, criatividade, desafios, aprendizagem e que facilite a interação criança-criança, criança-adultos e deles com o meio ambiente. O espaço lúdico infantil deve ser dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos.

Os recursos disponíveis não são suficientes para atender a necessidade de todos. Professores, gestores e alunos, procuravam se adaptar da melhor forma possível para que o processo de ensino e aprendizagem não seja prejudicado. Outro aspecto observado está relacionado a estrutura administrativa e organizacional da instituição escolar. Importante aspecto de supervisão e direcionamento das atividades escolares em geral.

A estrutura administrativa de uma instituição escolar é importante para que os processos organizacionais, de supervisão e direcionamento das atividades sejam executadas de maneira que atenda a todas as necessidades da organização. A gestão escolar, por demais, precisa estar pautada nos princípios democráticos, que pregam a tomada de decisões conjuntas, ou seja, com a participação de toda a comunidade escolar, gestores, professores, alunos e pais.

A ação diretiva da escola realiza-se [...] como processo de entendimento comum sobre o que fazer e como fazer e sobre as tarefas que a cada um competem como tarefas a ele atribuídas por consenso. E, entre estas tarefas, está a da direção administrativa, como representação da unidade e da identidade da escola. Não podem os membros do universo escolar colocar-se numa unidade indiferenciada onde todos seriam tudo. É necessário que se coloque a visibilidade do todo em alguém que assuma, desta forma, o papel da representação do coletivo frente a si mesmo e dele frente ao sistema de ensino, à comunidade a que serve a escola, às demais instituições e à sociedade global [...], (cf. GIANOTTI, p. 17-8 apud MARQUES, 2003, p. 109).

Os profissionais da escola precisam estar engajados no bom desenvolvimento da instituição escolar. Para tanto a instituição dispõe de um (a) gestor (a) efetivo, formada pelo ensino denominado “Normal Superior”, um (a) pedagogo (a), onze professores, um (a) secretário (a) e sete profissionais auxiliares, que buscam atender da melhor maneira possível as necessidades de ensino, gestão, alimentação, e cuidados com o ambiente, das pessoas que frequentam a instituição de ensino.

A instituição em questão dispunha de 1 (um) gestor, 2 (dois) merendeiros, 2 (dois) vigias, 3 (três) auxiliares de serviços gerais, 1 (uma) secretária, 1 (uma) pedagoga e 11 (onze) professores. Todos estes profissionais eram responsáveis por dar andamento ao andamento das atividades escolares, formação dos alunos e manutenção do ambiente limpo e organizado de acordo com suas funções.

A instituição escolar possui matriculados 310 (trezentos e dez) alunos distribuídos entre os turnos matutino e vespertino. São matriculados 20 (vinte) alunos por turma sob a responsabilidade de um professor. 99% de todo o professorado são habilitados para atuar na educação, por meio do curso de pedagogia e/ou pelo curso “normal superior”, responsável por habilitar a maioria dos profissionais da região que já atuavam na educação mais que não possuíam habilitação, atuando por meio do concurso público. Somente 1 (um) professor foi selecionado por meio de um processo seletivo.

Todos são teoricamente capacitados e possuem o conhecimento adequado sobre o desenvolvimento infantil, a cultura da infância, as maneiras de cuidar e educar a criança pequena (Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, MEC/SEB, 2009). Somente 0,1% dos professores não possui formação em nível superior e está contratado por meio de um processo seletivo. No entanto, de acordo com os Parâmetros Nacionais de qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006) professoras e professores de Educação Infantil das instituições públicas devem ser selecionados (as) por meio de concurso público para

assumir o cargo, e devem possuir amparo da instituição escolar para buscar uma formação continuada em nível superior.

### **3- ANALISANDO O CONTEXTO DA PRÁTICA DO ESTÁGIO**

O estágio supervisionado em Educação Infantil iniciou no dia 13 (treze) de outubro de 2016 (dois mil e dezesseis), e estendeu-se até o dia 28 (vinte e oito) de novembro de 2016 (dois mil e dezesseis). Este efetou-se como disciplina obrigatória do 7º (sétimo) período do curso de Licenciatura em Pedagogia, do IEAA /UFAM. Tendo em vista que o desenvolvimento do estágio na formação de professores do ensino básico é de fundamental importância, pois interliga teoria e prática em um contexto de desenvolvimento de ensino e aprendizagem, tanto no que tange a formação dos professores em graduação, quanto dos profissionais que já atuam nesta área dentro das escolas de nosso país. É por meio do estágio que o graduando tem a oportunidade de visualizar na prática de sala de aula a aplicação ou não de teorias, métodos e perspectivas de ensino, formas, aplicabilidade e consequências do desenvolvimento de metodologias apreendidas durante o período de formação. Levando a uma autorreflexão sobre o que o ensino, e ideologias próprias, para que desta forma possa desenvolver perspectivas ideológicas e práticas mais significativas e objetivas.

Portanto, durante o período de estágio foram observadas as situações de ensino e aprendizagem de professores, alunos e gestores, além da estrutura escolar oferecida. Pois estas são questões que integram o contexto educacional e precisam ser analisadas. Antunes (2004, p. 36) ressalta, ainda, que nenhuma pessoa deve ser “admitida para trabalhar com os alunos sem passar por estágios em que se conquiste integral conhecimento dos fundamentos teóricos que inspiram os modelos pedagógicos desenvolvidos e sem o exercício experimental das práticas que a escola valoriza”. Daí sua importância na formação dos futuros profissionais que irão atuar no processo de desenvolvimento cognitivo e psicomotor de nossas crianças, seja na educação infantil ou mesmo no ensino fundamental.

Ao adentrar na instituição escolar foi possível observar a ausência de um espaço arejado para as crianças e pais aguardarem o horário de entrada nas salas de aulas. Por ser uma escola adaptada em uma área de apartamentos. No pátio não havia cobertura e no horário da tarde tornava-se muito ruim devido ao sol e ao calor. Os pais, assim como as crianças ficavam sentadas no chão ou de pés na pequena varanda, em frente as salas, aguardando bater o sinal para se dirigirem as salas de aula. Sendo que, os alunos adentravam na instituição as 13 (treze) horas e saíam as 17 (dezessete) horas. O lanche era servido as 15h15min (quinze horas e quinze minutos). No entanto, não havia recreio, os alunos somente recebiam o lanche e retornavam as salas de aulas. Após, aproximadamente 15min (quinze minutos) de descanso as crianças retornavam as atividades diárias.

O espaço das salas era razoavelmente pequeno, no entanto, os professores conseguiram organizá-las de maneira que não prejudicasse sua locomoção e a de seus alunos. As aulas eram ministradas conforme uma rotina estabelecida pelo professor. No entanto, o horário de início das aulas era flexível, de acordo com a necessidade de cada um. Por exemplo, na sala de Jardim II (crianças de cinco anos) âmbito de realização do estágio, a aula só se iniciava a partir das 13h30min (treze horas e trinta minutos), devido ao fato de o professor (a) aguardar a chegada de alguns alunos que moravam longe e tinham como meio de transporte o ônibus escolar ofertado pela administração Semed (Secretaria Municipal de Educação).

Nesta perspectiva, o RCNEI estabelece a importância de haver uma rotina na educação infantil, pois segundo ele a rotina representa, a estrutura sobre a qual será

organizado o tempo didático, ou seja, o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças, envolvendo os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagens orientadas (BRASIL, 1998), facilitando o processo de apreensão do aluno a respeito das capacidades de organização de tempo e espaço.

Pautado neste princípio, o professor (a) sempre iniciava as aulas com uma oração, neste momento o profissional indagava os alunos sobre os pedidos que eles desejavam fazer e os deixavam livres para falar, depois recitavam uma oração. Seguidamente, o professor cantava algumas canções infantis juntamente com as crianças (canções como: a da aranha, a do sabão, da casinha, da pipoca, dentre outras), sendo que estas não eram estabelecidas, o professor as cantava conforme as escolhas dos alunos – todos cantavam juntos. Depois o professor passava atividades, ora de caligrafia, ora de coordenação motora e pintura, ora de fixação, de acordo com o seu planejamento para o dia. Após o lanche, geralmente o professor (a) passava mais uma ou duas atividades e liberava os alunos que iam terminando para brincar livremente nos outros cômodos.

Entretanto, em alguns dias específicos o professor (a) levava os alunos para a sala de vídeo (para assistir a filmes e desenhos), para a área livre no pátio da escola para brincar, ou mesmo um dia em que os alunos levavam brinquedos (este era denominado o dia do brinquedo) e após a realização de todas as atividades propostas eram liberados para brincar livremente. Ou seja, o professor (a) estabelecia um planejamento com as atividades da semana, no entanto, tinha algumas atividades permanentes, realizadas em dias específicos, e combinados com os alunos. Estas atividades estão embasadas pelo RCNEI, que caracteriza atividades permanentes como:

[...] aquelas que correspondem às necessidades básicas de cuidados, aprendizagem e de prazer para as crianças, cujos conteúdos necessitam de uma constância. A escolha dos conteúdos que definem o tipo de atividades permanentes a serem realizadas com frequência regular, diária ou semanal, em cada grupo de crianças, depende das prioridades elencadas a partir da proposta curricular (BRASIL, 1998, p.16).

Tendo como base o Projeto Político Pedagógico da instituição escolar podemos perceber que as práticas didático/pedagógicas dos professores (as) buscam cumprir com o disposto, ou seja, desenvolver dentro de suas possibilidades momentos de acolhida aos alunos, de conversação, de brincadeiras, de desenvolvimento das artes por meio da pintura, momentos de vídeos como lazer e entretenimento, momento do lanche como aprendizado de boas maneiras a mesa, de recreação e expressão corporal, dentre outras questões que permeiam o processo educativo.

No entanto, o PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição escolar dispõe ainda sobre momentos de cuidado com a higiene, com o hábito de escovar os dentes e lavar as mãos; de contação de histórias; e do jogo simbólico como forma aprendizado. Infelizmente, pelo curto tempo de estágio e por já estar em um período de finalização das atividades na instituição não podemos presenciar estes momentos, a não ser de maneira livre e assistemática.

Em relação a postura, tanto dos professores (as) quanto do gestor (a), pedagogo (a) e demais profissionais da instituição escolar, demonstrava um profundo conhecimento a respeito dos princípios que norteiam o fazer da instituição escolar. O cuidado com os alunos que ali adentravam era visível. Todos buscavam desenvolver da melhor forma possível o seu trabalho, no oferecimento de condições de acesso, pelo aluno, ao conhecimento sistematizado, visando dar condições de continuidade aos estudos e ingresso em níveis

superiores de ensino, como prega o PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição escolar.

É essencial que uma escola acredite naquilo que a ciência ousa duvidar: a educação infantil é crucial na formação da pessoa e em seu nome é imprescindível que ensine a compartilhar e fazer amigos, a descobrir que a verdadeira ciência ensina verdades, que quem não lê jamais escreve e que a liberdade e a individualidade constituem essências do crescer (ANTUNES, 2004, p. 53).

O ambiente de desenvolvimento da educação infantil, portanto, deve sim valorizar os aspectos da leitura e da escrita. Pois, a criança necessita ter acesso a estes materiais para que possa ter um aprendizado mais amplo e significativo. A criança só conhecerá os códigos de escrita e leitura tendo constante acesso a estes materiais. Portanto, desde os primeiros anos da educação infantil, as salas devem prover de materiais de leitura. Pois por mais que a criança não consiga decodificar as palavras ela terá uma interpretação de que ler e escrever é importante para a vida adulta e isto lhe incentivara na busca por apreender estes conhecimentos. Entretanto, não adianta somente sobrecarregar as crianças de atividades de cópia e reprodução, como em muitos casos foi observado. Pois desta forma, por mais que a criança aprenda os traçados, e os signos, não conseguira entender o significado das atividades.

Se nos professores, na sala de aula, não podemos dar conta da política de oferta de vagas e de acesso dos educandos à escola, podemos dar conta de um trabalho educativo significativo para aqueles que nela tem acesso. Trabalho esse que, se for de boa qualidade, será um fator coadjuvante de permanência dos educandos dentro do processo de aquisição do saber e conseqüentemente um fator dentro do processo de democratização da sociedade (LUCKESI, 2011, p. 143).

A postura do professor suas convicções e ideologias é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma educação pautada nos princípios de qualidade e de desenvolvimento humano, reconhecendo seus princípios culturais, sociais, humanos e políticos. Pautada nestes ideários e nas observações feitas em sala de aula, tomamos juntamente com o professor orientador, a decisão de elaborar a regência, realizada no dia 10 (dez) de novembro de 2016 (dois mil e dissesseis), com a temática "Identidade e Autonomia", pois para a criança perceber-se como um ser único, integro dentro um determinado contexto social abordar este conteúdo é importante.

Devido a identificação da dificuldade com que crianças, jovens e adultos, tem em lidar com certas situações de raça, gênero e status sociais e econômicos. É nesta perspectiva que afirmamos que para a criança se desenvolver autonomamente, primeiramente, precisa se reconhecer como um ser capaz de realizar coisas infinitas. O que em muitos casos não acontece, as crianças ficam condicionadas à só repetir copias e conhecimentos já concebidos, a criação, a imaginação, são postos de lado.

Para trabalhar estas questões, portanto um plano de aula pautados nos princípios da dinâmica e da dialogo, onde o professor e alunos, podem trocar conhecimentos entre si, foi elaborado. Buscou-se integrar atividades diversas para uma boa assimilação e compreensão do assunto tratado. Que no caso era a percepção que a criança tem do seu

mundo e de si mesma, com o conteúdo “quem sou eu?”. A aula ocorreu com a realização de atividades lúdicas, com a contação de história, atividade de pesquisa (recorte e colagem) e a produção de um autorretrato.

No que se refere a aula tudo ocorreu bem, tendo em vista que as atividades foram realizadas de forma dinâmica, como havia sido planejado. Apesar da pouca experiência e da necessidade de superação de diversas dificuldades na execução do plano, os objetivos foram em sua maioria alcançados. Os alunos se envolveram muito em todas as atividades, sendo que não ocorreu grandes problemas, somente algumas distrações durante a aula, que foram solucionadas de imediato.

As crianças gostaram da aula. No entanto a apreensão de iniciante, provocou um certo receio de não conseguir executar as atividades ou de não ter um bom domínio de sala. Como todo o aprendiz, ocorrerão algumas falhas, como, a respeito da quantidade de atividades, algumas crianças terminavam muito rápido e não tinham paciência de aguardar os demais, situação que teve de ser contornada com muito jeito e paciência.

Mas algo chamou muito a atenção, pois as crianças perguntavam a todo o momento quando iriam realizar “atividades”. Uma aluna no término da aula perguntou “professora porque hoje não fizemos nenhuma atividade? ”, a surpresa foi tremenda em perceber que para aquelas crianças, fazer atividades de aula era realizar cópias de atividades impressas. Atividades repetitivas de reprodução de sílabas e números, várias e várias vezes, durante a aula. Qualquer outra manifestação, para eles, não era atividade e, conseqüentemente, não era importante.

No entanto, trabalhar com a educação infantil envolve outros fatores, do educar e do cuidar, que devem ser tomados em uma perspectiva mais ampla.

A educação da criança pequena envolve simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: *educar e cuidar*. As crianças desta faixa etária, como sabemos, têm necessidades de atenção, carinho, segurança, sem as quais elas dificilmente poderiam sobreviver. Simultaneamente, nesta etapa, as crianças tomam contato com o mundo que as cerca, através das experiências diretas com as pessoas e as coisas deste mundo e com as formas de expressão que nele ocorrem. Esta inserção das crianças no mundo não seria possível sem que atividades voltadas simultaneamente para *cuidar e educar* estivessem presentes. O que se tem verificado, na prática, é que tanto os cuidados como a educação têm sido entendidos de forma muito estreita (CRAIDY E SILVA org. 2001, p. 14)

Não se pode deixar a criança da educação infantil a par dos conhecimentos das letras, a compreensão da importância de saber ler e escrever para elas é essencial. No entanto, o ensino nesta faixa etária não deve se resumir a apenas atividades de cópias e reprodução. A criança precisa compreender que a leitura e a escrita são sim importantes. Mas o professor precisa estar atento para que não se reduzam as atividades das salas da educação infantil, apenas em atividades sistemáticas de aprendizagem do português e da matemática, tão pouco as atividades de cuidado. Deve haver um balanceamento destas questões, com objetivos claros e atividades concretas, para o bom desenvolvimento do aluno. O ensino, nesta fase, não deve ser pautado só em uma ou outra perspectiva, as duas devem vir juntas, integradas as atividades desenvolvidas e mediadas pelo professor.

Como toda atividade de estágio na formação de professores da educação infantil, como exposto acima, a regência é um importante passo para os estudantes. Pois trata-se de

um momento de reflexão, de abertura de possibilidades. Outro fator também importante neste processo é a elaboração e aplicação de um plano de ação na instituição escolar, tomando por base uma problemática oriunda deste contexto ou mesmo do contexto social onde os alunos estão inseridos. Partindo desta prerrogativa, a equipe de estágio da escola, realizou nos dias 22 e 23 (vinte e dois e vinte e três) de novembro de 2016 (dois mil e dezesseis), a aplicação do plano de ação elaborado com a temática: Teatro infantil - Combate à Dengue - Responsabilidade e Ação Coletiva.

No dia 22 (vinte e dois) a atividade realizou-se no IEAA, devido ao evento de comemoração aos 100 (cem) anos da Universidade Federal do Amazonas. Nesta ocasião, enfrentamos alguns problemas como o pouco espaço, o que dificultou um pouco a apresentação. Mas em geral, a atividade ocorreu com sucesso. Foi visível a satisfação de todos que a presenciaram, sendo que se tratavam de alunos do curso de pedagogia da universidade e crianças da educação infantil, das escolas onde estavam se dando os estágios.

No dia 23 (vinte e três) a atividade realizou-se na escola, sede do estágio, a CEUS no período matutino e vespertino. Contando com a presença de todos os alunos, professores, gestor, e demais funcionários da instituição, alunos estagiarias e a professora orientadora do estágio. Este era um dia especial na instituição escolar, pois se tratava do dia de encerramento das aulas, em que todos estavam envolvidos.

A atividade ocorreu ao ar livre, no pátio da instituição escolar, que apesar de não ser coberto, no dia não houve problemas pois não choveu, nem ocorreu de o sol estar muito quente, ou seja, todos os fatores colaboraram para a realização da atividade. Foi visível a satisfação das crianças, enfim, de todos os presentes. A mensagem foi passada de maneira lúdica e divertida para todos os que ali estavam.

Vale ressaltar ainda que apesar das aulas se encerrarem no dia 23 (vinte e três), alguns estagiários continuaram acompanhando os professores nas suas atividades diárias de fechamento de diária, entrega de boletins, devido ao fato de não ter dado tempo, devido a diversos fatores, de se cumprir a carga horária. Principalmente pelo fato do calendário da universidade não estar batendo com o calendário escolar. Isto dificultou um pouco a sua realização. Enquanto na UFAM estava se iniciando o período nas instituições escolares estavam se encerrando o período letivo. No entanto, felizmente, ocorreu tudo bem e os objetivos do estágio puderam ser concluídos com sucesso.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante o período de estágio observou-se que a escola CEUS (Centro Educacional Professora Selma de Miranda Farias Santos) possui uma boa proposta pedagógica, fundamentada em princípios construtivistas e interacionistas, que auxiliam na formação integral das crianças. Porém nem todos os profissionais que nela atuam levam em consideração esses princípios ao elaborarem suas atividades, deixando a desejar em alguns aspectos, como no desenvolvimento de atividades lúdicas, jogos e brincadeiras que estimulam o desenvolvimento cognitivo e psicomotor.

Contudo deve ser ressaltado que o tempo de atuação dos estagiários na escola foi demasiadamente curto, além de se tratar de um período onde a instituição preparava-se para o encerramento de suas atividades, de forma que não nos possibilita condições de afirmar de forma geral como se dão as práticas pedagógicas da instituição. Portanto, limitando-nos a apenas descrever e analisar as situações observadas durante os dias em que estivemos no convívio das atividades escolares planejadas para o período.

A realização do estágio nos possibilitou entender sua importância, pois é neste momento que conhecemos a realidade das escolas de educação infantil. Entendemos a complexidade que é trabalhar de forma dinâmica, criativa e transformadora, em salas

superlotadas, onde o professor não tem tempo nem espaço para realizar a maioria das atividades que os parâmetros e mesmo alguns autores colocam como essências no desenvolvimento da educação infantil. Como podemos observar durante este relato, as instalações oferecidas aos professores desta instituição não favorecem a realização de atividades próprias desta fase de desenvolvimento da educação.

Primeiro por se tratar de um espaço pensado e construído para fins de moradia, não para fins educacionais. O que já nos conota pensar em como estão dispostos os espaços, cômodos e áreas de lazer e serviços, o que nada tem a ver com o que os Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil (BRASIL, 2006), pregam para um espaço de desenvolvimento das atividades de ensino e cuidado. No entanto, observamos que os profissionais que ali promovem seu trabalho procuram desenvolvê-lo da melhor maneira possível, dentro de suas possibilidades. Ao professor, penso, que não deve ser imputada toda a culpa do fracasso no alcance dos objetivos de ensino que encontramos em nossas instituições escolares.

O que fica, portanto, para nós, futuros profissionais da educação é a responsabilidade de refletir nas possibilidades de transformações que podem ocorrer dentro do contexto educacional imposto em nossa sociedade, buscando mudanças positivas, fazendo a diferença no desenvolvimento do processo educativo de nossas crianças, na sua formação, tanto intelectual quanto social, cultural e politicamente. Para, somente assim promover uma transformação, ideológica e social, com a formação de cidadãos, pessoas que possam refletir sobre o seu papel dentro de nossa sociedade, afim de transformações que comecem as coisas estão estabelecidas. No entanto, só será possível estas transformações, se houver profissionais, sejam professores, diretores, pedagogos, enfim, profissionais da área da educação que anseiam pela por uma educação mais humana, transformadora, crítica e que privilegia a formação integral do da pessoa, ao invés da formação pelo conhecimento simples e reprodutor de conteúdos previamente selecionados e imposto por uma elite dominante.

A valorização do contexto, nesta perspectiva, é fundamental. Promover a transformação, no entanto, não é fácil, nem nunca irá ser. Mas para que haja mudanças é preciso que existam pessoas que acreditam na mudança. Para que haja um ensino de qualidade é preciso de escolas que acreditam nesta qualidade. E a nos futuros professores cabe a busca por meios de promover estas transformações. Acreditando que existe sim possibilidades reais de promoção de uma educação do, e para o educando. Do contexto no qual encontra-se inserido para sua ascensão intelectual, social e cultural.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Educação Infantil: prioridade imprescindível**. 4º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 3º ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto; Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília: DF, 2006.

BRASIL. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 9º ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CRAIDY, Carmem Maria (org.); SILVA, Gladis Elise P. da (org.). **Educação Infantil Para Que Te Quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

JUNIOR, Hédio Silva; BENTO, Maria Aparecida Silva; CARVALHO, Sílvia Pereira de (coord.). **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, Instituto Avisa Lá – Formação Continuada de Educadores, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARQUES, Mario Osorio. **A formação do profissional de educação**. 4º ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

## **A luz e a sombra nos discursos: a análise da realidade rural e a política de Defesa Civil no Brasil**

Lidiane de Souza Silva, Discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA.

E-mail: lidiane@famaz.edu.br.

Nírvia Ravena, docente da Universidade Federal do Pará pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. E-mail: niravena@uol.com.br.

Gabriel Hiromite Yoshino, discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. E-mail: gabrielyoshino@yahoo.com.br.

### **RESUMO**

A criação da Carta Magna em 1988 possibilitou a retomada de processos democráticos no reconhecimento de demandas e na formulação de políticas públicas e criou a expectativa de que houvesse a inserção das especificidades regionais e setoriais. Neste contexto, este trabalho buscou entender de que forma a agricultura familiar foi evocada nos discursos que envolveram a tramitação e aprovação da política nacional de defesa civil brasileira em 2012. Para tanto, se lançou mão do instrumental contido na metodologia da análise do discurso, a qual buscou identificar as principais ideias que nortearam a formulação desta política. A partir da análise empreendida foi possível constatar que prevaleceu por ocasião da institucionalização da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) o mesmo viés padronizador e excludente, herdado do período pretérito, o que permitiu que - mais uma vez - as especificidades regionais e os atores historicamente excluídos não fossem contemplados no desenho da política.

Palavras-chave: Regional. Política. Padronização. PNPDEC. Discurso.

### **RESUMEN**

La creación de la Carta Magna en 1988 permitió la reanudación de los procesos democráticos en el reconocimiento de las necesidades y la formulación de políticas públicas y creó la expectativa de que no habría la inclusión de las especificidades regionales y el contexto setoriais. Neste, este trabajo buscó comprender cómo la agricultura la familia fue mencionado en discursos que implican la tramitación y aprobación de la política nacional de defensa civil brasileña, tanto en 2012. Para, lanzó la mano fundamental contenida en la metodología de análisis del discurso, que buscó identificar las ideas principales que guiaron la formulación de esta política. A partir de los análisis realizados se encontró que prevaleció durante la institucionalización de la Protección Nacional y Política de Defensa Civil (PNPDEC) el mismo patrón y el sesgo excluyente, heredado del pasado período, lo que permitió que - una vez más - especificidades regionales y actores históricamente excluidos no se contemplan en el diseño de la política.

Palabras clave: Política. Regional. Normalización. PNPDEC. Discurso.

### **ABSTRACT**

The creation of the charter in 1988 allowed the resumption of democratic processes in the recognition of demands and in the formulation of public policies and created the expectation that the insertion of the regional and sectoral specificities would occur. In this context, this work sought to understand how the family agriculture was evoked in the speeches that involved the processing and approval of the national policy of Brazilian civil defense in 2012. For that, the instruments contained in the discourse analysis methodology were used, which sought to identify the main ideas that guided the formulation of this policy. Based on the analysis undertaken, it was possible to verify that the same standardization and exclusionary

bias inherited from the previous period prevailed during the institutionalization of National Policy on Civil Protection and Defense (PNPDEC), which allowed - once again - regional specificities and historically excluded actors not to be included in the drawing of politics.

Keywords: Regional. Policy. Standardization. PNPDEC. Discourse.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil a Constituição Federal (CF) de 1988 inaugurou um ambiente político que permitia que as demandas da sociedade fossem consideradas por meio de mecanismos de participação na formulação das políticas públicas (RUA, 2012; SOUZA, 2005; CAPELLA, 2004).

O processo de descentralização político-administrativa representou uma janela institucional que por meio da distribuição de competências entre a união, os estados e os municípios possibilitou o reconhecimento desses fluxos. O ambiente institucional criado na retomada dos processos democráticos gerou um estímulo ao controle social por meio da sociedade civil organizada (ARRETCHE, 2010; BOSCHI e GAITÁN, 2008; SOUZA, 2005).

A retomada de processos democráticos no reconhecimento de demandas e na formulação de políticas públicas criou a expectativa de que houvesse a inserção das especificidades regionais e setoriais (SOUZA, 2001; ARRETCHE, 2010; RODDEN, 2005; AMARAL FILHO, 2014). Todavia, as realidades regionais apontam para a permanência da padronização como resposta às especificidades regionais (SILVA; RAVENA, 2012; COLOMBO, 2010).

As especificidades no setor agrícola brasileiro são marcantes. A cisão entre o agronegócio e a agricultura familiar na configuração das demandas permite que as políticas públicas direcionadas a esse setor sejam caracterizadas como padronizadas, uma vez que não reconhecem a sobreposição de especificidades: as regionais e as do modo de vida dos agricultores familiares (CHACON; BURSZTYN, 2005; COSTA, 2000).

A essa sobreposição estão as diferenças que as especificidades regionais imprimem às situações relacionadas à ocorrência de desastres naturais ligados às mudanças climáticas (IRGC, 2006; RENN, 2008). Por meio de duas medidas provisórias (MP) em anos consecutivos, a 494/2010 e a 547/2011, o Estado brasileiro configurou as demandas para que medidas de respostas pudessem ser dadas às situações de desastres naturais para que estas adentrassem o processo político<sup>1</sup>.

Esse processo culminou com a aprovação da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); dispôs sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e sobre o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC) e autorizou a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. A pergunta central que norteou a condução deste trabalho foi: de que forma a agricultura familiar foi evocada nos discursos que envolveram a tramitação e aprovação da política nacional de defesa civil brasileira?

O período de tramitação da PNPDEC até sua aprovação constitui o recorte temporal de análise e tem início no ano de 2010 terminando em 2012, por ocasião de sua aprovação no parlamento nacional.

Assim, é necessário lembrar que o resultado de qualquer análise depende muito do instrumental teórico escolhido para empreender tal ação, e que esta análise não tem a pretensão de alcançar a exaustão, mas sim apontar possíveis desvios que ocorrem durante o processo de concepção das políticas públicas aprovadas no país que acabam depondo a

---

<sup>1</sup> No Brasil, recorrentes desastres naturais ocorreram nos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Merecendo ênfase os anos de 2010 e 2011 que ficaram marcados pela dimensão que estes desastres tomaram no país, com destaque ao número de óbitos ocorridos na região serrana do Rio de Janeiro em 2011.

favor da reprodução do modelo padronizador de antigamente. Para isso, se lançou mão do instrumental contido na metodologia da análise do discurso, no qual se buscou identificar as principais ideias que nortearam a formulação da PNPDEC em solo brasileiro no ano de 2012.

## 2 ESTADO DA ARTE

### 2.1 Análise do discurso

A análise do discurso (AD) já existia de forma não sistemática em diferentes épocas e segundo diferentes perspectivas (ORLANDI, 2005). Todavia, de forma mais sistemática a AD, nasceu na França, como uma teoria perturbadora, isto porque tanto os seus fundadores quanto os que influenciaram o seu desenvolvimento eram membros integrantes do Partido Comunista Francês (PCF) – órgão alicerçado no Marxismo, que liderava as discussões da época (COSTA, 2013; MESTI, 2010; BRANDÃO, 2006).

Os principais articuladores desses estudos foram Michel Pêcheux, Althusser, Bakhtin, Lacan e Foucault. Para o campo de discussão ora apresentado merece destaque a obra de Michel Pêcheux denominada *Análise automática do discurso*, lançada em 1969. Desde então, passou a se viver um momento de combate ao excessivo formalismo linguístico, onde a partir da expansão da linguística foi revisado os conceitos da língua, historicidade e sujeito.

Para Costa (2013), a AD promoveu o encontro entre a linguística e a história, questionando o “corte” e a delimitação do campo da linguística, e rearticulando o sistema linguístico com as condições históricas da língua em uso, por meio das condições de produção desses discursos.

Nessa perspectiva, Mesti (2010) e Orlandi (2005) afirmam que o quadro epistemológico no qual a AD se insere articula três linhas do conhecimento científico, a saber:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

Em suma, a AD foi forjada nas adjacências teóricas formadas pelo que Pêcheux chamou de tríplice aliança, com contribuições do Marxismo, da Linguística e da Psicanálise (COSTA, 2013). A ideia de descontinuidade parece intrínseca à disciplina, que já passou por várias mudanças em seus conceitos, daí diferenciar-se segundo Costa (2013) e Mesti (2010) em pelo menos três fases:

A primeira fase sugere o discurso como um conjunto de enunciados que compõem um discurso idêntico a si mesmo e diferente de outros. Na enunciação, quem fala de fato é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia; no que se refere ao sujeito, adota-se a teoria do sujeito assujeitado. Neste texto, o termo ideologia como sendo um conjunto de ideias dominantes numa dada formação social que explicam e justificam a realidade (MACEDO et al., 2008; ORLANDI, 2005).

A segunda fase vem mostrar, considerando os trabalhos de Foucault (2008), que um discurso uniforme, oriundo de uma única fonte, não existe. Para esse autor a formação discursiva (FD) é uma dispersão de enunciados. Em relação à subjetividade, afirma-se que o sujeito é uma função, e que ele pode ocupar mais que uma.

E, por fim, a terceira fase, que trabalhou sob o signo da heterogeneidade, começa a ser encaminhada quando a heterogeneidade discursiva se mostra nas discussões, quebrando a noção de máquina discursiva estrutural e de um discurso homogêneo.

Assim, a AD não trata da língua, nem da gramática, ela se preocupa com o discurso. Para Orlandi (2005), o discurso, etimologicamente falando, tem em si a ideia de curso, de movimento, ou seja, o discurso seria assim palavra em movimento, onde se pode observar o homem falando.

Dessa maneira, a AD tem como objeto o discurso, a prática de linguagem, o que implica em uma exterioridade da língua, em seus aspectos sociais e ideológicos. Na prática, a AD trata da relação da língua com a sua exterioridade, ou seja, está interessada em investigar o modo como os sujeitos usam a linguagem para se constituírem como tais e para veicular sentidos em gestos de interpretação (MESTI, 2010).

De forma complementar Brandão (2006) afirma que como elemento de mediação necessária entre o homem e a realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais.

A leitura em Brandão (2006) e Orlandi (2005) permite entender que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, podendo estas mudar de sentido quando orientadas pelas posições daqueles que a empregam. Logo, os discursos são governados por suas formações ideológicas.

Nesse momento a formação discursiva assume caráter básico na AD, pois ela permite compreender o processo de produção de sentidos e a sua relação com a ideologia. Por formação discursiva pode-se entender como um termo que expressa diferentes visões de mundo, presentes em uma dada construção histórico-social, da qual os enunciadores fazem parte (MACEDO et al., 2008).

Para Brandão (2006), a partir da formação discursiva se estabelece “o que pode” e “o que não pode ser dito”. Assim, na busca de certa homogeneidade no discurso, os efeitos das contradições ideológicas podem ser encontrados durante todo o desenvolver do discurso. Sendo este, justamente, o papel da análise do discurso colocar em evidência essas possíveis contradições ideológicas.

A análise do discurso aqui empreendida, a exemplo de Pêcheux, parte do princípio de que a significação e as considerações sócio-históricas de produção influenciam diretamente o indivíduo de forma que eles agem a partir da representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social”.

O desenho de uma política pública se constitui o reflexo de certo número de escolhas, que nem sempre são justificáveis para quem as interpreta. Daí se justifica a necessidade de se descrever as condições dadas, ou seja, o cenário em que o projeto da política foi concebido.

Esse esforço será consubstanciado por pronunciamentos, relato de conversas, entrevistas dadas, a todo vestígio verbal possível de ser interpretado, tal interpretação deve ser feita de forma a contextualizar os processos históricos e de reprodução em que os discursos se dão.

Nesta etapa do trabalho se assume o risco de pensar com rigor, mas sem a rigidez tão comum as ciências duras. Isto se justifica pela necessidade de se buscar entender de forma crítica o cenário político construído em torno da discussão sobre Defesa Civil nos dois anos que antecederam a institucionalização da PNPDEC em 2012.

Em síntese, a partir da aproximação com o objeto de estudo deste trabalho se optou por entender as principais ideias que nortearam a etapa de concepção da PNPDEC e que, portanto, embasaram todo o desenho da política e, conseqüentemente, sua implementação, à luz das ferramentas contidas no instrumental existente na análise do discurso.

## 2.2 A Defesa Civil no Brasil

A Defesa Civil surgiu durante a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de apoiar os países envolvidos nas ações, estruturas e segurança dirigidas à população atingidas pelos horrores deste conflito. A Inglaterra, nos primeiros anos da década de 1940, se constituiu a nação pioneira na área de defesa civil, pois atuou no sentido de responder aos ataques com bombas sofridos durante os combates (BRASIL, 2012).

No caso brasileiro o ano de 1942 ficou marcado pela institucionalização da defesa civil no país. A exemplo do mencionado, anteriormente, a defesa civil –também - surgiu com o objetivo de criar estratégias de defesa para possíveis ataques aéreos. Nas décadas seguintes, ocorreu contínuo deslocamento da instituição para diversas pastas ministeriais, o que impediu o desenvolvimento de discussões substantivas e uma identidade técnica sólida (VALENCIO, 2010).

Sobre os desastres naturais, oriundos de chuvas fortes, a Defesa Civil brasileira começou a se estruturar nos anos 1960 por conta das enchentes ocorridas na região sudeste (BRASIL, 2012). Todavia, segundo Ferreira e Abiko (2014), apenas em 1988, por meio do Decreto nº 97.274, de 16 de dezembro, foi que se deu a institucionalização pelo governo do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC).

Um ano depois da criação do SINDEC, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou uma assembleia que aprovou a Resolução 44/236, que institucionalizou o ano de 1990 como data inicial da Década Internacional para Redução dos Desastres Naturais (DIRDN). Segundo Brasil (2012), para atender esta resolução o governo elaborou um plano nacional de redução de desastres para a década de 1990 que estabelecia metas e programas a serem alcançados até o ano 2000.

Segundo Almeida (2015), as modificações no aparato institucional-legal da Defesa Civil continuaram durante toda década de 2000, com a criação do Ministério da Integração Nacional em 2003, que passou a se encarregar da Defesa Civil (arranjo mantido atualmente). Mudanças no Sistema Nacional de Defesa Civil se processaram em 2005 por meio do Decreto nº 5.376, que continha uma série de instrumentos para estruturar o sistema. Destes, apenas o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) foi efetivamente estabelecido, mantendo suas atividades até os presentes dias (ALMEIDA, 2015).

Em 2010, depois dos desastres naturais que assolaram os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por reconhecer a questão como um problema que necessitava de intervenções governamentais, em caráter de urgência, determinou que fossem realizados estudos para remodelar a estrutura do Sistema Nacional de Defesa Civil, com a adoção de ações mais efetivas para o setor.

Como forma de acelerar o trato desta questão, o Executivo expediu a MP nº494, de 02 de julho de 2010. Este ato culminou com a criação da Lei nº 12.340, em 1º de dezembro de 2010, que tratou sobre a criação do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências.

A *priori*, a (re) criação do SINDEC foi comemorada, pois a partir de então se poderia contar com uma fonte certa de recursos para investir em ações de socorro as vítimas atingidas por desastres. Entretanto, decorridos um pouco mais de um ano da promulgação desta lei, o Congresso Nacional aprovou um novo marco regulatório para a Defesa Civil.

Todavia, foi lançada em 2011 uma nova MP 547 que após tramitação e aprovação pelo congresso nacional brasileiro deu origem à Lei nº-12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); dispôs sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e sobre o Conselho Nacional de Proteção e

Defesa Civil (CONPDEC), além de autorizar a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres.

### **3 METODOLOGIA**

Para melhor compreender as principais ideias que estiveram presentes no ambiente político que antecedeu à institucionalização da PNPEC, se adotou como ferramenta a instrumental prevista na análise do discurso (AD). A AD foi realizada a partir dos pronunciamentos realizados por atores políticos considerados chaves pelos autores do trabalho.

Esses atores foram considerados chaves por estarem à frente das comissões que trataram sobre o tema da Defesa Civil no Congresso Nacional. Assim, os pronunciamentos analisados foram dos senadores Jorge Viana, Inácio Arruda e Casildo Maldaner.

Esses senadores estiveram ocupando o papel de presidente, vice-presidente e relator, respectivamente, da referida comissão no Senado Federal. Além destes, também, se teve como referência para a análise os pronunciamentos da deputada Perpetua Almeida e do deputado Glauber Braga, 2011/2012, os quais foram presidente e relator do assunto na Câmara dos Deputados, respectivamente.

Vale ressaltar que foi criada tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, com caráter independente, uma da outra, comissões que deviam sugerir mudanças, aprovar ou rejeitar a matéria encaminhada pelo executivo por meio da MP nº547/2011. A diferença entre ambas é que uma tinha caráter permanente e a outra tinha tempo de término, respectivamente.

O período desta análise está compreendido entre janeiro de 2010 e abril de 2012, ou seja, praticamente dois anos antes da publicação da lei da PNPDEC. Daíse pode afirmar que esta parte do trabalho busca identificar as principais ideias que estiveram presentes durante o processo de concepção da PNPDEC.

O recorte temporal escolhido se justifica por este ter sido o período que compreendia a última alteração no Sistema de Defesa Civil brasileiro, a qual se deu em 2010, ano em que foi criada a lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, a qual trata sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências.

A pergunta central que norteou a condução deste trabalho foi: de que forma a agricultura familiar foi evocada nos discursos que envolveram a tramitação e aprovação da política nacional de defesa civil brasileira? Com o intuito de bem respondê-la, os pronunciamentos serão apresentados de forma direta, para explorá-la numa perspectiva analítica. Dada a abrangência que poderia tomar a AD destes pronunciamentos os autores optaram por desmembrar a questão acima em três outras subquestões, a saber:

1- Que acontecimento serviu de norte para emissão da MP nº 547 pelo Executivo e que culminou com a aprovação da política nacional de defesa civil pelo Legislativo?

2- Qual seria o papel ocupado pela Defesa Civil na pauta de prioridade do governo federal antes da institucionalização da PNPDEC?

3- Quem seriam os atores prioritários a serem beneficiados com as mudanças contidas na política nacional de defesa civil brasileira?

### **4 RESULTADOS: NOS BASTIDORES DA POLÍTICA**

Nesta etapa do trabalho o fio condutor que deve guiar a apresentação da análise dos dados foi a busca por responder as questões elencadas como prioritárias no item anterior, ou

seja, neste espaço é apresentada a análise do *corpus* de pesquisa em função das questões já enunciadas.

O caminho aqui percorrido foi em busca de identificar as principais ideias que nortearam a concepção da PNPDEC institucionalizada em 2012. Para isso, de forma intencional, foram realizados recortes nos pronunciamentos dos agentes políticos escolhidos de maneira a identificar nas formações discursivas códigos e elementos comuns que possam apontar para essas ideias.

Por fim, partiu-se do entendimento que todo discurso, e de modo particular o político, está imerso por um contexto histórico, linguístico e ideológico próprio. Como consequência duas questões foram consideradas: a primeira, o não dito por estar diretamente ligado ao dito, permitindo ao mesmo tempo a concretização daquilo que deve ser dito e impedindo a presença do que é proibido se dizer em uma determinada FD e a segunda, as condições de produção do discurso se remetem a discursividade que perpassa à uma exterioridade necessária para compreender os mecanismos de produção de sentido utilizados pelos sujeitos.

### **1-Que acontecimento serviu de norte para emissão da MP nº 547 pelo executivo e que culminou com a aprovação da política nacional de defesa civil pelo Legislativo?**

Na perspectiva de encontrar amparo teórico para esta questão se lançou mão do modelo desenvolvido por Kingdon (1995), denominado *Multiple Stream* ou Múltiplos Fluxos, pois este deverá pavimentar a interpretação sobre as principais ideias, problemas, alternativas escolhidas para que a questão da defesa civil no Brasil ascendesse à agenda governamental.

A ênfase dada por Kingdon foi com o objetivo de esclarecer o porquê de alguns temas se tornarem importantes na agenda de políticas públicas e outros não, e o porquê de algumas alternativas ao serem escolhidas, são seriamente consideradas enquanto outras são desprezadas, já que longe de ser um processo automático, o sucesso ou insucesso de uma questão na agenda envolve uma série de situações, tais como a conexão existente entre os problemas, as soluções ou alternativas elencadas e o contexto político.

Para Kingdon a mudança na agenda é resultado da convergência de três fluxos básicos: identificação do problema, escolha das soluções e alternativas e um contexto político favorável (MARTINS, 2003). Com o intuito de responder a primeira questão aqui apresentada, se focaram esforços no reconhecimento ou identificação do problema e de condições problemáticas (*problem stream*), onde as questões foram definidas.

Em relação a esse primeiro fluxo - de problemas (*problem stream*) - a questão central apresentada por Kingdon (1995) foi compreender porque alguns problemas recebem mais atenção do que outros por parte das autoridades governamentais. A resposta, segundo o autor, está tanto nos meios pelos quais esses atores tomam conhecimento das situações, quanto nas formas pelas quais essas situações foram definidas como problemas.

Assim, o fluxo de problemas busca analisar de que forma as questões são reconhecidas como problemas e os motivos que os levam a compor a agenda do governo (GOTTEMS, 2010). Segundo Kingdon:

Esse fluxo consiste nos problemas que se tornam objeto de atenção dos tomadores de decisão não por causa de pressões políticas, mas porque houve alguma mudança nos indicadores monitorados pelo governo, como taxas de mortalidade infantil, custos de programas sociais, etc., por causa de eventos focalizadores, como crises ou desastres naturais, ou símbolos que chamam atenção dos formuladores de políticas mais que outras, ou pelo *feedback* fornecido pela população ou por órgãos governamentais a respeito de programas existentes (KINGDON, 1995, p.227).

Assim, Kingdon (1995) enfatiza que os indicadores são usados para avaliar a magnitude de uma situação e discernir sobre mudanças ocorridas nessa situação, enquanto os eventos focalizadores, como crises ou desastres naturais, têm efeitos apenas passageiros se não forem acompanhados por uma indicação mais precisa que há um problema, por uma percepção pré-existente, ou por uma combinação desse evento com outros eventos similares. Já o *feedback*, as autoridades podem tomar conhecimento de situações por meio de programas existentes, sejam eles formais ou informais.

Todavia, Capella (1996) ressalta que não basta a existência de indicadores, eventos focalizadores ou o *feedback* que sinalizem a existência de questões específicas, uma vez que os problemas são construções sociais e envolvem interpretações, as quais podem determinar ou não sua inclusão na agenda.

Com base na afirmativa anterior se pode dizer que nos anos de 2010, 2011 e 2012 ocorreram uma sequência de desastres naturais no Brasil. Essa sequência acabou interferindo no cotidiano de muitas famílias a um ponto que não havia mais como negar que a questão da defesa civil no país devesse entrar com urgência na agenda governamental.

Assim, a sucessão de tragédias ocorridas naqueles anos nos distintos estados brasileiros forçou o Estado a repensar suas intervenções, de forma a garantir ações mais efetivas na área de defesa civil no Brasil. Neste contexto, se busca responder o que teria levado à aprovação da Política Nacional de Defesa Civil de forma tão rápida. Para obter tal resposta, foram analisados os pronunciamentos disponibilizados abaixo:

#### **Excerto 01**

O desastre na região serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, afetou mais de 170 mil pessoas, deixando mais de 14 mil desabrigados, 23 mil desalojados e mais de 850 mortos. Para fazer frente a catástrofes como essas, é dever do Estado brasileiro realizar a defesa permanente contra calamidades públicas (Informação escrita)<sup>2</sup>.

#### **Excerto 02**

Recentemente, na região serrana do estado do Rio de Janeiro, as intensas chuvas causaram uma catástrofe sem igual. Famílias inteiras foram soterradas, e uma assustadora quantidade de mortos e prejuízos incalculáveis marcaram essa tragédia. Esse sofrimento, Sr. Presidente, que traumatiza o nosso País e humilha muitos dos nossos amigos e irmãos, precisa ter solução. Para isto, Sras. e Srs. Deputados, é imprescindível a parceria e a total mobilização dos órgãos de monitoramento do País (Informação verbal)<sup>3</sup>.

#### **Excerto 03**

E nessa hora queremos, então, prestar a nossa solidariedade, conscientes, porque V. Ex<sup>a</sup> fez esse trabalho aqui, no ano passado, na área da Defesa Civil, sintonizado com essas preocupações recorrentes, agora no Acre,

<sup>2</sup> Jorge Viana, senador do PT, presidente da Comissão de Defesa Civil no Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=87265&tp=1>. Publicado em 03.03.2011. Acesso em: 03 out. 2016.

<sup>3</sup> Perpetua Almeida, deputada do PCdoB/AC, presidente da Comissão de Defesa Civil na Câmara dos deputados. Pronunciamento disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=053.1.54.O&nuQuarto=44&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:36&sgFaseSessao=GE&Data=28/03/2011&xApelido=PERP%C3%89TUA%20ALMEIDA,%20PCDOB-AC&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:36&txEtapa=>. Publicado em 28.03.2011. Acesso em: 03 out. 2016.

mas, antes, no Rio de Janeiro, em Santa Catarina, Estado do Presidente que dirige os trabalhos neste momento (Informação verbal)<sup>4</sup>.

#### **Excerto 04**

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mais uma vez, assistimos perplexos - mas de braços cruzados - a uma tragédia climática abater vidas de brasileiros e deixar profundas sequelas e prejuízos que levarão anos para serem reconstruídos. Até que venha a próxima enxurrada, e comecemos tudo novamente. Dessa vez, a vítima foi Teresópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, a mesma que, recentemente, passou pela maior tragédia que o país já viu (Informação verbal)<sup>5</sup>.

No excerto 01 o enunciador se expressa com brevidade, mas não deixa de dizer que o desastre ocorrido no Rio de Janeiro teve grandes extensões e enfatiza a necessidade de uma ação do Estado brasileiro pelo uso de termo “para fazer frente”. A utilização desse enunciado marca seu posicionamento na medida em que ele manifesta sua condição de reconhecer e “cobrar” a responsabilidade do Estado.

No excerto 02 a deputada destaca o evento ocorrido no Rio de Janeiro e enfatiza seu caráter inédito pelo uso do termo “sem igual”. A utilização desse enunciado confere a tragédia um caráter de ineditismo dada a extensão do desastre. Além disso, retoma de forma indireta a responsabilidade do Estado ao apontar a necessidade de mobilização dos órgãos de monitoramento de desastre que atuam no país.

No excerto 03 se faz alusão aos desastres que estavam ocorrendo no estado do Acre, porém não sem citar o desastre ocorrido no estado do Rio de Janeiro. Ele faz referência a este estado enfatizando que a partir desse evento se passou a ter ideia das consequências que um desastre como aquele podia causar ao meio e as famílias afetadas. O termo “consciente” usado foi o que permitiu o entendimento anterior.

No excerto 04 o senador se expressa em tom de recorrência e repetição. Ele faz isso por meio do uso do termo “mais uma vez”. Essa repetição faz referência aos eventos climáticos que vinham ocorrendo no país, dando ênfase ao ocorrido no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como a maior tragédia que o país já viu.

Nesse excerto merece destaque, ainda, o uso do termo “mas de braços cruzados”, que remete à ideia de um Congresso Nacional inerte frente aos desastres naturais que vinham ceifando as vidas de brasileiros e deixando profundas sequelas e prejuízos que necessitariam de anos para serem reparados.

Ao analisar de forma comparativa os excertos 01, 02, 03 e 04 foi possível apreender que o desastre ocorrido no Rio de Janeiro em 2011 serviu de “trampolim” para que a partir de um discurso tido como “homogêneo”, os atores que estavam na condução dos trabalhos nos distintos espaços políticos pudessem atuar de forma a convencer os demais parlamentares para a necessidade de criação de um novo marco para a Defesa Civil.

Assim, se pode afirmar que a tragédia vivenciada no país na região serrana do Rio de Janeiro, criou um contexto político favorável para fazer tramitar no Congresso Nacional, em regime de urgência, propostas de mudança na área. Desta maneira, se pode afirmar junto como Banco Mundial (2011) que os impactos do desastre na Região Serrana não se limitaram às

<sup>4</sup>Inácio Arruda, senador do PCdoB/CE, parte na fala de Jorge Viana, senador do PT, presidente da Comissão de defesa civil no Senado. Pronunciamento disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/391768>. Publicado em 28.02.2011. Acesso em: 03 out. 2016.

<sup>5</sup>Casildo Maldaner, senador do PMDB/SC, presidente da Comissão de Defesa Civil no Senado. Pronunciamento disponível em: <http://www25.senado.leg.br/pt/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/392388>. Publicado em 10.04.2012. Acesso em: 03 out. 2016.

perdas e danos, mas também configuraram um marco nas políticas de gestão de riscos e desastre para o Brasil.

Em suma, na percepção da autora esta tragédia acabou servindo como “ponta pé inicial” para que o Estado brasileiro pudesse colocar com prioridade em pauta o assunto da defesa civil. Merece atenção, se o assunto passou a ser tratado com prioridade, pressupõe-se que antes não era assim. Desta forma, surge a segunda questão que será apresentada de forma consecutiva.

## **2- Qual seria o papel ocupado pela Defesa Civil na pauta de prioridade do governo federal antes da tragédia ocorrida na região serrana do Rio de Janeiro?**

Para melhor compreender as relações existentes entre o Executivo e o Legislativo em torno do processo de formulação de políticas públicas no Brasil se buscará suporte na abordagem desenvolvida por Sérgio Abranches denominado de “Presidencialismo de coalizão”.

Nesse âmbito, Bittencourt (2012) adverte que a discussão sobre os processos de formulação de políticas no país tem sido fortemente impactada pelas diferentes leituras do conceito de “presidencialismo de coalizão”, entendido como uma forma histórica de relacionamento entre o Executivo e Legislativo (BITTENCOURT, 2012).

O termo “presidencialismo de coalizão” foi empregado pela primeira vez por Abranches (1988). Nas palavras do autor:

o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o presidencialismo imperial”, organiza o Executivo com base em grandes coalizões. A esse traço peculiar da institucionalidade concreta brasileira chamarei, à falta de melhor nome, “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1988, p. 21).

Nessa abordagem o autor busca elucidar a realidade do Executivo brasileiro, onde otitular deste poder no intuito de governar com estabilidade lança mão de “parcerias” que possam garantir a maioria parlamentar. Dito de outra forma, em via de viabilizar seu mandato com um nível mínimo de governabilidade, o presidente precisa ter uma maioria parlamentar estável e que vote com ele nas propostas de seu interesse.

Essa articulação se dá na maioria das vezes dentro de ambiente repleto de visões ideológicas distintas, propiciando assim com frequência uma atmosfera de conflito em torno de determinada questão. Para Batista (2013), muito se argumenta em torno do presidencialismo de coalizão brasileiro e como este possibilitou a dominância legislativa do Executivo no país.

Neste sentido, é preciso considerar que para que o presidencialismo de coalizão tenha êxito, é necessária uma coordenação política eficiente entre a presidência da república (Executivo) e os senadores e deputados (Legislativo). Muito desta eficiência está ligado à capacidade do presidente em dialogar com sua base governista e manter laços de apoio e “solidariedade” para com os mesmos.

Nessa perspectiva, Bittencourt (2012) afirma que mesmo com todos os riscos potenciais e com todos os conflitos reais, de alguma maneira, o sistema presidencial vem mantendo sua governabilidade de forma democrática em toda a geografia do subcontinente.

Em suma, a leitura sobre o presidencialismo de coalizão no Brasil permite afirmar que apesar de todas as contradições observadas nesse tipo de governo não tem se observado na prática entraves ou o imobilismo esperado no processo decisório. Nesse sentido, o Executivo tem conseguido apoio de uma base no Legislativo. Este apoio tem propiciado certa governabilidade ao Executivo garantindo a aprovação de leis de seu interesse, bem como a execução de políticas públicas.

Porém, esse apoio não ocorre sem alguns desencontros e contradições aparentes. Para ilustrar esse ambiente de conflito merece destaque o fato de que para eleger Dilma

para o mandato de 2011-2014 (ou o PT) – período que coincide com a criação da PNPDEC - a coalizão foi formada com nove outros partidos, a saber: PMDB, PDT, PCdoB, PSB, PR, PRB, PSC, PTC e PTN.

No que se refere, especificamente, ao PMDB, a história tem mostrado que desde o governo Lula a relação tem se dado de forma conturbada entre estes dois partidos: PT e PMDB. Porém, dada a capacidade deste último em formar grandes bancadas no congresso nacional, ele passou a ser visto pelo partido vitorioso como “artefato” de grande requinte no sentido de garantir maioria de votos favoráveis as demandas apresentadas pelo Executivo.

Todavia, apesar de fechado o acordo com a base governista a relação entre esses partidos nunca se deu sem divergências. Sendo estas muitas vezes apresentadas sem nenhum cuidado em “esconder” às diferenças existentes entre estas forças políticas no interior do governo. Para ilustrar a questão é apresentado abaixo o pronunciamento da deputada Perpetua Almeida sobre a necessidade de um Estado coeso no sentido de agir de forma propositiva na área da defesa civil, a saber:

#### **Excerto 05**

Essa ação não pode ser uma agenda de governo tão somente, não pode ter cor ideológica, nem partidária, esta é uma ação governamental de Estado, que envolva todas as instâncias e obrigue os gestores a cumprir o seu mais elevado papel, cuidar da sociedade (Informação verbal)<sup>6</sup>.

No excerto 05 a senadora expõe um clima de tensão e conflito no interior do Congresso Nacional. Ela apresenta marcas de uma FD que tende a reconhecer costumes e práticas que já estão impregnadas, intrínsecas, ao dia a dia daquele espaço legislativo. Dito de outra forma, a FD expõe a “carga” ideológica presente por trás deste pronunciamento, revelando as restrições, o permitido, as relações de poder e as determinações ali já estabelecidas.

O objetivo de apresentar o pronunciamento acima é trazer à luz o que a teoria de presidencialismo de coalizão vem tratando, isto é, a existência do regime de coalizão não garante homogeneidade de pensamentos e que em virtude das diferentes ideologias que permeiam os partidos da base governista é recorrente uma “queda de braços” entre estes, correndo o risco que dissoluções possam ocorrer a qualquer momento nesta parceria.

Com base nas discussões anteriores, foram realizados recortes nos pronunciamentos dos agentes políticos que versaram sobre a prioridade dada à problemática da defesa civil no país no sentido de identificar possíveis críticas e contradições presentes nestes enunciados. Segue os pronunciamentos:

#### **Excerto 06**

Também acho que estamos atrasados para o debate, mas, somente neste ano, o presidente da Câmara criou uma Comissão Especial sobre o tema. Ela tem prazo, então, no fim do ano, estaremos entregando um relatório (Informação verbal)<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Perpetua Almeida, deputada do PCdoB/AC, presidente da Comissão de Defesa Civil na Câmara dos deputados. Pronunciamento disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=053.1.54.O&nuQuarto=44&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:36&sgFaseSessao=GE&Data=28/03/2011&xApelido=PERP%C3%89TUA%20ALMEIDA,%20PCDOB-AC&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:36&txEtapa=>. Publicado em 28.03.2011. Acesso em: 03 out. 2016.

<sup>7</sup> Perpetua Almeida, deputada do PCdoB/AC, presidente da Comissão de Defesa Civil na Câmara dos deputados. Pronunciamento disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1862/11&nuQuarto>

### **Excerto 07**

Historicamente, a Defesa Civil não tem merecido de nossas autoridades públicas a atenção que lhe é devida. Para corrigir esses problemas e dar início a um novo marco legal para o setor no País, o Senado criou a Comissão Temporária de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil (Informação verbal)<sup>8</sup>.

No excerto 06 a deputada diz que o debate sobre defesa civil está se dando de forma atrasada e enfatiza este atraso pelo uso do termo “mas, somente neste ano”. O uso deste termo marca seu posicionamento contrário ao descompasso temporal existente nas discussões sobre defesa civil na Câmara dos Deputados. Já no excerto 07 o enunciador ressalta que a falta de prioridade ao tema de defesa civil não é novo e destaca esta temporalidade pelo uso do termo “historicamente”.

Nos excertos 06 e 07 há um discurso de consenso no fato de o Governo brasileiro não tratar com prioridade as questões referentes aos desastres naturais ocorridos no país. Merece atenção o fato de que apesar dos dois emissores comporem a mesma base governista da presidente eleita, eles se manifestam de forma crítica ao tratamento dado pelo governo à questão da defesa civil.

Esse posicionamento mais “duro” com a questão pode encontrar vestígios no fato desses parlamentares, apesar de fazerem parte da mesma base de coalizão, não pertencem ao mesmo partido então presidente naquele período (eles eram do PCdoB e do PMDB, respectivamente). Desta maneira, suas FD, embebidas em suas ideologias, acabam revelando a não neutralidade existente no processo.

Aqui se retoma o fato do governo Dilma ter sido marcado por uma diversidade de partidos políticos no Congresso Nacional, exigindo assim grande esforço de articulação para obter uma maioria “estável” que pudesse garantir que as demandas encaminhadas pelo Executivo fossem aprovadas.

Se por um lado esse não pertencimento os deixa mais livres em suas falas para “criticarem”, por outro, se faz necessário algum “nível de combinação” entre estes de modo a fazer funcionar as instituições do governo. A busca em tentar pacificar essa falta de prioridade pode ser notada no excerto 06 quando o emissor usa o termo “para corrigir esses problemas”, ele reconhece a limitação, ao mesmo tempo, que firma sua posição de apoio ao debate ali estabelecido.

### **Excerto 08**

É óbvio que vale o registro: desde o final do Governo do Presidente Lula há uma preocupação maior do Brasil com a situação da defesa civil nacional. O Ministro Fernando Bezerra é um estudioso do assunto, mas é fato que, historicamente, a atividade de defesa civil tem sido tratada com baixa prioridade pelo governo brasileiro (Informação verbal)<sup>9</sup>.

---

=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:00&sgFaseSessao=&Data=10/11/2011&txApelido=DESENVOLVIMENTO%20URBANO&txFaseSessao=Semin%C3%A1rio%20-%20Conjunto%20das%20Comiss%C3%B5es%20CDU,%20CECATAST,%20CCFFC%20e%20CMADS&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=09:00&txEtapa=. Publicado em 10.11.2011. Acesso em: 03 out. 2016.

<sup>8</sup> Casildo Maldaner, senador do PMDB/SC, relator da Comissão de Defesa Civil no Senado. Pronunciamento disponível em: <http://www25.senado.leg.br/pt/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/392388>. Publicado em 08.12.2011. Acesso: 03 out. 2016.

<sup>9</sup> Pronunciamento do senador Jorge Viana, PT - Partido dos Trabalhadores/AC, em 16.12.2011. Disponível em <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/391315>. Publicado 16.12.2011. Acesso em: 28 set. 2016.

No excerto 08há no discurso uma contradição facilmente detectável, movida pela carga de sentidos que sua posição hierárquica e ideológica lhe traz. Dito de outra forma, o entendimentoúbioexpõe a contradição movida pela posição hierárquica e ideológica que o senador ocupa no governo em relação a representação política maior do Estado brasileiro, ou seja, a presidência da República.

Isso fica evidente quando o senador ao mesmo tempo em que afirma que desde o presidente Lula o governo estava tendo uma maior preocupação com a situação da defesa civil nacional, ele tambémaponta um tratamento de baixa prioridade dado a questão. Esta aparente contradição aponta para o assujeitamento do emissor às regras, ou seja, denuncia o fato dele pertencer ao mesmo partido do então presidente (Partido dos Trabalhadores – PT) e por isso em sua FD não está “licenciado” a dizer o que não pode ser dito.

Por outro lado, o senador Viana em sua manifestação não podia deixar de apontar certa morosidade no trato da questão, uma vez queocupava uma cadeira no senado enquanto representante de seus eleitores.

Na busca de “atender todos os senhores”, o sujeito não só aponta a limitação, mas tenta amenizá-la, colocando assim em evidência possíveis relações de poder, pautadas pelo fisiologismo e clientelismo, tão comum no modelo de presidencialismo de coalizão existente no Brasil. Todavia, quando se busca servir a “Deus e ao diabo” em algum momento se acaba tendo que eleger prioridades. Desta forma, surge a terceira questão que será apresentada de forma consecutiva abaixo.

### **3- Quem seriam os atores prioritários a serem beneficiados com as mudanças contidas na política nacional de defesa civil brasileira?**

A análise dos pronunciamentos neste item será interpretada à luz da teoria da lógica de ação coletiva proposta por Marcur Olson (1999). A questão principal de Olson nesta obra foi a de esclarecer o que leva os indivíduos a se associarem e a se manterem associados?

Nessa perspectiva de análise, o autor sugere que “assim como pode se supor que os indivíduos que pertencem a uma organização ou grupo têm um interesse comum, eles também têm interesses puramente individuais, diferentes dos interesses dos outros membros do mesmo grupo ou organização” (OLSON, 1999).

Para esmiuçar a questão o autor em sua obra abordou os seguintes temas: A análise do funcionamento dos grupos de interesse, os problemas de ação coletiva que afetam sua capacidade de organização e os mecanismos que explicam porque alguns grupos têm mais sucesso do que outros na busca de seus objetivos políticos.

Ao trazer a análise para o universo da Defesa Civil se dará ênfase ao item que busca analisar o funcionamento dos grupos de interesse. Segundo Olson (1999), um grupo de interesse, ou grupo de pressão, pode ser definido como um conjunto de indivíduos, empresas ou outro coletivo, com um ou mais interesses em comum que se unem para exercer influência sobre o governo na aprovação de leis favoráveis aos seus objetivos.

De forma complementar, Pena (2010) ressalta que um grupo de pressão se constitui uma organização temporária, um subgrupo do grupo de interesses, que em dados momentos, se comporta de forma a obter - por intermédio da pressão - seus objetivos, isto é, tenta influenciar uma decisão, no caso do parlamento, aprovando ou rejeitando um projeto.

Nesse sentido, se destaca que Olson (1999) estudou grupos de pressão com o objetivo de analisar os motivos que levam indivíduos a cooperar. Para isso, ele partiu do princípio que os indivíduos não teriam interesses puramente econômicos em processos associativos, pois além dos econômicos existem outros incentivos pessoais baseados no prestígio, respeito, amizade, além de outras questões sociais e psicológicas.

Assim, a linha que guiará o entendimento da questão apresentada acima é quepara a aprovação de qualquer projeto de lei existem organizações (grupos de pressão) que

buscam exercer influência sobre aqueles que detêm o poder de voto no sentido de garantir que suas demandas sejam atendidas.

Para identificar os atores que foram considerados como público prioritário a ser beneficiado pelas ações da Defesa Civil foram selecionados alguns pronunciamentos que dessem conta de subsidiar tal resposta. Durante a seleção do *corpus* de análise, se pode afirmar que em distintos momentos foram identificadas manifestações acerca do impacto negativo que os desastres naturais causam às áreas urbanas e rurais nos municípios brasileiros.

Sobre as áreas urbanas, o senador Jorge Viana se manifestou da seguinte maneira:

#### **Excerto 09**

É fato, Sr. presidente, sr<sup>as</sup> e srs. senadores, que o Brasil mudou muito nos últimos anos. O Brasil é um país urbano: 84% da população vivem nas cidades, boa parte dela em quase 5.500 cidades - são pequenas cidades -, mas temos um amontoado de pessoas nas grandes metrópoles, e, com a aproximação do final do ano, nós também estamos chegando ao período do inverno, que entramos agora, chegando perto de uma situação de muito risco, especialmente para a população mais pobre” (Informação Verbal)<sup>10</sup>

No excerto acima o senador diz que o Brasil mudou muito nos últimos anos e ressalta esta mudança pelo uso do termo “é fato”. De acordo com ele o Brasil agora é um país urbano e com a chegada do inverno há uma aproximação maior com a situação de risco. Nesta medida em sua FD a leitura nas “entrelinhas” aponta uma intencionalidade de evidenciar a necessidade de ações de defesa civil para as áreas urbanas.

Esse discurso acaba por fortalecer as vozes daqueles que devem ser os atores prioritários a serem beneficiários uma vez que a política seja sancionada. Por outro lado, se destaca o pronunciamento do relator da Comissão de Defesa Civil no Senado, Casildo Maldaner, pois ele abordou de forma direta as perdas agrícolas dos agricultores familiares do Oeste Catarinense, a saber:

#### **Excerto 10**

Vale lembrar que essa é uma região (Oeste Catarinense) com atividade econômica intensa, predominantemente agrícola, com destaque para a criação de aves - maior produtor nacional e maior exportador -, de suínos - também maior produtor nacional e maior exportador -, lavoura de grãos e uma extensa bacia leiteira, que envolve milhares de pequenos agricultores familiares. Segundo cálculos preliminares, os prejuízos acumulados já superam os R\$ 500 milhões (informação verbal)<sup>11</sup>.

A partir do pronunciamento acima o senador diz que a região do Oeste Catarinense, predominantemente agrícola, também vinha tendo prejuízos com os desastres naturais ocorridos e enfatiza a questão pelo uso do termo “vale lembrar”. Pelo enunciado, ele deixa transparecer a existência de uma “espécie de esquecimento” pelo Congresso das perdas que tinham abatido milhares de agricultores familiares naquela região.

Nesse cenário, é pertinente retomar que esta exclusão e invisibilidade pelo Estado brasileiro são fatores que historicamente tem acompanhado os atores do rural brasileiro,

<sup>10</sup> Pronunciamento do senador Jorge Viana, PT - Partido dos Trabalhadores/AC, em 02.12.2011. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/391315>. Publicado em: 16.12.2011. Acesso em: 28 set. 2016.

<sup>11</sup> Casildo Maldaner, senador do PMDB/SC, relator da Comissão de Defesa Civil no Senado. Pronunciamento disponível em: <http://pmdb.org.br/noticias/casildo-maldaner-cobra-recursos-para-reforco-de-atuacao-da-defesa-civil/>. Publicado em 15.02.2012. Acesso em: 03 out. 2016.

conforme foi apontado nos trabalhos desenvolvidos por Silva e Ravena (2012) e Costa (2000).

A comparação entre os dois últimos excertos retrata pelo menos duas questões: a primeira, a existência de agricultores familiares que residiam em áreas rurais e, a segunda, que não seriam só os atores das áreas urbanas que vinham sofrendo com as perdas oriundas dos desastres naturais.

De forma complementar, é pertinente enfatizar que essas perdas agrícolas também não se constituíam casos isolados, uma vez que elas vinham se dando em outras regiões do país, como pode ser ratificado na manifestação de Perpetua Almeida, deputada do Acre, abaixo disponibilizada:

#### **Excerto 11**

Se são graves os dissabores nos bairros dos municípios brasileiros, na área rural há, sim, considerável agravante: a produção agrícola e pecuária são duramente atingidas. A perda de safras e a morte de animais atingem brutalmente o sustento dos produtores e dos agricultores familiares, diminuindo, dessa forma, a quantidade de alimento que pode assegurar a vida do nosso povo (Informação verbal)<sup>12</sup>.

No excerto 11 há no discurso uma abordagem comparativa, a qual busca enaltecer as perdas agrícolas e agropecuárias ocorridas na área rural quando comparada aos graves dissabores que ocorrem nos bairros urbanos dos municípios brasileiros e enfatiza o maior impacto negativo causado pelo uso do termo “considerável agravante”.

Nos excertos 09, 10 e 11 transparece a existência de posições diferenciadas em torno daqueles que devem ser atendidos com prioridade pela PNPDEC. Essa oposição de ideias expõe um “ambiente de tensão” existente entre as forças sociais que atuam dentro do Congresso Nacional. Com base nisso é possível afirmar que as informações veiculadas nestas arenas decisórias têm o poder de definir e de se firmarem como verdades.

Sobre a defesa da categoria “agricultor familiar” presente na fala do Senador Casildo Maldaner, é necessário registrar o fato de que além de pertencer à Frente parlamentar agropecuária (mais conhecida como bancada ruralista) ele, ainda, ocupa neste espaço papel de destaque, sendo reconhecido por seus pares como um importante expoente e defensor desta frente.

A informação anterior contextualiza e sugere pelo menos duas indagações: 1- A menção a categoria agricultor familiar teria sido utilizada apenas como recurso da língua no sentido de mobilizar e sensibilizar os participantes desta arena decisória ao assunto ora tratado? 2- O fato de ele pertencer à bancada ruralista justificaria o nível de desprendimento com que o Senador abandonou o discurso embasado na preocupação com as perdas agrícolas da agricultura familiar para recordar com fervor a aprovação do projeto de lei para a defesa civil que não prever nenhum benefício para a categoria? Nas palavras do senador:

#### **Excerto 12**

Recordei, durante o Fórum de Defesa Civil, e não posso deixar de fazê-lo aqui: em abril deste ano, foi aprovada neste plenário a MP 547, de 2011, da qual tive a honra, como disse antes, de ser o relator. A lei, entre outras coisas, definiu a Política Nacional de Defesa Civil, estabelecendo algumas

<sup>12</sup> Perpetua Almeida, deputada do PCdoB/AC, presidente da Comissão de Defesa Civil na Câmara dos Deputados. Pronunciamento disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=053.1.54.O&nuQuarto=44&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:36&sgFaseSessao=GE&Data=28/03/2011&xApelido=PERP%C3%89TUA%20ALMEIDA,%20PCDOB-AC>. Publicado em 28.03.2011. Acesso em: 03 out. 2016.

diretrizes de ocupação do solo urbano, além de criar o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres, essencial na proteção de vidas e prevenção de catástrofes (Informação verbal)<sup>13</sup>.

No excerto acima o senador expressa satisfação com a proposta de lei aprovada para a área de Defesa Civil enfatiza esse acordo com o resultado pelo uso do termo “da qual tive a honra de ser relator”. A utilização desse enunciado marca seu posicionamento favorável na medida em que ele concorda com o desenho dado à política.

Por outro lado, é conveniente assinalar que apesar de existir no Congresso Nacional desde 2006 uma frente parlamentar mista da agricultura familiar que, em tese, deve trabalhar para dá maior visibilidade e discutir políticas para o setor, não foi registrado durante a leitura dos pronunciamentos para a construção deste trabalho nenhum esforço desta frente no intuito de garantir benefícios para a categoria que ora representa.

Enfim, a partir dos excertos 09, 10 e 11 constata-se que a aprovação final da PNPDEC parece reproduzir os mesmos critérios de exclusão e distanciamento de ideias que possam beneficiar as áreas rurais brasileiras. Assim, o que prevalece no desenho desta política é uma percepção “urbanista”, a qual desconsidera as perdas agrícolas e materiais enfrentadas por residentes rurais.

Todavia, esta primazia concedida às cidades não se constitui um fator inovador, uma vez que a Defesa Civil no Brasil desde sua criação vem priorizando ações para as cidades. Um fato que embasa este olhar preferencial dado ao urbano pode ser constatado nos resultados apresentados no Atlas Brasileiro de Desastres Naturais - lançado em 2010 - pelo Ministério da Integração Nacional, o qual trata exclusivamente sobre as perdas e danos ocorridos em áreas urbanas.

Outro fato que deve embasar a ideia anterior é que na versão final da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, **que trata sobre a política, a palavra cidade ou urbano aparece sete vezes enquanto que o termo rural uma única vez, conforme pode ser constatado no Art. 5º que trata dos objetivos da PNPDEC.**

A discussão acima enche de consistência o entendimento de que até o momento de institucionalização da PNPDEC não ocorreu por parte do Estado uma abordagem que buscasse analisar o significado dos desastres naturais possuem na vida das populações rurais, assim como também expõe o descompasso existente entre o desenho dado a esta política e as especificidades regionais observadas nos diversos estados brasileiros.

Vale registrar que em nenhum momento da análise foi identificado algum pronunciamento dos senadores e/ou deputados que estavam à frente dos trabalhos sobre defesa civil no sentido de externar qualquer incômodo com o fato da PNPDEC não ter mantido proposições que pudessem conferir, de forma específica, direitos aos agricultores familiares residentes nas áreas rurais ou que contestasse a não observância às questões regionais.

A falta de consideração com as questões regionais existentes no país em uma política pública de extensão nacional denuncia o mesmo modelo padronizador de fazer política de antes. Em suma, baseada em uma percepção unilateral e excludente, o *status* de público prioritário a ser beneficiado pela PNPDEC foi conferido aos moradores das áreas urbanas do território nacional brasileiro.

---

<sup>13</sup> Casildo Maldaner, senador do PMDB/SC, relator da Comissão de defesa civil no Senado. Pronunciamento disponível em: <http://pmdb.org.br/noticias/Casildo-maldaner-cobra-recursos-para-reforco-de-atuacao-da-defesa-civil/>. Publicado em 12.06.2012. Acesso em: 03 out. 2016.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do risco contido em precisar conclusões em estudos que tenham como instrumental a análise do discurso, foi possível desta pesquisa extrair alguns resultados:

1- Os pronunciamentos analisados denunciam as relações de assujeitamento presentes nas FD enunciadas pelos parlamentaristas no Congresso Nacional por ocasião da concepção da PNPDEC;

2- Muitas das ideias apresentadas por ocasião da tramitação de um projeto de lei são perdidas, conforme pode ser constatado durante a concepção da PNPDEC, uma vez que do universo de ideias apresentadas poucas realmente prevaleceram na versão final da lei;

3- O Congresso Nacional se constitui uma arena decisória permeada de relações de poder e são, justamente, estas relações que parecem determinar que ideias servirão de base para a concepção da política;

4- A ausência de neutralidade entre os parlamentares acaba interferindo na qualidade final dos projetos de lei aprovados, uma vez que prevalecem interesses daqueles que conseguem apoio da maioria no parlamento;

5- O tratamento excludente dado aos agricultores familiares das áreas rurais expõe o fato de que muitas categorias têm suas necessidades sub amostradas por ocasião da formulação de políticas públicas de viés padronizador, daí a importância da atuação dos grupos de pressão para institucionalização de uma determinada política.

Em síntese, o presente trabalho constatou que o discurso político ora analisado esteve intrinsecamente ligado a um jogo de interesses, regulado pela ideologia e controlado no sentido de manter a “ordem” historicamente estabelecida. Dito de outra forma, prevaleceu por ocasião da institucionalização da PNPDEC o mesmo viés padronizador e excludente, herdado do período pretérito, o que permitiu que - mais uma vez - as especificidades regionais e os atores historicamente excluídos não fossem contemplados no desenho da política.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 31, n. 31, 1988.

ALMEIDA, P. E. G. de. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil: os desastres como problema político. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1. Estado e democracia em mudança no século XXI. Porto Alegre, set. 2015, **Anais...** Porto Alegre, 2015. 22 p.

AMARAL, N. F. G. do. Clichês em redação do vestibular: uma estratégia discursiva. In: GABLER, I., AMARAL, N. F. G. do; PARMIGIANI, T. R. **Análise do discurso**: Uma leitura e três enfoques. Porto Velho: EDUFRO, 2001, p. 17-98.

AMARAL FILHO, J. do. **Princípios do federalismo**: contribuições metodológicas para sair do labirinto fiscalista. Brasília: BNDES. Biblioteca Digital, 2014. p. 305-327. Disponível em: [www.bndes.gov.br/bibliotecadigital](http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital). Acesso em: 08 nov. 2016.

BANCO MUNDIAL. **Avaliação de perdas e danos**: inundações e deslizamentos na região serrana do Rio de Janeiro - janeiro de 2011. Relatório elaborado pelo Banco Mundial com apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Nov. 2012. 63 p.

BATISTA, M. O poder no executivo: uma análise do papel da presidência e dos ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2000). **Opinião Pública**, Campinas-SP, v.19, n. 2, p.449-473, nov. 2013.

BITTENCOURT, F. M. R. **Relações Executivo-Legislativo no presidencialismo de coalizão**: um quadro de referência para estudos de orçamento e controle. Brasília: Núcleo de Pesquisas do Senado, 2012. (Textos para Discussão, 112).

BOSCHI, R e GAITÁN, F. Intervencionismo Estatal e Políticas de Desenvolvimento na América Latina **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 305-322, Maio/Ago. 2008

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2.ed.rev. Campinas-SP: UNICAMP, 2006. 122 p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Histórico da Defesa Civil**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/historico-sedec>. Acesso em: 27 out. 2016.

CAPELLA, A. C. N. **O processo de agenda setting na Administração Pública (1995-2002)**. 2004. 234f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlo-SP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. n. 41, São Paulo, ANPOCS, 1996, p.25-42.

CHACON, S. S.; BURSZTYN, M. análise das políticas públicas para o sertão semi-árido: promoção do desenvolvimento sustentável ou fortalecimento da pobreza? In: ENCONTRO ECOECO-POBREZA E MEIO AMBIENTE, 6. ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA–ECOECO, 6. 2005, **Anais...** 2005. 25 p.

COLOMBO L. A. O Nordeste brasileiro: políticas públicas federais para o combate da desigualdade no Governo FHC. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLITICA,5. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010. **Anais...** 2010, 26 p.

COSTA, F de A. **A formação agropecuária na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA; UFPA, 2000. 355 p.

COSTA, M. I. L. da. **Discurso e relações de poder**: uma análise da rotina produtiva do *Jornal de Fato*. 2013. 89f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros-RN, 2013.

DEFESA CIVIL. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais de 1991 a 2010**: volume Brasil / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2012. 94 p.

FERREIRA, K.; ABIKO, A. Mudança de paradigma da Defesa Civil embasado no conceito de resiliência urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 15. Avanços no desempenho das construções – pesquisa, inovações e capacitação profissional, 2014. **Anais...** 2014, p. 1489- 497.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOTTEMS, L. B. D. **Análise da Política de Atenção Primária à Saúde desenvolvida no Distrito Federal**: A articulação entre o contexto político, os problemas, as alternativas e os

atores na formação da política de Saúde (1979-2009). 2010, 285f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.

IRGC – International Risk Governance Council. **Risk governance: towards an integrative approach**. Genebra, 2006. 157p.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives and public policies**. 2. ed. New York: Harper Collins, 1995.

MACEDO, L. C.; LAROCCHA, L. M.; CHAVES, M. M. N.; MAZZA, V. de A. Análise do discurso: uma reflexão para pesquisar em saúde. **Interface–Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu-SP, v.12, n.26, p.649-57, jul./set. 2008.

MARTINS, H. F. **Uma teoria de fragmentação de políticas públicas: Desenvolvimento e aplicação na análise de três casos de políticas de gestão pública**. 2003. 254f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003.

MESTI, P. C. **Análise discursiva dos Ethé de um sujeito político em campanha eleitoral**. Dissertação de mestrado. 2010. 149f. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2010.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas-SP: Pontes, 2005.

PENA, G. T. A. Grupos de pressão. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande-RS, v. 13, n. 80, set. 2010. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8352](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8352)>. Acesso em: out 2016.

RENN, O. **Risk governance: coping with uncertainty in a complex world**. Londres: Earthscan, 2008, 455 p.

RODDEN, J. Federalismo e descentralização em perspectiva comparada: sobre significados e medidas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 9-27, 2005.

RUA, M. das G. **Políticas públicas**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. 128p.

SILVA, L. de S. S.; RAVENA. N. A Padronização das Políticas de Desenvolvimento na Amazônia. **REDES – Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 3, p. 168-191, set./dez. 2012.

SOUZA, C. **Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988**. Revista de Sociologia Política. Curitiba, 24, p. 105-121, jun. 2005.

\_\_\_\_\_. **Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988**: Processo Decisório, Conflitos e Alianças. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, 2001, p. 513- 560.

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.19, n.4, p.748-762, 2010.

## **A PRESENÇA DA MULHER NOS SERINGAIS DA AMAZÔNIA E AS REPRESENTAÇÕES EM JORNAIS EXPOSTOS NO MUSEU MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM/RO**

Eva da Silva Alves, UNIR, [evaalvesgm@yahoo.com](mailto:evaalvesgm@yahoo.com)  
Renato Fernandes Caetano, UFAM, [renatusfc@hotmail.com](mailto:renatusfc@hotmail.com)  
Tarciso Pereira de Silva Júnior, UNIR, [historiadorpsi@hotmail.com](mailto:historiadorpsi@hotmail.com)  
Marco Antônio Domingues Teixeira, UNIR, [marcoteixeira204@gmail.com](mailto:marcoteixeira204@gmail.com)

### **Resumo**

O estudo analisa, a partir dos jornais Diário da Amazônia e Alto Madeira, expostos no Museu Municipal de Guajará-Mirim/RO, a forma como são representadas as mulheres que viveram e trabalharam nos seringais da Amazônia. Visa mostrar quais significados são suscitados a partir destas representações e a importância do papel social desempenhado por essas mulheres, considerando que elas contribuíram, significativamente, para a formação histórica, cultura e social da Amazônia.

Palavras-chave: História. Mulheres seringueiras. Jornais. Museu.

## **LA PRESENCIA DE LA MUJER EN LAS PLANTACIONES DE CAUCHO NATURAL DE LA AMAZONÍA Y SU REPRESENTACIÓN EN LOS PERIÓDICOS EXPUESTOS EN EL MUSEO MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM/RO.**

### **Resumen**

Este estudio analiza, a partir de los periódicos Diário da Amazônia y el Alto Madeira, los cuales estaban expuesto en el Museo Municipal de Guajará-Mirim/RO, la forma en la que son representadas las mujeres que vivían y trabajaban en las plantaciones de caucho natural de la Amazonía. Tal estudio, muestra cuales aspectos relevantes son levantados a partir de estas representaciones y la importancia del papel social de estas mujeres, resaltando su contribución significativa, para con la formación histórica, cultural y social de la Amazonía.

Palabras clave: Historia. Mujeres del caucho. Periódicos. Museo.

**THE PRESENCE OF WOMEN IN THE NATURAL RUBBER PLANTATIONS OF THE  
AMAZON AND ITS REPRESENTATION IN THE NEWSPAPERS EXPOSED IN THE  
MUNICIPAL MUSEUM OF GUAJARÁ-MIRIM / RO.**

**Abstract**

This study analyzes, from the newspapers Diário da Amazônia and Alto Madeira, which were exhibited in the Municipal Museum of Guajará-Mirim / RO, The way in which the women who lived and worked in the natural rubber plantations of the Amazon are represented. This study

shows wich relevant aspects are raised from these representations and the importance of the social role of these women, highlighting their significant contribution to the historical, cultural and social formation of the Amazon.

Keywords: History. Women Rubber. Newspapers. Museum.

**INTRODUÇÃO**

Desde a criação dos primeiros museus “modernos” ainda no século XVII, houve uma profunda mudança no papel social do museu diante da sociedade. A partir do século XVIII, com a criação do museu francês Louvre, o museu deixou de ser um local onde se guardava objetos de “arte” ou obras valiosas doadas por colecionadores, passando a ser um espaço com finalidades recreativas e culturais. Embora denominado “público”, os museus eram frequentados, geralmente, por pessoas da alta burguesia.

A concepção de museu como conhecemos atualmente na qual é visto como local onde são guardados patrimônios históricos que vão além dos materiais, é muito recente. Na atualidade, os museus guardam também a “história da humanidade”, pois mostram diferentes povos, suas práticas e saberes, tornando-se um espaço importante para a preservação das memórias, das representações sociais e identitárias dos povos, não só de forma coletiva, mas, sobretudo, de forma individual. Nesse contexto, podemos afirmar que os museus “são janelas, portas e portais elos poéticos entre a memória e o esquecimento, entre o eu e o outro; elos políticos entre o sim e o não, entre o indivíduo e a sociedade”. (MUSAS, 2007, p. 06).

No Brasil, o primeiro museu foi criado no século XIX em Pernambuco, e foi denominado Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Os demais museus do País foram criados somente a partir do século XX. Todos com características mais aproximadas às que vemos atualmente. Considerados como instituições sem fins lucrativos, os museus são destinados a atender todos os tipos de público a fim de preservar o patrimônio histórico e cultural da sociedade.

Para cumprir tais funções junto à sociedade, os museus expõem uma variedade imensa de objetos de arte, artesanatos, artefatos, fotos, documentos, selos, moedas, esculturas, pinturas etc. Geralmente, eles apresentam um acervo que trata de temas variados num contexto mundial ou acervos mais voltados à história da sociedade local. Neste contexto, destacamos o Museu Histórico de Guajará-Mirim, que além dos itens acima mencionados, também mantém em seu acervo recortes de jornais antigos, os quais serão objetos de estudo desta pesquisa.

Os jornais representam uma das formas de veiculação de notícias, sendo considerados por muitos o quarto poder do Estado, pois exercem um poder substancial na formação da opinião pública. Nesse sentido, é possível dizer que a imprensa é mais um dos “Aparelhos Ideológicos do Estado”. Ela é capaz de ditar regras, modas, tendências, disseminar a paz e suscitar a violência. Veicula o conhecimento, a educação, divulga a arte, a cultura etc. Tudo em decorrência do poder que exerce no imaginário social.

Nesta perspectiva, espera-se que as matérias jornalísticas não estejam em desacordo com a democracia, mas sim, contenham conteúdos sem “censura”, imparciais, sem partido, laica, voltada à divulgação de temas de interesse público, com informações comprometidas com a verdade e significativas à sociedade.

Nosso objetivo é verificar de que forma a mulher seringueira é representada pela imprensa jornalística no contexto da Amazônia brasileira, analisando como a figura feminina é retratada nos jornais exposto no museu, quais as diferenças entre o que (não) é dito sobre elas e o que é dito sobre os homens que viveram e trabalharam no mesmo período histórico e no mesmo contexto.

As análises dos resultados da pesquisa foram fundamentadas pelos estudos de Teixeira (2009), cujos estudos mostram as formas de extração da borracha na Amazônia, contudo, os dados coletados pelo autor evidenciam o trabalho feminino na floresta; Santos (2014), que percorre alguns seringais no Vale do Mamoré e Guaporé e registra as práticas e os modos de vidas tanto de homens quanto de mulheres no contexto dos seringais da região. As entrevistas coletadas pelo autor evidenciam, ainda, a exploração das mulheres

seringueiras, que eram até mesmo comercializadas nos seringais; Nascimento (1996), que destaca o papel social que as mulheres exerceram no contexto dos seringais amazônicos e outros.

## **1 MUSEU HISTÓRICO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO**

A história do Museu Histórico de Guajará-Mirim está indissociavelmente atrelada à história da cidade gêmea Guajará-Mirim/RO, que faz fronteira com Guayaramerin/Beni-Bolívia. Para compreender a importância do referido museu no contexto sócio-histórico e cultural do município de Guajará-Mirim, é necessário fazer uma breve retrospectiva histórica do processo de ocupação da Amazônia e da formação do Estado de Rondônia, pois, desde os séculos XVI e XVII, de acordo com Teixeira & Fonseca (2001), os rios amazônicos foram percorridos a fim de serem explorados por causa de suas riquezas minerais e vegetais. Os autores afirmam que a mais antiga expedição no vale do Rio Madeira de que se tem registro foi a de Raposo Tavares, em 1647. Também há registros de que desde o século XVIII a região dos vales do Guaporé e Madeira já haviam sido explorados por estudiosos como Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1778; Severiano da Fonseca, o padre Jesualdo Machetti, dentre outros. Há, ainda, registros da presença de missões religiosas que se instalaram na região por volta do século XVII e no século XVIII, como o intuito de catequizar os povos indígenas que habitavam essas terras.

Assim, ao longo dos séculos, as nações indígenas foram pouco a pouco sendo dizimadas pelo homem 'branco' e também devido a guerras tribais. Diante desses acontecimentos, os povos indígenas foram recuando para as áreas mais afastadas das cidades que, atualmente, compõem o Estado de Rondônia, passando a viver em áreas ou reservas delimitadas pela FUNAI.

Devido à existência de riquezas minerais e vegetais e também à exuberância das belezas naturais, aconteceram inúmeras expedições na região. Teixeira & Fonseca (2001. p. 28-29) ao mencionarem os rios da região nos dão uma proporção de tamanha riqueza

O rio Guaporé, que nasce na extremidade setentrional da Serra dos Parecis em Mato Grosso, forma uma sub-bacia hidrográfica, que se integra à grande bacia amazônica através da união do Guaporé com o Madeira, que é um dos formadores do Madeira, um dos grandes afluentes do Amazonas pela margem direita.

Nesses rios de diferentes cores e tamanhos, com uma imensa fauna e flora diversificada, formaram-se pequenas comunidades de igual diversidade. Essas comunidades são habitadas por pessoas provenientes de diferentes lugares. Contudo, pode-se afirmar que, naquela época, havia uma pequena quantidade de habitantes nos contextos rurais ribeirinhos, visto que, por muito tempo, como se sabe, “[...] o Vale do Guaporé caracterizou-se como uma região erma, habitada somente por grupos indígenas e negros”. (TEIXEIRA & FONSECA, 2001, p. 85).

Por ocasião das atividades de extração do látex, dá-se início a mais um ciclo econômico e exploratório que resultou na ocupação local a partir do ano de 1877. Neste período, a região recebeu um grande número de pessoas vindas, em sua maioria, do Nordeste do País para trabalhar nos seringais. O fim desse ciclo de exploração e ocupação coincide com o término da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), em 1912.

Com a construção da ferrovia, cumpriu-se o Tratado de Petrópolis, firmado entre o Brasil e a Bolívia. No ponto final da Ferrovia, surgiu o município de Guajará-Mirim – A pérola do Mamoré – no ponto inicial, Porto Velho, atualmente capital do Estado. Segundo Oliveira (2004), cerca de 21. 817 operários trabalharam na construção da EFMM, dentre eles estão homens de diferentes lugares do Brasil assim como de outros países: Espanha, Portugal, Alemanha, Itália, Colômbia etc.

Após o término da construção, iniciou-se novamente mais um período de estagnação econômica e abandono da região. Ainda existem poucos registros retratam o que ocorreu no intervalo entre 1912 e 1939, quando por conta da Segunda Guerra Mundial é retomada a exploração nos seringais da Amazônia brasileira. Este último período de intensa exploração do látex durou aproximadamente três anos.

Assim, em meio a crises no comércio de exportação da borracha brasileira, a estação ferrovia da EFMM desativada em 1972, foi transformada em museu no ano de 1980. Projeto idealizado pelo francês Cláudio Giuseppe Furlanetto, que veio para o Brasil ainda muito jovem e após trabalhar em diversos lugares no País, fez morada em Guajará-Mirim.

O Museu já passou por alguns problemas que abalaram tanto a sua arquitetura quando o acervo cultural e histórico. O último deles ocorreu em 2014 por ocasião da cheia histórica do rio Madeira que deixou o Museu parcialmente inundando. Após mais uma reforma, foi reinaugurado em 2015, mas parte do acervo foi perdido devido às más condições de armazenamento no período em que o Museu ficou desativado.

Além do Museu Histórico de Guajará-Mirim, existem também em Rondônia o Museu Rondon, no município de Ariquemes; Museu da Imagem e do Som, no município de Cacoal; o Centro de Pesquisas, no município de Presidente Médici; Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, Museu das Comunicações, no município de Ji-Paraná e o Museu Estadual de Rondônia, o Museu Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Museu da Memória Rondoniense e o Museu Internacional do Presépio em Porto Velho, capital do estado de Rondônia.

Assim como o museu de Guajará-Mirim, os demais museus citados também contêm em seu acervo uma vasta amostra da história do estado de Rondônia. Cada um demonstra, com certa peculiaridade, traços históricos, seja com objetos de arte, artesanatos, documentos, apresentações musicais, vídeos etc.

## **2 A MULHER NO CONTEXTO DOS SERINGAIS**

Autores como Wolff (2011), Santos (2014), Teixeira & Fonseca (2003), dentre outros, nos fornecem informações relevantes quanto à presença feminina nos seringais da Amazônia. Contudo, podemos nos questionar: tais registros são suficientes para dar à mulher o reconhecimento devido pelos serviços prestados no contexto dos seringais, de tal forma a serem representadas no Museu que retrata esse período da História do Estado, no qual elas contribuíram diretamente, não só na extração, bem como na produção da borracha nos seringais do Estado, bem como de outras regiões amazônicas?

Para Wolff, “As mulheres perfaziam aproximadamente 25% da população não indígena do Alto Juruá, na época da implantação do Território Federal” (2011, p. 30). No início do século XX, período áureo da exploração do látex, Wolff ressalta que “[...] as famílias fugiam juntas da seca e da miséria do sertão nordestino e costumavam ficar em lugares próximos de Manaus ou de outra cidade. (2011, p. 29)”.

Esse período do início do século XX, que compreende parte do chamado 1º Ciclo da Borracha (1879-1912), tanto na região rondoniense como em outras áreas da região amazônica, a presença feminina era pequena, mas não se pode dizer que não existia, tampouco podemos desconsiderar os papéis desenvolvidos pelas existentes.

Na Obra de Santos (2014), resultado da pesquisa de campo desenvolvida em seringais da Amazônia rondoniense no início da década de 90 do século XX, o autor traz relatos significativos que descrevem os saberes, os modos de vida e as práticas de mulheres nesses contextos. O estereótipo de fragilidade feminina automaticamente ressalta

as “qualidades” do homem como indivíduo forte, corajoso, capaz de enfrentar à floresta e todos os seus perigos, que convenhamos não eram poucos. Bourdieu (2012, p. 10), nos adverte, porém, sobre os riscos de se naturalizar, eternizar “[...] as representações conservadoras das relações entre os sexos”.

Na obra de Teixeira & Fonseca (2003), os autores ressaltam a exploração da mão de obra indígena, bem como de bolivianos, de forma significativa antes da chegada do grande contingente de nordestinos no final da década de 70 do século XIX. O mínimo de consciência não nos deixa aceitar que as mulheres pudessem ter sido poupadas dos serviços, tampouco dos maus-tratos a que os homens eram submetidos. Assim como aconteceu com os indígenas na região do Putumayo/Peru, também por ocasião da extração do látex, conforme relatos na obra traduzida por Rocha (2016), escrita por Walter Hardenburg, onde homens e mulheres trabalhavam em regime de escravidão.

Sendo assim, é possível afirmar que, nos seringais da Amazônia, A mulher atuou como a mão de obra significativa contribuindo ativamente para o desenvolvimento da região. Mesmo diante das dificuldades impostas pela floresta, muitas mulheres trabalharam em todos os processos de extração do látex e produção da borracha, sem deixar de cumprir também outras funções, completando assim as jornadas duplas de trabalho, seja quando ainda jovem para ajudar seus pais ou quando já na companhia do “marido” para ajudar a criar os filhos. Muitas vezes assumiram sozinhas as frentes de trabalho, por ocasião da morte do marido ou quando este adoecia.

Depois que os seringais foram transformados em reservas extrativistas e da desvalorização do preço da borracha, diminuíram também a fabricação da borracha nos seringais de Rondônia. As famílias reclamam que o preço não compensa o esforço que o processo de produção exige. Muitas vivem da economia de subsistência. Dedicam-se à plantação da mandioca, à produção da farinha e, também, à coleta da castanha.

Atualmente o papeis desenvolvidos por mulheres no contexto das reservas extrativista são também significativos, pois elas representam mão de obra indispensável nas mais diversas atividades, como: roçar, plantar mandioca, retirar a mandioca da terra, colocar de molho, descascar, colocara na prensa e, por fim, peneirar a massa até que esta esteja pronta para ser torrada. O serviço de torrar a massa, geralmente, é desenvolvido somente pelos homes. Podemos presumir que isso se justifica pelo fato de que enquanto o homem torra a massa a mulher dedica-se aos afazes domésticos. É também indispensável os serviços prestados durante a coleta de castanha. Quando há uma grande concentração de castanheiras distante da casa, as famílias juntam-se umas às outras e saem juntos para a

coleta, inclusive as crianças, que contribui cuidado do apagamento, muitas vezes preparando parte da refeição enquanto os pais estão na coleta.

Assim, podemos concluir então que, embora as atividades de extração e produção da borracha tenham diminuído nesses contextos, os papéis sociais desenvolvidos pelas mulheres, as práticas, os saberes, os modos de vida, são relevantes para a preservação da cultura e da identidade nos seringais da Amazônia rondoniense.

### **3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA**

Os dados da pesquisa foram coletados a partir da leitura e análise dos jornais expostos no Museu Municipal de Guajará-Mirim. Os exemplares dos jornais analisados fazem parte do acervo cultural da Sala do Seringueiro, que foi inaugurada em maio de 2016, vale ressaltar que não são exemplares completos, apenas alguns recortes ou folhas que foram emoldurados, assim, estão disponíveis ao público que visita o Museu Histórico de Guajará-Mirim apenas alguns recortes publicados na última década do século XX e início do século XXI.

O recorte da edição publicada pelo jornal Alto Madeira em 19 de agosto de 1995, ano LXXVIII, nº 22135, com a manchete ‘Seringueiros denunciam desmatamento irregular’ traz a fotografia de Chico Mendes. A reportagem da notícia da movimentação política que tem à frente o líder sindicalista que representava os seringueiros em mais uma tentativa de proteger a floresta e defender o território ocupados por seringueiros e seus familiares.

Cruz (2008), ao mostrar os resultados do seu estudo intitulado “Perspectiva de gênero acerca de experiências cotidianas no seringal Cachoeira – no Acre (1964-2006)”, nos mostra a figura de um líder que se preocupa com aqueles que defendia, inclusive com as mulheres, independentes da função que exerciam, seja com aquelas que foram para a frente dos “empates”, seja aquelas que ficaram nos acampamentos trabalhando como cozinheiras para os homens, mulheres e crianças que enfrentavam os longos e perigosos “empates” em defesa dos seringais acrianos.

O próximo recorte traz como manchete ‘OSR realiza primeira experiência de manejo florestal sustentável’. Há também outros dois recortes, nos quais não é possível identificar quem os publicou, nem a data (a não ser pelo contexto da matéria). As manchetes são: ‘Reserva extrativista: Uma proposta de desenvolvimento sustentável na Amazônia’ e ‘Seringueiros terão treinamento no rio Ouro Preto’. Em nenhum deles são feitas qualquer referência à presença feminina nos seringais.

Ressalta-se que os exemplares por nós observados e analisados com mais afinco fazem parte da mesma edição publicada no dia 13 de setembro de 2001 em Porto Velho/RO, pelo Diário da Amazônia, fls. 20 e 21.

Na folha 20, lemos a manchete 'Só na imensa floresta'. Na primeira imagem denominada 'O seringueiro na estrada com o paneiro às costas, na cabeça a "poronga" e na mão a machadinha com a qual faz as incisões na seringueira contém apenas figura de homem'. Nas narrativas coletadas por Teixeira (2009, p. 76), observa-se que as mulheres também participavam dessas atividades.

"Era mesmo que ter dois homens em casa Colocação. Só se sabia que tinha uma mulher porque de noite eu tinha que vestir o caminhão (...), mas de dia ele ia pra uma estrada e eu ia pra outra (...) ele não queria que eu cortasse, mas eu aprendi escondido".

O texto da folha 20 enfatiza as diferenças entre o seringueiro nascido na região amazônica "o caboclo", que aprendeu o ofício de seringueiro com pai e aquele que veio do Nordeste "o brabo ou arigó<sup>1</sup>, como eram chamados até aprender o ofício", este outro aprendeu com os seringueiros que já estavam na região e retrata o cotidiano de trabalho do homem que acorda bem cedo

Antes do nascer do sol, ele equipa-se para o trabalho. Calça botinas de borracha que ele mesmo fabrica fazendo coagular o látex sobre uma forma de madeira que ele mesmo fez do tamanho do seu pé. A tiracolo ou na mão, uma arma, que tanto pode ser uma espingarda, uma fogo central ou uma Winchester 44, denominada rifle. As costas um cesto de cipó [...]. Um balde para colher o látex das tigelas, e também um saco de aniagem revestido de borracha, para recolher o látex [...]. Uma machadinha especial para fazer as incisões nas seringueiras. Um terçado [...]. Na cabeça um lanterna a querosene denominada "poronga".

Muitas vezes ao voltar para casa, já cansado de tanto caminhar por quilômetros e "sangrar" as seringueiras, o homem conta com a participação da família para concluir o processo de fabricação da borracha, como podemos observar na narrativa oral presente na pesquisa de Teixeira (2009, p. 85)

"O patrão, diz o seringueiro, quer que o camarada se esforce. Que produza vinte latas de leite... Mas eu tinha minha roça. Chegava da estrada com o leite, entregava pra mulher e as crianças e ia plantar roça. Por isso ele não proibia d'eu cortar".

<sup>1</sup> Eram chamados assim enquanto não aprendiam o ofício.

A partir dessa narrativa, percebemos que toda família se envolvia no processo de fabricação da borracha, pois, ao receber o balde de leite das mãos do marido, a mulher junto com os filhos o levavam ao fogo para defumar. Um sacrifício a que todos se prestavam para que o homem tempo para plantar.

Em seguida, o texto descreve como o homem divide o processo de corte da seringueira, da coleta do látex e depois da defumação dele até se transforme na 'pela' de borracha. Na notícia, o processo de extração do látex é descrito da seguinte forma: primeiro ele segue por uma longa estrada em meio a mata cortando as seringueiras que tem o retorno no terreiro da sua colocação. Então "Ele agora toma café e recomeça a percorrer a mesma estrada". Quando terminar de coletar o látex, de acordo com o texto, ele "almoça e reinicia a segunda parte do seu trabalho". A segunda parte é defumar o leite.

No relato não fica definido quem preparou as refeições, porém, sabe-se que, quando o seringueiro era casado, a mulher acordava ainda mais cedo que o companheiro para preparar o quebra jejum<sup>2</sup>. De acordo com Tedeschi (2009, p. 191), "[...] o trabalho produtivo feminino não é reconhecido pela sociedade como mão de obra produtiva, e sim como 'ajuda' ao trabalhador principal, o homem", neste caso, essa função é sequer mencionada como 'ajuda'.

Dessa forma, pode-se presumir que, em muitos casos, a produção ficaria comprometida se não houvesse a presença da mulher para, no mínimo – isso desconsiderando o trabalho nas estradas de seringa – preparar refeições, lavar as roupas, cuidar das crianças e dos animais domésticos. Nesse sentido, escreveram Montysuma e Cruz (2008, p. 224): "O trabalho importante das mulheres cozinheiras geralmente se torna invisível no processo de luta, assim como na vida em geral".

Quando a quantidade de mulher aumenta nos seringais da Amazônia, há uma mudança significativa na vida dos seringueiros, pois a escassez de mulheres como acontecia durante o 1º Ciclo da Borracha tornava a vida ainda mais difícil, considerando a solidão a que eram submetidos em meio à vasta floresta. O estereótipo de fragilidade feminina que se cria no imaginário social deixa por muito tempo boa parte dos homens que trabalhavam na extração do látex sozinhos na floresta.

---

2

Alimento matinal

No subtítulo 'Na fumaça da fôrnalha', o texto descreve o processo de defumação do látex recolhido até que este se transforme pouco a pouco nas pelas de borracha. Nota-se que, tanto no texto quanto na imagem, não há referência à mulher nesse processo.

Na matéria intitulada 'Vivendo a léguas dos vizinhos', a oração que inicia a sessão reafirma a manchete da folha<sup>20</sup> 'Só na imensa floresta' ao enfatizar "O seringueiro é um homem que vive só no meio da mata", observa-se, porém, que há uma contradição entre o texto e a imagem que ilustra a sessão, na qual podemos ver duas crianças. Uma menina na janela e um menino sentado na escada que dá acesso à casa. Nesse contexto, podemos reformular a indagação de Bhabha (2003, p. 81). Qual é o segredo da Invisibilidade que permite à mulher "seringueira" olhar sem ser vista?. Ela está ali, assiste e participa de tudo, mas não é vista.

Podemos ressaltar, então, que houve novamente um apagamento da presença feminina, bem como seu papel de mãe, esposa e dona de casa, dentre outros. Ao referir-se à importância da presença feminina no contexto dos seringais, Nascimento (1996, p. 4) afirma que "[...] o seringal deixa de ser um acampamento só de homens". A imagem ilustra bem essa importância, pois nela é possível notar a constituição de um lar.

Os relatos de história oral encontrados na pesquisa de Santos (2004, p. 213), também nos trazem evidências das dificuldades enfrentadas no cotidiano dos seringais pelas mulheres

Aquele fulano ta trabalhando pouco... vamo ter que tirar ele de lá... tomar a mulher dele... dar pro fulano que tem uma boa produção e mandar ele pra Guajará. (...) As mulheres não podiam fazer nada... a lei da mulher vigorou tá com poucos ano... por ela ser sexo feminino... mais fraco que o homem... não tinha poder... eles faziam do jeito que queria. Eles tinham várias pessoas que eram conhecidas por capanga... que nos chama de jagunço. Eles pegava a mulher do sujeito... entregava pra outro e mandava ele pra Guajará.

O autor desde relato, encontrado na pesquisa de Santos (2004), é nascido e criado no mesmo seringal da matéria do jornal Diário da Amazônia. A partir dessa evidência, podemos afirmar que houve uma escolha daquilo que seria publicado, e nessa escolha deu-se o apagamento da presença feminina.

Embora a pesquisa tenha se restringido a analisar os exemplares dos jornais expostos na sala do seringueiro, nas quais são descritas as práticas, os saberes e os modos de vida de homens "seringueiros", no que tange ao final do século XX e a primeira década

do século XXI, sentimos a necessidade de observar como a imprensa noticiou a inauguração, em maio de 2016, pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, de um espaço no qual esses homens foram homenageados com um memorial exclusivo dentro do museu municipal da cidade, a qual já teve “olhos” do mundo voltado para ela por ter sido personagem importante no cenário histórico, principalmente, durante a construção da EFMM e o 2º Ciclo da Borracha.

Nesse contexto, destacamos que a reportagem publicada no dia 29/05/2016 “Seringueiros ganham Memorial em Museu Histórico de Guajará-Mirim”<sup>3</sup> no site G1 Rondônia, foi dedicada a mostrar a inauguração de um memorial dedicado ao seringueiro como fato importante para a preservação da história e da cultura dos seringueiros que trabalharam na região guajaramirense.

A reportagem traz imagens de parte do acervo que compõe a Sala: duas porongas; uma pintura na parede, retrato da beleza da fauna e da flora local e a figura de dois homens no momento do corte da árvore da qual se extrai o látex; uma escultura, que mostra dois homens defumando o leite, desse processo surge pouco a pouco as pelas de borracha; e duas folhas de jornal, nos quais foram publicadas reportagens sobre o trabalho nos seringais rondonienses.

É possível encontrar na reportagem, também, recortes da entrevista feita à presidente da Associação Municipal dos Seringueiros Missilene Augusto, na qual ela frisou: “Muitos deles agora vão poder se olhar e dizer que fizeram parte dessa história. A maioria das pessoas ouve falar, mas não tinha nada que representasse ele mesmo”.

Na publicação do dia 19/05/2016, também do G1 “14ª Semana Nacional dos Museus tem programação em Guajará”<sup>4</sup> a reportagem menciona que “cerca de 40 turistas e visitantes passam pelo local para conhecer os itens que contam a história da região, como a fauna e flora, além de artesanatos indígenas, EFMM e a saga do seringueiro”

Notamos que o jornal *online* não faz referência à figura feminina. As pessoas que foram entrevistadas pelo G1 para comentar a respeito da inauguração do memorial também não fazem nenhuma referência à presença feminina no contexto dos seringais, tampouco à ausência delas no memorial.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/05/seringueiros-ganham-memorial-em-museu-historico-de-guajara-mirim.html>. Acesso em 30/06/2016.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/05/14-semana-nacional-dos-museus-tem-programacao-especial-em-guajara.html>. Acesso em 20/06/2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de meados do século XX, tornaram-se mais significativas as pesquisas e literaturas que tratam de temas sobre as desigualdades de gênero e o poder que a cultura patriarcal exercem nas relações entre homens e mulheres. Foi na perspectiva de encontrarmos mudanças na forma como são vistos e considerados os papéis sociais desenvolvidos por mulheres no contexto dos seringais da Amazônia brasileira que iniciamos as leituras dos referenciais teóricos e, posteriormente, fizemos visitas ao Museu Histórico de Guajará-Mirim/RO.

O objetivo principal foi observar e analisar como a figura feminina fora retratada nos jornais expostos no Museu, para registrarmos quais as diferenças daquilo que (não) é dito sobre as mulheres e o que é dito sobre os homens no mesmo contexto. O museu de Guajará-Mirim foi escolhido por duas razões significativas. Primeiro por ter sido a estação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, construída durante o 1º Ciclo da Borracha, e depois por ter, enquanto museu, um memorial dedicado aos “homens seringueiros”.

O estudo evidenciou que nos textos dos jornais do Diário da Amazônia e Alto Madeira, expostos no museu, fica evidente a figura do “seringueiro” como homem trabalhador, que passa por privações, vive isolado e por vezes é explorado na hora de vender a produção, mas não faz referência à coragem da mulher em meio a floresta, ao trato para com os serviços domésticos e os filhos, sem mencionar as dificuldades que elas enfrentavam ao terem que “parir” sem a ajuda de um médico. Não mencionam também as práticas e os saberes por elas desenvolvidos, as formas de preparar o alimento, os remédios, a forma de educarem os filhos, além da participação efetiva de muitas delas como de obra na extração do látex ou em outros momentos do processo de produção da borracha.

A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo que está à frente da administração do Museu Histórico ao criar um memorial em homenagem ao seringueiro e ter deixado de destacar também a participação da mulher, presença inegável na tessitura que moldou a história do País, a tornou invisível, tornando invisíveis também as identidades, as culturas, as histórias, as memórias, de forma individual e coletiva.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro. Trad. Maria Helena Bertrand Brasil, 2012

BHAHBA, Homi K. **O Local da Cultura**. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2003

BRASIL. Lei 11.904, de 14 jan. 2009. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jan. 2009. Seção 1, p. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm) Acesso em 27 mar de 2017.

CUNHA, Euclides da. 1967. **À margem da história**. São Paulo: Editora Lello Brasileira S/A.

CRUZ, Tereza Almeida, MONTYSUMA, Marcos. **Perspectivas de gênero acerca de experiências cotidianas no seringal Cachoeira – Acre (1964-2006)**. Revista História. v. 12, nº 3, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

FERREIRA, Maria Leige Freitas. **Mulheres no seringal: submissão, resistências, saberes e práticas (1940-1945)**, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anas8/artigos/MariaLiegeFreitasFerreira.pdf>> Acesso em: 10/03/2016.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: CEJUP, 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

MOSER, Lilian Maria et. al. **Museu Histórico Municipal de Guajará-Mirim**, seu idealizador e fundador. Revista Veredas Amazônicas. v. 3, Nº 1, 2014.

MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 3. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. 2007.

NASCIMENTO, Maria das Graças. **O espaço Ribeirinho: migrações nordestinas para os seringais da Amazônia**. Dissertação de Mestrado, FFLCH-DG/USP, São Paulo, mimeo. 1996.

NEVES, Marlúcia Caândida de Oliveira. **A colocação e a casa de seringueiro: Exemplo de arquitetura vernácula da Amazônia**. Rio Branco: Gráfica TJ/AC. 2007.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **História Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia**. Porto Velho: Dinâmica Editora e Distribuidora Ltda, 2003.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Limites de gênero, limites do mundo: memórias de mulheres agricultoras e a luta por direitos sociais**. *Revista História Oral*, v. 12, n. 1-2: 177-206. 2009.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da.. **História Regional: Rondônia**. 2 ed. Porto Velho: Rondoniana, 2003.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica**. Rio de Janeiro. 1982.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Nilson. **Seringueiros da Amazônia**: sobreviventes da fatura. Curitiba: Appris, 2014.

WOLFF, Cristina Schaeibe. **Mulheres da floresta**: outras tantas histórias. *Revista de Estudos Amazônicos*, vol. VI, n°. 1: 21-40, 2011.

## **A problemática da dependência química e a educação**

Lucas Felipe de Souza, UFAM, contodovigario7@gmail.com  
Mikael Lemos de Souza, UFAM, mikaellemos7@gmail.com  
Wylliam Gomes Costa, UFAM, senhor\_william@hotmail.com

### **Resumo**

Este trabalho vem abordar a problemática entre os dependentes químicos e suas consequências e reflexos sociais em Humaitá-AM. A dependência química é um problema social e está presente em todas as classes sociais, em diferentes níveis educacionais, em diversas faixas etárias e espalhada em todo o território nacional, inclusive na Amazônia. Esta problemática se trata cientificamente de uma doença, iremos tratar do assunto desta doença atingir em cheio a juventude e diversas faixas etárias devido a diversos fatores externos e internos, fazendo este problema ser uma questão social, educacional e de saúde pública, no qual é preciso atentar-se para saídas e soluções. Assim como iremos abordar a falta da educação nestes ambientes e contextos sociais onde está presente esta problemática e os diversos fatores que atingiram estas pessoas, e o papel transformador da educação neste meio e na sociedade. A metodologia utilizada foi a observação direta para vivenciar o cotidiano dos internos, questionário para traçar o perfil socioeconômico e entrevista semiestrutura para aprofundar as questões referentes às causas da dependência química. Esse trabalho demonstrou que, entre esses internos, a dependência química está relacionada à condição econômica, à estrutura familiar, e à influência do contexto social em que estão envolvidos. A educação aparece como uma ferramenta que poderá ajudar na recuperação dessas pessoas, pois na maioria das vezes os mesmos abandonam a escola e, sentem dificuldades no seu retorno, considerando que o espaço escolar não tem oferecido condições de enfrentar a problemática de no sentido da prevenção e nem da recuperação dessas pessoas.

Palavras-chave: Educação; dependência química, família

## **El problema de la adicción a las drogas y la educación**

### **Resumen**

Este trabajo está abordando el problema de los adictos a las drogas y sus consecuencias sociales y reflexiones en Humaitá-AM. La adicción es un problema social y está presente en todas las clases sociales, niveles de educación, edad y diferentes zonas repartidas por todo el país, incluso en el Amazonas. Este problema es científicamente una enfermedad, vamos a abordar la cuestión de esta enfermedad lograr la plena juventud y diferentes grupos de edad, debido a diversos factores externos e internos, por lo que este problema es un problema social, educación y salud pública, en el que tiene prestar atención a-producto y soluciones. Como vamos a abordar la falta de educación en estos entornos y contextos en los que opera socialmente esta cuestión y los diversos factores que han llegado a estas personas,

y el papel transformador de la educación en este entorno y la sociedad. La metodología utilizada fue la observación directa de experimentar la vida cotidiana de los internos, cuestionario para trazar el perfil socioeconómico y la entrevista semiestructurada profundizar referentes preguntas las causas de la adicción. Este estudio mostró que, entre estos internos, la dependencia química es el estado relacionada económica, la estructura familiar y la influencia de la competencia social en el que están involucrados. La educación aparece como una herramienta que puede ayudar en la recuperación de estas personas, ya que la mayoría de las veces se salen de la escuela y se sienten dificultades en su rendimiento, teniendo en cuenta que el entorno escolar no ha ofrecido una posición para enfrentar el problema de la prevención ni la recuperación de estas personas.

Palabras clave: Educación; dependencia de sustancias químicas, la familia

## **The problem of chemical dependence and education**

### **Summary**

This work addresses the problematic among the chemical dependents and its consequences and social reflexes in Humaitá-AM. Chemical dependence is a social problem and is present in all social classes, at different levels of education, in different age groups and spread throughout the national territory, including in the Amazon. This issue deals scientifically with a disease, we will address the issue of this disease reaching youth and various age groups in full due to various external and internal factors, making this a social, educational and public health issue in which we need pay attention to exits and solutions. As well as address the lack of education in these environments and social contexts where this problem is present and the various factors that have affected these people and the transformative role of education in this environment and in society. The methodology used was the direct observation to experience the daily life of the inmates, a questionnaire to trace the socioeconomic profile and the semistructure interview to deepen the questions regarding the causes of chemical dependence. This work has shown that among these inmates, chemical dependence is related to the economic condition, the family structure, and the influence of the social context in which they are involved. Education appears as a tool that can help in the recovery of these people, since most of the time they abandon school and feel difficulties in their return, considering that the school space has not offered the conditions to face the problem of towards prevention And neither of the recovery of these people.

Palavras-chave: Education; Chemical dependence, family

## Introdução

O trabalho em si, nos chamava a atenção sobre a problemática da dependência química e a educação para dependentes químicos, esta mesma temática despertou nossa curiosidade enquanto acadêmicos por ser um tema de ampla extensão, a possibilidade deste artigo ser de temática livre logo nos motivou ao uso desta para a descoberta de como seria esta ideia na sociedade e no meio social, podendo utilizar essa temática para saciar nosso desejo de conhecimento de como a sociedade trata essas pessoas e de como pode ser a resocialização e a mudança destes para a sociedade, e com suas formações, a melhor contribuição quando habilitados. Este tema serviu como busca por explicações de como funciona a educação e como se efetua nas instituições que são responsáveis pela reabilitação destes indivíduos e de como a escola age ou agiu na vida destes dependentes, e se estes já foram usuários de drogas dentro da própria escola, este tema instiga a educação e o seu papel na sociedade, no sentido do que a educação tem a ver com estas pessoas.

Transparecer e entender como funciona esta mesma educação, era uma das primeiras ideias que nos ocorreu, pois todos nós somos importantes pra sociedade e essa preocupação com essas pessoas nos levou a busca de como melhorar ou contribuir para a melhoria da educação nestes espaços. A fundamentação nos ocorreu ao percebermos lendo diversas obras que a sociedade de certa forma oprime os jovens e adultos que entram nestes espaços de reabilitação, por acharem que estes voltaram a qualquer momento para a vida que tinham ou são incapazes de agir como qualquer funcionário normal e isso gera uma decepção ou uma profunda depressão que os leva a voltarem ao mundo das drogas ou até pior.

A temática abrange grande parte dos estudos sociais e meio comportamentais, esses em si foram as partes que em si foram estudadas um tanto a fundo, bem como a educação para jovens e adultos, as escolas formais e informais na qual se destacam os métodos de como ensinar e aprender, como trocas de experiências que serão aproveitadas tanto por quem recebe quanto por quem divide, embora este assunto seja um tanto incômodo e perturbador quando iniciado nas rodas de conversar ou discursões em salas de aula, pelo fato de a maioria das pessoas conhecerem alguém que conheça ou já passou por situações como essas, de ser abordado para o uso das drogas e álcool, esse assunto é evitado para que não comprometam pessoas próximas de si usuárias ou fornecedoras de tais produtos que podem vir a destruir toda uma vida.

Esta é uma temática com grande amplitude, se tratando a princípio de políticas públicas mas não somente isto, a temática engloba também outras áreas como saúde pública; democracia e direitos; educação; ciência e tecnologia; povos e populações; violência e conflito etc.

## Metodologia

Em nossa metodologia utilizada para a realização deste artigo fizemos certa abordagem e questionamentos com os internos da Comunidade Terapêutica 12 Apóstolos, em Humaitá-AM, a comunidade é filiada a FEBRACT (Federação brasileira de comunidades terapêuticas) e realiza um trabalho filantrópico com dependentes químicos e alcoólatras. Esta comunidade terapêutica age através de um tratamento espontâneo, onde aqueles que buscam ajuda em relação as drogas e o álcool são acolhidos nesta comunidade, e estes internos são livres quanto a sua própria permanência na comunidade, de cunho espontâneo e pessoal.

Foi realizado certa observação direta que fazemos com estes internos através de um projeto realizado pela Diocese de Humaitá. Traçamos também um perfil destes internos que

residem nesta comunidade terapêutica, onde o tratamento para uma possível recuperação dura em torno de 9 meses, mas cada interno é livre para ficar ou não nesta comunidade que é de iniciativa da Igreja Católica de Humaitá-AM, mas a comunidade terapêutica é composta por internos de outras religiões, assim como a comunidade é composta por internos de diversos níveis financeiros e diferentes níveis educacionais, assim como diferentes idades. A comunidade também é composta pelos internos de cidades vizinhas e de outros estados, e também reside um interno de outro país, o Peru.

A comunidade terapêutica realiza este trabalho que engloba diversas áreas dos internos, a área filantrópica, médica, espiritual, social, financeira, psicológica e familiar. A comunidade tem o objetivo de recuperar e reasocializar estes dependentes químicos, e assim esta comunidade terapêutica contribui para a sociedade.

O trabalho que a comunidade terapêutica 12 apóstolos desempenha é um trabalho admirável perante a sociedade e suas demandas, visto que há poucas instituições que trabalham nesta área de cunho filantrópico e caritativo.

### **A problemática e o contexto social**

Se tratando da problemática, etimologicamente se trata de um conjunto de problemas da mesma natureza ou de um mesmo campo de atuação, que no caso aqui citado se trata da dependência química. Nisto há fatores internos e externos que estão envolta deste grave problema social, inclusive o contexto social.

A problemática das drogas ilícitas atingem todas as camadas sociais, mas é nítido que as camadas populares e as camadas mais pobres são mais vulneráveis a este tipo de situação, porém é sabido que este problema atingem também aqueles com grande poder aquisitivo, mas há uma maior vulnerabilidade na classe baixa.

A criminalidade é um grande contribuinte para o problema, no qual o ambiente em que se vive é fundamental para se cultivar as bases educacionais e as bases psicológicas daquele que reside em tal ambiente. Logo percebemos que a criminalidade é mais presente em locais de classe baixa, em locais que carregam diversos fatores negativos, como ambientes que convivem com a pobreza, com a discriminação, com a falta da educação pública de qualidade, com a falta de segurança pública de qualidade, com a falta de saúde pública de qualidade e com a falta de necessidades sociais vitais para o ser humano. Através desta reflexão social, percebe-se que estes ambientes são altamente vulneráveis para tais problemas sociais, como o uso e tráfico de drogas e a dependência química.

Tais problemas sociais não findam em si mesmos, mas levam-se um a outro problema, agravando assim a qualidade de vida da população, por exemplo, a falta de saneamento básico levará a outro problema que é o da saúde pública e assim consecutivamente, assim acontece com a problemática da dependência química, no qual está ligada a uma série de fatores. A dependência química é um problema que está ligado a diversos fatores, entre estes estão ligados a educação, a saúde pública, a segurança, a economia, as políticas públicas relacionadas as drogas, a sistematização carcerária e penitenciária, a conscientização dos órgãos do estado que competem a isto etc. São diversos fatores que ligam-se entre si na iniciação desta problemática e são diversos os fatores que estão em volta e ligam-se entre si em decorrência desta problemática, causando drásticas consequências e sequelas na sociedade.

Bem como sabemos que a dependência química atinge todas as classes sociais mas atinge em cheio as classes mais baixas e as famílias desestruturadas, sabemos que este problema atinge em cheio também a juventude, sendo parte da juventude dilacerada e ceifada com esta doença. Entre a juventude há uma grande vulnerabilidade de diversos

fatores, como os de maturidade, maturação, acesso a educação, formação de suas personalidades, curiosidades etc. Tais fatores contribuem para esta vulnerabilidade da juventude citada, pois a juventude é um misto de tudo isto no qual não há certo discernimento e maturidade para os jovens dizerem não a este problema, visto que o álcool também é uma grande porta de entrada para a dependência química para os jovens, pois na juventude há uma certa euforia por aquilo que é novidade para si e por aquilo que é proibido, sendo que a curiosidade e tal euforia acompanhada de certo rebeldismo imperam sobre aquilo que é proibição. É preciso toda a sociedade estar atenta a juventude, para que esta seja preservada desta problemática e de outros problemas também, bem como é dever da escola conscientizar e educar crianças, jovens e adultos sobre este problema, nisso a escola não pode se omitir, mas assumir seu papel na sociedade, inclusive com os que mais sofrem, com as camadas populares, com os mais pobres, com as famílias desestruturadas, com os mais problemáticos, inclusive com os jovens.

### **Institutos, regras e como funcionam**

As comunidades terapêuticas, que visam reabilitação de jovens e adultos na sociedade, apontam um grande aumento na dependência química e no alcoolismo, segundo LUIZ & GOMES (2015 p. 2).

“Uma Comunidade Terapêutica lida com a problemática de educar seus internos de forma involuntária, e trabalha na recuperação de adolescentes e jovens dependentes químicos, no período (mínimo) de seis meses a um ano, com liberdade restringida. Esse estudo se justifica, na medida em que, hoje, apesar dos malefícios das drogas serem mais divulgado, existe um aumento de adolescentes e jovens com dependência química, que infelizmente, deveriam/poderiam estar cursando a Educação Básica; e de educadores sem maiores conhecimento sobre possibilidades de enfrentamento do problema do uso/abuso de substâncias psicoativas.”

Como podemos ver a nossa realidade, apesar de bem informada ainda sim há quem entre no mundo das drogas lícitas e ilícitas. Os jovens são a maioria dos que entram nessa vida ou são jogados nela por falta de opção, por decepções e falta de incentivo da família, ou o incentivo da mesma. Quando caem em si já estão em um caminho sem volta, para aqueles que ainda se dispõem de força de vontade, buscam esses centros ou comunidades de reabilitação, dessa forma, seu esforço para voltar a sociedade como cidadão que contribui para o país é notável, embora, a sociedade critique jovens que saem desses centros reabilitados, jogando-os de volta à marginalização e ao mundo das drogas.

Saber como funciona a educação nos institutos também é importante, porém, saber como funcionam os institutos, é fundamental conforme pesquisamos, descobrimos como podem ser as regras dentro de um desses institutos, nem todos funcionam de forma semelhante, em alguns mudam diversas regras de outros, segundo LUIZ & GOMES (2015 p. 4)

São princípios, como: compartilhamento entre os pares das experiências e esperanças; honestidade; não verticalização das relações (como acontecia, geralmente, nas internações psiquiátricas tradicionais); e espiritualidade, no sentido de reconhecimento de um ser superior, como possibilidade de obter outra referência para as relações e compromissos morais no estabelecimento das relações sociais. Esses princípios não devem estar explicitados de qualquer forma na Comunidade Terapêutica, mas

organizados naquilo que se denomina: “Programa de Tratamento”. Esse programa especifica as atividades diárias, tanto físicas quanto as que envolvem estudos mais intelectuais, como discussões em grupos de assuntos gerais (inclusive as de ordem religiosa e/ou teológica das Comunidades Terapêuticas).

### **Preocupações dos Institutos para a reabilitação de pessoas e inserção destas na sociedade**

As instituições apenas se preocupam com a condição de reabilitação e em como podem inserir seus pacientes na sociedade novamente, sem a preocupação de como sua educação era antes de serem seus internos, o que pode dificultar e os deixar novamente à margem dos aprendizados que recebem e passam segundo Luiz & Gomes (2015 p. 4):

[...] Em Comunidades Terapêuticas para dependentes químicos deve inserir o indivíduo na sociedade com alterações de seus valores interiores (crenças, objetivos etc.), e exteriores (grupos de convívio, ações no coletivo etc.). Ao se propor uma reflexão sobre o tema, buscou-se trazer questões que estão sendo vivenciadas, mas que ainda, necessitam de estudos mais aprofundados. Nesta consideração final são abordadas apenas três inquietações, que se julgou ser importante: A primeira, diz respeito a uma tendência humana de evocar fatos de forma positiva na memória. Neste sentido, os residentes tendem a minimizar os problemas que têm ou tiveram com as drogas, recordam-se somente de aspectos que lhes são favoráveis. Tal uso da memória, ainda que involuntariamente, é um problema para a mudança de hábitos. Mesmo que sejam pequenas distorções da realidade cotidiana, se constituem em uma forma de autoengano inconsciente, o que acaba por comprometer negativamente a revisão que o residente deve fazer de suas próprias escolhas e decisões.

Esses pensamentos podem prejudicar os pacientes, não de forma direta, mas sim enquanto estudantes que buscam graduação ou a aproximação de seus graus de escolaridade quando considerados capazes de assumir uma posição profissional na sociedade, isto pode implicar na forma como as pessoas veem os institutos de reabilitação, podendo questionar suas formas de ensino e métodos a serem utilizados para a criação de novos pensamentos e realidades psicológicas ou políticas do que os internos pensam e quais seus planos para serem inseridos novamente como pessoas de opinião válidas e que podem dar seus melhores posicionamentos na sociedade e adiante, gerando criação de renda, geração de emprego e motivação social.

A preocupação com o ensino desses pacientes vem como algo que nos incomoda e que ao mesmo tempo nos alerta para esses tipos de situações na qual todos estão sujeitos, vemos em nossa sociedade essa grande e preocupante e crescente realidade que todos os dias passam diante de nossos olhos. Colocamo-nos em um grau de sociedade na qual se estabelece o que nós podemos chamar de senso comum. Podemos que as comunidades terapêuticas são um tanto deficientes quando se trata de educação especializada para dependentes.

### **A importância da educação no instituto de recuperação de dependentes químicos**

Em muitos institutos de recuperação, a educação é denominada a ser um processo de maior importância na vida de um cidadão. A partir dessa formação podemos nos tornar mais críticos e compreensivos. A criação de vocações e talentos destas pessoas devem ser estimuladas também dentro destes institutos, com isto, as perspectivas e opiniões serão criadas para todos os pacientes, serão fundamentais para quando saírem já reabilitados, com novas visões de mundo e isso será algo bem visto pela sociedade e por todos a seu redor como a distribuição de pensamentos que diferenciam e causam impressões boas para todos, e por essa razão, a educação dentro destes institutos devem ser mais criativas, bem como a que apoia todos em suas decisões e na formação de pessoas para a sociedade.

Por conseguinte, a sociedade visará melhor às instituições, pois a formação de pessoas em si é fundamental para que haja uma confiança externa, quando isso acontece, a valorização destes se tornará perceptível para a cidade e sociedade mostrando que somos capazes de fazer a diferença e assim mudarmos toda uma forma cultural de pensar da mesma forma que uma pessoa se destaca por ter opiniões únicas e assim acaba por ter um desempenho melhorado e reconhecido.

A valorização da educação dentro destes institutos também pode ser fonte de inspiração para mais pessoas ficarem por mais tempo, e assim alcançar o grau de escolaridade que tanto almejam, tornando-se capazes de se destacar no mercado de trabalho quando obtiverem sua reabilitação considerada, trazendo uma esperança de mudança e que qualificará pessoas que deixaram de ter objetivos na vida, objetivando vidas e gerando ambições e conquistas pessoais.

### **Drogas – Não Escolhe Idade, Cor, Sexo ou Classe Social.**

Não existe um perfil definido, não importa se você é rico ou pobre, qualquer pessoa estar sujeito a este vício que destrói com a vida das pessoas, com a família e com a sociedade. Matar, roubar ou vender drogas estar na maioria das vezes na realidade de grande parte dos brasileiros espalhados pelo país. Na Amazônia não é diferente, o alto índice de violência das capitais e das pequenas cidades é causado pelo tráfico de drogas. Nessa pesquisa conhecemos a história de alguns dos milhares desses dependentes, vítimas de escolhas feitas sem pensar.

Um destes internos conheceu a droga no seu bairro com 16 anos de idade, começou um pouco diferente dos demais, primeiramente começou a vender e por ter que ficar acordado a noite toda decidiu usar. Achava que usando cocaína iria ajudar com a venda, pois ficava elétrico e conseguia se manter acordado a noite toda. No entanto não imaginou que isso poderia leva-lo a dependência. Conseguiu terminar o ensino médio e comentou que na durante sua vida de estudante assistia diversas palestras sobre drogas e foi bastante orientado a não usar. Porém não surtia muito efeito, pois o tráfico de drogas já se encontrava dentro da escola. Se diz contra a legalização da maconha, pois apesar de ser uma droga mais leve abre as portas para as outras drogas.

Sobre os malefícios que a cocaína trouxe para a sua vida, comentou que perdeu a confiança da família, perdeu seu emprego, foi preso e por conta de tudo isso perdeu sua dignidade. Hoje graças ao trabalho realizado pela Comunidade Terapêutica 12 Apóstolos, arrependeu-se e pretende virar este jogo, recuperar a confiança da família, a sua dignidade, construir sua casa e recuperar o seu emprego.

E é esse o sonho de todo dependente que se encontra em tratamento, se soltar dessas correntes, dessa verdadeira prisão que o vício impõe. Porém, infelizmente, eles precisam de ajuda, é claro que a decisão de sair dessa vida de sofrimento deve partir do usuário. No entanto a sociedade deve se envolver mais no tratamento dessas pessoas.

Devemos parar de apenas se envolver quando sente na pele, quando a droga já devastou com a sua família ou com a vida de amigos muito próximos.

Você pode nascer em um castelo, mas quando conhecer o mundo das drogas vai morar na rua.

Conhecendo a história de algumas dessas pessoas que vivem nesta unidade, nos deparamos com um homem de 26 anos, natural de Cuiabá-MT, morava em um bairro de classe média alta, filho de empresários, estudava em uma escola particular e disse que começou a usar drogas dentro dessa instituição de ensino, começou com a maconha e em seguida a cocaína quando tinha 17 anos. Comentou que durante toda a sua vida de estudante, nunca assistiu nem uma palestra sobre drogas, no colégio em que estudava a tinha mais palestras sobre sexo e doenças sexualmente transmitidas. Começou a usar devido as noitadas com amigos e no dia seguinte tinha que se concentrar nas aulas, pois existia muita cobrança de dentro de casa, e para não ficar com sono usava a cocaína para se manter acordado. Quando fazia o segundo período da faculdade de administração foi expulso de casa, seu pai era muito sistemático e nesse momento tornou-se um andarilho. Com a intenção de chegar na Colômbia andando, chegou em Humaitá e conheceu a Comunidade Terapêutica 12 Apóstolos e por lá ficou, desistiu de ir para a Colômbia e conseguiu a recuperação que tanto almejava, entrou em contato com seus pais e em breve voltará a sua casa. O seu objetivo é pedir desculpas para sua família, voltar a trabalhar na empresa de seu pai e voltar a estudar. Tendo este a certeza que a partir do consumo de álcool este voltará para o consumo das drogas ilícitas, assim este tem a convicção que deverá evitar o “primeiro gole”, frase esta típica dos Alcoólicos Anônimos dos Estados Unidos e também do Brasil. Ao questionarmos se este interno estivesse a oportunidade de esta de frente com um usuário iniciante o que este interno diria a este usuário, o mesmo respondeu: “Não use por causa dos amigos”, pois o uso da maconha irá gerar aquisição pela cocaína e as demais drogas, pois nisso o ser humano perde a vida e se tratando de saúde é uma viagem sem volta, pois o vício é uma longa jornada.

Como dito anteriormente, a droga não escolhe classe social, é uma briga que todos deveriam comprar, ou seja é uma temática no qual toda a sociedade deve se envolver visando a ordem social e familiar, pois esta problemática é um dos maiores inimigos de nossa juventude, uma problemática mortal, destruidora de pessoas, de famílias, de nações, e principalmente é uma destruição de sabedoria. Perdemos diariamente pessoas com mentes fantásticas, mentes essas que poderiam esta sendo bem aproveitadas na educação porém são desperdiçadas e quando estes se encontram no vício das drogas ilícitas ficam sem muitas chances de mudar sua realidade. A amazônia é apenas mais um cenário para esta problemática, e nossas lindas cidades com lindas paisagens acabam virando um filme de terror para muitas pessoas que estão a enfrentar o problema do tráfico e consumo de drogas. A dependência química se torna ainda mais perigosa quando se inicia ainda na infância, pois entrar para o mundo das drogas ainda criança significa destruir a fase mais mágica de qualquer pessoa, já que é uma fase fundamental para a consolidação do caráter e de valores do ser humano.

Nessa observação direta e através de tais questionamentos com os internos da comunidade terapêutica, conhecemos a história de um rapaz de 18 anos natural de Humaitá-AM que entrou para o mundo das drogas com apenas 11 anos de idade. Morava em um bairro pobre, estudou até a 9º ano, iniciou sua vida no mundo das drogas ilícitas nas redondezas de sua residência. Iniciou sua vida de consumo com a maconha, seguido pela cocaína e por último o crack. A escola em que este estudava não tinha nenhum tipo de conscientização, palestras ou orientações do assunto, da problemática das drogas, se diz este contra a legalização da maconha assim como a maioria dos internos, se tratando das drogas ilícitas, acredita que a maconha abre as portas para as outras drogas. O efeito das drogas alucinógenas faz com que o indivíduo feche os olhos para os seus estudos e para a

sua dignidade, este interno confessou que perdeu a confiança da família e dos amigos desde muito cedo, e por ter se tornado dependente ainda criança nunca trabalhou e nunca conseguiu um emprego. Seus projetos são de largar os vícios, inclusive de cocaína, voltar a estudar e um dia conseguir almejar a tão sonhada faculdade de engenharia civil, e sobretudo ser feliz, sentimentos que ainda não foram possíveis devido e por conta de suas escolhas. Em tal questionamento, este interno relatou que nosso país está vivendo em complicada situação, que deriva desde a vasta corrupção ao vasto uso e venda de drogas em nosso país, pois este afirmou que é necessário o indivíduo recorrer mais aos conselhos e a presença da família do que aos errôneos amigos.

### **A família e a co-dependência química**

A dependência química é um problema e uma doença que não se finda em si mesmo, e se tratando do dependente químico esta doença não atinge somente este, mas atinge com grandes consequências a sua família. É chamada co-dependência química quando há um dependente químico na família e esta família sofre a doença junto com o usuário, sabemos que é inevitável a família não ser afetada com esta problemática quando há um ou mais dependentes na família ou quando há na família o problema do tráfico de drogas.

A família é a base de toda a sociedade e logicamente se as famílias de nosso país se encontram estruturadas logo a base de nosso país estará estruturada, e de fato é sabido que em nosso mundo pós-moderno e em nosso país a família já não se encontram estruturadas, mas muitas destas famílias encontram-se desestruturadas e fragmentadas, tornando-se o início de graves problemas sociais em sequência. Entre estes problemas sociais está a dependência química que se reproduz muito facilmente em famílias desestruturadas, assim como acontece também em famílias estruturadas, mas é muito maior em famílias fragmentadas e isentas de alguma fonte moral ou ética familiar.

Na co-dependência química na família há um misto de desorientação, desespero e confusão com o dependente, infelizmente o estado brasileiro deixa a desejar em muitas de suas competências, inclusive das necessidades básicas, e uma dessas brechas no qual o estado deixa a desejar nesta área da dependência química, tanto com o dependente como com a família do dependente, falta suporte psicológico e de saúde, há um grande desnorreamento e desorientação se tratando do dependente com seus co-dependentes, o estado não supre esta lacuna que se abre na sociedade, culminando em um agravo social, um exemplo disto são as cracolândias, as cracolândias das capitais e de algumas cidades com este problema.

A família tem um papel importantíssimo e fundamental para o tratamento, recuperação e ressocialização do dependente químico, em muitos casos a família se torna a única esperança deste dependente, e satisfatoriamente quando acontece essa recuperação e ressocialização do dependente há também uma recuperação familiar, uma revitalização das esperanças de toda a família. Quando não acontece esta recuperação e nem a ressocialização do dependente químico a família se fragmenta e se desestrutura ainda mais, acarretando gravíssimas consequências individuais para esta família e gravíssimas consequências de cunho social que envolve toda a sociedade.

Criminalidade e dependência química estão ligados, assim como o traficante está ligado com o usuário, assim como uma pessoa ser usuário conseqüentemente fará deste mesmo um dependente químico. O tráfico de drogas e a venda estão completamente ligados com os usuários e dependentes químicos, pois sem estes não haveria venda e nem lucro. Muitos dependentes se envolvem com a criminalidade para poder sustentar ou pagar o uso de drogas, e assim estes praticam desde roubos a outros determinados crimes e

violações da lei para que assim possam sustentar o uso de drogas, assim vemos que esta problemática envolve segurança pública, saúde pública e educação pública ao mesmo tempo, e se estas necessidades vitais não tiverem um retorno com qualidade do estado para a sociedade instala-se um verdadeiro caos e destruição, seja isto de cunho individual, familiar ou social, tornando-se assim um problema de todos e não mais um problema isolado, mas um agravo social e de fundamental importância para a ordem familiar e social.

### **O papel da educação com os dependentes químicos**

A educação tem um papel fundamental na recuperação, tratamento e na ressocialização do dependente químico. É sabido que a educação tem este papel, mas é preciso ainda a educação e os educadores assumirem este papel e esta responsabilidade, claramente este papel não é somente da educação, mas a educação possui este papel e este poder transformador, a educação possui esta força de levar o ser humano a se libertar, tanto da ignorância como de outras dependências maléficas para o bem do ser humano.

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida (DEWEY, 1954).

A educação em sua grande amplitude deve ser levada a sério e com grandes investimentos a curto, médio e longo prazo. A presença da educação em um ambiente é transformadora, seja em qualquer local, assim como a falta da educação em determinadas regiões e ambientes é preocupante e de grandes perdas sociais. Nisto há a problemática da educação pública de qualidade, quando não há esta qualidade de ensino a educação não promove mudanças sociais e nem atende a certas demandas sociais, nisto o estado brasileiro precisa estar atento para oferecer a educação. Quando há educação de qualidade é bem melhor de se evitar agravos sociais como a dependência química, mas quando não há educação de qualidade torna-se um verdadeiro caos o ambiente ou o local, a educação equilibra o combate contra as drogas e a favor da saúde, combate estes que estamos perdendo, combate este que dependem exclusivamente de políticas públicas.

Ao questionarmos com os internos da comunidade terapêutica 12 apóstolos sobre a presença da escola em suas vidas, muitos disseram que chegaram a usar drogas na escola, outros não, e muitos relataram que suas escolas ofereciam conscientização sobre o perigo das drogas mas tal conscientização não era eficaz, já outros relataram que suas escolas não ofereciam tal conscientização, ficando assim mais difícil ainda evitar a curiosidade de uso de tais substâncias ilícitas.

O ser humano depende da educação, é preciso a educação assumir este importante papel social, não como uma mera obrigação, mas com espontaneidade, esperança e com convicção do poder transformador da escola, da educação e dos educadores, a escola não pode se calar, a educação é primordial, uma verdadeira transformação social, ser educado é sobreviver.

### **Considerações finais**

Este artigo vem despertar o interesse das pessoas, das autoridades para a conscientização de como podemos atuar e modificar de uma forma benéfica a realidade destas pessoas transformando e recuperando a vida destes que entraram neste caminho, e assim, dando uma nova chance a todos que realmente buscam melhoria de vida e mudança de toda uma forma cultural de pensar, alcançando suas objeções e expectativas geradas a partir dos ensinamentos recebidos nos institutos, que por meio destes novos conceitos,

buscaram mudar e se atualizar perante a mudança da realidade e sempre almejando a atualização podendo situar-se cada vez mais, para não se tornarem ultrapassados.

Com isso nos colocamos a pensar em toda forma de educar o dependente a uma expectativa de uma nova realidade diante de toda sociedade, que nos cobra uma educação sempre mais atualizada. Também colocamos a tona as experiências de vida, todos os conhecimentos prévios dos analisados que nos fez repensar ainda mais a educação especializada e inovadora transformando a vida delas e de suas famílias. Este artigo vem despertar nossas políticas públicas, para que estas ajam em favor da sociedade.

A dependência química é um problema social e está presente em todas as classes sociais, em diferentes níveis educacionais, em diversas faixas etárias e espalhada em todo o território nacional, inclusive na Amazônia. Esta problemática se trata cientificamente de uma doença, ao abordar este tema, tratamos do assunto desta doença atingir em cheio a juventude e diversas faixas etárias devido a diversos fatores externos e internos, fazendo este problema ser uma questão social, familiar, educacional e de saúde pública, no qual é preciso atentar-se para saídas e soluções, que envolvem políticas públicas. Esta doença não é uma simples doença em si mas isto acarretará outros diversos problemas e a educação não pode ficar de fora desse processo de suplantação, a educação tem esse papel transformador.

Se tratando da doença em si, surge outro problema, o dependente químico não ficam estes doentes sozinhos, mas, surge um agravamento familiar chamado de “co-dependência”. A co-dependência se trata de a família sofrer esta doença e esta problemática social juntamente com o dependente ou com o alcoólatra, se trata de a família padecer juntamente com aquele que está padecendo devido as drogas ou o álcool, haja vistas que esta problemática desestrutura toda a família e conseqüentemente desestrutura toda a base da sociedade, sendo este problema um problema de todos, um agravo social oriundo de consumo que levará o usuário a óbito.

A escola não pode se calar em meio a tudo isso, assim como a escola deve fiscalizar-se para que este problema da dependência química não ocorra dentro da instituição e identificar se há usuários ou alcoólatras na instituição no qual acarretará outros diversos problemas e a educação não pode ficar de fora desse processo de suplantação, a educação tem esse papel transformador. A conscientização deve ser mais eficaz, pois este problema das drogas e do álcool atinge as massas cada vez mais cedo, atingindo até mesmo as crianças.

Tratamos sobre a importância da educação, tanto para evitar que esta problemática atinja ainda mais as massas, assim como tratamos da importância da educação no processo de revitalização e de transformação na vida daqueles que são dependentes químicos e alcoólatras e daqueles que já tiveram contato com esta problemática. A educação não pode ficar em silêncio se tratando desta problemática, pois ela tem esse papel de agente transformador com os seres humanos, de todas as classes, de todos os níveis educacionais e de todas as faixas etárias, dando uma nova perspectiva de vida para o ser humano e conseqüentemente para o nosso país, precisamos de um país saudável e isso começa com a família, começa com a escola, em geral começa com a educação.

## Referências bibliográficas

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **O que é a educação**. 48 Reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação - mito e desafio**: uma perspectiva construtivista. 41ªed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1992.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências**. In FERREIRA, Celso J. SILVA JR, João dos Reis, OLIVEIRA.

M. C. Luiz\* e R. M. Gomes. **Educação não formal e comunidade terapêutica para dependentes químicos**: articulação de processos educativos em práticas sociais.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 15 ed. São Paulo, Ática, 1997.

DEWEY, John. **Meu credo pedagógico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

## **A(s) Amazônia(s) em disputa: a luta pela terra entre extrativistas da Comunidade de Pilões e o Grupo Jari, no estado do Pará<sup>1</sup>**

**TEMA: VIOLÊNCIA E CONFLITO**

**Rogério Henrique Almeida**

Docente do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional do Instituto de Ciência e Sociedade (ICS) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Campus de Santarém. Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).  
email: araguaia\_tocantins@hotmail.com.

### **Resumo**

No xadrez da geopolítica mundial, a (s) Amazônia (s) tem ocupado o papel de província de estoques de recursos naturais. É histórica a condição colonial da região, integrada de forma subordinada aos interesses dos principais centros econômicos e políticos, dentro e fora do país. A abundância em recursos florestais, minerais e hídricos torna a região alvo dos mais diferentes interesses nas dimensões: econômica, social, política e ambiental, onde tem predominado o direito à propriedade privada da terra sobre a posse ancestral. O presente artigo analisa a disputa pelo território e as situações de conflito na fronteira dos estados do Pará e Amapá, no extremo norte da Amazônia. A disputa envolve extrativistas da Comunidade de Pilões, do distrito de Monte Dourado, município de Almeirim, no estado do Pará, e a empresa Jari Celulose.

**Palavras chave:** Amazônia, Território, Jari

### **Resumen**

En el ajedrez geopolítico mundial, la (s) Amazon (s) ha ocupado el papel de la provincia de reservas de recursos naturales. Es histórico condición colonial de la región, de forma integrada subordinada a los intereses de los principales centros económicos y políticos dentro y fuera del país. La abundancia de los recursos forestales, minerales y agua hace que la región de destino de los diferentes intereses en las dimensiones: política económica, social y ambiental, que ha dominado el derecho a la propiedad privada de la tierra en la posesión ancestral. En este artículo se analiza la lucha por el territorio y las situaciones de conflicto en la frontera de los

<sup>1</sup> A primeira versão deste trabalho foi uma narrativa jornalística para a ONG Instituto de Educação do Brasil (IIEB), com sede em Belém/PA, no ano de 2015. A versão atual faz de atividade do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Território na Amazônia (DTAM), vinculado ao CNPQ/UFOPA



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

estados de Pará y Amapá, en el extremo norte de la Amazonia. La disputa involucra la extracción de los muslos de la comunidad, el distrito Golden Hill en la ciudad de Santarém, estado de Pará, y Jari Celulose. Palabras clave: Amazonas, territorio, Jari

## Abstract

In the chess of world geopolitics, the Amazon (s) has occupied the role of province of stocks of natural resources. The colonial condition of the region is historically integrated, subordinated to the interests of the main economic and political centers, inside and outside the country. The abundance of forest, mineral and water resources makes the region the target of the most different interests in the economic, social, political and environmental dimensions, where the right to private ownership of land over ancestral possession has predominated. The present article analyzes the dispute over the territory and the conflict situations in the border of the states of Pará and Amapá, in the extreme north of the Amazon. The dispute involves extractivists from the Pilonas Community, the district of Monte Dourado, municipality of Almeirim, in the state of Pará, and the company Jari Celulose.

**Keywords:** Amazon, Territory, Jari

## Introdução

Descortinado o novo mundo, a grande propriedade rural, com base na mão de obra escrava, numa lógica de monocultura agroexportadora foi o fator estruturante do universo rural brasileiro. Tal desenho conferiu poderes econômicos e políticos aos senhores de terras, por longo período até os anos inaugurais do século XX. A posse de grandes extensões de terras foi o símbolo do *status quo* da época, que só a partir de 1930, com o advento de um processo de industrialização e urbanização, tem o curso, em certa medida, alterado, (Holanda,2003).

Além de vastos territórios, o controle do Estado ancorou a reprodução social e econômica dos grandes proprietários de terras. Controlar o Estado, além da efetivação de recursos econômicos significou o controle do aparato de coerção contra os seus adversários, rebeliões de escravos e camponeses. Apesar de certa industrialização, os senhores permanecem, e se espraiam por todo o país, alcançando a (s) Amazônia (s).

No cenário de disputas da geopolítica<sup>2</sup> mundial, a(s) Amazônia (s) tem ocupado o papel de uma imensa província de estoques de recursos naturais. É histórica a

---

<sup>2</sup> É entendida na perspectiva de Becker (2005), que define na atualidade a geopolítica é o poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, em certa medida marcada pela coerção velada.



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

condição colonial da região<sup>3</sup>, integrada de forma subordinada aos interesses dos principais centros econômicos e políticos, dentro e fora do país. Na interpretação de (Becker,2005), a última periferia de expansão do capitalismo. O enquadramento desconhece distensão. Tem sido assim desde os surtos econômicos iniciais da exploração das drogas do sertão - até o período do fim do século XIX e início do século XX, momento marcado pelo extrativismo da borracha (*hevea brasiliensis*).

Esse processo avança com os primeiros desenhos do planejamento estatal dos anos Vargas, e com maior musculatura no contexto da II Grande Guerra, a partir do pacto de Washington. Posteriormente, numa lógica mais sistemática, aprofunda-se a partir de uma tecnocracia conservadora e pela política de integração da ditadura civil militar<sup>4</sup> (1964-1985), baseada em polos de desenvolvimento, entre eles o Poloamazônia<sup>5</sup>.

Cumprе sublinhar que as políticas geradas no processo de estado de exceção exerceram papel estruturante sobre os territórios da(s) Amazônia (s)<sup>6</sup>. O planejamento estatal obedecia à régua e ao compasso da tecnocracia-economicista, e a uma visão geopolítica-militar do desenvolvimento nacional, pautada nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) e nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), como já atestado em diversos estudos, entre eles, Ianni (1979), Martins (1989), Coelho (1997) e Hébette (2004).

Mesmo após o fim do período autoritário, os grandes empreendimentos, induzidos pelo Estado continuam a orientar as políticas de desenvolvimento para a região. Os processos econômicos, políticos e sociais vivenciados na (s) Amazônia (s)

<sup>3</sup> Para Bourdieu(1989), o conceito sobre região é objeto de disputa de variadas ciências. Se para a perspectiva econômica impera a lógica de fluxos com ênfase no aspecto quantitativo; para a geografia ganha relevo os elementos físicos; enquanto a sociologia tende a privilegiar em sua análise elementos trans-regionais e transnacionais; já a etnologia sublinha o sentimento de pertencimento e identidade.

<sup>4</sup> Carlos Fico (2004) ao revisar o fato advoga que o golpe resulta da associação entre a elite civil (nacional em associação com o capital internacional), com predominância das forças militares, e que os historiadores incorporaram o tema no fim do século XX, tendo como referência a Nova História, ou terceira fase da Escola de Annales, contemplando dimensões da subjetividade, a história de vida e aspectos culturais.

<sup>5</sup> O Poloamazônia foi lançado na segunda metade da década de 1970. Consistia em 14 polos de desenvolvimento. Um pacote com base em incentivos fiscais e demais estímulos aos polos de mineração, como Carajás e Trombetas, dentre outros de diferentes naturezas. Com esses polos, visava-se à reorganização do espaço regional em benefício da acumulação de capital por meio da mineração e da agropecuária (Sá, 1987, Pinto, 1987, Coelho,2005).

<sup>6</sup> O termo aqui é usado tendo referência as contribuições do professor Carlos Walter, a partir da obra Amazônia, Amazônias.



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

brasileira (s) ou na Pan-Amazônia<sup>7</sup>, têm socializado junto ao vasto e complexo conjunto da sociodiversidade, toda ordem de passivo social, entre eles: a catequese, a expropriação, a espoliação, a escravidão e a execução de dirigentes que defendem a reforma agrária, o meio ambiente e os direitos humanos, envolvidos em rugas na disputa pela terra e recursos naturais ai existentes.

Recentemente, a criminalização<sup>8</sup> e a judicialização das ações dos movimentos populares e ativistas, que fazem oposição aos grandes projetos, passou a ser outro recurso de coerção. Segundo a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos do Pará (SDDH), o estado contabiliza cerca de 40 casos de criminalização das ações dos movimentos sociais no estado do Pará. 18 deles estão judicializados. Esbulho possessório, cárcere privado, desacato, incitação ao crime, posse ilegal de armas, danos, perturbação da ordem pública são as acusações mais recorrentes<sup>9</sup>.

A floresta é um mundo de gente, olhares, saberes, cores, cheiros e histórias de (re) existências. A abundância em recursos florestais, minerais e hídricos a torna alvo dos mais diferentes interesses nas dimensões: econômica, social, política e ambiental, onde tem predominado o direito à propriedade privada da terra sobre a posse ancestral. Interesses diversos mobilizam redes em diferentes escalas (local, estadual, regional, continental e mundial). Num extremo, frações da elite local e grandes corporações dos setores de grãos, infraestrutura, mineração, tais como-Cargil, Jari,

<sup>7</sup> Cobre uma extensão de 7,8 milhões de km<sup>2</sup>, sobre 12 macrobacias e 158 sub-bacias, compartilhados por 1.497 municípios, 68 departamentos/estados/províncias de oito países: Bolívia (6,2%), Brasil (64,3%), Colômbia (6,2%), Equador (1,5%), Guayana (2,8%), Peru (10,1%), Suriname (2,1%) e Venezuela (5,8%), além da Guayana Francesa (1,1%). Na Amazônia vivem cerca de 33 milhões de pessoas, incluindo 385 povos indígenas, além de alguns povos em situação de "isolamento". São 610 ANP e 2.344 TI que ocupam 45% da superfície Amazônica, sem contar os pequenos, médios e grandes proprietários rurais, empresas de vários tipos, instituições de pesquisa e fomento, além de organizações religiosas e da sociedade civil, (RAISG, 2012).

<sup>9</sup> Os acusados são ativistas de movimentos sociais, que buscam a garantia de direito básicos (posse da terra, trabalho, território e educação). Entre os movimentos é possível identificar, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM), além de indígenas, pescadores, extrativistas e quilombolas. Em linhas gerais, as disputas possuem relação com avanço do capital sobre a Amazônia, a partir da agenda de desenvolvimento baseada em grandes projetos, a exemplo da construção da hidrelétrica de Belo Monte, na cidade de Altamira, sudoeste paraense, e a ampliação dos projetos de mineração na região de Carajás, da empresa Vale, no sudeste do Pará. Em janeiro deste ano os ativistas do MAB Roquevam Alves Silva, Euvanice de Jesus Furtado e Roger Balieiro da Veiga foram condenados em sentença decretada pelo juiz federal Marcelo Honorato, da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Marabá. Os ativistas foram condenados por uma ação realizada em 2007, (SDDH,2013).



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

Bunge, Alcoa, Vale, Belo Sun e Tractebel Suez -, no outro, a sociodiversidade local, os movimentos sociais, os povos tradicionais, num embate permanente.

Combate agravado com o atual momento do capitalismo, segundo alguns analistas e críticos da economia, a partir da globalização. Submeter, subjugar, impor uma lógica de discurso único, homogeneizador, são palavras que integram o vocabulário desse contexto, que desnuda uma nova divisão internacional do trabalho. Ianni, (1995), Chesnais,(1996) e Santos,(2000) refletem que por conta deste ambiente, o uso da terra, bem como de todos os recursos naturais, renováveis ou não, foram submetidos mais estritamente às leis de mercado e do lucro capitalista.

Ancorado neste ambiente, este artigo analisa a disputa pelo território e as situações de conflito presentes na fronteira dos estados do Pará e Amapá, no extremo norte da Amazônia, o que envolve as populações extrativistas<sup>10</sup>, em particular a de Comunidade de Pilões, no distrito de Monte Dourado, município de Almeirim, no estado do Pará, e a empresa Jari Celulose. Trata-se de grande empreendimento, concebido durante a ditadura civil militar pelo multimilionário Daniel Ludwig, que desde 1997, tem sido controlado pelo Grupo Orsa, com sede no estado de São Paulo.

Nos últimos anos, a relação da empresa com as comunidades do entorno tem sido marcada por tensões, que envolvem Empates (tática de resistência criada por seringueiros no Acre, na década de 1970) e questões judiciais na disputa por terra. No fim de 2015, por conta de um portfólio de ilegalidades, a empresa teve a certificação florestal (FSC) suspensa- considerada o principal verde do mundo-, e foi alvo da ação de busca e apreensão por parte da Polícia Federal. A área de manejo de floresta nativa da empresa é considerada a maior do mundo, superior a 500 mil hectares.

O artigo busca entender a questão, e adota como referência as reflexões de (SOUSA, 1995; HAESBAERT, 2002; SANTOS, 2005). A primeira parte empreende uma breve reflexão sobre a categoria território. Já a segunda investe em descrever e refletir sobre o território em disputa, onde historiciza a cadeia dominial da terra que compreende o projeto, - um rico e complexo ambiente, marcado por inúmeras sobreposições de títulos - bem como a ação de resistência realizada pelos extrativistas

<sup>10</sup> Em linhas gerais, o profundo conhecimento sobre a natureza e seus ciclos, uso de tecnologia relativamente simples para o manejo dos recursos da natureza, uso comunal do território – pouco conhecido ou reconhecido -, a partir do núcleo familiar, ou de parentesco, compadrio e vizinha, são algumas das características centrais da categoria (Lima e Pereira, 2007).



a partir da realização do empate. O artigo toma como base, ainda, atividade em campo, que possibilitou conhecer *in loco* a área do conflito, e entrevistar as pessoas envolvidas, bem como acessar manifestos das associações dos moradores, além de dados oficiais divulgados por órgãos e institutos de pesquisa também servem de base de informação.

## 1 Pequena inflexão sobre a categoria território

O conflito pela disputa do poder<sup>11</sup>, em suas múltiplas faces e dimensões, ocupa o cerne do debate sobre o território. Conflito entendido numa atmosfera regida pelo aspecto técnico-científico, que confere ao elemento informação um papel primordial, ao contrário do ocorrido quando do Estado Moderno, cuja primazia era a da energia (SOUSA, 1995; HAESBAERT, 2002; SANTOS, 2005).

A partir dos pressupostos de Robert Sack, Haesbaert, (2002, p.119), com base no princípio do conflito, salienta que, o território é uma tentativa de um indivíduo ou grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica.

A análise numa perspectiva hierarquizada sobre o processo de novos territórios, ou mesmo, o fim do território, predominou durante um certo tempo, reflete Haesbaert (2002). O autor da obra Territórios Alternativos, chama a atenção para a dinâmica da criação e recriação do território. E mesmo os excluídos do processo hegemônico, mobilizam a construção de perspectivas opostas. Oposições que passam pelo fundamentalismo religioso, ambientalismos, grupos de auto-gestão, etc.

Tendo como referência o Estado Moderno- estado nação- o território é uma invenção política do mundo moderno (obra de uma classe social, executada especialmente para seu próprio benefício). O termo território, raro até o século XVII, torna-se comum juntamente com a expansão burguesa, a partir do século XVIII. (Allies, 1980, apud HAESBAERT, 2002, p.120).

---

<sup>11</sup> Para Foucault (1990), ao contrário da análise marxista onde o Estado ganha caráter estruturante na análise sobre o poder, não existe uma definição unitária e global chamada poder, mas unicamente formas díspares e heterogêneas, em constante transformação. Para o autor o poder não existe. Existem práticas e relações de poder. Tal horizonte analítico corrobora para a presente análise sobre a disputa pelo território. É tal perspectiva que adotamos para investigar os sujeitos sociais em atuação na região em questão.



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

Se de certa forma ocorre o consenso sobre a tese da disputa pelo poder, como característica mais marcante, quando tratamos de estudos sobre o território, o autor acima citado (2002, p.121), sublinha que tal disputa tem como chancela as desigualdades de forças que envolvem o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados.

Haesbaert (2002) em estudo sobre territórios alternativos observa que a propósito da assimetria das forças atuantes na disputa pelo território, há correntes e atores que investem no caminho contrário à homogeneização desejada pela globalização. As ações dos extrativistas da Comunidade de Pilões, a partir da realização do empate, ações de autogestão, e em esferas jurídicas, mediadas pelos ministérios públicos estadual e federal, encontram-se neste campo de tensão.

## **2 Jari - antecedentes sobre a grilagem de terra**

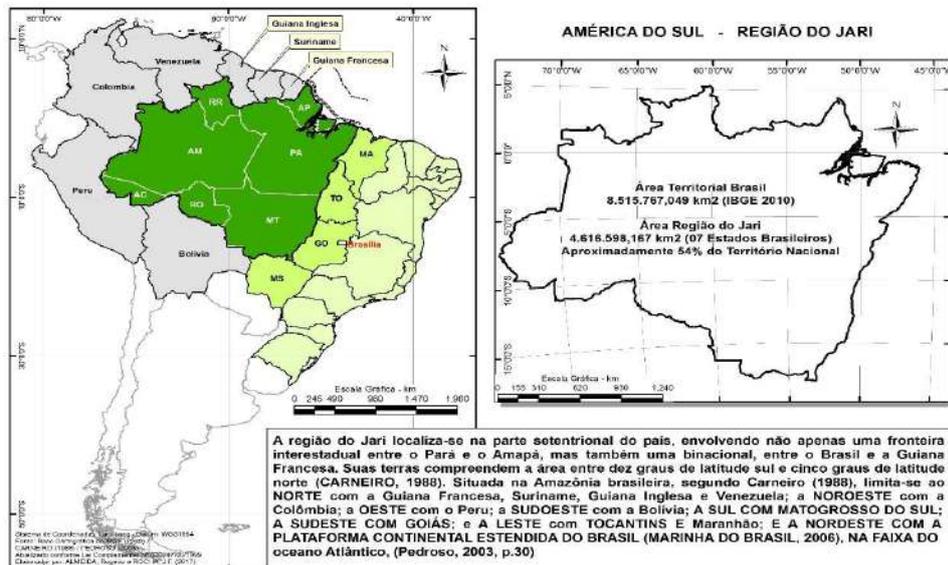
A região do Jari localiza-se na parte setentrional do país, envolvendo não apenas uma fronteira interestadual entre o Pará e o Amapá, mas também uma binacional, entre o Brasil e a Guiana Francesa. Suas terras compreendem a área entre dez graus de latitude sul e cinco graus de latitude norte (CARNEIRO, 1988). Situada na Amazônia brasileira, segundo Carneiro (1988), limita-se ao norte com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana Inglesa e Venezuela; a noroeste com a Colômbia; a oeste com o Peru; a sudeste com a Bolívia e ao leste com Goiás, Maranhão e oceano Atlântico, (Pedroso, 2003, p.30).

Na região do Jari, o cearense José Júlio de Andrade é tido como o latifundiário pioneiro. Chegou à Amazônia durante o apogeu do ciclo da borracha, final do século XIX, e se apossou de uma extensão de terras maior que o território do Jari. Para subordinar a população local, o coronel Andrade usava a prática do aviamento, ou seja, comprava borracha, balata ou a castanha em troca do fornecimento de insumos no “barracão” para as populações extrativistas. Com os preços sempre favoráveis ao comerciante, os coletores estavam sempre devendo ao ‘dono’ da terra, e eram obrigados a trabalhar de graça para ele. Ainda hoje o expediente é usado na Amazônia (CAMARGO, 2016, com grifos meus).



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017  
Universidade de Brasília - UnB



No entanto os extrativistas se revoltaram, e Andrade teve que fugir para o Rio de Janeiro. Além de comerciante, o grileiro de terras foi prefeito em Almeirim quando Magalhães Barata<sup>12</sup> mandava na política do Pará, e Getúlio Vargas, no país.

Em 1948, um grupo de portugueses e um brasileiro passaram a dominar terras e o mercado deixado por Andrade. Para explorar produtos extrativistas e agrícolas da região, criaram três empresas: a Jari Indústria e Comércio e a Companhia Industrial do Amapá para a comercialização dos produtos, e a Companhia de Navegação Jari S/A, a partir de José Júlio. É deste grupo que o multimilionário Daniel Ludwig adquiriu parte das terras no final da década de 1960. O estadunidense chegou a controlar mais de 200 empresas espalhadas pelo planeta nos setores da finança, do transporte, da mineração e da agroindústria (ibidem).

Ludwig não foi o primeiro estadunidense a tentar subordinar a floresta amazônica aos seus interesses. Em 1927 o também milionário Henry Ford fundou seu próprio reino – a Fordlândia – na cidade de Aveiro, às margens do rio Tapajós, oeste

<sup>12</sup> O tenente coronel do Exército é considerado um dos políticos mais influentes da história da república no estado do Pará. Nos anos 1930 chega ao poder, e só o deixa com a morte, no fim dos anos de 1950. Barata foi um dos criadores do Partido Liberal no estado. A história do Pará é prenhe de governantes militares. Além de Barata, constam Alacid Nunes e Jarbas Passarinho.



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

paraense. A domesticação da seringueira em grande escala fracassou. Ainda hoje existem vestígios da fábrica, da vila e do monocultivo.

Daniel Ludwig chegou à Amazônia no ápice do estado de exceção e, com apoio do governo militar, instalou um complexo agroindustrial que englobava a produção de celulose em grande escala, arroz, criação de gado, e o extrativismo mineral de bauxita e caulim. Aeroporto, porto, rodovia e ferrovia compunham a infraestrutura, além de uma fábrica para a produção de celulose importada do Japão (Pinto, 1986).

O desmatamento de mais de 200 mil hectares de floresta densa, para o cultivo de espécies exóticas – com o objetivo de produzir celulose – foi primeiro ato do polêmico projeto do milionário, que invadiu o território de indígenas e ribeirinhos que viviam do extrativismo no entorno dos rios Paru e Cajari. Os conflitos entre os seguranças da empresa e os moradores tradicionais eram constantes, (Pinto, 1986).

## 2.1 Crise do Projeto e Novos Donos

Nos anos de 1980 e 1990 o debate ambientalista abriu espaço na agenda política do país, e transbordou as fronteiras nacionais com a militância do seringueiro Chico Mendes, executado em 1988, em Xapuri, Acre. As críticas contra o Projeto Jari ganharam o mundo, e a pauta preservacionista das populações locais uma agenda a partir do reconhecimento de unidades de conservação- UC, e institucionalidades, como ressalta Becker (2001).

Sobre o projeto Jari, o jornalista Lúcio Flávio Pinto, esclarece que no início da década de 1980, os lucros sumiram e o Jari foi transferido a um grupo de 27 empresários brasileiros, liderado pelo Banco do Brasil e por Augusto Trajano de Azevedo Antunes, do Grupo Caemi, em operação coordenada pelo ministro Antônio Delfim Netto. Avalizado pelo governo, o grupo comprometeu-se a pagar a quantia de 280 milhões de dólares em 35 anos.

A crise continuou. Em 1999 o Projeto foi adquirido por dois acionistas de São Paulo da direção do Grupo ORSA, presidido pelo empresário Sérgio Amoroso, pela soma simbólica de 1 dólar – as dívidas totalizavam cerca de 414 milhões de dólares. A negociação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

durou dois anos. O projeto passou a ter o nome de Grupo Jari, e os empresários firmaram compromisso em sanar passivos sociais e ambientais, ao menos em tese.



Figuras 1 e 2 - Ferrovia e Monocultivo de eucalypto / Fonte: Arquivo do autor



Figura 3- Placa de identificação do Projeto Jari / Fonte: Arquivo do autor

## 2.2 A Certificação Florestal em Xequê

Em seu site, a Jari Florestal afirma ser referência mundial no manejo florestal sustentável nos trópicos, festejando a conversão de 545.000 hectares de floresta nativa em área para exploração de madeira de lei. Trata-se da maior extensão territorial do mundo para exploração de madeira tropical certificada. O mercado europeu é o principal destino de 25 espécies nativas da Amazônia processadas industrialmente.

O selo verde, como é conhecida a sigla FSC – Forest Stewardship Council – (Conselho de Manejo Florestal, em português), é a certificação ambiental mais conhecida do mundo, com presença em 75 países. Vinte princípios devem ser



## FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

obedecidos para que a empresa receba a grife ambiental, que teoricamente garante que a exploração dessa madeira – certificada – e promova o desenvolvimento sustentável. O FSC Brasil nasceu em 2001. Até 2007 os negócios no setor de madeira certificada atingiram o patamar de R\$ 3 bilhões, informa o site da WWF.

As entidades extrativistas, porém, questionam a renovação do selo verde da Jari Florestal. Em 5 de setembro de 2014, a Associação dos Micros e Mini Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões e Vila Nova-ASMIPPS já havia encaminhado uma carta ao conselho do FSC Brasil, questionando o relatório produzido pela Sysflor, empresa com sede em Curitiba, contratada pela Jari para desenvolver a pesquisa que subsidiou o relatório para renovação do FSC da empresa. A certificação vale por cinco anos e foi renovada em julho de 2014.

Nessa carta, a associação denuncia que o relatório da consultoria mente ao dizer que entrevistou moradores da comunidade, e afirma ser equivocada a informação de que não existe comunidade tradicional na área de exploração de madeira. Ressalta ainda, que o documento omite as situações de conflitos entre moradores e a Jari Florestal, e questiona os serviços da Fundação Jari à comunidade, citados no relatório. Segundo os moradores, nunca existiu um único projeto social em Repartimento. A Associação dos Moradores das Comunidades dos Rios Parú e Amazonas também declararam em Carta da Associação do rio Paru e Amazonas enviada ao FSC que nunca foram visitados pela Sysflor.

Manuel Amaral, representante do IEB no Conselho da FSC Brasil, afirma que existem evidências de falhas no comportamento da Sysflor. “O caso é muito sério e precisa ser investigado. As associações de moradores já manifestaram insatisfação. E por conta disso o Ministério Público do Estado-MPE contestou o relatório de recertificação. O Greenpeace também repercutiu o caso como um dos problemas delicados da certificação no mundo. Tudo isso deverá ser respondido pelo FSC Internacional, que tem competência para se posicionar”, afirma o engenheiro.

Amaral informa que até então não havia registros de suspeitas sobre a certificação socioambiental impactando negativamente a relação empresas-comunidades. “Pelo contrário, conheço muitos casos de que tenha servido para mediar conflitos e acomodar relações promissoras”, diz.



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

No dia 29 de novembro de 2013, o Ministério Público do Estado do Pará, comarca de Santarém, pediu a suspensão de todos os Planos de Manejo da Orsa Florestal, Jari Celulose e a Papel e Embalagens S.A, nos limites das unidades de conservação integral ESEC Jari, Rio Paru, e Amazonas.

Quase um ano após a realização do empate, no dia 04 de dezembro de 2015, uma ação da Polícia Federal realizou buscas e apreensões em 41 endereços ligados a cinco empresas no Pará, São Paulo e Curitiba. Duas pessoas tiveram prisões preventivas decretadas, outras 16 ficaram em prisão temporária e 10 foram conduzidas coercitivamente para prestar esclarecimentos, conforme notícia do site do Ministério Público Federal (MPF).

O MPF esclarece que só de um dos planos de manejo, foram movimentados mais de R\$ 28 milhões em madeira ilegal entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015, devido ao alto valor comercial do ipê: um metro cúbico de madeira serrada pode alcançar o preço de R\$ 3 mil dólares no mercado internacional.

O ipê é considerado uma das madeiras mais resistentes, usada em deques e revestimentos para áreas externas e até parques públicos em grandes cidades dos Estados Unidos.

A Jari Florestal também comprou créditos para comercializar ipê de outras sete empresas próximas da capital paraense, Belém. Em várias dessas compras, o sistema registrou tempos curtos demais para a chegada da madeira, sendo que distância entre Belém e Almeirim é de mais de 800 km. Em uma das movimentações, a madeira enviada pela Pampa Exportações (outra empresa investigada) atravessou o Pará em apenas 10 minutos. A empresa opera num rico e complexo mosaico de unidades de conservação, entre eles o Parque de Tumucumaque.

### **3 Na bacia do “Rio do Senhor”- O contexto do embate**

Em tupi Jari significa “Rio do Senhor”. As águas em tom escuro nascem na Serra do Tumucumaque, na fronteira com o Suriname, e cortam a vida de pelo menos cem mil pessoas nos estados do Pará e Amapá até desaguar em frente à Ilha de Grande de Gurupá, no estuário do Amazonas. O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque é o maior do país, com área de 38.464 km<sup>2</sup>, pouco menor que a da Suíça.



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

O complexo ambiental abrange seis unidades de conservação, criadas na década de 1990, sendo três estaduais (a Floresta Tropical do Parú, a Reserva do Desenvolvimento Sustentável Iratapuru e Reserva Biológica Maicuru) e três federais: Parque Nacional do Tumucumaque, Estação Ecológica Jari e a Reserva Extrativista de Cajari. Rio Pau D'Este e Waiapi são as terras indígenas. Na fauna, considerada rara, são encontradas entre outras espécies: Gavião-de-penacho, Jacu, Choquinha, Mãe-de-Taoca-de-Garganta-Vermelha, Pássaro-Boi, Maú, Araponga-Branca, Galo-da-Serra e a Gralha, conforme a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

As muitas corredeiras e cachoeiras dificultam a navegação do largo rio. Numa delas foi erguida uma hidrelétrica, a de Santo Antônio que gera 373,4 MW de energia. Cinco vezes mais do que a necessidade do estado do Amapá. A obra inundou mais de cem mil metros de floresta e foi finalizada ano passado pelo Consórcio EDP, integrado pelo grupo paulista ECE Participações S.A. (90% das quotas) e a Jari Energética S.A. (10% das quotas).

### 3.1 Grileiros x extrativistas

Investigações do jornalista Pinto, nos arquivos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sublinham que a Jari possuía, em 10 de outubro de 1977, uma área total de 1.006.261 hectares, dos quais 576.222,3 hectares no estado do Pará e 430.039,6 no Amapá; já o Grupo Jari assegura que a área oficial era de 1.632.121 hectares, porém menos de um terço teria título definitivo. Alguns de seus diretores e advogados chegaram a declarar que a empresa teria até mais de 3 milhões de hectares.

Aqui reside o principal nó da questão, não somente no caso do Projeto Jari, mas, em toda a região. O caos fundiário, nublado por grilagem de terra de toda ordem e sorte. 6.102 títulos de terra registrados nos cartórios estaduais do Pará possuem irregularidades. Somados, os papéis representam mais de 110 milhões de hectares, quase um Pará a mais, em áreas possivelmente griladas. Os dados resultam de três anos de pesquisa dos órgãos ligados à questão fundiária no estado, através da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (Tribunal de Justiça, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Advocacia Geral da União, Ordem dos Advogados do Brasil,



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra e a Federação da Agricultura do Estado do Pará). O documento foi apresentado em 30 de abril de 2009 no auditório do Ministério Público Federal (MPF).

Conforme o MPE existem 104 documentos fundiários que compõem a área sobre a qual a empresa diz ter o domínio, cerca de 956 mil hectares. No entanto, parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) de 2005\6, aponta que uma parte dessa área pretendida é terra pública. A PGE ingressou com ação judicial para reconhecer que a Fazenda Saracura, com aproximadamente 255 mil hectares é de domínio público do Estado, e não propriedade da Jari. A empresa recorreu da decisão do juiz da Vara Agrária, que reconheceu o domínio público da área da fazenda. Cabe ao Tribunal de Justiça do Estado (TJE) a confirmação ou não da sentença.

O Instituto de Terras do Pará - Iterpa realiza estudos e georreferenciamento na área do Jari, e existe um grupo interinstitucional (composto pelo Iterpa, Secretaria de Meio Ambiente-Sema-, MPE e Defensoria Pública com o objetivo de equacionar a situação fundiária A situação de conflito é acompanhada pela Ouvidoria Agrária Nacional.

## 3.2 A comunidade de Repartimento de Pilões

A população da comunidade de Repartimento de Pilões é composta em sua maioria por nordestinos, ênfase a maranhenses, que vivem do extrativismo da castanha, seringa, balata, açaí, cipós, pesca, caça, lavouras de cacau, feijão, milho, arroz e hortifrutigranjeiros. Os mais antigos possuem algum grau de parentesco, compadrio e proximidade, a exemplo do que ocorre com a família Araújo, onde o senhor Getúlio é tido como o pioneiro.

O território é coletivo, marcado por áreas de uso individual por cada família. Castanha, angelim vermelho, maçaranduba, cedro, andiroba, copaíba e piquiá são algumas das espécies que integram uma parcela de floresta nativa do lugar, onde circulam veados, pacas, tatus, antas. De acordo com os moradores, a área é a derradeira de floresta primária densa na geografia marcada pelo monocultivo do eucalipto do Projeto Jari.



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB



Figura 4- As toras de angelim vermelho cortadas na floresta / Fonte: Arquivo do Autor

A escola local atende a cerca de 20 alunos até a quarta série, os demais são obrigados a estudar fora, na comunidade de São Miguel, 60 quilômetros distante, em estrada de chão batido. No verão enfrentam a poeira do inclemente trópico úmido. No inverno a lama. Não existe serviço de energia elétrica. As famílias com melhor poder aquisitivo garantem energia graças a um pequeno gerador movido a diesel ou gasolina. Na sede da comunidade árvores frutíferas circundam as casas, entre elas o cupuaçu, manga, açaí e carambola.

O abastecimento de água segue a mesma lógica da energia, construção de poço individual e bomba que ajuda a encher as caixas d'água. O igarapé tem reduzido a cada ano por conta do assoreamento produzido pela cultura homogênea do eucalipto e o intensivo uso de herbicida de acordo com as comunidades espalhadas pela região. A monocultura de eucalipto provoca também o afastamento de espécies e a redução da biodiversidade, da flora, fauna e microfauna, e, para alguns pesquisadores, déficit hídrico.

Os moradores de Pilões não conhecem saneamento básico, e o lixo é queimado individualmente em buracos. Uma igreja evangélica, outra católica e um campo de futebol compõem os espaços coletivos, algumas bodegas comercializam gêneros de primeira necessidade. O tempo corre lento, com vizinhos proseando às portas das casas de madeira, cobertas por telhas de amianto. O rádio continua sendo a principal fonte de informação; a TV é ligada somente no período da noite, nos horários de telejornais e novelas.



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

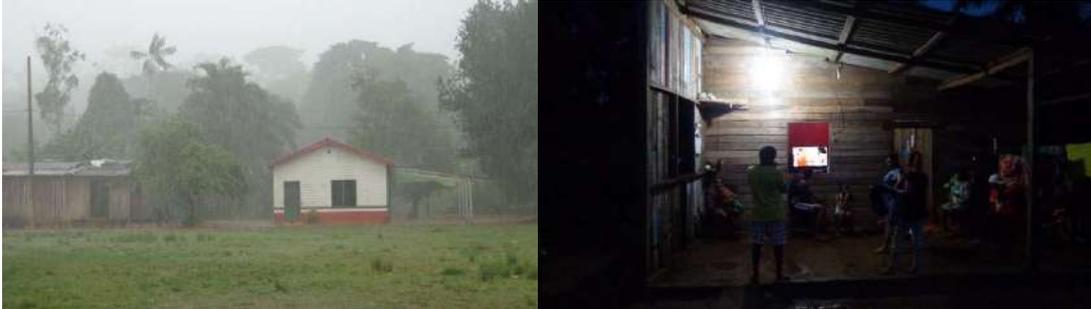


Figura 5 e 6 - Comunidade de Pilões – Monte Dourado – Almeirim – PA, Fonte: Arquivo do Autor

### 3.3 A re(existência) - O Empate no Jari

Inconformados com a situação de incerteza e pressionados pela empresa, no natal de 2014, enquanto a maioria das famílias organizava suas ceias e confraternizações, extrativistas de Repartimento dos Pilões – comunidade do distrito de Monte Dourado, no município de Almeirim – juntavam-se para impedir que cerca de 200 trabalhadores de uma empresa contratada pelo Grupo Jari continuassem a extrair madeira de lei de seu território secular.

Em manifesto assinado pela Asmipps e pela Rede Intercomunitária Almeirim em Ação- RICA, os extrativistas argumentam que a área de floresta primária em que coletam a castanha do Pará – e onde moram há cerca de cem anos – têm 61 mil hectares, o que significa que a extração de madeira de lei estaria dentro do território da comunidade, que reivindica ao Iterpa a concessão do título coletivo sobre a área.



Figura 7 - O acampamento do Empate, com a família dos extrativistas / Fonte: Arquivo do autor



## FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

No entanto, a Sema autorizou as atividades da Jari, ao expedir o Plano Operacional Anual (POA) apesar de, anteriormente, ter se comprometido em acordo firmado em maio de 2013 – e lavrado em ata – a não liberar a área até a resolução sobre a questão fundiária. Outro ponto destacado pelos extrativistas é o de que a castanheira, proeminente no local, é protegida por lei, e não pode ser explorada economicamente.

Ainda assim, a pedido da empresa, a Sema aprovou a Unidade de Produção Anual (UPA) de nº 09 às proximidades do território requerido pela comunidade. O manifesto dos extrativistas denuncia indícios de erros técnicos sobre a delimitação da área, ou sobreposição, que teriam que ser investigados, antes de qualquer decisão. O secretário adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental da Sema, Hildemberg Cruz, nega irregularidades. Segundo ele, o pedido da empresa era de 15 mil hectares e a secretaria autorizou uma área de 9 mil hectares, justamente para excluir áreas sobrepostas com Áreas de Manejo Florestal (AMF), áreas de comunidades ou fazendas com decisão judicial favorável ao Estado.

No final de 2014, quando já tramitava na Justiça um pedido de interdito proibitório movido pela associação dos extrativistas – com parecer favorável na Vara Agrária de Santarém – a Sema liberou novas licenças de exploração para a Jari, que os associados acusam de avançar sobre os castanhais e outras espécies da área de Repartimento. Segundo eles, a empresa se recusou a conversar com os moradores, alegando que a madeira seria retirada de qualquer maneira.

Sem diálogo com a empresa, os extrativistas decidiram partir para o “empate”, uma estratégia de resistência pacífica em que famílias inteiras formam um cordão humano, com o objetivo de convencer os peões a desligar as motosserras e manter a floresta em pé. O empate nasceu no fim dos anos de 1970, no estado do Acre, entre os extrativistas então liderados pelo seringueiro Chico Mendes, assassinado em 1988, às vésperas de outro Natal.

A ação provocou uma série de tensões no interior da comunidade e vizinhança entre alinhados a empresa, em sua maioria cooptados por ela. No entanto, a ação da Justiça, que culminou com a suspensão do selo verde da empresa, fragilizou financeiramente a mesma, e as ações dela na região do Jari.



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

Noutro extremo, apesar da assimetria de forças, as representações políticas de Pilões têm conseguido alguns avanços e vitórias, a partir de ações em rede, em associação com aliados dentro e fora da região. Entre os pares, podem ser citados pesquisadores, ONGs de vários matizes, comunicadores dentro e fora do país, redes e fóruns.

Recentemente, com apoio do Fundo Dema<sup>13</sup>, teve projeto no valor de trinta mil reais selecionado para desenvolver um plano de uso do castanhal que defenderam na realização do empate. O ato rebelde em oposição ao grande capital, também visa o reconhecimento coletivo do território, e sinaliza para um projeto de desenvolvimento a partir das especificidades de suas realidades, apesar de todos os limites, reinventam formas de resistências, ao moldes da Cabanagem<sup>14</sup>.

Mas, o cenário é delicado. Vale sublinhar a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), macro política de integração regional baseada em três eixos centrais de integração do continente sul-americano: transporte multimodal (rodovias, hidrovia e ferrovia), energia e comunicação, cuja orientação é dinamizar o fluxo de mercadorias e informações, em particular *commodities*, para atender em particular demandas do mercado asiático.

Pelo cenário posto, outros combates acontecerão nos territórios ancestrais amazônicos do Brasil e pan-amazônico, a exemplo do que ocorre na região do Xingu, com a construção a qualquer custo da hidrelétrica de Belo Monte, processo marcado pela irracionalidade, militarização da região com a presença da Força Nacional –

<sup>13</sup> O FUNDO DEMA é um fundo fiduciário criado em 2003, que apoia projetos coletivos dos “Povos da Floresta – povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar”, que visem a valorização socioambiental dessas populações, assim como a preservação do Bioma Amazônico, prezando pelo respeito à sociobiodiversidade, pela garantia plena dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DhESCA’s, a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, pela equidade de gênero, pela valorização e respeito à auto-identidade e a diversidade e pluralidade cultural e religiosa. O Fundo é resultado da luta e da conquista das organizações e movimentos sociais da Amazônia Brasileira, que se materializou por meio de um processo bem sucedido de parceria desses atores sociais, mais o Ministério Público Federal e o Governo Brasileiro.

<sup>14</sup> Cabanagem, a insurreição popular do período regencial do Brasil (1830/1840) somou 180 anos este ano. É considerada por alguns autores como uma revolução social, onde indígenas, negros, tapuios e brancos empobrecidos insubordinaram-se contra o domínio português e de outros colonizadores. A revolução dizimou boa parte da população da época, e pela vez primeira vez, segmentos marginalizados alcançaram o poder, sendo o ápice a aclamação do dirigente Malcher como o primeiro governador Cabano. O raio de abrangência transbordou as fronteiras amazônicas, alcançou praias do Nordeste, e mesmo regiões limítrofes com outros países. Novos estudos desnudam outras nuances sobre o movimento, iluminam a relevância do Baixo Amazonas na empreitada, (Ricci, 2007).



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

grupo especial militar ligado ao gabinete da Presidência da República - a feição autoritária do Estado, que se mantém como o principal indutor da economia na região.

## Algumas considerações

Desde sempre ocorreram formas de resistência das populações locais com relação às políticas de integração das Amazônias baseadas em grandes projetos. A ação da população da comunidade de Pilões na região do Jari em reavivar a partir das práticas de resistência pacífica do Empate, protagonizada pelos seringueiros do Acre na década de 1970 é uma prova disto, num cenário marcado pelo caos fundiário que tende a legitimar a posse ilegal de terras públicas.

O povo de Pilões tem atuado a partir de coletivos\redes e promovem variadas formas de enfrentamento em oposição aos grandes projetos. Atuam no campo jurídico, articulam associações nacionais e internacionais para a defesa de seus direitos; demandam ao Ministério Público Federal e cortes internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Um dos resultados positivos foi a suspensão do selo verde da empresa Jari, o SFC e a visibilidade da situação do conflito em escala nacional e internacional. A peleja em torno da disputa da terra no vale do Jari envolve pelo menos 10 mil agricultores distribuídos em 98 comunidades. E, soma mais de 40 anos sem uma solução definitiva. Nesta refrega de mais de quatro décadas os ministérios públicos federal e estadual têm atuado como agentes para a garantia dos direitos das populações impactadas pela grande capital.

## Referência Bibliográfica

**Amazônia sob pressão.** RAISG- Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. Bogotá (Colombia); Caracas (Venezuela); Lima (Perú); Paramaribo (Suriname); Quito (Ecuador); Santa Cruz de La Sierra (Bolívia); Belém e São Paulo (Brasil) 2012

**Análise dos registros dos registros de imóveis rurais de imóveis rurais bloqueados no Pará.** - Comissão Permanente de Monitoramento, Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem, Ministério Público Federal (MPF/PA), Belém, 2009. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2009/noticias/titulos-irregulares-de-terra-multiplicam-para-por-dois>. Acesso: 05/05/2010



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

**Bacia Hidrográfica do Rio Jari – PA/AP.** Estudos de Inventário Hidrelétrico Relatório Final. AAI – Avaliação Ambiental Integrada Volumes 1/2. Hydros Engenharia. Empresa de Pesquisa Energética/EPE, 2011.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. Revista ESTUDOS AVANÇADOS, USP. 19 (53), 2005.

\_\_\_\_\_. "Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?" *Parcerias Estratégicas*, n. 12, 2001, pp. 135-159.

BORDIEU, P. **O poder simbólico.** Lisboa, Difel, 1989.

CAMARGO, M. L. A certificação do latifúndio: considerações acerca do registro Torrens como blindagem da propriedade privada no caso das terras concentradas pelo Projeto Jari. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 20, n. 2, p. 330-348, mês. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465>>. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.84539>. Visualizado em fevereiro de 2017.

CARNEIRO, G. **Jari: uma responsabilidade brasileira.** São Paulo: Lisa, 1988.

Carta da ASMIPPS\_Associação dos Micros e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Repartimento de Pilões, Almeirim-PA, 05/09/2014. Disponível em <http://apublica.org/wp-content/uploads/2015/02/Carta-da-ASMIPPS.pdf>. Acesso em fevereiro de 2015

Carta da Rica – Rede Intercomunitária Almeirim em Ação, Almeirim, 05/09/2014.

CASTRO, E. Expansão da Fronteira, Megaprojetos de Infraestrutura e Integração Sul-Americana. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital,** São Paulo Xamã, 1996.

COELHO, M.C. A CVRD e o Processo de (RE)Estruturação e Mudança na Área de Carajás (Pará). In: COELHO, M.C. & COTA, R. (org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás.** Belém. UFPA/ NAEA, 1997, p.51-78

COELHO. M.C., LOPES, A G., SILVA .A, SILVA, F, FONSECA. H, MATOS. I.,

SOUZA. M. Território, cidades e entornos no espaço da mineração em Carajás/Pará – Amazônia Oriental. In. TRINDADE, S. & ROCHA, **Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local.** G. Editora Paka-Tatu. Belém, Pará. 2002, p.137 a 170.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- CPT Goiânia. **Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense.** Justiça Global, Rio de Janeiro, 2005.

Direitos e Democracia. Lutas criminalizadas no Pará. A criminalização na história e na atualidade, Caderno I. SDDH, Belém, 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0ByLLh-YHjr5HNjc0eUJ5XzhRTkdEbmQ5MWEwel9zSEZvS3dF/view>. Acesso 14/01/2016



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2005.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, nº 47, 2004, p. 29-60

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1990.

Fundo Dema. Disponível em: <http://www.fundodema.org.br/index.php>. Acesso: 02/5/2015

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**, Editora Contexto, Rio de Janeiro, 2002.

HÉBETTE, J. A Velha questão da terra na Amazônia: a estrutura fundiária amazônica da colônia até hoje. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. EDUFPA, Belém, 2004, Vol. II, p. 33-43.

HOLANDA, de S. B. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo, 2003.

IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis, Vozes. 1979.

\_\_\_\_\_. **A sociologia no século XXI**, Humanas. Revista do Instituto, de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, v-18, n.º 1/2, jun/dez, 1995.

LIMA, M. & PEREIRA, E. Populações tradicionais e conflitos territoriais na Amazônia. Belo Horizonte, Revista Geografias, IGC/UFMG V.03, nº(1) 107-119 janeiro-junho de 2007. Disponível em: <http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/index>. Acesso em 03/2/2016

MARTINS, J. de S. **Caminhada do chão da noite – emancipação política e liberdade nos movimentos sociais do campo**. Editora Hucitec São Paulo, 1989.

O que é certificação florestal? Disponível em: [http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/certificacao\\_florestal/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/certificacao_florestal/) Acesso 05/02/2015

Parecer das Associações dos Rios Parú e Amazonas, 05/09/2014

PEDROSO, Janari da Silva. **Famílias no Vale do Rio Jari: Dinâmicas, Mudanças e Acomodações**. Tese, NAEA/UFPA, Belém, 2003

PINTO, L.F. **Jari – Toda a verdade sobre o projeto de Ludwig**. Ed. Marco Zero, São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. Os Grandes Projetos e a crise. In: **Os Grandes projetos da Amazônia: Impactos e perspectivas**. COSTA, J.M.M (org.), Belém, UFPA/NAEA. Cadernos do NAEA, nº09, 1987, p.73-103

Operação investiga esquema de desmatamento ilegal e fraude em sistemas florestais. <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/operacao-investiga-esquema-de-desmatamento-ilegal-e-fraude-em-sistemas-florestais>. Acesso em janeiro de 2014.

Relatório de Avaliação para Certificação de Manejo Florestal e Cadeia de Custódia desde a Floresta até a Saída do Produto. Jari Florestal. Monte Dourado, Almeirim-PA, 2014



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Tempo - Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007

SÁ, P. Carajás: proposta de Desenvolvimento Regional Integrado. In: COSTA, J.M.M (org.). **Os Grandes projetos da Amazônia: Impactos e perspectivas**. Belém, UFPA/NAEA. Cadernos do NAEA, nº09, 1987, p.73 – 103.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. São Paulo, Record, 2000.

----- O retorno do território. In: **Reforma agraria y lucha por tierra en América Latina: Territorio y movimientos sociales**. OSAL. Año VI, n.º 16. Enero-abril 2005. p. 261-262.

SOUSA, M O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento In: CASTRO, J., CORRÊA, R., GOMES, P.C., (org.), **Geografia: conceitos e temas**. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995, p.77 - 117.

## **Abordagem Histórica dos Serviços de Água e Esgoto do Município de Belém, Pará**

Bárbara Valéria Marinho Pismel Xavier, Bolsista do Programa de Educação Tutorial Engenharia Sanitária e Ambiental (UFPA), barbarapismel@gmail.com;  
Éverton Costa dias, Bolsista do Programa de Educação Tutorial Engenharia Sanitária e Ambiental (UFPA), eng\_evertondias@hotmail.com;  
Ligia da Paz de Souza, Bolsista do Programa de Educação Tutorial Engenharia Sanitária e Ambiental (UFPA), ligiadapaz@outlook.com;  
Lindemberg Lima Fernandes, doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) professor titular da Universidade Federal do Pará e tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) de Engenharia Sanitária e Ambiental, linlimfer@yahoo.com.br.

### **Resumo**

Ao longo dos anos, a taxa populacional sofreu aumentos consideráveis ligados diretamente à intensificação da urbanização. No entanto, a infraestrutura adequada de serviços básicos existentes em um planejamento urbano não acompanhou esse crescimento e tais mudanças de maneira proporcional, resultando em demasiados problemas urbanos principalmente em serviços básicos de saneamento, como abastecimento de água e tratamento de esgoto. Nesse cenário, o presente trabalho tem o intuito de identificar e analisar as alterações nos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto doméstico entre o decorrer dos anos 2000 a 2015 na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, assim como os impactos de tais modificações em relação ao meio socioambiental, diagnosticando se tais mudanças foram beneficiárias ou não para a população e para o ambiente belenense, com ênfase nas condições no saneamento básico e de saúde pública local. Para alcançar tal perspectiva, inicialmente foram realizadas pesquisas bibliográficas a fim de gerar maior aprofundamento sobre o tema proposto e, em seguida, para que se pudesse fazer uma análise da questão do saneamento de Belém, foram consultados e utilizados dados secundários da série histórica de informações desagregadas sobre água e esgoto da plataforma online governamental “Sistema Nacional de Informações de Saneamento Básico” (SNIS), sendo incluídas informações gerais, de água e de esgoto. Nesse contexto, utilizando métodos estatísticos e softwares como Excel, o estudo correlacionou as alterações dos dados ao longo dos quinze anos e de que maneira afetaram a capital paraense, especialmente, o saneamento local e a saúde dos habitantes da região. Após realizar a análise dos dados obtidos, observou-se que, em relação à distribuição de água no município, o volume de água perdido no ano de 2015 foi o menor entre os quinze anos, o que possibilitou um maior aproveitamento dessa água pelos cidadãos. Porém, em relação ao esgotamento sanitário pôde-se observar que a taxa de coleta destes efluentes diminuiu consideravelmente ao longo dos anos analisados, o que, indiretamente, geraria a diminuição da qualidade das águas superficiais da região. Desta forma, é visível a necessidade de se implantar ações planejadas para melhorar, cada vez mais, as condições de distribuição de água e coleta de esgoto, a fim de que a população possa usufruir de melhor qualidade de vida assim como um meio ambiente mais bem preservado.

Palavras-chave: Saneamento, Saúde Pública, Água, Esgoto.

## Resumen

Con los años, la tasa de población se ha incrementado considerablemente, unido directamente a la intensificación de la urbanización. Sin embargo, la infraestructura adecuada de servicios básicos existentes en la planificación urbana no siguió este crecimiento y estos cambios proporcionalmente, lo que resulta en demasiados problemas urbanos, principalmente en los servicios de saneamiento básico como el abastecimiento de agua y tratamiento de aguas residuales. En este escenario, este estudio tiene como objetivo identificar y analizar los cambios en el suministro de agua y recolección de aguas residuales entre los años 2000 a 2015 en la ciudad de Belém, capital del estado de Pará, así como los impactos de tales modificaciones en relación con los medios sociales y ambientales, y diagnosticar si tales cambios no estaban recibiendo o para las personas y el medio ambiente Belenense, con énfasis en las condiciones de saneamiento y de salud pública local. Para lograr esta perspectiva, se llevaron a cabo inicialmente una investigación bibliográfica con el fin de generar una mayor profundidad sobre el tema, entonces, de modo que pudiera hacer un análisis de la cuestión del saneamiento en Belém, fueron consultados y utilizados datos secundarios de la serie de la información desglosados sobre el agua y las aguas residuales del la plataforma en línea del gobierno “Sistema de Información Nacional de Saneamiento” – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), que incluye, información general, de agua y alcantarillado. En este contexto, el uso de métodos estadísticos y software como Excel, el estudio correlaciona los cambios en los datos a lo largo de quince años, y cómo afectó a la capital del estado, especialmente el saneamiento local y la salud de los habitantes. Después de realizar el análisis de los datos obtenidos, se observó que, en relación a la distribución de agua en la ciudad, el volumen de agua que se pierde en el año 2015 fue el más bajo entre los quince años, lo que permitió un mejor uso de esa agua por los ciudadanos. Sin embargo, en relación a las aguas residuales se observó que la tasa de recogida de estos efluentes se ha reducido considerablemente en los años analizados, que generan indirectamente una disminución en la calidad del agua superficial en la zona. Por lo tanto, es evidente la necesidad de implementar acciones destinadas a mejorar, cada vez más, las condiciones de distribución de agua y de aguas residuales, por lo que la población pueda disfrutar de una mejor calidad de vida, así como un ambiente más bien conservada. Palabras clave: Saneamiento, Salud Pública, Agua, Alcantarillado.

## Abstract

Along the years, the population rate has suffered considerable increasements directly tied to the urbanization intensification. However, the adequate infrastructure of existing basic services in a urban plannig didn't follow such growth and changes in a proportional way, resulting in many urban problems, especially in basic sanitation services, such as water supply and sewage treatment. In this scenario, the present work intends to identify and analyze the changes in water supply and domestic sewage collection services between the years of 2000 to 2015 in the city of Belém, state capital of Pará, as well as the impacts of such changes in relation to the socio-environmental environment, diagnosing whether or not these changes were beneficial to the population and to the environment of the city, with emphasis on the conditions of basic sanitation and local public health. To achieve this perspective, bibliographical research was initially carried out in order to generate a deeper understanding of the proposed theme and then, in order to analyze the question of sanitation in Belém, secondary data from the historical series of disaggregated information on water and sewage of the government online platform “National Sanitation Information System” – Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS), were consulted and used,

being included general, water and sewage information. In this context, using statistical methods and software such Excel, the study correlated the data changes over the fifteen years and how they affected the capital of Pará, especially the local sanitation and the health of the region's inhabitants. After analyzing the data obtained, it was observed that, in relation to the distribution of water in the municipality, the volume of water lost in the year 2015 was the lowest among the fifteen years, which allowed a greater use of this water by the citizens. However, in relation to sanitary sewage it was observed that the collection rate of these effluents decreased considerably over the analyzed years, which, indirectly, would lead to a decrease in the quality of the surface waters of the region. Therefore, there is a need to implement planned actions to improve, more and more, the conditions of water distribution and sewage collection, so that the population can enjoy a better quality of life, as well as a better preserved environment.

Keywords: Sanitation, Public Health, Water, Sewage.

## 1- Introdução

### 1.1- Breve Histórico do Saneamento em Belém

No decorrer dos anos de 1854 a 1862 foi sancionada, a primeira lei, Artigo 1º da época, que limitava o uso da água por morador da região de Belém, fixando em duzentos litros a quantidade máxima a ser fornecida por habitante a cada vinte quatro horas. Assim, houve a criação de um sistema de encanação de água potável e o primeiro contrato para abastecimento de água. De 1885 a 1895 ocorreu o primeiro marco do saneamento na cidade, com a construção do reservatório de água com capacidade de 1.570.000 litros (1.570 m<sup>3</sup>).

Em relação ao esgoto, no ano de 1852, foram instalados, como uma forma primitiva de esgotamento sanitário, canos nas ruas para captar as águas pluviais e das valas, as quais permaneciam nos terrenos e afetavam a saúde pública da cidade. Após isso, o primeiro plano de sistema de esgoto sanitário no Município de Belém foi elaborado somente em 1989.

### 1.2- Contexto Nacional e Estadual do Saneamento

O processo de urbanização brasileiro se deu de forma desigual, isto é, com grandes diferenças entre classes sociais e entre regiões. Logo, os estados são, em geral, demasiadamente desiguais em relação ao saneamento básico. Isso tem criado problemas dentro das cidades brasileiras, com informalidade na moradia e na infraestrutura de saneamento básico (IBGE, 2010).

Nesse contexto, o planejamento urbano influencia diretamente no estilo de vida e na saúde pública da população, determinando a localização de áreas residenciais, comerciais, de serviços, transporte, áreas de lazer, segurança e a infraestrutura como um todo. Nas últimas décadas, a taxa de urbanização no Brasil teve um grande aumento e resultou no crescimento desordenado das cidades, com um planejamento urbano falho em diversos setores, assim como a grande carência nos sistemas de saneamento básico do Brasil.

O Ranking de Saneamento de 2017, recentemente divulgado pelo Instituto Trata Brasil (2017), levantou dados indicadores de saneamento em 100 cidades brasileiras, tendo Belém na 90ª posição. De acordo com a pesquisa, apenas 50,3% da população brasileira tem acesso à coleta de esgotos e apenas 42,67% destes são tratados. Na região norte, apenas 16,42% do esgoto é tratado e o índice de atendimento total é de 8,66%, sendo o pior resultado do Brasil. Quando se trata da água, 83,3% da população brasileira é abastecida com água tratada.

Ainda segundo a mesma fonte de dados citada acima, no estado do Pará, são apresentados números preocupantes que evidenciam a carência de serviços de saneamento básico estaduais. O índice de atendimento total de rede de abastecimento de água é de 47,10%. Por outro lado, com quase 10 vezes menos abrangência de serviço em relação à água, o atendimento total de rede coletora de esgoto referente aos municípios que recebem água é de 4,92%, sendo que apenas 1,18% do esgoto coletado é devidamente tratado. Outro dado preocupante está relacionado às perdas de água na distribuição que chegam a ser de 39,72%. Tais números influenciam e se relacionam constantemente com os problemas de saúde pública da população local.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS (2007), aproximadamente 233 mil pessoas chegaram a falecer, anualmente, no Brasil pelo contato com fatores de risco ambiental, como água não tratada, poluição atmosférica e falta de infraestrutura urbana. A pesquisa considerou, também, as condições encaradas pelos brasileiros diariamente, afirmando que a poluição do ar era a causa da morte de 12,9 mil pessoas por ano e, ainda, com 22% das pessoas vivendo em níveis críticos e baixíssimos de pobreza, a falta de água tratada e de esgotamento sanitário levaram a óbito cerca de 15 mil brasileiros por ano.

Assim, a proliferação de doenças, poluição do meio ambiente, degradação estética, acúmulo de resíduos sólidos causando inundações nas ruas, o não acesso à água potável e a ausência de tratamento de esgoto, são pontos que interferem diretamente na qualidade de vida da população e que deveriam estar presentes em um planejamento urbano que, de fato, deveria ser executado.

Em tal contexto, o presente trabalho busca analisar, através de uma série histórica de dados, a situação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto doméstico na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, destacando mudanças ocorridas no decorrer dos anos, a variação dos dados e os impactos de tais modificações em relação ao meio socioambiental. Dessa forma, diagnosticando se tais mudanças foram beneficiárias ou não para a população e para o ambiente belenense, com ênfase nas condições no saneamento básico e de saúde pública local.

## **2- Metodologia**

Para o desenvolvimento deste trabalho, com o objetivo de analisar a situação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto no período de 2000 a 2015 na cidade de Belém, buscou-se realizar ações relevantes as quais serão descritas mais adiante.

### **2.1- Caracterização da área de estudo**

A cidade de Belém, popularmente conhecida como cidade das mangueiras - pela abundância de mangueiras em suas ruas - é a capital do estado do Pará, e está localizada a 01°27'20" (Latitude Sul) 48°30'15" (Longitude W-Gr), possuindo uma área total de 506,5019 km<sup>2</sup>. É caracterizada por uma topografia pouco variável e baixa. Na área urbana da cidade, as grandes áreas estão abaixo da cota de quatro metros, sendo chamadas de "baixadas" por sofrer influência das marés altas e ter dificuldade no escoamento nas águas da chuva. A cidade é limitada ao Norte pela Baía do Marajó, ao nordeste por Santo Antônio do Tauá, ao sul pelo município de Acará, a Sudeste por Benevides e Ananindeua e a Sudoeste pelo município de Barcarena. Em 2016 possuía uma população estimada de 1.446.042 habitantes. A cidade fica situada às margens do Rio Guamá, próxima à foz do rio Amazonas, em confluência com a Baía do Guajará (Anuário Estatístico do Município de Belém, 2011). A Figura 1 destaca a localização do município em destaque.

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: Autores, 2017.

Atualmente, a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) opera as seguintes Estações de Tratamento de Água (ETA): ETA Bolonha, ETA São Brás, ETA 5º Setor, ETA 7º Setor. Estas foram implantados por meio de programas governamentais de coleta e tratamento de esgoto no município de Belém. Na Figura 2 são identificadas as áreas atendidas pelos sistemas de esgotamento sanitário na zona urbana do município. Durante grande parte do período de estudo, cinco Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) estão incluídas nos dados: ETE 2 - Marambaia (Prosege de 93/98), ETE Sideral, Bengui, Coqueiro (Prosaneer 95/97) e ETE Vila da Barca.

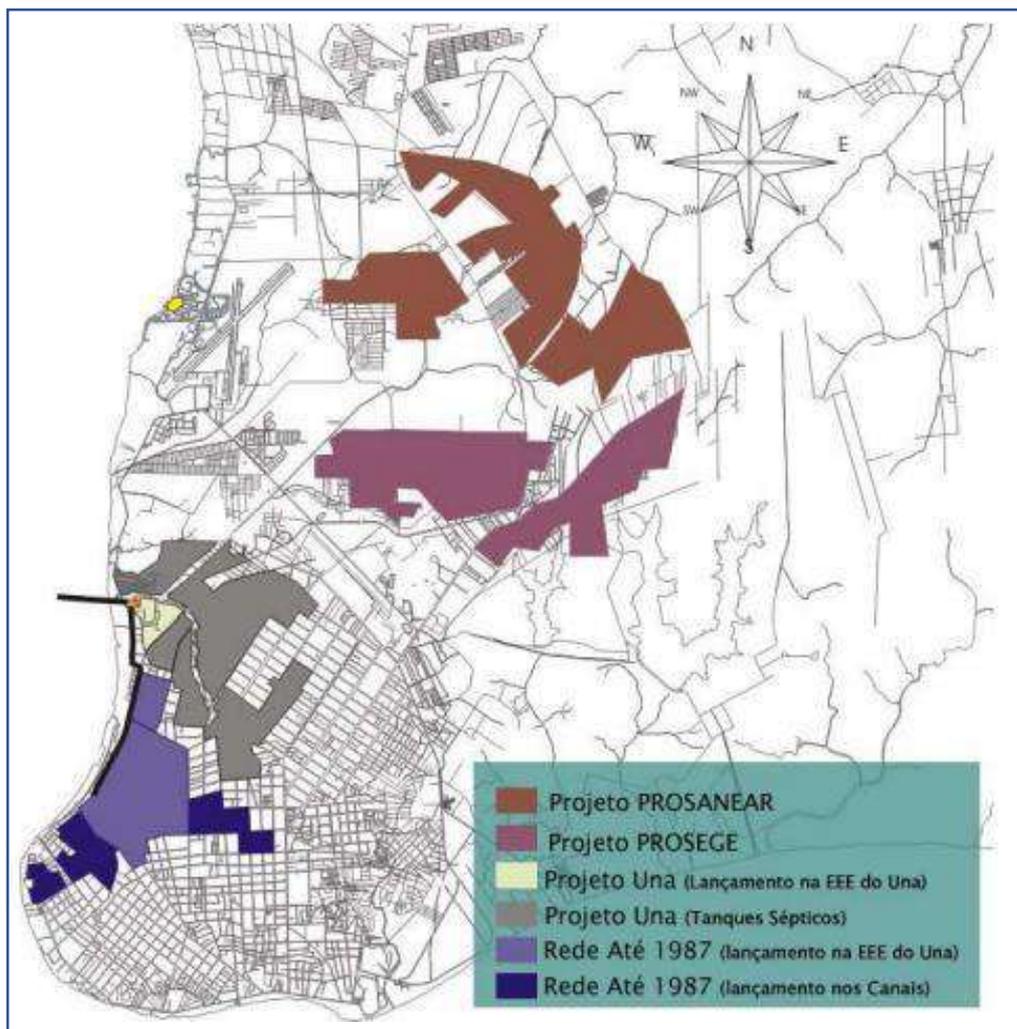
## 2.2- Obtenção e tratamento dos dados

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica, através de trabalhos acadêmicos, livros, meios eletrônicos, revistas científicas, entre outros, com o intuito de se obter informações sobre a temática da situação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto no período de 2000 a 2015 no município de Belém, e em seguida, para que se pudesse fazer uma análise de tal situação, foram consultados e utilizados dados secundários da série histórica de informações desagregadas sobre água e esgoto da plataforma online governamental do Sistema Nacional de Informações de Saneamento Básico (SNIS, 2017), além de outras informações obtidas em outros órgãos e instituições de sistemas de informações para fundamentação e consistência da pesquisa.

Desta forma, adotando os dados disponibilizados pela COSANPA para o SNIS, foram discutidas informações gerais, de água e de esgoto, tais como: população total do município, população total atendida com abastecimento de água, população total atendida com esgotamento sanitário, extensão de rede de água (km), volume de água produzido (1.000m<sup>3</sup>/ano), volume de água tratada em ETAs (1.000m<sup>3</sup>/ano), volume de água consumido (1.000m<sup>3</sup>/ano), extensão de redes de esgoto (km), volume coletado de esgoto (1.000m<sup>3</sup>/ano) e volume de esgoto tratado (1.000m<sup>3</sup>/ano).

Diante disso, utilizando métodos estatísticos e os softwares Excel e ArcGis, o estudo correlacionou as alterações dos dados ao longo dos quinze anos e de que maneira afetaram a capital paraense, com ênfase no saneamento local e a saúde dos habitantes da região.

Figura 2 - Localização dos programas de esgotamento sanitário no município de Belém.



Fonte: MENDES; PEREIRA, 2003 apud BARBOSA; SILVA, 2002.

### 3- Resultados e discussão

Após o tratamento os dados obtidos através do Sistema Nacional de Informações de Saneamento, pôde-se obter informações importantes que serão expostas e explicadas a seguir, abordando separadamente os estudos sobre a água e o esgoto para a compreensão da situação do município de Belém, desde os anos 2000 até 2015.

#### 3.1- Abordagem do sistema de abastecimento de água

Conforme a literatura, um sistema de abastecimento de água representa o "conjunto de obras, equipamentos e serviços destinados ao abastecimento de água potável de uma comunidade para fins de consumo doméstico, serviços públicos, consumo industrial e outros

usos” (BARROS ET AL, 1995). Entretanto, para classificar água como potável é necessário que esta passe por uma análise laboratorial, e assim, caso seja comprovada a sua potabilidade, ela pode ser liberada para o consumo.

Este sistema deve contar com uma distribuição adequada de água para cada localidade, sendo constituído por um conjunto de infraestruturas e etapas como captação no manancial (superficial ou subterrâneo); reservatório de água bruta; tratamento; reservatório de água tratada e rede de distribuição; chegando assim ao consumidor. Por trás de cada uma destas partes há obras de construção civil, equipamentos elétricos e eletromecânicos, e muitos outros acessórios e equipamentos de automação e controle (SOUSA, 2001).

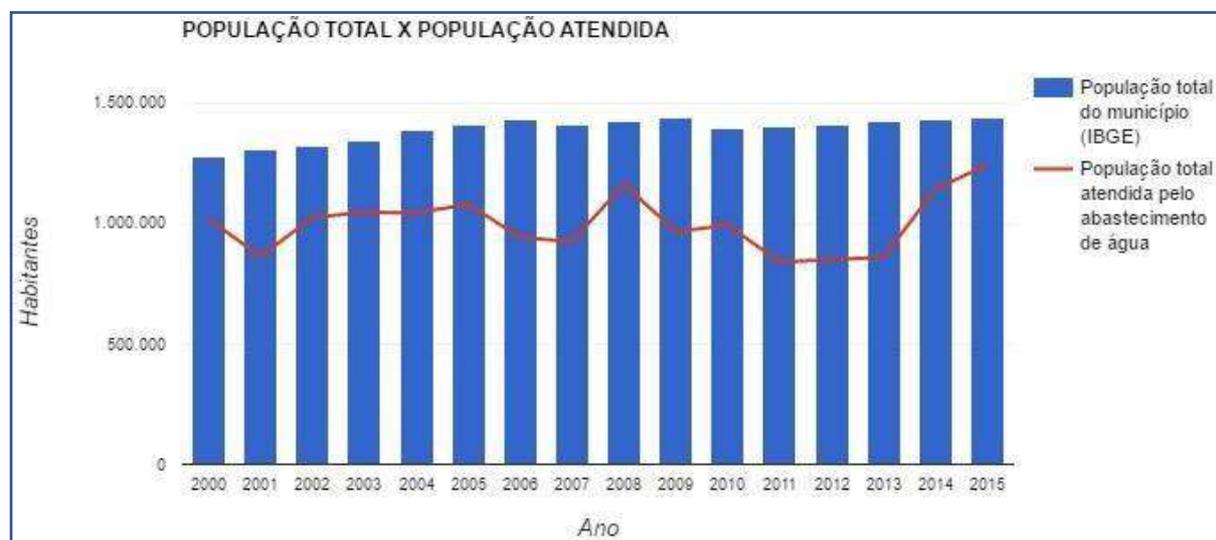
Qualquer água, seja superficial ou subterrânea, carece de tratamento prévio ao seu consumo, de modo a assegurar que esta não represente qualquer perigo para a saúde humana. Os perigos para os consumidores de uma água com fraca qualidade resultam da sua eventual contaminação microbiológica, química, física ou até mesmo radioativa. Atualmente existe uma grande variedade de sistemas de tratamento disponíveis, sendo que cada um destes deve ser escolhido em função da qualidade da água na captação (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2012; MARTINS, 2014).

De posse de tais fatores, pode-se dizer que o sistema de abastecimento de água de Belém está de acordo com os padrões de potabilidade da água estabelecido pelo Ministério da Saúde, portaria nº2.914/201, visto que para ser distribuído, este recurso passa por algumas etapas de tratamento adequados. Sendo assim, o serviço de abastecimento público do município é satisfatório, no que tange os conceitos de qualidade, porém, ainda assim, uma parcela da população ainda não é atendida por esse serviço (LIMA, GOMES E SIMÃO, 2015).

Ao avaliar tais fatores e analisando os resultados obtidos com o tratamento dos dados do SNIS, chegou-se a uma relação entre população total do município de Belém e a população que, de fato, é atendida pelo abastecimento público, a qual será demonstrada a seguir através do Gráfico 1.

É importante ressaltar, como forma de observação, que a população total abrange, não apenas a parte urbana, mas também integra um contingente populacional presentes nas ilhas e comunidades rurais que estão dentro do território do município. Isto serve tanto para a discussão dos dados de distribuição de água quanto para os de serviço de coleta de esgoto sanitário.

Gráfico 1- População total e população atendida com abastecimento de água no período de 2000 a 2015.



Fonte: Autores, 2017.

Analisando o gráfico, percebe-se que os anos de 2011, 2012 e 2013 foram os que tiveram menor índice de atendimento de distribuição de água tratada à população, com apenas 60% do total de habitantes no município, em 2012. Por outro lado, o ano de 2015 foi o qual obteve maior abrangência no atendimento de abastecimento de água, com 86% da população atendida em relação a população total. Isto mostra que houve um crescimento significativo na abrangência de abastecimento do município em questão pela companhia de saneamento.

Fazendo uma avaliação geral do início e do fim dos dados, a população atendida passou de 1.016.837 em 2000 para 1.242.755 habitantes no ano de 2015, um crescimento acumulado de 22,22%, além de um desvio padrão de aproximadamente 115.693 habitantes, o qual pode ser observado no Gráfico 1, onde é visível a inconstância dos momentos de valores máximos e mínimos locais. Apenas a partir de 2011, podemos observar um constante avanço do serviço.

O crescimento da taxa de atendimento de água tratada à população gera diversos benefícios, principalmente no que diz respeito à saúde humana, visto que dessa forma as pessoas não precisam perfurar poços ditos “artesianos” que possam ter uma água de qualidade duvidosa, conseqüentemente levando à diminuição de despesas com a perfuração, compra de bombas e materiais para a utilização desse poço.

Diversos fatores podem ser levados em consideração para tal diferença nos números apresentados, bem como o cenário político-econômico e a variação populacional no decorrer dos anos. Também podem ser levadas em consideração o aumento da urbanização e a conseqüente marginalização da população com baixa renda, não tendo acesso direto a água tratada e outros serviços de saneamento, contribuindo para o aumento de doenças relacionadas à ingestão de água contaminada, como diarreia, hepatite A, disenteria e cólera.

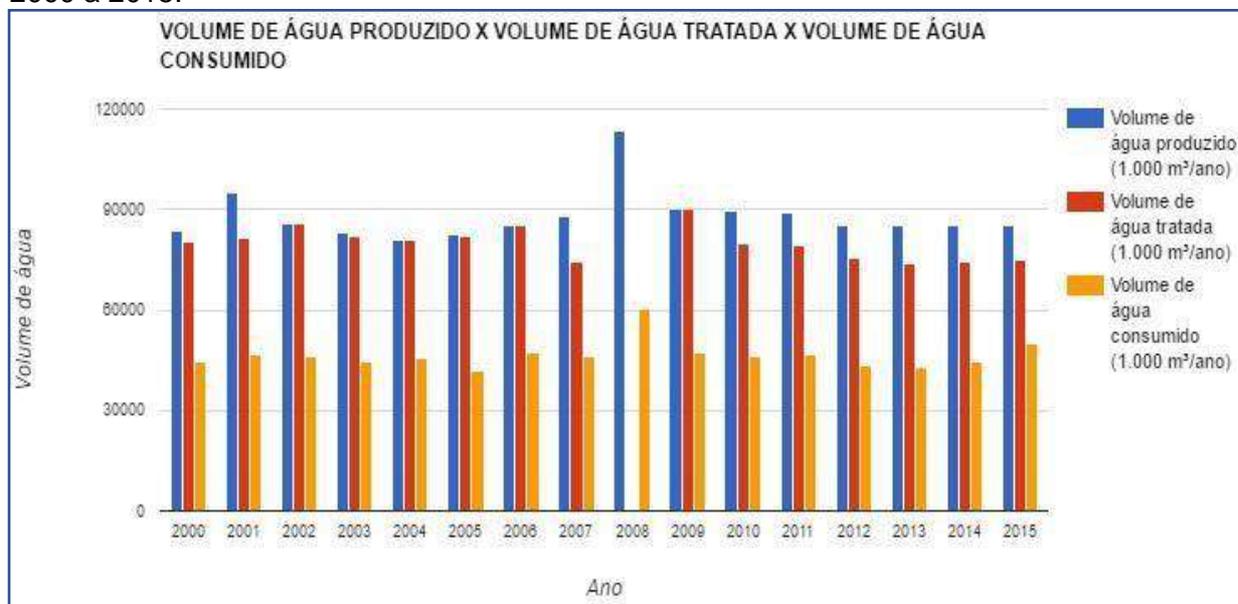
Assim como houve um aumento no número de habitantes atendidos pelo sistema de abastecimento de água, outro fator muito importante observado após o tratamento dos dados foi que, em relação a este mesmo fator (distribuição de água no município), o volume de água perdido no ano de 2015 foi o menor entre os quinze anos. Tal fato indica que a companhia está tendo menos perdas o que faz com que a população atendida seja mais beneficiada devido a diminuição de ocorrências de falta de água em suas residências possibilitando, assim, um maior aproveitamento deste recurso pelos usuários.

Além disso, outro fator de grande importância que será destacado a seguir é a relação entre o volume de água produzido, o volume tratado e o volume consumido, o qual será destacado no Gráfico 2.

Esta relação é essencial para que se possa avaliar o que acontece com o ciclo do sistema de abastecimento de água do município de Belém, indo desde a captação deste recurso (produção) até o seu consumo final.

Através dos dados tratados e demonstrados no gráfico, é possível observar uma discrepância em relação aos valores produzidos, tratados e consumidos fato este que não deveria ocorrer. Isto porque, teoricamente, tudo o que fora produzido, com exceção do volume de água tratada que é usada para limpeza dos filtros na estação de tratamento de água; deveria ser consumido no final do ciclo de distribuição.

Gráfico 2 - Volume de água produzido, tratado e consumido (1.000 m<sup>3</sup>/ano) no período de 2000 a 2015.



Fonte: Autores, 2017.

Por outro lado, os dados obtidos na pesquisa indicam que a água consumida, quando contraposta com o volume de água tratada, apresenta um valor significativamente menor. Tal fato apresenta grande possibilidade de estar sendo causado por relevantes perdas de água dentro do sistema de distribuição. Esta hipótese é válida devido visto que fora constatado que o máximo valor consumido, em relação ao tratado foi de 67% ocorrido no ano de 2015, indicando que 33% da água “desapareceu” do sistema. O valor mínimo observado avaliando esta mesma relação (volume tratado x volume consumido) foi no ano de 2005, com 51% consumido. Esse aumento no consumo de água pelos habitantes do município ocorrido no ano de 2015 caracterizou um impacto positivo à estes, visto que através destes dados se tona um fato de que a população está recebendo mais água.

Já comparando com o volume produzido, ou seja, captado, a perda de água é ainda mais evidente, pois observou-se que o ano de 2015 foi o qual se obteve maior porcentagem de água consumida em comparação com a quantidade de água produzida, atingindo 58,79%, e sua menor taxa foi observada no ano de 2001, com 49,13%. No ano de 2008, não houve concessão dos dados da média de volume de água tratada.

Outra hipótese que pode ser considerada durante a avaliação do volume de água consumido pelos habitantes do município é que uma parte da população que consome a água distribuída ainda não é cadastrada no sistema da companhia de saneamento do estado. Sendo assim, o volume que é utilizado por essas pessoas não é contabilizado nos dados levantados pelo sistema da companhia, gerando um valor “não real” do volume consumido.

Após avaliar os fatores acima descritos é possível observar que há ainda grande necessidade da concessionária de abastecimento de Belém investir em mais tecnologias de detecção de pontos de vazamento que geram perdas, assim como a ampliação da micromedicação (hidrômetros) nas residências para que se possa fazer um controle mais real do consumo de água.

### **3.2- Abordagem do sistema de esgotamento sanitário**

O sistema de esgotos sanitários é o conjunto de obras e instalações que propicia coleta, transporte, afastamento, tratamento, e disposição final das águas residuárias, de uma forma adequada do ponto de vista sanitário e ambiental. O sistema de esgotos existe para afastar a possibilidade de contato entre os dejetos humanos e a população, as águas de abastecimento, com vetores de doenças e alimentos (RIBEIRO & ROOKE, 2010).

Com a construção de um sistema de esgotos sanitários em uma comunidade procura-se atingir os seguintes objetivos: afastamento rápido e seguro dos esgotos, coleta dos esgotos individual ou coletiva (fossas ou rede coletora), tratamento e disposição adequada dos esgotos tratados, visando atingir benefícios como conservação dos recursos naturais; melhoria das condições sanitárias locais, eliminação de focos de contaminação e poluição, eliminação de problemas estéticos desagradáveis, redução dos recursos aplicados no tratamento de doenças e diminuição dos custos no tratamento de água para abastecimento (LEAL, 2008).

No município de Belém, atuavam dois prestadores dos serviços de saneamento, a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e o Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Belém (SAAEB) na oferta e administração dos serviços de água e esgoto. Destacando da atuação desses prestadores no tratamento de esgotos no município, as principais intervenções ocorreram por meio dos programas e projetos: Macrodrenagem da Bacia do Una (Projeto UNA); Programa de Ação Social em Saneamento (PROSEGE) e do Programa de Saneamento para Populações de Baixa Renda (PROSANEAR), atualmente operados pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e Projeto Pratinha, operado pelo Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAEB).

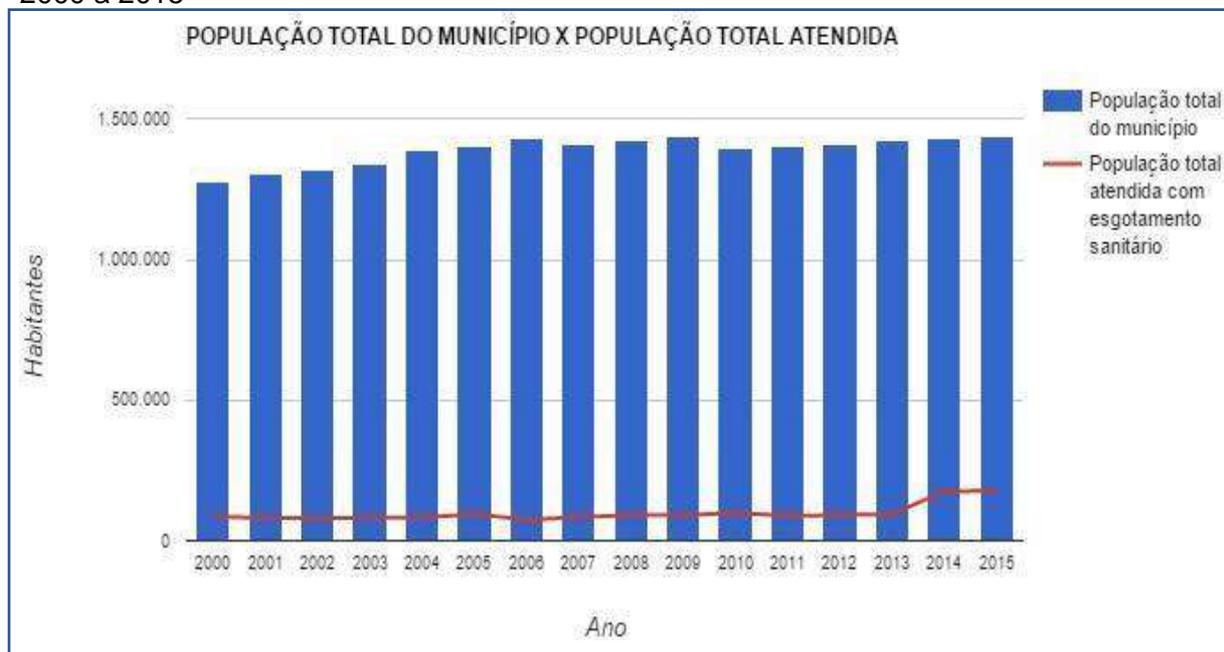
Em 2014, o SAAEB foi assumido pela COSANPA, a qual opera cinco Estações de Tratamento de Esgoto, sendo quatro de tratamento primário (reatores anaeróbios) e um de tratamento terciário (reator, leito de secagem do lodo e desinfecção do efluente).

Como mostra o Gráfico 3, a população com acesso ao tratamento de esgoto não apresentou grande variação do ano de 2000 até a metade de 2013, onde houve um certo aumento até 2015, mantendo-se constante novamente, gerando um desvio padrão de aproximadamente 31.115 habitantes. Além da ausência de projetos e planejamento que atendam todo o município de Belém, o aumento de áreas marginalizadas sem acesso aos serviços de esgotamento sanitário são fatos existentes que explicam tal situação.

Nos dados tratados pelo SNIS providos pela COSANPA, observou-se números extremamente baixos de população atendida com esgotamento sanitário, ilustrados no Gráfico 3, com um mínimo de 5,21% dos habitantes de Belém atendidos pelo serviço em 2006. No ano de 2000, a população atendida era de 85.434 habitantes, enquanto tinha uma população total de 1.280.614. Apesar do crescimento acumulado de 107,71% durante os 15 anos, apenas 12,33% da população do município tinha acesso ao serviço de esgotamento sanitário em seu máximo de abrangência no ano de 2015.

Como apontado anteriormente, e também indicado por Veloso (2006), o processo de crescimento da malha urbana de Belém tem influenciado negativamente na qualidade dos serviços de saneamento do município, pois impulsionou o surgimento de novos núcleos urbanos nas áreas mais afastadas do centro com menor acesso a sistemas de infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, entre outros.

Gráfico 3 - População total e população atendida com esgotamento sanitário no período de 2000 a 2015



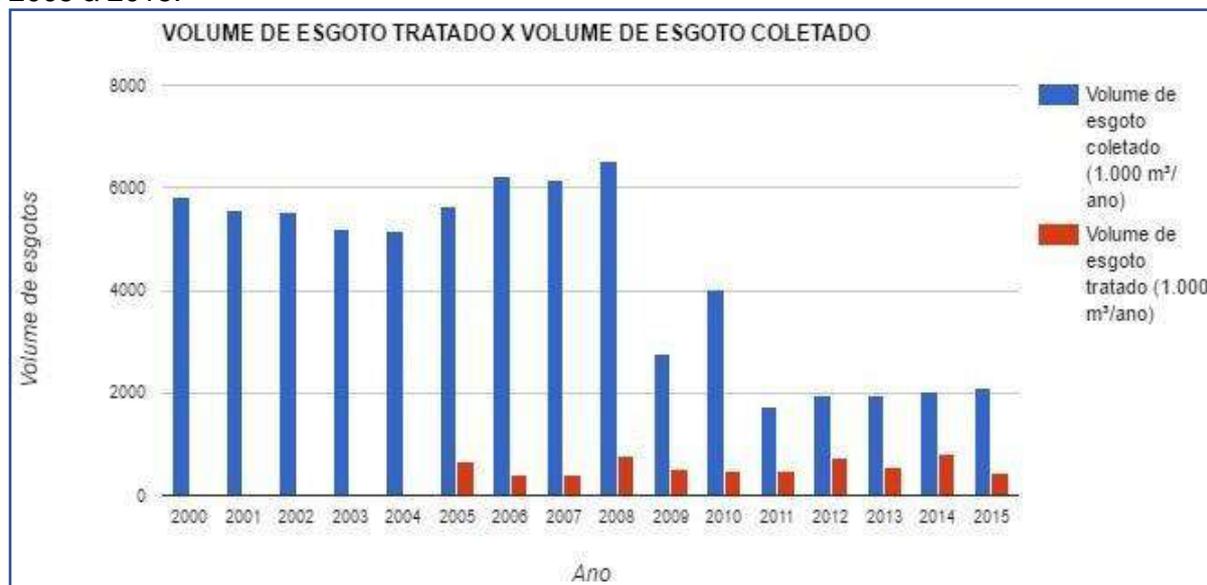
Fonte: Autores, 2017.

O volume de esgoto gerado, como consequência do crescimento populacional e urbanização, também sofreu aumentos consideráveis. O efluente gerado, que precisa passar por um processo de coleta, transporte e tratamento adequados, no entanto, muitas vezes tem o destino incorreto, sendo descartado sem nenhum tratamento em corpos hídricos ou não é coletado, misturando-se às águas de chuvas e ficando exposto em áreas abertas, por exemplo. Ou quando recebe algum tipo de tratamento (fossa séptica e sumidouro) é conectado direto à rede de coleta de águas pluviais e lançado nos corpos hídricos.

No Gráfico 4, observa-se que a partir de 2005 o volume de esgoto tratado manteve números abaixo de 2000m<sup>3</sup> por ano, que é um valor muito baixo em comparação ao esgoto coletado. Não há dados entre 2000 e 2004 sobre o esgoto tratado pela COSANPA.

Tais números refletem diretamente na saúde pública da população local. Há presença de bactérias, como o grupo dos coliformes fecais, helmintos, vírus e substâncias tóxicas que oferecem riscos à saúde e a salubridade ambiental em grandes quantidades nos efluentes gerados, principalmente domésticos. Quando o esgoto fica exposto em áreas abertas, o risco de doenças e a presença de vetores tende a ser maior. Outro problema causado pela ausência da coleta e tratamento é o despejo do esgoto em redes de drenagem, que recebem a água da chuva e, em seguida, são lançadas nos rios e igarapés, possivelmente causando a poluição dos mesmos.

Gráfico 4 - Volume de esgoto tratado entre 2000 e 2015 e volume de esgoto coletado de 2005 a 2015.



Fonte: Autores, 2017.

Do total de volume de esgoto coletado, a COSANPA tratou apenas 39% em 2014, sendo considerado o ano com maior coleta. No Brasil, de 49,8% volume de esgoto coletado, cerca de 40,8% é tratado. Em 2006, ano com a maior baixa, a taxa de esgoto tratado foi de 6,4%.

#### 4- Conclusão

O fator principal, que pode ser considerado como causa dos dados problemáticos expostos, são as consequências da falta de planejamento urbano e urbanização exacerbada, fatores estes que refletem direta e negativamente na qualidade de vida dos habitantes, pois para suprir a falta de tais infraestruturas, são realizadas obras mal planejadas ou mal executadas para atender uma população que cresce continuamente. Diante disso, as famílias, principalmente de ilhas onde não há acesso aos serviços da COSANPA, improvisam seus próprios esgotamentos, como a construção de fossas sépticas que possivelmente não geram um tratamento adequado do esgoto gerado, colocando em risco os lençóis freáticos e, conseqüentemente, os poços que abastecem as residências, por muitas vezes também improvisados, por não possuir sistema de abastecimento de água adequado. Logo, a carência dessas infraestruturas afeta a saúde da população, uma vez que aumenta a incidência de doenças de veiculação hídrica como diarreia, cólera, entre outros.

Contudo, após a análise dos dados e gráficos sobre os serviços de água e esgoto de Belém, atentou-se para a tendência de crescimento em relação aos parâmetros avaliados – população total atendida pelos dois serviços, volume de água consumida, volume de esgoto coletado e de água e esgoto tratado.

Concluiu-se que há uma tendência de aumento da criação e implementação de projetos para melhorar as condições de distribuição de água e coleta de esgoto. Porém, além das melhorias estruturais, é imprescindível um planejamento urbano que leve em consideração o meio socioambiental, pois se o fato de que há uma grande parcela da população sendo marginalizada é ignorado no momento da elaboração de projetos, isto estará gerando diversos problemas ambientais, devido à má ocupação e manuseio do solo do município; e sociais, como o aumento da violência, de doenças, entre outros.

Por fim, faz-se necessário um maior monitoramento destes parâmetros para avaliar a qualidade destes serviços e aplicar mudanças físicas onde há resultados insatisfatórios, pois, tomando como exemplo o grande volume de perda de água entre o período após o tratamento e a até sua chegada nas residências, além de prejudicar a população, também afeta o lucro da concessionária que promove este serviço. Um estudo constante feito sobre os parâmetros gerais, portanto, incentiva e auxilia na ampliação e aprimoramento dos serviços de água e esgoto. Deste modo, são essenciais para que a população possa usufruir de uma melhor qualidade de vida, assim como de um meio ambiente mais bem preservado.

## 5- Referências

BARROS, R. T. V. et al. Saneamento. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995. (Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios – volume 2).

BRASIL, Portaria Nº 2.914 de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/PORTARIA%20No%202.914,%20DE%2012%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202011.pdf>>. Acesso em: 26 abril. 2017.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ. Sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário de Belém. Workshop, Belém, 2013. Disponível em <[http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2013/arquivos/apresentacoesworkshoposistemadetratamentodeesgotosanitariodebelem/Apresentacao%2001%20%20COSANPA%20%20Antonio%20Braga.pdf/at\\_download/file](http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2013/arquivos/apresentacoesworkshoposistemadetratamentodeesgotosanitariodebelem/Apresentacao%2001%20%20COSANPA%20%20Antonio%20Braga.pdf/at_download/file)>. Acesso em: 13 abril. 2017.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking do Saneamento das 100 Maiores Cidades. Disponível em :<<http://www.tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-das-100-maiores-cidades-2017>>. Acesso em: 25 abril. 2017.

\_\_\_\_\_. Situação saneamento no Brasil. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil>>. Acesso em: 20 abril. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010) Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - 2008. Disponível em: . Acesso em: 20 abril. 2017.

LEAL, F. C. T. Sistemas de saneamento ambiental. Faculdade de Engenharia da UFJF. Departamento de Hidráulica e Saneamento. Curso de Especialização em análise Ambiental. 4 ed. 2008. Notas de Aula, Juiz de Fora, 2008.

LIMA, F. GOMES, M. de V. C. N. SIMÃO, C. Saneamento e saúde no município de Belém-pa. Anais do XXI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Brasília, 2015.

MARTINS, T. J. C. Sistemas de abastecimento de água para consumo humano – desenvolvimento e aplicação de ferramenta informática para a sua gestão integrada. Bragança, 113 p., 2014. Dissertação de Mestrado – Instituto Politécnico de Bragança.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. Doenças ambientais matam 233 mil por ano no Brasil, 2007. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/06/070613\\_oms\\_doencas\\_pu.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/06/070613_oms_doencas_pu.shtml)>. Acesso em: 13 abril. 2017.

PEREIRA, J.A.R.; MENDES, F.C. Sistema de Esgotamento Sanitário. In: PEREIRA, J.A.R. (Org.). Saneamento Ambiental em Áreas Urbanas: Esgotamento Sanitário na Região Metropolitana de Belém. Belém: NUMA/UFPA, Ed. UFPA, 2003. p. 37 - 52.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Plano Municipal de Saneamento Básico de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Belém do Pará, 2014- volume I. Disponível em: <[http://ww3.belem.pa.gov.br/www/wp-content/uploads/PMSB-Bel%C3%A9m-PA\\_Volume-I2.pdf](http://ww3.belem.pa.gov.br/www/wp-content/uploads/PMSB-Bel%C3%A9m-PA_Volume-I2.pdf)>. Acesso em: 14 abril. 2017.

\_\_\_\_\_. Anuário Estatístico do Município de Belém, v. 16, 2011 – Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2012.

RIBEIRO, J. W. & ROOKE, J. M. S. SANEAMENTO BÁSICO E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE E A SAÚDE PÚBLICA. Juiz de Fora. Faculdade de Engenharia da UFJF, 2010.

SISTEMA DE NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO - SNIS. 2000-2015. Disponível em : <<http://app.cidades.gov.br/serieHistorica/>>. Acesso em: 01 abril. 2017.

SOUSA, E. Sistemas de Abastecimento de Água. Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2001.

VELOSO, T. P. Avaliação das Perdas de Água do Sistema de Abastecimento de Água da COSANPA, na Região Metropolitana de Belém - PA. Belém, 228 p., 2006. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Pará.

World Health Organization - WHO. Seminar Pack for Drinking-Water Quality. Geneve, Switzerland, 2012.

## Abordagem legal sobre os recursos hídricos na Amazônia, com ênfase nas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas

Ian Rocha de Almeida, UFRGS, ian-rocha@outlook.com;  
Aline Azevedo Andrade, UFPA, aline\_andrade91@hotmail.com;  
Lígia Conceição Tavares, UFRGS, ligictavares@ymail.com;  
Lindemberg Lima Fernandes, UFPA, lberge@ufpa.br;

### Resumo

O Brasil possui cerca de 12% da água doce superficial do mundo, e a mesma distribui-se em: 70% da água disponível para uso estão localizados na Região Amazônica, 30% distribuem-se desigualmente pelo restante do país. O potencial hídrico Amazônico ganha grande destaque para geração de energia, essencialmente no setor hidrelétrico, principal fonte de energia no país. Na Bacia Amazônica estão presentes as hidrelétricas de Tucuruí (PA) e Balbina (AM), e há ainda a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA), que ao término das obras e com a potência total instalada e operando perfeitamente será a terceira maior hidrelétrica do mundo. O potencial hídrico brasileiro mostra-se fundamental no contexto de transporte fluvial, visto que o acesso a determinadas localidades da região norte é inviabilizado por transporte terrestre e aéreo, sendo a malha hidroviária amazônica a principal. O objetivo deste estudo foi identificar a situação da Região Amazônica com relação as Políticas Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) e Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH). A metodologia constituiu-se de dados secundários acerca dos recursos hídricos. A PNRH (BRASIL, 1997), tem o intuito de preservar os recursos hídricos e propiciar o uso racional e sustentável da água, através de uma gestão e gerenciamento adequados. Nela embasaram-se as Políticas Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs), criadas para proporcionar o uso racional da água de maneira restrita nos corpos d'água presentes em cada estado de maneira sustentável. Analisando os estados da região norte, que pertencem à bacia Amazônica, nota-se que as PERHs foram instituídas de forma tardia, comparadas com a implantação da PNRH. O último estado a instituir a política foi Roraima, 9 anos após a criação da PNRH, o que é preocupante, considerando que esse estado possui o terceiro maior potencial hídrico regional. A tardia implantação das PERHs pode ser justificada pela baixa densidade demográfica regional, e a pequena quantidade de empreendimentos que fazem usos consultivos ou não consultivos da água durante esse período, em comparação às outras regiões do país. Todavia, com o crescimento de grandes empreendimentos nos setores elétrico, industrial e agropecuário, por exemplo, a gestão e o gerenciamento adequados são imprescindíveis na conservação dos recursos hídricos locais. A PNRH cria e regula os CBH, que tem a função de *“aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia; arbitrar conflitos pelo uso da água, em primeira instância administrativa; estabelecer mecanismos e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água; entre outros”*. O Brasil possui 209 CBHs, somente 5 estão localizados na Bacia Amazônica, o que representa 2,39%. Tal fato é preocupante, visto que o CBH é a principal unidade de gerenciamento de uma bacia, e esse número pouco expressivo na região de maior disponibilidade hídrica nacional, mostra claramente a incipiente atenção que é dada para a água. Com isso, provavelmente os mais diversos usos múltiplos da água estão sendo efetuados de maneira arbitrária com monitoramento precário, e se não houver melhoras em um cenário futuro, certamente algumas localidades da região terão problemas com a água, seja em quantidade ou qualidade inadequado.

Palavras-chave: Recursos Hídricos; Amazônia; Política Estadual de Recursos Hídricos; Comitê de Bacia Hidrográfica

### Resumen

Brasil tiene alrededor del 12% de la superficie de agua dulce en el mundo, y el mismo se distribuye en: 70% del agua disponible para su uso se encuentran en la región amazónica, el 30% está distribuido de manera desigual por el resto del país. El potencial de agua en el Amazon gana un gran énfasis en la generación de energía, principalmente en el sector hidroeléctrico, la principal fuente de energía en el país. En la cuenca del Amazonas están presentes las hidroeléctricas de Tucuruí (PA) y Balbina (AM), y la construcción de la central hidroeléctrica de Belo Monte (PA), que al final de las obras y la potencia total instalada y funcionando perfectamente será la tercera presa más grande del mundo. El potencial hidroeléctrico de Brasil se demuestra que es fundamental en el contexto del transporte fluvial, ya que el acceso a ciertos lugares en la región norte se hace imposible por tierra y aire de transporte, y la red de vías de Amazon a la principal. El objetivo de este estudio fue identificar la situación de la región amazónica en relación con la Política de Estado de los Recursos Hídricos (PERHs) y el Comité de Cuencas Hidrograficas (CBH). La metodología consistió en datos secundarios sobre los recursos hídricos. El PNRH (Brasil, 1997) tiene como objetivo preservar los recursos hídricos y promover el uso racional y sostenible del agua, mediante la gestión y manejo adecuado. Embasaram es la política de Estado de los recursos hídricos (PERHs), creado para proporcionar el uso racional del agua en forma restringida en cuerpos de agua presentes en todos los estados de una manera sostenible. El análisis de los estados del norte, que pertenecen a la cuenca del Amazonas, se observa que los PERHs se impusieron tardíamente en comparación con la implementación del PNRH. El último estado en instituir la política fue Roraima, nueve años después de la creación del PNRH, lo que es preocupante, teniendo en cuenta que este estado tiene la tercera mayor potencial hidrico regional. La tardía implementación de las PERHs puede estar justificada por la baja densidad de población de la región, y la pequeña cantidad de empresas que no lo hacen usos consultivos o no consutivos de agua durante este período, en comparación con otras regiones del país. Sin embargo, con el crecimiento de las gran empresas de los sectores eléctrico, industrial y agrícola, por ejemplo, la gestión y el manejo adecuado son esenciales para la conservación de los recursos hídricos locales. La PNRH crea y regula el BCH, que tiene la función de "aprobar el Plan de Recursos hídricos de la cuenca; arbitrar conflictos por el uso de agua en el primer nivel administrativo; establecer mecanismos y sugerir los valores de cobrar por el uso del agua; entre otros". El Brasil tiene CBH 209, sólo el 5 están situados en la cuenca del Amazonas, que representa 2.39%. Esto es alarmante, ya que la CBH es la unidad principal de gestión de un recipiente, y este número reducida en la región más principal de la disponibilidad de agua a nivel nacional demuestra claramente la atención incipiente al agua. Con esto, probablemente las más diversas uso múltiple del agua se están haciendo arbitrariamente con la mala supervisión, y si no hay mejoras en un futuro escenario, sin duda algunas zonas de la región tienen problemas con el agua, ya sea en cantidad o calidad insuficiente.

Palabras clave: Recursos hídricos; Amazon; Política de Estado de los recursos hídricos; Comité de Cuencas hidrografica

### Abstract

Brazil has about 12% of the Surface fresh water of the world, and it is distributed in: 70% of the water available for use are located in the Amazon Region, 30% are distributed unevenly by the rest of the country. The Amazon hydroelectric potential gains great prominence for power generation, mainly in the hydroelectric sector, the main source of energy in the

country. In the Amazon Basin, the Tucuruí (PA) and Balbina (AM) and still Construction of Belo Monte Hydroelectric Power Plant (PA) which at the end of the works and with the total installed capacity and operating perfectly will be the third largest hydroelectric plant in the world. The Brazilian water potential is fundamental in the context of fluvial transport, since the access to certain localities of the north region is made unviable by terrestrial and aerial transport, being the Amazon waterway network the main one. The objective of this study was to identify the situation of the Amazon Region in relation to the State Policy of Water Resources (PERHs) and Committees of Hydrographic Basin (CBH). The methodology consisted of secondary data about water resources. The PNRH (BRASIL, 1997), it is intended of preserve water resources and promote the use rational and sustainable of water, through proper management. It was based on State Policy and Water Resources (PERHs), created to provide the rational use of water in a restricted way in the water bodies present in each state in a sustainable way. Analyzing the states of the northern region, which belong to the Amazon basin, it is noted that the PERHs were instituted late, compared to the implementation of the PNRH. The last state to institute the policy was Roraima, 9 years after the creation of the PNRH, which is worrying considering that this state has the third largest regional hydro potential. The late implantation of the PERHs can be justified by the low regional population density and the small number of enterprises that make consultative or non-consultative uses of water during this period compared to other regions of the country. However, with the growth of large enterprises in the electric, industrial and agricultural sectors, for example, adequate management are essential in the conservation of local water resources. The PNRH creates and regulates the CBH, which has the function of "approving the Basin Water Resources Plan; Arbitrate conflicts over the use of water in the first administrative instance; establish mechanisms and suggest the values of the collection for the use of water; among others". Brazil has 209 CBHs, only 5 are located in the Amazon Basin, which represents 2.39%. This is worrying, since CBH is the main management unit of a basin, and this little number in the region of greater national water availability clearly shows the incipient attention given to water. As a result, most multiple uses of water are likely to be carried out in an arbitrary manner with poor monitoring, and if there is no improvement in a future scenario, certain localities in the region are likely to have problems with water, either in inadequate quantity or quality.

keywords: Water resources; Amazon; State Policy on Water Resources; Watershed Committee

## 1- INTRODUÇÃO

O Brasil possui cerca de 12% da água doce superficial do mundo, e 70% dessa água disponível para uso está disposta na Região Amazônica, os outros 30% restantes distribuem-se pelo país, para grande parte dos brasileiros (ALMEIDA et al., 2014).

Tratando-se da Amazônia, o potencial hídrico local ganha grande destaque na geração de energia, essencialmente no setor hidrelétrico, principal fonte de energia no país. Na Bacia Amazônica estão presentes, a exemplo, as usinas hidrelétricas de Tucuruí (PA) e Balbina (AM) (FEARNSIDE, 2015), e há ainda a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA), que ao término das obras e com a potência total instalada e operando perfeitamente espera-se que seja a terceira maior hidrelétrica do mundo.

No âmbito fluvial, o potencial hídrico brasileiro mostra-se fundamental no contexto de transporte fluvial, visto que o acesso a determinadas localidades da região norte é inviabilizado por transporte terrestre e aéreo, sendo a malha hidroviária amazônica a

principal. Nesse sentido, o potencial fluvial na região é de suma importância na integração da mesma entre si.

A gestão de recursos hídricos deve ter como objetivo primordial, assegurar a preservação destes independentemente da abundância do recurso, assim como garantir os seus usos, recuperação e sua conservação em condições satisfatórias para os seus usuários, de forma que seja economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável. (YASSUDA, 1997).

Quando há negligência no gerenciamento dos recursos hídricos, há também o comprometimento do uso deste mesmo recurso para as mais diversas atividades consuntivas e não consuntivas da água. Analisando a matriz energética brasileiro, por exemplo, onde grande parte da energia produzida provém de usinas hidrelétricas, o comprometimento na quantidade da água pode vir a influenciar na eficiência das usinas, podendo afetar o país nas mais diversas esferas, tais como esfera econômica, por exemplo.

Há 20 anos atrás, objetivando promover melhores gestão e gerenciamento dos Recursos Hídricos Brasileiros, foi criada a Lei nº 9.433/1997 intitulada “Política Nacional de Recursos Hídricos”, propondo diretrizes e ferramentas para a conservação da água no Brasil. Dentre essas ferramentas, duas importantes são as Políticas Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) e os Comitês de Bacia Hidrográficas.

As PEHRs foram criadas à luz da Política Nacional, a fim de possibilitar melhor gestão e gerenciamento dos Recursos Hídricos no âmbito estadual, sendo portanto mais restritivas do que a Política Nacional. Quanto aos Comitês de Bacia, estes são ferramentas que possibilitam um melhor gerenciamento dos recursos hídricos no contexto de bacia hidrográfica, com a participação da sociedade civil e monitoramento e organização do uso consuntivo e não consuntivo da água, a fim de garantir o uso sustentável da água e manutenção da sua quantidade e qualidade para uso das gerações futuras.

## **2- OBJETIVO**

O objetivo deste estudo foi identificar a situação da Região Amazônica com relação as Políticas Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) e Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH).

## **3- METODOLOGIA**

No estudo constou a realização de levantamento bibliográfico, destacando as PERHs vigentes a respeito da gestão e do gerenciamento de recursos hídricos, essencialmente na Amazônia, além do levantamento da quantidade de Comitês de Bacia Hidrográfica na Região Norte.

## **4- RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

Na Região Norte, todos os estados possuem PERHs, contudo a criação das mesmas ocorreu de forma tardia, comparando com a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos e alguns estados como São Paulo, a exemplo, cuja PERH foi instituída no ano de 1991, antes mesmo da Política Nacional de Recursos Hídricos. A Tabela 1 mostra as datas de criação das PERHs dos estados da Região Norte.

**Tabela 1** – Criação da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) por estado.  
Fonte: Adaptado das respectivas Assembleias Legislativas, 2017.

<b>Estado</b>	<b>Publicação da PERH</b>
Acre	Jul/2003
Amapá	Jun/2002
Amazonas	Dez/2001
Pará	Jul/2001
Rondônia	Jan/2002
Roraima	Jun/2006
Tocantins	Mar/2002

O conteúdo das PERHs assemelha-se ao da Política Nacional, e há de se destacar que apesar de seguir as diretrizes nacionais para a gestão e o gerenciamento, elas carecem de uma visão mais restritiva, abrangendo as particularidades de cada região.

Nota-se que os estados com os maiores potenciais hídricos, Pará e Amazonas, foram os pioneiros a criar suas políticas para a gestão dos recursos hídricos. Destaca-se o estado de Roraima, que é o terceiro com o maior potencial hídrico da região, foi o último a instituir sua Política. Tal fato levanta o questionamento da forma como os recursos hídricos foram geridos nesse estado durante todo esse tempo, sem uma visão mais local da problemática.

A Política Estadual é o principal instrumento de gestão dos estados a fim de garantir o uso sustentável da água em seus domínios. Nota-se que nos estados constituintes da região com maior disponibilidade hídrica, as legislações foram tardias em relação à lei nacional e a alguns estados como São Paulo. Espera-se que ao menos as políticas garantas o uso racional da água e manutenção deste recurso para o uso das gerações futuras em quantidade e qualidade adequados

#### 4.2 COMITÊS DE BACIA

Os Comitês de Bacia são de suma importância para o gerenciamento eficaz dos recursos hídricos. Nota-se que a presença desses comitês ainda é baixa na Amazônia, região com maior quantidade de recursos. Em toda a Região Norte, somente os estados do Amazonas (um Comitê) e Tocantins (quatro Comitês) possuem CBH, portanto um total de 5. A Tabela 2 apresenta os Comitês de Bacia presentes em cada região do país.

**Tabela 2** – CBH por região, no Brasil. Fonte: CBH, 2017

<b>Região</b>	<b>Número de Comitês</b>
Centro-Oeste	16
Nordeste	50
Norte	5
Sudeste	76
Sul	53

A disparidade entre a quantidade de Comitês de Bacia Hidrográfica presentes na Amazônia, comparando ao restante do país é evidente, representando aproximadamente 2% da quantidade de Comitês de Bacia Hidrográfica no país, o que mais uma vez põe em discussão a forma como os recursos hídricos são gerenciados na Amazônia. Tomando o estado do Pará, segundo maior potencial hídrico regional, nota-se que este não possui CBH. Isso é bastante grave, tendo em vista o passar de 20 anos da Política Nacional e ausência

de representatividade da sociedade civil na tomada de decisões sobre os usos dos recursos hídricos, em um cenário de crise hídrica em vários estados brasileiros.

## 5- CONCLUSÕES

Observa-se que, mesmo após 20 anos da criação da Política Nacional de Recursos Hídricos, a gestão e o gerenciamento na Região Amazônica, maior detentora da disponibilidade hídrica nacional, são questionáveis, com base na carência de políticas mais restritivas que abarquem a realidade regional de quantidade e qualidade de recursos, bem como a mínima participação da sociedade civil nos usos consuntivos e não consuntivos da água para os mais diversos fins.

A fim de evitar um quadro crítico futuro, é interessante que medidas corretivas sejam tomadas visando uma gestão e gerenciamento mais apropriados na região, que possui extrema importância principalmente no setor hidrelétrico brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ACRE. **Lei nº 1.500 de 17 julho de 2003**. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Acre, dispõe sobre infrações e penalidades aplicáveis e dá outras providências. Rio Branco-AC, 2003.

ALMEIDA, I. R. de; TAVARES, L. C.; FERNANDES, L. L. Futuro dos serviços de abastecimento de água: uma visão holística do panorama brasileiro. In: Simpósio Ibero Americano de redes de água, esgoto e drenagem, 13. **Anais**. Fortaleza-CE, 2014.

AMAPÁ. **Lei nº 686 de 07 de junho de 2002**. Dispõe sobre a Política de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Amapá e dá outras providências. Macapá-AP, 2002.

AMAZONAS. **Lei nº 2712 de 28 de dezembro de 2001**. Disciplina a Política Estadual de Recursos Hídricos, estabelece o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Manaus-AM, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF. 1997.

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (CBH). **O que é um CBH?**. Disponível em <<http://www.cbh.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 20/04/2017.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: Impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. V. I. Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia. Editora INPA, p. 18, Manaus, 2015.

PARÁ. **Lei nº 6.381 de 25 de julho de 2001**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Belém-PA, 2001.

RONDONIA. **Lei complementar nº 255 de 25 de janeiro de 2002**. Institui a Política, cria o Sistema de Gerenciamento e o Fundo de Recursos Hídricos do Estado de Rondônia e dá outras providências. Porto Velho-RO, 2002.

RORAIMA. **Lei nº 547 de 23 de junho de 2006.** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Boa Vista-RR, 2006.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 7.663 de 30 de dezembro de 1991.** Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. São Paulo-SP, 1991.

TOCANTINS. **Lei nº 1.307 de 22 de março de 2002.** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e adota outras providências. Palmas-TO, 2002.

YASSUDA, E. R. **Gestão de Recursos Hídricos: Fundamentos e aspectos institucionais.** Revista de Administração Pública. V. 27(2), p.5-18, abr./jun. Rio de Janeiro-RJ, 1993.

## **AGRICULTURA PERIURBANA EM PORTO VELHO, RONDÔNIA: O SETOR CHACAREIRO (2007-2008)**

Prof<sup>a</sup> Ana Cristina Teixeira Alves, Departamento de Geografia,  
Universidade Federal de Rondônia, [aalves@unir.br](mailto:aalves@unir.br)  
Prof. Dr Adnilson de Almeida Silva, Departamento de Geografia,  
PPGG, Universidade Federal de Rondônia, [adnilson@unir.br](mailto:adnilson@unir.br)

### **Resumo**

O objetivo consiste em analisar a agricultura periurbana através da produção agrícola desenvolvida no Setor Chacareiro, município de Porto Velho, Rondônia no biênio 2007-2008. A metodologia utilizada: a pesquisa bibliográfica e fonte tabulação dos formulário do Relatório do INCRA, PVH-RO. A produção agrícola, centra-se: 30,49% em mandioca, 27,65% em policultura, 24,83% em galinhas-avicultura, 94,32% em pastagem natural, produzida em propriedades com até 0,5 hectares por agricultores imigrantes, perfazendo 77,30% e rondonienses com 22,70%. A produção agrícola se caracteriza por uma agricultura familiar, tradicional, baseada em produtos de primeira necessidade, voltada, especialmente para o consumo e praticada por agricultores imigrantes e rondonienses em minipropriedades na periferia.

Palavras-chave: Agricultura periurbana – Agricultura familiar – Produção Agrícola – Setor Chacareiro – Porto Velho, Rondônia.

### **Resumen**

Objetivo de este estudio es analizar la agricultura peri-urbana a través de la producción agrícola desarrollada en el sector rancho, ciudad de Porto Velho, Rondonia en el bienio 2007-2008. La metodología utilizada fue la literatura se centra Producción: 30,49% por la yuca, 27,65% en policultivo, en pollos 24,83%, 94,32%, producido con propiedades ha a 0,5 por granjeros inmigrantes . La producción se caracteriza por una agricultura familiar hortifrutigranjeira se centra principalmente en el consumo.

Palabras clave: agricultura periurbana - agricultura familiar - Producción hortifrutigranjeira - Sector rancho - Porto Velho, Rondônia.

### **Abstract**

The objective of this work is to analyze the periurban agriculture through the agricultural production developed in the Chacareiro Sector, municipality of Porto Velho, Rondônia in the 2007-2008 biennium. The methodology used was the bibliographic research. The production is centered: 30.49% in cassava, 27.65% in polyculture, 24.83% in chickens, 94.32%, produced in properties with up to 0.5 ha by immigrant farmers . The production is characterized by a family-owned hortifrutigranjeira agriculture, focused mainly for consumption.

Keywords: Peri-urban agriculture - Family agriculture - Hortifrutigranjeira Production - Chacareiro Sector - Porto Velho, Rondônia.

## **1 – Introdução**

A agricultura periurbana corresponde a um movimento social agrícola desenvolvido nos espaços periurbanos da cidade, desenvolvendo-se em pequena escala e fazendo uso de terrenos desocupados, pertencentes ao domínio particular ou público. Esses quintais e

outros espaços são utilizados pelos pequenos agricultores urbanos individuais ou coletivos, os quais podem ou não estar organizados em cooperativa. O objetivo principal deste tipo de agricultura é produzir alimentos para subsistência e/ou comercialização.

A pesquisa foi empreendida no Setor Chacareiro, localizado na Zona Leste, periferia da cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. A localidade corresponde a uma área de ocupação de terra rural, pertencente a Francisco Militão, desde fins dos anos de 1990. Historicamente é uma área de litígio e conflitos, mas, apesar desta situação, 76% do solo está ocupado por lotes agrícolas, apresentando uma taxa de valorização e especulação fundiária inferior a 25%, segundo a amostra de formulários dos entrevistados pelo INCRA, nos anos de 2007 e 2008.

A produção agrícola se baseia na agricultura familiar tradicional, voltada sobretudo à subsistência, e praticada por agricultores imigrantes de diversas regiões de Rondônia e do Brasil. Predomina o cultivo de produtos de primeira necessidade como: mandioca, feijão, milho e arroz; a pecuária desenvolve-se na avicultura e suinocultura, entre outros. Os problemas identificados são diversos e vão desde a falta do título da terra, passando por dificuldades de infra-estrutura, saneamento básico, disponibilidade de equipamentos de consumo coletivo, chegando até a problemática da violência urbana.

O objetivo deste trabalho é analisar a agricultura periurbana através da produção agrícola desenvolvida no Setor Chacareiro, acima mencionado, levando em consideração o período de 2007-2008. A questão norteadora da pesquisa incide sobre a identificação das características da agricultura periurbana, em especial a produção agrícola no Setor Chacareiro, em Porto Velho, Rondônia, nos anos de 2007 e 2008.

## 2 - O Setor Chacareiro de Porto Velho, Rondônia

As informações aqui dispostas foram organizadas a partir da tabulação dos dados contidos nos formulários do Relatório do INCRA, referentes aos anos de 2007 e 2008.

Observando o gráfico 1, tem-se que 76% dos lotes ocupados com residentes ou não, apresentavam atividade agrícola, desmitificando a questão de especulação imobiliária. Apesar da existência de alguns terrenos desocupados no local, isso não é exclusivo da área, haja vista que o mesmo ocorre em outros bairros no município de Porto Velho e no Brasil, de forma geral.



Fonte: INCRA, 2007 2008. Organização Ana Cristina Teixeira Alves.

Como é possível observar, a Tabela 1 apresenta informações obtidas a partir do questionamento sobre se “Exerce Função Pública, segundo o Sexo”. Apenas 4 homens e 3 mulheres afirmaram que exerciam função pública na época, sendo menos de 6% da amostra. 62 homens e 40 mulheres responderam “não” e juntos somam mais de 72% deste conjunto de entrevistados. Outros 32 formulários estavam “sem informação” e representam 22,69% da amostra. Cabe salientar que havia também comerciantes na área, além de servidores públicos, porém eram um número inexpressivo em comparação ao dos ocupantes de terra.

TABELA 1 – Exerce função pública, segundo o sexo

Função Pública/ Sexo	Sim		Não		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Masculino	04	2,83	62	43,97	66	46,81
Feminino	03	2,12	40	28,36	43	30,49
Sem informação					32	22,70
Total					141	100,00

Fonte: INCRA-RO, 2007 e 2008. Organização: A.C.T. Alves.

Diante do questionamento sobre “exploração direta da Área” e possuir “Residência no Imóvel” (Tabela 2), 33 formulários não apresentaram tal informação. Entretanto, dos 96 entrevistados que exploravam diretamente a área, 61 (43,26%) afirmaram não possuir, na época, residência no imóvel.

Os agricultores mais antigos relatam que era perigoso residir no local devido à violência, criminalidade urbana, além de poucos vizinhos próximos a sua residência e muita mata. Os agricultores ficavam meio isolados e existiam poucas linhas vicinais ou estradas.

TABELA 2 – Explora diretamente a área e possui residência no imóvel

Exploração direta da área				Residência no imóvel				Total	
Sim		Não		Sim		Não			
Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
96	68,09	12	8,51	47	33,33	61	43,27		
Sem informação								33	23,40
Total								141	100,00

Fonte: INCRA-RO, 2007 e 2008.

Organização: A.C.T. Alves.

No que tange ao tópico “Nº de pessoas residentes no imóvel e nº de pessoas que trabalham no imóvel”, (Tabela 3), 93 formulários não apresentaram informação, o que representa 65,95% da amostra. Dos que responderam, verifica-se que é maior a quantidade de pessoas que residiam no imóvel, variando entre 1 a 5 pessoas. Em um caso havia 9 membros num único imóvel, sendo que o número de pessoas que trabalhavam no imóvel varia mais entre 1 a 3 membros – isso sugere que muitos poderiam ser crianças sem idade própria para este tipo de trabalho.

TABELA 3 – Nº de pessoas residentes no imóvel e nº de pessoas que trabalham no imóvel

Nº de Pessoas Residentes no Imóvel	Freq.	%	Nº de pessoas que trabalham no imóvel *			
			01	02	03	04
01	12	8,51	10	04	--	--
02	10	7,10	04	05	--	--
03	12	8,51	02	02	07	--
04	06	4,26	--	02	01	01
05	07	4,97	01	03	01	--
09 **	01	0,70	--	--	--	--
Sem Informação	93	65,95				
Total	141	100,00	18	18	12	05

\* há trabalhadores que não residem no imóvel.

\*\* o entrevistado não informou o número de pessoas que trabalham no imóvel.

Fonte: INCRA-RO, 2007 e 2008. Organização: A.C.T. Alves.

Em relação à “Existência (trabalho) de Caseiro” (Tabela 4), 81 entrevistados (57,44%) responderam “não”, 43 formulários não indicavam tal informação (30,49%) e apenas 17 (12,05%) responderam sim. Demonstrando que a grande maioria trabalhava diretamente nos seus lotes. Isso descontrói o pensamento comum de que os ocupantes desejam obter terras, visando a sua comercialização futura, uma forma de especulação fundiária reinante em Porto Velho.

TABELA 4 – Existência (trabalho) de Caseiro

Caseiro	Frequência	%
Sim	17	12,05
Não	81	57,45
Sem Informação	43	30,50
Total	141	100,00

Fonte: INCRA-RO, 2007 e 2008. Org.: A.C.T. Alves.

Sobre a “Forma de Obtenção da Terra, segundo o tipo de Comprovante” (Tabela 5), a maioria foram assentados por Associação (35), seguidos dos que compraram (27) e dos que ocuparam (24), além de outras formas bem menos indicadas. Entretanto, o maior índice, representando 30,49% da amostra – 43 entrevistados, não apresentaram tal informação. Quanto ao comprovante, observa-se que poucos afirmaram possuir recibo (em torno de 10%), enquanto os demais, todos os que ocuparam, a maioria dos que compraram ou foram assentados por associação, estavam sem documento (mais de 50% da amostra).

Registra-se que todas as tabelas elaboradas neste contexto apresentem uma quantidade expressiva de formulários “sem informação”, por meio da organização desta amostra relativa ao Levantamento Ocupacional da Área do Sr. Militão efetuado pelo INCRA, entre 2007 e 2008.

O “Ano da Ocupação Atual” (Tabela 6) não foi respondido por 31,20% da amostra. Dentre os que informaram, os anos citados foram de 1999 a 2008, destacando-se o ano de 2007, com 37 participantes (26,24%), seguido por 2004 com 13 (9,21%). Observa-se que o ano de maior frequência de ocupação da área foi em 2007, exatamente no ano que o INCRA, a pedido do Ministério Público, realizou um cadastramento dos ocupantes e gerou um relatório.

Tabela 5 – Forma de Obtenção da Terra e Tipo de Comprovante

\* nem todos os entrevistados informaram qual o tipo de comprovante da terra que possuem.

Obtenção da Terra	Freq.	%	Comprovante da Terra declarado	
			Recibo	Sem documento
Ocupação	24	17,03	--	24
Cessão	02	1,41	--	02
Compra *	27	19,15	11	15
Doação *	07	4,97	--	--
Assentamento pela Associação *	35	24,83	01	30
Desistência (de terceiros)	01	0,70	01	--
Troca de Bens	02	1,41	02	--
Sem Informação	43	30,50		
Total	141	100,00		

Fonte: INCRA-RO, 2007 e 2008. Org.: A.C.T. Alves.

TABELA 6 – Ano da ocupação atual

Ano	Freq.	%
1999	02	1,42
2000	10	7,10
2001	06	4,25
2002	03	2,12
2003	11	7,80
2004	13	9,22
2005	05	3,55
2006	09	6,39
2007	37	26,25
2008	01	0,70
Sem informação	44	31,20
Total	141	100,00

Fonte: INCRA-RO, 2007 e 2008. Organização: A.C.T. Alves.

A tabela 7 mostra uma concentração espacial na linha Raimunda Cantuária, em virtude do fácil acesso e da proximidade de paradas de ônibus.

TABELA 7– Localização do imóvel por rua ou linha rural

<i>Rua ou linha rural</i>	<i>Freq.</i>	<i>%</i>
Rua Raimundo Cantuária	25	17,74
Linha SantaTerezinha	04	2,84
Linha Mineiros	06	4,26
Linha Santarém	04	2,84
Linha Madre Paulina	18	12,77
Linha Costa Dias	12	8,51
Linha Afonso Brasil	04	2,84
Linha Paniago	01	0,70
Linha Salvador Lira	01	0,70
Linha 01	02	1,41
Linha 02	05	3,55
Linha 03	01	0,70
Linha Vinicius de Moraes	01	0,70
Linha Pastor Tavares	03	2,13
Linha Pé de Cedro	05	3,55
Linha Afonso Silva/Mineiros	01	0,70
Rua Airton Dias	01	0,70
Rua Três Amigos	03	2,13
Linha Jerusalém	10	7,14
Linha Pastor Leon Cruz	01	0,70
Linha Nova Aliança	02	1,41
Linha São Lázaro	01	0,70
Linha dos Piriquitos	11	7,81
Linha Kabutiá	01	0,70
Sem informação	18	12,77
Total	141	100,00

Fonte: INCRA-RO, 2007 e 2008. Organização: A.C.T. Alves.

A “Área explorada por hectare (ha)” (Tabela 8), demonstra uma diversidade muito grande, com predomínio de frações de hectares, sendo o ápice a opção 0,50 ha, citado por 15 entrevistados e representando 10,63% da amostra.

TABELA 8 - Área explorada por hectare

<i>Exploração (ha)</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
0,01	01	0,70
0,05	06	4,27
0,10	02	1,42
0,15	01	0,70
0,20	02	1,42
0,25	05	3,56
0,30	03	2,14
0,32	01	0,70
0,35	01	0,70
0,40	03	2,14
0,50	15	10,66
0,60	02	1,42
0,75	03	2,14
0,80	01	0,70
0,85	01	0,70
1,00	06	4,27
1,20	01	0,70
1,30	02	1,42
1,40	02	1,42
1,62	01	0,70
2,00	02	1,42
2,25	01	0,70
2,60	01	0,70
2,68	01	0,70
2,83	01	0,70
3,00	02	1,42
3,60	01	0,70
6,04	01	0,70
Sem informação	72	51,08
Total	141	100,00

Fonte: INCRA-RO, 2007 e 2008. Organização: A.C.T. Alves.

A maioria dos ocupantes residem em lotes com a dimensão inferior a um módulo rural, sítio e minifúndio de até 5 (cinco) hectares.

Na Tabela 9, observa-se quanto ao “Tipo de Cultura (cultivo) por ha”, que dos legumes, a mandioca foi o grande destaque, tendo sido citada por 43 entrevistados (30,49%). Quanto à produção de frutas, 39 participantes (27,65%) fazem plantios diversos, embora a quantidade de formulários sem informação também tenha sido expressiva — 45 participantes, somando 31,91%.

Os formulários sem informação são formados pelos moradores urbanos, agricultores sem produção ou não levantamento de dados durante a pesquisa de campo.

TABELA 9 - Hectares de áreas exploradas por culturas

Hectare (ha)	Culturas */ Frequência					Soma
	Mandioca	Feijão	Milho	Arroz	Diversas	
0,01	01	--	--	--	03	04
0,02	01	--	--	--	--	01
0,03	03	--	--	--	--	03
0,05	06	01	04	--	10	21
0,10	01	01	--	--	01	03
0,13	01	--	--	--	--	01
0,15	07	02	--	--	--	09
0,20	04	--	--	--	--	04
0,25	01	02	01	--	--	04
0,30	06	--	--	02	--	08
0,37	--	01	--	--	--	01
0,40	--	--	--	--	01	01
0,45	03	--	--	--	--	03
0,50	07	01	01	--	08	17
0,60	04	--	01	--	--	05
0,70	02	01	--	--	--	03
0,80	01	--	--	--	--	01
1,00	03	--	02	--	--	05
1,12	01	--	--	--	--	01
1,50	03	--	--	--	--	03
1,75	01	--	--	--	--	01
1,80	02	--	--	--	--	02
Sem informação						50
Total						151

\* Dos entrevistados que responderam à questão, alguns informaram mais de um tipo de cultura.

Fonte: INCRA-RO, 2007 e 2008. Organização: A.C.T. Alves.

A rusticidade da mandioca, o seu consumo é muito difundido na área rural brasileira, conhecida como o “pão dos pobres”. É uma cultura típica da agricultura familiar, e geralmente cultivada pelo camponês juntamente a outros produtos agrícolas, como feijão, milho e arroz. Além disso, a mandioca se destaca na Região Amazônica como dieta alimentar, segundo Josué de Castro (1984, p.53):

A região da Amazônia representa, sob o ponto de vista ecológico, um tipo unitário de área alimentar muito bem caracterizado, tendo como alimento básico a farinha de mandioca”. No consumo regional da farinha d’ água com peixe, e adicionado no vinho de açaí, além de diferentes usos culinários.

FAUSTO (1995), coloca que na época das Feitorias, no século XVI, os indígenas produziam farinha d’ água e faziam escambo com os portugueses em busca de produtos como espelhos, canivetes, punhais etc.

Quanto à “Pastagem por Hectare” (Tabela 10), em 134 formulários (95,03%) estavam sem informação, 2,83% da amostra citaram Quicuío e apenas 2,12% o Brachiarião.

TABELA 10 – Pastagem por hectare

Tipo de pastagem	Hectare(s)/ quantidade por imóvel					Freq.	%
	0,24 ha	0,60 ha	0,80 ha	1,00 ha	2,30 ha		
Brachiarião	01	--	--	02	01	04	2,84
Quicuío	--	01	01	01	01	04	2,84
Sem informação						133	94,32
Total						141	100,00

Fonte: INCRA-RO, 2007 e 2008. Organização: A.C.T. Alves.

TABELA 11 – Tipo de criação por cabeça

Tipo de criação	Cabeças (unidade)									Freq.	%
	Até 25	26 a 50	51 a 75	76 a 100	150	250	290	500	5000		
Aves (Galinhas)	13	15	02	02	01	01	01	--	--	35	24,83
Aves (Patos)	01	06	--	--	--	--	--	01	--	08	5,68
Suínos	08	--	--	--	--	--	--	--	--	08	5,68
Caprinos	01	--	--	--	--	--	--	--	--	01	0,70
Equinos	02	--	--	--	--	--	--	--	--	02	1,41
Bovinos	01	01	--	--	--	--	--	--	--	02	1,41
Tilápias	--	--	--	--	--	--	--	--	02	02	1,41
Sem informação										83	58,88
Total										141	100,0

Obs. Um dos produtores possui mais de um tipo de criação.  
Fonte: INCRA-RO, 2007 e 2008. Organização: A.C.T. Alves.

Do “Tipo de criação por cabeça” (Tabela11), 81 formulários (57,44% da amostra) estavam sem informação, mas dos citados, predominaram as galinhas citadas por 34 informantes (24,11% da amostra), criadas em quantidades pequenas (abaixo de 50 cabeças).

TABELA 12 – Naturalidade por Estado do entrevistado

<i>Estado</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Rondônia (Porto Velho)	17	12,06
Rondônia (interior)	15	10,64
Amazonas	06	4,26
Acre	06	4,26
Mato Grosso	04	2,84
Mato Grosso do Sul	02	1,42
Maranhão	03	2,13
Minas Gerais	01	0,70
Bahia	02	1,42
Rio Grande do Sul	01	0,70
Pará	02	1,42
Ceará	04	2,84
Paraná	07	4,97
Piauí	03	2,13
Pernambuco	01	0,70
São Paulo	03	2,13
Paraíba	01	0,70
Tocantins	01	0,70
Rio de Janeiro	01	0,70
Sem informação	61	43,28
Total	141	100,00

Fonte: INCRA-RO, 2007 e 2008. Organização: A.C.T. Alves.

A “Naturalidade do Entrevistado” (Tabela 12) foi diversificada, predominado os nascidos em Porto Velho (17 – 12,05%), seguidos pelos do Interior de Rondônia (15 – 10,63%). 61 formulários estavam sem essa informação e representam 43,26% da amostra. Dos entrevistados vindos de outros Estados, destacaram-se Paraná (7 – 4,96%), Amazonas e Acre (ambos com 6 – 4,25%). Os formulários sem informação ocorreram porque foi extraída a naturalidade a partir da carteira de identidade, nem todos ocupantes anexaram este documento, e também realizamos uma amostra para levantar a naturalidade.

Nas décadas de 1970 e 1980, tempo áureo da colonização oficial no Estado de Rondônia, havia a predominância dos sulistas, sobressaindo-se os paranaenses e gaúchos, em comparação aos rondonienses.

Os imigrantes do Paraná e Rio Grande do Sul enfrentam diversos problemas fundiários, tais como: a concentração fundiária, o parcelamento das terras entre os familiares descendentes com o fracionamento em micropropriedades inferior ao tamanho de um minifúndio insuficiente para garantir o sustento da família, mecanização agrícola, geadas e outros.

### 3 – Considerações Finais:

O Setor Chacareiro apesar de se localizar no limite do perímetro urbano e sofrer a influência da expansão urbana, mostra que 76% do uso do solo é agrícola. Essa área se conforma como espaço de transição entre a zona rural e o urbana, constituindo-se enquanto uma área suburbana.

A agricultura familiar é a existente no local, praticada com técnica agrícola tradicional por imigrantes e rondonienses em chácaras, minipropriedades com tamanho inferior a 1(um) hectare.

A produção agrícola tem a vocação hortifrutigranjeira, pautada na cultura de legumes, na fruticultura e na avicultura, em menor escala em verduras, folhosas, suinocultura, floricultura, apicultura, silvicultura e piscicultura.

### Referências

ALVES, Ana Cristina Teixeira. O Setor Chacareiro. In: **A agricultura urbana em Porto Velho, Rondônia: o Setor Chacareiro**. UNIR, Departamento de Geografia. Porto Velho, RO, 2016.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**, o dilema brasileiro. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo. EDUSP, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.. Relatório do INCRA, levantamento na propriedade fundiária do Sr. Francisco Militão, 2008.

## **Análise da extensão da pluma de sedimento causada por garimpos de ouro em rios da Amazônia Brasileira**

Felipe de Lucia Lobo<sup>1</sup>, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE),  
[felipe.lobo@inpe.br](mailto:felipe.lobo@inpe.br), [felipelobo@gmail.com](mailto:felipelobo@gmail.com);

Vitor Hugo Fernandes de Vasconcelos<sup>2</sup>, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), [vitor.vasconcelos@icmbio.gov.br](mailto:vitor.vasconcelos@icmbio.gov.br)

Lino Sander de Carvalho<sup>1</sup>, INPE, [lino.sander@gmail.com](mailto:lino.sander@gmail.com)

Claudio Clemente Faria Barbosa<sup>1</sup>, INPE, [claudio.barbosa@inpe.br](mailto:claudio.barbosa@inpe.br)

### **Resumo**

Os garimpos na Amazônia aumentaram significativamente nos últimos anos motivados pelo elevado preço do ouro e, como impacto direto, aumento da turbidez em alguns rios (Tapajós e Xingu). O objetivo é informar resultados preliminares de um sistema de monitoramento da concentração de sedimentos em suspensão (TSS) com imagens de satélites nesses rios. Valores de 5 mg.l<sup>-1</sup> [TSS] (não-impactados) até 200 mg.l<sup>-1</sup> (em rios impactados) foram observados. A próxima fase consiste em definir uma metodologia de processamento de imagens; e re-calibrar/validar os algoritmos utilizados para outros rios.

Palavras-chave: Águas claras, garimpos, sedimentos em suspensão, monitoramento, satélites.

### **Resumen**

Las minas de oro de la Amazonía han aumentado significativamente en los últimos años, impulsado por el alto precio del oro y, como un impacto directo, aumento de la turbidez en algunos ríos (Tapajós y Xingu). El objetivo es presentar los resultados preliminares de un sistema para el control de la concentración de sedimentos en suspensión (TSS) con imágenes de satélite. Valores 5 mg.l<sup>-1</sup> [TSS] (no impactado) a 200 mg.l<sup>-1</sup> (en ríos afectados) se observaron. La siguiente etapa es definir una metodología para el procesamiento de imágenes; y volver a realizar la calibración / validación de los algoritmos utilizados para otros ríos.

Palabras clave: Aguas claras, minería, sedimentos en suspensión, imágenes satelitales.

### **Abstract**

Small-scale gold mining (ASGM) in the Amazon have increased significantly in recent years due to the high price of gold. These activities have direct impact in the water by increasing turbidity levels in some rivers (Tapajós and Xingu). The objective of this paper is to show preliminary results of a monitoring system under development to estimate suspended sediment concentration (TSS) with the use of satellite images. Values of 5 mg.l<sup>-1</sup> [TSS] (not impacted) up to 200 mg.l<sup>-1</sup> (in impacted rivers) were observed. The next step is to define an image processing methodology; and re-calibrate / validate the algorithms used for other rivers. Keywords: Clear water, gold mining, suspended sediment, monitoring, satellites

## 1- Introdução

Na Amazônia, as atividades de garimpo de ouro artesanal em pequena escala (ASGM) começaram nos anos 50. Na década de 1980, estimulados pelo alto preço do ouro, centenas de milhares de pessoas migraram para os locais de mineração, causando uma intensa 'corrida do ouro' para escapar da completa marginalização social (Veiga and Hinton 2002). A ASGM diminuiu nos anos 90 devido à exaustão do ouro superficial, à estagnação dos preços do ouro e às crises econômicas nacionais (Plano Collor, por exemplo). No entanto, durante os últimos anos, o preço do ouro subiu de US \$ 400 por onça (28,3 gramas) em 2005 para US \$ 1300 em 2016, incentivando uma nova corrida do ouro na Amazônia (Coelho et al. 2016). Apenas no Brasil, cerca de 130 mil garimpeiros são responsáveis por 30 toneladas por ano (Araújo Neto 2009; Silva 2012). Essa produção gera pelo menos R\$ 26 milhões por mês para a economia regional (Fernandes et al. 2014).

Apesar de sua relevância econômica, as atividades de exploração do ouro de maneira precária (semi-mecanizadas), geralmente, gera um legado de degradação ambiental extensa, tanto durante as operações quanto depois da interrupção das atividades de mineração (Veiga and Hinton 2002). ASGM ocorre principalmente sobre depósitos aluviais utilizando dragas e sistemas de jato de água que causam desalojamento de solo inferior ou superior, respectivamente (Rodrigues et al. 1994). A descarga de sedimentos na água tem severos impactos na qualidade da água, como a diminuição da disponibilidade de luz para a produção primária (Roland and Esteves 1998) e mudanças nas comunidades bentônicas (Tudesque et al. 2012) e peixes (Mol and Ouboter 2004). Atualmente, esses impactos socioambientais podem ser intensificados, já que as mudanças na legislação estão sendo debatidas no congresso brasileiro, o que poderia enfraquecer as leis ambientais / povos indígenas existentes e limitar o financiamento para as agências de proteção ambiental (Segura et al. 2016).

Tecnicamente, o monitoramento de impactos ambientais causados por ASGM, como a quantificação da sedimentação da água usando imagens de satélite, raramente é realizado por falta de dados de qualidade da água (por exemplo, Sólidos em Suspensão Total, TSS); ou devido às limitações dos sensores de satélite, como a resolução espacial (Telmer et al. 2006; Telmer and Veiga 2009). Hoje, com a disponibilidade de imagens de resolução espacial de 10 m (por exemplo, Sentinel-2 / MSI), mesmo rios estreitos (até 30 m de largura) podem ser monitorados.

Assim, a hipótese científica desta pesquisa é que os rios de baixa turbidez natural (águas claras classificação por (Junk et al. 2011; Sioli 1984) e alguns afluentes que estão sendo fortemente impactados pela descarga de rejeitos ASGM estão se tornando águas "brancas" (águas com alta carga de sedimentos), o que deve estar afetando diretamente os ecossistemas aquáticos e bentônicos. Para testar essa hipótese de que as atividades do ASGM estão causando o processo de "branqueamento" em alguns rios amazônicos, é preciso investigar a distribuição espacial-temporal dos TSS ao longo dos anos.

Recentemente, (Lobo et al. 2016; Lobo et al. 2015) estimaram TSS no rio Tapajós utilizando um modelo empírico baseado em TSS medidos e dados radiométricos. Esta abordagem funcionou bem para a área de estudo e é muito promissora para outras áreas remotas na Amazônia, que apresentam os mesmos impactos, a fim de fornecer informações relevantes sobre a qualidade da água, mesmo com pouco apoio financeiro.

Esse trabalho complementa as atividades de seleção, processamento e classificação de imagens de satélites proposto por Lobo et al. (2017, submetido), com o intuito de estabelecer um sistema de monitoramento para quantificar a sedimentação da água causada por ASGM nos rios amazônicos utilizando dados de múltiplos satélites. Na primeira fase (avaliação), as atividades tiveram como objetivo avaliar a viabilidade da aplicação de Lobo et al. (2015) para outros rios que não o Rio Tapajós (rio para o qual o algoritmo empírico foi desenvolvido) usando várias imagens de satélites. Neste trabalho, o objetivo é descrever e

quantificar a extensão das plumas de sedimento causadas por garimpos de ouro nas regiões selecionadas, com o intuito de informar a comunidade científica/civil dos possíveis impactos nos ecossistemas aquáticos e, conseqüentemente, nas comunidades ribeirinhas que dependem dos recursos hídricos.

## 2- Metodologia

Como parte da fase de avaliação, o sistema de monitoramento foi projetado para áreas selecionadas de acordo com os seguintes critérios: Primeiro, as bacias de rios que apresentam naturalmente baixo conteúdo de sedimentos (águas claras e negras de acordo com Junk et al. (2011). Em que a descarga de rejeitos de mineração pode ter um impacto negativo sobre a biodiversidade e sobre a economia local. Em segundo lugar, as áreas onde ASGM está ocorrendo (ativo) sobre solos dominado por partículas finas inorgânicas (Sibcs 2006). Terceiro, os rios são detectáveis por imagens de resolução espacial moderada a alta (melhor que 30 m). Considerando esses critérios, foram definidas quatro áreas: A) Rio Tapajós; B) Rio Amanã; C) Rio Peixoto de Azevedo; E D) o Rio Fresco, dentro da Bacia do Rio Xingu (Figura 1).

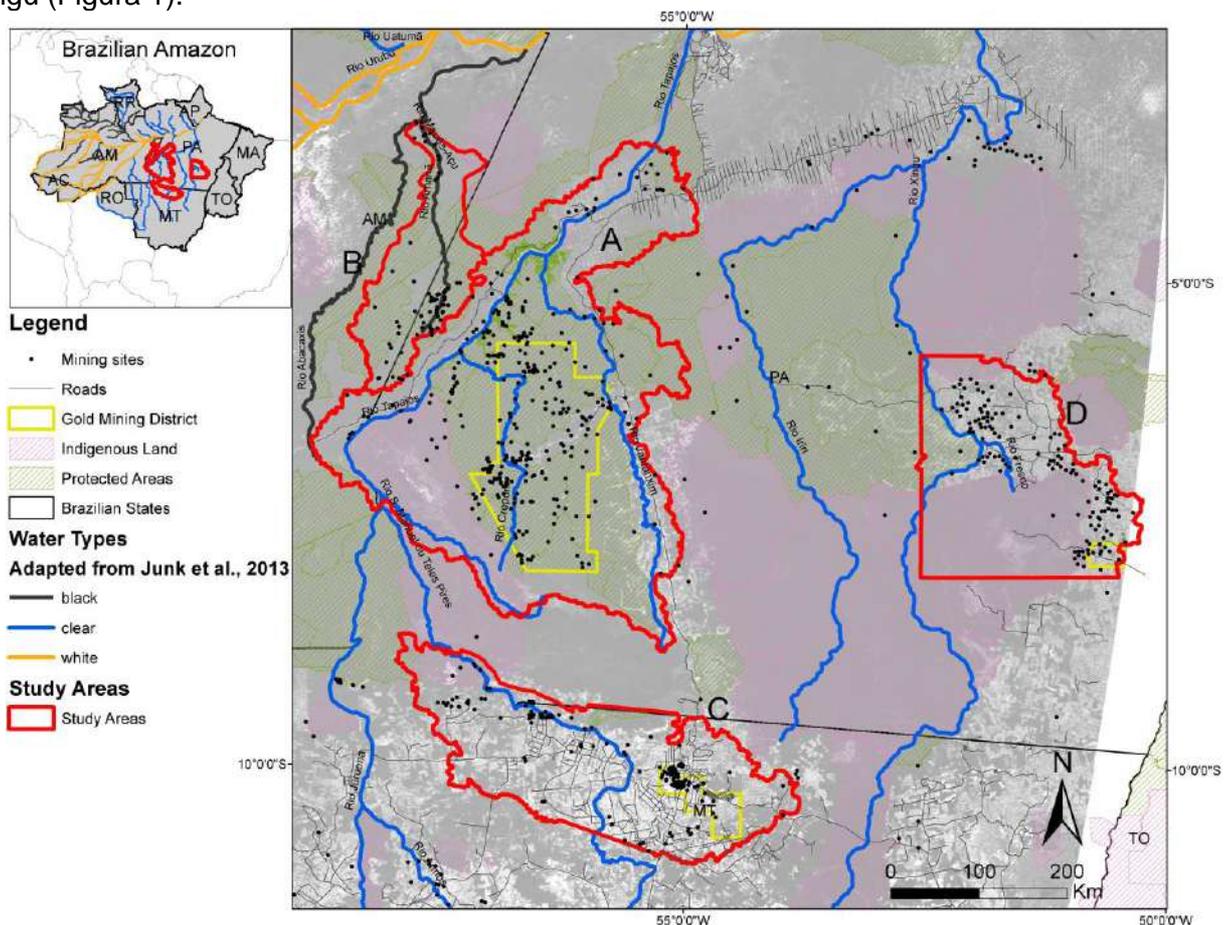


Figura 1: Localização das sub-bacias que foram selecionadas para esse estudo: Tapajós, Amanã, Rio Fresco (Xingu) e Peixoto de Azevedo (Teles Pires).

O processo de seleção das imagens, bem como, o processamento e correção atmosférica das mesmas está descrito em Lobo et al. (2017). As imagens corrigidas foram, então, utilizadas na estimativa de TSS. O algoritmo estabelecido por Lobo et al. (2015) foi

aplicado para estimar TSS a partir da reflectância de imagem na banda do vermelho,  $\rho_w$ . No caso de Landsat-5 / TM e IRS / LISS-III:

$$TSS = a + (\rho_w / b)^c \quad (\text{Equação 1})$$

Onde  $\rho_w$  é a reflectância da superfície na banda vermelha,  $a$  é igual a 2.272,  $b = 2.468$  e  $c = 2.154$ . Considerando a resolução espectral diferente dos sensores orbitais, as medidas radiométricas in situ foram re-amostradas para as bandas vermelhas dos diferentes sensores de acordo com suas funções específicas de resposta espectral (mais detalhes em Lobo et al., 2017). Como resultado, foram geradas curvas empíricas específicas para cada sensor (Tabela 1).

Tabela 1. Parâmetros usados para recuperar TSS de vários satélites / sensores usando a banda vermelha corrigida atmosféricamente.

Satélite/Sensor	Banda do vermelho ( $\rho_w$ ) centro		$TSS = a + (\rho_w / b)^c$		
	Intervalo (nm)	(nm)	$a$	$b$	$c$
Landsat-5/TM	630-690	660	2.272	2.468	2.154
Landsat-8//OLI	640-670	655	2.272	2.516	2.182
IRS/LISSIII	630-690	660	2.272	2.468	2.154
Sentinel-2/MSI	640-680	665	2.272	2.469	2.188

Em seguida, as estimativas de TSS foram reclassificadas em intervalos de concentração: 0-5 mg.l<sup>-1</sup>, 5-10, 10-20, 20-50, 50-100, 100-200, 200 – 500 mg.l<sup>-1</sup>. Essa reclassificação, permite uma melhor compreensão das variações espaciais da distribuição do sedimento em suspensão ao longo dos rios, através de uma análise da extensão da pluma de sedimento. Para avaliar e quantificar a extensão do impacto das plumas de sedimento foram tabeladas áreas de superfície (em km<sup>2</sup>) dos rios para cada classe. Essa tabulação foi realizada por trechos dos rios maiores (Tapajós e Jamanxim) e extensões inteiras de seus tributários.

## 2- Resultados

Os resultados da fase de avaliação fornecem estimativas de TSS por satélite para as áreas de estudo A a D. A parte inferior da bacia do rio Tapajós (área de estudo A) localizada no estado do Pará (Brasil) cobre cerca de 130.370 km<sup>2</sup>. Em termos de ASGM, mais de 300 pequenas minas com participação de mais de 50 mil garimpeiros produzem ouro nesta região. De acordo com a Figura 2, foram estimadas concentrações de TSS de cerca de 115,0 mg.l<sup>-1</sup> para o Rio Crepori (Figura 2A), por exemplo. Alguns afluentes da bacia do rio Tapajós, como o rio Crepori (~ 250 m de largura), foram afetados por rejeitos de mineração por várias décadas que os níveis de TSS são constantemente mais altos do que suas condições naturais. Em termos de superfície de água com concentrações acima da classe 1 (condição natural), observa-se que o trecho do alto rio Tapajós (Tapajós1) apresenta 70% da superfície de água como Classe 1. No trecho seguinte, ao receber a descarga do rio Crepori que apresenta 70% do rio como Classe 5, 61% da superfície do rio Tapajós salta para a Classe 2. No terceiro trecho do rio Tapajós (Tapajós 3), após a confluência do Rio Jamanxim, 45% da água foi classificada em Classe 3.

Um padrão semelhante ao Rio Tapajós, foi observado para o rio Jamanxim. O trecho à montante (Jamanxim 1) encontra-se em grande parte como Classe 1 (41%) e Classe 2

(46%). Após a descarga dos rios Novo (42% de Classe 4) e Tocantins (46% de Classe 5), o segundo trecho do rio Jamanxim apresenta porcentagem de até 24% da Classe 5 (Tabela 2).

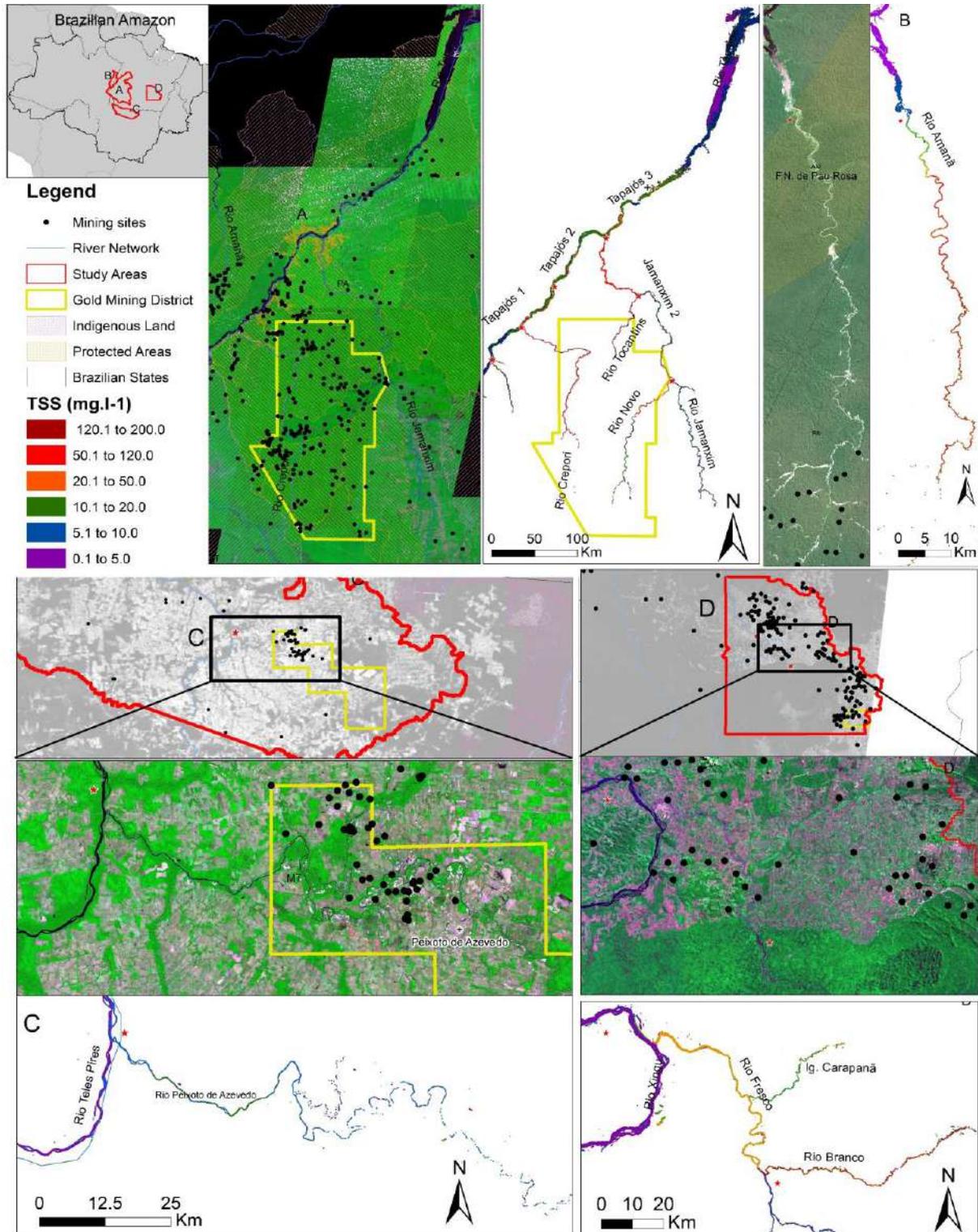


Figura 2. Concentração de TSS usando a Equação 1 (Lobo et al., 2015) ao longo de: (A) No Rio Tapajós, TSS derivado de IRS / LISSIII (15/09/2012). (B) No rio Amanã, derivado

de Landsat-8 / OLI (29/07/2016). (C) No rio Peixoto Azevedo, derivado de Landsat-8 / OLI (06/08/2016). (D) No Rio Fresco, derivado de Sentinel-2 / MSI (18/07/2016).

Tabela 2: Porcentagem da superfície de água impactada pela pluma de sedimento causada por garimpos de ouro. Indicação das imagens de satélites usadas para cada região, bem como, extensão e largura dos rios detectada nas respectivas imagens. Os rios e alguns trechos específicos estão indicados por números, como por exemplo, alto Tapajós, recebe o código Tapajós 1. Ver Figura 2 para localização dos rios e seus trechos.

	Satélite (data)	Rio (trecho)	Extensão (km)	Largura (m)	Superfície de água (km <sup>2</sup> )	% superfície					
						TSS (mg/l) Classe 1: 0-5 mg/l	Classe 2: 6 - 10 mg/l	Classe 3: 11-20 mg/l	Classe 4: 21-50 mg/l	Classe 5: 50-100 mg/l	Classe 6: 100-200 mg/l
<b>Bacia</b>											
Tapajós	IRS / LISSIII	Tapajós1	150.1	2000	361.0	70%	23%	5%	2%	0%	0%
		Creporei	228.7	200	31.0	7%	2%	2%	9%	70%	11%
		Tapajós2	172	2000	481.6	7%	61%	27%	5%	0%	0%
		Tapajós 3	161.2	2200	438.0	14%	39%	45%	2%	0%	0%
Jamanxim	IRS / LISSIII (15/09/2012)	Jamanxim 1	180.4	200	35.8	41%	46%	13%	1%	0%	0%
		Novo	181.2	250	27.3	2%	26%	23%	42%	6%	0%
		Tocantins	100.1	150	7.2	13%	1%	4%	13%	46%	24%
		Jamanxim 2	245.5	300	103.8	21%	19%	14%	22%	24%	0%
Amanã	Landsat-8 / OLI (29/07/2016)	Amanã	95.1	100	15.0	40%	29%	5%	6%	14%	5%
		Abacaxi	165.4	200	35.2	96%	4%	0%	0%	0%	0%
Peixoto de azevedo	Landsat-8 / OLI (06/08/2016)	Teles Pires	120.5	500	50.1	87%	12%	0%	0%	0%	0%
		Peixoto de Azevedo	140.4	150	14.2	20%	64%	16%	1%	0%	0%
Xingu (SFX)	Sentinel-2 / MSI (18/07/2016)	Xingu	185.5	1100	229.5	87%	11%	2%	0%	0%	0%
		Fresco	157.4	250	36.9	44%	5%	1%	50%	0%	0%
		Branco	66.2	50	1.4	8%	0%	0%	2%	4%	86%
		Carapana	43.1	30	0.7	16%	5%	62%	15%	2%	0%

O Rio Amanã (~100 m de largura, Área de estudo B) está localizado entre o estado do Pará e o Amazonas. A inclusão desta área se refere à necessidade de informação sobre os impactos do ASGM nos sistemas aquáticos pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio) para uma melhor gestão de áreas protegidas na Amazônia. Para este estudo, concentrações de TSS derivados da imagem Landsat-8 / OLI (29/07/2016) ultrapassaram valores de 120 mg.l<sup>-1</sup>, onde os locais de mineração estão presentes (Figura 2B). A concentração de TSS diminui à medida que o rio entra na área protegida, FLONA Pau Rosa e Estação Ecológica Alto Maués. A superfície de água comprometida com concentrações de TSS acima do natural (Classe 1), chegam a 60%, sendo 14% da Classe 5 (Tabela 2).

O rio Peixoto de Azevedo (Área de Estudo C) está localizado a montante do rio Tapajós (trecho no qual o rio se chama Teles Pires). Esta área é marcada pela taxa elevada de desmatamento, onde a terra foi convertida na maior parte em campos de pasto e da agricultura, mas ASGM atualmente ativo. A estimativa de TSS usando o Landsat-8 / OLI (06/08/2016) para o rio Peixoto de Azevedo (~200 m de largura) mostra valores de aproximadamente 20 mg.l<sup>-1</sup> nas cabeceiras, onde o ASGM é, ao contrário das águas do Tapajós a montante (Teles Pires, ~700 m de largura), cujas concentrações são de aproximadamente 10 mg.l<sup>-1</sup>. Em termos de superfície de água classificada nesse estudo, observa-se que o rio Peixoto de Azevedo está menos impactado pelos rejeitos de mineração, sendo que 64% da superfície é de Classe 2, enquanto no rio Teles Pires a maior parte da superfície da água é constituída pela Classe 1 (87%).

O rio Xingu, assim como o rio Tapajós, também tem aspecto de águas claras caracterizado por baixa concentração de TSS. Hoje, intensa ASGM é realizada no rio Fresco (Figura 2D) nas fronteiras do território indígena Kayapó. Em termos de sedimentação da água, a estimativa de TSS usando a imagem Sentinel-2 / MSI (18/07/2016) mostra TSS maior que 200 mg.l<sup>-1</sup> no Rio Branco (~100 m de largura) que, por sua vez, descarrega no Fresco Rio (~400 m de largura). Na região de São Félix do Xingu, as concentrações de TSS no rio Fresco são de aproximadamente 50 mg.l<sup>-1</sup>. As superfícies de água desses tributários do rio Xingu estão em grande parte impactada pela pluma de sedimento derivada dos garimpos. O rio Branco, por exemplo, apresenta 86% da Classe 6. Igarapé Carapanã tem 62% de área da Classe 3 e o rio Fresco apresenta 50% da superfície do rio como Classe 4.

#### 4- Discussão

Embora as áreas selecionadas apresentem características semelhantes das condições das bacias hidrográficas e das técnicas de mineração, pode-se observar uma ligeira variação na composição do sedimento ou mesmo na presença de matéria orgânica dissolvida entre essas áreas (Hedges et al. 1986; Meade 1994; Quesada et al. 2011; Richey et al. 1990). Portanto, um esforço para amostrar água nas áreas estendidas (B a D) para validar o modelo empírico é fundamental para uma aplicação mais ampla e para fins de monitoramento da qualidade da água.

Os resultados inovadores desse estudo revelam que o processo de "branqueamento" em alguns rios está em um nível avançado, o que desperta a atenção para os impactos ambientais e a necessidade de monitoramento. Atualmente, dada as condições de alto valor do preço do ouro associada à crise político-econômica pela qual o país passa (El Bizri et al. 2016), o aumento das atividades garimpeiras elevam o risco de permanente mudança da qualidade da água de um tipo de água clara para o tipo de água branca (Junk et al. 2011). Além do aumento da turbidez que têm consequências diretas aos ecossistemas aquáticos, outros impactos ambientais significativos são relacionados ao garimpo, como a contaminação de mercúrio nas comunidades aquáticas, populações ribeirinhas e, principalmente, nos garimpeiros estão expostos (Boudou et al. 2005; Coelho et al. 2016; Machado 2013; Mol and Ouboter 2004). Outro contaminante que se têm utilizado com mais frequência pelos garimpeiros e minas de ouro é o cianeto. Altamente tóxico, por consumir quimicamente o oxigênio dissolvido na água com muita rapidez, o cianeto pode causar grandes mortandades de peixes e até intoxicação na água servida na rede pública das cidades ribeirinhas (Guimaraes et al. 2011; Tarras-Wahlberg et al. 2001).

Além disso, as atividades de mineração ocorrem muitas vezes em áreas de proteção ambiental ou em terras indígenas o que desperta maior atenção devidos aos conflitos territoriais entre as comunidades locais (ribeirinhos e indígenas), garimpeiros e agentes governamentais (IBAMA, FUNAI, ICMBio, Polícia Federal e Ministério Públicos) (Enríquez 2014; Fernandes et al. 2014).

Os produtos derivados do presente trabalho são resultados de uma linha de pesquisa em andamento que visa investigar a distribuição espaço-temporal da pluma de sedimento ao longo de 40 anos causada por garimpos em rios de água com baixa turbidez. Dessa forma, os dados resultantes dessa série histórica a ser construída com dados Landsat-5 / TM (1983-2011), bem como os dados atuais da Sentinel-2 / MSI e Landsat-8 / OLI serão compartilhados em um servidor web hospedado no INPE ([www.dpi.inpe.br/labisa](http://www.dpi.inpe.br/labisa)) para fomentar a pesquisa e monitoramento socioambiental. Um exemplo de aplicação pode ser a utilização dessas informações sobre qualidade da água para a gestão de áreas protegidas gerenciadas pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade). Além disso, a aplicabilidade desses produtos para a pesquisa aquática é enorme. Vários estudos podem usar a distribuição de

TSS como entrada para modelos de transporte hidrológico e de sedimentos, estudos sobre a atenuação da luz e possíveis consequências para a biota, bem como estudos socioeconômicos que se beneficiarão desta pesquisa (Lobo et al., 2016; Abe et al. 2017).

### Agradecimentos

Os autores reconhecem o apoio financeiro do Conselho de Pesquisa em Ciências Naturais e Engenharia do Canadá (NSERC), Fundação de Pesquisa de São Paulo (FAPESP, Processos nº 2011 / 23594-8 e 2008 / 07537-1), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Processos n ° 237930 / 2012-9 e n ° 150835 / 2015-9).

### Bibliografia

- Abe, C., Lobo, F.L., Novo, E., Costa, M. et al. 2017. Hydrological model using SWAT for a Amazonian sub-basin subject to gold mining. *Em preparação*. (Tese de mestrado). Cooperação INPE e University of Victoria (Canadá).
- Araújo Neto, H. 2009. Perfil do Ouro. Ministério de Minas e Energia.
- Boudou, A., R. Maury-Brachet, M. Coquery, G. Durrieu, and D. Cossa. 2005. Synergic Effect of Gold Mining and Damming on Mercury Contamination in Fish. *Environmental Science & Technology* **39**: 2448-2454.
- Coelho, M. C. N., L. J. Wanderley, and R. C. Costa. 2016. Small Scale Gold Mining In The XXI Century. Examples in the South-West Brazilian Amazon. *Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ* **39**: 10.
- El Bizri, H. R., J. C. B. Macedo, A. P. Paglia, and T. Q. Morcatty. 2016. Mining undermining Brazil's environment. *Science* **353**: 228-228.
- Enríquez, M. A. 2014. Mineração na Amazônia. *Parcerias Estratégicas* **19**: 43.
- Fernandes, F. R. C., R. D. C. J. Alamino, and E. R. Araújo. 2014. Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. CETEM/MCTI.
- Guimaraes, J. R. D., O. Betancourt, M. R. Miranda, R. Barriga, E. Cueva, and S. Betancourt. 2011. Long-range effect of cyanide on mercury methylation in a gold mining area in southern Ecuador. *Science of The Total Environment* **409**: 5026-5033.
- Hedges, J. I., W. A. Clark, P. D. Quay, J. E. Richey, A. H. Devol, and U. D. Santos. 1986. Compositions and fluxes of particulate organic material in the Amazon River. *Limnology and Oceanography* **31**: 717-738.
- Junk, W. J., M. T. F. Piedade, J. Schöngart, M. Cohn-Haft, J. M. Adeney, and F. Wittmann. 2011. A Classification of Major Naturally-Occurring Amazonian Lowland Wetlands. *Wetlands* **31**: 623-640.
- Lobo et al. 2017. Monitoring water siltation caused by artisanal gold mining in Amazonian Rivers using multi-satellite images. *Submetido para Acta Amazonica em 17 de Fevereiro de 2017*.
- Lobo, F., M. P. F. Costa, E. M. Novo, and K. H. Telmer. 2016. Effects of Artisanal Small-scale Gold Mining tailings on the underwater light field in the Tapajós River Basin, p. 6 *Ocean Optics XXII*. The Oceanography Society.
- Lobo, F. L., M. P. F. Costa, and E. M. Novo. 2015. Time-series analysis of Landsat-MSS/TM/OLI images over Amazonian waters impacted by gold mining activities. *Remote sensing of environment* **157**: 170-184.
- Machado, E. S. 2013. A atividade garimpeira na província mineral do Tapajós e sua influência na produção do espaço. *Encontros Anuais da Anpur* **15**.
- Meade, R. H. 1994. Suspended sediments of the modern Amazon and Orinoco rivers. *Quaternary International* **21**: 29-39.

- Mol, J. H., and P. E. Ouboter. 2004. Downstream effects of erosion from small-scale gold mining on the instream habitat and fish community of a small neotropical rainforest stream. *Conservation Biology* **18**: 201-214.
- Quesada, C. A., J. Lloyd, L. O. Anderson, N. M. Fyllas, M. Schwarz, and C. I. Czimczik. 2011. Soils of Amazonia with particular reference to the RAINFOR sites. *Biogeosciences* **8**: 1415-1440.
- Richey, J. E. and others 1990. Biogeochemistry of carbon in the Amazon River. *Limnology and Oceanography* **35**: 352-371.
- Rodrigues, R. M., A. F. S. Mascarenhas, A. H. Ichihara, and T. M. C. Souza. 1994. Estudo dos impactos ambientais decorrentes do extrativismo mineral e poluição mercurial no Tapajós - Pré-Diagnóstico. CETEM/CNPq.
- Roland, F., and F. D. Esteves. 1998. Effects of bauxite tailing on PAR attenuation in an Amazonian crystalline water lake. *Hydrobiologia* **377**: 1-7.
- Segura, F. R. and others 2016. Potential risks of the residue from Samarco's mine dam burst (Bento Rodrigues, Brazil). *Environ. Pollut.* **218**: 813-825.
- Sibcs. 2006. Sistema brasileiro de classificação de solos, 2nd ed. Embrapa Solos.
- Silva, A. R. 2012. A indústria mineral no Pará.
- Sioli, H. 1984. The Amazon and its main affluents: Hydrography, morphology of the river courses, and river types, p. 127-165. *In* H. Sioli [ed.], *The Amazon*. Monographiae Biologicae. Springer Netherlands.
- Tarras-Wahlberg, N. H., A. Flachier, S. N. Lane, and O. Sangfors. 2001. Environmental impacts and metal exposure of aquatic ecosystems in rivers contaminated by small scale gold mining: the Puyango River basin, southern Ecuador. *Science of The Total Environment* **278**: 239-261.
- Telmer, K., M. Costa, R. Simões Angélica, E. S. Araujo, and Y. Maurice. 2006. The source and fate of sediment and mercury in the Tapajós River, Pará, Brazilian Amazon: Ground- and space-based evidence. *Journal of environmental management* **81**: 101-113.
- Telmer, K., and M. Veiga. 2009. Chapter 6: World Emissions of Mercury from Artisanal and Small Scale Gold Mining.
- Tudesque, L., G. Grenouillet, M. Gevrey, K. Khazraie, and S. Brosse. 2012. Influence of small-scale gold mining on French Guiana streams: Are diatom assemblages valid disturbance sensors? *Ecological Indicators* **14**: 100-106.
- Veiga, M. M., and J. J. Hinton. 2002. Abandoned artisanal gold mines in the Brazilian Amazon: A legacy of mercury pollution. *Natural Resources Forum* **26**: 15-26.

## **Ascensão urbana na Amazônia: Manaus (1669-1893)**

Marcílio de Oliveira Sudério, Universidade de Brasília, marcelio.suderio@gmail.com

### **Resumo**

O presente trabalho de **História Social, Econômica e Política** é fruto da dissertação publicada em 2013, intitulada “Uma Narrativa Morfológica na Amazônia: Manaus, Ligações e Rupturas”. O objetivo do artigo é detalhar as recorrências e especificidades da história urbana da cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, no período compreendido entre 1669-1893. Pretende-se relacionar o panorama histórico à questão morfológica local, especificamente por meio da análise do sistema viário sedimentado na cidade sob a perspectiva da Teoria da Lógica Social do Espaço (Sintaxe do Espaço). O estudo é conduzido a partir de três questões de pesquisa: 1 - Qual a relação existente entre as conjunturas históricas da cidade de Manaus e a sua configuração urbana? 2 - Houve padrões no crescimento da mancha urbana da cidade e do seu sistema viário que correspondam a lógicas socialmente estabelecidas? 3 - Considerando um panorama de expansão, ao fim do recorte do estudo, qual o sistema viário resultante e seu correspondente desempenho para as atividades urbanas do cotidiano? A premissa orientadora assume que, por meio da investigação das alterações morfológicas da cidade de Manaus, tendo por base as estratégias de leitura e representação do espaço, que são fornecidas pelo escopo teórico, metodológico e ferramental, é possível analisar com maior precisão e materialidade os processos de transformação urbana apontados nos registros históricos do assentamento. Para o alcance das respostas, primeiramente, são discutidos os conceitos de história e cidade, primordiais à pesquisa, enquadrando a cidade objeto de estudo. Em seguida, analisa-se o recorte cronológico arbitrado no desenvolvimento urbano de Manaus: da sua fundação no século XVII a fins do século XIX. Finalmente, são apresentadas as conclusões, onde são retomados e relacionados os achados afeitos ao recorte, sendo também expostas as relações encontradas entre história e morfologia urbanas e o desenvolvimento do sistema viário.

Palavras-chave: história urbana, morfologia urbana, configuração, Sintaxe Espacial, Manaus.

## **Ascenso urbano en el Amazonas: Manaus (1669-1893)**

### **Resumen**

Este trabajo acerca de la **Historia Social, Económica y Política** es el resultado de la tesis publicada en 2013, titulado "Una narrativa morfológica Amazon: Manaus, enlaces y roturas." El objetivo de este artículo es detallar las características específicas y las recidivas de la historia urbana de la ciudad de Manaus, capital del estado de Amazonas, en el período comprendido entre 1669-1893. Se pretende relacionar los antecedentes históricos de la cuestión morfológica locales, específicamente a través del análisis del sistema de carreteras instalado en la ciudad desde el punto de vista de la teoría de la lógica social del espacio (Sintaxis Espacial). El estudio se llevó a cabo a partir de tres preguntas de investigación: 1 - ¿Cuál es la relación entre las coyunturas históricas de la ciudad de Manaus y su entorno urbano? 2 - ¿Hubo patrones en el crecimiento de la zona urbana de la ciudad y su sistema de carreteras que se correspondan con lógicas socialmente establecidas? 3 - ¿Considerando un panorama de expansión, al final del recorte del estudio, cual fue el sistema de carreteras resultante y cual su rendimiento en relación con las actividades urbanas de la vida cotidiana? La premisa guía asume que, a través de la investigación de los cambios morfológicos de la ciudad de Manaus, en base a las estrategias de lectura y representación del espacio, que son proporcionadas por la teoría, metodología y herramientas, se puede analizar con mayor precisión y materialidad los procesos de transformación urbana que se indican en los registros históricos de la ciudad. Para la gama de respuestas, primero, se discuten los conceptos y de la ciudad, enmarcando la ciudad como el objeto del estudio. A continuación, se analiza el recorte cronológico arbitrado en el desarrollo urbano de Manaus, desde su fundación en el siglo XVII hasta fines del siglo XIX. Por último, se presentan las conclusiones, que son los hallazgos relacionados con el recorte, y también se exponen las relaciones encontradas entre la historia y la morfología urbana y el desarrollo de la red de carreteras.

Palabras clave: historia urbana, morfología urbana, configuración, Sintaxis Espacial, Manaus.

## Urban rise in the Amazon: Manaus (1669-1893)

### Abstract

The present work about **Social, Economic and Political History** is the result of the dissertation published in 2013, entitled "Morphological Narrative in the Amazon: Manaus, Links and Ruptures". The purpose of the article is to detail the recurrences and specificities of the urban history of the Manaus city, Amazonas state capital, in the period between 1669-1893. It is intended to relate the historical panorama to the local morphological question, specifically through the analysis of the sedimentary road system in the city from the perspective of Social Logic of Space Theory (Space Syntax). The study is based on three research questions: 1 - What is the relation between the historical conjunctures of the city of Manaus and its urban configuration? 2 - Have there been patterns in the growth of the city's urban spot and its road system that correspond to socially established logics? 3 - Considering a panorama of expansion, at the end of the study cut, what are the resulting road system and its corresponding performance for everyday urban activities? The guiding premise assumes that, through the investigation of the morphological changes in the Manaus city, based on the strategies of reading and representation of space, which are provided by the theoretical, methodological and tooling scope, it is possible to analyze with greater precision and materiality the processes of urban transformation, pointed out in the historical records of the settlement. To reach the answers, the first discuss is the concepts of history and city, primordial to the research, framing the city object of study. The following is an analysis of the chronological cut used in the urban development of Manaus: from its foundation in the 17th century to the end of the 19th century. Finally, the conclusions are presented, where the findings related to the clipping are resumed and related, being also exposed the relationships found between urban history and morphology and the development of the road system.

Keywords: urban history, urban morphology, configuration, Space Syntax, Manaus.

## 1- Introdução

O presente trabalho aborda as áreas da História e da Morfologia urbanas e seu principal objetivo é investigar as relações entre as conjunturas históricas e a morfologia da cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, na região Norte do Brasil, entre meados do século XVII e a última década do século XIX. O período é emblemático e transformador para a cidade e contempla momentos de grandes expansões econômicas regionais, a exemplo do Ciclo da Borracha, que em muito influenciou na estrutura urbana local e foi, em âmbito maior, reflexo das relações da região e do Brasil com o contexto do capitalismo internacional.

Este artigo origina-se das pesquisas desenvolvidas na dissertação, em um processo contínuo de revisão dos apontamentos ali debatidos. A metodologia deste texto acompanha o que foi apresentado no original; assim, é fundamentada na revisão de literatura, por meio de autores que investigam as cidades em seus aspectos históricos e morfológicos, e especificamente estudiosos da cidade de Manaus, em seu caráter urbano, no período em questão. Também foram priorizados autores que se debruçam sobre a Teoria da Lógica Social do Espaço (Sintaxe do Espaço), desenvolvida originalmente por Bill Hillier e Julienne Hanson (HILLIER e HANSON, 1984; HOLANDA, 2002; MEDEIROS, 2006), aplicada às questões de análise da forma construída. O método fundamentou-se ainda na interpretação da cartografia de época, em fontes iconográficas e nos dados obtidos a partir do software Depthmap®<sup>1</sup>. O conjunto de informações obtidas é analisado por meio de variáveis.

As variáveis – morfológicas e sintáticas – são interpretadas por meio dos seguintes atributos: Informações (complemento explicativo sobre a variável); Abrangência (em função do recorte espacial de análise; no caso da pesquisa sobre Manaus, a abrangência é o sistema todo, o que corresponde ao mapa – completo – de leitura das relações); Natureza (refere-se ao tipo de variável, se geométrica, traduz-se em qualidades físicas de dimensão, tamanho; se topológica, traduz-se em questões relacionais e de interdependência entre partes); e Análise (no caso da pesquisa, apenas quantitativa, assim sendo, objeto de mensuração estatística).

Segue a listagem do conjunto elencado de variáveis. Do escopo morfológico, advêm as seguintes: Área; Orientação do conjunto; Quantitativo de quadras; Forma da quadra: padrão; Forma da quadra: desvio; Quantitativo de edificações; Edificações destacadas; Implantação padrão do edifício; Quantitativo de vias; Via(s) primária(s); Centralidade. Por sua vez, as variáveis sintáticas são: Área do sistema; Número de eixos; Comprimento total

<sup>1</sup> Aplicativo usado em computadores PCs, especialmente programados para o cálculo das matrizes de interseções oriundas do conjunto de retas extraído da trama urbana de vias de um assentamento urbano.

dos eixos; Tamanho médio dos eixos; Compacidade A;  $R_n$  (médio);  $R_n$  (máximo) e  $R_n$  (mínimo);  $R_n$  médio (base 100); Sinergia ( $R_3$  &  $R_n$ ) ( $R^2$ ); Inteligibilidade ( $R_n$  & conectividade) ( $R^2$ ).

O trabalho justifica-se por colaborar para a construção do conhecimento sobre Manaus. O assentamento é atualmente a maior cidade da Amazônia, sétimo município mais populoso do Brasil e polo urbano do qual irradiam decisões que diretamente refletem nos destinos de um dos ecossistemas mais importantes do planeta.

## **2- Aspectos conceituais, históricos e metodológicos**

É necessário balizar o que é entendido no artigo como História, em seus enfoques, regional e urbano, e quais são as escolhas procedidas para associar, aos mesmos, o objeto da pesquisa – a cidade de Manaus. O conceito de história é baseado em José D’Assunção Barros, em “O Campo da História” (BARROS, 2008), quando denomina de Campo Histórico o universo de construção do conhecimento histórico e o ancora numa tríade conceitual: as dimensões, as abordagens e os domínios. Interessa à pesquisa sobre cidades esclarecer os três conceitos trazidos por Barros e visualizar, a partir daí, onde e como podem ser desenvolvidas investigações históricas sobre a questão urbana e que tipo de relação a arquitetura e o urbanismo desenvolvem com esses conceitos e, por fim, com a esfera maior, o Campo Histórico.

### **2.1- História e Cidade**

Barros define as dimensões no Campo Histórico como “um tipo de enfoque ou um ‘modo de ver’ (ou algo que se pretende ver em primeiro plano na observação de uma sociedade historicamente localizada)” (BARROS, 2008, p. 20). Para o autor, “uma abordagem implica em um ‘modo de fazer a história’ a partir dos materiais com os quais deve trabalhar o historiador (determinadas fontes, determinados métodos, determinados campos de observação)” (BARROS, 2008, p. 20). Sobre os domínios, afirma: “um domínio corresponde a uma escolha mais específica, orientada em relação a determinados sujeitos ou objetos para os quais será dirigida a atenção do historiador (campos temáticos como o da ‘história das mulheres’ ou da ‘história do Direito’)” (BARROS, 2008, p. 20).

Kevin Lynch, em “A Boa Forma da Cidade”, ao tratar o que chama de “valores da forma na história urbana”, elucida sobre o salto civilizatório que originou as primeiras cidades, defendendo-o como “um percurso único e independente, utilizado por várias vezes, de modo independente, ao longo da história humana” (LYNCH, 1981, p.14).

Baseado na ideia de um tronco em comum nesse processo, ocorrido em paralelo em regiões distintas do globo, como a China e a Meso-américa, o autor descreve os passos do referido processo como:

[...] o percurso clássico e independente parece ter-se iniciado a partir de uma sociedade camponesa e estabelecida, capaz de produzir um excedente alimentar e que, em santuários e rituais locais, articulou as suas ansiedades difusas sobre a fertilidade, a morte e os desastres naturais com a continuidade da comunidade humana (LYNCH, 1981, p.14).

Ao associar o surgimento da cidade à ideia de local sagrado, de resposta à expectativa, o autor aponta o alicerce – simbólico – dos assentamentos urbanos. A urbe surge, assim, como resposta física a necessidades simbólicas, não físicas; diferentemente, por exemplo, do cultivar a terra para obter alimento, ação com retorno palpável.

Uma vez erguida, a cidade-resposta é valor e engendra atitudes. Lynch (1981) reforça essa afirmação ao defender que:

O ambiente físico desempenha um papel fundamental em toda esta manifestação. É a base material da ideia religiosa, o estímulo emocional que liga os camponeses ao sistema. A cidade é um “local grandioso”, uma libertação, um novo mundo e também uma nova opressão. Portanto, a sua disposição no terreno é cuidadosamente planeada para reforçar o sentimento e temor e para constituir um enquadramento magnífico da cerimónia religiosa (LYNCH, 1981, p.15).

O cenário europeu no início da Idade Moderna encerrava uma contradição: o profícuo surgimento de teorizações e modelos que explicavam e propunham objetos, inclusive cidades, em contraste com a pouca necessidade de grandes intervenções urbanas. “Na Europa já existem as cidades e as benfeitorias territoriais criadas na Idade Média, que bastam para as necessidades da sociedade renascentista, [e] são modificadas só em parte” (BENÉVOLO, 1999, p. 469). Já no cenário extra-europeu ocorre o inverso: há muito que se propor e construir em urbanização, porém faltam especialistas para levar e aplicar no Novo Mundo os frutos da pesquisa europeia.

Benévolo, no que se refere aos territórios coloniais portugueses, aponta que estes últimos desenvolveram formas de se apossar de sítios que constituiriam, posteriormente, cidades, apresentando-os como pontos estratégicos em terra firme para o controle comercial marítimo<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Ambos apresentam as cidades frutos da expansão europeia como partes de projetos de uma empreitada de colonização.

Os portugueses, em seu hemisfério, encontram territórios pobres e inóspitos (sobretudo a África Meridional) ou então, no Oriente, Estados populosos e aguerridos que não podem ser conquistados; assim, fundam somente uma série de bases navais, para controlar o comércio oceânico, e não têm condições de realizar uma verdadeira colonização em grande escala (BENÉVOLO, 1999, p.475).

Hespanha (1998), quando discute a questão do poder nas relações estabelecidas entre os colonizadores europeus e as terras conquistadas, sintetiza sua estrutura, apontando que “o império português constitui o exemplo mais característico de um império marcado, ao mesmo tempo, pela descontinuidade espacial, pela economia de meios e por coexistência de modelos institucionais”. (HESPANHA, 1998, p.351).

Não se trata, portanto, da falta de projeto, mas sim da “forma” de assentamento necessária a um projeto maior, de manter funcionando uma grande rede baseada numa expressa flexibilidade em estratégias de ocupação. As bases portuguesas no extremo oriente ilustram essa característica por apresentarem, enquanto projeto e obra, uma ideia simples de assentamento: defesa perimetral, acesso direto à água, disposição interna com relativa regularidade, variando conforme conjunturas locais, físicas ou políticas<sup>3</sup>.

O exemplo brasileiro trazido por Benévolo ilustra o Rio de Janeiro no século XVII assentado num sítio propício à defesa de ataques vindos do mar ou da terra. O território é ocupado por várias fortalezas próximas, entre as quais era edificada a cidade propriamente dita. Percebe-se que a malha constituída por ruas e quadras apresenta relativa regularidade, permitida pela topografia.

Destaca-se uma diferença na disposição do assentamento: o fato de não ser encerrado por muralhas, parcial ou totalmente perimetrais, mas pela colocação das fortalezas na entrada da Baía de Guanabara, tendo, como pano de fundo, os morros. O sítio é nesse caso, em parte, a própria muralha.

A primeira capital brasileira, Salvador (fundada em 1549), foi anteriormente assentada com a mesma lógica, por aproveitar os elementos do relevo e da hidrografia como estratégias de defesa. A configuração da malha de arruamentos denota relativa regularidade por justamente se adequar ao sítio.

## **2.2- A Emergência da Amazônia e de Manaus**

É nesse contexto de adaptação europeia aos novos mundos que a Amazônia passa a fazer parte das expectativas do Velho Mundo e, conseqüentemente, das experiências

---

<sup>3</sup> A espacialização das várias formas de domínio colonial português, a exemplo das capitânicas-donatárias, feitorias, municípios e fortalezas, dependia das condições oferecidas pelos sítios físicos, resistência, ou não, dos nativos e da maior ou menor pressão de concorrentes comerciais.

urbanas. A hidrografia da região foi o grande agente modelador dos sítios naturais e, por conseguinte, dos assentamentos urbanos implantados.

Manaus foi fundada 1669 com a construção do Forte de São José da Barra do Rio Negro, em torno do qual foi erguida a primeira Igreja Matriz. Diferentemente de Belém, a carta mais antiga sobre Manaus data de 1844: ali os locais de construção do forte e da Igreja são representados, ainda que, à época, já fossem ruínas.

Manaus mantinha, ainda em meados do século XIX, feições urbanas pouco alteradas desde a época de sua fundação. Sua frágil evolução econômica e a proeminência de Belém sobre a região amazônica contribuiu para preservar o arranjo físico erguido nos séculos XVII e XVIII.

Em comum com o arranjo físico de Belém, percebe-se a disposição próxima entre a fortaleza (marcação em vermelho às margens do Rio Negro) e a Igreja (marcação em vermelho no interior do sítio): os primeiros poderes representativos edificadas no assentamento.

Ao invés da unidade conferida pelo perímetro em muralha, a mancha apresenta-se separada em platôs entrecortados por igarapés e unidos por pontes; em cada platô, o arruamento tende para a regularidade de malhas ortogonais, que se adaptam ao recorte da barra do Rio Negro.

A análise comparativa feita por Sudério (2013) ratifica o arranjo de proximidade entre os dois edifícios; aponta ainda outra característica morfológica, símbolo das cidades na Amazônia e recorrente em Manaus: a necessidade de intervir na barra do rio, principal espaço de acesso (entrada e saída) e comunicação da cidade ribeirinha com o mundo.

A intervenção na margem do rio (barra ou barranca) representa o processo de adaptação da cidade amazônica ao sítio natural e é claramente processo “vivo”, ainda ocorrente no presente, principalmente em sítios urbanos pequenos, caso da maioria das cidades ribeirinhas da região<sup>4</sup>.

Essa característica geográfica é recorrente nas regiões do planeta banhadas por rios ou oceanos e, na Amazônia, repete-se tanto nos cursos dos grandes rios da região, quanto ao longo dos braços de rios menores, chamados localmente de igarapés. O processo natural de depósito e escavação do solo das margens, feito pela água das correntezas, está

<sup>4</sup> A palavra barranca é uma variação de barranco, termo que, dentre as muitas definições admitidas, é citado como “lugar cavado por enxurradas ou por outra causa, escavação natural, precipício, obstáculo”. Por sua vez a definição, em geografia, da palavra Barra é: banco de sedimentos de origem fluvial ou marítima que se deposita por ação da natureza, através do encontro entre dois componentes físicos do meio natural: a terra e a água. A barranca geologicamente tende a instabilidade; esse caráter geográfico foi e é determinante na formação da paisagem urbana das cidades amazônicas.

ligado ao movimento de cheia e vazante dos rios, o qual muda radicalmente a paisagem e até o acesso a certos locais ao longo do ano.

Essa peculiaridade levou, na maioria dos casos, à escolha preferencial de certos tipos de sítio para o assentamento das cidades na Amazônia, os sítios altos e de terra firme, adjacentes aos cursos d'água; provavelmente essa escolha é também influenciada pelo fenômeno das terras caídas<sup>5</sup>.

O domínio ou a adaptação física desse fragmento da paisagem, a barranca, apresenta-se como um dos primeiros traços morfológicos das cidades amazônicas, banhadas por orla fluvial ou oceânica. O estabelecimento desse primeiro arranjo formal determinará, por vezes, o acesso ao assentamento, que, na região, dá-se principalmente por hidrovia. Para muitas cidades, o domínio da barranca significa o controle do principal meio de entrada e saída do núcleo.

Manaus segue a lógica de adaptação e o seu núcleo foi construído em terreno alto e firme; seu arranjo físico inseriu-se sobre a barranca, acesso entre o Rio Negro e o platô onde foram construídos o Forte e a primeira Igreja Matriz, pois "a igreja era uma 'construção bem bonita', com uma praça em frente e o forte ao lado" (ORBIGNY *apud* MESQUITA, 1997, p.12).

Esta é a gênese morfológica de Manaus: a intervenção na Barra do Rio Negro, a locação das principais edificações em pontos de defesa e resguardo. Em síntese, um lugar que, paralelamente, se edifica pela adequação ao meio físico, e por sua intervenção.

Por meio da associação entre a noção de cidade como desígnio existente à satisfação de um projeto maior e o conceito de valor trazido por Lynch (1981), aponta-se que, historicamente, "logo que se concebeu a ideia de cidade, a própria noção adquiriu novas funções e novos valores" (LYNCH, 1981, p. 19).

A estrutura física exibida por Manaus, herdada da modernidade e mantida até meados dos oitocentos, exemplifica função e valor alinhados ao seu desígnio, pois sobre as cidades coloniais:

O novo aglomerado urbano é criado para controlar um recurso ou para atenuar o excesso de população do local de origem. É um pequeno espaço de ordem familiar numa região impessoal e estranha, e, por isso, as principais preocupações relacionam-se com a segurança, com a extração

<sup>5</sup> O termo "Terras Caídas" é genérico e, em geral, refere-se à queda dos barrancos das margens dos rios. Comumente estes barrancos são formados por depósitos de areia e lama chamados de barras, ou pontais, acumulados pelo próprio rio durante os períodos de cheias. Tal fenômeno influencia a escolha dos sítios para o assentamento de cidade na Amazônia: o terreno alto, seco e imediato à margem configura-se o melhor local para se iniciar uma cidade.

eficiente do recurso pretendido e com uma localização clara do local e dos produtos, para que possa ser instalada uma sociedade funcional tão rapidamente quanto possível (LYNCH, 1981, p.19).

A cidade da Amazônia, na modernidade, é a cidade do projeto. Fruto da expansão do comércio europeu, seu arranjo configuracional<sup>6</sup> reflete o caráter de peça de uma engrenagem maior, essa é a sua principal instituição urbana.

Os assentamentos coloniais modernos são o que precisam ser para a sustentação de rotas comerciais marítimas. São pontos em terra, de recepção e emissão de mercadorias e pessoas; governados e protegidos pela força militar e pela fé cristã.

O arranjo da malha não é pouco pretencioso, é econômico. É também, nos primeiros momentos de existência dos núcleos, um complemento físico mínimo; consequência necessária à existência humana, mais atrelada ao que e a quem chega e sai.

### **3- História de Manaus: Periodização e Identificação de Mapas**

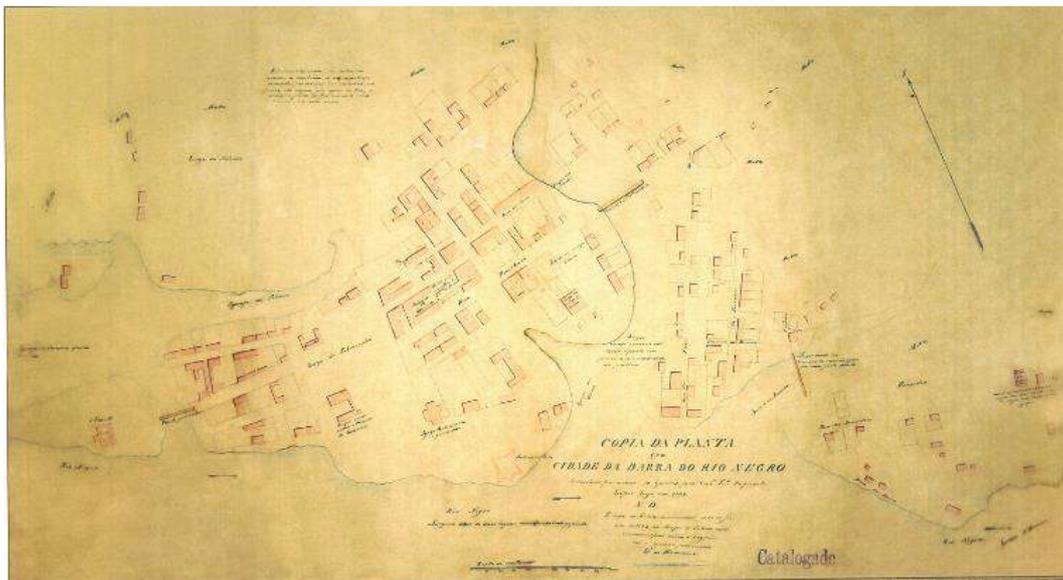
A história da cidade de Manaus começa com a fundação da Fortaleza da Barra do Rio Negro em 1669, pelo Capitão Francisco da Mota Falcão em contexto já exposto no tópico História da Amazônia<sup>7</sup>. A partir desse ponto, o texto apresenta um panorama histórico das transformações físicas ocorridas na cidade e a base cartográfica sobre a qual a pesquisa foi construída. As questões mais detalhadas, relativas à morfologia do tecido urbano dentro de cada recorte de tempo, serão analisadas na sequência.

#### **3.1- O primeiro momento morfológico de Manaus**

O primeiro mapa (Mapa Morfológico 01) aponta um arranjo urbano conformado, primeiramente, por três elementos espaciais: a barranca do rio Negro (orla da cidade), o sistema de igarapés que corta o sítio em conjunto com a ribeira e delimita os platôs edificáveis, e a situação das cotas mais altas, escolhidas para assentar as principais edificações e ruas.

<sup>6</sup> O termo é usado nesse momento do texto em sentido amplo; engloba e pode ser associado tanto à Morfologia Urbana quanto à Sintaxe do Espaço.

<sup>7</sup> A literatura aqui referenciada para expor a história da cidade é diversa, mas alguns autores são destacados pelo detalhado relato. Dentre os historiadores que produziram obras sobre Manaus, destacam-se os trabalhos de Agnello Bittencourt, em “Fundação de Manaus: Pródromos e Sequências”; Ednéa Mascarenhas Dias, em “A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920”; Mário Ypiranga Monteiro com dois trabalhos “Fundação de Manaus” e “Arquitetura: Tratado sobre a Evolução do Prédio Amazonense”; Otoni Moreira de Mesquita, com dois trabalhos de destaque “Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910” e “La Belle Vitrine: Manaus entre Dois Tempos (1800-1900).



Mapa Morfológico 01. O primeiro momento morfológico de Manaus. Fonte: DUARTE, 2009.

Em conjunto, esses fatores sedimentam uma tradição primeira no assentamento do traçado de Manaus: a compartimentação de seu tecido em conjuntos separados, exibida pelos platôs, compostos por ruas paralelas e transversais aos sentidos da orla do rio Negro e principalmente aos cursos dos igarapés que adentravam o sítio.

Esses conjuntos edificados, isolados em extratos, compõem a área nascedouro da cidade, que exibe certa heterogeneidade na orientação do arruamento. Tal processo de adequação do tecido urbano à hidrografia é percebido em vários estágios de desenvolvimento da cidade, daí a afirmação de existência de “uma tradição primeira”.

O tecido urbano de Manaus evoluiu entre 1669 e 1844, ligando, através de pontes, compartimentos soltos que seguiram a lógica da topografia (cota mais alta) no assentamento da principal via de cada platô, a partir da qual eram dispostas as edificações e as ruas secundárias.

A Tabela Morfológica 01 apresenta as variáveis elencadas na análise morfológica do Mapa 01, e aponta as considerações quantitativas/qualitativas<sup>8</sup> levantadas e discutidas nos parágrafos anteriores, conformando uma síntese de informações. O Mapa Axial 01 e a Tabela Sintática 01 resumem o panorama de aspectos quantitativos/qualitativos, elencados para as categorias consideradas pela Sintaxe de Espaço.

<sup>8</sup> Variáveis como “forma da quadra: desvio”, são percebidas como qualidades exibidas pelo sítio, por isso, mesmo compondo quantidades, acrescentam à análise esfera mais ampla, que contempla unidades morfológicas (quadras) de comportamento peculiar, o que muito colabora para delinear as especificidades do sítio em análise.

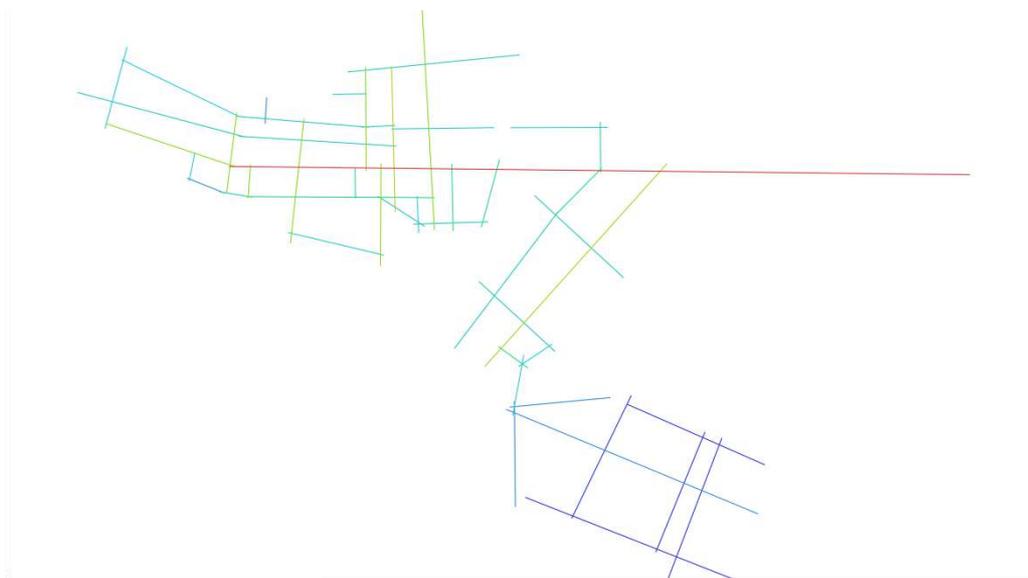
**TABELA MORFOLÓGICA 1**

<b>MAPA MORFOLÓGICO 01 (1844-1856)</b>					
GLEBA	PLATÔ 01 (fatia 01) EXTRATO VERMELHO	PLATÔ 01 (fatia 02) EXTRATO LARANJA	PLATÔ 02 EXTRATO AZUL	PLATÔ 03 EXTRATO VERDE	TECIDO INTEIRO TOTAL DOS 4 EXTRATOS
VARIÁVEL					
ÁREA (km <sup>2</sup> ) (1)	0,125	0,065	0,065	0,1	0,68
ORIENTAÇÃO DO CONJUNTO (em relação ao eixo das vias mais extensas)	LESTE-OESTE e SUDESTE- NOROESTE	NORTE-SUL	NORDESTE- SUDOESTE	SUDOESTE- NOROESTE (aproximado)	VARIADO
QUANTITATIVO DE QUADRAS	16	10	8	9	43
FORMA DA QUADRA: PADRÃO	RETANGULAR	RETANGULA R	RETANGULA R	RETANGULAR e QUADRANGULA R	RETANGULAR (predomínio) QUADRANGULA R
FORMA DA QUADRA: DESVIO	POLÍGONO IRREGULAR	POLÍGONO IRREGULAR	TRAPEZOID AL e POLÍGONO IRREGULAR	POLÍGONO IRREGULAR	POLÍGONO IRREGULAR
QUANTITATIVO DE EDIFICAÇÕES (2)	81	60	49	18	208
EDIFICAÇÕES DESTACADAS	3	0	0	2	5
IMPLANTAÇÃO PADRÃO DO EDÍFÍCIO	FRENTE DO LOTE	FRENTE DO LOTE	FRENTE DO LOTE	FRENTE DO LOTE e CANTO DO LOTE	FRENTE DO LOTE e CANTO DO LOTE
QUANTITATIVO DE VIAS	12	5	5	5	27
VIA(S) PRIMÁRIA(S)	AV. SETE DE SETEMBRO	AV. SETE DE SETEMBRO	AV. MARECHAL DEODORO	RUA MIRANDA LEÃO	AV. SETE DE SETEMBRO
CENTRALIDADE DO EXTRATO	CONJUNTO PRAÇA- AVENIDA	CONJUNTO DE VIAS (tríade)	CONJUNTO DE VIAS (dupla)	CONJUNTO IGREJA-LARGO	CONJUNTO DE VIAS (tríade)
QUANTITATIVO DE PONTES (3)	1	1	3	2	4

(1) O método de medição da área do sistema variou entre a análise morfológica e a sintática, o que levou a pequenas diferenças nos valores representados para a variável nas duas tabelas. O fato de o total da mancha não coincidir com o somatório numérico dos valores parciais decorre de o total da mancha ser fruto de medição que inclui os espaços intersticiais entre extratos e aquele ocupado pelo eixo "Caminho da Cachoeirinha".

(2) O quantitativo de edificações pode apresentar pequena margem de erro em função da qualidade visual das cartas analisadas.

(3) Em relação ao número de pontes, esclarece-se que uma mesma ponte é elencada mais de uma vez por servir de acesso a mais de um extrato dentre os analisados.



Mapa Axial 01: (variável de integração  $R_n$ ); a ratificação da importância da Av. Sete de Setembro.

**TABELA SINTÁTICA 1**

<b>MAPA AXIAL 01 (1844-1856)</b>	
POPULAÇÃO ESTIMADA	3.000 habitantes
FONTE DA POPULAÇÃO ESTIMADA	OTONI MESQUITA
FONTE DA BASE CARTOGRÁFICA	DURANGO DUARTE
CRÉDITO DO MAPA AXIAL	MARCÍLIO SUDÉRIO
ÁREA DO SISTEMA (km <sup>2</sup> ) POLÍGONO	0,5
NÚMERO DE EIXOS	53
COMPRIMENTO TOTAL DOS EIXOS (km)	9,2
TAMANHO MÉDIO DOS EIXOS (km)	0,2
COMPACIDADE A (Quantidade linhas por km <sup>2</sup> )	91,5
$R_n$ (médio)	1,237
$R_n$ (máximo)	2,423
$R_n$ (mínimo)	0,587
$R_n$ médio (base 100)	35,39
SINERGIA ( $R_3 \& R_n$ ) ( $R^2$ )	75%
INTELIGIBILIDADE ( $R_n \& \text{conectividade}$ ) ( $R^2$ )	38%

O primeiro momento de análise do sítio urbano de Manaus revela recorrências referentes a sítios urbanos de origem colonial portuguesa, e especificidades de inserção e desenvolvimento físico, a contar um “modo de fazer cidades”, balizado pelo meio natural amazônico. Na impossibilidade de estabelecer um comparativo entre o Mapa Axial 01 e outra representação de período anterior, para, através do contraponto, mensurar o

desenvolvimento do arranjo físico da cidade, opta-se por fazê-lo ao fim da análise do Mapa Axial 02.

### **3.2- O início do Quadrilátero Idílico**

Com o aumento de interesse pela borracha da região, a cidade cresceu em população e mancha urbana; o Mapa de 1879 (Mapa Morfológico 02) representa esse crescimento e expõe uma grande área quadrangular expandida no sentido norte, tendo como eixo leste-oeste a atual Avenida Sete de Setembro e eixos norte-sul as atuais Avenidas Epaminondas (a leste) e Joaquim Nabuco (a oeste).



Mapa Morfológico 02. Mapa de 1879: destaque dentre as fontes pesquisadas. Fonte: DUARTE, 2009.

Nota-se que esse acréscimo configura-se, ao mesmo tempo, ligação e ruptura morfológica, uma vez que existe solução de continuidade<sup>9</sup> entre a malha criada e o tecido existente, e, contrastando com essa continuidade, ocorre um deliberado redirecionamento do crescimento da cidade, que passa a ter o norte como rumo. Esse quadrilátero estabelece uma ligação com – e entre – os três platôs de arruamentos e edificações, já consolidados e expostos pelos mapas de 1844, 1845, 1852 e 1856. Mesquita (2009) aponta nessa expansão uma intenção: “[...] ainda que se possa observar a indicação de uma grande área regulamente demarcada no mapa de 1879 [...], sugerindo a projeção de um plano de

<sup>9</sup> Os dois termos – ligação e ruptura – são indissociáveis, pois entende-se que, principalmente na construção de tramas viárias, existe feição clara do ciclo urbano: criação, alteração, repaginação/destruição, que é basicamente constituído por prolongamentos das tramas anteriores (a ligação), ou por sua alteração (a ruptura).

crescimento em direção ao Norte, nota-se, entretanto, que nada fora implementado” (MESQUITA, 2009, p.174).

A Tabela Morfológica 02 apresenta a aplicação das variáveis morfológicas, bem como o Mapa Axial 02 e a Tabela Sintática 02 sintetizam os aspectos sob a luz da Sintaxe Espacial.

**TABELA MORFOLÓGICA 02**

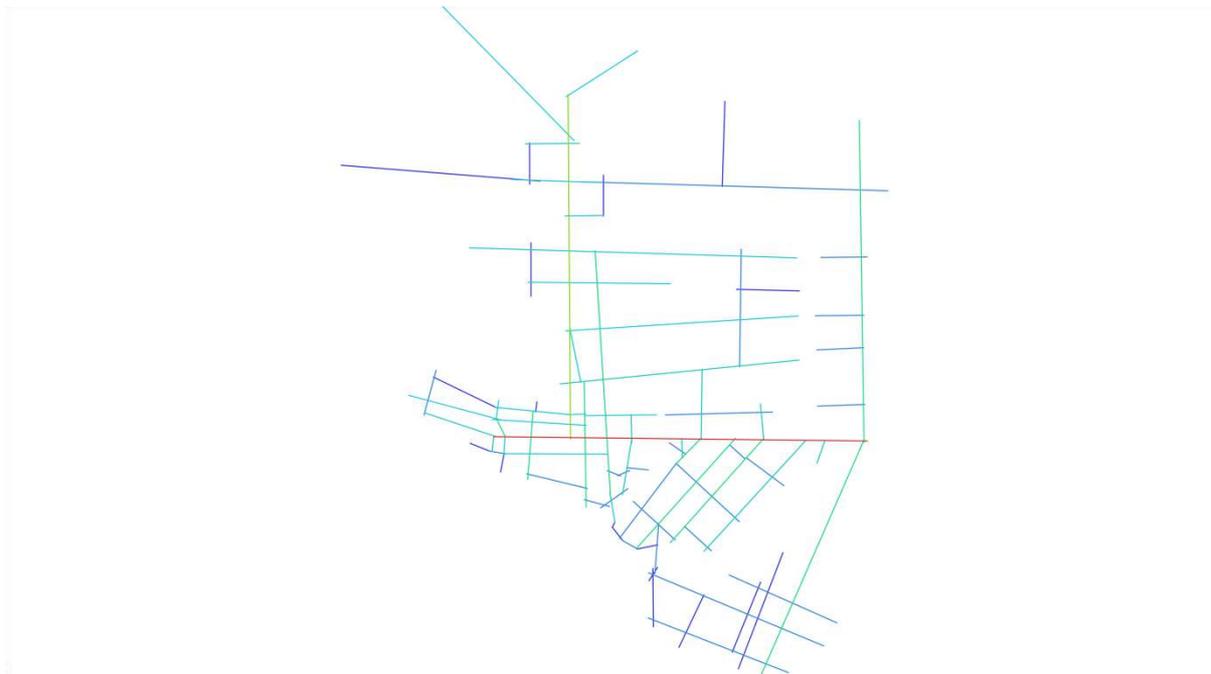
MAPA MORFOLÓGICO 02 (1879)					
GLEBA	AGLOMERAÇÃO 01	AGLOMERAÇÃO 02	AGLOMERAÇÃO 03	EXPANSÃO NORTE	TOTAL DA MANCHA
VARIÁVEL					
ÁREA (km <sup>2</sup> ) (1)	0,145	0,125	0,021	1	1,52
ORIENTAÇÃO DO CONJUNTO (em relação ao eixo das vias mais extensas)	LESTE-OESTE	NORDESTE-SUDOESTE	NORDESTE-SUDESTE (aproximado)	NORTE-SUL	NORTE-SUL (predomínio por extensão da maior gleba)
QUANTITATIVO DE QUADRAS	17	12	9	30	68
FORMA DA QUADRA: PADRÃO	RETANGULAR	RETANGULAR	RETANGULAR e QUADRANGULAR	RETANGULAR e QUADRANGULAR	RETANGULAR e QUADRANGULAR
FORMA DA QUADRA: DESVIO	POLÍGONO IRREGULAR	TRAPEZOIDAL e POLÍGONO IRREGULAR	POLÍGONO IRREGULAR	POLÍGONO IRREGULAR	POLÍGONO IRREGULAR
QUANTITATIVO DE EDIFICAÇÕES (2)	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
EDIFICAÇÕES DESTACADAS	2	0	2	0	4
IMPLANTAÇÃO PADRÃO DO EDÍFÍCIO	FRENTE DO LOTE	FRENTE DO LOTE	FRENTE DO LOTE e CANTO DO LOTE	FRENTE DO LOTE e CANTO DO LOTE	FRENTE DO LOTE
QUANTITATIVO DE VIAS	9	8	5	26	48
VIA(S) PRIMÁRIA(S) (3)	(01) AV. SETE DE SETEMBRO	(01) AV. SETE DE SETEMBRO	(01) AV. SETE DE SETEMBRO	(04) AVENIDAS SETE DE SETEMBRO, RAMOS FERREIRA, EPAMINONDAS e JOAQUIM NABUCO	5
CENTRALIDADE DO EXTRATO	CONJUNTO DE VIAS (DUPLA): AV. SETE DE SETEMBRO E RUA MARQUÊS DE SANTA CRUZ, e O LARGO DA IGREJA MATRIZ	CONJUNTO DE VIAS (dupla): RUA MARECHAL DEODORO E GUILHERME MOREIRA	CONJUNTO DE VIAS (dupla): RUA MIRANDA LEÃO E BARÉS e O ESPAÇO DO LARGO DA IGREJA DOS REMÉDIOS	CONJUNTO DE VIAS (trio): AVENIDAS SETE DE SETEMBRO, EPAMINONDAS E RUA DA INSTALAÇÃO	8 VIAS E 2 LARGOS
QUANTITATIVO DE PONTES (4)	3	4	3	3	6

(1) O método de medição da área do sistema variou entre a análise morfológica e a sintática, o que levou a pequenas diferenças nas duas tabelas.

(2) A qualidade visual do Mapa 02 torna a contagem das edificações pouco fiel à realidade, em função disso opta-se por não incluir valor para a variável.

(3) Sobre o quantitativo de vias primárias considera-se a repetição da Av. Setembro e o desmembramento da Av. Joaquim Nabuco em dois segmentos.

(4) Em relação ao número de pontes, esclarece-se que uma mesma ponte é elencada mais de uma vez por servir de acesso a mais de um extrato dentre os analisados.



Mapa Axial 02. Destaque para variável de integração Rn. As gradações em vermelho e amarelo, correspondentes aos eixos Sete de Setembro e Epaminondas, ratificam o caráter de maior integração e importância assumido para essas vias, quando das análises histórico-morfológicas.

**TABELA SINTÁTICA 02**

DATA DO MAPA (TÍTULO)	MAPA AXIAL 01 (1844-1856)	MAPA AXIAL 02 (1879)
POPULAÇÃO ESTIMADA	3.000 habitantes	30.000 habitantes
FONTE DA POPULAÇÃO ESTIMADA	OTONI MESQUITA	IBGE
FONTE DA BASE CARTOGRÁFICA	DURANGO DUARTE	DURANGO DUARTE
CRÉDITO DO MAPA AXIAL	MARCÍLIO SUDÉRIO	MARCÍLIO SUDÉRIO
ÁREA DO SISTEMA (km <sup>2</sup> ) POLÍGONO	0,5	2,3
NÚMERO DE EIXOS	53	84
COMPRIMENTO TOTAL DOS EIXOS (km)	9,2	21,2
TAMANHO MÉDIO DOS EIXOS (km)	0,2	0,3
COMPACIDADE A (Quantidade linhas por km <sup>2</sup> )	91,5	37,2
Rn (médio)	1,237	1,662
Rn (máximo)	2,423	3,9
Rn (mínimo)	0,587	1,008
Rn médio (base 100)	35,39	22,6
SINERGIA (R3&Rn) (R <sup>2</sup> )	75%	93%
INTELIGIBILIDADE (Rn&conectividade) (R <sup>2</sup> )	38%	65%

Em termos de área, o crescimento exibido pelo Mapa Morfológico 02, de 1879, *grosso modo*, funda uma nova cidade, ao quintuplicar, como já citado, a mancha urbana, que perde o caráter pitoresco do sítio colonial. O perímetro da cidade denuncia uma nova forma de estabelecimento do urbano, que é imposta ao sítio, a partir do cruzamento, já existente, entre as vias Sete de Setembro e Epaminondas.

Reforçando a ideia de olhar o passado e avaliar o “presente”, correlacionam-se as variáveis morfológicas, forma da quadra e quantitativo de vias, às variáveis sintáticas, número de eixos e tamanho médio dos eixos.

Expõe-se que as duas primeiras variáveis engendram-se de modo a contribuir para o estabelecimento dos eixos viários mais importantes (Av. Epaminondas e Av. Joaquim Nabuco) ao norte do eixo de maior integração, a Av. Sete de Setembro.

As quadras passam da predominância retangular baseada na topografia dos extratos coloniais, à ortogonalidade crescente, rumo ao norte. Apesar da composição “espinha de peixe”, estabelecida entre os referidos eixos e as quadras “então nascentes”, a orientação dada pelos eixos referencia o surgimento de várias vias menores contribuindo assim para o incremento do quantitativo de vias, que salta de 27 (Mapa Morfológico 01), para 48 (Mapa Morfológico 02).

Por sua vez, o Mapa Axial 02 elenca 84 eixos com um tamanho médio de 0,3km, contra 48 eixos com tamanho médio de 0,2km do Mapa Axial 01.

Considerando que, na análise, denomina-se via um percurso, no qual se apresenta um ou vários segmentos (eixos), uma mesma via pode apresentar vários eixos. Assim defende-se, após análise comparativa das cartas, que na transição entre os Mapas 01 e 02, houve uma pequena redução na quantidade de eixos por via do sistema; o que aponta um número menor de conversões<sup>10</sup> necessárias para o percurso de extensões e no aumento do tamanho das vias.

O crescimento no número de vias foi de aproximados 77% e o aumento no tamanho médio dos eixos, na ordem de 50%. Tais números alinham-se à percepção de um arranjo mais regular. Por fim, o caráter mais retilíneo das vias surgidas influenciou na queda do número de eixos.

Em conjunto, essa dinâmica de queda na quantidade de segmentos por via, associada ao caráter ortogonal, apresentado na maioria dos arranjos da expansão norte, alinha-se ao aumento de 50% no tamanho médio dos eixos, uma vez que malhas ortogonais tendem a apresentar eixos mais extensos.

<sup>10</sup> As conversões equivalem aos cruzamentos entre segmentos representados ao longo de um eixo, independente do mesmo, no panorama de sua extensão apresentar formas mais sinuosas ou retilíneas.

Já as variáveis via(s) primária(s) e centralidade correlacionam-se com compacidade A, Rn (base 100), sinergia e inteligibilidade.

As vias primárias no Mapa 02 compõem um conjunto, em diferença ao status solitário da Av. Sete de Setembro, única destacada no Mapa 01. Esse conjunto aumenta a inteligibilidade do sistema, que passa de 38% para 65%, conforme Tabela Axial 02.

A expansão norte distancia-se do centro já estabelecido em torno da via Sete de Setembro, o que colabora para a queda da compacidade, de 91,5 para 37,2 (km por km<sup>2</sup>).

Também ocorre queda na integração Rn (base 100) apresentada para o Mapa 02, (22,60), em comparação ao Mapa 01 (35,39), o que aponta para uma maior heterogeneidade do sistema, uma vez que passa a haver maior diferenciação entre os polos de integração, conforme aponta Medeiros (2006).

O aumento no percentual da variável sinergia (que salta de 75% para 93%) indica que, mesmo configurando grande ruptura, o crescimento do tecido no período ainda encerra uma estrutura bem relacionada, em que as propriedades locais e globais se aproximam.

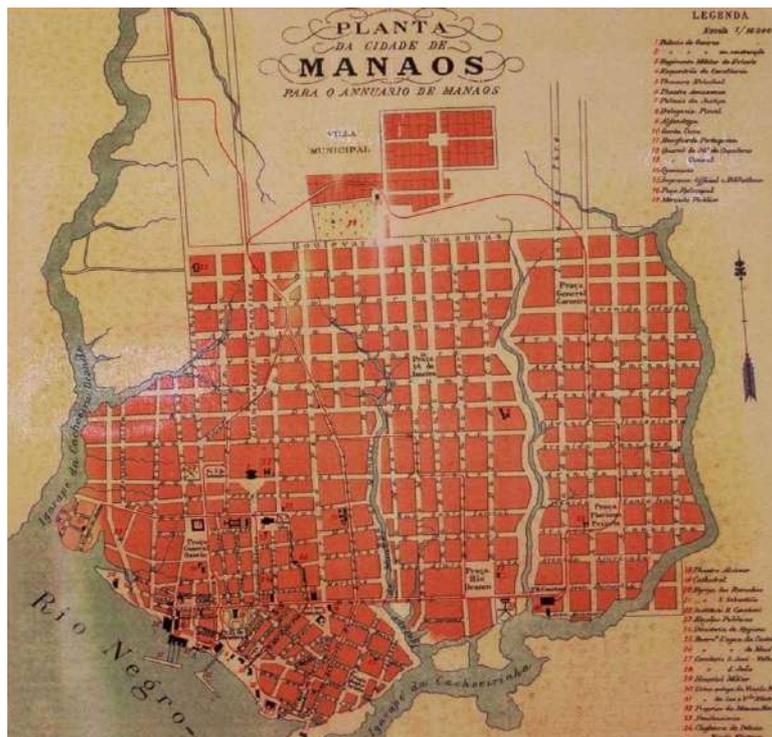
Em âmbito maior, ao comparar os dois mapas axiais, percebe-se a mudança de faixa cromática dos eixos ao sul da via Sete de Setembro; os segmentos dessa área, que apresentaram faixa na média ou acima da média de integração no Mapa Axial 01 (gradação em verde ou amarelo), são expostos na faixa verde ou azul no Mapa Axial 02; o que aponta redução no potencial agregador desses espaços numa perspectiva global.

Já a parte norte exhibe, para o mesmo mapa, um único eixo com gradação em amarelo, a Av. Epaminondas; faixa não conferida a nenhum eixo ao sul da Av. Sete de Setembro. Essa mudança é defendida como indício de deslocamento da centralidade do sítio para o interior do sistema.

Conclui-se que a análise do Mapa Morfológico 02 indica um conjunto de características trazidas com a inserção dos acréscimos da década de 1870, dentre as quais destacam-se duas dinâmicas, respectivamente morfológica e sintática: o aprofundamento da tendência de centralidade do sistema, distanciada da margem, e a queda da integração na área existente entre a orla do Rio Negro e o eixo Sete de Setembro com as demais partes do sítio.

### 3.3- A Paris dos Trópicos

Em sequência, apresenta-se o Mapa de 1893 (Mapa Morfológico 03), que confirma a execução do “projeto de expansão”, esboçado no mapa de 1879.



Mapa Morfológico 03: carta de 1893, recorrentemente defendida como símbolo da “Paris dos Trópicos”. Fonte: DUARTE, 2009.

O mapa chama a atenção para várias situações espaciais urbanas percebidas, principalmente em comparação com o mapa anterior. Destacam-se a rapidez do crescimento da malha, confirmada pelos mapas posteriores, com sedimentação do desenho apresentado nas cinco cartas apontadas, e a evidência da geometrização rigorosa e sistemática do conjunto, o que consolida a ideia de uma cidade-projeto.

Esse projeto teve suportes político-econômicos que se alinham ideologicamente ao desenho proposto. Nesse contexto de grande mudança física, as âncoras maiores (economia e política) foram simbolizadas pela proeminência de alguns vultos. A esse respeito Mesquita (2009) observa que “dentre os governadores do período estudado, destacamos a emblemática figura de Eduardo Ribeiro, apontando-o como responsável pelo desencadeamento do processo de modernização da cidade de Manaus” (MESQUITA, 2009, p.248).

A trajetória de ascensão pessoal de Ribeiro, conhecido como o Hausmann Mulato<sup>11</sup>, reflete o momento de reinvenção de Manaus. Em perspectiva mais panorâmica e crítica, Souza (2009) exhibe o contexto cultural do período indo ao encontro da feição de vitrine defendida por Mesquita.

Manaus foi a única cidade brasileira a mergulhar de corpo e alma na franca camaradagem dispendiosa da belle époque. Os coronéis, de seus palacetes, com um pé na cidade e outro no distante barracão central, pareciam dispostos a recriar todas as delícias, mesmo a peso de ouro (SOUZA, 2009, p. 262).

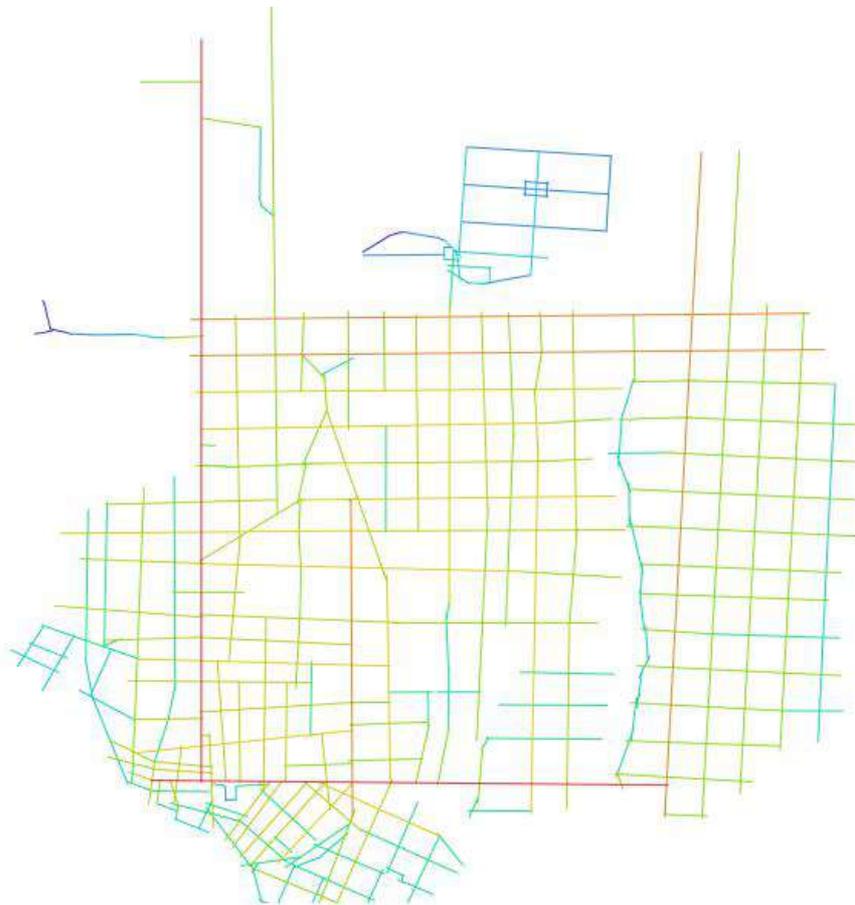
A Tabela Morfológica 03, o Mapa Axial 03 e a Tabela Sintática 03 apresentam a aplicação das variáveis metodologicamente previstas para as conclusões que seguem.

**TABELA MORFOLÓGICA 03**

MAPA MORFOLÓGICO 03 (1893-1915)						
GLEBA VARIÁVEL	PORTO	CENTRO	APARECIDA	CACHOEIRINHHA	VILA MUNICIPAL	TOTAL DA MANCHA
ÁREA (km <sup>2</sup> ) (1)	1,3	3,4	0,7	2,1	0,06	7,56
ORIENTAÇÃO DO CONJUNTO (em relação ao eixo das vias mais extensas)	NORTE-SUL, LESTE-OESTE e NORDESTE-SUDOESTE	NORTE-SUL	NORTE-SUL (desvio para noroeste)	NORTE-SUL	LESTE-OESTE	NORTE-SUL (predomínio)
QUANTITATIVO DE QUADRAS (2)	109	104	43	78	13	347
FORMA DA QUADRA: PADRÃO	RETANGULAR e QUADRANGULAR	RETANGULAR e QUADRANGULAR	RETANGULAR e QUADRANGULAR	QUADRANGULAR	RETANGULAR	RETANGULAR e QUADRANGULAR
FORMA DA QUADRA: DESVIO (3)	POLÍGONO IRREGULAR	POLÍGONO IRREGULAR	POLÍGONO IRREGULAR	POLÍGONO IRREGULAR	POLÍGONO IRREGULAR	POLÍGONO IRREGULAR
QUANTITATIVO DE EDIFICAÇÕES	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
EDIFICAÇÕES DESTACADAS (4)	13	3	1	0	2	19
IMPLANTAÇÃO PADRÃO DO EDIFÍCIO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
QUANTITATIVO DE VIAS (5)	47	35	20	20	11	98
VIA(S) PRIMÁRIA(S) (6)	6	10	4	8	2	30
CENTRALIDADE DA AGLOMERAÇÃO	CONJUNTO IGREJA PORTO	CONJUNTO DE VIAS	CONJUNTO DE VIAS	CONJUNTO DE VIAS	CONJUNTO IGREJA PRAÇA	CONJUNTO LARGOS VIAS
QUANTITATIVO DE PONTES	1	3	7	1	0	12

<sup>11</sup> Na obra "La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)", Otoni Mesquita dedica capítulo à vida e obra do referido político (MESQUISA, 2009).

- (1) O método de medição da área do sistema variou entre a análise morfológica e a sintática (poligonal convexa), o que levou a pequenas diferenças nos valores representados para a variável nas duas tabelas.
- (2) Em relação ao quantitativo de quadras destaca-se que em função da natureza visual da contagem podem ocorrer pequenos erros.
- (3) Em relação à forma da quadra-desvio, inclui-se o aspecto formal denominado “face curva”, quando do quantitativo de polígonos irregulares.
- (4) Em relação às edificações destacadas, o termo conjunto diz respeito a mais de um edifício, ou sua composição com largos, praças, vias.
- (5) Em relação ao quantitativo de vias, destaca-se que as vias perimetrais divisoras dos extratos são consideradas no total de cada análise, já no total, cada via é contada única vez.
- (6) Em relação às via(s) primária(s) ressalta-se que, quando da repetição de uma mesma via, elencada como “de integração” para mais de um extrato, foi feita subtração no total considerado.



Mapa Axial 03: período de 1893-1915. Destaque para variável de integração Rn. A gradação das cores indica maior potencial de copresença para as avenidas Sete de Setembro e Constantino Nery, Castelo Branco e Álvaro Maia.

**TABELA SINTÁTICA 3**

DATA DO MAPA (TÍTULO)	MAPA AXIAL 02 (1879)	MAPA AXIAL 03 (1893-1915)
POPULAÇÃO ESTIMADA	30.000 habitantes	50.000 habitantes
FONTE DA POPULAÇÃO ESTIMADA	IBGE	JOSÉ ALDEMIR DE OLIVEIRA
FONTE DA BASE CARTOGRÁFICA	DURANGO DUARTE	DURANGO DUARTE
CRÉDITO DO MAPA AXIAL	MARCÍLIO SUDÉRIO	MARCÍLIO SUDÉRIO
ÁREA DO SISTEMA (km <sup>2</sup> ) POLÍGONO	2,3	10,48
NÚMERO DE EIXOS	84	254
COMPRIMENTO TOTAL DOS EIXOS (km)	21,2	117,9
TAMANHO MÉDIO DOS EIXOS (km)	0,3	0,5
COMPACIDADE A (Quantidade linhas por km <sup>2</sup> )	37,2	23,5
Rn (médio)	1,662	1,547
Rn (máximo)	3,9	2,704
Rn (mínimo)	1,008	0,54
Rn médio (base 100)	22,6	46,51
SINERGIA (R3&Rn) (R <sup>2</sup> )	93%	90%
INTELIGIBILIDADE (Rn&conectividade) (R <sup>2</sup> )	65%	42%

As congruências percebidas entre as análises morfológicas (compostas por imagens, mapas e tabela) e as representações axiais são ratificadas quando da comparação entre os panoramas configuracionais trazidos pela Tabela Axial 03.

A Tabela Morfológica 03 aponta um crescimento de 75% no quantitativo de vias, que salta de 48 (Mapa Morfológico 02) para 84 no Mapa Morfológico 03. Já no total de via(s) primária(s) o aumento impressiona, pois salta do total de 05 (Mapa Morfológico 02) para 30 eixos elencados no Mapa Morfológico 03. Em conjunto, essas variáveis ratificam o “acréscimo” do tabuleiro.

As variáveis referentes à axialidade apontam também para ideia de crescimento. O número de eixos salta de 84 (Mapa Axial 02) para 254 no Mapa Axial 03; é notável o salto no comprimento total dos eixos, de 21,2km para 117,9km, um crescimento maior do que cinco vezes. Complementando o panorama, o tamanho médio dos eixos sobe de 0,2km (Mapa Axial 02) para 0,5km (Mapa Axial 03).

Os resultados indicam o surgimento de uma malha mais ampla, considerando que eixos mais extensos alinham-se à expectativa de menor quantidade de conversões (conexões em T), o que, por fim, denota uma malha mais fácil de ser permeada. Destaca-se que os apontamentos feitos são amparados no cruzamento de dados e também nas leituras e associações arbitradas pelo pesquisador.

Correlacionam-se as variáveis via(s) primária(s) e centralidade (morfológicas) às variáveis compacidade A, Rn(base 100), sinergia e inteligibilidade (sintáticas). Quando confrontadas em conjunto revelam congruências significativas.

As vias primárias no Mapa Morfológico 03 (1893-1915) compõem um conjunto muito maior e ortogonal do que aquele apresentado pelo Mapa Morfológico 02 (1879); mesmo composto por malha mais regular, o tecido todo apresenta queda no percentual de inteligibilidade, que cai de 65% para 42%.

Aponta-se como explicação para tal queda duas dinâmicas espaciais distintas e motivadas por aspectos diferenciados, mas que, em comum, limitam a existência de eixos globais (fator crucial para o desempenho da inteligibilidade, conforme explorado por MEDEIROS, 2006); a primeira delas é a “costura” oblíqua feita entre os eixos de acesso a orla, com angulação variada, existentes na península colonial, a partir da Via Sete de Setembro, e os novos eixos do tabuleiro, todos, de orientação norte-sul.

Esse ajuste viário segregou em dois blocos o tecido da cidade: um ao sul da Av. Sete de Setembro – que apresenta significativa quantidade de eixos nas gradações amarelo e azul – e outro ao norte, que, por sua vez, apresenta menor quantidade de eixos em azul, e maior em laranja. A última característica permite uma afirmação: o tecido do “Quadrilátero Idílico” integra-se melhor em suas partes intraperimetrais do que às malhas do tecido colonial.

Já a segunda dinâmica ocorre no interior do quadrilátero, em função da grande ruptura da malha de eixos leste-oeste, ocorrida pela presença do igarapé do Mestre Chico, que “impede” a continuidade de 07 eixos.

Em conjunto, as duas situações limitam a existência de eixos de integração que “vençam” a mancha em seus extremos, tanto norte-sul, quanto leste-oeste, o que, por fim diminui a inteligibilidade.

A variável compacidade A diminui de 37,2 para 23,5 (km por km<sup>2</sup>), essa queda ocorre em função do espriamento do tecido, desenvolvido em escala de quadras e vias, muito diferente daquela praticada nos tecidos coloniais e provinciais. Uma quadra do sítio colonial apresentava em média 13.000m<sup>2</sup>, já uma quadra do bairro da Cachoeirinha apresenta em média 22.500m<sup>2</sup>.

Com relação à integração ponderada, ocorre grande aumento, na ordem de mais de 100%; a variável Rn(base 100) para o Mapa Axial 03 é 46,51 em comparação ao valor 22,60, exposto para o Mapa Axial 02. Com o aumento do sistema, as diferenças entre os polos de integração são minimizadas, tendo em conta a solução de grelha assumida; o

cenário é o oposto àquele do Mapa Axial 02, em que a configuração do lugar acentuava as diferenças. No caso específico da transição entre os Mapas Axiais 02 e 03, defendemos que houve uma robusta diferenciação entre arranjos, por isso o referido aumento no valor da variável reside no grande acréscimo do tabuleiro e em função do número de eixos inseridos, o que, em certa medida, tornou o sistema mais equilibrado. A nova cidade, por sua envergadura, desloca a península histórica colonial para a condição de “periferia” na integração do sistema todo. A sinergia apresenta leve queda, de 93% para 90%, entretanto, conforma um cenário em que as propriedades globais e locais são aproximadas.

Destaca-se que o Mapa Axial 03 apresenta grande quantidade de eixos em gradação verde, faixa cromática situada na média entre os extremos considerados pela sintaxe. O fato explica a condição de deslocamento da integração para o interior do sistema, mais notadamente para as malhas ortogonais, a exemplo do bairro da Cachoeirinha. A ligação viária com o grande tabuleiro foi também o estabelecimento de outro padrão de integração local: a grelha. No aspecto da sinergia, o percentual de 90%, muito alto, apresenta um sistema bem integrado, o que permite apontar o projeto do tabuleiro como proposta bem resolvida de integração entre arranjos locais e o arranjo maior (global).

O panorama do sistema viário e da estrutura urbana exposta nas representações morfológica e axial, aqui apresentadas para o Mapa de 1893, permite indicar outro “centro integrado”, emoldurado pelas vias Sete de Setembro, ao sul; Epaminondas/Constantino Nery, a oeste; Álvaro Maia, ao norte, e pela dupla de eixos paralelos Castelo Branco e Carvalho Leal, a leste.

#### **4- Síntese de achados**

Os achados oriundos das interpretações morfológicas e sintáticas para a cidade de Manaus, entre 1669-1893, expõem uma dinâmica espacial peculiar que alterna momentos de expansão econômica, representados por etapas de crescimento e estabilidade da mancha urbana. Em termos de síntese, é possível consolidar os resultados obtidos nos seguintes parâmetros:

1 – O primeiro momento de análise do sítio urbano de Manaus (Mapa Morfológico 01: 1844) revela recorrências referentes a sítios urbanos de origem colonial portuguesa (processo de implantação do assentamento), e especificidades de inserção e desenvolvimento físico, a contar um “modo de fazer cidades” balizado pelo meio natural amazônico.

2 – A investigação do Mapa Morfológico 02 (1879) indica um conjunto de características trazidas por acréscimos da década de 1870, o que obriga a realização de uma série de ajustes na articulação do conjunto urbano. Aqui se destacam duas dinâmicas morfológicas: o aprofundamento da tendência de centralidade do sistema distanciada da margem, e a queda da integração na área existente entre a orla do Rio Negro e o eixo Sete de Setembro com as demais partes do sítio.

3 – O panorama do sistema viário e da estrutura urbana exposto nas representações associadas ao Mapa Morfológico 03 (1893) permite indicar outro “centro integrado”, emoldurado pelas vias Sete de Setembro, ao sul; Epaminondas/Constantino Nery, a oeste; Álvaro Maia, ao norte, e pela dupla de eixos paralelos Castelo Branco e Carvalho Leal, a leste. Estabelece-se aí nova hierarquia espacial em Manaus: é o novo arranjo para uma nova cidade vinculado ao apogeu da Borracha. É a altura da concepção do “Quadrilátero Idílico”.

Portanto, a interpretação dos Mapas Morfológicos de 01 a 03 aponta uma clara relação entre conjunturas históricas da cidade de Manaus e a sua configuração urbana, de modo que a dinâmica diacrônica é materializada nas alterações morfológicas do sítio, o que responde à primeira questão de pesquisa: 1 - Qual a relação existente entre as conjunturas históricas da cidade de Manaus e a sua configuração urbana?

Um segundo aspecto relevante é a clara identificação de padrões, sejam associados à emergência de um eixo global orientador (Av. Constantino Nery), às limitações naturais no desenho do sítio (a relação da malha com os igarapés e a barranca) ou à proeminência de áreas na estruturação do assentamento (o “Quadrilátero Idílico”), entre outros, no que conforma a tessitura de ligações e rupturas discutidas ao longo da análise. Portanto, os achados apontam para o alcance da segunda questão de pesquisa: 2 - Houve padrões no crescimento da mancha urbana da cidade e do seu sistema viário que correspondam a lógicas socialmente estabelecidas?

Por fim, tendo em conta a terceira indagação – 3 – Considerando um panorama de expansão, ao fim do recorte do estudo, qual o sistema viário resultante e seu correspondente desempenho para as atividades urbanas do cotidiano? – as observações a respeito do caráter ordenador, em que o tecido de Manaus comporta uma espécie de grelha ortogonal, é exemplar do contexto histórico da época, calcado no positivismo. A cidade que emergiu e se consolidou no recorte investigado materializa, no sistema viário, as exigências de fluidez e controle recorrentes em assentamentos urbanos projetados para a expansão tentacular do capitalismo em sua fase industrial.

## Referências

- BARROS, José D'Assunção. **O campo de história: especialidades e abordagens**. 5ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- DUARTE, Durango Martins. **Manaus entre o passado e o presente**. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.
- HESPANHA, Antônio Manuel [et al.] (org.). **História de Portugal**. Lisboa: Editora Estampa, v. 4, 1998.
- HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The social logic of space**. Londres: Cambridge University Press, 1984.
- HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade**. 1981.
- MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. **Urbis Brasiliae ou sobre cidades do Brasil: Inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas**. Tese (Doutorado). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PPG-FAU. Universidade de Brasília - UnB. Brasília, 2006.
- MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: história e arquitetura – 1852-1910**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.
- SUDÉRIO, Marcílio de Oliveira. **Uma narrativa morfológica na Amazônia: Manaus, ligações e rupturas**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PPG-FAU. Universidade de Brasília - UnB. Brasília, 2013.

## Assentamentos rurais e degradação de pastagens no Mato Grosso

Gabriel Caymmi Vilela Ferreira<sup>1</sup>  
José Ambrósio Ferreira Neto<sup>2</sup>  
Thais Helena Teixeira<sup>2</sup>  
Fernanda Machado Ferreira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Goiás gabriel\_caymmi@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Viçosa – UFV/DER

Avenida Peter Henry Rolfs, s/n, Campus Universitário – Viçosa – MG, Brasil  
[ambrosio@ufv.br](mailto:ambrosio@ufv.br), [thaishel.efa@hotmail.com](mailto:thaishel.efa@hotmail.com), [fernandamachado\\_geo@hotmail.com](mailto:fernandamachado_geo@hotmail.com)

### Resumo.

Atualmente a pecuária extensiva é a principal forma de produção da bovinocultura de corte no Brasil e apresenta forte expansão na região amazônica. Nessa região, os assentamentos rurais cumprem uma importante função à medida que aumentam a disponibilidade de produtos alimentícios, aumentando com isso a concorrência e melhorando os preços, antes monopolizados por grandes empresas e latifúndios. Nos assentamentos rurais de Mato Grosso, a pecuária é uma das principais atividades econômicas e representa, em vários casos, o principal componente da renda bruta destes agricultores. O manejo sustentável e as ações de recuperação de pastagens degradadas são alternativas vantajosas em um cenário de diminuição de abertura de novas áreas agrícolas e necessidade de aumento de produtividade. As pastagens, por sua vez, têm papel central neste sistema, pois são a principal fonte de alimentação para o gado nos assentamentos rurais. Neste trabalho buscou-se apresentar técnicas de sensoriamento remoto que possam identificar e classificar pastagens em diferentes processos de degradação, por meio da Cobertura Vegetal da Pastagem – CVP. Observaram-se cinco classes diferentes de degradação no Assentamento Ilha do Coco – MT, além do processo de evolução da pastagem ao longo do tempo, comparando o período inicial de formação com o período atual (2014). Constatou-se que ao longo do tempo, a degradação da pastagem diminuiu neste assentamento, fruto de uma diminuição na taxa de lotação do gado. Ou seja, a pecuária, como é realizada no assentamento tem impacto ambiental reduzido e possibilita a recomposição ambiental de áreas anteriormente degradadas.

### Resumen.

Actualmente la ganadería extensiva es la principal forma de producción de ganado de carne en Brasil y tiene una fuerte expansión en la región amazónica. En esta región, los asentamientos rurales de reforma agraria desempeñan un papel importante, ya que aumentan la disponibilidad de productos alimenticios, lo que aumenta la competencia y la mejora de los precios antes monopolizados por las grandes empresas y las grandes propiedades. En los asentamientos rurales de Mato Grosso, el ganado es una de las principales actividades económicas y es, en muchos casos, el principal componente de los ingresos brutos de estos agricultores. Las acciones de manejo sostenible y la recuperación de pastizales degradados son alternativas útiles en un escenario de disminución de formación de nuevas áreas agrícolas y la necesidad de aumentar la productividad. Los pastizales, a su vez, desempeñan un papel central en este sistema, ya que son la principal fuente de alimentación del ganado en los asentamientos rurales. En este trabajo nos planteamos introducir técnicas de teledetección que pueden identificar y clasificar los pastizales en diferentes procesos de degradación, a través de la cubierta vegetal de pastizales - CVP. Se observaron cinco clases diferentes de degradación en el asentamiento

de la Ilha do Coco - MT, además del proceso de evolución del pastizal a través del tiempo, comparando el período inicial para el período actual (2014). Se encontró que con el tiempo, la degradación de los pastizales en este asentamiento disminuye, debido a una disminución en la carga de ganado. Es decir, la ganadería, tal como se realiza en el asentamiento ha reducido el impacto ambiental y permite la restauración ambiental de áreas anteriormente degradadas.

### **Résumé.**

Actuellement l'élevage extensif est la forme principale de la production de viande bovine au Brésil et a une forte expansion dans la région amazonienne. Dans cette région, les projets de réforme agraire jouent un rôle important car ils augmentent la disponibilité des produits alimentaires, la concurrence croissante et l'amélioration des prix avant accaparés par les grandes entreprises et les grandes propriétés. Dans les projets de réforme agraire du Mato Grosso, l'élevage est l'une des principales activités économiques et, dans de nombreux cas, la composante principale du revenu brut de ces agriculteurs. Les actions de gestion durable et la valorisation des prairies dégradées sont des alternatives utiles dans un scénario de formation décroissante de nouvelles zones agricoles et la nécessité d'accroître la productivité. Grasslands, à son tour, jouent un rôle central dans ce système, car ils sont la principale source d'alimentation du bétail dans les projets de réforme agraire. Dans cette étude, nous avons cherché à introduire des techniques de télédétection peuvent identifier et classer les différents processus de dégradation des pâturages, à travers les prairies du couvert végétal - CVP. cinq types de dégradation différentes ont été observées dans le règlement de l'Ilha do Coco - MT, en plus du processus d'évolution des prairies au fil du temps, en comparant la période initiale pour la période en cours (2014). On a constaté qu'au fil du temps, la dégradation des pâturages dans ce règlement diminue en raison d'une diminution de la charge de bétail. Autrement dit, le bétail, comme effectué dans les projets de réforme agraire a un impact environnemental réduit et permet la restauration de l'environnement des zones précédemment dégradées.

### **1. Introdução**

O Cerrado brasileiro possui a maior área de pastagens plantadas do país, com aproximadamente 60 milhões de hectares. A pecuária extensiva é, ainda, a principal atividade produtiva no Centro Oeste brasileiro, onde o custo de produção é de apenas US\$ 4,00/kg, sendo um dos menores do mundo, abaixo inclusive de países como Austrália e Estados Unidos (ANDRADE et al., 2015; BEEFWORLD, 2014). Diante disso, a produção em pastos é a principal forma de organização da pecuária brasileira, e este ecossistema é responsável por 55% da produção nacional de carne bovina.

Segundo Macedo et al. (2000) aproximadamente 80% das pastagens do Brasil Central se encontram em algum estágio de degradação. A degradação de pastagens é o processo evolutivo de perda de vigor, produtividade e capacidade de recuperação natural, sujeitando-a ao ataque de pragas, doenças e plantas invasoras. A degradação é, portanto, a diminuição considerável da produtividade potencial para condições edafoclimáticas e bióticas que estão submetidas (ABDON et al., 2009).

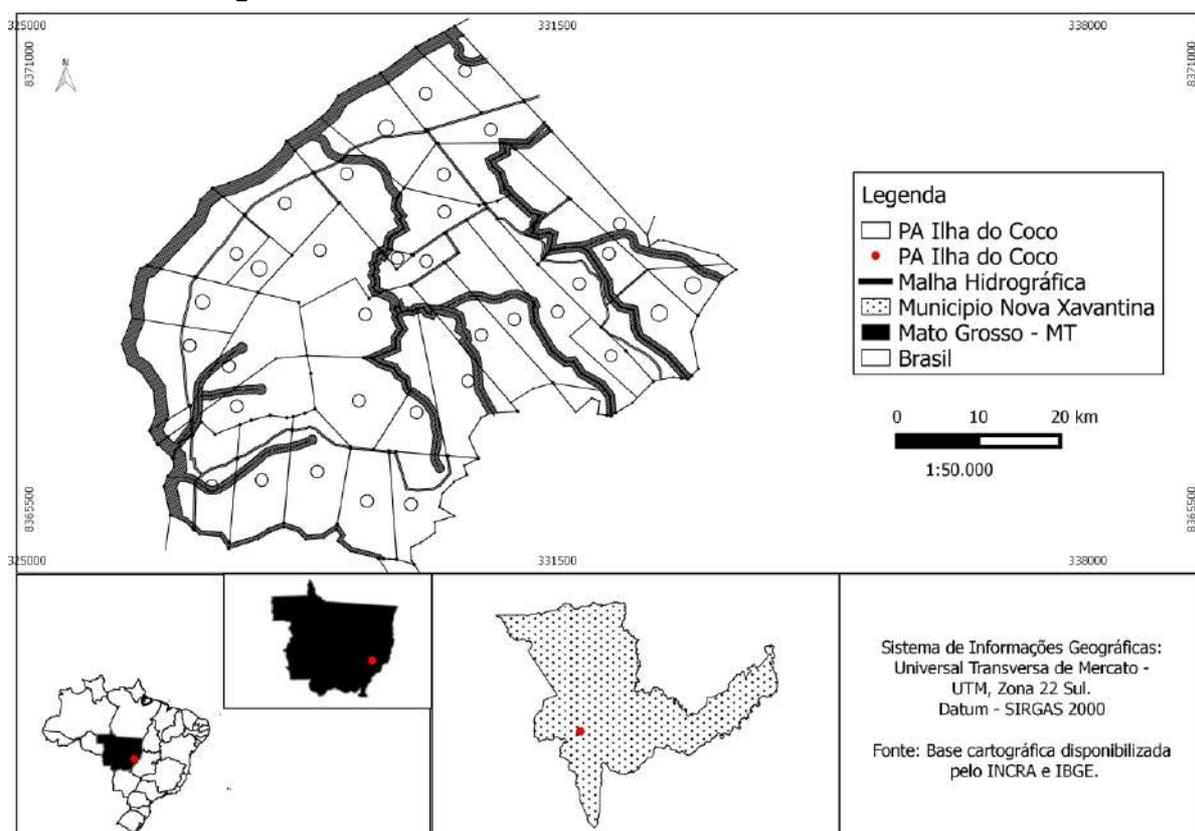
Nos assentamentos rurais de reforma agrária no Mato Grosso, a pecuária é uma das principais atividades econômicas e corresponde significativamente na renda bruta destes agricultores. Além disso, estes assentamentos aumentam a disponibilidades de produtos alimentícios na região, aumentando com isso a concorrência e melhorando os preços, antes monopolizados por grandes empresas e latifúndios (FERREIRA, 2015). É, portanto, fundamental a manutenção produtiva e o uso sustentável das forrageiras neste contexto. O

manejo sustentável e a recuperação de pastagens degradadas apontam-se como alternativas vantajosas em um cenário de diminuição de abertura de novas áreas agrícolas e necessidade de aumento de produtividade.

Desta forma, investigar o processo de evolução das pastagens ao longo dos anos, mensurando seu desenvolvimento fisiológico é uma importante ferramenta para evitar perdas de produtividade. Ao longo do tempo, técnicas de sensoriamento remoto para identificação de degradação de pastagens foram propostas, obtendo acurácia significativa (GAO et al., 2006; ANDRADE et al., 2013). Não somente identificar as pastagens degradadas, mas quantificá-las e classificá-las em níveis de degradação, se torna fundamental no planejamento agrícola, tendo em vista que a produtividade de uma pastagem degradada pode ser até 5 vezes menor que uma pastagem não degradada (ANDRADE et al., 2013).

Destarte, este trabalho buscou identificar os diferentes níveis de degradação nas pastagens do assentamento Ilha do Coco no município de Nova Xavantina – MT, em duas diferentes épocas, no passado, na década de 1990 quando o assentamento foi criado e na atualidade, 2014. A degradação foi identificada por meio do índice de Cobertura Vegetal da Pastagem (CVP), obtido através do NDVI (*Normalized Difference Vegetation Index*).

## 2. Metodologia de Trabalho



**Figura 1:** Localização e estrutura de parcelamento do PA Ilha do Coco, Nova Xavantina, MT.

Fonte: Ferreira (2015).

A área de estudo corresponde ao assentamento Ilha do Coco, criado em 1987 com área total de 2.828 hectares e 34 lotes. O PA Ilha do Coco surgiu em razão de uma disputa territorial ocorrida entre trabalhadores que ocupavam o imóvel e um grileiro que possuía a documentação de outra área, localizada em uma reserva indígena, mas que pressionava as famílias ocupantes a deixarem o local alegando ser o proprietário do mesmo. Em virtude desta disputa, o INCRA arrecadou e desapropriou o imóvel para fins de reforma agrária e assentou as famílias que haviam ocupado o imóvel originalmente. A principal atividade econômica é a pecuária de corte, praticada por 89% dos beneficiários, sendo a pastagem a principal forma de alimentação do gado. Localizado a 25 km do município de Nova Xavantina e 150 km do município de Barra do Garças, possui condições razoáveis de acesso à zona urbana, visto que a estrada de terra tem boas condições de tráfego até a sede do município durante todo o ano.

Para a análise da degradação da pastagem, buscou-se comparar o período inicial de criação do assentamento com a atualidade, de modo a identificar as categorias de degradação e suas áreas. Para tanto, obteve-se através do *United States Geological Survey – USGS* imagens Landsat dos dois períodos distintos. As imagens Landsat 5, correspondem ao período de janeiro e junho de 1990 e abril de 1992<sup>1</sup>, já as imagens Landsat 8 correspondem ao período de fevereiro, julho e dezembro de 2014. Optou-se por três imagens de épocas distintas no ano, a fim de minimizar o erro da condição da pastagem que uma única imagem poderia apresentar. Após a seleção das imagens foi feita a correção atmosférica pelo método *Dark Object Subtraction – DOS*.

Para o cálculo da degradação, é necessário obter anteriormente o NDVI (ROUSE et al., 1974), que é definido pela seguinte equação:

$$NDVI = \frac{IVP - V}{IVP + V} \quad (1)$$

Onde:

IVP: Banda do Infravermelho próximo (0,76 a 0,90 micrômetros)

V: Banda do Vermelho (0,63 a 0,69 micrômetros)

O cálculo da Cobertura Vegetal de Pastagem foi proposto por Gao et al. (2006), segundo este autor existe uma relação linear entre o NDVI e o CVP, que é obtida por meio da equação:

$$CVP = \frac{(NDVI - NDVI_s)}{(NDVI_v - NDVI_s)} \times 100\% \quad (2)$$

Onde:

NDVI: Índice Vegetal por Diferença Normalizada;

NDVI<sub>s</sub>: é o menor valor de NDVI encontrado entre os pixels representativos de área com solo exposto;

NDVI<sub>v</sub>: é o maior valor de NDVI encontrado entre os pixels de área de pastagem.

Os valores de CVP são enquadrados em cinco classes de degradação: Não Degradado, Levemente Degradado, Moderadamente Degradado, Seriamente Degradado e

<sup>1</sup> O ano das imagens do período inicial são distintos, em virtude da elevada cobertura por nuvens, sendo estes os períodos com menor interferência.

Extremamente Degradado. Após calculados os CVP's dos três períodos distintos para cada ano, gerou-se um quarto mapa, representativo da somatória dos outros três, no qual as classes de degradação eram fixadas para cada pixel. As áreas de não pastagem foram excluídas do mapa, para evitar falsas medições e ao final obteve-se dois mapas de degradação das pastagens, de períodos distintos, do assentamento Ilha do Coco.

### 3. Resultados e Discussões

A área de não pastagem do assentamento Ilha do Coco representa 9,66% da área total (273 hectares), evidenciando com isso a predominância da pecuária uma vez que, 90% de sua área (2.555 hectares) era ocupada por pastos. As áreas com algum tipo de degradação, para os dois períodos, eram superiores a 70%.

O que se nota no decorrer dos anos é que o nível da degradação das pastagens cai. Ao se comparar as classes mais severas de degradação há uma diminuição na porcentagem de área coberta, as classes de menor degradação tem um pequeno aumento e as áreas de pastagem não degradada dobram sua área total, passando de 11% para 23% no ano de 2014.

Tabela 1. Categoria de degradação das pastagens no assentamento Ilha do Coco no período inicial (1990 – 1992) e na atualidade (2014).

<b>Categoria</b>	<b>1990</b>	<b>2014</b>
	<b>Área (%)</b>	<b>Área (%)</b>
<b>Extremamente Degradada</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
<b>Serivamente Degradada</b>	<b>5%</b>	<b>2%</b>
<b>Moderadamente Degradada</b>	<b>32%</b>	<b>23%</b>
<b>Levemente Degradada</b>	<b>51%</b>	<b>52%</b>
<b>Não Degradada</b>	<b>11%</b>	<b>23%</b>
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ferreira (2015)

Na tabela 1 é possível observar essa melhora nas pastagens nos dois períodos estudados. Diante do fato de uma melhora homogênea na degradação das pastagens no assentamento Ilha do Coco, buscou-se entender melhor os fatores que levaram a esse resultado. Ao se analisar as famílias beneficiárias, percebe-se a falta de apoio do Estado enquanto agente de promoção do desenvolvimento rural. A falta de acesso a créditos rurais, a terra com baixa fertilidade e a falta de maquinário agrícola são apontados pelos moradores do assentamento como principais fatores na dificuldade da produção agropecuária (FERREIRA, 2015).

Segundo Macedo et al. (2000), quando as pastagens se encontram em processo de degradação, é necessário renovar-las ou recuperá-las, sendo que este último processo pode ser feito de maneira direta, através de práticas agronômicas, químicas ou mecânicas. Estas práticas melhoram a pastagem, adequando a lotação animal em relação ao tipo de solo, e adequando o sistema de manejo à produtividade desejada, além da aplicação da correção superficial do solo. Desta forma, é possível recuperar a pastagem sem destruição da vegetação. Sendo assim, fica claro que a melhora das pastagens não advém de adubação química ou reforma mecânica dos pastos, uma vez que, o capital de investimento dessas

famílias é baixo, fazendo com que optem por outras formas de ações em detrimento da correção do solo.

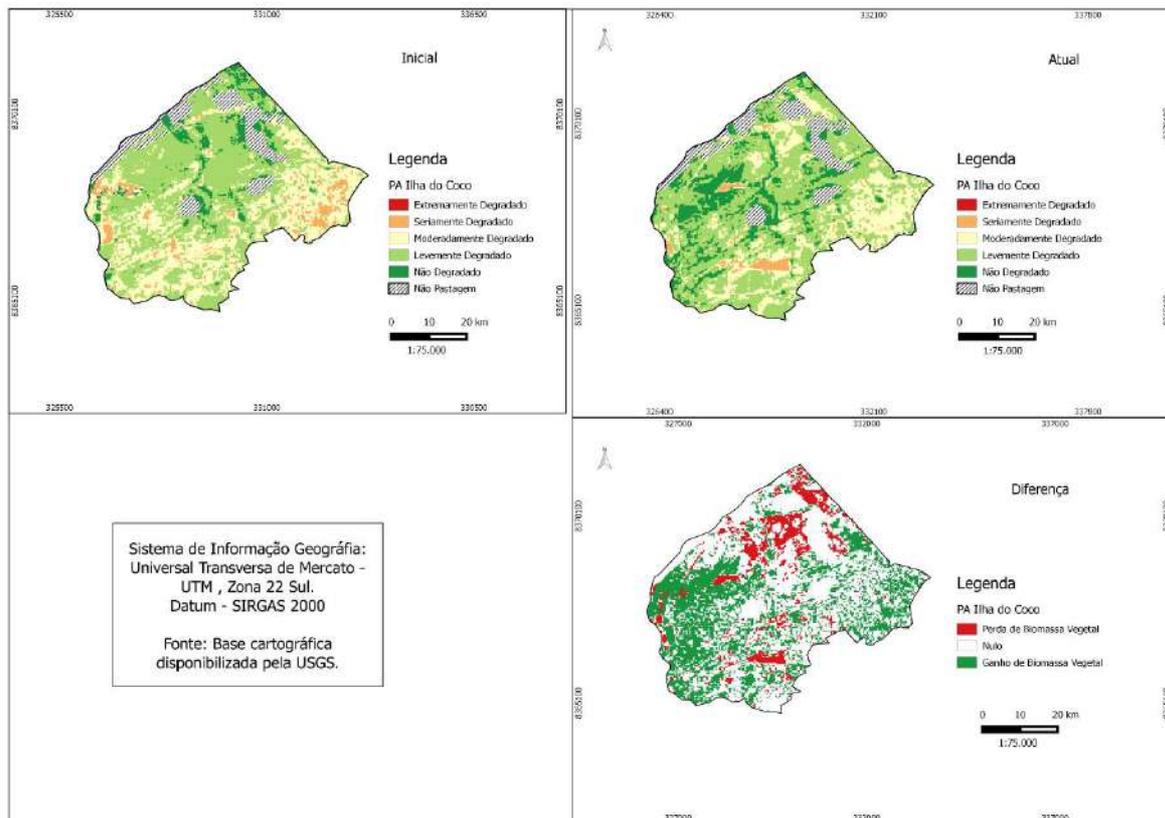


Figura 2. Cobertura vegetal da pastagem no período inicial (1990 – 1992) e atual (2014) e mapa da evolução da biomassa vegetal no assentamento Ilha do Coco, MT.  
Fonte: Ferreira (2015)

Fica claro que a melhora da pastagem é resultante, sobretudo, da diminuição da taxa de lotação animal, que ocorreu após a criação do assentamento e possibilitou uma rebrota da pastagem de maneira satisfatória. Ainda mais em função da taxa de lotação animal do assentamento ser menor que a taxa de lotação média da região. Segundo o Instituto de Economia Agropecuária de Mato Grosso – Iemea (s/d), a taxa de lotação animal média na região de Nova Xavantina é 0,52 UA/ha, já a taxa do assentamento é de 0,38 UA/ha.

Na Figura 1 observa-se os mapas do assentamento Ilha do Coco com suas classes de degradação nos dois períodos, além do mapa da biomassa vegetal, gerado a partir da diferença entre os dois primeiros. Neste último, os pixels com coloração verde são resultantes do aumento do CVP e consequente aumento de biomassa vegetal, os pixels vermelhos foram onde houve perda de biomassa e os brancos onde não houve modificação entre os dois períodos.

Diante disso, observa-se ao longo dos anos, uma diminuição nas classes de degradação das pastagens, com consequente aumento de biomassa vegetal, ocasionado pelo aporte menor de gado nos pastos. Ainda que essa melhora na pastagem não tenha sido intencional por parte dos agricultores e, muito mais uma consequência da falta de recursos para a intensificação da produção, observou-se que as práticas dos beneficiários, aliada a diminuição do sobrepastejo conferiram a forrageira possibilidade de resposta e melhora na

sua qualidade ambiental. Além disso, fica evidente a eficácia das ferramentas de sensoriamento remoto para identificar e quantificar a degradação na pastagem.

#### 4. Conclusões

O objetivo deste estudo foi utilizar de ferramentas de sensoriamento remoto para identificar e classificar a degradação das pastagens em um assentamento no estado de Mato Grosso. Por conseguinte, foram analisados duas épocas distintas do assentamento Ilha do Coco, seu período inicial, próximo a sua criação, que significava baixa interferência dos beneficiários no contexto ambiental e, o período da atualidade, no ano de 2014, após mais de 20 anos desde sua implantação.

Constata-se que as ferramentas de geoprocessamento utilizadas e, principalmente, os índices de vegetação (NDVI e CVP), foram satisfatórios para evidenciar o grau de degradação nas pastagens. Ficou perceptível ao se comparar os dois mapas resultantes na melhora que a pastagem teve depois de reduzida sua taxa de lotação. Por meio do histórico dos agricultores e suas atividades ao longo do tempo foi possível entender os motivos dessa melhora, corroborando com a análise espacial.

Em último lugar, a Cobertura Vegetal de Pastagem é uma boa ferramenta para identificar e classificar a pastagem, principalmente em condições mais severas de degradação. Sendo assim, importante nos estudos ambientais e de planejamento rural.

#### Referências Bibliográficas

Abdon, M. M.; Luciano, A. C. S.; Silva, J. S. V.; Oliveira, M. S. Classificação de pastagens degradadas nos municípios de Corguinho e Rio Negro, MS, utilizando fusão de imagens CBERS. **Geografia**, Rio Claro, v. 34, número especial, p. 709-720, 2009.

ANDRADE, R. et al. **Monitoramento de processos de degradação de pastagens a partir de dados Spot Vegetation**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2011.

ANDRADE, R. G. et al. Uso de técnicas de sensoriamento remoto na detecção de processos de degradação de pastagens. **Engenharia na Agricultura**, v. 21, n. 3, p. 234–243, 2013.

ANDRADE, R.G.; TEIXEIRA, A.H.C.; LEIVAS, J.F.; SILVA, G.B.S.; NOGUEIRA, S.F.; VICTORIA, D.C.; VICENTE, L.E.; BOLFE, E.L. Indicativo de pastagens plantadas em processo de degradação no bioma Cerrado. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2015, João Pessoa, PB. XVII SBSR - Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2015. Artigos, p. 1585-1592. Disponível em: < <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2015/files/p0300.pdf>>. Acesso em: 26 de outubro. 2016.

Beef World. Disponível em: < <http://www.beefworld.com.br/noticia/custos-de-producao-de-carne-bovina-no-brasil-e-um-dos-mais-baixos>>. Acesso em: 31.out. 2016.

FERREIRA, G.C.V. **Assentamentos Rurais no Vale do Araguaia Mato-Grossense: Adaptação e Permanência**. 2015. 118 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2015.

GAO, Q. et al. Grassland degradation in Northern Tibet based on remote sensing data. **Journal of geographical sciences**, v. 16, n. 2, p. 165–173, 2006.

IMEA – Instituto de Economia Aplicada de Mato Grosso. Disponível em: < <http://imea.com.br/upload/caracterizacaoBovinocultura.pdf>>. Acessado 26 de outubro. 2016.

MACEDO, M. C. M.; KICHEL, A. N.; ZIMMER, A. H. **Degradação e alternativas de recuperação e renovação de pastagens.** [s.l.] Embrapa Gado de Corte, 2000.

ROUSE, J.W.; HAAS, R.H.; SCHELL, J.A.; DEERING, D.W. Monitoring vegetation systems in the great plains with ERTS. In: Symposium of Significant Results Obtained with ERTS-1, 3, 1973. Greenbelt, Maryland. **Proceedings...** Washington: NASA SP-351, 1973. p.309-317.

## **Avaliando Experiências e Expectativas no Intercâmbio Acadêmico Internacional na UFAM**

Christiane Carole Eveng,  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM),  
e-mail: cristy85@hotmail.fr;  
Henrique Wendhausen,  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM),  
e-mail: henriquew@ufam.edu.br.

### **Resumo**

O intercâmbio acadêmico internacional é um tema de interesse das universidades do mundo todo, porém poucas instituições conhecem a opinião sobre a experiência e a vivência em mobilidade acadêmica dos seus intercambistas nas suas próprias dependências. A autora deste trabalho, oriunda de Camarões e que foi intercambista durante seu curso de graduação, curiosa e ao mesmo tempo identificada com esse fenômeno empreendeu estudos para se familiarizar com mais profundidade sobre a temática. Neste contexto, com a finalidade de conhecer a experiência de um grupo de estudantes estrangeiros em mobilidade acadêmica na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a maioria oriunda de países africanos, levantou-se a percepção desses estudantes em relação a suas experiências de intercâmbio na UFAM, verificando os motivos de suas escolhas pelo Brasil e pela instituição de ensino, identificando as suas dificuldades e o seu nível de satisfação quanto ao apoio da Universidade durante o trânsito inicial do intercâmbio, bem como averiguando as expectativas desses alunos quanto a seus destinos ao término do curso. Os procedimentos iniciais envolveram pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática do intercâmbio acadêmico e dos programas ofertados no Brasil. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, em profundidade e gravadas, levantando a percepção, a opinião e as expectativas de uma turma de alunos estrangeiros candidatos a intercambistas do Programa Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) participantes do Curso de Língua Portuguesa para Estrangeiros - turma 2016 da UFAM. Os resultados demonstraram que a escolha do destino final se dá por influência do governo dos países de origem participantes do PEC-G, mas que a possibilidade de vivenciar uma nova cultura se mostrou um dos principais motivos pessoais que levaram os entrevistados a virem para o Brasil. As dificuldades dos intercambistas detectadas estão ligadas à moradia, à adaptação, à língua, à saúde, à renda, ao racismo e a amizades. As expectativas quanto à escolha de destino ao final do intercâmbio foram bastante diversificadas. Ao fazer o levantamento da percepção, da motivação, da identificação de dificuldades e do nível de satisfação quanto à receptividade e às expectativas dos intercambistas da turma de português em relação à sua experiência de intercâmbio na UFAM, foi possível levantar informações e subsídios para qualificar um diagnóstico que resultou na proposição de recomendações para o Programa de Recepção à Comunidade Acadêmica Estrangeira Mais UFAM 2016.

Palavras-chave: Intercâmbio Acadêmico Internacional; Programas de intercâmbio; Intercambistas na UFAM.

### **Resumen**

El intercambio académico internacional es un tema de interés de universidades de todo el mundo, pero pocas instituciones conocen la opinión y las expectativas acerca de la

experiencia en la movilidad académica de sus estudiantes de intercambio en sus propios locales. El autor de este trabajo, procedentes de Camerún y que era estudiante de intercambio durante su curso de graduación, curioso y al mismo tiempo identificado con este fenómeno, llevaron a cabo estudios para familiarizarse con mayor profundidad sobre el tema. En este contexto, con el fin de conocer la experiencia de un grupo de estudiantes extranjeros en la movilidad académica de la Universidad Federal de Amazonas (UFAM), en su mayoría de países africanos, planteó la percepción de estos estudiantes en cuanto a su experiencia en el intercambio UFAM, comprobar las razones de su elección por parte de Brasil y la institución educativa, identificando sus dificultades y su nivel de satisfacción con el apoyo de la Universidad durante el intercambio de tráfico inicial, así como conocer las expectativas de los estudiantes y sus destinos a la finalización del curso. Los procedimientos iniciales participan de investigación bibliográfica y documental sobre el tema de intercambio y programas académicos ofrecidos en Brasil. Las entrevistas semiestructuradas se llevaron a cabo en profundidad y registran, levantando las percepciones, opiniones y expectativas de un grupo de estudiantes extranjeros intercambio de estudiantes Acuerdo del Programa de Estudiantes de Postgrado (PEC-G) participantes del Curso de Lengua Portuguesa para Extranjeros - 2016 Clase UFAM. Los resultados mostraron que la elección del destino final es de los países de origen de la PEC-G influencia de los participantes del gobierno, pero la oportunidad de experimentar una nueva cultura demostraron ser una de las principales razones personales que llevaron a los encuestados que vienen a Brasil. Las dificultades de los estudiantes de intercambio identificados están vinculados a la vivienda, la adaptación, el idioma, la salud, los ingresos, el racismo y las amistades. Expectativas con respecto al destino de elección al final del intercambio fueron muy diversas. Al hacer el estudio de la percepción, la motivación, la identificación de las dificultades y el nivel de satisfacción con la capacidad de respuesta y las expectativas de la clase portuguesa de los estudiantes de intercambio en relación con su experiencia de intercambio en UFAM, fue posible reunir información y los subsidios para calificar a una diagnóstico que dio lugar a la proposición recomendaciones para el Programa de acogida de la Comunidad académico Más UFAM Exteriores 2016.

Palabras clave: Cambio Internacional Académico; Programas de intercambio; Los estudiantes de intercambio en UFAM.

## Résumé

L'échange universitaire international est une question d'intérêt des universités du monde entier, mais peu d'institutions connaissent l'opinion à propos de l'expérience de leurs étudiants dans les universités où ils se trouvent. L'auteur de cet article, en provenance du Cameroun était étudiant en échange durant son cours de premier cycle au Brésil, curieuse et en même temps a identifié ce phénomène. Des études ont été entreprises afin de se familiariser en profondeur sur le sujet. Dans ce contexte, afin de connaître l'expérience d'un groupe d'étudiants étrangers en mobilité académique à l'Université Fédérale de l'Amazonie (UFAM), la plupart venus des pays africains, a été soulevé la perception de ces étudiants au sujet de leurs expériences à l'UFAM, ont été vérifiées les raisons de leurs choix pour le Brésil et l'établissement d'enseignement UFAM, ont été identifiés leurs difficultés et leur niveau de satisfaction quant au soutien et apport de l'Université au début de leur séjour, ainsi que les attentes de ces étudiants et leurs destinations à la fin du cours ont été soulevées. Les procédures initiales ont été faites au moyen des recherches bibliographiques et documentaires sur le sujet des échanges universitaires et les programmes offerts par le Brésil. Des entretiens semi-structurés ont été menées en profondeur et enregistrées, soulevant la perception, les opinions et les attentes d'un groupe d'étudiants étrangers en

mobilité faisant partir du Programme des Étudiants Convention de Graduation (PEC-G), participants du cours de langue portugaise pour les étrangers - 2016 de l'UFAM. Les résultats ont montré que le choix de la destination finale des étudiants participants au programme de ladite année venait de l'influence du gouvernement des pays participants au PEC-G, mais la chance de découvrir une nouvelle culture se sont avérés une des raisons personnelles majeures qui ont conduit les étudiants à venir au Brésil. Les difficultés identifiées des étudiants en échange sont liés au logement, l'adaptation, la langue, la santé, le revenu, le racisme et l'amitié. Les attentes en ce qui concerne la destination de ces étudiants à la fin de l'échange étaient très diverses. En faisant l'étude de la perception, la motivation, l'identification des difficultés et le niveau de satisfaction quant à la réceptivité et les attentes des étudiants de la classe de langue portugaise en mobilité par rapport à leur expérience dans l'UFAM, il a été possible de recueillir des informations pour qualifier un diagnostic qui a abouti à des recommandations au Programme d'accueil pour la Communauté Universitaire Étrangère UFAM 2016.

Mots-clés: Échange International Académique; Programmes d'échanges; Les étudiants en échange à Ufam.

## 1- Introdução

Atualmente há muitas oportunidades de intercâmbio econômico e acadêmico internacional. Estudantes e profissionais buscam cada vez mais novas experiências para o seu crescimento profissional, pessoal, intelectual e que possam resultar em contribuições para os seus países. Por outro lado, as universidades do mundo buscam práticas para se adaptar ao novo cenário no tocante às trocas de conhecimento e à integração cultural que caracterizam os programas de intercâmbios atuais. Encontramos poucos estudos sobre as experiências de intercâmbio internacional e esse trabalho é um olhar introdutório sobre a percepção e a avaliação dos estudantes estrangeiros da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em relação a suas experiências de intercâmbio na Instituição e na cidade de Manaus, em especial da turma da disciplina de Língua Portuguesa para Estrangeiros de 2016, que foi entrevistada. Propomos como questão central levantar como os alunos da disciplina de Língua Portuguesa para Estrangeiro percebem e avaliam a sua experiência inicial como intercambista na UFAM, bem como os seus motivos de vinda para o Brasil, suas dificuldades e suas expectativas neste trânsito inicial.

De acordo com Sebben (2007, *apud* BETT, 2012), o que hoje se conhece como intercâmbio tem início antes do nascimento de Cristo, quando jovens partiam para Grécia a fim de aprofundar seus estudos e, dessa forma, quando voltavam para seus povos, poderiam ajudá-los com os conhecimentos adquiridos em diversas áreas. Ao longo do tempo, esse tipo de viagens aumentou juntamente com o desenvolvimento dos transportes e da comunicação, especialmente na era da Revolução Industrial. Segundo Sebben (2012), é possível distinguir três momentos históricos em relação aos intercâmbios: o primeiro com o objetivo e a preocupação voltada exclusivamente à formação acadêmica; o segundo com o objetivo ampliado da educação formal para um *international understanding*<sup>1</sup>; e o terceiro que ocorre na atualidade em que há um retorno à preocupação com a educação formal por meio de acordos de cooperação educacional, científica, tecnológica e cultural.

No contexto brasileiro, o tema passa também a ser importante para o governo que a partir de políticas públicas por meio das universidades brasileiras incentiva através do Programa Ciências Sem Fronteiras, entre outros programas de mobilidade, buscando a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e da tecnologia em prol da

<sup>1</sup> Expressão que pode ser traduzida como compreensão internacional, e que segundo Sebben (2007, *apud* BETT, 2012), se refere aos objetivos tidos pelos intercambistas no pós-guerra, que visavam à compreensão e à aproximação entre os povos.

inovação e da competitividade brasileira. Além disso, percebe-se no âmbito das instituições de ensino a promoção e o incentivo para alunos de graduação e pós-graduação participarem dos congressos e publicarem trabalhos em revistas internacionais, o que também implica em intercâmbio acadêmico de conhecimentos.

Da mesma forma que jovens brasileiros partem para o exterior, as universidades brasileiras também recebem alunos de fora por meio de acordos de cooperação educacional, científica, tecnológica e cultural. A Universidade Federal do Amazonas (2016) contava em 2016 com 54 alunos estrangeiros, sendo 50 do Programa Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), provenientes de diversos países da América Latina, Central e da África. No caso do estudo em curso há um maior destaque de alunos provenientes de Benim, Namíbia e Gana, e quatro alunos do Programa de Aliança para a Educação e Capacitação (PAEC), provenientes de Uruguai.

O propósito desta pesquisa é levantar a percepção dos estudantes estrangeiros em mobilidade acadêmica na UFAM em relação a sua experiência inicial de intercâmbio na Instituição. Busca-se a compreensão dos motivos das escolhas do Brasil e da UFAM pelos alunos, a identificação de suas dificuldades e o nível de satisfação quanto ao apoio da Universidade. Procura-se saber também quais são as expectativas dos alunos ao término do curso.

O universo desta pesquisa qualitativa foi constituído pelos estudantes intercambistas recém-chegados que estavam aprendendo a língua portuguesa na Instituição, no período de março a setembro de 2016. Na UFAM, neste período, havia 16 estudantes matriculados na turma de português, contemplando estudantes oriundos da África, do Haiti, de Honduras e da Guatemala. A escolha da amostra foi justificada pela acessibilidade aos entrevistados.

Inicialmente foram consultados bibliografias e documentos sobre o tema para referenciar a pesquisa. Também foi realizada pesquisa exploratória a partir de entrevistas com as pessoas responsáveis pelas mobilidades na UFAM; foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e em profundidade, que foram gravadas, a partir do dia 03 até o dia 15 de outubro de 2016, que posteriormente foram analisadas, tendo como amostra os 16 intercambistas da turma de língua portuguesa para estrangeiros de 2016 (estes alunos são oriundos de países cujo português não é o idioma oficial). As perguntas foram respondidas por 15 alunos da turma de português que tiveram disponibilidade no período marcado para as entrevistas. Somente um aluno não demonstrou interesse quanto à entrevista. As entrevistas foram feitas nas dependências da UFAM, na sala 04, da Faculdade de Direito, às sextas-feiras pela manhã, das 9h às 12h.

Foi elaborado um roteiro de perguntas abertas com eixos temáticos que foram respondidas na presença da entrevistadora. O questionário semiestruturado foi composto por cinco eixos de perguntas abertas, como segue: motivos da escolha do destino, dificuldades encontradas, avaliação da experiência dos intercambistas e da satisfação quanto à receptividade e apoio da UFAM, bem como o levantamento de expectativas em relação ao término do curso (DUARTE; BARROS, 2009).

A pesquisa foi dividida em três capítulos abordando as teorias de globalização, internacionalização e as suas características, bem como as potenciais dificuldades dos intercambistas em relação a alguns tópicos, acrescido do resultado e da discussão da pesquisa com os intercambistas entrevistados, os quais são sumariamente apresentados a seguir.

## **2- Uma Visão Geral sobre a Internacionalização, Globalização e Intercâmbio**

Tratamos de assinalar alguns dos conceitos sobre internacionalização e globalização, a diferença entre ambos e a relação que existe entre internacionalização e intercâmbio, bem como o seu breve histórico no mundo e no Brasil. Abordamos também as possíveis

dificuldades dos alunos em intercâmbio e o papel das instituições do ensino superior a partir de conceitos e trabalhos anteriores sobre a temática.

## 2.1- Os conceitos de internacionalização e globalização

Embora o conceito de internacionalização não seja recente, nos últimos anos o conceito está sendo aplicado na área do ensino superior. No Brasil, os debates e o interesse em torno do conceito estão cada vez mais presentes e as instituições procuram se colocar no *ranking* das melhores universidades do mundo.

A globalização visa transformar o mundo em uma só cultura ou identidade através da possibilidade de troca de conhecimentos, de informações e tecnologias. Segundo Dale (2004), considera-se a globalização como um processo para a homogeneidade cultural, refletindo o crescimento da tecnologia de informação e construindo uma possível política educacional mundial. “Sua história coincide com a era da exploração e da conquista europeias, e com a formação dos mercados capitalistas mundiais”. (HALL, *apud* BIZON, 2013, p. 37).

Para Marin e Brasil (2004, *apud* JÚNIO; MIRANDA, 2014) a internacionalização da educação é algo de interesse no mundo atual devido à existência de grandes blocos econômicos com o objetivo de facilitar o fluxo comercial entre países. Com base nisso, a internacionalização pode se justificar pelos interesses dos países mais favorecidos economicamente, provocando uma nova forma de se pensar a educação no mundo.

No que diz respeito aos conceitos de globalização e internacionalização, existe uma diferença entre ambos quando se trata de ensino superior. O primeiro está relacionado à tendência econômica e acadêmica, enquanto que a segunda, são práticas das universidades para se adaptar ao contexto global, conforme Altbach & Knight (2007 *apud* JÚNIO; MIRANDA, 2014).

No contexto atual da internacionalização das universidades brasileiras, o programa tal como o PEC-G se justifica para permitir a abertura das universidades ao mundo e aproximar os países das universidades, proporcionando a troca de conhecimento, experiência científica, tecnológica e cultural entre nações e alunos. “O convênio PEC-G é um importante instrumento de política pública que vem também se firmando como um significativo componente do processo de internacionalização das universidades” (BIZON, 2013, p. 29).

A internacionalização da educação superior envolve a cooperação internacional, mas também as mudanças que ocorrem dentro de uma determinada instituição através de iniciativas políticas e de caráter específicos (UNESCO, 1998). Percebe-se a intenção de associar a internacionalização e a educação. O mais importante neste processo de internacionalização não diz respeito apenas ao caráter geográfico de atividade, mas sim as preocupações das instituições quanto às mudanças. Neste sentido a internacionalização necessita de novas práticas e requer uma série de quesitos para as universidades.

Para que a internacionalização seja concreta e proporcione benefícios entre os parceiros, Stallivieri (2014) propõe que: seja reconhecida a existência de atores da cooperação e que os participantes estejam envolvidos e comprometidos com a cooperação levando em conta a disponibilidade de seus recursos humanos e financeiros; e os objetivos da cooperação devem estar claramente definidos e coerentes com as estratégias de execução; os projetos devem estar inseridos nos planos estratégicos de desenvolvimento das instituições para a otimização dos benefícios e o aprimoramento dos níveis de desenvolvimento dos parceiros; o programa de atividade deve ser concretamente estabelecido respeitando cronogramas e orçamento previamente definidos; e por último, que o estabelecimento de mecanismos deve estar direcionado para o desenvolvimento e para avaliação das ações de cooperação.

Quanto ao papel da universidade na internalização, a Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, da UNESCO (1998), evidenciou que: sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. O compartilhar de conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidade novas para reduzir esta disparidade.

Há um reforço do papel das instituições como protagonistas da cooperação internacional e promotoras de processo de integração, bem como conferem a elas o espaço em que forma pessoas críticas e qualificadas, e busca através do intercâmbio reduzir a desigualdade entre países economicamente menos favorecidos e os mais favorecidos.

A integração destacada na Declaração, segundo Stallivieri (2014), é vista como uma ação para diminuir barreiras entre as nações e povos, aprimorando o desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural através da cooperação e da capacitação em setores específicos, com a obtenção de melhores resultados. A integração, portanto, não pode ser entendida apenas como incorporação, substituição ou introdução de algo, mas sim como processo de aproveitamento de elementos necessários em determinados setores para melhorar o equilíbrio dos componentes do meio.

Leite & Morosini (1992) argumentam que o principal propósito da integração é o desenvolvimento econômico dos países participantes, objetivo que deve estar associado à produção social e cultural dos países envolvidos. Assim, percebe-se que a universidade é um dos interlocutores dessa integração.

Já para a Stallivieri (2014), as universidades são os atores que desempenham papel preponderante para assegurar o desenvolvimento e a integração das nações e povos, pois independente da integração econômica será através delas que também estará assegurada a cooperação baseada na solidariedade e no respeito às especificidades de cada população; assim poder-se-á almejar a cooperação baseada na visualização de uma cooperação não somente para disseminação dos deferentes patrimônios de conhecimento, mas para a criação de uma cultura de paz e de desenvolvimento. (STALLIVIERI, 2014, p. 30).

Barbalho (2004), por sua vez, defende que as funções das universidades são as de atender a economia, os avanços tecnológicos, a cultura, a emancipação, entre outros, contribuindo para as transformações tecnológicas dos meios de comunicação e para as consequentes melhorias quantitativas e qualitativas, e também da circulação da informação. Observamos que essa autora pensa o papel das instituições de forma ampla a partir de múltiplos aspectos, tais como: a economia, a tecnologia, a cultura e a comunicação.

## **2.2 - Breve histórico do intercâmbio internacional no mundo**

O intercâmbio não é uma novidade da atualidade, pois como mencionado anteriormente já existia antes do nascimento de Cristo, quando jovens partiram para Grécia a fim de aprofundar seus estudos e voltaram para seus povos e puderam ajudá-los com os conhecimentos adquiridos.

O carácter internacional das universidades está presente desde a Idade Média, período marcado com a criação das primeiras escolas europeias. A formação dessas escolas, chamadas de *universitas* contava com professores e estudantes de diferentes regiões e países, apresentando em sua constituição comunidades internacionais que se reuniram em busca de um objetivo comum: o conhecimento (STALLIVIERI, 2014, p. 2). A autora relaciona a história do intercâmbio à criação das primeiras universidades na Europa na Idade Média. Segundo Charle & Verger (1996), durante muito tempo, os estudantes deslocaram-se da Europa Central para as universidades italianas (Pádua, Bolonha, Siena),

em menor escala, para as francesas (Paris, Montpellier, Orleans), desenvolvendo seus estudos, visitando sucessivamente várias universidades e colando grau durante o seu retorno.

Nota-se que, assim como hoje, os jovens em mobilidade no século XVI estavam em busca de conhecimento e de novas experiências em diversas partes do continente, além de vivenciar outras culturas e novos lugares. Pode-se dizer que as mobilidades do século XXI se inspiraram da Idade Média.

Stallivieri (2014) afirma que a crescente importância do conhecimento e a valorização do capital intelectual dos indivíduos, a revolução da informação e dos meios de comunicação e a responsabilidade na criação e na manutenção do entendimento entre os povos e do espírito de solidariedade com os países menos desenvolvidos passaram a ser questões permanentemente discutidas nos fóruns internacionais e apresentadas na Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada pela UNESCO, em Paris, no ano de 1998. Nos debates houve incentivo e estímulo das universidades na revisão e atualização das suas estratégias, a fim de que os seus estudantes e seus egressos passassem a contar com as competências essenciais acadêmicas e profissionais que lhes permitiriam interagir numa sociedade cada vez mais multicultural e internacional, com rápidas mudanças em seus sistemas.

Salienta-se que o termo de cooperação acadêmico surgiu desde a época dos filósofos com o significado de aliança, cuja conotação difere na contemporaneidade para evitar conflitos entre os estados na época da guerra. O termo evoluiu ao longo do tempo adotando os nomes de cooperação acadêmica, científica, tecnológica, entre outros. No âmbito das relações internacionais, tradicionalmente o conceito de cooperação tem como um de seus pressupostos a ideia de alteridade, ou seja, o respeito de um estado pela existência de outros estados cujos objetivos podem e devem ser traçados por eles próprios.

Pode se dizer que é após a Segunda Guerra Mundial que se popularizou o intercâmbio internacional, pois neste período havia conflitos entre as nações em razão de traumas e da morte de milhões de pessoas em função da guerra e havia necessidade de promover o entendimento e o respeito entre os estados. Foi neste contexto que as organizações internacionais perceberam que a melhor maneira de reduzir a intolerância passava pelo incentivo de jovens a aprender a conviver com as diferenças através do intercâmbio.

### **2.3 - Situando o intercâmbio internacional no Brasil**

Segundo Marin (2004), as atividades de intercâmbio oficiais sempre foram conduzidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil, que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados do país, e pelo Conselho Nacional de Pesquisa que atualmente é chamado de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), órgão público que tem o objetivo de incentivar a pesquisa no Brasil. A autora salienta que as iniciativas institucionais e individuais são de difícil controle por não haver um levantamento que seja eficiente a ponto de dar uma dimensão clara deste processo, especialmente em razão de variáveis que se referem aos indivíduos partícipes.

Marin (2004) diz que em termos de destinos há distinções evidentes entre os níveis da graduação e da pós-graduação. Em dados que se referem à graduação foram levantados junto ao setor da CAPES responsável pelo apoio e concessão de bolsas para intercâmbio no âmbito de graduação, informando que entre 1980 a 2003, em dados gerais, que a demanda atendida foi pouco significativa. E também que entre 1996 e 2003 a demanda por qualificação, especialmente para doutoramento ou pós-doutoramento e especializações tem

sido maior do que para mestrados. Isto se explica em razões da prioridade que o governo brasileiro vem adotando na formação para o maior nível de qualificação.

Marin (2004) comenta a partir de dados obtidos pela CAPES, que na pós-graduação a cooperação vem se intensificando desde 1999, com estímulo explícito do governo brasileiro. A maior dificuldade tem sido a cooperação mediante o compartilhamento dos custos, dados que, mesmo no âmbito científico, os países que recebem os pesquisadores brasileiros dispõem de pouca contrapartida em relação aos recursos a serem investidos pelo Brasil em bolsa. Os países que vem intensificando o intercâmbio mais permanente no Brasil são: na Europa, a Espanha, Grã-Bretanha e França, demonstrando que as iniciativas na década de 80 precursoras de convênios internacionais vêm propiciando elementos decisivos para estimular sua eficácia. Na Oceania, a Austrália. Na América do Norte, os Estados Unidos, país que capta mais recursos brasileiros em investimento na pós-graduação; o México é o país que tem menor influência neste intercâmbio. A América Central possui uma participação inexpressiva com alguns poucos intercâmbios com a Costa Rica. Na América do Sul, a Argentina desponta como o país que desenvolve o maior interesse quanto ao intercâmbio e, na Ásia, o Japão é o país de maior interesse.

## **2.4 - Dificuldades do aluno em intercâmbio e o papel das instituições**

Destacamos algumas construções teóricas encontradas em trabalhos acadêmicos de psicologia e antropologia sobre as dificuldades do intercambista e o papel das instituições para auxiliar o estudante em suas necessidades, iniciando pela ideia de choque cultural.

### **2.4.1 Choque cultural**

O choque cultural acontece quando os encantamentos pelas novidades do país acabam. Nesta fase o expatriado e/ou intercambista começa a perceber que nem tudo naquela nova cultura é perfeito, o que, conseqüentemente, gera uma mistura de saudade e solidão. (DE PAULA; STAUB, 2005 *apud* SILVEIRA, 2009). Observa-se que as expectativas desses alunos são altas antes da viagem como demonstra a pesquisa realizada por Silveira (2009), e quanto maior for a expectativa, maior é o grau de decepção ao encontro cultural. Já para Rogers e Steinfatt (1999), o choque cultural é:

*[...] uma experiência traumática que o indivíduo pode encontrar ao entrar em outra cultura. É um desconforto físico e emocional que o indivíduo confunde ao mudar para outro lugar diferente de seu lugar de origem. A forma como ele vivia anteriormente passa a ser considerada estranha aos indivíduos que habitam em esse novo ambiente. (ROGERS; STEINFATT, 1999 *apud* BETT, 2012, p. 9).*

O intercambista quando sai do seu país passa a ser um estranho no lugar que vive. Esta situação pode causar impactos consideráveis na sua vida. Em momentos como estes, ele precisa se adaptar ao novo estilo de vida. A amizade pode ser uma das soluções para facilitar a sua integração. Porém, os autores Garcia & Goes (2010 *apud* JÚNIO; MIRANDA) apontam que os estudantes internacionais costumam estabelecer laços de amizade entre si.

Entretanto, a evidência empírica tem revelado a falta de contato entre estudantes locais e internacionais e também a tendência para a formação de grupos de amizade "secretos" entre os estudantes internacionais, o que sugere uma ação mais efetiva das instituições de ensino superior para fomentar as interações entre universitários locais e internacionais (GARCIA; GOES, 2010 *apud* JÚNIO; MIRANDA, 2014, p. 4).

Para ajudar esses alunos a estreitar laços com os alunos locais, alguns autores transferiram a responsabilidade às instituições que recebem os intercambistas. Mas acreditamos que se trata de papel não somente das universidades, mas também da

disposição do próprio intercambista em se abrir à nova cultura e a novas pessoas. Neste sentido, Silveira (2009) afirma que nem sempre o intercambista é responsável pelas consequências do choque cultural.

Sebben (2007) observou que se outros fatores não forem positivos, por exemplo, na situação em que a família que acolhe não trata bem o seu hóspede seria injusto responsabilizar somente o intercambista pela dificuldade de adaptação. A adaptação deve ocorrer com a participação de todas as partes envolvidas no intercâmbio e estas precisam estar dispostas a compreender e aceitar um ao outro com respeito. Para que um intercambista seja bem-sucedido em sua jornada é fundamental o entendimento do processo de ajustamento intercultural. Dessa maneira, essas pessoas podem passar por um treinamento antes de realizar a viagem, afim de que possam passar pelas dificuldades culturais de maneira mais sólida, afirma Silveira (2009).

Ajustamento intercultural se define como um processo de adaptação para viver e trabalhar em um país de cultura estrangeira, levando o intercambista a perceber o grau de conforto psicológico e o nível de familiaridade que desfruta e terá com a nova cultura (BLACK; MENDENHALL; ODDOU, 1991). É necessário este processo para facilitar a adaptação do intercambista, porém o mesmo autor pondera que, quando este processo ocorre inteiramente no país de destino, as dificuldades encontradas pelos intercambistas são maiores. Sugerimos o envolvimento dos países participantes no intercâmbio para que o ajustamento intercultural seja bem-sucedido e atinja os seus objetivos principais.

#### **2.4.2 Adaptação cultural**

Sebben (2000, *apud* BETT, 2012) realizou uma pesquisa com intercambistas adolescentes e demonstrou que todos apresentaram sintomas em algum nível durante os primeiros quatro meses no intercâmbio, como por exemplo: sono aumentado, dificuldade de dormir, dores de cabeça, irregularidades intestinais. A pesquisa demonstra que depois deste período os intercambistas começam a se integrar ao novo ambiente, fazem novas amizades, melhoram o domínio do idioma e passam a se adaptar à nova cultura.

Os autores Rogers & Steinfatt (1999 *apud* BETT, 2012) dividem a fase de choque cultural e adaptação cultural em vários estágios, a saber:

- a) O estágio de lua de mel (*honeymoonstage*) - o intercambista que acabou de chegar quer experimentar novos aspectos culturais, mas ainda existe grande conexão com o país de origem, amigos e parentes que deixou;
- b) O estágio de angústia (*the distress stage*) - surgem desconfortos decorrentes das diferenças culturais, como a nova língua e os hábitos diferentes. Predominam os sentimentos de insegurança, ansiedade, tristeza e saudades;
- c) O estágio de autonomia (*autonomy stage*) - surge um sentimento de pertencimento a nova cultura. Há um reconhecimento das diferenças culturais e o entendimento de que ambos têm aspectos positivos e negativos;
- d) O estágio de re-entrada (*re-entry shock*) - se dá na volta para o país de origem, quando alguns hábitos adquiridos na nova cultura já não têm mais o mesmo significado, haverá então uma nova adaptação.

Diante do choque cultural Stallivieri (2009) chama a atenção para a importância de se tratar com seriedade as questões interculturais envolvidas dentro do processo de internacionalização das universidades que preparam profissionais globalmente competentes. Isto é, tanto as universidades brasileiras quanto as dos países envolvidos no PEC-G precisam preparar os seus alunos a lidar com as novas culturas. No caso da Universidade Federal do Amazonas, é perceptível o quanto é importante elaborar atividades para promoção da interculturalidade, haja vista o número de intercambistas estrangeiros presentes na instituição. Tais atividades poderão facilitar tanto a integração dos jovens estrangeiros quanto o intercâmbio de cultura entre esses alunos e acadêmicos brasileiros da UFAM. Por outro lado, essas experiências incentivam a participação de alunos da Instituição

na busca de oportunidades de intercâmbios já existente na UFAM, por meio da Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (ARII).

Sebben (2007) aponta fatores a serem observados no processo de adaptação de intercambistas: a forma como a comunidade está acostumada a receber estrangeiros, o nível de motivação do intercâmbio, os modos como familiares, amigos e conhecidos se relacionam com ele ao longo do processo e, por fim, as estratégias utilizadas pelo indivíduo para a sua socialização. Tais fatores podem ser levados em consideração pelas instituições envolvidas no intercâmbio internacional para servir de diagnóstico à situação dos intercambistas em uma dada situação.

### **2.4.3 O racismo**

Segundo Olímpio & Munanga (2005), os negros ao longo da história do Brasil têm sido, juntamente com os índios, discriminados. E essa questão deve ser discutida na escola e incluída objetivamente no currículo, de tal forma que os alunos possam identificar os casos, combatê-los, buscando resolvê-los, fazendo com que todos sejam cidadãos em igualdade de condições, a despeito das diferenças que possam existir. A partir das falas dos entrevistados, reconhecemos a existência do racismo no Brasil. Observamos que há debates e preocupações quanto ao desejo de amenizar os casos de racismo através da escola, mas ainda é um tema controverso na sociedade brasileira.

Para o Programa Nacional de Direitos Humanos (1998) o racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre grupos humanos. Conceitua-se também como uma teoria ou ideia de que existe uma relação de causa e efeito entre características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura. E somados a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras (BEATO, 1998, p. 1).

Esses dois autores definem o racismo como uma ideia que tem por objetivo desvalorizar uma pessoa ou grupo de pessoas em detrimento de outra (s). A partir da literatura encontrada sobre o racismo, percebemos que o racismo pode ser interpretado como discriminação, preconceito, segregação, estereótipo, entre outras significações.

Para Olímpio & Munanga (2005), o preconceito é uma opinião preestabelecida que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. Entende-se que o preconceito passa a existir quando se preestabelece ideias e pensamento sobre uma determinada pessoa, raça, gênero, sem conhecimento sobre este, e estes pensamentos acabam sendo considerados como verdade de forma que as vítimas acabam sendo marginalizadas ou vistas como seres inferiores.

No Brasil, a questão racial é um assunto polêmico que pode afetar não somente intercambistas negros, mas também outras alteridades, tais como: índios, nordestinos e outros grupos de pessoas. Acreditamos que, por um lado o problema esteja na educação geral e formal, pois é possível afirmar que ninguém nasce com preconceitos. Neste sentido, Scalco (2012) afirma:

*Há muita dificuldade para discutir abertamente a questão racial e quando o fazemos, ocorre de forma tímida, sem argumentos convincentes e não conseguimos tomar atitudes adequadas frente a situações de exclusão dos afrodescendentes presenciadas frequentemente. Às vezes nos omitimos, em outros momentos questionamos, refletimos com relação ao respeito às diferenças, à igualdade. Mas, o que nos falta, é conhecimento para que se consiga fundamentar as ações e opiniões. Percebemos uma grande falha na nossa formação, pois não tivemos a fundamentação teórica tão*

*necessária para trabalhar essas questões (racismo, discriminação, preconceito) em sala de aula e o que preocupa é que muitas universidades ainda não trabalham esses temas tão urgentes e polêmicos com os futuros educadores (SCALCO, 2012, p. 6).*

Com relação a essa fala de Scalco questionamos um depoimento de **L.F.**, ex-aluna da UFAM que mencionou que pela primeira vez que encontrou alunos estrangeiros negros pelos corredores da Universidade pensou que "fossem haitianos, porque estavam vindos tantos para o Brasil que achei que vocês também eram". A partir de que referencial se baseia esta aluna? É um pensamento cultural? Político? A mídia naturaliza? São estereótipos? O seu depoimento poderia estar carregado de preconceito sendo: "[...] um conceito negativo que uma pessoa ou grupo de pessoas tem sobre outra pessoa ou grupo diferente. É uma espécie de ideia preconcebida, acompanhada de sentimentos e atitudes negativas de um grupo contra outro". (BENTO, 2005, p. 36).

A discriminação é o nome que se dá para conduta que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, religião e outros. "É a exteriorização, a manifestação e materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo" (PROGRAMA, 1998, p. 15).

Para Lopes (2005) a discriminação supervaloriza determinadas culturas, dá ao dominador a ideia de que é o melhor e desenvolve no discriminado o sentimento de menos-valia. A autora propõe que a educação escolar deva ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora e que é preciso valorizá-la para garantir a democracia que, significando respeito pelas pessoas e nações tais como são com suas características próprias e individualizadoras, que buscam soluções e fazê-las vigorar é uma questão de direitos humanos e cidadania.

"O estereótipo é a prática do preconceito, é a sua manifestação comportamental. Ele objetiva: 1) justificar uma suposta inferioridade; 2) justificar a manutenção do *status quo*; 3) legitimar, aceitar e justificar a dependência, a subordinação e a desigualdade". (OLÍMPIO, 2005, p. 65). No contexto do intercâmbio internacional, o racismo pode ser sentido pelos intercambistas por conta da sua raça. Podem sofrer de algum tipo de preconceito ou estereótipo em relação a sua origem, a sua cor e o seu fenótipo. Por isso, é imprescindível que se discutam os temas em torno do racismo nas instituições de ensino superior para que todos os acadêmicos saibam conviver com as diferenças e respeitá-las.

### **3- Resultados e Discussão**

Dos quinze alunos entrevistados de origem do Congo, Gana, Namíbia, Benim, Guatemala, Honduras e Haiti, da turma de língua portuguesa 2016, treze são de sexo masculino e duas do sexo feminino. Ressalta-se que a pesquisa foi um desafio para a própria pesquisadora pelo fato dela ser ao mesmo tempo uma observadora e participante do objeto do estudo, pois também é africana e na época das entrevistas intercambista. Os entrevistados foram apresentados pela série numérica romana I a XV para resguardar as suas identificações pessoais. As respostas foram analisadas primeiramente a partir da frequência das respostas e de seus significados, considerando os referenciais teóricos adotados. Por fim, pela seleção dos dados considerados relevantes.

#### **3.1- Motivos da vinda ao Brasil e da escolha da UFAM**

Observamos que um dos maiores motivos da escolha do Brasil foi a possibilidade de realizar o sonho de estudar fora do país de origem. Dentre os 15 entrevistados 9 falaram que o Brasil foi uma oportunidade que se apresentou para sair do país e estudar gratuitamente. O aluno I em sua fala disse: "Não era o Brasil o país do meu sonho, queria ir para os Estados Unidos da América. Estava pagando caro a faculdade de medicina no meu

país e aqui é de graça". Para 8 dos depoimentos a cultura brasileira e a miscigenação teve um grande impacto em suas decisões. "Eu conhecia sobre a cultura brasileira que é próxima da nossa, o carnaval, a capoeira por exemplo. Tive que escolher entre o Canadá e o Brasil. O que mais me encantou é a cultura, a diversidade", narrou III.

Por outro lado, estudar em outro país e fora do continente para alguns alunos é uma forma de buscar melhores condições de estudos, pois em seus países as condições não permitem acompanhamento apropriado ao aluno. O intercambista IV disse: "As condições de estudos no meu país não são as melhores. Há um grande número de estudantes em sala de aula". No seu país de origem as aulas em universidades públicas são ministradas em anfiteatros que podem ter cerca de até 800 alunos, dependendo do curso. Às vezes há falta de equipamento de áudio para que os alunos possam escutar o professor. Em outras falas foi mencionado o tipo de relacionamento entre professores e alunos brasileiros que para os intercambistas é bem diferente do que ocorre em seus países. Contrariamente ao tipo de relação entre aluno e professor que acontece em seus países, em que há pouca ou quase nenhuma proximidade e intimidade, a relação entre alunos e professores brasileiros, para eles, é mais amigável, de diálogo, de compreensão e de escuta. "Aqui o professor brasileiro se importa com os alunos. Ele explica mais. Em Honduras não é tanto assim", disse o acadêmico II.

Em outros casos, os intercambistas da Namíbia (quatro), por exemplo, não puderam escolher o Brasil como país de destino. Quem escolheu para eles foi o próprio governo que sempre busca oportunidades em diversos países onde há vagas em função do curso que os jovens preferem. Tal prática não é muito comum dentre os países participantes do PEC-G. A escolha do Brasil vem geralmente dos intercambistas ou da influência dos pais que no passado haviam estudado no Brasil. Foram entrevistados quatro Namibianos na UFAM que disseram não terem escolhido o Brasil. Foi o governo que escolheu para eles. Todo ano o governo namibiano manda jovens se qualificarem fora, procura oportunidade em vários países e chama esses jovens quando saem os resultados. Mencionaram que a inscrição foi feita via Ministério do Trabalho, que escolheu aonde os estudantes namibianos estudariam.

Ressaltamos que quando perguntado aos intercambistas sobre os motivos da escolha do Brasil, apenas 3 responderam que seria em função de aprender outro idioma. O que levou a maioria a vir para o Brasil foi a oportunidade de estudar no exterior, não se importando em qual fosse o país; e também manifestaram querer conhecer lugares bonitos do país, como as praias, e vivenciar a cultura brasileira. Muitos deles escolheram as cidades do Sudeste do país como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Da amostra, sete deles foram enviados para Manaus com o propósito de fazer exclusivamente o curso de língua portuguesa. Depois disso pretendiam cursar a sua graduação nos respectivos estados escolhidos.

Os alunos do programa PEC-G, uma vez selecionados, devem no primeiro ano fazer um curso de proficiência da língua portuguesa em uma das Instituições de Ensino Superior (IES) do país que possua um posto aplicador do exame internacional de proficiência da língua portuguesa Celpe-Bras e que seja habilitada a administrar as aulas de português para estrangeiros. O estudante aprovado na prova Celpe-Bras pode se matricular na IES em que foi selecionado. Caso contrário, perde a sua vaga e deve voltar ao seu país de origem.

Dos três intercambistas que escolheram de fato a cidade de Manaus, dois afirmaram que ficaram encantados com o povo indígena, o rio e a floresta amazônica. O aluno III disse: "Eu queria conhecer a floresta amazônica de perto". O terceiro disse que já mantinha contato com alguns amigos que se encontram na cidade.

Perguntou-se aos alunos que iriam cursar em outras universidades do Sudeste se gostariam de ficar na cidade e estudar na UFAM no próximo ano letivo. Três disseram que sim, pois já se acomodaram e fizeram amizade aqui. Acham que o custo de vida em Manaus é baixo em relação às cidades do Sudeste do país, principalmente no que diz respeito ao

aluguel. Salienta-se que o intercambista que desejar ficar na cidade em que fez o curso de língua portuguesa pode solicitar a sua permanência na instituição.

### **3.2- Dificuldades de adaptação na UFAM e na cidade**

Há dificuldade desses alunos em participar de editais de auxílio à moradia e de outras formas de auxílio acadêmico que visam à promoção da permanência do discente da UFAM na Instituição. Os entrevistados no período da pesquisa não são estudantes regularmente matriculados na UFAM, apenas são alunos de língua portuguesa para estrangeiro. Só passarão a serem estudantes das IES alunos que são aprovados no exame de proficiência da língua portuguesa e, em seguida, quando matriculados na UFAM ou em outra IES. Nesta condição inicial não podem se beneficiar desse tipo de apoio institucional.

O acesso à biblioteca também é outro problema que enfrentam os intercambistas. Por eles não possuírem a matrícula regulamentada ao chegar estão impedidos de tomar emprestados livros na biblioteca. Sugerimos para sanar esses últimos problemas de acesso ao restaurante universitário e à biblioteca providenciar a matrícula provisória dos alunos estrangeiros que, a partir dessa iniciativa poderão ter acesso pleno ao restaurante e à biblioteca, bem como a possibilidade de participar dos editais de auxílios moradia e acadêmico da Universidade, mesmo que temporariamente.

Dentre as dificuldades encontradas onze alunos mencionaram ter sofrido atos preconceituosos e racistas tanto na universidade quanto na cidade. São momentos que podem marcar profundamente os alunos. O acadêmico XVI, de Gana, disse que "alguns brasileiros são racistas, falta-lhes conhecimento sobre a África. Já sofri preconceito no ônibus. Passando na rua alguém me disse: haitiana volta para seu país. Pedi ajuda para alguém na faculdade e a pessoa não quis falar comigo". Outro entrevistado da Namíbia - XI - disse o seguinte: "Queria sentar numa mesa... e quando sentei o pessoal que estava na mesa levantou e foi embora. Pessoas já me chamaram de *massis*<sup>2</sup> na rua". Tais fatos podem causar frustrações, trauma, e desistência por parte dos intercambistas se não forem preparados para esse tipo de fatos preconceituosos.

A homossexualidade é crime em muitos países africanos como Camarões, Benim, Namíbia, Congo, entre outros. Diante disso, pode-se dizer que os intercambistas sofreram um choque cultural doloroso. Para Rogers e Steinfatt (1999) o choque cultural é uma qualidade de uma experiência traumática que o indivíduo pode encontrar ao entrar em outra cultura. Quando o intercambista chega ao Brasil passa por um processo de adaptação em que precisa aceitar a cultura do outro. Pois caso não o faça, corre o risco de não alcançar os seus objetivos no país e pode até desistir do intercâmbio.

Destacamos que o aspecto que suscitou indagação espontânea durante a realização das entrevistas foi sobre a identidade dos intercambistas africanos em Manaus. Todos apresentaram em suas falas descontentamento com estereótipo de "haitiano" atribuído a eles por alguns moradores da cidade de Manaus. O XV falou: "as pessoas acham que eu sou haitiano. A maioria pensa que todo negro é haitiano aqui. As pessoas me estranham pelo jeito que me olham, parece que nunca viram um negro". O sentimento que os intercambistas africanos têm é de que alguns moradores da cidade pensam que a origem deles é haitiana e que a presença de negros na cidade suscita estranhamento quanto à identidade do negro.

Outro aspecto negativo evocado pelos intercambistas gira em torno da questão do racismo velado que existe no país. Eles dizem estar surpresos pelo preconceito ao negro no Brasil. Não esperavam vivenciar isso quando se sabe que o país é miscigenado. O aluno III disse: "é o racismo [...] algo que possa me fazer desistir em qualquer momento". Também há decepções de parte dos intercambistas que ao chegar ao Brasil percebem que o

<sup>2</sup> Termo pejorativo crioulo de conotação sexual (homossexual) utilizado pelo morador da cidade de Manaus como forma de constranger o haitiano que geralmente não gosta de ser chamado de *gay*, conforme comentários dos entrevistados em seus depoimentos.

continente africano é pouco conhecido por alguns brasileiros. Muitas vezes a África é considerada como um país e não como um continente. Isso surpreende e suscita questionamentos. Assim, o aluno XI disse: “Decepcionei-me pela falta de conhecimento das pessoas sobre a África”.

A barreira linguística também foi apontada em nível de dificuldades de adaptação. A turma era constituída de intercambistas oriundos de países francôfonos e anglôfonos. Somente quatro destes vieram de países que falam espanhol. Assim, todos encontraram nos dois primeiros meses dificuldades para se comunicar e interagir com os brasileiros. Também falaram de dificuldades em se deslocar de um lugar para outro sem ajuda de algum veterano intercambista.

Além disso, esses alunos manifestaram uma visão de conceito de amizade diferente. Quatro deles relataram que não conseguiram fazer amizade de verdade porque entendem por amizade partilhar dos bons e dos tristes momentos, bem como a possibilidade de frequentar a casa e familiares dos amigos, entre outros aspectos. O intercambista XIII, de Gana, disse: "A amizade daqui é diferente. Não é seguro fazer amizade na rua. É estranho. Aqui no Brasil conseguimos ter colegas, mas fazer amigos é difícil. Vai demorar um pouco. Para mim o amigo é uma pessoa com quem eu posso compartilhar momentos felizes e tristes. Quando tiver algum problema pode desabafar e contar com o amigo". Observamos na fala dos entrevistados um discurso de pessoas carentes e com pouca confiança nas relações com brasileiros. Por ter deixados os seus amigos e familiares nos seus países de origem, percebemos uma expectativa de que os brasileiros teriam mais confiança neles e que a interação com os brasileiros seria maior.

Nesta questão sobre a amizade quatro entrevistados manifestaram ter mais amigos e colegas africanos e/ou estudantes estrangeiros da mesma turma, em detrimento de suas relações com moradores locais. Nesse sentido, assinalamos que Garcia & Goes (2010) apontam que os estudantes internacionais costumam estabelecer laços de amizade entre si. Podemos dizer, nesse sentido, que fica difícil a integração rápida dos intercambistas, já que estes não procuram ou encontram dificuldades de estreitar os seus laços de amizade com brasileiros. Por outro lado, sugerimos ações para a instituição receptora com o propósito de promover maior interação entre intercambistas e alunos da UFAM, por exemplo, buscando integrá-los e informá-los de forma a atender suas necessidades e expectativas.

A alimentação e o clima também foram colocados como barreiras à adaptação. A totalidade da amostra estranhou a comida brasileira, como por exemplo, a feijoada, a farinha, a banana frita, porque não é muito comum na culinária deles a forma de preparação. Comentaram que o modo de preparo de alguns pratos é diferente. "A maneira de cozinhar é diferente. Por exemplo, o feijão: A comida do Restaurante Universitário não é tão boa, é pouco gostosa", falou o intercambista XII.

O clima quente e úmido causa certo desconforto aos alunos da UFAM em Manaus, conforme depoimento da maioria. A temperatura não passa dos 20 graus em Honduras, por exemplo. Quando os intercambistas chegaram a Manaus perceberam que o tempo é “abafado o tempo todo”; e se adaptam com muita dificuldade.

Todos os intercambistas estranharam a forma como as pessoas se vestem, sobretudo na IES. O uso de roupas muito curtas e de sandálias havaianas na Universidade, por exemplo, não é muito comum em seus países. O que mais se usa nas faculdades são roupas como calças sociais, vestidos e saias que cheguem pelo menos até os joelhos. As tatuagens são comuns nas pessoas brasileiras, mas em seus países de origem são comuns especialmente entre os artistas e músicos.

Neste sentido é importante que se promovam atividades interculturais que incentivem a integração e o acompanhamento dos intercambistas na universidade. Alguns deles dizem ter conseguido se integrar de forma rápida ao frequentar algumas igrejas que os acolheram bem e que fizeram amizade com alguns dos seus membros.

### **3.3- Avaliação de experiência inicial de intercâmbio**

Para avaliar a experiência do intercâmbio foi perguntado aos alunos entrevistados sobre os pontos positivos e negativos de sua experiência, bem como os aspectos que suscitaram estranhamento a eles.

Os intercambistas de forma geral consideraram a sua experiência de intercâmbio válida porque puderam começar a aprender um segundo idioma e conhecer a cultura brasileira; também conheceram novas pessoas e aprenderam a conviver com pessoas de diversos outros países. O aluno XIII disse: “como ponto positivo eu falo um segundo idioma, meus horizontes se ampliaram. Tenho conhecimentos sobre o Brasil, sabia somente sobre o samba. Hoje sei sobre o jeito brasileiro, como falar com eles. Estou percebendo o mundo de uma maneira diferente”. A partir desta fala é possível perceber como a experiência de intercâmbio é interessante na medida em que o estudante cresce não só enquanto indivíduo, mas também do ponto de vista cultural. Ele também passa a aprender a lidar com seus problemas no cotidiano sem ajuda dos familiares e se torna mais independente. Para exemplificar ainda mais o intercambista II falou: “Você percebe outra cultura. Conhece o outro lado do Brasil, não são só mulheres bonitas, praias lindas e futebol, têm problemas políticos e mais coisas para oferecer. Não imaginava o país desse jeito. Quando você mora sozinho você volta a ser independente. Não sabia cozinhar, limpar, lavar. Foi difícil nos três primeiros meses, mas hoje superei isso”.

Como destacam os autores Rogers & Steinfatt (1999 *apud* BETT, 2012), existem vários estágios de adaptação dos intercambistas ao novo lugar. São períodos em que esses alunos passam por diversas situações marcadas por dificuldades de encontrar em uma nova cultura onde tudo é novo, predominando o sentimento de insegurança, tristeza e saudades. Por isso precisam aprender a lidar com isto.

Os aspectos negativos da experiência dos intercambistas são marcados pelas saudades dos familiares, dos seus amigos e da comida típica do seu país. Sentem falta de tudo que lhes é familiar e um deles tem se perguntado se fez a melhor escolha em algum momento. “Eu larguei toda uma vida em Honduras que construí durante 18 anos. Senti saudades da família, de tudo”. Isto pode ser visto como um sentimento de insegurança, de incerteza, quando o intercambista ainda não sabe se de fato será uma pessoa bem-sucedida no intercâmbio, se será capaz de superar os seus medos e outras potenciais dificuldades do devir.

### **3.4- Satisfação quanto à receptividade da UFAM**

Avaliamos a receptividade da Universidade Federal do Amazonas desde a saída dos alunos de seus países até o momento da aplicação das entrevistas. Os entrevistados fizeram propostas para melhoria do seu acolhimento na Instituição. Os relatos foram positivos quando os alunos disseram que a Universidade disponibilizou um carro para buscá-los no aeroporto e ainda quando tiveram apoio da Instituição para providenciar os documentos a serem apresentados na Polícia Federal e no Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas (Sinetran). Estes estudantes precisam se apresentar na Polícia Federal no prazo de trinta dias onde são disponibilizadas as suas carteiras de identidade; e no Sinetran, responsável pelas carteiras de transporte público. Também disseram que a instituição ainda precisa promover ações que facilitem a sua integração e acompanhamento na cidade e na Universidade que tem um campus com mais de 600 hectares.

Os entrevistados propuseram, por exemplo, indicações gerais de melhoria na comunicação. O aluno II falou: “Não sabia de muita coisa da cidade antes de chegar aqui, como pegar o taxi. A UFAM precisa se interessar mais pelo aluno”. Esse aspecto é levado em consideração no Programa de Recepção a Comunidade Acadêmica Estrangeira Mais UFAM elaborado em abril de 2016 pela Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais da Universidade (ARII). A ARII, entre outras atividades, deve planejar a

recepção dos alunos estrangeiros antes, durante e depois da sua chegada em Manaus, preparando, por exemplo, o material de boas-vindas (*folders*) com informações úteis sobre a UFAM e a cidade, entre outros aspectos que doravante serão enviados para os alunos por e-mail antes da sua chegada (UFAM, 2016). Assinalamos que a autora deste trabalho participou em seu estágio obrigatório da graduação como participe da construção Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais da Universidade da ARII, com orientação do professor. Henrique Wendhausen.

Outra ação indicada que poderá propiciar melhorias nessa relação consiste na disponibilização de alunos interpretes de inglês, francês e/ou espanhol, com apoio da ARII, setor responsável pelo acolhimento dos estudantes estrangeiros, para recepcioná-los e integrá-los na Instituição. Isto é importante, haja vista que a maioria desses alunos fala um desses três idiomas. Recomendamos ao Programa a criação de um grupo de voluntários incluindo alunos de letras de língua inglesa, francesa e espanhol, e alunos estrangeiros veteranos para auxiliar a ARII na recepção dos intercambistas recém-chegados. (UFAM, 2016).

Para melhorar a integração, sugerimos também que sejam realizados eventos interculturais possibilitando a troca de experiências entre alunos estrangeiros e brasileiros da Instituição. O aluno X falou: “Não teve este ano atividades com brasileiros, um tipo de intercâmbio de conhecimento. Eles também podem se espelhar em nós, abrir a mente para que possam buscar oportunidade de estudo fora”. Esse intercambista acredita que ao promover eventos interculturais com os alunos brasileiros incentivar-se-á cada vez mais a participação de alunos matriculados na UFAM em programas de intercâmbio para outros destinos.

### **3.5- Expectativas ao término do curso**

Os entrevistados da turma, por ainda não serem intercambistas formalmente constituídos, manifestaram o desejo de dar continuidade aos estudos de graduação superior no Brasil, no caso de passarem na prova de proficiência da língua portuguesa. Apenas o intercambista XI afirmou que irá passar as férias na sua terra e disse não ter certeza se voltará para o Brasil. Ele falou: “O programa não dá possibilidade de trabalhar... fiz uma inscrição para outro país”. Notamos que além do desejo dos intercambistas de procurar a oportunidade de estudos fora do seu país, isto não descarta o fato de alguns sonharem em trabalhar nos países em que irão estudar quando selecionados, o que não é permitido na maioria dos programas de intercâmbio de mobilidade estudantil.

Três dos sete que deverão cursar em estados do Sudeste gostariam de estudar na UFAM porque consideram o preço do aluguel mais baixo em relação a outros estados. Eles dizem que gostaram de suas acomodações e que fizeram amizades em Manaus. Ao término da graduação, seis querem voltar para seus países. Dois gostariam de fazer o mestrado aqui ou na Europa. Dois querem trabalhar no Brasil. E os outros não sabem se vão ficar aqui. Percebemos que há várias diferentes expectativas por parte dos entrevistados. Uns querem voltar para trabalhar no país de origem e outros querem dar continuidade aos estudos em pós-graduação, e há os que querem ficar no Brasil.

## **4- Considerações Finais**

O desenvolvimento desta pesquisa sobre a experiência de intercâmbio está ligado diretamente à participação da pesquisadora como intercambista de graduação no Brasil, em Manaus, na UFAM, e ao seu interesse em contribuir para a melhoria das políticas e ações de acolhimento dos intercambistas na Universidade Federal do Amazonas, haja vista que auxiliou na confecção do Programa de Recepção à Comunidade Acadêmica Estrangeira Mais UFAM, na qualidade de estagiária da Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais da Universidade (ARII), no ano de 2016.

Procuramos descobrir e interpretar as motivações de vivenciar uma nova cultura, conhecer o povo brasileiro, buscar oportunidades de estudos, ter um segundo idioma, entre outros interesses que foram motivos para suas escolhas como candidatos a intercambistas. O conjunto das entrevistas demonstrou que os prováveis intercambistas selecionaram o Brasil em função da oportunidade de estudar fora de seus países de origem com melhores condições de estudos e em busca de qualificação que possa contribuir no desenvolvimento de seus países de origem em caso de retorno.

Abordamos também as principais dificuldades dos pretendentes a intercâmbio ligadas à moradia, à adaptação, à aprendizagem, à língua e ao custo de vida, a impossibilidade de trabalhar e à dificuldade de adaptação cultural, considerando também o relacionamento com os brasileiros e a possibilidade de novas relações de amizade. Há um estranhamento por parte desses alunos em relação ao vestuário, à cultura, ao clima, e aos comportamentos humanos. Esses alunos estrangeiros mencionaram problemas relacionados à adaptação em diversos aspectos, tais como quanto ao clima, ao idioma, ao racismo, bem como sobre as dificuldades em constituir amizade que alguns deles encontraram.

No que se refere à experiência inicial de intercâmbio no Brasil, questionamos se foi satisfatória e importante para o crescimento pessoal, intelectual e cultural dos intercambistas. A experiência de intercâmbio foi percebida como gratificante em geral, na medida em que esses alunos tendem a crescer enquanto indivíduos e também do ponto de vista cultural, pois enfrentam uma série de situações difíceis, além de sofrer com a distância dos familiares, dos amigos e da própria cultura de seus países de origem. Nesse sentido, o processo de adaptação também reflete um processo de crescimento.

No tocante aos aspectos que se reportam ao acolhimento dos alunos da turma de português para estrangeiros, foi possível perceber avanços na medida em que a UFAM, de forma geral, tem procurado atender às demandas dos intercambistas, mas ainda precisar rever alguns aspectos relacionados ao acolhimento deles. Recomendamos desenvolver ações de integração como a criação de grupos de amigos, alunos e professores universitários, realizando eventos aproximativos com a temática de intercâmbio de vivência cultural e também eventos esportivos, entre outras proposições.

Houve relatos de pessoas satisfeitas com o acolhimento aos estudantes na UFAM, mas emergiram uma série de sugestões de melhoria que devem ser consideradas pela Instituição. Por exemplo, a disponibilização de intérpretes por parte da Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais da Universidade para que possam auxiliar os intercambistas que ainda chegarão. Sugeriram a disponibilidade de matrículas especiais para alunos das turmas de língua portuguesa para estrangeiros para que possam ter acesso ao restaurante universitário, à biblioteca, além da possibilidade de participarem em editais de auxílio moradia e renda de forma mais célere. Acredita-se que isso pode ser viabilizado por meio de diálogo praticado em encontros e reflexões entre os dirigentes da Instituição e os alunos intercambistas, visando não só à recepção desses alunos, mas também no sentido de oferecer a oportunidade de se sentirem em casa como qualquer estudante da UFAM, pois isto contribuirá de algum modo para a integração mais rápida dos mesmos.

Quanto às expectativas dos alunos, as respostas foram as mais diversas quanto ao que fazer depois do processo de seleção. Mas é interessante mencionar que dois entrevistados querem estudar na UFAM e não na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também foram selecionados. Manifestaram que já estão acomodados à cidade de Manaus e que já fizeram amizades. Todos esses estágios em que passa o intercambista fazem parte da sua experiência e são considerados como necessários e normais por alguns autores que estudam essa temática. Para eles o estudante terá de passar por choque cultural até a sua adaptação e aqueles que não conseguem superar essas barreiras culturais podem querer voltar para seus países de origem.

Percebemos relatos de situações constrangedoras quanto ao preconceito racial que os intercambistas enfrentaram na cidade e na Instituição. Neste sentido, sugerimos a promoção de campanhas e ações educativas contra o racismo na Instituição por meio de diversas mídias, por iniciativa da Assessoria de Comunicação (ASCOM) e da Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (ARII), e também da TV UFAM.

Recomendamos, por fim, que a Universidade estreite os laços de maneira mais intensa e expressiva com esses alunos para assim promover atividades diferenciadas e relacionadas ao intercâmbio de conhecimento cultural e desportivo, visando não somente a integração desses alunos, mas também o incentivo aos demais alunos brasileiros a realizar o intercâmbio fora do país, bem como a realização de ações e eventos que fomentem novas amizades, a ampliação da tolerância e o melhor entendimento e satisfação nos relacionamentos intercambistas.

## Referências

BARBALHO, Maria de Goretti Cabral. A internacionalização da educação superior: O papel da universidade. UFRN, 2000. Disponível em: <file:///D:/Internacionalização%20e%20papel%20das%20Universidades.pdf> Acesso em: 20 jan. 2017.

BEATO, Joaquim. **Um novo milênio sem racismo na igreja e na sociedade**. CENACORA, 1998.

BENTO, Maria Aparecida. **Cidadania em preto e branco**: discutindo relações raciais. São Paulo: Ática, 2005.

BETT, Daniela Zanrosso. Jovens universitários e intercâmbio acadêmico. Monografia. Apresentada como requisito parcial do curso de especialização em psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do sul. Porto alegre, março 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/62374/000869091.pdf?sequence=1> Acesso em: 28 jul. 2016.

BIZON, Ana Cecilia Cossi. Narrando o exame Celpe-bras e o convênio PEC-G: a construção de territorialidades em tempos de internacionalização. Tese de doutorado, Campinas, SP, 2013.

BLACK, J.S.; MENDENHALL, M.; ODDOU, G.R. Towards a comprehensive model of international adjustment: An integration of multiple theoretical perspectives. *Academy of Management Review*, v.16, n.2, p. 291-317, 1991.

CHARLE, Christopher; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998, Paris: Unesco/CRUB: Tendência de educação superior para o século XXI.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação"? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: < http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 30 jul. 2016.

DIVISÃO DE TEMAS EDUCACIONAIS. Manual do Estudante PEC-G. MRE/DCE., 2013. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/docs/Manual doEstudante.>> Acesso em: 05 jul. 2016.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, Denise; MOROSINI, Marília Costa (org). **Universidade e integração no Mercosul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

LOPES, Véra Neusa. MUNANGA, Kabengele (org). Preconceito e discriminação: Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 185 – 204.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. A internacionalização da educação superior no Brasil. (CONVENIO IESALC-UNAMAZ. N. 886446.3), Belém, janeiro 2004.

OLÍMPIO, Sant´Ana Antônio; MUNANGA, Kabengele (orgs). História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In.: Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-67.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. 1998, Brasília: MTb-a/Assessoria Internacional: Gênero e raça - todos pela igualdade de oportunidade: teoria e prática.

ROGERS, E. M; STEINFATT, T. M. Intercultural communication Long Grove: Waveland Press, 1999.

SANTOS JÚNIO, Paulo; MIRANDA Raquel Ferreira. A percepção de estudantes universitários em relação à experiência de intercâmbio na Argentina. **Revista Perspectiva Psicologia**. Volume18, N. 2, Jul/Dez 2014, p.153–173.

SCALCO, Marlene Fernandes. Repensando a história do negro no Brasil: uma maneira de rever mitos e reforçar a identidade. Foz de Iguaçu, 2012. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2012/2012\\_unioeste\\_hist\\_pdp\\_marlene\\_fernandes\\_scalco.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_unioeste_hist_pdp_marlene_fernandes_scalco.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2017

SEBBEN, Andreia Simões. **Intercâmbio Cultural**: para entender e se apaixonar. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2007.

\_\_\_\_\_. Um estudo exploratório sobre o intercâmbio cultural entre adolescentes brasileiros com a contribuição da psicologia e da educação intercultural. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil, 2000.

SILVEIRA, Ricardo BOING; WEIHERMANN Claus. Longe de casa, há mais uma semana: o processo de ajustamento de intercambistas no exterior. In Revista RAEP, v. 10. n. 3. 2009.

STALIVIERI Luciane. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. UFSC, 2014. Disponível em: <<http://iglu.paginas.ufsc.br/files/2014/08/SLIDES-LUCIANE.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2016

\_\_\_\_\_. Análise da adaptação cultural de estudantes internacionais sob o ponto de vista das teorias da curva “u” e da curva “w”. In: **Revista Gestão Universitária na América Latina**. V. 8, n. 3, setembro de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Programa de Recepção à Comunidade Acadêmica Estrangeira Mais UFAM**. Manaus: ARII, 2016.

## CADEIA PRODUTIVA DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA NOS ESTADOS DO ACRE E RONDÔNIA

Jean Marcos da Silva, Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia–CEDSA/UNIR, [suisjean@hotmail.com](mailto:suisjean@hotmail.com)

Mariluce Paes de Souza, Universidade Federal de Rondônia, Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGMAD/CEDSA/UNIR, [mariluce@unir.br](mailto:mariluce@unir.br)

Theophilo Alves de Souza Filho, Universidade Federal de Rondônia, Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGMAD/CEDSA/UNIR, [theophilo@unir.br](mailto:theophilo@unir.br);

### Tema: Desenvolvimento e Sustentabilidade

#### Resumo

O objetivo do presente estudo é descrever a Cadeia Produtiva da Castanha-da-Amazônia nos Estados do Acre e Rondônia, a partir do olhar do extrativista. A discussão sobre desenvolvimento e sustentabilidade, considerando o extrativismo, se faz necessário para refletir sobre o impacto na economia regional. Esta Cadeia Produtiva vem contribuindo secularmente para a geração de renda e permanência de centenas de famílias extrativistas nos estados da região norte, como Amazonas, Acre, Pará, Amapá e de certo modo, Rondônia. O Estado do Acre, com seu denominado “Governo da Floresta” tem se destacado nos últimos cinco anos como o maior produtor da Castanha-da-Amazônia no Brasil. Verificou-se que a Castanha-da-Amazônia nos estados do Acre e Rondônia é um produto que destina renda à subsistência das famílias, além de ser comercializada no mercado interno e externo por organizações ou intermediários a estas mesmas famílias. Neste processo notou-se articulações entre diversos agentes. O desenho da cadeia produtiva para cada um dos dois estados evidencia uma visão global destas. Conclui-se que os extrativistas são os atores que executam o processo de coleta. Além disto, identificou-se que parte dos extrativistas do Estado do Acre recebe recursos de programas de transferência de renda, como o bolsa verde. Sugere-se a substituição da lógica utilizada no programa bolsa verde por um modelo baseado na valorização da produção da Castanha-da-Amazônia, por meio de uma bonificação ambiental.

**Palavras-chave:** Cadeia Produtiva. Castanha-da-Amazônia. Extrativismo.

#### ABSTRACT

The objective of the present study is to describe an Brazil nut Production Chain in the States of Acre and Rondônia, from the perspective of the extractivist. The discussion on development and sustainability, considering extractivism, becomes necessary to reflect on the impact of the regional economy. This productive chain has contributed centuries to a generation of income and permanence of hundreds of extractivist families in the states of the north region, such as Amazonas, Acre, Pará, Amapá and, in a way, Rondônia. The State of Acre, with its so-called "Forest Governance", has stood out in the last five years as the biggest producer of Brazil nut. It was verified that the Brazil nut in the States of Acre and Rondônia is a product that destines income to the subsistence of the families, besides being commercialized in the internal and external market by organizations or companies. In this process it was noticed articulations among several agents. The drawing of the extractive chain for

each of the two states shows a global view of the chain. It is concluded that extractivists are the identified actors who execute the collection process. In addition, it is identified that is part of the extractors of the State of Acre, the resources of income transfer programs, such as the green bag. It is suggested a substitution of the logic used in the green bag program for a model based on the valuation of the production of brazil nut, through an environmental bonus.

**Keywords:** Productive Chain. Brazil nut. Extractivism.

## 1. Introdução

A Castanha-da-Amazônia contribuiu com R\$ 107.443.000,00 para a composição do PIB brasileiro no ano de 2015 (IBGE, 2016). No entanto, necessita de atenção de políticas públicas dos estados situados na Região Amazônica brasileira. Trata-se de uma cadeia longa que envolve os “povos da floresta”, geralmente situados próximos a linha da pobreza, mas de grande importância para a sustentabilidade ambiental.

A discussão sobre desenvolvimento e sustentabilidade se faz necessário para refletir sobre o impacto econômico e a sua repercussão na economia regional. Esta cadeia produtiva vem contribuindo secularmente para a geração de renda e permanência de centenas de famílias extrativistas nos estados da região norte, como Amazonas, Acre, Pará, Amapá e de certo modo, Rondônia. O Estado do Acre, com seu denominado “Governo da Floresta” tem se destacado nos últimos cinco anos como o maior produtor da Castanha-da-Amazônia no Brasil.

Souza Filho *et al.* (2011) verificaram que embora exista a maior reserva em termos de matrizes da árvore *Bertholetia excelsa* no Brasil, o País perdeu espaço para um outro país, a Bolívia. A mais de 10 anos, a Bolívia se tornou líder na exportação do produto beneficiado para a Europa e outros mercados consumidores no exterior. Os estudos realizados por estes pesquisadores denotam a emergente necessidade de se adotar uma gestão mais próxima nas Cadeias Produtivas da Castanha-da-Amazônia.

Silva-Jean *et al.* (2016) em estudos realizados sobre a Castanha-da-Amazônia, quantificaram e valorizaram o esforço físico dos extrativistas para o processo de coleta da Castanha-da-Amazônia. A pesquisa conclui que a atividade extrativa exige movimentos repetitivos, agregados a períodos de trabalho superiores a doze horas diárias. Além da não percepção temporal dos direitos trabalhistas como a aposentadoria.

Sachs (1986), prevê que a valorização de direitos e respeito ao ser humano precisa ser considerado uma das dimensões do desenvolvimento. Quando os direitos do trabalhador não são observados, o modelo econômico pode se sobressair sobre o aspecto humano. E portanto, voltado eminentemente para a lógica da competitividade. A busca pelo equilíbrio entre o aspecto humano/social e o econômico deixa de ser o guia e algum ator do arranjo produtivo fica em desvantagem. No caso da Cadeia Produtiva da Castanha-da-Amazônia, o extrativista é o elo mais fraco afetado.

O papel central deste ator na cadeia se dá em função de este estar na base do processo. É o extrativista o elo da cadeia responsável em praticar o processo de extração da Castanha-da-Amazônia, ou seja, a retirada do produto de dentro da floresta. Conhecer a relação deste ator e compreender a cadeia produtiva da Castanha-da-Amazônia é uma oportunidade para a discussão de políticas públicas de fortalecimento da cadeia.

Segundo Maciel (2010) o trabalho extrativista é primordial para o projeto destes empreendimentos consolidar-se de acordo com o desenvolvimento sustentável. Ostrom (1990) defende que as comunidades tradicionais têm seu papel para a consolidação do desenvolvimento sustentável, uma vez que tem conhecimentos do ambiente que os cerca,

por saberem dos períodos produtivos e dos demais elementos da natureza e respeitarem a floresta.

A consolidação desta Cadeia Produtiva como fonte de renda e possibilidade de proporcionar melhor qualidade de vida para as famílias dos extrativistas coletores, pode representar um avanço e consolidação da integração da Região Amazônica no cenário brasileiro. É neste sentido que esta pesquisa procurou descrever a Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia nos Estados do Acre e Rondônia, a partir da perspectiva do extrativista.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Cadeia Produtiva da Castanha-da-Amazônia

O termo cadeia de produção e *filière* é tratado nos estudos de Paes-de-Souza *et al.* (2011) indistintamente. De acordo com Carvalho Júnior (1995), a sucessão de operações estabelece a estrutura de uma *filière* (cadeia) que é moldada pelas tecnologias conhecidas em um dado espaço de tempo. O posicionamento em várias etapas da cadeia de produção pode propiciar à organização uma produtividade mais elevada (CARVALHO JÚNIOR, 1995).

Labonne (1987) destaca que o termo *filière* refere-se a uma sequência de atividades físicas necessárias para a produção de um bem. A presente pesquisa adota este conceito para a identificação dos custos, do material necessário para o trabalho extrativo.

Labonne, no mesmo trabalho, propõe uma classificação de cadeias em três categorias: subsistência, artesanal e industrial. Na cadeia de subsistência predomina as explorações familiares, com reduzido capital com tendências à autossuficiência, sendo comuns em países pouco desenvolvidos. Na cadeia artesanal é possível verificar algum tipo de transformação do produto. A cadeia industrial, por sua vez, representa os sistemas modernos orientados para o mercado, com altos investimentos de capital. Pedrozo *et al.* (2011) estudaram a cadeia extrativa da Castanha-da-Amazônia em Rondônia e verificaram que esta cadeia se encontra na fase da subsistência, conforme apresenta Labonne (1987).

Desde o século XVI, a coleta da Castanha-da-Amazônia ocorre no centro da região Oeste da Amazônia. Contudo, de 2000 em diante, estas áreas passam por exploração intensiva em função de coletas em larga escala efetuadas na fronteira entre Peru, Bolívia e Brasil, do território acriano e rondoniense (NUNES, 2010). A atividade extrativa da Castanha-da-Amazônia é descrita por Sá *et al.* (2008) e ela compõem-se das seguintes fases:

- Limpeza das picadas - são realizadas simultaneamente com a coleta entre dezembro e fevereiro.
- Coleta dos frutos - tradicionalmente ocorre de janeiro a março. No entanto, as práticas atuais de manejo recomendam que a coleta seja iniciada em dezembro para reduzir o período de contato dos frutos com o solo.
- Seleção - tem ocorrido paralelamente à quebra dos frutos, ainda na floresta.
- Processo de secagem - ocorre nas proximidades da casa do extrator, faz-se uma nova seleção.
- Armazenagem - o extrator deve possuir um armazém adequado para o armazenamento do produto em sacos enquanto o transporte do produto não é realizado.

Continuando ainda em Sá *et al.*, (2008), eles apontam o caso do Seringal Porongaba, situado na Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, onde os extrativistas estão integrados as instalações da agroindústria que beneficia a sua produção. Pontuam que no processo de coleta da Castanha-da-Amazônia são necessários 71 homens/dia e alguns materiais considerados de uso pessoal e que a Embrapa Acre tem procurado

verificar quais as etapas mais críticas que pode ocorrer a contaminação das amêndoas por fungos a fim de propor modificações no sistema extrativo. Ressaltam que estas modificações já trouxeram inovações no que tange a coleta dos ouriços, quebra dos ouriços, seleção, secagem e armazenamento das amêndoas alterando o custo da extração do produto (SÁ *et al.*, 2008).

De acordo com Sá *et al.* (2008) a atividade de limpeza das picadas e corte dos cipós acontece anteriormente à coleta durante três dias por semana, habitualmente em janeiro, fevereiro e março. Se a coleta ocorrer em janeiro, a perda é de 10%, enquanto que em fevereiro e março o percentual sobe para 20%. Toda produção desta unidade produtiva foi comercializada com a Cooperativa Mista de Produção Agropecuária dos Municípios de Epitaciolândia e Brasiléia Ltda integrante da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre).

Os autores Sá *et al.* (2008) observaram que uma lata de castanha (20 litros) a época de seu estudo, foi comercializada a R\$ 15,00 e teve um custo de R\$ 7,15 a lata para ser extraída. Os valores foram apropriados por meio de uma análise econômica do extrativismo na região de Brasiléia, Acre, tendo por base os conceitos de custos de extração (com exceção do custo da terra em que os extrativistas a receberam do Estado sem a contrapartida financeira, não havendo, portanto, investimento), de receita líquida, de remuneração da mão-de-obra familiar e de renda do trabalho familiar. Os pesquisadores chegam a conclusão que há viabilidade econômica da extração da amêndoa, naquela comunidade.

A cadeia produtiva da Castanha-da-Amazônia é longa e envolve inúmeros atores em seus segmentos, com interesses diversos na atividade. Souza Filho *et al.* (2011) identificaram que os extrativistas são apenas um dos *stakeholders* da cadeia e concluíram igualmente que as relações entre eles e os demais constitui uma estratégia para a estruturação da cadeia. Neste sentido, considerando os ensinamentos de Morvan (1985) a articulação de uma cadeia é fortemente influenciada pelas possibilidades tecnológicas, sendo afetada pelas estratégias dos agentes que buscam seus objetivos. As relações possíveis entre os agentes são de interdependência ou complementaridade, definidas pelas forças hierárquicas.

Por conseguinte, Pedrozo *et al.* (2011) pondera que uma cadeia produtiva se compõe de uma sequência de atividades que conduzem à produção de bens e sustenta que a Cadeia Produtiva da Castanha-da-Amazônia, teve uma reformulação, com o advento de novos atores e, portanto, trata-se de um arranjo produtivo jovem e em muitos casos incompleta, apesar das florestas serem milenares. Os resultados do estudo realizado por Pedrozo *et al.* (2011) apontam que o acesso à informação e oportunidades e o nível de capacitação gerencial das populações locais ainda são incipientes.

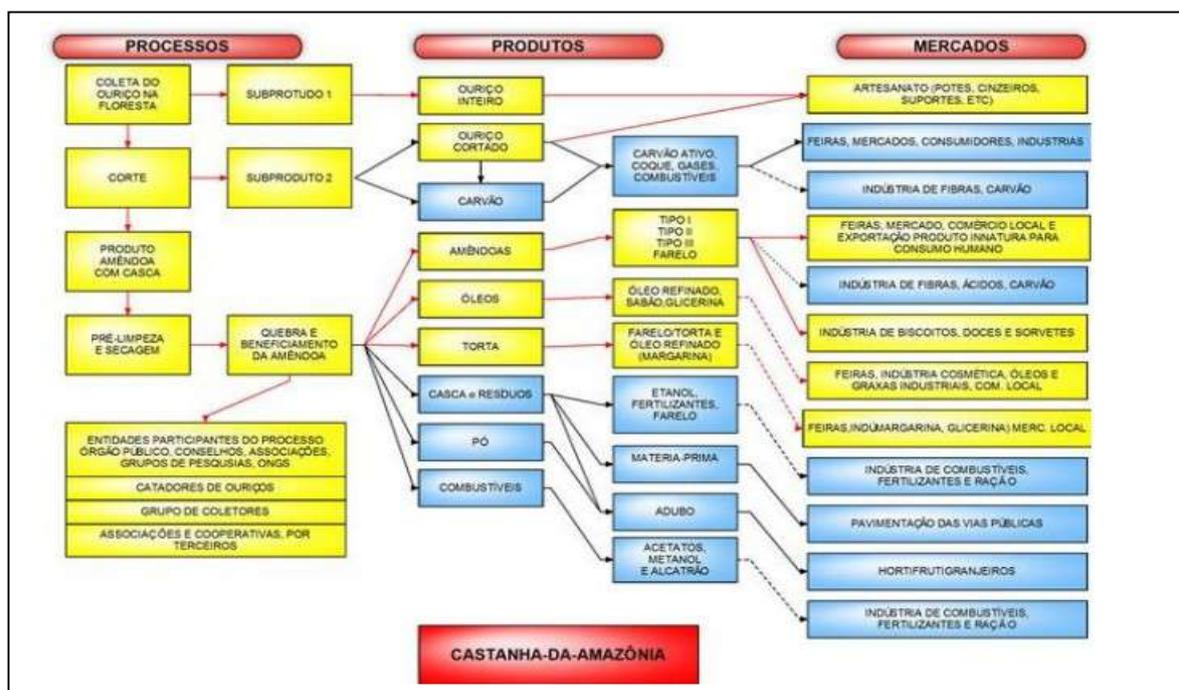
Esta cadeia produtiva contribui para a geração de renda e bem-estar de famílias de baixa renda, sobretudo por pertencer aos elos iniciais da cadeia. Na Figura 1 encontram-se a ilustração da análise realizada por Pedrozo *et al.* (2011) sobre processo, o produto e o mercado da cadeia extrativa da Castanha-da-Amazônia.

É possível observar uma diversidade de produtos originários deste produto florestal não madeireiro (PFNM). Subprodutos como o ouriço, o carvão, a casca e as muitas utilidades da amêndoa, assim como e os doces são exemplos. Sobre o processo, sabe-se que os extrativistas são os responsáveis pela etapa de coletar o ouriço na floresta e proceder ao corte do ouriço e retirada das amêndoas com casca e disponibilizando o produto para as próximas etapas do processo.

O corte do ouriço, apresentado por Pedrozo *et al.* (2011) é citado em Homma e Menezes (2008) como um processo árduo em razão da característica do produto de ser excessivamente consistente ao contrário do que ocorre com as amêndoas europeias como as nozes e avelãs que quebram facilmente.

Nota-se que até o momento da comercialização, uma série de agentes transita pela cadeia interagindo entre si. Os atores não permanecem, portanto, isolados. É possível visualizar na Figura 1 que os coletores de ouriço são os primeiros a terem o contato com o produto. Isto reforça a noção central deste ator dentro da cadeia.

**Figura 1.** Cadeia produtiva da Castanha-da-Amazônia no Estado de Rondônia.



Fonte: Pedrozo *et al.* (2011).

### 3 Metodologia

A tipologia da pesquisa, quanto à abordagem, é qualitativa e ao objetivo é exploratório-descritiva. Considerando o que propõe Creswell (2010) uma das características da pesquisa qualitativa é a coleta de dados, pois ocorre no campo e no local em que os participantes vivenciam o problema que está sendo estudado, ou seja, os pesquisadores qualitativos estudam os fenômenos no local em que os participantes da pesquisa habitam, com entrevistas diretas pelo próprio pesquisador.

Desse modo, a coleta de dados foi realizada em campo a partir do levantamento de dados primários. A coleta dos dados primários ocorreu nos municípios de Brasiléia, estado do Acre e no município de Porto Velho, estado de Rondônia, mais especificamente em territórios dos distritos de Ponta do Abunã, fronteiriços ao estado do Amazonas e da Nação boliviana.

O município de Brasiléia localiza-se ao Sul d'Oeste do Estado do Acre, tem uma população estimada de 23.378 habitantes (IBGE, 2010), está distante 237 km da cidade da capital do Acre, Rio Branco. Localizado na fronteira com a Bolívia, possui limites com os municípios de Epitaciolândia, Assis Brasil, Sena Madureira e Xapuri (IBGE, 2014). No entanto, a pesquisa ocorreu na comunidade do Seringal Porongaba, município de Brasiléia integrante da Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEX Chico Mendes).

O segundo lugar objeto de estudo foi no município de Porto Velho, Rondônia. Este município possui uma região denominada de Ponta do Abunã que compreende 4 distritos: o

de Fortaleza do Abunã, o mais antigo. Sua existência remota o período áureo da “Economia da Borracha”. Os demais são Extrema, Nova Califórnia, Vista Alegre. São aglomerados humanos recentes com início de ocupação na década de 1970-1980. A região da Ponta do Abunã possui uma população total de 14.382 habitantes de acordo com pesquisa do IBGE (2014).

A população da pesquisa, portanto, consiste nos agroextrativistas dessas duas regiões situadas no Acre e Rondônia. Os dados foram coletados com uma amostra de 6 extrativistas da Comunidade do Seringal Porongaba -AC (denominados neste estudo de PO1, PO2, PO3, PO4, PO5 e PO6), e 7 extrativistas da Ponta do Abunã -RO (denominados PA1, PA2, PA3, PA4, PA5, PA6 e PA7).

Para a análise dos dados recorreu-se às matrizes teóricas de cadeia produtiva discutida por Labonne (1987), tendo como suporte os conceitos de extrativismo. A análise dos dados coletados ocorreu com o uso da análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2006). O instrumento utilizado para proceder à análise foi o *software* Atlas ti., na sua versão 6.0.

#### 4. Resultados e Discussão

As Cadeias Extrativas da Castanha-da-Amazônia nos Estados do Acre e Rondônia interagem com políticas públicas comuns destinadas à atividade extrativa. A Política Federal de Garantia de Preços Mínimos para a Sociobiodiversidade – PGPMBio é um exemplo e se destina a garantir um preço suficiente para cobrir os custos de produção.

A Castanha-da-Amazônia nos estados do Acre e Rondônia é um dos produtos florestal não madeireiro (PFNM), que compõem uma cesta de inúmeros produtos contemplados pelo Programa do PGPMBio no Brasil. A castanha bastante utilizada na subsistência das famílias pesquisadas neste estudo. Os excedentes na coleta, além de serem comercializados no mercado local, são intensamente transacionados no mercado interno e externo por organizações ou intermediários situados em Rio Branco, Brasília, Xapuri e na Bolívia (Cobija e Ribeiralta) além de Porto Maldonado, no Perú. Neste processo notou-se articulações entre diversos agentes. O desenho da cadeia extrativa para cada um dos dois estados evidencia uma visão global da cadeia.

No desenho destas cadeias foram observados fatores como: coleta, associações e cooperativas, mão-de-obra e legislações. Pedrozo *et al.*, (2011) identificaram uma desarticulação no primeiro elo da Cadeia da Castanha-da-Amazônia no Estado de Rondônia. Os extrativistas, mesmo existindo associações para organizá-los foi observado baixo nível de articulação. Verificou-se, ainda, de acordo com os relatos dos extrativistas a falta de políticas públicas de valorização do trabalho extrativista, como, por exemplo, a possibilidade de aposentadoria em caso de doenças adquiridas na atividade penosa e de alto nível de periculosidade na coleta do produto.

Uma das evidências desta afirmação é a quantidade de movimentos realizados por estes coletores. Observou-se o extrativista PO2 e PA1 e PA6 desenvolvendo suas atividades de extração da amêndoa do ouriço e conclui-se que estes trabalhadores executam aproximadamente 6.400 movimentos diários. Para realizar esta estimativa raciocinou-se com base na contagem de movimentos realizados em cada etapa da extração, desde a coleta do ouriço até a disponibilização do produto para o transporte.

A contagem dos movimentos necessários para a prática de coleta da amêndoa considerou estas etapas, definidas na Figura 2, são: tratar o pique; juntar e amontoar os ouriços; quebrar ouriço, retirar do ouriço e depositar as amêndoas em um saco e catar os umbigos e as amêndoas cortadas.

A fórmula (G) foi utilizada com a intenção de contabilizar os movimentos praticados em tais etapas.

(G)

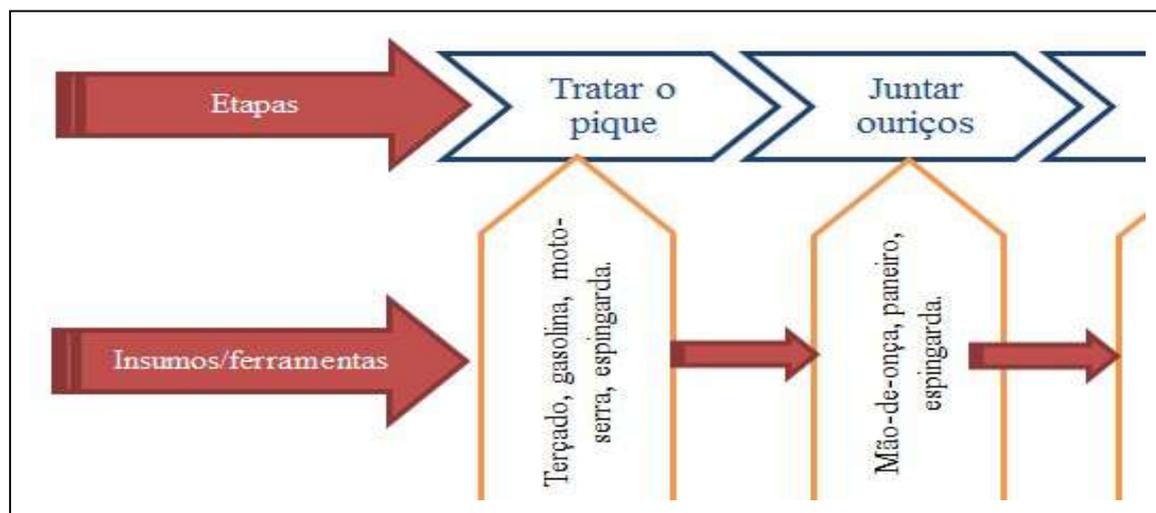
$$MOVIMENTOS / DIA = mov.quebrar + mov.coletar.sendo : mov.$$

*considerando : 1ouriço = 1mov.*

Se em um paneiro cabem 80 ouriços e é possível coletar cerca de 8 paneiros por dia (Extrativista PA6) e para cada ouriço coletado tem-se um movimento, então para encher 8 paneiros tem-se em média 1.600 ouriços o que totalizam 1.600 movimentos. Além da etapa 'coletar ouriço' ainda há a ação de quebrar o ouriço para retirar as amêndoas da cachopa que gera em média 3 movimentos representados pela ação de acionar um facão afiado (terçado) para cortar a dura casca do ouriço até ocorrer o rompimento do ouriço para retirada das amêndoas. Então, para quebrar 1.600 ouriços, considerando uma média de 3 cortes com o terçado, tem-se pelo menos 4.800 (3X1.600) movimentos.

Silva-Jean *et al.* (2016) sinalizou que a coleta deste produto se dá com base nas seguintes etapas:

**Figura 2.** Etapas do processo extrativo da Castanha-da-Amazônia.



**Fonte:** Silva-Jean (2016).

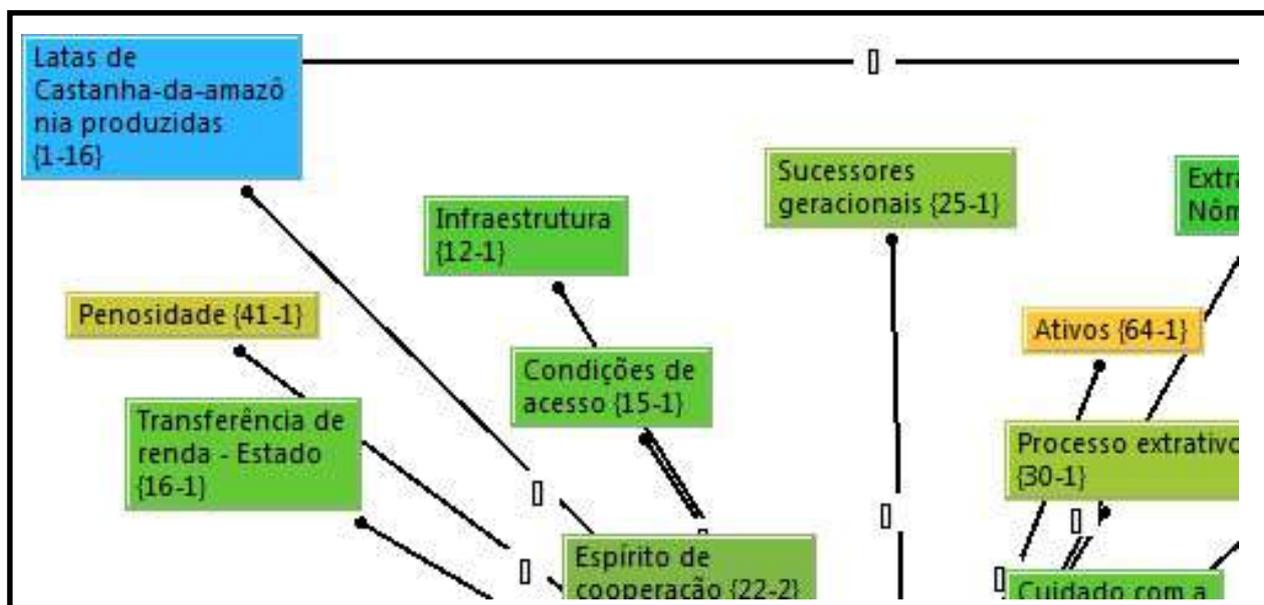
Somando-se 4.800 movimentos para quebrar os ouriços (+) 1.600 movimentos para coletar os ouriços, tem-se um total de 6.400 movimentos por dia. Além disto, há ainda os movimentos realizados para pôr as amêndoas em sacos (4 latas de 20 litros) e o peso de cada saco pode chegar a 60 kg. E, por fim, transportar estes volumes (sacos), em média 12 sacos até um ponto onde um veículo possa transportar. Neste ponto, os volumes são erguidos novamente e colocados dentro da caçamba da carroça de bois ou em veículos. Em seguida os volumes são transportados até um depósito (paiol), que novamente são erguidos e despejados no piso do depósito. Observa-se que este processo foi vivenciado e apropriado na Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia no estado de Rondônia, com destaque para os coletores extrativistas e seu ambiente de trabalho.

Em relação aos coletores de ouriços, o primeiro elo da cadeia, além do esforço para realização dos movimentos, eles ainda têm que considerar o risco de picadas de cobras e escorpiões ou ataques de onças, além da possibilidade de determinados galhos de árvores (denominados de macacos) e os ouriços da castanheira caírem e atingirem o corpo do extrator o que poderia ser fatal, pois a velocidade com que os ouriços descem da árvore (altura variando de 30 a 50m) seria suficiente para causar a morte ou mutilação do trabalhador, segundo relatos dos entrevistados. O extrativista PO5 relatou que já foi picado

por cobra dez vezes e todas estas incidências ocorreram em seu pé. Além disto, é preciso considerar o esforço mental e visual para localizar os ouriços no chão do castanhal. Devido sua cor, se misturam entre as folhas e fragmentos de madeira que se desprenderam das árvores circundantes, dificultando sua localização. Cada árvore adulta da *Bertholletia Excelsa* tem uma área de copa com aproximadamente 2.500m<sup>2</sup>.

Caso houvesse preocupação com as condições ergonômicas destes coletores, muitos desses acidentes seriam evitados. A picada de cobra do extrativista PO5, por exemplo, poderia ter sido evitada com o uso de botas e caneleiras. Diante disto, o estilo de vida dos extrativistas, que compõem a base da Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia (CECdA), apresenta algumas características sinalizadas na entrevista de campo e demonstradas da Figura 3.

**Figura 3.** Descrição do estilo de vida de extrativistas da Castanha-da-Amazônia<sup>1</sup>.



**Fonte:** Dados da pesquisa, utilizando o atlas ti.

As condições de saúde constituem uma destas características, como se constatou no estudo efetuado por estes autores. Nota-se na entrevista realizada, variáveis como a preocupação com as gerações futuras e o respeito aos ensinamentos tradicionais repassados de geração para geração, bem como o interesse em haver sucessor geracional. O respeito às gerações passadas e a preocupação com as futuras gerações foi preconizado por Sachs (1986) ao tratar da ideia de desenvolvimento sustentável. O espírito de cooperação percebido na Associação dos coletores extrativistas do seringal Porongaba -AC, é uma das causas da gestão dos espaços comuns, na ótica de Ostrom (1990).

A Figura 3, resultado da análise dos dados em campo, revela que embora os extrativistas possuam um estilo de vida com características voltadas para o desenvolvimento sustentável, algo neste estilo de vida contradiz a própria discussão dessa dimensão. Esta contradição é notada quando se analisa a dimensão humana e, mais que isto, as condições de trabalho destas pessoas, conforme relatos dos entrevistados.

O desrespeito à dimensão humana pode ser percebido em função da não previsão de aposentadoria para estas pessoas. Embora em 2009 tenha surgido uma proposta de emenda à constituição-PEC 320/2009, que previa a alteração do item II do inciso § 7º do

<sup>1</sup> Cores meramente ilustrativas.

artigo 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal. Esta mesma proposta já havia sido encaminhada em 2001 como PEC nº 56 ao Congresso Nacional.

Entretanto, este citado artigo da Constituição Federal permanece inalterado o que permite concluir que são projetos que não foram aprovados, uma vez que esta questão encontra-se no pacote da reforma trabalhista apresentada pelo executivo. A intenção dos autores do projeto era que o extrativista se aposentasse aos 55 anos se mulher e aos 60 anos se homem, direito já garantido aos produtores agrícolas familiares. Assim, haveria apenas uma extensão destes direitos aos extrativistas. Agora com a intensão do Governo Federal de alterar a lei da aposentadoria, ele transfere aos estados da federação a competência para modificação, e por conseguinte, dificilmente será regulamentada esta proposição.

Além disto, em caso de doença, os extrativistas não têm acesso à licença de saúde como ocorre nos demais ambientes de trabalho. O Decreto nº 6.040 de 2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que visa assegurar, por meio da previdência e respeitando às especificidades dos povos e comunidades tradicionais, as adequações no sistema previdenciário referentes às doenças decorrentes destas atividades. São iniciativas que começam a caminhar no sentido de melhoria da qualidade de vida destas pessoas.

Em países como o Canadá, Estados Unidos e França, esta discussão está mais avançada. Inclusive nestes países tem-se a adoção de trabalhadores denominados 'guardas-florestais' que consistem de acordo com a 'Notice Legal' nº 35 de 1968, disponível na página eletrônica da FAO, em protetores da floresta.

Este documento tem características de uma legislação brasileira e apresenta elementos comuns à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Uma evidência disto é a garantia de férias e de licença para tratar de assuntos ligados à saúde como direitos garantidos aos guardas-florestais que protegem os parques nacionais daqueles países. O texto determina que qualquer pessoa pode candidatar-se à uma vaga de guarda, desde que se submeta aos exames médicos necessários, não sendo permitido às pessoas acima de 55 anos a candidatura à vaga.

Neste documento preconiza-se a aposentadoria por razões médicas. Após completados cada período de 12 anos contínuos de serviço, o guarda-florestal deve ser intitulado para 60 dias consecutivos de licença por tempo de serviço com remuneração integral. O subsídio de férias deve ser pago com pelo menos 7 dias de antecedência. Em caso de recomendação médica, o guarda-florestal terá direito à licença remunerada. São exemplos de direitos trabalhistas.

Na pesquisa de campo constatou-se que os extrativistas PO3, PO4 e PO5 recebem o que se denomina de 'Bolsa Verde': trata-se de um programa vinculado à bolsa família do governo federal, inclusive, o recebimento acontece utilizando-se o próprio cartão do Programa Bolsa Família. É um recurso destinado a pessoas ditas em situação financeira precária. Consiste em quatro pagamentos de R\$ 300,00 anuais. Esta política é uma forma de compensação pela função de proteção da floresta que estas pessoas exercem.

Os tópicos seguintes apresentam o desenho da Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia, nos Estados do Acre e em Rondônia.

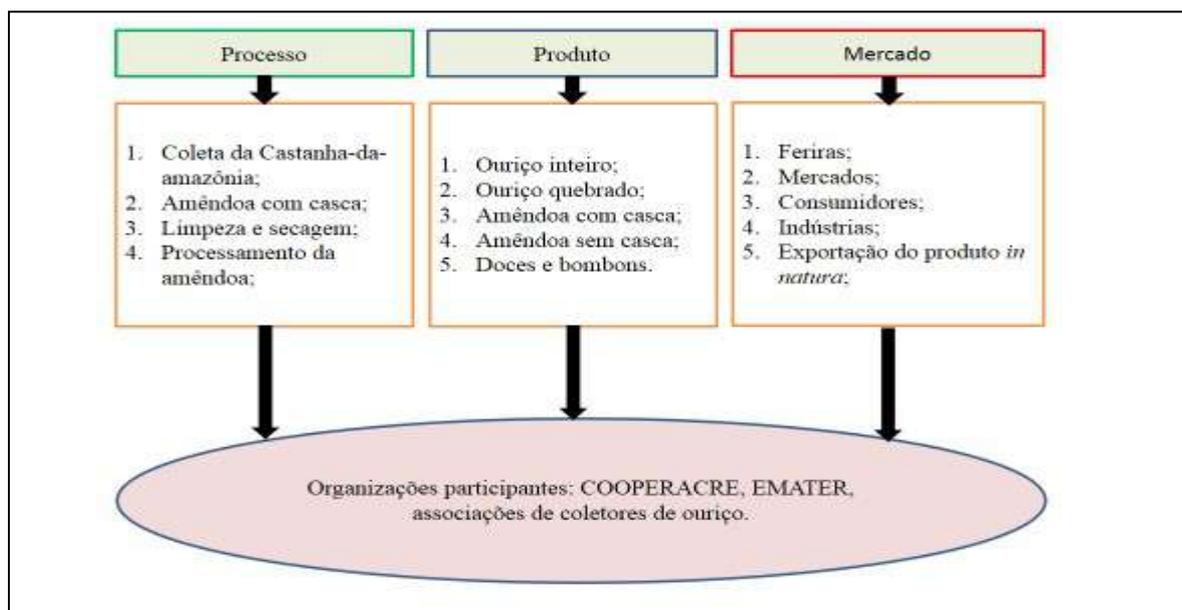
#### **4.1 Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia no Estado do Acre**

De acordo com Pedrozo *et al.*, (2011) existem algumas pesquisas em andamento para o desenvolvimento de tecnologias mais aprimoradas de manejo e cultivo da Castanha-da-Amazônia. O extrativista PO1 afirmou que a cooperativa para a qual entregam sua produção, a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre)

possui um laboratório muito exigente de controle de qualidade para receber as amêndoas. Isto acontece em razão de uma demanda por produtos com melhor qualidade. No que tange à dimensão Mercados, os resultados do trabalho de Pedrozo et al. (2011) corroboram a existência de feiras como caminhos alternativos para a comercialização do produto.

A Figura 4 é o desenho da Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia no Estado do Acre.

**Figura 4.** Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia no estado do Acre.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Em relação aos extrativistas, um dos elos da Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia, há o risco de queda de ouriços na cabeça do extrator. Na pesquisa de campo constatou-se casos de morte de pessoas em razão de queda de ouriços. Isto ocorreu devido à velocidade e altura com que as frutas da Castanha-da-Amazônia se deslocam das árvores. A alimentação e higiene destes trabalhadores foram observadas e constatou-se que se alimentam com comidas enlatadas industrializadas (sardinha) com reduzidos nutrientes/dia. Alguns passam os dias de coleta acampados na floresta e chegam a trabalhar, inclusive à noite com o uso de lanterna.

Os acampamentos dos extrativistas são precários sem resistência à chuva, sendo que o processo de coleta ocorre no período chuvoso. Todas as etapas deste processo expõem o trabalhador a riscos como por exemplo a etapa 'quebrar ouriço' que acontece com o uso de um facão, cujo risco de cortar-se é eminente. E etapa 'amontoar ouriço' denota o carregamento dos ouriços cujo peso do cesto pode chegar a 92 kg.

Paralelamente a todas as etapas, tem-se uma média de 6.400 movimentos/dia. Isto ocasiona uma série de doenças como problemas na coluna e fortes dores pelo corpo, segundo relatos dos extrativistas. Todos estes problemas são intensificados quando se conclui pela falta de direitos trabalhistas para estas pessoas. Os extrativistas não têm direitos à aposentadoria, à licença médica remunerada, a férias, aos finais de semana remunerados.

Estas pessoas necessitam trabalhar ainda que doentes porque, caso contrário, não terão o que comer. Muitas das doenças, como fratura na coluna pode ser uma consequência do próprio trabalho extrativo e devido o transporte nas costas de cargas pesadas em longo

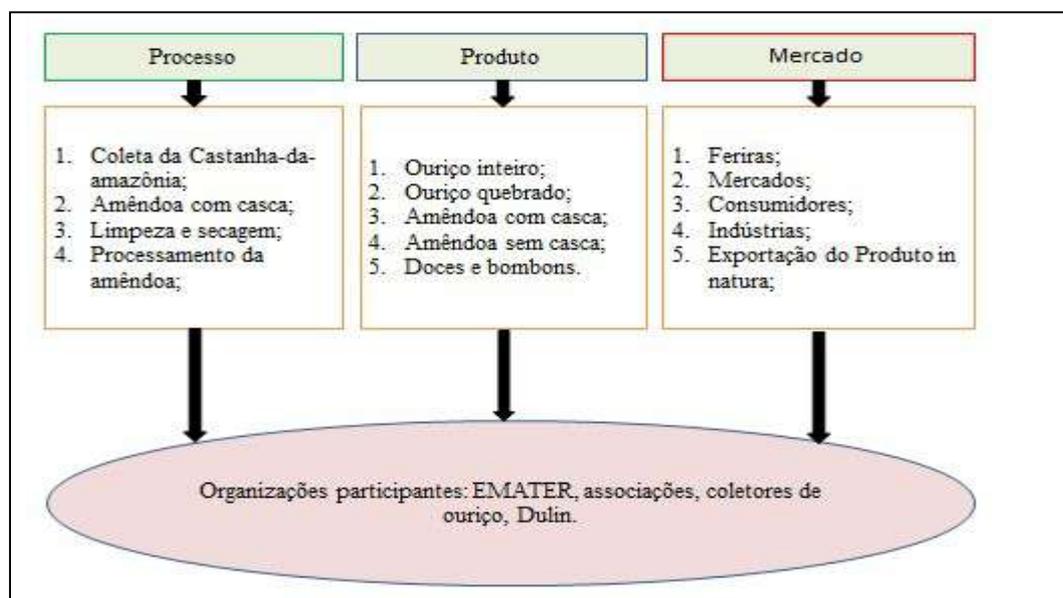
trecho dentro da mata. Por isto, a adoção de práticas de segurança seria ideal, como a adoção de equipamentos de segurança (botas, capacetes, luvas, etc.).

A inclusão de direitos trabalhistas tais como aqueles garantidos pela CLT seria um caminho. Uma fratura de osso da perna, braço e clavícula provocado por queda de um extrativista enquanto transporta um saco com até 92 kg de Castanha-da-Amazônia é um acidente de trabalho, mas não é reconhecido como tal com as atuais legislações. Por outro lado, tem-se o preço da Castanha-da-Amazônia que embora não seja suficiente para a reprodução social destas pessoas, é uma importante entrada de divisas. Para complementar suas necessidades, exercem outras atividades para obtenção de renda, como pescar, caçar e retirada de outros PFNM's como mel de abelha, óleo de copaíba, entre outros produtos. São importantes fontes de renda.

#### 4.2 Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia no estado de Rondônia

Souza Filho *et al.*, (2011) argumentam que a Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia é jovem e em grande parte incompleta, mesmo as florestas sendo milenares. Verificou-se nos dados da pesquisa que o acesso à educação e à informação são ainda incipientes entre os atores da cadeia, não alcançando o extrativista ou coletor de ouriço. Em Rondônia estes extrativistas não possuem o domínio das áreas dos castanhais onde atuam para coletar as amêndoas, eles necessitando de autorização de terceiros em troca do pagamento de um percentual auferido. A Figura 5 é um desenho da Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia no estado de Rondônia.

**Figura 5.** Cadeia extrativa da Castanha-da-Amazônia no estado de Rondônia.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

O acesso ao mercado externo e industrializado não está ao alcance do extrativista, nem de sua pequena associação. Sua produção extrativa é entregue a intermediários da cadeia por terem acesso ao capital necessário. Segundo os extrativistas entrevistados, uma das principais dificuldades para a extração da produção é o custo elevado do transporte. Isto obriga os extrativistas de Ponta do Abunã, Município de Porto Velho, Rondônia, em alguns casos a carregarem o produto por quilômetros nas costas para não precisarem pagar o custo com transporte.

Na pesquisa de campo foi observado que os extrativistas, a base desta cadeia extrativa, não tem conhecimento consistente do destino da Castanha-da-Amazônia após a transação das amêndoas com casca. Segundo Pedrozo *et al.*, (2011) o apoio governamental e o engajamento dos *stakeholders* pode ser um fator fundamental para a consolidação da Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia no estado de Rondônia. A Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade - PGPMBio pode ser uma iniciativa neste sentido.

Foi observado que os coletores extrativistas entrevistados da Ponta do Abunã não foram beneficiados com a subvenção econômica executada pela Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB por meio da PGPMBio. Isto ocorreu porque o preço de venda da Castanha-da-Amazônia destes entrevistados está acima do preço mínimo estabelecido pela CONAB. Enquanto os extrativistas venderam a amêndoa ao preço médio de R\$ 2,90 por quilo, o preço mínimo do PGPMBio estabelecido para as safras de 2013/2014 foi de R\$ 1,05 o kg, de acordo com CONAB (2012).

A conclusão é que a PGPMBio não atendeu a estes entrevistados. Pedrozo *et al.*, (2011) afirmam que a Cadeia da Castanha-da-Amazônia no estado de Rondônia, está buscando uma adaptação às legislações ao manejo florestal. A conclusão dos autores é que os aspectos da políticas públicas deve ser observado para a consolidação da Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia, além de melhores condições de vida para os trabalhadores, o que evitaria o êxodo na atividade extrativa.

#### **4.3 Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia: RONDÔNIA E ACRE**

Destaca-se que os agroextrativistas da região de Ponta do Abunã, localizados nos distritos de Vista Alegre, Extrema e Nova Califórnia, vinculados ao Município de Porto Velho (RO) são individuais ou organizam-se em grupos na época da safra anual para coleta em castanhais particulares, com pagamento de percentual ao proprietário ou em terras devolutas.

Enquanto que os agroextrativistas da comunidade de Porongaba, Brasiléia (AC) ao longo da vida aprenderam suas atividades por meio da transferência de conhecimento intergeracional e a coleta da Castanha-da-Amazônia da safra é entregue na Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre), a qual processa e comercializa, tendo um critério particular de pagamento do produto, considerando tratarem-se de membros de uma associação integrante à uma cooperativa que funciona com central de comercialização, a Cooperacre.

A primeira diferença observada entre Rondônia e Acre é que a Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia no Acre tem remunerado com preços maiores ao extrator, ao passo que em Rondônia, os preços praticados não correspondem à valorização percebida no Acre.

Ao observar as demais diferenças constantes no quadro 1, nota-se que em Rondônia o sentimento de pertencimento a alguma associação é incipiente, enquanto que no Acre esta percepção já é consolidada e as pessoas acreditam nos benefícios desta união, conforme constatado nas entrevistas com os extrativistas dos dois Estados.

A centralização da produção é uma variável que chama a atenção e está destacada no Quadro 1. Enquanto no Estado do Acre toda a produção é destinada para os depósitos da Associação a qual pertence, no estado de Rondônia, isto não ocorre. Chegou-se a perceber diferenças no preço de venda pago ao extrativista em Rondônia, dependendo do local em que o extrativista vende a sua coleta.

**Quadro 1.** Estado de Rondônia *versus* Estado do Acre

<b>SÍNTESE DOS RESULTADOS</b>	
<b>EM RONDÔNIA</b>	<b>NO ACRE</b>
Preço da Castanha-da-Amazônia a R\$ 29,00, em média.	Preço da Castanha-da-Amazônia a R\$ 31,00, em média.
Presença de extrativistas nômades.	Há extrativista guardião.
São impedidos de acessar áreas de castanhais, pois ficam em propriedades particulares, muitas vezes de grandes agropecuaristas.	Tem acesso permitido aos seus castanhais, pois estes estão sob sua tutela.
Extrativistas trabalham individualmente.	Senso de coletividade e ajuda mútua.
Na formação do preço de venda não existe na metodologia da CONAB a inclusão de bonificação ambiental.	Da mesma maneira, por ser uma política de âmbito federal, os extrativistas acreanos não são contemplados com bonificações na planilha de custos da CONAB.
Não existe concentração da produção.	Extrativistas centralizam toda a extração no armazém da associação.
Entrevistados não se vêem ligados a Associações.	A figura da Associação está viva na mente dos Extrativistas.
Extrativistas passam meses dentro da floresta morando em barracos de lona.	Extrativistas retornam para suas casas ao final do expediente.
Alimentam-se com comidas industrializadas, como sardinha.	Levam sua alimentação de casa para a floresta.
É o quarto maior produtor da Castanha-da-Amazônia no Brasil.	É o primeiro produtor da Castanha-da-Amazônia brasileira.
Falta de direitos trabalhistas, como aposentadoria, licença médica remunerada, férias e finais de semana remunerados.	Também não existem tais direitos trabalhistas.
Preço da fruta melhora após implantação da PGPMBio.	Também apresenta melhoras significativas no preço da produção.
Ocorre prisão de madeireiros nos anos que antecedem a PGPMBio em operação que ficou conhecida como Arco Verde.	Não foram identificados eventos coercitivos em relação a desflorestamento.
Extrativistas convivem em SAFs ou na cidade, exercendo pluriatividade.	Extrativistas residem na Reserva Extrativista Chico Mendes. São pluriativos, mas com atividades rurais apenas.

**Fonte:** Dados da pesquisa.

A atividade extrativa no Acre ocorre no próprio local de moradia dos extrativistas. Enquanto que em Rondônia, os extratores costumam viajar por horas em estradas em péssimas condições de trânsito para ter acesso aos castanhais. Esta dicotomia entre a distância da residência do extrator e as condições das estradas faz com que o extrativista, em alguns casos, acampe em barracas improvisadas na floresta, ficando expostos ao contato com cobras, por exemplo.

Por fim, em Rondônia estes trabalhadores correm risco de vida quando teimam em acessar os castanhais localizados em alguma propriedade privada. O Extrativista PA4 destaca que conhece casos de colegas assassinadas por esta razão. No Acre isto não foi constatado, pois as amêndoas coletadas estão localizadas em terras sob tutela dos próprios extratores.

## 5 CONCLUSÃO

Constatou-se que o processo de coleta da Castanha-da-Amazônia consiste em etapas e o preparo dos materiais componentes da extração é uma ação preliminar. Este processo dura em média 12 dias/safra podendo chegar a 3 meses por safra a depender do interesse do extrativista e consiste nas seguintes etapas: 'tratar o pique', 'juntar ouriços', 'quebrar ouriço' e 'amontoar ouriço'.

Após isto, realiza-se o transporte que costuma acontecer: nas costas dos extrativista; e\ou em celas de animais as "cangalha"; ou em parselhas de bois com carroças; barco; e, em raros casos em veículos motorizados como antigas toyotas traçadas. As condições logísticas são deficitárias em razão das estradas estarem em condições ruins. No período chuvoso a lama incomoda e dificulta o transporte, no período seco, a poeira costuma causar doenças alérgicas nas pessoas.

Na etapa coleta denominado de "quebra do ouriço" é imprescindível observar as condições de manejo, pois o laboratório da Cooperacre é muito exigente para quem vendem a produção em razão de precisarem responder a uma demanda crescente por qualidade dos consumidores, considerando inclusive a higiene dos próprios coletores. Assim, torna-se relevante observar o preço deste produto a fim de verificar se é vantagem a extração.

Em análise da descrição das Cadeia Produtiva da Castanha-da-Amazônia em duas comunidades de coletores extrativistas de castanha, nos estados do Acre e em Rondônia, notou-se, na pesquisa: infraestrutura incipiente, espírito de cooperação, cuidado com a floresta, diferenças entre características dos próprios extrativistas da Castanha-da-Amazônia. Uma destas diferenças é que alguns possuem terras sob sua tutela, enquanto que outros não possuem. Para o primeiro grupo (Porongaba\AC), denomina-se 'extrativista guardião' e o segundo (Ponta do Abunã\RO), 'extrativista nômade'.

Trata-se de extrativistas com pluriatividade, tanto em Rondônia quanto no Acre. Esta característica é comum aos extrativistas guardiões. A visão de que os povos e comunidades tradicionais são protetores da floresta já é comum em países como França, Estados Unidos e Canadá. Naquelas nações há a contratação destas pessoas para ocuparem a função de Guarda Florestal dos parques nacionais.

Embora os extrativistas assumam uma postura de protetores da floresta, esta denominação não existe ainda de modo oficial com dispositivos legais e atribuições de atores envolvidos, como ocorre na França, por exemplo, em que o próprio Ministério da Ecologia faz a contratação de guardas-florestais.

A descrição das duas Cadeias Produtivas da Castanha-da-Amazônia permitiu perceber que o ambiente institucional necessita incluir direito trabalhista a estas pessoas, como aposentadoria e cuidados com a saúde preventiva e curativa. Neste sentido, sugere-se ainda a inclusão destas pessoas no rol de trabalhadores contemplados com os preceitos fundamentais do direito trabalhista.

## 6 REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, edições 70, 2006.

BRASIL, **Projeto de Ementa à Constituição-PEC nº 320 de 2009**. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=49190](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=49190). Acesso em: 30 de junho 2015.

BRASIL, **Decreto nº 6.040, de 7 de fev. de 2007**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF. n. 28, 08 fev. 2007, Seção 1, p. 316-317.

BRASIL, CLT (1943). **Consolidação das Leis de Trabalho**. Rio de Janeiro, RJ: Senado Federal, 1943.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 292 p.

CARVALHO JÚNIOR, Luiz Carlos de. A noção de filière: um instrumento para a análise das estratégias das empresas. **Revista Textos de Economia**, v. 6, n. 1, p. 109-116, 1995.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento Nacional. **Quem somos. Um pouco de nossa história**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conab-quemSomos.php?a=11&t=1> Acesso em: 03 junho 2015.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Forest Guards Regulations**. Disponível em: <http://faolex.fao.org/docs/pdf/fij8044.pdf> Acesso em: 10 março 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. Rio de Janeiro, v. 28, p. 1-69, 2013.

LABONNE, M. Sur le concept de filière en économie agro-alimentaire. **Anais. Séminaire Interdisciplinaire sur les Politiques Alimentaires**, Paris, p. 137-149, 1987. Disponível em: <http://www.documentation.ird.fr/hor/fdi:24865> Acesso em: 26 jan. 2015.

MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes; P. REYDON, Bastiaan; COSTA, Jeísa Accioly da; SALES, Gardênia de Oliveira. **Pagando pelos serviços ambientais: uma proposta para a Reserva Extrativista Chico Mendes**. In. *Acta Amazonica*, v. 40, n. 3, pp 489-498, 2010.

MORVAN, Y. **Filière de production: fondamentes d'économie industrielle**. Paris: Economica, 1985.

NUNES, Felipe Santos de Miranda. **Valoração florestal através de modelagem da rentabilidade da extração de castanha-do-brasil em Madre de Dios, Peru**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Minas Gerais-UFMG, 2010.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action**. Indiana University, University Press, Cambridge, 1990.

PAES-DE-SOUZA, Mariluce; SILVA, Tânia Nunes da; PEDROZO, Eugenio; FILHO, Theophilo Alves de Souza. O Produto Florestal Não Madeirável (PFNM) Amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica de cadeia e rede para potencializar a exploração local. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia-RARA**, v. 3, n. 2, p. 44-57, mai./ago. 2011.

PEDROZO, Eugênio Ávila; SILVA, Tânia Nunes da; SATO, Suzenir Aguiar da Silva; OLIVEIRA, Nilza Duarte Aleixo de. Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMs): as Filières do Açaí e da Castanha da Amazônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia-RARA**, v. 3, n. 2, p. 88-112, mai./ago. 2011.

SÁ, Claudenor Pinho; Bayma, Márcio Muniz Albano; SILVA, Francisco de Assis Correa; GONZAGA, Dorila Silva de Oliveira Mota; OLIVEIRA, Edilson Leite de. Estudo de caso: custo e rentabilidade para o sistema melhorado de extração de castanha-do-brasil na Reserva Extrativista Chico Mendes no Acre. **Comunicado Técnico Embrapa 162**, Rio Branco, AC, Brasil, 2008.

SACHS, Ignacy. **Economia e ecologia**. In. VIEIRA, Paulo Freire (org.). São Paulo, 1986.



**FÓRUM INTERNACIONAL  
SOBRE A AMAZÔNIA**

50<sup>th</sup>

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

SOUZA FILHO, Theophilo Alves de; PEDROSO, Eugênio Ávila; PAES-DE-SOUZA, Mariluce. **Produtos Florestais Não-Madeiráveis (PFNMs) da Amazônia: uma visão autóctone da cadeia-rede da castanha-da-amazônia no estado de Rondônia.** In. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, Porto Velho-RO, mai/ago. v. 3, n. 2, p. 58-74, 2011.

## **Cinema de índio: um estudo sobre apropriação de tecnologias audiovisuais por jovens da etnia Xavante.**

*(linha temática: Cultura, Arte, Saberes e Costumes. Modalidade: apresentação oral)*

Gilson Moraes da Costa, docente, UFMT/Araguaia, email: gilcostta@gmail.com;  
Kariny Ellen Oliveira Rocha, Jornalista, karinyellenoliveirarochoa@gmail.com;  
Alanna Priscila Alves, discente, UFMT/Araguaia, alannapricilaalves@gmail.com;

### **Resumo**

O presente trabalho busca refletir sobre a apropriação de tecnologias de produção audiovisual pelos jovens indígenas da aldeia *Namunkurá*, da etnia Xavante, localizada no município de Barra do Garças, no estado de Mato Grosso, portal de entrada para a Amazônia Legal. Apresenta-se como hipótese de partida o entendimento de que a utilização destas tecnologias pode se constituir como fator favorável à preservação da cultura e da memória dos povos tradicionais. Trata-se de uma reflexão que foi resultado de uma ação extensionista ligada aos cursos de Jornalismo e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, câmpus universitário do Araguaia, contemplada com o edital do Programa de Extensão Universitária (PROEXT) do Ministério da Educação, no ano de 2015. O projeto realizou um conjunto de oficinas de produção audiovisual e, conjuntamente com os indígenas, produziu dois documentários de curta duração. Como resultado desta experiência, considera a mídia indígena como movimento reflexivo da produção audiovisual no bojo das sociedades étnicas, que vem se consolidando a partir da década de 90. Conclui como perceptível o fato de que a capacitação dos jovens indígenas com técnicas de filmagem e edição de vídeo possibilitou a produção de narrativas singulares, desmistificando a imagem do índio genérico, na medida em que os vídeos trouxeram para o primeiro plano a diversidade cultural presente na aldeia.

Palavras-chave: produção audiovisual, mídia indígena, povo Xavante, extensão universitária.

### **Resumen**

Este estudio tiene como objetivo, reflexionar sobre la apropiación de las tecnologías de producción audiovisual por parte de los jóvenes indígenas de la aldea *Namunkurá*, de la etnia Xavante, ubicado en Barra do Garças - Mato Grosso. Presenta como una hipótesis a partir de la comprensión de que el uso de estas tecnologías puede constituir un factor favorable para la preservación de la cultura y la memoria de los pueblos tradicionales. Es una acción de extensión vinculados a los cursos de periodismo y geografía de la Universidad Federal de Mato Grosso, campus universitario del Araguaia, galardonado con el anuncio del Programa de Extensión Universitaria (PROEXT) del Ministerio de Educación en el año 2015. El proyecto ha llevado a cabo una serie de talleres de producción audiovisual y, en conjunción con los indígenas, ha producido dos documentales cortos. Como resultado de esta experiencia, considera que los medios de comunicación indígena como el movimiento reflejo de la producción audiovisual en la estela de las sociedades étnicas, que se ha consolidado a partir de los años 90. Llego a la conclusión tan notable el hecho de que la formación de los jóvenes indígenas con técnicas de filmación y edición de vídeo, ha hecho posible la producción de narrativas naturales, desmitificando la imagen del indio generico pues en los videos a primer plano trajo la diversidad cultural presente en la aldea.

Palabras clave: producción audiovisual, mídia indígena, Pueblo Xavante, extensión Universitaria.

### **Abstract**

The present work seeks to reflect on the appropriation of audiovisual production technologies by the indigenous young people of the Namunkurá village, from the Xavante ethnic group, located in Barra do Garças - Mato Grosso. It is presented as a starting hypothesis the understanding that the use of these technologies can constitute a propitious factor for the preservation of the memory and culture of traditional people. This reflection was the result of an extension action linked to the courses of Journalism and Geography of the Federal University of Mato Grosso, university campus of Araguaia, contemplated with the announcement of the Program of Academic Extension (PROEXT) of the Ministry of Education, in the Year of 2015. The project carried out a series of audiovisual production workshops and, together with the natives, produced two short documentaries. As a result of this experience, it considers the indigenous media as a reflexive movement of audiovisual production in the bosom of ethnic societies, which has been consolidating since the 90's. It concludes as noticeable the fact that the training of young indigenous with filming and editing video techniques enabled the production of singular narratives, demystifying the image of the generic Indian, inasmuch as the videos brought to the front the cultural diversity present in the village.

keywords: audiovisual production, indigenous media, Xavante people, academic extension.

### **1 - Introdução**

Vamos introduzir esta reflexão, trazendo um breve relato do caderno de campo de um dos extensionistas que participaram do projeto que dá nome a este artigo: *“era uma sexta-feira como outra qualquer! Mas, na verdade, naquele lugar, isso não importava muito. A festa era comunitária. Todos participavam: crianças, jovens, adultos e também os anciões. O importante era se envolver na ludicidade que o momento proporcionava. Mais ao centro daquele espaço, estava um grupo formado por cerca de 50 jovens, envolvidos em uma espécie de jogo de ‘pega-pega’. As regras não eram muito claras, mas o espetáculo chamava a atenção. O uniforme dos ‘times’ era demarcado pela única peça que vestiam: um calção de náilon, vermelho ou preto. A cor identificava o clã do jogador. As mulheres, acompanhadas das crianças - que estavam em número expressivo - se posicionavam ao redor para organizar a torcida. Era uma sexta feira, mas poderia ser qualquer outro dia. No entanto, o que marcou a singularidade daquela ocasião foi um pequeno grupo com instrumentos de trabalho que tudo registravam: uma câmera, um tripé, um microfone preso a uma vara ‘boom’ e muita curiosidade. Aquela imagem ficou gravada em dois distintos lugares: na memória e também na câmera dos A’uwe Uptabi”*.

Durante o ano de 2015 realizamos um projeto de extensão, vinculado aos cursos de Comunicação Social - habilitação em Jornalismo e Geografia, da Universidade Federal de Mato Grosso - Câmpus Universitário do Araguaia, intitulado: *Cineclube Roncador - Fortalecendo o protagonismo Xavante através de narrativas audiovisuais*. Foi uma temporada de intensa convivência, que proporcionou a toda equipe novas experiências e um novo conjunto de valores para pensar as singularidades da cultura do Povo Xavante. Dentre os principais objetivos daquele projeto estavam a realização de oficinas de produção

audiovisual com jovens da aldeia Namunkurá<sup>ii</sup> e a produção de documentários valorizando a participação daquela comunidade. As oficinas de manipulação de câmera consistiram no ensino-aprendizagem das funções e dos recursos técnicos e tecnológicos das filmadoras, tais como controle de luminosidade, foco, planos, zoom e captação de som. Este processo proporcionou o contato dos indígenas com tecnologias digitais de produção audiovisual e um protagonismo singular ao apropriar-se das tecnologias e construir as narrativas a partir de seu próprio olhar, materializando o que Daher (2007) denominou de discurso nativo.

## 2 - Produção audiovisual e mídia indígena

A partir do final da década de oitenta e início dos anos noventa, começam a surgir no Brasil iniciativas por políticas públicas que objetivavam criar mecanismos para que os grupos indígenas pudessem ter acesso a equipamentos de produção audiovisual e, conseqüentemente, fossem sujeitos ativos no registro de suas imagens, seus rituais e suas manifestações culturais, de forma autêntica e autônoma. O cineasta Vicent Carelli foi um dos precursores deste movimento com o projeto *Vídeo nas Aldeias*<sup>iii</sup>. Sua experiência como indigenista levou-o a conclusão de que as narrativas produzidas por não índios eram, quase sempre, contaminadas por uma forte influência cultural externa. A partir desta constatação, ele iniciou um longo trabalho com ações que ensinavam aos povos indígenas de diferentes aldeias as técnicas de operação de equipamentos de registro e edição de vídeo, de modo que fossem eles mesmos capazes de produzir suas imagens. Considerando as diversas iniciativas deste gênero, estima-se que já foram produzidos mais de 70 filmes indígenas, entre longas, médias e curta-metragens.

Historicamente, as produções realizadas pelos povos indígenas, no plano das representações cinematográficas, constituem-se como instrumento de autorrepresentação, luta e reconhecimento (por meio de suas obras), mas também como acesso a bens culturais (em específico do campo audiovisual). Nesta perspectiva, dialogamos com as proposições de Martin-Barbero (2004), ao defender que estes processos de comunicação podem ser percebidos, ao mesmo tempo, como uma forma de ameaça à sobrevivência de suas culturas e como uma possibilidade de romper a exclusão, como uma experiência de interação que, se comporta risco, também abre novas figuras de futuro, "pois há nestas comunidades menos complacência nostálgica para com as tradições e maior consciência da indispensável reelaboração simbólica que exige a construção do futuro". (MARTIN-BARBERO, 2004, p.64).

Em se tratando da conjuntura específica do Brasil, Russo (2007) argumenta que deste o final da década de oitenta e início dos anos noventa, com o fim da ditadura militar e em um contexto de luta por direitos humanos e democratização dos meios de comunicação, diferentes povos indígenas brasileiros tiveram acesso à tecnologia audiovisual. A autora lembra ainda que "a partir da intervenção de universidades, ONGs, antropólogos ou por iniciativa das próprias comunidades, câmeras de vídeo foram utilizadas por lideranças indígenas em variados contextos" (RUSSO, 2007).

A pesquisadora Faye Ginsburg (1994) constatou que a apropriação da tecnologia audiovisual pelos povos indígenas acontece, geralmente, no contexto de movimentos de autodeterminação e resistência, ressaltando que o emprego de câmeras de vídeo tende a ser usado para afirmar e conservar a identidade. Em um número considerável de casos, o material filmado trata tanto da documentação de conflitos e reivindicações com a sociedade nacional, quanto do registro da cultura tradicional (GINSBURG, 1994).

Para Gallois e Carelli, o vídeo representa, de forma muito significativa, um instrumento de comunicação e um veículo de informação apropriado ao intercâmbio entre grupos, que não só mantém tradições culturais diversas, mas desenvolvem formas de

relação com as culturas dos não índios de forma diferenciada (GALLOIS e CARELLI, 1995, p.62). Os autores constataram ainda que os registros em vídeos - quando colocados sobre o domínio dos indígenas - são principalmente utilizados em duas direções complementares: para preservar manifestações culturais próprias de cada etnia - selecionando aquelas que desejam transmitir às futuras gerações e difundir entre aldeias e povos diferentes; bem como para testemunhar e divulgar ações empreendidas por cada comunidade para recuperar seus direitos territoriais e impor suas reivindicações.

Outra importante discussão que circunda esta temática é aquela que trata do viés autoral na perspectiva de obras produzidas por índios e não-índios. Tal reflexão parte do princípio de que o repertório cultural de um vídeo realizado por um grupo indígena não é o mesmo de um realizado por não indígenas, influenciando consideravelmente as estratégias no processo de produção.

Neste sentido, Daher (2007) argumenta que quando realiza um filme, o cinegrafista indígena valoriza “uma visão nativa da cultura”, portanto o “discurso nativo” está situado num sistema de relações que fixa os sentidos possíveis desse discurso. Continua a autora:

[...] entretanto, quando o índio volta o olhar a si próprio e aos seus, por meio das imagens captadas pela câmera, dá-se um movimento concêntrico que possibilita ver sua cultura de uma perspectiva distanciada, pois ele passa a ser o outro de si mesmo. É a reflexividade que as imagens proporcionam, por meio da linguagem audiovisual, que permite ao indígena dialogar com sua própria cultura, descobrindo novas maneiras de “ser e estar”, além de comunicar-se de forma mais eficaz com seu próprio grupo ou grupos externos, sejam eles indígenas ou a sociedade dominante. (DAHER, 2007, p.75).

Considerando as produções audiovisuais contemporâneas, protagonizadas por indígenas, os autores Shohat e Stam (2006) denominam de “mídia indígena” o fenômeno de apropriação e emprego da tecnologia audiovisual para os propósitos culturais e políticos dos povos nativos. Nesta perspectiva, consideramos pertinente o conceito de *democracia audiovisual*, desenvolvido por Canclini (1997), que argumenta que a mídia - e, em nosso caso específico, a mídia indígena - exerce o papel de mediadora das interações coletivas e amplia o ângulo de representação dos grupos e costumes existentes no seio cultural.

### **3 - Uma reflexão sobre a produção de vídeo na aldeia Namunkurá**

*“A gente só fazia foto, quando a equipe chegou, fiquei com vergonha de perguntar. Eu mesmo fiz a oficina pra filmar, por isso eu vou tentar e vou conseguir e vai ficar correto com filmadora” (ABEL TSIWARI)<sup>iv</sup>.*

Mato Grosso é o quinto estado brasileiro em número de populações indígenas. São aproximadamente 25 mil indivíduos, de 35 povos, divididos em 56 áreas com diversos graus de regularização fundiária, totalizando 12 milhões de hectares (mais ou menos 12% da área total do estado). No município de Barra do Garças, estão localizadas duas Terras Indígenas (TI): a de São Marcos, do povo Xavante e a de Meruri, do povo Bororo. Segundo dados do portal do Instituto Socioambiental, vivem na terra indígena São Marcos 2900 indígenas, distribuídos em cerca de 50 aldeias (ISA, 2014). Dentre elas, destacam-se as aldeias São Marcos e Namunkurá, que dispõem de postos de saúde indígena, vinculados à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e fazem parte, como todas as outras Terras Indígenas Xavante, do Território Etnoeducacional (TEE) *A’uwẽ Uptabi*.

Apesar das mudanças ocorridas nas últimas décadas nos costumes e rituais tradicionais dos indígenas desta região, ocasionados, dentre outros fatores, pela forte presença dos padres salesianos, pelas diversas formas de contato com os não índios e o

fato de viverem em um território delimitado (LEWIS, 1984), muitos dos costumes, rituais e festas Xavante mantiveram-se vivos e outros foram retomados nos últimos anos. Os indígenas Xavante continuam a usar cabelos longos, a furar os lóbulos das orelhas dos rapazes na época da iniciação, a realizar competições como a corrida de tora e a festa da imposição do nome. “Os Xavante têm orgulho de seus usos e costumes, cultivando-os com grande carinho. Assim, conservam o melhor de sua cultura”, destaca Giaccaria (2000).



(Figura 01)

Localização das aldeias visitadas durante a realização do projeto – Ilustração: Brás Rubson

Antes da execução das oficinas, os participantes do projeto visitaram três aldeias, sendo uma delas da etnia Bororo - *Aldeia Meruri* - e duas da etnia Xavante - *São Marcos* e *Namunkurá* (ver figura 01). A partir destes primeiros contatos, foi possível considerar que, para a realização desta etapa do projeto, a melhor opção seria a *Aldeia Namunkurá*. Como justificava para esta opção, podemos citar alguns pontos que contribuíram favoravelmente: **a)** a demonstração de interesse por parte daquela comunidade, que pôde ser observada desde a primeira visita da equipe, ainda em 2014; **b)** a estrutura oferecida como contrapartida (a comunidade tem uma escola com estrutura básica, mas que contemplava as necessidades do projeto) e, **c)** a aceitação do projeto, por parte dos anciões<sup>v</sup>.

Durante o trabalho de campo foram realizadas reuniões com as lideranças na tentativa de tornar as práticas uma intensa “negociação intercultural” entre a equipe, os jovens e os anciões, compartilhando informações sobre o projeto e também sobre o envolvimento da comunidade.

Inicialmente, os jovens participaram da oficina sobre direção de câmera e desenvolvimento de roteiro, com o intuito de que entendessem a importância do mesmo e tivessem um parâmetro para planejarem a produção de um vídeo, cujo roteiro e produção seria realizada em conjunto com a equipe.

As oficinas foram divididas em duas partes: a primeira consistiu em um processo de conceituação e aproximação dos participantes à linguagem do audiovisual, apresentando as primeiras noções da constituição da imagem no vídeo. Outro tópico importante foi a discussão sobre a elaboração de um guia de filmagem ou, conforme denominamos tradicionalmente, do roteiro. Depois de certo amadurecimento quanto a estas questões conceituais, trabalhamos as técnicas de manipulação da câmera de vídeo, que consistiram no ensino das funções e dos recursos técnicos e tecnológicos das filmadoras, tais como

controle de luminosidade, foco, planos, zoom e captação de som. Elaboramos algumas dinâmicas de ensaio, em que eles optaram por gravar uma dança típica dos Xavante.



(Figura 02) - Prática de câmera durante realização das oficinas.

O trabalho seguiu as etapas comumente empreendidas no processo de produção audiovisual: **pré-produção:** foi a fase inicial da criação do vídeo, onde além de desenvolvermos a ideia, foi destacado os detalhes da história (roteiro), e realizada a preparação de todo o material para que seria utilizado nas demais etapas; também discutimos a escolha do local, dos personagens e dos equipamentos que seriam utilizados, ou seja: realizou-se o planejamento da execução das tarefas; **produção:** fase na qual realizamos as gravações e captações de imagens; a ideia era colocar em prática o que estava previsto no roteiro, empreendendo a sua execução e a solução das demandas técnicas, criativas e operacionais requeridas na execução; **pós-produção:** constituiu-se com a finalização na ilha de edição. A partir do roteiro criado, a edição organizou diversos elementos como locução, trilhas sonoras, artes gráficas e imagens para a finalização do filme. Foi uma etapa altamente criativa que exigiu um bom entrosamento das equipes.

Partindo do desafio de contar suas próprias histórias, os participantes da oficina foram divididos em duas turmas. *A priori*, não foi estabelecido nenhum critério sobre o tema a ser desenvolvido, deixando a temática para livre escolha de cada grupo. De forma consensual, foram definidos dois temas: o grupo “A” ficou com o desafio de produzir uma história que abordasse o processo de construção das ocas/casas; optaram por gravar as cenas utilizando câmera na mão, com diferentes variações de enquadramento.



**(Figura 03)**

Membros do Grupo (A) durante a realização das filmagens e captação dos detalhes da construção de uma oca.

Nas gravações realizadas pelo grupo “B”, foram captados depoimentos de anciões e de outros membros da comunidade, falando, quase sempre, sobre a vida na aldeia. Dessa forma, optou-se por gravar um conjunto de depoimentos e imagens que demonstrassem aspectos da cultura e dos seus artesanatos, com destaque para o conhecimento tradicional da comunidade. O grupo realizou filmagens utilizando a câmera na mão e também com o uso do tripé (principalmente nas ocasiões em que as imagens precisaram de certa estabilidade).



**(Figura 04)**

Membro do Grupo (B) realizando a entrevista com uma *Piõ* (mulher casada) durante a realização da Oficina na aldeia Namunkurá, a entrevistada explica sobre a produção artesanal do *baquité*.

As diversas fases da vida de um Xavante são definidas em função da sua idade<sup>vi</sup>, que compreende a denominação de *Aiuté* (bebê), *Ipredu* (homem maduro) e *ihi* (ancião). Recorrer à figura do ancião para contar a histórias da aldeia foi um dos meios de reforço da cultura Xavante, demonstrando assim respeito à sabedoria dos mais velhos. Dentre os assuntos abordados nos depoimentos dos anciões, ficou claro o reforço da necessidade de perpetuar a história da aldeia – para eles, uma forma de deixar a mensagem na terra após a morte. Além disso, os depoimentos apontavam a necessidade de apropriação das ferramentas de produção audiovisual para contar a vida na aldeia e documentar os rituais e cerimônias com o olhar deles e não do *waradzu*<sup>vii</sup>. Outro ponto destacado em uma das falas foi a falta de incentivo dos jovens (*Ipredupté/danhohui'wa*) em passar os ensinamentos dos mais velhos aos seus afilhados.

Foram entrevistados três anciões e duas mulheres. No caso das mulheres, os depoimentos enfatizavam a importância cultural entorno da prática de confecção do *baquité*<sup>viii</sup> e criticavam as interferências negativas que a vida urbana causava na aldeia.

A tradução do material coletado, bem como sua pré-edição, foi realizada na aldeia em conjunto com os participantes da oficina. Para isso, a equipe selecionou os jovens que já tinham alguma familiaridade com o manuseio de computadores. Durante o processo de tradução, alguns termos técnicos sobre a prática de montagem foram discutidos<sup>ix</sup>.



(Figura 5)

Participantes da oficina de produção durante a etapa de pós-produção realizando a visualização do material captado.

Didaticamente, as duas equipes mostraram rico universo de imagens e depoimentos que se complementam para mostrar como os Xavantes vivem na aldeia, ressaltando suas singularidades e valores culturais.

#### 4 - Resultados e discussão

A proposta das oficinas como parte integrante da pesquisa de campo foi experimentar na prática como pode se constituir o processo de apropriação de ferramentas de produção audiovisual por populações indígenas, neste caso, a partir do envolvimento dos jovens da aldeia *Namunkurá*. A experiência superou as hipóteses iniciais e demonstrou diferentes percepções na constituição do olhar indígena. Foi possível observar também, certo deslumbramento com as imagens (muitas vezes, ao se verem no vídeo durante o processo de edição, este deslumbre era traduzido pelas risadas e gargalhadas dos participantes). Outro fator que nos chamou a atenção foi a facilidade que os participantes demonstraram na utilização dos equipamentos, principalmente quando se tratava da câmera filmadora.

Após o processo das oficinas, foi aplicado um questionário com questões semiestruturadas, para que fosse possível mapear uma avaliação por parte dos envolvidos. A seguir faremos a análise de alguns trechos que consideramos mais representativos.

É importante observar que eles possuem essa percepção do impacto que a apropriação pode levar para o cotidiano da aldeia, e fica claro nas palavras do indígena Gaspar Waradzere (coordenador da escola da comunidade) que deve existir um limite nesse processo. Desta forma, as repostas dos participantes se completam no que diz respeito às tecnologias; trata-se efetivamente de produzir registros a favor da comunidade. Sobre a importância da capacitação para uso destas tecnologias, ele complementa:

“Eu acho que é fundamental aquilo que estamos aprendendo, o que estamos buscando para trazer para a comunidade. A tecnologia afeta a vida dos que não sabem e não afeta os que sabem.” (WARADZERE TSIWARI, 2016)<sup>x</sup>.

A dificuldade no acesso aos equipamentos mostra-se o maior desafio ao jovem Xavante. No entanto, faz parte da proposta deste projeto a disponibilização de um kit de equipamentos para a produção audiovisual, contendo filmadora e computador para edição de imagens.

A possibilidade de os sujeitos indígenas apresentarem suas vivências constrói outra visibilidade sobre o modo de vida indígena e gera novas relações entre as comunidades. Além disso, a partir das técnicas apresentadas, é possível fomentar novos tipos de conhecimentos para a manutenção e divulgação da cultura.

“Antigamente, não tinha filme do ritual, aí vai esquecer, por isso nós somos a geração pra filmar, pra gravar, pra deixar a história, que vai passar para outra geração o arquivo, por isso a gente faz o filme pra gravar.” (ABEL TSIWARI, 2016).<sup>xi</sup>

A realização dessa ação pode despertar em alguns jovens o espírito de liderança e de interesse em se aprofundarem na área. Durante as oficinas foi perceptível o espírito de liderança de alguns participantes, que tomaram a frente de seus grupos, explicando para os outros o quanto era importante aprender sobre os equipamentos. Alguns desses jovens, que antes das oficinas haviam tido contato com as ferramentas de produção, demonstraram muita curiosidade sobre as atividades, e uma aptidão natural que, aos olhos da equipe, podem se tornar futuros cineastas representantes da comunidade.

“Eu sempre tive curiosidade, em primeiro lugar eu tenho curiosidade de aprender as coisas, principalmente os equipamentos. Eu sempre sentava perto de uma senhora da USP que foi na aldeia, ela me ensinou a mexer. Quando comprei o equipamento, ela apareceu lá na aldeia, aí eu acompanhei tudo, eu aprendi através dela, daí eu gostei, sempre levando, tirando foto das paisagens naturais, as árvores, animais e as belezas do campo, isso é para trazer a escola, tirar a foto, aí uma pessoa pergunta: ‘de onde você tirou essa paisagem?’, levar a foto pra escola, pro estudo, para a pesquisa.” (GASPAR WARADZERE TSIWARI, 2016).<sup>xii</sup>

Pensando no aprendizado e na experiência dos jovens, há um ponto de vista a ser destacado sobre esse desejo pela produção e pela realização material: o interesse dos jovens em filmar e relatar o cotidiano. Exemplo: foto de uma caça capturada ou da confecção do baquité; antes mesmo do contato da equipe, essa percepção já era gerada nas fotografias. Eles pensam na produção como um todo, em como esse material será visto pelos outros, pelas próximas gerações, e como esse resultado final serve como pesquisa e como material didático e pedagógico.

Acreditamos que a preocupação dos jovens está, principalmente, ligada ao contexto prático e crítico da produção e do produto final. Prático no sentido da manipulação correta dos equipamentos, e das técnicas empreendidas nas oficinas. Crítica no sentido de produzir um material de qualidade que perpetue para o futuro, tanto para a aldeia como para a preservação dos traços culturais que, para eles é uma forma de manter a memória, através de um processo de resistência cultural.

## 6 - REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1986.

DAHER, Joseane Zanchi. **Cinema de índio: uma realização dos povos da floresta**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná para obtenção do título de Mestre. Curitiba, 2007.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-ação. Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set/dez. 2005.

GALLOIS, Dominique & CARELLI, Vincent. **Diálogo entre Povos Indígenas: a experiência de Dois Encontros Mediados pelo Vídeo**, em Revista de Antropologia, Vol. 38, Nº 1. São Paulo: USP, 1995.

GIACCARIA, B. **Xavante Ano 2000: reflexões pedagógicas e antropológicas**. Campo Grande: Editora UCDB, 2000.

GIACCARIA, B.; HEIDE, A. **Xavante: A'uwẽ Uptabi, Povo Autêntico**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1984 [1972].

GINSBURG, Faye. **Estética incorporado: Criando um espaço discursivo para Mídia Indígena**. Antropologia Cultural, 9: 365-382. doi: 10.1525 (1994).

GOFFMAN, Erving. **Estigma: la identidad deteriorada**. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993, 172p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE. 1987. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278\\_1987.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_1987.pdf)>. Acesso em 22 abr. 2016.

ISA. Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil**. 2014. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br>. Acesso em: 15 agosto.2014.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Globalização comunicacional e transformação cultural**, In: MORAES, Dênis (org). **Por uma outra Comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MAYBURY-LEWIS, David. **Sociedade Xavante**. Campinas: Unicamp, 1984.

MEC. Ministério da Educação. Portaria nº 938 de 13 de julho de 2011. Brasília: MEC, 2011. (Instituição da comissão gestora do Território Etnoeducacional A'uwe Uptabi).

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Da **observação participante à pesquisa-ação em comunicação**: *pressupostos epistemológicos e metodológicos*. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXVI, 2003, Belo Horizonte.

RUSSO, Kelly. **Autonomia e Movimentos Indígenas no Brasil: a experiência Xavante na apropriação do recurso audiovisual**. In: Levy, Bettina (Org.). Poder e novas formas democráticas na América Latina e Caribe. Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2004.

SHOAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação**. São Paulo: Cosac Naif, 2006.

Silva, S. T. P. da (2007), “História, documentário e exclusão social”, em J. D. Barros (comp.), *Cinema-história: ensaios sobre a relação entre cinema e história*, Laboratório de estudos Sobre Sociedades e Culturas, Rio de Janeiro, pp. 119-162.

## NOTAS

<sup>i</sup> Autodenominação Xavante, que em português significa Povo Autêntico.

<sup>ii</sup> A aldeia, da etnia Xavante, está localizada na Terra Indígena São Marcos, nos limites territoriais de Barra do Garças e fica a aproximadamente 160 km da sede do município.

<sup>iii</sup> O projeto Vídeo nas Aldeias nasceu em 1987, no Centro de Trabalho Indigenista (CTI), uma organização não- governamental fundada em 1979 por um grupo de Antropólogos e educadores. O projeto pretendia contribuir, colocando à disposição de povos indígenas a oportunidade de um diálogo adaptado à suas formas de transmissão cultural que capacitou os índios através de oficinas de realização nas aldeias e de oficinas de edição na sede, em São Paulo.

<sup>iv</sup> Depoimento de participante da oficina, realizada durante a etapa de avaliação.

<sup>v</sup> Como é comum na cultura Xavante, qualquer decisão, antes de ser aceita, deve ser discutida coletivamente no centro da aldeia, em uma reunião que envolve os mais velhos e aqueles que estão diretamente envolvidos no projeto. No caso, além dos anciões, os indígenas professores da Escola Indígena Nanumkurá também participaram da reunião (*Warã*).

<sup>vi</sup> As categorias de idade são princípios relevantes e respeitados e caracterizam-se por diversas faixas etárias ao longo do desenvolvimento do indivíduo. Essas categorias definem a participação do elemento nos rituais e no modo que este se relaciona com a aldeia.

<sup>vii</sup> O termo *waradzu* se refere ao homem da cidade em geral, independe da cor da pelo, o significado mais correto seria “aquele que não pertence à aldeia”.

<sup>viii</sup> Cestas feitas com folha de buriti, utilizadas para carregar crianças, alimentos, vasilhas, etc.

<sup>ix</sup> Para os indígenas que já tinham alguma afinidade com o uso de computadores, também foram apresentadas noções básicas de edição, com a utilização do software *Adobe Premiere Pro CS6*

<sup>x</sup> Entrevista concedida aos membros da equipe durante a permanência na aldeia. O entrevistado foi um jovem indígena participante da pesquisa.

---

<sup>xi</sup> Entrevista concedida aos membros da equipe durante a permanência na aldeia. O entrevistado foi um jovem indígena participante da pesquisa.

<sup>xii</sup> Entrevista concedida aos membros da equipe durante a permanência na aldeia. O entrevistado foi um jovem indígena participante da pesquisa.

## **Comercialização e rendimento econômico de cultivos de bananeiras nos municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, Estado do Amazonas**

Maricleide Maia Said, GDF, SEMADF, Brasília. mariaid62@gmail.com  
Luiz Antonio de Oliveira, INPA, Manaus. luiz.oliveira@inpa.gov.br  
Maria do Perpétuo Socorro R. Chaves, UFAM, Manaus. Socorro.chaves@ig.com.br

### **Resumo**

Embora a região Norte apresente excelentes condições de clima e solo para a produção de bananas de alto padrão de qualidade, ainda é preciso superar, em grande parte, a baixa eficiência na produção e no manejo pós-colheita. A bananicultura demanda a aplicação de tecnologias de produção, que orientem para o adequado manejo do solo, controle de pragas e doenças, e processamento dos produtos para agregação de valor, de modo a proporcionar ganhos reais para o produtor e melhorias na qualidade de vida e de consumo da população e contribua para o desenvolvimento da economia agrícola do Estado. Nessa perspectiva se insere a estratégia de estudo dos cultivos de bananas nos municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, no Estado do Amazonas. O estudo buscou conhecer as formas de comercialização da produção agrícola, a categoria de compradores, os locais de entrega dos produtos, os preços de venda praticados na comercialização, a receita obtida pela venda dos produtos e estimar o potencial de geração de renda da cultura da banana no âmbito da propriedade rural e do Município. Com base nestas informações, foi possível estimar quanto os produtores deixaram de ganhar por não observarem as recomendações técnicas indicadas para a cultura. Em ambos os municípios, a comercialização das bananas é feita através de cooperativas, associações, feiras ou intermediários e as modalidades de vendas são processadas no atacado e no varejo, em cachos ou em pencas, com preço médio do cacho em R\$ 14,00 e a penca, variando de R\$ 2,40 a R\$ 2,60. Todos os produtores de banana dos municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva analisados comercializam sua produção por atacado, com alguns também vendendo pelo varejo. Predomina entre eles, a venda para intermediários, mas também comercializam suas produções para a Cooperativa ou Associação a que pertencem. Todos vendem suas produções em suas propriedades, com alguns também vendendo em feiras. Todos vendem na forma de cachos, mas a maioria também vende na forma de pencas. Os preços pagos pelos intermediários são maiores dos que os praticados pela Cooperativa ou Associação. As receitas obtidas pelos produtores dos dois municípios, em Reais por hectare, foram de R\$ 16.828,00 - R\$ 15.022,00 nas vendas dos cachos e R\$ 28.848,00 - R\$ 27.898,00 nas vendas das pencas, respectivamente, em Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva. Se tivessem adotado referenciais biotecnológicos em seus cultivos, esses valores subiriam respectivamente para R\$ 23.338,00 nas vendas dos cachos e R\$ 40.008,00 - R\$ 43.342,00 nas vendas das pencas.

**Palavras Chave:** Amazonas, potencial econômico da banana, comercialização da banana.

### **1- Introdução**

O Brasil ocupa a terceira posição na produção mundial de frutas, colhendo em torno de 40 milhões de toneladas ano e destinando mais de 2,5 milhões de hectares para o seu cultivo, contribuindo com mais de R\$10 bilhões/ano para a economia do país (MAPA, 2012).

A agricultura na região Norte, destacadamente na periferia do Estado do Amazonas, quase sempre é praticada sem as tecnologias apropriadas de pré e pós colheita, com procedimentos produtivos e gerenciais rudimentares que comprometem a produtividade e a competitividade dos produtos no mercado.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013), em 2012, a região Norte do Brasil cultivou mais de 72 mil hectares com bananas, onde se produziu mais de 810 toneladas da fruta. Contudo, a produtividade alcançada é baixa (da ordem de 10 t/ha) se comparada com as demais regiões brasileiras e com outros países produtores de bananas. Os Estados do Amazonas e Pará alcançaram produtividade ligeiramente maior que a média da região Norte, produzindo 12 e 14 t/ha, respectivamente. Nos demais Estados da região a produtividade foi ainda menor, oscilando entre 7 e 11 t/ha em 2012.

O investimento financeiro e tecnológico na bananicultura possibilitará a elevação da produtividade e da qualidade da produção e se apresenta como uma alternativa capaz de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas e de seus Municípios, uma vez que dispõe de terras, recursos hídricos e condições climáticas favoráveis ao cultivo dessa cultura.

## **2- Material e Métodos**

Para o alcance dos objetivos deste trabalho, a metodologia de pesquisa consistiu da aplicação de questionários estruturados aos produtores rurais de bananas, às agroindústrias, às empresas e pessoas físicas intermediárias na comercialização (em feiras de Manaus e dos municípios em estudo), bem como, entrevistas semiestruturadas, como forma de obter o diagnóstico da produção e da comercialização de bananas nos municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva no Amazonas.

Os questionários estruturados inquiriram dois segmentos da cadeia produtiva da banana: o âmbito agrícola e o âmbito econômico na esfera da comercialização dos produtos, para conhecer a situação real dos cultivos de bananeiras nos municípios de Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo no Amazonas.

O estudo buscou conhecer as formas de comercialização da produção agrícola (atacado e/ou varejo), a categoria de compradores envolvidos na comercialização destes produtos (se cooperativas, empresas ou intermediários), os locais de entrega dos produtos (se na propriedade rural ou no empreendimento do comprador), e os preços de venda praticados na comercialização, como forma de identificar o nível de organização e fortalecimento dos produtores rurais, a receita obtida pela venda dos produtos e estimar o potencial de geração de renda da cultura da banana no âmbito da propriedade rural e do Município. Neste momento se buscava conhecer os fatores favoráveis ou desfavoráveis dentro do processo de comercialização e quais os subprodutos comercializados.

Para complementar os dados sobre a comercialização da produção, também foram verificados os agentes envolvidos no processo, se associação, cooperativas, empresas privadas ou intermediários sem representatividade jurídica, e para cada agente foi verificado o preço negociado em cada produto oferecido.

Com base nestas informações, foi possível mensurar a produção média de bananas por hectare em cada município e rendimento econômico dos produtores com o cultivo de bananeiras. Estas informações nos permitiram avaliar qual a produção alcançada

nas áreas amostradas em cada município estudado e compará-las com a produção desejada com base nas indicações de produtividade orientada pela bibliografia e estimar quanto os produtores deixaram de ganhar por não observarem as recomendações técnicas indicadas para a cultura.

O universo desta pesquisa foram 15 propriedades rurais produtoras de bananas no município de Presidente Figueiredo e 30 no município de Rio Preto da Eva, dentre aquelas de cultivos essencialmente comercial, dada a necessidade de obtenção de dados sobre a comercialização de produtos e subprodutos da bananicultura.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), em 2012 estes dois municípios detinham 12,1% da total de área cultivada com esta espécie que possuem significativa representação na cadeia alimentar e na economia destes municípios. Os dois municípios selecionados são referenciados pelo IBGE, como o segundo e o quarto maiores produtores de bananas do Estado do Amazonas. Em 2012, os dois municípios foram responsáveis por 17,87% da área colhida com bananas no Estado (IBGE, 2012).

### 3- Resultados e Discussão

A expressão econômica da cultura da banana pode ser avaliada pela área plantada, pelo volume produzido e comercializado, pela capacidade de processamento da produção para transformação em subprodutos com valor comercial, pelos tratos culturais, pela disponibilidade e demanda de tecnologias disponíveis para fortalecer a cultura, entre outros.

A tabela 1 reúne os dados sobre a comercialização das bananas no município de Presidente Figueiredo, nas 15 propriedades envolvidas na pesquisa e das 30 propriedades do Rio Preto da Eva.

**Tabela 1: Comercialização de Bananas no Município de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, no Amazonas. Safra 2012**

		Municípios	
		Presidente Figueiredo (%)	Rio Preto da Eva (%)
Compradores	Cooperativa	67	43
	Associação	47	77
	Intermediário	87	93
Tipo/Venda	Atacado	100	97
	Varejo (feiras)	53	50
Local de entrega	Propriedade Rural	100	53
	Propriedade comprador	--	63
	Cooperativa e Associação	--	57
	Feiras	47	43
Preço médio de venda (R\$)	Cacho (R\$/un)	14,00	14,00
	Penca (R\$/un)	2,40	2,60
	Cooperativa (R\$/kg)	0,99	0,68
	Associação (R\$/kg)	1,10	1,00

A análise de dados da comercialização das bananas no município de Presidente Figueiredo comprovou que 67 % da produção era comercializada através das cooperativas, 47 % por meio das associações comunitárias e 87 % por meio de intermediários. Neste município todas as propriedades comercializavam a produção no atacado e 53% comercializavam também no varejo, sendo 100 % da produção entregue na propriedade e só nos caso em que a banana era comercializada para venda no varejo, em feiras - 47% é que é que o produtor arcava com os custos da entrega do produto. O preço médio de venda em cacho era de R\$ 14,00 por unidade. A venda em penca era de R\$ 2,40. Se a venda fosse feita por meio da cooperativa, cada penca custava R\$ 0,99 e pela associação, R\$ 1,10. (Tabela 1).

No município de Rio Preto da Eva, 43 % da produção era comercializada através das cooperativas, 77 % por meio das associações comunitárias e 93 % por meio de intermediários. Neste município, 97% das propriedades comercializavam a produção no atacado e 50% comercializavam também no varejo, sendo 53% da produção entregue na propriedade rural, 63% entregue também na propriedade do comprador, 57% entregue também nas cooperativas e/ou associações e 43% também nas feiras. O preço médio de venda em cacho era de R\$ 14,00 por unidade. A venda em penca era de R\$ 2,60. Se a venda fosse feita por meio da cooperativa cada penca custava R\$ 0,68 e pela associação R\$ 1,00, conforme tabela 1.

Analisando o rendimento da bananicultura nas áreas amostradas no município de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, verificou-se que a produtividade de frutos, medida em toneladas por hectare/ano, ficou muito abaixo dos valores alcançados por Arruda *et al.* (2004) e Pereira *et al.* (2006). Nesta análise, tomou-se por base de preço, os que foram praticados nos respectivos municípios no período analisado, conforme tabelas 1 e 2. Os resultados estão dispostos na tabela 2.

**Tabela 2: Rendimento Médio e Receita Média por Hectare Cultivado com Bananas nas Áreas Amostradas. Safra 2012**

Situação Real nas propriedades	Propriedades rurais nos municípios	
	Presidente Figueiredo	Rio Preto da Eva
Área amostrada (ha)	60,5	83,0
Densidade média de plantas/ha (un)	1.202	1.073
Cachos/ha/a (un)	1.202	1.073
Peso médio do cacho (kg)	12,1	13,1
Pencas/ha/a (un)	12.020	10.730
Peso médio da penca (kg)	1,2	1,3
Produtividade (t/ha/a)	14,5	14,1
Cachos (R\$/ha/a)*	16.828,00	15.022,00
Pencas (R\$/ha/a)*	28.848,00	27.898,00
Frutos (t/ha/a) <sup>(1)</sup>	50,0	50,0
Cachos (R\$/ha/a)	23.338,00	23.338,00
Pencas (R\$/ha/a)	40.008,00	43.342,00

(\*) Com base no preço médio de venda praticado nos municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, no Amazonas (Tabela 1).

(1) Com base na densidade/ha e produtividade/ha sugerida por Arruda *et al.* (2004) e Pereira *et al.* (2006).

Os produtores avaliados nos Municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva mantinham cultivos com produção média de 1.202 cachos/ha/a, com 12.020 pencas/ha/a e peso médio de 1,2 kg cada penca no primeiro município e 1.073 cachos/ha/a, com 10.730 pencas/ha/a e peso médio de 1,3 kg cada penca no segundo município,

considerando cultivos a partir do segundo ciclo produtivo. O peso médio por cacho nestes municípios, na mesma ordem, foi de 12,1 kg/cacho e 13,1 kg/cacho (Tabela 2).

A receita média obtida pela venda das bananas em cachos foi de R\$ 16.828,00/ha/a em Presidente Figueiredo e R\$ 15.022,00/ha/a no Rio Preto da Eva. Se a venda fosse processada no varejo, o total obtido pela comercialização das pencas seria de R\$ 28.848,00/ha/a e R\$ 27.898,00/ha/a para os respectivos municípios (Tabela 2).

No total da área amostrada no Município de Rio Preto da Eva não foi encontrado nenhum produtor rural que realizasse o processamento das bananas para transformação em produtos comercializáveis, como: doces, geleias, calda ou banana chips. Neste município, toda a produção de banana das propriedades analisadas era comercializada *in natura*, em cachos ou em pencas, no atacado ou no varejo. Em Presidente Figueiredo, entre os produtores analisados, foram identificados dois produtores que transformavam a banana em doces e fabricavam caldas de bananas na única agroindústria encontrada no município. Nas demais propriedades, as bananas eram vendidas *in natura*, ao preço médio de venda de R\$ 14,00 o cacho em ambos os municípios e de R\$ 2,40 e R\$ 2,60 a penca, nos respectivos municípios, sendo esta a única forma de obtenção de receita com a cultura (Tabelas 1 e 2).

Arruda *et al.* (2004) e Pereira *et al.* (2006), analisando plantios com espaçamentos de 4 x 2 x 2 m e densidade de 1.667 plantas por hectare, a partir do segundo ciclo produtivo, registraram rendimentos de frutos na ordem de 50 t/ha/a.

A receita de venda obtida com base nos dados de Arruda *et al.* (2004) e Pereira *et al.* (2006), e o preço médio de venda dos cachos nos municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, seriam, respectivamente, de R\$ 23.338,00/ha/a em cada município. Se a produção fosse comercializada em pencas, seriam obtidos R\$ 40.008,00/ha/a e de R\$ 43.342,00/ha/a nos respectivos municípios (Tabela 2).

Analisando esses dados foi possível calcular quanto os produtores amostrados deixaram de ganhar em cada hectare cultivado com bananas por não seguirem as recomendações técnicas de distribuição espacial e densidade de plantio e de manejo do solo (adubação).

#### **4- Considerações finais**

Em ambos os municípios foram observados casos em que o mesmo proprietário transferia seus produtos para o mercado através de duas ou três categorias de compradores, com vendas sendo processadas no atacado e também no varejo, podendo alternar os locais de entrega da produção.

Todos os produtores de banana dos municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva analisados comercializam sua produção por atacado, com alguns também vendendo pelo varejo. Quando o produtor rural realiza a venda pelo varejo, obtém maiores receitas. Contudo, isto não representa maiores ganhos, visto que essa venda demanda despesas com transporte e mão-de-obra, que acabam por consumir a diferença de receita. O maior lucro geralmente ocorre quando o produto é retirado pelo comprador na propriedade rural, evitando despesas com escoamento da produção e mão-de-obra.

Predomina entre eles, a venda para intermediários, mas também comercializam suas produções para a Cooperativa ou Associação a que pertencem.

Todos vendem suas produções em suas propriedades, com alguns também vendendo em feiras. Todos vendem na forma de cachos, mas a maioria também vende na forma de pencas. Os preços pagos pelos intermediários são maiores dos que os praticados pela Cooperativa ou Associação.

A pesquisa possibilitou imaginar uma situação hipotética, caso estes produtores aplicassem as tecnologias de pré e pós-colheita indicadas por Arruda *et al.* (2004) e Pereira *et al.* (2006), quando a produtividade se elevaria substancialmente e os produtores teriam um lucro bem maior com a cultura da banana.

## 5- Referências

Arruda, M. R. de; Pereira, J. C. R.; Moreira, A.; Pereira, M. C. N.; Gasparotto, L. Distribuição Espacial e Estande para Maximização da produtividade em Bananeira. Comunicado Técnico nº 23. ISSN 117-3887. Outubro, 2004. Manaus, AM.

IBGE, 2012. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: <http://www.ibge.com.br/estadosat/perfil.php?sigla=am> (acesso em 10/10/2013).

IBGE, 2013. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=lavouratemporaria2012> (acesso em 15/11/2014).

MAPA, 2012. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel> (acesso em: 11/11/2014).

Pereira, J. C. R.; Arruda, M. R. de; Moreira, A.; Gasparotto, L. Maximização da Produtividade em Bananeiras no Estado do Amazonas: estande e distribuição espacial. Comunicado Técnico 39, ISSN 1517-3887. Manaus, AM, 2006.

## **Comércio Internacional e Mercado Verde: Um estudo de caso sobre as empresas de cosméticos amazônicas ambientalmente preferíveis**

Christian Philip Klein, Docente da Universidade Católica de Brasília, christian.klein@ucb.br;  
Fábio A. de Queiroz, Docente da Universidade Católica de Brasília, fabioaq@hotmail.com;  
Rozana M. R. De Lima, Aluna da Universidade Católica de Brasília, rozana053@gmail.com;  
Creomar Lima C. de Souza, Docente da Universidade Católica de Brasília, creomar@ucb.br.

### **Resumo**

A relação complexa entre livre comércio e meio ambiente é uma das questões mais importantes encontradas na agenda de assuntos internacionais. Muito tem sido discutido, mas uma análise precisa sobre o assunto vai depender do estudo individual de cada caso. Dessa forma, considerando que as regiões são espaços construídos socialmente, e para verificar como uma dada região poderia moldar e, ao mesmo tempo, ser moldada por dinâmicas globais, esta proposta de pesquisa tem como objetivo investigar como a dimensão ambiental interage com o mercado global. Para atender às demandas de um tipo sofisticado de consumidores, conhecidos como consumidores verdes alternativos. Para realizar essa tarefa, escolhemos a Amazônia Brasileira como um estudo de caso, pois: 1) este espaço possui uma das mais ricas biodiversidades da Terra e; 2) alguns produtos da Amazon parecem ter um apelo mundial. Portanto, o principal objetivo desta pesquisa é verificar se os chamados "Produtos Ambientalmente Preferenciais da Amazônia Brasileira" podem aumentar seu nível de exportações para países específicos onde há maior consciência ambiental. Na ordem, esperamos verificar se as externalidades positivas contribuem para a proteção da Amazônia brasileira em um círculo virtuoso.

**Palavras-chave:** Mercado Verde - Consumidores Alternativos Verdes – Produtos e Cosméticos Ambientais Preferenciais da Amazônia.

### **Resumen**

La compleja relación entre el libre comercio y el medio ambiente es uno de los temas más importantes que se encuentran en la agenda de los asuntos internacionales. Mucho se ha discutido, pero un estudio preciso sobre el tema dependerá de una abordaje específica. Por lo tanto, teniendo en cuenta que las regiones son espacios construidos socialmente, y para ver cómo una determinada región podría dar forma y, al mismo tiempo que se forma por la dinámica global, esta propuesta de investigación tiene como objetivo investigar la dimensión ambiental en el mercado mundial. Para satisfacer las demandas de un tipo sofisticado de consumidores, conocidos como consumidores verdes alternativos. Para lograr esta tarea, se optó por la Amazonia brasileña como un estudio de caso debido a que: 1) esta zona tiene una de las más ricas en biodiversidad en la Tierra y; 2) algunos de los productos de Amazon parecen tener un atractivo mundial. Por lo tanto, el objetivo principal de esta investigación es verificar que los llamados "productos ambientalmente preferidos de la Amazonia brasileña" puede aumentar su nivel de exportaciones a países específicos donde existe una mayor conciencia ambiental. Con el fin, esperamos a ver si los factores externos positivos contribuyen a la protección de la Amazonia brasileña en un círculo virtuoso.

**Palabras clave:** Mercado Verde – Consumidores Verdes Alternativos – Productos Ambientalmente Preferidos de la Amazonia Brasileña.

## Abstract

The complex relationship between free trade and environment is one of the most important issues found at the international affairs agenda. Much has been discussed, but an accurate analysis on the issue will depend on the individual study of each case. So, considering that regions are socially constructed spaces, and in order to verify how a given region could shape and, at the same time, be shaped by global dynamics, this research proposal is aimed at investigating how the environmental dimension interact with the global market to meet the demands of a sophisticated kind of consumers, known as alternative green consumers. To accomplish this task we chose the Brazilian Amazon as a case study since: 1) this space holds one of the richest biodiversities on Earth and; 2) some Amazon products seem to have a worldwide appeal. Therefore, the main objective of this research is to verify whether the so-called "Environmentally Preferable Brazilian Amazon cosmetic products" could increase their level of exports to specific countries where there is a higher environmental consciousness. On the other hand we are expected to verify if the positive externalities contribute for the protection of the Brazilian Amazon in a virtuous circle.

**Keywords:** Green Market – Green Alternative Consumers – Environmental Preferable Amazon Cosmetic Products.

## 1- Introdução

Ao tratar sobre a temática ambiental enfatizando a região amazônica brasileira, buscamos delimitar a pesquisa ao seguimento da Higiene Pessoal, Perfume e Cosméticos, realizando um estudo a partir da potencialidade desses produtos sob a perspectiva do crescimento ou possível consolidação da onda verde no mercado internacional. Dessa forma, o estudo será focado nos indivíduos, precisamente nos consumidores e empresas transnacionais. Acredita-se que atualmente os indivíduos possuem maior participação no processo decisório e suas preferências podem afetar as relações transnacionais, pois suas redes possuem um impacto e dinamismo nunca visto antes.

A base deste estudo é pesquisar se os consumidores alternativos de tendências ambientalistas, que orientam suas compras segundo suas crenças sustentáveis, exigindo produtos que tenham menor impacto no meio ambiente, poderiam influenciar a resposta do setor empresarial, para que o mesmo lance uma nova modalidade de produtos biodegradáveis com apelo à proteção ambiental. Dessa forma, as empresas brasileiras, que respondessem às novas exigências criadas pela onda verde, tornariam-se mais competitivas no mercado internacional, simplesmente por comercializar produtos destinados a este tipo específico de consumidores. Sendo assim, procurou-se verificar se as empresas brasileiras da linha de cosméticos da Amazônia brasileira seriam beneficiadas em suas exportações para a Alemanha, França, Países Baixos, Inglaterra e Estados Unidos, por lidarem com produtos munidos de selo ou rotulagem ambiental. Nessa pesquisa, um importante aspecto se aplica ao fator social, pois os produtos ambientalmente preferíveis têm o potencial de fomentar as exportações e contribuir para a preservação do meio ambiente. Pode-se salientar que ao coletar os produtos amazônicos, as empresas de cosméticos potencializam a capacidade das comunidades tradicionais de se desenvolverem de modo sustentável, possibilitando dessa forma ganhos triplos, que surgem com a diminuição da pobreza, crescimento dos índices de exportação e maior conscientização ambiental na região amazônica.

Dessa forma, obteve-se o insumo necessário para realizar uma conclusão parcial e final embasada em dados qualitativos e quantitativos.

## 2- Relações Internacionais e Perspectiva Econômica Ambiental

A Teoria Realista das Relações Internacionais entende que os Estados<sup>1</sup> são os principais e mais importantes atores de um cenário internacional anárquico<sup>2</sup>, embora reconheça a existência de outros, como as grandes organizações internacionais<sup>3</sup>, as corporações multinacionais e as ONG – Organizações Não Governamentais. Assim, os Estados são, para os teóricos do realismo, a principal unidade de análise e estudo das relações internacionais e, quanto à relação de interesse entre os Estados, os realistas assumem que a questão da segurança nacional possui relevância máxima. Questões militares e de segurança dominam, portanto, a agenda política mundial, convergindo, sobretudo, para questões pertinentes ao conflito entre Estados. Com isso, os realistas voltam sua atenção para o entendimento de como a estabilidade internacional é obtida e mantida, de que maneira ela se rompe e de que modo se dá a utilização da força (Poder) como um mecanismo para a resolução de conflitos.

Conforme Nogueira e Messari (2005) pode-se afirmar que os realistas consideram o poder o elemento central da análise das relações internacionais. Uma das denominações da visão realista é, precisamente, o realismo de poder, mas várias definições coexistem nas relações internacionais. Enquanto alguns autores definem o poder como a soma das capacidades do Estado em termos políticos, militares, econômicos, tecnológicos, outros estabelecem uma significação em termos relativos ao o definirem não em relação a suas capacidades intrínsecas, mas sempre em comparação com os demais Estados com os quais compete.

Uma importante característica do tema ambiental tem sido a ampliação da participação da sociedade civil nos processos decisórios. Sob essa perspectiva, a definição de poder do Estado, conforme a teoria Realista passa a ser vista como insuficiente, pelo menos nesse tocante, pois ainda há a tratativa em termos de segurança. Com o maior envolvimento dos indivíduos na formulação de políticas públicas para assegurar o bem-estar da temática ambiental, o Estado começa a dialogar e a atender às exigências dos cidadãos e de outros atores sociais. Assim, a ideia de ator unitário é ameaçada, pelo menos no âmbito do contexto ambiental, uma vez que o Estado precisa lidar com outros players externos à esfera estatal.

Ao falsear o modelo de ator unitário, Allysson (1990) afirma que no campo do complexo processo decisório, o Estado é um dos termos integrantes, mas não o único, pois, nele, encontram-se agências, rotinas, burocracias individuais que, em sua maioria, afetam ou influenciam as decisões desse mesmo Estado. Para Viotti e Kauppi, a imagem pluralista das relações internacionais está alicerçada sobre quatro explicações-chaves:

“First, nonstate actors are important entities in world politics; second, the state is not a unitary actor; third, pluralist challenge the realist assumption of

<sup>1</sup> O Estado é o mais importante ator das relações internacionais, fato admitido por todas as correntes teóricas que concorrem para a análise das relações internacionais. Essa importância decorre de sua universalidade e de seu papel como sujeito do direito internacional, isto é, de sua capacidade de ter direitos e deveres internacionais e também de conservar seus direitos por meio do exercício dos recursos internacionais cabíveis. Convém lembrar que as organizações internacionais também possuem o status de sujeito do Direito Internacional.

<sup>2</sup> Entendido como ausência de poder supranacional.

<sup>3</sup> As organizações internacionais podem ser divididas em intergovernamentais e ONG. À primeira categoria pertencem organizações como a ONU (Organização das Nações Unidas), o FMI (Fundo Monetário Internacional), a OEA (Organização dos Estados Americanos), a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), entre outros. A segunda corresponde a organizações como Greenpeace, Anistia Internacional, Médicos sem Fronteiras, partidos políticos e igrejas.

state as rational actor and finally, the agenda of international politics is extensive.” (VIOTTI; KAUPPI, 1999, p. 199)

Portanto, diferentemente da visão simplificada dos realistas, que enxergam o cenário internacional como uma interação entre atores unitários, para os pluralistas, a realidade é mais complexa e, nesse sentido, são comuns as situações em que atores não governamentais atuam no âmbito internacional e ocupam posições diferentes daquelas das autoridades de seus respectivos Estados.

Para autores como McGrew (2007), uma representatividade de um padrão da globalização moderna, ou contemporânea, que é fundamentada em seis dimensões explicativas sobre esse fenômeno específico da ampliação dos assuntos na agenda internacional:

#### Quadro 1 – Padrões de Globalização Contemporânea

##### Padrões de Globalização Contemporânea

Globalização, em graus variados, é evidente em todos os principais setores de atividade social:

**Econômico:** na esfera econômica, padrões de comércio internacional, financeiros e de produção estão criando mercados globais e, no processo, uma economia capitalista global única – aquilo que Castells (2000) chama de ‘capitalismo informativo global’. Corporações Multinacionais organizam a produção e marketing de forma global, enquanto a operação dos mercados financeiros globais determina qual país obtém crédito e sob quais condições.

**Militar:** no campo militar, o comércio global de armas, a proliferação de armas de destruição em massa, o crescimento do terrorismo transnacional, a crescente significância das corporações militares transnacionais e o discurso de insegurança global apontam para a existência de uma ordem militar global.

**Jurídico:** a expansão do direito internacional e transnacional, do comércio aos direitos humanos, ao lado da criação de novas instituições jurídicas mundiais tal como a Corte Penal Internacional é indicativo de uma ordem jurídica global emergente.

**Ecológica:** Uma ecologia compartilhada envolve problemas ambientais compartilhados, do aquecimento global às espécies protegidas, ao lado da criação de reação multilateral e regimes de governança ambiental global.

**Cultural:** envolve uma mistura complexa de homogeneização e heterogeneidade maior, dada a difusão global da cultura popular, corporações de mídia global, redes de comunicação e etc., simultaneamente com a reafirmação do nacionalismo, consciência étnica e diferenças. Mas poucas culturas são hermeticamente fechadas contra a interação cultural.

**Social:** padrões mutáveis de migração do Sul para o Norte e do Leste para o Oeste têm tornado a migração em uma grande questão global, já que os movimentos migratórios estão perto dos níveis recordes dos grandes movimentos migratórios do século XIX.

Fonte: BAYLIS (2008).

Entre as principais dimensões da globalização, destacam-se, para o presente trabalho, as dimensões ambiental e econômica e a possível relação entre as duas, apresentada sobre o paradigma comércio e meio ambiente, contemplando as insatisfações dos representantes das vertentes ambientalistas de um lado, e do pró-comércio, de outro. Em especial na dimensão ambiental da globalização, para que se encontrem as soluções para os novos problemas que surgem e fogem do controle estatal, tornam-se

imprescindíveis a participação e a ação conjuntas de todos os atores envolvidos<sup>4</sup>, conforme Fonseca:

Existe um consenso de que os diversos tratados, conferências e instituições demandam uma abordagem mais coerente e integrada, além de mecanismos que venham harmonizar as suas metas e formas de implementação, favorecendo, ainda, a participação articulada dos Estados Partes, sociedade civil e setor empresarial nesse processo que se convencionou chamar de 'governança ambiental internacional'. (FONSECA, 2006, p.11).

Sobre a realidade do mercado e do Estado, a intervenção deste último visa assegurar a maior ampliação possível do primeiro, fornecendo-lhe a necessária infraestrutura. Ao produzir valores de uso, contudo, acaba cerceando o âmbito desse mesmo mercado. A tendência de generalização da forma mercadoria suscita a contratendência e sua própria negação, que se materializa na intervenção do Estado, cuja ação, ao produzir valores de uso, nega o mercado, ainda que lhe seja necessária. Quanto mais se desenvolve a produção de mercadorias, tanto mais se amplia a necessidade de intervenção do Estado. No estágio intensivo, em que a ampliação da produção de mercadorias fica essencialmente restrita ao aumento da produtividade do trabalho, o papel do Estado vai se ampliando a ponto de se tornar crítico por atrofiar o âmbito do mercado.

O comércio internacional tem, hoje, impacto político e de segurança, possibilitando sua inclusão no domínio da high politics. A relevância do comércio internacional na atividade econômica mundial, bem como a crescente interdependência comercial entre os países, característica da dimensão econômica do fenômeno da globalização, aponta o comércio internacional como o principal objeto de estudo.

### **3- Biocosméticos Ambientalmente preferíveis: Uma perspectiva para Região Amazônica**

O mercado verde, por meio dos seus produtos ecologicamente amigáveis visa a atender as exigências de um novo tipo de consumidor, com crenças que norteiam seu estilo de vida e, conseqüentemente, a maneira que consomem. Entre muitas forças do mercado, foram observadas as leis de marketing que também se ajustaram para entender e alcançar os anseios dessa nova modalidade de consumo verde. Partindo disto, objetiva-se demonstrar o real potencial dos cosméticos verdes brasileiros que, com a linha do bem-estar da Amazônia, poderá ter maior inserção em países cujo contingente de consumidores alternativos verdes seja expressivo e fiéis à causa verde.

Serão apresentados ainda os conceitos de biodiversidade e de biotecnologia e suas aplicações para o contexto desse trabalho, que trata dos ativos da Amazônia na produção de cosméticos verdes. Assim, observou-se o mercado mundial de cosméticos e o mercado interno brasileiro, as empresas transnacionais de cosméticos e as empresas brasileiras, assim como as dificuldades na geração de negócios e as políticas públicas que, de modo geral, promovem a preservação e prosperidade dos ativos oriundos da floresta, objeto desse estudo.

Sobre a extração do óleo é que para obter 10 quilos de óleo, consome-se 1000 quilos de madeira. Segundo o especialista Paulo Sampaio, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), a espécie foi predada de tal forma, que começou a ficar rara, e em áreas como o Pará, o pau-rosa encontra-se quase extinto. A produção, que hoje não chega a 10 toneladas/ano, ficou restrita ao Estado do Amazonas. Com isso, o pau-rosa

<sup>4</sup> No é o caso das ONGs, cuja importância é reconhecida no capítulo 27 da Agenda 21, a qual aceita o papel delas como partners for sustainable development.

entrou para as lista de espécies ameaçadas do Ibama e da União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN).

Com o problema da exploração ilegal o Brasil apresentou uma proposta para incluir o pau-rosa na lista de produtos controlados pela Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora (CITES), que foi aprovada no ano de 2010 em Doha. A Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora é um acordo internacional, com 175 países signatários, que regulamenta e supervisiona a exportação e importação de espécies ou produtos da biodiversidade em risco de extinção. Em relação às Áreas de Preservação Permanente (APPs), a lei determina a preservação de 30 metros a partir das margens de rios, encostas, várzeas e topos de morros. E nas propriedades que não respeitam essa metragem é obrigatória a recomposição da vegetação. Pela proposta do substitutivo, a extensão mínima estabelecida é de 15 metros a partir das margens para rios com até cinco metros de largura. As várzeas deixam de ser APPs e a decisão sobre as encostas e morros passa a ser dos estados. O relatório prevê também que os produtores poderão somar áreas de reserva legal com a APP, desde que estejam preservadas ou em recuperação. Outro ponto fundamental são as mudanças relacionadas à regularização ambiental, pois a lei determina atualmente que o desmatamento em áreas de preservação permanente e a falta de registro da reserva legal deixam o produtor passível a multas e até suspensão nas atividades produtivas. O texto aprovado prevê o prazo de cinco anos para adequação dos produtores e desobriga a recomposição de mata derrubada até julho de 2008.

### **3.1 - Biocosméticos Ambientalmente preferíveis: Uma perspectiva para Região Amazônica**

Foram vários os motivos que, historicamente, levaram parte do povo brasileiro, de várias regiões do país, à Amazônia, sendo talvez o mais famoso desses movimentos o creditado à “corrida”<sup>5</sup> pela borracha, madeira, soja, minério e pecuária, ou simplesmente à oportunidade de ter um pedaço de terra. Neste aspecto é importante frisar que existem sinais desse movimento de ocupação desde a época do descobrimento do Brasil e que permanecem até hoje, refletindo no processo de ocupação da região amazônica como decurso indelével e turbulento.

Contudo, somente no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) a colonização da floresta passou a ser vista como ponto estratégico e política pública para os interesses nacionais. Foram anos de incentivos governamentais à exploração da Amazônia, na qual estradas foram abertas para facilitar o desenvolvimento da região, entre outras ações estatais.

Durante a ditadura militar nos anos de 1960, a política para a Amazônia ficou conhecida pelo lema Integrar para não Entregar. Entretanto, junto à ocupação e o desenvolvimento da região veio também a destruição do bioma. Estima-se que, na década de 1970, as derrubadas de árvores tenham atingido 14 milhões de hectares, número que deve chegar a 70 milhões de hectares nos dias atuais, conforme apontam os dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Um grande marco na história da ocupação da Amazônia está relacionado à Revolução Industrial. Com a demanda, a exportação da borracha gerou alguma prosperidade para a região, o que permitiu construir as primeiras grandes obras, como o Teatro da Paz (Belém, 1878) e o Teatro Amazonas (Manaus, 1898), além das estradas de

---

<sup>5</sup> Era a época da Marcha para a região amazônica, semelhante à corrida pelo ouro no Oeste Americano, na Califórnia.

ferro que foram construídas no intuito de facilitar o transporte da borracha para os portos e posteriormente para Inglaterra.

Até a virada do século XX, o Brasil era responsável por 90% da borracha comercializada no globo. “A indústria brasileira consistia de uma estrutura baseada no extrativismo direto da floresta, com escassez de mão de obra e ausência total de competição” (Grandin, 2009). Contudo, esse sistema funcionaria bem enquanto a demanda pela borracha não crescesse a ponto em que outra forma de exploração, mais racional, ou melhor, estruturada, entrasse na competição.

Entre 1900 e 1913 essas condições desapareceram, observam os economistas Zephyr Frank, da Stanford University, e Aldo Musacchio, do Ibmec. A popularização mundial da bicicleta deu início ao “boom da borracha”, intensificado em muito, a partir de 1900, com o desenvolvimento da indústria do automóvel. Para os mesmos autores “O aumento da demanda fez os preços subirem como foguete e isso foi um grande incentivo para a entrada de outros produtores no mercado”.

Devido a grande procura pelo produto e de uma forma mais qualificada de produção, a borracha brasileira cai em declínio. Já em 1900, o produto começa a ser fortemente explorado na Ásia, principalmente pelos ingleses, interrompendo dessa forma, a primazia brasileira no segmento de borracha no mercado mundial. A partir de então a região amazônica entra em severa decadência, pois, sem a devida demanda do produto, os milhares de imigrantes que haviam se deslocado para região não possuíam mais renda proporcionada pelos seringais, o que gerou uma série de problemas sociais e econômicos.

Todavia, na década de 1940, a borracha brasileira encontra uma segunda chance: com a Segunda Guerra Mundial, os aliados perdem acesso ao produto asiático, pois os japoneses que possuíam a hegemonia na região faziam parte do eixo nazista. Mediante essa situação, o Brasil volta a ser o principal fornecedor do produto e estabelece-se novamente na rota do comércio mundial.

Os Estados Unidos, que era um país em plena expansão, tinham especial interesse na borracha brasileira. Ciente disso, o governo brasileiro firma um acordo com os Estados Unidos, que consistia de capital americano, ou seja, de investimentos para fomentar a modernização da região e o governo brasileiro se encarregaria de arremeter nova mão-de-obra para os seringais da Amazônia.

Segundo o IBGE, a população da Amazônia Legal somou 21 milhões de pessoas em 2000. Os estudos sobre os impactos humanos sobre a Floresta Amazônica tornam-se mais consistentes.

A pecuária passou a ser responsável pelo desmatamento de grandes áreas. Entre 1990 e 2003, o rebanho bovino da Amazônia Legal cresceu 240%, chegando a 64 milhões de cabeças. Mesmo após algumas tentativas do governo de regularizar as posses na Amazônia, estima-se que metade das propriedades tenha algum tipo de irregularidade fundiária.

De 2003 a 2009, o governo abriu mão de 81 milhões de hectares de terras federais, que foram utilizadas para assentamentos de reforma agrária, preservação ambiental ou para projetos indígenas. Ainda assim, 67 milhões de hectares de terras federais continuam oficialmente sob a responsabilidade da União.

Em fevereiro de 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso a Medida Provisória 458, que prevê a transferência dessas terras. Em junho, a Medida Provisória foi sancionada pelo presidente e transformada em Lei.

A área desmatada da Amazônia hoje em dia chega a 70 milhões de hectares. Um dado muito simbólico, pois o desmatamento era de 14 milhões de hectares na década de 1970, ou seja, ao longo desses quase quarenta anos houve um crescimento de quase 700% de desmatamento na região. Tornando-se assim, o principal alvo das políticas do Ministério

do Meio Ambiente nos últimos anos, que consiste no combate real ao desmatamento na Amazônia, podendo reduzir as estatísticas.

No entanto, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o combate ao desmatamento na Amazônia tem se intensificado, e em maio de 2009 caiu 89%, em comparação com o mesmo mês de 2008. De acordo com o Instituto de Pesquisa Espacial (INPE), responsável pela divulgação dos dados, o total da área desmatada foi de 123 km<sup>2</sup>.

As causas da redução estão relacionadas aos pactos com os setores produtivos de soja e madeira, ao aumento da aplicação de multas, à Operação Arco Verde e à atuação do Ibama em conjunto com a Força Nacional e as Polícias Federal e Rodoviária, que realizaram intensas operações de fiscalização e apreensão em toda a região.

#### **4 – A Busca de um Modelo Sustentável de Desenvolvimento**

É difícil encontrar na Amazônia quem defenda um modelo predatório de ocupação e desenvolvimento. De caboclos a fazendeiros, passando por multinacionais e políticos, o apoio à preservação e a ideia de desenvolvimento sustentável permeia em quase todos os discursos, mas a região vive um grande descompasso entre discurso e ação. O desmatamento voltou a crescer nos últimos anos, há conflitos fundiários sérios, muita violência e problemas ecológicos, sociais e econômicos com o crescimento dos agronegócios ou da exploração predatória da selva.

"A Amazônia precisa de um novo modelo de desenvolvimento", acredita Paulo Adario, diretor da Campanha Amazônia do Greenpeace Brasil. "Acho que ainda existe uma discussão falsa, em que se contrapõem desenvolvimento e preservação. A visão de que a floresta é uma barreira ao desenvolvimento é antiga, dos anos 70, e é falsa".

No entanto, a busca por um novo modelo de desenvolvimento ainda é embrionária e a maior parte do crescimento econômico da região amazônica (maior do que média nacional) continua baseada na expansão de atividades tradicionais, tais como a exploração de madeira, a mineração, a criação extensiva de gado e a agricultura.

"A grande questão é como fazer a floresta valer mais em pé do que cortada", resume Virgílio Viana, coordenador do Fundo Amazônia Sustentável (FAS), uma ONG criada para gerenciar o Bolsa Floresta, um programa de transferência de renda a famílias e comunidades que protegem a mata em áreas de preservação.

Caso, empresas consigam vislumbrar a capacidade industrial da biodiversidade amazônica pautada no conceito sustentável é possível que o cenário atual da produção na região mude ao encontrar novos caminhos para o crescimento econômico da Amazônia. Tendo o objetivo de ampliar a produção menos predatória, o Estado tem desenvolvido programas de auxílio técnico e financeiro para fomentação de uma produção menos predatória, como é o caso do PROBEM (Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia), do Programa de Biocomércio da Amazônia, entre outros.

#### **5 – O Mercado Mundial da Biodiversidade no Setor Farmacêutico e Cosmético**

O mercado mundial de produtos farmacêuticos <sup>6</sup> apresenta um movimento anual de US\$ 250 bilhões e o de cosméticos US\$ 120 bilhões, totalizando US\$ 370 bilhões, estima-se que o consumo de matérias-primas representa 10% desse valor. O mercado de

<sup>6</sup> Os produtos farmacêuticos podem ser divididos em: 50% sintéticos, 25% naturais ou derivados e 25% outros (Barata, 1993). Para muitos autores ao falar sobre os produtos farmacêuticos, os mesmos consideram os produtos cosméticos dentro da perspectiva farmacêutica.

agroquímicos, de US\$ 25 milhões, praticamente não se distingue dos produtos finais, o que eleva o total de matérias-primas para aproximadamente US\$ 62 bilhões (Barata 1995).

O mercado mundial de fito-farmacêuticos alcança US\$ 16 bilhões/ano (6,4% do mercado total), dados de Farnsworth de 1984, quando o mercado farmacêutico era de aproximadamente US\$ 150 bilhões, apontavam US\$ 20 bilhões de produtos direta ou indiretamente derivados de plantas, o que representaria 13,3% do mercado total da época (Barata, 1995).

Em 1994, metade das 250 principais empresas farmacêuticas do mundo desenvolvia projetos na área de produtos naturais, há quinze anos nenhuma delas têm projetos nesta área. As aquisições, acordos, joint-ventures<sup>7</sup> e outros tipos de associações praticadas no momento pelas empresas farmacêuticas demonstram a importância deste mercado. Em todo o mundo as grandes empresas estão adquirindo as pequenas e competentes empresas de fitofármacos, herbal drugs. Para Barata (1995), o futuro das empresas brasileiras de produtos naturais certamente será afetado por esse processo.

Estima-se que o mercado mundial da biotecnologia gire em torno de US\$ 50 bilhões, sendo mais de 50% somente no setor agrícola. Os Estados Unidos dominam este mercado, com maior número de produtos geneticamente modificados lançados comercialmente. Têm grande quantidade de instituições de pesquisa e desenvolvimento em P&D, com especialistas atuantes, investindo maciçamente em biotecnologia, especialmente na área vegetal (Kubicek, 1998). A biotecnologia orientada para o setor agrícola está em estágio mais avançado do que as aplicações orientadas aos animais. No caso das plantas, já há produtos em comercialização e com animais existem avançados testes que, no futuro, levarão também à sua exploração comercial.

O Japão, considerado um dos concorrentes dos Estados Unidos na área de biotecnologia, caracteriza-se por um forte investimento empresarial e governamental nos setores farmacêutico, químico, alimentício, de energia e agricultura. Atualmente, existem mais de 500 EDBs, que concentram investimentos e intercâmbios tecnológicos com as melhores empresas americanas e européias de biotecnologia.

A Comunidade Econômica Européia – CEE detém as 6 das 10 principais companhias farmacêuticas do mundo, e os diversos países da União Européia – UE estão investindo fortemente em aquisições e joint ventures no exterior, principalmente nos Estados Unidos. A indústria de capital de risco aumentou os investimentos em biotecnologia na Europa para cerca de US\$ 100 milhões em 1990. A Comissão da Comunidade Européia planeja investir US\$ 1,2 bilhões em pesquisa biotecnológica de ponta nos próximos dez anos. O mercado de substâncias bioquímicas deve alcançar em 1993 a cifra de US\$ 500 milhões (Enríquez, 1997).

Na América Latina, no início da década de 50, a biotecnologia se caracterizava, principalmente como tecnologia tradicional<sup>8</sup>. Ao final da década de 70, com experiência adquirida dos estudos realizados em países desenvolvidos, foram implantados projetos de pesquisas relacionados ao manejo de material genético de organismos vivos e sua posterior aplicação. Essa atividade, inicialmente no âmbito acadêmico, incentivou a implantação de vários centros de investigação dedicados exclusivamente à biotecnologia, e de numerosos

---

<sup>7</sup> Joint venture ou empreendimento conjunto é uma associação de empresas, não definitiva e com fins lucrativos, para explorar determinado(s) negócio(s), sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica. Difere da sociedade comercial (partnership) porque se relaciona a um único projeto cuja associação é dissolvida automaticamente após o seu término. Joint marketing é a ação conjunta de marketing, união entre duas ou mais organizações de interesses comuns, exemplo: Coca-Cola com a cadeia de alimentos Mc Donald's ou Pepsi com a cadeia de alimentos Burger King.

<sup>8</sup> São consideradas como biotecnologia tradicional as leveduras, etanol, ácido cítrico, lisina, ácido glutâmico, penicilina, bioinseticidas, proteasa e outras.

departamentos de pesquisa se especializaram em algumas áreas específicas de aplicação concreta (Lage, 1994).

Apesar do expressivo impulso acadêmico no setor produtivo, o crescimento e expansão da biotecnologia ainda são modestos. Praticamente toda a biotecnologia industrial que se realiza na América Latina corresponde a produtos descobertos e comercializados na década de 70. Estima-se que na América Latina atualmente existam 278 empresas de biotecnologia, das quais 27% estão no Brasil, 13% na Argentina, 13% no México e 28% nos países do Pacto Andino (Enriques, 1997). Destas, cinco empresas que atuam no setor de biotecnologia moderna localizadas na Argentina, Brasil, Cuba e México, quatro dedicadas ao setor farmacêutico e uma ao setor alimentício. Outros grupos industriais, especialmente, no setor farmacêutico, desenvolvem projetos de pesquisa para gerar novos sistemas de diagnósticos, baseados em anticorpos monoclonais e/ou sondas moleculares.

Da experiência praticada nos países industrializados, foram geradas opiniões e advertências sobre as desvantagens da aplicação da biotecnologia nos países em desenvolvimento, principalmente levando em consideração os efeitos sócio-econômicos negativos. A maioria teve repercussão crítica nos setores agrícola e no meio ambiente, em razão dos riscos para a conservação dos recursos naturais.

Outros efeitos sócio-econômicos negativos estariam relacionados ao emprego, a renda, a propriedade agrícola e, em geral, sobre a maior dependência que geraria a aplicação da biotecnologia nesses países. Em contraste, outros opinam que a biotecnologia pode contribuir para o aumento da produtividade da agricultura.

Os avanços alcançados pelas modernas técnicas de biotecnologia serão similares aos observados há 50 anos, com o advento de técnicas de fertilização das culturas agrícolas ou então a outros mais recentes, por meio de métodos de melhoramento genético clássico (Prante, 1998).

Quanto ao debate acerca do processo de patenteamento dos produtos oriundos da biotecnologia, que se iniciou nos Estados Unidos na década de 80, observa-se que o ritmo e o desenvolvimento da biotecnologia superam largamente o movimento da atualização da normativa legal que deveria regulamentar seus diversos aspectos. À medida que as solicitações de patentes abarcam novos campos – primeiro vírus modificado e outros microorganismos, depois plantas, mais tarde animais e atualmente material genético humano – os problemas crescem. As instituições encarregadas da concessão de patentes estão ainda mal dotadas para abordar, na mesma velocidade com que as pesquisas vêm sendo realizadas, a problemática relacionada com questões econômicas, éticas e políticas que se estão debatendo.

A indústria de cosméticos é composta por quatro segmentos principais: perfumes, produtos para cabelos, maquiagem e cosméticos dermatológicos, corporais ou faciais. O setor de cosméticos que faz parte da indústria do bem estar é para muitos analistas econômicos uns dos mercados mais promissores financeiramente no futuro próximo. Outra importante característica sobre o mercado de cosméticos, ainda considerado supérfluo, é que o volume de vendas domésticas e internacionais brasileiras desse setor segue em ascensão em meio à turbulência mundial e à incerteza econômica global, conforme indicam os dados disponibilizados pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC). Em 2008, o setor faturou R\$ 21,7 bilhões, 10,6% maior frente a 2007. Entre os fatores que contribuem para bons resultados seguidos, João Carlos Basílio presidente da ABIHPEC destaca o aumento da renda do brasileiro, o hábito das pessoas em usar cosméticos e a manutenção do ritmo de investimentos e de lançamentos das empresas, mesmo na crise.

Segundo dados do Euromonitor de 2004, o Brasil ocupava o sexto lugar no ranking de faturamento da indústria mundial de cosméticos responsável por 4,2% do que é consumido globalmente. Em primeiro lugar, estavam os Estados Unidos (19,8%), seguidos

pelo Japão (13,3%), pela França (6,1%), pela Alemanha (5,4%) e pelo Reino Unido (5%). No segmento de produtos infantis, para cabelo e desodorante, estava em terceiro lugar no mercado mundial. O consumo de produtos masculinos colocava o Brasil em sexto lugar. A higiene oral, em oitavo lugar; os produtos para banho e cremes e loções para a pele, em nono; e a maquiagem, em décimo. Já no segmento de perfumes, o Brasil está classificado em quarto lugar, no ranking dos maiores mercados do mundo.

Atualmente com participação de 8,6% do mercado mundial de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, o Brasil ocupa a terceira posição do ranking de 2008 divulgado pelo Euromonitor, atrás apenas dos EUA e do Japão. No mercado brasileiro, os cosméticos têm peso de 88% nas vendas diretas, feitas por catálogos por meio de vendas de porta em porta. "A venda direta passou ao largo da crise. Como não é dependente de crédito, não é afetada como outros setores", observa Lírio Cipriani, presidente da Associação Brasileira de Vendas Diretas.

Existem no Brasil 1.367 empresas formalizadas no mercado, conforme dados da Anvisa de janeiro/06. No ano passado, 109 novas fábricas foram criadas, significando acréscimo de 8,7% ao número de empresas do setor no País. Apenas 11,7% delas são consideradas de grande porte e apresentam faturamento líquido de impostos acima de R\$ 100 milhões, correspondendo a 72,4% das vendas do setor. O restante, ou 88,3% das empresas da indústria da beleza, são micro, pequenas e médias, e estão presentes em praticamente todas as unidades da Federação. O número de empresas da "indústria da beleza" por UF está atualmente disposto da seguinte maneira:

**Tabela - Empresas da Indústria da Beleza**

UNIDADES FEDERAIS	QUANTIDADE
São Paulo	604
Rio de Janeiro	152
Paraná	131
Rio Grande do Sul	95
Minas	82
Goiás	53
Santa Catarina	34
Ceará	28
Pernambuco	13
Bahia	11
Espírito Santo	9
Piauí	8
Amazonas	7
Distrito Federal	6
Pará	5
Mato Grosso do Sul	4
Rondônia	3
Paraíba	3
Maranhão	3
Mato Grosso	3
Rio Grande do Norte	2
Acre	1

Fonte: ANVISA, 2006

Segundo dados da Anvisa, são registrados, em média, 25 produtos por dia ou 500 ao mês no setor de cosméticos, higiene pessoal e perfumaria, em âmbito nacional. A licença do órgão federal é obrigatória e tem validade de cinco anos. Atualmente, estima-se que cerca de 7 mil itens da indústria da beleza cheguem ao mercado brasileiro por ano. Como exemplo, basta dizer que, no momento, o País conta com 800 marcas de xampu devidamente registradas na Anvisa.

O crescimento médio do setor, nos últimos dez anos, também é significativo. Foi de 6% ao ano, segundo dados da Abiphec (Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos). A contribuição para a arrecadação de impostos é portentosa: R\$ 6,6 bilhões em 1999, e R\$ 15 bilhões em 2005.

A capacidade de gerar empregos e postos de trabalho é surpreendente na indústria da beleza. No final de 2004, 54 mil trabalhadores estavam contratados pelo setor de cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumaria no País. No ano passado, o número de empregos aumentou em 5,46%, significando que 2.948 trabalhadores foram incorporados ao setor. Por outro lado, a informalidade é grande e esses dados não incluem os empreendimentos informais e/ou sem licenciamento da Anvisa.

Os canais de distribuição utilizados por essa cadeia produtiva são apontados como os grandes responsáveis por sua vocação social. “Essa é uma indústria que se diferencia das outras atividades industriais. Usamos diversos canais para distribuir nossos produtos, gerando trabalho e renda para muitas famílias”, afirma João Carlos Basílio, presidente da Abiphec.

Contudo, o mercado da beleza é altamente competitivo, embora seja um dos que mais cresce no mundo. Estar na Amazônia, Ser Amazônia, sem dúvida representa um grande trunfo para despertar o interesse do mercado nacional e principalmente, o mercado internacional, entretanto, desse ponto de partida até a entrada efetiva no mercado internacional há um longo caminho a percorrer. A dificuldade está principalmente no desconhecimento do conteúdo dos insumos, na falta de cadastramento das espécies e na diferença de legislação sanitária entre os continentes sobre fito-cosméticos e fitoterápicos. O investimento econômico-financeiro é muito alto, o que dificulta a vida do agricultor, considerado um agravante durante o processo de entrada das pequenas empresas no mercado internacional.

Para (Silva, 2008) “conhecida devoção dos brasileiros à beleza do corpo, seja gastando fortunas em perfumes e cosméticos, emagrecendo para caber em biquínis minúsculos ou revelando a depilação em dia, está valendo à pena”. As exportações de produtos de beleza aumentaram vertiginosamente nos últimos anos.

Em 2006, as empresas brasileiras exportaram US\$ 484 milhões em cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes, declarou João Carlos Basílio da Silva, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, isso representou um aumento de 152% desde 2001. No mercado de varejo, apegado à palavra “natural”, a abundância de óleos naturais e extratos de plantas e frutas do país também exerceram um papel fundamental no aumento das vendas.

Pode-se observar por meio da exposição dos dados apresentados nessa parte da pesquisa que o mercado de cosméticos mundialmente geram altas somas de dinheiro e que o Brasil já se tornou um importante país nesse mercado e que o apelo natural dos ativos naturais brasileiros, principalmente aqueles da Amazônia, pode ser o meio para um crescimento ainda maior em nossas exportações nos próximos anos.

## **6 – Valor Econômico da Biodiversidade Amazônica**

Entre as espécies mais conhecidas incluem-se a andiroba, a copaíba e a castanha do Pará, hoje, conhecida como castanha do Brasil, o pau-rosa, todas de origem extrativista.

Por outro lado, apontamos as espécies que ainda são extrativas, mas que já possuem cultivo planejado como o açaí, o cupuaçu e o guaraná. Todos entram em nossas formulações e têm uma demanda excelente de mercado.

O óleo de copaíba (*Capaifera spp*), remédio natural de aspecto amplo, utilizado pela indústria de cosméticos, tem forte demanda no mercado local, nacional e internacional. O óleo é extraído da casca do tronco da árvore, cuja coleta não depreda a espécie. Na região, não existem indústrias de refino, processo que valoriza ainda mais a matéria-prima para aplicação na indústria cosmética, ressaltando, que neste caso, o preço do produto in natura vale aproximadamente 5 vezes menos que o produto refinado.

Outra planta de grande valor econômico é a andiroba (*Carapa guianensis*) de uso medicinal e cosmético, cujo azeite é usado como anti-inflamatório e o pó de suas cascas é um excelente anti-helmíntico e repelente. O óleo é utilizado na indústria de cosméticos, na composição de formulações de sabonetes, cremes faciais e corporais, xampus e protetores solares. A quantidade de óleo obtida através do método artesanal difere da metodologia de extração industrial. As informações variam na obtenção de 1 litro de óleo para 5 kg de sementes, enquanto a obtida pelo processo industrial apresenta o rendimento em média de 4%.

Na região amazônica a abundante biodiversidade existente representa uma das maiores potencialidades e patrimônio do Brasil neste novo milênio. A existência de mais de 90% da área florestal inexplorada na Amazônia é um dos fatores estratégicos que explica a crescente preocupação e concentração de estudos científicos na região, motivados pelas grandes probabilidades de aproveitamento econômico dos recursos sustentáveis. Por essa mesma razão importantes empresas farmacêuticas multinacionais planejam ampliar os investimentos na região (Barata, 1995).

O aproveitamento econômico dos produtos naturais, conforme apontam inúmeros estudos efetuados na Amazônia, será o ponto de partida para a inserção da economia da região, matriz de um novo modelo de desenvolvimento local. A agregação de valor a esses produtos via incorporação do fator tecnológico e da capacidade empreendedora, dinamizará alguns setores da economia, podendo impulsionar o desenvolvimento sustentável da Amazônia. A título de exemplo, a seguir encontram-se elencados alguns produtos naturais possíveis de exploração econômica, dentro desse novo estilo de desenvolvimento, que se vislumbra para a Amazônia, conforme inúmeros estudos produzidos por algumas instituições: MMA, MCT, SEBRAE, SUFRAMA, BASA, UFPA, UA, INPA, Museu Emílio Goeldi, IEPA, etc.

## **7 – Empresas Brasileiras de Biocosméticos Amazônicos**

Com o crescimento da procura por produtos de bases naturais, fruto da tendência verde mundial no mercado de cosméticos, as empresas brasileiras, assim como as internacionais observadas anteriormente, estão desenvolvendo linhas de produção que utilizam os óleos, essências e corantes naturais, só que essas têm fabricado produtos oriundos dos ativos amazônicos na indústria da beleza.

Empresas brasileiras de pequeno, médio e grande porte apoiadas por agências brasileiras e outras identidades, tem desenvolvido projetos para divulgação, desenvolvimento e exportação da Amazônia brasileira, como no caso do projeto Brazilian Beauty Care, do projeto Biotrade da UNCTAD entre outros, por acreditarem no apelo natural e do misticismo que atrelado ao conceito sustentável pode se tornar a porta de entrada para os produtos de cosméticos amazônicos em países de forte consciência ambiental.

Observam-se agora alguns exemplos de sucesso na exportação de produtos de cosméticos dos ativos amazônicos por empresas essencialmente brasileiras para melhor

elucidação da potencialidade desse segmento nas empresas: Natura, Amazon Secrets e o Boticário.

## Considerações Finais

O tema deste trabalho que abrange a ligação entre o comércio e o meio ambiente é um tema atual e relevante. Pois, nos últimos anos temos observado crises de caráter econômico, como a crise financeira mundial que iniciou em outubro de 2008, e várias outras de caráter ambiental, como a biodiversidade cada vez mais extinta, mudanças climáticas, o ar prejudicado, a contaminação de solos, rios e lagos, desmatamentos, caça e pesca predatória, vazamentos de plataformas de petróleo, de lixo tóxico entre outros.

As causas dessas crises são praticamente idênticas, pois em ambos têm demandado reparações por supostos débitos que nunca serão suficientes. Infelizmente, ainda existe a forte tendência de acreditar que os recursos ecológicos serão infintos duráveis, de forma a nunca acabar, ou acabar num prazo longo e distante. É o que ocorre atualmente no sistema ambiental global, um verdadeiro colapso de ideais que estão fora de qualquer realidade matemática e prática. Como exemplo hipotético ilustrativo, temos que uma população de peixes cresce 3% ao ano e o setor de pesca cresce 10%, gerando dessa forma, um débito ambiental de 7% na relação entre a demanda e o suprimento de recursos naturais.

Sobre os débitos ambientais, Pavan Sukhdev, economista do Deutsche Bank, líder de um estudo europeu sobre ecossistemas, trata que somente a devastação ambiental causa um prejuízo que fica em torno de 2 e 5 trilhões de dólares por ano. O economista alemão chegou a esta conclusão estimando o valor dos serviços – como a absorção de gás carbônico e a disponibilidade de água doce – oferecidos pelas florestas com os custos tanto do seu deslocamento como da vida sem ambos. E concluiu que a crise de crédito é praticamente insignificante se comparada à crise ambiental. Tendo dessa forma que não é mais possível acreditar que a promoção de um mercado que respeite, proteja e promova novas formas de manuseio sustentáveis dos recursos naturais seja taxado como um mercado volátil, modista ou passageiro. Devido às crises ambientais o mercado verde cada vez mais tem se tornado uma realidade sem volta, pelo simples fato de que existe um rombo orçamentário ambiental.

Tendo em vista o esverdeamento da economia mundial, em 2009, ficou mais claro para os governos que as cúpulas podem ter um papel mais significativo no que diz respeito ao despertar do interesse no debate sobre “novos acordos verdes”. Enquanto alguns países lançaram pacotes econômicos para se recuperar da crise mundial financeira, o banco HSBC analisou-os para ver o quão “verde” eram de fato estes pacotes, e os resultados foram bem interessantes. O pacote econômico da China foi, de acordo com o HSBC, 35% verde. O da Comunidade Européia foi 53% e, surpreendentemente, o da Coreia do Sul foi 83% verde. Verificou-se com essa análise que a discussão sobre um desenvolvimento sustentável, parecia finalmente emergir como estratégia entre os diversos Ministérios da Economia e do Desenvolvimento. Percebeu-se que conforme discutido na Conferência de Estocolmo no que diz respeito aos “limites do crescimento”, esses limites não estão distantes num futuro longínquo como se imaginava e certamente, os mais críticos desse limites são as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade.

Conclui-se, então, este trabalho ao se provar que embora muito seja mencionado sobre os atores-não-estatais, membros da sociedade civil, poucos estudos focam na importância dos consumidores, como agentes transformadores e capazes de influenciar a tomada de decisão tanto no ambiente estatal, quanto na esfera comercial, já que os mesmo além de compradores são também eleitores. Logo, ao estudar a questão do mercado verde, a responsabilidade social empresarial, o marketing ambiental, rotulagem ambiental, gestão empresarial e a própria governança ambiental global, é impraticável realizar esses estudos

sem o foco nos consumidores, pois os mesmos afetam diretamente, junto com outros atores os assuntos mencionados.

Em suma, espera-se que a promoção da potencialidade amazônica por meio de pesquisas e trabalhos acadêmicos, seja levada adiante e que o conhecimento aqui adquirido não seja perdido no mausoléu acadêmico, mas que possa servir de norte para trabalhos futuros.

### Referências Bibliográficas

KLEIN, Christian Philip. **Mercado Verde: As empresas de cosméticos Amazônicos**. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, 2011.

ABRAHAM, H. Maslow. **Motivation and Personality**. New York: Harper & Row, 1954.

Uma Teoria da Motivação Humana, in: **O comportamento humano na empresa** – uma antologia. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, 1971, pp. 340-355.

ABRANTES, Joselito Santos. **Bio(sócio)diversidade e Empreendedorismo Ambiental na Amazônia**. Tese (Mestrado), Universidade de Brasília, 2002.

ADARIO, Paulo. — “**A Amazônia precisa de um novo modelo de desenvolvimento**”, diretor da Campanha Amazônia do Greenpeace Brasil.

AGYEMAN, Julian, BULLARD, Robert D. & EVANS, Bob. Just Sustainabilities: AKATU, INSTITUTO AKATU PELO CONSUMO CONSCIENTE. **O Consumidor Brasileiro e a Construção do Futuro**. Pesquisa realizada em 2001.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. Revista Pará Desenvolvimento. Extrativismo vegetal e reservas extrativistas. n. 25, p. 3-29, jan./dez. Belém, 1989.

ALLISSON, Graham. Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis. Longman, 1990.

ALMEIDA, L. T. de; PRESSER, M. F. **Bens e Serviços Ambientais e as Negociações na OMC**. Revista de la Red Iberoamericana de Economía Ecológica, vol. 5, p. 2, 2006.

\_\_\_\_\_, Luciana Togueiro de. Política Ambiental: uma análise econômica. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BALDWIN, D. Neo-realism and Neo-liberalism: The contemporary Debate. (New York: Columbia University Press), 1993

\_\_\_\_\_, Robert. in Jaime De Melo and Arvind Panagariya, eds. New Dimensions in Regional Integration (New York: Cambridge University Press, 1993.

BARATA, L. **Contribuição Efetiva ou Potencial do PADCT para o Aproveitamento Econômico Sustentável da Biodiversidade**. São Paulo, Instituto de Química, UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_, L.E.S. e MAY, P. "Rosewood Exploitation in the Brazilian Amazon: options for sustainable production", Economic Botany (2004). p. 2, 58, 257-265.

\_\_\_\_\_, L.E.S. e QUADROS DE CARVALHO, R. —Amazon Scents: Replacing Rosewood in Perfumery? Parte III, Perfumer & Flavorist (Ed. de 21 Março, 2007)

BARBOZA, Marden de Melo. O Comércio Internacional e seus Impactos sobre o Meio Ambiente: Degradação ou Maior Sustentabilidade? 2001. Tese (Mestrado), Universidade de Brasília.

- BAYLES, John; SMITH, Steve & OWENS, Patricia. **The Global of World Politics**. 4. Ed. Oxford University Press Inc., New York. 2008, p.21, 423.
- BAYLIS, John and SMITH, Steve. **Globalization in World in Politics**. Editora IE – Oxford – UK, 2ª Edição. 2001. P. 245
- BRASIL - CTE-SS. Comitê de Comércio e Meio Ambiente – Seção Especial. Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento. Soluções e Controvérsias – Organização Mundial do Comércio – 3.5 GATT 1994. Nações Unidas, New York e Genebra, 2005, p. 85.
- \_\_\_\_\_. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. Presidência da República, Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991.
- BREITMEIER, Helmut & RITTBERGER, Volker. Environmental NGOs in an Emerging Global Civil Society, Tübingen: 1998, obtido em <[www.unituebingen.de/uni/spi/taps/tap32.htm](http://www.unituebingen.de/uni/spi/taps/tap32.htm)>. p. 246
- BROWN, James. —The Integration of Man and the Biospherell, in: Georgetown International Environmental Law Review, vol. 14:4, summer 2002, pp. 741-765.
- BROWN, Janet Wesh, e KIMBALL, Lee. “Needed: New Rules and Mechanisms for Dealing with trade and Environment Issues in the Western Hemisphere”. In: MUÑOZ, Heraldo e ROSENBERG, Robin (eds.) op. cit.
- BROWN, Lester R. Plano B 4.0 – Mobilização para Salvar a Civilização. Earth Policy Institute. New Content Editora, 2009.
- \_\_\_\_\_, Lester. “Perdemos mais espécies neste século do que nos últimos 65 milhões de anos”. Salvador, 2001. p. 1, 2. Disponível no site: <<http://www.worldwatch.org.br>> Acesso em 16/nov./2009.
- BRUNDTLAND, Gro Halem. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- BURSZTYN, Marcel. Armadilhas do Progresso: contradições entre a economia e a ecologia. In: Sociedade e Estado. Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília. Volume X, nº 1, jan./jun., 1995.
- CALDAS; Ricardo W. e AMARAL, Carlos Alberto do. Introdução à Globalização. Noções Básicas de Economia, Marketing e Globalização. São Paulo; Celso Bastos, 1998.
- CAMPOS, Márcio Antônio. O Conceito de Desenvolvimento Sustentável. 1993. In: WWF. 1999, op. cit.
- FONSECA, Fúlvio Eduardo. **A Convergência Entre a Proteção Ambiental e a Proteção da Pessoa Humana no Âmbito do Direito Internacional**. Rev. bras. polít. int., Jun 2006, vol.50, nº.1, p. 03, 11, 121-138. ISSN 0034-7329.
- \_\_\_\_\_, Fúlvio Eduardo. As Organizações Não - Governamentais e a Implementação de Acordos Ambientais Multilaterais: Entre a Participação Formal e a Influência Real, 2006. (Tese de Doutorado), Universidade de Brasília.
- FRIEDMAN, Thomas L. O Mundo é Plano – Uma Breve História do Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005, p. 212, 232.
- FRIENDS OF THE EARTH. The Emperor has no Clothes: Why It’s Time to Change the Way We Trade. Friends of the Earth International Position Paper for the Third Ministerial Meeting of the World Trade Organization, Seattle, outubro de 1999.

- \_\_\_\_\_. The World Trade System – How It Works and What’s Wrong With It. First Briefing for the Seattle WTO Ministerial Conference. Retirado de: [http://www.foei.org/campaigns/wto/wto\\_1.htm](http://www.foei.org/campaigns/wto/wto_1.htm), 20/10/00. 250
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The Entropy Law and the Economic Problem**. In: DALY, Herman E.; TOWNSEND, Kenneth N. *Valuing the Earth: Economics, Ecology, Ethics*. Massachusetts: The MIT Press Cambridge, 1993.
- KEOHANE & NYE. —**Realism and Complex Interdependence** In: VIOTTI, Paul; KAUPPI, Mark (Org.). *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism*. 2° ed. New York: Macmillan, 1993. p. 307-318.
- \_\_\_\_\_, R. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. (Princeton, NJ: Princeton University Press). 1984. apud DRAZEN, 2000, p. 6, 238.
- \_\_\_\_\_, R. O., and NYE, J. S. (eds) (1972), *Transnational Relations and World Politics*. (Cambridge, Mass.: Harvard University Press): the first major academic study of transnational relations, limited by the explicit decision to downplay non-economic actors.
- \_\_\_\_\_, Robert; GOLDSTEIN, Judith (Ed.). *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions, and political change*. Ithaca: Cornell University Press, 1993
- \_\_\_\_\_, Robert; NYE, Joseph S. —**Power, Interdependence and Globalism**ll. In: \_\_\_\_\_ *Power and Interdependence*. 3° ed. New York: Longman Edition, 2000. p.28, 228 – 263.
- KOTLER, P. *Administração de Marketing: a Edição do Novo Milênio*. São Paulo: Prentice Hall, 2000, p. 454.
- \_\_\_\_\_, P. **Administração de Marketing: Análise, Planejamento, Implementação e Controle**. São Paulo, 1998, p. 328. 253
- KRAMMENSCHNEIDER, Ulrich. Diretor geral da GTZ (Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit) que representa a agência de cooperação técnica alemã no Brasil. Entrevista 04/09/2010.
- KRASNER, S.. *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press, 1983/1990, p. 2.
- KUBICEK, Q. B. **O Panorama da Biotecnologia nos EUA**. *Biotecnologia, Ciência e Desenvolvimento*. N. 01, 1998 (entrevista).
- LAGE, A. **Ciência y Soberania: los Retos y las Oportunidades**. In: *Reflexões sobre o Desenvolvimento da Biotecnologia na Europa e na America Latina*. Caracas: SELA, 1994.
- McGREW; HELD. **Global Transformations: politics, economics and culture**. 2007, p. 20, 49.
- MCLUHAN, Marshal. *Understanding Media*. (London: Routledge), 1967.
- MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Site Oficial: <[www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)> e <[www.portaldoexportador.gov.br](http://www.portaldoexportador.gov.br)> Acesso em: 1997.
- MENEZES. Eliide Mota de. (Economista da Suframa). Entrevista para a Revista Veja Edição Especial Amazônia. “Biodiversidade o Tesouro Escondido na Selva”. Setembro de 2009, p.03. Disponível também em <<http://veja.abril.com.br/especiais/amazonia/tesouro-escondido-na-selva-p-072.html>>
- NOGUEIRA, João Pontes; & MESSARI, Nizar, **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 85, 97.

- OWEN, David. *Green Metropolis: Why Living Smaller, Living Closer, and Driving Less are the Keys to Sustainability*. 2009.
- PILZER, Paul Zane. **The Wellness Revolution: How to Make a Fortune in the Next Trillion**
- PRANTE, G. **Biotechnologia Une Países em Prol do Desenvolvimento** Agrícola. *Biotechnologia, Ciência e Desenvolvimento*. N01, 1998. (entrevista).
- PROBEM/Amazônia, 1998, Proposta Básica – Versão 2.1.  
256
- PROCÓPIO, Argemiro et. al. *Os Excluídos da Arca de Noé*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- \_\_\_\_\_, Argemiro. (coord.) *Ecoprotecionismo: Comércio Internacional, agricultura e meio ambiente*. *Estudos de Política Agrícola* – n.17. 1994 p. 9.
- \_\_\_\_\_, Argemiro. *Destino Amazônico: Devastação nos oito países da Hiléia*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- \_\_\_\_\_, Argemiro. *Subdesenvolvimento Sustentável*. 4ª Ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- PUTNAM, Robert . *Diplomacy and Domestic Politics’: The Logic of Two-Level Games*. In: *International Organization*, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.
- \_\_\_\_\_, Robert. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- QUEIROZ, Fabio Albergaria de. *Meio Ambiente e Comercio Internacional: relação sustentável ou opostos inconciliáveis?* Brasília, 2003. p. 29. Tese (Mestrado), Universidade de Brasília.
- RIBEIRO, F. L. *Avaliação contingente de danos ambientais: o caso do rio Meia Ponte em Goiânia*. Viçosa: UFV, 1998. 80 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 1998.
- RISSE-KAPPEN, T. (ed.), *Bringing Transnational Relations Back In In. Non – State Actors, Dosmetic Structures and International Institutions*. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press. Provides a set of six case studies around the theme that transnational influence depends upon the structures of governance for an issue-area both at the domestic level and in international institutions. 1995. p. 3, 227 – 253.
- ROBBINS, L. (1953), \_Robertson on Utility and Scope’, *Economica*, 20 (78), 99.-111
- ROCHA, I. *Ciência, Tecnologia e Inovação: Conceitos Básicos*. Brasília: SEBRAE, 1996.  
257
- ROCHA, R. 1996. *Óleos de Copaíba e Andiroba: natureza, usos e mercado no Brasil*. Projeto de Pesquisa encaminhado para Conservation International do Brasil.
- RODRIGUES, Gilberto M. *O que são Relações Internacionais*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ROMEIRO, A R. *Economia ou economia política da sustentabilidade? Texto para Discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, n. 102, set. 2001.
- ROSENAU, James N. **The Study of Global Interdependence: Essays on the Transnationalisation of World Affairs** (London: Pinter): a fruitful source of theoretical ideas for a Pluralist approach. 1992, p. 1-29
- SCHWARTZMAN, S. —Humanismo e Meio Ambientell. *Ciclo de Conferências Humanismo em Crise?* Fundação Eva Klabin Rapoport, Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1979. Retirado de [www.10minutos.com.br/simon/humanismo.htm](http://www.10minutos.com.br/simon/humanismo.htm) em 09/10/00.

SEADE <[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)> populações dos países.

SEBRAE. Cara Brasileira: a Brasilidade nos Negócios, um Caminho para o “made in Brazil”. – Brasília: Edição Sebrae, 2002.

VIANA, Virgílio. Entrevista para a BBC Brasil online. — **A Amazônia Ainda Busca Modelo Sustentável de Desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese>>, 01/04/2009.

VICTOR, Peter A. Managing Without Growth: slower by design, not disaster. Edward Elgar: Northampton, MA, USA, 2008.

VIOTTI, Paul; KAUPPI, Mark. **International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism.** 2° ed. New York: MacMillan, 1993.

## Comunidades Tradicionais das Ilhas Fluviais Federais do Rio Uraricoera e Rio Branco - Roraima - Brasil

Antônio Veras, UFRR, antonio.veras@ufr.br;  
Vivian Rodrigues, UFRR, vivian\_geo@hotmail.com;  
Vladimir de Souza, UFRR, vladimir.souza@ufrbr;  
Jeniffer Anjos, UFRR, jeniffer.natalie@ufr.br.

### Resumo

Este artigo é fruto das pesquisas desenvolvidas nos rios federais do estado de Roraima, especificamente nos rios Uraricoera e Branco. Trata-se da apresentação dos resultados de uma parceria entre a Secretaria do Patrimônio da União - SPU e a Universidade Federal de Roraima - RR com o objetivo de apoiar a ação de regularização fundiária de interesse social das famílias tradicionais ribeirinhas agroextrativistas de baixa renda incidentes nas ilhas fluviais federais localizadas no rio Uraricoera e rio Branco. A pesquisa pautou-se em levantamento bibliográfico e documental pertinentes à temática, associando a teoria com a empiria, trabalhos de campo com a utilização de metodologias específicas como o mapeamento participativo, a partir da valorização da percepção territorial da comunidade local, utilizando as técnicas de geoprocessamento como o uso do (Sistema de Posicionamento Global) GPS e entrevistas. A partir das análises procedeu a descrição da dinâmica de produção do modo-de-vida "ilheiro" como forma de evidenciar as diferentes formas de uso e apropriação do território dos moradores das respectivas ilhas.

Palavras-chave: Tradição, Ilhas fluviais, Território, Roraima.

### 1- Apresentação

A pesquisa em questão refere-se ao "Projeto das Águas de Macunaíma", fruto de uma parceria entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR). Ele foi pautado na construção de vários olhares sobre a dinâmica da ação de regularização fundiária de interesse social das famílias tradicionais ribeirinhas agroextrativistas de baixa renda, incidentes nas ilhas fluviais federais localizadas no rio Uraricoera e no rio Branco (SPU, 2016).

Nesse contexto, pode-se afirmar que a pesquisa possuiu um caráter de observação e de caracterização da paisagem em evidência. Por conseguinte, foi necessário mobilizar recursos teóricos que permitiram não somente compreender a realidade do ribeirinho, mas também encontrar maneiras de penetrar no seu ambiente e de agir conforme suas necessidades e dificuldades, construindo conceitualmente as relações que lhes dão sentido na vida social.

Para tanto, ao longo do trabalho de campo, foram considerados diferentes aspectos, como o número de habitantes ribeirinhos, diferenciados em permanentes e temporários; o tempo de permanência ou periodicidade de retorno ao local; o tipo de uso do solo (culturas/meio de subsistência); a estimativa da área desmatada; o tipo de estrutura domiciliar; a profissão; entre outros.

No decorrer do projeto, também foram feitos registros fotográficos e a instalação de placas institucionais identificando como patrimônio da União as ilhas do trecho em estudo. Outra etapa tratou do geoparcélamento, que foi realizado com base nos levantamentos de campo, a partir da obtenção das coordenadas de cada habitação e da dimensão do respectivo lote. Com base nos dados de campo, foram elaborados os mapas das ilhas, por

meio de imagens de satélite landsat – 8, registrada no dia 27 de agosto de 2001. É válido informar que os lotes foram delimitados sobre o mapa das ilhas (UFRR, 2015).

O banco de dados criado a partir das informações levantadas permitirá ao usuário cruzar os dados socioeconômicos (renda familiar, tempo de moradia e número de habitantes) com os espaciais (áreas das ilhas, parcelas, áreas desmatadas e tipos de culturas), além de possibilitar a geração de mapas síntese.

Na pesquisa, todo o processo mencionado só foi possível a partir da abordagem interdisciplinar, acompanhada das técnicas de coleta de dados adotadas, a exemplo das entrevistas semiestruturadas, da observação participante, dos diários de campo, dos croquis, dos mapas mentais, dos questionários e dos formulários.

Em razão das singularidades do modo de vida ribeirinho, toda as etapas levaram em conta a dinâmica das águas dos rios Branco e Uraricoera, e a importância deles no contexto socioambiental do Estado de Roraima.

Ressalta-se ainda que a SPU-RR contemplou no projeto ações de intervenção para demarcação, caracterização e registro das ilhas fluviais existentes nos dois rios, bem como o reconhecimento e o cadastramento das ocupações existentes nas ilhas, com o objetivo de promover a devida regularização fundiária das comunidades tradicionais ribeirinhas de baixa renda.

Vale destacar que, haja vista a missão da SPU de promover a função socioambiental do patrimônio da União e as ações prioritárias do governo federal para a Amazônia, no tocante à regularização fundiária das comunidades tradicionais ribeirinhas e à demanda de inclusão socioterritorial destas famílias que vivem em áreas da União, ficou comprovada a necessidade de ampliação da capacidade de ação do órgão, com o trabalho de campo, a demarcação, a caracterização e o registro das ilhas fluviais em faixa de fronteira e nos rios federais, bem como com a identificação das ocupações nelas existentes, o cadastramento socioeconômico das famílias e a devida regularização com a emissão do instrumento legal (UFRR, 2015).

No que concerne à UFRR, o apoio às ações de regularização fundiária pertencentes ao “Projeto das Águas de Macunaíma” nas ilhas fluviais do rio Uraricoera e do rio Branco, contribuiu diretamente para a formação extracurricular dos estudantes participantes, e ainda para a construção de novos conhecimentos sobre a realidade pesquisada.

## **2- Realidade Ribeirinha**

No espaço territorial da região Norte do Brasil está localizado 54% da Amazônia brasileira. A heterogeneidade humana é uma das características marcantes dessa localidade, uma vez que a mesma é constituída por pessoas que vivem nos espaços urbano e rural – caboclos, povos indígenas, pescadores, camponeses, ribeirinhos, povos das florestas, trabalhadores sem terras, assentados, pequenos agricultores, colonos, imigrantes, entre outros. Entender a dinâmica socioespacial amazônica requer a lembrança de que no local vivem sujeitos que têm uma raiz cultural própria e que tecem suas práticas na relação direta com a natureza, seja com a mata, com os rios, com os igarapés ou com os lagos, entrelaçando-os no seu próprio modo de viver, no seu vocabulário e nos termos que usam para traduzir suas vivências e sua adaptação aos ecossistemas (CORRÊA, 2003, p.32).

A Amazônia roraimense retrata uma complexa sociobiodiversidade, na qual a variedade de linguagens, a multiplicidade de culturas que foram trazidas para a região por habitantes vindos de várias outras regiões do Brasil e a riqueza dos recursos naturais e culturais local constituem uma biodiversidade multicultural importante, que não pode deixar de ser considerada quando se analisam as formas de ser, de estar, de fazer e de conviver nessa região, o que comprova que ela não pode ser vista de forma homogeneizada.

Desse modo, as ilhas existentes nos rios Uraricoera e Branco, assim como sua relação socioambiental com os ribeirinhos, devem ser pensadas de maneira interdisciplinar sobre uma visão multifacetada de aspectos técnico-científicos, bem como dos conhecimentos empírico e cultural dos ribeirinhos. As populações ribeirinhas são integradas por pessoas que vivem nas margens dos rios. Elas geralmente são de nível socioeconômico baixo e sofrem com a poluição dos rios (causada pelo lançamento de esgotos), com os assoreamentos e com a erosão.

As comunidades ribeirinhas da Amazônia roraimense, em sua maioria, vivem em casas do tipo palafita. As atividades desempenhadas no local estão relacionadas com a pesca e com a agricultura de subsistência.

Falar sobre os ribeirinhos da Amazônia é dizer que eles são trabalhadores/trabalhadoras que residem nas proximidades dos rios e que, há muito, se caracterizam por ter como principal atividade de subsistência a pesca.

De acordo com Gonçalves (2005, p.154):

“[...] ribeirinho é sem dúvida, o mais característico personagem amazônico”. Em suas práticas estão presentes as culturas mais diversas que vêm dos mais diferentes povos indígenas, do imigrante português, de imigrantes nordestinos e de populações negras. Habitando as várzeas desenvolveu todo um saber na convivência com os rios e com a floresta.

Na concepção de Corrêa (2003), ribeirinhos são homens, mulheres, jovens e crianças que nascem, vivem, existem e resistem às margens dos rios, e são denominados, também, 2 Maiores informações consultar: Santos, A. R. dos, Trein. E. S. 210. A educação ambiental no contexto ribeirinho amazônico In Revista de Estudos Universitários - REU, Sorocaba, SP, v. 36, n. 3, p. 181-200, dez. 2010. caboclos.

Assim, vivendo nas ilhas do rio Uraricoera e do rio Branco, os ribeirinhos desenvolvem constantemente uma estreita relação com o meio ambiente, tanto no trabalho com a terra – tanto nas atividades de agricultura de subsistência, em alguns casos, quanto no seu acesso às águas, onde desenvolvem atividades de pesca. Tal acepção também pode se comprovada por meio da ligação destes com a fauna e a flora (Figura 1).

**Figura 1-** Ilha do Tiago/2013



Foto: Jorge Macêdo com adaptações

Entre as principais virtudes da população ribeirinha identificada nas ilhas pode-se destacar a superação e o heroísmo, associados à necessidade diária de sobrevivência na Amazônia Setentrional. O fato de ocupar as ilhas possibilitou aos moradores adaptações às condições ambientais existentes, o que é percebido devido à estreita relação entre eles e o meio ambiente.

Conforme a pesquisa, as ilhas têm diversas utilidades para aqueles que nelas moram. Elas servem como “porto”<sup>1</sup>, como “pesqueiro”<sup>2</sup>, para o lazer<sup>3</sup>, para a caça<sup>4</sup>, e ainda como fornecedoras de alimentos (em relação à pesca) e de água (para as necessidades básicas: beber, cozinhar, lavar roupas, tomar banho, etc.).

Por outro lado, há também a utilização destas como depósitos de dejetos e de resíduos sólidos (sacolas plásticas, garrafa plástica, lata de cervejas, entre outros). Ademais, outro fator negativo verificado foi a falta de fossas sanitárias e de coleta de lixo. Essa realidade é e deve ser preocupante, pois poderá acarretar danos ambientais num futuro próximo.

Pelas questões apresentadas, ficou claro que a principal causa dos problemas socioambientais enfrentados pelos moradores ribeirinhos está ligada ao saneamento básico. Conforme a pesquisa, a maioria dos moradores considera como problemas ambientais a falta de coleta de lixo e a falta de poços com água potável.

Com relação às casas presentes nas duas localidades, a maior parte é de madeira. No que se refere às possibilidades de emprego fora das ilhas, elas são praticamente inexistentes, o que explica o fato dos moradores viverem exclusivamente da pesca/comercialização, como citado anteriormente, e/ou de algum benefício social oferecido pelo Governo, como o Bolsa Família.

As mulheres, em geral, são donas de casa que criam animais domésticos e fazem algum cultivo de frutas/hortaliças para o consumo diário familiar. Os demais alimentos (carne, leite, café, açúcar, feijão, sal, farinha, etc.) são adquiridos, na maioria das vezes, nas cidades de Boa Vista e/ou Caracarái. Sobre a fonte de energia, em algumas ilhas, esta é proveniente de baterias/geradores (motor a diesel e/ou a gasolina).

Em vista disso, comprovou-se que os moradores possuem baixo desenvolvimento socioeconômico, sendo suas atividades essencialmente domésticas ou voltadas para a subsistência. As respostas aos questionários e os depoimentos atestaram que os mesmos possuem pouco entendimento sobre educação ambiental.

Atualmente, os ribeirinhos das ilhas enfrentam graves problemas, tanto sociais quanto ambientais, tais como a falta de água potável e a falta de coleta de lixo. No último caso, a solução normalmente adotada é enterrar e/ou queimar os materiais.

Segue abaixo a relação das ilhas identificadas no trecho pesquisado. São elas: a) Ilha de Maracá até a confluência dos rios Uraricoera e Branco b) Confluência dos rios Uraricoera e Branco até foz do rio Mucajaí e c) Foz do rio Mucajaí até a cidade de Caracarái (Tabela 1).

<sup>3</sup> Abrigo natural das embarcações que serve para o embarque e o desembarque de mercadorias e de passageiros.

<sup>4</sup> Área da ilha ou arredores onde os moradores jogam milho cozido para acostumar os peixes no local que será utilizado para a prática da pesca pelos visitantes que buscam a atividade no rio Branco e no rio Uraricoera.

<sup>5</sup> Alguns moradores alugam o espaço desmatado da ilha para a prática da pesca e de acampamento.

<sup>6</sup> A caça é para o consumo próprio. Não existe comercialização e liberação para caçar.

**Tabela 1- Relação de ilhas mapeadas no trecho correspondente à pesquisa**

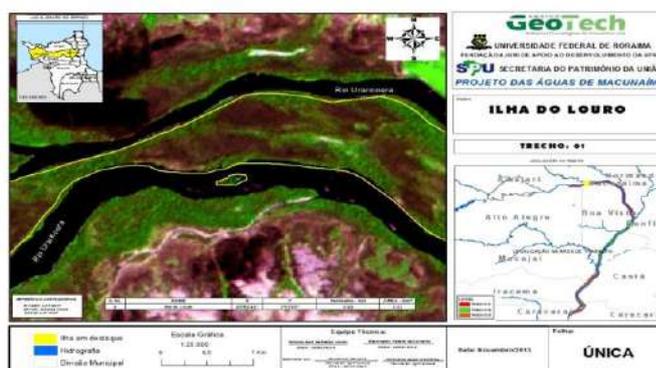
ILHAS	NOME	LOCALIZAÇÃO		Perímetro - Km	Área - Km <sup>2</sup>
		X (centroide)	Y (centroide)		
1	Ilha do Tabaio	61°06'59"	3°26'08"	3,07	0,23
2	Ilha do Urupirupi	61°05'38"	3°26'21"	1,06	0,06
3	Ilha do Caboclo	61°04'43"	3°26'34"	2,56	0,32
4	Ilha da Tartaruga	61°03'55"	3°26'30"	0,77	0,03
5	Ilha do Tiago	61°03'32"	3°26'34"	0,79	0,03
6	Ilha do Louro	60°56'48"	3°28'05"	0,80	0,03
7	Ilha do Amajari	60°56'54"	3°28'02"	19,98	6,81
8	Ilha do Piranha	60°52'54"	3°28'23"	12,22	3,58
9	Ilha do Parafuso	60°47'19"	3°29'22"	3,48	0,37
10	Ilha do Terçado	60°37'46"	3°25'17"	5,05	0,63
11	Ilha Assentamento	60°36'52"	3°24'26"	1,99	0,20
12	Ilha Boca do Parimé	60°35'59"	3°23'56"	5,22	0,50
13	Ilha do Mauixi	60°35'27"	3°23'17"	9,08	1,98
14	Ilha Solitária	60°35'01"	3°14'51"	1,16	0,05
15	Ilha da Praia I	60°30'59"	3°08'27"	1,90	0,12
16	Ilha da Praia II	60°30'50"	3°07'31"	1,80	0,09
17	Ilha Fazenda São Marcos	60°29'47"	3°04'19"	2,18	0,19
18	Ilha São José	60°29'09"	3°02'00"	1,32	0,09
19	Ilha Rio Branco	60°30'54"	2°56'56"	10,30	3,57
20	Ilha da Prainha	60°33'17"	2°53'34"	1,16	0,06
21	Ilha São Bento do Surrão	60°35'57"	2°51'18"	23,07	6,26
22	Ilha da Praia Grande I	60°38'58"	2°49'26"	4,94	0,82
23	Ilha da Praia Grande II	60°39'37"	2°48'28"	5,04	0,70
24	Ilha do Distrito Industrial	60°40'46"	2°46'20"	4,16	0,81
25	Ilha de São Lourenço	60°41'46"	2°44'19"	13,65	4,46
26	Ilha da Boca do Tauari	60°47'24"	2°37'02"	2,51	0,26
27	Ilha da Jurema	60°47'09"	2°36'40"	2,24	0,19
28	Ilha Santarenzinho	60°49'04"	2°32'19"	9,66	2,63
29	Ilha Mucajai	60°38'58"	2°49'26"	9,21	2,21
30	Ilha São Felipe	60°54'40"	2°14'57"	8,32	2,32
31	Ilha da Conceição	60°57'05"	2°12'04"	7,73	1,60
32	Ilha do Pacu	61°02'40"	2°01'09"	4,59	0,52
33	Ilha do Cemitério	61°01'14"	1°59'34"	8,22	1,33
34	Ilha I proxima a Ilha do Cemitério	61°01'32"	1°59'00"	2,16	0,17
35	Ilha II proxima a Ilha do Cemitério	61°01'13"	1°58'51"	1,65	0,12
36	Ilha III proxima a Ilha do Cemitério	61°00'51"	1°58'17"	1,01	0,05
37	Ilha IV proxima a Ilha do Cemitério	61°00'03"	1°57'48"	1,92	0,13
38	Ilha Uquiri	60°59'12"	1°56'17"	8,08	1,68
39	Ilha Barro Vermelho	60°58'45"	1°56'00"	6,19	1,14
40	Ilha Capim	60°58'45"	1°56'44"	6,26	1,08
41	Ilha da Ponta	60°58'17"	1°56'45"	1,31	0,11
42	Ilha do Joca	61°00'05"	1°57'05"	1,80	0,14
43	Ilha da Caldeira	61°00'01"	1°56'18"	0,65	0,02
44	Ilha da Fava	60°59'46"	1°56'11"	0,97	0,05
45	Ilha dos Irmãos	60°59'45"	1°55'54"	1,24	0,09
46	Ilha Corredeira do Bem Querer	61°00'09"	1°55'36"	1,75	0,15
47	Ilha do Nu	61°00'07"	1°55'23"	2,06	0,16
48	Ilha Emidio	60°59'02"	1°55'03"	4,79	1,07
49	Ilha dos Santos	61°00'20"	1°54'29"	13,15	7,66
50	Ilha do Tabuleiro	61°00'57"	1°53'06"	8,56	3,75
51	Ilha Jarú	61°02'51"	1°51'46"	3,05	0,56
52	Ilha de Caracarái	61°06'23"	1°50'01"	6,75	1,59

Fonte: UFRR/2015

### 3- Características Socioespaciais e Ambientais da Ilha do Louro

O nome Ilha do Louro (Figuras 2 e 3) refere-se ao apelido do morador da ilha, o Senhor Lázaro Duarte de Souza.

**Figura 2** - Mapa de localização da Ilha do Louro. Coordenadas - centroide: X:W 60° 56' 48" Y:N 3° 28' 05"



Fonte: UFRR, 2015.

**Figura 3 - Vista aérea da Ilha do Louro**



Foto: Jorge Macêdo

### 3.1 Aspectos Socioespaciais

Ilha habitada.

### 3.2 Identificação do entrevistado

Nome do morador: Lázaro Duarte de Souza (casado com uma indígena);

Naturalidade: Boa Vista/RR;

Apelido: Louro;

Estado civil: Casado;

Data de nascimento: 28/07/1971;

RG: 79\*\*\* SSP/RR;

CPF: \*\*\*.938.822 – \*\*;

Título de eleitor: 0013.1224.\*\*\*\*;

Telefone contato: (95) 9114-21\*\*;

Profissão: Pescador;

Possui carteira profissional;

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto;

Nome do cônjuge: Maria Idemilza Pimentel Pacheco;

Naturalidade: Amajari (RR);

RG: 238\*\*\* SSP/RR;

Carteira de trabalho: 6259\*\*\*

CPF: \*\*\*.053.362 – \*\*;

PIS/PASEP: 1264\*\*\*\*.66-\*

Título de eleitor: 0039.7299.\*\*\*\*;

Telefone contato: (95) 9114-21\*\*;

Profissão: Pescador (a);

Possui carteira profissional;

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo;

Reside na ilha (moradora permanente);

Tempo que reside na ilha: 10 anos;

Número de residentes: 5 (cinco);

Número de menores: 1 (um); e

Número de maiores: 4 (quatro).

### 3.3 Localização da área

A ilha está localizada no rio Uraricoera;

Nome da ilha: Ilha do Louro;  
Margem: esquerda; e  
Município: Amajari.

### 3.4 Estrutura domiciliar

Tipo de construção da casa: Madeira;  
Tamanho do lote: Frente - 80 m / Fundo – 120m;  
Forma de ocupação do lote: Não informou;  
Origem da água consumida: Rio;  
Tipo de banheiro: Não existe (as necessidades fisiológicas são feitas na ilha, isto é, na mata);  
Não possui fossa; Possui gerador de energia;  
Não possui eletrodoméstico; e  
Não possui antena parabólica.

### 3.5 Atividades econômicas

A pesca é a principal atividade produtiva;  
Possuem uma renda em torno de R\$ 400,00 mensais;  
A produção de frutas e hortaliças não é comercializada;  
Não realiza nenhuma atividade remunerada na ilha;  
Os principais produtos consumidos são oriundos da cidade de Boa Vista;  
Usa o barco como meio de locomoção;  
Segundo o senhor Lázaro e a senhora Maria, existe um parente da família que trabalha fora da ilha na área de refrigeração;  
A mão-de-obra utilizada no lote é apenas familiar;  
Não possui atividade comercial na ilha;  
Não recebe nenhum benefício do Governo;  
Não paga nenhum imposto;  
Não existe nenhuma atividade turística na ilha; e  
Não participa de nenhuma organização social ou movimento social.

### 3.6 Meio ambiente

Existem animais na ilha (cachorro, pássaros silvestres, ariranhas e gato);  
As árvores mais conhecidas na ilha são a goiabeira, o mamoeiro, a embaúba e a sumaúma;  
Não houve grande desmatamento para a construção da casa;  
O destino do lixo que é produzido vai para o rio e também é levado para a cidade de Boa Vista;  
Surgimento de novas culturas como pimenta e goiaba;  
Na opinião dos moradores, os visitantes são os principais causadores da degradação da ilha;  
Segundo os moradores, nunca observaram alguém jogando lixo dentro da ilha ou do rio;  
Na opinião dos moradores, quem joga lixo na ilha e no rio não tem educação;  
Não existe nenhuma atividade que provoque a degradação ambiental na ilha;  
Nunca ouviu e/ou participou de campanha de educação ambiental. Só conhece a importância da educação ambiental através dos visitantes que frequentam a ilha;  
Não existe coleta de lixo;  
A água consumida na cozinha vai para o quintal;

Nunca ouviu falar de coleta seletiva de lixo;  
Não usa fertilizante líquido e nem herbicida na horta;  
Usa detergente;  
Nunca percebeu alguém jogar óleo ou outros produtos químicos no rio ou no solo da ilha;  
Não existe criadouro de animais;  
Já plantou espécie de árvore que não é nativa da ilha (pimenta, goiaba, limão);  
O mês que a ilha alaga corresponde aos meses de junho, julho e agosto;  
O último ano em que a ilha alagou foi em 2012;  
No período da cheia os moradores permanecem na ilha (a casa é do tipo palafita).  
Nunca presenciou a retirada de plantas nativas da ilha;  
No período de estiagem nunca presenciou queimadas na ilha;  
O peixe serve para a alimentação, bem como para a comercialização na BR 174;  
A caça é para o consumo próprio;  
Possui pesqueiro na ilha;  
As pilhas e baterias usadas são levadas para a cidade de Boa Vista e jogadas no lixo;  
Nunca participou e/ou presenciou uma campanha ambiental; e  
Não possui conhecimento sobre a legislação ambiental.

### 3.7 Saúde

Utilizam plantas nativas como remédio;  
Não existe campanha de vacinação na ilha;  
Não existe nenhum programa do Governo de vacinação para animais, na ilha;  
As doenças já contraídas pela família foram a verminose e a gripe;  
Não tem conhecimento sobre nascimento de crianças na ilha;  
Em caso de emergência (saúde) se deslocam para a cidade de Boa Vista;  
Solicitam medicamentos nos postos de saúde da cidade de Boa Vista;  
A casa não possui de banheiro;  
Não existe nenhum posto de saúde próximo à ilha; e  
Já sofreram ataques de animais na ilha (cobra).

### 3.8 Dinâmica socioespacial

Não existe escola na ilha;  
Uma das principais reivindicações é a necessidade de uma escola;  
Tem a ilha como a única moradia;  
Presença de vegetação primária;  
Possui um solo arenoso;  
Não existe barragens ou desvios no rio;  
Não existe igreja na ilha; e  
Presença de lixo orgânico e inorgânico.

## 4 Considerações Finais

A dinâmica de formação das ilhas fluviais federais do rio Uraricoera e do rio Branco pode estar associada a processos distintos, diante das particularidades do ambiente físico onde elas se localizam, a exemplo dos condicionantes ambientais promovidos pela ação antrópica, que promovem a sua formação e desenham cenários ao longo de sua evolução, com a contribuição do agente hídrico.

O monitoramento desses ambientes onde as ilhas se localizam, comprovadamente, apontam estratégias de gestão pública sobre o uso humano e também sobre projetos e ações de preservação e de conservação.

Ações de monitoramento voltadas para a conservação e a preservação das ilhas devem ser incentivadas, bem como pesquisas científicas com o objetivo de garantir a gestão ambiental e a sustentabilidade destas, afinal elas representam ambientes naturais, com dinâmica própria, utilizadas, entre outros propósitos, para a vivência das populações ribeirinhas.

## 5 Referências Bibliográficas

CORRÊA, S. R. M. **Comunidades rurais - ribeirinhas: processo de trabalho e múltiplos saberes**. In: OLIVEIRA, I. A. Cartografias ribeirinhas: saberes e representações sobre prática sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. Belém: CCSE-UEPA, 2003.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2 ed. São Paulo: Contexto. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Parceria SPU/UFRR/ **RELATÓRIO TÉCNICO: Projeto: “Das Águas de Macunáima”** – Regularização Fundiária de comunidades tradicionais ribeirinhas das ilhas fluviais do Rio Uraricoera/Rio Branco. Mapeamento e delimitação das ilhas federais nos Rios Uraricoera e Branco. Trecho correspondente desde a Ilha de Maracá até a cidade de Carracarái – Estado de Roraima. 2015.

SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO – SPU/RR. **Cartilha: Projeto: “Das águas de Macunaima”**. 2016.

## **Comunidades Tradicionais e Grandes Empreendimentos na Região do Tapajós: conflitos ambientais, resistência e luta pelo território**

TEIXEIRA, Thaís Helena, Univ. Federal de Viçosa, [thaisteixiera.coop@gmail.com](mailto:thaisteixiera.coop@gmail.com);  
FERREIRA, Fernanda Machado, Univ. Federal de Viçosa, [fernandamachado\\_geo@hotmail.com](mailto:fernandamachado_geo@hotmail.com);  
FERREIRA NETO, José Ambrósio, Univ. Federal de Viçosa, [ambrosioufv@gmail.com](mailto:ambrosioufv@gmail.com);  
OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco, Univ. Federal de Viçosa, [marcelo.romarco@ufv.br](mailto:marcelo.romarco@ufv.br).

### **Resumo**

Frente ao processo de crescimento da população mundial e melhorias nos padrões de consumo, a demanda por recursos naturais e energia é cada vez maior. Nesse contexto, a Amazônia é, no Brasil, um dos principais alvos de diversos projetos de infraestrutura, que afetam as populações locais, as quais vêm desenvolvendo movimentos históricos de resistência frente os processos de expropriação de seus territórios e desestruturação de seus meios de vida.

**Palavras-chave:** Conflitos; Populações tradicionais; Rio Tapajós; Território; Projetos de desenvolvimento.

## **Comunidades Tradicionales y Grandes Emprendimientos en la Región de Tapajós: conflictos ambientales, resistencia y lucha por el territorio**

### **Resumen**

Delante el proceso de crecimiento de la población mundial y las mejoras en los patrones de consumo, la demanda de recursos naturales y energía está aumentando. En este contexto, la Amazonía es, en Brasil, lo principal objeto de varios proyectos de infraestructura que afectan a las poblaciones locales, que han venido desarrollando movimientos históricos de resistencia contra el proceso de expropiación de sus tierras y la alteración de sus medios de vida.

**Palabras clave:** Conflictos; Poblaciones tradicionales; Rio Tapajós; Territorio; Proyectos de desarrollo.

## **Traditional Communities and Large Enterprises in the Tapajós Region: environmental conflicts, resistance and struggle for the territory**

### **Abstract**

Faced with the process of world population growth and improvements in consumption patterns, the demand for natural resources and energy is increasing. In this context, the Amazon is, in Brazil, one of the main targets for various infrastructure projects that affect local populations, which have been developing a historic resistance movements against of the process of expropriation of their territories and the destruction of their livelihoods.

**keywords:** Conflicts; Traditional populations; Tapajós river; Territory; Development projects.

## Introdução

Frente ao processo de crescimento da população mundial e aos novos padrões de consumo, a demanda por recursos naturais e energia é cada vez maior. No caso brasileiro, que tem sua matriz energética baseada na geração hidrelétrica, o que se processa é um cenário de pressão sobre os recursos rios, pelo potencial hidráulico existente em nosso território, principalmente na região Norte. Nesse contexto, a bacia do Rio Tapajós, é um dos “alvos” de construção de usinas hidrelétricas para os próximos anos.

A região do Tapajós é historicamente ocupada por populações indígenas, ribeirinhos e extrativistas, que têm a floresta e os rios como suas principais fontes de recursos, além da relação cultural e simbólica criada com a natureza e o território. Estas populações são, também, historicamente segregadas pelo processo de “desenvolvimento” e vivenciam a privação de serviços públicos e infraestrutura, além de serem protagonistas na resistência à invasão de seus territórios e degradação dos recursos naturais dos quais dependem para sua reprodução social e econômica. Nesse contexto, a promessa recente é o “desenvolvimento”, por meio da implantação de grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura para a região, como é o caso das hidrelétricas, os quais prometem empregos e melhorias nas condições de vida da região nas quais pretendem ser implantadas.

A partir deste contexto, este artigo objetiva discutir alguns conflitos socioambientais que se desenvolvem no Baixo Tapajós, região oeste do estado do Pará, tomando como referência os processos históricos de resistência das populações locais, frente os processos de expropriação de seus territórios e pela implantação de projetos de desenvolvimento. Esse processo de resistência ocorre pela luta em prol da garantia de seus direitos de permanecer nestes territórios e acessar estes recursos tradicionalmente utilizados pelas populações locais (indígenas, caboclas, ribeirinhas, etc.). Para tal, tomou-se como referência materiais bibliográficos a respeito da teoria dos conflitos e conflitos socioambientais, do processo de ocupação da região, estudos de caso a respeito dos projetos de desenvolvimento que vêm se desenvolvendo na região e da construção e da ressignificação das identidades das populações locais.

## 1- Conflitos socioambientais e projetos de desenvolvimento

Na perspectiva de Elias (1994), ao analisar o processo civilizador das sociedades, o conflito é tomado como algo intrínseco ao ser humano e sua complexidade é parte do próprio processo de evolução destas, ou seja, os conflitos agem como agentes estruturantes da (s) sociabilidade (s). Simmel (1983), por sua vez, compreende os conflitos como parte da socialização dos indivíduos, onde uma sociedade absolutamente harmoniosa é algo que não é capaz de retratar um processo da vida real. Nessa perspectiva,

[...] a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis. [...] Sociedades definidas, verdadeiras, não resultam apenas de forças sociais positivas e apenas na medida em que aqueles fatores negativos não atrapalhem. (SIMMEL, 1983, p. 124).

Desta forma, os conflitos tomados como algo exclusivamente negativo não retratam, também, a realidade, mas sim uma idealização, que na visão destes autores, não é aplicável. Cabe dizer, portanto, que falar de conflito é falar de realidade.

Partindo desse pressuposto e da inserção da dimensão ambiental na discussão de conflitos, proposta por Acselrad (2004), os conflitos envolvendo o uso e apropriação de recursos naturais e territórios é tema relevante no cenário de disputas e mudanças no

paradigma socioambiental que vivemos. No sentido que, as assimetrias na forma de apropriação desses recursos dão origem a disputas entre os agentes envolvidos nos conflitos ambientais.

Alonso e Costa (2002) argumentam que a definição de determinado objeto como conflito deve tomar como pressuposto a interação entre diversos grupos e agentes, sendo que esta pode ser cooperativa, a partir da formação de alianças, mas que no geral apresenta-se como conflituosa. Estas disputas, segundo os autores, “se estruturam simultaneamente em torno de interesses e valores”, uma vez que ocorrem pelo controle de bens e recursos ou “do poder de gerar e impor certas definições da realidade” (ALONSO e COSTA, 2002, p.125).

Neste contexto, os grandes projetos de infraestrutura, como as hidrelétricas, conforme destaca Reis (2012, p. 98), “desencadeiam processos socioambientais de extrema complexidade, compreendendo tanto aspectos técnicos quanto sociais e políticos”. Essas relações entre agentes e processos sociais formam campos de conflitos, uma vez que as mudanças socioculturais decorrentes dos processos de reterritorialização, desencadeados pela instalação destes empreendimentos, dependem das diversas perspectivas e interesses, muitas vezes contrastantes, dos agentes envolvidos e das relações de poder existentes entre eles. Assim, o desfecho deste jogo depende da configuração das forças sociais envolvidas, que são assimétricas entre os participantes do campo (REIS, 2012).

Em determinados casos, quando se trata de conflitos ambientais envolvendo os diferentes agentes (governo, grupos ambientalistas, comunidades atingidas), os conflitos não se apresentam como meramente simbólicos, mas acabam por se estruturar como divergência de interesses (ALONSO E COSTA, 2012). Fuks (1997), citado por Alonso e Costa (2012), argumenta que os atores constroem certas dimensões sociais como “problemas ambientais” no interior do espaço público definido como “arena argumentativa”, em torno das quais os conflitos ambientais se configuram.

Além disso, o conflito abrange variáveis culturais, e os agentes baseiam-se no estoque disponível de formas de interpretação da realidade em seu tempo, ou seja, o conjunto de formas de agir e pensar disponíveis em sua sociedade e em dado momento histórico, que a partir destes constroem suas interpretações da realidade vivida e conseqüentemente da situação causadora do conflito. Assim, “A mudança social, produzida pelos processos macrohistóricos de modernização, impacta as formas de conflito indiretamente, porque reestrutura as relações de poder” (ALONSO E COSTA, 2012, p.127), pois, como destaca Esteva (2010), o desenvolvimento é um processo excludente, e seus impactos regionais são potenciais causadores de conflitos.

Os impactos causados pela instalação de grandes empreendimentos como as hidrelétricas, não são apenas referentes aos alagamentos das áreas dos lagos, há também a implantação das infraestruturas de apoio, como a instalação do canteiro de obras para a construção do barramento do rio e de toda a estrutura necessária à instalação da usina, como canais, casa de força, vilas dos trabalhadores, entre outras. Ocorre um processo de limpeza do espaço local, onde áreas são desmatadas, parte da fauna é retirada, e em especial, ocorre o deslocamento das populações residentes nas áreas afetadas. Além da necessidade, também, da instalação de outras obras de infraestrutura complementares, como estradas, pontes e linhas de transmissão da energia elétrica produzida (REIS, 2012).

Há de se destacar, portanto, que as áreas destinadas à instalação e ao funcionamento destes projetos não são “espaços vazios”, são locais que abrigam diferentes segmentos sociais, populações que ocupavam historicamente o território, que são obrigados a migrar de forma compulsória e a reestruturar sua territorialidade e suas formas de vida. Isso implica,

Do ponto de vista social, no caso das populações rurais, mais comumente vítimas dos processos em pauta, trata-se da destruição e perda do acesso a

áreas de produção e captação de recursos naturais e de postos de trabalho, do rompimento do tecido social comunitário, além da mutilação ou total transformação dos espaços simbolicamente mapeados, tais como bens comunitários – entre outros, escolas, igrejas, cemitérios, áreas de sociabilidade e de lazer, – compreendendo também aspectos cognitivos, míticos e afetivos (REIS; BLOEMER, 2001, p. 12); (REIS, 2012, p.104).

Além disso, as populações que ficam a jusante e a montante do barramento no rio, também são afetadas pelos empreendimentos, seja pelos impactos causados aos recursos naturais, seja pelo “esfacelamento de suas redes sociais e por vezes, inclusive, a impossibilidade de funcionamento de certos serviços básicos, como escolas [...]” (REIS, 2012, p.105). Estes processos, associados, podem gerar conflitos, além dos desencadeados entre atingidos e empreendedores, também entre comunidades e grupos sociais, governos locais e outras instituições, que terão suas atividades afetadas com a nova configuração social e econômica local.

## **2- Uma discussão a respeito de “desenvolvimento”**

Embora o desenvolvimento se apresente no senso comum como algo desejado, essa atribuição deve ser questionada no intuito de avaliar os resultados do mesmo, uma vez que, segundo Dias (2011), esse processo deve ser pensado a partir da ideia de civilização e de seus valores. Sob uma ótica desenvolvimentista, a diversidade é marginalizada, caracterizando, assim, o que chamamos de etnocentrismo. O desenvolvimento, processo que no geral marginaliza a diversidade, seria uma forma de homogeneização da sociedade, desconsideração das diferenças culturais, o que acaba por contribuir, desta maneira, para a geração de crises e estranhamentos, perspectiva que toma o desenvolvimento como “superação do atraso” (DIAS, 2012).

Ainda segundo esse autor, no Brasil, passamos a vivenciar um processo de desenvolvimento de forma mais acelerada, com procedimentos simultâneos e associados de industrialização e urbanização, a partir da década de 1950. Esta política acarretou no aumento da população urbana de 31% para 81% em meio século, o que agravou de forma significativa as desigualdades sociais em nosso país. Nessa época, o desenvolvimento não era uma opção. Cada vez mais os países ditos desenvolvidos pressionavam os “subdesenvolvidos” a adotarem políticas de crescimento e abertura de mercado, o que ocorreu de forma descontrolada e desestabilizou a economia de diversos países.

A estratégia dos países latinos, e do Brasil, nas décadas de 1950 a 1970, era promover o crescimento do PIB e da renda, por meio da acumulação de capital e da industrialização, de forma a diminuir as importações (OLIVEIRA, 2002). Para isso, foram elevadas as taxas e tarifas de importação, além de vários benefícios concedidos pelos governos ao mercado interno. Porém, para que as políticas desenvolvimentistas fossem implantadas, foi contraída uma grande dívida externa com os países desenvolvidos, a qual passou por um difícil processo de negociação durante a década de 1980, tendo como mediador o Banco Mundial. Vale destacar, que esta instituição era a principal agência multilateral financiadora dos projetos de desenvolvimento na América Latina no período, seja pela orientação para a implantação das políticas ou pelo seu financiamento (MOREIRA, 2014).

Após este período, entretanto, começa a ser discutido o desenvolvimento sustentável e as alternativas para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, que estavam cada vez mais escassos. O socioambientalismo emerge no Brasil na década de 1970, impulsionado por fatores endógenos e exógenos, entre eles a Conferência de Estocolmo, em 1972, e a volta de políticos exilados anistiados em 1979 (JACOBI, 2003). Oliveira (2002, p.38) destaca, porém, a década de 1990 como a época de emergência das

discussões acerca do desenvolvimento sustentável, conceito que, segundo o autor, “abrange a preocupação da sociedade com a oferta futura de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência da humanidade”.

Atualmente, o movimento em relação ao desenvolvimento sustentável, opondo-se a degradação ambiental, é de grande escala, protagonizado por ONGs, governos e órgãos oficiais, muitas vezes em parceria com outras instituições da sociedade civil. Seus objetivos são lutar pelo controle da poluição e pela preservação da natureza, de forma a garantir a qualidade de vida das gerações futuras, sem comprometer os interesses da geração presente (OLIVEIRA, 2002).

Desta forma, ao tratarmos de desenvolvimento sob outra perspectiva, podemos afirmar que “pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade” (OLIVEIRA, 2002, p.42). Diante do cenário atual de constantes mudanças e buscas por melhorias nas condições de vida de maneira geral, é importante analisar sob que perspectivas medidas de melhoria por parte do governo estão sendo implantadas e quem são os beneficiados de fato.

As áreas rurais brasileiras que abrigam as populações tradicionais caracterizam-se por grandes desigualdades econômicas e sociais, devido a um quadro contínuo de adoção de políticas desenvolvimentistas sem êxito. Desse modo, a criação de programas governamentais para tais populações deve ser realizada com empenho de todos os atores envolvidos no processo, principalmente os comunitários locais, uma vez que a formulação de políticas públicas a partir de dados incorretos acaba por gerar resultados não satisfatórios àqueles que realmente necessitam. É importante e essencial analisar as verdadeiras necessidades das populações no intuito de gerar interesse das mesmas sobre o desenvolvimento local sem causar prejuízos à cultura tradicional.

### **3- Comunidades tradicionais, a luta pelo território e a emergência de novos conflitos**

O processo histórico de ocupação da bacia do rio Tapajós pelos portugueses se deu durante o período colonial, a fim de garantir a hegemonia da coroa portuguesa sobre o território. A aldeia de Tapajós foi um dos primeiros aglomerados a serem fundados na região, em 1639, local onde hoje existe a cidade de Santarém. Este processo de ocupação das margens do rio Tapajós foi foco de migração de pessoas em busca de ouro nas minas da região (MONTEIRO, 2011).

Já na segunda metade do século XIX, houve um grande incremento na atividade extrativista na região, devido ao aumento na demanda por látex para produção de borracha. Perpetuou-se o sistema de exploração de seringalistas, a princípio com a utilização de mão de obra indígena, em regime de semiescravidão, posteriormente substituída pela mão de obra nordestina, no sistema de aviamento. De forma complementar às atividades extrativistas, desenvolvia-se a agricultura itinerante, no sistema de corte e queima, com o cultivo do guaraná, milho, tabaco, café, arroz e principalmente a mandioca (MONTEIRO, 2011).

Faz parte desse processo de ocupação da região do Baixo Tapajós, também, a expropriação dos territórios indígenas, o qual ocorre desde a época da colônia, quando essa fronteira foi desbravada para o recrutamento de indígenas que serviriam de mão de obra para a extração de madeira e na busca das drogas do sertão. Seguiu-se a este, um processo de catequização, o qual tamanha influência exercia sobre os povos indígenas que terminou com a expulsão dos jesuítas, uma vez que a coroa Portuguesa se sentiu ameaçada. Esta expulsão tinha como objetivo integrar as comunidades formadas ao sistema colonial, porém culminou num processo de desorganização e aumento da dominação sobre as comunidades organizadas pelas missões (PEIXOTO; FIGUEIREDO, 2014).

Ainda no século XIX o processo de agravamento da questão indígena na região, com epidemias e extermínio dos índios e mestiços que participaram da Cabanagem, chega a seu ápice com a Lei de Terras de 1850, que institucionaliza a grande propriedade privada às custas dos territórios indígenas e caboclos (MOREIRA NETO, 1988 apud PEIXOTO; FIGUEIREDO, 2014). São estes alguns dos antecedentes históricos que marcam o desenvolvimento dos movimentos de resistência dos povos que ocupam tradicionalmente a região do Baixo Tapajós. É importante destacar esses processos pelo fato dessa região ter ainda forte presença de povos indígenas e comunidades descendentes destes, além dos descendentes dos chamados soldados da borracha e de outros migrantes que participaram do movimento de ocupação da região em diferentes momentos históricos.

Nesse contexto de mudanças históricas, conforme destacam Peixoto e Figueiredo (2014), atualmente, na região desenvolve-se um processo que vem tentando acomodar terras indígenas, unidades de conservação e interesses do capital, dentre os quais estão a madeira, a soja, o minério e as hidrelétricas. Assim, grupos locais, ribeirinhos, extrativistas e indígenas, desenvolvem um movimento de resistência, frente aos avanços do capital. Seus modos particulares de conceber a natureza e utilizar os recursos naturais são a principal forma de oposição ao modelo desenvolvimentista, baseado em grandes empreendimentos, que tentam se instalar na região. Outrossim, o reconhecimento da necessidade da garantia de seus territórios e do direito de utilização dos recursos é indispensável e também elemento que dá força aos movimentos locais de resistência para impedir o avanço dos grandes empreendimentos de infraestrutura sobre seu território.

Partindo do pressuposto que a região tem um histórico de conflitos que vêm se modificando ao longo do tempo, o direito ao território continua sendo a pauta de luta das populações locais, porém surgem novos atores no conflito, com interesses de exploração da região e um discurso de progresso. As disputas geradas por este processo, conforme destaca Acselrad (2004), se originam nas diferentes formas de apropriação dos recursos naturais, materiais e simbólicas, entre os agentes envolvidos nos conflitos ambientais que se formam na região. Assim, a respeito dos territórios indígenas, por exemplo, Peixoto e Figueiredo (2014) destacam,

Além de hidrelétricas, o progresso hoje expresso no gasto termo desenvolvimento sustentável compreende mineração, siderurgia, pastagens e campos de cultivo. Institucionalizar territórios indígenas representa obstaculizar a mineração e o agronegócio, num momento em que os preços das commodities agrícolas e minerais se elevam (ALMEIDA, 2010, p. 382). Por isso, ao contrário de reconhecer a causa indígena, o Estado opta por favorecer o desenvolvimento das atividades econômicas (PEIXOTO; FIGUEIREDO, 2014, s.p.).

Outras formas de resistência, que seguem a linha de institucionalização de territórios tradicionais são as unidades de conservação, previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que se apresentam, também, como instrumentos de resistência frente a ocupação capitalista na região.

No que tange os conflitos históricos a respeito da utilização dos recursos naturais, uso e ocupação do solo, envolvendo diferentes atores sociais na região do Tapajós, em estudo encomendado pelo Grupo de Estudos Tapajós (2014, p.47-48), foram identificados conflitos relacionados ao garimpo e mineração, como a deficiência na regularização e controle ambiental dos garimpos, acumulação e dificuldade de gestão dos impactos e o desenvolvimento da atividade em unidades de conservação e terras indígenas; à pesca, a exploração comercial por agentes externos e a presença de atravessadores que afetam a rentabilidade da atividade; ao extrativismo vegetal, como a deficiência legal e fiscal dos planos de manejo e a extração ilegal de madeira; ao transporte hidroviário, que gera uma

expectativa de aumento no tráfego de grandes embarcações e intervenções potenciais como a drenagem, que pode afetar a pesca e o turismo, e a valorização da infraestrutura viária (BR-163) e intensificação do uso agropecuário, que gera pressão sobre as áreas de conservação; além da geração de energia, que gera impactos sobre a pesca, a biodiversidade, recursos naturais e no uso do solo, alterações na paisagem e no uso do rio, e também efeitos sinérgicos com a implantação de outros empreendimentos na bacia.

Estes são alguns dos pontos de conflitos levantados para a região do Tapajós diante das expectativas de uso e apropriação de seus recursos naturais, principalmente no que diz respeito ao rio. Neste contexto, o mesmo documento, além de outros estudos, destaca o fato do conjunto de empreendimentos que vêm sendo planejados para a bacia do rio Tapajós promover um ambiente de expectativas, positivas e negativas, que vêm inflamando os debates em diversos segmentos sociais sobre o modelo de desenvolvimento local. Deste modo, diante dos referidos processos históricos da região, esses novos empreendimentos inserem, como anteriormente citado, novos atores e interesses difusos, o que dinamiza e intensifica os conflitos já existentes e cria novos.

#### **4- Projetos de desenvolvimento na região do baixo Tapajós: as hidrelétricas como fontes de novos conflitos**

Para estipular a necessidade de aumento de produção de energia no Brasil a Empresa de Pesquisa Elétrica (EPE) recorre a premissas de crescimento demográfico, do cenário macroeconômico e setorial, bem como as relacionadas à eficiência energética e à autoprodução. Assim, a partir das informações de crescimento populacional e da economia, a EPE estimou uma necessidade de acréscimo (para o período de 2012-2021) de 3.000 MW médios no Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse cenário corresponde à construção de 4.260 MW de usinas, o que representa um acréscimo na potência instalada de 4,8% ao ano (INSTITUTO ASCENDE BRASIL, 2013). Tomando como premissa que o setor elétrico brasileiro, apesar das múltiplas alternativas para gerar energia, tem nos rios sua principal fonte de geração de eletricidade, cria-se um cenário de pressão sobre este recurso (rios), pelo potencial hidráulico existente em nosso território, principalmente na região Norte.

Nesse contexto, a bacia do Rio Tapajós é um dos “alvos” de construção de usinas hidrelétricas para os próximos anos. Entre estes projetos podemos citar a UHE de São Luiz do Tapajós, prevista para 2017, com capacidade de 6.133 MW, e a UHE Jatobá, prevista para 2019, com capacidade de 2.336 MW (EPE, 2012, apud INSTITUTO ASCENDE BRASIL, 2013). Estes e outros empreendimentos, juntamente com as UHEs previstas para o Rio Jamanxim, formarão o complexo hidrelétrico do Rio Tapajós.

Estes empreendimentos se inserem no contexto de expectativas supracitado e têm mobilizado diversos segmentos sociais locais (indígenas, ribeirinhos, ambientalistas, etc.) e nacionais (governo, empresas, etc.) na discussão e na eclosão de vários conflitos gerados por esses projetos de desenvolvimento para a região. Neste contexto, alguns pontos que podem desencadear processos de conflito são destacados por Fearnside (2015) na análise do EIA/RIMA realizado para a UHE São Luiz do Tapajós. Entre eles pode-se destacar: o aumento do fluxo migratório, alteração dos elementos culturais das populações tradicionais, alteração da organização social vigente, entre outros. Porém, apesar dos graves impactos apontados, segundo o mesmo autor, o estudo concluiu que os processos de expropriação dos territórios, principalmente indígenas, na região, seria um processo histórico, não sendo culpa do Consórcio Tapajós, e a única questão referente a este, portanto, é a mitigação e compensação das populações afetadas pelo empreendimento.

Percebe-se, pois, pouca atenção dos responsáveis pelo empreendimento às questões relacionadas aos povos residentes na área. Porém, existem diversas populações, indígenas, ribeirinhas, extrativistas, que residem nestes locais e deles dependem para sua

reprodução social e que serão diretamente afetadas pela instalação destes projetos de “desenvolvimento”. Além disso, uma vez que as áreas alagadas provocarão uma forte alteração na estrutura fundiária e no uso e posse da terra na região, a liberação da instalação dos reservatórios do complexo acarretará também a intensificação de outros conflitos sociais, além desses citados, sobretudo, ao envolver o deslocamento compulsório das famílias (GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS, 2014).

Tendo em vista a particularidade das populações que residem na bacia do Tapajós e seus precedentes históricos, com íntima relação com os recursos naturais, os principais atingidos pelas barragens serão estas comunidades que dependem do rio e dos recursos naturais da região para garantir seus meios de vida. Prevê-se a partir da implantação destes empreendimentos impactos diretos e indiretos sobre os recursos naturais e elementos de identidade decorrentes da alteração da paisagem, interferências na comunidade aquática e em outros recursos naturais, além do aumento da pressão fundiária e dos conflitos por demarcação territorial (PEIXOTO; FIGUEIREDO, 2014; GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS, 2014). Neste sentido, além dos impactos do empreendimento em si, Alonso e Costa (2012) colocam que o processo conflituoso por ele mesmo constitui os agentes e possibilita a formação de novas identidades, que antes do início deste, não existiam. Ou seja, os conflitos têm história, uma vez que a variável tempo é crucial. Reforça-se então a ideia de que esses novos processos de interferência na dinâmica social, econômica e cultural se unem às disputas e desafios preexistentes, criando novos cenários e novos conflitos, assim, “[...] A produção de alianças, adesão a valores, criação/redefinição de identidades, não é estática; é processual” (p.126).

Outro conflito identificado, segundo estudo do Grupo de Estudos Tapajós (2014), seria a pressão por ocupação, garimpo, desmatamento, entre outros impactos, sobre áreas protegidas, como o PARNA do Rio Novo, APA do Tapajós, FLONA do Crepori, etc., pelo aumento do fluxo de pessoas na região. Além desses, esse fluxo de pessoas aumenta a demanda por serviços públicos, como saúde e saneamento, por exemplo. Que diante da fragilidade da gestão pública identificada e pela falta de planejamento destas questões, causaria forte influência na região. Desta forma,

O excessivo aumento da demanda provocada pela chegada de trabalhadores e população atraída pelas novas oportunidades de trabalho e renda tende a provocar alteração da dinâmica social, elevando a deficiência dos serviços, assim como o custo de vida e a deterioração da qualidade de vida (GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS, 2014, p.68).

Dentro desta perspectiva, o referido estudo do Grupo de Estudo Tapajós (2014) apontou algumas diretrizes a serem seguidas dentro da perspectiva de desenvolvimento regional que deve integrar o processo de implantação destes empreendimentos elétricos, a fim de contribuir para redução dos conflitos existentes na bacia. Algumas destas diretrizes relacionadas ao fortalecimento das ações de ordenamento territorial e de gestão dos aspectos socioeconômicos são: a) desenvolvimento de ações de integração das políticas de ordenamento territorial; b) promoção do ordenamento territorial do entorno do reservatório, a fim de compatibilizar os usos tradicionais dos recursos e as formas de ocupação com a nova dinâmica local gerada com a instalação do reservatório; c) ter como premissa aspectos culturais, econômicos e sociais ao se pensar o processo de reassentamento das populações atingidas; d) elaborar e gerir programas socioambientais tomando como referência o uso tradicional dos recursos naturais, a fim de garantir os modos de vida, a segurança alimentar, o bem estar das populações atingidas, direta e indiretamente; e) identificar as percepções territoriais em conflitos e os direitos a elas associados, uma vez que são distintas para cada grupo e comunidade local, entre outros pontos.

Destaca-se que estas ações apontadas podem ser entendidas como mitigatórias, uma vez que são indicações para o caso de implantação dos empreendimentos. Porém, foram apontadas por um grupo que não tem controle sobre os processos concretos e, portanto, não há garantias de sua efetivação.

O mesmo estudo identifica alguns impactos positivos dentre os quais se destaca: o favorecimento da população local pelo aumento da empregabilidade temporária e renda; o aumento da arrecadação tributária e a dinamização da economia local e aumento da demanda de serviços e comércio; o favorecimento da economia pública municipal, decorrente da compensação financeira; e a atração de investimentos locais pelo aumento da segurança energética do sistema elétrico (GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS, 2014, p.72). Porém, estes impactos positivos dependem de ações estruturantes e potencializadoras específicas, a fim de tornar os municípios capazes de suprir as demandas que surgirão.

Entretanto, o mesmo documento afirma que a relação custo vs. benefício não pode ser reduzida à esfera econômica, uma vez que a utilização dos recursos naturais para fins econômicos deve também garantir condições de promover a sustentabilidade do uso para as gerações futuras.

Para tanto, os benefícios econômicos do uso desses recursos, deve garantir que as condições de transformação e alteração das condições naturais se deem de forma planejada, preferencialmente reversíveis a partir de ações de gestão e controle, de forma que se promova a estabilização em médio e longo prazo dos principais efeitos negativos associados (GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS, 2014, p.73).

Partindo deste pressuposto, quanto maior se apresentar o benefício, melhores serão as condições para se gerir os impactos, e maior será a eficiência no aproveitamento do recurso natural impactado. Nesse sentido, na avaliação estritamente econômica, o empreendimento em foco apresentará grande eficiência, se comparado à área alagada e à geração de energia, o que seria fator importante na gestão e mitigação dos impactos. Entretanto, é destacado que essa análise não contempla as adversidades impostas sobre a população, as quais foram citadas acima (GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS, 2014). Fica então o questionamento de que até que ponto vale a pena impactar de forma tão intensa um território, com todo seu conjunto de recursos bióticos e abióticos e humanos, em prol de um “benefício” que não se tem clareza para quem e para onde vai.

### **Considerações finais**

Os apontamentos do presente artigo buscaram contextualizar o processo de implantação de empreendimentos de desenvolvimento na região da bacia do Tapajós e os impactos e conflitos que estes têm potencializado e podem vir a gerar no cotidiano das populações locais. Assim, diante do contexto exposto, a opção pelo modelo de desenvolvimento baseado na realização de grandes projetos de infraestrutura, no caso apresentado, as hidrelétricas, afeta diretamente e principalmente as comunidades usuárias dos territórios e recursos naturais. Deste modo, acaba por se configurarem novos conflitos locais e regionais, além de reconfigurar alguns já existentes, como a luta pelo território, que toma novas formas e incorpora além da garantia a ele, a reestruturação das sociabilidades e dos meios de vida, a partir da reconfiguração da paisagem e, muitas vezes, das próprias comunidades.

O dito processo de desenvolvimento que se processa na região do Tapajós traz consigo a promessa da melhoria das condições econômicas e sociais, acompanhado de um discurso de que estes são necessários para a melhoria econômica também do país. Porém, o que acaba ocorrendo é um processo excludente, em que as regiões impactadas ficam

com o ônus dos impactos ambientais, sociais e de desestruturação da cultura e das formas de vida e sociabilidade de alguns povos que dependem destes recursos naturais e territórios que serão tomados pelo “progresso”. Neste sentido, a ação do Estado na região Amazônica, na qual está inserida a bacia do rio Tapajós, demonstra uma priorização do crescimento econômico em detrimento de ações para melhoria das condições socioeconômicas das populações locais, o que resulta em maior pressão sobre os recursos naturais, no acirramento de conflitos socioambientais, além de aumentar os desequilíbrios socioeconômicos.

### Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H. (ed.) **Ecologia Política. Natureza, Sociedad y Utopia**. Buenos Aires: CLACSO. 2002.

DIAS, Marcelo M. **Introdução aos fundamentos conceituais e teóricos da noção de desenvolvimento**: uma abordagem histórica. Viçosa, 2011.

ELIAS, Norbert. A civilização como transformação do comportamento humana. In \_\_\_\_\_. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit., 1994.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia do conhecimento como poder**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

FEARNSIDE, Philip Martin. Impactos nas Comunidades Indígenas e Tradicionais. In.: GREENPEACE Brasil. **Barragens do rio Tapajós: uma avaliação crítica do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Aproveitamento Hidrelétrico São Luiz do Tapajós**. 2015. Disponível em: <http://greenpeace.org.br/tapajos/docs/analise-eia-rima.pdf>, acesso em 30 de setembro de 2015.

GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS. **Avaliação ambiental integrada da Bacia do Tapajós – Sumário Executivo**. Abril de 2014. Disponível em: [http://www.grupodeestudostapajos.com.br/site/wp-content/uploads/2014/04/Sumario\\_AAI.pdf](http://www.grupodeestudostapajos.com.br/site/wp-content/uploads/2014/04/Sumario_AAI.pdf), acesso em 30 de setembro de 2015.

INSTITUTO ACENDE BRASIL. **Povos Indígenas e o Setor Elétrico: do Conflito ao Consenso**. White Paper 12, São Paulo, 2013, 28 p. disponível em: [http://www.acendebrazil.com.br/media/estudos/2013\\_WhitePaperAcendeBrasil\\_12\\_PovosIndigenasSetorEletrico\\_Rev0.pdf](http://www.acendebrazil.com.br/media/estudos/2013_WhitePaperAcendeBrasil_12_PovosIndigenasSetorEletrico_Rev0.pdf), acesso em 30 de setembro de 2015.

JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (org.) Publicado em **Patrimônio Ambiental** – EDUSP – 2003.

MONTEIRO, Telma. **Rio Tapajós: uma história de exploração**. Junho de 2011. Disponível em < <http://telmadmonteiro.blogspot.com.br/2011/07/rio-tapajos-uma-historia-de-exploracao.html>> Acesso em: 09 de maio de 2015

MOREIRA, Diego Camelo. **Desenvolvimento e organização territorial**: uma análise da política de gestão de terras no Brasil e na Galícia. Dissertação de Mestrado. Viçosa: UFV, 2014.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Curitiba: Revista da FAE, v.5, n.2, maio/ago. 2002.

PEIXOTO, Rodrigo; FIGUEIREDO, Kércia. **Conflitos na fronteira e identidades em conflito no Baixo Tapajós (PA)**: uma abordagem reflexiva. In. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia - Natal/RN, 2014. Disponível em: [http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402023025\\_ARQUIVO\\_ABAARTIGOConflitosnafronteiraidentidadesemconflitonobaixoTapajos.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402023025_ARQUIVO_ABAARTIGOConflitosnafronteiraidentidadesemconflitonobaixoTapajos.pdf), acesso em 30 de setembro de 2015.

REIS, Maria José. Projetos de grande escala e campos de conflito: considerações sobre as implicações socioambientais e políticas da instalação de hidrelétricas. In: **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**. v.9, nº 1. 2012.

SIMMEL, Georg. Sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.) **Simmel**. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

## **CONFLITOS FEDERATIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: os entraves na implementação de políticas de saúde em municípios amazônicos**

*Tamara Lima Martins Faria, doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). E-mail tamaralmf@gmail.com*  
*Milton Farias Filho, docente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA/UFPA, mcffarias@gmail.com*  
*Silvia Ferreira Nunes, doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA, silvnunes@gmail.com*

**Resumo** O presente artigo tem como propósito verificar quais os resultados dos conflitos federativos relacionados às políticas de saúde em municípios amazônicos. Para isto, foi desenvolvido um estudo nos municípios de Belém e Ananindeua, Pará, tendo a PNAU (Política Nacional de Atenção às Urgências) como política analisada. Esta política que conta com a participação da União, Estados e municípios, necessita do alinhamento das ações destes três entes para que cumpra o seu real objetivo: servir como atendimento intermediário entre a atenção básica e os hospitais, reduzindo assim, a superlotação dos mesmos e dando resolutividade aos casos menos graves. Como metodologia, utiliza-se a abordagem qualitativa; análise documental; análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores do Governo do Estado do Pará, dos municípios de Belém e Ananindeua, representantes dos conselhos de saúde dos respectivos municípios, Ministério da Saúde e representantes do Ministério Público do Estado. Os resultados demonstram a baixa institucionalidade dos entes envolvidos, falta de estrutura das unidades básicas, não-cooperação entre os municípios e o estado e inadequabilidade da política à realidade amazônica o que resulta no não cumprimento do principal objetivo da política de urgência que, embora conte com um incentivo financeiro diferenciado para municípios pertencentes à Amazônia Legal, que culmina no distanciamento entre o planejamento e a execução da política.

Palavras-chave: Políticas Públicas- Federalismo- Cooperação- Amazônia

**Resumen** Este artículo tiene como objetivo verificar que los resultados de los conflictos federales relacionadas con las políticas de salud en municipios de la Amazonia. Para ello, se desarrolló un trabajo en las ciudades de Belém y Ananindeua, que tienen PNAU (Política Nacional de Emergencias) como la política analizada. Esta política incluye la participación de la Unión, los estados y municipios, requiere la alineación de las acciones de estas tres entidades para cumplir con su verdadero propósito: servir como un servicio de intermediación entre la atención primaria y hospitales, reduciendo así el hacinamiento de los mismos y dar firmeza a los casos de menor importancia. La metodología utiliza un enfoque cualitativo; análisis de documentos; entrevistas semiestruturadas análisis de contenido realizado con los gerentes de Gobierno del Estado de Pará, los municipios de Belém y Ananindeua, representantes de los consejos de salud de los respectivos municipios, Ministerio de Salud y los fiscales del estado. Los resultados demuestran la baja institucionalidad de las entidades involucradas, la falta de estructura de las unidades básicas, no de cooperación entre los municipios y el estado y la insuficiencia de la respuesta política al hecho de Amazon que resulta en un fracaso para lograr el objetivo principal de la urgencia de la política, aunque sí

con un incentivo económico diferente para los municipios pertenecientes a la Amazonía legal, que culmina en la brecha entre la planificación y ejecución de la política.

Palabras clave: políticas públicas- federalismo- cooperação- Amazon

**Abstract** The purpose of this article is to verify the results of the federal conflicts related to health policies in Amazonian municipalities. For this, a study was developed in the municipalities of Belém and Ananindeua, Pará, and the PNAU (National Policy for Emergency Care) was analyzed. This policy, which counts on the participation of the Union, states and municipalities, needs to align the actions of these three entities in order to fulfill its real objective: to serve as an intermediate service between basic care and hospitals, thus reducing overcrowding and Giving resolution to less serious cases. As methodology, the qualitative approach is used; Documentary analysis; Content analysis of semi-structured interviews conducted with managers of the State of Pará, Belém and Ananindeua municipalities, representatives of the health councils of the respective municipalities, Ministry of Health and representatives of the State Public Ministry. The results demonstrate the low institutionality of the entities involved, the lack of structure of the basic units, the lack of cooperation between the municipalities and the state, and the inadequacy of the policy to the Amazonian reality, which results in the non-fulfillment of the main objective of the emergency policy, With a differentiated financial incentive for municipalities belonging to the Legal Amazon, which culminates in the distance between planning and execution of the policy.

Keywords: Public Policies- Federalism- Cooperation- Amazon

## 1- Introdução

A Constituição Federal de 1988 é um marco histórico na proteção do direito à saúde brasileira, sobretudo pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS) que democratizou o acesso e que, em 28 anos, obteve muitos avanços. Exemplo como, a criação dos fundos de saúde, os repasses fundo a fundo, as comissões intergestores (tripartite, regional e bipartite), e o pacto pela saúde em três vertentes - Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e Pacto de Gestão (SANTOS, 2010; CARNEIRO, 2014).

No entanto, muitos desafios ainda precisam ser vencidos para que os princípios da universalidade, equidade e integralidade possam ser alcançados. Sobretudo no alinhamento das ações dos entes federativos, o qual é fator chave para a democratização do acesso principalmente em regiões nas quais persistem e, são mais sentidas, as desigualdades intra e inter-regionais ambos os frutos do descompasso entre a saúde coletiva e saúde individual (DUARTE et al., 2015).

A partir da Lei Orgânica da Saúde, promulgada pela Lei nº 8.080/1990 (BRASIL, 1990), o SUS passa a contar com o planejamento da saúde, a regionalização, pactuação e a articulação interfederativa como fatores importantes para organização do sistema e facilitadores do acesso aos cidadãos em todo o território nacional. Em suma, surge o escopo atual do SUS: descentralizado, hierarquizado com a regionalização e a pactuação como norte para suas ações.

No intuito de reestruturar a rede de saúde em âmbito nacional e suprir os vazios

assistenciais, surge em 2003 a Política Nacional de Atenção às Urgências (PNAU). Um dos seus principais componentes são as Unidade de Ponto-Atendimento (UPAS) que são a porta intermediária entre a atenção Básica e a média e alta complexidade. Uma discussão premente sobre estas unidades centra-se na adequabilidade das UPAs às diretrizes do SUS e abordam o tema sob a perspectiva da sua capacidade de atendimento (RANDOW et al., 2011; UCHIMURA, 2014). Enquanto que O'Dwyer (2010) observa que embora a política seja inovadora em suas propostas e conte com a responsabilização dos diversos atores, essa mesma tem a gestão do trabalho como principal fragilidade.

Um ponto pouco debatido em estudos sobre o tema é a interferência dos subnacionais na política e até que ponto a descentralização permite aos municípios a serem efetivos atores de condução das políticas de cunho universalista. O que se observa é que a simples condução dos serviços em nível micro impõe aos subnacionais certo tipo de cerceamento pelo não cumprimento dos acordos federativos, que se refletem por vezes no financiamento necessário para o funcionamento destas unidades.

Surge então, a proposta deste artigo de discutir a condução desta política pública na perspectiva do federalismo brasileiro e do neoinstitucionalismo da escolha racional.

Almeida (2005) afirma que o federalismo brasileiro não conta com definição clara dos papéis dos entes federativos. A mesma autora aponta concorrência entre a União e os estados tanto no que concerne às políticas sociais quanto a competências legislativas como meio ambiente e recursos naturais, patrimônio cultural e artístico, educação, cultura, esportes e assistência jurídica.

As competências concorrentes, por vezes, suscitam conflitos e dilemas da coordenação federativa que resultam de um amplo processo de descentralização e o surgimento de um modelo predatório e não cooperativo nas relações intergovernamentais, com ênfase estadualista (ABRUCIO, 2005; ARRETECH, 2007). Na literatura, alguns autores se debruçam na análise das preferências que determinam as escolhas dos atores e como as instituições determinam os resultados sociais e políticos (NORTH, 1990; ELSTER, 1994; FARREJOHN; PASQUINO, 2001; MARCH; OLSEN, 2008).

No momento da tomada de decisão, os agentes tendem a maximizar seus desejos e crenças e optam sempre por alternativas pautadas em seus interesses individuais, por mais que tal decisão fira o interesse coletivo (FAREJOHN; PASQUINO, 2001). O conceito de *racionalidade*, neste contexto, significa que o agir e o interagir dos e entre os agentes têm planos coerentes e tentam sempre maximizar a satisfação das suas preferências, minimizando os custos envolvidos no processo (HALL; TAYLOR, 2003). E este conceito na pesquisa em questão, serve para explicar porque os municípios não cumprem os acordos estabelecidos nas arenas decisórias.

Sob a perspectiva de *múltiplas arenas*<sup>1</sup>, estas alternativas, por vezes, sofrem influência de resultados de outras arenas, o que justificaria, no contexto das políticas públicas brasileiras, a forte influência da conjuntura política nas decisões tomadas em outras secretarias e nas políticas públicas de saúde, por exemplo. Nesta pesquisa este conceito ajuda a explicar como o resultado das ações tomadas em outros níveis de governo afetam as políticas em nível local, quer seja por mudanças ocorridas no governo estadual, quer seja por mudanças ou

---

<sup>1</sup> O conceito de “múltiplas arenas”, definido por Tsebelis (1998), é que o fim ótimo de uma ação na soma total dos *payoffs* pode ser, em uma ou outra arena, não-ótimo.

redirecionamento de estratégias da política em nível federal.

Os interesses que influenciam duas ou mais arenas, podem ser freados, segundo alguns autores (SOUZA, 2007; LIMA et al., 2011) pelos limites institucionais quer sejam através de leis, decretos ou regras informais estabelecidas nas arenas de pactuação das políticas públicas. Contudo, alguns limites são atribuídos a esta análise. Alguns autores a acusam este modelo de aderir a certa “homogeneidade”, pois é conferido um cálculo estilizado para atores de uma mesma categoria, o que implicaria em um determinismo das suas ações, logo, nem todos os fins poderiam, segundo eles, se submeter a uma análise racional (HINDNESS, 1985; ELSTER, 1994).

A pesquisa buscou contribuir com a literatura sobre a atuação dos entes federativos na concepção e implementação da política. Isto justifica a escolha da abordagem neoinstitucional da escolha racional e as discussões sobre o federalismo brasileiro, pois os mesmos auxiliam na interpretação do modelo atual de (não) cooperação entre os participantes do processo de implementação das políticas públicas de saúde e ajudam a identificar quais os motivos que levam os subnacionais a optarem por soluções subótimas para a coletividade, uma vez que os próprios normativos preveem um sistema regionalizado e hierarquizado para que o serviço seja cada vez mais equânime e democrático.

Com base no aporte teórico apresentado a pesquisa teve como objetivo analisar quais os conflitos federativos presentes na política de urgência nos municípios de Belém e Ananindeua. O recorte da pesquisa contempla a gestão das Unidades de Pronto-Atendimento (UPA) 24 horas: Daniel Berg (Ananindeua), Dom Helder Câmara (Ananindeua) e DAICO (Distrito Administrativo de Icoaraci, Belém) que contam com a participação da União, do estado do Pará e dos respectivos municípios dos quais fazem parte. Esta participação ocorre na elaboração da política (União), construção (União, estado e municípios) e custeio e treinamento de recursos humanos (União, estado do Pará e municípios).

## 2- MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo é um recorte de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) realizada nas Unidades de Pronto Atendimento nos municípios de Belém e Ananindeua, Pará.

No momento do estudo as UPAS contidas em cada cidade pesquisada eram em Belém, a UPA do DAICO, e Ananindeua com as UPAS Daniel Berg e Dom Helder Câmara. Estas unidades foram selecionadas por perfazerem as primeiras unidades implantadas na Região Metropolitana de Belém (RMB) que é a maior RM da Amazônia Legal recebendo a maior parte dos pacientes do interior do estado do Pará. A RMB possui os dois maiores prontos-socorros “porta aberta”<sup>2</sup> do estado (Plano Estadual de Saúde- PES, 2016).

Este estudo é do tipo exploratório com recorte transversal, através das abordagens quantitativa e qualitativa tanto na coleta como na análise dos dados. O período da pesquisa foi de 2012 a 2015, pois neste período se deu o início das atividades das Unidades de Pronto

---

<sup>2</sup> Hospital de Pronto Socorro Municipal Humberto Maradei Pereira (HPSM Guamá) e Hospital de Pronto Socorro Municipal Mário Pinotti (HPSM da 14 de Março).

Atendimento no estado do Pará. A área de estudo apresenta três UPAs e mais cinco em construção, mas somente analisaremos as que estão em funcionamento.

Na etapa quantitativa foram levantados dados sobre o número de atendimentos mensais das unidades, número de profissionais, quantitativo de leitos de observação e leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Todas essas informações foram levantadas em cada UPA amostrada e comparadas com o que preconiza a política. Também foram analisados dados do Departamento de Informática do SUS (DATASUS) sobre a atenção básica (porta de entrada do sistema, na qual são desenvolvidas ações de prevenção) e os atendimentos de média e alta complexidade (responsável por receber casos mais graves que não podem ser resolvidos nas UPAs).

Na etapa qualitativa foram realizadas entrevistas no período de junho a outubro de 2015 e analisadas sob a perspectiva da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), sendo extraída das falas dos entrevistados a descrição do objeto de estudo em três etapas: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados; e inferências e interpretação.

Segundo apresenta o Quadro 1, foram entrevistados através de recursos de áudio e vídeo, informantes-chave que participam ou participaram da elaboração e implantação política e gestores nos três níveis de governo no período de 2012 a 2015: Ministério da Saúde (MS), três entrevistas; Secretaria Estadual de Saúde do Pará (SESPA), uma entrevista; Secretaria Municipal de Saúde de Belém (SESMA), duas entrevistas; e Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua (SESAU), quatro entrevistas, Ministério Público do Estado, uma entrevista e Conselho Municipal de Saúde de Belém, uma entrevista. No intuito de verificar possíveis entraves de cunho administrativo que justificassem possíveis atrasos nas obras e não adequabilidade dessas aos dispositivos legais que as criaram, também foram ouvidos os órgãos de controle e fiscalização: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Contas dos Municípios.

**Quadro 1.** Rol de entrevistados, níveis de governo e informações levantadas durante as entrevistas.

Entrevistado	Nível de governo	Informações
<b>MINISTÉRIO DA SAÚDE</b>		
Analista técnica das UPAs	Federal	Sobre a pactuação dos serviços em nível federal
Analista técnica do SAMU (Serviço Móvel de Urgência e Emergência)	Federal	Sobre o suporte do SAMU às UPAs
Analista técnica das Portas de Entrada	Federal	Sobre os encaminhamentos feitos pelas UPAs para os prontos-socorros e hospitais de média e alta complexidade
<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>		
Chefe de gabinete da SESPA (Secretaria Estadual de Saúde do Pará)*	Estadual	Funcionamento da rede de urgência no estado e integração dos serviços do estado com os municípios
Promotora de Assuntos Constitucionais (saúde e educação) do Ministério	Estadual	Sobre as principais causas da judicialização da saúde concernente aos atendimentos de urgência e emergência

Público do Estado do Pará		
SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE		
Secretário Municipal de Saúde de Ananindeua	Municipal: SESAU Ananindeua	Sobre a adequação da política à realidade local, lacunas observadas e contrapartidas financeiras
Coordenadora da Média e Alta complexidade		Integração da UPA com os demais serviços de saúde do município
Diretora da UPA Dom Helder Câmara		O papel da UPA nos serviços de saúde do município e principais dificuldades encontradas na sua operacionalização
Diretora da UPA Daniel Berg		
Diretor do Departamento de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde de Belém (DEUE/SESMA)	Municipal: SESMA Belém	Sobre a adequação da política à realidade local, lacunas observadas e contrapartidas financeiras.
Diretora da UPA DAICO (Distrito Administrativo de Icoaraci)		O papel da UPA nos serviços de saúde do município e principais dificuldades encontradas na sua operacionalização

**Nota:** \*o entrevistado na ocasião da implementação da política em 2012 era o secretário de saúde do estado.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

### 3- RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação federativa estabelecida no âmbito da política de urgência mostra que persistem três principais conflitos entre os entes federados e que impactam diretamente no resultado final da mesma: **financiamento, planejamento e pactuação dos serviços**.

Quanto à categoria **financiamento**, os entrevistados da União, do estado do Pará e de Belém e Ananindeua foram unânimes em reconhecer que o subfinanciamento do sistema é um dos problemas enfrentados pelos municípios na administração das unidades. Destacam ainda que existe um agravamento do problema em virtude dos constantes atrasos dos repasses por parte do Estado, forçando, assim, o município a arcar com a contrapartida do mesmo:

[...] toda questão é verba. Se você não tiver o recurso para financiar e estar investindo, não tem como. Os prestadores, fornecedores de medicamentos estão fazendo o pagamento, mas assim, pagamento do ano anterior e isso dificulta. É muito difícil eles liberarem porque está tudo atrasado. Por exemplo agora, a gente não tem como contratar profissionais porque tem a folha que não pode estar com muitos funcionários, e o Ministério cobrando que nós não podemos ter muitos funcionários contratados por um longo período, no máximo dois anos, então tudo isso dificulta a contratação de mão-de-obra. (Coordenadora da Média e Alta complexidade de Ananindeua, julho/2015).

A Tabela 1 apresenta o volume de contrapartidas que foram ou que ainda serão

repassadas pelo estado para as UPAs de Belém e Ananindeua. Estes recursos, somados a contrapartida federal e municipal, auxiliam na manutenção dos serviços das unidades e sua falta, precisa ser compensada por recursos municipais.

**Tabela 1.** Contrapartida Estadual de Cofinanciamento para as UPAs de Belém e Ananindeua 2015-2016.

MODALIDADE		VALOR MENSAL		VALOR ANUAL
Unidades de Pronto Atendimento		2015	2016	2016
1	UPA Dom Helder Câmara	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 3.000.000,00
2	UPA Daniel Berg	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 1.800.000,00
3	UPA DAICO	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 3.000.000,00

Fonte: Plano Estadual de Saúde 2016-2019 (PARÁ, 2016).

Ainda quanto ao financiamento, o representante da Secretaria de Saúde de Belém (SESMA) confirma os atrasos tanto do Ministério da Saúde quanto do Estado, mas afirma que os mesmos não deixam de pagar:

Mas cada um cumpre a sua responsabilidade, o Ministério da Saúde ano passado, final do ano para a mudança desse ano, houve um atraso de repasse eles inflacionaram o repasse dos recursos 70 a 30% por conta de questões orçamentárias e financeiras do ministério, mas eles repuseram isso depois, o Estado atrasa em alguns momentos os repasses, mas também não deixa de pagar, nunca deu calote para nós na questão dos repasses dos recursos. Então as responsabilidades previstas elas são mantidas, elas são respeitadas, só que elas não são suficientes. (Diretor do Departamento de Urgência e Emergência de Belém, outubro/2015).

O representante do estado do Pará afirma que o problema do financiamento está diretamente ligado à estrutura federalista brasileira:

O Brasil está com o sistema federalista esgarçado, por exemplo, o Pará, se você pegar a balança comercial brasileira, o Pará é o segundo estado que mais contribui, qual é o retorno disso para o estado? (...). Então ele não é equitativo e se não é equitativo aí também ele não é para a urgência e emergência na medida em que as características do estado, o tamanho do estado (...) o **federalismo brasileiro não leva em conta as peculiaridades próprias do estado** porque é o estado mais populoso da Amazônia, são 8 milhões 104 mil habitantes. (Representante da Secretaria Estadual de Saúde do Pará, agosto/2015, grifo nosso).

A representante da União vai além dos limites financeiros e elenca outros pontos de estrangulamento que distanciam ainda mais a elaboração da efetivação da política:

Porque muitas questões, embora a gente tenha um desenho de pactuação tripartite e uma série de dispositivos que o SUS implementou para discussão, hoje os municípios tem ficado com uma carga grande tanto de financiamento quanto de **decisões** que muitas vezes não acompanham o recurso que o município dispõe, as vezes de capacitação do próprio gestor. Então tem essa dificuldade também. (Representante do Ministério da Saúde, junho/2015, grifo nosso).

De certo, os entes federados nos três níveis afirmam que o financiamento é um ponto crítico na política de urgência. Embora existam recursos para manter a estrutura das unidades em funcionamento a falta de periodicidade do repasse e a defasagem da tabela do SUS, ainda são um grande desafio a ser enfrentado.

Quanto ao **planejamento**, os federados apresentam perspectivas diferentes quanto à aplicabilidade da política de urgência nas regiões do estudo. Enquanto que a União afirma que estão previstos na política incentivos diferenciados para unidades estabelecidas na Amazônia Legal:

O que a gente conseguiu foi ter 30% de acréscimo para a Amazônia Legal, o que é ótimo. Então uma UPA porte III fora da Amazônia Legal que já está qualificada recebe 500 mil por mês, para uma UPA dentro da Amazônia Legal é 650 mil por mês, então já é um acréscimo considerando o valor do médico, às vezes a dificuldade de chegar uma manutenção de equipamento, isso tudo realmente aumenta o custo de uma UPA. (Representante do Ministério da Saúde, junho/2015).

O representante da Secretaria de Saúde de Belém afirma que, embora haja previsão no planejamento da União uma contrapartida financeira maior para as UPAs situadas na Amazônia Legal, esta diferenciação não é suficiente, em virtude dos grandes custos dos serviços da região, o que acaba onerando ainda mais o município. A contrapartida municipal que deveria ser de 25% acaba sendo bem maior:

Nas UPAs especificamente a contrapartida tem sido bem maior, porque só as obras das UPAs estão custando para o município com os 4 milhões que o Ministério dá para equipamento e construção não foram suficientes, então a contrapartida em algumas UPAs ultrapassou os 50% por conta de que o m<sup>2</sup> na região amazônica é um valor muito superior ao m<sup>2</sup> de estruturas construídas em outros estados, especialmente no sudeste e do sul, então para nós a discrepância de recursos é muito grande, então a contrapartida acaba sendo muito maior. (Diretor da Urgência e Emergência do município de Belém- DEUE/SESMA, outubro/2015).

E esta contrapartida insuficiente da União com conseqüente complementação do valor pelo município, impacta negativamente no planejamento municipal, uma vez que onera o município bem mais do que estava previsto inicialmente. Ainda quanto ao planejamento, uma das diretrizes da política de urgência determina o quantitativo populacional do entorno das unidades como critério para implementação segundo o porte da UPA, caracterizado a partir de

tipos: UPA Tipo III de 200 a 300 mil habitantes; UPA Tipo II de 100 a 200 mil habitantes; e, a UPA Tipo I de 50 a 100 mil habitantes). Tanto Belém quanto Ananindeua, afirmam que o critério populacional para implantação das UPAs, muitas vezes, na prática, se choca com o planejamento do município que deixa de implantar unidades em locais que tem grande necessidade:

Na prática hoje Ananindeua é dividida em 5 polos de saúde. Então esses polos de saúde têm em média variam de 70 mil habitantes a 140 mil. Então com isso hoje a gente tem uma UPA porte III que é uma população de acima de 200 mil habitantes e três UPAs porte II que variam para uma população de 100 a 200 mil habitantes. Mas quando você vai ver se isso atende a tua demanda mesmo com essas 4 UPAs, vai atender em partes, mas seria necessário mais uma no polo 3 que é a parte do PAAR (...) uma UPA ali para aquela população seria importante. Então fugiria do critério da portaria? Sim! Mas justificaria por conta da demanda que hoje a unidade recebe só que é uma unidade de saúde que não é uma UPA (Secretário de Saúde de Ananindeua, agosto/2015).

Foi identificado nas entrevistas, que um dos principais problemas das políticas de caráter universal é que, uma vez estabelecidas pela União, os municípios ficam com a difícil tarefa de implantarem essas políticas. Mesmo que, em alguns casos, as mesmas não reflitam a necessidade municipal, conforme afirma o representante de Belém, que tem a necessidade de implantação de unidades em determinados locais, mas não consegue porque o critério populacional estabelecido na política, não contempla esta região:

O Ministério faz estabelece algumas regras, por exemplo, Belém tem uma densidade territorial grande e é previsto para cada 400 mil habitantes eu ter uma UPA, depois de muita discussão o Ministério consegue liberar que Belém tenha 5 UPAS implantadas, se não fosse por isso Belém teria só 4 UPAs funcionando, aí você pensa em Mosqueiro que é distante, que tem uma população fixa grande, uma população flutuante maior ainda que beira os 500 mil em períodos de pico (...) Então essa flutuação no meu ver garantiria que Mosqueiro tivesse pelo menos uma UPA implantada. Então nesse ponto talvez a política não acompanhe a realidade do serviço, a realidade de cada município e imputa regras que nós não conseguimos quebrar. (Diretor da Urgência e Emergência de Belém, outubro/2015).

Na categoria **Pactuação**, é unânime entre os entrevistados a grande dificuldade, sobretudo dos municípios do interior, de pactuar os serviços como as secretarias de saúde dos municípios de Belém e Ananindeua. E isto reflete na coordenação do serviço, pois ao atender pacientes que não estavam previstos, os municípios do estudo acabam sendo sobrecarregados tanto com relação a sua estrutura física quanto financeiramente pelos gastos com esses pacientes dos quais não recebem contrapartida dos municípios de origem. Esta não-cooperação, conforme afirma Souza (2007), não consegue ser freada pelos limites institucionais.

Estes limites podem ser entendidos como as pactuações estabelecidas no território (Pactuação Programada e Integrada- PPI; Comissões Intergestores Bipartite- CIB) que não são cumpridas pelos municípios de origem dos pacientes. Este comportamento pode ser entendido

como uma maximização dos interesses dos municípios desertores (FAREJOHN; PASQUINO, 2001), pois é mais fácil encaminhar um paciente sem a devida regulação e estabilização, se eximindo de qualquer responsabilidade, deixando com o município receptor a responsabilidade de atendimento do mesmo:

Nós temos passado para outro nível agora que é o de notificar os Ministérios Públicos estaduais e federais por encaminhamentos irresponsáveis que nós recebemos de pacientes, o município não dá nenhuma resolutividade, não dá nenhuma estabilização (...) Então esse nível da CIB, da discussão da responsabilidade pelo encaminhamento do doente e da responsabilidade do município de resolver ou de pelo menos estabilizar o doente para encaminhar ou cadastrar o paciente na Central de Leitos ou de fazer o atendimento prévio do doente não só de colocar na ambulância e encaminhar. (Diretor da Urgência e Emergência de Belém, outubro/2015).

A pactuação dos serviços de saúde se faz necessária para que as unidades trabalhem dentro da sua capacidade, ou, caso seja pactuado o serviço com outro município, receba os recursos dos mesmos para cobrir os gastos com pacientes de outros municípios. Lembrando que todos municípios recebem recursos do governo federal para aplicar em saúde no seu território, no entanto, nem todos repassam esses valores para os municípios que atendem a sua população. O secretário de saúde de Ananindeua afirma que este é o principal problema de superlotação das UPAs:

Então o grande problema é esse e outro: no estado até então estavam previstas 50 UPAs, o município de Ananindeua tem quatro, mas não foi feita uma pactuação com todos os municípios da região metropolitana de Belém, Marituba, Benevides, de Santa Bárbara e de outros municípios aqui próximos. Como a UPA da Cidade Nova foi a primeira UPA da Região Metropolitana e isso foi mais uma porta de urgência para todo mundo. Então a capacidade da UPA que até então era de 450 pacientes a capacidade compatível ao que existe hoje está em torno aí variando em alguns dias, entre 1000 a 1200 atendimentos. Então aqui pela nossa estatística foi até pacientes de outros estados estarem sendo atendidos nas Unidades de Pronto Atendimento. A grande dificuldade hoje é tem a resolução? Tem! Dentro de uma capacidade. Porém hoje está quase o triplo dessa capacidade daí chega um momento em que a gente não tem o encaminhamento desse paciente. (Secretário de saúde de Ananindeua, agosto/2015).

O governo federal ressalta a importância das instâncias de pactuação regional, pelas quais é possível a pactuação dos serviços de saúde entre os municípios e estados, a fim de tornar efetivo o princípio da democratização da saúde. Já que os municípios menores não têm os recursos necessários para manter, sobretudo, os serviços de média e alta complexidade.

A representante do Ministério Público do Estado do Pará afirma que, grande parte do público atendido na promotoria de assuntos constitucionais é do interior do estado e esta grande concentração de pessoas na capital faz surgir a falsa ideia de que o problema da saúde se concentra apenas na gestão da política de saúde em Belém. Todas as demandas

encaminhadas são conduzidas no intuito de serem resolvidas administrativamente não sendo necessário entrar com ações judiciais contra os municípios e o estado, o que, tem sido positivo até o momento segundo a promotora. No entanto, a mesma ressalta dois principais problemas da super lotação do serviço de saúde na capital: a) a deficiência do serviço de atenção básica nos municípios do interior e b) encaminhamento de pacientes sem a devida pactuação do serviço entre o município de origem do paciente e Belém:

Só ingressamos com a ação quando esses prazos estão todos extrapolados e a pessoa está realmente em risco, eu tenho um laudo médico, o Ministério atua a partir de um laudo [...] Belém concentra quase toda a alta complexidade e boa parte da média complexidade. Então a população do estado ela se concentra em Belém e quando a pessoa vem para Belém principalmente quando ela não vem regulada, ela tem acesso através das nossas unidades de saúde principalmente de urgências e emergências: os pronto-socorros e as UPAs. Ai é publicado assim 'o problema é em Belém, Belém que não tem o profissional, Belém que não tem o leito' enquanto na verdade não houve uma ação muitos vem sem que nem esse município tenha pactuado a saúde com o município de Belém. Ele não presta o atendimento, ele não faz a sua parte lá , os municípios infelizmente preferem comprar ambulância do que prestar a atenção básica. Então em termos de demandas o que mais ocasiona demandas na promotoria são questão de leitos e questões de medicamentos (Promotora de Assuntos Constitucionais do Ministério Público do Estado do Pará. Julho/ 2015).

Fica evidente no estudo que a política de urgência nos dois municípios pesquisados convive como conflitos federativos sob três principais aspectos: financiamento, planejamento e pactuação. Os elementos propulsores deste fenômeno são: a baixa institucionalidade da política, que não consegue ser minimizada pelos acordos e regras estabelecidos nas arenas decisórias; e o comportamento não-cooperativos dos atores envolvidos, que descumprem os acordos, mesmo entendendo que na pactuação dos serviços seria a melhor opção para ampliação do atendimento dos seus municípios e gerariam menor impacto aos municípios de retaguarda (Belém e Ananindeua, responsáveis pela maior parte da média e alta complexidade do estado) que ficam com o ônus do não-repasse pelos serviços prestados.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O caminho para um Sistema Único de Saúde descentralizado, equânime e regionalizado ainda apresenta alguns obstáculos a serem vencidos. A descentralização trouxe consigo muitos desafios para os municípios que se tornaram protagonistas das políticas públicas. Não obstante, este protagonismo não foi acompanhado dos instrumentos necessários para que a gestão dos serviços fosse realizada de forma plena, mesmo com as instâncias de pactuação, na qual os municípios menores podem negociar com outros que detém melhor estrutura, a dependência financeira dos municípios ainda é um obstáculo muito grande e que merece atenção.

Os problemas identificados nesse processo são potencializados pelo fato de que o agente indutor da coordenação federativa, a União, não consegue aglutinar todas as necessidades dos subnacionais nas políticas de cunho universal, o que foi ratificado nas entrevistas sobre o distanciamento entre o planejamento e a efetivação da política em nível local. Isto causa a ineficiência da política no território, gerando insatisfação dos gestores e um

reforço do comportamento não-cooperativo dos mesmos.

Novos estudos sobre os impactos gerados pelo rompimento dos acordos em nível regional podem gerar indícios que sinalizem os motivos pelos quais a União, estados e municípios apresentam tantas dificuldades em estabelecer estes acordos mesmo com os todos os instrumentos existentes, como, por exemplo, políticas tripartites e regionalizadas, arenas de negociação, Programação Pactuada Integrada (PPI).

## 5- REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A cooperação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 24, p. 41-67, jul. 2005.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Recentralizando a federação? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 24, p. 29-40, jun. 2005.

ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Condicionantes locais da descentralização das políticas de saúde. In: HOCHMAN, Gilberto (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: 20 set.1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)>. Acesso em: 12 set.2016.

CARNEIRO, T. S. G.; CARNEIRO, P. S. C.; CHAVES, L.D. P.; FERREIRA, J. B. B.; PINTO, I. C. O Pacto pela Saúde na prática cotidiana da Atenção Primária à Saúde. **Revista Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 429-439, jul-set, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38n102/0103-1104-sdeb-38-102-0429.pdf>> Acesso em: 11 set. 2016.

DUARTE, Ligia S; PESSOTO, Umberto C.; GUIMARÃES, R.B.; HEIMANN, Luiza S.; CAVALHEIRO, José da R.; CORTIZO, Carlos T.; RIBEIRO, Eduardo A. W. Regionalização da saúde no Brasil: uma perspectiva de análise. **Rev. Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 472-485, 2015.

ELSTER, J. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. TRÂNSITO, Antônio (trad.). Rio de Janeiro: Relume-Dumarã, 1994.

FARREJOHN, J. PASQUINO, P. Teoria da Escolha Racional na Ciência Política: Conceitos de Racionalidade em Teoria Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 45, p. 5-24, fev. 2001.

HALL, P.; TAYLLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, 2003.

HINDESS, Barry. Rational choice theory and the analysis of political action. **Economy and Society**, 13.3, p. 255-77, 1985.

LIMA, L.D.; MACHADO, C.V.; GERASSI, C.D.O. **O neo-institucionalismo e a análise de políticas de saúde**: contribuições para uma reflexão crítica. In: MATTOS, R.A.; BAPTISTA, T.W.F. Caminhos para análise das políticas de saúde, p. 111-137, 2011.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais da vida política. **Revista de Sociologia Política**, v. 16, n. 31, p. 121-142, Curitiba, nov. 2008.

NORTH, D. **Institutions and institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

O'DWYER, Gisele. A gestão da atenção às urgências e o protagonismo federal. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 15, n. 5, Rio de Janeiro, aug. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232010000500014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000500014) &lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 jan. 2015.

RANDOW, Roberta M.; BRITO Maria J.M.; SILVA, Kênia L.; ANDRADE, Angélica M.; CAÇADOR, Beatriz S.; SIMAN, Andréia G. Articulação com a atenção primária à saúde na perspectiva dos gerentes de unidade de pronto-atendimento. **Rev. Rene**, Fortaleza, n. especial 12, p. 904-12, 2011.

SANTOS, N. R. Sistema Único de Saúde - 2010: Espaço para Uma Virada. **Mundo saúde**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 8-19, 2010.

SOUZA, Celina. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto (Org.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

TSEBELIS, George. **Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada**. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

UCHIMURA, Liza Yurie Teruya. **Diagnóstico da integração e da adequabilidade das unidades de pronto atendimentos (UPAs) do Estado do Paraná às redes de atenção do Sistema Único de Saúde**. 2014. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva), Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

## **Conhecendo os encantos e as manifestações de São João de Pirabas: a terra mística do rei Sabá.**

Luciana Pereira de O. Tavares Mourão, assistente social da Prefeitura Municipal de São João de Pirabas e membro do Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental, [lpotavares@yahoo.com.br](mailto:lpotavares@yahoo.com.br);  
Antonio Paulo da F. Pinheiro, servidor público, radialista, membro do Instituto de Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental da microrregião do Salgado, [pinheirokgr@gmail.com](mailto:pinheirokgr@gmail.com);

### **Resumo**

A compreensão da realidade amazônica não é uma tarefa simples em virtude das suas particularidades e singularidades, que a diferenciam de outras regiões. Sua riqueza cultural e da biodiversidade fazem deste território um lugar belo, mas também cobiçado por diversos estados e outras nações. Neste resumo se enfatizará a cultura e os saberes de uma pequena cidade na microrregião do salgado na mesorregião do nordeste paraense, São João de Pirabas, a terra do peixe, do “muão”, da cultura do pescado e da “invasão” de alemães. O município foi emancipado a esta condição em 1988, mas apresenta em sua construção histórica e territorial uma mistura de misticismo e realidade desde a segunda metade do século XIX, com “colonização” de famílias estrangeiras. Mas o que mais impressiona na história do município é a riqueza cultural, entre elas está a festa do rei Sabá, que já é objeto de estudo em monografias e dissertações, o evento é realizado dia 20 de janeiro na praia do Castelo na Ilha da Fortaleza, onde há um platô de rocha cenozóica em formato natural que lembra um homem sentado em meditação de costas para o oceano Atlântico. Este seria o rei Sabá, sobre ele há diversas versões a serem contadas, desde um rei africano a bordo de um navio negreiro naufragado na região, soldado romano, rei português e até sultão turco. Durante a festa há manifestações religiosas da umbanda, do candomblé, pajelância entre outras religiões de matriz afro e a presença de pessoas de diversos lugares do Brasil que participam do evento, isso nos remete aos estudos de Guerra (2014), onde ressalta a apropriação de rochas para a manifestação religiosa (...), seja pela lapidação delas ou seja pelo uso das mesmas em seu formato original nominando lugares, servindo como totens ou como base para a instalação de estátuas, templos e espaços de contemplação. Outra realidade no município trata-se da ocupação territorial que também está sobre estudo, chamando atenção a presença de imigrantes alemães que edificaram em locais distintos duas grandes construções em pedra, sendo uma delas, hipoteticamente, servido de apoio aos submarinos alemães na segunda guerra mundial. Além desse histórico de ocupação territorial e religiosidade, há também as práticas cotidianas do povo pirabense, como o “muão” que é doação do peixe, podendo ser um ato de solidariedade ou de prestígio do pescador para com a pessoa. O município apresenta significativo potencial turístico por suas praias, ilhas e manguezais, além de ser um dos grandes exportadores de pescado do país. Estas são algumas das manifestações culturais e saberes de um povo que apesar, de sua riqueza territorial e marítima, vivencia as consequências e as manifestações das questões sociais.

Palavras-chave: saberes, religiosidade, amazônia, cultura, território.

## 1 - Seu nome, sua identidade

A origem do termo “Pirabas” é controversa, pois a versão mais difundida é também a mais contestada. Tal versão menciona uma espécie de peixe, parente das piabas, que existia em abundância no rio que banha a cidade, vindo este rio posteriormente a ser homônimo. Etimologicamente, Pirabas quer dizer peixe da beira. Mas essa versão é refutada pela grande maioria dos pescadores, como o experiente pescador Geraldo Damasceno, no ano de 2010, em entrevista concedida a alunos de escolas municipais em pesquisa para o projeto intitulado “pedagogia de projetos”, coordenado pela secretaria municipal de educação em comemoração alusiva ao aniversário de 22 anos de emancipação política e administrativa da cidade.

Geraldo, questionava a versão perguntando o que teria acontecido com esse peixe? Por que só essa espécie foi extinta? E por que nunca ouviu relatos da pescaria dessa espécie, como é comum os pescadores relatarem suas proezas? O centenário Militão Elizário, um dos fundadores da colônia de Pescadores do município afirma que o nome se origina de pedras existentes na ilha da Fortaleza, que esta teria dado nome ao rio. Essa narrativa tem respaldo científico, uma vez que as rochas existentes na ilha pertencem a formação Pirabas, estudadas pelos cientistas Ferreira Penna e Candido Simões, do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Outras versões até então desconhecidas do público foram apresentadas, Pirabas como uma tribo de índios, que habitavam as margens dos rios Japerica e Quatipuru, mencionados por moradores mais antigos que lembraram as narrativas dos seus pais ou avós sobre a convivência, ora tensa, ora amistosa com a etnia, conhecidos também como “urubus”, por tingirem seus corpos com uma espécie de líquido preto; a fusão dos termos “piracema de piramutabas”, tendo-se recorrido à linguística para explicar a junção de duas palavras, o que é muito comum na nossa língua. Em linhas gerais todas apresentam fundamento, E, assim, perdura o mistério sobre a origem do nome Pirabas.

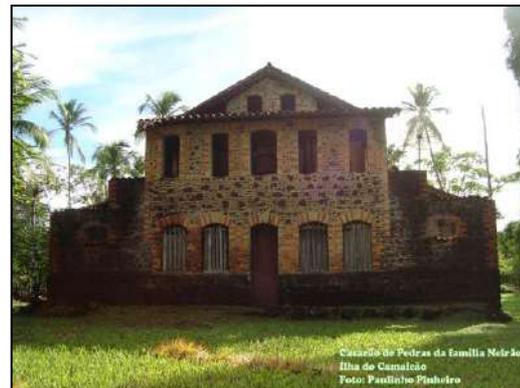
## 2 – Pirabas e seus encantos

Banhada pelos rios Axindeua, à Oeste, e Pirabas à leste, São João de Pirabas, no litoral do nordeste paraense compõe o cenário de belezas naturais da região conhecida como Amazônia Atlântica. Privilegiada por suas ilhas, praias e manguezais o município tem forte vocação para o turismo nos mais diversos tipos: ecológico, sol e mar, religioso dentre outros. Sua riqueza marinha faz do município um dos mais importantes produtores de pescado do Brasil, sendo o principal setor da economia local.

Além dos aspectos econômicos e sua vocação natural para o turismo, o município de 22.207 habitantes, segundo censo (IBGE, 2016), apresenta suas particularidades que através do presente trabalho pretende-se mostrar, como a sua história, formação e ocupação; os saberes e fazeres típicos da cultura praiana; sua produção cultural fortemente influenciada pelo imaginário popular que paira sobre a figura mítica do Rei Sabá, a devoção aos santos católicos e a exaltação às belezas naturais de sua flora e fauna.

Sobre sua ocupação territorial pode-se afirmar que oficialmente a história do município data de 06 de junho de 1895 quando Pirabas é reconhecida como povoado de Salinópolis. Neste período como nos revela o Pe. Florence Duboys em seu livro “Sal, Salinas, Salinópolis”, a localidade conheceu acentuado crescimento com a instalação da companhia Amazon River de Navegação, que ligava o litoral salinense à capital, servindo como meio de transporte para passageiros e cargas, em especial a produção de peixe seco, cal, arroz dentre outros produtos da agricultura, enquanto que no fluxo inverso a pequena localidade era abastecida de produtos manufaturados como cachaça, sabão, tecido, ferramentas de corte etc.

A ocupação territorial se deu muito antes dos registros oficiais de assentamento das primeiras famílias como descreve Muniz (1904), porém, navegantes que costeavam o litoral já registravam em seus diários de bordo a presença de manifestações religiosas na ilha da Fortaleza ainda na primeira metade do século XVIII, no período do Brasil imperial. Em seu livro “O guerreiro do Salgado” o autor Wladimir F. Filho (2001) ao narrar as memórias do seu avô Cândido Ferreira informa que o território antes do assentamento das famílias Florêncio, Matos Muniz e do português Barbado pelo governo do estado, outras famílias já ocupavam há anos as margens do rio Pirabas. Essas famílias também de origem estrangeira e com grandes contribuições para a localidade foram os libaneses Abud e os Neyrão, imigrantes alemães. Os primeiros dedicados ao comércio, os últimos são conhecidos não só pelo legado na área da educação, na organização social, mas principalmente pelas imponentes construções erguidas no município. São dois casarões de pedra talhada preservando o estilo europeu. A mais conhecida está localizada no centro da cidade em frente a igreja matriz, enquanto que a segunda foi erguida na ilha do camaleão. Sobre a presença dos imigrantes germânicos no salgado paraense são levantadas várias hipóteses pelos nativos, inclusive de que o patriarca Messias Neyrão, supostamente teria sido enviado pelo III Reich, o que não tem comprovação histórica. O certo é que os dois casarões são as maiores atrações históricas do município.



### 3 - Cultura, religiosidade e misticismo

A devoção aos santos católicos alimentam a fé do povo durante o ano todo, São João Batista é o padroeiro da cidade. O nome do santo católico, segundo Wladimir Filho, foi incorporado a localidade como resultado de uma promessa alcançada por uma família a quem fora dada a posse da terra ainda nos tempos das sesmarias.

Ao desembarcarem no território, perceberam que na área não havia água potável, o que exigiria sacrifício de um dos integrantes da comitiva em buscar a água em um local infestado por feras. A líder da comitiva então, devota de São João Batista, fez uma promessa sugerindo batizar o nome da localidade de São João, caso seu filho encontrasse o líquido precioso e retornasse em segurança. E assim foi feito, dentro de dois dias o seu filho retornou trazendo as novidades do local onde dispunha de água em abundância. Em agradecimento pela benção alcançada, o local foi batizado como São João, que mais tarde viria a juntar-se com Pirabas, dando nome ao município como o conhecemos hoje. O padroeiro é comemorado no dia 26 de junho, com arraial procissão e missa.

Outro santo evidenciado é São Pedro, considerado o padroeiro dos pescadores, e no município é um dos santos católicos mais prestigiados, o que facilmente é entendido, já que o município tem sua economia predominantemente na pesca.

Durante a quadra junina, os pescadores organizam-se para realizar a festa ao padroeiro com leilões, vendas de comidas típicas e apresentações culturais no arraial da igreja em sua homenagem.

O ponto mais marcante da festividade acontece na procissão fluvial, onde inúmeras embarcações enfeitadas de balões e bandeirolas acompanham a saída da imagem do discípulo de Jesus até a ilha da Fortaleza, onde pernoita, retornando a sede do município na manhã seguinte reunindo centenas de fiéis nas procissões e missas, que acontecem desde 1951, segundo Militão Elizário, ex presidente da colônia de pescadores. Além do lado litúrgico, também há o desportivo. Todos os anos são realizadas as regatas de canoas à vela, uma das mais tradicionais modalidades esportivas da região nordeste, que ao lado de outras modalidades como o futebol, futsal e ciclismoreúne uma multidão na orla da cidade para prestigiarem o colorido das velas que contrastam com os manguezais e as águas dos rios Axindeua e Pirabas.

O Círio de Nazaré e a revolta dos pescadores É o maior evento religioso do município, e um dos mais importantes da comunidade católica na região. A história do círio em Pirabas é uma das mais emblemáticas do interior paraneense, reúne contornos de resistência ao autoritarismo e a fé diante da impossibilidade de resolver os problemas temporais.

Na história oficial reconhecida pela paróquia, reconstituída através de pesquisas de It Cordeiro e Gideão Silva, datam o primeiro círio de Pirabas no ano de 1942, realizado no segundo domingo de outubro e celebrado pelo Padre Duboys. Os dois pesquisadores ad hoc com base em registro orais de moradores mais antigos afirmam que pescadores e colônia de pescadores, presidida pelo então tenente Siqueira Campos, entraram em conflito por conta dos altos valores dos impostos cobrados dos moradores que viviam da pesca artesanal. O método de cobrança de Campos para com os inadimplentes, sempre usando da truculência, também não agradava a comunidade.

O estopim para o conflito se deu quando a colônia passou a proibir que os pescadores saíssem ao mar para buscar o sustento de suas famílias. Laureço Castro da Fonseca, pescador e líder da vila de Inajá, reuniu dezenas de pescadores de várias comunidades pesqueiras e foram ao encontro de Siqueira Campos. Após remarem seus grandes batelões, chegando ao lugarejo, marcaram a audiência com mandatário da colônia, este pensando que iria arrecadar os impostos devidos pelos insurgentes – como conta a moradora Edith Pereira Lima, 80 anos, que à época tinha 11 anos de idade, que no momento do incidente estava em uma residência aos fundos do antigo prédio da colônia, sendo uma das poucas testemunhas oculares do fatídico dia histórico. Indisposto ao diálogo, Laureço economizou as palavras e cumprimentou o oficial com um forte soco no rosto, deflagrando uma pancadaria generalizada, obrigando Campos a fingir-se de morto até ser resgatado por seus partidários e levado às pressas para a Capital.

A retaliação não custou a vir. Vários pescadores foram acusados de terem participado do conflito, alguns inclusive chegaram a serem presos e enviados a capital. Nesse clima de instabilidade, em meio a II Guerra Mundial, as famílias encontravam-se num estado de desespero, sem que o conflito que já começava ganhar grandes proporções fosse resolvido, produzindo aflição, angústia e temor diante da situação de animosidade.

Preocupada com os desdobramentos das perseguições e prisão dos acusados, dona Percília Nogueira Batista, apelou para a fé. Sem vislumbrar o fim imediato do conflito e o temor de que as coisas se agravassem ainda mais, rezou pedindo a intervenção de Nossa Senhora de Nazaré para que a vila voltasse a sua rotina. Em agradecimento, fazia uma procissão em homenagem a rainha da Amazônia.

Milagrosamente o conflito cessou e a então vila de São João de Pirabas voltou a sua normalidade, sem o clima de tensão de outrora, apesar da segunda guerra mundial em

curso. Por não ser católica praticante, Percília pediu a ajuda de dona Magna Nassar para os preparativos da festa. Atualmente a festa é um evento rico em fé e beleza



Foto: Paulinho Pinheiro, 2010.

Outro símbolo da cultura local é o rei Sabá, o qual tem lugar de relevância no imaginário do povo pirabenses. Tido como o protetor da ilha da Fortaleza, este ser mítico, personificado em uma pedra naturalmente esculpida em cima de um platô de rochas cenozoicas na praia do Castelo é o grande destaque da cultura nativa.

Ninguém sabe ao certo quando iniciaram as manifestações, ou quem teria dito que aquela seria a pedra do rei Sabá. O que se sabe através de registros de navegantes e estudiosos da formação Pirabas é que na primeira metade do século XIX as celebrações na pedra já aconteciam.

Há várias versões de quem seria este ser mítico. Para adeptos da pajelância cabocla, seria um índio, que ao retornar de uma longa viagem pediu a Tupã que o petrificasse ao ver sua tribo devastada por uma peste. Outra versão narra que a pedra trata-se de um príncipe africano que veio parar no continente após o navio negreiro em que estava naufragar na costa do litoral paraense. Porém, a versão mais difundida e objeto de dissertações, artigos, teses e demais pesquisas acadêmicas apontam para memória do monarca Dom Sebastião, rei de Portugal, desaparecido no conflito de Alcácer-Quibir, no deserto do Marrocos quando seu exército foi arrasado pelos Mouros, em 1578.

O mito em volta dessa figura chamou a atenção de vários pesquisadores, entre eles a antropóloga Anaíza Vergolino (UFPA) que em sua tese de doutorado afirma encontrar elementos que indicam se tratar do último da dinastia de Aviz.

A festa ao rei Sabá que acontece no mesmo dia em que católicos homenageiam São Sebastião, 20 de janeiro, reúne milhares de pessoas todos os anos em peregrinação à ilha da Fortaleza, que fica a trinta minutos de barco da sede do município. Em um cenário de belezas típicas das praias do litoral paraense, o complexo mítico do rei Sabá ainda recebe estátuas de entidades da cultura afro-amazônica: Mariana, Jarina, Yemanjá e Zé Raimundo, o que dá ao local um aspecto de território sagrado.

Está festa abre o calendário cultural do município, atraindo milhares de pessoas, nativos que vão para simplesmente se divertir durante a programação cultural, os religiosos como os pais, mães e filhos de santo, sacerdotes dos cultos afro, responsáveis pelas celebrações e os interessados na temática, artistas populares, acadêmicos, pesquisadores e membros da imprensa especializada.



### Considerações finais

Reconhecidamente São João de Pirabas é uma das pequenas cidades da Amazônia que vive do seu encantamento e riqueza natural. É um terreno fértil para as mais diversas pesquisas, nos mais diferentes campos do conhecimento. Identifica-se que apesar do município possuir grandes riquezas naturais e culturais, ainda carece de ações mais proativas por parte do poder público e da iniciativa privada, para que todo esse potencial seja transformado em um produto que impulse o desenvolvimento sustentável dos municípios, garanta a salvaguarda das tradições, promova o folclore e a cultura viva do lugar, o estímulo às novas gerações na busca de desvendar as questões intrigantes do cotidiano praiano que fazem parte desse “pedaço” da Amazônia.

### Referências bibliográficas

- FILHO, Wladimir Ferreira. **O guerreiro do salgado**. Secretaria Municipal de São João de Pirabas, 2001.
- MUNIZ, João de Palma. **Patrimônios dos Conselhos Municipais do Estado do Pará**. – Paris: Aillaud, 1904.
- REGO, José de Moraes. **Litolatria: culto das pedras no Estado do Pará**. - Belém, 1983.
- ROCQUE, Carlos. **Grande enciclopédia da Amazônia**. – Belém: AMEL, 1968.
- \_\_\_\_\_. **História dos municípios do Pará**. 5ª Edição Revisada e atualizada. – Belém: CEJUP & Jornal “A Província do Pará”. 1998.
- SILVA, Gerson Santos e. **Encantados da “fortaleza” insular: D. Sebastião, natureza em uma história cultural na Amazônia**. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2007. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.
- TÁVORA, Vladimir de Araújo; SANTOS, André Augusto Rodrigues dos; ARAÚJO, Raphael Neto. **Localidades fossilíferas da Formação Pirabas (Mioceno Inferior)**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Nat., Belém, v. 5, n. 2, p. 207-224, maio-ago. 2010.

## **CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA DIGITAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA EDUCATIVA EM SANTARÉM – PARÁ**

*Adriane Panduro Gama, UFOPA, [adriane.bio@gmail.com](mailto:adriane.bio@gmail.com)  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Tania Suely Azevedo Brasileiro, UFOPA, [brasileirotania@gmail.com](mailto:brasileirotania@gmail.com)*

...

### **Resumo**

O presente artigo origina-se do seguinte questionamento: Qual educação e qual escola para a Amazônia? Constante na disciplina Seminário Integrador II, do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. Tem como foco o relato de experiência do Coletivo Puraquê na formação de professores dos laboratórios de Informática Educativa e a importância da cultura digital no ambiente escolar, bem como os reflexos da formação do professor na atuação do docente integrante de uma sociedade digital na Amazônia. A introdução de novas tecnologias na sociedade contemporânea, marcada por rápidas mudanças, fez com que a escola pudesse agir e acompanhar as evoluções educacionais, tecnológicas e das novas gerações cidadãos. Com uma formação de professores emergindo da comunidade para a escola, como na experiência aqui tratada, alicerçada pelo *software* livre, ética *hacker*, metareciclagem, apropriação crítica das tecnologias e pela perspectiva freiriana, enfrentou, a princípio, resistência por parte dos professores, vista como uma problemática para a entrada das tecnologias livres nas escolas. Por outro lado, teve exitosos resultados quanto a inserção de uma Rede de Comunicação Digital Escolar e a criação institucional do Núcleo de Informática Educativa – NIE. A pesquisa bibliográfica adotada para dialogar com esta realidade teve como aporte teórico, autores como Nelson Pretto (2013), Paulo Freire (2000), Pierre Lévy (1999) e demais referenciais atuantes. Assim, pode-se direcionar um olhar mais profundo para a cultura digital como possibilidade de construir uma aprendizagem colaborativa entre o educador e educando, pautada na troca de conhecimentos, na busca de autonomia e no senso crítico da sua realidade amazônica.

**Palavras-chave:** Educação. Cultura Digital. Informática Educativa. Formação de Professores. Amazônia.

### **1- INTRODUÇÃO**

A escolha do tema deve-se a discussão em sala de aula sobre “Qual educação e qual escola para a Amazônia?” O sistema educacional brasileiro, apesar de vários avanços conquistados, ainda percorre por muitas lutas e desafios no tocante à aprendizagem significativa e, no caso amazônico, de um ensino que se agregue verdadeiramente à realidade da floresta, que contribui com o engajamento

social e a emancipação das pessoas através da apropriação tecnológica, do conhecimento coletivo e da colaboração.

Nesse contexto promissor, podemos reconhecer a cultura digital nas escolas e também na formação profissional docente como uma das possibilidades de mudanças e rupturas de uma aprendizagem transmissora, notadamente perceptível em sala de aula com alunos desmotivados e docentes inseguros diante de uma realidade em que sua formação não os preparou adequadamente para o enfrentamento de desafios contemporâneos.

As reflexões são baseadas nas fundamentações teóricas de Pierre Lévy (1999), Paulo Freire (2000), Nelson Pretto (2013) e outros, que vêm contribuir com a relevância da cibercultura na Amazônia, também apontam lacunas em sua estruturação, as quais remetem a interpretações errôneas, dificultando o processo da cultura digital e *software* livre em sala de aula, principalmente nas escolas públicas.

Partindo de um contexto maior, em pleno século XXI estamos vivenciando uma crise global da humanidade. As desigualdades econômica e social aumentam progressivamente e a educação está em descompasso com as oportunidades de trabalho. Para agravar esse cenário, o planeta vem sofrendo consequências dos impactos alarmantes da ação humana, tais como: o aumento populacional e de refugiados socioambientais, consumismo aos extremos, e maior uso de recursos naturais e das tecnologias de forma desordenada, e entre outras.

As transformações tecnológicas são fugazes e intensificam ainda mais os desafios da sociedade. Freire (1997) já nos convidava a uma postura mais crítica neste aspecto, sobretudo, em relação ao compromisso social e ético para enfrentar os desafios destes “novos tempos, porém, velhos problemas” (BRASILEIRO, 2002; 2005). Contudo,

Quanto a educação, o que estamos presenciando no debate sobre a natureza e o futuro do ensino é uma ambivalência cultural que nos mostra todos os signos de uma sociedade profundamente confusa sobre como adaptar-se a um mundo diferente daquele das gerações passadas, e que está mudando de uma forma acelerada. Neste contexto, a formação de professores é hoje, mais que nunca, uma temática estudada; isto se deve ao fato de que os sistemas de ensino em todo o mundo estão sendo impelidos a reformular-se. O impacto provocado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, principalmente no seio das sociedades desenvolvidas, está desencadeando mudanças profundas também nos sistemas educativos em países considerados emergentes, como o nosso. (BRASILEIRO, 2010, p. 114).

Em síntese, existe uma profunda lacuna entre a educação, novas tecnologias e sociedade, especialmente em países subdesenvolvidos. Assim, a discussão que se faz neste trabalho, cogita sobre como a cultura digital inserida no processo de formação de professores pode contribuir para uma educação e uma escola que busquem uma aprendizagem mais colaborativa, comunicativa e criativa na Amazônia.

Indaga-se: como, por meio do uso e da apropriação crítica das ferramentas tecnológicas feitas por educadores e educandos, torná-los conscientes de que são corresponsáveis pelo território em que vivem? Como os professores podem integrar

os princípios colaborativos da metareciclagem e do *software* livre em seus conteúdos pedagógicos nos laboratórios de Informática Educativa?

Atendendo a essa investigação, elaborou-se este artigo sobre cultura digital e educação na Amazônia, na tentativa de analisar e refletir uma vivência oriunda da comunidade para a escola, através do relato experimental da formação dos professores dos laboratórios de informática educativa de Santarém em parceria com o Coletivo Puraqué, nos anos de 2008 a 2012, trazendo para esses ambientes escolares, a inserção de oficinas de metareciclagem e de multimídias com uso de *software* livre, bem como o reconhecimento e propagação dos seus princípios colaborativos.

Este estudo tem como metodologia a pesquisa bibliográfica com base no levantamento de materiais e documentos referenciais de autores e colaboradores da organização, bem como as contribuições da autora principal deste estudo que faz parte da equipe de formação do Coletivo Puraqué.

## **2- Diversidade na Educação para a Amazônia**

Com a finalidade de buscarmos respostas para as questões principais da temática abordada neste artigo, precisamos compreender em parte alguns aspectos da educação, em especial para a Amazônia. Como diria o autor Carlos Rodrigues Brandão no seu livro "O que é Educação" (1995), em sua célebre frase "ninguém escapa da educação". O autor ainda afirma que a educação é multifacetada e a escola não é um único local de aprendizagem.

A educação existe em diversos mundos, da pequena tribo indígena a países desenvolvidos, "existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram (BRANDÃO, 1995, p. 4). Assim como persistem povos que usam a educação para garantir a sua dominância, outros a tornam livre para que as pessoas a criem em torno de um bem comum.

Dessa forma, "reinventar a educação" torna-se uma expressão indubitavelmente cara a Paulo Freire. De acordo com Brandão (1995), o que torna relevante nesta palavra "reinventar" é considerar a ideia da educação como uma invenção humana. Dessa forma, se em algum lugar, ela foi produzida para algum propósito, certamente pode ser em outro, modificada, remixada, diversa, diferente e por que não mesmo ao contrário. O autor aprofunda o pensamento freiriano:

Muitas vezes um dos esforços mais persistentes em Paulo Freire é um dos menos lembrados. Ao fazer a crítica da educação capitalista, que ora chamou também de "educação bancária", ora de "educação do opressor", ele sempre quis desarmá-la da idéia de que ela é maior do que o homem. De que as pessoas são um produto da educação, sem que ela mesma seja uma invenção das pessoas, em suas culturas, vivendo as suas vidas. Ele sempre quis livrar a educação de ser um fetiche. De ser pensada como uma realidade supra-humana e, por isso, sagrada, imutável e assim por diante. Ao contrário do que acontece com os deuses, para se crer na educação é preciso primeiro dessacralizá-la. É preciso acreditar que, antes, determinados tipos de homens criam determinados tipos de educação, para que, depois, ela recrie determinados tipos de homens. Apenas os que se interessam por fazer da educação a arma de seu poder autoritário tornam-na "sagrada" e o educador, "sacerdote". Para que ninguém levante um gesto de crítica contra ela e, através dela, ao poder de onde procede (BRANDÃO, 1995, p.45).

Colares (2010, p. 189) por sua vez, acrescenta neste sentido a saber: “não basta a presença do termo Amazônia para que em um texto sobre a educação, o referido fenômeno se apresente diferenciado do que ocorreu e vem ocorrendo em outras regiões do Brasil e do mundo”. Deve-se apresentar sempre o “dever de explicitar as singularidades, as questões específicas, sem reduzi-las a um rol descritivo de situações pitorescas [...]” (COLARES, 2010, p. 189). O autor destaca que:

Refletir sobre a Amazônia implica reconhecer a complexidade que se expressa na sua vasta territorialidade. Trata-se de um conceito construído, arbitrário, carregado de intencionalidades e de historicidade. O espaço geográfico amazônico passou e continua passando por diversas alterações, sendo que as mais significativas correspondem aos contextos de investida na busca de riquezas. A fauna e a flora, assim como a composição química do solo, do sub-solo, das águas e do ar, também se alterou e continua sendo alterada, e os estudos nestes campos mostram-nos que não há uma Amazônia “cristalizada”. O espaço amazônico está em construção (COLARES, 2010, p. 189).

Diante desse cenário, Siqueira (2015) ressalta que ao considerar a Amazônia estrategicamente como capital natural, deve-se buscar uma consonância intrínseca com as populações tradicionais que vivem nesta região e que historicamente regem o saber local, precisando estar a frente, empoderados em suas deliberações, como bem recomendado e reconhecido na Convenção sobre a Diversidade Biológica<sup>1</sup>, no Artigo 8(j), que trata de preservar o conhecimento, as inovações e as práticas de comunidades indígenas e locais, e a encorajar seus usos habituais dos recursos biológicos compatíveis com a conservação e uso sustentável. Contudo, constata-se ainda que a “maioria das pessoas não tem noção do papel das populações nativas nessa dinâmica” (BECKER, 2007, p. 26).

Siqueira (2015) continua a sua contribuição ressaltando que a educação formal pode ser relevante neste contexto para estas populações, desde que haja uma introdução a “educação emancipatória que valorize a diversidade e as especificidades da Amazônia” (SIQUEIRA, 2015, p. 31). Entretanto, por essa região apresentar uma realidade de alta diversidade socioespacial, a formação de educadores e o processo de ensino-aprendizagem continuam a passar por condições precárias, principalmente quem mora em lugares mais distantes e de difícil acesso, “tornando-se um grande desafio para os governos, formuladores de políticas educacionais, gestores, instituições de ensino e seguimentos da sociedade civil que militam por uma educação de qualidade” (SIQUEIRA, 2015, p. 46-47).

Brasileiro e Mascarenhas (2015, p.14) corroboram com Siqueira ao denunciarem que “não conhecer a sua população e a Educação aplicada da região impede a elaboração e implementação de políticas públicas condizentes com sua realidade”. As autoras destacam: “Além do analfabetismo, a Amazônia enfrenta diversas questões no que se refere diretamente à Educação: acesso à escola, comunicação, trabalho infantil, planejamento escolar e fiscalização”. Continuam: “Os problemas mais comuns perpassam pelas questões da gestão educacional, o insuficiente transporte escolar, a baixa qualidade da formação dos professores e a

1 Convenção sobre a Diversidade Biológica (Ministério do Meio Ambiente - 2000). Disponível no site: [http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_dpg/\\_arquivos/cdbport.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf). Acesso em: 30 de dezembro de 2016.

carência de estrutura física e de material didático, dentre outros” (BRASILEIRO; MASCARENHAS, 2015, p. 14).

De acordo com essas ponderações supracitadas, como discernir uma educação para a Amazônia? Uma educação universal que saiba trabalhar e mediar o regional, ao mesmo tempo, ter singularidades com o global, valorizando a cultura amazônica que atenda sua realidade específica. Resignificar as necessidades educacionais como um movimento autônomo, colaborativo e independente, “em que os sujeitos tenham uma postura crítica e investigativa diante da realidade e conhecimento, requer que se ancore em duas dimensões básicas: a do espaço-temporal e a da garantia de direitos” (COSTA; CORREA, 2015, p. 79).

Sob essa perspectiva, é o que podemos assinalar que tipo de escola se faz aporte para atuantes educandos amazônicos, “pois o processo de reconhecimento da história de um povo é necessário não para aprisionar as particularidades, e sim, para funcionar como referência na tomada de decisões” (COSTA; CORREA, 2015, p. 81).

### **3- Cultura digital planetária**

Mudanças disruptivas foram provocadas pelo avanço de novas tecnologias e inovações, e da arrojada e recente história da criação da internet, que ultrapassa barreiras, molda contextos e “reforça também a ideia de que a cooperação e a liberdade de informação podem ser mais propícias à inovação do que a competição e os direitos de propriedade” (CASTELLS, 2003, p. 13). Lemos (2015) afirma que a cultura digital ou cibercultura já faz parte do cotidiano da maioria das pessoas e conceitos como internet das coisas, nuvens, convergência das mídias e ubiquidade das redes, refiguram espaços e comportamentos sociodigitais.

Agora, retornamos dos *bits* aos átomos, em que “entusiastas do mundo todo se organizam através da *web* em torno de ideias como o *Hardware Livre* e o *Movimento Maker*” (LEMONS, 2007, p. 20). Na contemporaneidade, Santaella (2013) ressalta que cada pessoa pode tornar-se fazedor, produtor, compositor, criador, autor e difusor de suas próprias descobertas.

Entretanto, para que esse conjunto de ações aconteça e continue de maneira colaborativa, autônoma e transformadora, o sociólogo Manuel Castells (2003) é contundente nas implicações da sociedade em rede e em seu livro “A Galáxia da Internet” enfatiza tanto a sua importância como nos alerta, sob cuidados socioculturais, para os efeitos negativos, caso não considere os resultados de contextos de como ela está sendo conduzida e estruturada. Pretto (2013) também confirma esse fato neste atual cenário dialético em que, por um lado, pode nos trazer possibilidades revolucionárias, e por outro, pode resultar em uma dissolução dos benefícios concebidos pelas tecnologias.

Lemos (2015), Silveira (2004), Lévy (1999) e Pretto (2013) afirmam que a cultura digital, diante do processo de desenvolvimento tecnológico e da sociedade, vem em contraposição a uma inclusão digital imposta como mero instrumento de uso e acesso às ferramentas digitais. Pois diante de uma visão que enfatiza somente o aspecto tecnocrático, Fonseca (2013) constata que sempre existirá uma pressão maior do mercado de tecnologia em estimular um consumo exagerado e até mesmo, inconsciente, propagando grandes impactos globais e locais, como a prática da obsolescência programada e a problemática do lixo tecnológico.

Para que haja uma mudança efetiva, relevante e inspiradora será necessária novos posicionamentos e ressignificações diante da relação entre pessoas e máquinas reconstruindo redes que permitam repensar e agir “sobre os princípios de organização social, política, econômica, cultural e educacional” (PRETTO; ASSIS, 2008, p. 76).

Para o filósofo pesquisador das tecnologias e sociedade, Lévy (1999) aponta assertivamente em seus estudos a natureza da cultura digital como heterogênea, interativa, rizomática, comunitária e autônoma, que se materializa como fortalecimento de uma nova construção social de interesses comuns, compartilhamento do saber e de processos abertos de colaboração. Com isso, uma “sociedade de distribuição piramidal começou a sofrer a concorrência de uma sociedade reticular de integração em tempo real” (SANTAELLA, 2013, p. 99).

Lévy (1999) defende em sua tese que apesar de ser considerada frequentemente como um fenômeno “técnico”, a cibercultura tem na sua essência um verdadeiro movimento social, liderada por uma juventude escolarizada com suas “palavras de ordem (interconexão, a criação de comunidades virtuais e inteligência coletiva) e suas aspirações coerentes” (LÉVY, 1999, p. 122). Em consonância com a expoente “sociedade em rede” de Castells (1999), compreender de fato como essas imbricações que constituem as redes podem levar a “uma perspectiva de análise da realidade, na qual os sujeitos ocupam um espaço significativo de poder, exercendo a sua capacidade de alterar essa realidade, a partir das condições constituídas historicamente” (PRETTO; ASSIS, 2008, p. 77).

Sendo assim, propostas e ideias que trazem impactos relevantes de transformação social na sociedade contemporânea, como os movimentos da metareciclagem<sup>2</sup>, *software* livre<sup>3</sup>, cultura *hacker*<sup>4</sup>, a partir dos seus princípios filosóficos de liberdade, conhecimento e compartilhamento podem despertar nas pessoas, de forma criativa e inovadora, suas habilidades e competências. No interior da Amazônia, um Coletivo aceitou o desafio de contribuir com o engajamento social e emancipação das pessoas por meio da apropriação crítica tecnológica, do conhecimento coletivo e da autonomia colaborativa contrapondo-se a um atual dissonante modelo socioeconômico.

#### **4- Coletivo Puraquê**

- 2 Movimento da Metareciclagem trata-se de uma Rede que surge na efervescência da Cultura Digital Brasileira, nos anos de 2002, e é considerada pelos seus ativistas como uma metodologia que pode ser disseminada e replicada, através de espaços denominados “esporos” favorecendo a produção de subjetividade e a apropriação da tecnologia social em diversos contextos culturais. É uma ideia que pode ser criada a partir de uma cultura da reciclagem de computadores como forma de desenvolvimento social local por intermédio da criação de redes de troca de informação e da construção colaborativa de conhecimento.
- 3 Nos anos 1980, o Movimento *Software* Livre surge em oposição ao monopólio mundial de *software* e com sua ação de bloqueio como uma proposta de engajamento de compartilhar o conhecimento tecnológico. Ativistas como os *hackers*, um grande número de acadêmicos, cientistas, e os mais diferentes aguerridos são seus defensores pela causa da liberdade e, atualmente, as forças político-culturais que apoiam uma distribuição mais igualitária dos direitos da intitulada era da informação.
- 4 Apesar do termo *hacker* ser usado equivocadamente como sinônimo de *cracker*, um indivíduo que invade sistemas e pratica crimes eletrônicos; a palavra *hacker*, no seu sentido original trata-se de um apaixonado pela programação, sendo que sua cultura perpassa a área da tecnologia, podendo ser manifestada nas demais profissões. A cultura *hacker* foi a preceptora do modelo de desenvolvimento compartilhado que busca substituir a ideia de propriedade privada pela construção coletiva.

Com uma trajetória de ações sociodigitais realizadas há 17 anos, na cidade de Santarém- Pará, o Projeto Puraqué ou conhecido atualmente como Coletivo Puraqué refere-se a uma equipe de *hackers* ativistas que propaga a ideologia da cultura digital e *software* livre na Amazônia. Sluis (2010) destaca em sua pesquisa que o coletivo tem como ideia inovadora, sob uma perspectiva de transformação socioambiental, fortalecer um desenvolvimento sustentável na região baseado na geração de riqueza por meio do conhecimento e de acordo com a realidade local.

Puraqué (*Electrophorus electricus*) é um exótico peixe amazônico que provoca uma descarga elétrica quando tocado e, a partir dessa peculiar adaptação biológica, o Coletivo adotou este nome, com o intuito analógico de “despertar nas pessoas, um choque de conhecimento” (SLUIS, 2010, p. 42). Gama (2012) destaca que o Coletivo surge nos anos 2000, oriundo de movimentos de base santarena, iniciando suas intervenções sociais voltadas para a inclusão digital em bairros periféricos de Santarém. Begalli (2013) aponta que em 2002, o Puraqué torna-se o primeiro esporo de Metareciclagem em funcionamento no Estado do Pará, com atividades de reaproveitamento de lixo eletrônico de informática.

Gama (2012) ressalta que nos anos de 2008, o projeto amplia suas ações nas escolas municipais com formações para alunos e professores. Diante desse novo cenário, o Puraqué passou a compor suas metodologias “puraqueanas”, fundamentadas em Paulo Freire, sendo posteriormente adotadas pela Secretaria Municipal de Educação de Santarém. As atividades comunitárias na Casa Puraqué encontram-se em um período intervalar devido a uma intensa formação acadêmica e profissional dos seus integrantes em outros espaços de conhecimentos, contudo, o Puraqué ainda “elabora projetos e consultorias aplicando novas tecnologias sociais com ênfase no desenvolvimento sustentável da Amazônia” (BEGALLI, 2013).

## **5- Experiências de cultura digital amazônica**

De acordo com Moraes (1993), desde a década de 70, quando as universidades brasileiras começavam a discutir o uso de computadores nas escolas, perpassando pelas esferas governamentais até chegar nos ambientes escolares, com intuito de promover o desenvolvimento da Informática Educativa por todo o país, elas ainda encontram-se percorrendo por uma série de enfrentamentos dentro das áreas de formulação de políticas educacionais até a formação e engajamento de educadores voltados para a tecnologia.

No município de Santarém, com a entrada do Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO, nos anos de 1998, houve um desdobramento da ativação dos laboratórios de Informática nas escolas públicas. Entretanto, o PROINFO apresentou algumas incompatibilidades em sua metodologia formativa, o que podemos refletir sobre o pensamento crítico de Bonilla e Pretto (2000), em seu artigo “Políticas brasileiras de educação e informática”, quanto a afirmação de que a maioria de projetos e programas nacionais apresentam uma visão limitadora e instrumentalista de uso de tecnologias educacionais, impondo aos professores e alunos a sua condição dependente de modelos de fora para dentro, sem uma proposta fundamentada e contextualizada.

Em dissonância a uma essência tecnocrática, as experimentações de cultura digital em Santarém são notórias por apresentar características essenciais de colaboração e participação social em seus diversos cenários, dos espaços

comunitários para a academia, de organizações não-governamentais a instituto federais e escolas públicas, com narrativas na linha educativa sobre cultura *maker*<sup>5</sup>, *software* e *hardware* livre<sup>6</sup>, robótica, programação, metareciclagem, cineclubismo e empreendedorismo social.

Neste trabalho, vamos nos aprofundar com o relato de experiências do Coletivo Puraqué acerca das formações de professores dos laboratórios de Informática nas escolas públicas de Santarém e que pode contribuir com uma proposta disruptiva e colaborativa de aprendizagem. Esse contexto teve como base de pesquisa a monografia intitulada “Cultura Digital e *Software* Livre em Escolas Municipais de Santarém”, do autor, pesquisador e colaborador do Coletivo Puraqué, Jader Gama, dialogada com referenciais em cultura digital, Informática Educativa e formação docente.

O ingresso da cultura digital e do *software* livre nas escolas municipais de Santarém, delimitado neste estudo no período dos anos de 2008 a 2012, teve uma repercussão intensa e instigante para a região pois tratava-se de uma “mudança de hábitos e costumes com uma tradição de décadas, a mudança de parâmetros com a inserção de tecnologias livres na educação, envolveu o âmbito técnico, ideológico e filosófico, além do *modus* do ensino-aprendizagem entre professores e alunos” (GAMA, 2012, p. 9).

Nos anos 2000, o Projeto Puraqué inicia-se suas atividades no Mapiri, reconhecido pela mídia local com um dos bairros de maior periculosidade envolvendo jovens em conflitos de gangues e uso de drogas. Foi a partir desses índices que nos anos de 2008, surge a necessidade premente de se repensar no uso de tecnologias nas escolas por uma perspectiva freiriana. Dessa forma, foi firmada uma parceria com a Escola Municipal Maria Amália Queiróz de Souza, e foram realizadas as primeiras formações voluntárias do Puraqué com os alunos, por meio das intervenções de metareciclagem.

Nestas oficinas interativas, foi constatada a desmistificação do computador, com a exposição dos principais componentes, noções de manutenção até a instalação de sistemas operacionais livres nas máquinas. Havia sempre diálogos sobre os impactos do lixo tecnológico e sobre diferenças entre *software* proprietário e *software* livre, além de apresentar os princípios da ética *hacker*: liberdade, conhecimento e colaboração. Durante esses encontros, a metodologia “puraqueana” fortalecia-se cada vez mais sob uma “práxis tecnológica” freiriana, referente “ao uso intencional, político da tecnologia” (ALENCAR, 2009, p. 169), sendo praticadas posteriormente em outros espaços educacionais.

Após um semestre formativo com os alunos, jovens multiplicadores passaram a propor atividades dentro da escola, ocorrendo um processo de desenvolvimento de habilidades a partir da vivência de aprendizagem e de um maior envolvimento sendo que “o trabalho colaborativo teve elementos dessa experiência

5 A cultura *maker* é uma ressignificação do que era chamado *DIY* (*Do it yourself* – Faça você mesmo) transformando uma atividade cotidiana em algo potencialmente revolucionário. O autor do Manifesto do Movimento *Maker*, Mark Hatch, apresentou seus nove princípios: fazer, compartilhar, dar, aprender, equipar, brincar, participar, apoiar e mudar.

6 O movimento *hardware* livre tem como essência, o compartilhamento livre das informações de montagem de equipamentos eletrônicos, unindo-se em comunidades que trocam experiências e contribui com os projetos entre si. Segue os mesmos princípios do *software* livre, não depende das soluções de grandes empresas, preferindo montar seus próprios computadores, placas e robôs.

de conversão” (PAPERT, 2008, p. 57). Entretanto, essa iniciativa resultou em um conflito interno entre aprendizes e discentes. Além disso, uma forte relutância persistia entre a maioria dos professores, devido ao uso de computadores com sistema operacional proprietário causando uma combinação de acomodação e dificuldade em usar GNU-Linux<sup>7</sup>.

Diante das divergências e em prol de uma zona sinérgica de produção de conhecimento e de cultura, os ativistas do Puraqué compreenderam a fundamental participação dos docentes nesse movimento digital. Uma formação intensiva com 23 professores foi oportunizada com descobertas coletivas e incentivo a desenvolverem o aprender e o ensinar Informática que outrora, eram muito limitados. Ao refletir sobre os princípios da ética *hacker* nesse ecossistema colaborativo, os formadores conseguem corroborar politicamente com “uma formação básica sólida que possibilite professores, usando as tecnologias, readquirirem o seu papel fundamental de lideranças dos processos educacionais” (PRETTO, 1999, p. 19).

Ao passar três meses de formação, surgiram os primeiros trabalhos cooperativos entre educadores e educandos. De acordo com Papert (2008), esse exemplo serve como oportunidade para entender que o equilíbrio de forças pode favorecer a mudança de paradigmas pois “identificar maneiras de apoiar a evolução dessas correntes pode estar entre as mais importantes contribuições que se pode fazer para promover uma mudança social” (PAPERT, 2008, p. 67).

Por consequência da repercussão das experiências de cultura digital por meio das contribuições metodológicas do Puraqué na escola Maria Amália, a Prefeitura em parceria com o Ministério das Comunicações, conforme a política de inclusão digital do Governo Lula, inaugura nesta escola pública, um laboratório de Informática com 45 máquinas funcionando em *software* livre. Uma formação preparatória foi realizada para receber este novo espaço a fim de que uma cultura digital fosse incorporada no ambiente escolar. Durante essa intervenção, vários eventos históricos aconteceram dentro deste espaço, como: I e II Encontro de Relações de Gênero e Tecnologia e Encontros de Conhecimentos Livres.

O tema Informática na Educação definitivamente torna-se uma pauta relevante para a Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Os facilitadores do Coletivo foram convocados pela SEMED a apresentar os resultados e produtos das oficinas nesta escola, assim como fazer um reconhecimento dos ambientes dos laboratórios de informática da rede municipal de ensino. Na época, ao pesquisar os 14 laboratórios existentes, foi constatado um cenário de abandono quanto a infraestrutura, falta de conexão de internet e com 28 professores desvalorizados que realizavam suas atividades, segundo Gama:

desatreladas da grade curricular, o planejamento das ações era pouco, sem uma proposta pedagógica que pudesse orientá-los, os mesmos ficavam inertes sem saber a quem recorrer, e cada um tentando fazer alguma coisa conforme sua concepção de informática educativa, ensinando os alunos a digitar, abrir programas e utilizar as ferramentas de escritório do Office. Por outro lado, como que pra justificar seu salário, acabavam como auxiliares técnicos das secretarias, fazendo relatórios, planilhas, com a justificativa de

7 O projeto GNU (acrônimo recursivo GNU is Not UNIX), de Richard Stallman e o Linux, de Linus Torvalds, são duas partes que formam o sistema operacional livre mais utilizado no mundo, o GNU-Linux. GNU é a base do sistema funcional com a maioria dos programas. O linux apesar de ser uma pequena parte desse sistema operacional chamado Kernel, é muito complexo e fundamental para realizar o gerenciamento de dispositivos (mouse, teclado, monitor).

que estavam ajudando a escola da maneira que podiam pois a maioria dos equipamentos estava obsoleto e sem condições de uso (GAMA, 2012, p. 21).

A equipe gestora da SEMED, diante desse registro, promove estrategicamente uma formação para todos os professores dos laboratórios de informática. Uma forte resistência, contudo, foi sinalizada por parte dos docentes, expondo um descontentamento quanto a ausência da Secretaria e recusa de apoio externo em suas ações cotidianas. Um dos incômodos compartilhados nesta pesquisa refere-se a eleição de professores para as salas de informática. Como a maioria desses espaços, estavam em condições críticas de funcionamento, tornavam-se locais de lotação para professores considerados problemáticos, com situações de indisciplina a instabilidade de saúde.

Dentro deste contexto, a grande problemática que impedia um incremento de ações mais qualitativas e interativas no ambiente escolar era como “fazer com que os professores entendessem seu papel na escola, recuperando a motivação e compreendendo que para desenvolver um bom trabalho com os alunos tinham que voltar a estudar a trabalhar sua formação continuamente” (GAMA, 2012, p. 22). Apesar de todos os anseios e incertezas dos docentes dos laboratórios escolares, ocorreu a primeira formação organizada pela SEMED, apresentando as seguintes características:

O curso teve duração de 80 horas e foi realizado na Escola Maria Amália Queiróz de Souza, e teve como princípio norteador a construção de uma vivência e experimentação inicial no uso cotidiano do sistema operacional GNU-Linux na informática educativa, com o intuito de cultivar uma ética colaborativa no grupo de professores com base nos princípios do conhecimento da colaboração e liberdade, que norteariam todas as ações de informática educativa desenvolvidas nas escolas. Os aspectos abordados na grade de formação tinham teor pedagógico, ideológico e técnico. Com ênfase na metareciclagem e sistemas operacionais livres, sendo dividido em 4 módulos [...] (GAMA, 2012, p. 22).

Sob uma nova perspectiva colaborativa, uma das conquistas alcançadas pela experiência de cultura digital e *software* livre na educação santarena culminou na criação do Núcleo de Informática Educativa – NIE da SEMED. Um território dedicado em atuar com a formação dos professores dos laboratórios e gerenciamento do parque tecnológico educacional, integrando uma equipe de especialistas de informática em *software* livre do Puraquê e profissionais do setor pedagógico da SEMED.

O NIE conseguiu, estrategicamente, proporcionar um ambiente de diálogo entre formadores e educadores, através das formações continuadas e acompanhamento às escolas. Contudo, ainda precisava superar a burocracia do governo, como ressaltado pelo pesquisador:

Foi a primeira vez dentro da história da educação em Santarém, que foi criado um setor para tratar das questões pertinentes a **informática na educação**. Mas questões logísticas impediam o seu bom funcionamento, como por exemplo a inexistência de uma sala e local para manutenção de equipamentos e reuniões, falta de um transporte para visita às escolas, falta de uma linha telefônica ou ramal para atender ligações das escolas. Então, todas as atividades foram concentradas nas próprias escolas, com uso do transporte dos próprios membros da equipe e equipamentos cedidos pelo

Projeto Puraqué, como notebooks, datashows, máquinas fotográficas, filmadoras, kits metareciclagem, livros, documentários, material de escritório, combustível. Demorou 18 meses para que uma sala fosse cedida para a instalação do núcleo, sendo que o mobiliário, computadores, armários, que a equipe utiliza, até hoje são cedidos pelo Projeto Puraqué (GAMA, 2012, p. 24).

Diante dessas dificuldades, canais de comunicação foram agregados a este espaço, através do blog do NIE e de uma lista de discussão virtual criando uma dinamicidade nas ações educativas e na resolução de problemas cotidianos entre os profissionais do NIE. Outra contribuição importante nesse processo educativo nas escolas, foi a introdução de uma das metodologias “puraqueanas” utilizadas na criação de telecentros metarecicladados.

Trata-se da inserção da filosofia do *Software* Livre por meio da montagem de servidores de terminal, uma técnica conhecida por LTSP<sup>8</sup> (*Linux Terminal Service Project*), que possibilitou um novo olhar sobre autonomia, sustentabilidade, colaboração e transformação social mediante o uso de ferramentas digitais obsoletas integradas a uma tecnologia de ponta. Essa interface entre *software* livre e pensamento freiriano tornam-se muito compatíveis e consensuais quanto a importância de aportar-se “a compreensão crítica da tecnologia, da qual a educação de que precisamos deve estar infundida, e a que vê nela uma intervenção crescentemente sofisticada no mundo a ser necessariamente submetida a crivo político e ético” (FREIRE, 2000, p. 101)

Em meio a trocas contínuas de diálogos e informações, a partir dos anos 2010, Gama (2012) constata que as intervenções de cultura digital nos laboratórios de informática puderam ampliar uma Rede de Comunicação Digital Escolar e potencializar as escolas em produtoras colaborativas livres que impulsionam o conhecimento compartilhado, promovem e disseminam produções criativas integrando conteúdos curriculares com a realidade local, engajando educadores ativos nas decisões e planejamento escolares, bem como corroborando com as habilidades e competências de educandos cidadãos.

De acordo com dados oficiais do *blog* do NIE<sup>9</sup>, são apontados os números da cultura digital santarena, de 2008 a 2012, entre eles: 83 laboratórios de Informática Educativa com *software* livre, com acesso para 18.867 alunos; 36 laboratórios conectados a internet pelo programa NavegaPará e GESAC; 125 educadores ligados diretamente a Informática Educativa no município e uma Rede de Comunicação Digital Escolar com 52 blogs das escolas. Quantidade ainda mínima, mas de um teor qualitativo imensurável para quem se permitiu a se desafiar e se propôs a dialogar como ato de esforçar-se em transformar a realidade que está posta, como bem afirmava Paulo Freire.

Além disso, é importante ressaltar outras importantes vitórias, apontadas por Gama<sup>10</sup>, nesse processo de construção coletiva como: o reconhecimento dos profissionais das tecnologias na educação (adesão da direção, carga horária com

8 O LTSP é um conjunto de serviços que proporcionam um ambiente de terminais leves e de baixo custo, conectados a um servidor que encarregar-se de processar todas as aplicações e exibi-las no monitor do cliente.

9 Disponível no *blog*: <http://nucleoinfoedu.wordpress.com/dados>. Acesso em: 28 de novembro de 2016.

10 Trechos da carta enviada aos professores sobre momentos históricos de conquistas da Informática Educativa Santarena, em 2016, por e-mail pelo ex-coordenador do NIE, Jader Gama.

200h, estrutura nos eventos locais, participação em encontros e seminários nacionais, direito ao trabalho próximo de casa e criação dos polos de articulação); educadores tornaram-se referência nacional, colocando Santarém no mapa da Inclusão Digital Brasileira; promoção de cursos gratuitos nos laboratórios e abertos à comunidade e o ensejo de realizar formaturas com mais de quatro mil pessoas no Clube Atlético Cearense.

Concatenadas a esses feitos, houveram realizações e participações nos mais consideráveis acontecimentos de tecnologia<sup>11</sup> sucedidos neste município, como: Fórum Amazônico de Cultura Digital, Fórum Amazônico de *Software* Livre - FASOL, Feira de Cultura Digital dos Bairros e Comunidades, Encontro da Blogosfera Santarena, Oficinas e Formações na Casa Brasil de Santarém e Encontro de Tutores e Monitores do TelecentrosBR. Eventos que, certamente, foram repercutidos pela influência colaborativa do ecossistema NIE.

### **Considerações finais**

Este estudo oportunizou apresentar uma proposta desafiadora para exercitar-se com o saber compartilhado e com o conhecimento livre na Amazônia, baseando-se nas questões temáticas e centrais da disciplina Seminário Integrador II: *Qual educação e qual escola para a Amazônia?* Como atuamos há quase duas décadas com a intervenção da cultura digital na região, achamos pertinente compartilhar com um relato de experiências sociodigitais e socioeducativas do Coletivo Puraqué na formação de professores dos laboratórios de Informática Educativa no município de Santarém - Pará.

Neste contexto amazônico, colocar em prática as ideias colaborativas para um aprendizado mais construtivo e participativo relacionado com as tecnologias livres e emergindo diretamente da comunidade para a escola, veio fortalecer novas concepções pedagógicas e apontam novos caminhos para a fomentação de políticas públicas no âmbito da Informática Educativa e como um possível rearranjo educacional, visando o desenvolvimento sustentável local e autonomia, por meio da apropriação crítica das tecnologias e da percepção socioambiental das pessoas envolvidas.

A experiência do Puraqué com a cultura digital nas escolas municipais viabilizou a inovação de sua metodologia baseada na perspectiva freiriana e nos princípios filosóficos do *software* livre e da metareciclagem que estimula a colaboração, solidariedade, sustentabilidade e pensamento crítico. Mas não se trata de uma didática exclusiva e restrita.

A partir dessa vivência orgânica e dinâmica, coloca-se em constante adaptação para ser moldada conforme o trabalho colaborativo entre educandos, educadores, gestores e comunidade para a produção de conteúdos a partir de sua realidade, o intercâmbio de saberes e de articulação com os que se dispõem a compreender a região em seus múltiplos aspectos. A criação da Rede de Comunicação Digital Escolar e do Núcleo de Informática Educativa foram conquistas de construção coletiva supracitadas nessa intervenção.

Durante a realização dessa proposta formativa no ambiente escolar, foi notório verificar o quanto as crianças estavam ávidas a interagir com novas experimentações de aprendizagens que influenciam suas habilidades e

---

11 id.

competências, como colaboração, curiosidade, criatividade, comunicação, resiliência e capacidade de refletir sobre sua própria realidade, não só na escola, mas em todas as áreas da vida. Por outro lado, fora, observadas que as novas abordagens educativas refletem-se nos processos de transição da telemática, revelando muitos desafios e resistências ainda por parte dos educadores.

A formação com os professores dos laboratórios de Informática Educativa compartilhada com os ativistas do Puraqué, sem dúvida, deixa um legado inicial de aprendizagens construídas colaborativamente que não só contribuíram com o avanço de práticas para um uso qualificado de tecnologias livres mas favoreceram a valorização das competências pessoais e profissionais dos educadores digitais. E o principal, apesar dessas experiências formativas enfrentarem tantas dificuldades, trouxe embrionariamente a conexão entre a cultura digital e o espaço escolar. Parte de um texto do professor ativista baiano Nelson Pretto, traduz perfeitamente o significado da importância dos princípios da ética hacker e do *software* livre no contexto escolar:

[...] dissertamos sobre um conjunto de palavras que foram afastadas da educação (na verdade, da sociedade): colaboração, generosidade, compartilhamento. E isso deveria ser a essência da educação. As possibilidades proporcionadas pelas tecnologias digitais para fortalecer os processos criativos em vez de estimular as meras reproduções, nos possibilita pensar em cada menino e menina, cada professor e professora como efetivamente criadores de conteúdos, de cultura, de ciência, de tecnologia e de artefatos criativos. Tudo isso com a comunidade escolar se apropriando dos múltiplos e diversos suportes, com intenso uso das diversas linguagens, de modo a transformar os laboratórios de informática e as bibliotecas em espaços multimídia, em lugares de produção, com os computadores portáteis circulando pela escola na mão dos meninos e de professores, além da ajuda de pais e da comunidade, em um rico processo criativo e ativista (PRETTO, 2013, p. 122-123).

Dessa forma, identificamos que esse e tantos outros processos criativos e inovadores precisam ser mais reverberados nas formações de todos os educadores em seus espaços escolares. Ainda temos muito o que vivenciar, aprender e experimentar para mudar de maneira efetiva o sistema de ensino atual, tradicional e distante da nossa realidade amazônica. É fato que novos currículos começam a ser delineados com formatos mais flexíveis e integradores, privilegiando a conexão de saberes locais aliados com o desenvolvimento científico. Estas podem ser pontes colaborativas para se buscar respostas para esta e outras demandas da Educação que se almeja nesta região.

## Referências

- ALENCAR, A. A tecnologia na obra de Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire. IN: AGUIAR, V. (Org.). **Software livre, cultura hacker e o ecossistema da colaboração**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.
- BECKER, B. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2007.
- BEGALLI, M. **Percepção Socioambiental, Apropriação Crítica de Tecnologias e Petróleo em Santos**. São Paulo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-

graduação em Sustentabilidade de Sistemas Marinhos e Costeiros, Mestrado em Ecologia. Universidade Santa Cecília (UNISANTA), 2013.

BONILLA, M.; PRETO, N. **Políticas brasileiras de educação e informática**. 2000. Disponível em: <<http://www2.ufba.br/~bonilla/politicas.htm>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

BRANDÃO, C, R. **O que é educação?**. 33ª ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção primeiros passos. 1995.

BRASILEIRO, T., S., A. **La formación superior de Magisterio. Una experiencia piloto en la Amazônia brasileña**. España. Tesis doctoral. 914 p. Facultad de Ciencias de la Educación y Psicología, Universidad Rovira i Virgili. España, 2002.

BRASILEIRO, Tania S. A.. Revisitando Paulo Freire: elementos para reflexão sobre a formação do educador. In: Proença, Marilene e Nenevé, Miguel. (Org.). **Educação e Diversidade: Interfaces Brasil-Canadá**. 1ed. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2005.

BRASILEIRO, Tania S. A. Autobiografia e Formação Docente: A Busca de uma Identidade Profissional. IN: **Revista AMazônica**. Ano 3, Vol IV, Número 1, pág.113-134, Humaitá, AM, jan-jun, 2010.

BRASILEIRO, Tania S. A.; MASCARENHAS, Suely A. N. Os desafios da pós-graduação em educação na Amazônia: um estudo exploratório. IN: BRASILEIRO, Tania S. A.; GOMES, Luís A.; NUNES, Elizane A. **Educação em Movimento: contribuições da formação continuada de conselheiros municipais de educação para a Amazônia**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COLARES, A., A. História da educação na Amazônia. Questões de Natureza Teórico-metodológicas: Críticas e Proposições. IN: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas/SP. Número especial, p. 187-202, Out 2011.

COSTA, D.; CORREA, M. Uma escola para a amazônia?. IN: COLARES, A; COLARES, L. (Orgs.). **Educação e realidade amazônica**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

GAMA, J., R. **Cultura Digital e Software Livre em Escolas Municipais de Santarém**. Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Tecnologias em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros inscritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FONSECA, F. S. Lixo eletrônico e apropriação crítica. IN: RANGEL, L. [et. al.]. **Cultura digital e educação: novos caminhos e novas aprendizagens**. São Paulo: Fundação Telefônica. 136 p. ; PDF. – (Educação no século XXI). 2013. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/wp-content/uploads/pdfs/cultura-digital-e-educacao.pdf>>. Acesso em: 28 de novembro de 2016.

LE MOS, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 7. ed. — Porto Alegre: Sulina, 2015. 295 p. – (Coleção Cibercultura)

LEMOS, M. De volta aos átomos: Movimento Maker, Hardware Livre e o surgimento de uma nova revolução industrial. In: **Revista Observatório Itaú Cultural** - N. 16. (jan./jun. 2014). - São Paulo: Itaú. Cultural, 2007.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

MORAES, M. Informática educativa no Brasil: um pouco de história... IN: **Em Aberto**. Brasília, ano 12, n.57, jan./mar. 1993.

PAPERT, S. **A máquina das crianças**: repensando a escola na era da informática. Tradução Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PRETTO, N.; ASSIS, A. Cultura digital e educação: redes já! IN: SILVEIRA, S.; PRETTO, N. (Orgs.). **Além das redes de colaboração**: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder . Salvador: EDUFBA, 2008, v.1.

PRETTO, N. Políticas Públicas Educacionais: dos materiais didáticos aos multimídias. **Anais 22ª Reunião Anual da ANPEd** (CD-ROM), sessão especial n. 5. Caxambu, MG, 26-30 set. 1999.

PRETTO, N. Educação e cultura digital: professores autores. IN: RANGEL, L. [et. al.]. **Cultura digital e educação**: novos caminhos e novas aprendizagens. São Paulo: Fundação Telefônica. 136 p. ; PDF. – (Educação no século XXI). 2013. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/wp-content/uploads/pdfs/cultura-digital-e-educacao.pdf>>. Acesso: 28 de novembro de 2016.

SANTAELLA, L. As relações entre o verbal, o visual e o sonoro na era digital. IN: RANGEL, L. [et. al.]. **Cultura digital e educação**: novos caminhos e novas aprendizagens. São Paulo: Fundação Telefônica. 136 p. ; PDF. – (Educação no século XXI). 2013. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/wp-content/uploads/pdfs/cultura-digital-e-educacao.pdf>>. Acesso: 28 de novembro de 2016.

SILVEIRA, A., S. **Software livre**: a luta pela liberdade do conhecimento. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente. Disponível em: <[http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Software\\_livre.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Software_livre.pdf)>. Acesso em: 30 de dezembro de 2016.

SIQUEIRA, A., A educação na Amazônia e os desafios para a educação integral. IN: COLARES, A; COLARES, L. (Orgs.). **Educação e realidade amazônica**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

SLUIS, E. **Amazonian Geeks and Social Activism**: An ethnographic study on the appropriation of ICTs in the Brazilian Amazon. University of Amsterdam. 2010.

## **CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO INFANTIL**

Dr. Valmir Flores Pinto  
Universidade Federal do Amazonas  
valmirfloresp@gmail.com

### **Resumo**

O objetivo geral da presente comunicação é gerar uma discussão acerca da relação entre as possíveis contribuições que filosofia pode contribuir na educação ambiental nas séries iniciais, com enfoque no sujeito social. Os embasamentos teóricos do artigo estão relacionados com as categorias da filosofia marxista, mais especificamente em filosofia de Antonio Gramsci. A filosofia e a educação ambiental podem fazer parte do cotidiano educacional na formação do sujeito desde as primeiras percepções mais afetivas até ao grau mais crítico capaz de compreender as relações sociais. A educação é um dos instrumentos mais valiosos e significativos no processo de socialização e integração para a cidadania em sua plenitude. É com este intuito que enfocamos a filosofia e sua relação com a educação ambiental, pois, ela poderá desenvolver uma ação hegemônica no seio da educação infantil como instrumento de formação e contribui no processo histórico de conscientização social e pertencimento cultural e político. Desta forma, esta comunicação será desenvolvida em quatro eixos: processo educativo, sistema educacional, filosofia na educação e a criança como sujeito de direitos.

Palavras-chave: Cidadania, Educação Ambiental, Educação Infantil.

### **Abstract**

The general objective of this paper is to generate a discussion about the relation between the possible contributions that philosophy can contribute to environmental education in the initial grades, with a focus on the social subject. The theoretical underpinnings of the article are related to the categories of Marxist philosophy, more specifically in Antonio Gramsci's philosophy. Philosophy and environmental education can be part of the educational daily in the formation of the subject from the first most affective perceptions to the most critical degree capable of understanding social relations. Education is one of the most valuable and significant instruments in the process of socialization and integration for citizenship in its fullness. It is for this purpose that we focus philosophy and its relationship with environmental education, since it can develop hegemonic action within the child education as a training tool and contributes to the historical process of social awareness and cultural and political belonging. In this way, this communication will be developed in four axes: educational process, educational system, philosophy in education and the child as subject of rights.

Keywords: Citizenship, Environmental Education, Early Childhood Education.

## 1. Introdução

O desenvolvimento deste artigo tem como pressuposto a compreensão do ser humano como parte integrante da sociedade e a educação como um dos instrumentos mais valiosos e significativos no processo de socialização e integração para a cidadania em sua plenitude. É com este intuito que enfocamos as relações entre a filosofia e a educação ambiental no contexto da educação infantil. A educação desenvolve uma ação hegemônica no seio da educação infantil como instrumento de formação e contribui no processo histórico de conscientização social e pertencimento cultural e político. Desta forma, este artigo será desenvolvido em quatro eixos: a filosofia e o processo educativo na criança, sistema educacional e a educação ambiental, funções da filosofia na educação e a criança como sujeito de direitos e cidadania.

É importante ressaltar que o trabalho de Educação Ambiental desvinculado da organização social de produção tende para a “neutralidade” que favorece os interesses das classes dominantes que não interessa a discussão e a formação que possibilita discutir a destruição ambiental no processo de produção. A educação em geral e a ambiental em particular não é neutra, sempre é marcada por algum interesse, seja de dominação ou de direção no sentido da cidadania.

## 2. Filosofia e o Processo Educativo na Criança

Constantemente se ouve falar e se lê que a educação é uma das necessidades fundamentais do ser humano, seja de sua ausência ou na formação da pessoa durante todo o processo formativo formal e também informal. Qual o sentido da educação, seu conteúdo fundamental? A busca por uma resposta mais aproximativa desta questão exige opções, projetos e planejamento. Mais ainda, requer escolhas alicerçadas em bases solidamente sistematizadas, norteadas pela coragem, pela responsabilidade e pela decisão.

Conforme o filósofo grego Platão (Atenas, 428/427 – Atenas, 348/347 a.C.), as mudanças no processo educativo sempre se prendem às mudanças sociais (PLATÃO, livro VII, 1997). Desta forma o ato de filosofar, na educação em geral, e na educação infantil, em particular, provoca certa atitude de espanto e de perplexidade. Estas características são primordiais do ser humano que se defronta com uma realidade que ele não consegue compreender de imediato. Por sua natureza o ser humano deseja conhecer a razão de tudo o que existe.

Este ato de “curiosidade” de “perplexidade” e de querer saber “de tudo e sobre tudo” é uma característica marcante na maioria das crianças em fase de alfabetização. Com isto, o educador das séries iniciais tem que, necessariamente, apresentar uma atitude de filósofo diante do querer conhecer e compreender dos seus educandos.

A proposta da filosofia não é desanimar diante deste desafio e procura não admitir nenhum pressuposto definitivo, mas, conforme afirma Gilles (1983), tudo deve ser repensado a respeito dessas realidades:

O ato de filosofar tem a função de reformular, em bases sólidas e rigorosas, todos os conceitos que expressamos espontaneamente a esse respeito, livres de qualquer preconceito. Essa é a condição para podermos saber com certeza o que é o eu, o outro e o mundo (GILLES, 1983, p. 2).

Assim como o filósofo, o educador infantil, em particular das séries iniciais, também tem uma função muito importante nas relações educacionais, sociais e políticas. Para ser educador, de fato, é muito importante estar enraizado na condição humana. Este critério implica a presença do diferente, do outro e do mundo. Mesmo que o educador desenvolva

atividades e métodos na tentativa de compreender, penetrar e expressar a situação relacional com os outros e o meio em se situa, sempre será uma tentativa parcial.

O fato de ser um processo considerado parcial, não deve desencorajar o filosofar, principalmente quando se trata de uma educação relacional com a criança. O educador infantil, através da filosofia, poderá aprofundar alargar e permitir que o educando experimente, mais intensamente, a relação com o outro, o mundo e o próprio eu. Neste sentido, o filosofar se torna um ato consciente do que se pede e exige a procura criativa de soluções, como também a busca criativa de problemas. Isto tudo ao nível de compreensão da criança. Para isto, os recursos e linguagens utilizados poderão contribuir significativamente para o processo formativo.

Desta forma, os problemas e as soluções começam a formar os primeiros passos para compreender a dialética recíproca que existe na busca do conhecimento, isto é, na expressão da teoria e da prática. O educador, agindo desta forma, evita que o ato de filosofar se refugie num mundo idealista e distante da realidade. Começa a desconstruir as barreiras que são colocadas entre filosofia e criança. Pois, historicamente, a filosofia esteve sempre mais próxima do mundo dos adultos do que do mundo das crianças.

A visão de filosofia como algo isolado, distante da realidade não deveria ser uma realidade condizente com o meio educacional. No lugar do “eu isolado”, se propõe uma “intersubjetividade”, o relacionamento concreto com os outros no mundo de objetos e da natureza. Desta forma, filosofar é experimentar a didática que vai do saber, considerado próprio do adulto, ao “não saber” da criança; do senso ao não senso, da ignorância ao saber.

Na educação infantil o ato de filosofar pode ser percebido ou aplicado, quando não se pretende oferecer soluções já prontas, isentas de erros e de qualquer questionamento. É própria da criança a curiosidade, a procura livre, as perguntas inesperadas. Assim, o ato de agir filosoficamente alimenta-se com o insólito, na liberdade de falar e de expressar. “Liberdade e razão se entrecruzam, e esse entrecruzamento reflete-se no ato de filosofar” (GILLES, 1983, p. 5).

Não existe um significado exclusivo para a definição de educação. Os princípios variam conforme a época, o lugar, as circunstâncias, as concepções ideológicas e políticas. Para o filósofo grego Sócrates (470-399 a.C.), a educação tem, como última instância, uma função social. Assim, não era o brilhantismo de cada um o mais importante, mas como as ideias disseminadas podem modificar a sociedade (PLATÃO, Livro VII).

Outro filósofo grego, Aristóteles (384-322 a.C.), em sua obra *Política*, já se preocupava com o problema da educação admitindo que sua prática, em vigor na época, era de perplexidade. As condições sociais predominantes na Grécia, naquele momento, estavam em processo de mudança: da elite governamental passava-se à democracia, juntamente com o desenvolvimento do comércio e a economia no Mediterrâneo. Isto provocou um questionamento filosófico na base da educação grega.

A perplexidade aristotélica preocupa aqueles que, ainda hoje, se dedicam à educação formal, especialmente no seu início. Em tempos de incertezas, conflitos de geração, conflitos sociais e dúvidas sobre o futuro da educação, os desafios educacionais para obter respostas mais construtivas nunca foram tão consistentes. De qualquer modo que se considere o problema, as perguntas e a busca por respostas de como educar para novos tempos, as pedagogias, as didáticas e, principalmente, as políticas públicas para a educação infantil continuem incentivando e desafiando os pensadores e educadores do século XXI (NISKIER, 2001, pp. 33-34).

### 3. Sistema Educacional e a Educação Ambiental na Infância

Ao fazer referência ao sistema educacional nosso objetivo é procurar as relações que os modelos institucionais provocam na compreensão da criança enquanto um sujeito de cidadania. Não é novidade nos dias atuais, e isto se pode ser constatado através de noticiários e documentos governamentais, a preocupação com os gastos financeiros em educação. Os gastos são vistos como puras despesas, quando, deveriam ser vistos como investimentos, como um bem social que terá retorno de forma significativa ao longo da vida da pessoa e da formação da sociedade civil e sociedade política (GRAMSCI, 2010).

Neste sentido, o referencial teórico-prático muito significativo para tratar desta questão está na formação e na qualificação do educador. Assim, é importante que se construa uma retomada sobre algumas considerações sobre o ensino superior, onde a universidade passa a ser objeto de formação e de reflexão sobre a formação dos educadores. A universidade exerceu e, em grande parte, ainda exerce função formadora de competências específicas que dão acesso às funções hegemônicas dentro da sociedade civil e da sociedade política, conforme ressalta Paoli:

A universidade brasileira é pensada como uma agência, por excelência, de mudança, seja através de correlações positivas e deterministas como 'industrialização', 'urbanização', 'cidadania', etc.; seja quando se supõe que é graças à ação pedagógica que emergem as pessoas, as 'personalidades', 'atitudes' ou 'elites inovadoras', etc (PAOLI, 1981, p. 71).

O sistema educacional brasileiro, portanto, está diretamente dependente e relacionado com os modelos e as formas de ensino superior que são oferecidos para a sociedade brasileira. Historicamente o ensino superior no Brasil é caracterizado como tardio, excludente e concentrador. O início do processo de massificação, no ensino superior brasileiro no sentido de acesso, veio a acontecer somente no final do século XX, mas ainda de forma muito pequena se considerado a quantidade de estudantes que terminam o ensino médio, as diferenças regionais e também as distâncias geográficas (PINTO, 2014).

Ressalta-se que antes de cristalizar qualquer tipo de destino profissional ou modelo educacional de formação, é urgente e necessário pensar que o trato com todas as ciências é uma atitude intelectual, científica e profissional. No entanto, apesar deste caráter acadêmico e científico o horizonte que permitirá avaliar o modelo e a proposta de ensino superior, continua a ser a cidadania pessoal e social.

A formação de professores para atuarem na educação ambiental na infância, em todas as áreas do conhecimento, uma vez que a legislação brasileira a veja como conteúdo transversal, conforme está desenvolvido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que apontam para a necessidade de a escola desenvolver um trabalho compartilhado. A proposta dos PCNs vão na direção dos seguintes temas transversais: "Ética, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, de Meio Ambiente e Saúde" (PCNs, Brasil, 1997 online). Esta proposta tornou-se um dos maiores desafios para as políticas públicas educacionais no Brasil. Para ilustrar esta questão, desenvolvemos dois pontos: formação e qualificação. Isto é, a polaridade entre a graduação e a pós-graduação.

Num contexto universitário "tradicional" é evidente a cooptação ideológica dominante de relativizar a graduação, a formação principal e mais importante para quem quer atuar como profissional da educação nas séries iniciais. Numa perspectiva de 'educação mercadológica' podemos consultar, escolher e optar por uma diversidade enorme de 'ofertas formativas' de graduação com pouca estrutura pedagógica, pouca produção acadêmica e deficiência na qualidade de ensino. A vida acadêmica ganha dimensões de mercado, isto é, está numa 'prateleira' para ser literalmente comprada.

Esta 'oferta formativa' não é exclusiva das instituições de ensino superior privadas, em sua maioria, também as instituições públicas gratuitas estão desenvolvendo atividades nos mesmos moldes. Não se trata de negar ou excluir as novas ferramentas de ensino, como o ensino à distância, até por que nosso país tem dimensões continentais e o Estado está ausente em muitas regiões. O uso de ferramentas como as novas tecnologias facilita o acesso e a qualificação de muitas pessoas, desde que utilizadas com profissionalismo e formação adequada.

O que ressaltamos é certo "desprezo" no nível da graduação enquanto instrumento de formação e qualificação dos futuros profissionais de educação, o que causa uma mutilação no trajeto em curso da graduação e muita preocupação com a pós-graduação. Este deslocamento de interesse, tanto por parte dos professores universitários, como pelos estudantes de graduação, fez diminuir os requisitos básicos de exigência no padrão de trabalho intelectual, conforme ressalta Paoli (1981),

A institucionalização da pós-graduação tem vários efeitos práticos sobre os cursos de graduação e sobre o próprio desenvolvimento da pesquisa, porém, uma das consequências mais graves é a retirada da graduação de suas funções em pesquisa (PAOLI, 1981, p. 80).

Desta forma, se pode verificar com mais lucidez a função de aparelho ideológico de Estado desenvolvido pelo ensino superior. Trata-se de um instrumento de hegemonia enquanto dominação e não como direção (GRAMSCI, 2010). A hegemonia deixa de ser o conhecimento, o gosto e o prazer pela educação das crianças e passa a ser a formação em vista de resultados mais eficientes determinados pela conjuntura política e econômica (PINTO, 2014).

Diante de tal cenário os reflexos podem ser percebidos na diminuição do interesse, por parte dos estudantes, em atuar na formação como também fruto da política salarial. Os educadores das sérias iniciais estão, constantemente, em 'guerra' por direitos e condições de trabalho, que não são ofertadas, embora asseguradas por lei, como o salário mínimo nacional dos professores, no caso brasileiro (Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008).

Mais que uma disputa entre graduação e pós-graduação, ressalta-se que a educação ambiental passa por um processo de enfretamento diante dos fatos e das políticas públicas, principalmente no que se refere à qualificação de professores para atuarem nesta área específica, assim como os recursos econômicos e materiais nas escolas de educação infantil. Nas últimas décadas a incorporação dos recursos naturais e do meio ambiente no planejamento político e econômico dos governos, a pressão que a sociedade faz nas políticas ambientais e econômicas e o poder dos empreendimentos transnacionais são temas que estão na pauta dos debates de hoje (Dias, 1993).

Os objetivos gerais sobre o meio ambiente para o ensino fundamental, e com isto na educação infantil, propostos pelos PCNs basicamente são: o conhecimento e a compreensão integrada e sistêmica do meio ambiente; a adoção de posturas em casa, na escola e na comunidade; adoção de posturas de respeito ao patrimônio cultural, étnico e cultural; a percepção dos processos pessoais como elemento fundamental para a atuação no meio ambiente; dentre outros (BRASIL, 1997, p. 50). Ressalta-se que é muito importante, para a Educação Ambiental, o trabalho com a realidade local sem perder de vista a perspectiva do planeta nos seus aspectos ambientais, sociais e culturais.

#### 4. Funções da Filosofia na Educação

No Ocidente, durante séculos, as concepções de educação das crianças tiveram percursos diversos, desde as sociedades tribais com os processos de festas de iniciação,

mitos e ritos, até o uso da violência. Na realidade os modelos educacionais sempre estiveram subsidiários aos modelos políticos hegemônicos. Isto é, sobre pressão das classes e acabam por se tornarem modelos impostos ou adotados pelos pais com recursos à força e ao castigo, tendo em conta a natureza irrequieta da criança.

O uso do castigo corporal, da violência física e psicológica, como recurso na educação perdurou por séculos. Somente a partir do Renascimento que as opiniões se dividem sobre o uso dos castigos na educação. Michel Montaigne (1533-1592) foi o maior representante do pensamento renascentista francês. Ele aponta como os mais graves defeitos no processo educativo da época o pedantismo, o divórcio entre o ensino e a vida real, e os castigos corporais.

Segundo Montaigne, o processo educativo deve visar à formação da pessoa completa para o mundo. Vale mais o testemunho da vida que o da memória (MONTAIGNE, 1998). O educador, nesta perspectiva, não deve considerar o educando como puramente passivo, que só recebe conhecimentos. Mas, antes, levar o educando a adquirir curiosidades por todas as coisas, que depois virão as palavras. A maior preocupação deveria ser a formação de um homem honesto e capaz de refletir por si mesmo. Este homem deverá procurar o diálogo com os outros, tendo senso de relatividade sobre todas as coisas. Assim, ele conseguirá se adaptar à sociedade onde deverá viver em harmonia com os outros homens e com o mundo. Ele será um espírito livre e liberto de crenças e superstições.

Com o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) a defesa de uma educação que respeita a criança em sua totalidade começa a ser mais adotada. Rousseau reage com dureza de posição ao afirmar que o modelo de educação adotado, até então, de forma bárbara sacrifica o presente a um futuro incerto. Para ele, a civilização e o progresso prometido pelo Iluminismo, bem como o domínio da razão, não conseguiram aumentar a moralização e a felicidade do homem, mas ao contrário, torna-o um egoísta numa sociedade artificial.

Diante de tal situação, a proposta do romantismo de Rousseau aponta o processo educativo como único meio de recuperar o estado natural do homem. Desta forma, reage contra os formalismos e tradicionalismo em prol da espontaneidade e sinceridade na vida, enaltecendo os sentimentos, a fantasia, a intuição, o desejo pelo infinito.

Tal processo educativo pressupõe o conhecimento e a importância das leis psicológicas do desenvolvimento educacional e aconselha, na obra *Emílio*, onde chama atenção para o amor à infância, assim como incentiva o favorecimento dos seus jogos, os seus prazeres, o seu amável instinto (ROUSSEAU, 1968). Não se deve ver na criança um adulto em miniatura, uma etapa passageira e provisória. É preciso começar a estudar melhor a criança para conhecê-la. "Até ao início do século XX, a coerção pela punição ou ameaça de punição era considerada como indispensável para obter a disciplina escolar e os progressos nos estudos" (CONSEIL DE L'EUROPE, 1980, p. 47). Conforme Gilles, a educação deve ser progressiva para o crescimento do educando: "A infância é um modo peculiar de ser, de perceber e de pensar" (GILLES, 1983, p. 78).

## 5. Criança, Sujeito de Direito e Construção da Cidadania

A *Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança*, realizada em 1989<sup>1</sup>, reconhece que é um marco no avanço dos direitos humanos e um progresso da civilização.

---

<sup>1</sup> A Convenção sobre os Direitos da Criança, realizada na ONU em 1989, é o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 193 países. Somente dois países não ratificaram a Convenção: os Estados Unidos e a Somália. ([http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10120.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm)). Acesso em 30 de abril de 2017.

É pelo modo como a sociedade protege e cuida das crianças que se pode avaliar o grau de civilização e de humanidade de determinado povo. A Convenção assenta três princípios fundamentais: a situação da criança, a função da família e a responsabilidade do Estado. O documento descreve: “Nos termos da presente Convenção, criança é todo o ser humano menor de 18 anos de idade, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (Art. 1º.).

Outros elementos, igualmente importantes, são mencionados pela Convenção ao tratar da criança: direito à educação, direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento, a um nome e a uma nacionalidade, à sua relação com os pais, a ter acesso à informação, entre outros mencionados pelo documento.

Em relação à educação a Convenção afirma:

Os Estados Partes respeitam as responsabilidades, direitos e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos membros da família alargada ou da comunidade nos termos dos costumes locais, dos representantes legais ou de outras pessoas que tenham a criança legalmente a seu cargo, de assegurar à criança a orientação e os conselhos adequados ao exercício dos direitos que lhes são reconhecidos pela presente Convenção (Art. 5º.).

Desta forma os direitos das crianças estabelecidos passam a ter um peso significativo nas orientações das políticas públicas de ensino relacionadas à educação infantil. A educação em geral, formal e informal, tem como um de seus objetivos integrar a pessoa na vida do grupo. Inicialmente este processo pode se dar pela família e progressivamente é ampliado, na tribo, na cidade, na nação, na região cultural, enfim na comunidade humana.

Todo este processo nunca foi nem será fácil tendo em vista o bem estar da pessoa, a começar pelas crianças. Por isto, conforme afirma James P. Grant (1990), a *Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança* nos deixa um alerta: estas medidas vão comportar “profundas mudanças na ética dominante, não será nem rápida nem fácil” (GRANT, 1990, p. 27-28).

Enquanto sujeito de direito a criança é membro e participa na constituição da sociedade. Não se trata de um membro inferior ou totalmente dependente. Ela, a criança, por questões até de constituição psicofísica, terá tratamento diferenciado, que também é um aparato de formação da cidadania dentro de um ambiente político e social que permite e quer a inclusão das pessoas.

As fronteiras entre o individual e o social não são claras, segundo Freud, mas esses campos que se juntam (FREUD, 2002). Também a educação infantil passa por fronteiras que vão além da instrução pessoal. O primeiro passo, passa por uma dinâmica funcional, isto é, a educação não como um fim, mas um meio para o desenvolvimento do sujeito e da aquisição de capacidades para exercitar outras formas de conhecimento e de relações sociais que serão alargadas na fase jovem e adulta (DIAS, 2009, p. 172).

Não se trata de uma minimização da educação infantil, mas a sua potencialização em vista do desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade. Desta forma, o foco educacional não se centra apenas na dimensão econômica e corporativa, que contribui para a criação de mão-de-obra mais dócil e útil para alimentar a máquina de produção e consumo (DIAS, 2009, p. 173).

Como sujeito de direito a criança participa na elaboração e efetivação de todo o processo de construção da cidadania. Inclusive esta questão, a cidadania, é um assunto questionador e desafiador em todo o processo educacional. O pensamento marxista destaca que a transformação social passa pelo enfoque da cidadania (PINTO, 2011, p. 90) e destaca o ser humano enquanto ser coletivo, classe social que tem poder de transformar a estrutura social.

A sociedade é produto das ações recíprocas das pessoas, que envolvem a sua produção e reprodução. Mas, as ações das pessoas não são homogêneas, elas são complexas, contraditórias e perpassadas por diversas conotações: religiosas, políticas, econômicas, morais, culturais, etc. A relação entre o ser humano e a sociedade é uma relação dialética, onde o primeiro se coloca como sujeito de sua história (PINTO, 2011, p. 91).

O filósofo e político Antonio Gramsci (1891-1937) dá muita importância e valor à educação em todas as suas etapas formativas. Em relação à educação infantil, o maior valor destacado por Gramsci está na formação em tempo integral. Faz duras críticas ao modelo italiano em voga, que acentuava a dualidade do sistema educativo: o ramo clássico e o profissionalizante. Para superar esta dualidade Gramsci ressalta que o “estudo e a cultura são a consciência teórica dos nossos fins imediatos e supremos e do modo que podemos conseguir traduzi-los em ação” (GRAMSCI, 1978, p. 50).

O estudo, na compreensão de Gramsci, é trabalho intelectual, é esforço disciplinado e neuromuscular. Por isto, o debate sobre educação é ao mesmo tempo um problema técnico e político e o combate ao analfabetismo deve ser, em primeiro lugar, uma luta da sociedade civil, por meio de exigências ao Estado para que cumpra as políticas públicas relacionadas à educação (PINTO, 2011, pp. 95-96).

O analfabetismo infantil é um fato social e político na sociedade brasileira. Há casos de falta de acesso à escola e casos de apesar de estar na escola, há crianças que continuam a ter dificuldades e até total falta de alfabetização. Mesmo com as políticas públicas com projetos de acabar com o analfabetismo até 2020<sup>2</sup>, carecemos de maior valorização dos profissionais deste nível de ensino, assim como um investimento pesado em infraestruturas adequadas.

Como afirmamos, em outra ocasião, a estrutura de ensino acaba por reproduzir as formas de subordinação (PINTO, 2011, p. 101). Trata-se, da taylorização e standardização do saber, o que dificulta a valorização das diversas formas de conhecimento e integração cultural. Neste sentido, a criança começa a “respirar” e “introduzir” os critérios e valores produzidos por determinados tipos de modelos educacionais estruturados em vista do modelo de sociedade que se quer (LIPMAN, 1990). Cria-se, portanto, desde a educação infantil ao ensino superior, uma espécie de capitalismo acadêmico onde grande parte da sociedade não terá acesso a esta proposta educacional (PARASKEVA, 2009).

## 6. Conclusão

Geralmente os Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de educação estão bem ‘formatados’ conforme as políticas, os interesses e as ideologias defendidas pelos que estão na direção hegemônica e determinam as prioridades a serem desenvolvidas no campo educacional. No entanto, entendemos que o sujeito social mais importante, em todo este processo, é exatamente o estudante, e no caso que refletimos a criança, que muitas vezes ficam à margem das propostas e projetos políticos pedagógicos.

As crianças com toda a sua riqueza de expressões, manifestações e pureza descontrolam a forma dos adultos enxergarem e conduzirem o processo educativo. Por elas, as crianças, a educação não poderia ser uma divisão, subdivisão e até exclusão de sujeitos, mas um conjunto de valores e fatores que possibilitam a inclusão, a interação e a formação política e social dos sujeitos. Isto será possível com escolas bem estruturadas, educação em tempo integral, valorização e qualificação dos profissionais, política salarial e uma formação que envolva conteúdos e práticas relacionados à cidadania: meio ambiente, dignidade,

---

<sup>2</sup> Pacto Nacional pela Alfabetização, 2012.

respeito às pessoas e às diferenças, os primeiros passos para entender o que é democracia e política. A educação formal precisa ultrapassar os muros das nossas escolas e sair para a rua, as praças, as casas e outros ambientes de relações sociais. Desta forma as crianças serão mais que executoras de 'filosofias', mas serão sujeitos da filosofia.

## 7. Referências Bibliográficas

- BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008: instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: Acesso em 01 maio 2017.
- BUZZI, Arcângelo R. **Introdução ao Pensar: o ser, o conhecimento, a linguagem**. 31ª. Edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas de educação ambiental**. 2ª. Ed. São Paulo, 1993.
- DIAS, José Ribeiro. **Educação o caminho da nova humanidade: das coisas às pessoas e aos valores**. Porto: Papiro Editora, 2009.
- FREUD, Sigmund. **Le sujet social**. Paris: PUF, 2002.
- GILLES, Thomas Ransom. **Filosofia da Educação**. São Paulo: EUP, 1983.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Vol. 2. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas**. Trad. Manoel Cruz. Série Novas Direções. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- GRANT, James, P. **UNICEF**. 1990.
- CONSEIL DE L'EUROPE. **Requêtes nº 7511/76 et 7743/76: Grace Campbell et Jane Cosans contre Royaume – Uni – Rapport de La Commission**. Strasbourg: Commission Europeenne des Droits de l'Homme.
- LIPMAN, Matthew. **A filosofia vai à Escola**. São Paulo: Summus, 1990.
- MONTAIGNE, Michel de. **A Educação das Crianças**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NISKIER, Arnaldo. **Filosofia da Educação. Uma visão crítica**. São Paulo: Loyola, 2001.
- PAOLI, Niuvenius Junqueira. **Ideologia e Hegemonia. As condições de produção da educação**. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez Editora e Autores Associados, 1981.
- PARASKEVA, João M. (Org.). **Capitalismo Acadêmico**. Ramada (Portugal): Edições Pedago, 2009.
- PINTO, Valmir Flores. **Ensino Superior como Princípio Hegemônico de Cidadania na Sociedade Civil – um diálogo com Antonio Gramsci no Sul da Amazônia Brasileira. Tese de doutorado obtido na Universidade de Aveiro/Universidade do Porto**. Portugal em 2014.
- \_\_\_\_\_. **A Reconfiguração da cidadania pela educação: um contributo a Antonio Gramsci – 120º. Aniversário de seu nascimento. Sensos**. Vol. I. Nº. 2, pp.89-104. Centro de Investigação & Inovação em Educação. Porto: Livpsic, 2011.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p.60-2 apud PILETTI, C. & PILETTI N. História da educação. 7. ed. São Paulo: Ática, 1997. p.94

## **CONTRIBUIÇÕES DO PIBID NA FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE DOS ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DO IEAA-UFAM**

SILVA, Jéssica Maria Oliveira da, UFAM, jeh.oliveira03@gmail.com;

ALVES, Maria Isabel Alonso, UFAM, isabelalonsojp@gmail.com;

### **Resumo**

Trata-se de um recorte de uma pesquisa de Conclusão de Curso realizada no âmbito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM/IEAA) cujo objetivo foi de analisar as contribuições do PIBID na formação dos alunos do curso de Pedagogia. Como metodologia utilizamos a entrevista semiestruturada. A análise de dados foi realizada ao longo da execução do projeto e efetivada com base nos documentos legais e normativos vigentes acerca do tema, bem como estudos de teóricos que contribuem para a compreensão da temática. Para embasamento teórico e análise das falas obtidas através das entrevistas, usamos autores como Freire (1987), Gatti (2009), Minayo (2012), Tardif (2007), entre outros.

**Palavras-Chave:** Formação. Pedagogia. PIBID.

### **Resumen**

Este es un recorte de un haber superado el curso de la investigación llevada a cabo en virtud de la Universidad Federal de Amazonas (UFAM / IEAA) cuyo objetivo fue analizar las contribuciones de PIBID en la formación de los estudiantes de la Facultad de Educación. La metodología que utilizó la entrevista semi-estructurada. El análisis de datos se llevó a cabo a lo largo de la ejecución del proyecto y eficaz basado en los documentos legales y normativas vigentes en la materia, así como los estudios teóricos que contribuyen a la comprensión del tema. Para el fondo teórico y el análisis de la expresión obtenida a través de las entrevistas, autores como Freire (1987), Gatti (2009), Minayo (2012), Tardif (2007), entre otros.

**Palabras clave:** Formación. Pedagogía. PIBID.

### **Abstract**

It is a cut-out of a Conclusion of Course research carried out within the scope of the Federal University of Amazonas (UFAM / IEAA) whose objective was to analyze the contributions of PIBID in the training of students of the Pedagogy course. As a methodology we used the semi-structured interview, the data analysis was carried out throughout the execution of the project and carried out based on the legal and normative documents in force on the subject, as well as theoretical studies that contribute to the understanding of the subject. For theoretical background and analysis of the statements obtained through interviews, we used some authors such as Freire (1987), Gatti (2009), Minayo (2012), Tardif (2007), among others.

**Keywords:** Formation. Pedagogy. PIBID.

## Introdução

A história dos cursos de licenciatura, inclusive o curso de Pedagogia nos mostra uma concentração de conteúdos teóricos no início do curso e deixam geralmente para o final as ações práticas. Ações por meio de estágios quase sempre fragmentados, com o intuito de colocar em prática os conhecimentos obtidos no curso e é nesse ponto que surgiu uma grande oportunidade de investigarmos quais as contribuições do PIBID na formação e na prática dos alunos do curso de pedagogia do IEAA-UFAM que foram bolsistas do PIBID. Este estudo suscitará questões a respeito da importância das experiências em cotidiano escolar para estudantes do curso de pedagogia e de que forma essas experiências poderiam contribuir para o trabalho e a prática no futuro como profissional.

Além disso, essa pesquisa poderá suscitar debates e reflexões sobre os cursos de formação de professores do IEAA, em relação à práxis pedagógica que envolva a universidade e a escola como campo de desenvolvimento e de formação inicial dos professores. Isso poderá incentivar outras práticas que possam ajudar no processo formativo dos professores da educação básica enquanto política pública de carreira do magistério no município de Humaitá-AM. (como forma de auxiliar e contribuir com os assuntos diários de uma sala de aula).

Dessa forma, vale salientar o problema de pesquisa, de que forma o PIBID contribuiu na prática dos alunos do curso de licenciatura em pedagogia que participaram do programa durante a graduação no IEAA, como esses bolsistas enxergam a contribuição do PIBID para os futuros professores. Com esta proposta, buscaremos pelos alunos do curso de pedagogia da UFAM em Humaitá que são bolsistas do PIBID com o intuito de questioná-los a respeito das contribuições ou não do Programa de iniciação à docência para a sua formação profissional.

## Breve histórico do PIBID

O Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID faz parte da política de incentivo à formação de profissionais para atuar na educação básica da CAPES e o primeiro Edital foi lançado no ano de 2007 - Edital MEC/CAPES/FNDE nº 01/2007 - para instituições federais de ensino superior - IFES - Seleção pública de propostas de projetos de iniciação à docência voltados ao PIBID.

O PIBID foi criado no contexto da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, através do Decreto Nº. 6755/2009, de 29 de janeiro de 2009, o qual também disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

De acordo com informações disponíveis no site da UFAM<sup>1</sup> o curso de pedagogia da UFAM *campus* de Humaitá foi implantado em 2006, concomitante com o funcionamento do IEAA, percebe-se então que o curso tem apenas 10 anos de desenvolvimento no município. Só no ano de 2007 foi criado o PIBID sendo uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC)

---

<sup>1</sup> <http://ufam.edu.br>

da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), coordenado pela Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB). O PIBID tem como objetivos principais:

I – incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; II – contribuir para a valorização do magistério; III – elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; IV – inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino aprendizagem; V – incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; VI – contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura; VII – contribuir para que os estudantes de licenciatura se insiram na cultura escolar do magistério, por meio da apropriação e da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente (BRASIL, 2013, p91).

O PIBID UFAM Manaus teve início em 2008, em nosso instituto o IEAA teve a sua primeira inscrição no edital PIBID em 2010 realizado por uma professora. Em 2011 outro edital foi aberto para o ano 2012, para estes foram inscritos dois subprojetos para o instituto um de física e outro de pedagogia. Em 2012 os dois foram aprovados e desde desse ano o instituto desenvolve o projeto nessas duas áreas, mas em novembro de 2012, foram aprovados outros cinco subprojetos em química, biologia, língua portuguesa, língua inglesa e matemática (ENTREVISTA, 2017).

O Subprojeto PIBID de Pedagogia – Trabalhando com as Tic's no Ensino Fundamental teve início no ano de 2011. Inicialmente foi coordenado pelas professoras Zilda Gláucia Elias Franco de Souza e Ângela Maria Gonçalves de Oliveira, respectivamente. Atualmente é coordenado pelo professor Valdemir de Oliveira Tenório. Possui quatro professoras supervisoras e vinte bolsistas de iniciação à docência. O subprojeto PIBID de pedagogia contribui significativamente para o reforço do ensino de português e matemática nos anos do Ensino Fundamental I das Escola Irmã Carmem e Escola municipal Jardim de infância São Francisco proporcionando aos alunos experimentos, efetivações, estimulação e manipulação de equipamentos tecnológicos, além da aprendizagem a ser observada de maneira lúdica e contemporânea. Considera-se assim que o PIBID é de fundamental importância para o aprendizado de professores supervisores, acadêmicos bolsistas e alunos participantes (ENTREVISTA<sup>2</sup>, 2017).

Então, considerando a finalidade, “objetivos e a dimensão desse Programa, fazem-se necessários estudos que avaliem seu impacto nos processos de formação de professores a

<sup>2</sup> Entrevista realizada com a professora Vivianne Braz Nogueira, coordenadora geral do PIBID no IEAA, realizada no dia 11 de Janeiro de 2017 na UFAM da rua 29 de Agosto em Humaitá-AM.

partir de reflexões e apontamentos críticos que ajudem a melhorar as dinâmicas educacionais nele gestadas e dele derivadas” (SOCZEK, 2011, p, 58).

Tendo todos esses pontos como relevantes a formação acadêmica científica e para a prática pedagógica do professor torna-se relevante se todos os alunos licenciados pudessem participar deste programa de iniciação à docência, no entanto, este programa tem

vagas limitadas devido os recursos financeiros e recursos humanos envolvidos (ENTREVISTA<sup>3</sup>, 2017).

Neste sentido, é possível entender que apenas os alunos que tem acesso ao programa tendem a ter mais facilidades para desenvolver habilidades práticas dentro da sala de aula, por isso, estes alunos serão os sujeitos de pesquisa, pois, por meio de suas falas – entrevistas será possível captar as contribuições do PIBID em sua formação e futura prática na sala de aula. Isso tem a ver com o que afirma Freire (1987), para quem,

[...] não é possível a qualquer indivíduo inserir-se num processo de transformação social sem entregar-se inteiramente a conhecer, como resultado do próprio processo de transformar; mas, também, ninguém pode se inserir no processo de transformar sem ter no mínimo, uma base inicial de conhecimento para começar. É um movimento dialético porque, de um lado, o indivíduo conhece porque pratica e, para praticar ele precisa conhecer um pouco. (FREIRE, 1987, p. 265).

Freire (1987) defende a prática e o conhecimento que antecedem a transformação social na educação, é nesta prática que ocorrerá a relação positiva em que o professor trabalha com o aluno a partir de sua realidade e seus conhecimentos iniciais. Diante disso, ressalta-se que a oferta do PIBID se faz necessária para ampliação da relação Universidade e Escola, com o intuito de desenvolver meios e mecanismos para os futuros profissionais da área produzirem conhecimentos e experiências dentro do seu campo de atuação.

### **O PIBID no curso de Pedagogia do IEAA/UFAM**

Os cursos de licenciaturas em sua maioria, seguem um modelo tradicional de formação, caracterizado pela dicotomia teoria-prática e pela falta de integração disciplinar que, pautado na ideia da transmissão/recepção, confere uma visão simplista à atividade docente, tornando esse processo pouco eficiente em sua função formativa. A formação de professores tornou-se atualmente um amplo campo de pesquisas, por abrir leques diferenciados para as pesquisas na educação. O futuro professor em sua formação deve buscar se inserir nos ambientes que proporcionem experiência, prática e conhecimentos relacionados à educação e que contribua a sua prática pedagógica.

De acordo com o capítulo IV, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) que trata da Educação Superior no Art. 43 em seu inciso II onde a educação superior tem por finalidade “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos

---

<sup>3</sup> Entrevista realizada com o coordenador de área Professor Valdemir Tenório realizada no dia 06 de Janeiro de 2017 na UFAM da rua 29 de Agosto em Humaitá-AM.

para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua” (BRASIL, 1996, p. 15). Já no Projeto Pedagógico do Curso (PPC, 2006.) de Pedagogia UFAM fala que o curso oferece as seguintes competências:

O Curso de Pedagogia oferecido no *Campus Vale* do Rio Madeira se propõe a formar um profissional, Pedagogo com capacidade para desempenhar com competência, a prática pedagógica, envolvendo a docência e a gestão educacional, compreendida nas possibilidades e complexidade do fazer pedagógico.

Desde a escolha profissional do curso o sujeito reflete no que será quando formar, no caso do curso de pedagogia os alunos devem ser preparados para enfrentar a sala de aula. Por este motivo, existem projetos que contribuem para a formação inicial e que geram experiências para a vida profissional, é o caso do PIBID. O programa de iniciação a docência tende a trazer os licenciados a vivências práticas escolares. Conforme Tardif (2007, p. 53):

[...] a prática pode ser vista como um processo de aprendizagem por meio do qual os professores retraduzem sua formação e a adaptam à profissão, eliminando o que lhes parece inutilmente abstrato ou sem relação com a realidade vivida e conservando o que pode servir-lhes de uma maneira ou de outra.

Atualmente, podemos dizer que as formações iniciais de professores enfrentam diversos impasses e problemas, que contribuem com uma formação defasada na maioria das vezes, esses problemas estão ligados a falta de conhecimento dos contextos educacionais e escolares; falta de professores formadores; falta de supervisão da prática pedagógica dos alunos, e as dificuldades da relação teoria e prática no cotidiano escolar. (GATTI; BARRETO, 2009).

A formação inicial necessita de estímulos para o estudante se encontrar no que faz, no caso de estudantes de licenciaturas precisam dessas experiências o quanto antes, para que quando cheguem às etapas de estágios não se peguem desesperados e perdidos sem conseguir relacionar seus estudos teóricos vivenciados e discutidos durante as aulas. Afirma Imbernón (2006, p. 66):

A formação inicial deve dotar de uma bagagem sólida nos âmbitos científico, cultural, contextual, psicopedagógico e pessoal que deve capacitar o futuro professor ou professora a assumir a tarefa educativa em toda sua complexidade, atuando reflexivamente com a flexibilidade e o rigor necessários, isto é, apoiando suas ações em uma fundamentação válida para evitar cair no paradoxo de ensinar a não ensinar.

Com isto acredita-se que uma formação inicial em que se estimulem experiências e vivências nos cotidianos escolares podem contribuir a profissional da educação, tornando o capaz de agir em diferentes situações dentro da escola.

Portanto, concordo com Gonçalves e Gonçalves (1998), ao defenderem “a necessidade de uma prática de ensino mais efetiva, proporcionada ao longo do curso de

formação e não apenas no final dele” (p. 107). Ao final do curso, o licenciado pode sofrer consequências ao chegar na sala de aula, acreditando que está preparado intelectualmente.

A preparação não está ligada apenas ao conhecimento e segurança do saber de conteúdos, a formação completa de um professor também está veiculada a preparação de como agir nas demais situações rotineiras, pois

Escola é lugar de aprender. E de ensinar. É também lugar de tomar merenda, de jogar futebol, de fazer fila, de ficar triste ou se alegrar. As crianças escrevem, somam ou subtraem, copiam, perguntam. Elas brigam, choram, se machucam. Fazem grandes amigos. O professor explica a lição, lê histórias, pega na mão da criança que começa a escrever. Ele também grita, fica bravo, perde a calma. Tem que fazer chamada, corrigir prova, preparar aula, preencher

papelada. As crianças às vezes têm fome, às vezes estão doentes, às vezes estão saudas e felizes. De onde elas vêm? Do bairro ao

lado, da favela ali em cima, do outro lado da avenida, do sítio a alguns quilômetros. Falta lápis e, por vezes, até o sapato. Trinta (ou quarenta?) em cada sala. Lousa nova, lousa gasta. Carteiras meio quebradas. O diretor se preocupa com a reforma do prédio, orienta e fiscaliza os professores, tem um monte de papel para assinar, é homenageado na formatura. Na escola tem mais gente: merendeira, servente, secretário, inspetor... O salário está baixo. A vida está dura. Mas escola é lugar de ensinar e de aprender (FONTANA; CRUZ, 1997, p. 3).

Essas situações podem influenciar no planejamento do professor, bem como contribuir com suas práticas, pois ainda segundo Freire (1987), o professor deve usar a realidade em que os alunos estão inseridos, como uma maneira de ensinar e mostrar a seus alunos novas aprendizagens relacionando com seus contextos.

Com isso ressaltamos a importância de vivenciar e presenciar o cotidiano, pois segundo Morin:

[...] a realidade não é facilmente legível. As ideias e teorias não refletem, mas traduzem a realidade, que podem traduzir de maneira errônea. Nossa realidade não é outra senão nossa ideia da realidade. Por isso, importa não ser realista no sentido trivial (adaptar-se ao imediato), nem irrealista no sentido trivial (subtrair-se às limitações da realidade); importa ser realista no sentido complexo: compreender a incerteza do real, saber que há algo possível ainda invisível no real. (MORIN, 2003, p. 85)

A partir do momento que o professor consegue identificar a realidade do aluno após o contato diário e observando o cotidiano da sua sala de aula é que concomitantemente o mesmo poderá traçar metas de ensino com carinho, e que estimulem seus alunos a aprendizagem e renovar suas maneiras de ensino.

A realidade do professor não é sempre a mesma realidade do aluno, se faz necessário conhecer os contextos em que os atores estão envolvidos, para criar meios e articulações de alcançar os objetivos da educação de qualidade, assim, pode-se refletir como o programa de iniciação à docência pode vir contribuir com a prática pedagógica. No caso dos futuros professores é por meio dos projetos que acontece a relação universidade e escola como campo de atuação, para proporcionar aos futuros licenciados experiências dentro da escola, bem como dentro da sala de aula.

Deste modo, são formulados projetos que estimulem a valorização do professor, neste caso com o PIBID, esta preparação para a atuação como profissional ocorre durante a graduação, para que o estudante se envolva com os projetos dentro da Universidade e simultaneamente dentro da escola.

Se o objetivo do PIBID é aproximar o estudante à prática e lhe dar condições de trabalho na escola com a execução de projetos com a colaboração de seu orientador que é professor do ensino superior e de um professor experiente da educação básica, busca-se saber o quanto o PIBID contribuiu para formação e a prática dos estudantes do Curso de

Pedagogia do IEAA. Desta forma em seguida traremos as análises e discussões a respeito da contribuição do PIBID na formação inicial do acadêmico.

### **Contribuições do PIBID: da universidade à escola**

Neste tópico é abordado o percurso metodológico do trabalho, apresentamos os sujeitos desta pesquisa e os desdobramentos metodológicos desta pesquisa, o mesmo configurou-se em uma análise qualitativa de forma a apresentar a contribuição do PIBID na formação dos alunos do Curso de Pedagogia da UFAM/IEAA, suas análises e resultados obtidos nesta pesquisa como a contribuição do Curso de Pedagogia para os “pibidianos”, o PIBID e sua contribuição na formação do pedagogo, o PIBID enquanto instrumento de aquisição de conhecimento e experiência, o olhar da escola sobre o PIBID e sobre os resultados alcançados pelo PIBID.

Entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. (MINAYO, 2012 p. 16). Partindo do que expõe Minayo (2012) observamos que teoria e metodologia caminham juntas, de modo que uma seja inseparável da outra. A pesquisa é entendida como uma atividade básica da ciência, desde sua indagação a sua construção da realidade, sendo a pesquisa a fonte de alimento da atividade de ensino, que nos mantém atualizados frente a realidade do mundo. De certo modo sabemos que todo problema da vida prática pode vir a ser um problema científico a ser resolvido.

As técnicas que serão utilizadas para a produção dos dados será a entrevista semiestruturada que segundo Minayo (2012) utiliza-se de roteiro de entrevista previamente estruturadas, com questionamentos acerca do assunto da pesquisa.

Sabendo que o ambiente escolar traz consigo peculiaridades que só podem ser observadas a partir de um contato direto com ele, para o professor em formação é a sala de aula dentre todos os ambientes presentes na escola o mais significativo para a construção de sua prática. Desta forma as universidades públicas buscam ter como seus alicerces ensino, pesquisa e extensão, aspectos esses igualmente relevantes dentro do âmbito

universitário que auxiliam na determinação e direcionamento de ambas, devendo assim haver uma integração entre ensino/pesquisa/extensão.

Diante dessas implicações, tivemos como objetivo geral analisar as contribuições do PIBID na formação dos alunos do curso de Pedagogia do IEAA. No sentido de buscar ao objetivo geral, fizemos uso dos seguintes objetivos específicos: a) Compreender o processo de implantação do PIBID no IEAA; b) Analisar o PIBID como proposta na formação de professores; c) Identificar as expectativas dos alunos em relação à carreira do magistério.

Nossa pesquisa em seu desenvolvimento percorreu por fases sistemáticas segundo Minayo (2012, p. 26) quando explica que a fase exploratória que é “o tempo dedicado aos estudos– que merece empenho e investimento – a definir e delimitar o objeto, a desenvolvê-lo teórica e metodologicamente”. Esta fase é de suma importância para obtermos um trabalho claro e objetivo.

Realizamos o trabalho de campo que consiste na ida do pesquisador à campo e conseqüentemente no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento (entrevistas, levantamento de material documental, pesquisa bibliográfica, etc); e depois o tratamento do material: ordenação, classificação e análise dos dados coletados no trabalho de campo e produção do trabalho escrito, mantendo o rigor científico (BARBOSA; MIKI, 2007, p. 25).

Entendemos que esta pesquisa deve trabalhar com os anseios dos professores. Por este motivo o recurso metodológico desta pesquisa será pautado no enfoque qualitativo como forma de analisar e compreender a realidade do campo estudado, dentro de um contexto mais amplo da sociedade. Assim, de acordo com Minayo, (2012, p. 21) a pesquisa qualitativa:

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade

social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Diante dessa estrutura de uma pesquisa com cunho qualitativo buscamos, identificar, analisar e compreender os trabalhos e resultados do desenvolvimento do PIBID na vida profissional dos alunos do Curso de Pedagogia do IEAA/UFAM. Utilizamos como forma de produção de dados a entrevista que, segundo Neto (2012, p. 57):

[...] é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dele o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

Utilizamos a gravação de áudio com o consentimento dos entrevistados, utilizamos ainda roteiro de entrevista semiestruturada com perguntas abertas, para facilitar a busca de informações. De acordo com Minayo (2012, p. 64) “entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada”.

Acreditamos que os fenômenos que envolvem a atuação humana são dinâmicos, e que poderão ser reinventados conforme o contexto em que estão inseridos, assim sendo, os mesmos estão sujeitos a ser contraditórios, pois existem situações que merecem outras formulações e pensamentos. O intuito das análises é penetrar no mundo dos fenômenos que entendemos que estão interligados.

A análise de dados foi feita ao longo da execução do projeto e será efetivado com base nos documentos legais e normativos vigentes acerca do tema, bem como estudos de teóricos que contribuem para a compreensão da temática, face aos dados obtidos na investigação.

Assim, elaboramos nossa pesquisa, com passos sistemáticos, com o propósito de contribuir com a produção de conhecimento e a disseminação dos reais objetivos do PIBID para os alunos estudantes de licenciaturas do IEAA. Facilitando o entendimento e a importância do programa e do seu desenvolvimento.

### **Ambiente em que atuaram os sujeitos da pesquisa**

A Escola Municipal Centro de Excelência Irmã Maria Carmem Cronenbold funciona na Rua Francisco Monteiro Neto, s/nº no bairro São Pedro que atende alunos do ensino fundamental completo do 1º ao 5º ano, são alunos que moram em diversas localidades da cidade. O número de alunos por sala do 1º ao 5º ano é de 25 a média. E para a efetivação de todo o processo de ensino conta com: 01 gestor, 34 professores, 01 secretária, merendeira, serviços gerais, vigias. Para atender essa demanda a escola possui um espaço físico de: 09 salas de aula; 01 Sala de Informática; 01 sala de recurso; 01 cozinha bem equipada e depósito para merenda; 01 secretaria com depósito; 01 sala de gestão; 01 sala de professores com banheiro; 01 banheiro masculino e 01 feminino para os alunos; 01 banheiro para acessibilidade; 01 quadra esportiva com banheiro masculino e feminino.

Tem como missão oferecer a seus alunos espaço favorável ao conhecimento dentro de uma concepção de valores morais, cristãos, sociais culturais e éticos, visando uma educação qualitativa, priorizando o ser humano, suas atitudes e habilidades, lhes proporcionando condições para o exercício da cidadania de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Os seus principais objetivos são: Proporcionar uma educação de qualidade, contribuindo para a formação do educando num todo, auxiliando na tarefa de democratizar o saber para uma visão crítica diante do mundo; e transformar a escola em um espaço privilegiado de análise, discussão e reflexão da realidade, desenvolvendo necessidades educacionais.

Os sujeitos que participaram desta pesquisa foram dois (02) alunos “pibidianos” do 7º período do curso de pedagogia, uma (01) supervisora do PIBID que orienta os “pibidianos” na escola. Para preservar a identidade dos entrevistados, estes foram identificados como P1 (pibidiano 1), P2 (pibidiano 2) e (S) supervisora.

#### **Quadro 01- Características do sujeito da pesquisa**

<b>SIGLA</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>SUJEITOS ENTREVISTADOS</b>
S	HUMAITÁ	SUPERVISOR DO PIBID	01
P1	HUMAITÁ	PIBIDIANO	01
P2	HUMAITÁ	PIBIDIANO	01

Fonte: Levantamento da pesquisa em 2017, elaborado pelas autoras.

A realização da pesquisa consistiu-se na busca de alunos que eram bolsistas no PIBID, em um determinado dia fui a sala da turma do 7º período do curso de Pedagogia da UFAM e falei sobre o que se tratava a pesquisa e solicitamos que os que se sentissem à vontade participassem da entrevista. Após um grande silêncio dois alunos aceitaram no mesmo dia e assim concretizou-se as entrevistas. No mesmo dia fui à Escola Municipal Centro de Excelência Irmã Maria Carmem Cronenbold, uma das escolas na qual o projeto acontece, após apresentar a pesquisa solicitei a supervisora do PIBID na escola para uma entrevista, fui bem recebida e acolhida e todas as perguntas foram respondidas, tendo êxito assim no trabalho de produção de dados.

#### **PIBID: teoria e pratica na formação docente**

Os participantes do PIBID são inseridos no cotidiano escolar, planejam e participam de experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar, buscando superar problemas identificados nos processos de ensinar e de aprender. Com os processos de formação e atuação nas escolas, estudos direcionados aos problemas cotidianos observados, os acadêmicos interagem com situações escolares reais. Provém destas ações a procura de respostas para um melhor desempenho nos processos de ensinar e de aprender.

Pensar a Escola requer a compreensão dialética de alguns pressupostos desse espaço, como a existência de trocas sociais diversas; as múltiplas possibilidades de construção de conhecimento; os processos de construção e organização política, dentre outros. Nesse espaço, que requer sua construção contínua numa perspectiva democrática, estão presentes derrotas e conquistas, desilusões e alegrias, reprodução e transformação.

O exercício de docência permite um processo de reflexão na/sobre/para a prática, a fim de que se possa aprimorá-la, tendo como objetivo principal a aprendizagem do aluno. Conforme Tardif (2007, p. 53):

[...] a prática pode ser vista como um processo de aprendizagem por meio do qual os professores retraduzem sua formação e a adaptam à profissão, eliminando o que lhes parece inutilmente abstrato ou sem relação com a realidade vivida e conservando o que pode servir-lhes de uma maneira ou de outra.

Nesta integração entre Universidade e Educação Básica, a escola torna-se protagonista nos processos de formação dos licenciandos e os professores experientes tornam-se co-formadores de futuros professores.

Considerando que pensar as vivências no PIBID implica reconhecer as características e as condições para desenvolver a *práxis*<sup>4</sup> educativa, vale destacar que sua concepção propõe que sejam desenvolvidas atividades que tenham como foco a transformação. Dessa forma, é de grande importância que educadores reflitam sobre sua prática e nesse processo encontrem formas de pensar e de fazer melhor a sua ação, dando mais significado às atividades pedagógicas e a sua inserção social.

A *práxis*, entendida como uma nova racionalidade manifestada através da forma como se vive e pensa a realidade, insere-se, principalmente, no contexto da educação. Trata-se do modo como os envolvidos nesta esfera (professores, alunos, funcionários) atuam no seu campo de militância (na escola). Compreende-se a *práxis* educativa como a relação estabelecida entre o pensar e o agir; a síntese dinâmica da articulação teoria e a prática.

A *práxis* educativa relaciona-se com as concepções de currículo e de formação. Sua vivência na formação inicial possibilita a construção sistemática e científica da prática pedagógica. A sua repercussão impacta nas dinâmicas de desenvolvimento introduzidas pelas escolas. Portanto, a *práxis* educativa valoriza a função social da escola de produzir e socializar os saberes.

### **A contribuição do PIBID na formação dos alunos do Curso de Pedagogia da UFAM/IEAA: análises e resultados**

Nesta seção são abordadas as contribuições do PIBID na vida acadêmica e pessoal dos alunos participantes de um projeto que promove o interesse e parceria das outras escolas no projeto em ação e principalmente despertou a consciência e o interesse efetivo dos bolsistas do curso de Pedagogia pela profissão docente. Em seus relatos, os bolsistas descreveram vivenciar a prática como algo extremamente importante para a sua formação, o contato direto com os alunos da escola pública, disciplina e horários a serem cumpridos, troca de experiências com profissionais que já atuam há anos na docência, aprendizagem ao escrever os planos de aula, criar jogos, leituras, identificar as características singulares de cada aluno atendido, identificar o trabalho com a gestão, aprendizagem e uso das novas tecnologias no trabalho escolar, a lidar com os obstáculos e dificuldades dos discentes e principalmente conhecer a prática pedagógica articulando a mesma com a teoria, unindo os conhecimentos estudados em sala de aula com a prática pedagógica.

### **Sobre a contribuição do Curso de Pedagogia para os “pibidianos”**

---

<sup>4</sup> Trago o conceito de *Práxis* da perspectiva freireana que aponta a *Práxis* como relação teoria e prática no contexto educacional.

Com relação à contribuição do PIBID na formação dos “pibidianos” entrevistados, estes relatam:

**P1** - Acho que, eu ia fazer por fazer até eu criar coragem poder mudar para fazer direito na verdade eu queria ser advogada depois acho que no segundo período me apaixonei comecei a me apaixonar pela pedagogia graças a uma professora que influenciou aí foi quando eu iniciei no PIBID e foi logo no início quando eu entrei na faculdade eu fui gostando e agora já amo de paixão. (ENTREVISTA, 2017)

**P2** - Quando eu me matriculei eu pensei assim meu Deus será que é tudo aquilo que os pessoal fala, um curso assim sem graça, sem muita expectativa, mas quando eu fiz que já com o segundo professor nós fizemos um teatro e as meninas não sabiam como montar um cenário ai começou a surgir a imaginação, porque assim, não é só do curso mas vai da gente de pensar de raciocinar como fazer daí pronto eu disse é isso aqui que eu quero, porque na biologia você não tem aquele negócio que faz com que você pense e imagine como montar é só cálculo é um raciocinar por número não de ver que aquilo ali serve pra isso aquilo, aquilo de ver que dá de aproveitar e reaproveitar e fazer aquilo, quer dizer todo o meu trabalho até hoje só se fazer trabalho reciclado com papelão, então quer dizer assim no começo eu pensei isso mais agora eu vejo que curso de pedagogia ele liberta a gente não só de como trabalhar com criança mas também de como criar métodos técnicas pra ensinar né pra fazer com que a aula seja em forma de dinâmica uma aula prazerosa nesse sentido que eu me vejo nessa perspectiva que eu me vejo, quando me formar eu quero botar em pratica eu mesmo confeccionar meu material pedagógico pra aplicar em sala de aula. (ENTREVISTA, 2017)

De acordo com as falas dos “pibidianos” pode-se constatar que as expectativas do curso de pedagogia são alcançadas no decorrer do curso. Para isso, recorreremos ao Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC), o qual é usado como meio de apresentar e nortear o curso de Pedagogia do IEAA buscando enfatizar o processo educativo de forma dialética entre conteúdo e prática, compreendendo que a educação encontra-se inserida dentro de um contexto econômico político do qual emerge parte das diretrizes do curso, para isso utilizamos para discorrermos sobre este assunto. Segundo o PPC a contribuição desta superação nas práticas pedagógicas na formação integral do cidadão.

Por isso, a necessidade de que a formação profissional daquele que lida com a educação nos diversos níveis se dê em nível superior, para que se superem as práticas pedagógicas da assistência e do cuidar sem o compromisso de garantir a formação integral do cidadão. (PPC, 2006, p. 10)

Na fala do P1 é bem clara a sua paixão pela prática docente, isso é importante para a práxis do professor no que diz respeito a sua própria formação, Candau (1988) explica que

não se deve ter somente uma postura de paixão, mais de prazer e também de compromisso, assim como coloca a seguir: “Por compromisso entendo o compromisso entendo o envolvimento, o profundo engajamento com o aluno no plano intelectual e afetivo, o qual deve ser perpassado por uma postura de “paixão”, de “prazer” pelo trabalho”. (CANDAUI,1988, p. 86).

## **O PIBID e sua contribuição na formação do pedagogo**

Sobre a contribuição do PIBID para a formação do pedagogo do IEAA, os “pibidianos” relatam que:

**P1** - O PIBID contribuiu muito, porque na universidade a gente tem mais é teoria e eu já fui desde o comecinho pra pratica já tendo o impacto de como é a realidade na escola e com certeza vai influenciar muito pra quando eu terminar o curso e começar a trabalhar. (ENTREVISTA, 2017)

**P2** - Eu posso dizer que o PIBID ele me formou me auxiliou ele me amparou porque até antes de estar no PIBID eu achava que a sala de aula era as mil maravilhas. O PIBID é um projeto que nos ajuda a formar e nos preparar para enfrentar a realidade das escolas, ele coloca a gente frente aos desafios né que ocorre que acontece no cotidiano de uma escola, eu digo por mim ele vem abrir a mente ele vem refrescar ele é tudo de bom. O PIBID me preparou a ser mais passiva à não exigir do aluno algo sem pensar antes se deve planejar tem que pensar refletir e a desenvolver as minha limitações enquanto futura educadora na minha regência mesmo ele me ajudou muito pois enquanto muitos estavam nervosos pelo desconhecido eu já conhecia e tinha experiência então eu estava calma. (ENTREVISTA, 2017).

Para Silva et al (2012) as experiências que o PIBID tem proporcionado tem sido muito rica para os acadêmicos dos cursos de licenciatura em Pedagogia como pode-se constatar nas falas dos entrevistados, isso para além da prática vivida e experienciada, e essas ações permitem um questionamento sobre suas responsabilidades para com a profissão que escolheram. A teoria é muito rica porque proporciona subsídios de leitura e reflexão, mas o que o formando apreende como saber referencial está ligado à sua experiência, a qual é construída ao longo do seu percurso de vida.

Silva et al (2012) fala sobre a oportunidade dada pelo PIBID e da contribuição para a formação do graduando, na medida em que, propicia atividades ricas em experiência, como: realização de oficinas, projetos, atividades que possibilitam superar as dificuldades de leitura e de escrita; planejamento da ação prática, seminários para avaliação das ações desenvolvidas e reuniões periódicas para a discussão de entraves detectados nas ações planejadas. Tudo isso, são desafios que servem para enriquecer e lapidar a formação do graduando, porque fornecerão um conjunto de saberes que o levarão a uma profissionalização mais qualificada, assim como também comunga Nóvoa (1997):

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos, ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade

pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar estatuto ao saber da experiência. NÓVOA (1997, p. 25).

Desta forma a análise desta categoria pode-se constatar que a contribuição que o PIBID traz é realmente a experiência e a reflexão através dos trabalhos sobre as práticas, esta formação que o curso de pedagogia com as teorias, colocadas em práticas no PIBID é essencial e muito importante.

### **O PIBID enquanto instrumento de aquisição de conhecimento e experiência**

Sobre o PIBID como forma de aquisição de conhecimento os pidianos relatam que:

**P1** - Ele me ajudou muito como no estágio que eu tive no início do período agora de educação infantil muitas meninas do meu curso estavam nervosas porque estavam com medo de ir para a sala de aula e pra mim não aquilo foi tão natural, já tava acostumada a ta na sala de aula e isso contribuiu muito no estágio e ainda ta contribuindo em relação a relatório também que a gente já ta tendo a visão de como é em sala de aula, de como ta na sala de aula o que exatamente observar na sala de aula e em relação a universidade contribui em questão de artigo porque a gente precisa escrever e isso ajuda bastante, já publiquei artigos sobre o PIBID e tô escrevendo um também agora acho que é isso que vem contribuir com a minha formação. Quando eu iniciei no PIBID era outra coordenação e nos tivemos estudos para que nos chegássemos lá leigos, ultimamente não estamos tendo, mais agora em fevereiro vamos escrever um novo projeto ai para isso vamos nos reunir, pegar livros na biblioteca, pesquisar para estudarmos e escrevê-lo, mas nesses último três anos não tivemos nenhuma articulação entre a teoria que estudamos aqui na UFAM com a pratica da sala de aula, isso é uma coisa que nós mesmos fazemos através de pesquisas sobre teóricos e atividades que possam nos ajudar em sala de aula, porque o suporte teórico que temos é o que estudamos na universidade mas a coordenação do projeto não nos auxilia ou incentiva isso durante o projeto, diferente da supervisão da escola que nos ajuda muito.

**P2** - No começo a gente recebia auxilio com os materiais, mas com essa crise econômica do Brasil quase corte do PIBID, mas não foi a crise que fez com que a gente se desanimasse, por muitas vezes nos mesmos tirávamos de nosso orçamento para elaborar as nossas atividades o animo sempre esteve conosco. Na escola em geral foi maravilhoso porque eu nunca tinha imaginado que eu iria fazer uma atividade ou festinha que envolvesse o todo e eu vejo assim que tudo na vida ensina de alguma maneira ensina.

Sobre este item é interessante destacar o preparo que o PIBID traz para a experiência no estágio como enfatiza Tardif (2000), os cursos são “idealizados segundo um modelo aplicacionista do conhecimento” (p.18), que é exatamente esta centração de conteúdos nos primeiros anos da formação, constituídos de “conhecimentos proposicionais”

(p.18), e só depois de adquirirem tais conhecimentos, os alunos vão estagiar para colocarem seus conhecimentos em prática.

### **O olhar da escola sobre o PIBID**

Com relação ao olhar da escola sobre o PIBID as falas a seguir são de uma supervisora do PIBID na escola. Trata-se de uma professora formada em magistério pela UEA e com graduação em Biologia/Química pela UFAM/IEAA cuja função na escola é, além de supervisionar os “pibidianos”, trabalha na sala de recursos atendendo alunos com deficiências.

Sobre a concepção de PIBID para a supervisora ao ser questionada sobre a relação da mesma com o PIBID, a esta relata:

**S** - Na verdade na minha graduação eu ouvi falar sobre o PIBID só que é tanta coisa, e assim quando eu fiz as minhas duas graduações eu já trabalhava como professora então eu não ficava muito atrás porque eu já ficava interessada mas na minha sala de aula, na verdade eu me interessava mais pela educação infantil e a educação especial tudo isso que estava voltada pra isso, mas assim o PIBID mesmo eu fui conhecer quando a gente recebeu essa documentação na escola ai que eu disse eu vou lê eu vô me enformar mais pra eu ver se eu ia fazer a minha inscrição.

Ao falar sobre a concepção do Projeto de Iniciação à Docência é possível observar que o PIBID desperta o interesse do acadêmico para a profissão docente, como pode ser observado no relato acima.

Para Gomes et all (2012, p. 06) o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é:

É um programa formativo financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que busca incentivar alunos, desde a graduação, para a docência e, assim, valorizar a formação de professores para a educação básica. Através de bolsas remuneradas para os alunos de licenciaturas, professores coordenadores da universidade e professores supervisores das escolas da educação básica, o PIBID introduz mecanismos de valorização do ensino como a ação pedagógica indispensável à formação docente, tanto quanto à pesquisa e a extensão na universidade; e valoriza também o contexto da escola básica como espaço formativo.

O programa contribui significativamente para o conhecimento do aluno da graduação através do contato com a escola pública, bem como favorece o desenvolvimento da leitura, escrita, atividades em laboratórios e cursos de formação que beneficiaram a comunidade escolar e o campo de atuação dos futuros professores e dos que já atuam nas comunidades. Na verdade, todo acadêmico tem a chance de fazer PIBID assim como outro projeto também, porém a maioria dos universitários não querem ter responsabilidades com outra coisa a não ser as disciplinas da grade curricular. De maneira que muitos não conseguem se formar e o mais importante se qualificar para o mercado de trabalho.

Em relação a análise desta categoria é importante salientar a construção de conhecimento que a escola tem com os “pibidianos”, principalmente no que diz respeito ao planejamento, e a interação dos próprios “pibidianos” com os alunos, e para a escola em si, pelo fato de estarem com o pessoal de apoio na questão de reforçar as atividades dentro do ambiente escolar pois Libâneo (2007) vem dizer que o ensino por meio da “mediação” tem o objetivo de superar o método expositivo e fazer a ponte entre a construção do conhecimento dos alunos e de suas argumentações.

Ao ser questionada sobre qual era a sua visão sobre o PIBID e sobre quais pontos positivos e negativos do programa, a supervisora narrou:

**S** - Em partes assim eu achei interessante, eu vou dizer as coisas boas porque assim achei interessante porque os alunos que vem do PIBID são alunos assim da graduação e eles tem ideias bacanas, você ta na Universidade você ta pesquisando né, então isso foi legal porque eram pessoas novas com ideias diferentes que estavam iniciando no ensino regular né nas series iniciais e que tinham ideias e que juntos somou com nós professores que já estávamos lá, infelizmente temos alguns colegas que não gostam de pesquisar que não gostam de mudar a metodologia e o PIBID veio contribuir pra isso né, contribuiu bastante pro desenvolvimento dos alunos principalmente para que estava voltado o projeto, o projeto do PIBID era sobre as tecnologias mas lá na escola a gente usou a tecnologia com sub projeto que foi sobre português e matemática ai foi bem interessante. (ENTREVISTA, 2017).

Auxiliar os alunos a buscarem uma criticidade nos conteúdos, segundo o autor, tem a ver com o papel do professor em dar sentido real aos conteúdos, abordá-los criticamente para que os alunos tenham ciência da realidade. Esses estudos devem destacar os problemas sociais e demais assuntos relacionados ao cotidiano do aluno.

Ao analisarmos os resultados alcançados pelo PIBID na visão da supervisora na escola, vale ressaltar a importância dos “pibidianos” nas aulas de reforços, contemplando assim as dificuldades dos alunos e trabalhando em cima do que eles realmente necessitam, vale também notar o comprometimento de tais “pibidianos” para o bom andamento do projeto. Isso está de acordo com o que narra a supervisora:

**S** - Eu acredito que sim que ele chegou a bons resultados, porque a gente tinha alunos, por exemplo a gente usou muito matemática e português e na área de português tinha aluno que não sabiam escrever e nem ler e os alunos conseguiram ler e escrever, os alunos não sabiam calcular os alunos não sabiam o que era número e eles conseguiram usando o PIBID tendo o PIBID como suporte então foi positivo, que pena que eram poucos alunos que a gente pegava, o ruim era que tinha pessoas comprometidas e tinha pessoas que não eram comprometidas, quem era comprometido realmente a gente viu que o projeto teve avanço, quem não era comprometida o projeto evoluiu muito pouco. Com os poucos comprometidos com o projeto eu tentava sempre conversar, eu acredito que conversa resolve tudo eu sempre falo que conversa paga até conta, então a gente conversava, mas assim quando a gente vê que a pessoa não que

aquilo não é o que ela quer então não insiste, eu conversava com a pessoa se não desse jeito eu procurava o coordenador aí o aluno era desligado do projeto e eles faziam a substituição. (ENTREVISTA, 2017).

A fala da supervisora mostra que o PIBID apresenta mais pontos positivos que negativos, sendo para esta, um projeto que traz benefícios para os “pibidianos” compromissados com sua formação. Todo acadêmico tem a chance de fazer PIBID, porém a maioria dos universitários não querem ter responsabilidades com outra coisa a não ser as disciplinas da grade curricular, são as falas da supervisora que ao ser perguntada sobre um ponto negativo do PIBID, que são aqueles alunos que não são comprometidos com o

projeto. Diante do que foi exposto é possível compreender que o PIBID possui uma característica de formação docente voltada para os estudantes do curso de pedagogia do IEAA. Isso foi mostrado nas entrevistas tanto dos “pibidianos” quando da supervisora.

## Considerações Finais

Um aspecto problemático nos modelos de formação docente no Brasil é o distanciamento entre as instituições formadoras e as escolas de educação básica, contexto de atuação dos futuros professores. Para esta pesquisa foi muito importante cada dado coletado e aqui expostos, pouco consegue-se achar informações sobre esta temática tão importante como forma de conhecimento para alunos de licenciatura, bem como, pessoas leigas que queiram maiores informações sobre o PIBID.

Nesta pesquisa constatou-se que as expectativas do curso de pedagogia são alcançadas no decorrer do curso, as experiências que o PIBID tem proporcionado tem sido muito rica para os acadêmicos dos cursos de licenciatura em Pedagogia como pode-se constatar nas falas dos entrevistados, isso para além da prática vivida e experienciada, e essas ações permitem um questionamento sobre suas responsabilidades para com a profissão que escolheram, o PIBID é um instrumento de produção de conhecimento e experiência para os “pibidianos”, isso podemos enxergar nas falas dos “pibidianos” e supervisor entrevistados.

Logo, entendemos que o PIBID proporciona aos bolsistas conhecer e vivenciar uma sala de aula e trocar experiências com os professores em exercício, preparando-os para o processo de formação inicial e capacitando-os para o exercício da docência. Essa formação ocorre na participação e no maior contato com a realidade das escolas, através da convivência do dia-a-dia escolar, observando as futuras práticas que o futuro educador se deparar em sala de aula.

As ações do PIBID na escola proporcionaram uma nova visão do ser ou estar professor tanto para os bolsistas PIBID quanto para a comunidade escolar envolvida. É importante ressaltar que o programa deve ter continuidade e deve ser implantado em mais unidades escolares numa proporção maior para que de fato possamos melhorar o ensino básico do nosso país através da formação consciente e prática dos nossos alunos de licenciatura, bem como agindo nas escolas, através das atividades desenvolvidas no planejamento das ações do projeto

## Referências

BARBOSA, Walmir de Albuquerque. MIKI, Pérsia da Silva Ribeiro. **Metodologia da ZDTF pesquisa**. Manaus, Edições UEA, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. **Portaria nº 096**, de 18 de julho de 2013. Disponível em < [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria\\_096\\_18jul13\\_Aprova\\_RegulamentoPIBID.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_Aprova_RegulamentoPIBID.pdf) > acesso 15 de maio de 2016.

CUNHA, Maria Isabel da. **O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação**. Educ. Pesquisaa. [online]. 2013, vol.39, n.3, pp. 609626. Epub 09-Ago-2013. ISSN 1517-9702.

FONTANA, R. A. C. e CRUZ, M. N. da. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO. 2009.

GOMES Amanda Thaís Freire; SANTOS Maria Cleoneide de Souza; NASCIMENTO Débora Maria do. **A Formação Inicial e Atuação do Pedagogo**: Contribuições do PIBID Pedagogia. Disponível em <  
[http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho\\_Comunicacao\\_oral\\_idinscrito\\_353\\_e611ce1bcf942c71885a28632966cbf5.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_353_e611ce1bcf942c71885a28632966cbf5.pdf) > acesso 12 de Janeiro 2017.

GONÇALVES, Tadeu Oliver, GONÇALVES, Terezinha Valim Oliver. **Reflexões sobre uma prática docente situada: buscando novas perspectivas para a formação de professores**. In: GERALDI, Corinta Maria Grisolia, FIORENTINI, Dario, PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. (orgs.) Cartografias do Trabalho docente: Professor (a) - pesquisador (a). Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

LIBÂNEO, J.C.. **Adeus professor, Adeus professora? Novas exigências educativas e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 2007.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 6. Ed. São Paulo, Cortez, 2006. – (Coleção Questões da Nossa Época; v.77).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petropolis, RJ: Vozes, 2012.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petropolis, RJ: Vozes, 2012.

NÓVOA, António. Profissionalização no ensino: mobilidade profissional para os homens e regulação social para as mulheres. In: **Os professores e sua formação**. Portugal: Porto, 1997.

**Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPCP)**. Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente. *Campus Vale do Rio Madeira*. Departamento de Educação. Universidade Federal do Amazonas. 2006.

RAUSCH, Rita Buzzi.; FRANTZ, Matheus Jurgem. **Contribuições do PIBID à formação inicial de professores na compreensão de licenciados bolsistas**. ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO - PPGE/ME ISSN 1809-0354 v. 8, n. 2, p.620-641, mai./ago. 2013 DOI <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2013v8n2p620-641>.

SILVA, Milena Celândia Rodrigues.; LIMA, Francisco Mateus Alexandre de.; PAIVA, Rita dos Impossíveis Dutra de. **Professores em Formação: a Contribuição do PIBID para o Graduando em Pedagogia**. Trabalho apresentado IV Fórum Internacional de Pedagogia – A Pesquisa na Graduação: Emancipação Humana, Práxis Docente, Trabalho e Educação entre os dias 27 a 29 de Junho de 2012 em Parnaíba - Piauí.

SOCZEK, Daniel. **PIBID como Formação de Professores**: reflexões e considerações preliminares. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 03, n. 05, p. 57-69, ago./dez. 2011. Disponível em: <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br> acesso 15 de maio de 2016.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 8ª edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários**. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr 2000 Nº 13. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid> acesso 15 de maio de 2016.

WIEBUSCH, Andressa.; RAMOS, Nara Vieira. **As repercussões do PIBID na formação inicial de professores**. IX ANPED sul. Seminário de pesquisa em educação da região sul. 2012. Disponível em :[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Formacao\\_de\\_Professores/Trabalho/05\\_40\\_51\\_1584-6928-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Formacao_de_Professores/Trabalho/05_40_51_1584-6928-1-PB.pdf) acesso em 15 de maio de 2016.

## **Desenvolvimento rural sustentável: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas no município de São Félix do Xingu/PA**

Lílian Poliana Sousa Gualberto, Sedeme, polianagualberto@hotmail.com;  
Teresa Cristina Moreira, TNC, tmoreira@tnc.org;  
Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez, UFPA, amelia@ufpa.br  
Francisco Carlos Guedes da Fonseca, TNC, ffonseca@tnc.org.

### **Resumo**

O aumento da percepção da degradação dos recursos naturais que foi cometida em nome do crescimento econômico e a consciência de que de desenvolvimento representa ir além da acumulação de recursos materiais, tem levado a necessidade de manutenção dos ecossistemas da Terra e ao conceito de desenvolvimento sustentável, com sua multiplicidade de interpretações. Para tanto, faz-se necessário que o ser humano se reconheça como produto do meio, como parte integrante do mundo e do ambiente, dotado de capacidade transformadora, mas que é afetado e depende do meio que o cerca. O Governo do Estado do Pará está ciente de que consumidores e mercados globais estão atentos aos índices de desmatamento na Amazônia e aos impactos sobre a biodiversidade. Nesse sentido, a reputação do Pará e do Brasil, como responsáveis pela Amazônia, faz a diferença no mercado de commodities agropecuárias e na transposição das barreiras comerciais não tributáveis. Neste contexto, assume grande responsabilidade frente ao desafio de duplicar a produção de alimentos, em especial de carne bovina, com planejamento do uso do solo, da água e de outros recursos de forma mais eficiente, além de restaurar as áreas desmatadas ilegalmente ou inaptas à atividade agropecuária. Diante desse cenário, o objetivo deste trabalho é analisar como interagem os atores de diferentes setores da sociedade sobre as implicações socioambientais da pecuária bovina, buscando compreender como se dá processo de reestruturação da cadeia produtiva da carne bovina de corte no município São Félix do Xingu/PA, que possui 2,2 milhões de cabeças, e é o município brasileiro com maior rebanho bovino. O desafio de São Félix do Xingu é conciliar e compatibilizar a produção e a conservação dos recursos naturais, além de promover a inserção das boas práticas agropecuárias nos sistemas produtivos tradicionais. Contudo, as ações integradas das três esferas de governo e a sociedade civil viabilizaram a transformação da realidade local, com o estabelecimento de um ambiente favorável ao estabelecimento de processos produtivos sustentáveis e empoderamento das coletividades locais e o fortalecimento da governança.

Palavras-chave: sustentabilidade, São Félix do Xingu

## Abstract

The increase in the perception of natural resources degradation for economic growth and the conscience that development goes beyond material resources accumulation, has raised the need for the maintenance of Earth's ecosystems and has leaden to the understanding of sustainable development and its several interpretations. Hence it is necessary that humans recognize themselves as products of his environment, as a component part of the world and as owners of transformation capacity, but also that they can be affected by their surroundings.

The governorship of Pará State is aware that costumers and the global market are watchful about deforestation in Amazon and its impacts over biodiversity. Therefore, Pará's and Brazil's reputation, as responsible for Amazon, stand out in the cattle ranching and agricultural commodities market and in the transposition of nontaxable trading barriers. Thus, they assume huge responsibility regarding the challenge of doubling food production, specially cattle meat, along with a planned and efficient use of land, water and other resources, besides restoring illegally deforested areas and areas unable for production use. Face to this scenario, this paper aimed to analyze how the players in different sectors of society interact regarding the socioenvironmental implications of bovine cattle ranching, trying to understand how the restructuration of the beef production chain works in São Félix do Xingu/PA, which has a 2.2 million livestock, the biggest bovine cattle in Brazil. São Félix do Xingu's challenge is to conciliate and to balance production and natural resources conservation besides to promote the implementation agribusiness good practices on traditional systems. However, the government and civil society integrated actions have already made some transformations possible in the municipality's reality, by creating a favorable environment for the establishment of sustainable production processes and by promoting local collectivities empowerment and governance strengthening.

keywords: Sustainability, São Félix do Xingu

## 1- Introdução

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 das Nações Unidas são integrados, indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ecológica. Assim, cumprir o Código Florestal deixou de ser só uma questão ambiental e ética, é uma questão de vantagem competitiva. À medida que o Pará amplia o seu papel na economia nacional e as companhias que foram atraídas pelas áreas disponíveis, pelos recursos naturais e pela localização geográfica privilegiada, amplia-se a necessidade de estabelecimento de parcerias também na gestão dos recursos naturais se desejarem acessar mercados cada vez mais exigentes quanto aos aspectos ambientais e sociais associados ao processo produtivo, alcançando também os produtos agropecuários brasileiros

A previsão é de que a população mundial será de nove bilhões de pessoas em 2050, sendo a maioria habitantes de países em desenvolvimento que, em muitos casos, estão passando por profundas transformações culturais e aumentando o seu poder de consumo. Este fato transformou o vertiginoso crescimento da demanda por carne e produtos lácteos em um dos principais desafios para o atual sistema alimentar global, pois a atividade pecuária está relacionada a importantes impactos ambientais e sociais, ao mesmo tempo em que é a principal provedora da proteína animal na alimentação mundial (HERRERO; THORTON, 2013; MICHELINI, 2016).

A cadeia produtiva da carne bovina brasileira passou por uma recente reestruturação, visando o fortalecimento da comercialização desta *commodity*. Um resultado dessa reestruturação é o crescimento expressivo das exportações, que saltaram de 326.323 para 1.399.259 toneladas, entre 1999 e 2015 (ABIEC, 2015). Essa cadeia movimentou mais de R\$ 483,5 bilhões, em 2015, registrando um crescimento de 27% sobre o ano anterior, representando 6,8% do PIB do agronegócio brasileiro, que, por seu turno, corresponde a 21,5% do PIB Brasil de R\$ 6 trilhões (IBGE; ABIEC, 2017).

O Brasil abriga 14% do rebanho bovino do mundo, na Amazônia Legal há 36% das 209,1 milhões de cabeças do rebanho brasileiro, no estado do Pará existem 39% do total do rebanho da Amazônia. E São Félix do Xingu/PA, com 2,2 milhões de cabeças, é o município brasileiro com maior rebanho bovino (IBGE, 2017).

O aumento da percepção da degradação dos recursos naturais que foi cometida em nome do crescimento econômico e a consciência de que de desenvolvimento representa ir além da acumulação de recursos materiais, tem levado a necessidade de manutenção dos ecossistemas da Terra e ao conceito de desenvolvimento sustentável, com sua multiplicidade de interpretações. Para tanto, faz-se necessário que o ser humano se reconheça como produto do meio, como parte integrante do mundo e do ambiente, dotado de capacidade transformadora, mas que é afetado e depende do meio que o cerca.

O desmatamento na Amazônia brasileira tem sido um problema crônico ao longo dos últimos anos, ganhando destaques nas décadas de 1980 e 1990 e variando de acordo com as mudanças relacionadas às forças econômicas (FEARNSIDE, 2006).

A diminuição das taxas de desmatamento na Amazônia brasileira também está relacionada à implantação e intensificação de diversos programas e políticas que visavam integrar e proteger os recursos naturais (INPE, 2011). Em 2004, quando foi registrada a segunda maior alta nas taxas de desmatamento da Amazônia Legal, atingindo uma área de 27.771,02 km<sup>2</sup>, entrou em vigor o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Após a criação do programa, as taxas de desmatamento oscilaram em um cenário positivo culminando, em 2012, em uma taxa de

desmatamento de 4.656 km<sup>2</sup>, a menor já registrada pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (PRODES) (MMA, 2016).

Por outro lado, apesar da queda no ritmo do desmatamento, a remoção anual de floresta primária na Amazônia Legal continua avançando em novas áreas, caracterizando-a como uma das últimas fronteiras agrícolas ativas do mundo (MACEDO *et al.*, 2013).

O governo paraense está ciente de que consumidores e mercados globais estão atentos aos índices de desmatamento na Amazônia e aos impactos sobre a biodiversidade. Nesse sentido, a reputação do Pará e do Brasil, como responsáveis pela Amazônia, faz a diferença no mercado de *commodities* agropecuárias e na transposição das barreiras comerciais não tributáveis. Neste contexto, assume grande responsabilidade frente ao desafio de duplicar a produção de alimentos, em especial de carne bovina, com planejamento do uso do solo, da água e de outros recursos de forma mais eficiente, além de restaurar as áreas desmatadas ilegalmente ou inaptas à atividade agropecuária.

Como estratégia no combate à supressão de florestas, o Estado do Pará desenvolve diferentes políticas para redução do desmatamento e para promoção do desenvolvimento sustentável. Entre estas, pode-se destacar o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD); o Programa Municípios Verdes (PMV), e a Lista do Desmatamento Ilegal do Estado do Pará (LDI).

O PPCAD é um instrumento de Estado, diretamente interligado às metas do PPCDAm, que tem como principal função promover a articulação entre as diferentes ações de combate ao desmatamento capitaneado pelo Estado do Pará e seu alinhamento e diálogo os segmentos da sociedade envolvidos com o desmatamento. Desta forma, o PPCAD identifica as ações que estão previstas em áreas estratégicas do governo e direciona medidas para que essas ações sejam desenvolvidas de forma integrada.

O PMV foi criado em 2011, é desenvolvido em parceria com municípios, sociedade civil, iniciativa privada, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e Ministério Público Federal. O PMV tem como objetivo combater o desmatamento no Pará, fortalecer a produção rural sustentável por meio de ações estratégicas de ordenamento ambiental e fundiário e também de gestão ambiental, com foco em pactos locais, no monitoramento do desmatamento, na implantação do CAR e na estruturação da gestão ambiental dos municípios participantes (PMV, 2017).

A LDI, criada a partir do Decreto Estadual nº 838/2013, é uma ferramenta de consulta para os órgãos públicos estaduais, nacional e para o público em geral. Nela constam as atividades e empreendimentos situados em áreas desmatadas ilegalmente e para os quais é vedada a concessão de licenças, autorizações, serviços ou qualquer outro tipo de benefício ou incentivo público por parte dos órgãos e entidades da administração pública estadual.

A princípio, o governo do Pará empenhou seus esforços em ações de combate ao desmatamento e à medida que avançava pelo seu território, houve a percepção da necessidade de uma agenda positiva visando promover a adesão às boas práticas agropecuárias pelo o setor agropecuário. Neste sentido, a efetivação dessa agenda vem sendo buscada através do Plano Estadual de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), do Protocolo Verde dos Grãos; do Termo de Ajuste Conduta da Pecuária – TAC da Pecuária, do Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado do Pará e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Pará - Pará 2030. Além de apoiar as iniciativas do setor produtivo e do terceiro setor como, por exemplo, os projetos da Pecuária Verde<sup>1</sup>; o Carne Sustentável do Campo à Mesa<sup>2</sup> e o Plano Municipal ABC do São Felix do Xingu<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Para saber mais sobre este projeto acesse: [http://www.fundovale.org/wp-content/uploads/2016/03/imazon\\_lucratividade\\_Pecuaria\\_Verde.pdf](http://www.fundovale.org/wp-content/uploads/2016/03/imazon_lucratividade_Pecuaria_Verde.pdf)

Neste âmbito, o grande desafio é integrar as cadeias produtivas, estimular as compras locais, gerar emprego e renda, promover o desenvolvimento sustentável do Estado e conservar os recursos naturais.

Em resposta às demandas por agrominerais geradas pelos projetos e programas do Plano ABC Estadual, pecuária sustentável e outros, a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme), em parceria com várias instituições, elaborou o Plano de Mineração do Estado do Pará 2030 (PEM-2030), e por meio da Estratégia 1 - Estímulo à Produção Mineral, que visa promover o mercado de agrominerais para o setor agropecuário a fim de suprir as atuais necessidades de consumo, com vistas a garantir melhores condições de oferta e de demanda, a preços competitivos, criou as condições institucionais para o equacionamento dessa grave questão.

Como é conhecido, os agrominerais são essenciais para a intensificação da pecuária e da produção agrícola e, por conseguinte, para garantir maior produtividade e produção de alimentos e para recuperação de áreas alteradas e degradadas. Todavia, não é trivial acoplar a oferta com demanda em um estado de proporções continentais como o Pará. E visando promover a integração entre as cadeias produtivas dos agrominerais e da agropecuária, como estímulo à produção sustentável de alimentos e à conservação dos recursos naturais, o governo do estado do Pará por intermédio da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme) firmou Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a organização não governamental The Nature Conservancy do Brasil (TNC). As ações previstas no ACT envolvem o estabelecimento de um ambiente institucional favorável ao fortalecimento de processos para agregação de valor à cadeia produtiva sustentável com foco especial na cadeia da pecuária.

O desenvolvimento sustentável tem como eixo central a melhoria da qualidade de vida humana, dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas e, na sua concepção, ao mesmo tempo em que são beneficiárias, as pessoas são instrumentos desse processo, seu envolvimento, portanto, é fundamental para a gestão ambiental. Assim, para que seja implementado é necessário que o desenvolvimento sustentável vise à harmonia e a racionalidade, não somente entre homem e natureza, mais principalmente entre pessoas, que devem ser os sujeitos do processo de desenvolvimento.

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é analisar como interagem os atores de diferentes setores da sociedade sobre as implicações socioambientais da pecuária bovina, buscando compreender como se dá processo de reestruturação da cadeia produtiva da carne bovina de corte no município São Félix do Xingu/PA, que possui 2,2 milhões de cabeças, e é o município brasileiro com maior rebanho bovino. Assim, através de relatórios técnicos, relatos de experiências dos atores locais, programas de governo, projetos e, principalmente, da convivência com os agentes de desenvolvimento locais, foi possível identificar quais fatores proporcionaram a união de esforços para a mudança de sistema produtivo e a conservação dos recursos naturais.

A seguir as percepções do desenvolvimento rural sustentável, no município de São Félix do Xingu/PA, a partir da integração de ações públicas e privadas.

---

<sup>2</sup> Encontre em <http://www.tnc.org.br/nossas-iniciativas/do-campo-a-mesa/index.htm> mais informações sobre esta iniciativa.

<sup>3</sup> São Félix do Xingu, foi o primeiro município do Brasil a elaborar o próprio Plano de Agricultura de Baixo Carbono – ver mais a respeito em <http://observatorioabc.com.br/2016/06/2538sao-felix-do-xingu-entrega-metas-do-plano-municipal-do-abc-em-agosto/>.

## **2- As múltiplas dimensões da dinâmica do desenvolvimento sustentável no contexto do território**

O conceito de desenvolvimento sustentável foi consagrado em 1987, com o relatório Brundtland. E a construção do conceito de desenvolvimento sustentável continuou durante a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, da ONU, realizada em Joanesburgo, África do Sul, em 2010. A Declaração de Joanesburgo estabelece que o desenvolvimento sustentável se baseia em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.

Sustentabilidade é multidimensional, tem relações de interdependência entre as várias esferas, compondo um sistema complexo, no qual o ser humano está inserido (SACHS, 1993). Assim, a busca da sustentabilidade requer que as dimensões sejam amplamente compreendidas a fim de que efetivamente sejam consideradas, tanto no estabelecimento de políticas públicas, quanto na definição de estratégias empresariais voltadas para o gerenciamento socioambiental das atividades econômicas e na gestão do território (ENRIQUEZ *et al.*, 2011).

As dimensões da sustentabilidade, a partir da percepção do espaço físico, geograficamente definido, de uma área efetivamente ocupada pela população, pela economia, pela produção, pelo comércio, fiscalização, onde se dão as relações, objetivas e subjetivas, formais e informais. E a partir do registro dessas relações por meio de relatórios técnicos, artigos, relatos de experiências dos atores locais, programas de governo, projetos, entre outros, e da convivência com os agentes de desenvolvimento locais, foi possível identificar, pelo menos, cinco dimensões que configuram o processo de desenvolvimento sustentável no município de São Félix do Xingu/PA.

### **Dimensão Territorial**

A sustentabilidade espacial abrange a organização do espaço e obedece a critérios superpostos de ocupação territorial e entrelaçados em uma rede natural duradoura para tentar recuperar, com esta complexa e diversificada trama, a qualidade de vida, a biodiversidade e a escala humana em cada fragmento, em cada vila do município (Mendes, 2009). Assim, a dimensão territorial diz respeito ao uso e ocupação do território, e está atrelada à gestão do território, aos níveis de poder sobre o território e ao acirramento da competição por usos alternativos.

O município de São Félix do Xingu pertence à Mesorregião Sudeste Paraense e a Microrregião de São Félix do Xingu. Seus limites são: ao Norte, com municípios de Senador José Porfírio, Altamira, Anapú, Novo Repartimento e Água Azul do Norte; ao Sul, com o estado do Mato Grosso; a Leste, com os municípios de Marabá, Parauapebas, Tucumã, Ourilândia do Norte, Santana do Araguaia e Cumaru do Norte; e a Oeste, com o município de Altamira (Figura 1).

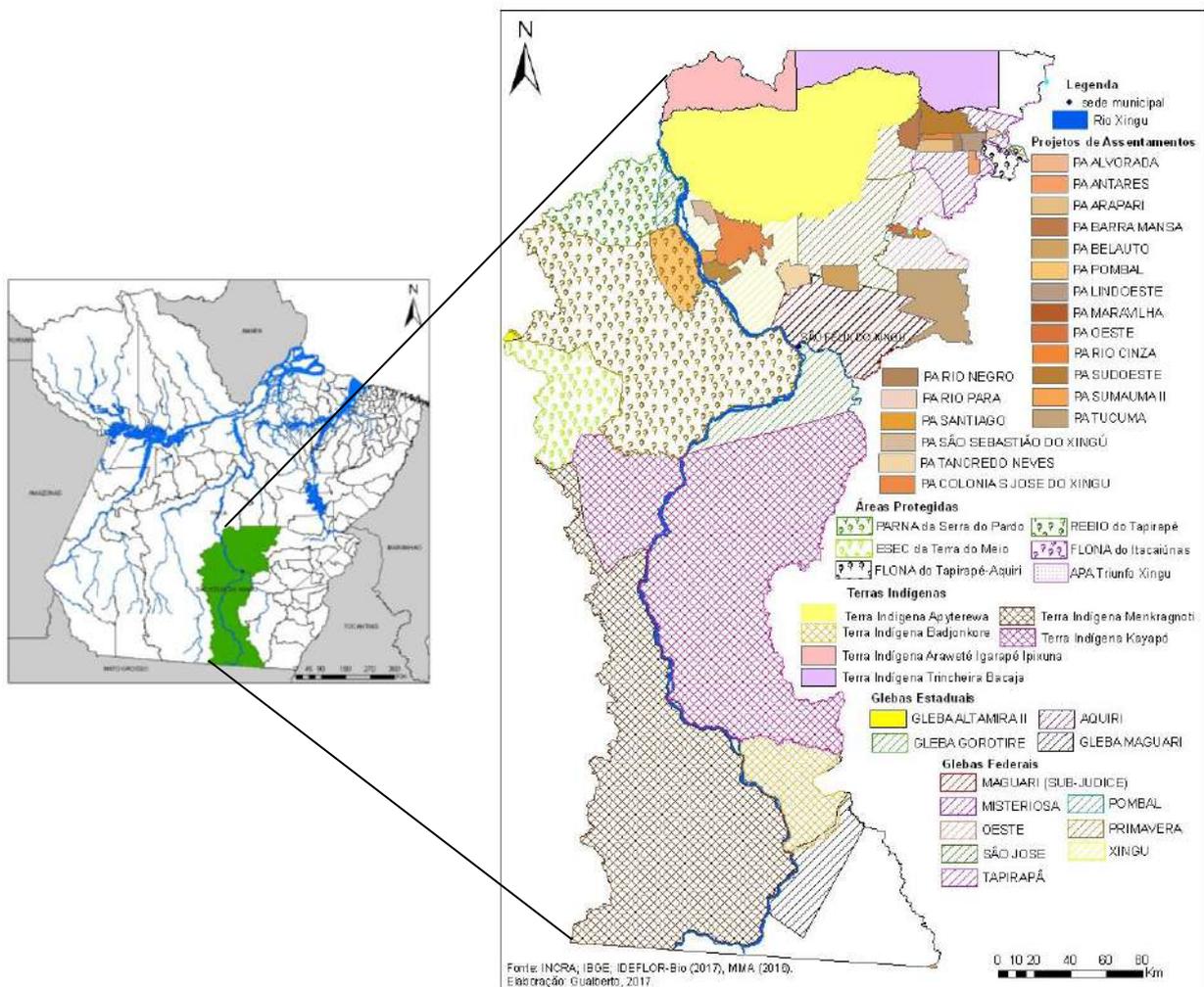


Figura 1 e 2: Mapa de localização do município de São Félix do Xingu/PA. E o mapa de ordenamento territorial de São Félix do Xingu.

O município configura-se territorialmente com uma área de 84.213,10 Km<sup>2</sup>, que representa 6,75% do território do estado do Pará, com 72,9% de áreas protegidas, sendo que desse total são 53,8% Terras Indígenas (TI) e 19,1% Unidades de Conservação (UC), além de 18 Projetos de Assentamento (PA) que representam 4% da área total do município (INCRA; IBGE, 2017; MMA, 2016) (Figura 2).

As TIs que compõem o mosaico de áreas indígenas em São Félix do Xingu (SFX) são (FUNAI, 2017): 1) Apyterewa, com 7.738,31Km<sup>2</sup>; 2) Araweté Igarapé Ipixuna com 9.411,09 Km<sup>2</sup>, seu território abrange os municípios de Altamira/PA (77,99%), SFX (18,04%) e Senador José Porfírio/PA (3,97%); 3) Badjonkore, com 2.219,92 Km<sup>2</sup>, dessa área 93,85% está em SFX e 6,21% está localizada no município de Cumaru do Norte/PA; 4) Trincheira Bacaja, com 16.548,55 Km<sup>2</sup>, está distribuídos entre os municípios de Altamira/PA (3,90%), Anapu/PA (31,10%), Pacajá/PA (0,01%), SFX (14,21%) e Senador José Porfírio/PA (50,77%); 5) Kayapó, com 32.830,22 Km<sup>2</sup>, o território kayapó abrange os municípios de Bannach/PA (0,50%), Cumaru do Norte/PA (11,94%), Ourilândia do Norte/PA (37,05%), SFX (50,49%), Tucumã/PA (0,02%); 6) Menkragnoti, com 49304,58 Km<sup>2</sup>, Matupá/MT (0,34%), Peixoto de Azevedo/MT (2,65%), Altamira/PA (67,66%), e SFX (29,34%).

Em 2010, o Fundo Amazônia operado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou o projeto da TNC denominado Virada Verde, com o objetivo de Contribuir para a mobilização dos atores locais em 12 municípios de Mato Grosso e do Pará (incluindo SFX), com vistas à adesão ao CAR e monitorar o desmatamento na região por meio de imagens de satélite, contribuindo desta forma com a melhoria dos processos de gestão territorial. Em 2014, um segundo projeto apresentado pela TNC foi aprovado pelo Fundo Amazônia, com o objetivo de promover o Plano de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA em seis Terras Indígenas no Amapá e no Pará, sendo duas (TI Apyterewa e a Trincheira Bacaja) em São Félix do Xingu. O objetivo do projeto é a efetiva implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI) nestas TIs. Ao todo, quase R\$16 milhões estão sendo investidos ao longo de quatro anos, contribuindo para a conservação ambiental nessas áreas e beneficiando cerca de 8.800 indígenas e 60 técnicos de instituições públicas (TNC, 2014).

*“O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é uma ferramenta de comunicação entre os indígenas e os não-indígenas, falando sobre como eles pretendem cuidar da sua terra e do seu território. Então, cada um dos povos indígenas tem suas estratégias para construir o plano, e eles usam algumas ferramentas, tais como o etnomapeamento e o etnozoneamento, para que os não-indígenas entendam o que os indígenas estão fazendo.” Aline Mayumi, Indigenista Especializada, Funai (TNC, 2015).*

Os 18 projetos de assentamentos ocupam 3.256,42 Km<sup>2</sup> do território de SFX, com destaque o PA Pombal com 1.200,00 Km<sup>2</sup> e capacidade para 540 famílias (Figura 2), este PA está inserido na área de abrangência da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu (INCRA, 2017).

Em São Félix do Xingu são destinados 16.096,32 Km<sup>2</sup> para as unidades de conservação (Quadro 1), com destaque para a APA Estadual Triunfo do Xingu que (Figura 2) representa 13% da área total das UC's, e seu território abrange os municípios de SFX (65,39%) e Altamira (34,61%) (IDEFLOR-Bio, 2017).

Quadro 1: Unidades de conservação em São Félix do Xingu.

Nome	Categoria	Área (Km <sup>2</sup> )*	Órgão Gestor
Serra do Pardo	Parque Nacional (PARNA)	2.263,32	ICMBio
Tapirapé	Reserva Biológica (REBIO)	29,55	ICMBio
Terra do Meio	Estação Ecológica (ESEC)	2.483,02	ICMBio
Itacainas	Floresta Nacional (FLONA)	5,24	ICMBio
Tapirapé-Aquiri	Floresta Nacional (FLONA)	281,73	ICMBio
Triunfo do Xingu	Área de Proteção Ambiental (APA)	11.033,45	Ideflor - Bio

Fonte: IDEFLOR-Bio (2017) e MMA (2016). \* Área dentro do município de São Félix do Xingu.

A compreensão da ocupação do território é estratégico para gestão territorial e para minimizar a competição por usos do território. Por outro lado, a ausência dos planos de manejo das unidades de conservação de uso sustentável torna frágil a gestão e manutenção dos recursos naturais nessas áreas.

A falta de documentação de propriedade de imóveis é um problema para Amazônia, não sendo diferente para São Félix do Xingu, no qual, além da diversidade de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, ainda se dividi fundiariamente em glebas públicas federais e estaduais, realidade observada também em outros municípios, deixando evidente que para avançar na solução do problema fundiário no Pará será necessário planejar e coordenar esforços entre diferentes órgãos e níveis de governo.

Nesse sentido, o Decreto Estadual nº. 739/2013 estabelece como prioridade a regularização fundiária em municípios que demonstrem avanços na gestão ambiental, podendo se criar assim as bases para uma atuação mais integrada entre as instituições responsáveis pela regularização fundiária e ambiental no Pará.

Em abril de 2017, Instituto de Terras do Pará (Iterpa) entregou o título da área patrimonial e de expansão urbana do município de São Félix do Xingu. O documento, referente a uma área de 2.420,83 ha, era uma demanda que se arrastava há anos porque, no passado, houve uma descrição equivocada dos polígonos e isso precisou ser retificado, impedindo a autonomia do município nos processos de regularização urbana.

A regularização fundiária na APA Triunfo do Xingu, unidade de conservação com os maiores índices de desmatamento do Brasil, voltou a ser pauta entre o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), Iterpa, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e o PMV. A discussão teve como referência normas já estabelecidas pelas constituições federal e estadual, a própria Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei 12.651 de 25 de maio de 2012) também conhecida como Novo Código Florestal e outros documentos oficiais que tratam tanto da regularização fundiária em terras públicas estaduais quanto das áreas de preservação ambiental, como a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, a fim de padronizar a ação dos órgãos no tratamento da questão (ITERPA, 2017).

Desta forma, no que diz respeito da dimensão territorial, trata-se de um espaço geográfico composto por um intrincado emaranhado de arranjos territoriais, com diferentes esferas e competências de gestão e necessidades múltiplas, cuja compreensão se faz fundamental para qualquer iniciativa, pública e/ou privada, que deseje promover processos de desenvolvimento em bases sustentáveis.

### **Dimensão Política**

A participação democrática na tomada de decisões é um dos pressupostos defendidos por Guivant (2002), Frey (2002); Teixeira (2003); Jacobi (2003) e Lima (2002), dentre outros autores. Sensibilizar, motivar e mobilizar a participação ativa das pessoas, favorecer o acesso às informações permitindo maior compreensão dos problemas e oportunidades, superar as práticas e políticas de exclusão e buscar o consenso nas decisões coletivas são elementos que compõem esta dimensão da sustentabilidade.

Frey (2002) destacou a necessidade de democracia e sustentabilidade nas estratégias políticas e administrativas que devem adequar-se para superar os entraves relacionados ao controle pelo cidadão e a participação ativa do mesmo na gestão pública.

A população de São Félix do Xingu (SFX), após as operações Arco de Fogo e Arco Verde, além da convivência com a força nacional, buscou novos caminhos para interagir com os recursos naturais, em especial a floresta.

Com essa nova percepção em relação a floresta, os gestores do município fizeram a primeira audiência pública, em maio de 2011, para a construção do Pacto pelo Fim do Desmatamento, um instrumento declaratório de compromissos multissetoriais, atrelado aos compromissos assumidos pelo Município no âmbito do Programa Municípios Verdes e do TAC da Pecuária.. Na ocasião, foi criada uma Comissão Municipal para coordenar e acompanhar todo o processo de discussão e de celebração do Pacto. A Comissão, sob a liderança da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), coordenou a realização de dez audiências públicas na zona rural do município, reunindo aproximadamente 1800 pessoas para discutir o Pacto, que foi assinado em agosto de 2011. As instituições que compuseram a Comissão foram: SEMMA, Ministério do Meio Ambiente - MMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER-PA, SEMAGRI/SFX, Comissão Executiva do

Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA, , Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de SFX – STTR; Sindicato dos Produtores Rurais de São Félix do Xingu – SPR; Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu – ADAFAX; Cooperativa Alternativa dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos – CAPPRU; Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB; The Nature Conservancy – TNC; Conselho Municipal de Meio Ambiente de S.F.X. – COMAM e CGAPATX e Banco da Amazônia.

Nas audiências, foram levantadas demandas das comunidades, juntamente com os compromissos a serem assumidos para o fim do desmatamento. Essas demandas, sistematizadas e priorizadas pela Comissão, foram apresentadas e debatidas com a sociedade civil e órgãos de Estado na Audiência Pública realizada no dia 25 de agosto de 2011. As demandas consideradas imprescindíveis para o bom cumprimento do Pacto (aquelas em relação direta com o tema – redução do desmatamento) compõe uma Agenda pós-pacto, gerando um Plano de Trabalho com metas e ações, e tendo a Comissão Municipal como espaço de gestão coletiva e de monitoramento da agenda.

Os signatários do "*Pacto Municipal para o fim do desmatamento ilegal no município de São Félix do Xingu*" foram: Prefeitura e Câmara Municipal de São Félix do Xingu, Ministério do Meio Ambiente - MMA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA, INCRA, EMATER-PA, The Nature Conservancy – TNC, Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu – ADAFAX, IBAMA, Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, Banco da Amazônia, Associação Agropecuária dos produtores Rurais da Terra do Meio, Associação dos Agricultores familiares do Pombal, representante da Colônia Xadazinho, Cooperativa Agropecuária do Xingu - COOPAX, Associação de Desenvolvimento e Integração Comercial do Distrito Taboca - ADIC, Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de São Félix do Xingu - ACIASFX, Associação de Agricultores Familiares da Colônia Nazaré - Pombal, Associação de Moradores da Vila Novo Planalto, Associação de Agricultores Estrela do Xingu - Pombal, representante da vila Clariane, Colônia dos Pescadores Z65, representante dos produtores rurais da vila Taboca, Associação do Idoso da vila Taboca, Associação da vila Central, Associação das Mulheres Organizadas Rurais e Urbanas do Município - AMORUM, Associação dos Médios, Pequenos e Micros Produtores Colônia Fernando Velasco, Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Tabão, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de SFX – STTR; Sindicato dos Produtores Rurais de SFX – SPR, Associação dos Produtores Rurais do Novo Brasil, Associação dos Produtores Rurais do Vale do Triunfo, Associação dos Horticultores Familiares, Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA, representante do Distrito Nereu, Cooperativa Alternativa dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos – CAPPRU, Instituto da Cooperação e Promoção Comunitária da Sociedade Civil Organizada - ICPC, Caixa Agrícola dos Colonos Unidos do Xingu - CACUXI, CEPLAC (PMV, 2017).

As demandas priorizadas e apresentadas foram:

- 1) Fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis por meio de capacitação e estruturação da assistência técnica local que permita a transição do sistema convencional de produção para sistemas sustentáveis em SFX, nas áreas de floresta, na pecuária sustentável, na melhoria da qualidade do cacau e nas demais cadeias potenciais do município;
- 2) Regularização ambiental por meio do fortalecimento da gestão ambiental municipal e da capacitação dos técnicos da SEMMA para o licenciamento e monitoramento ambientais local. Além da publicação de instrução normativa para regulamentação dos planos de recuperação de áreas degradadas;
- 3) Regularização fundiária, o Instituto de Terras do Pará - ITERPA deverá dialogar com a Comissão do Pacto para organizar o Plano de ação para regularização

fundiária no município. Além da regularização da légua patrimonial do município de São Félix do Xingu;

- 4) Áreas protegidas deverá ocorrer a fiscalização e monitoramento sazonal das terras indígenas e das unidades de conservação.

Outro fato importante, ocorrido em 2011, foi à efetivação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, com apoio da TNC e do Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável, com a homologação de seus conselheiros. E os 32 membros do conselho, encarregados de elaborar um plano de manejo para o território, participaram de oficinas e capacitações para que tenham melhores condições de gerir a área, que, até 2009, teve 25% de sua área florestal comprometida pelo desmatamento. Os cursos foram ministrados pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (TNC, 2011).

No mesmo período, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de SFX e TNC, instalaram, com o apoio do Projeto Virada Verde, uma “Sala de Situação” para atendimento aos produtores rurais que desejassem apoio para os processos de adequação ambiental, em especial, para inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

*“Nos dias de pico de movimento, eu chegava à sala da TNC às 7 da manhã, e tinha uma fila de 20 produtores esperando para conversar sobre adequação ambiental.” Giovanni Mallmann, técnico da TNC em São Félix do Xingu/PA (TNC, 2012).*

Em 2013, dois anos após a assinatura do Pacto, o município inaugurou o Observatório Ambiental Municipal, planejado para ser um importante aliado para diminuir as taxas de desmatamento ilegal em São Félix do Xingu. O Observatório foi instituído legalmente por meio de lei municipal e surgiu em virtude da complexidade em administrar e fiscalizar o uso do solo em um território extenso como São Félix do Xingu. E a Comissão Municipal do Pacto para o Fim do Desmatamento Ilegal de São Félix do Xingu realizou uma oficina “O Observatório Ambiental do Município de São Félix do Xingu e o monitoramento do desmatamento ilegal do município”, com o objetivo de informar os representantes e as lideranças locais sobre os avanços alcançados após a assinatura do Pacto, em agosto de 2011, e sobre os serviços prestados pelo Observatório que auxiliaram no controle do desmatamento ilegal do município, a oficina contou com 31 participantes, entre lideranças das áreas rurais e urbanas de São Félix.

A Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, ciente da necessidade de mudança do modelo de exploração da agropecuária extensivo e extremante impactante ao meio ambiente, publicou o Decreto Municipal 0781/2015, que estabeleceu o seu Plano de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura.

A oficina "Planejamento e Sistematização de Insumos para Elaboração do Plano ABC do município de São Félix do Xingu" foi realizada em março de 2016, e contou com a participação de instituições federais, estaduais e municipais, sindicatos, associações, cooperativas, agentes financeiros, ONGs e universidades e o produto da oficina foi o Plano Municipal de ABC.

O evento “Diálogos para a Produção Sustentável na Microrregião de São Félix do Xingu”, realizado em 15 de março de 2017, envolveu diversos atores governamentais e da sociedade civil organizada. O objetivo central foi promover a discussão sobre as potencialidades da região, seus gargalos e a proposição de soluções. Neste contexto, o tema “Regularização Ambiental e Fundiária”, com a participação do “Programa Terra Legal”, Semas e Ideflor-bio, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes

em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. E durante a programação, o Vice-Governador, Zequinha Marinho, expôs que o Governo do Estado está coordenando, através do Ideflor-bio, uma força tarefa que visa a regularização ambiental e fundiária na ATX, através da criação de um grupo de trabalho envolvendo Instituto de Terras do Pará (Iterpa), SEMAS e o Instituto. Uma Instrução Normativa interinstitucional que determinará as etapas desse processo está em vias de publicação.

As ações integradas das três esferas de governo e a sociedade civil viabilizaram a transformação da realidade local, com o estabelecimento de um ambiente favorável ao estabelecimento de processos produtivos sustentáveis e empoderamento das coletividades locais.

### **Dimensão Ecológica**

Na concepção de Foladori (2002), a sustentabilidade ecológica é a que suscita menos controvérsias, uma vez que se refere a certo equilíbrio e à manutenção dos ecossistemas, conservação e manutenção genética, incluindo, também, a manutenção dos recursos abióticos e a integridade climática. Este conceito aborda a natureza externa ao ser humano e a concepção de que quanto mais modificações realizadas pelo homem na natureza menor sua sustentabilidade ecológica e quanto menor a interferência humana na natureza, maior sua sustentabilidade.

Com a intensificação dos debates entre as três esferas de governo e ações da força nacional visando tirar o município de São Félix do Xingu da lista dos que mais desmatam na Amazônia, como um primeiro passo para avançar num patamar de sustentabilidade, o município, em 2010, assinou um Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal (MPF) com o objetivo de reduzir o desmatamento.

Em 2011, o governo municipal fez a adesão ao programa PMV e ao cumprimento de suas sete metas. E no mês de agosto do mesmo ano, o governo municipal em parceria com diversas instituições, após as audiências públicas, firmaram o "*Pacto Municipal para o fim do desmatamento ilegal no município de São Félix do Xingu*" - meta um do programa PMV - com objetivo de reduzir o desmatamento ilegal a zero e apoiar o desenvolvimento sustentável. E adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento essencial para o planejamento e regularização ambiental dos imóveis rurais. Além do compromisso com a transição para sistemas de produção sustentáveis.

A meta dois do programa PMV foi cumprida em 2012 com a criação do grupo de combate ao desmatamento - denominado de "*Comissão municipal pacto para o fim do desmatamento ilegal*" com objetivo de ser um espaço para discussão, articulação, construção e monitoramento de uma agenda pós-pacto com as instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil para o combate ao desmatamento.

O Projeto aprovado pelo PMV junto ao Fundo Amazônia permitiu a contratação de uma empresa para prestação de serviços de elaboração de Cadastro Ambiental Rural em áreas cadastráveis de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais, priorizando a agricultura familiar no município de São Félix do Xingu.

O município tem 33.198,88 Km<sup>2</sup> de área cadastrável no CAR, ou seja, 39,42% da área total de São Félix do Xingu. E a meta três do PMV, consiste em cadastrar 80% da área cadastrável no município, foi atingida 2012, durante a execução do Projeto Virada Verde, possuindo atualmente está com 81,30% da área cadastrada no CAR (PMV, 2017).

A meta quatro, refere-se na redução do dematamento, ou seja, dematamento menor que 40km<sup>2</sup>, INPE/PRODES - 08/2014 a 07/2015, nesse período o desmatamento, em São Félix do Xingu, atingiu 199,20 Km<sup>2</sup>. E o alerta SAD mensal, SAD/Imazon - 10/2016, 5,07 km<sup>2</sup> (PMV, 2017). Neste contexto, através do Projeto Fundo Amazônia foram realizados os diagnósticos do Pacto Local contra o Desmatamento e da dinâmica do desmatamento no município, objetivando o fortalecimento da gestão ambiental municipal e o cumprimento do Pacto local contra o desmatamento.

A verificação do desmatamento em campo, a meta cinco do PMV, ocorre após recebimento do boletim de desmatamento, até 18 de abril de 2017 o município de São Félix Xingu não tinha recebido o alerta (PMV,2017). Para o cumprimento dessa meta, em 2016, a SEMMA/SFX recebeu equipamentos (GPS, notebooks, veículo, etc.) e seus técnicos foram capacitados em verificação dos desmatamento em campo.

A meta seis do programa PMV, consiste em estar fora da lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA) dos municípios que mais desmatam na Amazônia, apesar dos ganhos obtidos em São Félix do Xingu, no que diz respeito à redução do desmatamento, o município, que é quase do tamanho de Portugal, continua na lista do MMA dos maiores desmatadores do País. Porém, no período de 2008 a 2014 ocorreu a redução de 86%, das taxas de desmatamento em relação à linha de base de 1999.

A meta sete do programa PMV diz respeito à estruturação do sistema e órgão municipal de meio ambiente, em que se considera a Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Fundo Municipal de Meio Ambiente, neste item a SEMMA/SFX tem núcleo específico de licenciamento e de suporte jurídico, com 24 funcionários, sendo 13 permanentes e 11 temporários. E licencia atividades de impacto local, contudo, não licencia atividades rurais. Assim, ao longo do ano de 2016, o PMV, com recursos do Fundo Amazônia, promoveu as capacitações em Licenciamento Atividade Rural (LAR) e verificação de dematamento para os técnicos da SEMMA/SFX. Além da cessão de equipamentos, como exemplos: GPS, computadores, caminhonete, entre outros, como apoio a estruturação da SEMMA e o fortalecimento da gestão ambiental municipal (PMV,2017).

Em 2013 o município de SFX protocolou junto ao Ministério do Meio Ambiente uma solicitação de reconsideração ou revisão dos critérios para retirada do município da lista de municípios críticos com relação ao desmatamento, argumentando, que apesar dos avanços significativos alcançados pelo município, a meta de no máximo 40km<sup>2</sup> para o desmatamento era inaplicável para as suas dimensões territoriais (uma vez que a meta é fixa e independe das dimensões municipais causando uma desproporcionalidade) e suas características socioeconômicas, sobretudo pela importante presença de assentamentos da reforma agrária<sup>4</sup>). Essa solicitação nunca foi acatada ou teve resposta formal por parte do Governo Federal.

Criada entre as medidas previstas pelo Decreto Federal nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007, como medida para o combate ao desmatamento ilegal na Amazônia, a lista de municípios críticos também não foi mais atualizada pelo Governo Federal desde 2013, gerando dúvidas quanto à sua efetividade e causando instabilidade em municípios que cumpriram com os critérios de saída mas permanecem no limbo jurídico.

### **Dimensão Social**

Na dimensão social reside a grande polêmica, pois é a dimensão que sofreu mais mutações por conta do conceito de desenvolvimento social (Foladori, 2002).

Franco (1999) discute sobre a sustentabilidade pautada nas dimensões social e econômica, cujo problema encontra-se na pobreza e no conceito de desenvolvimento local integrado e sustentável como meio de superar o distanciamento entre política social e de combate à fome, à miséria, à pobreza. Sob esta ótica, a dimensão social pode ser entendida

---

4 O Decreto nº 6.321/2007, prevê em seu artigo 6º que “tendo em vista o disposto no art. 14, alínea “a”, da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, as autorizações para novos desmatamentos em extensão superior a cinco hectares por ano nos imóveis com área superior a quatro módulos fiscais, situados nos Municípios da lista do art. 2º, somente serão emitidas para os imóveis que possuam a certificação do georreferenciamento expedida pelo INCRA”, ficando em uma leitura inversa autorizadas as emissões de autorizações de desmate para areas até 5 hectares na agricultura familiar, mesmo em imóveis não certificados.

como a consolidação de um processo de desenvolvimento orientado por outra visão, a da boa sociedade. O objetivo é construir uma civilização do "ser", em que exista maior equidade na distribuição do "ter" (renda), de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não-abastados (Mendes, 2009).

Em 2011, a prefeitura de São Félix do Xingu firmou parceria com a TNC para elaborar e implementar, com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o Programa Piloto de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) do Xingu Central. Ações de REDD+ são aquelas que têm como objetivo melhorar as condições de vida nas comunidades envolvidas e, ao mesmo tempo, preservar as florestas em pé, para evitar que o carbono armazenado nas árvores seja liberado para a atmosfera. Abrangendo uma área de mais de 11 milhões de hectares e incluindo parte do município de São Félix do Xingu, unidades de conservação e terras indígenas, o programa visa a se tornar um modelo para o desenvolvimento sustentável de baixo carbono por meio de uma iniciativa integrada de grande escala que envolvem diversos atores e tipos de uso da terra (TNC, 2011). Neste contexto, foram realizados treinamentos abordaram temas como mudanças climáticas, conceitos básicos de REDD+, projetos de REDD+ e o Programa Piloto de REDD+ do Xingu. A capacitação envolveu a ONG Adafax, organização local que possui trabalhos de desenvolvimento sustentável com pequenos produtores, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e professores universitários. O treinamento é um dos eixos centrais do plano de engajamento com as partes interessadas do programa. Mais de 50 pessoas foram capacitadas, incluindo técnicos da Adafax, pequenos produtores e integrantes do governo.

O projeto Cacau Mais Sustentável, com o objetivo de promover a produção do cacau como atividade de apoio aos processos de regularização ambiental de imóveis rurais na região de São Félix do Xingu foi implementado, em 2012, pelas instituições TNC, a Cargill e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assim, 20 pequenos produtores de São Félix do Xingu receberam receber orientações para plantar o cacau em áreas de suas propriedades onde a floresta foi degradada. A experiência vai ajudar a disseminar para um número ainda maior de produtores as melhores práticas para o plantio do cacau na região. Além de melhorar as condições de vida das famílias, esse cultivo permitirá a restauração da floresta em locais onde a legislação ambiental proíbe o desmate, como margens de rios e encostas de morros (TNC, 2012).

*“Quero restaurar a mata porque, além de recuperar ambientalmente essas áreas, posso ter um bom retorno. O cacau dura mais de 30 anos; depois disso, ainda dá para fazer o manejo sustentável da madeira e criar uma aposentadoria.” Ison Silva Ison Silva é diretor da Cooperativa Alternativa de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos de São Félix do Xingu – Capru (TNC, 2012).*

Em 2015, 82 famílias de agricultores de São Félix do Xingu (PA) participam do projeto Cacau Mais Sustentável. São 310 hectares implantados em sistemas agroflorestais (SAF) com cacau consorciado com outras espécies de árvores (jatobá, ipê, seringueira, andiroba, cajá e copaíba) e culturas agrícolas (banana, açaí, mandioca, abacaxi e milho).

*“Na primeira reunião que a TNC fez aqui perto da minha área, eu fui e dei meu nome. Eles falavam de plantar cacau em terra degradada, e eu tinha um pedaço de terra aqui que foi um pasto que estava muito ruim e eu queria*

*... aumentar o meu espaço pra cacau. Aí eu pedi, e eles me atenderam. E agora já faz dois anos que eles me dão essa assistência aqui. Você ter o gado é bom, se tiver cacau é melhor e se tiver fruta, como nós temos aqui, é melhor ainda! Aí, diversifica a sua produção.” Luiz Pereira, Cacaucultor, São Félix do Xingu (TNC, 2015).*

Em 2016, o Projeto Cacau Mais Sustentável ganha novos componentes e colaboradores dando origem à iniciativa Cacau Floresta. No mesmo ano produtores participantes da iniciativa apresentaram pela primeira vez o chocolate produzido nas áreas recuperadas com cacau em sistemas agroflorestais em SFX durante o 4º Festival do Chocolate e Cacau, realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca – SEDAP.

Um dos temas abordado no evento “Diálogos para a Produção Sustentável na Microrregião de São Félix do Xingu”, foram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), a ação é fruto da parceria entre o governo do estado, Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e visa divulgar os benefícios das compras governamentais e inserir mais beneficiários nas políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

Neste âmbito, os técnicos da Conab identificaram os agricultores familiares e assentados da reforma agrária que não acessam os instrumentos de compras institucionais do PAA, além de populações carentes em situação de insegurança alimentar. E os técnicos da Emater-PA orientaram os agricultores familiares de como acessar o mercado de compras institucionais via Pnae, assim, no mesmo dia a Secretaria Municipal de Educação realizou a chamada pública para aquisição de alimentos para a alimentação escolar (Sedeme, 2017).

A implementação de políticas públicas que visem à inclusão social e produtiva da população, o empoderamento das coletividades locais e o fortalecimento da governança institucional, são instrumentos para que a sociedade local se reconheça como agente de transformação, como parte integrante dos problemas e das soluções para a gestão socioambiental do território.

### **Dimensão econômica**

A sustentabilidade econômica, dentre outras coisas, preconiza a realização do potencial econômico que contemple prioritariamente a distribuição de riqueza e renda associada a uma redução de externalidades socioambientais, buscando-se resultados macrossociais positivos, por sua vez, nem sempre eficazes (SOUZA; LEAL, 2012).

O município de São Félix do Xingu tem população estimada de 120.580 mil habitantes, a densidade populacional de 1,08 hab/km<sup>2</sup>. E a base econômica do município está fortemente assentada no setor agropecuário, com destaque a cadeia produtiva da pecuária de corte, que participam com cerca de 40% do PIB municipal de R\$ 1 bilhão, em 2014 (IBGE, 2017).

Em 2012, O Walmart, líder global em varejo, e a Marfrig, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, uniram-se à TNC na tarefa de fortalecer as boas práticas socioambientais da pecuária na Amazônia. Um desses projetos é o “Carne Sustentável: do Campo à Mesa”. O objetivo da iniciativa é promover técnicas de intensificação que permitam aos produtores da região aumentar o número de cabeças de gado por hectare, sem abrir novas áreas. São 18 produtores que fazem parte do projeto da TNC que, por sua vez, envolve atividades de intensificação, investimento no bem-estar humano e animal, e o cumprimento da legislação ambiental com a recuperação de áreas degradadas nas propriedades. O projeto é uma parceria entre a TNC, o Walmart, a maior empresa varejista do mundo, e a Marfrig, uma das principais empresas globais de alimentos. Outros

apoiadores são a Associação dos Produtores Rurais de São Félix do Xingu e a Gordon & Betty Moore Foundation (TNC, 2014).

Em outubro de 2014, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Sedeme e o – TNC, com objetivo de promover a integração entre as cadeias produtivas dos agrominerais e agropecuária como estímulo à produção sustentável de alimentos, em especial a cadeia produtiva da pecuária, e à conservação dos recursos naturais em áreas consideradas de mútuo interesse, entre elas o município de São Félix do Xingu.

Os resultados obtidos nas 18 fazendas de pecuária de corte que fazem parte do projeto Pecuária Sustentável – Do Campo à Mesa, em 2015, foram 1.010 hectares estão em processo de restauração florestal para adequação ao Código Florestal brasileiro, e o aumento entre 200% a 300% na produção de carne devido à implantação de Boas Práticas Agrícolas (BPA) e Bem-Estar Animal (BEA). Além, do treinamento em BPA para 50 técnicos de instituições parceiras e de fazendas que participam do projeto Pecuária Sustentável.

Em março de 2017, foi realizado o seminário Agrominerais para a Produção Sustentável, esse evento integrou nos “Diálogos para a Produção Sustentável na Microrregião de São Félix do Xingu”, com objetivo de aproximar o setor mineral dos agentes de desenvolvimento rural sustentável e dos produtores rurais visando garantir a oferta dos agrominerais, reduzir os preços dos insumos minerais para o setor agropecuário com o foco no calcário agrícola e no fosfato, além de difundir e disseminar o manejo sustentável dos solos com o uso dos agrominerais, buscando o aumento da produtividade e produção.

Na mesma semana de realização do seminário de Agrominerais, ocorreu um encontro entre a TNC, Ideflor-bio, na Câmara Municipal, onde foram apresentadas as principais problemáticas do município, pelas Secretarias Municipais de Agricultura e Meio ambiente, além de divulgação das iniciativas locais que conciliam produção e conservação de pecuária sustentável e cacau. O encontro possibilitou a continuidade de apoio ao desenvolvimento dessas iniciativas que objetivam aumentar a produtividade e rentabilidade de forma equilibrada com o meio ambiente e também contou com a presença de membros da Cargil, O Globo, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Grupo Êxito, Embaixada Real da Noruega na Colômbia, Climate Focus e World Wildlife Fund (WWF).

A grande questão de São Félix do Xingu é conciliar e compatibilizar a produção e a conservação dos recursos naturais, além de promover a inserção de novas tecnologias no sistema produtivo tradicionais, como pôr a exemplo da pecuária.

### 3- Reflexões finais

O desafio da sustentabilidade exige a busca de conciliação e compatibilização entre todas essas dimensões. E estamos longe de esgotar as percepções de desenvolvimento sustentável no município de São Félix do Xingu, considerando que a sociedade local se reconhece agente de transformação do território. Podemos enumerar algumas questões inquietantes que estiveram bem presentes na dinâmica do território:

1. O papel do Estado é conduzir as políticas públicas e a gestão do território. Assim, a elaboração e implementação dos planos de manejo da UCs, dos planos de desenvolvimento dos assentamentos e plano de gestão territorial e ambiental das TIs são ferramentas estratégicas para o ordenamento territorial e conservação dos recursos naturais;
2. A regularização fundiária e ambiental é necessária para disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e fortalecimento das cadeias produtivas já estabelecidas. Contudo, está é uma questão complexa, que requer ações integradas das três esferas de governo.

#### 4- Recomendações

Na relação tripartite governo - meio ambiente - sociedade civil implica no estabelecimento de uma estratégia sustentável com diferentes atores proativos buscando estabelecer o empoderamento das coletividades locais e o fortalecimento da governança institucional, por meio da integração de ações públicas e privadas que gerem sustentabilidade socioambiental.

#### Referências

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, n. 9. p. 115-148. 2001.

GUIVANT, J. S. Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas. Austrália: Congresso Mundial da International Sociological Association, Brisbane, 8-13 de julho de 2002.

HERRERO, M.; THORTON, P.K.; Livestock and global change: Emerging issues for sustainable food systems. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 110, n. 52, p. 20878–20881, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro>. Acesso em: 15/05/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2015. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/>. Acessado em 07 de março de 2017.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – (IDEFLOR-BIO). Unidades de Conservação. <http://ideflorbio.pa.gov.br/2016/11/10/conselho-gestor-da-apa-triunfo-do-xingu-discute-coes-para-2017/>. Acessado em 07 de maio de 2017.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, mar. 2003. p. 189-205.

LEFF, Enrique. La geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable: Economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. In: *Debates Neoliberalismo de guerra y recursos naturales*. OSAL. Ano VI, n. 17. mai-ago 2005.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação e sustentabilidade: Possibilidades e Falácias de um Discurso. In: *Encontro da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, 2002, Indaiatuba-SP. Disponível em: <[www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br)>. Acesso em: 10 março 2017.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio Ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

SILVA, A. S.; SOUZA, J. G.; LEAL, A. C. A SUSTENTABILIDADE E SUAS DIMENSÕES COMO FUNDAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/1724/sergiosilva>>. Acesso em 18 de maio de 2016.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional positivo. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA (SEDEME). Governo do Estado do Pará. Relatório de Atividades da Ação de Apoio a Verticalização dos Agrominerais. 2017.

TEIXEIRA, P. F. P. Governo, governança e (des)envolvimento. ABDL, 2003. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/filemanager/list/27/>>. Acesso em 2 de dezembro de 2016.

The Nature Conservancy (TNC) Relatório de Atividades 2015. Disponível em: <http://www.tnc.org.br/quem-somos/publicacoes/relatorios-anuais.xml>. Acessado em 20 de janeiro de 2017.

The Nature Conservancy (TNC) Relatório de Atividades 2014. Disponível em: <http://www.tnc.org.br/quem-somos/publicacoes/relatorios-anuais.xml>. Acessado em 20 de janeiro de 2017.

The Nature Conservancy (TNC) Relatório de Atividades 2013. Disponível em: <http://www.tnc.org.br/quem-somos/publicacoes/relatorios-anuais.xml>. Acessado em 20 de janeiro de 2017.

The Nature Conservancy (TNC) Relatório de Atividades 2012. Disponível em: <http://www.tnc.org.br/quem-somos/publicacoes/relatorios-anuais.xml>. Acessado em 20 de janeiro de 2017.

The Nature Conservancy (TNC) Relatório de Atividades 2011. Disponível em: <http://www.tnc.org.br/quem-somos/publicacoes/relatorios-anuais.xml>. Acessado em 20 de janeiro de 2017.

## Dinâmicas de urbanização

**Iago Pereira Xavier,**  
discente do curso de Gestão Pública ICS/UFOPA,  
iagopxavier@gmail.com;

**Ednea Nascimento Carvalho,**  
docente do curso de geografia ICED/UFOPA,  
edneancar@yahoo.com.br.

...

### Resumo

O espaço urbano é um local de interesses. A relação poder público, sociedade e mercado, geram disputas jurídicas ou até mesmo confrontos diretos entre a sociedade contra o poder público competente. O objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de sucessão do bairro do Mapiri. Sua metodologia de pesquisa está composta por investigação bibliográfica e entrevistas com o presidente da associação de moradores, gerentes de empresas localizadas na área e moradores. Santarém é uma cidade localizada na região oeste do estado do Pará. A cidade foi fundada ainda no período colonial brasileiro. As primeiras organizações públicas seguiram essa ordem: forte militar para proteção do território e templo para composição de um "tratado de cooperação social"; mesmo método de crescimento urbano utilizado na Europa feudal (SINGER, 2017). Crescendo ao redor desses marcos, a cidade encontrou barreiras naturais, que só foram ultrapassados anos depois da sua fundação quando esta não mais orientava o seu crescimento ao redor do forte ou da igreja, mas a partir de três vias, a ultrapassagem dessas barreiras naturais, contribuiu para a criação de mais de vinte novos bairros (OLIVEIRA, 2008). Tomando como exemplo mais específico a criação da Br-163 que proporcionou a criação de oito desses novos bairros. Sendo um deles o Mapiri, antiga área de reserva ambiental, invadida por imigrantes. Entretanto, hoje o Mapiri não apresenta mais características de área invadida. Investimentos em urbanização mudaram as características iniciais (invasão) para, hoje, ser presenciado características de bairro elitizado (sucessão).

**Palavras-chave:** Urbanização, Invasão-Sucesão, cidades amazonicas.

### Resumen

O espacio urbano es un local de intereses. A relação poder público, sociedad e mercado, geram disputas jurídicas o se comió confrontos directos en una sociedad contra el poder público competente. El objetivo de este trabajo es analizar el proceso de sucesión del barrio de Mapiri. Su metodología de investigación está compuesta por una investigación bibliográfica y entrevistas con el presidente de la asociación de moradores, gerentes de empresas localizadas en el área y moradores. Santarém es una ciudad localizada en la región oeste del estado de Pará. Una ciudad para fondo colonial brasileiro. As primeiras organizaciones públicas seguían su orden: "militar de protección del territorio y el templo para la composición de un "tratado de cooperación social "; Mismo método de crecimiento urbano utilizado en Europa feudal (SINGER, 2017). Crescendo a lo largo de los marcos, una ciudad encontrou barrios naturales, que fueron traspasados desde su fundación, Contribución para la creación de más de veinte nuevos bairros (OLIVEIRA, 2008). Tomando como ejemplo más específico a criação de Brenta-163 que proporcionó una creación de nuevos dios de los nuevos bairros. Sendo um deles o Mapiri, antigua área de reserva ambiental, invadida por imigrantes. Entretanto, hoy o no hay más características de la zona

invadida. Investimentos em urbanização mudaram como características iniciais para hoy, ser presenciado características de bairro elitizado (sucesão).

**Palabras clave:** La urbanización, la invasión Sucesão, ciudades amazónicas

## Abstract

The urban space is a place of interests. The relation public power, society and market, generate legal disputes or even direct confrontations between the society against the competent public power. The general objective of this work is to analyze the succession process of Mapiri neighborhood. His research methodology is composed of bibliographical research and interviews with the president of the residents association, managers of companies located in the area and residents. Santarém is a city located in the western region of the state of Pará. The city was founded in the Brazilian colonial period. The first public organizations followed this order: strong military for protection of the territory and temple for the composition of a "treaty of social cooperation"; Same method of urban growth used in feudal Europe (SINGER, 2017). Growing up around these landmarks, the city encountered natural barriers, which were only surpassed years after its foundation when it no longer directed its growth around the fort or the church, but from three routes, overcoming these natural barriers, Contributed to the creation of more than twenty new neighborhoods (OLIVEIRA, 2008). Taking as a more specific example the creation of the BR-163 that provided the creation of eight of these new neighborhoods. One of them is Mapiri, an old environmental reserve area, invaded by immigrants. However, today Mapiri no longer presents features of invaded area. Investments in urbanization changed the initial characteristics (invasion) to, today, be seen characteristics of elitist neighborhood (succession).

**keywords:** Urbanization, Invasion-Succession, Amazonian cities.

## INTRODUÇÃO

O espaço urbano é um local de interesses (SOUSA, 1988). A relação poder público, sociedade e mercado, geram disputas jurídicas ou ate mesmo confrontos diretos entre a sociedade contra o poder público competente. No norte do Brasil essa relação torna-se ainda mais preocupante, pois, dois fatores contribuem para o acirramento dessas disputas.

O primeiro está relacionado a ondas migratórias. Algumas cidades do norte, são impactadas por mega projetos, que visam explorar bens florestais, minerais ou hidricos, que acabam tendo que criar uma série de instrumentos que deêm viabilidade a sua exploração, beneficiamento e escoamento. Desestruturando a forma de vida local e ocasionando sérios problemas para as entidades públicas (FEARNSIDE, 2015).

Outro motivo é a negligência científica em pesquisas sobre a questão urbana no norte do país. Becker (2008) nos chama atenção, pois, segundo a autora, a comunidade científica, está mais preocupada em analisar os impactos diretos que esses megaprojetos causam nas vida das pessoas, e acabam por deixar de lado os impactos secundários, como o inchaço urbano e a falta de aparato público para atender as mais diferentes necessidades.

Entretanto, Santarém acaba por ser uma icógnita nesse cenário nortista. A cidade tem seu processo de crescimento orientado pela dinâmica comercial, e não pelos megaprojetos, o que acaba fazendo com que ela não tenha uma, mas várias ondas migratórias (HOEFLE, 2013).

Este trabalho, toma como exemplo a criação da Br-163 que proporcionou a criação de oito novos bairros para a cidade de Santarém. Sendo mais específico a análise do bairro do Mapiri, antiga área de reserva ambiental pertencente ao poder público municipal, invadida por migrantes vindos do nordeste e também de antigos garimpos localizados nas áreas ribeirinhas do Rio Tapajós. O motivo da escolha está no fato de que o bairro vem, atualmente, sofrendo processo de invasão- sucessão, fenômeno esse teorizado por Corrêa (2011).

## **OBJETIVO E METODOLOGIA**

O objetivo geral é analisar o processo de sucessão que vem ocorrendo no bairro do Mapiri, localizado na cidade de Santarém no estado do Pará. Os objetivos específicos são caracterizar os investimentos em urbanização que estão sendo feitos, sejam eles de iniciativa pública ou privada, assim como, diagnosticar as potencialidades que o bairro tem para o comércio local.

Partindo desse pressuposto, foi feita uma investigação bibliográfica que auxiliasse na formação urbana de Santarém, com ênfase no bairro acima citado. Posteriormente, foi realizada entrevistas com o presidente da associação de moradores, gerentes de empresas localizadas na área e moradores.

O método de exposição dos resultados, estão dispostos da seguinte maneira. A primeira parte, busca fazer uma abordagem sobre como se deu o crescimento urbano em Santarém, com ênfase no período entre os anos de 1970 a 2017, momento este em que a cidade consolidou seu eixos de crescimento urbano.

A segunda parte analisa os investimentos em urbanização que o bairro vem sofrendo no últimos treze anos<sup>1</sup> e a última parte analisa, as potencialidades do bairro e como ocorre esse processo de Invasão-Sucessão.

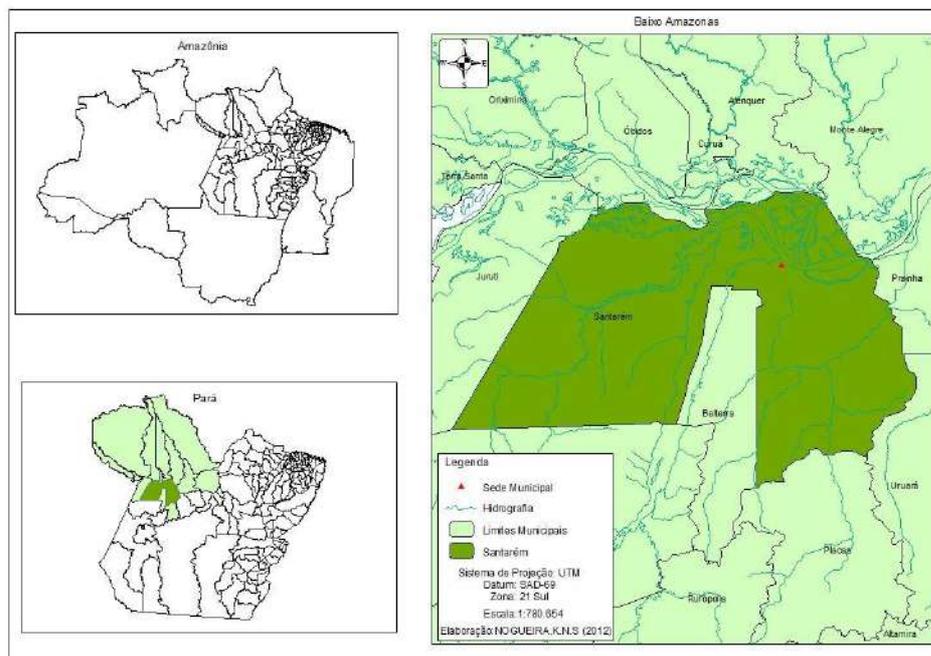
### **1. O PROCESSO DE ESPRAIRAMENTO URBANO EM SANTARÉM**

Santarém é uma cidade media<sup>2</sup>, localizada na região oeste do estado do Pará (Mapa 1). A cidade com seus mais de 300 anos e uma população estimada em 294.580 mil habitantes<sup>3</sup>, é fruto de um processo de controle e dominação do território (HOEFLE, 2013; BECKER, 2008).

<sup>1</sup> Foi utilizado a tese de Ramos (2004), para se obter esse período.

<sup>2</sup> Segundo a classificação do IBGE.

<sup>3</sup> Dados do IBGE.



Mapa 1

Fonte: COSTA, 2012.

As primeiras organizações públicas, seguiram essa ordem: forte militar para proteção do território e templo para composição de um “tratado de cooperação social” (REIS, 1979). Mesmo método de crescimento urbano utilizado na Europa feudal, ou seja, a partir do templo e do castelo, se criava as moradas dos pequenos colonos, que viam tanto na figura do clero quanto na do Rei, à proteção da qual necessitavam (SINGER, 2017).

Crescendo ao redor desses marcos, a cidade encontrou barreiras naturais<sup>4</sup>. Esses só foram ultrapassados, anos depois da sua fundação, quando Ela não mais orientava o seu crescimento ao redor do forte ou da igreja, mas a partir de três vias. Sendo a primeira a Pa-370, Avenida Eng. Fernando Guilhon e por último a Br-163.

A criação desses eixos viários, ultrapassou as barreiras naturais e contribuiu para criação de mais de vinte novos bairros, uma explosão populacional, isso em menos de 50 anos, como nos informa os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstrado na tabela 1; assim como Oliveira (2008) e Costa (2012).

TABELA 1

	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Total	135.215	191.945	265.062	262.538	294.580
Urbano	61.324	111.493	180.018	186.297	215.790
Rural	73.891	80.452	85.044	76.241	78.790

Fonte: IBGE Cidades.

<sup>4</sup> A oeste o igarapé do Irurá e a leste o igarapé do Urumary, pois a cidade por ter sua origem ligada ao rio, não pode crescer em um ângulo de 360°, mas somente em um ângulo de 180°.

Essa tabela ainda nos chama atenção para o fato de que a população urbana de Santarém, ultrapassou a população rural, dez anos após ter ocorrido o mesmo fenômeno no país, com nos aponta Brito (2012).

### 1.1. A Br-163

A história dessa via condiz com a história do país. No ano de 1964 os militares alcançaram o governo brasileiro, sua estratégia política era integrar o país. Seguindo esse pensamento, se planejou uma estrada que pudesse integrar o sul ao norte do país, a construção da rodovia BR-163, orientou o crescimento da cidade, sentido sudoeste.

A estrada possibilitou nos anos de 1970 o surgimento de vários novos bairros, sendo eles o bairro do Salé, Liberdade, Mapiri, Caranazal, Esperança, Matinha, Floresta e Nova República. Sendo este último parecido com uma pequena cidade as margens da BR.

A criação desses bairros ocorreu por meio de invasões, transformando a antiga paisagem composta por fazendas em um adensamento populacional.

O bairro do Salé, acaba se destacando, pois nele se tem uma das três sedes da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), o porto da companhia docas do Pará e uma comunidade americana, que planejou o bairro seguindo o modelo norte americano de planejamento urbano.

Os outros bairros acabaram por receber menor investimento, acredita-se que isso ocorreu por eles se localizarem fora da área central comercial da cidade (OLIVEIRA, 2013).

Entretanto, tanto os bairros centrais quanto os periféricos, não possuem ruas asfaltadas, saneamento básico, água encanada, assistência social, saúde e educação, não sendo essa carência, um problema específico da periferia, mesmo que alguns trabalhos se concentrem nelas, como Mendes (2010) e Donato (2010). Mas alguns, desses bairros, acabaram, nos últimos 10 anos, recebendo uma série de investimentos, tanto do setor público, quanto do setor privado.

## 2. O BAIRRO DO MAPIRI: INVESTIMENTOS EM URBANIZAÇÃO

O bairro do Mapiri se destaca nesse cenário, pelo fato de que tanto o poder público que por meio do Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC), investiu cerca de 55 milhões de reais no bairro, em obras de urbanização, sendo elas estação de tratamento de esgoto, asfaltamento de vias, construção de conjuntos habitacionais (Foto<sup>5</sup> 1), para moradores que antes viviam em áreas de risco (Foto<sup>6</sup> 2), próximos ao lago do Mapiri (BRASIL, 2016). Quanto o setor privado fizeram uma série de investimentos, como a construção de redes de internet, centros de distribuição, estaleiros navais, escritórios de advocacia, consultoria empresarial ambiental, consultório odontológico.

<sup>5</sup> Autoria dos autores.

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.eliasjuniornoticias.com.br/2013/05/denuncia-vereador-junior-tapajos.html>. Acesado em 03/05/07 as 26:46.



Foto 1. Conjuntos habitacionais do PAC.



Foto 2. Antigas vias do bairro.

Esses investimentos ocorreram nos últimos treze anos, pois, a formação dele, foi espontânea, ou seja, não planejada. Ele surge da invasão a uma área pública, importante para o município, seja pela sua beleza natural, como fontes iconográficas<sup>7</sup> nos relatos **“O Mapirí, um dos recantos mais tradicionais de Santarém, pela sua (ex) beleza natural, que tanto encantou os poetas e seresteiros do passado, está morrendo. Literalmente morrendo.” (grifo do autor)**, ou mesmo para o abastecimento de água para a cidade, pois ainda hoje, no decorrer da reserva ambiental do lago do Mapirí, é captado a água pela companhia de abastecimento.

O processo de formação do bairro aconteceu por uma série de conflitos, seja por partes interessadas ou pela devastação ambiental, que o processo de ocupação fez com a reserva ambiental do Mapirí.

Instrumentos legais para impedir essa invasão foram criados, como: O programa de ação integrada para os anos de 1978 e 1979. Mas feito o planejamento, nada foi executado. Na década de 1980, a área foi invadida por ribeirinhos e garimpeiros, que sofriam com as cheias dos rios em suas comunidades e com o esgotamento do ouro nas cabeceiras do rio tapajós (RAMOS, 2004).

Dessa forma, começaram o processo de ocupação do que, hoje, é conhecido como bairro do Mapirí. Sua ocupação se dava sem os instrumentos de ordem pública tais como: esgoto e legalização fundiária. Tanto que, no ano de 2004, a urbanização do bairro era lenta e conflituosa, é mesmo após 24 anos de ocupação e invasão o bairro do Mapirí apresentava diversas situações características de locais habitados por populações de baixa renda.

Os grupos de mais baixa renda tendem a ocupar sempre áreas de preservação ambiental, alagáveis ou de risco, públicas ou particulares, em forma de invasão, sem planejamento nenhum, sem infra-estrutura e sob condições sub humanas, sempre com uma densidade habitacional enorme. (RAMOS, 2004, p. 78).

<sup>7</sup> Matéria extraída do jornal do baixo amazonas, ano I, nº 17. Santarém, de 13 a 19 de janeiro de 1979

Dez anos depois do estudo de caso desenvolvido por Ramos (2014), o bairro recebeu os investimentos acima citados, que geraram uma nova dinâmica, dessa vez a migração das populações não foram mais motivadas pela invasão, mas sim, pela sucessão.

O bairro, antiga área periférica, apresenta, atualmente, fatores de atração tanto para as empresas, quanto para os trabalhadores. Ocasionalmente um fluxo migratório, em que as populações de classes mais altas, optam por se estabelecer em locais, cujo o sistema habitacional está consolidado (SINGER, 2017). Essa nova população gera, para o bairro, uma dinâmica geopolítica e econômica, como pode ser constatado a partir da análise dos investimentos do setor privado.

### **3. AS POTENCIALIDADES DO BAIRRO E COMO OCORRE ESSE PROCESSO**

O bairro do Mapiri apresenta-se, como sendo uma incógnita nesse cenário, pois suas características atuais, são uma mistura de área residencial com área comercial-industrial, apresentando potencialidades em ambos os ramos de investimento.

#### **3.1. INVESTIMENTOS RESIDENCIAIS**

Nos últimos setenta anos a cidade teve um grande crescimento populacional em sua área urbana, fruto de ondas migratórias (ver tabela 1). As populações que chegaram, em destaque para as que têm mais condições financeiras, ocuparam áreas consolidadas, no bairro esse processo é ainda mais notável, pois nos bairros vizinhos existem importantes órgãos públicos.

A exemplo no setor educacional a UFOPA, tem seus três campos localizados em bairros vizinhos, não demorando mais que 30 minutos andando, para se chegar em qualquer desses campus. Acredita-se que por esse motivo e também analisado Corrêa (2011), professores, técnicos e alunos, acabam por migrar para ele, buscando não terem problemas com trânsito e violência.

Outro fator está relacionado aos órgãos públicos do poder judiciário, pois o fórum, a promotoria estadual e a procuradoria federal, estão localizados no bairro da liberdade, vizinho ao Mapiri, fato que gera dois resultados, o primeiro está relacionado a questão habitacional e o segundo está relacionado a criação de vários escritórios de advocacia.

#### **3.2. INVESTIMENTOS EM ÁREAS COMÉRCIAIS.**

Acreditamos que o comércio é o mais importante colaborador para a sucessão, dado a sua dinâmica de transformação. Oliveira (2013) nos aponta que ele sofreu a partir de 1950 três expansões. Destacamos, também, duas novas frentes de expansão, sendo elas a área comercial da Av. Rodagem e Av. Eng. Fernando Guilhon.

Essa expansão motivou não só a busca por moradias, mas também por locais propícios a construção de centros de distribuição. Esses investimentos ocasionaram o aparecimento de restaurantes diurno e pequenos fast food noturnos no bairro, que colaboram para o aumento da dinâmica comercial.

Entretanto, houve um aumento na circulação de veículos de grande porte (Foto<sup>8</sup> 3), tanto que, não raro encontrar caminhões bi-trem pelas vias, independente se são ruas,

---

<sup>8</sup> Autoria dos autores.

travessas ou avenidas, fato esse que gera inumeros problemas, seja pelo barulho, perigo para os pedestres ou mesmo para o asfalto das vias, que não foram preparados para suportar veículos pesados.



**Foto 3. Caminhões estacionados no bairro.**

Mas não são apenas os galpões de distribuição que colaboram para a sucessão no bairro. Pelo fato deles estarem inseridos neste lugar, as classes que administram esses empreendimentos, acabam por se mudar para ele, seguindo a mesma lógica dos funcionários públicos.

Fato que gera um especulação imobiliária, tanto que segundo entrevista com moradores, nos últimos vinte anos os terrenos ficaram muito caros, foi encontrado casas sendo vendidas por 350 mil reais, assim como terrenos medindo 20x50 ofertados pela incrível quantia de 500 mil reais.

Dessa forma, não raro encontrar moradores vendendo seus imóveis para comprar outros maiores em bairros periféricos, ou ainda, após a venda de seus imóveis, invadirem novas áreas, tanto que não é raro encontrar em frentes de invasões antigos moradores do bairro, que venderam suas terras e invadiram novas áreas.

## **CONCLUSÃO**

Conluimos assim que o bairro do Mapiri não apresenta mais características de área invadida. Investimentos em urbanização mudaram as características iniciais (invasão) para, hoje, ser presenciado características de bairro elitizado (sucessão). Possuidor de instrumentos tanto sociais (escola, posto de saúde, linha de ônibus, ONG's) quanto privados (energia elétrica, água encanada, estação de tratamento de esgoto sanitário, internet de fibra óptica, TV a cabo).

Assim como investimentos em centros de distribuição, escritórios de consultoria ambiental e empresarial, clínicas odontológicas, restaurantes e estaleiros navais. Esses resultados geraram a seguinte conclusão. O bairro do Mapiri deixa de ser residencial, lugar habitado por uma população carente, e passa a ser um local de uso comêrcial, utilizado por

uma população diurna, com fins de interesse econômico. Processo teorizado por Côrrea (2011). Assim sendo, tendo como exemplo esse bairro concluímos que o espaço urbano é um local de conflito e interesses de populações diferentes, que buscam inserir no espaço suas necessidades.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. (Bertha Koiffimann). **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio** / Bertha K. Becker. – Rio de Janeiro : Garamand, 2009.

BECKER, Bertha K. (Bertha Koiffimann). **Um futuro para a Amazônia** / Bertha K. Becker. – São Paulo: Oficina de textos, 2008.

BRASIL, Ministério do Planejamento. **Saneamento Integrado e urbanização – Uruará e Mairi – Santarém-Pá**, 2016. Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/obra/22795>>.

BRITO, Fausto. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010** / Fausto Alves de Brito, Breno Aloísio T. Duarte de Pinho. – Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 2012. 19 p. : il. - (Texto para discussão, 464).

COSTA, Tatiane de Cássia da. **A relação cidade e rio na Amazônia: mudanças e permanências frente ao processo de urbanização recente, o exemplo de Santarém (PA)** / Tatiane de Cássia da Costa; Orientador, Sant-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. – 2012.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas. In\_\_\_\_\_. (Org). **Cidades na floresta**. São Paulo : annablume, 2008. P. 11-40.

CANTO, Sidney Augusto. **Santarém: historia e curiosidades V.2.** / Sidney Augusto Canto. – 1. Ed – Santarém: Ed. Autor, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2011.

DONATO, Alexandre Valente Moreira. **Expansão urbana e periferização em Santarém-Pá: Estudo sobre o vetor da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163)**. Anais XVI encontro nacional dos Geógrafos crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças espaço de diálogos e práticas. Porto Alegre, 2010.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras** / Philip M. Fearnside. - Manaus: Editora do INPA, 2015.

FONSECA, Wilde dias da (1919 – 2010). **Santarém: momentos históricos**. ICBS – Santarém, 2015.

HOEFLE, Scott Willian. **Santarém, cidade portal de fronteiras históricas do oeste do Pará**. Scott Willian Hoefle. Espaço aberto, PPGG – UFRJ V.3, N.1, p.45-76, 2013.

IBGE. Sistema IBGE de recuperação automática. disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=200&i=P&nome=on&qtu8=137&qtu1>

[4=3&notarodape=on&tab=200&opn8=0&opn14=0&unit=0&pov=1&poc2=2&opc1=1&OpcTip  
oNivt=1&opn1=0&nivt=0&poc1=2&sec58=0&orp=6&qtu3=29&qtu13=47&opv=1&opc2=1&se  
c1=0&sec1=1&sec1=2&pop=3&opn2=0&opn15=0&orv=2&orc2=3&opc58=1&qtu2=5&qtu15=  
3&sev=93&sec2=0&sec2=4&sec2=5&opp=1&opn3=0&qtu6=5566&opn13=0&orc1=4&poc58  
=1&qtu1=1&opn9=0&cabec=on&orc58=5&opn7=0&decm=99&ascendente=on&sep=36960&  
sep=23485&sep=1181&sep=20562&sep=20561&orn=1&qtu7=36&pon=1&qtu9=558&opn6=  
3&dig6=Santar%C3%A9m&OpcCara=44&proc=1](http://www.unb.br/portal/portal.action?method=portal.action&id=1&id2=1&id3=1&id4=1&id5=1&id6=1&id7=1&id8=1&id9=1&id10=1&id11=1&id12=1&id13=1&id14=1&id15=1&id16=1&id17=1&id18=1&id19=1&id20=1&id21=1&id22=1&id23=1&id24=1&id25=1&id26=1&id27=1&id28=1&id29=1&id30=1&id31=1&id32=1&id33=1&id34=1&id35=1&id36=1&id37=1&id38=1&id39=1&id40=1&id41=1&id42=1&id43=1&id44=1&id45=1&id46=1&id47=1&id48=1&id49=1&id50=1&id51=1&id52=1&id53=1&id54=1&id55=1&id56=1&id57=1&id58=1&id59=1&id60=1&id61=1&id62=1&id63=1&id64=1&id65=1&id66=1&id67=1&id68=1&id69=1&id70=1&id71=1&id72=1&id73=1&id74=1&id75=1&id76=1&id77=1&id78=1&id79=1&id80=1&id81=1&id82=1&id83=1&id84=1&id85=1&id86=1&id87=1&id88=1&id89=1&id90=1&id91=1&id92=1&id93=1&id94=1&id95=1&id96=1&id97=1&id98=1&id99=1&id100=1). Acessado em 02/05/2017 às 15:01.

MENDES, Luiz Augusto Soares. **Expansão urbana e a produção de periferias em Santarém - Pará: um estudo sobre o entorno da avenida Fernando Guilhon**. Anais XVI encontro nacional dos Geógrafos crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças espaço de diálogos e práticas. Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. **Expansão urbana e periferação de Santarém-PA, Brasil: Questões para o planejamento urbano**. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 19992008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 2630 de mayo de 2008 <<http://www.ub.es/geocrit/xcol/268.htm>>

OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de Oliveira. **A importância do comércio para o desenvolvimento urbano e regional: análise sobre Santarém (Pá)**. In\_\_\_\_\_. (Org.). Espaço, Natureza e Sociedade: Olhares e perspectivas. 1. Ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2013. P. 53-71.

**O MAPIRI está morrendo**. Jornal do baixo Amazonas. Santarém, 13 a 19 de janeiro de 1979. P.15.

SANTARÉM (PA). Prefeitura. **Programa de ação integrada: 1978-1979**. Santarém: prefeitura, [1977]. 176 p.

SANTANA, Claudia Grace dos Santos. **O saber das amazonidas: O protagonismo das mulheres na atividade de pesca em Santarém, Pará** / Claudia Grace dos Santos Santana. Santarém, 2016.

SANTOS, Dirlana Corrêa dos. **Discutindo o espaço urbano do bairro do MapiRI nas aulas de 6 ano da escola municipal Maria Amália Queiroz de Souza** / Dirlana Correa dos santos. – Santarém, 2014.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulandia** / Paulo Rodrigues dos santos. – Santarém: ICBS/ACN, gráfica e editora tiagão, 1999.

SINGER, Paul, 1932 – **Economia política da urbanização** / Paul Singer. – 3. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: contexto, 2017.

SOUZA, Maria Adélia de. **Governo Urbano** / Maria Adélia de Souza. – São Paulo : Nobel, 1988.

PINTO, Lucio Flavio. **Memória de Santarém** – Santarém: editora O estado do tapajós. 2010.

RAMOS, J. R. B. A. **Urbanização de Santarém e a Preservação Ambiental do Lago do Mapiá: um estudo de caso**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 117 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional Urbano), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

REIS, Artur César Ferreira. **Santarém: Seu desenvolvimento histórico** / Arthur Cezar Ferreira Reis. – 2º Ed. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira; Brasília: INL; Belem: governo do estado do Pará, 1979.

## **DO CONHECIMENTO EMPÍRICO AO CIENTÍFICO: UMA PROPOSTA DE DIVULGAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS DE FILADÉLFIA-TO**

Tatiane Marinho Vieira Tavares, UFT – Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Araguaína, Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, [tatianetavares@uft.edu.br](mailto:tatianetavares@uft.edu.br);

João de Deus Leite, UFT – Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Araguaína, Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, [joadedeusleite@hotmail.com](mailto:joadedeusleite@hotmail.com);

Daniely Melo Simiema, Escola Estadual Anaides Brito Miranda, Santa Fé do Araguaína-TO, [danielysimiema@hotmail.com](mailto:danielysimiema@hotmail.com);

Adolfo da Silva Melo, FACIT - Faculdade de Ciências do Tocantins, Araguaína (TO), [adolfoants@yahoo.com.br](mailto:adolfoants@yahoo.com.br)

### **Resumo**

O Estado do Tocantins, desde meados do século passado, vem apresentando alterações significativas em seu território. Essas alterações estão em função das políticas nacionais de aproximação de mercado com as regiões centro-sul do país. Além disso, elas são decorrentes, por exemplo, da implantação e da construção da rodovia federal BR-153, da instalação da Ferrovia Norte-Sul, por meio dos incentivos procedentes do Programa de Aceleração do Crescimento, e da utilização do Rio Tocantins para a implantação de Usinas Hidrelétricas por distintos consórcios. Todas essas ações acabam por implicar alteração ambiental, social e econômica no Estado. Frente a essas políticas desenvolvimentistas que afetam diferentemente as cidades do interior do Estado, o presente trabalho procurou identificar, por meio do levantamento bibliográfico e documental, os patrimônios na cidade de Filadélfia/Tocantins. Essa cidade está situada na porção nordeste do Estado do Tocantins, à margem esquerda do rio homônimo, fazendo divisa com a cidade de Carolina (MA) e faz parte da microrregião de Araguaína. Conforme o último censo realizado pelo IBGE (2010), a cidade possuía aproximadamente 8.505 habitantes. Filadélfia, por ser uma cidade situada à margem do rio, exerceu significativa importância no processo de circulação de pessoas e de mercadorias em momento anterior à construção da rodovia BR-153. Possuía um posto fiscal que controlava a entrada e a saída de mercadorias no "norte goiano". O deslocamento do eixo comercial às cidades que surgiram próximas à rodovia promoveu uma estagnação econômica em Filadélfia; além do mais, parte da cidade foi coberta pela água represada da barragem da UHE. Face a essas alterações, foi idealizada a proposta de confecção de um material paradidático que pudesse suprir a ausência de informações sobre a cidade para atender o ensino básico público de Filadélfia. Tais informações poderão compor o currículo escolar, por meio de temas transversais, conforme sugerido pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Optou-se pelo levantamento patrimonial local. Para o desenvolvimento do trabalho, foi necessária a pesquisa documental e bibliográfica, com a análise minuciosa da literatura nacional e internacional, digital e impressa; recorreu-se aos trabalhos realizados pelo Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA), consultas no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e aos distintos artigos que fazem menção ao conteúdo paleontológico na Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MNAFTO), localizado no distrito de Bielândia, em Filadélfia. O resultado foi uma versão preliminar de um protótipo de livro que contém os seguintes capítulos: Estado do Tocantins, Patrimônio, Filadélfia-TO; O Rio Tocantins, As pessoas e os festejos; A riqueza arqueológica sobre o território de Filadélfia;

Em Filadélfia, tem fósseis?, Como e quando os vegetais fósseis foram parar em Filadélfia?, Referências. Em alguns capítulos, foi possível adicionar um quadro intitulado "Para saber mais", que, por vezes, adiciona informações científicas alternativas aos conhecimentos populares. Após a elaboração desses tópicos, os autores observaram que o histórico de Filadélfia é escasso. Para finalizar, é pertinente destacar que a elaboração desse livro cumpre uma função antropológica, inclusive, pois busca traçar uma narrativa sobre a população de Filadélfia, buscando levar a bom termo a noção de cultura como "prática local".

Palavras-chave: Amazônia Legal, Tocantins, Educação Patrimonial.

### Resumen

El Estado de Tocantins, desde mediados del siglo pasado, ha mostrado cambios significativos en su territorio. Estos cambios están en consonancia con las políticas nacionales de aproximación de mercado con las regiones del centro-sur del país. Por otra parte, son resultantes, por ejemplo, de la implantación y construcción de la carretera federal BR-153, la instalación del ferrocarril Norte-Sur, a través de incentivos provenientes del Programa de Aceleración del Crecimiento y del uso del Río Tocantins para la implantación de Plantas Hidroeléctricas por diferentes consorcios. Todas estas acciones terminan implicando la alteración ambiental, social y económico en el Estado. Frente a estas políticas de desarrollo que afectan de forma diferenciada a las ciudades del interior del estado, este estudio intenta identificar, a través de revisiones bibliográficas y documentales, los patrimonios de la ciudad de Filadélfia/Tocantins. Esta ciudad se encuentra en la parte noreste del Estado de Tocantins, en la orilla izquierda del río del mismo nombre, que bordea la ciudad de Carolina (MA) y forma parte de la micro región de Araguaína. Según el último censo realizado por el IBGE (2010), la ciudad contaba con unos 8.505 habitantes. Filadélfia, por ser una ciudad situada en la orilla del río, tenía una importancia significativa en el proceso de flujo de personas y mercancías antes de la construcción de la carretera BR-153. Tenía una oficina de fiscalización que controlaba la entrada y salida de mercancías en el "Norte Goiás". El desplazamiento del centro comercial a las ciudades que habían surgido junto a la carretera, causo el estancamiento económico en Filadélfia; Además, parte de la ciudad estaba cubierta por agua de la represa de la UHE. Teniendo en cuenta estos cambios, se diseñó la propuesta de confeccionar un material paradidáctico que podría compensar la falta de información sobre la ciudad, para atender a la educación básica pública de Filadélfia. Dicha información podrán ser parte del plan de estudios, a través de temas transversales, como lo sugieren los *Parámetros Curriculares Nacionales*. Optamos por levantamientos del patrimonio local. Para el desarrollo del trabajo, fueron necesarias investigaciones documentales y bibliográficas, con un análisis detallado de la literatura nacional e internacional, digital e impreso; se recurrió a los trabajos realizados por el Núcleo Tocantinense de Arqueología (NUTA), consultas en el *site* del Instituto Brasileño de Geografía (IBGE) y a los diferentes artículos que hacen mención al contenido paleontológico en la Unidad de Conservación Integral Monumento Natural de los Árboles Fossilizados de Tocantins (MNAFTO), que se encuentra en el distrito de Bielândia de Filadélfia. El resultado fue un proyecto inicial de un prototipo de libro que contiene los siguientes capítulos: Estado de Tocantins, Patrimonio, Filadélfia-TO; El Río Tocantins, La gente y las fiestas, La riqueza arqueológica del territorio de Filadélfia; ¿Tiene fósiles En Filadélfia?, ¿Cómo y cuándo las plantas fósiles fueron a llegar en Filadélfia?, Referencias. En algunos capítulos, era posible añadir una tabla titulada "Para saber más", que, en ocasiones, añadir información científica alternativa a la sabiduría popular. Después de la elaboración de estos temas, los autores observaron que la historia de Filadélfia es escasa. Por último, es pertinente señalar que la preparación de este folleto cumple una función antropológica, incluso por que pretende

trazar una narración sobre la población de Filadélfia, tratando de llevar a buen término la noción de cultura como "la práctica local".

Palabras clave: Amazonas, Tocantins, Educación sobre el patrimonio.

### **Abstract**

Since the middle of the last century the state of Tocantins has undergone significant changes in territory. These changes are a function of the national policies for market approximation within the central-south regions of the country. For example, they are a result of implementation and construction of the federal highway BR-153, installation of the North-South Railway via incentives from the Growth Acceleration Program, and the use of the Tocantins River for establishment of hydroelectric plants by different consortia. All of these actions ultimately result in environmental, social, and economic changes. Considering that these development policies differentially affect cities in the interior of the state, the present work sought to identify the patrimony of the city of Filadélfia (TO) through a bibliographical and documentary survey. Filadélfia is located in the northeastern portion of the state on the left bank of the Tocantins River, bordering the city of Carolina (MA). The city constitutes a portion of the Araguaína microregion. According to the last IBGE (2010) census, the city has approximately 8,505 inhabitants. Due to the location of Tocantins on the bank of the river, it was of significant importance in the movement of people and goods prior to the construction of BR-153. It contained a tax collection post which controlled the entrance and exit of goods in "north goiano". Displacement of the commercial axis to the cities that emerged near the highway led to economic stagnation in Filadélfia. Moreover, part of the city was covered by water from the UHE dam. In view of these changes, a proposal was made to create paradidactic material, to remedy the lack of information about the city and to meet basic public education in Filadélfia. We propose that the information may form part of the school curriculum through transversal themes, as suggested by the National Curriculum Parameters. We opted for a local patrimonial survey developed through documentary and bibliographical research, including detailed analysis of the national and international literature both in digital and print form. The work was carried out by the Tocantinense Nucleus of Archeology (NUTA), through the website of the Brazilian Geography Institute (IBGE), and by utilizing various articles mentioning the paleontological content of the Integral Conservation Unit of the Tocantins Fossil Trees Natural Monument (TFTNM), located in the Bielândia district of Filadélfia. The result was a preliminary version (prototype) of a book containing the following chapters: State of Tocantins, Heritage, Filadélfia-TO, the Tocantins River, People and festivities, Archaeological richness in the territory of Filadélfia, Are there fossils in Filadélfia? How and when did plant fossils end up in Filadélfia? and References. Some chapters also contain a table entitled "To Know More", which adds scientific information to popular knowledge. After elaborating these topics, the authors noted that information on the history of Filadélfia is generally scarce. In conclusion we highlight that production of this book fulfills an anthropological function, as it seeks to create a narrative concerning the population of Filadélfia, specifically seeking to bring to fruition the notion of culture as a "local practice".

Keywords: Legal Amazon, Tocantins, Heritage Education.

### **1- Introdução**

A emancipação do Estado do Tocantins é recente e foi efetivada em 5 de outubro de 1989. Até então, a respectiva área pertencia ao Estado de Goiás, sendo conhecida, geograficamente, como parte do norte goiano. A extensão territorial é de 278. 420, 70 km<sup>2</sup>.

Conforme as informações disponíveis no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o estado tem 1.373.551 habitantes distribuídos em 139 municípios.

O Estado do Tocantins, desde meados do século passado, tem passado por alterações significativas em seu território em função das políticas nacionais de aproximação de mercado com as regiões centro-sul do país. Tais alterações são decorrentes, por exemplo, da implantação e da construção da rodovia federal BR-153, conforme explicam Dias e Brito (2012, p. 82):

Desde a abertura da Rodovia Belém-Brasília, a organização territorial vem sendo construída/destruída a partir das dinâmicas socioeconômicas estruturadas por influências advindas da logística produzida por ela, fazendo surgir e estruturar novas cidades às suas margens, como por exemplo, Araguaína, Colinas de Goiás (hoje Colinas do Tocantins), Guaraí, Miranorte, Paraíso do Norte (hoje Paraíso do Tocantins), Gurupi, Alvorada, dentre outras. Estas últimas passaram a viver uma relação campo/cidade estruturada em uma rede urbana mais complexa.

A Ferrovia Norte-Sul (FNS) também exhibe considerável importância no eixo de integração nacional do país. Novos incentivos, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), permitiu a construção de cinco pátios multimodais no estado: "Araguaína, Colinas do Tocantins, Guaraí, Porto Nacional/Palmas e Gurupi. Os principais tipos de carga são: commodities agrícolas, fertilizantes, grãos líquidos, combustíveis, minério de ferro e containers" (VALEC, 2013 *apud* CAMPOS; CASTRO, 2014, p. 58).

A utilização do Rio Tocantins, para a implantação de Usinas Hidrelétricas por distintos consórcios, também, é um empreendimento de ampla alteração ambiental, social e econômica. Ferreira *et al.* (2014) mencionam a existência de sete usinas em funcionamento no Estado do Tocantins, sob domínio de capital estrangeiro. Entre elas, encontra-se a Usina Hidrelétrica de Estreito (MA), gerenciada pelo Consórcio Estreito de Energia (CESTE), que interferiu em 10 cidades do referido estado, sendo Filadélfia um dos municípios atingidos (FERREIRA *et al.*, 2014). Todas essas ações acabam por implicar alteração ambiental, social e econômica no Estado. Frente a essas políticas desenvolvimentistas que afetam diferentemente as cidades do interior do Estado, o presente trabalho procurou identificar alguns dos patrimônios na cidade de Filadélfia (TO). Tal iniciativa se justifica pelo fato de o patrimônio cultural e natural de uma dada localidade ou região, quando não investigado, catalogado e divulgado, está sob a ameaça de ser desconhecido e/ou ignorado ao longo do tempo.

Paralelo à dinâmica socioeconômica e ambiental ocorrente no Estado do Tocantins, é necessário salientar que os eventos desenvolvimentistas que estão atrelados às políticas nacionais brasileiras podem/devem fazer parte do rol de temas abordados nas escolas do ensino básico do estado, dando ênfase à importância da transversalidade no currículo escolar. Assim, ressalta-se a proposta inicial da transversalidade, quando se explica sua função primeira.

... os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores, em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal. (BRASIL, 1998, p. 25).

Nesse caso, o professor do ensino fundamental, por exemplo, ao ministrar as aulas de Ciências e fazer menção ao ambiente, pode associar ao tema a noção de patrimônio e de cultura. Isso porque, de acordo com Brilha (2005) e com Delphim (2009), muitos constituintes das paisagens naturais exibem uma relação de valor intrínseco com os seres humanos.

Menestrino e Parente (2011) citam os rios Tocantins e Araguaia como fontes de lazer, de alimento e de sobrevivência às comunidades tradicionais do Estado do Tocantins. Assim, a própria cartilha "Educação Patrimonial", do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Florêncio *et al.* (2014, p. 27) enfatiza a necessidade de que "... as ações educativas requerem uma aproximação mais complexa e integrada das realidades sociopolíticas do fenômeno da cultura." Simultaneamente, a relação dos indivíduos com o meio traduz-se como uma construção coletiva dos saberes, da história e cultura, e mais uma vez se estabelece uma ponte com os temas Pluralidade Cultural dos parâmetros curriculares nacionais (BRASIL, 1997) e Patrimônio Cultural (FLORÊNCIO *et al.*, 2014).

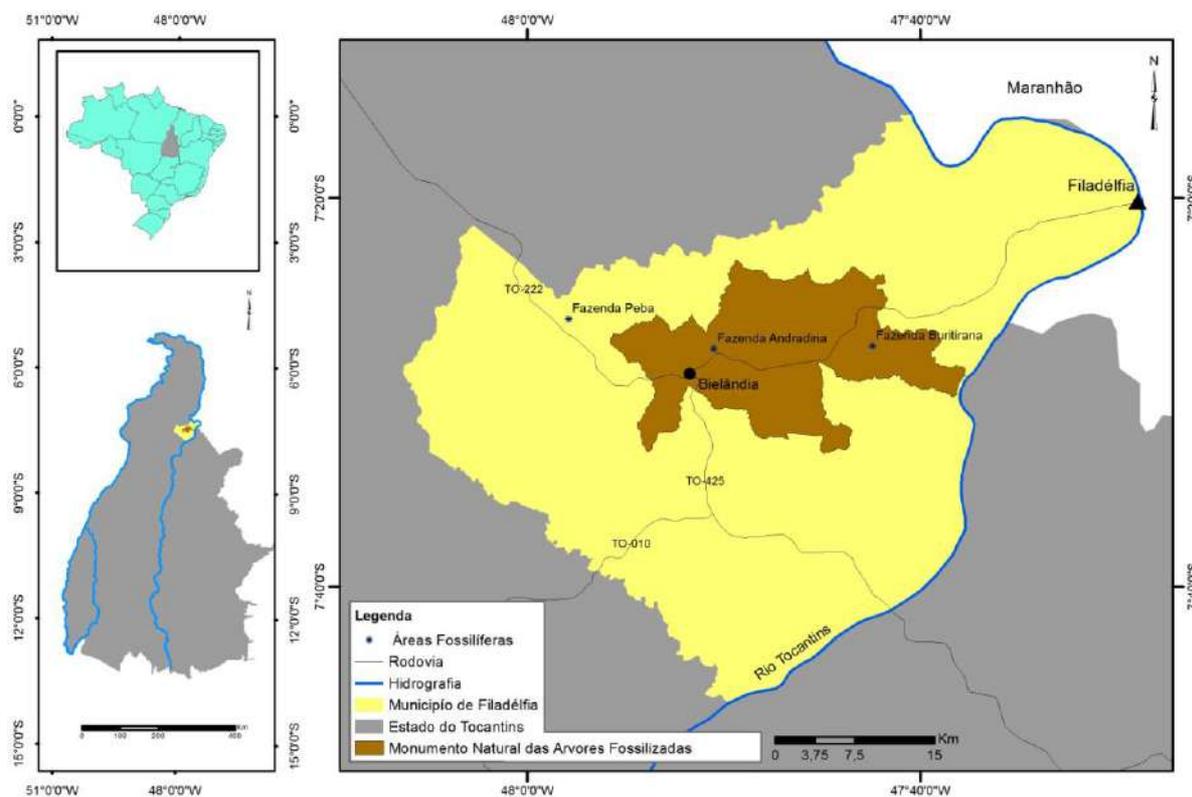
A *priori*, ressalta-se que Filadélfia é uma das 17 cidades que compõe a Microrregião Geográfica de Araguaína (GUEDES; BRITO, 2014). A cidade possui uma população de 8.505.000 habitantes (IBGE, 2010) e está localizada à margem esquerda do Rio Tocantins. O represamento de uma porção do Rio Tocantins, por meio da Usina Hidrelétrica em Estreito (MA), representa o mais recente empreendimento na proximidade de Filadélfia, o que acarretou a inundação de parte da cidade, além de eliminar as "praias" naturais que caracterizavam o maior atrativo turístico para o município.

Dessa forma, o estudo teve como objetivo analisar as informações disponíveis na literatura para compor um material paradidático destinado à divulgação da cidade de Filadélfia, de modo a retratar, parcialmente, o Patrimônio cultural e natural da referida cidade ao público, em especial, aos estudantes do ensino fundamental, aprofundando os conhecimentos populares e científicos locais.

## **2- Material e método**

Para o desenvolvimento do estudo, foi necessária a pesquisa documental e a bibliográfica, com a análise minuciosa da literatura nacional e internacional, digital e impressa, conforme apresentado por Gil (2010). A partir da análise literária e documental, foi possível elaborar os capítulos do livro.

Nesse caso, buscou-se coletar os dados e as informações, sistematizá-los e analisá-los para o entendimento do tema patrimônio. Os patrimônios mencionados no estudo fazem alusão à cidade de Filadélfia, localizada na porção nordeste do Estado do Tocantins (Fig. 1).



**Figura 1.** Mapa de localização da cidade de Filadélfia (TO). Imagem cedida pelo Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS).

Os temas analisados para o desenvolvimento dos tópicos desenvolvidos no material paradidático foram: Criação dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros (IHGB), no século XIX; histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); alterações semânticas de Patrimônio e Cultura, Categorias de patrimônio, Educação Patrimonial e a mais recente síntese sobre o termo Geodiversidade, com ênfase ao Patrimônio Paleontológico.

Além dos tópicos gerais mencionados, recorreu-se aos trabalhos realizados pelo Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA), a consultas no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), aos distintos artigos que fazem menção ao conteúdo paleontológico na Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MNAFTO), localizado no distrito de Bielândia, em Filadélfia (Fig. 1), a informações sobre a implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA), e aos problemas decorrentes de sua existência nas cidades tocantinenses, à implantação da BR-153 e ao desvio do eixo econômico para as cidades que se formaram ao longo da referida BR, à importância do Rio Tocantins para os moradores que residiam às margens do rio.

Assim, foi possível abordar, no material paradidático, por meio da escrita e das imagens, o contexto histórico de formação da cidade de Filadélfia, algumas informações sobre o patrimônio cultural (histórico da formação da cidade, os saberes, os festejos, os artefatos arqueológicos) e natural (a importância do rio e o registroossilífero que antecede a presença humana na região). Algumas informações sobre Filadélfia também foram complementadas e/ou confirmadas pelo gestor da Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins.

Durante o desenvolvimento do material paradidático, utilizou-se uma linguagem que tem um efeito convidativo ao leitor, de modo a instigá-lo à leitura contínua, priorizando os saberes populares locais. Além disso, o quadro "*Para saber mais...*" foi uma ferramenta

importante, pois promoveu uma informação alternativa aos conhecimentos populares, por ter como base alguns esclarecimentos científicos.

As imagens que ilustraram o material são procedentes de *sites* na internet, arquivo pessoal de Hermísio Alecrim Aires, gestor do MNAFTO, dos autores, de distintos artigos e livros. A construção do texto do paradidático foi realizado, no programa computacional Word, versão 2013. Após a leitura dos textos utilizados na pesquisa foi necessário promover a transposição das informações de maneira didática para atender ao público desejado, conforme as recomendações de Chevallard (2013). Para Chevallard (2013), a transposição de saber conta com certos movimentos de alteração e de transformação dos saberes, tendo em vista as três instâncias de saberes: (1) “saber científico”, produzido no seio de teorias científicas; (2) “saber a ser ensinado”, projetado em diretrizes, em normas, em documentos oficiais e em material didático, já pensando nos movimentos de transformação que o saber científico deve passar para se alçado a “saber a ser ensinado”; (3) “saber ensinado”, considerando os sujeitos envolvidos já em uma prática concreta em torno do “saber a ser ensinado”. A proposição do paradidático em questão cumpre com essa passagem entre esses saberes.

### 3- Resultados

Abaixo encontram-se os capítulos do paradidático. Para cada um foi mencionada as informações que os compõem, valendo-se das múltiplas bibliografias utilizadas.

#### 3.1. O Estado do Tocantins

Durante a elaboração desse capítulo os autores recorreram às informações sobre a implantação do Estado do Tocantins, a etimologia da palavra Tocantins, a localização da Amazônia Legal, as principais atividades econômicas da região, as características físicas do rio homônimo, os personagens que passaram por ele, a presença das sete Usinas Hidrelétricas ao longo do Rio Tocantins, sendo que quatro delas estão localizadas no Estado do Tocantins e as demais localizadas nos estados de Goiás, do Maranhão e do Pará (GONÇALVES, 2005; RODRIGUES, 2008; OLIVEIRA, 2009; TAVARES, 2011; DIAS; BRITO, 2012; CABRAL, 2013; PINTO; OLIVEIRA, 2013; GUEDES; BRITO, 2014). Além dessas informações, foi adicionado o quadro "Para saber mais..." que procura explicar o que é a Amazônia Legal.

#### 3.2. Patrimônio

As informações contidas neste capítulo remetem ao surgimento do termo patrimônio e cultura e às alterações semânticas que tais termos sofreram ao longo do tempo (LARAIA, 2006; FUNARI; PELEGRINI, 2006; PELEGRINI, 2009; 2012; CHOAY, 2010). Adicionalmente, foram incorporadas as informações sobre as subdivisões do patrimônio cultural e as informações sobre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) (IPHAN, 1880, 2006; SCHOBENHAUS *et al.*, 2002; DELPHIM, 2009).

#### 3.3. Filadélfia

Para este capítulo, foram adicionadas as informações sobre a posição geográfica da cidade no Estado do Tocantins, censo demográfico, por meio das informações disponíveis no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), sobre a cronologia do histórico da formação da cidade de Filadélfia no *site* do IBGE, no trabalho de Pedreira *et al.*

(2011), e na Ata de criação da cidade. Filadélfia, por ser uma cidade situada à margem do rio, exerceu significativa importância no processo de circulação de pessoas e de mercadorias em momento anterior à construção da rodovia BR-153. Possuía um posto fiscal que controlava a entrada e a saída de mercadorias no "norte goiano". Com a construção da BR 153, o comércio foi deslocado para as cidades que se formavam ao longo da recém aberta rodovia, fazendo com que houvesse alteração no deslocamento do eixo econômico, de modo que Filadélfia perderia sua principal função (CHAVES; LIRA, 2008; DIAS; BRITO, 2012). O texto foi acrescido de informações sobre um meio de transporte muito comum na divisa ente Filadélfia (TO) e Carolina (MA). Trata-se da balsa Pipes Navegação, que pertence ao empresário Pedro Irân Pereira do Espírito Santo (comunicação pessoal com o Sr. Hermísio, gerente do MNAFTO).

### **3.4. O Rio Tocantins**

O capítulo sobre o rio faz menção ao valor intrínseco cultivado pela população, que sempre dependeu do rio para o lazer, para o cultivo da roça após o período das cheias, para a pesca e para o comércio nas "praias" naturais, no período da estiagem. Até mesmo a cheia de 1980 é lembrada (PEDREIRA; NOLASCO; ZIMMERMANN, 2011). O texto também informa algumas das alterações ambientais, sociais e econômicas vivenciadas pela população após a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) (CHAVES; LIRA, 2008). Compõe este capítulo o quadro "para saber mais.." sobre a Usina Hidrelétrica de Estreito.

### **3.5. As pessoas e os festejos**

O texto informa sobre a distribuição das pessoas na zona urbana e na zona rural de Filadélfia. A zona rural está representada pelo distrito de Bielândia. São informadas as associações e os sindicatos existentes na cidade (MSK/OIKOS, 2005). Adicionalmente, foram incorporadas as informações sobre as quebradeiras de coco babaçu, os produtos derivados das plantas feitos pelas quebradeiras e os saberes sobre a origem dos besouros e suas larvas, estas conhecidas popularmente como gongos (LACERDA, 2006; GRENHA et al., 2008; CARRAZZA et al., 2012). As festividades foram incorporadas também, tais como: Santos Reis, Festa Junina, 7 de Setembro, Cavalgadas e Vaquejadas (comunicação pessoal com o Sr. Hermísio, gerente do MNAFTO). Neste capítulo, foram adicionados três quadros "Para saber mais..", sobre o babaçu, sobre os besouros e sobre as vaquejadas.

### **3.6. Riqueza arqueológica sobre o território de Filadélfia**

O Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA) é composto por pesquisadores da Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) e da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). O núcleo está situado em Porto Nacional e seus membros são responsáveis pelo salvamento, pelo resgate e pelo estudo do material arqueológico coletado em várias cidades do Estado do Tocantins.

Alguns sítios (áreas) arqueológicos são portadores de urnas e ossos que remetem aos antigos grupos indígenas desde tempos pré-coloniais em várias cidades tocantinenses. Os mais antigos assentamentos humanos têm idades superiores a 10.000 anos e as pesquisas sugerem que tais habitantes eram indivíduos caçadores-coletores que manuseavam fragmentos de rochas lascadas e exibiam habilidades na confecção de artefatos. Na região de Filadélfia, os principais achados são peças líticas, lascas, artefatos, rochas com marcas de uso humano e material cerâmico. Os resultados das pesquisas podem ser encontrados em Pedreira e Zimmermann (2009), em Zimmermann e Pedreira

(2009), em Pedreira *et al.* (2011) e em Pedreira (2013, 2014). O capítulo contém o quadro "Para saber mais...", que traz informações sobre o NUTA.

### **3.7. Em Filadélfia, têm fósseis?**

O texto tem início com as informações sobre a existência de uma Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MNAFTO), gerida pelo Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), na área rural de Filadélfia, isto é, no distrito de Bielândia. A unidade é composta por propriedades privadas e está dividida em vários zoneamentos, conforme o plano de manejo (MRS/OIKOS, 2005). A estrutura da sede compõe dois blocos e garagem e permite visitas de segunda-feira à sexta-feira por meio de agendamento prévio (TAVARES *et al.*, 2016).

Sobre os fósseis encontrados na referida Unidade de Conservação estão aqueles de vegetais que colonizaram a área há aproximadamente 280 milhões de anos, no Período Permiano (DIAS-BRITO *et al.*, 2009). As pessoas da cidade costumam chamar o material de pedra pau pela semelhança e dureza que os fósseis apresentam às rochas encontradas na região. Na legislação brasileira, os fósseis são considerados patrimônio natural e cultural, e nesse caso devem ser utilizados apenas para fins de pesquisa e de educação, não podendo ser comercializados (PONCIANO *et al.*, 2011).

### **3.8. Quando e como os vegetais fósseis foram parar em Filadélfia?**

O último capítulo contextualiza o Período Permiano, com informações sobre as terras emersas, a posição paleogeográfica dos continentes Gondwana e Laurásia e o paleoclima vigente nas latitudes subtropicais a tropicais; momento em que os vegetais fósseis colonizaram as áreas. São informados os principais grupos de vegetais (samambaias, esfenófitas e gimnospermas) encontrados e descritos nas fazendas Buritirana e Andradina, bem como as partes orgânicas (caules, folíolos, ramos, troncos) dos fitofósseis mais comuns nas fazendas (RÖßLER; NOLL, 2002 a,b; RÖßLER; GALTIER, 2003; KURZAWA *et al.*, 2013a,b; TAVARES *et al.*, 2014; RÖßLER, 2014; RÖßLER *et al.*, 2014; NEREGATO *et al.*, 2015, 2017). Houve a preocupação em informar aos leitores os prováveis eventos ocorridos que culminaram na preservação tridimensional dos fósseis encontrados nas fazendas, por meio das pesquisas de RÖßLER (2006), de CAPRETZ e RHON (2013) e de TAVARES *et al.*, (2014). O capítulo também possui o quadro "Para saber mais...", que traz informações sobre os fósseis.

## **4- Conclusões**

Durante a confecção dos capítulos que compõem o paradidático, os autores tiveram dificuldades em obter informações sobre a história de Filadélfia. Ressalta-se que a cronologia do histórico da cidade é encontrada apenas no *site* do IBGE, no trabalho de Pedreira *et al.* (2011) e na Ata de criação da cidade. Os dados disponíveis são muito resumidos, quando se leva em consideração um intervalo de tempo amplo. Para esse caso, o recomendado é a realização de uma pesquisa que permita o resgate de informações inexistente em termos de registro, ou mesmo o contraste de informações.

Um outro ponto não esclarecido durante a pesquisa, mas que foge ao escopo do trabalho, refere-se ao valor em que os moradores atribuem aos achados arqueológicos e paleontológicos. Embora o paradidático, produto deste trabalho, mencione os materiais encontrados e sua importância do ponto de vista científico e educacional, a relação entre a sociedade filadelfiense permanece obscura, ainda por ser feita.

Os capítulos ainda necessitam de melhores ajustes em relação à disposição das informações e contará com a colaboração de novos pesquisadores. Conforme as discussões realizadas entre os autores, será necessário o acréscimo de mais um capítulo que contemple o tema da metodologia intervencionista, antes mesmo do modelo final.

Com a confecção deste material didático, espera-se que ele atenda a algumas das deficiências básicas encontradas no ensino fundamental em relação à falta de informação local de uma cidade rica em historicidade patrimonial.

## 5- Agradecimentos

Os autores são gratos pelas valiosas sugestões apontadas no texto pelas docentes Dra. Lilyan Rosmery Luizaga de Monteiro e Dra. Priciane Cristina Correa Ribeiro, do Curso de Biologia/Câmpus Araguaína da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pelas informações prestadas e as fotografias concedidas pelo gestor da Unidade de Conservação Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins, o Sr. Hermísio Alecrim Aires, pelo mapa confeccionado pelo Sr. Benilson Pereira de Souza, do Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) e a Dra. Antônia Custódia Pedreira, docente na Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) pela doação dos livros confeccionados pela equipe do Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA). Nossos sinceros agradecimentos.

## 6. Referências

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. 164 p. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>. Acesso em : 5 jan. 2016.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL Parâmetros curriculares nacionais: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Temas Transversais. ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília : MEC/SEF, 436p. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 5 Jan. de 2016.

BRILHA, J. Patrimônio Geológico e Geoconservação: A Conservação da Natureza na sua vertente Geológica. São Paulo. Editora Palimage. 190p. 2005. Disponível em : [www.geoconservacao.com.br/2014/12/livro-patrimonio-geologico-e.html](http://www.geoconservacao.com.br/2014/12/livro-patrimonio-geologico-e.html). Acesso em: 1 Jan. de 2015.

CABRAL, L. M. M. O rio Tocantins no olhar dos viajantes: paisagem, território, energia elétrica. Rio de Janeiro. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. 436 p. 2013. Acesso em: 12 nov. 2015. Disponível em: <[http://www.memoriadaeletricidade.com.br/file/arquivos/O\\_rio\\_tocantins\\_no\\_olhar\\_dos\\_viajantes\\_site.pdf](http://www.memoriadaeletricidade.com.br/file/arquivos/O_rio_tocantins_no_olhar_dos_viajantes_site.pdf)>.

CAMPOS, F. R.; CASTRO, A. C. de. Contribuições da Construção da Ferrovia Norte-Sul nos Municípios do Centro-Norte Goiano. Revista Conjuntura Econômica Goiana. Nº 28, p. 53-64. Março-2014. Disponível em: [http://www.imb.go.gov.br/viewcad.asp?id\\_cad=4028](http://www.imb.go.gov.br/viewcad.asp?id_cad=4028). Acesso em: 5 mai. de 2015.

CAPRETZ, R. L.; ROHN, R. Lower Permian stems as fluvial paleocurrent indicators of the Parnaíba Basin, northern Brazil. Journal of South American Earth Sciences. v.45, p.69-82, 2013.

CARRAZZA, L. R.; SILVA, M. L. da; ÁVILA, J. C. C. Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu (*Attalea* spp.). Brasília. Instituto Sociedade, População e Natureza. 2 edição. 63 p. 2012. Disponível em: [http://www.ispn.org.br/arquivos/Mont\\_babacu006.pdf](http://www.ispn.org.br/arquivos/Mont_babacu006.pdf). Acesso em 14 junho de 2016.

CHAVES, P. R.; LIRA, E. R. As relações sócio-territoriais na construção da Usina Hidrelétrica de Estreito-MA e sua (Re) produção no espaço urbano das cidades de Carolina-MA e Filadélfia-TO. Caderno de Pesquisas do CDHIS, v.1, n. 39, p. 45-54, 2008.

CHEVALLARD, Y. Sobre a teoria da transposição didática: algumas considerações introdutórias. Revista de Educação, Ciências e Matemática, v. 3, 1-14, 2013.

CHOAY, F. Alegoria do Patrimônio. 3º Ed. São Paulo: Editora UNESP. 289p. 2006.

DELPHIM, C. F. de M. Patrimônio Cultural e Geoparque. Revista do Instituto de Geociências – USP, Publicação Especial, v. 5, p. 75-83, 2009.

DIAS-BRITO, D.; ROHN, R.; CASTRO, J.C.; DIAS, R. R.; RÖBLER, R. Floresta Petrificada do Tocantins Setentrional: O mais exuberante e importante registro florístico tropical-subtropical permiano no Hemisfério Sul. In: WINGE, M.; SCHOBENHAUS, C.; BERBERT-BORN, M.; QUEIROZ, E.T.; CAMPOS, D. A.; SOUZA, C. R. G.; FERNANDES, A. C. S. (eds.), Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Brasília: CPRM. 2009. Disponível em: [http://sigep.cprm.gov.br/sitio104/sitio104\\_impreso.pdf](http://sigep.cprm.gov.br/sitio104/sitio104_impreso.pdf). Acesso em: 02/04/2013.

DIAS, R. S. da L. S.; BRITO, E. P. de. Uma análise territorial a partir da rodovia Belém-Brasília em Araguaína-To. Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO), Ano 01, no 01, p. 80-92, jul -dez, 2012. Disponível em: <http://revista.uft.edu.br/index.php/geografia/article/viewFile/533/pdf>. Acesso em: 2 de maio 2016.

FERREIRA, D.; Milhomem, T. A.; MARQUES, S. M. F.; BUENAFUENTE, L. B. Perdas simbólicas e os atingidos por barragens: o caso da Usina Hidrelétrica de Estreito, Brasil. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v30i0.34187>. Acesso em: 10 fev. de 2016

FLORÊNCIO, S. R. et al. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. p. 62. 2014. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf). Acesso em: 26 nov. 2015.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. de C. A. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge, 72 p. 2006.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 184 p. 2010.

GONÇALVES, C. W. Porto. Amazônia, Amazônias. 2º ed. São Paulo, Contexto. 178p. 2005.

GRENHA, V.; MACEDO, M. V.; MONTEIRO, R. Predação de sementes de *Allagoptera arenaria* (Gomes) O'Kuntze (Arecaceae) por *Pachymerus nucleorum* Fabricius (Coleoptera, Chrysomelidae, Bruchinae). Revista Brasileira de Entomologia, 52 (1), p. 50-56. 2008.

GUEDES, L. da S.; BRITO, J. L. Caracterização socioeconômica da microrregião geográfica de Araguaína. *Observarium: Revista Eletrônica de Geografia*, v. 6. n. 17, p. 91-103. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE 2010. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_tocantins.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_tocantins.pdf). Acesso em: 5 Jul. de 2015.

IPHAN. Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. 1980. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao\\_revitalizacao\\_patrimonio\\_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Acesso em: 15 dez 2015.

IPHAN. Convenção para salvaguarda do Patrimônio Cultural e imaterial. 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 25 fev. de 2016

KURZAWA, F.; IANNUZZI, R.; MERLOTTI, S.; RÖBLER, R.; NOLL, R. New gymnospermous woods from the Permian of the Parnaíba Basin, Northeastern Brazil, Part I: *Ductoabietoxylon*, *Scleroabietoxylon* and *Parnaiboxylon*. *Review of Palaeobotany and Palynology*. v.195, p.37-49, 2013a.

KURZAWA, F.; IANNUZZI, R.; MERLOTTI, S.; ROHN, R. New gymnospermous woods from the Permian of the Parnaíba Basin, Northeastern Brazil, Part II: *Damudoxylon*, *Kaokoxylon* and *Taeniopitys*. *Review of Palaeobotany and Palynology*. v.195, p.50-64, 2013b.

LACERDA, R. de F. Identificação de fases ATPásica e amilásica em larvas de *Pachymerus nucleorum* (Fabricius, 1792) (Coleoptera: Chrysomelidae: Bruchynae). Dissertação de mestrado. 96 f. Instituto de Genética e Bioquímica. Programa de Pós-graduação em genética e bioquímica. Universidade Federal de Uberlândia. 2006.

LARAIA, R. de B. Cultura: um conceito antropológico. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MENESTRINO, E.; PARENTE, T. G. O estudo das territorialidades dos povos tradicionais impactados pelos Empreendimentos Hidrelétricos no Tocantins . *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium*, Uberlândia, v. 2, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/braziangeojournal/article/view/9157>. Acesso em: 10 jun. de 2016.

MSR/OIKOS. Plano de manejo do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins. Brasília: MRS, 2005. Informações gerais da UC. (Encartes: 1, 4). Disponível em: <http://areasprotegidas.to.gov.br/conteudo.php?id=41>. Acesso em: 02/06/2013.

NEREGATO, R.; RÖBLER, R.; ROHN, R.; NOLL, R. New petrified calamitaleans from the Permian of the Parnaíba Basin, central-north Brazil. Part I. *Review of Palaeobotany and Palynology*. v.215, p.23-45, 2015.

NEREGATO, R.; RÖBLER, R.; IANNUZZI, R.; NOLL, R.; RHON, R. New petrified calamitaleans from the Permian of the Parnaíba Basin, central-north Brazil, part II, and

phytogeographic implications for late Paleozoic floras. *Review of Palaeobotany and Palynology*. v.237, p.37-61, 2017.

OLIVEIRA, M. de F. Rio Tocantins: eco de diferentes vozes. In: XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0238.pdf>> Acesso em 25 de abril de 2016.

PELEGRINI, S. de C. A. Patrimônio Cultural: Consciência e Preservação. São Paulo: Editora Brasiliense, 135 p. 2009.

PEDREIRA, A. C.; ZIMMERMANN, M. A. C. Programa SALTESTREITO: Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 15, Belém, Anais. SAB, p.153-161, 2009. Disponível em: [http://www.sabnet.com.br/resources/content/anais-2009/ANAIS\\_Simposio.pdf](http://www.sabnet.com.br/resources/content/anais-2009/ANAIS_Simposio.pdf). Acesso em: 23/06/2015.

PEDREIRA, A. C, NOLASCO, G. R. S.; ZIMMERMANN, M. A. C. Patrimônio cultural: possibilidades de conhecer e aprender sobre as culturas das localidades do Projeto SALTPONTE II. Porto Nacional (TO): Provisão, 66 P. 2011.

PEDREIRA, A. C. Paleontologia: registro de um patrimônio natural inestimável. In: Pedreira, A. C. (org.), As diferentes facetas e interfaces do patrimônio registros para preservação e memória. Palmas, UNITINS, p. 23-31; 2013.

PEDREIRA, A. C.; ZIMMERMANN, M. A. C. Programa SALTESTREITO: a pesquisa na abrangência da UHE Estreito. In: PEDREIRA, A.C. (org.), A região da UHE Estreito: investigação e interpretação da sucessão temporal e espacial em que se dá a história humana. Palmas, UNITINS, p. 9-60, 2014.

PELEGRINI, S. de C. A.; FUNARI, P. P. O que é patrimônio cultural imaterial. São Paulo, Brasiliense, 116p. 2012.

PINTO, P. H. P.; OLIVEIRA, L. P. de. A construção da usina Hidrelétrica do Estreito no estado do Tocantins, Brasil: Um exemplo de injustiça ambiental. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/plugins/generic/pdfJsViever/pdf.js/web/viewer.html?file=https%3A%2F%2Fwww>. Acesso em: 02/06/2016.

Ponciano, L. C. M. O., Castro, A. R. S. F., Machado, D. M. C., Fonseca, V. M. M. & Kunzler, J. 2011. Patrimônio Geológico-Paleontológico *In Situ* e *Ex Situ*: Definições, Vantagens, Desvantagens e Estratégias de Conservação. In: Carvalho, I. S.; Srivastava, N. K., Strochschoen Jr., O.; Lana, C. C. (Eds.). *Paleontologia: Cenários de Vida*. Rio de Janeiro, Interciência, v. 4, p. 853-870.

RODRIGUES, J. C. Estado do Tocantins: Política e religião na construção do espaço de representação tocantinense. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de São Paulo. 2008.

RÖBLER, R.; GALTIER, J. First *Grammatopteris* tree ferns from the Southern Hemisphere – new insights in the evolution of the Osmundaceae from the Permian of Brazil. *Rev. Palaeobot. Palynol.* v.121, p.205-230, 2002a.

RÖBLER, R.; GALTIER, J. *Dernbachia brasiliensis* gen. nov. et sp. nov. – a new small tree fern from the Permian of NE-Brazil. *Rev. Palaeobot. Palynol.*v.122, p.239-263. 2002b.

RÖBLER, R.; GALTIER, J. The first evidence of the fern *Botryopteris* from the Permian of the Southern Hemisphere reflecting growth form diversity. *Rev. Palaeobot. Palynol.* v.127, p.99-124, 2003.

RÖBLER, R. Two remarkable Permian petrified forests: correlation, comparison and significance. *In: LUCAS, S.G.; CASSINIS, G.; SCHNEIDER, J.W.* (eds), *Non-Marine Permian Biostratigraphy and Biochronology.* – Geological Society, London, Special Publ.,v. 265, p. 39-63; 2006.

RÖBLER, R. The roots of Permian calamitaleans – a key find suggests the existence of free-stemmed arborescent sphenopsids among the low latitude palaeofloras of Gondwana. *Freiberger Forschungshefte.* v.548, n. 22, p.9 - 37, 2014.

RÖBLER, R.; MERBITZ, M.; ANNACKER, V.; LUTHARDT, L.; NEREGATO, R.; ROHN, R. The root systems of Permian arborescent sphenopsids: evidence from the Northern and Southern hemispheres. *Palaeontographica, Abt. B: Palaeobotany-Palaeophytology.* v.290, n.4-6, p.65-107, 2014.

SCHOBENHAUS, C. et al. *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil.* Brasília, DNPM, 2002. Disponível em: [http://sigep.cprm.gov.br/SIGEP\\_Vol\\_1.pdf](http://sigep.cprm.gov.br/SIGEP_Vol_1.pdf). Acesso em: 6 out. de 2015.

TAVARES, M. G. da C. *A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI.* *Geosp-Espaço e Tempo*, 29, p. 107-121. 2011.

TAVARES, T. M. V.; ROHN, R.; RÖBLER, R.; NOLL, R. Petrified Marattiales pinnae from the Lower Permian of North-Western Gondwana (Parnaíba Basin, Brazil). *Review of Paleobotany and Palynology.* v.201, p.12-28, 2014.

TAVARES, T. M. V.; AIRES, H. A.; PIRES, E. F.; RHON, Rosemarie. Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins: contribuições e desafios. *Revista Desafios*, v. 3, n. 2, p. 51-64, 2016.

ZIMMERMANN, M. A. C.; PEDREIRA, A. C. Núcleo Tocantinense de Arqueologia: 10 anos contribuindo para a construção da Arqueologia brasileira. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA*, 15, Belém, Anais. SAB, p.130-138, 2009. Disponível em: [http://www.sabnet.com.br/resources/content/anais-2009/ANAIS\\_Simposio.pdf](http://www.sabnet.com.br/resources/content/anais-2009/ANAIS_Simposio.pdf). Acesso em: 23/06/2015.

## **DROGAS NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA PONTE PARA A VIOLÊNCIA E UM DESAFIO PARA A GESTÃO EM UMA ESCOLA DE HUMAITÁ-AM**

Danjelo Pereira de Araújo, Acadêmico de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, AM, danjeloaraujo@hotmail.com  
Dr. Valmir Flores Pinto, Professor de Filosofia e Ética da Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, AM, valmirfloresp@gmail.com

### **Resumo:**

O artigo tem como objetivo abordar o uso de drogas no ambiente escolar, pois a mesma se faz presente na comunidade escolar e seus arredores por meio de usuários e traficantes. e Diante de tal cenário a escola sofre as consequências dos efeitos dos entorpecentes sobre os usuários, através de violências que ocorrem entre alunos, alunos e professores, alunos e gestão. Nessa investigação buscamos encontrar quais os meios que a gestão escolar poderá adotar tendo em vista o combate às drogas na escola. Trata-se de um desafio a ser enfrentado pela gestão, não só Humaitá, mas também outras regiões, na verdade em todo o Brasil. Neste cenário as drogas estão invadindo famílias sem distinção de idades ou classe social, atingindo as perversamente a comunidade escolar, a vida dos adolescentes e de todos os envolvidos no processo educativo. Os jovens na busca de diversão e aventura acabam entrando em grupos que partem em busca de novas experiências e acabam fazendo uso das drogas, não se dando conta dos riscos que correm. Percebe-se, com isso, que a escola perdeu um pouco, ou quem sabe toda a sua real significação para estes jovens que vivem no mundo dos intopecentes. Em tal conjuntura, muitos vão à aula ainda por obrigação, alguns vão apenas para passar o tempo, outros nem frequentam mais. Contudo, ainda se acredita que a escola é um dos principais veículos capaz de obter êxito na transformação a essa situação, através de uma boa gestão e de um trabalho educativo coletivo em prol da prevenção.

Palavras-chave: Educação; Drogas; Prevenção.

### **INTRODUÇÃO**

Durante todo período de estágio do curso de pedagogia, venho refletindo sobre o comportamento de alguns alunos na educação infantil, sendo que os mesmos traziam consigo uma bagagem de comportamento para o âmbito escolar muito diferente do qual deveriam ter na sua idade como criança, comportamento esses adquiridos no meio familiar onde vive ou através do meio social onde estar inserido. Muitas vezes, o professor caracteriza esses alunos como agressivos, desinteressados, bagunceiros e com uma linguagem impropria das demais crianças.

Sabendo que depois da fase de criança vem a adolescência, fase essa de muitas turbulências na qual surgem muitos problemas como inquietações, curiosidades, mostram autonomia e autodeterminação mas ao mesmo tempo é muito sugestionável, ou seja, muito preso a vida de grupos e assim distanciam-se um pouco dos pais, diante desta observação e da experiência que já tive em sala de aula como aluno do ensino fundamental, despertou-me o interesse em falar sobre a temática abordada, pois sabemos que as drogas estão a cada dia mais afetando as pessoas, e

as mesmas hoje estão inseridas dentro das famílias e conseqüentemente dentro da escola. Durante meu período escolar como aluno do ensino fundamental, percebi que o tema sobre as drogas quase sempre não era abordado pelos professores em sala de aula, sendo que o assunto é de suma importância para a vida dos adolescentes e jovens, apesar de sabermos que a educação deve-se começar em casa, pela família mas, a escola é a complementação desta educação e ambas devem caminhar juntas, “família e escola”, sabemos que as drogas infelizmente estão presente em todos os lugares e é necessário que o tema seja trabalhado na escola como uma forma de prevenção e informação, alertando-os sobre os perigos, as causas e conseqüências que as drogas trazem para a vida das pessoas, tanto para as quais usam como para toda a sociedade.

Conforme a pesquisa, o uso de drogas gera-se a violência, e essa violência infelizmente chega dentro da escola também, e com isso faz-se necessário que gestores e professores estejam preparados para trabalharem de uma forma conjunta enfrentando os desafios e tentando de alguma forma evitar a violência dentro da escola.

Defendemos a relevância do tema “Drogas no ambiente escolar: uma ponte para a violência e um desafio para a gestão em uma escola de Humaitá-

Am” neste trabalho, por ser um assunto de interesse de todos aqueles que se preocupam com uma educação, na qual o trabalho seja voltado para a cidadania e para a dignidade humana

A escolha desse tema tem como ponto de partida essas questões levantadas e a necessidade de conhecer a importância de se trabalhar a temática em sala de aula pelos professores, assim como também conhecer os desafios encontrados pela gestão e os seus métodos usados para sanar esses desafios.

Diante estes questionamentos elencamos o objetivo geral do estudo que foi “Analisar o papel desenvolvido pela gestão escolar no que se diz respeito a violência e prevenção de drogas entre alunos na fase escolar, e como é desenvolvido esse trabalho em uma escola do município de Humaitá- AM.”, uma vez que a abordagem qualitativa orienta a metodologia que se concretizou na pesquisa bibliográfica fundamentada em alguns autores que tratam da temática.

Os instrumentos utilizados para obtenção das informações foram observação e questionários com alunos, professores e gestor da Educação do ensino fundamental de uma escola de Humaitá-Am, onde foi realizada a pesquisa de campo.

No primeiro capítulo lança-se um olhar para drogas e violência no ambiente escolar, destacando os problemas que são causados pelo uso indevido e abusivo de drogas, os efeitos que ela causa, as violências que são geradas pelas pessoas usuárias, além dos perigos que a escola enfrenta devido problemas com alunos que fazem uso de substâncias.

No segundo capítulo, abordamos os caminhos metodológicos percorridos, o contexto do estudo, a abordagem, o tipo e os instrumentos que possibilitaram a realização da pesquisa e permitiram a discussão e interpretação dos dados.

No terceiro capítulo tratamos dos resultados e da análise das informações para compreender e conhecer o papel desenvolvido pela gestão escolar no que se diz respeito a violência e prevenção de drogas entre alunos na fase escolar, e como é desenvolvido esse trabalho em uma escola do município de Humaitá- AM.

Por fim, as considerações finais que relatam que o uso abusivo de droga é um mal que se espalha cada dia mais na sociedade, sendo um desafio que a gestão escolar enfrenta, mas que busca trabalhar em cima da prevenção de uma forma conjunta, envolvendo escola, alunos e família.

## I DROGAS E VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Entre tantas atividades desenvolvidas no ambiente formativo da escola um dos papéis dos gestores e dos professores é a promoção do sucesso escolar por meio da diminuição dos índices de evasão, repetência e de não aprendizagem. Sabe-se que isso não é somente papel da escola, mas também da família, através da orientação e prevenção dos filhos, para que escola e família possam trabalhar juntas diante das dificuldades e os problemas, principalmente quando esse problema é relacionado às drogas. Diante disto, Bock, Furtado & Teixeira (1999) afirmam que a escola faz parte do processo de socialização, sendo considerada a continuidade do processo que foi iniciado na família.

No ambiente formal de educação, o uso das drogas vem aumentando cada dia mais em nossa sociedade. A mesma está presente em quase todos os lugares e infelizmente a escola também é alvo desse mal, ou seja, de pessoas inclusive alunos que fazem uso de entorpecentes e que estão inseridos no meio escolar, colocando as demais pessoas que não fazem uso de drogas em risco. Tanto alunos como professores e gestores correm perigo devido à violência que pode ser gerada dentro da escola por alunos usuários, violências essas que não se trata somente de agressões físicas, mas também verbais e de furtos, além da indisciplina que surge dentro da sala de aula, a qual muitas vezes acaba causando a impossibilidade do professor desenvolver suas atividades, pois o uso das drogas causa ao aluno dificuldade em aprender, além de desordem e desmotivação.

Machado (2008, p. 149) enfatiza que:

Os problemas relacionados ao tráfico e utilização de drogas, registrados nas instituições escolares crescem e se agravam a cada dia. Os alunos usuários de drogas apresentam prejuízos no rendimento escolar, saúde, relação familiar, além de estarem mais propensos a distúrbios psicológicos.

Muitos alunos usam e comercializam drogas dentro das escolas e em suas proximidades, atraindo com isso maus elementos para os arredores das instituições, as quais correm o risco de serem até invadidas por estranhos, ou seja, pessoas que não são alunos e nem funcionários da escola, com objetivo de furtos e roubos. A escola já corre perigo com os próprios alunos que são usuários e que também comercializam drogas, além da ocorrência de situações e ações relacionadas à violência, as quais vão de intimidações físicas e verbais, como já foi citado anteriormente, à depredação do espaço físico como, por exemplo: janelas quebradas, banheiros e muros pichados, furtos (torneiras e lâmpadas), carteiras quebradas dentre outros.

A droga age no ser humano de uma forma que vai afetando a pessoa em todos os sentidos, pois segundo Aurélio, Maria & Patrícia (2006, p. 173):

A droga afeta a saúde mental, agravada pelo comprometimento psíquico. Desta forma, a destruição da saúde física é uma constante e o comprometimento da saúde mental é uma questão de tempo, em função da toxicomania que o minou e subjugou.

Os efeitos das drogas podem variar entre alguns segundos e algumas horas e gerar um período de inconsciência em que o indivíduo pode se tornar mais agressivo, utilizando-se de comportamentos que o levam a cometer atos de violência como também o porte de armas, tanto brancas como de fogo, que os mesmos usam para intimidar ou se defender. Além dessas consequências, o tráfico gera mais violência ainda, devido a disputa pela venda da droga no interior da escola, onde alguns alunos

no intuito de manter o vício podem fazer reféns seus próprios colegas, ou muitas vezes, tornam-se alvo de acerto de contas.

Contudo, para uma melhor compreensão, desenvolvemos, a seguir, uma reflexão onde abordamos as drogas, o que elas são, e mais algumas de suas consequências, além da violência e desafios encontrados pela gestão escolar diante estes problemas.

## 1.1 Drogas

O termo “droga” é uma palavra que hoje em dia assusta muitas pessoas, mesmo sendo uma expressão usada pela poluição geral e pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Devido ao número crescente e assustador de pessoas usuárias de drogas fez com que a sociedade deixasse de lembrar que a mesma tem também seu lado positivo, como o caso dos medicamentos receitados pelos médicos, que são produzidos através de drogas naturais e quimicamente alteradas em laboratório, as quais são usadas para cura de doenças e alívio de dores.

Citaremos como exemplo, algumas drogas que com uma dosagem bem pequena, inferior à que produz alucinações, podem trazer melhoria e até a cura de algumas doenças. Vejamos: Ecstasy, pode ser usado para tratar distúrbio de ansiedade, diminuir os sintomas de Parkinson e, tratar de pessoas vítimas de estresses pós-traumático. Cocaína, ainda é usada, muitas vezes, como anestésico para cirurgia nos olhos, no nariz e na garganta. Heroína, ainda é usada para tratar dor extrema, no caso de pacientes com câncer nos ossos, porém, a literatura médica indica a heroína como um analgésico mais seguro do que opiatos sintéticos usados hoje. Anfetaminas são usadas para tratar várias doenças, incluindo narcolepsia (distúrbio do sono) e déficit de atenção.

A pessoa que faz uso dessas drogas com prescrição médica não são considerada uma pessoa perigosa para a sociedade, a mesma faz uso apenas para a cura da doença ou para o alívio da dor, ou seja, isso não o tornará uma pessoa perigosa, ao contrário das drogas usadas em excesso que levam a dependência, causam alucinações, levam ao vício, a violência, ou seja, a modificações de comportamento.

Aurélio et al. (2006, p. 168) nos diz que:

As drogas usadas sem prescrição médica, obtidas ilegalmente, feitas em casa, tornaram-se uma fonte de inquietação em todo o mundo. Elas estimulam, acalmam, agitam, produzem alucinações, deformam percepções, criam dependências químicas que podem levar seus usuários ao crime e à loucura.

Infelizmente, não é somente o uso das drogas “boas”, que prevalecem em nosso meio, mas sim as drogas perigosas que causam danos tanto a quem as usam quanto aos não usuários, pois se tornam vítimas das reações causadas às pessoas que consomem a droga. O uso de drogas é um mal que vem se alastrando em toda a sociedade, invadindo lares e escolas, atingindo adultos, adolescentes, jovens e infelizmente até crianças e a cada dia o seu consumo aumenta causando danos à humanidade. De acordo com Fonseca (2002, p. 12).

“A droga é qualquer substância que altere o estado psíquico do ser humano, levando com seu uso a um quadro de dependência física ou psíquica”. A droga age no sistema nervoso central modificando as sensações e comportamento do indivíduo e com isso causam a dependência.

A pessoa que faz uso de droga, ou melhor, o dependente químico possui modificações de comportamentos, ou seja, apresenta algumas características que o identificam, como: comportamento agitado e agressivo, olhos avermelhados, perda de

noção de distância e de tempo, falta de concentração, euforia, alucinações auditivas, superexcitação com realização de impulsos irresistíveis e também de ideias fixas e obsessivas, as quais os levam a cometerem atos irracionais dentre outras modificações.

Fonseca (2002, p. 13) define dependência química como:

[...] uma doença primária, progressiva, crônica e potencialmente fatal, que atinge o usuário de drogas. Sua causa é consequência de deficiência orgânica e genéticas que alteram o metabolismo, a química cerebral e o funcionamento dos neurotransmissores.

Diante disto, relacionamos aqui as drogas que ao serem usadas levam o ser humano a uma dependência química. Segundo Aurélio et al (2006, pp. 171-178) são elas: “Ópio, Morfina, Heroína, Cocaína, Crack, Freebase, Basuco, Metadona, Maconha, LSD, Mescalina, Psilocibina, DMT, Anfetaminas,

Barbitúricos e Ecstasy.” Muitas dessas drogas são desconhecidas pela sociedade, muitas vezes até para alguns usuários também, pois as mais conhecidas e usadas pelos adolescentes e jovens do nosso município, segundo conversa informal com pessoas da área de segurança (polícia militar e civil) são o crack, a cocaína, a maconha, a LSD e o ecstasy.

Crack, o qual é obtido por uma mistura de cocaína, água e bicarbonato de sódio, ele é absorvido rapidamente pelos pulmões e levado ao cérebro em poucos segundos, quando fumado a euforia é intensa e cede lugar a uma irritante ansia, levando o usuário a fumá-lo durante dias.

A Cocaína, que é um estimulante do sistema nervoso central, tóxico e euforizante, a mesma é retirada da folha da coca, a qual é transformada em pasta de coca e posteriormente em cocaína, seu efeito causa náuseas, perda de peso, falta de sono e a pessoa fica paranóico, ao usar a cocaína o usuário apresenta as narinas lesionadas e problemas cardíacos.

A Maconha, que é uma combinação de flores e folhas da cannabis sativa, é uma erva originária da Índia. Seus efeitos variam com a circunstância de seu uso, o início dos sintomas poderá ser sentido imediatamente após a sua ingestão ou horas após, podem surgir modificações na percepção do próprio corpo, no tempo e no espaço, são as alucinações, seguida de uma euforia e de uma sensação de bem-estar, autoconfiança e diminuição da autocrítica. Às vezes ocorrem reações como inquietação, ansiedade e pânico.

Os sintomas físicos mais correntes da maconha são conjuntivite, taquicardia, irritação faríngea, secura da boca e, o que é mais interessante, um aumento do apetite para doces. A longo prazo os efeitos são passividade, redução da iniciativa, apatia, diminuição da capacidade de concentrar-se, variação brusca do humor e diminuição da inteligência.

A LSD, é uma droga derivada de um fungo que geralmente ataca o grão de centeio, pode ser encontrada sob forma líquida ou em pó, seu efeito provoca aumento da pressão arterial e cardíaca, aumento de açúcar no sangue, tremores musculares, suor nas mãos, pânico, impulsos violentos e suicidas.

O Ecstasy, chamada droga do amor e representada pela sigla E, é uma pílula composta por um estimulante anfetamínico e um alucinógeno, os efeitos são sentidos após umas duas horas da ingestão da pílula, além da sensação de prazer e bem estar, o efeito também aumenta a temperatura do corpo, podendo chegar a mais de 40°C, dilata as pupilas, bocas e mãos ficam secas, em alguns casos, atrofia dos músculos dos braços e das pernas.

No entanto, através das poucas drogas aqui relacionadas já é possível percebermos o quão grande é o mal que o uso das mesmas pode causar ao ser

humano e a sociedade que teme e sofre diante do medo e da violência gerada pela droga.

## II VIOLÊNCIA

Derivada do latim, a palavra violência (violentia) significa “veemência, impetuosidade”, ou seja, força, ato. Sua origem está relacionada com o termo “violação” (violare), pois usar a força física de forma intencional e excessiva contra alguém ou constranger, obrigar e desrespeitar uma pessoa, é também violência, pois, o Dicionário prático de pedagogia (2003, p. 249) afirma que a violência é:

Exercício da força em contrariedade às leis vigentes, para constranger ou submeter uma pessoa àquilo que ela não queira. Além dos assaltos, assassinatos, sequestros, roubos e furto (sem uso de arma), são formas de violência a censura, a discriminação quanto ao sexo, raça ou cor, a cassação dos direitos políticos e o não reconhecimento da cidadania de um indivíduo.

Há uma diversidade de conceitos existentes acerca da violência, mas, vale ressaltar que aqui o objetivo do estudo é sobre a violência que acontece dentro e nas dependências da escola por alunos envolvidos no uso de drogas.

As manifestações violentas vêm tomando força cada vez mais na sociedade, e a escola lamentavelmente também tem sido palco dessas manifestações agressivas, as quais vão de depredações até agressões verbais e físicas. A violência é um problema que se instalou no interior das escolas, onde cabe a gestão não ignorá-la mas sim buscar soluções para resolver estas situações desagradáveis que assusta a comunidade escolar.

Para Priotto, Boneti, (2009, p. 162):

Denomina-se violência escolar todos os atos ou ações de violência, comportamento agressivos e antisociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar.

Conforme manifestação dos autores, Priotto e Boneti(2009), percebe-se que a violência se manifesta de diversas formas dentro da escola e entre todos os envolvidos no processo educativo, onde professores, corpo administrativo e alunos são vítimas e temem pelo medo e tensão dos conflitos.

Alunos usuários de drogas além de já serem sinal de perigo para a escola, infelizmente podem também gerar a violência dentro da escola, através de agressões ou ameaças que podem criar um clima de terror nas imediações da escola e até afastar outros alunos e professores, podendo comprometer a formação de outros jovens que pretendem receber com segurança um ensino de qualidade, mas temem a violência.

## II OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA GESTÃO ESCOLAR

A escola encontra-se diante de um novo desafio que é trabalhar a prevenção contra o grande mal que se estende cada vez mais na sociedade que são as drogas, que através do seu uso vem causando grande problemas e medo na humanidade, destruindo vidas, sonhos e famílias.

Asinelli-Luz (2014, p.18), conceitua prevenção:

[...] conjunto de valores, atitudes, ações, que uma comunidade adota, baseada em sua história, e no conhecimento científico, para se antecipar aos problemas, num esforço para evitar a ocorrência de fatos indesejáveis, reduzir a incidência ou o índice de ocorrência de novos casos, usando estratégias educacionais para a valorização do ser humano.

Diante disto, percebe-se o quão é importante e fundamental a gestão escolar trabalhar através da educação a prevenção do uso indevido de drogas, sensibilizando os alunos sobre os riscos e perigos causados por elas. Segundo Brandão (1995, p. 6), a educação é o “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual ou moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”. Nesta circunstância, educar para prevenção apresenta-se como a melhor alternativa para o enfrentamento do consumo de drogas entre estudantes, pois através da prevenção é possível dispor com antecipação, impedir ou pelo menos tentar reduzir o consumo dessas drogas entre a classe estudantil.

A maioria dos casos de experimentação de drogas ocorrem no período da adolescência, período esse em que a maior parte das pessoas frequentam a escola, ou seja, passam dentro do ambiente escolar tempo significativo de suas vidas e, quando se trata do assunto sobre drogas cabe a escola intervir sendo mediadora neste processo de prevenção, fazendo dentro do contexto pedagógico um trabalho de reflexão e estímulo ao desenvolvimento do pensamento crítico, não deixando de enfatizar que os alunos sejam responsáveis por suas ações, ou seja, façam escolhas saudáveis, mesmo sabendo que este também é um papel da família. Ainda Brandão (1995, p. 34) ressalta que: “educação é um processo contínuo que envolve o desenvolvimento integral de todas as faculdades humanas; o conjunto das normas pedagógicas aplicadas ao desenvolvimento geral do corpo e do espírito”.

A escola é um lugar privilegiado para intervenções educacionais, contudo, o trabalho não deve ser feito somente com os alunos, mas sim com os pais e todos os funcionários da escola, ou seja, a gestão deve promover uma formação que possibilite a classe estudantil um conhecimento melhor sobre as drogas, realizando reuniões, palestras que possa ser discutido não somente os danos produzidos pelo consumo abusivo de drogas, mas também abrir espaço para uma discussão mais ampla que possibilite aos alunos refletirem e melhorarem suas escolhas.

[...] é inegável que a escola seja um espaço privilegiado para o tratamento do assunto, pois o discernimento no uso de drogas está diretamente relacionado à formação e às vivências afetivas e sociais de crianças e jovens, inclusive no âmbito escolar. BRASIL (1997, p. 271).

As ações preventivas além de levar o aluno a uma reflexão, conscientizarão também os pais diante do papel a ser assumido em trabalhar esses assuntos na família, levarão os professores a se tornarem conhecedores dos problemas, causas e consequências, e se sentirem mais ainda comprometidos em trabalhar a prevenção com seus alunos, ajudando-os conversando e orientando-os a escolherem caminhos diferentes, sem drogas, sem violência, formando cidadãos de respeito, justiça e autonomia.

Segundo Caiado (2017, s/n):

A educação preventiva visa estabelecer valores de forma consciente e planejada, desafio contemporâneo para pais e educadores que

precisa ser assumido. Além disso, tal conduta levará crianças e jovens a adquirir noções significativas, como justiça, responsabilidade, autonomia, respeito a si e ao outro, influenciando na construção de uma sociedade melhor.

Dentro da escola, quem passa a maior parte do tempo com os alunos são os professores, os quais devem ser exemplos, não fazendo uso de nenhuma droga na presença dos alunos, pelo menos na escola. Murad (1994, p.121) enfatiza que: “Antes de educar nossos filhos, precisamos educar nossos mestres”, infelizmente alguns professores fazem uso de drogas licitas (álcool e cigarro) e muitas vezes nem as veem como tal, acha que pelo fato de estar fora da sala de aula, pode fazer uso do cigarro, não se dando conta que ainda está nas dependências da escola com alunos presentes, os quais podem ter isso como incentivo para fazer o mesmo.

Além das palestras e reuniões, a escola pode se organizar trabalhando também a prevenção de uma forma que envolva os alunos ainda mais, valorizando as atividades extraclasse, esportivas, lúdicas, atividades essas que levam a pessoa a sentir prazer de uma forma saudável. Trabalhando também oficinas, teatros, onde através das encenações possa ser trabalhado a realidade o mais próximo possível dos alunos, para que assim, os mesmos possam conhecer e entender melhor o assunto sobre a droga, além de exposições de painel mostrando os índices de dependências, as causas, as consequências e as mudanças físicas que o uso abusivo da droga causa.

A escola, por ser um lugar de todos e para todos, não pode tratar com indiferença os alunos com problemas relacionados ao uso de drogas, mesmo com todo perigo que os mesmos podem trazer para o interior da escola, jamais a gestão deve identifica-los como tal, e sim procurar trabalhar em cima destes problemas de uma forma que envolva à todos, sem discriminação.

Albertini (1998, p. 55) comenta que.

[...] a escola deve ter o cuidado para não contribuir com qualquer forma de rotulação, discriminação ou marginalização do usuário eventual ou assíduo do uso de drogas. Além das óbvias razões humanitárias para proceder dessa maneira, não podemos esquecer que a escola, na figura de seus agentes institucionais, desempenha um importante papel na formação da identidade dos jovens.

Depois da família, a escola é a instituição que fornece conhecimento, discussão e desenvolvimento da formação dos jovens, além de construir juízos de valor nos alunos, é capaz de prepará-los para enfrentar os problemas que estão além da escola. Segundo a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu artigo 32, inciso III, fala que o ensino fundamental tem como objetivo a formação básica do cidadão, mediante “o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores”, porém, um dos maiores desafios da gestão escolar ainda é quebrar o medo de falar sobre as drogas, pois, mesmo sabendo que contemplar os temas transversais é necessário à formação da cidadania, alguns professores deixam de abordar esse tema em sala de aula, alguns por medo, insegurança, outros por não saberem ou não estarem preparados em abordar essa temática.

Diante disto Ribeiro (2001, p. 82-83), enfatiza:.

Os educadores, embora conscientes de seu novo papel, encontram-se despreparados para as novas ações que a demanda exige. A implementação do projeto educativo atual solicita um processo de

mudança na formação dos educadores e, ao mesmo tempo, exige daqueles que já estão na prática educativa novo posicionamento, mesmo que não tenham sido preparados para isso. Portanto, é necessário reconhecer que as propostas dos PCN são pertinentes e ideais à formação do cidadão, podendo se inserir nelas o tema da prevenção do uso indevido de drogas.

As atitudes de um usuário de drogas (aluno) são notadas com muitas facilidades, pois o professor por passar a maior parte do tempo com os alunos, deve conhecê-los bem, tendo a sensibilidade de notar as mudanças repentinas de comportamento dos mesmos. Como já foi descrito anteriormente, a pessoa usuária de drogas tem dificuldades de aprendizagem, perde a atenção e o interesse, e com isso vem o fracasso que leva o aluno a se sentir incapaz, não se reconhecer como parte do ambiente escolar, e ter um sentimento de revolta chegando a cometer pichações e outras depredações sob a dependência da escola.

Muitas vezes esses problemas assustam professores e gestor, deixando-os muitas vezes até com medo de abordar a temática na escola devido as reações agressivas de alunos, mas, é de suma importância que o professor com toda cautela aborde a temática em sala de aula, de um jeito que leve todos a se sentirem realmente parte da escola, e a refletirem sobre seus atos. Para Lucinda, Nascimento & Candau (2007, p. 144) “[...] trata-se de um tema extremamente difícil que coloca, muitas vezes, a direção das escolas e o corpo docente em situações-limite, em que o medo, o sentido de impotência e o desânimo imperam”.

Diante destes fatos, é preciso que a gestão escolar desenvolva ações em que possa resgatar esses alunos, criando momentos reflexíveis como palestras e reuniões acerca do assunto sobre as drogas, aumentando a relação família, escola e comunidade, para que juntos possam trabalhar contra os problemas que atinge o âmbito escolar.

Lucinda et al. (1999, p. 63) comentam:

Para enfrentar uma cultura da violência, consideramos ser necessário promover, em todos os âmbitos da vida, individual, familiar, grupal e social, uma cultura dos direitos humanos. Somente assim acreditamos ser possível construir uma sociabilidade que tenha seu fundamento na afirmação cotidiana da dignidade de toda pessoa humana.

Ações educativas na escola são de suma importância para prevenção ao uso de drogas, com a finalidade de promover a saúde e combater a violência, para isto, é importante que a gestão escolar trabalhe em conjunto, resgatando os valores e buscando sempre a integração de todos os envolvidos na escola, mas antes de tudo, deve-se buscar a formação e conhecimento para trabalhar diante a temática, infelizmente, percebe-se que algumas escolas deixam a desejar em abordar esse tema, até chegam a colocar em seu calendário o Dia Mundial do Combate ao tabagismo e o Dia Internacional do Combate ao uso de drogas, mas, simplesmente passa despercebido ficando apenas no papel, em vez de se realizar campanhas e projetos preventivos eficazes contra o consumo das drogas.

### **III CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da realização desta pesquisa conclui-se que trabalhar na prevenção ao uso de drogas na escola é sem dúvida de suma importância para a vida dos alunos e para evitar o acontecimento de violência dentro da escola e na sociedade. Através da

prevenção é possível levar os jovens a refletirem sobre suas escolhas e sobre os caminhos que querem seguir, tornando-se conhecedores e conscientes dos danos que as drogas causam a saúde e a vida das pessoas que fazem seu uso, como também para toda a sociedade que sofre com a violência.

Através de pesquisas bibliográficas, do questionário e da observação realizada na escola podemos constatar que quanto mais próximo dos alunos a gestão estiver, melhores resultados serão obtidos no trabalho de prevenção às drogas, sendo necessário que os professores sejam para seus alunos acima de tudo amigos, deem a eles atenção transmitindo segurança e confiança para falarem de seus problemas.

Com relação à gestão escolar ficou evidente através da pesquisa que a mesma tem buscado em suas metodologias trabalhar a temática sobre drogas não de uma forma isolada, mas buscando parcerias e principalmente envolvendo a família, isto é, trabalhar de uma forma conjunta procurando envolver todos os responsáveis pelo processo educativo neste trabalho de prevenção. Mediante a observação foi possível presenciarmos a realização de uma reunião com um número bem significativo na participação dos pais, onde o gestor tratou o assunto sobre o final do ano letivo, não deixando de ressaltar aos pais os cuidados que deveriam ter com os filhos principalmente no período das férias escolares, frisando bastante que eles não deixassem de observar as companhias e comportamento dos filhos, como também horário de saída e chegada em casa.

Além da reunião, nos chamou atenção a visita de alguns pais na escola a procura do gestor e dos professores para conversarem querendo saber sobre o comportamento dos seus filhos, além da interação do gestor e dos professores com os alunos, fatos esses que muito nos ajudaram a confirmar a veracidade das respostas obtidas através dos questionários.

O objetivo proposto na realização deste trabalho foi alcançado, pois foi possível analisar e conhecer o papel que o gestor desenvolve no que diz respeito à prevenção de drogas entre alunos na fase escolar e como este trabalho é desenvolvido.

Portanto, diante do exposto e das pesquisas realizadas podemos concluir que as drogas constituem em um dos grandes males que se espalha cada dia mais pela sociedade, destruindo vidas, famílias, causando violências e levando jovens para caminhos quase sem voltas. Diante a pesquisa, podemos perceber que a escola através da educação ainda é capaz de mudar esta triste situação, trabalhando a prevenção através de suas ações, conversando, alertando e orientando os alunos dos males e consequências que as drogas causam, levando-os a pensarem e analisarem bem diante as suas escolhas e caminhos que querem seguir.

Notamos que muitos são os desafios que a gestão escolar enfrenta, que não são tão simples de se resolver mas através da temática abordada em sala de aula pelos professores, pelo diálogo e interação entre gestor, professores, alunos e família e das palestras realizadas através das parcerias com a polícia militar, profissionais da área da saúde, e pessoas voluntárias que dão seu testemunho de vida diante problemas que passaram quando faziam uso de drogas, é possível realizar o trabalho de prevenção na escola, levando a mensagem até os alunos e família.

Os resultados da pesquisa só nos levam a confirmar que gestor e professores são bastantes comprometidos com suas funções preocupando-se em prevenir os seus alunos do uso das drogas, os mesmos trabalham dentro das formas cabíveis as diversas iniciativas de prevenção com a comunidade escolar. Constatamos também que todos os professores tem conhecimento sobre as drogas e seus malefícios, são conscientes que devem abordar sempre a temática em sala de aula através das transversalidades e de serem próximo dos alunos, procurando conhecerem a realidade deles transmitindo confiança, demonstrando carinho e atenção.

Outra constatação é a postura do gestor e professores de estar sempre por perto conversando e orientando sobre os perigos e consequências que as drogas causam, o mesmo procura resolver sempre de forma conjunta os problemas que surgem na escola, não deixando de conversar e orientar os seus professores a trabalharem a temática em sala de aula e de terem sempre uma conversa informal quanto o assunto com seus alunos.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTINI, P. **Drogas**: mal-estar e prazer. In: AQUINO, Julio Groppa. (org). **Drogas na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.
- AVILA, L. C. **Cruz azul**. Disponível em: <http://www.cruzazul.org.br/nocoos/4.htm>. Acesso em: 25 jan. 2017.
- ANTÔN, D. M. 2000. **Drogas: conhecer e educar para prevenir**. Editora scipione, São Paulo, 151p.
- Aurélio de G. B; Maria A. B; Patrícia de G. B. **Obra em 4 v. Conteúdo: v. 1 Conselhos para crianças -- v. 2 Conselhos para jovens – v. 3 Conselhos para adultos – v. 4 Conselhos para idosos**. ISBN 85-7514-522-3 (obra completa).
- ARAÚJO, Maria Cristina Munhoz. **Gestão escolar**. Curitiba: IESDE, 2009.
- ARANA, A.F.R, **CLIMA ORGANIZACIONAL E INTEGRAÇÃO NO TRABALHO: um estudo de caso em escolas de ensino fundamental**, Universidade do Grande Rio- UNIGRANRIO, 2010. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/13/13>  
<http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/651.pdf>.
- ASINELLI-LUZ, A. **Educação e prevenção ao abuso de drogas: Limites e possibilidades**. 165 f. Tese (Dourado em Educação) - Setor de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- BONETI, L. W; PRIOTTO, E. P. **Violência Escolar**: na escola, da escola e contra a escola. *Revista Diálogo Educacional*, v. 9, n. 26, p. 161-179, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**, 33ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1995.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 20 de dezembro 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL – Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/> Acesso em 10/jan/2017.
- Fonseca, A. G da, 1953- **Drogas não caia nessa!** - 6ª ed. rev. e atual. – Aparecida, SP: Editora Santuário, 2002.

- CANDAU, V.M., NASCIMENTO, M. das G. e LUCINDA, M. da C. **Escola e violência**, Rio de Janeiro, DP&A, 1999.
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.
- JACOBI, P. **Políticas sociais e ampliação da cidadania Rio de Janeiro**: FGV Editora, 2000.
- LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez Editora (*Série Formação Geral*), 1994.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
- LUCKESI, C. C. Gestão democrática da escola, ética e sala de aula. **ABC Educativo**, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.
- MACHADO, C. S. A inter-relação das drogas com a violência nas escolas. In: MEDRADO, H. (Org.) **Violência nas escolas**. Sorocaba: Editora Minelli, 2008.
- MINAYO, M.C.S.(Org) **Pesquisa Social Teoria Método e Criatividade**. 29ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MURAD, J. E. **Drogas: o que é preciso saber**. Programa nacional Biblioteca do Professor, MEC – FAE. 5º ed. Belo Horizonte – MG: Lê. 1994.
- Queiroz, T. D. **Dicionário prático de pedagogia** / [organizadora], - 1 . ed.- São Paulo : Rideel, 2003.
- REIS, R. P. In. Mundo Jovem, nº. 373. Fev. 2007, p.6.
- RIBEIRO, W. A. **Abordagens Pedagógicas de Prevenção do Uso Indevido de Drogas por Adolescentes: da Prática da Opressão à “Prática da Liberdade”** 2001. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- SAMPAIO, D. M. **A pedagogia do ser: Educação dos sentimentos e dos valores humanos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

## **Economia e Território: as dimensões espaciais de Manaus como efeito dos ciclos de desenvolvimento do Brasil**

Rodrigo Capelato, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
rodrigo\_capelato@hotmail.com

Eber Pires Marzulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
eber.marzulo@ufrgs.br

Eduardo Ernesto Filippi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
edu\_292000@yahoo.com.br

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho não ambiciona exaurir a complexa relação entre a economia e o território, registrada nos ciclos econômicos brasileiros. Parte de uma abordagem em que o território deixa de ser um elemento externo a economia como tampouco apenas um suporte físico a tais atividades, tornando-se fruto fundamental das relações sociais que o compõem, materializada na cidade de Manaus/AM. Segundo Paul Singer, a abordagem do desenvolvimento econômico sob o ângulo da evolução urbana permite enfocar com melhor acuidade os seus efeitos integrativos sobre a economia do país, reforçando a organização do território como pressuposto do conhecimento e das transformações dos processos produtivos ao longo da história do Brasil. Na tentativa de evidenciar o referido processo este artigo faz uso da abordagem histórica para analisar e sintetizar os processos de desenvolvimento do Brasil a partir de três ciclos que, conforme Rui Mesquita Cordeiro, parte do Ciclo Estado Integração, segue pelo Ciclo Nação e Desenvolvimento e conclui a referida cronologia de análise com o Ciclo de Democracia e Justiça Social. Paralelamente, a partir dos ciclos acima relatados, evidencia o território como dimensão espacial do processo de desenvolvimento e a cidade como uma inovação técnica de dominação e de organização da produção. Este território, carregado de inúmeras controvérsias etimológicas, nasce com dupla conotação, uma material e outra simbólica, que se desdobra, a partir da dominação político-econômica, de modo mais “concreto” e “funcional”, alcançando uma apropriação mais subjetiva, também chamada de “cultural-simbólica”. Teoricamente, dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, eticamente esta última deveria prevalecer sobre a primeira. Em Manaus, o surgimento da cidade flutuante no período do Ciclo Nação e Desenvolvimento, teve início com o declínio do comércio da borracha que levou uma multidão de seringueiros a construírem suas casas sobre as águas do Rio Negro, as margens do centro de Manaus, com aproximadamente 1.950 unidades habitacionais flutuantes e um contingente populacional de cerca de 12.000 moradores. Um marco na tensão proposta para a análise. Todavia, a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a ideia de dominação sobrepujasse quase completamente as táticas de apropriação, sufocando as possibilidades de entendimento das dinâmicas de “reapropriação” dos espaços dominados pelo aparato estatal-empresarial ou transformados simplesmente em mercadoria. A abordagem apresentada evidencia o capital que se reinventa e se estende diante de qualquer crise contemporânea. Alerta-se que é preciso aceitar que narrativas da modernidade, do progresso e da sociedade industrial estão em crise e que promover, garantir e fortalecer múltiplos modos de organização socioeconômica, diversidades étnicas, de raça, de gênero, de crença, de uso, enfim, de culturas, parece ser o antídoto para se enfrentar os efeitos da dominação e do discurso hegemônio da sociedade urbano-industrial.

Palavras-chave: Manaus; Ciclos Econômicos; Território.

## **Economía y Territorio: las dimensiones espaciales de Manaus como efecto de los ciclos de desarrollo de Brasil**

### **Resumen**

Este trabajo tiene como objetivo no agota la compleja relación entre la economía y el territorio, registrada en los ciclos económicos de Brasil. Parte de un enfoque en el que el territorio deja de ser un elemento externo a la economía así como sea un mero soporte físico de tales actividades, por lo que es resultado fundamental de las relaciones sociales que la componen que se materializa en la ciudad de Manaus / AM. De acuerdo con Paul Singer, el enfoque del desarrollo económico desde la perspectiva de la evolución urbana permite enfocar con mayor precisión sus efectos integradores sobre la economía, el fortalecimiento de la organización del territorio como supuesto de conocimiento y transformación de los procesos de producción en toda la historia de Brasil. En un intento de mostrar dicho proceso, este artículo hace uso del enfoque histórico para analizar y resumir los procesos de desarrollo de Brasil a partir de tres ciclos, como Rui Mesquita Cordeiro, que forma parte del Ciclo de Integración del Estado, sigue el ciclo de la Nación y el Desarrollo y concluye dicho análisis sincronización con el ciclo de la Democracia y la Justicia Social. Al mismo tiempo, a partir de los ciclos-reportado anteriormente, muestra el territorio como una dimensión espacial del proceso de desarrollo y la ciudad como una innovación técnica de la dominación y la organización de la producción. Este territorio, cargado con numerosas controversias etimológicas, nacido con doble connotación, es uno material y otro simbólico que se desarrolla desde el dominio político y económico, más "concreto" y "funcional", alcanzando una apropiación más subjetiva, también llamado "simbólico-cultural". Teóricamente, la dominación y la apropiación deberían estar juntas, o más bien, éticamente la apropiación debería prevalecer sobre la dominación. La ciudad de Manaus tuvo el nacimiento de una ciudad flotante en el periodo del ciclo de la Nación y el Desarrollo, cuyo inicio es el descenso del comercio de la goma que llevó una multitud de gomeros para construir sus cazas sobre el agua del Rio Negro a los bancos del centro de Manaus, con cerca de 1.950 flotante unidad de vivienda y un población de cerca de 12.000 habitantes. Un hito en la tensión propuesto para el análisis. Sin embargo, la dinámica de acumulación capitalista hizo que la idea de dominación excediese casi por completo las tácticas de apropiación, ahogando las posibilidades de entendimiento de las dinámicas de "reapropiación" de espacios dominado por el aparato corporativo de estado o transformado simplemente en mercancía. El enfoque presentado muestra como el capital se reinventa y se ejecuta antes de cualquier crisis contemporánea. Advirtiendo que tenemos que aceptar que las narrativas de la modernidad, el progreso y la sociedad industrial están en crisis y que promover, garantizar y fortalecer múltiples modos de organización socioeconómica, étnico, raza, sexo, creencia, el uso, por fin, culturas, parece ser el antídoto para hacer frente a los efectos del discurso de la dominación y hegemónico de la sociedad urbana e industrial.

Palabras clave: Manaus; Ciclos Económicos; Territorio.

## **Economics and Territory: the spatial dimensions of Manaus as an effect of Brazil's development cycles**

### **Abstract**

The objective of this work is not to exhaust the complex relationship between the economy and the territory, registered in the Brazilian economic cycles. It is part of an approach in which territory ceases to be an external element of the economy, nor is it merely a physical support to such activities, becoming a fundamental fruit of the social relations that compose it, materialized in the city of Manaus / AM. According to Paul Singer, the approach to economic development from the angle of urban evolution allows to focus more closely on its integrative effects on the economy of the country, reinforcing the organization of the territory as a presupposition of knowledge and transformations of productive processes throughout the history of Brazil. In an attempt to demonstrate the aforementioned process, this article makes use of the historical approach to analyze and synthesize the development processes of Brazil from three cycles which, according to Rui Mesquita Cordeiro, part of the Integration State Cycle, follows the Nation and Development Cycle and concludes the analysis with the Cycle of Democracy and Social Justice. At the same time, from the above mentioned cycles, it shows the territory as a spatial dimension of the development process and the city as a technical innovation of domination and organization of production. This territory, loaded with innumerable etymological controversies, is born with a double connotation, a material and a symbolic that unfolds from the political and economic domination, more "concrete" and "functional", reaching a more subjective appropriation, also called "cultural-symbolic". Theoretically, domination and appropriation should go together, or rather, ethically, the latter should prevail over the former. In Manaus, the appearance of a floating city, in the time of Nation and Development Cycle, that beginning with the decline of the commerce of the rubber prompt a multitude of tappers to build his homes over water Rio Negro, on the banks of the downtown of Manaus, with approximately 1,950 floating housing units and populational quota 12,000 residents. This is a milestone in the proposed tension for the analysis. However, the dynamics of capitalist accumulation made the idea of domination almost completely overcome appropriation tactics, stifling the possibilities of understanding the dynamics of "re-appropriation" of spaces dominated for the state-business apparatus or simply transformed in commodities. The approach presents evidences how the capital reinvents itself and extends itself in the face of any contemporary crisis. Be warned that it is necessary to accept that narratives of modernity, progress and industrial society are in crisis and that promote, guarantee and strengthen multiple ways of socioeconomic organization, ethnic diversity, race, gender, belief, the use of cultures, seems to be the antidote to deal with the effects of domination and the hegemonic discourse of urban-industrial society.

Keywords: Manaus; Economic Cycles; Territory.

## 1.0 Introdução:

O referido artigo tem a intenção de reforçar a aproximação da economia e do território considerando complementar tal interseção a ponto de percebermos que a análise dos processos de (re)produção das relações sociais de produção resultam na produção do espaço social.

[...] o espaço econômico socialmente construído, dotado não apenas dos recursos naturais de sua geografia física, mas também da história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções e valores e regras, de arranjos institucionais que lhe dão expressão e formas sociais de organização da produção, com estruturas de poder e dominação. Como espaço social, o território é um campo de forças políticas conflituosas, com estrutura de poder e dominação. Assim, o território é o *locus* de produção de bens e reprodução de capital, que se manifesta em arranjos institucionais do poder instituído, embora mutante, que abriga conflitos de interesses e formas de ação coletiva e de coordenação. (DINIZ & LEMOS, 2005, p.175)

Como método/conceito faz uso de uma abordagem histórica usando a ideia de desenvolvimento, tendo o Brasil como panorama macro e a Amazônia, particularmente a cidade de Manaus, como recorte intencional de análise.

O conceito de desenvolvimento adotado parte de três ciclos dos quais Rui Mesquita Cordeiro (2014) denominou de Ciclo Estado e Integração Territorial (de 1824 a 1930), Ciclo Nação e Desenvolvimento (de 1930 a 1970) e Ciclo Democracia e Justiça Social (a partir de 1970), onde considera relevante, enquanto debate, os campos do desenvolvimento local, da economia popular e solidária, da gestão pública, da gestão social, da justiça social e da sustentabilidade ambiental, além de novos atores sociais heterogêneos, que reforçam a ideia de um campo multidisciplinar por natureza.

O desenvolvimento não é uma simples questão de aumento de oferta de bens ou de acumulação de capital, possui ele um sentido, é um conjunto de respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana; quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 1968, p.19)

## 2.0 Cronologia Síntese:

Nesta abordagem, a evidente relação tempo-espaço sugere uma cronologia que se preocupa em sobrepor dois eventos distintos, sendo o primeiro os três Ciclos de Desenvolvimento do Brasil (CORDEIRO, 2014), e o segundo os Ciclos de Desenvolvimento de Manaus, a fim de evidenciar a posição dos fatos (enquanto evento) e seus respectivos efeitos (enquanto territorialidades).

Compreender o espaço urbano significa identificar não apenas os mecanismos que se colocam em funcionamento o sistema social, mas também as várias dimensões por meio das quais o sistema social se espacializa na cidade. Ao se identificar os modos como os vários agentes produtores do espaço urbano se espacializam na cidade, é possível ver o que se esconde atrás da paisagem visível, ou seja, é compreender a inter-relação processo e forma.

**Cronologia Síntese**

**Ciclos de Desenvolvimento Brasil x Manaus**

Ciclos de Desenvolvimento do Brasil		Ciclo Nação e Desenvolvimento	Ciclo Democracia e Justiça Social
<b>Ciclo Estado e Integração Territorial:</b> Periodização: 1824 – 1889: Império 1889 – 1930: República Velha  <b>Observação:</b> 1914 – 1918: Primeira Guerra Mundial		Periodização: Era Vargas: 1930 – 1934 (Governo Provisório) Era Vargas: 1934 – 1937 (Governo Constitucional) Era Vargas: 1937 – 1945 (Estado Novo) 1945 – 1964: República Liberal 1964 – 1970: Ditadura Militar (1964 – 1985)  <b>Pactos:</b> - Pacto nacional-popular (1930) - Pacto autoritário-modernizante (1964)  <b>Observação:</b> 1939 – 1945: Segunda Guerra Mundial	Periodização: 1970 – 1985: Ditadura Militar (1964 – 1985) 1985 até os dias atuais: Redemocratização  <b>Pactos:</b> - Pacto democrático-popular (1977) - Pacto liberal-dependente (1990) - Pacto democrático-popular (a partir de 2000)
<b>Eventos Pontuais de Integração:</b> Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907 – 1912)		<b>Eventos Pontuais de Integração:</b> BR-364: Limeira/Rodrigues Alves (1960) Rodovia Belém-Brasília (1960)	<b>Eventos Pontuais de Integração:</b> BR-163: Cuiabá/Santarém (1970) Rodovia Transamazônica (1972)
Ciclos de Desenvolvimento de Manaus		Período de Estagnação:	Manaus Industrial:
<b>Formação e Consolidação:</b> Periodização: até 1840	<b>Período Áureo da Borracha:</b> Periodização: 1840 – 1920  <b>I Ciclo Migratório:</b> Seca Nordestina 1877 – 1878  <b>A "Paris dos Trópicos"</b> Plano de Embelezamento	Periodização: 1920 – 1967  <b>II Ciclo Migratório:</b> "Soldados da Borracha" 1942 – 1945  1ª Fase da ZFM*: 1957 – 1967 Implantação * Zona Franca de Manaus	Periodização: 1967 – ...  <b>III Ciclo Migratório:</b> Zona Franca de Manaus  2ª Fase da ZFM*: 1967 – 1975 3ª Fase da ZFM*: 1975 – 1990 4ª Fase da ZFM*: 1991 – 1996 5ª Fase da ZFM*: a partir de 2003 <b>6ª Fase da ZFM*: atualmente</b> * Zona Franca de Manaus
<b>Códigos de Posturas</b>		<b>Cidade Flutuante</b>	<b>Vulnerabilidades da Zona Franca</b>

**Figura 1:** Cronologia Síntese.

A sobreposição aqui proposta evidencia a intenção em desvendar as dinâmicas de apropriação do território de Manaus dentro dos três ciclos de desenvolvimento do Brasil elencados e, concomitantemente, reforça as formas de controle, resistência e imposição dos agentes estratégicos, protagonizados, neste artigo, pelos Códigos de Posturas, pela consolidação da Cidade Flutuante e finalmente pelos eventos vulneráveis consolidados pelo modelo Zona Franca de Manaus (ZFM).

Fonte: Elaborada pelos autores.

### 3.0 Ciclo Estado e Integração Nacional: de 1824 a 1930

O referido Ciclo está inserido em dois períodos distintos da história do Brasil, sendo primeiro o Império (1824 – 1889), caracterizado por uma economia segmentada em uma série de regiões, cada uma vinculada a economia da metrópole, sem que haja relações comerciais significativas entre elas, denotando a inexistência de qualquer divisão de trabalho inter-regional no país; e seguido pela República Velha (1889 – 1930)<sup>1</sup>, marcado pela integração e preservação nacional, mantendo e expandindo o território do país, diferente da chamada Economia Colonial<sup>2</sup>, registrada no período anterior. Além disso, registra a formação de um Estado Republicano no Brasil, ainda sem um sentido nacional, uma vez que a aristocracia

<sup>1</sup> Importante ressaltar que 1880 até 1929 - A hegemonia do Estado oligárquico no Brasil e a crise econômica do café: o referido período oportuniza o nascimento da indústria em paralelo ao setor dinâmico agroexportador, identificando as relações existentes entre o capital cafeeiro e a formação de um setor industrial incipiente.

<sup>2</sup> Vale ressaltar que a Economia Colonial compunha dois setores básicos: um setor de Mercado Externo, especializado, produzindo artigos "coloniais" para o mercado mundial e um setor de Subsistência, com baixo grau de divisão de trabalho, em que se produzem os elementos de subsistência para os que atuam em ambos os setores.

brasileira estava ainda muito ligada à França, à Inglaterra e ao emergente Estados Unidos; a abolição da escravidão (1888); a ampliação do trabalho assalariado; e a migração asiática e europeia sem nenhuma política de afirmação das populações negras à sociedade brasileira, evidenciando o que Cordeiro (2014) chamou de base do grande paradigma da desigualdade no país, que em grande parte foi, e ainda é, racial.

Na Amazônia, e conseqüentemente na cidade de Manaus, o referido período denota também dois Ciclos distintos, sendo de Formação e Consolidação (até 1840), seguido pela Exploração da Seringa (1840 – 1920). O primeiro é marcado pela colonização lusitana à margem do Rio Negro e cotidianizada por atividades exploratórias, com produtos destinados à exportação em estado *in natura* ou no máximo semi-beneficiados, que foram retratadas por inúmeros viajantes<sup>3</sup>, como uma relação pacífica entre homem, natureza e trabalho, afinal, até aquele momento, ninguém havia se preocupado em engrandecer Manaus<sup>4</sup>.

Tudo girava em torno do centro, a vida da cidade era vivida por todos os seguimentos sem distinção. Sólidos edifícios em estilo europeu, primitivas casas tapuias de barro, ora rua, ora igarapé; numa porta uma cara branca; bem perto daí, banha-se um menino fusco. [...] em Manaus todos mandriam, todas categorias e classes em geral, de cor, livres e escravos. (DIAS, 1999, p.29)

O povoado que ali se desenvolveu tinha o rio como meio essencial na garantia de sua subsistência, através da pesca de peixes e tartarugas, sendo que as transações comerciais eram realizadas diretamente em suas margens. Além disso, os rios eram utilizados como principais elementos de recreação pública (principalmente em função dos banhos), como fonte de abastecimento de água (para o consumo humano e serviços domésticos) e como elemento de transporte (a navegação).

Pouco a pouco, o povoado inicial vai adquirindo feições de vila, com ruas e praças, ainda que lamacentas, para abrigar o desenvolvimento de suas atividades e de sua população, correspondendo ao que Monteiro (1948) denominou de um “urbanismo improvisado”



**Figuras: 2 e 3:** A cidade conforme descrição dos viajantes. Em destaque o Igarapé do Espírito Santo, onde mais tarde se construiu a Avenida Eduardo Ribeiro e o Porto.  
Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA.

<sup>3</sup> Destacam-se entre os inúmeros viajantes que retrataram a Amazônia:

- AGASSIZ, Luiz e CARY, Elizabeth. *Viagem ao Brasil: 1865 – 1866*. Traduzido por João Etienne Filho, São Paulo / Belo Horizonte, EDUSP/ITATIAIA, 1975.

- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas*. Traduzido por Eduardo Lima de Castro, São Paulo / Belo Horizonte, EDUSP/ITATIAIA, 1890.

- BATES, Henry Walter. *Um Naturista no Rio Amazonas*. Traduzido por Regina Régis Junqueira, São Paulo / Belo Horizonte, EDUSP/ITATIAIA, 1979.

<sup>4</sup> Os viajantes / cronistas não deixam escapar que a possibilidade de conciliação se dava na medida em que, até aquele momento, não havia na cidade uma intensa luta entre forças poderosas.

O segundo foi responsável em transformar Manaus na “Paris dos Trópicos”, graças aos investimentos propiciados pela acumulação de capital, via economia agrária extrativista/exportadora do látex.

[...] da selva, em pouco tempo, uma aldeia, depois um arraial, mais tarde o lugar, a vila e a cidade finalmente. Manaus é assim o produto precário e autêntico da falta de planificação, de organização, a resultante de uma provisória concentração ativa que não teve tempo suficiente para corrigir os defeitos todos do passado. Poderíamos mesmo declarar que a cidade não teve adolescência, se isso não importasse numa audaciosa maneira de sentir o fenômeno urbano. Passou da infância, num salto perigoso, sem as evoluções naturais, para maturidade. De repente achou-se envolvida no cosmopolitismo, sustentada pela força nutriz da economia predatória. (MONTEIRO, 1948, p. 19-20)

Este contexto econômico desdobrou inúmeros eventos na região Amazônica e, principalmente em Manaus onde, segundo Monteiro (1948), a cidade passa por uma transformação radical do ruralismo para o urbanismo, dando início a um período conhecido como fase áurea da borracha, materializada por um universo de ideias e práticas sustentadas pela representação simbólica sugerida pela imagem de cidade moderna e civilizada, vinculadas pelos discursos e experiências vindos das cidades europeias, principalmente de Paris.

O ideal moderno vinha estruturado em práticas de melhoramento e embelezamento urbano, engendradas por um conjunto de intervenções pontuais, dominadas e geridas pelo Estado e pela elite, atreladas às questões econômicas, políticas e culturais de exemplos e interesses distantes, que se solidificavam com o crescimento econômico vindo da exploração e comercialização da borracha.

Negando, desprezando e velando suas especificidades históricas e geográficas, a representação da cidade moderna e desejada, conduzida e materializada pelos construtores e produtores da cidade, se impôs diante da cidade existente, vivida, sentida e consumida pelos habitantes do lugar.

**Tabela 01:** Exportações Brasileiras (1905 – 1909) em milhões de libras esterlinas

Ano	Café	Borracha	Outros	Total
1905	21,4	14,4	8,8	44,6
1906	27,6	14,1	11,4	53,1
1907	28,6	13,2	12,4	54,2
1908	23,1	12,5	8,5	44,1
1909	33,5	18,6	11,3	63,7
<b>Total</b>	<b>134,2</b>	<b>73,1</b>	<b>52,4</b>	<b>259,7</b>

Fonte: LOUREIRO, Antonio. *A grande crise (1908 – 1916)*. Manaus: Edição do Autor, 1986.

O látex alimentava o fausto capitalista, assim, a elite da borracha e os governantes promovem intervenções que se iniciam com a construção de pontes de madeira e com o aterro de igarapés (para ceder lugar à edificação), alargamento e calçamento de ruas e abertura de praças, e terminam por dotar a cidade de serviço de transporte coletivo de bondes elétricos, telefonia, eletricidade, água encanada, porto flutuante, ruas retas e longas, calçadas com granito e pedras de liós importadas de Portugal, praças e jardins, fontes e monumentos, um teatro suntuoso, hotéis, cassinos, estabelecimentos bancários e palacetes.



**Figuras: 4 e 5:** A construção do Teatro Amazonas (1883 – 1896)

O projeto arquitetônico escolhido foi o de autoria do Gabinete Português de Engenharia e Arquitetura de Lisboa, em 1883. No entanto, em meio às discussões a respeito do local para a edificação e os custos da obra, a pedra fundamental só foi lançada em 1884. As obras transcorreram de forma lenta e somente no governo de Eduardo Ribeiro, no apogeu do ciclo da borracha, a construção tomou impulso. Foram trazidos arquitetos, construtores, pintores e escultores da Europa para a realização da obra. A decoração interna ficou ao encargo de Crispim do Amaral, com exceção do Salão Nobre, a área mais luxuosa do prédio, entregue ao artista italiano Domenico de Angelis. O teatro foi finalmente inaugurado no dia 31 de dezembro de 1896.

Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA.

As obras realizadas nesse período alteraram a concepção de espaço urbano e a relação com a natureza. Para tanto, mais do que configurar a cidade com espaços amplos, serviços de infraestrutura e de lazer, adotou uma postura de excluir da vista pública tudo o que remetesse ao anterior atraso da região, sejam os igarapés, seja a população mais pobre, ambos afastados do convívio social.

A fim de tornar a cidade “moderna”, deflagra-se a campanha contra as tradições indígenas e culturais do homem da Amazônia para se adotar como “modelo de civilização” as cidades européias (Monteiro, 1948), fato que advém das próprias raízes históricas de nosso processo de colonização. Nessa fase, a borracha praticamente absorve toda a atividade econômica da região, porém, a Inglaterra começou a produzi-la em larga escala, em suas colônias no sudeste asiático, depois de ter contrabandeado mudas de seringueiras do Brasil.

Assim, no início do século XX, entre 1910 e 1920, a borracha brasileira inicia seu processo de declínio<sup>5</sup>. O valor baixou e fez com que muitos aviadores, como eram chamados os empresários que contratavam seringueiros, vendessem toda a sua produção a valores muito inferiores aos investidos, além de endividar os cofres públicos que estocavam o material para elevação de preços.

A crise dos produtores da borracha e o declínio da economia do látex podem ser entendidos como consequência da falta de estímulo do governo imperial que não criou programas de desenvolvimento e proteção aos produtores da borracha, pois estavam atrelados ao interesse econômico dos cafeicultores.

<sup>5</sup> A borracha representou em média 28% dos recursos de todas as exportações brasileiras no período. Em 1910, a produção da borracha atingiu 38.177 toneladas e divisas na ordem de 24.646.000 libras esterlinas, representando quase 40% das exportações brasileiras. No ano seguinte, chegou ao ponto mais alto da produção com 44.296 toneladas, sendo responsável por divisas da ordem de 25 milhões de libras esterlinas. Esses dados são significativos ao considerar que neste período grande parte da borracha produzida no Brasil provinha da Amazônia e que a população da região em 1910 era estimada em 1.217.024 habitantes, o que representava cerca de 5,3% da população do Brasil. A partir de 1911 ocorre o declínio da produção e dos preços, atingindo em 1920, quase a metade da produção do látex de 1911, com 23,8 toneladas cotadas a 1\$350 réis, quando em 1910 atingia 17\$800 réis.

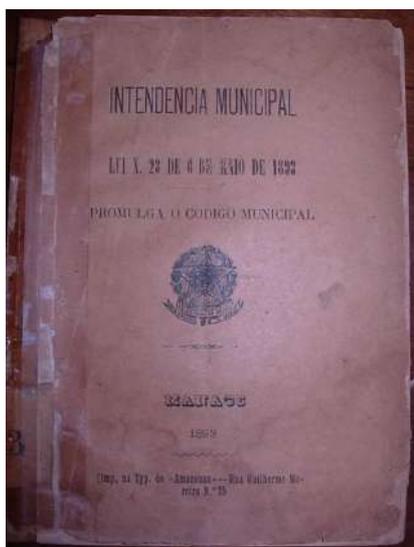
### 3.1 Os Códigos de Posturas:

O sonho da Paris dos Trópicos se tornava realidade, sustentadas pelas Posturas Municipais<sup>6</sup>, privilegiando os interesses da elite e orientadas por um caráter higienista, estético e disciplinador.

Em seus inúmeros artigos fica clara a intenção de um modelo de civilização, como tendência similar às praticas de controle adotadas pelas cortes europeias, onde a paisagem geográfica e social era um problema a ser combatido. A chamada destruição criativa não só substituiu a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transformou a paisagem natural, destruiu costumes e tradições, “civilizou” as populações tradicionais e, principalmente, foi precursora da segregação sócio espacial e da periferização.

Os aterros e as canalizações dos igarapés, assim como a planificação da cidade, tornam-se essenciais para evidenciar o caráter de “vitrine”, garantindo a imagem do progresso e da paisagem moderna, limpa e lustrosa da cidade desejada.

Orientadas por questões higienistas, a cidade foi sendo produzida para atender interesses distantes, quase sempre deslocados das especificidades culturais e naturais.



**Figura 6:** Capa do Código Municipal de Manaós. Lei nº 23 de 06 de maio de 1893. Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia – CCPA.



**Figura 7:** Código Municipal de Manaós. Capítulo 1: *Aformoseamento da cidade*. Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia – CCPA.

O referido documento entra em vigor na gestão de Eduardo Gonçalves Ribeiro, governador do Amazonas de 1890 a 1891, retornando ao cargo no período de 1892 a 1896. O Código Municipal de Manaós foi promulgado pela Intendência Municipal, coordenado pelo advogado Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto (presidente), pelo coronel Raymundo Nunes Salgado (vice-presidente), e pelos membros Antônio Joaquim Nunes, José Inácio de Souza e Ignácio Ribeiro Pessoa Netto.

<sup>6</sup> Nos Códigos de Posturas e Posturas Provisórias é comum à atenção dada às proibições dos usos dos igarapés para banhos, lavar roupas, lavar animais, pegar água, entre outras advertências, demonstrando a imposição de novas relações de apropriação e de vivências do habitante com estes cursos d'água sob pena de pagamento de multas e detenção.

O “aformoseamento” de Manaus se preocupou em apagar a generosidade da paisagem natural com a predominância da construção de um espaço citadino completamente artificial, onde tudo foi adaptado, setorizado, reduzido a um meio homogêneo e, contudo, fragmentado e vendido aos pedaços. Parte significativa da população teve seu cotidiano reduzido a migalhas, e as infraestruturas construídas afastaram os pobres das conquistas do período da borracha.

A estrutura disciplinar dos Códigos de Posturas buscava a domesticação da paisagem e do cotidiano, onde não havia espaço para especificidades, combatendo as impurezas físicas e sociais.

Art. 18º Fica proibido dentro dos limites urbanos a edificação de casas cobertas de palha, sob pena de demolir a cobertura por conta de quem a fizer, e ficará elle sujeito a multa de 30\$000, ou seis dias de prisão (Lei nº 23 de 06 de maio de 1893 / Capitulo I – *Aformoseamento* da cidade p.6)

Art. 109º É proibido nas ruas e praças e estradas dar gritos, pronunciar palavras obscenas, fazer alaridos, vozerias, assoadas e correrias, sem ser para pedir socorro ou capturar algum criminoso. Quando de dia o infractor incorrerá na multa de 10\$000 mil réis ou dois dias de prisão, e sendo de noite no dobro d’essa (Lei nº 23 de 06 de maio de 1893 / Capitulo VII – *Offensas à moral publica* p.25).

Art. 151º Não são permitidos nesta cidade os chimfrins e bailes públicos sem licença da Superintendencia Municipal. Os infractores, que serão os donos ou moradores das casas onde estiverem taes divertimentos, incorrerão na multa de 30\$000 mil réis ou seis dias de prisão (Lei nº 23 de 06 de maio de 1893 / Capitulo IX – *Dos animaes* p.33).

Os “agentes poluidores” são vistos como a “sujeira” que compromete a harmonia da paisagem, pois, além de estarem fora do local que lhes fora determinado pela ordem disciplinar, apresentam comportamentos alheios a padronização determinada pela disciplina estruturante<sup>7</sup>.

Estes sujeitos representam a “falha” e, ao mesmo tempo, uma forma de resistência ao disciplinamento, às vezes percebido – em um exercício de subjetivação – como uma tentativa de emancipação frente os comportamentos impostos pela ordem.

Art. 99º É proibido apresentarem-se nos estabelecimentos commerciaes os respectivos donos ou empregados com vestes indecentes, imundos, semi-nús ou unicamente de camiza de meia, sob pena da multa de 10\$000, ou dois dias de prisão (Lei nº 23 de 06 de maio de 1893 / Capitulo V – *Das casas commerciaes e vendas de generos* p.23).

Art. 152º Só é permitido tirar esmola neste municipio: 1º Aos indivíduos que estiverem completamente impossibilitados de trabalhar; 2º As viúvas, órfãos ou pessoas que ficarem por qualquer desastre reduzidos á indigência; 3º Para auxilio de calamidade publica; 4º Para festas religiosas ou de regozijo publico. Os infractores incorrerão na multa de 10\$000 ou dois dias de prisão (Lei nº 23 de 06 de maio de 1893 / Capitulo XI – *Das esmolos, vadios e vagabundos* p.33).

Os traços predominantes nos Códigos de Posturas da cidade de Manaus eram de ordenamento, onde o Estado aparece como entidade superior e neutra, contribuindo para a evolução da cidade, desempenhando um papel “pacificador” junto à relação entre a natureza

<sup>7</sup> Para Foucault (1999), essa noção resulta de determinada visão da cidade onde há a atenuação das contradições, afastando-as do centro, e posicionando os pobres, os trabalhadores e os mendigos em “esconderijos” periféricos a fim de não quebrar a referida harmonia.

e a sociedade, representando a cidade como uma sucessão de harmonias sem conflitos e gozando da mais perfeita ordem.

Quero ver neles pessoas cumprimentando-se civilizadamente e perguntando-se uma à outras pelo bem-estar de suas famílias; quero que nas noites enluaradas as pessoas coloquem cadeiras nas calçadas, onde conversarão sobre coisas importantes, (...) de quando em quando, corre entre elas um cafezinho passado na hora, acompanhados de biscoitinhos de manteiga feitos em casa; quero que a calma das ruas, nas madrugadas, seja regida pelo apito merencórico do guarda-noturno, entrando pelas janelas que dormirão abertas, pois a cidade não conhecerá aparelhos de ar condicionado, nem terá medo de ladrões (PORTO, 1994, p.20).

Porém, tais práticas permitem compreender o papel das políticas públicas, na produção do espaço urbano, cujas descrições recorrentes eram de exclusão e segregação social, afinal, a paisagem estava para além das aparências, desencadeando ações sociais que resultaram em espacialidades.

#### **4.0 Ciclo Nação e Desenvolvimento: de 1930 a 1970**

Ciclo que teve início a partir dos anos 1930, com a construção inicial da fase nacionalista brasileira, onde uma tentativa de construção de uma nação foi experimentada, em paralelo de um esforço de crescimento econômico focado na industrialização, na substituição de importações e no surgimento de novas classes sociais no país, em especial a burguesia industrial, a classe trabalhadora assalariada, além de uma classe média ainda incipiente, mas crescente. Dois pactos políticos são observados ao longo deste ciclo: o “pacto nacional popular de 1930” e o “pacto autoritário-modernizante de 1964”. (CORDEIRO, 2014, p.232)

O chamado Ciclo Nação e Desenvolvimento, de forma abrangente, foi aquele em que a industrialização integral deu as condições necessárias para a superação da pobreza, impossível de ser alcançada por meio do mercado. O Estado planejou o processo e, esse planejamento definiu a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos dessa promoção, sendo fundamental para o avanço da indústria nos setores produtores de bens de capital e insumos intermediários até o final da década de 1970. Coordenou a execução de políticas econômicas, captou os recursos, fez investimentos diretos como agente produtivo naqueles setores em que a iniciativa privada se recusava a entrar, por não representar atratividade.

##### **4.1 O ciclo dividido**

No final do século XIX e início do século XX, a principal atividade característica da economia brasileira era agroexportadoras, ou seja, a produção era concentrada em poucos produtos de origem agrícola ou pecuária destinados ao mercado externo.

Neste contexto, enquanto as exportações de produtos primários representavam grande porcentagem na composição da renda, as importações eram a fonte de suprimento dos vários tipos de bens manufaturados destinados a satisfazer a demanda interna. Como a produção interna era voltado basicamente para o exterior, a capacidade para se fazer importações estava condicionada ao preço alcançado pelas exportações, assim como pela quantidade vendida para outros países.

No Brasil, o processo de substituição de importações se inicia a partir da crise de 1929<sup>8</sup> e estas substituições irão complementar os elos da cadeia industrial até o fim da década de 1970, quando ocorreram os choques do petróleo, o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos e a crise do endividamento externo brasileiro. Santos (2004) evidencia este longo processo, em quatro períodos distintos:

**De 1930 a 1945** - A formação do Estado Nacional capitalista e a chamada substituição de importações: a crise do setor cafeeiro gerou um abalo nas estruturas políticas, econômicas e sociais, que conduziram os destinos do país durante a vigência da primeira república. A crise econômica mundial que enfraqueceu o setor produtor de café significou a perda do dinamismo econômico, o qual se baseava na capacidade do setor externo da economia brasileira. Em consequência desta mudança, teve início um processo de substituição dos bens manufaturados que antes eram importados pela produção nacional<sup>9</sup>. Isto ocorreu a partir do momento em que o setor industrial brasileiro passou a se aproveitar da capacidade industrial instalada, já existente no país, em função das primeiras políticas governamentais de incentivo a produção interna, principalmente, das políticas cambiais e tarifárias. Assim, este período destaca dois aspectos bastante distintos: o impulso à industrialização por substituição de importações motivada pela crise do setor cafeeiro e o papel assumido pelo Estado neste processo.

**De 1946 a 1955** – O fim da guerra e o crescimento industrial: a principal consequência da guerra foi o acúmulo de grandes saldos de moeda estrangeira, que foi reativada pelo governo provisório que sucedeu Getúlio Vargas e iniciou a reestruturação da indústria nacional. Foi nesse período que o setor industrial ganhou grande impulso e se concretizou como o setor mais dinâmico da economia, ou seja, não mais o setor externo e a “variável exportação” condicionavam o crescimento da economia, mas sim, o setor industrial nacional e a “variável investimento”, o que significou uma mudança qualitativa no padrão de acumulação de capital brasileiro. Outro protagonista que teve destaque para a eficácia industrial foi o Estado, que, a partir de políticas cambiais, garantiu a reserva de mercado para os produtos industriais nacionais e, paralelamente, garantiu a importação de insumos e bens de produção a um câmbio irreal, onde o cruzeiro ficava supervalorizado e o preço destes bens reduzidos; cria o sistema de leilão de câmbio, mantendo as dificuldades para a importação de bens de consumo (o que favoreceu as importações de bens de capital); e neste cenário, não beneficia mais o setor exportador, mas sim o setor industrial nacional, firmando uma política econômica cambial eficiente que vai perdurar do pós-guerra até o Plano de Metas de JK<sup>10</sup>.

**De 1956 a 1961** – O Plano de Metas: foi um importante programa de industrialização e modernização orquestrado por Juscelino Kubitschek - apelidado de “cinquenta anos em cinco” - na forma de um ambicioso conjunto de objetivos setoriais, caracterizado por uma intensa diferenciação industrial em um espaço de tempo

<sup>8</sup> O ano de 1929 se tornou um marco na história do capitalismo devido à crise norte-americana desencadeada pelo descompasso entre a oferta e a procura, gerando uma crise de superprodução. O Brasil também foi afetado, afinal, os Estados Unidos era o maior comprador do café brasileiro. Com a crise, a importação deste produto diminuiu muito e os preços do café brasileiro caíram. Para que não houvesse uma desvalorização excessiva, o governo brasileiro comprou e queimou toneladas de café. Desta forma, diminuiu a oferta, conseguindo manter o preço do principal produto brasileiro da época. Por outro lado, este fato trouxe algo positivo para a economia brasileira. Com a crise do café, muitos cafeicultores começaram a investir no setor industrial, alavancando a indústria brasileira.

<sup>9</sup> Época em que se inicia a fabricação nacional dos chamados bens de consumo não duráveis, como tecidos, indústria de alimentos, calçados etc. Paralelamente a este processo econômico, no plano político, ocorre a formação do Estado nacional capitalista, sob a égide do governo de Getúlio Vargas.

<sup>10</sup> Cabe destacar no final deste período a criação da Petrobrás, em 1953, e o fortalecimento da indústria pesada no Brasil.

relativamente curto e articulado diretamente pelo Estado, que daria continuidade ao processo de substituição de importações que se vinha desenrolando nos dois decênios anteriores. Priorizava a saúde, a alimentação, o transporte e a energia, além do incentivo ao capital estrangeiro, a indústria automobilística e grandes obras públicas, sendo a construção de Brasília a maior delas. O saldo positivo do referido Plano aponta para o aumento do parque industrial no Brasil e a geração de empregos, porém, incentivou o êxodo rural além do aumento da inflação e da dívida externa<sup>11</sup>.

**De 1962 e 1973** – “Crise” e “milagre econômico”: o país enfrentou sua primeira crise de baixo crescimento oriunda do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização por substituições de importações. O produto per capita, por sua vez, teve uma redução de 6,1% em 1964, quando comparado ao obtido em 1961. Já produção rural decresceu 4,5% no mesmo período, assim como a produção industrial sofreu uma queda de 0,4%. Três fatores básicos podem ser considerados como responsáveis por este período de crise: a maturação dos volumosos investimentos realizados nos anos do Plano de Metas; as políticas econômicas de caráter recessivo que foram implementadas, primeiramente pelo governo democrático de João Goulart e posteriormente, pelo governo militar de Castelo Branco; e a crise política que assolou o Brasil após a renúncia de Jânio Quadros em 1961 até o golpe militar de 1964. Ficou claro a partir dos desequilíbrios oriundos do Plano de Metas que o país precisaria de reformas institucionais que permitissem resolver os problemas de financiamento; racionalizar os gastos públicos; e orientar o sistema financeiro no sentido de favorecer novos esquemas de criação de liquidez e financiamento. O período do chamado “milagre econômico brasileiro” pode ser descrito tendo como referência a capacidade ociosa acumulada pelo setor produtivo durante a primeira metade da década de 1960 (anos de crise), principalmente pelo setor de bens de consumo duráveis. Esta capacidade ociosa permitiu o intenso crescimento da produção e do emprego quando da recuperação dos níveis de demanda, a partir da segunda metade dos anos 1960. Uma vez recuperado a demanda para os bens de consumo duráveis, ocorreu à reativação da demanda para os setores produtores de bens de capital e insumos intermediários. Associado a isto, as condições externas de demanda e internas de crédito possibilitaram ao setor produtor de bens de consumo não duráveis a expansão da produção e o incremento das exportações. Neste período fomentou-se, por exemplo, as exportações de alimentos industriais processados e produtos de vestuário, produtos típicos da indústria de bens de consumo não-duráveis<sup>12</sup>. Os anos de crescimento tiveram uma série de conseqüências para o Brasil, destacando-se: o crescimento econômico obtido ocorreu sem mudanças na estrutura produtiva (sem realizar novas rodadas de substituição de importações); e a consolidação do poder estatal no controle da economia brasileira que, agindo sempre de forma autoritária, orientou as políticas de financiamento e as concessões de incentivos fiscais aos setores estratégicos, ao mesmo tempo em que adotou políticas de perdas salariais incrementando o conflito distributivo. Além disso, ampliaram-se, as contradições do desenvolvimento

---

<sup>11</sup> Em 1957 foi criada a Zona Franca de Manaus (ZFM), com uma política de incentivos fiscais, e paralelamente crescia a insatisfação da elite manauara com o descaso do Governo Federal, pressionando assim para a substituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a instituição da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, no governo militar do presidente Castelo Branco. O plano de desenvolvimento para a Amazônia mudou. Já não era mais em função de pressões e interesses políticos regionais, mas do projeto de integração nacional das Forças Armadas. O Estado, por meio da SUDAM, atuava de outro modo: montava a infraestrutura indispensável para a ocorrência do desenvolvimento por intermédio da iniciativa privada, nacional, ou mesmo estrangeira, com o estímulo dos incentivos fiscais. Os militares tinham uma visão geopolítica acentuada sobre a fragilidade da soberania brasileira nas fronteiras da imensa Amazônia, e nessa visão, fazer avançar a presença brasileira sobre a fronteira norte significava ocupar espaço econômico para preencher o espaço político (“integrar para não entregar”).

<sup>12</sup> Portanto, esta expansão da demanda e o aumento da renda geraram um surto de crescimento que caracterizou a primeira fase do “milagre”, ou seja, a fase de crescimento “fácil”, onde se aproveita a reversão cíclica.

industrial (desigualdades regionais, inflação e desequilíbrios nas contas externas e do governo)<sup>13</sup>. Vale ressaltar que estes anos compreendem, na esfera política, o período em que o governo foi ocupado pelo regime militar<sup>14</sup>.

Em terras Amazonicas, o referido período evidenciou a estagnação, principalmente em Manaus, que desde a da década de vinte encontra-se como uma cidade vencida: sem a sua principal atividade economica e sem vislumbrar novas alternativas.

A espacialidade da cidade de Manaus com a crise da borracha, mais do que no período anterior, se produz a partir da margem. Aparece a cidade dos pobres e os charcos dos terrenos baldios que serviram de aterros para os igarapés. A elite se vai e a que fica passa a ocupar os casarões degradados; é a divina decadência. No entanto, a cidade continua num ritmo diferente. (OLIVEIRA, 2003, p. 48-49)

A decadencia da produção da borracha atingiu toda estrutura economica e social da Amazônia, no entanto, o “urbanismo” fragmentado de Manaus, consolidado no auge da exploração da borracha e responsável por promover a reprodução social diferenciada, passa a espacializar os conflitos urbanos e as tensões sociais, afinal, muitos migrantes, atraídos para o trabalho no processo produtivo do látex, se viram sem condições de retornar a seus locais de origem, e permaneceram em Manaus, submetidos a precárias condições de vida<sup>15</sup>.

#### **4.2 A “Cidade Flutuante”:**

Teve o seu inicio em decorrência do declínio do fausto da borracha, com a falência dos seringalistas, que levou uma multidão de seringueiros, sem ter onde morar, a construir suas casas sobre as águas do Rio Negro e pelos igarapés de Manaus.

As casas eram de madeiras, construídas sobre troncos de árvores, tornando-as flutuantes, com cobertura de palha e zinco, formando um imenso aglomerado. Era tão grande que chegou a ser considerada uma “cidade” dentro da cidade de Manaus, chegando em 1966 com aproximadamente 1.950 flutuantes e aproximadamente 12.000 moradores.

Segundo relatos, no local existia além de moradias, todo tipo de comércio: estivas, ferragens, restaurantes, gabinetes de dentistas, consultórios médicos, drogarias, oficinas mecânicas de consertos de motores marítimos, venda de borrachas, castanhas, jutas, couros e peles de animais, etc. A maior parte se concentrava em frente da Igreja dos Remédios (localizada no Centro de Manaus), e muitas ficavam até 150 metros da margem do rio.

<sup>13</sup> Um dado significativo para o fato de não ter havido mudanças estruturais no período foi a acentuada abertura para o exterior. O coeficiente de importações do PIB aumentou de 5,4% para 8,6%, enquanto que a contribuição da substituição de importações para o setor manufatureiro foi negativa, entre 1968 e 1974, da ordem de 5,4%.

<sup>14</sup> Após uma década da criação da ZFM, esse marasmo econômico levou a uma ação de exposição de motivos (Exposição de Motivos nº 21 de 27/02/1967), em que narra-se que Manaus não estava atingindo os objetivos almejados para a economia da Amazônia e que a experiência decorrida de dez anos não alcançaria a meta do desenvolvimento desejado para aquela área, nos moldes como fora concebido originalmente em lei. No dia seguinte, num ato/resposta às dificuldades econômicas relatadas na citada carta - no andamento final da administração de Castello Branco - fica instituído que os incentivos fiscais passem a vigorar por 30 anos, consolidando um pólo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia.

<sup>15</sup> É neste período que o bloqueio dos seringais asiáticos, ocasionado pela Segunda Guerra Mundial, vai determinar um novo impulso à Amazônia, denominado “Batalha da Borracha” (1942-1945). Porém, a reativação do processo produtivo do látex foi efêmero e passageiro, pouco contribuindo para a superação da estagnação econômica que acometia a cidade e, como consequência, aumentou o número de migrantes onde, sem uma atividade econômica que lhe inserisse no mercado nacional, ganha o estigma de “região-problema”.



**Figuras: 8 e 9:** A Cidade Flutuante (1920 – 1967).  
Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA.

Em 1965, o governador Arthur Reis (1964 a 1967), sob forte pressão do Comando Militar da Amazônia e da Capitania dos Portos, respaldado pelo governo militar, desarticulou a cidade flutuante, transferindo seus moradores para diversos bairros, dos quais destacam-se Alvorada, Coroado, Conjunto Costa e Silva e Santo Antônio.

Um aspecto relevante para o surgimento e ampliação da cidade flutuante é que a água, ao contrário da terra, não se constitui propriedade privada, portanto não é mercadoria na perspectiva de moradia e, conseqüentemente, do capital. Isso representou para a população um meio de diminuição de custos, visto que não havia a necessidade de compra de lotes.

### 5.0 Ciclo Democracia e Justiça Social: a partir de 1970

O terceiro e último ciclo da trajetória desenvolvimentista, parte de 1970 e segue até os dias de hoje, tendo sido marcado segundo Cordeiro (2014) pelo fortalecimento da sociedade civil no Brasil, pela redemocratização do Estado brasileiro, pela construção dos paradigmas iniciais do modelo da democracia participativa e pelas lutas e avanços no campo dos direitos e nas políticas redistributivas do crescimento econômico histórico brasileiro, ainda que com vários outros desafios, como por exemplo, o neoliberalismo dos anos 90.

Este cenário foi emoldurado a partir de três grandes eventos sociopolíticos, sendo o pacto democrático-popular de 1977, que marca a interrupção do desenvolvimento, devido a uma política equivocada de crescimento com poupança externa, chegando a uma transição democrática que alcançou seu auge nas "Diretas-Já"; o pacto liberal-dependente dos anos 1990 que abre espaço para as políticas neoliberais (ainda sob o efeito da crise da dívida externa e da alta inflação); e o pacto democrático-popular a partir dos anos 2000, orientado pela conciliação das classes sociais a partir de políticas de justiça social e democracia participativa. Cordeiro identifica quatro "fatores-causa" a serem observados junto à transição do segundo para o terceiro ciclo de desenvolvimento do Brasil:

- as disputas ideológicas sobre o modelo econômico do país, representada pelas teorias da dependência (a partir da interpretação da superexploração imperialista)<sup>16</sup>, e a partir da dependência associada;

<sup>16</sup> Para a teoria da dependência a caracterização dos países como "atrasados" decorre da relação do capitalismo mundial de dependência entre países "centrais" e países "periféricos". A dependência expressa subordinação, reforçando a ideia de que o desenvolvimento desses países está submetido (ou limitado) pelo desenvolvimento de outros países e não era tecida pela condição agrário-exportadora ou pela herança pré-capitalista dos países subdesenvolvidos, mas pelo padrão de desenvolvimento capitalista do país e por sua inserção no capitalismo mundial dada pelo imperialismo.

- a ampliação dos atores sociais interessados no desenvolvimento do país (partindo das elites, porém, a partir do fortalecimento da sociedade civil organizada no Brasil, considerar também os novos movimentos sociais e as ONG's);
- a ampliação do significado conceitual e empírico do desenvolvimento, ultrapassando os limites economicistas;
- o surgimento e o crescimento do debate ambientalista dentro do desenvolvimento.

Os referidos quatro fatores formam agora um conjunto de variáveis pertinentes junto aos debates sobre o desenvolvimento neste terceiro ciclo, afinal, a economia deixa de ser protagonista do processo, passando a dividir, em nível de importância, com aspectos sociais, políticos e ambientais.

O principal marco desse período em Manaus contempla a efetiva instalação da Zona Franca, implantada em um Distrito Industrial que, ao longo dos tempos, passa a registrar impactos significativos junto à paisagem, tais como o aumento expressivo da população da cidade, e o agravamento da situação social e dos problemas de ordem ambiental (Ribeiro, 1998). Sua trajetória pode ser dividida em cinco fases distintas, sendo:

**primeira fase da Zona Franca de Manaus:** entre 1957 e 1967. A ZFM era uma área de livre comércio de importação. O objetivo era gerar um comércio intenso, através da redução das alíquotas do imposto de importação, além de elevar as receitas portuárias e, conseqüentemente, criar postos de trabalho<sup>17</sup>.

**segunda fase da Zona Franca de Manaus:** iniciou-se em 1967. O Decreto Lei nº 63.105/68, desapropriou uma área de 1.700 hectares, distante cinco quilômetros do centro da cidade, no início da rodovia BR-319. Indústrias, sobretudo de capital estrangeiro, se instalaram no local, atraindo mão-de-obra oriunda, especialmente do interior do Estado, na busca de emprego, apesar dos baixos salários. Essa fase caracterizava-se pelo incentivo à substituição de importações pela produção de bens finais e formação de mercado interno. Isso estimulado pela venda de produtos cuja importação estava proibida no restante do país. A ZFM funcionou como um grande shopping center, atraindo turistas e investidores. Foi caracterizada pelo contingenciamento cambial, porque restringia as importações através de quotas anuais e detinha assim o avanço industrial do modelo que começava a prosperar.

**terceira fase da Zona Franca de Manaus:** segue de 1975 a 1990. Predicados principais: edição dos Decretos Leis nº1435/75 e nº1455/76, estabelecendo índices mínimos de nacionalização e os limites máximos globais anuais de importação; prorrogação do prazo de vigência do modelo ZFM, de 1997 para 2007, via Decreto Lei nº 92.560/86. Dois anos após, com o advento da nova Constituição em 1988, por meio do artigo 40, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi novamente prorrogado até 2013. Essa mesma fase apresentou um crescimento da atividade das indústrias de montagem, e maior desenvolvimento da indústria nacional de componentes. Somente em 1990, a indústria manauara faturou US\$ 8,4 bilhões e gerou cerca de 80 mil empregos diretos. O comércio continuou com o papel de dinamizador da economia. Além disso, os incentivos da ZFM foram estendidos para toda Amazônia Ocidental.

**quarta fase da Zona Franca de Manaus:** transcorre dos anos de 1991 a 1996. Neste quinquênio, entrou em vigor a nova política industrial de comércio exterior, já marcada pela

---

<sup>17</sup> A partir dos Ciclos de Desenvolvimento do Brasil, a referida fase está inserida no chamado Ciclo Nação e Desenvolvimento. Aqui é demonstrado na intenção de evidenciar cronologicamente a estratégia de implantação da Zona Franca de Manaus.

abertura da economia brasileira. O país todo passou a receber produtos importados, com baixo preço por meio da redução do Imposto de Importação, algo do qual só Manaus desfrutava. Era o Brasil que entrava na era da globalização. Isso provocou mudanças radicais no modelo. A ZFM foi obrigada a adaptar-se à nova política industrial do país, com maior observância à qualidade, produtividade e competitividade. Com a abertura nacional aos produtos importados, o comércio manauara perdeu a relevância do passado. A fim de contornar, ao menos em parte, essa conjuntura, o Governo Federal eliminou os limites máximos anuais de importação, adotou redutor de 88% do Imposto de Importação para a ZFM e substituiu o Índice Mínimo de Nacionalização pelo Processo Produtivo Básico. Durante a primeira metade da década de 90, as indústrias do Polo Industrial de Manaus deram início ao processo de modernização, implantando a automação, com ênfase na qualidade e produtividade. Com a reestruturação, houve em 1996 um faturamento recorde, de US\$ 13,2 bilhões.

**quinta fase da Zona Franca de Manaus:** a partir de 2003. Entra em vigor a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), uma extensão da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior. Esta preconiza mais eficiência na produção e maior capacidade inovadora das empresas, com vistas ao incremento das exportações. Entre os tópicos abordados pelo PDP está a pesquisa e desenvolvimento, onde o setor privado terá de investir mais, a fim de se gerar tecnologia. O Plano preconiza a ampliação das exportações, inclusive para as micros e pequenas empresas. Em 2006 foi regulamentada, por meio de decreto presidencial, a nova Lei de Informática, prorrogando de 2009 até 2019 os incentivos para o setor em todo país. O prazo de vigência da ZFM foi prorrogado de 2013 para 2023, por meio da Emenda Constitucional 42, assinada pelo presidente Lula em dezembro de 2003.

Atualmente é possível elucidar uma sexta fase junto à dinâmica produtiva do Polo Industrial de Manaus, por meio da chamada descentralização ou reestruturação produtiva, na intenção de organizar o funcionamento interno da empresa através da subcontratação de certas fases do processo de produção, ou de certas atividades-meio, como fenômeno flexibilizador que projeta suas consequências econômicas em diversas frentes, pois, ao mesmo tempo em que permite agilizar a estrutura de funcionamento da empresa mediante a fragmentação do seu ciclo produtivo - na busca por uma posição mais competitiva no mercado através da redução de custos - também se coloca como forte causa da precarização do mercado de trabalho<sup>18</sup>.

Além de efeitos colaterais no sistema produtivo, a cidade tende a proporcionar uma nova territorialidade junto ao Distrito Industrial, evidenciando fenômenos urbanos, estimulado por uma possível paisagem inóspita devido a essa nova forma de produzir e comercializar.

### **5.1 As vulnerabilidades da Zona Franca de Manaus (ZFM):**

Os 40 anos do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) acumulou uma série de eventos que em determinados momentos foram imprescindíveis para acomodar a crise instaurada na região, principalmente diante do período de estagnação que antecede a implantação da Zona Franca. Porém, de certa forma se manteve engessado desde 1967 e, apesar de ser responsável pela inserção de grande parte da região Norte junto às forças produtivas do

<sup>18</sup> O perverso nisso é que o capital não esboçou qualquer preocupação com a vida desses trabalhadores: não dotou a cidade de infraestrutura urbana no que tange a organização do seu tecido social; o poder público não investiu em políticas de acesso universalizado a educação; e as empresas do Distrito Industrial não investiram em qualificação profissional, mantendo sempre a mão-de-obra desqualificada para o mercado atual.

território brasileiro, o referido modelo encontra-se obsoleto, sobretudo, em comparações com as chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE), promulgada na China através da Lei das *Joint Ventures*.

Apesar de não ser propósito deste artigo evidenciar tal comparativo, é importante destacar que as consequências acumuladas com a implantação da Zona Franca de Manaus<sup>19</sup> têm apresentado efeitos, ao longo do tempo, que incidem diretamente na economia, na política, no desenvolvimento e na sustentabilidade da região Amazônica, considerando o modelo ZFM destinado ao fracasso mais cedo ou mais tarde.

A vulnerabilidade da ZFM está atrelada a má distribuição das etapas de produção ali desenvolvidas em comparação com as tarefas realizadas no exterior ou no sudeste do país, afinal, em Manaus ficam as atividades de pouco valor agregado, basicamente montagem e embalagem, enquanto no exterior ficam as atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos, a produção de componentes e peças de maior valor e complexidade, o *design* dos novos produtos e as decisões e o planejamento estratégico das empresas ali instaladas.

Na medida em que as atividades realizadas no exterior ou em São Paulo têm muito maior capacidade de agregar valor, a importância de Manaus fica restrita à disponibilidade de mão-de-obra barata, e ao barateamento da importação de insumos mediante a concessão de benefícios fiscais.

Assim, as etapas do processo produtivo realizadas em Manaus podem ser feitas em qualquer lugar do mundo, desde que ali seja estabelecida uma aliança entre interesses de diversos tipos e naturezas, haja oferta de infraestrutura básica de transporte e energia, disponibilidade de mão-de-obra barata e os arranjos políticos criem incentivos ao barateamento dos insumos produzidos no exterior.

Essa fragilidade agregada a dependência incessante das forças políticas em manterem os privilégios fiscais torna o modelo ZFM frágil e vulnerável, e das inúmeras soluções já pensadas, estimular as empresas que ali se instalam a se tornarem independentes dos benefícios fiscais parece ser a resposta mais próxima da permanência e da sobrevivência da Zona Franca de Manaus, considerando incentivos que subsidiem somente o diferencial de custo de transporte, tendo em vista a localização desfavorável da cidade de Manaus.

## **6.0 Considerações Finais:**

A proposta inicial deste trabalho investiu na complexa relação travada entre a economia e o território, tendo como recorte os Ciclos de Desenvolvimento do Brasil e, paralelamente, a formação do território amazônico, onde Manaus – devido seu grau de importância – aparece como *locus* de análise.

Os aspectos aqui elencados evidenciam que, apesar de permitirem reflexões distintas, economia e território são indissociáveis, e se sobrepõem em uma relação de autoafirmação,

<sup>19</sup> Os principais impactos da implantação da Zona Franca de Manaus são: redução da importância do setor primário para a economia do Estado; crescimento populacional vertiginoso e concentração de atividades econômicas na cidade de Manaus; estagnação econômica do interior; balança comercial deficitária; reestruturação das atividades econômicas do Amazonas e a dependência do modelo de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus. A maioria dos impactos da ZFM estão diretamente ligados a economia da Amazonia e conseqüentemente a geração de emprego e renda que, quando combinados, evidenciam uma situação socio espacial, na cidade de Manaus, de intensa periferização e exclusão, devido ao fluxo migratório de uma mão-de-obra não qualificada, que não são contemplados (através de salários e encargos) pelos benefícios fiscais concedidos as empresas.

tanto para o primeiro que opera na cidade enquanto “palco” de atuação, como no segundo que é construído e destruído a partir de modos de produção ao logo dos tempos.

A trajetória do desenvolvimento do Brasil permite descortinar uma multiplicidade de manifestações que, auxiliadas pela cronologia histórica enquanto método identifica também uma multiplicidade de agentes envolvidos, sejam eles sujeitos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições, etc. Esta aparição simultânea, vivida nos tempos de hoje, reforça a complexidade em lidar com o espaço e o desenvolvimento, permitindo reflexões que tangem a possibilidade de uma transição entre os modos de organização sócio espacial, a política e a economia, afastando os parâmetros cartesianos do capitalismo e provocando novas formas de pensar o território urbano-industrial.

A caminho do fim deste trabalho, e diante do quadro exposto, o que é possível fazer? A urbano-utopia, proposta por Henri Lefebvre (1991), parece contemplar a superação do urbano-industrial privilegiando a coletividade e a solidariedade, a complementariedade e a complexidade e a diversidade e a comunhão, dando novo sentido às práticas sócio espaciais dos nossos dias.

No entanto, não podemos esquecer que é no urbano que se concentram as estratégias de dominação capitalistas (mercadificação real e fictícia, a acumulação e a subordinação da natureza) que, no caso brasileiro, devido a um abismo social significativo, essas estratégias são evidenciadas o tempo todo, na forma da violenta dominação do capital sobre os meios de produção, de consumo, de locomoção e das comunicações.

Neste contexto, Manaus, que se apropria a cada dia dessa estratégia, oferece a sua população um urbanismo corporativo, construído a partir da captura do poder público pelo interesse privado, materializando um modelo internacional extremamente homogeneizador, imposto pelos financiadores multinacionais dos grandes projetos urbanos, desenhando uma paisagem gentrificadora - facilitada por um plano diretor excessivamente complacente - produzindo violência e, como consequência, uma série de enclaves fortificados que isolam o sujeito, oferecendo um espaço público inóspito, pacificado ou mesmo domesticado. Neste *lócus* não há lugar para qualquer tipo de espaço contra hegemônico, o que resulta no empobrecimento da experiência urbana.

Sua localização e morfologia configuram peculiaridades espaciais: uma cidade encravada na maior floresta do mundo, entre os maiores rios do mundo e rasgada por uma infinidade de igarapés. Além disso, é abraçada pela maior população indígena do planeta, circundada por sua influência que, embora combatida e mascarada, se evidencia no tipo físico da sua população, na sua cultura e na sua memória. Manaus está inserida na natureza, mas insiste em voltar-lhe as costas, recusando sistematicamente o diálogo e fantasiando-se de “contemporaneidades”.

#### Referências:

BECKER, Bertha K. **Novos rumos da política regional por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica.** In: A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo. **Manaus: fortaleza extrativismo – cidade, um histórico da dinâmica urbana amazônica.** In: ROJAS, Luisa B. Iñiguez; TOLEDO, Luciano Medeiros de (org.). Espaço & Doença: um olhar sobre o Amazonas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

CORDEIRO, Rui Mesquita. **Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo.** Revista de Economia Política, vol. 34, nº 02, p. 230-248, 2014.

DIAS, Edinéia M. **A ilusão do fausto: Manaus – 1890-1920.** Manaus: Valer, 1999.

DINIZ, Clélio Campolina e LEMOS, Mauro Borges (Org). **Economia e Território.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 2001.  
\_\_\_\_\_. **Um Projeto para o Brasil.** Rio de Janeiro: Saga, 1968.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.  
\_\_\_\_\_. **Espacio y Política.** Barcelona: Ediciones Península, 1976.  
\_\_\_\_\_. **Estrutura social: a reprodução das relações sociais.** In: FORACCHI, M. M. e MARTINS, José de Souza (Org.). Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus.** 3 ed. Manaus: Conquista, 1948.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidade e diversidade contemporâneas na produção do espaço urbano.** In: COSTA, Geraldo Magela et al. (orgs.). Teorias e Práticas Urbanas. Belo Horizonte, C/Arte, 2015, pp. 55-69.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso.** Manaus: Valer, 2003.

PORTO, Arlindo. **O regatão da saudade.** Manaus: Editora Humberto Calderaro, 1994.

RIBEIRO, Miguel Ângelo C. **A rede urbana da Amazônia sob o impacto das políticas territoriais.** In: A complexidade da rede urbana amazônica: três dimensões de análise. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de doutorado, 1998. p. 67-133.

SANTOS, José Aldoril. **A Formação Industrial Brasileira.** In Industrialização e Modelo de Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: uma análise comparada, Santa Catarina: UFSC, 2004. p. 09-34.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Editora Hucitec/Edusp, 1978.  
\_\_\_\_\_. **O retorno do território.** In.: SANTOS, Milton ; SOUZA, Maria A. ; SILVEIRA, Maria L. Território – Globalização e Fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

## EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: APRENDIZAGEM EM REDE

Alves, Daiane de Lourdes 1, Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Pedagoga, Professora de Rede Estadual governo de Rondônia, contato: 69984161612, [daianevelho89@live.com](mailto:daianevelho89@live.com);

Cutolo, Angela 2, Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Pedagoga, Professora de Rede Estadual governo de Rondônia, contato: 69984310428, [angela.cutolo@bol.com.br](mailto:angela.cutolo@bol.com.br).

### Resumo

O presente artigo tem como princípio orientador analisar o desenvolvimento da Educação a Distância, assim como analisar a sua estrutura, os fundamentos, desde o seu planejamento, desde o seu planejamento, a sua organização até a implantação e a execução do projeto. Temos como finalidade analisar às estratégias utilizadas a partir dos recursos tecnológicos disponíveis, verificando a eficácia dos mesmos, no intuito de contribuir para a quebra dos paradigmas existentes de que a educação acontece de maneira presencial, onde o professor acompanha mais de perto os avanços da aprendizagem dos alunos. Por outro lado mostra que este pensamento de que a educação acontece apenas de forma presencial, significa um retrocesso para a educação, ignorar os benefícios que as tecnologias trazem, é aceitar as condições como únicas, atuais e universais. Deste modo, defender a educação a distância significa lutar pela universalização da educação, pois a mesma possibilita que pessoas que residem em municípios distantes tenham acesso ao ensino superior. Entretanto, o estudo bibliográfico, visa compreender as estratégias para implantação da educação a distância, analisando as vantagens e desvantagens desta modalidade de ensino.

Palavras-chave: Educação a Distância. Tecnologia e Organização.

## EDUCACIÓN A DISTANCIA: RED DE APRENDIZAJE

### Resumen

En este artículo se presenta el principio de orientar el análisis de desarrollo de la educación a distancia, así como su estructura, sus fundamentos, desde su planeamiento, su organización hasta la implantación y la ejecución del proyecto. Tenemos como finalidad analítica a las estrategias de los estudiantes, verificando la eficacia de los mismos, no intuimos de contribuir para una quebra de los paradigmas de que una educación sucede en el futuro. Por otro lado muestra que el pensamiento de que una educación sólo ocurre de forma presencial, significa un retroceso para una educación, ignorar los beneficios que como tecnologías trazar, aceptar como condiciones únicas, actualizar y universales. Deste modo, defensor de una educación a distancia, significa una persona que vive en los centros de enseñanza superior. Entretanto, el estudio bibliográfico, la visa como estratégica

para la implantación de la educación a distancia, el análisis de las ventajas y desventajas de la modalidad de enseñanza.

Palabras clave: Educação á Distância. Tecnologia y Organización.

## **FORMATION À DISTANCE: RÉSEAU D'APPRENTISSAGE**

### **Résumé**

Cet article est le principe directeur pour analyser le développement de l'éducation à distance, ainsi que d'analyser sa structure, les fondamentaux, de sa planification, de sa planification, votre organisation à la mise en œuvre et l'exécution du projet. Nous pouvons finalidade analisar l'utilizada uma estratégia des ressources technologiques disponibles, de vérifier leur efficacité, afin de contribuer à la rupture des paradigmes existants que l'éducation se manière à face, où l'enseignant est plus proche de l'avancement de l'apprentissage des élèves . D'autre part, il montre que cette pensée que l'éducation ne se produit que en personne, signifie un échec pour l'éducation, ignorer les avantages que la technologie apporte, est d'accepter les conditions comme unique, actuel et universel. Ainsi, en défendant la distance signifie se battre pour l'éducation universelle, car elle permet aux gens résidant dans les villes éloignées ont accès à l'enseignement supérieur. Cependant, l'étude bibliographique vise à comprendre les stratégies de mise en œuvre de l'enseignement à distance, l'analyse des avantages et des inconvénients de ce type d'enseignement.

Mots-clés: l'éducation à distance. Technologie et organisation.

### **1- EDUCAÇÃO Á DISTÂNCIA**

Pensar nos desafios da educação no século atual e na modernização do processo de aprendizagem é pensar em tecnologias, em ensino a distância em interação humana com o computador. A aprendizagem está vinculada com a evolução humana, transmitindo de conhecimentos, em princípio em linguagem oral, pois não havia ainda o registro das informações, consentindo o distanciamento, no tempo e no espaço, das partes envolvidas no processo de comunicação da informação. Com a invenção da escrita, a metodologia tornou-se universal e a aprendizagem foi, progressivamente, sistematizada até chegar aos nossos dias, onde aprender não se trata simplesmente de uma escolha, mas uma exigência do mercado de trabalho.

Nos últimos tempos, a educação tem passado por um processo de transformação, contribuindo para a quebra de paradigmas existentes e arraigados em nosso meio, incorporando assim em suas praticas o uso de novas tecnologias. Vivemos atualmente em uma sociedade organizada em rede, valorizada a cada instante, cuja estruturação modifica significativamente o âmbito social, econômico e tecnológico.

A educação á distância, apareceu no Brasil somente nos anos sessenta, onde as aulas eram transmitidas por correspondências e via rádio, tendo apoio de algum material impresso. A mesma significa que a educação deu um grande passo para a democratização do conhecimento intelectual, oportunizando o acesso ao ensino de forma mais prática e eficaz. Ela é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, como o auxílio de recursos didáticos sistematicamente elaborados e organizados com diferentes suportes de informação e comunicação. Temos por exemplo o Instituto Universal Brasileiro que foi um

dos primeiros a ser responsável pela a educação à distância, que é através da correspondência.

Conforme, Belloni conclui que:

A educação a distância surge nesse quadro de mudanças como mais um modo regular de oferta de ensino, perdendo seu caráter supletivo, paliativo ou emergencial, e assumindo funções de crescente importância, principalmente no ensino pós-secundário, seja na formação inicial (ensino superior regular), seja na formação continuada, cuja demanda tende a crescer de modo exponencial, em virtude da obsolescência acelerada da tecnologia e do conhecimento. (Idem, p. 139)

A educação á distancia veio para ajudar as pessoas a se profissionalizar, e ter um ensino superior. Todos os recursos e estratégias de ensino são elaborados com base na ideia de que os alunos precisam de instrumentos didáticos que os apoiem. Embora a educação á distância tenha entre seus pilhars o autodesenvolvimento, os livros textos tem por objetivos permitir que os estudantes ampliem seu conhecimento teórico, ao mesmo tempo em que aprendem a partir de suas experiências, desenvolvendo a capacidade de analisar o mundo a seu redor. Concretizando a ideia de que não existem limites para o aprendizado, demonstrando que depende exclusivamente do aluno ampliar seus estudos, aprofundando os conhecimentos juntamente aos suportes tecnológicos, a biblioteca virtual. As possibilidades são muitas, basta o aluno se interagir através da interconectividade.

Neste sentido podemos dizer que estamos vivendo um momento de transformação, da busca de algo próximo do perfeito, onde os paradigmas existem serão destruídos, porque já não dão conta das relações, das necessidades e desafios sociais.

E a educação á distância é o novo modelo educativo eficiente, capaz de superar limites e romper com a ideia de uma sociedade voltada apenas para a profissionalização para o trabalho. A educação a distância é uma nova forma educativa que tem como prática maior determinar condições de acesso à educação para todos aqueles que, por um motivo ou outro, não estejam sendo atendidos satisfatoriamente pelos meios tradicionais de educação.

"A distância é o grande desafio, mas não é jamais a fronteira final da educação. Aquele que trabalha e não tem horários compatíveis com os rígidos horários escolares, aquele que tem dificuldades físicas de locomoção, aquele que quer criar seu próprio programa de estudo poderá receber na educação a distância a saída moderna e eficiente para suas demandas" TODOROV, citado por NAVES (1999).

Subentendendo-se que as mudanças que ocorreram, influenciaram o mundo do trabalho, trazendo novos desafios para a educação, pois no contexto globalizado a exigência por é menos custo a mais qualidade na produção. Sendo assim, estabeleceu uma nova relação entre o mercado do trabalho, a ciências e a cultura. Com isso precisou se pensar em novo método de ensino, onde se pretendem formar trabalhadores especialistas, intelectuais produtores, capazes de satisfazer as demandas da globalização da economia e da reestrutura produtiva, visando menor custo benéfico. E com o surgimento da Educação á Distância isso tudo está sendo possível, pois o grande responsável pela busca e aquisição de conhecimento é o aluno.

Segundo Pacheco (1996) alega que os Currículos precisam atentar-se para a "valorização da individualidade do sujeito e da sua cognição, das atitudes e valores, ao respeito pelas diferenças individuais e à procura de um desenvolvimento global e contínuo".

Consequentemente o aluno é passa a ser a principal peça no processo de aprendizagem, isto é faz com que o educando desenvolva sua autonomia do ato de aprender.

Os alunos que procuram o ensino a distância para estudar apresentam características como, por exemplo, que residem em locais distantes dos núcleos de ensino, os que conseguiram aprovação em cursos regulares, são bastante heterogêneos e com pouco tempo para estudar no ensino presencial.

Conforme Desmond Keegan (1980) que identifica alguns elementos-chave dos processos educacionais à distância, tais como:

- distância física entre professores e alunos;
- influência de uma organização educacional;
- uso da mídia para interligar professores e alunos;
- troca de comunicação bidirecional;
- aprendizes vistos como indivíduos, ao invés de grupos de alunos.

A distância física entre professores e alunos, é a forma da comunicação através do uso da tecnologia, apresentadas pela EAD, portanto o aluno aprende sozinho, eles fazem seu próprio horário para estudar.

Desmond Keegan (1996) escreve em suas obras que o processo educacional a distância tem a seguintes características:

- sofre influência de uma organização educacional no planejamento, preparação do material de ensino e na provisão de serviços de suporte aos alunos;
- distância física entre professores e alunos;
- utilização da mídia – impressos, áudio, vídeo ou computador – para mediar ações educativas entre professores e alunos no desenvolvimento do conteúdo do curso;
- comunicação bidirecional, de forma que o aluno pode se beneficiar de um diálogo mais estreito com o professor;
- quase permanente ausência de grupos de aprendizagem presenciais, com a possibilidade de encontros, face a face ou através de meios eletrônicos, sendo os estudos individuais responsáveis por completar as necessidades e propósitos de socialização.

A Educação à Distância é uma modalidade de ensino que cada vez mais está se destacando no cenário atual, principalmente porque se adapta a diferentes realidades dos alunos que procuram formação mediante este meio. Não se trata de uma forma facilitada de conseguir títulos, muito menos de formação de baixa qualidade. Trata-se de um sistema que atende as necessidades de um público específico e está atingindo cada vez mais segmentos.

Podemos notar que a evolução e o acesso às tecnologias atingiram significativamente todos os âmbitos sociais, mudando completamente a maneira de viver das pessoas, assim como a de se relacionar entre si e com o mundo. Estas mudanças contribuíram significativamente para uma melhor interação entre indivíduos, possibilitando novas situações de conversas e a ampliação de novos conhecimentos.

O crescimento e a convergência do potencial das tecnologias da informação e da comunicação fizeram com que surgisse uma nova modalidade de ensino, a Educação a Distância, que explorasse estas possibilidades, de expandir o ensino superior no Brasil.

No entanto, é preciso compreender que estas mudanças não ocorreram do dia para a noite, antes delas surgiram à necessidade de suprirem o fornecimento de oportunidades para todas as pessoas das diversas regiões do país. Estas transformações vigentes eram gritantes, necessitava de um sistema de ensino criativo que dessem oportunidades de

aquisição de conhecimento a longa distância, visando sanar a necessidade da população de estudar ou de realizar alguns cursos.

Mediante ao contexto, podemos dizer que há três aspectos que impulsionaram as mudanças educativas e o oferecimento da educação à distância, sendo eles: a globalização, a multiculturalidade e a sociedade da informação. Estes fatores possibilitaram a propagação da informação, assim como a facilidade de acesso à mesma, proporcionando acesso a uma nova prática pedagógica, onde contemplam também todas as fases do curso, que é a relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Neste processo de aprendizagem novos espaços surgem como ambientes virtuais criados por meio da telemática e informática. Internet para pesquisa, e-mails, fóruns, chats, grupo, listas de discussões, portfólios, sites, wikis, vídeos, teleconferências são novos ambientes em que os discentes podem navegar para promover seu aprendizado. Estes recursos criam ambientes virtuais que podem servir de complemento aos ambientes presenciais ou serem usados em situações de aprendizagem à distância (MASETTO, 2012, p. 95).

Estas mudanças surgiram para quebrar os paradigmas existentes de que a educação acontece apenas no sistema de ensino regular. Para demonstrar que isto não é verdade a educação a distância tem mostrado que veio para ficar e fazer parte do novo modelo educacional. Pode-se dizer que os anseios de transformar da educação esta caminhando para atingir o seu objetivo, visando superar os desafios do mundo moderno, com o intuito de atender a necessidade da sociedade vigente.

A educação a distância é uma modalidade não tradicional, típica da era industrial e da tecnológica. Aprontando métodos, técnicas e recursos, para o ensino-aprendizagem.

A educação a distância é uma modalidade educacional que faz uso intensivo das tecnologias telemáticas, baseadas nas telecomunicações e informática (MILL, 2012, p. 23)

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) desempenham um papel essencial nesse cenário, procriando uma forte mudança cultural que influencia a maneira de comunicar e de interagir dos indivíduos. Quando aplicadas ao domínio da educação, as Tecnologias de Informação e Comunicação (tecnologias de informação e comunicação) podem ser usadas como instrumento de desenvolvimento e aprimoramento, ampliando a sua influência e participação e promovendo grandes mudanças no processo de ensino e aprendizagem.

As redes são espaços sociais com potencial para se tornar mais igualitárias do que outros meios de interação social. Enfim, no ambiente virtual de aprendizagem, além do desenho instrucional ser amigável, deve promover a interação.

A rede de aprendizagem distingue os conceitos de interação e interatividade, que tem sido elemento de discussão dentre a maioria dos autores que estudam a Educação a Distância (EAD).

Conforme Amidani (2004), a interatividade refere-se às ações do tutor e do aluno em relação ao material pedagógico e à tecnologia. A interação é definida como a relação de troca intersubjetiva entre as pessoas participantes do processo. Abbad et al. (2006) ressaltam que, em alguns casos, a interação tem sido empregada como conceito que trata da comunicação direta ou mediada entre pessoas.

Segundo Aretio (apud GUAREZI, 2009, p. 19), no qual a

EAD é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional que substitui a interação pessoal, em sala de aula, entre professor e

aluno como meio preferencial de ensino pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização tutorial de modo a propiciar a aprendizagem autônoma dos estudantes.

A educação a distancia utiliza-se recursos didáticos, no caso os multimeios tecnológicos que tem como finalidade trocar, ou tentar aproximar, a relação de professor e aluno, mesmo que estejam fisicamente distantes, pois o aluno se comunica com o professor através da tecnologia ligado a internet.

A internet é uma rede de computadores interligados ao redor do mundo, permitindo que seus usuários disponibilizem e obtenham informações e serviços, além de utilizarem ferramentas de comunicação em escala global.

Quanto ao uso das tecnologias, a internet veio para tirar a impressão de atraso, de ensino de segunda categoria. A internet e o ensino em rede estão provocando mudanças profundas na educação presencial e a distância. Na presencial, quebrando o conceito de ensino aprendizagem localizado. No entanto, subentendemos que a aprendizagem pode ocorrer em vários lugares, e ao mesmo tempo, sem que o aluno tenha que ir todos os dias a escola. Ela é ponto de referência. A interconectividade que é a internet e as redes nos possibilitam isto, pois as mesmas se desenvolveram nos últimos anos e conseqüentemente estão revolucionando a forma de ensinar e a prender.

Quanto aos conteúdos curriculares da Educação á distância, deverão ser os mesmos ministrados nos cursos regulares. Proporcionando um ensino que faça com que o aluno aprenda a pensar e a relacionar o conhecimento com dados de experiência cotidiana, desenvolvendo a autonomia, competência para resoluções de problemas, utilizando dos conhecimentos científicos e que busca aperfeiçoamentos, que tenha um posicionamento ético e comprometimento com o que propõe a desenvolver.

O Currículo na verdade, deixou de ser enciclopédico e cheio de informação, permitindo ao aluno uma abertura para identificar as relações existentes entre os conteúdos de ensino e as situações de aprendizagem com o contexto social e pessoal, de modo a estabelecer uma relação ativa entre o aluno e o objeto de estudo.

De modo mais sintético possível, podemos dizer que o ensino deverá ser capaz de construir competências, habilidades e disposição para enfrentar a vida. Neste modelo, toda pratica pedagógica vivenciada procura apresentar relação com o cotidiano do aluno, despertando a curiosidade, privilegiando a aquisição de conhecimentos, valores e normas vigentes na sociedade. Neste sentido, o aluno pode exercer a sua autonomia, tornando decisões sobre os caminhos a seguir e, os recursos podem ser empregados para controlar os caminhos percorridos pelo aprendiz, automatizar o fornecimento de respostas ás suas atividades e conseqüentemente realizar o feedback em relação ao seu desempenho.

O resultado decorrente deste modelo de ensino é o próprio aluno que determina, pois é o aluno que deve mostrar interesse, sem cobranças e sem estresses por parte de professores, pois nesta modalidade de ensino o processo de ensino aprendizagem, é mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espaciais, ou seja, na educação á distância, as figuras de sala, professor e estudante não se materializam no tempo e no espaço, conforme ocorre no ensino presencial. Nets perspectiva, o conhecimento é concebido como resultado da ação do sujeito sobre a realidade, o aluno se torna o protagonista da própria história, tornando a prática pedagógica mais significativa no processo da aprendizagem construída de forma cooperativa numa relação comunicativa renovada e reflexiva com os demais sujeitos.

Para o planejamento e produção de material didático, assim como o acompanhamento e verificação da aprendizagem dos alunos, necessita – se de profissionais qualificados, para planejar as estratégias de ensino e com um tutor, profissional da educação que lida diretamente com estudantes, no esclarecimento das dúvidas em relação aos processos

administrativos, no processo de ensino e aprendizagem, exercendo o papel de facilitador do que de especialistas, pois os cursos são menos estruturados e mais personificados, cabendo ao próprio aluno definir os seus objetivos, cuidando assim da sua instrução neste sistema de ensino na modalidade à distância.

A estrutura da educação à distância depende de uma equipe especializada, que tenha conhecimentos pedagógicos e tecnológicos, para o trabalho se desenvolva de maneira coesa, garantindo uma interação adequada entre aluno/ professor, os suportes e as tecnologias utilizadas, visando sempre à aprendizagem do aluno.

Outro fator a ser destacado é a importância de fazer com que o público utilitário desta modalidade de ensino compreenda que não se trata de um sistema de ensino de faz de conta, o mesmo tem seus níveis de exigências, que necessita que o aluno siga, cursando de forma séria e comprometida, pois se trata de cursos que não necessitam de presença integral, mas que visa dar condições de ensino a quem não pode frequentar o ensino regular. É uma modalidade comprometida com a educação e a qualidade do ensino no Brasil e, devido a isto muitas empresas têm valorizado os profissionais que obtiveram formação à distância, pois acredita no comprometimento dos mesmos.

Vale destacar também que a educação à distância vem sofrendo alterações diárias, pois se trata de uma modalidade de ensino que dependendo de tecnologias que mudam constantemente, e para acompanhar estas mudanças ela está em constante aperfeiçoamento à medida que novas teorias, novas mídias, novos métodos de ensino estão sendo desenvolvidos.

Neste sentido, a Educação à distância pode ser conceituada como:

“uma atividade de ensino e aprendizado sem que haja proximidade entre professor e alunos, em que a comunicação bidirecional entre os vários sujeitos do processo (professor, alunos, monitores, administração) seja realizada por meio de algum recurso tecnológico intermediário, como cartas, textos impressos, televisão, radiodifusão ou ambientes computacionais” (ALVES; ZAMBALDE & FIGUEIREDO, 2004, p.6)

As normas do ensino à distância para a produção, controle e avaliação de programas de educação. Assim como a autorização para sua implementação cabe aos órgãos normativos do sistema de ensino do estado, observando as diretrizes do conselho nacional de educação.

Ao mesmo tempo em que se deve obedecer as normatização do ensino, deve-se valorizar o papel da educação à distância, pois a mesma tem implantado uma nova cultura educacional, comprometida com a formação do educando em múltiplas linguagens, como a ampliação dos espaços educacionais e dos domínios do conhecimento. No entanto, as dificuldades surgirão ao longo caminho, pois o desafio é superar o modelo pedagógico vigente, nos quais os contextos educacionais interiorizam uma visão de cidadania passiva, e ao mesmo tempo apresentam um sentimento de impotência e descompromisso, pois cuja aprendizagem se dá por meio do estudar, memorizar e reproduzir.

Neste sentido, o uso de novas tecnologias deve ser implantado de modo estratégico e planejado, com a capacidade de ser aproveitar as condições favoráveis e ter disponibilidade de construí – lós e cultivá-los para não cair na condição de algo mecânico e automático, coisa típica da má pedagogia e da péssima teoria e prática.

É importante lembramos que são os indivíduos que planejam e colocam em prática as tecnologias da informação nas organizações, sejam elas no trabalho ou no campo educacional, mas para isso é necessários uma série de pré - requisitos, tais como conhecimentos técnicos e sistêmicos e informações sobre a organização, entre outros.

O uso das tecnologias ao qual temos acesso, de alguma maneira ela contribui para facilitar a vida dos usuários, cujo objetivo na organização é auxiliar o agente na tomada de decisões, sendo assim essas tecnologias podem ser chamadas de tecnologias do conhecimento. Pois elas podem contribuir diretamente para o aprendizado do indivíduo, isso quando utilizada em programas de educação à distância. Mas não podemos também generalizar, o uso da mesma de maneira racional, de uma maneira ou de outra sempre contribuir para a aquisição de novos conhecimentos. Enfatizamos o uso da mesma na educação à distância, pois o foco do trabalho é este e, mais a educação depende diretamente das tecnologias da informação, sendo indispensável o uso do computador e da internet.

Para tanto é indispensável o surgimento de um novo indivíduo, capaz de dominar as tecnologias nas suas diversas complexidade, agindo de forma ética, comprometido com toda a organização, sem exceção, lutando por um mesmo objetivo, entre eles o reconhecimento de que a educação à distância é uma modalidade de ensino capaz de romper os paradigmas existentes e arraigados na mentalidade daqueles que tem medo do novo e de superar as barreiras das paredes das salas de aula tradicionais.

Atualmente a ideia de que os usos das tecnologias não fazem parte da educação, é o mesmo que retroceder no tempo, pois é sabido que o mais simples dos textos oferecidos aos alunos em sala de aula passou por um aparato tecnológico. Neste sentido se faz necessário capacitar educadores para que os mesmos tenham um bom desempenho em sala de aula, a fim de que preparar os alunos para enfrentarem os desafios que a educação à distância os impõe com relação aos usos das tecnologias, assim como o mercado de trabalho, que exigem cada dia que os seus trabalhadores tenham pelo menos os conhecimentos, básico de informática. Lembrando que aquisições de conhecimentos em relação às novas tecnologias às vezes podem gerar certos desconfortos na convivência com pessoas mais antigas e de mente fechadas para aquisição e valorização das novas descobertas.

## **2- O AVANÇO NA EDUCAÇÃO Á DISTANCIA COM A LDB**

A educação à Distância, através da LDB 9394/96 e do projeto de Lei nº 1.258/98, capítulo XVI da Educação à distância. Ela é considerada uma forma de ensino que se baseia no estudo ativo, independente e possibilita que o estudante escolha o melhor horário para a realização do mesmo, combinando a veiculação de cursos com material didático de autoinstrução e dispensando ou reduzindo a exigências de presença, desde que os objetivos e as metas sejam atingidos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) trouxe amparo legal à Educação a Distância. Foi sancionada pelo Presidente da República em 20 de dezembro de 1996 por meio da Lei Federal nº. 9.394 e trouxe expressivas contribuições para a modalidade no artigo de nº. 80: 8

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§1º - A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§2º - A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registros de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§3º - As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para a sua implantação, caberão aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (...)

Como vimos a LDB regulamentação da modalidade de Educação a distância no Brasil e os Sistemas de Ensino, a que se refere o §3º, são os órgãos de educação dos Estados e do Distrito Federal.

Consideramos admissível incluir ainda a definição proposta pelo artigo 80 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, uma vez que é a base de regulação para a EAD no Brasil.

Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto - aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (SANCHEZ, 2005, p. 101)

A EAD assume, assim, valiosa posição na formação do indivíduo e sua inclusão na sociedade.

Segundo o no artigo 87 da LDB, reforça a necessidade de elevar o nível de formação dos profissionais, determinando que "cada município e, supletivamente, o estado e a união, deverá (...) realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância".

### **3- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No entanto, a tecnologia não substitui em nível nenhum o ser humano, este medo de que ela vai desalojar as pessoas do papel educativo, é um mito, demonstra que o indivíduo desconhece a função de ambos. A etimologia da palavra tecnológica esclarece a função de ambas, ela apresenta dois sufixos, o primeiro diz "técnica", enquanto que o segundo sufixo "logia" refere-se ao estudo, razão, inteligência, qualidade do ser humano. Isso demonstra que a tecnologia depende da interferência do ser humano, criador e controlador da mesma.

Porém, em todos os tempos, o homem sempre dependeu de alguma forma da tecnologia, mesmo as primitivas, como os traços verticais ou até mesmo as pedrinhas que ele utilizava para contar o rebanho. Na verdade o que se pode notar é que as novidades que ameaçam uma mudança em uma situação de comodismo são amedrontadoras. Mas o que se nota realmente que as pessoas já estão inseridas no mundo globalizado e ainda conseguem rejeitar tais mudanças, digo isto porque podemos notar que a maioria das pessoas consegue retirar saldos bancários, utiliza-se de máquinas domésticas moderna, e, no entanto ainda recusam a ideia de um ensino a distância.

A EAD é uma opção indispensável para avanços educacionais que tem em vista democratizar o acesso ao ensino, elevar o padrão de qualidade de um processo educativo e incentivar o aprendizado ao longo da vida.

Analisando as questões que implicam as recusas desta modalidade de ensino, verificamos que não se trata de recusa exatamente de ensino a distância, o problema é que muitos educadores tem medo que este processo de ensino venha substituir o professor. Mas o que precisa ter em mente é que este novo método de ensino exige um novo agente para operacionalizá-la, um professor readaptado ou preparado para recorrer a mecanismos diferentes.

A excelência do ensino pode ser igualmente proporcionada pelo imperativo da educação, não apenas para ser um procedimento válido para ingressar na universidade, mas sim uma nova maneira para a aquisição de saberes. Pois o nosso país tem muita infraestrutura, porque não utiliza-las em favor da aquisição e interação de saberes.

Neste sentido as tecnologias educacionais precisam ser levadas a sério, a ponto de compará-la com os objetivos que se pretende alcançar com a educação brasileira, como um todo saia da zona de conforto em que se encontra e vai à busca de novas metodologias e estratégias de ensino que venha sanar o desejo de muitos de ter acesso ao ensino superior.

A aprendizagem é promovida pelo compartilhamento e pelo uso da informação, os quais, como resultado, possibilitam novos olhares, novos aprendizados, dentre eles os mais significativos são os novos conhecimentos e as novas habilidades adquiridos.

Conforme Moran (2000) “Estamos numa fase de transição na educação à distância. Muitas organizações estão limitando-se a transpor para o virtual adaptações do ensino presencial (aula multiplicada ou disponibilizada). Há um predomínio de interação virtual fria (formulários, rotinas, provas, e-mail) e alguma interação on-line. Começamos a passar dos modelos predominante individuais para os grupais. A educação à distância mudará radicalmente de concepção de individualista para mais grupal, de utilização predominante isolada para utilização participativa, em grupos. Das mídias unidirecionais, como jornal, a televisão e o rádio, caminhamos para mídias mais interativas. Da comunicação off line evoluímos para um mix de comunicação off e online (em tempo real).”

As comunidades virtuais de aprendizagem permitem que seus participantes interajam entre si, trocando conhecimento, junto com o orientador e animador da comunidade.

Podemos concluir que a Educação a Distância, poderá proporcionar à população uma educação acessível, flexível e de qualidade que atenda às suas necessidades e expectativas, fortalecendo a possibilidade da educação promover o crescimento pessoal de seus alunos e gerando mudanças no seu entorno familiar, profissional e social.

#### 4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAD, G.S. (et al.). Planejamento instrucional em TD&E. In: BORGESANDRADE, J.E.; ABBAD G.S.; MOURÃO, L. (Orgs.). Treinamento, Desenvolvimento e Educação no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ALVES, Rêmulô Maia; ZAMBALDE, André Luiz; & FIGUEIREDO, Cristhiane Xavier. Ensino a Distância. UFLA/FAEPE. 2004.
- AMIDANI, C. Evasão no ensino superior a distância: o curso de licenciatura em Matemática a distância da Universidade Federal Fluminense/CEDERJ – RJ”. 2004. 200 f Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação.
- ARETIO, L. G. Educación a distancia hoy. Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1994. In: GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. Educação a distância sem segredos. Curitiba: Ibpe, 2009.
- BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- BRASIL, Parâmetros Curriculares do Ensino Médio para Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília, DF: MEC.1997.
- KEEGAN, D. Foundations of distance education. 3rd ed. London: Routledge, 1996.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm). Acesso em 08 de junho de 2015.
- MASETTO, Marcos T. Competência pedagógica do professor universitário. São Paulo: Ed. Summus, 2012.

MILL, Daniel. *Docência Virtual*. São Paulo: Ed. Papyrus, 2012.

MORAN, José Manuel. *Ensino e Aprendizagem Inovadores com Tecnologia*. Informática na Educação: Teoria & Prática/ Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação. – vol 3, (set 2000) -. Porto Alegre : UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, 2000-v. pg 137/144.

NAVES, C. H. T. *Educação continuada e à distância de profissionais da ciência da informação no Brasil via Internet*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. (Dissertação, Mestrado em Ciência da Informação). Disponível em <<http://www.intelecto.net/cn~ead>>. Acesso em: 05 junho. 2015.

PACHECO, José Augusto. *Currículo: Teoria e Práxis*. Portugal: Porto, 1996

SANCHEZ, Fábio (coord.) *Anuário brasileiro estatístico de educação aberta e a distância – ABRAEAD 2005*. São Paulo: Instituto Monitor Ltda, 2005.

TODOROV, João Cláudio. *A importância da educação à distância*. Educação a distância: INED. Brasília, v.3, n. 4 e 5, p.5-6, Dez/93 – Abr/94.

## **Educação Ambiental nas escolas, para a Gestão dos igarapés em área urbana, Manaus-AM**

Ana Lucia Soares Machado - Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas (IFAM), ana.machado@ifam.edu.br.

Izabel C. Bruno Bacellar Zaneti - Universidade de Brasília (UnB), CDS, izabel.zaneti@yahoo.com.

Maria Inês Gasparetto Higuchi - Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental (INPA), higuchi.mig@gmail.com.

### **Resumo**

A Educação Ambiental e a gestão das águas são temas recorrentes visto que os cenários apontam para uma crise ambiental global. Um Estado detentor da maior bacia de água doce do mundo, tem negligenciado a gestão sustentável. Este artigo propõe um olhar no processo educativo, para que possa ser reconhecido e valorizado como uma educação socioambiental. Foi utilizado o Igarapé do Mindu como um exemplo no contexto imediato das escolas vizinhas ao mesmo, pois os sujeitos que convivem diariamente com este ambiente, poderiam ser aqueles que promovessem a práxis sustentável do igarapé.

Palavras Chaves: Educação socioambiental; gestão sustentável; igarapé.

### **Abstract**

The Environmental Education and Water Management are recurrent themes as the scenarios point to a global environmental crisis. A state that owns the world's largest freshwater basin has been neglecting the sustainable management. This article proposes a look at the educational process so that it can be recognized and valued as a socio-environmental education. The water stream of Mindu was used as an example in the immediate context of the schools around the water stream neighborhood, since the agents that live daily with this environment, could be those that promoted the sustainable praxis of the igarapé.

Keywords: Socio-environmental education; Sustainable management; water stream

## **1- INTRODUÇÃO**

O agravamento da crise ambiental global com o esgotamento dos recursos naturais acrescidos da fragilidade das economias emergentes, reforçam uma redefinição dos modelos e políticas de desenvolvimento atuais. Nesse cenário a ação reguladora do Estado tem se mostrado insuficiente para atender tais desafios se no seu bojo não houver um conjunto de ações educativas que vislumbrem a desejada sustentabilidade. Cabe à educação assumir cada vez mais uma função transformadora, que, de acordo com Jacobi (2003) a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objeto essencial para promover

um novo tipo de desenvolvimento. Nesse sentido, o processo educativo requer profundas mudanças que almejem o desenvolvimento da consciência ambiental, aspecto crucial para incorporar na sociedade a cultura de sustentabilidade.

Este artigo se debruça nessa direção e propõe um olhar onde o processo educativo possa ser reconhecido e valorizado como uma educação socioambiental contextualizada. Considera-se esse direcionamento educativo como básico para a formação da cidadania ambiental, incorporando não apenas a dimensão ecológica, mas também aspectos sociais nas mais diferentes rubricas de modo a engajar as pessoas na realidade vivida onde as relações de mercado são centrais na tomada de decisões que envolvam a sustentabilidade. A educação socioambiental, se caracteriza, pois, num processo reflexivo e de ressignificações que incluem o cotidiano onde a vida ocorre, levando em conta a realidade física, social, política e econômica das pessoas.

Considerando a realidade vivida por boa parte das pessoas em Manaus-AM, que tipo de ações educativas estariam sendo propostas e realizadas nas escolas da rede pública que circunvizinham o Igarapé do Mindu? O Mindu, como é conhecido, é um rio que corta a cidade de leste a oeste e que tem mobilizado grande atenção política e social devido seu adiantado estado de poluição e assoreamento que finda, em ocasiões de chuva mais intensa, em frequentes inundações com grandes prejuízos aos moradores vizinhos. É no Mindu desde sua nascente até sua foz que vemos a falta de cuidado e proteção (TAVEIRA, 2010), bem como a falta de uma política pública eficiente (OLIVEIRA, et al. 2013).

Este estudo mostra a preocupante realidade do enfrentamento socioambiental, desde aspectos de gestão até ações educativas direcionadas ao problema em questão no contexto das escolas vizinhas ao Igarapé do Mindu, em Manaus, capital do Amazonas. Como essa realidade é entendida e posta em prática no contexto escolar?

## **2- A Educação Ambiental e a gestão das águas como bem comum**

A Educação Ambiental (EA), tem suas raízes nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico aplicado à educação de forma abrangente. Diversos autores (Layrargues, 2010; Guimarães, 2007; Loureiro, 2004; Carvalho I, 2008), sugerem uma EA crítica, transformadora e emancipatória. Crítica na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização e da relação sociedade-natureza. Transformadora, porque discute o processo civilizatório em curso, acredita na capacidade da humanidade construir outro futuro a partir da construção de outro presente e, assim, instituindo novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza. É também emancipatória, por tomar a liberdade como valor fundamental e buscar a produção da autonomia dos oprimidos e excluídos. A complexidade dessa orientação não é simples, e ainda vemos que poucos programas conseguem vislumbrar esses princípios em sua plenitude. Guimarães (2007) indica que a prática da EA em que há ação crítica, num processo social possibilita a formação de cidadãos comprometidos com a qualidade ambiental.

O cidadão socioambiental, termo proposto nesta pesquisa, sugere a formação além de um sujeito ecológico, cunhado por Carvalho I. (2008). Trata-se de um cidadão participante e consciente de suas habilidades no entendimento ecológico (relações de interdependência e características biogeofísicas do ambiente) associadas às suas

características pessoais e socioculturais. Higuchi (2002) afirma que um repertório de ações está baseado nas experiências vividas no dia a dia, que existem relações dinâmicas e de reciprocidade entre as pessoas e o ambiente.

Jacobi (2003) traz especial contribuição para a construção do conceito de cidadão socioambiental a partir de uma EA engajada e compromissada com a cidadania "(...) quando nos referimos à educação ambiental, situamo-la em contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-a como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos" (p. 197). O autor reafirma o fortalecimento da cidadania para todos, ou seja, o fato de sermos todos agentes co-responsáveis na defesa da qualidade de vida. A cidadania aqui posta é o reconhecimento de uma identidade social cujo pertencimento a uma coletividade é inerente e inexorável.

A formação do cidadão socioambiental é um processo permanente, em que representa a possibilidade na dinamização da sociedade atual, mas se valendo de ações e acontecimentos pretéritos com vistas ao horizonte futuro. Cidadãos estes que tenham condições de interagir com o ambiental em que estão engajados em suas vivências cotidianas, mas sem desmembrá-las de um contexto mediato, de macro conexões.

Diante das mais variadas questões ambientais, a água é, sem dúvida uma grande preocupação em todas as esferas de abrangência social, desde o microambiente da casa, o mesoambiente da cidade, até o macro ambiente do planeta. A água também é uma preocupação para a região Amazônica onde este elemento parece abundante e visivelmente presente. Questões relativas ao uso e disponibilidade representam forte elementos da crise ambiental e as preocupações mundiais se tornam palpáveis na cidade de Manaus, principalmente quando se refere aos cursos d'água que formam uma malha real no perímetro urbano.

Várias iniciativas de governança materializadas em Conferências, Congressos e Fóruns tem resultado em políticas públicas de regulamentação e o uso da água como um bem comum e de responsabilidade social. As políticas públicas de uso da água têm tentado integrar e estar em sintonia com uma realidade ambiental, política, econômica, e sociocultural das pessoas com intuito de promover uma *práxis* sustentável. Pouco se pode comemorar o êxito dessas propostas, mas é de consenso que o cidadão socioambiental deva ser capaz de promover um maior envolvimento e mobilização para a efetiva proteção e consumo sustentável desse bem que gera e mantém a vida.

A EA tem um papel fundamental para a formação desse sujeito socioambiental, e tem no contexto escolar um ambiente favorável para a sua formação. Os princípios apresentados por Paulo Freire (1987; 2002), onde o mesmo insiste em toda sua obra na formação de sujeitos sociais emancipados, acrescidos da necessidade de compreender as relações sociedade-natureza para intervir sobre os problemas e conflitos ambientais (CARVALHO I, 2004; Guimarães, 2007) indicam que a prática da EA deva ser parte dos currículos das diferentes instituições de ensino, de forma contínua e permanente (PNEA, 1999). Dentre vários projetos de EA pelo Brasil, uma intervenção específica de EA relacionada a água que pode fornecer significados efetivos em relação a projetos de EA no ensino formal. A proposta coordenada por (CATALÃO, 2006) objetiva que a *práxis* ecopedagógica pode ser protagonista na condução da cidadania ambiental. A assertiva vem ao encontro da proposta desta pesquisa ao focarmos num cenário presente na realidade socioambiental dos cidadãos de Manaus, tendo como foco dessas ações um rio urbano poluído.

A escola desempenha papel fundamental na questão socioambiental, pois o aprendizado é constante e não se faz apenas em salas de aulas, mas em todas as formas de relações e experiências que os alunos desenvolvem em seu meio. Assim, ela fortalece as relações sociais no entorno da escola, do bairro, nas ruas, em suas casas. A proposta escolar é que pais, alunos, funcionários, diretores e outros parceiros busquem conjuntamente soluções para os problemas, compartilhando experiências, ideias individuais, exercitando assim a cidadania e o respeito com o outro. A escola passa a ser vista também como espaço de mobilização social, no qual os alunos tornam-se sujeitos da aprendizagem, compreendendo a importância do conhecimento a partir de sua própria realidade.

É a partir desse entendimento que este estudo se propôs a verificar o quanto as escolas que margeiam um rio, que é objeto de tamanho descaso ambiental e que socialmente abraça todos as comunidades vizinhas num cenário de tragédias cotidianas, contribuem para a formação socioambiental dessas próprias comunidades para a busca da desejada sustentabilidade. Assim, o interesse em conhecer as concepções de EA e a prática educativa dos educadores em relação ao problema que aflige um importante curso hídrico como é o Igarapé do Mindu reside na intenção de verificar a dimensão em que é tratado.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa aqui relatada se caracteriza como um estudo de caso de caráter qualitativo, a partir de dados documentais, entrevistas com gestores das escolas e grupos focais com professores. Esse estudo foi conduzido no ano de 2010 e 2012, época da realização do doutoramento da primeira autora deste texto.

Na sub-bacia do São Raimundo, existe uma concentração de escolas municipais e estaduais, totalizando 286 instituições, pode-se observar na Figura 1, a localização destas escolas. Para este fim, foram delimitadas as escolas nos três âmbitos do Igarapé do Mindu. Na área delimitada como Curso Superior estão as nascentes principais. Na área do Médio Curso e Baixo Curso se encontram o leito e a foz respectivamente (SEMMAS - Secretaria Municipal Meio Ambiente e Sustentabilidade). Foram encontradas 160 escolas ao longo do Igarapé do Mindu, as quais estão distribuídas principalmente no Curso Superior e Baixo Curso, onde estão as regiões mais antropizadas. A partir do Médio Curso, inicia-se o Corredor Ecológico Urbano do Mindu, área protegida, que se destaca por ser o primeiro Corredor Ecológico Urbano no Brasil.

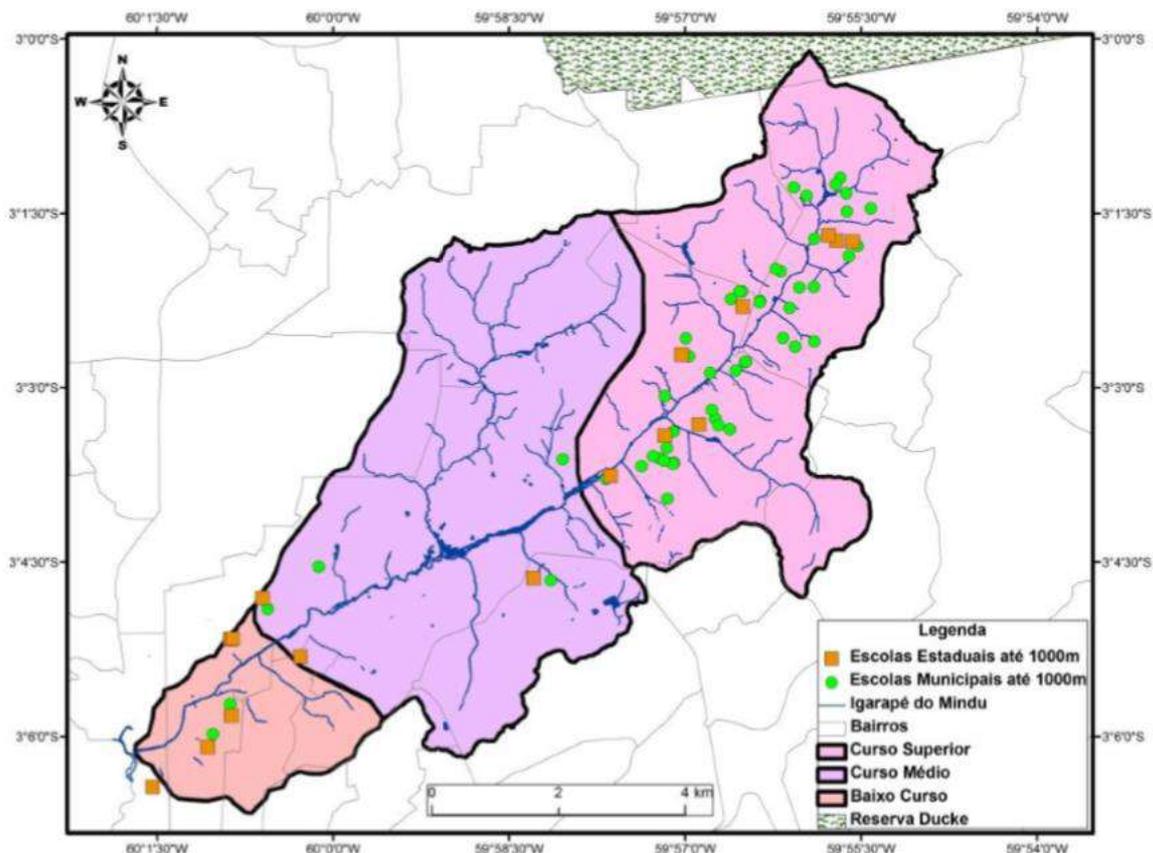


Figura 01: Mapa Localização das escolas até 1000m distancia leito principal Mindu  
 Fonte: A autora com colaboração Donald, A.R.; Shapefile; Semed e Seduc

As escolas pesquisadas são da rede de ensino municipal e estadual de educação básica: ensino infantil, fundamental I e II e ensino médio. Especificamente, identificou-se, num raio de até 1000m de distância do leito principal do igarapé, na sub-bacia do São Raimundo, na cidade de Manaus-AM, 71 escolas: 19 escolas estaduais e 52 escolas municipais, sendo 38 Colégios Municipais de Ensino Fundamental (CMEF) e 14 Colégios Municipais de Ensino Infantil (CMEI).

O critério para a escolha das escolas, para a realização do grupo focal, foi a localização em até 300m de distância aproximadamente do leito principal do Igarapé do Mindu. O professor convidado para essa atividade deveria ter algum envolvimento em projetos com temática ambiental desenvolvidos pela escola. Participaram 05 educadores, no primeiro grupo focal da SEDUC, e no segundo grupo focal 13 educadores da SEMED. Os gestores não foram convidados para o grupo focal, para não intimidar os professores participantes, estes foram entrevistados.

## O olhar dos professores sobre seu papel educativo

A formação profissional varia dentre os níveis de: graduação e pós-graduação (especialização e mestrado). Os professores que coordenam os projetos, na sua grande maioria, ministram as seguintes disciplinas: Biologia, Ciências, Pedagogia e Geografia. A maior parte dos professores atua no ensino a menos de 12 anos.

Esse grupo de professores conheceu e concebeu a EA em sua formação desde a graduação, ao cursar a disciplina de EA, passando pela participação em projetos de extensão ou em discussão de temas correlatos durante as aulas, ou ainda, em cursos de especialização ou de formação. As concepções de EA convergem para o princípio do cuidar do ambiente como uma extensão da educação familiar, fato esse que consideram inexistente entre seus alunos, os quais são vistos como famílias de pouca ou nenhuma instrução e pouco inseridos nos direitos à cidadania.

A EA para a maioria desses professores passou a fazer parte da prática diária a partir de 2005, seja por cursos realizados na graduação ou pós-graduação, além de participação em atividades de extensão universitária ou ainda por exigência da secretária de educação, por meio das Agendas Ambientais, implantadas nas escolas.

As concepções de EA são variadas e contemplam muito dos princípios mais contemporâneos, porém pouco evidenciam a práxis que desenvolvem em seu cotidiano. O entendimento de que “[...] a EA não é bitolada, muitos pensam que é só bichinho, plantinha, reciclagem e não é. Na realidade é o ambiente, o entorno onde a gente vive” é recorrente. Observa-se a dimensão holística de entendimento dos elementos constituintes num processo educativo: “[...] EA é o ambiente que você vive, não tem só o lixo da rua, não tem só árvores, tem as drogas, a corrupção, a prostituição, a fome, tudo isso envolve a EA. [...] foge ao limite do lixo”.

Constatou-se ainda que há entre os professores um aporte teórico onde autores como Edgar Morin e Paulo Freire são evocados. Aspectos pragmáticos, no entanto, povoam o imaginário desses professores, onde a maioria se posiciona no intuito de ver uma efetiva mudança de hábito, substituindo ações não sustentáveis. Muitos defendem que o contexto social, onde os bons hábitos de alguns podem ser imitados promovendo um novo conjunto de posturas. Eles partem do princípio de que se agir corretamente, a sua postura influenciará na mudança de hábito do outro. Essa concepção está intimamente ligada a uma corrente de EA moral e ética, cujos enfoques dominantes são cognitivo, afetivo e moral (SAUVÉ, 2005).

Esses professores, de maneira geral, admitem que “[...] O professor tem poder de influenciar, viver o que se prega, o que você ensina, a criança te copia, a família quer estar perto de você, os colegas te seguem, tem colega que não tem ideia [...] fazer sem cobrar, cada qual sabe seu papel na sociedade [...] A consciência tá aí. Como você tem agido e reagido na sociedade, como tem influenciado seus vizinhos, teu meio [...] reconhecer o erro, procurar consertar os erros. Mudança de postura, perceber seu papel e influenciar. Assim o professor seria um agente transformador, mais em sua prática do que em seus ensinamentos, uma vez que: “[...] Justamente a mudança de hábito, consciência todo mundo tem, mesmo sabendo que é errado a gente faz. A gente precisa se corrigir dos próprios vícios”.

Esse entendimento manifestado pela maioria, no entanto, esbarra na real manifestação de tais ações. O que se constata entre os professores, de maneira geral, é que suas práticas estão distantes da consciência ambiental que professam. É o dito e pouco executado, o discurso e a práxis divorciadas. Todavia, esse paradoxo, por mais que seja evidente, há o reconhecimento de que uma intencionalidade de mudança existe, mas que não é fácil considerando uma série de aspectos da vida cotidiana. Na escola, onde seria o ambiente propício para atitudes transformadoras, vários impedimentos são enfrentados, mesmo por aqueles que dizem querer “fazer a diferença” com projetos e ações ambientais.

Essa diferença, entretanto, se concretiza na medida em que esses professores se sentem amparados por outros grupos de maior relevância social, como o é caso de projetos em parcerias com as universidades e instituições de pesquisa ou por meio de projetos aprovados pela agência de fomento à pesquisa estadual. Segundo os professores, as ações que visam atender uma agenda da secretaria de educação são de alcance reduzido e pouco instigantes, mas ocorrem a despeito da motivação pessoal.

### **Ações de gestão das águas desenvolvidas na escola**

Para uma análise mais precisa, sobre os projetos das escolas, foi feito um recorte metodológico que delimitou as escolas que se localizam em até 300m de distância do leito principal, por serem as instituições que apresentam uma relação direta com igarapé. Dessa forma, identificou-se 5 Colégios Municipais Ensino Fundamental (CMEF), 5 Colégios Municipais de Ensino Infantil (CMEI) e 5 escolas estaduais, totalizando, respectivamente, 15 escolas. Foram selecionadas 15 escolas, no entanto, a pesquisa ocorreu em apenas 14 escolas, pois uma escola municipal havia sido interdita pela Defesa Civil devido a risco iminente de desabamento e enchentes. As 14 escolas com até 300 metros de distância do igarapé, 55% delas situavam-se nas Áreas de Proteção Permanente (APP's)<sup>1</sup>.

Entre as escolas, 8 delas têm mais de 10 anos de fundação (uma delas com mais de 20 anos de atuação no local), e seis são mais recentes, fundadas a partir de 2004. As escolas municipais, cerca de 60%, têm mais de 1.000 alunos matriculados, com uma média de 35 alunos por sala, funcionando em três turnos. As escolas estaduais, onde ocorre a maior demanda por vagos, chega a ter em média 50 alunos por sala.

Foram identificadas ações relevantes efetivas em quatro escolas que atendem às dimensões da sustentabilidade. Mesmo assim, nestas escolas a EA ainda é uma realidade distante daquela proposta pelos estudiosos. Apenas duas escolas apresentaram projeto relacionado ao Igarapé do Mindu, com continuidade e formação socioambiental do grupo envolvido, de acordo com a concepção de EA abordada. A realidade contextualizada, cujo foco direcionado ao fator ambiental mais saliente, que seria o Igarapé do Mindu e comunidade vizinha, é ainda tratada de forma superficial e até certo ponto, desvirtuada. Das escolas pesquisadas, 50% afirmaram que tentam focar suas atividades educativas tendo o igarapé como cenário socioambiental. Porém, o cenário é colocado sob seu ângulo negativo. Em outras palavras, o igarapé é tratado como um problema, uma vez que ele não oferece mais “valor e utilidade” (diversão, suporte, lazer) para aqueles que vivem nas

---

<sup>1</sup> APP - Áreas de Preservação Permanente são regiões nas quais, por imposição da Lei, a vegetação deve ser mantida intacta, tendo em vista garantir a preservação dos recursos hídricos, da estabilidade geológica, da biodiversidade, do fluxo gênico de fauna e flora, bem como do bem-estar da população humana (Código Florestal - Lei nº 4.771/65. Art. 1º).

proximidades do curso. Apenas duas escolas veem o igarapé como uma possibilidade de se desenvolver projetos com os alunos, algo que possa culminar em aprendizagem emancipatória e reflexiva.

O entendimento dos gestores sobre Educação Ambiental, é posto como um instrumento de resolução de problemas, ou em alguns casos como modo de prevenir o pior. Pouco alcance, esses gestores mostram de um entendimento integrado e sistêmico do ambiente, ou seja, ignoram-se as possibilidades de compreender o todo por meio de suas especificidades (CAPRA, 2002). Não é de se estranhar, portanto, que o Igarapé do Mindu, seja apenas uma paisagem grotesca e distanciada, pouco palpável até para os pés que se sujaram da lama do igarapé deixada no quintal ou nas ruas em que moram.

O fato de poucas escolas realizarem atividades contextualizadas sobre o Igarapé do Mindu deve-se a duas questões. Primeiro a desinformação quanto ao fato de que o curso d'água no entorno da instituição faz parte do Igarapé do Mindu ou de outro igarapé; veem-no apenas como um canal de esgoto a céu aberto que não tem mais solução. Segundo, a violência existente nas comunidades locais, principalmente pelo tráfico de drogas e entorpecentes, afugenta e inviabiliza qualquer iniciativa de se transpor os muros da escola e se tratar a questão hídrica que envolve a todos.

Os programas, projetos e ações com temática ambiental estão restritos ao ambiente escolar, em que as atividades são pontuais e planejadas por uma agenda ambiental (Agenda 21 Escolar), obrigatória a todas as escolas, que se determina à prática principal de conservação e organização do patrimônio escolar. Os gestores escolares afirmam que essas práticas são de relevância, já que é uma atividade “correta” de EA aos alunos, gera respeito, educação e compromisso ambiental no local em que estudam. Constatou-se de modo bastante evidente que a maior preocupação das escolas é a conservação do patrimônio escolar, pois este aspecto é enfatizado na Agenda Ambiental sugerida e cobrada pela Secretaria Municipal e Estadual de Educação. Esse fato poderia ser considerado uma forma reducionista de se lidar com as relações (naturais e sociais) existentes no entorno escolar. Contudo, pode-se extrair dessa demanda outro olhar ao se enfatizar que, com o cuidado do espaço escolar, embora não suficiente, é salutar e possibilita desenvolver a partir daí uma identificação carregada de significados das experiências vividas, o que Fischer (1994) aborda como uma personalização do lugar.

Higuchi *et al.* (2009) corroboram com este pensamento, ao afirmarem que a realidade ambiental deve ser reafirmada e resignificada no processo educativo, assim deixam clara a fundamental missão dos programas de EA:

[...] a missão fundamental dos programas de educação ambiental incide em ajudar cada indivíduo a amadurecer o seu potencial como cidadão, protagonista de sua própria trajetória, onde o ambiente é necessariamente o *locus* dos acontecimentos sociais e fonte de produtos e serviços para a manutenção da vida. Por meio desse processo de aprendizagem de competências gerais, se abrem janelas e se traçam caminhos fortalecidos de cidadania plena tanto no âmbito dos direitos quanto nas responsabilidades sociais. Essas competências são vitais na constituição de pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais autônomas em suas escolhas, que acolham e respeitem as diferenças, que pratiquem o cuidado, a

solidariedade e superem a segregação social e o desrespeito aos recursos naturais (HIGUCHI, 2009 p 236).

A diversidade, e até certo ponto, incongruência de entendimento sobre os processos de EA entre gestores e professores ainda é delimitador de conflitos e eficácia das ações desenvolvidas. A EA de forma geral é atribuída e protagonizada como iniciativas pontuais nas disciplinas de Biologia, Ciências Naturais, Geografia, Artes e História. Os princípios da interdisciplinaridade e transversalidade são horizontes não tangíveis no cotidiano dessas escolas, por mais que todos os agentes concordem que a realidade fora do muro, materializada pelo ambiente degradado do Igarapé, seja consensual.

Em relação ao igarapé e as águas, os projetos que algumas escolas desenvolvem são por meio de projetos aprovados pelos professores junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e a Secretaria Municipal de Educação (SEMED). As atividades, mesmo que pontuais, servem para centralizar a questão hídrica como pano de fundo o Igarapé do Mindu. Na semana da água, os alunos de algumas escolas visitaram as margens do igarapé, outros visitaram a Estação de Tratamento da Águas do Amazonas e outros participaram da elaboração de um Atlas Geográfico da Cidade de Manaus.

Destaca-se nesse cenário de ausências, duas escolas, uma escola é municipal de ensino fundamental Professor Themístocles Pinheiro Gadelha localizada no curso superior do igarapé do Mindu (200m) no bairro Jorge Teixeira, segunda etapa. Sua criação foi em 1991, resultado de constantes reivindicações comunitárias. E a outra escola localizada no Médio Curso do Igarapé do Mindu distante menos de 100 m das margens do igarapé, com uma postura diferenciada. A escola E.E. Dom Jacson Damasceno Rodrigues tem um histórico de problematizar questões socioambientais, reconhecida pela comunidade do entorno e objeto de disputa de vagas no início de cada ano letivo. Por ser considerada pela comunidade local como uma escola de qualidade, mesmo estando inserida num contexto de vulnerabilidade social e ambiental. Essa escola municipal, fundada em 2000, sempre se destacou por desenvolver projetos socioambientais contextualizados, seja por meio de atividades da Agenda Ambiental Escolar prevista no programa pedagógico ou de iniciativas individuais de professores que aderem ao Programa Ciência na Escola apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM). Essa escola capilariza suas atividades a partir de fortes parcerias com o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) e UFAM (Universidade Federal do Amazonas).

Os projetos relacionados diretamente ao igarapé do Mindu foram: um no Contexto do Projeto da Semed a escola Professor Themístocles Pinheiro Gadelha, cujo o tema gerador da "Agenda Ambiental Escolar" no período de um ano foi a "Água" que gerou um Atlas Geográfico de Manaus em relação aos igarapés. O outro no contexto da Seduc, E.E. Dom Jacson Damasceno Rodrigues, Projeto 2006-2008: Jovens multiplicadores de educação ambiental: conhecendo, recuperando e valorizando o corredor ecológico da Floresta do SESI/Manaus-AM. Alguns projetos renderam para a escola os seguintes prêmios: em 2008, "Prêmio Multibrás do Meio Ambiente" e em 2005, "Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar".

Segundo gestores dessas escolas, o objetivo principal dos projetos desenvolvidos pela escola foi aumentar a qualidade de vida dos próprios alunos, familiares e comunitários da região. Os resultados alcançados foram: uma escola dinâmica que, juntamente com as

aulas, realizou uma diversidade de atividades que ocorrem concomitantemente. A falta de espaço (quadra poliesportiva, anfiteatro ou pátio) na escola não é empecilho para o desenvolvimento das atividades. A autoestima e a confiança dos alunos oportunizam a superação de obstáculos para sonharem e planejarem um futuro.

Nas demais escolas, mesmo com os programas governamentais com enfoque na Agenda 21 escolar, os projetos e ações, poucos se voltam para os igarapés da cidade. Este é visto como um problema urbano, no qual se devem tomar drásticas atitudes, como aterráló, por exemplo. Pouco se percebe o lugar em que a escola está inserida e, que esta situação geográfica, poderia ser um desmistificador do cotidiano dos alunos. Devido a esse desconhecimento geral, bem como sua importância para o ambiente, os igarapés urbanos na cidade de Manaus estão doentes.

O que se pôde verificar é que os gestores não fomentam nas escolas a necessidade de se ver como parte integrante do meio em que estão inseridas. Sua função se restringe somente ao ensino básico, ou seja, o conteúdo apresentado nos livros, esquecendo-se completamente da sua contribuição à formação de cidadãos e ao entorno. Ao longo do percurso realizado nas 14 escolas foi verificada a grande quantidade de lixo e ocupações irregulares que canalizam seu esgoto diretamente ao Igarapé do Mindu. Assim, sabe-se que as escolas não poderiam mobilizar centenas de moradores, de forma ordenada, para não jogarem esgoto e lixo no local, mas entende-se que há um elo importantíssimo para que esses problemas se amenizem sob a perspectiva da sustentabilidade e da EA a partir da escola.

Vários autores (SORRENTINO, 2005; GUIMARÃES, 2007; LOUREIRO e COSSIO, 2007) notabilizam-se em argumentar que a escola é um meio de formação e mobilização de cidadãos, estes são melhores veiculadores das boas práticas perante a natureza e a sociedade. Mas infelizmente, a práxis educativa está longe de ser totalmente contemplada, por motivos diversos, entre eles, a dificuldade de uma percepção que extrapole os limites escolares e, a falta de uma integração entre gestores, professores e comunidade.

### **A ausência de ações educativas sobre as águas nas escolas**

As responsabilidades escolares são muitas e a EA deve estimular a análise das informações relativas à dinâmica das águas e sua interação com as questões socioeconômicas. Essa atuação contribui sobremaneira para o entendimento da dinâmica de rios alterados pela urbanização desordenada ou pautada por paradigmas de gestão de águas já superados. É fundamental uma atuação no contexto escolar sobre os riscos o mau uso e a falta de conservação dos rios. Além disso, a problematização de políticas públicas mal elaboradas e as condições socioculturais das comunidades devem ser postos como elementos de análise de uma dada realidade ambiental.

Ao seguir seu percurso, as águas refletem as condições naturais e as atividades antrópicas desenvolvidas nas bacias hidrográficas. Em todo o mundo, a expansão de cultivos e de áreas urbano-industriais ocorreu sem grandes preocupações com o meio hídrico, tendo por premissa que a água é um recurso renovável e infinito. Premissa falsa: o ciclo hidrológico não disponibiliza água potável no mesmo ritmo da expansão mundial da demanda. Perante a realidade observada, e que vai de encontro com o discurso e marketing da metrópole no coração da floresta, foram verificadas as dificuldades e desafios encontrados pelos professores que acreditam no trabalho que desenvolvem (MACHADO, 2012).

Lamentavelmente, na região da abundância das águas, constata-se que a maioria das escolas não possui algum tipo ação efetiva que contemple os igarapés, seja para diminuir os impactos negativos, ou para a recuperação e conservação deles. O distanciamento vivenciado na escola relacionados aos igarapés tais como as alagações, desmoronamentos, doenças de veiculação hídrica, entre outros, são negligenciados.

Devido à falta desse entendimento dos gestores de que o igarapé não é apenas um provedor de Recurso Hídrico e que suas águas, depois de poluídas, tornam-se um problema. Os investimentos financeiros e de pessoal para mudar esta realidade são escassos, muito embora as práticas discursivas pareçam andar em direção contrária. Os professores alegam a falta de cursos de especialização em EA e a ausência de apoio por parte dos colegas de trabalho, gestores escolares até chegar às secretarias. Segundo um professor [...] *“Não temos o apoio que precisaríamos ter. Se começa do nada e se acaba no nada. Fizemos um projeto de EA em 2009, mas não deu certo por falta de apoio, era um projeto bom.”* O fato é que há sempre um desestímulo a ser vencido para atividade que protagonizem um processo de EA emancipatório e abrangente o bastante para que ocorra as devidas transformações em prol da sustentabilidade.

De acordo com Higuchi (2003), há uma fragilidade política das organizações comunitárias, que impede que a população possa interferir de maneira mais efetiva, reivindicando o direito de ter resolvidos os problemas fundamentais a uma sobrevivência digna. Nesse contexto, a EA é desafiada a um trabalho que se conduza de forma compromissada, com empoderamento das comunidades e o fortalecimento das fragilidades socioeconômicas e políticas, imprimindo às práticas de EA um caráter transformador da realidade (SAITO, 2012).

Para Armond e Afonso (2010), deve-se compreender a existência de uma relação dialética entre a sociedade e a natureza, de forma que a espécie humana transforma a natureza ao mesmo tempo em que sofre suas influências e respostas. O conhecimento dos processos da natureza em interação com os relacionados à produção do espaço por ação antrópica amplia a função da EA e possibilita consolidar noções de cidadania. No entanto, o que foi observado é que não existem investimentos em projetos e ações voltados à importância do igarapé àquele meio, fica clara a dicotomia entre o entendimento de sustentabilidade e a EA no processo de gestão ambiental. Assim, há um caminho longo e árduo para o desafio em criar condições para a participação política dos diferentes segmentos sociais, tanto na formulação de políticas públicas quanto na sua aplicação, ou seja, o exercício da cidadania.

As políticas públicas existem, seja em âmbito Federal, Estadual e Municipal, referentes aos Recursos Hídricos, Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), estabelecido pela Lei nº 9.433/97, é um dos instrumentos que orienta a gestão das águas no Brasil, como também à Política de EA Nacional e Estadual. Apesar dessas políticas serem um marco legal e terem força de Lei para proteção das águas, não têm sido implementadas ao ponto de alcançar os resultados satisfatórios quanto ao Igarapé do Mindu e demais igarapés em Manaus. Enquanto não houver um entendimento entre os gestores de que a questão ambiental está acima as questões políticas e ideológicas, os programas, projetos e ações serão inconsistentes para alcançar os princípios da EA que estão descritos na PNEA (1999).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos mostra que a EA ao longo dos anos teve uma evolução conceitual entre os atores pesquisados, o que a coloca como uma resposta coadjuvante para buscarmos a efetiva sustentabilidade. No entanto, no universo das práxis, isso ainda, não é alcançado pela maioria das escolas que se prontificam e se auto intitulam defensoras da EA. Mais difícil ainda é encontrarmos os princípios de uma EA Crítica e Transformadora. Há um elo perdido entre o discurso e a contextualização do saber, e isso se mostra como um obstáculo importante na formação socioambiental. Os professores têm ciência de seu papel, mas acabam sucumbindo diante das redes de políticas e fragilidades econômicas e sociais. A espera por um ambiente próspero imobiliza a escola e a formação de uma sociedade mais justa e ecologicamente equilibrada.

É imperativo que o poder público faça a articulação e integração para o fortalecimento da gestão sustentável a partir da dimensão social e cultural nos sistemas educacionais na Semed e Seduc. Como observado, muitas escolas ainda estão alijadas do processo transformador da EA.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMOND, N.B.; AFONSO, A. E. Da Geografia Física à Geografia (sócio) ambiental e seu “retorno” à Geografia: breves reflexões sobre mutações epistemológicas e o campo científico. In: Anais do XVI ENG, Porto Alegre, 2010.

BRASIL. Lei 9.433 de 08 janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, 1997. Diário Oficial da União, 1º. de setembro de 1997.

\_\_\_\_\_. Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, 1999.

CAPRA, Fritjof. As conexões Ocultas. Ciência para uma vida sustentável. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. Editora Cultrix: São Paulo, 2002.

CARVALHO, Isabel C.M. Educação Ambiental Crítica: Nomes E Endereçamentos Da Educação. In: Philippe Pomier Layrargues (coord.), Identidades da Educação Ambiental Brasileira; Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p.

CARVALHO, Isabel C.M. Educação Ambiental Crítica: Nomes E Endereçamentos Da Educação. In: Philippe Pomier Layrargues (coord.), Identidades da Educação Ambiental Brasileira; Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p.

CARVALHO, Isabel C. M. C.. A Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. 4ª. ed.- São Paulo: Cortez, 2008. 256 p.

CATALÃO, Vera L. As qualidades sensíveis da água. In: CATALÃO, V. L. e RODRIGUES, M. S. (org), Água como matriz ecopedagógica – um projeto a muitas mãos, Brasília: Edição do autor, 2006. 227 p.

FISCHER, Gustave-N. SILVA, A.P da, (trad). Psicologia social do ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 216p., 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 17ª. ed., 1987. 107p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 25ª ed. 2002. 54p.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental: No consenso ou embate? 5. ed. Campinas: Papirus, 2007.

HIGUCHI, Maria I. G. e Azevedo, G.C. Educação como processo de construção da cidadania ambiental. Revista Brasileira de Educação Ambiental. Brasília, DF.: Rede Brasileira de Educação Ambiental. 140p. V. il. 63- 70. 2003.

HIGUCHI, Maria Inês G.; ALVES, H. S.C; SACRAMENTO, L. C. A arte no processo educativo de cuidado pessoal e ambiental. Currículo sem Fronteira, V.9, n.1. pp. 231-250. 2009. HIGUCHI, Niro et al.. Governos locais amazônicos e as questões climáticas globais. Manaus: Edição dos autores, 2009.

JACOBI, Pedro R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 18, p. 189-205, 2003.

LAYRARGUES, Philippe P. Educação para Gestão Ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais In: Sociedade e Meio Ambiente: A educação Ambiental em Debate, Loureiro C.F. B.; LAYRARGUES, Philippe P; Castro, R.S. (orgs.) - 6 ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental Transformadora. In LAYRARGUES, Philippe Pomier (org.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004.

LOUREIRO, C. F. B.; COSSÍO, M. F. B. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto "O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental". In: MELLO, S.; TRAJBER, R. (Orgs.) Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental. Brasília: MEC/UNESCO, 2007. p. 57-64.

MACHADO, Ana Lucia Soares. Educação Ambiental para Gestão Sustentável da Água: estudo de caso do Igarapé do Mindu - Manaus, AM.245f. Tese do Programa de doutorado em Desenvolvimento Sustentável Universidade de Brasília-UnB. Brasília, 2012.

OLIVEIRA, Marcela Matos Fernandes de; COSTA, Ana Paula Castelo Branco et al. Corredor Ecológico Urbano do Igarapé do Mindu, em Manaus. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3603, 13 maios 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24430>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SAITO, Carlos H.. Política Nacional de Educação Ambiental e Construção da Cidadania: revendo os Desafios Contemporâneos. In: Ruscheinsky, A. (Org.) Educação Ambiental: Abordagens Múltiplas, 2ª Ed. revista e ampliada. Porto Alegre: Artmed, p.54-76, 2012.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. Trad. Ernani Rosa. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (Org). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SORRENTINO, Marcos et al.. Educação ambiental como política pública. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005

TAVEIRA, Eduardo. Políticas Públicas de Proteção Ambiental no Espaço Urbano: O Caso do Parque Municipal Nascente do Mindu em Manaus, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente a Sustentabilidade na Amazônia) - Centro de Ciências Ambientais - CCA: PPG/CASA - UFAM, Manaus.

## **Educação do Campo: uma experiência prática na formação de professores**

SANTOS, Ivanete Franco dos 1, UFAM, ivanetefranco03@hotmail.com;  
TOSCANO, Joana Darque 2, UFAM, joanatoscano@hotmail.com;  
GUACEBE, Rafela Vieira 3, UFAM, rafelavieirarvg@gmail.com  
NOGUEIRA, Eulina Maria Leite 4, UFAM, eulinanog@hotmail.com.

### **Resumo**

O presente artigo tem o objetivo de analisar o uso de jogos pedagógicos na construção da aprendizagem de alunos em escolas localizadas no Projeto de Assentamento São Francisco (PA), no município de Canutama-AM. Este trabalho é oriundo da parceria do Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE), com a Universidade Federal do Amazonas-UFAM. A proposta foi desenvolver jogos para o ensino da Matemática e da Língua Portuguesa em salas multisseriadas.

Palavras-chave: Educação do Campo; Jogos Pedagógicos; Formação de Professores

### **Resumen**

Este artículo tiene como objetivo analizar el uso de juegos educativos en la construcción del aprendizaje de los estudiantes en las escuelas ubicadas en el Proyecto de Solución de San Francisco (PA), en el municipio de Canutama-AM. Este trabajo viene de la asociación del Programa de Actividad Plan de estudios de extensión (PACE), con la Universidad Federal del Amazonas-UFAM. La propuesta consistía en desarrollar juegos para la enseñanza de las matemáticas y de la Lengua Portuguesa en habitaciones multigrado.

Palabras clave: Educación rural; juegos pedagógicos; Formación de profesores

### **Abstract**

This article aims to analyze the use of pedagogical games in the construction of student learning in schools located in the São Francisco (PA) Settlement Project, in the municipality of Canutama-AM. This work comes from the partnership of the Curriculum Extension Activity Program (PACE), with the Federal University of Amazona-UFAM. The proposal was to develop games for the teaching of Mathematics and Portuguese Language in multi-series rooms.

keywords: Field Education; Pedagogical games; Teacher training

## **1- Introdução**

O presente artigo tem o objetivo de analisar o uso de jogos pedagógicos na construção da aprendizagem de alunos em escolas localizadas no Projeto de Assentamento São Francisco, no município de Canutama-AM. A proposta foi trabalhar o desenvolvimento de jogos para o ensino da Matemática e da Língua Portuguesa em salas multisseriadas.

O jogo pode ser uma estratégia, se bem trabalhado, no processo educativo pois possibilita as crianças e adolescentes se desenvolverem autonomamente através da resolução de situações problemas intrinsecamente ligados aos jogos pedagógicos, tendo todo o seu conteúdo orientado para o desenvolvimento das capacidades cognitivas e afetivas dos alunos.

O curso de Pedagogia do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA)/UFAM destina-se a formação de pedagogos para atuarem como professores nos anos iniciais, educação infantil e Gestão escolar. Nessa perspectiva o curso deve preparar seus profissionais para desenvolverem trabalhos educacionais nos diversos contextos escolares.

A formação acadêmica dos graduando da UFAM está pautada no tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão e deve inserir seus alunos num contexto que propicie experiências e práticas que possam contribuir de forma significativa para sua formação. O IEAA, está localizado no município de Humaitá, no estado do Amazonas e atende alunos dos municípios de Humaitá, Lábrea, Manicoré, Apuí, Novo Aripuanã, além de outros oriundos de vários municípios e outros estados da região.

Nesse contexto amazônico a educação do campo é uma realidade presente e necessária para o desenvolvimento educacional da região. Neste sentido é necessário que a universidade possa proporcionar experiências práticas para seus alunos dentro do contexto e do paradigma da Educação do Campo.

Para este artigo iremos abordar as análises feitas durante todo o processo de desenvolvimento do subprojeto “A construção de jogos pedagógicos para o desenvolvimento de atividades de Língua Portuguesa e Matemática, nos anos iniciais, do Projeto de Assentamento (PA) São Francisco em três escolas municipais” tendo como eixo norteador a vivência e a realidade econômica e social da comunidade, na perspectiva da agroecologia.

A metodologia utilizada é pautada numa perspectiva qualitativa, pois inseri-se no corpo social do processo educativo. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa considerando a participação, o interesse e o desenvolvimento dos alunos por meio das atividades lúdicas como jogos no desenvolvimento das atividades pedagógicas dessas escolas. Podemos observar, com este trabalho, que os jogos pedagógicos despertam muito interesse nos estudantes e também nos professores, pois durante a apresentação dos jogos os alunos passaram boa parte do tempo, focados e interessados nos conteúdos. Além da parte prática da confecção e demonstração dos jogos, foi desenvolvido um estudo bibliográfico para embasar tais atividades.

## **2- O contexto educacional do campo**

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino caracterizada pela sua especificidade conforme sua organização social, cultural e econômica nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo, em seu artigo 2º Parágrafo único, indicam os elementos que definem a identidade da educação e da escola do campo e sua especificidade. Assim,

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2001).

Uma educação do campo devem tem a responsabilidade como formação social e humana das pessoas que ali estão, seja elas trabalhadores rurais ou educadores, este compromisso social devem partir para valorizar dos mesmos por isso.

[...] um diálogo com a teoria pedagógica, com a realidade dos camponeses e do conjunto da população trabalhadora do campo, buscando uma formação humana.[...] e, sobretudo, trata de construir

uma educação do povo no campo e não apenas com eles, nem menos para eles.(CALDART,2004, p.18)

Diante deste confirmação o que podemos analisar é que os educadores tem um grande desafio para ser enfrentado nesse cenário diferenciado que é a educação do campo para desenvolver um trabalho que valorizar os sujeitos que estão inserido nessa realidade social.

Nessa modalidade de ensino quase sempre as salas são organizadas em salas multisseriadas, onde ficam no mesmo espaço físico alunos em diferentes níveis de idades e aprendizagem. As salas multisseriadas são uma solução encontrada pelas secretarias de educação dos diferentes municípios par atender as demandas da escola do campo. Devido a distância que existem entre as comunidades e o municipal responsável pela manutenção dessas escolas.

No estado do Amazonas essa realidade é bastante frequente, as escolas estão organizadas nessa proposta, mas não existe atendimento pedagógico adequado e nem formação continuada aos seus professores. Esta falta de formação continuada aos educadores tem relação como as políticas públicas que existem que dão aparo à estes educadores quando diz “garantir-se formação continuada para os profissionais” (BRASIL,1996).

Uma educação que possibilite o interesse e a motivação dos alunos, “[...] depende do que a escola irá oferecer em relação às atividades práticas [...]”.(RIBEIRO 2013, p. 294), Assim, é fundamental que os professores transformem a sua postura em relação ao ensino e aprendizagem dos estudantes continuamente, levando em consideração os saberes e competências próprios do campo.

### **3. O jogo como instrumento de aprendizagem: uma experiência prática**

O trabalho proposto, estão ligados ao fazer pedagógico dos professores, para proporcionar atividades diversificadas por meio de jogos didáticos, a fim de, estimular e desenvolver a produção do conhecimento pelos estudante do campo. A Educação do Campo tem característica diferenciada pela necessidade de preservar e respeitar os valores culturais do campo e o seu projeto político pedagógico deve estar adequado para a realidade local como confirma Silva, Maraschin, Haetinger (2013, p.3) “[...] A Educação do Campo deve ser aquela que assume a identidade do meio rural, comprometida com um projeto político pedagógico voltado às causas, desafios, sonhos, história e cultura daquele que vive e atua no campo[...]”.

Na pesquisa desenvolvida identificamos muitas dificuldades, inclusive de material pedagógico para o desenvolvimento das atividades. No intuito de realizar uma experiência prática resolvemos trabalhar jogos destinados ao processo de ensino e aprendizagem.

O uso jogo como instrumento de apoia pedagogico dentro do ambiente escolar poderá ajudar os alunos compreenderem o assunto abordado e de suma importancia no processo educacional. Sendo assim, “por meio da atividade lúdica, a criança assimila ou interpreta a realidade a si própria, atribuindo, então, ao jogo um valor educacional muito grande”(PIAGET,1970 apud BRENELLI, 1996).

O jogo pode ser uma estratégia, se bem trabalhado, no processo educativo pois possibilita as crianças e adolescentes se desenvolverem autonomamente através da resolução de situações problemas intrinsecamente ligados aos jogos pedagógicos, tendo todo o seu conteúdo orientado para o desenvolvimento das capacidades cognitivas e afetivas dos alunos

Com isso, foi realizada um dia de vivência na escola com o intuito demonstrar o desenvolvimento dos jogos com os alunos e, em seguida, discutida com os professores. Os

alunos e professores demonstraram muito interesse nessa proposta e percebemos que os alunos ficaram mais focados nas atividades de jogos. Uma regra era que se necessário um aluno maior ajudasse outro aluno menor e dessa forma criar uma equipe de solidariedade no grupo.

Como afirma Paulo Freire (2007) a ação pedagógica libertadora, construída de forma relevante, se estabelece na dialogicidade e na construção de seres inacabados, isto é, educador e educando na práxis de uma educação libertadora.

Todas as atividades desenvolvidas têm como princípio básico uma tomada consciência, de todos os envolvidos, a respeito da realidade educacional e social existente nestas localidades, no intuito de proporcionar o desenvolvimento de subsídios que possam auxiliar a prática didático/pedagógica dos professores atuantes nas escolas do campo, além de propiciar um ensino que promova a ascensão dos educandos com o desenvolvimento de uma educação mais significativa e prazerosa. No entanto, para que o projeto pudesse, realmente, ser concretizado, contamos com a participação de professores da rede pública de ensino, voluntários e parceiraia com Programa Atividade Curricular de Extensão(PACE).

A metodologia utilizada é pautada numa perspectiva qualitativa,[...]” ela trabalha com universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes[...] (DESLANDES, 2012. p. 21), pois nos inserir no corpo da ciencia social e no processo educativo.

Este estudo teve como participantes os educadores e os alunos das escolas municipal, localizadas no Projeto de Assentamento São Francisco, do município de Canutama-AM. A quantidade de sujeito que contribuíram para o estudo foram 03 (três) educadores e 55 (cinquenta e cinco) alunos no total entre as três escolas. Os alunos tinham idades entre 7(sete) anos à 14(quartoze) anos, a duração deste projeto se iniciou no mês de abril e foi até o mês agosto de 2016.

Para tanto foram realizadas diversas reuniões entre os membros do projeto e as professoras e o gestor das escolas envolvidas. Com isso, conseguimos identificar as maiores dificuldades dos alunos no aprendizado da Matemática e da Língua Portuguesa. A partir dessas informações foram construídos 45 jogos, que foram distribuídos nas três escolas do PA São Francisco.

Todas as informações coletadas serviram de base para a realização de pesquisas bibliográficas que pudessem nos proporcionar os conhecimentos e informações necessárias a elaboração e confecção dos jogos que pudessem servir de auxílio ao professor, dentro e fora de sala de aula, no ensino e aprendizagem de acordo com as necessidades detectadas.

Após o período de estudo e sistematização das informações e pesquisas, foram organizadas uma equipe que ficou com a responsabilidade de listar, elaborar e adaptar atividades (jogos, brincadeiras) piloto para apresentar, em uma reunião posterior, aos professores, buscando evitar possíveis problemas quanto à produção e execução destes nas escolas. Torna-se primordial, neste momento, a participação dos professores, pois somente eles poderiam nos dizer o que si adequava ou não ao contexto em que estavam inseridos e, quais as atividades que poderiam ser eficientes ou não.

Em trabalho conjunto com os professores, foram selecionadas as atividades que seriam realizadas e, conseqüentemente, os materiais a serem utilizados (reciclados, naturais ou não). Boa parte dos materiais recicláveis e naturais (exemplo: madeira, garrafas pet) ficaram a cargo dos professores conseguirem juntamente como os alunos e pais, outros foram coletados pelos demais participantes (voluntários e docente). Outros materiais (como papel sulfite, tinta, EVA, TNT, lápis de cor, et.), necessários a concretização de todas as propostas, foram financiados pelo Programa Atividade Curricular de Extensão(PACE). A última reunião foi, após todos estes procedimentos, com os professores (profissionais da escola) para a doação dos materiais(jogos) à escola e demonstração de como pode se utilizar esse material durante as aulas.

#### 4- Análises e resultados

As atividades que foram desenvolvidas após um diagnóstico da realidade educacional das escolas e a proposição de jogos como uma ferramenta para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de seus alunos, considerando que as três salas que foram alvo dessa pesquisa, são sal multisseriadas com alunos de diversos níveis de aprendizagem, com poucos recursos pedagógicos, mas com muita disposição de suas professoras que demonstraram preocupação com as dificuldades de seus alunos.

Todas as atividades desenvolvidas nas escolas do PA São Francisco foram discutidas e propostas pelas próprias professoras e da direção da escola, a respeito da realidade educacional e social existente nesta localidade, no intuito de proporcionar o desenvolvimento de subsídios que possam auxiliar a prática didático/pedagógica dos professores atuantes nas escolas do campo, além de propiciar um material e momentos que promova a ascensão dos educandos com o desenvolvimento de uma educação mais significativa e prazerosa, considerando que “as atividades lúdicas podem contribuir significativamente para o processo de construção do conhecimento da criança. Vários estudos a esse respeito vêm provar que o jogo é uma fonte de prazer e descoberta para a criança [...] (DANTE, 1998, p. 49)”.

Podemos perceber em visitas a esta comunidade que há uma grande dificuldade, enfrentada por professores, pais e alunos, no desenvolvimento de uma educação de qualidade, que valorize o sujeito e promova sua ascensão e emancipação diante do contexto de precariedade em que se encontram as escolas com salas multisseriadas, um número elevado de alunos analfabetos, falta de recursos didáticos, falta de materiais de apoio e, principalmente, de uma infraestrutura adequada.

O trabalho proposto, estão ligados ao fazer pedagógico dos professores, para proporcionar atividades diversificadas por meio de jogos didáticos, a fim de, estimular e desenvolver a produção do conhecimento pelos estudantes do campo. Uma educação que possibilite o interesse e a motivação pelos alunos, segundo Ribeiro (2013, p. 294), “[...] depende do que a escola irá oferecer em relação às atividades práticas [...]”. Assim, é fundamental que os professores mudem a sua postura em relação ao ensino e aprendizagem dos estudantes, levando em consideração os saberes e competências próprios do campo.

Sabemos e percebemos, durante o plano de ação, que há um interesse muito grande por parte dos profissionais da educação (professores e gestores) na transformação das práticas e condições de ensino em busca da promoção de uma educação que, realmente, possa proporcionar aos alunos experiências prazerosas de conhecimento, de pensamento e reflexão, não somente em respeito a conteúdos formais, mas a situações cotidianas que estão a seu redor.

Nessa comunidade não existe um acompanhamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, os professores trabalham conforme sua experiência e de forma muito intuitiva, não é oferecido material de apoio, material didático e material de consumo. A escola não possui condições adequadas e as salas de aulas são quentes, pois apesar de em uma escola possuir dois ar condicionados, nenhum funciona. Nas outras duas escolas, nem mesmo ventilador existe para amenizar essa situação.

O desenvolvimento dessas atividades demonstrou a necessidade de acompanhamento pedagógico nas escolas e formação continuadas aos seus professores, pois todos demonstraram grande interesse em melhorar o desempenho de seus alunos. Com relação aos alunos, percebemos como a estratégia do uso de jogos pode facilitar o desenvolvimento do processo de aprendizagem e torna-la mais prazerosa.

Durante a apresentação dos jogos nas escolas foi muito satisfatória, observamos que os professores e estudantes ficavam entusiasmados e curiosos durante a execução, fator

que contribuiu para o interesse dos professores, de modo que expressam a motivação para modificarem sua práxis, mesmo no contexto diferenciado que é o campo a aprendizagem pode ser diferenciada levando em consideração sua realidade social.

## 5- Considerações Finais

Portanto, diante do que foi vivenciado podemos compreender que Educação do Campo tem suas peculiaridades, incluindo as dificuldades de aprendizagens como qualquer outra intuição escolar seja ela na zona rural ou na zona urbana. Este estudo demonstrou a importância da parceria da Universidade como o programa de incentivo a pesquisa de extensão para serem desenvolvidos nas comunidades que estão aos redores

Os trabalhos que desenvolvemos no projeto, foi fundamental para o nosso processo de formação. Teoricamente recebemos na universidade todos os conhecimentos de que precisamos para nossa atuação futura no campo da educação, no entanto, o que percebemos é que toda e qualquer formação teórica não nos possibilita experiências contextos tão diversificados e complexos quanto o que encontramos no desenvolvimento das atividades promovidas pelo( PACE).

Os estudos, o desenvolvimento de jogos, de planos de trabalho, enfim, a experiência de ter que desenvolver algo para determinadas localidades e situações problemas em princípio pode incômodo, no entanto, foram estas experiências que nos levaram a obter um crescimento tanto profissional de saber buscar alternativas as diversidades, quanto pessoal pois dentro do projeto, nos vemos com grandes responsabilidades e são estas responsabilidades que nos levam a amadurecer e ter uma postura profissional e pessoal mais centrada, além do crescimento acadêmico.

A produção dos jogos em equipe demonstrou a importância de se trabalhar em conjunto, pois os resultados foram gratificantes, porque elaboramos 45 tipos de jogos para serem trabalhados em língua portuguesa e raciocínio lógico. Quando foi a entrega dos materiais nas escolas, observamos o entusiasmo tanto dos professores quanto dos alunos para utilizarem os mesmos como cotidiano escolar.

Deste modo percebemos a importância dos jogos como instrumentos pedagógicos para auxiliar as práticas dos educadores no ambiente escolar, além disso os materiais confeccionados estavam contextualizados com a realidade local com isso observamos a facilidade que os alunos tiveram para usarem, portanto esta experiência foi gratificante para nós como futuros educadores que pensam atuar nesta área da educação.

## Referências

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, 2001. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf). Acessado em 15/10/2016.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – 7.ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 44 p. – Série legislação; n. 95 Disponível em : <http://br.camara.gov.br> Acesso em: 06 de abril 2017.

BRENELLI, Rosely Palermo. **O jogo como espaço para pensar : a construção de noções lógicas e aritméticas**. Campinas- SP: Papirus, 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do projeto político pedagógico da educação**. In: MOLINA, Mônica Castagna, JESUS, Sônia Meire Santos Azavedo de

(orgs). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília-DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. V.5

DANTE, Luiz Roberto. **Didática da matemática na pré-escola: Por que, o que e como trabalhar as primeiras idéias matemáticas.** São Paulo: Ática, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social** cap:1 In DESLANDES, Suely Ferreira, Romeu Gomes Maria (org). Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade- Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

RIBEIRO, M. **Educação Rural.** (p. 293-298) In: CALDART, R. S. PEREIRA, B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. **Dicionário da educação do campo.** 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão popular, 2013.

SILVA. A; MARASCHINM.S; HAETINGER.C. **A formação de educadores do campo em consonância com o contexto socioambiental do vale jaguari/RS.** Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambiente. ISSN 1517-1256, V. 30, n. 1, p. 54 – 70, jan. / Jun.2013.

## **EDUCAÇÃO INFANTIL: SABERES E PRÁTICAS**

TOSCANO, Joana Darque, UFAM, joanatoscano@hotmail.com;  
SANTOS, Jusianny Pereira da Cunha dos, UFAM, jusysantos29@gmail.com;  
CRUZ, Sharlene Nascimnto, UFAM, sharlene\_cruz@hotmail.com

### **Resumo**

Este trabalho é resultado do estágio na Educação Infantil realizado em uma escola municipal de Humaitá-AM sob o enfoque da observação de base qualitativa, no qual teve como propósito, registrar as atividades práticas desenvolvidas no ambiente escolar junto com a comunidade escolar. Teve como objetivos, observar, registrar e aplicar conhecimentos do campo de atuação docente da educação infantil, por meio de atividades formativas, de caráter teórico e prático.

Palavras-chave: Formação, Educação Infantil, Estágio

### **Resumen**

Este trabajo es el resultado etapa de Educación Infantil, celebrada en una escuela municipal de Humaitá-AM con un enfoque en la observación cualitativa básica, que tiene por objeto, registrar las actividades prácticas desarrolladas en el entorno de la escuela con la comunidad escolar. El objetivo fue observar, registrar, y aplicar el conocimiento del campo de juego académica de la educación infantil, a través de actividades de formación, de carácter teórico y práctico.

Palabras clave: Formación, Educación Infantil, Formación:

### **Abstract**

This work is a result of the stage in Early Childhood Education conducted at a municipal school in Humaitá-AM under the focus of qualitative observation, in which the purpose was to record the practical activities developed in the school environment together with the school community. It aimed to observe, record and apply knowledge of the field of teaching activities of children's education, through training activities, theoretical and practical.

Keywords: Training, Early Childhood Education, Internshi

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo pretende apresentar a descrição das observações do estágio supervisionado realizado na Escola Municipal Selma de Miranda Farias dos Santos - CEUS, que está localizada na Rua Pedro Alcântara Bacellar, S/N, no Bairro: Nova Humaitá, na cidade de Humaitá-Amazonas, e suas características administrativa, pedagógica e física. Nesta escola realizamos o estágio supervisionado em Educação Infantil e todas as atividades que se referem ao mesmo. Durante este período do estágio foram divididas as atividades em: observação, participação, regência e a execução do plano de ação. O estágio iniciou no dia 17/10/2016 a 23/11/2016.

Esta disciplina é de suma relevância para nós acadêmicos do curso de Pedagogia, permitindo a aproximação da realidade escolar e a ligação entre teoria e prática. E isto é explícito no título VI da LDB- Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 que se referem aos profissionais da educação nos fornece os seguintes subsídios: "Art. 61. A formação de

profissionais da educação de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas inclusive mediante a capacitação em serviço”. Nesse sentido o conhecimento não ocorre em um momento teórico e em outro momento a prática, mas ambos ocorrem ao mesmo tempo.

O estágio foi realizado sob o enfoque da observação sobre foco qualitativo, no qual deve como propósito de registrar as atividades que eram colocadas em prática e desenvolvidas no ambiente escolar junto com a equipe que faz parte da comunidade escolar, através do registro de imagens (com a autorização de uso de imagem da crianças), anotações da atividades ocorreram no espaço e analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP).

O presente estágio na Educação Infantil teve como objetivos, Observar cuidadosamente o campo de atuação professor da educação infantil, com a propósito de firmar e articular as competências ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico e prático, proporcionar a aproximação da realidade profissional por meio da participação em situações reais de trabalho, conhecer a dinâmica do processo pedagógico - a escola, os espaços educativos, as crianças e as rotinas, visando à realização da prática pedagógica. O trabalho estar dividido em capítulos, onde o primeiro capítulo abordará a caracterização do campo do estágio, que falará sobre a instituição Selma de Miranda Farias dos Santos – CEUS, que foi local que se realizou o estágio, pois o mesmo foi de suma importância para formação profissional e pessoal para os pedagogos que estiveram nesta fase do desenvolvimento acadêmico. No campo de identificação tem como intuito descrever o contexto histórico e suas lutas em voltar da construção da escola na comunidade que está inserida. É importância do trabalho em equipe (administrativo, pedagógica) e junto com estrutura física e materiais que ajudam para o funcionamento da mesma.

No segundo capítulo discorrerá sobre as dimensões pedagógicas da instituição CEUS que inclui as propostas pedagógicas da escola que tem como objetivo mobilização da instituição junto à comunidade para o alargamento da solidariedade entre eles. E contextualizar do Projeto Político Pedagógico da escola, como o mesmo estar sendo planejando para atender as clientela que estão matriculadas na escola. No último capítulo abordará sobre a análise da prática do estágio que foram vivenciados e observados dentro e fora da sala de aula, que tudo isso ajudou no planejamento da proposta do plano de aula para elaboração da regência. E também apresentará como ocorreu a escolha do tema do o plano de ação que foi apresentado na escola em turnos diferentes.

Portanto este estágio foi de grande relevância e aprendizado para dos acadêmicos que atuaram neste campo, pois esta etapa faz parte da formação profissional de pessoas que pensam se educadores no futuro. Trata-se de um processo do desenvolvimento do currículo do curso e tem como princípio metodológico, e ampliação de competências profissionais referente aos conhecimentos adquiridos seja na vida acadêmica, profissional ou pessoal, e permite os alunos fazerem a leitura, mas ampla e crítica sobre o seu papel social.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DO ESTÁGIO.**

A escola Municipal “CEUS” está situada à Rua Stanislau Afonso, nº 1493, no Bairro Nova Humaitá, CEP. 698.000.000, nas antigas instalações do Instituto Educacional Canaã. O prédio é alugado e tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Humaitá. A instituição foi regulamentada através da lei municipal nº 480/09 em fevereiro de 2009 em cumprimento a regulamentação da Constituição Brasileira Brasil (1988), e a lei de Diretrizes

e Base da Educação Nacional- LDBEN 9394/1996, que fundamentam a legalidade da Educação em princípios que nortearão a conduta dos Estados e Municípios da Nação Brasileira como diz na Constituição Federal (1988) em seu art. 2º aponta que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sua oferta será gratuita em todos os Estados e Municípios” (BRASIL, 1988. p,136).

A instituição oferece dois de Ensino a Educação Infantil e com as modalidades de Jardim I e Jardim II. Atualmente, Escola Municipal Selma de Miranda Farias dos Santos – CEUS está localizada na Rua Pedro de Alcântara, Bairro Nova Humaitá. Suas modalidades de ensino são: Educação Infantil sua clientela é jardim I e II. Sua entidade mantenedora é a Prefeitura Municipal de Humaitá.

O prédio da escola CEUS atualmente está localizada em um conjunto de residências(apartamentos), deste do início do ano em 2016, que funciona neste ambiente a diretoria, secretaria, sala de professores. Mesclada por quatro turmas de educação infantil I(jardim-I) e quatro turmas de educação infantil II (jardim-II), em cada turma composta com máximo 20 alunos por sala. Não sei falar sobre as turmas que tinham alunos com deficiência se era a mesmo números de alunos, cada sala de aula possuíam um (a)professor(a), seu horário de funcionamento era matutino e vespertino

A criação da escola “CEUS” ocorreu em função da extinção da Escola Canaã da Paz. Na ocasião a referida escola foi extinta por questões políticas. Todavia, a Igreja Batista Canaã da Paz, na pessoa do Pastor José Raimundo Mesquita e a comunidade local da igreja, não se contentaram com fechamento da escola, pois o pastor da comunidade evangélica sempre se preocupou em incentivar a educação na comunidade.

Ao longo da existência da escola Canaã no decorrer dos anos de 1991 a 2006 foram travadas muitas lutas, entre as quais, o falecimento da pedagoga e segunda diretora da escola Canaã Selma de Miranda Farias dos Santos, fato este que deixou a comunidade e a área educacional entristecida, tendo em vista que ela muito fez em prol da comunidade, pois sempre se preocupou, no decorrer da sua existência enquanto educadora em motivar uma pedagogia que estivesse voltada para os problemas e anseios da comunidade. Após seu falecimento, assumiu a direção da escola interinamente a professora Rita de Cássia de Souza Moura e em 2007 assumiu a direção escolar Nelma de Miranda Farias da Costa.

Com o fechamento da Escola Canaã, o estabelecimento ficou restrito apenas as atividades religiosas da própria igreja. A partir da metade do ano de 2008 reinicia-se a luta pela reabertura da escola Canaã, pois a comunidade do bairro nova Humaitá e os bairros do entorno da escola extinta, ansiava pela reabertura da mesma tendo em vista o deslocamento das crianças para outras instituições educacionais ser muito distante.

Em 17 de fevereiro de 2009 o Prefeito Municipal de Humaitá. José Cidenei Lobo do Nascimento, em solenidade na Câmara Municipal autoriza a criação do Centro Educacional Professora Selma de Miranda Farias Santos- CEUS, nas antigas dependências da escola Canaã através da Lei Municipal 4.480/09. O novo nome do estabelecimento educacional foi dado em homenagem a nossa amiga e ex, diretora Selma, já falecida, e em seguida através da portaria nº 107/2009 resolve nomear a Sra. Maria Gardênia da Silva Reis Saraiva, pedagoga e especialista no ensino infantil para o exercício das atividades de direção e Teresinha Flauzino Lopes e Silva, pedagoga e especialista em psicologia escolar para as atividades de coordenação pedagógica da escola “CEUS”.

Atualmente a escola CEUS está sobre a gestão da senhora Maria Aldenira da Silva Nina. A escola atende os alunos de quatro anos(4anos) e de cinco anos(5anos).

A estrutura administrativa de uma instituição escolar é importante para o bom funcionamento do desenvolvimento do trabalho em equipe. Entretanto quando todos trabalham em conjunto o resultado flui, como nos diz Marques (2003, pág.; 110) a direção administrativa da escola, com exteriorização das ações educativas, torna-se legítima como tarefa de todo o organismo escolar, tarefa de uma corresponsabilidade assumida pelo coletivo dos educadores [...].

Abaixo segue um quadro contendo a quantidade de funcionários que esta instituição dispõe:

Quadro:1 Funcionários da Instituição:

GESTOR(A)	01
SECRETÁRIO(A)	01
PEDAGOGO(A)	01
MERENDEIRAS	02
VIGIAS	02
AUXILIAR DE SERVIÇO GERAL	03
PROFESSORES	11

Fonte: Dados coletados na escola(2016).

Atualmente no suporte administrativo da instituição uma parte é pertencente ao quadro permanente e outra é admitida através do processo seletivo simplificado que acontece todo início do ano letivo. Pertencente ao quadro permanente atual 1 vigia, 1 merendeira, os demais são pertencente do processo seletivo. Que percebemos antes de finalizar o ano letivo já havia menos funcionários principalmente do quadro do serviço geral que fazia a limpeza da escola.

A escola CEUS, tem sua estrutura física diferenciada, pois a mesma está localizada no conjunto de residências(apartamentos), que neste ano foi alugado pela a Prefeitura do Município para realização do ano letivo. Que pode ser observado é que a mesma não tinham um espaço como cobertura para realização da atividades livres para as crianças com por exemplo: na hora de brincadeira com materiais pedagógicos (gangorra, escorregador etc.), tinham que ser exposto ao calor no pátio entre os apartamentos. Na hora da brincadeira com os brinquedo não deve acontecer somente por acontecer, pois faz parte da cultura dos alunos, mas sim devem ser o momento que alunos devem deixa sua imaginação fluir e agir, por isso que:” o brinquedo aparece como um pedaço de cultura colocado ao alcance da criança. É seu parceiro na brincadeira. A manipulação do brinquedo leva a criança à ação e à representação, agir e a imaginar”. (BOMTEMPO, 2008; pág.; 75).

Mas no que se refere o ambiente que eram usadas como salas de aula eram 08(oito) apartamentos, dividido em 06(seis) cômodos (sala, cozinha, 02 banheiros e 02 quartos), que na sala e cozinha funcionava como a sala de aula, uns do quartos funcionava o espaço de leitura e outro deposito de materiais dos alunos, eram climatizado o ambiente escolar, as mesas possuíam tamanho adequada e cadeiras pequenas de acordo com idade das crianças. Como diz RCNEI Vol. II(1998, pag.52) “As cadeiras e mesas utilizadas pelas crianças, os berços e os sanitários precisam ser adequados ao seu tamanho, confortáveis e permitir que sejam usados com independência e segurança”.

A diretoria e secretaria funcionar no mesmo apartamento devido que havia divisões dentre dele, era um ambiente climatizado, tem 01(um) computador, 01 (uma) impressora. Já sala dos professores existia 01 (uma) copiadora que auxiliar no desenvolvimento das atividades pedagógicas dos educadores(a).

Relatando que foi observado durante período do estágio, em relação a estrutura física da escola CEUS, deixa a desejar, porque não tinha um espaço com cobertura para realização de qualquer atividades no ar livre, no dia do plano de ação foi muito desgastante tanto para nós quantos para alunos, pois ficaram sentados no corredor expostos ao calor e nós apresentamos entre um lado e outro dos apartamentos exposto ao sol. Outra coisa que ficou a desejar foi na hora do lanche dos alunos, ficavam sentados fora da sala de aula para lancharem não tinham um espaço que os mesmos pudesse comer sentado em uma mesa segundo o RCNEI Vol.II (1998, p. 37) “as crianças podem se alimentarem dentro da sala de aula” e não fora como acontecia na escola. Que o ambiente deve se propicio ao desenvolvimento da cultura alimentar e confortável como explicar o RCNEI Vol. II em suas recomendações sobre alimentação (1998, p. 57) “servir refeições em ambientes higiênicos, confortáveis, tranquilos, bonitos e prazerosos, de acordo com as singularidades de cada grupo etário e com as diversas práticas culturais de alimentação”

Por tanto neste momento de alimentação deve uma organização para que os alunos possam fazer uma refeição em ambientes tranquilos e de a possibilidade de socializar entre eles, onde o (a) professor(a) vai ter um papel importante que é fazer que a harmonia permaneça entre os mesmos. De acordo com o RCNEI “a organização dos momentos de oferta de alimentos precisa ser feita em ambientes mais tranquilos, em pequenos grupos, com acompanhamento mais próximo pelo adulto[...].” (BRASIL, 1998, p.37). Que todos os ambientes que compõem uma escola devem proporcionar a aprendizagem e segurança aos alunos.

Atualmente como a escola funciona no conjunto de residência é um estabelecimento de porte pequeno não propriamente construído para funcionamento de uma escola. O quadro logo abaixo esta demonstrando como é feita a divisões física e materiais da escola CEUS, que todos esses espaços e objetos ajudam no desenvolvimento da mesma conforme podemos observar no quadro 2:

Quadro:2 Estruturas Física / Material

SALAS DE AULA	08
DIRETORIA / SECRETARIA	01
SALA DE VÍDEO/BRINQUEDO	01
SALA DE PROFESSORES	01
COZINHA	01
BANHEIROS	12
DATA SHOW	01
TELEVISOR	01
COMPUTADORES	02
MAQUINA COPIADORA	01
IMPRESSORA	01
APARELHO DE DVD	01
CAIXA AMPLIFICADA	01
MICROFONES	02
MESA DE PEPELIM	01
ESCORREGADOR	01
GANGORA	01
CESTA DE BASQUETE	01
CASINHA DE FANTOCHES	01

Fonte: Dados coletados na escola(2016)

Diante deste quadro podemos observar que muito precisa ser feito na questão de recursos materiais, pois durante o período de estágio poucas vezes assistimos às crianças usando esses recursos a casinha do fantoche poderia ser ter melhor utilidade nas atividades escola. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil - RCNEI:

A interação social em situações diversas é uma das estratégias mais importantes do professor para a promoção de aprendizagens pelas crianças. Assim, cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma a que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a auto-estima. (BRASIL, 1998, p.31).

Portanto a interação ente professor e aluno é de grande valor para o desenvolvimento do educando na aquisição de novos conhecimentos, que o professor devem aproveitar os conhecimentos prévios que esse aluno já traz do conhecimento do mundo.

A escola CEUS possui 11(onze) educadores(as), para atender 310 alunos que estão dividido em dois turnos, matutino contem cento e cinquenta e cinco alunos (155 alunos) e vespertino com cento e cinquenta e cinco alunos (155 alunos). Mas 10(dez) dos educadores(as) tem formação qualificada para atuar, porém 01 um (a) dos educador (a) não aparecer sua formação no PPP da escola. A escola não souber nos dizer qual era a qualificação deste (a) educador (a), como isso demostrou que a escola CEUS está negligenciando que diz a lei não respeitado o que escrito na LDB (1996) expõe, no título VI e no artigo 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Conforme consta na LDB (1996) os docentes para atuar na educação básica necessitam ter graduação, diante desta informação, foi feito um levantamento na escola que estagiamos a fim de visualizar a formação dos profissionais que estão lotados nesta instituição. A exposição do quadro 3 está informações sobre os profissional que compõem a estrutura pedagógica da escola CEUS.

Quadro:3 Estrutura Pedagógica

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL
P.1	Professor(a)	N. Superior e Teologia	Efetivo
P.2	Professor(a)	N. Superior	Efetivo
P.3	Professor(a)	N. Superior	Efetivo
P.4	Professor(a)		Processo Seletivo
P.5	Professor(a)	N. Superior e pós- Psicologia Escolar	Efetivo
P.6	Professor(a)	Pedagogia	Efetivo
P.7	Professor(a)	Pedagogia	Efetivo

P.8	Professor(a)	N. Superior	Efetivo
P.9	Professor(a)	N. Superior	Efetivo
P.10	Professor(a)	N. Superior	Efetivo
P.11	Professor(a)	N. Superior	Efetivo

Fonte: Dados coletados na escola(2016).

Os (as) professor (as) foram identificadas pela letra P para preservar a identidade das mesmas. Diante do quadro de profissionais da educação apresentado podemos identificar que maioria são concursado tem capacidade para atuar na área da educação infantil.

### 3- DIMENSÃO PEDAGÓGICA

O projeto político pedagógico que conduz a Escola Municipal Selma de Miranda Farias dos Santos – CEUS, apresenta uma filosofia onde instituição dever promover uma aprendizagem para os aluno possa agir na sociedade onde está inserido, cultivado de forma plena os aspectos físico, sociais, espirituais e morais do aluno.

Por sua vez a instituição não defende uma linha pedagógica especifica, mas persiste em uma linha que se preocupa com a valorização do ser humano como um todo, por tanto, mais está próximo da perspectiva da Pedagogia Crítica Social dos Conteúdos mais especificamente a Libertadora de Paulo Freire.

A instituição tem alguns objetivos como: Perseguir o ideal de educação proposto pela Lei de Diretrizes e Bases, e a Constituição Brasileira; mobilizar a escola juntamente com a comunidade escolar juntamente com a solidariedade e parceiras entre as partes envolvidas; resgatar e ampliar a autonomia da escola. Reduzir o índice de reprovação e evasão escolar mediante uma proposta escolar desenvolvida com um planejamento sistematizado, tendo em vista a avaliação continua da proposta estabelecida.

Nessa perspectiva, a escola “CEUS” abre caminhos para a veiculação e realização de um espaço de democrático que possa oferecer condições de continuidade aos estudos e ingressos em níveis posteriores, levar a pessoa à um processo de exclusão social.

O Projeto Político Pedagógico é um documento oficial de instituições, pois o mesmo vai conter seus objetivos, como está expresso na LDB-Lei N<sup>o</sup>.9.394/96 que, em seu artigo 12, define, entre as suas atribuições de uma escola, a tarefa de “[...] elaborar e executar sua proposta pedagógica” que almeja alcançar para aquele ano, dever ser entendido como uma orientação e possibilidades para a escola.

O PPP é documento que irá ser norteador das ações da escola que, ao mesmo tempo, oferecer um exercício de reflexão sobre o processo de tomada em seu campo. Para elaborar um PPP é preciso a participação de todos membros da comunidade escolar (Professores, pais, gestor etc), isso será possível através de uma “gestão democrática” como explica a Constituição Federal de 1998, em seu artigo 206, aponta, como uns dos princípios para a educação “[...] a gestão democrática do ensino público”. Esta mesma preocupação existe na LDB-Lei N<sup>o</sup>.9.394/96, em seu artigo 3<sup>o</sup> que trata sobre a gestão democrática e no seu artigo 14<sup>o</sup> afirma que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridade se conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação das comunidades escolar e local em conselhos escolar e sou equivalentes.

As instituições têm a responsabilidade de elaborar seu próprio PPP, de acordo com as suas clientelas onde está inserida, porém que pode ser analisado no documento(PPP) da escola Ceus, que o mesmo não estava atualizada, pois haviam bastante informações da antiga escola “Canãa” quase nada da nova escola “CEUS”. Os dados que havia eram somente dos funcionários que estava trabalhado naquele ano(professores(as), vigias, serviços gerais, merendeiras e etc.).

Que os âmbitos de experiências que é ensinado na escola CEUS está de acordo com idade das crianças é de 04 anos (quarto anos) a 05 anos (cincos), onde devem ser trabalhados a formação pessoal, social e conhecimento do mundo. A escola oferecia possibilidade de interação, de alunos com os outros alunos, dessa formar criando um lugar de respeito, confiança e proporcionando assim a identidade e autonomia da criança como diz: RCNEI (1998, p. 46) “[...] que as instituições possam oferecer condições para que as crianças aprendam a conviver, a ser e a estar com os outros e consigo mesmas em uma atitude básica de aceitação, de respeito e de confiança[...]” A mesma possui uma rotina de trabalhos que ajudam no desenvolvimento prática dos educadores (as) em sala de aula. Mas como essa rotina deve na escola segundo RCNEI em seu Volume I:

A rotina representa, também, a estrutura sobre a qual será organizado o tempo didático, ou seja, o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças. A rotina deve envolver os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagens orientadas[...] (BRASIL.1998, p.54)

Neste requisito a escola não concretizava a rotina conforme diz os documentos que cuidar da educação infantil (RCNEI), do cuidado com o corpo, ou seja a higiene pessoal das crianças, que incluía a lavar as mãos antes da alimentação e escovar os dentes depois da merenda, que estava também escrito no PPP da escola no aconteceu perante a observação do estágio.

O planejamento é uma tarefa muito simples, se comparada ao esforço de colocá-la em prática com todos os envolvidos (gestor(a) professores e alunos), ele também é a garantia de uma boa prática a ser desenvolvida em sala de aula, e quando é bem realizado revela ao próprio professor(a) o que ele precisa melhorar. O planejamento da educação infantil devem abordar diversos conteúdos para favorece a aprendizagens dos alunos, como confirma o RCNEI (1998, pág. 49) que:

O planejamento do professor para que possa completar as seguintes categorias: os conteúdos conceituais que dizem respeito ao conhecimento de conceitos, fatos e princípios; os conteúdos procedimentais referem-se ao saber fazer e os conteúdos atitudinais estão associados a valores, atitudes e normas.

Todos esses requisitos foram desenvolvido no planejamento realizados pelo(a) professor(a) durante o estágio supervisionado, pois o mesmo ocorriam na sexta-feira após a merenda. Um desse planejamento podemos observar que o(a) mesmo(a) teve a preocupação como as dificuldades de alguns alunos tinham para assimilação do alfabeto (X, Y e Z), que nesta atividade que iriam se realizada estava trabalho o conteúdo conceituais, que envolvem o uso de imagem ou representação que poderia dar sentido de acordo com os conhecimentos prévios dos alunos.

Segundo LDB 9.394/96 no seu artigo 29, deixa bem clara o que é a educação infantil e qual sua faixa etária que atende, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade [...], portanto o (a) educador(a) que observamos que teve todas estas preocupações com as crianças que ali presente em planejar de acordo as especificidades da clientela.

#### **4- ANÁLISE DA PRÁTICA DO ESTÁGIO**

A consolidação do estágio supervisionado na educação infantil na escola municipal Selma de Miranda Farias dos Santos - Ceus, teve o início no dia 17 de outubro 2016 até 23 de novembro de 2016. As observações no período da efetivação do estágio são de suma importância para a formação de pedagogo ou de qualquer profissional que queiram atuar no campo de educação.

Com base nos objetivos do estágio supervisionado é possível assinalar aspectos relevantes quanto ao nosso crescimento profissional e acadêmico a nossa participação no estágio foi de grande valor para minha formação e experiência que levaremos para toda vida. Foi o momento que podemos fazer a relação entre a teoria e a prática em sala de aula, contribuimos em tudo que as professoras nos pediam.

Durante o estágio comparecemos regularmente ao local do estágio nos dias e horas marcadas desta forma o cotidiano da escola nos fez ver o quanto os professores merecem ser respeitados e valorizados, pois com todas as dificuldades que a educação tem passado esses(as) professores (as) tem lutado para fazer uma educação de qualidade independente de qualquer fato.

Por tanto foi uma experiência, marcante, pois ainda não havia vivido essa experiência na prática. Foi desafiadora, tive várias dúvidas, medo de não alcançar e ficando insegura. No entanto foi satisfatório para aprendizagem enquanto acadêmica e futura profissional.

A sala de aula onde foi realizado o estágio é uma turma de educação infantil pré-I, composta por 20 alunos com idade média de 04 anos, uma professora, poucas vezes estão as 20 crianças em sala de aula, são bastante participativos e geralmente seguem sem problemas maiores os limites impostos pela linha pedagógica comportamental. De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil diz: “um professor para cada 20 crianças de quatro a seis anos” (BRASIL, 2006 p.34).

A proposta pedagógica do(a) professor(a) está voltada para uma educação liberadora e crítica, numa perspectiva do Construtivismo, que a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos como diz Antunes (2004; pag,90) “que o conhecimento é construído pelo aprendiz, e não fornecido pelo professor” como isso podemos perceber que o (a) professor(a) não devem desvalorizar os conhecimentos que os alunos traz consigo.

Estes foram os dias de estágio que houve observação da estagiária, e sempre que a professora regente pedia a intervenção atendeu-se prontamente a solicitação da professora supervisora. Notamos que os alunos desta turma são muito participativos e tem um nível de aprendizado bem elevado, em relação a aprendizagens na escola CEUS, demonstram que o (a) professor(a) segue uma rotina no desenvolvimento das atividades, por exemplo:

Na segunda-feira era dia de ir para sala de vídeo, a aula iniciava a partir das treze e quarenta e cinco (13h:45min). Por conta de existir alunos que moravam na área rural. Depois se realizava o boa tarde com oração e músicas, em segunda atividade escrito e posterior o (a) professor (a) levava os alunos para sala de vídeo onde os mesmos assistiam vídeo que falava sobre as partes do corpo humano e movimentos que podemos fazer com o corpo. Estes vídeos estavam trabalhando a construção da identidade e autonomia dos alunos como forma está escrito no RCNEI (1998, pág., 39) que: “as capacidades de ordem física estão associadas à possibilidade de apropriação e conhecimento corporais, ao

autoconhecimento, ao uso do corpo na expressão das emoções, ao deslocamento com segurança”.

Na terça-feira era o dia de leitura que ocorriam depois da merenda, o (a) professor (a) fazia um roda para conta a historinha para os alunos como dramatização do fatos que ocorriam dentro da história e fazendo perguntas a eles sobre os momentos da história. Que percebermos, nos rostos deles a alegria de estar escutando aquela história.

Na quarta-feira dia de brincar. Que o (a) professor (a) deve ter a consciência que aquele momento de brincar não pode se somente de lazer, mas também de novas aprendizagens para as crianças, que as escolhas sobre que tipos de brincadeira irá contribuir para essa nova aprendizagem cabem ao professor seleciona, segundo Antunes (2004, pág.; 31)

[...] é no ato de brincar que toda criança se apropria de realidade imediata, atribuindo-lhe significado [...] organizar o que se busca ensinar, escolhendo brincadeiras adequadas para melhor se aprenda. [...] a brincadeira bem conduzida estimula a memória interior, exaltar sensações emocionais, desenvolve a linguagem interior e as vezes, a exterior, exercita níveis diferenciados de atenção e explora com extrema criatividade diferentes estados de motivação.

Este momento deve organizado e planejado para ser construindo o desenvolvimento social, afetivo onde poderá proporciona a imaginação das crianças e outros tipos de habilidades tudo isso através da brincadeira.

Na quinta-feira era trabalhado com massinha de modelar, de acordo com a letra ou número que estava sendo desenvolvido na semana. Na sexta-feira era aula de pintura com heróis que os alunos gostavam (escolhido pelos alunos). O (a) professor (a) estava trabalhando como métodos diferenciados para que os alunos pudessem compreender as atividades realizadas com forme esta explicito nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil (2010, pág. 25-26) que devem:

Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical; Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos; Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;

A rotina ocorre dentro do ambiente escolar era efetuado semanalmente, a tonando assim atividades permanentes como Diz RCNEI no volume I:

São aquelas que respondem às necessidades básicas de cuidado, aprendizagem e de prazer para as crianças, cujos os conteúdos necessitam de uma constância. A escolha dos conteúdos que definem o tipo de atividades permanentes e serem realizadas com frequência regular, diária ou semanal [...]. ( BRASIL. 1998.p. 55).

Por tanto todas as atividades planejada e atingida pelo(a) professor(a) estão de acordo com RCNEI, que deixa exposto como deve ser feita na prática desta rotina, pois a mesma vai ajudar os alunos construir uma agenda de horário ou seja, a compreensão que tudo tem seu tempo para se realizador, que tudo isso é de suma importância para desenvolvimento cognitivo da criança.

Ao término de todas as aulas a professora pede que os alunos guardem os seus materiais para esperar o sino tocar. Nesse momento a professora se direciona para a porta e conforme os pais ou responsáveis chegam ela se despede e direciona os alunos até os mesmos. Segundo Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Vol.2:

São previstos espaços para o acolhimento das famílias e/ou responsáveis, tais como local para amamentação, para entrevistas e conversas mais reservadas e para reuniões coletivas na instituição de Educação Infantil (2006. p. 41).

Quanto aos métodos de avaliação que o(a) professor(a) utilizou foi o acompanhamento através da observação e registros, conforme Diretriz Curriculares para educação infantil que:

Observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil (BRASIL, 2010; p. 29)

A relação professor- aluno demonstrava que havia respeito por parte de ambos, o no desenvolvimento didático e pedagógico do(a) professor (a) que foi observado em que existiam um bom convívio que se resume no respeito diário, na dedicação, no afeto, carinho, amizade. O professor não se colocar como superior ao aluno, mas demonstrando que estava na sala de aula para mediar o conhecimento e ajudar nas suas necessidades que irão surgindo pela frente como aponta Chauí (1980, p.39) [...] “assim como o respeito pelo próximo, não se faz através de aulas teóricas nem de discursos pré-estabelecidos, mas sim pelo exemplo pessoal e boa conduta dos educadores e pela participação ativa dos alunos”.

Como sabemos a relação família-escola, tem que ser uma via de mão dupla para um melhor desempenho do aluno, pois os pais que são presentes na vida escolar de seus filhos os mesmo são os que têm melhor aprendizado e desenvolvimento. Sendo assim, o diálogo entre pais e escola deve ser promovido diariamente. Os pais devem ser chamados a escola não só em momentos de dificuldade de seus filhos, mas para participarem das decisões, para darem sugestões e estabelecerem um canal de comunicação permanente com a gestão.

A regência aconteceu no dia 08 de novembro foi direcionada para o ensino das formas geométricas, conteúdo no qual os alunos havia estudando na dias anteriores. No início da aula fizemos o boa tarde como oração do Pai-nosso e músicas que falem de movimentos do corpo e dos dedos. Após esse momento foi feita uma introdução sobre o assunto (formas geométricas) que serão trabalhadas somente três formas triângulo, círculo e quadrado. Em sequência distribuímos folhas A4 com as como imagens das formas geométricas pontilhada para cobrirem como lápis e depois pitarem as imagens.

Em seguida será distribuído massas de modelar para as crianças produzirem as três formas que foi abordada em modelo de representação de uma casa utilizando somente as mãos e dedos. Depois distribuímos as imagens das formas geométricas onde as crianças colaram barbante na imagem do círculo e palito de picolé no triângulo e quadrado, em seguida uma atividade de relacionar as imagens iguais. Para finalizar a aula realizamos a distribuição de folha A4, para eles pintarem as três formas como cores que deseja, círculo, triângulo e quadrado.

A regência e de suma importância para os futuros educadores, pois a mesma dar um horizonte sobre como é desenvolvido a prática pedagógica dentro do ambiente escolar, mas ainda que leve o estagiário a refletir sobre como é importante faz um planejamento como os objetivos que almeja realizar no final da aula. Que para trabalha com crianças o professor devem ter muita competência e ser criativo, naquilo que está ensinando as crianças. Como expõe o RCNEI (1998, p. 41) [...] o professor tenha uma competência polivalente [...]. Entretanto o professor devem trabalhar vários conteúdos em diferentes áreas do conhecimento e sempre em buscar de novos conhecimentos.

O plano de ação foi realizado em conjunto, envolvendo os nove estagiários e a professora orientadora do estágio, sendo que foi desenvolvido no dia 21 de novembro de 2016 no turno matutino e vespertino. Com objetivo da transmissão das informações a respeito da doença dengue e pelo alto índice de pessoas infectadas pela mesma que se obteve nos últimos tempos, daí a necessidade da produção de tal teatro para a transmissão de informações a respeito da referida doença. A temática referente à dengue pode se perceber que ainda há uma certa imprudência da maioria da população em que muitas vezes ainda rejeita o cenário ao qual encontram-se expostas e fecham seus olhos em não procurar fazer sua parte em termos de solidariedade para contribuição do combate à doença.

E, em se tratando no quesito informação ainda se pode perceber que nos ambientes públicos, principalmente nas escolas possui ou, em muitos casos, não possui campanhas de exposições a respeito da dengue. E, muitas vezes quando possui ainda não é falado para que se possa desenvolver consciências sobre as consequências que o grande causador da doença pode acarretar se não combatido. Muitas vezes o que pode notar é que, mesmo havendo cartazes a respeito da dengue nos locais que se inicia toda a base educacional das crianças a maioria dos responsáveis não chegam a propor projetos ou atividades que possam envolver as crianças em tal discussão, tornando assim inútil a maioria dessas exposições.

Sendo assim, com base nessas indagações é que surgiu a ideia de ser elaborado o referido plano de ação com o intuito de apresentar por meio da atividade teatral utilizando o espaço cinematográfico produzidos pelos acadêmicos, levando os alunos a refletir sobre a importância de compreender e se conscientizar a respeito dos riscos e consequências à saúde que o mosquito pode trazer acarretar. As professoras ficaram muito satisfeitas com a realização do nosso plano que contribuir para a finalização das atividades escolares.

No decorrer da realização do plano de ação as crianças brincaram e se divertiram muito, o teatro que foi aplicado chamou atenção pelo fato de serem diferentes.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos que o período de realização do estágio foi muito enriquecedor em termos de experiência escolar, conhecemos a dinâmica da escola em seu dia a dia adquirimos conhecimentos práticos que servirão para crescermos como profissionais além de contribuir para nossa formação docente futura.

Este estágio também nos proporcionou a oportunidade para colocarmos em prática todos os saberes teóricos adquiridos em sala de aula para confrontarmos teoria e prática.

Analisamos que nossa experiência de estágio foi muito importante, pois adquirimos novos conhecimentos. Podemos ter o contato com realidade que ainda era desconhecida por nós. Durante este tempo pudemos aprender muita coisa enriquecedoras que servirá para nossa formação. Como por exemplo, a importância de ser um profissional preparado para atuar em qualquer que seja a sua área de atuação. Agora podemos percebermos e compreender algumas barreiras que professores enfrentar dentro de sala de aula para alcançar seus objetivos que é melhoria na educação.

O estágio foi o que mais exigiu de nós acadêmicos, uma experiência mais desafiadora que realizamos até no momento. Nesse período realizamos tudo o que tínhamos proposto para as aulas, pois este momento de encerramento que cada um dos momentos foi válido. Sendo assim, se tivermos a oportunidade viver novamente esta experiência temos a confiança que iremos fazer tudo diferente, consertar aquilo que erramos no decorrer do estágio.

Portanto ficamos bastante satisfeitas com o nosso estágio. Aprendemos muito, tivemos a oportunidade aplicar bastante do que já havia aprendido na teoria. Conhecemos novas pessoas e aprendemos como nos relacionar com elas no ambiente de trabalho. Acreditamos que durante esse período podemos obter um amadurecimento tanto profissional quanto pessoal que será extremamente importante para nós futuramente.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Educação infantil: prioridade imprescindível** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOMTEMPO, Edda. A brincadeira de faz-de-conta: lugar do simbolismo, da representação, do imaginário. IN: KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.) **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

\_\_\_\_\_. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 7.ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 44 p. – (Série legislação; n. 95).

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. vol. I e II.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil vol. 1**. Brasília: MEC/SEF, 2006.

CHAUI, Marilena de Souza. **“Ideologia e educação”**. In revista Educação e sociedade n. 5. São Paulo: Cortez Editora/Associados, 1980.

MARQUES, Mario Osorio. **A formação do profissional de educação**-4 ed. -Ijuí; 2003.

Prefeitura Municipal de Humaitá – AM. **Lei municipal nº 480 de 17 de fevereiro de 2009**. Criação da Escola Municipal Selma de Miranda Farias dos Santos – CEUS. Humaitá/AM, 2009.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 107/2009**. Nomeação da Sra. Maria Gardênia da Silva Reis Saraiva como Diretora da Escola Municipal Selma de Miranda Farias dos Santos – CEUS. Humaitá/AM, 2009.

## **Entre bosques de mangue: a realidade dos tiradores do molusco bivalve turu (*Neoteredo reynei*) na Resex Marinha de São João da Ponta-PA**

Tamirys Pereira Correa<sup>1</sup>  
Universidade do Estado do Pará  
tamiryscorrea7@gmail.com;

Malú Amaral Foro<sup>2</sup>  
Universidade do Estado do Pará  
maluamaralforo95@gmail.com;

Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro<sup>3</sup>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará,  
Universidade do Estado do Pará  
suezilde.ribeiro@pq.cnpq.br

Patrick Heleno dos Santos Passos<sup>4</sup>  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, SEDAP-PA  
ckpassos@hotmail.com

### **Resumo**

A pesquisa teve como objetivo obter informações sobre a coleta do molusco bivalve turu (*Neoteredo reynei*), muito apreciado pelas comunidades nos arredores dos estuários, no estado do Pará, e apesar de sua importância, existem poucos estudos relacionados a este molusco. A pesquisa foi realizada na Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta-Pará, com dez tiradores de turu, utilizando questionário semiestruturado, conversas informais e registros fotográficos, buscando conhecimento sobre a coleta do molusco e os problemas diários enfrentados pelos tiradores no manguezal.

Palavras-chave: Turu; Molusco bivalve; Manguezais; Trabalho; Resex.

### **Resumen**

La investigación tuvo como objetivo obtener información sobre la colección de turu molusco bivalvo (*Neoteredo reynei*), muy apreciada por las comunidades en las proximidades de los estuarios en el estado de Pará, ya pesar de su importancia, hay pocos estudios relacionados con este molusco. La encuesta se realizó en la Reserva de extracción marina de São João da Ponta Pará, con diez cajones de turu, mediante cuestionario semiestruturado, conversaciones informales y registros fotográficos, la búsqueda del conocimiento sobre la recogida de marisco y los problemas cotidianos que enfrentan los artilleros en el manglar.

Palabras clave: Turu; moluscos bivalvos; manglares; trabajar; Resex.

### **Abstract**

The research had as objective to obtain information on the collection of bivalve mollusc turu (*Neoteredo reynei*), which is much appreciated by the communities around the estuaries, in the state of Pará, and despite its importance, there are few studies related to this mollusk.

The research was carried out in the São João da Ponta-Pará Marine Extractive Reserve, with ten turu shooters, using a semistructured questionnaire, informal conversations and photographic records, seeking knowledge about mollusc and the daily problems faced by the shooters in the mangrove swamp.

Keywords: Turu; Bivalve mollusc; Mangroves; Job; Resex.

## 1- INTRODUÇÃO

Nos países tropicais e em desenvolvimento, as pescarias artesanais, sejam costeiras ou fluviais, proporcionam alimento e emprego para muitas populações humanas, onde a maior parte do pescado consumido é capturado através destas pescarias (DERMAN; FERGUSON, 1995; LIM *et al.*, 1995).

No Estado do Pará, os manguezais representam um dos usos sociais de maior expressão das comunidades amazônicas (MACHADO, 2007). De acordo com Alves e Nishida (2003) muitas comunidades humanas exploram esse ecossistema há bastante tempo e possuem uma dependência tradicional para a sua subsistência. Devido a essa forte relação com o local, têm amplo conhecimento da sua fauna, flora, variações de maré, salinidade, entre outros.

Os recursos pesqueiros dos manguezais são bastante diversificados, assim como suas fontes originárias, os rios, os corpos lacustres e os mares interligados ao ecossistema. Desses ambientes, as espécies faunísticas mais visadas em termos de pesca artesanal compreendem grupos de peixes, camarões, caranguejos e moluscos, fontes de proteína bastante acessíveis nestes ambientes, utilizados para subsistência ou comercialização em escala local ou regional (MACINTOSH, 2002; DAHDUOH-GUEBAS *et al.*, 2006; WALTERS *et al.*, 2008).

Na Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta, algumas famílias fazem uso do molusco bivalve turu (*Neoteredo reynei*) como complemento de renda e na alimentação. Segundo Turner (1966) esses bivalves são marinhos e de águas salobras, possuem corpo vermiforme que, após um período de vida planctônica, instalam-se na superfície da madeira, sofrem metamorfose e perfuram o substrato, aproveitando parte da madeira raspada por suas conchas, como fonte suplementar de alimentação.

A coleta do turu é realizada por mulheres e homens no interior dos manguezais, onde são encontrados em troncos caídos sobre os lamaçais. A limpeza é feita na água do rio, sendo retirada a concha e todo o conteúdo existente no interior do bivalve. São comercializados na própria comunidade e/ou passados para atravessadores, que os vendem para restaurantes de outras localidades.

Apesar desse molusco ser de grande importância, pesquisas relacionadas a ele como fonte de alimento e renda são escassas. As pesquisas científicas sobre o grupo são focadas exclusivamente no seu controle (RUPPERT *et al.*, 2005). No estudo de Freitas e Mello (2001), os autores citam que os turus causam problemas econômicos, pois utilizam a madeira como abrigo, alimento, proteção e aceleram sua decomposição.

Observando a importância desse bivalve para as comunidades, o trabalho objetivou contribuir com informações a respeito da coleta do molusco e conhecer a rotina dos atores sociais envolvidos.

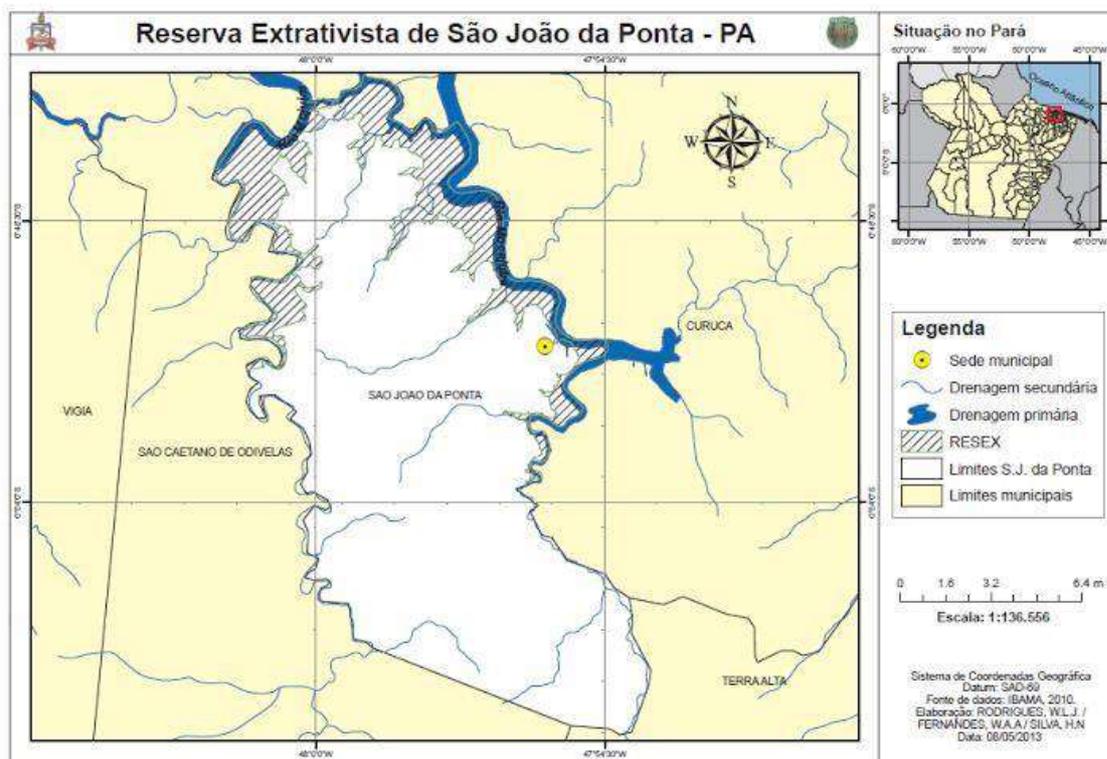
## 2- MATERIAL E MÉTODO

### 2.1 LOCAL DE ESTUDO

A Resex Marinha de São João da Ponta está distribuída em 18 comunidades. As comunidades de Porto Grande, São Francisco e a Sede municipal de São João da Ponta, foram as comunidades escolhidas para o estudo, devido, segundo as lideranças, serem as que possuem tiradores de turu (*Neoteredo reynei*).

A Reserva está localizada no município de São João da Ponta, na mesorregião do nordeste paraense e microrregião do salgado, abrangendo uma área territorial de 196,9 km<sup>2</sup>, distante 120 km em linha reta da cidade de Belém. Tem seu limite ao sul com município de Curuçá e com a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá, tendo o rio Mocajuba como divisor de limites entre as duas Reservas Extrativistas; a oeste o Município de Terra Alta e a nordeste o Município de São Caetano de Odivelas, como mostra o Mapa 1 (VERGARA FILHO; SOMMER, 2010). O clima é quente e úmido, distribuídos em duas estações (seca e chuvosa) bem definidas ao longo do ano. A temperatura máxima apresenta média anual em torno de 29,8° C (EMATER, 2013).

**Mapa 1:** Mapa da Localização do município de São João da Ponta



Fonte: GEPPAM.

Sofre influência marinha dos rios Mocajuba e Mojuim, cujas bacias drenam suas porções leste e oeste, respectivamente. Forma-se nas margens destes rios e nos furos, portanto, o ecossistema manguezal (GONÇALVES, 2012). A vegetação que compõe o manguezal é caracterizada por espécies do tipo halófila com zonação horizontal. Nos locais junto à água e solos pouco compactos encontra-se principalmente o manguê-vermelho

(*Rhizophorae mangle*), caracterizado por apresentar raízes-escora. Em seguida, observa-se a *Avicenia schaueriana*, conhecida como siriúba, que possui pneumatóforos, raízes aéreas que auxiliam na respiração da planta. Na região alcançada pelas marés altas de sizígia, inundada por curtos períodos de tempo, ocorre a *Laguncularia racemosa*, denominada popularmente de mangue-branco ou tinteira (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005).

### 1.1 DIAGNÓSTICO DE PRODUÇÃO

Os procedimentos utilizados foram levantamento bibliográfico, conversa informal, percepção observacional, registros fotográficos e aplicação de questionário semiestruturado com os 10 tiradores de turu nas comunidades, sendo 4 da comunidade de Porto Grande, 5 da comunidade de São Francisco e 1 da sede do município de São João da Ponta.

O questionário era composto de perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha, permitindo a obtenção de dados qualitativos e quantitativos, referentes a coleta do molusco. A aplicação do questionário foi realizada em março de 2016.

## 2- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Resex de São João da Ponta, a exploração do turu (Fotografia 1) possui um papel importante para as famílias de tiradores de turu que residem em áreas próximas aos manguezais, onde sobrevivem da coleta desses moluscos, seja exclusivamente ou como complemento da renda. Também tem sua importância para a alimentação e na parte medicinal, onde são utilizados para tratar doenças.

**Fotografia 1:** Molusco bivalve turu da espécie *Neoteredo reynei*, encontrado em troncos caídos no manguezal.



Fonte: Autores, 2016.

A ida ao manguezal depende muito da maré e do ciclo lunar. O trabalho normalmente é realizado com a maré seca ou baixa, que proporcione a entrada dos tiradores nos bosques de mangue, sendo utilizadas pequenas embarcações motorizadas ou sob o esforço manual com auxílio de remo (Fotografia 2), para chegar até o local da coleta.

**Fotografia 2:** Pequena embarcação de propulsão manual, utilizada para ir ao manguezal coletar o turu.



Fonte: Autores, 2016.

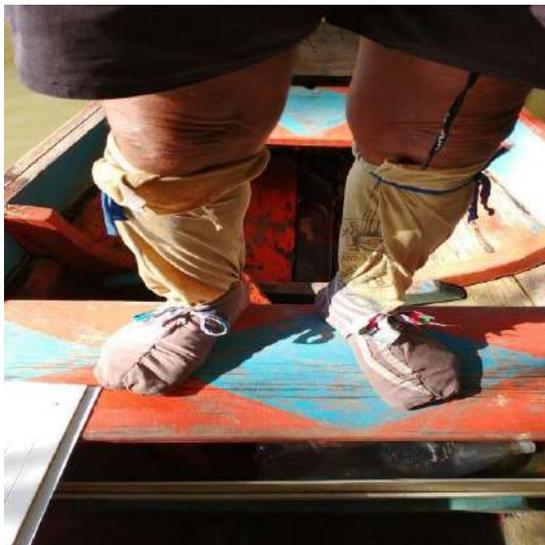
Apesar da atividade ser complexa e exaustiva, realizada principalmente por trabalhadores do gênero masculino, observa-se também a presença de mulheres. Estas que fazem multitarefas, cuidando dos filhos, do trabalho doméstico, fazendo apetrechos da pesca e ajudando no sustento da família se inserindo na pesca, principalmente de mariscos. As mulheres vão ao manguezal em grupos de amigas ou na companhia de seus cônjuges.

A vestimenta utilizada por eles para coletar o bivalve varia, sendo a mais citada pelos tiradores do gênero masculino, short e camisa. Já entre as tiradoras foi a calça comprida e a blusa de manga comprida, além de short e camisa.

Com intuito de proteger as pernas e os pés, os tiradores de turu desenvolvem seus próprios equipamentos de proteção individual de forma artesanal, como no caso dos sapatos feitos de pano ou de sacas de açaí e uso de meias (Fotografia 3), sendo que alguns optam por ir descalços mesmo. Para proteger o rosto dos raios solares fazem uso de bonés. Algumas tiradoras utilizam luvas de pano na hora de usar o machado para partir o tronco: *“levo uma luva de pano para não dar calo nas mãos”* (Tiradora de turu, comunidade de São Francisco).

Ressalta-se que esse trabalhador caracteriza-se pela simplicidade econômica, não tendo condições de investir em equipamentos adequados à sua atividade e considerando a rusticidade do mangue, o que se constitui como desafiador e complexo.

**Fotografia 3:** Meião e sapato de pano utilizados para proteção dos pés e pernas.



Fonte: Autores, 2016.

Os tiradores levam vários utensílios para o manguezal, como machado, balde ou panela para colocar os turus, isopor, gelo, faca, alimentos e o óleo diesel, utilizado por eles como “repelente” (Fotografia 4). Seu uso contra insetos é muito comum entre os trabalhadores que retiram matéria-prima do manguezal. Dos entrevistados, 80% fazem uso do óleo, dentre os motivos:

*“Eu uso óleo, por que repelente não faz efeito contra os insetos”*  
(tirador de turu, comunidade de Porto Grande).

*“Uso óleo quando não tenho repelente”* (tiradora de turu, comunidade São Francisco).

*“Quando não vou de calça para o mangue, uso um pouco de óleo para espantar os mosquitos”* (tiradora de turu, comunidade São Francisco).

Essa prática é realizada por tiradores de ambos os gêneros. Das 5 pessoas entrevistadas do sexo feminino, 4 fazem uso do óleo diesel no corpo.

**Fotografia 4:** Recipiente com óleo diesel utilizado pelo tirador para espantar mosquitos.



Fonte: Autores, 2016.

Estudos anteriores dimensionam a quantidade média de óleo diesel aplicada no corpo, tendo como principais partes mãos, braços, pescoço e rosto. Segundo o estudo de Passos *et al.* (2015), a quantidade média aplicada é em torno de 0,15 ml/dia e se o pescador trabalhar cinco dias na semana, logo, se utilizará 0,75 litros. No período de um mês, equivalente a vinte dias de trabalho, perfaz 3 litros de diesel e ao ano que são 240 dias trabalhados, utilizam diretamente no corpo 36 litros de óleo diesel.

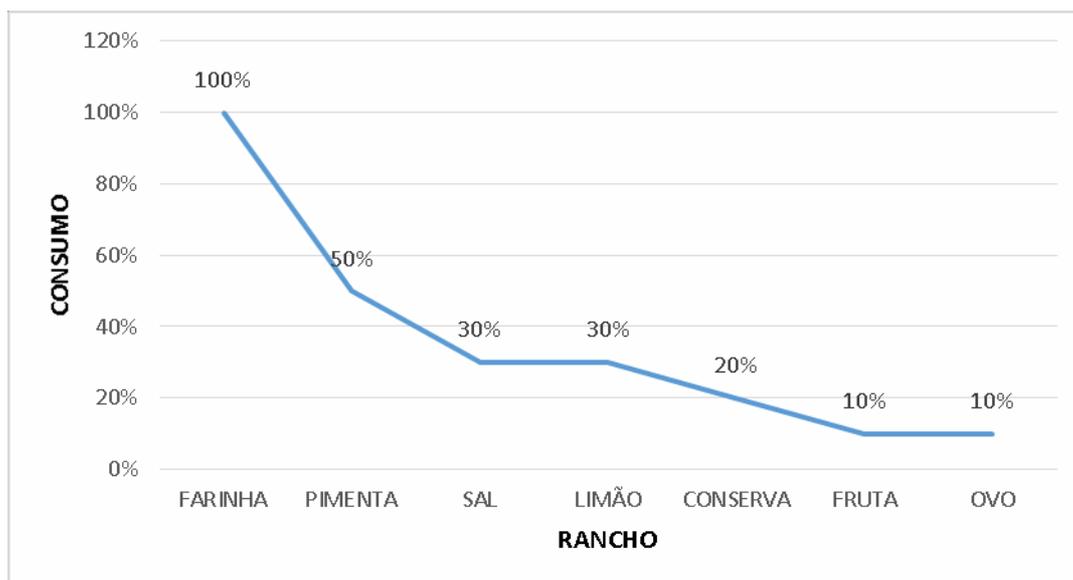
A Petrobras (2014) em sua Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ) destaca os perigos mais importantes que a contaminação aguda por óleo diesel pode acarretar à saúde dos trabalhadores. Os líquidos e vapores são inflamáveis, contém gás sulfídrico, extremamente tóxico e inflamável, causam irritação à pele com vermelhidão e dor no local atingido, é também suspeito de ser cancerígeno, além de poder causar irritação respiratória, tosse, dor de garganta e falta de ar. Atua como depressor do sistema nervoso central causando sonolência, vertigem, dor de cabeça, tontura, pode causar confusão mental e a perda de consciência em altas concentrações (efeitos narcóticos) e até a morte em caso de ingestão e penetração nas vias respiratórias.

O uso do óleo diesel como repelente se mostra um hábito comum entre trabalhadores envolvidos com a pesca, principalmente a realizada em manguezais. Em pesquisa com marisqueiras da Bahia, Santiago e Accioly (2011) constataram o uso do mesmo por essas trabalhadoras, bem como Maciel (2009) e Passos (2015) observaram a mesma prática em suas pesquisas.

Nota-se que apesar de trabalhos publicados relatando os mesmos problemas, essa prática continua sem visibilidade perante as autoridades. Esses trabalhadores continuam sem nenhuma assistência e conhecimento sobre os riscos que correm todos os dias ao usarem uma gota que seja desse combustível no corpo.

Outro fator importante é a alimentação dos tiradores de turu, que passam várias horas no interior dos manguezais, necessitando levar alimentos para seu sustento. O Gráfico 1 mostra os principais alimentos e especiarias levadas por eles.

**Gráfico 1:** Alimentos e especiarias utilizados para a alimentação dos tiradores de turu no manguezal.



Fonte: Autores, 2016.

A farinha de mandioca teve uma representatividade de 100%, sendo o principal alimento levado para o rancho, que é uma pequena construção no interior do manguezal, servindo de ponto de apoio aos trabalhadores. Em seguida vem a pimenta com 50%, sal e limão 30%, conserva 20%, frutas e ovos 10%. O sal e o limão são utilizados para temperar o pescado obtido que servirá de alimento, inclusive o turu, que é consumido *in natura*, como cita um tirador: “*nós pega o turu, destripa e joga um limão com sal. Revigora o dia todo*” (tirador de turu, morador da comunidade de Porto Grande).

O uso da farinha dar-se como um complemento, comparado ao arroz e feijão. Tiradores de turu a utilizam para fazer o chibé (água e farinha), consumido juntamente com o peixe que é pescado e assado no manguezal: “*a farinha não pode faltar. No mangue nós faz um chibé, pesca um peixe pra comer com chibé ou come o peixe com farinha pura e pimenta. Fome nós não passa*” (tirador de turu, morador da comunidade de São Francisco).

Na Fotografia 5 pode-se observar um trabalhador pronto para ir ao manguezal. Em suas mãos carrega aquilo que será parte da sua alimentação do dia, a farinha de mandioca.

**Fotografia 5:** O trabalhador do mangue e seu principal complemento alimentar, a farinha de mandioca.



Fonte: Autores, 2016.

O pescado e a farinha fazem parte da cultura alimentar dessas pessoas, sendo o mesmo observado nas pesquisas de Silva *et al.* (2014) em Juruá/AM e por Murrieta (2001) na ilha do Ituqui, Baixo Amazonas, onde em ambos os estudos a farinha de mandioca é o principal complemento na alimentação dos pescadores e o peixe é o alimento central.

Em pesquisa com caranguejeiros de Bacuriteua/PA, Campos (2012) cita que a alimentação desses trabalhadores é realizada antes de adentrar no manguezal, sendo basicamente de peixe, farinha e embutidos, podendo ser nos trapiches ou ranchos localizados no interior do manguezal.

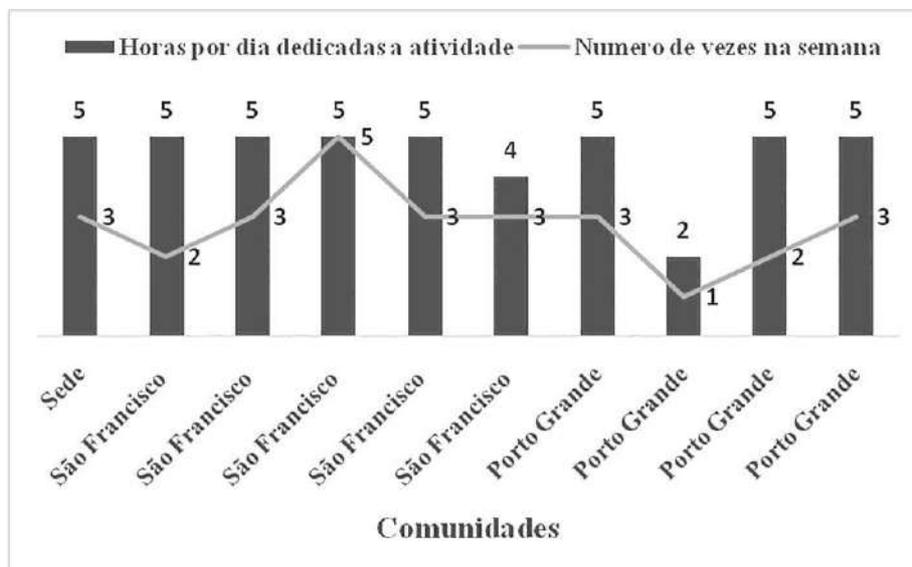
Essa alimentação além de ser cultural, está atrelada as condições sociais dos pescadores, pessoas muito humildes que tiram do ambiente alimento para sua subsistência e também como obtenção de renda, onde dificilmente o dinheiro é suficiente para ter à mesa alimentos com um maior valor nutricional que a farinha.

Além disso, seu próprio local de trabalho não proporciona condições para levar arroz ou feijão, já que o trabalho no mangue inicia muito cedo e os tiradores passam horas expostos ao calor, chuva, dificuldades na caminhada e o alimento pronto poderia ser um risco para eles, devido a possíveis alterações em suas características por microrganismos, resultando em doenças transmitidas por alimentos (DTA).

A realidade de trabalho e vida dessas pessoas é de entristecer quem tem a oportunidade de vivenciar suas mazelas. É uma rotina de trabalho duro, em condições precárias e adversas, sem direito ao menos a uma alimentação balanceada, com ingestão de frutas, hortaliças, cereais, leguminosas, necessária para manutenção adequada do organismo

Para obter grandes quantidades de turu para comercialização, os tiradores passam várias horas no interior do manguezal. 80% dos entrevistados disseram passar acima de 5 horas por dia no manguezal, sendo citado por eles como o dia inteiro. Apenas 20% ficam de 2 a 4 horas em busca desses moluscos. 80% fazem a coleta de duas a três vezes na semana, 10% todos os dias e 10% duas vezes ao mês (quando tem encomenda). O Gráfico 2 mostra os resultados obtidos em relação a quantidade de horas/dia e vezes/semana que esses trabalhadores utilizam para tirar os turus.

**Gráfico 2:** Relação de hora/dia e quantidade de dias na semana dedicados ao trabalho.



Fonte: Autores, 2016.

Catadores de caranguejo dos mangues da Cananéia passam de 4 a 6 horas no manguezal, tendo como empecilhos o cansaço da atividade e o regime de marés (BARBIERE; MENDONÇA, 2007). Na pesquisa de Barboza *et al.* (2008) com caranguejeiros do litoral norte de Pernambuco, verificou-se que 75% permanecem de 7 a 9 horas no manguezal do rio São Lourenço e 25% dos catadores passam acima de 9 horas, em virtude do regime de marés.

A não coleta diária de turu é explicada pelo fato dos tiradores também trabalharem com peixe e caranguejo, sendo a última a mais expressiva atividade realizada na Resex de São João da Ponta. Outro fator importante a ser destacado é que esse molusco é comercializado principalmente no verão, época em que há grande demanda pelo bivalve, devido suas características organolépticas serem de maior aceitação nesse período. É o momento em que as chuvas diminuem, a salinidade da água aumenta e os turus ficam com sabor salgado, com maiores comprimentos, largura e textura mais firme, proporcionando boas vendas nas comunidades e para cidades como Castanhal e Belém, sendo vendidos em restaurantes como sopa.

A coleta do turu é um trabalho desgastante. Os tiradores caminham por longas trilhas internas em busca de troncos caídos para obtenção do bivalve. Pelo caminho encontram muitas dificuldades, dentre elas, se manterem firmes no tijuco molhado e com raízes expostas, podendo ocasionar quedas e lesões, fato muito corriqueiro neste ambiente.

Farias *et al.* (2006) citam em seu estudo que o manguezal é um local de difícil locomoção, apresentando áreas de sedimentação lamosa e árvores que podem atingir 30 metros de altura, o que dificulta a caminhada em seu interior, além de inúmeros tocos e raízes expostas que podem provocar feridas ou cortes profundos. Alves e Pontes (2015) comentam que a caminhada no ecossistema necessita de muita atenção e cautela, já que pode causar ferimentos, sendo necessário dar passos cautelosos para evitar corte ou furada.

Ao encontrarem um tronco caído no manguezal, os tiradores utilizam um machado para bater no mesmo (Fotografia 6), até que se parta. A ação necessita de muito trabalho braçal, pois não é muito fácil e/ou rápido o processo de partida do tronco. Essa realidade foi observada em campo, onde o tirador apresentou-se extremamente cansado.

**Fotografia 6:** Tirador de turu com seu instrumento de trabalho, o machado.



Fonte: Autores, 2016.

Levando em consideração que esse trabalhador parta vários troncos em um dia, na semana, no mês, durante os anos que esse tirador faz essa função, isso pode levá-lo a ter problemas de saúde, principalmente no que diz respeito a coluna. Em conversa informal com o tirador que estava em campo, o mesmo se queixou de dores na coluna: “*no final de tudo, o que mais dói é a coluna*” (tirador de turu, comunidade de Porto Grande).

Em pesquisa realizada por Santos e Terra (2014), com 20 catadores de caranguejo de São Francisco de Itabapoana/RJ, na comunidade de Gargaú, as principais doenças adquiridas pela função são problemas na coluna e respiratórios.

No trabalho de Dall'Oca (2004), com pescadores de Mato Grosso do Sul, as queixas mais frequentes são de origem respiratórias, neuromusculares e articulares, podendo as últimas estarem relacionadas ao desconforto físico adquirido nas atividades.

O Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE, 2000/2002), citado por Rosa e Mattos (2010), considera a atividade pesqueira potencialmente perigosa, por expor os trabalhadores a possíveis riscos de acidentes com embarcações, afogamentos, acidentes com os apetrechos de pesca, esforços físicos acima dos limites do corpo, problemas de postura inadequada, mudanças climáticas, trabalho noturno, ruído, acidentes com o pescado, contato com agentes patológicos em ambiente mal saneado e outros.

### 3- CONCLUSÃO

Através dos resultados da pesquisa e das vivências em campo, conclui-se que a coleta do turu é uma importante atividade na Resex de São João da Ponta, principalmente no verão, servindo de sustento para muitas famílias.

É uma atividade que requer muito esforço físico e é realizada por homens e mulheres, estes que sofrem com uma má alimentação e vivem diariamente com os riscos que o seu trabalho proporciona.

É necessário que as autoridades se sensibilizem com a rotina do trabalhador do mangue e tomem providencias em prol da melhoria da qualidade de vida, de saúde, alimentação e trabalho dessas pessoas que até hoje se sujeitam a passar combustível no corpo, prejudicando sua própria saúde pela falta de conhecimento e pela necessidade de se proteger dos mosquitos.

### 4- AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao ICMBio pela autorização da pesquisa, na Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta;

Aos membros do conselho deliberativo da Resex por ter nos dado um "Sim" e apoiado a pesquisa do início ao fim, nos acompanhando em campo e repassando seus conhecimentos sobre a coleta do turu.

### 5-REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R.R.N; NISHIDA, A.K. Aspectos socioeconômicos e formas de percepção ambiental dos catadores de caranguejo-uçá *Ucides cordatus* (L. 1763) (Decapoda, Brachyura) do estuário do rio Mamanguape. **Interciencia**, v. 28, n. 1, p. 36-43. 2003.

ALVES, R. J. M.; PONTES, A. N. Análise socioeconômica e produtiva de mulheres extrativistas de caranguejo *Ucides cordatus* da comunidade de Guarajubal, Marapanim, estado do Pará. **Informações Econômicas**, v. 45, n. 3, p.49. 2015.

BARBIERI, E.; MENDONÇA, J.T. 2007. **Na lama, a dura batalha dos catadores de caranguejos**. Disponível em: <[http://www.infobibos.com/Artigos/2007\\_3/caranguejos/index.htm](http://www.infobibos.com/Artigos/2007_3/caranguejos/index.htm)>. Acesso em: 25 Abril 2017.

BARBOZA, R. S. L.; NEUMANN-LEITÃO, S.; BARBOZA, M. S. L.; BATISTA-LEITE, L. M. A. Fui no mangue catar lixo, pegar caranguejo, conversar com o urubu: estudo socioeconômico dos catadores de caranguejo no litoral norte de Pernambuco. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, v. 3, n. 2, jul. 2008.

CAMPOS, Ipojucan. Cotidiano no manguezal: coletores e estratégias de sobrevivência na natureza, Bacuriteua-Pará (1975-1990). **História Oral**, v. 1, n. 15, p. 131-157, jan.-jun. 2012.

CORREIA, M. D; SOVIERZOSKI, H. H. **Ecosistemas Marinhos: recifes, praias e manguezais**. Edição: UFAL. Maceió-AL. 2005.

DAHDOUH-GUEBAS, F.; COLLIN, S.; LO SEEN, D.; RÖNNBÄCK, P.; DEPOMMIER, D.; RAVISHANKAR, T.; KOEDAM, N. Analysing ethnobotanical and fishery-related importance of mangroves of the East-Godavari Delta (Andhra Pradesh, India) for conservation and management purposes. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 2, n. 4, p. 1-22. 2006.

DALL'OCA, A.V. **Aspectos socioeconômicos, de trabalho e de saúde de pescadores do Mato Grosso do Sul**. Dissertação (mestrado em saúde coletiva) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 43 p. 2004.

DERMAN, B; FERGUSON, A. Human rights, environment, and development: the dispossession of fishing communities on lake malawi. **Human ecology**. v. 23, n. 2, p.125-142. 1995.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER). **Proposta técnica: Assistência técnica e extensão rural para Famílias em situação de extrema pobreza em Reserva Extrativista no município de São João da Ponta, Estado do Pará- Plano Brasil Sem Miséria**. Marituba, Pará, 106 p. 2013.

FARIAS, A. S. C; FERNANDES, M. E. B; REISE, A. Comparação da Produção de Serrapineiro de dois bosques de mangue com diferentes padrões estruturais na Península Bragantina, Bragança, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Naturais**, Belém, v. 1, n. 3, p. 53-60. 2006.

FREITAS, LM; MELLO, RLS. Distribuição de moluscos perfuradores de madeira (bivalvia-teredinidae) no estuário do rio manguaba, japaratinga-porto de pedras, estado de alagoas de acordo com a salinidade. **Tropical Oceanography**, v. 29, n. 2, p. 155-164. 2001.

GONÇALVES, A. C. O. **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DA RESEX MARINHA DE SÃO JOÃO DA PONTA – PA**. UFPA, Belém. 2012.

LIM, C.P.; MATSUDA, Y.; SHIGEMI, Y. Problems and constraints in philippine municipal fisheries: the case of San Miguel Bay, Camarines sur. **Environmental Management**, v.19, n. 6, p. 837-852. 1995.

MACHADO, D. Catadoras adoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 240, maio-agosto.2007.

MACIEL, I. L. S. **O mangue como unidade geográfica de análise: o espaço de vivência e produção comunitária nos manguezais da comunidade de Jutai no município de São Caetano de Odivelas.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Pará. 2009.

MURRIETA, R.S.S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia**, v. 44, n. 2. 2001.

PASSOS, P. H. S. et al. A condição humana em debate na cadeia produtiva do caranguejo a partir do olhar sociológico. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Brasil, (diciembre 2015).

PETROBRAS. 2014. **Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico – FISPQ.** Disponível em:<  
<http://www.br.com.br/wps/wcm/connect/f884ae8043a79f5ebdf2bfec2d0136c/fispq-avi-querosene-jeta1.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em: 20 abril 2017.

ROSA, M. F. M; MATTOS, U. A. O. A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo na Baía de Guanabara. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. Supl.1, p. 1543-52. Jun. 2010.

RUPPERT, E. E; FOX, R. S; BARNES, R. D. **Zoologia dos Invertebrados**. 7.ed. São Paulo: Roca, 1145p. 2005.

SANTIAGO, L., ACCIOLY, M. C. 2011. Trabalho na lama: Saberes e fazeres de marisqueiras de Garapuá e Barra dos Carvalhos-Ba. In: **I SEC-Seminário Espaços Costeiros**. IGEO-UFBA, 2011, Salvador. p. 1-15.

SANTOS, R.S.F.; TERRA, R.P. **Diagnóstico da coleta e transporte do caranguejo *Ucides cordatus* na comunidade de Gargaú, São Francisco de Itabapoana/ RJ.** Pós graduação - Instituto Federal Fluminense, 12p. 2014.

SILVA, M. A. et al. Preferências e restrições alimentares de moradores do município de Juruá, Amazonas. **Scientia Amazonia**, v. 3, n. 3, p. 106-111. 2014.

TURNER, R. D. A Survey and Illustrated Catalogue of the Teredinidae (Mollusca: Bivalvia). Cambridge: **The Museum of Comparative Zoology**, 265p. 1966.

VERGARA FILHO, W. L.; SOMMER, I. B. **Caracterização dos aspectos socioambientais e econômicos da Reserva Extrativista de São João da Ponta e proposta de estudos complementares.** São João da Ponta: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2010.

WALTERS, B.B. et al. Ethnobiology, socioeconomic and management of mangrove forests: A review. **Aquatic Botany**, v. 89, p. 220-236.

## **ESCASSEZ HÍDRICA FRENTE À ABUNDÂNCIA: EXPERIÊNCIA AMAZÔNICA DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ-PA.**

Gabriel Hiromite Yoshino, discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, gabrielyoshino@yahoo.com.br

Nírvia Ravena, docente da Universidade Federal do Pará pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, niravena@uol.com.br

Lidiane de Souza Silva, Discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, lidiane@famaz.edu.br

### **Resumo**

Quando se fala em Amazônia, logo se pensa na floresta, na abundância de água dos seus rios e em sua biodiversidade. Apesar do grande potencial hídrico, muitas pessoas dessa região tem dificuldade no acesso à água de boa qualidade. A Amazônia por possuir um grande potencial hidráulico, tem sido alvo do governo, como uma região propícia a instalação de hidrelétricas, para atender a demanda energética. Porém, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí deixa muitas lições ao se pensar em construir hidrelétricas na Amazônia, devido aos impactos que esse empreendimento causou e tem causado as populações afetadas. A sua construção não trouxe benefícios para as populações afetadas e ainda criou uma situação de insegurança hídrica, onde essas populações tem enfrentado dificuldade no acesso a água, com qualidade mínima, para realizar suas atividades cotidianas.

Palavras-chave: Amazônia, Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Escassez hídrica, Direitos Humanos.

### **Resumen**

Quando se trata de Amazônica, entonces usted piensa en el bosque, un montón de agua en sus ríos y su biodiversidad. A pesar del gran potencial hidroeléctrico, muchas personas en esta región tienen dificultades para acceder a agua de buena calidad. El Amazônica ya que tiene un gran potencial hidroeléctrico, ha sido el objetivo del gobierno, como un buen lugar para instalar la energía hidroeléctrica, para satisfacer la demanda energética. Sin embargo, la construcción de la Central Hidroeléctrica de Tucuruí deja muchas lecciones que deben pensar en la construcción de represas en el Amazônica, debido al impacto que este proyecto ha provocado y ha causado a las poblaciones afectadas. Su construcción no ha traído beneficios a las poblaciones afectadas y también creó una situación de inseguridad de agua, donde estas personas se han enfrentado a dificultades para acceder a agua, con calidad mínima, para llevar a cabo sus actividades diarias.

Palabras clave: Amazônica, Central Hidroeléctrica de Tucuruí, La escasez de agua, Los derechos humanos.

### **Abstract**

When it comes to Amazon, then you think in the forest, plenty of water in its rivers and its biodiversity. Despite the large hydro potential, many people in this region have difficulty in accessing good quality water. The Amazon because it has a great hydroelectric potential, it has been the government's target, as a good area to install hydroelectric power, to meet the energy demand. However, the construction of the Tucuruí Dam leaves many lessons to be thinking about building dams in the Amazon, due to the impact that this project caused and has caused the affected populations. Its construction has not brought benefits to affected

populations and also created a water insecurity situation, where these people have faced difficulty in accessing water, with minimum quality, to carry out their daily activities.  
keywords: Amazon, Tucuruí Dam, Water scarcity, Human rights.

## 1- Introdução

Em países em desenvolvimento são comuns os planos de crescimento econômico ser baseados na implantação de grandes obras de infraestrutura, como construções de hidrelétricas, redes de transmissão de energia e rodovias que são responsáveis por grandes impactos ambientais no local onde são implantadas (MORETTO *et al*, 2012).

Para Castro *et al* (2014) a energia tem um papel muito importante no desenvolvimento das nações, o que vem se demonstrando ao longo dos anos, pois é com a busca de conhecimento de novas formas de energia, e de sua melhor eficiência que as grandes potências aumentaram substancialmente sua capacidade de crescimento econômico, poder e riqueza.

Assim, a modernização e a industrialização brasileira associada à crescente demanda por commodities, fez com que a demanda por energia aumentasse, o que levou o governo a criar estratégias para atender esta questão, de tal forma que não prejudicasse o desenvolvimento do país.

Para suprir a demanda energética brasileira, o governo brasileiro adotou as hidrelétricas como o "carro chefe" para alcançar tal objetivo, por ser considerada uma energia "limpa" e renovável, porém, a construção dessas obras causam vários impactos sociais, além disso, autores como Fearnside (2001; 2002b; 2011), Alves (2005), Pueyo e Fearnside (2011) e Rodrigues (2013) demonstram nos seus trabalhos que as hidrelétricas produzem metano (CH<sub>4</sub>) e dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), principais gases causadores do efeito estufa, devido à decomposição da matéria orgânica no lago formado pela hidrelétrica.

Nesse modelo, a Amazônia tem um importante papel, haja vista que ela detém uma das maiores reservas hídrica do mundo. Segundo Tomaz (2003) o Brasil apresenta 53% de toda água disponível na América do Sul, o que representa 12% da produção hídrica de superfície em relação ao mundo, sendo a região Norte detentora de cerca de 69% da água doce disponível no País.

Mesmo a Região Norte sendo privilegiada pela quantidade de água, as pessoas que aqui vivem passam por um grande paradoxo, o de morarem na região mais rica em água doce do planeta, porém, é a que apresenta os piores índices de acessibilidade a água tratada à população no país (BORDALO *et al*, 2012).

Uma das primeiras usinas hidrelétricas construídas na Amazônia foi a Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí na década de 1970. Essa obra causou e tem causado grandes impactos socioambientais, onde os benefícios do empreendimento não são alcançados pela grande parte da população afetada.

Um grande problema que a população que vive nas ilhas e no entorno do Lago formado pela construção da UHE de Tucuruí é a dificuldade no acesso a água de boa qualidade para o desempenho de suas atividades cotidianas, mesmo estando cercado por água, existindo assim, uma contradição de abundância e escassez.

Para Bordalo (2012) a água vinha sendo tratada equivocadamente como um recurso natural abundante e inesgotável, porém essa visão errônea ocultou por muitos anos, os verdadeiros valores: sanitário, cultural, social, econômico e geopolítico que a água possui e possuirá ainda mais neste século, onde os conflitos pelos seus usos múltiplos estão cada vez mais intensos.

Assim, o presente trabalho busca demonstrar que a construção da UHE de Tucuruí fragiliza um direito básico da população que é o acesso a água segura para o desenvolvimento de suas atividades de forma saudável e sustentável.

## 2- Distribuição da água e escassez

Segundo Tomaz (2003) no mundo, 97,5% da água é salgado e somente os 2,5% restantes, corresponde à água doce. Esta pequena porção está distribuída de tal forma, que em muitas das vezes se apresenta em difícil acesso. A Tabela 1 demonstra essa distribuição.

Tabela 1- Áreas, volumes totais e relativos de água dos principais reservatórios da Terra.

RESERVATÓRIO	ÁREA (10 <sup>3</sup> km <sup>2</sup> )	VOLUME (10 <sup>6</sup> km <sup>3</sup> )	% DO VOLUME TOTAL	% DO VOLUME DE ÁGUA DOCE
Oceanos	361.300	1.338	97,5	-
Subsolo	134.800	23,4	1,7	-
Água doce		10,53	0,76	29,9
Umidade do solo		0,016	0,001	0,05
Calotas polares	16.227	24,1	1,74	68,9
Antártica	13.980	21,6	1,56	61,7
Groenlândia	1.802	2,3	0,17	6,68
Ártico	226	0,084	0,006	0,24
Geleiras	224	0,041	0,003	0,12
Solos gelados	21.000	0,300	0,022	0,86
Lagos	2.059	0,176	0,013	0,26
Água doce	1.236	0,091	0,007	
Água salgada	822	0,085	0,006	
Pântanos	2.683	0,011	0,0008	0,03
Calha dos rios	14.880	0,002	0,0002	0,006
Biomassa		0,001	0,0001	0,003
Vapor atmosfera		0,013	0,001	0,04
<b>Totais</b>		<b>1.386</b>	<b>100</b>	
<b>Água doce</b>		<b>35</b>	<b>2,53</b>	<b>100</b>

Fonte: Shiklomanov, 1998 *apud* Rebouças *et al*, 2006.

Segundo Lopes e Arruda (2011) a proporção de recursos hídricos disponíveis e sua distribuição é bastante desigual no globo terrestre, o que, associado à má gestão ambiental e o desperdício, faz com que esse bem seja cada vez mais escasso até em áreas bem providas de água.

O Brasil, apesar de dispor da maior reserva hídrica superficial do planeta e um dos maiores potenciais hidráulicos, não está em situação confortável, pois a desigualdade na distribuição da água exprime-se por secas recorrentes na região Nordeste, da degradação de rios e dos solos na região Sudeste, devido à poluição por resíduos industriais e domésticos, acrescido da rápida elevação da demanda por água e energia em todo o território nacional (FREITAS, 2004; VALADÃO, 2013).

Essa disponibilidade desigual entre as regiões do Brasil pode ser percebida quando se depara com a realidade da bacia hidrográfica do rio Amazonas que detém 71,1% da vazão nacional (TUCCI *et al*, 2000), porém essa grande oferta de recursos hídricos não representa que a população dessa região tenha acesso a água de boa qualidade para atender suas necessidades básicas (GIATTI e CUTOLO, 2012).

Isso também ocorre com a população afetada pela construção da UHE de Tucuruí, onde os que moram nas ilhas formadas pela barragem ou na parte de terra firme que fica na beira do lago, sofrem com a escassez de água de boa qualidade.

Para Bordalo (2012) a escassez hídrica se faz presente em duas formas, uma envolve a quantidade de água, sejam as superficiais contidas nas bacias hidrográficas, ou as subterrâneas armazenadas nos aquíferos ou precipitadas na forma de chuva, e a sua

qualidade em relação aos parâmetros físicos, químicos e bacteriológicos, que permitam atender as demandas atuais e futuras em relação aos usos múltiplos da água (abastecimento de água, geração de energia, navegação, irrigação e etc.).

A escassez hídrica, em relação à quantidade, é comumente definida como uma situação na qual a disponibilidade de água em um país ou em uma região está abaixo de 1000 m<sup>3</sup> por pessoa por ano (PEREIRA, CORDERY E IACOVIDES, 2002).

Uma disponibilidade de 2000 m<sup>3</sup> por pessoa por ano já pode indicar que uma região está com estresse hídrico (quantidade), desde que sob essas condições as populações enfrentem grandes problemas quando uma seca ocorre (escassez natural) ou quando a escassez é artificialmente produzida (desertificação e problemas de gestão de recursos hídricos), porém, a escassez não se refere apenas à quantidade, mas também a indisponibilidade devida à qualidade da água (FAVERO E DIESEL, 2008).

Fatores como o agravamento da escassez hídrica e o consumo de água não potável representa riscos à saúde da população, podendo afetar o quadro epidemiológico das doenças ligadas à má higiene (por exemplo, diarreias infecciosas infantis), bem como agravar situações de insegurança alimentar que geram desnutrição, sendo que as populações mais carentes arcarão com a maior parte dos efeitos negativos (CONFALONIERI, 2008; FRACALANZA *et al*, 2013; LONDE *et al*, 2014).

Atualmente a população brasileira começou a se preocupar com a escassez da água, devido os problemas enfrentados recentemente, que resultam não só da redução quantitativa, como também da indisponibilidade da água potável para uso, principalmente por causa da degradação ambiental, atividade industrial, agricultura irrigada, contaminação química e orgânica resultantes da poluição, gestão pública deficitária do patrimônio hídrico, cultura do desperdício, facilidade de acesso e falta de consciência da esgotabilidade da água (VALADÃO, 2013).

Segundo Lopes e Arruda (2011) o desperdício de água doce, própria para o consumo humano, é uma característica da ação antrópica a qual põe em ameaça a vida de futuras gerações.

Assim, é necessário criar uma cultura de uso racional da água, onde a gestão da oferta deve ser substituída pela gestão da demanda, pois a primeira se torna insustentável, uma vez que, incentiva a oferta de uma maior quantidade de água, mesmo a custos muito elevados, não combatendo a cultura do desperdício.

Dessa forma, a escassez hídrica pode ser concebida mais como um problema de gestão e governabilidade, do que, essencialmente, a escassez do recurso, tendo a gestão dos recursos hídricos, de forma integrada, participativa, e descentralizada, através de políticas públicas que priorizem a aplicação de leis e instrumentos que regulem as diferentes formas de apropriação, uso e poluição, como o principal mecanismo de regulação entre o estado e a sociedade, capaz de fato evitar os riscos de escassez hídrica (BORDALO, 2012).

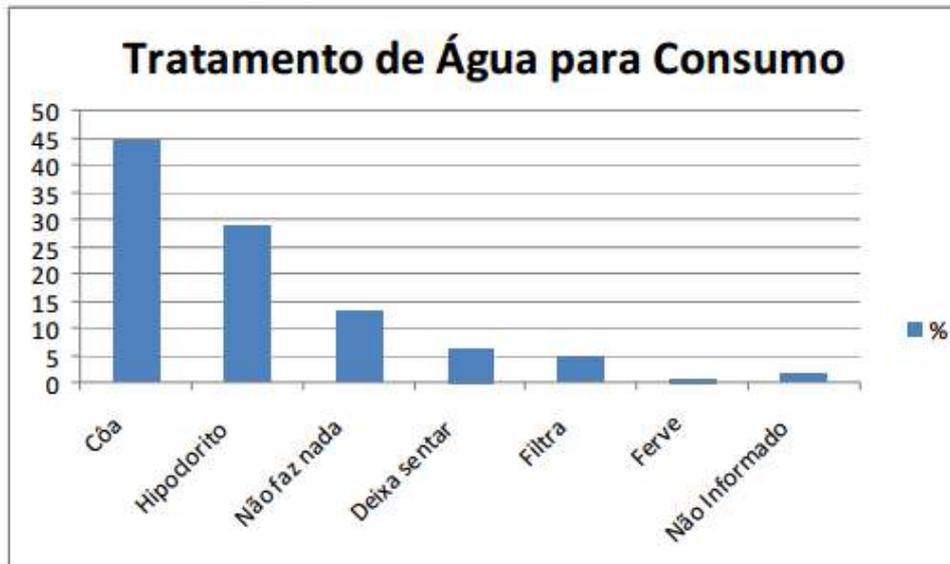
Para tentar equacionar o problema da escassez hídrica, muitos países, incluindo o Brasil estão incentivando programas de combate ao desperdício, à medição individualizada, a utilização de dispositivos economizadores, além de buscar a utilização de novas fontes alternativas de água, como o reuso de águas servidas e o aproveitamento da água de chuva (YOSHINO, 2012).

As comunidades da região do lago da UHE de Tucuruí passam por situações de escassez tanto em quantidade quanto de qualidade. No trabalho desenvolvido por Silva (2013) na comunidade de Cazajeirinha (Comunidade da região do lago de Tucuruí) foi verificado que no período seco aumentava a dificuldade dos moradores em conseguir água para beber, conforme relato de um morador:

[...] Esse ano secou, secou que ficou insuportável, a gente ficou na lama. A gente ficou na lama, então a gente não tem água de qualidade para beber, a cada vez está piorando a nossa situação ... Formador de opinião 1, feminino, 15 anos na comunidade (SILVA, 2013).

Alguns moradores que bebem a água do lago chegam a fazer um tratamento prévio como coar e ferver, porém essas medidas não tornam a água segura para o abastecimento humano, melhorando apenas o aspecto físico da água. No Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) Lago de Tucuruí foi verificado que a maioria das pessoas que mora no lago consome água coada (Figura 1), devido ao seu baixo nível informacional e da inacessibilidade a outras técnicas para consumo de água, levando assim grande parte dessa população a estados de doenças provocadas por veiculação hídrica (PARÁ, [2009?]).

Figura 1- Tratamento de água para consumo.



Fonte: PARÁ, [2009?].

Na parte do lago onde estão os canais do antigo rio e seus igarapés a água apresenta um aspecto de melhor qualidade em relação às suas características físicas, principalmente no quesito cor, turbidez e odor, em relação à parte do lago onde foi inundada a floresta de terra firme que não tinha nenhum igarapé ou canal do antigo rio. Isso provavelmente ocorre, devido às áreas dos antigos canais do rio e seus igarapés apresentarem um tempo de detenção hidráulica menor, ou seja, a renovação da água ocorre com mais frequência.

Para a ELETRONORTE (1986) após a construção da barragem ocorreria à estabilização da matéria orgânica inundada transformando as áreas marginais em ambientes inadequados para a vida dos peixes, devido à péssima qualidade da água, porém nas áreas centrais, onde a velocidade de renovação da água é muito maior, as condições deveriam permanecer satisfatórias.

Em um estudo realizado pela Comissão Mundial de Barragem (CMB) no ano de 1999 verificou as características limnológicas do lago, onde foram divididas em quatro regiões:

[...] a) região de entrada, apresentando características próprias de rio (Baixa profundidade, coluna da água homogênea, Oxigênio Dissolvido durante todo o ano); b) áreas abertas, representada pela antiga calha do rio Tocantins e apresentando reduzido tempo de residência hidráulico, estratificação vertical e hipolimnion anóxico na estação seca, mistura vertical e oxigenação da coluna da água no período chuvoso; c) áreas marginais, que apresentam estratificação química permanente, camada de fundo anóxica, maiores valores de íons e nutrientes, presença de macrófitas aquáticas; d) braço do Caraipé, que possui dinâmica limnológica própria, apresentando elevado tempo de residência hidráulica e uma estratificação permanente da coluna da água (CMB, 1999).

Muitos moradores reclamavam das algas presentes na água do lago, o qual eles denominavam de "limo", pois deixava a água turva e às vezes quando estava em grande concentração, causava um odor desagradável. Isso se deve a concentração de nutrientes como fósforo e nitrogênio, que pode ser proveniente do esgoto doméstico, da atividade agropecuária e agrícola, e da grande quantidade de matéria orgânica que fica submersa quando o lago enche.

No estudo realizado por Ferreira Filho (2010), na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Alcobaça (Reserva localizada no lago de Tucuruí), verificou-se que os impactos à qualidade da água estariam relacionados ao excesso de matéria orgânica oriunda dos processos de decomposição da vegetação morta, a qual deixou as águas próximas às margens com uma cor mais escura, encorpada e quente.

Foi realizada uma pesquisa de campo no período de julho de 2014, agosto e novembro de 2015, na UHE de Tucuruí para o projeto Intitulado "Representação da Ação Antrópica sobre o Meio Ambiente nas Ilhas e Entorno do Reservatório da Barragem da UHE de Tucuruí, com a Utilização da Lógica Fuzzy e Redes Neurais Artificiais", foram aplicados questionários aos moradores da Região do Lago da UHE de Tucuruí, pertencentes aos municípios de Tucuruí, Novo Repartimento, Itupiranga, Jacundá, Goianésia do Pará e Breu Branco.

Para os usos mais nobres da água como beber, banhar, lavar roupa e nadar/brincar, durante o período de seca, a maioria dos moradores entrevistados considera a qualidade da água do Lago como péssima para o primeiro uso e ruim para os demais, enquanto que, para os usos pescar e irrigação eles consideram boas. Isso demonstra o senso que a população tem, da relação qualidade e uso da água, ou seja, para os usos mais nobres a população tende a ser mais restritiva.

Um estudo realizado pela CMB (2000) verificou que as águas do lago da UHE de Tucuruí foram consideradas boas para diversos usos, dentro dos parâmetros colocados pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), porém nas áreas marginais não se configuram como adequados para usos mais nobres, como abastecimento humano e balneabilidade. Isso é reforçado com a percepção dos moradores em relação à qualidade da água do lago para os diversos usos encontrado neste trabalho.

Para os moradores da área da RDS Alcobaça e RDS Pucuruí Ararã, a péssima qualidade da água impossibilita o consumo humano, além disso, eles ressaltam que esse problema era natural no período da seca, porém está ocorrendo inclusive durante o período de cheia, e como a população ribeirinha depende dessa água para consumo e realização de suas atividades, é necessário desenvolver um estudo para avaliar esse fenômeno, uma vez que o risco de doenças é grande (GOVERNO DO PARÁ, 2016).

### **3- Conflitos pelos usos múltiplos da água**

A água é utilizada para diversos fins como consumo humano, geração de energia, agricultura, indústria, navegação, diluição de despejos, pesca, lazer, abastecimento industrial, científico, medicinal, dentre outros (VALADÃO, 2013).

Segundo Tundisi (2006) os usos da água variam de acordo com a região e diferem em cada país, devido aos diferentes níveis de desenvolvimento, por exemplo, na região sudeste do Brasil predomina a concentração dos usos para a produção de hidreletricidade, irrigação e uso industrial, já em outras regiões, a água é utilizada intensivamente para mineração; e em outras ainda, como a Amazônia, a água é utilizada intensivamente para navegação e produção de alimentos (pesca).

Para Bordalo (2012) nos países desenvolvidos, o uso industrial é o mais representativo com 59%, seguido do agrícola com 30%, e o restante 11% destinado ao doméstico, enquanto que nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, os números

mostram que a maior parte do uso da água, 82% é destinada à agricultura, 10% para o uso industrial e somente 8% para o uso doméstico.

Com o aumento populacional e a pressão por mais alimento, aliada ao crescimento econômico e as atividades produtivas, entre outras atividades de uma forma geral, fez com que houvesse um aumento da demanda de água em todos os setores, por exemplo, na irrigação das lavouras, a fim de se aumentar a produtividade agrícola.

Devido à diversidade de usos da água e pelo aumento da sua escassez, os conflitos por seu uso estão se agravando. Para Fracalanza *et al* (2013) os instrumentos implantados para administrar esses conflitos, deixam os grupos de baixa renda, praticamente invisíveis e excluídos do processo de gestão.

A construção da UHE de Tucuruí teve como justificativa a geração de energia para que o país não parasse o seu processo de desenvolvimento, porém ao utilizar a água para gerar energia, acabou afetando outros usos (pesca, navegação, abastecimento, lazer e etc) e a relação que a população tinha com os recursos hídricos.

Para agravar essa situação, não foi tomada nenhuma medida para mitigar ou minimizar a insegurança hídrica que essas populações foram sujeitas, pela construção do empreendimento. Isto, conseqüentemente leva a percepção de que as políticas públicas relacionadas à água acabam priorizando determinados usos principalmente aquelas que remetem a geração de valor pelo sistema capitalista, sem levar em consideração os problemas que dizem respeito à população de baixa renda (FRACALANZA *et al*, 2013).

Desta forma, deve haver uma maior regulação dos conflitos entre os usuários (países/estados/municípios) públicos e privados dos recursos hídricos, com a implantação de políticas públicas voltadas para gestão dos recursos hídricos, garantindo uma governabilidade no acesso, uso e proteção desse recurso (BORDALO, 2012).

Para Valadão (2013) essa proteção da água deve ser observada de forma sistêmica, como um recurso constituinte de um meio natural, essencial a sadia qualidade de vida e dotado de usos múltiplos.

Porém, o que se tem visto é que a construção de uma hidrelétrica dificulta o uso múltiplo das águas, devido o governo possuir um histórico de priorizar a geração elétrica, em detrimento dos outros possíveis usos como irrigação, lazer, piscicultura, entre outros (BERMANN, 2007).

Assim, a Gestão Integrada de Recursos Hídricos vem como um instrumento para combater esse problema, porém ela depende da colaboração e do estabelecimento de parcerias em todos os níveis, desde os cidadãos até os organismos internacionais, baseados no compromisso político, e numa ampla conscientização social, sobre a necessidade da segurança hídrica e da gestão integrada dos recursos hídricos (HAIA, 2000).

A Wateraid (2012) define a segurança hídrica como o acesso viável à água em quantidade e qualidade suficiente para as necessidades humanas básicas, meios de subsistência em pequena escala, e serviços locais de ecossistemas, em conjunto com um risco bem gerido de desastres relacionados com a água.

Na pesquisa de campo foi possível conhecer um pouco da realidade dessas pessoas, as atividades que são desenvolvidas, as condições socioeconômicas e de infraestrutura de saneamento e energia. Durante as entrevistas foi percebida a dificuldade que os moradores tinham, em relação ao acesso e uso dos recursos hídricos, para o desenvolvimento de suas diversas atividades, devido ao controle das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE) no nível de água do lago, onde os moradores relataram a dificuldade em conseguir água de boa qualidade, principalmente para os seguintes usos: beber, tomar banho e lavar roupa, sendo agravado no período da seca.

Outro relato dos moradores é que durante o período da seca a água do lago fica muito longe de suas casas, o que dificulta a sua locomoção, uma vez que a canoa é o seu

principal meio de transporte. Isso foi verificado também, no trabalho desenvolvido por Silva (2013) na comunidade de Cajazeirinha, através da fala de uma moradora:

No mês de junho ela [Água] começa a abaixar. Ela abaixa, olha, tem ano que ela fica aqui na frente. Está pertinho agora a nossa casa pro rio. Quando seca fica muito metros, que eu nem sei avaliar quantos metros ... Mãe 4, 39 anos, 27 anos na comunidade (SILVA, 2013).

Quando o nível da água está elevado um dos grandes problemas que os moradores enfrentam é na atividade de pesca, pois os peixes se escondem na mata que fica submersa nesse período, dificultando a sua captura.

Na pesquisa de campo foi possível verificar a percepção dos moradores em relação à utilidade do lago, para as diversas atividades como navegar/trabalho, navegar/estudar, nadar, banhar, pescar, beber, lavar roupa, irrigação, jogar lixo e fossa, durante o período de seca e de cheia. Onde, segundo os moradores, há uma maior utilidade do lago para o desenvolvimento de suas atividades no período da cheia.

As principais atividades desenvolvidas no lago pelos moradores são navegação/trabalho e pesca, devido à maioria dos moradores serem pescadores, assim o lago representa o seu sustento e a sua via de transporte para outras localidades. Com a grande quantidade de árvores que ficaram submersas durante o enchimento do lago da UHE de Tucuruí, faz com que a população tenha dificuldade de navegabilidade no reservatório, principalmente no período de seca, assim durante a 2<sup>o</sup> reunião ordinária do Mosaico Lago de Tucuruí, Conselho da APA Lago de Tucuruí, Conselho da RDS Alcobaça e Conselho da RDS Pucuruí Ararã foi solicitada a criação de canais de acesso aos principais pontos do reservatório, a fim de minimizar os riscos de acidentes que são muito comuns na região (GOVERNO DO PARÁ, 2016).

Nos seis municípios do lago estudado, a maioria dos moradores disse que não utilizam o lago para as atividades de navegar (estudar), irrigação, jogar lixo e fossa, tanto durante o período da seca quanto da cheia. Isso ocorreu para a atividade navegar (estudar), devido ao transporte ser feito, na maioria das vezes, através de barcos escolares (moradores de ilhas) e através de transporte terrestre (moradores de terra firme). Para a atividade de irrigação, muitos agricultores não utilizam a água do lago para irrigar a plantação, ficando a mercê das chuvas na Região. Para a atividade jogar lixo, muitos moradores não jogam lixo no lago, pois eles queimam, enterram ou o lixo é coletado pelo caminhão da Prefeitura (moradores de terra firme). Para a atividade fossa, muitos moradores não utilizam o lago como corpo receptor direto de esgoto doméstico, pois possuem fossas ou fazem as suas necessidades no mato.

Estudos realizados por Freitas e Soito (2008) e Ravena *et al* (2009) reforçam os problemas que as populações afetadas pela construção da UHE de Tucuruí enfrentam, como o conflito de uso da água e a dificuldade no acesso a água para consumo humano.

#### **4- Água como um direito humano**

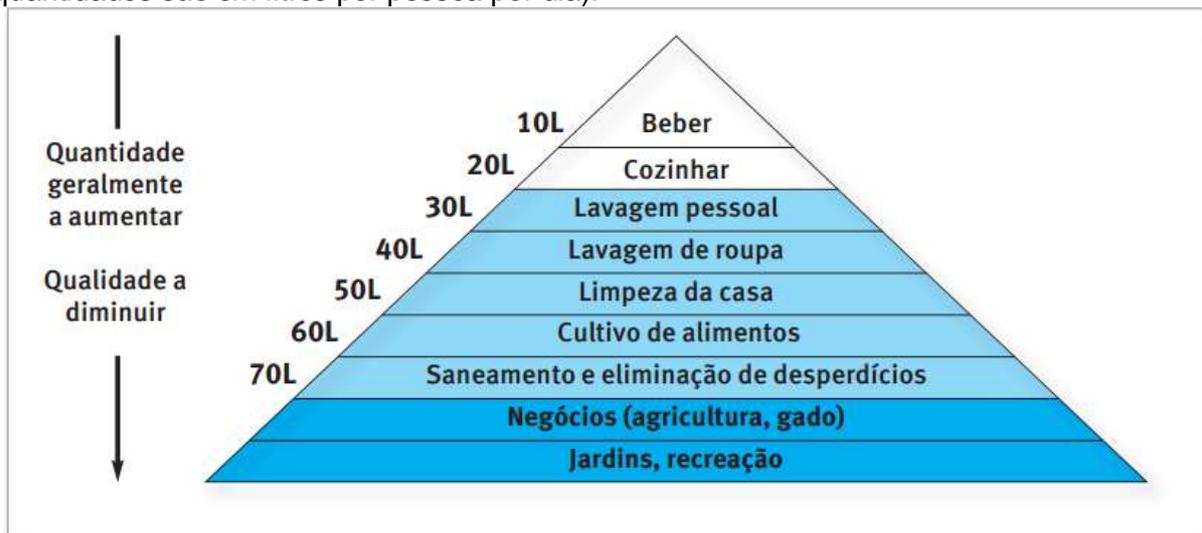
A água é um recurso essencial à permanência da vida humana e de outros seres vivos no planeta, seja como elemento bioquímico dos seres vivos, como meio de vida de diferentes espécies vegetais e animais, como instrumento representativo de valores sociais e culturais e também como fator de produção de diversos bens de consumo final e intermediário (LOPES E ARRUDA, 2011; VALADÃO, 2013).

Porém, a água em algumas situações, pode causar problemas e ser uma das causas de morte, devastação e pobreza, pois é uma força de destruição, que vem através de secas, enchentes, deslizamentos de terra e epidemia (GREY E SADOFF, 2007; LONDE *et al*, 2014).

Todas as pessoas têm direito a uma quantidade de água que seja suficiente e contínua, ou seja, quando a quantidade de água é suficiente para usos pessoais e domésticos, tais como beber, saneamento pessoal, lavar roupa, preparação de alimentos e higiene pessoal (WATERAID, 2011, 2012).

Segundo a Wateraid (2012) não há definições universalmente aceites do que constitui uma quantidade aceitável de água, assim países diferentes definem padrões nacionais diferentes. Porém, a Figura 2 demonstra uma estimativa da quantidade de água a ser utilizada nos usos pessoais e domésticos.

Figura 2- Esboço das diferentes quantidades de água para os diversos usos (As quantidades são em litros por pessoa por dia).



Fonte: WATERAID, 2012.

Para a vida é primordial a existência de água, onde a tutela efetiva das águas deve ser feita através dos sistemas jurídicos legais e da difusão dos instrumentos de Direitos Humanos em relação à proteção da vida e da água, que são bens invioláveis e de interesse indisponível, inalienável, inderrogável e irrenunciável (MAIA NETO, 2008).

Os direitos à água e ao saneamento (direitos relacionados, mas separados) baseiam-se em diversos instrumentos internacionais e declarações políticas nos campos dos direitos humanos, do direito ambiental e do direito humanitário (WATERAID, 2011).

Para Heller e Castro (2007) o saneamento é assumido como um direito humano essencial próprio da conquista da cidadania, assim o saneamento não pode ser visto como um bem de mercado, sujeito às suas regras.

Em 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu que o acesso à água segura e ao saneamento é um direito humano, essencial para se gozar a vida por completo, através da Resolução 64/292 da Organização das Nações Unidas (ONU), porém essa resolução ainda tem que ser traduzida em obrigações específicas a nível internacional e nacional e em princípios de operação que vão garantir a segurança hídrica (WATERAID, 2011, 2012).

Para Castro *et al* (2013) a desigualdade e injustiça em relação ao acesso a água é bem mais complexo nas áreas semiáridas e desérticas, mas também está presente em regiões mais favorecidas em termos hidrológicos (como é o caso da região amazônica), pois não há uma relação direta da disponibilidade de água com a satisfação das necessidades básicas da população.

O Código de Águas (decreto de 10/07/1934) é o primeiro modelo regulador de recursos hídricos no Brasil, foi um instrumento dotado de contornos regulatórios inovadores, onde estabelece uma política hídrica moderna; sendo considerado mundialmente como uma

das mais completas leis já produzidas, posto que os princípios nele constantes são invocados em diversos países como modelos a serem seguidos (RAVENA, 2006b, 2008; MAIA NETO, 2008; VALADÃO, 2013)

Para Ravena (2006b) é possível interpretar que no Código de 1934 há o estabelecimento de uma ordenação do uso da Água enquanto um Commons, além disso, nos artigos 34 e 35 do referido código, as formas de acesso e utilização da água são elementos que a caracterizam como um recurso vital e; em decorrência, compartilhado.

Essas características apresentadas pelo Código de Águas apresentava um caráter inovador. Além disso, outro fator que confere a essa regulamentação a inovação foi a sua capacidade de antecipar os efeitos inesperados, resultante da escassez do recurso, dada a sua multiplicidade de usos (RAVENA, 2006b, 2008).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu inciso III do Art. 1º, traz como fundamento do Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988), onde a água se torna um elemento essencial para atender este fundamento, uma vez que, a água é necessária para a sobrevivência da vida no planeta, além de ser utilizada para realizar as mais básicas atividades humanas.

A Lei Federal nº 9.433/1997, conhecida como Lei das Águas marca o ponto de inflexão de uma posição nacionalista e centralizada do acesso e uso de recursos hídricos no país para um desenho descentralizado e participativo (RAVENA, 2004, 2008, 2012).

Segundo Ravena (2004, 2006b, 2012) esta regulação tem origem e propósitos distintos do primeiro arcabouço constante do Código de Águas de 1934, pois este enquadrava a água na categoria de bem público e a Lei nº 9.433/97 define a água como bem público dotado de valor econômico, porém esta lei é ainda resultado das formas de organização que operaram na sua implantação.

Nos diversos contextos que envolvem a utilização da água, a interação entre quem irá utilizar a água, as quantidades, a qualidade, as externalidades e os desdobramentos decorrentes da utilização, são interpretados sob óticas diversas, sendo utilizadas diversas denominações como bem público, recurso comum, bem econômico e entre outros (RAVENA, 2006a).

Ainda segundo esta autora, pode-se delinear um conceito da água como recurso vital, através da utilização do conceito de Common Pool Resource associado a um conceito de justiça, assim, através da associação destes dois conceitos é possível construir o caráter vital da água a uma perspectiva operacional para que a regulação da água, uma vez redefinida sua dimensão conceitual, possa contribuir para a resolução do dilema que envolve o acesso e uso desse recurso.

Os recursos hídricos têm diversos usos como irrigação, navegação, geração de energia, dessedentação de animais, abastecimento humano, industrial, entre outros, porém em situações de escassez, a Lei das Águas, estabelece o uso prioritário dos recursos hídricos para o consumo humano e a dessedentação de animais, demonstrando a importância desse recurso na manutenção da vida.

A água quanto recurso vital, necessita ser inserida no rol de valores universais que devem ser garantidos a partir do compromisso e da coordenação de organismos multilaterais. Considerando que, do ponto de vista filosófico e teórico, é possível dispor de argumentação que sustente a inserção da água no interior do que é concebido como valor universal, cabe às organizações dar efetividade a esses postulados coibindo comportamentos oportunistas que busquem definir a água apenas como bem econômico (RAVENA, 2006a).

Assim, a água deve ser preservada como um bem de direito universal a todos e dotado de valor econômico, mas também, não deve se esquecer dos seus valores sociais, político, religioso, científico, paisagístico, artístico, simbólico, sanitário, cultural, alimentar e

de saúde pública, onde a água deve ser tratada como um “Patrimônio da Humanidade” (BORDALO, 2012; VALADÃO, 2013).

Para Grey e Sadoff (2007) há um consenso emergindo de que a gestão dos recursos hídricos é essencial para gerar riqueza, mitigar riscos e reduzir a pobreza; e que a pobreza exige que os países em desenvolvimento tenham de fazer grandes investimentos em infraestrutura e na gestão dos recursos hídricos em todos os níveis; dando mais atenção ao desenvolvimento institucional, para o ambiente e para a partilha mais equitativa dos benefícios e dos custos.

O acesso à água potável é agora reconhecido como um direito humano básico, mas a água também é vista, cada vez mais, como um bem escasso e economicamente valioso e uma grande fonte de risco (WATERAID, 2013).

## **5- Hidrelétricas e a violação de direitos**

Para Hernández e Magalhães (2011) os grandes projetos de infraestrutura de geração de energia na Amazônia revelam conflitos e disputas políticas e econômicas que se ramificam e evidenciam risco aos processos de licenciamento ambiental, e ao próprio processo de discussão de obras que envolvem bilhões de reais e consequências ambientais e sociais de grande envergadura.

São grandes as consequências sociais e ambientais se forem implantados empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, pois envolvem questões como inundações de terras indígenas ou áreas de extrema relevância biológica, onde existe a destruição dos projetos de vida das populações afetadas, impondo sua expulsão da terra sem assegurar a manutenção de suas condições de reprodução, num mesmo nível daquele que se verificava antes da implantação do empreendimento (BERMANN, 2007).

Mesmo com a implantação dos projetos hidrelétricos no Brasil tendo um histórico marcado por conflitos de interesses entre agentes econômicos, políticos, sociais e étnicos (CASTRO *et al*, 2014), o Governo tem grande interesse em gerar energia elétrica através do potencial hidráulico brasileiro.

A UHE de Tucuruí, iniciou suas obras em 1975, durante a ditadura militar, onde várias pessoas foram deslocadas e sequer receberam algum tipo de compensação. A construção da UHE de Tucuruí causou e tem causado vários impactos socioambientais, servindo de lição, ao se pensar em construir UHE's na Amazônia.

A hidrelétrica de Tucuruí inundou 2.430 km<sup>2</sup>, incluindo parte da Área Indígena Parakanã, sendo que na primeira fase, a UHE de Tucuruí tinha a capacidade instalada para gerar 4.000 megawatts e na segunda fase essa capacidade foi duplicada (FEARNSIDE, 2002a, RAVENA *et al*, 2009).

O reservatório da UHE de Tucuruí abrange sete municípios do Estado do Pará: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí (SILVA, 2007).

Esses municípios estão situados na mesorregião sudeste paraense, constituindo a microrregião de Tucuruí, que por sua vez, faz parte da sub-bacia do Araguaia-Tocantins, cuja área é de aproximadamente 123.989 km<sup>2</sup>, equivalentes a 9,9% da área do Estado do Pará (NOGUEIRA, 2010).

Não foram elaborados Estudos de Impacto Ambiental (EIA) devido o empreendimento ser construído antes da criação da Política Nacional de Meio Ambiente que ocorreu em 1981, assim, para Freitas e Soito (2008) a falta de uma legislação ambiental na época, o desrespeito à legislação vigente e a ausência de dados sobre a região, provocaram uma série de impactos esperados ou não.

Para agravar ainda mais a situação, no caso da UHE de Tucuruí, o Baixo Tocantins, área de jusante, tem sido historicamente invisibilizada, quer nos estudos acadêmicos, nos

planos e programas de governo, quer nas medidas mitigadoras ou compensatórias do empreendedor, embora tenham sido identificadas empiricamente inúmeras formas de desestabilização sociocultural após a construção da UHE (SILVA, 2014).

Para Piratoba (2014) a UHE de Tucuruí mesmo tendo sido considerada um projeto com benefícios para a região, mostrou como resultados às alterações nos ecossistemas, na economia regional e na estrutura das comunidades locais, gerando novas formas de apropriação dos espaços e conflitos até então inexistentes.

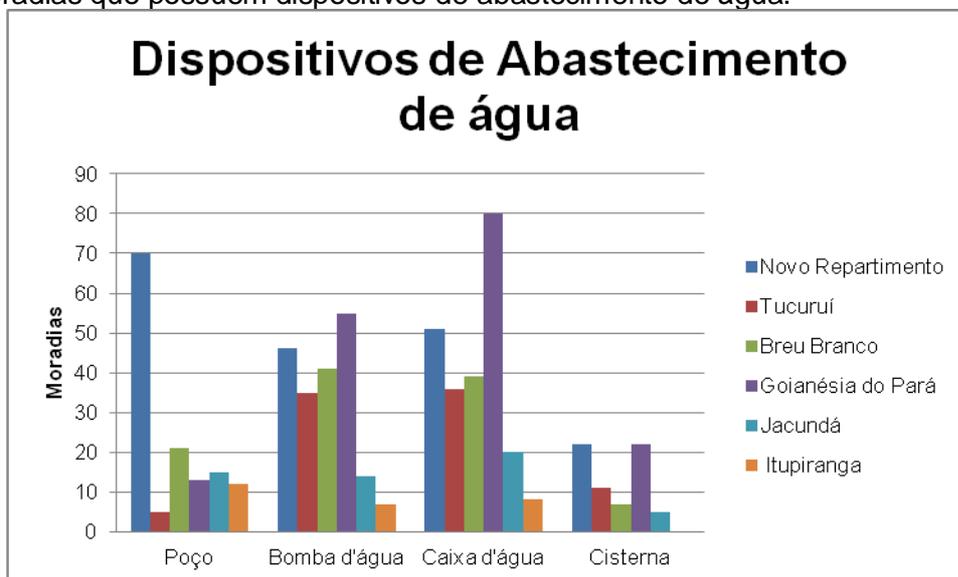
Para Silva *et al* (2013) a água por ser um bem limitado e não renovável, deve ser monitorada, protegida e recuperada, onde os custos devem ser arcados por quem polui e utiliza o recurso água, direta ou indiretamente.

Assim, a Hidrelétrica de Tucuruí deveria arcar com os custos relativos às medidas a serem tomadas para minimizar a insegurança hídrica das populações afetadas, uma vez que, a sua construção alterou a quantidade e a qualidade da água, bem como a relação que essas populações tinham com o rio.

Durante a pesquisa de campo foi verificado que as condições de saneamento básico são precárias em toda a região do lago, porém algumas comunidades, como Vila Brasil, Porto Novo e Santa Rosa possuem abastecimento de água e coleta de resíduos sólidos. Porém, o abastecimento de água nessas comunidades é feita sem nenhum tipo de tratamento.

Dentre os moradores do lago entrevistados (595 moradores, sendo 368 moram em ilhas e 227 em terra firme), os moradores do município de Novo Repartimento é o que possui mais moradores com poços (70), já os moradores de Goianésia do Pará possuem mais bombas (55) e caixas d'água (80). Em relação ao dispositivo denominado de cisterna (22) os municípios de Novo Repartimento e Goianésia do Pará são os que apresentam a maior quantidade deste dispositivo (Figura 3).

Figura 3- Moradias que possuem dispositivos de abastecimento de água.



Fonte: Autor, 2017.

Em um estudo realizado pela CMB (2000) na região das ilhas foi verificado que poucos moradores possuem poços e quando chega o verão eles secam, assim os moradores passam a utilizar exclusivamente a água do rio em todas as atividades domésticas, inclusive para beber.

Um ponto muito importante a ser tratado é que a maioria das pessoas utiliza a água do lago para diversos fins, como beber, navegar, lazer, tomar banho, lavar roupa, pescar e

etc. Assim, as pessoas bebem a água do lago sem nenhum tipo de tratamento o que pode trazer riscos a saúde, principalmente em relação as doenças de veiculação hídrica, como diarreia, verminoses, cólera e entre outras.

## 6- Considerações finais

Percebe-se que a construção da UHE de Tucuruí não trouxe benefícios para as populações afetadas, pois nem energia elétrica eles possuem em suas residências, além disso, a energia gerada é para atender a demanda de empresas eletro-intensivas, principalmente para as indústrias de alumina e alumínio.

O problema maior é devido à situação de insegurança hídrica que a construção da UHE de Tucuruí criou para as populações afetadas, pois existe a dificuldade de acesso à água para a realização de suas atividades básicas.

As políticas públicas deveriam dar atenção aos moradores das ilhas, pois apesar de estarem rodeadas por água, sofrem com a sua escassez, não tendo água com quantidade e qualidade mínima necessária para o desenvolvimento de suas diversas atividades, principalmente para os usos mais nobres como beber e tomar banho.

Assim, a construção da UHE de Tucuruí contribui para violação de um direito humano que é o acesso à água potável, previsto em diversos instrumentos internacionais e declarações políticas nos campos dos direitos humanos, do direito ambiental e do direito humanitário, como a Resolução 64/292 da ONU e a própria Lei brasileira 9.433/1997.

## 7- Referências Bibliográficas

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **Banco de Informações de Geração – BIG**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>. Acesso em 25-05-15.

ALVES, C. S. L. **Avaliação temporal e sazonal de variáveis físico-químicas no reservatório de Tucuruí - PA**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geologia e Geoquímica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

BERMANN, C. **Impasses e controvérsias da hidreletricidade**. Estudos Avançados, v. 21, n. 59, p. 139–153, 2007.

BORDALO, C. A. L. **A “crise” mundial da água vista numa perspectiva da geografia política**. GEOUSP - Espaço e Tempo, n. 31 especial, p. 66–78, 2012.

BORDALO, C. A. L.; FERREIRA, C. A. C.; SILVA, F. A. O.; MORAES, R. C. **Os desafios da gestão das águas nas metrópoles da Amazônia: Uma análise do modelo de gestão pública dos sistemas de abastecimento de água na região metropolitana de Belém – PA**. Revista Geonorte, v. 3, n. 4, p. 1181–1193, 2012.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 28-05-15.

CASTRO, E. R.; ALONSO, S.; NASCIMENTO, S.; CARRREIRA, L.; CORREA, S. A. **Hidrelétricas na Amazônia e Grandes Dilemas Postos à Sociedade no Século XXI**. Paper do NAEA, n. 343, 2014.

CASTRO, J. E.; HELLER, L.; MORAIS, M. P. **Presentación**. Agua Y Territorio, n. 2, p. 8-10, 2013.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Estudos de Caso da Comissão Mundial de Barragens: Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil)**. 2000. Disponível em: <[http://www.lima.coppe.ufrj.br/files/projetos/ema/tucuruí\\_rel\\_final.pdf](http://www.lima.coppe.ufrj.br/files/projetos/ema/tucuruí_rel_final.pdf)>. Acesso em 14/09/2016.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil): Relatório final da fase de escopo**. 1999. Disponível em: <[http://www.ib.usp.br/limnologia/textos/Usina%20Hidrel%20E9trica%20de%20Tucuru%20ED%20\(Brasil\)%20RELAT%20RIO%20FINAL%20DA%20FASE%20DE%20ESCOPO%20AGOSTO%20DE%201999.pdf](http://www.ib.usp.br/limnologia/textos/Usina%20Hidrel%20E9trica%20de%20Tucuru%20ED%20(Brasil)%20RELAT%20RIO%20FINAL%20DA%20FASE%20DE%20ESCOPO%20AGOSTO%20DE%201999.pdf)>. Acesso em 06/09/2016.

CONFALONIERI, U. E. C. **Mudança climática global e saúde humana no Brasil**. In: Parcerias estratégicas, Mudança do clima no Brasil: vulnerabilidade, impactos e adaptação, n. 27, p. 1-360, 2008, Brasília, DF.

ELETRONORTE. **O livro branco sobre o meio ambiente UHE Tucuruí**. Brasília, 1986.

FAVERO, E.; DIESEL, V. **A seca enquanto um hazard e um desastre: uma revisão teórica**. Aletheia, v. 27, n 1, p. 198–209, 2008.

FEARNSIDE, P. M. **Environmental Impacts of Brazil's Tucuruí Dam: Unlearned Lessons for Hydroelectric Development in Amazonia**. Environmental Management, v. 27, n. 3, p. 377-396, 2001.

FEARNSIDE, P. M. **Gases de Efeito Estufa no EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte**. Novos Cadernos NAEA, v. 14, n. 1, p. 5-19, 2011.

FEARNSIDE, P. M. **Impactos ambientais da barragem de Tucuruí: lições ainda não aprendidas para o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, 2002b.

FEARNSIDE, P. M. **Impactos sociais da hidrelétrica de Tucuruí**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, 2002a.

FERREIRA FILHO, A. A. **A Elevação da Cota do Reservatório Hidráulico da UHE Tucuruí e seus Efeitos sobre a População da RDS Alcobaça (PA)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

FRACALANZA, A. P.; JACOB, A. M.; EÇA, R. F. **Justiça ambiental e práticas de governança da água: (re) introduzindo questões de igualdade na agenda**. Ambiente & Sociedade, v. XVI, n. 1, p. 19–38, 2013.

FREITAS, M. A. V. **Vulnerabilidade, Impactos e Adaptação à Mudança do Clima**. Brasília: Nota Técnica - Vulnerabilidade Climática da Geração de Energia Elétrica no Brasil, 2004, 35 p.

FREITAS, M. A. V.; SOITO, J. L. S. **Energia e recursos hídricos**. In: Parcerias estratégicas, Mudança do clima no Brasil: vulnerabilidade, impactos e adaptação, n. 27, p. 1-360, 2008, Brasília, DF.

GIATTI, L. L.; CUTOLO, S. A. **Acesso à água para consumo humano e aspectos de saúde pública na Amazônia legal**. Ambiente & Sociedade, v. XV, n. 1, p. 93–109, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Ata da 2º reunião ordinária do Mosaico Lago de Tucuruí, Conselho da APA Lago de Tucuruí, Conselho da RDS Alcobaça, Conselho da RDS Pucuruí Ararã**. 2016. Disponível em: < <http://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/ATA-REUNI%C3%83O-28-DE-JUNHO-2016.pdf>>. Acesso em 11/01/2017.

GREY, D.; SADOFF, C. W. **Sink or Swim? Water security for growth and development**. Water Policy, v. 9, p. 545–571, 2007.

HAIA (2000). **Conferência sobre segurança hídrica no século 21**. Disponível em: <<http://www.clickagua.com.br/noticias/docs/haia.asp>>. Acesso em 25-05-15.

HELLER, L.; CASTRO, J. E. **Política pública de saneamento: apontamentos teórico-conceituais**. Eng. sanit. ambient., v. 12, n. 3, p. 284-295, 2007.

HERNÁNDEZ, F. M.; MAGALHÃES, S. B. **Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso Belo Monte**. Paper do NAEA, v. 14, n. 1, p. 79-96, 2011.

LONDE, L. R.; COUTINHO, M. P.; GREGÓRIO, L. T.; SANTOS, L. B. L.; SORIANO, E. A. **Desastres relacionados à água no Brasil: perspectivas e recomendações**. Ambiente & Sociedade, v. XVII, n. 4, p. 133–152, 2014.

LOPES, T. D.; ARRUDA, P. P. **Escassez hídrica mundial: uma ação antrópica de agravos à saúde**. Revista Saúde e Pesquisa, v. 4, n. 2, p. 232–236, 2011.

MAIA NETO, C. F. **Água: direito humano fundamental máximo**. Proteção jurídica ambiental, responsabilidade pública e dever da cidadania. Verba Juris, v. 7, n. 7, p. 323–352, 2008.

MORETTO, E. M.; GOMES, C. S.; ROQUETTI, D. R.; JORDÃO, C. O. **Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: a antiga e atual fronteira amazônica**. Ambiente & Sociedade, v. XV, n. 3, p. 141–164, 2012.

NOGUEIRA, I. C. G. **Segregação socioespacial urbana no entorno de hidrelétrica: produção do espaço em Tucuruí-PA**. Dissertação (Mestrado), Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia, Belém, 2010.

PARÁ. Secretaria de Estado de Integração Regional. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Lago de Tucuruí**. [2009?]. Disponível em: <[http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=0a6eac82-0b58-40bf-a60e-c80828c0ec90&groupId=10157](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0a6eac82-0b58-40bf-a60e-c80828c0ec90&groupId=10157)>. Acesso em 09/08/2016.

PEREIRA, L. S.; CORDERY, I.; IACOVIDES, I. **Coping with water scarcity**. International Hydrological Programme, Technical Documents in Hydrology, nº 58, UNESCO, Paris, 2002.

PIRATOBA, D. N. M. **Dinâmica temporal da paisagem: mudanças, percepções e dificuldades de recuperação na RDS Alcobaça, área de influência da UHE Tucuruí/PA**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

PUEYO, S.; FEARNSIDE, P. M. **Emissões de gases de efeito estufa dos reservatórios de hidrelétricas: implicações de uma lei de potência**. Oecologia Australis, v. 15, n. 2, p. 199-212, 2011.

RAVENA, N. **A polissemia na definição do acesso à água: qual conceito?**. In: Belém de águas e ilhas, Belém: CEJUP, 2006a.

RAVENA, N. **A regulação da água no Brasil: quando o domínio público era um pressuposto inovador**. Humanitas, v. 22, n. 1, p. 109-128, 2006b.

RAVENA, N. **Demiurgia Institucional ou Criação Burocrática? Os Caminhos da Regulação da Água no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Programa de Pós Graduação em Ciência Política e Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RAVENA, N. **Os caminhos da regulação da Água no Brasil: Demiurgia Institucional ou Criação Burocrática?**. Curitiba: Editora Appris, 2012, 217 p.

RAVENA, N. **Trajetórias virtuosas na regulação da água no Brasil: Os pressupostos inovadores do código das águas**. Paper do NAEA, n. 220, 2008.

RAVENA, N.; CAÑETE, V. R.; SOUZA, C. L.; CAÑETE, T. M. R. **Lições não aprendidas: Hidrelétricas, impactos ambientais e política de recursos hídricos**. Paper do NAEA, n. 239, 2009.

REBOUÇAS, A. C. et al. **Águas doces no Brasil: Capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras editora, 2006, 694 p.

RODRIGUES, R. A. **Vidas despedaçadas impactos socioambientais da construção da usina hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia Central**. Tese (Doutorado), Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

SILVA, E. P. **Processos comunicacionais em Cajazeirinha: Estudo exploratório em ilhas do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SILVA, L. L. **A compensação financeira das usinas hidrelétricas como instrumento econômico de desenvolvimento social, econômico e ambiental**. Dissertação (Mestrado), Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, M. G. **Reordenamento territorial e transformações socioecológicas e culturais: lições adversas da construção da UHE Tucuruí/PA.** Revista Sentidos da Cultura, v. 1, n. 1, p. 17–20, 2014.

SILVA, S. C.; FERREIRA, T.; POMPÊO, M. L. M. **Diretiva quadro d'água: uma revisão crítica e a possibilidade de aplicação ao Brasil.** Ambiente & Sociedade, v. XVI, n. 1, p. 39–58, 2013.

TOMAZ, P. **Aproveitamento de água de chuva para áreas urbanas e fins não potáveis.** São Paulo: Navegar Editora, 2003, 180 p.

TUCCI, C. E. M.; HESPANHOL, I.; CORDEIRO NETTO, O. M. **Disponibilidade de recursos hídricos.** In: A gestão da água no Brasil. Brasília: UNESCO. p. 36-41, 2000.

TUNDISI, J. G. **Novas perspectivas para a gestão de recursos hídricos.** Revista USP, n. 70, p. 24–35, 2006.

VALADÃO, M. A. O. **A (in)compatibilidade da privatização dos recursos hídricos com o direito fundamental humano de acesso à água.** Revista de Direito Brasileira, v. 4, n. 3, p. 261–283, 2013.

WATERAID. **Abordagens com base nos direitos para aumentar o acesso à água e ao saneamento.** Documento da Wateraid para discussão, 2011.

WATERAID. **Estrutura de Segurança Hídrica.** Wateraid, Londres, 2012.

WATERAID. **Toda a gente, em todo o lado: Uma visão para a água, o saneamento e a higiene pós-2015.** Wateraid, Londres, 2013.

YOSHINO, G. H. **O aproveitamento de água de chuva para fins não potáveis na Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto - Belém/PA.** Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

## **ESCOLA DO CAMPO, A INFRAESTRUTURA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL VILMA LEMOS EM APUÍ/AM**

Andreza Marcião dos Santos, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades-IEAA/UFAM, andrezamarciao@hotmail.com;

Ana Cláudia Fernandes Nogueira, Professora da Universidade Federal do Amazonas – IEAA/UFAM, anamanaus@gmail.com;

Luciane Rocha Paes, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades-IEAA/UFAM, lucianerochapaes23@gmail.com;

Greicy Oliveira Nascimento, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades-IEAA/UFAM, greicyoliveiran@hotmail.com

### **Resumo**

Este trabalho apresenta um diagnóstico sobre a infraestrutura escolar da Escola Municipal Vilma Lemos em Apuí/AM, localizada na área do campo, para tentar compreender a realidade da educação que está sendo ofertada em áreas de assentamento de reforma agrária no sul do Amazonas e quais os problemas existentes na estrutura física e educacional das escolas do campo que podem interferir no processo de ensino e aprendizagem. Como base teórica para a discussão dos dados levantados, optou-se pela análise de autores como Ghedin (2012), Ferreira (2011), Furtado e Brandão (1999) e Arroyo (2004), que discutem sobre a educação do campo e suas considerações sobre a legislação educacional brasileira anterior e vigente, uma vez que a educação do e no campo ainda não possui uma política própria e sua configuração na legislação, apesar dos avanços, mostra-se ainda modesta. A escola ocupa um papel importante no processo da formação do indivíduo, não só no que se refere à questão do conhecimento formal, mas também da formação humana e, para tal deve conter uma estrutura física e humana adequada para o ensino. A partir disso, a Escola Municipal Vilma Lemos apresenta uma estrutura física considerada mista, sendo metade em alvenaria e outra metade em madeira, possui 10(dez) salas de aula, 01(um) refeitório, 01 (uma) cozinha, 01(uma) secretaria, 02(duas) alas de banheiro, sendo um masculino e outro feminino. Essa estrutura física encontra-se desgastada e os professores afirmam que afeta diretamente o processo de ensino e aprendizagem, o que nos leva a refletir que as escolas rurais têm infraestrutura diferente das escolas urbanas e que os recursos disponíveis não suprem a necessidade da área rural. Dessa forma, essa realidade é conhecida e se levarmos em conta as mudanças relacionadas à educação nas Constituições e demais leis pode-se perceber que o ensino do meio rural sempre esteve presente nos discursos dos governantes, mas ainda não se respeitou os direitos do homem do campo.

Palavras-chave: Infraestrutura escolar, Educação do Campo, Ensino e aprendizagem.

### **1- INTRODUÇÃO**

A Educação do campo, surgiu a partir dos movimentos realizados por camponeses para que fosse desenvolvida uma nova política educacional para as pessoas NO campo que tem direito ao acesso educacional e DO campo para que o indivíduo tenha direito a educação pensada para o local em que vive, respeitando a sua realidade. No decreto N° 7.352, de 04 de novembro de 2010, considera-se a população do campo, os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010).

Quando se trata da educação do campo, levando em consideração o seu contexto histórico, as relações de poder se fazem presente de forma dominante, pois o meio rural foi construído a partir de uma sociedade discriminatória e por um processo de divisão de terras desequilibrado (PRADO JÚNIOR, 1979). A partir disso, no ano de 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação lutou por melhorias no sistema educacional, ou seja, a necessidade de reorganizar o sistema escolar, tanto nas suas condições de infraestrutura quanto nas condições metodológicas, uma vez que as técnicas segundo o Manifesto não estavam de acordo com a realidade. A proposta do Manifesto abrangia tanto a cidade como o campo, tendo em vista, que era preciso se desprender dos interesses de classes, para que a educação pudesse abranger todos os indivíduos, independente da sua classe social e do lugar onde vive (REVISTA HISTEDBR, 2006).

A Primeira Constituição a fazer referência ao ensino rural é a Constituição de 1934, e isso se deu por conta do processo de industrialização, já que “a preocupação em relação ao campo deu-se quando os rurícolas nos anos de 1910 e 1920 abandonaram o campo por falta de emprego, mudando para as cidades em busca de trabalho, forçando o poder público a se confrontar com os desafios postos pela nova conjuntura” (LEINEKER, 2012, p. 01). Em 1937 foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, que tinha como objetivo a “expansão do ensino e preservação da arte e folclores rurais. Era preciso alfabetizar, mas sem descuidar dos princípios de disciplina e civismo” (LEITE, 1999, p.30). No entanto, todo este interesse em fazer com que o homem permanecesse no campo e que se orgulhasse do seu modo de vida, era apenas um meio de mascarar a situação que estava ocorrendo, ou seja, o êxodo rural.

A partir da Constituição de 1988 foi possível, então, abranger o ensino, para que todos os cidadãos tivessem acesso à educação e embora ela não cite de forma direta a educação DO e NO campo, em seu artigo 206 estabelece que deva existir “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Mas de acordo com a realidade, esses direitos apresentados na Constituição não são respeitados, pois até o momento não se obteve a igualdade de acesso à escola, principalmente aquelas voltadas para o campo que sempre são postas em segundo plano.

Segundo Ferreira (2011), a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394/96, trouxe em si “avanços” e proporcionou conquistas voltadas às políticas educacionais para o campo mesmo que nas entrelinhas da LDB estejam os interesses neoliberais. No decorrer da LDB 9394/96 encontra-se fragmentos específicos direcionados à escola do campo, seu artigo 28 estabelece que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I- Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.

II- Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (LDB, 1996, art.28)

Há um paradoxo entre as ideias preconizadas na LDB e a defendida pelos movimentos sociais, pois para aquelas a oferta da educação básica para a população do campo visa à mão de obra para o mercado de trabalho, enquanto que os movimentos

sociais acreditam que a educação deve ser para formar cidadãos, preservar a cultura do seu povo e ter uma nova forma de se relacionar com a natureza (FERREIRA, 2011, p.10).

A população que reside no campo, por falta de recursos que o estimulem ao ensino, acaba abandonando a escola, e quando consegue se formar no ensino médio não encontra maneiras de permanecer no campo e continuar seus estudos. Com isso os camponeses que buscam melhores condições de vida saem do campo para os centros urbanos.

Esta situação mostra a falta de interesse dos governantes em assumir um compromisso com a população residente na zona rural. O meio rural e a educação, desde o século XX, está envolta ao mundo capitalista do contexto urbano, pois a falta de uma política verdadeiramente voltada para o campo durou um longo período da história, se comparado à educação brasileira de forma geral. Com a urbanização, a industrialização e a forma de guardar para poucos os lucros que o desenvolvimento traz, a escola cumpre o papel de apenas reprodução de conhecimento, sem qualquer condição de abrigar os estudantes do campo (CAVALCANTE, 2010).

Estudar ou aprofundar os conhecimentos sobre os fatores associados ao desempenho escolar do aluno e ao ensino do professor pode nos mostrar a qualidade da educação que está sendo ofertada. A infraestrutura escolar, por exemplo, é um dos aspectos que nos chama a atenção, pois mostra não somente as condições estruturais da escola, mas também a eficiência da distribuição dos recursos financeiros para a educação. Segundo Sátyro e Soares (2007), há a necessidade de conhecer melhor a influência que as condições de infraestrutura das escolas podem causar nos resultados educacionais.

Segundo Soares e Sátyro (2008), no Brasil a infraestrutura tem um impacto forte no desempenho escolar, o que os levou a inferir diante a realização de suas pesquisas que, caso não tivesse havido o investimento observando durante a última década em infraestrutura escolar, os resultados educacionais poderiam ter sido piores.

O principal autor que não concorda com a correlação entre infraestrutura e desempenho escolar é Éric Hanushek que, apresentou em seus estudos em 1986 e 1997, que é a origem socioeconômica do aluno o fator principal que influencia o desempenho escolar. O estudo realizado por Hanushek levou em consideração os países desenvolvidos e quando se trata de países em desenvolvimento, como o Brasil, esse contexto se difere, uma vez que apresenta várias realidades distintas em relação à infraestrutura escolar, sendo uma das mais visíveis à precariedade no que se refere ao sistema educacional público (SOARES E SÁTYRO, 2008).

Neste sentido o presente trabalho foi motivado pelo desejo de contribuir para a ampliação das pesquisas na área da Educação do Campo, pois há poucas pesquisas relacionadas a esta temática no Estado do Amazonas. E também verificar como está sendo ofertada a educação para o campo, uma vez que ainda existe um desinteresse em estudar o meio rural e isso se torna preocupante, já que no campo há um baixo rendimento escolar (ARROYO, 2004). A partir disso, tem-se como principal objetivo mostrar as principais dificuldades no que se refere à infraestrutura escolar encontrada na Escola Municipla Vilma Lemos, pois a questão de infraestrutura pode interferir no processo de ensino e aprendizagem.

Este estudo foi vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia – NUPEAS<sup>1</sup>, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento

---

<sup>1</sup> O NUPEAS foi criado em 2010 no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – *Campus Vale do Rio Madeira* – UFAM. Tem uma equipe formada por um grupo multidisciplinar de professores, alunos bolsistas e voluntários, agricultores do sul do Amazonas, agente de ATER, órgãos públicos e privados, que abrange as áreas de Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental, Ciências Exatas e Educação.

Agrário, com apoio do CNPQ e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas- FAPEAM. E, assim sendo, espera-se levantar uma reflexão acerca da influência que a infraestrutura escolar desempenha tanto nos estudantes quanto nos professores, considerando que, no Brasil, ainda há grandes desigualdades no que se refere ao meio rural e que cada escola apresenta uma realidade diferente, que é passível de ser interpretada em um significado prático e reflexivo.

## **2- CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO EM TERMOS DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL VILMA LEMOS EM APUÍ/AM**

O município de Apuí está localizado na região Norte e atende pelo nome Projeto de Assentamento Rio Juma, sendo considerado o maior assentamento de reforma agrária da América Latina. Foi criado através da resolução nº 238 em 30/08/1982, tendo como principal acesso à via BR-230 (Transamazônica). A partir disso, a Escola Municipal Vilma Lemos está localizada dentro do Setor Três Estados, (Perímetro rural do município de Apuí/AM), ficando a 57 km da sede do município.

A escola Municipal Vilma Lemos atende as vicinais Cupuaçu<sup>2</sup>, Três Estados, Nova Linhares, Três Buritis, Três de Julho, e as localidades Igarapé do Meio e adjacências. Funciona em tempo integral, nos dias de terça-feira, quarta-feira e quinta-feira, trabalhando com o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental I e II. Na escola há um total de 10 salas de aula, 10 professores (todos com nível superior), com aproximadamente 138 alunos; 04 merendeiras e 01 funcionário que ajuda na manutenção da escola.

Dentre as salas de aula da escola, 01 funciona como sala de diretoria e secretaria. Os professores não possuem uma sala adequada para reuniões e planejamento escolar e para realizar essas atividades é utilizada uma sala de aula que não esteja ocupada no momento. Além disso, a escola não possui secretária e quem se responsabiliza por esta função é a própria gestora da escola. Proporcionar um espaço que estimule e desenvolva o aprendizado promove a educação e favorece, além disso, interações humanas, pois a escola Vilma Lemos além de ser o local onde se ensina o conhecimento formal, é também utilizada pela comunidade como o ponto de encontro, na qual a comunidade externa faz reuniões que tratam de assunto de interesse da comunidade.

Para a construção das condições de infraestrutura têm-se como base três categorias de uma infraestrutura básica, sendo elas: o abastecimento de energia elétrica, abastecimento de água e esgoto sanitário. É importante reconhecer o papel da escola no processo de ensino e aprendizagem, pois, “se a escola é lugar de formação humana, significa que ela não é apenas lugar de conhecimentos formais e de natureza intelectual. A escola é lugar de tratar das diversas dimensões do ser humano de modo processual e combinado” (CALDART, 2009, p. 121). Assim, pode-se observar que a escola atende um número significativo de alunos, e que a estrutura que a escola apresenta ainda não é adequada para atender essa demanda. A redação do Plano Nacional de Educação 2001/2020 (2011) tem como estratégia apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de recursos pedagógicos e a expansão da infraestrutura física da rede escolar. A realidade encontrada na Escola Vilma Lemos mostra que há uma infraestrutura escolar, no entanto ainda não é adequada para o ensino e aprendizagem, pois como se vê nas fotos abaixo a escola encontra-se com a pintura desgastada e não passa por reformas há muito tempo.

---

<sup>2</sup> Vicinal é a designação dada no município de Apuí/AM para algumas localidades que, em geral, não dispõem de asfalto e que são intrafegáveis em determinadas épocas do ano.



Fonte: SANTOS, A. M. 2013.

Os professores entrevistados na escola articularam que a questão de infraestrutura afeta o desenvolvimento do seu trabalho e limita suas estratégias de ensino, “o professor sempre precisa de quadro bom, e no momento a gente não tem, né. Às vezes também tem a questão da sala em si, [...] mas existe muito problema aí, a questão de ventilação, iluminação [...]” (Entrevista nº 08). Segundo Ghedin (2012), o Estado por vezes tenta colocar a culpa pelos problemas da educação nos professores desviando assim o real problema, que é a falta de condições de trabalho.

Uma das principais dificuldades apontadas pelos professores é a iluminação, as salas de aula que são quentes, abafadas e não tem ventilação adequada. Segundo Furtado & Brandão (1999), no que pesem os esforços para a ampliação da oferta pública de educação, não há dado estatístico que reflita verdadeiramente a situação, quando comparado ao vivenciado de perto a realidade.

A iluminação é uma das causas das salas, que nós temos salas que não são bem iluminadas, a ventilação também é um problema sério... Calorão. Da mesma maneira, que eles passam o dia todo na sala... Se sentem incomodado, nós também. Cê chega à sala tá quente. Na hora do almoço, por exemplo, é a hora que eles extrapolam né, gastam a energia d’eles e volta pra sala suado e a sala quente (Entrevista nº 11).

A questão de infraestrutura de uma forma geral, ainda carece de mais estudos, uma vez que só assim será possível desvendar os rumos de uma escola que pode ser adequada para a educação do campo. A Escola Municipal Vilma Lemos funciona em tempo integral e o início das aulas ocorre as 07h30min e o término as 17h00min. No horário de 11h45min os alunos são liberados para o almoço, tendo 1 hora de intervalo e, posteriormente, como a escola não possui um local para descanso o passatempo é correr pela escola. Assim, os alunos retornam para a sala de aula às 12h45min e as 15h05min eles saem para o lanche, e voltam para salas às 15h20min, permanecendo no local até as 17h00min.

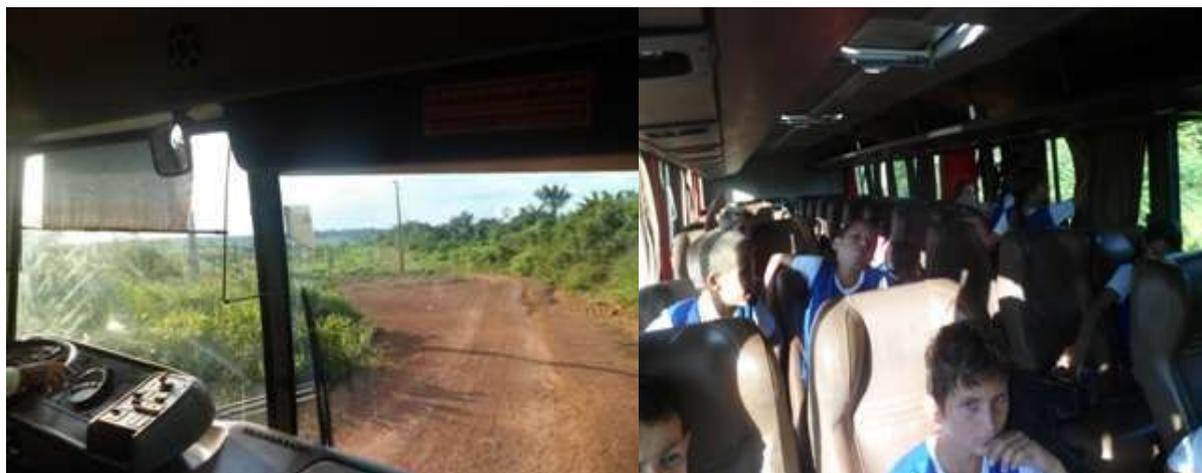
Como podemos perceber a falta de ventilação afeta diretamente os professores e os alunos, pois como os mesmos passam o dia inteiro na escola não tem um descanso e nem uma higiene adequada. Os alunos têm uma hora para o almoço e neste intervalo eles brincam ao redor da escola correndo e, quando chega o período da tarde os alunos ficam exauridos. Compreende-se que a infraestrutura de uma escola se torna fundamentalmente importante para o desenvolvimento de todos que estão ligados à mesma e assume um papel importante no processo de ensino e aprendizagem.

Tendo isso em vista, outro fator importante que pode ser analisado é a questão do acesso à escola, ou seja, a escola possui 02 ônibus alugados que são utilizados para transportar os alunos das vicinais até a escola, no entanto, um desses ônibus é de linha, ou seja, nos dias de segunda-feira e sexta-feira ele realiza o transporte dos moradores do setor Três Estados até a sede do município e este mesmo ônibus serve como meio de transporte para levar a alimentação para a escola Vilma Lemos.



Fonte: SANTOS, A. M. 2013.

Para levar os alunos à escola, um ônibus faz o trajeto da BR-230 até a comunidade Lagoa Vermelha, chegando a percorrer 24 km, enquanto o outro se desloca até a vicinal Cupuaçu fazendo um percurso de 15 km. Tendo em vista essa situação, os alunos que moram ao longo BR-230 e na comunidade Lagoa Vermelha chegam todos os dias meia hora atrasados e a escola os libera meia hora antes do término da aula. Para Ferreira (2011, p.8) “se em pleno início do século XXI, com toda evolução nos transporte, o alunos das zonas rurais sofrem para chegar às escolas e estudar, imaginemos o transtorno e sofrimento nas décadas anteriores”.



Fonte: SANTOS, A. M. 2013.

Com a situação de difícil locomoção nas estradas, alguns alunos não conseguem ter acesso à escola, porque o ônibus não consegue passar depois de um determinado ponto. Fora isto, quando chega o período de chuva a locomoção fica pior, pois as estradas não possuem asfalto e isso faz os mesmos perderem boa parte das aulas já que existem muitas dificuldades para estes alunos chegarem à sala de aula. Os professores que atuam nas escolas do campo denunciam, em suas falas, a condição precária de muitas estradas rurais e dos ônibus usados para o transporte dos alunos. O que esta situação nos mostra é que não é válido somente ter a escola, proporcionar a educação, mas também, que o poder público garante uma igualdade de condições para o acesso e a permanência dos alunos independente do local em que se encontram (DAMASCENO & BESERRA, 2004).

Segundo o Plano Nacional de Educação (2010), devem-se assegurar melhorias na estrutura física das escolas, elaborando no prazo de um ano, padrões de infraestruturas compatíveis com a realidade regional. Assim, o acesso à energia elétrica se faz pelo Programa Luz para Todos, que é destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população residente no meio rural que não possui acesso a esse serviço. Em uma análise realizada pelo INEP no ano de 2003, pode-se observar que a situação das escolas localizadas em área rural no que se refere aos recursos ainda é precária, ou seja, 42% das escolas que ofertam o ensino fundamental de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série possuem energia elétrica, nas que ofertam o ensino fundamental de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, 89,6% apesar de terem acesso à energia elétrica somente 30% possui televisão, sala de vídeo e parabólica.

A escola Vilma Lemos por ter acesso à energia elétrica possui internet, telefone e computadores. Em relação a computadores e internet a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, ainda não possui nenhum projeto específico para a Escola Vilma Lemos, mas existem 03 salas equipadas com armários e computadores da Secretaria Estadual de Educação - SEDUC, no qual, quando é necessário é utilizado pela escola e pela comunidade em geral. Percebe-se assim que a escola Municipal Vilma Lemos possui acesso à energia elétrica, mas não possui uma infraestrutura adequada para que os alunos tenham aulas de informática. O uso da tecnologia para o desenvolvimento educacional ainda é difícil nas escolas do campo e segundo os Panoramas da Educação do Campo (2007) boa parte das escolas rurais por não terem esse acesso, privam os alunos de uma aprendizagem mediada pela televisão, vídeo e internet.

Já o acesso à água se faz por meio do rio, poço e mina. Na escola existem 04 caixas d'água, as mesmas são divididas da seguinte forma: 01 armazena a água que vem direto do rio, utilizada para a limpeza em geral; enquanto as outras 03 são usadas para armazenar a água do poço e da mina, utilizada na cozinha e no bebedouro. No verão o

acesso à água se torna difícil, pois a mina seca e não tem como abastecer a escola, o que acaba prejudicando a continuação das aulas.



Fonte: SANTOS, A. M. 2013.

O Panorama da Educação do Campo (2007) observou que as escolas rurais têm infraestrutura diferente das escolas urbanas, e que os recursos disponíveis não suprem a necessidade da área rural. Como se percebeu mesmo tendo acesso a água há um período em que a escola sofre com a ausência de abastecimento da mesma.

E por último, outro aspecto importante ligado à questão de infraestrutura básica são as dependências sanitárias. Na escola Vilma Lemos verificou-se que há dois banheiros internos, sendo 1 banheiro masculino e 1 banheiro feminino, apresentando uma boa estrutura que pode atender as demandas dos alunos. Pode-se perceber um avanço significativo na questão sanitária, pois, segundo Sátyro e Soares (2007), dependendo da localização geográfica o acesso à água, a eletricidade ou esgotamento sanitário pode ser vistos como fatores de eficiência escolar, mesmo que não ocupe um lugar principal.

Assim sendo, a realidade encontrada na Escola Municipal Vilma Lemos mostra que a infraestrutura da escola precisa ser melhorada e que esse fator pode interferir no processo de ensino do professor e da aprendizagem do aluno, além de termos compreendido que a educação não se limita somente a questão de infraestrutura, mas também na criação de condições de acesso e permanência de todos os envolvidos com o processo educacional.

### 3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa foi possível compreender que a educação é um direito de todo o cidadão e que ainda há muito para ser feito pela educação do campo, pois ainda é visto que a qualidade de ensino e a estrutura física das escolas em área rural são desiguais se comparado ao ensino urbano. A Amazônia, por exemplo, por ter uma extensão vasta de terras, possui muitas riquezas naturais e culturais que ajudam a formar a identidade do homem do campo, no entanto, a população urbana ignora os valores desses povos. Segundo Cristo et. al. (2005), toda essa riqueza é ignorada e isso ocorre pelo processo histórico, ou seja, o meio rural é submetido ao valor urbano.

A oferta da educação no setor Três Estados em Apuí/AM, e a carência de estrutura física da Escola Vilma Lemos, possibilita-nos a pensar qual o tipo de estrutura física é adequada para propiciar um bom processo de ensino e aprendizagem nestas escolas.

Segundo Pinheiro (2011) a questão educacional não irá resolver os problemas do campo, no entanto são necessárias políticas públicas que respeitem a diversidade e a realidade do meio rural, para construir uma escola do campo de qualidade, com estrutura física e pedagógica adequada e professores com formação própria para atuar no campo.

A realidade do campo é conhecida e o discurso sobre o ensino rural sempre esteve presente nos discursos dos governantes, mas não se respeitou o direito do homem do campo, e para que isso aconteça é necessário fazer políticas públicas que garantam o desenvolvimento dessas populações, para que seja possível redesenhar o retrato das escolas do campo.

Desta forma, a educação do campo não precisa ser vista como um empecilho no processo educacional do país, mas deve ser um meio de organização que pode mudar e resgatar valores do homem residente na zona rural, sendo que, a escola nos permite realizar uma nova busca pela transformação e construção social.

### 3- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.**

\_\_\_\_\_. **PNE - Plano Nacional de Educação- PNE** (2001/2010) Lei Federal nº 10.172/0. Brasília: Senado Federal, 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Lei Federal 1988, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

\_\_\_\_\_. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, 2009.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. **Das políticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas no rural**. Ensaio: aval.pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v.18, nº 68, jul/set. 2010.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez, MOLINA, Mônica Castagna [orgs.]. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CRISTO, Ana Cláudia Peixoto de; NETO, Francisco Costa Leite; COUTO, Jeovani de Jesus. **Educação Rural Ribeirinha Marajoara: Desafios no contexto das escolas multisseriadas**. In: HAGE, Salomão Mufarrej (Org). Educação do Campo na Amazônia: Retratos e Realidades das Escolas Multisseriadas no Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. **Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas**. Educação e Pesquisa, São Paulo. V.30, n.1, jan/abr.2004.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação do campo: Um olhar histórico, uma realidade concreta.** Revista Eletrônica de Educação. Ano V. Nº. 09 julho/dezembro. 2011.

FURTADO, Eliane Dayse & BRANDÃO, Maria de Lourdes. **O que se sabe e o que se faz sobre a educação no contexto dos assentamentos rurais:** colocando gás na lamparina. Educação e Debate. Fortaleza-Ce, 1999.

GHEDIN, Evandro [org.]. **Educação do campo Epistemologia e práticas.** São Paulo: Cortez, 2012.

LEINEKER, Mariulce da Silva Lima; ABREU, Claudia Barcelos de Moura. **A educação do campo e os textos constitucionais: um estudo a partir da constituição federal de 1934. IX ANPED Sul 2012.**

LEITE, Sergio Celani. **Escola rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

PRADO JÚNIOR, C. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A Educação do campo na Amazônia paraense e a multissérie.** In, A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira: (página 2), acesso ao site: Monografias.com no dia 11/08/2011.

**PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO.** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

REVISTA HISTEDBR On-line. **O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932).** Campinas, n. especial, p.188-204, ago. 2006 – INSS: 1676-2584.

SÁTYRO, Natália. SOARES, Sergei. **A infra-Estrutura das escolas brasileiras de ensino Fundamental. Um estudo com base nos Censos Escolares de 1997 a 2005.** Brasília, Abril de 2007.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O impacto da infra-estrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de ensino fundamental – 1998 a 2005.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nº 1338. Rio de Janeiro, 2008.

## **Escolaridade, Ocupação e Rendimento: A Situação dos Jovens Ticuna no município de Tabatinga**

Ana Paula da S. Palheta, UFAM, ana2009eco@gmail.com;  
Enimar J. Wendhausen, UFAM, enimar@ufam.edu.br.

### **Resumo**

O objetivo deste artigo foi verificar a escolaridade, a ocupação e a renda dos jovens ticuna residentes na área urbana e na zona rural do município de Tabatinga (AM), observando as principais dificuldades e problemas enfrentados por esses jovens em relação à educação, trabalho e renda. Apresentam-se como objetivos específicos: a) Observar a situação educacional dos ticuna na faixa etária de 15 a 29 anos em relação à frequência escolar e cursos realizados; b) identificar as atividades profissionais desenvolvidas pelos jovens ticuna; e c) verificar os rendimentos obtidos por esses jovens em atividades desenvolvidas por eles e as provenientes de outras fontes. Realizaram-se pesquisas bibliográfica e documental, além de uma pesquisa de campo (esta em 2014). Os dados foram processados no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e em seguida trabalhadas em planilhas Excel. O estudo é parte da pesquisa intitulada "Recenseamento Sociodemográfico Participativo da População Indígena da Cidade de Tabatinga (AM)", financiada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Constatou-se que a maioria desses jovens, tanto na Terra Indígena Umariáçu como na cidade de Tabatinga, frequentava a escola, assim como possuía ocupação e algum rendimento. Apesar de a pesquisa ter ocorrido em uma localidade cujas características diferem completamente das encontradas nos grandes centros urbanos do país, foi possível verificar que a realidade desses jovens, pelo menos no que se refere aos aspectos observados, é bastante semelhante à dos residentes naqueles centros.

Palavras-chave: Escolaridade; Ocupação; Renda; Jovens; Ticuna.

### **Resumen**

El objetivo de este trabajo fue verificar la educación, la ocupación y el ingreso de los ticuna los jóvenes que viven en zonas urbanas y en el municipio rural de Tabatinga (AM), señalando las principales dificultades y problemas que enfrentan estos jóvenes en relación a la educación, el trabajo y ingresos. Presentan los siguientes objetivos: a) Observar la situación educativa de los ticuna de entre 15 a 29 años en relación con la asistencia a la escuela y los cursos tomados; b) identificar las actividades profesionales de ticuna los jóvenes; y c) para verificar los ingresos obtenidos por estos jóvenes en actividades para ellos y de otras fuentes. Había búsquedas bibliográficas y documento, y la investigación de campo (esto en 2014). Los datos fueron procesados mediante el paquete estadístico para Ciencias Sociales (SPSS) y yo seguimos trabajaron en hojas de cálculo de Excel. El estudio es parte de la investigación titulada "participativa sociodemográfico del Censo de Población indígena de la ciudad de Tabatinga (AM)", financiado con fondos de la Fundación de Apoyo a la Investigación del Estado de Amazonas (Fapeam) y el Consejo Nacional de Investigación (CNPq). Se encontró que la mayoría de estos jóvenes, tanto Umariáçu indígena como la ciudad de Tabatinga, ir a la escuela, y tenía un ingreso y ocupación. Aunque la investigación se ha producido en una localidad cuyas características difieren completamente de los que se

encuentran en los grandes centros urbanos del país, encontramos que la realidad de estos jóvenes, al menos en relación con los aspectos observados, es bastante similar a la de los residentes en esos centros.

Palabras clave: Educación; ocupación; ingresos; los jóvenes; Ticuna.

### **Abstract**

The aim of this article was to verify the schooling, occupation and income of the ticuna young people living in the urban area and in the rural area of the city of Tabatinga (AM), noting the main difficulties and problems faced by these young people in education, work and income. The specific objectives are: a) To observe the educational situation of the ticuna of the age group of 15 to 29 years in relation to school attendance and courses; B) identify the professional activities developed by young ticuna; And c) to verify the income obtained by these young people in activities developed by them and those from other sources. Bibliographical and documentary research was carried out, as well as a field research (this one, in 2014). The data were processed in the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) and then worked on Excel spreadsheets. The study is part of the research entitled "Participative Sociodemographic Census of the Indigenous Population of the City of Tabatinga (AM)", funded with funds from the Amazonas State Research Foundation (FAPEAM) and the National Research Council (CNPq). It was verified that the majority of these young people, both in the Indigenous Land Umariáçu and in the city of Tabatinga, attended the school, as well as had occupation and some income. Although the research took place in a locality whose characteristics differ completely from those found in the great urban centers of the country, it was possible to verify that the reality of these young people, at least with respect to the aspects observed, is very similar to the residents of those centers.

keywords: Schooling; Occupation; Income; Young; Ticuna.

### **1- Introdução**

Os povos indígenas representam 10% da população das Américas e segundo dados do Banco Mundial compõem uma das populações mais pobres e menos favorecidas pelas políticas públicas. No Brasil, o Estatuto do Índio é de 1971 e seus direitos são bastante discutidos já que lhes garante a posse de terras obrigando a União a demarcá-las, além de proteger e respeitar seus bens. Das 580 terras indígenas existentes no Brasil, apenas 318 (55%) estão regularizadas. Apesar disso, os indígenas se organizam e divulgam suas necessidades no âmbito nacional e internacional em busca de apoio.

Os ticuna, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) são considerados os mais numerosos entre as etnias indígenas do país com 46.065 indígenas. Na região norte do país encontram-se principalmente no estado do Amazonas, são cerca de 39.349, a maioria destes vive em terras indígenas do Alto Solimões.

O nome ticuna foi assim denominado por tribos vizinhas que lutavam pela posse do mesmo território, muito provavelmente os ómaguas, também chamados de cambeba. Há relatos de que os ticuna sempre foram índios de terra firme que ocupavam os igarapés que deságuam no Rio Solimões. Mas, com o enfraquecimento dos seus inimigos esses indígenas foram se deslocando cada vez mais para o Rio Solimões (OLIVEIRA, 2012).

As pesquisas referentes aos indígenas da etnia ticuna mostram pouco sobre sua economia, rendimento, inserção no mercado de trabalho e sua busca por qualificação profissional. Segundo Paladino (2010) as cidades próximas às aldeias de Umariáçu não atraem os indígenas em termos de mercado de trabalho, pois não existem ofertas

significativas de empregos. O que ocorre normalmente é a disputa de cargos públicos principalmente em órgãos voltados para a assistência indígena. Advém também a atividade informal, onde os índios comercializam geralmente os produtos da roça, da pesca e do artesanato, produzidos por eles e vendem na feira organizada pela prefeitura ou proximidades do porto e lojas.

Estudos desenvolvidos sobre o mercado de trabalho no Brasil destacam as dificuldades enfrentadas por jovens, mulheres, negros e idosos em se inserir no setor produtivo. Os empresários e a mídia ressaltam que a falta de qualificação dos primeiros é um dos principais motivos para que estes não consigam ingressar no mercado de trabalho, além da falta de experiência. Inúmeras são as pesquisas que apresentam a situação desses indivíduos no mercado de trabalho, tais como: se estão no setor formal ou informal, as atividades que desenvolvem, o nível de rendimento e de escolaridade entre outros. Contudo, pouco se sabe sobre os jovens indígenas, a ocupação destes na zona rural e urbana, seus rendimentos e nível de escolaridade. Daí, a relevância do assunto estudado.

Para fins de realização do estudo, a faixa de idade considerada compreendeu os indígenas entre 15 e 29 anos. Para Aquino (2009) os jovens com idades entre 15 e 29 anos correspondem a 50,2 milhões de pessoas. Antes, a população que compreendia a faixa dos 15 aos 24 anos era denominada como jovem, mas devido ao aumento da expectativa de vida da população e principalmente da dificuldade destes em ingressar no mercado de trabalho ocorreu a ampliação da faixa de idade. Assim, o recorte etário da pesquisa segue o mesmo da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e do Estatuto da Juventude.

O objetivo do artigo foi verificar a escolaridade, a ocupação e a renda dos jovens ticuna residentes na área urbana e na zona rural do município de Tabatinga (AM), observando as principais dificuldades e problemas enfrentados por esses jovens em relação à educação, trabalho e renda. Apresentam-se como objetivos específicos: a) Observar a situação educacional dos ticuna na faixa etária de 15 a 29 anos em relação à frequência escolar e cursos realizados; b) identificar as atividades profissionais desenvolvidas pelos jovens ticuna; e c) verificar os rendimentos obtidos por esses jovens em atividades desenvolvidas por eles e as provenientes de outras fontes.

Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo (esta em 2014). Os dados foram processados no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e em seguida trabalhadas em planilhas Excel. O estudo é parte da pesquisa intitulada “Recenseamento Sociodemográfico Participativo da População Indígena da Cidade de Tabatinga (AM)”, financiada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

## **2- O município de Tabatinga e a economia indígena**

Nesta seção serão descritas as características demográficas e econômicas do município de Tabatinga-AM. Assim como, quem são os indígenas que habitam a Terra Indígena Umariáçu situada em Tabatinga e para finalizar o que se entende por economia indígena.

### **2.1 Caracterização do município de Tabatinga**

O município de Tabatinga encontra-se localizado na microrregião do Alto Solimões e na Mesorregião do sudoeste amazonense. Possui uma área territorial de 3.224,875 km<sup>2</sup>, densidade demográfica de 16,21 hab/km<sup>2</sup> e uma população de 52.272 pessoas, conforme dados do censo 2010.

O índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2000 era de 0,470 (IDHM - baixo), passando em 2010 para 0,616 (IDHM - médio), apresentando uma taxa de crescimento de 31,06% quando comparado com o IDH de 2000.

Com PIB *per capita* de R\$ 5.877,36 em 2014, o município de Tabatinga quando comparado aos demais municípios amazonenses ocupava a 51ª posição entre os 62 municípios. Em 2014 a população ocupada era de 4,1% e o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,6 salários mínimos.

Em 2012, o município de Tabatinga possuía 254 escolas, sendo 108 instituições de ensino pré-escolar, 130 escolas de nível fundamental e 16 escolas de ensino médio. Nessas escolas encontravam-se matriculados 36.826 mil alunos que correspondiam respectivamente à: 4.640 alunos matriculados em instituições de ensino pré-escolar, 26.348 alunos nas escolas de nível fundamental e 5.838 alunos matriculados nas escolas de nível médio.

Separados pela fronteira e ligados por uma avenida, Tabatinga no Amazonas forma junto com o município de Leticia na Colômbia um único espaço urbano, onde as pessoas circulam livremente em ambos os espaços para realizar compra e venda de produtos na tentativa de diminuir o custo de vida, considerado alto em Tabatinga, em virtude da distância com a capital. Nota-se claramente a presença de estrangeiros nos comércios de Tabatinga, ocorrendo o mesmo em Leticia por parte dos brasileiros. Os indígenas de Umariáçu participam também desta fronteira comercial.

Durante a pesquisa de campo observou-se a presença de estrangeiros ambulantes na Terra Indígena Umariáçu. Os indígenas declararam preferir comprar combustível no Peru, sendo estes revendidos na aldeia em garrafas pets.

## 2.2- Os Indígenas da Terra Indígena Umariáçu

O posto de Sistema de Proteção ao Índio (SPI) foi criado em 1945 na reserva de Umariáçu. A luta pela terra se iniciou nos anos 70 de forma bastante lenta e foi se desenvolvendo ao longo do regime militar, se consolidando somente com a Constituição de 1988 que reconheceu o direito dos indígenas, assim como as fortes lideranças ticuna que contribuíram para defender a terra (BENDAZZOLI, 2011).

Devido a sua numerosa população, os indígenas de Umariáçu tornaram-se alvos de interesses de diversos grupos locais, alguns ligados ao governo municipal, Organizações Não-Governamentais (ONGs), além dos missionários religiosos. Esses grupos tentavam influenciar as decisões da comunidade e isso acaba provocando divisões políticas dentro da aldeia (LIMA; PEREIRA, 2001).

Nas primeiras décadas do século XIX foram realizadas invasões de brancos nas terras indígenas tanto para a retirada de madeira como para a destruição de suas malocas com o objetivo de desorganizar sua estrutura a fim de gerar mão de obra para a extração da borracha. Durante esse período os indígenas sofreram condições de semiescravidão (BENDAZZOLI, 2011).

Para Lima e Pereira (2001) essa região do alto Solimões é caracterizada pelos níveis altos de pobreza, baixa escolaridade e sua história, marcada pela exploração e violência contra os direitos dos índios.

Grande parte da população sobrevive do repasse de renda do governo ou trabalham para o município. A situação torna-se mais crítica durante a fase que diminui a quantidade de pescado, fazendo com que os ticuna sobrevivam vendendo pequenas hortaliças ou trabalhando na cidade.

A relação entre os ticuna e o comércio com a cidade é bastante intensa, são os principais fornecedores de farinha e frutas. Em Tabatinga, eles possuem uma feira exclusiva construída pela prefeitura, pois antes vendiam na beira das ruas causando tumulto e

acidentes pela falta de organização. As bancas vendem basicamente os mesmos produtos, tais como: bananas, farinhas, verduras e pequenas hortaliças. A movimentação maior ocorre na parte da manhã com a venda de peixes trazidos pelas Kombi de Umariáçu. Alguns indígenas compram os produtos de outros indígenas e revendem na feira ou compram nos portos de tabatinga produtos como: tomate, cebola e batata. Apesar do contato direto com a cidade, os índios guardam grande parte de sua cultura, rituais e principalmente a língua (ORGANIZAÇÃO GERAL DOS PROFESSORES TICUNAS BILINGUES, 2004 apud BENDAZZOLI, 2011).

### 3- Escolaridade, ocupação e renda dos jovens ticuna na zona urbana e rural de Tabatinga

Discute-se nesta seção o nível de escolaridade dos jovens ticuna da Terra Indígena Umariáçu (zona rural) e da zona urbana de Tabatinga. Assim como, as atividades desenvolvidas por estes e os rendimentos provenientes dessas atividades e também de outras fontes.

#### 3.1- O nível de escolaridade dos jovens ticuna

Ao entrevistar 1.413 jovens ticuna, com idades entre 15 e 29 anos, moradores da Terra Indígena Umariáçu, constatou-se que 55,3% destes afirmaram frequentar a escola ou universidade. Os jovens de 15 a 19 anos representavam o maior número, 80,1%, dos que estão frequentando a escola, conforme verificado na tabela 1.

Tabela 1- Número de jovens ticuna de 15 a 29 anos da Terra Indígena Umariáçu: frequência escolar - 2014.

Frequência escolar/Grupo etário	15-19		20-24		25-29		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	458	80,1	195	42,1	128	33,9	781	55,3
Não, mas já frequentou	90	15,7	229	49,5	214	56,6	533	37,7
Não, nunca frequentou	21	3,7	38	8,2	32	8,5	91	6,4
Não sabe/ Não informou	3	0,5	1	0,2	4	1	8	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>572</b>	<b>100</b>	<b>463</b>	<b>100</b>	<b>378</b>	<b>100</b>	<b>1413</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria.

Na cidade de Tabatinga foram recenseados 1.263 indígenas da etnia ticuna, dos quais, 357 compreendiam o grupo etário de 15 a 29 anos. Foi questionado a esses jovens, assim como ocorreu na Terra indígena Tucuna Umariáçu sobre a frequência escolar. Afirmaram frequentar a escola ou universidade, 56,30% destes, percentual um pouco superior ao observado na zona rural, embora o número de jovens ticuna na faixa de 15 a 29 anos seja menor na cidade. Declararam estar na escola, 71,3% dos jovens de 15 a 19 anos; enquanto do 117 jovens de 15 a 29 anos, 32,8%, declararam não estar na escola, mas já a teriam frequentado antes, conforme observado na tabela 2.

Tabela 2- Número de jovens ticuna de 15 a 29 anos da área urbana de Tabatinga: frequência escolar - 2014.

Frequência escolar/Grupo etário	15-19		20-24		25-29		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	96	71,3	59	48,8	46	45,6	201	56,3
Não, mas já frequentou	31	22,9	49	40,6	37	36,6	117	32,8
Não, nunca frequentou	4	2,9	11	9,0	17	16,8	32	8,9
Não sabe/ Não informou	4	2,9	2	1,6	1	1	7	1,9
<b>TOTAL</b>	<b>135</b>	<b>100</b>	<b>121</b>	<b>100</b>	<b>101</b>	<b>100</b>	<b>357</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria.

No que se refere à situação educacional dos jovens da Terra Indígena Umariáçu, a tabela 3 indica que 53,9% dos que se encontravam no grupo de 15 a 29 anos estavam cursando o ensino médio, enquanto 34,7%, declararam frequentar o ensino fundamental. O número de jovens frequentando a educação superior e a formação de professores indígenas representou apenas 2,5%.

Tabela 3- Situação educacional em curso dos jovens ticuna de 15 a 29 anos da Terra indígena Umariáçu - 2014.

Situação educacional/Grupo etário	15-19		20-24		25-29		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ensino fundamental	233	50,9	25	12,8	13	10,2	271	34,7
Ensino médio	214	46,7	142	72,8	65	50,8	421	53,9
Educação de jovens e adultos (fundamental)	5	1,1	8	4,1	19	14,8	32	4,1
Educação de jovens e adultos (médio)	1	0,2	3	1,5	9	7,0	13	1,7
Formação de professores indígenas	1	0,2	-	-	1	0,8	2	0,3
Pré-vestibular	-	-	1	0,5	1	0,8	2	0,3
Superior – graduação	2	0,4	4	2,1	11	8,6	17	2,2
Especialização - min. 360 hrs	-	-	1	0,5	3	2,3	4	0,5
Outros	2	2,0	10	5,1	5	3,9	17	2,2
Não sabe/não respondeu	-	-	1	0,5	1	0,8	1	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>458</b>	<b>100</b>	<b>195</b>	<b>100</b>	<b>128</b>	<b>100</b>	<b>781</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria.

No caso da situação educacional dos jovens que vivem na área urbana de Tabatinga, 41,2% destes frequentavam o ensino médio. Enquanto 8% apenas cursam o ensino superior, conforme pode ser observado na tabela 4. Por sua vez, enquanto na zona

rural 72,8% das pessoas de 20 a 24 anos afirmaram frequentar o ensino médio, percentual bastante elevado considerando esse grupo etário. Na zona urbana de Tabatinga, 43,8% dos jovens de 15 a 19 anos ocupavam o primeiro lugar entre os que se encontravam no mesmo nível. Contudo, tanto na zona rural como na zona urbana, a segunda colocação entre os que frequentavam o ensino médio compreendiam a faixa etária dos 25 aos 29 anos. Nesse grupo etário os jovens já deveriam estar cursando uma graduação ou até mesmo já ter concluído uma, fato esse não observado no caso dos ticuna que se encontram na Terra Indígena Umariáçu e na zona urbana de Tabatinga.

Tabela 4- Situação educacional em curso dos jovens ticuna de 15 a 29 anos da área urbana de Tabatinga - 2014.

Situação educacional/Grupo etário	15-19		20-24		25-29		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ensino fundamental	43	44,8	26	44,1	12	26,1	81	40,3
Ensino médio	42	43,8	22	37,3	19	41,3	83	41,2
Educação de jovens e adultos (fundamental)	2	2,1	1	1,7	4	8,7	7	3,5
Educação de jovens e adultos (médio)	-	-	1	1,7	-	-	1	0,5
Formação de professores indígenas	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-vestibular	1	1,0	1	1,7	1	2,2	3	1,5
Superior – graduação	5	5,2	4	6,7	7	15,2	16	8,0
Especialização - min. 360 hrs	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3	3,1	2	3,4	2	4,3	7	3,5
Não sabe/não respondeu	-	-	2	3,4	1	2,2	3	1,5
<b>TOTAL</b>	<b>96</b>	<b>100</b>	<b>59</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>201</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria.

De acordo com os dados apresentados na tabela 5 verifica-se na Terra Indígena Umariáçu um número razoável de jovens que já concluíram o ensino médio, 59,5%, entre o grupo de 15 a 29 anos. Ao mesmo tempo, apenas 46,7% do grupo de 15 a 19 anos haviam concluído o ensino médio. Na época da pesquisa, apenas 1(um) desses jovens com idade entre 25 e 29 anos declarou ter concluído o curso superior. Esse aspecto pode ser resultado da inexistência de Instituições de Ensino Superior (IES) com cursos específicos para os indígenas naquela região, assim como, o fato desses enfrentarem dificuldades para se deslocar para os centros urbanos em busca de qualificação. Por sua vez, as dificuldades desses jovens em acessar os serviços públicos e a condição precária em que muitos vivem pode contribuir com a segregação social e uma qualidade de vida que aos poucos vai se deteriorando.

Tabela 5- Escolaridade dos jovens ticuna de 15 a 29 anos da Terra Indígena Uma - riauçu - 2014.

Escolaridade/curso concluído	15-19		20-24		25-29		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ensino fundamental	44	48,9	72	31,3	64	30,0	180	33,8
Ensino médio	42	46,7	141	61,3	134	62,9	317	59,5
Educação de jovens e adultos (fundamental)	2	2,2	9	3,9	3	1,4	14	2,6
Educação de jovens e adultos (médio)	-	-	1	0,4	1	0,5	2	0,4
Formação de professores indígenas	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-vestibular	-	-	2	0,9	-	-	2	0,4
Superior – graduação	-	-	-	-	1	0,5	1	0,2
Especialização - min. 360 hrs	-	-	2	0,9	3	1,4	5	0,9
Outros	-	-	1	0,4	2	0,9	3	0,6
Não sabe/não respondeu	2	2,2	2	0,9	5	2,4	9	1,6
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>100</b>	<b>230</b>	<b>100</b>	<b>213</b>	<b>100</b>	<b>533</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria.

Quanto aos jovens indígenas da zona urbana de Tabatinga pertencentes ao grupo etário de 15 a 29 anos que concluíram o ensino fundamental, verificou-se um percentual de 54,6%, conforme a tabela 6. Observou-se, nessa situação, a inexistência de jovens que tenham concluído o ensino superior, assim como a especialização ou formação de professores jovens e adultos.

Tabela 6- Escolaridade/curso concluído dos jovens ticuna de 15 a 29 anos da área urbana de Tabatinga - 2014.

Escolaridade/curso concluído	15-19		20-24		25-29		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ensino fundamental	18	60,0	25	51,0	21	55,3	64	54,6
Ensino médio	11	36,7	19	38,9	11	28,8	41	35,0
Educação de jovens e adultos (fundamental)	-	-	1	2,0	2	5,3	3	2,6
Educação de jovens e adultos (médio)	-	-	-	-	-	-	-	-
Formação de professores indígenas	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-vestibular	-	-	3	6,1	2	5,3	5	4,3
Superior – graduação	-	-	-	-	-	-	-	-
Especialização - min. 360 hrs	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1	3,3	-	-	-	-	1	0,9
Não sabe/não respondeu	-	-	1	2,0	2	5,3	3	2,6
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>49</b>	<b>100</b>	<b>38</b>	<b>100</b>	<b>117</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria.

Em seu trabalho, Paladino (2010) ressalta que ainda que se busque por estudo na cidade como uma possibilidade de melhoria de vida, os indígenas sofrem por não falarem bem o português e pelo fato de estranharem os costumes e hábitos existentes na cidade. Este aspecto pode ser uma das explicações pelo fato desses jovens indígenas possuírem apenas o ensino fundamental e terem parado de estudar.

Quanto aos principais motivos para os jovens ticuna da zona rural não mais frequentarem a escola ou universidade, aparece em primeiro lugar, a necessidade de trabalhar, representando um percentual de 58%. Estes dados contrariam as pesquisas apontadas por Pochmann (2007) segundo as quais os jovens no Brasil buscaram uma elevação do nível escolar conciliando estudo e trabalho. Por sua vez, 11% dos jovens ticuna apresentaram como motivo para não frequentar ou não ter frequentado a escola e universidade o fato destas instituições serem distantes; enquanto 9% apontaram a falta de transporte escolar, o que reforça a resposta apresentada anteriormente.

Para Aquino (2009) os jovens que habitam as áreas rurais possuem ligação direta com a educação e as atividades do campo. A escolaridade dos jovens em zonas rurais chega a ser 26,5% inferior a dos demais jovens brasileiros, já que na concepção de muitos, para exercer atividades agrícolas, não é preciso ter estudo. O autor destaca também a má qualidade do ensino, falta de equipamentos, além da precariedade das instalações no campo educacional das áreas rurais. Com relação a esse aspecto, a escola Municipal O'i Thürunia localizada na aldeia Umariáçu I, por exemplo, apresenta instalações precárias, as salas são escuras, os banheiros quase inutilizáveis e apresenta pouca ventilação. Conforme Oliveira (2012) a escola foi construída com o intuito de atender os moradores de Umariáçu I para que estes pudessem ser acompanhados desde cedo evitando que seus primeiros anos de vida fossem em escolas de "brancos".

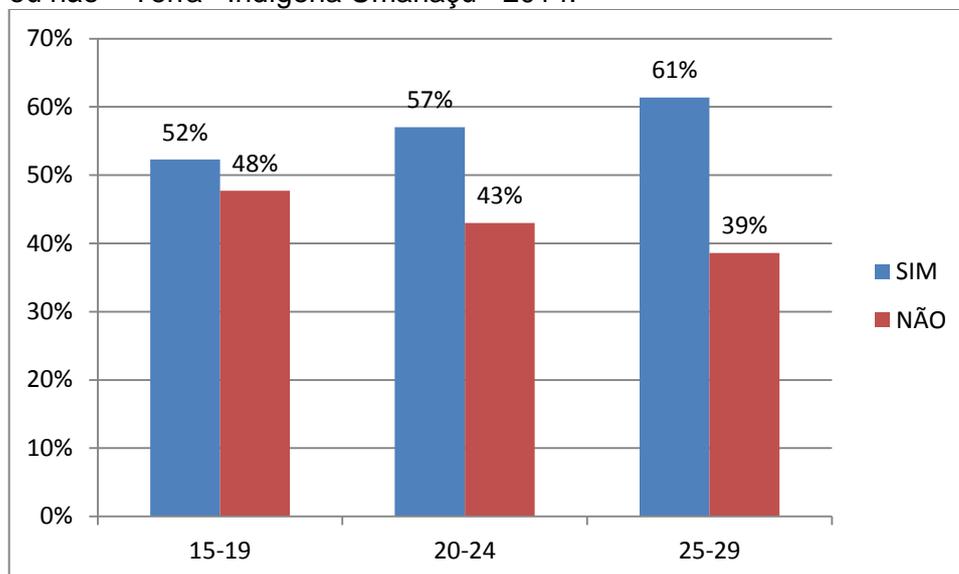
Na zona urbana de Tabatinga, 47,9%, afirmaram que não frequentam mais escola ou a universidade devido aos conflitos internos existentes dentro da comunidade. Entre outros motivos listados, 37,5%, destacam-se: gravidez, doença, condição financeira, não viu necessidade de continuar os estudos, entre outros.

Os jovens ticuna da Terra Indígena Umariáçu quando perguntados sobre os motivos pelos quais nunca terem frequentado a escola, 65% destacaram a inexistência de escolas e universidades na comunidade; além de 19% terem declarado que precisavam trabalhar. A inexistência de escolas e universidades também foi apontada como motivo principal, 43,8%, pelos jovens ticuna de 15 a 29 anos da zona urbana de Tabatinga.

### **3.2- Atividades desenvolvidas pelos jovens ticuna**

Em relação às ocupações dos jovens, 61% destes afirmaram possuir alguma ocupação. Observando-se um número bastante elevado, 52%, dos jovens ticuna ocupados de 15 a 19 anos - gráfico 1.

Gráfico 1- Porcentagem de jovens ticuna, por grupo de idade, ocupados ou não – Terra Indígena Umariáçu - 2014.

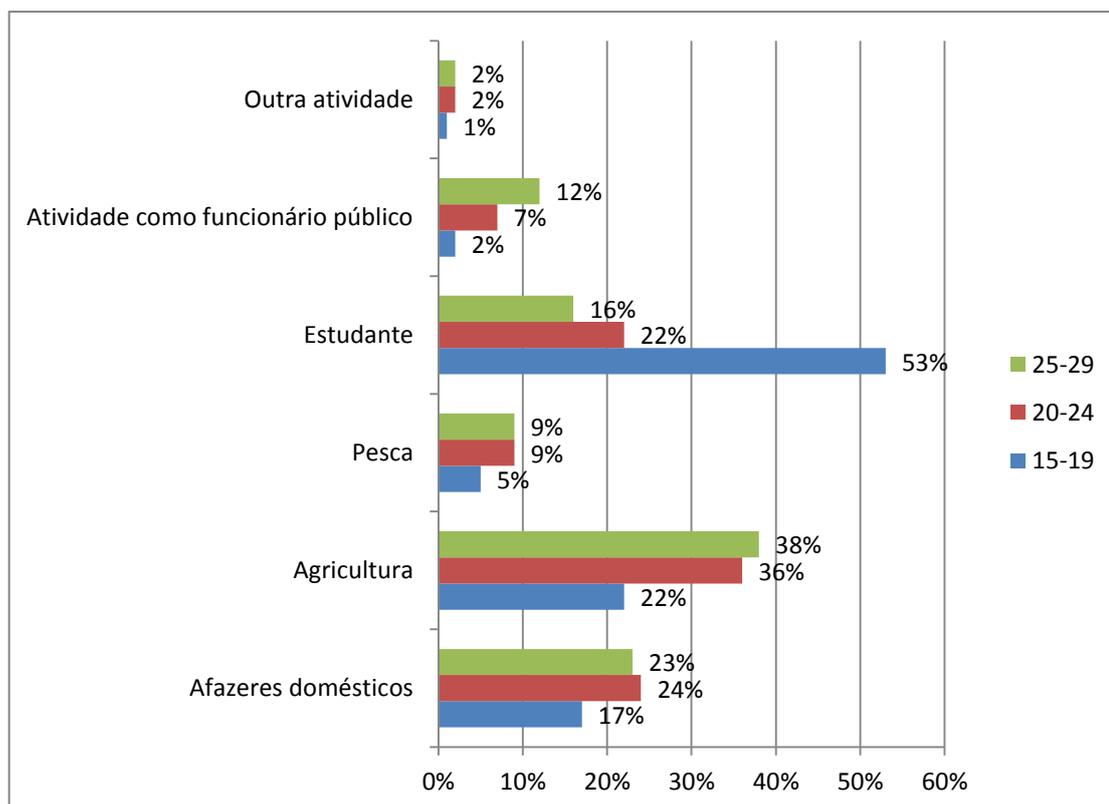


Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria.

Dos jovens ticuna moradores de Umariáçu, 53%, na faixa de 15 a 19 anos declararam ter como ocupação mais importante a de estudante. Enquanto, 36% dos de 20 a 24 anos e 38% entre 25 a 29 anos afirmaram ser a agricultura – gráfico 2.

Em relação à outras ocupações citadas pelos jovens como mais importantes destacam-se: caça, extrativismo vegetal, artesanato e trabalho eventual para terceiros. A participação dos jovens na agricultura pode ser vista durante a plantação de pequenas hortaliças e outras de menor expressão, fato esse observado durante a pesquisa de campo.

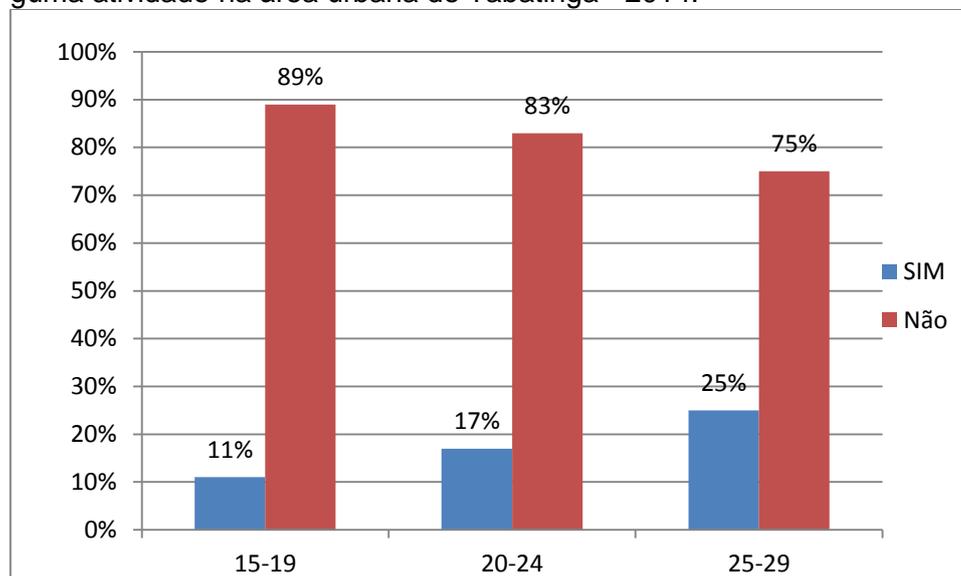
Gráfico 2- Ocupação desempenhada pelos jovens ticuna, por grupo etário, consideradas mais importantes –Terra Indígena Umariáçu - 2014.



Fonte: Recenseamento Sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria.

Ao serem questionados se possuíam alguma atividade na cidade, 11% dos jovens de 15 a 19 anos moradores da zona rural afirmaram que sim. Entre os jovens de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos 17% e 25% respectivamente, realizaram a mesma afirmação – ver gráfico 3.

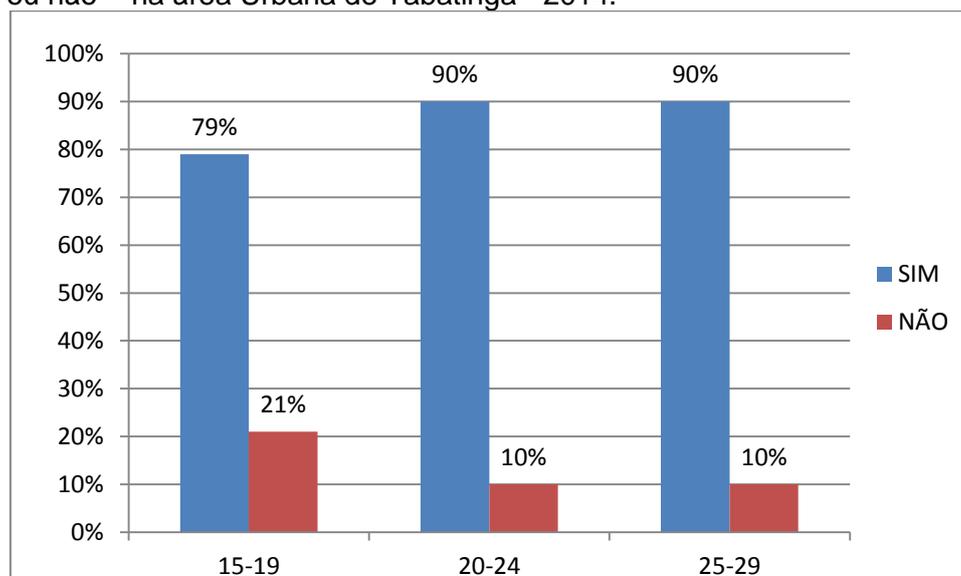
Gráfico 3- Porcentagem de jovens ticuna, por grupo etário, que possuem alguma atividade na área urbana de Tabatinga - 2014.



Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população Indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração Própria.

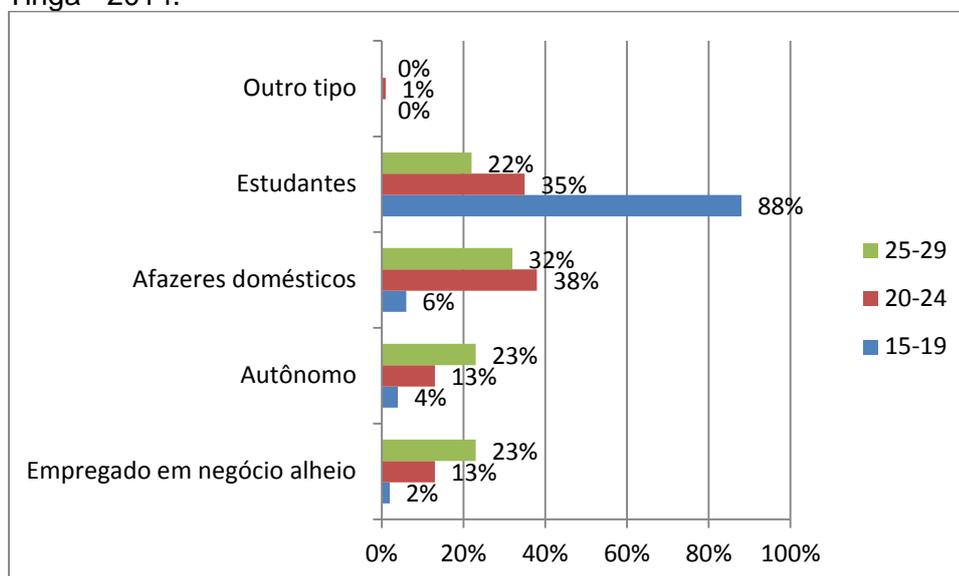
De maneira geral, os indígenas da etnia ticuna que residem na área urbana possuem alguma ocupação. O gráfico 4 ilustra que 90% dos ticuna na faixa etária de 20 a 24 e 25 a 29 anos, respectivamente, declararam exercer alguma atividade, assim como 79% dos que se encontram na faixa etária de 15 a 19 anos.

Gráfico 4 - Porcentagem de jovens ticuna, por grupo etário, ocupados ou não - na área Urbana de Tabatinga - 2014.



Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria.

Gráfico 5- Ocupação dos ticuna, por grupo etário, na área Urbana de Tabatinga - 2014.



Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 -Elaboração própria.

Para o grupo etário de 15 a 19 anos da zona urbana de Tabatinga, a principal atividade refere-se à de estudante (88%). Os jovens de 20 a 29 anos declaram exercer as seguintes atividades: estudante, trabalhos informais e outras atividades (como ajudante de pedreiro, serviço braçal, venda de peixe, venda de outros produtos, empregada doméstica, militar, gari, etc.). Sendo que, de 20 a 24 anos, 38% tinham como principal atividade os afazeres domésticos, assim como 32% dos ticuna de 25 a 29 anos.

### 3.3- Rendimento dos jovens ticuna

Na Terra Indígena Umariáçu verificou-se que 49,4% dos jovens ticuna de 15 a 29 anos apresentavam renda acima de  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo (SM), considerando-se o valor do SM de R\$ 678,00. No grupo etário de 25 a 29 anos, 60% ganhavam mais de 1 SM. Geralmente, o rendimento dos jovens que habitam a zona rural possui uma grande relação com a agricultura familiar, e as obrigações e compromissos com as atividades da roça, pesca entre outras que não envolvem questões salariais. Estas atividades referem-se à produção familiar e de subsistência. Dessa forma, apenas o excedente desta produção é comercializado, resultando em rendimentos para a família.

Tabela 7- Proporção de jovens ticuna por grupo e faixa de rendimentos – Terra Indígena Umariáçu - 2014.

Faixa de renda/ Grupo etário Terra Indígena	15-19		20-24		25-29		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menor que ou igual a 1/2 SM								
SM	1	25,00	1	3,45	0	0,00	2	2,41
Mais de 1/2 a 1 SM	2	50,00	19	65,52	20	40,00	41	49,40
Maior que 1 SM	1	25,00	9	31,03	30	60,00	40	48,19
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>50</b>	<b>100</b>	<b>83</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria

Na área urbana de Tabatinga, 55,3% dos jovens ticuna de 15 a 29 anos declararam receber rendimentos acima de 1/2 a 1 SM – tabela 8. E ao contrário do observado na Terra Indígena Umariáçu, onde 48,19% dos jovens de 15 a 29 anos atestaram ter rendimentos acima de 1 SM, na área urbana de Tabatinga apenas 39,5% afirmaram receber mais de 1 SM.

Tabela 8- Proporção de jovens ticuna por grupo e faixa de rendimentos na área urbana de Tabatinga - 2014.

Faixa de renda/ Grupo etário	15-19		20-24		25-29		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menor que ou igual a 1/2 SM	-	-	-	-	2	9,5	2	5,3
Mais de 1/2 a 1 SM	2	100	5	33,3	14	66,7	21	55,3
Maior que 1 SM	-	-	10	66,7	5	23,8	15	39,5
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>21</b>	<b>100</b>	<b>38</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria

Para Velasco (2008) levando-se em consideração a variável cor/raça os jovens não brancos não possuem nenhum rendimento ou possuem rendimentos inferiores a 2 salários mínimos, o que pode ser comprovado de acordo com os dados apresentados tanto na Terra Indígena Umariáçu como na área urbana de Tabatinga.

Tabela 9- Faixa de renda oriunda de aposentadoria, pensão ou salário-desemprego – Proporção de jovens ticuna por grupo etário - Terra indígena Umariáçu - 2014.

Faixa de renda /Grupo etário	15-19		20-24		25-29		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menor que ou igual a 1/2 SM	1	50,00	4	30,77	-	-	5	20,83
Mais de 1/2 a 1 SM	-	-	8	61,54	4	44,44	12	50,00
Maior que 1 SM	1	50,00	1	7,69	5	55,56	7	29,17
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>9</b>	<b>100</b>	<b>24</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamento sóciodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria.

Os rendimentos provenientes de aposentadorias, pensão e salário desemprego também foram apontados por 24 jovens da Terra Indígena Umariáçu como fonte de rendimentos, conforme se pode observar na tabela 9. Constata-se que desses, 50% apresentavam rendimentos com mais de ½ a 1 SM. Dos quais, 61,54% estariam na faixa de 20 a 24 anos. Com renda superior a 1 SM se encontravam 55,56% dos jovens de 25 a 29 anos.

Tabela 10 - Faixa de renda oriunda de aposentadoria, pensão ou salário-desemprego – Proporção de jovens ticuna por grupo etário – Área urbana de Tabatinga.

Faixa de renda /Grupo etário	15-19		20-24		25-29		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menor que ou igual a 1/2 SM	1	100	1	50	-	-	2	50
Mais de 1/2 a 1 SM	-	-	1	50	1	100	2	50
Maior que 1 SM	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>4</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena da Cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria.

Na área urbana de Tabatinga, apenas 4 dos jovens ticuna de 15 a 29 anos afirmaram receber rendimentos provenientes de aposentadoria, pensão ou salário-desemprego. Destes, 50% disseram ter rendimento inferior que ou igual a ½ SM; nenhum declarou receber mais de 1 SM proveniente de tais benefícios – tabela 10.

A principal fonte de rendimento apontada pelos jovens ticuna da Terra indígena Umariáçu é proveniente da venda de produtos, seguida do trabalho assalariado e da renda oriunda de pensão, aposentadoria ou salário-desemprego. Os que conseguem trabalho assalariado na localidade exercem atividades na administração pública como funcionários públicos, estes são: professores, agentes de saúde e auxiliar administrativo.

Por se tratar de indígenas, a situação torna-se um pouco complicada para eles quando comparada à situação dos jovens não indígenas, isso por que estes ao tentarem se deslocar para a cidade em busca de emprego encontram algumas dificuldades como a da compreensão da língua (alguns não falam e não entendem o português, outros falam, mas com uma certa dificuldade) .

Tabela 11- Rendimentos obtidos pelos jovens ticuna de 15 a 29 anos da Terra indígena Umariáçu provenientes da venda de produtos - 2014.

Faixa de renda/ Grupo etário	15-19		20-24		25-29		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menor que ou igual a 1/2 SM	47	19,42	3	30,00	-	-	50	19,84
Mais de 1/2 a 1 SM	94	38,84	2	20,00	-	-	96	38,10
Maior que 1 SM	101	41,74	5	50,00	-	-	106	42,06
Total	242	100	10	100	-	-	252	100

Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria.

Entre os jovens de 15 a 29 anos, da Terra Indígena Umariáçu, que recebem algum rendimento proveniente da venda de produtos, observa-se que 42,06% destes apresentam rendimento superior a 1 SM. Nenhum dos jovens ticuna de 25 a 29 anos declarou ter algum tipo de renda proveniente da venda de produtos, conforme destacado na tabela 11. Quanto os produtos vendidos, esses são oriundos da pesca, do artesanato e da agricultura.

Tabela 12- Rendimentos obtidos pelos jovens ticuna de 15 a 29 anos da área urbana de Tabatinga provenientes da venda de produtos - 2014.

Faixa de renda/ Grupo etário	15-19		20-24		25-29		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menor que ou igual a 1/2 SM	3	100	11	100	12	85,8	26	92,8
Mais de 1/2 a 1 SM	-	-	-	-	1	7,1	1	3,6
Maior que 1 SM	-	-	-	-	1	7,1	1	3,6
Total	3	100	11	100	14	100	28	100

Fonte: Recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM), 2014 - Elaboração própria.

Na área urbana de Tabatinga, 92,8% desses jovens declarou ter renda inferior que ou igual a ½ SM, proveniente da venda de produtos. Comparando com os dados da Terra Indígena Umariáçu constata-se que na zona urbana de Tabatinga esses rendimentos são mais baixos do que os verificados na zona rural. Deve-se ressaltar, no entanto, que na Terra Indígena Umariáçu, o número de jovens entrevistados na faixa etária de 15 a 29 anos foi quatro vezes superior ao da zona urbana de Tabatinga.

#### 4- Conclusão

Considerando as questões levantadas sobre as condições dos jovens indígenas que vivem na Terra indígena Umariáçu e área urbana de Tabatinga, no que se refere à situação educacional, renda e ocupação, a pesquisa constatou que a maioria destes frequenta a escola ou universidade, isso ocorre tanto na Terra Indígena como também na zona urbana

de Tabatinga. Por sua vez, os cursos identificados com maior percentual de frequência nas duas áreas foram, o ensino fundamental e o ensino médio, Assim como, esses aparecem entre os cursos com maior nível de conclusão.

Dos que afirmaram não frequentar a escola ou universidade, constatou-se que em algum momento de suas vidas já haviam passado pelos bancos escolares. Dentre os motivos declarados pelos jovens para não frequentar a escola, aparece em primeiro lugar a necessidade de trabalhar, isso ocorre tanto na zona rural como na zona urbana. Quanto ao motivo de nunca terem frequentado a escola, a maioria destacou a inexistência destas.

No que se refere aos rendimentos dos jovens da Terra Indígena Umariçu e da zona urbana, pode se observar que a maioria apresenta rendimentos de  $\frac{1}{2}$  a 1 SM, incluindo nesse caso os rendimentos com a venda de produtos e também com aposentadorias, pensões entre outros.

A principal fonte de renda dos jovens de Umariçu provêm da venda de produtos, sendo esta maior que 1 SM. Enquanto que os rendimentos dos jovens da zona urbana, considerando também a venda de produtos é menor ou igual a 1 SM. O que chama a atenção é o número reduzido de jovens que recebem algum rendimento e que vivem na cidade. Apenas 38 jovens ticuna declaram ter renda, este fato é curioso, pois geralmente na cidade o nível de assalariados tende a ser superior aos da zona rural. O fato de serem indígenas e não falarem muito bem o português pode ter contribuído para a dificuldade destes em conseguir emprego na cidade; além de Tabatinga ser um município sem muitas oportunidades para os jovens em idade de se inserir no mercado de trabalho.

Com relação à ocupação, tanto os jovens da zona urbana como da zona rural de Tabatinga afirmaram possuir alguma ocupação. Quanto ao grau de importância das ocupações desempenhadas por eles, citaram as seguintes: de estudante, agricultura e atividades domésticas. Tanto na Terra indígena como na área urbana de Tabatinga.

Diante do cenário apresentado no estudo, pode-se perceber que o número de jovens ticuna que realizam algum curso de nível superior é praticamente inexistente. O que talvez possa ser explicado pela ausência de cursos mais próximos da realidade indígena e que sejam de interesse desses, ofertados pelas Instituições de Ensino Superior mais próximas. Assim como, também, pelo fato de desde cedo fazer parte da realidade dos mesmos o trabalho; além da falta de oportunidades observadas no município. Apesar da pesquisa ter ocorrido em uma localidade cujas características diferem completamente das observadas nos grandes centros urbanos do país, ainda assim, foi possível verificar que as vidas e realidades desses jovens, independentemente de onde estejam é bastante semelhante a de outras cidades brasileira.

## Referências

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/tabatinga\\_am](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/tabatinga_am)>. Acesso em: abr. 2017.

AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas pública. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE Carla Coelho de. Brasília: IPEA, 2009. Introdução, p 24-39.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Sala de imprensa**, 2010.. Disponível em:

><http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2194>>. Acesso em: mar. 2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. ISA. **Povos indígenas no Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/ticuna>>. Acesso em: mar. 2014.

OLIVEIRA, Samuel Rocha de. **Processo educacional da cultura indígena Ticuna na região do Alto Solimões**. 2012. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do campo, 2012. Disponível em: <[ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?...3204](http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?...3204)> Acesso em: mar. 2014.

LIMA, Manuel da Silva; PEREIRA, Euclides (Orgs.). **Projeto educação Ticuna**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2001. Disponível em: <[www.innovacionlocal.org/files/2-%20projeto%20ticuna.pdf](http://www.innovacionlocal.org/files/2-%20projeto%20ticuna.pdf)>. Acesso em: mar. 2014.

PALADINO, Mariana. Experimentando a diferença- **Trajetórias de jovens indígenas tikunas em escola de ensino médio das cidades da região do alto Solimões, Amazonas**. Currículo sem fronteiras, v.10,n.1,pp.160-181, Jan/Jun 2010. Laboratório de pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, Museu Nacional Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ Brasil. Disponível em: <[www.curriculosemfronteiras.org/vol10iss1articles/paladino.pdf](http://www.curriculosemfronteiras.org/vol10iss1articles/paladino.pdf)> Acesso em: jan 2015.

PORTAL TABATINGA. **Historia de TBT**. 2013. Disponível em: <<http://portaltabatinga.com.br/historia-de-tbt/>>. Acesso em: Jan 2015.

POCHMANN, Marcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo. Editora Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008. cap 2, p 23-40.

\_\_\_\_\_. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos**. São Paulo, 2007:

TEIXEIRA, Pery. **Recenseamento Sociodemográfico participativo da população indígena da cidade de Tabatinga (AM)**. CNPq/FAPEAM: Manaus, AM– Relatório de Pesquisa, 2015.

## **Espaço da Leitura na Escola Municipal Jacira Souza de Oliveira no P.A São Francisco Município de Canutama/AM**

PAULA, Marinez dos Santos de <sup>1</sup>, UFAM-IEAA, marinezdepaula13@gmail.com;  
GUACEBE, Rafaela Vieira <sup>2</sup>, UFAM-IEAA, rafaelavieira.rvg@gmail.com;  
TOSCANO, Joana Darque <sup>3</sup>, UFAM-IEAA, joanatoscano@hotmail.com;  
NOGUEIRA, Eulina Maria Leite <sup>4</sup>, UFAM-IEAA-NEABI, eulinanog@hotmail.com.

### **Resumo**

Neste trabalho, relata-se a experiência de uma atividade sobre o espaço da Leitura, desenvolvida na Escola Municipal Jacira Souza de Oliveira, localizada no Projeto de Assentamento São Francisco município de Canutama/AM, com alunos das Séries Iniciais do Ensino Fundamental I. Esta atividade se fez por meio do PACE (Programa Atividade Curricular de Extensão), mediante a observação, relatos de alguns professores e constatação de dificuldade que os alunos têm com a leitura e interpretação de textos e por não ter o hábito de leitura.

Palavras-chave: Leitura; Ensino e Aprendizagem; Educação do Campo; Alternativa Didática.

### **Resumen**

En este trabajo, se presenta la experiencia de una actividad en el ámbito de la lectura, desarrollado en la Escuela Municipal Jacira Souza de Oliveira, que se encuentra en San Francisco Solución Proyecto Municipio de Canutama / AM con los estudiantes de los primeros grados de la escuela primaria Esta I. la actividad se realiza a través del PACE (Programa de Extensión de la actividad curricular) mediante la observación, informes de algunos profesores y estudiantes encontrando dificultades para tener con la lectura e interpretación de textos y no tener el hábito de la lectura.

Palabras clave: Lectura; La enseñanza y el aprendizaje; Educación rural; Enseñanza Alternativa.

### **Abstract**

This work reports the experience of an activity on the Reading space, developed at the Jacira Souza de Oliveira Municipal School, located in the São Francisco Settlement Project in Canutama / AM, with students from the Initial Series of Elementary School I. This activity was done through the PACE (Extensive Curricular Activity Program), through observation, reports of some teachers and finding that students have difficulty reading and interpreting texts and not having the habit of reading.

Keywords: Reading; Teaching and learning; Field Education; Didactic Alternative.

### **INTRODUÇÃO**

Diante das dificuldades encontradas pelos alunos da Escola Municipal Jacira Souza de Oliveira do Ensino Fundamental I, dificuldades essas principalmente relacionada a pouca leitura ou mesmo a falta dela não somente dentro da sala de aula fora dela também, pois a escola não oferecia livros suficiente para a demanda de alunos ali inseridos e até mesmo livros que fosse do interesse das crianças, levantamos a problemática procurando fazer com que os alunos passassem ter o hábito da leitura e a fazer parte desse universo de leitores, dessa forma nos perguntamos: o que fazer para inserir a leitura no cotidiano desses alunos que tanto sonham em se tornarem bons leitores?

Buscando uma solução para esse problema, juntamente com professores que viviam essas dificuldades em sala de aula, surgiu a ideia de organizarmos o espaço da Leitura, atividade essa desenvolvida na escola alvo, localizada no Projeto de Assentamento São Francisco município de Canutama/AM, com alunos das Séries Iniciais do Ensino Fundamental I. Esta atividade se fez por meio do PACE (Programa Atividade Curricular de Extensão), mediante a observação, relatos de alguns professores e constatação de tais dificuldades que os alunos têm com a leitura e interpretação de textos e por não ter o hábito de ler. Assim durante algumas viagens realizadas por meio deste programa, através da UFAM percebemos a importância de criarmos um espaço voltado para a leitura para estes alunos, o número de alunos com essas dificuldades de leituras foram surpreendentes e isso interfere/reflete diretamente no processo de ensino e aprendizagem.

Desta forma, houve a necessidade de elaborarmos um projeto voltado para a educação no Campo, utilizando um espaço da escola voltado para o incentivo da leitura. Utilizamos para a construção deste espaço, TNT, para a confecção de almofadas, livros, gibis, revistas e duas estantes para a organização dos livros (estas foram doadas para a escola no qual o projeto era voltado). Sabemos que a leitura é de suma importância no processo de alfabetização do indivíduo, uma vez que é a leitura que nos proporciona um melhor diálogo, pois quem lê muito dialoga bem, e através da leitura também melhoramos a escrita. Portanto, tinha por objetivo apresentar a importância de um espaço adequado e acolhedor como principal alternativa para sanar as dificuldades que foram diagnosticadas durante o período de observação.

Essa proposta foi bem aceita pela comunidade escolar, pois os próprios professores sentiam a necessidade de apoio para continuarem com seus trabalhos, já que a comunidade sofre alterações em seu processo histórico devido a migração de várias pessoas oriundas de culturas diversas em busca de melhores condições de vida. Desse modo, o espaço da leitura oferecido para a escola possibilitou uma melhoria no processo de ensino e aprendizagem dos alunos tendo em vista que este espaço tornou-se um lugar prazeroso para se fazer o uso da leitura pelos alunos e até mesmo pelos professores residentes nesta comunidade, sendo entendido como um recurso que aprende, desenvolve e educa de forma mais prazerosa

## **1- A PRÁTICA DA LEITURA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Nos dias atuais e com o avanço das tecnologias percebemos que os alunos vem se afastando cada vez mais do ato de ler, a falta de leitura no núcleo familiar bem como o incentivo para tal é crescente, desta forma faz-se necessário compreender que a chave do conhecimento é a leitura, pois ela dá um sentido à dimensão da realidade. Uma leitura de qualidade representa a oportunidade de ampliar a consciência e a visão do mundo, ela é fundamental para o desenvolvimento intelectual do ser humano e contribui ainda na formação de uma nova mentalidade. A leitura representa uma ferramenta eficaz nos processos de aprendizagem, pois através dela é possível criar uma série de conceitos e significações acerca do objeto estudado. Com isso ela pode ser usada como um aparato no processo de construção da autonomia, e no desenvolvimento cognitivo dos estudantes das séries iniciais. A preocupação com o ensino da leitura vem através de que a mesma não tem sido trabalhada com tão importância nas escolas, o ensino da leitura e de fundamental importância para o processo de ensino e aprendizagem dos indivíduos, pois envolve todo um conjunto de experiências importante para a formação intelectual dos mesmos, desta forma:

[...] entendemos que o ensino de leitura deve ir além do ato monótono que é aplicado em muitas escolas, de forma mecânica e muitas vezes

descontextualizado, mas um processo que deve contribuir para a formação de pessoas críticas e conscientes, capazes de interpretar a realidade, bem como participar ativamente da sociedade. (OLIVEIRA E QUEIROZ, 2009, p.2)

Salientamos que, não é simplesmente oferecer livros para as crianças, é preciso que o mediador tenha uma boa fundamentação teórica que lhe permite proporcionar um diversificado repertório de textos ao aluno, fazendo com que estes tomem gosto pela mesma, olhando o mundo em sua volta de maneira crítica e consciente, interpretando-o tudo que está em sua volta levando o aluno a pensar e interagir, exercendo sua criatividade, pois a formação de leitores implica na formação de pessoas que pensam. Deste modo, é importante que a escola incentive o hábito pela leitura em seus alunos, mostrando-lhes que há diversas maneiras de ler um texto e apresentando-lhes a diversidade de textos pois muitas vezes os indivíduos têm uma visão diferente do que é ler, acabam achando que ler é somente pegar um texto enorme, muitas vezes chato, e que não desperta o prazer em lê-lo, essa visão distorcida do que é ler acaba desmotivando e fazendo com que deixem os livros de lado, e a leitura aos poucos saindo de sua rotina.

A leitura está presente em nosso dia a dia de forma muito intensa, ela está pertinente a muitas de nossas atividades, no trabalho, lazer ou mesmo em nosso cotidiano, como fazer compras ler um bilhete, lemos revistas e jornais para nos informar sobre o mundo que nos cerca, temos habito de ler rótulos de produtos para identificar seus ingredientes e prazos de validade, lemos manuais para poder saber utilizar algum produto, lemos e-mails para interagir com as pessoas, lemos romances e contos para nos distrair, enfim utilizamos a leitura em todos os momentos, para assim nos mantermos informados e até mesmo nos deslocarmos de um lugar para outro, por este motivo que entendemos e compreendemos a leitura como peça chave no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que o indivíduo se apropria dela ele consegue ampliar sua visão de mundo, bem como se tornar sujeito ativo deste processo.

O ato da leitura é importante nessa fase para transformar o aluno leitor passivo em leitor sujeito, pois, só através dessa ação, ele se tornará capaz de construir sua própria leitura e analisar sua visão de mundo. [...] primeiro, a “leitura” do mundo, do pequeno mundo em que me movia; depois a leitura da palavra que nem sempre, ao longo da minha escolarização, foi a leitura da “palavramundo” (FREIRE, 1989, p.9).

Sabendo que o aluno tem pouco contato com a leitura tanto em seu ambiente familiar como na escola onde estuda, isso acaba sendo um problema social, pois, uma vez que o aluno não tem uma alimentação adequada, não tem o acompanhamento de seus pais em seu estudo dificilmente este aluno terá interesse próprio em levar a sério seus estudos. Isto irá refletir de forma negativa por toda sua vida. Faz-se então, necessário investimentos mais objetivos na área da educação, valorizando o professor, dando auxílio famílias incentivarem seus filhos a levar com seriedade a leitura, fazendo essas pessoas pensarem que somente através do estudo que podemos viver de forma digna. Através da leitura o ser humano consegue se transportar para o conhecimento, explorá-lo, decifrar os sentimentos e emoções que o cercam e acrescentar vida ao sabor da existência. De acordo com Bortone (2008) Ler é uma atividade que requer um controle consciente do processo da mente, de forma que, quanto maior for o nível de proficiência na leitura, maior será a probabilidade de desenvolvimento do pensamento reflexivo.

A leitura representa grande poder nas mãos daqueles que se apropriam dela adequadamente, por isso cabe ao professor das séries iniciais aguçar o interesse da leitura e o prazer pela mesma, incentivando-os a construírem, com eles, novas possibilidades na produção do conhecimento e a compreensão que o ato de ler vai lhe proporcionar na participação em meio à sociedade, um bom progresso, sendo assim, seus conhecimentos serão ampliados formando um caráter de cidadão crítico e consciente de seus objetivos.

Portanto, ler é colher conhecimento, rapidez de raciocínio e tomada de decisões, o indivíduo constrói outras séries de relação no mundo e vantagens pessoais. Sabe-se pois, que a leitura na visão de muitas pessoas acaba se restringindo apenas na codificação e decodificação de símbolos que são apresentadas a elas, no entanto a mesma vai além do simples fato de ler por ler, podemos aqui dizer que a leitura abre novos horizontes, amplia o nosso modo de ver o mundo que nos cerca, é por isso a leitura se faz de suma importância nos dias atuais.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1997. p.11)

Considerando que o ato de ler deve ser desenvolvido desde a infância a partir do momento em que o indivíduo adentra em sala de aula e o mesmo deve ser alimentado durante todo seu processo educacional e mantido pelo resto da vida. No processo de alfabetização o indivíduo se depara com diversos tipos de livros no qual desencadeiam seus interesses e posteriormente o hábito pela leitura, seja ela um romance, um conto, uma história em quadrinhos, receitas, bulas de remédios, notícias, fábulas, gibis e até mesmo os textos científicos, levando em consideração o prazer e gosto para tal, de acordo com o qual cada um se identificam e se sintam à vontade em fazer tal leitura e não por mera obrigação.

## **2- CONCEPÇÃO DE LEITURA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO DIREITO DE TODOS**

Conforme explicitado acima podemos compreender e entender que a leitura é de extrema valia não somente na escola e dentro da sala de aula, mas em nossa vida e no nosso cotidiano, esta por sua vez acaba sofrendo um impacto muito grande para os estudantes do campo, já que a demanda não é a mesma em relação a cidade, sendo assim os estudantes do campo findam não tendo os mesmos privilégios em sua escola ali inseridos, esses sofrem devido o processo de migração que se estende por estas populações que vêm no campo uma alternativa para a sobrevivência, no entanto seus filhos tem um impacto muito grande devido a realidade escolar ser totalmente diferente da cidade. Com isso é importante que todos os estudantes possam usufruir dos mesmos direitos, principalmente quando nos referimos a leitura, esta que por sua vez abre os horizontes destes estudantes, que geralmente já estão desacreditados no processo educacional como um todo, assim deve haver concientização de todos levando em conta as características que estes povos tanto necessitam, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 9.394/96, afirma que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p.11)

Salientamos que os indivíduos das escolas do campo possuem direitos de buscarem um aprendizado que lhes possa proporcionar uma visão ampliada da realidade na solução de problemas que surgem no seu cotidiano como um ser que vive em coletividade que vive no ambiente onde o trabalho principalmente da agricultura é seu meio de sobrevivência exige não só uma ação coletiva, mas também a união entre todos que fazem parte desse grupo. É válido ressaltar que a conquista de uma educação no campo se fez após lutas de movimento de agricultores que insistiram em garantir estudos para seus filhos, como direito

de serem oferecidas no local em que estão inseridas, porém, a educação no campo vem sendo muito desvalorizada pelo poder público, não somente desvalorizada, mas esquecida e tão pouco levada em consideração, uma vez que as dificuldades são inúmeras, fazendo com que aqueles que estão nesses locais distintos sejam caracterizados como inferiores em relação aqueles que estão inseridos nos centros urbanos, desta forma:

A problemática da educação no Brasil tem sido amplamente discutida a partir das últimas décadas, sobretudo no que diz respeito às técnicas e aos conteúdos aplicados na escola. A educação do trabalhador rural ou a educação efetivamente destinada aos moradores do campo têm acompanhado essa discussão, não só por parte do poder público, mas também por parte dos movimentos sociais (BEZERRA 2001, p.101)

Desta forma precisa-se levar em consideração a realidade dos moradores do campo, tendo em vista as necessidades que estes por sua vez necessitam, os conteúdos devem estar de acordo com sua realidade, os professores também precisam ser capacitados para atender a essa clientela, pois o erro em muitos casos é que alguns professores não estão devidamente capacitados o que acaba gerando uma série de conflitos dentro mesmo da própria comunidade, bem como o espaço físico e a distância que estes indivíduos acabam por enfrentar, inúmeras vezes as escolas não ficam próximas a sua casa, enfrentando assim diversas barreiras até chegar em sua escola. Os estudantes do campo também não podem jogar a culpa somente no poder público, embora este por sua vez é o maior gerador destes problemas que ainda insistem em existir nestas escolas do campo, ou seja, deve haver uma parceria entre ambos, o professor deve fornecer apoio necessário aos estudantes no que diz respeito aos seus estudos e o poder público deve fornecer apoios necessários a estes professores do campo, fornecendo tanto material didático necessário quanto cursos de capacitação que estes tanto necessitam, para assim desenvolverem um trabalho de qualidade e que garantam melhores oportunidades para aqueles que não querem deixar o campo, seus pais, seus costumes, ou seja, que se construam conhecimentos necessários para viverem em seus locais oriundos ou/e também em qualquer outro lugar, seja ele no campo ou fora dele.

### **3- O ESPAÇO DA LEITURA**

Com base nas observações feitas na escola Municipal Jacira Souza de Oliveira notou-se as dificuldades dos alunos em relação à leitura. Desta forma, constatamos que havia necessidade de elaborarmos um espaço dedicado à leitura para estes alunos das séries iniciais, pois durante algumas viagens realizadas para o Projeto de Assentamento verificamos que os mesmos apresentavam estas dificuldades e também não tinham livros diversificados para eles manusearem no seu ambiente escolar, o que acabava dificultando o hábito dos alunos pela leitura. A escola precisa ter claro conhecimentos à respeito da leitura para que não haja uma distorção na forma de identificação dessas dificuldades e também nas estratégias de intervenção, o acesso ao conhecimento permite que o professor estabeleça relação existente teoria e prática para então construir novos saberes. Assim sendo, o presente investiga as variáveis que envolvem as dificuldades na aprendizagem da leitura, para tanto, foram realizadas algumas ações que pudessem favorecer a compreensão de tais dificuldades. O trabalho faz uma abrangência sobre o que a leitura representa na vida das pessoas, quais seus benefícios, o que pode proporcionar como forma de liberdade intelectual, abordando questões como estratégias de leitura e aspectos que podem influenciar na vida do futuro leitor.

Ler não é decifrar, como num jogo de adivinhações, o sentido de um texto. É, a partir de um texto, ser capaz de atribuir-lhe significado, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e, dono da própria vontade,

entregar-se a essa leitura, o rebelar-se contra ela, propondo outra não prevista. (LAJOLO, apud GERALDI 2006, p. 91)

Quem vai escrever, precisa ler para se enriquecer culturalmente, o bom escritor tem que ter fome de informação, fome de formação, adquirida através da leitura de bons textos, por isso, sem a prática da leitura, não há argumentos que se possam ser apresentados, que possam suscitar no leitor qualquer forma de persuasão. A leitura tem a função de organizar as informações adquiridas, a leitura é necessária e tem inúmeras atribuições, a medida que se ler o conhecimento vai aos poucos se revelando. Por isso, o espaço da leitura se faz de suma importância dentro do âmbito escolar, pois se os alunos não se sentiam à vontade em fazer leituras dentro da sala de aula ou mesmo em qualquer outro local, este espaço da leitura ofereceria um ambiente aconchegante, em que os mesmos pudessem escolher o tipo de leitura que mais se identificasse.

Para a elaboração deste espaço, foi necessário que nos reunissemos para fazermos um planejamento a respeito da ação e ser desenvolvida, após várias reuniões com o grupo escolar, ouvimos os relatos dos professores bem como dos alunos relatando as dificuldades que os mesmos sentiam em relação a leitura, buscamos organizar um espaço voltado somente para a leitura, cujo objetivo seria amenizar essas angústias que os afligiam. Foi feito um levantamento para analisar os materiais que seriam necessários para a organização deste espaço que seria oferecido as crianças que estudam e residem nesta região. Foram confeccionadas algumas almofadas para serem organizadas no local, destinado a ser visto como o espaço da leitura, também foram confeccionadas algumas cortinas, conseguimos a doação de duas estantes para a organização dos livros que foram doados. com esses materiais prontos, nos deslocamos até o Projeto de Assentamento São Francisco afim de organizarmos o espaço da leitura que eram tão esperado pela comunidade escolar, com a nossa chegada na escola, fomos recebidos pelo gestor da mesma, professores e alunos que nos esperavam ansiosos deste modo:

Sabemos que ler não é uma prática habitual de nossas crianças. Sabemos também que o leitor se forma no exercício de leitura. Mas no caso de leitores infantis, tal exercício compreende algo mais do que simplesmente tomar um livro nas mãos e decodificá-los através da leitura. (OLIVEIRA, 1996, p. 18)

Antes mesmo de iniciarmos o trabalho na escola, podemos constatar a curiosidade dos alunos manuseando os livros que estavam sendo doados, neste momento nos chamou bastante a atenção, uns estavam conversando com outros a respeito de determinados livros que sempre tinham interesse em ler, porém nunca tinham tido este privilégio o qual pudesse ter acesso aos livros, já estavam até querendo fazer empréstimos para ler fora mesmo da escola, quando, por exemplo, estivesse em sua residência, pois a criança através da leitura sente-se atraída pela curiosidade, é uma forma e estímulo que pode levar a descoberta e o aprimoramento da linguagem que permitirá a criança o desenvolvimento de sua capacidade de comunicação com o mundo que a rodeia. Tal atitude facilita o processo de alfabetização, entretanto, algumas crianças não possuem acesso a livros nem bibliotecas, algumas dessas situações acontecem por fatores sociais, econômicos e políticos.

Leitura é, basicamente, o ato de perceber e atribuir significados através de uma conjunção de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias. Ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade. (SOUZA, 1992, p.22)

Com isso conversamos com o gestor para assim ele a partir do momento que o espaço estivesse pronto e os livros disponíveis, os alunos pudessem emprestar os livros a qual tinham interesse incentivando assim cada vez mais o gosto para leitura, pois, conforme já mencionamos a leitura se faz de extrema valia principalmente para estes alunos das séries iniciais, porque esse é um dos momentos na qual os mesmos irão despertar o hábito

em ler, a leitura é uma peça chave, sendo assim, estes alunos da comunidade acabavam sofrendo um impacto muito grande, pois há eles não eram oferecidos nenhum apoio que pudesse sancionar essas dificuldades, ou até mesmo amenizar um pouco. Vale aqui destacar que esses alunos que estudam em escolas do campo quase sempre sofrem algum tipo de dificuldade. A leitura é muito mais do que simples reprodução ou questionamento sem nenhuma relação com a realidade, não pode ser concebida como algo fechado em si mesmo, mas como uma porta aberta para as respostas e questionamentos a cerca da realidade.

A metodologia utilizada neste trabalho é de caráter qualitativa, pois vale ressaltar que essa atividade teve um planejamento minucioso das etapas a serem realizadas, neste sentido, Chizzotti (2008, p. 52) afirma que “a pesquisa de cunho qualitativo fundamenta-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta”. Com isso, podemos perceber que os dados qualitativos facilitam descrever e compreender os problemas existentes fornecendo assim contribuições para os processos de mudanças de tais indivíduos envolvidos neste trabalho. Para esta atividade foram alvos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I e os professores que atuam na escola municipal Jacira Souza de Oliveira localizada no município de Canutama/AM, visando atingir os objetivos propostos pela ação que foi desenvolvidas nesta escola.

#### **4- Considerações Finais**

Portanto, o desenvolvimento deste trabalho nos possibilitou um olhar diferenciado mediante as situações vivenciadas pelos alunos que estudam nas escolas do campo em relação à leitura, estes por sua vez, enfrentam grandes dificuldades tanto na escola como fora dela, e de acordo com os relatos dos professores, essa dificuldade não vinham somente por parte dos alunos, mas também por falta de materiais fornecidos pelos órgãos responsáveis, que como sabemos, não há um apoio necessário que as escolas do campo tanto precisam. Todavia, tivemos resultados bastante satisfatório em relação ao espaço da leitura, os professores relataram que houve maior interesse e iniciativa dos alunos em procurar o espaço para realizarem suas leituras, na sala de aula houve um avanço significativo no processo de ensino e aprendizagem, não somente na disciplina de língua portuguesa, mas nas demais áreas de conhecimentos que é oferecido para os estudantes do Ensino Fundamental I, daí a importância desta atividade pois, por meio dela pôde-se adquirir uma reflexão a cerca das questões relacionadas à leitura entre os alunos dos anos iniciais, sabemos que ainda há uma grande defasagem de leitores comprometidos e incentivadores nas salas de aula.

Normalmente, as escolas e professores acabam por culpar somente os alunos pelo fracasso da mesma, responsabilizando assim eles e até mesmo seus pais que trabalham no campo e não tiveram oportunidade e acesso aos estudos como deveriam, pois tiveram que optar por trabalhar trazendo assim sustento para dentro de seu lar, e não podem acompanhar seus filhos com as atividades passadas em sala, este é um dos motivos relacionados ao grande número de alunos que não conseguem fazer leituras desde as mais simples, como textos pequenos e ilustrados quanto leituras mais complexas, mas, sabemos que uma parte dessa responsabilidade também é do professor, pois deve partir dele o incentivo de impulsionar os alunos a realizarem as tarefas que executam na sala de aula, assim, utilizando de diversas alternativas para chamar a atenção e o interesse, deixando o tradicionalismo de lado, e o espaço da leitura proporcionou estas atividades diferenciadas. Desta forma também entendemos e compreendemos que ninguém começa a gostar de algo imediatamente, assim ocorreu com este espaço da leitura, no entanto os alunos iam se sentindo aos poucos motivados com a criação do mesmo, mediante um universo infinito na

vista dos alunos, eles se sentiam encantados por meio deste espaço, livros novos na qual eles podiam ficar folheando e lendo, tudo era novo e ao mesmo tempo tão mágico e fantástico.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Luiz Neto. **Educação para o campo em discussão: subsídios para o Programa Escola Ativa**. São José: Premier, 2011.

BRASIL, MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. (Lei nº. 9.394/96).

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sócias**. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23ªed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 48ªed. São Paulo: Cortez, 1997.

GERALDI, João Wanderley; ALMEIDA, Milton José de. Et al. **O texto na sala de aula**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

GHEDIN, Evandro; BORGES, Heloisa da s'ílva. **Educação do Campo: a epistemologia de um horizonte de formação**. Manaus: UEA edições, 2007.

OLIVEIRA, Maria Alexandre de. **Literatura, Prazer – interação participativa da criança com a literatura infantil na escola**. São Paulo: Paulinas, 1996.

OLIVEIRA, Cláudio Henrique; QUEIROZ, Cristina Maria de. **Leitura em sala de aula: a formação de leitores proficientes**. RN, 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com>. Acesso em 10 de Abril de 2017.

SOUZA, Renata Junqueira de. **Narrativas Infantis: a literatura que as crianças gostam**. Bauru: USC, 1992.

## **ESPAÇO: TERRITORIALIDADE DA EXPANSÃO DA SOJA NO ESTADO DE RONDÔNIA**

Willimis Alves Pereira, Universidade Federal de Rondônia, willimispereira@gmail.com;  
Dério Garcia Bresciani, Universidade Federal de Rondônia, derio@unir.br;  
Durcelene Ap. da Silva, Universidade Federal de Rondônia, dulcesilva22@hotmail.com;  
Janete Farias Mendonça, Universidade Federal de Rondônia, janetefarias12@gmail.com.

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é estudar os processos de desterritorialização da pecuária no estado de Rondônia bem como a reterritorialização da soja e seu avanço nas áreas ocupadas por outras atividades econômicas, assim como suas relações com a sociedade com o meio ambiente que envolve seu território. O espaço geográfico é constituído de interações espaciais que representam a composição e complementação de uma região, neste contexto o estado de Rondônia desde sua colonização possui um histórico que se baseia na formação de base na migração camponesa, na base migratória seu ápice ocorreu por volta da década de 1960 a 1970. Neste sentido esta pesquisa pretende analisar os fluxos da produção da soja na microregião geográfica do Vale do Jamary, visando conhecer as relações de expansão de área no decorrer das últimas décadas, bem como os impactos sociais, ambientais e econômicos. É muito importante ter conhecimento sobre a delimitação da área plantada para que possa estimar-se o potencial de expansão para garantir um crescimento sustentável, caso contrário, não tomar estas medidas poderá tornar-se um problema.. No estado de Rondônia é inegável que a criação de gado bovino de corte e leiteiro ocupem destaque no cenário econômico, inclusive com *lobby* do capital de “estado natural da pecuária”. Segundo o último censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) haviam no estado, até o ano de 2006, cerca de 8.542.726 bovinos. No período mais recente, estimativas do IBGE dão conta de cerca de 12.329.971 cabeças, o sétimo maior rebanho do país e o segundo maior da região amazônica (IBGE, 2015). A expansão e modernização da agricultura em geral originaram impactos de ordem socioambiental nas diferentes áreas ocupadas pelo cultivo de soja, colocando em cheque a sua sustentabilidade

Palavras-chave: Espaço geográfico, migração camponesa, produção de soja, crescimento sustentável.

## **SPACE: TERRITORIALITY OF SOYBEAN EXPANSION IN THE STATE OF RONDÔNIA**

### **Abstract**

The objective of this work is to study the processes of deterritorialization of livestock in the state of Rondônia, as well as the soybeans reterritorialization and its advancement in the occupied areas by other economic activities as well as its relations with society with the environment that surrounds its territory. The geographic space is made up of spatial interactions which represent the composition and complementation of a region, in this context, the state of Rondônia since its colonization has a history based on basic formation in peasant migration, in the migratory base, its apex occurred from the 1960s to the 1970s. On that subject, this research aims to analyze the flows of soybean production in the geographic

micro region of the Juary Valley, aiming to know the relations of area expansion over the past decades, such as social, environmental and economic impacts. It is very important to have knowledge about the delimitation of the planted area, so that the potential for expansion can be estimated to ensuring sustainable growth. Otherwise, failure to do so may become a problem. In the state of Rondônia, it is undeniable that the rearing of beef cattle and dairy cattle occupy prominence in the economic scenario, even lobbying the capital of "natural state of livestock". According to the latest agricultural census of Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), there was in the State, until the year 2006, approximately 8.542.726 cattle. Recently, Estimates from the IBGE account for about 12,329,971 cattle's head, the seventh largest herd in the country and the second largest of the Amazon region (IBGE 2015). The expansion and modernization of agriculture in general caused socio-environmental impacts in the different occupied areas by soybean cultivation, putting in evidence their sustainability.

Keywords: Geographic space, peasant migration, soybean production, sustainable growth.

## **ESPACIO: TERRITORIALIDAD DE EXPANSIÓN DE SOJA EM ESTADO DE RONDÔNIA**

### **Resumen**

El objetivo de este trabajo es el estudio de los procesos de despojo de granja en el estado de Rondônia y la toma de posesión de soja y sus avances en las áreas ocupadas por otras actividades económicas, así como sus relaciones con la sociedad y el medio ambiente que rodea a su territorio. El área geográfica consiste en interacciones espaciales que representan la composición y la finalización de una región, en este contexto, el estado de Rondônia desde su colonización tiene una historia que se basa en la formación básica en la migración campesina, la base de su pico migratoria ocurrió alrededor de la 1960 a 1970. En este sentido, esta investigación tiene como objetivo analizar los flujos de producción de soja en el micro-región geográfica de Juary Valle, con el fin de conocer la zona de expansión de las relaciones en las últimas décadas, así como los aspectos sociales, ambientales y económicos. Si el crecimiento de la superficie sembrada, puede convertirse en un problema, y hasta dónde va a ser plantada, y por lo tanto la necesidad de estimar el potencial de expansión para asegurar su crecimiento sostenible. En el estado de Rondônia, es innegable que la creación de ganado de carne y leche ocupan prominente en el entorno económico, incluyendo la capital del vestíbulo "estado natural de los animales." De acuerdo con el último censo agrícola del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) tenía en el estado para el año 2006, alrededor de 8.542.726 de ganado. Más recientemente, el IBGE estima darse cuenta de aproximadamente 12.329.971 cabezas, el séptimo manada más grande del país y el segundo más grande en la región amazónica (IBGE, 2015). La expansión y la modernización de la agricultura en general se originaron impactos de orden ambiental en diferentes áreas ocupadas por el cultivo de soja, poniendo en duda su sostenibilidad

Palabras clave: Espacio geográfico, la migración campesina, la producción de soja, el crecimiento sostenible.

## INTRODUÇÃO

A consolidação da ocupação não indígena incentivada pelo Estado em Rondônia contribuiu para a diversificação das práticas de uso da terra. Nesse sentido, destaca-se a agropecuária, que ao longo do tempo modernizou-se a partir da adoção de novas técnicas de cultivo.

Destaca-se nesse contexto o cultivo de soja, que se iniciou no município de Vilhena, porção sul do estado, a partir de um campo experimental da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (PEREIRA e KAHIL, 2010). Ainda segundo os autores, ano de 1997, num contexto de desenvolvimento econômico voltado para o mercado externo, o campo experimental reinicia seu projeto de melhoramento genético da soja, em parceria com a EMBRAPA soja de Londrina, no Paraná e a Fundação Mato Grosso (FMT) com o objetivo de desenvolver sementes adaptadas às condições locais.

O cultivo de soja em Rondônia tornou-se economicamente importante, se beneficiando pela redução do custo de escoamento da produção, que deixou de ocorrer para as regiões sul e sudeste, passando a ser escoada pela hidrovía Madeira-Amazonas até Santarém no Pará. Nesse sentido, “a partir de 1997 a Hidrovía Madeira – Amazonas interliga os portos de transbordos de soja dos grupos Maggi e Cargill (agentes hegemônicos), conectando a cidade de Porto Velho à Itacoatiara, no estado do Amazonas, e à Santarém, no estado do Pará” (SILVA, 2014, p. 71). Dessa forma, a soja tornou-se o produto agrícola mais valorizado de Rondônia e foi capaz de inserir o sudoeste amazônico no mapa dos novos espaços tecnificados da agricultura moderna de exportação (PEREIRA e KAHIL, 2010).

Dessa maneira, por essa rede geográfica transportam-se os grãos de soja produzidos em Rondônia e no noroeste do Mato Grosso para a Europa e China (SILVA, 2013).

Assim, “o espaço rural foi alterado com maior avidez, pois, a substituição da economia extrativista pela a agricultura camponesa e, em menor volume, agricultura empresarial, instaurou na região o uso capitalista da terra, com a mercantilização da terra e da natureza” (SILVA, 2015).

## **REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO**

Definir o conceito de território não é uma tarefa fácil, uma vez que este termo tem vários sentidos. Mas final de que território estamos falando quando nos referimos a “desterritorialização”? Se a desterritorialização existe é porque está associada a uma concepção de território. Assim, se para alguns a territorialização está ligada à fragilidade evidenciada nas fronteiras, principalmente as fronteiras estatais, que está ligada, sobretudo ao território político, para outros, a desterritorialização está ligada à hibridação cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas, aqui o território é visto como território simbólico, ou seja, um espaço de referência para a construção de identidade. Deste modo, dependendo da concepção de território será nossa definição de desterritorialização (HAESBAERT, 2004).

A despeito da existência de controvérsias etimológicas acerca da origem e da evolução da palavra território, Haesbaert (2004) destacou dois sentidos amplamente difundido - inclusive no nível acadêmico - no que se refere à terra. O primeiro dizendo respeito ao território como materialidade e o segundo, menos frequente, referindo aos sentimentos que o “território” inspira como, por exemplo, “(...) medo para quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou com o qual se identificam” (p. 44).

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e a territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição em outras áreas, cada uma, porém dar o enfoque segundo sua perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder que em sua maioria está relacionada a concepção de Estado; a economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção, enquanto força produtiva (HAESBAERT, 2004).

Na transição que a geografia passou a partir dos anos 1950 até final da década de 1970, buscou-se romper e ao mesmo tempo superar tanto a abordagem positivista quanto a neopositivista, pragmática, quantitativa e meramente a

descritiva, muito discutida na geografia regional francesa, negligenciando o conceito de território em favor da utilização do conceito de região. No bojo das efervescências políticas intelectuais desse período surgem argumentações renovadas que tentam elucidar a atuação do Estado, as contradições sociais, os conflitos, a degradação ambiental, o crescimento acelerado de muitas cidades, dentre outros apontamentos (SAQUET, 2011).

Ainda de acordo com Saquet (2011), tal problemática exigiu o repensar do método de análise ou o reconhecimento da atuação de forças sociais ligadas à produção do espaço geográfico e à dominação social, isto é, numa perspectiva de construir uma compreensão mais lógica do mundo. Nesse sentido, a redescoberta do conceito de território acontece em meio a um movimento de conflitos sociais e territoriais, especialmente na França e Itália. Fatores políticos, econômicos e culturais condicionam o repensar da problemática do desenvolvimento desigual.

Deste modo o território segundo Saquet (2011, p. 39).

passa a ser entendido não como elemento natural ou artificial sem sujeitos, mas como produto de relações sociais organizadas tanto política como espacialmente e, ao mesmo tempo, como um importante conceito que poderia orientar a organização política e a conquista de melhores condições de vida, ou seja, a transformação social.

Nesse sentido, o território passa a ser produzido, ou seja, as relações sociais da vida cotidiana no qual encontram e desencontram as alegrias e tristezas, dominações e resistências há uma relação de unidade, que resultam de um longo processo histórico resultante da relação dos homens em si, com tanto com sua natureza interior quanto à exterior. Estas relações sociais estão relacionadas a questões políticas, culturais, econômicas, nos quais rompem barreiras e limites político-administrativos, ao passo que vai objetivando-se e subjetivando-se nossa vida cotidiana, condicionando-a (SAQUET, 2011).

Para Saquet (2011), é a esse processo que é denominado de territorialização, ou seja, um movimento subjetivo, histórico e relacional de construção de territórios e territorialidades que, simultaneamente, determina a si mesmo como movimento, como devir-pretérito e como pretérito-devir. Para o autor o território é apropriado e produzido socialmente no tempo e no espaço, isto é, é reconstruído constantemente pelas relações sociais, políticas econômicas.

De acordo Trindade Júnior (1998), o fato de os agentes e suas redes idealizarem o espaço como elemento essencial para suas estratégias suscitou, portanto a necessidade de se mencionar outros dois conceitos que estão intrincadamente relacionados que são: território e territorialidades. No urbano o território é entendido como a mediação entre a relação dos agentes e o espaço, uma vez que registram ações que o controlam, garantindo a espacialidade dos interesses de um ou vários agentes. Deste modo, os territórios são considerados mais que espaços concretos das territorialidades, são antes, relações sociais projetadas no espaço, no qual se configura como espaços definidos e delimitados por relações de poder, ou melhor, como relações de poder espacialmente delimitadas que operam sobre um substrato referencial.

O conceito de território também associa-se a questão da identidade. Deste modo, o sentido territorialidade é essencialmente coletivo, isto é, depende mais do tipo de relação estabelecida entre os indivíduos e/ou os grupos sociais, que propriamente a própria ligação direta aos lugares. Nesse sentido, as territorialidades não deixam de ser um fenômeno, ou seja, um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço esferas de influência ou em territórios claramente delimitados. Estes por sua vez, assumem características distintas que podem ser considerados exclusivos tanto de quem os ocupa quanto de quem os define (SOJA, apud RONCAYOLO, 1986).

Nesse contexto, pode-se afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território e a territorialização é o movimento de construção do território. Assim, no primeiro momento os agentes que podem ser considerado agenciadores, se desterritorializam e, no segundo eles se reterritorializam como novos agentes maquínicos de corpo e coletivos de enunciação. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que os seus territórios “originais” estão se desfazendo seja pela divisão do trabalho, seja por questões religiosas e até mesmo por ultrapassarem os quadros da tribo e da ética (HAESBERT, 2004).

Para Haesbert (2004), o movimento concomitante e indissociável entre desterritorialização e reterritorialização está expresso em “três teoremas” ou “proposição maquínica” estudada por Deleuze, esta analisa a desterritorialização a

relativa e absoluta. A desterritorialização relativa diz respeito ao próprio *socius* e, está mais vinculada com as preocupações do geógrafo, pois permite fazer abordagem geográfica. Na abordagem *socius* ou relativa, Deleuze e Guattari vão dá ênfase ao processo de desterritorialização, pois é assim que entendem a criação do Estado e a dinâmica do capitalismo. Ambos afirmam que o Estado e o capital vão operar por desterritorialização e sobrecodificação, ou seja, à noção de codificação. Mas enquanto Estado e as sociedades capitalistas se constituem pelo processo de desterritorialização, as sociedades pré-capitalistas são efetivamente territoriais, pois sua relação com a terra é totalmente distinta.

Já a desterritorialização absoluta remete-se ao próprio pensamento, à virtualidade do devir e do impossível. O termo absoluto é um atributo que vai diferenciar a natureza deste tipo de desterritorialização. Nesta análise permite dizer que o pensamento só é possível na criação, ou seja, para se criar algo ou alguma coisa nova é necessário romper com o território existente, criando outro (HAESBAERT, 2004).

Raffestin (2009), ao trazer a discussão o território construído na abordagem agrícola, vem falar que a agricultura produziu território visto pelas pessoas não como paisagens, mas como algo útil. Segundo o autor, de acordo com o advento das novas técnicas tanto o campo quanto a cidade tem aumentado em ritmo acelerado. Deste modo, a agricultura tornou se uma atividade como outra, ou seja, sujeita a modificações repentinas e, conseqüentemente modificando a paisagem. Com este desenvolvimento, entramos verdadeiramente no mundo da simulação, no qual a sociedade tem autonomia para criar tudo o que deseja desde pequenos objetos às paisagens-territórios.

## ÁREA DE ESTUDO

O Estado de Rondônia está localizado na região norte do Brasil, na área da Amazônia Legal, limita-se a norte e a oeste com os Estados do Amazonas e Acre, respectivamente, a leste com o Estado do Mato Grosso e a sul com a República da Bolívia (**Figura 1**). O Estado possui 52 municípios, sendo a capital, a cidade de Porto Velho e no ano de 2015 a população estimada foi de 1.768.204 habitantes.

Segundo dados do INPE (2015) apesar de possuir aproximadamente 37,30% de sua área desmatada, o estado possui o sétimo maior rebanho bovino do país, com 12.744.326 cabeças. A área restante é coberta por três grandes biomas: “os pantanais, junto aos Rios Guaporé e Mamoré; os cerrados, localizados na porção centro sul e as florestas, que são encontradas nas demais regiões” (SANTOS, 2014).

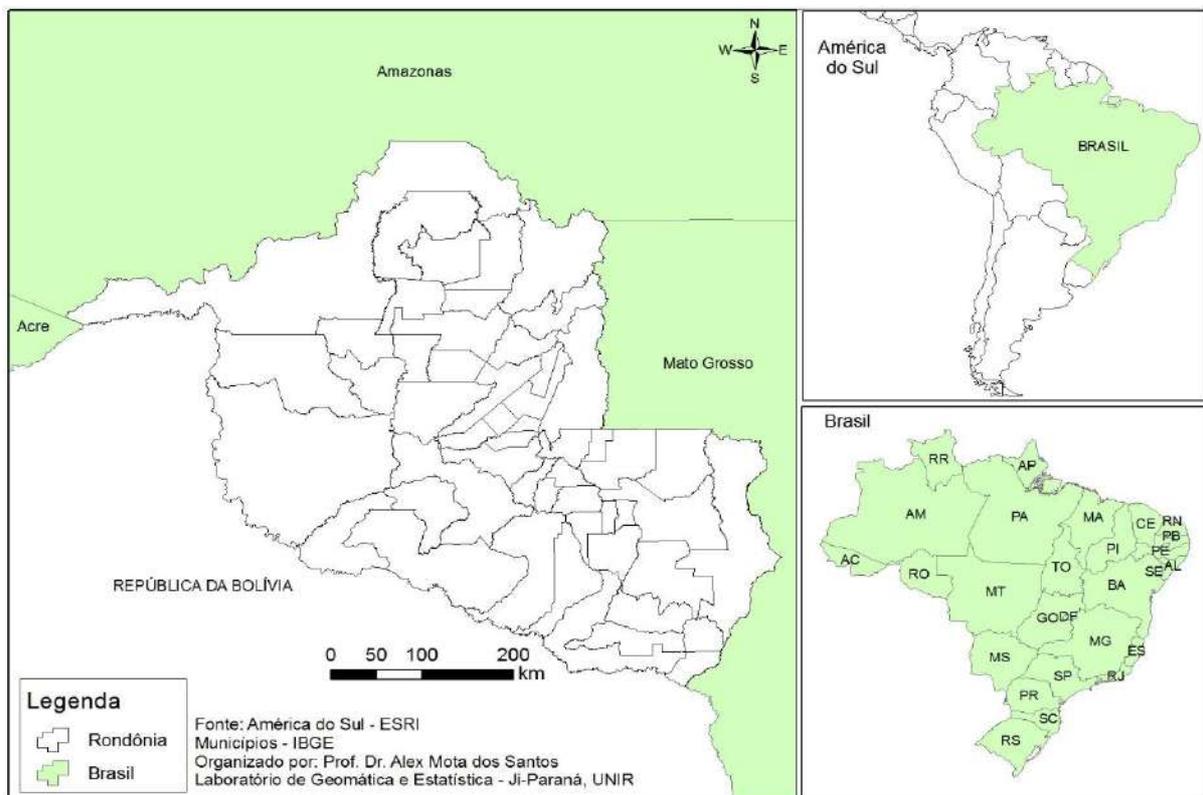


Figura 1. Localização do Estado de Rondônia. Fonte: Pereira e Santos (2015, no prelo).

Conforme dados do Ministério do Meio Ambiente do ano de 2004, a pecuária era praticada com maior intensidade na porção sudoeste. Neste sentido pode citar o processo de voçorocamento que é o resultado direto da dinâmica de pisoteio do gado bovino junto às cercas. As ravinas resultantes do pisoteio em solos arenosos evoluem para processos erosivos que atingem o lençol freático, formando as gigantescas voçorocas observadas em campo.

Segundo Santos (2014), assim como em outros estados da federação, a ocupação de Rondônia foi marcada por conflitos entre modos diferentes de organização social da vida e de apropriação sobre os recursos naturais entre

indígenas e não indígenas. Para o autor, antes do contato os povos indígenas viviam seus conflitos interétnicos com pouca interferência sobre o meio onde abundava as florestas densas. Nesse sentido, Teixeira e Fonseca (2001, p. 11), afirmam que “o indígena da Amazônia era um ser perfeitamente integrado ao seu meio, vivia da caça, da pesca e da agricultura, que dominava de forma suficiente e econômica”.

## **PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL**

O tema central deste trabalho está pautado nos conflitos e contradições das políticas públicas de desenvolvimento regional, social e ambiental na Amazônia. Por sua vez, devemos considerar o ordenamento territorial, a gestão das áreas protegidas, as formas de ocupação e ambientais implantadas no séc. XX e no início do séc. XXI no estado de Rondônia.

Nesse limiar, a Amazônia passou por diversos ciclos econômicos, todos incentivados e financiados pelo Estado brasileiro - a inserindo num espaço globalizado. Dessa forma, podemos destacar os ciclos da mineração, da borracha, agricultura, pecuarização e por fim do agronegócio de grãos (FEARNSIDE, 1980; OLIVEIRA, 2003; BECKER, 2005; SILVA, 2013).

Nesse sentido, realizamos um breve resgate histórico da implantação de projetos de ocupação e infraestrutura na Região Norte como forma de garantir sua ocupação – “integrar para não entregar”, possibilita identificar as políticas públicas de integração regional que foram capazes de produzir a configuração territorial existente na Amazônia, em especial, no estado de Rondônia.

Desse modo, a migração para a região amazônica e conseqüentemente para o estado de Rondônia, contribuiu para fazer emergir novos lugares – ocupando o que antes era floresta, trazendo uma nova identidade que antes representava um vazio humano. Permite a Geografia analisar os sentimentos territoriais - o modo de vida, o trabalho, a vivência, esperanças, experiência, sofrimentos, desilusões, memórias e esperanças desses migrantes.

Para Castro *et al.* (1995, p. 35).

As práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas

disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas.

As palavras dos autores permitem compreender o desenvolvimento do Estado de Rondônia, ou seja, as das políticas públicas pesadas e implementadas visando a ocupação e exploração dos recursos naturais para atender a expansão do capital nacional e estrangeiro. Tais políticas repercutiram em grandes transformações territoriais por meio de projetos de colonização e infraestrutura como rodovias, hidrovias e hidrelétricas. Todavia, sempre em conflito com a conservação e sustentabilidade ambiental na Região Amazônica.

Neste sentido, as transformações mais recentes no território são dadas pelo agronegócio brasileiro e como solução social, recorre aos projetos de assentamentos rurais para os trabalhadores que não possuem terra para produzir e garantir o sustento da sua família. Dessa forma, ganha destaque a agricultura familiar como um modo de vida e de produção centrado no trabalho não assalariado.

Assim, a ocupação da Amazônia primou pela organização da unidade de produção agrícola familiar, porém, não elaborou estratégias de qualidade de vida, eficiência no uso do território, ou seja, emprego de tecnologias visando à exploração sustentável da floresta.

Desse modo, a constituição de sociedades locais se estruturou a partir da exploração vegetal, mineral e de projetos integrados de colonização (PIC) – assentamentos rurais. Recentemente, o Governo vem priorizando as grandes atividades agropecuárias e deixando a agricultura familiar em segundo plano. Nesse caso, contribuí para fomentar um movimento contrário ao período correspondente ao da colonização, ou seja, o êxodo rural.

É no espaço agrário que a globalização se manifesta em Rondônia, quando da transformação da produção agrícola em *commodities*, cristalizando uma geografia do agronegócio da soja. Instauram-se processos de reestruturação territorial que modificam as coerências internas do espaço regional, expressos na regionalização da produção, nas migrações internas e no decréscimo da população rural (SILVA, 2013).

A expansão e modernização da agricultura em geral originaram impactos de ordem socioambiental nas diferentes áreas ocupadas pelo cultivo de soja, colocando

em cheque a sua sustentabilidade (MUELLER, 1995). Políticas agrícolas que considerem a totalidade e a biodiversidade do ambiente agrícola do país, baseadas no conhecimento amplo dos recursos naturais, das condições agroecológicas, da produção nos espaços geográficos e dos padrões de ocupação são bastante pertinentes (MEDEIROS, 1998).

Deste modo, há uma necessidade e urgência da adoção de uma agricultura mais responsável social e ambientalmente, pois “o uso adequado dos recursos naturais é uma exigência social decorrente da atualidade do desafio planetário da sustentabilidade” (LEONEL, 1988, p. 231).

No intuito de ampliar as fronteiras de desenvolvimento regional na Amazônia, as políticas públicas implementadas foram capazes de criar novos centros de produção agropecuária, com destaque para formação de grandes pastagens para atender a produção bovina e de grãos, com destaque para soja, milho, arroz e feijão. Nesse caso, se fez necessário criar novos corredores de exportação na intenção de escoar a produção das safras das Regiões Norte e Centro-Oeste, podendo ser considerado como fator de impacto ambiental nos biomas amazônico e do cerrado (SANTOS; CÂMARA).

## **O IMPACTO AMBIENTAL DA SOJA**

Os sistemas monoculturais, como a soja, foram viabilizados graças aos avanços do setor industrial agrícola e das pesquisas nas áreas de química, mecânica e genética. Este pacote tecnológico data do início da década de 1970 e ficou conhecido como “Revolução Verde”. Este advento levava a crer que o aumento da produção e produtividade agrícola proporcionado por ele solucionaria a questão da fome no mundo (EHLERS, 1994).

Na Índia, a “Revolução Verde” permitiu um aumento na produção agrícola mais veloz que o crescimento populacional, com as exportações cobrindo as importações e a tornando auto-suficiente. Entretanto a disponibilidade de alimentos continuava medíocre e a sua distribuição continuava sendo tão desigual quanto antes (VEIGA, 1993). De acordo com Leonel (op. cit.) na década de 1980 a “Revolução Verde” duplicou a produtividade por hectare de alguns grãos e aumentou a área cultivada em 24%, mas “ao custo de um notável incremento de energia

comercial, mediante insumos de toda ordem: máquinas, combustíveis, fertilizantes, pesticidas, herbicidas, irrigação, eletricidade e transporte”.

Mueller (1995) questiona a sustentabilidade das tecnologias advindas da “Revolução Verde” e cita os impactos provocados por esta nos cerrados: compactação e impermeabilização dos solos pelo uso intensivo de máquinas agrícolas; erosão; contaminação por agrotóxicos nas águas, alimentos e animais; impactos detrimentais da retirada da vegetação nativa de áreas contínuas extensas; assoreamento de rios e reservatórios; aparecimento de novas pragas ou aumento das já conhecidas; risco à sobrevivência de espécies vegetais e animais com a perda de habitat natural devido a expansão agrícola (CUNHA, 1994).

A perda de solo por quilo de grão de soja produzido pode chegar a 10 quilos (NOVAES, 2000). Outros impactos causados por longos períodos de exploração agrícola pesada, mecanizada e tecnologicamente inadequada. Algumas práticas podem minimizar os impactos causados pela sojicultura no ambiente, como o Sistema Plantio Direto e a Rotação de Culturas (HERNANI, 2002). De acordo com Freitas (2002), a adoção do Sistema Plantio Direto está crescendo. Porém, Caporal (2003) alerta que somente o Plantio Direto realizado sem o uso de herbicidas é considerado uma prática conservacionista.

O complexo da soja compreende uma cadeia produtiva que envolve desde produção interna voltada para a exportação do produto bruto, até a transformação do produto voltada para a indústria esmagadora que processa a soja em farelo ou óleo para a exportação ou para consumo interno, no entanto, é de fundamental importância ainda frisar que aliada à abertura comercial têm-se a favorável conjuntura econômica mundial como propulsora da sojicultura, devido à grande demanda por esse grão.

No que diz respeito ao aspecto ambiental o modelo de expansão do agronegócio vem provocando consequências irreparáveis para os ecossistemas onde ele se instala. Sendo causadas pela retirada da cobertura vegetal original (desmatamento) e pela adoção de uma única cultura (soja), vale destacar a fragilidade do solo. Dessa forma temos uma situação de tendência à elevação dos custos de produção pelo uso intensivo de insumos, tais como a utilização maciça de agrotóxicos, que agem diretamente impactando na fauna e flora.

## ANÁLISE EXPLANATÓRIA

Os Dados Espaciais (AEDE) revelou que a distribuição espacial da produção da soja em hectares não foi homogênea em Rondônia nos anos analisados (Figura 2). De forma geral, identificou que para os 10 anos de análise 1.114.444 hectares de área cultivada com soja em Rondônia. Desse total, 387.290 hectares, ou seja, 34,75%, são áreas localizadas no município de Vilhena. A maior área foi de 43.000 hectares, município de Vilhena e a média de área total para o Estado foi de 3.459,17 hectares e desvio padrão de 9075,07. O alto valor do desvio padrão alto indicou que os dados de área apresentam-se discrepantes, com áreas distintas. A área de cultivo tem crescido anualmente, sendo diminuída apenas no ano de 2007.

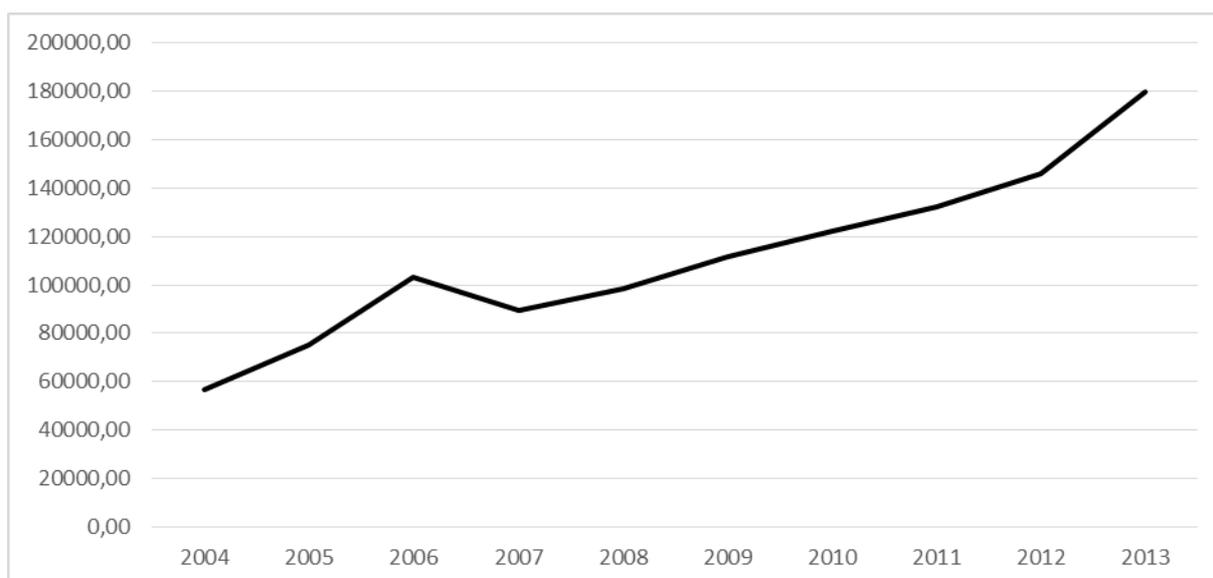


Figura 2. Evolução da área cultivada com soja em Rondônia (2004-2013). Fonte: dados IBGE.

Assim, no ano de 2004 a produção de sojeicultura concentrava-se na porção sul, na região denominada de Cone Sul, “o centro da produção de soja” em Rondônia. A exceção era o município de Alta Floresta do Oeste. Nesse cenário Vilhena era o município com maior área cultivada (32.000 hectares) e Alta Floresta do Oeste, menor área (100 hectares). No ano de 2004, foram mapeadas 56.443 hectares de área cultivadas com soja em Rondônia e dessas, 56,69% localizavam-se no município de Vilhena (SILVA, 2013).

No ano de 2005 destacou-se o avanço da área cultivada no município de Seringueiras, no centro-sul e Itapuã do Oeste e Porto Velho, no extremo norte do Estado.

Além disso, observou-se que a área ocupada por soja cresceu em todos os municípios onde o grão era cultivado, mas destacou-se Corumbiara que dobrou sua área em apenas um ano (passou de 6.000 para 12.000 hectares), ultrapassando a área de cultivo do município Cerejeiras. Segundo os mapeamentos realizados foi possível constatar que antes do ano de 2004 as áreas cobertas por vegetações remanescentes cobriam 49,66% da área do município de Corumbiara. No ano de 2014 essa área reduziu para 31,54%. Deste modo a área antropizada aumentou em 18,12 % e praticamente eliminou a vegetação de cerrado que no ano de 2014 ocupou apenas 2,14% da área de estudo. Isso revelou que as áreas de cerrado, também em Rondônia, são de mais fácil mecanização agrícola.

A partir do ano de 2008 identificou-se a ampliação da área ocupada por soja em Rondônia, a partir do cultivo no município de Ariquemes, que já iniciou suas atividades com 400 hectares. Assim, notou-se um processo inverso do cultivo de soja que até o ano de 2004 era de sul para norte, agora de norte para sul, ao longo da rodovia BR-364. No ano de 2009 identificou-se que não houve área cultivada com soja no município de Porto Velho, que pelos dados não se consolidou como área de cultivo sojeicultor, mas possui o maior rebanho bovino do estado de Rondônia.

Deste modo, talvez esteja havendo uma relutância dos proprietários rurais em substituir a pecuária pelo cultivo de soja. Nesse sentido, constatou-se que a soja não voltou a ser cultivada no município de Alta Floresta do Oeste. Nos anos de 2012 e 2013, não se identificou áreas ocupadas por soja em Alta Floresta do Oeste, que possui relevo predominantemente movimentado e ocupado pela pecuária. Observou-se ainda para os anos de 2008 a 2011 pouca variação da área cultivada com soja em Vilhena, que se manteve como município que possui maior área sojeicultora de Rondônia.

Na análise dos dados, de 2011 a 2013 identificou-se aumento do número de municípios que cultivam soja. Este crescimento passou de 8 toneladas no ano de 2004 para 25 toneladas, no ano de 2013. Além disso, Vilhena manteve todo o

período analisado como município que possui maior área cultivada com soja. No ano de 2012 os municípios que se destacaram no cultivo da soja foram: São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Castanheiras, Rolim de Moura, São Felipe do Oeste, Alto Alegre dos Parecis e Espigão do Oeste, na porção mais ao centro de Rondônia e no município de Machadinho do Oeste, na porção norte.

No ano de 2013 notou-se que a soja foi cultivada ainda nos municípios de Cujubim e Alto Paraíso, extremo norte, Alvorada do Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Santa Luzia do Oeste e Pimenta Bueno mais ao centro junto a rodovia BR-364. Esses municípios somaram área de 7.664 hectares cultivadas com soja, bem abaixo dos 138.480 ha nos municípios localizados mais ao Sul do Estado, como mostra a (Figura 3).

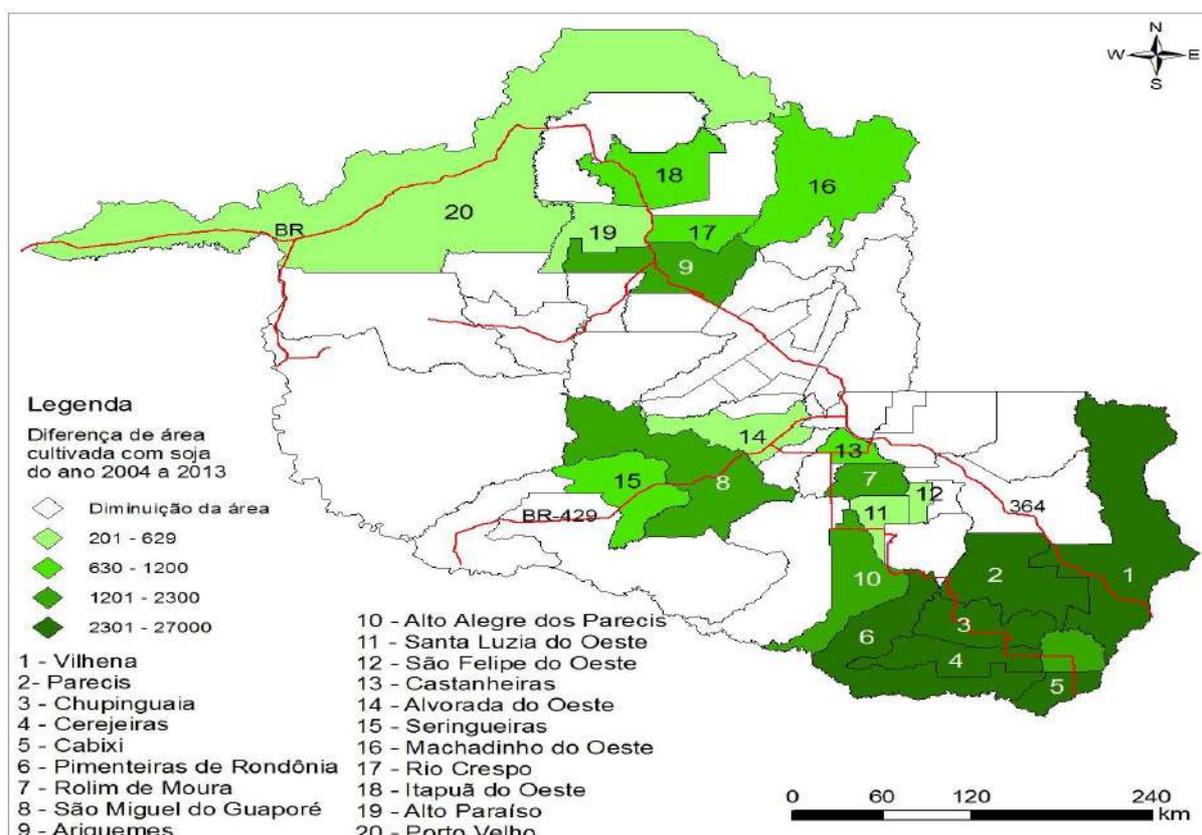


Figura 3. Cultivo de soja em hectare por municípios rondonienses (anos de 2011, 2012 e 2013).

Após análise exploratória dos dados, que foi importante, para traçar o cenário espacial do cultivo de soja em Rondônia avançou-se para análises de padrões de

associação espacial. Dessa forma, a partir da ferramenta de análise de *cluster* identificou-se os valores obtidos revelaram agrupamentos de área.

Portanto, confirma-se a vocação dessa região para agricultura com tendências de crescimento a partir das últimas notícias de construção de ferrovia pelos governos do Brasil e China.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões a cerca do cultivo de soja em Rondônia tem avançado muito nos últimos anos. Deste modo, trazer a discussão as transformações que o Estado tem passado através da desterritorialização da pecuária e reterritorialização do cultivo da soja, possibilita a comunidade como um todo a se aprofundar na temática que até então é restrita, no que diz respeito aos processos de expansão e produção agrícola e as mudanças que estas atividades econômicas vêm trazendo nos âmbitos econômicos, sociais e ambientais.

O debate sobre a produção do espaço e do território tem despertado o interesse de várias ciências, mas é cada vez mais visível nas ciências sociais, principalmente entre os geógrafos. As transformações ocorridas no território dizem respeito à mercantilização e/ou artificialização da natureza, da criação de novas funcionalidades e relações, bem como da transformação da paisagem (composta pela natureza natural pela natureza artificial) que é apropriada, delimitada e transformada pelos agentes produtores do espaço.

Os apontamentos feitos no decorrer da pesquisa foram fundamentais para compreender os territórios da soja no estado de Rondônia. O certo é que a área de cultivo da soja está expandindo para outras áreas do estado. Contudo, apesar disso observou-se agrupamento de área de cultivo na porção Sul.

Os resultados aqui apresentados podem ser analisados ainda a partir da associação entre variáveis distintas, por exemplo, o valor bruto da produção agrícola e área colhida. Com isso, os projetos ora anunciados pelo Estado Brasileiro, através da expansão da malha viária férrea e, por meio de financiamentos dos chineses impulsionará ainda mais a conversão da paisagem para cultivo de grãos. Por fim, o estudo da temática é amplo e abre caminhos para novas pesquisas sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

- SILVA, R. G.C. **Globalização, Agricultura e a Formação do meio Técnico- Científico- Informacional Em Rondônia.** ACTA Geográfica, Boa Vista, v.7, n.15, mai./ago. de 2013. pp. 69-83.
- SILVA, R. G.C. **A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia.** GEOUSP: espaço e tempo, V. 18, p. 298-312, 2014. Disponível em: <<http://revista.ufrb.br/index.php/actageo/article/view/1383/1211>>. Acesso em 12/04/2017.
- SILVA, R. G.C. **Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia.** Revista Confins. 23/2015: Número 23. Disponível em: <<http://confins.revues.org/9949>>. Acesso em 12/04/2017.
- PEREIRA, M. F. V. **A inserção recente da cana-de-açúcar no sudoeste da Amazônia: novos indícios da instabilidade do território em Rondônia e Acre.** Interações. Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 187-193, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid>
- KAHIL, S. P. **Território e agricultura no sudoeste da Amazônia: campo não moderno e produção para o consumo local.** Mercator, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 47-64, 2010. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.p>>. Acesso em 12/04/2017.
- RONCAYOLO, M. (1986): **Território.** In: *Enciclopédia Einaudi: região.* Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v. 8, pp. 262-90.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SAQUET, M. A. **Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica.** In: Territórios e Fronteiras – (re)arranjos e perspectivas. (Org.) FRAGA, N. C. Florianópolis: Insular, 2011.
- RAFFESTIN, C. **A produção das estruturas territoriais e sua representação.** In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. (Org.) SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. - 1.<sup>a</sup> Ed. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2009.
- SANTOS, A.M. **Cartografia das terras e dos povos indígenas em Rondônia.** 314 f. (Tese de Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná, 2014.
- TEIXEIRA, M.A.D. FONSECA, D.R. **História Regional (Rondônia).** Porto Velho, Rondoniana, 2001.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- FEARNSIDE, P.M. **Os efeitos das pastagens sobre a fertilidade do solo na Amazônia Brasileira: consquências para a sustentabilidade de produção bovina.** Acta Amazônica 10(1): 119-132, 1980.
- OLIVEIRA, O. A. **Geografia de Rondônia: Espaço e Produção.** Porto Velho, Dinâmica Editora e Distribuidora LTDA. 2003.
- CASTRO, I., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas.** (Org. Castro, I. E.) – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- PEREIRA, W.A.; SANTOS, A.M.S. **Análise Espacial Da Área Cultivada Com Soja Em Rondônia (2004 A 2013).**
- MEDEIROS, S. A. F. **Agricultura moderna e demandas ambientais: o caso da sustentabilidade da soja nos cerrados.** DUARTE, L. M. G. & SANTANA, M. L. (orgs.) MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os ricos: o outro lado da desigualdade brasileira.** São Paulo: Hucitec, 2005.
- LEONEL, M. **A morte social dos rios.** São Paulo: Perspectiva: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente: FAPESP, 1998, p.218.
- SANTOS, T. C. C. & CÂMARA, J. B. D. (orgs.) **Geo Brasil 2002 – Perspectivas do meio ambiente no Brasil.** Brasília: IBAMA: PNUMA: MMA, 2002.

- EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável?** 1994. 161 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo. EMBRAPA.
- VEIGA, J. E. “**A insustentável utopia do desenvolvimento**”. LAVINAS, L. (org.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, pp.149-169, 1993.
- MUELLER, C. C. **Dinâmica, condicionantes e impactos socio-ambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil**. Instituto Sociedade, População e Natureza – Documento de Trabalho n.7, 1992. (mimeo).
- CUNHA, A. S. (coord.) **Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados**. Brasília: IPEA, 1994.
- HERNANI, L.C.; KURIHARA, C.H.; SILVA, W.M. **Sistemas de manejo de solo e perdas de nutrientes e matéria orgânica por erosão**. Revista Brasileira de Ciência do Solo, v.23, p.145-154, 1999.
- NOVAES, W. **Agenda 21 brasileira: bases para discussão**. Brasília: MMA-PNUD, 2000.
- RONCAYOLO, M. (1986). **Território**. In: ENCICLOPEDIA EINAUDI. V. 8. Região. Porto: Imprensa Nacional Casa Moeda, p. 262-290.
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. **cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém. 1998**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- FREITAS, P. L de. **Harmonia com a natureza**. Agroanalysis, Rio de Janeiro, 22(2):12-17, fev. 2002

## **Expansão do agronegócio da soja na Amazônia: o caso da comunidade de Boa Esperança, Santarém (PA)**

Márcio Júnior Benassuly Barros,  
Geógrafo. Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará.  
e-mail: marcio.barros@ufopa.edu.br

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar o avanço do agronegócio da soja na comunidade de Boa Esperança, Santarém (PA). A origem da comunidade de Boa Esperança está ligada ao início das explorações econômicas do pau - rosa (*Aniba rosaeodora*) no final da década de 1930 quando teve início de forma mais sistematizada a sua exploração ao longo da PA 370 (Rodovia Santarém – Curuá Una). Nas décadas de 1940 e 1950 acontece o esgotamento do pau-rosa. Na década de 1960 ocorre a ocupação efetiva tendo na exploração agrícola a atividade econômica indutora da fixação dos primeiros moradores locais. Na década de 1970 acontece a construção da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una e a construção da rodovia PA 370, que foram eventos que impulsionaram a migração para a comunidade, bem como permitiram uma maior fluidez territorial com a cidade de Santarém em função da abertura da rodovia PA 370. No final da década de 1990 ocorre a introdução do agronegócio da soja no município de Santarém que passa a receber famílias oriundas principalmente do Mato Grosso, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul para a produção de grãos na região do planalto Santareno que inclui áreas de influência das rodovias PA 370 e BR 163. A introdução da soja em Santarém promove uma mudança no uso da terra para produção mecanizada (soja, milho, arroz). Com a chegada da soja no planalto Santareno instala-se uma disputa entre agricultura familiar e agronegócio que se intensifica pela posse de terras para o cultivo da agricultura mecanizada e destinada para a exportação. Com a chegada dos sojicultores na região houve um aumento da concentração fundiária no município, pois o cultivo da soja requer grandes áreas para plantio pressionando a luta para a compra de lotes de terras para a formação de grandes áreas destinadas para o cultivo da soja na região. A disputa entre a agricultura familiar e o agronegócio promove um cotidiano marcado por uma relação dialética entre o velho e o novo, o interno e o externo. O velho é representado pelas populações existentes na região (camponeses, agricultores etc.) e seus modos de lidar com a terra, o que reflete uma herança marcada por uma relação existencial com a propriedade rural e uma produção quase sempre destinada para a subsistência familiar, apresentam um olhar interno à região. O novo é representado pelos sojicultores que se apresentam como portadores do progresso para a região e com um olhar externo a região. Em seus discursos os sojicultores afirmam que a região precisa ser integrada ao mundo ao progresso e ao desenvolvimento. O presente artigo está dividido em três partes. Na primeira parte abordamos a formação histórica da comunidade de Boa Esperança. Na segunda tratamos da chegada da soja nesta comunidade. Na terceira discutimos os impactos do cultivo da soja nesta comunidade. Palavras-chave: Agronegócio, Soja, Amazônia, Santarém, Boa Esperança. Tema: Questão Agrária e Urbana, Terra e Território.

## 1. Introdução

A introdução da soja no Brasil acontece no estado do Rio Grande do Sul no início do século XX. Na década de 1970 começa a expansão da fronteira agrícola da soja do Sul para o Centro-Oeste brasileiro onde a Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa) por intermédio da técnica da calagem transformou o solo ácido deste bioma em terras aráveis (VIEIRA FILHO, 2016).

Na década de 1990 ocorre a incorporação das terras do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia) na produção de soja no Brasil. No final da década de 1990 e início dos anos 2000 a expansão da soja atinge frações do território da região Norte, onde no estado do Pará as regiões Nordeste, Sudeste e Baixo Amazonas foram incorporados na produção mecanizada de soja.

Em Santarém a primeira colheita de soja aconteceu em 1997 com um total de 165 toneladas que foram comercializadas no mercado de Hoterdã na Holanda. A introdução da soja no município foi uma iniciativa do grupo santareno Quincó com apoio do Governo do Pará e da Prefeitura de Santarém. Em 1999, acontece a assinatura de contrato de entre a Companhia Docas do Pará (CDP) e a empresa Cargill visando a concessão de uma área para instalação de um grande porto na orla de Santarém, fato concretizado em 2003 com a inauguração do porto da Cargill (PAIXÃO JÚNIOR, 2012)

## 2. A formação histórica da comunidade de Boa Esperança

A origem da comunidade de Boa Esperança está ligada ao início das explorações econômicas do pau-rosa (*Aniba rosaeodora*) no final da década de 1930 quando teve início de forma mais sistematizada a sua exploração ao longo da PA 370. A região de Santarém já havia se tornado grande produtora desta matéria prima, onde era comercializada para empresas sediadas no sudeste do Brasil, para a produção de perfumes. Foi neste contexto que houve a instalação de diversas unidades de beneficiamento de pau-rosa como as unidades do ramal do Paxiúba, rio Moju e rio Tapajós. Desta forma a década de 1930 representa a ocupação da região de onde esta localizada a comunidade de Boa Esperança para a exploração do pau-rosa (SANTOS, 2012).

Figura 01: Aspectos da comunidade de Boa Esperança.



Fonte: Márcio Benassuly, 2015

Nas décadas de 1940 e 1950 ocorrem o esgotamento do pau-rosa o que levou a transferência da unidade de beneficiamento. Na década de 1960 ocorre a ocupação efetiva tendo à exploração agrícola a atividade econômica indutora da fixação dos primeiros moradores locais. A ocupação pioneira do lugar ocorre pelo morador Raimundo Pereira da Silva em 1961, que ali constitui residência e onde passa a promover uma exploração ligada a pequena produção agrícola. Em 1968, aconteceu a abertura de ramais pela Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI) e a distribuição de lotes de terras para agricultores familiares locais. Com a distribuição destes lotes a comunidade passa a contar com a presença de uma quantidade maior de moradores que passam a dedicar-se a exploração agrícola de várias culturas de subsistência. Neste tempo o transporte para a sede do município ainda é bastante precária para o escoamento desta produção familiar (SANTOS, 2012).

Na década de 1970 acontece à construção da usina hidrelétrica de Curuá-Una e a construção da rodovia PA 370 (Santarém – Curuá Una) que foram eventos que impulsionaram a migração para a comunidade, bem como permitiram uma maior fluidez territorial da comunidade com a cidade de Santarém em função da abertura da rodovia PA 370. A abertura da rodovia permitiu o acesso rodoviário à sede municipal, bem como contribui para a dinâmica da circulação de pessoas e mercadorias. Desta forma a comunidade passa a ser inserida na dinâmica que considera a beira da estrada.

Com a circulação facilitada começam a chegada das primeiras famílias oriundas dos estados do sul do Brasil (RS, PR, SC) que procuram novas áreas para produção agrícola. Estes novos migrantes passam a introduzir uma série de melhoramentos técnicos na agricultura local como a introdução de adubos e o transporte motorizado da produção para a comunidade e desta para a sede municipal.

No final da década de 1990 tem início a introdução do agronegócio da soja no município de Santarém que passa a receber famílias oriundas principalmente do Mato Grosso, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul para a produção de grãos na região do planalto santareno que inclui áreas de influência das rodovias PA 370 e BR 163. A introdução da soja em Santarém promove uma mudança no uso da terra para produção mecanizada (soja, milho, arroz).

Quadro 01: Dinâmica da comunidade de Boa Esperança, Santarém-Pará

<b>Ano</b>	<b>Evento</b>
Década de 1930	Início da exploração do pau-rosa na região de Curuá-Una
1940	Criação de usina de beneficiamento de pau-rosa no ramal de Paxiúba (atual comunidade de Curupira) por Elias Jorge Hage, localizado a 50 Km da PA 370.
1948	Fim da exploração florestal de pau-rosa no atual distrito de Boa Esperança.
1949	Deslocamento da usina de beneficiamento de pau-rosa do ramal de Paxiúba para o rio Moju em função do fim da exploração florestal do pau-rosa.
Décadas de 1950-1960	Ocupação por colonos do ramal do Paxiúba, que ficou abandonado com a transferência da usina para o rio Moju
1961	Ocupação do Km 43 do ramal do Paxiúba (atual Boa Esperança) pelo colono Raimundo Pereira da Silva, onde a denominou de Boa Esperança.
1965	Trabalhos para construção da Hidrelétrica de Curuá-Una e conseqüentemente os serviços de abertura, terraplenagem e empiçarramento da rodovia Curuá-Una até Santarém.
1968	Chegada de várias famílias atraídas pela distribuição de lotes pela Secretaria de Estado de Agricultura nos ramais do recreio, 45, pedraira, pilão e arroz doce.
1970	Conclusão do asfaltamento da rodovia Curuá-Una. Chegada de diversas famílias para os ramais da Pedreira e do Pilão
1972	Demarcação das ruas da vila de Boa Esperança pela Secretaria de Estado de Agricultura para construção de novas casas.
1973	Chegada de várias famílias de nordestinos para morar na vila.
1978	Criação da Associação Comunitária Rural do Planalto Curuá-Una (ASCORPLAUNA) que adquiriu um pau-de-arara para realizar o transporte da produção familiar agrícola da comunidade.
1979	Chedas de vários migrantes do Rio Grande do Sul a comunidade
1980	Início do financiamento do Banco do Brasil para o plantio de pimenta do reino com assistência técnica da Emater.
1981	Instalação de energia elétrica na comunidade
1984	Início da produção de farinha de tapioca

2000	Existência de aproximadamente 90 casas de farinhas, com produção mensal de 60.000 quilos de farinha de tapioca por mês. Geração de 700 ou mais empregos diretos e indiretos.
2002	Chegada de plantadores de soja e arroz do sul que introduziram plantação mecanizada na comunidade.
2004	Inauguração da usina de soja da COAGRO na PA 370. Reunião na comunidade para apresentar as reivindicações ao governador Simão Jatene aguardado na inauguração da COAGRO.
2005	Importação de fécula de mandioca do Paraná para fabricação de farinha de tapioca. Diminuição do plantio de mandioca.
2006	A ASCORPLAUNA fica inadimplente junto ao Banco do Brasil.
2007	Início do asfaltamento da PA 370 no governo de Ana Júlia
2011	Fundação da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar da Comunidade Boa Esperança (COOPBOA)

Fonte: Organizado pelo autor com base em Santos (2012)

### 3. A chegada da soja na comunidade de Boa Esperança.

A introdução da soja em Santarém acontece em 1994 por iniciativa do grupo Quincó. No entanto as espécies selecionadas para o cultivo não apresentaram resultados satisfatórios. Em 1996 com apoio do Governo do Pará que contratou a empresa do Paraná Agrária Engenharia e Consultoria que introduziu novas espécies em parceria com o mencionado grupo, neste caso houve êxito na colheita que aconteceu em 2007 (PAIXÃO JÚNIOR, 2012)

A área colhida de soja do município de Santarém no período de dez anos mais de dobrou, passando de 2.000 hectares em 2005 para 4.660 em 2015, como podemos verificar no quadro abaixo.

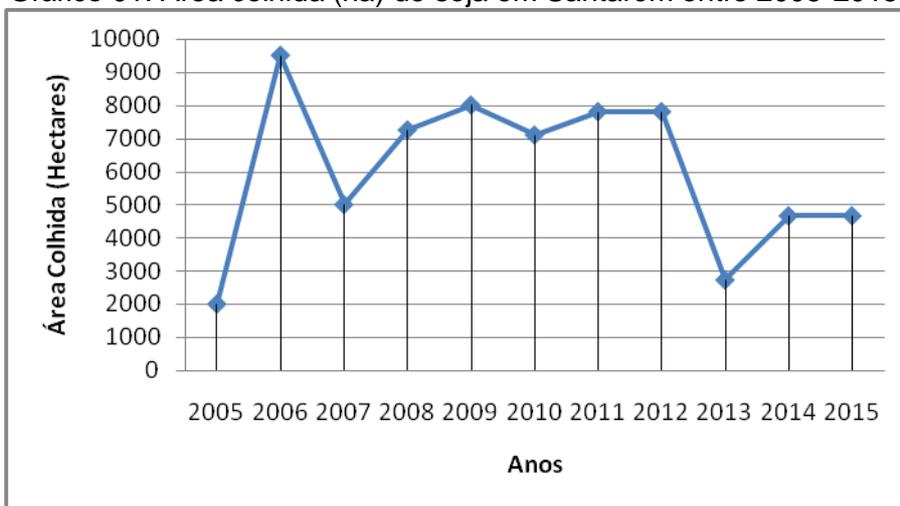
Quadro 02: Área colhida (ha) de soja em Santarém entre 2005-2015

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
2.000	9.500	5.000	7.250	8.000	7.100	7.800	7.800	2.725	4.660	4.660

Fonte: Organizado pelo autor com base em IBGE-SIDRA (2015)

O gráfico seguinte mostra a evolução da área colhida de soja em Santarém. A partir de 2006 com a assinatura da moratória da soja, os dados oficiais indicam uma redução da área colhida, porém estes números são contestados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Santarém que acompanha o processo de implantação da soja no Baixo Amazonas Paraense. O gráfico mostra a oscilação na área colhida entre 2005-2015, onde em 2005 a área foi de 2.000 hectares, o ápice no período ocorre em 2006 com área de 9.500 hectares, onde em 2015 a área foi de 4.660 hectares conforme demonstra o gráfico seguinte.

Gráfico 01: Área colhida (ha) de soja em Santarém entre 2005-2015



Fonte: Organizado pelo autor com base em IBGE (2015)

A quantidade produzida de soja em Santarém entre 2005-2015 apresenta oscilação entre crescimento e decréscimo no período analisado. Em 2005 a quantidade produzida foi de 6.000 toneladas, o ápice no período aconteceu em 2009 onde foram produzidos 8.600 toneladas desta lavoura. Em 2015 a produção recuou para 3.980 toneladas, conforme demonstra o quadro seguinte.

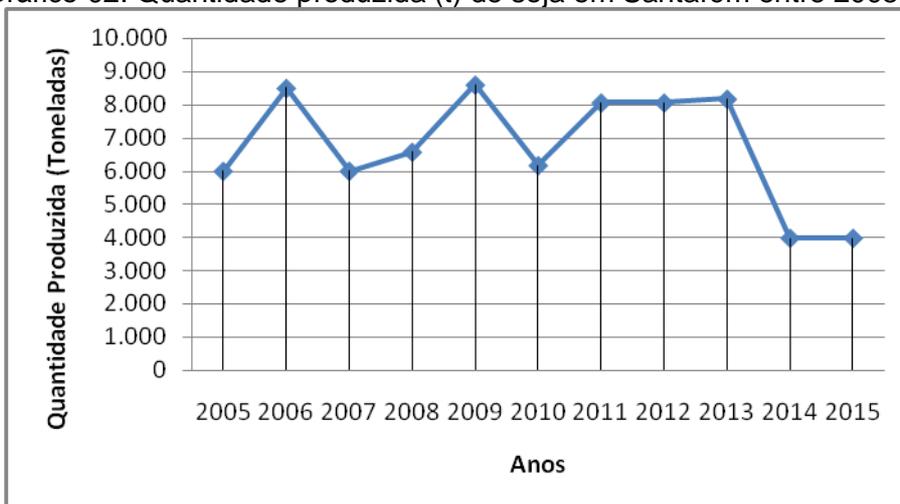
Quadro 03: Quantidade produzida (t) de soja em Santarém entre 2005-2015

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
6.000	8.500	6.000	6.575	8.600	6.170	8.060	8.060	8.175	3.980	3.980

Fonte: Organizado pelo autor com base em IBGE-SIDRA (2015)

O gráfico seguinte demonstra a oscilação da produção de soja no período analisado.

Gráfico 02: Quantidade produzida (t) de soja em Santarém entre 2005-2015



Fonte: Organizado pelo autor com base em IBGE (2015)

Ao longo da PA 370 foram instaladas várias unidades de armazenamento da produção de soja que é produzida no entorno desta rodovia. Na figura abaixo temos uma unidade localizada as margens da PA 370

Figura 02: Silos de armazenagem de soja na PA 370.



Fonte: Projeto Cenários, INPE, 2010.

A soja é a principal lavoura do agronegócio em Santarém, enquanto que a mandioca é a principal lavoura da agricultura familiar, sendo que esta última emprega milhares de pessoas, gerando emprego e renda no plantio, transporte e comercialização dos produtos derivados da mandioca.

A área colhida da mandioca em Santarém entre 2005-2015 apresenta picos de crescimento e decrescimento. Em 2005 a área colhida foi de 5.000 hectares, o ápice do período aconteceu em 2008, onde a área foi de 8.700 hectares. Em 2015 a área colhida foi de 1.770 hectares, conforme podemos verificar no quadro abaixo.

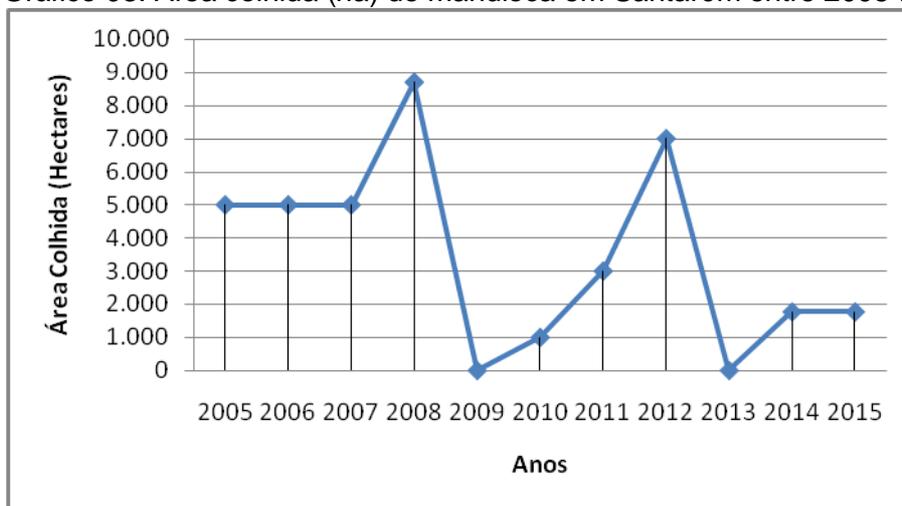
Quadro 04: Área colhida (ha) de mandioca em Santarém entre 2005-2015

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
5.000	5.000	5.000	8.700	0.000	1.000	3.000	7.000	0.790	1.770	1.770

Fonte: Organizado pelo autor com base em IBGE-SIDRA (2015)

O gráfico seguinte demonstra visualmente esta oscilação na área colhida de soja em Santarém entre 2005-2015

Gráfico 03: Área colhida (ha) de mandioca em Santarém entre 2005-2015



Fonte: Organizado pelo autor com base em IBGE (2015)

A quantidade produzida de mandioca em Santarém entre 2005-2015 segue a trajetória da oscilação entre crescimento e decréscimo do indicador de área colhida de mandioca. Em 2005 a quantidade produzida de mandioca no município foi de 50.000 toneladas. O ápice da produção aconteceu em 2013, onde foram produzidos 91.060 toneladas de mandioca em Santarém. Em 2015 os dados oficiais indicam uma produção de apenas 04.780 toneladas (gráfico seguinte) o que leva a um questionamento sobre os dados apresentados pelo IBGE sobre a produção agrícola de Santarém.

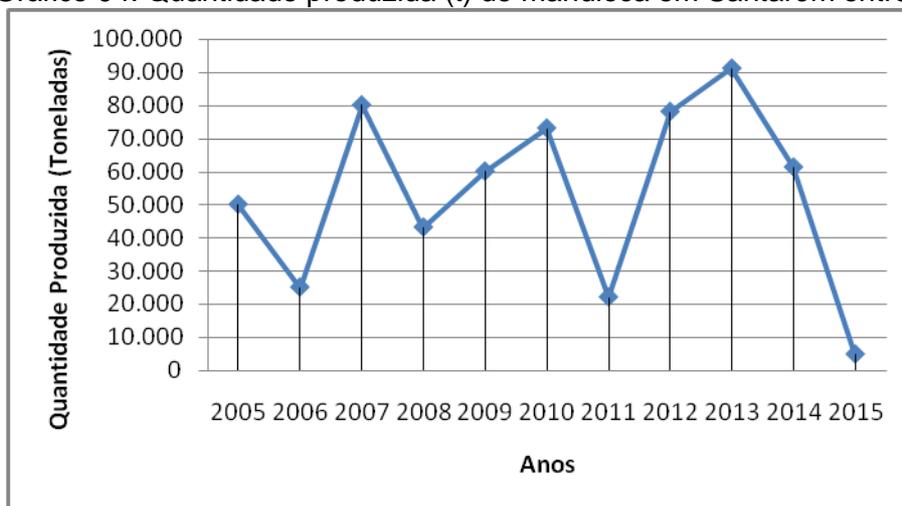
Quadro 05: Quantidade produzida (t) de mandioca em Santarém entre 2005-2015

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
50.000	25.000	80.000	43.100	60.000	73.000	22.000	78.000	91.060	61.240	04.780

Fonte: Organizado pelo autor com base em IBGE-SIDRA (2015)

O gráfico seguinte demonstra a grande oscilação na produção de mandioca de Santarém entre 2005-2015.

Gráfico 04: Quantidade produzida (t) de mandioca em Santarém entre 2005-2015



Fonte: Organizado pelo autor com base em IBGE (2015)

A produção do agronegócio da soja em Santarém gerou uma série de consequências para diversas comunidades onde esta atividade foi instalada.

#### 4. Os impactos do cultivo da soja na comunidade de Boa Esperança.

Com a chegada da soja na região do planalto Santareno, a *disputa entre agricultura familiar e agronegócio* se intensifica pela posse de terras para o cultivo da agricultura mecanizada e destinada para a exportação. Com a chegada dos sojicultores na região houve um aumento da concentração fundiária no município, pois para o cultivo da soja requer grandes áreas para plantio, que pressiona a luta para a compra de lotes de terras, para a formação de grandes áreas destinadas para o cultivo da soja na região. Existem muitas denúncias de casos de agricultores que foram ameaçados por sojicultores pela posse de terras na região. Na época da chegada dos primeiros sojicultores em Santarém (1996) o valor das terras era baixo se comparados com os valores na atualidade, desta forma muitos agricultores acabaram vendendo suas terras.

A disputa entre a agricultura familiar e o agronegócio promove um *cotidiano marcado por uma relação dialética entre o velho e o novo, o interno e o externo*. O *velho* é representado pelas populações existentes na região (camponeses, agricultores etc.) e seus modos de lidar com a terra, o que reflete uma herança marcada por uma relação existencial com a terra e uma produção quase sempre destinada para a subsistência familiar, que apresentam um *olhar interno* a região, pois conhecem os lugares em que vivem. O *novo* é representado pelos sojicultores que se apresentam como portadores do progresso para a

região e com um *olhar externo* a região, que em seus discursos defendem que a região precisa ser integrada ao mundo, ao progresso e ao desenvolvimento.

Neste novo momento da produção agrícola em Santarém assistimos uma disputa entre a pequena produção e a grande produção agrícola. *A produção familiar no município tem na mandioca a principal cultura agrícola*, pois é da mandioca que são produzidos outros produtos como a farinha amarela, a farinha de tapioca, o tucupi.

Figura 03: Lavoura de mandioca na comunidade de Boa Esperança.



Fonte: Márcio Benassuly, 2015

Já a grande produção agrícola tem na soja a principal cultura desta modalidade de negócio. A produção da soja em Santarém não foi capaz da geração de empregos, pois a produção é mecanizada o que não contribui para a contratação de trabalhadores para a produção agrícola no município, o que é fonte de críticas por parte dos movimentos sociais na região.

O uso e ocupação da terra entre a agricultura familiar e o agronegócio é bastante diferenciado, pois, na agricultura familiar temos uma produção diversa que é pautada na pluriatividade do agricultor. No agronegócio temos uma produção especializada no monocultivo de uma lavoura, constituindo desta forma uma exploração especializada da terra. O uso da terra entre agricultura familiar e agronegócio em Santarém é fonte de disputa entre estas duas modalidades de agricultura, onde o pequeno agricultor é a parte mais frágil nesta disputa e o que mais tem sido penalizado.

O avanço do agronegócio em Santarém conta com o apóio do fomento por parte do Estado, pois existem diversos incentivos para a produção da grande produção agrícola na

região que buscam ampliar e consolidar a fronteira agrícola nesta região. O Banco da Amazônia (BASA) tem se destacado como um dos principais agentes de fomento da produção agrícola do agronegócio na região de Santarém. A figura seguinte mostra o incentivo do Basa em uma propriedade de soja na comunidade de Boa Esperança.

Figura 04: Fomento do BASA no agronegócio de soja em Boa Esperança.



Fonte: Márcio Benassuly, 2015

A comunidade de Boa Esperança encontra-se *cercada* pela produção agrícola de soja. O avanço do plantio de soja tem promovido um verdadeiro *cercamento* das pequenas propriedades ainda existentes e que resistem na produção familiar a outras culturas como podemos verificar na figura seguinte.

Figura 05: Área de plantio de soja na comunidade de Boa Esperança.



Fonte: Márcio Benassuly, 2015

O avanço do plantio de soja no entorno da comunidade de Boa Esperança, acaba por promover um cerco (HÉBETTE, 1991) nas propriedades dos pequenos produtores, que em muitos casos acabam vendendo suas propriedades para os sojicultores.

Figura 06: Agricultor familiar cercado pelo agronegócio de soja em Boa Esperança.



Fonte: Márcio Benassuly, 2015

A figura seguinte demonstra a disputa entre a produção agrícola familiar (pimenta do reino) e a produção empresarial (soja). O avanço do agronegócio coloca em risco o que ainda existe de propriedades familiares na região que resistem em uma produção quase sempre realizada sem apoio governamental.

Figura 07: Lavoura familiar de pimenta do reino na comunidade de Boa Esperança.



Fonte: Márcio Benassuly, 2015

Na comunidade de Boa Esperança a produção de farinha de tapioca é bastante expressiva. Esta produção é realizada em inúmeras casas de produção de farinha de tapioca como a que é demonstrada na figura abaixo.

Figura 08: Casa de farinha de tapioca na comunidade de Boa Esperança.



Fonte: Márcio Benassuly, 2015

Em Boa Esperança são produzidas farinha de tapioca de excelente qualidade, que são comercializadas nas feiras da cidade de Santarém, bem como parte são exportadas para os estados do Amazonas e Amapá.

### **Conclusões**

A expansão do agronegócio da soja na Amazônia, chega em fins da década de 1990 em Santarém. Desde então o cultivo da soja no município tem causado uma série de dinâmicas sociais, econômicas e territoriais nas comunidades onde foram instaladas estes cultivos agrícolas. Na comunidade de Boa Esperança a soja foi introduzida em 2002 (SANTOS, 2012) modificando o cotidiano das famílias de pequenos agricultores aí residentes.

A produção do agronegócio globalizado da soja na comunidade introduziu *elementos de uma lógica externa ao lugar* que era desconhecida pela comunidade. Desda forma, ocorre um conflito entre uma lógica interna representada pela pequena produção com destaque para os produtores de mandioca, cuja produção da farinha de tapioca ainda mantém algumas casas para o fabrico deste produto. *A outra lógica é de carater externo ao lugar* que tem nos sojicultores seus representantes, e que se auto identificam como os

portadores do progresso e do desenvolvimento. É desta forma que o território é disputado entre a pequena e a grande produção na comunidade de Boa Esperança.

### Referências

- AMORIM, Terezinha, **Santarém sua história e suas belezas**. Belém: Samauma Editorial, 2013.
- COSTA, Solange Maria Gayoso da. Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas no Pará. In. SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington. **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Editora Universidade de Brasília, 2011.
- COSTA, Tatiane de Cássia Silva da. **Santarém: mudanças e permanências na relação cidade-rio na Amazônia**. Belém: NAEA, 2014.
- CPT-SANTARÉM. Comissão Pastoral da Terra em Santarém. **Os impactos sociais da soja no Pará**, Santarém, PA, 2005.
- ELETRONORTE. **Usina Hidrelétrica de Curuá-Una. Folder Explicativo**. Não publicado, Santarém, 2016.
- ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Revista Eletrônica de Geografia Y Ciências Sociais**, V.X, N.218 (03), 2006.
- FASE. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **Relatório do Seminário a expansão da soja no Baixo Amazonas**, Santarém, PA, 2005
- FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém: momentos históricos**. ICBS, Santarém, 2015.
- FREDERICO, Samuel. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**. Nº 17, 2013.
- HÉBETTE, Jean (org). **O cerco está se fechando**. Petrópolis, Vozes, 1991
- HOEFLE, Scott William. Santarém, cidade portal de fronteiras históricas do oeste do Pará. **Espaço Aberto**, V.3, N.1, 2013
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Santarém. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 1957.
- MACHADO, Lia Ozório. A fronteira agrícola na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 54, n. 2. Abril/jun, 1992
- NASCIMENTO JUNIOR, Francisco C. Uso agrícola do território e trabalho científico para o campo moderno no Brasil. In. **GEOUSP- Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 34, 2013. Numero Especial, pp. 45-58.

- PAIXÃO JÚNIOR. Paulo Roberto Carneiro da. **Uso do território e gênero de vida na Amazônia: reprodução camponesa e agronegócio no planalto santareno.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2012.
- REIS. Arthur Cezar Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico.** 2ª Ed. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: o território e sociedade no início do século XXI.** 9ª edição. Rio de Janeiro. Record. 2006.
- SANTOS. Raimundo Alberto dos. **O planalto em questão: história da comunidade de Boa Esperança.** 2ª Ed. Santarém, 2012.
- SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, José Paulo. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão as soja como expressão das agroestratégias no Pará. **ACTA Geográfica.** Edição esp. Geografia Agrária, 2013.
- SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. In. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan/jun. 1999.
- TRINDADE. Gesiane Oliveira da. **A cidade & a soja: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento do Trópico Úmido), Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2015.
- VIEIRA FILHO. Jose Eustáqui Ribeiro. **Expansão da fronteira agrícola no Brasil: desafios e perspectivas.** Rio de Janeiro, IPEA. (Texto para discussão, nº 2223)

## **Expressões do Urbano na Amazônia: definição de um Gradiente de Complexidade Estrutural em um trecho da Rodovia Transamazônica no Pará**

Bruna Virginia Neves, INPE, brunavneves@gmail.com;  
Ana Paula Dal'Asta, INPE, apdalasta@gmail.com;  
Antônio Miguel Vieira Monteiro, INPE, miguel@dpi.inpe.br;  
Jaidson Nandi Becker, INPE, jaidson.becker@gmail.com

### **Resumo**

No Brasil, por meio dos censos demográficos e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de urbanização apresentada para o País era de 84,36% em 2010, enquanto que, em 1940, a taxa equivalia a 31,24%. Embora elevada, a distribuição espacial desta taxa entre as regiões do país apresenta diferenças regionais significativas nas estratégias e acomodações locais desta urbanização. Na região Norte, a taxa de urbanização saltou de 27,75% em 1940 para 73,53% em 2010. Estes números sustentam o *fato urbano* na Amazônia. Mesmo com a consistente produção sobre o *fato urbano* na Amazônia, a exploração de possibilidades de sua representação espacial permanece sendo pouco explorada. Desta forma, este trabalho tem por objetivo avaliar as possibilidades da adaptação e do uso da Análise Tipológica para a definição de uma matriz instrumental com base em imagens de SR de média resolução, técnicas de PDI e geoprocessamento integradas em ambiente de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para produzir uma representação simplificada da espacialidade urbana na Transamazônica (BR-230). Essa representação denomina-se Gradiente de Complexidade Estrutural (GCE) e foi utilizada como produto metodológico, dividido nas seguintes etapas: (1) definição de uma Tipologia de *Tipos Básicos* associada à sua identificação a partir de imagens de SR orbital; (2) definição de um procedimento para a distribuição dos *Tipos Básicos* ao longo do território utilizando um espaço celular; (3) definição de Arranjos Compositivos que procuram estabelecer em que configurações estes *Tipos Básicos* podem ser encontrados depois de sua distribuição por células; e (4) definição, com base nas medidas obtidas em (3), de uma métrica que associa a cada célula um valor síntese que reflete o que denominamos de *complexidade estrutural da célula*. Esta métrica permite um ordenamento, não dos *Tipos Básicos* em si, mas das células que os contém. Após este procedimento, a definição de um método para classificação e para a produção do mapa de células valoradas pela *complexidade estrutural* corrigida pelo contexto é estabelecido. Este estudo permitiu construir, com adaptações conceituais, uma expressão espacializada do urbano para um contexto específico, um trecho da rodovia Transamazônica no Pará, perpassando os municípios de Medicilândia, Uruará, Brasil Novo e Altamira, ou seja, um território urbano que se estende por 4 (quatro) municipalidades. A conclusão desta análise foi que o GCE se mostrou adequado como instrumento de leitura sobre os processos de estabelecimento daquela espacialidade urbana e seus potenciais de evolução, observadas as formas visíveis e seus arranjos. Embora aplicada para apenas um caso, a metodologia proposta demonstra potencial para ser um instrumento utilizado como cartografia auxiliar nos debates sobre modelos de urbanização, em particular, em regiões inseridas em áreas ambientalmente sensíveis com desigualdades sociais e conflitos.

**Palavras-chave:** Espacialidade Urbana. Morfologia Urbana. Planejamento Territorial. Representações Computacionais. Amazônia.

## 1- Introdução

No Brasil, por meio dos censos demográficos e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de urbanização passa de 31,24% em 1940 para 84,36% em 2010. Embora elevada, a distribuição espacial desta taxa entre as regiões do país apresenta diferenças regionais referentes às estratégias de acomodações locais desta urbanização. Na região Norte, que abrange grande parte da Amazônia Legal, a taxa de urbanização saltou de 27,75% em 1940 para 73,53% em 2010 (IBGE, 2015a)<sup>1</sup>, com um total de aproximadamente 24 milhões de pessoas residindo em áreas ditas urbanas (VALERIANO et al., 2012; IBGE, 2014). Estes números sustentam o *fato urbano* na Amazônia, ainda que continue negligenciado e com dificuldade de inserção nas agendas técnico-científicas nacional e internacional, que fomentam as discussões sobre as potencialidades da região (MONTEIRO; CARDOSO, 2012).

Os números para a Amazônia revelam, portanto, uma população essencialmente urbana, sem no entanto abranger a forma como essa população se encontra organizada e como este fenômeno é estruturado. A Amazônia é *urbana* desde meados do século XVII tendo efetiva consolidação no século XVIII, na fase Pombalina (COSTA, 2010; BECKER, 2013). Todavia, o *fenômeno urbano* apresenta-se nesta região de maneira a extrapolar o núcleo citadino e abranger todo o espaço regional, comandando territórios extensos, de densidades variadas, que comportam em seu espaço de influência, vilas, distritos, localidades, comunidades, enfim um conjunto diverso de unidades de ocupação humana (UOH) em diferentes arranjos e níveis de aglomeração.

Neste contexto, as *formas urbanas* vão além das cidades e vilas para incorporar outras formas de organização de núcleos populacionais. À medida que estes núcleos, cujas origens podem estar vinculadas à realidade rural - como as agrovilas ou qualquer outra atividade que determine a existência daquela aglomeração - passam a demandar serviços e bens típicos das cidades, transformações da vida social nestes núcleos são observadas. Neste caso, a influência da cidade-sede extrapola a sua dimensão física e atinge as aglomerações de menor escala, comandando os espaços vividos da Amazônia como um todo. Na região amazônica, esses núcleos populacionais se apresentam sob diversas formas de ocupação e modos de produzir os seus territórios (CARDOSO; LIMA, 2006).

Foram estes *núcleos* que originaram vilas e, mais tarde, cidades amazônicas e, segundo Becker (2013), são elementos intrínsecos aos processos de colonização da Amazônia. Muitas destas cidades passaram a ser sede de municípios e, embora representem uma unidade espacial legal-administrativa, são também, por sua gênese, objetos complexos. Acomodam, no âmbito de sua definição espacial, um conjunto de objetos sociais, ou “formas socioespaciais”, como melhor define Roberto Monte-Mór no contexto da discussão sobre o urbano e a urbanização contemporânea (MONTE-MÓR, 1994; 2004a; 2006).

Assim, é indiscutível a necessidade de uma agenda urbana para a Amazônia, fato esse já na década de 1970, apontado por Becker (BECKER, 1974; 1978) que cunhou o termo *floresta urbanizada* (BECKER, 1995), buscando criar uma imagem forte para reposicionar o *fato urbano* dentro da agenda geopolítica para a região. Todavia, mesmo com a crescente e consistente produção sobre o *fato urbano* na Amazônia, permanece

---

<sup>1</sup> Para o Maranhão, a população residente total cresceu de aproximadamente 1,2 milhões de pessoas em 1940 para aproximadamente 6,6 milhões em 2010, com 63,1% de sua população residente em domicílios com situação urbana. No Mato Grosso (MT), a população residente total era de aproximadamente 300 mil pessoas em 1940. O MT é desmembrado em 1977 e sua população residente total no censo de 2010 foi de aproximadamente 3 milhões de pessoas, com 81,9% de sua população residente em domicílios com situação urbana. (IBGE-Estados, 2015)

necessária a produção de *cartografias*<sup>2</sup> do urbano para a região, com representação em unidades espaciais de referência mais finas que o município, de maneira a materializar expressões de alguns componentes do multifacetado *fenômeno urbano* na Amazônia.

Desta forma, este trabalho tem por objetivo avaliar as possibilidades da adaptação e do uso da Análise Tipológica para a definição de uma matriz instrumental com base em imagens de SR de média resolução, técnicas de Processamento Digital de Imagens (PDI) e geoprocessamento integradas em ambiente de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para produzir uma representação simplificada da espacialidade urbana em um trecho da rodovia Transamazônica (BR-230). Essa representação denomina-se Gradiente de Complexidade Estrutural (GCE).

## 2- Metodologia

Neste trabalho, as matrizes conceituais e metodológicas são derivadas da morfologia urbana e apoiam-se na abordagem de conceitos e métodos apresentados em Krafta (2014), com adaptações para outra perspectiva, a territorial. Sendo assim, foram definidos elementos constitutivos básicos da morfologia, ou seja, *formas urbanas visíveis*, presentes no espaço regional, passíveis de serem identificados por meio de Sensoriamento Remoto orbital e técnicas de Processamento Digital de Imagens. Estes elementos constitutivos são denominados *Tipos Básicos* e consistem em: *Manchas*, *Traçado*, *Conexões*, *Formas Construídas* e *Espaços sem Formas (EsF)*. A definição para *Tipo Básico* adotada neste trabalho é apresentada na tabela 3.1 .

Tabela 3.1 – Tipologia das Formas Urbanas Adaptada para o Contexto do Recorte Amazônico: *Tipos básicos*.

Tipos básicos	Representação	Descrição
<b>Manchas</b>		Unidades com população associada e ocupação mais adensada. Revela um conjunto de edificações com estrutura de circulação.
<b>Formas construídas</b>		Formas regulares, dispersas ao longo da região, mas ligadas à rede de estrada. São indicativas de atividade industrial ou comercial.

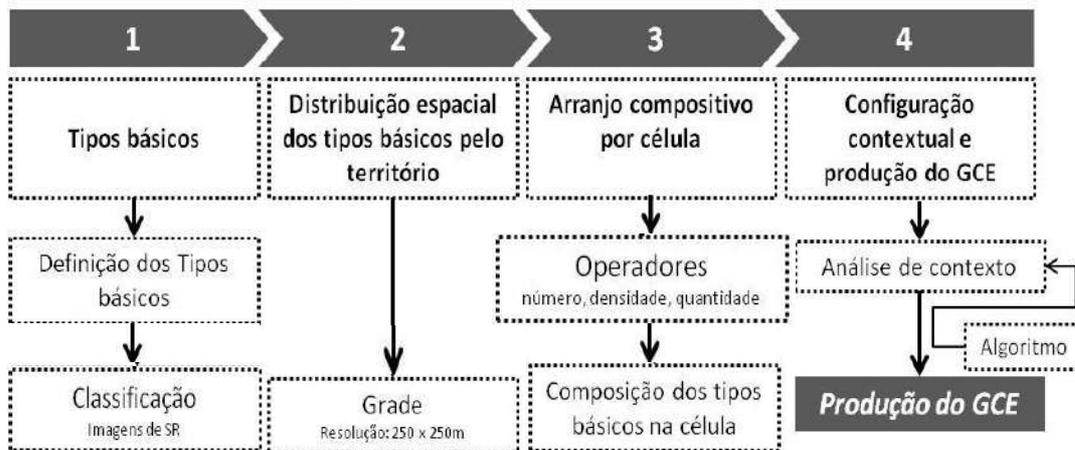
<sup>2</sup> Neste texto, o termo *Cartografias* assume uma dimensão mais aberta que o seu entendimento dentro do domínio dos sistemas técnicos e normativos da produção cartográfica. Neste contexto *Cartografias* são *objetos (técnicos) mediadores* que combinam ciência, estética, técnica e tecnologias para produzir *representações computacionais* que fazem a mediação entre os elementos da dimensão espacial e/ou temporal de um fenômeno complexo e multidimensional, como o são o *urbano* e a *urbanização*, e sua comunicação visual, para apoiar a produção de interpretações descritivas e analíticas.

<p><b>Traçados</b></p>		<p>Revelam estrutura organizada de circulação. Em geral, independe de aspectos como pavimentação, largura de vias ou sinalização, que exigiram melhor resolução espacial.</p>
<p><b>Conexões</b></p>		<p>Vias que ligam as manchas. Promovem a circulação entre as UOH.</p>
<p><b>EsF - Espaços sem Formas Espaciais Detectadas</b></p>		<p>Espaços que podem ser públicos ou privados e que não apresentam nenhum dos tipos básicos anteriores. Podem conter elementos da paisagem natural, como rios, florestas, etc.</p>

FONTE: Neves (2017); Fotos: Escada et al. (2017).

O processo metodológico para produzir o Gradiente de Complexidade Estrutural (GCE) foi dividido em quatro etapas, ilustradas na Figura 2.1: (1) definição de uma Tipologia de *Tipos Básicos* associada à sua identificação a partir de imagens de SR orbital; (2) definição de um procedimento para a distribuição dos *Tipos Básicos* ao longo do território utilizando o espaço celular; (3) definição de arranjos compositivos que procuram estabelecer as configurações em que esses *Tipos Básicos* podem ser encontrados ao serem distribuídos em células; e (4) definição, com base nas medidas obtidas em (3), de uma métrica que associa a cada célula um valor síntese que reflete o que denominamos de *complexidade estrutural da célula (CE)*. Esta métrica permite um ordenamento, não dos *Tipos Básicos* em si, mas das células que os contém. Após este procedimento, a definição de um método para a classificação e para a produção do mapa de células valoradas pela *complexidade estrutural* corrigida pelo contexto é estabelecido. O detalhamento de cada etapa, bem como a descrição da unidade espacial para a produção do GCE, são apresentados a seguir.

Figura 2.1 - Diagrama Metodológico Geral.

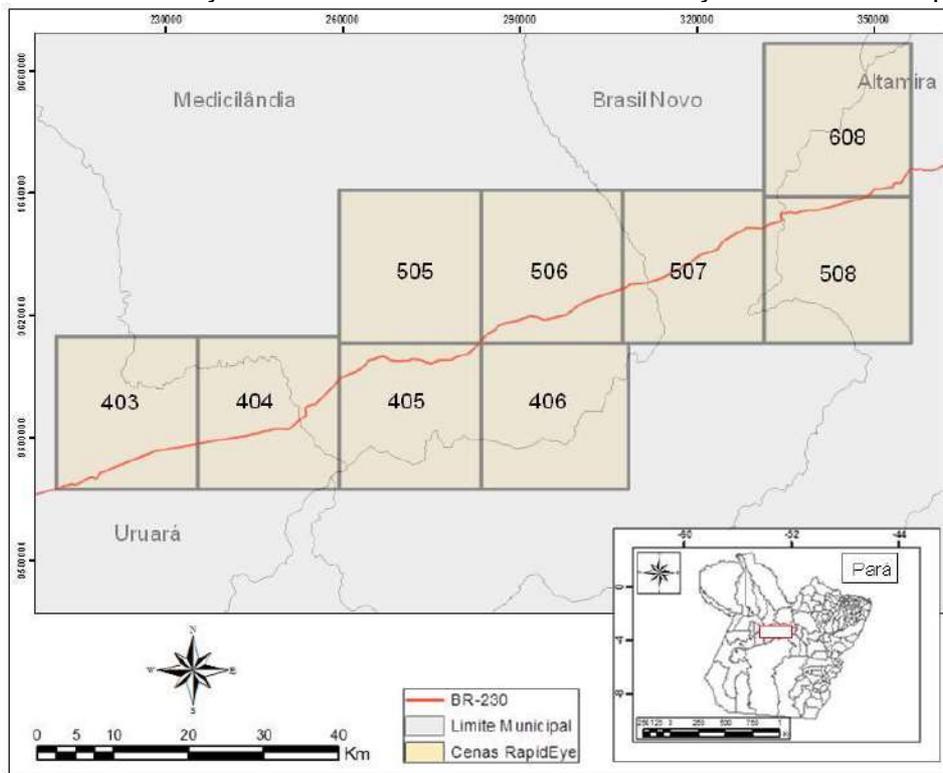


Fonte – Neves (2017).

## 2.1- Área de Estudo

A área de estudo (Figura 2.2) está localizada na Transamazônica (BR-230), em um trecho entre os municípios de Uruará e Altamira, no Pará, e está limitada pelo mosaico de cenas das imagens RapidEye, perfazendo 5.504 km<sup>2</sup>. O critério de seleção das cenas está pautado na diversidade de núcleos populacionais, remanescentes de agrovilas, distribuídos ao longo da Transamazônica (BR-230) e suas vicinais. O surgimento desses núcleos na BR-230 ocorreu como resultado do projeto de desenvolvimento implantado na década de 1970, denominado Plano Nacional de Integração (PIN), que se materializou com a defesa da criação de uma infraestrutura de transporte que pudesse oferecer apoio ao crescimento de atividades econômicas. Assim, com fins de sanar os problemas fundiários, o governo incentivou e patrocinou a migração de famílias para se estabelecerem nos trechos da Transamazônica recém-aberta. O processo de colonização e ocupação ocorreu mediante a direção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Figura 2.2 – Localização da área de estudo com a delimitação das cenas RapidEye.



Fonte: Neves (2017)

## 2.2 Produção do GCE

Após a definição dos *Tipos Básicos*, esses elementos foram identificados por meio de Sensoriamento Remoto e técnicas de Processamento Digital de Imagens. Para tanto, foram utilizadas nove imagens do sensor *Earth Imaging System* do *RapidEye* (REIS), dos anos de 2012 e 2013, obtidas do catálogo do Ministério do Meio Ambiente (MMA) (<http://geocatalogo.mma.gov.br/index.jsp>) e descritas na Tabela 3.2. A resolução espacial de 5 metros dessas imagens permite a extração dos elementos de interesse, com detalhe adequado para a abrangência territorial do estudo proposto neste trabalho.

Tabela 2.2 – Conjunto de imagens utilizadas para a extração dos elementos na área de estudo.

Imagem	Órbita/ponto - Tile	Data
RapidEye	2237403	13-07-2013
	2237404	05-08-2012
	2237406	04-08-2012
	2237505	04-08-2012
	2237505	13-07-2013
	2237506	04-08-2012
	2237507	04-08-2012
	2237508	01-08-2012
	2237608	01-08-2012

Os procedimentos utilizados para identificar os *Tipos Básicos* são apresentados na Figura 2.3. No processo de classificação semiautomática foi utilizada a Abordagem por

Objetos Geográficos (GEOBIA). Optou-se por realizar a classificação cena a cena, uma vez que as imagens correspondem a datas distintas e poderiam apresentar distinções entre as cenas, para um mesmo alvo a ser identificado. A classificação foi independente em relação a cada *Tipo Básico* também. Desta forma, cada alvo foi identificado separadamente em cada cena.

Figura 2.3 – Sequência de procedimentos gerais para a identificação dos Tipos Básicos.

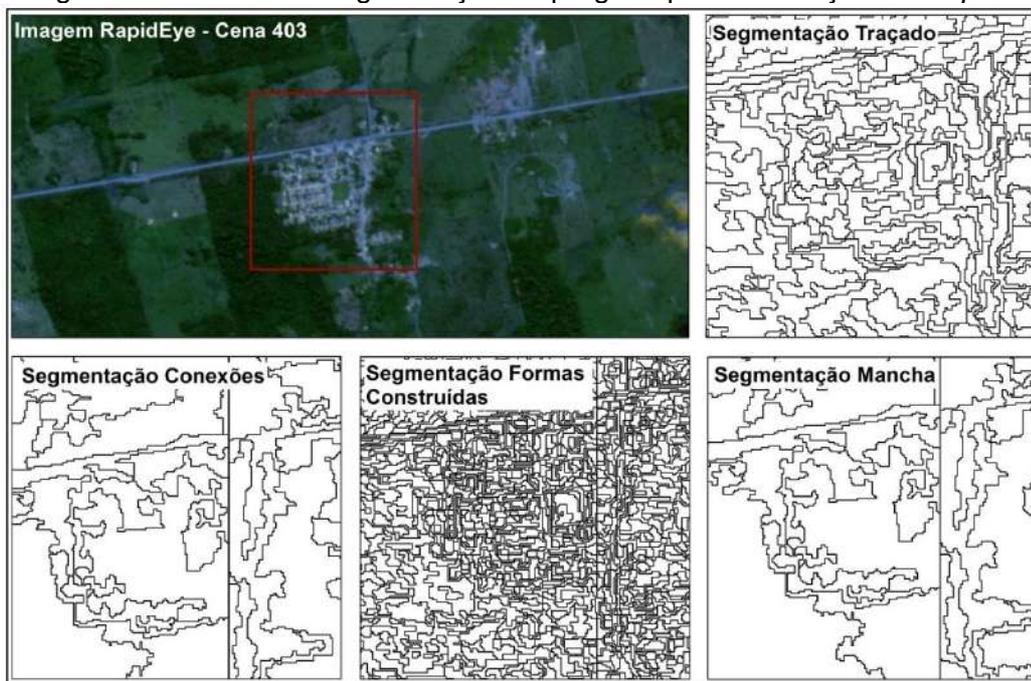


Fonte: Neves (2017).

A etapa de Filtragem consiste na aplicação de um filtro morfológico de dilatação na Imagem para realçar alguns alvos de interesse. O filtro foi aplicado na banda referente ao canal do vermelho (Banda 2 – comprimento de onda de 600 a 700 nm), tendo sido executado no software TerraView5 versão 5.0.1(COMO CITAR?). Para os *Tipos Manchas, Traçados e Conexões*, dada a constituição da superfície dos alvos, a técnica permite que os elementos sejam identificados mais facilmente, pois expande áreas mais claras da imagem, atuando nos limites entre áreas mais claras e escuras (MENEZES; ROSA, 2012). As cinco bandas das imagens RapidEye foram utilizadas, sendo que para os tipos “*traçado*”, “*conexão*” e “*mancha*”, foi realizado o procedimento de decomposição das bandas da imagem, substituindo a banda 2 original pela banda com aplicação do filtro morfológico, seguido de nova composição com a banda filtrada. Esse filtro foi aplicado por Pavanelli et al. (2015) na banda associada ao canal do vermelho de imagens Landsat-TM5 para realçar as feições associadas ao “*traçado*”, “*conexões*” e “*manchas*” e observaram melhores resultados quando obtidos com a utilização do filtro.

Para gerar as segmentações, foi utilizado o algoritmo de segmentação proposto por Baatz e Schape (2000), implementado no aplicativo *Geographic Data Mining Analyst - GeoDMA* (KORTING, et al., 2008). O algoritmo utiliza parâmetros de escala, cor e compacidade, que foram definidos empiricamente, por meio de escolha direta sobre a imagem, de um conjunto de *Tipos* característicos, para cada forma específica. A partir do resultado dos testes das características destas formas espaciais - como tamanho e métrica - foram estabelecidos os parâmetros da segmentação. A Figura 2.4 ilustra o teste de parâmetros realizado em uma das cenas, a serem utilizados nas segmentações das cenas para cada *Tipo*.

Figura 2.4 - Rotina de segmentação empregada para a extração dos *Tipos*.

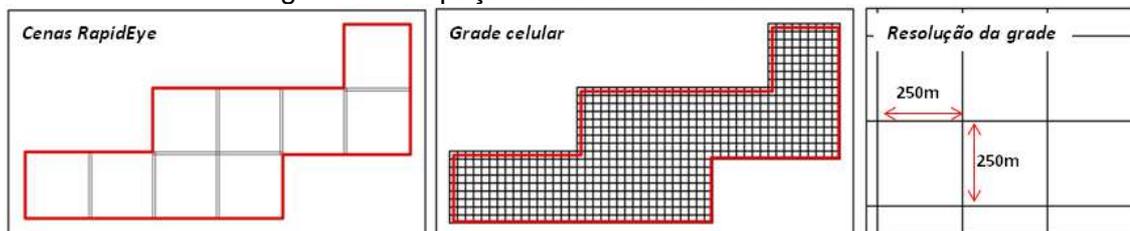


Fonte: Neves (2017).

Após a segmentação foi realizada a extração dos atributos e selecionadas as amostras de treinamento representativas de cada *Tipo Básico*. A classificação foi realizada com base nesse conjunto de amostras, apoiada pelo método de árvore de decisão, implementado no sistema GeoDMA, por meio do algoritmo C4.5 (QUINLAN, 1993). A escolha das amostras de treinamento, bem como a classificação de cada *Tipo Básico*, foram realizadas de forma independente, cena a cena. A opção por classificar cada cena, gerando uma árvore de decisão para a classificação de cada *Tipo* deve-se à necessidade de reduzir o custo de processamento e o tempo de edição dos erros de classificação, uma vez que as imagens são de datas distintas e os elementos têm diferentes complexidades. Desta forma, foram identificados e mapeados os *Tipos Básicos* no contexto de um trecho da Rodovia Transamazônica (BR-230) entre os municípios de Brasil Novo e Uruará. Esses *Tipos* foram redistribuídos em um espaço celular, um conjunto de células regulares com resolução de 250 x 250m, gerando uma representação espacial contínua, porém discretizada, da distribuição destes elementos no território estendido.

O *Tipo Básico EsF* não é identificado no processo de classificação de imagens porque não apresenta formas espaciais detectáveis. Entretanto, será associado a uma célula após o procedimento de distribuição espacial dos *Tipos Básicos* no plano celular, representado na Figura 2.5, e da construção de uma medida-síntese que fará a integração desses *Tipos Básicos* em cada célula.

Figura 2.5. Espaço celular e território estendido



Fonte: Neves (2017).

Para integrar cada um dos *Tipos Básicos* ao espaço celular, foi utilizado o *plugin* de células implementado no software TerraView, versão 4.2.2. Foram efetuadas operações que carregam propriedades das formas espaciais à cada célula. A Tabela 2.3 contém os operadores utilizados para cada *Tipo Básico* analisado.

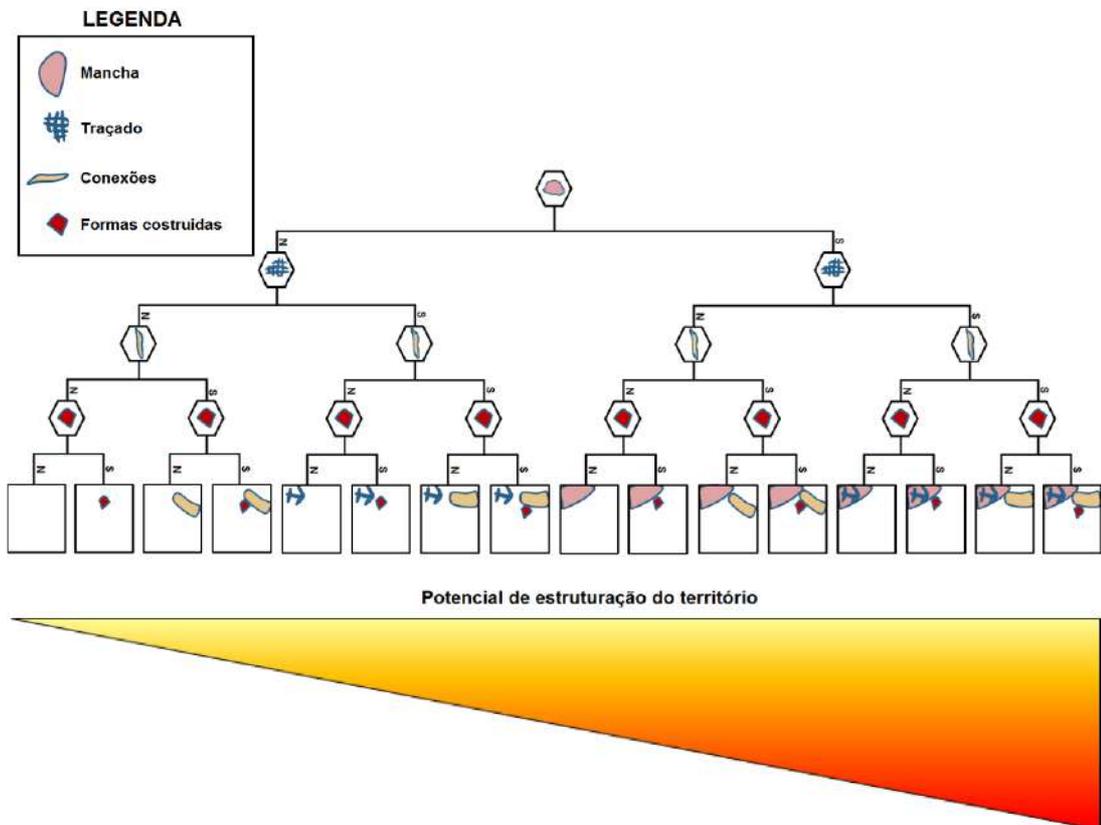
Tabela 2.3 - Operações utilizadas na integração dos *Tipos Básicos* ao espaço celular.

Elemento	Operação	Descrição
<i>Mancha</i>	Presença Porcentagem	Presença de mancha na célula e Porcentagem da classe na célula
<i>Traçado</i>	Presença	Presença do traçado em uma dada célula.
<i>Conexões</i>	Presença	Presença de conexões em uma dada célula.
<i>Formas construídas</i>	Quantidade	Número de formas em uma dada célula.

Fonte: Neves (2017).

Os quatro *Tipos Básicos* podem estar combinados em cada célula de diferentes modos e com várias intensidades, de maneira que uma tipologia, representada na Figura 2.6, foi construída para relacionar as dezesseis (16) combinações possíveis com que os *Tipos Básicos* ajustam-se na unidade celular.

Figura 2.6 - Tipologia dos Arranjos dos *Tipos Básicos* no território estendido.



Fonte: Neves (2017).

Para representar essas combinações, uma síntese da composição de cada célula foi construída, de modo a expressar o grau de *complexidade estrutural (CE)*. O cômputo foi realizado de acordo com a fórmula expressa pela equação (2.1).

$$CE_{cel} = 4 * (M_A * T_P) + M_P + T_P + C_Q + F_Q \quad (2.1)$$

Onde:

$CE_{cel}$  é a medida de *Complexidade Estrutural* da célula *cel*.

$M_A$  refere-se à área total da mancha que a célula *cel* intercepta [m<sup>2</sup>].

$T_P$  refere-se à presença de traçado na célula *cel*.

$M_P$  refere-se à presença de mancha na célula *cel*.

$C_Q$  refere-se à quantidade de conexões presentes na célula *cel*.

$F_Q$  refere-se à quantidade de formas presentes na célula *cel*.

O valor de síntese do modelo da CE varia de 0 a 8 tendo sido estabelecido um limiar máximo para o valor do Gradiente equivalente a 6. Portanto, de acordo com o cômputo expresso em 2.1, as células apresentam valores que refletem sua *complexidade estrutural*

mínima e máxima equivalentes a 0 e 6, respectivamente. O valor nulo em dada célula representa que esta se trata de um espaço “*sem formas espaciais detectadas - EsF*”. Esta representação, numa escala entre 0 e 6, do grau de complexidade estrutural de uma célula é o que denominamos *GCE- Gradiente de Complexidade Estrutural (GCE)*.

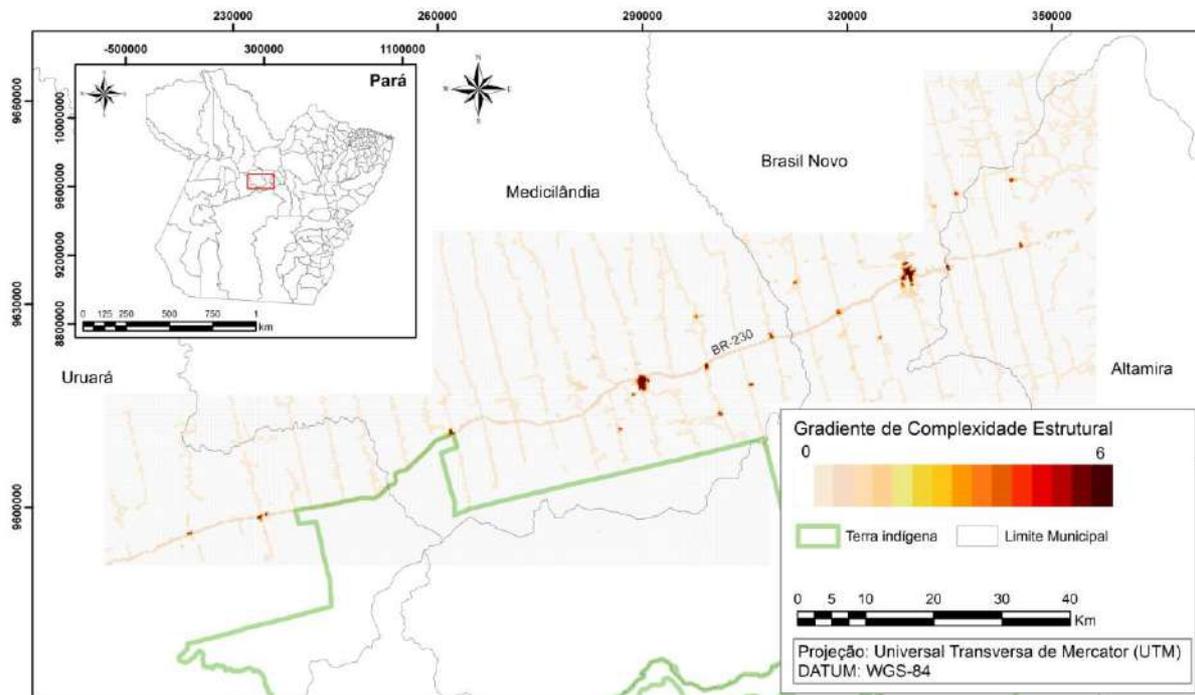
Depois de produzido o GCE, foram verificadas inconsistências em células que contêm os *Tipos manchas* ou *traçados* isolados. Isto se deve à confusão dos elementos no processo de classificação. Desta forma, foi realizada uma análise de vizinhança para realçar ou suavizar o valor do GCE, e, conseqüentemente, a importância do potencial nessas células. Para tanto, foi construída uma rotina, definida na forma de álgebra de mapas, e implementada com a Linguagem Espacial para Geoprocessamento Algébrico (LEGAL) no sistema SPRING (CÂMARA et al., 1996), de maneira que a existência dos *Tipos Básicos* correspondentes a *manchas* e *traçados* isolados fossem minimizadas.

### 3- Resultados e Discussão

O *GCE – Gradiente de Complexidade Estrutural* gerado (Figura 3.1) reflete a estrutura de *espinha de peixe* presente desde a implantação do projeto de colonização no início dos anos 70 (1970-1976). Isto porque, partindo-se do eixo horizontal, referente à BR-230, que contém conjuntos de células com maior *complexidade estrutural*, chegam-se aos espaços de arranjo compositivo nulo, que expressam os lugares com o *Tipo Básico Esf (Espaços sem formas espaciais detectadas)* e encontram-se mais distantes dos eixos rodoviários.

A leitura que o GCE enseja é a percepção deste recorte do espaço regional como um território marcado estruturalmente pelas conexões, que neste caso em particular organizam os fluxos e expressam a estrutura de tráfego radicular. Em última análise, essas conexões organizam, no espaço, os acessos às diversas *complexidades estruturais* estabelecidas para cada conjunto de células. No GCE, excluindo as células com complexidade estrutural nula, ou seja, que são o *Tipo Básico Esf*, o valor do gradiente crescente nas células, representa uma porção do território que possui um arranjo compositivo dos 4 *Tipos Básicos (manchas, traçado, conexões e formas construídas)* de maior complexidade. Pode-se associar a esta maior complexidade de presença e arranjo destas *formas urbanas visíveis* dentro de uma unidade de área a uma ideia de recorte territorial que tem maior *potencial* para assumir um número maior de funções urbanas entre as diversas funções possíveis. É bom realçar que trata-se de *potencial* e não de efetiva realização, uma vez que captura-se apenas a dimensão visível de como a espacialidade urbana é composta e os processos de urbanização ao longo do território.

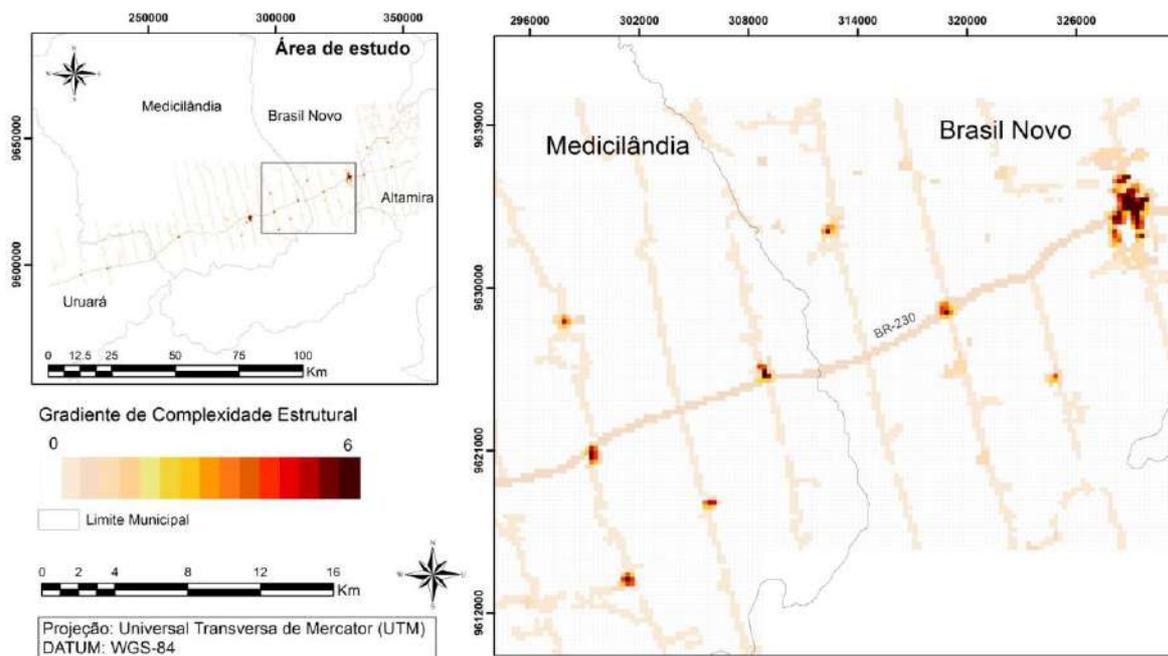
Figura 3.1 - Gradiente de Complexidade Estrutural para a área de estudo.



Fonte: Neves (2017).

Na Figura 3.2 pode-se observar que núcleos urbanos com o arranjo compositivo mais complexo prevalecem no eixo central horizontal da área, que corresponde à rodovia Transamazônica. Desses, os núcleos de complexidade intermediária – com valores inferiores às células que correspondem às cidades sede municipais, porém superiores aos valores daquelas áreas mais distantes do eixo horizontal - revelam o papel dos lugares de passagem presentes na região: se consolidam e se expandem em razão da circulação facilitada pelo acesso direto que a estrada principal confere a estes espaços.

Figura 3.2 – Núcleos Urbanos no eixo central horizontal (Transamazônica) do Continuum.

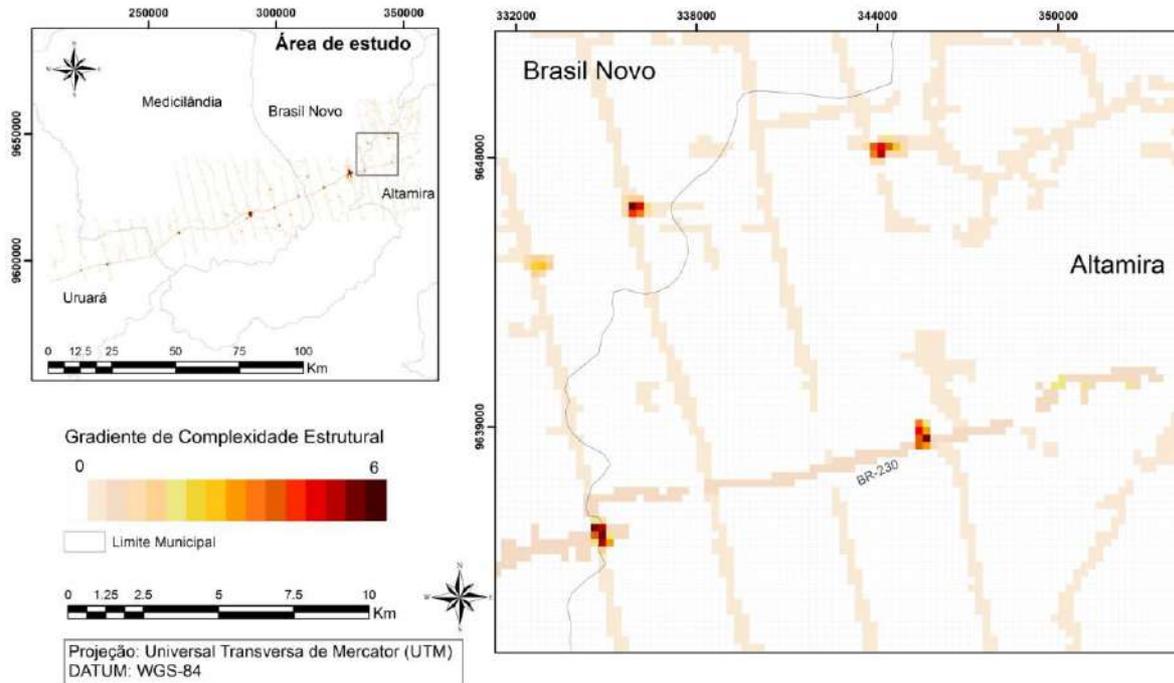


Fonte: Neves (2017).

Fica claro, portanto, que o *Tipo Básico conexão* influencia sobremaneira o potencial associado à estruturação deste particular território ao fornecer acesso a células com arranjo compositivo que tem sua medida de complexidade estrutural mais alta e, por consequência, com a capacidade potencial de oferecer suporte territorial para o exercício de funções urbanas em maior quantidade e maior diversidade.

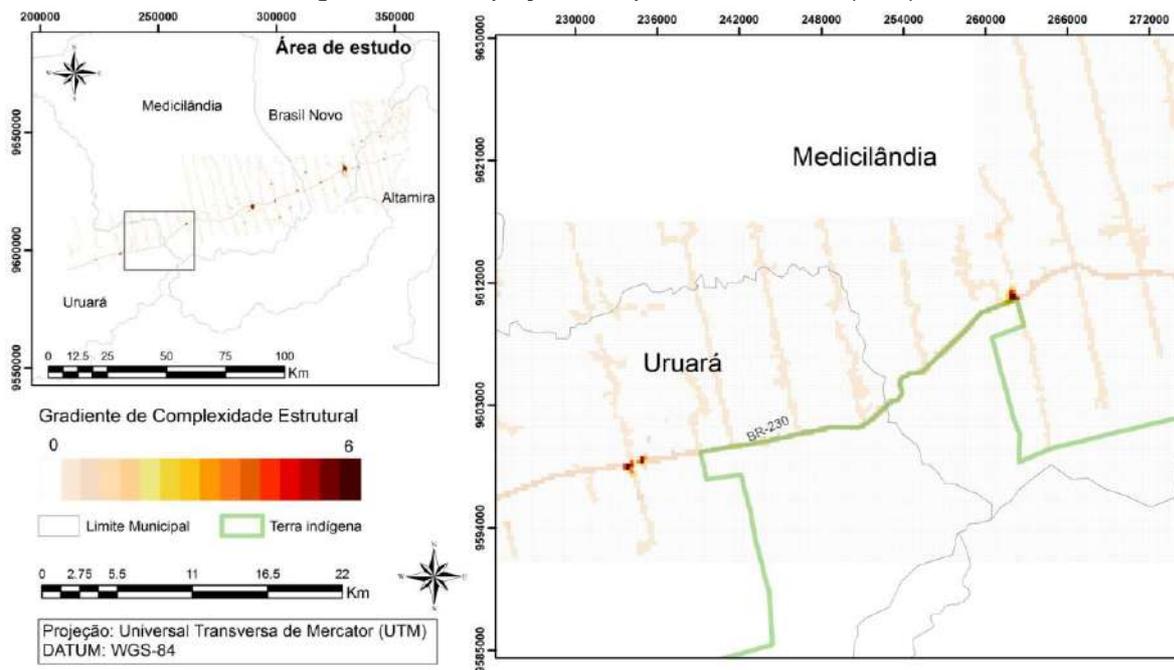
Na Figura 3.3 é importante notar o fato de que os aglomerados celulares presentes nos eixos das vicinais, estradas secundárias e ramais, revelam os núcleos remanescentes das agrovilas projetadas no início da ocupação. Embora possuam valores de *complexidade estrutural* inferiores às células na rodovia principal, se aninham com um entorno possuindo conjuntos de células do *Tipo EsF*, ou seja, aqueles cujo valor do *gradiente é ZERO* – representados na Figura 3.4. Essa configuração merece especial atenção. Elas permitem pensar no *potencial* que este *território estendido* ainda possui para se trabalhar uma reorientação do modelo de desenvolvimento urbano, em que haja espaço para a construção de uma *espacialidade urbana ampliada*, responsavelmente adequada ao bioma e socialmente justa. Porque são essas células *EsF* que podem promover uma nova reestruturação do espaço urbano regional, cujo desenho vai depender destes espaços para constituição dos novos nós da trama urbana no *território estendido* e os seus respectivos papéis. Isto porque as células *EsF* representam espaços mistos, público e privado, apenas nesta escala de observação, sem a detecção de *formas espaciais visíveis* dada a Tipologia escolhida, mas são células essenciais para criar lógicas de conexão territorial que contemplem melhor as regiões de fronteira, buscando acomodar outros elementos como áreas de interesse ambiental restrito, áreas de interesse social e áreas de interesse econômico orientadas para o desenvolvimento de economias de base local inseridas em mercados regionais e/ou nacionais ou globais.

Figura 3.3 – Aglomerados afastados do eixo central horizontal (Transamazônica) do Continuum.



Fonte: Neves (2017).

Figura 3.4 – Espaços do tipo sem Formas (EsF)



Fonte: Neves (2017).

Deve-se considerar também que o fato de serem *potencialmente* capazes de oferecer suporte para diferentes funções urbanas não significa que a célula de fato represente uma unidade espacial que seja provedora dessas funções. É preciso desvincular o *potencial* representado pelo *gradiente de complexidade estrutural* da existência efetiva de funções urbanas nos espaços analisados, porque existem outras dimensões importantes no estabelecimento do *urbano* não contempladas neste trabalho. Isto pode ser demonstrado ao avaliar o histórico de ocupação, cujo formato de implantação - planejado e dirigido -, não foi capaz tanto de determinar efetivamente a apropriação dos espaços na lógica do seu projeto de implantação quanto de promover o esperado desenvolvimento urbano da região. O desenho e o estabelecimento de formas, ou seja, o cuidado somente com a dimensão espacial da construção da *espacialidade urbana* não garante a evolução destas formas espaciais em suporte a *formas socioespaciais* que operam as transformações nas direções planejadas. É necessário olhar o planejamento como processo em vez de produto e, visto dessa forma, sua dinâmica deve ser observada no tempo. Esta é uma das possibilidades da metodologia aqui desenvolvida que tem no **GCE** um instrumento de leitura continuada da evolução das *formas espaciais visíveis* em um *território estendido*. Neste sentido, o **GCE** é instrumental para a análise territorial como um dos instrumentos para o planejamento territorial e não o planejamento de cidades.

#### 4- Conclusão

Ao ser compreendido como instrumento de leitura sobre os processos de estabelecimento da espacialidade urbana na Amazônia e seus potenciais de evolução, o GCE se mostrou apropriado, quando observadas as formas visíveis e seus arranjos. Neste sentido, este trabalho constituiu um exercício de construção metodológica para demonstrar a viabilidade de uma representação simplificada da *espacialidade urbana* em contextos como aqueles encontrados na Amazônia brasileira.

Para isso, foi preciso buscar como apoio uma *matriz conceitual e metodológica* no campo disciplinar da Morfologia Urbana. Embora pareça paradoxal buscar elementos em uma disciplina cujo objeto central é a cidade para tratar a *não-cidade*, ou seja, o território estendido (que contém múltiplas formas socioespaciais em coexistência), a racionalidade consiste no *método tipológico* e na *análise morfológica*. Essas são as bases da Morfologia Urbana, quando tratam das *formas urbanas visíveis* no contexto do projeto, desenho, planejamento de cidades e fornecem um arcabouço que pode ser adaptado para pensar em instrumentos de representação da complexidade das *formas urbanas visíveis* e seus arranjos em territórios que vão muito além das cidades.

Isto permite a produção de novas representações, simplificadas a partir da dimensão espacial das *formas visíveis*, de *cartografias* desta *espacialidade urbana*. Assim sendo, a metodologia proposta demonstra potencial para ser um instrumento utilizado como cartografia auxiliar nos debates sobre modelos de urbanização, em particular, em regiões inseridas em áreas ambientalmente sensíveis com desigualdades sociais e conflitos.

#### 5- Referências Bibliográficas

BECKER, B. K. A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 3-33, 1974.

BECKER, B. K. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 160-184, 1978.

BECKER, B. K. Undoing Myths: The Amazon - an urbanized forest. In: CLÜSENER - GODT, M.; SACHS, I. (orgs). **Brazilian Perspectives on sustainable development of the Amazon region**. Paris: Unesco e Parthenon Publish Group Limited. 1995. p. 53-89.

BECKER, B. K. **A Urbe Amazônica**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. DE. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: CARDOSO, A. C. D. (Ed.). **O rural e o urbano na Amazônia**: diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006. p. 215.

COSTA, F. A. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. **Nova Economia**, Belo Horizonte v.20, n.1, 2010. P.167-206

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/servidor\\_arquivos\\_est/](http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica**. número 34, ISSN 1516-3296, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE – **Séries históricas e estatísticas**. 2015. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP122&t=taxa-urbanizacao>>. Acesso em 15 de Fev de 2015

LIMA, J. J. F.; CARDOSO, A. C. D. Conflicts between national and local approaches to water usage, hydroelectricity generation and local communities living conditions in Tocantins River, Brazil. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON WATER POVERTY AND SOCIAL CRISIS, 2005, Agadir. **Proceedings...** 2005. v. II. p. 143-163.

MONTEIRO, A. M. V.; CARDOSO, A. C. D. Project URBISAMAZÔNIA: What is the nature of the urban phenomenon in the contemporary Amazônia? Cities, places, and networks in the multi-scale configuration of the urban setting in contemporary Amazônia. **GLP News**, n. 8, 2012.

MONTE-MÓR, R. L. de M. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L. (Ed.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p.169-181.

MONTE-MÓR, R. L. M. **A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo**. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul - RS: UNISC, 2004a

MONTE-MÓR, R. L. de M. O que é urbano no mundo contemporâneo. **Revista Paraense de Desenvolvimento**, n.111, p.20, 2006.

NEVES, B. V. Gradiente de complexidade estrutural-gce como expressão do urbano em um trecho da rodovia Transamazônica no Pará. São José dos Campos, 2016.

VALERIANO, D. M.; ESCADA, M. I. S.; CÂMARA, G.; AMARAL, S.; MAURANO, L. E.; RENNÓ, C. D.; ALMEIDA, C.; MONTEIRO, A. M. V. Dimensões do desmatamento na Amazônia brasileira. In. MARTINE, G. (Ed.). **População e sustentabilidade na era das**



## FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

**mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira.** Belo Horizonte: ABEP, 2012. p. 223-238.

## **Extrativismo sustentável na Floresta Nacional do Tapajós: o caso do Projeto Couro Ecológico na comunidade Maguari, Belterra, Pará.**

Erick Rodrigo Porto Pinho,  
bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional / UFOPA,  
[rodrigo.rpcd-pinho@hotmail.com](mailto:rodrigo.rpcd-pinho@hotmail.com);

Ellen Christina Santos Maia,  
bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional / UFOPA,  
[ellen.christina@live.com](mailto:ellen.christina@live.com);

Giuliana Gonçalves Pereira da Silva,  
bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional / UFOPA,  
[goncalves.giuli@gmail.com](mailto:goncalves.giuli@gmail.com).

...

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar a contribuição do Projeto Couro Ecológico para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental na comunidade Maguari, localizada na Floresta Nacional do Tapajós em Belterra (PA), desde o extrativismo de borracha natural de seringueira (*Hevea brasiliensis*) e sua transformação em artesanato a partir do couro ecológico. Segundo dados de levantamento de famílias realizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), unidade de Santarém, em 2014 a comunidade de Maguari possuía 289 moradores, distribuídos em 74 famílias. Trata-se de uma comunidade ribeirinha localizada as margens do rio Tapajós onde os moradores locais praticam a agricultura familiar, pesca, extrativismo vegetal e mais recentemente o ecoturismo. Segundo entrevista de moradores, em 1989 teve início as primeiras experiências do Projeto Couro Ecológico, que tem como objetivo a produção de bolsas de colo, sandálias, bolas, tambores, colares etc. a partir de borracha natural de seringueira. A criação do Projeto Couro Ecológico fez reativar vários seringais que estavam parados, pois devido ao baixo preço da borracha natural no mercado interno, as famílias de seringueiros não se sentem atraídas para a extração de borracha. Com a execução do projeto vários seringueiros voltaram a prática da extração da borracha para atender o mercado de produção de couro ecológico na comunidade, fato que ampliou a renda dessas famílias envolvidas na extração de borracha. O presente artigo está dividido em três partes. Na primeira, caracterizamos a Floresta Nacional do Tapajós com ênfase na comunidade de Maguari. Na segunda, abordamos a criação do projeto couro ecológico na comunidade. Na terceira, discutimos os resultados do projeto.

**Palavras-chave:** Extrativismo, Borracha Natural, Artesanato, Maguari, Belterra.

### **Abstract**

This article aims to analyze the contribution of the Ecological Leather Project for the socioeconomical and environmental sustainability of the Maguari community, located in the National Forest of Tapajós in Belterra (PA), from the natural rubber extraction from the rubber tree (*Hevea brasiliensis*) to its transformation in ecological leather handicraft. According to data from a health survey conducted by the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio, in portuguese), in the unit of Santarém, there were 289 residents in the community of Maguari in 2014, divided among 74 families. It is a community located along the margins of the Tapajós River where local residents practice family farming, fishing, vegetable extractivism and, more recently, ecotourism. According to interviews

conceived by locals, in 1989 occurred the first experiences of the Ecological Leather Project, which aims to produce purses, sandals, balls, drums, collars, etc. made from the natural rubber from rubber trees. The foundation of the Ecological Leather Project made lots of rubber tree plantations previously deactivated get activated again, since the price of the natural rubber is low in the internal market, and the rubber tappers families do not feel attracted by the extraction of rubber. With the implementation of the project, several rubber tappers have returned to practice rubber extraction to attend the ecological leather production market in the community, which has increased the income of the families involved in rubber extraction. This article is divided into three parts. In the first we characterize the National Forest of the Tapajós, specially the community of Maguari. In the second, we approach the creation of the Ecological Leather Project in the community. In the third, we discuss the results of the project.

**Keywords:** Extraction, Natural Rubber, Handicraft, Maguari, Belterra.

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la contribución del Proyecto Cuero Ecológico para la sostenibilidad socioeconómica e ambiental en la comunidad Maguari, que se encuentra ubicada en el Bosque Nacional De Tapajos en Belterra, estado de Para, desde la extracción del caucho natural del árbol del caucho (*Hevea brasiliensis*), y su transformación en artesanía a partir de cuero verde (cuero ecológico). Según el Instituto Chico Mendes de Conservación de la Biodiversidad (ICMBIO), unidad de Santarem, en 2014 la comunidad de Maguari tenía 289 habitantes distribuidos en 74 familias. Esta comunidad ubicada en las orillas del río Tapajos trabaja con agricultura familiar, pesca, extracción vegetal y, recientemente, ecoturismo. Según las personas entrevistadas en la comunidad, en 1989 se iniciaron los primeros intentos de producir cuero verde que tiene como fin la manufactura de bolsas, carteras, zapatos, pelotas, tambores etc. La creación del Proyecto Cuero Verde (Cuero Ecológico) reactiva varias plantaciones de caucho que estaban abandonadas debido al bajo precio de la goma natural en el mercado interno, lo que no hacía atractiva la explotación de la goma natural por las familias. Varias familias volvieron a extraer la goma del árbol del caucho para producir cuero verde en la comunidad, lo que aumentó los ingresos de estas familias que se dedican a la explotación de la goma natural. Este artículo se divide en tres partes. La primera explica el Bosque Nacional de Tapajos, con énfasis en la comunidad Maguari, en el segundo enfoque: la creación del Proyecto Cuero Verde (Cuero Ecológico) en la comunidad, en el tercero se discute los resultados del proyecto.

**Palabras clave:** Extracción, goma natural, artesanía, Maguari, Belterra.

## 1 - Introdução

De acordo com Tavares (2005, p. 121), o desenvolvimento sustentável é aquele que “resgata as premissas de equidade social, responsabilidade ecológica e a participação cidadã como partes indissociáveis do desenvolvimento”. O autor ressalta ainda a importância que a participação da sociedade tem para a construção desse processo e como forma de direcionar a gestão das políticas públicas através da justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica.

No âmbito dessa discussão, os diferentes tipos de unidades de conservação, sobretudo aquelas de uso sustentável, desempenham funções essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável, tais como a conservação da biodiversidade, a manutenção de serviços ambientais, a garantia de espaços territoriais fundamentais para a sobrevivência e bem-estar de populações tradicionais e a viabilização de atividades econômicas

sustentáveis ligadas ao manejo florestal, através da agricultura familiar, extrativismo vegetal e o ecoturismo.

Nesse sentido, deve-se ampliar a participação dessas populações tradicionais nas políticas de gestão ambiental e nos benefícios gerados pela exploração dos recursos naturais, pois as mesmas desempenham um papel fundamental no manejo florestal e no desenvolvimento.

O conhecimento das inter-relações econômicas do extrativismo e do manejo são importantes pra garantir a manutenção das reservas florestais pelas populações que dela tiram uma parte do seu sustento, protegendo os cursos d'água, a conservação do solo e da biodiversidade, entre outras funções (MAY, 2010, p. 355).

O presente artigo se embute na perspectiva dessa discussão, e tem por objetivo geral analisar a contribuição do Projeto Couro Ecológico para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental na comunidade Maguari. Os objetivos específicos consistem em (i) analisar o extrativismo de borracha natural de seringueira (*Hevea brasiliensis*) e sua transformação em artesanato a partir do couro ecológico; e (ii) analisar os benefícios socioeconômicos e ambientais decorrentes do Projeto Couro Ecológico para a comunidade.

Para a viabilização e consolidação dos resultados da pesquisa, primeiramente buscou-se fazer uma investigação bibliográfica que contextualiza as discussões sobre desenvolvimento sustentável, definição e objetivo da criação das áreas protegidas denominadas unidades de conservação de uso sustentável, onde insere-se a Floresta Nacional do Tapajós, bem como um histórico do início da atividade extrativista e sua utilização voltada para a extração do látex na região amazônica; e documental, na lei n.º 9.985 de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e também no Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós. Em um segundo momento, foi realizado uma pesquisa de campo na comunidade Maguari, Belterra (PA), no dia 30 de março de 2017, com entrevistas dirigidas a 4 (quatro) integrantes do projeto, e também com Arimar Feitosa, Coordenador das atividades não madeireiras da Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós (Coomflona), entidade que fomenta a produção de bens e serviços de origem de manejo florestal comunitário, promovendo o desenvolvimento social econômico e ambiental da Floresta Nacional do Tapajós.

## 2 - Base teórica

### 2.1 - Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade

No ano de 1972 foi realizado o estudo sobre o crescimento econômico, por um grupo que fora coordenado por Dennis L. Meadows que escreveu o "Limite do crescimento". Neste documento continha conclusões alarmantes como: se continuar o crescimento populacional e as suas atividades chegará um momento, estimou-se que daqui a 100 anos, onde iremos de encontro com os limites do planeta. (MEADOWS, 1972).

Portela (2013) fala acerca do acontecimento que ocorreu no mesmo ano, estudos sobre as mudanças climáticas realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1972 trouxe de vez o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) sendo uma forma de resposta às preocupação da humanidade diante da crise ambiental e também social que se abateu sobre o mundo desde a segunda metade do século XX. O autor diz

que esse conceito visa conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico da sociedade com a promoção do desenvolvimento social e com o respeito ao meio ambiente.

Em 1983 a ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland. Esta Comissão se reuniu e publicou em 1987 o “Relatório de Brundtland”, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, que tem como base a visão de interligar a economia com tecnologia, sociedade e política, além de uma postura ética. Nesse relatório há medidas tanto nacionais como internacionais, das quais uma delas faz referência a ONU ter um programa de desenvolvimento sustentável. Foi um acordo bem aceito pelos países por seu caráter diplomático, propondo a conciliação do crescimento econômico com as questões ambientais e sociais. O Relatório de Brundtland diz:

“Desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras ... é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.” (WCED, 1987, p. 46).

Percebe-se que o desenvolvimento sustentável visa desempenhar as bases da equidade social, responsabilidade ecológica e a participação da população como partes indissociáveis do desenvolvimento. (TAVARES, 2005). Com essa visão, é claro que o cidadão deve participar da gestão de políticas públicas para que assim possamos conseguir um desenvolvimento econômico que seja viável, socialmente justo e que pense ecologicamente.

Logo, entende-se por desenvolvimento sustentável como sendo um modelo que se baseia na natureza e no seu ciclo de vida, que busca entrar em concordância não somente com o desenvolvimento econômico de qualquer forma, mas compreender a real relação de progresso com a ecologia. Deve-se buscar renda, porém a junção de benefícios sociais e financeiros está presente também a fim de garantir o nosso bem-estar e se preocupar com os das futuras gerações.

Pádua (2009), traz o conceito sobre sustentabilidade, e conta que só recentemente, após a Rio-92 e em meio as discussões feitas no evento, o conceito de sustentabilidade apareceu muito forte na comunidade científica, afim de se dar conta da complexidade e pluralidade de dimensões que integram as relações ecológica, direitos humanos, qualidade de vida, justiça social e autodeterminação das comunidades e das nações. Logo, o autor (Ibidem, p. 65) diz que a sustentabilidade possui diversas vertentes e grupos, que para fins deste trabalho, destacam-se três:

- Sustentabilidade social: tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida humana. Implica a adoção de políticas distributivas e a universalização do atendimento à saúde, à educação, à habilitação e à equidade social.
- Sustentabilidade econômica: implica uma gestão eficiente dos recursos e caracteriza-se pela regularidade de fluxos de investimentos avaliando a eficiência por processos macrossociais.
- Sustentabilidade ambiental: refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas e de sua recomposição diante das interferências antrópicas.

O socioambientalismo que Pádua (2009) se refere consegue também descrever o DS e as suas aspirações. O mesmo é construído a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Porém, para que isso possa de fato ocorrer e se desenvolver tendo como base a concepção de que um país pobre e com desigualdades sociais, um novo paradigma para o desenvolvimento necessita gerar não somente a sustentabilidade estritamente ambiental como também uma sustentabilidade social, para assim contribuir com a abatimento da pobreza e das disparidades sociais e causar valores como justiça social e equidade. Esse debate socioambiental tem gerado um aumento do número de áreas protegidas em diversos países do mundo.

Atualmente está ocorrendo um crescimento populacional e, juntamente, das atividades econômicas e padrões de consumo. Nesse ritmo, é provável irmos para o caminho da degradação e, assim, contribuir para a degradação do meio ambiente e seus recursos naturais, caminhando para um futuro sem possibilidades de desenvolvimento e com a qualidade de vida da população comprometida, conforme discute Buarque (2008).

Neste momento histórico, Torres, Bezerra e Hernandez (2004) dizem ser necessário fazer com que a globalização contribua para o desenvolvimento sustentável, defendendo a criação de um marco legal vinculante que regule a prestação de contas das empresas. Defendem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pois têm o desenvolvimento sustentável como uma prioridade essencial. E para eles, o termo sustentável são considerações tanto sociais, como ambientais e econômicas.

A noção de Sustentabilidade vem sendo debatida, quando começou a se pensar sobre até onde o crescimento pode ir sem afetar definitivamente os recursos naturais. Ladislau Dowbor (2014) diz que mudar os rumos do desenvolvimento não é uma opção e sim uma necessidade.

Não só por teimosia, mas porque sabemos que os processos críticos estão se agravando, e a questão não está no “se” serão tomadas as medidas, e sim no “quando”. Com a água em nossas barrigas, ou quando estiver chegando às nossas garantas. A tempo, de forma organizada e planejada, ou no caos da última hora. (DOWBOR, 2014, p.2).

Para Dahl (1997 apud KRAMA, 2008) o termo DS é claramente um conceito cheio de valores, onde existe uma forte relação entre os princípios, a ética, as crenças e os valores que fundamentam uma sociedade ou comunidade e sua concepção de sustentabilidade.

Portanto, o desenvolvimento sustentável é um conceito muito importante que vai além da simples definição associada ao crescimento econômico, e passa a incorporar as dimensões sociais e ambientais, menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico. Ou seja, apresenta-se em soluções triplamente ganhadoras.

## 2.2 - Unidades de Conservação de Uso Sustentável

As Unidades de Conservação são áreas legalmente instituídas e geridas pelo poder público, as quais se aplicam garantias adequadas de proteção, cujo marco de criação se deu em 1872 com o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. No Brasil, a primeira unidade criada foi em 1937 com o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro (GUERRA; COELHO, 2009), com um crescimento notório na década de 1980, principalmente na Amazônia, conforme apresenta Albagli (1998). Atualmente, há no Brasil

um quantitativo em torno de 961 unidades de conservação federais, das quais 330 – cerca de 34% (por cento) – encontram-se na Amazônia (CNUC/MMA, 2017). Segundo Brito, (2000, p. 28) “a preocupação da comunidade internacional com a rápida perda da biodiversidade em todas as regiões do planeta, principalmente nos trópicos”, foi um dos principais fatores que motivou a constituição de áreas protegidas.

Atualmente, as unidades de conservação representam a principal proposta para diminuir os efeitos de degradação de ecossistemas no Brasil, e existem para manter a diversidade biológica e os recursos genéticos no país, contribuindo na proteção das espécies ameaçadas de extinção, preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais e promoção da sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (SANTOS; BARBOSA FILHO; COELHO, 2014, p. 38).

As unidades de conservação são categorizadas de acordo com a lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), dividindo-as em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. Tais grupos subdividem-se em diferentes categorias de manejo conforme seus objetivos de criação. Uma unidade de proteção integral tende a fazer “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais” (PROCHNOW; DICK, 2012, p. 27), onde só poderá ser feita a visitação com fins educacionais, a recreação em contato com a natureza, o turismo ecológico, a pesquisa científica e a educação e interpretação ambiental.

Para o SNUC (art. 7º, § 1º) as unidades de uso sustentável objetiva “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). Conforme Prochnow & Dick (2012, p. 27), as unidades de uso sustentável têm como função “a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável”.

Segundo Guerra e Coelho (2009, p. 56) “o SNUC tem a função de preservar grande parte das áreas que ainda estão em bom estado de conservação e criar mecanismos de desenvolvimento menos agressivos ao meio ambiente no entorno dessas áreas”.

As unidades de conservação da categoria de uso sustentável são 7 (sete) ao todo: APA (Área de Proteção Ambiental), ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico), RESEX (Reserva Extrativista), RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável), RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural), Reserva de Fauna e, por fim, a FLONA (Floresta Nacional), que é o foco deste trabalho.

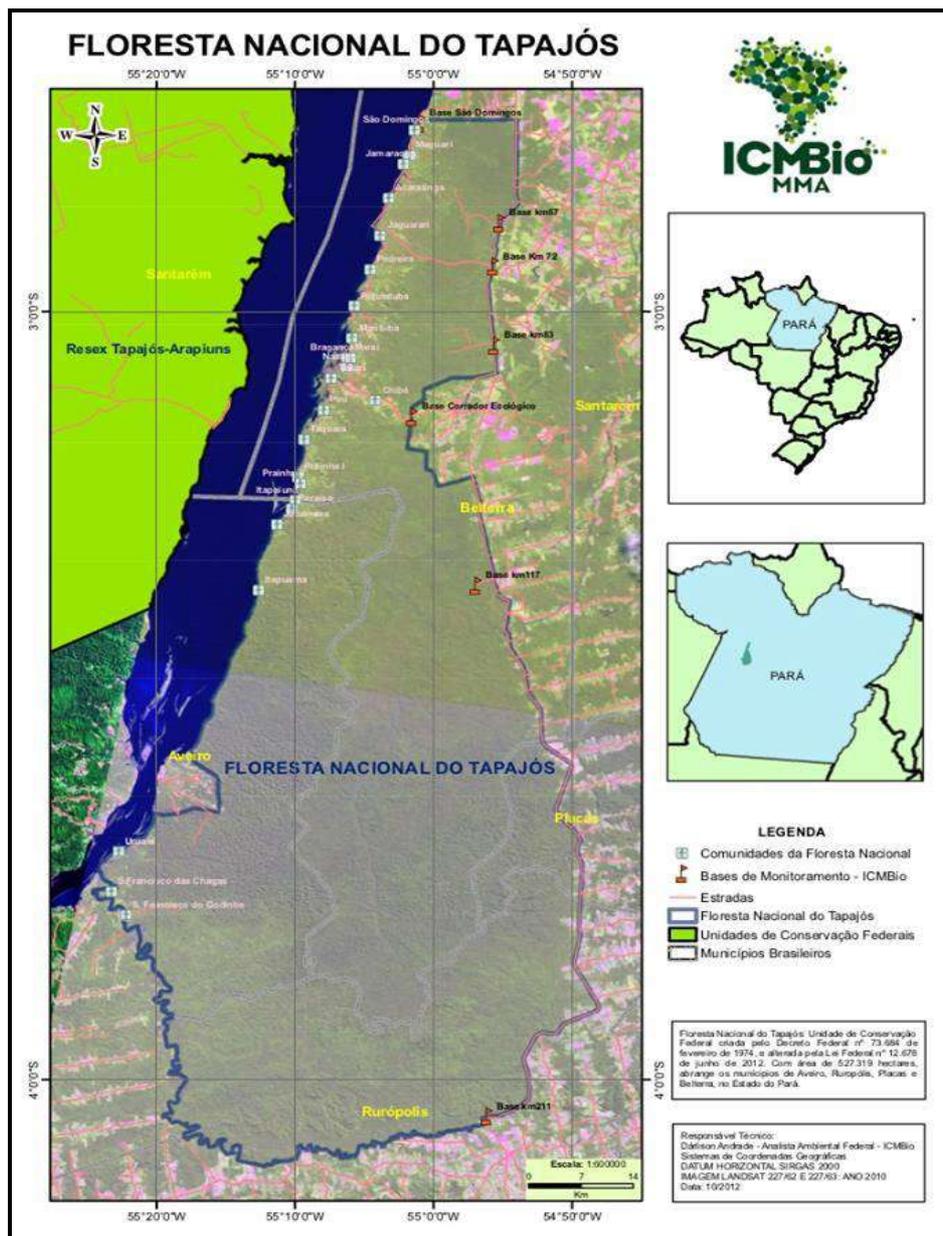
A floresta nacional é definida no SNUC (art. 17, *caput*) como “uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas”.

### **3 - A Floresta Nacional do Tapajós e a comunidade Maguari**

A Floresta Nacional do Tapajós foi criada mediante o decreto n.º 73.684, de 19 de fevereiro de 1974, e está localizada na região oeste do estado do Pará, com uma área aproximada de 527.319 hectares, situada dentro dos limites geográficos dos municípios Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis, e constitui-se como uma unidade de conservação de

uso sustentável, pois visa compatibilizar a conservação de sua biodiversidade com as práticas sustentáveis de uso de parcela dos seus recursos naturais.

As populações residentes dentro dos limites da Flona Tapajós – distribuídas em 25 comunidades, em sua maioria localizadas às margens do rio Tapajós – são denominadas de tradicionais. Dentre elas, há as que se auto identificam como agricultores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, indígenas ou colonos.



Mapa 01 - Floresta Nacional do Tapajós.  
Fonte: [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)

Dentre as principais atividades exercidas pelas comunidades da Flona Tapajós, como um todo, destaca-se o extrativismo vegetal. Segundo Pádua (2009, p. 218), “o extrativismo foi redescoberto como uma atividade não predatória, uma possível via de

valorização econômica da Amazônia, e passou a ser exaltado como alternativa ao impacto ambiental devastador provocado por muitos projetos oficiais desenvolvidos até então”.

O início da atividade extrativista remonta ao período de colonização da Amazônia, no século XVII, quando se buscou fortalecer a presença militar na região com o objetivo de proteger os domínios portugueses dos invasores ingleses, holandeses e espanhóis; estabelecer missões religiosas; e explorar as chamadas drogas do sertão. Posteriormente, o extrativismo vegetal passou a focar na exploração da borracha, marcando o período da fundação (1661) e urbanização da cidade de Santarém, no estado do Pará (LEÃO; OLIVEIRA, 2010), e o crescimento da economia regional, sendo apontada como o terceiro ciclo econômico daquela cidade – o ciclo da borracha (séc. XIX) –, também impulsionado pela descoberta da vulcanização<sup>1</sup>, em 1839, pelo químico Charles Goodyear, o que proporcionou um aumento da valorização do produto no mercado mundial, sobretudo para o setor automobilístico.

O aumento da demanda da borracha, correlato a sua constituição como matéria-prima estratégica para as indústrias dos EUA e Europa, propiciou a elevação de seu preço no mercado internacional entre o fim do século XIX e 1913. Isso resultou na transferência de grandes quantidades de nordestinos para a exploração do recurso na Amazônia. (SAUER; ALMEIDA, 2011, p. 347).

Outro momento importante para o extrativismo de borracha natural da seringueira (*Hevea brasiliensis*) na região se deu entre os anos de 1927 a 1945, com a expansão do cultivo pelo empreendimento da Companhia Ford, empresa norte americana que obteve a concessão de uma área de um milhão de hectares na margem direita do rio Tapajós para a exploração da seringueira. Esse projeto, na década de 1930, atraiu uma grande quantidade de nordestinos que vieram para trabalhar nos seringais. Porém, devido a uma série de problemas, no cultivo da *hevea brasiliensis* e até mesmo na gestão da mão de obra, o projeto não obteve êxito e acabou sendo revendido ao Governo Federal, em 1945, uma área com 3,2 milhões de seringueiras por 250 mil dólares (IBAMA, 2004).

A borracha, produto típico da sociobiodiversidade da região amazônica e historicamente relacionada ao extrativismo, vem sendo utilizada por populações tradicionais há muitos séculos, como alternativa para geração de renda através do uso sustentável dos recursos florestais, configurando-se como inovação social que criam desafios e novas oportunidades para aqueles grupos. Além disso, as seringueiras e a borracha contribuem para o equilíbrio climático, pois ajudam no processo de redução dos gases de efeito estufa, uma vez que são fontes de sequestro de carbono (SARMENTO, 2014).

Dessa maneira, as atividades produtivas provenientes de produtos florestais não madeireiros, como a borracha, são consideradas muito importante para o equilíbrio dos ecossistemas, uma vez que não é necessário derrubar árvores para obter os insumos florestais. E, enquanto está em pé, a árvore gera uma série de benefícios para a população local (SARMENTO, 2014, p. 113).

---

<sup>1</sup> Processo que consiste na adição de enxofre para coagulação do látex, o que lhe atribui maior força, elasticidade e resistência.

A comunidade de Maguari apresenta uma população com cerca de 290 pessoas distribuídas em 74 famílias, sendo a segunda comunidade da Flona Tapajós com o maior número de pessoas – estando atrás somente de Piquiatuba, com 325 (SILVA *et al.*, 2014; PINHO; NADLER, 2016).

Parte da economia daquela comunidade provém do turismo, pois a mesma apresenta uma variedade de praias bem visitadas pelo público não só da região, como de diversos lugares, além de trilhas ecológicas em meio ao cenário verde da floresta, que leva à uma das principais atrações da comunidade, que é a “Samaúma Gigante”, uma espécie de árvore característica da região amazônica, e bem antiga naquele local, cujo acesso se dá por uma trilha de 9 km. Para atender a esse público do ecoturismo, a comunidade conta com 17 guias (informação verbal)<sup>2</sup> e pousadas geridas pelos próprios comunitários.

Outra parte da economia de Maguari advém do extrativismo vegetal, com destaques para produtos como óleos vegetais de andiroba, copaíba e piquiá, castanha-do-Pará e o látex da seringueira (figura 1). Este último é comercializado em sua forma bruta (*in natura*) e também beneficiado em produtos artesanais nas comunidades São Domingos, com o Projeto Encauchados de Vegetais da Amazônia; Jamaraguá, na Cooperativa de Mulheres da Comunidade (antigo projeto Tecbor), onde produz-se bijóias através do látex e sementes diversas; e em Maguari, com o Projeto Couro Ecológico.



Figura 1 - Plantio de Seringueira.  
Fonte: Erick Pinho (2017).



Figura 2 - Bolsas de couro.  
Fonte: Ellen Maia (2017).

O nome “couro ecológico” dá-se devido ao aspecto final dos artefatos produzidos através do processo de emborrachar (encauchar) os produtos pelo grupo de artesãos do projeto. Após o processamento, as peças ficam com um aspecto similar ao couro animal, das quais são utilizadas na fabricação artesanal de bolsas de couro (figura 2), sandálias e cintos (figura 4), bolas (figura 5), colares (figura 6) etc. Consiste em uma tecnologia de beneficiamento do látex, a qual agrega maior valor ao produto do que em sua forma bruta.

O couro ecológico é produzido com base em tecido de algodão, onde são aplicadas oito camadas de látex da seringueira para fazer cada lado do couro que, submetido a um processo de secagem, se torna impermeável e resistente. O produto final é muito semelhante ao couro animal. Atualmente, a comunidade vende o couro ecológico para consumidores do Brasil e da Europa (SILVA, 2008, p. 36).

Para chegar ao couro ecológico, o látex extraído da seringueira é dissolvido em água, adicionado substratos naturais e o ácido enxofre (processo de vulcanização), filtrado

<sup>2</sup> Informação fornecida pelo seu Raimundo Vasconcelos, que faz parte do grupo de guias e é o segundo coordenador do grupo.

e, após descansar por um tempo, o látex coagulado, agora com aspecto esponjoso, passa por rolos compressores (calandras) para a eliminação da água e atingir a espessura de um tecido (1 mm a 1,5 mm), com cerca de 30 x 40 cm. Após um período de secagem, as mantas de borracha são submetidas à lavagem e trabalhos de acabamento, incluindo corte e costura (IBAMA, 2004; SARMENTO, 2014).

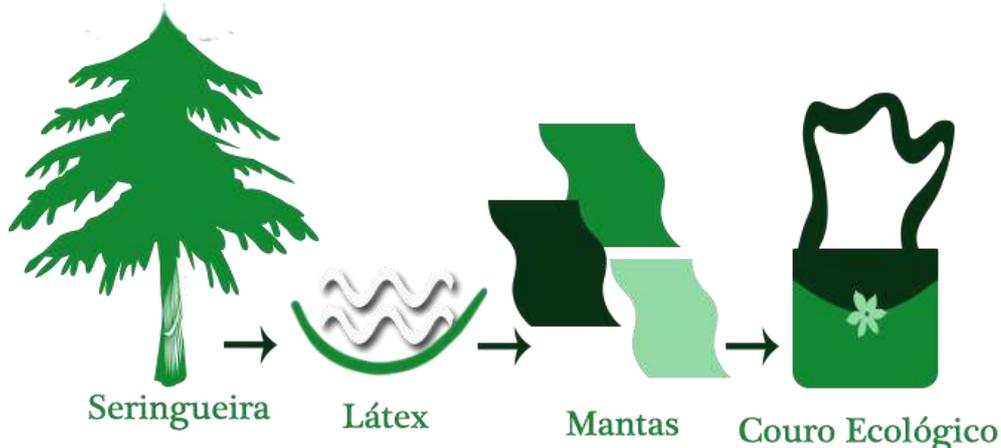


Figura 3 - Processo de beneficiamento do látex.

Fonte: Confeccionado pelos autores com base na pesquisa direta.

Segundo entrevistas dirigidas à moradores, em 1989 teve início as primeiras experiências do projeto couro ecológico na comunidade. Este foi aprimorado, mais à frente, pelo pesquisador Francisco Samoneck, que combinou as técnicas de saber popular com tecnologias simplificadas de uso industrial, que consistia em emborrachar tecidos para produzir os artefatos, substituindo a defumação pela vulcanização. Foi implantado no Acre em 1997, e posteriormente no Pará, na comunidade Maguari (SARMENTO, 2014). Essa iniciativa contou com o apoio do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (Promanejo)<sup>3</sup>, no período de 2004 a 2006, o qual passou a financiar atividades voltadas a melhoria nas práticas de extração e manuseio do látex, bem como para melhoria na qualidade dos produtos confeccionados com o couro ecológico; investimentos em infraestrutura (construção de galpões e aquisição de equipamentos); consolidação do mercado e divulgação dos produtos; e fortalecimento da capacidade institucional para gestão do projeto pelos comunitários (IBAMA, 2004).

O projeto começou a receber apoio externo a partir de 2000, quando as pessoas envolvidas com o projeto participaram de uma oficina de capacitação oferecida pelo CNTP/IBAMA. Em 2001, através da ASMIPRUT<sup>4</sup>, o grupo aprovou um projeto junto a USAID<sup>5</sup> para financiar melhorias na tecnologia de produção, investimentos no design dos produtos

<sup>3</sup> O Promanejo era um dos projetos do Programa Piloto de Proteção de Florestas Tropicais (PPG7) e atuou durante 11 anos na Flona do Tapajós, financiado pelo KFW (Banco Alemão de Desenvolvimento). Tinha como concepção geral, aumentar a área florestal manejada e inibir a exploração madeireira predatória na Amazônia.

<sup>4</sup> Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais da Margem Direita do Rio Tapajós.

<sup>5</sup> The United States Agency for International Development.

e comercialização, incluindo a contratação de assessoria para a elaboração de um plano de negócios. Em 2003, com apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, conseguiram melhorar a infra-estrutura e produzir artesanato de borracha natural”. (IBAMA, 2004, p. 241-242).

Os recursos alocados pelo Promanejo no período de investimento são da ordem de R\$120.142 (cento e vinte mil cento e quarenta e dois reais), de acordo com os dados obtidos no Plano de Manejo da Flona Tapajós. E na comunidade de Jamaraguá, também foi realizado um treinamento pelo projeto Tecbor, em 2004, apoiado pelo Laboratório de Tecnologia Química (LATEQ) da Universidade de Brasília (UnB), para a produção de lâminas de borracha colorida, utilizadas no artesanato. Os produtos químicos utilizados nesse processo eram fornecidos pelo LATEQ/UnB.



Figura 4 - Sandálias.  
Fonte: Ellen Maia (2017).



Figura 5 - Bolas.  
Fonte: Ellen Maia (2017).



Figura 6 - Colares.  
Fonte: Ellen Maia (2017) .



Figura 7 - Couro Ecológico.  
Fonte: Sarmento (2014).

#### **4 - Contribuição do Projeto para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental da comunidade Maguari.**

Maguari é uma comunidade que se destaca por sua riqueza ambiental. Pode-se encontrar nela, atividades extrativistas, animais silvestres, experiências de manejo distintas, o rio Tapajós, além de possuir uma paisagem exuberante, onde podemos observar a Floresta Amazônica em sua grandeza. E é possível concordar que Diegues (1999) está correto ao dizer que muitos ecossistemas naturais foram conservados, em grande parte, por populações tradicionais que possuem fortes vínculos culturais com esses ambientes.

Em Maguari pôde-se observar a influência que a produção do couro ecológico possui na renda das famílias envolvidas – que, segundo Arimar Feitosa, Coordenador das Atividades não madeireiras da Coomflona<sup>6</sup> e morador de Maguari, são cerca de 18 famílias que dependem diretamente da renda obtida com o projeto –, pois pelo beneficiamento do látex retirados das seringueiras para se confeccionar o couro e assim se ter a produção, é identificado uma agregação de valor ao produto final. O artesanato com o couro ecológico na comunidade, é vendido aos turistas que visitam a Flona do Tapajós e para mercados do Sudeste do país, bem como exportado para a Europa.

Na comunidade, o volume de látex que é retirado pelos membros do grupo não chega a ser suficiente para atender a demanda de peças, sendo necessário adquirir matéria prima de moradores de outras comunidades da Flona do Tapajós. Logo, além do benefício direto que há para as famílias envolvidas, o projeto passa a criar mercado para o látex produzido por outras comunidades da Flona, contribuindo para o fluxo de renda das demais comunidades.

Mediante entrevista, com a senhora Igelcy Dias, comunitária de Maguari e integrante do projeto, soube-se que a Coomflona realiza a compra de um montante da produção do projeto e faz a disponibilização dos produtos da comunidade na Ecoloja, localizada na sede da cooperativa; no Centro de Atendimento ao Turista (CAT) da vila de Alter do Chão; e no Centro de Artesanato do Tapajós, “Cristo Rei”, na cidade de Santarém, gerida pela prefeitura.

Parte do lucro arrecadado na venda para a Coomflona é utilizado para cobrir as despesas de produção, como energia, equipamentos, materiais etc., e o restante é dividido entre colaboradores que fazem parte do projeto para integrar a sua renda familiar. De acordo com as informações levantadas nas entrevistas com o grupo que compõe o projeto, no dia 30 de março de 2017, os comunitários têm um lucro médio mensal aproximado entre R\$ 400,00 a um salário mínimo, que contribui com a composição da renda familiar.

A cadeia produtiva da comunidade Maguari encontra-se além das atividades derivadas de produtos florestais não madeireiros como o látex, que seguem os processos de ensino até a incorporação de valores, há uma associação benéfica à natureza e ao equilíbrio dos ecossistemas por se utilizar meios naturais e não tóxicos na confecção do couro ecológico. Podemos observar que o Projeto Couro Ecológico, voltado para a geração de renda e melhoria das condições de vida dos comunitários, tem alcançado êxito, pois conta com artesãos organizados institucionalmente e foi o projeto que atingiu maior autonomia na produção e comercialização.

Isso também se deve ao fato de que, para trabalhar com a tecnologia social de beneficiamento do látex em couro ecológico, o grupo de artesãos precisou passar por uma série de capacitação por meio de oficinas promovidas por instituições apoiadoras do projeto, como Promanejo, Ibama, UnB – e atualmente conta com a Coomflona e ICMBio, auxiliando no escoamento da produção – que além de oferecer maior conhecimento técnico do processo aos comunitários, proporcionando autonomia na produção e comercialização, ampliou a perspectiva de rendimento e agregou maior valor ao produto, visto que a vulcanização atribui resistência e durabilidade à borracha natural e aos produtos delas confeccionados.

Quando à sustentabilidade ambiental, segundo os comunitários entrevistados, o projeto tem grande contribuição para a manutenção dos recursos naturais, uma vez que não precisam derrubar árvores para viabilizar o trabalho, muito pelo contrário, é necessário que se cultive as árvores de seringueira e mantenha um equilíbrio com o ambiente em que estão inseridas para que possam produzir o látex. Por outro lado, e conforme já citado no tópico 3

---

<sup>6</sup> Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós, instrumento de gestão utilizado pelas comunitários, em que cada cooperado tem a oportunidade de gerenciar os projetos de manejo dos recursos naturais em sua comunidade.

deste artigo, a árvore de seringueira (*Hevea brasiliensis*) é fonte de sequestro de carbono e contribui para o equilíbrio climático, reduzindo os gases de efeito estufa.

Destarte, a fabricação de artefatos feitos do couro ecológico, além de ser a principal fonte de renda de algumas famílias e moradores, que antes, segundo afirmam os mesmos, trabalhavam com imensos roçados na agricultura para que pudessem tirar suas rendas e subsistência, degradando bem mais a floresta, hoje, com o artesanato e com a venda de bijoias, mediante a utilização do couro ecológico, juntamente a atividade do ecoturismo, não estão degradando o ambiente florestal, constituindo assim uma alternativa, mesmo que ainda em baixa escala, para a degradação ambiental causada por atividades predatórias, como a caça, grilagem, e exploração dos recursos naturais decorrentes do avanço das lavouras de soja e pecuária, bem como da demanda por produtos florestais madeireiros. Além disso, promove o crescimento econômico local e, conseqüentemente, o bem-estar e a qualidade de vida daqueles comunitários melhoraram bastante, em relação ao período anterior ao projeto.

Dessa forma, pode-se afirmar que o Projeto Couro Ecológico promove o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, ou, melhor dizendo, o desenvolvimento sustentável da comunidade Maguari, uma vez que o projeto em si apresenta os indicadores que corroboram com esse processo: sendo socialmente incluyente, pois envolve os moradores de uma comunidade tradicional nas atividades desenvolvidas no projeto, empoderando-os nos processos produtivos; ambientalmente sustentável, pois incentiva os comunitários a conservarem a floresta em pé, contribuindo para a manutenção dos recursos naturais; e economicamente viável, pois promove um fluxo de renda para os comunitários envolvidos, direta e indiretamente, com o projeto, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

## 5 - Considerações Finais

No decorrer da construção deste artigo, pôde-se perceber o quanto o Projeto Couro Ecológico representa para a comunidade Maguari. Nota-se que os comunitários passam a compreender o extrativismo de borracha natural de seringueira, não apenas como uma fonte de renda, mas como uma atividade sustentável que contribui para a manutenção da floresta em que habitam e a valorização da sociobiodiversidade local.

Neste sentido, o artigo acaba demonstrando que a busca pelo desenvolvimento por meio de atividades sustentáveis, como o extrativismo vegetal, podem e devem ser incentivadas nas comunidades tradicionais em unidades de conservação de uso sustentável. No caso da Floresta Nacional do Tapajós, na comunidade Maguari, o projeto tem resultados positivos, tanto pela alternativa prática e viável na gestão pelos comunitários que são empoderados nos processos de produção e comercialização, quanto pelo impacto socioeconômico satisfatório. O que converge com o pensamento de Sarmiento (2014, p. 101), no qual afirma que “esses processos produtivos só poderão ser sustentáveis a longo prazo se forem construídos conjuntamente com as populações locais [...] por meio de processos participativos, nos quais os modos de produzir possam ser incorporados pelos habitantes da região”.

O projeto de produção de artefatos com base no couro ecológico mostra ser possível o desenvolvimento por meio de práticas sustentáveis, ligadas à geração de emprego e renda, e também garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Logo consiste em uma atividade que contribui para o desenvolvimento sustentável, ao passo que proporciona melhoria na qualidade de vida dos comunitários envolvidos, direta e indiretamente, e

incentiva a conservação da floresta, apresentando-se como alternativa ao desmatamento e degradação ambiental por atividades predatórias que assolam a Amazônia.

## Referências

ALBAGLI, S. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998.

BRASIL. Lei n.º 9.985, 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1.º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18.Jul.2000.

BRITO, M. C. W. de. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. – São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. – Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed.

CNUC/MMA – **Tabela consolidada das Unidades de Conservação**. <[www.mma.gov.br/cadastro\\_uc](http://www.mma.gov.br/cadastro_uc)>. Atualizada em: 07/02/2017.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Os Saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo (NUPAUB-USP); Brasília: Coordenadoria da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (COBIO-MMA), 1999.

DOWBOR, L. **Entender a Rio+20: balanços e compromissos** – São Paulo. Setembro. 2014. 11p.

GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas (Orgs.)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.  
IBAMA. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós**. 2004.

ICMBio. **Floresta Nacional do Tapajós: Mapas e Limites**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/mapas-e-limites.html>>. Acesso em: 03.Set.2017.

KRAMA, M. R. **Análise dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, Usando A Ferramenta painel de Sustentabilidade**. Curitiba, 2008, 185p.

LEÃO, R. F. de C.; OLIVEIRA, J. M. G. C. de. **O Plano Diretor e a cidade de fato: o caso de Santarém-PA**. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre – RS, 2010.

MAY, P. H. (Org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MEADOWS, D. L. et al. (1972) **Limites do Crescimento** – um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo, Perspectiva.

PÁDUA, J. A. (Org.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. – Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009.

PINHO, E. R. P.; NADLER, W. N. S. Uma análise do plano de manejo da Flona do Tapajós: o caso das comunidades de São Domingos, Maguary e Jamaraquá. *In: Encontro Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas*, 15., 2016, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: UFRN, 2016. p. 244, ref. 55-68. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzOS7BP-QuJeZnpSeHFPWnh6Y3M/view>>. Acesso em: 15 de março de 2017.

PORTELA, V. F. A evolução do pensamento: do conceito de desenvolvimento à desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais e Relações Internacionais**. Boa Vista, julho de 2013.

PROCHNOW, M.; DICK, E. O que são Unidades de Conservação. *In: Edilaine Dick, Marcos Alexandre Danieli, Alanza Mara Zanini (Orgs.). Gestão participativa em Unidades de Conservação: uma experiência na Mata Atlântica /*. – 1. ed. – Rio do Sul, SC : APREMAVI, 2012, p. 24-27. Disponível em: <[www.apremavi.org.br](http://www.apremavi.org.br)>. Acesso em: 08 ago. 2016.

SANTOS, G. R. dos; BARBOSA FILHO, J.; COELHO, L. M. Avaliação da gestão da Floresta Nacional do Tapajós, Belterra-PA, na percepção dos moradores da Comunidade Maguari. **Revista Uniara**, v.17, n.2, dez. 2014. p. 37-49.

SARMENTO, Fernanda. **Design para a sociobiodiversidade: perspectivas para o uso sustentável da borracha na Floresta Nacional do Tapajós**. 2014. 231 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SAUER, S.; ALMEIDA, W. (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

SILVA, G. S. M. Amazônia: do desmatamento ao desenvolvimento sustentável. *In: Meio ambiente e mudanças climáticas na Amazônia*. Reportagens dos participantes do Laboratório Ambiental para Estudantes de Jornalismo. Santarém-PA/2008.

SILVA, M. J. S. da et al. Levantamento de famílias da Floresta Nacional do Tapajós, Pará. *In: Anais/II Seminário de Pesquisas Científicas da Floresta Nacional do Tapajós*. Santarém-PA: Floresta Nacional do Tapajós/ICMBio, 2014. p. 235-242.

TAVARES, E. M. F. Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos. **Holos, Ano 21**, maio/2005. p. 120-129.

TORRES, C; BEZERRA, I; HERNANDES, T. **Responsabilidade social de empresas multinacionais: Diretrizes da OCDE**. Rio de Janeiro: CERIS/IBASE, 2004.

RELATÓRIO BRUNDTLAND - WCED, 1987, p. 46 WCED – **World Commission on Environment and Development**. Our Common Future. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

## **GEOGRAFIA DA PAISAGEM: A IMPORTÂNCIA DAS FLORESTAS PLANTADAS E A RETERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL FOMENTADO PELO ESTADO DE RONDÔNIA**

Willimis Alves Pereira, Universidade Federal de Rondônia, willimispereira@gmail.com;  
Marília Locatelli, Universidade Federal de Rondônia, marilialocatelli@yahoo.com.br;  
Gilceli Correia de Oliveira, Universidade Federal de Rondônia, gilceli27@hotmail.com;  
Dério Garcia Bresciani, Universidade Federal de Rondônia, derio@unir.br;

### **Resumo**

O Estado de Rondônia e conseqüentemente a Região Amazônica ao longo das últimas décadas passaram por diversos ciclos econômicos, todos incentivados pelo Estado Nacional que inseriu a região de floresta em um espaço globalizado. Neste sentido, podemos destacar os ciclos da mineração, da borracha, agricultura, pecuarização e por fim o agronegócio de grãos que é destaque no cenário nacional em relação à outras regiões produtoras. No entanto, nos dias de hoje, com a crescente conscientização sobre a importância da conservação ambiental e do avanço das leis que disciplinam a ação humana sobre as florestas, os interesses dos programas de implantação e manutenção de florestas plantadas cada vez mais estão sendo despertados, exigindo que os conhecimentos técnico-científicos sejam rapidamente repassados aos potenciais implementadores desses programas. Em razão disso e demais causas como a necessidade do abastecimento do comércio madeireiro das indústrias de base florestal, o Estado de Rondônia investe em capacitação, incentivos fiscais e técnicos para suprir sua grande demanda e necessidade de madeira para o déficit da comercialização. Diante da discussão dos processos de desterritorialização da pecuária e da agricultura no Estado de Rondônia bem como a reterritorialização do espaço com o início da atividade de florestas plantadas, este estudo se propôs a analisar nessas regiões o avanço nas áreas ocupadas por outras atividades, assim como suas relações sociais, econômicas e ambientais.

Palavras-chave: Espaço globalizado, Florestas plantadas, Reterritorialização do espaço.

## **LANDSCAPE GEOGRAPHY: THE IMPORTANCE OF PLANTED FORESTS AND THE RETERRITORIALIZATION OF THE RURAL AREA SUPPORTED BY THE STATE OF RONDÔNIA**

### **Abstract**

The State of Rondônia and consequently the Amazon region over the last decades have gone through several economic cycles, all encouraged by the National State, which inserted the forest region into a globalized space. On that subject, we can highlight the cycles of mining, rubber, agriculture, grassification and finally, agribusiness of grains which is highlighted in the national scenario in relation to other producing regions. However, nowadays, with a growing awareness about a value of environmental conservation and the advancement of laws that discipline human action on forests, the interests of the implantation and maintenance programs of planted forests are being awakened increasingly to requiring that technical and scientific knowledge to be quickly passed on to potential program implementers. Because of this and other causes as a supply of timber trade of forest-based industries, the State of Rondônia invests in training, tax breaks and technicians to supply its

great demand and the need for wood for the marketing deficit. From this discussion of the livestock and agriculture deterritorialization processes in the State of Rondônia such as the reterritorialization of space with the beginning of the planted forests activity, this study aims to analyze in these regions the advancement in the areas occupied by other activities as well as their economic and environmental social relations.

Keywords: Globalized space, Planted forests, Reterritorialization of space.

## **GEOGRAFÍA DE LA PAISAJE: LA IMPORTANCIA DE LOS BOSQUES PLANTADOS Y LA REPOSESIÓN CAMPO IMPULSADO POR EL ESTADO DE RONDÔNIA**

### **Resumen**

El Estado de Rondônia y por lo tanto la región amazónica durante las últimas décadas han pasado por varios ciclos económicos, todo animado por el Estado Nacional, que entró en la región de la selva en un espacio globalizado. En este sentido, podemos destacar los ciclos de la minería, el caucho, la agricultura, la ganadería y, finalmente, la agroindustria de grano que se ofrece en la escena nacional en relación con otras regiones productoras. Sin embargo, hoy en día, con la creciente conciencia de la importancia de la conservación del medio ambiente y el progreso de las leyes que rigen la acción humana sobre los bosques, cada vez se despertaron el interés de la ejecución de los programas y el mantenimiento de los bosques plantados, que requiere conocimientos técnicos y científicos que se pasa rápidamente a los posibles ejecutores de estos programas. Debido a esto y otras causas, tales como la necesidad de abastecer el comercio de la madera de las industrias basadas en los bosques, el estado de Rondônia invierte en la formación, incentivos fiscales y técnicos para satisfacer su gran demanda y necesidad de madera para la comercialización del déficit. Antes de la discusión de los procesos de despojo de la ganadería y la agricultura en el estado de Rondônia y la recuperación del espacio con el inicio de la actividad de los bosques plantados, este estudio tuvo como objetivo examinar estas regiones avanzando en las áreas ocupadas por otras actividades, así como sus relaciones sociales, económicos y ambientales.

Palabras clave: espacio global, los bosques plantados, el espacio de toma de posesión.

## INTRODUÇÃO

As florestas plantadas são de suma importância para a vida humana porque viram matéria-prima para diversas indústrias que usam madeira serrada, extrativos de madeira, biomassa, celulose e madeira reconstituída, por exemplo, para transformar em outros produtos usados o dia a dia por nós. Especialmente para a região, o reflorestamento tem papel fundamental nas áreas econômicas, sociais e ambientais

Nota-se, contudo que o setor florestal e a atividade de extração de madeira possuem uma dinâmica específica em cada região do país, determinada pela oferta de madeira e pela produtividade das florestas naturais. Ainda que cada um dos produtos florestais possua mercado próprio, as condições para o seu desenvolvimento estão associadas à base de extração florestal, tornando o setor muito dependente da natureza. Um outro ponto a ser ressaltado é o valor econômico do setor florestal. Nos mais variados países do mundo, a atividade madeireira e a cadeia produtiva que se são objeto de investimentos e transações comerciais de elevado valor econômico. As florestas, mais do que matéria-prima, são um ativo de alta liquidez no mercado internacional. O Brasil, além de possuir a segunda maior cobertura florestal natural do mundo, desenvolveu tecnologia avançada para a exploração de florestas e para a transformação industrial da madeira que agrada os mercados consumidores mais exigentes do mundo.

No século XX, as plantações florestais brasileiras começaram a ganhar expressão devido de mercado aos inúmeros fatores favoráveis à sua adoção, tais como: qualidade da madeira obtida com padrões requeridos nos processos industriais; produtividade maior do que a das florestais nativas; proximidade dos centros consumidores e das redes, otimização da logística; melhor controle dos ciclos de produção; possibilidade de se estabelecerem em áreas selecionadas com atributos favoráveis de clima, solo.

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social o desmatamento em nível global continua sendo uma das principais preocupações de nossa época. De 2000 a 2006 foram desmatados 13 milhões de hectares por ano no mundo. As plantações florestais e a expansão das florestas naturais têm contribuído

para reduzir a perda anual para 7,3 milhões de hectares em período equivalente, uma taxa ainda inaceitável. A Terra tem 3,95 bilhões de hectares de florestas e a produção mundial de madeira é de 3,5 bilhões de m<sup>3</sup>/ano, dos quais 47% para fins industriais. Parcela significativa e crescente dessa produção é atendida por florestas plantadas. Neste cenário, as florestas plantadas assumem, cada vez mais, funções não apenas de produção, mas também de conservação. Além de fornecerem matéria-prima para diferentes usos industriais e não industriais, presentes no nosso dia a dia, as florestas plantadas contribuem para a provisão de diversos serviços ambientais e sociais. Colaboram também para evitar a agressão aos recursos naturais por suprirem com suas madeiras o que estaria sendo extraído de matas nativas. Entender e otimizar as funções dessas florestas em todas as suas dimensões é fundamental para que se atendam as demandas futuras da sociedade de modo sustentável .

O cultivo de soja em Rondônia tornou-se economicamente importante, se beneficiando pela redução do custo de escoamento da produção, que deixou de ocorrer para as regiões sul e sudeste, passando a ser escoada pela hidrovía Madeira-Amazonas até Santarém no Pará. Nesse sentido, “a partir de 1997 a Hidrovía Madeira – Amazonas, que interliga os portos de transbordos de soja dos grupos Maggi e Cargill (agentes hegemônicos), conectando a cidade de Porto Velho à Itacoatiara, no estado do Amazonas, e à Santarém, no estado do Pará” (SILVA, 2014, p. 71). Dessa forma, a soja tornou-se o produto agrícola mais valorizado de Rondônia e foi capaz de inserir o sudoeste amazônico no mapa dos novos espaços tecnificados da agricultura moderna de exportação (PEREIRA e KAHIL, 2010).

Dessa maneira, por essa rede geográfica transportam-se os grãos de soja produzidos em Rondônia e no noroeste do Mato Grosso para a Europa e China (SILVA, 2013).

Assim, “o espaço rural foi alterado com maior avidez, pois, a substituição da economia extrativista pela a agricultura camponesa e, em menor volume, agricultura empresarial, instaurou na região o uso capitalista da terra, com a mercantilização da terra e da natureza” (SILVA, 2015).

## **O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO**

Mas final de que território estamos falando quando nos referimos a “desterritorialização”? Se a desterritorialização existe é porque está associada a uma concepção de território. Assim, a para alguns a territorialização está ligada à fragilidade evidenciada nas fronteiras, principalmente as fronteiras estatais, que está ligada, sobretudo ao território político. Para outros a desterritorialização está ligada à hibridação cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas, aqui o território é visto como território simbólico, ou seja, um espaço de referência para a construção de identidade. Deste modo, dependendo da concepção de território será nossa definição de desterritorialização (HAESBAERT, 2004).

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder que em sua maioria está relacionada a concepção de Estado; a economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção, enquanto força produtiva (HAESBAERT, 2004). No bojo das efervescências políticas intelectuais desse período surgem argumentações renovadas que tentam elucidar a atuação do Estado, as contradições sociais, os conflitos, a degradação ambiental, o crescimento acelerado de muitas cidades, dentre outros apontamentos (SAQUET, 2011).

Ainda de acordo com Saquet (2011), tal problemática exigiu o repensar do método de análise ou o reconhecimento da atuação de forças sociais ligadas à produção do espaço geográfico e à dominação social, isto é, numa perspectiva de construir uma compreensão mais lógica do mundo.

Deste modo o território segundo Saquet (2011, p. 39).

passa a ser entendido não como elemento natural ou artificial sem sujeitos, mas como produto de relações sociais organizadas tanto política como espacialmente e, ao mesmo tempo, como um importante conceito que poderia orientar a organização política e a conquista de melhores condições de vida, ou seja, a transformação social.

Nesse sentido, o território passa a ser produzido, ou seja, as relações sociais da vida cotidiana no qual encontram e desencontram as alegrias e tristezas, dominações e resistências há uma relação de unidade, que resultam de um longo processo histórico resultante da relação dos homens em si, com tanto com sua

natureza interior quanto à exterior. Estas relações sociais estão relacionadas a questões políticas, culturais, econômicas, nos quais rompem barreiras e limites político-administrativos, ao passo que vai objetivando-se e subjetivando-se nossa vida cotidiana, condicionando-a (SAQUET, 2011).

O conceito de território também associa-se a questão da identidade. Deste modo, o sentido territorialidade é essencialmente coletivo, isto é, depende mais do tipo de relação estabelecida entre os indivíduos e/ou os grupos sociais, que propriamente a própria ligação direta aos lugares. Nesse sentido, as territorialidades não deixam de ser um fenômeno, ou seja, um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço esferas de influência ou em territórios claramente delimitados. Nesse contexto, pode-se afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território e a territorialização é o movimento de construção do território. Assim, no primeiro momento os agente que podem ser considerado agenciadores, se desterritorializam e, no segundo eles se reterritorializam como novos agentes maquínicos de corpo e coletivos de enunciação. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que os seus territórios “originais” estão se desfazendo seja pela divisão do trabalho, seja por questões religiosas e até mesmo por ultrapassarem os quadros da tribo e da ética (HAESBERT, 2004).

A desterritorialização relativa diz respeito ao próprio *socius* e, está mais vinculada com as preocupações do geógrafo, pois permite fazer abordagem geográfica. Na abordagem *socius* ou relativa, Deleuze e Guattari vão dá ênfase ao processo de desterritorialização, pois é assim que entendem a criação do Estado e a dinâmica do capitalismo. Ambos afirmam que o Estado e o capital vão operar por desterritorialização e sobrecodificação, ou seja, à noção de codificação. Mas enquanto Estado e as sociedades capitalistas se constituem pelo processo de desterritorialização, as sociedades pré-capitalistas são efetivamente territoriais, pois sua relação com a terra é totalmente distinta.

## ÁREA DE ESTUDO

O Estado de Rondônia está localizado na região norte do Brasil, na área da Amazônia Legal, limita-se a norte e a oeste com os Estados do Amazonas e Acre, respectivamente, a leste com o Estado do Mato Grosso e a sul com a República da Bolívia (**Figura 1**). O Estado possui 52 municípios, sendo a capital, a cidade de Porto Velho e no ano de 2015 a população estimada foi de 1.768.204 habitantes.

Segundo dados do INPE (2015) apesar de possuir aproximadamente 37,30% de sua área desmatada, o estado possui o sétimo maior rebanho bovino do país, com 12.744.326 cabeças. A área restante é coberta por três grandes biomas: “os pantanais, junto aos Rios Guaporé e Mamoré; os cerrados, localizados na porção centro sul e as florestas, que são encontradas nas demais regiões” (SANTOS, 2014).

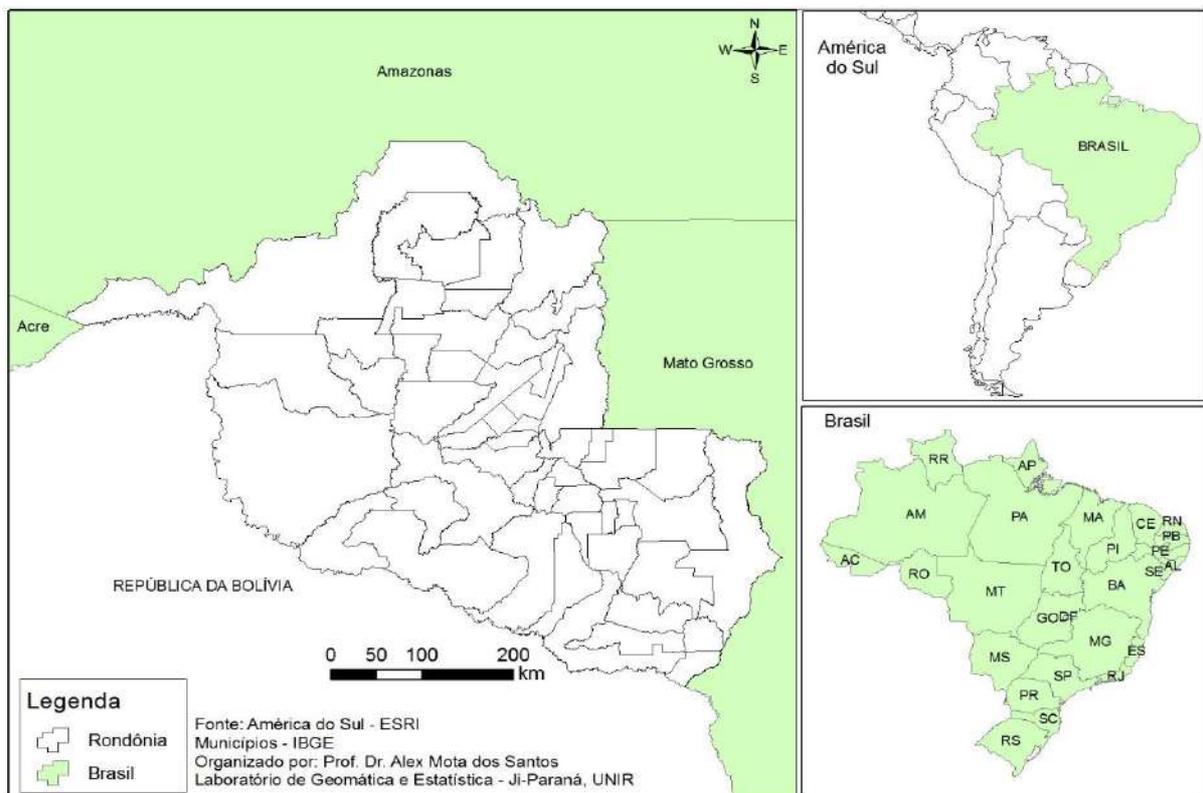


Figura 1. Localização do Estado de Rondônia. Fonte: Pereira e Santos (2015, no prelo).

Conforme dados do Ministério do Meio Ambiente do ano de 2004, a pecuária era praticada com maior intensidade na porção sudoeste. Neste sentido pode citar o

processo de voçorocamento que é o resultado direto da dinâmica de pisoteio do gado bovino junto às cercas. As ravinas resultantes do pisoteio em solos arenosos evoluem para processos erosivos que atingem o lençol freático, formando as gigantescas voçorocas observadas em campo.

Segundo Santos (2014), assim como em outros estados da federação, a ocupação de Rondônia foi marcada por conflitos entre modos diferentes de organização social da vida e de apropriação sobre os recursos naturais entre indígenas e não indígenas. Para o autor, antes do contato os povos indígenas viviam seus conflitos interétnicos com pouca interferência sobre o meio onde abundava as florestas densas. Nesse sentido, Teixeira e Fonseca (2001, p. 11), afirmam que “o indígena da Amazônia era um ser perfeitamente integrado ao seu meio, vivia da caça, da pesca e da agricultura, que dominava de forma suficiente e econômica”.

## **LOBBY DO CAPITAL**

No estado de Rondônia é inegável que a criação de gado bovino de corte e leiteiro ocupem destaque no cenário econômico, inclusive com *lobby* do capital de “estado natural da pecuária”. Segundo o último censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) haviam no estado, até o ano de 2006, cerca de 8.542.726 bovinos. No período mais recente, estimativas do IBGE dão conta de cerca de 12.329.971 cabeças, o sétimo maior rebanho do país e o segundo maior da região amazônica (IBGE, 2015). Além disso, segundo Soares (2009) Rondônia respondeu por pouco mais da metade de todo o leite produzido na região norte do país.

A conversão das paisagens naturais na Amazônia Ocidental ocorreram e ainda ocorrem para formação de pastagens para criação de gado bovino. Segundo Batista (2014, p. 8) “a pecuária bovina é o agente principal na configuração territorial e transformação da paisagem rural do estado de Rondônia”, pois reorganiza a produção estadual, influencia na localização de novas empresas especializadas e aponta para novas formas de expansão do capital.

As implicações da dinâmica da retirada da vegetação já foi relatada em diversas pesquisas, das quais destaca-se àquelas que revelam influências adversas da retirada da vegetação para o clima, materializando-se em alterações nos padrões

de precipitação na região (ARTAXO et al., 2005; WEBLER et al., 2013). Em pesquisas mais recentes, Santos (2014) revelou que as pastagens em Neossolos Quartzarênicos, áreas transição Cerrado-Amazônia, contribuíram para a formação de voçorocas no sul de Rondônia, especialmente nos municípios de Parecis, Chupinguaia e Alto Alegre dos Parecis.

O fenômeno da pecuarização impulsionou a economia regional e existe um esforço do governo e dos pecuaristas de Rondônia em firmarem o estado como *The Natural Beef Cattle State* ou o Estado natural da pecuária (**Figura 1**). Esse fenômeno em Rondônia se firmou no passado a partir dos incentivos do governo brasileiro através da formação de pastagens que estava ligado às declarações de que a mesmas promoveriam a fertilidade dos solos e, portanto, representaria um meio “racional” de desenvolvimento da Amazônia (FEARNSIDE, 1980).



Figura 2. Logomarca disponível pelo Fundo Emergencial de Febre Aftosa do Estado de Rondônia (FEFA-RO).

Pela figura 2, o boi e vegetação natural coexistem no mesmo espaço. Contudo, conforme discussão que se segue tal fato não foi possível, tendo em vista que a prática da pecuária pressiona para substituição da vegetação natural em muitos municípios.

Nesse estado identifica-se expressivas áreas cultivadas com gramíneas para alimento do gado bovino, que é criado à solta, de forma extensiva. Contudo,

especialmente nos últimos 10 anos ocorreram alterações significativas do uso da terra, com a expansão do agronegócio de grãos para o centro e norte do estado (PEREIRA e SANTOS, 2015, no prelo). Isso ocorreu, por que segundo Silva (2013), a partir de 1997 a Hidrovia Madeira-Amazonas interligou portos no Brasil e favoreceu o escoamento da produção de grãos de Rondônia e do noroeste do Mato Grosso para a Europa e China, esse último país é o maior importador do grão cultivado no Brasil. Esse caminho de escoamento é denominado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) como corredor de Escoamento da Produção Agrícola do Rio Madeira, que foi estruturado em Porto Velho, em 1995, o que possibilitou abertura para plena operação, em 1997, que mudaram o perfil econômico de Rondônia.

Segundo Silva (2013, p. 71),

“a hidrovia configura-se como *sistema de objeto* que modifica a composição técnica do espaço regional, conduzindo à inserção de uma nova lógica de produção do espaço agrário rondoniense agora pautado nas escalas nacional e global, ou seja, o novo produto agrícola (soja) se transforma em *commodity*”.

Nesse contexto, e motivados por investimentos externos, especialmente dos chineses, pecuaristas são encorajados a investir no cultivo de grãos, especialmente a soja. A produção ocorre em consórcio com a pecuária, mas se destaca com expressivo aumento da área de cultivo. Além disso, observa-se que alguns produtores rurais optaram pela diminuição da área de pastagem, incluindo a criação intensiva de bovinos, no sistema de confinamento.

Segundo dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2014, a soja gerou uma receita de R\$ 601 milhões. Além disso, até 2013 a soja estava presente em 25, dos 52 municípios de Rondônia (PEREIRA e SANTOS, 2015, no prelo).

Segundo dados da CONAB (Figura 3) houve um aumento de 20% na área plantada na safra 2014/15, sendo que Rondônia é o estado com a maior expansão percentual de área de soja no país. Ainda conforme dados da CONAB o cultivo de soja foi sempre crescente à partir do ano de 2008.

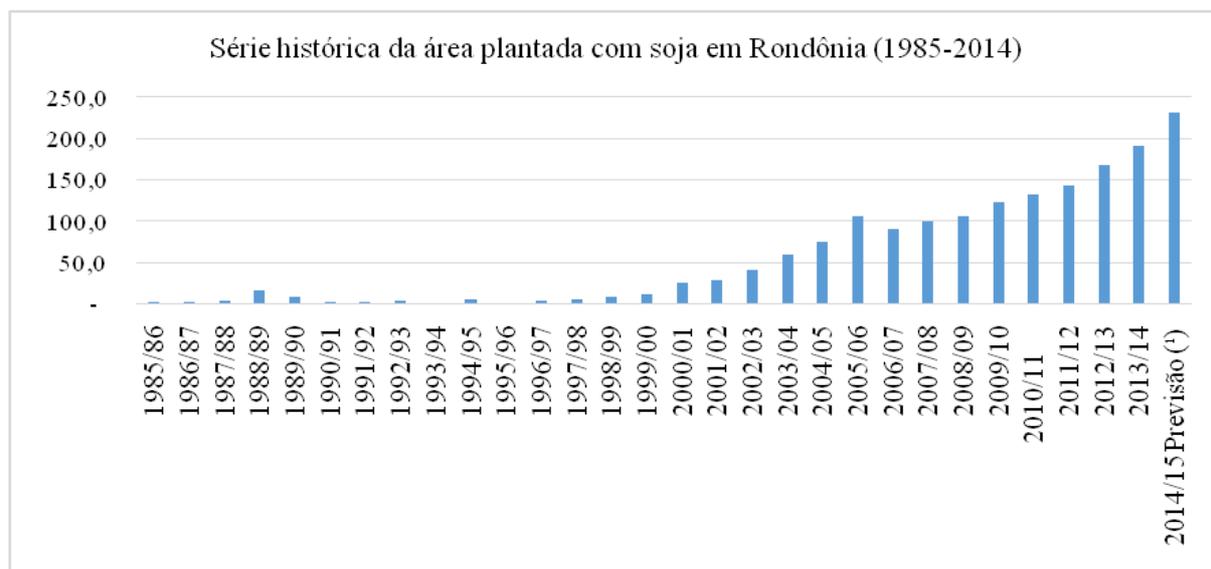


Figura 3. Série histórica da área plantada com soja em Rondônia (1985-2014) em mil hectares. Fonte: CoNab (2015).

Um dos exemplos para a discussão desse processo de consolidação do cultivo de soja e a instalação de novas dinâmicas territoriais em Rondônia são discutidas comumente a partir do sul do estado, na região denominada de cone sul (PEREIRA e KAHIL, 2010; LUS, 2012; SILVA, 2013, dentre outros).

## O POTENCIAL FLORESTAL BRASILEIRO

Dados do Ministério de Meio Ambiente indicam que 69% (374,6 milhões de hectares) da cobertura florestal do território nacional têm potencial produtivo. Essas florestas encontram-se em sua maior parte sob domínio privado, 67% do total, o que enseja a necessidade de um marco regulatório consistente com a exploração produtiva e a preservação. As florestas privadas constituem-se, basicamente, de florestas nativas, mas existem 6,4 milhões de hectares de florestas plantadas. As áreas públicas, que somam 123,2 milhões de hectares, dividem-se em reservas extrativistas, florestas nacionais e áreas indígenas, sendo estas últimas correspondentes a 84% do total. As florestas públicas são todas nativas.

O Brasil situa-se entre os 10 maiores países em florestas plantadas do mundo, contando com 6,4 milhões de hectares. A maior parte da área reflorestada existente no País formouse nas décadas de 1970 e 1980, quando da vigência do Fiset. Esse instrumento tornou possível às empresas a execução plantios de

florestas em larga escala, contando com um incentivo financeiro, uma vez que poderiam abater integralmente do Imposto de Renda as importâncias comprovadamente aplicadas em reflorestamento, respeitado o limite de 50% do imposto devido.

## **RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E DESERTIFICADAS**

Desmatamentos e usos inadequados de solos agropecuários deixaram um legado enorme de degradação em muitas regiões do mundo. O plantio de florestas tem se mostrado atividade adequada para recuperar essas áreas em larga escala. Plantações florestais são os meios mais eficientes para mitigar ou reverter processos de desertificação, cujo fenômeno afeta mais de 5 bilhões de hectares no mundo todo e atinge mais de 25% da população mundial em mais de 100 países. Além de reverter processos de desertificação, as plantações dão suporte para produção de lenha, produtos não madeireiros e subsistência de pessoas e de comunidades locais, evitando correntes migratórias. Países como China, Índia, Paquistão e Mongólia adotaram plantações florestais e sistemas integrados de uso da terra para combater degradação e desertificação e proteger terras agrícolas. Os pesquisadores recomendaram que as 42 espécies mais bem sucedidas sejam utilizadas para controle da erosão, reflorestamento, proteção contra ventos e poeira. Os ensaios incluíram árvores e arbustos, particularmente Eucalyptus, Melaleuca, Acacia, Cassia e Prosopis, originadas da Austrália, América do Norte, América do Sul, África e Oriente Médio. O gênero Eucalyptus, com 70% de sobrevivência, produziu os indivíduos mais vigorosos e melhor desenvolvidos (Jornal de Ambientes Áridos, 2006).

De modo geral, os solos utilizados para implantação de florestas são de baixa fertilidade natural e muitas vezes marginais para agricultura. Devido ao ciclo de crescimento mais longo, as florestas têm uma taxa de absorção de nutrientes mais baixa do que culturas agrícolas e maior taxa de eficiência de utilização dos mesmos (Barros et al, 2004). Parcela significativa do que as plantas retiram do solo elas devolvem durante o ciclo de crescimento. Ademais, medidas racionais de

planejamento, conservação e fertilização monitorada contribuem para equilibrar as necessidades nutricionais das plantações.

Proteção e melhoria da qualidade da água e regularização do fluxo hídrico são serviços ambientais importantes que as florestas plantadas oferecem. Resultados de pesquisas e de monitoramento de micro-bacias hidrográficas, onde se inserem plantações florestais, eliminam a maior parte das preocupações a respeito de possíveis impactos sobre a disponibilidade de água.

Florestas plantadas são essenciais para a estratégia global de mitigar o aquecimento global, pois desempenham multi-funções no atendimento deste objetivo, especialmente nos trópicos, onde crescem mais rápido e, portanto, removem carbono em menor lapso de tempo. As árvores imobilizam o carbono livre da atmosfera (e não aquele fixado na natureza na forma de carvão mineral, petróleo ou derivados), liberam oxigênio no processo da fotossíntese e retêm o carbono no produto florestal durante sua vida útil.

## **REDUÇÃO DA POBREZA E INCLUSÃO SOCIAL**

As formas de contribuição social das florestas plantadas, em nível nacional ou local, variam em função do contexto econômico, ambiental, social e cultural da região. Muitas vezes a sociedade desconhece as cadeias produtivas e a sua capacidade de dinamizar economias locais. Programas de plantações florestais de larga escala, como qualquer outra atividade econômica, têm o potencial de modificar a estrutura e o comportamento da(s) comunidade(s) onde se inserem.

Florestas plantadas têm importante papel em mitigar ou reduzir a pobreza, tanto em países em desenvolvimento, como em áreas de países desenvolvidos onde haja grupos excluídos dos benefícios dos processos de desenvolvimento. Mais do que outros setores, as plantações florestais têm o potencial de prover meios de vida sustentáveis, gerar oportunidades para as comunidades e empreendedores locais e capacitar pessoas pobres (UNNF, 2003). Estabelecidas em terras abandonadas ou degradadas, as plantações florestais criam novos empregos, e com governança, planejamento e bom manejo beneficiam as populações rurais (Elliot. C., 2003). Plantações florestais têm como característica o pioneirismo na aplicação de modelos

de desenvolvimento em regiões menos favorecidas, muitas vezes distantes dos centros urbanos e carentes de infra-estrutura (Villela, A. 2006). Em países em desenvolvimento, as empresas têm proporcionado instalações e equipamentos para hospitais, escolas, centros de capacitação e organização de cooperativas de produtores e serviços, evitando migração do homem do campo para as grandes cidades. Infra-estrutura ausente ou deficiente são barreiras para o crescimento econômico, dificultando e onerando o escoamento da produção e acesso a mercados, exigindo investimentos em parceria por parte das empresas. Redução de pobreza e inclusão social não devem se resumir à oferta de empregos. Devem contemplar também apoio à educação, moradia, cultura, saneamento, saúde, treinamento, lazer e ações comunitárias não paternalistas, em parceria com as comunidades locais, organizações não governamentais e poder público. A responsabilidade social corporativa será cada vez mais exigida como mecanismo de mercado e continuará presente na agenda do setor privado. Empresas e entidades representativas já assumem compromissos, desenvolvem códigos de conduta, implementam padrões de manejo florestal sustentável contemplando aspectos sociais e ambientais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados contribuíram para compreender o comportamento das variáveis número de bovinos e retirada da vegetação e seu arranjo espacial em Rondônia. Com isso observou-se que onde ocorre o maior número de bovinos, ocorre também as maiores áreas de retirada da vegetação. O mercado de serviços ambientais para florestas plantadas não está ainda devidamente estruturado, embora haja potencial bastante grande, não só para o seqüestro de carbono, como também para ecoturismo, lazer, proteção de mananciais, restauração de paisagens, recuperação de áreas degradadas, e amenização da temperatura e da poluição em “ilhas de calor” em grandes metrópoles. Florestas plantadas não são apenas eficientes unidades produtoras de matérias primas. Como conjuntos vivos e dinâmicos em constante interação com os meios biótico e abiótico, podem e devem desempenhar funções econômicas, ambientais e sociais sem antagonismo com os

princípios de sustentabilidade. O contexto no qual se inserem e os seus benefícios em resposta às condições locais serão diferentes em função do objetivo proposto. Não se espera que florestas plantadas substituam ou sejam consideradas como florestas nativas, e sim como fontes renováveis de provisão de produtos e serviços demandados em escala crescente pela sociedade em nível global. Esses serviços podem inclusive ter vertentes amplamente ambientais, como é o caso de florestas de proteção, abrigo e de barreiras contra o vento ou contra a desertificação. As pesquisas científicas que proporcionaram desenvolvimento espetacular na produtividade e na qualidade dos produtos de florestas plantadas, incluindo a biotecnologia aliada às práticas de manejo, devem ser fortalecidas para atender as novas demandas, incluindo a agrosilvicultura, e para equacionar possíveis paradigmas com relação à provisão de serviços sociais e ambientais, vi-à-vis os novos modelos de produção. O desenvolvimento tecnológico da silvicultura de plantações com espécies florestais nativas, será demandado mais fortemente, tanto por empresas que atualmente acessam florestas naturais, como por pequenos e médios produtores para os quais é importante a diversificação de espécies.

## REFERÊNCIAS

- RONCAYOLO, M. (1986): **Território**. In: *Enciclopédia Einaudi: região*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v. 8, pp. 262-90.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SAQUET, M. A. **Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica**. In: *Territórios e Fronteiras – (re)arranjos e perspectivas*. (Org.) FRAGA, N. C. Florianópolis: Insular, 2011.
- RAFFESTIN, C. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. In: *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. (Org.) SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. - 1.ª Ed. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2009.
- BECKER, B.K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, 19 (53), p. 71-86, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>>. Acesso em: 13/04/2017.
- CÂMARA, G.S. SOUZA, R.C.M, FREITAS, U.M., GARRIDO, J. "SPRING: Integrating remote sensing and GIS by object-oriented data modelling" **Computers & Graphics**, 20: (3) 395-403, May-Jun 1996.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. 2015. **Corredores de Escoamento da Produção Agrícola Corredor do Rio Madeira**. Disponível em: [http://www.conab.gov.br/conabweb/download/nupin/rio\\_madeira.pdf](http://www.conab.gov.br/conabweb/download/nupin/rio_madeira.pdf). Acesso em 10 de outubro de 2015.
- DO VALE, F. Área **plantada de soja tem crescimento de mais 500% no Vale do Jamari**, RO. Disponível em: [682](http://g1.globo.com/ro/ariqueemes-e-vale-do-jamari/noticia/2015/03/area-</a></p></div><div data-bbox=)

plantada-de-soja-tem-crescimento-de-mais-500-no-vale-do-jamari-ro.html. Acesso em: 1 de Maio de 2017.

FEARNSIDE, P.M. **Os efeitos das pastagens sobre a fertilidade do solo na Amazônia Brasileira: consquências para a sustentabilidade de produção bovina.** *Acta Amazônica* 10(1): 119-132, 1980.

G1-Rondônia, **Soja é alternativa para recuperação de pastagens aos produtores de RO.** Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/03/soja-e-alternativa-para-recuperacao-de-pastagens-aos-produtores-de-ro.html>. Acesso em: 9 de Abril de 201.

GARCIA, L.S.; SANTOS, A.M.S; FOTOPOULOS, I.G.; FURTADO, R.S. **Fragmentação florestal e sua influência sobre a fauna: Estudo de Caso na Província Ocidental da Amazônia, Município de Urupá, Estado de Rondônia.** *Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE.* Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2013/files/p0904.pdf>. Acesso em 20/04/2017.

GONZALEZ, R.C.; WOODS, R.E. **Processamento de imagens digitais.** PublisherEdgard Blucher, 2000.

GUIDELLI, A.C. **Vulnerabilidade à erosão dos solos e seus reflexos para a terra indígena Kwazá e seu entorno, Parecis/Rondônia.** Disponível em:

<http://www.engenhariaambiental.unir.br/admin/arq/TCC%20GUIDELLI%202013.pdf>. Acesso 12/04/2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. **Pecuária.** Disponível em:<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=110002&idtema=33&search=rondonia|ariqueemes|pecuaria-2004>.

LEONEL, M. **EtnodicéiaUruéu-au-au: O Endocolonialismo e os índios do centro de Rondônia, o direito à diferença e à preservação ambiental.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, FAPESP, 1995.

LINHARES, J. S. **Geotecnologias aplicadas à análise da dinâmica de ocupação e da vulnerabilidade natural à perda de solos no município de Alto Alegre dos Parecis – Rondônia.** 66 f. (Trabalho de conclusão do curso de Engenharia Ambiental). Universidade Federal de Rondônia, 2013. Disponível em: <http://www.engenhariaambiental.unir.br/admin/arq/TCC%20Jessica%20Linhares.pdf>. Acesso em 12/04/2017.

LUS, D. A. **Dinâmica Socioespacial do Agronegócio em Vilhena: Uma Análise sobre a Expansão da Fronteira Tecnológica.** 120 f. (Dissertação de Mestrado). Fundação Universidade Federal de Rondônia, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra. Departamento de Geografia, 2012.

MANTELLIM L. R; XIMENES, A. C; AMARAL, S. FONSECA, L. **Análise de algoritmos para classificação digital de imagem TM/Landsat, utilizando dados de videografia aérea, para identificação da cobertura do solo em uma região do interflúvio Madeira-Purus – AM.** In: XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Florianópolis – Brasil, 2007. **Anais...** Disponível em:

<http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.18.00.58/doc/5927-5934.pdf>.

Acesso em: 30 de Março de 2017. p. 5927-5934.

OLIVEIRA, O. A. **Geografia de Rondônia: Espaço e Produção.** Porto Velho, Dinâmica Editora e Distribuidora LTDA. 2003.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; KAHIL, Samira Peduti. **A lógica corporativa do uso do território em Rondônia: o agronegócio da soja na região de Vilhena.** *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v.5, n.10, p. 288-311, ago. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11991/8253>>. Acesso em 21 de Abril de 2017.

PEREIRA, W.A.; SANTOS, A.M.S. **Análise Espacial Da Área Cultivada Com Soja Em Rondônia (2004 A 2013).**

- SANTOS, A.M.S. **Cartografia dos povos e das terras indígenas em Rondônia**. 314 f. (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná, 2014.
- SILVA, R. G.C. **Globalização, Agricultura e a Formação do meio Técnico- Científico- Informacional Em Rondônia**. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.7, n.15, mai./ago. de 2013. pp. 69-83.
- SOARES, P. R. B. **A Agropecuária e a Dinâmica Regional no Estado de Rondônia: análise dos dados preliminares do censo agropecuário 2006. Informações Econômicas**, SP, v.39, n.5, maio 2009. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2009/tec3-0509.pdf>. Acesso em: 04/04/2017.
- ABRAF. 2009 - **Anuário Estatístico ABRAF 2009** - ano base 2008.127p Adejuwon ,J.O.& EKANADE,O. 1988 - **Soil Changes Consequent upon the Replacement of Tropical Rainforest by Plantations of Gmelina arborea, Tectona grandis e Terminalia superba**. Journal of World Forest Resource Management, 1 (4):47-59.
- ARACRUZ. 2000 - **Eucalipto: Uma Árvore Amiga da Natureza**, 34p. [www.aracruz.com.br](http://www.aracruz.com.br)
- BALLONI, E.A. 2006 - **A Floresta Plantada como Agente de Desenvolvimento Econômico – Social**. Revista Opiniões Set-Nov 2006 p36-37.
- BARROS, N.F. et all. 2004 - **Plantações de Eucalipto e Fertilidade do Solo**. Sociedade Brasileira da Ciência do Solo Boletim n.1 p 13-17.
- CHOUBEY, O.P.; PRASAD, R. e MISHRA,G.P. 1987 - **Studies of the Soils under Teak Plantations and Natural Forests of Madhya Pradesh**. Journal of Tropical Forestry, 3(3):235-238.
- CURI, N. & SILVA, M. L. N. 2006 - **Conservação do Solo e da Água em Florestas Plantadas de Eucalipto**. Revista Opinião Mar-Mai 2006 p 30.
- GARLIPP, R. 2008 - **Gestão Sustentável para os Grandes Consumidores de Produtos de Origem Florestal**. IV Congresso Internacional de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Indústria de Base Florestal e de Geração de Energia. Porto Alegre/RS.
- LEITE, N. B. 2006 - **As Contribuições da Floresta Plantada à Nação**. Revista Opiniões SetNov 2006. Editorial

## **GEOGRAFIA DA PECUÁRIA: AVANÇO DOS DESMATAMENTOS NO ESPAÇO AGRÁRIO/FLORESTAL EM RONDÔNIA**

Amanda Michalski, PIBIC/GTGA/UNIR  
[michalski85@gmail.com](mailto:michalski85@gmail.com);

Francilene Sales da Conceição, Mestre em Geografia/GTGA  
[lenesalesgeo@hotmail.com](mailto:lenesalesgeo@hotmail.com);

Brenda Vic dos Santos Pereira, PIBIC/GTGA/UNIR,  
[brendavicmalu@gmail.com](mailto:brendavicmalu@gmail.com)

Ricardo Gilson Costa da Silva, Professor Geografia/UNIR, (PPGG/DHJUS/UNIR)  
[rgilson@unir.br](mailto:rgilson@unir.br)

### **Resumo**

A espacialização da pecuária em Rondônia apresenta um deslocamento para o norte do estado, especificamente em Porto Velho. Com isso, o município começa a sofrer com essa movimentação da pecuária em busca de novas áreas destinadas as pastagens. Entre os anos de 2000 e 2015, incentivos públicos voltados ao setor agropecuário contribuíram com aumento do rebanho bovino rondoniense. Todos esses fatores resultaram no avanço do desmatamento em Porto Velho com destaque para dois "distritos" do município, União Bandeirantes e Rio Pardo.

Palavras-chave: Desmatamento; Pecuária; Espaço; Área de Proteção Ambiental

## **GANADO GEOGRAFÍA: la deforestación AVANCE EN ESPACIO AGRÍCOLA / FORESTAL EN RONDÔNIA**

### **Resumen**

La distribución espacial de la ganadería en Rondônia presenta un desplazamiento hacia el norte del estado, específicamente en Porto Velho. Así, el municipio comienza a sufrir de este movimiento del ganado en busca de nuevas áreas para pastos. Entre 2000 y 2015, los incentivos públicos destinado al sector agrícola contribuyó a un aumento de rondoniense ganado. Todos estos factores han dado como resultado un aumento de la deforestación en Porto Velho destacando los "provincia" de la ciudad, Unión Bandeirantes y Rio Pardo.

Palabras clave: la deforestación; ganadería; el espacio; Área de Protección Ambiental

## **LIVESTOCK GEOGRAPHY: ADVANCING OF DEFORESTATIONS IN AGRARIAN / FOREST SPACE IN RONDÔNIA**

### **Abstract**

The spatial distribution of livestock in Rondônia presents a displacement to the north of the state, specifically in Porto Velho. With this the municipality begins to suffer with this movement of the cattle raising in search of new areas destined the pastures. Between 2000

and 2015, public incentives for the agricultural sector contributed to an increase in the Rondônia cattle herd. All these factors resulted in the advance of deforestation in Porto Velho, highlighting two "districts" in the municipality, Bandeirantes and Rio Pardo

Keywords: Deforestation; Livestock; Space; Environmental Protection area

## INTRODUÇÃO

O deslocamento das frentes agropecuárias do sul para o norte do estado de Rondônia instaurou novos arranjos socioespaciais e socioterritoriais. Esse processo indicou o avanço do capital sobre o *campo-floresta* e cristalizou a fronteira do capital globalizado. A principal causa desse processo contraditório no espaço agroflorestal rondoniense é o crescimento do desmatamento, que atinge fundamentalmente, o município de Porto Velho e que introduziu mudanças espaciais concretas.

A geografia da pecuária metamorfoseou os territórios florestais que se encontravam em estado de preservação e instaurou a pressão, subjugação e uma coerção territorial sobre os povos do campo e da floresta. Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo analisar a geografia da pecuária que se configura em Porto Velho-RO (2000-2015), considerando que o crescimento do rebanho bovino (corte) e os vínculos com os mercados globalizados contribuíram na elevação dos desflorestamentos no espaço agrário e florestal de Rondônia.

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa e quantitativa. Os procedimentos metodológicos adotados foram a revisão teórica-conceitual (SANTOS, 1996; SILVA, 2005, 2012, 2014, 2015; 2016), análises de dados estatísticos e o trabalho de campo.

Os dados quantitativos referentes ao desmatamento em Rondônia, com foco para o município do Porto Velho, foram coletados no site de domínio público, do órgão competente, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais–INPE, utilizando os dados do projeto PRODES Digital OBT, de monitoramento da floresta Amazônica brasileira por via satélite.

Quanto aos dados referentes ao quantitativo do rebanho estadual, foram coletados dados na plataforma do IBGE, banco de dados do SIDRA, coleta de dados junto a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do estado de Rondônia–IDARON, através de estágio no setor do Sistema de Inspeção Estadual–SIE. Neste estágio, foi possível conhecer como a agência atua na fiscalização e no controle da saúde do rebanho, a estrutura da instituição e como ocorre o incentivo do setor público para o setor agropecuário.

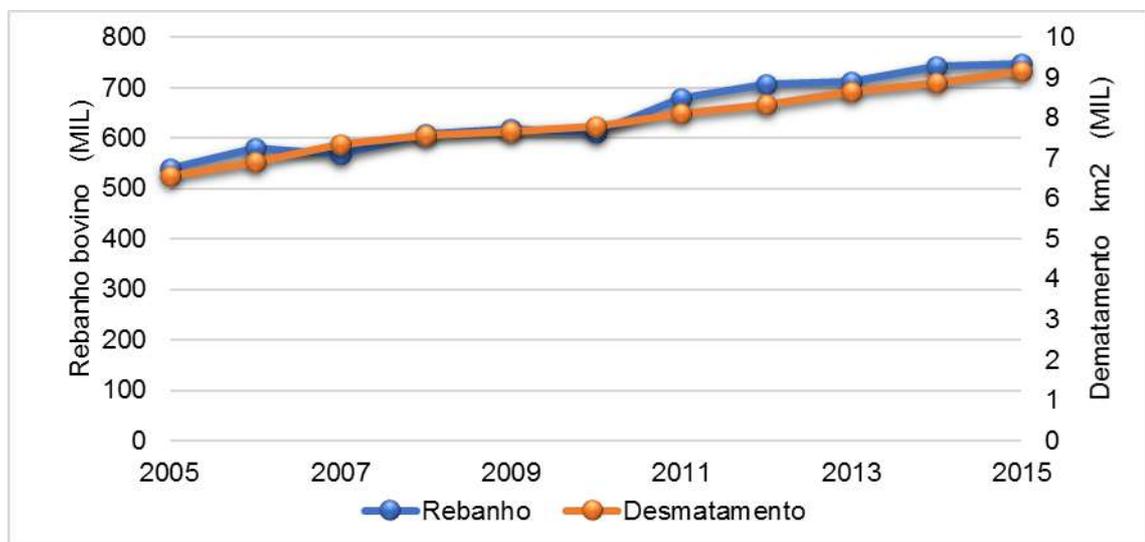
Na análise dos dados quantitativos, apresentaram uma relação do aumento do rebanho bovino com o aumento do desflorestamento no estado de Rondônia. Por isso, utilizou-se o método estatístico do Coeficiente de Correlação Linear ou Coeficiente de Pearson (Karl Pearson, 1857-1936) que afirma que a correlação “é uma medida de associação bivariada do grau de relacionamento entre duas variáveis”, ou seja, o coeficiente de correlação de Pearson ( $r$ ) é uma medida de associação linear entre duas variáveis, neste caso as variáveis são rebanho e desmatamento (FIGUEIREDO & SILVA, 2009). O uso da fórmula como consta na Figura 01, demonstra na Figura 2 que a correlação é positiva forte, atingindo o valor equivalente a 0,8686, indicando uma forte relação entre o aumento do desmatamento com o aumento do quantitativo bovino rondoniense.

**Figura 01: Fórmula utilizada para tratar a relação entre desmatamento e aumento do rebanho bovino em Porto Velho.**

$$r = \frac{\sum_i (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_i (x_i - \bar{x})^2 \sum_i (y_i - \bar{y})^2}}$$

Fonte: UFPR. Disponível em: <<http://leg.ufpr.br>>  
Acessado em 26 de junho de 2016.

**Figura 2: Correlação entre aumento do desmatamento com o aumento do rebanho bovino em Porto Velho/RO**



Fonte: PRODES, 2015. IDARON, 2015  
Elaborado por: MICHALSKI, Amanda. 2017

Sendo assim, na medida em que a pecuária cresce os desflorestamentos crescem na mesma proporção, caracterizando como um crime ambiental de extermínio da natureza, porque aumentam a pressão sobre áreas de proteção ambiental e sobre terras indígenas, além de representar a negação das territorialidades e espacialidades e a violação dos direitos ambientais e humanos das classes sociais que habitam o campo e as unidades florestais.

## ABORDAGEM GEOGRÁFICA DA EXPANSÃO DA PECUÁRIA EM RONDÔNIA

A formação socioespacial que o estado de Rondônia viveu a partir de 1970, centrou-se na transição do extrativismo (animal, mineral e vegetal) para as frentes agropecuárias, no qual transformou as formas de usos do território e as espacialidades dos agentes sociais que viviam sob a lógica do campo e da floresta. As transformações ocorridas no espaço geográfico rondoniense são frutos de um processo delineado pela exploração dos recursos naturais e pela expansão da fronteira do capital, que está intrinsecamente relacionada à formação territorial do Brasil.

Essas mudanças se concretizaram substantivamente no contexto do espaço regional rondoniense, sendo resultado das políticas de colonização instituída por meio do Projeto Integrado de Colonização-PIC, do Projeto de Assentamento Dirigido-PAD e do Projeto de Assentamento Rápido-PAR, cujo intuito era se apropriar dos recursos naturais e transformar a terra, esta sendo

um espaço de produção, em mercadoria (THERY, [1976]2012; VALVERDE, 1979; SILVA, 2012) para atender uma demanda externa.

A apropriação e o domínio do território florestal permitiram que a Amazônia se tornasse a fronteira do capital e um espaço da produção e da reprodução do capital. Momento ápice aonde as relações capitalistas de produção produziram um espaço de relações desiguais e instaurou disputas territoriais. Entretanto, nem todos esses projetos tiveram êxito ao longo de sua implantação, pois, diversos fatores levaram às dificuldades na estabilização dos novos agentes transformadores do espaço de Rondônia. O desenvolvimento dos PADs no território rondoniense projetou a concentração fundiária e instalou a propriedade privada, uma vez que se destinavam aos grandes empresários/fazendeiros/pecuaristas (THÉRY, [1976]2012).

A partir desse momento, a geografia de Rondônia se configurou em novos arranjos socioespaciais e socioterritoriais, pois o território do *campo-floresta* é metamorfoseado para um espaço da reprodução ampliada do capital que se cristaliza no agronegócio latifundiário. Abre-se a fronteira agrícola para o capital globalizado instaurar sua lógica contraditória e espoliadora que nega as territorialidades e as espacialidades das populações amazônicas que vivem e experienciam outra temporalidade que não é a mesma do capital hegemônico.

A espacialização das *commodities* modificou radicalmente o meio natural do espaço agrário e florestal rondoniense ao longo de quase cinco décadas. Os efeitos dessa ação antagônica resultaram no avanço do agronegócio em Rondônia, vinculando a economia regional aos mercados exógenos, no qual os produtos agrícolas que se destacaram nesse cenário conflitante são a soja e a pecuária. Essas *commodities* são exportadas na condição *in natura*, mas possui elevado valor nos mercados internacionais. Os crescentes investimentos destinados à agropecuária, através de políticas públicas, modificaram a composição técnica do território e introduziu uma especialização produtiva que visa atender os mercados consumidores globalizados (SILVA, 2014; 2015; 2016). Entre esses mercados estão Hong Kong, Rússia e Egito, esses países representam mais de 70% do mercado consumidor de carnes do rebanho bovino rondoniense exportada (DIÁRIO DA AMAZÔNIA, 2017)

A burguesia agrária dos fazendeiros sempre buscam novas estratégias para aumentar sua produtividade, por isso, investem no melhoramento técnico-científico nas áreas produtivas, devendo expandir o quantitativo do rebanho bovino em Rondônia e, conseqüentemente, optam pela abertura das áreas de pastagens, aumentando as pressões territoriais sobre as áreas protegidas e no seu entorno, denominada de zona de amortecimento (BRASIL, 2000). Essa zona-tampão ou zona de amortecimento<sup>1</sup> por fazer fronteira com uma unidade de conservação e, por se encontrar as proximidades de terras indígenas é ameaçada pelos desflorestamentos decorrentes da expansão do agronegócio.

Sendo assim, a territorialização da soja no sul do estado deslocou espacialmente a pecuária para áreas pouco desmatadas, de baixa ocupação e com terras propícias à expansão do capital. A expansão da pecuária para o norte do estado de Rondônia está intrinsecamente relacionada ao deslocamento do capital e no aumento do desmatamento na região do município de Porto Velho, dando destaque a Subzona 2.1 descrita no Zoneamento Socioeconômico de Rondônia, como

[...] zona que se deve priorizar o aproveitamento dos recursos naturais, evitando a conversão da cobertura vegetal natural. As atividades agropecuárias podem ser mantidas, mas sem expansão dessa atividade. (SEDAM, 2010. pg 16)

Tal ordenamento se refere a localização de União Bandeirantes, “distrito” de Porto Velho, que segundo dados da IDARON é um dos destaques para o crescente aumento do rebanho

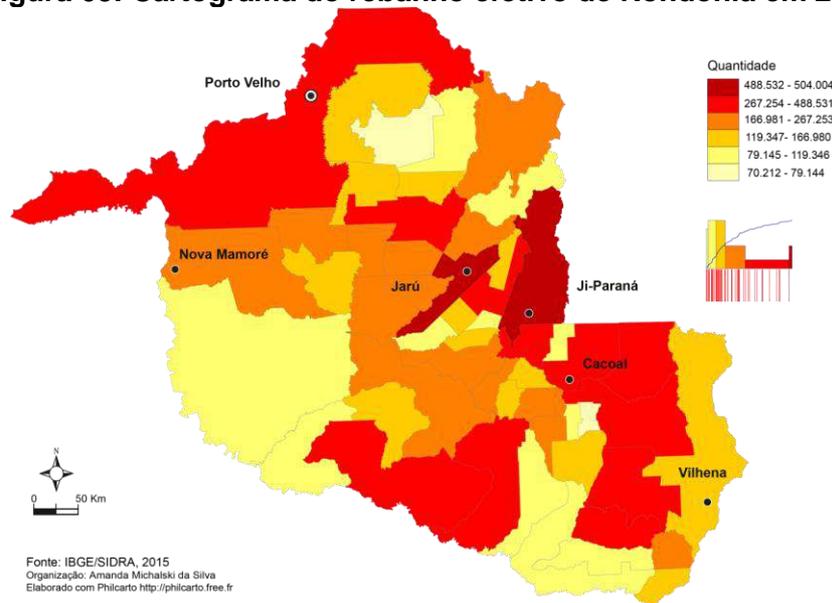
<sup>1</sup> Segundo WWF Brasil as zonas-tampão são áreas localizadas no entorno das unidades de conservação que funcionam como um “para-choque”, uma forma de impedir que a degradação da natureza alcance a unidade de conservação, terras indígenas e outras áreas que estão sob a proteção e responsabilidade governamental.

bovino em Porto Velho. O município de Porto Velho apresenta em quase toda a sua extensão solos classificados em Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico – LLD, tais solos apresentam textura média, com teores elevados de areia, sendo inclusive semelhantes as Areias Quartzosas, elevando a possibilidade do processo de erodibilidade. Por apresentar este solo, a fertilidade é baixa, havendo a necessidade de implementação de corretivos e fertilizantes (EMBRAPA, 2016). Além disso, a retirada da cobertura vegetal intensifica o processo de erosão por lixiviação e o aumento da atividade agropecuária eleva a compactação do solo que junto aos demais processos citados, aumenta a escassez de nutrientes provocando perdas de solos e prejuízos futuros para essas atividades agropecuárias (SEDAM, 2010).

O que observamos na região de União Bandeirantes é o completo desrespeito ao Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do estado de Rondônia, com o crescente avanço do desmatamento e a expansão da atividade agropecuária, além de proporcionar o empobrecimento futuro do solo da localidade, ainda se constata a pressão para o avanço das áreas de proteção ambientais, como é o caso da Terra Indígena Karipunas.

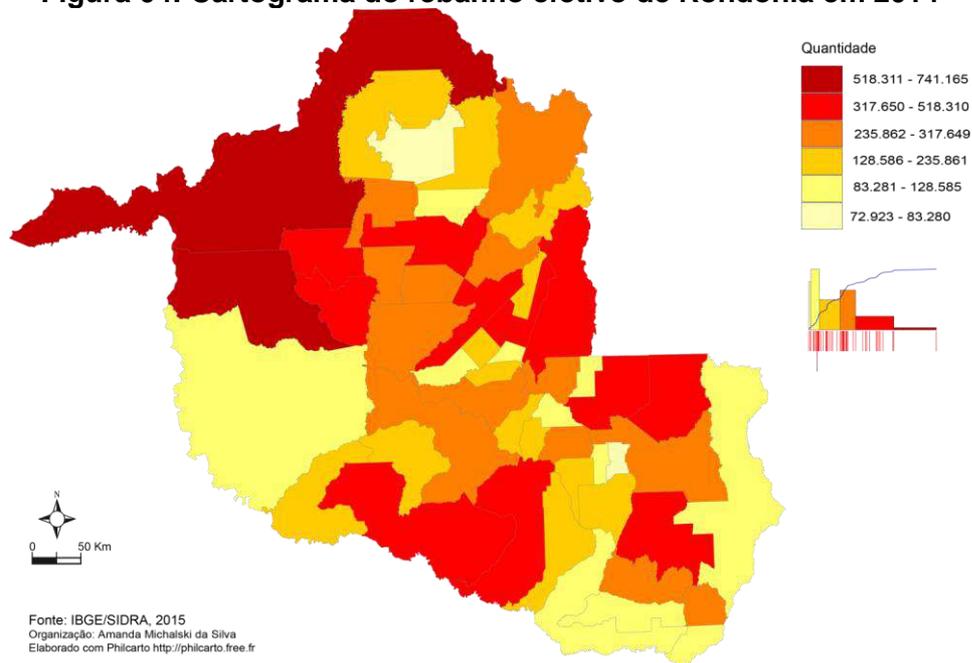
No período de 2000/2014, o rebanho bovino cresceu 125% em Rondônia, passando de 5.664.320 para 12.744.326 de cabeças. O município de Porto Velho, no mesmo período, cresceu 361%, chegando a 741.165 cabeças e alcançou o primeiro lugar no *ranking* estadual (IBGE, 2015). Ao analisarmos a cartografia desse processo, verifica-se que o deslocamento está mais fortemente presente no Vale do Guaporé e norte/noroeste de Rondônia, especialmente nos municípios de Nova Mamoré e Buritis. Há o indicativo de que essas áreas tendem a sofrer as pressões socioterritoriais, convertendo a natureza em espaço da agropecuária (Figura 03).

**Figura 03: Cartograma do rebanho efetivo de Rondônia em 2004.**



Fonte: IBGE/SIDRA 2015  
 Organizado por MICHALSKI Amanda  
 Elaboração com Philcarto <http://philcarto.free.fr>

**Figura 04: Cartograma do rebanho efetivo de Rondônia em 2014**



Fonte: IBGE/SIDRA, 2015  
 Organização: Amanda Michalski da Silva  
 Elaborado com Philcarto <http://philcarto.free.fr>

Fonte: IBGE/SIDRA 2015  
 Organizado por MICHALSKI, Amanda  
 Elaboração com Philcarto <http://philcarto.free.fr>

Essas frentes agropecuárias que avançam para o norte do estado indicam que a terra e a floresta que antes tinham outra utilidade para as classes sociais, transformam-se em mercadorias altamente valorizadas nos mercados globais se configurando em um circuito de produção espacial hegemônico de ampla concorrência entre as *trades* (grandes corporações). A geografia das *commodities*, baseada na interação da *agro/pecuária/flora-negócio* além de permitir o crescimento do rebanho bovino que contribui com o Produto Interno Bruto (PIB) do estado de Rondônia, resultou no aumento dos desmatamentos que se materializam nos conflitos agrários e territoriais.

Toda essa dinâmica territorial refletiu na taxa de desmatamento em Porto Velho, que passou de 11,23% para 26,41% da área municipal, ou seja, no município o desmatamento cresceu 127% no período de 2000/2015. Desse modo, afirma-se que o deslocamento da pecuária para o município de Porto Velho resultou na pressão territorial sobre as áreas “protegidas”, no qual as leis ambientais são burladas e os direitos individuais dos pecuaristas se sobrepõem aos direitos coletivos dos povos do campo e da floresta. Porque se legitima a propriedade privada e prioriza a concentração fundiária nas mãos da burguesia do agronegócio latifundiário com o exposto apoio do Estado. Dialeticamente, a essência totalitária dessa lógica opositora indica a solidificação de um crime ambiental e a violação dos direitos humanos no contexto geográfico de Rondônia.

Na ótica geoeconômica, a pecuária rondoniense se destaca na economia estadual. Conforme consta no ranking do PIB estadual do ano de 2011, no primeiro lugar aparece o setor de serviços, com uma participação de 61,2%. Em segundo lugar se destaca o crescimento do setor agropecuário, alcançando um total de 20,5% do PIB. E, em terceiro lugar, temos o crescente aumento do setor industrial, com participação de 18,3% (IBGE, 2012). Os incentivos fiscais não se restringiram somente ao setor industrial, pois a agropecuária também recebeu benefícios que refletiram na modificação do espaço agrário rondoniense.

As políticas públicas voltadas para o setor agropecuário contribuem com o aguçamento dos desmatamentos e a disseminação dos conflitos agrários e territoriais porque elas projetam no espaço o estabelecimento de ações geoestratégicas e institucionaliza a territorialização do capital,

que se despontam por meio dos estabelecimentos de propriedades agropecuárias e pela concessão de incentivos fiscais e creditícios. Esses projetos mostram que os acordos realizados entre Estado e capital produzem efeitos contraditórios no espaço agroflorestal rondoniense.

Por conseguinte, Rondônia sentiu essas transformações, uma vez que estimulou a abertura de novas áreas voltada à monocultura e áreas de pastagens para atender o aumento do rebanho. A pecuária se desenvolve de forma extensiva, ou seja, o rebanho é criado em campos abertos e maior parte de sua alimentação vem dos capins específicos para cada tipo de gado (leiteiro ou de corte), sendo denominado de “boi verde”.

A produção se especializa, o rebanho requer o melhoramento da composição técnica-científica e novas áreas são selecionadas de acordo com a tipologia do rebanho. Mas, em locais em que o produtor não possui conhecimento adequado para manter a pastagem preservada destinada ao rebanho, o aumento do quantitativo de gado pode levar ao empobrecimento do solo e a escassez ou anular a troca de nutrientes, estimulando a busca por novas áreas, como os madeireiros que desflorestam grandes extensões de terras. São esses agentes que abrem os espaços de florestas, para posteriormente dá lugar à atividade da pecuária. Sabe-se que a fiscalização dos órgãos competentes quanto à aplicabilidade da legislação ambiental não ocorre de forma eficaz como deveria.

A disponibilidade de terras com massas florestais e terras desmatadas é um estímulo para o deslocamento do fluxo migratório do Cone-sul para o norte de Rondônia para prática da pecuária globalizada. A migração em escala intraestadual, no sentido campo-floresta, corresponde a nova geografia de Rondônia, na medida em que os pecuaristas/fazendeiros, madeireiros e grileiros se apropriam de terras públicas e buscam por terras com florestas, situadas próximas às terras indígenas e unidades de conservação, como é o caso da Vila de União Bandeirantes que faz divisa com a Terra Indígena Karipunas e a Vila de Rio Pardo inserido próximo a RESEX Jacy Paraná, ambos “distritos” do município de Porto Velho.

O avanço do capital agropecuário ganha força em locais onde ainda se configura o meio natural, potencializando o surgimento de novas vilas e povoados em meio à floresta. Nesse contexto, eleva-se a pressão sobre áreas protegidas e aumenta a coerção territorial sobre os territórios do campesinato, indígenas e extrativistas, desvelando-se como a criminalização da natureza e dos direitos humanos dos povos do campo e da floresta que vê a natureza como a potencialidade para a (re)produção social da vida.

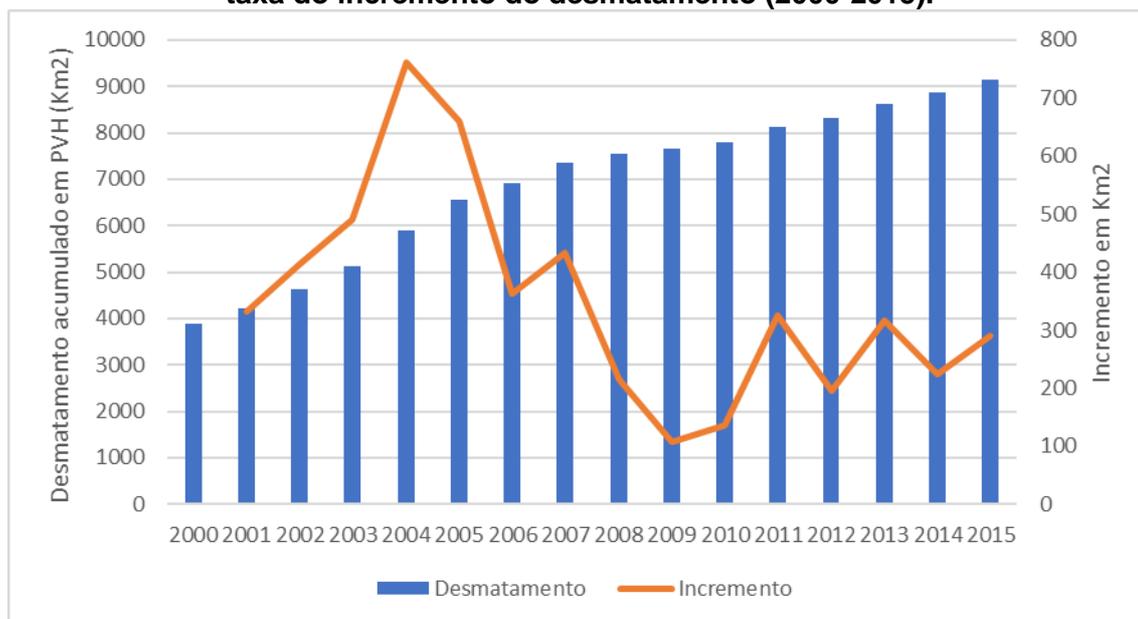
## **PECUÁRIA E DESFLORESTAMENTOS NO ESPAÇO AGRÁRIO/FLORESTAL DE PORTO VELHO-RO**

O município de Porto Velho teve seu panorama paisagístico modificado e a presença dos Espaços da Globalização (SANTOS,1996; SILVA, 2005) bem mais notório na geografia agrária/territorial e geografia regional do estado de Rondônia. As cotações dos desflorestamentos cresceram exorbitantemente e introduziram novos arranjos socioespaciais e novas dinâmicas territoriais no espaço agro-florestal-rondoniense. A cultura das *commodities* representou uma novidade elementar nas áreas de florestas, pois além de introduzir um sistema de objetos que lhe eram estranhos no lugar, provocou fissuras profundas em meio às unidades florestais, alterando o mapeamento do espaço regional. Com isso, os espaços de pastagens ganharam consistência diante da expansão da atividade produtiva pecuária.

Observa-se expressivamente o aumento da quantidade de municípios que atingiram ou ultrapassaram o percentual de mais de 80% de sua extensão territorial de seus limites municipais desmatados. Porto Velho ainda não alcançou essa marca, mas as transformações territoriais causadas pelo agronegócio globalizado indicam a entrada no *ranking* dos municípios rondonienses mais desflorestados em breve, em virtude da pecuária está crescendo rapidamente no norte do estado.

O que tem ocorrido em Porto Velho é um desmatamento progressivo que cede lugar para o aumento da produtividade da pecuária. O Gráfico 01 expõe os dados referentes à relação do desmatamento com o incremento do desflorestamento no município de Porto Velho. São notadas as maiores taxas do incremento do desflorestamento entre os anos de 2004 e 2005, evidenciando a forte ligação com o aumento do quantitativo bovino e as propriedades pecuaristas nas localidades de União Bandeirantes e Rio Pardo.

**Gráfico 01: Evolução do desflorestamento no município de Porto Velho relacionando a taxa do incremento do desmatamento (2000-2015).**



Fonte: INPE/PRODES municípios 2000 a 2015  
Elaborado por Amanda Michalski. 2017

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais–INPE, Porto Velho possuindo uma extensão territorial de 34.631 km<sup>2</sup>, apresenta nesse gráfico uma área de desflorestamento até o ano 2000, de 3.888,3 km<sup>2</sup>, representando 11,23% de área total desmatada. Em 2015 alcança 9147,4 km<sup>2</sup>, significando 26,41% de sua extensão territorial convertida em campos abertos para atividades agropecuárias, um aumento de 235,25% no período selecionado. Em escala estadual, incorporaram-se os 38% do território desmatado em quinze anos de expressivo aumento do capital destinado ao agronegócio.

Quando observados os dados, a trajetória da pecuária em Rondônia, tendo como eixo central da pesquisa o município de Porto Velho, significa um impacto ambiental e social nos territórios florestais. O Gráfico 02 apresenta a evolução do desmatamento em Rondônia entre os anos de 2000 a 2015. Essas análises apontam que as informações referentes ao desflorestamento no estado de Rondônia são ascendentes. É preocupante do ponto de vista da geografia agrária da Amazônia brasileira, porque se configura como um agravante no instante em que há irregularidades nas questões fundiárias e se passa por cima das leis ambientais.

**Gráfico 02: Desflorestamento em Rondônia (2000-2015).**



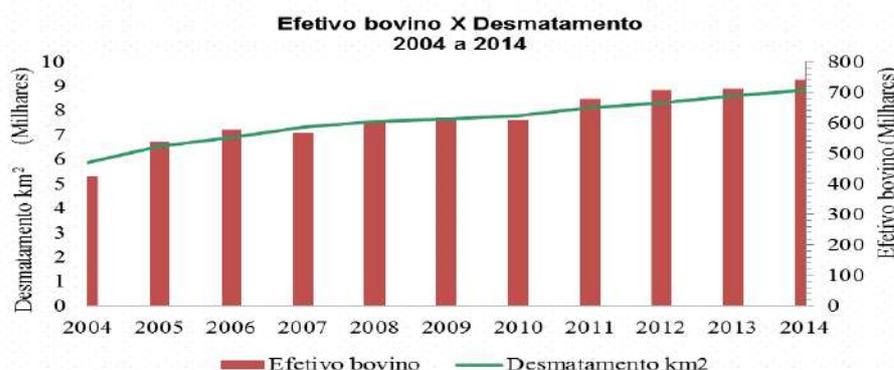
Fonte: INPE/PRODES 2016  
Elaboração: MICHALSKI, Amanda. 2017.

De tal modo, o salto evolutivo anual contido nas séries do Gráfico 02 mostra que o estado de Rondônia é reflexo de um desmatamento rigoroso e que a previsão para os próximos anos é expandir essa prática de destruição da natureza e de negação dos direitos dos povos do campo e da floresta, na medida em que avança a agropecuária sobre os espaços de florestas em estágio de preservação.

Esse evento geoestratégico corresponde a prescrição de uma racionalidade capitalista globalizada e a concretização da fronteira do capital, pois os projetos estão ainda se estruturando na sua totalidade e impondo a sua lógica de dominação e segregação socioespacial, objetivando a acumulação de capital. Os percentuais evidentes no desflorestamento em Rondônia em relação ao período anual qualificam uma relação paradoxal que causam exaustão das espécies (fauna e flora), alterando consequentemente as interações sistêmicas do ecossistema amazônico.

Os desflorestamentos no espaço agrário/florestal de Rondônia vão de encontro com o aumento do rebanho bovino estadual, no qual metamorfoseou as regiões que antes eram áreas que se encontravam em estágio de preservação, sem ter sofrido a interferência do capital do agronegócio globalizado. Dentre os municípios de Rondônia que mais sofreram modificações foi Porto Velho, no qual originou novas vilas e povoados. O Gráfico 03 demonstra a relação do aumento do rebanho bovino com o aumento do desmatamento no município de Porto Velho:

**Gráfico 03: Relação do aumento do rebanho bovino e desmatamento em Porto Velho (2004-2014)**



Fonte: Dados PRODES 2014 e IBGE 2014.  
Elaboração: Amanda Michalski. 2016.

As duas variáveis selecionadas (efetivo bovino e desmatamento) mostram que a elevação no rebanho bovino está paralela ao aumento dos desmatamentos, indicando que o espaço geográfico do município Porto Velho tem sido metamorfoseado pela geografia da pecuária. Assim, a expansão da produção bovina significa o avanço dos desflorestamentos, consolidando as transformações socioespaciais e socioterritoriais para o norte rondoniense.

Os reflexos dessas ações do capital que avançam sobre o campo e a floresta, correspondem aos movimentos espaciais das frentes agropecuárias e madeireiras para o norte de Rondônia, contribuindo com a formação geográfica de vilas rurais que surgem a partir de incentivos de agentes públicos e da iniciativa privada, revelando as irregularidades fundiárias e florestais, em que produzem um “novo espaço”, ou seja, um espaço socialmente produzido pelo capital globalizado.

## **CRESCIMENTO DA PECUÁRIA E A GÊNESE DAS “VILAS RURAIS” NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

O avanço da pecuária em Rondônia tem levado o aparecimento de “vilas rurais” ou povoados em meio à floresta da região amazônica. Por isso, o conceito de vila rural ganha relevância para entender o fenômeno geográfico que estabelece a correlação entre duas variáveis em relevo nesse estudo: pecuária e desmatamento.

A categoria de vilas rurais presentes no estado de Rondônia é um espaço geográfico que serve para a habitação e o trabalho. Está para o uso dos trabalhadores volantes do campo, cujas atividades desenvolvidas estão voltadas para atender as necessidades das unidades familiares. Na área delimitada da vila/povoado onde se encontram os domicílios são constituídas de redes de infraestrutura, energia elétrica, água, serviços de educação e saúde, assistencialismo social e serviços comerciais e financeiros que estão para atender as demandas sociais urbanas de uma comunidade. É o encontro entre o “rural” e o “urbano” da Amazônia se complementando, no qual possuem polos de trabalhos agrícolas e não agrícolas que geram emprego e renda, contribuindo com a melhoria das condições de vida.

Mas essa conceituação e abordagem não devem ser entendidas como única, porque cada definição é condizente com uma determinada realidade. Na Amazônia, como o modo de vida das populações são regidos pela terra, água (rio) e a floresta, a essência totalitária do fenômeno particular estudado deve levar em consideração as especificidades dos lugares, as territorialidades e as espacialidades, pois a diversidade dos agentes sociais presentes no espaço amazônico é múltiplo, a exemplo dos camponeses, pescadores, extrativistas, indígenas, quilombolas e caboclos vivem outra temporalidade e lógica.

Para Guedes & Cordovil (2013), a escala de análise para a definição de vila rural na Amazônia no âmbito da ciência geográfica, deve-se ao gênero de vida e a paisagem, no qual estes espaços geográficos são concebidos como relações indissociáveis. Sendo assim, esses autores conceituam as vilas rurais como sendo:

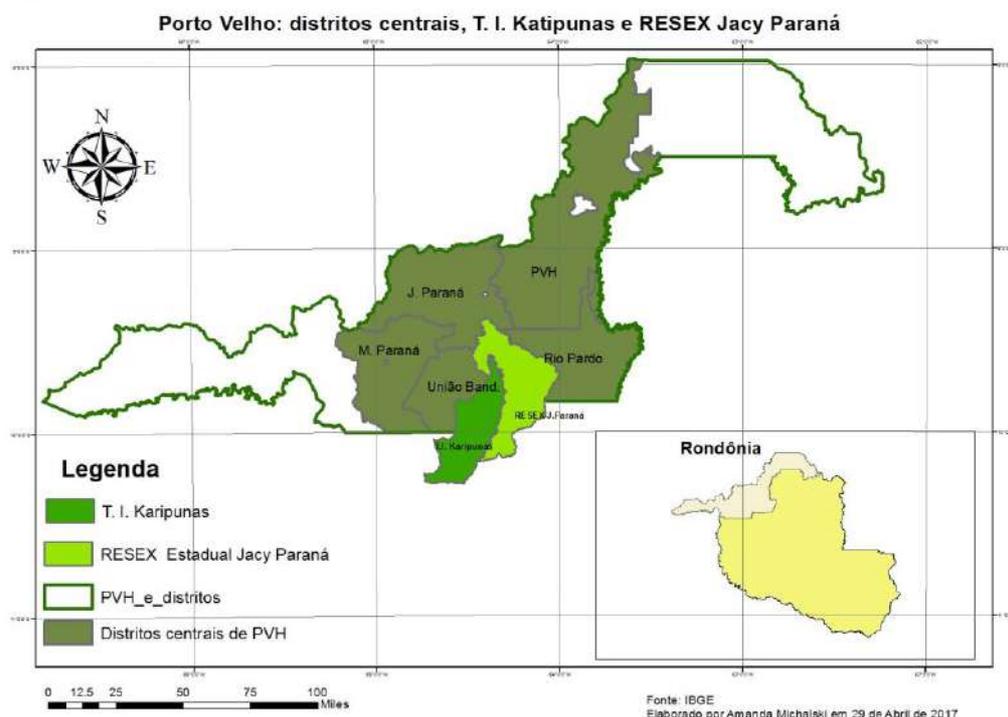
Uma formação sócioespacial, cuja paisagem não ultrapassa a dimensão do tradicional, ou seja, não alcança um alto grau de complexidade técnica, além de ser composta de uma materialidade, expressa em seus objetos geográficos e numa misticidade clarificada em seus ritos e crenças, que estruturam o mundo do sagrado, acessíveis a toda população, codificando ao mesmo tempo um mundo de valores humanos e sobrenaturais, onde a interação ou soma da matéria e do espírito se tornam técnicas, transmitidas pela tradição, com a finalidade de domínio da natureza e afirmação da geograficidade do grupo. (GUEDES & CORDOVIL, 2013, pg.32).

Geograficamente, União Bandeirantes e Rio Pardo são entendidos nesse trabalho como “vilas rurais” que surgem em meio a floresta, que por possuir atividades agrícolas e não agrícolas é classificada por meio de sua configuração socioespacial, pela composição técnica, pela interação homem/natureza e sociedade/espço, pela complexidade dos sistemas de objetos e ações, permitindo-lhe entender o espaço enquanto totalidade. Todavia, esses povoados nos últimos anos têm sido afetados pelo desflorestamento, no qual sofreram alterações bruscas no espaço agrário/florestal.

As principais vilas originárias e reflexos dos desmatamentos em Porto Velho foram União Bandeirantes e Rio Pardo. Os dados do programa PRODES apontaram que o aumento dos desflorestamentos em Porto Velho alcançou 26,41% em 2015, expressando um aumento de 5.259,1 Km<sup>2</sup> de áreas desmatadas no município, correspondente aos anos 2000-2015.

O território florestal dos povoados de União Bandeirantes e Rio Pardo sofreram ação do capital agropecuário e da atividade madeireira. A forma de aquisição ilegal das unidades florestais e as irregularidades nas questões fundiárias são oriundas dos estímulos governamentais, que orientaram politicamente projetos agropecuários para a ocupação irregular de áreas rurais. Na figura 5 podemos observar a posição geográfica do município de Porto Velho e seus distritos centrais, incluindo as áreas que sofrem pressões dos desflorestamentos contínuos, Terra Indígena Karipunas e RESEX Jacy Paraná.

**Figura 5: Porto Velho: distritos centrais, T.I. Karipunas e RESEX J. Paraná**



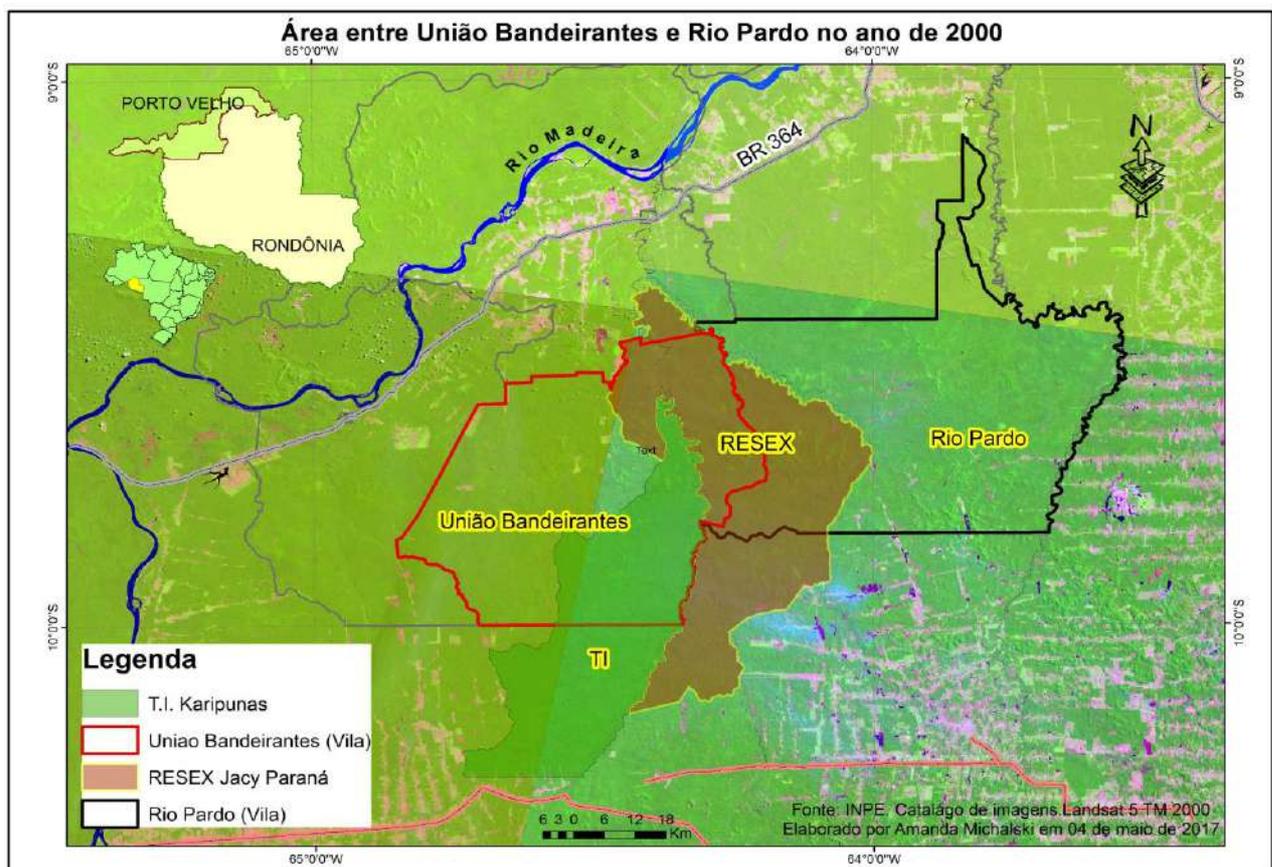
O povoado União Bandeirantes surgiu em 1999, encontra-se a 160 km da capital de Porto Velho, abrange uma área de 104 mil hectares, a extensão territorial urbana é de aproximadamente 6,70 km<sup>2</sup> e possui uma população estimada para 15.000 habitantes. Destaca-se por contribuir por seu potencial econômico para o município de Porto Velho e visto pelo governo estadual como principal polo de produção agropecuária de Porto Velho, cujos principais produtos são gado (leiteiro e corte), milho, café, feijão, cacau e banana. O que mais se sobressai é a pecuária. Particularmente, o setor madeireiro foi a atividade que muito contribuiu com o aumento das taxas de desmatamentos na região, impactando diretamente a natureza e as relações sociais,

mas essa atividade não é vista pelo governo como uma atividade que contribuiu para a formação do povoado de União Bandeirantes (PEREIRA, 2015).

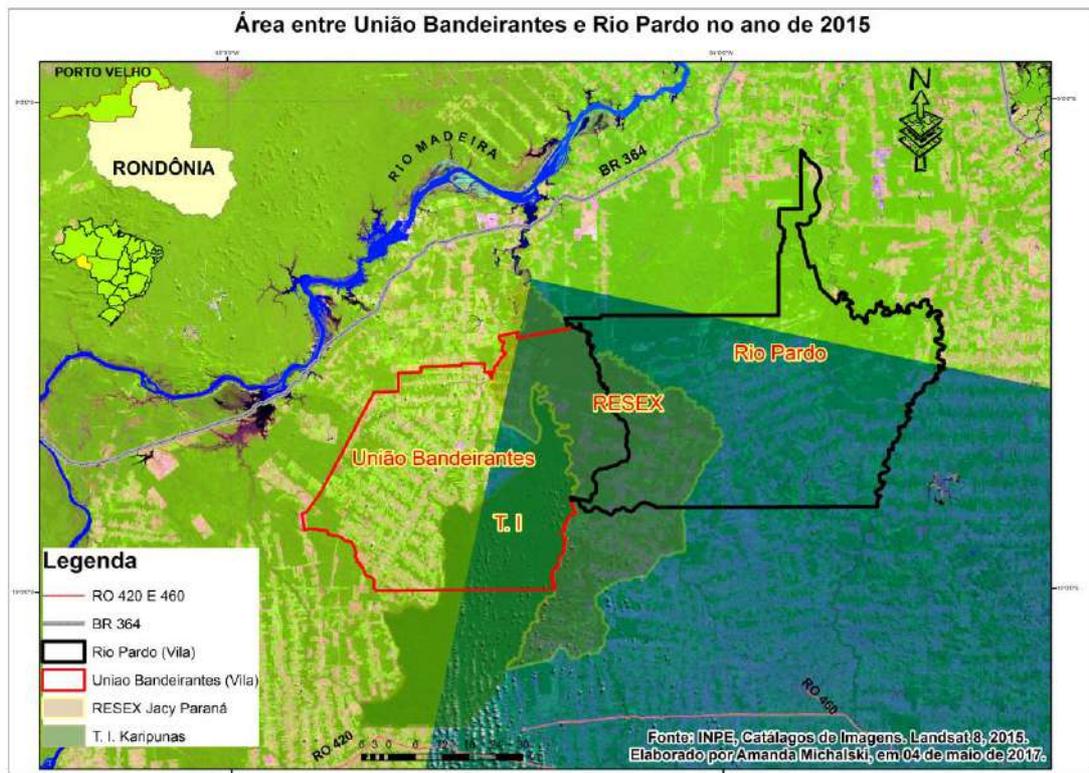
A imagem evidenciada na Figura 06 comprova que o desmatamento começou a se manifestar nessa região a partir de 2000. O povoado de Rio Pardo é o que mais apresentava alterações espaciais nesse período, pois as hachuras evidenciadas na imagem são decorrentes das corriqueiras atividades madeireiras e do início das atividades da pecuária que se apresentavam em processo expansivo a partir desse momento.

A análise comparativa entre as Figura 06 (2000) e Figura 07 (2015) demonstra que o cenário de União Bandeirantes sofreu crescente elevação nos índices de desmatamentos, formando em meio à floresta uma espinha dorsal semelhante a uma espinha de peixe, marcas estas que estão cartografadas nas geografias dos lugares e que são refletidas contraditoriamente nos espaços de vida dos povos do campo e da floresta, pois a variável pecuária, causou nos últimos anos desmatamentos e ampliou a fronteira do capital.

**Figura 06: Área em 2000**



**Figura 07: Área em 2015**



O poder exercido pelo capital globalizado nesse território de influência da pecuária transformou a natureza em mercadoria, tem pressionado atualmente as terras com matas e tem produzido uma relação conflituosa sobre as formas de usos das terras, das florestas e dos territórios. São exatamente quinze anos de expansão do desmatamento sem que houvesse a elaboração de um planejamento e uma gestão ambiental eficiente que pudesse atender tanto aos anseios da sociedade, bem como garantir a proteção das unidades de conservação sem interferir nos instrumentos legais e normativos da legislação ambiental.

A preocupação que se instaura atualmente acerca da sub-região de União Bandeirantes é que ela se encontra no limite da Terra Indígena Karipunas (TI). Isso tem ocasionado uma coibição e grilagem sobre as terras indígenas, no qual corresponde efetivamente na cristalização do conflito agrário e territorial. Territorializa-se a pecuária, espacializa-se o desmatamento e eleva as pressões sobre a TI Karipunas. As ocupações agropecuárias estão no limite da TI Karipunas, o que gera para as populações indígenas insegurança em várias dimensões: social, econômica, política, cultural, ambiental e territorial. Assim, a dinâmica estabelecida entre pecuária e desmatamento em Rondônia é produto do extermínio da natureza, das modificações contraditórias do espaço e dos conflitos socioterritoriais, eventos estes que incriminam e ameaçam os modos de vidas amazônicos.

**Figura 08: Espaço geográfico da vila rural de União Bandeirantes**



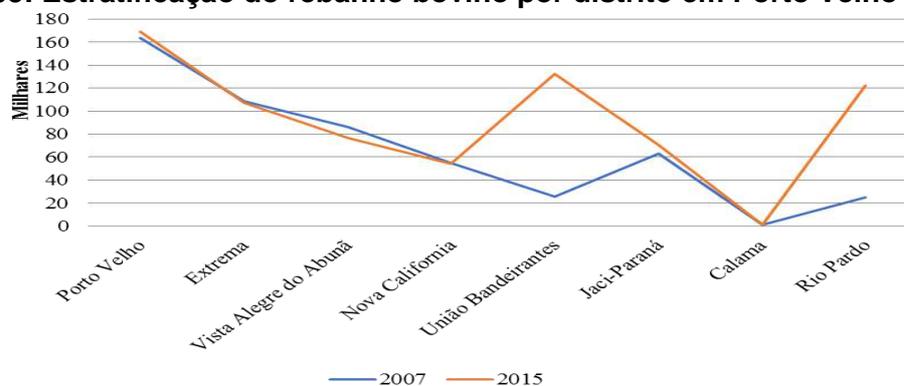
Fonte: Trabalho de campo, 2016.  
Foto: Amanda Michalski.

A formação geográfica do povoado de União Bandeirantes é consequência da ocupação irregular de terras e do acréscimo da economia extrativa madeireira. Essa área sendo considerada como zona de amortecimento, possui a função de ser usada como barreira para conter o avanço dos desmatamentos, mas as forças hegemônicas de todos os lados impostas pelo capital é uma ameaça para a existência desse espaço que tem outra lógica e temporalidade que não é a mesma das relações capitalistas de produção.

A vila de União Bandeirantes legalmente não é um distrito porque se encontra em áreas impróprias às atividades agropecuárias. Ainda que em 2003 houvesse a tentativa de legalização desta localidade como distrito de Porto Velho, o Ministério Público interviu e não permitiu que essa lei fosse sancionada, devido esse povoado se encontrar em uma zona tampão.

A ocupação de União Bandeirantes ocorreu de forma acelerada e desordenada. Nos últimos quinze anos, a formação do povoado demonstrou modificação no ambiente bem expressivo, que mesmo não sendo regularizado como um distrito teve sua produção agropecuária para Porto Velho como uma das maiores. Após o reconhecimento desses coeficientes, os dados exibidos da estratificação do rebanho por distritos de Porto Velho, no período compreendido entre 2007-2015, demonstraram a participação do rebanho e as propriedades pecuaristas de cada distrito que compõe a extensão territorial do município.

**Gráfico 05: Estratificação do rebanho bovino por distrito em Porto Velho (2007-2015)**

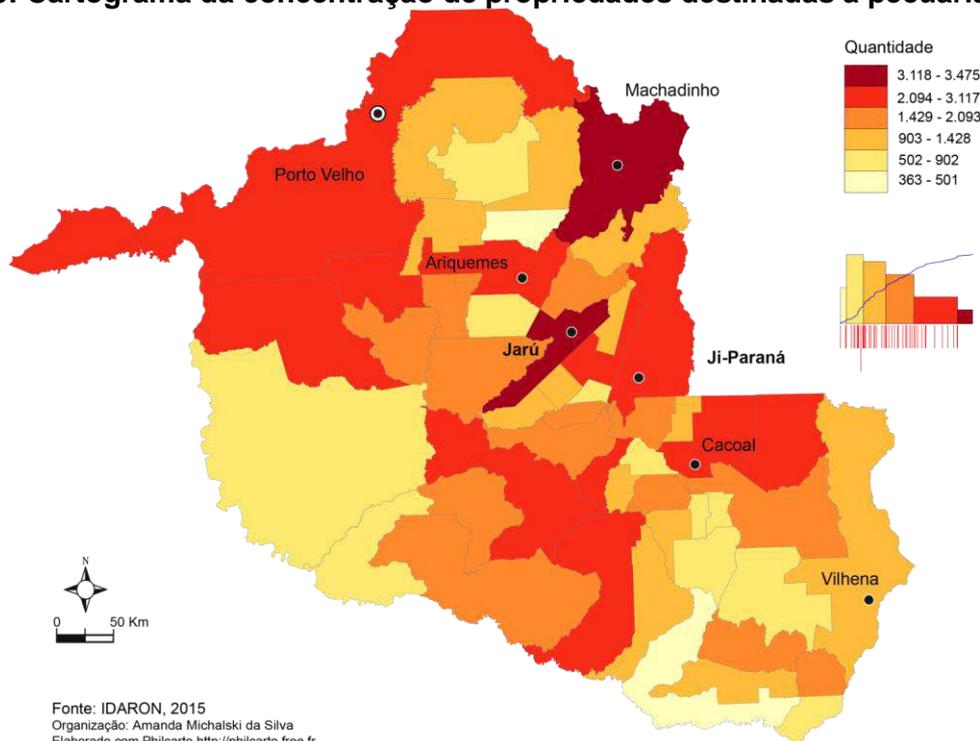


Fonte: IDARON, 2015  
Elaboração: MICHALSKI, Amanda. 2016.

O Gráfico 05 demonstra o crescimento de 138% no número de propriedades ao longo de oito anos, um salto significativo de União Bandeirantes e de Rio Pardo que, respectivamente,

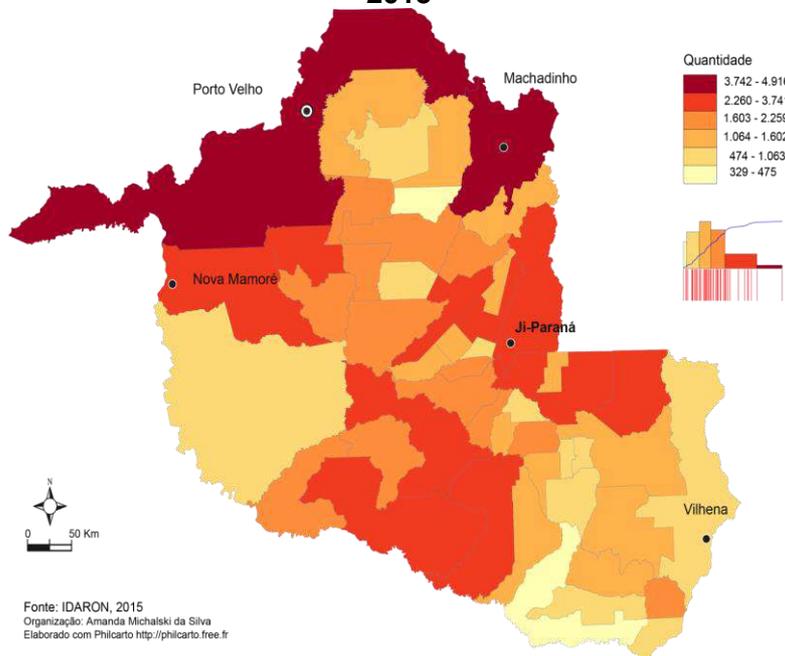
apresentam avanço de 511% e 481% no aumento do quantitativo bovino, diagnosticando a evolução das propriedades com pecuária em Rondônia. Assim, os dados quantitativos de propriedades em Rondônia é destaque para o crescente aumento dessas propriedades no município de Porto Velho. Na figura 09 mostra o Cartograma que apresenta a concentração de propriedades designadas à pecuária no ano de 2005 e o Cartograma 09 expõe os dados dessa concentração de propriedades para a pecuária em 2015.

**Figura 09: Cartograma da concentração de propriedades destinadas à pecuária em 2005**



Nesse cartograma, nota-se que os municípios que se destacaram na produção da pecuária são os municípios de Machadinho do Oeste, Jarú, evidenciando um aumento do rebanho nesses municípios que corrobora diretamente no desmatamento desenfreado que territorializa e permeiam o espaço agrário e florestal. Na figura 10 mostra o Cartograma 10 mostrará a diferença entre os anos de 2005 e 2015, demonstrando efetivamente o deslocamento crescente dessa atividade para o município de Porto Velho.

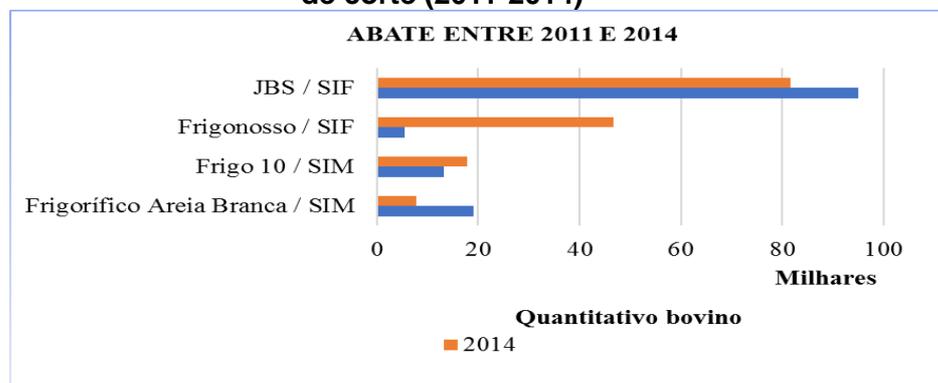
**Figura 10: Cartograma da concentração de propriedades destinadas à pecuária em 2015**



Esses dados são um indicativo da presença de novos agentes modeladores do espaço, no qual estes se beneficiam das mercadorias produzidas, caracterizando-a Amazônia como uma economia científica e globalizada, cujo resultado dessas ações é a cristalização do meio *técnico científico informacional*, aonde os fluxos de mercadorias, de capitais e financeiros se intensificam, alcançando uma escala a nível global que alteram compulsivamente a lógica dos lugares.

Abre-se o espaço agrário/florestal amazônico para os mercados globalizados. As produções de mercadorias, como a atividade da pecuária, passam agora a serem controlados pelas grandes corporações do agronegócio que estabelecem relações e acordos “solidários” de mercados. Essas *trades* globalizadas passam a exercer o controle dos preços e sobre o produto. Por isso, os dados fornecidos pela Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON realçam sobre o abate do rebanho de corte em Porto Velho com certificação Sistema de Inspeção Municipal–SIM e Sistema de Inspeção Federal–SIF, demonstrando os dados referentes aos anos 2011 e 2014.

**Gráfico 06: Frigoríficos com selo de certificação (SIM e SIF) em Porto Velho e abate de gado de corte (2011-2014)**



Fonte: IDARON, 2015  
Elaboração: Amanda Michalski. 2016.

A presença desses frigoríficos representa o corporativismo do território pelo agronegócio em Rondônia. A cadeia produtiva da carne apresenta o selo de qualidade na sua mercadoria, cuja produção, exportação e consumo atendem à escala global. Assim, os fluxos de mercadorias indicam verticalização da pecuária e provocam em escala local desequilíbrios socioambientais. Na medida em que a pecuária aumenta expande sua área de influência para atender a demanda dos mercados exógenos, o desmatamento se conforma em escala local como um crime ambiental que pressiona, subjuga, intimida e nega os territórios florestais e socioculturais dos povos do campo e da floresta, contribuindo nesse processo dialético com o conflito agrário e territorial.

Conseqüentemente, o crescimento da pecuária reflete o desmatamento em áreas de proteção ambiental e pressão sobre terras indígenas. Nesse caso, a geografia da pecuária em Porto Velho dissemina sua racionalidade capitalista vorazmente, que se traduz nos desmatamentos e nas fragilidades do ordenamento do território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço agrário/florestal de Porto Velho vem sofrendo transformações territoriais, devido ao capitalismo ter avançado sobre o campo e a floresta. A elevação da produção da pecuária em Rondônia tem contribuído com o aumento dos desmatamentos, ocasionando a pressão sobre as áreas protegidas e terras indígenas.

A geografia agrária de Rondônia representa a expansão das frentes agropecuárias que se movimentam do sul para o norte do estado de Rondônia que vai de encontro com os desflorestamentos, representando *a priori* um ato ambiental criminoso. As estratégias e as alianças políticas estabelecidas entre Estado e o Capital, legitima a territorialização e a espacialização do capital global, que indicam a destruição da natureza, a negação das territorialidades dos povos do campo e da floresta e promove a violação dos direitos ambientais e sociais.

O desenvolvimento e o melhoramento do setor produtivo das atividades agropecuárias fez com que o estado de Rondônia se destacasse na Região norte. O circuito espacial de produção de carne possui forte crescimento, colaborando com a rapidez dos fluxos das mercadorias do setor agropecuário. Há uma maior fluidez estabelecida pelas empresas multinacionais, no qual são cada vez mais introduzidos no território rondoniense, como é o exemplo da empresa JBS Friboi, que atualmente ocupa a posição de uma das maiores indústrias de alimentos do mundo e a instalação da empresa a Cargill agrícola, empresa privada voltada para o processamento dos alimentos.

Apesar do estado de Rondônia ser um espaço voltado às práticas agropecuárias, não podemos deixar de reconhecer que há outros tipos de usos da terra, da floresta e do território pelas diferentes tipologias de campesinatos, pelos extrativistas, pelos caboclos e pelas populações indígenas preexistentes no espaço agroflorestal rondoniense. Existe a coerção/pressão territorial, a apropriação simbólica e dos recursos e a destruição da natureza quando se instaura a abertura dessas novas áreas que se aproximam das zonas de proteção ambiental, como é o caso de União Bandeirantes, cuja formação geográfica ocorreu nas proximidades da Terra Indígena Karipunas, Rio Pardo adentrando com a destruição da RESEX Jacy Paraná, ameaçam a existência das áreas de proteção ambiental.

Essa problemática de Rondônia se faz necessária ser estudada, por entender que há dificuldades dos órgãos competentes para fazer cumprir na sua totalidade o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) pelo Estado e pelos gestores públicos. O que é predominante ainda é a ineficiência da fiscalização para conter o crescente avanço dos desmatamentos sobre essas áreas. Como no caso da vila rural de União Bandeirantes, essa localidade expressa a negligência fiscal e governamental em relação ao desmatamento, sendo presentes em todo território rondoniense. Porquanto, os dados sistematizados e os resultados obtidos nesse artigo,

mostraram que houve modificações socioterritoriais no espaço agrário e florestal de Rondônia, haja vista que os agentes hegemônicos pregam pelo “progresso econômico” e objetivam alcançar a reprodução ampliada de capital.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei 9.985, Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. de julho de 2000. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322> . Acessado em 29 de abril de 2017.
- DIÁRIO DA AMAZÔNIA. **Carne de Rondônia exportada para 40 países**. Porto Velho. 22 de março 2017. [www.diarioamazonia.com.br/carne-de-rondonia-exportada-para-40-paises/](http://www.diarioamazonia.com.br/carne-de-rondonia-exportada-para-40-paises/) . Acessado em: 25 de abril de 2017
- FIGUEIREDO, D. B; SILVA, J. A. Desvendando os mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**. V18, n.1. 2009.
- GUEDES, Eneias B.; CORDOVIL, Gilber V. **Vilas rurais na Amazônia paraense: uma proposição conceitual**. Revista GEOAMAZÔNIA, Belém, n.1, v. 01, p.23–39, jan./jun., 2014.
- IBGE 2015, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades/Porto Velho/Rebanho efetivo**, 2015. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades/Porto Velho/PIB 2012**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>
- PEREIRA, R. Cleber. Distrito de União Bandeirantes ganha sede da Idaron para dinamizar atendimento a produtores. **SECOM**. Dezesesseis de setembro de 2015. Disponível em <http://www.rondonia.ro.gov.br/2015/09/83165/> . Acessado em 29 de abril de 2017.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SEDAM - Secretária de Estado do Desenvolvimento Ambiental. **Vinte e um anos de Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia**. Porto Velho. 2010. pg 16
- SILVA, Ricardo G. da C. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins [Online]**, 23, posto online no dia 01 Março 2015. Acessado: <http://confins.revues.org/9949>.
- SILVA, Ricardo G. da C. **Avanço dos Espaços da Globalização: a produção de soja em Rondônia**. Dissertação de Mestrado do Núcleo de Ciência e Tecnologia-NCT, Universidade Federal de Rondônia-UNIR. – Porto Velho, 2005.
- SILVA, Ricardo G. da C. Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação sócioespacial de Rondônia (1970-1995). In: ALMEIDA SILVA, Adnilson de; NASCIMENTO SILVA, Maria das G. S.; \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: Reflexões geográficas**. 1ª ed. Curitiba: SK Editora, 2012, p.1-24.
- SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Agentes, Processos e Conflitos na Gestão Territorial em Rondônia. In: **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. São Paulo, 2014.
- SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Agronegócio e campesinato em Rondônia. IN: FERREIRA, Gustavo H. Cepolini (org.). **Geografia Agrária no Brasil: Disputas, conflitos e alternativas territoriais**. 1 ed., Jundiá: Paco Editorial, 2016. p. 333-354
- THERY, Hervé [1976]. **Rondônia: mutações de um território federal na Amazônia brasileira**. 1 ed. SK Editora, Curitiba, 2012, 304 p.
- VALVERDE, Orlando (coord.). **A Organização do Espaço na faixa da Transamazônica: introdução sudoeste amazônico e regiões vizinhas**. v.1, IBGE/INCRA, Rio de Janeiro, 1979.

## **HÁBITOS CULTURAIS DE COMUNIDADES DO BAIXO AMAZONAS: UMA INVESTIGAÇÃO DA INTERAÇÃO CULTURAL, AMBIENTAL E SAÚDE COLETIVA**

Itamar Rodrigues Paulino; Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)  
itasophos@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho apresenta o resultado de pesquisa sobre cultura e saúde coletiva de comunidades do Baixo Amazonas. A pesquisa é uma investigação sobre a interação entre culturas, meio ambiente e saúde coletiva, com o objetivo de trazer à luz olhares culturais dos hábitos de higiene e trato com a saúde que possam fortalecer atitudes que ajudam no processo de melhoria da qualidade da saúde coletiva. As pesquisas apresentaram resultados preocupantes quanto a questões como uso da água, saneamento, doenças comuns e meios e locais de tratamento da saúde. As pesquisas se concentraram em uma comunidade quilombola do Baixo Amazonas.

**Palavras-chave:** Saúde Coletiva; Hábitos Culturais; Interação; Amazônia.

## **HÁBITOS CULTURALES DE LAS COMUNIDADES DEL BAJO AMAZONAS: UNA INVESTIGACIÓN DE LA INTERACCIÓN CULTURAL, AMBIENTAL Y DE SALUD DE LA COLECTIVIDAD**

**Resumen:** Este trabajo es una presentación de la investigación sobre la cultura y la salud colectividad de las comunidades del Bajo Amazonas. Esto es una investigación de la interacción entre culturas, el medio ambiente y la salud de la colectividad, con el fin de llevar a las luces miradas culturales de higiene y tratamiento de la salud que puedan fortalecer las actitudes que ayudan en el proceso de mejora de la calidad de la salud de la colectividad. La investigación demostró resultados preocupantes en temas como el uso del agua, el saneamiento, las enfermedades y los medios comunes y centros de salud. La investigación se centró en una comunidad afrobrasileña del bajo Amazonas.

**Palabras clave:** Salud Pública; Hábitos culturales; interacción; Amazonas.

## **CULTURAL HABITS OF LOW AMAZON RIVER COMMUNITIES: AN INVESTIGATION OF CULTURAL, ENVIRONMENTAL AND COLLECTIVE HEALTH INTERACTION**

**Abstract:** This paperwork is the presentation of a research on the culture and collective health of communities in the Lower Amazon. The research is an investigation about the interaction between cultures, environment and collective health, with the aim of bringing to the light cultural views of the habits of hygiene and treatment with health that can strengthen attitudes that help in the process of improvement of collective health's quality. This survey has presented worrying results on issues such as water use, sanitation, common diseases, and health facilities as well as treatments. The researches were focused on a Afro Brazilian community of the Lower Amazon.

**Key words:** Collective Health; Cultural habits; Interaction; Amazon.

### **1- INTRODUÇÃO**

Pode ser que alguns leitores estranhem a temática do presente artigo, a relação entre cultura e saúde coletiva, trazendo ao debate o resultado de uma investigação que envolv temáticas aparentemente díspares como cultura, ambiente e saúde coletiva. Em geral, o senso comum vincula cultura a tópicos artísticos como música, dança, pintura ou a posturas cultas de pessoas cuja formação é de alto nível educacional. Entretanto, o conceito de cultura é bem mais amplo e dinâmico do que o senso comum propõe. É fato que não poucas vezes ambas as áreas cultura e saúde discursam sobre diversos assuntos pertinentes a ambas sem que uma se apodere do discurso da outra. Contudo, um ponto torna o encontro e o debate inevitáveis, ambas procuram garantir a qualidade da vida de um determinado grupo social. Esse fundamento sustenta e serve de garantia plausível para que

seja estabelecido um diálogo cada vez mais próximo e promissor entre cultura e saúde, apresentando questões, proposições e interações discursivas e práticas sobre a existência humana, ainda que ambas as áreas tenham sistemáticas diferentes.

Esse estudo é o resultado de uma investigação da cultura e da saúde focada na busca senão de resposta ao menos de reflexões para uma questão fenomenológica, a saber, *os hábitos culturais e sua interação com o meio ambiente influenciam a qualidade da vida das pessoas, melhorando ou piorando, fortalecendo ou debilitando a saúde coletiva?* O maior desafio do estudo e da pesquisa foi o de reunir os fundamentos culturais e de saúde necessários e justificadores que pudesse permear interdisciplinarmente a apresentação dos resultados, e que tivesse compromisso incondicional com o conhecimento transformador porque é isso implica na tomada de consciência dos comportamentos culturais coletivos que apresentem ligação com a melhora ou piora da saúde humana.

O presente texto tem como objetivo participar das discussões sobre o empoderamento da saúde coletiva a partir de possíveis readequações de hábitos culturais e/ou afirmação dos já existentes que fortalecem a saúde coletiva, bem como por meio da conscientização das pessoas sobre a necessidade de readequação das estruturas domésticas e coletivas que influenciam decisivamente na qualidade de vida das pessoas, principalmente no que se refere à saúde coletiva.

O presente artigo apresenta um recorte da pesquisa sobre cultura e saúde coletiva na Amazônia, centrado nas comunidades remanescentes de quilombos (C.R.Q.) do Arapucu e Muratubinha, no município de Óbidos, no Baixo Amazonas paraense, Microrregião de Óbidos, sendo que a primeira (C.R.Q. do Arapucu) está situada na margem esquerda do rio Amazonas, com acesso via terrestre (20 minutos de carro, aproximadamente) e via fluvial (30 minutos de barco em média), na Latitude 1°52'17.69"(S) e na Longitude 55°34'29.29"O. Ela tem seu registro junto à Prefeitura do Município de Óbidos como uma comunidade de terra firme. A segunda (C.R.Q. Muratubinha) está localizada na margem direita do rio Amazonas, com acesso fluvial somente (2h de barco, na rota para Manaus); e tem como georreferência a Latitude 1°55'9.07"(S) e a Longitude 55°35'40.69" (O). Ela tem seu registro junto à Prefeitura do Município de Óbidos como comunidade de várzea.

Tomamos o entendimento de Paulino (2013, pp.111) sobre várzea e de terra firme, na composição desta pesquisa, para quem:

Entende-se por comunidades de várzea aquelas pequenas aglomerações humanas que habitam terrenos campinados às margens de um rio, igarapé ou lago que são inundados em época de cheia (enchente). Podemos citar como exemplo de várzea as margens do Rio Nilo, do Rio Amazonas, regiões ribeirinhas a esses rios que na época de cheia são alagadas, depositando no solo uma grande quantidade de húmus, material orgânico rico que é utilizado como adubo natural no cultivo de culturas alimentícias para o sustento de um grupo familiar. /.../. Entende-se por comunidades de terra firme aquelas pequenas aglomerações humanas que habitam terrenos na região de interior da floresta amazônica, longe da margem de rios, igarapés e lagos, e que possuem um solo mais pobre, visto que essas localidades ocupam terras que não são inundáveis pelos rios em época de cheia.

A pesquisa procurou investigar pontos que vinculassem as culturas dos moradores das comunidades focadas, meio ambiente em que eles vivem e como é promovida a saúde coletiva pela e junto à população. Os resultados permitiram trazer à luz das discussões olhares culturais dos hábitos de higiene e trato com a saúde que possam fortalecer atitudes de melhoria da qualidade da saúde coletiva. Neste quesito, as pesquisas apresentaram resultados preocupantes quanto a questões de uso/conservação da água, as condições de saneamento, doenças mais comuns e os meios e locais de tratamento da saúde.

No que se refere às questões de cultura, é fundamental apresentar que o tema da cultura suscita debates acalorados por conta da amplitude conceitual que o termo tenta responder, visto que seu estatuto expõe modelos diversos, às vezes convergentes e às vezes divergentes, do que vem a ser uma manifestação cultural. Os debates resultam do incômodo que o provincianismo conceitual europeu provocou em pensadores de culturas pouco simpáticos a verdades absolutas. Para a definição do conceito de cultura o provincianismo europeu obedeceu a um contexto cujas raízes históricas não datam de um tempo tão distante assim.

Síntese do substantivo alemão *Kultur* com o francês *Civilisation*, “cultura” é um conceito dinâmico que recebeu seus fundamentos no século XIX, quando Edward Tylor publicou a obra *Primitive Culture* (1871). Nela, o autor definiu que o vocábulo *Culture* como *um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade* (TYLOR, 1871, p. 31). Percebemos, pois, que o conceito de Tylor de cultura, embora bastante amplo e abrangente, é radicalmente diferente do que hoje consideramos como cultura. Segundo Tylor (1881, pp. 1-18), as sociedades se desenvolvem de uma mesma maneira, o que resulta na ideia de um progresso universal de civilização, que ocorre desde o estágio de selvageria, caracterizado pela subsistência humana a partir do uso de plantas e animais selvagens, e o uso de implementos técnicos da idade da pedra; passando pelo da barbárie, caracterizado pela implantação de modelos agrícolas e da metalurgia, bem como a organização social na forma de vilas e vilarejos; até a humanidade atingir o estágio civilizatório, que começa quando o ser humano adquire a arte de escrever.

O incômodo que surge daí está no fato de que os pensadores europeus a partir de então passaram a sintetizar o conceito de cultura em dois conceitos, que são realizações materiais (*Civilisation*) e manifestações espirituais (*Kultur*) de um povo, exigindo dos incomodados uma atitude de desconstrução conceitual, gerando a resignificação do termo para que outros pontos fossem abrigados e contemplados num eixo epistemológico mais abrangente que pudesse ser denominado de “cultura”, e que é componente essencial na existência de uma sociedade. Lembramos que o século XIX estava colhendo os frutos da *Ilustração*, movimento iluminista do século XVIII, cuja orientação às sociedades europeias dizia respeito a um esforço civilizador e de educação sistemática em promover o aperfeiçoamento moral e a elevação do gosto, numa perspectiva universalista (BAUMAN: 1998). Nesse século de efervescência de debates sobre evolução da humanidade, pensadores de diversos ramos e vertentes buscavam apresentar algum modelo que pudesse levar as sociedades humanas a atingir o estágio máximo do processo civilizatório.

Mas, como aceitar o processo de acesso à civilidade nas condições normativas propostas por Tylor? Isso resultaria em que sociedades humanas que não tivessem cumprido um tipo de *cronograma de evolução* seriam consideradas sociedades de pouca cultura, de subcultura, ou até mesmo sem cultura, condição inaceitável porque transforma os grupos sociais em grupos de dominadores e dominados. Logo, o termo cultura passou por uma reformulação completa ao longo do século XX, sendo objeto de discussão nas mais diversas áreas e resultando num conceito bastante abrangente, amplo e inclusivo.

Diversos pensadores, tais como Franz Boas (1858-1942), Bronislaw Malinowski (1884-1942), Alfred Kroeber (1876-1960), Clifford Geertz (1926-2006), Gilberto Freyre (1900-1987), Claude Lévi-Strauss (1908-2009) e Alfredo Bosi (1936-), contribuíram para o desenvolvimento de um conceito de cultura senão definitivo ao menos plausível e aberto à incorporação das mais diversas propostas desde que haja coerência e lógica na proposição. Neste sentido, entendemos por cultura o ajuntamento de costumes, crenças, manifestações artísticas, hábitos, formas de manifestação do conhecimento por meio de escritas, falas, cantos, danças, produções tecnológicas, relações entre os seres humanos e o meio ambiente, hábitos cotidianos, modos alimentares e de saúde e o conhecimento que imerge

das experiências humanas. Assim, a cultura pode ser apresentada como uma dimensão fundamental na formação e na caracterização de um povo. É por intermédio da cultura que se forma a consciência de nação e, conseqüentemente, o fortalecimento da cidadania.

Nessas condições, cultura passou a ser uma temática interdisciplinar servindo de base para discussões de temas das mais diversas áreas e diversas áreas passaram a ser vistas como aspectos das culturas humanas. Neste sentido, a temática do meio ambiente e da saúde podem interagir com a cultura e daí ocorrerem estudos, discursos, pesquisas e práticas que possam resultar em algo mais amplo, integral, não fragmentado. Essa é nossa proposta para o presente texto.

## **2- CULTURA, AMBIENTE E SAÚDE COLETIVA NA AMAZÔNIA**

Como pensar as discussões teóricas sobre cultura, ambiente e saúde coletiva no âmbito da Amazônia? Como definir culturas, identidades e memórias amazônicas numa realidade cultural dissimilar aos modelos culturais europeus ou de uma sociedade “desenvolvida”? A partir de quais lugares da Amazônia se pode falar dessas dimensões? Para que possamos discutir esses pontos, é preciso assegurar em primeiro lugar que não são as manifestações e os valores dos diversos grupos culturais da Amazônia que devem se adaptar às lógicas conceituais produzidas em algum lugar externo à região, mas que os conceitos sejam repensados e redefinidos obedecendo à lógica difusa dessa região brasileira; em segundo lugar, o fato das comunidades humanas da Amazônia serem dissimilares às europeias ou de países ditos “desenvolvidos”, ou mesmo das culturas brasileiras fora dessa região, não é argumento para não defini-las ou apresentá-las ao mundo na sua própria identidade; finalmente, não é possível pensar culturas, ambiente e saúde coletiva sem o papel essencial da educação nesta região brasileira.

A formação de uma identidade cultural é algo que depende de diversos fatores, e seu reconhecimento é tanto mais plausível quanto mais forem realizadas práticas singulares de cultura daí resultantes. Embora seja fundamental a identidade de um grupo cultural para sua existência porque revela a qualidade do idêntico entre entes participantes, não se pode negar que processos identitários são relativos devido ao caráter dinâmico da formação cultural de um povo. É, pois, fundamental considerarmos que no caso brasileiro, as culturas são enriquecidas por meio da grande miscigenação resultante de situações históricas pouco harmoniosas. Neste aspecto, Coriolano e Martins (2007) apresentam que a identidade é característica que nos faz diferentes dos outros tornando possível a identificação.

Myanaki *et al* (2007:8) expressam de forma incisiva que a cultura é um *conjunto de crenças, costumes, valores espirituais e materiais, realizações de uma época ou de um povo, manifestações voluntárias que podem ser individuais ou coletivas pela elaboração artística ou científica*. Ou seja, a cultura tem sua estruturação pulverizada em diversas dimensões das atividades sociais, tais como dança, música, ritos e rituais, línguas e linguagens, modos de vida, atividades trabalhistas – extrativistas, agropecuaristas, pesqueiras e urbano-trabalhistas. Neste rol podemos incluir os símbolos e signos próprios de grupos culturais que se projetam à sociedade sem perder os próprios vínculos internos (PAULINO, 2016). Por conta de tamanha amplitude conceitual é que a cultura de uma comunidade ao ser preservada pode e deve ser utilizada como fomento ou elemento potencializador para várias atividades sociais, tais como a turística e literária, a educacional e ambiental, e de forma extensiva a cultura pode e deve contribuir com o fortalecimento do bem estar e da saúde de uma comunidade.

A cultura, então, é uma dimensão do processo de formação de uma determinada sociedade, e diz respeito a todos os aspectos da vida em sociedade, e não podemos afirmar sua existência em apenas alguns contextos deixando fazê-lo em outros, mas afirmar a dimensão cultural em todos os contextos. É com base no conceito de cultura que resulta dessa discussão que nos ateremos na questão dos hábitos culturais e da saúde

coletiva das sociedades existentes no Baixo Amazonas. Neste aspecto, é preciso lembrar que diversas sociedades brasileiras existentes no Baixo Amazonas detêm formas variadas, às vezes simples, às vezes complexas, de lidar com a questão da saúde e da cultura.

Por um tempo, comentar sobre hábitos higiênicos ou mesmo sobre saneamento básico, ou sobre poluição de rios, igarapés e lagos, ou ainda sobre desmatamento, ou mesmo discutir situações de endemias ou epidemias significava apenas falar de situações pontuais e individuais de saúde, bastando que houvesse um planejamento remediador para resolver essas situações. Entretanto, certas práticas são hábitos equivocados de indivíduos que afetam o coletivo, causando danos não poucas vezes irreparáveis à saúde de uma determinada comunidade.

À primeira vista, fatores como ausência de saneamento e incapacidade de gerenciamento de esgoto com deposição de dejetos em locais inapropriados e deposição de lixo sem o devido cuidado ambiental, inexistência ou mau planejamento de aterros sanitários, descarte aleatório e inconsequente de material orgânico e inorgânico, desmatamento irresponsável, uso de agrotóxicos e fertilizantes em plantios e de insumos farmacêuticos veterinários utilizados em criações de bovinos e aves, entre outros, parecem isolados quanto à saúde coletiva e que se bastaria determinados hábitos sociais de isolamento desses fatores para se resolver problemas de saúde, ou seja, acreditou-se que bastasse o investimento econômico planejado sobre tais fatores para se controlar os danos ambientais em solos e águas, e evitar danos à saúde animal e de seres humanos, elevando assim o nível de qualidade da saúde de uma determinada comunidade humana.

Acontece, porém, que à medida que se observa com mais propriedade tais fatores e sua relação com a saúde, numa perspectiva de cultura e de sustentabilidade, mais se nota que eles estão integrados em um sistema equilibrado que inclui uma sociedade humana com atitudes culturais ambientalmente adequados e um meio ambiente com seu ecossistema equilibrado compondo uma autêntica *poieses* sistêmica da vida (MATURANA; VARELA GARCIA; ACUÑA LLORENS, 1997). Daí resultar em que pensar alguma forma de desenvolvimento da região amazônica, principalmente pensar o desenvolvimento de comunidades da floresta, exige pensar também as formas culturais como as populações locais lidam com questões de cidadania, e no caso específico de nossa pesquisa, pensar como os hábitos culturais interferem na vida cidadã das pessoas, seja para melhorar a qualidade de vida, seja para causar precariedade na saúde coletiva.

Logo, problemas de saúde coletiva também são problemas culturais, problemas ambientais também são problemas culturais, problemas entre saúde e comunidade humana são problemas culturais. Sendo assim, se há intenção de se buscar saídas sustentáveis para elevar o nível de qualidade da saúde da população, então é necessário promover intervenções conscientes nos modos culturais que travam o melhoramento da saúde de uma coletividade. Essas intervenções devem contribuir para que haja mudança de hábito no trato com fatores como esgoto, lixo, dejetos, aterro sanitário, descarte de material orgânico e inorgânico, entre outros.

### **3- COMUNIDADES DO BAIXO AMAZONAS E A INTERAÇÃO CULTURA, AMBIENTE E SAÚDE COLETIVA: A PESQUISA**

A pesquisa foi realizada em duas comunidades quilombolas, situadas às margens do rio Amazonas. Ela teve uma abordagem quantitativa, com uso de questionário estruturado com 62 questões objetivas. Na C.R.Q do Arapucu, participaram 72 pessoas entrevistadas, representantes de 72 (90%) famílias das 80 existentes na comunidade, abrangendo um total de 322 pessoas. Na C.R.Q. Muratubinha, foram entrevistadas 43 pessoas, representando 51 (100%) famílias, abrangendo um total de 227 pessoas. O questionário permitiu identificar fatores que influenciam a qualidade da saúde coletiva naquelas

comunidades, tendo seu enfoque nos seguintes tópicos: higienização e saúde em dimensões coletivas, saneamento (trato com resíduos sólidos, abastecimento de água, tratamento de lixo, e esgoto) e alimentação (tipos alimentares), tipificação de doença mais comuns ocorridos na comunidade durante o ano e se elas ocorreram devido aos hábitos culturais inadequados, averiguação da qualidade dos banheiros e sanitários coletivos da comunidade, e a qualidade da água para consumo humano. A pesquisa procura responder à questão problematizadora, *os hábitos culturais e sua interação com o meio ambiente influenciam a qualidade da vida das pessoas, melhorando ou piorando, fortalecendo ou debilitando a saúde coletiva?*

Apresentamos a seguir a análise de alguns dados que permitam uma possível resposta à questão científica. De acordo com os resultados, ambas as comunidades registraram sérios problemas no trato com resíduos sólidos. Na Comunidade Muratubinha, a questão está em que no período de cheia, o problema é depositar o resíduo sólido diretamente no rio. A destinação do lixo é ainda a queima do material produzido, resultado da ausência de coleta de lixo na localidade. Neste caso, poderia-se atentar para algum tipo de coleta seletiva do lixo pelos próprios comunitários, mas o que se nota é que dos que reaproveitam o lixo produzido, 23,3% transformam lixo do quintal em adubo e 37,2% transformam os dejetos de animais ou de alimentação em adubo. 2,3% fazem reaproveitamento de metais e vidros, 32,6% de plástico e 4,7% de papel. Já na comunidade do Arapucu, 94,3% utilizam da queimada como destinação do lixo enquanto que 5,7% adota o aterramento. Nota-se que o hábito de queimada é quase unânime na comunidade do Arapucu, que é uma comunidade de terra firme. No caso da comunidade Muratubinha, situada em área de várzea, há uma tentativa de fazer uso reciclado do material residual de lixo das casas da comunidade.

No referente à utilização da água, na Comunidade Muratubinha não há sistema de abastecimento, sendo a coleta de água feita diretamente no rio Amazonas ou no Igarapé Muratubinha. Para 100% dos entrevistados não há alternativas tais como rede geral de abastecimento, poço artesiano, poço doméstico, cacimba ou outro mecanismo de abastecimento. Quanto ao quesito *tratamento da água para consumo*, é satisfatório saber que, conforme os entrevistados, 100% dos domicílios têm água tratada. Quanto ao modo como os domicílios tratam a água para consumo, 79,1% filtra a água enquanto que 18,6% afirmaram submeter a água ao processo de cloração para o consumo, e apenas 2,3% dos entrevistados afirmaram submeter a água ao processo da fervura.

Os dados relativos à comunidade do Arapucu apresentam diferencial em relação à comunidade Muratubinha no quesito água. 20% dos entrevistados afirmaram receber água de uma rede geral de abastecimento, 68,6% afirmaram que buscam água de poço artesiano, 5,7% afirmaram que fazem uso de poço doméstico, 5,7% recebem água de carros-pipa. Quanto ao quesito *tratamento da água para consumo*, é também relativamente satisfatório saber que, conforme os entrevistados, 94,3% dos domicílios têm água tratada enquanto que apenas 5,7% não possui água tratada. Quanto ao modo como os 94% dos entrevistados afirmam tratar a água para consumo, 14,3% a filtram enquanto que 77,1% afirmaram submeter a água ao processo de cloração para o consumo; 2,9% dos entrevistados afirmaram submeter a água ao processo da fervura. 5,7% afirmaram utilizar outras formas de filtragem da água. Novamente nota-se um diferencial bastante significativo nos hábitos entre as duas comunidades. A comunidade de várzea parece mais compromissada com o tratamento da água do que a comunidade de terra firme, talvez por conta de que a comunidade de terra firme tenha a crença de que a água coletada de sistema geral de abastecimento seja evidentemente tratada, embora não seja o caso.

Sobre o quesito de procedimento sanitário na comunidade Muratubinha, 7% dos entrevistados utilizam-se de fossas sépticas para o depósito de excrementos enquanto que 93% afirmam lançar mão de sumidouros. Em outros termos, a comunidade não possui uma

rede geral ou comunitária de coleta de material sanitário. Para a comunidade do Arapucu, 57,1% dos entrevistados depositam seus escrementos a céu aberto, 31,4% utilizam-se de fossas sépticas para o depósito de excrementos, 8,6% afirmam lançar mão de sumidouros e 2,9% de rede geral.

Mais uma vez são evidentes as diferenças dos hábitos entre as duas comunidades. Pode-se destacar o alto índice de pessoas da Comunidade Muratubinha que afirma lançar os dejetos em sumidouros. Esse fato é justificado pelos entrevistados da comunidade com a afirmação de ter a comunidade um período sazonal de cheia e vazante do rio Amazonas, impossibilitando uma adequada deposição de dejetos em fossas sépticas, por exemplo. Chama a atenção que a comunidade do Arapucu tenha também um alto índice de pessoas que afirmam lançar seus desejos em sumidouros, sendo esta comunidade de terra firme.

Finalmente, no quesito dos tipos de doença sugeridos na pesquisa, tais como dengue, verminose, doenças respiratórias, leptospirose, hepatite, diarreia, viroses diversas, hanseníase (lepra), problemas de pele, problemas do coração, problemas ósseos e/ou de articulação e diabetes, os entrevistados da comunidade Muratubinha destacaram os seguintes dados, a saber: 3,8% declararam que não foram observadas doenças nos últimos doze meses. Contudo, para os 96,2, houve vários casos de doenças. Para 21,2% houve casos com relação a ossos e articulação, 18,3% com problemas de diarreia, 17,3% com problemas de pele, 12,5% com problemas do coração, 8,7% dos entrevistados observaram doenças resultantes de verminoses, 4,8% notaram diabetes e problemas da mente, 2,9% notaram hepatite, 1,9% observou que ocorreram casos de dengue e doenças respiratórias, 1% notou a ocorrência de malária e catapora. Não foram observadas doenças como hanseníase, câncer e HIV na comunidade Muratubinha. O quadro das ocorrências de saúde pode ser analisado a partir do quesito saneamento visto que diarreia (18,5%), problemas de pele (17,3%) e verminoses (8,7%) são as ocorrências mais frequentes. Talvez essa alta incidência tenha a ver com o consumo de água e à saciedade corporal. A água aparece destacada como problema neste quesito pesquisado. Cabe notar a alta incidência de doença óssea, bem como uma relativa porcentagem de incidência quanto a doenças do coração. Por isso, é preciso maior aprofundamento para verificar o que pode estar acontecendo com relação ao cuidado ósseo e cardiológico.

Os entrevistados da comunidade Muratubinha também foram questionados sobre o local de atendimento em caso de ocorrência de alguma enfermidade. A resposta de 58,1% para a consulta a agentes comunitários de saúde, 23,3% recorrem à farmácia, 14% buscam de hospital público, e 4,7% de consulta a curandeiros e benzedeiras. Ora, a presença de agentes comunitários de saúde, como consta na resposta dos entrevistados, sugere que já há preocupação com a atenção básica de saúde. No entanto, nesta comunidade, a ausência de médico, hospital público ou privado, posto de saúde, farmácia caracterizam limitado acesso dos comunitários ao sistema de saúde, concentrado na zona urbana. Talvez o dado sobre a ida a hospital público se justifique por conta de que esta comunidade tem proximidade com o centro urbano, cerca de duas horas via fluvial. Importante notar o índice de recurso a curandeirismo, bastante frequente nesta comunidade.

Ja para a comunidade do Arapucu, 100% dos entrevistados declararam que foram observadas doenças nos últimos doze meses. 21,8% afirmaram ter tido viroses diversas como gripe e resfriado, 18,2% afirmaram ter ocorrido caso de diarreia, 18% apresentaram ter ocorrido problemas de pele, 7,3% afirmaram que ocorreu a dengue, 7,3% disseram ter tido problema ósseo e/ou articulação, 5,5% afirmaram que houve problemas com verminose, o mesmo percentual afirmou que ocorreram doenças respiratórias e diabetes, 3,6% deterctaram problemas do coração e 1,8% afirmou ter ocorrido problema de HIV, o mesmo percentual para hepatite. Não foram observadas doenças como câncer e hanseníase. Nota-se que na comunidade do Arapucu as três doenças mais frequentes são viroses, diarreia e problema de pele. É provavel que essa alta incidência tenha também a ver com o consumo

de água e à saciedade corporal, o que serve de sinal para que o poder público local atente mais à questão do cuidado com a água nas duas comunidades.

Os entrevistados da comunidade do Arapucu também foram questionados sobre o local de atendimento em caso de ocorrência de alguma enfermidade. A resposta de 88,6% recorre ao posto de saúde da comunidade, 8,6% buscam recurso em hospital público, 2,9% procuram um médico de plantão. Nenhum entrevistado nesta comunidade afirmou recorrer à consulta a curandeiros e benzedeiras. Diferentemente da comunidade Muratubinha que tem um considerado número de entrevistados afirmando recorrer a práticas curandeiras locais, a existência de um posto de saúde demonstra que a comunidade do Arapucu recorre a esse espaço para resolver seus problemas de saúde, deixando para um segundo plano o recurso aos curadores empíricos.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para a questão problematizadora *se os hábitos culturais e sua interação com o meio ambiente influenciam a qualidade da vida das pessoas, melhorando ou piorando, fortalecendo ou debilitando a saúde coletiva*, a resposta é que as análises dos dados nos permitem afirmar categoricamente que há profunda relação entre cultura, ambiente e saúde coletiva. A realidade no interior das cidades situadas no Baixo Amazonas apresenta por si mesma um desafio de proporções inimagináveis. Os resultados das questões socioambientais são bastante preocupantes, principalmente no que se refere às condições de saúde, educação e saneamento. Assim, é preciso apontar que os fenômenos sociais, ambientais e culturais ocorrentes nas comunidades pesquisadas implicam na qualidade da vida das pessoas, melhorando ou piorando, fortalecendo ou debilitando a saúde coletiva.

Ora, se havia antes da pesquisa diagnóstica a percepção um tanto ingênua das dificultosas condições de vida de populações de várzea e de terra firme, a pesquisa veio a confirmar as intuições do pesquisador. As comunidades de várzea têm dificuldades comuns que exigem intervenções rápidas do Estado, principalmente a respeito da saúde e suas relações com hábitos culturais. Outro ponto a considerar, o consumo inadequado de água vinda de igarapés ou do próprio rio Amazonas constitui um risco à saúde, mas como ser diferente se a fonte de água é justamente o rio grande? A vida em comunidade de várzea está condicionada à lógica da cheia e da vazante, e neste sentido, não apenas a saúde é afetada, como também a questão da sobrevivência por meio da pesca, a questão da educação que obedece à lógica do rio e tudo o que acontece. Como então tornar a vida dessas populações algo digno de se viver? Nas comunidades de Terra Firme, o desafio é promover a estabilidade social que permite ao comunitário se manter na comunidade.

O trabalho dos pesquisadores de tentar descortinar a relação interativa de hábitos culturais, ambiente e saúde coletiva resultou numa apresentação desalentadora sobre a insuficiência da educação na formação coletiva para a melhoria da saúde dos comunitários pesquisados, além de apresentar sérios problemas quanto ao saneamento e à infraestrutura básica, e como isso influencia sua existência e sua lida com o processo saúde-doença.

Embora já se saiba da existência de enormes deficiências na dinâmica municipal, no trato com a questão da saúde e hábitos culturais, foi registrado como as pessoas da comunidade pesquisada se veem inseridas em um contexto de hábitos culturais e de saúde coletiva. Os dados colhidos se traduziram numa riqueza de material e foram registradas pelos pesquisadores para servirem de objeto de estudo e de divulgação de um espaço visitado e pesquisado da região do Baixo Amazonas, para fins de possíveis intervenções de profissionais multidisciplinares, em vista da melhoria das condições de vida dessa população ribeirinha e de planalto.

O ponto mais importante dessa investigação foi delimitar pontos nefralgicos com a evidenciação de dados sobre saúde-doença, para propiciar respostas interventivas de profissionais multidisciplinares, possibilitando melhoria na qualidade de vida dos habitantes, e

servir de base para intervenções em outras comunidades isoladas, especialmente as de várzea e terra firme na região do Baixo Amazonas. As comunidades pesquisadas têm sérios problemas com relação a saneamento e abastecimento de água, bem como nos quesitos de destinação de resíduos sólidos e orgânicos. Embora, o poder público tenha a obrigação de oportunizar qualidade de vida resolvendo tais questões, as respostas nos permitem afirmar que as ocorrências das doenças mais comuns na comunidade decorrem na maioria das vezes de hábitos culturais inadequados da comunidade e da falta de apoio do poder público na solução dos problemas.

Por fim, a pesquisa é uma investigação sobre interação de culturas com meio ambiente e saúde coletiva, com o objetivo de trazer à luz olhares culturais dos hábitos de higiene e trato com a saúde que possam fortalecer atitudes que ajudam no processo de melhoria da qualidade da saúde coletiva. O desafio é, então, fortalecer, hábitos culturais que sejam estimuladores de práticas saudáveis de vida ao mesmo tempo em que se deve corrigir hábitos culturais que geram condições de vida coletiva pouco saudáveis.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, P.; Rabelo M. (org.). **Antropologia e saúde: traçando identidade e explorando fronteira**. Rio de Janeiro, Fio-cruz-Relume Dumará, 1998.
- AZEVEDO, I. M. **Puxirum: memória do negro do oeste paraense**. Belém, Instituto de artes do Pará (IAP), 2012.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- CANAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo, Contexto: 2011.
- CHAVES, M. **Populações Tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia**. Em Revista Praia Vermelha, v. 19, n° 2, p. 111-120, 2009.
- CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 3ª ed. Florianópolis, EdUFSC, 2007.
- CORIOLOANO, L.; MARTINS, J. **O turismo na construção das identidades contemporâneas**. Em: CORIOLOANO, L.; VASCONCELOS, F. O turismo e a relação sociedade-natureza. Fortaleza: EdUECE, 2007.
- FREITAS, M.; SILVA, M.; BARROS, M. **Diálogos com a Amazônia**. Manaus, Valer, 2010.
- FREUD, S. **Die Zukunft einer illusion**. Em: Freud-Studienausgabe, Frankfurt/M.: Fischer Verlag. 1974, vol. IX.
- GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1973.
- JULLIEN, F. **O diálogo entre as Culturas: do universal ao multiculturalismo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.
- JUNGES, J.; BARBIANI, R.; SOARES, N.; FERNANDES, R.; LIMA, M. **Saberes populares e cientificismo na estratégia saúde da família: complementares ou excludentes?**. Em: Ciência & Saúde Coletiva, 16(11): 4327-4335, 2011.
- LANGDON, E.; WIJK, F. **Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicada às ciências da saúde**. Revista Latino-Americana Enfermagem 18(3): (09 telas) mai-junho, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n3/pt\\_23.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n3/pt_23.pdf). Acessado em 12.02.2017.
- MATURANA, H.; VARELA GARCIA, F.; ACUÑA LLORENS, J. **De maquinas e seres vivos: autopoiese: a organização do vivo**. 3ª ed. Porto Alegre, Artes Medicas, 1997.

MYANAKI, J.; LEITE, E.; CÉSAR, P.; STIGLIANO, B. **Cultura e turismo**. São Paulo, IPSIS, 2007.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Em: Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

PAULINO, I. **Entre les remous de l'imaginaire et les houles du réel: un regard sur la littérature amazonienne brésilienne dans la contemporanéité**. Em: Rita Olivieri-Godet, Cartographies littéraires du Brésil actuel: Espaces, acteurs et mouvements sociaux. 1. ed. Bruxelles: Peterlang, 2016. v. 14. 580p.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final Projeto Agenda Cidadã cidade de Óbidos-PA: Diagnóstico Socioambiental e Diagnóstico de Resgate da Memória**. Em: Ligia Valadão; Doris Faria (Orgs.). Anais da AGENDA CIDADÃ no Oeste do Pará. 1ª ed. Santarém: UFOPA/UFF/UFRJ, 2013, v. I, pp. 103-120.

RIBEIRO, D. **O processo civilizatório**. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

SANCHES, Cleber. **Fundamentos da Cultura Brasileira**. 3ª ed. Manaus, Valer, 2009.

TYLOR, Edward B. *Anthropology: An Introduction to the Study of Man and Civilization*. London (England), Macmillan, 1881.

\_\_\_\_\_. *Primitive Culture: researches into the development of Mythology, Philosophy, Religion, Art and Custom*. Vol I/II. London (England), John Murray, 1871.

## **HÁBITOS CULTURAIS E SAÚDE COLETIVA, UM OLHAR ANTROPOLÓGICO NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA SAÚDE NA AMAZÔNIA**

Milena Sanche de Sousa, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA),  
milena.sanche@gmail.com;  
Anne Caroline de Castro Salgado, Universidade Federal do Oeste do Pará,  
anne.jesusfreak@gmail.com;  
Itamar Rodrigues Paulino, Universidade Federal do Oeste do Pará.  
itasophos@gmail.com

### **Resumo**

A Antropologia da Saúde é uma Ciência Social que estuda as sociedades a partir da lógica dos comportamentos culturais coletivos. A presente pesquisa é resultado de experiência de monitoria na disciplina de Antropologia da Saúde, analisando a relevância e a contribuição que ela produz na formação dos profissionais de saúde, por meio do reconhecimento da saúde enquanto processo sociocultural e, com a recomposição do valor das orientações populares, familiares e tradicionais na condução de ambiente cultural coletivo saudável na Amazônia.

Palavras-chave: Antropologia, Saúde, Monitoria, Amazônia.

## **HÁBITOS CULTURALES Y SALUD COLECTIVA, ESTUDIOS ANTROPOLÓGICOS EN LA FORMACIÓN DEL PROFESIONALES DE LA SALUD EN AMAZONIA**

### **Resumen**

La Antropología de la Salud es una Ciencia Social que estudia las sociedades con base en la lógica de los comportamientos culturales colectivos. Esta investigación es el resultado de la supervisión de la experiencia en la disciplina de la Antropología de la Salud. El análisis de la pertinencia y la contribución que hace a la formación de profesionales de la salud por medio del reconocimiento de la salud como proceso sociocultural, y con la recuperación del valor de las directrices populares, familiares y tradicionales en la realización de un ambiente cultural colectivo sano en la Amazonía.

Palabras clave: Antropología; Salud, Supervisión Académica; Amazonía.

## **CULTURAL HABITS AND COLLECTIVE HEALTH, AN ANTHROPOLOGICAL VIEW TO THE TRAINING OF PROFESSIONALS OF HEALTH IN THE AMAZON**

### **Abstract**

The Anthropology of Health is a Social Science that studies the societies from the logic of collective cultural behavior. This paper is a result of the monitoring experience in the syllabus of Anthropology of Health, analyzing the relevance and contribution that it produces in the training of professionals of health, through the recognition of health as a socio-cultural process and with the recomposing of the value of the Popular, Familiar and Traditional knowledge in conducting a health collective cultural environment in the Amazon.

Keywords: Anthropology; Health; Monitoring; Amazon.

### **1- Introdução**

O presente artigo vem apresentar a experiência da monitoria supervisionada da disciplina de Antropologia da Saúde, realizada no período de Outubro/2016 á Abril/2017 com os alunos do segundo semestre do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, da Universidade Federal do Oeste do Pará. Na monitoria exerceram-se atividades com aulas expositivas, dialogadas, apresentação de seminários e trabalho de campo, que objetiva trazer uma reflexão sobre o ensino na realidade amazônica, analisar sua relevância e a

contribuição na formação dos profissionais de saúde, como forma de reconhecer a importância da disciplina para formação profissional numa dimensão de saúde coletiva.

O início da Antropologia da Saúde no Brasil pode ser datado da década de 1970, quando um grupo de Brasília e o Museu Nacional executaram uma pesquisa sobre as práticas alimentares em vários grupos de baixa renda no país. As pesquisas Antropológicas sobre a saúde vêm crescendo no País, e antropólogos vêm participando de eventos sobre saúde coletiva. No entanto os estudos sobre saúde e doença com um olhar antropológico nem sempre têm sido reconhecidos como campo específico na antropologia, tendo inclusive sido questionado pelos próprios pesquisadores quanto a sua identidade (MINAYO, 1998).

Essas pesquisas floresceram com a retomada das políticas democráticas nos anos de 1980 no Brasil, consistindo de forma mais significativa nas discussões das ciências sociais e políticas, do que em função dos estudos epidêmicos no campo da saúde pública. Ainda que não se tenha fixado como campo de pesquisa na antropologia brasileira durante muito tempo, a saúde apareceu como tema em discussões sobre folclore, magia, religião e nos estudos de comunidades, entre outros.

A pesquisa antropológica em saúde no Brasil tem crescido a partir de estudos acerca da medicina popular, “nervos”, cultura da psicanálise, mudança nas práticas tradicionais, “religiosas”, eruditas, etc. Os antropólogos que pesquisavam no campo da saúde indígena nos anos 1980, debatiam sobre a relevância dos fatores culturais com a biomedicina e as políticas públicas, no ritual do corpo, e na relação doença-cura. (BUCHILLET, VERANI; MORGADO, 1991). O campo da Saúde Coletiva no Brasil aumentou com o movimento da reforma sanitária nos anos de 1980, por ocasião do debate e da formação do Sistema Único de Saúde (SUS), focado na epidemiologia e se caracteriza como um campo de pesquisa mais político e interdisciplinar. Neste sentido, os discursos antropológicos brasileiros sobre saúde percebem as relações culturais e sociais como fatores importantes. O estudo reconhece a biomedicina, mas entende o corpo e as doenças como elementos correlacionados.

A antropologia desenvolveu um conhecimento conceitual de estudos organizados das maneiras culturais relacionadas à saúde, que permite fazer um exame entre as relações das práticas em saúde e os modelos culturais dos seus usuários. Nesse contexto, a antropologia permite fazer uma reformulação para se readequar no contexto sociocultural.

## **2 – A Importância da Antropologia da Saúde**

Segundo Geertz (1989), o estudo antropológico surgiu em volta do conceito de cultura, sendo que a antropologia não deve ser considerada uma ciência de experimentos, mas uma ciência que procura significados. Nesta perspectiva, a cultura absorve tanto as ideias biomédicas quanto as de terapêuticas (HELMAN, 1994). Hábitos e costumes de cada indivíduo estimulam práticas alimentares e religiosas, bem como costumes resultantes de seculares processos de sistematização familiar que afetam direta e indiretamente a saúde.

Nesse espaço fenomenológico se encontra a antropologia da saúde, para a identificação e análise dos fatores sociais e culturais que interagem e interferem sobre os fatores da saúde e da doença. A importância da antropologia da saúde é incontestável para a compreensão da saúde/doença, pois os dados quantitativos do conhecimento técnico científico das doenças podem auxiliar qualquer ação de prevenção e tratamento, exigindo um olhar antropológico sem que pra isso seja negado os valores, as crenças e o conhecimento popular. A concepção de saúde e doença ultrapassa os limites da biomedicina, necessitando reconhecer questões sociais e culturais que afetam as pessoas e a discussão antropológica, para que por meio dessa discussão, se repense o quanto a tecnologia biomédica não é suficiente para mudar de forma permanente a situação de saúde de uma determinada população.

Durante décadas, a medicina científica conviveu de forma não conflituosa ao lado de

práticas populares de pajés, bezendeiras, curandeiros, parteiras, curadores, espírita, sempre tentando impor seu saber como único capaz de explicar a cura para doenças e considerando tais práticas como “charlatanismo”, é um termo que era utilizado na classe médica para qualquer um que demonstrasse uma determinada concorrência.

De acordo com o Witter (2001) A medicina acadêmica está baseada no racionalismo e na observação, ela é de tradição europeia que se construiu a partir do século XVIII e era algo inédito se comparado a outras práticas de cura as quais se baseavam as formas culturais e experiências empíricas de uma sociedade. Segundo Ferreira (2003), ao analisar as ciências dos médicos e a medicina popular no início do século XIX no Brasil, o embate entre a medicina acadêmica e as práticas populares tornou-se cada vez mais evidente no combate a epidemias, quando era apresentada uma situação mais grave, demonstrando incapacidade de deter a proliferação de doenças. Por isso, é fundamental assumirmos que há troca de experiência cultural entre práticas de cura entre médicos formados e a medicina popular, com a troca de conhecimentos por diferentes meios.

Nos dias de hoje, apesar da biomedicina se apresentar como referencial no que se refere a questões de saúde, é com o fortalecimento da antropologia da saúde nas últimas décadas no Brasil que se passou a defender uma condicionante da relação entre a saúde e a doença e as práticas de saúde, cujos saberes empíricos de qualquer médico são construções socioculturais (LANGDON, 2009). O fenômeno saúde-doença deve ser considerado numa visão de mundo dos diferentes segmentos sociais, levando em conta valores culturais, o que nos faz pensar que o ser humano não deve ser visto apenas no seu fator biológico, mas também nas suas relações coletivas e culturais.

### **3 – Percepções Antropológicas sobre processos de Cura e os “curadores”**

Atualmente muitos estudiosos acreditam que não se podem separar as noções de saúde e doença dos aspectos culturais coletivos. O modelo biomédico atua juntamente com aspectos de cultura de saúde que juntas especialistas, não reconhecidas pela biomedicina (LANGDON; WIJK, 2010). Um exemplo desses agentes são as benzedeadas, curandeadas, xamãs, pajés, pastores, padres, pais de santo, dentre outros, cujos tratamentos de cura são produto da união de vários elementos para formação de um único que tem suas raízes em práticas de diferentes tradições culturais (MAUÉS, 2009, p. 125).

Apesar dessas práticas populares ainda não serem aceitas pela biomedicina, acredita-se que estes embates são menores agora do que no passado, quando os fazedores dessas práticas populares de cura eram proibidos de exercer suas formas de tratamento. Segundo Almeida, o nascimento das faculdades de medicina foram processos decisivos para a institucionalização e fortalecimento acadêmico. Para isso se fazia necessário desautorizar a prática de cura realizada por terapeutas populares, que não possuíam formação científica, e por isso, não poderiam atuar como médicos formados. Os médicos reivindicavam do governo a ampliação das restrições e a regulamentação dos ofícios de curandeados, e contavam inclusive com o apoio da Igreja Católica. De acordo com Beltrão (2004), os médicos, auxiliados pela Igreja Católica, acreditavam que a doença era uma forma de punir aquelas pessoas que eles chamavam de *sujas* e *imorais*, e que por serem assim acabavam por atrair doenças para si mesmas. Mas, o motivo maior das doenças era que essas pessoas eram incapazes de seguir orientações médicas.

No entanto, os médicos não conseguiram proibir os procedimentos dos curadores populares, pois nem sempre os procedimentos médicos davam conta da cura determinadas doenças, sendo obrigados a dialogar com terapeutas populares, para encontrarem causas e curas para enfermidades desconhecidas pela medicina formal. Este processo de reconhecimento da medicina popular tem ocorrido até os dias atuais quando se observa que cada vez mais médicos têm utilizado ou indicado plantas medicinais para que as pessoas façam determinados tratamentos.

No Brasil, a antropologia tem produzindo conhecimento dos temas saúde-doença e cultura, com foco de preocupação principalmente sobre a classe mais pobre e com acesso dificultoso ao serviço estatal de atenção à saúde. Os estudos antropológicos preocupam em analisar de forma mais consciente a diferença de saberes e práticas em cura, pois é preciso repensar como ampliar o acesso aos recursos de promoção da saúde coletiva. Por esse motivo, a antropologia da saúde deve ser interdisciplinar, dialogando com outras áreas de conhecimento, e provocando repensar de estruturas curriculares de formação dos profissionais da saúde, pois traz contribuições importantes envolvendo saúde-doença, cultura e sociedade.

De acordo com Oliveira (1985), a visão discriminatória da medicina formal sobre medicina popular, com afirmações do tipo “medicina popular é uma prática feita por ignorantes” faz com que sua contribuição seja considerada “ilegítima” para a construção de novas formas de pensar doenças e cura. Para a antropologia, quando a medicina popular é estudada dessa forma, os conhecimentos empíricos deixam de ser valorizados, excluindo de qualquer possibilidade de legitimação acadêmica de possíveis curas que ocorrem fora do espaço de domínio da medicina formal. Nas últimas décadas, no Brasil, a pesquisa sobre saúde, cultura e sociedade tem crescido e assumindo um espaço fundamental na formação acadêmica e profissional na área da saúde no País (GARNELO; LANGDON, 2005).

Neste sentido, os profissionais de saúde começam a desenvolver pontos de vista menos preconceituosos em relação à prática popular, fazendo seus serviços com mais “cuidado” com as pessoas e suas famílias, levando em consideração que a atenção à saúde é bem mais um sistema social e cultural do que um sistema de acesso a fármacos industriais de cura (OLIVEIRA, 2002). Isso pode ser averiguado em um estudo desenvolvido por Wawzyniak (2009) com comunitários de saúde (ACS) de comunidades ribeirinhas às margens do rio Tapajós, no município de Santarém-PA, onde ele observou como profissionais de saúde lidam com ribeirinhas cujas concepções de saúde/doença se relacionam com crenças e fatores aparentemente *irreais* como o “assombro de olhada de bicho” ou “mau olhado de bicho”, em que um “bicho” tem a propensão a fomentar doenças nas pessoas. Neste aspecto, percebemos que o fator cultural linguístico é, na região oeste paraense, é apresentado numa dinâmica simbólica sendo perfeitamente plausível se aceitar como *real* a explicação dos comunitários acometidos por certas doenças cuja explicação científica é improvável de ocorrer por eles.

#### **4 – Humanização nos serviços da Saúde**

Outro objeto de discussão nas aulas de antropologia em Saúde, que acarretou acaloradas discussões entre o docente e os alunos refere-se à Humanização no campo da saúde. Essa problemática tomou discussão nacional de maneira mais complexa durante a XI Conferência Nacional de Saúde, em 1996, cujo tema “Acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde com controle social”, provoca reflexão sobre a possibilidade de haver política mais eficiente para melhor atendimento e cuidado para com as pessoas. Na ocasião houve uma forte difusão do conceito de humanização, que é cuidar do paciente, considerando não somente seu estado físico, como também circunstâncias familiares, culturais e sociais de cada indivíduo.

A humanização, no sentido filosófico, está enraizada no movimento humanista do início do período moderno, com o fim de reconhecer o valor e a grandeza do ser humano, se considerando sua natureza, suas limitações e suas capacidades (RIOS, 2009). Transportando a temática para os tempos atuais, a humanização passa a ser um conceito que os profissionais da saúde mais simpatizantes dos valores humanistas reconhecem como aspecto fundamental da promoção da saúde humana. A questão é que a relação entre o serviço de saúde pública e os usuários envolve pontos para além do encontro do profissional com o paciente em um consultório, principalmente o ponto de vista do paciente

de estar doente, que não se limita a questões biológicas, indo a dimensões culturais, psicológicas, sociais e até mesmo espirituais.

Neste sentido, é premente que se reflita a formação do profissional da saúde no sentido de incluir a formação sociocultural que permita ao profissional transitar no universo cultural e social do atendido como atitude de cuidado humano. Além disso, o profissional deve levar em conta que o processo saúde-doença é peculiar e está contextualizado nos diferentes jeitos culturais, ou seja, a forma como determinado indivíduo vê as coisas é diferente e tem em geral relação com seus valores culturais, tais como crenças, costumes, (MELO; CABRAL; SANTOS; JÚNIOR, 2009). Neste sentido, foram apresentados durante a docência de antropologia em saúde estudos sobre crenças e valores dos indivíduos numa perspectiva de hábitos culturais. Neste sentido, foi debatido que há diferenças na forma de cuidar de cada indivíduo, com peculiaridades que não podem ser identificadas, e que obriga o profissional da saúde estudos e entendimento sobre a necessidade do cuidado transcultural. Nesse contexto, o profissional deve levar em conta as crenças de cada indivíduo, ou seja, o seu modo cultural de viver, e fazer um ajustamento da sua atividade cotidiana para que se ofereça um cuidado mais eficiente com o usuário do seu serviço no decorrer do seu trabalho.

Quando se pensa na região Amazônica, esse esforço transcultural torna-se ainda mais importante e necessário, pois esta região possui uma grande diversidade cultural, com a presença de populações tradicionais como indígenas, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, entre outros (CONFALONIERI, 2005), exigindo que o profissional da saúde se habilite no trato com o estudo e o conhecimento da diversidade cultural e da maneira como esses povos lidam com a questão da saúde, resgatando e recomendando formas de terapia popular que apresente resultados plausíveis. Segundo Glalda e Hoga (1992), é importante que os profissionais da saúde tenham esse cuidado com a cultura, principalmente esses que lidam diariamente com essas populações, sem que para isso o profissional tenha que esquecer ou deixar de lado o modelo biomédico.

As discussões em Antropologia em Saúde também incluíram o pensamento de Gadamer (1994), que introduziu o conceito de *médico ferido*, relacionando a ideia à recuperação das pessoas, levando em conta a experiência da própria doença, o que faz com que o médico experiencie seu atendimento numa dimensão mais humana e menos racionalista. Surge dessa discussão a concepção de médico ferido, que acarreta ao profissional a consciência do sofrimento e da dor do paciente. Neste sentido, o sofrimento passa a ser compreendido quando há consideração dos aspectos culturais, pessoais e familiares de cada indivíduo, e não apenas do lado biológico (CASSEL, 1982). Na cultura Afro-brasileira, mais especificamente no candomblé, o *médico ferido* é uma figura da entidade “Omolu”, que é ao mesmo tempo cura e doença. De acordo com Andrea Capara (1998), os valores de cura e doença ocupam o mesmo lugar, sendo possível diagnosticar e ao mesmo tempo curar, numa dimensão espiritual do termo.

## **5 – A Monitoria na Antropologia da Saúde**

A monitoria é uma modalidade de ensino e aprendizagem que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação. Ela é entendida como instrumento para a melhoria do ensino de graduação, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, e tem a finalidade de promover a cooperação mútua entre discente e docente e a vivência com o professor e como as suas atividades técnico-didáticas.

Atividades de apoio ao docente desenvolvidas no programa de monitoria são de fundamental importância, pois é uma forma do aluno monitor atuar com a corresponsabilidade de um docente na formação de uma determinada turma. A interação

entre professor, monitor e alunos possibilita um aumento considerável na produtividade acadêmica, uma vez que a presença do monitor induz a um melhor entrosamento professor-aluno e uma qualidade mais efetiva na relação dos agentes do processo educativo com o conhecimento. Segundo Schneider (2006) as atividades de monitoria se referem a ações extraclasse que buscam resgatar dificuldades que ocorrem no processo de ensino aprendizagem na sala de aula e propor medidas para solucioná-las, não devendo ficar restritas a um único foco. Estas se tornam de grande valia para o aluno monitor, pois contribui na relação troca de conhecimentos, entre professor orientador e este. No caso da monitoria, foco deste relato de experiência, a proposta integra o docente proponente, os discentes e o monitor na vivência da prática interdisciplinar antropológica na saúde, que objetiva trazer reflexões sobre o ensino na realidade amazônica e propicia a iniciação em atividades didático-pedagógicas e de formação profissionalizante.

Nas atividades de monitoria, o professor desenvolve junto ao aluno monitor estratégias para o melhor aproveitamento do processo ensino-aprendizagem, proporcionando aos estudantes mais oportunidades de discutir o conteúdo teórico e prático trabalhado na disciplina, através da assistência em horários extras por parte dos monitores (Cisternas; *et al.*, 2001). O aluno vivencia metodologias diversificadas, que facilita ou dificulta o aprendizado dos discentes. O docente junto ao monitor pode se juntar para discutir e encontrar outros métodos a serem trabalhados, no aprendizado de todos. É fundamental afirmar que a didática é a prática de ensinar por meio de métodos e técnicas, que visam levar o aluno a um estado de maturidade, permitindo-lhes um encontro com a realidade a sua volta, de forma consciente, eficiente e equilibrada, sendo capaz de torná-lo um cidadão participante e responsável. (ROSENAU e FIALHO, 2008).

## **7 - Metodologia**

A Monitoria realizada no período de outubro/2016 a abril de 2017, tendo como centro organizativo o Instituto de Saúde Coletiva. As aulas foram ministradas no âmbito da disciplina de Antropologia da Saúde, para os discentes do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, durante o 2º Semestre de 2016, previsto para a Formação Interdisciplinar II. Tendo como Cumprimento de 20 horas semanais, a participação duas alunas monitoras e um professor, ministrante da disciplina. As alunas monitoras participaram de atividades de apoio pedagógico sob a orientação do professor orientador, com a intenção de apoiar as atividades propostas no plano de ensino da disciplina, contribuindo assim para sua própria formação e despertando para a docência, o estímulo ao senso de responsabilidade e cooperação no universo acadêmico numa área específica da formação do profissional em saúde, o estímulo ao senso de responsabilidade e cooperação no universo acadêmico, ao mesmo tempo em que amplia sua visão interdisciplinar da realidade local e global.

## **8 - Conclusão**

O exercício da monitoria na Disciplina Antropologia da Saúde auxilia na melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, contribui para a melhoria do ensino da graduação e para o processo de formação graduada, estreitando a relação professor-aluno, ao mesmo tempo em que contempla e insere a figura do monitor na prática do exercício da docência e formação didática, abrindo o caminho da socialização do saber acadêmico. Estimula o senso de responsabilidade, autonomia, cooperação, satisfação em ampliar conhecimentos e empenho nas atividades acadêmicas; promovendo maior interação entre os discentes e os docentes e contribui para a melhoria do índice de sucesso acadêmico dos componentes curriculares.

Entende-se que a monitoria na Disciplina Antropologia da Saúde contribui para três grupos no universo acadêmico: para o monitor, no sentido de propiciar uma visão

abrangente e interdisciplinar da realidade global e local, mais especificamente, a realidade amazônica, despertá-lo para atividade docente e estimulá-los ao trabalho em equipe e em parceria com o professor orientador; para os alunos ingressantes na disciplina, pois estes terão acompanhamento e assessoria constantes tanto do professor quanto do monitor, que os ajudarão na compreensão e realização das tarefas relacionadas à disciplina; e, finalmente, o professor orientador poderá ter a experiência do ensino compartilhada com o monitor, propiciando maior interação entre docente-discente, tanto no que se refere ao monitor quanto à turma, o que trará uma experiência rica para sua carreira, em termos de atividade docente.

No decorrer da monitoria, foi perceptível o desempenho dos alunos na disciplina de Antropologia da Saúde, pois se mostrou mais aprofundamento no estudo das sociedades a partir da lógica coletiva, a partir de suas relações culturais, e das intervenções de monitoria em corresponsabilidade com o docente. Ao monitor, a experiência foi enriquecedora, pois houve um maior aprendizado do que é cultura e das raízes históricas, para compreender as relações coletivas, relacionando doença e cura, falando de determinantes sociais e como eles contribuem para a saúde coletiva, e principalmente o entendimento da relevância e contribuição que ela produz na formação dos profissionais de Saúde, por meio do reconhecimento da saúde enquanto processo sociocultural com a recomposição de valores populares, familiares e tradicionais na condução cultural coletiva da promoção da saúde. Essa manifestação mostrou-se clara durante as apresentações dos seminários temáticos.

A importância da monitoria ficou evidenciada no aspecto pessoal de ganho intelectual do Monitor, na contribuição dada aos alunos e principalmente na relação de troca de conhecimentos e experiência, juntamente com o professor orientador e os alunos atendidos no decorrer da monitoria. Nesse período houve a oportunidade de o monitor presenciar o trabalho junto a um professor e sua forma didática de lidar com a disciplina, e o contato direto com os alunos na condição de acadêmica, levando a uma percepção mais equilibrada da importância da disciplina, do modo didático de se trabalhar os temas e da condição experimental da formação profissionalizante que o conteúdo e contexto da disciplina são trabalhados. O acompanhamento de monitoria a um professor com atitude interdisciplinar no lecionamento de “Antropologia da Saúde”, foi mostrou enriquecedor. Nas aulas houve uma clara atitude do docente em discutir e transitar entre questões filosóficas, antropológicas e biomédicas, refletindo a valorização da pessoa, os fatores culturais que influenciam no processo saúde coletiva, o papel do sujeito cultural e social, o discurso e os processos relativos à prevenção e promoção da saúde e a prestação de cuidados. As atividades de seminários se mostraram enriquecedoras, com a presença do monitor que, por meio de sua atividade mais próxima aos alunos, tornou-se indispensável no processo, pois contribuiu para melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

## 9 - REFERÊNCIAS

AMADIGI, F.; GONÇALVES, E.; FERTONANI, H.; BERTONCINI, J.; SANTOS, S. A **Antropologia como Ferramenta para Compreender as Práticas de Saúde nos Diferentes Contextos da Vida Humana**. REME - Rev. Min. Enferm.;13(1): 131-138, jan./mar., 2009.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da aprendizagem**. Petrópolis, Vozes, 1986.

CAPRARA, A. **Médico Ferido: Omolu nos labirintos da doença**. Em: ALVES, PC e Rabelo, MCM (org.) 1998. Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteira. Rio de Janeiro, Fio-cruz-Relume Dumará, 1998.

CISTERNAS, J. R.; VARGAS, J.; MONTE, O. **Fundamentos de bioquímica experimental**. São Paulo, Atheneu, 2001.

GOMES, R.; MENDONÇA, E. A.; PONTES, M, L. **As Representações Sociais e a Experiência da Doença**. Revista Cadernos Saúde Pública, Rio de Janeiro, set-out, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2002000500013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000500013) Acessado em 20.03.2017

OLIVEIRA, F. A. **Antropologia nos serviços de saúde: integralidade, cultura e comunicação**. Em Revista: Interface, Comunicação, Saúde e Educação, v.6, n.10, p.63-74, 2002. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832002000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832002000100006) Acessado em 12.12.2016

ROSENAU, L. S.; FIALHO, N. N. **Metodologia do Ensino da Biologia e Química-Didática e Avaliação e Aprendizagem em Química**. Curitiba, IBPEX, 2008.

SCHNEIDER, M. S. **Monitoria: instrumento para trabalhar com a diversidade de conhecimento em sala de aula**. Disponível em: <http://www.espaçoacadêmico.com.br> Acessado em 20.03.2017.

SCHWEICKARDT, J; CECCIM, R.; FERLA, A.; LIMA, R.; KADRI, M.; OLIVEIRA, P. **Educação e Práticas de Saúde na Amazônia: Tecendo Redes de Cuidado**. Porto Alegre, Rede Unida, 2016.

SILVA, H. **A Saúde Humana e a Amazônia no Século XXI: Reflexões Sobre os Objetivos do Milênio**. Em: Novos Cadernos NAEA, v. 9, n. 1, p. 77-94, jun. 2006. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

## **IMPACTO DA PESCA PREDATÓRIA E IRRACIONAL EM OPOSIÇÃO A SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA E AMBIENTAL DO RECURSO NATURAL PESQUEIRO DA AMAZÔNIA**

Dyennef Morais Pantoja, UFOPA, [dyennefmoraispantoja@gmail.com](mailto:dyennefmoraispantoja@gmail.com)  
Andrey Felipe Silva Ferreira, UFOPA, [brigadaecologica2015@gmail.com](mailto:brigadaecologica2015@gmail.com)  
Pedro Paulo Siqueira Ferreira, BADERNA, [consultoria.crap@gmail.com](mailto:consultoria.crap@gmail.com)

### **RESUMO**

A Pesca predatória e irracional, combinada com a redução das florestas inundáveis e ampliação da eficiência da atividade pesqueira levam ao empobrecimento do estoque natural, com impactos irreversíveis a sustentabilidade dos recursos naturais. Em que pese a legislação de proteção, o peixe está sendo exterminado pela pesca predatória e irracional, com uso de redes de pesca, é o que constatamos a partir da pesca de peixes jovens que ainda não atingiram a fase adulta, bem como, de peixes adultos, na fase de reprodução, carregados de óvulos, mesmo em pleno vigor das portarias de defeso.

Palavras chaves: Sustentabilidade, Pesca, Manejo.

### **ABSTRACT**

The Predatory and irrational fishing combined with the reduction of flood forests and expansion of efficiency on fishing activity lead to the impoverishment of the natural livestock, with irreversible impacts on the sustainability of natural resources. Despite of Brazilian protective legislation, fishes have been wiped out by irrational over-fishing with use of fishing nets. This is what we notice from the fishing of young fishes that have not yet reached adulthood as well of mature fish, and fishes in reproductive stage, laden with eggs, even in full force of closed entrances.

Keywords: Sustainability, Fishing, Management.

### **RESUMEN**

Pesca depredadora y irracional, combinado con la reducción de bosques de inundación y la expansión de la eficiencia de la actividad de pesca llevan al empobrecimiento del *stock* natural, con impactos irreversibles sob la sostenibilidad de los recursos naturales, a pesar de la ocurrencia de la legislación protectora, el pescado es aniquilado por la pesca excesiva y irracional, con uso de redes de pesca. Lo que vemos es la pesca de species jóvenes que aún no han logrado alcanzar la edad adulta, de peces maduros o en etapa reproductiva, cargado con huevos, mientras la plena vigencia de documentación de defensa del pescado.

Palabras clave: sostenibilidad, Pesca, Gestión.

## **APRESENTAÇÃO**

O trabalho apresenta resultados que mostram que a pesca predatória e irracional, praticada com redes de pesca, combinada com a redução das florestas inundáveis e ampliação da eficiência, intensidade e efetividade da pesca, em face das facilidades oferecidas aos pescadores, na forma de motores adaptados, redes de pesca, utensílios e equipamentos adquiridos com os recursos do seguro defeso levam ao empobrecimento severo, a exaustão do estoque natural do recurso pesqueiro com impactos irreversíveis à sustentabilidade da pesca.

## **JUSTIFICATIVA**

Em que pese a existência de farta e completa instrumentação legal, de proteção e utilização sustentável dos recursos naturais, como especialmente destacamos a CF de 1988, Art. 225 **“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”**; Incisos I - **“preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas”**; II - **“preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético”**; IV - **“exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”**; VI - **“promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”**; VII - **“proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.”**

Lei 5.197 de 03.01.1967 Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

Art. 1º **Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.**

Art. 35º **Dentro de dois anos a partir da promulgação desta Lei, nenhuma autoridade poderá permitir a adoção de livros escolares de leitura que não contenham textos sobre a proteção da fauna, aprovados pelo Conselho Federal de Educação.**

Lei 11.959 de 29.06.2009 Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a [Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988](#), e dispositivos do [Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967](#), e dá outras providências.

**Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, formulada, coordenada e executada com o objetivo de promover:**

**I - o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;**  
**II - o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira;**

**III - a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos;**

**IV - o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.**

#### **Seção II da atividade pesqueira**

**Art. 5º O exercício da atividade pesqueira somente poderá ser realizado mediante prévio ato autorizativo emitido pela autoridade competente, asseguradas:**

**I - a proteção dos ecossistemas e a manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios de preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais;**

**Art. 6º O exercício da atividade pesqueira poderá ser proibido transitória, periódica ou permanentemente, nos termos das normas específicas, para proteção;**

**§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, o exercício da atividade pesqueira é proibido:**

**II - em relação às espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos não permitidos pelo órgão competente;**

**Art. 7º O desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira dar-se-á mediante:**

**I - a gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros;**

**V - a educação ambiental;**

**IX - o controle e a fiscalização da atividade pesqueira;**

Lei 9.795 de 27.04.1999 Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

**Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades,**

atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não- formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve, em sua esfera de ação [...] instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica: a) educação infantil; b) ensino fundamental e c) ensino médio;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10º A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

Art. 11º A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Lei 12.651 de 25.05.2012 Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de

14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**Art. 1ºA. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. [\(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)**

**I - afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras; [\(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)**

**II - reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia; [\(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)**

**III - ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação; [\(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)**

**IV - responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais; [\(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)**

**V - fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa; [\(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)**

**VI - criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. [\(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)**

**Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:**

**I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: [\(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)**

**a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;**

**b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;**

**c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;**

**d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;**

**e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;**

**II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:**

**a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;**

**b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;**

Além das portarias de defeso e pagamento de seguro defeso a mais de vinte anos aos pescadores, a instalação de conselhos e acordos de pesca entre os pescadores e comunidades ribeirinhas, observa-se claramente que os rios e lagos da Amazônia são um espaço desprotegido, um ambiente sem lei, onde o Estado é ausente, em todos os seus níveis, sendo que esse grande criatório de peixe de água doce, que é público, bem como o recurso natural pesqueiro, que é um recurso público, ficam desprotegidos e disponíveis a depredação, sob o regime do tira o quanto pode de milhares de pescadores, na grande maioria desprovidos de conhecimento escolar, não alfabetizados, que pescam tudo o que alcançam com as suas redes de pescar ou malhadeiras, sem nenhuma orientação legal ou critério de sustentabilidade e desta forma, o peixe está sendo exterminado pela pesca predatória e irracional.

Razão pela qual se justifica a execução desta pesquisa que se propõe contribuir com o conhecimento científico para o manejo racional, ecológico e ambientalmente sustentável do recurso natural pesqueiro na Amazônia.

## **EXPECIFICAÇÕES DA PESQUISA**

### **DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA**

Região do Município de Santarém, Estado do Pará, Amazônia, Brasil.

### **TEMPO DE DURAÇÃO DA PESQUISA**

Cinco anos no período de 2015 a 2019.

### **TEMA**

Sustentabilidade Ecológica e Ambiental da Atividade pesqueira.

### **SUB TEMA**

Sustentabilidade da pesca em face da Pesca predatória e irracional.

### **DELIMITAÇÃO DO TEMA**

Sustentabilidade Ecológica e Ambiental da Atividade pesqueira no Município de Santarém, Estado do Pará.

### **PROBLEMA**

Em que pese a Constituição Federal de 1988, a lei da Sustentabilidade da Pesca e a legislação específica de proteção da fauna, flora, mata ciliar, mananciais hídricos e do meio ambiente, a lei da educação ambiental, as portarias do defeso e o pagamento do seguro defeso, os peixes, na Amazônia, Oeste do Pará, estão sendo exterminados pela pesca predatória e irracional com o uso de redes de pescar.

### **HIPÓTESES BÁSICAS**

1. A falta da educação ambiental determina o comportamento predatório e irracional da comunidade em relação ao recurso natural pesqueiro:
2. A pesca do peixe jovem antes da fase de reprodução determina a extinção das espécies ocorrentes na região.
3. O Peixe pescado e oferecido ao consumo da população reflete o estado em que se encontra o estoque pesqueiro para a reprodução nos rios e lagos da Região.
4. A Redução da floresta inundável determina a redução da existência de peixes pela falta de alimento e proteção para a reprodução e desenvolvimento.
5. O uso de redes de pescar impacta severamente o estoque de reprodução do recurso natural pesqueiro levando alto risco de extinção de espécies.
6. Parte do recurso do seguro defeso é utilizada para ampliar o arsenal de motores adaptados, redes de pescar e outros artefatos que incrementam o esforço da pesca predatória e irracional.

## **HIPÓTESES SECUNDÁRIAS**

1. A falta da educação ambiental na formação escolar da comunidade, na conformidade da determinação legal, determina o comportamento predatório e irracional dos pescadores, que pescam os peixes ainda jovens, da comunidade que compra para o consumo e das autoridades que deveriam zelar pelo patrimônio público.
2. Sendo pescado e oferecido peixes adultos para o consumo da população, obviamente haverá, certamente, um estoque de peixes adultos aptos a reprodução.
3. Mas se ao contrário são pescados e colocados à venda para a população peixes ainda jovens, certamente não há mais peixes adultos nesse ecossistema, que estejam aptos a reprodução.
4. Nesse caso, os ovos, alevinos e os peixes jovens estão vindos de outras áreas, carregados pelas correntes, e, desta forma, sendo pescados não se desenvolvem e não repovoam a região.
5. Logo, se houvesse uma moratória, uma proibição no uso das malhadeiras a própria natureza se encarrega de reabilitar o ecossistema para a produção de pescado.
6. Os recursos liberados a título de seguro defeso, para garantir o sustento dos pescadores durante o defeso, são na realidade aplicados para incrementar o arsenal de equipamentos que maximizam o esforço e a eficiência da pesca predatória e irracional.
7. O período do Defeso, 2016 e 2017, ocorreu entre 15 de novembro de 2016 e 14 de março de 2017, sendo que o recurso, na grande maioria foi liberado, na totalidade de 4 parcelas, no mês de abril, ou seja, após o período do Defeso.
8. Neste caso, os pescadores sem recursos para o sustento no período do defeso, continuam pescando, inclusive peixes carregados de óvulos, no momento da reprodução, já que estão sem os recursos que deveriam garantir o defeso.
9. Quando o recurso do seguro defeso é liberado, após o defeso, principalmente no montante de todas as parcelas, é comum os pescadores atenderem os apelos do mercado, comprando mais equipamentos de pesca, como motores adaptados, redes de pescar, e outros artefatos.

## **MÉTODO DE ABORDAGEM CIENTÍFICA**

Método hipotético-dedutivo.

## **TÉCNICA DE PESQUISA CIENTÍFICA**

Observação direta intensiva e sistemática na vida real, combinada com a técnica de entrevista não estruturada.

Observação direta extensiva em face da história de vida dos pescadores.

### **OBJETO DE ESTUDO E ANÁLISES**

- Peixes pescados nos rios e lagos da Região, disponibilizados a venda para a comunidade, nos principais pontos de venda de pescado no Município de Santarém, Estado do Pará.
- Peixes adultos pescados em outras cidades do Pará e do Amazonas, com ecossistemas menos predados, que serão tomados como padrão, como exemplo de ecossistemas mais preservados da pesca predatória e irracional.
- Peixes da natureza, pescados na região, das espécies mais consumidas pela comunidade, exceto qualquer exemplar ou espécie criada em cativeiro.
- Informações obtidas nas entrevistas não estruturadas sobre a história de vida dos pescadores relacionada à atividade pesqueira.

### **BASE REFERENCIAL DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E CARACTERIZAÇÃO**

- A literatura disponível.
- O conhecimento dos pesquisadores para os parâmetros de peixe jovem, peixe adulto na fase de reprodução e peixe adulto bem desenvolvido em relação ao potencial de desenvolvimento das espécies pesquisadas.
- Os peixes adultos pescados em outras cidades do Pará e do Amazonas.
- As informações trazidas pelos pescadores nas entrevistas realizadas.

### **PONTOS DE COLETA DE AMOSTRAS SIGNIFICATIVAS**

Os pontos de venda de peixes, pescados na Região, e disponibilizados a venda para a comunidade, no município de Santarém, Pará, principalmente Porto dos Milagres, Porto do Mercado 2000, e mercado de peixes do conjunto salvação.

No mesmo sentido, se forem observadas saídas de grandes volumes de peixes, capturado nos lagos e rios da Região, no interesse da pesquisa, outros pontos serão incluídos na programação de observação direta e intensiva para a coleta de amostras significativas.

### **OBJETIVO GERAL**

Acompanhar, no Município de Santarém, Estado do Pará, o resultado da pesca durante o ciclo anual, a partir da observação direta, Intensiva e qualificativa dos peixes pescados e oferecidos nos pontos de venda a população, para qualificar e relacionar as práticas da pesca predatória e irracional que impactam a sustentabilidade ecológica e ambiental da atividade pesqueira na região.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Monitorar a saída de peixes pescados na região através da oferta do pescado nos pontos de venda a população.

- Acompanhar o resultado da pesca durante o ciclo anual através da observação e análises dos peixes pescados e oferecidos a venda para população.
- Comprar amostras significativas, dos peixes oferecidos a venda para a comunidade, para o registro fotográfico e coleta de medidas.
- Organizar e sistematizar os dados no interesse da pesquisa.
- Coletar, sistematizar e analisar informações obtidas das entrevistas com pescadores.

## **METODOLOGIA**

### **Da coleta de amostras significativas**

Sendo verificada a presença significativa de peixes jovens ou em tempo de reprodução, nos pontos de venda a população, será comprado cambadas suficiente para a coleta das medidas de comprimento, largura e peso, bem como serão fotografadas para análises posteriores.

### **Dos parâmetros da tomada de medidas para as análises**

Os peixes verificados jovens na conformidade do desenvolvimento alcançado pela espécie em estudo, serão medidos com instrumento tipo fita métrica decimal, com escala em centímetros, sendo tomada a medida de comprimento da ponta da cauda, nadadeira anterior até o ponto mais distal da cabeça, na parte posterior à frente e a medida de largura, sempre no ponto inicial de inserção da nadadeira lombar principal, descendo em linha reta transversal até o abdômen, sendo o peso tomado em balança eletrônica de precisão modelo fruit kitchen mod: BFK 40.

Os peixes adultos, encontrados no período de reprodução, devem ser submetidos ao mesmo procedimento, sendo que em seguidas serão retiradas e pesadas separadamente às mantas de óvulos para posterior cálculo da proporção do peso relacionado, bem como, do ponto de amadurecimento de referidos óvulos.

Em seguida os registros fotográficos dos exemplares e das tomadas de medidas, igualmente fotografadas, passam a fazer parte do relatório de campo, juntamente com as anotações para análises, tratamento estatístico e fundamentação dos resultados.

Os peixes utilizados na pesquisa, após a coleta de medidas e os devidos registros serão doados a comunidade e destinados ao consumo.

Os dados obtidos serão analisados com base na legislação de proteção e literatura disponível para a validação dos resultados e confirmação temporária ou invalidação das hipóteses propostas.

Paralelamente a Observação Direta e Intensiva, procederemos a observação direta e extensiva com entrevistas não estruturadas para conhecer as histórias de vida dos pescadores, relacionados a pesca, no sentido de extrair informações importantes do interesse da pesquisa, tais como, informações sobre o estado atual do recurso natural pesqueiro, a partir da visão do pescador sobre; o estado de desenvolvimento dos peixes que eram pescados no passado e que são encontrados atualmente.

Para a realização das entrevistas serão abordados os pescadores mais antigos, inclusive aposentados e pescadores que estejam em pleno exercício da atividade, e desta forma, serão coletadas informações, daqueles que se mostrarem receptivos, que aceitem informar dados reais do seu cotidiano da sua vida relacionada a atividade pesqueira.

Os pesquisadores, de forma muito sutil, devem conduzir uma conversa aberta e descontraída, valorizando a experiência do pescador, para colher informações do tipo:

A região em que pescava ou pesca. Que peixes pescava ou pesca. Qual o peso do maior peixe que pescou ou viu ser pescado em sua comunidade. Se no passado os peixes pescados eram maiores que os peixes pescados hoje. Há quanto tempo que ele não pesca ou não vê pescado um pirarucu de oitenta a cem quilos. Há quanto tempo que ele não pesca ou não vê pescado um tambaqui com peso superior a quinze quilos. Qual o peso dos maiores peixes que ele pesca ou viu ser pescado hoje, das espécies diversas e principalmente das espécies pirarucu e tambaqui.

### **DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA**

A atividade Pesqueira desenvolvida na região do município de Santarém, Estado do Pará, envolve diversas categorias de pescadores que exercem grande pressão predatória e irracional sobre o recurso natural pesqueiro, de forma a impactar, severamente, a possibilidade de sustentabilidade ecológica e ambiental na atividade pesqueira da região, são elas:

Pescadores artesanais registrados na zona pesqueira de Santarém, Z20, 8.600 pescadores.

Pescadores artesanais não registrados (estimado) 15.000 pescadores.

Pescadores comerciais, datados de embarcações motorizadas e bajaranas (estimado) 250 pescadores.

Pescadores amadores e de finais de semana (estimado) 20.000 pescadores.

Desta forma é totalizado o universo de 43.850 pescadores que tem o seu esforço de pesca predatória e irracional multiplicado por milhares de motores adaptados, milhões de metros lineares de redes de pescar, embarcações motorizadas legalizadas, embarcações motorizadas clandestinas, bajaranas e canoas, todos equipados com recipientes para o resfriamento do peixe, soma-se a tudo isso, uma comunidade de 294.447 habitantes que compram peixes jovens e ovados, contando com a ausência do Estado na gestão e fiscalização desse recurso natural pesqueiro que é público.

Especialmente dentro da pesquisa os trabalhos até então realizados, na conformidade da metodologia especificada, se avolumam em grande riqueza de dados e informações, inclusive fotográficas, entre as quais, para fazer parte do trabalho a ser apresentado no evento, em face de limitações normativas do fórum Internacional sobre a Amazônia, selecionamos as mais importantes, desta forma, destacamos:

## Coletas e procedimentos realizados em 2015

- Período do defeso 2014 a 2015

O período de defeso, em referência se inicia em 15.11.2014 até 14.03.2015.

Outubro de 2015, (defeso 15.11.2015 até 14.03.2016) em um só dia, no Porto dos Milagres, Santarém – PA, local de venda de peixe a comunidades havia dois tambaquis, **Colossoma macropomum** adultos, ao peso de 10,1 e 10,2 Kg, que estavam sendo oferecidos a venda ao preço de R\$ 150,00 a unidade e milhares de tambaquis jovens, em cambadas com 10 unidades, que estavam sendo oferecidos e vendidos a comunidade a R\$ 10,00, na amostra que compramos constatamos que os exemplares jovens apresentavam o peso médio de 142 gramas, que estavam à venda ao valor em R\$ 1,00 a unidade.

Segundo (OLIVEIRA, 2013) O Tambaqui é um peixe de escamas, com corpo romboidal, alto, achatado e serrilhado no peito. Apresenta uma dentição poderosa, adaptada para quebrar as duras castanhas que fazem parte de sua dieta. Em suas brânquias, podem ser observados espinhos longos e finos. Possui nadadeira adiposa curta, com raios na extremidade, dentes molariformes e rastros branquiais longos e numerosos. Sua coloração é parda, na metade superior, e preta, na metade inferior do corpo, mas pode variar para mais clara ou mais escura dependendo da cor da água. Tem a carne bastante apreciada. Pode alcançar 90 cm de comprimento e atingir 30 Kg.

## Coletas e procedimentos realizados em 2016

Período do defeso 2015 a 2016

- O período de defeso, em referência se inicia em 15.11.2015 até 14.03.2016.

No mês de outubro de 2016, (15.11.2016 até 14.03.2017) foram encontrados a venda, no Porto dos Milagres, Santarém-PA, milhares de peixes jovens da espécie **Colossoma macropomum**, Tambaqui com peso médio em 160 gramas, 8 cm de largura e 16 cm de comprimento, que estavam sendo vendidos em cambadas com 20 unidades ao preço de R\$ 10,00, ou seja, ao custo médio de R\$ 0,50 a unidade.

No mesmo local foram encontrados exemplares jovens de Tucunaré – **Cicla temensis**, com 20 cm de comprimento em média e um adulto com 52 cm, essa espécie chega a medir 80 cm e pesar 20 kg.

Conforme descrito por Oliveira, (2013), O Tucunaré é um *peixe de escamas*, com corpo alongado e um pouco comprimido. Sua coloração é amarelada, com manchas pretas e verticais distribuídas regularmente pelo corpo. Todos os Tucunarés apresentam uma mancha redonda (ocelo) no pedúnculo caudal. É bastante rápido, agressivo, forte e até estúpido. Também é muito sedentário (não realizando migrações). Tem hábitos diurnos. Pode chegar a 30 cm ou mais de 1 m de comprimento total.

Também encontramos exemplares jovens do Pirapitinga – **Piaractus prachypomus**, com 25 cm em média e apenas um exemplar adulto com 50 cm, em que pese essa espécie

chegar a medir 80 cm e pesar 20 kg, milhares de peixes jovens dessas espécies, com peso médio de 160 gramas, são pescados e disponibilizados a vendas nas feiras de pescada da cidade de Santarém – PA.

Segundo Oliveira, (2013), O Pirapitinga é um peixe de escamas. Possui corpo romboidal, alto e comprimido. Apresenta nadadeiras adiposas amareladas, sem raios. Sua cabeça é pequena, com dentes molariformes. Possui coloração cinza arroxeado uniforme, nos adultos, e cinza claro, com manchas alaranjadas, nos jovens. Seu dorso é escuro. Pode alcançar até 80 cm de comprimento e 20 Kg de peso.

O Curimatá - ***prochilodus lineatus***, foram adquiridos três exemplares de tamanho médio, vendidos a R\$ 30,00 a cambada, e no mesmo dia e local, milhares de peixes jovens, dessa espécie, uma dessas cambadas vendida a R\$10,00, com onze exemplares, isso determina a pesca predatória e irracional e o fim da pesca em nossos rios da Amazônia. Esta é uma das espécies protegidas pelo defeso. O Pescador recebe o seguro defeso que protege a reprodução, mas em seguida, pesca os peixes jovens.

Pirarucu, ***Arapaima gigas***, exemplares jovens, medindo entre 50 e 65 cm, com peso entre 1,2 e 3 kg, encontrados no porto dos milagres, Santarém – PA, pescados com malhadeiras, redes de pescar. A pesca dessa espécie muito jovem é predatória e irracional, sendo que os adultos, raríssimos em nossa região, chegam a pesar 100 kg, conforme o exemplar adquirido da reserva de Mamirauá no Amazonas com 102,4 kg e 2,15 m de comprimento.

### Coletas e procedimentos realizados em 2017

- Período do defeso 2016 a 2017

O período de defeso, em referência se inicia em 15.11.2016 até 14.03.2017.

O início do ano coincide com o período de defeso (15.11.2016 até 14.03.2017), quando a pesca fica proibida para proteger a reprodução, sendo que neste período de defeso, a exemplo dos anteriores, os peixes na fase de reprodução continuaram a serem pescados.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2017 visitamos a feira do peixe Salvação, localizado no bairro Alvorada, onde se constatou uma grande quantidade de matrizes carregadas de óvulos durante a vigência da portaria do defeso. No mesmo sentido a pesca do peixe na fase da reprodução representa o lado mais danoso da pesca predatória e irracional, por que tira a oportunidade da reprodução, eliminando bilhões de vidas, neste sentido mostramos o Jaraqui ***Semaprochilodus insignis***, carregado com 110 g de óvulos.

Outros exemplos da pesca predatória e irracional em face da pesca do peixe na fase de reprodução destacam um exemplar da Matrinxã, ***Brycon cephalus***, no início da maturação dos óvulos, Janeiro de 2017, encontradas na feira do peixe, próximo ao bairro Salvação, Santarém – PA.

Temos outro caso com um exemplar de Curimatá, ***Prochilodus lineatus***, 44 cm de comprimento, 14 cm de largura, 6,5 cm de espessura, e peso 1,440 Kg, com duas mantas de óvulos pesando 240 g, 16,66% de seu peso total, e outra com comprimento 40 cm, largura 14 cm, espessura 06 cm, com peso de 1,274 Kg, com duas mantas de óvulos pesando 284 g, 22,29 % do peso total. Exemplos da pesca predatória e irracional, que pesca o peixe, na linguagem popular “OVADA”, em pleno vigor da portaria do defeso, fevereiro 2017, encontradas na feira do peixe, próximo ao bairro Salvação, Santarém – PA.

Em que pese o seguro defeso ter início em 15 de novembro do ano de 2016, e servir como auxílio para os pescadores sobreviverem durante a época que proíbe a pesca, a maioria deles recebem as quatro parcelas em uma única vez no mês de março ou abril sendo que, nos meses anteriores mesmo em plena vigência do defeso os pescadores continuam pescando para sobreviver, principalmente as espécies Pirarucu, ***Arapaima gigas***, Tambaqui, ***Colossoma macropomum***, pirapitinga, ***Semaprochilodus insignis***, Tucunaré, ***Cichla ocellaris***, Jatuarana ou Matrinxã, ***Brycon cephalus***, Curimatá, ***Prochilodus lineatus*** e Jaraqui, ***Semaprochilodus insignis***:

Na parte da observação direta e extensiva, a partir da entrevista não estruturada dos pescadores dispostos a falar, colecionamos muita informação que reforça o nosso entendimento sobre o impacto da pesca predatória sobre a sustentabilidade do recurso natural pesqueiro, por exemplo: a totalidade dos entrevistados reconhece que os peixes estão acabando; que a pressão da pesca predatória e irracional sobre o estoque natural pesqueiro caminha para acabar com tudo; a totalidade afirma que, nos últimos dez anos, nunca mais pescou ou viu em sua comunidade alguém pescar um pirarucu com peso superior a oitenta ou cem quilos, bem como, tambaqui com peso superior a quinze quilos. No mesmo sentido afirmam que os peixes grandes de hoje, quando se fala em tambaqui são exemplares de dois até cinco quilos, ou pirarucu na faixa de quinze a trinta quilos. Os pescadores também confirmaram que antes, cerca de dez anos passados, fazia-se a carga com pouco tempo de pescaria, poucos equipamentos de pesca e poucos peixes, ou seja, peixes de peso médio maior, sendo que hoje, nos tempos atuais, precisam dispor de milhares de metros de malhadeiras, muito tempo nas pescarias e muito mais peixe pescado para alcançar a mesma carga ou a mesma quantidade em peso, ou seja, hoje são muito peixes a maioria muito jovem de peso médio bem menor.

No mesmo sentido observamos o impacto no comportamento do pescador em relação a falta da educação ambiental, quando muitos pescadores justificam a pesca dos peixes jovens, por causa do uso das redes de pescar, tipo malhadeiras, pois como as referidas redes ficam armadas durante toda a noite, quando são despescadas pela manhã os peixes jovem já estão sem vida e desta forma, são aproveitados para a venda, no entanto observamos que muitos peixes jovens são embarcados em perfeitas condições de sobrevivência, inclusive nas feiras de venda de peixes a comunidade são encontrados peixes jovens, vivos, que poderiam ser devolvidos ao rio, mas são levados a venda e a comunidade compra para o consumo, ou seja, pela falta da educação ambiental muitos pescadores pescam e embarcam peixes jovens vivos, tais peixes que a comunidade compra para o consumo, não havendo portanto, nenhuma responsabilidade com a sustentabilidade da manutenção do estoque natural do recurso pesqueiro.

## **RESULTADOS**

Os resultados preliminares mostram que na cidade de Santarém, na região Oeste do Pará:

São comercializados, na grande maioria, peixes jovens que ainda não atingiram a fase adulta, da reprodução, impactando severamente a sustentabilidade ecológica e ambiental do estoque natural do recurso pesqueiro.

Os peixes estudados tem origem da pesca com malhadeiras, rede de pescar, que os pescadores utilizam de centenas a milhares de metros, que são armadas inclusive durante toda a noite e desta forma, capturando indiscriminadamente peixes jovens de espécies que tem grande potencial de desenvolvimento a exemplo do Pirarucu, **Arapaima gigas**, Tambaqui, **Colossoma macropomum**, Pirapitinga, **Semaprochilodus insignis**, Tucunaré, **Cichla ocellaris**, Jatuarana ou Matrinxã, **Brycon cephalus**, Curimatá, **Prochilodus lineatus** e Jaraqui, **Semaprochilodus insignis**.

Os peixes jovens das amostras que analisamos, da espécie Tambaqui, **Colossoma macropomum**, em 2015 com peso médio em 142 gramas e em 2016 com peso médio em 160 gamas, são peixes nascidos no final do ano anterior, em pleno vigor da portaria do defeso, que são pescados, com apenas um ano de vida, no início do período de defeso do ano seguinte, ou seja, o pescador recebe o seguro defeso para proteger a reprodução, mas em seguida pesca a produção, ainda muito jovem.

Também foram encontrados muitos peixes ovados, em plena vigência do período do defeso, impactando severamente a sustentabilidade ecológica e ambiental do estoque pesqueiro pela supressão da reprodução.

Na cidade de Santarém e região o período de defeso, para a proteção da reprodução ocorreu do dia 15.11.2016 até 14.03.2017, sendo que grande parte dos pescadores continuam pescando, durante o período do defeso, para garantir a sobrevivência da família em detrimento da reprodução em face de que o seguro defeso tem os recursos liberados após o período de vigência em abril de 2017, no caso quatro parcelas no valor de R\$ 937,00 totalizando R\$ 3.748,00.

Observamos também que como os recursos do seguro defeso são liberados após o período de vigência, sendo que o pescador sobreviveu pescando, o recurso do defeso, em grande monta da soma de todas as parcelas, acabam sendo utilizada para reforçar o arsenal de máquinas adaptadas, rede de pescar, isopor e demais equipamentos que ampliam o esforço e a eficácia da pesca predatória e irracional.

Nas entrevistas realizadas em totalidade os pescadores afirmam que a pesca está mais difícil hoje do que anteriormente; que os peixes pescados hoje estão menores que os peixes pescados no passado; que hoje se precisa de muitas malhadeiras para pescar o mesmo volume de peixe que se pescava no passado; que hoje estão pegando muito peixe jovem; que o peixe está se acabando dos nossos rios e lagos.

## **CONCLUSÃO**

Em face dos resultados, até então observados, concluímos que, a pesca predatória e irracional, praticada com o uso de malhadeiras, redes de pescar, pesca aos milhares, os peixes jovens das espécies que tem grande potencial de desenvolvimento, bem como, muito peixe adulto, na fase de reprodução, carregados de óvulos, mesmo em plena vigência das portarias de defeso e pagamento do seguro defeso, desta forma, as espécies mais demandadas pelo consumo da população são na realidade as mais predadas.

Constatamos através da observação direta, intensiva e qualificativa dos peixes pescados e oferecidos nos pontos de venda a população, pelas medições de amostras significativas das espécies encontradas nesses pontos, cujos registros, inclusive fotográficos, obtidos nos anos de 2015, 2016 e 2017, mostram que os fatos se repetem, de acordo com o regime das águas e o ciclo anual da pesca, ou seja, no início da enchente dos rios e lagos, no período da reprodução, entre outubro de um ano e março do ano seguinte, são pescados os peixes ovados, na fase e no momento da reprodução, e que no tempo da seca dos rios e lagos, com a baixa a níveis críticos da lamina de água nos mananciais, nos meses de setembro, outubro e novembro, são pescados os peixes jovens, produzidos no momento da reprodução do ano anterior, de forma que não restam dúvidas de que a pesca predatória e irracional esta persistindo, mesmo com a farta legislação, as portarias de defeso, o pagamento do seguro defeso, a criação de conselhos comunitários de pesca e os acordos de pesca, impactando severamente a sustentabilidade ecológica e ambiental do estoque natural do recurso pesqueiro da região do Município de Santarém, Estado do Pará, onde o pirarucu, ***Arapaima gigas***, que faz parte do Brasão e da Bandeira do Município, em razão da fartura e importância econômica do peixe na economia regional, agora a espécie está praticamente extinto dos nossos rios e lagos.

Na conformidade das afirmações obtidas dos pescadores entrevistados que afirmam que a mais de dez anos não se pesca ou se ver pescar, na região, pirarucu na faixa de oitenta a cem quilos, bem como, tambaqui com peso superior a 15 quilos. Dizem os pescadores que os tambaquis grandes, de hoje, são peixes que pesam de três a cinco quilos, bem como, o pirarucu, que mal chega aos trinta quilos, ou seja, em vinte anos de pagamento de seguro defeso, o peso médio do pescado, das espécies mais importantes para o consumo da comunidade, está caindo drasticamente ao ponto de levar risco a sustentabilidade ecológica e ambiental do recurso natural pesqueiro da nossa região.

Desta forma, a conclusão obtida a partir das análises criteriosas dos dados levantados, apontam para a confirmação das hipóteses propostas para a orientação, suporte e desenvolvimento do presente estudo.

## **MEDIDAS MITIGATÓRIAS**

Os pesquisadores sugerem as seguintes medidas mitigatórias:

A efetividade da prática da educação ambiental, no Município de Santarém, Pará, Amazônia, Brasil, na conformidade da Lei, CF de 1988, Art. 225 Inciso VI e Lei 9.795 de 27.04.1999.

A proibição do uso de malhadeiras na conformidade da legislação CF Art. 225 Inciso I ,II e VII, Lei 5.197 de 03.01.1967 de proteção da fauna e Lei 11.959 de 29.06.2009 da sustentabilidade da pesca.

O cumprimento da Lei, CF Art. 225 Inciso I, II e VII, Lei 5.197 de 03.01.1967 de proteção da fauna e Lei 11.959 de 29.06.2009, no sentido da efetividade da proibição e fiscalização da pesca indiscriminada de peixes jovens, bem como, de peixes em plena reprodução, no período do defeso.

A efetividade do pagamento mensal, no tempo certo, das parcelas do seguro defeso, garantindo a manutenção do pescador e proteção da reprodução.

Exigir em contra partida do seguro defeso e em respeito à legislação de proteção a Fauna e Sustentabilidade da Pesca, da Mata Ciliar, que os pescadores plantem árvores e colaborem a com proteção das florestas inundáveis, que garantem a alimentação, abrigo, reprodução e o desenvolvimento dos peixes.

## **REFERÊNCIAS**

Brasil. Lei nº 5.197 de 03 de Setembro de 1967. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=80718>. Acesso em: 03 de Março de 2017.

Brasil. Lei 11.959 de 29 de Junho de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm). Acesso em: 03 de Março de 2017

Brasil. Lei 9.795 de 25 de Abril de 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm). Acesso em 03 de Março de 2017.

Brasil. Lei 12.651 de 25 de Maio de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm). Acesso em: 04 de Março de 2017.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 225. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10645661/artigo-225-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 03 de Março de 2017.

IBGE, Cidades@. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/59C>. Acesso em: 04 de Maio de 2017

OLIVEIRA, André. **Peixes de água doce do Brasil - Tambaqui (Colossoma macropomum)**: Cursos CTP Centro de Produções Técnicas. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/cursos-criacaodepeixes/artigos/peixes-de-agua-doce-do-brasil-tambaqui-colossoma-macropomum> Acesso em: 26 de abril. 2017.

OLIVEIRA, André. **Peixes de água doce do Brasil - Matrinxã (Brycon cephalus)**: Cursos CTP Centro de Produções Técnicas. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/artigos/peixes-de-agua-doce-do-brasil-matrinxã-brycon-cephalus> Acesso em: 26 de abril. 2017.

OLIVEIRA, André. Peixes de água doce do Brasil. **Peixes de água doce do Brasil - Tucunaré (Cichla ocellaris)**: Cursos CTP Centro de Produções Técnicas. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/artigos/peixes-de-agua-doce-do-brasil-tucunare-cichla-ocellaris>. Acesso em: 26 de abril. 2017.

OLIVEIRA, André. **Peixes de água doce do Brasil - Pirapitinga (Piaractus brachypomus)**: Cursos CTP Centro de Produções Técnicas. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/artigos/peixes-de-agua-doce-do-brasil-pirapitinga-piaractus-brachypomus> Acesso em: 26 de abril. 2017.

### **OBRAS CONSULTADAS**

MARCONI, M; LAKATOS, E. fundamentos de Metodologia Científica. 7º edição São Paulo. Editora Atlas S A. 2010. ISBN 978-85-224-5758-8

MARCONI, M; LAKATOS, E. Metodologia do Trabalho Científico. 7º edição São Paulo. Editora Atlas S A. 2010. ISBN 978-85-224-4878-4.

## **INFLUÊNCIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E DA MORATÓRIA DA SOJA SOBRE O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA**

Profª Drª Adrilane Batista de Oliveira,  
Universidade Católica de Brasília (UCB),  
adrilane@gmail.com

...

### **Resumo**

Responsável por mais de 20% do PIB oriundo da agricultura e líder das exportações do país, a soja é uma *commodity* importante para a economia brasileira. Depois dos Estados Unidos, o Brasil é o maior exportador de soja no mundo. Assim sendo, o mercado internacional de soja acabada exercendo forte influência sobre o uso da terra no Brasil e é apontado por alguns estudiosos como um grande vetor de desmatamento na Amazônia. Devido a essa pluralidade de interesses, as relações entre comércio internacional de soja e meio ambiente na Amazônia brasileira têm sido tensas e complexas.

A sojicultura na Amazônia brasileira concentra mais de 88% de sua produção em Mato Grosso, sendo o restante distribuído principalmente entre os estados do Pará e de Rondônia. Além de ser o estado brasileiro que mais tem exportado soja, o Mato Grosso é também o que apresenta os maiores índices de desmatamento em territórios abrangidos pela floresta amazônica.

Contudo, os impactos da sojicultura sobre o desmatamento na Amazônia têm sido bastante questionados nos últimos anos. Pois apesar de a produção e a exportação de soja na Amazônia terem aumentado bastante, os índices de desmatamento no bioma como um todo têm diminuído ano após ano. Vários fatores são assinalados como razões para a queda do desmatamento, todavia, este trabalho buscou analisar apenas os impactos da Moratória da Soja sobre o desmatamento na Amazônia. Considerando que o estado do Mato Grosso é o que concentra a parte significativa da produção de soja na Amazônia, optou-se por limitar os estudos de uso da terra ao estado do Mato Grosso.

A Moratória da Soja tem como objetivo a proteção do bioma amazônico sem afetar negativamente a produção de grãos da região. Neste contexto, o objetivo que este trabalho apresenta é o de investigar quais impactos do Comércio Internacional e da Moratória da Soja tiveram sobre o desmatamento no estado do Mato Grosso entre os anos de 2006 e 2010, e se pode ser considerada como razão da contenção do desmatamento na região.

**Palavras Chave:** Desmatamento, Comércio Internacional, Moratória da Soja, Amazônia

### **INTRODUÇÃO**

A produção de soja é considerada por alguns estudiosos como um grande vetor de desmatamento na Amazônia brasileira. Entretanto, apesar da produção dessa *commodity* estar em crescimento, a região tem apresentado índices de desmatamento

cada vez menores. Enquanto que em 2004 o desmatamento a Amazônia alcançou o maior nível de desmatamento já registrado pela região, cerca de 27 mil km<sup>2</sup>, em 2010 esse número caiu para 7mil km<sup>2</sup>. A taxa de desmatamento registrada em 2010 é a menor desde 1988, ano no qual a Amazônia passou a ser monitorada regularmente por satélite. Essa queda no desmatamento pode ser associada a vários fatores, mas este trabalho tem como objetivo investigar se a Moratória da Soja poderia ser considerada como fator de inibição de novos desmatamentos em um cenário no qual o mercado internacional de soja está aquecido.

O presente trabalho está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção apresentam-se alguns dados sobre o comércio exterior da soja. Na terceira seção a expansão da sojicultura na Amazônia. Na quarta seção é apresentada uma análise sobre a Moratória da Soja e seus impactos sobre o desmatamento no estado na Amazônia. Por fim na quinta e última seção do trabalho são oferecidas algumas considerações e conclusões dos dados analisados.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas as bases do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), disponíveis no sistema de compilação de dados de Comércio Exterior, conhecido como Aliceweb. Foram utilizados também dados disponibilizados pelo sistema Agrostat de dados estatísticos de produção agrícola brasileira, gerenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Para elaboração de alguns gráficos e figuras foi utilizado os sistema Trademap, administrado pela Seção de Análise de Mercados do *International Trade Center* (ITC).

As bases do Aliceweb e do Agrostat disponibilizam dados do comércio internacional de soja, especificados pelo código utilizado na Nomenclatura Comum do Sul (NCM). Neste estudo foram utilizados os códigos 2304.00.90 (Bagaço e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja), 1208.10.00 (farinhas de soja), 2304.00.10 (farinhas e “pellets”, da soja), 2103.10.10 (molhos de soja, preparados, embalagens imediatas), 1507.10.00 (óleo de soja, em bruto, mesmo degomado), 1507.90.10 (óleo de soja, refinado), 1201.00.90 (outros grãos de soja, mesmo triturados), 2103.10.90 (outros molhos de soja, preparados), 1507.90.90 (outros óleos de soja), 3504.00.20 (proteínas de soja em pó, teor proteína em base seca) e 1201.00.10 (soja para semeadura). Estas informações permitem saber, município de armazenamento do grão (silo), estado de origem e país de destino.

Para análise dos polígonos anuais de desmatamento de desmatamento foram utilizadas as bases de dados do sistema PRODES/INPE (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) referentes ao período 2006-2011, em formato shapefile, disponíveis em <<http://www.obt.inpe.br/prodes>> e em imagens do satélite Landsat TM.

## **A SOJA E A AMAZÔNIA**

A Amazônia é uma região rica em biodiversidade e é também um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo. Estima-se que nos últimos 30 anos os níveis de desmatamento de áreas de floresta primária alcancem uma média de 18 mil

km<sup>2</sup> ao ano. Esse total corresponderia aproximadamente a uma área maior que os estados de Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro juntos. Esses índices de desmatamento são apontados por alguns estudiosos como fruto da inserção da Amazônia brasileira em novos movimentos de desenvolvimento econômico, dentre os quais, o da agricultura tem demonstrado bastante força.<sup>1</sup>

A área de grãos plantada no Brasil possui 49% de sua totalidade ocupada por soja. De acordo com dados do último censo agropecuário, o crescimento da lavoura de soja no Brasil, no decênio de 1996 a 2006 foi de 88,8%. Nenhuma cultura agrícola cresceu tanto no país como a da soja. Estima-se crescimento médio anual da produção de soja siga uma taxa 2,43% até 2019. Esse crescimento está associado ao aumento da demanda internacional de soja impulsionado pela *BSE* (“síndrome da vaca louca”) e pelo crescimento da economia chinesa. Apesar de o consumo interno de soja estar em ascensão desde meados da década de 1990, mais de 52% da produção brasileira destina-se para exportação. Em 2011 a exportação de soja correspondeu a mais de 20% das exportações brasileiras, assumindo grande peso na balança comercial brasileira.<sup>2</sup>

O aumento da demanda global de soja alinhado a uma redução dos campos limpos de vegetação arbustiva nas regiões centro-oeste e sul do Brasil pressionaram uma expansão da fronteira agrícola para a região amazônica, em especial no estado do Mato Grosso. Essa expansão agrícola trouxe impactos diretos na mudança de uso da terra e na modificação da paisagem, fazendo com que a lavoura de soja fosse apontada como um dos grandes *drivers* de desmatamento na Amazônia brasileira. Junto ao crescimento da produção de soja, observaram-se também altas de desmatamento na região, chegando a taxas recordes nos anos de 2002 a 2004. Esses fatos além de demonstrarem como a produção de soja pode influenciar negativamente a conservação da floresta, comprovam também quão sensível é a indústria da soja ao comportamento dos mercados internacionais.<sup>3</sup>

Até o final da década de 1980 a produção de soja na Amazônia era de pequena escala e tinha um crescimento tímido. Esse cenário sofre mudanças a partir da década de 1990 com a entrada de grandes empresas graneleiras na Amazônia. Os aumentos dos preços e da demanda internacional de soja motivaram essas empresas a investir não só na região, mas também ao desenvolvimento de novas variedades de grãos mais adaptáveis para as condições ambientais da Amazônia.<sup>4</sup>

Esses grupos graneleiros passam a ter uma forte influência sobre a região, sobretudo no estado do Mato Grosso, pois devido a uma desassistência do Governo Federal no financiamento dos produtores rurais, as grandes empresas assumiram o papel de agentes de crédito. Esse processo conhecido como “soja verde” trouxe às grandes corporações de grãos o papel de agentes de crédito da produção e uma responsabilidade sobre a logística de escoamento da soja. Dessa maneira, essas empresas consolidaram o comércio e a produção de grãos no estado do Mato Grosso com base no fortalecimento do vínculo comercial com os produtores. Nesse processo

<sup>1</sup> (WOODWELL, 2002; NEPSTAD, STICKLER & ALMEIDA, 2008)

<sup>2</sup> (ABIOVE, 2011; IBGE, 2006; MAPA, 2012; SECEX, 2012; WWF, 2003)

<sup>3</sup> (GREENPEACE, 2006; NEPSTAD, STICKLER & ALMEIDA, 2008)

<sup>4</sup> (BECKER, 2002; FEARNSTIDE, 2001)

três multinacionais e uma empresa brasileira têm papel de destaque, são elas: *Acher Daniels Midland* (ADM), Bunge, Cargill e o Grupo André Maggi.<sup>5</sup>

## **SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SOJA NO BRASIL**

Entre os fatores que balizam uma produção intensiva da soja no país, bem como na Amazônia destacam-se o incentivo governamental, acordos comerciais internacionais, desenvolvimento de tecnologias e uma política econômica de desvalorização cambial.

. Atualmente o Brasil é o segundo maior exportador mundial de soja e há perspectivas de que a partir da safra de 2012 assuma a posição de liderança no comércio internacional da *commodity*. Esse cenário advém de uma perspectiva de que o país aumente a sua produção de soja em mais de 40% até 2020, enquanto as projeções de crescimento da lavoura americana não ultrapassam os 15% de crescimento. Espera-se assim que até 2020 a produção brasileira de soja ultrapasse 105 milhões de toneladas.<sup>6</sup>

A maior parte da produção brasileira de soja e de seus derivados é exportada na modalidade em grãos. Em 2011 a exportação da soja na modalidade de grãos correspondeu a aproximadamente 68% das exportações brasileiras de soja, enquanto que as exportações de bagaço de soja e de óleo de soja correspondem respectivamente a 29% e 3%. Essa concentração é o reflexo de incentivos do governo brasileiro para privilegiar a produção da soja em grãos. Dentro dos incentivos governamentais, o que mais teve impacto direto sobre a produção de soja foi a implementação da Lei Complementar N° 87, de 13 de Setembro de 1996, mais conhecida como **Lei Kandir**.<sup>7</sup>

A Lei Kandir roga acerca da desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre produtos *in natura*. Embora a Lei Kandir tenha desestimulado o investimento em produtos com maior valor agregado, sem dúvidas foi um importante impulso para o crescimento das exportações brasileiras de soja em grãos. Outro aspecto importante para o incremento das exportações brasileiras de soja foi a desvalorização cambial de 1999, que favoreceu as exportações brasileiras como um todo.<sup>8</sup>

Entre o final da década de 1990 até 2008 a União Européia, com destaque para Holanda, Alemanha e Espanha, era o principal mercado consumidor da soja produzida na Amazônia. A China era o segundo maior importador da soja amazônica, tornando-se o principal destino da soja da região em 2009. Essa mudança no mercado internacional ocorreu em menos de uma década. Em 2001 a China era responsável pela importação de 19,72% das exportações brasileiras de soja em grãos, já em 2011 esse percentual subiu para 67,03% das exportações.<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup>(BECKER, 2002)

<sup>6</sup>(VENCATO ET AL, 2011)

<sup>7</sup>(CORONEL, MACHADO & CARVALHO, 2009; SECEX, 2012)

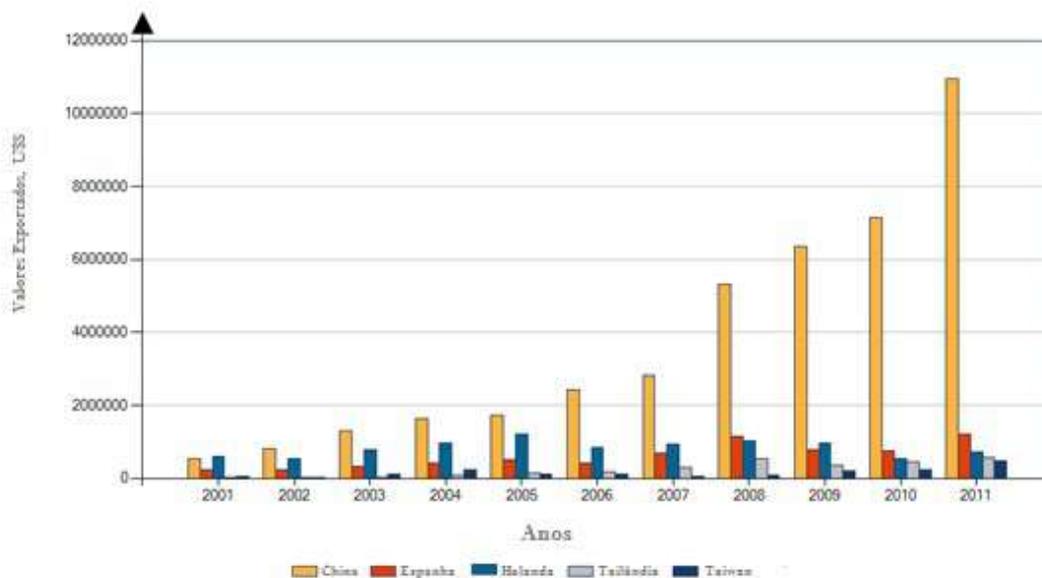
<sup>8</sup>(CORONEL, MACHADO & CARVALHO, 2009)

<sup>9</sup>(SECEX, 2012)

No **gráfico 1**, é possível notar que o crescimento das exportações brasileiras de soja em grãos vem intrinsecamente acompanhado com o aumento das importações chinesas. Uma das hipóteses para justificar essa mudança de direcionamento das exportações brasileiras é de que até 2001 havia uma tendência do mercado chinês em aplicar uma série de barreiras tarifárias e não tarifárias sobre a importação de algumas *commodities* de importância significativa para o país, dentre elas, a soja. A China costumava impor uma taxa sobre as importações de grãos de soja que em alguns momentos chegaram a picos de 114%. Outras barreiras não tarifárias eram impostas pelo governo chinês dentre as quais se destacam o estabelecimento de cotas de importação, inspeções aduaneiras, licenças de importação, certificações restritivas e quarentenas.<sup>10</sup>

Em 2002 observa-se um destaque da China no que tange à importação de grãos brasileiros, todavia o grande salto das importações de soja se dá no ano de 2005. Entre os fatores importantes para impulso às importações chinesas de soja destaca-se a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), influenciando o país a adotar medidas comerciais menos protecionistas. Entretanto, outros dois fatos devem ser apontados como fundamentais para a consolidação da China como importante parceiro comercial brasileiro. O primeiro é o reconhecimento por parte do Brasil da China como economia de mercado. O segundo é a mudança na orientação da economia chinesa, que tem preferido a importação de produtos *in natura* procurando favorecer a industrialização desses produtos internamente.

**Gráfico 1: Evolução das exportações brasileiras de soja em grãos e seus principais mercados consumidores. Ano Base: 2001 -2011**



Elaborado pela autora (2012) Fonte: MDIC (2012)

<sup>10</sup> (CORONEL, MACHADO & CARVALHO, 2009)

## SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SOJA NO MATO GROSSO

Dentre os estados brasileiros produtores de soja, o que assume papel de liderança é estado do Mato Grosso. Em um curto espaço de tempo o estado aumentou sua produção agrícola embasado no financiamento de produtores de soja por grandes tradings, em subsídios agrícolas, pesquisa científica para melhoria dos solos e uma grande mecanização da agricultura.<sup>11</sup>

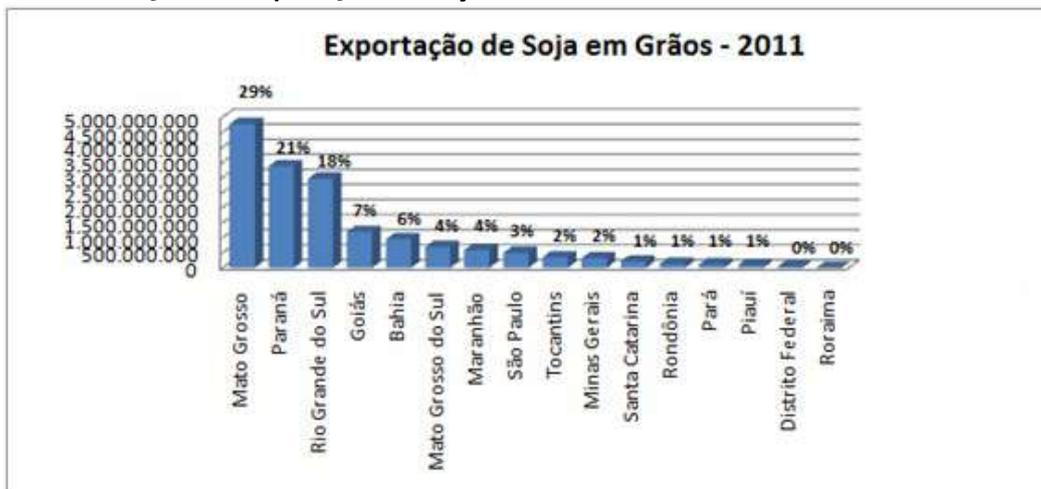
Conforme pode ser verificado no **gráfico 2**, a exportação de soja em grãos no estado do Mato Grosso mais do que dobrou no período de dez anos compreendido entre 2001 e 2011. Atualmente mais de 88% da soja produzida na Amazônia brasileira tem como origem o Mato Grosso, que em 2011 passou a ser o estado brasileiro que mais exporta soja, conforme pode ser verificado no **gráfico 3**.

**Gráfico 2: Evolução das Exportações de Soja em Grãos do Estado do Mato Grosso**



Elaborado pela autora (2012) Fonte: MDIC (2012)

**Gráfico 3: Evolução das Exportações de Soja em Grãos do Estado do Mato Grosso**



Elaborado pela autora (2012) Fonte: MDIC (2012)

<sup>11</sup> (BECKER, 2002; FEARNside, 2001)

Os municípios do estado do Mato Grosso são também os maiores produtores brasileiros de soja. O município de Sorriso possui uma produção de aproximadamente 1,8 milhões de toneladas em uma área plantada de 575 mil hectares se destacando como o maior produtor do grão no país. Entre os 20 maiores municípios produtores de soja, 13 são mato-grossenses, tendo entre os cinco primeiros, além de Sorriso, os municípios de Nova Mutum, Sapezal, Campo Novo dos Parecis e Sorriso.<sup>12</sup>

Atualmente o principal destino das exportações de grãos do estado do Mato Grosso é o mercado chinês, correspondendo a um total de 64,52% das exportações feitas em 2011. Conforme pode ser verificado na **tabela 1**, nem sempre foi assim. Em 2007 o principal destino da soja em grãos do estado do Mato Grosso era a União Européia, que importava 52,56% das exportações de soja do estado, enquanto a China era o destino 35,17% das exportações. A situação se reverte a partir de 2009, quando a China passa a ser compradora de 51,60% da produção de soja mato-grossense enquanto a União Européia importa 37,35% da soja do estado.

**Tabela 1: Principais destinos da Exportação de Soja em Grãos do Estado do Mato Grosso**

Período	Total	China	%	Europa	%
01/2007 até 12/2007	6.822.137.301	2.399.842.965	35,17%	3.587.673.606	52,58%
01/2008 até 12/2008	8.661.067.173	3.145.653.922	36,31%	4.154.163.666	47,96%
01/2009 até 12/2009	10.647.884.727	5.495.314.598	51,60%	3.977.755.748	37,95%
01/2010 até 12/2010	8.654.780.365	5.421.829.160	62,64%	2.135.553.900	24,67%
01/2011 até 12/2011	9.673.531.527	6.241.743.294	64,52%	1.820.223.504	18,81%

Elaborado pela autora (2012) Fonte: MDIC (2012)

## **A MORATÓRIA DA SOJA E SEUS REAIS IMPACTOS SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Ao se analisar o cenário da produção e do comércio de soja na Amazônia brasileira percebe-se que a região é bastante sensível a do mercado internacional. Desta maneira, a pressão mundial por grãos afeta diretamente o uso da terra e na produção agrícola da região. Assim sendo, alguns autores compreendem que a partir de uma maior exigência por parte dos consumidores de soja seria possível influenciar a indústria de soja a adotar um sistema de produção com padrões mais responsáveis social e ambientalmente.<sup>13</sup>

Um bom exemplo da pressão dos mercados internacionais sobre a indústria de commodities na Amazônia é a Moratória da Soja. Foi concebida em 2006 como uma resposta dos consumidores corporativos europeus, que na época eram os principais compradores da soja brasileira, às constantes denúncias de desmatamento na Amazônia para o plantio de soja. A Moratória da Soja teve como principal objetivo a inibição da comercialização proveniente de desmatamento. Essa iniciativa se deu por meio de movimento feito pela *Amazon Alliance*, uma rede de consumidores corporativos liderados pelo McDonald's, Carrefour e Tesco, que passou a exigir que a soja de sua cadeia de suprimentos não fosse oriunda de desmatamento na Amazônia.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> (IBGE, 2008)

<sup>13</sup> (CLAY, 2004)

<sup>14</sup> (GREENPEACE, 2012)

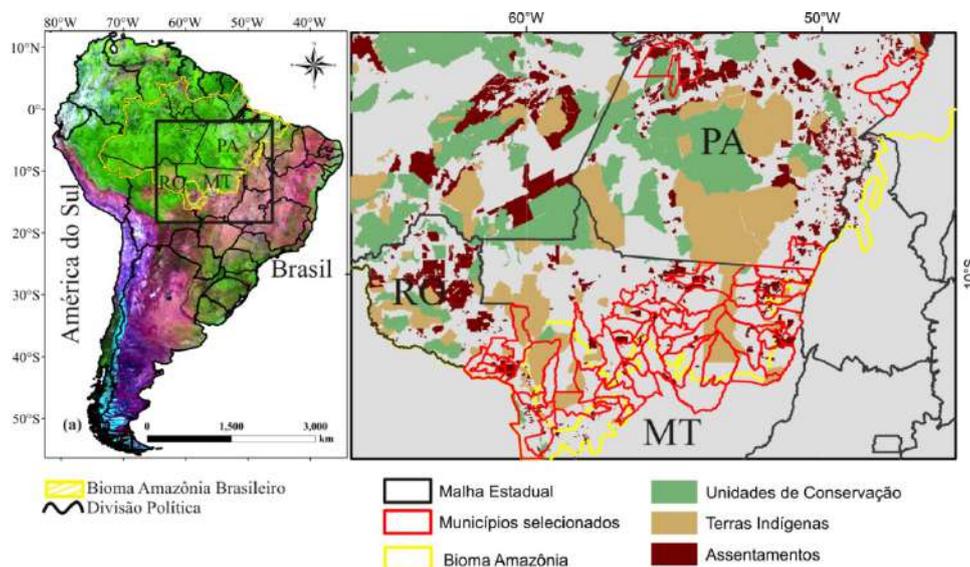
A Moratória da Soja foi firmada em 24 de julho de 2006 entre as 25 principais empresas comercializadoras de soja, representadas respectivamente pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC). A Moratória previa que as empresas signatárias não comprariam e nem comercializariam soja oriunda de áreas de desflorestamento na Amazônia pós a data de assinatura do acordo.

Criada para ter a duração de dois anos, a Moratória buscou desenvolver e implementar uma estrutura de governança por meio do estabelecimento de regras de como produzir grãos no bioma amazônico. Para operacionalização desse acordo foi criado o Grupo de Trabalho da Soja (GTS), composto por membros da sociedade civil (Greenpeace, Conservação Internacional, IPAM, TNC e WWF), o governo federal e as empresas granjeiras incluídas no acordo. Para certificar o cumprimento da Moratória o GTS adotou como ferramenta, o monitoramento satélite da presença de culturas agrícolas em áreas desflorestadas a partir de 2006. O procedimento busca prevenir a comercialização da produção de sojicultores que não cumpriram com os termos estabelecidos junto aos signatários do acordo.

O monitoramento satélite da soja é feito sobre os municípios localizados no bioma Amazônia e que são potenciais produtores de soja. Os municípios a serem monitorados foram selecionados em todos os polígonos desflorestados após 2006 nos estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia. Assim sendo, foi feita uma interseção destes polígonos com os limites dos municípios que plantam mais de 5.000 hectares de soja e que sejam localizados no bioma amazônico. Seguindo esses requisitos ao todo foram selecionados para monitoramento 58 municípios, sendo que 46 municípios estão no estado do Mato Grosso, 6 no Pará e 6 em Rondônia que são responsáveis por 98 % da área plantada com soja no bioma.

Segue a **figura 1** ilustrando os 58 municípios monitorados e delimitando as unidades de conservação, terras indígenas e assentamentos rurais.

**Figura 1: Municípios monitorados pela Moratória da Soja**



Fonte: INPE (2012)

Desde 2006, cinco monitoramentos da safra de soja foram realizados. As empresas participantes da Moratória têm que verificar, para cada aquisição, se o produtor não consta na lista de não conformes. Essa lista de propriedades que plantaram soja em áreas desflorestadas é confidencial e de uso exclusivo das empresas participantes.

## **IMPACTOS DA MORATÓRIA DA SOJA SOBRE O DESMATAMENTO**

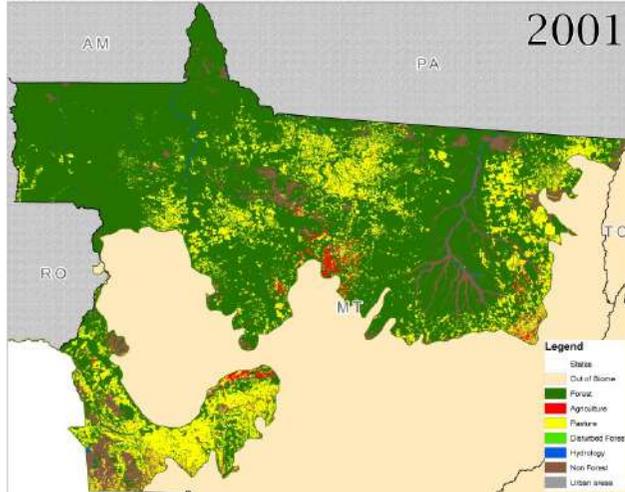
Atualmente o Brasil tem uma área de 24,8 milhões de hectares de soja plantada, da qual 2,1 milhões estão localizados no bioma amazônico. A área de soja localizada em desmatamentos ocorridos no período compreendido entre 2006 e 2011 corresponde a 0,41% de todo o desflorestamento, 0,53% do desflorestamento nos três estados produtores de soja, ou ainda 3,04% do desflorestamento ocorrido nos municípios produtores de soja.<sup>15</sup>

Seguem nas próximas páginas as **figuras 2,3,4 e 5** com os mapas de uso do solo referentes aos anos de 2001, 2006, 2009 e 2010. Analisando os mapas é possível verificar um grande aumento nas áreas de desmatamento causadas principalmente pela agricultura. Todavia esse mesmo cenário não se repete com as análises das **figuras 3, 4 e 5**. Conforme pode ser verificado nas figuras, não houve grande acréscimo no desmatamento, contudo, este desmatamento está muito mais relacionado com a expansão da pecuária do que da agricultura.

---

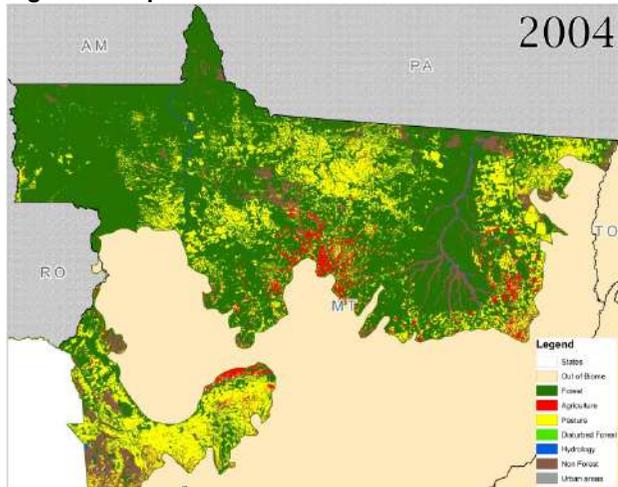
<sup>15</sup> (INPE, 2012)

**Figura 2: Mapa de Uso da Terra do Estado do Mato Grosso 2001**



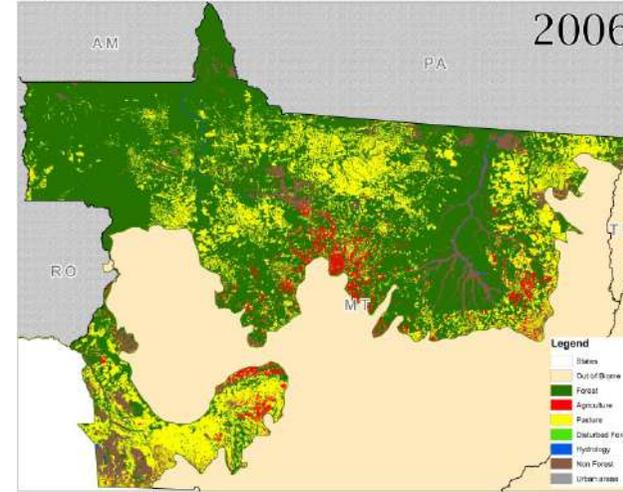
Fonte: INPE (2012)

**Figura 3: Mapa de Uso da Terra do Mato Grosso 2002**



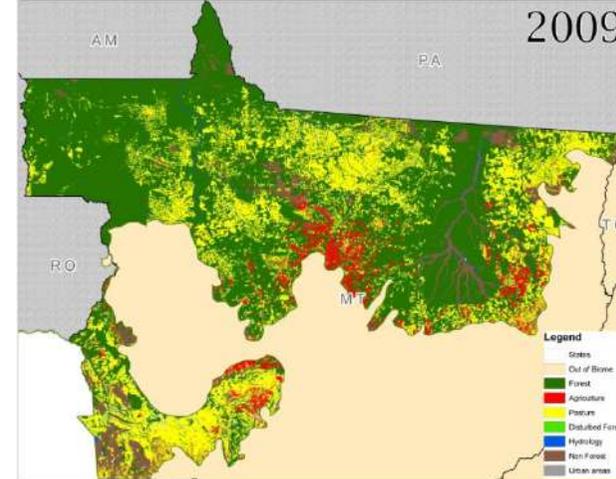
Fonte: INPE (2012)

**Figura 4: Mapa de Uso da Terra do Estado do Mato Grosso 2006**



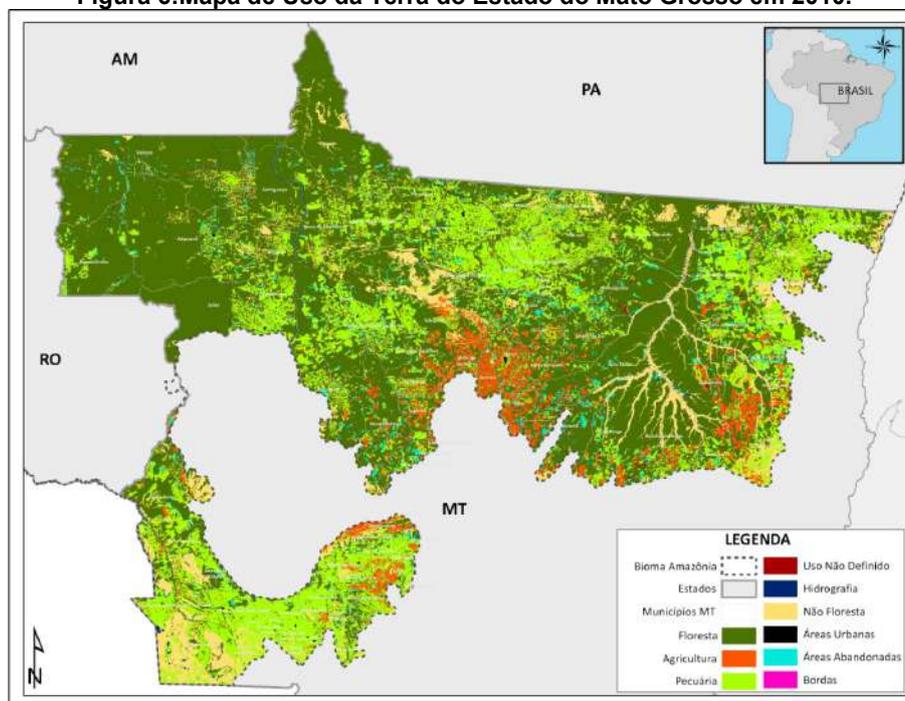
Fonte: INPE (2012)

**Figura 5: Mapa de Uso da Terra do Estado do Mato Grosso 2009**



Fonte: INPE (2012)

**Figura 6: Mapa de Uso da Terra do Estado do Mato Grosso em 2010.**



Fonte: INPE (2012)

Há um crescimento constante das safras brasileiras de soja que batem recorde ano após ano. Dos quase 68 milhões de toneladas de soja produzidas em 2009/2010, houve um aumento para quase 75 milhões de toneladas na safra de 2010/2011. Apesar de ter havido uma queda grande no desmatamento da Amazônia no período compreendido entre 2006 e 2010, conforme pode ser verificado nas **figuras 2,3,4, 5** e 6 um aumento na produção de soja, houve um crescimento nos casos de produção de soja em áreas desmatadas nos estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia.<sup>16</sup>

No período compreendido pela Moratória da Soja foram desflorestados 4,51 milhões de hectares em todo o bioma amazônico, dos quais 3,47 milhões de hectares (77%) se encontram nos três biomas monitorados (Mato Grosso, Pará e Rondônia). De 2006 a 2010 na área monitorada pela Moratória foram desflorestados 20.314 polígonos, que correspondem a uma área total de 605.560 hectares.<sup>17</sup>

Nos dois primeiros anos correspondentes às safras 2007/08 e 2008/09, o monitoramento da soja foi realizado de forma amostral. Enquanto na primeira safra pós-moratória nenhum caso de descumprimento a Moratória foi registrado, na safra de 2008/2009 havia 12 casos que totalizaram cerca de 1384 hectares de soja em áreas desflorestadas.<sup>18</sup>

A partir do terceiro ano da Moratória da Soja o trabalho de monitoramento das áreas plantadas com soja foi aprimorado. Todos os polígonos desflorestados passaram a ser monitorados por meio de imagens satélites, sobrevôos da área e trabalho de campo para a

<sup>16</sup> (CONAB, 2012; IBGE, 2012, INPE, 2012)

<sup>17</sup> (INPE, 2012)

<sup>18</sup> (INPE, 2012)

identificação da propriedade rural. A safra de 2009/2010 apresentou 76 áreas desmatadas após 2006 e com o cultivo de soja totalizando 6295 hectares.<sup>19</sup>

No quarto ano do monitoramento mais aprimoramentos metodológicos foram adotados, só que agora considerando também o calendário agrícola que é diferente no norte do estado do Pará e nos estados de Mato Grosso e Rondônia. Nesta safra de 2010/2011 foram identificados 147 casos que totalizaram 11.698 hectares de soja plantada irregularmente.<sup>20</sup>

Para fins de comparação, segue abaixo tabela 2 com os dados totais de desmatamento nos estados monitorados pela Moratória da Soja.

**Tabela 2: Área Total Anual Desflorestada (hectare), nos estados de Mato Grosso (bioma amazônico), Pará e Rondônia**

Estados	Ano de Mapeamento do PRODES no Período da Moratória*				
	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Mato Grosso**</b>	237.142	317.123	68.438	65.757	110.800
<b>Pará</b>	552.600	560.700	428.100	377.000	300.800
<b>Rondônia</b>	161.100	113.600	48.200	43.500	86.500
<b>Total</b>	<b>950.842</b>	<b>991.423</b>	<b>544.738</b>	<b>486.257</b>	<b>498.100</b>

\* O ano de mapeamento do PRODES é de agosto a julho

\*\*Área desflorestada no MT dentro do bioma Amazônia.

Adaptado de INPE (2012)

O Mato Grosso, onde predomina a produção de soja, retomou a posição de Estado que mais derruba floresta em 2011. Esse avanço ocorreu principalmente em áreas agrícolas, com um aumento de 46% das derrubadas. Se forem levados em conta apenas os municípios da moratória no Estado, o crescimento é ainda maior: 58% de um ano para o outro. O número de casos de produção em áreas desmatadas pós 2006 cresce em um ritmo bastante acelerado. Embora a Abiove e ANEC garantirem que as *traders* signatárias da Moratória da Soja não comprarão essa produção, boa parte da soja de desmatamento vai terminar no mercado spot, que não tem transparência e é muito mais difícil de monitorar.

**Tabela 3: Casos de descumprimento da Moratória e variações relativas a cada ano.**

Monitoramento	3º Ano	4º Ano	5º Ano
Número de polígonos com plantio de soja	76	147	164
Varição relativa ao ano anterior		+92%	+12%
Área com plantio de soja (ha) em polígonos >100ha	4.899	8.346	15.586
Varição relativa ao ano anterior		+70%	+87%
Área com plantio de soja (ha)	6.295	11.698	18.410
Varição relativa ao ano anterior		+85%	+57%

Fonte: Adaptado de INPE (2012)

<sup>19</sup> (INPE, 2012)

<sup>20</sup> (INPE, 2012)

## POSSÍVEIS CAUSAS DO AUMENTO DA INCIDÊNCIA DE SOJA EM POLÍGONOS DESFLORESTADOS

Conforme pôde ser verificado na **tabela 3**, os casos de descumprimento da Moratória da Soja sobem ano após ano. Se forem comparadas as safras 2010/2011 e 2011/2012 esse aumento foi da ordem de 12% passando de 147 casos para 164, enquanto a área ocupada aumentou de 11.698 hectares para 18.410 hectares, representando um incremento de 57%. As causas deste aumento podem ser atribuídas aos seguintes fatores:

- Aumento da área monitorada;
- Conjuntura de mercado favorável;
- Maior tempo decorrido entre o desflorestamento e a implantação das lavouras de soja, uma vez que é prática usual cultivar arroz por um dois anos antes do cultivo de soja em áreas recém-desflorestadas.

O **gráfico 4** reflete bem as tendências de plantio de soja em áreas desflorestadas após 2006.

**Gráfico 4: Área de Soja por ano de desflorestamento**



Fonte: Adaptado de INPE (2012)

Os dados apresentados demonstram que apesar de haver um incremento da sojicultura em áreas desmatadas após 2006, esses novos desmatamentos não são parte significativa do desflorestamento da Amazônia no período compreendido entre 2006 e 2011. De acordo com dados fornecidos pelo INPE, o total de desmatamento ocorrido entre 2007 e 2011 com o propósito de cultivo de soja corresponde à respectivamente 0,87% do desmatamento total da floresta. Desse total, 79% da soja cultivada em desacordo com a Moratória da Soja encontra-se no estado do Mato Grosso. Neste sentido, há fortes indícios de que a Moratória da Soja tenha inibido a expansão da sojicultura na Amazônia.

Apesar dos méritos alcançados com a Moratória da Soja por meio da pressão trazida pelo mercado europeu, outros fatores devem ser considerados como importantes para a contenção do desmatamento na Amazônia. Devem ser considerados também esforços feitos pelo governo brasileiro, tais como, a proibição de titularização de terras em uma área de oito de hectares para novos parques e reservas na porção leste da Amazônia, a prisão de agentes ambientais suspeitos de corrupção, envio de soldados militares para a Amazônia.

## **NOVOS DESAFIOS PARA A MORATÓRIA DE SOJA: A CONSTRUÇÃO DE NOVOS CENÁRIOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL E DE EXPANSÃO SOJICULTURA.**

A Amazônia brasileira presenciou um grande desmatamento no ano de 2004. Parte significativa desse desmatamento tinha como objetivo a conversão da floresta em lavoura de soja que tinha como principal destino o mercado europeu. Dessa maneira, em 2006 a Moratória da Soja foi criada com o objetivo de servir como instrumento de contenção da expansão da sojicultura para a Amazônia. Essa inibição do desmatamento para o cultivo de soja seria feita com base na pressão exercida pelos principais compradores dessa soja, os consumidores corporativos europeus, sobre os produtores do grão. Em um primeiro momento essa estratégia funcionou, contudo, concomitante ao processo de fortalecimento do regime, houveram algumas mudanças no cenário comercial e produtivo da soja, que podem ameaçar a continuidade da Moratória da Soja.

No âmbito comercial a principal mudança refere-se ao mercado consumidor, que conforme visto anteriormente, deixou de ter como principal destino a União Européia e passou a se concentrar na China. Os impactos que essa mudança no comércio internacional pode trazer sobre a Moratória da Soja é que o mercado chinês, diferentemente do europeu, possui uma sensibilidade socioambiental menor, sendo muito mais influenciado pelos preços estabelecidos no mercado. Desta maneira, é possível que soja oriunda de desmatamento consiga ser vendida com pouca dificuldade para o mercado chinês.

A China tem tido uma forte participação no mercado mundial de soja, seja comprando grandes volumes do grão para fazer estoques, seja comprando terras em outros países para a produção de soja. Atualmente estão instaladas no Brasil, na região de cerrados principalmente, produzindo e comercializando soja, três grandes empresas chinesas: a *China National Agricultural Development Group Corporation*, *Chongqing Grain Group*, *Grupo Pallas International*. Uma das possíveis razões para essa expansão de produtores chineses seria a tentativa de redução de preços custos de produção da oleaginosa. Essa busca pela redução de custos tem trazido uma preocupação no setor agrícola brasileiro de que futuramente possa haver uma tentativa de quebra nos preços da soja.

Outra mudança importante é que a área de expansão da sojicultura não é mais a Amazônia, mas sim a região de Cerrado. Os dados de monitoramento da Moratória da Soja apresentados demonstram uma tendência bastante pequena de expansão da sojicultura na Amazônia, como nos estados do Pará e de Rondônia. A expansão da fronteira agrícola está se desenvolvendo para a região centro leste do país com vegetação de cerrado, conhecida como Mapitoba. A região do Mapitoba como sugere o nome é composto pelos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia.

Essa nova fronteira de expansão agrícola tem apresentado de maneira geral um crescimento produtivo em torno de 25,8%. Entretanto alguns municípios apresentaram um crescimento muito superior a esse. É o caso do município de Balsas, que durante a safra de 2009/10 cultivou mais de 500 mil hectares. Outras regiões apresentaram também grandes crescimentos como o leste do estado do Tocantins e o sudoeste do Piauí, que alcançaram aproximadamente 5 milhões de hectares.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> (CONAB, 2010)

O motivo dessa mudança de expansão da sojicultura para novamente para as regiões de Cerrado se dá por várias razões dentre as quais podem ser destacar boas condições edafoclimáticas, dos solos e da topografia da região. Todavia entre os principais determinantes para a nova região de expansão agrícola estão os preços das terras que são mais baratas do que no estado do Mato Grosso, a proximidade de corredores de exportação e facilidades logísticas.

## CONCLUSÕES

Houve uma grande tendência de desmatamento na Amazônia em 2004 com fins para cultivo de soja. Essa tendência tinha como motivadores o aumento dos preços de soja, a política brasileira de desvalorização cambial e o aumento da demanda internacional de grãos. Neste cenário de mercado de soja extremamente aquecido, verificou-se que somente a legislação e o controle feito pelo governo federal estavam sendo insuficientes para o controle do desmatamento.

Dessa maneira, a Moratória da Soja foi como mecanismo de governança a partir da criação de restrições comerciais à soja brasileira oriunda da Amazônia produzida sem padrões de responsabilidade social e ambiental. Em um primeiro momento isso funcionou, todavia, devido à imperfeições existentes no mercado de soja observaram-se dois movimentos não previstos na formulação do regime. O primeiro refere-se ao efeito perverso que às restrições de expansão de produção de grãos na Amazônia trouxe sobre a região de Cerrados. O segundo refere-se à crescente participação da China no mercado de soja brasileiro, que tende a enfraquecer as restrições impostas pelo regime da Moratória a medida em que não é signatária do acordo.

É importante reiterar a Moratória da Soja trata sobre o futuro da expansão de soja e proteção das florestas. Por essa razão esses dois pontos acima devem ser compreendidos como novos desafios pois trazem impactos tanto nos preços internacionais e quanto na governança instituída pela Moratória da Soja.

## Referências Bibliográficas

ABIOVE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRO DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS. **Coordenadoria de Economia e Estatística.** Disponível em: <[http://www.abiove.com.br/balanco\\_br.html](http://www.abiove.com.br/balanco_br.html)>.2011.

ALENCAR, Ane; NEPSTAD, Daniel; MCGRATH, David; MOUTINHO, Pablo; PACHECO, Pacheco; DIAZ, Maria Del Carmen Vera & FILHO, Britaldo Soares. **Desmatamento na Amazônia: Indo Além da Emergência Crônica.** Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Belém, 2006

CARVALHO, G. D. C.; NEPSTAD, D.G.; MCGRATH, M.; DIAZ, M.C.; SANTILLI, M. & BARROS, A.C. **Frontier Expansion in the Amazon: Balancing Development and Sustainability.** Environment. 2002

CORONEL, Daniel Arruda, MACHADO, João Armando Dessimon & CARVALHO, Fátima Marília Andrade. **Análise da Competitividade das Exportações do Complexo Soja Brasileiro de 1995 a 2006: Uma Abordagem de Market Share.** Revista Economia Contemporânea. Rio de Janeiro. Vol. 13. N°2. Páginas 281-307. Maio/Agosto. 2009.

FEARNSIDE, Philip Martin. **Soybean: Cultivation as a Threat to the Environment in Brazil.** Environmental Conservation. 2001

FREITAS, Márcio de Campos Martins. **A Cultura da Soja no Brasil: O Crescimento da Produção Brasileira e o Surgimento de uma Nova Fronteira Agrícola.** 2011

GREENPEACE. **Eating Up the Amazon.** Netherlands. 2006

HECHT, Susanna & COCKBURN, Alexander. **The Fate of the Forest Developers, Defenders and Destroyers of the Amazon.** HarperCollins, New York. 1989

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default.shtm>>

NEPSTAD, Daniel C., STICKLER, Claudia M. & ALMEIDA, Oriana T. **A Globalização das Indústrias de Soja e de Gado na Amazônia: Oportunidades para a Conservação.** Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Belém, 2008.

WOODWELL, G. **Forests in a Full World.** Yale University Press, New Haven, Connecticut. 2002

WWF – BRASIL. **Avaliação de Sustentabilidade da Expansão do Cultivo de Soja para a Exportação no Brasil.** 2003

VENCATO, Angela Zamberlan, et al. **Anuário Brasileiro da Soja 2011.** Santa Cruz do Sul, 2011.

## **Instituto Amazônia – a imigração japonesa em outros boletins**

Michele Eduarda Brasil de Sá, UnB, michelebrasil@unb.br

### **Resumo**

Este trabalho é parte da pesquisa intitulada “A imigração japonesa no Amazonas – perspectivas e documentos”, que estuda o trabalho dos imigrantes japoneses denominados *kôtakusei*. Estes imigrantes se estabeleceram em Vila Amazônia na década de 30 e ali fundaram o centro de pesquisas Instituto Amazônia, em japonês *Amazonia Sangyô Kenkyûjo* (lit. “Centro de Pesquisas e Produção da Amazônia”). Os *kôtakusei*, cuja contribuição ainda é pouco conhecida no Brasil, foram os responsáveis pela aclimação da juta em terras amazonenses. Neste trabalho será apresentada a atividade desenvolvida no Instituto tal como registrada em seus boletins mensais, para o que foram selecionados boletins que não foram anteriormente apresentados em outros eventos acadêmicos.

Palavras-chave: Instituto Amazônia, imigração japonesa, *kôtakusei*

## **Instituto Amazônia – la inmigración japonesa en otros boletines**

### **Resumen**

Este trabajo es parte de la investigación titulada "La inmigración japonesa en el Amazonas - perspectivas y documentos", que estudia la obra de los inmigrantes japoneses llamados *kôtakusei*. Estos inmigrantes se establecieron en Vila Amazônia en los años 30 y allí fundaron el centro de investigación *Instituto Amazônia*, en japonés *Amazonia Sangyô Kenkyûjo* (lit. "Centro de Investigación y Producción de la Amazonia"). Los *kôtakusei*, cuya contribución es todavía poco conocida en Brasil, fueron los responsables por la aclimatación del yute en tierras amazónicas. Este trabajo presenta la actividad desarrollada en el Instituto según consta en sus boletines mensuales; fueron seleccionados boletines que aún no habían sido presentados en otros eventos académicos.

Palabras clave: *Instituto Amazônia*, inmigración japonesa, *kôtakusei*

## **Instituto Amazônia – Japanese immigration in other bulletins**

### **Abstract**

This work is part of the research activity entitled “Japanese immigration in the Amazonas – perspectives and documents”, which studies the work of the Japanese immigrants called *kôtakusei*. These immigrants established in *Vila Amazônia* during the 30’s where they founded the research center *Instituto Amazônia*, in Japanese *Amazonia Sangyô Kenkyûjo* (lit. “Research and Production Center of Amazônia”). The *kôtakusei*, whose contribution is still poorly known in Brazil, were responsible for jute acclimatization in the lands of Amazonas. In this work the activities developed in the Institute, as registered in its monthly bulletins, will be presented; bulletins not yet presented in previous academic events were selected.

Keywords: *Instituto Amazônia*, Japanese immigration, *kôtakusei*

## 1- Introdução

Na década de 30, um grupo de imigrantes japoneses conhecidos como *kôtakusei* se estabeleceu em Vila Batista – que passou a se chamar Vila Amazônia – em Parintins, Amazonas. A sua presença na região, apesar de breve, afetou profundamente não apenas o local, mas também a economia do Estado e do Brasil, uma vez que foram os *kôtakusei* os responsáveis pela aclimação da juta no Amazonas. A palavra *kôtakusei* significa “aluno formado pela Escola Superior de Imigração”; estes imigrantes eram jovens que recebiam treinamento específico para virem ao Brasil e se estabelecerem no Amazonas e diferiam de outros grupos mais conhecidos e estudados de imigrantes japoneses no Brasil, especialmente os do sul e sudeste, que vinham em grupos familiares (autênticos ou fabricados), com a intenção de fazerem fortuna e retornarem ao Japão (embora boa parte deles tenha de fato permanecido no Brasil). Os *kôtakusei* não apenas cultivavam as terras que lhes foram cedidas: lá eles também construíram o Instituto Amazônia, um verdadeiro centro de pesquisas.

Este trabalho insere-se na pesquisa intitulada “A imigração japonesa no Amazonas – perspectiva e documentos japoneses” e apresenta alguns dos boletins mensais do Instituto Amazonas.<sup>1</sup> Seu objetivo é mostrar o conteúdo de alguns destes boletins a fim de buscar melhor compreender as atividades empreendidas pelos *kôtakusei* em Vila Amazônia. O Museu Amazônico é depositário de cópias de muitos destes boletins, embora não de todos, obtidos após a expropriação e o leilão de Vila Amazônia, quando Brasil e Japão ficaram em lados opostos na Segunda Guerra Mundial.

## 2- Os boletins – o que registram?

Mesmo uma leitura superficial dos boletins mensais do Instituto Amazônia é suficiente para perceber duas coisas: 1) que muito provavelmente eles não eram elaborados para circularem apenas em Vila Amazônia, mas para serem enviados ao Japão, dado o volume de informação que continham sobre o Brasil (história, bandeira, mapa, frutas típicas da região, animais etc.); e 2) que continham o registro das pesquisas, inclusive alguns resultados, como se pode ver nas tabelas de medição da temperatura do solo, por exemplo.

O boletim abaixo (n. 122, impresso em 25/08/1941 e publicado em 01/09/1941) mostra em sua capa algumas imagens da área de testes de cultivo de Vila Amazônia: uma imagem abrangendo toda a área (direita, acima), plantação de juta (direita, abaixo), plantação de malva roxa (esquerda, acima) e plantação de toba (esquerda, abaixo), uma espécie de alcachofra, as duas últimas sendo conhecidas na região por suas propriedades medicinais. Em relação à juta, a descrição diz *sen'i sakubutsu*, que significa genericamente “produção de fibra”. Por mais que as imagens estejam prejudicadas porque foram fotocopiadas, fica o registro em destaque para estas três culturas na capa deste boletim.

---

<sup>1</sup> Este projeto é oriundo de outros dois: o primeiro, iniciado em 2008 e desativado em 2012, chamado “Presença dos imigrantes japoneses no Amazonas”, vinculado ao Museu Amazônico (Manaus, AM); o segundo, “A imigração japonesa no Amazonas – perspectiva e documentos japoneses” (2013-2017). Os imigrantes *kôtakusei* já foram objeto de trabalhos nossos apresentados anteriormente, três dos quais versaram sobre os boletins do Instituto Amazônia, porém constam do presente trabalho apenas boletins ainda não apresentados em nenhum dos dois projetos de pesquisa.



Fonte: Museu Amazônico

No mesmo boletim, como em muitos outros, um relatório detalhado contendo as últimas observações meteorológicas, com índices de temperatura e umidade, quantidade de chuva, temperatura do solo e subsolo (sendo estas medições realizadas três vezes ao dia) e condições de vento e nuvens. Um fato muito interessante a se observar é que estas informações vêm registradas em japonês e português.

昭和拾六年七月気象観測報  
 OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS DE JULHO DE 1941

アマゾン産業株式会社農事試験場  
Laboratório de Observações Meteorológicas

第一表 気温及湿度  
Temperatura e Humidade

観測 時間 (時)	観測 地点			湿度 (%)	湿度 (%)			湿度 (%)	湿度 (%)
	観測 地点	観測 地点	観測 地点		湿度 (%)	湿度 (%)	湿度 (%)		
観測 時間 (時)	気温 (°C)	湿度 (%)							
07:00	24.8	78.5	78.5	78.5	78.5	78.5	78.5	78.5	
10:00	26.5	75.2	75.2	75.2	75.2	75.2	75.2	75.2	
13:00	28.1	72.8	72.8	72.8	72.8	72.8	72.8	72.8	
16:00	27.3	74.1	74.1	74.1	74.1	74.1	74.1	74.1	
19:00	25.9	76.3	76.3	76.3	76.3	76.3	76.3	76.3	
22:00	24.2	78.9	78.9	78.9	78.9	78.9	78.9	78.9	
00:00	23.1	80.5	80.5	80.5	80.5	80.5	80.5	80.5	
03:00	22.5	81.2	81.2	81.2	81.2	81.2	81.2	81.2	
06:00	23.8	79.8	79.8	79.8	79.8	79.8	79.8	79.8	

昭和拾六年七月気象観測報  
 OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS DE JULHO DE 1941

第二表 風速及風向  
Velocidade e Direção do Vento

観測 時間 (時)	風速 (km/h)		風向 (°)	風速 (km/h)	風向 (°)	風速 (km/h)	風向 (°)	風速 (km/h)	風向 (°)
	風速 (km/h)	風向 (°)							
07:00	1.5	150	150	1.5	150	1.5	150	1.5	150
10:00	2.0	140	140	2.0	140	2.0	140	2.0	140
13:00	2.5	130	130	2.5	130	2.5	130	2.5	130
16:00	3.0	120	120	3.0	120	3.0	120	3.0	120
19:00	2.5	130	130	2.5	130	2.5	130	2.5	130
22:00	2.0	140	140	2.0	140	2.0	140	2.0	140
00:00	1.5	150	150	1.5	150	1.5	150	1.5	150
03:00	1.0	160	160	1.0	160	1.0	160	1.0	160
06:00	1.5	150	150	1.5	150	1.5	150	1.5	150

Fonte: Museu Amazônico

No.	最高気温 (最高)		最低気温 (最低)		平均気温 (平均)		湿度 (湿度)		風向 (風向)		風速 (風速)		雲量 (雲量)	日照 (日照)	時雨量 (時雨量)	日雨量 (日雨量)	積雨量 (積雨量)	蒸発量 (蒸発量)	霜の回数 (霜の回数)	氷の回数 (氷の回数)	降雪量 (降雪量)	
	最高	最低	最高	最低	最高	最低	最高	最低	最高	最低	最高	最低										
1	24.1	18.1	18.1	13.0	20.8	15.6	88.0	88.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
2	25.2	19.2	19.2	14.1	21.9	16.7	89.0	89.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
3	26.3	20.3	20.3	15.2	23.0	17.8	90.0	90.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
4	27.4	21.4	21.4	16.3	24.1	18.9	91.0	91.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
5	28.5	22.5	22.5	17.4	25.2	20.0	92.0	92.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
6	29.6	23.6	23.6	18.5	26.3	21.1	93.0	93.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
7	30.7	24.7	24.7	19.6	27.4	22.2	94.0	94.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
8	31.8	25.8	25.8	20.7	28.5	23.3	95.0	95.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
9	32.9	26.9	26.9	21.8	29.6	24.4	96.0	96.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
10	34.0	28.0	28.0	22.9	30.7	25.5	97.0	97.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
11	35.1	29.1	29.1	24.0	31.8	26.6	98.0	98.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
12	36.2	30.2	30.2	25.1	32.9	27.7	99.0	99.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
13	37.3	31.3	31.3	26.2	34.0	28.8	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
14	38.4	32.4	32.4	27.3	35.1	29.9	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
15	39.5	33.5	33.5	28.4	36.2	31.0	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
16	40.6	34.6	34.6	29.5	37.3	32.1	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
17	41.7	35.7	35.7	30.6	38.4	33.2	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
18	42.8	36.8	36.8	31.7	39.5	34.3	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
19	43.9	37.9	37.9	32.8	40.6	35.4	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
20	45.0	39.0	39.0	33.9	41.7	36.5	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
21	46.1	40.1	40.1	35.0	42.8	37.6	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
22	47.2	41.2	41.2	36.1	43.9	38.7	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
23	48.3	42.3	42.3	37.2	45.0	39.8	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
24	49.4	43.4	43.4	38.3	46.1	40.9	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
25	50.5	44.5	44.5	39.4	47.2	42.0	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
26	51.6	45.6	45.6	40.5	48.3	43.1	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
27	52.7	46.7	46.7	41.6	49.4	44.2	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
28	53.8	47.8	47.8	42.7	50.5	45.3	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
29	54.9	48.9	48.9	43.8	51.6	46.4	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
30	56.0	50.0	50.0	44.9	52.7	47.5	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	
31	57.1	51.1	51.1	46.0	53.8	48.6	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	0
合計	1500.0	1100.0	1200.0	800.0	1300.0	900.0	100.0	100.0	北	北	1.0	1.0	0	0	0.0	0.0	0.0	0	0	0	0	

Fonte: Museu Amazônico

Na capa do boletim n. 120, impresso em 25/06/1941 e publicado em 01/07/1941, a criação de gado em Vila Amazônia (*chokuei makiba*, o “gado da companhia”). Apesar de as imagens não serem claras, a legenda dá a informação de que são bois zebu.



Fonte: Museu Amazônico

Na capa do boletim n. 118, impresso em 25/04/1941 e publicado em 01/05/1941, vão estampadas imagens da visita do interventor federal Álvaro Maia à filial do Instituto em Manaus – na verdade, uma segunda visita, pois a primeira tinha acontecido em 19 de março do ano anterior em Vila Amazônia.<sup>2</sup> No canto superior esquerdo, uma foto tirada no interior do depósito de juta (o interventor é o terceiro da direita para a esquerda). A aclimação da juta trouxe grande benefício ao estado do Amazonas e à economia do Brasil, na medida em que, ao não precisar importar a juta indiana, o preço do café, principal produto brasileiro no mercado internacional, poderia ser mais baixo e, portanto, mais competitivo (KAWADA, 1995, p. 18).



Fonte: Museu Amazônico

A esta altura, já o governo acompanhava bem de perto os movimentos dos imigrantes, especialmente os japoneses. Uma das medidas da Campanha de Nacionalização da Era Vargas foi justamente restringir (e então, de forma prática, proibir) o uso da língua estrangeira pelos imigrantes, forçando a sua adaptação. O decreto-lei no. 406, de 04 de maio de 1938, condiciona a publicação de livros, revistas ou jornais em língua estrangeira, nas zonas rurais, à permissão do Conselho de Imigração e Colonização (art. 86) e a “publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira [...] à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça” (art. 87). Em nossa pesquisa, até a presente data não encontramos nenhum instrumento pelo qual se possa afirmar que os boletins estavam registrados ou autorizados. Colocar estas publicações em suspeição também não pode ser considerada uma conclusão válida, pois o fato de não terem sido encontrados os documentos que autorizam a circulação dos boletins não significa necessariamente que eles não existam, ou melhor, que não tenham existido. De qualquer forma, com a propaganda do “perigo amarelo” sendo espalhada no Brasil e mais ainda

<sup>2</sup> Interventor federal é o governador nomeado diretamente pelo Presidente da República.

depois que Japão e Brasil se viram em lados opostos na guerra, nada impediria a intervenção do governo em Vila Amazônia.<sup>3</sup>

### 3- Conclusão

Como se trata de um assunto ainda pouco estudado fora do Amazonas, a imigração japonesa no Estado e, mais especificamente, o grupo de imigrantes denominado *kôtakusei* ainda ensejam muita pesquisa. Uma das dificuldades reside na carência de tradução das muitas fontes que estão em língua japonesa e, dada a época histórica, encontram-se em padrão anterior à reforma de 1946, que estabeleceu a “Lista de ideogramas de uso geral” (*tôyô kanjihyô*), simplificando muitos deles.

É importante também cruzar e comparar as informações contidas nos boletins. Nos que foram brevemente apresentados aqui, existe uma coluna chamada *Santaren jûto saibai shikenjô nissshi* (“Diário da área de testes do cultivo de juta em Santarém”), que indica que os *kôtakusei* intentavam expandir seu empreendimento em terras paraenses. A localização de Vila Amazônica era, de fato, estratégica, e a ela chegavam também pessoas do Pará, muitas das quais vinham por causa do hospital construído pelos imigrantes japoneses em Parintins (SOUZA, 2011, p. 130).

A pesquisa prossegue buscando ainda outras fontes que possam trazer luz a perguntas ainda não respondidas, tais como o conteúdo do juramento que os jovens faziam antes de vir ao Brasil – que, segundo relatos dos descendentes de *kôtakusei*, implicava em um compromisso de nunca mais retornarem ao Japão. Há também estudos sobre os pregadores do “perigo amarelo” no Brasil e como esta onda antinipônica atingiu o Amazonas, mas não foram encontradas até o momento fontes que mostrassem a reação dos imigrantes japoneses de Vila Amazônia a estes ataques.

#### Referências bibliográficas:

- BOLETINS MENSAIS DO INSTITUTO AMAZÔNIA. Museu Amazônico  
BRASIL, **Decreto-lei nº 406**, de 4 de maio de 1938.  
KAWADA, T. **Histórico da imigração japonesa no Estado do Amazonas**. Manaus:  
FIEAM, 1995.  
SÁ, M.E.B. **A imigração japonesa à luz da Teoria das Relações Internacionais**.  
Manaus: EDUA, 2010.  
SOUZA, J.C.R. Parintins e Vila Amazônia: uma história de construção de vida urbana  
de imigrantes nipônicos. In: HOMMA, A.K.O. et al. (Orgs.). **Imigração japonesa na  
Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus:  
EDUA, 2011, p. 115-134.

---

<sup>3</sup> Para um breve comentário sobre apoiadores e opositores dos imigrantes japoneses no Amazonas, ver SÁ, M.E.B. **A imigração japonesa à luz da Teoria das Relações Internacionais**. Manaus: EDUA, 2010, pp. 43-48.

## **Inundações na Região Metropolitana de Manaus (AM) no século XXI e Políticas Públicas em Saúde para as Populações Afetadas**

Karina Flávia Ribeiro Matos<sup>1</sup>  
Eliane Lima e Silva<sup>2</sup>

### **Resumo**

No período de 1991 a 2012, inundações foram o terceiro tipo de desastre que mais causou mortes e afetou diretamente a população brasileira. Entende-se por desastres eventos que perturbam gravemente as atividades sociais cotidianas, trazendo danos materiais e econômicos, ambientais e/ou de saúde que excedam a capacidade do município, estado e/ou país de lidar com o problema sem recorrer à ajuda externa e considera-se inundação, o transbordamento de rios, que ultrapassam a altura de suas margens que em parte do ano permanecem secas. A cada novo evento, as inundações se apresentam com características diversas e, por serem eventos recorrentes, devem ser estudadas principalmente pelos impactos causados à saúde, que quando não chega a casos fatais, traz riscos pela proliferação de doenças a partir da água (ou por sua privação), pela contaminação de alimentos, pelas doenças crônicas que pode causar e que, costumeiramente, não são associadas a tais eventos por serem diagnosticadas a longo prazo. O objetivo desse artigo é analisar como se distribuem os desastres por inundação na Região Metropolitana de Manaus (AM) no período de 2006 a 2015, compreender como tais desastres afetam a saúde das populações expostas e identificar possíveis políticas públicas de contenção e gestão de tais desastres a serem aplicadas e/ou reestruturadas pelas administrações municipais e estaduais para evitar que futuros desastres tomem grandes proporções. Para a identificação dos cenários de riscos de inundações foram analisados os decretos de situação de emergência e estado de calamidade pública por desastres reconhecidos pelo Governo Federal e a área de estudo foi definida por apresentar um perfil de ocorrências de desastres extensivos com inundações que perduram por até seis meses. Na caracterização da área foram utilizados dados disponibilizados pela Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional na série histórica de 2003 a 2015 e informações geográficas do IBGE. Os dados foram tabulados no software Microsoft Excel (2013) e espacializados utilizando o software QGIS 2.8.1-Wien. Observa-se com o estudo que os municípios com decretos reconhecidos do desastre estudado no período localizam-se às margens de grandes rios, e, devido a ocupação desordenada do território, populações carentes ocupam áreas de vulnerabilidade ambiental, como áreas de encostas íngremes e planícies de inundação. Apesar de existirem comunidades tradicionais adaptadas à dinâmica de cheia e várzea dos rios por estarem estabelecidas há centenas de anos, não pode-se desconsiderar a necessidade de implantação de políticas que melhor as atendam e às demais comunidades recém-estabelecidas na região. Entre as políticas públicas voltadas a esse desastre na região, destacam-se a urgência na ampliação dos serviços de esgotamento sanitário e demais obras de estrutura, a elaboração de Planos de Ordenamento Territorial, a implantação de políticas de prevenção e preparação do setor saúde para lidar com populações afetadas por desastres naturais, bem como o fortalecimento de ações de promoção e vigilância em saúde e a implantação de medidas educativas às populações em risco conscientizando-os dos riscos que a ocupação próxima às planícies de inundação podem causar.

---

<sup>1</sup> Bacharelada em Geografia. Aluna de IC no Laboratório de Geografia, Ambiente e Saúde (LAGAS). Universidade de Brasília (UnB). E-mail: karinaflavia42@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia. Pesquisadora do Laboratório de Geografia, Ambiente e Saúde (LAGAS). Universidade de Brasília (UnB). E-mail: elianelima26@gmail.com.

Palavras-chave: Amazônia; Região Metropolitana de Manaus; Inundações; Políticas Públicas; Saúde.

## Resumen

En el período entre 1991 hasta 2012, inundaciones fueran el tercero tipo de desastre que más causó muertes e afectó directamente la población brasileña. Desastres se definen como eventos que perturban gravemente las actividades sociales cotidianas, trayendo daños materiales, económicos, ambientáis, y/o de salud, que superan la capacidad del municipio, estado, y/o país de hacer frente con lo problema sin recorri a ayuda exterior. Se considera inundación el desborde de ríos, que ultrapasen la altitud de sus márgenes que en parte del año permanecen secas. A cada nuevo evento, las inundaciones se presentan con varias características y, por son repetidas, deben ser estudiadas principalmente por los impactos causado en la salud, que cuando no llega a fallecimientos, trae riesgos por la proliferación de enfermedades a partir de la agua, (o por su privación), por la contaminación de alimentos, por las enfermedades crónicas que puede causar y que, habitualmente, son diagnosticadas a largo plazo. El objetivo de este artículo es analizar como se distribuyen los desastres por inundación en la región metropolitana de Manaus (AM) en el período entre 2006 hasta 2015, comprender como tales desastres afectan la salud de las poblaciones expuestas e identificar posibles políticas públicas de contención y gestión de tales desastres que se puedan aplicar o reorganizar por las administraciones municipales y estaduales para evitar que los futuros desastres tengan gran proporciones. Para la identificación de los escenarios de riesgo de inundaciones fueran analizados los edictos de situación de emergencia por desastres reconocidos por lo Gobierno Federal y la área de estudio fue definida por presentar un perfil de acontecimientos de desastres extensivos con inundaciones que perduran por hasta seis meses. En la caracterización de la área fueran utilizados datos facilitados por la Protección Civil del Ministerio de la Integración Nacional en la serie histórica de 2003 hasta 2015 e informaciones geográficas del IBGE. Los datos fueran tabulados en el software Microsoft Excel (2013) y espaciados usando o software QGIS 2.8.1-Wien. Se observa con el estudio que los municipios con edictos reconocidos del desastre estudiado en el periodo se localizan a las márgenes de grandes ríos, y, debido a ocupación desordenada del territorio, poblaciones necesitadas ocupan áreas de vulnerabilidad ambiental, como áreas de pendientes inclinadas e planicies de inundación. A pesar de que existen comunidades tradicionales adaptadas a dinámica de períodos de inundación e seca de los ríos por estar establecidas hace cientos de años, no se puede desconsiderar la necesidad de implantación de políticas que mejor las atiendan e las demás comunidades recién llegadas en la región. Entre las políticas públicas dedicadas a ese desastre en la región, se destacan la urgencia en la ampliación de servicios de saneamiento e demás obras de estructura, la elaboración de Planos de Asignación del Suelo, la implantación de políticas de prevención y preparación del sector salud para hacer frente con poblaciones afectadas por desastres naturales, así como el fortalecimiento de acciones de promoción y vigilancia en salud y la implantación de medidas educativas a las poblaciones en riesgo para que tomen conciencia de los riegos que la ocupación próxima a planicies de inundación pueden causar.

Palabras clave: Amazonia; Región Metropolitana de Manaus; Inundaciones; Políticas Públicas; Salud.

## Abstract

In the period of 1991 to 2012, floods were the third kind of disaster that killed and directly affected the most the Brazilian population. Disasters are understood as events that severely disturb daily social activities, generating material, economic, environmental and healthy damages that exceed the capacity of the municipality, state and/or country to deal with the problem without external help. Flood is considered the overflow of rivers that trespass the height of its borders that in part of the year stay dry. In each new event, the floods present with new diverse characteristics and, for being current events, must be studied mainly for the impacts caused to health, that when it doesn't lead to fatal cases, brings risks for the proliferation of diseases through water (or its privation), for the contamination of foods, for chronic diseases that it may cause and that, usually, aren't associated to those events for being long-term diagnosed. The objective of this paper is to analyze the distribution of disasters for floods in the Metropolitan Region of Manaus (AM) in the period of 2006 to 2015, comprehend how those disasters affect the health of the populations exposed and identify possible public policies of containment and management of those disasters to be applied and/or restructured by the city and state government to avoid that future disasters take big dimensions. To identify the scenarios of risk to floods were analyzed the emergency public state decrees for disasters recognized by the Federal Government and the study area was defined for presenting a recurrence profile of extensive disasters with floods that persists up to six months. In the characterization of the area were used the data made available by the Civil Defense from the National Integration Ministry in the historical series from 2003 to 2015 and geographical information from IBGE. The data were tabulated in the software *Microsoft Excel (2013)* and spatialized using the free software *QGIS 2.8.1-Wien*. With the study it has been observed that the municipalities with recognized decrees of the studied disaster in the period are located by the banks of big rivers, and, because of the disordered occupation of the territory, disabled populations occupy vulnerable environmental areas, as steep hillsides areas and flood plains. Besides there are traditional communities adapted to the dynamic of flood and dry of the rivers for being established for centuries, the need of implantation of public policies that better assist them and other communities newly-established in the region cannot be unconsidered. Between the public policies forward this disaster in the region, underscores the urge in the expansion of sewage networks and other structure works, the elaboration of Land Destination Plans, the implantation of policies of prevention and prepare of the health sector, as well the strengthening of actions of promotion and surveillance in health and the implantation of educative measures to risk populations to raise awareness of the risks that the occupation near to flood plains may cause.

Keywords: Amazon; Metropolitan Region of Manaus; Floods; Public Policies; Health.

## 1. Introdução

Inundações, apesar de geralmente não se apresentarem como desastres repentinos, são cíclicas e causam danos ao patrimônio e à integridade física da população. Por normalmente serem eventos recorrentes, as populações e o estado devem estar alertas e devidamente preparados para lidar com tais eventos, propiciando assim que os impactos sejam os menores possíveis. Ainda, inundações devem ter sua devida atenção principalmente pelos impactos causados à saúde, que quando não chega a casos fatais, traz riscos pela proliferação de doenças a partir da água (ou por sua privação), pela contaminação de alimentos, pelas doenças crônicas que pode causar e que, costumeiramente, não são associadas a tais eventos por serem diagnosticadas em longo prazo.

No período de 1991 a 2012, mais de 126 milhões de pessoas foram afetadas direta ou indiretamente por desastres naturais (Atlas dos Desastres Naturais no Brasil, 2013). Pode-se entender desastres naturais como eventos que perturbam gravemente as atividades sociais cotidianas, trazendo danos materiais e econômicos, ambientais e/ou de saúde que excedam a capacidade do município, estado e/ou país de lidar com o problema sem recorrer à ajuda externa (Brasil. Instrução Normativa nº 1, de 24 de agosto de 2012). Ressalta-se que a mesma população de alguns municípios pode sofrer com desastres de diferentes ou repetidos tipos ao longo de poucos anos e o impacto de tais eventos vincula-se ao nível de vulnerabilidade socioambiental da comunidade e das políticas públicas aplicadas.

É importante apontar que em alguns municípios afetados por desastres, a gestão não chega a decretar a situação de emergência ou de calamidade pública uma vez que, a administração local possui recursos financeiros ou estruturais, para lidar com a situação, não precisando assim de recursos adicionais externos. Isso, porém, não significa que não tenham ocorrido nesses municípios desastres naturais e que esses eventos não tragam riscos à população.

A criação de cidades em áreas de encostas e/ou planícies de inundação de grandes cursos d'água, sem estrutura, planejamento e medidas sanitárias e ambientais que viabilizem tais ocupações são fatores que potencializam a possibilidade de ocorrência de desastres naturais, causando danos materiais e à saúde de tais populações (CPRM, 2014). Desastres por inundações representam bem tais cenários.

Inundações, segundo a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), se referem a desastres em que áreas além dos cursos normais de água

gradualmente se submergem devido ao prolongamento das chuvas em áreas de planície. Em outras palavras, considera-se como cenários de inundação, o transbordamento de rios, que ultrapassam a altura de suas margens que em parte do ano permanecem secas. A cada novo evento, as inundações se apresentam com características diversas, variando sua cota, duração e sua extensão, por exemplo. (GOERL; KOBAYAMA, 2005, p. 3)

Tendo isso em vista, busca-se fazer uma análise da dinâmica dos desastres por inundação notificados e reconhecidos pelo Governo Federal na Região Metropolitana de Manaus (AM) cujas cidades margeiam os rios e freqüentemente sofrem com inundações, no período de 2006 a 2015 para, assim, propor políticas públicas que mitiguem os impactos ao patrimônio e principalmente à saúde das populações expostas em possíveis futuros desastres.

A fonte principal dessa discussão são os dados relacionados às situações de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecidos e disponibilizados pela Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional na série histórica de 2003 a 2015.

A partir do tratamento desses dados, filtraram-se os 48 cenários de inundação registrados na Região Metropolitana de Manaus (AM) a partir do software *Microsoft Excel* (2013), que estão presentes nos anos de 2006 a 2015 e, para a melhor visualização de sua distribuição, utilizou-se o software *QGIS 2.8.1-Wien* para a composição de mapas. Em seguida, fez-se breve revisão e análise bibliográfica para a compreensão da distribuição dos desastres na região e para a proposição de políticas de mitigação e controle de seus efeitos.

O estado do Amazonas foi adotado devido às suas características de inundações extensivas, que duram por até seis meses e confinam os moradores às suas residências mudando a dinâmica do funcionamento das comunidades e a escala da Região Metropolitana de Manaus<sup>3</sup> (AM) foi optada para uma análise mais concisa e por comportar, no ano de 2010, 94% de grau de urbanização e abrigar em si cerca de 60% da população de todo o estado do Amazonas, segundo o IPEA (2014).

## **2. Discussão e Resultados**

### **2.1. Caracterização do desastre estudado**

---

<sup>3</sup> Entende-se como Região Metropolitana de Manaus, o instituído pela Lei Complementar nº 64, de 30 de maio de 2007, que compreende os municípios de Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Novo Airão, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo. No ano de 2009, porém, houve a tentativa de ampliar a Região Metropolitana de Manaus, abrangendo também os municípios de Autazes, Careiro, Silves, Itapiranga, Manaquiri, a partir da Lei nº 64, que foi barrada pelo Judiciário do estado do Amazonas. Assim, consideramos aqui apenas os municípios reconhecidos por órgãos oficiais e pela Lei nº 52/2007.

De acordo com o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais (2012), inundações constituem a terceira tipologia de desastre natural mais freqüente no país e correspondem a 12% do total dos registros do período de 1991 – 2012. Como é possível observar na Figura 1, em todas as regiões do país há registros de municípios com histórico de vulnerabilidade a esse tipo de desastre.

No Brasil, no período de 2003 a 2015, foram reconhecidos pelo governo federal 2129 decretos de situação de emergência e de calamidade pública por desastres de inundação. Os dez municípios brasileiros com mais registros de inundação são Anamá (AM), Bom Jesus do Itabapoana (RJ), Campos dos Goytacazes (RJ), Cardoso Moreira (RJ), Montenegro (RS), São Jerônimo (RS), Careiro da Várzea (AM), Governador Valadares (MG), Rio Branco (AC) e São Sebastião do Caí (RS).

Observa-se pela Figura 2 que em todos os estados da Região Norte existem múltiplos municípios com desastres por inundação, porém, devido à extensão do território do estado do Amazonas, há maior concentração dos desastres no estado.

Assim como nos demais estados da Amazônia, o estado do Amazonas é composto em grande parte por planícies e depressões. Devido à proximidade com o Equador, o clima da região é equatorial, com temperaturas elevadas, altos índices pluviométricos e chuvas bem distribuídas ao longo do ano. Sua vegetação pode ser dividida entre Mata de Igapó, Mata de Várzea e Mata de Terra Firme. Além de sua extraordinária rede hidrográfica, possui o rio Amazonas – o mais volumoso do mundo – e onde grande parte da população do estado reside às margens.

Segundo o Atlas de Vulnerabilidade a Inundações do Estado do Amazonas (ANA, 2014), dos 605 trechos inundáveis do estado, 86% são categorizados como de Alta e Média vulnerabilidade e, somente o município de Manaus apresenta 15 trechos com Alta vulnerabilidade a inundações.

## **2.2. A Região Metropolitana de Manaus e os desastres por inundação**

A Região Metropolitana de Manaus difere das demais regiões metropolitanas do país por ser em si irregular, comportando grande extensão territorial e grandes vazios demográficos entre seus centros urbanizados. Além de Manaus que concentra a produção industrial devido a Zona Franca de Manaus (ZFM) e as cidades de Itacoatiara e Manacapuru que se apresentam como pólos atratores por possuírem maior infraestrutura urbana e serviços diversos que atendem os municípios arredores, os demais municípios são

principalmente produtores agropecuários, e, mesmo próximos à capital, apresentam baixo índice de desenvolvimento humano e grande fragilidade sociopolítico-econômica.

Como pode-se observar na Figura 3, de todos os municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus (AM), somente o município de Presidente Figueiredo não possui desastres por inundações reconhecidos em tal período, isso se deve ao fato de situar-se somente próximo ao Igarapé Santa Cruz e não às margens dos grandes rios como acontece nos demais municípios.

### **2.3. Desastres na Região Metropolitana de Manaus**

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) iniciou em novembro de 2011 o mapeamento, a descrição e a classificação da situação de risco de vários municípios brasileiros a fim de minimizar os efeitos de eventos naturais sobre a população. Esse trabalho gerou diversos relatórios que contam com análise das condições atuais de município e sugestões de políticas implantáveis que possam mitigar os impactos de eventuais desastres. Baseado em tais relatórios fez-se um breve panorama dos municípios da Região Metropolitana de Manaus que tiveram situações de emergência ou calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal resultados de desastres por inundação, a partir do qual, políticas públicas podem ser estruturadas.

Conforme o relatório, *Careiro da Várzea* teve em 2014 a sede de seu município completamente inundada, colocando moradias e demais estruturas em situação de risco. Ainda, a inundação veio acompanhada de forte correnteza, causando graves riscos de afogamento e demais danos à população. Em *Iranduba*, oito áreas foram identificadas com risco de inundações. O município de *Itacoatiara* possui maiores riscos geológicos que hidrológicos, porém as áreas mapeadas como áreas de Alto Risco estão às margens do rio e se encontram em barrancos com alta declividade, cicatrizes de deslizamento e degraus de abatimento. Na encosta, foi observada ainda a presença de tubulações com águas servidas (esgoto), lixo e entulho que agem como vetores de doenças. O município de *Manacapuru* apresenta áreas constantemente inundadas nos períodos de cheia do rio Solimões.

Devido ao crescimento urbano desordenado em *Manaus*, há forte presença de populações carentes vivendo em áreas impróprias como encostas íngremes e planícies de inundação. Das 1338 ocorrências de inundação cadastradas pela Defesa Civil Municipal no período 2009 a 2011, 51% ocorreram nas zonas Leste e Norte do município. Ainda, a área urbana mapeada presente em domínios de Terras Baixas e Alagadiças suscetíveis a

movimentação do solo, alagamentos e inundações que podem levar a escorregamentos do solo (“terras-caídas”, como são conhecidas popularmente) é de aproximadamente 28 km<sup>2</sup>.

O município de *Novo Airão* possui áreas sazonalmente inundáveis – as planícies aluvionares ou várzeas, porém, no momento da visita técnica (julho de 2015) não foram detectadas áreas de Alto ou Muito Alto risco. O município de *Rio Preto da Eva* sofre predominantemente com eventos de deslizamento, erosão e enxurradas, porém, não se traz a discussão dos eventos por inundação no município no relatório da CPRM.

#### **2.4. Políticas Públicas para Desastres Naturais**

O Art. 6º bem como os Art. 196 e 197 da Constituição Federal de 1988, instituem que a saúde é direito de todos e é dever do Estado a precaução a eventuais perturbações à saúde por meio de políticas públicas, além da garantia do acesso universal e igualitário às ações e serviços concernentes a sua promoção, proteção e recuperação. A União possui o dever de transferir parte do seu capital aos Estados e Municípios para que tais entes tenham condições de investir em políticas públicas e cabe aos três níveis de Governo a implantação de medidas de prevenção e mitigação de impactos a curto, médio e longo prazo.

Tendo isso em vista, se faz necessário, como observado no relatório da CPRM, a mudança da sede de alguns municípios para áreas acima do nível máximo de inundação a partir de aterramento, ações de conscientização e treinamento para ações em possíveis futuros eventos para a população, estudos hidrológicos detalhados para a definição de obras que reduzam os riscos desse tipo de desastre, maior controle por parte do estado da ocupação das encostas e fundo de vale, a elaboração de Planos de Ordenamento Territorial dos municípios para a ocupação de forma adequada e segura, a construção de orlas que contemplem todas as cidades acompanhando a dinâmica fluvial do rio, o freqüente monitoramento das áreas ocupadas e do nível do rio a partir da implantação de pluviógrafos e pluviômetros, a realização de obras de engenharia que ofereçam às populações melhores serviços de saneamento básico e infra-estrutura.

Assim, pode-se compreender que tais desastres por inundação, embora sejam eventos cíclicos diretamente ligados à dinâmica dos rios, são agravados pela habitação irregular em áreas de várzea e/ou de margem, que, por sua vez, são resultados de desigualdes socioeconomicas que marginalizam e desamparam comunidades e populações.

Como é sugerido pela própria CPRM, o estabelecimento de unidades da Defesa Civil nos municípios é primordial no que se refere as ações de prevenção, socorro, de assistência, de reconstrução a fim de evitar ou minimizar os desastres e reestabelecer a

normalidade social, como a legislação determina como sua função, com a implantação de um sistema de previsão e alerta às cheias, a partir do acompanhamento constante dos cenários de risco.

O mapeamento a partir de sistemas de informações geográficas de áreas inundáveis utilizando dados de radares e satélites facilita a definição dos riscos de inundação de cada superfície e possibilita sua devida incorporação a Legislação Municipal de Uso e Ocupação do Solo, facilitando assim, o controle público da ocupação regular e irregular.

Cunha (2012) alerta que um grande problema recorrente em desastres é a falta de percepção do risco pelo afetado, que acaba por se expor em razão da falta de informação. Além de medidas estruturais e da apresentação de informações úteis e factíveis para a construção de políticas públicas, é indispensável o desenvolvimento da capacidade de reagir coletivamente aos desastres de forma que os impactos socioeconômicos sejam os mínimos possíveis, para que, assim, haja pleno desenvolvimento integral no país.

Segundo levantamento do Instituto Trata Brasil, 35 milhões de brasileiros não possuem acesso ao abastecimento de água tratada e mais de 100 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgoto. A região Norte apresenta o pior quadro quando se trata ao acesso da população a tais serviços, onde o atendimento total é de apenas 8,66%. No estado do Amazonas, a extensão da cobertura de atendimento total de água é de 76,27, onde, desses municípios atendidos, somente 7,71 possuem coleta de esgoto e 23,02 possuem o tratamento do esgoto à água consumida. Os indicadores de saúde são diretamente influenciados pelo nível de saneamento na região. A falta de saneamento adequado influencia, por exemplo, na taxa de mortalidade infantil, na esperança de vida da população, nas taxas de morbidade e, obviamente, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (Instituto Trata Brasil, 2017).

Em 2013, no estado do Amazonas foram registradas 4879 internações por doenças infecciosas em que 28% poderiam ter sido evitadas, que teriam gerado ainda, economia anual de R\$ 45.170.000, que poderiam ter sido usados no fortalecimento do setor saúde.

Além disso, o reforço na implantação de Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF) e de Unidades Móveis Fluviais com equipes multiprofissionais é fundamental nessa região em que os rios imperam devido ao maior alcance proporcionado e por encurtar o tempo de socorro às vítimas que moram com comunidades em localizações mais remotas. Apesar de terem iniciado recentemente sua atuação, já demonstraram resultados significativos ao favorecerem o acesso a exames especializados como exames de mamografia, ultrassonografia e oftalmologia, que, se não fossem através dessas

embarcações, diversas populações ainda não teriam acesso a esses serviços básicos de saúde.

A consolidação do Programa Saúde da Família (PSF) também é parte fundamental no processo de construção da resiliência da população em situação de vulnerabilidade a desastres naturais, pois o acompanhamento da saúde realizado por uma equipe próxima e presente na realidade da comunidade a partir de laços consolidados se mostra muito mais efetivo por compreender também a dinâmica sócio-cultural da comunidade, tornando possível a redução da mortalidade e morbidade a partir do monitoramento e tratamento de doenças crônicas, na promoção da saúde e no fortalecimento da capacidade de resposta às doenças emergentes e endêmicas.

### **3. Considerações Finais**

Como observado, desastres são resultado de ameaças (naturais ou tecnológicas) associadas à exposição e condições de vulnerabilidade, que se agravam conforme a insuficiência de medidas preventivas a ocorrência e limitadoras de suas consequências. A redução de riscos de desastres deve ser construída de forma horizontal, integrando o conjunto das instituições que controlam e administram a nação com as populações que terão influência direta dos projetos deliberados, buscando assim, construir e reforçar a resiliência dessas populações, tornando-as protagonistas não dos cenários de desastre, mas de suas superações e adaptações.

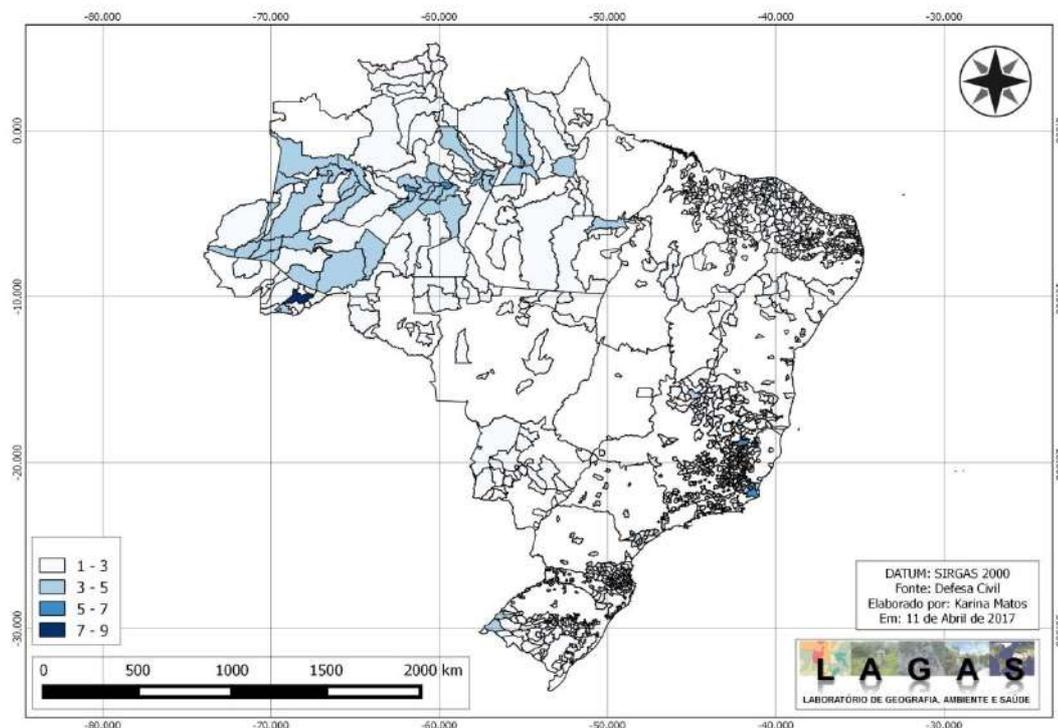
Para isso, o Estado, cumprindo seu papel instituído pela Constituição de 1988, que declara que este deve zelar pela proteção e efetivação da população a partir de políticas públicas, deve agir em busca do fortalecimento de tais políticas a fim de melhor atender as populações marginalizadas, garantindo assim, o desenvolvimento não apenas econômico, mas principalmente social, a proteção dos investimentos e estruturas essenciais para a dinâmica pública e a redução da pobreza em suas diversas manifestações.

Quanto às limitações metodológicas enfrentadas na realização desse trabalho, teve-se a dificuldade em determinar quais municípios compõem a Região Metropolitana de Manaus, devido aos impasses trazidos pela Lei n.º 64/2009, de autoria dos Deputados Vera Castelo Branco (PTB) e Belarmino Lins (PMDB) que sugeria a adição dos municípios de Autazes, Careiro, Silves, Itapiranga e Manaquiri e foi barrada pelo Judiciário do estado do Amazonas e, pelo fato de o tipo do desastre ser definido pelo município ou estado no momento da notificação seguindo a classificação da COBRADE, há dificuldade em garantir

a total acuraria dos eventos notificados e reconhecidos pelo Governo Federal e aqui analisados pelo fato de inundações serem facilmente confundidas com enchentes.

O presente trabalho tem caráter introdutório à discussão, com a finalidade de instigar demais pesquisas sobre a temática em que, a título de exemplo, se avalie se uma possível mudança climática esteja interferindo diretamente na dinâmica das inundações na região, ou como as populações desamparadas pelo Estado e sociedade civil organizada se adaptam às inundações, incorporando-as, inclusive, a seu modo de vida, ou, ainda, o acompanhamento da implementação de políticas públicas em comunidades e o registro de sua efetividade, entre inúmeros outros enfoques possíveis.

## Anexos



**Figura 1: Municípios com decretos de situação de emergência e estado de calamidade pública por inundação reconhecidos pelo Governo Federal no período de 2003 a 2015 no Brasil. Fonte: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.**

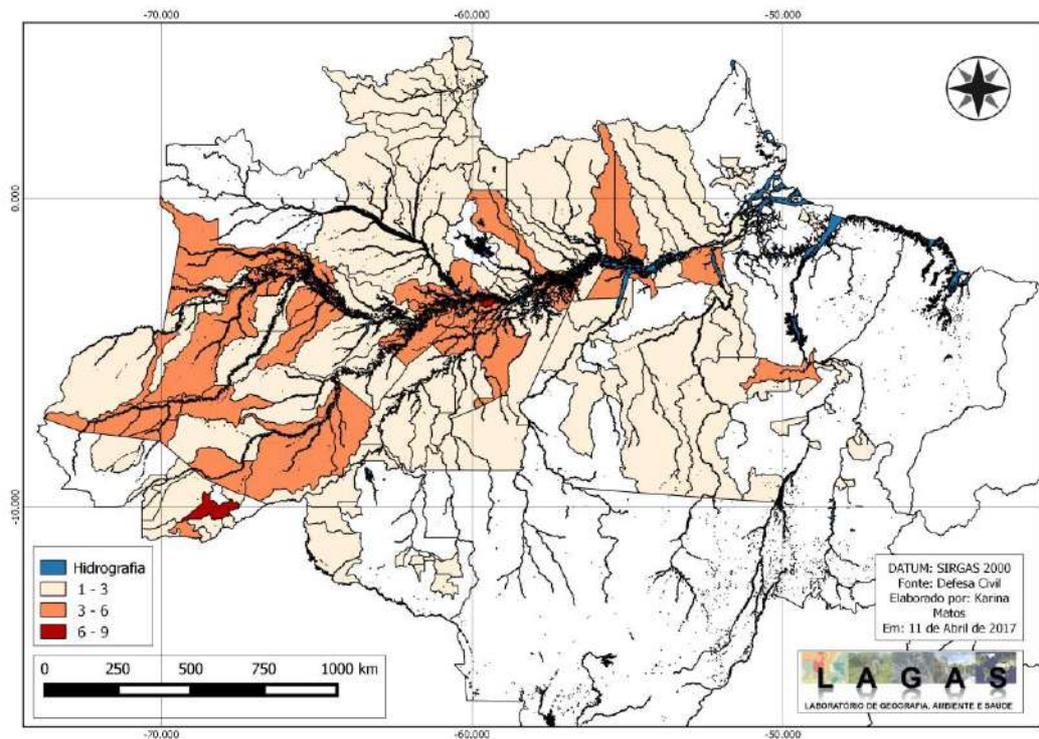


Figura 2: Municípios com decretos de situação de emergência e estado de calamidade pública por inundação reconhecidos pelo Governo Federal no período de 2003 a 2015, na região norte do Brasil. Fonte: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

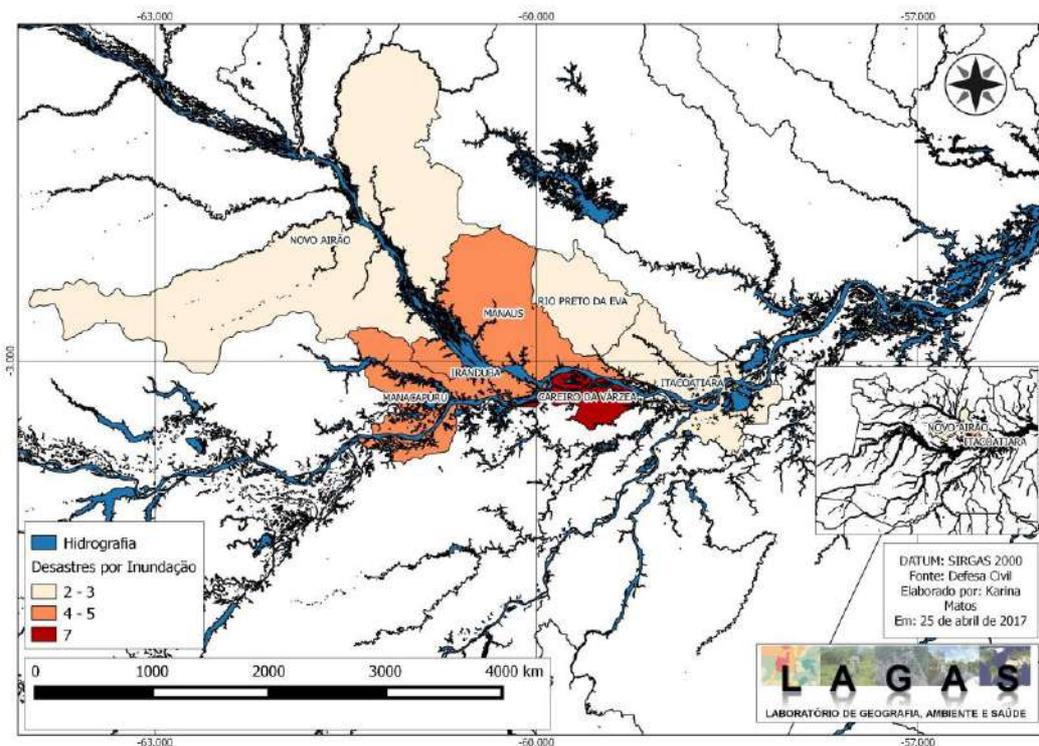


Figura 3: Municípios com decretos de situação de emergência e estado de calamidade pública por inundação reconhecidos pelo Governo Federal no período de 2006 a 2015 na Região Metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas. Fonte: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

## Referências Bibliográficas

*Anuário Brasileiro de Desastres Naturais: 2011* / Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. – Brasília: CENAD, 2012. 80 p.: il. color.; 30 cm.

*Anuário Brasileiro de Desastres Naturais: 2012* / Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. – Brasília: CENAD, 2012. 84 p.: il. color.; 30 cm.

*Anuário Brasileiro de Desastres Naturais: 2013* / Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastre. – Brasília: CENAD, 2014. 106 p.: il. color; 29,7 cm.

*Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: 1991 a 2012* / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. 2. ed. rev. ampl. – Florianópolis: CEPED UFSC, 2013. 126 p.: il. color. ; 22 cm.

*Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras*. IPEA, Fundação João Pinheiro (FJP) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) / Brasília, 2014.

*Atlas de Vulnerabilidade a Inundações do Estado do Amazonas*. Agência Nacional de Águas (ANA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) / Brasília, 2014.

*Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes, Inundações e Movimentos de Massa: Itapiranga – SC*. Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Ministério de Minas e Energia (MME). 2014.

*Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento no Brasil*. Instituto Trata Brasil, Março 2017.

BRASIL. Constituição (1988). *Emenda Constitucional nº 90, de 2015*. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 agosto. 2015.

Brasil. Constituição (1988). *Art. 196*. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

Brasil. *Instrução Normativa n° 01, de 24 de agosto de 2012*. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 agosto. 2012. Seção 1, p. 30.

Brasil. *Lei Complementar n° 52, de 30 de maio de 2007*. Institui a Região Metropolitana de Manaus e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo.

Brasil. *Situação de emergência ou estado de calamidade pública: reconhecimentos realizados*. Ministério da Integração Nacional. Proteção e Defesa Civil. Acesso em 01 de setembro de 2016. Disponível em <<http://www.mi.gov.br/web/guest/reconhecimentos-realizados>>.

CAVALCANTE, K. V.; FRANCHI, T.; LOPES, R. H. *Região Metropolitana de Manaus: características e dilemas do desenvolvimento de uma região metropolitana na amazônia ocidental*. Chão Urbano, Ano XV N° 4 Julho / Agosto 2015. p. 1 – 19.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) / Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC). Condições de Neutralidade no Pacífico Equatorial. *El Niño e La Niña*. 2017. Disponível em: <[enos.cptec.inpe.br/](http://enos.cptec.inpe.br/)>. Acesso em 13 de abril de 2017.

CUNHA, M. I. R. *Inundações brasileiras: uma questão de política pública*. CONVIBRA. 2012. Disponível em: <[http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/38/2012\\_38\\_4784.pdf](http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/38/2012_38_4784.pdf)>. Acesso em 02 de maio de 2015.

*Desastres naturais e saúde no Brasil*. Brasília, DF: OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde, Ministério da Saúde, 2015. 52p.: il. (Série Desenvolvimento Sustentável e Saúde, 2).  
Freitas, C. M. et al. *Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil*. Ciência e Saúde Coletiva, v. 19, n. 9, p. 3645 - 3655. Rio de Janeiro. Set. 2014.

QGIS Development Team, 2017. *QGIS Geographic Information System*. Open Source Geospatial Foundation Project. Disponível em <http://www.qgis.org/>.

GOERL, R.F.; KOBAYAMA, M. *Considerações sobre as inundações no Brasil*. In: Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (16: 2005: João Pessoa) Porto Alegre : ABRH, anais 2005. CD-rom. 10p.

2º Simpósio Brasileiro de Desastres Naturais e Tecnológicos. *Inundações no Brasil*. 2007. (Simpósio)

Prefeitura de Manaus. *Unidades Móveis de Saúde iniciam atendimentos nas zonas fluvial, Sul, Norte e Oeste*. Disponível em <<http://www.manaus.am.gov.br/2013/04/12/unidades-moveis-de-saude-iniciam-atendimentos-nas-zonas-fluvial-sul-norte-e-oeste/>>. Acesso em 02 de maio de 2017.

RIBEIRO, Thiago. "*Aspectos naturais do Estado do Amazonas*"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-naturais-estado-amazonas.htm>>. Acesso em 22 de abril de 2017.

## Iracema Trans Amazônica

Claudio Aurelio Leal Dias Filho IFMT/UFMT, [claudio.filho@plc.ifmt.edu.br](mailto:claudio.filho@plc.ifmt.edu.br);  
Mario Cesar Silva Leite, UFMT, [mcsil@terra.com.br](mailto:mcsil@terra.com.br) ;

...  
Tema: Cultura, Arte, Saberes e Costumes

### Resumo

Esse trabalho tem por objetivo analisar como o fluxo emigratório para a Amazônia, nos anos 70, foi transformado em narrativa pelo filme *Iracema - Uma Transa Amazônica*. Procuramos destacar os conflitos culturais presentes na película assinada por Jorge Bodanzky e Orlando Senna durante a ditadura militar, mais especificamente, os desdobramentos advindos do Programa de Integração Nacional (PIN), lançado pela ditadura militar em 1970, bem como do seu papel na sociedade brasileira através dos discursos veiculados tanto pela ditadura, quanto pela película. *Iracema - Uma Transa Amazônica* é um referencial na produção cinematográfica brasileira, contribuindo fortemente para a construção iconográfica do imaginário da Amazônia que surge a partir dos anos 1970. É justamente nesse momento que as cidades da região passam a ter uma grande concentração urbana, integrando-se objetivamente à lógica de consolidação do processo de urbanização e de uma sociedade complexa, diversificada, contraditória e desigual, em sua dimensão social, cultural, econômica etc. A película aqui analisada mescla roteiro ficcional com depoimentos de populares que estavam vivendo aquele momento histórico. O filme foi produzido, ainda durante o processo ao qual se refere, teve a própria região amazônica como cenário o que torna o filme também um documento audiovisual do período histórico a que faz referência. Nos anos 1970, quando o “sul” do Brasil “redescobre” a Amazônia ocorre um abrupto conflito entre o “arcaico” e o “moderno”, transformando a região em um importante cenário para problematizar as contradições do Brasil. A pesquisa sobre a produção cinematográfica, relacionada ao processo de ocupação da Amazônia, pode propiciar uma reflexão sobre a construção da identidade nacional e os processos de transformações recentes. Assim, o cinema, além de uma produção estético-artística representa também o papel de um documento histórico. Através da análise que nos propusemos a realizar, pretendemos oferecer um melhor entendimento do discurso produzido naquele período, levantando questões sobre o papel desempenhado pelo cinema como produção de uma narrativa que reproduz e contrapõe determinados valores e atitudes culturalmente vigentes na sociedade.

Palavras-chave: Palavras-chave: Amazônia, cinema, colonialidade, ditadura.

### Amazônia, encontros e desencontros

Analisaremos aqui o filme, *Iracema - Uma Transa Amazônica*, a partir do contexto sócio-histórico em que foi produzido e da narrativa dos conflitos culturais presentes na película. Parte da análise também aborda os aspectos formais e estéticos da linguagem cinematográfica.

O filme tem como tema central o processo de ocupação pelo qual a Amazônia passava nos anos 70. O roteiro mescla ficção e depoimentos de populares que estavam vivendo aquele momento histórico. Durante o processo de produção da película, utilizou-se a própria região como cenário; o que a também torna um documento áudio visual daquele período. Os encontros entre moradores da Amazônia e sulistas, mostrados no filme, não

ocorreram entre populações sem mestiçagens anteriores. A mistura faz parte das sociedades que vivem na Amazônia como uma característica dos processos culturais existentes em todas as sociedades humanas; afinal, não é possível a sobrevivência de uma sociedade sem interação e trocas com outras, seja em menor ou maior escala. Para Gruzinski:

A ciência fez pouco caso das mudanças históricas e pré-históricas que as populações amazônicas conheceram, minimizando suas capacidades de inovação e subestimando o impacto das circulações em grande escala que animavam a floresta [...]. (GRUZINSKI, 1999, p. 30).

A respeito da construção desse mito da Amazônia selvagem e isolada, o autor explica:

Escritores, poetas, cineastas não pararam de explorar esses clichês para transformá-los em sonhos destinados a um público cada vez mais ávido de mundos primitivos e perenidade; Hollywood e os meios de comunicação, exibindo um humanismo de circunstância, se substituíram a eles com o sucesso que se conhece. (GRUZINSKI, 1999, p. 32).

Porém, em *Iracema*, observamos o oposto a esses clichês. Os roteiristas e os diretores optaram por mostrar uma história em que os conflitos e a quebra dos idealismos sobre a Amazônia estão presentes numa área permeada pela miscigenação e o hibridismo, que transita entre o arcaico e o moderno. Os processos de miscigenação da Amazônia, entre as populações ameríndias e européias, ocorrem desde o final do século XVI, em experiências que marcaram profundamente o modo de viver da região. Decorridos cinco séculos do início dessa colonização, o processo ainda não está concluído, mas as marcas do mundo ocidental estão presentes nas localidades mais diversas da região; seja nas grandes cidades ou nos pequenos vilarejos. Segundo Gruzinski, “é inegável que zonas cada vez mais extensas sofrem uma série de influências, penetrações que repercutem até o mais profundo da floresta”. (1999, p. 34).

O enredo do filme se desenvolve a partir do encontro entre uma nortista cabocla, recém saída das áreas ribeirinhas, com um branco sulista, que está no norte em busca de dinheiro. Esse é o motivo gerador dos conflitos e da história que transcorre pela rodovia Transamazônica. O filme é um marco na história do cinema brasileiro, pois se propõe a trabalhar com um gênero híbrido de “documentário-ficção” ou “docudrama”; assim, fundem-se o roteiro fechado de uma ficção e as falas abertas e imprevisíveis de um documentário; misturando atores profissionais e não profissionais; não atores e a população, que é muitas vezes entrevistada ou provocada por um debate sobre sua realidade social. Durante o filme, fica o questionamento para o espectador sobre onde começa e termina a ficção. A indefinição do gênero, proposta do filme, contribuiu e está presente no fazer cinematográfico contemporâneo. Soma-se a esse fator, a formação da sua equipe, na qual há uma mistura e parceria entre profissionais do Brasil e da Alemanha.

### **O Rio**

Até metade do século, a principal via de transporte na região amazônica era a fluvial. O rio tem uma forte presença, tanto no plano material e estrutural da população, como nos aspectos simbólicos culturais. Ainda hoje, mesmo com a construção de várias estradas, o transporte fluvial tem grande importância na vida socioeconômica de parcela dos moradores da região amazônica. É justamente tendo o rio como cenário que se inicia *Iracema - Uma Transa Amazônica*.

No início do filme, com a tela preta, ouvimos o som de um motor que vai ficando mais forte. Quando aparece a primeira imagem, nos deparamos com um cenário da floresta amazônica e um rio, sem o menor sinal de industrialização, causando um contraste entre o som e a imagem. Esse recurso causa um estranhamento no espectador, pois o “moderno”, representado pelo som do motor, e o “selvagem”, representado pela imagem da densa floresta, se encontram, envolvendo os sentidos da audição e da visão. Nesse momento do filme, a cor verde prevalece nas imagens, mas sempre contrastando com o som, que passa a ser acrescido de um rádio trazendo notícias externas ao cenário que se vê. Na sequência, aparece o barco que estava, até então, implícito no som do motor e fazia o *traveling* fluvial. Está cumprindo, assim, a sua função, que é a de transportar moradores ribeirinhos; entre eles, inclui-se a personagem protagonista, Iracema, que está se deslocando para um lugar ainda desconhecido. O rádio é elemento simbólico que representa a informação, e é também um indício de que aquela população não é tão isolada como alguns poderiam supor. Esse estranhamento, a que nos referimos, remete ao que Gruzinski (1999, p. 24) relata no livro *O Pensamento Mestiço*, pois ao chegar a um vilarejo de Algodual, às margens do Amazonas, percebe que “o ar idílico não passava de um engodo” e que, nas noites, a vila estava conectada às mesmas atrações midiáticas globais dos grandes centros urbanos.

Em *Iracema*, o rádio constitui uma rede de informações que chega aos lugares mais distantes, trazendo notícias do mundo longínquo, mas também dos arredores mais próximos e de familiares; serve como uma espécie de garoto de recado, aproximando as pessoas. Para essa população, o rádio é seu mensageiro, o som do motor é uma constante nas suas travessias, o rio é a via para seus barcos; esses elementos possibilitam os fluxos com outros mundos. O rio e o barco são elementos importantes, e que servirão para contrastar com a estrada e o caminhão que entrarão na narrativa mais adiante.

O barco leva produtos do extrativismo da floresta, como o fruto do açaí, que é entregue aos atravessadores em troca de mercadorias industrializadas (aguardente). Elementos que demonstram que aquela população tem algum acesso aos bens de consumo não produzidos ali, e interagem com os mesmos, utilizando-os de acordo com suas necessidades.

Essa primeira parte do filme funciona como uma abertura, uma introdução que explica de onde vem a personagem Iracema que aparece no barco e, depois, tomando banho no rio, mas ainda sem ter a fala. Iracema sai das matas virgens em um barco que a leva para a cidade. Nessa parte, temos o reforço da imagem idílica da Amazônia, que logo mais será “quebrada” ou contrastada com a da cidade e, depois, com o desmatamento às margens da rodovia Transamazônica. Nesse primeiro momento, o filme repete propositalmente clichês que a história, a literatura e o cinema construíram das terras virgens. Conforme afirmam Stam e Shoart: “A ‘missão civilizatória’ europeia muitas vezes entrelaçou narrativas opostas ainda que relacionadas, a respeito da penetração ocidental em sedutoras paisagens virginais e de resistência à natureza libidinosa” (2011, p. 206). A contextualização da personagem saindo desse cenário é fundamental para criar o choque que irá proporcionar o encontro com os antagonistas, Tião/a cidade, o progresso/a estrada. Para fazer esse jogo, o filme trabalha aspectos que fazem parte da narrativa colonial que Stam e Shoart definem:

Se a ideia da “virgindade” enfatiza por um lado, a disponibilidade e a prontidão da terra para ser fecundada através da penetração, o aspecto libidinoso evoca a necessidade de uma operação de policiamento. O discurso colonialista oscila entre esses dois tropos dominantes, apresentando o colonizado ora como um ignorante feliz, puro, receptivo, ora como um selvagem, histórico, caótico e

completamente fora de controle, que necessita de tutela legal. (STAM; SHOART, 2006, p. 211.)

Cabe à primeira parte do filme, introduzir o aspecto das terras virgens e da própria virgem representada pela inocência de Iracema brincando no rio, vestindo chita e com cara de menina.

A metáfora da virgem tímida e a noção da feminilidade libidinosa estão interligadas. Essa “terra de ninguém”, ou mata selvagem, pode ser caracterizada como resistente, rude e violenta, um país de paisagens silvestres à espera de um colonizador. [...] O discurso da natureza virginal e libidinosa, semelhante à dicotomia madona/prostituta, opera no mesmo patamar. (STAM; SHOART 2006, p. 211).

Essa natureza a ser deflorada já está anunciada nos créditos do início do filme, quando é anunciado o nome da película e da personagem: *Iracema - Uma Transa Amazônica*. Os autores fazem um trocadilho com o nome da estrada, que está sendo construída pela ditadura, e a penetração referente à transa sexual ou também à transa comercial. Nesse sentido, o título do filme faz referência à sexualidade e, depois, apresenta as suas personagens virgens – Iracema e a própria floresta Amazônica – ambas prestes a serem violentadas; a primeira, por Tião Brasil Grande e a segunda, pela ditadura militar. Os nomes dos personagens reforçam essa perspectiva sexual. Tião Brasil Grande está ligado diretamente ao lema da ditadura; por outro lado, o adjetivo grande é uma referência à imagem sexualizada de Tião, como um conquistador de mulheres que coleciona relacionamentos sexuais. Suas conquistas estão representadas por adesivos no para-brisa de seu caminhão. A temática sexual atravessa o filme, dialogando com a vulgaridade, a agressividade, a canalhice do Cinema Marginal e o próprio título faz referência ao ato sexual. O movimento virgem/prostituta, pelo qual passa a personagem Iracema, será completado na segunda parte do filme, na qual, temos a cidade como cenário. Inicialmente, o filme reforça um ideário de Amazônia e de novo mundo, dialogando com outras referências de narrativa colonial para, em seguida, desconstruí-lo, e se não consegue por completo, ao menos o problematiza.

A parte de apresentação da origem de Iracema dura pouco mais que nove minutos, e demonstra o fluxo da floresta para a cidade, tendo o rio como caminho e o barco como meio de transporte. Até desembarcar, a personagem não tem uma fala, reforçando um ar bucólico desse sertão silencioso e indolente. O barco segue pelo rio e antes de desembarcar em Belém, aparecem palafitas, umas próximas as outras. Essa é, sem dúvida, uma “paisagem”, até aquele momento, pouco tratada pelo cinema nacional que contrasta com a sequência anterior de uma floresta virgem e intocada. Com a proximidade de Belém, é perceptível um aumento do transitar de barcos. A cidade de início não é nomeada, sendo possível reconhecê-la por suas marcas urbanísticas, como o porto e a feira; o espectador que não tem essas referências sabe apenas que se trata de uma cidade grande a beira de um rio. Como o filme não tem uma preocupação com o didatismo, em vários momentos ocorre essa falta de referência espacial/geográfica também acompanhada de um deslocamento temporal causado pelas constantes elipses. A cidade só será nominada depois de transcorrida meia hora de filme. Nesse início da descrição do ambiente urbano, a câmera reforça o tom documental, trazendo o espectador para dentro do porto de Belém; utilizando planos fechados nos rostos das pessoas que por ali tomam banho, comem, compram peixe ou simplesmente observam a própria câmera. Os diretores descrevem o

ambiente com uma população mestiça a fisionomia daquela população é um dado importante para a construção da narrativa fílmica.

### **A Cidade**

A partir da chegada de Iracema na cidade de Belém do Pará, a fotografia da película passa da presença constante do verde da floresta, para o cinza da cidade. Um grupo numeroso de pessoas é mostrado no mercado e porto da cidade. Para Gruzinski, Belém é uma ambiguidade: “Com seus dois milhões de habitantes, Belém a capital da Amazônia ocidental, é uma mistura de cidade colonial [...] e de modernidade caótica cercada de favelas”. (1999, p. 25). Essa ambiguidade a que Gruzinski se refere pode ser observada nas imagens de Bodanzky: as palafitas, casas antigas, feiras, portos, população mestiça, rio, asfalto, entre outros. Parece-nos que tudo cabe na Belém que recebe Iracema.

A personagem, recém chegada, se deslumbra com a modernidade e tecnologia disponíveis na cidade, deixando-se levar à deriva das novidades, produzindo um efeito de encantamento. É nesse encontro com o novo, que Canclini (2003, p. 22) atribui um processo de duas vias onde a “hibridação interessa tanto aos setores hegemônicos como aos populares que querem apropriar-se dos benefícios da modernidade”. A cidade significa novas oportunidades, tanto econômicas como sociais. Essa expectativa, muitas vezes alimentada pelo discurso dominante, é incorporada pelas classes subalternas que entram em um jogo, no qual o retirante leva desvantagem, pois está em um meio em que desconhece as regras.

Nesse momento, em que o filme mostra Iracema ainda impressionada com a cidade, surge paralelamente aquele que será o personagem que acompanhara Iracema no decorrer da história de Iracema, o caminhoneiro, Tião Brasil Grande. Na cena de apresentação do personagem, vemos trabalhadores que descarregam barcos cheios de tábuas. Na sequência há um diálogo entre Tião, que se apresenta: “meu nome é Sebastião da Silva, mas pode me chamar de Tião”. De forma irônica, o seu interlocutor diz: “baiano, ele é baiano. Né?” E Tião, já marcando o seu território, responde: “sou gaúcho”. O personagem é gaúcho, assim como o ator Paulo César Peréio, que interpreta Tião e tem orgulho de se reivindicar assim. A identidade gaúcha, reivindicada pelo personagem, traz elementos importantes para a análise tanto do personagem quanto do filme. Nesse período, há uma forte campanha por parte do governo para trazer a população sulista para a região centro-oeste e norte do Brasil. Tião representa esse tipo humano. Outro fator importante, ao tratarmos da identidade gaúcha do personagem, é que o ator também é gaúcho com marcas dessa origem, inclusive, no sotaque, facilitando confusão entre “realidade” e “ficção”. Isso contribui substancialmente para a instabilidade e distanciamento que o filme quer trazer. Além do fato de a identidade gaúcha estar ligada ao emigrante, que está se deslocando para a região, também remete à origem do presidente do período em que o filme foi produzido, o general Emilio Garrastazu Médici, também gaúcho. Nesse sentido, o filme traz uma visão escrachada da representação do poder constituído: Tião, que é um trabalhador, representa um opressor do povo nativo daquela região, o colonizador. Esse personagem é um motorista de caminhão; é ele quem está no comando, assim como o general é o condutor do país. Temos então três elementos que colocam o personagem Tião não só como um representante da ditadura, mas que o aproximam do próprio ditador: 1- identidade gaúcha; 2 - a profissão motorista/conductor; e 3 - o nome Brasil Grande. A fazer essa desconstrução da figura do ditador que vira motorista, os cineastas trazem elementos usados no Cinema Marginal. Segundo, Ramos:

É importante frisar aqui a presença do elemento “carnavalizador” no que denominamos por “avacalho”. A perspectiva de reinversão da ordem social, a atração pelo excêntrico, pelo desmedido, pela

inversão, é expressa por personagens que encarnam em si a dualidade, mistura de vulgar e sublime, nojo e atração, horror e alegria. Cenas de inversão de papéis, as transformações bruscas, ou, para utilizarmos um termo de Bakhtin, “os ritos de destronização”, são significados em diversos filmes sob as mais diversas formas. (1987, p. 127-128).

O personagem/ator tem uma postura agressiva, usando a ironia e o sarcasmo para arrancar respostas dos seus interlocutores. A identidade gaúcha na construção do personagem corresponde a de alguém superior e com o ego inflado, tendo em vista que a representação do gaúcho é associada “pelo senso comum, a adjetivos como desbravador, raçudo, forte, trabalhador, progressista, pioneiro entre outros” (FURTADO em BARROZO, 2010, p. 190). Associação, que fortalece a representação do personagem/ator no filme e suas posições colonizadoras que encontramos no diálogo de Tião com seu interlocutor, o madeireiro nativo, iniciando a mistura de entrevistas documentais e diálogos com tons ficcionais:

Tião: “Como é que está a coisa ai pelo rio?”

Madeireiro: “Tá maravilhosa”

Tião: “E a natureza?”

Madeireiro: “A natureza é mãe”

Tião: “A natureza é mãe coisa nenhuma, rapaz”

Logo em seguida, Tião diz: a “natureza é o meu caminhão”, contrapondo-se ao madeireiro, que diz a “natureza é essa baía”. Em uma clara provocação, o ator vai construindo o perfil de um “gaúcho” na região amazônica, preocupado com o progresso material a qualquer custo, não se importando com a natureza. Essa diferença de concepção a respeito da natureza marca também o projeto de colonização que o governo estava buscando implementar na Amazônia, isto é, numa perspectiva de modernidade conservadora e de uma agricultura industrial em contraponto ao extrativismo praticado pela população nativa. Extrativismo que, na concepção de Tião, faz com que fique “todo mundo mirrado, todo mundo esculhambado”, pois ficam “colhendo castanha”. Tal afirmação revela que a modernização e o progresso estão, na opinião de Tião, em contraposição ao extrativismo típico da população nativa da região. A mesma ideia está, ainda hoje, presente entre os governantes do país. No ano de 2010, o então governador do estado de Mato Grosso, Blairo Maggi, pronunciou uma frase que em muito se assemelha à dita por Tião em que afirmou “que o país não podia ficar catando coquinho na floresta”<sup>1</sup>. Esse tipo de pensamento desvela, além das concepções econômicas, as práticas culturais e sociais que são conflitantes e que criaram tensões e acirramentos por disputas de projetos dentro da região amazônica. Quando Tião assume a identidade gaúcha, essa identidade representa, naquele contexto social, mais do que a localidade onde o personagem nasceu. Essa postura identitária ocorreu afirmada pelos colonos e emigrantes vindos do Sul do país. (FURTADO em BARROZO, 2010, p.190)

Neste sentido, assumir para si o culto desses referenciais “gaúchos” seria assumir algumas distinções básicas em relação a outras identidades. É incorporar uma diferença que caminha para uma suposta superioridade construída ideologicamente e folclorizada pela literatura em relação à figura do “gaúcho”. (FURTADO em BARROZO, 2010, p. 190).

<sup>1</sup> Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1906200511.htm>. Acessado em 22 Out. 2013.

A apresentação do personagem, Tião Brasil Grande, ao espectador, que é construído por um estereótipo do gaúcho presente na região norte do país. O filme reforça o estereótipo do colonizador, pioneiro que encontra referências na literatura e no imaginário.

As representações sobre o gaúcho, que já integraram o senso comum, se fazem notar desde os relatos de viajantes estrangeiros [...] Elas também estão presentes numa vasta tradição literária que tem como matriz o livro *O Gaúcho*, publicado em 1870, no apogeu do romantismo, por José de Alencar, autor que nunca tendo posto os pés no Rio Grande do Sul vai idealizar e mitificar este tipo social chamando-o de “centauro dos pampas. (OLIVEN, 1992, p. 51).

Essa visão quase mítica não é reforçada pela identidade de gaúcho adotada por Tião, devido a sua atitude carnavalizada; a imagem do pioneiro é também desconstruída no filme. Pelas falas de Tião, é construído um personagem superficial, sem profundidade psicológica e preocupado com o lucro a qualquer custo, reproduzindo clichês liberais e da ditadura para se justificar.

Após a apresentação do personagem Tião segue uma sequência, com um diálogo entre empresários que perpassam sobre alguns temas da ocupação da Amazônia tratando de ecologia:

Não derrubaremos nenhuma árvore, nós vamos dar emprego direto a seis mil pessoas. Doutor Antonio não é cabível que vivendo nesse maravilhoso mundo que é a Amazônia vocês fiquem parados na modéstia, é preciso pensar grande uma indústria eletrônica de porte mundial temos os empresários japoneses, temos a garantia de isenção do ministro, a simpatia que eu lhe disse [...]” E atente para um detalhe, seu Antonio, é importante que nós comecemos a tomar conta da Amazônia. Isso aqui é uma mina de ouro que precisa ser explorada e que já está sendo explorada por alienígenas, por gente de outras terras por incúria nossa, por incapacidade, por modéstia nossa se nós não comecemos já, ficaremos para trás. (BODANZKY; SENNA; 1974 s/p).

Na cena em que ocorre o diálogo entre um empresário nacional e um representante de uma multinacional, há várias citações explícitas à política de ocupação da Amazônia implementada pela ditadura, como a de isenção de impostos, geração de empregos a justificativa de existência do próprio PIN de *integrar para não entregar*. Por mais que pareça contraditório, esse projeto de integração da Amazônia incentivou a compra de terras por empresas multinacionais para implementação de empreendimentos ou mesmo para especulação imobiliária. Ponto que é abordado pelo interlocutor que diz que a empresa será japonesa, em um discurso contraditório que é nacionalista, mas ao mesmo tempo liberal e globalizado, como era a política da ditadura no período. O empresário cita que haveria uma garantia do ministro insinuando uma prática corrupta e complacente com esses empresários, que além dos incentivos, muitas vezes, ganhavam as terras para desenvolver seus empreendimentos na Amazônia. Nesse período, o governo Médici possui no seu ministério o paraense, Jarbas Passarinho, que mais adiante aparecera nas imagens do Círio de Nazaré, protegido por soldados. Esse diálogo pode ser uma referência a esse ministro mas também serve como uma crítica a todo o PIN. Existe, nessa cena, um tom de ironia e sarcasmo presente no próprio discurso do empresário. Trata-se de uma acentuação da

retórica, que a torna maniqueísta, apresentando o empresário como um manipulador que está em busca apenas de um “laranja” para seus negócios sem escrúpulos. O tom crítico transparece a opinião dos autores sobre a expansão capitalista na Amazônia apoiada pelo governo brasileiro. Bodanzky já mostrava interesse pelo tema, que aparecia em outras produções e projetos de filmes do diretor. Em sua biografia, afirma:

Realizamos seis filmes para o FWU no período de 1973 a 1976. Um deles, *Fortschritt oder Entwicklung?* (Progresso ou Desenvolvimento?) questionava os investimentos e os interesses estrangeiros no Terceiro Mundo. O assunto dizia respeito diretamente às relações entre Alemanha e Brasil. Na época, a Volkswagen tinha um projeto polêmico na Amazônia: uma grande fazenda onde se produziam imensas queimadas e que ia se transformar em fazenda de gado, com brutal prejuízo para a qualidade da terra. Houve uma denúncia e os acionistas obrigaram a VW a vender a fazenda. O filme não tratava disso especificamente, mas do seu contexto geral. Esse trabalho foi feito paralelamente a Iracema, como uma forma de ajudar a viabilizá-lo. Algumas imagens estão presentes nos dois filmes. (MATTOS, 2006, p. 157).

O interesse do público europeu, e nesse caso específico o do alemão, pela forma como as empresas multinacionais alemãs atuam em outros países faz parte de um contexto, no qual o debate sobre o meio ambiente começa a ganhar projeção. A concepção ética/ambiental da empresa passa ser fator relevante para parcela da população comprar ou não determinado produto. Essa demanda ambiental também é fator importante na produção da filmografia de Jorge Bodanzky sobre a Amazônia, tendo como financiadora e divulgadora uma televisão alemã.

A cena dos empresários tem um diálogo que é ficcional, realizada por atores não profissionais que estão representando os empresários. A misancene de ficção é desfeita pela presença de populares que começam a ficar no fundo da cena olhando para câmera, observando os personagens. Os diretores, propositalmente, fazem questão de manter esse clima que é muito comum em reportagens de TV e em alguns documentários. Ao construir a cena dessa forma e inseri-la no filme, o que seria uma ficção torna-se também documental; a presença do público denuncia que aquela cena é ficção, causando um distanciamento do espectador.

Na cena seguinte, vemos Iracema em uma feira, mas não uma feira qualquer, ela está no mercado “Ver-o-Peso”. O mercado é um ponto de encontro de fluxos e contra fluxos de mercadorias, e também se torna ponto de encontro de culturas diversas de várias partes da Amazônia e do mundo. Segundo Lima, “o Ver-o-Peso é, acima de tudo, um lugar de intensa vida social decorrente das atividades do comércio em torno da qual se verificam práticas cotidianas de trabalho e são tecidas complexas redes de relações sociais.” (LIMA, 2008, p. 38).

Iracema se impressiona com o que vê ali, mas não com as mercadorias industrializadas, e sim com uma variedade de ervas e de produtos extraídos do interior da Amazônia, atiçando a curiosidade até mesmo de uma moradora ribeirinha. Nessa sequência, do “Ver-o-Peso”, Iracema tem sua primeira fala no filme, e pergunta justamente sobre os produtos da banca do raizeiro. A personagem tem, nessa parte, uma postura de repórter que se impressiona com uma “feira exótica”; enquanto isso, a câmera vai mostrando vários produtos extraídos da natureza: raízes medicinais, cobras, amuletos que se misturam a cachos de bananas e produtos industrializados como bijuterias.

No momento em que Iracema observa o trânsito e de um carro para outro, a câmera retorna para o caminhão de Tião, que agora está chegando a uma churrascaria de beira de estrada, ponto de encontro de motoristas que ali almoçavam no momento em que foi feito a filmagem. Na entrada de Tião no restaurante é possível ouvir comentários, “está filmando”, feitos pelos caminhoneiros. Esses comentários mantêm o clima de que realmente aquilo é um filme, no qual os figurantes sabem e demonstram que estão sendo filmados sem problemas para os diretores que, além de manter estas intervenções, deixam aparecer o microfone no diálogo que segue na mesa em que Tião senta com outros motoristas para almoçar.

Após a cena no restaurante, há um corte e o cenário passa a ser a festa do Círio de Nazaré. O filme assume, então, um tom mais documental, inserindo imagens da procissão e de populares que estavam ali para a celebração e não para fazer um filme, ou seja, não eram figurantes. Nesse momento, fica mais evidente o “caldeirão” cultural que é Belém. Pessoas dos mais diversos fenótipos, vestimentas de chitas tradicionais se misturam com camisas de times de futebol de outros estados, calças jeans etc. Sobre o Círio de Nazaré em Belém, Pantoja afirma:

Círio é a forma como se denomina a principal procissão do conjunto de celebrações envolvidas no culto a Nossa Senhora de Nazaré em Belém, é também como se nomeia os quase vinte dias de homenagens à padroeira da cidade. Assim, círio é tanto uma nomeação específica a uma procissão, quanto a um conjunto de celebrações religiosas, ou não, que acontecem a partir da segunda sexta-feira do mês de outubro. A celebração envolve procissões, missas, feiras de brinquedos regionais, arraial, festas, encenações teatrais, salões de arte, show pirotécnico, musicais e muitas outras manifestações. O Círio é um acontecimento de grande importância não apenas para os devotos de Nossa Senhora de Nazaré, mas para os paraenses como um todo que, de uma maneira ou de outra, participam da festa que é o Círio. (PANTOJA, 2004, p. 15).

O filme não tem a preocupação didática de explicar o Círio de Nazaré. As imagens da procissão são acompanhadas de uma narração de rádio que louva o Círio, mas, ao mesmo tempo, tem um conteúdo político que se relaciona ao contexto político e social tratado no capítulo 1. Segue a transcrição do áudio:

Os homens dessa terra te proclamaram rainha da Amazônia, o povo dessa terra te honra como sua padroeira poderosa todas as gerações te proclamaram rainha, padroeira mãe protetora. Nós os pioneiros da avançada pelas matas adentro em um esforço de integração nacional num esforço de aproveitamento das riquezas naturais desta terra ainda virgem nós sentimos a esmagante grandeza do empreendimento. (Bodanzky e Senna, 1974, s/p).

O discurso do locutor mistura religião e política, trazendo referências ao momento em que a Amazônia vivia com a política implementada pela ditadura com o PIN. A procissão, que tem motivação religiosa, ganha um contorno político e social. Essa manifestação extrapola o cunho religioso envolvendo festas, fartas refeições que lembram as ceias natalinas, peregrinações de ribeirinhos, turistas do Brasil e do mundo, misturando o sacro e o profano; mesmo que muitas dessas práticas não sejam autorizadas pelo clero. O filme tem uma sequência de imagens em que se contrastam cenas onde a população está

espremida contra o cordão de isolamento, enquanto as autoridades políticas e religiosas andam confortavelmente na parte de dentro do cordão separados não somente pela corda, mas também por militares que mantém a população afastada das autoridades. Essas imagens funcionam como uma metáfora da opressão em que a população era submetida. Em uma das cenas aparece o então ministro da educação, Jarbas Passarinho, que, além de ter sua base política no estado do Pará, representava a ditadura. Nessas sequências, documentais, os diretores inserem a personagem Iracema no meio da multidão que inclusive se esforça para segurar a corda junto a outros “promesseiros” que é como são chamados os que pagam promessas acompanhando a procissão, segurando a corda. Pela sua magnitude e diferença em relação a outras festas religiosas do Brasil:

Muitas vezes o Círio é apresentado ou veiculado na grande mídia a partir do exotismo associado aos homens da Amazônia, em que as imagens das múltiplas embarcações na procissão fluvial, devotos carregando “ex-votos” não menos exóticos à cabeça, o empurra-empurra na corda, tornam-se atrativos para incrementar determinados setores da economia local via turismo religioso. (HENRIQUE 2011, p. 340).

A imagem que o filme constrói do Círio, talvez não seja tão diferente das veiculadas na grande mídia, e o impacto das cenas sem uma explicação do que é aquela manifestação cultural/religiosa pode gerar estereótipos, mas também atizar a curiosidade, possibilitando criar uma inquietação no espectador e a vontade de pesquisar mais sobre o assunto. A partir de 1973, o Círio é cada vez mais conhecido Brasil afora, sendo citado anualmente pela mídia, como a maior festa religiosa do país. Nas últimas edições teve a participação de mais de dois milhões de pessoas. É um momento de confluência cultural, pois Belém recebe pessoas das mais variadas partes da Amazônia e também do país. Como é o caso de Iracema, no filme do Bodanzky e Senna; ela chega à cidade no dia da maior festa popular e religiosa da região, que é o Círio de Nazaré.

Na cena do círio não há diálogos, os sons foram gravados diretamente de alto falantes, rádios e pegando carona em entrevistas que as autoridades concediam às rádios. Compondo uma trilha sonora totalmente documental, e que, de certa forma, elucida e aponta para questões referentes à festa, mas sem uma preocupação linear.

Na festividade do Círio, ocorrem vários encontros entre o sacro e o profano, entre a população urbana e ribeirinha, e essa última, por sua vez, encontra na cidade uma tecnologia que, muitas vezes, é inacessível em sua comunidade.

Na montagem do filme fica evidente a tentativa de encadear a imagem, de modo que a câmera passa a transitar do Círio para um parque dando a impressão de que a personagem está na mesma locação. No parque toca música gaúcha (vanerão) na apresentação de um número de ilusionismo. Um cantor ou dublê de cantor com traços indígenas veste roupa típica de “gaúcho”, e sua parceira de palco, que interpreta a personagem “a mulher sem corpo” é uma loira.

Na sequência do círio e do parque, há muitos closes destacando a fisionomia da população. Nessa cena, Iracema tem expressão de espanto com o “número”. O filme transita no limiar do documento histórico e a passagem registra a presença que a cultura gaúcha passou a ter na região, a partir dos anos 70. O vanerão do sul, tocado durante os festejos de uma festa típica paraense de matriz católica, é um forte indício desse convívio cultural intensificado com os fluxos migratórios para a região norte.

Nesse encontro com a cidade e com a modernidade, Iracema é seduzida pelas luzes e pela multidão. Se pensarmos que a comunidade ribeirinha é o sertão, então Belém seria o mar, o litoral que tem contato com o mundo externo à região, apresentando a

novidade e modernidade para Iracema. Na festa do Círio de Nazaré, é tênue o limite entre o sacro e o profano. Esse elemento aparece na sequência de imagens que passa da procissão para um parque de diversão sem o rompimento da narrativa. No parque de diversões, Iracema aparece em companhia de alguns homens, ela vai ficando e se deixa levar pela novidade. De repente, da inocência de uma menina do interior, já aparece como uma prostituta. O limite é tênue e, de certa forma, imperceptível deixando perguntas em aberto. Ao ser criticado pela forma como ocorre a dramaturgia do filme, o diretor e co-roteirista Jorge Bodanzky responde em sua biografia:

[...] eu queria fugir das explicações mais lineares, que sobrecarregassem a parte ficcional. As elipses vão progredindo junto com o filme. As passagens de tempo são mostradas de maneira descontínua porque de alguma forma é assim que as coisas acontecem. (MATTOS, 2006, p. 188).

Essas elipses criam questionamentos sobre o que faz aquela menina em um bordel. E como foi parar lá, se acabamos de vê-la brincando num parque de diversões? Questões que ficam abertas no filme e também nas relações sociais daquela região. É a partir dessa realidade e desses questionamentos da prostituição infantil, que ocorre o encontro entre a protagonista do filme, Iracema e o antagonista, Tião Brasil Grande.

Em um bar/bordel toca um tango cantado em português, o bar tem desenhos de índios e onças nas paredes fazendo referências aos estereótipos da região Amazônica. Tião entra no bar e encontra Iracema, toca a música, *Você é doída demais*, de Lindomar Castilho. Tião chama Iracema para dançar. Essa música um clássico da música brega brasileira no período foi chamada de cafona, marca o encontro dos dois personagens. Essa estética brega (cafona/kitsch) é mais um elemento presente no filme que dialoga com o Cinema Marginal. Segundo Ramos:

Ainda podemos abordar a estilização do universo ficcional do Cinema Marginal a partir da forte presença do elemento kitsch e 'cafona' em seu horizonte. O 'cafona' é a reelaboração, que aparece como excessivamente marcada, de determinados padrões de beleza ou procedimentos estéticos. A estilização é aí direcionada no sentido destoante, do exagero, e confrontada com conceitos da 'forma bela', tidos como tal socialmente. (RAMOS, 1987, p. 131).

O filme traz essa marca a partir das roupas e do cenário, mas principalmente pela trilha sonora escolhida pelos diretores, composta de músicas do gênero musical conhecido hoje como brega, somam-se também a esses fatores o comportamento e a linguagem usada pelos personagens.

### **Tião Brasil Grande e Iracema**

O encontro entre um caminhoneiro sulista, com um forte discurso nacionalista e, ao mesmo tempo liberal com a nortista Iracema recém saída de uma comunidade ribeirinha é o mote para estrutura narrativa do filme, essa dupla de personagens conflitantes que viajam juntos é também característica dos filmes de estrada (Road Movie). Os nomes dos personagens nos abrem caminhos para leituras do filme, Paulo Cesar Peréio, encarna de forma irônica um personagem pró ditadura o Tião Brasil Grande. Ele modifica seu sobrenome (Silva) para "Brasil Grande", personagem que vai ver prosperidade em meio a cenários de terra devastada. Possui a mesma concepção colonizadora do governo, pois quer levar a modernidade para a Amazônia; encarna esses ideais nas suas ações, falas e também carrega em seu pseudônimo um dos lemas publicitários criados pela AERP e divulgados pela ditadura do "Brasil Grande", que tinha como um dos símbolos de maior

prestígio tanto econômico como político, a construção da rodovia Transamazônica. Iracema não tem sobrenome, como se não tivesse origem, conseguimos, pelo imaginário da literatura nacional, fazer referência à índia Iracema de José de Alencar, mas a personagem homônima da película vive em um espaço/tempo deslocado de uma comunidade indígena. Se as duas se deslocam do sertão rumo ao litoral, uma tem sua origem étnica bem definida (Tabajara), a outra sai de uma misteriosa floresta com práticas culturais mestiças que nos impossibilitam de dizer qual grupo étnico pertence. A estrutura narrativa nos permite uma aproximação das “Iracemas”, mas também seu distanciamento pelo tempo e espaço. Como um discurso “não dito” a Iracema de Alencar aparece no filme, apesar do diretor Bodanzky negar essa relação com a obra.

Não havia entre nós a consciência de que o nome fosse um anagrama de América, nem a intenção de fazer paralelos com a famosa personagem de José de Alencar. Iracema era, assim como Nazaré, um nome muito comum entre as moças da região. (MATTOS, 2006, p.160).

O diálogo negado com a obra de Alencar é polêmico, pois Iracema faz parte do mito de fundação do Brasil, carregando toda uma carga simbólica para a personagem e, conseqüentemente, para o filme. O impacto e as várias leituras feitas pelo filme seriam totalmente diferentes se a personagem fosse chamada de Nazaré, que é o nome da santa celebrada na festa do Círio. Essa mudança no nome da protagonista acarretaria na mudança do título do filme para “Nazaré - Uma Transa Amazônica”, o que seria uma blasfêmia para a população da região. Bodanzky, como criador do argumento do filme, nega essa influência de Alencar. No entanto, na biografia de Orlando Senna que também assina o roteiro e é codiretor do filme, é apontada a relação consciente com a Iracema do romantismo brasileiro. Senna narra a viagem de pesquisa com Bodanzky pela Transamazônia:

Uma noite, em um dos muitos hotéis de péssima qualidade que utilizávamos, nos últimos dias da pesquisa, as decisões básicas sobre o filme foram tomadas, incluindo o título. Jorge já pensava em Iracema como nome da personagem, devido ao grande número de mulheres com esse nome em Belém, incluindo várias prostitutas, e a ligação com o romance de José de Alencar, no sentido da relação do conquistador e da conquistada e vice-versa. Naquela noite também ficou decidido que o nome da personagem seria o título do filme. Além desses motivos, me estimulava o fato de Iracema ser um anagrama de América. (LEAL, 2008, p. 213).

Senna confirma parte do que é narrado por Bodanzky, que atribui o nome da personagem a sua usualidade. No entanto, acrescenta a influência, pelo menos para Senna, da personagem de Alencar e também por Iracema ser um anagrama de América. Senna, como roteirista do filme, autoriza essa relação e possibilidade de interpretação. Oportunizando a contraposição de experiências de mestiçagens e de encontros e conflitos culturais presentes nas duas narrativas.

### **A Estrada**

A estrada está dentro do filme como o distanciamento da modernidade e civilidade representada pelas urbes de Belém. Mesmo que na cidade a modernização seja incompleta, o distanciamento de Belém marca também um distanciamento da civilização local que

possibilitou o encontro de Tião com Iracema. A estrada é tida como um local da passagem e de não pertencimento, ainda que os personagens estejam adentrando na Amazônia, tida como profunda. Na estrada, Iracema não reconhece a selva da qual saiu, e uma outra Amazônia se apresenta à beira da Transamazônica em construção. Em um primeiro momento, o filme não localiza e denomina aquela estrada que começa de asfalto para logo se desfazer em poeira.

Na sequência inicial da estrada segue imagens do caminhão, típicas de um *Road Movie* e com trilha da Música, *Máquinas Humanas* de Barto Galeno, que entra no filme de forma extra diegética como fundo para várias cenas de estrada. Há um corte brusco para o som diegético do rapaz limpando o vidro do caminhão e entra o som da água. As músicas usadas no filme são parte de uma pesquisa que o diretor Jorge Bodanzky fez em lojas de discos na cidade de Belém. A trilha do filme tem uma característica mais popular, dialogando com o cenário musical que predominava na região: o brega, sertanejo etc. Diferente dos filmes do Cinema Novo que encomendavam trilhas musicais para compositores consagrados da MPB como Sérgio Ricardo em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) ou mesmo em filmes produzidos depois de *Iracema* e que tinham a mesma temática, como *Bye Bye Brasil* (1980), do diretor Cacá Diegues, cuja trilha foi feita por Chico Buarque. Esse procedimento de selecionar músicas de cantores populares na região pode ter ocorrido até por questões de recursos da produção, mas vai, de qualquer forma, ao encontro da forma com a qual o filme foi feito, servindo também como um documento de algumas músicas que eram veiculadas no período, inclusive com a temática da Transamazônica. Essas marcas da propaganda governista aparecem de forma sutil como, por exemplo, na camiseta que Tião veste em grande parte do trecho em que está com Iracema. A camiseta trazia a inscrição “transamazônica o gigante da selva” e a ilustração de uma onça. O termo gigante era usado pelos nacionalistas para fazer referência ao Brasil, “o gigante acordou” esse lema difundido pela ditadura nos anos 60/70 dialoga com o hino nacional que diz “gigante pela própria natureza” e “deitado eternamente em berço esplendido”. A camiseta, assim como adesivos com mensagens nacionalistas usadas por Tião em seu caminhão, fazia parte de campanhas publicitárias da ditadura brasileira para difundir sua ideologia e obra.

Tião segue com Iracema em viagem pela estrada; as cores que passam a prevalecer no filme são os tons alaranjados das estradas de terra e do fogo das queimadas. A relação entre os personagens não é harmônica, mas, sim, conflituosa e ambígua; com provocações que remetem ao encontro entre o norte e o sul do país que, bem ou mal sucedidos, dão resultados a novas fusões. Esses processos de encontros com outras culturas resultam em novas práticas culturais que, longe de serem harmônicas, são muitas vezes de embates e choques. A tensão do filme aumenta a partir do momento em que os dois seguem pela rodovia Transamazônica. As diferenças vão se intensificando, assim como o cenário de destruição da floresta. Longos planos sequências de queimadas são feitos, usando a boleia do caminhão como *traveling*, cortes de árvores, disputa por terra, trabalho escravo, criam o cenário de terra arrasada que o filme traz nessa terceira e última parte.

O motivo gerador do filme, segundo Bodanzky, foi fazer várias denúncias:

A história de Tião e Iracema era um pretexto para mostrar o que estava acontecendo com a Amazônia. A propaganda oficial vendia aquilo como a chegada do progresso, a entrada do homem brasileiro através da estrada para ocupar a Amazônia antes que outros a ocupassem. Não havia uma reportagem, uma imagem sequer sobre o desastre irreversível que essa ocupação estava provocando. A estrada, o maquinário, a derrubada da floresta, tudo era visto como coisa positiva, e não como uma grande devastação. Além da questão

das prostitutas, queríamos falar da morte da floresta secular, do contrabando de madeiras de lei, do conluio entre polícia e grileiros de terra, da utilização de trabalho escravo e da ideologia do “ninguém segura esse país”, mote de propaganda da ditadura. (MATTOS, 2006, p. 164).

No discurso do diretor e co-roteirista não aparece diretamente a questão cultural, a miscigenação, o encontro de mundos e conflitos culturais. No entanto, como um discurso que escapa da intenção do autor, essas questões estão colocadas durante todo o filme, travando um diálogo e conflito entre culturas, extrapolando ou se relacionando com as questões econômicas, sócio-políticas e ambientais levantadas pelo filme. No enredo, é perceptível a desvantagem que Iracema está em relação a Tião. Realçada também pelo fato do ator que representa Tião ser um ator profissional. Paulo César Peréio era considerado, naquele momento, um dos grandes nomes da dramaturgia nacional, enquanto a atriz que representa Iracema é uma menina de 15 anos, que morava na cidade de Belém e nunca tinha visto um filme no cinema e nem imaginava como era atuar em um filme. No relato de Senna, que citamos no capítulo 2, é explicitada a questão de cor da pele e mestiçagem da personagem, como um dos critérios para a escolha da atriz que interpretaria Iracema. Assim como o fenótipo branco do ator Peréio também se encaixaria no estereótipo do sulista brasileiro, contrapondo-se ao estereótipo da nortista cabocla de Edna de Cássia, uma nativa sem experiência de cinema.

A prática de trazer não atores ou atores não profissionais para participar de filmes com atores profissionais, já vinha sendo realizadas pelo cinema, como uma proposta de linguagem no Neorealismo italiano, responsável por sua consolidação. Stam e Shoart analisam duas experiências do tipo, trazendo enfoques e resultados diferentes na perspectiva de discutir colonialidade. Problematizando a participação de não atores nativos em produções europeias sobre ex-colônias, os autores afirmam:

A importância da participação dos povos colonizados ou ex-colonizados no processo de produção fica evidente quando comparamos *A Batalha de Argel*, de Gillo Pontecorvo, com seu filme posterior *Queimada!*. No primeiro [...] Os habitantes locais foram envolvidos em todos os aspectos da produção [...] o roteirista Fernando Solanas, que reescreveu o roteiro diversas vezes em resposta às suas críticas e observações [...] Já a superprodução *Queimada!* Não envolveu tal colaboração (obs.: refere-se ao filme *batalha de Argel*). Uma co produção ítalo francesa, o filme mostra Marlon Brando, no papel de um agente colonizador britânico, em contraposição a Evaristo Marques, ator não profissional de origem camponesa. Ao estabelecer o confronto de um dos atores mais carismáticos do Primeiro Mundo com um ator inexperiente do Terceiro, escolhido apenas por sua fisionomia, Pontecorvo subverte o star sistema de uma perspectiva, mas de outra desastrosamente direciona a fascinação dos espectadores em favor do colonizador, em um filme cuja função didática era, ironicamente, apoiar a luta anticolonialista. A falta de participação local na produção leva a um retrato unidimensional dos colonizados, que são vistos como sombras vazias, sem definição cultural. (STAM; SHOART, 2006, p. 277).

*Iracema* se aproxima da forma como filme *Queimada* foi produzido no trato com atores e não atores. Essas discrepâncias podem revelar traços de colonialidade em uma

perspectiva eurocêntrica dentro do próprio filme, mas também pode reforçar a crítica colonial que os filmes pretendem tratar. Stam e Shoart não descartam essa interação como uma forma interessante de produção que, inclusive, pode servir como quebra de práticas etnocêntricas, mas, para eles, esse processo participativo deveria ocorrer já na produção do roteiro como feito na produção do filme *Batalha de Argel*, passando pelo cuidado da escolha de elenco. Sobre essas discrepâncias contidas na atuação entre Edna e Peréio, Ismail Xavier aponta:

O esquema dramático que envolve Tião Brasil Grande e Iracema exige que esses dois intérpretes se movam em direções opostas. Ele é o simulador desenvolvido que domina a representação e sabe que seu papel é citar Tião Brasil Grande e, ao mesmo tempo, continuar a mostrar-se Peréio. Ela é a atriz que procura interpretar seu papel (a da moça Iracema), mas não consegue dominar a representação e vê seu trabalho desajeitado converter-se em uma citação de si mesma, de sua condição real de origem, enquanto tenta ser a personagem. A representação é imposta a ela, ou seja, ao polo amazonense desse trabalho de encenação. É ela que tem de subordinar-se aos atores que vem de fora da região, muito mais versados na regra do jogo. Na ficção Tião Brasil Grande é o motorista de caminhão que leva Iracema pela estrada; no filme, Peréio é o autor que conduz Edna de Cássia para dentro do espaço da representação. Em ambos os níveis há o jogo de oposições dominador/ dominado, malícia /inocência. E o par principal da cena imaginária transforma-se na instancia mais típica do dado real da invasão e da imposição de regras. (XAVIER, 2004, p. 83-84).

Para Xavier a própria experiência cinematográfica, já desvelaria a relação de desigualdade que o filme quer denunciar. O convite para entrar no jogo de cena, contracenando com um ator profissional, traz uma metáfora da própria situação da população da Amazônia, que é obrigada a entrar no projeto do governo de modernização conservadora para a região. A posição de pupilo perante o tutor refere-se mais do que a personagem Iracema, passando também para a atriz Edna de Cássia. O grau de dependência e de inferioridade estaria na personagem amazônica que, pouco a pouco, durante o filme vai tentando reverter a situação, mas acaba sendo abandonada e obrigada a descer do caminhão de Tião. Nesse jogo, onde as regras foram dadas por uma equipe formada por especialistas tanto da área de cinema como de teatro, Edna de Cássia levaria desvantagem. Não estamos diante de um elenco homogêneo e essa discrepância e estranhamento causado pela atuação compõe o efeito de distanciamento em que o espectador é chamado a participar. Fatores como, um ator que tem uma postura contra a ditadura interpretando um papel de um personagem que é nacionalista e pró-ditadura; cenas em que os “figurantes” olham para câmera com curiosidade; equipamentos a mostra; uma atriz que nunca tinha visto um filme; impossibilitam um efeito de envolvimento meramente emocional com o filme remetendo a uma posição de reflexão e indagação. Efeito que a encenação de Edna de Cássia corrobora, mas que também reafirma um posicionamento de inferioridade daquela população perante o forasteiro do sul. Assim, é desconstruído o mito da democracia racial de convivência pacífica e harmônica difundido pelas agências publicitárias da ditadura, apontando para a inviabilidade da forma colonial como estava ocorrendo aquele encontro. Iracema passa a perambular pela Transamazônica sem destino, vivendo de biscate e à margem da sociedade, em situações de riscos em meio à violência policial e ao trabalho escravo.

Quando a personagem Iracema é abandonada por Tião Brasil Grande em um bordel na beira da Transamazônica, está vestida com um short com estampas da Coca-Cola, o que contrasta com seus traços indígenas e pela distância e aparente isolamento do local. Para além de um processo de mestiçagem entre brancos e índios, há uma hibridação presente no enredo que se refere a essa modernidade globalizada e tecnológica que passava se fortalecer na região Amazônica daquele período. Para Canclini:

[...] há que dizer que o conceito de hibridação é útil em algumas pesquisas para abranger conjuntamente contatos interculturais que costumam receber nomes diferentes: as fusões raciais ou éticas denominadas mestiçagem, o sincretismo de crenças e também outras misturas modernas entre o artesanal e o industrial, o culto e o popular [...] (CANCLINI, 2003, p. 27).

Por abarcar, além das questões étnicas, também questões referentes à “tecnologia e processos sociais modernos e pós-modernos”, o conceito de hibridismo para Canclini é mais amplo, servindo para análises culturais contemporâneas, nas quais essas questões estão cada vez mais presentes. *Iracema - Uma Transa Amazônica* produz contrastes entre o rio e a estrada, sul e o norte, o branco e o índio, o local e global, o nativo e o estrangeiro, nesses encontros ocorrem conflitos, como no diálogo que segue entre Iracema e Tião Brasil Grande:

Iracema pega a toalha de Tião para enxugar o rosto;  
Iracema – Empresta essa toalha?  
Tião passa a toalha e diz – Mas não vai sujar ela com essa meleca.  
Iracema – Por quê? Toda mulher usa!  
Tião – Mas é uma porcária.  
Iracema – Porcaria nada.  
Tião – Ainda mais uma índia ficar usando isso...  
Iracema – Eu não sou índia não.  
Tião – O que tu é? Tu é branca?  
Iracema - Sou.  
Tião – Filha de inglês?  
Iracema – De inglês não, mas de brasileiro.  
Tião – (Dá uma risada de deboche)

O estranhamento presente no diálogo entre Tião e Iracema, demonstra o quanto a tentativa de inserção social de Iracema não ocorre de forma harmônica, denunciando que não estamos em uma sociedade em que prevalece a democracia racial e a inclusão de índios, negros propagandeada pela ditadura. Emerge, nessa cena, conflitos de identidade. As hibridizações ocorridas durante as colonizações são marcadas por conflitos, como afirma Stam:

‘[...] o hibridismo nunca foi um encontro pacífico, um parque temático livre de tensão; sempre esteve emaranhado com a violência colonial.’ existindo nesses processos várias formas de hibridismo ‘tais como imposição colonial [...] assimilação obrigatória, a cooptação política, a paródia cultural, a exploração comercial, a apropriação ou a subversão’. (STAM *apud* FRANÇA; LOPES; 2010, p. 114).

O hibridismo, para Stam “é carregado de poder e assimetria”, onde o oprimido vive um exercício de resistência e rendição. Naquele momento histórico negar a identidade indígena, como faz Iracema, é uma forma até de sobrevivência frente à perseguição na qual

passavam os indígenas, conflito que acentuava as diferenças culturais, mas que também passava pela questão fundiária da região, tendo em vista que o governo construiu seu “projeto de colonização” em meio a terras já ocupadas por populações tradicionais. O ataque a quem era índio se dava na forma física e moral. Segundo o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro,

Antigamente, muitos coletivos indígenas sentiam vergonha de sê-lo, e o governo tinha todo interesse em aproveitar essa vergonha inculcada sistemicamente, tirando as jurídico-políticas, digamos assim, do eclipse mento histórico da face indígena de várias comunidades “camponesas” do país. [...] Mas eis que pouco a pouco, os índios começam a reivindicar e terminam por obter o reconhecimento constitucional de um estatuto diferenciado permanente dentro da chamada “comunhão nacional”; eis que eles implementam ambiciosos projetos de retraditionalização marcados por um automatismo “culturalista”. (CASTRO, 2008, p. 138).

A partir dos anos 70 do século passado, ocorre uma valorização da identidade indígena. No contexto ainda de transição, a identidade indígena de Iracema é negada, mas no limite tênue que o filme propõe entre ficção e realidade também temos a negação da identidade da própria atriz Edna de Cássia que é descendente de indígena e se recusa durante a produção do filme a fazer uma cena em que Iracema teria que servir uma refeição a dois indígenas.

Numa das cenas finais, Iracema aparece como garçom de um bar de estrada e, num dado momento, está com cara de choro. Entre os clientes, veem-se dois índios de óculos escuros. Só um making of explicaria a situação: Edna havia se recusado a ser filmada servindo aos índios, posição que uma cabocla como ela considerava humilhante. Insistimos tanto que ela chorou. Daí a sua expressão nessa sequência. (MATTOS, 2006, p. 184).

O Choro de Edna de Cássia entra no filme, mas a narrativa não esclarece esses conflitos, que só ficam evidenciados no documentário *Era Uma Vez Iracema* e nas biografias dos diretores. Segundo Bodanzky (na faixa comentada do filme *Iracema*) os próprios índios que aparecem no filme não queriam ser reconhecidos como tal, adotando um visual urbano com jeans, camisas e óculos escuro, modelo “Ray Ban”, reforçando o quão conflitante era a identidade de indígena naquele contexto e o quanto o projeto de negação do índio teve sucesso, ao ser absorvido por eles próprios e seus descendentes. As duas cenas não têm uma marcação clara, e fazem parte do jogo de improviso a partir de provocações que o filme propõe. A fala dos personagens revela também o pensar dos atores em palavras e gestos. Para Gramsci a linguagem é carregada de significados e pensamentos:

Deve-se mostrar, preliminarmente, que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea” peculiar a “todo o mundo”, isto é da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticamente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir

que se manifestam naquilo que se conhece geralmente por “folclore”.  
(GRAMSCI, 1995, p. 11)

Para o autor. “na linguagem está contida uma determinada concepção de mundo” (1995, p. 11) e essa concepção se articula a formas de pensar ligadas a interesses diversos se apropriando muitas vezes de conceitos e ideologias que negariam inclusive a sua condição social:

Isto significa que um grupo social, que tem uma concepção própria do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, descontínua e ocasionalmente – isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico – toma emprestada a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha; e aquele grupo (o primeiro) afirma por palavras esta concepção, e também acredita segui-la, lá que a segue em “épocas normais”, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada. É por isso não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos. (GRAMSCI, 1995, p. 15)

A forma como foi produzido o filme permite que no jogo de improviso apareça essas concepções políticas dos atores. Ao provocar Iracema chamando-a de índia, a atriz poderia ter afirmado que era índia e brasileira, mas preferiu afirmar a identidade brasileira, pois uma autoafirmação anulava a outra.

Nessa lógica moderna, operou o processo de colonização da Amazônia que visava abrasileirar a região, tendo como perspectiva o modelo de modernização iniciado nas regiões industrializadas do país. A população indígena ou descendente, em vários momentos da história brasileira, não tem como reconhecida sua cidadania brasileira e, muitas vezes, até a sua humanidade. Processos de valorização, resistência de etnias indígenas modificam esse quadro, e a própria Edna de Cássia, no documentário *Era Uma Vez Iracema*, faz uma autocrítica de sua postura de negar essa identidade indígena:

As pessoas sempre que vêem o filme me perguntam, porque tu estava chorando ali? E eu simplesmente digo, sabe por que eu estava chorando? Olha a ironia do destino, eu estava chorando porque eu não queria servir os índios [...] eu não queria ser índia.<sup>2</sup>

Nos anos 70, se afirmar como brasileiro significa negar ser índio. Essa perspectiva negava uma identidade múltipla, possibilidade que ganhará mais força com as transformações sociais e culturais intensificados pós anos 70, e ganhando força no Brasil nos anos 90 com a chamada globalização:

O sujeito previamente vivido está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas [...]. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam [...] o sujeito assume

<sup>2</sup> In: *Era Uma Vez Iracema*. Direção Jorge Bodanzky, VF Filmes, 2005.

identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2005, p. 12-13).

Edna de Cássia só vai reconhecer sua identidade indígena anos após a produção do filme, em um contexto onde é possível ser índio e brasileiro. Dentro da lógica que prevalecia na ditadura, ou o indivíduo era brasileiro ou não era, sendo-lhe negada a diferença em nome de uma nacionalidade homogênea.

Essa identidade nacional é uma construção, um processo de negociação que passa pelo sentimento de pertencimento do indivíduo e também de reconhecimento social pelos seus pares. No período de realização do filme, esses processos de reconhecimento da nacionalidade brasileira se encontravam em construção, fazendo parte a disputa de identidade e os conflitos, como o apresentado no filme, onde um sulista não reconhece a nacionalidade de uma nortista com descendência indígena.

#### **Iracema: De Alencar A Bodanzky**

Na literatura nacional, ficou imortalizada a Iracema de José de Alencar. Na obra prevalece uma visão da mestiçagem entre brancos e índios, que apesar dos percalços, acaba gerando um filho. Alencar cria e reafirma o mito fundante do país, na mistura entre o índio e o branco. Na Iracema de Bodanzky e Senna, o relacionamento não resulta uma gestação como fruto, e apresenta uma imagem mais crítica desse encontro.

A Iracema do romantismo está fortemente ligada à natureza e reforça os ideais nacionalistas presentes na literatura brasileira, principalmente no romantismo:

Com efeito, a ideia de país novo produz na literatura algumas atitudes fundamentais, derivadas da surpresa, do interesse pelo exótico, de um certo respeito pelo grandioso e da esperança quanto às possibilidades. A literatura se fez linguagem de celebração e terno apego, favorecida pelo romantismo, com apoio na hipérbole e na transformação do exotismo em estado de alma [...] A ideia de pátria se vincula estreitamente à de natureza e em parte extraída dela a sua justificativa. Ambas conduziam a uma literatura que compensava o atraso material e a debilidade das instituições por meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social. (CANDIDO, 2006, p. 169)

A ditadura atribui também em seu discurso esse valor nacional às grandezas da Amazônia, mas ao mesmo tempo, dentro de um projeto de modernização conservadora, traz a necessidade de transformação desse meio ambiente que levaria desenvolvimento e progresso para o país. A Iracema de Bodanzky e Senna aponta justamente para um contra ponto de uma exaltação nacional pela natureza, mostrando que essa mesma natureza presente na Amazônia estava sendo destruída nos aspectos econômicos, social e cultural. A Iracema dos anos de 1970 se distancia cada vez mais da natureza e das práticas extrativistas presentes no início do filme. A relação da Iracema de Bodanzky e Senna com a Iracema de Alencar é antagonica, pois enquanto na primeira prevalecem os embates, na segunda são diluídos os conflitos presentes no encontro entre colonizador e colonizado como destaca Alfredo Bosi: “Na sua representação da sociedade colonial dos séculos XVI e XVII Alencar submete os pólos nativo-invasor a um tratamento antidualético pelo qual se neutralizam as oposições reais.” (BOSI, 1995, p.180). A relação do romance com o filme fortalece o segundo, como um anti-discurso nacionalista e de democracia racial potencializando a crítica pela desconstrução da narrativa de Alencar que ainda encontrava

ressonância em práticas e discursos da ditadura sobre progresso, democracia racial, natureza e desenvolvimento.

Bibliografia: ALENCAR, José. *Iracema*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

BARROZO, João Carlos (Organizador). *Mato Grosso A (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)* – São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: Edufmat, 2010.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo. Cia das Letras, 1995.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Hibridismo Cultural: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2003.

CANDIDO, Antônio. *A educação pela noite*. Ed Ouro sobre Azul, Rio de Janeiro, 2006.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Entrevistas Coleção Encontros*. Rio de Janeiro: Azougue, 2008.

GRAMSCI, Antônio. *Conceituação Dialética da História*. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

FRANÇA Andreia, LOPES Denilson, Cinema, *Globalização e Interculturalidade*. Chapecó. Editora Unichapeco, 2010.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Trad., Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

HALL S. *A Identidade Cultural na Pós Modernidade* 10a ED. Rio de Janeiro: DP&A; 2005.

HENRIQUE, Marcio Couto. *Do ponto de vista do pesquisador: O processo de registro Círio de Nazaré como Patrimônio Cultural Brasileiro* In: Revista Amazônica, Universidade Federal do Pará, 2011.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

IANNI, Octavio. *Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LEAL, Hermes; Orlando Senna: *O homem de montanha*. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2008.

MATTOS, Carlos Alberto. *Jorge Bodanzky – O homem com a câmera*. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.

OLIVEN, Rubem George. *A Parte e o Todo: A Diversidade Cultural no Brasil-Nação*

Petrópolis: Vozes, 1992

XAVIER, Ismail. *Iracema o Cinema Verdade Vai ao Teatro*. In revista Devires Cinema e Humanidades. Vol. 2 N. 1 Belo Horizonte, 2004

#### Filmografia

*Era Uma Vez Iracema*. Direção Jorge Bodanzky, VF Filmes, 2005.

*Iracema, uma Transa amazônica*. Direção Jorge Bodanzky e Orlando Senna: Stopfilms, 1974. (85 min.), Cor.

## **Limitações e deficiências do Estudo Impacto Ambiental: análise comparada dos casos de Belo Monte e Trairi**

Thiago Santos de Andrade Lopes, IEE-USP, thiago.santos.lopes@usp.br;  
Célio Bermann, IEE-USP, cbermann@iee.usp.br;

### **Resumo**

A avaliação de viabilidade de um empreendimento energético tem como uma de suas primeiras etapas a elaboração do EIA-Rima, no qual constam a área atingida, o tamanho da população atingida, os impactos sobre a fauna e flora, dentre outros elementos fundamentais para a discussão sobre a viabilidade do empreendimento. Entretanto, como pode ser visto na vasta literatura sobre o caso de Belo Monte o EIA-Rima pode ter várias deficiências em sua elaboração inviabilizando o processo de avaliação do empreendimento. Nesse cenário esse trabalho aponta as diferenças e semelhanças em relação aos casos de Belo Monte e de Trairi com o objetivo de analisar as limitações e deficiências do EIA-Rima das duas localidades – uma na região amazônica e outra no litoral do Ceará. A definição das localidades se deu pela importância socioeconômica que os projetos energéticos tomaram nas respectivas localidades, assim como serem ambos os casos empreendimentos de energia renovável que segundo as projeções dos PDEs – planos decenais de expansão de energia – terão cada vez mais espaço na matriz elétrica brasileira. As diferenças e semelhanças apresentadas nesse trabalho corroboram a necessidade de se implementar mudanças no modelo de elaboração dos EIA-Rima para se aprimorar a discussão sobre futuros empreendimentos energéticos em regiões socioeconômica e ambientalmente vulneráveis como é o caso da região amazônica.

Palavras-chave: Belo Monte, energia, Trairi, EIA-Rima

### **Abstract**

The feasibility evaluation of an energy enterprise has as one of its first steps to preparing the EIA-Rima, in which are the affected area, the size of the population concerned, the impacts on flora and fauna, among other fundamental elements for the discussion on the feasibility of the project. However, as can be seen in the vast literature on the Belo Monte dam case the EIA-Rima can have multiple disabilities in your development making the evaluation process of the enterprise. In this scenario, this work points out the differences and similarities with regard to cases of Belo Monte and Trairi with the purpose of analyzing the limitations and shortcomings of the EIA-Rima from two locations – one in the Amazon region and other on the coast of Ceará. The definition of the localities was given by the socio-economic importance to the energy projects have taken in their respective localities, as well as being both renewable energy ventures that according to the projections of “PDEs” – Decennial Energy Plans – will have more and more space in the Brazilian electric matrix. The differences and similarities presented in this work support the need to implement changes in the preparation of the EIA-Rima to enhance discussion on future endeavors in energy and environmentally vulnerable socioeconomic regions like Amazon region.

Keywords: Belo Monte, energy, Trairi, EIA-Rima

## 1. Introdução

A produção de energia elétrica no Brasil nas próximas décadas segundo o PDE 2024 – Plano Decenal de Expansão de Energia – irá crescer basicamente nos eixos Norte e Nordeste que aumentarão suas participações no SIN – Sistema Integrado Nacional – de 14% e 16% para 23% e 21% respectivamente (MME & EPE, 2015). Esse ganho significativo de participação na oferta de energia elétrica previsto pelo PDE é resultado da expansão hidrelétrica na região amazônica e da energia eólica na região Nordeste. Nesse contexto de expansão se encontram os dois casos em análise, o AHE Belo Monte e as centrais eólicas no município de Trairi.

Para que essa expansão se concretize uma das primeiras fases dos projetos energéticos é a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA – que segundo a Resolução N°001 do Conama de 23 de janeiro de 1986 em seu artigo 5 deve:

I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;

II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;

III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

IV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Para a análise feita por esse trabalho daremos enfoque maior no segundo e terceiro ponto levantado pela resolução do Conama. A princípio vamos analisar alguns pontos dos EIA-Rima com relação a definição das ADA – Área Diretamente Afetada – e a AID – Área Indiretamente Afetada – com o objetivo de apontar algumas deficiências metodológicas presentes nos estudos que resultam em uma redução significativa das áreas afetadas e nos custos dos empreendimentos. No segundo momento, pontuaremos algumas deficiências dos estudos relacionados aos quelônios e quirópteros com o objetivo de identificar limitações e deficiências nesses levantamentos. Em um plano mais amplo vamos pontuando essas deficiências e limitações com o objetivo de comparar os casos de Belo Monte – no Pará – com as Centrais Eólicas do município de Trairi – no Ceará.

## 2. Definição das ADA, AID e população atingida

O terceiro ponto do artigo 5 da Resolução N°001 do Conama de 23 de janeiro de 1986 o Estudo de Impacto Ambiental deve definir os limites geográficos das áreas de diretamente afetada – ADA – e de influência direta – AID - dos empreendimentos. Quesito atendido, tanto EIA-Rima de Belo Monte, quanto nas centrais eólicas do município de Trairi. Entretanto,

[segundo] o RIMA, a ADA se restringe às áreas das obras da estrutura de engenharia [...]. As demais áreas são definidas como áreas de —influência, termo que também aponta para a minimização dos impactos. Não se explicita em nenhum momento os critérios que levaram à definição das áreas de influência direta e indireta, apontando-se apenas para o caráter de —vizinhança em relação à usina e ao reservatório (ACELARD & MELLO, 2009, p.43).

O tratamento dado a essas áreas, associado a não utilização do termo “população atingida”, segundo Acelard & Mello (2009), resulta em um efeito retórico que viabiliza os impactos sobre o território e não mais sobre as pessoas. Essa separação entre o território e

as pessoas que o habitam retira o significado social e cultural, além de reduzir as mitigações de impactos a valores financeiramente tangíveis.

A definição de atingidos adotada correntemente pelos empreendedores não é coerente com a realidade empírica observada. Ela nasce, antes, de um cálculo do custo-benefício da obra, em que os custos com compensações não devem ultrapassar os ganhos econômicos gerados com a implementação do projeto. Como em última análise os EIA-RIMA funcionam como documentos do empreendedor no sentido de referendar legalmente a realização da obra, os atingidos são definidos em função do menor custo possível. Segundo este cálculo econômico – que deveria ser feito após extensiva investigação sobre quem são os atingidos do ponto de vista dos próprios sujeitos afetados – os atingidos são definidos como uma variável-custo definida *a priori*. (ACELARD & MELLO, 2009, p.43-4).

A restrição das áreas diretamente afetadas ao canteiro de obras e ao empreendimento, aliado a monetização dos impactos, resulta na desconsideração de áreas claramente tão impactadas quanto essas áreas. No caso de Belo Monte o Trecho de Vazão Reduzido é considerado uma área de influência direta, mesmo que a obra cause mudanças radicais no modo de vida das populações dessa área, assim como uma mudança no bioma (LEME ENGENHARIA, 2009). Essa mudança é resultado – como o próprio nome dado a esse trecho do rio pode sugerir – da redução significativa da vazão do rio que acarretará na perda de navegabilidade e na desconfiguração do processo de alagamento das florestas aluviais (MOLINA, 2009).

Juntamente com a desconsideração do Trecho de Vazão Reduzida como ADA o EIA- Rima de Belo Monte também desconsidera algumas populações indígenas – Xipaya e Kuruya – que habitam as margens do rio Iriri e Curuá, respectivamente. Essa ausência não é justificada mesmo que as mesmas estejam na mesma região de outros grupos indígenas considerados pelo EIA-Rima e agrupados no Grupo 2 (grupos indígenas que habitam acima da Volta Grande e as margens do rio Iriri). Magalhães (2009) ainda ressalta que apesar da área da Volta Grande ser considerada AID, os povos indígenas e a população ribeirinha que nela habitam são consideradas “apenas localizadas” e não “diretamente afetados”.

No caso das centrais eólicas de Guajiru e Mundaú esse repertório também é usado. A definição das Área de Influência Direta – não é definida uma Área Diretamente Afetada – é justificada, assim como a ADA de Belo Monte como sendo a área dos canteiros de obra e as áreas geograficamente adjacentes ao empreendimento. Como, no caso das centrais eólicas, não temos a formação de reservatórios essa área foi definida como sendo o distrito em que se localiza a central eólica. Entretanto, o Rima de Mundaú se contradiz ao apontar essa área; Como a Central Eólica de Mundaú está localizada no distrito de Mundaú pela justificativa de proximidade usada no Rima – mesma justificativa usada e aplicada no Rima de Guajiru – seria natural que a AID seja o distrito de Mundaú como aponta os mapas presentes no Rima, porém o texto cita o distrito de Flecheiras – grafado de forma errada – como a AID, como pode ser visto no trecho abaixo:

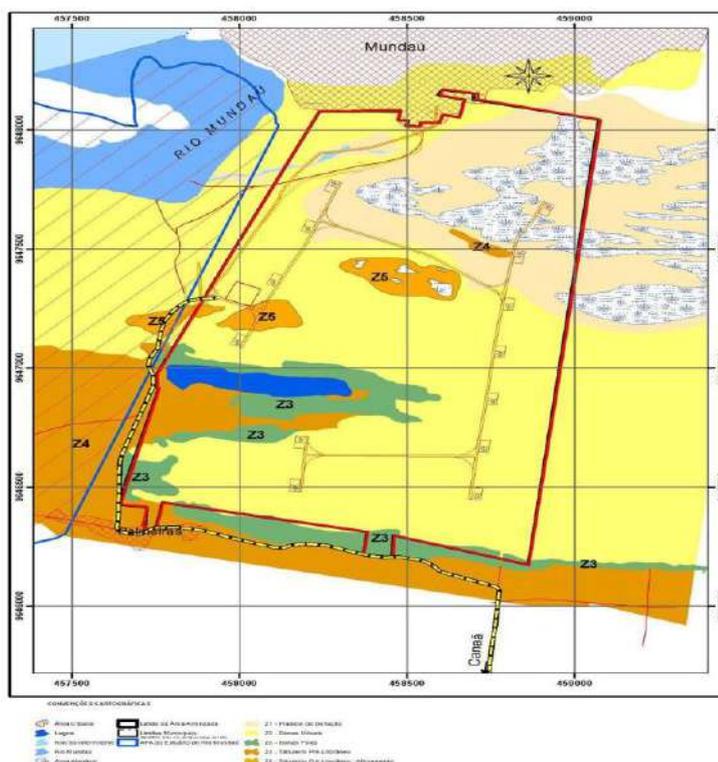
A área de influência direta do estudo compreende a área de interferência física do empreendimento, ou seja, é o espaço físico das intervenções, onde os efeitos são produzidos por uma ou várias ações do empreendimento. Ela se refere à área pleiteada para o licenciamento ambiental, incluindo os entornos mais próximos aos limites; a área que será de influência direta tem como abrangência o distrito de Flecheiras (AMBIENTAL CONSULTORIA & PROJETOS, 2011b, p.33).

Considerando a área de influência direta como sendo as próximas do empreendimento – como pode ser visto na figura 1 –, pode-se esperar que a população dessas comunidades – a de Mundaú e a de Canaã – e a Área de Preservação Permanente

do Estuário do Rio Mundaú deveriam ser incluídas na AID (já que estão no perímetro do empreendimento) e sofram algum tipo de impacto, porém o Rima só identifica como impacto o aumento da movimentação de veículos durante o período da obra e a poluição visual.

Porém, dada a proximidade do empreendimento era de se esperar que essas comunidades sofressem com a poluição sonora causada pelo movimento das pás dos aerogeradores, entretanto, como as moradias estão a mais de 900 metros das torres o Rima não considera que haveria impacto da poluição sonora produzida pelos geradores. A medição para se chegar a essas conclusões foi feita em pontos a 100, 200 e 400 metros do limite da área do empreendimento, porém, a única metodologia definida para a definição dos locais de medição é que estes devem ser sempre em direção a acessos ou as comunidades, o que pode ser considerada uma metodologia muito vaga. A conclusão dessas medições é que a região já ultrapassa, em alguns pontos, os limites para áreas residenciais, minimizando futuros impactos do empreendimento.

Figura 1: Configuração Final do Parque Eólico de Mundaú Sobreposta ao Zoneamento Ambiental



AMBIENTAL CONSULTORIA & PROJETOS, 2011b, p.32

Esse questão também pode ser vista no Rima da Central Eólica de Estrela, no qual os impactos sonoros também são minimizados. Nesse caso, porém, não é feita menção de nenhuma medição de ruídos, só citando o aumento do nível de ruídos como consequência da movimentação de veículos no canteiro de obras e as obras civis. Como pode ser visto no trecho abaixo, o próprio Rima reconhece a necessidade de se fazer novos levantamentos sobre o nível de ruídos.

Novas medições de níveis de ruídos sonoros serão realizadas durante a instalação e operação da Central Eólica Estrela, sendo de extrema importância a fim de avaliar o impacto do ruído e executar medidas que mitigam tais impactos nas fases do empreendimento (MRS ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA, 2013 p.22).

Um ponto que diferencia o Rima de Estrela é a consideração de uma ADA, uma AID e All, porém, assim como no caso dos outros Rimas de centrais eólicas e de Belo Monte a metodologia para definir essas áreas é a geográfica.

Área Diretamente Afetada (ADA) – corresponde aos locais a serem ocupados pelo empreendimento, incluindo as áreas destinadas à instalação das estruturas necessárias à sua implantação e operação e às áreas de supressão de vegetação e aberturas de novos acessos. Corresponde às áreas que terão suas funções alteradas, ou seja, onde serão gerados os impactos ambientais inerentes ao empreendimento (MRS ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA, 2013, p.14)

No caso da AID a definição da área é feita a partir de um raio de 4km da poligonal do empreendimento, contudo, assim como ocorre em Belo Monte há uma diminuição da população diretamente afetada – somente 3 pessoas que habitam a área do empreendimento – em relação a população que é incluída como indiretamente afetada – 12302 (AMBIENTAL CONSULTORIA & PROJETOS, 2011b). No caso de Guajiru e Mundaú como não é definida nenhuma ADA não tem nenhuma população que se enquadra nessa categoria, entretanto se considerarmos a metodologia de Belo Monte ou da Central Eólica de Estrela só uma pequena parcela da comunidade de Mundaú – situada dentro dos limites do empreendimento – seria considerada como pertencente a ADA (AMBIENTAL CONSULTORIA & PROJETOS, 2011b; AMBIENTAL CONSULTORIA & PROJETOS, 2011a).

### 3. Quelônios e Quirópteros

Um dos casos de deficiência mais evidente, nos EIA-Rimas em análise, é o que se refere aos impactos sofridos pelas populações de quelônios – ordem da qual pertencem as tartarugas e cágados – e os quirópteros – ordem da qual pertencem os morcegos – respectivamente na região de Belo Monte e de Trairi.

No caso da AHE Belo Monte como evidência Pezzuti (2015) a análise apresentada no EIA-Rima é resultado de dados coletados de 10% da amostra levantada, já que em 90% dos indivíduos dessa amostra não foi possível a identificação do sexo. Outra deficiência apontada é com relação aos métodos de captura que não são informados e o número de animais capturados é insatisfatório. Além desses pontos, o EIA-Rima indica que serão monitoradas 13 praia, porém, não é informado quais seriam essas praias, o que indica mais uma falha metodológica que coloca em dúvida os dados apresentados.

Quanto à análise da razão sexual dos filhotes produzidos nessas praias, foram verificados os sexos de 46 indivíduos de *P.expansa*, dez de *P.sexuberculata* e quatro de *P.unifilis*, no total, sem que se informe de onde vêm esses filhotes, nem sequer em que ano os ovos eclodiram. Essa amostra irrisória não permite que se faça qualquer inferência para um único ano, quanto mais uma comparação entre praias, entre áreas e entre anos (PEZZUTI, 2016, p,26).

Mais uma vez fica evidente que a quantidade de indivíduos analisados é insuficiente, já que de uma amostra de 60 indivíduos mais de 76% são da espécie *P.sexuberculata* o que lança dúvidas sobre qualquer conclusão a respeito da espécie *P.unifilis* que só se analisou 4 indivíduos – número insuficiente para uma análise que se pretende científica. Como resultado dessa amostra pequena as conclusões sobre as praias mais importantes para se preservar seriam as do Puruna e Piteruço, deixando de lado a praia do Juncal que foi apontada por estudos feitos pela UFPA como sendo a mais importante para a espécie *P.expansa*, a mais seletiva na escolha de locais de nidificação (PEZZUTI, 2016, p,26).

Como pode ser visto no estudo feito dos impactos sobre a população de quelônios o caso da população de quirópteros em Trairi também carece de um rigor metodológico e analítico maior por parte do EIA-Rima. Nesse caso – Guajiru e Mundaú – a metodologia escolhida para a identificação das espécies presentes na área pelo Rima foi a “avaliação ecológica rápida”.

Esta metodologia foi desenvolvida pela The Nature Conservancy (TNC) com o intuito de viabilizar uma forma rápida e pouco dispendiosa para se identificar espécies susceptíveis a danos ambientais e áreas importantes para a conservação da biodiversidade. Este pacote de metodologias simplificadas permitiu uma melhor visualização do panorama da biodiversidade local e de sua importância, auxiliando na identificação das tipologias vegetais. Foram realizadas observações diretas em campo para caracterizar a vegetação e a fauna, além de entrevistas com moradores locais, direcionadas para identificar a ocorrência atual ou pretérita de espécies ameaçadas, endêmicas ou com necessidades especiais de atividades de conservação. Além disso, um levantamento bibliográfico realizado permitiu inferir sobre a distribuição pretérita e/ou recente de espécies e obter dados mais aprofundados sobre sua ecologia na região (AMBIENTAL CONSULTORIA & PROJETOS, 2011b, p.48)

Como pode ser visto na descrição feita pela empresa responsável pelo Rima da Central Eólica de Mundaú uma das vantagens dessa metodologia é a rapidez e baixo custo, o que indica a preocupação unicamente com os custos e consequências para o empreendimento de um levantamento amplo das espécies impactadas pela obra. Outra evidência da falha metodológica ocorreu no caso dos anfíbios, quando o relatório justifica as conclusões apresentadas pelo fato do levantamento ter sido feito em uma época do ano em que o próprio relatório aponta como de menor atividade dos anfíbios – a época de seca.

No caso do Rima de Estrela, a análise sobre a população de quirópteros é feita baseada em 16 indivíduos capturados com redes em 3 áreas diferentes na área de influência direta e indireta pertencentes a 4 espécies, o que vai de encontro aos levantamentos dos Rimas de Mundaú e Guajiru que encontraram 16 espécies, das quais 4 insetívoras. Considerando que os três Rimas definem toda a extensão do município de Trairi como sendo Área de Influência Indireta é de se esperar que, apesar de metodologias diferentes, sejam encontradas as mesmas espécies de morcegos. Entretanto, como não é definido o local da captura dos indivíduos, nem quando foi feita essa captura – época do ano ou se foi de dia ou a noite – fica evidente uma falha no levantamento.

Esses dois casos, dos quelônios e dos quirópteros, evidenciam que mesmo tratando de duas ordens diferentes em duas regiões diferentes as deficiências nos levantamentos feitos pelos EIA-Rimas são similares e colocam em dúvida as conclusões apontadas pelos estudos. Nos dois casos o levantamento é feito com um número reduzidos de indivíduos e não especifica as localidades onde foi feito, indicando uma clara deficiência para um documento que se propõe como de caráter científico.

#### **4. Conclusão**

Pelos pontos levantados fica claro que a elaboração dos EIA-Rimas analisados carecem de um rigor metodológico necessário para colaborar com a análise da viabilidade socio-ambiental dos empreendimentos energéticos. A definição das ADA e AID é feita de modo a diminuir ao máximo a população considerada nessas áreas e assim reduzir os custos dos empreendimentos. Esse expediente pode ser visto em Belo Monte com a desconsideração de populações indígenas, já nos casos das centrais eólicas de Trairi essa redução da ADA chega a outro patamar com a não definição dessa área nos casos de

Mundaú e Guajiru e no caso de Estrela reduzir essa população a meros 3 habitantes da fazenda onde a central eólica foi construída.

No caso dos quelônios e quirópteros as limitações metodológicas são semelhantes, já que o levantamento em ambos os casos é feito com um número pequeno de indivíduos para que se possa tirar uma conclusão satisfatória e científica a respeito dessas populações. No caso das centrais eólicas essas deficiências metodológicas também ficam claras no caso do levantamento dos anfíbios que habitam a área do empreendimento, levantamento esse que foi feito em uma época que o próprio Rima aponta como sendo de menor atividade desses animais, o que enfraquece a conclusão que o empreendimento não causará impactos sobre eles.

Posto isso podemos apontar que apesar de se localizarem em regiões diferentes as limitações e deficiências nos EIA-Rimas analisados são similares e podem indicar um processo recorrente entre os projetos de energia e a necessidade de se representar o processo de elaboração dos Estudos de Impactos Ambientais.

## 5. Bibliografia

ACELARD, H & MELLO, C. Elementos para a análise do Rima de Belo Monte À luz das conclusões e recomendações do projeto Avaliação de Equidade Ambiental. In: SANTOS, S.M.S.B.M. & HERNANDEZ, F.M. (org.) Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental Do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de outubro de 2009.

AMBIENTAL CONSULTORIA & PROJETOS Ltda. Rima – Central Eólica Guajiru Ltda. Fortaleza, 2011a.

AMBIENTAL CONSULTORIA & PROJETOS Ltda. Rima – Central Eólica Mundaú Ltda. Fortaleza, 2011b.

LEME ENGENHARIA Ltda. APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO BELO MONTE – Relatório de Impacto Ambiental – Rima. Brasil, 2009.

MAGALÃES, A. C. Aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu: Usina de Belo Monte. Análise do Estudo de Impacto Ambiental. Povos Indígenas. In: SANTOS, S.M.S.B.M. & HERNANDEZ, F.M. (org.) Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental Do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de outubro de 2009

MME & EPE. Plano Decenal de Expansão de Energia 2024. Brasília: MME/EPE, 2015.

MOLINA, J. Questões hidrológicas no EIA Belo Monte. In: SANTOS, S.M.S.B.M. & HERNANDEZ, F.M. (org.) Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental Do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de outubro de 2009.

MRS ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA. Relatório de Impacto Ambiental – Rima Central Eólica Estrela. Fortaleza, 2013.

PEZZUTI, J. Monitoramento de quelônios feitos pela própria empresa é amador, irresponsável e suspeito. In: VILLAS-BÔAS, ROJAS GARZÓN, REIS, AMORIM, LEITE (org.) Vozes do Xingu: Coletânea de artigos para o Dossiê Belo Monte. São Paulo, SP, Instituto Socioambiental, 2015.

## **Manejo do pirarucu e a agroindústria pesqueira de Marã**

Kátia Cristina Cruz Santos 1, UnB, [katia\\_cristina\\_cruz@hotmail.com](mailto:katia_cristina_cruz@hotmail.com);  
Moisés Seixas Nunes Filho, UnB, [nunes\\_moises@hotmail.com](mailto:nunes_moises@hotmail.com);

### **Resumo**

O pirarucu (*Arapaima gigas*) é um peixe de importância cultural e econômico na vida das populações amazônicas, é um dos maiores peixes de água doce do mundo, devido a sua carne, foi alvo da pesca comercial predatória sendo reconhecido pelo IBAMA como espécie ameaçada de extinção. Este artigo tem como objetivo analisar a atividade econômica da agroindústria pesqueira no município de Marã, e refletir acerca desta atividade econômica em consonância com o desenvolvimento, manejo sustentável e da legislação ambiental, para atingirmos o utilizaremos pesquisas bibliográfica.

Palavras-chave: Pesca; Peixe; Desenvolvimento; Predação.

## **Gestión de paiche y la pesca de la agroindustria Marã**

### **Resumen**

El arapaima (*Arapaima gigas*) es un pez de la importancia cultural y económica en la vida de las poblaciones amazónicas, es uno de los más grandes peces de agua dulce en el mundo, debido a su carne, fue el objetivo de la pesca comercial depredadora siendo reconocido por el IBAMA como especies amenazadas extinción. Este artículo tiene como objetivo analizar la actividad económica de la agroindustria de la pesca en el municipio de Marã, y reflexionar sobre esta actividad económica de conformidad con el desarrollo, administración sostenible y la legislación ambiental, para lograr la investigación utilizamos la literatura.

Palabras clave: la pesca; peces; el desarrollo; La depredación.

## **Management of the pirarucu and the fishing agribusiness of Marã**

### **Abstract**

Pirarucu (*Arapaima gigas*) is a fish of cultural and economic importance in the life of Amazonian populations. It is one of the largest freshwater fish in the world, due to its meat, it was the target of predatory commercial fishing and is recognized by IBAMA as a threatened species. extinction. This article aims to analyze the economic activity of the fishing industry in the municipality of Marã, and reflect on this economic activity in line with development , sustainable management and environmental legislation, to achieve the use of bibliographical research.

keywords: Fishing; Fish; Development; Predation.

## 1- Introdução

A pesca é uma das mais tradicionais e importantes atividades extrativistas na Amazônia, representando a principal fonte de proteína na alimentação das comunidades locais. Apesar de ser praticada pelos indígenas desde o período pré-colombiano, somente nas últimas décadas do século XX começaram a ocorrer os primeiros sinais de esgotamento de espécies como o tambaqui, a piramutaba e o pirarucu, que devido ao seu elevado valor econômico têm sido alvo da pesca comercial predatória e é reconhecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) como espécie ameaçada de extinção.

O peixe *Arapaima gigas*, denominado no Brasil de pirarucu e paiche no Peru, é considerado um dos maiores peixes de água doce do mundo (IMBIRIBA, 2001) pode atingir até três metros e pesar até 200 kg, é um gigante Osteoglossidae da Bacia do Rio Amazonas, está presente em Equador, Colômbia, Peru, Bolívia e Brasil (FARIAS et al., 2015; FARIA et al., 2013). É também um dos peixes economicamente mais importantes da Bacia hidrográfica amazônica, formando uma parte integrante da tradição local, constituindo uma importante fonte de alimento, e submetendo-a a uma intensa atividade comercial e de subsistência exploração. Devido à exploração da indústria pesqueira e pelo aumento da presença humana, esta espécie corre o risco de desaparecer (FARIAS et al., 2015). É também amplamente utilizado para fins alimentares e de extrativismo, seu comércio ainda é incipiente devido à conhecimento tecnológico insuficiente (FARIA et al., 2013)

A carne do pirarucu (*Arapaima gigas*) é desprovida de ossos, possui baixo teor de gordura e é altamente valorizado regionalmente, possui mercados nacionais e internacionais emergente. Sua família Arapaimidae, também conhecida como a gigante da Amazônia, é endêmica do sistema da bacia do rio Amazonas (ALMEIDA et al., 2013).

A pesca do peixe pirarucu (*Arapaima gigas*) é o principal gerador de renda para ribeirinhos do Baixo Rio Solimões, realizada principalmente no rio Amazonas e afluentes, como também nas vastas áreas alagáveis de várzea e igapó ligados a eles. Essa atividade é extremamente influenciada pelo nível da água dos rios, que interfere na bioecologia da espécie (IMBIRIBA, 2001).

Mesmo havendo medidas de proteção, a pesca do pirarucu está colocando em risco a sobrevivência da espécie, pois é praticada de modo predatório (IMBIRIBA, 2001). As populações de pirarucus estão seriamente esgotadas, sua espécie encontra-se presente na lista CITES Apêndice II e Lista Vermelha da IUCN de espécies ameaçadas de extinção. No Peru e no Brasil, o pirarucu foi introduzido em lagos ou lagoas para fins de aquicultura afim de enfrentar o declínio das populações selvagens (NUNEZ-RODRIGUEZ et al., 2015)

Assim o presente artigo tem como objetivo geral analisar a atividade econômica da agroindústria pesqueira no município de Maraã, e específico refletir acerca desta atividade econômica em consonância com o desenvolvimento, o manejo sustentável e a legislação ambiental. Utilizaremos o estudo de caso da agroindústria de salga do pirarucu no município de Maraã através da pesquisa bibliográfica em artigos, revistas, dissertações, teses e livros.

## 2- . O potencial de desenvolvimento econômico do Estado do Amazonas

Em 1890 e início do século XX, a cidade de Manaus atingiu seu apogeu econômico, embalada pelo fato de o Estado do Amazonas ser o único produtor mundial de borracha natural.

Em 1904 permanecia a cultura do extrativismo vegetal exercido de maneira rudimentar e precária com altos custos de transportes devido às enormes distâncias e dificuldades de acesso, embora tenha sido a época em que a cidade gozava de tecnologias ainda não conhecidas por outras cidades do Brasil, sendo a primeira cidade do país a ter luz

elétrica, galerias pluviais e serviços de tratamento de águas e esgoto. Possuía um porto flutuante, que continua até hoje em funcionamento, importado da Inglaterra, que acompanha a vazante e a enchente do rio. Uma cidadezinha pacata, mas com bonde elétricos, avenidas construídas sobre pântanos aterrados, edifícios imponentes e luxuosos.

Após queda deste ciclo e havendo necessidade de integrar vasto território, questão de segurança para o governo federal, e como a região permanecia em atraso em relação ao resto do país para desenvolver instituiu-se a Zona Franca de Manaus, fechando o ciclo de desenvolvimento da região. Abre-se então o terceiro e último até momento, Terceiro Ciclo ou Ciclo Agropecuário ou ainda Zona Franca Verde.

O conhecimento sobre a floresta e os demais recursos naturais da região a, longo prazo, para servir à melhoria de vida das gerações futuras, mas também presentes. Portanto pode-se inferir que mesmo considerando que a região é estratégica para o país, sua influência não se reflete no volume de investimentos, porque segundo Freitas (2004, p. 20) “a real importância da Amazônia para o Brasil só assumirá feições nacionais quando o Estado brasileiro integrá-la a um projeto republicano, um projeto que crie perspectivas reais de cidadania para as suas populações e para o todo povo brasileiro”.

### **3- O Pirarucu da Amazônia e a agroindústria no município de Maraã**

O pirarucu não sendo mencionado nas estatísticas pesqueiras, este peixe é a principal espécie de pescado da Amazônia, onde boa parte da sua produção é tradicionalmente comercializada na forma salgada e seca.

No comércio varejista é comum encontrar o pirarucu na forma salgado seco, em mantas, sendo considerado o “bacalhau” da Amazônia, devido seu sabor e aspecto peculiar.

Nas grandes feiras livres a comercialização do pirarucu salgado seco é realizada sem embalagem, sobre banca das de madeira, sem nenhuma proteção.

Sendo assim, a sua qualidade físico-química e microbiológica pode estar comprometida, colocando em risco a saúde coletiva. Entretanto, apesar de ser considerado um produto regional de alto valor nutritivo e comercial, sendo comercializado livremente na capital paraense, ainda é um produto sem padronização, processado artesanalmente e sem a regulamentação técnica por parte dos órgãos oficiais de fiscalização.

Sabe-se que cuidados durante o beneficiamento dos alimentos podem resolver o problema microbiano, porém existem casos onde as bactérias naturais podem dar lugar a outras próprias da tecnologia aplicada, como é o caso dos produtos salgados (VIEIRA, 2004).

Denominado o gigante das águas amazônicas, o pirarucu é o maior peixe de escamas das águas doces do planeta, que impressiona, em um primeiro momento, pelo seu exuberante porte e beleza (ONO et al., 2004)

Quando adulto esse peixe mede três metros de comprimento e pesa até 200 kg; entretanto, são mais comuns os exemplares de porte médio, que são capturados com peso entre 50 e 90 kg, com 1,50 metros de comprimento. Sua carne de coloração naturalmente rósea e desprovida de espinhas é bastante valorizada na região amazônica e é comercializado com preços atrativos nos mercados externos (AYALA, 1999; ONO et al., 2004).

O pirarucu é um dos principais representantes da ictiofauna da bacia amazônica, que geograficamente tem as bacias dos rios Araguaia e Tocantins como afluentes (PANORAMA DA AQUICULTURA, 2002). Vive em lagos e rios de pouca correnteza, preferencialmente em águas quentes, pretas e tranquilas da Amazônia, não sendo encontrado em águas ricas em sedimento; ou seja, é uma espécie lacustre ou sedentária (AYALA, 1999; BARD; IMBIRIBA, 1986; IMBIRIBA, 2001).

Após várias décadas, a captura artesanal em certas regiões da Amazônia não se modificou e o arpão ainda é o principal apetrecho utilizado durante a pesca, no momento em que o peixe realiza a respiração aérea (QUEIROZ; SARDINHA, 1999). Com o passar dos anos a pesca predatória do pirarucu tem reduzido os estoques naturais, onde a substituição do arpão por redes de captura tem provocado sensível diminuição nos plantéis de produção, embora novas tecnologias pesqueiras já sejam usadas (IMBIRIBA et al., 1996).

Essa sobrepesca condicionou o estabelecimento de normas gerais, para o exercício da pesca do pirarucu na Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, visando possibilitar a reprodução dessa espécie. Assim, fica proibida a captura, a comercialização e o transporte do pirarucu durante um determinado período, que recebe o nome de defeso, nos estados da região Norte. No Amazonas, esse defeso começa em primeiro de dezembro e termina em 31 de maio. Após esse período, a captura, a comercialização e o transporte devem atender as medidas de tamanho mínimo, como 1,50, 1,20 e 1,10 metros de comprimento total para o peixe inteiro, a manta inteira e para a manta seca, respectivamente.

É um produto de grande valor comercial agregado da pesca artesanal, ao ser salgado e conservado por vários meses, semelhante ao que é realizado com o bacalhau verdadeiro, daí a denominação “bacalhau brasileiro” (LOURENÇO et al., 2002).

Segundo Ono et al. (2004) além dos filés de pirarucu frescos e congelados, produtos salgado-secos e defumados (a frio ou a quente) têm despertado um enorme interesse de consumidores nacionais e internacionais, e sua carne de coloração naturalmente rósea e desprovida de espinhas é valorizada na região amazônica e no mercado externo. Desse modo, é muito promissor a possibilidade do pirarucu salgado-seco e preparado de forma similar ao bacalhau atingir o mercado latino-americano.

A comunidade ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, no interior amazonense, foi envolvida em um projeto do governo estadual na implantação de uma fábrica de salga do pirarucu (a Agroindústria de Maraã) dentro da reserva, capaz de produzir 1.500 toneladas de peixe por ano. A retirada do pirarucu na reserva de Mamirauá é feita de forma controlada. O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis) fica responsável pela determinação de uma cota anual de pesca, que se baseia na evolução da população de pirarucus. Só é permitido retirar 30% dos adultos contados no levantamento feito todos os anos de estoques de peixes, para que não se corra o risco de pesca em excesso. O pirarucu, que pode chegar a 200 kg, corre risco de extinção por conta desse exagero.

#### **4- Manejo da pesca**

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2002 ao instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, em seu artigo 2º, inciso VIII, definiu manejo como sendo “todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas”.

No Brasil os dispositivos do art. 225 da Constituição Federal impõem que a utilização dos recursos naturais devem visar não só as gerações presentes, mas também às gerações futuras, com efeito, o manejo possibilita o uso sustentável dos recursos naturais preservando-os, restaurando-os, recuperando-os e produzindo maiores benefícios sem exaurir o seu potencial, e assim, satisfazendo as necessidades e aspirações das gerações presentes e das vindouras.

Na década de 1970, devido à intensa exploração comercial, a população de pirarucus entrou em declínio, levando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 1989, a estabelecer um tamanho mínimo de captura (150 cm) e, em 1990, o período de defeso reprodutivo (1º de dezembro a 31 de

maio) para esta espécie. Como essas medidas surtiram pouco efeito prático devido à grande extensão geográfica da Amazônia e a falta de fiscalização efetiva, em 1996 foi proibida no Amazonas, qualquer tipo de captura e venda de pirarucus (Portaria 8/96), sendo permitida apenas em áreas manejadas ou provenientes de cultivo (SANTOS ; SANTOS, 2005).

O manejo possibilita o uso sustentável dos recursos naturais preservando-os, restaurando-os, recuperando-os e produzindo maiores benefícios sem exaurir o seu potencial, e assim, satisfazendo as necessidades e aspirações das gerações presentes e das vindouras. O manejo da pesca constitui-se numa intervenção humana causal ou programada diretamente do meio natural ou em cativeiro, com o fito de promover a manutenção, recuperação ou controle das populações de peixes, contribuindo com a estabilidade dos ecossistemas, dos processos ecológicos ou dos sistemas produtivos.

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2002 ao instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, em seu artigo 2º, inciso VIII, definiu manejo como sendo “todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas”.

No Brasil os dispositivos do art. 225 da Constituição Federal impõem que a utilização dos recursos naturais devem visar não só as gerações presentes, mas também às gerações futuras.

Os objetivos do manejo estão em franca mudança em todo o mundo assim como a visão dos tomadores de decisão sobre o uso dos recursos naturais. Este autor indica três tendências que condicionam a direção que vem seguindo manejo:

I- o surgimento de novos objetivos voltados para a conservação dos recursos naturais a partir da Convenção da Biodiversidade e do Código da Pesca Responsável;

II- Mudança dos padrões de uso do recurso pesqueiro, surgidas a partir do êxodo rural, levando à necessidade de um abastecimento maior dos centros urbanos com consequências de sobre pesca sobre os estoques, aumento de preço e intensificação da captura das espécies maiores, e o desenvolvimento da pesca esportiva em detrimento da pesca que visa ao consumo;

III- emergência de duas políticas voltadas, principalmente, à pesca.

Os manejos comunitários de pesca vêm se desenvolvendo desde a década 1970 nas várzeas amazônicas (MCGRATH, 1993; XIMENES, 2008). Nas regiões do alto Solimões e Baixo/Médio Amazonas vêm-se consolidando a partir da intervenção de projetos governamentais e apoio de instituições externas que atuam no fortalecimento da organização comunitária

No cenário nacional, a pesca está incluída entre as quatro maiores fontes de fornecimento de proteína animal para o consumo humano. Além de sua importância para a nutrição, os recursos pesqueiros requerem uso e manejo sustentável por sua importância socioeconômica (gerador de trabalho e renda), ambiental e cultural (IBGE, 2015). De acordo com estudos da FAO (2001) 95% dos pescadores do mundo são pescadores artesanais, responsáveis pela captura de aproximadamente metade da produção mundial destinada ao

O manejo comunitário da pesca compreende as ações de manejo tomadas ao nível local, pelos próprios usuários/comunitários.

De acordo com Cerdeira (2009), o manejo comunitário de pesca na Amazônia é uma resposta da sociedade civil à falta de gestão adequada à região e à ausência de uma política pesqueira que atenda os anseios locais. Esta forma de manejo é uma alternativa ao modelo convencional imposto pelo poder público, que propõe um ordenamento local à pesca que sustente os modos de vida da população moradora.

O modelo convencional para Ruffino (2005 apud Cerdeira, 2009) tem por base três ideias: I) os recursos pesqueiros são de domínio da união e devem ser acessíveis; II) os usuários não tem capacidade de manejo do recurso sem a supervisão do Estado; e III) o rendimento máximo sustentável pode ser estimado.

O autor justifica que a incapacidade do Estado em regular efetivamente a pesca leva o recurso à condição de livre acesso, significando "sem controle"; que, com base nas afirmações de McGoodwin (1990 apud Cerdeira, 2009), apesar dos pescadores serem considerados sem capacidade de controle da pressão excessiva sobre o recurso e nem de conservá-lo por agências do governo, as experiências bem sucedidas com o manejo comunitário de pesca tem mostrado o contrário, as comunidades tem capacidade de controle social e baixa densidade populacional.

Esta capacidade de controle social que permite o monitoramento e o desenvolvimento do manejo comunitário segundo Ruffino (2005 apud Cerdeira, 2009), somente é possível se as comunidades envolvidas no manejo apresentarem nível de organização adequado. Neste sentido, os estudos de Benatti et al. (2003 apud Cerdeira, 2009) confirmam esta idéia ao citar a organização social, Cerdeira (2009) menciona que respostas sobre a eficácia do modelo de manejo comunitário para conservação dos estoques pesqueiros, principalmente os migradores, visto a abrangência geográfica limitada dos acordos de pesca, e os efeitos das medidas sobre os grupos usuários no que se refere ao seu desenvolvimento econômico e social são objetivos a serem alcançados em sistemas de monitoramento e avaliação dos impactos desses acordos.

#### **4.1- Regulamentação da Atividade Pesqueira no Brasil**

Nos termos do art. 7º da Lei nº 11.959/09, o desenvolvimento da atividade pesqueira deve se dar de forma sustentável, através da gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros (I); da determinação de áreas especialmente protegidas (II); do controle e a fiscalização da atividade pesqueira (IX), entre outros.

Ao poder público compete a regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira, devendo estabelecer, no que concerne aos recursos pesqueiros (art. 3º): os regimes de acesso (I); a captura total permissível (II); o esforço de pesca sustentável (III); os períodos de defeso (IV); as temporadas de pesca (V); os tamanhos de captura (VI); as áreas interdadas ou de reservas (VII); as artes, os aparelhos, os métodos e os sistemas de pesca e cultivo (VIII); a capacidade de suporte dos ambientes (IX); as necessárias ações de monitoramento, controle e fiscalização da atividade (X); a proteção de indivíduos em processo de reprodução ou recomposição de estoques (XI). (CAMARGO; CAMARGO, 2010)

Art. 8º, da lei citada, define pesca, classificando-a como:

I – comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante

contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;

b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II – não comercial:

a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;

b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;

c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica

O ato autorizativo da atividade pesqueira deve assegurar (art. 5º): a proteção dos ecossistemas e a manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios de preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais (I); a busca de mecanismos para a garantia da proteção e da segurança do trabalhador e das populações com saberes tradicionais (II); e, por fim a busca da segurança alimentar e a sanidade dos alimentos produzidos (III).

A Lei nº 11.959/09, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679/88, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221/67.

Referida Lei também trouxe a definição de atividade pesqueira, como “[...] todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros”. (art. 4º da Lei nº 11.959/09). Dessa forma, toda a cadeia de pesca é englobada, captura, transporte, beneficiamento, estocagem e comercialização. (CAMARGO; CAMARGO, 2010)

#### **4.2- O Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental**

O Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado decorre do direito à vida, Benjamin (2006, p. 4) “em sua acepção enquanto qualidade de vida”, tendo sido formalmente

declarado como direito fundamental desde a Conferência de Estocolmo em 1972. Em nossa Constituição assume o status de direito fundamental que além de instituir o dever de não degradar, a Constituição de 1988 elevou a tutela ambiental ao nível não de um direito qualquer mas de um direito fundamental em pé de igualdade com outros também previstos no quadro da Constituição, entre os quais se destaca o direito de propriedade privada.

O reconhecimento do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a obrigação dos poderes públicos e da coletividade de defendê-lo conforme o art. 225 da Constituição de 1988 passa também a integrar a política econômica e social que no art. 179, VI prevê a livre iniciativa e a valorização do trabalho humano para assegurar a existência digna porém observado o princípio da defesa do meio ambiente.

Em 1972 na Conferência de Estocolmo de grande importância para o debate ambiental que se vinha manifestando, buscando formular propostas de se limitar o crescimento econômico em favor do recurso naturais.

#### **5- O Pirarucu da Amazônia e a Agroindústria no município de Marã**

O pirarucu não sendo mencionado nas estatísticas pesqueiras, este peixe é a principal espécie de pescado da Amazônia, onde boa parte da sua produção é tradicionalmente comercializada na forma salgada e seca.

No comércio varejista é comum encontrar o pirarucu na forma salgado seco, em mantas, sendo considerado o “bacalhau” da Amazônia, devido seu sabor e aspecto peculiar. Nas grandes feiras livres a comercialização do pirarucu salgado seco é realizada sem embalagem, sobre banca das de madeira, sem nenhuma proteção.

Sendo assim, a sua qualidade físico-química e microbiológica pode estar comprometida, colocando em risco a saúde coletiva. Entretanto, apesar de ser considerado um produto regional de alto valor nutritivo e comercial, sendo comercializado livremente na

capital paraense, ainda é um produto sem padronização, processado artesanalmente e sem a regulamentação técnica por parte dos órgãos oficiais de fiscalização.

Sabe-se que cuidados durante o beneficiamento dos alimentos podem resolver o problema microbiano, porém existem casos onde as bactérias naturais podem dar lugar a outras próprias da tecnologia aplicada, como é o caso dos produtos salgados (VIEIRA, 2004).

Denominado o gigante das águas amazônicas, o pirarucu é o maior peixe de escamas das águas doces do planeta, que impressiona, em um primeiro momento, pelo seu exuberante porte e beleza; há muito tempo desfruta de renome internacional, seja pelas mantas salgadas que no passado fluíram com grande frequência para os mercados europeus, seja pela sua singularidade como espécie ornamental, nas mãos de aquarífilos e comerciantes em todo o mundo (ONO et al., 2004)

Quando adulto esse peixe mede três metros de comprimento e pesa até 200 kg; entretanto, são mais comuns os exemplares de porte médio, que são capturados com peso entre 50 e 90 kg, com 1,50 metros de comprimento (Fig. 2). Sua carne de coloração naturalmente rósea e desprovida de espinhas é bastante valorizada na região amazônica (Fig. 3) e é comercializado com preços atrativos nos mercados externos (AYALA, 1999; ONO et al., 2004).

O pirarucu é um dos principais representantes da ictiofauna da bacia amazônica, que geograficamente tem as bacias dos rios Araguaia e Tocantins como afluentes (PANORAMA DA AQUICULTURA, 2002). Vive em lagos e rios de pouca correnteza, preferencialmente em águas quentes, pretas e tranquilas da Amazônia, não sendo encontrado em águas ricas em sedimento; ou seja, é uma espécie lacustre ou sedentária (AYALA, 1999; BARD; IMBIRIBA, 1986; IMBIRIBA, 2001).

Sua ocorrência dá-se nos cursos do rio Amazonas, desde o Orinoco (Guianas) até o Ucayali, no Peru (NEVES, 2000). No estuário amazônico, encontra-se nas ilhas do Marajó, Mexiana e Caviana, estado do Pará, e nas bacias do Médio e Baixo Araguaia e Tocantins (IMBIRIBA et al., 1996).

Sendo assim, o pirarucu salgado seco é um produto produzido sem nenhum critério tecnológico, higiênico e sanitário, interferindo assim na sua qualidade final, principalmente no que se refere à contaminação microbiológica e aos aspectos físico-químicos, comprometendo a produção de alimento seguro. Poucos estudos foram realizados sobre a qualidade desse produto regional, tanto do ponto de vista microbiológico, quanto físico-químico.

No século passado a pesca do pirarucu ocupou posição de destaque na economia pesqueira da Amazônia, onde o processo de salga desse peixe caracterizou uma época chamada “período de salga” (VERÍSSIMO, 1970).

Após várias décadas, a captura artesanal em certas regiões da Amazônia não se modificou e o arpão ainda é o principal apetrecho utilizado durante a pesca, no momento em que o peixe realiza a respiração aérea (QUEIROZ; SARDINHA, 1999).

Com o passar dos anos a pesca predatória do pirarucu tem reduzido os estoques naturais, onde a substituição do arpão por redes de captura tem provocado sensível diminuição nos plantéis de produção, embora novas tecnologias pesqueiras já sejam usadas (IMBIRIBA et al., 1996).

Essa sobrepesca condicionou o estabelecimento de normas gerais, para o exercício da pesca do pirarucu na Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, visando possibilitar a reprodução dessa espécie. Assim, fica proibida a captura, a comercialização e o transporte do pirarucu durante um determinado período, que recebe o nome de defeso, nos estados da região Norte. No Amazonas, esse defeso começa em primeiro de dezembro e termina em 31 de maio. Após esse período, a captura, a comercialização e o transporte devem atender as medidas de tamanho mínimo, como 1,50, 1,20 e 1,10 metros de

comprimento total para o peixe inteiro, a manta inteira e para a manta seca, respectivamente (IBAMA, 2014).

A carne fresca do pirarucu é pouco consumida nos grandes centros de comercialização de pescado na Amazônia, e devido ao seu grande porte, rende várias postas que são salgadas através de um processo artesanal de salga e desidratação; também o consumo do produto congelado está aumentando consideravelmente (IMBIRIBA, 1991).

É um produto de grande valor comercial agregado da pesca artesanal, ao ser salgado e conservado por vários meses, semelhante ao que é realizado com o bacalhau verdadeiro, daí a denominação “bacalhau brasileiro” (LOURENÇO et al., 2002).

Segundo Ono et al. (2004) além dos filés de pirarucu frescos e congelados, produtos salgado-secos e defumados (a frio ou a quente) têm despertado um enorme interesse de consumidores nacionais e internacionais, e sua carne de coloração naturalmente rósea e desprovida de espinhas é valorizada na região amazônica (R\$25,00 a R\$30,00/kg do filé) e no mercado externo. Desse modo, é muito promissor a possibilidade do pirarucu salgado-seco e preparado de forma similar ao bacalhau atingir o mercado latino-americano.

Chegou aos mercados brasileiros, o pirarucu salgado, processado em uma fábrica na cidade de Maraã (médio Solimões, Estado do Amazonas).

As sucessivas tentativas de implantar na região amazônica, grandes projetos de desenvolvimento têm submetido os ecossistemas e as populações da Amazônia a um quadro de crescente desigualdade social e destruição ambiental.

Baseados em modelos que desconsideram as peculiaridades e a complexidade dos sistemas ambientais e sociais locais, estes projetos tendem a concentrar os benefícios e repartir os custos. Mais do que um problema ecológico, a Amazônia enfrenta hoje um desafio de dimensões políticas e sociais.

A busca por um modelo alternativo de desenvolvimento despertou debates e controvérsias sobre a adoção do desenvolvimento sustentável, como uma alternativa viável e coerente, para conciliar a necessidade de proteção ambiental com a urgência na solução de problemas econômicos e sociais e para envolver as populações locais no processo de mudança.

A discussão em torno da viabilidade deste conceito levou à constatação de que são necessárias estratégias para implementação dessa proposta, vinculando a gestão ambiental como interface do processo (Castro, 1998).

A comunidade ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, no interior amazonense, foi envolvida em um projeto do governo estadual na implantação de uma fábrica de salga do pirarucu (a Agroindústria de Maraã) dentro da reserva, capaz de produzir 1.500 toneladas de peixe por ano. A retirada do pirarucu na reserva de Mamirauá é feita de forma controlada. O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis) fica responsável pela determinação de uma cota anual de pesca, que se baseia na evolução da população de pirarucus. Só é permitido retirar 30% dos adultos contados no levantamento feito todos os anos de estoques de peixes, para que não se corra o risco de pesca em excesso. O pirarucu, que pode chegar a 200 kg, corre risco de extinção por conta desse exagero.

Através da implementação dessas políticas alternativas de desenvolvimento e de sistemas de gestão de recursos naturais mais participativos, a exemplo a agroindústria de Maraã, a qual é baseada em critérios que incluem eficiência econômica, justiça social, uso racional dos recursos naturais e maior participação dos grupos locais no gerenciamento destes recursos.

## 6- Conclusão

As sucessivas tentativas de implantar na região amazônica, grandes projetos de desenvolvimento têm submetido os ecossistemas e as populações da Amazônia a um quadro de crescente desigualdade social e destruição ambiental. Baseados em modelos que desconsideram as peculiaridades e a complexidade dos sistemas ambientais e sociais locais, estes projetos tendem a concentrar os benefícios e repartir os custos. Mais do que um problema ecológico, a Amazônia enfrenta hoje um desafio de dimensões políticas e sociais.

A busca por um modelo alternativo de desenvolvimento despertou debates e controvérsias sobre a adoção do desenvolvimento sustentável, como uma alternativa viável e coerente, para conciliar a necessidade de proteção ambiental com a urgência na solução de problemas econômicos e sociais e para envolver as populações locais no processo de mudança.

O pirarucu tem características que o tornam adequado para a gestão comunitária: é um peixe sedentário, que habita lagos de várzea, e vem à superfície para respirar em intervalos regulares; e os casais cuidam dos filhos até quatro a seis meses após a desova.

Com o passar dos anos a pesca predatória do pirarucu tem reduzido os estoques naturais, onde a substituição do arpão por redes de captura tem provocado sensível diminuição. Recentemente, o Ibama regulamentou o manejo do pirarucu com base no sistema de gestão desenvolvido pela equipe do Mamirauá. Estes regulamentos possibilitaram o manejo sustentável de pirarucu em unidades de conservação e áreas com acordos de pesca formais.

O Estado do Amazonas, a pesca é reconhecida como uma atividade promissora para o incremento do setor produtivo. A comunidade ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, no interior amazonense através do projeto de manejo e do processo de salga do Pirarucu, implantou-se uma fábrica de salga (Agroindústria de Maraã) é capaz de produzir 1.500 toneladas de peixe por ano, produzindo assim o denominada Bacalhau da Amazônia. Por meio do manejo sustentável torna-se uma prática de desenvolvimento econômico-sustentável, mediante a retirada de apenas 30% dos pirarucus da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá.

Através da implementação dessas políticas alternativas de desenvolvimento e de sistemas de gestão de recursos naturais mais participativos, a agroindústria de Maraã a qual é baseada em critérios que incluem eficiência econômica, justiça social, uso racional dos recursos naturais e maior participação dos grupos locais no gerenciamento destes recursos, promove renda e emprego para as populações ribeirinhas com baixo impacto ambiental.

## 7- Referências Bibliográficas

ALENCAR, Aline Ferreira. A Proteção dos Conhecimentos Tradicionais Associados ao Patrimônio Genético da Amazônia Brasileira. Manaus: 2004.

\_\_\_\_\_. Análise Jurídica sobre a biopirataria relacionada aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético da Amazônia Brasileira. CONPEDI, 2006.

AMARAL, E. S. R. A comunidade e o mercado: os desafios na comercialização de pirarucu manejado das Reservas Mamirauá e Amanã, Amazonas - Brasil. Uakari, v. 3, n. 2, p. 7-17, dez. 2007.

ARANTES, C. C. Ecologia do pirarucu *Arapaima gigas* (Schinz, 1822) na várzea da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazonas, Brasil. 2009. 72 f. II. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Zoologia, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2009.

AYALA, C. L. **Manual de piscicultura del paiche (*Arapaima gigas* Cuvier)**. Tratado de Cooperacion Amazonica, Secretaria pro Tempore. Caracas, Venezuela, 1999.  
BENJAMIN, A. H. **Meio Ambiente e constituição: uma primeira abordagem**. Disponível em: <<http://www.idea.org.py/rda/1/html/constitucionymedio.htm>> Acesso em: 01 de Jul. de 2014.

BALTODANO, Javier (coord.). La Diversidad de Plantas y el Conocimiento Tradicional en Nuestras Comunidades: Problemas en torno a la protección y conservación del conocimiento tradicional y ejemplos de usos de las plantas en el Cantón de Upala y áreas aledañas, Zona Norte, Costa Rica. San José: COECOCEIBA. 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 18 fev. 2016.

CAMARGO, Serguei Aily Franco de.; CAMARGO, Thaísa Rodrigues Lustosa de. O manejo da pesca do pirarucu *Arapaima Gigas* na fronteira peru, brasil e Colômbia. CONPEDI: Fortaleza – CE, 2010.

CASTELLO, L. A method to count pirarucu: fishers, assessment and management. North American Journal of Fisheries Management, v. 24, p. 379-389, 2004.

CERDEIRA, Regina Glória Pinheiro. Acordo de pesca como instrumento de gestão participativa na Amazônia. Manaus: Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas, Dissertação de Mestrado, 2009.

CUNHA, Manoela Carneiro, Conhecimento sem Reconhecimento-Atraso na Vida das Populações Tradicionais e ao País. Com Ciência Ambiental, São Paulo, n 1, p. 61, jul. 2006.

FAO. The State of the World Fisheries and Aquaculture. Rome, FAO, 2004, p. 153.  
\_\_\_\_\_. Increasing the Contribution of Small-scale Fisheries to Poverty Alleviation and

FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de Direito Constitucional**. 24 ed., São Paulo: Saraiva, 1997

FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Food Security. FAO Technical Guidelines for Responsible Fisheries, 10, 2005, p. 79.

IMBIRIBA, E. P.; LOURENÇO JÚNIOR, J. de B.; MOURA CARVALHO, L. O. D.; GOES, L. B.; ULIANA, D.; BRITO FILHO, L. **Criação de pirarucu**. Brasília: EMBRAPA-SPI; Belém: EMBRAPA - CPATU, 1996. 93 p. Coleção Criar, 002.  
LEEF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

KIHWILO, Paul Faustin. Indigenous Knowledge: What is it? How and why do we protect it?, In: Journal of World Intellectual Property, v.8, n.3, p.345-359, 2005.

LEVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. 6ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2006

LOURENÇO, L. F. H.; AMANAJÁS, C. C.; SOUSA, A.; VIEIRA, L. L. **Pirarucu salgado consumido em Belém tem baixa qualidade**. Jornal Beira Rio – UFPA, Belém, 16 de junho de 2014.

MAMIRAUÁ: Plano de Manejo. Brasília: Sociedade Civil Mamirauá, SCM, 1996.

MCGRATH, David G. et al. Manejo Comunitário da pesca nos lagos de várzea do baixo Amazonas. Belem: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1993. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ. Plano diretor do IDSM: 2006-2009. Brasília: IDSM, 2006.

MILARÉ, É. **Direito do ambiente**. 3ª ed., São Paulo: RT, 2004, p. 148.  
ONO, E. A.; HALVERSON, M. R.; KUBITZA, F. **Pirarucu. O gigante esquecido**. Revista Panorama da Aquicultura, Rio de Janeiro, v.14, n. 81, jan./fev., p. 14 – 25, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Convenção sobre Diversidade Biológica. Disponível em: <[www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_chm\\_rbbio/\\_arquivos/cdbport\\_72.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/cdbport_72.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

PANORAMA DA AQUICULTURA. **Intensificam os estudos sobre o pirarucu**. Revista Panorama da Aquicultura, 2002, jan./fev., n. 69. Disponível em: <<http://www.panoramadaaquicultura.com.br>>. Acesso em: 25 de abril de 2014.

QUEIROZ, H. L.; SARDINHA, D. **A preservação e o uso sustentado dos pirarucus (Arapaima gigas, Osteoglossidae) em Mamirauá**. SCM – CNPq/MCT. Brasília. 197 p., 1999.

QUEIROZ, H. L.; SARDINHA, A. D. A preservação e o uso sustentado dos pirarucus (Arapaima gigas, Osteoglossidae) em Mamirauá. In: QUEIROZ, H. L.; CRAMPTON, W. G .R. (Org.). Estratégias para manejo dos recursos pesqueiros em Mamirauá. Brasília: SCM; CNPq/MCT, 1999

WANDSCHEER, Clarissa Bueno. Impactos da legislação nacional na proteção de saberes Tradicionais: contribuição para a sua reprodução ou Mecanismo para a sua extinção?. CONPEDI: Brasília – DF, 2008.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. Propriedade intelectual e conhecimentos tradicionais: avaliação crítica da disciplina jurídica brasileira. Relatório de Pesquisa apresentado ao Ministério da Justiça/ PNUD, no projeto “Pensando o Direito”, Referência PRODOC BRA 07/004. São Paulo, 2014.

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 165-182, 2005.

SACHS, I. **Rumo a ecossocioeconomia**. Rio de Janeiro: Cortez, 2007.

SILVA, G. A. C. **Direito ao desenvolvimento**. São Paulo: Método, 2004, p. 66-79.

SOUZA, Karine de; LOCATELLI, Liliana. Proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais pelo Instituto das indicações geográficas. CONPEDI: UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA, Belo Horizonte, 2015.

SOARES, Ines Virginia Prado. **Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: Forum, 2009.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: alternativas e impasses**. In: KEINERT, T. M. M. (Org.). *Organizações sustentáveis: utopias e inovações*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007, p. 21-41.

VIEIRA, R. H. S. F. **Microbiologia, higiene e qualidade do pescado**. São Paulo: Varela, 2004. p. 380.

VIANA, J. P.; CASTELLO, L.; DAMASCENO, J. M. B.; AMARAL, E. S. R.; ESTUPIÑÁN, G. M. B.; ARANTES, C.; BATISTA, G. S.; GARCEZ, D. S. BARBOSA, S. Manejo Comunitário do Pirarucu *Arapaima gigas* na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - Amazonas, Brasil. In: *ÁREAS Aquáticas Protegidas como Instrumento de Gestão Pesqueira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente ; IBAMA, 2007.

## **Microcrédito e empreendedorismo na Amazônia: a experiência da AFAP no Amapá e os investimentos em desenvolvimento local.**

Franquileia Lima Bezerra, Universidade Federal do Amapá, franqlima@hotmail.com;  
Simone Dias Ferreira, Universidade Federal do Amapá, simonedias.ferreira@hotmail.com;  
Deliane Pessoa Santos, Universidade Federal do Amapá, delianepessoa@hotmail.com  
Antônio Sergio Filocreão, Universidade Federal do Amapá, filocreao@unifap.br.

### **Resumo**

O desemprego é a principal causa do empreendedorismo por necessidade prerrogativa que dá protagonismo para microcrédito ao torná-lo uma fonte alternativa de recursos aos pequenos empreendedores formais ou informais que desejam iniciar uma atividade ou ampliar, melhorar e até mesmo recuperar uma já existente. Diante desse contexto o objetivo da pesquisa se constitui em analisar a relevância do microcrédito ofertado pela Agência de Fomento do Amapá-AFAP para o desenvolvimento do empreendedorismo no Amapá com vistas à promoção do desenvolvimento local e também contextualizar como se procede à oferta de microcrédito na região amazônica. Para o desenvolvimento do estudo foi adotado o método dialético e o estudo quali-quantitativo bem como foram considerados como espaço temporal um período de dez anos para análises entre os investimentos em termos de microcréditos feitos pela AFAP e sua relação com a promoção do empreendedorismo e desenvolvimento local, simultaneamente fez-se um estudo bibliográfico para embasar a discussão a respeito do atual retrato da oferta de microcrédito para o fomento do empreendedorismo na Amazônia. A importância da pesquisa reside na compreensão sistêmica da oferta de microcrédito como instrumento de política pública de estimulação do empreendedorismo na referida Região. Os resultados evidenciam que o microcrédito ofertado pela AFAP no Amapá tem contribuído de forma positiva para o fomento do empreendedorismo com a injeção de recursos nos empreendedores informais, a exemplo, a linha de crédito Amapá Solidário – AMASOL que obteve aproximadamente 5 mil operações no período de 2007 a 2016, gerando um volume de recursos aplicados da ordem de 15.497.434,57 (quinze milhões quatrocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos). Seu protagonismo pode ser justificado por suas taxas de juros que vão de 0,5% ao mês podendo chegar ao máximo até 2,5% ao mês, taxas bem inferiores se comparada à evolução das taxas dos outros bancos públicos e privados do sistema de crédito tradicional como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Logo, a oferta de microcrédito da AFAP além de ser diferenciada em termos de concessão possibilita que indivíduos que desenvolvem atividades informais possam através do microcrédito empreender não mais por necessidade, mas sim por oportunidade caracterizando o protagonismo nas suas escolhas bem como alcançando benefícios que refletem na melhoria dos indicadores de qualidade de vida, fato que vem a ser a essência do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Microcrédito; Empreendedorismo; Amapá; Desenvolvimento Local

### **Abstract**

Unemployment is the main cause of prerogative entrepreneurship that gives prominence to microcredit by making it an alternative source of resources for small formal or informal entrepreneurs who wish to start an activity or expand, improve and even recover an existing

one. Given this context, the objective of the research is to analyze the relevance of microcredit offered by the Amapá-AFAP Promotion Agency for the development of entrepreneurship in Amapá with a view to promoting local development and also to contextualize how microcredit is offered in the region Difficulties and opportunities. For the development of the study, the dialectical method and the qualitative-quantitative study were adopted, as well as a ten-year period for analyzing the microcredit investments made by the AFAP and its relation with the promotion of entrepreneurship and development Simultaneously, a bibliographic study was carried out to support the discussion about the current picture of the microcredit supply for the promotion of entrepreneurship in the Amazon. The importance of the research resides in the systemic understanding of microcredit supply as an instrument of public policy to stimulate entrepreneurship in the said Region. The results show that the microcredit offered by AFAP in Amapá has contributed positively to the promotion of entrepreneurship through the injection of resources into informal entrepreneurs, for example the Amapá Solidário - AMASOL line of credit, which obtained approximately 5,000 operations in the period 2007 to 2016, generating a volume of resources of the order of fifteen million, four hundred and ninety-seven thousand, four hundred and thirty-four reais and fifty-seven cents (R\$ 15,497,434.57). Its protagonism can be justified by its interest rates ranging from 0.5% per month and can reach the maximum up to 2.5% per month, rates much lower compared to the evolution of the rates of other public and private banks of the credit system As Caixa Econômica Federal and Banco do Brasil. Thus, AFAP's microcredit offer, besides being differentiated in terms of granting, allows individuals who develop informal activities to be able to undertake, through their microcredit, not by necessity but by opportunity, characterizing the protagonism in their choices as well as achieving benefits that reflect in the Improvement of quality of life indicators, which is the essence of local development.

keywords: Microcredit; Entrepreneurship; Amapá; Local Development.

## 1- Introdução

Nas últimas décadas o empreendedorismo vem sendo cada vez mais incentivado por políticas públicas devido a contribuição que tem para o crescimento de economias locais, e por seu grande destaque na geração de emprego e renda para a população, e assim, tornando possível amplas mudanças para regiões onde encontram-se instalados. É possível observar que a ação empreendedora vem sendo desenvolvida no mundo desde os tempos antigos, por meio de trocas de mercadorias, de venda e por criação de negócios.

Quando objetiva-se fomentar a criação de negócios com foco na prosperidade da economia local através do apoio ao empreendedorismo, o microcrédito se apresenta como um instrumento importante na promoção da melhoria das condições econômicas e sociais dos pequenos produtores.

A importância do empreendedorismo para o desenvolvimento figura na geração de emprego e renda. Assim, o microcrédito pode ser assinalado como sendo instrumento

criador de novos postos de trabalho, promotor de desenvolvimento quando associado a outros instrumentos que tem por finalidade a melhoria dos indicadores locais.

A reflexão aqui proposta se fundamenta na ideia necessidade de se evidenciar o grau de influência dessa modalidade de empréstimo no desenvolvimento da economia local e a sua importância para os empreendedores através da criação de oportunidades e aumento da produção de bens e serviços que serão disponibilizados à população.

Ajustado ao que foi discorrido, a relevância da pesquisa reside na compreensão sistêmica sobre a natureza da oferta de microcrédito como instrumento de política pública de estimulação do empreendedorismo na região Amazônica. O objetivo constitui em analisar a relevância do microcrédito ofertado pela Agência de Fomento do Amapá-AFAP para o desenvolvimento do empreendedorismo no Amapá com vistas à promoção do desenvolvimento local e também contextualizar como se procede à oferta de microcrédito na região amazônica.

A organização do estudo foi construída com a utilização do método dialético e o estudo quali-quantitativo bem como foram considerados como espaço temporal um período de dez anos para análises entre os investimentos em termos de microcréditos feitos pela AFAP e sua relação com a promoção do empreendedorismo e desenvolvimento local. Simultaneamente fez-se um estudo bibliográfico com a seleção de trabalhos importantes para embasar a discussão a respeito do atual retrato da oferta de microcrédito para o fomento do empreendedorismo na Amazônia em destaque: (DORNELAS, 2001); (SOUZA et al., 2007); (ABRANTES, 2002); (CHELALA, 2008); (YUNUS, 2008); (VARIAN, 1984); (COSTA, 2006) e instituições como AFAP, SEBRAE e IBGE.

Por fim, as questões investigativas propostas neste trabalho partem da premissa da existência de uma necessidade pujante de se reconhecer a importância do microcrédito para o fomento do empreendedorismo na região amazônica por ser está uma região com potencialidades para disseminação de atividades empreendedoras que devem ser disseminadas dentro dos parâmetros do modelo de desenvolvimento local.

## **2 - O contexto do empreendedorismo na Amazônia**

Diante das diversas transformações do mundo globalizado e o surgimento de novas oportunidades de mercado, o empreendedorismo e o empreendedor ganham destaque por iniciativa, persistência e pela adaptação a mudanças. O empreendedorismo é realizado por

todos os portes e segmentos de empresa, desde micro a grande, e pode ainda ser classificado como formal e informal.

O empreendedorismo é “o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformações de ideais em oportunidades. E a perfeita implementação destas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso” (DORNELAS, 2001, p. 28).

No Brasil, os pequenos negócios possuem destaque por sua participação e contribuição econômica. Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2014), as MPEs representam 27% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, ou seja, mais de um terço do PIB nacional é gerado por pequenos negócios, os grandes responsáveis da geração de emprego do País. De acordo com SEBRAE (2013), na região Norte do Brasil, onde encontra-se 100% da Amazônia brasileira, os pequenos negócios representam 18,5% do PIB. E no Estado do Amapá, esta participação é de 26,1%.

A Amazônia atrai cada vez mais atenção economia do mundo por conta de sua rica biodiversidade. A Região possui vocações regionais que devem ser devolvidas a fim de priorizar o desenvolvimento econômico, gerar inovação e agregar valor local. De acordo com Abrantes (2002), a Amazônia é uma região com alto potencial de dinamização denominado de negócios sustentáveis baseados em recursos naturais, como turismo, indústria agroflorestal, biotecnologia e produtos naturais, como áreas mais atraentes em termos econômicos.

Conforme Pouchucq (2007) é fundamental formar na Amazônia um ambiente propício à geração de empreendimentos, com a articulação da biodiversidade local. É notório também a importância da inovação para o desenvolvimento de uma região. Na Amazônia, as empresas e instituições públicas devem se articular a fim de gerar a inovação a partir de recursos que a região oferta.

Segundo Sousa et al. (2010, p. 3), inexistem na Amazônia iniciativas empresariais baseadas na utilização de processos que levem a criação de produtos com alto valor agregado, pois, “a maioria das empresas de biotecnologia nascem a partir da união de pesquisadores e empreendedores em novos projetos, para tal, deve-se dispor de políticas de incentivo para a formação de novas empresas e principalmente atrair novos investidores”. Na Amazônia os estados de Manaus e Pará ganham destaque frente aos demais pelo incentivo ao empreendedorismo, possuindo grandes indústrias que inovam, empregam e isso agrega valor à produção local.

Com a crescente concorrência no mercado de trabalho e a exigência dos consumidores, as grandes e pequenas empresas são obrigadas a buscar qualificações, e

com isso alguns empreendedores não conseguem se manter no mercado de maneira formal, arcando e recebendo todo os ônus e bônus que um negócio formal gera.

Diante disto, Potrich e Ruppenthal (2013) afirma que a informalidade pode expressar uma forma de sobrevivência dos trabalhadores que não possuem qualificações e conhecimentos adequados, envolvendo condições precárias e de baixo rendimento econômico. Grandes partes dos empreendimentos informais são constituídos por micro e pequenas empresas que trabalham por conta própria.

Ainda de acordo com Potrich e Ruppenthal (2013), dados da pesquisa Economia Informal Urbana, realizada em 2003 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005), no Brasil, o setor informal naquele ano representava 27,1% do total da ocupação no País e movimentou em torno de 15,3% do rendimento nacional. Esses dados demonstram a importância do empreendedorismo informal que possui enorme potencial para contribuir com o desenvolvimento econômico e social.

O estado do Amapá, antigo Território Nacional, ainda depende da Federação, devido aos aspectos de “atratividade reduzida para a vinda de novas empresas e sua manutenção no Amapá, e a extensa área das Unidades de Conservação e reservas indígenas” (PORTO, 2003 apud CHELALA, 2008, p. 131).

O Estado está situado na Amazônia Ocidental e possui uma área de 142.828,523 km<sup>2</sup>, abriga uma população estimada em 669.526 mil habitantes, com mais da metade concentrada na capital, Macapá, e possui 16 municípios (IBGE, 2015).

Segundo Abrantes (2014), o estado do Amapá possui isolamento dos demais Estados da Federação por não possuir ligação rodoviária com as principais cidades produtoras e consumidoras do Brasil, ocasionando em uma baixa dinâmica interna. O transporte fluvial é bastante utilizado devido ao eixo que liga a cidade de Macapá à vizinha Belém do Pará, a qual oferece acesso aos principais municípios industrializados do País por meio da BR-316. Diante desses aspectos, é possível observar as dificuldades encontradas no Estado para se desenvolver economicamente.

Conforme Abrantes (2014), a economia do Amapá caracteriza-se por importar produtos para comercializá-los, devido à economia incipiente dos setores produtivos, principalmente nos segmentos agropecuário e industrial. A estrutura produtiva do estado está concentrada principalmente no setor terciário, responsável pela maior ocupação da PEA (população economicamente ativa) e pela maior participação do PIB (Produto interno bruto) estadual. Neste estudo, o setor que terá destaque maior é o terciário, devido o foco

do trabalho no empreendedorismo, principalmente nos pequenos negócios, e empreendedorismo informal.

Dados do SEBRAE (2013) revelam que, no que se refere à participação do PIB dos municípios no Estado do Amapá, os municípios que tiveram maior destaque foram: a capital Macapá com 63,09%, em seguida Santana com 15,03%, Laranjal do Jari com 4,30%, Oiapoque com 2,86% e Porto Grande com 2,09%.

Ainda de acordo com dados do SEBRAE (2013, p.42) é possível observar a atuação do setor terciário no Estado, na medida em que é afirmado que “na categoria de emprego referente a funcionários públicos observa-se que enquanto no Brasil esse item cresceu apenas 25%, no Amapá a variação foi de 105% em 10 anos, isso é reflexo do atual quadro de dependência existente na economia local”.

Ao analisar a participação de pessoal ocupado por porte e setor econômico no estado do Amapá, no ano de 2011, observou-se que o setor da administração pública alcançou seu maior número de empregados com 50.888; o de comércio, nas microempresas com 9.693 empregados, pequena empresa 10.372, média empresa 2.983 e grande empresa 3.235; seguida pelo setor de serviços com 6.627 nas microempresas, 10.669 nas pequenas empresas, e 8.920 nas médias empresas; já no setor industrial, as microempresas com 1.879, pequena empresa 4.851, média empresa 5922; e por fim o setor agropecuário, com 68 nas microempresas, 82 nas pequenas empresas, e 65 nas médias (SEBRAE, 2013, p. 79).

Diante dos dados expostos é possível afirmar que os pequenos empreendimentos, dentre eles os informais, desempenham importante papel para o desenvolvimento econômico do Estado do Amapá, devido sua contribuição para o crescimento econômico, geração de emprego e renda para a população, e plausível mudança do quadro de dependência atual que o Amapá possui com a Federação. Com o incentivo a abertura e permanência desses pequenos empreendimentos, as oportunidades locais provavelmente serão ampliadas, gerará novos negócios e tornará o Amapá um território mais competitivo.

## **2.1 - A relação entre microcrédito e empreendedorismo na Amazônia**

A importância do empreendedorismo para o desenvolvimento figura na geração de emprego e renda. Assim, o microcrédito pode ser assinalado como sendo instrumento criador de novos postos de trabalho, promotor de desenvolvimento quando associado a

programas de empreendedorismo voltado para o fomento de empreendedores formais e informais que não tem acesso ao microcrédito na sua forma tradicional de concessão.

Para que o processo de desenvolvimento local se efetive de forma sustentável é preciso que o Estado seja capaz de garantir os subsídios necessários para a organização do ambiente propício ao crescimento do empreendedorismo de modo a incentivar que atividades informais possam se regularizar e neste caso a oferta de microcrédito é o mecanismo financiador de políticas diretas junto aos atores locais que protagonizam a melhoria dos indicadores econômicos de mercado e sociais.

Em seus estudos que são referência na área de empreendedorismo e oferta de crédito para os pobres Yunus (2008) explica que em sua maioria os indivíduos encontram-se a margem do sistema capitalismo neoliberal mesmo dentro de economia com diversidade empreendedora e com potencial para sua expansão.

Com isso torna-se evidente o mérito da criação de uma tipologia de crédito pensado não apenas em benefício para as instituições financeiras, mas como uma versão de empréstimo para investimento em atividades produtivas para pessoas de baixa renda e que tem como condicionante a abertura de concessão de crédito em volumes relativamente pequenos. Na Amazônia a oferta de microcrédito por microempreendedores cresceu com criação de linhas de crédito específicas a exemplo das apresentadas no quadro 1.

Quadro 1 – Duas principais linhas de créditos ofertadas na região amazônica para pequenos empreendedores

PROGRAMA	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA
<p><b>PROGRAMA AMAZÔNIA FLORESCER</b> Banco da Amazônia Lei n.º 11.110, de 25 de abril de 2005.</p>	<p>Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), criado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego. Objetiva de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares na pessoa física, jurídica ou MEI na região amazônica.</p>
<p><b>O PROGRAMA CRESCER</b> Governo federal através de convênios com: Banco do Nordeste, a Caixa, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia e demais instituições que aderirem ao programa.</p>	<p>Oferece crédito a pequenos e microempreendedores formais e informais com taxas de juros reduzidos. Para pessoa física ou de baixa renda o limite é R\$ 2.000,00. O valor máximo da operação de crédito é de R\$ 15 mil, para quem faz parte do PNMPO. Finalidade é investimento no capital de giro.</p>

Fonte: Pesquisa no portal das nas instituições de financiamento. Elaborado pelos autores, 2017.

Como pode ser observado no quadro 1 o principal beneficiário dos programas são os microempreendedores formais e informais fato que marca uma política voltada para o desenvolvimento do chamado empreendedorismo popular de grupos solidários caracterizando um movimento de fornecimento de crédito oposto ao formato tradicional.

Isto posto, no próximo tópico se faz um estudo específico da relevância do microcrédito concedido pela Agência de Fomento do Amapá (AFAP) direcionando para o desenvolvimento do empreendedorismo no Amapá sendo este um dos estados que compõem a Amazônia brasileira com apresentação de dados do Estado e do fornecimento de crédito da AFAP.

## **2.2 – A importância do microcrédito concedido pela AFAP para o desenvolvimento do empreendedorismo no Amapá**

O Amapá é um Estado que tem como principal característica a dependência econômica do setor público em termos de participação do PIB. Porém apesar da administração possuir maior participação na economia do Estado, não é este o setor que emprega o maior número de pessoas, o setor que mais emprega é o comércio.

Haja vista que diante deste cenário e sem perspectivas de um emprego formal, muitos trabalhadores buscam iniciar um negócio próprio, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da economia local e rompendo com o paradigma da “economia de contracheque” cenário estudado exaustivamente por Charles Chelala<sup>1</sup> (2008).

Diante desta realidade, compreende-se a importância do empreendedorismo para o Amapá e atrelado a isso o microcrédito se apresenta como o instrumento mais importante no fomento da atividade empreendedora no Estado, haja vista que a falta de crédito é uma das principais dificuldades enfrentadas na hora de iniciar um possível negócio.

O microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores formais ou informais e microempresas que encontram dificuldades de acesso ao sistema financeiro tradicional, uma vez que não possuem na maioria das vezes garantias reais para ofertar aos bancos. É um crédito destinado à produção de capital de giro e investimento, concedido com o uso de metodologia específica de acesso.

Para Varian (1994) a conceituação do microcrédito tem, efetivamente, diversas particularidades pelas quais pode ser definido como um instrumento financeiro que se caracteriza por empréstimos de valores para os micro e pequenos empreendedores de

---

<sup>1</sup> O estudo de Charles Chelala (2008), intitulado a Magnitude do estado na Socioeconômica Amapaense, partiu de uma curiosidade surgida da expressão comum que descreve o Amapá como uma “economia do contracheque”, em alusão à forte presença do setor público na economia local. Apesar dos sinais evidentes do peso do Estado na economia amapaense, pouco se pesquisou ou se publicou sobre o assunto. São pesquisadas ainda oito dimensões de manifestação do Estado na socioeconômica, por exemplo: o percentual da administração pública no PIB, a quantidade de servidores públicos, as despesas de pessoal, o gasto público, entre outros itens. O Amapá foi comparado aos outros ex-Territórios Federais, ao Distrito Federal e a mais três estados, além de cotejado com a média geral do Brasil.

baixa renda, que vivem, em geral, na economia informal e que tem sido desenvolvido para atender as necessidades dos pequenos empreendimentos, levando em conta suas condições econômicas.

Os dados teóricos apontam que nos últimos anos o empreendedorismo surge de duas formas. De acordo com Dornelas (2001, p.37) as características que fazem surgir o indivíduo empreendedor estão vinculadas a dois aspectos que surgem com mais intensidade respectivamente oportunidade e necessidade, neste caso o autor os define:

Empreendedor por oportunidade, também conhecido como planejado, são empreendedores que vislumbraram uma oportunidade de negócio e decidem empreender, planejam este negócio com muitos detalhes antes de iniciá-lo mesmo que possuam alternativa de emprego e renda. O empreendedor por necessidade é aquele que foi obrigado a abrir seu próprio negócio porque não teve alternativa. São pessoas que não tiveram acesso ao mercado de trabalho, seja em função da baixa especialização, seja em função de algum outro fator limitante.

A respeito das características apontadas por Dornelas nota-se que as duas tipologias de empreendedor apresentadas pelo autor são antagônicas, pois o empreendedor é aquele que por oportunidade buscou através do planejamento a estrutura adequada para iniciar um negócio que era almejado pelo mesmo, por sua vez, o empreendedor por necessidade foi induzido por fatores limitantes a empreender e isso não representava sua vontade de abrir um negócio.

Ao contrário do que acontece em outros países, onde a maioria das iniciativas de fomento nascem espontaneamente na esfera privada da sociedade. No Brasil, o microcrédito tem iniciativa no setor público, através de programas de incentivos governamentais, que estimulam o fornecimento de crédito à população de baixa renda (Ribeiro, 2009) através dos bancos tradicionais, porém no estado do Amapá a AFAP é um exemplo dessa iniciativa do setor público como mostram os dados da linha Amapá Solidário – AMASOL, uma vez que esta linha de crédito é destinada para o setor informal, e seu sucesso operacional pode ser justificado pelo pragmatismo das taxas de juros praticadas em relação aos outros bancos, como mostra o quadro 2.

Com base no quadro 2, Banco da Amazônia (BASA), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal é possível observar que instituições bancárias do sistema tradicional também operacionalizam microcrédito no Amapá. Porém, os mesmos praticam taxas e prazos diferentes da Agencia de Fomento, haja vista que são geridos por legislações específicas e distintas.

Quadro 2– Instituições Bancárias que ofertam microcrédito em Macapá.

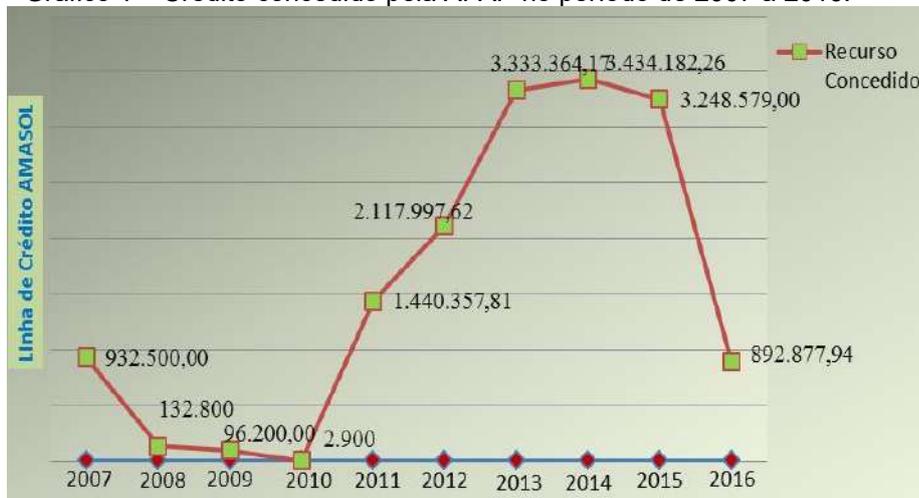
INSTITUIÇÃO	TIPOS DE FINANCIAMENTO	TAXA
BANCO DA AMAZÔNIA (BASA)	Amazônia Microcrédito: destina financiamento de R\$200,00 a R\$ 600,00, para microempreendedores e pessoas físicas em geral, inclusive aposentados e pensionistas do INSS.	Taxa de juros de 2% a.m e prazo de pagamento de 4 a 12 parcelas mensais.
BANCO DO BRASIL	Destina financiamento de até R\$ 2.000,00, para correntistas com renda mensal de até R\$ 1 mil, além de aposentados e pensionistas do INSS com benefício mensal no valor de até dois salários mínimos.	As taxas e prazos são diferenciados dependendo do tipo da negociação, podendo ser de 0,99% a.m. a 1,80% a.m e prazo para pagamento de 4 a 48 meses.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Destina linha de crédito operacionalizada por meio de Instituição de Microfinanças (IMF) devidamente credenciadas pela CAIXA, no montante de no mínimo de R\$ 250,00 e máximo de R\$ 15.000,00	Taxa de até 3,9% ao mês e prazo de pagamento de até 24 meses.

Fonte: Material coletado junto às instituições financeiras. Elaborado pelos autores, 2017.

Enquanto a empresa pública AFAP desponta como principal instrumento de fomento ao desenvolvimento local, atua para implementação de programas e projetos de curto, médio e ou longos prazos com taxas que vão de 0,5% a.m e no máximo 2,5 a.m. Os objetivos da instituição visam contribuir para o desenvolvimento do Amapá, entendidos em seus aspectos econômico, social e cultural passando pelo estabelecimento das bases para uma economia dinâmica, diversificada e sustentável. (AFAP, 2016).

Para melhor compreender a importância do microcrédito junto ao desenvolvimento do empreendedorismo no Amapá, optou-se por mostrar a linha de crédito mais contratada na AFAP nos anos de 2007 a 2016, assim, será possível entender a relevância do microcrédito para os pequenos empreendedores. Conforme mostra o gráfico 1, o total de operações em dez anos foi de aproximadamente 5 mil operações, gerando um volume de recursos aplicados da ordem de 15.497.434,57 (quinze milhões quatrocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos)

Gráfico 1 – Crédito concedido pela AFAP no período de 2007 a 2016.

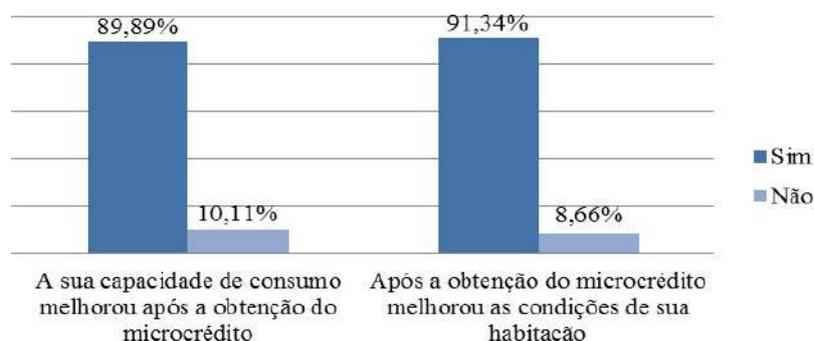


Fonte: Relatórios Internos da AFAP. Elaborado pelos autores, 2017.

Ainda de acordo com o gráfico 1, o ano de 2014 foi o que registrou o maior volume de recursos disponibilizados 3.434,182,26 (três milhões quatrocentos e trinta e quatro milhões e vinte seis centavos) o que demonstra o pragmatismo da linha de crédito AMASOL. Mesmo que em 2016 esse número tenha diminuído para 892.877,94 (oitocentos e noventa e dois reais, oitocentos e setenta e sete mil e noventa e quatro centavos) de recursos, a Amasol continua com maior número de contratações.

Costa (2016), através de seu estudo constatou a magnitude do microcrédito como um instrumento transformador de uma sociedade empreendedora, pois sua pesquisa revela que os tomadores de microcrédito no Amapá tiveram melhoria das condições de vida e de trabalho quando acessaram esse benefício ofertado pela AFAP. Através deste instrumento, observou-se um efeito positivo na ação, nomeadamente, o desenvolvimento encadeado dos aspectos socioeconômicos do Estado de acordo com o gráfico 2.

Gráfico 2 - Melhoria Social e Econômica Após Obtenção do Microcrédito



Fonte: COSTA, 2016.p. 47

As estatísticas apresentadas no gráfico 2 ratificam a relevância dos investimentos em atividades de microcrédito para fomento dos setores mais pobres da economia com o desenvolvendo de atividades sem maiores perspectivas de crescimento.

Portanto, ressalta-se a importância do microcrédito como instrumento que propicia o desenvolvimento dos pequenos empreendedores, seja na ampliação ou na melhoria de seu negócio. Vale frisar também que ao acessar o crédito o empreendedor movimenta a economia, quando injeta o recurso em seu negócio e se torna prospero, o que acarreta em benefícios próprios como a melhoria de sua qualidade de vida, bem como a terceiros ao gerar, por exemplo, empregos diretos e indiretos. (COSTA, 2016.p.48)

Os dados acima corroboram com o cenário estudado, onde dentro de um período de dez anos a AFAP, o montante de recursos realizados através da linha Amasol. Quando leva-se em conta as peculiaridades dos empreendedores amapaenses e o cenário da economia do Amapá, o fomento dos pequenos empreendedores é uma ação que gera externalidades positivas, pois movimenta a economia com o crescimento dos empreendedores o que diminui a magnitude do Estado na socioeconômica e conseqüentemente geração de emprego e renda nos demais setores melhorando os indicadores socioeconômicos como mostra a tabela 1.

Tabela 01 - Comparando com a SITUAÇÃO ANTES DO PROJETO, qual foi a evolução da sua RENDA MENSAL? Em termos totais

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentual</b>
Aumentou pouco	209	52,0
Não diminuiu nem aumentou	97	24,1
Aumentou muito	91	22,6
Diminuiu pouco	3	0,7
Diminuiu muito	2	0,5
<b>Total</b>	<b>402</b>	<b>100,0</b>

Fonte: COSTA, 2016. P.49.

Com base nas análises de Costa (2016), foi possível comparar a situação do empreendedor antes de tomar o crédito com o intuito de verificar qual foi a evolução da renda mensal do entrevistado em termos totais. Para 52% aumentou pouco, 24,1% não diminuiu nem aumentou, 22,6% aumentou muito. Também 0,7% diminuiu pouco e 0,5% diminuiu muito. Logo, observa-se que para 72,6% dos entrevistados teve aumento em sua renda.

O autor ainda teve a preocupação de verificar se com base nas mudanças acima citadas, valeu a pena ter recorrido ao microcrédito, e de acordo com as análises do referido

autor a opinião do entrevistado com relação às mudanças na sua vida, este considera que valeu a pena recorrer ao microcrédito. Sobre isto, 90,8% informaram que sim, 8,2% não têm certeza e apenas 1% disse não.

Em síntese, diante da análise do microcrédito no Estado do Amapá foi possível constatar as influências positivas do microcrédito no resgate da cidadania dos indivíduos que ao se tornarem protagonistas de negócios bem-sucedidos se sentem mais valorizados, capazes de mudar a sua realidade e ao mesmo tempo serem agentes de fomento e propulsores da economia da economia local.

### **3 - Considerações Finais**

Desta análise depreende-se que o microcrédito na Amazônia em especial no Amapá desponta como fonte alternativa de recursos aos pequenos empreendedores formais ou informais, além de ser uma ferramenta auxiliar no combate à pobreza e à exclusão social, é um instrumento de transformação social e econômica por incentivar o acesso ao crédito a pessoas menos favorecidas, haja vista que não têm acesso ao crédito tradicional e estão fora do mercado formal, uma vez que estas não possuem as exigências cobradas pelos bancos.

Neste sentido o microcrédito ofertado pela Agência de Fomento do Amapá - AFAP contribui para o desenvolvimento local na geração de benefícios econômicos e sociais dos tomadores de crédito que se tornam protagonistas das ações de sucesso do seu negócio e com isso, fomentam a socioeconômica local, quando não mais precisam recorrer apenas as grandes empresas para obter seu sustento ou se submeter a subempregos com baixas remunerações.

O acesso ao microcrédito viabiliza aos empreendedores serem protagonistas de seu próprio destino na escolha das ações que tem influência direta na sua qualidade de vida o que vem a ser a principal característica do desenvolvimento local e são modelos como este com políticas de fomento do desenvolvimento dos pequenos empreendedores locais que a Amazônia tanto demanda.

### **Referências**

ABRANTES, Joselito S. **(Des)envolvimento local em regiões periféricas do capitalismo: limites e perspectivas no caso do estado do Amapá (1966 a 2006)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

\_\_\_\_\_. **Bio (sócio) diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

AFAP, Agência de Fomento do Amapá. **Plano estratégico AFAP 2016.** Macapá: AFAP, 2016.

CHELALA, Charles Achcar. **A Magitude do Estado na Socioeconomia Amapaense.** São Paulo: Publit. 2008.

\_\_\_\_\_. **A magnitude do estado na socioeconomia amapaense.** Dissertação (Mestrado) – Programa de mestrado em desenvolvimento regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2008.

DORNELAS, José. C. A. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

IBGE, **Diretoria de pesquisas, coordenação de trabalho e rendimento, pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua.** 2015.

POTRICH, A. C. G., RUPPENTHAL, J. E. Empreendedorismo na informalidade: um estudo de caso no Shopping Independência de Santa Maria – RS. **GEPROS - Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, v.9, n.3, pp 145-158. jul-set. 2013.

POUCHUCQ, Alain. Negócios e Biodiversidade. **Revista T&C Amazônia**, Manaus, v.11, p.71-75, jun. 2007.

SEBRAE, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Cenários e tendências: análise da macroeconomia amapaense e setor empresarial do Amapá.** Macapá: SEBRAE/AP, 2013.

\_\_\_\_\_. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira.** DF: 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal>>. Acesso em: 06 set. 2016

SOUSA, Kleber A.; OLAVE, Maria E. L.; SILVA, Maria da C.; Geração de negócios: um modelo sugerido para a incubadora de negócios em um centro de biotecnologia na Amazônia. **In: Anais do Simpósio de administração da produção, logística e operações internacionais.** São Paulo: Editora FGV/EAESP, 2010.

COSTA, Francisco de Assis Souza. **Microcrédito como fomento para o Desenvolvimento do Empreendedorismo do Amapá: Estudo de caso da Agência de Fomento do Amapá – AFAP.** 86 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - Escola das Ciências Sociais e Humanas Departamento de Economia, Sociologia e Gestão. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2016.

RIBEIRO, D. **Microcrédito como Meio de Desenvolvimento Social.** (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Direito Milton Campos, Cidade Nova, 2009.

VARIAN, H. **Microeconomia: princípios básicos.** Rio de Janeiro: Campus, 1994.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo. Editora Ática, 2008.

## **Mídia, desmatamento e trabalho análogo ao escravo na Amazônia**

Carlos Potiara Castro,  
Faculdade de Comunicação e Núcleo de Estudos Amazônicos/CEAM,  
Universidade de Brasília

### **Resumo:**

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que está se iniciando e que foca na cobertura realizada pela imprensa, incluindo a alternativa, sobre casos de trabalho escravo moderno nas áreas de maior desmatamento e transformação da cobertura vegetal na Amazônia. A pesquisa em questão tem dois componentes. Um baseado na sociologia ambiental e outro, de análise de conteúdo. A primeira visa fazer um cruzamento de informações relativas a desmatamento e trabalho escravo, usando dados oficiais. O outro componente da pesquisa, que está sendo realizada de forma concomitante, diz respeito à cobertura jornalística realizada pela mídia sobre esse mesmo objeto. A hipótese inicial é que um tema incômodo como o trabalho escravo moderno no Brasil, em particular aquele que toca pessoas de classes sociais mais baixas e que ocorrem em regiões tidas como periféricas, tem uma cobertura falha, que não permite que o assunto seja devidamente discutido pela sociedade.

Pretende-se desse modo fazer um trabalho qualitativo, no sentido de compreender a complexidade do objeto – ou seja estudar a escravidão moderna e suas dinâmicas sociais e ambientais – e discutir aquilo que é abordado pelos meios de comunicação. A invisibilidade de um assunto como o trabalho escravo moderno para a sociedade brasileira, em um contexto de cartelização dos meios de comunicação, instituidores de um espaço público mediatizado, enfraquece essa pauta e a capacidade de mobilização de recursos para a consecução de ações para seu combate. Desse modo, o estudo deste objeto, além de exigir uma pesquisa interdisciplinar, permite a aquisição de conhecimentos sobre essa realidade invisível da sociedade e a consolidação do entendimento de que os meios de comunicação constituem instituições de caráter essencialmente público.

Palavras chave: Trabalho escravo; Desmatamento; Mídia; Amazônia

## **Media, deforestation, and slave labor in the Amazon**

### **Abstract:**

This work is based on a research that is being initiated, focusing on the coverage made by the press on modern slave labor in the areas of deforestation in the Amazon. The research in question has two components. One based on environmental sociology and another, a content analysis. At first I collected a cross-referenced information of deforestation and slave labor using official data. The other component, which is being conducted concomitantly, concerns the media coverage of that subject. The initial hypothesis is that an uncomfortable theme such as modern slave labor in Brazil, especially the one that touches people of lower social classes and that happen in regions considered periphery, has a flawed coverage.

I intent to do a qualitative work on the complexity of this subject - modern slavery and its social and environmental dynamics. The invisibility of modern slavery to the Brazilian society, in a context of media cartel, weakens this agenda and the capacity to mobilize resources to achieve actions to combat it. In this way, besides asking for an interdisciplinary and applied research, this research allows a better understanding about this invisible reality and remind that the media constitutes essentially public institutions.

Keywords: Slave labor; Deforestation; Media; Amazon

## **Medios de comunicación, deforestación y mano de obra esclava en la Amazonía**

### **Resumen:**

Este trabajo és una investigación inicial que se centra en la cobertura por la prensa, incluyendo la alternativa, los casos de esclavitud moderna en áreas de mayor deforestación y de transformación de la vegetación en la Amazonía. La investigación en cuestión tiene dos componentes. Un basado en sociología ambiental y outro de análisis del contenido. Una primera visa a un cruce de información sobre la deforestación y las áreas de ocurência de mano de obra esclava, a partir de datos oficiales. El otro componente de la investigación, que se desarrolla simultáneamente, se refiere a la cobertura periodística por los medios de comunicación del mismo objeto. La hipótesis de partida es que un tema incómodo como mano de obra esclava moderna en Brasil, especialmente uno que interpreta las más bajas clases sociales y que se encuentran en regiones consideradas periféricas, tiene una cobertura que no permite uns discusión profunda por la sociedad

La investigación tiene el fin de hacer un trabajo cualitativo, com el sentido de buscar comprender el objeto – qué sea, estudiar la esclavitud moderna y su dinámica social y ambiental - y verificar lo que está cubierto por los medios de comunicación. Trata-se de una invisibilidad del trabajo esclavo moderno por los medios cartelizados, que són los fundadores de un espacio público mediado, debilita la capacidad de movilización de recursos para el logro de acciones para

combatirlo. Por lo tanto, este objeto demanda una investigación interdisciplinaria y aplicada, que permitirá también de consolidar el entendimiento de que los medios de comunicación son esencialmente instituciones públicas privatizadas.

Palabras clave: trabajo esclavo moderno; deforestación; medios de comunicación; Amazonía

### **1- Introdução:**

As práticas hegemônicas de comunicação adotadas pelos meios corporativos de comunicação de massa do país se dão principalmente na esfera do controle do espaço público mediatizado, *locus* em que ocorrem as trocas simbólicas deliberativas sobre os assuntos que dizem respeito à sociedade. As informações veiculadas sobre assuntos públicos pelo meio de comunicação de massa são delineadas por uma narrativa essencialmente positivista, destinada à conservação das relações essencialmente desiguais que observamos em nossa sociedade. Essa restrição ao acesso democrático à voz e representação simbólica se legitima através da delimitação de padrões aos quais seria necessário se conformar para ser representado. Esse formato não é original, mas o *continuum* da história social do país e das representações simbólicas em que definições de classe e de gênero, raça e etnia permitem sua reverberação, ou não, nessas mídias.

A comunicação social enquanto campo disciplinar, desde meados da década de 1980, assumiu para si a responsabilidade de discutir o conceito de democracia moderna, se mostrando cada vez mais envolvida com a interpretação de que o deficit de poder deliberativo do cidadão passa necessariamente pelo questionamento da organização e funcionamento dos meios de comunicação. Essas conclusões refletivas na literatura adotada nos cursos de graduação, se tornaram óbvias também para outros campos das ciências humanas. A realização de pesquisas focando na crise do espaço público mediatizado em um contexto de meios cartelizados e a produção de artigos e livros, se

tornaram contribuições que ultrapassaram os limites disciplinares do campo para se constituírem em contribuições necessárias para a discussão o status da democracia e cidadania no país na contemporaneidade.

Nesse contexto, observou-se que conceitos subjacentes a outras agendas que se consolidam sobretudo a partir dos novos movimentos sociais da década de 1970, como a de defesa dos direitos humanos, são transversais e perpassam vários outros campos do saber. A comunicação social, que passa a discutir de forma sistematizada a questão democrática, vai perceber que a agenda de direitos humanos em particular é subjacente a várias das discussões que realiza. A noção da comunicação enquanto direito humano essencial se consolida aos poucos, envolvendo o direito à livre expressão, a pluralidade de meios, de vozes e de fontes, o acesso transparente a informações de interesse público, a segurança no exercício da profissão, entre outras.

Essas novas interpretações do papel do campo comunicacional e dos direitos humanos, essencialmente contemporâneas, surgem no bojo de uma série de novos movimentos sociais, que trouxeram para o espaço público agendas novas, que passaram a se confrontar as perspectivas estabelecidas e imovíveis. A comunicação passa nesse momento a ser vista como um objeto de especial interesse por ser portadora de um novo direito social e humano. O direito à comunicação e informação, que Murilo César Ramos classifica como de 4ª geração (Ramos, 2005).

Comunicação e Direitos Humanos não constituem portanto agendas novas e temos uma vasta literatura consolidada sobre essa interface. Entretanto, o diagnóstico de que a mídia *mainstream* constitui um problema para a representação democrática daquilo que constitui de fato o país, pede necessariamente que esse debate continue a ser trabalhado, para que as novas formas de expressão e atores sociais invisíveis passem a ter representação no espaço simbólico construído pelos meios de comunicação.

Este paper pretende levantar alguns questionamentos iniciais, relativos a uma pesquisa que se inicia. O seu objetivo é em primeiro lugar realizar uma leitura da invisibilidade das pessoas que estão à margem da sociedade e não constituem consumidores com poder aquisitivo para uma mídia corporativa sustentada pela publicidade e o consumo de massa. Segmentos sociais que são invisibilizados e não possuem voz no espaço portanto público, que se formou em um momento específico da história da modernidade, onde as trocas simbólicas necessárias aos processos deliberativos, passou a serem mediatizadas por suportes tecnológicos específicos e largamente difundidos pela massa da população. Desse modo, os segmentos da sociedade que se encontram em vulnerabilidade para aliciamento para o trabalho escravo, assim como os próprios trabalhadores nessa situação, não têm suas vozes veiculadas para a sociedade.

E por outro lado, existe a necessidade de se difundir informações sobre os casos de trabalho escravo no país, como uma estratégia importante para o seu combate e coibição.

## **2 – Escravidão moderna e meio ambiente**

O tema trabalho escravo constitui um desafio intelectual e de pesquisa pois trata-se de um fenômeno social extremamente complexo, que possui suas próprias dinâmicas, perfil social de aliciadores e trabalhadores braçais, locais de origem desses e os locais de maior ocorrência de casos de escravidão.

É um mundo dinâmico e invisível para a quase totalidade da sociedade brasileira, que recebe apenas informações esparsas sobre números, evolução anual e eventualmente casos violentos extremos, como assassinatos.

É uma temática portanto que coloca um desafio de longo prazo para uma pesquisa que se queira consistente, pois exige dedicação para leitura e estudo, além de busca de

informações de qualidade e realização de trabalho em campo. Existe de fato uma base teórica sobre comunicação, direitos humanos e cidadania. Mas entende-se que um trabalho de pesquisa como o que está sendo iniciado deverá exigir esforços originais, que não poderão ser supridos por literatura, sobretudo no que se refere à documentação em campo e o tratamento de dados.

*Tabela 1: Número de trabalhadores libertados por atividades econômica (2003-2014)*

	Setor de Atividade	Número de trabalhadores	Percentual do Total
1	Pecuária	11.755 casos	27,29 %
2	Canaviais (agrícola)	10.709 casos	24,86%
3	Outras lavouras	7.753 casos	18,00%
4	Carvoarias (produção)	3.294 casos	7,65%
5	Atividades diversas e não identificadas	3.026 casos	7,02%
6	Construção civil	2.163 casos	5,02%
7	Desmatamento	2.095 casos	4,86%
8	Reflorestamento (eucalipto, palma, etc.)	1.102 casos	2,55%
9	Extrativismo	534 casos	1,23%
10	Têxtil	327 casos	0,76%
11	Mineração (garimpos, etc.)	311 casos	0,72%
	<b>TOTAL</b>	<b>43.069 casos</b>	<b>100%</b>

*Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2015*

Dentre as primeiras perspectivas, temos que a escravidão moderna no Brasil acompanha de forma consistente o processo de avanço da fronteira agrícola do país. Não se trata de uma exclusividade, há um número relevante de casos de trabalho análogo à escravidão em zonas urbanas igualmente, assim como regiões de território consolidado.

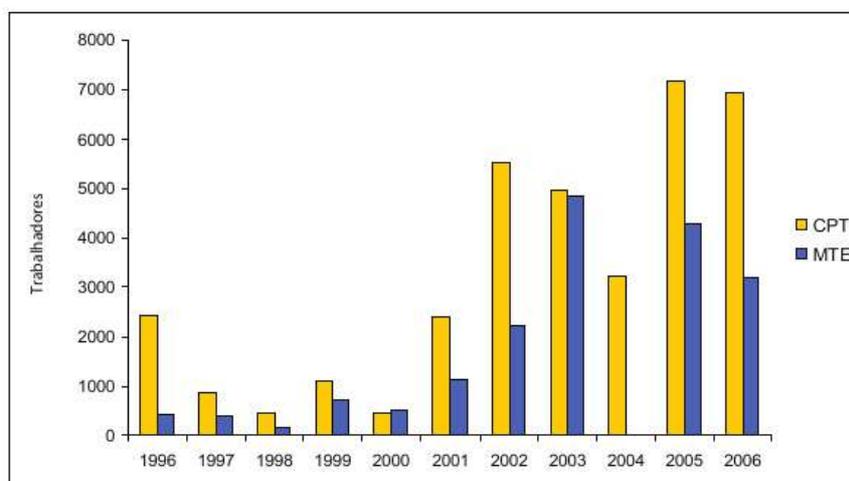


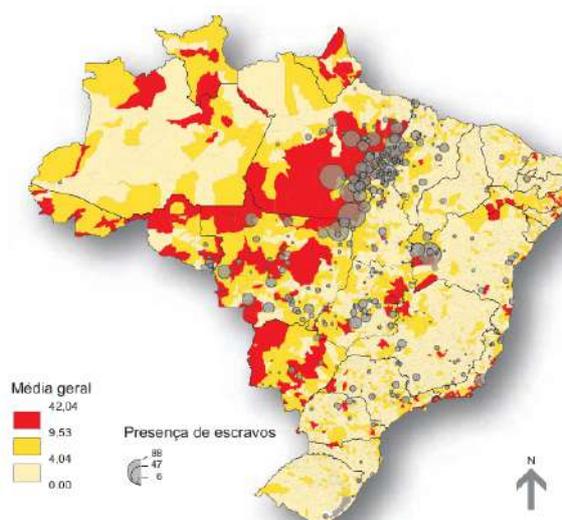
Gráfico 1: Trabalhadores escravizados 1996-2006.

Fonte: Théry, Hervé et al.

Entretanto, nas regiões de avanço das atividades do agronegócio e de consolidação de um mercado de capitalização, compra e venda de terras, os casos de trabalho escravo são frequentes. A organização não governamental *Repórter Brasil*, dirigida por Leonardo Sakamoto, afirma que o trabalho escravo está umbilicalmente interligado ao avanço da fronteira agrícola, às atividades de expansão do agronegócio - em particular sobre a floresta amazônica e sobre o cerrado do Brasil central, como mostra o mapa abaixo, produzido pela ONG Amigos da Terra, em trabalho de pesquisa coordenado pelo geógrafo francês Hervé Théry. Nele, observa-se a sobreposição da probabilidade de ocorrência de casos de trabalho em situação análoga à escravidão e as zonas de pressão da fronteira agrícola, sobretudo no sul do estado do Pará (e seu leste). Mas igualmente no norte do

Mato Grosso e Tocantins, Rondônia, iniciando sua entrada pelo Amazonas em Boca do Acre e Lábrea e o estado do Acre. Em regiões de expansão do agronegócio no cerrado também vemos isso ocorrer.

Mapa 1 – Índice de probabilidade de escravidão



Fonte: IBGE, apud. Théry, Hervé

Théry afirma que “há, pelo menos, 20 municípios com alto grau de probabilidade de trabalho escravo localizados nas regiões de fronteira na Amazônia brasileira. Nessas áreas, coincidem a queima de madeira para a fabricação do carvão vegetal, as altas taxas de desmatamento, o trabalho pesado de destoca para formação de pastagem e atividades pecuárias nas glebas rurais ocupadas.” Théry lembra do papel desempenhado por políticas públicas que incentivam o desmatamento e as iniciativas governamentais que estimulam a “expansão econômica e especulativa da floresta”. Ele diz ainda que “medidas como essas levam a mais desmatamento e conseqüentemente a mais emprego de mão de obra escrava.”

De acordo com o Atlas produzido por Théry *et. al.*, os dados apontam que o trabalho é essencialmente um problema de pobreza. “A miséria da população é explorada por grupos de proprietários de terras criminosos, sem escrúpulos, que visam ao lucro pelo lucro e não enxergam o trabalhador como um ser humano”.

As regiões de desmatamento, localizadas nas áreas de avanço da fronteira agrícola, sobre a região amazônica, constituem caso particular em que, desde a “abertura” das áreas de florestas, originárias do planejamento de estado realizado durante o regime militar, observam-se as maiores taxas do país de assassinato no campo e de outros abusos de direitos humanos.

### **3 – Comunicação e vozes subalternas**

As agendas de direitos humanos e cidadania tem sido crescentemente objeto de interesse de pesquisas multidisciplinares envolvendo a comunicação social. Trata-se de um movimento relativamente recente, datando das últimas décadas do século passado, que acompanha a modificação dos principais conceitos da área de direitos humanos e a ampliação da importância da comunicação social nos discursos de movimentos sociais da sociedade civil organizada.

Aos poucos, vimos surgir em programas de pós-graduação em comunicação social, projetos de pesquisas multidisciplinares que agregavam esses dois campos, com o intuito de criar uma base teórica para uma comunicação que integrasse os valores dos direitos humanos, assim como de cidadania. Fora da academia, foram criadas instituições que realizam até hoje projetos e produtos comunicacionais de fôlego sobre casos exemplares de abuso de direitos humanos no Brasil.

O projeto de pesquisa em andamento pretende fazer uma ação dupla. Primeiramente produzir uma reflexão teórica sobre o direito à informação e à comunicação, direitos humanos, cidadania e democracia. E em um segundo momento,

através da documentação e coleta de depoimentos, trabalhar casos exemplares de trabalho escravo no campo, com a ótica de dar acesso à voz a esses segmentos subalternos, residualmente representados na mídia mainstream.

Esses produtos constituirão, a além da pesquisa exploratória inicial, a produção de material jornalístico, produção de texto e de produtos audiovisuais, além de compilação de dados e informações a serem disponibilizados para a sociedade. O papel da comunicação nesse sentido é o de instituir um espaço público, por meios alternativos aos *mainstream*, onde as vozes das vítimas e o ambiente em que ocorrem esses casos, podem ser visualizados por um público diverso daquele dos especialistas nessa agenda, que produzem mais frequentemente relatórios ou outros tipos de produtos destinados a seus segmentos.

Essas vozes subalternas precisam ser escutadas e suas perspectivas sobre esses problemas, produzidos por uma alta modernidade tecnológica baseada no consumo de massa e classista, é fundamental, tanto por uma questão de direitos humanos, quanto para discutir bases para a solução dos problemas ambientais. Um projeto que visa restituir as visões sobre o meio ambiente, através da comunicação comunitária.

Muitas vezes, a escravidão é informalmente institucionalizada, com práticas que podem estar localizadas no limiar do socialmente aceito, mas que são reconhecidas localmente, em regiões desprovidas de serviços e instituições públicas, e fazem parte do cenário social. A literatura sobre a servidão moderna no Brasil, em regiões de seringais e de produção de cana-de-açúcar no sudeste e no nordeste do país, é bastante significativa e consolida esse entendimento.

A invisibilidade de um assunto como o trabalho escravo moderno para a sociedade brasileira, em um contexto de cartelização dos meios de comunicação que instituem o nosso espaço público, enfraquece essa pauta e a capacidade de mobilização de vários tipos de recursos para a consecução de ações para seu combate.

#### **4 - Considerações Finais**

Os resultados produzidos até o momento por esta pesquisa demonstram uma correlação positiva entre atividades econômicas mais rudimentares na região do arco de desmatamento e a identificação de casos de trabalho análogo ao escravo.

E as estratégias de divulgação das ações de combate ao trabalho escravo são elementos centrais, pois permitem angariar apoio público e legitimá-las, aumentando em princípio a efetividade das iniciativas empreendidas por organizações não governamentais e por agências públicas.

#### **5 - Bibliografia**

- BOOKER, Stephanie et. all. "Community Protocols: A Bottom Up Approach to Community Participation". In: *3rd UNITAR - Yale Conference on Environmental Governance and Democracy*. New Haven: 2014
- CASTRO, Carlos Potiara. "Comunicação assimétrica, microinstituições locais e a defesa de direitos de um povo indígena". In: VI Encontro da ULEPICC Brasil – Anais. Brasília, 2016.
- CASTRO, Carlos Potiara. "O príncipe e seu tradutor: Estado, comunicação e ambientalismo na Europa". In *Teoria & Pesquisa: revista de ciência política (UFSCAR)*. , v.19, 100-120, 2009.
- CASTRO, Carlos Potiara. "Comunicação, Ambiente e Novos Atores Sociais: a Pan-Amazônia na Imprensa Diária Européia". In *Série CEPPAC (UNB)*. , v.19, 01-48, 2008.
- CASTRO, Carlos Potiara. "Interligando pobreza e meio ambiente: abordagens comunitárias participativas, a Convenção sobre Diversidade Biológica e os protocolos comunitários". In: *Meridiano 47 (UnB)*. Vol. 18, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e18001>
- CASTRO, Carlos Potiara. "Seria a Amazônia uma colônia do Brasil? Ocidente interior, duplo vínculo

- e governança autônoma”. In: *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política (UFU)*. Vol. 4, no. 2, 2014.
- CASTRO, Carlos Potiara e Ferreira, Leila da Costa. “Pensamento norte-americano e processo de incorporação da temática ambiental nas ciências sociais”. In *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas (UNB)*. Vol. 7, número 2, (2013).
- DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação política no Brasil Pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / Anpocs, 1995.
- KUNSCH, Maria Margarida. *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. São Paulo: Summus, 2003.
- MOMESSO, L. A. “Direito à comunicação. Memória em Movimento”. In: *Revista de Comunicação, Política e Direitos Humanos*. V1, n.1, pp. 5-17, 2007.
- NOGUEIRA, Juliana e CASTRO, Carlos Potiara. "Internet, Democracia e Comunicação de Governo. Análise do Conteúdo da Página do Facebook do Portal Brasil da Presidência da República". In *Revista de Estudos da Comunicação (PUCPR)*. Volume 15, numero 37, 2014.
- PERUZZO, C. “Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania”. In: *Revista Alaic. - Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*. V. 3, n.2, jul./dic. p.18-41, 2005.
- PERUZZO, C. M. K. “Internet e democracia comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação”. In: J MELO, J. M.; SATHLER, L. (Org.). *Direitos à Comunicação na sociedade da informação*. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.
- PLASSAT, Xavier. *CPT - Trinta anos de denúncia e combate ao trabalho escravo*. Brasília: Comissão Pastoral da Terra, 2015.
- RAMOS, M. C. “Comunicação, direitos sociais e políticas públicas”. In: MELO, J. M.; SATHLER, L. (Org.). *Direitos à Comunicação na sociedade da informação*. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005.
- RAMOS, Roberta. “Empoderamento das comunidades no acesso a recurso genético e conhecimento tradicional: o caso das comunidades tradicionais de Oriximiná”. In: GRUPIONI, Denise e ANDRADE, Lúcia (org.). *Entre águas bravas e mansas: índios e quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: Comissão Pró-Índio e IEPE, 2015.
- ROLIM, R. R. “Cultura e democracia: gênese da institucionalização do direito à informação no Brasil. Memória em Movimento”. In: *Revista de Comunicação, Política e Direitos Humanos*. V. 1, n. 1, p. 31-64, 2007.
- SAKAMOTO, Leonardo. *Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*. Brasília: OIT, 2007.
- THÉRY, Hervé et. al. *Atlas do Trabalho Escravo no Brasil*. Brasília: Amigos da Terra.



TORQUATO, Gaudêncio. *Comunicação Empresarial/ Comunicação Institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas*. São Paulo: Summus, 1986.

## MOBILIDADE, MEMÓRIA E ENCONTROS CULTURAIS ENTRE MISSIONÁRIOS, INDÍGENAS E SERTANEJOS, ÀS MARGENS DO RIO ARAGUAIA, NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

**Milton Pereira Lima.** Universidade Federal Do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Mestrando em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA). E-mail: miltoncau@yahoo.com.br

**Richelly de Nazaré Lima da Costa.** Universidade Federal Do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Mestranda em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA). E-mail: richelly.costa@final.gov.b

...

### Resumo

Este artigo apresenta a discussão de uma pesquisa de mestrado em andamento, que pretende analisar o discurso sobre o encontro cultural da Igreja Católica com indígenas caiapó e sertanejos, durante a formação da cidade de Conceição do Araguaia, no estado do Pará, entre 1897 e 1911, a partir da memória em bibliografia dos missionários dominicanos. A investigação será feita em torno de um estudo descritivo e analítico. Adotaremos pesquisas bibliográficas, documentais e trabalhos de campo. As informações obtidas serão analisadas à luz do referencial teórico.

**Palavras-chaves:** Identidade. Cultura. Discurso. Memória.

### Resumen

Esto presenta la discusión de la investigación de maestría en curso, cuyo objetivo es analizar o del habla o que se encuentran Cultural de la Iglesia católica con kayapó y sertanejos indígena durante una formación de la ciudad de Conceição do Araguaia, en el estado de Pará, entre 1897 y 1911 el artículo, el desde la memoria en la literatura dos misioneros dominicos. La investigación se realizó en un estudio descriptivo y analítico en torno a uno. Tomaremos la investigación bibliográfica,

documental y trabajo de campo. ¿Cómo afectará la información obtenida en nuestro análisis fue la luz teórica.

**Palabras clave:** Identidad. Cultura. Discurso. La memoria.

### **Abstract**

This article presents an ongoing master 's study and intends to analyze the discourse from the bibliographical memory of the Dominican missionaries about the cultural encounter between the Catholic Church, the Kaiapó Indians and the Sertanejos, during the formation of Conceição do Araguaia, Pará, between 1897 And 1911. The research will be of the Descriptive and Analytical Study type. In it will be adopted researches: bibliographical, documentary and field work. The information obtained will be analyzed in the light of the theoretical reference.

Keywords: Identity. Culture. Speech. Memory.

## **1- INTRODUÇÃO**

Com o objetivo de compreender a história e os meandros da formação da identidade *cultural* a partir das narrativas discursivas sobre sujeitos da época da formação da Catequese de Conceição do Araguaia- PA, ou seja, “*A obra final - Conceição do Araguaia (1896-1898)*”, como afirma Gallais (1945), a partir da livro: O Apostolo do Araguaia, entre outros. E, conhecer e analisar a formação do Sul do Pará, essencialmente o Povoado as margens do Rio Araguaia; buscamos nas marcas antropológicas dos sujeitos, nas suas manifestações e práticas culturais evidências que sirvam como objeto de análise. Para essa pesquisa, nos apoiamos na concepção de cultura semelhante a de Laraia, (1986), “afirmando a dupla aptidão do homem durante a evolução humana: a plasticidade do homo sapiens e sua preponderante faculdade de aprender”; assim, cultura tem múltiplos significados, e é composta por múltiplos elementos, ou seja, é uma epopeia histórico-antropológica que entrelaça pontos da historicidade humana, tomando, como exemplo, o trabalho, os costumes, as tradições dos povos, as formas de moradia, de alimentação, de culto ao corpo em várias partes do mundo - determinando, assim, nossa identidade.

Parece-nos que há uma tradição histórica, na qual a presença francesa deixa marca na história do norte do Brasil, em específico nos estados do Pará e Maranhão. Outro

exemplo dessa marca aqui no extremo Sul do Pará é a presença dos missionários franceses dominicanos durante a formação dessa região.

Na atualidade se têm a liderança de Dom Dominique Marie Jean You, que também é francês. Cortês, ao saber sobre nossa pesquisa, “abriu os arquivos” da Igreja, nos passando vários documentos, a maioria *bibliografia Dominicana*, ou seja, textos - relatos e narrativas - em formato de livros e apostilados de biografias de missionários e da história das Missões e catequeses. Juntamente com os escritos se encontram uma centena de fotos da época da chegada dos religiosos à região, que retratam as primeiras casas, a vila, muitos indígenas, populares, embarcações, o rio Araguaia, na época da construção da Catedral de Conceição do Araguaia, além de um documentário em vídeo sobre a história da Diocese, intitulado: “*A Santíssima toca as beiras do Araguaia*”, produzido em 2011, ano do centenário da diocese.

No documentário há várias entrevistas com religiosos, pesquisadores, pessoas da comunidade e indígenas caiapós, inclusive uma mulher caiapó convertida ao cristianismo, que narra sua profissão de fé. Na capa do DVD<sup>1</sup> há uma sinopse dizendo:

1897 Frei Gil toca na beira do Araguaia, inicia uma aventura envolvendo índios Caiapós e sertanejos do Goiás\_ Esta aventura se chama Conceição do Araguaia.  
1911 O Papa São Pio X cria a Prelazia de Santíssima Conceição do Araguaia dando como primeiro Bispo, um ex - companheiro de Frei Gil, Domingos Carrerot. Este vídeo relata essa história com seus desafios e suas consequências. (Prelazia de Conceição do Araguaia, 2011).

Nosso percurso metodológico e teórico será a leitura e a análise desse *corpus* documental, além da consulta a uma extensa bibliografia: dissertações, teses, artigos e livros sobre a temática da vinda e da fixação dos dominicanos, tanto na região do Sul do Pará, como no antigo Norte de Goiás, atual Estado do Tocantins. Nesse sentido, ainda faremos uso de observações e análise dos hábitos, dos discursos e dos costumes do povo que mora e habita a região onde a Diocese estende seus domínios.

Essa observação não será realizada de forma semi-sistemática, dado o tamanho do território; e também não será com um *olhar* (metodologia) de antropólogo ou etnólogo, nosso *olhar* operará dentro do campo das ciências sociais, da pesquisa qualitativa de análises de documentos - tanto bibliográficos como fontes primárias.

Tentaremos alcançar uma percepção sobre o objeto de estudo mais próxima do real, contudo sem um pré-julgamento de âmbito etnocêntrico, pois sabemos que a pesquisa não é imparcial, sendo que o próprio interesse pelo campo de estudo têm fundamentação na

---

<sup>1</sup> A Santíssima toca as beiras do Araguaia: produtora século XXI. Imagens de Rafael Turchetti, Produção de Renato Moretto, edição de Luciano Toi.

relação íntima entre sujeito e objeto, pois nesse caso é nossa vivência e experiência com o objeto de estudo que nos motiva analisa-lo, é em função do pesquisador, ser “filho da terra” e pertencer a cultura do lugar. Portanto, concordamos com Laraia ao dizer que cultural se baseia num conjunto heterogêneo de práticas culturais e que a “cultura condiciona a visão de mundo do homem” (1986).

Com efeito, durante o dia 04 de julho de 2011, numa segunda-feira, em pleno veraneio Concepcionense, foi celebrado os 100 anos da mais antiga Diocese da região do Sul do Pará. À frente das comemorações estava Dom Dominique - Bispo Diocesano de Santíssima Conceição do Araguaia - ordenado ainda na década de 1981 e nomeado Bispo em 08 de fevereiro, de 2006, pelo então Papa Bento XVI, com a responsabilidade sobre a referida Prelazia do “Vale do Araguaia”. As celebrações, festas e missas da singular data católica foram descritas pelo jornalista Otávio Araújo, em 2011, assim:

Ao promover a festa de 100 anos da criação da Diocese de Santíssima Conceição do Araguaia, a Igreja Católica mudou a rotina da cidade que já recebe milhares de turistas devido ao período de veraneio. Atraídos pela forte ligação com a Igreja, várias caravanas chegaram à Conceição na última sexta-feira (01/07) para participar da extensa programação que só terminou no domingo (03/07). Elas vieram de 14 municípios que fazem parte da Diocese como Redenção, Rio Maria, Xinguara e Santana do Araguaia. Ao todo foram registrados mais de 4 mil participantes.

Tanto a Prelazia de Conceição do Araguaia como as demais instituições dominicanas, há mais de um século, mantêm uma produção literária sobre a memória e a história da fundação de suas Dioceses, Catequeses e a presença de seus missionários no Brasil. Um exemplo desse registro é a *Coleção Memória Dominicana*, livretos produzidos semanalmente, além de artesanalmente, nas décadas de 1980 e 1990, assim como os livros: *O Apóstolo do Araguaia*, *Entre os Índios do Araguaia* ambos de Pe. Estevão M. Gallais, *Entre Sertanejos e Índios do Norte* de Frei José M. Audrin, *O Índio do Araguaia*, de D. Luiz Antônio, entre outras obras e documentos. Não obstante, Edivaldo Antônio (1996, p.41) relata em sua pesquisa que: “O missionário dominicano que veio trabalhar no Brasil possuía uma sólida formação moral e intelectual”. Essa formação intelectual é notória nas várias obras dominicanas que por nós serão analisadas.

Contudo, há ainda uma farta documentação, como atas, relatórios, cartas de missionários, mapas da região do Araguaia, da cidade de Conceição do Araguaia, de ordenação, enfim, de variados assuntos da alçada dos religiosos e de suas relações sociais e religiosas nas comunidades nas quais eles estavam inseridos.

A pesquisadora Caixeta (2013) escreveu sobre as “*Santas*” missões *Dominicanas no final do século XIX*. Nesse artigo, a autora além de analisar os discursos e as estratégias pastorais dos religiosos, delinea parte da produção literária dominicana,

referendando quem foram os autores, as fases e os principais temas abordados na Coleção Memória Dominicana,

Os primeiros volumes da Coleção Memória Dominicana são de biografias. O v.1 Frei Gil Vilanova: apóstolo dos Índios (1851-1905), por Frei Ephrem Lauziere em 1934. O v.2 Frei Vicente de Mello: primeiro dominicano brasileiro (1854-1881), por Frei Reginaldo Fortini. O v.3 Frei Guilherme Vignau: missionário companheiro de Frei Gil de Vilanova (1865-1903), por Frei Ephrem Lauziere (1938). O v.4 Frei Estevão Gallais e Sua Obra Missionária, por Frei Ephrem Lauziere (1939). O v.5 Frei Angelo Dargaignaratz (1848-1905), por Frei Ephrem (1938) e o v.6 Frei Raimundo Anfossi (1858-1915), por Frei Ephrem (1938). O v.7 Frades Dominicanos no Brasil, por Frei Jacinto Lacomme (1922). O v.8 Frei Gil de Vilanova e Suas Excursões Missionárias em Busca dos Índios, sem autor e sem data. O v. 9 Frei Antonio Sala, por Frei R. Bonhomme, 1937. O v.10 Rádio Educadora do Araguaia, por Frei Alano Porto de Menezes, sem data. O v. 11 D.Frei Domingos Carrerot: Bispo de Porto Nacional, sem autor e sem data. O v.12 Cartas do Brasil, por Frei Estevão Gallais, são 83 páginas, escritas em 1883, relatando sua viagem ao norte de Goiás. O v.13 Missões Populares Dominicanas, por Frei Alano, sem data. O v.14 Crônicas da Missão em Conceição do Araguaia (1896-1938), organizado por Frei Alano, reproduz artigos publicados nas revistas francesas da ordem e cartas enviadas pelos missionários aos seus superiores, o mesmo foi feito no v.15 Crônicas da Missão Dominicana em Porto Nacional (1877-1936) (CAIXETA, p: s/n. 2013)

Por conseguinte, baseado na leitura e análise dessa produção bibliográfica é que se tentará identificar as bases da formação cultural da região estudada. Atenhamo-nos primordialmente às obras: *O Apóstolo do Araguaia e Gorotirés*, ambas produzidas pela Diocese de Conceição do Araguaia. Nelas, os autores expõem um gama de falas e discursos, essencialmente sobre os indígenas durante os primeiros contatos e no decorrer da catequização.

As obras mencionadas foram escolhidas devido apresentarem relevantes informações sobre os indígenas, sertanejos e os próprios missionários. Esses livros já foram analisados e estudados por vários pesquisadores, entre eles, Hélio Moreira (2001, p.17), que afirma: “Frei Gil Vilanova, com sua imensa barba branca de Patriarca Russo, foi um homem impetuoso, fundador de cidades e pacificador de índios”.

Ademais, tendo como objeto da análise os discursos e abordagens dos religiosos sobre a *moral* e os *costumes*, modo de vida dos indígenas, tomaremos como objeto de análise a própria fala dos dominicanos, pois supomos que, muitas áreas e documentos, a historiografia tradicional reduziu a textos e “achados” da arqueologia, pois como adverte Le Goff (1924, p.10), “hoje os documentos chegam a abranger a palavra, o gesto. Constituem-se *arquivos orais*; são coletados *etnotextos*”.

O Sul do Pará é território de fronteira que, desde a virada do século XIX para o século XX, era habitado fundamentalmente pelos Caiapós e Carajás. Entretanto, as relações não foram harmônicas entre eles e os chegantes ocasionaram o reordenamento dos

territórios - “territorializações, desterritorializações e reterritorializações”, como diz Haesbaert (2011, p.321).

Há varias passagens nos textos dominicanos sobre conflitos entre indígenas e sertanejos. Segundo essas narrativas, havia massacre dos dois lados, todavia, a Igreja, na pessoa dos missionários, sempre é apresentada como pacificadora. Nas fontes, são descritas tentativas de intervenção dos missionários nos conflitos entre indígenas e sertanejos, entre indígenas e soldados representantes do Estado brasileiro, que habitava longínquas guarnições.

Os dominicanos relatam sobre a presença de migrantes vindos de várias regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, muitos buscavam terras para plantar. Essa dinâmica (o encontro entre indígenas, sertanejos e religiosos) consolidou a formação da identidade, pois Hall (2015, p.74) diz que “as identidades nacionais, como vimos, representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares”. No dinamismo histórico-social, no Sul do Pará, consolidou-se o povoado de Conceição do Araguaia, sob a égide da Igreja.

A primeira frente de expansão, composta por um grupo sertanejo pastoril de origem nordestina, partiu do Maranhão, cruzou o norte do Goiás e ocupou áreas de pastagens naturais próximas à margem paraense do rio Araguaia, em território indígena Caiapó, nos anos finais do século XIX. Praticamente nesse mesmo período, essa mesma área do Sul do Pará foi escolhida por missionários franceses da Ordem Dominicana como ponto central da missão de catequese (VAZ, 2013, p.13).

A presença de migrantes vindos de outras regiões do Brasil para o antigo norte do Goiás, hoje Tocantins, e para Sul do Pará coincide com a saga missionária dos Dominicanos nessa mesma região. Há inúmeros relatos da passagem de viajantes, garimpeiros, exploradores e, até mesmo de religiosos de outras denominações católicas, entretanto, foram os dominicanos que resolveram fixar moradia e fundar a tão almejada catequese, sob a liderança de Frei Gil. Da mesma forma que, orientados por esse mesmo religioso, ocorreu o deslocamento de parte da tribo dos Caiapó e de sertanejos, que moravam próximos a Santa Maria, para as margens esquerdas do rio Araguaia.

## **2- A PRODUÇÃO DISCRUSIVA OFICIAL A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO DA MEMÓRIA BIBLIOGRÁFICA DOMINICANA**

A formação identitária de Conceição do Araguaia está vinculada à uma “disputa” entre os sujeitos: missionários, que buscavam, segundo Gallais (1945, p.123), “salvar as

almas dos indígenas” e também de aventureiros (exploradores), que desciam o Rio Araguaia à procura de metais preciosos.

A existência de esporádicas propriedades rurais, de propriedades de criadores de gado (sertanejos) “em volta de belas fazendas se estendiam a perder de vista em campos magníficos, em que se pastavam inúmeros rebanhos” (GALLAIS, 1945, p.97). Segundo Hall (2012, p.75), é nessa perspectiva de ressignificação e transitoriedade que “as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas - de tempos lugares, histórias e tradições específicas”.

Todavia, a produção discursiva dominicana, sua missão e estratégia de contato para evangelização dos povos indígenas, em particular dos Caiapó, obedece uma lógica doutrinária europeia colonialista cultural, nessa perspectiva, diz Coll (2006, p. 27): “quando falamos em cultura estamos aludindo a aspectos intelectuais, folclóricos ou de valores”. Além do mais, compreende-se que as narrativas de memórias em bibliografias dominicanas se fundamentam primordialmente em três matrizes ideológicas discursivas: político-econômico, etnocêntrico e religioso-doutrinário, como se pode observar nas escritas.

a) *Político econômico*: “O índio não se preocupa com o dia de amanhã<sup>2</sup>”, uma preocupação econômica, “o “Padre Vilanova expôs ao fim da sua visita e, para lhe captar as boas graças, ofereceu-lhes pólvora, tabaco e pontilhas de vidro<sup>3</sup>”, uma estratégia de aproximação, “Pouco a pouco, porém, os índios se tranquilizavam, e, como lhes apresentavam algumas provisões<sup>4</sup>”, tática de estabelecer confiança, “a primeira coisa que o índio deve fazer para tirar partido das suas riquezas de suas terras, está em fazer com que aceitem o princípio da autoridade, em inculcar o respeito à propriedade alheia e em lhes transmitir o amor ao trabalho, assegurando-lhes o gozo das vantagens, que é sua legítima recompensa. O estado social em que vivem os índios no Brasil não traz somente como consequência reduzi-los a uma miséria sórdida<sup>5</sup>”, têm-se aqui valores morais tanto cristãos como social-econômico, de matriz ideológica, produção, disciplina ao trabalho e produção de excedente.

b) *Etnocêntrico*: “O índio é um bicho mal”, juízo de valor e estranhamento perante ao outro, <sup>6</sup>“de um lado índios e (de outro), civilizados continuavam em pé de guerra”, esvaziamento de tolerância e postura dominante.

<sup>2</sup> GALLAIS, O Apóstolo do Araguaia, p: 142, 132. 1945.

<sup>4</sup> GALLAIS, O Apóstolo do Araguaia, p: 133. 1945.

<sup>5</sup> GALLAIS, O Apóstolo do Araguaia, p: 133, 141, 1945.

<sup>6</sup> GALLAIS, O Apóstolo do Araguaia 85. 102, 105, 1945.

c) *Religioso-doutrinário*: “só ali é que o missionário poderá apanhá-lo, amansá-lo, como se diz no Brasil, isto é, cristianizá-los”, o objetivo máximo da missão é a evangelização, “o padre Vilanova fazia promessas tentadoras. Educaria as crianças até aos quinze anos ou dezesseis anos, os pais poderiam ir vê-los (...) ao término da educação deles, voltariam à aldeia, com vinte novilhas que o padre se comprometia a oferecer-lhes”, estratégia de convencimento a partir da oferta de bens e produtos de necessidade básicas - alimentação, para desempenhar a cristianização dos indígenas.

A fronteira entre o Sul do Pará (Conceição do Araguaia) e o Norte de Goiás (Couto Magalhães) era “terra de ninguém”, não no sentido de ser desabitada, mas de ser um território onde os dois estados faziam-se praticamente ausentes, no que diz respeito às políticas públicas ou de assistência social - apesar de cada um se preocupar em preservar o potencial mineral e vegetal para si. Essa contradição governamental foi explicitada, nas narrativas dos dominicanos, ao apontar momentos de disputas por domínio dessa fronteira.

Quase que simultaneamente à criação do povoado de Conceição do Araguaia ocorreu também a exploração da castanha-do-pará e de coque, nas extensas áreas de mata que vão do Sul do Pará até o Sudeste - Marabá. Coincidências a parte, nas primeiras décadas do século XX, deu-se uma corrida migratória para as cidades situadas às margens do Araguaia e a aceleração populacional e econômica dos povoados próximos ao Rio Itacaiúnas.

A partir da análise das falas escritas dos religiosos, fica claro que a missão evangelizadora, a Catequese e a fundação da Diocese da Santíssima Conceição do Araguaia, intencionalmente ou não, colaboraram com a política de Estado que pretendia ao mesmo tempo “povoar”, “desenvolver”, explorar e manter o controle sobre uma região outrora tanto longínqua, conflituosa e de difícil vigilância estatal. A ação de cristianização e educação dos povos indígenas, principalmente dos caiapós, garantia a manutenção da civilidade e da possibilidade de progresso. Todavia, Coll (2006, p.47) argumenta que forjar relações sócias a partir de uma matriz cultural, que se impõe sobre as demais, é negar pluriculturalismo, pois “o pluralismo cultural não se trata de constatar apenas as multiplicidades, nem o ideal de unidade, não afirma a existência de verdades absolutas, tolera e permite a coexistência humana, e não aceita nenhum “sistema universal”.

Nas memórias discursivas dos documentos oficiais, a bibliografia dominicana apresenta muito temas, como: “terra, propriedade, educação, evangelização, progresso e riqueza”. Nessa lógica ideológica, Chauí (2006, p, 73), ao especificar a formação da

identidade cultural do Brasil, menciona a preponderância de três mecanismos: “o mitológico, o ideológico e o político”. Portanto, percebe-se uma convergência de interesses do Estado e da Igreja, ambos se beneficiavam com o projeto dos dominicanos, tanto é que Frei Gil, ao buscar auxílio em Belém e em Goiás Velho, segundo fontes, foi muito bem recebido, tanto por Augusto Monte Negro, governador do Pará, quanto por representantes de Couto Magalhães, governador do Goiás.

### 3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Denota-se, assim, que após o encontro dos sujeitos históricos que culminou com a fundação da Cidade de Conceição do Araguaia e, conseqüentemente a formação das demais cidades do Sul do Pará, deliberadamente ou não, a partir de uma estratégia de poder de sujeitos proprietários de áreas rurais, exploradores de matérias vegetais e minerais, do próprio Estado, e missionários religiosos, promoveu-se uma significativa corrida migratória e, portanto, demográfica, com um breve susto urbanístico às margens paraense do rio Araguaia.

Nesse interim, logo após a formatação territorial, ensaiou-se, sob o manto moral cristão, uma vivência em uma comunidade culturalmente diversificada. Sobre esse tipo de acontecimento, Coll (2006, p. 27) defende que a cultura não é apenas uma dimensão, “quando falamos em cultura estamos aludindo a aspectos intelectuais, folclóricos ou de valores”. Assim, mesmo com limitações tecnológicas e de comunicação, o povoado era composto por sujeitos culturais heterogêneos (sertanejos nordestinos, indígenas caiapó e missionários franceses), mesmo num ambiente distante dos centros populacionais mais desenvolvidos, ocorria, assim, no povoado, uma nascente semente híbrida-cultural.

Em um primeiro momento, deu-se a predominância da tradição cultural religiosa românica, isto é, da Igreja Católica Apostólica Romana, na figura dos Frades Pregadores Dominicanos. Dessa forma, deu-se a consolidação de valores morais cristãos, mediatizados já em 1906, com a chegada das Freiras Dominicanas Educadoras, que tinham inicialmente a incumbência da educação das indígenas caiapós, passando a se responsabilizarem pela educação da vila. Ainda com a “missão educativa”, formou-se posteriormente o “Educandário Santa Rosa de Lima”, como centro educacional em Conceição do Araguaia.

Contudo, a fusão de tradições indígenas caiapó, de moradores sertanejos, de atores sociais diversos, oriundos de outros lugares e culturas, materializam-se no hibridismo cultural envolto em imposições, resistências e acomodações; na nova fronteira, agora multicultural, a Igreja Católica, representada na figura dos missionários desbravadores dominicanos, agiu como mediadora, tanto de um processo de formação identitária, apaziguamento, como de uma acomodação entre os sujeitos históricos, em parte do território oriental da Amazônia, Conceição do Araguaia.

## REFERÊNCIAS

ANTONIO, Edivaldo. **Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930)** fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil. Goiânia: UFG, 1996.

CAIXETA, Vera Lúcia. As “**santas**” **missões dominicanas em Goiás no final do século XIX**, Escritas, Volume 5, SP: 2013, p. 127-144.

CHAUÍ, M. Cultura, <democracia e Socialismo>. In: CHAUÍ, M. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação cultural Perseu Abramo, 2006, p. 129- 147.

COLL, A. N. **Proposta para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização**. São Paulo: Instituto Pólis, 2006, p.11-51.

COLEÇÃO MEMÓRIAS DOMINICANAS. Juiz de Fora: s. Ed; s. data (1980-1990). Frei José M. Audrin O. P. **Entre Sertanejos e índios do Norte**. Salvador: AGIR, 1947.

\_\_\_\_\_. Estevão-Maria **Entre os índios do Araguaia**. Diocese de Conceição do Araguaia, 1945.

GALLAIS, Estevão-Maria. **O Apóstolo do Araguaia**: Frei Gil Vilanova, Missionário Dominicano. Rio de Janeiro: Vera Cruz, 1942.

LARAIA, Roque de Ramos. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LE GOFF, Jacques, **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Rio de Janeiro, Zahar 1924.

LUIZ, de D. Antônio. **O índio do Araguaia** [et.al.]. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MOREIRA, Hélio. **A Igreja Católica e a catequese dos índios no Vale do Araguaia**. Conceição do Araguaia. Jornal dos Lagos, 2011.

VAZ, Vania. **A formação dos latifúndios no sul do Estado do Pará: terra, pecuária e desflorestamento.** 167 p. Tese (Desenvolvimento Sustentável). Centro de desenvolvimento sustentável- CDS. Universidade de Brasília. 2013

ARAÚJO, Otávio: **Diocese de Conceição faz 100 anos.** Redenção. 01/07/2011. [otavioaraujo.blogspot.com/](http://otavioaraujo.blogspot.com/). Acessado em 19/04/2017.

## **MULHERES PAITER SURUÍ: LUTA E VOZ NO TERRITÓRIO INDÍGENA SETE DE SETEMBRO (RONDÔNIA)**

Márcia Helena Gomes<sup>1</sup>

[marcia.gomes\\_ribeiro@hotmail.com](mailto:marcia.gomes_ribeiro@hotmail.com)

Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Ricardo Gilson da Costa Silva<sup>2</sup>

[rgilson@unir.br](mailto:rgilson@unir.br)

Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Josélia Gomes Neves<sup>3</sup>

[joselia.neves@pq.cnpq.br](mailto:joselia.neves@pq.cnpq.br)

Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

### **RESUMO**

O movimento de mulheres e sua problematização pela igualdade e diferença de gênero têm mobilizado diferentes agendas na busca por materialização de políticas públicas. Neste contexto situamos a atuação das mulheres Paiter Suruí, da Terra Indígena Sete de Setembro, localizada no estado de Rondônia, Amazônia. O objetivo do estudo foi documentar alguns aspectos no processo organizacional do povo Paiter, considerando os elementos, gênero e preocupações com as pressões sofridas no âmbito territorial e evidenciadas na criação do Departamento e da Associação de Guerreiras Indígenas de Rondônia -AGIR. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo por meio das técnicas de observação e realização de entrevistas com Mulheres Suruí. O intuito foi analisar suas concepções de luta e território, de compreender como classificam comportamentos tidos culturalmente como exclusivamente masculinos e suas avaliações sobre o poder adquirido na gestão de suas vidas. No decorrer das visitas a algumas aldeias, foi possível inferir como essas inovações organizacionais influenciam o cotidiano desse povo. Os resultados apontam que este formato organizacional das mulheres indígenas sugere possíveis alterações culturais no âmbito das relações sociais de gênero. Buscam de forma coletiva discutir os problemas atuais e dessa forma se colocam ao lado dos homens como protagonistas na gestão do seu território.

**Palavras chave:** Gênero. Gestão do Território Mulheres Indígenas. Paiter Suruí. Amazônia.

### **SUMMARY**

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR – [marcia.gomes\\_ribeiro@hotmail.com](mailto:marcia.gomes_ribeiro@hotmail.com)

<sup>2</sup> Prof.Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR-[rgilson@unir.br](mailto:rgilson@unir.br)

<sup>3</sup> Professora da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus de Ji-Paraná. Vinculada ao Departamento de Ciências Humanas e Sociais. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia. Coordenadora da Linha de Pesquisa Antropologia Etnopedagógica e Currículo. [joselia.neves@pq.cnpq.br](mailto:joselia.neves@pq.cnpq.br)

The women's movement and its problematization by gender equality and difference have mobilized different agendas in the search for the materialization of public policies. In this context we situate the work of women Paiter Suruí, from the Sete de Setembro Indigenous Land, located in the state of Rondônia, Amazonia. The objective of the study was to document some aspects of the organizational process of the Paiter people, considering the elements, gender and concerns with the pressures suffered in the territorial scope and evidenced in the creation of the Department and the Association of Indigenous Warriors of Rondônia - AGIR. The methodology involves bibliographical research and field research through observation techniques and interviews with Suruí Women. The aim was to analyze their conceptions of struggle and territory, to understand how they classify behaviors culturally considered as exclusively masculine, and their evaluations about the power acquired in the management of their lives. During the visits to some villages, it was possible to infer how these organizational innovations influence the daily life of this people. The results indicate that this organizational format of indigenous women suggests possible cultural changes within the framework of social relations of gender. They seek collectively to discuss the current problems and in this way place themselves alongside men as protagonists in the management of their territory.

Keywords: Gender. Territorial Management Indigenous Women. Paiter Suruí. Amazon.

## INTRODUÇÃO

Trabalha com artesanato. Na roça banana, cacau ajuda o meu marido. Tenho 8 filhos, ajuda em casa. Filhos estudam. Sabe um pouco fiar algodão tradicional, não sei falar português. (Gobati Suruí).

A construção de debates sobre gênero, independentemente de se tratar de espaços indígenas ou não, geram conflitos diante da exposição de pensamentos divergentes. A abordagem de gênero em territórios indígenas é uma temática recente e com escassas produções a respeito (JUNQUEIRA, 2002; KAINGANG, 2012; VERDUM, 2008; MEAD, 2003; MINDLIN, 1988).

Em Rondônia, essa temática tem adquirido força por meio das ações realizadas pelas mulheres indígenas, particularmente as Paiter Suruí. Por meio do movimento e organização política passaram a ter voz na defesa de seus direitos. A luta por igualdade de gênero se estende há anos, porém as mulheres Paiter Suruí estão tomando conhecimento desta luta há pouco tempo. Buscam o reconhecimento de suas capacidades enquanto agentes sociais capazes de contribuir com a luta diária do seu povo.

Nesta direção, o objetivo desse trabalho foi documentar alguns aspectos do processo organizacional, das mulheres Paiter na perspectiva das relações sociais de gênero, traduzidas

nas preocupações com as pressões sofridas no âmbito territorial e interno. Esta mobilização resultou na criação da Associação de Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR).

Assim, procuramos buscar aproximações com suas percepções de mundo e o que almejam enquanto mulheres ativas socialmente, como explicam suas realidades e principalmente os seus desejos para o futuro do seu povo. O cenário destas mudanças é seu próprio espaço, a Terra Indígena Sete de Setembro, confirmando que:

O território, pela sua organização e instrumentalização, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário. A sociedade civil é, também, território, e não se pode definir fora dele. Para ultrapassar a vaguidade do conceito e avançar da cidadania abstrata à cidadania concreta, a questão territorial não pode ser desprezada (SANTOS, 2007 [1987], p. 151).

Nesta perspectiva, o território tradicional traz as marcas das identidades, pois constitui espaço tempo de perambulações, registros históricos da memória do povo, como área sagradas, os lugares da coleta, do plantio, confirmando que:

[...] o espaço não promulga uma materialidade destituída da história, visão essa ainda assentada em vários campos científicos, apesar de toda “onda geográfica” que invadiu as demais ciências sociais. Ao contrário, manifesta em seus objetos as ações operadas pelos grupos sociais, pelas classes sociais, pelas forças do capital, sobretudo, através da ação do Estado, que no movimento contraditório de suas políticas públicas, conforma o espaço social. (SILVA. 2014, p. 145).

Assim, estas representações e ações dos grupos sociais muitas vezes, sugerem compreensões contrastantes, pois a forma como pensam e cuidam da Terra Indígena, no contexto da globalização e na situação da pós-modernidade, talvez nem sempre correspondam as expectativas e ações do estado brasileiro.

## **POVO PAITER SURUÍ**

O Povo Suruí de Rondônia, autodenominados *Paiter* (que significa gente de verdade), falante da língua do tronco Tupi da família Mondé, vivem na Terra Indígena Sete de Setembro, em um território de aproximadamente 248.147 hectares, localizado no sudoeste de Rondônia (RO) e noroeste de Mato Grosso (MT), região do município de Cacoal (RO).

O nome da TI deve-se a data do contato, 7 de setembro de 1969, mas o Povo *Paiter* a denomina *PaitereyGarah*. O contato aconteceu de uma expedição oficial da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), liderada pelo sertanista Francisco Meireles. Silva et al (2013) (MINDLIM, Betty) é incisivo quando afirmam que “no dia 07 de setembro o Brasil

*comemora sua independência de Portugal, para os indígenas é a data em que os tornam dependentes do Estado brasileiro”.*

Neste período de contato com o povo *Paiter*, se verificava o início da violenta migração humana oriunda do Sul do País para Rondônia, onde vinham na busca de terras e melhores condições de vida, estimulados pelo Governo Federal através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nesta época, grande parte do território indígena foi invadido e iniciaram grandes conflitos.

Além destes, os *Paiter ey* relatam que *“na ponta dos facões e das facas os brancos trouxeram a desgraça e a morte”*. O resultado do contato para este povo foi a redução de 5.000 para 250 indivíduos. Grande parte das mortes se deve a uma epidemia de Sarampo (SURUI ET AL, 2008).

A demarcação dessa TI aconteceu em 1976 e a posse permanente foi em 1983 (CARDOZO, 2011). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualmente a população é de aproximadamente 1.238 pessoas, sendo 632 homens e 606 mulheres (BRASIL, 2010), distribuídas em 27 aldeias, na luta por sua sobrevivência étnica.

Os *Paiter Suruí* é um povo que luta contra a perda dos valores ancestrais e ao mesmo tempo busca novas formas de sobrevivência sem perder a identidade ao inteirar-se com a sociedade envolvente. Conforme Suruí (2011), desde 1980 eles vêm constituindo acervo de memória de seu povo com gravações feitas pela antropóloga Betty Mindlin e pelos próprios *Paiter Suruí* possuindo vasto acervo oral, composto de narrativas, músicas, relatos, explicações de costumes, relações de parentesco e usos da linguagem cotidiana.

A governança política e social desses povos é clânica e organizam-se em metades compostas por grupos exogâmicos patrilineares: *Gameb*, *Gabgir*, *Makor* e *Kaban*, e têm como um de seus princípios em normas consuetudinárias positivadas a manutenção de sua tradição, valorização e fortalecimento da cultura e religiosidade. A educação formal é oferecida pelo estado de Rondônia (do ensino fundamental ao médio) em escolas dentro das aldeias por professores indígenas e não indígenas (Mindlin, 1985; Suruí, 2011; Suruí, 2013).

Ao retornar na história desse povo, Suruí (2013) atenta que o contato dos povos indígenas com os não indígenas acarretou grandes mudanças para vida dos *Paiter Suruí*. Uma das principais mudanças foi o desmatamento praticado pela frente de colonização governamental, intensificada a partir da década de 1970, ocasionando a diminuição do território e extinção de recursos naturais.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido no período de agosto de 2016 a abril de 2017 junto a um grupo de mulheres indígenas da etnia Paiter Surui, residentes na Terra Indígena Sete de Setembro, no município de Cacoal, estado de Rondônia. O objetivo central foi documentar elementos do processo organizacional das mulheres indígenas na perspectiva das relações sociais de gênero, tendo em vista a criação da Associação de Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR). Compreender suas percepções de mundo, expectativas, sonhos para si e para o futuro do seu povo.

Para alcançar este objetivo, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa a partir das seguintes técnicas de coleta de dados: observação na vida real, entrevista e pesquisa documental conforme orientações de Lakatos e Marconi (1990). Inicialmente foram feitas as leituras teóricas para o aprofundamento do assunto a partir dos trabalhos de Junqueira (2002), Kaingang (2012), Verdum (2008), Mead (2003), Mindlin (1988), Lakatos e Marconi (2003), dentre outros/as, o que caracteriza a pesquisa bibliográfica:

[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 158).

Posteriormente, desenvolvemos a pesquisa de campo por meio de observações e registros no caderno de campo referentes ao acompanhamento das mulheres indígenas nas aldeias. A técnica adotada foi a observação na vida real "[...], registrando-se os dados à medida que forem ocorrendo, espontaneamente, sem a devida preparação. A melhor ocasião para o registro é o local onde o evento ocorre. [...]". (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 195). Paralelas às observações, desenvolvemos também a pesquisa documental, quando "[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias". (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 195).

Neste sentido, a leitura dos documentos das organizações indígenas divulgados em suas páginas digitais, foram importantes para aprofundar conhecimentos sobre o seu

funcionamento relacionado às atividades das mulheres Surui. Posteriormente, foi feita a etapa das entrevistas não dirigidas, aquela em que: "Há liberdade total por parte do entrevistado, que poderá expressar suas opiniões e sentimentos. A função do entrevistador é de incentivo, levando o informante a falar sobre determinado assunto, sem, entretanto, forçá-lo a responder". (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 197).

Participaram deste estudo 7 mulheres, sendo 6 da etnia Paiter Suruí e uma do Povo Tupari, casada com um homem Surui. Na oportunidade, discorreram sobre o histórico da criação da Associação de Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR), suas impressões sobre a atuação desta entidade considerando as demandas apresentadas pelo Povo.

## **ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO POVO PAITER**

Historicamente, o povo *Paiter* possui uma organização baseada em clãs, que são a base do Sistema da organização política e do sistema de parentesco e matrimônio. Os clãs são *Gameb*, *Gabgir*, *MakoreKaban*. Quanto a organização social, a cultura *Paiter* permite o casamento de homens com mais de uma mulher e aconselha que estes casamentos aconteçam com pessoas pertencentes a clãs diferentes.

Sua organização social preconiza a exogamia clânica, onde o casamento é permitido somente com os membros de outro clã. São poligâmicos, sendo que especialmente os chefes e lideranças podem casar-se com mais de uma mulher. Mantém como regra preferencial o casamento avuncular (MINDLIN, 2008, p. 13).

Eles são um povo descrito como patrilinear, que se fundamenta na descendência paterna, e seu sistema clânico é o que define a organicidade e os aspectos políticos do povo e, conseqüentemente, os fortalece nas lutas pelos direitos.

Os *Paiter* foram pioneiros ao criar a primeira organização indígena de Rondônia: a Associação *Metareilá* do Povo Indígena Suruí, criada em 1988 para combater o roubo de madeira na terra indígena (SURUÍ, 2014). Ao longo do tempo ampliaram suas ações e hoje “[...] atuam na defesa e preservação do patrimônio cultural e territorial, buscando promover a garantia da biodiversidade e a formação dos povos e lideranças indígenas no intuito de construir e fortalecer a sua autonomia.[...]”<sup>2</sup>

Em 2000, elaboraram um Plano de Desenvolvimento Etnoambiental no qual planejaram ações para desenvolver em um período de 50 anos. Esse Plano foi dividido em

<sup>2</sup> Associação Metareila. Disponível em: <http://www.paiter.org/>.

eixos temáticos, com temas que contribuem para o fortalecimento da cultura *Paiteer* e para facilitar a tomada de decisões. São eles: Saúde, Segurança Alimentar, Economia, Meio Ambiente, Educação, Cultura, Religião e Fortalecimento Institucional. Mas esse plano está enfraquecido por dissensos entre lideranças indígenas que estavam a frente das organizações indígenas.

No âmbito dessa problemática, surge o movimento das mulheres indígenas, buscando através de diálogo o empoderamento das novas tecnologias e conhecimentos para que possam compreender e serem compreendidas, pois a dinâmica do território e os espaços sociais modificados, geram incertezas em relação a sobrevivência física e cultural das famílias, nesse propósito:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. (SCOTT, 1989, p. 7).

As concepções sobre o significado do masculino e do feminino nas aldeias indígenas ainda são pouco compreendidas. Nesta direção é que propomos o referido estudo, sobretudo no intuito de aprofundar saberes sobre como uma organização como a Associação de Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR) pode indicar elementos de modificação nas relações sociais de gênero em território indígena.

Assim se fez necessário atentar para as especificidades das mulheres, possibilitando visibilidade aos temas de suas lutas com vistas à proposição de políticas públicas que lhes assegurem maiores e melhores condições para desempenharem a manutenção e a reprodução da cultura tradicional, juntamente com seus companheiros, filhos e parentes, em reais condições igualitárias, a favor sempre dos seus direitos.

## **MULHERES PAITER SURUÍ X ORGANIZAÇÃO**

As Associações Indígenas de diferentes povos, tradicionalmente sempre foram comandadas pelos homens. A título de ilustração, citamos: "A mulher Cinta Larga é excluída das atividades de caça e guerra, sob alegação de ser medrosa e inábil no manejo das armas, ficando assim encerrada num universo limitado e sem possibilidade de acesso a posições de prestígio". (JUNQUEIRA, 2002, p. 95).

No que se refere aos Suruí, também não era diferente: "As mulheres não estão em nenhuma chefia institucionalizada; não participam das decisões. O seu destino, o casamento,

está nas mãos dos homens. São trocadas e dispostas desde que nascem, como bens”. (MINDLIN, 1985, p. 71). Mas isso não desanimou as mulheres, pelo contrário, resolveram lutar para criar o Departamento de mulheres dentro da Associação.

Com o apoio de uma instituição parceira, a USAID, Forest Trends e da Associação Metareila já na metade dessa primeira década, criaram o Departamento. Aos poucos essas mulheres foram demonstrando sua força para o mundo externo às aldeias e em 2011 organizaram o primeiro encontro de mulheres Paiter Suruí, com o tema “Mulheres conquistando espaço”.

Foi nesse encontro que, de forma mais ampla, ocorreu a mobilização das mulheres Paiter. Maria Leonice Tuparí Surui, casada com Gasodá Surui, relatou: “Foi lá que elas descobriram que tem direito e voz para a tomada de decisões sobre o seu povo. A partir desse encontro elas começaram a participar mais dos eventos que aconteciam dentro e fora das aldeias, sobre os mais variados assuntos. Hoje em dia, em toda reunião temos participação de mulheres.”

Vale ressaltar que, conforme informação dada pela Associação Metareilá, o departamento de mulheres não possui sala própria. Isso não acontece por falta de espaço físico, mas por própria decisão das mulheres. Elas têm uma Coordenadora, realizam reuniões não periódicas nas aldeias, onde suas decisões são registradas e levadas à associação.

Não ter um espaço físico dentro da Associação Metareilá, nos faz refletir que essas mulheres têm seu dia-a-dia na aldeia, seus afazeres, seus filhos, sua vida. Como o Departamento tem como principal função abrir discussão sobre a participação delas na tomada de decisões para o seu povo, nada mais justo e cômodo que as reuniões aconteçam em seu território próprio, a aldeia. Essa decisão pelo espaço na aldeia para construir debates e deliberações, sugere que:

[...] o conhecimento histórico não se limita a marcos consagrados, mas a todo conhecimento sobre o modo de vida humano. Sabemos que a história individual não expressa a totalidade de uma época, mas apresenta-se como a experiência de um sujeito histórico, enraizado num determinado tempo. Os relatos atestam que estas pessoas constituem o grupo social e são por ele constituídas. (NEVES, 2012, p. 17).

Em meio a essas reuniões também acontecem capacitações, para que elaborem conhecimentos sobre determinado assunto e assim tenham mais domínio e desenvoltura para discutir sobre ele como, por exemplo, a imagem a seguir (FIG 01) que mostra o momento de uma reunião que aconteceu dia 24 de fevereiro de 2016, onde as mulheres indígenas Suruí discutiam sobre os impactos das mudanças climáticas nas Terras Indígenas.



**Figura 1** – Reunião de Mulheres Suruí – Oficina sobre Mudanças Climáticas.  
Fonte: <http://www.paiter.org/>

## **A ABORDAGEM DE GÊNERO NA CULTURA PAITEREY**

Na tradicional cosmovisão dos *Paiter*, cada coisa, cada objeto ou ser são interdependentes um do outro e cada um destes estão interconectados e a falta de um deles causa desequilíbrio no Planeta. Neste sentido, Suruí et al (2014) afirmam que para falar de gênero, deve-se explanar com mesma significância a cultura, a territorialidade, o modo de vida e visão de mundo do povo *Paiter*. Dessa forma, a mulher (*waled*) e o homem (*oy*) só têm sentido, significado e representação considerando-os seres interligados, e não complementares.

Já na visão científica, autores como Ornat (2009) afirmam que a análise de gênero deve ser compreendida a partir de sua própria cultura. Neste sentido cabe especificar os conceitos de endogênero e exogênero, onde o primeiro se refere ao ponto de vista tradicional e o segundo, a abordagem de gênero que vem do ponto de vista externo a cultura, aquele estabelecido pelas relações sociais adquiridas no pós-contato.

Esses conceitos permeiam também a fala de Maria Leonice que, durante a entrevista, observou que a cultura *Paiter* possui uma organização social que, aos olhos do não-indígena, pode ser interpretada como “machista”, mas aos olhos do indígena *Paiter* é natural, é a forma como se organizam e vivem. Ela diz:

*Nós tratamos empoderamento através da nossa visão etnocêntrica. Essa questão de que as mulheres indígenas não são empoderadas, que são diminuídas*

*perante o machismo do homem, depende de onde você olha. A verdade é: elas têm o poder. As mulheres possuem suas responsabilidades e os homens também possuem as suas, mas a verdade é que a mulher indígena Suruí que é a grande mantenedora da cultura. É ela quem está no dia-a-dia da aldeia ensinando seus filhos”*

Neste sentido, cabe refletir sobre o posicionamento dessas indígenas frente as responsabilidades e atuação política no “mundo” fora da aldeia, sempre na busca pelos seus direitos e autonomia. Maria Leonice Tupary Surui, destaca: “[...] *são dois mundos que eles têm que enfrentar, principalmente as mulheres. Normalmente o não-índio tem um olhar que diminui a voz das mulheres, agora imagina o olhar deles sobre a mulher indígena?* ”. A constatação que o sexismo<sup>3</sup> na área de entorno se evidencia de forma contundente.

## **A VOZ DAS MULHERES PAITER SURUÍ**

Eu moro na aldeia Lobo, sou mãe de três filhos, mas... eu ajudo na minha casa sim, no sustento, eu trabalho na roça, tenho os produtos de banana, de café, eu trabalho pela ajuda de associação que eu ganho o equipamento né, faca, enxada, roçadeira, é assim né, carriola, pá, gasolina para roçar. Faço artesanato ao mesmo tempo, e trabalho na roça, de banana, de café e este ano a gente plantou cacau né, faz todo serviço, a derrubada é o homem que faz. Os filhos vão para escola parte da manhã, parte da manhã não vou pra roça porque eu faço almoço deles, daí parte da tarde tá liberado para ajudar. Não pára. Eu acordo sete e meia e vou dormir dez hora, sabe porque, assim a noite eu faço algum artesanato, porque único tempo que tenho um noite de noite, agora a parte da manhã eu lava a roupa, faz comida, as crianças ajuda, marido ajuda, cada um ajuda um pouco, porque meu marido é agente de saúde e trabalha também. (Elisa Suruí).

Para a construção desse artigo foram entrevistadas sete mulheres, que moram na aldeia, com diferentes perfis, sendo: a maioria, mães artesãs e que cuidam da família, jovens mães que convivem com a matriarca da família, jovens que já concluíram o ensino médio na aldeia e sonham com a oportunidade de sair para cursar o ensino superior, jovens estudantes. Reconhecem o modelo organizacional coletivo que resultou em benefícios como a loja de artesanatos:

É importante pra gente também desse ajuntamento que a gente está fazendo porque a gente está aos poucos conseguindo o nosso espaço, com uma lojinha pra gente, não sou casada ainda, trabalho na roça também, ajudo os meus irmãos, trabalho na casa

<sup>3</sup> *Sexismo* [...] é atitude de discriminação em relação às mulheres. [...] trata de uma posição, que pode ser perpetrada tanto por homens quanto por mulheres; [...] inscrita numa cultura falocrática, impregna o imaginário social e o prepara a um vasto conjunto de representações socialmente partilhadas, de opiniões e de tendência a práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres de menor prestígio social. (SMIGAY, 2002, p. 34).

também, essas rotinas que eu faço. Não tenho muito trabalho com crianças essas coisas assim não, e faço artesanato também. Não terminei ainda, estou no terceiro ano, faço no CEEJA, pretendo terminar fazer curso técnico de informática, é meu sonho. Precisa muito na parte de indígena de alguém que fale em dois idiomas, criança que não fala português. Sou da aldeia Amaral linha 11. (Miriam Suruí).

Ao ouvi-las, percebemos que essas mulheres trabalham muito no dia-a-dia, destacam que dentro dos afazeres todos ajudam e que, ainda, elas se orgulham da vida que levam, citando as reuniões de mulheres e pensando no futuro, confirmando que: "O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia" (SOUZA, 1995, p. 108). Articulam as responsabilidades domésticas e da cultura com vistas a contribuir na renda familiar:

Sou casada, tenho quatro filhos, daí eu trabalho faço artesanato, trabalho na roça também, café, cacau, banana, que trabalho só de manhã, que a tarde meus filhos vão a escola, faço a comida deles, para mim é importante para sustentar casa, para mim sobreviver trabalhar na roça, fazer artesanato, para mim é muito importante essas coisas, para sustentar os meus filhos, só não depender só do marido, ajudar ele também, sou da aldeia Tikan. (Solange Suruí).

Algumas até demonstram querer continuar os estudos e ter uma profissão. Podemos destacar também, fazendo uma reflexão geral, que apesar de muitas tarefas pertencerem ao mundo do pós-contato, essas mulheres ainda tem a sua essência os saberes que são passados de geração a geração, a partir da divisão em metades, organizando as atividades na roça e na escola:

Eu sou estudante, a tarde eu trabalha um pouco para depois ir na escola, ajudo meus avôs. Depois é importante não tenho tempo de fazer artesanato e como era feito artesanato antes é importante estar aqui para ver como eram feitos os artesanatos. Trabalho com café, da aldeia Joaquim. Ajudo meus avôs. Estudo primeiro. Sonho medicina. (Vânia Suruí).

Deste modo, os segmentos sociais, as atividades produtivas e a vida no cotidiano constituem expressões do dualismo entre a aldeia e a mata, a roça e a caça, o trabalho e a festa. São fatores temporais que foram agregados para garantir a sobrevivência física. Embora a sobrevivência cultural passe por alterações, há também fortes elementos culturais que mantém os vínculos na estrutura organizacional tradicional em diálogo com as necessidades atuais do pós-contato, por meio da organização coletiva:

Eu sou Maria Leonice Tupary Suruí, casada com um Suruí há nove anos. Tenho um casal de filho com ele, isso fez com que o povo aprendesse a respeitar minha pessoa, sou da Terra Indígena Rio Branco, município de Alta Floresta e assim a luta

começou a muito tempo quando eu estudava magistério indígena e trabalhava para defender o meu povo, comecei essa movimento pela necessidade de ver o sofrimento do meu povo, depois comecei a trabalhar com as mulheres através do fortalecimento da produção dos seus artesanatos, pois vi nisso uma forma de garantir uma maior participação das mulheres nas atividades também para gerar renda e ajudar a sua família. Percebi que elas eram enganadas por não saberem o valor dos artesanatos, então comecei a fazer oficinas para que juntas encontrassem uma forma de melhorar a situação que encontravam, foi nessas conversa que surgiu a loja de artesanatos das mulheres indígenas Paiter Surui. (Maria Leonice Tupary Surui).

Os relatos das mulheres indígenas cuja maioria são de jovens entre 20 a 35 anos, evidenciam que além das responsabilidades domésticas, ajudam no cultivo da roça, - principalmente no plantio e na colheita de mandioca, milho e batatas - confeccionam para uso e vendem artesanatos na cidade. Avaliam que há necessidade de refletirem sobre a manutenção de determinados elementos culturais que consideram importantes para o povo:

Somos conscientes de que temos o papel de resgatar nossos valores que foram se perdendo através das práticas imediatas do uso de consumo em coisas que não são da nossa cultura, vestimentas e alimentos enlatados com muito sal ou muito açúcar, que levou a mudanças drásticas na nossa saúde, tantos dos jovens como dos mais velhos, por isso estamos com pensamentos de fazer oficinas e trazer pessoas para falar sobre alimentação tradicional, incentivar os jovens a voltarem a fazer roças para plantar nossos alimentos da cultura tradicional e saudáveis. (Maria Leonice Tupary Surui).

As mulheres Paiter Surui desenvolvem várias atividades: as mais jovens atuam no Departamento de Mulheres, ali organizaram um espaço chamado loja de artesanato indígena Paiter. As mulheres mais velhas, já aposentadas, em muitos casos são as responsáveis em ajudar a cuidar dos netos e ensinar as mais jovens a confeccionar artesanatos. A organização coletiva de mulheres potencializa os saberes em perspectiva intercultural: os da tradição e os da ocidentalização:

É muito bom a gente se reunir por aqui ter um espaço só para mulheres na discussão artesanatos e legal isso também porque cada vez mulher está conquistando espaço Paiter eu participo das oficinas que acontecem tipo encontro das mulheres, nas oficinas eu trabalho com as mulheres como representante da minha aldeia e, não trabalho na roça, mas alguns dias eu ajudo assim em casa também, sou solteira, eu moro com meus pais, e terminei os estudos e pretendo fazer faculdade, ainda não sei em que mas estamos lutando para ter um espaço para nós. Sou da aldeia Lapetanha. (Loma Surui).

A busca por espaços específicos propicia a renda oriunda da venda dos artesanatos. Posteriormente é utilizada na compra de roupas e calçados para a família. Demonstram a cada pronunciamento sobre sua vida, as suas conquistas, o que evidencia nitidamente o poder e a confiança que elas adquiriram ao longo do tempo. As narrativas falam por si. Não foi

preocupação nossa analisar ou apresentar interpretações exaustivas, mas fazer o registro destas vozes, por entender que:

Quando falamos sobre o que aconteceu, retratamos nossa vida comum. Atuamos na qualidade de cronistas de eventos que convergem em nossas vidas e se transformam em história através de nossas interpretações. Damos ao nosso público acesso a estas experiências por meio dos diferentes pontos de vista que apresentamos. Entrando por um momento nas perspectivas dos outros, os ouvintes conseguem perceber os relacionamentos sociais registrados nos eventos. (TOMSON, 2002, p. 284).

As falas enfatizam os novos fazeres para as mulheres como o estudar, desenvolver múltiplas funções na sua comunidade, a iniciativa que tomam para muitas situações, são ações que podem ser simples em outras organizações sociais, mas que proporcionaram uma realidade diferenciada para essas mulheres. A organização específica de mulheres indígenas permitiu visibilidade ao que as mulheres indígenas pensam e querem. A contribuição financeira em casa pode ter sido utilizada como um mecanismo que ajudou no diálogo com os homens, até então únicos na iniciativa da organização política:

Junto com o fortalecimento dos artesanatos, foi possível buscar um espaço de diálogo com os maridos, pois os homens indígenas são os que sempre determinam a organização familiar, dialogar com eles e demonstrar que nos mulheres não estamos contra eles, mas sim buscando alternativas para caminhar juntos, essa foi a parte mais longa e complicada da história. (Maria Leonice Tupary Surui).

Estas experiências demonstram que as relações sociais de gênero nas sociedades indígenas vem sendo alteradas em um contínuo jogo de construção e desconstrução de ideias.

O fato das mulheres indígenas não frequentarem habitualmente, lugares públicos ou mesmo de serem limitadas quando deles participam, não significa que estão sendo mantidas fora das tomadas de decisões coletivas sobre o seu povo. Para chegar a essa compreensão, torna-se necessário ter um olhar analítico e enxergar a diferença de perfis entre as esferas públicas e esferas privadas quando vivenciadas nas sociedades indígenas e as mesmas quando vivenciadas nas sociedades não indígenas. Pois nas sociedades indígenas, os espaços identificados como “públicos” não são concebidos como exclusivo para tratar de assuntos coletivos, existem estudos que trazem registros da existência de participação mais intensa das mulheres indígenas em discussões coletivas realizadas em outros espaços, o “domestico”, considerado pela nossa sociedade como esfera privada. No entanto na organização social dos povos indígenas, o espaço doméstico, também funciona como esfera política para tomadas de decisões, não somente na unidade familiar do clã, mas em espaços mais amplos do coletivo.

As mulheres estão se aventurando numa forma individual e coletiva evidenciando a configuração de novas formas de resistência, interculturalidades e estratégias, uma forma de pensar e ajudar na gestão sustentável do território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS NÃO CONCLUSIVAS

Hoje estamos avançando muito, temos organizado a nossa loja, fazendo vários encontros com participação de várias mulheres, casadas solteiras jovens, todas entendendo seu papel e seus direitos e deveres como mulher e cidadã. Tenho 39 anos, sou uma das multiplicadoras do projeto voz das mulheres indígenas na ONU-Mulheres.entidade das nações unidas para igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. (Maria Leonice Tupary Surui).

Essa pesquisa teve como motivação inicial compreender a perspectiva organizacional das mulheres Suruí. O objetivo principal na elaboração deste texto foi registrar em perspectiva reflexiva aspectos do processo organizacional, das mulheres Paiter na perspectiva das relações sociais de gênero. Foi possível compreender que as preocupações com as pressões sofridas na atualidade pelos Povos Indígenas, sobretudo no âmbito territorial e interno mobilizam as preocupações das mulheres que se traduziu na criação da Associação de Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR).

Após a realização das leituras teóricas e diversos documentos<sup>4</sup> com destaque para a militância de sua Coordenadora, Maria Leonice Tupari, 39 anos, uma das 22 multiplicadoras do Projeto Voz das Mulheres Indígenas, desenvolvemos o trabalho de campo que consistiu em entrevistas com mulheres Suruí em suas aldeias, além de observações feitas nos encontros da Associação Metareila.

Avaliamos que o processo organizacional permitiu abrir o leque de questões inerentes as atuais condições das mulheres indígenas. Significa afirmar que já compreendem que vivem uma dupla exclusão, tanto de etnia e como a de sexo, submetidas seja pela sociedade dominante ou no interior das aldeias em vivem.

Nos aproximamos de suas percepções de mundo, do que pensam e desejam para elas e para seus parentes. Podemos afirmar que há um processo de empoderamento conquistado pelas mulheres indígenas. Suas lutas ao longo dessa trajetória tem se constituído em

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheresindigenas> estão na luta pela terra e sofrem ameaças de madeireiros. ONU MULHERES Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Acesso em janeiro de 2017.

aprendizagens importantes onde os enfrentamentos estão sempre presentes em praticamente todas as organizações sociais.

Seus desafios se mostraram imensos, mas a coletividade típica dos indígenas fez com que essas mulheres fossem capazes de organizarem-se ao ponto de dar origem a um departamento de mulheres dentro da Associação do povo e, ainda, somar em grande número a formação de uma Associação de mulheres indígenas no estado de Rondônia.

Hoje, a realidade das mulheres indígenas envolve múltiplas atividades em perspectiva intercultural: por um lado a manutenção dos seus afazeres domésticos e por outro, a assunção de outros papéis no interior de sua organização social. Na condição de povo diferenciado, impulsionadas pelas demandas atuais, buscam mecanismos de empoderamento na defesa de seus direitos culturais associados ao conhecimento de novos direitos adquiridos depois do contato.

Assim, buscamos demonstrar a luta das mulheres Paiter Surui para se fortalecerem enquanto membros de duas sociedades que coexistem em que a mulher tem pouca voz e assim deixarem de ser invisíveis no que se refere aos direitos indígenas. Uma estratégia de atuação política na defesa de seus interesses ao lado de seus companheiros.

Reconhecem que aconteceram intensas modificações em suas práticas culturais. No entanto, articulam no cotidiano ações da tradição indígena e da sociedade não indígena. Continuam como responsáveis pela maior parte da educação de seus filhos (as), confeccionam os artefatos e outros elementos da subsistência doméstica e de produção de alimentos. Mas também se organizam politicamente e no coletivo tomam iniciativas a favor de seus sonhos e dos sonhos coletivos do Povo Paiter Surui.

Foi possível detectar o desejo e a força de vontade na busca por mudanças nas suas realidades, como também na vida de toda a comunidade. Foi através das entrevistas que cada uma delas demonstrou o quanto precisam se fortalecer para adquirir espaço, sendo que essa união que se concretiza na aldeia pela luta por seus direitos, é essa força de vontade coletiva que dá início as lutas para que muitas conquistas aconteçam.

Se, tradicionalmente na organização sociocultural Paiter Surui a mulher casa-se jovem por volta de 14/15 anos, assumindo responsabilidades domésticas, também pode-se afirmar que, a partir do aldeamento, com a perda do sustento baseado na caça, na pesca e na coleta, a educação assumiu um papel importante para o grupo, pois por meio dela os indígenas tem acesso conhecimentos, informações, empregos para professores, alimentação

regular para os alunos em forma de merenda escolar, bolsa família e outras políticas públicas que envolvem a educação.

Porém, essa política ainda não tem assegurado a mulher Paiter Surui acesso igualitário, haja vista, por exemplo, que nas suas escolas, 99% do quadro de professores são ocupados por homens. No entanto, a ampliação da escolarização talvez no futuro refletirá em médio e longo prazo possibilidades de ampliação da participação das mulheres indígenas nas decisões políticas na comunidade.

Observa-se que os homens e mulheres Paiter Surui, precisam de efetivas políticas públicas para contribuir com a sua sobrevivência física cultural, promovendo a efetivação da sua cidadania com sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

FREITAS, M, I. Mulheres indígenas e a luta por direitos na Região Sul. In: VERDUM, R. (Org). **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. Brasília, Inesc, 2008. P. 48-54. disponível em:< <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/outras-publicacoes/LIVRO%20MULHERES%20INDIGENAS1.pdf>. Acesso em:< 05 de Abril de 2015.

PINHO, Leda de Oliveira. **Princípio da Igualdade**: investigação na perspectiva de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.

JUNQUEIRA, Carmem. **Sexo e Desigualdade**: entre os Kamaiurá e os Cinta Larga. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

KAINGANG, A. Depoimento de uma militante. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 410-422.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEAD, M. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MINDLIN, Betty. **Nós Paiter**: os Suruí de RONDONIA. Rio e Janeiro: Vozes. 1988

\_\_\_\_\_. **Diários da Floresta**. São Paulo: Editor Terceiro Nome, 2006.

NEVES, Josélia Gomes. **Quebra do silêncio na floresta**: historiografias de mulheres barbadianas e granadinas na Amazônia. Disponível em: <http://www.partes.com.br/silencioafloresta.asp> Acesso: 20 de março de 2016.

ONU, mulheres, [HTTP:WWW.onumulheres.org.br](http://WWW.onumulheres.org.br)

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Ed. USP, 2007. Texto original de 1987.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Natureza e conflitos na Amazônia**: o território como recurso e como morada. In: LIMA, Antonio Almerico Biondi.(org.). Educação Popular na Amazônia: as experiências da CUT em qualificação profissional. Escola sindical Amazônia. Escola Sindical Chico Mendes. Editora Gráfica Imediata, 2001.

SMIGAY, Karin Ellen von. **Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência**: desafios para a psicologia política. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, jun. 2002.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/Scott.pdf)> Acesso em: < 02 de Junho de 2015.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In. CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SURUÍ, A. N. **Carta de Princípios e Aspirações do Parlamento Paiter Suruí**. Disponível em: <<http://www.paiter.org/>>. Acesso em 12 de Abril de 2016.

SURUI, A. N.; SURUÍ, G.; ALMEIDA SILVA, A. **Uma abordagem de Gênero a partir do Microcosmo Indígena Paiter Suruí**. In SILVA, M. G. S. N.; SILVA, J. M. (ORGS.) **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa, Toda Palavra, 2014. p. 157 – 178.

THOMSON, Alistair. **Histórias (co) movedoras**: História Oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História* v.22 n. 44 São Paulo, 2002.

## **MUSEU CONTEXTUAL DE ÓBIDOS: NAS ANDANÇAS PELAS RUAS UMA VIAGEM PELA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA**

Brenda Larissa da Cruz Lima, Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA,  
brendalima2.0@outlook.com;  
Itamar Rodrigues Paulino, Universidade Federal do Oeste do Pará,  
itasophos@gmail.com;

**Resumo:** Museu como lugar de preservação da história e da memória de uma sociedade é o princípio que gerou a organização do Museu Contextual de Óbidos. O presente resumo é resultado de pesquisa realizada junto à comunidade urbana de Óbidos sobre se o Museu Contextual de Óbidos dialoga com a comunidade e apresenta de fato um olhar histórico e cultural da Amazônia a partir de seus casarões e edificações, de seus monumentos e praças, de modo que as dimensões da Identidade e da Memória Amazônida não se percam. Os resultados demonstram que tais espaços patrimoniais que fazem parte do Museu Contextual de Óbidos marcam de fato os três últimos séculos de história na região do Baixo Amazonas.

**Palavras-chave:** Museu Contextual; História; Identidade; Amazônia.

## **MUSEO CONTEXTUAL DE ÓBIDOS: CAMINANDO POR LAS CALLES, UN VIAJE POR LA HISTORIA DE LA AMAZONIA**

**Resumen:** Museo como un lugar para preservar la historia y la memoria de una sociedad es el principio que llevó a la organización del Museo Contextual de Óbidos. Este resumen es el resultado de la investigación llevada a cabo junto a la comunidad urbana de Óbidos buscando una respuesta sobre si el Museo Contextual de Óbidos he hecho diálogo con la comunidad y tiene factualmente una visión histórica y cultural de la Amazonia por medio de sus mansiones y edificios, de sus monumentos y calles, de tal modo que las dimensiones de la identidad amazónica y su memoria no se pierden. Los resultados demuestran que los espacios patrimoniales que componen el Museo Contextual de Obidos registran factualmente los tres últimos siglos de la historia na región del Bajo Amazonas.

**Palabras Clave:** Museo contextual; Historia; Identidad; Amazonia.

## **CONTEXTUAL MUSEUM OF ÓBIDOS: THE WALKING ON THE STREETS, A JOURNEY THROUGH THE HISTORY OF THE AMAZON**

**Abstract:** Museum as a place for preserving History and Memory of a society is the general principle-based approach of the organization of the Contextual Museum of Óbidos. This abstract is a result of a survey carried out with the urban community of Óbidos about whether the Contextual Museum of Óbidos interacts with the community and presents a historical and cultural view of the Amazon Region from its houses, streets, buildings and monuments and by doing so the dimensions of Amazonian Identity and Memory shall not get lost. The results show that the patrimonial spaces that are part of the Contextual Museum of Óbidos in fact mark the last three centuries of History at the Lower Amazon Region.

**Keywords:** Contextual Museum; History; Identity; Amazonia.

## **INTRODUÇÃO**

A Amazônia é uma região que detém uma grande diversidade cultural, e a cultura está diretamente ligada à religião, família, trabalho, educação, linguística e estruturas jurídicas, sociais e morais, tornando-se assim uma dimensão fundamental do processo

social e da vida de um povo. Em outros termos, cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social, e não se pode dizer que ela exista em alguns contextos e não em outros senão em todos os contextos. (SANTOS: 2006).

A cidade de Óbidos surge a partir da fundação de um lugarejo no Estreito do rio Amazonas, chamado de Vila de Santo Antonio dos Pauxis, no ano de 1697, pelos portugueses. A organização urbana da cidade nos remete a uma viagem ao passado. De topografia acidental cujo relevo bastante aclivado, a cidade é constituída de ruas adelgadas e ladeiras direcionadas para o rio. O Centro Histórico de Óbidos possui ainda hoje inúmeros prédios, casarões, sobrados e edificações conservados que datam do século XVIII e XIX, de origem portuguesa e alguns mais recentes do XX de origem italiana, judaico-marroquina, entre outros. Esses aspectos peculiares faz este município ter similaridades de tal monta que se pode afirmar sê-la a mais portuguesa das cidades paraenses. Além das estruturas urbanas, Óbidos se destaca como lugar de cultura, história, identidade, memória, literatura, poesia e artes no cenário amazônida, fazendo-se conhecida como terra de culturas (PAULINO, 2013). Contudo, essas riquezas estão em risco de desaparecimento, pois as relações interculturais num ambiente globalizado tendem a sufocar as culturas das minorias, que é o caso da maioria das comunidades da Amazônia, principalmente da cidade de Óbidos, bombardeada pelas mais diversas culturas globalizadas de massa.

No oeste do Pará, a cidade de Óbidos é a única a constituir um Museu Contextual, também conhecido como “museu de rua”, que registra a história de mais de 300 anos da cidade a partir de sua arquitetura e dos contextos que fizeram existir aqueles espaços históricos, trazendo para o presente um passado distante, evidenciando a identidade e mantendo viva a memória de toda uma época do povo Amazônida. O Museu Contextual de Óbidos tem registrado em torno de 72 monumentos entre prédios, casarões e sobrados construídos desde o século XVII.

Com a ciência desses aspectos introdutórios da cidade de Óbidos, apresentamos este trabalho a partir do desenvolvimento de estudos bibliográficos, de investigação e de registro de referência das habitações e casarões em relação a aspectos da história, da memória e da identidade local. Neste sentido, foi realizado um levantamento sistemático de casarões e habitações de interesse histórico, memorial e identitário; espaços militares herdados dos períodos da colonização portuguesa, espaços onde estão registrados resquícios do movimento da cabanagem na cidade de Óbidos, e lugares que são memórias do período tenentista do início do século XX, casas e casarões que mantêm vivo o espírito literário de ilustres escritores de Óbidos, e outros espaços cuja preservação é imprescindível para história e a memória amazônida em Óbidos.

Este artigo é a apresentação do diagnóstico das condições estruturais do Patrimônio Histórico-Cultural do Museu Contextual de Óbidos, considerando os aspectos memoriais do município a partir de suas edificações, descrição arquitetônica, descrição de material utilizado na construção, motivo histórico e/ou cultural que justifique a patrimonialidade dos prédios que compõem o Museu Contextual e seu estado de conservação atual.

## **1- UM CONCEITO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MEMÓRIA**

O conceito de patrimônio é tão complexo quanto o de cultura, e não existe isoladamente porque tende sempre a estar ligado a algo. Como elucida Gonçalves (2003), ao apresentar o termo como categoria analítica, o patrimônio é polissêmico, envolve vários sentidos e assume três dimensões, a jurídica, a de política pública e a de instrumento de comunicação social, contudo é um bem de valor inestimável por ser um bem que ajunta o valor material com o valor imaterial. O termo *Patrimônio* está relacionado ao sagrado, com a noção de herança, de bens e de memória comum a um grupo sociocultural. São inúmeras as tentativas de conceituar Patrimônio, mas o que de fato podemos afirmar é que o termo tem sua origem no latim *pater* que significa “pai” ou “paterno”. Contudo, em um primeiro

olhar não é claro as razões para relacionar o termo *pater* com *patrimônio*. O que podemos depreender é que o termo *patrimônio* tem relação com herança paterna, com propriedade. Nas dimensões cultural e histórica, patrimônio é um bem pertencente a um determinado grupo sociocultural, deixado como herança por seus ancestrais. Essa perspectiva de entendimento nos leva a assumir que esse grupo sociocultural herdeiro de bens patrimoniais está unido pelos laços da história e da memória, que carecem de salvaguarda para a posteridade.

Choay (2001) apresenta que patrimônio tem uma natureza de fundo afetivo e possibilita uma determinada comunidade resgatar para o presente certos aspectos do passado que se tornam memoráveis pela força da duração de sua lembrança. O que corrobora com a definição de Lucia Silva (2010, p. 41), para quem o “*Patrimônio é um produto de atribuição de valor cultural, este muda ao longo do tempo, mas o que permanece é a dimensão simbólica atribuída ao valor como excepcional. Excepcional por quê? Porque é instrumento de construção de identidade atrelado à memória, é constituinte de vida*”. Um conceito mais simples e objetivo do termo pode ser o ajuntamento de bens que contêm uma história epocal, que mantêm vivas as memórias de um povo, e que revelam o jeito de ser de uma geração é o que podemos denominar de bens patrimoniais, sendo desde uma simples veste ou mobília até monumentos arquitetônicos ou praças e paços (PAULINO, 2013).

Como podemos notar na própria significação do termo, patrimônio é um bem comum a todos, o que demanda dos proprietários atitudes de cuidado e zelo, fazendo-se necessário que se estabeleça limites estruturais e teóricos, normas e leis, que permitam uma precisão do significado, mas também do valor de um bem patrimonial. Nesse contexto, é bem provável que tenha sido a noção de nação que veio a garantir *status* de bem material e imaterial de uma nação o que hoje denominamos de patrimônio. Esse conceito está por certo atrelado às ideias de Hobsbawm (1990) sobre *Nação e nacionalismo*, que atribui ao *Estado-Nação* a valorização de um bem de estatuto patrimonial, resultando daí na necessidade de sua preservação, tendo o Estado como responsável por esta função histórica e cultural.

Neste aspecto, Paulino (2016a, p. 25) afirma que *é por intermédio da cultura, da identidade e da memória que se forma a consciência de nação e, conseqüentemente, o fortalecimento do ser cidadão*. O fator que impõe valor quando intentamos transformar culturas, identidades e memórias em patrimônios de uma nação, é o sentimento de posse cultural de determinado bem com valor inestimável. Esse fator permite a unidade pela força da concordância entre os membros de um grupo social. A posse cultural é na verdade o reconhecimento atemporal de bens que permitem atualizar o passado ao mesmo tempo em que se pode compreender o presente. Tais bens podem ser desde uma linguagem escrita e oral a atividades literárias e artísticas. Mas também podem ser os espaços de cultura memorial como igrejas, paços municipais, escolas, museus, casas estilizadas por época, estruturas geológicas e outros espaços ou edificações. Ainda neste quesito e considerando a Amazônia como lugar de patrimonialidade, Paulino (2016a, p.25) aponta que os diversos patrimônios, quando assim são considerados, ganham *status de representação profunda da cultura material e imaterial da Amazônia. Apresentá-la ao mundo a partir do olhar de quem nasce e experiencia a vida sob a forte influência da floresta quanto à fauna, flora, flúvio e firmamento é apresentar uma nova forma de olhar o mundo também*.

Segundo Paulino (2016a), a classificação do Patrimônio Cultural Brasileiro da Amazônia pode ser feita em quatro dimensões. A dimensão das patrimonialidades culturais como festas, festejos, danças, rituais, manifestações religiosas e folclóricas e de lazer, textos literários, tratos espirituais, ornamentais e medicinais com relação a ervas e raízes, etnoconhecimento sobre animais e plantas. As patrimonialidades históricas representativas e testemunhais do intenso cotidiano desta região do País, como prédios, casarões, sobrados, palácios, praças, paços, igrejas, ruas, ruínas e lugares de acontecimentos

históricos, documentos, acervos museológicos e de casas de cultura, diários, revistas e jornais de época, entre outras. As patrimonialidades memoriais como histórias lendárias, provérbios, linguagens, brincadeiras do passado, recordações do tempo passado, registro das lembranças das pessoas mais antigas de determinadas regiões. As patrimonialidades naturais como relevos e solos, fauna (aquática, rastejante, mamífera e alada), flora (raízes, plantas árvores, hortas), rios, mares, mananciais, igarapés e igapós; e hábitos culturais que influenciam na saúde, economia, comunicação e esporte. Nesta perspectiva, o patrimônio cultural brasileiro que encontramos na Amazônia expressa que ela não é um espaço homogêneo, sendo um lugar de diversidade cultural, histórica, memorial e ambiental, o que dá à esta região do País uma identidade constituída de identidades, as identidades amazônidas na condição amazônida da identidade (PAULINO, 2016b), ou seja, pelos estudos patrimoniais é possível apresentar a condição amazônida de ser no ambiente universal.

## 2- A História da Amazônia apresentada nas Ruas de Óbidos

Afirma Poulot (2009, p. 40), “Qualquer tipo de patrimônio [...] tem a vocação de encarnar uma identidade em certo número de obras ou de lugares”. Essa afirmação pode ser estendida à questão dos patrimônios históricos na região amazônica. O Patrimônio Histórico-Cultural do Museu Contextual de Óbidos revela que a cidade registra identidades diversas oriundas dos povos indígenas, dos povos europeus como os portugueses e os italianos, dos povos da África como os bantus, yorubás e os judeus de origem marroquina.

A história da Amazônia do século XVIII está profundamente ligada à história de Óbidos, visto que esta cidade, fundada ainda no século XVII, servia de entreposto para navios que circulavam pelo rio Amazonas entre as cidades de Belém e Manaus. Por isso, compreender a história de Óbidos, por meio de seus patrimônios históricos é também compreender a História da Amazônia. Neste sentido, monumentos como o *Forte Pauxis* construído em meados em 1697 marcam a presença de uma cultura europeia dominante. Essa edificação é um marco inicial da ocupação da terra pauxiara pela Coroa Portuguesa (CANTO, 2012). O local era um ponto estratégico de defesa porque nele se encontrava a parte mais estreita do Rio Amazonas (hoje conhecida como *Estreito de Óbidos*).

O Forte Pauxis era o ponto português de fiscalização de mercadorias e de embarcações que por ali navegavam, cujas paradas eram obrigatórias por conta do pagamento de dízimos, valores que abasteciam os cofres da Coroa Portuguesa. Sua primeira construção foi provavelmente de palha e barro, carecendo mais tarde de uma reforma. Devido a fragilidade da sua estrutura física, o Major Marcos Pereira Sales, elabora um projeto para a construção de uma nova fortaleza, desta vez toda em pedra, no mesmo local por conta de da localização estratégica. A nova construção data 1854.

A *Igreja de Nossa Senhora de Sant’Ana*, um patrimônio que conta parte da história religiosa da Amazônia, é um símbolo de herança religiosa portuguesa. Ela foi erguida no século XVIII. Sua primeira construção era em taipa-de-pilão. A construção em alvenaria foi iniciada em 1786, sendo diversas vezes interrompida por conta de conflitos entre a Coroa Real e o Clero, e pelos indígenas que se negaram a servir de mão de obra. A construção foi retomada no ano de 1809, sendo levado a termo pelos padres Luiz Wangle e Peregrino Ribelerá. Superados os impasses, a Igreja foi inaugurada no dia 8 de fevereiro de 1827.

A *Capela Bom Jesus*, também conhecida como Capela do “*Desagravo*”, teve sua construção em meados de 1800, no alto de uma colina por trás da cadeia pública. O registro de sua construção pelo Museu Contextual apresenta que em virtude de uma promessa do povo obidense como lembrança de sempre pedir a Deus para *nunca mais* ocorrer em Óbidos movimentos como os da *Revolução Cabana*, a comunidade de Óbidos, liderada pelo padre Raimundo Sanches de Brito, construíram uma Capela, com arquitetura característica das construções jesuítas, e em homenagem ao Bom Jesus.

O *Antigo Posto Médico Cabano*, construído no fim do século XVIII, de pedra e barro, tinha na sua fachada somente portas, sendo que mais tarde parte delas foi transformada em

janela. O prédio primeiramente serviu de residência e comércio. Entretanto, durante a Guerra da Cabanagem, em 1835, o prédio foi tomado pelos cabanos que implantaram nele um posto médico para o atendimento dos feridos da guerra, bem como o tratamento de doenças como malária e cólera.

Óbidos também tem como patrimônio um edifício denominado *Antiga Cadeia Pública* onde também funcionava a Câmara. Ele foi construído em taipa e coberto de palha. Contudo, essa construção com o passar do tempo foi se deteriorando e no ano de 1841, sob a responsabilidade de Pedro Auzier, deu-se início à construção em alvenaria que posteriormente, em meados de 1885, foi reformado. Sua última reforma aconteceu em 1970 para servir de Biblioteca Pública. Atualmente abriga a Secretaria de Serviços Sociais do Município de Óbidos.

Outro patrimônio pertencente ao Museu Contextual que permite transitar na história da Amazônia é o *Quartel Militar*, construído no início do século XX, símbolo militar onde serviu o pai do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. A edificação foi inaugurada no ano 1909 para fins de proteção da região contra possíveis inimigos externos. O Quartel Militar serviu para aquartelamento do antigo Quarto Batalhão de Artilharia de Posição, e posteriormente ocupado pelo Quarto Grupo de Artilharia de Costa. O prédio era dividido em três pavimentos, sendo que no térreo havia uma instalação da Intendência do Batalhão. Uma cadeia provisória, uma farmácia, uma escola regimental e o Estado Maior foram instalados no primeiro pavimento. No segundo, o Gabinete de Comandante e sua Secretaria. Havia também pavilhões destinados ao refeitório e dependências higiênicas.

Em 1902 iniciou a escrita de um projeto de construção de uma Fortaleza para proteger a região de possíveis invasores. Foi durante o governo de Francisco Rodrigues Alves (1902-1906), exímio estrategista na política externa que o Ministério da Guerra nomeou uma Comissão para estudar a defesa do baixo Amazonas, bem como promover o processo de anexação do território do Acre, região que na ocasião pertencia à Bolívia, mas ocupado por trabalhadores brasileiros da seringa. Uma das decisões da comissão referiu-se justamente à fortificação do Baixo Amazonas, em um ponto no alto da serra da Escama, a ser artilhado (PAULINO, 2013).

Conforme registra Paulino no artigo *Ensaio Historiográfico de Óbidos, sentinela da Cultura Amazônica* (2013), o projeto de implantação da artilharia teve assinatura da empresa *Krupp AG*, atualmente *ThyssenKrupp AG*, com sede em *Essen*, Alemanha. A empresa recomendou junto à Comissão a instalação de três baterias artilheiras. A primeira bateria tinha como matéria dois canhões calibrados em modo grosso com condição apropriada para tiro rápido. A segunda bateria consistia de matéria em quatro canhões com calibragem mediana, e condição apropriada também para tiro rápido (GARRIDO, 1940). Coube ao Major de Engenheiros Manoel Luiz de Melo Nunes, a tarefa de executar o projeto, com conclusão em 1909. A estrutura consistia na estruturação do Quartel, construção de poços, montagem de bombas de captação de água e artilharia de quatro canhões Armstrong de 6 polegadas (128 mm?, 152 mm?) (PAULINO, 2013). A Fortaleza recebeu o nome de Gurjão em homenagem ao Tenente-Coronel Hilário Maximiniano Antunes Gurjão, herói da batalha de Itororó, que esteve no local, em passagem, no ano de 1860 (GARRIDO, 1940).

O *Mercado Municipal*, é um espaço patrimonial que conta a história da economia na região do Baixo Amazonas. O prédio era um local que servia para vendas de produtos como peixes, carne, frutas, peças de barro, paneiros, produtos extrativistas, entre outros. No ano de 1891 foi construído um pequeno mercado pelo coronel Joaquim Rodrigues Bentes, em madeira de lei que, com o passar dos tempos entrou em estado de deterioração. Demolido no início dos 1900, foi reconstruído em alvenaria e inaugurado no ano de 1925, com cobertura em telha do tipo marselha, com 22 divisórias

Esses são alguns dos monumentos que compõe o Museu Contextual de Óbidos. Afirmer e valorizar o Museu Contextual a partir de tais patrimônios é instigar tanto o morador

quando o visitante a compreender que a região do Baixo Amazonas tem uma história que pode ser contada a partir de seus edifícios epocais, pois há razões históricas para se depreender do formato arquitetônico e da localização dos imóveis apresentados neste artigo, e que são concebidos como patrimônios da cidade. Essa depreensão arquitetônica tem a função de ajudar as pessoas de Óbidos e apreciadores de história e cultura a compreender a história da cidade a partir das edificações do museu Contextual de Óbidos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Museus são lugares para se pensar, sentir e agir. Esse é um ponto que merece ser considerado. Chagas e Storino (2007) afirmam que eles *são janelas, portas e portais; eles poéticos entre a memória e o esquecimento, entre o eu e o outro; eles políticos entre o sim e o não, entre o indivíduo e a sociedade. Tudo o que é humano tem espaço nos museus. Eles são bons para exercitar pensamentos, tocar afetos, estimular ações, inspirações e intuições.* Posto isto, é preciso considerar que a sociedade do norte brasileiro tem como desafio preservar a Amazônia nos seus lugares de culturas, identidades e memórias e contribuir de modo que essas dimensões de vida comunitária não se percam no tempo e no espaço. Um dos lugares com função institucional estratégica de promover a aprendizagem significativa, traduzida na forma de convívio social, exercício da cidadania, prática da liberdade, apreensão de conhecimentos, olhares contemplativos que se põem a empreender uma jornada de conhecimento por meio de *andanças pelas ruas de Óbidos*, é o Museu Contextual de Óbidos. É por meio dele que se pode fazer uma *viagem pela história da Amazônia*. Se o museu é lugar de formação do ser cidadão, então o instituto educativo de se fazer *andanças pelas ruas de Óbidos* é, além do aprendizado da história, fomento e guarda dos bens culturais da Amazônia.

Na Amazônia e em todo o País, os museus têm a nobre função de servirem de apoio e guarda dos direitos culturais das comunidades que deles participam. Cabe então promover reflexões de como tem ocorrido a relação museu-educação-cultura na Amazônia. Ora, para que a Amazônia seja vista como uma região multicultural é preciso apresentá-la numa perspectiva patrimonial. Neste sentido, Óbidos ganha importância por ser detentor de um rico patrimônio histórico, reconhecido como Museu Contextual. A coleção de monumentos arquitetônicos que remontam ao século XVII é um patrimônio de valor memorial inestimável para o povo Amazônida, garantia de que as raízes históricas e culturais da região não serão postas ao esquecimento.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAGAS, M.; STORINO, C. **Os museus são bons para pensar, sentir e agir**. Em: Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais. Brasília N°03, 2007.
- CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo, Ática, 2000.
- CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo, Unesp, 2001.
- DRAAISMA, D. **Metáforas da memória: uma história das idéias sobre a mente**. Bauru-SP, Edusc, 2005.
- GONÇALVES, R. **Patrimônio como categoria de pensamento**. In: Abreu, Regina e Chagas, Mario (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DPA, 2003.
- GUIMARÃES, C. **Imagens da memória: entre o legível e o visível**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1997.

- HOBSBAWM, E. **Nação e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Em: Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.
- PAULINO, I. **O Programa de Extensão Cultura, Identidade e Memória na Amazônia**. Brasília, MEC (SigProj-Proext), 2016a.
- \_\_\_\_\_. PAULINO, I. **Entre les remous de l'imaginaire et les houles du réel: un regard sur la littérature amazonienne brésilienne dans la contemporanéité**. Em: Rita Olivieri-Godet, Cartographies littéraires du Brésil actuel: Espaces, acteurs et mouvements sociaux. 1. ed. Bruxelles: Peterlang, 2016. v. 14. 580p.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio Historiográfico de Óbidos, Sentinela da Cultura Amazônica**. Em: Anais do II Festival de Cultura, Identidade e Memória Amazônicas de Óbidos. Disponível em <http://anaisfecima.webs.com/edi-o-atual> Acessado em 20.02.2017.
- POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.
- POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII a XXI: do monumento aos valores**. São Paulo, Estação Liberdade, 2009.
- QUEIROZ, M. **Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil**. Em: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 1(1), 1sem. 1989.
- SANTOS, C. **Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 43-48, abr. 2001.
- SANTOS, J. **O que é cultura?**. São Paulo, Brasiliense, 2006.
- SILVA, L. **Trajatória de um conceito: Patrimônio, entre a Memória e a História**. Revista multidisciplinar de Humanidades. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 36-42, jan./jun., 2010.

## **O “sistema agro” na apropriação do espaço amazônico em Rondônia**

Luís Augusto Pereira Lima, PPGG/UNIR(aplluis@yahoo.com.br)  
Bolsista Capes-GTGA-PNCSA  
Ricardo Gilson da Costa Silva, PPGG/DHJUS/UNIR(rgilson@unir.br)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

### **Resumo**

A abordagem nesta reflexão parte da apropriação do espaço amazônico em Rondônia pelo que se apresenta como “sistema agro”. Isto remete aos dados na perspectiva de uma leitura articulada do desmatamento, do rebanho bovino, das áreas destinadas à soja e milho; arroz, café e mandioca como contraponto da agricultura familiar. Portanto, o recorte se refere a partir das microrregiões geográficas numa possível temporalidade acelerada (2000-2015).

Palavras-chave: sistema agro, produtos agrícolas, espaço agrário.

## **El “sistema agro” en la apropiación del espacio del amazónico en Rondônia**

### **Resumen**

El enfoque en esta reflexión parte de la apropiación del espacio amazónico en Rondônia por la que se anuncia como "sistema agro". Esto se refiere a los datos de la perspectiva de una lectura articulado de la deforestación, el ganado, las áreas de soja y maíz; arroz, café y yuca como un contrapunto de la agricultura familiar. Por lo tanto, el recorte se refiere de microrregiones geográficas, una posible temporalidad acelerada (2000-2015).

Palabras clave: sistema agro, produtos agrícolas, espacio agrario.

## **The “agro system” in the appropriation of the amazon space in Rondônia**

### **Abstract**

The approach in this reflection part of the appropriation of the Amazonian space in Rondônia, for what it presents as "agro system". This refers to the data, from the perspective of an agglutinated reading, of deforestation, the bovine herd, the destined areas soy and corn; to rice, coffee and manioc as a counterpoint to family agriculture. Therefore, the clipping refers from the geographic microregions in a possible accelerated temporality (2000-2015).

Keywords: agro system, agricultural products, agrarian space.

## 1 - Introdução

A abordagem exploratória nesta primeira reflexão dar-se no âmbito do grupo de pesquisa Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA-UNIR). Refere-se à apropriação do espaço em Rondônia pelo que se apresenta como “sistema agro”. Uma cadeia de “sobreposições” territoriais e exploração econômica. Sobre a qual problematizamos esta visão de apropriação espacial rondoniense sob o recorte das microrregiões geográficas de Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná, Alvorada D’Oeste, Cacoal, Vilhena e Colorado do Oeste, segundo o IBGE nos anos de 2000 e 2015. Por entender que nos permite uma análise mais concentrada ao presente, no entanto, há especificidades que em outra escala poderiam permitir resultados mais pontuais.

Nesta reflexão pretendemos destacar os “avanços do sistema agro” no espaço agrário rondoniense, cujo contexto pode perpassar por uma temporalidade acelerada. Consideramos para isto os dados do IBGE (SIDRA – Produção Agrícola Municipal e Pesquisa Pecuária Municipal) e do INPE-PRODES digital – desflorestamento dos municípios da Amazônia Legal, ao qual sistematizamos pelo viés das microrregiões. Com estes dados associados à pesquisa bibliográfica e manuseio de SIG, dispomos espacialmente os “avanços do agronegócio”, esperamos evidenciar nesta análise uma leitura articulada com os dados relativos ao desmatamento, ao rebanho bovino, as áreas plantadas destinadas à soja e ao milho; ao arroz, café e mandioca como contraponto da agricultura familiar.

Em voga, as transformações referidas às comunidades tradicionais amazônicas, cujas territorialidades têm procurado romper com esses “avanços”, sobretudo com a implantação de grandes projetos, permearão nas lavouras de arroz, café e mandioca. Haja vista que a apropriação de territórios, pelo “sistema agro”, incide diretamente sobre os territórios utilizados pelas comunidades amazônicas, em suma, a agricultura familiar. Para a objetivação neste processo considera-se apresentar a possível redução das áreas com lavouras temporárias e permanentes para tentarmos compreender esse processo. Uma vez que o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE) do Estado de Rondônia, desde a sua formulação, pleiteava uma “organização e distribuição do espaço produtivo” sem ou com a redução das áreas desmatadas, bem como a utilização das áreas já destinadas a agricultura e a pecuária como referência.

O ponto em questão oportuna a discussão sobre a apropriação do espaço em Rondônia, o espaço geográfico no contexto do processo das relações de poder. A dinâmica assumida nesta abordagem sublinha o que se apresenta como “sistema agro”: o desmatamento projeta o rebanho bovino e o aumento das áreas plantadas com soja e milho, implicando na redução das áreas plantadas com arroz, café e mandioca, estão em mapas e gráficos. Por conseguinte, nossa reflexão seguirá em cinco tópicos incluindo esta, cujo objetivo tende desta abordagem inicial, a apropriação do espaço agrário em Rondônia, na Amazônia, configurar uma “visão” da organização do espaço no processo produtivo requerendo sempre “novas áreas”.

As transformações no espaço colaboram para a existência de vários territórios, sejam de fazendeiros, madeireiros, pescadores, ribeirinhos, indígenas. Um processo cuja temporalidade se evidencia acelerada. Sobre este fato iremos considerar, neste recorte de 15 anos (2000-2015), a ação “apropriação” pelo “sistema agro” em que o processo produtivo do capital pode não “sobrepôr” os pequenos produtores. Porém, tenta criar uma relação que possibilite a “entrada” desses pequenos produtores, da agricultura familiar, como “selo de qualidade” dos produtos do “sistema agro”.

## 2 - A organização do espaço em Rondônia

A organização do espaço neste esquema, “sistema agro” em Rondônia, ou seja, como se projetou ao longo desse recorte, revela de tal modo sua apropriação. Pode configurar uma estratégia já em curso, uma temporalidade acelerada de organização e ocupação do espaço. Esta temporalidade indica a princípio, que as comunidades tradicionais amazônicas oriundas de uma ocupação tradicional (Almeida, 2008), estão frente ao governo e as empresas que viabilizam as estratégias de conversão das suas áreas, ditas “sem valor”, em espaço de expansão agropecuária”. Portanto, uma organização espacial em Rondônia nos moldes do “sistema agro”.

Sob esta observação acentuamos considerar tal organização sobre o espaço, visto que o contexto nesta abordagem inicial esteja referido ao espaço geográfico ou social permite relações e apropriações do espaço, traduzindo-o em território. Expressão reforçada por Raffestin (1993, p. 58) ao considerar o “território como lugar de todas as relações” que entendemos não divergir do que Lefébvre (1976) ao comentar que o espaço passa a ser uma versão das construções sociais.

Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda a produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção. (LEFÉBVRE, 1976, p. 34).

Acrescentaríamos a reprodução física e social das relações sociais cujo alcance se materializa no território. Nesse sentido poderíamos considerar a acentuada ação, expressa do rebanho bovino de Rondônia atrelado ao desmatamento como uma emblemática relação de organização espacial. O que pode ainda constituir elementos para ampliação dos monocultivos acentuados na soja e no milho nas microrregiões referidas. O que referimos como “sistema agro” reflete sobre uma cadeia de “sobreposições” espaciais e exploração econômica: desmatamento em sintonia com o rebanho bovino; soja e milho aumentam suas áreas e arroz, café e mandioca reduzem. Um “tecido” funcionando como elemento de apropriação do território pelas forças hegemônicas do agronegócio, um espaço de relação de poder e de produção.

As atribuições do espaço perpassam por essas relações e apropriações do território. Saquet (2007) reitera Raffestin (1993) e Lefébvre (1976) ao considerar que o “território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um *novo* significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social” (SAQUET, 2007, p. 34). Podemos considerar que o “efeito” em Rondônia nesses 15 anos relacionados, representa o tal “*novo* significado”, uma vez que a dinâmica referida ao “sistema agro” praticamente se faz sentir em todo território rondoniense. Pois, no amplo sentido da “organização”, o fluxo de transporte e comunicação pela BR-364 conecta Rondônia aos grandes centros e a hidrovía do Madeira como outra saída que acentua fluxo e significado.

Este controle e dominação social do espaço em Rondônia fazem-se presente quanto ao aumento do desmatamento e do rebanho bovino, em primeiro momento. Além dos monocultivos instalados nos espaços de produção e reprodução que norteiam os territórios das comunidades tradicionais amazônicas e também como os modos de produção das empresas sob os incentivos fiscais do Estado. Um emblemático contexto na

organização territorial rondoniense quando se incrementam a reprodução “física e fiscal” para a produção de monocultivos associados ao rebanho bovino sem considerar os efeitos frente a reprodução física e social da agricultura familiar. Este “incrementam” se vincula ao “incremento” ano a ano do aumento do desmatamento em Rondônia, sob os quais, os espaços produtivos se organizam especialmente na ótica do “sistema agro”, então, um instrumento que serve ao agronegócio.

Estas relações emergem poderosamente pela ocupação dos espaços potencialmente produtivos. Uma vez que a organização da produção se baseia pelas relações de produção capitalista que toma por referência o trabalho assalariado, além do controle dos meios de produção, a grande escala e a articulação com o mercado externo, que interfere direta e indiretamente no mercado interno.

Em Rondônia, os estabelecimentos têm um perfil constituído por pequeno, médio e grande porte. Estes perfis segundo a *nota técnica* de Freitas, Guidotti e Sparovek (2017), no caso de Rondônia, em referência ao Atlas – Geografia Agropecuária Brasileira (2017), tomando o Quadro 01, como base para apenas sublinhar, reflete a perspectiva presente da organização espacial em Rondônia.

Quadro 01 – Propriedades rurais em Rondônia (Atlas 2017 - Imaflora).

<b>Quadro com os Tipos de Propriedades Rurais em Rondônia*</b>					
Tipo de propriedade	Quantidade propriedade	% Quant.	Milhões de hectares por tipo de propriedade	% Ha.	Média Ha.
L	1.213	1,4	5.650.603,25	23,8	4.658
M	3.684	4,3	1.667.598,50	7,0	452
N	14.649	16,9	13.309.720,00	56,0	908
S	67.052	77,4	3.148.593,50	13,2	46
Total	86.598	100	23.776.515,25	100	

Fonte: \* Elaborado segundo Atlas - A Geografia da Agropecuária Brasileira, 2017.

Disponível em: [www.imaflora.org.br/atlasagropecuario](http://www.imaflora.org.br/atlasagropecuario).

L = Grande propriedade rural

N = Terras públicas

M = Média propriedade rural

S = Pequena propriedade rural

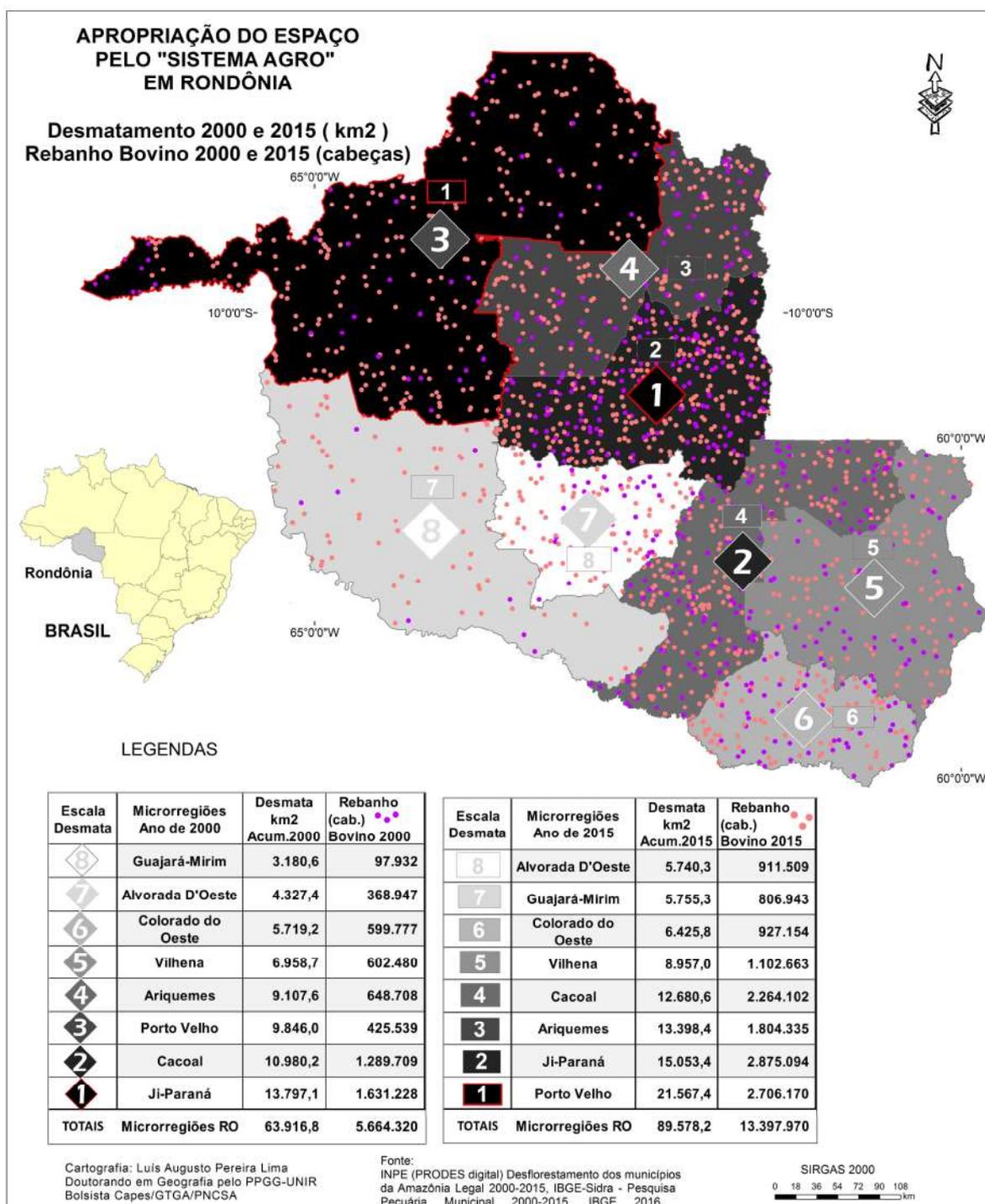
Organização: Luís Lima.

O Quadro 01 expõe a relação das propriedades em Rondônia, em que a participação das grandes propriedades rurais no quantitativo das propriedades não passa de 1,5%, enquanto as pequenas propriedades rurais atingem 77,4% (3,1 milhões de ha), mas em suma representam 5,7 milhões (23,8%) de hectares das propriedades rurais de Rondônia, haja vista a média relacionada. Não se trata de uma classificação aprofundada, mas dá uma referência ao que iremos relacionar mais adiante com o “sistema agro”, como se apropria dessas referências. Contudo, a disputa pela “distribuição e organização” do espaço está sob a sigla das “terras a serem destinadas”, de acordo com a legenda “N”, terras públicas (16,9% das propriedades, 13,3 milhões de hectares). Este cenário de disputa “projeta” Rondônia como campeão nacional de conflitos agrários e mortes no campo.

### 3 - Apropriação do espaço pelo “sistema agro”.

Tal esquema ao qual nos referimos como “sistema agro”, pela organização espacial, vide o Quadro 01, cujo bioma Amazônia abrange, constitui uma temporalidade acelerada da apropriação do espaço. Esta temporalidade pode ser observada mais diretamente no Mapa 01, quanto ao desmatamento que tem contemplado o aumento do rebanho bovino no recorte de 15 anos.

Mapa 01 – Desmatamento e rebanho bovino em Rondônia (2000-2015)



Em destaque no Mapa 01, observando os quadros das legendas, o primeiro quadro representa o ano 2000 e o segundo o ano de 2015. Conduto, as cores de fundo do mapa representam o desmatamento do ano de 2015 referidos aos retângulos com números indicando as microrregiões. Os ícones no mapa em formato de “diamante” com números indicam o desmatamento do ano de 2000, bem como no quadro de legendas. Sobre isto, observam-se as cores mais escuras representam maior quantidade de desmatamento e as mais claras, menor índice de desmatamento. De outra forma os pontos em lilás (ano 2000) e rosa (ano 2015) representam a intensidade do rebanho bovino nas microrregiões.

A perspectiva do Mapa 01 apresenta uma disposição em que o desmatamento acumulado até o ano de 2000 concentrava mais na parte central do estado, conseqüentemente no ano de 2015 segue para o norte-noroeste. O sentido neste caso reflete sobre as microrregiões de Porto Velho e Ji-Paraná. No ano 2000 a segunda ocupava o primeiro lugar em desmatamento com 13,7 mil km<sup>2</sup> acumulados e a primeira o terceiro lugar com 9,8 mil km<sup>2</sup>. Já em 2015, Porto Velho passa a deter o primeiro lugar com 21,5 mil km<sup>2</sup> acumulados e Ji-Paraná com 15,0 km<sup>2</sup>.

Pois, para uma leitura visual mais direcionada indicamos com contornos em vermelho as microrregiões com maiores quantitativos de desmatamento em km<sup>2</sup>. A troca de posição pelo aumento do desmatamento em Rondônia também ocorreu na parte superior das legendas do mapa, uma vez que indicam menores índices de desmatamento. Na inversão dos que “menos desmataram” surgem no ano de 2000 as microrregiões de Alvorada D’Oeste com 4,3 km<sup>2</sup> de desmatamento e Guajará-Mirim um pouco abaixo com 3,1 km<sup>2</sup>. Em 2015, as duas microrregiões invertem as posições, de certa forma com um “reflexo mínimo” em relação as duas microrregiões que mais desmataram até o ano de 2015.

Para inserir mais elementos neste contexto da apropriação do espaço, além do desmatamento que “tem realizado o papel” conflitante de proporcionar ou “demandar” por “novas áreas”, o aumento do rebanho bovino em Rondônia, refletiu “positivamente” desta ordem. O aumento da pecuária em questão perpassa pela dinâmica do estado, porém, o reflexo é iminente quanto ao crescimento do rebanho em cada uma das microrregiões em relação ao aumento do desmatamento. Observa-se na coluna a direita de cada ano referido na legenda do Mapa 01, em relação ao desmatamento ocorrido nas microrregiões. Haja vista que a tendência segue a mesma inversão do desmatamento, a microrregião de Porto Velho tinha apenas o terceiro maior rebanho bovino em Rondônia e Ji-Paraná o maior rebanho em 2000. Em 2015, Ji-Paraná ainda mantém o maior rebanho, com 2,8 milhões de cabeças, mas foi superada pelo desmatamento da microrregião de Porto Velho, que passou a ter o segundo maior rebanho bovino do estado, com 2,7 milhões de cabeças.

Para este sentido indicamos a ocorrência de apropriação do espaço pelo “sistema agro”. O desmatamento em Rondônia associado ao aumento do rebanho bovino em 15 anos é “devastador”. De tal maneira, passa-se a considerar uma perspectiva negativa para os próximos anos, caso o efeito esperado pela política estadual implementada pela aplicação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE, 2010) do Estado de Rondônia, não proponha alternativas além das “zonas de destinação e finalidade como divulgação”.

Ainda nesta relação desmatamento e rebanho bovino, construímos o Quadro 02 como reflexão desta apropriação segundo o Mapa 01 apresentou. O rebanho bovino segue o desmatamento alternando-se entre as microrregiões sem que haja uma redução significativa do desmatamento. No entanto, o que se vê é uma imbricada relação dos elementos dinamizadores da apropriação do espaço amazônico de acordo a “evolução” dos dados apresentados até o momento.

O Mapa 01 revelou uma inversão entre as microrregiões que menos desmataram como um “reflexo mínimo”, mas o que está por trás desse reflexo?

Quadro 02 – Efeito da apropriação do “sistema agro” na relação desmatamento/rebanho bovino.

Microrregiões	+ Desmata km2 em 15 anos	Desmata (%) em 15 anos	+ Rebanho (cab.) Bovino em 15 anos	Rebanho (%) Bovino em 15 anos	Aumento de (x) do Rebanho
Colorado do Oeste	707	11	327.377	55	1,5
Ji-Paraná	1.256	9	1.243.866	76	1,8
Alvorada D'Oeste	1.413	33	542.562	147	2,5
Vilhena	1.998	29	500.183	83	1,8
Guajará-Mirim	2.575	81	709.011	724	8,2
Cacoal	3.573	39	974.393	76	1,8
Ariquemes	4.291	47	1.155.627	178	2,8
Porto Velho	11.721	119	2.280.631	536	6,4
<b>RONDÔNIA (+) em relação ao ano de 2000</b>	<b>27.534</b>	<b>43,1</b>	<b>7.733.650</b>	<b>136,5</b>	<b>236,5</b>

+ Desmata = desmatamento acumulado em 15 anos, de 2000 a 2015.

+ Rebanho = aumento do rebanho bovino em 15 anos, de 2000 a 2015.

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária 2000-2015,

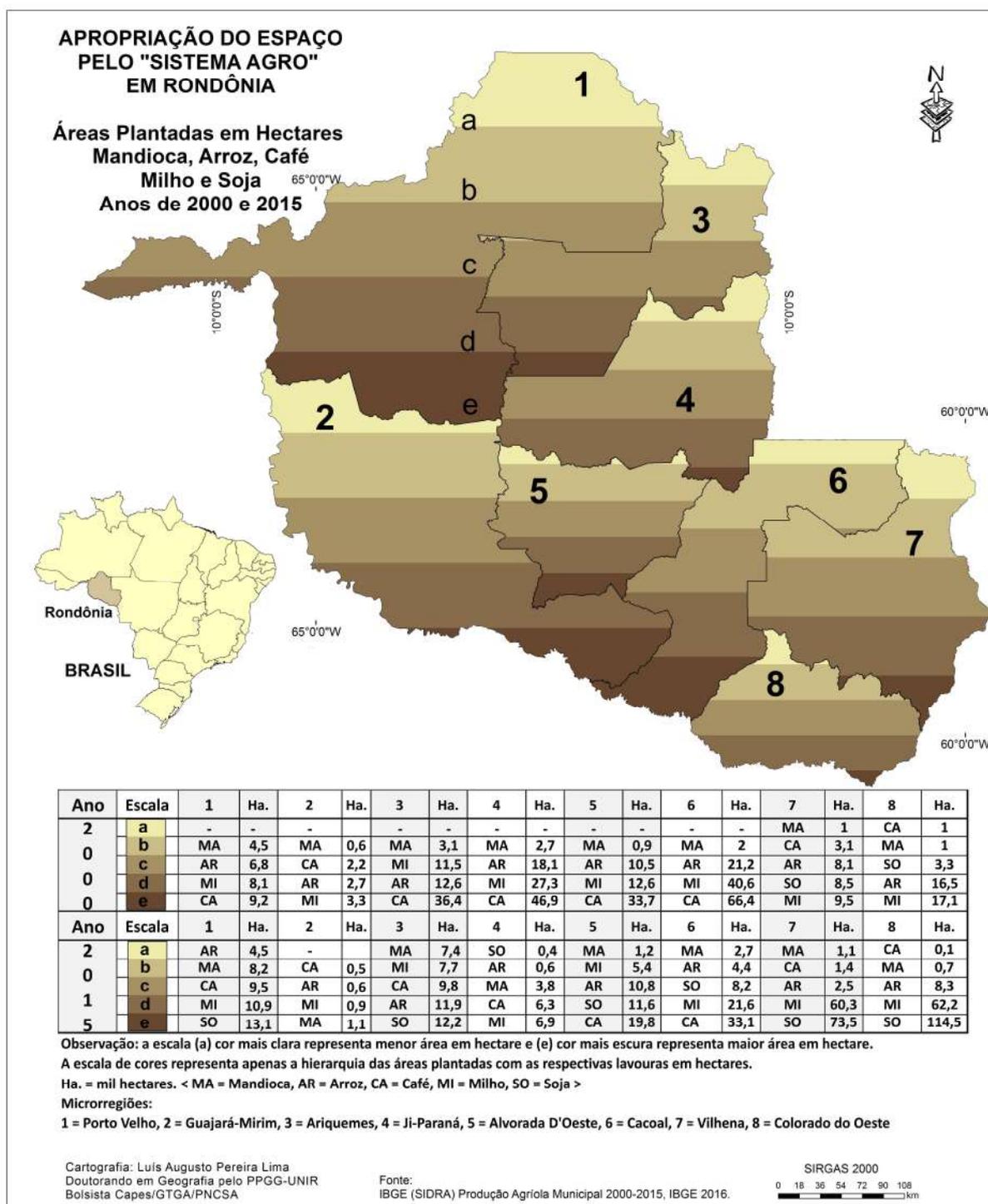
INPE - PODRES digital - Desflorestamento dos Municípios da Amazônia Legal 2000-2015.

Elaborado por: Luís Lima.

Por seguinte, o Quadro 02, relaciona a microrregião que menos desmatou a que mais desmatou no período de 2000 a 2015. Então, o Quadro 02, articulado com o Mapa 01, demonstra de maneira pontual a ocorrência do aumento do desmatamento nas microrregiões e também o aumento do rebanho bovino. O que está por trás dessa imbricada relação do “sistema agro”? Está no momento apontando para as microrregiões de Guajará-Mirim e Porto Velho. A última já apresentava uma vertente ao desmatamento desde 2000 e com o acumulado de 119% (11,7 mil km<sup>2</sup>) em 15 anos e o aumento do rebanho bovino em 536% (2,2 milhões de cabeças) no mesmo período. Consta que aumentou o rebanho em 6,4 vezes de maneira a quase superar a microrregião de Ji-Paraná em termos absolutos. Mas, a microrregião de Guajará-Mirim nos revela uma tendência não observada mesmo até o ano de 2000, com um desmatamento muito atrás das outras microrregiões, contudo no acumulado de 15 anos apresenta um dado bastante significativo. Em termos quantitativos o ano de 2000 em km<sup>2</sup> (com 3,1 mil km<sup>2</sup>) era a última colocada em desmatamento, a que menos desmatou e o rebanho bovino não chegava a 100 mil cabeças de gado. Já no ano de 2015, o desmatamento aumentou e em números acumulados é a penúltima microrregião em desmatamento, mas em valores proporcionais de km<sup>2</sup> em desmatamento atingiu 81% (2,5 mil km<sup>2</sup>), estabelecendo a quarta posição de quem mais desmatou no período. Isto até então, pode não parecer tanto, se considerarmos a microrregião de Porto Velho, mas em termos de rebanho bovino, aumentou 724% (709 mil cabeças de gado), ou seja, multiplicou por 8,2 o seu rebanho bovino em 15 anos. Esta transformação acelerada do cenário no rebanho bovino da microrregião precipita uma condição desfavorável às unidades de conservação e terras indígenas localizadas na microrregião, em função da pressão exercida por fazendeiros, madeireiros, grileiros e o desmatamento relacionado a estes grupos. Por

considerar esses elementos espaciais até o momento, a perspectiva aponta para a apropriação do espaço pelo “sistema agro” de “novas áreas” no processo desmatamento/rebanho bovino. E não obstante deste processo, o Mapa 02 traz outros dados sobre o aumento com as áreas plantadas com lavouras atribuídas ao “sistema agro”.

Mapa 02 – O aumento das áreas plantadas com soja e milho e a redução das áreas com arroz, café e a aparente manutenção da mandioca.



Em primeira análise ao Mapa 02, as cores mais claras, em formato gradiente, representam menores área plantadas e as escuras mais áreas plantadas observando as letras (a, b, c, d, (e) e) como graduação para indicar qual número pode ser associado a microrregião. Conseqüentemente o quadro de legendas reflete as cores apresentadas do fundo do mapa com referência ao tipo de lavoura e o ano respectivo. Apresentamos de maneira sequencial o tipo de lavoura e o hectare plantado com o intuito de propiciar uma leitura mais ampla do aumento das áreas com soja e milho em relação as outras lavouras.

Sem sobrecarregar a leitura analítica indicamos observar que até o ano 2000, a soja não expressava praticamente nenhuma atividade nas microrregiões, salvo em Vilhena e Colorado do Oeste, juntas não passavam de 12 mil ha. Contudo, em 2015 com exceção da microrregião de Guajará-Mirim, todas as outras já apresentam atividades bem acima das outras lavouras de perfil temporário, um total próximo a 235 mil ha. Porém, em 2000, a lavoura que exercia predominância era o café, lavoura permanente, relativizando com as de ciclo temporário, em cinco das oito microrregiões e as outras três dominadas pelo plantio do milho; este perfil muda completamente em função da expressividade da soja e do próprio milho, ou seja, a apropriação espacial determina um novo contexto espacial.

O ano de 2015, em termos de abrangência da área plantada, a soja e o milho passam a dominar quase todas as microrregiões, com exceção para Guajará-Mirim que ainda mantém o plantio com mandioca como principal atividade agrícola. Nesse prisma, a mandioca que também é uma das principais atividades da agricultura familiar, por se considerar uma lavoura que não segue a linha do “sistema agro”, obteve um “leve” aumento (de 4% -16 ha - para 5% - 26 ha – em todo estado) em área plantada em relação à soja que teve aumento de área plantada significativa na relação direta com outras lavouras nas microrregiões de Porto Velho, 32%; Ariquemes, 30%; Alvorá D’Oeste, 39%; Vilhena, 58%; e Colorado do Oeste com 61% em áreas proporcionais. Este perfil também ocorreu com a área plantada com o milho, nas microrregiões de Ji-Paraná, 49% e Cacoal, 40%; apesar de que o café ainda detenha a maior área plantada em hectares (33 mil ha). Nesta última microrregião anteriormente era predominante a área plantada com o café, uma lavoura permanente, mas nesses 15 anos perdeu espaço, pois em 2000 possuía uma área plantada com 66 mil hectares e em 2015 caiu para 33 mil hectares, uma redução de 50% no total de área plantada, uma vez que a atividade agrícola, concentrada no município de Cacoal, “bem como em todo o estado, é praticada através da agricultura familiar, que faz uso da propriedade para a produção policultora, voltada para a subsistência e/ou também para comércios locais [...]” (SILVA SANTOS, 2017, p. 132-133). Entretanto, o autor argumenta que houve redução de área plantada com o café, ao que apontamos como redução, também poderia ser “pela introdução do café clonal, que produz maior quantidade em menor área” (idem, p. 140).

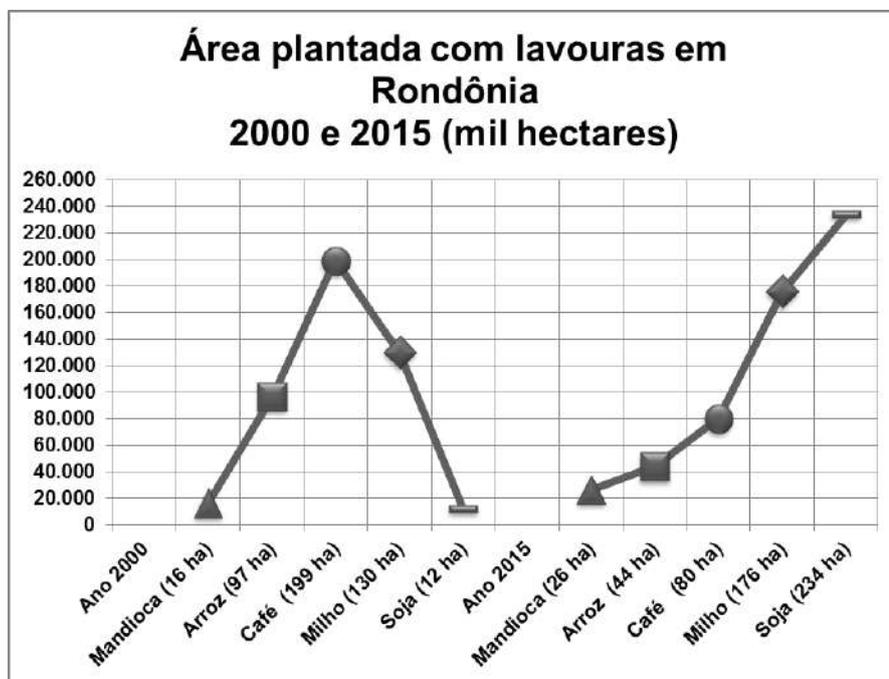
A indicativa no que tange ao aumento de áreas plantadas com soja e milho respectivamente se relacionam em termos diretos com o aumento do desmatamento, o aumento do rebanho bovino e o aumento de áreas plantadas dessas lavouras na microrregião de Porto Velho, por exemplo, cuja referência dá-se pelo alto índice de desmatamento. Podemos considerar que em 2015, com exceção da microrregião de Guajará-Mirim, em todas as outras microrregiões esteve presente essa combinação apropriadora do “sistema agro”: desmatamento-rebanho bovino-soja-milho. O Mapa 02 também revela uma dinâmica marcante da área plantada com arroz, por se tratar de uma lavoura desenvolvida em parte pela agricultura familiar em Rondônia.

Tomando como base as microrregiões com os maiores rebanhos no acumulado e associarmos ao desmatamento ocorrido até o ano de 2015, temos Ji-Paraná (2,8 milhões de cabeças – desmatado 15 mil km<sup>2</sup>), Porto Velho (2,7 milhões de cabeças – desmatado 21,5

mil km<sup>2</sup>), Cacoal (2,2 milhões de cabeças – desmatado 12,6 mil km<sup>2</sup>), Ariquemes (1,8 milhões de cabeças – desmatado 13,3 mil km<sup>2</sup>) e Vilhena (1,1 milhões de cabeças – desmatado 8,9 mil km<sup>2</sup>), geograficamente em sentido norte/sul e se observarmos os Mapas 02 e 01, em linha diagonal, essas microrregiões agora mantém correlações sistemáticas. Em suma, em todas as microrregiões listadas acima na relação rebanho/desmatamento, a área plantada com arroz praticamente regride exponencialmente em quase 75% no total. E consequentemente até em Guajará-Mirim a área plantada com arroz, não passou de 500 ha em 2015.

E, para mais uma observação do avanço das áreas plantadas com soja e milho, o gráfico 01 apresenta a dinâmica das lavouras nos anos de 2000 e 2015 sob a perspectiva do estado de Rondônia. Observa-se que o café consiste em uma lavoura permanente e as outras temporárias, mas constitui dado para a análise no recorte temporal.

Gráfico 01.



Fonte: IBGE-SIDRA Produção agrícola municipal 2000-2015.

Elaborado por: Luís Lima.

Neste ponto, em Rondônia, o Gráfico 01 aponta para a dinâmica concentradora das áreas plantadas com lavouras no estado. Observa-se que no ano de 2000 o destaque era o café com 199 mil ha, 80% das áreas plantadas com lavouras permanentes, enquanto arroz e milho estavam em segundo plano. Já em 2015, o café reduz para 80 mil ha, 74% das áreas proporcionais das lavouras permanentes, mas em número absolutos perde área significativa em torno de 50%. De outra forma, a mandioca e a soja em 2000 estão quase niveladas, mas em 2015 a soja amplia sua área plantada de 3% para 46%. Há uma transformação completa do perfil produtivo no estado ou seria o que as políticas governamentais projetaram?

A cultura da migração e as articulações políticas de diversos grupos sociais e dos setores do capital no campo, mesmo considerando

suas contradições internas, inegavelmente se consolidou num poderoso grupo político ou um bloco político-territorial que hegemoniza a política estadual, sempre pautada no crescimento econômico dos setores da agropecuária, agronegócio e madeireiros, articulados com os setores da agroindustrialização. (COSTA SILVA, 2016, p. 331-332).

A constatação do autor se relaciona ao que fora apontado no Gráfico 01, mas segue a exposição desde o Mapa 01 quanto ao desmatamento seguido do rebanho bovino. A ascensão da soja e do milho em ralação as outras lavouras em Rondônia projeta uma clara ponta de contato do “sistema agro” com a “requisição de novas áreas” para expansão dos monocultivos e rebanhos. Nesse sentido os as microrregiões constam desta análise, mas os municípios em contraste representariam outro ponto de vista da reflexão. Por conta disto, relacionamos nesta análise alguns municípios quanto ao desmatamento e rebanho: na microrregião de Porto Velho: os municípios de Porto Velho e Nova Mamoré; na microrregião de Ariquemes: os municípios de Ariquemes e Machadinho D’Oeste; na microrregião de Ji-Paraná: os municípios de Ji-Paraná, Jaru e Ouro Preto do Oeste; na microrregião de Cacoal: os municípios de Cacoal, Espigão D’Oeste e Alta Floresta D’Oeste; na microrregião de Guajará-Mirim: os municípios de São Francisco do Guaporé e Costa Marques; na microrregião de Vilhena: os municípios de Chupinguaia e Pimenta Bueno; na microrregião de Colorado do Oeste: os municípios de Corumbiara, Colorado do Oeste; e na microrregião de Alvorada D’Oeste: os municípios de São Miguel do Guaporé e Alvorada D’Oeste.

#### **4 – O “sistema agro” e a temporalidade dos conflitos**

As condições evidenciadas neste recorte temporal emanam um sentido da “aceleração do crescimento” e demonstram ações de maneira que a apropriação do espaço pelo “sistema agro” emergem inúmeros conflitos que sobrepõem o território das comunidades amazônicas. A abordagem deste sistema entendido como uma cadeia de sobreposições, desmatamento depois rebanho e por relação intrínseca soja e milho, inviabilizam o modo de vida “autônomo” e “sustentável” dos pequenos produtores da agricultura familiar, em sua maioria, comunidades tradicionais amazônicas. Este encadeamento de ocorrências impõe uma temporalidade acelerada que condiciona os pequenos produtores às temporalidades além de suas práticas e saberes.

As temporalidades significam ritmos lentos e mais rápidos, desigualdades econômicas, diferentes objetivações cotidianas e, ao mesmo tempo, distintas percepções dos processos e fenômenos, ou seja, leituras que fazemos dos ritmos da natureza e da sociedade. (SAQUET, 2015, p. 110).

Para distinguirmos a temporalidade exercida em Rondônia no decorrer deste período, podemos considerar o encadeamento dos elementos apresentados como “ritmos mais rápidos”. Mas, não somente, haja vista que a temporalidade exercida se associa na exigência “combinada” com outros fatores por “novas áreas”.

A conversão de novas áreas para a produção agrícola se torna uma problemática geográfica central, na medida em que o uso do território se coloca como condição para a reprodução dos grupos sociais e do capital agrário/industrial, opondo, conflitivamente, as comunidades

tradicionais amazônicas (COSTA SILVA, 2016, p. 320).

A possível conversão do que fora desmatado em “novas áreas” implica em considerar uma gama de fatores, sejam oriundos das políticas governamentais ou podem significar “ritmos mais rápidos” de maneira que as desigualdades “têm proliferado” como conflito agrário, disputa territorial, ameaça de morte e assassinatos no campo. O espaço apropriado pelo “sistema agro” passa a seguir o ritmo das atividades hegemônicas, subvertendo o “ritmo” local. Por entender esta dinâmica como fator de desigualdades sob a temporalidade acelerada da apropriação territorial em Rondônia, consideramos que esta dinâmica incide diretamente nas funções do território.

A realidade evolui com conflitos e reordena as escalas geográficas, pois, estas passam a ter o substantivo do tempo histórico como elemento central e o território expressa funcionalizações do mundo globalizado, com um emaranhado de ações que engendram novas desigualdades espaciais (COSTA SILVA, 2010, 50).

Portanto, a evolução dos conflitos e as novas desigualdades também estão presentes nesta “combinação” dos fatores dinamizadores da cadeia de sobreposição. Há uma concentração de áreas plantadas com soja e milho, aumento exponencial do desmatamento e do rebanho bovino no estado, desta forma, pode se afirmar que há uma supremacia dos fatores combinados que pode levar a “minimização” gradativa das áreas plantadas com mandioca e arroz, além de atingir o café por ainda ser de cunho da agricultura familiar. Mas, no caso do café como ressalta Silva Santos (2017, p. 140) “a contradição desse processo ocorre no fato de que o governo que deveria apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, o insere à lógica do mercado, descapitalizado e submisso em relação às ordens impostas de forma vertical pelos agentes hegemônicos”.

O ensaio atual desta ação do “sistema agro” na apropriação do espaço agrário em Rondônia é a soma de um processo político territorial, como resultado catastrófico. Por muito tempo está em pauta o ZSEE no estado sem que o “planejamento para o desenvolvimento sustentável e proteção ambiental” fosse colocado em prática de fato. As relações políticas definem a dinâmica desse instrumento no estado como uma base para políticas de interesses municipais sem o êxito esperado. Por hora, as microrregiões não encobrem nesta análise a ação dos municípios.

Em 2018, o ZSEE completará 30 anos, mesmo tempo da chamada Constituição “Cidadã” de 1988, no entanto, o contraste é perceptível em todos os seus aspectos. Pelo ponto de vista do desmatamento ou “desflorestamento dos municípios da Amazônia Legal” como sublinha o Prodes/Inpe, para esta análise aglutinamos sob a ótica das microrregiões de Rondônia, alcança níveis cada vez mais preocupantes. E também, alcançando áreas até então distantes e protegidas da apropriação da cadeia de sobreposição do “sistema agro”, configura a transformação aguda da Amazônia. Na observação de Mesquita (2011, p. 04), “este processo de transformação na Amazônia é particularmente intenso no que se refere à posse, uso e apropriação de território”. A via de interesses financeiros “internos e externos” avança de modo “alarmante” e silencioso sobre o território das comunidades tradicionais amazônicas.

Embora, nesses 15 anos referidos na abordagem, Rondônia tenha alcançado índices de produção de modo geral, sempre esteve em 2015, configurando os três primeiros lugares sobre desmatamento, 3º colocado com 89,5 km<sup>2</sup> acumulados de desflorestamento por município da Amazônia Legal (Prodes/Inpe, 2017); “conflitos por terra, 3º colocado com 83 ocorrências” (CPT, 2015, pág. 73); e o “1º lugar em assassinatos no campo com 20

mortes” (idem, pág. 7-8). Por se tratar de dados que se somam aos anteriores o rebanho bovino de Rondônia em nível nacional em 2000 era apenas o 12º com 5,6 milhões de cabeças e em 2015 passa para o 7º lugar com 13,3 milhões de cabeças. Contemplando, na Amazônia, Rondônia era em 2000 o quarto colocado, já em 2015 passa para terceiro, ficando atrás apenas dos estados do Pará e do Mato Grosso. Com base nesse recorte, nos permite questionar: o desmatamento pode aumentar e o rebanho bovino ainda pode se multiplicar? Também em função dos vizinhos, o estado do Amazonas, cujas microrregiões do Purus e Madeira já concentram certo rebanho e do outro lado, o estado do Mato Grosso, em sentido ao paralelo 10º, as microrregiões de Aripuanã, Alta Floresta, Colíder e Norte Araguaia concentram cerca de 60% do rebanho bovino do estado, o maior do país em 2015 com 29,3 milhões de cabeças. Este curso coloca em questão uma possível transição do rebanho naquela porção dos limites entre as microrregiões seja do Amazonas ou do Mato Grosso com o estado de Rondônia: Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Cacoal.

Constitui-se o “sistema agro” como um fator relacional ao exposto, mas segundo divulgado pela mídia nacional, o “agro é tech, agro é pop, agro é tudo” (Revista Globo Rural, 2017). Para além da propaganda em Rondônia, a agricultura familiar tem demonstrado, sobretudo, com a maioria dos estabelecimentos, desafios estruturais e sob condições mínimas para produzir, como soluções em acesso à terra, “crédito” e tecnologias embarcadas, responder com eficiência e ainda manter grande parte das pessoas ocupadas sem políticas públicas afins de alcance sem desvio de finalidade (GUANZIROLI et al, 2009, COSTA SILVA, 2016). Tal evidência se avoluma em Rondônia onde a agricultura familiar ainda mantém um perfil eficiente segundo apontado nos estudos de Silva Santos, 2017.

## 5 - Algumas Considerações

A expansão agressiva do rebanho bovino “seguindo” o desmatamento tem reorganizado espacialmente o território rondoniense, além do espaço produtivo, em favor de um sistema que se vincula pelo controle político do território. Em que se vincula o “sistema agro” como sinônimo de monoculturas, concentração fundiária, impactos ambientais e conflitos sociais.

Sabe-se das iniciativas quanto a tentativa de reverter os dados reais do campo em Rondônia, mas os resultados tenderão seu efeito em longo prazo. Nessa expectativa, em 23 de março de 2017, o Ministério Público Estadual de Rondônia, realizou em Porto Velho, em parceria com algumas entidades locais uma audiência pública intitulada “Direito à terra e conflitos agrários no estado de Rondônia”. Acreditamos que a audiência ocorreu pelo fato excedido de situações que apontam Rondônia como principal campo de ameaças de morte, conflitos por terra e assassinatos.

O descompasso que o “sistema agro” projeta para a Amazônia, a partir da apropriação do espaço amazônico em Rondônia, nos permite observar que isto provém de um estado de situações em longo prazo. Contudo, as políticas são intermitentes e operam segundo a lógica da política de “sobreposições” territoriais e exploração econômica. Conjecturamos afirmar que são práticas que se estendem ao “sabor dos planos, programas e projetos” mediados por campanhas políticas sob a ótica do controle econômico e da mediação social consoante ao agronegócio.

Em princípio, as situações elencadas projetam uma tendência “pessimista” a partir desta abordagem e reitera que “a resultante é uma Amazônia mais desigual, mais pobre e vulnerável, onde o processo de exclusão social avança velozmente apesar dos embates e confrontos que emergem diuturnamente contra esse estado de coisa” (MESQUITA, 2011, p. 07).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2ª. Edição, Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.
- COSTA SILVA, Ricardo Gilson da. **Agentes, processos e conflitos na gestão territorial no Estado de Rondônia (Brasil).** Polis, Revista Latinoamericana, Volumen 15, Nº 45, 2016, p. 319-344. Disponível em <www.gtga.unir.br>. Acessado em 10 de abril de 2017.
- \_\_\_\_\_. **Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010.** 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – USP.
- \_\_\_\_\_. Agronegócio e campesinato em Rondônia. In: **Geografia Agrária no Brasil.** Disputas, conflitos e alternativas territoriais. Gustavo H. Cepoli Ferreira (Org.). Jundiaí, Paco Editorial, 2016.
- CPT. **Conflitos no Campo – Brasil 2015** [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2015.
- FREITAS, F. L. M, GUIDOTTI, V, SPAROVEK, G. Nota Técnica: Malha fundiária do Brasil. V.170321. In: **Atlas – A Geografia da Agropécuaária Brasileira 2017.** Disponível em <www.imaflora.org.br/atlasagrpecuario>. Acessado em 08 de abril de 2017.
- GUANZIROLI, C. Et al. **Agricultura familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- IBGE. Sistema de Recuperação Automática SIDRA. **Pesquisa Pecuária municipal 2000-2015.** Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>. Acessado em 10 de abril de 2017.
- \_\_\_\_\_. Sistema de Recuperação Automática SIDRA. **Produção agrícola municipal 2000-2015.** Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>. Acessado em 10 de abril de 2017.
- INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). **Desflorestamento nos Municípios da Amazônia Legal.** Projeto PRODES digital. Disponível em <www.dpi.inpe.br> Acessado em 11 de março de 2017.
- LEFÉVBRE, Henri. **Espaço e política.** Barcelona, Ediciones Península, 1976.
- MESQUITA, Benjamin A. de. Conflitos Territoriais na Amazônia na “Era do Capital”. In: **Meio Ambiente, Território & Práticas Jurídicas:** Enredos em conflito. Joaquim Shiraishi Neto Orgs. et all. São Luís: EDUFMA, 2011.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- REVISTA GLOBO RURAL. **Rede Globo é premiada por campanha que valoriza o agro.** Notícias. 24 de janeiro de 2017. Disponível em <www.revistagloborural.globo.com> Acessado em 15 de abril de 2017.
- SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território.** 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SILVA SANTOS, Tiago Roberto. **Circuito espacial de produção e círculos de cooperação na cafeicultura em Cacoal/RO.** 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – UNIR.
- ZSEE. Zoneamento Socioeconômico-ecológico do Estado de Rondônia. **Vinte e um anos de zoneamento sócioeconômico e ecológico do Estado de Rondônia.** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável e Proteção Ambiental. Porto Velho – Rondônia, 2010.

## **O Centro Agroambiental do Tocantins (CAT): institucionalidade das relações entre a Universidade e o Sindicalismo de Trabalhadores Rurais.**

Luciano Leal Almeida<sup>1</sup>, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), llaleal@yahoo.com.br.

### **Resumo**

A pesquisa procurou compreender os processos que envolveram a criação e a atuação do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) na região do sudeste do Pará. O CAT teve como um dos objetivos permitir a estabilização da agricultura familiar e consolidar os sindicatos de trabalhadores rurais como atores fundamentais na região. Partindo do princípio de que as relações de mediação criam vínculos que envolvem relações de dominação, problematizo a relação estabelecida entre os pesquisadores e o movimento sindical, tendo em vista o quadro institucional complexo a partir da década de 1990.

Palavras-chave: Universidade; Sindicalismo Rural; Agricultura Familiar; CAT; Mediação.

O Centro Agroambiental do Tocantins - CAT foi fundado em 1988 como produto de ações institucionais em parceria, envolvendo pesquisadores ligados à Universidade Federal do Pará (UFPA), pesquisadores franceses ligados ao Groupe de Recherche et d'Échanges Technologiques (GRET)<sup>2</sup> e um grupo de sindicalistas que atuavam na região de Marabá, sudeste do Pará<sup>3</sup>. O CAT definia como um dos objetivos permitir a estabilização da agricultura familiar e consolidar um novo campesinato na fronteira amazônica, buscando também contribuir na discussão da conservação ambiental e uso racional dos recursos naturais.

Partindo do princípio de que as relações de mediação criam vínculos ambíguos, posto que envolvem reciprocidade e dominação, neste artigo, apresento alguns dos resultados da pesquisa que realizei sobre a relação estabelecida entre os professores-pesquisadores da UFPA e os porta-vozes do movimento sindical de trabalhadores rurais situados na região de Marabá, diante da criação de um quadro institucional complexo, a

<sup>1</sup> Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Mestre pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)/UFRRJ. Trabalhou com pesquisas durante a graduação e no mestrado na área de formação de quadros institucionais, sindicalismo rural e relações de mediação/poder na região na sudeste do Pará. Atualmente trabalha como indigenista na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na cidade de Brasília/DF.

<sup>2</sup> É uma associação não governamental, criada em 1970, de apoio à cooperação internacional, a solidariedade profissional e redução da pobreza nos países da Ásia, África, Europa e América Latina.

<sup>3</sup> O que denomino neste trabalho como "região de Marabá" abrange os municípios de Marabá, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia, raio de atuação do Laboratório Sócio Agrônomo do Tocantins/LASAT. Trata-se, pois, de uma denominação fundada na área de atuação de determinadas forças sociais e políticas e não por critérios geográficos. Optei por utilizá-la porque ela possui legitimidade entre os atores locais e sua delimitação espacial se articula com as dinâmicas territoriais que se sucedem nessa porção do estado. Essa região praticamente coincide com a delimitação proposta pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) para o território do Sudeste do Pará.

partir do final da década de 1990. Procuo entender os significados elaborados por essa mediação institucional e acadêmica no processo de construção de campos de profissionalização dos trabalhadores rurais. Acompanhando compreensivamente esses processos, atribuo a devida atenção à emergência de conflitos e à construção de assimetrias de poder inerentes a essas relações. Por fim, dedico atenção ao estudo das condições em que tais ações assim institucionalizadas influenciaram o movimento sindical e o desenvolvimento da agricultura familiar na região de Marabá. E, para efeitos de contribuição ao conjunto de questões eleitas para a reflexão sobre modos de aplicação de políticas públicas, enfatizo a importância da produção institucional de idéias e valores, bem como a formação de agentes encarregados da difusão e reprodução desse mesmo ideário, voltado para projeção de referências de reordenação da vida social e das relações entre grupos, classes e porta-vozes do Estado.

Para entender as ações dos diferentes agentes sociais ao longo do período em que aquele processo teve curso, atribuo atenção ao estudo dos fatos históricos relevantes no período e que foram intervenientes nas ações dos quadros institucionais. Para tanto, adoto o seguinte procedimento: 1) analiso o conjunto de registros impressos, confeccionados pelos diferentes agentes sociais como atas de reuniões, relatórios e ofícios referentes ao Programa; 2) estímulo, por entrevista, a produção de memória recente dos envolvidos nos processos, incorporando 21 interlocutores: pesquisadores, sindicalistas e agricultores que, em diferentes momentos, participaram da construção do CAT.

### **1- A constituição social do CAT.**

O surgimento do Programa CAT se insere no contexto específico de expressão de conflitualidades inerentes à construção da fronteira amazônica do decorrer dos anos de 1970 e 1980, tempo em que melhor se configuraram as expectativas e lutas sociais pela posse da terra na região sudeste do Pará. Essa transformação pautou-se em processos complexos, envolvendo um conjunto de agentes sociais que disputavam o acesso a recursos materiais que dessem conta de projetos de mobilidade e reprodução social como agricultores. A possibilidade de acumular riqueza com a exploração dos recursos materiais e a ausência de um suposto domínio particular sobre as terras estimularam a ocupação do espaço regional; e influenciaram a migração de pessoas de várias partes do país, em especial do nordeste, em diferentes condições socioeconômicas. Formou-se inicialmente uma economia com base no extrativismo, que influenciou o ritmo de boa parte dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos nas décadas seguintes (HÉBETTE, 2004d; ASSIS, 2007).

Até a década de 1970, não existia organização camponesa institucionalizada e a agricultura tinha um papel econômico muito secundário no quadro regional, com exceção do arroz e da criação de gado, visto que essas atividades tinham cadeias de comercialização mais consistentes. A atividade produtiva sobre a qual havia se estruturado a sociedade ao longo dos séculos e que sustentava a economia, era o extrativismo nas suas diversas expressões (látex, castanha, caça de animais silvestres e mineração). Os trabalhadores viviam na dependência de patrões e de oligarquias locais. Não havia, por conseguinte, espaço para a organização política formal desses trabalhadores.

Durante as décadas de 1970 e 1980, a fisionomia econômica e social da região se transformou radicalmente. A mudança se iniciou ainda na década de 1960, quando pequenos agricultores oriundos do Maranhão penetraram nessa região pelo município de São João do Araguaia, mas, dessa vez, não mais apenas para trabalhar nos castanhais e no garimpo, mas para ocuparem “terras livres”<sup>4</sup>, e se sedentarizarem com a formação de

---

<sup>4</sup> Concepção que não levava em conta a apropriação dessas terras por povos indígenas.

lavouras (VELHO, 1974). Essa mudança se acelerou e ampliou fortemente com a abertura oficial da fronteira amazônica durante o regime militar, que decidiu, em 1970, implantar a rodovia Transamazônica e a ampliar a infraestrutura regional (hidrelétricas, rodovias, etc.), atraindo migrantes de diversas partes do país.

Segundo Hébette (1996a), a abertura da fronteira amazônica carregou consigo a marca do regime autoritário que a estimulou. A violência que geralmente costuma acompanhar a penetração organizada em “novos territórios” foi reforçada pela violência dos órgãos de repressão instituídos pelo regime militar (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins/GETAT e o Conselho Nacional de Segurança/CNS)<sup>5</sup>. Para o autor, o reconhecimento desse quadro institucional é fundamental para a compreensão dos processos sociais que vieram paralelamente, em consequência, ocorrer na região de Marabá.

Foi também no bojo desse processo de colonização oficial e/ou espontânea que os posseiros começaram sua organização política. Na ausência de um órgão legitimamente representativo de seus interesses, os trabalhadores rurais tiveram que investir na criação de suas próprias estratégias de defesa de direito a terra, calcadas em estratégias familiares e de parentesco, de conterraneidade e vizinhança (HÉBETTE, 1996a). Essas estratégias, entretidas em plano comunitário, forneceram as bases para a constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), estimuladas, nos anos 1970, por religiosos adeptos da Teologia da Libertação, investimento organizativo que recuperou, num nível político mais elaborado e mais consistente, a inspiração dos movimentos de esquerda e a sensibilidade do clero progressista originário da Ação Católica<sup>6</sup>.

Nesse mesmo período, pesquisadores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)<sup>7</sup> da Universidade Federal do Pará, que também atuavam como assessores desses movimentos organizativos, começaram a construir os primeiros contatos com esses migrantes, em sintonia com aqueles espaços de formação organizados por religiosos locais.

Essa luta dos migrantes pela terra constitui-se como campo de encontro de todos os agentes sociais – clero, militantes sociais e políticos, advogados, pesquisadores e estudantes – que lutavam contra o regime militar e a favor dos posseiros. Muitos deles encontravam em organizações das Igrejas Católica e Luterana e, em particular, na Comissão Pastoral da Terra (CPT), um espaço institucional com certa “imunidade simbólica” à repressão. É nesse campo de forças muito diversificadas e, de certa forma, contraditórias – onde a vida política, a sindical e a religiosa estiveram tão imbricadas em medida e formas diferentes - que os trabalhadores encontraram e constituíram seus primeiros mediadores sociais<sup>8</sup> (NEVES, 2008).

<sup>5</sup> O GETAT foi criado em 1980, seu principal objetivo era suavizar os conflitos agrários na região por meio da ordenação da ocupação. A sua área de atuação correspondeu a região denominada “Bico do Papagaio” (ASSIS, 2007).

<sup>6</sup> A Ação Católica Brasileira (ACB) foi um movimento controlado pela hierarquia da Igreja e fundado pelo Cardeal Dom Sebastião Leme e pelo Padre João Batista Portocarrero Costa em 1932. Tinha como um dos objetivos formar leigos para colaborar com a missão social da Igreja e propiciar a presença atuante do leigo católico na vida pública e social do país. Ela se organizou em vários ramos ou grupos como a Juventude Feminina Católica (JFC).

<sup>7</sup> O NAEA surgiu dentro da UFPA com a reforma universitária de 1971, funcionando como um órgão de integração dentro da universidade para fomentar a pesquisa e a extensão, voltada, naquela época, por uma série de razões, para a área das Ciências Humanas.

<sup>8</sup> Estamos considerando que os pesquisadores por meio do papel que exercem no CAT e na UFPA atuam como mediadores, bem como os sindicalistas. Os pesquisadores atuam como elos importantes na estruturação e nas relações de mediação entre esses sindicalistas e outros agentes externos; já os sindicalistas seriam chamados para agirem como elos importantes na estruturação das relações entre agricultores e pesquisadores dentro do CAT. No entanto, estamos considerando que pesquisadores e sindicalistas interagem em múltiplas direções. É de grande relevância, por

É, portanto, nesse complexo campo de lutas e resistências que também surgiram as lideranças camponesas que, ao final da década de 1970, foram peças fundamentais na criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs); ou, por tais condições sociais e políticas, vieram a conquistá-los, deslocando-os das mãos de dirigentes instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em outros casos ainda, tais sindicatos foram criados, permitindo ampliar a rede institucional de apoio à organização política em construção. Portanto, foi por via do sindicalismo que as lideranças iniciaram sua luta por maior autonomia e começaram a elaborar um projeto coletivo em nível regional de organização da representação política. Aquelas instituições puderam contar ainda com outros apoios como da CPT, muito participativa e dinâmica, também o apoio do Movimento de Educação de Base (MEB), pesquisadores engajados no estudo e assessoramento dos desdobramentos desses processos; e entidades como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Centro de Estudos e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH).

A atuação dessas lideranças nos conflitos por terra que ocorreram nas décadas de 1980 e 1990 consolidou as entidades sindicais como legítimas representantes dos interesses da maioria dos camponeses e trabalhadores rurais na região de Marabá.

De acordo com Hébette (1991), os pesquisadores da UFPA que acompanhavam a dinâmica de ocupação da região eram frequentemente indagados pelos posseiros quanto a seus múltiplos problemas, sem que aqueles pudessem oferecer respostas. Era o caso, por exemplo, dos questionamentos técnicos demandados pelo desejo dos agricultores de incorporarem novas produções, principalmente destinadas ao mercado, isto é, que pudessem complementar as culturas temporárias tradicionais.

Nesse sentido, a forma de uso da terra tinha sido, desde a década de 1980, uma das preocupações dos pequenos agricultores do Pará e de suas assessorias. A resposta a essa preocupação veio a proporcionar o surgimento de novas organizações e de projetos orientados no sentido de soluções especificamente técnicas e econômicas aos problemas. Portanto, voltadas diretamente para a questão da produção e das trocas comerciais.

Esse aspecto foi ressaltado por Leroy (2000), que apontou que o CAT se insere, em âmbito nacional e regional, num movimento ascendente, embora pouco valorizado, de organização e comercialização da produção. A preocupação nessa época era a de empreender políticas duradouras que respondessem estrategicamente às necessidades básicas da categoria, como a implementação e a viabilidade da pequena produção, comercialização e emprego de novas tecnologias.

Assim, o modo como o Programa CAT se estruturou vai refletir o debate que “começou a se dar na época sobre a relação entre o econômico e o político no sindicalismo rural” (Ibidem: 21), pois começavam a emergir os problemas então chamados de “econômicos” da produção e da comercialização agrícola, ao mesmo tempo em que havia a conquista da terra.

Outro aspecto relacionado ao surgimento do Programa CAT diz respeito ao contexto de abertura política que foi se configurando a partir de 1985. Naquele período, a democratização do país permitiu maior abertura e visibilidade a possíveis apoios de cooperação internacional entre a pequena produção agrícola e a pesquisa científica, aproximações que iriam resultar em projetos com ênfase no desenvolvimento rural e sustentável em diversas regiões do país. É nesse contexto de apoio externo que o CAT foi gestado, ou seja, dentro de um convênio no quadro da cooperação franco-brasileira.

---

exemplo, a relação que estabelecem com outros mediadores de outras entidades de apoio e de outras organizações localizados dentro e fora do contexto da região de Marabá.

Convém mencionar que a agricultura familiar francesa sempre foi considerada uma referência para os pesquisadores e planejadores brasileiros e franceses que estavam envolvidos nesse projeto. Esta referência havia justificado, em outubro de 1986, um convênio complementar ao Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica de janeiro de 1967, firmado entre Brasil e França, desta vez, especificamente para a pequena agricultura.

Diante desse contexto, pesquisadores do NAEA e sindicalistas dos municípios de Itupiranga, Marabá, Jacundá e São João do Araguaia, legitimados pelos seus percursos de lutas, consolidaram uma parceria institucional entre esses STRs e a UFPA, no âmbito da cooperação franco-brasileira. Para a efetivação dessa parceria, esses atores contaram ainda com a participação fundamental de pesquisadores da Universidade das Antilhas e das Guianas, que já tinham experiências em projetos de cooperação na região do Caribe.

Dessa forma, o Programa CAT surge a partir de demanda que encontra interlocutores, ou seja, pesquisadores sensíveis às demandas das organizações sindicais que, sem abrir mão dos rigores da ciência, irão atuar como mediadores, visando a propiciar consistência a um projeto de desenvolvimento regional em que os pequenos agricultores estivessem contemplados. Nessa perspectiva, é importante ressaltar também que a demanda desses agricultores da região de Marabá era entendida como algo legítimo por esses pesquisadores, e que todo o processo de construção do Programa se daria a partir do diálogo com os sindicalistas.

Evidências empíricas apontaram a destacada e fundamental contribuição de Jean Hébette na consolidação do CAT, devido, em grande parte, ao seu capital simbólico,<sup>9</sup> adquirido por sua participação como assessor e pesquisador, em vários anos de pesquisa nessa região. Entretanto, outros agentes (sindicalistas e pesquisadores) tiveram também um papel fundamental na construção de uma rede institucional de viabilização e consolidação da proposta.

Para entender melhor esse processo, as relações de confiança entre pesquisadores, assessores e sindicalistas são elementos importantes, tal como analisei durante a pesquisa. Num primeiro momento, esta confiança estava depositada em algum integrante dessa rede de relações que, por sua vez, iria propiciar as bases para a construção da confiança num terceiro. Da mesma forma, esse processo não se dá sem que haja relações de poder. Isto significa que o estabelecimento da confiança se deu a partir da conjunção de diversos elementos (simbólicos e/ou materiais), a partir dos quais emergiu e se estabeleceu a relação. Ou seja, não fora qualquer agente que desempenhara uma suficiente influência sobre outros, de forma a produzir um efeito de confiança. Nesse sentido, acredito que a figura de padre/assessor que Jean Hébette carregava, influenciou as relações de confiança entre agricultores e pesquisadores. Devido ao contexto no qual se dá tal relação, qual seja, um ambiente rural onde historicamente os agricultores desenvolveram uma acentuada religiosidade e onde entidades da Igreja estiveram atuando intensamente, é facilmente verificável a grandeza do poder simbólico da figura de um padre. Portanto, falar de confiança requer uma análise das relações que a geram e, portanto, situá-la histórica e relacionalmente em um determinado contexto.

Bourdieu (1989) observa também que, para tentar entender essa força de mobilização que as lideranças possuem, quer a título pessoal, por delegação ou como mandatário de uma organização (partido ou sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso das lutas passadas, é necessário levar em consideração o capital pessoal de notoriedade e de popularidade – firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um nome, uma reputação etc.) e também no fato de possuir certo número de qualidades específicas que são a condição de aquisição e da conservação de uma boa reputação – que cada militante possui, e no qual é

<sup>9</sup> No sentido proposto por Pierre Bourdieu (1989).

frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permite tempo livre e supõe um certo capital cultural ou, como nos caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência (BOURDIEU, 1989: 191).

Dessa forma, ao pensarmos na atuação das lideranças ou mediadores sociais como Jean Hébette, é necessário levar em consideração esse “capital de notoriedade acumulado em outros domínios”, visto que as diferentes profissões permitem maior ou menor tempo livre destinado às atividades de militância. Também é preciso pensar no acúmulo de determinado capital cultural que está implícito no exercício de algumas profissões, como o hábito de leitura diária, domínio da fala e demais instrumentos que está diretamente relacionado, principalmente, a profissões como a de pesquisador e padre (que é treinado para ouvir e aconselhar).

Outro aspecto que ainda abordei na pesquisa, enfatiza a abertura da UFPA, por meio do NAEA e desses mediadores institucionais, para a participação de organizações sindicais na definição de um projeto de pesquisa-desenvolvimento para a região de Marabá; e isto sem cair no equívoco de considerá-la como fruto de benevolência dessa instituição (ou desses pesquisadores); ou mesmo do acaso. Essa abertura e essa flexibilização de funções têm também por base o acúmulo de experiências vividas ao longo das trajetórias desses sindicalistas na região de Marabá, que sinalizaram para os pesquisadores do NAEA, a possibilidade de partilhar com as organizações de trabalhadores rurais, uma parcela de responsabilidade da pesquisa e de ações de desenvolvimento rural.

Essa abertura é bastante significativa porque a relação entre sindicalistas e/ou agricultores e pesquisadores e/ou agentes de assistência técnica tinha, em muitos casos, (e ainda continua a ter) um caráter persuasivo, tendo em vista acelerar a adoção de tecnologia ou a busca de alternativas que pudessem contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar, sem, no entanto, criar um espaço de participação crítica dos próprios beneficiários desses projetos, ou seja, do agricultor e de sua família.

Segundo Henchen (2002), era comum considerar o destinatário dos projetos de desenvolvimento como *audiência* ou como *clientela*. Enfim, uma estrutura de massa amorfa, constituída por uma agregação de indivíduos que, enquanto membros de um determinado grupo, são substancialmente iguais ou igualizáveis, não diferenciáveis, mesmo se pertencentes a ambientes distintos, heterogêneos, como características socioculturais variadas. Nesse sentido, para o autor, era essa visão acerca dos destinatários dos projetos de pesquisa e desenvolvimento rural que contribuía

“para o fracasso da maioria dos projetos colocados em prática, porque estes tinham por base uma perspectiva que ignorava o ponto de vista do trabalhador rural sobre as relações nas quais este estava inserido” (HENCHEN, 2002: 20).

Ao comentar questões relacionadas às várias percepções sobre o campesinato, Martins (1995:17) destacou a importância de *ouvir*, porém, advertia, deve-se perceber que:

“ouvir o campesinato não quer dizer, simplesmente, partir do próprio discurso dos agentes sociais [...] é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa”; precisa-se “captar o sentido da fala, ao invés de imputar-lhe sentido, ao invés de desdenhá-la” (grifo do autor).

Por certo, essas questões levantadas pelo autor convergiam ou eram parte da reflexão dos pesquisadores do NAEA/UFPA, quando estes se propuseram a construir uma parceria com sindicatos de trabalhadores rurais.

Por fim, é preciso esclarecer que essa parceria parece surgir como resultado de interrogações dos atores sociais<sup>10</sup> que se propõem, em um determinado momento de suas trajetórias, modificando o curso de relações anteriormente estabelecidas, sinalizar para a perspectiva de reconstruí-las em outras bases, em outros princípios. Dessa forma, haveria a possibilidade de surgirem relações democráticas e de alteridade entre parceiros/atores que se propunham a construir um projeto em conjunto, onde o diálogo permanente, assim se acreditava, seria da maior importância. Desta maneira, tentava-se evitar a repetição de velhos vícios tão presentes entre instituições ou entre indivíduos vinculados à extensão rural, relações que, em geral, estão assentadas em bases clientelistas, paternalistas, assistencialistas e autoritárias.

Nesse sentido, se a construção ou a efetivação do Programa CAT podem ser consideradas como construção de um espaço social<sup>11</sup> que reunia agentes sociais com trajetórias historicamente distintas, é porque, no percurso dessas trajetórias, esses agentes perceberam-se e foram percebidos, tanto dentro como fora de seus respectivos campos de ação, de sua área de atuação, como portadores de certa distinção, que lhes proporcionava visibilidade política e social, mas também certa convergência de objetivos e projeções.

A visibilidade e, de certa forma, a especificidade dessas ações são elementos chaves que proporcionavam o reconhecimento de atores sociais históricos e sinalizam para o fato de que estes se encontram na condição de delegados, isto é, de alguém que dispõe de uma certa autorização social que lhe permite a negociação construtiva de um Programa, no qual, envolvesse atividades de pesquisa, formação e ações de desenvolvimento, não mais em situação subalterna, mas agora, na condição de parceiros.

Assim sendo, as lideranças dos sindicatos presentes no CAT, com base em suas experiências de luta, nos seus enfrentamentos e/ou negociações com o Estado, acreditavam-se credenciadas, isto é, possuidoras de uma espécie de delegação<sup>12</sup>, que, de certa forma, as autorizava a falar em nome dos sindicatos, das delegacias sindicais, ou, de um modo geral, em nome dos pequenos agricultores e posseiros daquela região. Essa delegação, por certo, fora constituída enquanto resultado das trajetórias de luta, o que, portanto, lhe conferia legitimidade de ir ao encontro dos pesquisadores do NAEA, que já atuavam na região de Marabá há algum tempo, desde meados da década de 1970.

---

<sup>10</sup> O ator social não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, na sociedade, mas aquele que, através de suas ações, modifica o meio ambiente material e, sobretudo, social no qual está inserido; modificando a divisão do trabalho, as relações de dominação e mesmo as orientações culturais (TOURAINÉ, 1994: 220).

<sup>11</sup> A noção de espaço social, conforme afirma Pierre Bourdieu: “Contém, em si, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: ela afirma, de fato, que toda “realidade” que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas a um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (...) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos” (BOURDIEU, 1996: 46).

<sup>12</sup> De acordo com Bourdieu (1989), o homem que possui de capital político retira sua força política da confiança que o grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da relação com os outros grupos. Mandatário unido aos seus mandantes por uma espécie de contrato racional – o programa -, ele é também campeão, unido por uma relação mágica de identificação àqueles que, como se diz, põem nele todas as esperanças (BOURDIEU, 1989).

## 2 - Estrutura e ações do Programa CAT.

Alguns princípios consensuais orientaram a montagem do Programa CAT. Pretendia-se uma parceria baseada no diálogo entre lavradores, pesquisadores e técnicos. De acordo com Hébette & Navegantes (2000), os princípios da parceria foram:

- 1) Uma parceria entre lavradores e instituições de pesquisa e ensino que passasse por uma organização representativa de trabalhadores rurais, mais especificamente dos STRs, legitimados por seu apoio à luta dos posseiros.
- 2) A importância da pesquisa agrônômica e social permanente associada à organização camponesa para identificar sistematicamente as necessidades dos trabalhadores rurais e propor respostas.
- 3) A escolha de uma escala regional que oferecesse ao projeto a possibilidade de um impacto na área coberta pelos quatro STRs com as quais já se tinha experiência de trabalho: os de Itupiranga, Jacundá, Marabá e São João do Araguaia, abrangendo uma área, na época, de cerca de 35.000 Km<sup>2</sup>.<sup>13</sup>
- 4) Ação que atingisse a mais ampla base camponesa, tentando levá-la adiante em conjunto, com objetivo de evitar a formação de segmentos privilegiados dentro de cada categoria.
- 5) Um horizonte temporal amplo, de esforço de desenvolvimento, calculado como equivalente a uma geração, para alcançar resultados satisfatórios e duráveis.
- 6) A implantação de um centro de encontros e reuniões que pudesse propiciar intercâmbios frequentes entre trabalhadores rurais e entre eles e os pesquisadores e técnicos.

Sua estrutura base foi constituída por duas entidades fundamentais: a Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia (FATA) e o Laboratório Sócio-Agrônômico do Tocantins (LASAT), que se articularam, não sem conflitos, para pensar conjuntamente as diversas atividades que foram realizadas. No entanto, algumas atividades se realizaram sem a comunicação preconizada entre sindicalistas e pesquisadores, como, por exemplo, o Projeto Agro-Florestal (PAF) – o maior projeto do CAT em vários aspectos, que foi perpassado por meio de conflitos entre sindicalistas, pesquisadores do LASAT a coordenação do CAT e financiadores estrangeiros. Outras entidades foram criadas no Programa à medida que avançaram as questões de comercialização – COCAT (Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins) - e de formação e escolarização de sindicalistas e jovens agricultores – EFA (Escola Família Agrícola).

Para pensar as ações conjuntamente, foi construída, em um sítio a 8 km de Marabá, uma estrutura considerada por alguns atores regionais “grande demais” para ser apropriada pelos agricultores, contendo vários prédios e com uma área experimental para a realização

---

<sup>13</sup> Posteriormente mais dois municípios integraram o programa CAT: Nova Ipixuna, município que se emancipou de Itupiranga, foi integrado em 1996; São Domingos do Araguaia, município que se emancipou de São João do Araguaia foi integrado em 1993. A entrada desses dois municípios relaciona-se ao fato de serem áreas onde o Programa CAT já tinha atuação e que foram simplesmente desmembradas em novos municípios, não gerando, dessa forma, novas despesas para o Programa.

de atividades produtivas e de lazer. O Centro de Convivência da FATA (CECON) ou simplesmente CAT, como ficou mais conhecido, foi constituído de 03 salas de aulas, o auditório (que, na maioria das vezes, serve como sala de aula), 08 dormitórios para educandos, refeitório, cozinha, biblioteca, prédio administrativo, espaço de recreação com campo de futebol e quadra de areia.

Pela análise do material empírico também pode ressaltar que essa estrutura encontra-se hoje degradada, devido, em partes, à falta de recursos para a manutenção e conservação dos prédios, principalmente à partir de 2001, quando a FATA se integrou a FETAGRI regional. Atualmente, o movimento sindical entabula um debate com outras entidades da região, no sentido de resgatar o valor simbólico, material e político do Centro de Convivência da FATA, para além dos espaços de formação e escolarização que acontecem ali por meio da EFA.

Para efetivação das atividades, decidiu-se, desde o início, formar equipes permanentes de pesquisadores instalados na região, que trabalhariam em parceria contínua com as organizações sindicais. O fato de residir na região era condição imprescindível à integração e ao acompanhamento das ações de desenvolvimento. Quanto à duração, por tempo indeterminado, dos trabalhos da equipe, ela foi fundamentada na constatação de que uma intervenção de desenvolvimento sustentável só poderia ganhar consistência a médio e a longo prazos, sobretudo na escala considerada, bem como no interesse em integrar a formação superior como um dos componentes principais do projeto.

As equipes de pesquisa eram formadas por pesquisadores e técnicos nomeados, na sua maioria, por instituições ligadas ao projeto. Esses pesquisadores foram alocados no interior das áreas rurais, para a implementação da pesquisa. Os objetivos principais dessa pesquisa-ação foram negociados periodicamente e os temas eram debatidos em espaços como os Estágios de Base e Temáticos. Os pesquisadores consideraram implicitamente, no início dos trabalhos, que a aproximação entre a demanda dos sindicalistas e a oferta dos pesquisadores se faria progressivamente, graças à renegociação periódica das bases da pesquisa-ação, depois de avaliações conjuntas dos resultados e dos métodos empregados. Essa negociação periódica deveria também esclarecer, paulatinamente, as estratégias das instituições parceiras, de forma a identificar melhor os campos de cooperação, permitindo, assim, um benefício recíproco.

Os pesquisadores esperavam que esse tipo de metodologia permitisse reforçar as dinâmicas democráticas e a capacidade de os produtores influenciarem o desenvolvimento, elaborando, em parceria com os pesquisadores, o conhecimento da realidade, a busca de alternativas e a aplicação das soluções. A pesquisa participativa deveria atuar sobre os processos de transformação da sociedade de acordo com os produtores familiares. Isso condicionava o estabelecimento de uma verdadeira parceria com os produtores, baseada em respeito e confiança mútua, porém não sem conflitos e permeados por relações de poder.

A formação de pesquisadores e técnicos de nível superior foram outras atividades que tiveram grande visibilidade durante o Programa, principalmente no LASAT. Essas atividades tiveram início com o DAZ (Curso de Especialização em Agriculturas e Desenvolvimento Amazônico) em 1991 e se consolidaram com a criação do NEAF (Núcleos de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar), em 1994, dentro do Centro Agropecuário da UFPA. Posteriormente, foram criados cursos de graduação em Marabá e em Altamira, ajudando na disseminação da metodologia de pesquisa participativa preconizada pelo LASAT. Atualmente, este órgão mantém parcerias com outras organizações sociais (não só os sindicatos ligados à FATA) para elaborar temas de pesquisa.

As dificuldades entre pesquisadores e sindicalistas podem ser explicadas pelas diferenças que estes agentes e pela própria diversidade de formação, cultura, funções e interesses em jogo. Os sindicalistas, na maioria das vezes, identificaram-se com base em

critérios políticos, pela defesa de uma categoria social ampla e definida a partir de critérios de classe social. Sua militância sindical foi definida em termos de alianças táticas, e procuram orientar os resultados de sua atividade de maneira a favorecer seus aliados e a desenvolver sua base, a partir das demandas que envolviam o fortalecimento econômico dos agricultores. Os pesquisadores, por sua vez, qualquer que seja seu engajamento político, para sobreviverem profissionalmente, deveriam obter reconhecimento no campo científico, o que supõe produtos científicos reconhecidos e, portanto, tipos de intervenção compatíveis com esse objetivo (GUERRA & CASTELLANET, 2005).

A existência de campos de interesse e de poder extremamente diferentes, de concepções de desenvolvimento e do papel do pesquisador igualmente diversos, tornou difícil a elaboração de uma aliança equilibrada, em que cada um se beneficia do outro sem ameaçá-lo (GUERRA & CASTELLANET, 2005). Pode-se concluir que a elaboração de uma estratégia conjunta entre dois grupos sociais muito diferentes requer muito mais do que o estabelecimento de um diálogo e do compartilhamento das regras do jogo.

Parece-me, entretanto, que foi possível chegar a um equilíbrio negociado nessa relação, a partir da identificação rigorosa de campos de interesses comuns bem definidos e, por contraste, de campos reservados, em que cada parceiro entende preservar sua supremacia e sua demanda, incitando o outro a minimizar sua interferência. Podem-se imaginar também as regras que permitiriam minimizar as zonas de fricção e de competição, e maximizar as áreas de cooperação e de interesse mútuo. O arranjo pressuporia uma negociação sobre o controle e a autolimitação tão caros aos pesquisadores, que não poderiam aceitar a renúncia a certos direitos, e de sua prática científica, em particular não aceitar não se imiscuir na política interna das organizações e respeitar a obrigação de confidencialidade em relação a certas informações consideradas estratégicas para as organizações de produtores (GUERRA & CASTELLANET, 2005).

Dessa forma, a co-construção de novos conhecimentos, juntando o saber dos agricultores e conhecimento dos pesquisadores não foi uma tarefa simples, pois o relacionamento é uma construção social. Diálogo, parcerias, alianças não são instituídas a partir da definição de responsabilidades, direitos, deveres e regras do jogo bem redigidas no papel, e sim, são resultantes da forma como um percebe o outro e nas suas ações, atitudes, comportamento ao longo do cotidiano e do reconhecimento de alteridades (HÉBETTE, 1996b). Nessa perspectiva, a necessária oposição de saberes tornou-se a base de uma metodologia educacional de troca, em que os conhecimentos e práticas existentes se confrontavam e se transformavam em novos conhecimentos e práticas. Portanto, instrumentos que potencializavam a produção e possibilitavam um maior espaço de afirmação dos camponeses na cena política da região de Marabá, principalmente na segunda metade da década de 1990.

### **3 - A atuação do CAT na região de Marabá**

Dez anos depois do fim dessa experiência em 2001, resultados significativos para a região foram obtidos por ambas as partes. Porém, constatamos que o Programa CAT não pode servir de um elemento explicativo para todas as transformações que aconteceram na região de Marabá na década de 1990 e início do século XXI. Pois, nesta região, historicamente formada por processos sociais complexos e diversos, existiam outros atores presentes, como, por exemplo, a FASE, a CPT, o CEPASP e algumas ONGs atuando em várias frentes e com objetivos diversos. Nesse sentido, não dá para fazer uma separação clara entre o que foi resultado das atividades do Programa CAT e das outras entidades.

Mesmo com essa diversidade de agentes, alguns entrevistados enfatizaram que o Programa CAT contribuiu em vários aspectos para a região de Marabá. Por exemplo: o crescimento do número de associações e cooperativas, a capilaridade e legitimidade do

movimento sindical nas delegacias sindicais, o aumento do debate sobre as políticas públicas para a agricultura e o acesso dos agricultores às políticas de crédito. No domínio da transformação, da industrialização e da comercialização dos produtos agrícolas, foram constituídas entidades, como cooperativa voltada para o desenvolvimento, no entanto, conservando uma perspectiva de luta sindical (COCAT). E no plano da assistência técnica, a COOPSERVIÇOS. No plano da formação e escolarização de jovens agricultores, a criação e consolidação da EFA, considerada pelos atores públicos regionais um dos passos mais significativos. Porém, o mais provável é que essas transformações na região pudessem ser resultado de outros processos que ocorriam paralelamente à atuação do CAT ou da combinação desses elementos.

Houve também muitos debates e alguns projetos realizados no âmbito da FATA, com o intuito de discutir com os agricultores um novo modelo de agricultura sustentável que fugisse do padrão de pecuarização que estava se dando de forma intensa no sudeste do Pará. Nesses espaços, tentava-se colocar para os agricultores a importância da diversificação da produção no lote e o investimento em outras culturas. Entretanto, a forte presença da pecuária permanecia como questão importante:

Na região de atuação, a principal cultura, se a gente entrar nos lotes, é o capim, é o pasto, é leite, é o gado. Então, por uma série de fatores, nós não conseguimos fazer com que aquela iniciativa dos plantios se transformasse de fato, se desenvolvesse para virar plantio dos agricultores, em pomares e tal (Entrevistado 03 - Sindicalista).

Mesmo assim, alguns entrevistados consideraram que houve indicações de algumas mudanças positivas no sentido de pensar um novo padrão de alimentação para as famílias que participaram dos projetos na FATA e nas comunidades que foram atendidas, em torno de três mil famílias. Atualmente, existem também alguns agricultores que continuaram com plantações de frutíferas e deram continuidade às experiências de diversificação, mesmo depois de terem acabado os projetos de apoio.

As indicações dos entrevistados reafirmam alguns dados que foram discutidos por Solyno Sobrinho (2004)<sup>14</sup>. Segundo esse autor, apesar do significativo volume de recursos aplicados nos últimos 20 anos em projetos de apoio ao desenvolvimento e diversificação da agricultura familiar na região de Marabá (entre eles o Programa CAT), hoje, mais do que nunca, predomina a pecuária extensiva nos estabelecimentos familiares<sup>15</sup>.

Ele ainda comenta que, no final da década de 1990, a maioria dos consórcios de culturas permanentes que foram financiados, estava abandonada, remanescendo apenas aqueles que escaparam do fogo e os que estavam bem situados em relação ao mercado, razão pelo qual os agricultores passaram a dedicar-lhes uma maior atenção. Também influenciando a baixa performance na manutenção desses plantios, não prosperaram as iniciativas de beneficiamento e comercialização, que poderiam incentivar a manutenção e ampliação dos plantios com um melhor retorno dos agricultores.

De acordo com o autor, ocorreu uma rápida expansão da pecuária extensiva na década de 1990 na região de Marabá, “arrastando consigo a agricultura familiar para o

<sup>14</sup> Solyno Sobrinho teve uma participação essencial em dos projetos do CAT. Em sua dissertação de Mestrado (SOLYNO SOBRINHO, 2004), analisou o ambiente institucional que orientou a exploração dos recursos na região de Marabá, particularmente no que diz respeito aos impulsos que deram suporte à pecuária bovina como atividade principal da economia rural da região, e seus efeitos nas unidades de produção familiar. Devido à importância e a abrangência de sua análise, utilizei aqui para frente alguns elementos utilizados por ele para entender a atuação do Programa CAT na agricultura familiar dessa região.

<sup>15</sup> Em que pese o uso de tecnologia muito elevada (como o uso de insumos), ela vem obtendo índices elevados de produtividade.

absoluto domínio das pastagens, uma monocultura que inviabiliza outros possíveis usos da terra, e qualquer possibilidade de desenvolvimento sustentável baseado na diversidade” (Ibidem: 11).

De maneira semelhante, outras condições institucionais, em especial a política de crédito agrícola, estimularam a pecuária extensiva como opção preferencial de desenvolvimento da agricultura familiar na região de Marabá, condenando as experiências de desenvolvimento sustentável a

“meros ensaios pontuais e isolados da realidade mais abrangente da região, com poucas chances de viabilidade econômica em um mercado que se organiza em escala somente para os produtos da pecuária” (Ibidem).

Nessa circunstância, o autor concluiu que seria:

Ingenuidade pensar que os simples experimentos pontuais estimulados pelo PPG7 na década de 1990 em Marabá pudessem provocar uma revolução ambientalista na maneira de produzir dos camponeses. Quando se analisa o papel da pecuária na história econômica da região de Marabá, verifica-se que a atividade tem origens congênitas, inclusive na formação do campesinato na região, que ocupando áreas de difícil acesso, ou mesmo áreas já tomadas por pastagens no caso da ocupação de fazendas improdutivas, não vê outra opção melhor que a pecuária para alcançar certa estabilidade do padrão de reprodução da família (SOLYNO SOBRINHO, 2004: 122).

Por outro lado, ele enfatizou que as soluções agroecológicas introduzidas na região pelos projetos de cunho ambientalista (o PAF, por exemplo), se caracterizam pelo experimentalismo, razão pelo qual não se mostraram tão replicáveis nas condições que se encontrava a região, principalmente pela fragilidade do mercado para produtos agroflorestais alternativos. Além disso, condicionados à exigência de um conhecimento ecológico local (que não se encontra entre os agricultores – a maioria formada de migrantes, vindos do nordeste), e às restrições de cada tipo de estabelecimento, foram raros os exemplos de práticas agroecológicas que puderam se reproduzir em larga escala.

Numa outra perspectiva de análise, concluímos que os ganhos dos pesquisadores estavam mais relacionados aos bens que mais lhes agregam poder, que são os do tipo simbólico (reconhecimentos acadêmico, divulgação de pesquisas), e, em certo sentido, recursos para a mobilização de pesquisas, fortalecendo também a instituição no qual representavam – visibilidade da UFPA tanto nacional quanto internacionalmente.

O trabalho iniciado com as organizações sindicais permitiu também aos pesquisadores uma penetração em diversos níveis das comunidades rurais, alcançando até os povoados mais distantes dos municípios. Essa proximidade permitiu constatar que a ação sindical, apesar de seu impacto real no campesinato, deixou a desejar no sentido de que existem agricultores que resistem ao engajamento social, em razão de posições políticas contraditórias com o discurso dessas entidades, ou de afinidades com outras forças não alinhadas a esse tipo de trabalho. Relações de clientelismo, paternalismo, distância geográfica ou outros interesses impediram a inserção completa da massa de agricultores no seio dessas organizações, que não escapam à regra e reproduziam frequentemente relações da mesma natureza.

Análises empíricas também me indicaram que era raro que verdadeiros debates tenham acontecido nas Assembleias Gerais da FATA<sup>16</sup>. Tratava-se, em grande parte, de

<sup>16</sup> Ocorria uma vez ao ano e reunia sindicalistas, pesquisadores e agricultores para tratar das decisões no âmbito da FATA.

confirmar os acordos preparados antes, por contatos diretos ou negociações nos bastidores. Discussões sobre a representatividade dos sindicatos ou os modos de designação de seus responsáveis foram encaradas como interferências inaceitáveis dos pesquisadores nas organizações sindicais, motivo por que foram cada vez menos convidados a participar das reuniões. Esse momento de maior conflito se deu a partir da consolidação da FETAGRI regional sudeste como o grande fórum articulador das políticas sindicais no final da década de 1990, contribuindo significativamente para a desestruturação do Programa CAT. Nesse sentido, os pesquisadores foram mantidos à distância do funcionamento das organizações sindicais, a fim de evitar qualquer risco de manipulação e de tomada de poder pelos intelectuais, bem como a interferência na gerência dos recursos disponibilizados, principalmente no âmbito da FATA.

Deve-se considerar que as características das relações analisadas nesse trabalho, desde uma perspectiva crítica, não elimina a constatação de que todos esses agentes estiveram guiados por uma utopia, qual seja a construção de uma nova realidade social. Realidade esta que seja regida por valores de justiça, igualdade social entre os seres humanos numa região historicamente marcada pelo contexto da exploração e da violência. E é assim, mirando este ideal que os pesquisadores, sindicalistas, agricultores e assessores de diversas entidades lutaram por uma transformação político e social na região de Marabá.

Por este exercício quero afinal destacar o papel da produção de idéias coletivas para influenciar a elaboração de outros ideários, pelos quais uma política pública passa a fazer sentido. Se o engajamento daqueles agentes na produção de outros sistemas de crenças de reordenação da vida social não alcançaram moldar os programas emanados do Estado, essa avaliação não pode estar assim limitada. Daqueles agentes, muitos deram continuidade ao exercício de formação de novos profissionais para a prática intervencionista na agricultura, para a mobilização de agricultores segundo interesses mais contextuais. E os agricultores, adequando-se a referências de outros contextos, construíram outras instituições e encaminharam filhos para o ensino universitário de graduação e pós-graduação, boa parte deles hoje ocupando postos centrais na implementação de outros ideários de sustentabilidade e responsabilidade social para a agricultura no Brasil e em Marabá.

### Referências Bibliográficas

ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais do sudeste paraense*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. Tese de Doutorado, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HÉBETTE, Jean. *O centro Agroambiental do Tocantins: propostas e desafios*. Texto publicado in Proposta. Rio de Janeiro, XV (48): 32-37, mar. 1991. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004d. vol. IV.

\_\_\_\_\_. *Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica*. Texto apresentado no painel Movimentos Sociais Contemporâneos da BRASA Third Conference, em Cambridge, 07-10.09.1996a. In: \_\_\_\_\_. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004d. vol. IV.

\_\_\_\_\_. *A relação pesquisadores-agricultores: diálogo, parceria, aliança? Uma análise estrutural*. Texto apresentado no seminário Pesquisas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar amazônica, promovido pelo NEAF em 1996b. In: \_\_\_\_\_. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004d. Vol. IV.

\_\_\_\_\_. *Movimento sindical e ações de desenvolvimento rural: a construção de um nível regional de ação em parceria*. Texto publicado no Seminário A construção local do território na Amazônia Oriental. Elementos para a construção de uma parceria entre organismos regionais em vista de um desenvolvimento, promovido pelo NEAF/UFPA, em Marabá, 19-21.03.1997. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004d. vol. IV.

HENCHEN, Mario José. *O diálogo como relação entre agricultores e pesquisadores: a experiência do PAET na Transamazônica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Sociologia - Universidade Federal do Pará, 2002.

GUERRA, G. A.D. e CASTELLANET, C. *Pesquisadores engajados e líderes camponeses na pesquisa-ação: uma cooperação conflitante. Reflexões a partir dos programas CAT e Paet na Amazônia brasileira*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, nº 2, p. 333-347, maio/ago. 2005.

LEROY, J.-P. *Da Fronteira sem Lei nem Direitos a uma Democracia em Construção: o campesinato da região de Marabá nos anos 80 e a criação do CAT*. In: HÉBETTE, J. NAVEGANTES, R. (orgs). *CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia*. Belém: UFPA, CAT, 2000.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

NEVES, D. P. *Mediação social e mediadores políticos*. In: \_\_\_\_\_. (Org). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

SOLYNO SOBRINHO, S. A. *Constrangimento institucional para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região de Marabá*. Dissertação de Mestrado, NAEA - Universidade Federal do Pará. 2004.

SOUZA, D. D. L. de. *Organizações Não-Governamentais: um estudo de caso da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE)*. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-graduação em Educação, 2005 (Tese de Doutorado).

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: VOZES, 1984.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo Autoritário e Campesinato – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1974.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. 3ª edição. Brasília: editora da UNB, 1994.

**Tema: Povos, Populações e Comunidades Tradicionais**

## **O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO E A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS**

Gilberto Vieira dos Santos  
Geógrafo, Mestrando em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe/Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais/ Universidade Estadual Paulista, UNESP – “Júlio de Mesquita”/Presidente Prudente; Membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT)  
[wataramy@gmail.com](mailto:wataramy@gmail.com)

### Resumo

Este trabalho situa-se no contexto de pesquisa, ainda inicial, que busca analisar os impactos dos programas de desenvolvimento sobre os direitos dos povos indígenas, tendo como recorte a constituição da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e suas consequências sobre os direitos territoriais do povo indígena Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé. A perspectiva do desenvolvimento ainda vigente no Brasil e em outros países latino-americanos tem suas raízes lançadas há mais de seis décadas. Desde o discurso de Harry Truman em 1949, quando de sua posse no segundo mandato como presidente dos Estados Unidos, o tema do desenvolvimento passou a constar na perspectiva de governos, empresários e até no imaginário da maioria daqueles que habitam os denominados por Truman “países subdesenvolvidos”. No Brasil, que listava como toda a América do Sul entre os subdesenvolvidos, esta corrida significou o aprofundamento da exploração daquilo que se podia “oferecer” como contrapartida ou “senha” para acessar o tal desenvolvimento: riquezas naturais e mão-de-obra. Neste processo, apontamos para a necessidade de entendermos a violência sofrida ainda hoje pelos povos indígenas do Brasil como efeito direto daquela corrida para o desenvolvimento que, em tempos atuais, se aprofundam.

Palavras chaves: povos indígenas, desenvolvimento, violência, Xavante

Em 20 de janeiro de 1949 o então presidente do Estados Unidos, Harry Truman, tomava posse em seu segundo mandato. Em seu discurso de posse Truman afirma que os países por ele denominados de subdesenvolvidos, para desenvolver-se, deveriam seguir os mesmos passos das nações industrializadas, ou desenvolvidas.

Ao sinalizar o que ficou conhecida como a “doutrina Truman”, ou seja, que os por ele denominado subdesenvolvidos deveriam traçar um caminho para o desenvolvimento, cujo exemplo cabal era os EUA, como um tiro de largada indicou o início de uma corrida que já dura mais de sessenta anos.

Este artigo, como parte das reflexões iniciais para a construção da pesquisa de mestrado, busca resgatar brevemente o processo de criação da ideologia do desenvolvimento e suas consequências para os que nela se inseriram - ou buscaram se inserir - apontando para a necessidade de entendermos a violência sofrida ainda hoje pelos povos indígenas do Brasil como efeito direto daquela corrida para o desenvolvimento.

Estas violências e violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil, infelizmente, não são uma novidade. Na perspectiva dos milhões de pessoas indígenas

que aqui viviam muito antes de 1500, quando inicia-se o processo de invasão que se desenvolveria ao longo de séculos, muitas foram as violências que se abateram sobre estes povos num processo de genocídio que se estende por séculos e nos alcança.

Um recorte histórico a partir dos anos 1960 nos possibilita uma visualização e a constatação do quão violenta a perspectiva desenvolvimentista se abateu sobre os povos indígenas, mormente a partir do golpe civil-militar de 1964. Sob o discurso de integração foi pensado o chamado desenvolvimento no período, como elaborou o governo do então Presidente Marechal Humberto Castelo Branco, que em 1966 criou a SUDAM, Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Lei 5.173/1966<sup>1</sup>). A chamada integração, que se daria em terras supostamente vazias, ganha força a partir dos anos 1970, com a criação do Plano de Integração Nacional (PIN), criado no governo do segundo presidente militar Emílio Garrastazu Médici (Lei 1.106/1970)<sup>2</sup>. Somados, os lemas “integrar para não entregar” e “terra sem homens para homens sem terra”, caracterizam bem o que foi este período, em que desconsiderando totalmente a presença de povos indígenas e posseiros, projetos agropecuários e de infraestrutura foram implantados na região amazônica.

Estes projetos traziam em si a ideia de que para o país alcançar o *status* de desenvolvido, como apontava o exemplo norte-americano, dever-se-ia passar por um crescimento econômico. Como nos afirma Gudynas (2011):

“La idea del desarrollo quedó, por tanto, atada al crecimiento económico y en consecuencia, también quedaron subordinados los temas del bienestar humano, ya que se consideraba que la desigualdad y la pobreza se resolverían esencialmente por medios económicos.” (Gudynas, 2011, p. 23)

Este mesmo autor em outro de seus textos nos traz com maiores detalhes a caracterização dominante deste desenvolvimento:

“Las ideas convencionales acerca del desarrollo lo entienden como un continuado progreso que se desenvuelve en varios planos, todos vinculados entre sí, como crecimiento económico, el avance de la ciencia y la tecnología, o una construcción política y cultural a imagen de los países industrializados. El desarrollo es, por lo tanto, un conjunto de conceptos, sus institucionalidades y prácticas, (...) Entendido en esa pluralidad, el desarrollo es una idea dominante, donde una de sus expresiones actuales más vigorosa es el extractivismo”. (Gudynas, 2013. p. 190)

Para não deixar dúvidas sobre o que entende por extrativismo, o autor explica que este, em sentido preciso, significa a extração de grandes volumes de recursos naturais que são, na maior parte, exportados como matérias primas.

É na perspectiva extrativista, mormente na região amazônica, que, sobre os territórios e sobre os povos indígenas, os processos de violência e expropriação se abateram, desconsiderando ou “apagando” suas existências para dar lugar a exploração econômica insana, degradadora da natureza e exploradora dos humanos.

<sup>1</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5173.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm) (acesso em 03/08/2016)

<sup>2</sup> Disponível em <https://goo.gl/OMslXG> (acesso em 04/12/2016)

Cabe aqui um breve adendo, que é o fato de que já a época dos programas de desenvolvimento vigoravam direitos dos povos indígenas sobre seus territórios. Assim vejamos:

- O *Alvará Régio* (1680): estabelecia que os povos indígenas eram os primeiros e naturais senhores, inclusive das terras que se tornaram sesmarias;
- A Constituição de 1934: aponta para o “respeito à posse territorial dos povos indígenas”, proibindo sua venda.
- As Constituições de 1937 e 1946: reafirmam a de 1934;
- A Constituição de 1967: determina que “as terras ocupadas por silvícolas fazem parte do Patrimônio da União” e que “teriam o usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades existentes em suas terras”.

Ou seja, mesmo sem o significativo avanço que representou a aprovação do texto constitucional de 1988 em que não só o direito originário dos povos indígenas sobre seus territórios é assegurado, legislações anteriores já apontavam para esta garantia, que aliás são resgatadas no Artigo 231 da Constituição hoje em vigor. O que houve então foi o sistemático desrespeito à estes direitos territoriais e aos Direitos Humanos destes povos.

Na base deste intenso e tenso desrespeito, genocida na essência, está a dicotomia “homem-natureza”, onde a segunda está a serviço do primeiro. Acosta (2012) nos afirma que a questão é conceitual:

“A dificuldade reside no conceito. Um conceito que ignora totalmente os sonhos e as lutas dos povos subdesenvolvidos, muitas vezes truncados pela ação direta das nações consideradas desenvolvidas. Um conceito, que embora seja uma reedição dos estilos de vida consumistas e predadores dos países centrais, é impossível de ser repetido em nível global. Basta ver que atualmente tudo indica que o crescimento material infinito poderia terminar em um suicídio coletivo. [...] Se a ideia de desenvolvimento está em crise em nossa paisagem intelectual, devemos necessariamente questionar o conceito de progresso, entendido como a lógica produtivista de ter cada vez mais, que surgiu com força há uns 500 anos na Europa. Para cristalizar este processo expansivo, o capitalismo consolidou aquela visão que colocou o ser humano, figurativamente falando, fora da natureza [...] E com isso continuou acelerada a via para dominá-la e manipulá-la” (ACOSTA, 2012, p. 198/200).

Submetidos à mesma manipulação estão os povos indígenas, vistos com “naturais”, portanto, passíveis e não agentes nos processos de desenvolvimento. Vistos como sem alma no início da colonização e como empecilhos ao desenvolvimento na história recente, não haveria outro caminho senão retirá-los da estrada que leva ao crescimento econômico, mesmo que para isso seja necessário o uso da violência.

Segundo o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade<sup>3</sup> (2014), durante a ditadura civil-militar no Brasil foram mortos pelo menos 8.300 indígenas nas diversas regiões brasileiras. Podemos deduzir que este número foi bem maior, como

<sup>3</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 com a finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632.

possivelmente foi maior que os 434 não indígenas mortos e desaparecidos durante a ditadura, número também resultante da pesquisa da Comissão.

No capítulo “Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas<sup>4</sup>, do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, publicado em dezembro de 2014, constam entre os indígenas mortos pela ditadura militar, 3.500 pertencente ao povo Cinta-Larga (RO/MT). Destes não se pode esquecer o chamado “Massacre do Paralelo 11”, ocorrido no início da década de 1960; constam ainda 2.650 indígenas mortos entre os Waimiri-Atroari (Amazonas), vitimados principalmente quando da abertura da BR 174; 1.180 mortos do povo Tapayuna (Mato Grosso), 354 entre o povo Yanomami (AM/RR), que sofrem até hoje com os garimpos que invadem seu território; 192 indígenas Xetá (Paraná), 176 Panará (Mato Grosso), 118 Parakanã (Pará), 85 Xavante (Mato Grosso) 72 Araweté e 14 indígenas Arara (Pará).

Estes números são apenas parte daqueles que foram vítimas durante o período, pois os levantamentos realizados pela CNV elencou informações apenas de dez povos, num universo de 305 povos indígenas que há no Brasil.

Como afirma o Relatório desta Comissão em seu Resumo Executivo, referindo-se ao Capítulo Violações de Direitos Humanos de Povos Indígenas:

“Os povos indígenas no Brasil sofreram graves violações de seus direitos humanos no período entre 1946 e 1988. O que se apresenta neste capítulo é o resultado de casos documentados, uma pequena parcela do que se perpetrou contra os índios. Por eles, é possível apenas entrever a extensão real desses crimes, avaliar o quanto ainda não se sabe e a necessidade de se continuar as investigações.” (Brasil, 2014. p. 198)

Mesmo sabendo disso, e que houveram outras formas de violência, como tortura, prisões e expulsão de seus territórios, estas informações são mais que o suficiente para uma noção dos impactos das ações do Estado sobre estes povos.

É para *entrevver a extensão real destes crimes*, vejamos o caso dos Cinta-Larga, por exemplo, que vivem ainda hoje entre o noroeste do Mato Grosso e sudeste de Rondônia. Desde a década de 1950, estima-se que uma população de cinco mil Cinta-Larga foi morta por diversos meios: envenenamento por alimentos misturados com arsênico; aviões que atiravam brinquedos contaminados com vírus da gripe, sarampo e varíola; e assassinatos por pistoleiros, ou em emboscadas, nas quais suas aldeias eram dinamitadas.

Dentre as obras relevantes que abordaram o tema dos povos indígenas do Brasil há um filme de ficção, porém muito próximo de toda a verdade da cruza e violência que se abateu sobre os indígenas. Em 1985, com a direção de Zelito Viana o filme “Avaeté: semente da vingança”, retrata parte da violência sofrida pelos Cinta-Larga com destaque para o *Massacre do Paralelo 11*, efetivado por seringalistas na região onde hoje está a cidade de Juína (MT). A partir do atestado de *inexistência de índios*, apresentado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) aos empresários interessados em explorar a região, estes faziam a chamada “limpeza” da área. Como atesta o Relatório da Comissão Nacional da Verdade:

Muitas dessas violações de direitos humanos sofridas pelo povo Cinta-Larga foram cometidas com a conivência do governo federal, por meio do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), e depois da Funai, que permitiu a atuação de

<sup>4</sup> Disponível em: <https://goo.gl/YvzvzO> (acesso em 03/08/2016)

seringalistas, empresas de mineração, madeireiros e garimpeiros na busca de ouro, cassiterita e diamante. Omitiram-se em tomar providências diante dos diversos massacres que ocorreram na área indígena”. (Brasil, 2014, p. 231)

De forma tristemente irônica, os Cinta-Larga seguem hoje com problemas relacionados ao garimpo de diamante na mesma região, vítimas do assédio e do tráfico do mineral.

Com outros requintes, também pelas ‘mãos da ditadura’, outro povo sofreu com a deportação, prática comum no processo de abertura de áreas para a “integração” via agropecuária do centro-oeste e Amazônia Legal. Os Xavante, da Terra Indígena Marãiwatsédé, localizada no nordeste de Mato Grosso, foram retirados de seu território tradicional em 1966, carregados por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), para outra terra indígena, distante mais de 500 km, onde já havia um outro grupo do mesmo povo. Marãiwatsédé, então, foi transformada em parte de um dos maiores latifúndios da América Latina, à época. Segundo Oliveira (1989), o projeto agropecuário então conhecido como Suiá-Missú, que se sobrepôs ao território indígena, chegou a somar 700 mil hectares. Esta deportação foi o ponto de inflexão de um processo que se iniciou quando no início da década grupos xavante foram contatados por funcionários da fazenda, em um processo amistoso. O grupo indígena passou a viver próximo à sede da fazenda até que sua presença se tornou um peso para os invasores de suas terras.

Somente quarenta e seis anos depois, em 2012, após pressões, processos judiciais em diferentes instâncias da justiça brasileira e muita luta e pressão interna e internacional, os xavante de Marãiwatsédé conseguiram recuperar seu território tradicional, já devastado pela ação de grileiros e pela intensa exploração por parte do agronegócio. Um documentário interessante para tomar contato com esta história, produzido por Maria Raduan, é “Vale dos Esquecidos”, possível de ser acessado nos meios digitais<sup>5</sup>. Materiais como este, que trazem às claras as contradições do desenvolvimento no Brasil, são históricas evidências que devem ser amplamente divulgadas.

Dentre as documentações sobre a recente história de violência contra os povos indígenas o Relatório Figueiredo<sup>6</sup> destaca-se pela densidade, detalhamento e pela quantidade de informações.

Elaborado em 1967 como resultado da recuperação de levantamentos feitos por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de 1963, abafada pelo Golpe de 1964, e por visitas realizadas pelo Procurador Jader Figueiredo em diversas regiões do país. O Relatório traz em suas mais de sete mil páginas os relatos da intensa e sistemática violência contra os povos indígenas. Evidenciou práticas de tortura, prisões arbitrárias e mortes cometidas contra diversos povos indígenas, com a anuência e ação do Estado brasileiro, principalmente através do Serviço de Proteção ao Índio.

Como nos relata Resende (2015):

“Em 1967, é constituída uma nova Comissão de Inquérito pela Portaria nº 239/67 do Ministério do Interior presidida por Jader Figueiredo para investigar e apurar o que havia sido cometido de irregular pelo SPI. Instalada em três de novembro de 1967, Figueiredo e sua equipe logo começaram a levantar as provas

<sup>5</sup> <https://goo.gl/AKIXFK> (acesso em 28/12/2016)

<sup>6</sup> Disponível na íntegra em: <https://goo.gl/pCcR6Z> (acesso em 18/01/2017)

testemunhais e documentais. A Comissão percorreu mais de 16.000 mil quilômetros pelo interior do país, de Norte a Sul, e visitaram mais de 130 postos indígenas (DAVIS, 1978, p. 10). Dezenas de testemunhas foram ouvidas e centenas de documentos da sede e das cinco inspetorias visitadas foram reunidos (M.I. – 44 – 204, 1968, p. 2).

Em março de 1968, Jader Figueiredo apresentava os resultados das investigações ao Ministro do Interior. O General Albuquerque Lima, ministro do Interior, deu uma entrevista coletiva no Rio de Janeiro tornando público os resultados do Relatório. Pouco tempo depois, o Relatório desapareceria e, até a sua redescoberta em abril de 2013, os únicos registros disponíveis eram os presentes em reportagens publicadas após a entrevista coletiva do Ministro do Interior.” (Resende, 2015. p. 496)

Devemos esta importante descoberta ao então vice-presidente do *Grupo Tortura Nunca Mais*, Marcelo Zelic, que em suas buscas localizou o arquivo com o Relatório no Museu do Índio, do Rio de Janeiro.

Assustadores relatos demonstraram as ações do Estado brasileiro através dos servidores do SPI:

“O índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhes impuseram um regime de escravidão e lhes negaram o mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana.

É espantoso que exista na estrutura administrativa do País repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos, cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos, em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça.

Para mascarar a hediondez desses atos invoca-se a sentença de um capitão ou de uma de polícia indígena, um e outro construídos e manobrados pelos funcionários, que seguiram religiosamente a orientação e cumpriram cegamente as ordens”. (Brasil, 1968. p. 4912)

A animalização que se estabelecia na relação dos servidores para com os indígenas não parece distinguir das formas de tratamento dispensadas aos escravizados dos tempos coloniais.

“Os espancamentos, independentes de idade e sexo, participam de rotina e só chamavam a atenção quando, aplicados de modo exagerado, ocasionavam a invalidez ou a morte.

Havia alguns que requintavam a perversidade, obrigando pessoas a castigar seus entes queridos. Via-se então, filho espancar mãe, irmão bater em irmã, e assim por diante.

O tronco era, todavia, o mais encontrado de todos os castigos, imperando na 7ª Inspeção. Consistia na trituração

do tornozelo da vítima, colocando entre duas estacas enterradas juntas em ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente. (...)

Sem ironia pode-se afirmar que os castigos de trabalho forçado e de prisão em cárcere privado representavam a humanização das relações índio-SPI.

Isso porque, de maneira geral, não se respeita o índio como pessoa humana, servindo homens e mulheres, como animais de carga, cujo trabalho deve reverter ao funcionário. No caso da mulher, torna-se mais revoltante porque as condições eram mais desumanas". (Brasil, 1968. p. 4912-4913).

Ações como estas ganharam visibilidade em 1966, quando três anos depois do fato, o massacre contra os Cinta-Larga ganhou a imprensa internacional e resultou no fim do SPI, substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai) criada em 1967. Infelizmente, muito do quadro do SPI simplesmente migrou para o "novo" órgão indigenista.

A importância do Relatório Figueiredo, que pela revelação de tamanha desumanidade já valeria muito, está para além da possibilidade de termos acesso às informações sobre as torturas e outras violências corporais. Um de seus 'efeitos' é a possibilidade de, em um documento oficial, termos a comprovação do processo de desterritorialização de povos indígenas como podemos ver no fragmento que segue:

*"(...) [No] Estado da Bahia, a exemplo do que tem acontecido em todo o território nacional, também [o] patrimônio indígena sofreu o esbulho de suas terras; que as terras esbulhadas eram localizadas no Sul do Estado, no município de Itabuna; que inicialmente a área de 50 mil hectares e sofreu um esbulho de 29 mil hectares; que os restantes 21mil hectares também foram esbulhados posteriormente, porém da maneira mais cruel possível; **que estas terras pertenciam aos índios Pataxó**". (Brasil, 1968. p. 3784) (Grifo nosso)*

Os Pataxó Hã Hã Hãe da terra indígena Caramuru Catarina-Paraguassu, cujo roubo das terras foi relatado por Figueiredo, passaram trinta anos de luta judicial, conseguiram somente em 2012 que os títulos de não indígenas que incidiam sobre suas terras fossem considerados nulos, em processo julgado no Supremo Tribunal Federal e, enfim, pudessem ter reconhecido o seu direito territorial. Um outro grupo Pataxó, que luta por seu território no extremo sul da Bahia, vem sofrendo uma série de despejos enquanto o Ministério da Justiça paralisou o processo de demarcação.

As contradições, portanto, fazem parte do até aqui chamado desenvolvimento, entendido desde o princípio como sinônimo de progresso. Este não reconhece a diversidade, tão pouco direitos originários, como já possuíam os povos indígenas sobre seus territórios.

Esta visão já estava presente no discurso desenvolvimentista estadunidense, segundo o qual todas as diferenças e barreiras deveriam ser rompidas para se acessar tal progresso/desenvolvimento. Os povos indígenas, muitos inclusive ainda não contatados, sem a menor noção do processo no qual foram inseridos, pagaram com sangue, com seus territórios e, por vezes com seu trabalho, o preço do progresso.

A perspectiva inerente ao chamado “neodesenvolvimento” se propõe a disponibilizar as terras e territórios dos povos indígenas – e igualmente dos camponeses, das comunidades tradicionais e as destinadas para áreas protegidas – à exploração descontrolada dos bens naturais, à expansão do agronegócio, da exploração mineral, e à implantação de grandes empreendimentos e obras de infraestrutura (hidrelétricas, estradas, portos, hidrovias, linhas de transmissão e usinas nucleares).

As contradições inerentes às ações desenvolvimentistas, contudo, não estão presentes apenas nos governos ditatoriais e anti-democráticos. Fatidicamente pela manutenção da mesma perspectiva que relaciona desenvolvimento com crescimento econômico, mesmos governos considerados mais à esquerda ou populares assumiram em diferentes momentos e contextos práticas muito semelhantes ao período obscuro das ditaduras.

Gudynas (2011) ao apontar que a visão de desenvolvimento tem uma base ideológica, analisa que esta não possui distinções fundamentais quanto a relação com a natureza:

“Corrientes de pensamiento muy diverso, desde los dependentistas y marxistas de los años 1960, los neoliberales de los 1980, al progresismo reciente, rechazan la existencia de límites ecológicos al crecimiento perpétuo, minimizan los impactos ambientales, o consideran que estos pueden ser compensados económicamente, y perciben que su mandato es alimentar el progreso.” (Gudynas, 2011. p. 40)

Ainda analisando a inserção de governos populares, o autor recorda que antigas perspectivas de desenvolvimento, aparentemente superadas, ressurgem nestes governos:

“El caso de las prácticas concretas de los gobiernos progresistas, y sus planes de acción, la situación se hace todavía más compleja. Algunos manejan dentro de la ortodoxia macroeconómica (fue el caso de Lula da Silva o Tabaré Vázquez), y otros intentan intervenciones mayores, como el caso venezolano. Pero todos defienden el crecimiento económico como sinónimo de desarrollo, y conciben que éste se logra aumentando las expansiones y maximizando las inversiones. Esos son justamente los componentes claves del “mito” del desarrollo destacados en la alerta de Celso Furtado. La idea del desarrollo propia de las décadas de 1960 y 1970, reaparece bajo um nuevo ropaje. Esta circunstancia explica el fuerte apoyo de los gobiernos progresistas a los sectores extractivos, tales como la minería o hidrocarburos, en tanto son medios para lograr ese “crecimiento” por medio de exportaciones. Se ha generado así un neoextrativismo progressista [...]” (Gudynas, 2011. p. 35)

Estes apontamentos nos remetem a outros fatos como a implementação de um projeto que vem dos anos da ditadura cívico-militar brasileira: a usina hidrelétrica de Belo Monte no Pará, projeto que antes chamava-se Kararaô. Impossível não lembrar como, “goela abaixo” desde o governo Lula tal projeto foi empurrado sobre indígenas, ribeirinhos

e outras populações que vêm sofrendo as consequências de uma obra faraônica e repleta de contradições.

Como não lembrar os bilhões de reais destinados ao agronegócio e engordados a cada ano nos governos de Lula e Dilma Rousseff, enquanto a chamada agricultura familiar penava por falta de real apoio? Como não lembrar dos incentivos aos produtores de álcool, de soja, milho, gado e outros commodities geradores de acumulação de uma elite e de conflitos no campo?

Ao nos lembrarmos da política indigenista recente, como esquecer as afirmações de Lula em um evento do agronegócio quando se referiu aos indígenas como ‘entraves ao desenvolvimento’, frase semelhante a que utilizou Alan Garcia (Peru) referindo-se aos indígenas peruanos. O que dizer dos conflitos na Bolívia em torno da proposta de abertura de uma estrada que cortaria a Terra Indígena e Parque Nacional Isidoro-Secure (TIPNIS), projeto de interesse de empresas de exportação que consta na perspectiva da *Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)*<sup>7</sup>?

Embora na práticas muitas destas iniciativas resultem em prejuízos para a maior parte da população – despejos e caos urbano em Altamira, na região de Belo Monte, poluição por agrotóxicos e conflitos envolvendo a posse da terra – Gudynas nos alerta que estes governos, com seus *extrativismos progressistas* buscam um bom fim por meios tortos:

“De esta manera, el extrativismo progresista cierra un vínculo de nuevo tipo, que promueve y legitima proyectos mineros o petroleros como necesarios para sostener planes de ayuda, tales como distintos bonos o pagos en dinero a los sectores más pobres. (Gudynas, 2011. p. 36)”

A voracidade do capital, contudo, não tem limites, daí a determinação dos gestores, financiadores e beneficiários deste modelo de, apesar dos inúmeros benefícios já recebidos, ainda buscarem regredir ou suprimir os direitos fundamentais dos povos indígenas garantidos pela Constituição Federal e em tratados internacionais.

Diversas iniciativas se configuram neste contexto, mas destaquemos algumas no campo legislativo federal e no judiciário que visam criar um campo propício para ampliar o avanço sobre os bens naturais e sobre as terras que de fato ou potencialmente estão fora do mercado.

Dentre algumas ameaças no legislativo que colocam em risco os direitos de indígenas, quilombolas e limitam a criação de unidades de conservação, está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215/2000, arquivada no final da 54ª legislatura (2014), graças à mobilização dos povos indígenas e seus aliados, mas desarquivada logo no início de 2015, com o início da 55ª legislatura. Esta PEC retira do Poder Executivo e transfere ao Legislativo a responsabilidade de demarcar as terras indígenas, titular as terras dos quilombolas e criar unidades de conservação, usurpando uma prerrogativa constitucional. Além disso, passa a prever indenização dos proprietários de terras nas áreas reconhecidas como terras indígenas. Atualmente, há apenas a indenização das benfeitorias realizadas a partir da ocupação de boa-fé, mas o pagamento pela terra não está previsto em lei<sup>8</sup>.

Outra questão, extremamente grave, que traz o texto aprovado em 2015 pela Comissão Especial da Câmara, composta mormente por ruralistas, é a fixação do dia 5

<sup>7</sup> Um boa referência sobre o tema é o texto de Paola Martínez: *Bolívia frente a la IIRSA- COSIPLAN ¿Entre el extractivismo y la integración?* Disponível em: <https://goo.gl/07UdqC> (consulta em 29/01/2017)

<sup>8</sup> Tramita em paralelo no Câmara dos Deputados, após aprovação unanime no Senado (sob o número 71), a PEC 132/2015 garante a indenização aos ocupantes de terras indígenas que tenham títulos de boa-fé, ou seja, terras não griladas.

de outubro de 1988, data em que a Constituição foi promulgada, como ‘marco temporal’ para definir o que são ou não terras permanentemente ocupadas por indígenas. Isso significa que estes os povos não terão direito à terra se não estavam sobre ela na data da promulgação da Constituição. Dessa forma, a PEC 215 não leva em conta grupos indígenas que foram expulsos de suas terras tradicionais e que, devido a conflitos fundiários, por ação ou omissão do Estado brasileiro, não conseguiram voltar a ocupar estas áreas. De outra maneira, legitima as violências contra comunidades inteiras que foram obrigadas a deixar seus territórios tradicionais, como comprovam os relatórios da Comissão Nacional da Verdade e Relatório Figueiredo e, por outro lado, premia os violadores.

No Judiciário, os riscos estão nas diferentes instâncias deste poder, porém com um nó maior no Supremo Tribunal Federal (STF). Algumas decisões parciais foram tomadas pela 2ª. Turma do STF que anularam portarias declaratórias ou homologação de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos Guarani Kaiowá e Terena, no Mato Grosso do Sul, e Kanela-Apãnjekra, no Maranhão. Segundo estas decisões, esses povos não teriam direito à terra porque não estavam sobre ela em 5 de outubro de 1988 (marco temporal anteriormente citado). Se for confirmada pelo conjunto dos onze ministros do Supremo, essa interpretação irá restringir os direitos territoriais de muitos outros povos, aumentando decisões contra procedimentos de demarcação de terras e acirrando os conflitos e violências contra os povos indígenas.

Somada a estas iniciativas no campo dos ‘poderes da República’, outras violências são a cada dia reeditadas e parecem um terrível *déjà vu*.

Entendemos que todas estas iniciativas são partes do todo que é a materialidade da inserção do Brasil na lógica mundial do mercado capitalista, ou seja, como fornecedor de matérias primas para geração do seu suposto desenvolvimento. Contudo, que desenvolvimento é este que se dá sobre os cadáveres de seus povos originários e gera riquezas apropriadas por uma minoria?

É necessário e indispensável para a construção da democracia, ainda adolescente em nosso país, que se aprofunde formas de reverter este quadro de terror no qual se pinta a história dos diversos povos indígenas.

Parte da reparação à violência sofrida no passado e ainda hoje pelos povos indígenas passa pela restauração da memória e visibilidade do que significou e significa para estes povos as irreparáveis perdas. A Comissão Nacional da Verdade nos lembra que os direitos e os modos de ser dos povos indígenas foram violados por ação direta e deliberada do Estado. E estas ações configuram “(...) em negação de direitos humanos básicos, porquanto representa a tentativa de extinção de povos enquanto coletividades autônomas” (Brasil, 2014. p.246).

Embora sem maiores resultados no que tange a recuperação dos territórios roubados dos povos indígenas ou punição dos culpados pelo genocídio, a CNV teve um histórico papel de revelar aspectos obscuros de nossa história recente, que está documentalmente comprovado pelas páginas do Relatório Figueiredo. A própria Comissão Nacional da Verdade, enquanto instituída pelo Estado brasileiro, teve a relevância para o reconhecimento do próprio Estado de suas ações.

“Por todos os fatos apurados e analisados neste texto, o Estado brasileiro, por meio da CNV, reconhece a sua responsabilidade, por ação direta ou omissão, no esbulho das terras indígenas ocupadas ilegalmente no período investigado e nas demais graves violações de direitos humanos que se operaram contra os povos indígenas articuladas em torno desse eixo comum. (Brasil, 2014. p. 247)

A partir deste reconhecimento, a Comissão apresenta 13 (treze) recomendações. Dentre essas destacamos:

“- Pedido público de desculpas do Estado brasileiro aos povos indígenas pelo esbulho das terras indígenas e pelas demais graves violações de direitos humanos ocorridas sob sua responsabilidade direta ou indireta no período investigado, visando a instauração de um marco inicial de um processo reparatório amplo e de caráter coletivo a esses povos.

- Reconhecimento, pelos demais mecanismos e instâncias de justiça transicional do Estado brasileiro, de que a perseguição aos povos indígenas visando a colonização de suas terras durante o período investigado constituiu-se como crime de motivação política, por incidir sobre o próprio modo de ser indígena.

- Instalação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade, exclusiva para o estudo das graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas, visando aprofundar os casos não detalhados no presente estudo.

- Criação de grupo de trabalho no âmbito do Ministério da Justiça para organizar a instrução de processos de anistia e reparação aos indígenas atingidos por atos de exceção, com especial atenção para os casos do Reformatório Krenak e da Guarda Rural Indígena, bem como aos demais casos citados neste relatório.

- Regularização e desintração das terras indígenas como a mais fundamental forma de reparação coletiva pelas graves violações sofridas pelos povos indígenas no período investigado pela CNV, sobretudo considerando-se os casos de esbulho e subtração territorial aqui relatados, assim como o determinado na Constituição de 1988.

- Recuperação ambiental das terras indígenas esbulhadas e degradadas como forma de reparação coletiva pelas graves violações decorrentes da não observação dos direitos indígenas na implementação de projetos de colonização e grandes empreendimentos realizados entre 1946 e 1988.” (Brasil, 2014. p. 247-248)

Destas recomendações, pelo menos uma já surtiu certo efeito após ações que envolveram o Ministério Público Federal e os indígenas Krenak: a sexta recomendação, que trata justamente da composição de um grupo de trabalho no âmbito do MPF.

Em dezembro de 2016, resultado de uma ação que buscou a reparação ao povo Krenak, pelas violências sofridas durante a ditadura, a Funai foi obrigada a iniciar o processo de demarcação da Terra Indígena Krenak de Sete Salões, na região leste de

Minas Gerais. Na mesma ação, os procuradores pedem que os Estado brasileiro “reconheça as graves violações de direitos cometidas contra este povo pela ditadura”<sup>9</sup>.

Semelhante a outros povos, os Krenak, segundo a íntegra da decisão liminar, foram submetidos à prisões, torturas e à uma guarda criada no âmbito do Estado de Minas Gerais, a Guarda Rural Indígena (GRIN). A cena pública mais terrível protagonizada durante o desfile de formatura da Primeira Tuma da Guarda Rural, ocasião em que indígenas de diferentes povos que compunham a GRIN simulavam abordagens e prisões, foi a imagem de indígenas carregando um outro outro, pendurados em um pau-de-arara, um instrumento de tortura. Esta horrenda imagem e relatos sobre a história dos Krenak pode ser vista no documentário “Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas”, divulgado pela *Agência Pública*<sup>10</sup>.

Bem se faz lembrar que desde a identificação e comprovação de que o território pertence aos Krenak já se passaram mais de vinte anos, sendo que este povo foi retirado de seu território tradicional em 1972 e levados para a Fazenda Guarani, distante mais de 340 km de sua terra de origem, como vemos na decisão liminar citada. Tarde, mas um passo para a reparação ainda esperada pelos indígenas.

Não podemos concluir estas reflexões sem um olhar, mesmo que brevemente, sobre a conjuntura atual e em que lugar os povos e a política indigenista se encontram. Para isso, vamos nos reportar ao dados e informações de uma das organizações indigenistas mais antigas no Brasil.

O Conselho Indigenista Missionário - Cimi, organização vinculada à Igreja Católica e criada em 1972, vem há mais de trinta anos publicando o *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas*<sup>11</sup> onde busca retratar as violências contra estes povos. A cada ano, através de relatos dos povos, das equipes que atuam diretamente com mais de 100 povos e através de levantamentos em jornais e sites são elencados diversos casos de violências em todas as regiões do Brasil. Tais violências acontecem em distintos campos: omissão do poder público, desassistência, ameaças, tentativas de assassinatos, homicídios, entre outras.

Para se ter uma ideia, as informações publicadas no Relatório Violência dados 2015<sup>12</sup>, listaram 137 assassinatos de indígenas, sendo que 36 destes no Mato Grosso do Sul. Um destes indígenas, Simião Vilhalva, do tekoha Nhanderu Marangatu, no município de Antônio João, foi morto após ataques que se sucederam a um ato público onde a população foi incentivada a agir contra os indígenas.

Segundo o Cimi (2015), há uma guerra contra os povos indígenas cuja base está a questão fundiária:

“A morosidade na regularização e demarcação das terras indígenas tem se tornado praticamente intrínseca no país. Desse modo as invasões, os conflitos e toda sorte de danos contra o patrimônio e as respectivas comunidades não cessam, aprofundando, assim, a omissão do Estado e as ações violentas, destrutivas e ilegais contra os indígenas. Algumas comunidades esperam há mais de 20 anos a conclusão dos trabalhos de identificação realizados oficialmente” (CIMI, 2015. p. 19)

<sup>9</sup> Decisão liminar 14ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://goo.gl/20eRGy> (consulta em 26/01/2017)

<sup>10</sup> Disponível em <https://goo.gl/AglShr> (consulta 20/01/2017)

<sup>11</sup> Disponível em publicações no site [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)

<sup>12</sup> Disponível em <http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf> (consulta 26/01/2017)

A expressão concreta desta guerra ganha traços ainda mais trágicos quando o levantamento do Conselho aponta para os 891 assassinatos de indígenas ocorridos no período entre 2003 e 2015, o que significa uma média de 68 mortes violentas por ano.

No ano de 2015, segundo informações de agentes do Cimi que atuam no Mato Grosso do Sul, chegou-se a registrar mais de trinta ataques de grupos armados contra acampamentos indígenas somente naquele estado, resultando em queima de casas, destruição dos poucos bens dos indígenas, tortura, ferimentos e mortos. Comunidades inteiras estão sendo despejadas sob forte ataque a tiros, muitas vezes, durante a noite e sem qualquer base legal. Estas ações de milícias levou o Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul a apresentar denúncias contra doze pessoas, acusadas de formação de milícia privada, constrangimento ilegal, incêndio, sequestro e disparo de arma de fogo, como aponta matéria publicada em 17 de junho de 2016<sup>13</sup>.

Em março de 2016, resultado de diversas denúncias feitas à Organização das Nações Unidas (ONU), a Relatora Especial para os Direitos e as Liberdades Fundamentais dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, esteve no Brasil e visitou aldeias Guarani Kaiowá. Poucas horas depois da saída da Relatora da visita que fez ao *tekoha*<sup>14</sup> Kurussu Ambá (Coronel Sapucaia-MS), o mesmo foi duramente atacado por pistoleiros<sup>15</sup>. Este mesmo acampamento foi atacado cinco vezes até julho de 2016. No mesmo período, outro acampamento guarani, no município de Caarapó (MS), foi também atacado, resultando na morte do indígena Clodiodi Aquileu e outros feridos, entre eles um garoto de 12 anos. Sobre este terrível ataque, pode-se visualizar nos meios digitais o documentário “Massacre de Caarapó”, feito pelos indígenas e por agentes do Cimi<sup>16</sup>.

Outros tantos ataques, ameaças e assassinatos, em diferentes acampamentos e distintas regiões de Mato Grosso do Sul poderiam fazer parte deste relato. Outras situações, também violentas contra povos indígenas poderiam ser descritas em outros Estados. Os ataques de madeireiros aos Ka’apor do Maranhão, que vem defendendo suas florestas; os linchamentos de indígenas do povo Guajajara no mesmo estado; os assassinatos de indígenas do povo Pataxó e Tupinambá na Bahia; as prisões de lideranças, como no caso dos cinco Tenharin do Amazonas, Tupinambá da Bahia, Enawenê Nawê do Mato Grosso, Kaingang do Rio Grande do Sul, como aponta os relatórios anuais do Cimi. Em todos os casos, lugar comum é a criminalização de lideranças, prisões sem provas, impunidade frente a mandantes e executores dos crimes e a omissão do Estado brasileiro em fazer valer a vida e os demais direitos destes povos.

A contribuição dos povos e territórios indígenas na defesa do território, da soberania nacional, na preservação do meio ambiente, dos bens naturais, das florestas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e do equilíbrio climático, como comprovou o Relatório da *World Resources Institute* (DING, 2016) segue rigorosamente ignorada por seguidos governos, desde os mais “à direita” quanto pelos “mais à esquerda”.

É por tudo isso que os povos e organizações indígenas, com o apoio de diversas organizações e movimentos sociais, têm se mobilizado nos últimos anos na defesa de seus direitos, do Estado Democrático de Direito e de uma sociedade justa e plural.

Como Gudynas (2013), podemos questionar que a inserção para o desenvolvimento se dê através destas “expressões mais vigorosas do extrativismo”, que resultam na geração de profundos impactos sociais e ambientais perpassados pela violência contra os povos.

<sup>13</sup> Disponível em <https://goo.gl/pur9Tf> (consulta em 29/01/2017)

<sup>14</sup> Tekoha é uma palavra guarani que quer dizer “lugar onde se é”. Assim se referem os guarani a seus territórios tradicionais.

<sup>15</sup> Disponível em <https://goo.gl/bgEr7> (consulta em 29/01/2017)

<sup>16</sup> Disponível em <https://goo.gl/g24ype> (consulta em 29/01/2017)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. **O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo**. In BARTELT, D. **Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Heinrich-Böll-Stiftung, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final – volume II – textos temáticos, Capítulo Indígena**. Brasília, 2014

BRASIL. Ministério do Interior. **Relatório do Procurador Jader Figueiredo**. Brasília, 1968

CIMI. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015**. Conselho Indigenista Missionário. Brasília, 2015.

DING, E. *et all*. **Benefícios climáticos, custo de posse: o caso econômico para a proteção dos direitos de terras indígenas na Amazônia**. World Resources Institute, (2016). Resumo em Português. Versão digital em disponível em: [http://www.wri.org/sites/default/files/Climate\\_Benefits\\_Tenure\\_Costs\\_PT.pdf](http://www.wri.org/sites/default/files/Climate_Benefits_Tenure_Costs_PT.pdf)

GUDYNAS, E. **Postextractivismo y alternativas al desarrollo desde la sociedade civil**. In *Alternativas al Capitalismo/colonialismo del siglo XX/ Anónimo: copilado por Mirian Lang et all* 2ª Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. América Livre, 2013.

\_\_\_\_\_. **Desarrollo, extrativismo y buen vivir**. In *Más Allá del Desarrollo*. Aby Yala/Universidad Politécnica Salesiana/ Fundación Rosa Luxemburgo. Quito, Equador, 2011.

OLIVEIRA, A.U. **Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos**. Editora Papyrus, Campinas, 1989. 2ª Edição.

RESENDE, A. C. Z. **O Relatório Figueiredo, as Violações dos Direitos dos Povos Indígenas no Brasil dos anos 1960 e a "Justa Memória"** In *História do direito*. Organização CONPEDI/UFS. Florianópolis, 2015. (Versão digital: <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/405y75l2>)

## O ensino de artes na educação formal na cidade de Manaus

Jhonatas Alves Silva<sup>1</sup>, UEA-ESAT<sup>2</sup>, jhonatas.tea@gmail.com;

### Resumo

Essa pesquisa foi realizada dentro da disciplina Seminário de Arte Educação do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), sob a orientação da Prof. Dra. Caroline Caregnato. O motivo que nos leva a realizar essa pesquisa é compreender como se dão as práticas pedagógicas do professor de artes no contexto escolar da cidade de Manaus. Durante essa pesquisa poderemos observar como, principalmente, o ensino de artes tem sido abordado nas escolas brasileiras. No início desse artigo realizaremos um breve estudo sobre a historicidade da educação no Brasil, tendo o ensino de artes como foco de pesquisa. Teremos o século XX como principal período de estudos e pesquisas voltados para o ensino formal escolar. Veremos no decorrer desse trabalho três tendências pedagógicas e suas influências na educação básica. Assim como veremos as diferenças entre interdisciplinaridade e polivalência, buscando também, explicar alguns conceitos como contextualismo e essencialismo no ensino de artes. Analisaremos uma entrevista realizada com dois alunos de uma escola pública de Manaus para exemplificar a teoria da pesquisa. Por fim apresentaremos as considerações sobre o panorama do ensino de artes na cidade, propondo uma abordagem possível para o ensino de artes na educação básica escolar em Manaus.

Palavras-chave: Artes, Educação, Pedagogias, Conceitos, Entrevista;

## La enseñanza de artes en la educación formal en la ciudad de Manaus

### Resumen

Esta investigación fue realizada dentro de la disciplina Seminario de Arte Educación del curso de Licenciatura en Teatro de la Universidad del Estado de Amazonas (UEA), bajo la orientación de la Prof. Dra. Caroline Caregnato. El motivo que nos lleva a realizar esta investigación es comprender cómo se dan las prácticas pedagógicas del profesor de artes en el contexto escolar de la ciudad de Manaus. Durante esta investigación podremos observar cómo, principalmente, la enseñanza de artes ha sido abordada en las escuelas brasileñas. En el inicio de este artículo realizaremos un breve estudio sobre la historicidad de la educación en Brasil, teniendo la enseñanza de artes como foco de investigación. Tendremos el siglo XX como principal período de estudios e investigaciones dirigidos a la enseñanza formal escolar. Veremos en el transcurso de este trabajo tres tendencias pedagógicas y sus influencias en la educación básica. Así como veremos las diferencias entre interdisciplinaridad y polivalencia, buscando también, explicar algunos conceptos como contextualismo y esencialismo en la enseñanza de artes. Analizamos una entrevista realizada con dos alumnos de una escuela pública de Manaus para explicar la teoría de la

<sup>1</sup> Bacharel em Teatro pela Universidade do Estado do Amazonas - Ator, Diretor e Instrutor de Teatro; Licenciando em Teatro pela Universidade do Estado do Amazonas; Participou como ator dos trabalhos: *Oração* (Grupo de teatro Ateliê 23), *Dorothy Garland* (Cia de Teatro Origem) e *Tributo a Chico Mendes* (Ciavitória Régia).

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Amazonas – Escola Superior de Artes e Turismo – Curso de Teatro.

investigación. Por último presentaremos las consideraciones sobre el panorama de la enseñanza de artes en la ciudad, proponiendo un abordaje posible para la enseñanza de artes en la educación básica escolar en Manaus.

Palabras clave: Arte, Educación, Pedagogía, Conceptos, Entrevista;

## **The teaching of arts in formal education in the city of Manaus**

### **Abstract**

This research was carried out within the discipline of Art Education Seminar of the Degree in Theater of the University of the State of Amazonas (UEA), under the guidance of Prof. Dr. Caroline Caregnato. The reason that leads us to carry out this research is to understand how the pedagogical practices of the arts teacher are given in the school context of the city of Manaus. During this research we will be able to observe how, mainly, the teaching of arts has been approached in the Brazilian schools. At the beginning of this article we will carry out a brief study on the historicity of education in Brazil, with the teaching of arts as the focus of research. We will have the twentieth century as the main period of studies and research focused on formal school education. We will see in the course of this work three pedagogical tendencies and their influences on basic education. As we will see the differences between interdisciplinary and polyvalence, seeking also, to explain some concepts as contextualism and essentialism in the teaching of arts. We will analyze an interview conducted with two students of a public school in Manaus to exemplify the research theory. Finally we will present the considerations about the panorama of the teaching of arts in the city, proposing a possible approach for the teaching of arts in the basic school education in Manaus.

keywords: Arts, Education, Pedagogy, Concepts, Interview;

### **1- Breve historio do ensino de artes na educação escola brasileira**

O ensino de arte no Brasil tem origem juntamente com o processo de colonização que iniciou-se a partir do ano de 1530. O Brasil nesse período era dividido em capitânicas hereditárias, sendo a monocultura de cana de açúcar a principal atividade econômica. No primeiro momento não se viu necessidade de ter ensino na colônia, pois o trabalho era basicamente realizado pelos negros e índios escravizados, que não necessitavam de ensino para a atividade agricultura e para o trabalho doméstico. Contudo com a chegada dos jesuítas<sup>3</sup> em 1549 na colônia a educação começa ser desenvolvida. Segundo Gadotti pedagogia dos jesuítas exerceu grande influência em quase todo mundo, incluindo o Brasil. Esses religiosos tinham a intenção ganhar novos adeptos para fé católica na colônia. Nesse período a na Europa a igreja católica estava perdendo fies, pois havia um enfraquecimento do poder dela sobre eles. Em relação ao Brasil segundo Carmen Lúcia Biasoli com a chegada de religiosos, é desenvolvido um trabalho missionário e pedagógico que visa, por um lado, à propagação da fé católica e, por outro, à garantia a unidade política.(1999, p. 47). Com a chegada da ordem dos jesuítas dar-se início ao primeiro momento do ensino de arte na colônia. O trabalho deles seguia os princípios cristãos e insurgia-se contra a pregação religiosa protestante. Os padres e missionários utilizam artes como a dança, a música e o

<sup>3</sup>A ordem dos jesuítas foi fundada em 1534 pelo militar espanhol INÁCIO DE LOYOLA (1491-1556) com o objetivo de consagrar-se à educação da juventude católica. (GADOTTI, 2002,p.72)

teatro para chamar atenção as crianças indígenas. Com isto, os jesuítas conseguiram pregar as doutrinas da fé cristã aos índios e, ao mesmo tempo ensinavam a pratica artística. O ensino das artes estiveram ligados os métodos dos jesuítas no Brasil colonial.

Da ação dos jesuítas surge, sem dúvida, a primeira manifestação do ensino de arte no Brasil. O trabalho atinge, além dos adultos, as crianças indígenas, com o objetivo de estabelecer padrões de comportamentos dominantes pela Igreja Católica. Os jesuítas para atrair a atenção das crianças, usam teatro, música, dança e diálogos em versos. (BIASOLI, 1999, p. 48)

Nesse contexto conseguimos perceber que a educação e as artes estiveram juntas no inicio do processo colonização, assim como também foram as primeiras manifestações de uma educação popular. Devermos ressaltar a marginalidade que o ensino das artes receberam nesse período, pois enquanto os índios e negros recebiam uma educação que tinha por objetivo formar hábitos e costumes da cultura europeia, os filhos de pais abastadas recebiam uma educação para desenvolver as capacidades intelectuais. A Ratio Studiorum é o plano de estudos, de métodos e a base filosófica dos jesuítas. Representa o primeiro sistema organizado de educação católica. Ela foi promulgada em 1599, depois de um período de elaboração e experimentação. (GADOTTI, 2002,p.72)

Nesse sentido o ensino de artes era compreendido como inferior em relação a outras áreas de conhecimento, pois elas eram ensinada para escravos e índios como procedimentos educacionais. Desta forma aumentavam as diferenças culturais na colônia. Segundo Gadotti a educação dos jesuítas destinava-se à formação das elites burguesas, para prepará-las a exercer a hegemonia cultural e política. Eficientes na formação das classes dirigentes, os jesuítas descuidaram da educação popular.(2002,p.72) O cenário começou a mudar com a expulsão dos jesuítas realizada pelo Marques de Pombal em 1759, a partir de então começa a se pensa a educação como responsabilidade do estado. Diferente da educação realizada pelo jesuítas, Pombal planejou e fez executar uma reforma na educação que abrangesse as ciências, as artes manuais e a técnica. Em Portugal e no Brasil, a reforma educacional que se centrou na exploração dos aspectos educacionais nos quais fora omissa a ação jesuíticas. (BARBOSA 1978, p.22) Apud. (BIASOLI, 1999, p. 4) O desenho foi introduzindo nas aulas régias que eram ofertas ao publico em geral. Essa reforma permitiu uma abertura para que se esboçasse uma nova colocação para o ensino das artes, mais especificamente, para o ensino do desenho que nesse sentido era utilizado desenvolver capacidades como geometria. As técnicas obedeciam os padrões de beleza neoclássico que eram aprendidos pelos professores na Itália.

Em 23 de janeiro de 1771, foi publicado um edital “convidando” os interessados a se inscrever na aula recém-criada no convento de São Francisco; mas, em outubro do mesmo ano, há um outro edital que “Ordena” que todos os estudantes e pessoas conhecidamente curiosas entrem na aula que se havia de abrir para o ensino de geometria, com a pena de sentar praça de soldado pago para os que não cumprissem essa determinação. (Barbosa 1978, p.24) Apud (BIASOLI, 1999, p. 49-50)

Vemos que o ensino começa a se desenhar de forma mais plena na história. Com a chegada do rei Dom João VI em 1808 há uma mudança cenário nacional e com isso a educação é vista como forma de capacitação de profissionais técnicos e científicos. A escola nesse período estava voltada a formação de trabalhadores técnicos para integração dos processos industriais do sistema econômico vigente. Em relação as artes em 1816 temos a chegada da Missão Francesa ao Brasil, trazendo um estilo estético europeu – estilo neoclássico – que serve satisfatoriamente às necessidades da classe dominante brasileira, marcando seus ensinamentos e suas atividades na Corte. (BIASOLI, 1999, p. 52) Contudo a Missão Francesa depara-se com uma arte de origem popular desenvolvidos por artistas

locais, na sua maioria mestiços, por essa razão, essas produções eram vistas como inferiores pelos burgueses. Podemos dizer que a visão sobre a arte popular ainda nos dias de hoje é reproduzida, principalmente quando nos olhamos para os artesãos. Os artistas da Missão Francesa também foram responsáveis pela criação da Academia de Belas Artes, onde muitos jovens começaram a desenvolver suas capacidades artísticas. A medida mais importante para incrementar a vida cultural da Colônia e a vinda dessa missão, pois, até então, o Brasil não tinha uma escola de arte. (BIASOLI, 1999, p. 52). Em relação à educação, de modo geral, pode-se dizer que não há ainda uma política educacional sistematizada e planejada. (BIASOLI, 1999, p. 51)

As transformações sociais ocorridas no Brasil, provocadas pela Abolição (1888), pela República e, no início do século XX, pela primeira Guerra Mundial, refletem-se nos objetivos do ensino da arte. Esse reflexo é decorrência do prolongamento das ideias filosóficas, políticas, pedagógicas e estéticas que embasam o movimento republicano de 1889. (BIASOLI, 1999, p. 55-56)

As principais correntes políticas e filosóficas que influenciam a educação brasileira do final do século XIX são os positivistas e os liberais, que ao longo do tempo alternavam o controle da república. Ambos viam na educação o fator de desenvolvimento social. A escola tem um papel fundamental dentro do princípio de um estado, pois nela são empregadas as intenções das ideias políticas que estão no governo. Os positivistas viam o ensino como fator de desenvolvimento da capacidade intelectual, já os liberais focavam no ensino como capacitação de profissionais para o trabalho na indústria, priorizavam no ensino de arte o desenho geométrico. O desenho, do ponto de vista dos positivistas, tem a conotação de preparação para a linguagem científica e, do ponto de vista dos liberais, de preparação para a linguagem técnica. (BIASOLI, 1999, p. 58)

Se, de um lado, as ideias dos positivistas influenciaram a revolução do ensino médio centrado num currículo que enfatiza o ensino das ciências, por outro lado, as ideias dos liberais voltavam-se para a revolução industrial, por acharem que o progresso econômico do país está ligado à capacitação profissional de seu povo. Os liberais lutam por reformas educacionais para incrementar a instrução pública. (BIASOLI, 1999, p. 57)

A chegada no século XX trouxe ao ensino de artes novas concepções influenciadas por ideias filosóficas e humanísticas, começou a se pensar o ensino primário com arte. Segundo Biasoli a década de 1920 é marcada por diversos movimentos políticos e culturais, tais como as greves operárias, o tenentismo, a Coluna Prestes, a Fundação do Partido Comunista do Brasil e a contestação cultural da Semana de Arte Moderna de 1922. (1999, p. 60) As características do período são a supervalorização do processo afetivo e cognitivo, e a negação aos modelos que impõem a observação como forma. Contudo há muitas dificuldades de um desenvolvimento educacional visível, são realizadas experiências em locais isolados sem repercussão nacional. Segundo Biasoli “Somente em 1948, com a criação da Escolinha de Arte do Brasil, no Rio de Janeiro é que surge uma nova concepção de arte no panorama nacional. Só que, agora, na perspectiva do desenvolvimento criador geral”. Há uma difusão dessas novas ideias entre professores e artistas, entretanto, as experiências não são amplamente realizadas no país, ficando restritas a alguns lugares.

Em relação ao ensino da arte, temos, de um lado, a supervalorização da arte como livre expressão e seu ensino como atividade extracurricular e até extraclasse; por um lado, mesmo com a organização de classes experimentais – sancionada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 -, continua como uma atividade voltada para experimentação em arte nas escolas públicas. (BIASOLI, 1999, p. 71)

O cenário muda a partir da segunda metade do século, as ideias filosóficas para uma educação mais democrática é contraposta com um regime de repressão que tinha como objetivo censurar os movimentos artísticos que iam contra a ideologia militar. Novamente a ideia de progresso emprega na educação um caráter técnico e o ensino de artes recebe um olhar contextualista social.

Com o golpe militar de 1964, a classe dirigente busca alcançar a “modernização” do país pelo investimento estrangeiro - métodos e procedimentos de outras culturas, especialmente a norte-americana. A classe dominante, que ainda se apoia em sistemas europeus, passa a se valer dos valores técnicos e pragmáticos da moderna tecnologia Americana. (BIASOLI, 1999, p. 69)

Depois de 1964 se instala no Brasil o modelo tecnocrático e predomina a preocupação com a qualificação como sistema de controle e expansão. (BIASOLI, 1999, p. 71). Também surge algum tempo depois, a Lei Universitária. O ensino de arte só passa a integrar a LDB como disciplina obrigatória em 1971. Para Biasoli O ensino da arte chega ao final da década de 1970 sem ter os mecanismos precisos e necessários de implantação e sustentação. O sistema econômico brasileiro do período exigia da escola um maior aumento da capacidade técnica dos estudantes para sua inserção no trabalho. O ensino de artes nesse sentido passaria a ter um papel limitado em relação as outras disciplinas, pois dificilmente as artes contribuíram para na formação técnica dos estudantes, “ênfase no aspecto técnico dos instrumentos artísticos e a importância à arte apenas quando considerado área de iniciação ao trabalho no 1º grau e habilitação profissional no 2º grau. (BIASOLI, 1999, p. 75) O ensino de artes como disciplina passa ser obrigatória na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais 5.692/71. Antes o ensino de artes nas escolas era dividido em modalidades como desenho e musica. Essa mudança ocorre no mesmo período em que a pedagogia tecnicista é introduzida na educação brasileira. O ensino de artes nesse período fazia parte do currículo obrigatório escolar no ensino fundamental II e ensino médio. Os professores que ministravam as aulas nesse período, a principio são formados em licenciatura curtas, posteriormente surgem cursos em licenciaturas longas com quatro anos de duração. Segundo Ferraz e Fusari a partir da pedagogia tecnicista “Os professores aderem em suas práticas às orientações pedagógicas tradicional e escolanovismo, sem questionamentos ou reflexões sobre o que seria melhor para o ensino de arte.”(2009, p.51-52).

Nesse sentido a LDBN 9.394/96, propõe também os Parâmetros Curriculares Nacionais os famosos PCNs que na atualidade foram trocados pelas Bases Nacionais Comuns Curriculares BNCCs. Segundo Ferraz e Fusari os Parâmetros Curriculares Nacionais foram propostos como diretrizes pedagógicas e consideradas um referencial importante para a educação escolar no país, por seu compromisso de assegurar a democratização e um ensino de qualidade para todos os estudantes. (2009, p.57). Nesse sentido PCNs de Arte trazem um norteamento para os professores que ministram a disciplinas nas escolas de ensino formal. Segundo Ferraz e Fusari;

Com a referência aos PCNs de arte, tais saberes foram direcionam ao autoconhecimento, ao outro, ao fazer e perceber a arte com autonomia e criticidade, ao desenvolvimento do senso estético e à interação dos indivíduos no ambiente social / tecnológico / Cultural, preparando-os para um mundo em transformação e para serem sujeitos no processo histórico.(2009)

Na atualidade podemos perceber que as orientações sobre o ensino de artes já contemplam as especificidades das artes, pois indicam que se desenvolva a autonomia a criticidade e o senso estético sobre as diversas linguagem artísticas. Contudo o sistema educacional brasileiro ainda não está preparado para desenvolve-las de maneira

significativa. As práticas em artes são muitas vezes colocadas em segundo plano. Como vimos a escola está voltada a preparar a para o trabalho técnico, as artes por outro lado estão voltadas a trabalhar outros aspectos da capacidade intelectual das pessoas, que as distanciam do trabalho mecanizado.

## **2- A arte-educação nas escolas de ensino formal**

Nesse estudo faremos uma análise acerca das tendências pedagógicas desenvolvidas durante o século passado no ensino formal nas escolas brasileiras. Ao longo do século XX foram desenvolvidas basicamente três tipos de pedagogias que têm suas matrizes na pedagogia liberal. “A pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo adaptar aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes através do desenvolvimento da cultura individual”. (LUCKESI, 1994, p.55). Para Ferraz e Fusari “fazem parte desse grupo as seguintes pedagogias, que obviamente, vinculam-se a praticas educativas correspondentes, impregnadas de sua concepção de mundo: pedagogia tradicional, pedagogia nova e pedagogia tecnicista.” (2001, p. 26). As tendências pedagógicas ou movimentos pedagógicos não se restringem à essas três, contudo nessa pesquisa vamos nos ater apenas a estas.

A pedagogia tradicional tem suas raízes no século XIX. Alguns métodos de dessa pedagogia são utilizados por professores nos dias de hoje, como copias memorizações e provas. A pedagogia tradicional sustenta a ideia que o indivíduo adquirindo conhecimento tem mais possibilidades de inclui-se na vida social. Para Ferraz e Fusari “A base idealista desta pedagogia induz a acredita-se que os indivíduos são “libertos” pelos conhecimentos adquiridos na escola e podem, por isso, organizar com sucesso uma sociedade mais democrática.” (2001, p.26-7). Nesse sentido o detentor do conhecimento é o professor, o aluno nessa perspectiva tem o papel de absorver o conteúdo ministrado de forma expositiva pelo professor. “Na pedagogia tradicional o processo de aquisição dos conhecimentos é proposto através de elaborações intelectuais e com base nos modelos de pensamento desenvolvidos pelos adultos, tais como análise lógica, abstrata.” (FERRAZ-FUSARI, 2001 p.27). O professor que adere os procedimentos dessa pedagogia utiliza métodos como recordação, exercícios e lições de casa. Vale destacar que a pedagogia tradicional não faz nenhuma relação com a vida cotidiana dos alunos. Nesse sentido não se leva em consideração as particularidades de cada pessoa, região, localidade a educação é uma verdade cristalizada que não sofre modificações. Segundo Luckesi;

Os conteúdos, os procedimentos didáticos, a relação professor-aluno não tem nenhuma relação com a vida cotidiana do aluno e muito menos com as realidades sociais. É a predominância da palavra do professor, das regras impostas, do cultivo exclusivamente intelectual. (Luckesi, p.55, 1994).

Para contrapor o pensamento da escola tradicional surge o segundo modelo pedagógico da nossa pesquisa, a escola nova, propõe uma educação que não tenha ênfase na acumulação de conhecimento, característica ligada à pedagogia tradicional. A escola nova surgiu no final do século XIX nos Estados Unidos e chega ao Brasil por volta dos anos de 1930. Essa tendência pedagógica que visa a livre expressão do aluno é conhecida também como movimento escolanovista ou pedagogia renovada. “Já de início o escolanovismo contrapõe-se a educação tradicional, avançando um novo passo em direção ao ideal de assumir a organização de uma sociedade mais democrática.” (FERRAZ-FUSARI, 2001, p. 31). A escola nova é pautada no desenvolvimento individual do aluno, levando-se em consideração os seus interesses e motivações pessoais. Há uma necessidade em estimular o aluno a criar autonomia sobre seu aprendizado e seu

desenvolvimento escolar. Para Luckesi “a educação é um processo interno, não externo; ela parte das necessidades e interesses individuais necessários para adaptação ao meio.”(p.55, 1994). A educação na escola nova é a vida presente centrada no aluno e no grupo social em que estão inseridos os alunos. Para Sonia M. Portella Kruppa “A educação é um dos temas centrais da sociologia, um vez que por educação entendemos o resultado e a condição das relações entre os homens” (1994 p 23). Nos anos entre 1960 e 1970, em plena ditadura militar, é introduzido no Brasil a pedagogia tecnicista. Essa tendência pedagógica é resultado da tentativa de submeter o ensino as demandas mercadológicas de trabalho. “A sociedade industrial e tecnológica estabelece (cientificamente) as metas econômicas, sociais e políticas, a educação treina (também cientificamente) nos alunos comportamentos de ajustamento a essas metas.” (LUCKESI,1994, p.56,). Nesse contexto a sociedade e, principalmente os políticos do neoliberalismo, exigiam um crescimento de eficiência das escolas. “Um dos objetivos dos teóricos dessa linha era portanto adequar a educação as exigências da sociedade industrial e tecnológica, evidentemente com a economia de tempo, esforços e custos” (ARANHA, p.315, 2006). Nesse cenário o professor tende a ser responsável, antes de tudo, pelo planejamento de suas aulas. Na pedagogia tecnicista os componentes curriculares essenciais são os objetivos, os conteúdos, as estratégias e as avaliações, tendo sempre como base as técnicas e o uso de matérias didáticos. “Orientados por uma concepção mais mecanizadas, os professores brasileiros passaram a tratar seus planejamentos e planos de aulas centrados nos objetivos que eram operacionalizados de forma minuciosa.” (FERRAZ-FUSARI, p.52, 2009). Já a o ensino de artes como disciplina passa ser obrigatório a partir da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais 5.692/71. Antes o ensino de artes nas escola era dividido em modalidade como desenho e musica. Essa mudança ocorreu no mesmo período em que pedagogia tecnicista foi introduzida na educação brasileira. O ensino de arte faz parte do currículo escolar do ensino fundamental II e Ensino médio. Segundo Ferraz e Fusari a partir da pedagogia tecnicista “Os professores aderem em suas práticas às orientações pedagógicas tradicional e escolanovismo, sem questionamentos ou reflexões sobre o que seria melhor para o ensino de arte.” (p.51-52, 2009).

Nesse sentido a *LDBN 9.394/96*, propõe a criação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, os famosos *PCNs*, que na atualidade estão sendo pela Base Nacional Comum Curricular BNCC. Segundo Ferraz e Fusari "Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram propostos como diretrizes pedagógicas e consideradas um referencial importante para a educação escolar no país, por seu compromisso de assegurar a democratização e um ensino de qualidade para todos os estudantes.(p.57, 2009). Nesse sentido PCNs de Arte trazem um norteamento para os professores que ministram a disciplinas nas escolas de ensino básico. Segundo Ferraz e Fusari;

Com a referência aos PCNs de arte, tais saberes foram direcionam ao autoconhecimento, ao outro, ao fazer e perceber a arte com autonomia e criticidade, ao desenvolvimento do senso estético e à interação dos indivíduos no ambiente social / tecnológico / Cultural, preparando-os para um mundo em transformação e para serem sujeitos no processo histórico. (Ferraz-Fusari, p.57, 2009)

Contudo muitos professores compreendem a arte na educação apenas como um procedimento ou instrumento, pois ele, serve como ferramenta de desenvolvimento de habilidades como coordenação motora e memorização, que por sua vez, são utilizadas em outros campos de conhecimento como a escrita. Entretanto existem professores que compreendem o ensino de artes como área de conhecimento específico, e por essa razão a acreditam que não se deve tratar o ensino de arte como suporte de outras áreas. Nesse sentido o direcionamento dos PCNs, não são levados em consideração no processo de ensino e aprendizagem das artes na educação formal.

Para entendermos melhor as concepções utilizaremos os conceitos contextualista e essencialista, que se aplicam perfeitamente aos exemplos dos dois tipos de pensamentos citados anteriormente. Os essencialistas defendem a ideia de que o ensino artístico deve se preocupar apenas com o que esteja diretamente relacionado as artes. Já os contextualistas defendem uma abordagem sociológica, ou seja, entendem que o ensino das artes deva servir a causas sociais e formação de valores, atitudes e hábitos. “O desenho, por exemplo, serviria para ilustrar os trabalhos de português, ciências e geografia e para formar hábitos de limpeza, ordem e atenção.”(FERREIRA, 2012 p.11-12). Pode-se dizer que os contextualistas estejam preocupados em atender as exigências da sociedade, e para isso se utilizam o ensino de artes. Os essencialistas estão preocupados com os conhecimentos acerca da arte em si. Na abordagem essencialista o ensino de arte é considerado necessário para a vida prática dos indivíduos. Segundo Ana Mae Barbosa;

Arte tem importância na educação porque a arte é importante em si mesma para o homem (e a mulher), e não porque seja instrumento para fins de outra natureza, afirmam os essencialistas. A arte contribui para a educação do homem (e da mulher), precisamente com aquilo que outros campos de estudos não podem contribuir. (Barbosa, p.56, 1985).

O contextualismo no ensino de artes é muito perigoso, pois pode ceder a definições preestabelecidas por uma minoria, podendo está carregada de interesses que vão contra aos fundamentos da educação artística significativa. Deve-se ressaltar, contudo, que na educação brasileira hoje predomina a educação contextualista. São poucos os professores que entendem o ensino de artes em sua plenitude. Na maioria das escolas as aulas de artes são ministradas por professores que não possuem formação nessa área, professores apenas complementam suas horas com disciplina de artes. Em virtude disso dificilmente esses professores entenderão as especificidades de cada linguagem artística. Assim esses profissionais possivelmente trabalharão de forma contextualista.

O grande perigo da tendência “contextualista social” é a possibilidade de em algum caso vir é a submeter o sistema de ensino da arte a objetivos espúrios, inclusive políticos, através de modelos de submissão, que são facilmente escamoteados, como a história já nos provou, e apresentados com rótulos de progresso. (Barbosa, p.55, 1985)

A maioria dos professores que possuem habilitação em artes, possuem formação numa única linguagem artística. Contudo na maioria das vezes são “obrigados” a ministrar conteúdos relacionados as outras linguagens. A maioria desses professores seguem os conteúdos dos livros didáticos. Segundo Luckesi ainda "existem profissionais de áreas diversificadas que estão na regência escolar e que não tiveram nenhuma formação para a tal. Possuem uma formação específica numa área do conhecimento, a partir daí, dedicam ao ensino." (LUCKESI, p.98, 1994). Geralmente quando acontece isso os professores assumem uma postura *polivalente* no ensino, pois não possuem formação para realizarem atividades relacionadas as diversas áreas de conhecimento ou todas as linguagens artísticas. “O professor organiza o conhecimento de diversas áreas na sua própria cabeça e passa essa organização para o aluno.” (Barbosa, p.69, 1985). A interdisciplinaridade, por sua vez é um conceito que contrapõe o pensamento do professor polivalente, pois ela acredita que o ensino seja pautado no trabalho de vários professores, cada um em sua área de conhecimento. Podemos destacar nesse momento as quatro grandes áreas no ensino de artes, são elas, *artes visuais, dança, música, teatro*. Para Barbosa a “Interdisciplinaridade é trabalho de várias cabeças, trabalho de equipe.” (p.69, 1985).

Outro ponto que encontramos nos textos de Ana Mae Barbosa, que ganha destaque na sua obra, é sua proposta triangular que foi sistematizada primeiramente no museu de arte contemporânea da USP nos anos de 87 a 93. E posteriormente a proposta foi

experimentada nas escolas da rede municipal de São Paulo, isso quando Paulo Freire era secretário de educação. A proposta primeiramente era chamada de metodologia triangular, mas foi substituída posteriormente pela autora por proposta triangular. “Hoje, depois de anos de experimentação, estou convencida de que metodologia é um construção de cada professor em sala de aula e gostaria de ver a expressão proposta triangular substituir a prepotente designação metodologia Triangular.” (BARBOSA, 1998, p.33). A proposta sistematizada por Barbosa consiste em estabelecer uma relação mais proveitosa para o estudante com ensino de artes. A Proposta tem como base um tripé de desenvolvimento, sendo ler, contextualizar e fazer. A leitura para Barbosa consiste em propiciar ao aluno experiências estéticas de obras de artes, pondo o aluno em contato direto com espetáculos, exposições e qualquer produção nesse sentido. Contudo não devemos confundir leitura de obra de arte com apreciação artística. A apreciar uma musica, por exemplo, não necessitaria que o individuo tenha um conhecimento prévio sobre a musica, ele apenas vai sentir a musica. Para Barbosa “A leitura de obra de arte é questionamento, é busca, é descoberta, é o despertar da capacidade critica, nunca a redução dos alunos a receptáculos de informações do professor, por mais inteligentes que eles sejam.” (Barbosa, p.40, 1998). Já a contextualização na proposta triangular tem como principio relação da obra com todas as particularidades que à envolvem como, autoria, período histórico, momento político, localização geografico ou qualquer outro acontecimento que tenha influenciado o artista no momento de sua criação. Para Barbosa;

Contextualizar é estabelecer relações. Nesse sentido, a contextualização no processo de ensino-aprendizagem é um porto aberto para a interdisciplinaridade... É através da contextualização que se pode praticar uma educação em direção à multiculturalidade. (Barbosa, p.38, 1998).

A ultima parte do tripé proposto por Barbosa consiste no fazer artístico propriamente dito que visa que os estudantes vivenciem de forma pratica o processo de concepção artística. Segundo a autora;

O erro mais grave é o de restringir o fazer artístico, parte integrante da triangular, à releitura de obras de arte obras. Outro é pensar que há uma hierarquia de atividades, isto é, primeiro a leitura da obra de arte, depois a contextualização e finalmente o fazer, a criação (Barbosa, p.39, 1998).

Desta maneira a proposta triangular visa dá apenas um norte para as praticas dos professores do ensino de arte na educação básica. Contudo cada professor é responsável pela aplicação de suas atividades, e cabe a cada um desenvolver a metodologia que lhe é mais proveitosa.

## **2- Entrevista com alunos sobre o ensino de arte na escola**

Agora, com base no que já vimos até então, analisaremos alguns trechos de uma entrevista realizada com dois alunos de uma escola publica da cidade de Manaus. Desta maneira poderemos ilustrar as algumas concenpções que estumas até aqui. No período da entrevista os alunos estavam cursando o primeiro ano do ensino médio. A intenção dessa entrevista foi observar e compreender os procedimentos pedagógicos que são utilizados por professores quando ministram aulas de artes. Após cada pergunta e resposta faremos uma breve comentário à cerca da questão. As perguntas foram elaboradas em sala de aula, com todo a turma da discliplina de Seminário de Arte e Educação, partindo do referencial teórico e orientação da professora. Ressaltamos que as colocações realizadas são apenas exemplificações e ilustrações para teória estudada, isso não quer dizer que as respostas fornecidas pelos alunos seja a realidade em sala de aula.

1) Na aula de Arte:

a) vocês realizam atividades de artes visuais como desenho, pintura, colagem, modelagem em argila ou em massinha?

b) vocês realizam atividades de dança, como criar e ensaiar coreografias ou dançar de forma livre?

c) vocês realizam atividades de teatro, como fazer jogos de interpretação, ensaiar e apresentar peças de teatro?

d) vocês realizam atividades de música, como cantar ou tocar instrumentos musicais?

e) existe alguma atividade que vocês façam na aula de Arte que não foi mencionada aqui? Se sim, comente.

Resposta 1)

**Aluno 1:** Nós temos muito contato com a pintura e conhecemos os principais pintores, por exemplo, o pontilhismo, vemos qual foi o principal artista que usou a técnica do pontilhismo e criamos uma obra baseado nele, as vezes também fazemos algo relacionando a música.

**Aluno 2:** Sim, trabalha o desenho e também já trabalhou as imagens de mosaicos com a turma. É muito legal você fazer isso, porque você corta as peças, acrescentar no que era o desenho... Aí quase todo mundo da sala fez.

**Comentário** - Com a resposta percebemos que a professora desenvolve atividades com as linguagens de artes visuais e música. Relacionando a com a proposta triangular percebemos que são trabalhadas a contextualização quando ela faz relações com a obra de arte com seu contexto histórico, no caso do pontilhismo leitura acontece quando os alunos são confrontados com obras de arte, e o fazer artístico quando os alunos realizam atividades de criação, usando as técnicas. É perceptível que professora possui uma boa base sobre as artes visuais, embora ela realize atividades com outras áreas como a música. Tentaremos amadurecer essas questões nos próximos comentários.

2) Na aula de arte:

a) O professor pede para desmanchar as fileiras de cadeira?

( ) sim ( ) não (x) às vezes

Como acontece isso? -

**Aluno 1:** Quando fazemos um trabalho de dança, por exemplo, temos que desmanchar.

**Aluno 2:** Mas todas as aulas dela são em fileiras.

b) O professor propõe trabalhos em grupo?

( x ) sim ( ) não ( ) às vezes

Como acontece isso?

**Aluno 2:** Sim, a maioria das vezes fazemos trabalhos em grupo.

**Aluno 1:** A professora pede para que a gente se organize por exemplo em uma peça. Cada um faz um pouquinho da peça, depois junta e vemos o resultado final e ela (professora) dá nossa nota.

c) O professor pede para os alunos copiarem assuntos do quadro?

sim  não  às vezes

Como acontece isso?

**Aluno 2:** Quase todas as vezes ele pra gente copiar para aprendermos um pouco mais sobre a arte.

**Aluno 1:** As vezes copiamos, mas a maioria das aulas fazemos leitura de texto.

d) O professor pede para decorar assuntos para a prova?

sim  não  às vezes

Como acontece isso?

**Aluno 1:** Não, ela apenas fala: Estuda que vai cair na prova. Essa professora não pede para decorarmos, pelo menos a professora de artes não.

**Comentário** – Embora a maioria das perguntas acima sejam referentes aos procedimentos pedagógicos da professora, percebemos também são realizadas atividades de dança e teatro, e isso significa dizer que ela é uma professora polivalente, pois desenvolver atividades das quatro linguagens artísticas. Em relação a pedagogia percebe-se que a professora trabalha na maioria das suas aulas com procedimentos da pedagogia tradicional, centralizando nela o desenvolvimento da aula. Ela utiliza métodos tradicionais como cópia e provas. Contudo podemos dizer também que a professora em alguns momentos trabalha de forma mais aberta com a turma, promovendo aulas que trabalham a criatividade dos alunos. Podemos identificar isso quanto o aluno indica que as vezes a professora realiza trabalho com teatro no qual os estudantes escrevem ou criam uma peça. Nesse momento vemos uma maior participação dos estudantes na produção do conhecimento em sala de aula.

3) Ao dar aula, o professor usa:

a) O livro didático

sim  não  as vezes

b) Data show, retroprojektor

sim  não  as vezes

c) Xerox/ mimeógrafo

sim  não  as vezes

d) DVDs/TV

sim  não  as vezes

e) Quadro negro/ lousa

( ) sim ( ) não ( x ) as vezes

**Comentário** – Essa as perguntas contidas nessa questão estão relacionada a tendência pedagógica tecnicista. Nas respostas podemos ver que a professora utiliza a livros ditaticos em suas aulas, esses materias, a maioria das vezes, possuem como conteúdos tecnicas usadas no processo de criação das quatro linguagens artísticas. O uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem também são carcterísticas da pedagogia tecnicista, contudo como observado nas respostas a professora não utiliza recursos tecnológicos nas suas aulas.

4) O professor permite que os alunos ajudem a escolher as atividades a serem realizadas na aula?

**Aluno 1:** As vezes ela pede nossa opinião mas raramente. Ela passa mais o conteúdo.

**Aluno 2:** Nós fazemos as atividades e as tarefas que ela passa, tudo é ela, quase sempre é ela.

**Comentário** – Segundo as respostas, a professora, coloca-se como "centro" do no processo de ensino, ela utiliza o quadro-negro/lousa para passar o conhecimento. Vemos na resposta do primeiro aluno que a professora raramente dar abertura para os alunos expressarem seus interesses, nesse sentido não é muito adepta da pedagogia nova, pois não costuma perguntar se os alunos estão satisfeitos com suas aulas e se desejariam desenvolver atividades de seus interesses. O segundo aluno confirma que a professora é mais tradicional mesmo, pois e se utiliza de métodos como realização de tarefas e atividades.

5) Se você pintasse a bandeira do Brasil de rosa, preto e roxo você acha que seu professor:

a) Mandaria refazer?

b) Acharia criativo?

c) Outro? Explique

**Aluno 1:** Acho que ela ia gostar porque é uma coisa diferente, é uma coisa espontânea. Ela deixaria a gente retratar o que a gente quer.

**Aluno 2:** Acharia criativo, porque nunca havia visto essa cor na bandeira.

**Comentário** – Apesar de na questão anterior os alunos apresentarem respostas que caracterizam uma professora adepta à pedagogia tradiconal, agora vemos que eles acreditam que a professora iria achar criativos e a espontâneos, características da pedagogia nova, os alunos descrevem uma professora que estaria interessada na expressão dos alunos. Logo a professora não se importaria com as cores oficias da bandeira e levaria em conta a criatividade dos alunos em consideração. Isso segundo a opinião dos alunos, não sabemos se na realidade a professora acharia correto essa postura espontânea. Por isso ressaltamos que as respostas podem não revelar a realidade da professora, contudo são ótimas para ilustrar os conceitos apresentados na pesquisa.

6) Com que frequência...

a) ... vocês saem da escola para assistir concertos, espetáculos de dança, teatro ou assistir exposições de artes?

**Aluno 1:** Nunca.

**Aluno 2:** Porque a nossa escola não é muito apegada a isso, somos focados a estudar as outras matérias como matemática, português.

b) ... sem sair da escola e durante a aula de Arte, vocês ouvem música, assistem gravações de dança ou de teatro, assistem cinema ou observam fotografias de obras de arte como pinturas e esculturas?

**Aluno 1:** Sim, nós observamos muito as pinturas. A professora trás muitos livros dela, ela mostra pra gente trabalhos de outros artistas, ele pede pra gente se inspirar neles.

c) ... vocês fazem desenho, pintura, escultura, modelagem, fazem teatro, dançam, tocam instrumentos ou cantam na aula de Arte?

**Aluno 1:** Sim, a gente já chegou a cantar e dançar. Teve uma música em um livro que ela levou que havia uma música muito engraçado e ela pediu que a gente dançasse.

**Aluno 2:** Eu já participei disso de dançar na sala.

d) ... vocês estudam sobre a vida dos grandes artistas e sobre como era o mundo na época em que eles trabalharam, estudam sobre movimentos artísticos ou outros conhecimentos que te ajudem a entender melhor como a arte é produzida?

**Aluno 1:** Sim, ela foca muito nisso. A gente tem muito aquilo de interpretar a imagem, o que a imagem disse, o que eles tem a passar na imagem.

**Comentário** – Percebemos que professora trabalha propostas mais significativas com as artes visuais. Contudo percebemos na fala dos alunos que a professora não consegue desenvolver atividades fora da sala de aula, pois segundo ele a “escola não é muita “apegada a isso”, segundo o próprio aluno. Outra questão que detectamos nessas respostas é a polivalência da professora em sala de aula, pois ela desenvolver atividades de diversas linguagens artísticas como dança e musica e teatro.

### **3- Considerações em processo: Sim, trata-se de um despropósito.**

No decorrer dessa pesquisa observamos alguns momentos do ensino das arte nas escolas formais brasileiras através de pesquisas teóricas sobre a arte-educação. Também analisamos uma turma através de uma entrevista com alunos do ensino médio. Em suma, essas teorias educacionais trazem muitas contribuições para o desenvolvimento da educação e da arte-educação no Brasil, e conseqüentemente à cidade Manaus. Contudo acreditamos que ainda seja preciso repensar o ensino de arte nas escolas da educação básica.

"Temos que assumir uma intelectualidade verbal, impopular tanto entre estudantes e professores quanto entre os praticantes das artes, e atacar os interesses obscuros e bolorentos do filósofo. Sim, trata-se de um despropósito. Mas ainda assim estou convencida de que não há melhor maneira de desempenhar a tarefa que nossa obrigação nos impõe. A menos, naturalmente, que estejamos satisfeitos com as atuais condições da arte-educação." (Barbosa, p.83, 2013).

Acreditamos que o modelo de educação artística nas escolas de ensino formal não são satisfatória para professores, para os alunos e muito menos para artes como área de conhecimentos específicos. O mais grave talvez seja a "marginalização" e a desvalorização que a arte recebe no âmbito escolar. A arte é um campo muito amplo, onde pode-se desenvolver um infinidade de pesquisas, dentro de diversas linguagens que, por sua vez,

contribuem para a vida tal como a conhecemos. Podemos citar aqui a arquitetura e a pintura que são uns dos principais registros de vida humana, que inicialmente são tidos de forma utilitária. Podemos citar também o teatro e a dança que são originários de rituais primitivos que encontramos em diversas culturas em todo o globo. Não é preciso mais uma vez discutirmos se a arte é necessária para a vida em sociedade. Sim a arte se faz útil para a vida em sociedade. Todos os conceitos que a educação aplica arte no âmbito escolar não terão sentido se o sistema educacional não compreender a real importância da arte no desenvolvimento da humanidade. Mas entendemos também que o sistema é composto por pessoas, portanto cabe as pessoas compreenderem o sentido da educação artística nas escolas de ensino formal.

Os professores de artes precisam assumir as responsabilidades que essa obrigação os impõe. Eles precisam ter autonomia e competência para desenvolvimento do ensino de arte nas escolas de ensino formal, entendendo as características de cada linguagem e levando em consideração o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes na escola. Antes de mais nada os professores necessitam de mais valorização enquanto arte-educadores. Talvez seja a hora de propormos outras abordagens que mais se adequem a arte na educação e virse e versa. Uma proposta que vise atender de forma ampla os anseios sociais, mas principalmente que vise um desenvolvimento artístico mais significativo para os alunos. “A única maneira que vejo de viabilizar isso é convocando um grupo de arte-educadores interessados e familiarizados com essa direção de planejamento curricular.” (BARBOSA, 2013, p.83). É claro que para tal feito ser realizado seria necessário muita dedicação e verbas de pesquisa. Mas primeiramente seria necessária a boa vontade de pessoas dispostas para o desenvolvimento de políticas públicas nesse sentido.

Um ponto que dificultaria uma proposta para o ensino de artes mais abrangente em escolas formais seria a adaptação a carga horária destinada ao ensino de artes. Vale nesse momento fazer uma breve análise sobre a arte e a educação no estado do Amazonas. Já existi há alguns anos, principalmente em escolas públicas de Manaus projetos de contra turno. Esses tipos de projetos tem como objetivo que os alunos realizem atividades extracurriculares, principalmente relacionados a educação artística e educação física. Podemos destaca o projeto jovem cidadão que oferecia aos alunos cursos artísticos dentro das escolas públicas da cidade. Esses cursos eram de caráter não formal, e são oferecidos no contra turno das aulas do ensino regular. “A educação escolar distingui-se, portanto, da educação informal (sem forma, sem normas) que acontece fora da escola.”(KRUPPA, 1994, p.30). O ensino não formal também é muito praticado nas escolas de tempo integral, tanto em escolas públicas como em escolas privadas. Contudo devermos diferenciar a escola de tempo integral e escola de ensino em tempo integral. Na escola de tempo intergral o aluno fica na escola o dia todo, mas realiza suas atividades formais em um único turno. Nos outros horários o aluno desenvolver praticas esportivas, artísticas ou de reforços escolares, mas essas atividades não fazem parte do grupo de disciplinas obrigatórias no currículo escolar formal, são atividades "ocupacionais". Já nas escolas de ensino em tempo integral todas as atividades fazem parte do currículo escolar do aluno.

No caso do projeto jovem cidadão os alunos que participavam, geralmente ganhavam bolsas, e os instrutores do projeto não possuem habilitação de curso superior para exercer a função de professor. “Para que possa exercer esse papel, o educador dever possuir algumas qualidades, tais como compreensão da realidade com qual trabalha, comprometimento político, competência no campo teórico de conhecimento em que atua e competência técnico-profissional.”(LUCKESI, p.114, 1998). A maioria dos instrutores do projeto jovem cidadão são artistas que possuem algumas experiências praticas em grupos profissionais da cidade. Contudo nota-se que com a implantação dos Cursos de Licenciatura em Artes da Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT), esses artistas começaram a

buscar formação profissional para exercerem a função de professores de artes no ensino formal.

Nesse último momento do artigo tentaremos esboçar a princípio uma proposta que contemple os pensamentos discutidos durante essa pesquisa. A grande questão nesse processo é tentar propor algo que adapte-se ao sistema vigente. Sabemos que a carga horária do ensino de arte nas escolas é muito reduzida, por isso ficaria muito difícil não mexer nessa estrutura estabelecida. Isso porque acreditamos que, só o trabalho em sala de aula, não conseguem abranger uma totalidade do ensino artístico adequado, ou pelo menos tentar chegar o próximo disso. Como vimos na proposta triangular de Ana Mae Barbosa o processo de do ensino passaria por três momentos, leitura de obras, contextualização e a prática propriamente dita. Mas essa questão poderia ser resolvida facilmente com aulas extraclasse, que como vimos é uma tendência as escolas oferecem atividades no contra turno das aulas em espaços alternativos. A diferença que nessa abordagem de ensino de artes as atividades fariam parte do currículo formal do aluno. Assim as aulas extraclases seriam uma extensão das aulas em sala de aula. Essas atividades seriam quesitos “avaliativos” no desenvolvimento escolar dos alunos, fazendo parte da disciplina e não apenas como atividade para “passatempo”. Para tanto as escolas necessitariam de mais professores para suprir as demandas de atividades e as quatro linguagens artísticas que representam as áreas de conhecimento propostos pelos PCNs ou a BNCC. O foco principal dessa proposta é criação de um núcleo de arte-educação para cada escola. O núcleo seria composto por quatro professores, cada um representaria uma linguagem artística artes visuais, dança, música e teatro. Dessa maneira essa proposta, também visa estimular a formação de mais profissionais para atuarem como professores em escolas de ensino formal e ampliar o mercado de trabalho na cidade. Esse núcleo seria responsável pelo planejamento estratégico das atividades desenvolvidas durante o ano letivo nas escolas. Desta forma consegue-se integrar a proposta o conceito de interdisciplinaridade, pois estariam representadas quatro linguagens artísticas.

Os professores se dividiriam nos turnos da escola de maneira a contemplar todas as turmas. Cada professor poderia assumir uma turma durante todo o ano, ou dividir com outro professor a turma para atender as necessidades específica de cada uma. Os professores também seriam responsáveis por ministrarem cursos e oficinas no contra turno das suas aulas em sala de aula. A intenção é acompanhar o desenvolvimento das habilidades práticas dos alunos, e também direcionar os interesses de cada um. Por exemplo, um aluno que tenha interesse em praticar dança poderá realizar atividades relacionados a essa linguagem com um professor habilitado para isso.

Como o ensino de artes é ofertado no ensino fundamental II nas séries de 6º ao 9º ano, e no ensino médio nas séries de 1º ao 3º ano, as aulas poderiam ser mais abrangentes nas séries iniciais e mais específicas nas séries finais, tentando direcionar o aluno, se houver interesse, para atividades do mercado profissional e a vida em sociedade. Desde forma a proposta também seguiria o pensamento liberal vigente na educação brasileira, a qual visa que a escola prepare o aluno para a vida social e democrática. Por fim basta afirmar que essa pesquisa é de cunho experimental desenvolvida dentro da disciplina Seminário de Arte-Educação na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A pesquisa também contou com discussões dos estudantes da disciplina. Portanto todo o conteúdo exposto nesse artigo sofreu influência indireta de todos os estudantes da turma.

#### 4- Referências

- Aranha, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil** / Maria Lúcia de Arruda Aranha. – 3.ed. - rev. e ampl. – São Paulo: Moderna 2006.
- Barbosa, Ana Mae. **Tópicos Utópicos/** Ana Mae Barbosa.- Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- Barbosa, Ana Mae. **Arte-educação: leitura no subsolo** / Ana Mae Barbosa, (org.). – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.
- Ferraz, Maria Heloísa C. De T. **Metodologia do ensino de arte: fundamentos e proposições** / Maria Heloísa C. de T. Ferraz, Maria F. De Rezende e Fusari. – 2. ed. rev. E ampl. – São Paulo: Cortez, 2009.
- Ferreira, Sueli. **O ensino das artes: Construindo caminhos/** Sueli Ferreira (org.). - 10<sup>a</sup> ed. – Campinas, Papirus, 2012.
- Fusari, Maria Felisminda de Rezende e. **Arte na educação escolar** / Maria Felisminda de Rezende Fusari, Maria Heloísa Corrêa de Toledo Ferraz. -2. ed. revista – São Paulo: Cortez, 2001. - (Coleção Magistério 2<sup>o</sup> grau. Série formação geral).
- Luckesi, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação/** Cipriano Carlos Luckesi. - São paulo: Cortez, 1994.
- Krupppa, Sonia M. Portella. **Sociologia da educação/** Sonia Ma. Portella Kruppa.- São Paulo Cortez, 19

## **O ensino e aprendizagem de teatro em espaços formais e não formais em Manaus**

Jhonatas Alves Silva<sup>1</sup>, UEA-ESAT<sup>2</sup>, jhonatas.tea@gmail.com;

### **Resumo**

O presente artigo visa investigar o processo de ensino de teatro em espaços formais e não formais na cidade de Manaus. Serão apresentados nesse estudo cursos livres, grupos, companhias, espaços comunitários e escolas públicas que desenvolvem atividades com o teatro. Essa pesquisa será realizada a partir das minhas experiências como aprendiz, artista, professor e pesquisador de teatro. A intenção é demonstrar as diferentes abordagens que teatro recebe nas escolas públicas do sistema do ensino básico e, em espaços não formais que se propõe a desenvolver o teatro. Na introdução deste trabalho faço uma breve contextualização sobre o ensino formal e não formal de teatro e, como ele é compreendido nas maiorias das escolas. No segundo tópico relato minhas experiências como estudante de teatro no ensino não formal, faço uma relação com a Proposta Triangular para o ensino de artes. Na terceira parte, já como estudante de curso superior, descrevo algumas experiências nas quais tive a oportunidade de atuar como professor. No tópico seguinte faço uma introdução ao teatro comunitário e, relato minha experiência na condução de duas oficinas nesses espaços. A quinta parte desse artigo está voltado ao ensino formal de teatro, nela descrevo minha trajetória em algumas escolas públicas durante o Estágio curricular Supervisionado de Licenciatura em teatro. No último tópico finalizo fazendo alguns apontamentos sobre a formação de professores de teatro, sobre o teatro contemporâneo, e como o teatro pode ser abordado no ensino formal.

Palavras-chave: Arte, Teatro, Ensino, Aprendizagem, Escola;

## **La enseñanza y el aprendizaje de teatro en espacios formales y no formales en Manaus**

### **Resumen**

El presente artículo busca investigar el proceso de enseñanza de teatro en espacios formales y no formales en la ciudad de Manaus. Se presentarán en este estudio cursos libres, grupos, compañías, espacios comunitarios y escuelas públicas que desarrollan actividades con el teatro. Esta investigación se realizará a partir de mis experiencias como aprendiz, artista, profesor e investigador de teatro. La intención es demostrar los diferentes enfoques que el teatro recibe en las escuelas públicas del sistema de enseñanza básica y en espacios no formales que se propone desarrollar el teatro. En la introducción de este trabajo hago una breve contextualización sobre la enseñanza formal y no formal de teatro y, como él es comprendido en las mayorías de las escuelas. En el segundo tópico relato mis experiencias como estudiante de teatro en la enseñanza no formal, hago una relación con la propuesta triangular para la enseñanza de artes. En la tercera parte, ya como estudiante de carrera superior, describo algunas experiencias en las que tuve la oportunidad de actuar como profesor. En el siguiente tema hago una introducción al teatro comunitario y, relato mi

<sup>1</sup> Bacharel em Teatro pela Universidade do Estado do Amazonas - Ator, Diretor e Instrutor de Teatro; Licenciando em Teatro pela Universidade do Estado do Amazonas; Participou como ator dos trabalhos: *Oração* (Grupo de teatro Ateliê 23), *Dorothy Garland* (Cia de Teatro Origem) e *Tributo a Chico Mendes* (Cia Vitória Régia).

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Amazonas – Escola Superior de Artes e Turismo – Curso de Teatro.

experiencia en la conducción de dos talleres en esos espacios. La quinta parte de este artículo está orientado a la enseñanza formal de teatro, en ella describo mi trayectoria en algunas escuelas públicas durante la Etapa curricular Supervisionado de Licenciatura en teatro. En el último tópico finalizo haciendo algunos apuntes sobre la formación de profesores de teatro, sobre el teatro contemporáneo, y cómo el teatro puede ser abordado en la enseñanza formal.

Palabras clave: Arte, Teatro, enseñanza, aprendizaje, escuela;

## **The teaching and learning of theater in formal and non-formal spaces in Manaus**

### **Abstract**

This article aims to investigate the process of teaching theater in formal and non-formal spaces in the city of Manaus. Free courses, groups, companies, community spaces and public schools that develop activities with theater will be presented in this study. This research will be based on my experiences as an apprentice, artist, teacher and theater researcher. The intention is to demonstrate the different approaches that theater receives in public schools from the basic education system and in non-formal spaces that it proposes to develop theater. In the introduction of this work I make a brief contextualization about the formal and non-formal teaching of theater and, as it is understood in most schools. In the second topic I describe my experiences as a student of theater in non-formal education, I make a relation with the Triangular Proposal for the teaching of arts. In the third part, already as a student of higher education, I describe some experiences in which I had the opportunity to act as a teacher. In the following topic I make an introduction to community theater and I report my experience in conducting two workshops in these spaces. The fifth part of this article is focused on formal theater teaching, in which I describe my trajectory in some public schools during the supervised curricular internship in Theater. In the last topic I finish by making some notes about the formation of theater teachers, about contemporary theater, and how theater can be approached in formal education.

Keywords: Art, Theater, Teaching, Learning, School;

### **1- Introdução**

Nesse primeiro momento é necessário que conheçamos algumas definições de ensino formal e ensino não formal para que possamos aplica-los ao ensino de teatro. Entende-se por ensino formal aquele oferecido nas escolas públicas mantidas pelo governo (federal, estadual e municipal) ou em escolas particulares mantidas por instituições privadas. A educação formal compreende na atualmente os segmentos de; educação infantil, com crianças de até cinco anos de idade; fundamental I, com crianças cursando do 1º ao 5º ano; fundamental II, com adolescentes cursando do 6º ao 9º ano; o e ensino médio com adolescentes cursando do 1º ao 3º ano. Para Maria Lúcia Pupo a escola é o coração do projeto democrático por onde deveriam passar todas as crianças e jovens brasileiros. Já o ensino não formal é aquele recebido fora do sistema formal de ensino citado acima, geralmente sem normas avaliativas. No caso do teatro podemos citar os cursos livres, as oficinas, as palestras, as vivencia em grupos e companhia de teatro.

Historicamente a educação é vista por uma perspectiva baseada no liberalismo que tende ver a educação como mecanismo de preparo dos indivíduos para vida em sociedade,

mais especificamente para execução de um trabalho. Podemos perceber isso na atualidade com a reforma do ensino médio, que dentre muitas mudanças propostas, propõe um aumento da capacidade técnica dos estudantes para sua inserção o mais rápido possível no mercado de trabalho (ensino técnico). O ensino de artes nesse sentido não tem muita abertura, pois o tecnicismo que é exigido pelo mercado de trabalho é oriundo das indústrias composta por empresas multinacionais capitalistas que estão preocupados em conseguir mão de obra eficiente, ou seja, boa e barata.

O ensino de teatro nas escolas do sistema básico é para ser desenvolvido como conteúdo obrigatório na disciplina de artes, segundo a LDB. Contudo hoje em dia o teatro nos espaços escolares é realizado, em sua maioria, de forma temática em datas comemorativas apresentadas uma única vez. Já no ensino não formal, na cidade de Manaus, existem ambientes nos quais são desenvolvidas abordagens com o teatro mais significativas do ponto de vista das artes. Por essa razão acredito que pesquisar o ensino de teatro em espaços não formais é adquirir subsídios necessários para prática enquanto professor de teatro em espaços formais, e vice-versa “vemos o quanto é relevante que o ensino teatral não fique restrito às iniciativas extracurriculares, às ações culturais, de educação informal e assim por diante.” (PUPO, 2010, p.3). O ensino extracurricular se refere ao ensino não formal, ou seja, aquele que não faz parte do currículo escolar. No caso do teatro e nessa pesquisa vamos citar os cursos livres, as oficinas, os grupos, as companhias e as iniciativas do teatro no contexto comunitário. Pupo ainda nos traz alguns posicionamentos acerca do teatro como fator essencial na formação dos indivíduos, ela ressalta;

Se nós realmente acreditamos que o trabalho teatral é formador; que por meio dele experimentamos uma ampliação tangível de nossa visão de mundo; que de alguma maneira nos humanizamos quando fazemos teatro; que nosso corpo se dispõe para a relação com outro corpo; que nossa percepção sensorial se intensifica; que passamos a desenvolver o espírito crítico; que nos tornamos pessoas mais plenas, temos que batalhar a inserção do trabalho teatral no currículo, e não no esquema extracurricular, apenas opcional (2010 p.3)

Este trabalho busca a inserção do ensino de teatro significativo no currículo escolar formal, não apenas como atividade realizada esporadicamente em datas comemorativas orientadas por professores sem formação para tal.

## **2- Experiências com a linguagem teatral**

### **2.1- Educação básica**

Durante todo o meu ensino básico em algumas escolas públicas na cidade de Manaus, lembro-me que poucas vezes nas aulas de artes eram desenvolvidas propostas com teatro. Na verdade tenho uma lembrança de participar de alguns ensaios de uma peça em alusão ao dia da consciência negra. Nós éramos um grupo formado por alunos de diferentes turmas do ensino fundamental II e tínhamos como texto para montagem um poema Navio Negreiro de Castro Alves, que retratava a vinda de povos do continente africano para o Brasil. A peça retrata o sofrimento que eles passavam nos porões do navio, lamentavam a sua vinda, pois sabiam da triste realidade que aqui os esperavam. Um aluno, mais velho conduzia os ensaios, colocava-nos dispostos em cena e solicitava para que falássemos trechos do poema. Enfatizava para que nós tentássemos sentir o sofrimento que a poesia retratava expressando isso no rosto e no corpo. Sai da peça, pois não estava confortável fazendo aquilo, passei apenas a acompanhar os ensaios, depois nem isso. A peça foi apresentada na Assembleia Legislativa do Amazonas, em evento especial sobre o dia da consciência negra. Todos os estudantes da escola foram levados para esse evento. Como não

fazia parte do “grupo de teatro” acompanhei o restante dos estudantes, fomos levados para uma arquibancada na qual poderíamos acompanhar a programação. Depois de uma sequência de pronunciamentos sobre o dia da consciência negra e, sobre importância da África na formação cultural brasileira, foi apresentada a peça elaborada na escola. Ela foi misturada com a apresentação de uma escola de samba, seguida por uma roda de capoeira, tudo foi muito rápido pois a programação era muito extensa. Depois não lembro de outro episódio com o teatro durante a minha vida escolar em Manaus, e tive a oportunidade de estudar em diferentes escolas públicas.

Nesse cenário começamos a compreender como o teatro é entendido no contexto escolar, primeiramente não existe um trabalho contínuo sobre o conteúdo, e alguns professores de artes não trabalham o teatro de maneira significativa, pois quando o teatro é desenvolvido nesses espaços é quase sempre para preencher programação em eventos institucionais, dentro e fora da escola, apresentados uma única vez sem que haja uma reflexão a cerca do trabalho apresentado. No meu caso a condução do processo de montagem cênica foi realizada por um aluno, a pedido da direção da escola. A maioria dos professores de artes não possuem formação para desenvolver o teatro no ambiente escolar, acredito que deixar na mão de um estudante sem experiência, a tarefa de condizir a montagem teatral é um descaso com o ensino do teatro e de artes. Basicamente poderia dizer que para a condução de uma montagem convencional de teatro partindo do texto, a pessoa responsável deva saber conduzir primeiramente uma leitura de texto (neutra e dramática), saber esclarecer questões acerca da construção da personagem, marcação de cenas e assim por diante até chegar na apresentação. É importante também sempre manter um diálogo claro com seu grupo, sabendo esclarecer as dúvidas e estimular a participação do coletivo.

## **2.2- Aniversário da cidade de Manaus**

No final do ano de 2007, minha irmã que participava de um grupo de teatro, me convidou para fazer figuração numa encenação que aconteceria no dia do aniversário de Manaus, no Anfiteatro da Ponta Negra. Eu aceitei, contudo o trabalho foi cansativo por se trata de um evento com uma estrutura de grande porte eram necessários muitos ensaios e a encenação era composta por cenas com atores encenando o enredo da história, outros momentos com dançarinos em coreografias bem elaboradas. Tudo isso regado a muita música e feitos pirotécnicos, pois se tratava de um aniversário. Os figurantes entravam em alguns momentos para compor as cenas, as vezes segurando objetos cênicos, outros participando das cenas com junto com os atores. Os ensaios eram cansativos e, passávamos a maior parte do tempo andando de um lugar para o outro, pois as entradas aconteciam de cantos diferentes do Anfiteatro. No dia da apresentação tudo aconteceu da melhor forma possível, pois a equipe estava bem preparada, fiquei encantado ao final do processo ao ver como tudo aquilo se encaixou de uma maneira mágica.

## **2.3- Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro**

Descobri em conversas durante os ensaios que a maioria dos artistas da encenação tinham feito aulas no Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro<sup>3</sup>. Ele funciona na cidade desde o ano de 1997 oferecendo diversos cursos livres de diversas linguagens com Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. No início de 2008 me matriculei no curso de teatro de rua ofertado pelo Liceu. O curso teve duração de seis meses, as aulas aconteciam duas vezes

<sup>3</sup> O Centro Cultural Claudio Santoro deu início as suas atividades em novembro de 1997, permanecendo com este nome até 28 de fevereiro de 2007. Em 1º de março, do mesmo ano, passou a ser chamado Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro.

na semana com duas horas cada. Ao final do curso a turma apresentou um resultado em forma de espetáculo de teatro de rua. Minha primeira professora de teatro formada em psicologia e em teatro, abordou de forma clara o gênero<sup>4</sup> teatro de rua, suas aulas eram na maioria das vezes praticas, contudo havia aulas teóricas que embasam nossas atividades.

Ela utilizava jogos de integração e jogos teatrais de improvisação durante os encontros, além de aplicar exercícios corporais e vocais para apresentação do teatro na rua. Os jogos de integração são aqueles que têm como objetivo preparar os participantes para o jogo teatral propriamente dito, eles tem como função integrar, concentrar, aquecer (corpo e voz) para a improvisação cênica. Já os jogos teatrais de improvisação são aqueles que foram sistematizados por Viola Spolin no modelo: onde, quem e o que, como objetivo de criação de cenas ou resolução de problemas. Era muito comum a professora dividir grupos para montagem de pequenas cenas improvisadas pelas equipes. Os grupos apresentavam as cenas, enquanto um apresentava os demais assistiam, no final, ela pedia que cada grupo comentasse cena do outro, em forma de avaliação coletiva. “Atenção especial é dada aqui para o foco, instrução e avaliação – três pontos essenciais do jogo teatral.” (SPOLIN, 2007, p. 32). O jogo teatral está voltado para esses pontos essenciais, sendo assim forte instrumento pedagógico, tanto na perspectiva educacional escolar como também na elaboração de peças teatrais. A instrução no jogo teatral por sua vez tem como notar o grupo no momento do jogo, mantendo-os no foco do problema a ser resolvido. A turma era composta por pessoas de diversas faixas de idade, sem nenhuma experiência com o teatro, em razão disso era comum durante a elaboração de cenas e improvisos em grupo, não entendermos bem o trabalho coletivo que o teatro propõe. A maioria dos participantes, não conseguiam articular as ideias de todos os integrantes na cena, assim como na improvisação. Todos de alguma forma tentavam impor suas ideias sobre as ideias dos demais. Contudo com o processo de amadurecimento, os participantes foram se conhecendo, e começar a respeitar os pontos de vista dos outros, com isso as cenas e improvisações passam a ser mais bem definidas.

Ao término do primeiro curso, a maioria dos participantes seguiram para o próximo curso de Comedia Dellarte, ministrado pela mesma professora, abordando o contexto histórico e a contribuição do gênero para linguagem teatral. Além de nos apresentar de forma detalhada cada personagem da comedia Dellarte, com suas características físicas e criação de suas máscaras. O curso serviu como continuação para o que havíamos aprendidos no primeiro, só que agora com mais maturidade sobre o teatro coletivo. A estrutura do curso basicamente era mesma, jogos teatrais, jogos de improvisação, exercícios corporais, vocais, trabalhos de criação em grupos e outras atividades. Ao final, como de costume em cursos livres de teatro, apresentamos uma encenação da Comedia Dellarte. Em paralelo ao curso de Comedia Dellarte me matriculei no curso de iniciação teatral, também do Cláudio Santoro, só que numa unidade que ficava mais próxima à minha casa. Então, dias de terça e quinta pela manhã fazia o curso de iniciação teatral perto de casa e dias de quarta e sexta na unidade que funciona na sambódromo de Manaus. Conciliava o teatro com meus estudos formais na escola à noite.

A minha turma do curso de iniciação teatral era formada por pessoas jovens e sem experiências práticas com teatro, contudo depois dessa turma, a professora tinha outra com alunos que já estavam no segundo módulo de iniciação. Eles já tinham espetáculos montados e desenvolviam trabalhos teatrais na cidade, principalmente como palhaços, voltados para o teatro infantil. A metodologia de trabalho dessa professora era diferente, ela era mais envolvida com trabalhos em grupos de teatro infantil, por isso introduzia muito de sua vivência nas aulas. Me adaptei rápido, pois já tinha um esclarecimento sobre o trabalho coletivo. Quando cheguei no segundo módulo do curso de iniciação teatral, a professora da

<sup>4</sup> Gêneros teatrais são as diferentes formas de fazer teatro. Podemos citar a tragédia e a Comédia Grega no Ocidente. No Oriente Teatro Nô, Kabuki e de Bonecos.

turma tinha sido substituída por outra, que também seguia a mesma linha de trabalho da professora anterior, ambas tinham grupos que trabalhavam com o teatro infantil. Logo fui convidado para fazer trabalhos com ela.

Para finalizar minha passagem pelo Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro, no ano de 2010, participei do curso de montagem cênica, ministrado por um atriz muito conhecida no meio teatral amazonense por seus trabalhos marcantes. O curso, diferente dos demais, tinha duração de um ano e pretendia que os alunos amadurecessem a sua compreensão sobre uma montagem teatral principalmente em relação a interpretação. O processo foi incrível, todos os alunos tinham um respeito pela professora, pela sua trajetória no teatro e pelo sua interpretação singular. A professora era muito exigente, cobrava disciplina, concentração e principalmente interpretação. Começamos a trabalhar com leituras de textos focando na construção da psicológica das personagens. Durante os ensaios ela não permitia que os alunos fizessem as cenas de qualquer jeito, sem intenção só por fazer. Ao final do curso montamos o espetáculo teatral Morte e Vida Severina de João Cabral de Melo Neto, foi uma aprendizagem incrível.

Todas as professoras que tive no Cláudio Santoro, foram importantes, pois me mostram que com o teatro é possível dialogar com o outro sobre um mesmo assunto, respeitando as diversas visões sobre o trabalho a se devolvido e, que no teatro é sempre necessário exercitar a tolerância, e se acreditamos, de verdade na força de nossas ideias, precisamos encontrar mecanismos para expô-las sem agredir ao outro. E, principalmente aceitar opinião dele sobre nossas posições em diálogo de grupo. Esse aprendizado pôde me dar ótimas experiências, que foram levadas para minhas vivências em grupos de teatro.

No contexto da educação não formal os cursos de teatro no liceu estão voltados para tem como objetivo explorar, desenvolver aperfeiçoar o talento de crianças jovens e adultos com a finalidade de desenvolver mão de obra qualificada para atuação no mercado de trabalho. Nesse sentido o Liceu, desenvolver uma educação não formal de uma maneira a valorizar as linguagens artísticas de artes visuais, dança, música e teatro num nível que as secretarias de educação – estado e município, jamais implementaram nas escolas formais. Além dos cursos livres o Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro também promover palestras, oficinas, seminários e workshops sobre todas as áreas artísticas citadas a cima.

#### **2.4- Atividades complementares**

Quando fazia os cursos no Cláudio Santoro sempre fui estimulado pelos professores e colegas assistir e participar de eventos artísticos como palestras, festivais, mostras, seminários e oficinas de artes como um todo. No próprio Liceu pude participar de diversas atividades citadas, contudo participei de eventos realizados pela Secretária de Cultura do Amazonas (SEC-AM), pela ManausCult, pela SESC-AM, pela Federação de Teatro do Amazonas (FETAM), entre outras. A FETAM, anualmente realiza em parceria com a Secretária de Cultura do Estado o Festival de Teatro de Amazônia, onde são apresentam espetáculos dos estados que compõem a Amazônia brasileira, ele é habitualmente realizado no Teatro Amazonas, contudo nos últimos anos há uma política de difusão da programação do festival em outros teatros da cidade e municípios do interior do estado. A Secretária do Estado, além do magnífico Teatro Amazonas, possui inúmeros teatros em quase todas as zonas da cidade. Estes espaços estão situados em centros de convivências ou espaços independentes como os teatros Américo Alvarez e o Teatro da Instalação que ficam na centro da capital amazonense. A programação do festival de teatro é composta por espetáculos adultos e infantes juvenis e são apresentados durante uma semana em turnos alterados do dia. Além dos espetáculos a programação sempre contempla outras atividades como vivências, debates e oficinas. Citei aqui o Festival de Teatro da Amazônia por sua dimensão e importância no cenário local e regional, entretanto existem outros eventos que vêm ganhando notoriedade na cena Manauara como o Festival Breves Cenas de Teatro.

As oficinas de teatro propocionam ampliação de técnicas e propostas para o trabalho de cada artista, também contribuem para o aumento da capacidade crítica dos artistas sobre seus processos de criação. Acredito que nesse sentido na cidade de Manaus o SESC-AM, desenvolver uma trabalho voltado para a contribuir para o repertório dos grupos e Cias de teatro. Puder participar de algumas oficinas do projeto palco giratório e oficinas do projeto dramaturgia. Também participei de oficinas de Introdução ao Clown introdução, Teatro de Rua, Iniciação à acrobacia área oferecidas pela Secretária Municipal de Cultura e Turismo - ManausCult. Essas atividades, fora da sala de aula, são imprescindíveis para a formação da capacidade assimilação da linguagem teatral numa larga escala, a maioria dos grupos trabalham apenas com um gênero teatral em suas atividades regulares, como teatro infantil, teatro de rua, teatro cristão e etc.. Na formação fora sala de ensaio ou aula, conseguimos nos defrontar com outras maneiras de ser e fazer teatro, isso sem dúvida, aumenta o senso crítico e estético sobre ele. Estamos entrando no conceito de leitura de obra de arte e, podemos destacar Ana Mae Barbosa que inspirada em modelos internacionais para o ensino de artes desenvolver a Proposta Triangular para ensino de artes no Brasil. A proposta de Barbosa consiste na leitura, fazer artístico e contextualização de obras. Maria Christina Rizzi no artigo intitulado *Caminhos metodologicos* que se encontra no livro *Inquietações e mudanças no ensino da arte* organizado por Barbosa nos trás algumas definições sobre o a leitura de obras de arte, para isso cita Parsons;

Breve caracterização dos estágios de desenvolvimento estético segundo Parsons: Primeiro estágio, palavras síntese: *preferência*; segundo estágio, palavras síntese: *beleza e realismo*; terceiro estágio, palavras síntese: *expressividade*; quarto estágio, palavras síntese: *estilo e forma*; Quinto estágio, palavras síntese: *autonomia*. ( 2012, p. 74-5)

Este é apenas o resumo sobre os estágios da leitura de obras partindo do desenvolvimento estético de Parsons, estão aqui apresentados apenas com suas palavras sínteses, mas no artigo de Rizzi é possível ter mais entendimentos sobre cada estágio. Apenas fiz essa referência para ressaltar a importância da leitura de obras no processo de aprendizagem do estudante de teatro. Não apenas do estudante da educação básica, ou do ensino não formal, mas também na formação de professores de teatro dos cursos de licenciatura em teatro. O que está aqui como complementar ao meu ver deveria fazer parte do currículo formal de qualquer curso de teatro, tanto na educação formal como na não formal.

## 2.5- Grupos de Teatro – Preparação de elenco

Os primeiros grupos do qual tive a oportunidade de participar, já estavam e tinham seus trabalhos em andamento quando entrei, nesse sentido tive que me adaptar a forma e ritmo que o grupo já tinha estabelecido. Contudo tive a oportunidade de participar de outros dois grupos de teatro, que antes da montagem teatral propriamente dita, ofereciam um preparo para O curso, ou a oficina de preparo, também pode funcionar como uma espécie de laboratório para a espetáculo a ser montado.

## 2.6- Cia de Teatro Vitória Régia

Quando comecei a oficina de teatro que a Cia Vitória Régia estava oferecendo sabia que iam ser desenvolvidas várias atividades no campo teatral, e que ao final, iriam montar dois espetáculos com os participantes dessa oficina. Contudo, a Cia já tinha atores que viam de outras montagens. A Cia de Teatro Vitória Régia tem uma longa história de trabalhos na área cultural na cidade, vários artistas já passaram pela Cia, que possui um extenso currículo de espetáculos teatrais participantes de inúmeros festivais de teatro pelo país. A

oficina, foi ministrada pelo diretor da Cia, Nonato Tavares<sup>5</sup>, na preparação foram realizadas inúmeras atividades, principalmente voltadas para o trabalho coletivo, pois ambas as montagens eram compostas por muitos atores e, por isso precisávamos está em sintonia. A primeira encenação era uma remontagem do grupo que retratava a vida do ativista ambiental acreano Chico Mendes<sup>6</sup>, e a segunda contava a chegada de um extensionista<sup>7</sup> na ilha da paciência que fica as margens de uma comunidade ribeirinha amazônica. Nossa preparação foi composta por varias referencias amazônicas e nordestinas, de um lado os cantos e rituais indígenas, inclusive no grupo havia pessoas pertencentes a tribos indígenas, e do outro de imigrantes que vieram para amazônia em busca de trabalho no período da borracha.

Basicamente a maioria dos atores, faziam personagens com essas características. No espetáculo Tributo à Chico Mendes, éramos seringueiros que buscavam a proteção da Amazônia contra os fazendeiros. No espetáculo Um Extensionista na Ilha da Paciência, éramos moradores de vilas as margens dos rios que tinham suas plantações prejudicadas pelas mudanças climaticas. Lembro-me que chegamos a realizar uma passeata contra o aquecimento global na rua Eduardo Ribeiro no centro de Manaus. Depois dos espetáculos prontos, fizemos algumas apresentações na capital. O Extensionista foi apresentado no Teatro Amazonas para um publico de agricultores locais. Também circulamos com eles em alguns municípios do interior do Estado como Itacoatiara e Maués. Íamos de ônibus nos que municípios ficavam mais próximos e de barco para os mais distantes. As experiências que tive na Cia Vitória Régia me levaram a reconhecer mais a cultura da qual faço parte.

Até aqui relatei minhas experiencias como estudante no ensino não formal de teatro, participei de cursos livres, de grupos e Cias de teatro. Como aprendiz pude amadurecer meu entendimento sobre a linguagem, assim como desenvolver meu senso crítico e estético sobre as diversas formas de fazer teatro. Posso então fazer outra vez uma ligação com a Proposta Triangular para o ensino de arte, a qual ja introduzi anteriormente quando ressaltai a importancia da leitura no tópico sobre as atividades complementares. O fazer artístico da proposta triangular consiste que os estudantes de artes façam parte de processos ligados a prática artística. “Fazer Arte: ação do domínio da prática artística, como por exemplo, o trabalho de ateliê.”(RIZZI, 2012, p. 75). No caso do teatro podemos dizer que esse fazer artistico está ligado, dentre outras atividades, aos exercícios corporais e vocais, aos jogos teatrias, aos processos de criação de modo geral e assim por diante, até chegar na apresentação teatral propriamente dita.

Para completar o tripé da proposta triangular está a contextualização, que consiste estabelecer relações com outras áreas de conhecimento. “Contextualizar é estabelecer relações. Neste sentido, a contextualização no processo de ensino-aprendizagem é a porta aberta para interdisciplinaridade.” (BARBOSA, 1998, p.38). Posso exemplificar com minha vivência na Cia de Vitória Régia, para montar os dois espetáculos, o elenco passou por uma serie de atividades interdisciplinares tais como conhecer a história dos povos da floresta, reproduzir musicas de rituais indígenas, fazer relações com a ecología em forma de passeata contra o aquecimento global, e assim por diante. A interdisciplinariedade no teatro pode ajudar na criação dos envolvidos no processo de montagem, por exemplo, pois estabelece ligações com intuito de apropriação do discurso cênico.

A proposta Triangular é construtivista, interacionista, dialogal, multiculturalista e é pós-moderna por tudo isso e por articular arte como expressão e como

<sup>5</sup> Nonato Tavares – Ator, Diretor, Difusor Cultural. Foi o primeiro presidente da Federação de Teatro da Amazonas, que principalmente em parceria com a Secretaria de Cultura do Amazonas realizam eventos teatrais no Amazonas.

<sup>6</sup> Chico Mendes – Seringueiro - Defensor da Floresta Amazônica, lutava contra o desmatamento e dos Direitos dos Homens da Floresta

cultura na sala de aula, sendo esta articulação o denominador comum de todas as propostas pós modernas do ensino da arte que circulam internacionalmente e contemporaneidade.”(BARBOSA, 1998, p.41)

### **3.1- Primeiras experiências com a docência: Curso Superior em Teatro - UEA-ESAT**

No final do ano de 2010, prestei vestibular para o recém criado Curso de Teatro da Universidade do Estado do Amazonas, que havia iniciado suas atividades nesse mesmo ano. O curso era uma desejo da classe artística, que via a necessidade de criação de curso superior em teatro na cidade para formação de profissionais capacitados para atuação no mercado artístico de Manaus. No início de 2011 comecei o curso na Escola Superior de Artes e Turismo – ESAT. O curso de teatro, nessa época, possuía apenas uma professora com formação em teatro, que também era a coordenadora da curso, contudo professores de outros cursos da UEA ministravam disciplinas do currículo do curso de teatro, como expressão corporal ministrada por um professor de dança, e assim por diante. Posteriormente foram contratados outros professores para o curso que começou a se estruturar enquanto colegiado. A maioria dos professores do curso de teatro possuem formações em outros estados do Brasil como São Paulo e Minas Gerais. Isso contribui para o intercâmbio cultural, sobre a linguagem teatral principalmente, entre outras áreas do conhecimento. A Unidade de Artes e Turismo abriga os cursos de bacharelado e licenciatura em Dança, Música e Teatro, além do curso de bacharelado em Turismo. Abrija, ainda, Alguns cursos de especializações e mestrados.

### **3.2- Projeto de Extensão: Novos Talentos**

Logo que entrei na universidade, no 2º período, a coordenadora do curso, convidou alguns alunos para participar do projeto de extensão Novos Talentos. O projeto acontecia aos sábados pela manhã na própria universidade. Participavam do projeto alunos dos três cursos de artes, a professora formou grupos contendo um aluno de cada linguagem artística, cada grupo era responsável por aulas com turmas de crianças de uma escola da comunidade, pretendia-se desenvolver uma encenação com os participantes. O projeto Novos Talentos, proposto pela professora visava a interdisciplinaridade no ensino de artes. Cada aluno fica responsável pela parte que lhe cabia dentro de uma montagem cênica. Os estudantes do curso de dança desenvolviam trabalhos de expressões corporais e coreografias. Os estudantes de música, trabalhavam o ritmo através de sons corporais. E os estudantes de teatro desenvolviam jogos teatrais, marcações de cena e criação de dramaturgia. Tivemos cerca de seis encontros, nos quais construímos em coletivo entre professores e as crianças, cenas que visavam articula as três linguagens num, trabalho interdisciplinar em artes. Todas as turmas apresentaram o resultado na reitoria da universidade.

### **3.3- Tópicos de práticas educativas integradas: Ponto de Cultura Batukada e I Seminário de Abordagens para o Ensino do Teatro**

Nas disciplinas de tópicos de práticas educativas integradas que são ofertadas durante três períodos seguidos, nós, alunos podemos amadurecer nossas primeiras experiências como “professores de teatro”. Desta maneira conseguimos desenvolver um trabalho continuado. Na primeira disciplina de tópicos tivemos nossos primeiros contatos com as pesquisas de Ingrid Koudela, Peter Slide e Viola Spolin sobre jogos teatrais e jogos dramáticos. Realizamos principalmente jogos teatrais, a turma dividia-se em grupos que ficavam responsáveis pelo desenvolvimento e aplicação de jogos teatrais na própria turma. Em tópicos II amadurecemos nossas aplicações de jogos teatrais e elaboramos um caderno

com eles. Tínhamos que pensar em planejamento, objetivos, conteúdos, metodologias, avaliações e faixas etárias indicadas para cada jogo. Em tópicos três a proposta foi ir a campo, então cada grupo escolheu uma espaço que poderia ser de ensino formal ou não formal. Meu grupo resolveu, aplicar os jogos no Ponto de Cultura Batukada que fica situado no bairro da praça 14 de janeiro zona centro-sul de Manaus. Aplicamos nossos planos de aulas com as crianças do projeto, o resultado da pesquisa foi apresentado no “I Seminário de Abordagens do Ensino do Teatro” realizado no segundo semestre de 2012.

### **3.4- Primeira habilitação: Bacharelado em Teatro**

Quando prestei vestibular para o curso de teatro não era obrigatório a escolha de habilitação, nós fizemos a escolha quando concluímos metade do curso, a turma foi dividida em bacharelados e licenciandos. Optei pelo bacharelado, pois no momento queria amadurecer minhas experiências como diretor de teatro. Tinha muita vontade de conduzir processos de uma montagem cênica, ao meu ver já havia me experimentado como ator, e por isso era necessário me colocar em outros lugares. No bacharelado pude realizar várias encenações, tive cinco disciplinas de interpretação e três de direção teatral, em todas pude ampliar meu entendimento sobre a linguagem, conhecendo gêneros teatrais diferentes além de métodos e processos de criações diversos. No meu trabalho de conclusão de curso propus a montagem cênica do espetáculo O Gorila, a intenção foi investigar a direção teatral no processo de criação colaborativa, voltada as práticas contemporâneas do teatro. A montagem esteve atrelada a elaboração de um artigo científico com o título “direção teatral no processo de criação da montagem cênica O Gorila”. A equipe da montagem foi composto por alunos do próprio curso de teatro, fizeram parte do processo quatro atores, duas preparadoras de atores, um dramaturgista e um diretor teatral.

### **3.5- Programa de Monitoria: Docência do Ensino Superior**

Durante minha primeira graduação, tive a oportunidade de participar do programa de monitoria quatro vezes seguidas. Ele consiste em selecionar estudantes do curso através de uma prova teórica para a função de monitor, o estudante aprovado fica a disposição do professor para o auxílio nas suas atividades relacionadas a disciplina. O requisito básico para se candidatar a vaga é ter sido aprovado na mesma disciplina que pretende-se ser monitor. Com a habilitação em bacharelado, as disciplinas das quais fui monitor estavam mais ligadas ao fazer teatral, foram elas; Interpretação II, tendo como professora-orientadora Vanja Poty Sandes Gomes Menezes, perfazendo um total de cento e noventa e duas horas; Laboratório de Encenação, tendo como professor orientador Luiz Davi Viera Gonçalves, perfazendo um total de cento e noventa e duas horas; Jogos Teatrais, tendo como professora-orientadora Amanda Aguiar Ayres, perfazendo um total de cento e noventa e duas horas; e Oficina de dramaturgia, tendo como professora orientadora Geslaine Regina Pozzetti, perfazendo um total de duzentos e quatro horas.

A experiência na monitoria me possibilitou acompanhar o planejamento, a aplicação e avaliação de algumas atividades desenvolvidas pelos professores do curso. Também pude colocar em prática os conhecimentos adquiridos em cada disciplina, além de amadurecer minha percepção sobre a docência no ensino superior. Nesse sentido atuei na orientação de alguns colegas sobre suas práticas quando se tratava de ensaios e montagens cênicas. E sobre pesquisas quando se tratava de elaboração de artigos sobre os processos. A pesquisa aliada aos processos de criação são visíveis no curso de teatro, e isso é excelente para ampliação dos conhecimentos dos futuros professores.

## **4- Teatro Comunitário**

No ensino não formal de teatro, podemos destacar projetos de teatro desenvolvidos em comunidades. Esses projetos são desenvolvidos em diversas cidades do país, projetos que buscam dar assistência às comunidades que são negligenciadas pelo poder público. Contudo, os projetos sociais que têm como intuito agir dentro das comunidades, são realizados principalmente por ONGs e projetos de Extensão de Universidades. Nesse sentido, o teatro comunitário busca interagir como pessoas que são colocadas às margens da sociedade. A definição de teatro comunitário abrange uma diversidade de espaços, para Ligeiro (2003) o teatro comunitário é entendido como aqueles que são praticados nos bairros carentes, em grupos de teatro amadores não subvencionados, os teatros feitos nos subúrbios ou favelas e, os praticados dentro de igrejas de orientação progressista, nos grandes e pequenos centros urbanos. Para Ayres (2014) existem uma infinidade de termos que podem ser usados nesse tipo de contexto. O termo teatro aplicado é apresentado como referência internacional pois abrange e contempla uma diversidade de modalidades teatrais que se aplicam a contextos diversos como prisões, comunidades rurais, periferias, hospitais entre outros.

Na cidade de Manaus podemos citar os trabalhos que realizei, na ONG Aldeias Infantins SOS Manaus, com crianças e adolescentes da comunidade. Também, podemos destacar o projeto de extensão teatro comunitário da professora do curso de teatro Amanda Aguiar Ayres que possibilita os estudantes do curso de licenciatura em teatro experiências do teatro no contexto comunitário, ou seja, no ensino não formal. Os dois casos citados são diferentes daqueles oferecidos em cursos livres, pois aqui os profissionais e estudantes possuem ou estão em formação pedagógica em teatro. O teatro no contexto comunitário tem como objetivo resgatar as questões enraizadas na nossa cultura, e que muitas vezes são vistas de forma generalizada. O teatro propõe e provoca novas visões possíveis para a nossa realidade. Segundo Ayres “O teatro não é uma arte que flutua na superficialidade das questões que envolvem a sociedade em que estamos inseridos”. O que vemos nos meios de comunicação de massa, são interpretações estereotipadas da realidade das comunidades que a maioria das vezes são vistas como locais com índice elevado de criminalidade. Segundo Ayres;

O discurso proferido pelos meios de comunicação de massa, e por consequência também pelo senso comum, estigmatizam as comunidades de periferia como local de violência, do tráfico e da “bandagem”. Contudo se nos atentamos para outra perspectiva, mais reflexiva e orgânica, podemos compreender periferia como território potente em expressividades artísticas e manifestações culturais. (AYRES, 2014, p. 100)

O teatro comunitário busca explorar características que fazem parte do cotidiano das comunidades, fugindo dos estereótipos propagados. Desta maneira é preciso, cada vez mais, incentivar pesquisas artísticas e pedagógicas voltadas para o estímulo da sensibilidade social com as causas comunitárias. “Nesse sentido, enfatizamos a importância dos diferentes processos de formação: contemplar e estimular a criação dos sujeitos” (2014, p.108). Nesse sentido, a prática teatral na comunidade pode ser pautada num exercício constante entre os conhecimentos do educador e a realidade social do educando, em razão disso é essencial ter em mente os processos criativos dos participantes durante o desenvolvimento da proposta teatral. “Todo ser humano possui potencial criador; o que diferencia um do outro é a experiência de vida e o acesso aos estímulos necessários que lhe devem ser oferecidos ao longo de sua formação” (2014, p.108). Nesse sentido a prática teatral comunitária propõe estimular a formação de sujeitos capazes de refletir acerca de sua realidade, não somente sobre obras de arte, mas também sobre dimensões mais complexas que fazem parte de suas vidas. Os profissionais que se propõem trabalhar com o teatro comunitário de maneira significativa, e não como uma atividade recreativa, precisam desenvolver competências no campo pedagógico e artístico. Para Ayres;

Desse modo, os campos se apresentam como complementares e relacionais, já que para estimular o aprendizado do fazer teatral é primordial que esse profissional possua propriedade metodológica que proporcione a socialização da linguagem. Nesse sentido, a sua formação deve contemplar a prática e a reflexão dos procedimentos de elaboração do discurso cênico com intuito de oportunizar a condução de processos criativos. (AYRES, 2014, p.111)

#### **4.1- Oficinas de teatro: ONG Aldeias Infantis SOS Manaus**

Pouco tempo depois de ter concluído o curso de bacharelado comecei a ministrar oficinas de teatro na ONG Aldeias Infantis SOS Manaus. A ONG possui uma equipe formada por gestores, assistentes sociais, psicólogas, pedagogas e cuidadoras. Fiquei responsável por ministrar oficinas semanalmente. Na segunda-feira, turmas manhã e tarde com crianças de 3 a 6 anos. Na época em que desenvolvi as atividades, a aldeia possuía três casas de acolhimento com cerca de 20 crianças. Cada casa uma turma. As atividades das oficinas aconteciam em lugares diferentes, frequentemente as crianças iam ao teatro onde eu, com a colaboração das cuidadoras fazíamos as aulas. Contudo houve momentos em que foi necessário, por causas adversas, utilizar outros espaços como as próprias casas de acolhimento, a sala de danças e o chapéu de palha. Na sexta-feira ministrava oficinas para crianças e adolescentes na faixa etária de 7 aos 14 anos. Os participantes dessas oficinas eram crianças e adolescentes da comunidade e, crianças e adolescentes que moravam nas casas lares. Na quarta-feira elaborava os diários de bordos e, realizava conversas com algumas mães que acompanhavam os filhos nas atividades. Frequentemente, também participava de reuniões e capacitações com a equipe da ONG.

Com as turmas de segunda-feira, desenvolvia atividades lúdicas, como contações de histórias e jogos dramáticos. Mas também ensaiávamos músicas e danças, nessa parte o trabalho era mais coletivo, pois eram as cuidadoras que ficavam “responsáveis” por escolher a música ou peça para ser apresentada em algum evento promovido pela ONG. Tivemos a oportunidade de apresentar algumas vezes. Já com a turma de sexta-feira foi desenvolvido jogos teatrais de integração, e jogos de improvisação em grupo. Com essa turma consegui realizar a montagem de duas peças. Logo que entrei montamos uma peça em alusão à páscoa, não partimos de nem um texto. Fizemos uma roda de conversa sobre o tema e começamos a improvisar, chegamos num roteiro, ensaios e apresentamos. Na segunda peça, partimos de histórias infantis universais, depois de um tempo decidimos trabalhar com a história da Branca de Neve. Decidimos quem faria cada personagem e começamos a ensaiar. Fizemos marcação de cena, sempre dava orientações sobre as personagens e instruções sobre movimentações corporais, expressões, sentimentos, entre outros. As montagens teatrais realizadas na Aldeia foram significativas no meu processo de amadurecimento como professor de teatro. Desenvolvi atividades na ONG durante cinco meses, nos quais fui ganhando consciência sobre os processos de ensino de teatro. Me questionei sobre quais seriam as melhores formas de aplicação de jogos e exercícios teatrais, como poderia desenvolver um processo avaliativo, como realizaria um processo continuado de teatro, e de que maneira o teatro poderia contribuir na formação das pessoas.

#### **5- O ensino de teatro no sistema básico de ensino: Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Teatro**

Até aqui descrevi minhas experiências como aprendiz e professor de teatro principalmente em espaços não formais de ensino. Contudo as dimensões da educação formal ainda não estavam claras na minha cabeça, pois minha primeira formação não contemplava as dimensões dos processos pedagógicos no âmbito escolar. Seis meses depois de colar grau, resolvi fazer o complemento de habilitação em licenciatura, para assim poder atuar no sistema básico de ensino. São necessários mais quatro semestres com

disciplinas voltadas a formação como pedagógica como História da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico, Seminário de Arte-Educação, Fundamentos do Ensino da Arte e Psicologia da Educação. No decorrer do tempo, pude entender como se dão os processos de ensino de artes no sistema básico de ensino. Como já brevemente relatei na introdução deste artigo. Minha concepção sobre a ensino de teatro nas escolas pode ser colocado a prova durante o meu estágio curricular supervisionado em teatro. Nos quatro últimos semestres do curso de licenciatura, os estudantes são submetidos a quatro disciplinas sequenciadas de estágio curricular supervisionado em teatro, nas quais os precisam passa por todos os segmentos do ensino formal básico.

### **5.1- Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Teatro I**

No estágio supervisionado I elaboramos um projeto geral, no qual esboçamos o que queremos pesquisar durante o estágio. No meu projeto geral quis investigar o processo de montagem cênica nos diferentes segmentos do ensino. Contudo no início de cada estágio seria elaborado um novo projeto específico para cada segmento, na qual poderíamos fazer as especificações para cada segmento, tínhamos que realizar a elaboração de cronogramas, planos de estágio, planos de aulas, relatórios de observação e prática. Neste artigo apenas faço uma breve exposição, sem maiores detalhamentos, contudo ao final de cada seguimento foi elaborado um pequeno artigo, neles relato as minhas impressões mais aprofundadas.

De início minha intenção era seguir a linha de pesquisa do bacharelado, ou seja, o processo de montagem cênica, acreditava que o ideal seria pesquisar o processo de montagem cênica no sistema básico de ensino, pois montando um espetáculo conseguia contempla o ensino de teatro, o objetivo inicial era vivenciar com os estudantes processos de leitura de texto, exercícios vocais, exercícios corporais, construção das personagens, ensaios, elaboração dos elementos cênicos e apresentação do espetáculo. Contudo logo no primeiro segmento percebi que seria muito difícil alcançar esse objetivo no estágio. Conseguir estabelecer novos objetivos para cada segmento. A partir de então resolver estudar como poderia desenvolver o ensino do teatro em cada seguimento. Decidir trabalhar na perspectiva dos jogos teatrais fazendo um paralelo com a psicologia do desenvolvimento humano, nas suas fases vitais. Nesse artigo relato brevemente a experiência nos seguimentos de educação infantil e nos ensinamentos fundamentais I e II, não me aprofundo nas análises. Contudo a experiência de estágio contempla mais o ensino médio e a educação de jovens e adultos – EJA. Cada seguimento tem como resultado um artigo no qual aprofundo as experiências, mas também podemos encontrar todas elas reunidas no meu trabalho de conclusão do curso de licenciatura em teatro intitulado “Os Jogos Dramáticos e Teatrais na Educação Básica”.

### **5.2- Estágio Curricular Supervisionado Licenciatura em Teatro II: Educação Infantil - Escola Municipal Damasceno Braga – Iranduba**

Na época em que realizei o estágio II estava morando no município de Iranduba, que fica na região metropolitana de Manaus, então achei por bem, fazer meu estágio em escolas do município. A Escola Municipal Damasceno Braga fica situado no bairro Morada do Sol. A escola trabalha Educação Infantil (pré-escolar), com crianças a partir dos 4 anos e fundamental I com crianças e adolescentes cursando do 1º ao 5º ano. Nessa escola a observação e a regência foi com crianças do segundo ciclo da educação infantil, com em média 5 anos. Durante a observação, a professora, formada em pedagogia, desenvolve atividades com números, desenhos e letras, tudo de forma de lúdica. As crianças na maioria das aulas ficam em suas mesas com cerca de cinco crianças cada uma. Na minha regência com a turma, resolvi trabalhar com jogos dramáticos e contação de histórias. Também exibi

alguns vídeos curtos com animações musicadas como Palavra Cantada e Barbatuques, ao final de cada vídeo conversávamos sobre o que tínhamos visto. Eles falavam dos animais que tinham visto, de trechos da história. A maioria dos professores da educação infantil, assim como os que atuam no ensino fundamental I, são formados em pedagogia. A formação em pedagogia não contempla de maneira significativa o ensino de artes. Segundo Japiassu;

Atualmente a maioria dos cursos de pedagogia oferece apenas uma disciplina obrigatória (geralmente educação artística ou arte e recreação etc.) com carga horária limitada (em média 60 horas) e, em suas ementas, propõe-se examinar o extenso universo das diferentes e complexas linguagens artísticas. (Japiassu, 2001, p.67).

Acredito que nesse sentido poderíamos incorporar, tanto na educação infantil como no ensino fundamental I professores de artes que realizassem atividades mais significativas em nesses segmentos. Outra sugestão seria oferecer cursos de capacitação para os professores que já atuam nesses espaços. Desta forma, pode-se ampliar o repertório desses professores. Os professores nos anos iniciais costumam passar cerca de quatro horas por dia com cada turma. Eles costumam alternar atividades, com atividades recreativas. Exemplo, inicia-se o dia com uma aula de português, atividade proposta consiste em que as crianças circulem as letras r em um texto com palavras com esta letra, em seguida as crianças pintam um desenho nas cores que a professora indica. Antes do intervalo as crianças podem brincar com brinquedos da turma e, outros que elas mesmas trazem de casa. Depois do intervalo, matemática, a professora desenha na lousa um conjunto de objetos, como por exemplo sorvetes, a partir deles desenvolver contas de subtração e adição. Em seguida as crianças fazem desenhos mais espontaneamente, enquanto a professora examina os cadernos. Antes do fim da aula as crianças brincam um pouco mais, depois começam a se organizar, a pedido da professora, para irem embora..

Nesse cenário vemos que os professores têm bastante tempo para desenvolver atividades artísticas, contudo essas ficam muito a desejar, pois não são contempladas as especificidades de cada uma. Segundo Japiassu; crianças, jovens, adultos e pedagogos devem ter também direito a uma alfabetização estética nas diferentes linguagens artísticas". No caso do teatro percebi que teria mais facilidade em aplicar jogos dramáticos, e com a contação de histórias. Desta forma poderia mantê-los atentos. Crianças pequenas se distraem com muita facilidade.

Os jogos dramáticos podem ser comparados ao "faz de conta", ou seja, são brincadeiras guiadas com base na criação a partir de estímulos. Exemplo; o instrutor começa, - neste momento vocês são gatinhos que estão com vontade de beber leite em uma tigela. -. A grande maioria das crianças entram no jogo e começam a fazer de conta que são gatinhos, cada um a sua maneira.

O trabalho de contação de histórias consiste em narrar forma de lúdica histórias se utilizando de objetos e interpretando personagens. As histórias podem ser de livros ou criadas pelo contador, dependendo da intenção do professor. Costumo trabalhar da seguinte maneira, primeiro peço que as crianças prestem atenção na história que vou contar, e digo que no final vou fazer perguntas sobre ela. O segundo passo é realizar a contação, o terceiro é fazer uma roda de conversa, na qual realizo perguntas e ouço as impressões das crianças. O quarto passo é colocar as crianças para encenarem a história, enquanto faço a narração. Acredito que a contação de história seja uma excelente metodologia para o trabalho com crianças pequenas. Elas próprias são capazes de realizar contação de histórias. Nas rodas de conversa quando peço que as crianças contem histórias, elas, quase sempre são criativas, começam com uma história, em seguida emendam com outra, e quase nunca finalizam. Mas o exercício é ótimo para expressividade delas.

### **5.3- Estágio Curricular Supervisionado Licenciatura em Teatro II: Fundamental I - Escola Municipal Guido Affonso Hickmann**

Realizei a segunda fase do estágio supervisionado II, também no município de Iranduba, na Escola Municipal Guido Affonso Hickmann que fica no bairro Morada do Sol. Escola trabalha somente com crianças do fundamental II, 1º ao 5º ano, escolhi trabalhar com as crianças do 2º ano. A turma possui uma professora responsável, mas outros professores desenvolvem atividades com as crianças. Nessa escola são desenvolvidos trabalhos de artes nas suas atividades, como apresentações de músicas e teatro em eventos comemorativos. A equipe de professores trabalha em coletivo, alguns confeccionam os figurinos, enquanto outros ficam responsáveis pelos ensaios das peças com as crianças.

A minha regência nessa escola foi muito produtiva, pois apenas adaptei meus planos de aulas as atividades que a professora já desenvolvia. A turma montou uma peça teatral que narra uma história com personagens amazônicos como a cobra grande. Realizei alguns jogos de integração com intuito de desenvolver a atenção, o foco e trabalho coletivo grupo. Realizamos ensaios da peça algumas vezes dentro da sala de aula, e uma vez na quadra onde seria realizada a apresentação. Os ensaios foram produtivos passei algumas noções de marcação de cena, e de interpretação dos personagens, nós, a professora e eu, conseguimos manter um bom diálogo pois ela já era familiarizada com ensaios para apresentações e com trabalho coletivo.

No ensino fundamental I, assim como no pré-escolar, as aulas são ministradas por professores formados em pedagogia, contudo existem outros professores com formações como educação artística, educação física e língua inglesa que podem contribuir no processo de aprendizagem. Esses professores conseguem desenvolver aulas mais específicas dentro de suas áreas de conhecimento, além de desenvolverem um trabalho interdisciplinar com os outros professores. Nesse sentido, nesse seguimento, já percebemos um trabalho mais coletivo dos professores. Esse sistema prepara os estudantes para o ensino fundamental II, no qual as disciplinas são ministradas por professores com formação específica. Na educação infantil e no fundamental I não são obrigatórios professores com formação em educação artística ou licenciatura em artes, contudo algumas escolas contratam professores nessas áreas para realizarem atividades nesse sentido.

### **5.4- Estágio Supervisionado III: Fundamental II: Escola Estadual Luizinha Nascimento**

O estágio supervisionado no seguimento fundamental II foi realizado na Escola Municipal Luizinha Nascimento que fica situada no bairro Praça 14 de Janeiro na zona sul da cidade de Manaus. A disciplina de artes, no turno matutino, é ministrada, uma vez por semana em cada turma, ou seja um tempo de aula que não ultrapassa cinquenta minutos. A disciplina é ministrada por um único professor que também ministra a disciplina de ensino religioso, mas sua formação é em Educação Artística com habilitação em Música. A escola possui nove turmas do 6º ao 9º ano, em algumas há estudantes repetentes, isso faz com que algumas salas fiquem com estudantes de diferentes idades. Quando comecei a observação a escola implantou o projeto “avançar” que visa “adiantar” os “atrasados”. Com isso algumas turmas ficaram numerosas. O estágio foi realizado em parceria com outra aluna do curso de licenciatura em teatro, dividimos as turmas da seguinte maneira, ela ficou com uma turma do 6º ano e uma do 7º, eu fiquei com uma turma do 9º e outra do 7º ano. Com isso conseguimos acompanhar uma aula do outro, e desta maneira conseguimos dialogar sobre o desenvolvimento de nossa regência.

No sétimo ano eu desenvolvi jogos de noção espacial, trabalho coletivo, foco, ritmo e concentração, as atividades aconteciam no pátio da escola. Essa turma, por ser muito numerosa, foi dividida em duas, metade dos estudantes ficavam na sala de aula com minha colega de curso e a outra metade comigo no pátio. Alguns estudantes tinham dificuldade de

manter a concentração nos jogos, optei por dividi-los novamente em dois grupos e designar a figura de líder para conduzir os exercícios. O líder era responsável por conduzir os demais nos exercícios. No nono ano realizei uma breve apresentação teórica da história mundial do teatro, utilizei nessas aulas como base teórica os autores Margot Berthold e Ernst Gombrich. Também fiz uma breve introdução dos elementos cênicos e os gêneros teatrais, utilizando do livro *Semiologia do Teatro* do Autor J. Guinsburg. Já na parte prática de início jogos de preparação para o desenvolvimento da concentração da turma. Nesse sentido também dividia a turma em dois grupos, os jogadores e os observadores.

No ensino fundamental II, os tempos de aulas são mais definidos, a disciplina de artes é uma das que tem uma carga menor em relação como português, matemática, história, ciências e geografia. Nesse segmento, começamos a nos deparar com alguns conflitos em relação a disciplina de artes. É no ensino fundamental II que os professores com formação em artes mais atuam. A maioria deles possuem formação em Educação Artística com habilitação numa linguagem, podendo ser em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro (Artes cênicas). Contudo existem professores com formação em Licenciatura em Artes, na mesma lógica da anterior. Nos PCNs ou BNCCs, na disciplina de artes devem ser ministrados conteúdos das quatro linguagens artísticas, nesse sentido os professores com formação em educação saem na frente, pois têm formação mais polivalente, ou seja, possuem uma formação ampla em artes, mas não aprofunda em todas as áreas, especialista em uma. Nesse sentido os professores formados em licenciatura em uma linguagem podem desenvolver atividades com mais qualidade em sua área de atuação, mas e as outras. Bem, esses conflitos precisam ser solucionados, pois eles dificultam o desenvolvimento do ensino e aprendizagem em artes nas escolas do ensino formal.

## 6- Considerações em processo

A realidade escolar formal de ensino de teatro é no mínimo confusa, pois a maioria dos PCNs ou BNCCs indica conteúdos de artes visuais, danças, música e teatro para ser desenvolvido na disciplina de artes. A maioria dos professores que ministram essa disciplina na rede pública da cidade de Manaus possuem formação em Educação Artística com habilitação em apenas uma linguagem artística. Em algumas escolas a disciplina é ministrada por professores sem formação em artes, que assumem a disciplina para completar a sua carga horária. Essa situação dificulta o desenvolvimento não só do ensino de teatro, como das demais linguagens artísticas. Em comparação com aqueles que atuam em espaços não formais, podemos dizer que esses possuem conhecimento acerca dos processos de ensino e aprendizagem, contudo falta o quesito conhecimento da linguagem teatral.

Os Professores que se propõem a desenvolver trabalhos com o teatro precisam buscar desenvolver competências necessárias para isso, a primeira é de ordem pedagógica e a segunda está relacionada com linguagem teatral. O professor de teatro deve ter capacidade de planejamento e aplicação de seus conhecimentos de modo pedagógico, tendo em vista o processo evolutivo de cada estudante, além de saber orientar seu grupo de estudantes desde a escolha do tema até a construção cênica propriamente dita, Para Marcos Bulhões;

“durante sua formação, o professor deve passar a experiência, de condução de um mais processos de encenação, tendo oportunidade de refletir sua prática, à luz das principais contribuições tanto de encenadores que fundamentam a cena contemporânea quanto de autores de ensino de teatro.”  
(BULHÕES, 2003,p.41)

Nesse sentido a autor ressaltar a importância do professor ter conhecimentos, também, sobre as práticas contemporâneas do teatro, ou seja, saber desenvolver processos

que versem com o processo colaborativo, a propostas em espaços não convencionais entre uma série de pesquisas teatrais da atualidade. O autor ressalta que no país é necessário ampliar a carga horária dos cursos de licenciatura quando se trata da prática de encenação teatral. Segundo ele “faz-se necessário repensar o papel, a estrutura material e carga horária dedicada ao estudo da encenação da grande maioria dos cursos de licenciatura”. (2003,p.42).

Não basta somente que o professor saiba encenar, é preciso que ele saiba articular seus conhecimentos com as vontades coletivas dos participantes. Visto que o teatro exige uma sintonia de grupo, este tipo de abordagem foi trabalhado por encenadores com Bertolt Brecht e Peter Brook, quando pretendiam buscar novas formas para o teatro que fugissem dos modelos convencionais de todo teatro com foco texto dramático. Segundo Bulhões eles se aproximam do teatro comunitário “quando afirmam que o encenador não deve entender por ensaio por submissão àquilo que já está estabelecido anteriormente de configurações da cena. E sobre a formação do professor ressalta que;

“Na formação do professor de teatro, a encenação pode ser vista como um experimento coletivo de investigação artística sobre a natureza humana, no qual os atores e demais participantes colaboram criticamente na construção do texto espetacular.” (BULHÕES, 2003,p.43)

O conceito de mestre-encenador não pode ser confundido por uma concepção diretiva que segundo o autor é comparada a termos como professor-diretor e pedagogo professor. Na visão do mestre-encenador o professor não pode exercer uma educação “bancária” na perspectiva freireana, ele tem que saber respeitar o universo do grupo e estimular a apreensão de novas práticas. Para Bulhões (2003,p.45) o mestre-encenador deve ter um conjunto de competências pedagógicas como;

- Saber expressar seu posicionamento artístico com relação ao teatro contemporâneo;
- Reconhecer as principais referências históricas e teóricas da sua prática;
- Saber elaborar projetos de intervenção cultural e pedagógica do teatro;
- Coordenar o aprendizado da leitura do espetáculo contemporâneo;
- Conduzir o grupo de iniciantes e- ou atores desde a escolha do tema até efetivação do acontecimento cênico, sem perder o aspecto lúdico do processo;
- Saber avaliar e redigir textos que sistematizem sua prática.

O professor teatro precisa saber expressar seu posicionamento artístico em relação ao teatro contemporâneo e, não privilegiar as formas tradicionais do teatro em comparação as manifestações populares e, ações performáticas e o teatro contemporâneo. Bulhões critica o uso do modelo eurocêntrico do espetáculo teatral como padrão único. Outra preocupação é estereótipo que alguns manifestações populares ganham em contextos de massificação da cultura “Sabemos que em muitos lugares as manifestações cênicas populares da tradição estão sendo substituídas por espetáculos para folclóricos;

Esta prática de releitura do folclore tem suas consequências no ensino do teatro, quando o professor tenta imitar, recriar ou estilizar a forma adotada por mamulengueiros, cantadores de viola, danças dramáticas, dentro outros. (BULHÕES, 2003,p.46)

É preferível que o professor proponha para seus alunos o contato como reconhecimento das diferentes formas de teatro, do que propostas de recriação de manifestações cênica populares folclóricas. O teatro contemporâneo pode estar vinculado, portanto a novas formas de compreender e fazer teatro, que se distanciam modelo dramático baseado no textocentrismo, ou na figura do encenador, esse tipo de teatro foi

muito utilizado ao longo da história do teatro no Ocidente, difundido principalmente na Europa. A história do teatro europeu, tem como um dos principais nomes Constantin Stanislavski, que dentro muitos trabalhos sobre o teatro, sistematizou métodos para a construção da personagem, que na atualidade podemos encontrar no Livro *A construção da Personagem*, nele são descritas técnicas para que atores construam sua interpretação, buscando internalizar fielmente a psicologia da personagens descritas nos textos. A técnica de Stanislavski, ainda é muito utilizada por atores no dia de hoje. Outra característica do teatro europeu é a utilização do palco italiano, nesse sentido o público, não teria importância para a construção de um pensamento crítico estético sobre a encenação, pois os atores e todos os aparatos da cena estariam voltados para a reprodução fielmente do descrito no texto dramaturgico (teatro naturalista). Estamos falando, também, da Quarta Parede, imaginária é claro, que fica entre o palco e a plateia no caso do edifício teatral. Essa concepção cria um distanciamento do espectador que nesse sentido apenas deveria apreciar a obra passivamente

No final do século XIX e início do século XX, alguns artistas buscam novas concepções para criação de suas obras, formas que se distanciam modelo focado no texto dramaturgico. A vanguarda teatral<sup>8</sup> do início do século passado influenciaram pesquisas em torno de seus trabalhos e, influenciaram também uma geração de artistas que já não se conformava com o “imperialismo” do texto dramático sobre a linguagem teatral. Segundo Patrice Pavis “Ninguém (afora os teóricos do drama) acredita mais na especificidade do texto dramático, na existência de regras e leis dialógicas de personagens, de estrutura dramática etc.” (Pavis, p.66, 2008). O jogo teatral, pode ser encaixado nesse contexto histórico, pois trouxe uma nova perspectiva para criação de cena, os jogos teatrais que vão ao encontro do processo de construção dramaturgica coletiva. “No Laboratório pretendemos situar a abordagem do jogo teatral como eixo metodológico, não só para composição do ator, como também para a elaboração de dramaturgia e da encenação como um todo.” (BULHÕES, 2003,p.48). O autor, ainda, nos apresenta três tipos diferentes de jogos: theater games de Viola Spolin, do jeu dramatique de Jean-Pierre Ryngaert e do theater spiel de Bertolt Brecht.

Por fim, trazendo essa concepção contemporânea para o ensino de teatro na educação formal, devemos salientar a importância de estabelecermos alguns posicionamentos sobre o teatro contemporâneo. Segundo Pupo “alguns dos elementos que configuram com mais clareza o teatro contemporâneo, ao menos no ocidente, poderíamos destacar quatro que parecem ser bem característicos.

O primeiro desses elementos é a ênfase no trabalho coletivo. Mais do que nunca, posições contrárias a um diretor teatral tirano e todo poderoso ganham força. Assume-se o trabalho coletivo, seja em termos de criação coletiva, seja em termos de processo colaborativo, acompanhado pela contestação da hierarquia teatral, que pendurou até os anos 1960, quando existia o diretor, o primeiro ator e assim por diante; O segundo aspecto importante, ligado ao anterior, é a consciência do processo de criação. Em nossos dias, atribui-se importância decisiva à consciência do percurso do trabalho do ator, do cenógrafo, do dramaturgo; consciência sobre o processo teatral, sobre o modo pelo qual ele foi engendrado; O terceiro aspecto é o relativo atribuído à pesquisa. Fazer pesquisa hoje, investigar, descobrir, não ter certeza, mas levantar pistas e questões são atitudes-chave no teatro contemporâneo; O quarto e último ponto é a busca de novas relações com os espectadores. Estamos falando de modalidades nas quais o público está mais envolvido na

---

<sup>8</sup> Hans-Thies Lehmann no seu livro, intitulado *Teatro pós-dramático*, utiliza o termo “vanguarda teatral” para designar um grupo encenadores que procuram outros processos de criações para seus espetáculos. Fazem parte desse grupo encenadores como *Antonin Artaud*, *Jerzy Grotowski* e *Bertold Brecht*. Contudo não se deve trata-los de forma genérica, pois cada encenador desenvolveu seu próprio sistema de processo de criação.

cena, seja por uma disposição espacial inesperada, por uma maior proximidade entre quem faz e quem vê, ou por provocações diretas.” (2010, p. 6)

Para finalizar essa análise gostaria de pontuar algumas questões relevantes sobre o ensino e aprendizagem de teatro principalmente no sistema básico de ensino. O ensino não formal de teatro realizado nos cursos livres, nas oficinas nos grupos de teatro são iniciativas que buscam formar principalmente artistas para atuação no mercado artístico. Já o ensino não formal no contexto comunitário busca dialogar com a própria comunidade.

O ensino de teatro na educação formal pode ser compreendido na perspectiva essencialista, pautado na formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, tendo em vista a atuação dos mesmos no mercado artístico, ou seja, para atuação em grupos de teatros profissionais e outros espaços que demandem profissionais nesse sentido. Contudo o ensino de teatro na escola pode desenvolver outras capacidades que não precisam ser necessariamente a produção teatral. Numa perspectiva contextualista podemos desenvolver o ensino de teatro voltado para formação de cidadãos críticos sobre suas realidades, desenvolvendo suas capacidades criativas e cognitivas como concentração e memória. Também pode-se trabalhar o ensino de teatro na escola na perspectiva da formação de espectadores, ou seja pessoas com conhecimento sobre a crítica e estética, capazes de realizar uma leitura de obra de arte. Deste modo o ensino de teatro na escola não estaria somente voltado para quem deseja seguir carreira dentro do teatro como artista ou professor, mas para todos, pois o conhecimento em artes é também necessário na formação de indivíduos capazes de interpretar a diversidade de signos presentes em uma obra de arte, para assim poder interpretá-la a sua maneira, fazendo uma relação com suas próprias experiências. Nesse sentido o ensino de teatro na escola pode estar voltado também para a formação de pessoas capazes de pensar criticamente sobre as questões nas quais estão inseridas enquanto sociedade. Isso acontece quando elas entendem os conflitos sociais e assumem posturas ativas diante deles.

## 7- Referências

- AYRES Amanda Aguiar. **Teatro e comunidade**: Uma proposta de formação do Curso de Teatro da Universidade do Estado do Amazonas. In: Silva, Ivete. (Coord.) Arte na Amazônia: conversas sobre o ensino na Região Norte. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. P.99-118.
- BULHÕES, Marcos Martins. **O Professor como Mestre-Encenador**. In: SANTANA, Arão Paranaguá. Visões da ilha: Apontamentos sobre teatro e educação – Arão Paranaguá de Santana (Coord.); Luiz Roberto de Souza, Tânia Cristina Costa Ribeiro. – São Luís, 2003.
- FERREIRA, Sueli. **O ensino das artes**: Construindo caminhos/ Sueli Ferreira (org.). - 10ª ed. – Campinas, Papirus, 2012.
- JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. **Metodologia do ensino do teatro** – Ricardo Ottoni Vaz Japiassu.- Campinas, SP : Papirus, 2001.
- LIGIÉRO, Zeca. **Teatro a Partir da Comunidade**. – Rio de Janeiro: Papel Virtual Edidora, 2003.
- PUPO, Maria Lúcia. **O teatro e educação formal**. Teatro na Escola: Experiências e olhares. São Paulo: Publicação: Fundação Athos Bulcão, 2010.
- RIZZI, Maria Christina de Souza. **Caminhos metodológicos** IN: BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e mudanças no ensino da arte. – 7.ed. – São Paulo: Cortez, 2012.
- SPOLIN, Viola. **Jogos teatrais para a sala de aula: um manual para o professor**. – São Paulo: Perspectiva, 2007

## O Extrativismo da borracha e a sustentabilidade da Amazônia

Floriano Pastore Jr., Laboratório de Tecnologia Química, Instituto de Química, Universidade de Brasília, fpastorej@gmail.com

### Resumo

A hevea *brasiliensis*, árvore produtora da borracha, é originária da Amazônia e iniciou-se sua exploração na segunda metade do século 18 para atender a demanda crescente deste fantástico e exclusivo material elástico. A partir daí, as duas histórias, da borracha e da Amazônia, passaram a ficar unidas e entrelaçadas e o que acontecia com uma tinha influência na outra. E esta condição permanece, em grande parte até os tempos atuais. A exploração da borracha como extrativismo supriu a demanda internacional até o princípio do século 20 quando a produção de cultivo da Ásia chega ao mercado consumidor, provocando grave crise financeira na Região Norte, deixando graves sequelas no imaginário social. Entretanto, a Segunda Guerra Mundial reavivou a produção de borracha na Amazônia e deu algum alento por poucos anos, até 1945. A produção extrativa foi mantida por força política e por política de protecionismo da produção amazônica, até o Governo Collor, quando houve a debacle final do extrativismo, deixando mais de 100 mil famílias de seringueiros sem renda. O projeto TECBOR, ao acreditar na importância do extrativismo na proteção socioambiental da Amazônia, vem gerando tecnologias para produção de borracha de boa qualidade há 20 anos. Entretanto, as dificuldades de sustentação da produção extrativa são grandes. Neste trabalho o autor pretende discutir as principais dificuldades de sustentabilidade da produção de borracha extrativa na Amazônia e como tais dificuldades podem ser superadas com os instrumentos da Revolução Digital.

Palavras-chave: borracha nativa, borracha amazônica, seringueiros, sustentabilidade amazônica, extrativismo da borracha.

### Resumen

El Hevea *brasiliensis*, la árbol de producción del caucho, es nativa de la Amazonía y comenzó su explotación en la segunda mitad del siglo 18 para satisfacer la creciente demanda de este material elástico fantástico y único. A partir de ahí, las dos historias, del caucho y de la Amazonia, van a unirse y mantenerse entrelazadas, y lo que sucedió a uno tenía influencia sobre la otra. Y esta condición se mantiene en gran medida hasta el momento actual. La explotación del caucho y el suprimento de la demanda internacional persiste hasta principios del siglo 20, cuando la producción de cultivos de Asia llega al mercado de consumo, causando grave crisis financiera en el Norte, dejando graves consecuencias en el imaginario social. Sin embargo, la Segunda Guerra Mundial revivió la producción de caucho en la Amazonia y dio algo de aliento durante unos años, hasta 1945. Después de esto, la producción extartiva se mantuvo por el poder político y la política de proteccionismo de la producción del Amazonía hasta que el gobierno de Collor, cuando se produjo el debacle final de la extracción, dejando a más de 100 000 familias de recolectores de caucho sin ingresos. El proyecto Tecbor, que cree en la importancia de las actividades extractivas en la protección del medio ambiente de la Amazonía, há trabajado la generación de tecnologías para la producción de goma de buena calidad hace 20 años. Sin embargo, la sostenibilidad de la producción extrativa tiene grandes dificultades. En este trabajo el autor analiza las principales dificultades de la sostenibilidad de la producción de caucho silvestre

en la Amazonía y cómo tales dificultades pueden superarse con las herramientas de la revolución digital.

Palabras clave: caucho nativo, caucheros de la Amazonia, sostenibilidad de la Amazonia, la extracción del caucho.

### **Abstract**

*Hevea brasiliensis*, the rubber tree, is native to the Amazon and its exploitation began in the second half of the 18th century to meet the growing demand for this fantastic and unique elastic material. From there, the two stories, of rubber and Amazon, became united and intertwined, and what happened to one had influence over the other. And this condition remains largely up to the present time. Exploitation of rubber extraction for supplying the international demand keep going until the beginning of the 20th century, when Asian crop production reaches the consumer market, causing heavy financial crisis in the North, leaving serious consequences in the social imaginary. However, World War II revived rubber production in the Amazon and gave some encouragement for a few years, until 1945. Extractive production was maintained by the political power and policy of protectionism of Amazonian production until the government of Collor, when the final disaster of the extractivism took place, leaving more than 100,000 families of rubber collectors without income. The TECBOR project, which believes in the importance of extractive activities in protecting the environment of the Amazon, has been generating technologies for the production of good quality rubber for 20 years. However, sustainability for the extractive rubber production faces many difficulties. In this paper the author analyzes the main difficulties for the sustainability of the wild rubber production of Amazon and how such difficulties can be overcome with the tools of the digital revolution.

Keywords: native rubber, Amazon rubber, Amazon sustainability, rubber extraction.

### **1- Contextualização**

A questão amazônica passa, necessariamente, pela compreensão do papel do extrativismo florestal sustentável, especialmente dos produtos não-madeireiros, ao qual a história e destino daquela região estão intimamente entrelaçados.

Todo produto vegetal do incrível arsenal de alimentos, fármacos e materiais diversos de que dispõe o ser humano, passou no princípio de sua história pelo processo de coleta extrativa. Esta etapa, de duração variável dependendo do produto, pode ser dividida em fases: uma inicial, da descoberta do uso e consumo muito localizado, que dá sequência a uma segunda, de propagação, quando o consumo cresce a uma velocidade compatível com a capacidade de suporte da extração. Segue-se uma terceira fase, quando a demanda ultrapassa a produção possível de se realizar a partir da coleta florestal. Este desequilíbrio entre demanda e oferta que se traduz em preços crescentes, gera uma situação de conflito que será resolvido de três formas principais: 1) a domesticação da espécie e seu cultivo em larga escala; 2) a substituição por outras espécies ou materiais de cultivo ou novas espécies de coleta extrativa; e 3) a síntese em laboratório, seguida de produção industrial.

Resolver este conflito, no caso da borracha natural, obtida a partir da *Hevea brasiliensis* de origem exclusiva da selva amazônica, não foi fácil e perdurou sem solução por mais de um século. Entretanto, a necessidade da borracha resultou no território que

temos hoje, com uma incrível identidade cultural por toda aquela vasta região. A borracha, de propriedades inéditas entre os materiais, encontrou usos até então impensados e resolveu problemas nas máquinas térmicas, os pulmões da revolução industrial, na impermeabilização de tecidos para chuva e frio e no capeamento dos fios do telégrafo. A crescente demanda do produto e seu preço impulsionavam navios de nordestinos rios acima onde pudesse ser encontrada a seringueira, derrubando acordos e tratados e anexando territórios. Pode ser considerada uma de nossas corridas em direção ao oeste, definindo a cara e o jeito amazônico que temos hoje. Quando os técnicos viabilizaram o uso da borracha natural nos pneumáticos, descortinaram a revolução automobilística e o próprio século 20, e selaram com isto, a sorte da borracha coletada de forma extrativa. Já não havia mais tempo a esperar e a luta pela domesticação atropelou o lento caminhar brasileiro neste sentido. A saga do inglês Henry Wickham em 1876, muito articulado com o governo britânico, ao biopiratar nossas sementes para a Kew Gardens e daí para a Ásia, teve desfecho doloroso para a Amazônia, mas resolveu a crise de então. Em 1913 quando o forte da produção de cultivo chegou ao mercado, houve consumo de cerca de 320 mil toneladas, algo próximo a 4 ou 5 vezes o que a floresta nativa permitiria produzir.

Quando se atinge a produção em cultivo, naturalmente a coleta extrativa perde a competitividade econômica. A produção amazônica de borracha contrariou e driblou a lógica de mercado, em surtos e descontinuidades por boa parte do século 20, até meados da década de 80, quando o destampar brasileiro do neoliberalismo não podia mais aturar tamanha afronta às regras mercadológicas. Desregulamentou-se a importação e, em menos de 10 anos, a borracha amazônica despencou de cerca de 60 mil toneladas/ano para menos de 10.000 toneladas. Mais de 80 mil famílias de seringueiros perderam o trabalho e a fonte de renda.

Seguindo-se a lógica e a história de tantos outros produtos de extrativismo que foram domesticados, tudo estaria certo e na devida ordem, não fossem os seringueiros amazônicos os guardiões da floresta, como nós os consideramos. Por força de seu ofício, a coleta em árvores nativas dispersas, é seu hábito conhecer e trabalhar em cerca de 400 ha, em média, por família. Ou seja, protegem, de graça, esta área para a nação, mesmo sem o saber. Logicamente, com a perda de renda e trabalho esta tendência se reverte e as famílias, à mercê da fome, vão admitir novas formas de renda e, quase sempre, a área, anteriormente protegida, será submetida a alguma forma de degradação, como agropecuária, sobre-pesca, sobre-caça e a contratação dos serviços para atuar como extratores de madeira. Ou então, o êxodo rural poderá completar o quadro de desalento para o homem sem preparo para a vida urbana.

Além de guardião da floresta o seringueiro é guardião da própria cultura, em sentido amplo, incluindo o saber dos usos potenciais dos recursos da floresta. O longo processo da seleção etnobotânica deixa poucos registros, mas está vivo em cada comunidade ribeirinha. Deixá-las desaparecer é perder conhecimento consolidado e valioso. Os laboratórios de pesquisas dos usos da rica biodiversidade amazônica poderão abreviar décadas de pesquisa se partirem dos usos já conhecidos pelos extrativistas, que podem ser entendidos como infinita rede viva de conhecimento da floresta.

Assim, a conservação da Amazônia é questão complexa multivariada, mas que, seguramente, envolve a questão da borracha e do extrativismo. Os seringueiros e demais coletores precisam de políticas públicas determinadas a protegê-los e de muita pesquisa e

esforço governamental para desenvolver e difundir tecnologias para a produção extrativa sustentável na Amazônia.

## **2- Desenvolvimento**

### **Cuidar a Amazônia na era digital**

De tempos em tempos a humanidade engendra grandes transformações que aumentam fortemente a eficiência em sistemas e processos e expandem a liberdade humana, às quais se atribui a expressão 'revoluções tecnológicas' (RT). Podem ser incluídos neste conceito o uso da pedra lascada, o domínio do fogo, a domesticação animal e vegetal, as transformações dos metais, a pólvora, a imprensa, o transporte naval e a revolução industrial. Esta última, por ter acontecido de forma mais concentrada no tempo e no espaço, é que mais se identifica como uma RT. Cada uma destas revoluções gera elementos e instrumentos de sua realização, e a apropriação e uso deles é que vai diferenciar os agrupamentos sociais e/ou países ao longo da história. Isto é muito fácil de observar e entender na Revolução Industrial, quando cientistas e técnicos de vários países, como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos forneceram elementos para o espetacular avanço tecno-científico compreendido na Termodinâmica que deu base àquela revolução, mas foi a Inglaterra que mais contribuiu e, sobretudo, utilizou as máquinas térmicas a vapor, as quais foram os instrumentos da mega transformação socioeconômica e criou, no século 19, o Império Britânico que estende suas influências até os dias atuais. A segunda parte da Revolução Industrial, uma outra revolução em si mesma, se deu com base nos motores a explosão movidos a derivados de petróleo, que teve nos EUA seu grande desenvolvedor e usuário o que constituiu o poderio que se conhece desde as primeiras décadas do século 20.

Nos últimos 60 anos o ser humano iniciou uma jornada especial de sua história com as grandes transformações que têm base no sistema binário, às quais se pode convenientemente atribuir o termo de Revolução Digital, que engloba várias sub-revoluções como o celular, a internet, os satélites, a nanotecnologia, o domínio da genética, dentre outros. Esta RT sozinha vem proporcionando mudanças na eficiência e liberdade em sistemas e processos humanos, as quais sobrepõem enormemente a somatória de todas as RTs anteriores. E, desta forma, as transformações serão também inimagináveis em todos os segmentos e dimensões humanas e sociais. Seguindo o mesmo raciocínio apontado acima, o desenvolvimento e, especialmente nesta Revolução, o uso dos seus instrumentos vai diferenciar as pessoas entre si, as empresas, as instituições e os países, criando poderios localizados ou mesmo um novo império, como parece se desenhar com a emergência chinesa.

A Amazônia, maior área de floresta tropical contínua do Planeta, é região de inequívoca importância estratégica e potencial em várias dimensões. Historicamente, tem recebido do Brasil interesse que se manifesta em fases. Numa delas, muito influenciada pelo desconhecimento, cunhou-se o epíteto "inferno verde" que 'legitimava' a pouca atenção que a região recebeu por muitas décadas em contraposição a interesses crescentes de sua internacionalização.

Mais recentemente, numa outra fase, criou-se a expressão “integrar para não entregar”, em que os militares tentaram expandir para o Norte o modelo de colonização do Sul, que representava a cultura europeia frente às florestas, que serviam, antes de tudo, como recursos de atração e expansão das fronteiras socioeconômicas, quando são extraídas as madeiras e as florestas são removidas para a entrada da pecuária e agricultura. Esta fase dos anos 1970 e 1980, de defesa insustentável, geraram grandes queimadas e altas taxas de desmatamento por sucessivos anos, proporcionando alterações no mapa da região, atraindo atenção e críticas internacionais.

Já na fase mais globalizada atual, de fortes preocupações ambientais e climáticas, a ação governamental se caracteriza por uma drástica redução do desmatamento, mas concomitante redução da atividade econômica que tinha na extração madeireira o seu grande eixo, propiciando a perda de renda e desemprego. Esta fase mais recente se caracteriza também pelo reconhecimento inequívoco da importância que tem a Região Amazônica no equilíbrio climático e o significado da biodiversidade para o futuro do planeta. No entanto, dar significado social e econômico na manutenção das florestas, tem sido tarefa de difícil execução da sociedade brasileira, responsável por 60% da Floresta Amazônica. Muito se propala da necessidade de incorporar as comunidades tradicionais, de modelo de produção e vida baseada no extrativismo florestal, caracteristicamente de subsistência, mas de crescimento econômico de difícil sustentabilidade nas condições atuais, ainda que contenha uma forte componente de conservação sócio-ambiental.

A Revolução Digital propicia ao Governo do Brasil a maior oportunidade de redimir uma história de muitos erros e poucos acertos nas abordagens frente à Amazônia, pela real possibilidade de, agora, integrar aquela região ao mundo, sem sair do domínio governamental brasileiro. Se há uma chance de se iniciar uma nova história para a Amazônia, ela tem que ser centrada e embasada no domínio e democratização dos instrumentos da Revolução Digital, especialmente propiciar comunicação de alta velocidade e acesso a internet.

Há um projeto, atualmente em fase de implantação, para interligar as principais cidades da Região Norte por meio de cabo sub-fluvial, por nome AMAZÔNIA CONECTADA, integrando algumas instituições sob o comando do Ministério da Defesa. Esta proposta tecnológica, gestada na Gerência de Inovação da TELEBRÁS, vai se constituir em marco secular na história amazônica e verdadeiramente possibilitar o desenvolvimento sustentável com base em novos e variados arranjos produtivos, integrados ao mercado nacional e internacional por meio da internet. A comunidade mundial quer participar em várias formas contributivas neste processo, mas não encontra os caminhos. Havendo comunicação de alta qualidade, o problema em grande parte estará resolvido. A outra parte virá com fomento, trabalho e produção que na região existem, mas que não se consolidam pela ausência da integração que aqui se propõe.

### 3- Conclusões

O Laboratório de Tecnologia Química (LATEQ) do Instituto de Química da UnB já acumula mais de 20 anos de pesquisa e extensão tecnológica de novas técnicas de produção da borracha amazônica. No entanto, esta história não foi fácil e só perdurou até

aqui pela determinação e obstinação da equipe. Hoje a comunicação entre oferta e demanda, ou entre a produção da borracha e os consumidores, tem facilitado muito o trabalho de pesquisa do LATEQ, deixando para o passado as muitas dificuldades vividas até recentemente.

Da experiência do LATEQ, pode-se elencar as dificuldades maiores do extrativismo para tornar-se uma forma sustentável de desenvolvimento das comunidades. Inicia-se pelo investimento inicial para a implantação de projetos produtivos do extrativismo amazônico. Em seguida, pode-se agregar a dificuldade da mão de obra para a produção de qualidade para exportar da Região. Em terceiro lugar, sem ser em ordem de importância, vem as dificuldades de agregação sustentável dos produtores em cooperativas e associações. A dificuldade não está na agregação, mas, sim, na sustentabilidade das instituições, com elevada rotatividade nas lideranças pelas dificuldades delas se manterem sem renda pessoal para cuidar do interesse coletivo. Ou seja, os líderes cuidam das associações e o devem fazer com honestidade, mas ficando eles mesmos sem trazer comida para casa. E as associações e congêneres não estão capacitadas o suficiente para atribuir aos líderes um salário. Uma quarta dificuldade pode ser identificada na comunicação para o comércio dos produtos, sem perda por parte dos produtores.

Entretanto, a partir do arrazoado sobre as RTs e da existência do Projeto Amazônia Conectada, pode-se acender a esperança de que os fantásticos meios que a Revolução Digital nos possibilita irão resolver, pelo menos em parte, os problemas apontados sobre a sustentabilidade do extrativismo. Mas, o mais importante que talvez possa aqui ficar registrado, é da importância de se ter consciência da força das RTs nos processos socioeconômicos. Constitui, hoje, tarefa primordial, debater o assunto por este prisma e formar uma consciência de transformação tecnológica do extrativismo para que ele mesmo possa ser sustentável em si mesmo e base para o desenvolvimento sustentável da Região.

## O Grupo de estudos Literários na Amazônia e Formação de Leitor (GELAFOL): contribuições às práticas de mediação de leitura literária em ambiente escolar.

Solange da Silva Souza<sup>1</sup>  
Nilo Carlos Pereira de Souza<sup>2</sup>

### Resumo

Partindo do princípio inequívoco de ser a leitura um bem cultural fundamental ao homem contemporâneo, o presente trabalho busca compartilhar as experiências vivenciadas com o Grupo de Estudos Literários na Amazônia e Formação de Leitor (GELAFOL), da Universidade Federal do Pará (UFPA), na formação do mediador de leitura literária. Ao longo de quatro anos de existência, o grupo vem atuando com práticas de incentivo a leitura no espaço escolar e promovendo eventos que trazem como ponto de reflexão a literatura e a leitura. Ao descrever um breve histórico sobre o Grupo, suas pesquisas e ações extensionistas, proponho como reflexão a necessidade (leia-se direito) à leitura literária dentro do contexto da Região Amazônica, em especial no estado do Pará. Nesse sentido, pretendo, de antemão, realizar uma análise dos atuais índices oficiais de leitura no Brasil, dando destaque aos da Região Norte, e com isso construir uma reflexão em torno da necessidade de formarmos mediadores de leitura. Além de apresentar as experiências vividas com as ações do GELAFOL, o estudo dialoga com alguns autores que já se debruçaram sobre o tema, tais como: COELHO (2000), COSSON (2006) e COLOMER (2007), entre outros. Ao ressaltar o papel essencial dos mediadores de leitura no processo de conquista de novos leitores, intenciono apontar caminhos para se discutir o desenvolvimento de ações que visam superar algumas dificuldades que se encontram no processo de formação de leitores nas escolas.

Palavras-Chave: Formação do leitor. Mediação de leitura. Leitura literária. Educação literária.

### Resumen

Partindo do princípio inequívoco de ser una lectura um bem cultural fundamental o homem contemporâneo, o presente trabajo compara las experiencias vivenciadas con el Grupo de Estudios Literarios en la Amazonia y Formación de Leitor (GELAFOL), da Universidade Federal do Pará (UFPA), na Formación de mediador de lectura literaria. A lo largo de cuatro años de existencia, el grupo viene actuando con prácticas de incentivo a la lectura no espacio escolar y promoción de eventos que trazan como punto de reflexión a la literatura y una lectura. A partir de un breve histórico sobre el Grupo, sus investigaciones y acciones de extensión, propongo como reflexión de una necesidad (leia-se derecho) a la lectura literaria dentro del contexto de la Región Amazónica, en especial no estado do Pará. Nesse sentido, pretendo, de antemão, realice una evaluación de los índices de los oficiales de lectura no Brasil, dando destaque a los de la Región Norte, y con ello construya una reflexión en torno a la necesidad de formarmos mediadores de lectura. Además de presentar las experiencias vividas con las acciones de GELAFOL, el estudio dialoga con algunos

<sup>1</sup> Professora da Rede Municipal de Ensino de Belém do Pará e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da UFPA. E-mail: [langinhass@gmail.com](mailto:langinhass@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Teoria Literária e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da UFPA. E-mail: [nilocarlos7@gmail.com](mailto:nilocarlos7@gmail.com).

autores que ya se debruñaron sobre el tema, tales como: COELHO (2000), COSSON (2006) y COLOMER (2007), entre otras. Haciendo hincapié en el papel esencial de mediadores de lectura en los nuevos lectores proceso de conquista, intenciono señalar formas de discutir el desarrollo de acciones dirigidas a superar algunas dificultades encontradas en el proceso de formación de lectores en las escuelas.

Palabras clave: la formación del lector. La mediación de lectura. lectura literaria. educación literaria.

### **Abstract**

Based on the unequivocal principle of reading as a fundamental cultural asset to contemporary man, the present work seeks to share experiences with the Group of Literary Studies in the Amazon and Reader Training (GELAFOL), Federal University of Pará (UFPA), in the formation of the literary reading mediator. Throughout its four years of existence, the group has been working with practices to encourage reading in the school and promoting events that bring literature and reading as a point of reflection. In describing a brief history about the Group, its research and extension activities, I propose as a reflection the need (read right) to literary reading within the context of the Amazon Region, especially in the state of Pará. In this sense, I intend, in advance, to carry out an analysis of the current official indexes of reading in Brazil, highlighting those of the Northern Region, and with this to build a reflection on the need to train reading mediators. In addition to presenting experiences with GELAFOL's actions, the study is in dialogue with some authors who have already studied the subject, such as COELHO (2000), COSSON (2006) and COLOMER (2007), among others. In emphasizing the essential role of reading mediators in the process of winning new readers, I intend to point out ways to discuss the development of actions aimed at overcoming some difficulties that are encountered in the process of training readers in schools.

keywords: Formation of the reader. Reading mediation. Literary reading. Literary education.

## **1- O Grupo de Estudos Literários na Amazônia e Formação de Leitor (GELAFOL).**

Sob a Coordenação do Professor Dr. Nilo Carlos Pereira de Souza, o Grupo de Estudos Literários na Amazônia e Formação de Leitor (GELAFOL) desenvolve, desde o ano de 2013 na Universidade Federal do Pará (UFPA), atividades de pesquisa e extensão no sentido de contribuir com a formação de mediadores de leitura literária nas escolas, por considerar a importância desse profissional na formação de leitores em nosso Estado.

Formado por uma equipe de estudantes dos cursos de graduação em Letras e Pedagogia, alunos do Programa de Pós-graduação em Educação, bem como por professores que atuam na Educação Básica, o GELAFOL realizou desde a sua criação quatro Simpósios sobre Literatura Infanto-juvenil, com o principal objetivo de construir uma reflexão em torno da Literatura destinada ao público infantil e juvenil produzida na região amazônica, em especial, no Estado do Pará, além de repensar o processo de formação de leitor no âmbito educacional, envolvendo a construção de uma identidade cultural. Atualmente dedica-se prioritariamente ao processo de mediação literária com o objetivo de formar leitores no espaço escolar. Por isso, além do enfoque acadêmico de pesquisa na área da leitura, da literatura e da mediação de leitura literária, a equipe realiza ações extencionistas, alcançando também alunos e professores de escolas públicas do Ensino Básico.

Nesse sentido, o GELAFOL exerce um papel importante diante do quadro premente de leitura no Brasil e especialmente no estado do Pará, direcionando suas ações de formação àqueles que estrategicamente têm se configurado os mais frequentes responsáveis pela introdução e manutenção ou não das pessoas no universo da leitura – os professores da Educação Básica, alcançando também os futuros educadores. Hoje, a equipe é composta por 17 membros, sendo 10 professores e 7 estudantes (de graduação, especialização e mestrado).

O grupo trabalha a partir de estudos existentes sobre a temática da literatura e a sua respectiva mediação no ambiente escolar, partindo da relação entre a bibliografia levantada e o contexto histórico-social que influencia na formação do sujeito leitor em nossa região. Dessa forma, existem dois níveis de atuação: a produção de material crítico sobre as práticas de leitura literária no processo formativo do leitor e a intervenção junto aos educadores, futuros educadores e estudantes da Educação Básica, desenvolvendo atividades como: Clube de Leitura, CinEducação, encontros de formação continuada, Workshop de Literatura, Oficinas de Leitura Literária e Produção Textual, Minicursos e Palestras.

## **2- Qual a Leitura que se espera proporcionar ao Leitor.**

Para compreendermos o ponto de partida das atividades do GELAFOL, é necessário delimitarmos a compreensão de Leitura, a partir da qual se desenvolvem os estudos e as ações do grupo, o qual dialoga com autores que se dedicam a desvendar o processo de formação de leitores.

Por se tratar de um grupo de estudos que objetiva se inserir no ambiente escolar para compreender e contribuir com a qualidade das práticas de formação de leitores, torna-se imprescindível partir de um entendimento sobre leitura que deve estar inserido dentro de um contexto de transformação e democratização desta leitura. Convém, dessa maneira, conceber o ato de ler dentro de uma perspectiva crítica. Ensina-nos FREIRE (1989) que “a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”. Não se pode entender a leitura reduzida à palavra lida, é preciso ir além...

Não basta abrir a janela  
Para ver os campos e o rio.  
Não é bastante não ser cego  
Para ver as árvores e as flores.  
É preciso também não ter filosofia nenhuma.  
Com filosofia não há árvores: há ideias apenas.  
Há só cada um de nós, como uma cave.  
Há só uma janela fechada, e todo o mundo lá fora;  
E um sonho do que se poderia ver se a janela se abrisse,  
Que nunca é o que se vê quando se abre a janela.  
(PESSOA, 2007, 97-98)

É preciso caminhar sem sapatos sobre os campos, mergulhar no rio, subir em árvores e sentir o perfume das flores... É preciso conviver com o texto lido e criar com ele uma relação profunda de sentidos.

É acreditando que a escola pode ser o lugar propício para criar em torno do leitor as condições necessárias ao percurso dessa trilha de leitura que não se restringe à pura

decodificação de símbolos que se busca desvendar os caminhos, as pontes que devem ser construídas para facilitar este processo.

Nossa linha de trabalho assenta no princípio de que a escola é, hoje, o espaço privilegiado, em que deverão ser lançadas as bases para a formação do indivíduo. E nesse espaço, privilegiamos os estudos literários, pois de maneira mais abrangente do que quaisquer outros, eles estimulam o exercício da mente; a percepção do real em suas múltiplas significações; a consciência do eu em relação ao outro; a leitura do mundo em seus vários níveis e, principalmente, dinamizam o estudo e conhecimento da língua, da expressão verbal significativa e consciente – condição *sine qua non* para a plena realidade do ser. COELHO (2000, p.16)

Nesse sentido, a Literatura é a arte da palavra (ou palavra-arte) que faz da leitura uma vivência de experiências constituintes de elementos que nos oferecem a real noção de sermos pessoa e de pertencermos a uma determinada comunidade.

A leitura literária é então a que mais nos aproxima de nós mesmos, humanizando-nos e nos tornando leitores críticos da realidade na qual estamos inseridos. Segundo Cândido (2011)

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (CÂNDIDO, 2011, p.176).

Antônio Cândido nos alerta, que ao contrário do que pensamos sobre o fato da literatura atuar apenas no terceiro aspecto da sua natureza, isto é, no seu caráter difusor de conhecimentos, o texto literário produz um efeito resultante dos três aspectos, simultaneamente. Assim, é o todo dessa arte tão complexa que é a literatura que nos conduz à organização do nosso caos interior e do mundo do qual fazemos parte.

Nenhum tipo de texto oferece, portanto, uma leitura que dialoga com o leitor de maneira tão profunda ao ponto de torná-lo mais consciente da sua presença no mundo e mais predisposto às relações sociais e ao encontro da sua identidade.

O leitor que temos em mente não é, pois, aquele a que Paulo Freire afirma estar enquadrado em uma visão ingênua da compreensão do ato de ler (comparado ao ato de comer).

Do ponto de vista desta falsa concepção que, como Sartre, poderemos chamar de concepção nutricionista do conhecimento, aqueles que leem e estudam devem fazê-lo para tornar-se intelectualmente gordos. Daí o uso de expressões como 'fome de conhecimento', 'sede de saber', ter ou não 'apetência pelo saber'. (FREIRE, 2011, p. 142).

Libertando-nos dessa visão, podemos então dizer que mais do que disseminar o 'gosto pela leitura', é preciso despertar a sensibilidade, o encantamento (tão típico ao enredo das lendas e mitos amazônicos) dos leitores, conquistados, não pelo 'paladar', pela 'fome' ou pela 'sede' de leitura, mas pela beleza que sensibiliza, que desconcerta e que ao mesmo tempo faz sonhar e despertar do sonho, impulsionando para o agir transformador. Nessa perspectiva, a leitura torna-se, mais do que sabor ou saber, uma necessidade, um direito irrenunciável.

Teresa Colomer (2007), ao tratar da formação do leitor literário, define o que seria o principal objetivo de uma educação literária:

(...) contribuir para a formação da pessoa, uma formação que parece ligada indissolavelmente à construção da sociabilidade e realizada através da confrontação com textos que explicitam a forma em que as gerações anteriores e as contemporâneas abordaram a avaliação da atividade humana através da linguagem (COLOMER, 2007, p. 31).

O que Colomer (2007) denomina como educação literária, Cosson (2016) trata como letramento literário. Para este autor, o leitor é aquele que se apropria das obras que lê e do seu próprio processo de leitura com autonomia.

Ser leitor de literatura na escola é mais do que fruir um livro de ficção ou se deliciar com as palavras exatas da poesia. É também posicionar-se diante da obra literária, identificando e questionando protocolos de leitura, afirmando ou retificando valores culturais, elaborando e expandindo sentidos. Esse aprendizado crítico da leitura literária, que não se faz sem o encontro pessoal com o texto enquanto princípio de toda experiência estética, é o que temos denominado aqui de letramento literário. (COSSON, 2016, p. 120).

O leitor cuja leitura avança nessa construção de sentidos, não somente contempla o texto, mas o internaliza, uma vez que ultrapassando o estágio de fruição, caminha em direção à experiência transformadora de autoconhecimento e de compreensão do mundo.

### **3- A importância de formar mediadores de leitura literária no contexto escolar amazônico.**

Para formarmos esse leitor crítico no ambiente escolar, é preciso deter nossa atenção ao profissional que se encontra na posição crucial entre o leitor e o livro, ou seja, o mediador da leitura literária, o qual, no que se refere ao ambiente escolar, é (na sua maioria) um educador, ainda que não possamos nos esquecer da presença minoritária, mas não menos importante, do bibliotecário escolar.

Como já foi dito anteriormente, a função da escola como espaço, por excelência, de formação de leitores, não deve abdicar dessa condição, posto que:

A escola é um espaço de relações. Neste sentido, cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção quanto

para a transformação social. Numa visão transformadora ela tem um papel essencialmente crítico e criativo. (GADOTTI, 2007, p.11).

Uma escola que possui como seu objetivo formar leitores precisa construir com a sua comunidade o espaço para a formação de um leitor que se perceba sujeito dessas relações sociais que o formam. Nesse sentido, a atuação de leitores experientes que estabeleçam tais relações para aproximar leitores iniciantes das obras literárias é fundamental.

Nesse ponto, convém nos perguntarmos, quem forma e o formador de leitores?

É para tentar responder a esta questão que atua o GELAFOL, ou seja, para repensar e/ou pensar a teoria e a prática dessa formação em um movimento dialético em direção à transformação da realidade brasileira na área da leitura. Pois, apesar de alguns avanços demonstrados em pesquisas realizadas no Brasil, muito ainda precisa ser feito para alcançarmos uma sociedade efetivamente leitora.

É certo que pesquisas, sobretudo as de enfoque quantitativo, sempre esbarram limitações no que tange à expressão exata de uma realidade estudada. No entanto, talvez uma das pesquisas que contemplam um bom número de aspectos do comportamento leitor dos brasileiros seja a pesquisa “Retratos da leitura no Brasil”, promovida pelo Instituto Pró-Livro e cuja última edição (quarta) teve seus resultados publicados no ano de 2016.

Entre muitos aspectos interessantes da referida pesquisa, podemos destacar o que trata sobre o perfil dos leitores na região Norte do Brasil e os principais influenciadores na formação leitora dos brasileiros.

Primeiramente, é necessário pontuar que a referida pesquisa utiliza, desde o ano de 2007, como definição de Leitor:

“aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses (anteriores à pesquisa)”; e de Não Leitor, “aquele que declarou não ter lido nenhum livro nos últimos 3 meses (anteriores à pesquisa), mesmo que tenha lido nos últimos 12 meses”. (RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL 4, 2016, p.184).

Utilizando o mencionado parâmetro, a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 4 realizada em 2015 e publicada em 2016 apontou que na região Norte do País houve um aumento do perfil de leitores em relação aos não leitores de 6%, tendo como referência a edição anterior da pesquisa (realizada em 2011). No entanto, se comparado ao aumento percentual das regiões Sul e Sudeste (7% e 11%, respectivamente), o resultado dá indícios de que há necessidade de incentivos maiores às iniciativas de formação de leitores já em andamento.

Outro dado bastante interessante se refere às pessoas que influenciam ou incentivaram na assiduidade leitora. A figura do Professor (a) é muito significativa na influência que exerce sobre leitores e não leitores, perdendo em importância apenas para a figura materna, ficando em segundo lugar na quarta edição da referida pesquisa.

Nesse sentido, cuidar da formação dos mediadores de leitura literária em ambiente escolar, em especial dos professores, pode favorecer na melhoria do quadro delineado pela pesquisa anteriormente mencionada.

Em princípio, é necessário entendermos o papel que esse mediador de leitura literária deve assumir no espaço escolar ao se colocar entre o leitor e a obra. Há que se ter em mente que o caminho entre estes dois (leitor e livro) pode se configurar interessante, com muitas descobertas; ou enfadonho, fora do alcance dos sentidos que pode representar. E isto vai depender de variados aspectos, sendo dois os principais: formação daquele que apresenta o livro ao aluno e a qualidade deste livro. Este último decorre do primeiro, uma vez que entre as muitas informações que os professores precisam ter para desenvolver uma boa mediação de leitura literária diz respeito exatamente à aquisição de conhecimentos que

favoreçam a identificação da qualidade dessas obras e contribua para a seleção das mesmas.

Quando se trata de leitores inciantes, isso se torna ainda mais imprescindível em razão da crescente quantidade de obras destinadas ao público infantil no mercado nacional. Entre inúmeras informações valiosas sobre o percurso da Literatura Infantil no mundo, Coelho (2000) faz um alerta a todos que pretendem trabalhar na formação de leitores, sobretudo na infância, de que para além dos métodos deste trabalho de incentivo à leitura, é necessário que os mediadores de leitura literária, conheçam alguns dados sobre a produção da literatura.

Ao tratarmos da qualidade dos textos literários, em especial os direcionados às crianças, muitos aspectos podem servir como base para análise. Mas, dentro da perspectiva delineada até agora sobre qual leitor desejamos formar, acreditamos ser apropriado tomarmos como ponto fundamental de avaliação das obras literárias o conjunto de valores expressos nas mesmas.

Coelho (2000, p. 19) se refere a tais valores, dividindo-os em “valores tradicionais” (consolidados pela sociedade romântica no séc. XIX) e ‘valores novos’ (gerados em reação aos antigos, mas que ainda não foram equacionados em sistema)”, apontando as características principais da literatura produzida de acordo com cada uma dessas abordagens de valores:

**Quadro 1** – Valores tradicionais x Valores novos

O TRADICIONAL	O NOVO
1 Espírito individualista	1 Espírito solidário
2 Obediência absoluta à Autoridade	2 Questionamento da Autoridade
3 Sistema social fundado na valorização do <b>ter</b> e do <b>parecer</b> , acima do <b>ser</b>	3 Sistema social fundado na valorização do <b>fazer</b> como manifestação autêntica do <b>ser</b>
4 Moral dogmática	4 Moral da responsabilidade ética
5 Sociedade sexófoba	5 Sociedade sexófila
6 Reverência pelo passado	6 Redescoberta e reinvenção do passado
7 Concepção de vida fundada na visão transcendental da condição humana	7 Concepção de vida fundada na visão cósmica/ existencial / mutante da condição humana
8 Racionalismo	8 Intuicionismo fenomenológico
9 Racismo	9 Antirracismo
10 A Criança: “adulto em miniatura”	10 A Criança: ser-em-formação (“mutantes” do novo milênio)

Fonte: COELHO (2000, p.19)

Acreditamos que o quadro anterior é uma síntese bastante apropriada dos valores que podem ser veiculados nas obras de Literatura Infantil e que podem servir como ponto de partida para que professores analisem criticamente os textos que intencionam ler com os alunos.

Após selecionar uma obra literária para lermos com os alunos, o que fazer? Como mediar este encontro para que além do prazer estético ele proporcione transformação individual e social? Como formar esse leitor cidadão, com autonomia para ler e escrever a sua história?

A resposta a tais questionamentos passa invariavelmente pela formação leitora dos profissionais da educação que irão mediar a leitura literária na escola. E nesse sentido, há que se entender que o chamado leitor experiente, como o próprio adjetivo sugere, deve ser antes de tudo também um leitor que passe pelas experiências que quer proporcionar aos leitores iniciantes.

Muito se escreve sobre a formação do leitor no ambiente escolar e quase sempre este leitor é o leitor-aluno. Mas pouco se trata da formação do mediador de leitura literária, enquanto sujeito que também deve ser formado como leitor. Nesse aspecto, o GELAFOL exercita entre seus próprios participantes (todos mediadores ou futuros mediadores) essa experiência de contato com o texto, não somente de formação, mas também literário, para que todos vivenciem as práticas leitoras de mediação que pretendem desenvolver com seus futuros alunos ou que já desenvolvem com os estudantes.

Uma dessas experiências fundamentais e já mencionadas inicialmente ocorre nos encontros mensais do Clube de Leitura do GELAFOL. Momentos de compartilhamento de leituras literárias.

A respeito da experiência de compartilhar leituras, Colomer (2007) defende como sendo uma das melhores maneiras de se promover a formação de leitores.

Compartilhar as obras com outras pessoas é importante porque torna possível beneficiar-se da competência dos outros para construir o sentido e obter o prazer de entender mais e melhor os livros. Também porque permite experimentar a literatura em sua dimensão socializadora, fazendo com que a pessoa se sinta parte de uma comunidade de leitores com referências e cumplicidades mútuas.

Possivelmente uma das causas da resistência à leitura provenha da perda das formas de leitura coletiva nas sociedades contemporâneas. Antes, participar do folclore oral da coletividade, ouvir em voz alta do professor ou saber que todo mundo conhecia de cor os memos poemas e canções e podia lembrar-se deles a qualquer momento, dava uma intensa sensação de possuir um instrumento que se harmonizava com o entorno. O progresso da leitura autônoma e silenciosa e da seleção individual dos livros, ao contrário, proporcionou uma dimensão de isolamento em relação ao grupo social imediato. [...] (COLOMER, 2007, p. 143-144).

Por isso, entre tantas outras perspectivas de formação dos mediadores de leitura literária, talvez a vivência da leitura coletiva seja uma das mais enriquecedoras maneiras de permanecermos continuamente comprometidos e co-responsáveis pela nossa própria formação e pela formação dos leitores em potencial.

### **3- Um livro que precisa continuar a ser lido e escrito em grupo.**

É evidente a possibilidade de muitas outras perspectivas de enfoque sobre a importância das práticas de mediação de leitura literária nas instituições educacionais visando à formação do leitor. No entanto, sem que estudos teóricos coletivos se aprofundem e possamos cada vez mais compartilhar tais estudos, refletindo sobre os mesmos e estabelecendo as necessárias relações com o nosso contexto (em nosso caso, amazônico), não será possível atingirmos o objetivo de contribuir para tornar a região Norte uma região povoada de leitores, não somente encantados pela beleza do texto literário, mas também pela liberdade de pensamento e expressão que a leitura imprime na alma de quem lê.

Não poderíamos terminar este texto, até porque não o terminaremos de escrevê-lo nestas páginas, sem a presença fundante da Literatura.

Entre tantas janelas que ela permite abrir e por elas voar, imaginemos agora uma conversa de dois comprades de profissão, distantes e ao mesmo tempo vizinhos de janelas.

#### Emergência

Quem faz um poema abre uma janela.  
Respira, tu que estás numa cela  
abafada,  
esse ar que entra por ela.  
Por isso é que os poemas têm ritmo —  
para que possas profundamente respirar.  
Quem faz um poema salva um afogado.  
(QUINTANA, 2001, p.117).

## Referências Bibliográficas

CANDIDO, Antonio. "O direito à literatura". In: **Vários escritos**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros**: a leitura literária na escola. São Paulo: Global, 2007.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. 2. ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

Gadotti, Moacir. **A escola e o professor**: Paulo Freire e a paixão de ensinar. 1. ed. – São Paulo : Publisher Brasil, 2007.

PESSOA, Fernando. **Poemas completos de Alberto Caetano**. São Paulo: Ática, 2007.

QUINTANA, Mario. "Emergência". In: MORICONI, Ítalo (org.). **Os cem melhores poemas brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

## **O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE GRANDES CENTRAIS HIDRELÉTRICAS E AS DIFICULDADES DE LEGITIMAÇÃO DOS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS**

Jucilene Galvão / Instituto de Energia e Ambiente (IEE-USP) / jucilenegalvao@usp.br  
Célio Bermann / Instituto de Energia e Ambiente (IEE-USP) / cbermann@iee.usp.br

### **Resumo**

Em meio aos conflitos socioambientais estabelecidos a partir do processo de construção de Grandes Centrais Hidrelétricas, percebe-se que os espaços democráticos ou os instrumentos legais de participação popular que compõem o Licenciamento Ambiental, elemento central do processo decisório que aprova a construção das Grandes Centrais Hidrelétricas, inviabilizam-se e acabam por negar de forma sistemática a resistência e os direitos daqueles que são contrários as mesmas. Entre as muitas estratégias que compõem o Licenciamento Ambiental de forma a favorecer os interesses que são articulados entre as empresas construtora, eletromecânicas, geradora de energia e as instâncias governamentais, destacam-se as dificuldades vividas pelas populações locais, comunidades tradicionais, ribeirinhas e indígenas de se fazer ouvir de forma efetiva em meio ao processo de Licenciamento. Deste modo, o presente artigo tem o intuito de evidenciar, por meio de uma análise teórica-empírica, que uma parte das estratégias que compõem o processo decisório que leva a construção de Grandes Centrais Hidrelétricas não permite a legitimação dos espaços democráticos, favorecendo para a invisibilização das contestações de parcela dos envolvidos no processo. A análise partiu de uma discussão teórica relacionada com o poder simbólico e as relações de conflito advindas das diferenças de interesses na legitimação democrática que se dá diante da produção e ocupação do espaço. Em uma relação empírica com o tema buscou-se evidências em casos como: o descuido para com a consulta específica das populações indígenas e as deficiências das audiências públicas realizadas ao longo do processo de Licenciamento Ambiental da Usina Belo Monte / PA.

**Palavras-chave:** Grandes Centrais Hidrelétricas; Licenciamento Ambiental; Espaços Democráticos; Invisibilização; Conflitos Socioambientais.

## **LAS LICENCIAS AMBIENTALES DE LAS GRANDES PLANTAS HIDROELÉCTRICAS Y LAS DIFICULTADES DE LEGITIMACIÓN DE LOS ESPACIOS DEMOCRÁTICOS**

### **Resumen**

Entre los conflictos ambientales establecidos en el proceso de construcción de hidroeléctricas, es evidente que los espacios democráticos o los instrumentos legales de participación popular que componen el otorgamiento de licencias ambientales, elemento central del proceso de toma de decisiones que se aprueba la construcción de grandes plantas de energía hidroeléctrica, se convierten impracticables y entonces denegrán sistemáticamente la resistencia y los derechos de los que son contrarios a las obras. Entre las muchas estrategias que componen el licenciamiento ambiental con el fin de favorecer los

intereses que se articulan entre las empresas constructoras, generadores de energía electromecánica y organismos gubernamentales, están las dificultades experimentadas por las comunidades locales, las comunidades tradicionales, indígenas y fluviales para que sean escuchados de manera efectiva en medio del proceso de licenciamiento. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo presentar, a través de un análisis teórico y empírico, que algunas de las estrategias que componen el proceso de toma de decisiones que lleva a la construcción de energía hidroeléctrica no permite la legitimidad de los espacios democráticos, favoreciendo la impracticabilidad de las respuestas de los implicados en el proceso. El análisis se basó en una discusión teórica relacionada con la cuestión de poder y con los conflictos simbólicos derivados de las diferencias de interés en cuanto a la legitimidad democrática que se da en la producción y el uso del espacio. A partir de una relación empírica con el tema se buscan pruebas en casos como: la indiferencia para la consulta específica de las poblaciones indígenas y las deficiencias de las audiencias públicas llevadas a cabo durante todo el proceso de licencias ambientales de la central eléctrica de Belo Monte / PA.

**Palabras clave:** Las grandes plantas hidroeléctricas; Licencias Ambientales; espacios democráticos; impracticabilidad; conflictos socio-ambientales.

## **THE ENVIRONMENTAL LICENSING OF LARGE HYDROELECTRIC CENTERS AND THE DIFFICULTIES OF LEGITIMATION OF DEMOCRATIC SPACES**

### **Abstract**

In the midst of the social conflicts established as a result of the construction of large hydroelectric power station, it can be seen that democratic spaces or legal instruments of popular participation that are involved in the Environmental Licensing, what is a central element in the decision-making process that approves the construction of the Large Hydroelectric Power Plants, become unfeasible and end up systematically denying the resistance and the rights of those who oppose them. Among many strategies that involve Environmental Licensing in order to keep the interests that are articulated by the construction, electromechanical, energy generating and government agencies, the most difficult experience lived by local population and traditional communities, is to be heard effectively in the middle of the Licensing process. Thus, this article aims to show, through a theoretical-empirical analysis, that a part of the strategies that make up the decision-making process that leads to the construction of large hydropower plants does not allow the legitimation of democratic spaces, making impossible for those who are involved in the process to contest. The analysis started from a theoretical discussion related to the symbolic power and the relationship of conflict arising from the differences of interests in the democratic legitimacy that occurs before the production and space occupation. In an empirical side of the theme, some evidence was sought in cases such as: the neglect of the specific consultation of indigenous population and the deficiencies of the public hearings carried out during the Environmental Licensing process of the Belo Monte / PA Plant.

**Keywords:** Large Hydropower Plants; Environmental Licensing; Democratic Spaces; Invisibility; Socio-environmental conflicts.

## 1. Introdução

O ideal do desenvolvimento econômico, como sendo aquele que se traduz no aumento de riquezas, de produção e de consumo, ou seja, aquele associado diretamente e quase exclusivamente ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB), têm alimentado e direcionado muitas das decisões governamentais. Entre as decisões que se direcionam por este ideal, tem-se as relacionadas ao aumento da oferta de produção de energia elétrica que como insumo para a produção de bens e serviços destaca-se como um dos elementos responsáveis pela organização econômica interna dos países, assim como, vem sendo ao longo do tempo, base para várias negociações de política econômica externa.

Neste contexto, os Planos de Expansão de Energia do Brasil destacam projetos de ampliação da oferta de energia elétrica buscando satisfazer o ideal do desenvolvimento econômico, mesmo que ele como sinônimo de crescimento econômico não represente melhora de bem-estar social de forma mais equânime e ampla para a maior parte da população. Tais planos justificam em sua formatação o aumento da oferta de energia elétrica como essencial para o aumento da produção e conseqüentemente para o aumento do consumo e, portanto, prioridade econômica, em detrimento por exemplo, das necessidades ambientais e socioculturais das áreas onde novos projetos produtores de energia serão implantados.

Ainda nesta concepção, é importante ressaltar que no Brasil as decisões governamentais voltadas para as questões energéticas têm priorizado o aumento da produção de energia elétrica focando na produção hidrelétrica a qual se atribui a qualidade de ser renovável e, portanto na visão governamental, de significativa importância para a disponibilidade de energia elétrica para o futuro. Neste sentido, o Balanço Energético Nacional (BEN) dá destaque para a hidroeletricidade na matriz energética elétrica brasileira, pois a mesma representava no relatório de 2016 64% da produção elétrica, além de ser indicada como aquela que tem

grande potencial a ser explorado e suficiente para permanecer como a fonte predominante no atendimento à crescente demanda de eletricidade do país. Especialmente nas bacias da região Norte e Centro-Oeste, os inventários hidrelétricos apontam que projetos importantes poderão ser viabilizados nos próximos anos, a despeito da crescente complexidade socioambiental que, normalmente, impõe estágios de desenvolvimento extensos. (BRASIL, EPE, 2014 p.86)

Portanto, com a possível viabilização de novos projetos hidroelétricos indicados nos inventários de potencial e nas listas de futuros empreendimentos que compõem os Planos Nacionais Energéticos como o PDE/2023 (BRASIL: EPE,2014), PDE/2024 (BRASIL:EPE, 2015) e PNE/2030 (BRASIL:EPE, 2007) e que ressaltam de forma direta os interesses governamentais na expansão hidrelétrica em áreas de grande biodiversidade ambiental fica evidente a necessidade de um cuidado especial para com a organização do processo de Licenciamento Ambiental voltado para a instalação de grandes empreendimentos hidrelétricos principalmente no que tange às dificuldades de equilibrar interesses diversos em áreas de ampla diversidade ambiental e sociocultural.

Sendo fato que a instalação de grandes empreendimentos hidrelétricos sempre envolve muitos atores: a população tradicional local, a população nacional, os empresários interessados no uso da energia a ser produzida, os empreendedores interessados na obra

em toda sua dimensão, os planejadores públicos e privados, os órgãos governamentais de variados níveis, além das mais diversas instituições. Todos estes atores se confrontam tentando fazer valer seus interesses, que por vezes, são contrários e, portanto, bastante conflitantes.

Deste modo, por meio de uma metodologia teórico-empírica buscou-se em fundamentos teóricos como: as relações do “poder simbólico” e as lutas na produção do espaço que se dá por meio da “destruição criativa” refletir sobre a legitimação dos espaços democráticos estabelecidos de forma legal no processo de Licenciamento Ambiental, mas que na prática se evidenciam como pouco satisfatórios para as populações locais em suas especificidades, negando a igualdade de direitos diante da ocupação e da estruturação do espaço e da utilização dos recursos e riquezas nele existentes e principalmente negando a participação efetiva das populações ao longo do processo de licenciamento de empreendimentos que irão mudar todo seu modo de vida.

O estudo empírico de tais questões se deu a partir da análise do processo de Licenciamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte no rio Xingu estado do Pará no que tange a participação dos agentes envolvidos com tal empreendimento, ou seja, em relação a participação decisória e consulta das populações que vivem nas áreas a serem afetadas pelas grandes construções, buscando-se evidenciar, a partir deste caso, as dificuldades de legitimação dos espaços democráticos em meio ao Licenciamento Ambiental de grandes empreendimentos em áreas de grande conflito socioambiental e a consequente negação da contestação dos que se colocam em posição contrária a liberação deste tipo de empreendimento.

## **2. O Poder Simbólico e a Produção Capitalista do Espaço**

Para fundamentar a análise referente as dificuldades de legitimação dos espaços democráticos do Licenciamento Ambiental de grandes empreendimentos hidroelétricos, partiu-se da discussão proposta por Pierre Bourdieu (1984, 1989), e sua referência ao “poder simbólico” estabelecido pelas relações sociais que leva a conflitos e influência de forma direta nos modos de participação dos grupos que compõem um determinado campo de disputa.

Portanto, a delimitação de nosso objeto de estudo se dá por meio do conceito de campo de análise que de acordo com Bourdieu (1984) se delimita por meio de objetos de disputas (no caso, a construção dos empreendimentos hidrelétricos) e de pessoas (grupos envolvidos) prontas para disputar o jogo que se cria em meio a disputa central. Importante ressaltar que o campo não é especificamente físico, ou seja, um espaço determinado fisicamente, mas sim um “espaço de ação” que se constrói a partir das relações estabelecidas material ou imaterialmente por meio de um determinado conflito.

De acordo com o autor é necessário que os envolvidos com a disputa a compreendam em suas diversas dimensões, assim como os objetos que dela fazem parte. Deste modo, para o caso aqui discutido, as relações que se estabelecem na disputa pela construção de novos grandes empreendimentos hidrelétricos geram um campo específico de ação (material e imaterial) permeado pela disputa de interesses conflitantes referentes ao uso da terra e dos recursos que dão base ao empreendimento, além dos demais recursos existentes no entorno do mesmo.

Ainda dentro desta linha de raciocínio é significativo compreender que o campo se forma e estrutura a partir da relação de força estabelecida entre os agentes ou as instituições engajadas na disputa e seus interesses, pois toda a pessoa ou grupo engajado em uma disputa dentro de um campo tem um certo número de interesses fundamentais em comum que se inter-relacionam na formação dos sistemas simbólicos ou mesmo do poder simbólico que determinará as principais decisões em meio aos conflitos de interesse.

Para Bourdieu o poder simbólico e os sistemas simbólicos organizam e delimitam o campo de ação das variadas classes ou grupos sociais, pois de acordo com o autor o “poder simbólico estabelece o sentido imediato do mundo, permitindo a concordância entre as inteligências.” (1989, p.9) Ou seja, os símbolos são os instrumentos de integração social que levam ao conhecimento do modo de organização e do sentido do mundo social, criando um consenso acerca da ordem social que deve ser estabelecida e neste sentido reproduzindo a dominação, pois o consenso é atribuído pelo grupo hegemônico dentro do campo que por sua vez se define por meio dos “objetos de disputas e aos interesses próprios e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo” (1984, p.120)

Nesta perspectiva, de acordo com o autor, “as diferentes classes ou frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p.11), luta que pode ser “vista” dentro dos processos decisórios que determinam como o espaço e seus recursos naturais serão utilizados, a favor de um ou outro grupo social, em nome do consenso já estabelecido simbolicamente, não esquecendo que o consenso se dá pelo grupo hegemônico dentro do campo, ou seja, pelo grupo que detém maior poder, seja econômico, seja político, seja cultural.

Assim, pode-se aceitar que dentro do campo de disputas relativo a produção da hidroeletricidade prevalece o símbolo forjado pelo discurso do desenvolvimento econômico como base para o avanço de uma sociedade, ou ainda, um discurso empreendedor que se baseia na necessidade de novas tecnologias que levem ao desenvolvimento e que para seu funcionamento e uso final necessita de uma maior oferta de energia. Ou seja, o consenso se dá sobre o símbolo/ideia de que o desenvolvimento nacional depende essencialmente da disponibilidade energética, no caso aqui estudado da disponibilidade elétrica, que por sua vez, depende da hidroeletricidade diante da ideia/símbolo, de ser esta, uma energia “limpa” e desta forma a mais apropriada para o país.

Podemos admitir, no entanto, que o símbolo/ideia apresentado não se fundamenta única e exclusivamente por uma verdade ampla, ou seja, existem outros caminhos para o desenvolvimento que não se fundamentem apenas na ampliação de produção e consumo. Não se pode negar que a energia elétrica ou a energia no geral são significativas para uma melhor qualidade de vida em muitos aspectos, mas é importante destacar que a necessidade de aumento de oferta, depende do modo de vida que se escolha e neste sentido a escolha também deve ser coletiva e embasada em vários aspectos e não determinada unicamente pelas necessidades econômicas, ou seja, pelo interesse do capital.

Outra questão a ser pensada é o símbolo/ideia de energia limpa dado a hidroeletricidade, pois além de apresentar grandes índices de emissões de gases de efeito estufa a mesma não é, portanto, tão limpa tendo em vista os desastres ambientais que provoca ao ambiente que a envolve. Desta maneira, os símbolos criados e impostos pelos grupos hegemônicos, não são tão definitivos, e poderiam ser rediscutidos dentro de outros padrões de interesse.

Entendemos, porém que os símbolos que prevalecem e se solidificam na disputa apresentada pelos grandes empreendimentos ganham força e se tornam símbolo geral a partir dos interesses capitalistas que se concretizam na negação de fatos, direitos e formas de resistência, para aqueles que não podem de forma efetiva concretizar simbolicamente as suas ideias contestatórias em relação as necessidades de ampliação da oferta de energia elétrica a partir das grandes centrais hidrelétricas, mesmo que para estes a discussão ganhem sentido nas possibilidades de prevalência de outros modos de vida.

O que se constata então é que o consenso que prevalece para maior parte da sociedade é a importância da produção de hidroeletricidade para o aumento da economia e da melhor utilização tecnológica que leve ao aumento direto da produção e do consumo, mesmo que em detrimento dos interesses de grupos sociais que buscam outra forma de desenvolvimento que seja menos destrutivo ao ambiente natural e cultural.

Ainda dentro desta mesma forma de pensamento e buscando mais elementos que fundamentem nossas análises podemos dialogar com as ideias defendidas por David Harvey (2003, 2011) diante da visão de um espaço que se constrói por meio das lutas e desigualdades advindas do capitalismo e suas dinâmicas. Ou seja, diante de um campo de análise que se forma materialmente e imaterialmente pelos conflitos de interesses que se estabelecem a partir da produção do espaço geográfico e do modo de produção que se estrutura sobre este espaço, que no caso estudado se fundamenta essencialmente sobre o modo de produção capitalista.

Para Harvey (2003, p.121), na essência o modo de produção capitalista é o que mais consome e modifica a relação estabelecida entre os elementos formadores do espaço e a organização de vida das populações, desta maneira também é o que mais estabelece conflitos, pois de acordo com o autor a acumulação primitiva, ou como prefere chamar a acumulação por espoliação que permanece até os dias de hoje, faz as populações camponesas, ou como em nosso estudo, as populações ribeirinhas e tradicionais, com seu modo de vida autóctone e baseado em atividades específicas, serem expulsas de suas terras em prol da privatização constante das propriedades ou dos recursos que alimentam os interesses capitalistas.

Neste mesmo caminho de análise e discussão, de acordo com David Harvey (2011) a ocupação e transformação do espaço geográfico em prol dos interesses de acumulação se dá de forma intensa pela destruição criativa, ou seja, pela produção de bens e serviços que criam mecanismos ou tecnologias para a vida humana sobre o espaço terrestre modificando-o de forma criativa, porém ao mesmo tempo destrutiva em relação a sua organização natural. Fato que ganhou força nos últimos 3 séculos, com a ascensão do capitalismo e mais especificamente, nas últimas décadas com a grande vaga neoliberal. Pois é fato que:

A paisagem geográfica da acumulação do capital está em perpétua evolução, em grande parte sob o impulso das necessidades especulativas de acumulação adicional (incluindo a especulação sobre a terra) e, só secundariamente tomando em conta as necessidades das pessoas. (Harvey, 2011, p.152)

A ocupação do espaço para a construção de grandes empreendimentos de infraestrutura, é um grande exemplo disso, alimentando um modo de vida baseado no consumo de bens e serviços, e que por sua vez, se alimentam dos recursos naturais para serem produzidos, na maioria das vezes, em prol de interesses comerciais ou especulativos.

Para Harvey a destruição criativa do espaço e a ampla utilização de recursos em prol da acumulação é mantida em ampla medida pelos governos que apoiados em princípios neoliberais criam instituições e formas de gestão voltadas a favorecer em seus trâmites organizacionais os interesses de mercado que possam de forma eficiente recuperar ou manter o poder de classe dos dirigentes e empreendedores dentro do país.

Assim, ao lutar pelos recursos do espaço em meio as suas atividades produtivas as populações estabelecem conflitos com grupos fortemente estruturados e muitas vezes apoiados pelo poder do Estado que de acordo com Harvey (2003, p.121) “com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos” que se dão de forma intensa pelas diferenças de interesses e que se ampliam diante das especificidades da produção e da maneira como o espaço e seus elementos são utilizados em meio aos interesses do capital e do ideal de crescimento econômico a ele interligado.

Neste ponto de vista o Estado brasileiro aliado aos interesses do grande capital usa de sua força legal para impor suas decisões, manipula a opinião pública se fortalecendo do discurso relacionado às necessidades para o desenvolvimento e mantém o país no curso

dos grandes empreendimentos de infraestrutura como as Grandes Centrais Hidrelétricas que se proliferam mesmo com a previsão, dada pelos estudos ambientais, de tantos desastres negativos sobre o meio ambiente e suas populações. Esta proliferação se apoia de forma significativa na aliança com as empresas, consórcios e financiadores das grandes obras que seguem no caminho da acumulação por espoliação.

Deste modo é evidente que os caminhos que são trilhados para a utilização do espaço e dos recursos nele contido se estruturam de forma pouco democrática, negando o direito de contestação e ampliando a desigualdade em relação a ocupação territorial e utilização das riquezas componentes destes territórios. Sendo fato ainda que a destruição criativa também se dá pela força do poder simbólico que as classes hegemônicas detêm na afirmação sobre as “necessidades” do país para manter o seu desenvolvimento econômico, por meio de novos grandes empreendimentos, que marcam e reestruturam o espaço a favor dos interesses capitalistas e dos grupos que se aliam ao Estado para a ampliação da acumulação.

Neste contexto pode-se aceitar de antemão que a legitimação democrática, como sendo a possibilidade de se efetivar espaços de participação e negociação que levem a decisões mais equilibradas para o uso dos recursos naturais e ocupação do espaço, não tem se estabelecido de forma muito eficiente ao longo de processos decisórios relacionados a grandes empreendimentos que em sua maioria consomem de forma ampla os espaços de ocupação e seus recursos. O que se vê acontecer em casos como o que será apresentado adiante é que o capital se impõem forjando os símbolos nacionais e determinando os caminhos para o desenvolvimento mesmo que em detrimento de modos de vida contrários a mera acumulação, como apresentados por Bourdieu e Harvey em suas discussões.

### 3.1 Audiências Públicas

Entende-se que as Audiências Públicas (AP) poderiam ser um espaço bastante propício para o esclarecimento das questões estabelecidas no processo de construção de um grande empreendimento hidroelétrico, na medida em que através destas audiências alguns fatores técnicos poderiam ser esclarecidos para a população de forma mais didática, e assim, munindo todos os envolvidos de um capital cultural específico que lhes permitisse a efetiva participação. Desta maneira, de acordo com especialistas do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

(...) o processo participativo deve ocorrer em um momento no qual ainda seja possível incorporar demandas e valores dos atores envolvidos na temática, transcendendo a mera função de esclarecer e informar o público-alvo. Isto pode envolver eventos preparatórios ao processo de audiência pública, no sentido de incluir atores antes excluídos do processo decisório e nivelar o conhecimento entre os participantes (FONSECA et al, 2013, p.21)

Além disso, a AP remete a ideia de diálogo que poderia levar ao exercício democrático efetivo e prática. Afinal, de acordo com Bermann (1991, p.240)

O referencial para a emergência deve ser buscado na existência de óticas distintas, de projetos sociais distintos, envolvendo de um lado, interesses incorporados pelo setor elétrico público e assumidos como “seus”, e de outro lado, as populações concernidas pelas obras.

Ou seja, a discussão equilibrada deveria trazer novas soluções para a produção de energia elétrica evitando impactos profundos para as populações e natureza atingidas por grandes empreendimentos hidroelétricos. O jogo que se dá na disputa, deveria permitir um

maior equilíbrio na utilização do espaço geográfico em toda sua constituição física e histórico-cultural. Permitindo assim, que todos os interesses fossem discutidos e levados em consideração em pé de igualdade e não invisibilizando uma parcela dos agentes envolvidos.

Porém a pesquisa comprova que na prática tais questões tem dificuldades de se efetivarem, afinal de acordo com Hernandez e Magalhães (2011, p.297):

Os processos de decisão para obras de infraestrutura, que se caracterizam como estruturas de acumulação em si, colocam em evidência e provocam a discussão sobre as condições nas quais as sociedades democráticas enfrentam pelo menos quatro desafios interligados: o primeiro diz respeito à utilização das ciências e das técnicas e da inter-relação entre ciência e poder – *experts* e governo; o segundo diz respeito à redefinição e/ou construção de um espaço público, constituído não apenas de técnicos, mas também de homens e mulheres, grupos sociais, comunidades e povos com histórias e conhecimentos diversos; o terceiro de confrontar-se com o aparato legal que rege a tomada de decisão; e, por último, especialmente no caso brasileiro, o desafio de se interrogar sobre a fidelidade dos governantes aos princípios democráticos e os mecanismos que a sociedade dispõe de fiscalização e controle.

Na busca por maiores informações, relatos de vários grupos de agentes envolvidos com processos de Licenciamento demonstram que as APs têm sido utilizadas para o esvaziamento da discussão e não o contrário como deveria ser, pois elas têm acontecido de forma a evitar a organização e a participação de todos os envolvidos, tornando-se uma plenária de tecnocratas com decisões já pré-determinadas, onde não se estabelece um diálogo efetivo em relação as questões de interesse mais amplo, principalmente por que para que elas pudessem acontecer de forma equilibrada, todos os participantes deveriam estar devidamente preparados para as intervenções e para isso deveria existir como dito anteriormente um amplo e antecipado trabalho de informação e formação.

Para mais , os interessados na construção das hidrelétricas, que se fundamentam em uma visão meramente empreendedora, se utilizam de um discurso difamatório contra os futuros atingidos pelas mesmas, atribuindo a estes à responsabilidade pelo “não progresso”, ou seja, dando aos mesmos a qualificação de serem pessoas que se posicionam pelo não desenvolvimento do país, o que de forma geral os criminaliza. Afinal, o discurso que defende os grandes empreendimentos se assenta, como já mencionado no poder simbólico do desenvolvimento econômico como sendo essencial para a nação e, portanto, tomado como consenso.

Como referência empírica e exemplo notório de uso indevido de APs tem-se o processo de Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu (PA) que se situa após a cidade de Altamira em direção a localidade designada como sítio Pimental. Tal usina, que vem sendo alvo de discussões desde os anos 1970, e que apresentou alguns períodos de interdição, por questionamento público, teve o projeto retomado com algumas reformulações em 2005 e segue desde então com a construção das barragens e instalação das turbinas.

Com potência instalada prevista em 11.233 MW, mas com a média operacional assegurada em 4.428 MW médios, o que corresponde a 39% do total, a usina apresenta o lago com uma área de 668Km<sup>2</sup> de abrangência, apesar de o EIA/Rima indicar a princípio 516 km<sup>2</sup>. No projeto está o desvio de grande parte do fluxo de água do rio Xingu, conhecido como Volta Grande do Xingu, para um trecho que atualmente é ocupado por florestas e assentamentos de pequenos agricultores, tal desvio se dá por meio da construção de um canal de derivação ao norte da Terra Indígena Juruna do Paquiçamba, de acordo com revisão do projeto original a título do que os membros da ENGEVIX 2010 chama de “otimização do projeto”. (BERMANN, 2012)

De acordo com Hernandez e Magalhães (2011), as APs para discussão do projeto Belo Monte foram bastante deficitários e portanto podemos aceitar que tenham sido pouco legítimos democraticamente, pois ocorreram apenas 4 APs para tais discussões e todas elas aconteceram em datas próximas, em setembro de 2009, demonstrando uma falha de organização que criou dificuldades de articulação para os envolvidos com menor potencial técnico para a compreensão das discussões. Além disso de acordo com os autores:

As audiências públicas foram extremamente longas, nas quais a exposição dos benefícios da obra, a exposição dos processos de licenciamento e os pronunciamentos de autoridades tomavam meia dúzia de horas, levando à exaustão o público. Verificou-se nas três primeiras audiências públicas que o debate substantivo ficou restrito às poucas pessoas que permanecem no local por pelo menos seis horas e que na prática reúne pessoas com convicções mais fortes sobre o projeto. O público mais preocupado pela busca de informações se retirou antes dessa fase. (2011, p. 307)

Relatos de moradores comuns ou de representantes de grupos de pescadores ou populações tradicionais indicam que a participação foi muito deficitária e quando alguém conseguia ser ouvido em alguns casos era até mesmo vaiado e indicado como opositor do progresso que a Hidrelétrica representaria para o país e para os municípios da região. Tais estratégias de difamação enfraquecia o posicionamento dos contrários e muitas vezes fez dividir os grupos de luta dificultando a participação dentro destes espaços que poderiam e deveriam ser mais democráticos.

As APs para a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte ainda vivenciaram protestos por parte de procuradores do Ministério Público Federal e Estadual insatisfeitos com a não participação na mesa de discussões e na falta de espaço físico para abrigar todos os interessados. Um grupo de especialistas formado por cientistas e professores de importantes universidades brasileiras aliadas aos representantes de associações de moradores e das comunidades tradicionais locais, tentaram participar de forma efetiva das audiências levantando questões e críticas que de forma geral foram desconsideradas. Ou seja, como afirma Bermann (2012, p.11) “o processo de consulta nas audiências públicas para o Licenciamento Ambiental da usina Belo Monte foram obras de ficção”, sendo realizada apenas como maneira de cumprir exigências legais, sem se preocupar efetivamente com seus resultados para o processo de Licenciamento Ambiental e para a legitimação da democracia em relação a tais decisões.

Estudos como de Fonseca et al (2013) demonstram que as instruções normativas referentes as APs são significativas para fazer acontecer o processo, porém, muitas vezes não colaboram efetivamente para impedir que as mesmas sejam apenas um ato para cumprir exigências legais sem resultados democráticos efetivos como já mencionado anteriormente. Além disso, como alertam os autores em alguns casos,

a legislação está ultrapassada ou é omissa ou insuficiente em relação à realização de audiências públicas. Nos casos estudados de licenciamento ambiental, observou-se que a legislação vigente está ultrapassada e teve impacto negativo na efetividade da participação. As tentativas do Ibama de fazer mais que o exigido pela legislação – por exemplo, realizando reuniões públicas para discutir o termo de referência do EIA – evidenciam esta deficiência normativa. As resoluções do Conama somente preveem a obrigatoriedade de realização de audiências públicas para licenciamento ambiental no momento de avaliação do EIA. (2013, p.20)

Nesta lógica, pode-se perceber que as APs para o Licenciamento Ambiental de grandes empreendimentos deveriam ser realizadas em períodos diversos ao longo do

processo de Licenciamento Ambiental, começando antes mesmo do EIA ser apresentado em seu formato final ao IBAMA, afinal estas audiências antecipadas poderiam apontar a necessidade de estudos mais específicos, principalmente em relação ao modo de vida das comunidades tradicionais ou das atividades de subsistência e de moradia das comunidades ribeirinhas, o que poderia ter antecipado possíveis desastres advindos dos empreendimentos e que hoje são uma realidade na cidade de Altamira/PA.

De acordo com Fonseca et al (2013) o licenciamento do empreendimento estudado chegou a apresentar alguns processos preparatórios para as APs visando a participação das populações ribeirinhas e indígenas, no entanto “no caso de Belo Monte, faltou uma conexão clara entre estas reuniões com populações tradicionais e as audiências públicas formais.” (FONSECA et al, 2013, p.22). Ou seja, as demandas nem foram sistematizadas para apresentação nas APs e de acordo com alguns relatos tais reuniões serviam muito mais para relatar as ações já previstas pela empresa construtora, do que efetivamente para compreender as demandas das populações não se configurando como uma ação democrática em si.

Como já mencionado, o despreparo das comunidades e falta de conhecimento para compreender o que estava sendo apresentado nas APs, tornou em muitos momentos as discussões pouco significativas para a população local em sua resistência à construção da Usina Belo Monte, desmotivando a participação e favorecendo os grupos hegemônicos. É neste sentido que os grupos de trabalho e orientações mais específicas deveriam ter dado subsídios a população local para uma melhor e efetiva participação nas discussões, recolhendo demandas para levar a plenária e gerar discussões referente aos resultados futuros da obra para estas populações.

Diante de tais fatos torna-se possível afirmar, que as APs não estão sendo utilizadas da melhor forma, sendo mais um mecanismo institucional ou uma estratégia governamental que defende os interesses do Estado capitalista desconsiderando ou até mesmo invisibilizando os interesses das populações locais em suas necessidades de ocupação e sobrevivência, pois apesar do discurso e das tentativas de enfatizar a participação de todos os interessados no processo decisório para a construção de grandes empreendimentos hidroelétricos, é possível verificar, tendo como referência o caso citado, a não efetividade desta questão.

As audiências públicas que poderiam ser um dos mecanismos e instrumentos de legitimação dos espaços democráticos, onde se poderia fazer ouvir todas as vozes relacionadas direta ou indiretamente com os resultados de um grande empreendimento que modifica de forma intensa um território não se efetiva na prática real e o desequilíbrio da disputa no campo do Licenciamento Ambiental para Grandes Centrais Hidrelétricas torna-se evidente deslegitimando um dos espaços democráticos propostos dentro do processo.

### **3.2 Consultada as Populações Indígenas**

Um outro espaço democrático dentro do processo de Licenciamento Ambiental seria a consulta obrigatória e prévia as populações indígenas que serão afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento, tal ação se fundamenta na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais de 7 junho de 1989 e que foi ratificada pelo Brasil com o Decreto Nº 5.051, de 19 de Abril de 2004.

A OIT apresenta em sua Parte I no artigo 6, parágrafo 1º, alíneas a e b a atribuição do dever aos governos de consultar os povos que serão afetados pelos empreendimentos de acordo com procedimentos apropriados e por meio de suas instituições representativas, assim como, estabelecer meios para os povos participarem livremente e de forma igualitária às demais populações. (BRASIL, 2004).

No Brasil a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) é a responsável legal por analisar os projetos e licenciamentos que se refiram as terras indígenas e que possam de alguma maneira afeta-las, ambiental e culturalmente. Deste modo, a FUNAI deve manifestar-se exigindo por parte do governo e das organizações envolvidas com o empreendimento a participação indígena ao longo do processo decisório, cobrando informações referentes aos inventários e licenciamento ambientais e repassando para as tribos envolvidas.

A Convenção 169 ainda prevê em sua Parte II, nos artigos 14 e 16, que os governos devem reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse às terras que tradicionalmente ocupam ou ainda às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Em particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes. Os povos não deveram ser transladados de suas terras, porém quando necessário o reassentamento destes povos, somente poderão ser efetuados com o consentimento dos mesmos, concedido livremente e com pleno conhecimento de causa. Quando não for possível obter o seu consentimento, o traslado e o reassentamento só poderão ser realizados após a conclusão de procedimentos adequados estabelecidos pela legislação nacional, inclusive enquetes públicas, quando for apropriado, nas quais os povos interessados tenham a possibilidade de estar efetivamente representados. E ainda deverão ser indenizadas plenamente as pessoas transladadas e reassentadas por qualquer perda ou dano que tenham sofrido como consequência do seu deslocamento. (BRASIL, 2004).

O Estatuto dos Povos Indígenas de 09 de junho de 2009 em seus Art.6º determina também na mesma linha de comando, que:

“A política de proteção dos povos indígenas e promoção dos direitos indígenas terá como finalidades:

V - garantir a posse e a permanência nas suas terras e o usufruto exclusivo das riquezas dos solos, rios e lagos nelas existentes;

VII - proteger os bens de valor artístico, histórico e cultural, os sítios arqueológicos e as demais formas de referência à identidade, à ação e à história dos povos ou comunidades indígenas;” (BRASIL, 2009).

Tais questões obviamente se encontram, na Lei Maior do país em seu Art. 231, principalmente no que se refere os parágrafos 2, 3 e 4:

(II) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes; (III) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei; (IV) As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. (BRASIL, 1988)

Sendo assim, diante de tais legislações, ficam evidentes os direitos dos indígenas em relação as suas terras e riquezas, sejam elas, materiais ou imateriais. E na garantia de seus direitos fica determinado sua participação efetiva no que se relaciona com qualquer inventário ou Licenciamento Ambiental que se refira as suas terras. Porém ao acessar o histórico do empreendimento hidroelétrico Belo Monte têm-se as evidências da não consulta prévia das populações indígenas de acordo com as exigências estabelecidas nas legislações apresentadas. Evidências estas denunciadas pelo Ministério Público (MP), pela FUNAI e por painel de especialistas que acompanham o desenvolvimento de tais projetos e suas “falhas” estruturais.

De acordo com o site [xinguvivo.org.br](http://xinguvivo.org.br) um relatório da Comissão de Especialistas em Aplicação de Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de março de 2012 “*confirma que o governo brasileiro deveria ter realizado as oitivas indígenas nas aldeias impactadas por Belo Monte antes de qualquer intervenção que possa afetar seus bens e seus direitos.*” A mesma Comissão de Especialista em suas recomendações finais solicitava ao governo que:

(I) Tome as medidas necessárias para levar a cabo consultas com os povos indígenas afetados, em conformidade com os artigos 6 e 15 da Convenção, sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, antes que os possíveis efeitos nocivos da dita usina sejam irreversíveis; (II) Em consulta com os povos indígenas, tome medidas para determinar se as prioridades dos ditos povos foram respeitadas e se seus interesses serão prejudicados, e em que medida, afim de adotar as ações de mitigação e indenização apropriadas; (III) Informar a Justiça Federal do Pará sobre os resultados do procedimento. (BRASIL, 2004).

Em carta pública, especialistas e participantes do Colóquio *Concessão à Violência: A licença de Operação de Belo Monte*, confirmam a não participação indígena no processo de Licenciamento do empreendimento Belo Monte, como destacado no trecho que segue:

O governo ignora, constrange e descumpra a Constituição Federal, especialmente no que diz respeito às Terras Indígenas, aos Povos Tradicionais e aos direitos consagrados: direito à moradia; direito à saúde, direito ao trabalho; direito dos migrantes; direito à educação; direito de acesso à justiça; direito ao ambiente. O governo obedece a uma única estratégia política, a de anular qualquer consulta para os atingidos, fechando-lhes o espaço democrático necessário para uma discussão pública permanente e esclarecida que exige uma obra desse porte e efeitos ambientais. De forma arditosa utiliza-se do viés jurídico do instituto da **suspensão de segurança**, criado pelo art. 4º da Lei 4.348/64 e busca produzir meios de convencimento a todo custo para reduzir as ações políticas dos agentes sociais, e ainda passa a criminalizá-los, intimidá-los e constrangê-los fisicamente pela interdição de espaços e vias de circulação. (2015, p.2)

Levando em consideração toda a legislação indicada e as discussões referentes ao tema ainda é importante entender que as consultas as populações indígenas devem ser estruturadas respeitando seu modo de vida e sua forma de comunicação, evitando que as mesmas sejam manipuladas ao longo do processo de consulta por uma forma de consulta que não lhes permitam declarar de forma efetiva seus interesses. Ou ainda, que as mesmas sejam acessadas pelos empreendedores de forma a “convencê-las” do abandono de seu modo de vida a favor de acordos temporários e benefícios imediatos que não lhes garantam a sobrevivência a longo prazo.

No caso Belo Monte além das consultadas não terem ocorrido confirmando o descaso e negação do governo e empreendedores para com as comunidades tradicionais e seus direitos constitucionais e ressaltando o poder da especulação financeira como determinante para as decisões que envolvem a construção de grandes empreendimentos no país, houve também por meio de uma lista de condicionantes e por um plano emergencial uma série de acordos que comprometeram o modo de vida indígena ao mesmo tempo que enfraqueceram a luta dos mesmos ou seus representantes por uma vida melhor a longo prazo. Afinal de acordo com o Dossiê Belo Monte elaborado pelo Instituto Sócio Ambiental (ISA) temos que:

Segundo a Norte Energia, R\$ 212 milhões já foram gastos com os povos indígenas. Porém, em lugar de serem investidos, de forma estruturada, na mitigação e compensação dos impactos, esses recursos foram principalmente utilizados no fornecimento de bens materiais (até março de 2015, foram comprados 578 motores para barco, 322 barcos e voadeiras, 2,1 milhões de litros de gasolina, etc.), consolidando um inaceitável padrão clientelista de relacionamento entre empresa e povos indígenas. Os recursos foram distribuídos por dois anos (de outubro de 2011 a setembro de 2013), na forma de uma espécie de “mesada” no valor de R\$ 30 mil mensais por aldeia. Dessa maneira, o empreendedor e o Estado puderam controlar temporariamente os processos de organização e resistência indígena, deixando como legado a desestruturação social e o enfraquecimento dos sistemas de produção de alimentos nas aldeias, colocando em risco a saúde, a segurança alimentar e a autonomia desses povos. (2015, p.14)

Os fatos apresentados evidenciam e confirmam a hegemonia de alguns grupos diante das negociações que se referem ao processo de Licenciamento Ambiental de Grandes Centrais Hidrelétricas, tanto quanto evidenciam a negação de direitos as comunidades indígenas tradicionais na tentativa de se fazer ouvir na luta para a garantia de ocupação de suas terras e seu modo de vida.

#### **4. Considerações Finais**

Diante da análise apresentada tem-se como primordial que processos decisórios para grandes empreendimentos se estabeleçam de forma equilibrada, ou seja, que se estruture a satisfazer interesses não só apenas econômicos ou de mercado, mas em equilíbrio aos interesses também voltados para a manutenção do meio ambiente natural e cultural, ou seja, que tais decisões caminhem na direção de um desenvolvimento que siga o ideal de bem-estar e não os interesses de crescimento econômico que, via-de-regra, extrapolam as necessidades de bem-estar humano.

As populações de áreas afetadas direta ou indiretamente por grandes empreendimentos hidroelétricos devem ser ouvidas em suas reivindicações e de forma efetiva contribuir para as decisões que se refiram aos recursos e territórios que a elas estejam associados. Os espaços democráticos garantidos em lei e no processo de Licenciamento Ambiental devem ser efetivados na prática e vivências reais. Ou seja, as leis e convenções devem ser seguidas dando base para acordos e decisões que possam modifica-las, caso necessário, em prol do benefício das populações em suas formas de vida e não a favor única e exclusivamente do mercado e seus interesses especulativos.

Ao governo representado por suas instituições cabe administrar de forma equilibrada a utilização dos recursos naturais do país sem favorecer interesses de um ou outro grupo, mas de forma democrática permitir e direcionar a produção de riquezas que possam servir a toda população e seus diversos modos de vida, preservando da melhor forma possível, os recursos que a estes sejam caros. Evitando que se confirmem as discussões referentes ao poder simbólico hegemônico do capital e sua imposição empreendedora deixando o meio ambiente em toda a sua riqueza natural, cultural e histórica em segundo ou terceiro planos.

Importante, ainda, que o caso apresentado como estudo sirva de exemplo prático para que estas mesmas negações aos direitos democráticos não se repitam diante de decisões que caminhem neste mesmo sentido e que as discussões relacionadas a tais questões não cessem, permitindo que propostas mais adequadas e eficientes para as populações e o meio ambiente se incorporem ao processo de Licenciamento Ambiental para grandes empreendimentos de infraestrutura no país.

## 5. Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Balço Energético Nacional**. Empresa de Pesquisa Energética/EPE. Brasília: MME: EPE, 2014.
- BRASIL, Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Casa Civil. **Decreto Nº 5.051**. Brasília, DF: Senado, 2004. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm) Acessado em 10/07/2015
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030**. Empresa de Pesquisa Energética/EPE. Brasília: MME: EPE, 2007.
- BRASIL. Ministério da Justiça, Comissão Nacional de Política Indigenista. **Estatuto dos Povos Indígenas: Proposta da Comissão Nacional de Política Indigenista**. Brasília, 2009. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/cnpi1> Acessado em 07/07/2015
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2021 / Ministério de Minas e Energia**. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE, 2012. [http://www.epe.gov.br/PDEE/20120924\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/PDEE/20120924_1.pdf) Acessado em 05/07/2015
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2023** Empresa de Pesquisa Energética/EPE. Brasília: MME: EPE, 2014.
- BOURDIER, Pierre. O poder simbólico. (1989). Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Editora, 2010.
- BOURDIER, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In *Questões de Sociologia*. (1984). Lisboa: Fim do Século. 2003
- BERMANN, C. “Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos: uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil”. (Tese de doutoramento). FEM/UNICAMP, novembro de 1991.
- BERMANN, C. “O projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: a autocracia energética como paradigma”. *Novos Cadernos NAEA*, v.15, n.1, jun/2012, p.5-23.
- FONSECA, I. F, et al. **Audiências públicas do poder executivo federal: fatores de efetividade**. Texto para discussão 1873. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2013
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2003.
- HARVEY, D. **A Destruição criativa da terra**. In *O enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- HERNANDEZ, F.M. & MAGALHÃES, S. B. **Ciência, Cientistas, Democracia desfigurada, Licenciamento ambiental sob constrangimento: o caso Belo Monte** in ZHOURI, A. (org) *As Tensões do Lugar – Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011, 298-324.
- ISA (2015). Dossiê Belo Monte: Não há condições para a Licença de Operação. Villas-Bôas, A. et al. (Orgs.). São Paulo: ISA-Instituto Socioambiental. Disponível em <http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/isa-publica-dossie-belo-monte-nao-ha-condicoes-para-a-licenca-de-operacao> Acessado em 05/07/2015.

## **O MASCARADO FOBÓ ENTRE O SÉRIO E O LÚDICO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A CULTURA DO FOLIÃO DA AMAZÔNIA**

Elian Karine Serrão da Silva; Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA),  
karinessilva@outlook.com

Itamar Rodrigues Paulino; Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA),  
itasophos@gmail.com

**Resumo:** O Mascarado Fobó é o símbolo cultural da maior festa carnavalesca do Baixo Amazonas, e estrutura fundamental na composição da diversidade cultural Amazônica Brasileira. Este resumo é resultado de pesquisa realizada em Óbidos-PA para investigar aspectos históricos e culturais do Mascarado Fobó, sua essência, suas raízes e significado, seus disfarces e revelações, e suas transformações ao longo do tempo. Os resultados apontaram para uma manifestação cultural que homenageia uma criação humana, fruto de um imaginário antigo, que produz a ocultação da própria identidade na identidade de um personagem que é história e que se faz história a cada ano, resultando daí numa festa que debocha da realidade cruel na forma de riso e de brincadeira.

**Palavras-chave:** Cultura; Identidade; Mascarado Fobó; Diversidade Cultural; Amazônia.

## **EL ENMASCARADO FOBÓ ENTRE EL SERIO Y EL LUDICO: UNA INVESTIGACIÓN DE LA CULTURA DEL FOLIÓN DE LA AMAZONIA**

**Resumen:** El Enmascarado Fobó es el símbolo cultural de la mayor fiesta de carnaval de la Región de Bajo Amazonas, y la estructura fundamental en la composición de la diversidad cultural amazónica de Brasil. Este resumen es el resultado de una investigación llevada a cabo en Óbidos-PA para investigar aspectos históricos y culturales de Enmascarado Fobó, su esencia, sus raíces y su significado, sus disfraces y revelaciones, y sus cambios en el tiempo. Los resultados apuntan a un evento cultural que homenajea una creación humana, como fruto de un imaginario antiguo, que se hace producto de la ocultación de la propia identidad en la identidad de un personaje que es historia y que hace historia cada año, lo que resulta en una celebración que burla de la realidad cruel en la forma de la risa y la broma.

**Palabras clave:** Cultura; la identidad; Enmascarado Fobó; Diversidad cultural; Amazonas.

## **THE MASQUERADE FOBÓ BETWEEN THE SERIOUS AND THE LUDIC: AN INVESTIGATION ON THE CULTURE OF THE AMAZON CARNAVAL REVELLERS**

**Abstract:** The Masquerade Fobó is the cultural symbol of the largest carnival festival in the Lower Amazon Region, and a fundamental structure in the composition of the Brazilian Amazonian cultural diversity. This abstract is the result of research carried out in Óbidos-PA to investigate the historical and cultural aspects of the Masquerade Fobó, its essence, its roots and meaning, its disguises and revelations, and its transformations over time. The results pointed to a cultural manifestation that pays value to human creation as a result of an old imaginary, as a concealment of its own identity in the identity of a character who is history and who makes history every year, resulting in a celebration that debauches of the cruel reality.

**Keywords:** Culture; Identity; Masquerade Fobó; Cultural Diversity; Amazon.

### **1- ÓBIDOS, VOCAÇÃO DE SENTINELA DAS CULTURAIS NO BAIXO AMAZONAS**

A diversidade cultural está presente no contexto mundial de diversas maneiras, seja por meio da música, dança, literatura, pintura, artesanato, teatro, festejos, contos e cantos, modos de expressão da fala, hábitos de vida, atividades produtivas de caráter individual e

coletivo, modos de relacionamento indivíduo/sociedade e natureza, entre outros. Neste sentido, o conjunto dos elementos manifestados singularmente por cada grupo cultural define sua identidade, o que os diferenciam entre si, configurando seu rosto e caráter de originalidade. Dentre a gama de manifestações culturais estão os festejos de cunho religioso e profano, por meio dos quais nos são apresentados diversos símbolos como elementos representativos da cultura.

Um desses símbolos, e talvez um dos mais antigos utilizados pelo ser humano desde a antiguidade até a contemporaneidade, que ao longo desta temporalidade sofreu modificações para se adaptar às necessidades humanas e as características de cada época é a máscara. Por definição comum, máscara é um acessório utilizado para cobrir o rosto nas mais diversas situações e por diversos motivos. Utiliza-se a máscara para fins lúdicos, religiosos, artísticos, entre outros usos. As máscaras possuem um valor e um significado singular em cada cultura, pois cada grupo social que se utiliza desse acessório para qualquer fim o relaciona a questões de identidade, seja para manifestá-la, seja para ocultá-la, o que implica a apresentação de variados significados.

No que tange às manifestações culturais cujos acessórios mais importantes sejam as máscaras, tem-se um festejo realizado anualmente na Amazônia Brasileira, no município de Óbidos-Pará, que conta com a participação de multidões. Conhecido pelo nome de *Carnaval Pauxis* ou *Carnapauxis: a Festa do Mascarado Fobó*, o evento é reconhecida no norte do País como a maior festa carnavalesca do Baixo Amazonas. A festa tem data móvel e ocorre no período do carnaval, no centro urbano do município de Óbidos. Embora o *Carnapauxis* tenha sido divulgado com essa denominação, a *Festa do Mascarado Fobó* é secular, e os foliões atuais que dela participam já são herdeiros do movimento iniciado no início do século XX. A festa envolve alegrias, risos, brincadeiras, com ambientação musical que procura manter um formato tradição. A festa é uma mistura de alegria e deboche, primando pelo escondido da identidade por meio do uso de máscaras.

As razões para esse festejo ocorrer em Óbidos são diversas. A cidade tem uma história singular no cenário nacional devido à sua estratégica localização, o que permitiu aos portugueses no período colonial levantarem no local um posto de controle e exploração da região norte brasileira. Conforme Paulino (2013), a cidade de Óbidos foi fundada sob o espelho de sua coirmã portuguesa, situada próxima a Lisboa, no ano de 1697, a partir de uma vila então chamada de Vila Pauxis. Óbidos do Pará herdou vários aspectos da cultura do colonizador português. O centro é arquitetado conforme as condições acidentadas do terreno, com as ruas estreitas, longas e ladeiradas, e pequenos mercados, sobrados e casas nos moldes colônias, alguns construídos nos séculos XVII, XVIII e outros mais recentes que datam dos séculos XIX e XX, são herança cultural dos tempos portugueses, italianos e marroquinos na região Amazônica. (PAULINO, 2013).

Ao longo de sua História, Óbidos se destaca não somente por sua beleza histórica, natural e sua posição estratégica, mas também por ser o lugar de nascimento de grandes ícones nacionais na política, na ciência, e principalmente na literatura, tais como José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916), educador, jornalista e estudioso da literatura brasileira, Imortal e um dos principais idealizadores da Academia Brasileira de Letras e Herculano Marcos Inglês de Souza (1853-1918), advogado, professor, jornalista, contista e romancista, imortal membro da Academia Brasileira de Letras.

A riqueza cultural da cidade é evidenciada em sua diversidade de festas tais como o Festival da Castanha, Festival do Jaraqui, Festival do Acari, Festival do Milho, Festa de Sant'Ana, Festival Folclórico, Folia de Reis, Encontro de Raízes Quilombolas, são algumas das manifestações que tornam Óbidos um polo irradiador do movimento de culturas da região do Baixo Amazonas. Rica de patrimônios culturais, Óbidos também se apresenta como referência de patrimônio histórico por conta de que se pode ser transportado para a história da Amazônia desde os tempos da colonização a partir de andanças até mesmo

despretensionsas pelas ruas que compõem o circuito de seu Museu Contextual. Essa riqueza é acrescida da grande festa anual que é a do Mascarado Fobó, que ocorre sempre durante o período carnavalesco brasileiro.

## 2- CONCEPÇÕES SOBRE SÍMBOLOS E MÁSCARAS

No culturalismo mundial multifacetado, encontramos-nos rodeados por imagens, sinais e ideias amplamente simbólicos que, em geral, são pouco conhecidos e até mesmo desconhecidos quanto a sua importância, significados, presença e dimensão do simbolismo envolvido (BRUCE-MITFORD, 2001). É fato que muitos símbolos ganham significados no decorrer dos séculos à medida que o contexto cultural provoca neles a dotação de estruturas que os elevam a um grau para além de seu estado objetual, adquirindo um grau de complexidade por conta da incorporação de fatores subjetivos. Neste sentido, concordamos com Bruce-Mitford (2001), para quem os temas que originam os símbolos são praticamente os mesmos desde os primórdios da humanidade, a saber: a fertilidade da mulher e do solo, o nascimento, a vida e a morte. O autor ressalta que os símbolos tem relação com as verdades ditas mais profundas, ou ao menos com as realidades mais profundas. Para compreendermos com maior propriedade o significado de símbolo, Hegel, em seu *Curso de Estética* apresenta que:

O símbolo em geral é uma existência exterior imediatamente presente ou dada para a intuição, a qual, porém, não deve ser tomada do modo como se apresenta de imediato, por causa dela mesma, mas deve ser compreendida num sentido mais amplo e mais universal. Por isso, devem ser distinguidas a seguir duas coisas no símbolo: primeiro o significado e depois a expressão do significado. Aquele [o significado] é uma representação de um objeto [já sujeita, portanto, à projeção subjetiva] (...), esta [a expressão] é uma existência sensível ou uma imagem de qualquer espécie [ainda autônoma frente ao sujeito] (HEGEL, 2000: 26).

No bojo do símbolo Máscara, acredita-se que esta acompanhou a evolução do ser humano ao longo da temporalidade, remontando sua origem ao passado primitivo. Neste sentido, há relatos de que desde a antiguidade o ser humano já fazia uso de máscaras. Segundo Góis (2012), no período primevo das tribos primitivas, o contato com os deuses ocorria necessariamente por meio de um filtro ou um disfarce, pois ainda segundo Góis os deuses somente podiam ser evocados se mediados por recursos como os totens ou as máscaras. No sentido mais específico do termo, *totem* é um elemento que *simboliza a relação entre uma tribo ou clã com seu antepassado* (BRUCE-MITFORD, 2001, p. 26).

É notório que já na antiguidade, a máscara estava presente no cotidiano do ser humano. Ela era utilizada no desempenho de ações humanas que implicavam ritos e rituais, envolvendo o culto e a manifestação de diferentes deuses que se faziam presentes por meio do emascaramento daquele que seria incorporado.

Na Grécia antiga, a máscara também desenvolveu um significado bastante peculiar, sendo adaptada à dinâmica cultural da época. O uso das máscaras nesse período tem forte ligação com o surgimento do teatro. Neste sentido, Duarte (2007, p. 8) aponta que,

O teatro tem início na Grécia em 535 a. C., na cidade de Atenas, com a instituição dos festivais dramáticos em honra ao deus Dioniso no calendário festivo. O deus do vinho era cultuado sob a forma de máscara, fincada sobre uma coluna, indício de sua capacidade de alterar a percepção que os outros têm de si e do mundo que os cerca, qualidade intrínseca da atividade teatral. Durante as festividades sua estátua era levada em procissão até o teatro, e lá permanecia até o fim das representações, e seu sacerdote tinha assento reservado na primeira fila. O teatro surge, então, como forma de culto religioso.

Esse leque de composição da história das máscaras nos faz perceber que as máscaras abrangem um mundo de fantasias e mistérios com significações diversas fundamentadas por cada rito, grupo social e/ou cultural. Ela também nos faz depreender que as máscaras são tão antigas na história da humanidade quanto a própria existência humana. Contudo, há ainda uma grande especulação sobre a origem do termo máscara. Segundo Welsford (2015, p. 93),

Na percepção usual ela (máscara) é derivada do termo árabe *maskhara*, que é zombaria, riso, bufão, 'bobeira' (da língua bérbere *sakhira*, que significa ridículo), uma palavra sob o significado de 'bufão', 'ator cômico', é dada por Dozy em um glossário espanhol do século XII. Se esta derivação estiver correta, poderá ser que mascarado deva ter chegado à Itália a partir dos mouros ou árabes, ou então que o mascarado fosse um tipo especial de performance em que os atores personificavam bufões árabes.

Embora Welsford apresente certa dúvida com relação a origem do termo *máscara*, seu entendimento tende a afirmar que o termo chega à Itália com os muçulmanos mouros, visto que o próprio termo parece ser de origem árabe *maskhara*, que retém o radical bérbere *sakhira*. A dúvida de Welsford está em que no árabe o termo máscara se refere a zombaria, enquanto que a palavra máscara na concepção atual sem mais a ver com comicidade do que com zombaria em si. Mas é fato que a palavra árabe de certa forma serve ao propósito explicativo da origem do termo que resulta na concepção ocidental de máscara. Outra possibilidade, mas de complicada aceitação é o que Horning, citado por Welsford (2015, p. 93) afirma, ao conjecturar que *mascara* pode ser derivada de "*marásca*", uma mulher maníaca (por matemésis e influência de *másculus*), derivada de *mas*, *maris*, um macho, incluindo aí o derogatória *suffis asca*. Entretanto, Welsford menciona isso como uma sugestão engenhosa, mas improvável. Em favor da ideia de Horning, no entanto, é o fato de que de acordo com *il Lasca de Florentine*, também chamado de Anton Francesco de Grazzini (1503-1584), o mascarado foi desenvolvido a partir de uma festival popular de Carnaval na Itália do século XII, em que os homens mascarados tomam parte.

Outro aspecto da discussão que é levantado por Welsford a recordação que no século XVI, a dança folclórica *Morris* era arraigada de homens travestidos de mulheres e para tanto também se utilizavam de máscaras. Ele comenta que,

Já nos encontramos com o homem disfarçado de mulher na dança folclórica inglesa *Morris*, e na festa clerical dos tolos e nos jogos de maio do século XVI, etc, e neste caso a explicação pode ser que, originalmente, em todo caso, os mascarados estavam representando espíritos femininos. Há alguma evidência disso na história do romana antiga *mascus*, *masca*, bruxa, máscara facial e sua possível conexão com intrigante forma francesa de máscara. (2015, p. 94)

Por fim, Welsford conclui que a "*palavra francesa máscara aparece no século XVI, quando o termo italiano mascarado italiano foi introduzido na França, para significar "máscara facial" ou "portador de uma máscara facial"* (2015, p. 94). E retoma, ao final o debate para concluir suas argumentações especulando que,

Parece que no século XIII *máscara* era uma palavra popular que significava "máscara facial" e possivelmente também "espírito", e que não estava necessariamente associada à ideia de "bufão". Para Ugutio, no século anterior, a forma *mascarel* (Ou seja, diminutivo de máscara) era apenas uma forma popular de *masca*. A palavra *masca* tomada por si mesma implica a existência de um mascarado na Idade Média. Como explicar então os dois significados "espírito feminino" e "máscara facial"? Sugiro, então, que originalmente o mascarado retornou à mesma ordem de ideias como possivelmente fez a *momerie* e o corredor *Perchten*. Ou seja, era originalmente uma dança ou procissão em que bandas de mascarados

representavam um espectro feminino, e seus espíritos acompanhantes. Se as mascaras eram disfarçadas no formato de rosto feminino (como sabemos que muitas vezes eram), então poderiam ser apelidadas de "marascas", homens efeminados, e a palavra marasca poderia mudar para máscara através da influência da masca, assim como da mascula, e finalmente substituir a palavra anterior masca. Ou talvez a palavra árabe deva ter sido introduzida na Itália, possivelmente através da Sicília e aplicada como um apelido para o mascarado, que provavelmente foi denominado "bufão" como parte do comportamento carnavalesco inadequado, e a semelhança de som faria com o que o apelido ficasse o mais natural possível. Em ambos os casos, 'rosto-máscara' seria as canções secundárias,

Percebe-se nessa discussão que o conceito no termo alcançado nos dias de hoje é ainda fonte de conflito. O que importa afirmar é a relação *homem-máscara-mascarado-carnaval* na construção cultural do significado de máscara. Ela existe com diferentes significados e que tais significados são manifestados em diferentes lugares, contextos e grupos sociais, variando entre o simples e o complexo, podendo desta forma ser utilizada como símbolo, disfarce e até mesmo como simples adereço.

### **3- CONSIDERAÇÕES SOBRE O MASCARADO FOBÓ: SÍMBOLO CULTURAL DO CARNAPAUXIS**

O Mascarado Fobó constitui-se o símbolo cultural da maior festa carnavalesca do Baixo Amazonas, no município de Óbidos-Pará. Embora seja um festejo tradicional e legitimado como Patrimônio Cultural e Artístico do Estado do Pará, não há na literatura obidense dados consistentes sobre a origem deste personagem. No entanto, sabe-se que é uma festa tem perpassado por gerações, mantendo vivas suas raízes até os dias atuais. O conhecimento que hoje temos sobre o personagem *Mascarado Fobó* é portanto advindo do conhecimento popular-coletivo.

Após anos de pedidos formais junto ao Estado, o município de Óbidos conseguiu que fosse aprovada a instituição do *Mascarado Fobó* como Patrimônio Cultural e Artístico do Estado do Pará, por meio da Lei nº 7.225, de 24 de novembro de 2008, o que denota quão valioso este festival tornou-se para a cultura obidense amazônica, e para o Estado do Pará. A lei *declara como patrimônio cultural e artístico do Estado do Pará, o "CARNAVAL CARNAPAUXIS" e seu símbolo, "Mascarado Fobó", no Município de Óbidos e dá outras providências*. Seguindo este preâmbulo, a Assembléia Legislativa do Estado do Pará estatui, com a sanção por parte da então governadora Ana Julia Carepa, os seguintes artigos:

Art. 1º Fica declarado patrimônio cultural e artístico do Estado do Pará, para os fins previstos nos arts. 17, inciso III, 18, inciso VII e 286, incisos I e II da Constituição do Estado do Pará, o "CARNAVAL CARNAPAUXIS" e o seu símbolo "Mascarado Fobó", como forma de expressão cultural e artística do Município de Óbidos.

Art. 2º Esta declaração objetiva:

I - a preservação, conservação e proteção às formas de expressão, objetos, documentos, fantasias, danças e músicas do "CARNAVAL CARNAPAUXIS";  
II - inclusão do "CARNAVAL CARNAPAUXIS" e o seu símbolo "Mascarado Fobó" nos calendários cultural, artístico e turístico anual do Estado do Pará.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Com idade ainda bastante jovem em sua formalização legal, o Carnapauxis, no entanto, não pode ser apresentado como nascido somente em 2008. Sua manifestação pelas ruas de Óbidos remonta ao início do século XX, e foi desenvolvido a partir das folias de raiz portuguesa. Acredita-se, segundo o conhecimento popular obidense, que o Mascarado Fobó tenha suas raízes no território português, mas não se pode descartar a hipótese deste personagem ser fruto das múltiplas influências culturais que formam o

universo cultural da população obidense, e com o decorrer do tempo ter se adaptado ao contexto cultural chegando aos dias de hoje com o trajeiro que é apresentado.

É provável, e ainda não se pode afirmar categoricamente, que a brincadeira do Mascarado Fobó originou-se de uma concepção social, política e econômica, deflagrada pela relação entre ricos e pobres, no sentido de um estar acima do outro gerando um ar de rivalidade. No entanto, a magia desta brincadeira está na inserção da competição entre ricos e pobres no contexto carnavalesco, isto é, durante a Festa do Mascarado Fobó, as diferenças sociais e econômicas são evidenciadas e apresentadas na forma de brincadeira, risos e gargalhadas em contraposição ao deboche, à revanche e ao anonimato.

Esse ajuntamento de concepções e sentimentos personificam o personagem dando caráter de identidade e originalidade ao Mascarado. Em princípio o Mascarado é um personagem que externaliza o sério e desgastante jogo de relações entre ricos e pobres no cotidiano normal, no formato debochado do mascarado que, sabedor da impossibilidade dos bricantes reconhecerem ou conhecerem a identidade do folião mascarado, acaba por aceitar seus deboches, o espalhamento de *maisena* em seu rosto, interpretando a situação como uma brincadeira. Embora numa interpretação filosófica da situação pode-se afirmar que essa ludicidade contém mais de seriedade do que o próprio brincante consegue perceber.

Acredita-se também, a partir da concepção popular-coletiva, que a festa do *Mascarado Fobó* tenha se tornado uma manifestação que ultrapassa os limites de um simples evento. Na verdade, tornou-se um “movimento” que transforma a cidade, sendo ela preparada e dinamizada para receber o festejo, os mascarados, os foliões, os brincantes e as famílias. É nesse ajuntamento de pessoas que se percebe explicitamente a dinâmica de contradição das classes sociais, nas quais estão envolvidas questões econômicas, sociais, políticas e simbólicas que deflagram a essência lúdica e séria do personagem.

A fantasia do Mascarado Fobó compõe-se de um jogo completo com base na chita, uma espécie de macacão bastante colorido; a máscara em formato neutro; o chapéu cônico; a bexiga; o apito; e a caixa de *maisena*. O folião vestido de Mascarado Fobó deve usar luvas e calçados para não ser descoberto e o macacão deve cobrir o pescoço e as mãos. A Festa é de caráter livre e universal sendo que todo e qualquer folião que queira se fantasiar de Mascarado Fobó para brincar, basta que respeite e use a indumentária própria do mascarado, exercitando assim o papel fundamental da *não identidade* e da igualdade, a fim de manter viva a concepção que constitui a própria festa que é a impossibilidade de se conhecer ou descobrir a verdadeira identidade de quem veste a indumentária.

É nesse contexto de anonimato que se volta à questão da rivalidade entre ricos e pobres, patrões e empregados e assim sucessivamente, numa disputa em que um debocha do outro - uma espécie de acerto de contas, mas que permeia o sentimento de respeito em meio ao contexto social, econômico e político de fragilidades nos quais ambos estão inseridos. A preocupação do Mascarado é não ser “manjado”, linguajar popular obidense, que quer dizer ser “descoberto”. Uma vez descoberto, torna-se “manjado”; e uma vez “manjado”, não é mais um Mascarado Fobó. A diversão que permeia o sério e o lúdico da festa é um “manjar” o outro.

Neste sentido, é importante salientar que a representação das máscaras, segundo Góis (2012), quando se refere a um *rosto grotesco* e a um ser vestido, transfere-se para o corpo a responsabilidade de simulá-lo. Neste momento, percebe-se o corpo, e não somente a máscara, como ser composto de unidade. Nessa perspectiva, o Mascarado Fobó parece ir mais além que isto, ultrapassa o significado da máscara, pois existe toda uma indumentária característica que compõe seu personagem para dar vazão a um contexto que não é momentâneo, mas que resulta de uma série de contextos que ganha significado somente interligado no momento da interação, que somente pode ocorrer durante a festa do Mascarado. Por isso, pode-se afirmar que o Mascarado Fobó, por meio do conjunto de sua indumentária, lança-se para o permanente da história aquilo que aparentemente o travestido

de indumentária consiga fazer se não estiver embuido da unidade que confere símbolo ao mascarado faz de seu usuário um ser sem identidade, mas que por estar sob a sacralidade do manto de chita, deve e exige ser respeitado.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cultura, identidade e memória são eixos interligados entre si que são fundamentais para a formação cultural dos grupos sociais. Presente desde a antiguidade, a cultura sofreu modificações ao longo do tempo para finalmente obter um conceito mais amplo e abrangente que respeitasse as particularidades culturais dos diversos povos, principalmente para adequar-se ao atual momento da sociedade que é a transição para a pós-modernidade. Assim, pode-se dizer que Cultura é um complexo presente, pertinente, frequente, diverso, notável, expresso das mais diferentes formas, manifestada desde a antiguidade até a contemporaneidade, que impressiona, alegra, causa estranheza, às vezes espanto, mas que encanta, embeleza e retrata a identidade de um determinado povo.

Este complexo é particular, único e marcante para cada grupo cultural que ao longo de sua história desenvolve práticas ímpares, no entanto, similares, que se diferem de acordo com a sua identidade. Pode-se citar como exemplo objetos utilizados como símbolos, que dependendo do grupo cultural utilizá-lo-á a sua maneira. Um exemplo de objeto simbólico comum a diversos grupos é a máscara, utilizada para os mais diversos fins nas mais diversas culturas humanas. Ora, a cultura está em constante transformação e renovação, tanto nos debates teóricos quanto em contextos e práticas, haja vista as constantes mudanças que perpassaram o período antigo, o período moderno, e a contemporaneidade.

No âmbito da Festa do Mascarado Fobó, não se sabe precisar cientificamente a sua origem, sua essência e suas particularidades, mas o que se percebe é o grande valor cultural oriundo do conhecimento popular-coletivo sobre esta festa que perpassa gerações e mantém-se viva tradicionalmente no contexto cultural amazônico brasileiro. É uma festa que reúne pessoas de todos os gêneros e classes sociais, mas que durante a brincadeira todos se colocam em um patamar de igualdade. É uma brincadeira de deboche com fundo de verdade, *um sério lúdico*, que anuncia e denuncia os disparates sociais, econômicos e políticos, o que deixa de configurar uma simples brincadeira de rua para caracterizar uma dinâmica cultural distinta e abrangente de um povo que reage diante de sua cruel realidade na forma de deboche, risos, gargalhadas e brincadeiras.

A Amazônia é rica, entre outros aspectos, por sua diversidade e manifestação cultural, que ultrapassa o aspecto material e vai além dos aspectos materiais. A Festa do Mascarado Fobó é fruto da cultura e do conhecimento popular-coletivo obidense, cuja manifestação homenageia uma criação humana, que é fruto de um imaginário antigo e produz a ocultação da própria identidade na identidade de um personagem que é história e que se faz história a cada ano, resultando numa festa popular que se insere no cenário cultural festivo da rica Amazônia Brasileira.

#### **5. REFERÊNCIAS**

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2008.

ALBIERI, S. **História oral e história escrita**. Desafios e Perspectivas: programação e resumos. São Paulo, Núcleo de Estudos em História Oral, 2009, 4 a 6 de dezembro, 2008.

AMARAL, A. **Teatro de animação**. São Paulo, Ateliê Editorial, 1997.

BRUCE-MITFORD, M. **O livro ilustrado dos símbolos: o universo das imagens que representam as ideias e os fenômenos da realidade**. São Paulo, Publifolha, 2001.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo, Contexto, 2011.

DUARTE, A. **As origens do drama e da comédia**. Em: Revista Entrelivros, São Paulo-SP, Ed. 32, p. 08-15, 01.12.2007.

ESTADO DO PARÁ. Lei nº 7.225, de 24 de novembro de 2008, que institui Carnapauxis e o Mascarado Fobó como Patrimônio do Pará. Disponível em: <http://www.xupaosso.com.br/index.php/carnapauxis/noticias-do-carnapauxis/1913-o-carnapauxis-e-patrimonio-cultural-do-para>

FERREIRA, L. G. **As Máscaras africanas a suas múltiplas faces**. Univ. Federal da Bahia. S/D. Disponível em [http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_II/luzia\\_gomes\\_ferreira.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/luzia_gomes_ferreira.pdf) Acessado em 20.03.2017.

FREITAS, M.; SILVA, M.; BARROS, M. **Diálogos com a Amazônia**. Manaus, Valer, 2010.

GÓIS, M. **A Máscara na Commedia Dell'arte**. Repertório, Salvador, nº 19, p.81-90, 2012.

HEGEL, F. *Cursos de estética I, II, III e IV*. São Paulo: Edusp, 1835-1999-2000-2002-2003.

NUNES, A. **Pontos de Cultura e os novos paradigmas das Políticas Públicas Culturais: reflexões Macro e Micro-Políticas**. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

PAULINO, I. **Ensaio Historiográfico de Óbidos, Sentinela da Cultura Amazônica**. Em: Anais do II Festival de Cultura, Identidade e Memória Amazônicas de Óbidos, 2013. Disponível em <http://anaisfecima.webs.com/edi-o-atual> Acessado em 20.02.2017.

REIS, A. **História de Óbidos**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/MEC, 1979.

SANCHES, C. **Fundamentos da Cultura Brasileira**. 3ª ed. Manaus, Valer, 2009.

WELSFORD, E. **The Court Masque: A Study in the Relationship Between Poetry & Revels**. Cambridge, University Press, (1927) 2015.

## **O modo de produção da vida dos brincantes e os ‘primeiros passos’ do costume de sua brincadeira de Boi-Bumbá em Parintins/AM**

Elizandra Garcia da Silva, docente da Universidade Federal do Amazonas,  
elizandragarcia@hotmail.com;  
Arminda Rachel Botelho Mourão, docente da Universidade Federal do Amazonas,  
arachel@gmail.com.

### **Resumo**

O objetivo desse estudo foi analisar como o modo de produção da vida dos Parintinenses determinou a construção da brincadeira de Boi-Bumbá em Parintins. O problema emergiu das observações, ao brincar, e o distanciamento desse brincar atual com os relatos históricos dos brincantes de Boi-Bumbá, e se inscreve em: como as transformações no modo de produção da vida foram determinando transformações na brincadeira de Boi-Bumbá? Justificamos esse estudo por sua importância no campo da cultura, em especial pela representatividade que constitui a brincadeira de Boi-Bumbá para a cultura da Amazônia e do Amazonas. E ainda por ser a brincadeira um dos elementos da cultura corporal, objeto do trabalho docente em Educação e Educação Física, área de que fazemos parte. O método de análise do objeto estudado foi o dialético e como metodologia, para levantarmos os dados da realidade, nos utilizamos da pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas semi estruturadas com brincantes do Boi-Bumbá, população da qual extraímos por amostra brincantes que somam mais de cinquenta anos de brincadeira, por terem acompanhado os primeiros passos do brincar de Boi-Bumbá em Parintins. O estudo da Brincadeira de Boi-Bumbá, inserida no contexto histórico social da Cidade de Parintins nos permitiu afirmar que, há aproximadamente cem anos, quando era iniciada a brincadeira, a Cidade era pequena e o modo de produção da vida era realizado por meio de atividades extrativistas, como a pesca e o comércio, em especial o realizado devido a rota comercial fluvial entre Manaus e Belém, que cruza Parintins. Habitavam a Cidade trabalhadores caboclos, ribeirinhos, descendentes de indígenas e muitos imigrantes nordestinos após a crise da extração da economia gomífera da Região Amazônica. A partir desse modo de produção, e com raízes na cultura nordestina, trazida pelos imigrantes, os trabalhadores parintinenses, em seus tempos livres de trabalho, colocaram seus Bois de Pano para brincar, iniciando pelos terreiros de suas casas e ganhando as ruas da Cidade, em cortejos acompanhados pelos comunitários. Os próprios trabalhadores/brincantes elaboravam suas vestimentas e construíam o Boi-Bumbá, de forma simples e com materiais que iam perdendo seu valor de uso para o trabalho, como as sacas de estúpilha e os cipós. Já na década de 1930, com o crescimento da produção da juta na Região a brincadeira foram incorporadas as fibras do jutal, para onde também foi levada a brincadeira e onde se brincou de Boi-Bumbá: as comunidades que reúnem geograficamente áreas de várzea e terra firme. E, conforme o capitalismo se desenvolveu na Região do Baixo Amazonas foi determinando formas cada vez mais aprimoradas de brincarmos de Boi-Bumbá.

Palavras-chave: modo de produção; cultura; brincadeira; Boi-Bumbá.

**El medio de producción de la vida de los participantes y los  
'primeros pasos'  
de la costumbre de su juego de Boi-Bumbá en Parintins,  
en el estado brasileño de Amazonas**

**Resumen**

El objetivo de esta investigación ha sido el de analizar cómo el medio de producción de la vida dos parintinenses ha determinado la construcción del juego de Boi-Bumbá en Parintins, ciudad del estado de Amazonas, en Brasil. El problema ha emergido de las observaciones, al jugar, y el alejamiento de ese jugar actual de los relatos históricos de los participantes del Boi-Bumbá, y se inscribe en: ¿cómo las transformaciones en el medio de producción de la vida fueron engendrando transformaciones en el juego de Boi-Bumbá? Justificamos esta investigación por su importancia en el campo de la cultura, sobretudo por la representatividad que constituye el juego de Boi-Bumbá para la cultura de la Amazonia y del estado de Amazonas. Y aún más por el hecho de que el juego es uno de los elementos de la cultura corporal, objeto del trabajo docente en Educación y Educación Física, área de la que hacemos parte. El método de análisis del objeto estudiado ha sido el dialéctico y como metodología, para reunir los datos de la realidad, hemos utilizado la investigación de campo, realizada por medio de entrevistas semiestructuradas con participantes del Boi-Bumbá, población de la cual extraemos por muestra participantes que suman más de cincuenta años de juego, por haber acompañado los primeros pasos del jugar del Boi-Bumbá en Parintins. El análisis del juego de Boi-Bumbá, involucrado en el contexto histórico social de la ciudad de Parintins nos ha permitido afirmar que, hace aproximadamente cien años, cuando se iniciaba el juego, la ciudad era pequeña y el medio de producción de la vida era realizado a través de actividades extrativistas, como la pesca y el comercio, sobretudo el realizado debido a la ruta comercial fluvial entre Manaus y Belém que cruza Parintins. Poblaban la ciudad trabajadores cholos, ribereños, descendientes de indígenas y muchos inmigrantes de los estados del nordeste del país tras la crisis de la extracción de la economía del caucho de la región amazónica brasileña. A partir de ese medio de producción, y con raíces en la cultura nordestina, traída por los inmigrantes, los trabajadores parintinenses, en sus tiempos libres de trabajo, pusieron sus "Bois de Pano" (Buyes de Paño) para jugar, comenzando por los patios de sus casas y ganando las calles de la ciudad, en cortejos acompañados por los vecinos. Los mismos trabajadores/participantes elaboraban sus vestimentas y construyeron el Boi-Bumbá, de forma sencilla y con materiales que iban perdiendo su valor de uso para el trabajo, como los sacos de estopa y las lianas. Ya en la década de 1930, con el crecimiento de la producción del yute en la región, al juego fueron incorporadas las fibras del yute, adonde también fue llevada el juego y donde se jugó al Boi-Bumbá: las comunidades que reúnen geográficamente áreas de vega y tierra firme. Y, a medida que el capitalismo se desarrolló en la región del Bajo Amazonas, fue determinando formas cada vez más elaboradas de jugar al Boi-Bumbá.

Palabras clave: medio de producción; cultura; juego; Boi-Bumbá.

## **The way of life of the players and the "first steps" of the custom of the play of Boi-Bumbá in Parintins/ AM**

### **Abstract**

The purpose of this study is to analyze how the way of life of the people of Parintins determined the construction of the play of Boi-Bumbá. The problem emerged from the observations about the contrast between the current play and the play present in the historical accounts. For this, it is questioned: how the transformations in the way of life were determining transformations in the game of Boi-Bumbá? We justify this study for its importance in the field of culture, especially for the representativeness that constitutes the play of Boi-Bumbá for the Amazonian culture. In addition, the play is one of the elements of the body culture, object of the teaching work in Physical Education, area of which we are part. We adopted dialectics as a method of analysis, and the field research was selected as a methodology for collecting data on the researched reality. The data collection was carried out through semi-structured interviews with current and former Boi-Bumbá players, and it was possible to extract reports with more than fifty years of history, through which it was possible to perceive the main changes that occurred in this play. The study of the play of Boi-Bumbá is inserted in the historical-social context of Parintins. This analysis allows us to affirm that, approximately 100 years ago, Parintins was a small village and the way of life was carried out through extractive activities, such as fishing and trade in natural products, especially because of the commercial river route between Manaus and Belém, whose trajectory passes through that village. The inhabitants of the former Parintins were mostly riverine workers, descendants of indigenous people, as well as immigrants from northeastern Brazil who remained there after the rubber crisis in the Amazon. From the cultural miscegenation between the immigrants of the Brazilian northeast and the local residents, the Boi-Bumbá appeared. In its early days, local workers mounted their cloth oxen and played with them. This play started in the backyard of the local houses and, little by little, was carried out in the crowded streets of the city. The workers/players themselves made their clothes and built the Boi-Bumbá with very simple materials, such as sackcloth and lianas. In the 1930s, with the growth of local jute production, jute fibers were incorporated into the materials used in the play. In addition, the game was extended to communities near Parintins. And, the capitalism developed in the Lower Amazon Region, more and more ways of playing Boi-Bumbá were determined.

Keywords: way of life; culture; play; Boi-Bumbá.

## 1- Introdução:

A vida em Parintins é marcada pelo trabalho e pela brincadeira de Boi-Bumbá, em um único Boi: ou no Caprichoso ou no Garantido. Mas nem sempre foi assim, e com os estudos de doutoramento nos foi possível compreender que o entendimento da brincadeira de Boi-Bumbá na atualidade, requer a busca de seu percurso histórico, e que nesses passos percorridos a brincadeira está inserida no contexto do modo de produção capitalista, que a determina.

As contradições que permeiam a brincadeira foram emergindo a medida em que nossa inserção na mesma se aprofundava, e a simples observação do fenômeno brincar não nos dava os elementos necessários para a compreensão do distanciamento existente entre como se iniciou a brincadeira de Boi-Bumbá em Parintins, há aproximadamente cem anos, e a brincadeira que é realizada na atualidade.

Essa inquietação nos moveu a busca dos fundamentos histórico sociais, pelas vias científicas, que consideramos capaz de responder a questão principal: como as transformações no modo de produção da vida foram determinando transformações na brincadeira de Boi-Bumbá?

Consideramos esse estudo importante no campo dos costumes e da cultura, em especial pela representatividade que constitui a brincadeira de Boi-Bumbá para a cultura da Amazônia e do Amazonas. E ainda por ser a brincadeira um dos elementos da cultura corporal, objeto do trabalho docente em Educação e Educação Física, área de que fazemos parte.

Ao optarmos pelos estudos científicos acerca desse tema, e a partir da própria forma de entender a realidade, consideramos por método de análise do objeto o dialético e como metodologia, para levantarmos os dados da realidade, nos utilizamos da pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas semi estruturadas com brincantes do Boi-Bumbá, população da qual extraímos por amostra brincantes que somam mais de cinquenta anos de brincadeira, por terem acompanhado os primeiros passos do brincar de Boi-Bumbá em Parintins.

O estudo da Brincadeira de Boi-Bumbá, inserida no contexto histórico social da Cidade de Parintins nos permitiu afirmar que, há aproximadamente cem anos, a Cidade de Parintins era pequena e o modo de produção da vida era realizado por meio de atividades extrativistas, como a pesca e o comércio, em especial o realizado devido a rota comercial fluvial entre Manaus e Belém, que cruza Parintins, tendo como via o Rio Amazonas.

Habitavam a Cidade trabalhadores caboclos, ribeirinhos, descendentes de indígenas e muitos imigrantes nordestinos após a crise e quase falência da extração da economia gomífera da Região Amazônica. A partir desse modo de produção, e com raízes na cultura nordestina, trazida pelos imigrantes, os trabalhadores parintinenses, em seus tempos livres de trabalho, colocaram seus Bois de Pano para brincar, iniciando pelos terreiros de suas casas, ou das casas dos padrinhos dos Bois, e ganhando as ruas da Cidade, em cortejos acompanhados pelos comunitários, que acompanhavam brincando.

Os próprios trabalhadores/brincantes elaboravam suas vestimentas e construíam o Boi-Bumbá, de forma simples e com materiais que iam perdendo seu valor de uso para o trabalho, como as sacas de estúpilha e os cipós. Já na década de 1930, com o crescimento da produção da juta na Região a brincadeira foram incorporadas as fibras do jutal, para onde também foi levada a brincadeira e onde se brincou de Boi-Bumbá: as comunidades que reúnem geograficamente áreas de várzea e terra firme.

E, conforme o capitalismo se desenvolveu na Região do Baixo Amazonas foi determinando formas cada vez mais aprimoradas de brincar de Boi-Bumbá, inclusive constituindo e comercializando a brincadeira como mercadoria de lazer, desde fins da década de 1980 e até a atualidade.

## 2- O modo de produção da vida e o costume de brincar de Boi-Bumbá

Os 'primeiros passos' do costume da brincadeira de Boi-Bumbá, no início do século XX, e perdurado por alguns anos, delimitados pelo crescimento da economia da juta, foram simples (grifo nosso). O contexto social capitalista em que viviam os parintinenses desses 'primeiros passos' era baseado no extrativismo de subsistência, agricultura e pecuária, também de subsistência. As brincantes Celina Fernandes e Maria Monteverde nos contaram, em entrevista, que havia comércio do excedente das matérias-primas extraídas da natureza, por ocasião da rota fluvial em que estava situada a Cidade de Parintins, interligando Manaus-Santarém-Belém, no Estado do Pará (grifo nosso).

E, Saunier (2003) registrou que, nesse início do século o Pirarucu e as peles silvestres já eram extraídas para exportação em Parintins e Região, o que não nega a forma simples de trabalho extrativista dessas matérias primas da natureza, mas afirma a existência da exploração do trabalho extrativista. Os estudos desse autor possibilitam referendarmos a importância econômica do rio como rota de transporte do escoamento das matérias primas extraídas.

As lembranças do modo de vida expressadas pelos brincantes Benedito Trindade da Silva, Maria Monteverde e Celina Fernandes, evidenciaram a simplicidade que se afirmou nesse estudo, atribuído a essa simplicidade o trabalho simples e o tempo livre simples. Os tempos de trabalho e livre do trabalho, como era de costume a estes trabalhadores, respeitavam as mudanças de estação, em especial com relação as enchentes e as vazantes dos rios, num ciclo constante com seis meses de duração cada.

O respeito ao ciclo semestral da cheia e vazante dos rios era essencial para os trabalhadores extrativistas das matérias primas naturais, nos rios e na floresta, inclusive e em especial para a pesca, pois os ciclos reprodutivos dos peixes de água doce também acompanham as condições naturais dessa água doce.

Em relação ao tempo, a brincante Celina Fernandes relatou que como muitos comunitários viviam da pesca de subsistência e das demais atividades extrativistas, o tempo rigoroso de trabalho, medido pelo relógio, ao qual nos submetemos na atualidade, era desconhecido e desprezado pelos comunitários, acostumados com a medição do tempo a partir da posição do sol e da necessidade imposta pelo trabalho, ou pelo descanso dele, para recuperar as forças a serem empregadas no dia de trabalho seguinte. O nascer e o por do sol são as delimitações costumeiras entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho.

O brincante azulado, Benedito Trindade da Silva, nascido no Nordeste em 1913 e chegado em Parintins em 1914, o mais antigo brincante de Boi-Bumbá que contribuiu com essa tese, recordou que a Cidade era pequena e com poucos moradores, alguns distribuídos em poucas casas onde aportavam os barcos, local conhecido como Frente da Cidade<sup>1</sup> e outras em casas de palha com barro, em ruas atrás dessa Frente.

A memória desse brincante possui lastro científico por meio dos estudos de Costa (2013) que registrou numericamente a população total do Município de Parintins em aproximadamente 16.000 habitantes no ano de 1910, e aproximadamente 15.000 no ano de 1940, desses, o brincante Zezinho Faria reproduziu dos causos que lhe contaram que, não mais que trinta sujeitos, dessa totalidade, brincavam em cada um dos Bois-Bumbás<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Local onde culturalmente se aportava à Cidade e onde na atualidade está construído o Porto de Parintins, o Mercado Municipal, Praça digital e comércio.

<sup>2</sup> Não há registros numéricos do crescimento quantitativo dos brincantes, mas em pouco mais de 100 anos, a brincadeira sai de 60 brincantes e passa para mais de 35 mil, que assistem ao Festival Folclórico, somados aos muitos outros brincantes, que não assistem o Festival.

Na continuidade dos relatos do brincante Benedito Trindade da Silva, foi evidente a escassez do trabalho e a disposição dos trabalhadores, que para satisfação de suas necessidades, produziam sua existência com o que dispusesse a natureza, em especial atividades extrativistas de subsistência, e a pequena agricultura, atividades essas que regulavam o seu tempo de trabalho e seu tempo de não trabalho.

O referente brincante nos relatou ainda que, muitas famílias viviam de coletar matérias-primas da natureza para comercializar, pescavam e produziam farinha para comer, e em quantidade suficiente para estabelecer trocas, e também cuidavam do gado nas fazendas pelo interior do Município. E alertou-nos o brincante; mas quando chegava o fim de semana, todos se reuniam na Cidade para brincar de Boi-Bumbá.

Os estudos de Thompson (1998, p. 271) acerca do tempo no contexto do capitalismo pouco desenvolvido, nos auxiliaram na compreensão das afirmações tecidas à tese e dos relatos dos trabalhos de subsistência realizados pelas famílias do brincante azulado Benedito Trindade da Silva e da brincante encarnada Celina Fernandes, em especial ao afirmar que,

Sem dúvida, esse descaso pelo tempo do relógio só é possível numa comunidade de pequenos agricultores e pescadores, cuja estrutura de mercado e administração é mínima, e na qual, as tarefas diárias (que podem variar da pesca ao plantio, construção de casas, remendo das redes, feitura dos telhados, de um berço ou de um caixão) parecem se desenrolar, pela lógica da necessidade [...].

E, o costume de brincar de Boi-Bumbá pelos trabalhadores de Parintins em seu tempo livre desses trabalhos simples não foi inaugurado pelos trabalhadores parintinenses<sup>3</sup>. As raízes do Boi-Bumbá estão na brincadeira dos trabalhadores nordestinos, em seu folguedo junino<sup>4</sup> do Bumba-meu-Boi, trazido para a Região Norte pelos trabalhadores nordestinos, especialmente<sup>5</sup> pelos trabalhadores nordestinos<sup>6</sup> da borracha, que, no descanso de seu trabalho de extração do látex tinham o costume de brincar de Bumba-meu-Boi (BRAGA, 2002).

No exercício desse trabalho nos seringais, os nordestinos eram a maioria da força de trabalho e compartilhavam do trabalho com outros trabalhadores da Região. Em seu trabalho na extração da borracha esses nordestinos ficaram conhecidos na Região Norte como 'soldados da borracha'<sup>7</sup> (KAWAKAMI, 2009). Se por um lado o trabalhador só tinha seu trabalho, e o vendeu para a burguesia extratora da borracha, por outro, essa burguesia acumulou capital e viveu o período da bela época na Amazônia, em base a exploração desses trabalhadores. As contradições no referente à qualidade do tempo livre, e ao lazer dessas duas classes foram determinadas pelo modo de vida de sua classe; enquanto a burguesia desfilou e desfrutou de sua riqueza nos espaços construídos a partir do capital acumulado da exploração dos trabalhadores da borracha, Teatro Amazonas e Salões de festas em Manaus, Santarém e Belém, os trabalhadores tiveram em seu tempo livre do trabalho, explorado, um lazer simples, determinado pelo modo simples com que reproduzem sua existência, sendo a brincadeira de Bumba-meu-Boi a principal atividade.

<sup>3</sup> "Em 1840, aparece a primeira descrição da brincadeira do Boi no Brasil. [...] tratando-se de uma manifestação de escravos [...]." Os comentários acerca do Bumba-meu-Boi, desdenham da participação do negro, "[...] sobretudo da sátira que é feita em relação à figura de um sacerdote. O Boi Amazônico é citado pela primeira vez em 1850 [...] Belém [...] na Amazônia o Bumbá deve ter se estruturado já na primeira metade do século XIX [...]" (VALENTIN, 2005, p. 90-91).

<sup>4</sup> Folguedo junino;

<sup>5</sup> Nos utilizamos do termo especialmente por não haver estudos que afirmem que todos os trabalhadores nordestinos destinados ao Norte foram empregados na extração do látex.

<sup>6</sup> Em Parintins também houve produção de borracha (SAUNIER, 2003; COSTA, 2013) mas, na Região do Rio Juruá, houveram extensos seringais.

<sup>7</sup> A denominação de soldados da borracha se deu em alusão a necessidade da extração da borracha no Amazonas para as Guerras Mundiais, conforme relatos de Benedito Trindade.

A importância econômica da borracha para a economia brasileira foi registrada nos estudos de Homma et.al. (2011). Esses estudos evidenciaram que a extração da borracha da Região Norte se deu a partir da necessidade de expansão do capital, aportado na indústria automobilística internacional, em desenvolvimento. Os autores afirmaram ainda que a borracha significou o terceiro<sup>8</sup> produto de maior exportação na economia brasileira entre os anos de 1887 a 1917, ou seja, período que compreende o máximo da exploração da força de trabalho dos soldados da borracha nortistas.

Porém, em 1917 o ciclo áureo de acúmulo de capital por meio da extração da borracha entrou em decadência, em especial devido ao capitalismo ter encontrado e passado a explorar trabalhadores, técnicas de produção do látex,<sup>9</sup> e locais de extração que geraram maiores lucros do que lhes forneceu a Região Amazônica (MOURÃO, 2009).

Com a crise da borracha, muitos desses trabalhadores retornaram para o Nordeste. Já outros, como expressaram os estudos de Rodrigues (2006) procuraram outros trabalhos, se expandindo para toda a Região Norte, processo esse que pode ser entendido a partir das leituras marxianas expressadas na Contribuição à crítica da economia política.

Essas leituras subsidiaram a compreensão de que, com o crescimento do capital, não se constitui, via de regra, que as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores vão acompanhar esse processo de crescimento e acúmulo de capital, e melhorar, ao contrário, a tendência impressa à vida do trabalhador, mesmo com o crescimento do capital é a maior exploração, logo, decadência nas condições de trabalho e de tempo livre, determinando formas menos qualitativas da vivência do lazer nesse tempo livre.

E, no delineamento do pensamento de Marx (1977) afirmou ainda, que a regra se constitui em, a partir da crise do capital, os trabalhadores são os primeiros a serem atingidos, com maior exploração de mais-valia, e, quando da crise irreversível, como ocorreu com a borracha, os capitalistas desempregam os trabalhadores, e esses desempregados da borracha, sem quaisquer alternativas para produzir sua existência, foram sujeitados a trabalho e moradia precarizados (HOMMA et.al., 2011; MARX, ibid.).

Nesse sentido os estudos de Rodrigues (2006) contribuem para o entendimento que, no seio dessa reorganização das forças produtivas necessárias após a decadência da extração da borracha, alguns migrantes não conseguiram ou quiseram retornar, ou seja, houve a necessidades para os nordestinos de permanência nessa Região por variadas razões, sendo as faltas de trabalho e de condições financeiras para o retorno, as principais citadas pelo autor (ibid.).

Com suas condições de vida precarizadas pela crise da borracha, e crise na pecuária a partir da crise da borracha, pois Manaus do período áureo gomífero representava a cidade com maior consumo da pecuária da Região, esses trabalhadores passaram a habitar as periferias das cidades, ocorrendo então o encontro com índios e negros. Nas palavras de Rodrigues (2006, p. 57):

Aos migrantes que não conseguiram ou desejaram voltar para casa, foram legadas as periferias das cidades, onde dividiam espaço em palhoças de taipa e chão batido de um só cômodo com índios destribalizados e caboclos. Foram nesses guetos, com pessoas de diferentes culturas, reproduzidos em menor escala em cidades do interior, que, pouco a pouco aconteceu a miscigenação cultural entre os nordestinos e os povos da Amazônia.

O registro de Rodrigues (ibid.) referenda a existência do desenvolvimento desigual entre as Cidades da Região Amazônica. Esse apontamento do autor referendou as formulações teóricas Trotskistas acerca da existência no sistema capitalista de

<sup>8</sup> Depois do café e do algodão.

<sup>9</sup> Como a Ásia, por exemplo.

desenvolvimento desigual e combinado, tida como embasamento a Antunes e Silva (2010), expostas introdutoriamente.

Essa Lei constituída dos esforços de Trotsky para tentar entender a dinâmica de desenvolvimento do capital foram sintetizadas por George Novack (2008, p. 34), que iniciou situando a desigualdade como produto da natureza contraditória do progresso social, em suas palavras;

[...] A desigualdade do desenvolvimento entre os continentes e países é acompanhada por um semelhante crescimento desigual dos distintos elementos dentro de cada grupo social ou organismo nacional.

Ou seja, a partir da combinação de estarem todos os países, Estados e Cidades, alinhados sobre a estrutura do sistema capitalista, há desigualdades de crescimento desse capital entre eles e dos distintos elementos dentro de cada grupo social. A partir da sistematização dessa teoria Trotskista nos foi possível tecer a afirmação da existência de desigualdades de crescimento capitalista no Brasil, e dentro desse país, enfatizamos as desigualdades de crescimento entre as regiões, e a Região Norte, e na Região Norte, as peculiaridades da Cidade de Parintins.

E, no bojo dessas particularidades, esses trabalhadores nordestinos trouxeram seu costume de brincar de Bumba-meu-Boi<sup>10</sup>, que no Amazonas foi sendo modificado e se tornou Boi-Bumbá;

No nordeste deixaram saudades e sonhos  
A desbravar a floresta encantada com seus mistérios  
E a cultura do Bumba-meu-Boi  
Aqui se fez Boi-Bumbá [...] (KAWAKAMI, 2009).

O Boi-Bumbá passou a ser brincado em Parintins, Manaus, Itacoatiara, Lábrea, Manicoré, Itapiranga, Barreirinha, Borba, Uricurituba, Maués, Coari, Autazes, Amaturá e Boa Vista do Ramos, onde os nordestinos se estabeleceram e produziram suas vidas (VIEIRA FILHO, 2003).

Esses trabalhadores nordestinos, em busca da satisfação de suas necessidades, trabalhavam em todo e qualquer trabalho que houvesse, e que possibilitasse a produção e reprodução de suas vidas, se adaptando com habilidade às intempéries da várzea e da terra firma, não tendo assim, uma única profissão, ou profissões bem demarcadas, características do capitalismo desenvolvido como exemplificado no modal taylorista-fordista, conforme depôs em entrevista o brincante Erick Nakanomi (COSTA, 2013). Também em entrevista, Maria Monteverde, filha de Lindolfo Monteverde, fundador do Boi-Bumbá Garantido, nos contou que seu pai, nessa época, além da pesca, trabalhou também na agricultura, pois além da pesca, agricultura e carregadores de embarques e desembarques no porto, esses trabalhadores eram vaqueiros de bois e búfalos, e ainda extratores de cacau, “[...] tiradores de pau-rosa, copaíba, sorva, andiroba e patauí [...] (BENCHIMOL, 2009, p. 30). E complementou Saunier (2003, p. 173): “[...] castanha, borracha fina, sernambi, caucho, caferana, cumaru [...] muirapuama, abuta, manacá, cipó, salsa, toros de itaúba, cedro<sup>11</sup> e outros, bem como as peles silvestres.” Os estudos desse autor registraram ainda que o pirarucu<sup>12</sup> chegou a ser produto de exportação nessa época.

E, como determinação desse modo de produção da vida desses trabalhadores parintinenses, por meio desses trabalhos cedentes de conhecimento das populações tradicionais da Região, também foi determinada suas crenças, religiosidade e religião. De

<sup>10</sup> Não adentraremos às particularidades desse folguedo nordestinos por não se inscrever em objeto dessa tese. Indicamos a consulta aos estudos de Câmara Cascudo, inclusive baseado em entrevistas com brincantes como Odinéia Andrade, também entrevista por nós.

<sup>11</sup> Espécies de árvores típicas da Região Norte das quais são extraídos extratos, frutos, raízes e os próprios troncos como madeira (SAUNIER, 2003; HOMMA et. al., 2011).

<sup>12</sup> Peixe (SAUNIER, 2003).

comum acordo aos pesquisadores dos Bois-Bumbás de Parintins, e já evidenciado em ritmo pelos compositores de toadas, que tanto Caprichoso, quanto Garantido começaram a ser brincados a partir de promessas aos santos juninos. Essas promessas foram determinadas pelo trabalho: do lado azul, o Caprichoso, colocado por Roque Cid pela promessa de não faltar trabalho<sup>13</sup> e do lado vermelho, do Garantido, por Lindolfo Monteverde, para ter saúde para trabalhar (BRAGA, 2002; SAUNIER, 2003; VALENTIN, 2005; RODRIGUES, 2006).

Essas promessas determinadas pela necessidade de trabalhar para continuar vivendo, em especial na pesca, alinhou o tempo livre desses e de muitos trabalhadores parintinenses, residentes em dois diferentes guetos da Cidade, à brincadeira de Boi-Bumbá, conforme as palavras registradas da entrevista de Erick Nakanomi;

O Garantido e o Caprichoso estão relacionados à classe de pescadores [...]. O Garantido nasce numa vila de pescadores, a Baixa do São José<sup>14</sup>, então os dois estão ligados à ideia da pesca, estão muito ligados, o Caprichoso na Sá Peixoto e o Garantido no São Jose, ambas as vilas, de pescadores e guetos afrodescendentes. [...] pelos menos, pelo lado do Caprichoso, nós vamos ter a história de que Roque Cid era um pedreiro e que ele, às vezes, era pescador, porque essa, esse novo formato que a gente pensa de profissão, ele é muito novo pra Amazônia, existem até toadas que falam sobre isso né; sou pescador, sou isso, sou aquilo, e você não tem uma atividade de fato, você tem o extrativista, e esse extrativista, ele é, dependendo do ciclo, ele é coletor de castanha, de melancia e dependendo do ciclo, vem o período da enchente e da vazante, ele vira pescador, então você vai ter isso. [...]

A toada a que se refere o entrevistado, além de referendar sua afirmação da existência de atividades econômicas simples na cidade, logo vários e diferentes trabalhos como a pesca, a caça, a construção das marombas, onde moravam nas referentes periferias, e precisam ser erguidas no período das cheias, mas, independente do trabalho, esses trabalhadores, se ocupam no seu tempo livre, tem seu lazer, marcado pelo brincar de Boi-Bumbá<sup>15</sup> nos terreiros das casas, sempre no balanço da toada 'O caboclo - Sina Cabocla', composta por Adson Leão (2011):

Eu caboclo, eu sou da Baixa, eu sou do rio  
Eu sou guerreiro, meu sustento é um desafio  
Eu sei pescar, eu sei caçar, eu sei viver nesse lugar  
Sou ribeirinho na enchente a marombar

A partir desse modo de produção da vida em Parintins, podemos afirmar que esses 'primeiros passos' do brincar de Boi-Bumbá, também não foram bailados por todos os Parintinenses, e sim, por esses trabalhadores, que mantinham o costume de 'brincar de Boi' como seu lazer, em seu tempo livre do trabalho (grifo nosso). A burguesia da Cidade, reduzida numericamente, realizavam apenas as doações para a realização da brincadeira e fruía de seu lazer em atividades em Manaus, Santarém e Belém, conforme já afirmado anteriormente.

As entrevistas identificaram que, antes de sair para pescar esses trabalhadores já estavam se organizando para seu lazer, à noite. A brincante encarnada Celina Fernandes, nos relatou que, ao se referir ao brincante Lindolfo Monteverde, que já saía para a pescaria deixando tudo organizado para a brincadeira do Boi-Bumbá Garantido que seria realizada à noite:

<sup>13</sup> Os estudos monográficos de Braga (2008) registraram a migração de nordestinos para Parintins motivados as atividades comerciais. Nem todos tiveram êxito em seus objetivos, e permaneceram ou retornaram para o Nordeste.

<sup>14</sup> Também conhecida como Baixa da Xanda. Tanto a Baixa do São José quanto a Sá Peixoto são Bairros da Cidade de Parintins onde se concentram até a atualidade, majoritariamente brincantes dos respectivos Bois da origem desse folgado.

[...] ele saia pra pesca e dizia: minhas filha, eu vô saí pra pesca, mas eu não demoro, a demora é só de pega um peixe e venho logo trazer pra vocês [...] mas eu vô dexa um negocio pra voceis fazê [...] varrê, pra limpá, pra está limpo pra noite [...].

Em complemento, o brincante Benedito Trindade da Silva relatou que, nesse início do Boi-Bumbá, o encontro dos trabalhadores das periferias para ter seu lazer de brincar de Boi foi determinado por seus trabalhos, que por sua vez obedeciam as particularidades geográficas da região, em especial as cheias e as vazantes dos rios, fenômeno natural importante para a vida dos parintinenses, e que determina seu tempo livre do trabalho, pois no período da cheia dos rios não é possível trabalhar nas várzeas e muitos dos trabalhadores retornam para a Cidade, coadunando nos meses de abril, maio e junho, período de preparação e dos folguedos juninos. Essas lembranças do brincante acerca da importância dos rios, em especial o rio Amazonas, é constantemente registrada nas toadas dos Bois, conforme expressado na toada 'Rio Amazonas' do Boi Caprichoso, de Azevedo (2004):

O 'Cio das águas', abreviação do ciclo das águas, a que se refere a toada, é marcado por períodos de chuva, com cheia dos rios, que perduram de janeiro até junho, e de estiagem, com a vazante dos rios, que se estende de julho a dezembro. Os trabalhos no interior da Cidade de Parintins, no extrativismo, na pequena agricultura, na vaqueirada, também obedeceram a esse ciclo das águas, ou seja; nos períodos de vazante dos rios, os trabalhadores saíam da Cidade, acompanhados ou não de suas famílias, e se dirigiam para o interior para trabalhar, pois esse período '[...]' é o tempo da fertilização, da grande arribação [...]', da fartura de peixes e do verde das florestas.

Ao contrário, no auge das cheias, em especial nos meses de maio e junho, os trabalhadores voltavam do interior para suas casas nas periferias, e procuram outros trabalhos para a produção e reprodução de suas vidas e em aguardo de um novo período de fertilidade. Nesse período esses trabalhadores possuíam maior tempo livre, e, conjugado com esse período de cheias e permanência na Cidade, esses trabalhadores realizavam seus festejos juninos, em especial a brincadeira de Boi-Bumbá.

Como costume desses trabalhadores, em seu tempo livre, o Boi-Bumbá preservou algumas características do Bumba-meu-Boi, como a presença do negro como trabalhador, do padre representando a religião majoritária, a católica, do pajé como representante das forças da natureza, e do branco como proprietário da fazenda, e, no Amazonas, desde esse início da brincadeira, foram incorporados outros índios, como as tribos e os Tuxauas, mencionados por Benedito Trindade da Silva e Maria Monteverde, expressão da produção da vida dos parintinenses.

Determinado pela modesta produção da vida desses trabalhadores era a produção de seu brincar de Boi-Bumbá. O tempo desses trabalhadores possuía determinada flexibilidade entre o trabalho e o tempo livre, tanto devido a escassez de trabalho, quanto porque no extrativismo haviam períodos distintos entre as matérias primas extraídas, peculiarmente em destaque no período da vazante dos rios.

A brincante encarnada Celina Fernandes nos relatou em sua entrevista que, próximo ao período do Boi, se reuniam na Baixa<sup>16</sup> logo cedo e começavam a preparar a festa. Logo em seguida Lindolfo Monteverde saía para pescar para o almoço de sua família e dos moradores da Baixa que estavam preparando a festa, ou com os quais iriam realizar algum tipo de troca, como a farinha, a macaxeira, por carnes, dentre outros.

Assim, a brincadeira de Boi-Bumbá foi determinada, construída a partir de matérias primas extraídas da própria natureza, como o cipó, as penas, as samambaias, as folhas de

<sup>16</sup> Baixa, Baixa do São José ou Baixa da Xanda é a denominação do gueto em que Lindolfo colocou o Boi Garantido para brincar. Nesse local, na atualidade está situado o Curralzinho do Boi-Bumbá Garantido e habitam alguns moradores, inclusive os descendentes da família Monteverde.

curumatã<sup>17</sup>, as cabeças e os chifres de bois, ou por materiais que já haviam esgotado seu valor de uso original, conforme registrou Andreas Valentim (2005) ao afirmar que os tambores eram “[...] (feitos de lata de manteiga e cobertos com couro de porco ou tambaqui), os estalar das palminhas de macacaúba<sup>18</sup> [...]”, tudo pensado e construído pelos próprios brincantes. Em complemento aos registros do autor, nos relataram essa construção da brincadeira os brincantes Benedito Trindade da Silva, Celina Fernandes e Maria Monteverde, nessa ordem:

Naquele tempo foi uma brincadeira que a gente, ninguém assim procurava a fazer mesmo ela, de repente a gente se animo [...] fez o Boi, Boi pequeno, pequenininho, é, foi assim [...]. O Caprichoso foi feito de cipó e o Garantido cipó, é cipó do mato, tira aquele cipó, descasca, bota no sol pra fazê aquele arco assim, tanto dum, como do outro [...] samambaia e saca, naquele tempo tinha saca de estupilha [...] então aquilo que foi o forro do bicho porque não dói nas costa [...] o chifre? Era chifre mesmo [...]. Muita gente, muita gente. Naquele tempo não tinha luz, era lamparina amarrada pela ponta do pau, era mais escuro que claro.

Comecei a brincar de Boi, por brincadeira assim, de cunhatã danada. Desde lá menina, que nós fumo. Ele (Lindolfo Monteverde) foi fazendo as coisa, fazendo cheque-cheque de milho, né? Na garrafinha [...]

Na época que eu comecei (se referindo a quando começou a brincar de Boi), com a idade de 6 anos, o Garantido era muito simples, mas já era essa mesma alegria, o amor que o povo da época tinha na brincadeira, a família toda, todas as famílias que participavam do Boi junto com meu pai, eles eram interessados, eles deixavam qualquer trabalho pra ajuda meu pai aqui na Baixa [...]. [...] nessa época, minha vó, que era costureira do Boi, ela fazia nossas fantasias pra todos os netos, que mais ou menos era quase 50 [...], então, os netos e os outros amigos era que faziam a brincadeira, com muito amor, muita dedicação, vinha gente naquela época pra cá pra minha casa, ajuda minha mãe, meu pai, e nós todos trabalhávamos, nós, todos os filhos, que nós também éramos 8 filhos.

Em observância a simplicidade do modo de vida e da brincadeira dos trabalhadores brincantes, o enredo ao redor do qual se constituía a brincadeira, era o enredo do Auto do Boi. Esse enredo era simples e relatava a vida simples do trabalhador vaqueiro e sua esposa, em contradição com a vida abastada do proprietário da fazenda, conforme embalou a toada Auto do Boi, com composição de Enéas Dias (2012):

Chico matou o meu boi  
Mais bonito da fazenda  
Chico matou meu boi,  
Galopa vaqueiro vai dele buscar  
Vida, sangue ou ponta de barba  
Depois de te batizar

Ao som desse negro batuque  
Te envio a guerrear

<sup>17</sup> Folha de palmáceas que se soltam com os frutos e formam um semicírculo que era utilizado também como as costas do Boi.

<sup>18</sup> Árvore da Região (BENCHIMOL, 2009).

Mãe Catirina tinhosa, Pai Francisco e Gazumbá  
Se ela comer essa língua, pra desejo saciar  
Bóto fé no pajé curandeiro pro meu boi ressuscitar [...]

O enredo do Auto do Boi é constituído amparado no fato de Mãe “*Catirina*”<sup>19</sup>, estado gestante, tem desejo de comer a língua do *boi* [...]” (BRAGA, 2002, p. 27-28- grifos do autor). Sentir desejos durante a gestação é característica costumeira entre as gestantes, sendo os objetos de desejos, justamente os que não fazem parte de suas dietas cotidianas.

O desejo de Mãe Catirina pela ingestão da língua do boi, no enredo do Auto, aflora contradições da vida concreta dos trabalhadores, que podem ser analisadas a partir do recorte de classe; apesar de trabalharem no cuidado dos bois da fazenda, Mãe Catirina e Pai Francisco não são os donos do boi, o dono do boi é o Amo do Boi, logo, o desejo de consumo da língua do boi permanece para esses trabalhadores no ‘reino das necessidades’ (CUSTÓDIO et.al., 2009- grifo nosso a partir da categoria analítica dos autores).

Em busca da satisfação imediata dessa necessidade, e sem atentar para o fato de o boi não ser de sua propriedade, o marido de Mãe Catirina, “[...] *Pai Francisco*”<sup>20</sup>, [...] fica desesperado e resolve matar o *boi* do dono da fazenda [...] *Pai Francisco*, após matar o animal, foge para o mato [...]”, movido pelo medo da represália que ocorreria por parte de seu patrão por ter infringido a lei da propriedade privada: a morte do boi mais bonito da fazenda do patrão para o consumo da língua por Mãe Catirina, saciando assim seu desejo (id. ibid., p. 27-28- grifos do autor). E, “[...] Um dos vaqueiros da fazenda denuncia o ocorrido para o *Amo* que, revoltado, resolve ir à caça de *Pai Francisco* [...]” (id. ibid., p. 27-28- grifos do autor).

Da leitura do enredo nordestino do Bumba-meu-Boi para o enredo do Boi-Bumbá, consideramos necessário evidenciar a contradição existente na progressiva superação do ator principal do Auto do Boi: o negro. Apesar de o negro continuar presente nas apresentações dos Bois, em perspectiva histórica, ele vai perdendo sua importância em detrimento a exacerbação do indígena, que conota a mercadoria Festival Folclórico que se comercializa na atualidade.

Contraditoriamente, a afirmação do índio no Festival anda *pari passu* com a negação do índio na vida material, assim como dos povos indígenas, como matriz étnica da grande maioria da população da Região Norte. Além de negado nas relações sociais, segue o Auto que; “[...] Para persegui-lo, o *Amo* chama os *índios guerreiros* e seu *Tuchaua*”<sup>21</sup>, evidenciando a exploração do trabalho dos indígenas mais fortes, destemidos e reconhecidos da tribo, objetivo dos portugueses e espanhóis desde as Missões Católicas e que se materializaram de forma enfática com a extração das drogas do sertão (BRAGA, 2002, p. 27-28- grifos do autor; MOURÃO, 2009).

E, na sequência do enredo do Auto do Boi, como contradição histórica da submissão dos índios a cultura europeia, a catequização dos índios, que, “[...] Antes da perseguição, os *índios* são batizados pelo padre, que é chamado pelo dono do boi. [...]”, e, sendo a floresta sua própria vida, conseguem êxito na tarefa legada pelo Amo do Boi e “[...] trazem *Pai Francisco* amarrado e o *Amo* exige seu boi de volta. As suplicas de *Pai Francisco* e suas explicações de nada adiantaram. Sob ameaça, ele resolve chamar o *pajé* para ajudá-lo a curar o *boi*. [...]”, numa demonstração de exploração e reconhecimento da cultura indígena (id. Ibid., p. 27-28- grifos do autor). Esse, por sua vez;

[...] ensina o processo de cura, que consiste em dar um espirito no rabo do *boi*. *Pai Francisco* faz o que lhe é ensinado e o *boi* da um urro, demonstrando que está vivo. A partir daí, a festa é geral e todos

<sup>19</sup> Mulher negra que vive e trabalha com Pai Francisco na fazenda.

<sup>20</sup> Homem negro, vaqueiro da fazenda, marido de Mãe Catirina.

<sup>21</sup> A grafia em BRAGA (2002) está diferente de outras referências, “tuxaua”.

comemoram com danças, comida e bebida (id. Ibid., p. 27-28- grifos do autor).

Após brincarem com esse enredo, festejavam no quintal da casa de seu padrinho, que lhe deu a festa, e saíam brincando atrás do Boi e dos demais personagens pelas outras casas dos comunitários e pelas ruas da Cidade embalados principalmente pelas toadas de desafio ao Boi contrário.

Em concordância com o brincante Erick Nakanomi, de que as toadas retratavam essa vida e esse brincar, nos foi possível entender a simplicidade dessas. No Boi-Bumbá dos 'primeiros passos' e até mesmo quando já havia sido iniciado o Festival Folclórico, as toadas eram levantadas pelos próprios brincantes, constituídas de composições simples, quase sem o subsídio instrumental, conforme afirmou Aguiar (2015, p. 38 - grifo nosso): "As primeiras composições eram de conteúdo muito simples, uma poesia inspirada na essência da brincadeira do Boi, toada essa que no máximo chegava a duas estrofes [...]", conforme entoou Maria Monteverde na toada de desafio ao Boi Galante, cujo compositor não se recorda, brincado em Parintins antes do Festival, primeiro contrário do Garantido: "[...] Boi Garantido viu, estarem falando em Deus. Boi Garantido viu, estarem falando em Deus. Escutou na terra e olhou adiante. Olha Boi Galante, teu Deus sou eu. Olha Boi Galante, teu Deus sou eu [...]"

O brincante azulado, Benedito Trindade da Silva afirmou ainda que, em formato muito simples, uma vizinha confeccionava capacetes<sup>22</sup>, com penas, para eles brincarem o Boi, nas figuras dos Tuxauas, os chefes políticos das tribos presentes no Auto do Boi-Bumbá. Na brincadeira, os Tuxauas chefiavam as tribos, formadas por muitos brincantes, que se vestiam de índios, e saíam para brincar, conforme relatos da brincante encarnada, Maria Monteverde;

E até na idade de 12 anos<sup>23</sup> todos brincávamos de índio, tanto os meninos, como as meninas, minha vó era que fazia nossa fantasia, a blusa vermelha e o saiote branco, e aí ela fazia na folha de banana [...] fazia o cocar, fazia a pernera<sup>24</sup>, [...] tudo era pena de aves, naquela época não era proibido, então, foi assim que nós todos da família brincávamos [...]. [...] Tinha um tuxaua, meu pai (Lindolfo Monteverde) preparô, o tuxaua pra guiá a tribo. Nós eramos mais ou menos uns 25 [...] os maiores na frente, os menores atrás, até aquele pequenininho [...]. A gente saía daqui 6 horas prá pega as casa das pessoas que chamavam [...] e voltava as 4 horas da manhã.

Essas memórias do modo de vida e da brincadeira de Boi-Bumbá desses trabalhadores nos subsidiou para afirmar que, assim como não havia capitalismo industrial desenvolvido e o trabalho era simples, a brincadeira de Boi era simples e não possuía uma segregação social entre os brincantes que idealizavam a brincadeira dos Bumbás Caprichoso e Garantido, os que trabalhavam na construção da brincadeira e os que apenas desfrutariam da brincadeira brincando.

Diferentemente dessa segregação, a totalidade da brincadeira era construída de forma comunitária, pelos próprios brincantes, conforme suas disposições para contribuir com o folguedo junino, e, importante registrar para esse estudo, que nesses 'primeiros passos' do Boi não houve exploração do trabalho, pois não se produzia uma mercadoria, e sim uma brincadeira a ser brincada no tempo livre do trabalho.

<sup>22</sup> Adereço utilizado na cabeça, pelos Tuxauas, que representam o poder desse sujeito para seu povo. Na brincadeira de Boi-Bumbá os capacetes acompanharam o crescimento da brincadeira e na atualidade são como pequenas alegorias, construídas por artesãos e apresentadas por outros sujeitos como Item de julgamento no Festival Folclórico.

<sup>23</sup> O levantamento do Estado da Arte evidenciou que as mulheres não brincaram de Boi-Bumbá no início da brincadeira, afirmações que não são negadas por Maria Monteverde, pois relatou ter brincado até os 12 anos, quando seu pai, Lindolfo, colocou-a como responsável por recolher possíveis doações pelas casas em que passavam.

<sup>24</sup> Ornamento confeccionado com penas que se usa amarrado a perna, daí a denominação, perneira.

Seguindo a perspectiva histórica contraditória do desenvolvimento do capitalismo, pouco depois desses 'primeiros passos' dos Bois-Bumbás, o governo brasileiro abriu suas fronteiras para a entrada da imigração japonesa, em especial na tentativa de retomada da crise de 1929 (grifo nosso). Os orientais primeiramente se estabeleceram na Região Sudeste, onde auxiliaram, por meio da agricultura, no crescimento da economia (SOUZA, 2011).

Em decorrência do êxito econômico e com o intuito de recuperação da economia da Região Norte, ainda abalada pela crise da borracha, os governos do Amazonas e do Pará ofereceram terras para a vinda dos japoneses, já em fins da década de 1920.

No Amazonas, das terras oferecidas, os japoneses optaram pela Vila Amazônia<sup>25</sup>, na atualidade distrito de Parintins, onde iniciaram a agricultura e logo deram início ao cultivo da juta, como alternativa econômica<sup>26</sup> de retomada do acúmulo do capital, em crise na Região, devido a crise da borracha e internacionalmente, devido a crise estrutural.

Os orientais se instalaram na Vila Amazônia, considerada por Souza (2011, p. 123) como protagonista de desenvolvimento econômico superior ao de Parintins na década de 1930, pois com a jicultura, aquela Vila teve "[...] abertura de estradas, construção de casas para funcionários, casas de comércio, hospital e porto.", enquanto Parintins, estacionada economicamente, continuava com os trabalhos do início do século, e com o crescimento do cultivo da juta e de horti-fruti, se deslocavam para as áreas próximas da Vila Amazônia e na própria Vila, para vender sua força de trabalho, e, como relatou Benedito Trindade da Silva; se encontravam em Parintins aos finais de semana e outros após o ciclo do cultivo da juta, perdurado por aproximadamente seis meses, para brincar de Boi-Bumbá.

A atividade econômica da fibra de juta determinou os tempos de trabalho e o tempo livre do trabalho a partir do ciclo do cultivo, pareado a cheia e vazante dos rios. Assim, o tempo é determinado a partir da tarefa a ser realizada pela família que trabalha nesse cultivo, sendo possível entender a necessidade de juntar os comunitários em puxirum<sup>27</sup>, como relatou a brincante Celina Fernandes, pois, como afirmou Thompson (1998, p. 271):

É possível propor três questões sobre a orientação pelas tarefas. Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que há orientação pelas tarefas é comum parecer haver pouca separação entre o 'trabalho' e a 'vida'. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai conforme a necessidade da tarefa- [...].

A partir dessas três questões sistematizadas pelo autor foi possível afirmar que houve transformações no trabalho e no modo de vida dos trabalhadores, porém ainda pequenas, se analisadas no movimento do desenvolvimento do capitalismo no centenário do Boi-Bumbá, e em especial no aprofundamento dessas contradições, já na década de 1990.

A aproximação entre o trabalho e o não trabalho, nas relações sociais são aproximados no cultivo da juta, expressada nos encontros marcados por festas e em especial festa de Boi-Bumbá, que gingava em toadas como 'Um Povo de Fibra', do Boi Garantido, que faz referência à fibra em duplo sentido; a juta e a força para o trabalho penoso que o cultivo da juta exigia (HAIDOS; PANTOJA, 2006):

<sup>25</sup> Até então Vila Batista.

<sup>26</sup> A crise estrutural do capital de 1929, a crise da década de 1970 e a crise de 2008/2009 originaram a necessidade ao capitalismo de buscar alternativas salvacionistas (ARRUDA SAMPAIO JR, 2009). Apesar das distancias geográficas entre Parintins e os expoentes do imperialismo mundial, essa crise interfere nessa Cidade e na brincadeira de Boi-Bumbá, como será melhor discutido posteriormente.

<sup>27</sup> Trabalho coletivo, mutirão (PESSOA, 2015). Na juta, os trabalhadores faziam o puxirum apenas na época da colheita, e em sistema de troca de dias de trabalho na própria juta ou em outros trabalhos. Em média, uma colheita de juta perdura 30 dias, em condições insalubres e precário, imersos em água até a região da cintura, e carregando fardos molhados da planta para a área de terra firme (SOUZA, 2008).

Cultiva sua vida em poesias  
Inundadas de esperança (Amazônida)  
As águas douradas do rio Amazonas  
Beijam várzeas e sementes de bonança

Na referente toada os compositores registraram a contradição entre a necessidade do trabalhador da juta ter fibra, ser um povo de fibra e a esperança de um modo de vida peculiar, o modo de vida Amazônida<sup>28</sup>, que depositaram na vinda para o Brasil e naquele cultivo, em contradição com a bonança que as sementes legavam a seus proprietários japoneses.

Além dos trabalhadores japoneses, também foram explorados no cultivo da juta os trabalhadores parintinenses, em condições precárias de trabalho, as quais não estavam acostumados, sendo a eles necessário desafiar a “[...] arraia e poraquê<sup>29</sup> [...]”. Contraditoriamente, foram aprendendo com o próprio trabalho que lhes era explorado, a cultivar a juta e os hortifrúti, conhecimentos essenciais quando da expulsão dos japoneses na Segunda Guerra Mundial. E, no tempo livre do trabalho no cultivo da juta, esses trabalhadores brincavam nos Bois-Bumbás, na letra da toada ‘Povo de Fibra’, de Haidos e Pantoja (2006):

O povo do sol nascente  
Deixou um legado ao povo caboco  
Pra germinar nas manhas  
Uma nova canção  
Na Vila Amazônia  
A juticultura resplandeceu  
E em Parintins um novo ciclo de fartura alvoreceu  
Juteiro tem a fibra da coragem  
E desafia arraia e poraquê  
Em junho é batuqueiro na baixa do São José  
É Garantido, é Garantido.  
O amor que sustenta esse povo de fibra.

Após uma década de muito trabalho na juta na Vila Amazônia, os trabalhadores foram atingidos com a crise da produção da mesma, na década de 1940. Como motivo principal estive a perseguição aos juteiros japoneses e expulsão dos mesmos do Brasil em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Mas, apesar dessa crise, estudada por Souza (2011), a juta continuou a ser produzida, pois seu cultivo já era sabido pelos trabalhadores parintinenses, que expandiram a produção dessa cultura por outras áreas de várzea e terra firme do Município de Parintins<sup>30</sup>.

A brincante encarnada Celina Fernandes nos contou em entrevista, que para esse novo trabalho no cultivo da juta passou a ser necessário reunir toda a família, algumas redes, roupas e panelas e se mudarem para o interior, se fixando na terra firme mais próximo das várzeas possível, para trabalhar na juticultura.

As casas que habitavam durante esse trabalho abrigava apenas as redes e tinha fogão de barro, à lenha, para o preparo dos alimentos<sup>31</sup>. Os relatos de Maria Monteverde subsidiaram a compreensão do exposto na toada e já afirmado por Erick Nakanomi, de que

<sup>28</sup> Baseado no costume do trabalho comunitário, no descanso na rede, nos rios fartos de peixes, dentre outros.

<sup>29</sup> Peixes da Região que atacam quando se sentem ameaçados (PESSOA, 2015).

<sup>30</sup> As sementes eram conseguidas de duas formas: os bancos passaram a realizar financiamentos para o cultivo da juta, ou as sementes eram conseguidas com fornecedores com os quais os proprietários da produção comprometiam parte da juta que seria colhida.

<sup>31</sup> Vale registrar que essa trabalhadora nos contou que não havia proteção nenhuma a eles no trabalho, era como se fossem autônomos. A necessidade do trabalho na juta para viver, para muitos dos trabalhadores a única fonte de renda do ano, os colocava em situações de risco de vida, como nos contou a brincante Celina Fernandes, que só deixaram o trabalho na juta e procuraram outros, quando, numa das noites em que dormiam em suas redes no interior, seu filho foi enrolado por uma boiucobra que mata sua presa apertada para depois comê-la.

apesar de continuarem realizando variados trabalhos esse período entre 1940 e 1970, foi marcado pela jiticultura<sup>32</sup>, e os pais ensinavam os filhos e os levavam para ajudar no cultivo, nas palavras de Maria Monteverde;

[...] nós, filhos de Lindolfo, nós fomos pro jutal, nós fomos pra roça, nós sabíamos fazê a farinha [...] nós sabíamos lava a juta, que nessa época a juta era a economia da área de Parintins [...] (década de 47, no Shiburi- comunidade). [...] Nós aprendemos a trabalhar na juta... 6 horas da manha a gente já tava na agua, tirando a juta, lavando a juta [...]

Para o beneficiamento da juta, fiação e tecelagem, foi criada na década de 1960 a FABRILJUTA, na qual foram inseridas as primeiras máquinas da Região, e trabalhos em linhas de produção ainda simples. Com a inserção da fábrica na Cidade, aos poucos foi sendo transformado o trabalho, os modos de vida dos trabalhadores e seu brincar de Boi-Bumbá (SOUZA, 2011).

A instalação de uma fábrica na Cidade de Parintins modificou, não apenas o beneficiamento da juta, na fábrica, mas também o cultivo, conforme foi possível entendimento, por meio dos registros históricos de Souza (2008), que afirmaram que, com a expulsão dos japoneses, que sistematizavam toda a produção jutífera da Região, os trabalhadores passaram a produzir a sua juta, com suas famílias, sendo ajudados pelo puxirum alcançando novamente qualidade para exportação em 1939. A estrutura industrial instalada se constituiu baseada na;

[...] complexificação interna da estrutura produtiva, cujo movimento mais visível parece ser a experiência manufatureira de beneficiamento e produção [...]. Nesse processo, formou-se uma força de trabalho associada a mecânica- reparação, operação e manutenção de equipamentos – e à logística da produção industrial articulada ao mercado mundial (COSTA, 2013, p. 120).

Emergiram da totalidade da produção da juta, a necessidade de comércio entre os produtores, trabalhadores em várzeas, e a fábrica, instalada na Cidade e que não acompanhava o cultivo como o faziam os japoneses. Como no capitalismo não há vácuo, logo alguns sujeitos assumiram essas atividades, e foram recebendo denominações pelos trabalhadores e donos da fábrica, como ocorrido com o “grande patrão; comerciante que sustentava o jiticultor e sua família durante o ciclo produtivo, fornecendo-lhes sementes e suprimentos alimentícios [...]” e ficando com todo o direito sobre a produção.

Pouco abaixo na escala de intermédio se situou o pequeno patrão, que foram pequenos comerciantes das passagens de rios e lagos, que intervinham evitando a venda para outros comerciantes. Após esses, participavam do comércio da juta o regatão, um tipo de comerciante móvel com área de atuação definida e que realizava trocas com os jiticultores; da juta por alimentos. Por último, o marreteiro, um comerciante pontual no momento de venda da juta aparecia pelas plantações para realizar as compras e que em outras épocas do ano trabalhava em outras atividades (BRAGA, 2008, p. 35).

Contraditoriamente, apesar do crescimento e desenvolvimento do capitalismo por meio da economia da juta, ter determinado transformações no modo de vida, a toada Sina Cabocla, de Adson Leão (2011), ainda continuou embasando os relatos de Erick Nakanomi, tanto no referente aos diversos trabalhos, da toada o juteiro, o seringueiro e o benzedor, e a esperança da fartura idealizada a partir dessa cultura, em observância ao período de vazante e aparecimento da várzea:

Eu sou juteiro, seringueiro<sup>33</sup> e benzedor<sup>34</sup>

<sup>32</sup> A pecuária continuava crescendo como atividade econômica, mas ainda não era tão expressiva como passou a ser na década de 1980, logo não necessitava de tantos trabalhadores como o caso da juta (COSTA, 2013).

<sup>33</sup> A seringa fina era extraída em Parintins, em pequenas quantidades, como observou Saunier (2003).

Pela floresta tenho orgulho e muito amor  
Achei aqui, a mais faminta, a várzea há de melhorar  
A enchente vai e a fartura vai chegar  
A várzea é farta e sobra comida  
Pros curumim se lambuza [...]

Os estudos de Francisco Costa (2013) registraram ter havido crescimento da população de Parintins, movido, segundo ele, pela necessidade que a jiticultura havia gerado de força de trabalho. Em dados numéricos, a população cresceu de pouco mais de 15.000 habitantes, em 1940, para mais de 30.000, na década de 1970, início da crise da juta no Município.

Com o crescimento da Cidade e o desenvolvimento do sistema capitalista, houve transformações significativas na brincadeira de Boi-Bumbá, em especial nas relações de trabalho e tempo livre e de crescimento da própria brincadeira. A primeira delas, conforme nos ensinou Marx (2013), que a inclusão de máquinas no processo de produção não interfere diretamente em reduzir tempo de trabalho e aumentar tempo livre, ao contrário, como estudado, houve intensificação e aumento das jornadas de trabalho, com vias a extração da mais-valia absoluta e relativa.

Se no início da brincadeira dos Bumbás houve maior flexibilidade na demarcação dos limites entre trabalho e tempo livre, com a industrialização no beneficiamento da juta passou a haver maior rigorosidade. Para realizar o cultivo, os trabalhadores urbanos se destinavam para o interior, faziam a plantação e retornavam para a Cidade. No período da colheita, se mudavam para o interior, onde permaneciam, obrigatoriamente, por 30 dias consecutivos ou mais, e lhes era cabido a realização de toda a colheita, até sua conclusão.

Um dos entrevistados, Benedito Trindade da Silva, foi protagonista da brincadeira de Boi no tempo livre do cultivo da juta na Cidade de Parintins e nas áreas de várzea e nos relatou: “[...] eu butei Boi também! Eu butei o Garantido! No interior [...] foi, Deusulivre foi muito animado lá, no Aicurapá. Depois passei pro Mamuru<sup>35</sup>. Lá eu botei outra vez! Foi muito animado outra vez [...]”. Ao ser questionado por alguém daquele tempo, relatou; “ - e onde o Senhor vai busca esse cântico? – Eu vô fazê!”

E, o tempo do trabalho determinou o tempo dessa brincadeira no interior e seu retorno para brincar de Boi na Cidade. Essa afirmação foi evidenciada pela brincante Maria Monteverde que nos contou que, mesmo cansados de tanto trabalho, muitas vezes, estendiam os horários, iniciando mais cedo e finalizando mais tarde, para terem tempo livre, retornarem à Cidade e iniciar os trabalhos preparatórios para a brincadeira no Boi-Bumbá Garantido, marcados inclusive pela Alvorada<sup>36</sup> do Boi no dia primeiro de maio, o dia do trabalhador, ou o dia de Santo Antônio, dia 12 (doze) de junho, conforme nos contou a brincante:

[...] A gente (se referia a toda a família, inclusive Lindolfo a esposa, e todos os filhos) lavava juta até de noite, pra querê termina, pra vim embora, pra dia primeiro a gente já estava aqui, dia 25, 26, 27 de abril, nós já estava se mudando de, deixando a casa lá do interior, e vinha direto prá cá já pra começá o Boi [...].

A partir do encerramento do ciclo anual da produção, esses trabalhadores retornavam para a Cidade, já com os provimentos da venda da juta. Se compararmos o maior lucro e os maiores salários do cultivo da juta nesse período, e o cumprimento da promessa aos santos juninos, podemos afirmar que as doações para os folguedos dos Bois-Bumbás também aumentaram. Essa afirmação se deu subsidiada pelos relatos insatisfeitos de Maria Monteverde, ao nos contar das atitudes de Lindolfo Monteverde, em priorizar a

<sup>34</sup> Expressão da existência de trabalhadores negros e indígenas.

<sup>35</sup> Uaicurapá e Mamuru são duas comunidades situadas no interior da Cidade de Parintins.

<sup>36</sup> Festa de rua tradicional do Boi Garantido.

promessa realizada ao Boi-Bumbá Garantido, em detrimento as melhorias nas condições de vida de sua família. Ao retornarem do interior, após o trabalho de toda a família, Lindolfo Monteverde:

[...] fazia entrega [...] vendia a juta todinha tirava aquele bolo de dinheiro, aí ele vinha pra cá, aí nós queríamos uma casa porque nossa casa era de barro assim, embursada, mas era de barro, aí a gente queria uma casa soalhada, aí nunca ele fez pra nós, ele dizia; meus filho eu tenho promessa com são João, eu tenho que dá conta dessa minha promessa, até eu í me embora [...] tirava aquele dinheiro, contava [...] aí ele dizia; esse aqui é do São João.

Enquanto o Boi-Bumbá Garantido permaneceu na Baixa do São José, o Boi Caprichoso, nesse período, também permaneceu na Sá Peixoto<sup>37</sup>, e era brincado por trabalhadores da juta e seus filhos, e por outros trabalhadores dessas periferias. A brincante azulada Maria Gadelha memoriou que no folguedo junino existiram várias brincadeiras, como as quadrilhas, e, “[...] por último o Boi vinha e se apresentava, então juntava muita gente naquelas redondezas, naquelas proximidades, vizinhos, né, e eu me acostumei com isso, vendo o Boi Caprichoso que era lá de perto de casa.”

### **3- Considerações finais:**

Acompanhando o trabalho e o modo de produção da vida a estrutura que subsidiou a brincadeira, nesse período, também foi simples, como relatou Maria do Carmo Monteverde; “[...] minha vó era artesã de barro [...] fazia forno, fazia pote, fazia as talha<sup>38</sup> [...] nós, filhos que enchíamos todo dia, a partir de maio, [...] aí nós enchia de manhã cedo a água, a minha mãe coava aquela água no pano grosso [...]” A esse e outros trabalhos de construção do Boi, se somavam os vizinhos que habitavam os guetos em que viviam.

As famílias retornadas do cultivo da juta se reuniam com os trabalhadores da FABRILJUTA e outros trabalhadores urbanos, para construir comunitariamente a brincadeira de Boi-Bumbá, de raízes nordestinas. Assim como a família do brincante Benedito Trindade da Silva se reunia com seus vizinhos, dentre eles Roque Cid, para a construção do Boi Caprichoso, a família da brincante Celina Fernandes, se somava a família de Lindolfo Monteverde e trabalhava nessa construção do Boi Garantido e dedicaram todo seu tempo livre nesses dias preparatórios à brincadeira, em sua construção, para que todos brincassem e tivessem seu lazer.

A dedicação desses trabalhadores era da quase totalidade de seu tempo livre, com a particularidade da obediência aos horários dos trabalhadores fabris, com jornadas de 8 horas diárias, ou mais, dependendo das horas extras necessárias para maior beneficiamento da fibra, já em sua maioria dedicada à exportação.

Os trabalhos assumidos pelos brincantes na construção dos Bois-Bumbás transformavam-se conforme as próprias necessidades do trabalho de sua construção eram impostas. Na construção desse folguedo, os mais velhos iam compartilhando o costume com os mais novos, e os inserindo na brincadeira em seu tempo livre do trabalho e das aulas, da alfabetização, a partir da preocupação em aprender a ler. Essa afirmação é possível no bojo da compreensão da teoria marxiana à leitura da vida concreta da brincante encarnada, Maria do Carmo Monteverde, que lembrou;

[...] assim nós, eu, foi evoluindo, e dessa época nós brincávamos, até ali pelos 12 anos, nós brincávamos, depois aprendi lê [...] aí meu pai

<sup>37</sup> Os conhecimentos do senso comum afirmaram que o Boi-Bumbá Caprichoso teve vários currais, expressado também em toadas, mas não há registros sistematizados desse percurso até chegar no curral atual e não interfere na afirmação dessa tese.

<sup>38</sup> Estilo de pote de barro que pode ser utilizado para armazenar líquidos, conforme explicação da própria entrevistada.

me tiro pra sê responsável, porque às vezes ele ganhava presente nas casa onde o Boi dançava, ele ganhava presente, não tinha quem ajudasse, ele já me levava junto com minha vó [...].

Em síntese, os 'primeiros passos' dos Bois-Bumbás foram simples, a partir da simplicidade das relações de produção, do trabalho, do modo de vida dos brincantes. As transformações mais significativas ocorridas nesses 'passos' foram os caminhos trilhados pelo capitalismo no sentido de ampliar o desenvolvimento a partir do crescimento da produção da juta, implementado por meio da industrialização do beneficiamento da fibra, a partir de que mudou o trabalho, os modos de vida e a brincadeira de Boi-Bumbá no referente ao tempo de trabalho e ao tempo livre para a brincadeira de Boi-Bumbá (grifos nossos).

Com o êxito da jiticultura, o tempo de trabalho foi intensificado e passou a definir com maior rigorosidade o tempo livre do trabalho e destinado a brincadeira. A brincadeira de Boi-Bumbá cresceu, acompanhando o crescimento da economia jutífera, acompanhada também do crescimento populacional do Município de Parintins.

#### 4- Referências:

- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Editora Valer, 2009.
- BRAGA, Sérgio I. G. **Os Bois-Bumbás de Parintins**. Rio de Janeiro: Funarte/Universidade do Amazonas, 2002.
- COSTA, Francisco A. **Economias locais baseadas em cultura na Amazônia: o Círio de Nazaré em Belém e o Festival de Parintins**. Belém: NAEA, 2013.
- HOMMA, Alfredo K. O.; FERREIRA, Aldenor S.; FREITAS, Marilene C. S.; FRAXE, Terezinha J. P.. **Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional**. Manaus: EDUA, 2011.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MOURÃO, A. R. B. **A fábrica como espaço educativo**. São Paulo: Scortecci, 2006.
- \_\_\_\_\_. A industrialização do Estado do Amazonas. In: **Trabalho, educação, empregabilidade e gênero**. Selma S. B. de Oliveira (org.). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2008.
- SAUNIER, Tonzinho. **Parintins: memória dos acontecimentos históricos**. Manaus: Editora Valer, 2003.
- THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VALENTIN, A.; CUNHA, P. J. **Vermelho: um pessoal garantido**. Manaus: Zit Gráfica e Editora, 1998.
- VALENTIN, A. **Contrários: a celebração da rivalidade dos Bois-Bumbás de Parintins**. Manaus: Editora Valer, 2005.

#### Toadas

- HAI DOS, Demétrios; MATOS, Geandro; REBELO, Jacinto. **Sedutora das águas**. Boi-Bumbá Garantido. Parintins, 2011.
- HAI DOS, Demétrios; PANTOJA, Geandro. **Povo de Fibra**. Boi-Bumbá Garantido. Parintins, 2006.
- KAWAKAMI, Guto. **Marcas de um povo**. Boi-Bumbá Caprichoso. Parintins, 2009.
- LEÃO, Adson. **O caboclo - Sina Cabocla**. Boi-Bumbá Garantido. Parintins, 2011.

## **O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES E ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL AMAZÔNICO: DAS PRIMEIRAS LUTAS AO INTERCULTURAL DE RONDÔNIA**

Maria Isabel Alonso Alves, UFAM, mialonsoster@gmail.com

### **Resumo**

Neste texto é evidenciado, a partir da história da educação indígena brasileira, o papel das organizações e movimentos sociais para efetivação da educação escolar indígena, mostrando o protagonismo indígena para as conquistas sociais indígenas no contexto brasileiro, principalmente no âmbito amazônico. Trata-se de um recorte de um estudo realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Rondônia (PPGE/UNIR), cujo objetivo foi verificar em que contexto de luta e movimento indígena se efetivou o Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural de Rondônia/UNIR, no Campus de Ji-Paraná.

**Palavras-chave:** Movimento Indígena. Interculturalidade. Formação de professores/as indígenas.

### **Resumen**

Se muestra este texto, a partir de la historia de la educación indígena brasileña, el papel de las organizaciones y movimientos sociales para efectuar la educación indígena, que muestra el liderazgo de la India por sus logros sociales indígenas en el contexto brasileño, en particular dentro del Amazonas. Este es un extracto de un estudio llevado a cabo en el marco del Programa de Graduados de la Universidad Federal de Rondonia (PPGE / UNITE), cuyo objetivo fue determinar en qué contexto de la lucha y el movimiento indígena fue efectiva el Grado en Educación Primaria intercultural Rondônia / UNITE, en el campus de Ji-Parana.

**Palabras clave:** Movimiento indígena. Interculturalidad. La formación del profesorado / indígena.

### **Abstract**

In this text, the role of organizations and social movements for the realization of indigenous school education is demonstrated, showing the indigenous protagonism for indigenous social achievements in the Brazilian context, especially in the Amazonian context. It is a cut of a study carried out within the Postgraduate Program of the Federal University of Rondônia (PPGE / UNIR), whose objective was to verify in what context of struggle and indigenous movement the Bachelor's Degree in Basic Education Intercultural of Rondônia / UNIR, in the Campus of Ji-Paraná.

**Keywords:** Indigenous Movement. Interculturality. Training of indigenous teachers.

## 1- A Formação de professores indígenas no Brasil

A formação de professores indígenas/as no Brasil e a construção do processo da profissionalidade docente destes não parece ter sido diferente da formação de professores não indígenas. Ao verificar os processos de escolarização dos indígenas no âmbito brasileiro, percebe-se que a escolarização dos índios esteve arraigada nos pressupostos da colonização ocidental, sob também, o domínio dos desígnios religiosos impostos pela igreja católica por meio da educação escolar jesuítica iniciada no Brasil por volta do ano de 1549, (RIBEIRO, 1997), assim como evidencia a história.

Para dar suporte aos entendimentos sobre o processo de escolarização do indígena brasileiro, serão elencados os apontamentos de autores como Ribeiro (1997), Henriques et all (2007), Silva e Azevedo (1995) e outros que versam sobre o tema. Os estudiosos citados evidenciam que, no decorrer da história do Brasil, os indígenas brasileiros tiveram como legado, um histórico de exploração e marginalização pelos colonizadores europeus que impuseram a cultura colonial através dos seus métodos educacionais. Esses métodos tinham como principal objetivo, dominar a população indígena e mantê-los obedientes. Situações como esta, foram evidenciadas por Ribeiro, ao esclarecer que, “foram grandes os conflitos entre jesuítas e colonos, defendendo, cada qual, sua solução relativa aos aborígenes: a redução missionária ou a escravidão [...]” (RIBEIRO, 1997, p.54).

Autores como Silva e Azevedo (1995) ao problematizar as escolas e os movimentos indígenas, principalmente a partir dos Estados do Amazonas, Acre e Roraima, esclarecem as intenções da coroa Portuguesa com relação aos indígenas. Para os colonizadores, de acordo com os autores supramencionados, a educação escolar indígena era vinculada de forma explícita às ordens religiosas, comandadas pelos missionários católicos atrelados à Coroa. Assim, “desde a chegada das primeiras caravelas até os meados do século XX, o panorama da educação escolar indígena foi um só, marcado pelas palavras de ordem “catequizar”, “civilizar” e “integrar” ou em uma cápsula, pela negação da diferença” (SILVA & AZEVEDO, 1995, P.150).

Considerando as situações de contato, bem como, as ocorrências de expropriação das culturas e espaços indígenas e, tendo em vista, principalmente, as amplas discussões advindas de ciências como a Antropologia, iniciaram-se um novo delineamento para as questões indígenas no Brasil. Neste cenário, o surgimento de instituições e políticas voltadas para os povos indígenas foi fundamental, como por exemplo, o aparecimento do SPI – Serviço de Proteção ao Índio em 1910, cuja função “oficial” era prestar assistência ao índio e “protegê-los” contra os atos de exploração e servidão ao qual eram expostos. Extinto em 1967, o SPI cedeu lugar a FUNAI – Fundação Nacional do Índio, órgão que deteve a responsabilidade pela educação indígena (HENRIQUES et all, 2007). Relatos de indígenas de Rondônia descrevem como se dava a atuação da FUNAI no que se refere à educação escolar:

Após a passagem dos missionários no processo educativo dos povos indígenas, é implantada a educação formal nos anos 80 através da instalação de escolas nas próprias aldeias, onde professores e professoras eram não-índios, funcionários da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), com uso exclusivo da língua portuguesa. [...] os professores e professoras não-índios, produziam uma série de violências físicas, psicológicas e culturais, com os alunos indígenas:

puxões de orelhas, beliscões, confinamentos, xingamentos, proibição de se comunicarem em sua língua materna. (NAKYT, et al, 2006, p.06 e 08).

A fala supracitada revela a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no âmbito de comunidades indígenas de Rondônia, principalmente a relação deste órgão com a educação escolar dentro de um período específico. Mediante estas considerações, a escola sempre foi um elemento de singular importância para os povos indígenas, daí a seriedade de ser debatida e compreendida dentro de alguns marcos históricos e conceituais relevantes para a constituição desta instituição (a escola) não apenas para os povos indígenas, mas, dos povos indígenas, vindo então, a necessidade de se formar os próprios indígenas para atuar como docente nas respectivas escolas de suas comunidades.

Assim, as primeiras experiências de formação inicial e continuada de professores indígenas no Brasil numa concepção de educação intercultural, segundo Aguilera Urquiza e Nascimento (2010), foi a partir do final da década de 1970 ainda de forma tímida, mas foi ganhando consistência teórica e jurídica na década seguinte com a promulgação da Constituição Federal de 1988 – CF, seguida da criação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 – LDB, que estabeleceram direitos e amparos jurídicos legais de formas particulares de organização escolar dos povos indígenas. O avanço obtido no campo da legislação possibilitou a implementação de políticas públicas voltadas para a formação superior indígena no intuito de oportunizar a estas populações, o acesso à educação escolar específica e diferenciada, direcionada para a valorização e manutenção de suas culturas. A promulgação dessas leis impulsionaram reivindicações pela garantia da efetivação de formação de professores indígenas para atuarem em suas respectivas comunidades. Assim,

A escola indígena começa a ser sonhada desde então, como um espaço de apropriação dos conhecimentos da cultura oficial dominante, necessários à sobrevivência sócio-econômica-cultural autônoma dos povos indígenas; mas, também, como espaço de transmissão e reflexão dos etno-conhecimentos, sempre respeitando e valorizando os espaços tradicionais de educação; por fim, a escola indígena passa a ser vista como lócus de diálogo intercultural, onde a cultura indígena e o saber não índio são valorizados e aproveitados igualmente (AGUILERA URQUIZA e NASCIMENTO, 2010, P. 46).

A garantia desses direitos para os povos indígenas representou a retomada da autonomia, da manutenção de seus territórios e a conservação e a valorização das tradições culturais de cada povo. A abertura de instituições públicas de formação docente para os povos indígenas tem permitido o reconhecimento étnico e multicultural existente nas populações indígenas no contexto da sociedade brasileira, permitindo, assim, debates e discussões acerca do reconhecimento identitário desses povos.

A criação de cursos específicos de Licenciatura Intercultural tem se tornado fundamental para garantir a formação inicial e continuada dos professores/as indígenas que atuam nas salas de aula de suas respectivas comunidades. A respeito da inserção das populações indígenas no contexto da formação de professores/as no âmbito da educação superior, Januário e Silva (2007, p. 48) evidenciam que,

A abertura das universidades para o acesso dos povos indígenas tem permitido que as demandas das etnias sejam discutidas no âmbito da academia, que as IES reconheçam a multiculturalidade existente no país, viabilizando o debate e a criação de processos educacionais inovadores, além de possibilitar que os ameríndios tenham novas experiências e acesso a espaços até então inacessíveis a eles.

Frente a criação de cursos de licenciatura intercultural no Brasil, Rodrigo Cajueiro mostra um levantamento efetuado no ano de 2006, onde o mesmo aponta que, a partir do ano 2000, intensificaram-se a oferta de vagas para os indígenas no âmbito das universidades brasileiras por meio de criação de cursos universitários voltados para a formação docente indígena. Neste sentido o pesquisador citado esclarece que:

Quanto à localização regional dessas IESPs, verificou-se que 6 delas (54,5%) estão localizadas na Região Norte, 3 (27,3%) na Região Centro-Oeste e outras 2 (18,2%) na Região Sudeste. Saliente-se que as duas IESPs que realizam o curso em parceria, UFG e UFT, apesar de pertencerem a estados limítrofes, situam-se em duas regiões administrativas distintas, tendo, por isso, seu curso o caráter transregional. Não foram encontradas iniciativas dessa natureza nas regiões Nordeste e Sul (CAJUEIRO, 2006, P. 10).

De acordo com o levantamento supramencionado, percebe-se que a região Norte, na época do estudo, ganhava destaque quanto à oferta de Cursos de Licenciatura voltados para formação de professores indígenas, sendo a primeira em número de Instituições Públicas de Ensino Superior a ofertar às populações indígenas, cursos dessa natureza no país, acompanhada sucessivamente pelas regiões Centro-Oeste e Sudeste, ficando de fora dessas ações, as regiões Nordeste e Sul onde não apareciam nenhum registro de oferta de cursos desse caráter.

Os dados mencionados em 2006 apontam alguns avanços no contexto da formação superior de professores indígena no Brasil.

## **2. Novas demandas exigem novas atitudes: quadro atual das instituições públicas que ofertam Licenciatura Intercultural no Brasil**

Com um aporte no diálogo intercultural, no reconhecimento étnico e na diversidade cultural, onde “o acesso, permanência e a conclusão em nível superior, abre canais de diálogos interculturais com a sociedade envolvente” (JANUÁRIO e SILVA, 2007, p. 48), e tendo como base inicial os dados acima evidenciados, foi efetuado um levantamento recente<sup>1</sup> com objetivo de verificar possíveis avanços nos resultados apontados, e, mediante

---

<sup>1</sup> Levantamento efetuado pela autora (2013) em função da elaboração da Dissertação de Mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia (PPGE/UNIR) ainda não divulgado oficialmente.

nova pesquisa, percebe-se que atualmente esses dados já se encontram alterados, cabendo aqui, a exposição de um novo quadro das Instituições de Ensino Superior Públicas (IESPs) brasileiras que ofertam Licenciaturas Interculturais para o público indígenas.

Com base neste novo levantamento realizado no ano de 2013, é possível apresentar que, o novo quadro atualiza os dados apontados anteriormente por Cajueiro (2006) e evidencia um significativo aumento de abertura de novos cursos de Licenciatura Intercultural pelo Brasil. A realização deste novo levantamento, teve como embasamento o Cadastro das Instituições de Educação Superior disponibilizadas pelo *Ministério da Educação - Sistema e-MEC*<sup>2</sup>, e mediante pesquisa e levantamento nos sites das universidades e instituições públicas, além de pesquisas e mapeamento disponibilizados por uma equipe composta por alunos e pesquisadores da Universidade de São Paulo<sup>3</sup> (USP). Os sites e pesquisas citadas serviram como principal fonte de dados sobre as Instituições de Ensino Superior Públicas (IESPs) existentes no Brasil.

Ao todo, foram consultados endereços eletrônicos de mais de duzentas instituições públicas brasileiras. O trabalho consistiu, principalmente, em acessar os sites de cada uma dessas instituições na tentativa de localizar informações consistentes sobre o oferecimento de cursos de Licenciatura Intercultural. Além das universidades públicas - Federais e Estaduais – localizadas na pesquisa, foi identificado, no nordeste, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) que também trabalha na mesma perspectiva intercultural com um curso específico de formação de professores/as indígenas.

De todo o levantamento efetuado foram localizadas dezenove (19) instituições públicas que atendem a pesquisa.

Gráfico: Representação das Instituições públicas que ofertam Licenciatura Intercultural no Brasil por região



<sup>2</sup> É um site que disponibiliza por meio de busca interativa as Instituições de Ensino Superior existentes no Brasil. Para verificar, acesse <http://emec.mec.gov.br/>.

<sup>3</sup> A esse respeito visitar o site: <http://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/equipe/>.

Fonte: Organizado por Jonatha Daniel dos Santos<sup>4</sup>

Com o objetivo de favorecer um entendimento e compreensão da organização das instituições de ensino público superior que ofertam Cursos de Licenciatura Intercultural no âmbito das regiões brasileiras, foi organizado o gráfico acima que não qualifica esta pesquisa como quantitativa, mas ajuda a compreender a porcentagem de Instituições Públicas que ofertam Cursos de Licenciatura Intercultural de modo a assinalar os seguintes resultados: as regiões Sul e Sudeste apresentam o menor índice de cursos com apenas um curso em cada região, o que representa apenas 5% do total em todo o país. A região Centro-Oeste possui quatro instituições, representando 21% no âmbito nacional. Em maior escala, temos a região Norte, que possui seis Cursos de Licenciatura Intercultural totalizando 32 % dos cursos ofertados em todo o Brasil, e a região Nordeste, que foi a que mais cresceu na estatística com um maior índice percentual de instituições públicas que ofertam cursos de formação de professores indígenas nacionalmente, com um total de sete cursos de formação docente específico para professores indígenas, o que representa 37% a nível nacional.

Partindo dos primeiros dados evidenciados por Cajueiro no ano de 2006, é possível notar um significativo aumento de oferta de Curso em Licenciatura Intercultural por todo o Brasil, principalmente na região nordeste que, de último, passou a ocupar o primeiro lugar, com sete Instituições públicas que atendem a demanda.

Diante a verificação da pesquisa de Cajueiro em 2006 e esta de 2013, observa-se que a educação escolar indígena vem sendo reorganizada para que os próprios professores/as indígenas assumam a escola indígena e seu papel perante a comunidade indígena, auxiliando os estudantes indígenas em sua formação social, voltada a diversos âmbitos educacionais, não somente da educação indígena, mas se apropriando dos conhecimentos não indígenas e utilizando-os em seus movimentos sociais.

### **3. Das primeiras lutas ao intercultural de Rondônia**

A conquista dos direitos sociais pelas populações indígenas ocorreu por meio de lutas e movimentos organizados e através de associações e organizações populares indigenistas, sendo que os primeiros movimentos indígenas surgiram na década de 1970. Tais movimentos tiveram como impulso, alguns fatores que levaram os indígenas a mobilizarem-se e organizarem-se socialmente em busca de reconhecimento étnico e cultural. Silva (1999) aponta três fatores considerados essenciais na mobilização indígena para o direito à educação escolar específica e diferenciada. O primeiro fator é caracterizado como fator interno, conflitos territoriais e culturais onde a maioria das populações indígenas via-se ameaçadas por constantes invasões territoriais, ao mesmo tempo em que eram desrespeitadas culturalmente.

Tais conflitos estavam levando as populações indígenas ao genocídio – suicídio em massa dos povos indígenas, e etnocídio – aniquilamento da cultura, causando quase que um extermínio, tanto cultural como populacional desses indígenas. O mesmo autor também evidencia que o segundo fator foi o externo, onde, na década de 1970, a sociedade

---

<sup>4</sup> É pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Matemática da PUC/RS.

majoritária (de cultura europeia) envolvente começou a organizar-se e articular-se contra o regime militar que imperava no Brasil, e em meio a essa movimentação política, surgiram os movimentos populares em favor da democracia, e isso influenciou as lideranças populares indígenas a também movimentarem-se e, a criarem estratégias de mudanças com vistas na “transformação da realidade sociopolítica e econômica do país” (SILVA, 1999, p. 96), em favor de melhorias e reconhecimento étnico e cultural.

Como terceiro e último fator, o autor aponta o continental, que surgiu do embate social de diversos países onde buscavam a implementação de “modelos políticos e econômicos” sob a concepção socialista. No entanto, ao mesmo tempo em que as organizações apoiavam os países socialistas que buscavam uma divisão econômica igualitária, as classes dominantes instauravam “repressão, perseguição, tortura, e violência institucionalizada” (idem, p. 96). Neste contexto continental para os povos indígenas, um marco importante “foi o Parlamento Índio Americano do Cone Sul, realizado em São Bernardino/Paraguai, em outubro de 1974, que possibilitou a primeira participação de lideranças indígenas do país em eventos internacionais dessa natureza.” (SILVA, 1999, p. 96).

Nesta conjuntura de enfrentamentos a partir das lutas e movimentos em favor da democracia, direitos iguais e do reconhecimento identitário, consolidaram-se os movimentos indígenas em diversas regiões brasileiras e, um dos principais elementos que desencadearam a mobilização indígena foi a defesa de seus territórios. “Basta lembrar que, apesar de o Estatuto do Índio dar como limite para a demarcação de todas as terras indígenas em dezembro de 1978, até aquela data, menos de 20% das terras estavam demarcadas.” (SILVA, 1999, p. 96). Entende-se que antes da educação escolar, a terra foi um dos principais fatores que mobilizaram as populações indígenas no Brasil, isso porque da terra é que se mantinham a sobrevivência dessas populações.

A heterogeneidade foi a marca da década de 1980 e a característica dos movimentos indígenas ao irem se estruturando, organizando, articulando nas mais variadas formas. As bandeiras mais importantes continuaram sendo a luta pela terra e pelo reconhecimento de fato de suas sociedades e formas de vida, e a construção de relações de autonomia ante o Estado. (SILVA, 2000, p. 98)

A partir das assembleias indígenas realizadas nas diversas regiões do Brasil, criaram-se entidades de apoio à causa indígena. Essas entidades eram formadas pela sociedade civil indigenista que, organizada, desencadearam vários questionamentos e críticas sobre o processo colonizatório brasileiro, questionando a desapropriação das terras e a expropriação cultural desses povos. Com esses movimentos indigenistas, formaram-se algumas alianças entre indígenas, indigenistas e governo em favor de Projetos e Leis que viessem beneficiar também as populações indígenas brasileiras. Essas alianças tiveram a participação não apenas de lideranças indígenas, mas também de sindicatos, estudiosos e sociedade civil organizada. Desse modo, “a construção de alianças, não apenas com outros povos indígenas, mas com todos os setores populares, tem sido fatores que têm marcado e dado visibilidade e consistência aos movimentos indígenas.” (ibidem, p. 97).

Através das associações e organizações, os indígenas tem se tornado atores centrais do desenvolvimento sociocultural em suas respectivas comunidades, envolvendo-se em movimentos e lutas em favor do reconhecimento étnico, cultural, social, escolar e na defesa e demarcação de seus territórios. Neste sentido, “as organizações indígenas desempenham o papel de interlocutoras das comunidades junto ao Estado e à Sociedade Civil, papel este que, antes dos anos 70, era assumido por certos profissionais

(antropólogos, indigenistas, jornalistas, etc.) e entidades que apoiavam a luta indígena.” (AZEVEDO e ORTOLAM apud SILVA, 1999, p. 100).

As associações indígenas na Amazônia possuem diferentes características e estruturas, pois a maioria delas é formada por uma ou mais comunidades de diferentes etnias, que juntas, representam a coletividade indígena e seus interesses locais. Essas associações, de acordo com Marcos Silva<sup>5</sup>, “São, em sua maioria, agências de âmbito local, cujos nomes fazem referência a povos, territórios, aldeias, lugarejos, distritos, municípios, estados, cursos d’água, atividades econômicas e profissões”.

Assim, a região amazônica, ganhou destaque com a quantidade de associações e organizações indígenas que possui, dentre as quais, uma muito importante na questão escolar indígena, foi/é a Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas, Acre e Roraima (COPIAR), que preocupados com a forma com que era tratada a educação escolar indígena na região, passou a questionar e decidir através de assembleias os novos rumos para a escola indígena amazônica.

Na ocasião, os índios reclamaram da falta de escola para alfabetizar seus filhos. Deixaram claro, porém, que não queriam uma escola “como funciona para os brancos, mas sim uma escola que faça com que o índio queira continuar ser índio e não ficar desejando abandonar a aldeia; essa escola deve ter professores indígenas e ficar dentro das malocas” (JORNAL PORANTIM apud SILVA 1999, p. 102).

De acordo com Silva e Azevedo (1995), em 1994 os professores indígenas da região norte, preocupados com a situação “atual e futura” das escolas indígenas da região norte, através do movimento COPIAR - Comissão dos professores Indígenas do Amazonas e Acre firmaram uma “declaração de princípios” onde elencaram alguns pontos que deveriam nortear a formação escolar dos indígenas amazônicos.

Dentre os princípios elencados foram destacados que os currículos e regimentos das escolas deveriam ser específicos e elaborados por professores indígenas, juntamente com as respectivas comunidades, lideranças, organizações e assessorias; e que além das comunidades indígenas indicariam a direção e a supervisão escolar em suas comunidades, as escolas indígenas deveriam priorizar a valorização das culturas e suas línguas, bem como e as tradições de seus povos (SILVA; AZEVEDO, 2004).

Na mesma declaração, ainda foi citado que os professores indígenas teriam garantido o direito a uma formação específica para atuação nas escolas, bem como aprimoramento de suas práticas pedagógicas. O referido documento (a declaração) ainda expõe que os professores/as indígenas, ao atuarem, teriam como função, fortalecer a educação indígena para que pudessem atuar na defesa, conservação e manutenção de seus territórios, bem como, o uso das línguas indígenas e dos processos próprios de aprendizagem, e que os Municípios, Estados e União, garantiriam a educação escolar indígena de forma específica e diferenciada e reconheceriam oficialmente as escolas indígenas de acordo com a Constituição Federal, entre outros. Tais princípios foram criados a fim de que a educação fosse efetivamente adequada às realidades indígenas de modo diferenciado e específico, uma vez que as culturas em questão eram/são diversificadas (SILVA; AZEVEDO, 2004).

---

<sup>5</sup>Marcio Silva é Prof. Dr. do Departamento de Antropologia da USP- FFLCH. Informações disponíveis no site: <http://www.pontourbe.net/edicao7-artigos/127-organizacoes-indigenas-na-amazonia-brasileira-um-rapido-sobrevoo>. Acessado em 23.mar.2013.

Em Rondônia, no ano de 1980, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) iniciou algumas atividades de formação indígenas para o magistério, e atuou nos diálogos que estabeleceram algumas implementações de políticas públicas no sentido de favorecer a educação escolar indígena no Estado. De acordo com Isidoro (2006), este órgão, o CIMI, se envolveu nas discussões que desencadeou a formação do Núcleo de Educação Escolar Indígena de Rondônia (NEIRO), que além do CIMI, tinha como colaboradores diversas entidades governamentais e não governamentais, entre estas a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC); a FUNAI; o Conselho de Missão entre índios (COMIN); o *Summer Institute of Linguistics* (SIL); a UNIR, dentre outros.

O Núcleo de Educação Indígena (NEIRO) é um fórum de discussão composto por entidades governamentais e não-governamentais indigenista e entidades indígenas. O seu objetivo é discutir os problemas referentes à educação escolar indígena e propor políticas públicas para implementar ações que contribuam para a qualidade desta[...]. (ISIDORO, 2006, p. 89).

Com os diálogos a partir da criação do NEIRO, e devido à necessidade de formar os professores indígenas em nível de magistério, em 1988, surgiu a implantação do Projeto AÇAÍ – Projeto de Magistério Indígena, que visava/visa à formação em magistério, de indígenas, para que estes assumissem de forma autônoma, a educação escolar em suas respectivas comunidades. Este projeto tinha/tem o “objetivo de habilitar professores e professoras indígenas para ministrarem aulas em suas aldeias. Foram atendidos docentes de 38 (trinta e oito) etnias, falantes de 23 (vinte e três) línguas diferentes e que vivem em 20 (vinte terras indígenas no âmbito do Estado de Rondônia)” (NEVES, 2009b, p. 117).

No entanto, uma vez formados em magistério – nível médio, os professores indígenas sentiram a necessidade de se organizarem e, “em 2000, foi instituída a OPIRON – Organização dos professores Indígenas de Rondônia e Noroeste de Mato Grosso” (idem, p. 89). O objetivo da OPIRON, de acordo com Neves (2009b), era acompanhar e propor ações administrativas, técnicas e pedagógicas com intuito de atender as 67 (sessenta e sete) escolas indígenas pertencentes ao Estado de Rondônia. Apresentamos, a seguir, um quadro ilustrativo abordando o percurso histórico da luta dos movimentos sociais indígenas, e de alguns professores/as da própria UNIR, bem como da sociedade envolvente que adotou a causa, para a implantação do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da UNIR, tendo em vista que foi um processo difícil e de árduas discussões dentro e fora dos espaços da Universidade.

**Quadro:** Histórico das discussões e encaminhamentos relativos à criação do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da UNIR.

Em 2007 iniciam-se os debates sobre a pertinência de ofertas educacionais para a formação de docentes indígenas, considerando a conclusão de sua formação em nível médio, através do Projeto Açaí <sup>6</sup>		
ANO	MÊS	ENCAMINHAMENTOS

<sup>6</sup> Informações disponíveis nos arquivos do Departamento de Educação Intercultural (DEINTER), bem como extraídas de Neves, (2013, p. 125). Disponível no site: [http://www.edufro.unir.br/submenu\\_arquivos/689\\_escolarizacao\\_cultura\\_e\\_diversidade.pdf](http://www.edufro.unir.br/submenu_arquivos/689_escolarizacao_cultura_e_diversidade.pdf). Acessado em 19. Mar. 2014.

2007	FEVEREIRO	<b>V Assembléia Organização PADEREÉHJ</b> – Nos trabalhos em grupos realizados na V Assembléia da Organização Padereéjh, a questão da educação superior indígena foi discutida por vários professores: Sebastião Arara colocou “a falta do ensino superior como um ponto negativo da educação indígena”, o professor Ernanes Arara analisou como um dos pontos negativos da educação a não existência do terceiro grau para os professores indígenas.
	MARÇO	<b>Reunião da OPIRON</b> – No dia 29 de março os professores indígenas de Ji-Paraná reuniram-se juntamente com a coordenação da educação indígena e a professora Josélia Gomes Neves para discutir sobre a Educação Superior Indígena. Na ocasião foi escolhido um grupo de professores indígenas para discutir o projeto – Comissão Pró-Licenciatura, sendo estes: Iran Kav’sona Gavião, Sebastião Arara, José Palav Gavião, Ernane Arara, Josias Sebirop Gavião e Marli Peme Arara, além de representantes da UNIR e do Núcleo de Educação Indígena (NEI)  <b>Envio da cópia da ata da reunião da OPIRON</b> – No dia 30 de março foi enviado ao chefe do Departamento de Ciências Humanas uma cópia da ata da reunião de professores realizada no dia 29 de março. “Na reunião do Departamento de Ciências Humanas e Sociais (DCHS) do Campus de Ji-Paraná, de 30 de março de 2007 foi discutido a solicitação oficial dos docentes indígenas da região central do Estado a respeito da educação superior tendo em vista que em Porto Velho a discussão não estava avançando” (NEVESc, 2013, p. 125).
	ABRIL	<b>Reunião sobre a Educação Superior Indígena</b> – Reunião dos professores pertencentes às etnias Arara, Gavião e Cinta Larga, representantes das RENS de Espigão do Oeste, Cacoal, e Ji-Paraná, com a presença da vice-reitora da UNIR (prof <sup>a</sup> Maria Ivonete Barbosa Tamboril), e da professora Josélia Gomes Neves da UNIR de Ji-Paraná, para reafirmar o apoio da Universidade ao Projeto de Licenciatura Intercultural.  <b>Nomeação da Comissão</b> – Emissão de Portarias para a comissão elaborar o Projeto de Educação Superior Indígena.
	JUNHO	<b>Reunião para a discussão e elaboração de projeto da Educação Superior Indígena</b> – No dia 0 de junho reuniram-se as professoras Margarida Theobald, Edinéia Isidoro e as parceiras, Renata Nóbrega e Jandra Keppi para discussão e elaboração do projeto de educação Superior Indígena. No dia 17 de junho aconteceu outra reunião para discussão do mesmo projeto.  <b>3º Fórum da Educação Escolar Indígena</b> – Participaram deste Fórum, na UNIR Campus de Porto Velho, as lideranças indígenas: Heliton gavião e Pedro Arara, juntamente com os professores indígenas: Marli Arara, Iran Kav’sona, Josias Sebirop. Também estava presente a Coordenadora da educação Indígena, na época, Edinéia Aparecida Isidoro. Neste fórum

	foram debatidas questões sobre a educação escolar indígena de forma geral, entre as quais, as discussões sobre a Educação Superior como uma demanda urgente para a continuidade da formação docente indígena.
JULHO	<p><b>Reunião da OPIRON</b> – No dia 11 de julho, nas dependências da Escola Marechal Rondon, em Ji-Paraná, foi realizada mais uma reunião da OPIRON, desta vez com a participação do Coordenador geral de Educação Indígena de porto velho, bem como professores e lideranças Arara e gavião. A reunião contou com a presença da representante de ensino de Ji-paraná, a senhora Syneide Graal Muller e a professora da UNIR Margarida Theobald. Nesta oportunidade discutiu-se questões pertinentes ao Ensino superior Indígena, onde ficou decidido que o curso Intercultural seria realizado em cinco anos, sendo os três primeiros anos como base comum e os últimos dois anos específicos da área de escolha do estudante, e dessa forma, os professores indígenas estariam habilitados para atuarem no ensino fundamental e no ensino médio, dependendo da área específica de escolha. Essa decisão foi aprovada por unanimidade dos presentes.</p> <p><b>Reunião do Núcleo de Educação Indígena (NEI)</b> – No dia 25 de julho, dentre os vários assuntos discutidos, foi informado ao grupo, os encaminhamentos em relação ao Ensino Superior Indígena.</p>
AGOSTO	<p><b>Reunião da OPIRON</b> – No dia 10 de outubro, as discussões foram em torno das articulações da organização em prol da Educação Superior Indígena que deve estar de acordo com as necessidades locais da educação indígena. Foi colocado ainda que, a inserção dos professores indígenas na universidade vai dar visibilidade aos povos indígenas de Rondônia e Noroeste de mato Grosso, e da importância da luta indígena nas decisões por uma educação diferenciada e na inserção do indígena no ensino superior.</p>
SETEMBRO	<p><b>Reunião do NEI</b> – No dia 26 de setembro aconteceu a reunião em função das discussões do Projeto da Educação Superior Indígena.</p> <p><b>Envio do Memorando de Nº. 72 de 5 de setembro de 2007</b>, da Reitoria para o DCHS solicitando a inclusão do curso de licenciatura em educação básica intercultural no REUNI.</p>
OUTUBRO	<p><b>Reunião Elaboração do Projeto</b> – Nos dias 16 e 22 de outubro, estiveram reunidas as professoras Edinéia Aparecida Isidoro, Lidiane e Margarida Theobald para elaboração do Projeto da educação superior Indígena para ser apresentado na UNIR.</p> <p><b>Encontro entre os professores e professoras indígenas e a Administração Superior da Unir.</b> Na ocasião o reitor se comprometeu de envidar todos os esforços no sentido de fazer o curso acontecer.</p>

A Universidade Federal de Rondônia aprova O Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural no âmbito do REUNI (2008)		
2008	JUNHO	<b>Emissão do parecer favorável à criação do Curso pelo Conselho de Campus (CONSEC)</b> - Em 11 de junho de 2008, o relator, no CONSEC – Conselho de Campus, emitiu parecer favorável à criação do curso e no dia 12 deste mesmo mês, o CONSEC do <i>Campus</i> de Ji-Paraná, apreciou o parecer do relator que após muito debate aprovou o projeto do Curso de Educação Básica em Licenciatura Intercultural.
	OUTUBRO	<b>Aprovação do Projeto de Expansão e Reestruturação (REUNI) da UNIR</b> - No dia 24 de outubro de 2007, o Conselho Universitário (CONSUN) aprovou o Projeto de Expansão e Reestruturação da UNIR por meio da Resolução N <sup>o</sup> . 9. As duas próximas instâncias de deliberação do Curso de Licenciatura Intercultural foi a Câmara de Graduação – CGR e o Conselho Superior Acadêmico – CONSEA.  <b>Aprovação do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural</b> - Finalmente na 89 <sup>a</sup> sessão da Câmara de Graduação – CGR, de 29 de outubro de 2008 a maioria dos conselheiros (as) decidiram pelo acompanhamento do Parecer 873/CGR do relator Conselheiro Oziel Marques da Silva, aprovando o Projeto do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural.
	NOVEMBRO	<b>A aprovação do Curso</b> – Em 18 de novembro de 2008, por meio da Resolução n <sup>o</sup> 198 do CONSEA – Conselho Superior Acadêmico aprovou 10 projetos políticos pedagógicos, dentre os quais, o Projeto do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural.
2009	ABRIL	<b>Lançamento do Edital</b> do primeiro vestibular para o Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural.

Embora a UNIR tenha sido criada no ano de 1982<sup>7</sup>, somente vinte e sete depois efetivou-se um Curso voltado às demanda indígenas. Vale ressaltar que os movimentos sociais organizados em prol da criação do curso nos dão conta que havia expectativa dos indígenas com relação a essa formação, primeiro por uma constituição de direitos, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)<sup>8</sup> prevê que todos/as os/as professores/as tem

<sup>7</sup> Informação extraída do site da UNIR. Disponível em: <http://www.unir.br/?pag=submenu&id=260&titulo=A%20Universidade>. Acessado em 15 de mar. 2014.

<sup>8</sup> Trata-se do Título VI, art. 62<sup>o</sup> da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>. Acessado em 15 de mar. 2014.

direito à formação, segundo, porque as comunidades indígenas tem demanda de alunos e esperam que a formação desses/as professores/as indígenas, nesta perspectiva intercultural, possuam os saberes da advindos por meio da Universidade e que consigam dialogar esses saberes universais com os saberes tradicionais, a fim de garantir uma educação específica e diferenciada, mas que atenda as especificidades das populações indígenas com qualidade.

Com movimentos dessa natureza em Rondônia, e impulsionados pela ânsia de formação em nível superior, no ano de 2009 foi efetivada a criação do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural no âmbito da Fundação Universidade Federal de Rondônia, que hoje possui em média de 130 alunos indígenas regularmente matriculados.

Este curso já possui três turmas em formação, onde os/as acadêmicos/as indígenas poderão sair habilitados para atuarem em suas respectivas comunidades, numa perspectiva educacional específica e diferenciada de modo autônoma, com vistas em uma educação de qualidade, específica, bilíngue, visando à territorialidade e a identidade de cada povo indígena envolvidos no processo, processo este, que por sua vez, está sendo re/construído a partir da educação, mas que foi iniciado e marcado através das lutas dos movimentos indígenas por todo o Brasil, inclusive na Amazônia Ocidental.

## **Considerações Finais**

Tendo em vista as evidências postas, compreende-se que em um contexto de lutas e enfrentamentos a educação escolar indígena foi sendo construída e, no decorrer da história, foi se oportunizando aos povos indígenas o acesso aos conhecimentos oficiais, ou seja, os conhecimentos adquiridos através da escola, porém, com uma educação escolar antes pensada dos não índios para os índios. Essa educação, portanto, sempre ocorreu num contexto de confronto do ponto de vista cultural e ideológico, e mesmo nos dias atuais, ainda se encontra evidências de que esse modelo de educação continua pensado a partir do ponto de vista da cultura ocidental.

Uma das discussões presentes hoje no campo da formação docente, num âmbito geral, é a questão de se construir um espaço intercultural, de troca, da experiência e dos modos de se conviver por meio desta troca de saberes. As universidades também se iniciam nesta nova temática tão emergente que envolve a formação de professores e professoras para atuar nas escolas. Assim, a formação docente deve ser construída numa perspectiva intercultural. A formação de professores/as, nesse contexto de transformações sociais e de diversidades socioculturais, deve buscar lidar com as representações que levem em consideração as especificidades do conhecimento e suas implicações na realidade social posta, realidade esta, que inclui também a formação de professores indígenas.

A constituição do sujeito-indígena-professor deve ter como alicerce uma educação que seja diferenciada e que vá ao encontro das especificações das comunidades indígenas, criando uma relação de reciprocidade com a academia, com os modos de viver a universidade. Para se estabelecer esta relação de troca, é necessária uma equiparação destes conhecimentos distintos, criando um processo de resignificação - entendido aqui como meio específico de mediar as práticas pedagógicas envolvendo as particularidades de cada povo, na formação destes professores. A diversidade experienciada nas últimas décadas é motivo de preocupação nos diferentes campos sociais, principalmente no aspecto educacional.

A partir da efetivação consolidada pela construção de cursos específicos e diferenciados para a formação superior dos professores indígenas, as comunidades indígenas se inserem, bem como se apropriam deste espaço para confirmar suas lutas políticas frente a sociedade não indígena. Considerando estas perspectivas, é possível compreender que os processos de formação docente, seja indígena ou não indígena, devam embutir em seus discursos, uma educação articulada em um contexto voltado para o respeito cultural, cidadania e promoção de valores que correspondam à coesão social, aceitação da diversidade, respeito ao próximo, igualdade de oportunidade e equidade de direitos e deveres, além da participação democrática na sociedade nacional.

## Referências

AGUILERA URQUIZA, Antonio Hilario; NASCIMENTO, Adir Casaro. **O desafio da interculturalidade na formação de professores indígenas. Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 44-60, jan./jun. 2010.

BRASIL. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Projeto Pedagógico do Curso: Licenciatura em Educação Básica Intercultural**. Campus de Ji-Paraná, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação – **Conselho Nacional de Educação. Lei n. 10.172, de 09/01/2001**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Brasília. Diário Oficial da União. N. 07 de 10/01/2001, p. 1.

CAJUEIRO, Rodrigo. **Os povos indígenas em instituições de Ensino Superior Públicas Federais e Estaduais do Brasil: levantamento provisório de ações afirmativas e de licenciaturas interculturais**. Projeto Trilhas de Conhecimento, O ensino superior de indígenas no Brasil. Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/educacaosuperiorindigena/index.htm>. Acesso em: 16 mai. 2013.

FERNANDES, Ducilene Rodrigues. **Formação de professores indígenas: um rito de passagem?**. Cuiabá/MT: EdUFMT, 2009. (Coletânea Educação Escolar Indígena; v. 5)  
GATTI, Bernadete Angelina. **Sobre formação de professores e contemporaneidade**. IN: KRONBAUER, Selenir C. Gonçalves; SIMIONATO, Margareth Fanadelli (orgs). **Formação de professores: abordagens contemporâneas**. São Paulo: Paulinas, 2008.

HENRIQUES, Ricardo; et all. **Educação Escolar Indígena: Diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola**. Cadernos SECAD, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília – DF, 2007.

JANUÁRIO, Elias; SILVA, Fernando Selleri. **Desafios e perspectivas na educação superior indígena**. IN: JANUÁRIO, Elias; SILVA, Fernando Selleri; KARIM, Taisir Mahamudo. **Cadernos de Educação Escolar Indígena – PROESI**. Barra do Bugres: UNEMAT, v. 5, n.1, 2007.

KRONBAUER, Selenir C. Gonçalves; SIMIONATO, Margareth Fanadelli (orgs). **Formação de professores: abordagens contemporâneas**. São Paulo: Paulinas, 2008.

NAKYT, Célio Arara; NEVES, Josélia Gomes; KAPIAAR, Zacarias Gavião. **Diálogos Indígenas: refletindo as possibilidades de uma Educação Escolar Indígena específica, diferenciada, intercultural e autônoma.** Disponível em <http://www.partes.com.br/educacao/dialogosindigenas.Asp>. Acesso em 20/05/2006.

NEVES, Josélia Gomes. **Universidade e Povos Indígenas: A possibilidade do diálogo intercultural na floresta.** AMARAL, Nair Gurgel do. **Multiculturalismo na Amazônia: O singular e o plural em reflexão e ações.** Curitiba: Editora CRV, 2009.

NÓVOA, Antonio. **Profissão professor.** Instituto de Inovação Educacional, Porto: Porto Editora, Coleção Ciências da Educação, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Márcio; AZEVEDO, Marta, (1995). **Pensando as escolas dos povos indígenas no Brasil: o Movimento dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre.** In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Donisete. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/Mari/UNESCO.

VICENTINI, P. D; LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa.** São Paulo: Cortez, 2009.

## **O PAPEL DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NO COMBATE AO DESMATAMENTO: ANÁLISE DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL NO ESTADO DO PARÁ**

Tema Submetido: Biodiversidade, Florestas, Recursos Naturais e Conservação

Monique Helen Cravo Soares Farias, Universidade do Estado do Pará,  
[adm.moniquefarias@gmail.com](mailto:adm.moniquefarias@gmail.com) ;

Liane Borja Pimenta, Universidade do Estado do Pará;

Norma Ely Santos Beltrão, Universidade do Estado do Pará;

Cleber Assis dos Santos, Universidade Federal de Viçosa.

### **Resumo**

Ao longo das últimas décadas, consideráveis esforços e recursos foram investidos no desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. Em geral, estes esforços foram destinados a conservar a paisagem natural da floresta e, ao mesmo tempo, tentar proteger e melhorar o bem-estar das populações locais. O Código Florestal estabeleceu instrumentos inovadores de fomento à atividade florestal e de monitoramento de sua implementação. Dentre esses instrumentos, está o Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma ferramenta chave para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades rurais. Este trabalho tem como objetivo analisar a efetividade das políticas ambientais, dando ênfase ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) no estado do Pará, tendo em vista compreender os fatores associados ao avanço do desmatamento e as políticas públicas formuladas para contê-lo, proporcionando o desenvolvimento agrário de forma sustentável. Para seu desenvolvimento, foi realizado levantamento bibliográfico e análise de geoprocessamento. Conclui-se que o CAR, somado a outros instrumentos de política e gestão ambiental, tem se mostrado eficaz, especialmente por oferecer a possibilidade de certificar que as propriedades rurais só poderão comercializar seus produtos agrícolas se estiverem de acordo com a legislação ambiental brasileira, a qual proíbe desmatamento sem licenciamento, e ainda incentiva a preservação das florestas nas propriedades rurais.

**Palavras-chave:** Conservação. Política. Registro.

### **Resumen**

Durante las últimas décadas, un considerable esfuerzo y recursos se han invertido en el desarrollo sostenible en la Amazonia rural. En general, se destinan estos esfuerzos para preservar el paisaje natural del bosque y, al mismo tiempo tratando de proteger y mejorar el bienestar de la población local. El Código Forestal estableció instrumentos innovadores de promoción de la silvicultura y la vigilancia de su aplicación. Entre estas herramientas es el Registro Ambiental Rural (CAR), una herramienta clave para ayudar en el proceso de regularización ambiental de las propiedades rurales. Este trabajo tiene como objetivo analizar la eficacia de las políticas de medio ambiente, haciendo hincapié en el Registro Ambiental Rural (CAR) en el estado de Pará, con el fin de comprender los factores asociados con el aumento de la deforestación y las políticas públicas formuladas para contenerlo, proporcionando el desarrollo agraria sostenible. Para su desarrollo, se realizaron revisión bibliográfica y análisis SIG. El Registro Ambiental Rural (CAR) es un registro obligatorio para todas las propiedades de tierras ubicadas en zonas cadastráveis, es decir, fuera de las tierras indígenas (TI), Unidades de Conservación (UC) en el dominio público y las zonas urbanas, donde la información medioambiente que contiene, acabar componiendo una base de datos para el control, seguimiento, planificación ambiental y económico, y la lucha contra la deforestación. En el estado de Pará, el Gobierno considera el Registro Ambiental Rural (CAR) como parte de la política de medio ambiente del estado a partir del

Decreto Nº 1.148 de 2008. El estado de Pará tiene un área de más de 125 millones de hectáreas, de las cuales alrededor 58 millones de hectáreas están sujetas a regulación por el Registro Ambiental Rural. En 2014, el estado ya tenía 65% de la superficie registrada, asegurando así 37.882,541 hectáreas de registros CAR establecidas en la base de SIMLAM. Desde el comienzo de su mandato, se dio cuenta de avance en proceso de regularización ambiental de las propiedades rurales. Se concluye que la República Centroafricana, junto con otros instrumentos de política y gestión ambiental, ha demostrado ser eficaz, sobre todo, ofreciendo la posibilidad de garantizar que las propiedades rurales sólo pueden comercializar sus productos agrícolas, siempre que cumplan con la legislación ambiental brasileña, que prohíbe la deforestación sin licencia, y alienta también a la preservación de los bosques en las propiedades rurales.

**Palabras clave:** Conservación. Política. Registro.

### **Résumé ou Abstract**

Over the last few decades, considerable efforts and resources have been invested in sustainable development in the rural Amazon. In general, these efforts were aimed at conserving the natural landscape of the forest and at the same time attempting to protect and improve the well-being of local people. The Forest Code established innovative instruments to promote forestry activity and to monitor its implementation. Among these instruments, there is the Rural Environmental Registry (CAR), a tool to assist in the process of environmental regulation of rural properties. This work aims to analyze the effectiveness of environmental policies, emphasizing the Rural Environmental Registry (CAR) in the state of Pará, in order to understand the factors associated with the advance of deforestation and the public policies formulated to contain it, providing the sustainable agrarian development. For its development, a bibliographical survey and geoprocessing analysis were realized. The Rural Environmental Registry (CAR) is a required register for all agrarian properties located in registerable areas, which is outside Indigenous Lands, Conservation Units of public domain and urban areas, whose environmental information result in a database for control, monitoring, environmental and economic planning, and the fight against deforestation. In the State of Pará, the Government considered the Rural Environmental Registry (CAR) as part of the state Environmental Policy from the Decree Nº 1.148 in 2008. The state of Pará has an area of more than 125 million hectares, and around 58 million hectares are eligible for regularization through the Rural Environmental Registry. In 2014, the state already had 65% of registered area, thus guaranteeing 37.882,541 hectares of CAR registers in the SIMLAM base. From the beginning of its validity, it was noticed a great advance in the procedure of environmental regularization of the rural properties. It is concluded that the CAR, in addition to other environmental policy and management instruments, has proved to be effective, especially since it offers the possibility to certify that rural properties will only be able to market their agricultural products if they are in accordance with Brazilian environmental legislation, which prohibits deforestation without licensing, and also encourages the preservation of forests in rural properties.

Mots-clés ou keywords:

## **1- INTRODUÇÃO**

A Amazônia, ao longo de sua história, passou por um intenso processo de transformação na sua forma e no seu conteúdo, fazendo com que diferentes elementos sociais, políticos e econômicos atuassem na transformação do seu espaço. Sendo assim, através da interpretação do atual uso e cobertura da terra, é possível verificar como os

diferentes atores e políticas envolvidas se associaram em cada momento específico na história e atualmente refletem no espaço (SILVA et al., 2013).

A governança do uso da terra na Amazônia brasileira tem sofrido mudanças significativas na última década. A nível nacional, a capacidade de aplicação da lei tem aumentado e indústrias a jusante ligadas a cadeias de commodities responsáveis pelo desmatamento começaram a monitorar alguns dos impactos dos seus fornecedores sobre as florestas; no nível municipal, atores locais lançaram a iniciativa Município Verde, destinada a eliminar o desmatamento e apoiando cadeias de abastecimento verdes ao nível territorial (PIKETTY et al., 2015).

Borner e Wunder (2015) ressaltam que a cobertura da terra e a mudança no uso da terra na Amazônia têm sido historicamente mais dinâmicas no Brasil, com a expansão de pastagens, sendo de longe a mais importante atividade relacionada à perda de floresta. Além da pecuária, a agricultura comercial, agricultura de pequena escala (corte e queima), incêndios florestais e extração de madeira têm demonstrado serem fontes significativas de emissão através de desmatamento, degradação florestal e uso de fogo para a preparação da terra.

A transformação gradual da Floresta Amazônica, lançada pelo avanço da "frente econômica", criou uma vasta área com rápido declínio de cobertura florestal na forma de um grande arco, que vai desde a parte mais ocidental do Estado do Acre, região transversal do sul do Amazonas, sul do Pará e norte de Rondônia e Mato Grosso até a fronteira do Estado do Pará com os Estados de Tocantins e Maranhão (GOMEZ et al., 2015).

As causas do desmatamento mudam constantemente à medida que surgem novas pressões. Ao longo das últimas décadas, consideráveis esforços e recursos foram investidos no desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. Em geral, estes esforços foram destinados a conservar a paisagem natural da floresta e, ao mesmo tempo, tentar proteger e melhorar o bem-estar das populações locais - particularmente a imensa diversidade de grupos indígenas e comunidades tradicionais que vivem na região. Estes objetivos são relevantes não só para as populações locais, mas também a nível mundial, como demonstrado muito claramente pelo atual debate sobre o papel fundamental da Amazônia no futuro do balanço de carbono na mudança climática global (BACCINI et al., 2012; POKORNY, 2013; AGUIAR et al., 2016).

Assunção et al. (2015) expõem que as políticas de conservação destinadas a controlar e prevenir o desmatamento na Amazônia passaram por revisões significativas durante os anos 2000, marcadas por dois pontos de grande relevância: o lançamento do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) em 2004, integrando ações entre diferentes instituições governamentais e introduzindo procedimentos inovadores de controle, monitoramento ambiental e gestão territorial; e a implementação de melhorias na tecnologia de monitoramento e disponibilidade de dados anuais via satélite sobre o desmatamento em escala municipal, possibilitando o estudo de sua dinâmica, o que contribui para a compreensão de como incentivos e políticas moldam a ação do desmatamento (Hargrave & Kis-Katos 2013).

No entanto, de acordo com Pacheco et al. (2010), há uma tensão crescente nas políticas públicas aplicadas pelos governos da Região Amazônica uma vez que, por um lado, algumas políticas tentam facilitar o crescimento econômico relacionado com a promoção do agronegócio, juntamente com maiores investimentos em desenvolvimento de infraestrutura e expansão de uma agricultura mais competitiva ligados aos mercados de exportação; o cumprimento das leis ambientais, cujo objetivo é proteger as florestas e meios de subsistência dos povos locais baseadas no uso dos recursos florestais, e as políticas para conservação de florestas são os instrumentos implementados junto a tentativas de reconhecimento de direitos de posse de povos indígenas locais e outros.

Explicam Brondizio & Moran (2012) que, para melhor conhecer os padrões e variações da realidade do desmatamento na Amazônia, é preciso combinar vários níveis de análises, desde os mais gerais, como região e município, até a escala das propriedades. Dessa forma, Pires (2013) apresenta o Cadastro Ambiental Rural (CAR) como uma contribuição para a compreensão tanto da expansão da fronteira quanto daquilo que na literatura se denomina Uso e Mudança na Cobertura da Terra, oferecendo um meio eletrônico que permite o cruzamento de informações do desmatamento com o mapa fundiário, apresentando a situação das propriedades ou posses rurais e sua relação com cortes na floresta. Permite, de modo mais agregado e confiável, a possibilidade de combinação entre diversas escalas de análises chegando até ao plano das propriedades e posses rurais. Alguns atores sociais chegam a atribuir ao CAR a capacidade de conciliar produção agropecuária à conservação ambiental, sendo o fruto das experiências para a construção de um novo modelo de produção e de desenvolvimento socioeconômico.

Nos nove estados que compõem a Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão), a situação da política de regularização ambiental não é uniforme. O Pará foi pioneiro na adoção do CAR como instrumento de gestão dos ativos e passivos de áreas de preservação permanente e reserva legal nos imóveis rurais.

Este trabalho tem como objetivo analisar a efetividade das políticas ambientais, dando ênfase ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) no estado do Pará, tendo em vista compreender os fatores associados ao avanço do desmatamento e as políticas públicas formuladas para contê-lo, proporcionando o desenvolvimento agrário de forma sustentável.

## **2- Dinâmica do Uso da Terra e Impactos do Desmatamento na Amazônia**

Para Soares Filho et al. (2005), as causas históricas e presentes do desmatamento na Amazônia são diversas e frequentemente inter-relacionadas, destacando-se: variações nos preços das commodities agrícolas e políticas governamentais relacionadas (FERREIRA & COELHO, 2015); a expansão da pecuária (SILVA, 2014; VALE, 2015); o avanço da exploração madeireira (BECKER, 2013; VERÍSSIMO & PEREIRA, 2014); e investimentos em infraestrutura (SOUZA et al., 2015). Os projetos de Reforma Agrária também são apontados como uma pressão para o desmatamento e são abordados nos trabalhos de Fearnside (2005), Le Torneau & Bursztyn (2010), Calandino et al. (2012), Duchelle et al. (2014) e Reydon et al. (2015).

Como um dos pressupostos do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal- PPCDAm (MMA, 2013), tem-se que o processo de desmatamento na Amazônia não é homogêneo, variando de acordo com as diferentes partes da região e ao longo do tempo. Estima-se que até 1980 o desmatamento alcançava cerca de 30 milhões de hectares, o equivalente a 6% de sua área total. Nas décadas de 80 e 90, cerca de 28 milhões de hectares foram incorporados à área desmatada. Nos primeiros anos da década passada, o ritmo intensificou-se, totalizando em uma área acumulada de aproximadamente 67 milhões de hectares em 2004, o equivalente a aproximadamente 16% da área de floresta da Amazônia Legal, ameaçando seriamente o processo de desenvolvimento sustentável para a região. Assim, a partir de 2004, com o lançamento do PPCDAm, a taxa de desmatamento anual sofreu drástica redução, chegando a 641.800 hectares para o período 2010-2011 de acordo com os dados do sistema PRODES, e gerando, segundo dados recentes, uma área acumulada de desmatamento de cerca de 18% da floresta da região (cerca de 74.800.000 hectares). Em 2012, a taxa de desmatamento atingiu o menor valor histórico da série de monitoramento do INPE chegando a 457.100 hectares. Assim, considerando as características ambientais e suas diferentes formas de

ocupação, percebe-se a existência de grande número de possíveis determinantes do processo de desmatamento na região.

Nesse sentido, Boucher et al. (2013), ao analisar a dinâmica das taxas de desmatamento na Amazônia no período de 1988 a 2011 associada à atuação das indústrias de soja e carne de gado, concluíram que nos últimos tempos tem ocorrido maior redução do desmatamento, apesar das pressões significativas no sentido oposto.

Börner et al. (2015) sugerem que mudanças na estratégia de aplicação da lei brasileira e do sistema de governo relacionado podem ser responsáveis por uma grande parte do sucesso global para conter as taxas de desmatamento, apesar do rápido crescimento da soja e da pecuária na primeira década do século XXI, ao mesmo tempo em que o Brasil está experimentando abordagens alternativas para compensar os agricultores pelas ações de conservação através de incentivos econômicos, tais como pagamentos por serviços ambientais, nas várias esferas administrativas.

Paralelamente, Castro & Watrin (2013) também apresentam como possível fator a utilização de ferramentas de monitoramento e fiscalização baseadas em geotecnologias, as quais têm ajudado os órgãos governamentais e outras instituições a enfrentarem a realidade ambiental na Amazônia.

### **3- A Influência do Desmatamento no Estado do Pará**

De acordo com Nogueira (2010), o Estado do Pará é constituído de seis mesorregiões: Marajó, Baixo Amazonas, Norte, Nordeste, Sudeste e Sudoeste. Destas, a mesorregião sudeste concentra mais de 50% do rebanho bovino do Pará. A expansão acelerada da pastagem teve um forte impacto na estrutura agroecológica dos lotes agrícolas familiares, pois o gado mudou significativamente a forma de uso da terra.

Considerando a tendência do desflorestamento a partir da análise do território amazônico, Pena et al. (2014) declaram que a correspondente intensificação das atividades econômicas, a forte pressão sobre o uso dos recursos como consequência do crescimento demográfico (variante migração), provocaram consequências negativas sobre a estrutura de funcionamento dos ecossistemas do Estado do Pará, caracterizado pelas perdas de biodiversidade, da capacidade produtiva dos solos e a diminuição das funções ambientais decorrentes do forte desflorestamento. Por conseguinte, se de um lado as áreas degradadas aumentam, da mesma forma as pressões para o avanço em direção a novos desflorestamentos se torna necessário em função da continua demanda por produtos agrícolas, madeira e atividades agropecuárias, em geral submetendo as áreas a constantes mudanças de uso e cobertura do solo no Estado do Pará.

### **4- MATERIAL E MÉTODOS**

Os aspectos teóricos e conceituais sobre a temática apresentada foram obtidos por meio da análise de artigos científicos nacionais e internacionais, legislações e relatórios e publicações institucionais.

As informações sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) são oriundas do Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental - Módulo Público (SIMLAM Público), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA), a base cartográfica utilizada também foi fornecida pela referida Secretaria. Com base em imagens orbitais oriundas dos Satélites Landsat 5 e Landsat 8, e a partir de classificação supervisionada, foi possível a criação de shapes definindo as áreas do município do estado. De posse dessas bases cartográficas, foi utilizado o software ARCGIS 10.0 para o

cruzamento de shapes, evidenciando assim a atuação do Cadastro Ambiental Rural no estado do Pará.

## 5- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 25 de maio de 2012, foi lançado o Novo Código Florestal Brasileiro, tendo como objetivo estabelecer normas gerais sobre a proteção da vegetação, Áreas de Preservação Permanente e áreas de Reserva Legal, a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, além de prever instrumentos econômicos e financeiros para o alcance desses objetivos.

O Código Florestal estabeleceu, também, instrumentos inovadores de fomento à atividade florestal e de monitoramento de sua implementação. Dentre esses instrumentos, está o Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma ferramenta chave para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades rurais que inclui uma base de dados digital contendo informações georreferenciadas das propriedades (Gibbs et al., 2015; Hall et al., 2015).

Essas iniciativas serviram como base para a mobilização e atuação dos Estados em prol dos mesmos objetivos. No Estado do Pará, o Governo considerou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) como parte da Política Estadual do Meio Ambiente. O Decreto nº 1.148 de 2008 instituiu o CAR como um dos instrumentos da Política Estadual de Florestas e do Meio Ambiente, assim o imóvel rural que não estivesse inscrito no Sistema CAR/PA seria considerado irregular ambientalmente. No CAR constam os dados do imóvel como a área total, APPs, a proposta de área de Reserva Legal, áreas para uso alternativo do solo, além dos nomes dos proprietários do imóvel, da posse ou do domínio e as coordenadas geográficas. A inscrição no CAR é condição necessária para a obtenção posterior de licença (MMA, 2009).

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro obrigatório para todos os imóveis agrários situados em áreas cadastráveis, ou seja, fora de Terras Indígenas (TI), Unidades de Conservação (UC) de domínio público e áreas urbanas, cujas informações ambientais nele contidas acabam compondo uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, e combate ao desmatamento. É por meio deste cadastro que os órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) terão acesso a informações confiáveis sobre a real situação, localização (georreferenciamento) e regularidade dos imóveis agrários no que concerne às áreas de interesse ambiental situadas dentro da propriedade ou da posse agrária (Barroso & Alencar, 2014).

Em 05 de junho de 2009, foi instituído o Decreto Estadual nº 1.697, que implantava o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD-PARÁ), visando promover a cooperação entre os diferentes setores da sociedade para o enfrentamento dos problemas relacionados ao desmatamento no Estado do Pará.

O PPCAD-PA listou, para uma primeira fase de execução – entre agosto de 2009 e agosto de 2012 – ações a serem implementadas prioritariamente nos 12 municípios que mais desmataram no estado, conforme a Portaria MMA 28/2008. Passados mais de três anos desde a publicação do Decreto, o Pará não avançou nas tratativas legais e institucionais sobre o mecanismo de REDD e, conseqüentemente, firmou os parâmetros formais para certificação de projetos, em que pese os compromissos para a redução do desmatamento e emissões de GEEs estabelecidos pelo Estado (Amarante & Ruivo, 2013).

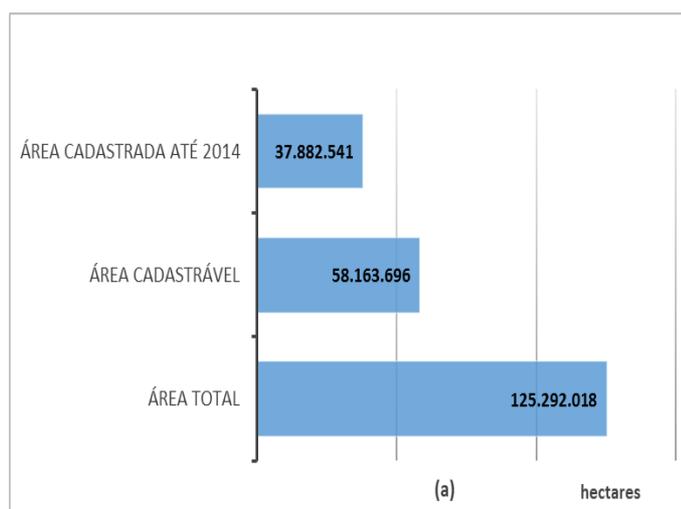
No Pará, o “Programa Estadual Municípios Verdes” (PMV) foi criado em 23 de março de 2011, compreendendo diferentes atores e instituições que se mobilizam para limitar o

desmatamento, através da adoção de medidas punitivas e de iniciativas de fomento a um processo de transição tecnológica, de forma a permitir que grandes e médios proprietários rurais desse município possam desenvolver suas atividades agropecuárias com um uso mais intensivo da terra (Carneiro & Assis, 2015). O Programa auxilia as atividades econômicas tradicionais – pecuária e agricultura – e incentiva a silvicultura através do manejo florestal, cujo discurso é de redução do desmatamento e da degradação ambiental. O Cadastro Ambiental Rural tornou-se indispensável para o licenciamento ambiental de uma propriedade, e por isso ele é o principal requisito para o ingresso dos municípios no PMV (Costa & Fleury, 2015).

Além disso, o estado do Pará vem desenvolvendo políticas que fomentam a adoção do CAR, tais como o Decreto nº 739/13, que define o CAR como suporte para a regularização fundiária dos municípios que aderiram ao Programa Municípios Verdes (PMV), e o Decreto nº 775/13, o qual estabelece o número de registro no CAR e o tamanho da área municipal cadastrada como um dos critérios para a repartição dos recursos do ICMS Verde. Aliadas a outras políticas ambientais, o desenvolvimento do CAR no Pará tem assumido grandes proporções, conforme verificado no quadro 2. Isso ocorre uma vez que a estratégia de mobilização através dos municípios é mais antiga, sendo que algumas iniciativas receberam incentivos por parte de projetos, além do fato que os municípios que mais desmatam a floresta somente podem deixar a lista do MMA caso possuam pelo menos 80% da área cadastrável inseridos no CAR e reduzam a perda de florestas. O Pará alcançou mais de 70% de adesão ao Programa Municípios Verdes (107 em 144), o que também promove o engajamento dos municípios na regularização ambiental (CI-Brasil, 2015).

O estado do Pará apresenta área superior a 125 milhões de hectares, sendo que em torno de 58 milhões de hectares são passíveis de regularização por meio do Cadastro Ambiental Rural, conforme verificado na figura 1, não incluindo áreas pertencentes a Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

**Figura 1.** A Implantação do CAR no Estado do Pará



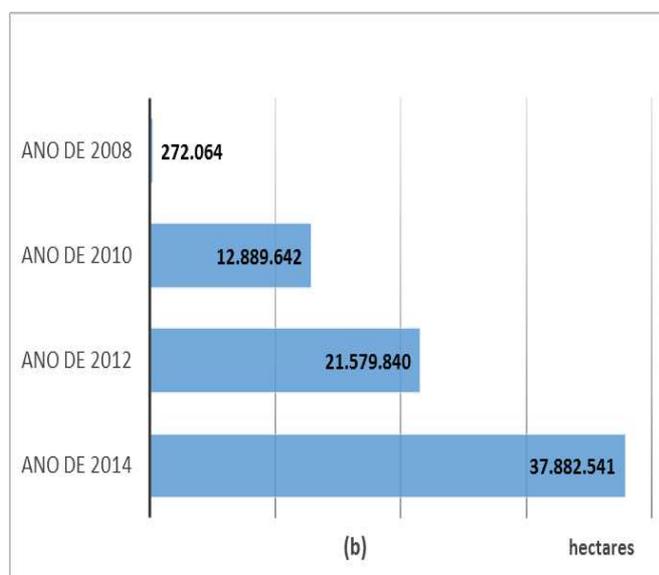
\* Área total e cadastrável para implantação do CAR no Estado do Pará; Área cadastrada até 2014.

Fonte: SEMAS-PA, 2015.

A implementação do cadastramento é realizada por meio de georreferenciamento da área total da propriedade, aí incluindo as Áreas de Preservação Permanente (APPs), Área de Uso Alternativo do Solo (AUAS) e Áreas de Reserva Legal (ARL). Essas informações integrarão o Sistema de Licenciamento e Monitoramento Ambiental (SIMLAM), gerido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

Em 2014, o Estado já dispunha de 65% de área cadastrada, garantindo assim 37.882.541 hectares de registros de CAR constantes na base do SIMLAM. Desde o início de sua vigência, percebeu-se grande avanço no procedimento de regularização ambiental dos imóveis rurais localizados no Estado do Pará, conforme apresentado na figura 2.

**Figura 2.** Evolução do Cadastro Ambiental Rural no Estado do Pará



\* Quantitativo acumulado de áreas cadastradas nos anos de 2008, 2010, 2012 e 2014.

Fonte: SEMAS-PA, 2015.

Isto se deu devido ao fortalecimento do uso de ferramentas de geotecnologia, o que agiliza o processo de criação do cadastro e proporciona informações mais confiáveis sobre o uso do solo do imóvel rural, além da realização de parcerias institucionais que promovam o processo de regularização ambiental de posses e propriedades rurais, tais como o Fundo Amazônia e The Nature Conservancy (TNC), bem como pela criação do Programa Municípios Verdes (PMV) e a realização de Termos de Ajustamento de Conduta junto ao Ministério Público Federal (MPF), iniciativas que promoveram o engajamento dos municípios paraenses para regularização dos registros dos imóveis rurais.

Assim, o CAR tornou-se, por diferentes motivos, imprescindível para os agentes econômicos e governamentais. Para muitas prefeituras, a implementação do CAR foi essencial para que vários municípios deixassem a crítica lista dos desmatadores permitindo, assim, a viabilidade da economia local.

## 6- CONCLUSÃO

Assim, destaca-se a necessidade de promover uma nova dinâmica em relação aos recursos naturais e à terra, incluindo incentivos à preservação, reconhecimento e apoio aos responsáveis por preservar a floresta, o investimento em tecnologia e estímulo aos agentes econômicos e sociais para promover o desenvolvimento em direção à sustentabilidade ambiental.

O registro por meio do CAR fornece informações essenciais sobre os imóveis rurais localizados em assentamentos, subsidiando assim ações preventivas, fiscalizatórias e punitivas por parte dos órgãos ambientais, tendo em vista a diminuição do passivo ambiental e conservação florestal. O reforço de políticas estaduais, tais como o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD-PARÁ), o Acordo pelo Desmatamento Zero firmado com o Ministério Público Federal e o Programa Municípios Verdes, serviu para consolidar o CAR como ferramenta de diagnóstico do passivo ambiental em propriedades rurais, atuando assim na fiscalização e conservação do meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. P. D.; VIEIRA, I. C. G.; ASSIS, T. O.; DALLA NORA, E. L.; TOLEDO, P. M.; SANTOS-JÚNIOR, R. A. O.; BATISTELLA, M.; COELHO, A. S.; KAWAKAMI, E. S.; ARAGÃO, L. E. O. C.; NOBRE, C. A.; OMETTO, J. P. Land use change emission scenarios: anticipating a forest transition process in the Brazilian Amazon?. *Global change biology*, 2015.

AMARANTE, C. B.; RUIVO, M. D. L. P. A política ambiental paraense à luz da Convenção sobre Mudanças Climáticas: Uma análise da possibilidade jurídica de implementação do REDD no Estado do Pará. *Novos Cadernos NAEA*, v. 16, n. 2, 2013.

ASSUNÇÃO, J.; GANDOUR, C.; PESSOA, P.; ROCHA, R. Deforestation Scale and Farm Size: The Need for Tailoring Policy in Brazil. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2015, 29 p.

BACCINI, A.; GOETZ, S. J.; WALKER, W. S.; LAPORTE, N. T.; SUN, M.; SULLA-MENASHE, D.; HACKLER, J.; BECK, P. S. A.; DUBAYAH, R.; FRIEDL, M. A.; SAMANTA, S. HOUGHTON, R. A. Estimated carbon dioxide emissions from tropical deforestation improved by carbon-density maps. *Nature Climate Change*, v. 2, n. 3, p. 182-185, 2012.

BARROSO, L. A.; ALENCAR, G. V. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento de regularização ambiental em assentamentos de reforma agrária. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 1, n. 1, p. 5-13, 2014.

BECKER, B. K. Amazônia: mudança climática, projetos globais e interesse nacional. *Parcerias Estratégicas*, v. 18, n. 36, p. 107-128, 2013.

BÖRNER, J.; MARINHO, E.; WUNDER, S. Mixing Carrots and Stickstoff Conserve Forests in the Brazilian Amazon: A Spatial Probabilistic Modeling Approach. *PloS one*, v. 10, n. 2, 2015.

BOUCHER, D.; ROQUEMORE, S.; FITZHUGH, E. Brazil's success in reducing deforestation. *Tropical Conservation Science*, v. 6, n. 3, p. 426-445, 2013.

BRONDIZIO, E. S.; MORAN, E. F. Level-dependent deforestation trajectories in the Brazilian Amazon from 1970 to 2001. *Population and Environment*, v. 34, n. 1, p. 69-85, 2012.

CALANDINO, D.; WEHRMANN, M.; KOBLITZ, R. Contribuição dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia: um olhar sobre o Estado do Pará. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 26, 2012.

CARNEIRO, M. S.; ASSIS, W. S. O controle do desmatamento na Amazônia como um processo de modernização ecológica: a experiência do Projeto Município Verde. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 12, n. 24, 2015.

CASTRO, A. R.; WATRIN, O. Análise espacial de áreas com restrição legal de uso do solo em projeto de assentamento no sudeste paraense. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 17, n. 2, p. 157-166, 2013.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL (CI-BRASIL). A Implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA) nos Estados Brasileiros. Brasília: Conservação Internacional, 2015, 39 p.

COSTA, J. M.; FLEURY, M. F. O Programa “Municípios Verdes”: Estratégias de Revalorização do Espaço em Municípios Paraenses. *Ambiente & Sociedade*, v. 18, n. 02, p. 61-76, 2015.

DUHELLE, A. E.; CROMBERG, M.; GEBARA, M. F.; GUERRA, R.; MELO, T.; LARSON, A.; CRONKLETON, P.; BÖRNER, J.; SILLS, E.; WUNDER, S.; BAUCH, S.; MAY, P.; SELAYA, A.; SUNDERLIN, W. D. Linking forest tenure reform, environmental compliance, and incentives: lessons from REDD+ initiatives in the Brazilian Amazon. *World Development*, v. 55, p. 53-67, 2014.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. *Acta amazônica*, v. 36, n. 3, p. 395-400, 2005.

FERREIRA, M. D. P.; COELHO, A. B. Desmatamento Recente nos Estados da Amazônia Legal: uma análise da contribuição dos preços agrícolas e das políticas governamentais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, n. 1, p. 91-108, 2015.

GIBBS, H. K.; MUNGER, J.; L'ROE, J.; BARRETO, P.; PEREIRA, R.; CHRISTIE, M., AMARAL, T.; WALKER, N. F. Did Ranchers and Slaughterhouses Respond to Zero-Deforestation Agreements in the Brazilian Amazon?. *Conservation Letters*, 2015.

GOMEZ, M. V.; BEUCHLEA, R.; SHIMABUKUROA, Y.; GRECCHI, R.; SIMONETTI, D.; EVA, H. D.; ACHARD, F. A long-term perspective on deforestation rates in the Brazilian Amazon. *International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing & Spatial Information Sciences*, 2015.

Hall, S.; Sarsfield, R.; Walker, N. 2015. GRSB-GTPS Joint Working Group on Forests (JWG) Workshop Report: Investing in Smart Production. Washington: National Wildlife Federation, 16 p.

HARGRAVE, J.; KIS-KATOS, K. Economic causes of deforestation in the Brazilian Amazon: a panel data analysis for the 2000s. *Environmental and Resource Economics*, v. 54, n. 4, p. 471-494, 2013.

LE TOURNEAU, F. M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. *Ambiente & Sociedade*, v. 13, n. 1, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal: Operação Arco Verde. Brasília: MMA, 2009, 50 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm): 3ª fase (2012-2015) pelo uso sustentável e conservação da Floresta. Brasília: MMA, 2013, 174 p.

Nogueira, S. S. 2010. Intensificação ou diversificação? a pecuária leiteira em questão. Dissertação de Mestrado em Agriculturas Amazônicas. Universidade Federal do Pará, Belém. 156p.

PACHECO, P.; AGUILAR-STOEN, M.; BÖRNER, J.; ETTER, A.; PUTZEL, L.; DIAZ, M. D. C. V. Landscape transformation in tropical Latin America: assessing trends and policy implications for REDD+. *Forests*, v. 2, n. 1, p. 1-29, 2010.

Pena, H. W. A.; Pena, R. C. A.; Chaves, M. S. 2014. Áreas alteradas pelo desmatamento: uma análise sistêmica para recuperação e inserção no sistema produtivo do estado do Pará. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, n. 194.

PIKETTY, M. G.; DRIGO, I.; SABLAYROLLES, P.; AQUINO, E. A.; PENA, D.; SIST, P. Annual Cash Income from Community Forest Management in the Brazilian Amazon: Challenges for the Future. *Forests*, v. 6, n. 11, p. 4228-4244, 2015.

PIRES, M. O. O cadastro ambiental rural: das origens às perspectivas para a política ambiental. Brasília: Conservação Internacional, 2013, 44 p.

POKORNY, B. Smallholders, forest management and rural development in the Amazon. New York: Routledge, 2013, 248 p.

REYDON, B. P.; FERNANDES, V. B.; TELLES, T. S. Land tenure in Brazil: The question of regulation and governance. *Land Use Policy*, v. 42, p. 509-516, 2015.

SILVA, M.; NASCIMENTO, C. P.; COUTINHO, A. C.; ALMEIDA, C. A., VENTURIERI, A.; ESQUERDO, J. C. D. M. A transformação do espaço amazônico e seus reflexos na condição atual da cobertura e uso da terra. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, 2013.

SILVA, L. G. A Expansão da Pecuária na Amazônia. **Revista de Estudos Sociais**, v. 15, n. 29, p. 79-96, 2014.

SOARES-FILHO, B. S.; NEPSTAD, D. C.; CURRAN, L.; CERQUEIRA, G. C.; GARCIA, R. A.; RAMOS, C. A.; VOLL, L.; MCDONALD, A.; LEFEBVRE, P.; SCHLESINGER, P.; MCGRATH, D. Cenários de desmatamento para a Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, 2005.

SOUZA, E. S.; RAMOS, D. P.; HEINECK, D. T.; GOMES, R. M. Impacto das estruturas urbanas em relação à biodiversidade Amazônica. *Revista de Arquitetura IMED*, v. 3, n. 2, 2015.

VALE, P. M. The Conservation versus Production Trade-off: Does Livestock Intensification Increase Deforestation? The Case of the Brazilian Amazon. Londres: The London School of Economics and Political Science, 2015, 37 p.

VERÍSSIMO, A.; PEREIRA, D. Produção na Amazônia Florestal: características, desafios e oportunidades. Parcerias Estratégicas, v. 19, n. 38, p. 13-44, 2014.

## **O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO MARANHÃO: PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO MÉDIO MEARIM**

Maria Juliana de Souza Alves<sup>1</sup>  
João Gonsalo de Moura<sup>2</sup>

### **RESUMO:**

O Programa Territórios da Cidadania, lançado pelo Governo federal em 2008, tinha por finalidade universalizar as políticas sociais em torno de um planejamento territorial voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável. A partir desse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar alguns indicadores socioeconômicos e institucionais nos Territórios da Cidadania no Maranhão, com ênfase no Território Médio Mearim, na tentativa de compreender os motivos pelos quais, após a conclusão das ações previstas, tais indicadores permaneceram em níveis preocupantes, prevalecendo praticamente as mesmas condições de pobreza e exclusão social que estavam em vigor durante ano anteriormente mencionado. Conclui-se que o baixo nível de participação social dos atores locais, algo que contraria os princípios básicos do Programa, pode ter sido uma das mais importantes causas do malogro das intervenções efetivadas quando da execução daquela tão bem elaborada e intencionada iniciativa pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Territórios. Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento Local.

**ABSTRACT:** The Citizenship Territories Program, launched by the Federal Government in 2008, aimed to universalize social policies around territorial planning aimed at promoting sustainable development. From this context, the objective of this study is to analyze some socioeconomic and institutional indicators in the Territories of Citizenship in Maranhão, with emphasis on the Mearim Middle Territory, in an attempt to understand the reasons why, after completion of the planned actions, these indicators remained in Levels, prevailing almost the same conditions of poverty and social exclusion that were in force during the aforementioned year. It is concluded that the low level of social participation of local actors, contrary to the basic principles of the Program, may have been one of the most important causes of the failure of the interventions carried out during the execution of this well-designed and well-intentioned public initiative.

**KEY WORDS:** Territories. Regional Development. Local Development.

**TEMA:** Questão Agrária e Urbana, Terra e Território.

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pelo PPGDSE/UFMA. Professora substituta do Departamento de Economia da UFMA.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Economia da Universidade federal do Maranhão e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UFMA.

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo traz como tema central a análise da atuação do Programa Territórios da Cidadania no Maranhão, com ênfase para o Território do Médio Mearim. Com o intuito de trazer à tona algumas questões relevantes a respeito do desenvolvimento socioeconômico de áreas marcadas pela pobreza e pela exclusão social, o referido programa baseia-se no conceito de gestão social participativa, considerada como uma perspectiva recente e inovadora. Franca Filho (2008) externou que esse conceito é construído a partir de diversas outras teorias, mas que, no entanto, pode ser definido como uma gestão voltada para o social.

Objetivando a redução das desigualdades sociais e regionais, em 2008 foi criado o então denominado Programa Territórios da Cidadania (PTC) pelo Governo Federal. As principais propostas contidas naquela iniciativa eram: aproximar socialmente, favorecendo a solidariedade e a cooperação; envolver diversos atores da sociedade; articular as iniciativas públicas e privadas, as políticas sociais e produtivas e os instrumentos locais; e promover a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Em 2008, foram criados 60 Territórios distribuídos por todo o país e, no ano seguinte, ocorreu uma expansão para 120 Territórios. Revertidos para as regiões do Brasil que mais necessitassem de auxílio para ingressar em uma dinâmica de desenvolvimento, principalmente no meio rural, o PTC abrangeu outro programa com o qual o Governo Federal já trabalhava: o Programa Território Rurais de Identidade (PTRI). Este último programa tinha como objetivo o atendimento das necessidades básicas da população e a ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda de forma sustentável, a partir de processos locais.

Então, a partir de 2009, alguns desses Territórios Rurais passaram a se chamar Territórios da Cidadania, sendo que em outras regiões novos Territórios foram criados e receberam a mesma denominação. A mudança se deu pelo fato de que o conceito de território propõe uma abrangência maior e o PTC não envolveria apenas as zonas rurais, mas agregaria pequenas cidades e aglomerados populacionais. No entanto, o aspecto mais importante a ser enfatizado é que, para que a eficácia do Programa fosse garantida, ficou evidente que seria necessário que a gestão do mesmo estivesse baseada na participação dos diversos atores. A gestão social é o processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação, enquanto cidadania deliberativa significa que a legitimidade das decisões políticas deve se originar de um processo de discussão orientada pelo princípio da inclusão e da igualdade participativa (TENÓRIO, 2008).

Sendo assim, dados que no estado do Maranhão foram criados oito territórios, enfatiza-se aqui que o objetivo principal do presente estudo é analisar alguns indicadores socioeconômicos e institucionais referentes ao caso maranhense, com ênfase para o Território Médio Mearim, na tentativa de apontar alguns entraves que possam ter contribuído para baixo impacto das iniciativas do PTC no referido território.

Para alcançar o objetivo proposto, além desta introdução, na seção dois foram analisados alguns aspectos gerais das políticas públicas aplicadas pelos governos em suas diferentes esferas. Na seção três foram apresentadas as premissas básicas do Programa Territórios da Cidadania. A seção quatro tratou dos territórios criados no estado do Maranhão, enquanto a seção cinco apresentou alguns indicadores importantes para o Território Médio Mearim, que constitui o foco principal do presente estudo. A seção foi utilizada para revelar a metodologia empregada neste estudo e para a análise e discussão dos resultados decorrentes da aplicação da mesma. Finalmente, a seção foi dedicada às considerações finais.

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

O conceito de política pode ser analisado através do ponto de vista de que *politics* é “a atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem” (Secchi, 2010, p. 1). Ou ainda, o termo pode também ser analisado na perspectiva de que a política tem relação com as diretrizes para a decisão e ação. Já o termo *política pública*, por sua vez, está relacionado, ao segundo sentido da palavra, no caso:

“políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões [...] é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2010, p. 2).

Na origem do conceito de políticas públicas, a ideia foi estabelecida nos Estados Unidos, no ano de 1950, onde se implantou o conceito de *government*, buscando-se estabelecer como “a formação dos interesses pode conduzir à implementação de boas políticas, eficientes, correspondendo aos objetivos definidos sem desperdiçar o dinheiro dos cidadãos” (Muller, 2004, p. 4). Nessa percepção, a ação racional do governo é enfatizada, e uma política pública é compreendida como um programa delineado com metas, valores e práticas. Na Europa, em contrapartida, predominaram os pensamentos de Hegel e Weber, que julgavam o Estado “como uma instituição que transcende a sociedade e domina os atores da sociedade civil e do setor privado” (LEITE E DELGADO, 2011, p. 48).

Assim, política pública pode ser definida como as intervenções de uma autoridade do poder público, que possui legitimidade governamental sobre determinado aspecto da sociedade ou do território, ou seja, em comparação com a definição anterior, esse conceito ressalta o caráter legal do poder do Estado (THOENIG, 2004).

Em outros países, como no Brasil, o processo de elaboração das políticas públicas – compreendidas, numa perspectiva inicial, como sendo as intervenções públicas referentes à economia, à sociedade e ao meio ambiente, em escala nacional – evoluiu consideravelmente no decorrer das últimas décadas, acompanhando as transformações no contexto político e na situação econômica do país. Outro conceito de políticas públicas as coloca inseridas em um jogo político e de diálogo com os atores sociais, isto é, uma política pública é um percurso de ações que tem como objetivo solucionar um problema da sociedade. Ressalta-se ainda que pode haver uma ligação entre o conceito de política pública e a “ingovernabilidade” da sociedade, se referindo “[...] à multiplicidade de atores organizados, à diversificação dos fóruns e lugares de interação Estado-Sociedade, ao peso crescente das interações multiníveis [...] na conformação dos problemas da sociedade” (LEITE; DELGADO, 2011, p. 49).

Desta forma, essa concepção questiona a centralidade do Estado dentro do processo de elaboração das políticas, determinando-lhe apenas o estatuto de um ator como qualquer outro. Essa redução do papel do Estado, juntamente com a complexidade crescente do processo de elaboração das políticas, leva alguns autores a questionarem a própria denominação “política pública” e a proporem a sua substituição pelo conceito de “ação pública”, que designaria, de forma mais apropriada, a pluralidade dos atores envolvidos.

Essa complexidade, em várias dimensões, do processo de elaboração das políticas públicas, atualmente, se dá por diversas razões. Uma delas é que os problemas sociais foram intensificados pelo aumento demográfico e pela pressão, cada vez maior, sobre os recursos naturais e a interdependência multiníveis (desde o local até o internacional) de maneira cada vez mais globalizada. Outra razão, é que os governos atuais são incumbidos de corrigir as externalidades negativas, principalmente os problemas de pobreza,

desigualdade social, carência de infraestruturas, etc. Além de outras razões, como a propagação dos atores organizados, o reconhecimento da diversidade das peculiaridades socioterritoriais e a diversificação dos espaços de discussão dessas políticas.

De certa forma, uma política pública corresponde a um procedimento sequencial de ações que conforma um ciclo de vida. O ciclo possui sete fases sequenciais e interdependentes: identificação do problema; formação da agenda; formulação das alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação e extinção. Conforme a definição apresentada por Secchi (2010) para cada uma dessas fases:

- **Identificação do problema:** O problema pode surgir repentinamente, pode adquirir importância aos poucos, ou pode existir por muito tempo, mas não receber a devida atenção porque a sociedade aprendeu a conviver com ele. Para o autor, essa fase é determinada pela diferença entre aquilo que é e aquilo que gostaria que fosse uma realidade.
- **Formação da agenda:** conjunto de problemas compreendidos como pertinentes. De acordo com o autor, pode se apresentar no formato de um programa governamental, um estatuto partidário, um planejamento orçamentário, ou ainda uma relação de temas julgados importantes. Podem haver três tipos de agendas: a agenda política (conjunto de problemas enxergados pela comunidade pública); a agenda formal (responsável pela enumeração dos problemas) e a agenda da mídia (elenco de problemas que ganham atenção dos meios de comunicação de massa).
- **Formulação das alternativas:** fase em que as estratégias, e ações necessárias para alcançar os objetivos propostos são elaboradas.
- **Tomada de decisão:** momento em que os interesses dos diversos atores são ponderados e os métodos para enfrentar um problema público são evidenciados.
- **Implementação:** fase em que os resultados tangíveis da política pública são gerados. É nessa fase que as regras e processos sociais são tirados do papel para serem convertidos em ação.
- **Avaliação:** fase de *feedback* sobre as etapas executadas anteriormente. Essa é parte do ciclo em que o processo de implementação e desempenho da política pública são analisados, para que se conheça a fundo o seu estado e o quanto o problema que a gerou foi reduzido ou solucionado.
- **Extinção:** Assim como acontece com o ciclo de vida dos organismos, o ciclo da política pública também tem um momento de extinção.

Outra importante referência, no atual contexto de análise das políticas públicas, é a do enfoque cognitivo, que atribui um papel de destaque às ideias no seu processo de elaboração. Essas ideias são estabelecidas baseadas em valores, crenças e normas e são organizadas pelos diversos atores envolvidos no processo de construção da política pública, para tomarem suas decisões. Esses atores decidem suas estratégias para a resolução de problemas da sociedade, baseados em uma representação do seu espaço. Portanto, "as políticas públicas devem ser analisadas como os processos, mediante os quais, são elaboradas as representações de uma sociedade para entender e agir sobre a realidade tal como é percebida" (MULLER, 2004, p. 59).

Nessa mesma lógica, insere-se o enfoque estabelecido a partir dos referenciais do institucionalismo, que propõe analisar os processos de negociações entre os atores, como resultado da interação entre a variedade de ideias relacionadas aos seus interesses e às instituições existentes ou em construção.

### 3. O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

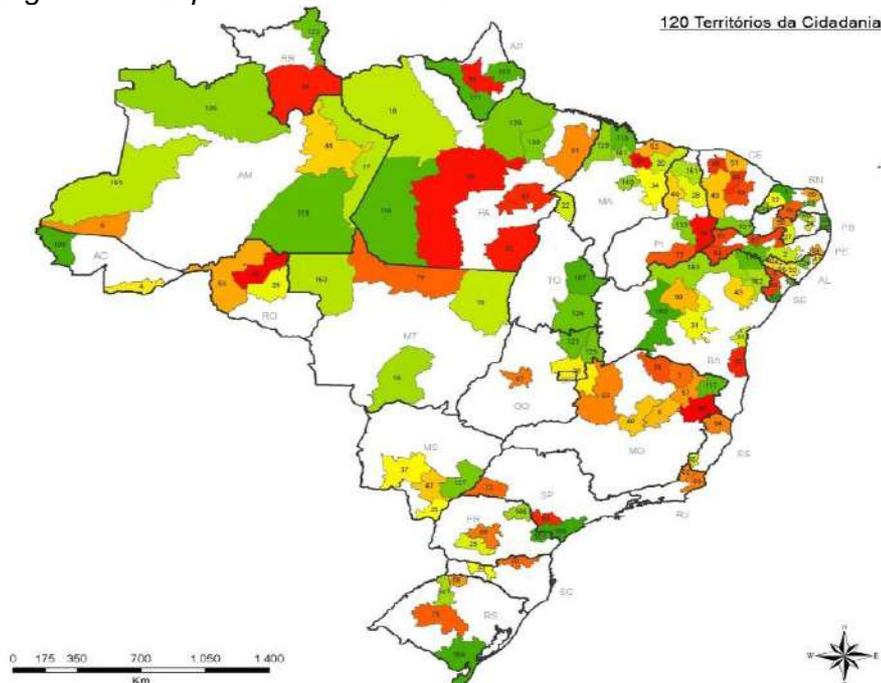
Foram definidos, ao todo, 120 territórios espalhados pelo território nacional, focando as áreas que exibiam um histórico de vulnerabilidade e desigualdade social “[...] e que estas, em sua grande maioria possuem uma economia de base agropecuária, carecem de políticas públicas que focalizem uma integração das várias facetas de geração de renda para estas populações” (PEREIRA, 2010, p. 2).

Destinado às regiões brasileiras mais carentes de ajuda para se desenvolver, principalmente o meio rural, o Programa Territórios da Cidadania contemplou outro programa com o qual o governo já trabalhava, no caso, os Territórios Rurais de Identidade. A partir de 2008, alguns Territórios Rurais passaram a se chamar Territórios da Cidadania. Essa alteração foi feita porque a ideia de território sugere uma ampliação para o conjunto de setores e de atividades econômicas que compõem esta unidade, e, ainda, porque o PTC não envolvia somente os campos, considerados como áreas de produção primária, mas, também, agregava pequenas cidades e aglomerados populacionais (BRASIL, 2005).

Portanto, o referido programa beneficiou, inicialmente, 60 territórios; e em 2009 agregou mais 60, totalizando 120 unidades territoriais, abrangendo as 5 regiões do país, nos seguintes termos: 56 na Região Nordeste; 27 na Norte; 15 na Sudeste; 12 na Centro-Oeste e 10 na Região Sul, segundo o Portal da Cidadania (PORTAL DA CIDADANIA, 2014).

Na Figura 01, encontram-se os 120 Territórios implantados.

Figura 01 - Mapa dos 120 Territórios da Cidadania



Fonte: Portal da Cidadania, 2014.

Buscou-se considerar na constituição de cada Território, municípios com até 50 mil habitantes e densidade populacional menor que 80 habitantes/Km<sup>2</sup>, além de considerar

aqueles que participassem da política Territórios Rurais de Identidade. Também foram priorizados municípios que tivessem alguma integração com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Ministério do Desenvolvimento Social e das Mesorregiões do Ministério da Integração Nacional, além de municípios pertencentes à Amazônia Legal, BR 163, Bacia do São Francisco, Babaçu, Costeiro, Arco Verde e Resex.

Ainda, foram levados em consideração os municípios que tivessem o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); maior concentração de agricultores familiares e assentados na Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas, indígenas e de pescadores; maior número de beneficiários da política Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; ter convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de diferentes tipos de governo, ruralidade, maior organização social; menores IDHs da Educação Básica e um máximo de oito Territórios da Cidadania por unidade da federação (BRASIL, 2008).

Para viabilizar a integração entre o governo federal, estados, municípios e a sociedade local na formulação, articulação e implementação da política, o Territórios da Cidadania contavam com um Comitê Gestor Nacional, Comitês de Articulação Estadual e Colegiados Territoriais (ECHEVERRI, 2010).

Nesse contexto, O Programa Territórios da Cidadania propõe romper a centralização do Estado, isto é, “[...] objetiva compartilhar o processo de decisão, notadamente no que diz respeito à elaboração de políticas públicas, entre o poder central, os estaduais e municipais e os atores territoriais privados e civis” (BONNAL, 2008, p. 3).

O PTC consiste, portanto, em um modelo de gestão social regulado “[...] nos princípios da participação, descentralização, democracia e transparência” (PEREIRA et. al., 2011 p. 275). Para o Catálogo de Programas do Governo Federal destinados aos municípios, a ampliação da esfera pública para formulação, construção e adequação das políticas públicas a partir das potencialidades e demandas territoriais, contribui para (BRASIL, 2005, p. 61-62):

- Fusão de alguns conselhos, cujos temas tem a ver com a perspectiva territorial, passando os temas específicos a serem tratados nas comissões setoriais que os comporiam;
- Qualificação do capital humano para participar nesses conselhos, pois o conjunto formado por diversos municípios permitiria ampliar o universo de representados e de organizações da sociedade civil, contribuindo para que se revelassem mediadores sociais ainda mais comprometidos, representativos e qualificados;
- O capital social alcançaria níveis mais elevados de articulações horizontais e verticais, ampliando as possibilidades de entendimentos entre grupos sociais distintos e habitantes de regiões diversas, formando novas institucionalidades mais autênticas, com maior capacidade para participar da formulação e do controle social das políticas públicas..

Após a apresentação dessas características gerais referentes ao PTC na sua amplitude, na seção abaixo será feita uma breve explanação das características específicas do referido programa no que concerne ao caso do Maranhão.

#### **4. O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO MARANHÃO**

Tendo como ponto de análise a política pública dos Territórios da Cidadania, o recorte geográfico escolhido para a obtenção de dados deste trabalho foram os Territórios

definidos para o estado do Maranhão, com especial atenção para o Território Médio Mearim. Na referida unidade da federação foram criados oito territórios, sendo eles: Alto Turi e Gurupi; Baixada Ocidental; Baixo Parnaíba; Campos e Lagos; Cocais; Lençóis Maranhenses/Munim; Médio Mearim e Vale do Itapecuru. Estes atendiam, no total, 120 municípios (PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2009).

A seguir, constam as características concernentes a cada território – com exceção do Território do Médio Mearim, que será tratado com mais detalhes posteriormente, por se tratar do foco principal deste trabalho – levantadas segundo informações do SIT (Sistemas de Informações Territoriais). Os dados apresentados se referem à situação vigente à época da criação dos referidos territórios.

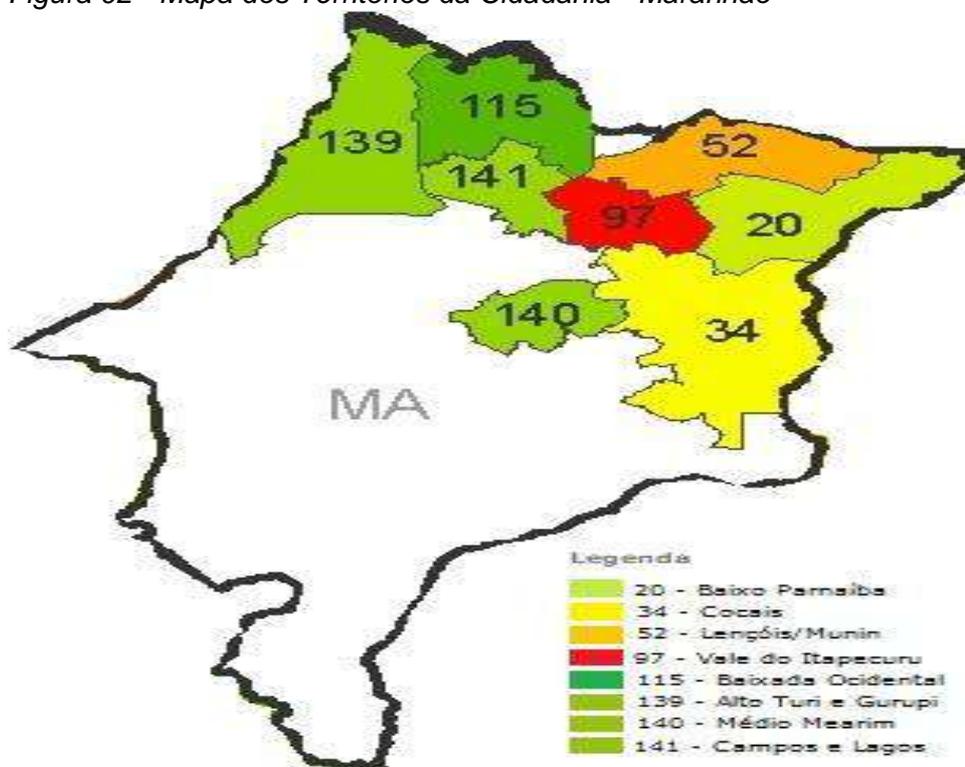
- **Alto Turi e Gurupi:** abrange uma área de 27.777,00 Km<sup>2</sup> e é composto por 18 municípios: Araganã, Boa Vista do Gurupi, Cândido Mendes, Carutapera, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Godofredo Viana, Governador Nunes Freire, Junco do Maranhão, Luís Domingues, Maracaçumé, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca, Amapá do Maranhão e Governador Newton Bello. A população total do território é de 288.985 habitantes, dos quais 113.135 vivem na área rural, o que corresponde a 39,15% do total. Possui 11.210 agricultores familiares, 14.632 famílias assentadas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,58.
- **Baixada Ocidental:** abrange uma área de 18.273,30 Km<sup>2</sup> e é composto por 19 municípios: Alcântara, Apicum-Açu, Bacuri, Bacurituba, Bequimão, Cajapió, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Peri Mirim, Pinheiro, Porto Rico do Maranhão, Presidente Sarney, Santa Helena, Serrano do Maranhão, Turiaçu e Turilândia. A população total do território é de 388.861 habitantes, dos quais 206.007 vivem na área rural, o que corresponde a 52,98% do total. Possui 23.828 agricultores familiares, 7.597 famílias assentadas e 194 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,60
- **Baixo Parnaíba:** abrange uma área de 19.178,80 Km<sup>2</sup> e é composto por 16 municípios: Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araiões, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Tutóia, Urbano Santos e Mata Roma. A população total do território é de 411.525 habitantes, dos quais 219.641 vivem na área rural, o que corresponde a 53,37% do total. Possui 30.020 agricultores familiares, 6.715 famílias assentadas e 14 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,55.
- **Campos e Lagos:** abrange uma área de 8.955,50 Km<sup>2</sup> e é composto por 12 municípios: Arari, Cajari, Matinha, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana e Vitória do Mearim. A população total do território é de 319.761 habitantes, dos quais 181.264 vivem na área rural, o que corresponde a 56,69% do total. Possui 24.359 agricultores familiares, 6.530 famílias assentadas e 10 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,60.
- **Cocais:** abrange uma área de 29.970,40 Km<sup>2</sup> e é composto por 17 municípios: Afonso Cunha, Aldeias Altas, Caxias, Codó, Coelho Neto, Coroatá, Duque Bacelar, Fortuna, Matões, Parnarama, Peritoró, Senador Alexandre Costa, Timbiras, Timon, Buriti Bravo, Lagoa do Mato e São João do Soter. A população total do território é de

767.787 habitantes, dos quais 233.853 vivem na área rural, o que corresponde a 30,46% do total. Possui 34.257 agricultores familiares, 11.739 famílias assentadas e 13 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,59.

- **Lençóis Maranhenses/Munim:** abrange uma área de 14.374,90 Km<sup>2</sup> e é composto por 12 municípios: Axixá, Bacabeira, Barreirinhas, Cachoeira Grande, Humberto de Campos, Icatu, Morros, Paulino Neves, Presidente Juscelino, Primeira Cruz, Rosário e Santo Amaro do Maranhão. A população total do território é de 252.306 habitantes, dos quais 153.344 vivem na área rural, o que corresponde a 60,78% do total. Possui 12.286 agricultores familiares, 8.640 famílias assentadas e 8 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,57.
- **Vale do Itapecuru:** abrange uma área de 8.932,20 Km<sup>2</sup> e é composto por 10 municípios: Anajatuba, Cantanhede, Itapecuru Mirim, Matões do Norte, Miranda do Norte, Nina Rodrigues, Pirapemas, Presidente Vargas, Santa Rita e Vargem Grande. A população total do território é de 268.335 habitantes, dos quais 127.814 vivem na área rural, o que corresponde a 47,63% do total. Possui 16.865 agricultores familiares, 6.130 famílias assentadas e 54 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,57.

Apenas para que fique mais bem situada a localização exata dos territórios supramencionados, na Figura 02, observa-se o mapa do Maranhão com seus respectivos territórios.

Figura 02 - Mapa dos Territórios da Cidadania - Maranhão



Fonte: Portal da Cidadania, Governo Federal (2014).

Na Figura 02, um detalhe que transparece, logo que se lança um primeiro olhar sobre a referida figura é o fato de estarem todos localizados na porção Norte do mapa

estadual, denotando que ali se encontram os municípios com maior propensão ao enquadramento nos critérios previamente definidos pelo PTC. Convém observar que o Território Médio Mearim é aquele que se localiza mais Sul, em relação ao demais, ou, considerando o mapa estadual, na parte mais central do Maranhão. A seção abaixo será dedicada à análise específica das características desse território e de algumas das prováveis consequências da presença do PTC no âmbito de tal unidade territorial.

## 5. O TERRITÓRIO MÉDIO MEARIM

Conforme se observa na Figura 03, o Território Médio Mearim, criado em 2008 era composto por 16 municípios – Bernardo do Mearim, Capinzal do Norte, Lima Campos, Santo Antônio dos Lopes, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Joselândia, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Pedreiras, Poção de Pedras, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto e Trizidela do Vale – com características sociais, ambientais, econômicas e culturais semelhantes (SIT, 2015).

Com uma área de 8.765,30 Km<sup>2</sup> (equivalente a 2,64 % da superfície do Maranhão), o Território Médio Mearim localiza-se na mesorregião Centro Maranhense e faz divisa ao leste com o Território Cocais.

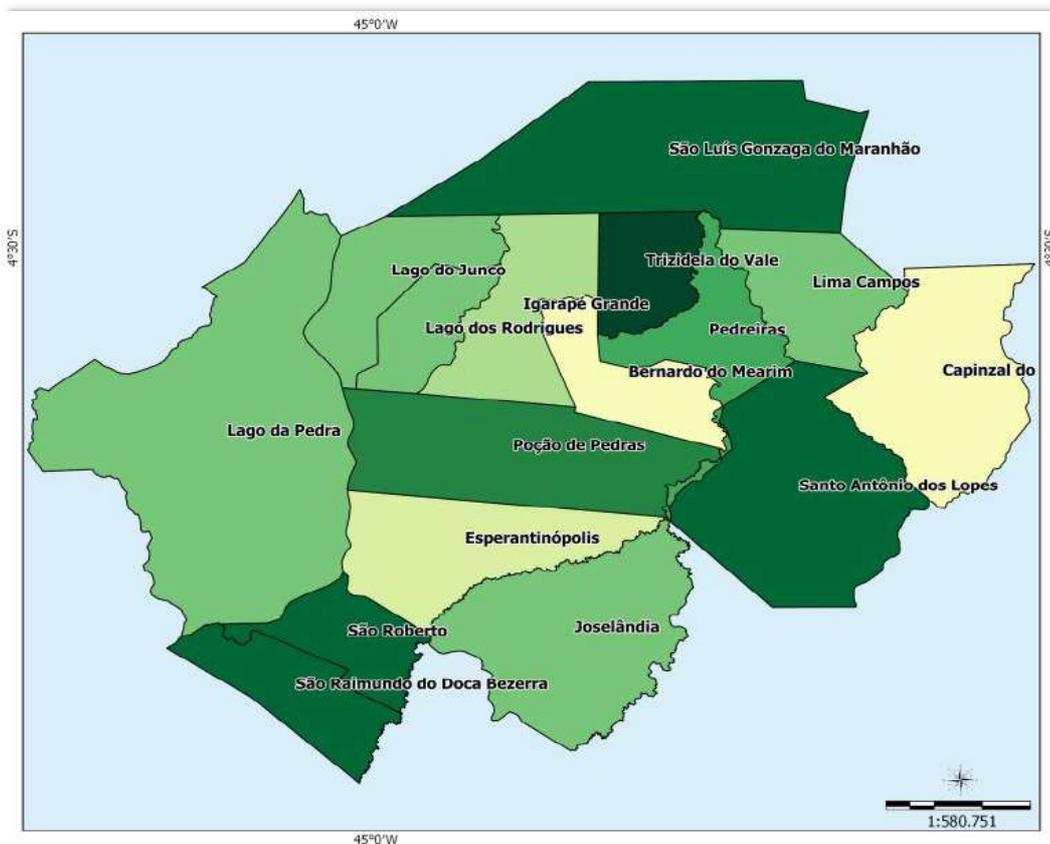
Conforme os dados dos últimos Censos Demográficos, a população total do Território passou de 257.309 em 2000 para 262.246 habitantes em 2010, registrando um aumento de apenas 1,92% no período. O Território é formado, em sua maioria, por municípios pequenos, com até 20 mil habitantes, à exceção de três deles: Lago da Pedra, Pedreiras e São Luís Gonzaga do Maranhão. Estavam estabelecidas ali 3.257 famílias de assentados, 23 comunidades quilombolas, além de 876 mil hectares e cerca de 20 mil famílias de pequenos agricultores.

O município de Lago da Pedra possui a maior população do Território, 46.083 habitantes, e uma densidade demográfica de 37,15 hab/km<sup>2</sup>, seguido pelo município de Pedreiras com 39.448 habitantes e densidade de 136,77 hab/km<sup>2</sup>, concentrando o maior contingente populacional por área do TC. No extremo oposto, São Roberto é o município do Território com menor população, 5.957 habitantes. As densidades demográficas mais baixas são encontradas em São Raimundo do Doca Bezerra (14,52 hab/km<sup>2</sup>), Capinzal do Norte (18,12 hab/km<sup>2</sup>) e Santo Antônio dos Lopes (18,52 hab/km<sup>2</sup>).

A população do Território é majoritariamente urbana, 151.883 pessoas (58% do total), enquanto 110.363 (42%) vivem na área rural. Convém destacar que em 8 dos 16 municípios a população rural é superior à população urbana, fugindo assim não somente aos padrões maranhenses, mas, principalmente, aos padrões brasileiros. No período intercensitário 2000/2010, a variação populacional urbano-rural do Território foi de 11,5% (urbana) e -8,86% (rural), de modo que a variação da população urbana foi inferior à média nacional (16,65%), à da região Nordeste (17,73%) e à do Maranhão (23,18%). Metade dos municípios apresentou crescimento urbano abaixo da média territorial, alguns tiveram sua população praticamente estagnada e um deles, reduzida, como foi o caso de Poção de Pedras, que perdeu população urbana durante o período.

Totalmente arraigado no clima tropical maranhense, o TC Médio Mearim pertence a um bioma de transição entre a floresta amazônica e o cerrado, portanto rico em biodiversidade, que necessita ser preservada (ISAM – Médio Mearim, 2012). As principais ameaças à sua conservação são o desmatamento dos remanescentes de floresta primária para agricultura e pecuária; o manejo inadequado dos solos, florestas e água; a remoção das florestas secundárias de palmeiras para aumentar pastagens e culturas anuais; e o uso do fogo para limpar as áreas para pastagens e culturas anuais (EMBRAPA, 2016).

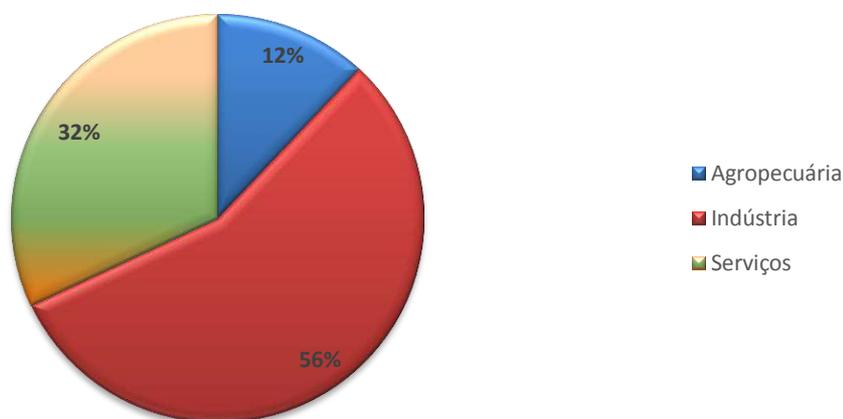
Figura 03 – Municípios inseridos no TC Médio Mearim



Fonte: SIT/MDA, 2015.

O Gráfico 01 apresenta o percentual dos valores adicionados de cada setor no Território Médio Mearim. Nota-se que o setor da indústria (55,93%) é o que representa a maior contribuição ao valor do PIB no Território, seguido pelo setor de serviços (32,56%) e do setor agropecuário (11,51%).

Gráfico 01 - Valor Adicionado/VA por setor no Território Médio Mearim

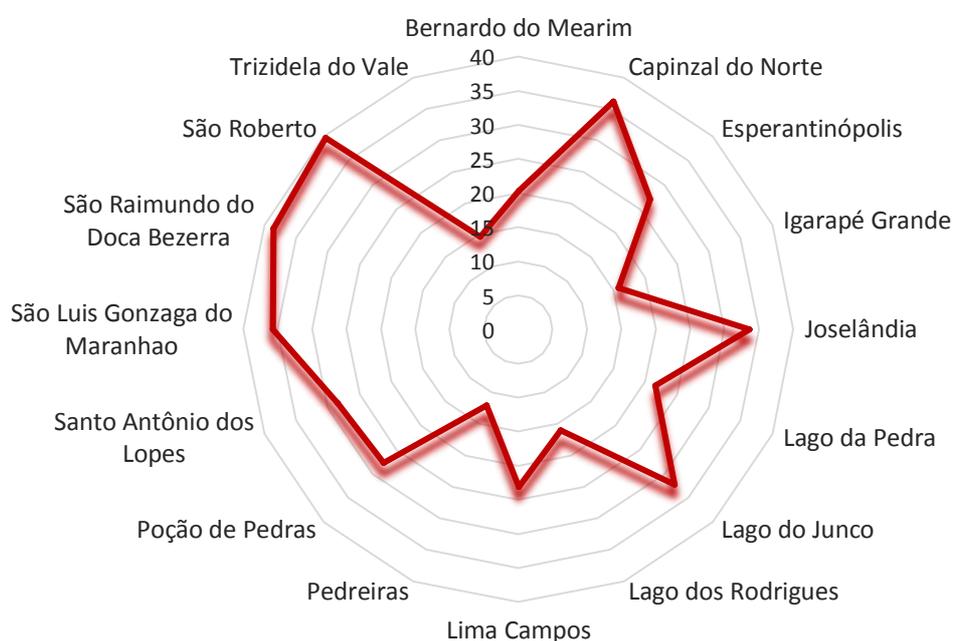


Fonte: IBGE, 2013

A participação significativa da indústria no PIB do território se dá, substancialmente, devido ao município de Santo Antônio dos Lopes, que sozinho contribuiu com 93,51% para o Valor Adicionado desse setor. O motivo é a existência de gás natural, que instigou o investimento na construção de uma usina termelétrica no município. Quanto aos indicadores socioeconômicos, o Território Médio Mearim apresenta um quadro de extrema pobreza, conforme se observa no Gráfico 02.

Gráfico 02 - % de extremamente pobres no TC Médio Mearim, em 2010

% de extremamente pobres - TC Médio Mearim (2010)



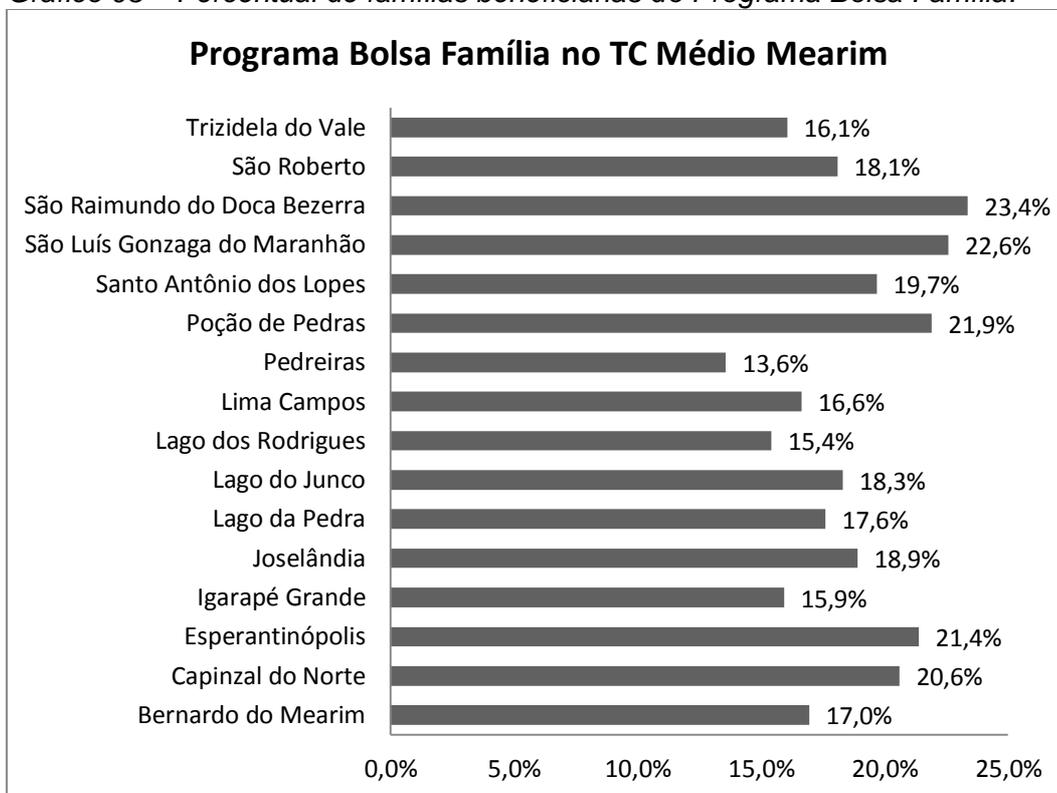
Fonte: BRASIL, 2015.

Observando os dados do Gráfico 02 nota-se que, dos municípios que fazem parte do TC Médio Mearim, São Roberto é o que apresenta o maior percentual de vulnerabilidade à pobreza (39,74%), seguido de perto pelo município de São Raimundo do Doca Bezerra (38,58%), Capinzal do Norte também apresenta um percentual alto para os extremamente pobres (36,14%), além de São Luís Gonzaga do Maranhão (35,78%) e Lago do Junco (32,17%). No Território, a média de vulnerabilidade à pobreza é de 89%.

Uma das consequências dessa elevada vulnerabilidade à pobreza é o quadro que pode ser visualizado no Gráfico 03, onde se apresenta o percentual de famílias urbanas e rurais, em cada município, que são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Pelo Gráfico 03 se observa que o município de São Raimundo do Doca Bezerra apresenta o maior percentual de famílias beneficiadas pelo referido programa (23,4% das famílias), ainda com destaque para os municípios de São Luís Gonzaga (22,6% das famílias), Poção de Pedras (21,9%), Esperantinópolis (21,4%) e Capinzal do Norte, com 20,6% do total de famílias. Ao todo, no Território Médio Mearim, 46.921 famílias, urbanas e rurais, eram beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2015.

Gráfico 03 – Percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.



Fonte: PBSM/MDA, 2015.

Os indicadores retratados acima já denotam um ambiente de grande preocupação tendo em vista que, por exemplo, o cenário descrito pelo Gráfico 03 se refere ao ano de 2015 quando o PTC já não estava em operação. Ou seja, os altos percentuais de famílias dependentes do Programa Bolsa Família já pode ser por si mesmo um indicativo do insucesso do Programa Territórios da Cidadania no sentido de reverter o quadro vigente em 2008 no âmbito dos territórios escolhidos. Assim, diante do exposto, convém tecer algumas considerações sobre a atuação do programa em foco neste trabalho na região em destaque, confrontando algumas das suas pretensões com alguns dos possíveis entraves ao seu pleno desenvolvimento. Este será o objeto de estudo da seção a seguir.

## 6. LEGADO DO PTC NO TERRITÓRIO MÉDIO MEARIM

### 6.1 Aspectos Metodológicos

Existem várias dimensões para avaliar o desempenho de municípios e regiões dentro de um determinado contexto de ações públicas e privadas, bem como no próprio decorrer de um determinado transcurso de tempo. Neste caso, poderia ser avaliada a dimensão econômica, a dimensão social, a dimensão institucional, dentre outras (PIACENTI, 2012).

Pelos dados apresentados na seção anterior, já foi possível dar conta de alguns aspectos das questões econômica e social, considerando os indicadores que ali foram apresentados, dando conta que a situação de vulnerabilidade e pobreza permanece no território em estudo, mesmo após ter sido transcorrido o tempo necessário para a implantação das iniciativas previstas no PTC. Isto indicaria, a princípio, que iniciativas de

políticas públicas como o programa em tela devem vir acompanhadas de outras iniciativas mais abrangentes, e que, também, o seu sucesso depende de um arcabouço institucional mais edificado e inclusivo, permitindo uma participação dos atores locais no processo de elaboração e execução das políticas públicas.

Por isso, no presente estudo, devido às proposições externadas no parágrafo anterior, fez-se a opção por um olhar mais específico apenas para uma das dimensões anteriormente elencadas, no caso, para a dimensão institucional. A mesma será aqui empregada como meio para medir o grau de envolvimento dos atores locais com a formulação, execução e acompanhamento de políticas públicas. Embora Haddad (2004) considere um indicador mais amplo resultante da combinação de três conjuntos de subindicadores denominados grau de participação, capacidade financeira e capacidade gerencial, em atenção aos propósitos aqui estabelecidos e à própria disponibilidade de dados, este trabalho examinará apenas o primeiro subindicador, no caso, o grau de participação.

A Figura 04 apresenta de forma mais explícita o modo como foi elaborado o referido indicador, que ajudará no estabelecimento da capacidade de endogenia dos municípios, a partir da participação popular na formação e nas ações de deliberação dos conselhos municipais, que seria uma característica marcante do Programa Territórios da Cidadania. Esta forma de participação será utilizada como meio de definir o índice de capital social.

Figura 04 - Indicador de Qualidade Institucional dos municípios –  $IQI_{MA}$

<b><math>IQI_{MA}</math></b>	<b>Grau de Participação (33,3%)</b>	Existência de Conselhos = 4% Conselhos instalados = 4% Conselhos paritários = 7,16% Conselhos deliberativos = 7,17% Conselhos que administram fundos = 11%
	<b>Capacidade Financeira (33,3%)</b>	Receita Corrente x Dívida
	<b>Capacidade Gerencial (33,3%)</b>	Existência de Cadastro Imobiliário = 8,33% Cobrança de IPTU = 8,33% Instrumentos de Gestão = 8,33% Instrumentos de Planejamento = 8,33%

Fonte: Haddad, 2004 (adaptado).

Ao final seria atribuída uma nota a cada município que teria uma variação de 1 a 6, para a definitiva construção do índice. Para tanto, seria utilizada a expressão (01):

$$Nota I = \left[ \frac{X - menor X}{maior X - menor X} \times 5 \right] + 1 \quad (1)$$

Onde x representa o valor encontrado para o município em cada um dos elementos que compõem os subindicadores.

Para uma melhor compreensão desses subindicadores, e a forma como foram calculados, a seguir será feita a descrição dos mesmos.

- **Grau de participação:** Através desse subindicador calcula-se o grau de participação da população na administração municipal a partir da quantidade de Conselhos Municipais criados e que de fato estavam em funcionamento e das características dos seguintes conselhos (Figura 05):

*Figura 05 - Conselhos Municipais que indicam o grau de participação dos municípios.*



*Fonte: Piacenti, 2012.*

Compreende-se que os municípios, devido à obrigatoriedade da legislação, apontam um número bem maior de conselhos. Nesse caso, os conselhos que, por meio da legislação existem em todos os municípios, tais como o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Educação, entre outros, foram desconsiderados.

Portanto, atribuiu-se a pontuação ao município em função do número de conselhos existentes, afora aqueles acima excluídos; de quantos deles estão instalados e de fato operando; quantos são paritários; quantos são deliberativos; e quantos administram fundos. O capital social é proveniente de uma rede de cooperação em que a honestidade, a confiança e a observância da lei são fatores fundamentais para o aumento dos estoques de capital social no município. Neste trabalho, a captação do capital social se deu por intermédio da participação popular nas ações dos conselhos municipais e contribuirá para definir a importância do desenvolvimento endógeno através da participação para a elaboração de uma política democrática e participativa.

- **Capacidade financeira:** Esse subindicador pode ser calculado através do seguinte índice: relação entre a dívida do município e as suas receitas correntes líquidas das despesas de pessoal, isto é, a capacidade do município de quitar essa dívida no tempo. Assim, para cada município foi medida a despesa, e esta, dividida pelas receitas correntes líquidas, já deduzidas as despesas de pessoal.
- **Capacidade gerencial:** A capacidade gerencial, que tem participação de peso 33,33% na composição do  $IQI_{MA}$ , pode ser determinada com base em quatro fatores, cada um representando 8,33% (Figura 06).

Figura 06 - Fatores que compõem o subindicador Capacidade Gerencial

### Capacidade Gerencial

Existência de Cadastro Imobiliário;  
Cobrança de IPTU;  
Instrumentos de Gestão Pública;  
Instrumentos de Planejamento.

Fonte: Piacenti, 2012.

## 6.2 Resultados e Discussão

A metodologia acima apresentada foi utilizada para avaliar a dimensão proposta, através da qual se mensurou a qualidade institucional dos municípios maranhenses pertencentes ao Território Médio Mearim. Assim, foi dada atenção apenas ao primeiro subindicador do  $IQI_{MA}$ , denominado Grau de Participação Social, de modo que possa ser confrontado, conforme proposto anteriormente, os objetivos propostos no PTC com alguns entraves que possam ter impedido o alcance de tais objetivos no território em tela.

O uso exclusivo do primeiro subindicador teve como objetivo determinar o grau de participação da população dos municípios, servindo, desta forma, como um meio de captar o capital social, isto é, buscou-se, através desse subindicador, avaliar a efetiva participação da comunidade nas ações da administração municipal, a partir do número de conselhos municipais criados, e que, de fato, estavam funcionando e das suas características.

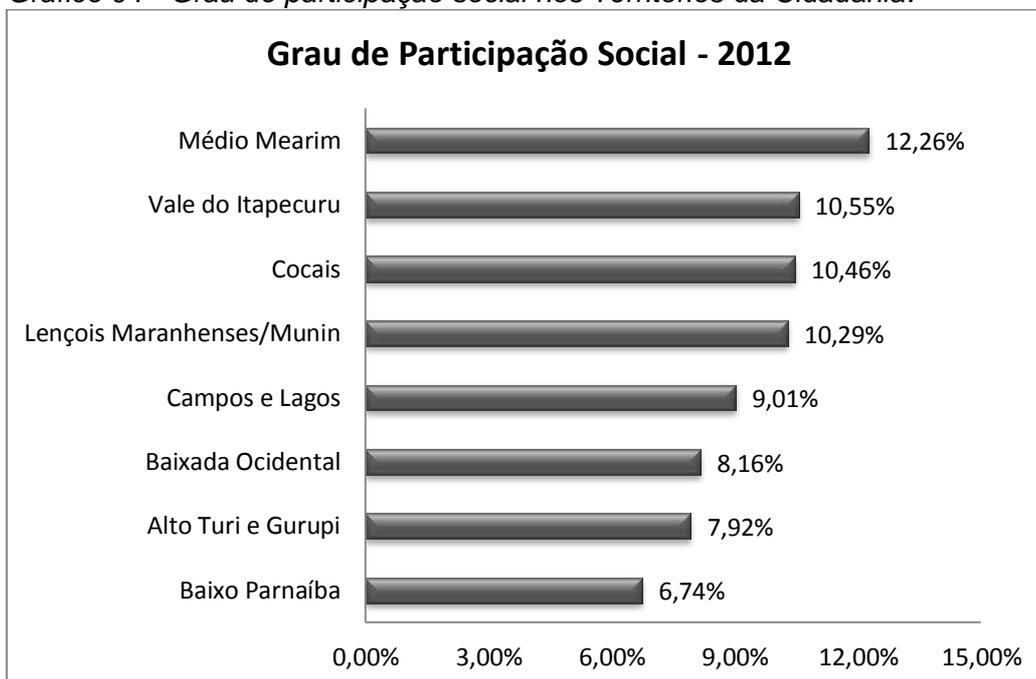
Ainda dentro desse subindicador, outro índice usado foi a averiguação de quantos dos conselhos existentes estavam instalados e efetivamente operando, já que, em algumas cidades, foi constatada a existência do conselho através nos termos da legislação, mas, na prática, nunca o mesmo nunca foi instalado em termos concretos. Também foi possível verificar que, em outros casos, mesmo ocorrendo a instalação, o conselho não estava operando regularmente. Uma vez constatada a existência do conselho e do seu funcionamento, conforme mencionado anteriormente, mais três índices foram calculados para mensurar quantos deles seriam paritários, quantos seriam deliberativos e quantos administravam fundos.

O peso relativo que foi atribuído a cada um desses índices, isto é, a existência de conselhos e de conselhos instalados com peso relativo de 4%, a participação em conselhos

paritários e em conselhos deliberativos com peso relativo de 7,16% e 7,17%, respectivamente e, para conselhos administradores de fundos o peso atribuído foi de 11%, conforme os termos propostos por Piacenti (2012).

Para o caso dos Territórios da Cidadania do Maranhão, esses resultados tornam-se ainda mais interessantes, visto que aproximar a sociedade civil dos governantes por meio da participação seria um dos cerne dessa política. No entanto, na prática, a realidade parece bem diferente, pois, considerando os indicadores apurados para o ano de 2012 (quando todas as ações previstas pelo PTC já haviam sido postas em prática) constatou-se que nenhum deles conseguiu atingir mais de 12% no Grau de Participação Social, conforme demonstram os dados disponíveis no Gráfico 04.

*Gráfico 04 - Grau de participação social nos Territórios da Cidadania.*



*Fonte: Cálculos dos autores com o emprego da metodologia proposta..*

Deve-se observar que o valor máximo para o Grau de Participação seria de 33%. Ou seja, o maior valor (Médio Mearim) atinge uma cifra que quase não supera um terço do valor máximo alcançável. Observa-se que os demais territórios nem mesmo um terço do maior padrão disponível conseguem alcançar. Para externar ainda mais a precariedade da situação vigente, o Território Baixo Parnaíba apresentou o pior dos resultados, com apenas 6,74% de participação social, com menos de um quinto da maior possibilidade valorativa do indicador.

No entanto, deve-se mesmo enfatizar que todos os resultados apresentados pelos oito Territórios da Cidadania, neste indicador, são altamente insatisfatórios, principalmente quando se considera que um dos principais objetivos do PTC seria promover a participação dos atores sociais como parte do processo de desenvolvimento local.

Diante do resultado relativamente baixo de 12,26 (em uma perspectiva máxima de 33,33), o Quadro 01 apresenta detalhadamente os resultados individuais para os municípios do TC Médio Mearim, com seus respectivos graus de participação.

*Quadro 01 - Grau de Participação Social no TC Médio Mearim (2012).*

<b>Território Médio Mearim</b>	
<b>Município</b>	<b>Grau de Participação</b>
Bernardo do Mearim	09,25
Capinzal do Norte	08,25
Esperantinópolis	21,00
Igarapé Grande	05,00
Joselândia	05,00
Lago da Pedra	15,17
Lago do Junco	12,50
Lago dos Rodrigues	09,25
Lima Campos	22,67
Pedreiras	31,25
Poção de Pedras	12,50
Santo Antônio dos Lopes	05,00
São Luís Gonzaga do Maranhão	05,00
São Raimundo do Doca Bezerra	05,00
São Roberto	09,25
Trizidela do Vale	20,00

*Fonte: Cálculos dos autores com o emprego da metodologia proposta  
OBS. O valor máximo seria de 33,33.*

De acordo com os dados disponíveis no Quadro 01 no Território Médio Mearim, apenas um dos municípios, Pedreiras (31,25%), classificou-se na faixa de 25 a 33,33, representando somente 6,25% do total de municípios. Na faixa de 0 a 15, classificou-se a maioria das localidades (68,75%); enquanto a inserção na faixa de 15 a 25 correspondeu a 25% dos municípios.

Além de visar a promoção do desenvolvimento econômico e a universalização de programas básicos de cidadania, o cerne do Programa Territórios da Cidadania estava baseado em uma estratégia de desenvolvimento voltada para a gestão social participativa, isto é, na participação da sociedade e na integração entre o Governo Federal, estados e municípios, como impulsionadores do desenvolvimento territorial. No entanto, o que se pôde observar, na prática, através da análise dos resultados do subindicador Grau de Participação, foi uma espécie de malogro na execução de uma política pública que desejava vincular a participação da sociedade nas decisões do poder público como um dos seus destaques.

Embora não esteja aqui o único fator explicativo do fato dos indicadores apresentados na seção 5 estarem tão abaixo dos padrões desejáveis para uma sociedade com padrões minimamente aceitáveis de cidadania e desenvolvimento, o Grau de Participação aqui externado, certamente, mostra um dos pilares da baixa performance da região em termos econômicos, sociais. Isto, tendo em vista que o seu arcabouço institucional apresenta um cenário no qual a endogenia se mostra ausente das políticas postas em práticas nos territórios, incluindo-se neste contexto o Território do Médio Mearim, fazendo com que iniciativas bem intencionadas, como o PTC, não produzam os resultados os resultados esperados.

Os motivos que conduzem a esta configuração institucional caracterizada pelo baixo nível de participação social devem ser o alvo de investigações futuras destinadas a oferecer sugestões para a remoção dos entraves que inviabilizam o desenvolvimento de territórios como o Médio Mearim.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa Territórios da Cidadania foi criado com o propósito de promover a participação social e a integração de ações entre os governos. Porém, como resultado desse estudo, percebeu-se que o PTC no Médio Mearim não pratica efetivamente a gestão social, visto que não há, em valor significativo, a participação dos atores sociais, através da articulação da sociedade civil, para pleitear o programa para a região, como se fosse parte integrante dele.

Portanto, tudo indica que, na prática, essa relação (interação) entre Estado e sociedade civil não ocorre e, conseqüentemente, iniciativas bem elaboradas e intencionadas como o PTC não contribui para o desenvolvimento da região. O fruto disso é que em praticamente todas as localidades que compõem os Territórios da Cidadania no Maranhão os indicadores sociais e econômicos revelam um quadro de extrema preocupação, mesmo após tentativas do poder público de mobilizar os atores locais para um engajamento em um modelo de desenvolvimento que preze pela endogenia nos processos de elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas destinadas a criar uma dinâmica positiva no ambiente local.

Ou seja, o que se verificou, em relação ao nível de cidadania dos municípios inseridos nos Territórios da Cidadania no Maranhão (inclusive no Território Médio Mearim) foi que, no geral, é muito baixa a participação da população nas decisões dos conselhos, tanto paritários quanto deliberativos. Em suma, este trabalho revelou que o Território Médio Mearim ainda tem muito por caminhar para atingir um alto nível de desenvolvimento socioeconômico. Essa conjuntura socioeconômica desfavorável demonstra que nem tudo depende da participação social, da força comunitária e da eficiência coletiva. No entanto, pelo menos em parte, a inoperância de algumas iniciativas importantes, como é o caso do PTC, depende da ruína desses elementos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONNAL, P. Territórios da cidadania: evolução ou revolução das políticas públicas no meio rural brasileiro? **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**. nº 14. fev. 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page41/page42/files/014TerritCidadaniaMeioRural.pdf>. Acesso em: set/2016.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais 01/2005. Brasília: MDA, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. **Referências para a gestão social dos territórios rurais**. Documento Institucional do MDA n. 3. Brasília: MDA, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. **Programa Territórios da Cidadania**. Brasília: MDA, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. **Portal da Cidadania**. Brasília: MDA, 2015.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In: FAVARETO, A. et. al. **Políticas de desenvolvimento rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA. 2010. 220p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 12).

EMBRAPA – **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em: <[https://www.embrapa.br/buscageral?p\\_auth=2YArMjE5&p\\_p\\_id=buscageral\\_WAR\\_pcebusca6\\_1portlet&p\\_p\\_lifecycle=1&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column1&p\\_p\\_col\\_count=1&buscageral\\_WAR\\_pcebusca6\\_1portlet\\_delta=10&buscageral\\_WAR\\_pcebusca6\\_1portlet\\_javax.portlet.action=buscar](https://www.embrapa.br/buscageral?p_auth=2YArMjE5&p_p_id=buscageral_WAR_pcebusca6_1portlet&p_p_lifecycle=1&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column1&p_p_col_count=1&buscageral_WAR_pcebusca6_1portlet_delta=10&buscageral_WAR_pcebusca6_1portlet_javax.portlet.action=buscar)>. Acesso em: set/2016.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Definindo a Gestão Social. In: SILVA JUNIOR, J.; et al. (Org.). **Gestão Social: Práticas em Debate, Teorias em Construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, v. 1, p. 26-37.

HADDAD, P. R. Força e fraqueza dos municípios de Minas Gerais. **Cadernos BDMG**. Belo Horizonte, MG: n.8, abr, 2004.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

LEITE, S. P. DELGADO, N. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Miranda, Carlos; TIBURCIO, Breno (org). Brasília: IICA. Série desenvolvimento rural sustentável, v.14, 2011.

MULLER, P. **Les politiques publiques**. 5a Edição. Paris: PUF, 2004.

PEREIRA, C. S. **Articulações de políticas públicas no município de Itaipé- MG a partir da atuação do programa Territórios da Cidadania**, 2010. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/semanas/geografia/geografiaruraleagraria/TCGRA05%20%20Claudinei%20da%20Silva%20Pereira.pdf>. Acesso em set/2016.

PEREIRA, J. R.; FERREIRA, P. A.; BOAS, A. A.; OLIVEIRA, E. R. de; CARDOSO, R. F.. **Gestão Social dos Territórios da cidadania: o zoneamento ecológico-econômico como instrumento de gestão do Território** noroeste de Minas Gerais. Cad. EBAPE.BR, v. 9, nº 3, artigo 3, Rio de Janeiro, P.724–747, set. 2011.

PIACENT, C. A. O Potencial de desenvolvimento dos municípios paranaenses. Curitiba, PR: Camões, 2012.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SIT – **Sistemas de Informações Territoriais**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?opcaomapa=TC&modo=0>>. Acesso em set/out/nov, 2016.

TENÓRIO, F. G. A trajetória do programa de estudos em gestão social (PEGS). In SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

THOENIG, J.-C. Politique publique. In: L. Boussaguet, Jacquot, P. Ravinet. ***Dictionnaire des politiques publiques***. Paris : Les Presses de Sciences Po, 2004.

## **O Projeto Brasileiro de Integração da Amazônia: desenvolvimento e liderança (1966-1969)**

Carlos Eduardo Vidigal, Universidade de Brasília, vidigal@unb.br

### **Resumo**

Há um projeto brasileiro de integração regional que desde o início da década de 1960 anima setores das elites acadêmicas, diplomáticas, militares e políticas do país. Um projeto ou mais de um? Múltiplos projetos, quando se considera as diferentes conjunturas pelas quais passou o país ao longo desse período: a) a da política externa independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964); b) a do regime militar (1964-1985); c) a da primeira fase do período democrático recente (1985-2000/2002); e d) a dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). O presente texto por objetivo apresentar uma iniciativa pouco conhecida da academia brasileira, que foi o projeto de aproximação bilateral com os vizinhos amazônicos e de integração regional, lançado por Castelo Branco em 1966. Três anos depois o MRE apresentava na ESG o conceito brasileiro de integração regional, com o objetivo do desenvolvimento econômico sob a liderança brasileira.

Palavras-chave: Brasil, Amazônia, integração, desenvolvimento

## **El Proyecto Brasileño de Integración de la Amazonía: desarrollo y liderazgo (1966-1969)**

### **Resumen**

Hay un proyecto brasileño de integración regional que desde principios de la década de 1960 anima a sectores de las élites académicas, diplomáticas, militares y políticas del país. ¿Un proyecto o más de uno? Múltiples proyectos, cuando se consideran las diferentes coyunturas por las que ha pasado el país a lo largo de ese período: a) la coyuntura de la política externa independiente de los gobiernos Jânio Quadros y João Goulart (1961-1964); b) la del régimen militar (1964-1985); c) la de la primera etapa del período democrático reciente (1985-2000/2002); y d) la de los gobiernos del Partido de los Trabajadores (2003-2016). El presente texto tiene como objetivo presentar una iniciativa poco conocida de la academia brasileña, que fue el proyecto de aproximación bilateral con los vecinos amazónicos y de integración regional, lanzado por Castelo Branco en 1966. Tres años después, el MRE (Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil) presentaba en la ESG (Escuela Superior de Guerra) el concepto brasileño de integración regional, con el objetivo del desarrollo económico bajo el liderazgo brasileño.

Palabras clave: Brasil, Amazonia, integración, desarrollo

## **The Brazilian Project for the Integration of the Amazon: development and leadership (1966-1969)**

Brazil has a project of regional integration that since the beginning of the 1960s has been arousing different sectors of the political, military, diplomatic and academic elites of the country. But is it just one project or a collection of projects? We can consider it to be multiple projects, given the different political conjectures the country has gone through over this period: a) the independent foreign policy of the Jânio Quadros' and João Goulart's governments (1961-1964); b) the military regime (1964-1985); c) the first phase of the recent democratic period (1985-2000/2002); and d) the governments of the Workers' Party (2003-2016). This paper has the objective of presenting an initiative hardly discussed by the Brazilian academia, which was the project of regional integration and improvement of the bilateral relations with Amazon neighbors, launched by Castelo Branco in 1966. Three years later, the MFA presented to the Superior School of War the Brazilian concept of regional integration, with the objective of promoting economic development under Brazilian leadership.

Key words: Brazil, Amazon, integration, development

## 1- Introdução

A historiografia das relações internacionais do Brasil pouca atenção tem dado ao processo de integração regional sul-americana em sua dimensão amazônica, anteriormente à assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, firmado em 3 de julho de 1978. Integrado por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, a iniciativa brasileira tinha por objetivo a constituição de um marco formal de natureza política para a promoção da cooperação e do desenvolvimento região, respeitando a soberania dos Estados sobre seus territórios amazônicos. A pesquisa que se inicia visa contribuir para a explicação do processo histórico que possibilitou aos países amazônicos a convergência em torno do tratado. No caso brasileiro, é possível identificar um projeto brasileiro de integração regional que desde o início da década de 1960 anima setores das elites diplomáticas, militares e políticas do país, e, com menor força, da própria academia. Um projeto ou mais de um? Múltiplos projetos, quando se considera as diferentes conjunturas pelas quais passou o país ao longo desse período: a) a da política externa independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964); b) a do regime militar (1964-1985); c) a da primeira fase do período democrático recente (1985-2000/2002); e d) a dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Um único projeto, quando se observa suas linhas de continuidade.

A política externa independente de Quadros e Goulart não chegou a formular um projeto ou a tomar iniciativas mais concretas em torno da integração amazônica, em razão das condições políticas do país entre os anos de 1961 e 1964, e pelo fato de Jânio Quadros ter se concentrado na aproximação com a Argentina, o que ocorreu no Encontro de Uruguiana, em abril de 1958. É provável que uma das inspirações do governo Quadros tenha sido o livro de Hélio Jaguaribe, *O nacionalismo na atualidade brasileira*, publicado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1958. Nessa obra, Jaguaribe argumentava que sem a aproximação e a integração entre Brasil e Argentina não haveria integração sul ou latino-americana. Em sua percepção, “a aliança brasileiro-argentina (...) deverá constituir a primeira providência concreta do neutralismo brasileiro e o ponto de partida para toda a nossa nova política exterior” (JAGUARIBE: 1958 288). O caráter da iniciativa deveria ser essencialmente político, contemplar os interesses econômicos e comerciais comuns e integrar um sistema de segurança coletiva brasileiro-argentina. Ademais, estaria aberto a outros países da região e sua “política exterior passará a ser coordenada em conjunto e cuja segurança coletiva, na América do Sul, passará a apoiar-se

em seus próprios recursos, com a exclusão de quaisquer potências estranhas à área” (idem). Se os objetivos estipulados por Jaguaribe eram desmesurados em relação às condições políticas de época, constituíram inestimável fonte de inspiração, em contribuição seminal para os estudos sobre a integração sul-americana.

A renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, a crise da posse de seu vice, João Goulart, a instabilidade do regime parlamentarista adotado *ad hoc*, a crise econômica e suas altas taxas de inflação e o golpe de 1964 relegaram a política exterior independente a um segundo plano e inviabilizaram quaisquer avanços na integração sul-americana no início dos anos sessenta. Mais do que isso, o advento da ditadura militar e a construção de um novo regime político desviaram a atenção dos acadêmicos para outros temas como a perseguição política, a institucionalidade forjada pelo autoritarismo e, no plano da política exterior, o alinhamento aos Estados Unidos e aos valores da Guerra Fria. Segundo Amado Luiz Cervo, o novo regime teria significado para a política exterior brasileira, um “passo fora da cadência” do paradigma nacional-desenvolvimentista, com o predomínio das forças e ideias vinculadas à ordem bipolar, da abertura ao capital estrangeiro e da presença de uma contradição, representada pela permanência do nacionalismo e do universalismo, de forma mitigada (BUENO; CERVO: 2015 395-396). No âmbito latino-americano, houve a tentativa de fortalecer o comércio com a Argentina e a proposta fracassada de criação de uma união aduaneira, a cargo de Roberto Campos, inviabilizada, entre outras razões, pelas desconfiças do governo radical de Arturo Illia em relação ao novo governo brasileiro.

A iniciativa brasileira não avançou no Prata e, considerando a necessidade de dar seguimento à estratégia de integração nacional delineada por Castelo Branco, o país se voltou, no ano de 1966, ao Amazonas, em razão da ausência de conflitos com os países fronteiriços e a possibilidade de convencê-los a se integrar ao esforço de desenvolvimento. Na próxima seção são feitas considerações sobre a produção historiográfica e, em parte, geopolítica referentes ao assunto, seguida pela abordagem da política amazônica de Castelo Branco (seção 2) e do levantamento das razões que possibilitaram a criação de uma política de integração da América do Sul nos anos sessenta (seção 3).

## **1- Integração da América do Sul e a Amazônia: história e geopolítica**

Paulo Fagundes Vizentini, em *A política externa do regime brasileiro*, destacou o não reconhecimento do novo governo por parte da Venezuela, atitude tomada em consonância com a Doutrina Betancourt, que não admitia o reconhecimento de regimes implantados pela força na América Latina, assim como as tensões com a Argentina, tanto sob Illia quanto, a partir de 1966, sob a presidência do general Juan Carlos Onganía. Com o Uruguai, as relações foram perturbadas pelas expectativas dos militares brasileiros em relação ao tratamento que o governo uruguaio dispensaria aos exilados brasileiros, em grande medida frustradas por Montevideu. As relações com o governo chileno de Eduardo Frei foram prejudicadas por divergências em relação ao sistema interamericano e às suspeitas que suas reformas provocavam nos dirigentes brasileiros. Todos esses atritos foram agravados com o advento da crise da República Dominicana, com o alinhamento brasileiro aos Estados Unidos nessa questão e com a liderança e majoritária participação de militares brasileiros na intervenção promovida nesse país, em nome da OEA (1998 42-43). Para Vizentini, no entanto, a despeito da política favorável à criação de uma Força Interamericana de Paz permanente, o apoio brasileiro à Washington não era incondicional, expresso, por exemplo, no apoio à reformulação da OEA.

Outra área em que o Brasil exerceu a autonomia – ou o neutralismo, no conceito proposto por Jaguaribe – foi nas relações com os vizinhos amazônicos, parte de um maior protagonismo regional. Vizentini destacou a viagem do chanceler Juracy Magalhães, que ocupou o cargo entre janeiro de 1966 e março de 1967, ao Chile, Bolívia, Argentina e

Uruguai, em outubro de 1966; e à Colômbia, Equador e Peru no mês seguinte (VIZENTINI: 1998 49-51). Vizontini porém, ao utilizar como fontes os Relatórios anuais do MRE descreve as reuniões em seus aspectos meramente diplomáticos e se equivoca ao afirmar que “a integração hemisférica (...) constituía um elemento importante da política externa do regime militar, desde que efetuada na ótica das relações prioritárias com os Estados Unidos. Tanto na esfera econômica quanto política, tal integração deveria se dar no âmbito pan-americano, e não no latino-americano” (idem). É apenas meia verdade. Em um tema muito caro aos militares, como foi o caso do aproveitamento hidroelétrico dos rios da Bacia do Prata, não houve intervenção externa, e os interesses brasileiros foram negociados bilateralmente com o Paraguai e as instâncias multilaterais, como o Tratado da Bacia do Prata (1966, foram utilizadas para contrapor os argumentos brasileiros às críticas e ações contrárias da Argentina (VIDIGAL: 2009 123).

A política exterior dos governos militares priorizou – tanto no plano internacional quanto no das instituições internacionais regionais, como a OEA – o alinhamento com Washington e adotou o discurso e os valores da Guerra Fria. No âmbito sul-americano, entretanto, a política foi distinta. Delineou-se entre 1965 e 1966 um projeto brasileiro de integração da América do Sul, cujas linhas de força foram expostas em seminário realizado pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag/MRE), em 2011, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), intitulado A América do Sul e a Integração Regional. No *paper* A Integração Sul-Americana como um projeto brasileiro: de Uruguiana às Malvinas, enunciou-se, pela primeira vez, a existência de um acumulado histórico na política exterior brasileira referente à integração da América do Sul, cuja origem estaria em 1966 (VIDIGAL in PIMENTEL: 2012 74). Nesse sentido, a política externa do governo Castelo Branco para a América do Sul envolvia duas vertentes: a platina e a amazônica, emulando certo retorno à cartografia lusa dos séculos XVI e XVII e à diplomacia do século XVIII, com o conceito de *ilha-Brasil*, representada tanto em sua dimensão geográfica quanto humana, tal como abordado por Jaime Cortesão.

É nesse sentido que a história encontra a geografia e se faz menção às contribuições de estudos geopolíticos, não obstante a aversão que causam em alguns intelectuais da área de humanidades. Maniqueísmos e reducionismos não devem ocultar a complexidade dos processos históricos e, eventualmente, prejudicar a identificação de acontecimentos que aparentemente não se encaixam em nossas pré-concepções, em nossos pré-conceitos.

Na análise que Amado Luiz Cervo desenvolveu sobre os debates no parlamento do Império relacionados com as questões exteriores, ao tratar do tema do “O Prata e a América”, observou ou que a solidariedade com os povos espanhóis da América seria objeto de um verdadeiro manifesto político, resultado da relutância com que países europeus expressavam na questão do reconhecimento da independência e das críticas ao sistema de tratados que tornavam a economia brasileira subalterna em relação às economias do Velho Continente. A condenação do regime espanhol e de sua política recolonizadora teria como contraponto brasileiro o irrestrito apoio às independências americanas (na linguagem de época), a recusa em aceitar críticas, quanto à suposta convivência brasileira em relação aos membros da Santa Aliança, e a afirmação de que as instituições brasileiras eram liberais (CERVO: 1981: 32). Nascia o sentido de identidade americanista do Brasil que, ao longo das negociações de fronteiras do século XIX, se tornaria essencialmente sul-americana.

Antes, portanto, de Celso Lafer (2001) invocar Ortega y Gasset para afirmar a identidade sul-americana do Brasil – “o Brasil é o Brasil e sua circunstância” – o Império já avançara nesse sentido, legando aos dirigentes republicanos, incluindo Rio Branco, a clara noção da importância do bom relacionamento com os vizinhos latino-americanos. Nessa perspectiva, o Atlântico Sul já se fazia presente em matéria de defesa, mas a África meridional atlântica teria que esperar o governo de Juscelino Kubitschek para, paulatinamente, ser incluída nessa concepção de identidade regional.

O coronel Mario Travassos reafirmou, na década de 1930, no contexto do período do entre-guerras – e do surgimento das Relações Internacionais, enquanto disciplina acadêmica – a importância e a essencialidade da América do Sul para as relações internacionais do país, destacando, à luz dos preceitos geopolíticos do final do século XIX e início do século XX, sem nomeá-la, a persistência da ilha Brasil, a preocupação com a presença do Estado argentino e a força do “triângulo simbólico do planalto boliviano”, com ênfase no papel da cidade de Santa Cruz de la Sierra, a reclamar maior atenção ao Mato Grosso. Em sua visão, “consideradas também a extensão e a natureza das fronteiras terrestres com os hispano-americanos (vivas quanto ao Brasil Platino e ainda mais ou menos mortas quanto ao Brasil amazônico) e o predomínio econômico da vertente atlântica sobre a do Pacífico, resta evidente a importância decisiva desses dois brasis nos vastos domínios, não só da política interna, como nos da continental” (TRAVASSOS: 1938 92). Com suas fronteiras “mais ou menos mortas”, a Amazônia teria que esperar o advento da Segunda Guerra Mundial e suas lições em defesa e geopolítica para ganhar maior espaço no Estado brasileiro.

É nesse sentido que o golpe de 1964 propiciou aos militares a adoção do que consideravam ser a política mais adequada para a Amazônia e dar início a negociações que, de um modo ou de outro, levaram mais tarde à assinatura do TCA. Foi, portanto, somente no início do novo regime que se estabeleceu, aparentemente pela primeira vez na história do país, um projeto de integração e desenvolvimento da Amazônia. Ademais, como observou Bertha Becker (1982), na década de 1980 a Amazônia ainda era uma fronteira não integrada, mas os interesses vinculados à expansão para o Oeste, à construção de Brasília e, em termos gerais, ao desenvolvimento econômico – particularmente em relação aos recursos minerais – colocariam a região no centro das preocupações políticas nacionais. Em décadas anteriores, a criação da Sudene, em 1959, e de Brasília, em 1960, indicavam a necessidade de integração nacional, o que se daria por meio de iniciativas como a da criação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (1964) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (1967). Assim, não há como separar a criação dessas instituições da política amazônica adotada por Castelo Branco.

## **2- Manaus, 1966**

A documentação diplomática brasileira sobre as viagens de Juracy Magalhães aos países andinos e amazônicos, juntamente com informações sobre outras negociações com os países da região indicam a necessidade de se dar algum crédito aos discursos de Castelo Branco em favor do desenvolvimento e da integração da América Latina. A Amazônia esteve fora das principais preocupações da política internacional do Brasil na década de 1950, excetuados estudos de natureza geopolítica ou como parte de obras de caráter mais abrangente, no contexto do que à época se denominava “problemas brasileiros”. O principal da produção intelectual da época dizia respeito ao desenvolvimento e à convicção de que, uma vez superadas as forças do atraso diante do avanço inexorável do processo de modernização, as regiões economicamente menos relevantes seriam beneficiadas pelo movimento geral (PÉCAULT: 1990). Embora os temas relativos à Amazônia não fossem comuns nos anos cinquenta e sessenta, as questões relacionadas à geopolítica interamericana e sul-americana incluíam a região amazônica.

O crescimento da presença de estudos amazônicos na década de 1960 se deve, em alguma medida, aos avanços do debate principal da intelectualidade brasileira na década anterior, mas as políticas do regime militar ajudam a explicá-lo. A política externa do governo Castelo Branco apresentaria uma contradição principal, entre a aceitação das teses da bipolaridade leste-oeste e a abertura ao capital estrangeiro, de um lado, e “o

nacionalismo e o universalismo mitigados”, de outro, como já observado. Neste aspecto, apresenta-se uma hipótese distinta, embora não excludente: em um movimento político semelhante ao de Vargas quando da assinatura do Acordo Militar de 1952, Castelo Branco optou por apoiar as linhas gerais da política internacional de Washington exatamente para resguardar um espaço de manobra – uma maior *autonomia*, como diria Hélio Jaguaribe – no sentido de resguardar ações voltadas para o desenvolvimento, incluindo a integração sul-americana. A própria PEI, sob Jânio Quadros e João Goulart, até então o expoente máximo da busca pela autonomia, não deixou de afirmar o respeito aos compromissos e às posições tradicionais do Brasil, a fidelidade ao sistema interamericano e o “apoio decidido e ativo” às Nações Unidas.

É nesse contexto que deve ser situado, como destado acima, o posicionamento brasileiro diante da crise e da intervenção na República Dominicana. O país caribenho se colocara em rota de colisão com Washington desde o final da década de 1960. O ditador dominicano Rafael Leonidas Trujillo apoiara tentativas de assassinato do líder venezuelano Rómulo Betancourt durante seu exílio (época da ditadura de Pérez Jiménez) e voltou a apoiar um atentado desfechado em junho de 1960, contra Betancourt, que assumira a presidência em 1959. Naquele contexto e principalmente após a vitória das forças comandadas por Fidel Castro em Cuba, não convinha aos Estados Unidos a desestabilização da Venezuela.

Os esforços em favor da democratização levaram os Estados Unidos a aceitar um acordo tácito: os americanos apoiariam a democratização da República Dominicana em troca do apoio à sua política contra Cuba e a influência soviética no Caribe (BOESNER, 1996, p. 211). No plano interamericano, as pressões contra o governo dominicano começaram nas Reuniões de Consulta de San José de Costa Rica, em 1961, nas quais se aprovou resolução que condenava qualquer tipo de totalitarismo na região. A morte de Trujillo, naquele mesmo ano, deu início a um processo de democratização cujo desfecho foi a vitória de Juan Bosch nas eleições de 1962, pelo Partido Revolucionário Dominicano, de natureza reformista.

As propostas de reformas e as dificuldades políticas encontradas pelo novo governo levaram a um golpe perpetrado por uma aliança de militares trujillistas e membros do governo de transição que estabeleceram um triunvirato. O novo governo não conseguiu estabilizar o país que avançou para uma guerra civil iniciada em 25 de abril de 1965, com a presença de forças de esquerda ligadas a Bosch e de direita vinculadas aos EUA. Em 28 de abril, o presidente Lyndon Johnson ordenou o envio de 42 mil marines para a República Dominicana, posteriormente legitimada pela OEA, que aprovou a criação de uma Força Interamericana de Paz, com tropas dos EUA, Brasil, Honduras e Paraguai (MOYA PONS, 1998, p. 247-249). O resultado foi mais um período de grande instabilidade política, seguido de governos mais simpáticos a Washington.

O apoio brasileiro à intervenção na República Dominicana, já no contexto da ditadura implantada em 1964, respondia a uma antiga visão do Itamaraty acerca da política internacional regional, já presente à época de Rio Branco. Se o Brasil reconhecia a ascendência norte-americana na América Central e no Caribe, os Estados Unidos deveriam reconhecer a predominância brasileira na América do Sul (LINS, 1996, p. 313). A política externa do novo regime apresentava, assim, um duplo objetivo: promover algumas das reformas ensaiadas pelos governos democráticos, porém em um viés conservador; e alinhar a política exterior brasileira aos desígnios de Washington, na esperança de receber apoio financeiro para o desenvolvimento brasileiro.

Castelo Branco, embora tenha adotado uma política pautada pelos valores da guerra fria, daria início, em 1966, a um processo de sul-americanização da política exterior brasileira, aprofundado nos governos militares seguintes. Recuperaria a partir de então um padrão de conduta presente em outros períodos da história brasileira, ou seja, uma linha de

continuidade em política amazônica. Conforme a análise de Bandeira, Rio Branco buscou consolidar as fronteiras do Brasil e sua política exterior seria similar à do tempo da monarquia, *ao considerar o continente uma espécie de condomínio, em que o Brasil exerceria livremente sua influência na América do Sul, enquanto as Américas do Norte e Central, bem como o Caribe, teriam nos Estados Unidos seu centro de gravitação.* A mesma concepção pode ser encontrada no pensamento de Osvaldo Aranha, chanceler de Getúlio Vargas, que em 1935 expressara que *nada explicava nosso apoio aos Estados Unidos em suas questões na América Central, sem atitude recíproca de apoio ao Brasil na América do Sul* (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 270-272).

O processo de sul-americanização da política internacional do Brasil, incluindo relações exteriores e defesa, previa ações no Prata e na Amazônia. No caso do Prata, o golpe militar que encerrou o governo desenvolvimentista de Arturo Frondizi, na Argentina, em 1962, e a crise política que se seguiu, concorriam para o enfraquecimento do diálogo bilateral. Mesmo a eleição do radical Arturo Illia, em 1963, não favoreceu o diálogo com o regime autoritário brasileiro. Somava-se, como já foi visto, ao posicionamento argentino as críticas ao regime de Alfredo Stroessner, no Paraguai, e as pressões que o regime militar brasileiro desencadeava sobre o Uruguai. Assim, a Amazônia, considerando as prevenções norte-americanas em relação à Venezuela, acima referenciadas, era uma opção para o novo governo reforçar a política de poder do país na América do Sul.

O tema da política internacional do Brasil para a Amazônia, durante o governo Castelo Branco, é assunto pouco tratado na historiografia das relações internacionais do país. Entretanto, sua importância é evidente. A 3 de dezembro de 1966, em Manaus, o governo instalou a Primeira Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia, na qual o presidente brasileiro convocava os empresários lá presentes a buscar oportunidades de investimento na região. A exortação manifestava a preocupação do governo brasileiro no sentido de engajar a iniciativa privada em seu propósito de aumentar a presença do Estado brasileiro na Amazônia:

A partir de amanhã, ireis, por quase uma semana, descer o Grande Rio. Não para uma excursão turística, pois aproveitareis o tempo no exame de planos e projetos, Governadores, especialistas de organismos federais e delegações técnicas dos Estados e Territórios submeterão à vossa apreciação projetos acabados, ou perfis industriais ou agrícolas, com os pormenores reclamados a cada caso. São projetos reais relativos a uma gama variada de oportunidades, que vão do fertilizante químico, fibras a óleos vegetais, serralheria, estaleiros, mineração, material de construção, em relação à indústria. Do outro lado temos a pecuária de corte, arroz e frutas, conservas de carne, pescado, criação de búfalos e a fundação de mercados e frigoríficos (MRE: 1966<sup>a</sup>).

A objetividade com a qual se dirigiu aos empresários foi acompanhada de uma visão estratégica mais ampla, que deveria exprimir o compromisso com a nação brasileira e com a região amazônica, no sentido de tratá-la como prioridade, integrando-a definitivamente na vida do país. Até então, ainda segundo o primeiro mandatário, as instituições com essas finalidades haviam se deixado “entorpecer por uma atmosfera de atuação tímida, politizada e paternalista”. Urgia naquele momento encontrar novos caminhos, para uma região que apresentava área de cinco milhões de quilômetros quadrados e uma densidade inferior a um habitante por quilômetro quadrado:

É, portanto, fundamental ao interesse superior e permanente da nação conduzir correntes migratórias internas, tanto a que historicamente promana do Nordeste, quanto a que tem origem no

centro sul, num sentido que assegure, a um só tempo, a ocupação humana da Região, a conquista gradual, progressiva e planejada de seus espaços vazios. Pois daí advirá a expansão e interligação de suas ilhas econômicas internas, a vivificação das faixas internas de fronteiras e a definitiva ligação da Região com o resto do País (idem).

Os governos anteriores teriam alimentado um desejo sincero, mas vago, de integrar a Amazônia ao restante do país, sendo que de quase nada teria adiantado uma série de livros publicados, discursos, conferências, campanhas públicas e outras ações nesse sentido. Faltava uma política mais assertiva para iniciar um processo de mudança na região. O tom messiânico das palavras de Castelo Branco não olvidou o paralelo com a expansão norte-americana para o centro-oeste. Era o incentivo dirigido aos empresários presentes ao encontro, que deveriam conscienciar a grandiosidade daquele momento. Para tanto, deveriam contar com a Superintendência de Desenvolvimento do Amazonas e com o Banco da Amazônia para enfrentarem esse desafio colossal. Era o essencial da autodenominada “Operação Amazônia”.

Ao lado da integração da Amazônia à economia nacional, estava presente um diálogo franco com o empresariado nacional, “mola mestra do modelo de desenvolvimento que preferimos, isto é, o desenvolvimento sem compulsão totalitária ou arregimentação socialista”. Seria fácil, nas palavras de Castelo Branco, pedir sacrifícios na luta contra a inflação e na tarefa de reconstruir as bases do desenvolvimento comprometidas “pela indisciplina e pela imprudência”. Em sua opinião, seus adversários tinham grandes ambições e memória curta, mas seria “estéril a recriminação sem objetividade” (MRE: 1966).

Delineava-se o contorno autoritário e conservador da política brasileira para a Amazônia. Na sequência indicou aos empresários a necessidade de maior rigor no pagamento de tributos, maior esforço de produtividade, maior respeito e disciplina no acesso ao crédito e maior aceitação da concorrência como instrumento de promoção da eficiência e defesa do consumidor. Seria o público ao qual se dirigia Castelo Branco, além de liberal, tão republicano quanto suas palavras indicavam? Provavelmente não, mas ao menos em parte – como é comum na história brasileira – a Operação Amazônia poderia prosperar. Como um projeto conservador, que nada dizia sobre os direitos dos povos originários da região ou sobre temas ambientais. Se a Declaração Universal dos Direitos Humanos estava próxima de completar sua segunda década de vigência, a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente ainda aguardaria seis anos para se realizar.

O projeto de integração da Amazônia ao restante do Brasil obedecia a uma lógica já explicitada na década de 1950, pelo presidente argentino, Arturo Frondizi e seu assessor Rogelio Frigerio. Antes de se iniciar a integração entre as nações sul-americanas ou platinas, era necessário promover a integração dentro dos próprios territórios nacionais. Para Frigerio, a integração não poderia preceder o desenvolvimento sim o contrário, pois a mera divisão de mercados, por meio de tarifas aduaneiras que facilitam os intercâmbios, não gera o desenvolvimento que seria, antes de mais nada, um processo endógeno (FRIGERIO, 1967, p. 40). Essa não era e não seria a perspectiva brasileira, que priorizaria a integração com a vizinhança, sem envidar ações mais contundentes no sentido da superação das assimetrias internas.

A decorrência dessa perspectiva, sob Castelo Branco, foi incluir o diálogo com os vizinhos na consecução de sua política de integração da Amazônia. A tarefa coube ao chanceler Juracy Magalhães, sendo a ele atribuída a frase “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, uma contradição com sua nova tarefa. Na viagem que realizou entre 24 de outubro e 1º de novembro de 1966, antes, portanto, da Reunião de Manaus, Magalhães visitou Bogotá, Quito e Lima, para realizar, segundo o próprio ministro, um dos objetivos fundamentais da política exterior da Revolução, concernente à projeção do Brasil

no continente americano: “manter a dinâmica das relações do Brasil com os demais países do Hemisfério, seja no plano bilateral, seja no seio da Organização dos Estados Americanos e de outras entidades multinacionais” (MAGALHÃES, 1966<sup>a</sup>). Outra viagem fora realizada em outubro do mesmo ano, ao Chile, Bolívia, Argentina e Uruguai. Entre outros aspectos, as viagens complementavam os entendimentos mantidos em Nova Iorque com os ministros das relações exteriores dos países americanos. Tal diálogo não substituía ou alterava as boas relações com Washington no âmbito da OEA.

Após as conversações mantidas com os presidentes Carlos Lleras Restrepo, da Colômbia, Otto Arosemena Gómez, interino do Executivo do Equador, e Fernando Belaunde Terry, do Peru, Magalhães avaliava que não era dado ao Brasil o direito de deixar de fazer ouvir a sua voz sobre os grandes assuntos da região, considerando as responsabilidades extraordinárias do país na vida do continente, e “de procurar, a respeito deles, coordenar as opiniões e os anseios das nações irmãs”. E mais:

Desta maneira, e seguindo a melhor tradição de nossa diplomacia na Monarquia e na República, está o Governo revolucionário participando intensamente dos debates da política continental, de modo a assegurar a preservação dos interesses permanentes do país. Trata-se, como me coube acentuar na oportunidade do regresso da viagem precedente, de um esforço sério e bem orientado para o restabelecimento da posição do Brasil no âmbito interamericano, onde lhe cabe, sem dúvida, uma atuação de primeira grandeza no equilíbrio político, na condução dos problemas de integração econômica e na denúncia de falsos nacionalismos e de ideologias impostas por minorias atuantes no campo da subversão (idem).

A integração regional, como se vê, não é filha legítima somente da democracia. A política externa de Castelo Branco articulava, de forma ambivalente, os interesses norte-americanos vinculados à defesa e ao combate ao comunismo, com as ações voltadas ao desenvolvimento, por meio da integração interna e regional, tanto platina quanto amazônica. Juracy Magalhães destacava, nesse processo, a importância feita por ele quanto à condenação de qualquer política de blocos no Hemisfério, o que teria recuperado a unidade continental e dado plena vigência à tese brasileira das Américas como “um todo indissociável”. Por outro lado, no plano das relações bilaterais, era necessário revitalizar as Comissões Mistas, voltadas para os estímulos ao comércio, assim como os estudos das vias de comunicação, que se achavam estreitamente vinculados:

A precariedade dos meios de transporte é a grande barreira ao acesso dos produtos industriais brasileiros aos mercados dos três países visitados e daí a prioridade, nos temas bilaterais, concedida ao estudo desses problemas. Além dos comunicados conjuntos, assinados nas três Capitais, foi subscrito, em Lima, um Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, a exemplo dos já celebrados com o Paraguai, a Bolívia e outros países (MAGALHÃES, 1966).

O relato de Magalhães prossegue com uma descrição detalhada da viagem a cada país, os entendimentos políticos gerais e regionais, as preocupações na área comercial e o tema da integração física. Não é caso aqui de se descrever os pormenores das negociações, mas apenas afirmar que a integração física e a energética eram pontos focais de grande relevo na projeção de poder do Brasil na América do Sul.

A contrapartida governamental na integração sul-americana seriam investimentos maciços em infraestrutura, energia, saneamento básico, aperfeiçoamento dos recursos

humanos e levantamento sistemático dos recursos naturais. A política para a Amazônia era, ademais, uma manifestação de nacionalismo, por meio da execução da *já famosa* Operação Amazônia. A proximidade do fim de seu governo, não impediu que Castelo Branco fizesse uma aposta tão ampla para o futuro, pois considerava que o governo do general Costa e Silva, a se iniciar a 15 de março de 1967, daria seguimento a essas iniciativas, no que, em suas linhas gerais, o primeiro mandatário brasileiro estava correto.

Os frutos dessa iniciativa foram apresentados pelo autor, como mencionado no início do texto, em seminário da Funag realizado no IHGB, em 2011 (VIDIGAL: 2012). Quanto à Bacia Amazônica, em conferência na Escola Superior de Guerra, em meados de 1969, o ministro Alarico Silveira Júnior apresentava o que seria a *filosofia brasileira* de integração da Amazônia. Argumentava o diplomata que entre os objetivos da política exterior brasileira se destacava o de estimular o surgimento, *sob nossa inspiração e liderança*, de uma *filosofia sul-americana* de cooperação amazônica. As premissas que orientavam a política brasileira para a Amazônia eram as seguintes:

- 1) Os países da Amazônia tentarão chegar, mais cedo ou mais tarde, a uma fórmula de associação que lhes permita enfrentar com maior eficiência os problemas comuns da região, notadamente nos setores de infraestrutura;
- 2) À medida que – através da intensificação dos instrumentos bilaterais – essa diretriz se for transformando em uma aspiração de âmbito zonal, deverá o Brasil, não apenas aceitá-la, mas assumir a condução do movimento associativo, orientando-o à luz de nossos próprios conceitos de segurança e desenvolvimento;
- 3) Para tal fim, é indispensável – e outro não tem sido o objetivo do Itamaraty em recentes negociações com os países vizinhos – que, desde agora, os acordos bilaterais sobre projetos específicos reflitam os princípios decorrentes da filosofia brasileira de integração, notadamente o da competência exclusiva dos Governos amazônicos na programação e condução de empreendimentos conjuntos.

Esses três pontos resumiam aspectos importante da estratégia brasileira de integração sul-americana. A concepção da integração como destino, ou seja, a chegada, cedo ou tarde, a “uma fórmula de associação” derivava dos progressos verificados na integração europeia, da criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Área de Livre Comércio das Américas (Alalc), assim como das teses da Cepal em favor da integração econômica latino-americana para que os países da região auferissem ganhos de escala. O segundo ponto, o da “liderança” brasileira, que procurava vincular os vizinhos aos “nossos próprios conceitos de segurança e desenvolvimento”, estabelecia os marcos da integração em uma visão estatista do desenvolvimento e de respeito simultâneo às regras de segurança do período, no que tange ao combate ao comunismo e às guerrilhas de esquerda. Nesse sentido a política sul-americanista e a aproximação com Washington eram políticas mais complementares que excludentes.

Quanto ao terceiro ponto, a filosofia brasileira de integração, revelava um caráter pragmático e tecnocrático, ao priorizar acordos bilaterais, por definição de mais fácil consecução, e agregar os vizinhos aos empreendimentos e programas brasileiros. A experiência da inauguração da Ponte da Amizade, entre Brasil e Paraguai, em 27 de março de 1965, e da assinatura da Ata das Cataratas, em Foz do Iguaçu, em 22 de junho de 1966, davam a medida dessa filosofia, nesses exemplos aplicada às relações com os países platinos. Comércio e investimentos poderiam crescer em volume e diversidade sem a

necessidade da integração. Integrar significava avançar na integração física da América do Sul.

### 3- A reação argentina e as razões do Rio de Janeiro

Entre os vizinhos sul-americanos do Brasil, a Argentina foi, indubitavelmente, o país mais se opôs ao crescimento da presença brasileira na região, desde o governo desenvolvimentista de Getúlio Vargas, passando pelos governos de Juscelino Kubitschek, aos primeiros governos dos militares. Na década de 1950, a chancelaria argentina no Rio de Janeiro avaliava que a política exterior brasileira, independentemente de alguma orientação ocasional, seguia uma linha de conduta permanente, mantida ao longo de diversos governos. Essa tradição do Itamaraty seria a de uma luta constante com a República argentina, pela supremacia no sul do continente. As origens dessa linha de conduta, na visão do Ministerio de las Relaciones Internacionales y Culto (MREC), estariam nas “ancestrais” lutas entre espanhóis e portugueses pelo domínio das colônias, que permeariam o pensamento diplomático brasileiro ao longo de sua história, passando por Alexandre de Gusmão, Rio Branco, Rui Barbosa, Mário Travassos (MREC: 1954 1-3).

O documento argentino não limitava a influência brasileira ao Cone Sul, estendendo-a ao conjunto da América do Sul. O Brasil agia de contragolpe desde que a Argentina tinha suplantado o vizinho em matéria econômica e de política regional, restando a ele atuar de “contragolpe”. A estratégia sul-americana do Brasil envolveria à época a aproximação os vizinhos, notadamente o Chile e o Peru, Tal política seria inspirada, quase seguramente, por Washington, que controlaria de certo modo todo o sistema político e econômico brasileiro. A política exterior brasileira se orientava a Washington, com a finalidade precípua de de criar um contraponto à supremacia argentina na América do Sul, por meio da amizade e da ajuda norte-americana (MREC: 1954 56). Exageros à parte, foi contra a política de alinhamento a Washington nas décadas subsequentes ao pós-guerra que Quadros e Afonso Arinos propuseram a política externa independente.

O golpe de 1964 no Brasil foi acompanhado criteriosamente pela Embaixada da Argentina no Rio de Janeiro. No dia 2 de abril o embaixador Carlos Alberto Fernández já enviava a Buenos Aires um panorama dos últimos acontecimentos, no qual fazia algumas avaliações, como a de ser incompreensível a falta de uma reação por parte da extrema esquerda, como admirável a solidariedade e unidade de pensamento e ação dos setores ponderados, incluindo a esquerda moderada, para tentar salvar a situação. No geral, o país passava por mudanças significativas no plano interno e internacional, sendo que abandonaria a posição almejada pelos neutralistas, mas na verdade favorável ao bloco oriental, para voltar-se a um posicionamento favorável ao ocidente. Ademais, o país adotaria novamente a busca por uma posição de liderança, por meio do retorno à democracia e da atração de investimentos (MREC: 1964/1967). Nos meses e anos seguintes, a representação argentina consolidou uma interpretação sobre o golpe e os governos militares, que teria transcendência em termos temporais.

A política internacional adotado pelo Brasil se baseava em uma premissa considerada fundamental pelo Itamaraty e concretizada no planejamento tendente a alcançar a possibilidade de se converter em uma grande potência mundial:

Consecuencia lógica de esa aspiración, es su pretensión de ejercer el liderazgo en Sud América, tratando de atraer a su órbita los países de esta área. Pero este deseo tiene – entre otros – el obstáculo de la presencia argentina, que ejerce una influencia en el continente difícil de desplazar, por lo que Brasil, al establecer su política a seguir en el

orden internacional, en muchos aspectos debe condicionarla a la posición y política argentina (MREC: 1964/1967)

Na sequência do documento o Embaixador argentino informava que o enfrentamento entre os dois países se manifestava com as nações com limites comuns a ambos os países: Uruguai, Paraguai e Bolívia. Nos dois últimos, o Brasil promovia uma penetração econômica com determinação, por meio da construção de pontes, estradas de rodagem, ferrovias e com o estabelecimento de entidades bancárias, com a finalidade de livrar-los da dependência da Bacia do Prata, pela existência de uma saída para seus produtos pelo Atlântico. O que dificultava a ação brasileira era a decisão de, em comum acordo com o Uruguai, permitir que esses países utilizassem livremente o Rio da Prata. Por outro lado, os atritos argentino-chilenos de limites davam ao Brasil um aliado circunstancial, cujo contraponto seria a superação desses atritos. Já a política brasileira para o Peru e Equador, como garante do Protocolo do Rio de Janeiro e diante das dificuldades de superação dos problemas entre os dois países, não conseguia superar a influência argentina no Peru.

A análise de Fernández – aparentemente fora do foco do presente artigo – traz indicações valiosas para a interpretação da política brasileira para a Amazônia: a) ao não mencionar as negociações brasileiras com a Colômbia e Venezuela, nem a aproximação com a Guiana e Suriname, indicava a dificuldade da Argentina de atuar e influenciar a região Norte da América do Sul; b) revelava certa admiração pela capacidade do Brasil de fazer investimentos no Paraguai e na Bolívia, o que as dificuldades econômicas do país vizinho impediam quaisquer tentativas de emulação; e c) demonstrava que tinha início maior influência do Brasil junto a Peru e Equador. Ademais, revelava a aspiração brasileira de ser “*el puente*” entre a América do Sul e a América do Norte; e o “*mediador*” entre Oriente e Ocidente, entre a África e a Europa. Essa projeção mundial se revelava na nova política para o continente africano abarcava o apoio à descolonização, a adoção de políticas de cooperação, o estabelecimento de representações diplomáticas, etc.

Com efeito, tendo se recuperado da crise econômica do início da década de sessenta, o governo militar se encontrava em condições de acalentar as ideias originárias da Cepal, em especial a integração pela via econômica e do desenvolvimento, de modo a se reposicionar na geopolítica sul-americana. Para mensurar a importância que a política sul-americana ocupava em seu governo, pode-se contrapor dois momentos do embaixador brasileiro Juracy Magalhães, o primeiro em 1964, primeiros meses do governo castelista, outro em 1967, final do primeiro mandato militar. Em discurso na Sociedade Panamericana (outubro de 1964), Magalhães acenava para a importância dos EUA e dos países ocidentais desenvolvidos para o cumprimento do que ele chamou de “os objetivos interamericanos”, ou seja, com o apoio político, financeiro e econômico dos países democráticos do norte, a ameaça comunista não encontraria eco na América, pois, segundo ele, “é muito importante que a América Latina nas relações com os EUA, sempre dessem ênfase a comum herança ocidental do hemisfério, que se manifestava de maneira inegável, não obstante a diferença entre o norte e o sul”. (VIZENTINI; 1998, pg.49)

Em outro momento, na missão comercial pelas capitais Bogotá, Quito e Lima (1967), acima mencionada, o Chanceler brasileiro afirmava que tinha o objetivo de, em reunião com os chanceleres dos países vizinhos, defender a integração econômica da América Latina com foco no desenvolvimento da região da bacia Amazônica. Entretanto presenciou forte desconfiança dos vizinhos, que desde 1965 criticavam as ações do Brasil na região. Haveria fundados rumores que o Brasil tencionava permitir a instalação de empresas estrangeiras em sua porção da Amazônia, o que era visto pelos vizinhos como quebra de soberania. Em nota oficial do Ministério das Relações Exteriores de 1966, o Brasil afirmou não ter conhecimento de qualquer projeto de arrendamento, cessão ou contratação de áreas territoriais por empresas privadas ou estatais estrangeiras seja na Amazônia ou em qualquer parte do país.

Estava em andamento o que Bertha Becker denominou “elaboração de um sistema espacial”, que não era obviamente uma exclusividade brasileira, se estendendo aos próprios vizinhos amazônicos. Venezuela, Colômbia e Peru também se constituíam em centros dinâmicos, periferias deprimidas com excedentes demográficos, que se dirigiam para as suas respectivas “Amazônias” em movimento espontâneo ou sob a coordenação do Estado. As grandes rodovias em construção na década de 1980 eram a demonstração da interiorização do povoamento na região, e da “necessidade de assegurar a integração das regiões fronteiriças ao sistema nacional, bem como a presença do Brasil na valorização da Amazônia sul-americana” (BECKER: 1982 42). O elogio que a autora fez à época em relação à Transamazônica não obscurece aspectos inovadores de sua obra. Não obstante a natureza teórica de sua argumentação, Becker reconhecia que no início da década de 1970 as interações entre o processo de desenvolvimento econômico e sua dimensão ambiental, e a qualidade de vida das populações. A equidade social era, em sua visão, parte do conceito de desenvolvimento, “pois o problema mais grave dos países em desenvolvimento é o desequilíbrio na qualidade de vida das populações, e não tanto o desequilíbrio econômico” (idem).

Essas concepções não eram de todo estranhas ao meio militar e diplomático brasileiro, que contemplavam em suas análises geopolíticas os chamados “antagonismos sociais”, o que incluía temas como a “marginalização das forças vivas da população”, a “superação do preconceito antiamericano”, os “conflitos raciais”, como era o caso da Guiana, e a contradição entre a “consciência social” e as “revoluções superimpostas”. À sua maneira, os militares expressavam preocupações com a dimensão social, certamente subordinada a uma visão tecnocrática do desenvolvimento. Mais do que as áridas lições trazidas por geopolíticos como Golbery do Couto e Silva (1967), em seu livro *Geopolítica do Brasil*, moviam-se os militares pelos interesses do empresariado, por orientações ou sugestões dos diplomatas e pela experiência com a vida nas fronteiras amazônicas do país.

Na lógica político-diplomática do regime militar, sustentada na noção de nacionalismo de fins, havia o esforço deliberado de promover a integração controlada do país na economia mundial, mobilizando recursos para aprofundar o processo de substituição de importações, que associava mercado interno e intervencionismo estatal – em que pese a presença de economistas liberais como Roberto Campos –, com o objetivo da industrialização e do desenvolvimento (LAFER: 2001 88). Subjacente à filosofia da integração amazônica estava o conceito de “desenvolvimento para todos”, já enunciado, de certo modo, por Helio Jaguaribe em 1958, que preparava o terreno para uma ideologia da integração sul-americana. Essa ideologia, aparentemente, teria que esperar o segundo lustro da década de 1970 para ser enunciada.

## Conclusão

A “Operação Amazônia” foi iniciativa duradoura, como sustentou Roberto Campos em suas memórias, fruto de preocupação antiga. Castelo Branco, em discurso na Escola Superior de Guerra em 1959, observara que até então as estratégias brasileiras para a região poderiam ser definidas pelo medo, pelo ressentimento e pela omissão. Campos, como ministro do Planejamento, ficara encarregado do “esquema global de desenvolvimento da Amazônia”, que previa a reformulação de instituições existentes, como o Banco de Crédito da Amazônia e a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA). A equipe encarregada de dar seguimento à iniciativa governamental concebeu o “esquema” a partir de um tripé: o Banco da Amazônia, a SUDAM e a Zona Franca de Manaus. Esta última proposta, já prevista desde 1957, mas não implementada, se fortalecia com a decisão do governo peruano de implementar uma zona de livre comércio em Iquitos, que se tornaria um polo rival de desenvolvimento da Amazônia. Nesse contexto mais amplo é ganhava

força a Primeira Reunião de Incentivos ao Desenvolvimento da Amazônia, em dezembro de 1966, abordada na seção 2 do artigo. Era parte de uma estratégia singela, mas pertinente, na visão de Roberto Campos. “Tendo vivido na Amazônia, Castelo não se enlevava com o mito das ‘riquezas’. Sua visão era sóbria. Talvez, como nota Luís Vianna Filho, algo entre o “paraíso perdido” de Euclides da Cunha, e o “inferno verde” de Alberto Rangel (CAMPOS: 1994 741).

A Operação Amazônia foi, do ponto de vista das relações internacionais do Brasil, o ponto de partida de um processo de aproximação que, entre idas e vindas, avanços e retrocessos, prossegue nesta segunda década do século XXI. Como política externa do governo Castelo Branco, a iniciativa se inscreve em um período de transição, em uma estratégia internacional específica e na esteira de um projeto de país idealizado ainda na fase democrática.

O golpe de 1964 não foi unívoco e não se refletiu de maneira automática na política exterior do país. Diferentemente de Hélio Jaguaribe que preconizava uma política neutralista, isto é, autônoma, para o Brasil, com um duplo efeito, o de promover a paz e assegurar a capacidade de autodeterminação do país, o governo Castelo Branco retomou, em certo sentido, a política de Getúlio Vargas. Em 1952, em seu governo eleito, Vargas assinara o Tratado de Assistência Militar entre o Brasil e os Estados Unidos, que consistia no fornecimento ao Brasil de certas armas e equipamentos utilizados pelas FFAA norte-americanas na Segunda Guerra mundial, em troca de produtos estratégicos como, por exemplo, o urânio. Era claro que beneficiava o Brasil somente de forma indireta e aquém das necessidades do país. Porém, a estratégia de Vargas era alinhar o Brasil às preocupações de defesa dos Estados Unidos em troca de apoio – e autonomia – para o desenvolvimento econômico do país. Castelo Branco agiu de forma semelhante: alinou o Brasil aos temas da Guerra Fria, a ponto de envolver as FFAA brasileiras diretamente na intervenção na República Dominicana e de defender a criação de uma FIP permanente; mas, por outro lado, preservou o objetivo do desenvolvimento e a estratégia de integração sul-americana, por meio da aproximação com os vizinhos amazônicos.

A Operação Amazônia se configurava como a primeira iniciativa brasileira para o desenvolvimento e a integração da região amazônica. As condições não eram as mais favoráveis, considerando-se o distanciamento que o Brasil mantivera, ao longo de sua história, em relação a esses vizinhos, assim como os conflitos existentes entre eles. Entre os principais pontos de atrito dos países amazônicos estavam as questões fronteiriças entre Peru e Equador, sendo o Brasil um dos garantes do Protocolo de Paz de 1942, e os conflitos venezuelano-colombianos em torno da definição do mar territorial e da plataforma submarina do Golfo da Venezuela. Os primeiros passos para o processo de integração não dependiam, portanto, somente da política e de certo voluntarismo brasileiro, expresso em avaliações como a que se segue: “o espírito de solidariedade e a compreensão dos mútuos problemas a enfrentar entre os povos coexistentes na parte setentrional da América do Sul é fato que vai se tornando uma constante histórica” (MRE: 1966<sup>b</sup>). Entretanto, as autoridades brasileiras focaram em ações capazes de dar substância a esse objetivo de política exterior. Naquele mesmo ano de 1966 foram anunciadas as seguintes ações:

- a) Estabelecimento de uma filosofia política panamazônica, sob o ponto de vista brasileiro;
- b) Reestruturação e dinamização da Zona Franca de Manaus;
- c) Criação do Instituto Panamazônico de Pesquisas;
- d) Financiamento de Agências Internacionais para a construção da Rodovia Brasília-Lima;
- e) Cooperação e intercâmbio intelectual panamazônico;
- f) Desenvolvimento do turismo pan-amazônico;
- g) Incentivos fiscais para a circulação de produtos naturais e manufaturados;

h) Intercâmbio comercial com a possibilidade de colocação de produtos manufaturados do Brasil (MRE: 1966<sup>b</sup>).

Essas diretrizes não foram olvidadas nos anos subsequentes. A Zona Franca de Manaus foi “tirada do papel” em fevereiro de 1967, período no qual o governo brasileiro concedeu ao empresário norte-americano Daniel Ludwig 3,5 milhões de hectares para a implantação do Projeto Jari, iniciamente parte desse projeto mais amplo. Em outubro de 1970 teve início a construção da Transamazônica, com base no Plano de Integração Nacional, cuja trajetória e fracasso são conhecidos dos brasileiros. Em 1974, outra iniciativa brasileira, o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial entre o Brasil e a Bolívia parecia indicar que a integração amazônica não poderia prescindir de entendimentos e acordos bilaterais, embora esse acordo tenha esbarrado na resistência do governo de Hugo Bánzer. Três anos depois tinham início os trabalhos para preparatórios para a assinatura de tratado de cooperação multilateral dos países amazônicos. A 3 de julho de 1968 foi firmado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), com o objetivo de promover a cooperação e o desenvolvimento econômico da região. Faziam parte do tratado Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Entre avanços e recuos, encontros presidenciais com os primeiros mandatários dos países amazônicos ocorreram entre 1966 e 1978, e é possível identificar linhas de continuidade entre a política amazônica de Castelo Branco e o empenho do governo Geisel na criação do TCA. Essa trajetória, aparentemente, ainda requer pesquisas para a reconstituição de seu conjunto. Entretanto, o conhecimento sobre a Operação Amazônia pode preencher uma pequena parte dessa lacuna, incluindo igualmente um novo capítulo na história da política exterior e das relações internacionais do Brasil.

A natureza do processo de integração era e é tema aberto à discussão, assim como suas fontes inspiradoras: o nacionalismo, o desenvolvimentismo e, de certo modo, a tecnocracia. A documentação diplomática brasileira revela que o regime militar considerava “a integração da Amazônia no complexo social e econômico brasileiro um dever cívico do governante, o desdobramento natural do crescimento econômico do país e, na luta contra o subdesenvolvimento, um esforço para o aproveitamento racional dos recursos da região”. A dimensão geopolítica ficava por conta da percepção de que o Brasil não poderia permanecer em “atitude contemplativa”, enquanto países vizinhos como a Colômbia e o Peru adotavam uma política agressiva para integrar suas respectivas áreas amazônicas.

O símbolo da integração, no imaginário dos dirigentes brasileiros, assim como na referência de Luiz Vianna Filho e Roberto Campos, era a rodovia Lima-Brasília abriria uma nova rota, cuja importância seria equiparável ao caminho marítimo das Índias aberto pelos portugueses no século XV. Nas palavras de Euclides da Cunha, “uma grande estrada internacional de aliança civilizadora e de paz”.

### Fontes Primárias

MRE: 1966<sup>a</sup>. Ministério das Relações Exteriores, Departamento Cultural e de Informações, *Boletim Informativo*, 06/12/1966. Discurso do Presidente da República em Manaus.

MRE: 1966<sup>b</sup>. Memorando à Divisão da América Meridional do Ministério das Relações Exteriores a propósito da próxima Conferência dos Embaixadores Brasileiros nos Países Amazônicos, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1966, Leandro Tocantins. Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

MREC: 1954. Letra secreta-urgente R.E., nº 888, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1954. Objeto: Informar sobre cuestionario referente a política interna y exterior del Brasil. MREC, caixa 20, pasta 20.

MREC: 1964/1967. Brasil, 1958 al 1967. Revolución 31/03/1964. MREC, Buenos Aires.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. de. *Mensagem ao Congresso Nacional*: remetida pelo Presidente da República na abertura da Sessão Legislativa de 1959. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

SILVEIRA JÚNIOR, Alarico. As Relações do Brasil com os Países da Bacia Amazônica. Conferência do ministro Alarico Silveira Júnior na Escola Superior de Guerra, julho de 1969. Castanhos, 920.(42)(00) Relações Política e Diplomática, 1967 a 1969.

## **Bibliografia**

BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1995, 2ª ed.

BECKER, Bertha. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 in BECKER, Bertha. *As amazônias de Bertha K. Becker, v. 1: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BOERSNER, Demetrio. *Relaciones internacionales de América Latina: breve historia*. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

BRICEÑO RUIZ, José; SIMONOFF, Alejandro (ed). *Integración y cooperación regional en América Latina: una lectura a partir de la teoría de la autonomía*. Buenos Aires: Biblos, 2015.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015, 3ª ed.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CHILD, Jack; KELLY, Philip (org). *Geopolítica del Cono Sur y la Antártida*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1990.

JAGUARIBE, Helio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PIMENTEL, José Vicente de Sá (org). *A América do Sul e a integração regional*. Brasília: Funag, 2012.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1958-1986)*. Curitiba, PR: Juruá, 2009.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Relações Brasil-Bolívia (1973-1974): o gás e a geopolítica regional, *Cena Internacional*, v. 9, nº 2, 2007.



VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

## **O Protocolo Comunitário do Bailique: Desenvolvimento metodológico, repartição de benefícios, direito consuetudinário e proteção de conhecimentos tradicionais**

Roberta Peixoto Ramos, Doutoranda em Ciência Política, London School of Economics and Political Sciences, rpeixotoramos@gmail.com

Carlos Potiara Castro, Professor Visitante, Faculdade de Comunicação e Núcleo de Estudos Amazônicos - CEAM da Universidade de Brasília, carlospotiara@unb.br

### **Resumo**

A robustez de instituições locais e o nível de organização de comunidades tradicionais constitui historicamente um dos principais tópicos de interesse na discussão sobre o papel dessas na gestão de recursos ambientais e de territórios tradicionais. Isso deriva da constatação de que as comunidades tradicionais conseguem gerir seus recursos comuns de forma mais efetiva que outros atores sociais, como os econômicos ou governamentais. Além da academia, de onde origina esse entendimento, outras instituições já internalizaram conceitos e resultados demonstrados. O Protocolo de Nagoia à Convenção sobre Diversidade Biológica é um exemplo. Ele inova ao adotar dispositivos de proteção ao direito consuetudinário das comunidades tradicionais. Essas regras comunais, invariavelmente presentes nessas sociedades, possuem amplitude e legitimidade local. São sobre elas que se sustentam a gestão comunitária dos recursos ambientais e dos territórios tradicionais. Os protocolos comunitários são instrumentos que se baseiam na codificação dessas regras visando o fortalecimento das instituições locais e da construção de consentimento prévio para diálogo com atores externos. Seu espectro envolve a questão ambiental e econômica, mas igualmente os direitos humanos. Pois a despossessão vivida por muitas comunidades é econômica e social, mas também em nível das regras internas. O protocolo comunitário do Bailique, no estado do Amapá é o primeiro e mais completo já realizado no país. A apresentação desse case no trabalho tem por objetivo aprofundar esses temas de discussão e aportar elementos de uma experiência concreta, multidisciplinar e transversal.

**Palavras-chave:** protocolos comunitários; normas consuetudinárias; consentimento prévio; comunidades tradicionais

## **Protocolo Comunitario de Bailique: Desarrollo metodológico, participación en los beneficios, derechos consuetudinarios y protección de los conocimientos tradicionales**

### **Resumen**

La fuerza de las instituciones locales y el nivel de organización de las comunidades tradicionales son históricamente algunos de los principales temas de interés en el debate sobre el papel de las comunidades e instituciones en la gestión de los recursos ambientales y los territorios tradicionales. Esto se deriva del hecho de que las comunidades tradicionales pueden administrar sus recursos comunes de manera más efectiva que otros actores sociales, como la economía o el gobierno. Además de la academia, de donde proviene este entendimiento, otras instituciones ya han internalizado estos conceptos y resultados. El Protocolo de Nagoya al Convenio sobre la Diversidad Biológica es un ejemplo al innovar adoptando dispositivos de protección al derecho consuetudinario de las comunidades tradicionales. Estas reglas comunales, invariablemente presentes en estas sociedades, tienen amplitud y legitimidad local. Son los que sustentan la gestión comunitaria de los recursos ambientales y los territorios tradicionales. Los protocolos comunitarios son instrumentos que se basan en la codificación de estas normas con el fin de fortalecer las instituciones locales y crear un consentimiento previo para el diálogo con actores externos. Su espectro abarca cuestiones ambientales y económicas, pero también derechos humanos. El despojo experimentado por muchas comunidades es económico y social, pero también ocurre en términos de reglas internas. El protocolo de la comunidad de Bailique, en el estado de Amapá, es el primer y más comprensivo protocolo jamás realizado en el país. La presentación de este estudio de caso pretende profundizar estos temas de discusión y contribuir con elementos de experiencia concreta, multidisciplinaria y transversal.

**Palabras clave:** protocolos comunitarios; Normas consuetudinarias; consentimiento previo; Comunidades tradicionales

## **Bailique Community Protocol: Methodological development, benefit sharing, customary rights and protection of traditional knowledge**

### **Abstract**

The strength of local institutions and the level of organization of traditional communities are historically some of the main topics of interest in the discussion of the role of communities and institutions in the management of environmental resources and traditional territories. This derives from the fact that traditional communities can manage their common resources more effectively than other social actors, such as the economy or government. In addition to academia, where this understanding comes from, other institutions have already internalized these concepts and results. The Nagoya Protocol to the Convention on Biological Diversity is an example as it innovates by adopting protective devices to the customary law of the

traditional communities. These communal rules, invariably present in these societies, have amplitude and local legitimacy. They are the ones that sustain community management of environmental resources and traditional territories. Community protocols are instruments that are based on the coding of these rules aimed at strengthening local institutions and building prior consent for dialogue with external actors. Its spectrum involves environmental and economic issues, but also human rights. The dispossession experienced by many communities is economic and social, but also it happens in terms of internal rules. The Bailique community protocol, in the Amapá state, is the first and most comprehensive protocol ever conducted in the country. The presentation of this case study aims to deepen these topics of discussion and contribute with elements of concrete, multidisciplinary and cross-cut experience.

**Key words:** community protocols; consuetudinary norms; prior consent; traditional communities

## 1. Introdução

A exclusão das comunidades tradicionais dos processos decisórios sobre ações que lhes afetam diretamente é uma prática que se repete monotonamente há décadas. Essas geram profundos impactos locais, muitas vezes de forma irreparável. A consulta livre prévia e informada das comunidades tradicionais, largamente sustentados por legislações nacionais e internacionais ocorre raramente e em vários casos sem independência e legitimidade.

Entretanto, quando nos referimos à conservação de recursos ambientais, o reconhecimento do papel que as comunidades tradicionais desempenham é fundamental. Seus modos de vida, se comparados com a média da sociedade nacional, possuem um impacto ambiental baixo e seus territórios tradicionais estão entre os mais bem conservados. De mesmo, já está adquirido e demonstrado consistentemente pela literatura que a gestão dos recursos ambientais realizada pelas comunidades é mais efetiva para sua conservação que as ações empreendidas pelo estado ou pelo mercado.

Fato relevante, é o nível de organização das comunidades tradicionais para gerir recursos naturais, invariavelmente escassos ou em vias de escasseamento. Entende-se que a gestão dos recursos ambientais é uma prática racional realizada nos territórios tradicionais, como uma forma de perpetuação das comunidades no longo prazo. De mesmo, é observado que o nível de organização de uma comunidade, de sua capacidade de atuar de forma conjunta, é relevante em todos os níveis, tanto para haver maior efetividade da conservação dos ativos ambientais, quanto para haver um relacionamento mais claro com atores externos, econômicos, políticos ou outros.

Esse capital social detido pelas comunidades tradicionais é organizado na forma de regras internas que devem ser observadas pelos membros das mesmas e para os atores sociais de fora. A literatura na área de direitos humanos, trazendo aportes baseados no direito consuetudinário, identifica claramente a importância das regras internas das

comunidades (OREBECH et al.: 2005). Essas regras internas estariam na base do nível de robustez e de resiliência das micro instituições comunitárias. Um dos “novos temas” da agenda multilateral, os direitos humanos se une a outro, meio ambiente, para fazer avançar os entendimentos sobre o uso de recursos comuns. O desafio, conseguir o reconhecimento pelos estados nacionais dessas regras, diante do monopólio histórico que possuem sobre os atos legislativos.

A sistematização em código do direito consuetudinário seria a forma mais eficiente de sustentar a efetividade da gestão de recursos comuns. Os protocolos comunitários são instrumentos trazidos por convenções internacionais que reconhecem a importância da sistematização dessas regras internas comunitárias para sustentar uma maior capacidade de defesa de direitos e interesses. O reconhecimento do direito consuetudinário coloca um desafio aos estados nacionais que tendem a relutar em abrir exceções ao monopólio legislativo que possuem. Entretanto, é agenda emergente, objeto de forte debate, tanto na esfera nacional como internacional. Pode-se prever com segurança que esse instrumento será implementado de forma crescente. Comunidades tradicionais de vários países, sobretudo os mais desprovidos de recursos, na África, Ásia e América Latina estão adotando esse instrumento. Cabe, portanto, discuti-los e apresentar um caso concreto de desenvolvimento de metodologia, assim como de seus resultados parciais.

Neste artigo vamos discutir o caso de implementação do protocolo comunitário do Arquipélago do Bailique, estado do Amapá, desenvolvido pela Rede Grupo de Trabalho Amazônico<sup>1</sup> entre Maio de 2013 e Dezembro de 2014. Os dados e informações apresentados nesse trabalho são resultado do trabalho direto dos autores do texto com esse projeto e participação em todas as atividades de campo desse projeto.

Esse protocolo comunitário agrega informações sobre o passado das comunidades, seus interesses internos atuais e proposições de relacionamento futuro com atores externos. Com a facilidade de agregação de informações e de comunicação, casos de relacionamento com os atores externos são cada vez mais frequentes, sendo os principais os setores acadêmico e científico, o econômico e produtivo além do governamental.

## **2. Protocolos comunitários: desenvolvimento e adoção de um conceito**

O conceito de protocolo comunitário possui sua origem em discussões realizadas em fóruns multilaterais nas convenções ambientais, sobretudo na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). A partir de 2008 ganha visibilidade como estratégia para implementação das diretrizes e decisões tomadas nas Conferências das Partes da CBD voltadas para a proteção e salvaguarda dos direitos e povos e comunidades tradicionais sobre seus costumes, modos de vida, territórios e conhecimentos tradicionais. Mais especificamente é então visto como um

---

1

Rede socioambiental que representa mais de 600 instituições locais nos nove estados da Amazônia Brasileira

instrumento de construção, de baixo para cima, de consentimento livre prévio e informado das comunidades para relacionamento com atores externos (Castro, 2017).

Observa-se que o sistema multilateral está aberto aos resultados e demonstrações oriundos da academia, guardando estreita relação com essa, como gostaríamos de sustentar. De mesmo, demonstra o potencial da academia a área de ambiente e sociedade para a construção de políticas públicas.

Tabela 1 : Sistema multilateral, teoria e surgimento do conceito de protocolos comunitário

Linha do tempo	Entendimento geral	Comunidades tradicionais
1968, Garrett Hardin	Neo malthusianismo, teoria dos sistemas	Visão de globo, sem populações específicas
1982, Relatório Brundtland	Visão ética intergeracional: o local é tão importante quanto o global	Comunidades tradicionais fazem uso ético dos recursos ambientais.
1990. Publicação de <i>Governing the commons</i>	Gestão de recursos comuns pelas comunidades tradicionais valorizada	Ator central
1992, UNCED	Comunidades proteção do meio ambiente correlacionadas	Declaração do Rio, Princípio 22: "Povos locais possuem um papel vital. O fortalecimento das comunidades promove a conservação da biodiversidade"
1992 – 2008: Convenção sobre Diversidade Biológica e Conferências das Partes	Comunidades e proteção do meio ambiente correlacionadas	Art. 8 (j): "respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais"
2010, Protocolo de Nagoia	Importância do consentimento livre prévio e informado	Art. 12, (3): "As partes empenhar-se-ão com em apoiar (...) o desenvolvimento, pelas comunidades indígenas e locais (...) de: Protocolos Comunitários relativos ao acesso a conhecimento tradicional associado a recursos genéticos e à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de tal conhecimento"

Existem duas contribuições que devem ser lembradas quando tratamos do surgimento do conceito de protocolo comunitário. A primeira diz respeito ao longo debate realizado pelos militantes dos direitos humanos sobre o reconhecimento da especificidade de sociedades ou comunidade existentes no espaço nacional (JONAS, ROE, and MAKAGON: 2014). A discussão em torno do reconhecimento das regras internas à compreensão que a despossessão territorial, econômica e política das comunidades tradicionais é acompanhada da perda das regras internas das comunidades.

O reconhecimento do direito consuetudinário pelos estados nacionais é portanto uma forma de permitir que regras infra legais sejam levadas em conta em ações diante do poder judiciário e de outras instituições públicas, para sustentar a defesa das comunidades em casos de despossessão de direitos e de bens.

A segunda contribuição é a que demonstra que dentre as três formas principais de gestão de recursos naturais, a realizada pelas comunidades locais é a mais efetiva (OSTROM: 2007; CASTRO: 2006; IFAD: 2006). O entendimento alternativo seria a gestão desses recursos pelos estados nacionais, através da aplicação de instrumentos de comando e controle. E por fim, a realizada pela iniciativa privada, com o intuito de obtenção de lucros, onde é presumido que esse setor conseguiria uma melhor e mais eficiente alocação de recursos.

A relevância da participação das comunidades locais na gestão dos recursos dos quais dependem, sejam esses escassos ou não, é reiterada por vários estudos realizados sobre os recursos comuns (OSTROM: 1990, LEACH, MEARNES, SCOONES: 1999). Esses trabalhos demonstram que a gestão de recursos naturais comuns quando realizada por comunidades locais pode ser extremamente eficaz. Alguns dos fatores que determinam essa eficácia são a organização comunitárias, assim como a capacidade de se articular com as comunidades vizinhas ou com características similares.

Em um exemplo aplicado, é resumido que:

*“Um relatório de análise global (...) mostrou que em média as florestas tropicais protegidas pelo governo são destruídas quatro vezes mais rápido que aquelas que são gerenciadas por comunidades tradicionais (o que) contradiz frontalmente a ideia da “tragédia dos comuns”.*

*Ao invés disso, a evidência científica demonstra que as ideias de Elinor Ostrom, da Universidade de Indiana, estavam certas. (Ela) descobriu que as tragédias dos comuns raramente acontecem. Pelo menos não se as comunidades controlarem seus próprios recursos ou consigam trabalhar junto com seus vizinhos” (PEARCE: 2014).*

Em paralelo, pode-se lembrar da importância das regras internas das comunidades. Essas são uma preocupação para aplicação sobretudo aos relacionamentos com os atores externos, econômicos e políticos. Esse tem sido o foco principal tratado pela literatura. Mas não se pode esquecer da relevância que possuem as leis comunitárias para aplicação interna.

Sem a sistematização e aplicação dessas regras pelos próprios membros das comunidades, os esforços empreendidos para apoiar formas gestão territorial, de estoques naturais renováveis e de uso de conhecimentos tradicionais poderá não se sustentar no longo prazo. O uso e aplicação do direito consuetudinário solicita uma participação constante e um trabalho adicional dos membros da comunidades para a defesa de seus interesses. Apesar da terminologia adotada por Putnam, ele conseguiu observar um fenômeno social importante (PUTNAM: 1986, PRETTY el all.: 2003). O termo de capital social poderia ser substituído por outro, como estrutura universal de organização comunitária, sem retirar o mérito de sua contribuição.

Outro componente que sustenta o desenvolvimento do conceito de protocolo comunitário está relacionado ao campo de políticas públicas. Vários autores já tinham identificado que as instituições estado não são eficientes para apresentar respostas aos problemas locais. O reconhecimento das micro instituições locais vem ser uma importante oportunidade para potencializar a eficácia das políticas públicas em nível local (PETERS: 2010). A preocupação com a eficiência das políticas públicas e seu custo permite então interpretar o direito consuetudinário, os costumes e hábitos locais como instituições plenas.

### **3. Implementação de protocolos comunitários e sua relação com a Convenção sobre Diversidade Biológica**

Instrumento de mercado que visa garantir a realização de pagamentos por serviços ambientais, o sistema de acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios (ABS, na sigla em inglês) pretende vir a constituir uma alternativa de renda oriunda das atividades produtivas de base biotecnológica. Esse instrumento surge com a CDB, que inova ao promover na prática a nacionalização dos recursos genéticos (do recurso natural renovável DNA) e garante uma repartição justa e equitativa entre as partes provedoras e usuárias dos benefícios auferidos pelo seu uso (Ramos, 2015). Entende-se que os instrumentos de pagamento por serviços ambientais, surgidos no sistema multilateral, geraram poucos benefícios reais para essa larga parcela das sociedades nacionais constituídas por comunidades tradicionais. Entretanto, os protocolos comunitários prevêem um escopo maior além do sistema de ABS e REDD+, surgidos respectivamente na CDB e na Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas - CQNUMC. Eles podem ser aplicados para promover isonomia entre os atores envolvidos em uma determinada situação de negociação, assim como de organizar as regras para um consentimentos livre prévio e informado, de acordo com a convenção OIT 169, por exemplo. Temos ainda casos no Kenia e Sudão de protocolo comunitário organizado para defender os direitos de populações tradicionais contra um projeto de grande infra estrutura, por exemplo (BOOKER, MAKARON, BRAUN: 2014; BAVIKATTE e JONAS: 2009).

O reconhecimento na CDB se encontra em documentos oficiais vinculantes, as

Decisões das Conferências das Partes, sobretudo a partir de 2010. Com a adoção do acordo complementar a CDB, o Protocolo de Nagoia sobre Acesso e Repartição Justa e Equitativa de Benefícios, em seu Artigo 12, Para 3, alínea a), os protocolos comunitários passam a ter visibilidade e recebem interesse da parte de Organizações não Governamentais e de governos nacionais (CDB: 2010). No que se refere ao sistema de ABS, os protocolos comunitários se destinam à obtenção de consentimento livre prévio e informado para acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

Um dos objetivos do protocolo comunitário do Bailique é de preparar regras de celebração de contrato com atores econômicos externos no que se refere à expressão genética de espécies da biodiversidade, informada pelos conhecimentos tradicionais. Essas informações servem de atalho para as atividades dos setores de base biotecnológica. Sem elas, uma indústria qualquer teria que pesquisar cerca de 10 mil moléculas para identificar apenas uma com potencial comercial (PISANO: 2006 e FACCHINI, 2012).

Espera-se portanto preparar as comunidades para a eventualidade de haver interesse por parte de um ator econômico externo em realizar acesso no Bailique. Mas é sobretudo com o objetivo de informar as comunidades sobre seus direitos, sobre os instrumentos de proteção de seus conhecimentos nacionais e internacionais, de seus territórios tradicionais e seus modos de vida. Dessa forma, seriam impedidas ações de despossessão, apropriação indevida e de biopirataria.

#### **4. O Arquipélago do Bailique**

O arquipélago do Bailique fica a aproximadamente 200 km da capital do Amapá, Macapá, em posição intermediária entre a foz do rio Amazonas e o oceano Atlântico. O acesso é exclusivamente por via fluvial, em viagem que dura entre 12 a 14 h. Ele é constituído por um conjunto de oito ilhas, totalizando 1700 km<sup>2</sup> e possui cerca de 51 comunidades com cerca de 7.618 habitantes, sendo que 1500 pessoas vivem nos núcleos urbanos da ilha e a grande maioria- 80, 55% -vivem no meio rural (IBGE, 2010). A população do Bailique pode ser considerada jovem, sendo que 56,05% possuem menos de 20 anos de idade e apenas 8.5% da população apresenta mais de 50 anos (Almeida et al., 2013).

A principal comunidade do arquipélago é a Vila Progresso. Possui serviços básicos como caixas eletrônicas, correios, representações de instituições estaduais e um posto de saúde. O deslocamento a outras comunidades é realizado exclusivamente por via fluvial, com tempo de trajeto que pode variar dependendo do tipo de embarcação e mudança de maré, mas tendo comunidades a 20 minutos de distância enquanto outras se encontram a mais de 6 horas. As atividades econômicas predominantes são a pesca, o extrativismo de produtos não madeireiros (principalmente o açaí), a agricultura e pecuária de subsistência, a apicultura, a marcenaria e movelaria e a construção artesanal de embarcações.



integração social e nas atividades de fundo econômico.

## 5. O processo de construção do Protocolo Comunitário do Bailique

Considerando que protocolo comunitário é um instrumento de gestão da comunidade, construído a partir de baixo para cima, é necessário que o primeiro passo para a construção de um protocolo comunitário seja conseguir o consentimento livre, prévio e informado da população sobre o projeto. No Bailique, isso aconteceu em Maio de 2013, em uma reunião com cerca de oitenta representantes das comunidades que confirmaram, através do voto, o interesse que o projeto fosse realizado no Bailique. Em Dezembro de 2013, foram iniciadas as oficinas que são os pilares para a construção de um protocolo comunitário.

São três as fases de construção de protocolo comunitário: a primeira fase é a construção do protocolo comunitário em si, documento que contém regras e normas locais; a segunda fase é a melhoria dos arranjos produtivos e exploração de novos mercados e a terceira fase é o desenvolvimento de uma certificação sócio-participativa para alguns produtos identificados pela comunidade. A primeira fase é a que vai dar a base para o desenvolvimento das outras duas e, portanto, devem ser entendidas como complementares umas as outras. Além disso, parte importante da metodologia é empoderar as comunidades para que elas estejam preparadas para executar ações relacionadas ao seu protocolo. Dentro dessa perspectiva, as fases 2 e 3 são importantes porque fazem parte de um processo de fortalecimento político e social, tendo paralelo a isso atividades voltadas para o aumento da renda comunitária.

Tabela 2: Organização dos três anos de atividades relacionadas ao projeto

Período de Realização e Ação	Objetivos	Resultados alcançados ou previstos
FASE 1 Construção do Protocolo Comunitário do Arquipélago Bailique	Organizar as comunidades e sistematizar as regras internas e o direito consuetudinário existente. Capacitar em acesso e repartição de benefício (ABS), em salvaguarda de direitos e em acesso a políticas públicas voltadas para esse segmento da sociedade. Organizar as comunidades para tomada de decisões, incluindo sobre modelos de anuência prévia para a facilitação de acesso e repartição de benefícios.	Regras internas sistematizadas para a gestão de recursos naturais, gestão territorial e acesso a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais associados

<p>FASE 2</p> <p>Organização das cadeias produtivas e realização de ações de organização comunitária para a produção econômica</p>	<p>Promoção de produtos locais com sua valorização. Produtos mais elaborados colocados no mercado, diminuindo a presença de intermediários. Maior organização comunitária, focada em atividades econômicas.</p> <p><i>Aplicação prática das decisões e da organização resultante dos esforços realizados no Ano 1.</i></p>	<p>Aumento de renda através de maior organização comunitária para a produção, com aporte de recursos externos, inclusive crédito. Maior acesso a políticas públicas.</p> <p>Fortalecimento institucional.</p>
<p>FASE 3</p> <p>Certificação sócio participativa dos produtos</p>	<p>Envolvimento do setor produtivo para comercialização de produtos das comunidades bailiquenses. Certificação, com garantia de origem, de produção sustentável com conservação da biodiversidade</p> <p><i>Aplicação prática esforços realizados nos Anos 1 e 2.</i></p>	<p>Aumento da renda através de valorização dos produtos, com certificação de origem, de produção sustentável, que conserve a biodiversidade</p>

Fonte: Quadro baseado na proposta do projeto de construção o Protocolo Comunitário do Bailique

Para a primeira fase, a rede GTA desenvolveu uma metodologia que trabalha com quatro oficinas que aportam temas específicos e dois grandes encontros: oficina I, oficina II, Encontro I, oficina III, oficina IV e Encontro II. As atividades das quatro oficinas estão subdivididas de forma a aumentar tanto as capacidades técnicas dos comunitários, quanto para tornar mais sólida a organização interna dessas. É importante ressaltar que essa metodologia foi desenvolvida para ser replicada em outras comunidades tradicionais e povos indígenas, uma vez que foi desenvolvida como um guia que pode ser adaptado para as realidades e contextos locais (GTA 2015).

Uma das prioridades dessa metodologia é assegurar que toda a comunidade tenha direito a participação em todas as fases do projeto. Nesse contexto, um olhar mais cuidadoso foi voltado para os diferentes espaços para participação, entendendo espaço como ‘oportunidades, momentos, canais onde cidadãos podem agir para potencialmente modificar políticas, discursos, decisões e relacionamentos que afetam suas vidas e seus interesses’ (Gaventa 2006, pg 4). Deste modo, o arquipélago do Bailique foi dividido seguindo sugestão do Centro Comunitário do Bailique em quatro polos para poder diminuir a distância geográfica para toda as comunidades, facilitando deste modo a participação nas oficinas e a logística das atividades. Deste modo, cada uma das quatro oficinas foram realizadas em cada um desses polos, enquanto que os Encontros foram os momentos em que as comunidades dos quatro polos se encontraram para discutir o protocolo coletivamente.

Apesar dessas oficinas serem ‘espaços convidados’ como descritos na tipologia de

Gaventa (2006) é possível também vislumbrar que houve um processo de transformação desses espaços para ‘espaços tomados’ no momento que era de responsabilidade das próprias comunidades de cada polo decidir qual comunidade receberia a oficina e qual seria a data que ela iria acontecer. Em um olhar menos cuidado, isso parece ser algo simples e óbvio. Entretanto, o que se verificou nesse processo foi um sentimento de empoderamento e pertencimento que nem sempre era presente em projetos comunitários da região, uma vez que a grande maioria dos projetos são levados para o ‘centro’ do arquipélago, ficando as outras comunidades isoladas do processo. Por exemplo, na primeira oficina desenvolvida no polo 2, área mais distante do centro do Bailique, foram muitos os comentários dos comunitários que era a primeira vez que eles estavam tendo a chance de ter algo acontecendo no território da comunidade deles, não tendo a necessidade deles se deslocarem (o que muitas vezes não era possível) para participar das atividades comunitárias.

### **5.1- Construindo o protocolo: metodologia das oficinas.**

Na primeira rodada de oficinas é realizado um diagnóstico econômico, social, ambiental e cultural das comunidades com o objetivo de se criar um entendimento coletivo do território, com um olhar para as regras locais e normas consuetudinárias da região. Esse momento é voltado exclusivamente para a comunidade, onde os moradores discutem sua identidade, história, sua organização comunitária, regras de acesso aos recursos naturais, meios de tomada de decisão, além de desenhar mapas comunitários do uso do seu território, identificando não somente áreas de moradia, mas também localidades de uso da biodiversidade.

Especificamente para o caso do Bailique, a atividade dos mapas comunitários foi essencial para identificar a necessidade do protocolo de trabalhar com a questão fundiária da região. Superficialmente, o Bailique não apresenta um conflito territorial claro, como é o caso de muitas outras comunidades tradicionais e indígenas no país. Entretanto, no momento de visualização dos mapas produzidos pelas comunidades, percebeu-se que muitas comunidades estão encurraladas em territórios limitados, dependendo da ‘autorização’ de fazendeiros e particulares para utilização de áreas de pesca e caça, indo deste modo em contrariedade dos seus direitos coletivos a terra. A partir daí foi verificado que existe uma insegurança jurídica relacionada a questão fundiária no Bailique, uma vez que as terras, apesar de serem da União, foram arrecadadas indevidamente pelo Estado, tendo vários títulos emitidos pelo Incra, mas sem que os assentados sejam possuidores do título da terra ou muitas vezes não recebendo os benefícios que tem direito (MPF 19/2015). Foi logo nesse primeiro momento que a questão fundiária foi inserida como ação prioritária do protocolo comunitário do Bailique. Hoje esse é um tema chave de trabalho dos

comunitários.

O conteúdo discutido durante essa primeira oficina vai formar a base do protocolo comunitário. É essencial, portanto, que essa oficina reflita não somente a opinião das lideranças que participam das atividades, mas também dos outros comunitários que não estão presentes na oficina. Deste modo, ao final da primeira rodada de oficina, as respostas obtidas durante as atividades são sistematizadas em um documento chamado 'documento consulta', com o objetivo de ser aplicado no maior número possível de unidades familiares. Em cada atividade descrita nesse documento existe um espaço para que a família consultada concorde ou discorde da resposta dada pela liderança, dando a oportunidade, portanto, de todos participarem da construção do protocolo comunitário. Nesse processo existe também a possibilidade de auto-exclusão para aqueles que decidem, por vontade própria, não participar do processo.

Todas as respostas dadas pelas famílias são então novamente sistematizadas e apresentadas às lideranças no Encontro I para que elas possam receber e discutir as respostas e as mudanças realizadas pelos moradores de sua comunidade. As lideranças têm a oportunidade então de fazer mais modificações nesse documento que será novamente transformado em documento consulta e apresentado novamente para os moradores. São os dados consolidados dessa última versão do documento consulta que vai ser discutido na oficina 4, servindo de base para os primeiros acordos do protocolo.

Tabela 2: Percentual de documentos consulta respondido por unidade familiar

Polos	Número famílias	de	% do documento consulta	% do documento consulta pós Encontro I
Polo 1	105		44%	76%
Polo 2	241		33%	77%
Polo 3	325		37.5%	64%
Polo 4	239		32%	78%

Esse resultado da aplicação do documento consulta reflete uma importante ferramenta desenvolvida por esse projeto. Diferente do que geralmente acontece, o projeto de construção de protocolos comunitários não trabalha com amostras de respostas e sim cria uma estrutura (documento consulta) que possibilita a consulta a todas as unidades familiares da região sobre o que foi discutido nas oficinas. Isso gera um empoderamento do processo não somente pelas lideranças que normalmente participam da oficina, mas também pelo restante da comunidade.

Os resultados apresentados na tabela acima demonstram um aumento significativo do número de famílias consultadas depois do Encontro I. Isso é um reflexo de uma modificação técnica do projeto. Considerando que o número de famílias no Bailique é muito alto e que existe a necessidade de envolver a juventude no projeto, foi criada uma equipe de apoio local formada por jovens da comunidade que acompanham a equipe de campo na aplicação do documento consulta. Foi também através da ajuda desses jovens que se conseguiu um número tão alto de respostas. E aqui não somente se considera o aumento do número de pessoas que contribuí para o maior número de unidades familiares visitadas, mas também ao fato de quem está visitando essas famílias são jovens locais, criando uma legitimidade para o projeto. Paralelo a esse resultado, a construção dessa equipe de apoio traz um outro benefício. Esses jovens começam naturalmente a se tornarem líderes comunitários. Um resultado concreto disso é que um dos jovens desse grupo foi escolhido, durante o Encontro II, para fazer parte do Comitê Gestor do Protocolo Comunitário<sup>2</sup>, grupo formado por comunitários que tem função de executar as decisões da plenária do protocolo.

Enquanto essa primeira rodada de oficinas é totalmente voltada para o dia a dia dos comunitários, a segunda rodada tem por objeto trazer informações relevantes sobre direitos e respectivas legislações. Nessa oficina são discutidos conceitos relevantes presentes nas leis nacionais e nos acordos internacionais. Nelas são discutidos os principais conceitos da CDB, da OIT 169, assim como da Medida Provisória 2.186<sup>3</sup>, sobre acesso e repartição de benefícios. É ainda apresentado o conjunto de políticas públicas voltadas para povos e comunidades tradicionais. O sistema de ABS também é discutido nesse momento, focando em repartição de benefícios, mas também sobre o que é recurso genético e porque os conhecimentos tradicionais associados são relevantes.

Pela ordem cronológica, depois da segunda oficina, o Encontro I juntou cerca de trezentas lideranças comunitárias para discutir resultados do documento consulta, tomar decisões e dar encaminhamentos sobre as próximas atividades. É o momento de realização de diálogo com gestores públicos, representantes das instituições que possuem políticas específicas para as comunidades tradicionais, como a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, que foram convidados a partir de demandas que apareceram nas oficinas I e II. É durante o Encontro que é criado o Comitê Gestor do Protocolo Comunitário tem o objetivo de ser o órgão de gestão e execução do protocolo, garantindo a independência da comunidade em relação a organização apoiadora ( e portanto externa) que deverá ir repassando as responsabilidades do projeto gradualmente para esse Comitê.

Um conteúdo que recebeu atenção na terceira rodada de oficina foi o sistema de acesso e repartição de benefícios (ABS). Temos na Amazônia alguns casos concretos de

---

2

Em Fevereiro de 2015, a comunidade decidiu que o Comitê deveria ser uma Associação, com natureza jurídica, nascendo desse modo a Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique ACTB.

3

Na época do desenvolvimento do protocolo a MP 2.186 ainda era válida e a lei 13.123 ainda não tinha sido aprovada

repartição de benefícios oriundos do uso comercial de conhecimentos tradicionais, sobretudo pela indústria de cosméticos. Foi dada atenção à preparação das comunidades para adotarem um posicionamento prévio relativo a repartição de benefícios para facilitar o processo negociador com uma eventual empresa. Nessa terceira oficina, as comunidades trabalham não somente conceitos, muitas vezes complexos, usados na legislação vigente, mas também quais são os passos necessários para que o acesso aconteça de modo justo e equitativo.

Finalizando o ciclo de oficinas, a quarta rodada de oficina ocorre com a junção de dois polos, já com o intuito de iniciar alguns acordos relacionados ao protocolo. É nessa oficina que são apresentados resultados consolidados do documento consulta pós Encontro I (documento que também passou por todas as unidades familiares para verificação de respostas). É o momento de procurar atingir um consenso em torno de questões específicas.

No entanto, será somente no Encontro II que os acordos finais para o protocolo comunitário serão feitos. Nesse evento, todas as comunidades estão presentes para poder decidir, em assembleia, o conteúdo do seu protocolo comunitário. O resultado do documento consulta pós Encontro I, que foi discutido na oficina 4, é a base para essa discussão.

## **6. Resultados alcançados**

O Protocolo comunitário do Bailique, que foi acordado no Encontro II que aconteceu em Dezembro de 2014, contém informações relacionadas as regras de inclusão e exclusão das comunidades, as regras de acesso aos recursos naturais (por moradores e não moradores), a identificação de valores locais e detalhes do processo de tomada de decisão. Além disso, o protocolo identifica o processo básico de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, identificando os passos mínimos necessários como consentimento e contrato de repartição de benefícios.

Também foi identificado e discutido no Encontro II, os riscos e oportunidades do território do Bailique no que se refere ao protocolo comunitário. Essa é uma atividade importante porque esse modelo de protocolo comunitário que está sendo construído é mais do que um instrumento de ABS, mas é também uma ferramenta de gestão territorial e de uso sustentável dos recursos naturais. Portanto, ao discutir riscos e oportunidades a comunidade está pensando estrategicamente nos próximos passos do protocolo.

É extremamente importante ressaltar que a decisão da comunidade de tentar regularizar sua situação fundiária é um dos grandes resultados do protocolo comunitário do Bailique, uma vez que a segurança jurídica de territórios é essencial para as comunidades tradicionais que dependem exclusivamente dessas áreas para sua sobrevivência.

Nesse processo, é indiscutível que o resultado principal dessa primeira fase do projeto é o empoderamento das comunidades do Bailique na construção do seu protocolo, através da criação da Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique (ACTB) e com

isso o fortalecimento das novas lideranças que foram surgindo no processo. Muitas das antigas lideranças estão ajudando a construir essa nova realidade da comunidade, entretanto para algumas lideranças que se baseavam mais em 'relacionamento político' e menos em representatividade comunitária, o protocolo veio para diminuir um pouco essa inequidade de poder existente.

Após a conclusão do Protocolo Comunitário do Bailique, as comunidades entraram em um processo de colocar em prática as muitas discussões e decisões tidas ao longo do processo de construção de seu protocolo. É possível identificar alguns resultados concretos e processos que estão acontecendo atualmente no Bailique e que são resultados diretos do empoderamento dessas comunidades.

- (i) identificação comunitária de quatro produtos da sociobiodiversidade local que são prioritários para as comunidades: pescado, óleos essenciais, plantas medicinais e açaí.
- (ii) Formação do Grupo de Conhecimento Tradicional e treinamento desse grupo para produzir fitoterápicos e eventualmente ter uma farmácia da terra no Bailique
- (iii) Início do curso técnico em Alimentos (com foco no açaí), o Centro de Vocação Tecnológica (CVT). Esse curso é financiado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Informação e iniciou sua primeira turma com 20 alunos no início de 2017.
- (iv) Decisão comunitária de desenvolver uma Escola Família no Bailique, dando assim a oportunidade dos jovens terem uma educação de qualidade sem ter que sair do seu território. Para manter essa Escola, a comunidade desenvolveu uma estratégia em parceria com os produtores de açaí que vão doar uma porcentagem das suas vendas de açaí certificado para um Fundo Financeiro
- (v) Certificação Forest Stewardship Council (FSC) dos açaizais do Bailique, sendo o primeiro açaí certificado FSC do mundo.
- (vi) Criação da Cooperativa Agroextrativista do Bailique (AmazonBai)
- (vii) Início do contato com mercado diferenciado para a venda de açaí certificado

## 7. Conclusão

A experiência de construção do protocolo comunitário do Bailique traz à superfície a discussão da necessidade do envolvimento real das comunidades e povos tradicionais nos processos decisórios daquilo que os afeta. As oficinas e Encontros da metodologia, propiciaram às comunidades a oportunidade de olhar para si mesmas, entendendo que é preciso existir uma organização comunitária forte e conhecedora do seu território para que eles possam se tornar atores que dialogam em igualdade com agentes externos.

Através da construção do seu protocolo, a comunidade do Bailique organizou seu entendimento coletivo de ser comunitário, identificou suas regras de acesso a recursos naturais, identificou seu território, analisou suas organizações locais e trabalhou seus processos decisórios. No final desse caminho, criou um protocolo que passa a ser uma ferramenta para contratos comerciais, mas também um instrumento de gestão territorial e de uso sustentável de recursos naturais.

As experiências acumuladas localmente, as regras e normativas que os povos e comunidades tradicionais ajudam a sistematizar fortalecem os laços comunitários e ajudam a aumentar o capital social dessas. Com os protocolos, além de se fortalecer a coesão e organização das comunidades, também se espera alavancar novas oportunidades de desenvolvimento socioeconômico, por meio da organização do processo produtivo comunitário e da celebração de negócios em bases éticas, sustentáveis e mutuamente benéficas. Em suma, a adoção de protocolos comunitários podem servir para a construção de confiança, segurança e previsibilidade para futuras negociações entre comunidades, academia e setor privado.

## 8. Referências:

- ALMEIDA, M.P.; SOARES, A.C.P.M.; LIMA, J.P.; SANTOS, M.A.S. “A participação da mulher em organizações sociais rurais na Amazônia: estudo de caso no Arquipélago do Bailique, Estado do Amapá”. In: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. N.6, 2013.
- BAVIKATTE, Kabir e JONAS, Harry (Ed.). *Bio-cultural community protocols: a community approach to ensuring the integrity of environmental law and policy*. Nairobi: United Nations Environment Program: 2009
- BOOKER, Stephanie et. all. “Community Protocols: A Bottom Up Approach to Community Participation”. In: *3rd UNITAR - Yale Conference on Environmental Governance and Democracy*. New Haven: 2014
- CASTRO, Carlos Potiara. “Seria a Amazônia uma colônia do Brasil? Ocidente interior, duplo vínculo e governança autônoma”. In: *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*. Vol. 4, no. 2, 2014.
- CASTRO, Carlos Potiara e FERREIRA, Leila. “Pensamento Norte-Americano e Processo de Incorporação da Temática Ambiental nas Ciências Sociais”. In: *Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas (UnB)*. Vol. 7, no. 2, 2013.
- CASTRO, Carlos Potiara. “Interligando pobreza e meio ambiente: abordagens comunitárias participativas, a Convenção sobre Diversidade Biológica e os protocolos comunitários”. In: *Meridiano 47 (UnB)*. Vol. 18, 2017.
- CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. *Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Decorrentes de sua Utilização*. Montreal:

- CDB, 2010
- FACCHINI, P. *et alii*. "Synthetic biosystems for the production of high-value plant metabolites". In: *Trends in Biotechnology*. vol. 30, nº 3, 2012.
- GAVENTA, J. (2006) "Finding the Spaces for Change: A Power Analysis". *IDS Bulletin*. Volume 37 Number 6 November 2006
- GLOWKA, L. *A guide to the Convention on Biological Diversity*. Genebra: IUCN, 1994.
- GTA. *Metodologia para construção de Protocolos Comunitários: Ciclo das Oficinas e Encontrões*. 2015. <http://www.gta.org.br/protocolo-comunitario/cartilha-em-portugues/>
- INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT. *Community-based natural resources management: how knowledge is managed, disseminated and used*. Roma: IFAD, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
- IGOE, Jim and BROCKINGTON, Dan (2007). "Neoliberal Conservation: A Brief Introduction". In: *Conservation and Society*, 5(4): 432–449
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Biodiversity and culture: exploring community protocols, rights and consent*. Londres: IIED, 2012.
- JONAS, Harry, ROE, Dilys and MAKAGON, Jael. Human rights standards for conservation: an analysis of responsibilities, rights and redress for just conservation. International Institute for Environment and Development. No. , 2014.
- KAMAU, Evanson and WINTER, Gerd. Genetic resources, traditional knowledge and the law. London: Earthscan, 2009.
- \_\_\_\_\_. An introduction to the international ABS regime and a comment on its transposition by the E.U. *Law, Environment and Development Journal*. Vol. 9, no. 2, 2013.
- MAKAGON, Jael e JONAS, Harry. Upholding human rights in conservation: who is responsible? International Institute for Environment and Development. IIED Briefing, No. 2014.
- LEACH, Melissa, MEARNS, Robin e SCOONES, Ian. "Environmental Entitlements: Dynamics and Institutions in Community-Based Natural Resource Management". In: *World Development*. Vol. 27, No. 2, 1999.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradoria da República do Estado do Amapá. Recomendação 19/2015
- OREBECH, Peter, *et all*. *The role of customary law in sustainable development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre Diversidade Biológica*. Nairobi: UNEP,

1992

- OSTROM, Elinor. A diagnostic approach for going beyond panaceas. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. Vol. 104, No. 39, 2007.
- PEARCE, Fred. People power will save the world. *New Scientist*. Vol. 223, No. 2980, 2014.
- PISANO, Gary. *Science Business: the promise, the reality and the future of Biotech*. Boston: Harvard University Press, 2006
- PETERS, Guy (org.). *Administração Pública. Brasília*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2010.
- PRETTY, Jules, ADAMS, Bill, BERKES, Fikret et. alii. (2009). "The Intersections of Biological Diversity and Cultural Diversity: Towards Integration", in *Conservation and Society*, 7(2): 100-112, DOI: 10.4103/0972-4923.58642
- \_\_\_\_\_ et. all. Social Capital and the Collective Management of Resources. *Science*. Vol. 302, No. 5652, 2003.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.*, São Paulo: Editora FGV, 1997.
- RAMOS, Roberta. "Empoderamento das comunidades no acesso a recurso genético e conhecimento tradicional: o caso das comunidades tradicionais de Oriximiná". In: GRUPIONI, Denise e ANDRADE, Lúcia (org.). *Entre águas bravas e mansas: índios e quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: Comissão Pró-Índio e IEPE, 2015.
- SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. *Recognizing and supporting territories and areas conserved by indigenous people and local communities: global overview and national case studies*. New Delhi: SCBD. CBD Technical Series no. 64, 2012.
- STOLL, Peter Tobias. "Acess to GRs and Benefit Sharing. Underlying concepts and the idea of justice". in KAMAU, Evanson and WINTER, Gerd. (2009). *Genetic resources, traditional knowledge and the law: solutions for access and benefit sharing*. London, Earthscan
- TOBIN, Brendan. "Bridging the Nagoya compliance gap: the fundamental role of customary law in protection of indigenous peoples' resources and knowledge rights". In: *Law, Environment and Development Journal*. Vol. 9, no. 2, 2013.
- WEST, Simon. "Institutionalised Exclusion: the political economy of benefit sharing and intellectual property". *Law, Environmental and Development Journal*. Vol. 8, nº 1, 1992.

## **O que Podem as Ideias Contra o Não-Pensamento: Desenvolvido e Sustentado**

Daniel Iberê<sup>1</sup>  
Eurilinda Figueiredo<sup>2</sup>

### **Resumo**

A Amazônia, como um espaço natural e cultural vem, ao longo de sua formação, sendo pensada e interpretada, produzida e reinventada, continuamente, tendo como base um núcleo perfeitamente identificável de ideias, noções, conceitos e preconceitos, que a apresentam como uma região atrasada e subdesenvolvida no interior do próprio subdesenvolvido país. Pensada e reinventada como uma região de pobres, como se essa pobreza não estivesse sendo continuamente produzida ao longo de sua formação, por força de relações de subordinação, de violência política e institucional, de “dentro” e de “fora”. Nesse processo de produção do atraso a natureza foi transformada em ambiente, os territórios reconfigurados em função do apelo ideológico do dito “equilíbrio ecológico” da Terra, e grupos sociais diversos foram transformados em sociedades ecologizadas, biologizadas, ambientalizadas, através da proliferação de um processo discursivo técnico-científico voltado para o mercado. A história da educação humana condicionada por características climáticas e espaciais, no âmbito da qual o desenvolvimento humano se confunde com a história do desenvolvimento da natureza. Nos tempos presentes, a sociodiversidade passa a ser a nova roupagem para a naturalização do suposto de que as sociedades se diferenciam por força de sua adaptação às condições do ambiente, identificando diversidade social com disparidade social. O que domina é a presença da natureza despovoada, da paisagem sem mulheres e homens, sem o colorido das formas naturais, sem as tensões, os conflitos, os dramas que implicam a presença de indivíduos, grupos, sociedades. A recriação dos termos, como poderoso processo de manutenção das formas de dominação, encontra na construção da identidade do povo brasileiro uma das principais formas de exclusão. A história recente do processo de incorporação da região amazônica ao contexto da economia capitalista alcançou seu apogeu no regime militar. Nesse período, foram implantados os Grandes Projetos e criados os órgãos governamentais responsáveis por sua criação e implantação. Apesar de recente, esse processo produziu danos alarmantes à região. Não apenas à natureza, mas à sociodiversidade ou etnodiversidade. De um modo geral, a formação de um consenso em torno da ideia de “Desenvolvimento Sustentável”, passou a ocupar lugar de destaque no cenário amazônica, a partir do final da década de 90, principal estratégia de garantia da hegemonia do Bloco do Poder. Neste processo, a ideologia do “progresso” sob a roupagem do “Desenvolvimento Sustentável” tem papel preponderante na unificação de pensamento e ação, na coesão em torno de uma nova ordem internacional para a elaboração de receitas onde se “combinam” interesse financeiro e “defesa do meio ambiente”. Um recurso acionado pelo ecologismo de mercado, impossível sem a dimensão de um Estado mais “Ampliado”, entendido como uma política de “ajuste estrutural” voltada para a mercantilização da natureza.

Palavras-chave: Amazônia, Desenvolvimento Sustentável, Mercantilização da Natureza

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília - UNB, e-mail: daniel.ibere@gmail.com

<sup>2</sup> Professora de Língua portuguesa e Literatura, e-mail: eurilinda@gmail.com

## **Qué pueden hacer las ideas contra el Non-Pensamiento: Desarrollado y sostenido**

### **Resumen**

La Amazonia, como un espacio natural y cultural viene a lo largo de su formación, siendo concebida e interpretada, producida y reinventada continuamente, teniendo como base un núcleo claramente identificable de ideas, nociones, conceptos y prejuicios que se presentan como una región atrasada y subdesarrollada dentro del propio país en desarrollo. Pensada y reinventada como una región de pobres, como si la pobreza no se producía continuamente a lo largo de su formación, en virtud de las relaciones de subordinación, de la política y la violencia institucional, "dentro" y "fuera". En este proceso de producción de lo atrasado, la naturaleza se transformó en ambiente, los territorios reconfigurados en función del atractivo ideológico de la llamada "equilibrio ecológico" de la Tierra, y diversos grupos sociales se transformaron en sociedades ecologizadas biologizadas, ambientalizadas, a través de la proliferación de un proceso discurso técnico-científico volvido al mercado. La historia de la educación humana condicionada por las características climáticas y espaciales, en virtud de que el desarrollo humano se entrelaza con la historia del desarrollo de la naturaleza. En la actualidad, la sociodiversidad se convierte en la nueva imagen para la naturalización de la suposición de que las sociedades se distinguen en virtud de su adaptación a las condiciones ambientales, identificando la diversidad social con la disparidad social. Lo que domina es la presencia de la naturaleza deshabitada, paisaje sin mujeres y hombres, el color de las formas naturales, sin las tensiones, conflictos, dramas que involucran la presencia de individuos, grupos, sociedades. La recreación de los términos, tan poderoso proceso de mantenimiento de las formas de dominación, se encuentra en la construcción de la identidad del pueblo brasileño una de las principales formas de exclusión. La historia reciente del proceso de incorporación de la región amazónica al contexto de la economía capitalista alcanzó su cenit durante el régimen militar. Durante este periodo, fueron creados los grandes proyectos y los organismos gubernamentales responsables por su creación y ejecución. Aunque reciente, este proceso se ha producido daño alarmante para la región. No sólo a la naturaleza, pero a la sociodiversidad o etnodiversidad. En general, la formación de un consenso en torno a la idea de "desarrollo sostenible", ha llegado a ocupar un lugar destacado en el escenario de la Amazonía, desde finales de los años 90, la principal estrategia de aseguramiento de la hegemonía del Bloco del Poder. En este proceso, la ideología del "progreso" con el pretexto de "desarrollo sostenible" tiene un papel principal en la unificación del pensamiento y la acción, en la cohesión en torno a un nuevo orden internacional para la preparación de recetas en las que "combina" interés financiero y "protección del medio ambiente". Una característica provocada por ambientalismo de mercado, imposible sin el tamaño de un Estado más "Ampliado", entendida como una política de "ajuste estructural" hacia la mercantilización de la naturaleza.

Palabras clave: Amazonia, Desenvolvimento Sostenible, Mercantilización de la naturaleza.

## **What Can Ideas Against Non-Thinking: Develop and Sustained**

### **Abstract**

The Amazon as a natural and cultural space comes along throughout its formation, being thought and interpreted, produced and reinvented, continuously, based on a perfectly identifiable nucleus of ideas, notions, concepts and prejudices, that present it as a place delayed and underdeveloped within the underdeveloped country itself. It was thought and reinvented as a region of the poor, as if poverty were not continually being produced during its formation, by virtue of relations of subordination, political and institutional violence, "inside" and "outside." In this process of delay production nature was transformed into an environment, territories reconfigured as a function of the ideological appeal of the "so-called ecological balance" of the Earth, and diverse social groups were transformed into ecologicalized, biologized, environmentalized societies, through the proliferation of a discursive process technical-scientific approach to the market. The history of human education conditioned by climatic and spatial characteristics, within which human development is confused with the history of the development of nature. In the present times, sociodiversity becomes the new rhetoric for the naturalization of the assumption that societies are differentiated by their adaptation to the conditions of the environment, identifying social diversity with social disparity. What dominates is the presence of depopulated nature, of the landscape without women and men, without the coloring of natural forms, without the tensions, conflicts, dramas that imply the presence of individuals, groups, societies. The re-creation of terms, as a powerful process of maintaining forms of domination, finds in the construction of identity the Brazilian people one of the main forms of exclusion. The recent history about the process of incorporation of the Amazon region into the context of the capitalist economy reached its apogee in the military regime. During this period, the Major Projects were implemented and the government agencies responsible for their creation and implementation were created. Although recent, this process produced alarming damage to the region. Not only to the nature, but to sociodiversity or ethnodiversity. Generally speaking, the formation of a consensus around the idea of "Sustainable Development", came to occupy a prominent place in the Amazon scenario, from the end of the decade of 90, the main strategy to guarantee the hegemony of the Power Block. In this process, the ideology of "progress" under the rhetoric of "Sustainable Development" plays a leading role in the unification of thought and action, in the cohesion around a new international order for the elaboration of recipes where "financial" Defense of the environment ". It is a resource triggered by market ecologism, impossible without the dimension of a more "expanded" state, understood as a policy of "structural adjustment" aimed at the commodification of nature.

keywords: Amazon, Sustainable Development, Commodification of nature.

## 1- O que Podem as Ideias Contra o Não-Pensamento: Desenvolvido e Sustentado

*“As ideias, ao percorrerem espaços próximos e distantes, conectando homens e épocas, possuem em determinadas situações especiais e em certos momentos singulares, a capacidade de se imporem como sistema de pensamento predominante, a partir do qual se passa a sentir, a agir e perceber o mundo das coisas e dos homens. Há também as situações em que as ideias perdem seu impulso original em momentos desfavoráveis à sua propagação se extraviam e se eclipsam.”*  
Renan Freitas Pinto (2008, p. 13).

*Uma ideia opera, sempre e em toda parte, em oposição ao seu significado original e desta forma destrói a si mesma.* A sua existência não é segura, pois nada pode prever ou impedir que pensamentos perigosos e proibidos se insurjam como poderoso contrabando nas mentes, corpos e corações, contra a instância material do discurso monológico do poder.

O não-pensamento não significa ausência de pensamento. “O que se contrapõe ao pensamento é a estupidez”, disse Gilles Deleuze (DELEUZE, 1971, p. 146-156, apud LARROSA, 2004, p. 133), fazendo coro com Nietzsche, traduzindo o não-pensamento como uma “estrutura do pensamento” e não como inexistência de pensamento, por sua vez, designa uma não-realidade que é agressiva e que avança, da qual deriva a submissão à ordem, quando o que pensa em nós é nossa própria estupidez, nosso conformismo, nosso afã de segurança, nossa necessidade de ordem, nosso desejo de obedecer, nossa vida empobrecida, nossa renúncia à vida, por meio da inteligência disciplinada de um pensamento metódico.

As citações de autoridade, as vastas bibliografias, os congressos dos insaciáveis especialistas, não nos imunizam contra a estupidez. São, por outro lado, veículos de criação de um “mestre que não interroga mais que a partir de respostas já escritas em seu caderno” (FOUCAULT, 1972, p. 27-28, apud LARROSA, 2004, p. 135). Refugiados em regras de pensamentos seguros e assegurados, que parecem garantir-nos uma inteligência sem esforço, de um saber superior que, nos dizendo em voz alta como devemos pensar, nos sussurra em voz baixa, como somos inteligentes.

Em nome da “segurança nacional”, o intelectual acadêmico, despe-se de qualquer responsabilidade social quanto ao seu papel profissional, a política das “panelas” acadêmicas de corredor universitário. Nesse universo não cabe uma simples pergunta: o conhecimento a quem e para que serve? Enquanto esse encontro entre educadores, sob o signo de Paulo Freire, enfatiza a responsabilidade social do educador, da educação não confundida com inculcação, a maioria dos congressos acadêmicos universitários serve de “mercado humano”, onde entram em contato pessoas e cargos acadêmicos a serem preenchidos, parecidos aos encontros entre gerentes de hotel, em que se trocam informações sobre inovações técnicas, revê-se velhos amigos e se estabelecem contatos comerciais. (TRAGTENBERG, 1990, p. 15).

Enquanto nos dá a impressão de nos elevarmos sobre o imobilismo, afunda-nos em uma inércia mais elevada.

Com seu próprio vocabulário estúpido, sua própria gramática estúpida, suas próprias regras estúpidas de construção de enunciados, sua própria

estúpida produtividade. Os média constituem um código estúpido que funciona como um massivo dispositivo de produção e de tradução de enunciados. Os média traduzem qualquer coisa a esse código estúpido, apresentam e representam qualquer realidade nessa linguagem estúpida, pensam qualquer assunto nesse pensamento estúpido. Um código estúpido converte em estúpido tudo o que produz e tudo o que traduz. (LARROSA, 2004, p. 137).

Código que habitamos e que nos habita, código de homogeneização e neutralização homogeneizadora. Homogeneização da linguagem e neutralização de todo conteúdo que a esta linguagem se traduz. O simples fato de ser traduzida, degrada a linguagem que se produz, transforma-a em um imenso arcabouço teórico de não-pensamento, de imposição de pensamento, vazio de qualquer sentido. Vazio dos sentidos primeiros. Como diz Canclini, “há modos de traduzir que fazem desaparecer” (2002, p. 269), ao enviar os sentidos produzidos, depois de traduzidos para o código da publicidade e do espetáculo.

Este é o ponto que nos atinge e que nos inquieta, por suspeitarmos das lutas, das vitórias, das feridas, das dominações, das servidões que atravessam tantas palavras, cujo uso há muito se reduziu a formas ritualizadas, num rodeio de atenção e silêncio.

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que e com que se luta, é o próprio poder começando a se formular, à meia voz, no murmúrio das coisas, assenhoreando-se dos discursos. São refúgios de inesgotáveis tesouros de sentidos, destinados à exclusão e ao constrangimento.

A estrutura do poder traduz o real em uma linguagem falseadora. Os corpos materiais diluem-se em corpos de signos e desaparecem na nova representação. “Príncipe, déspota ou chefe de Estado, o homem de poder é sempre não somente o homem que fala, mas a única fonte de palavra legítima: palavra empobrecida, palavra certamente pobre, mas rica em eficiência, pois ela se chama *ordem* e não deseja senão a obediência do executante” (CLASTRES, 2003, p. 169). *O discurso está na ordem das leis*, das instituições e de tudo aquilo que represente o Estado. Em toda sociedade, cuja organização social encontra-se calcada na distribuição desigual do poder, a produção dos discursos deve ser, a um só tempo, controlada, selecionada e redistribuída, por meio de certo número de procedimentos, para que os acontecimentos aleatórios dos discursos dissonantes sejam refreados, seus poderes e perigos sejam exorcizados, diluídos e transformados em resignação e comodismo. Os traços condicionantes do conformismo e da sujeição.

A Amazônia, como um espaço natural e cultural vem, ao longo de sua formação, sendo pensada e interpretada, produzida e reinventada, continuamente, tendo como base um núcleo perfeitamente identificável de ideias, noções, conceitos e preconceitos, que a apresentam como uma região atrasada e subdesenvolvida no interior do próprio subdesenvolvido país, ideia esta, calcada numa visão eurocêntrica de mundo. “Existe, portanto uma produção do atraso, como existe um investimento sistemático e permanente na manutenção e crescimento das desigualdades” (PINTO, 2008, p. 31). Uma Amazônia pensada e reinventada como uma região de pobres, como se essa pobreza não estivesse sendo continuamente produzida ao longo de sua formação, por força de relações de subordinação, de violência política e institucional, de “dentro” e de “fora”.

Nesse processo de produção do atraso a natureza foi transformada em ambiente, os territórios reconfigurados em função do apelo ideológico do dito “equilíbrio ecológico” da Terra, e grupos sociais diversos foram transformados em sociedades ecologizadas, biologizadas, ambientalizadas, através da proliferação de um processo discursivo técnico-científico voltado para o mercado.

Esse “atraso”, nos primórdios do processo de colonização, era explicado filosoficamente como resultado direto do clima, do meio físico, das raças e povos inferiores, um condicionamento geográfico e climático (Aristóteles), para a fragilidade e debilidade dos

povos do Novo Mundo (Buffon). A história da educação humana condicionada por características climáticas e espaciais, no âmbito da qual o desenvolvimento humano se confunde com a história do desenvolvimento da natureza.

Nos tempos presentes, a *sociodiversidade* passa a ser a nova roupagem para a naturalização do suposto de que as sociedades diferenciam-se por força de sua adaptação às condições do ambiente, identificando diversidade social com disparidade social. O que domina é a presença da natureza despovoada, da paisagem sem mulheres e homens, sem o colorido das formas naturais, sem as tensões, os conflitos, os dramas que implicam a presença de indivíduos, grupos, sociedades.

A recriação dos termos, como poderoso processo de manutenção das formas de dominação, encontra na construção da identidade do povo brasileiro uma das principais formas de exclusão. A história “oficial” do Brasil contada como uma história sem povo, formada por seres que participam como se não participassem, como se não estivessem ali, alheios, covardes e cativos, como se não se indignassem contra as arbitrariedades do mundo, como se não fizessem tremer, incontáveis vezes, as estruturas do poder. Rejeitados de pronto, encarados como um erro histórico, em outras ocasiões como se suas presenças assinalassem a inexistência de possibilidades de construção de outros mundos possíveis, sem a contribuição ativa das ideias dos “sujeitos valorosos” do Velho Mundo.

O povo muitas vezes é apresentado como uma massa que era tomada de surpresa pelos fatos e que, por essa razão tomava posições inesperadas, às vezes contra seus próprios interesses e os interesses da maioria. No caso da escravidão, o discurso do poder é bem claro nesse sentido. O escravo liberto não sabia o que fazer com sua própria liberdade, ou simplesmente não a desejava. (PINTO, 2008, p. 106).

Desde os primórdios da colonização da Amazônia, sua inserção no cenário mundial é marcada por um processo permanentemente imerso em disputas por controle entre potências estrangeiras que, ora estabeleceram pactos entre si, ora se digladiaram na ânsia de exercer domínio sobre a região.

Todas elas, todas, sem exceção, ergueram-se sobre assaltos, pilhagens, motins e genocídios engendrados contra populações nativas. A exploração e o saque de recursos naturais são a marca essencial de sua inserção. O primeiro saque foi de gentes:

Ainda no século XV – mais precisamente em 1499 – Pinzón toca a foz do Amazonas. Permaneceu por pouco tempo ali, logo abandonando o local – ao que tudo indica, chocado pelo efeito de uma poderosa pororoca: porém logo cuidou de apresar consigo trinta e seis índios, que levou para vender como escravos na Europa, o que inaugura o primeiro contato com a Região, o primeiro saque sobre ela. (LEAL, 1991, p. 1).

Por mais de um século, a Amazônia manteve-se como um obstáculo para várias expedições que tentaram penetrá-la. Assim foi com Diego de Lepe, em 1500, Diego Ordaz, em 1531, dez diferentes expedições, entre 1535 e 1542 e, finalmente, a expedição de Orellana que, segundo contam, foi o primeiro europeu a explorar o rio Amazonas e o primeiro também a executar como colonizador a pilhagem e o genocídio, no melhor estilo ibérico, contra os nativos que encontrava no caminho da expedição. Menos de vinte anos depois, o terrível trajeto de Ursua e Aguirre, não menos violento e sanguinário, marcaria a última grande tentativa de exploração da Amazônia naquele século.

Não tardou para que o segundo efeito do contato com o europeu se fizesse sentir, na identificação e mapeamento de tudo aquilo que fosse passível de saque, concorrendo diretamente para a visão da formação das classes sociais da Amazônia: classe dominante – subserviente ao domínio colonial; classe subalterna – formada pela fusão de diversos

grupos (negros, indígenas, nordestinos e outros) imersos num processo de resistência permanente. A formação das classes foi seguida da instrumentalização do Estado para satisfação de interesses privados desde sua origem, além do papel relevante da dimensão religiosa nas reduções jesuíticas.

No século XVI, ingleses e holandeses despontaram como avançadas potências mercantis, fazendo frente ao mercantilismo medieval de Espanha e Portugal, e começaram a convergir sobre a ocupação da Amazônia: entre 1594 e 1595, Sir Robert Dudley e Walter Raleigh chegaram ao Orenoco. Em 1595, o capitão Lawrence Keymis, inglês, navegou a Costa do Amapá. Em 1599, os holandeses se estabeleceram no Xingu e fundaram as feitorias de Orange e Nassau.

Neste contexto de disputa territorial, os portugueses fundaram Belém, em 1616, para garantia de domínio estratégico sobre a região. O resultado destes conflitos territoriais é, mais uma vez, o brutal etnocídio sobre os indígenas na Amazônia. Culturas inteiras foram dizimadas: assassinatos, epidemias, crimes contra a humanidade foram se sobrepondo, em formas várias. Justapostas foram também as tradições dos povos originários, pois os sobreviventes eram impedidos de viver de acordo com suas culturas, negados em suas existências, até que as noções do “progresso da história” reinassem nos “vazios” destas paragens.

Justificação para os crimes, a Igreja propalava como verdades eternas: “seres desprovidos de alma”, “brutos”, “animais ferozes”, “cultuadores do demônio” ... E, quando foi conveniente para os negócios, soube atacar fervorosamente os maus tratos contra os indígenas, mãos-de-obra-mais-que-baratas, porque eram escravizados, como sempre, pelos “outros”, degredados do velho continente, filhos das portuguesas e portugueses, de espanholas, espanhóis e das misturas várias com os gentios.

Reforçava-se a constituição das reduções religiosas, ou aldeias de repartição – onde os nativos eram estocados para serem repartidos, distribuídos e alugados entre colonos missionários e o serviço real da Coroa.

O sistema de organização do trabalho indígena, instituído por lei em 1611 (o chamado Sistema dos Capitães de Aldeia), não só criou a escravidão legal dos índios como entregou aos colonos o controle do seu processo de captura, o que abriu caminho para a livre ação de colonos e padres no sentido de usar de todas as formas o nativo, na Amazônia – e exterminá-lo em consequência disso. Os métodos de obtenção do índio – descimentos, resgates e guerras justas – resultavam numa dura ação de extermínio que culminava no regime de trabalho que lhe foi imposto, o que resultou, dentro de um curto período, na destruição dele e da sua cultura, e no devassamento da Natureza, na Amazônia, pela sanha colonial dos portugueses. (LEAL, 1991, p. 3).

A implantação do genocida modelo produtivo português, o *Extrativismo*, foi um reforço ao etnocídio sistemático dos nativos na Amazônia. Velho conhecido. Primeiro, com o pau-brasil; depois, com as drogas do sertão, que acionavam o trabalho compulsório indígena para o qual se uniram, em decisão e poder, Portugal e a Igreja.

Durante o período que corresponde ao século XVII e parte do século XVIII, a produção gerada por esse “avançado” sistema extrativista, (abandonado há muito pelos holandeses), foi a coleta de matéria prima da região – cacau, salsaparrilha, canela do mato, urucum, óleo de copaíba entre outros, somados a produtos agrícolas derivados do trabalho escravo indígena, como o algodão, tabaco, açúcar, café. Este modelo de exploração levou à escassez de diversas espécies – como o cravo nativo e o cacau.

Ciumenta, a Igreja organizou-se para garantir o controle, tanto dos recursos naturais, como da mão de obra indígena concentrada nas mãos de colonos e, principalmente, dos

Capitães de Aldeia. A Igreja, principalmente a Ordem dos Jesuítas, valeu-se da constatação da iminência de uma precarização do fornecimento dos recursos naturais e utilizou como retórica as condições extremas a que os indígenas eram submetidos, o que implicaria a dificuldade de reposição de mão de obra, para conseguir que a coroa portuguesa, aos fins do século XVII, redefinisse as relações institucionais referentes ao uso da força de trabalho indígena, e garantisse, no *Regimento das Missões do Maranhão e Pará*, o controle de vida e morte sobre os indígenas.

Como lembra Celso Furtado (1980, p. 68) a pobreza mesma do estado do Maranhão, ao obrigar seus colonos a lutar tão tenazmente pela mão-de-obra indígena, e a correspondente reação jesuítica – de início, simples defesa do indígena; em seguida, busca de formas racionais de convivência e, finalmente, exploração servil dessa mão-de-obra – constituíram fator decisivo da enorme expansão territorial que se efetuou na primeira metade do século XVIII.

Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal — assumiu o poder em Portugal, em 1750, com a consciência de que havia presenciado o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista (sobretudo na Inglaterra, onde foi diplomata), o seu processo de industrialização, e a enorme diferença estabelecida como resultado do avanço das relações de produção capitalistas, em relação às práticas conservadoras, atadas a relações de produção “arcaicas” de obtenção do sobretrabalho e excedente, para os novos padrões do desenvolvimento capitalista, como era o caso de Portugal e Espanha. “Como consequência, as nações avançadas haviam progredido no rumo da acumulação, ao contrário das sociedades ibéricas, para as quais a manutenção do parasitismo da nobreza e do clero mantinha o privilégio doentio do consumo perdulário” (LEAL, 1991, p. 9). Assim, Pombal, que pretendia reparar o atraso do desenvolvimento do capitalismo português, quando comparado à Inglaterra e França, agiu diretamente sobre a própria estrutura do sistema colonial português, organizada com base em relações de privilégios dessa camada parasita da sociedade lusa.

Dada a enorme importância da região amazônica para o império colonial português, Pombal ensaiou, sobre ela, todo um programa de “modernização” que objetivasse garantir um desenvolvimento português assentado sobre uma poderosa estrutura produtiva colonial, o que implicaria uma submissão mais eficiente da região, em face da capitalização da metrópole colonial.

Com o cuidado de colocar nos cargos estratégicos da administração colonial, parentes ou agentes de sua irrestrita confiança, Pombal, ainda Conde de Oeiras, promoveu a divisão política da Amazônia criando a Capitania de S. José do Rio Negro, cujo governo entregou ao seu sobrinho, Joaquim de Melo e Póvoas. Para o governo do Pará, nomeou seu meio-irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Fortaleceu os colonos do Maranhão, criando a Companhia do Grão Pará e Maranhão – companhia de comércio altamente capitalizada, que deveria financiar o desenvolvimento da região: “a ajuda financeira permitiu a importação em grande escala de mão de obra africana, o que modificou totalmente a fisionomia étnica da região.” (FURTADO, 1980, p. 91).

Empenhado em luta de morte contra a Ordem dos Jesuítas, que detinham poder sobre uma significativa parcela da estrutura produtiva regional, Pombal atacou seus privilégios, expropriando e redistribuindo suas propriedades, ou seja, reproduzindo medidas que os ingleses haviam tomado, duzentos anos antes.

Como afirma Aluizio Lins Leal (1991, p. 10), o caráter liberticida da ação colonial refletia nas medidas que a sua administração tomou em relação à organização do sistema de trabalho, quando se referia aos “*índios*”. Para poder convertê-los em uma eficiente massa de estoque de força de trabalho, era mister integrá-los aos padrões europeus – porém em caráter inferior e subordinado – o que significava descaracterizá-los culturalmente.

Segundo as linhas básicas do *Diretório*, que passou a regular as relações entre o império português e os indígenas, foi proibido o uso do Nheengatu<sup>3</sup> como idioma nativo, obrigou-se o uso da língua portuguesa nas escolas, o uso de nomes portugueses aos “índios”, e estimulou-se o casamento entre brancos e “índias”, institucionalizando assim, a figura histórica do *cunhãmena*.

Essas medidas, que pareciam reconhecê-los de modo digno, na verdade introduziam mudanças que os redefiniam como exército de produção de excedente, sob condições mais avançadas de imposição de sobretrabalho.

Uma das consequências dessas medidas foi o nítido aumento da intervenção no meio ambiente da Amazônia, resultado da tentativa de aumentar a taxa de contribuição regional, para o poderio econômico da metrópole.

A intensificação da exploração dos chamados pesqueiros reais – isto é, o aproveitamento de sítios de abundante produção pesqueira para suprir produtos ao comércio colonial – desencadeou mais um entre os graves processos de degradação dos estoques naturais da região, os quais, aliás, já vinham sendo comprometidos pela ação colonial, desde o seu começo, atingindo a fauna aquática – principalmente pirarucus, peixes bois e tartarugas – e crescendo sensivelmente a descapitalização ecológica da Amazônia, naquele período.

Assim, dois séculos se passaram com a progressiva e incessante extinção dos indígenas na Amazônia; primeiro, com o morticínio direto decorrente da sua expropriação e escravização pelo português mercantilista; depois, com o “acabamento” deste processo, pelas medidas que terminaram por reduzir à descaracterização total a sua cultura, e “caboquizá-los” progressivamente, até que deles apenas restasse uma lembrança vaga e remota como objeto de curiosidade cultural. E à custa de que se fez isso? À produção de que riqueza contribuiu esse morticínio como preço? Ao sustento do fausto suntuário e fútil da nobreza e do clero portugueses, ao enriquecimento de um apêndice subsidiário dessa camada parasita – a burguesia colonial portuguesa (os ibéricos, por uma questão de formação histórica, jamais puderam produzir uma burguesia revolucionária) – e à produção, através dessa ação histórica, de uma expressiva massa de acumulação primitiva, que os portugueses, na sua incompetência burguesa, passaram às mãos dos ingleses através do comércio. Associaram-se, pois, a este estilo de pilhagem colonial característico dos portugueses, dois subprodutos muito próprios: a destruição ambiental e o extermínio genocida. (LEAL, 1990, p. 12).

O século XVIII marcou o irreversível declínio ibérico, ao passo que a Inglaterra consolidava-se como potência industrial e centro do capitalismo mundial. Deste modo, as estruturas coloniais ibéricas são gradualmente inseridas, de forma subordinada, à esfera de influência da ordem mundial capitalista, da era industrial, agora comandada pela Inglaterra, secundada por França e Alemanha.

Essa mudança no plano das nações foi precedida de transformações no interior das sociedades burguesas, nas quais a diferença de classes se redefinira segundo os objetivos de uma organização produtiva voltada à acumulação de capital, que implicou o predomínio

---

<sup>3</sup> O Nheengatu, que significa a um só tempo: fala que rola, fala saudável, boa fala, foi imposto pelos jesuítas às várias nações indígenas do Norte, por meio de uma brutal homogeneização de costumes e neutralização das identidades, configurando-se na sagração do esquecimento. Todos os nativos deveriam falar uma linguagem despovoada, sinônima de todos e de ninguém.

da burguesia como classe dominante e provocou a estruturação de todo um processo de produção científica e tecnológica voltado aos objetivos da acumulação.

A consolidação da Revolução Industrial marcou o reiterado interesse “científico” das nações burguesas, em acelerar a exploração da Natureza para atender as prerrogativas da acumulação capitalista. Como consequência, as mais longínquas e recônditas regiões do planeta passaram a ser alvo de “curiosidade científica” das nações capitalistas desenvolvidas, ou daquelas em que a burguesia emergia como classe dominante.

Nessa época, várias expedições foram empreendidas à Amazônia, que passou imediatamente a ser uma dessas áreas de interesse científico.

A primeira expedição científica moderna que chegou à Amazônia foi a de La Condamine, entre 1735 e 1742, cujo resultado “preparou caminho para a horda de cientistas que invadiriam o Rio no século seguinte” (apud LEAL, 1991, p. 12). À expedição de La Condamine, seguiu-se a de Humboldt-Bonpland, em 1799, sob permissão da Espanha.

O século XIX marcou o fortalecimento da produção industrial e, por conseguinte, a consolidação da Revolução Industrial como processo histórico, implicando a abertura definitiva da Amazônia, como objeto de interesse da Ciência.

Segundo Aluizio Lins Leal (1991), passaram a desembarcar aqui – e a estudá-la – cientistas cujas nacionalidades refletiam a liderança das nações burguesas em nível mundial: prussianos, franceses, ingleses e americanos. Entre os alemães: Spix, Martius, Natterer, Adalberto da Prússia; entre os franceses, D’Orbigny, Castelnau, Montravel; e vários britânicos, que arrecadaram o conhecimento mais significativo sobre a sua biologia, entre os quais estão justamente os dois, cujos nomes estão ligados à Teoria da Evolução: Bates e Wallace. Agassiz, com o apoio norte-americano, trouxe como membro da sua expedição o geólogo Frederick C. Hartt. É certo que vários cientistas colocaram-se a serviço de outras nações: Humboldt, prussiano, esteve a serviço do bispo de Derby, inglês; os irmãos Schomburgk, prussianos, estiveram a serviço da Inglaterra no seu trabalho na Amazônia. Agassiz, suíço, produziu para a sociedade norte-americana. Em nome da ciência e para atender os interesses escusos da acumulação do capital, o conhecimento sistemático da Amazônia caía no domínio das grandes potências capitalistas.

Nesse contexto, a Amazônia passa a ser não mais uma área extensa e pouco conhecida mas, sobretudo, uma fonte de recursos a serem pilhados em nome da manutenção do sistema capitalista. Há séculos, abandonada a toda a sorte de “pesquisas” e explorações.

Para tanto, basta mencionar a carta de Memphis do século XIX, que propunha “republicanizar e anglosaxonizar aquele vale”; a exploração da borracha no século XX; os 3,5 milhões de toneladas de manganês pilhados na década de 1940; o esquadramento minucioso na busca de recursos naturais de toda ordem, através do mapeamento por satélite, pelo projeto Radam (Radar na Amazônia), sob o controle da empresa norte-americana Earth Satélites, iniciado na década de 1970.

Junto ao avanço do conhecimento científico da região no século XI, iniciaram também, as investigações acerca da possibilidade de uma ligação comercial entre o Atlântico e o Pacífico, na América do Sul. A rota pelo Amazonas permitiria o controle econômico da região.

Diversas expedições militares foram preparadas neste sentido, como a incursão do tenente da marinha de guerra britânica Henry Lister Maw, na década de 1820, que partiu do Peru, atravessou os Andes e chegou à foz do Amazonas, para obtenção de informações que possibilitassem a implementação do projeto.

Em 1836, outro tenente inglês William Smyth realizou nova incursão, com a mesma finalidade. Nessa época, os Estados Unidos, que já haviam assumido a ideologia expansionista como seu “destino manifesto”, depois sistematizada por Mahan e posta em prática por Theodore Roosevelt, passaram a disputar o controle do continente com a

Inglaterra, pressionando o “império brasileiro, no sentido de abrir o Amazonas à navegação internacional, defendendo, em nome do sagrado direito do comércio, até uma ação internacional conjunta sobre o Brasil, pela força, se necessário”. (LEAL, 1991, p. 15).

A incursão do oficial da marinha americana, Matthew Fontaine Maury é apenas mais um exemplo das diversas “missões” de militares estrangeiros na Amazônia.

A ideia de internacionalização da Amazônia, como espaço de saque para os interesses estrangeiros, atravessou séculos e reverbera nos dias atuais. Está presente nos discursos dos principais representantes do capitalismo mundial, como, por exemplo, nas afirmações feitas por Pascal Lamy, presidente da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2005: “a Amazônia e as outras florestas tropicais deveriam ser consideradas bens públicos mundiais e submetidas à gestão coletiva – ou seja, gestão da comunidade internacional”. (MAB, 2009, p. 5).

Como destaca Paulo Freire (1979, p. 61), desde 1950 o capital internacional tem afluído para o Brasil. Multiplicaram-se as implantações de empresas estrangeiras nos mais diversos setores da atividade econômica. Os resultados imediatos foram: o crescimento contínuo da produção, a tendência à monopolização da economia, a rápida penetração do capitalismo no campo, a proletarianização dos trabalhadores agrícolas e a pauperização do operariado.

A história recente do processo de incorporação da região amazônica ao contexto da economia capitalista alcançou seu apogeu no regime militar. Nesse período, foram implantados os Grandes Projetos e criados os órgãos governamentais responsáveis por sua criação e implantação. Apesar de recente, esse processo produziu danos alarmantes à região. Não apenas à natureza, mas à sociodiversidade ou etnodiversidade.

Raymundo H. Maués alerta: “todos sabemos do fracasso dos grandes projetos do ponto de vista dos interesses regionais, com exceção de um pequeno grupo de elites locais que se beneficia, efetivamente, com o repasse dos recursos públicos” (1999, p. 95). O antropólogo chama a atenção também, para os danos que a exploração desenfreada dos recursos naturais da Amazônia podem provocar à “diversidade humana e cultural”:

Do que se perdeu, em termos culturais, de organização social, de pensamento, de conhecimento do manejo sustentado do ambiente, dos rituais, das crenças, do conhecimento da floresta, e de muitos outros aspectos da cultura, pouco ou quase nada se pode inferir. [...] os índios da Amazônia foram capazes de domesticar as plantas de uma forma sábia: aperfeiçoando, do ponto de vista genético, vegetais comestíveis como a pupunha; criando, na mata virgem, espaços culturais de plantas cultivadas; e controlando, por meios naturais, as pragas das plantações. (MAUÉS, 1999, p. 61).

Na Amazônia pós-borracha, com as principais cidades da região sofrendo com a *débâcle*, os Estados Unidos elaboraram um plano de empréstimo ao Amazonas que, segundo LEAL (1991, p. 42), “era um verdadeiro primor de proposta de *gangsters*”.

[...] e as vantagens que o sindicato emprestador se propunha a extrair desse empréstimo eram uma verdadeira armadilha de efeito retardado para o Amazonas: concessão de terra devolutas para explorar borracha, cana, cacau, algodão e gado em grande escala, e para extração e exportação de madeira; concessões subvencionadas e exclusivas para a exploração da navegação e telecomunicações, concessões para a exploração de ferrovias, e subsídios fiscais à exportação. O mais curioso de tudo, porém, é que o valor do empréstimo incluía, dentro dele, uma fatia de 15 milhões de dólares que deveriam ser devolvidos pelo estado do Amazonas ao sindicato, para pagar comissões de intermediação e custear os projetos que os

emprestadores pretendiam desenvolver. Isto é, o investimento dessa quadrilha de banqueiros norte-americanos deveria ser pago integralmente pelo Amazonas. Quinze milhões de dólares passariam pelas mãos do Estado apenas para que ele se tornasse devedor desse valor. Em suma, o Amazonas tomaria emprestado dez milhões de dólares, e se tornaria devedor de vinte e cinco, doando, além disso, a essa *gang* de banqueiros, áreas territoriais imensas, como “prêmio pelo desprendimento altruísta” demonstrado por eles. (LEAL, 1991, p. 25).

Na década de 1930, o Japão arquitetou um projeto de “povoamento” da Amazônia, cujo objetivo era distribuir os “excedentes populacionais do mundo” (MATOS, 1991). Neste mesmo período, o norte-americano Henry Ford apossou-se de uma área de um milhão de hectares, à beira do Rio Tapajós, e fundou sua Fordlândia, com objetivo de monopolizar a produção de borracha. O projeto não teve êxito.

Em 1948, o projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) foi apresentado à UNESCO pelo cientista brasileiro Paulo Barrêdo Carneiro. De acordo com Franz Kreüther Pereira (2004, p. 7), este projeto foi visto pelos órgãos de imprensa, por militares e por diversos políticos, entre eles o senador paraense Augusto Meira e o ex-presidente Arthur Bernardes (1875, 1955), como um “inocente” órgão de pesquisa que abriria as portas da região amazônica para o domínio internacional, colocando-a fora da jurisdição brasileira.

Os anos 60 foram palco de mais uma ofensiva do projeto capitalista do imperialismo para a internacionalização da Amazônia. Assim foi com o projeto do Instituto Hudson, cognominado *Projeto dos Grandes Lagos*, ou *Plano do Mar Mediterrâneo Amazônico*. Segundo o Coronel Soriano Neto (2001), imensas extensões da Amazônia brasileira e colombiana seriam cobertas pelas águas de sete lagos (quatro no Brasil e três na Colômbia), a fim de construir uma hidrovia com saída para o Pacífico, à semelhança do Canal do Panamá.

O regime militar, por sua vez, em 1970 criou o Projeto Radar da Amazônia (RADAM), que objetivava levantar as características geológicas, geomorfológicas, de solo, hidrografia e vegetação da Amazônia. Quase três décadas depois, foi criado o conturbado Projeto SIVAM, um sistema de vigilância aérea da Amazônia.

Em 1978, foi estabelecido o Pacto Amazônico ou Tratado de Cooperação Amazônico, que abrangia também as regiões com características semelhantes às da Amazônia, como Suriname e Guianas. Este projeto culminou no Projeto Calha Norte implantado em 1985, no governo Sarney, subordinado ao Ministério da Defesa desde 1999<sup>4</sup>, para promover a “ocupação” e o “desenvolvimento ordenado” e “sustentável da região”.

Desde então, corporações, igrejas, ONGs, ANGs vêm disputando a pilhagem sobre o território. Basta mencionar: o projeto de extração de manganês da Serra do Navio, no Amapá, capitaneado pela empresa brasileira Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) e pela norte-americana Bethlehem Steel; a visita ao Brasil, em 1989, da comissão de parlamentares dos Estados Unidos que, acusando o governo de não ter competência para administrar e garantir a soberania nacional na Amazônia, pretendia trocar parte de nossa dívida externa por direitos sobre a região, tendo por fachada projetos “ecológicos” que seriam administrados por ONGs norte-americanas e europeias; as campanhas para compra

<sup>4</sup> “O termo Calha Norte deve-se ao fato de que o Programa foi criado para atender os municípios situados ao norte do rio Amazonas, ou seja, a região localizada na calha norte do Amazonas”. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2006). Hoje, o Programa Calha Norte reivindica para si como “objetivo principal o aumento da presença do Poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a defesa nacional”. E teria, portanto, “uma abordagem mais abrangente da defesa nacional, muito além do seu aspecto puramente militar”.

de vastas extensões de terras na Amazônia The Nature Conservancy, que utilizava a bandeira da “ecologia” e da “preservação da natureza” como arma em prol da manutenção dos interesses do capital internacional; a famigerada proposta internacional apresentada em 1981, pelo Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, com sede na Europa, que mal conseguia ocultar seus interesses nas riquezas do solo e subsolo amazônico e no Pantanal, em 1993, pela ONG norte-americana

Nossos dias testemunham a construção de grandes projetos na Amazônia voltados à monocultura da água, à exploração e aproveitamento dos recursos hídricos na geração de energia, naturalizando, por meio de conceitos carregados de perfídia, os impactos decorrentes, tanto na perspectiva ecológica (agressões à fauna e flora, alterações no curso de rios etc.), quanto nos aspectos socioculturais (violação de direitos, remoção da população, geração de empregos, mudanças nos costumes, entre outros). E nenhum projeto nessa área produz tantos problemas quanto a implantação de uma usina hidrelétrica.

Todos esses períodos refletem a atitude que a colonização sempre guardou em relação à Amazônia, entendendo-a, desde o primeiro momento, como mero espaço de saque.

À ideia de país atrasado, diante da impossibilidade da construção de uma sociedade de iguais, o Brasil foi paulatinamente incorporando a visão ocidentalizada de Desenvolvimento: de país de terceiro mundo subdesenvolvido - a país em desenvolvimento. É aí que a grande armadilha faz sentir os seus efeitos mais monstruosos. Não é nossa intenção, neste trabalho, talhar a linha do processo de construção do termo *Desenvolvimento*, haja vista a existência de uma vasta literatura sobre o tema, mas apenas apontar, no que pertine à incorporação desse conceito, outro termo, não menos devastador, que obteve/obtem, sem grandes dificuldades, destaque no cenário mundial: o “Desenvolvimento Sustentável”.

Como afirma Banerjee (2006, p. 121), lembrando as palavras de Bandy (1995), o discurso do Desenvolvimento Sustentável é uma nova retórica de legitimação do mercado, do capital transnacional, da ciência, da tecnologia, das noções ocidentais de progresso e de (pós) modernidade.

De um modo geral, a formação de um consenso em torno da ideia de “Desenvolvimento Sustentável”, passou a ocupar lugar de destaque no cenário amazônico, a partir do final da década de 90. A construção deste consenso é a principal estratégia de garantia da hegemonia do Bloco do Poder. Em Rondônia, como no Acre, age sob o pretexto de incorporar os interesses materiais e simbólicos dos movimentos sociais. Governo e multinacionais tomam para si o discurso de “Desenvolvimento Sustentável”, que segue exatamente as orientações do “Plano de Desenvolvimento Sustentável” financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Concordamos que o debate em torno do “Desenvolvimento Sustentável” deveria ser efetivamente plural e representativo de todas as correntes de pensamento existentes na sociedade, mas esse debate deveria ser colocado em um patamar, que nem os ditos “representantes dos movimentos sociais”, nem o Estado, têm como levar adiante, posto que suas concepções descortinam dois campos de forças que visam a mesma instrumentalização da *res pública* por grupos que praticam a velha política da subordinação dos interesses coletivos, em favor de seus privilégios particulares.

Posicionar o desmatamento como uma racionalidade microeconômica simples, como uma lógica microeconômica de famílias rurais que desvalorizam as florestas em pé e recompensam financeiramente o desmatamento, e propor como solução a implantação de políticas públicas capazes de “valorizar a floresta e desestimular o desmatamento”, por meio de políticas de crédito, ciência e tecnologia, para privilégio do manejo florestal em relação à agropecuária, é esquecer, intencionalmente ou não, que:

a) Em primeiro lugar, as empresas transnacionais são os maiores agentes responsáveis pelo alto índice de desmatamento no Brasil e no mundo. Como instrumento de concentração e acumulação, internacionalizam seu espaço de domínio, através de uma economia mundializada, delineadora das formas e dos espaços de exploração dos recursos naturais, das estruturas de produção, de consumo e de classes.

b) Em segundo lugar, foram as empresas transnacionais, os veículos de afirmação histórica do período tecnológico, estruturando-se sobre uma dupla objetivação: primeiro, a internacionalização multifórmica da exploração; segundo, a recriação das formas de acumulação, para garantir a manutenção do sistema capitalista, agindo assim, direta e indiretamente na internacionalização do Estado que, em suma, reflete uma incorporação estrutural deste Estado ao capital internacional ou internacionalizado. Ao reinventar símbolos e identidades nacionais, esvaziam de significado todo o legado da luta pela terra. A estrutura social age de tal maneira na constituição dos objetos materiais, que acaba por subordiná-los a um simbolismo de uma representatividade de valor e conteúdo que já não possuem.

c) Em terceiro lugar, defender um “*Desenvolvimento*” que articule ciência e tecnologia, sem que haja dominação da natureza e subordinação da população local, é desconhecer que tanto a ciência quanto a tecnologia nos moldes positivistas, estão a rigor intimamente ligados à lógica capitalista, erigida sob a tríade desenvolvimentista do que pretende ser: “ecologicamente correto”; “socialmente justo” e “economicamente viável”. O que é economicamente viável pressupõe lucro, que pressupõe acumulação de capital, que pressupõe mais-valia, que pressupõe relações degradantes de exploração: o acúmulo do trabalho roubado. Torna-se evidente a impossibilidade de desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista.

d) Em quarto lugar, tem-se pensado no equilíbrio ou na prevalência da sociedade civil no processo de formulação e implementação destas estratégias de “Desenvolvimento Sustentável”, sob a lógica da reforma e da “humanização” do capitalismo.

Esta afirmação encobre alguns problemas estruturais da reprodução ampliada do capital, que incidem justamente sobre os limites impostos para esta participação; sobre quais as possibilidades criadas por essa ordem material e por sua configuração de poder social; e ainda, sobre os tipos de opressão que o capitalismo exige e as formas de emancipação que ele tolera.

Por sua flexibilidade, o capitalismo admite até a ideia de “participação” da sociedade civil, uma vez que não implica diretamente em um questionamento aberto às estruturas do capital. Mais que isso, a ideia de participação da sociedade civil tem servido inclusive para o fortalecimento e manutenção hegemônica do capital, conferindo-lhe caráter de legitimidade, uma vez que em maior ou menor grau, os aparelhos privados de hegemonia tendem a assumir uma forma aceita de dissidência que se adapta à psicologia burguesa justamente por reconhecer nestes espaços de deliberação, um caráter normativo.

Neste processo, a ideologia do “progresso” sob a roupagem do “Desenvolvimento Sustentável” tem papel preponderante na unificação de pensamento e ação, na coesão em torno de uma nova ordem internacional para a elaboração de receitas onde se “combinam” interesse financeiro e “defesa do meio ambiente”. Um recurso acionado pelo *ecologismo de mercado*, impossível sem a dimensão de um Estado mais “Ampliado”, entendido como uma política de “ajuste estrutural” voltada para a mercantilização da natureza.

Estado e capital internacionalizado não são antagônicos. Na realidade, os Estados “nacionais” vêm constantemente sendo incorporados pelo grande capital. O movimento do Estado é um movimento pela cristalização, pela manutenção da “ordem”, pela *organização da dominação*. E, portanto as suas transformações são uma resposta às pressões permanentes da sociedade contra ser dominada e subjugada.

Desta forma, a participação da sociedade civil nos espaços de deliberação definidos pelo Estado, tem sido direcionada para o âmbito da legitimação e continuidade da implementação de projetos de interesse do capital. Estas instâncias “legais” de participação convertem-se em mecanismos que disciplinam as relações de forças e forjam consensos, controlando a circulação e a produção dos discursos. Como ocorre, por exemplo, nas “consultas públicas”, junto à população, sobre a construção de grandes projetos de “Desenvolvimento”, que, em última análise têm por finalidade maximizar a eliminação de prioridades e reivindicações oriundas da população.

É impossível falar de Desenvolvimento sustentável, sem uma ruptura radical com o capitalismo. Como afirma Ellen Wood (2010, p. 8): não existe capitalismo governado pelo poder popular, não há capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro e da acumulação, não há capitalismo em que as exigências de maximização dos lucros não definam as condições mais básicas da vida.

Ainda de acordo com a autora:

“Um capitalismo humano, ‘social’, verdadeiramente democrático e equitativo é mais irreal e utópico que o socialismo”. O capitalismo é estruturalmente antitético à democracia não somente pela razão óbvia de que nunca houve uma sociedade capitalista em que a riqueza não tivesse acesso privilegiado ao poder, mas também, e principalmente, porque a condição insuperável de existência do capitalismo é o fato de a mais básica das condições de vida, as exigências mais básicas de reprodução social, ter de se submeter aos ditames da acumulação de capital e às ‘leis’ do mercado.[...] Isso significa que a democratização deve seguir *pari passu* com a “destransformação em mercadoria”. Mas tal destransformação significa o fim do capitalismo. (WOOD, 2010, p. 8).

O termo “Desenvolvimento Sustentável” não é uma construção ingênua, mas parte constitutiva de um projeto macropolítico do Capitalismo. Surge como uma construção ideológica que, a rigor, serve para legitimar a apropriação das reservas naturais, bem como a exploração das trabalhadoras e trabalhadores por parte do grande capital mundial, através do estabelecimento de um consenso que “combine” interesses financeiros e defesa do meio ambiente.

A ARMADILHA situa-se na dimensão conjuntural e nas maneiras peculiares de instituir as relações de poder, de estabelecer as bases sobre as quais repousam os mecanismos destinados à obtenção de consensos.

Seringueiros transformam-se, ou melhor, são transformados em madeireiros; donas de casa, em diaristas; homens, com ou sem estudos, em desempregados. Mas vem o governo e exerce seu papel: transforma os termos – não as condições sociais. Desempregados viram autônomos, devastadores desenvolvem no Acre o “desenvolvimento regional sustentável”, escravos viram povos da floresta, camponeses, despojados e anônimos, em um mesmo espaço. Devastam-se as florestas em nome do mesmo discurso que deveria defendê-las; a concessão das florestas públicas é dada de forma privada; no “manejo das consciências”, o nome de Chico Mendes é usado para justificar o que, em vida, ele “se propôs a morrer empatando”.

No projeto Complexo do Madeira, que acumulou anos de experiência em extermínio, para que os indígenas tivessem “melhores condições de vida” - precisaram ser dizimados. Primeiro, pelas epidemias; depois, pela destruição de suas culturas (com sempre novas e várias formas de tortura, jugo e exploração); em seguida, pelo mercúrio. E, caso tudo isso não bastasse, a construção de imensas barragens em Santo Antônio e Jirau, submergiram territórios ancestrais, lugares sagrados, modos de vida, e mataram afogados povos em situação voluntária de isolamento.

## **Bibliografia:**

BANERJEE, Subhabrata Bobby. **Quem sustenta o desenvolvimento de quem: O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza.** In. Orgs. FERNANDES, Marciolina; GUERRA, Lemuel. **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável.** 2.ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

CANCLINI, Nestor García. **Una ontología crítica** in. Muntadas y las negociaciones sospechosas. Buenos Aires: Simrug, 2002.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado** - pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche y la Filosofía.** Barcelona: Anagrama, 1971, p. 146-156.

FOUCAULT, Michel. **Teatrum Philosophicum.** Barcelona. Ed. Anagrama, 1972.

FREIRE, Paulo. **Multinacionais e trabalhadores no Brasil.** CEDAL/CEDETIM, São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo. Ed. Nacional, 1980.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e Educação Depois de Babel.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LEAL, Aluizio L. **Sinopse Histórica da Amazônia: Uma visão política.** Cadernos do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, São Paulo: FFLCH-USP. 1991.

MAB - Movimento Dos Atingidos Por Barragens. **Hidrelétricas do Rio Madeira: Energia Para Quê e Para Quem?** Cartilha de estudo, Rondônia, 2 ed. 2009.

MATOS, Aderbal Meira. **Amazônia e Outros Estudos.** Belém: Cejup. 1991.

MAUÉS. Raymundo Heraldo. **Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades.** Belém. Cejup, 1999.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Calha Norte 25 anos - A Amazônia desenvolvida e segura. 2006. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/programa\\_calha\\_norte/livro/pcn\\_livro.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/livro/pcn_livro.pdf).** Acessado em: 25/01/2012.

NETO, Cel. Manoel Soriano. **Amazônia - O Grande Desafio.** Brasília, abril de 2001. Disponível em: [http://www.cdoex.eb.mil.br/site\\_cdoex/Arquivos%20em%20PDF/amazoniadesafio.pdf](http://www.cdoex.eb.mil.br/site_cdoex/Arquivos%20em%20PDF/amazoniadesafio.pdf). Acessado em 25/01/2012.

PEREIRA, Franz Kreüther. **Os Grandes Projetos Na/Para a Amazônia e a Educação Ambiental.** Belém – PA, 2004.

PINTO, Renan F. **Viagem das idéias.** Manaus: Ed. Valer. 2008.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Cortez - autores associados, 1990.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia Contra Capitalismo** – a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2010.

## **O uso dos diversos gêneros textuais como subsídio para o processo de alfabetização e letramento**

Priscila Almeida Torres, Universidade Federal do Amazonas (UFAM),  
[patty\\_almeida17@hotmail.com](mailto:patty_almeida17@hotmail.com);

Janilda Aragão Almieira, Universidade Federal do Amazonas (UFAM),  
[ge\\_aragao4@hotmail.com](mailto:ge_aragao4@hotmail.com);

Marinez dos Santos de Paula, Universidade Federal do Amazonas (UFAM),  
[marinezdepaula13@mail.com](mailto:marinezdepaula13@mail.com)

Rafaela Vieira Guacebe, Universidade Federal do Amazonas (UFAM),  
[rafaelavieira.rvg@gmail.com](mailto:rafaelavieira.rvg@gmail.com)

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo enfatizar a importância da utilização dos diversos gêneros textuais para o processo de alfabetização e letramento. Na alfabetização o objetivo primordial é fazer com que os alunos aprendam ler e escrever. De fato, estes são uns dos principais caminhos para desenvolver nossas faculdades cognitivas, por isso é indispensável proporcionar aos alunos o maior contato possível com os diferentes tipos de textos, estes muito podem contribuir na formação de leitores e escritores competentes e letrados, capazes de transformar a sociedade na qual estão inseridos.

Palavras-chave: Alfabetização, Letramento, diversos gêneros textuais, Prática docente.

### **Resumen**

En este artículo se pretende hacer hincapié en la importancia del uso de diversos géneros para el proceso de la alfabetización y la alfabetización. La alfabetización en el objetivo principal es hacer que los estudiantes aprendan a leer y escribir. De hecho, estas son algunas de las principales formas de desarrollar nuestras facultades cognitivas, por lo que es esencial para proporcionar a los estudiantes con el mayor contacto posible con los diferentes tipos de textos, éstos pueden contribuir en gran medida a la formación de lectores y escritores y estudiosos competentes, capaces de transformar la sociedad en la que viven.

Palabras clave: alfabetización, alfabetización, diferentes géneros, la práctica docente.

### **Abstract**

This article aims to emphasize the importance of the use of the various textual genres for the literacy and literacy process. In literacy the primary goal is to enable students to learn to read and write. In fact, these are one of the main ways of developing our cognitive faculties, so it is indispensable to provide students with the greatest possible contact with the different types of texts, which can contribute to the formation of competent and literate readers and writers capable of transforming The society in which they are inserted.

Keywords: Literacy, Literacy, several textual genres, Teaching practice.

## 1. INTRODUÇÃO

O tema desse trabalho emergiu através de experiências no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e dos estágios realizados durante a graduação no curso de Pedagogia. Uma das propostas do PIBID é o reforço escolar por meio das TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação).

O ingressar nestes projetos nos proporcionou fazer parte da realidade escolar e observar sobre as práticas de alguns professores de séries iniciais do ensino fundamental, os quais ainda tem uma concepção muito ultrapassada em relação à alfabetização. Nas observações feitas no PIBID durante os anos de 2014 e 2015 verificamos que as práticas de alguns professores de 1º, 3º e 5º ano do ensino fundamental que ministravam todas as disciplinas, não eram muito eficazes quando nos referimos ao processo de alfabetização e letramento, pois devido ao fato de alguns dos seus alunos ainda não estarem alfabetizado os professores se apoiavam apenas na disciplina de Língua Portuguesa para alfabetizá-los. Nas observações feitas durante os estágios verificou-se que a prática dos professores não se diferenciava da dos professores observados no PIBID.

A alfabetização é a etapa primordial no início da escolarização, no entanto a mesma não deve ser desenvolvida de forma dissociada do letramento. Qualquer pessoa responderia que “alfabetizar corresponde á ação de ensinar a ler e a escrever” (ALBUQUERQUE, 2007, p.11). Porém, somente o ato de ensinar a ler e escrever não significa que o indivíduo será capaz de saber interpretar, compreender, produzir e interagir com os diversos tipos de gêneros textuais.

Nessa etapa da alfabetização deve-se introduzir também o letramento, o qual “[...] é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e escritas” (SOARES apud MENDONÇA, 2007, p. 46). Alfabetização e letramento são duas ações distintas, mais que quando associadas muito pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem.

Sabe-se que a leitura e a escrita são uns dos principais caminhos para ampliarmos nossos conhecimentos e desenvolver nossas faculdades cognitivas, no entanto na alfabetização o ato de ler e escrever não devem ser voltados somente para a codificação e decodificação dos símbolos da escrita alfabética, mas sim, proporcionar aos alunos o maior contato possível com os diferentes tipos de textos inclusos nos livros didático das disciplinas escolares e extraescolar. A interação com gêneros textuais diferentes muito pode contribuir na formação de leitores e escritores competentes e letrados.

O processo de alfabetização e letramento vai além do paradigma de decodificação do sistema de escrita alfabética, esses dois aspectos quando associados ao uso dos diversos gêneros textuais proporciona aos estudantes uma ampliação de conhecimentos que perpassam os muros da escola, possibilitando interpretação, compreensão, formação de opiniões, visão crítica, reflexiva e com maiores chances de se tornarem indivíduos participativos, construtores e transformadores da sociedade em que vivem, pois a aquisição de conhecimentos diversos é uma porta de entrada que ajuda na leitura e compreensão de mundo.

É importante considerar a significação e a contribuição que o ensino desses diversos gêneros textuais presentes nas disciplinas e na sociedade, pode contribuir para o processo de alfabetização, letramento e no desenvolvimento integral dos educandos, pois quando esses conteúdos diversos são trabalhados com qualidade e desde o ingressar das crianças na vida escolar e tendo continuidades durante toda a sua escolarização, muito pode contribuir para um melhor rendimento e desenvolvimento escolar aumentando assim as chances de reduzir as dificuldades de aprendizagens apresentadas por muitos alunos do ensino fundamental e médio.

O presente estudo teve como objetivo principal, verificar se os professores de séries iniciais do ensino fundamental lecionavam todas as disciplinas obrigatórias da grade curricular e se estes utilizavam em suas práticas de ensino, conteúdos voltados não somente para os conteúdos escolares, como também o uso dos diversos gêneros textuais como subsídio o processo de alfabetização e letramento, o mesmo será fundamentado por autores que tratam do tema alfabetização, letramento e gêneros textuais e prática docente. Essa pesquisa foi realizada em duas escolas pública de Humaitá – AM, sendo uma Estadual e outra Municipal, a mesma é de cunho qualitativo e os dados analisados foram obtidos através de observações e entrevista.

## **2. CONCEITOS E BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO NAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS**

Vivemos em um mundo, o qual está sempre em constante transformação, diante disso é indispensável que os indivíduos também estejam constantemente transformando-se integralmente para que possam se tornar seres críticos, reflexivos e participativos, capazes de construir e transformar a sociedade na qual estão inseridos.

Não diferente do mundo, mais como parte fundamental do mesmo, a educação também passou, e continua passando, por grandes transformações, um exemplo disso é a alfabetização ligada a perspectiva de letramento, duas ações que são distintas mais que quando associadas muito pode contribuir para a formação do indivíduo e para o processo de ensino e aprendizagem como um todo. Nessa perspectiva,

[...] a alfabetização é um processo de construção de hipóteses sobre o funcionamento do sistema alfabético de escrita. Para aprender a ler e a escrever, o aluno precisa participar de situações que o desafiem, que coloquem a necessidade da reflexão sobre a língua, que o leve enfim a transformar informações em conhecimento próprio (GALVÃO; LEAL, 2005, p.14).

Desde muitos anos atrás a alfabetização vem sendo objeto de estudo de muitos pesquisadores onde cada um a conceitua de acordo com seu ponto de vista. Esses estudos visam proporcionar novas concepções teóricas e pedagógicas que possam apoiar o processo de alfabetização na busca de reduzir o índice de fracasso escolar. O principal foco da mudança tão almejada em diversas pesquisas é o designado modelo “tradicional de alfabetização” que está ligado a “codificação” e “decodificação” dos símbolos do sistema de escrita alfabética.

A alfabetização “considerada como o ensino das habilidades de “codificação” e “decodificação” foi transportada para sala de aula no final do século XIX” (ALBUQUERQUE, 2007, p.11). Essa alfabetização se apoiava em três métodos, sendo eles; sintéticos (silábicos ou fônicos), métodos analíticos (global) e métodos analítico-sintéticos

O primeiro método era voltado para o ato de aprender os símbolos simples da escrita alfabética como, por exemplo, as letras, os fonemas e as sílabas. O segundo era destinado a aprendizagem das palavras e de pequenas frases e o terceiro envolvia os dois primeiros, onde depois de aprender as letras, os fonemas, as sílabas, palavras e pequenas frases e textos os alunos aprendiam a separar/decompor as palavras para formar outras. Para esse processo, as cartilhas eram um dos principais recursos didáticos e a repetição e memorização um dos principais meios de fixar o conteúdo.

A respeito disso Leite enfatiza que,

A prática pedagógica de alfabetização, nessa perspectiva, apresentava invariavelmente as seguintes características: a) tinha como objetivo somente levar o aluno a dominar o código escrito; b) no mesmo sentido, a grande meta era evitar que o aluno errasse no uso do código, ou seja, enfatizava-se seu uso correto, sem erro, o que era motivo de reprovação dos alunos que, no final da primeira série, trocassem letras ao escrever as palavras; c) entende-se, pois, no modelo tradicional, o predomínio das atividades pedagógicas que visavam à memorização, como a cópia, presente na maioria das atividades de inúmeras cartilhas; d) tratava-se com a perspectiva de, numa primeira etapa, dar ao aluno o domínio do código e, na sequência de sua escolaridade, habilitá-lo a utilizar a linguagem escrita. Isso invariavelmente não ocorria, uma vez que a maior parte dos conteúdos, a partir da segunda série, era centrada na gramática normativa e não nas práticas relacionadas com os usos sociais da escrita (LEITE, 2010, p. 18).

Nas séries iniciais o objetivo primordial dessa alfabetização intitulada como tradicional era o de ensinar a ler e a escrever, nesta etapa as crianças eram sujeitadas a ler e escrever coisas que não faziam muito sentido para as mesmas como, por exemplo, “a babá baba” entre outras frases parecidas que estavam constantemente presentes nas cartilhas, as crianças deveriam memorizar estas, sem ter um mínimo de reflexão sobre a escrita, pois mesmo que a próxima etapa fosse habilitar o aluno a fazer uso da linguagem escrita, isso não se efetivava na prática.

A escrita era “concebida como uma transcrição gráfica da linguagem oral (codificação), e a leitura, como uma associação de respostas sonoras a estímulos gráficos, uma transformação do escrito em som (decodificação)” (COUTINHO, 2005, p. 48), assim se desenvolvia a alfabetização, de forma sequencial e mecânica.

Um dos principais estudos durante todo esse contexto, foi o da Psicogênese da linguagem escrita, desenvolvido por Ferreiro e Teberosky (1984), aqui já surge uma nova concepção de aquisição e construção do conhecimento da linguagem, esse estudo tentou romper a concepção de linguagem escrita associada a códigos e memorização, e demonstrou que as crianças enquanto aprendem a ler e escrever formulam suas próprias ideias e hipóteses em relação a escrita alfabética.

Na Psicogênese da Linguagem é destacado que o período de alfabetização se desenvolve a partir de quatro níveis: o pré-silábico, o silábico, o silábico alfabético e o alfabético. São através desses níveis que as crianças se apropriam da escrita alfabética. No nível pré-silábico os alunos consideram que escrever é a mesma coisa que desenhar, rabiscar fazendo misturas de letras, números, etc.

No nível silábico as crianças começam a perceber que a escrita está relacionada com a pauta sonora da palavra e quando vão escrever utilizam uma letra qualquer para cada sílaba de modo a representar as sílabas da palavra. No nível silábico alfabético os alunos já conseguem fazer relação entre grafema e fonema na maioria das palavras que escrevem. E no nível alfabético os alunos já são capazes de fazer com maior precisão todas as relações entre grafema e fonemas. (COUTINHO, 2005, p. 54 a 64).

A teoria da Psicogênese da Linguagem abriu novos caminhos em relação à alfabetização, pois para esta, além do ensino grafofônico (letras/sílabas e fonemas) da linguagem escrita, o professor deve buscar subsídios para trabalhar com os alunos de diferentes níveis presente em sua sala de aula, de forma que não haja um método de ensino igual para todos assim como ocorre na prática “tradicional”.

Até os períodos de 1960 e 1970 o processo de alfabetização ainda se distanciava do cotidiano dos alunos, não havia grandes preocupações com a contextualização dos conteúdos, pois as aprendizagens eram voltadas apenas para conteúdos escolares, o qual frisava na aprendizagem da leitura e escrita sem levar em consideração o uso da linguagem escrita nas práticas sociais.

A respeito dessa alfabetização ligada somente às práticas escolares separando-se do meio social do qual o aluno faz parte, Tfouni assinala que sendo assim,

[...] o ato de alfabetizar passa a existir somente enquanto parte das práticas escolares, e ignoram-se sistematicamente as práticas sociais mais amplas para as quais a leitura e a escrita são necessárias, e nas quais serão efetivamente colocadas em uso (TFOUNI, 2002, p. 18).

De fato a alfabetização está intimamente ligada às práticas escolares, no entanto a escola não deve fazer com que essa alfabetização se restrinja apenas ao ambiente escolar, pois as escolas existem justamente para atender as necessidades e as exigências sociais, ou seja, para formar cidadãos capazes de atuar criticamente na sociedade, e isso consequentemente ela não irá conseguir se as capacidades dos educandos não forem desenvolvidas principalmente dentro das escolas onde a alfabetização ocorre de fato como aspecto formal.

Sendo assim, a escola deve ter em vista uma alfabetização que vá além do aprender a ler e a escrever, deve-se de fato, preparar os indivíduos para que os mesmos possam saber fazer o uso da linguagem escrita nas práticas sociais. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa criado em 1997, vem ressaltar que,

[...] não se deve ensinar a escrever por meio de práticas centradas apenas na codificação de sons em letras. Ao contrário, é preciso oferecer aos alunos inúmeras oportunidades de aprenderem a escrever em condições semelhantes às que caracterizam a escrita fora da escola (BRASIL, 1997b, p. 48).

Esse paradigma de alfabetização baseado na codificação, decodificação, repetição e memorização, mesmo depois de muitos estudos e pautas, essa prática perdura ainda no século XXI. A partir da década de 1980, essa alfabetização, mais uma vez passa por grandes discussões e estudos e, é nesse contexto que emergi a noção de letramento, pois nessa época surge o conceito de “analfabetismo funcional” que era caracterizado por pessoas que já conseguiam ler e escrever, mas, no entanto, não conseguiam fazer o uso da escrita em diferentes contextos sociais (ALBUQUERQUE, 2007, p. 16).

A partir da década de 1990 a alfabetização passa a ser associada ao conceito de letramento, que de acordo com Mendonça (2007, p. 46) “é um termo relativamente recente, visto que surgiu há cerca de 30 anos, e nomeia o conjunto de práticas sociais de uso da escrita em diversos contextos socioculturais”. Em nota de rodapé do PCN de Língua Portuguesa o letramento também é definido como,

Produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e tecnologia. São práticas discursivas que precisam da escrita para torná-las significativas, ainda que às vezes não envolvam as atividades específicas de ler ou escrever. Dessa concepção decorre o entendimento de que, nas sociedades urbanas modernas, não existe grau zero de letramento, pois nelas é

impossível não participar, de alguma forma, de algumas dessas práticas (BRASIL, 1997b, p. 21).

Vale ressaltar que o letramento não é uma prática exclusiva da escola como é a alfabetização, porém este trabalho está voltado para o letramento que deve advir das práticas escolares para as práticas sociais. Albuquerque ressaltava que,

Podemos falar, ainda nos dias de hoje, de um alto índice de analfabetos, mas não de “iletrados”, pois sabemos que um sujeito que não domina a escrita alfabética, seja criança, seja adulto, envolve-se em práticas de leitura e escrita através da mediação de uma pessoa alfabetizada, e nessas práticas desenvolve uma série de conhecimentos sobre os gêneros que circulam na sociedade (ALBUQUERQUE, 2007, p. 16).

De fato, são duas coisas muito relativas quando se trata de alfabetização e letramento, pois nem sempre uma pessoa alfabetizada terá ao mesmo tempo um alto grau de letramento, assim como pode haver pessoas letradas sem ao menos ter adentrado na escola, e como também há pessoas que são alfabetizadas e possuem um alto grau de letramento. No entanto, essa prática torna-se indispensável no processo de alfabetização, pois apenas a alfabetização em si, ou seja, o ato de ensinar-aprender a ler e escrever não será suficiente para a formação integral do educando, é preciso que além de aprender a ler e escrever, os alunos possam de fato aprender e compreender o lido e o escrito e apropriar-se desse conhecimento para utilizá-lo nas práticas sociais.

A respeito do termo “iletrado”, concordamos com Tfouni (2002, p. 23), quando a própria destaca que o mesmo “não pode ser usado como antítese de “letrado”, ou seja, não existe pessoas com letramento “grau zero”, logo o que existe são “graus de letramento” que equivalem de baixo a alto grau, contudo uma pessoa nunca vai ter “grau zero” de letramento, pois sempre a mesma irá ter algum tipo de conhecimento a respeito de algum gênero que permeia na sociedade. Ao contrário do letramento a alfabetização tem como antônimo de alfabetizado o analfabeto, e na sociedade brasileira ainda existe um grande índice de pessoas analfabetas, assim como alfabetizadas com baixo grau de letramento.

O letramento é uma prática que ocorre quando uma pessoa consegue entender a palavra escrita, quando consegue compreender o que está lendo ou escrevendo e quando consegue fazer uso dessa linguagem pondo-as em prática na sua vida diária. Caro leitor veja bem a palavra “salubadeiros”. Você conseguiu fazer a leitura desta palavra? Você compreendeu o sentido e o significado da mesma? Sabe o quanto essa palavra é significativa para a sua vida pessoal e social?

Agora veja a palavra “educação”. Você conseguiu fazer a leitura desta palavra? Você compreendeu o sentido e o significado da mesma? Sabe o quanto essa palavra é significativa para a sua vida pessoal e social? No caso da primeira palavra com certeza você conseguiu fazer a leitura da mesma, ou seja, conseguiu “decodificar” os símbolos da escrita alfabética, porém não foi além disso, pois ela não fez nenhum sentido, não é mesmo? Já a segunda palavra com certeza você foi além da decodificação, pois você tem nem que seja um pouco de conhecimento em relação a mesma, até pelo fato de ser uma palavra bastante conhecida no meio social.

No primeiro exemplo da palavra “salubadeiros”, é basicamente assim que acontece com a pessoa que é alfabetizada, está apenas irá conseguir decifrar os códigos da escrita, ela conseguirá fazer a leitura da palavra, no entanto se não tiver nenhum grau de conhecimento/letramento em relação a mesma ela não vai saber do que se trata e muito menos transformar em conhecimento. Já com a palavra “educação” queremos demonstrar o

exemplo de uma pessoa que é alfabetizada e que tem algum grau de letramento a respeito da palavra e de seu uso social, e que é capaz de transformá-la em conhecimentos em prol da sociedade.

Para esclarecimento a palavra “salubadeiros” não existe no dicionário, pois foi uma palavra qualquer elaborada apenas para utilizar como exemplo para demonstrar como é o caso de uma pessoa apenas alfabetizada e como é o de uma alfabetizada e letrada.

A propósito o letramento não surgiu para substituir a alfabetização, pois se por um lado é preciso que os educandos aprendam a decodificar os símbolos da escrita para aprender a ler e escrever, por outro é preciso também que os mesmos sejam inseridos na cultura letrada. Tanto a alfabetização quanto o letramento são problemas que ainda precisam ser repensados nas práticas escolares, pois apesar de serem ações distintas um complementa o outro.

A prática voltada apenas para o ensino da leitura e escrita sem reflexão é um dos principais fatores que interferem no desenvolvimento de uma educação de qualidade, pois o que é nitidamente visto, é que a grande maioria dos estudantes concluem a educação básica apenas alfabetizados, sabendo basicamente codificar e decodificar os símbolos da escrita. No entanto, muitos alunos não têm competência de construir um texto com autonomia e de usar seus conhecimentos adquiridos na escola em prol da sociedade.

O aprendizado da escrita e da leitura tem que orientar-se sempre para o que seja ler e escrever e nenhum processo ou método de alfabetização será eficaz se retirar de perspectiva o valor da escrita e da leitura na prática social contemporânea (FRANCHI, 2012, p.104).

De acordo com a LDB / 9.394 de 1996 em seu Art. 22º “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. No entanto, o que se percebe é que na educação básica muitos problemas interferem no desenvolvimento e na formação dos educandos.

Um desses problemas são as dificuldades apresentadas por diversos alunos em relação a aprendizagem e conhecimentos voltados tanto para diversas áreas do conhecimento (História, Geografia, Artes, Matemática, Educação Física, Português e Ciências) quanto para os demais gêneros que circulam na sociedade.

Esses problemas vêm se estendendo ao longo dos séculos, sendo ocasionados também por fatores relacionados principalmente à formação, falta de flexibilidade e condições de trabalho, a falta de preparo e a falta de compromisso de muitos professores que atuam nas séries iniciais. O ensino dos diversos gêneros textuais e a qualidade dos mesmos são indispensáveis na formação do aluno, pois vivemos em um mundo no qual não basta apenas ser alfabetizado. Devido as exigências da sociedade a escola deve ter o papel primordial de letrar o educando para prepará-lo para a mesma.

Diante desses expostos pode-se notar que a escola não prepara o aluno integralmente para a sociedade, pois devido essa lacuna no ensino os alunos terminam a educação básica sabendo apenas a ler e escrever, e não a interpretar e refletir sobre o que foi lido ou escrito e fazer uso dessa linguagem nas práticas sociais, aspectos esses que são indispensáveis no processo de letramento e leitura de mundo, pois

Ensinar é dar condições ao aluno para que ele se aproprie do conhecimento historicamente construído e se insira nessa construção como produtor de conhecimento. Ensinar é ensinar a ler para que o aluno se torne capaz dessa apropriação, pois o conhecimento acumulado está escrito em livros, revistas, jornais,

relatórios, arquivos. Ensinar é ensinar a escrever porque a reflexão sobre a produção de conhecimento se expressa por escrito (GUEDES; SOUZA, 2011, p.19).

Esse trabalho de alfabetizar e letrar se torna ainda mais complicado quando nos referimos aos professores dos anos iniciais os quais devem dar conta de ensinar todas essas disciplinas com o intuito de, juntamente com a escola, desenvolver as diversas capacidades dos alunos. De acordo com os objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os mesmos “se definem em termos de capacidades de ordem cognitiva, física, afetiva, de relação interpessoal e inserção social, ética e estética, tendo em vista uma formação ampla” (BRASIL, 1997a, p.47), essas são algumas capacidades que os alunos devem desenvolver durante a escolaridade.

No PCN ainda é destacado sobre o papel a ser desenvolvido pelo professor com objetivo de alcançar tais metas. É enfatizado que,

O papel do professor nesse processo é, portanto, crucial, pois a ele cabe apresentar os conteúdos e atividades de aprendizagem de forma que os alunos compreendam o porquê e o para que do que aprendem, e assim desenvolvam expectativas positivas em relação à aprendizagem e sintam-se motivados para o trabalho escolar (BRASIL, 1997a, p.48).

O papel do professor enquanto mediador do conhecimento é imprescindível, pois não basta apenas focar nos textos presentes nos livros didáticos ou conteúdos disciplinares ligados ao ensino escolar. Cada gênero tem um conhecimento que vai além dos livros didáticos, todos têm um histórico e uma função social importante, que pode influenciar de forma positiva ou negativa no convívio social e na formação do sujeito. Dessa forma os alunos devem ter consciência do por que é indispensável se apropriar dos conhecimentos proporcionados por essas diversidades, e em que esses conhecimentos podem contribuir para a vida social.

É necessário que haja práticas de alfabetização e de letramento nas salas de aula, em que as crianças se interajam na cultura escrita, na participação em experiências variadas com a leitura e a escrita, conhecimento de diferentes tipos e gêneros de material escrito para assim compreenderem a função social que a leitura e a escrita trazem. Contudo, é importante reconhecer as possibilidades e necessidades de promover a conciliação entre essas duas dimensões da aprendizagem da língua escrita, integrar alfabetização e letramento, sem perder, a especificidade de cada um desses processos (ALMEIDA; FARAGO, 2014, p.210).

Logo, pode-se perceber que a educação sempre veio passando por constantes embates e estudos na busca de melhoras no processo de ensino e aprendizagem, e para isso as Leis de Diretrizes e Bases (LDB), a Constituição Federal e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), foram criados para que a educação fosse regularizada, direcionadas sob orientações para melhor se desenvolver. No entanto é bem claro que ainda falta muito para que se alcance as metas e os objetivos proposto por eles, pois a educação ainda passa por grande descaso principalmente quando se refere a alfabetização e letramento.

### **3. GÊNEROS TEXTUAIS: O QUE SÃO E QUAL SUA IMPORTÂNCIA PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

#### **3.1. ESCRITA, LEITURA E ORALIDADE**

A comunicação é uma das necessidades imprescindível para o ser humano. Em relação a isso a escrita foi, e é, um dos instrumentos mais importante para o processo de comunicação na sociedade, a mesma abrange os mais variados meios de acesso aos conhecimentos históricos e socioculturais, então não tem como não a mencionar como um dos fatores indispensável no processo educacional. A escrita é uma linguagem que tem marco importante na história do mundo, pois foi principalmente através do surgimento da mesma que se tornou possível o registro de acontecimentos aumentando assim, a velocidade de informações encontradas no mundo.

Se sabemos de muitas coisas importantes acontecidas no passado é graças aos registros deixados pelos povos antigos, acontecimentos esses que são importantes para entendermos e analisarmos reflexivamente o mundo em que vivemos e as mudanças que constantemente surgem no mesmo. A escrita acompanha também a evolução do ser humano, quanto mais o homem se desenvolvia em todos os aspectos a escrita também passava pelo mesmo processo, pois cada vez mais tinha-se a necessidade de comunicar-se com clareza.

A escrita existe desde muito tempo atrás na pré-história, a mesma com o passar do tempo foi apenas sendo aprimorada. O homem desde a pré-história vem buscando comunicar-se através de várias maneiras pelas quais possam expressar suas ideias, pensamentos e sentimentos. Essa linguagem surge num momento histórico caracterizado pelo desenvolvimento de diversos elementos. Barbosa ressalta que,

A escrita surge acompanhada de um notável desenvolvimento das artes, do governo, do comércio, da agricultura, da manufatura, dos transportes. Observando os fatores geográficos, sociais e econômicos que conduzem ao desenvolvimento de uma civilização, notamos que o complexo de condições que se origina nesse momento histórico não poderia funcionar se não existisse a escrita (BARBOSA, 1990, p. 34).

A escrita está presente em diversos fatores que fazem parte de uma determinada sociedade, por mais que os meios de registros se desenvolvam com a globalização, a sofisticação das novas tecnologias como, por exemplo, a televisão, celulares e as câmeras digitais para registrar acontecimentos em áudio, vídeos e fotos entre outros, a escrita ainda sim, estará presente nesses meios de comunicação. A respeito disso Cagliari nos esclarece que,

A memória coletiva dos povos passou a ter outros meios de materialização. Ninguém pensa numa gravação como escrita, mas é de fato uma representação magnética (ou digitada) dos sons, sendo de certo modo a maior sofisticação dos sistemas alfabéticos, operados agora não pela análise linguística, mas eletrônica da fala (CAGLIARI, 1989, p. 113).

As novas tecnologias estão fazendo parte de um mundo cada vez mais moderno e globalizado, elas estão conquistando espaço social, mas, é importante lembrar que, por

mais que elas sejam também importantes para a educação, não se deve deixar de lado as linguagens que estão por trás desses meios sofisticados. Assim, é importante que os professores procurem meios e recursos para realizem atividades que contribua e que incentive a leitura e a escrita, pois atualmente é muito visto crianças, adolescentes e adultos que apresentam pouco interesse em relação a prática desses fatores significantes na formação de leitores e escritores competentes.

É quase impossível falar de escrita sem falar de leitura, pois esses dois aspectos estão entrelaçados.

[..] a leitura é entendida como um processo de produção que se dá a partir da relação dialógica que acontece entre dois sujeitos – o autor do texto e leitor. É nessa dimensão dialógica, discursiva que a leitura deve ser experienciada, desde a alfabetização, como um ato social em que autor e leitor participam de um processo interativo no qual o primeiro escreve para ser entendido pelo segundo (PORTO 2009, p. 24).

O ideal não é apenas alfabetizar como também letrar o cidadão, por isso é importante que desde o início da escolarização sejam desenvolvidas atividades de leitura e escrita que levem os alunos a refletirem sobre o que estão lendo ou escrevendo, que essas práticas de leitura e escrita não sejam desenvolvidas em ambiente escolar somente como uma forma para manter os alunos ocupados ou como passa tempo, mas sim com a meta de formarem leitores proficientes, ou seja, “um leitor proficiente é aquele que vai além da codificação das palavras ou expressões lineares ordenadas em textos” (PORTO, 2009, p. 28).

As mais variadas práticas de leitura e escrita são de fundamental importância para expandir o vocabulário e desenvolver a oralidade das crianças, pois é nitidamente notável que falamos mais do que escrevemos, afinal,

Basta observar nossa vida diária desde que acordamos até o final do dia para constatar que falamos com nossos familiares, amigos ou desconhecidos, contamos histórias, piadas, telefonamos, comentamos notícias, fofocamos, cantamos e, eventualmente, organizamos listas de compras, escrevemos bilhetes e cartas, fazemos anotações, redigimos atas de reuniões de condomínio, preenchemos formulários e assim por diante. Portanto, mesmo vivendo numa sociedade em que a escrita entrou de forma bastante generalizada, continuamos falando mais do que escrevendo (MARCUSCHI; DIONÍSIO, 2007, p. 13).

Observa-se aqui a importância da leitura e da escrita na vida do ser humano, além disso o envolvimento dos mesmos nos mais variados textos, aspectos esses que se bem trabalhados desde o ingresso da criança na escola, provavelmente a mesma irá ter mais facilidade de se comunicar tanto através da linguagem oral quanto da escrita. A leitura e escrita de diversos gêneros textuais enriquecem o conhecimento, o vocabulário e amplia o capital linguístico da criança tornando-os leitores e escritores competentes. Levando em consideração que a escrita é tão importante quanto a leitura para o desenvolvimento da oralidade é preciso que a criança desenvolva o hábito de praticá-las. Afinal,

Não há por que negar que a fala é mais antiga que a escrita e que esta lhe é posterior e em certo sentido dependente. Assim, a oralidade é uma prática social de grande penetração. Mesmo

considerando a enorme e inegável importância que a escrita tem nos povos e nas civilizações ditas “letradas”, continuamos, como bem observou Ong (1998), povos orais. E mesmo os indivíduos mais letrados de uma sociedade falam muito mais do que escrevem. Veja-se que, em instituições de intenso uso da escrita como escolas, universidades e institutos de pesquisa, fazemos um uso muito mais intenso da fala do que da escrita, e os gêneros textuais orais são em maior número em todas elas. A oralidade jamais desaparecerá e sempre será, ao lado da escrita, o grande meio de expressão discursiva e de atividade comunicativa (MARCUSCHI; DIONISIO, 2007, p. 27).

A escrita está interligada com a leitura e esses dois fatores se trabalhados de forma produtiva até o término da escolaridade básica, irão ajudar em diversos aspectos assim como, no desenvolvimento oral da criança, o que será de grande importância em determinados momentos da sua vida social. Ao lado da escrita e da leitura a oralidade também é um fator importante a ser desenvolvido e trabalhado durante o processo de escolarização. Com isso,

No processo de ensino-aprendizagem da língua, o professor deve promover situações que incentivem os alunos a falar, a expor e debater suas ideias, percebendo, nos diferentes discursos, diferentes intenções. Deve promover ainda atividades que possibilitem ao aluno tornar-se um falante cada vez mais ativo e competente, capaz de compreender os discursos dos outros e de organizar os seus de forma clara, coesa e coerente. O professor deve planejar e desenvolver um trabalho com a oralidade que, gradativamente, leve o aluno não só a conhecer e usar a variedade linguística padrão, como também entender a necessidade desse uso em determinados contextos sociais (PORTO, 2009, p. 22).

A escrita e a leitura sendo um dos principais meios de comunicação social, mesmo depois do grande avanço tecnológico onde se usa cada vez mais a oralidade, são fatores que devemos dar o valor necessário, pois quase tudo vai depender da relação, da interação e do uso que fazemos das mesmas, afinal até a oralidade dos dias atuais, ou seja, a forma oral como nos comunicamos atualmente se desenvolveu também graças a escrita.

Portanto as escolas devem inserir os educandos em um ambiente rico de aprendizagem, de forma que os mesmos se apropriem da escrita e da leitura dos mais variados gêneros, tomando para si o máximo de informações e conhecimentos que são proporcionados através do exercício dessas ações.

### **3.2. GÊNEROS TEXTUAIS**

Na sociedade são diversos os gêneros que usamos para nos comunicar seja através da língua oral ou da escrita, isso acontece sem até mesmo nos darmos conta disso. Gêneros textuais “são tipos específicos de textos de qualquer natureza, literários ou não” (PAGNONCELLI, 2008, p. 10), “são “modelos” de textos que circulam socialmente e que estabelecem formas próprias de organização do discurso” (PORTO, 2009, p. 38), os mesmos são caracterizados como sociocomunicativos e funcionais, ou seja, eles envolvem práticas comunicativas sociais, histórica e cultural com determinadas funções.

Podemos citar como alguns exemplos de gêneros textuais os jornais, as cartas, revistas, crônicas, piadas, avisos, convites, atas, anúncios, histórias, estórias, fábulas, novelas, receitas, romances, telegramas, reportagens, discurso político, palestras, regras de jogos, estatutos, trabalhos científicos, mapas, listas de compras, instruções, bulas, contos, gibis, filmes, informativos, embalagens, cartazes, músicas, poemas, outdoors, biografias, artigos, folhetos, entre outros

Os gêneros são definidos como, primários; os quais são denominados como simples, pois emergem nas comunicações verbais espontâneas, e secundários; os quais surgem nas comunicações mais complexas (BAKHTIN apud PORTO, 2009, p. 39).

Com isso,

Os gêneros primários são aqueles com os quais se defrontam a partir do momento que se inserem em processos de comunicação verbal, como a família e a comunidade da qual fazem parte (bilhetes, cartas pessoais, diálogos etc.). Os gêneros secundários estão completamente vinculados à linguagem escrita, que será apresentada, oficialmente na escola, circulam nas esferas mais públicas da sociedade, em instituições que não a familiar. Portanto os gêneros secundários são formados a partir dos primários, que fazem parte da vida de qualquer indivíduo, independentemente do seu nível de letramento (AMADO, 2013, p. 24).

A diversidade de gêneros está presente em grande massa na sociedade, dessa forma a escola não deve se restringir apenas aos conteúdos escolares, os quais também não deixam de ser de grande importância para a formação do indivíduo. Neste panorama já se insere a prática do professor em relação a saber como lidar, como trabalhar, saber selecionar e contextualizar essa diversidade textual de forma a alcançar objetivos almejados.

Neste sentido, “os usos textuais vão se estabelecendo socialmente e, sendo assim, precisamos estar atentos para os usos sociais da linguagem, para fazer da sala de aula um ambiente em que circulem os mais diferentes gêneros” (PORTO, 2009, p. 42). O uso dos diversos gêneros textuais não pode estar voltado somente para o ato de ensinar a ler e escrever.

É muito importante que os professores proporcionem aos alunos o contato com os mais diversos tipos de gêneros textuais, e o mais interessante é que esses textos dependendo do discurso podem ser trabalhados em todas as disciplinas da grade curricular da educação básica, pois são diversas as atividades que podem ser realizadas através da utilização dos mesmos, essas atividades vão muito além do aprender os símbolos da escrita alfabética. No entanto,

Propiciar aos aprendizes a vivência de práticas reais de leitura e produção de textos não é meramente trazer para a sala de aula exemplares de textos que circulam na sociedade. Ao se ler ou escrever um texto, tem-se a intenção de atender a determinada finalidade. É isso que faz com que a situação de leitura e escrita seja real e significativa. Portanto, ao se ler ou escrever um texto em sala de aula, deve-se objetivar uma finalidade clara e explícita para os envolvidos na situação de leitura ou produção. (SANTOS; ALBUQUERQUE, 2007, p.97).

É bem claro que grande maioria dos professores trabalham com leitura, interpretação e produção de textos, porém essas atividades visam apenas a obtenção de notas das quais os alunos dependem para passar de série, não há grandes preocupações em fazer com que

os alunos de fato se comuniquem com os textos, com que compreendam e o relacionem com a realidade social.

Não basta apenas suprir os alunos com muitos textos sem levar em consideração as aprendizagens e os objetivos propostos, os quais deverão está explícito no planejamento pedagógico do professor, pois apenas a inserção dos mesmos não irá garantir o desenvolvimento de determinadas capacidades cognitivas. Além disso, deve-se levar em consideração as aptidões e as capacidades já desenvolvidas pelos alunos, as atividades devem ser adequadas de acordo com as necessidades da classe e desenvolvidas com bases nas competências e habilidades que se deseja explorar.

O ensino de diversos gêneros proporciona também um capital linguístico, pois o trabalho com os mesmos não está ligado apenas ao ensino da escrita e da leitura, e sim perpassa esse paradigma, onde além de aprender a ler e a escrever os alunos têm contato com variadas informações culturais, históricas e sociais, pois são meios de interação linguística que se propaga por meio da língua escrita e oral auxiliando no bom desenvolvimento do indivíduo leitor, escritor e comunicativo, afinal os diferentes gêneros proporcionam diferentes conhecimentos.

O ensino dos diversos gêneros textuais que circulam socialmente não só amplia sobremaneira a competência linguística e discursiva dos alunos, mas também aponta-lhes as inúmeras formas de participação social que eles, como cidadãos, podem ter fazendo uso da linguagem (PORTO, 2009, p. 38).

A sociedade mesmo se encarrega de introduzir os indivíduos no meio de uma devasta diversidade de gêneros textuais, dessa forma a escola deve também fazer uso deles para ampliar os conhecimentos dos alunos em relação ao que acontece além dos muros da escola, pois quer queira quer não eles existem e fazem parte da vida dos educandos tanto quanto os conteúdos dos livros didáticos e os conteúdos que o sistema cobra na hora de avaliar o grau de conhecimentos dos alunos. “[...] é papel da escola promover situações que favoreçam aos alunos o reconhecimento dos gêneros textuais, de modo que aprendam a produzi-los e, conseqüentemente, saibam utilizá-los no seu dia-a-dia, em contextos específicos” (PAGNONCELLI, 2008, p. 5).

Muitos professores tem uma visão romântica quando se trata de inserir na sala de aula os diversos gêneros textuais que circulam socialmente, ou seja, acham que apenas introduzindo, estes por si só já proporcionarão um amplo conhecimento para os alunos, o que não é verdade. É preciso que seja trabalhado a interpretação, a compreensão do discurso e qual a função de determinado gênero para que o mesmo esteja presente na sociedade.

Os educandos já ingressam nas escolas conhecendo uma variedade de gêneros, conhecimentos esses que os mesmos adquirem através do convívio e da comunicação social. No entanto, esses gêneros que circulam na sociedade não devem ser usados apenas como modelos de textos para auxiliar na alfabetização voltada para codificação e decodificação dos alunos, devem sim, fazer parte do ambiente escolar como uma ferramenta indispensável para a ampliação dos conhecimentos já adquiridos pelos educandos.

Daí a importância de se usar os diversos gêneros textuais em todas as áreas do conhecimento para auxiliar no processo de alfabetização e letramento, mas vale ressaltar que não é apenas ensinar diversos conteúdos apenas por ensinar, sem levar em consideração a aprendizagem dos alunos, e sim ensinar de forma que os alunos possam aprender não somente a ler e escrever, mas também a interpretar, entender e compreender tornando-se seres críticos e reflexivos capazes de responder as demandas sociais.

#### 4. A PESQUISA E SEUS RESULTADOS

Para a realização deste trabalho, foi pedido a participação de três professores os quais se dispuseram a colaborar com a pesquisa. Foram apenas estes os professores que participaram da entrevista, eles lecionavam em uma turma do 4º ano do ensino fundamental no ano de 2016. Para preservar a identidade dos participantes serão utilizadas as letras “A, B e C” para a identificação dos mesmos. A professora “A” lecionava as disciplinas de Língua Portuguesa, História, Artes, Ciências, Geografia e Ensino Religioso. O professor “B” lecionava Educação Física e “C” era a professora de Matemática. Em relação a entrevista apenas os professores “A” e “B” aceitaram a mesma, enquanto a professora “C” apresentou resistência quando viu que se tratava de uma entrevista, com isso esta optou por levar o roteiro e responder as perguntas em sua casa.

Durante as observação em sala de aula e o desenvolver da entrevista, constatou-se que:

PROFESSOR (A)	ANÁLISE
“A”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dava muita ênfase na disciplina de Língua Portuguesa e acabava não lecionando algumas disciplinas obrigatórias;</li> <li>• Suas atividades eram monótonas e mecânicas;</li> <li>• Tinha um conhecimento superficial sobre Alfabetizar Letrando;</li> <li>• Associou letramento ao ensino das letras;</li> <li>• Relacionou os gêneros textuais a produção de texto;</li> <li>• E esta tinha uma sobrecarga de disciplina, o que dificultava a eficiência e a qualidade do seu trabalho</li> <li>• Relatou que o excesso de alunos também era um dos fatores que inibia seu trabalho.</li> </ul>
“B”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades monótonas e mecânicas.</li> <li>• Relacionou a alfabetização como ferramenta de codificação e decodificação do sistema de escrita alfabética.</li> <li>• Associou Letramento ao ensino das letras;</li> <li>• Desconhecia que essas ferramentas de comunicação social eram denominadas de gêneros textuais;</li> <li>• Relatou que a falta de material e o excesso de alunos dificultava seu trabalho.</li> </ul>
“C”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades monótonas e mecânicas;</li> <li>• Definiu perfeitamente os termos alfabetização, letramento e gêneros textuais, contudo a exatidão de suas respostas pode dever-se ao fato desta ter pesquisado sobre os assuntos, afinal ela levou o roteiro para responder em sua casa.</li> <li>• Destacou que o mau comportamento dos alunos interferia no seu trabalho.</li> </ul>

Em consonância com o Ministério da Educação (MEC) duas etapas básicas vêm-se desenhando na reorganização do primeiro segmento do Ensino Fundamental, a primeira é o “Letramento e Alfabetização inicial”, a segunda etapa são as “áreas do conhecimento e disciplinas”. A primeira diz respeito a inserção do aluno de primeiro, segundo e terceiro ano na cultura letrada. E a segunda refere-se ao ensino dos conteúdos das disciplinas, é a consolidação dessas duas etapas, ou seja, letrar os alunos por meio dos conhecimentos presentes nas disciplinas obrigatórias. Essa segunda etapa não se concretiza na prática da professora “A”, esta ministra em quase todos os seus tempos de aula a disciplina de Língua Portuguesa, e acaba deixando de lado as demais, que também são importantes para a formação dos alunos.

Já no quarto e no quinto anos, trata-se de levar o aluno à consolidação do duplo processo iniciado na etapa anterior, desenvolvendo tanto sua proficiência em leitura e escrita quanto sua capacidade de refletir sobre a língua e a linguagem. Também é nesses dois anos que as diferentes disciplinas, ainda que presentes na sala de aula desde a primeira etapa, devem configurar-se como tais, organizando a aprendizagem do aluno num quadro compreensivo geral e preparando-o para o segundo segmento do EF (BRASIL, 2012, p. 12).

As atividades desenvolvidas em sala de aula pelos professores eram monótonas, mecânicas, exaustiva e pouco produtiva, as quais contribui pouco na formação do aluno leitor e escritor crítico, pois são atividades que não se associavam aos conhecimentos prévios dos educandos, e nem eram contextualizadas com a realidade dos mesmos, pois

A leitura de mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 1989, p. 9).

O ensino da leitura e escrita através de diversos gêneros textuais desenvolve várias capacidades e habilidades, ou seja,

O ensino da língua escrita abarca uma infinidade de saberes, habilidades, procedimentos e atitudes que se constroem em longo prazo pela possibilidade de, entre tantas coisas, conhecer letras e expressar sentimentos, decodificar sinais e interpretar o mundo, selecionar informações e articular ideias, escrever palavras e se relacionar com o outro, conhecer as arbitrariedades do sistema e aprimorar esquemas de organização do pensamento, desenhar traçados convencionais e recriar as dimensões humanas de tempo e espaço, respeitar normas e constituir-se como sujeito autor, adestrar os olhos e viajar por meio da leitura, dominar a mão e usufruir o direito à palavra. (COLELLO, 2010, p. 77).

Foi possível verificar que a prática pedagógica desenvolvida por esses professores ainda se encontra voltada para uma aula repetitiva e cansativa, pois os alunos não

demonstravam muito interesse nas atividades propostas, além disso não havia, por parte dos professores, explicação sobre os conteúdos que estavam sendo abordados nas atividades (cópias), o que afeta diretamente na aprendizagem dos alunos, pois se um conteúdo não é explicado pelo professor (o qual deve mediar e intervir as atividades quando necessário) é pouco provável que ele seja compreendido pelo aluno. O professor é aquele que deve mediar, apresentar o que será lido ou escrito como por exemplo:

[...] o livro, o texto, a paisagem, a imagem, a partitura, o corpo em movimento, o mundo. É ele quem auxilia a interpretar e a estabelecer significados. Cabe a ele criar, promover experiências, situações novas e manipulações que conduzam à formação de uma geração de leitores capazes de dominar as múltiplas formas de linguagem e de reconhecer os variados e inovadores recursos tecnológicos, disponíveis para a comunicação humana presente no dia-a-dia (NEVES; et al (orgs), 2011, p. 16).

Essas práticas pouco produtivas dos professores também está diretamente ligada a falta de conhecimento, o que é acarretado também pela falta de planejamento sob orientação do coordenador pedagógico e pela falta de formação continuada visando sempre a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, pois nas escolas brasileiras,

[...] essa concepção de formação contínua do docente – realizada nas escolas mediante a ação do coordenador pedagógico – tem sido adotada nas políticas públicas de formação, observando-se a transferência, para as escolas, de partes substanciais do desenvolvimento profissional do professor. Adicionalmente, nem sempre a ação do coordenador pedagógico é pautada pelas necessidades e demandas da escola, uma vez que projetos e programas do governo assumem caráter prioritário e a própria cultura docente resiste às propostas feitas por ele (DAVIS, 2012, p.16).

Neste sentido, é importante ressaltar que a ação do coordenador pedagógico da escola deve sempre está vinculada a uma formação contínua e permanente de todos os envolvidos no processo educacional. Assim, é preciso enfatizar que esse profissional deve ser qualificado na área (pedagogo) e demonstrar interesse em trabalhar de forma articulada e produtiva, valorizando o trabalho dos professores e favorecendo a qualidade do ensino ofertado.

A alfabetização e o letramento por serem duas ações que se complementam devem sim, fazer parte do ambiente escolar visando à formação integral de seus educandos. Isso é tarefa da escola como um todo, mas o professor como mediador deve estar sempre inovando suas práticas pedagógicas, e para que isso de fato ocorra é preciso que se dê condições e flexibilidade para os mesmos, afinal

A escola precisa ser um ambiente que permita a ampliação das possibilidades de conhecimento das crianças em situações cuidadosamente planejadas, que favoreçam o uso da língua em diferentes situações ou contextos sociais, valorizando sua função diversificada e sua variedade de modos de falar. Para isso, a realização de um trabalho criativo e prazeroso que possibilite o desenvolvimento de habilidades comunicativas nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de diversas situações orais e

escritas, deve ser uma preocupação constante do professor (BRASIL, 2012, p. 19).

Assim, o professor deve constantemente rever e repensar sua prática, buscando ajuda sempre que preciso, pois o mesmo é a peça fundamental e indispensável em uma sala de aula, sua metodologia muito pode contribuir positivamente para o processo de alfabetização e letramento, mas também pode deixar grandes lacunas se trabalhadas de forma mecânica e sem levar em consideração as aprendizagens, capacidades e habilidades que devem ser desenvolvidas nos educandos durante essa etapa da educação básica.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recapitulando, este trabalho objetivou verificar se os professores de series iniciais do ensino fundamental lecionavam todas as disciplinas obrigatórias da grade curricular e se estes utilizavam em suas práticas de ensino, conteúdos voltados não somente para os conteúdos escolares, como também o uso dos diversos gêneros textuais como subsídio o processo de alfabetização e letramento.

Partindo das análises dos dados obtidos através dos instrumentos de coleta de dados, concluímos que, os gêneros textuais estão presentes na sala de aula da turma do 4º ano do ensino fundamental. Eles estão expostos em murais, colados nas paredes, e os próprios livros didáticos também trazem uma gama de gêneros que podem ser relacionados e contextualizados com outros gêneros que circulam socialmente de acordo com a realidade do aluno.

Constatamos que os três professores, utilizam em suas práticas alguns gêneros textuais, contudo esses gêneros são utilizados somente como atividades para desenvolver a leitura e a escrita em si, ou seja, apenas como ferramenta de codificação e decodificação, e ainda para manter os alunos ocupados através das transcrições de textos e atividade xerocados ou dos livros.

Verificamos que a grande dificuldade encontrada pelos professores é a quantidade excessiva de alunos presente em sala de aula, e outro aspecto relatado no caso da professora "A" é a sobrecarga de disciplinas. Esses aspectos colaboram para uma prática mecânica e infrutífera, levando alguns professores ao comodismo, o que por consequência pode afeta direta e indiretamente no desenvolvimento e na formação integral dos educandos.

O aluno pode aprender a ler e escrever não apenas por meio de textos presentes em livros didáticos de Língua Portuguesa, além disso os professores não podem deixar o processo de alfabetização e letramento somente a cargo do professor da referida disciplina. Em todas as disciplinas da grade curricular, é possível alfabetizar letrando através de outros gêneros textuais sem perder a especificidade do conteúdo, que também é de suma importância ser assimilado pelo educando durante o processo de escolarização.

Os diversos gêneros textuais estão ligados á leitura e escrita sim, porém o ensino dos mesmos não deve se restringir ao ensino superficial do que seja ler e escrever, pois embora ler e escrever sejam habilidades indispensáveis e essenciais na vida do ser humano é preciso questionar o uso que se faz dos mesmos na escola.

A perspectiva de formar leitores e escritores não está ligada apenas ao ensino da escrita e a decodificação de seus símbolos, mas sim na formação de leitores e escritores que entendam e compreendam o que está sendo lido e escrito, e que saibam utilizar esses conhecimentos em prol da sociedade, ou seja, formar cidadãos não apenas alfabetizado, mas letrados para que os mesmos possam melhor operar no mundo no qual estão inseridos.

Portanto, consideramos que a teoria e a prática devem caminhar juntas no processo educacional, e que a escola deve valorizar e respeitar a cultura e o meio social em que seu

educando estão inseridos, visando sempre a formação integral dos educandos e o trabalho qualitativo e produtivo do professor alfabetizador.

## 6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana B. Correia de. Conceituando alfabetização e letramento. In: SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA Márcia (orgs). *Alfabetização e letramento: conceitos e relações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ALMEIDA, Vanessa Fulaneti. FARAGO, Alessandra Corrêa. *A importância do letramento nas séries iniciais*. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade. Bebedouros-São Paulo, 2013.

AMADO, Angela Aparecida Fernandes. *Gêneros textuais na alfabetização e letramento*. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium. Lins - São Paulo, 2013.

BARBOSA, Juvêncio. A história da escrita. In: BARBOSA, Juvêncio. *Alfabetização e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Acervos complementares: alfabetização e letramento nas diferentes áreas do conhecimento / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica*. – Brasília: A Secretaria, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1997a.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília, 1997b.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e lingüística*. São Paulo: Scipione, 1989.

COUTINHO, Maria de Lucena. Psicogênese da Língua escrita: o que é? Como intervir em cada uma das hipóteses? Uma conversa entre professores. In: MORAIS, Artur Gomes, ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz (orgs). *Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FRANCHI, Eglê. *Pedagogia do alfabetizar letrando: da oralidade à escrita*. São Paulo: Cortez, 2012.

GALVÃO Andréia. LEAL, Telma Ferraz. Há lugar para métodos de alfabetização? Conversa com professores (as). In: MORAIS, Artur Gomes; ALBUQUERQUE; Eliana Borges Correia de; LEAL; Telma Ferraz (orgs). *Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GUEDES, Paulo Coimbra. SOUZA, Jane Mari de. Leitura e escrita são tarefas da escola e não só do professor de português. In: NEVES, Iara Conceição Bitencourt [et al.]. *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. DIONISIO, Angela Paiva. Princípios gerais para o tratamento das relações entre a fala e a escrita. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONISIO, Angela Paiva (orgs). *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MENDONÇA, Márcia. Gêneros: por onde anda o letramento? In: SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia (orgs). *Alfabetização e letramento: conceitos e relações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PAGNONCELLI, Magali. *A influência dos gêneros textuais no processo de construção de sentido do texto*. [S.l: s. n], 2008.

PORTO, Márcia. *Mundo das ideias: um diálogo entre os gêneros textuais*. Curitiba: Aymar, 2009.

SANTOS, Carmi Ferraz. ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Alfabetizar letrando. In: SANTOS, Carmi Ferraz. MENDONÇA, Márcia (orgs). *Alfabetização e letramento: conceitos e relações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. São Paulo, Cortez, 2002.

## **OS DESAFIOS EDUCACIONAIS PERANTE A INFRAESTRUTURA ESCOLAR INDÍGENA NA ALDEIA PARINTINTIN EM HUMAITÁ-AM**

Luciane Rocha Paes, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades-UFAM, lucianerochapaes23@gmail.com  
Greicy Oliveira Nascimento, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades-UFAM, greicyoliveiran@hotmail.com  
Andreza Marcião dos Santos, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades-UFAM, andrezamarcião@hotmail.com;  
Eulina Maria Leite Nogueira, Professora Doutora da Universidade Federal do Amazonas, campus Vale do Rio Madeira, Humaitá, Amazonas, eulinanog@hotmail.com.

### **Resumo**

Este trabalho surgiu a partir de uma experiência de campo através de um projeto de extensão pela Universidade Federal do Amazonas – IEAA, na Escola Municipal Indígena São José que está localizada no Lago Pupunha onde vivem os indígenas das Etnias Parintintin e Torá a 7km do município de Humaitá-AM. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi de cunho qualitativo e bibliográfico, no qual se contou com dados da observação de campo dos diversos problemas encontrados pelos indígenas referente à maneira de como é conduzida a educação da aldeia. Por ser uma comunidade indígena próxima à cidade, esperava-se que os órgãos públicos estivessem atentos a todas as demandas necessárias para um bom funcionamento da escola no que se refere as questões de infraestrutura, mas a realidade encontrada foi bem diferente. Primeiramente, porque na aldeia não há um local específico para chamar de escola, devido ao fato de alguns anos atrás ter ocorrido um grande incidente com a infraestrutura da escola desta comunidade indígena. A escola construída há muitos anos atrás de madeira só tinha uma sala, sem manutenção a escola foi se deteriorando, assim o piso de madeira acabou declinado se tornando imprópria para o uso. Para que as aulas não fossem interrompidas e os indígenas pudessem ter direito a educação escolar, houve uma grande participação dos indígenas e dos professores que precisavam buscar uma maneira de manter o ensino. Diante disto, a casa dos professores passou a abrigar as turmas que variavam da educação infantil até o 3º ano do ensino fundamental no primeiro cômodo da casa. As crianças do 4º ano até o 9º ano do ensino fundamental ficavam em lugares diferentes, dependendo de algumas ocasiões como, por exemplo, nos dias que em que não havia atendimento médico pela FUNAI, as crianças tinham aula nesta casa que estava separada, especificamente, para ser o “posto de saúde”. Quando os agentes da FUNAI ocupavam o espaço, a solução era migrar os alunos para um espaço que ficava atrás da casa do Cacique, uma espécie de varanda, que acomodava a todos e, assim seguia a educação na aldeia. Após este relato, observamos que até o momento nenhuma providência foi articulada para melhorar a infraestrutura que abriga os alunos desta comunidade indígena. Os professores, pais e a gestora da escola tentam a sua maneira fazer com que as crianças tenham o acesso à educação, mesmo que não seja de uma forma satisfatória, mas que vai se sustentando até que a nova escola fique pronta e que nenhum aluno fique sem estudar. Fica evidente que as consequências dessa falta de infraestrutura podem prejudicá-los de diversas maneiras no processo de ensino e aprendizagem, e colabora para um processo de desigualdade perante as escolas que estão localizadas na zona urbana, produzindo um melhor atendimento para as escolas urbanas e não para as indígenas.

Palavras-chave: Educação Indígena, Infraestrutura, Desafios.

## 1- INTRODUÇÃO

Este artigo relata uma experiência de campo, na aldeia Pupunha que está localizada na BR 230 - Transamazônica, a 7 km do município de Humaitá-AM. Nessa aldeia vivem o povo indígena Parintintin e Torá. Diante de algumas visitas durante o período letivo, tínhamos como objetivo observar e levantar informações a respeito da educação escolar dessa aldeia para o desenvolvimento do projeto de extensão da Universidade Federal do Amazonas – Ufam, contudo ao longo dessas visitas podíamos perceber a total falta de estrutura física da escola citada, e assim uma precarização no ensino em si, sem uma estrutura adequada à educação escolar formal. A escola física é de madeira, que há um bom tempo está sem manutenção e acaba não atendendo a todos os alunos matriculados, pois só tem uma sala e uma cozinha. A partir deste cenário, entendemos que é necessário fazermos uma reflexão sobre as políticas públicas pertinentes e a necessidade de se rever a construção da cidadania do povo indígena. Ao longo dos últimos anos, a educação escolar indígena vem sendo cada vez mais discutida, pois a cultura indígena necessita a cada dia mais de ações afirmativas que garantam a sua resistência, e por sua vez a educação escolar indígena é essencial para o processo de afirmação da cultura e da cidadania. A escola para os povos indígenas surgiu de uma forma negativa, logo de início ela surge apenas como uma ação catequizadora da Igreja, e tinha como principal objetivo o uso da mão de obra, o ensino era passado de uma forma que todos os conteúdos eram tidos como verdades absolutas e inquestionáveis, o aluno apenas teria que armazenar na memória os conteúdos e devolvê-los quando alguém o solicitasse. A criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), em 1910, formula uma política indigenista menos desumana, baseada nos ideais positivistas do começo do século. Ainda seriam criadas várias organizações não governamentais voltados para a defesa da causa indígena, e assim, com o surgimento das organizações governamentais e não governamentais o movimento indígena começou a se organizar. É grande o esforço na educação escolar indígena para manter uma educação de qualidade, com isso, envolve toda uma luta para a conquista dos direitos, e é através de toda essa luta que hoje em dia houve as conquistas alcançadas, resultado de muitas lutas e esforços de professores e lideranças indígenas, assim como, de muitos técnicos, gestores e dirigentes.

São muitos os desafios enfrentados pelas escolas indígenas, e a transformação ou mesmo uma nova criação de novas experiências pedagógicas de ensino e aprendizagem nas escolas indígenas, na perspectiva de uma escola e uma educação intercultural, bilíngue, específica, diferenciada com tempo, espaço, conteúdo curricular, metodologias, pedagogias, didáticas e epistemologias próprias que dependem da capacidade de gestão das comunidades e do movimento indígena organizado. Todo esse sistema prevê em construir uma escola indígena que vá além da cultura crítica, ela deseja abrir novos espaços para outros modos de transmissão de conhecimentos por meio da oralidade, da imagem, da observação e repetição de bons exemplos dos mais velhos e do aprender fazendo, vivendo, experimentando, pesquisando e descobrindo.

## 2. Parâmetros para Educação Escolar Indígena no Brasil

As comunidades indígenas estão tendo um maior amparo legal na área educacional e na preservação da sua cultura. Através desse contexto, podemos perceber uma preocupação em preservar a identidade e a culturas dessas comunidades, fazendo com que o ensino faça florescer o respeito social e cultural diante das comunidades indígenas.

À Educação Escolar Indígena está nos artigos 78 e 79 do Ato das Disposições Gerais e Transitórias da Constituição de 1988. Ali se



preconiza como dever do Estado o oferecimento de uma educação escolar bilíngue e intercultural que fortaleça as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena e proporcione a oportunidade de recuperar suas memórias históricas e reafirmar suas identidades, dando-lhes, também, acesso aos conhecimentos técnico científicos da sociedade nacional. Para que isso possa ocorrer, a LDB 9.394/96 determina a articulação dos sistemas de ensino para a elaboração de programas integrados de ensino e pesquisa, que contém com a participação das comunidades indígenas em sua formulação e tenham como objetivo desenvolver currículos específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades. A LDB ainda prevê a formação de pessoal especializado para atuar nessa área e a elaboração e publicação de materiais didáticos específicos e diferenciados (MEC/SEF, 2001).

A Educação Escolar Indígena tem contribuído para o processo ensino/aprendizagem nas escolas que por sua vez tem favorecido na (re) afirmação da identidade indígena, nos direitos e significados da posse da terra, na manutenção/resgate da cultura, tradições, saberes e entre outros. A legislação garante os direitos do povo indígena, inclusive a uma educação diferenciada capaz de fortalecer a afirmação étnica e cultural, com o intuito de preservação da realidade cultural da comunidade.

Os avanços na educação escolar indígena nos últimos anos podem ser classificados em três categorias, sendo elas: legal, político e pedagógico. O reconhecimento político e jurídico da educação escolar específica e diferenciada como direito coletivo que orientou a expansão do atendimento da oferta escolar no âmbito do sistema nacional de ensino, superando a visão assistencialista e paternalista do indigenismo colonial e; o reconhecimento da importância do protagonismo indígena em todo o processo educativo das comunidades indígenas com o surgimento de professores e técnicos indígenas no magistério e gestão de suas escolas. No campo da educação escolar indígena, o reconhecimento sociocultural e étnico possibilitou, entre outras conquistas, o uso, a promoção e a valorização da língua materna e dos processos próprios de ensino aprendizagem no âmbito das escolas das aldeias, cuja base legal está explícita na Constituição Federal de 1988 “o ensino fundamental será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (Artigo 210, Inciso 2)”.

Outros dispositivos legais tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotada pelo Brasil em 2004 e do Plano Nacional de Educação reafirmam o reconhecimento dos direitos de autonomia político-pedagógica das escolas indígenas na definição e implementação de processos educativos inerentes aos sistemas sócio educativos de cada povo. Educação escolar indígena é específica não porque a lei assim o diz, mas porque ela reflete um longo período de negociações entre índios, não índios e estudiosos do tema, sobre o que deveria estar sendo resguardado a este segmento da sociedade brasileira que deseja marcar sua diferença e preservar sua existência com dignidade. Atualmente a Educação Escolar Indígena está em agindo tanto nos aspectos relacionados à compreensão das propostas da educação diferenciada quanto na mudança da pedagogia não indígena de ensino.

A construção da Educação Escolar Indígena configura-se, portanto, como um avanço político educacional no Brasil, haja vista que a escola indígena deve ser um local onde se discutem os problemas que atingem os grupos sociais e mostram-se soluções para os

mesmos, fazendo com que a educação escolar seja ressignificada e adaptada a outro contexto étnico, contribuindo significativamente para a construção da cidadania e, assim sendo a autonomia dos povos nativos.

### **3. Relato de experiência dos desafios infraestruturais enfrentados pelo povo Parintintin**

Este estudo parte do projeto de extensão intitulado “Oficina de Jogos para a Alfabetização” realizado pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, que tinha como objetivo ajudar os professores a criar novos métodos e jogos pedagógicos para melhoria da alfabetização dos indígenas. E através da experiência vivenciada, foi possível mostrar neste trabalho as dificuldades e os problemas enfrentados pela Escola Municipal São José, que está inserida em uma comunidade indígena localizada a 7 km da cidade de Humaitá-AM. Os dados aqui discutidos partiram de uma observação direta do local, através de algumas visitas a aldeia, que a princípio tinha como intuito levantar algumas informações a respeito de como acontece o processo de ensino nesta aldeia, no entanto, ao nos depararmos com realidade, várias outras questões foram encontradas e se tornaram problemas a serem levantados como, por exemplo, uma das questões que mais nos chamou a atenção foi que os indígenas Parintintin não falavam a sua língua materna, não exerciam sua cultura, não mantinham mais seus costumes e rituais, que não havia professores qualificados com a identidade indígenas, e principalmente por não possuírem uma escola com estrutura adequada para atender as crianças indígenas. Pelo fato da aldeia dos Parintintin está localizada muito próxima a cidade, esperava-se que os órgãos públicos estivessem atentos à todas as demandas necessárias para um bom funcionamento de uma escola no que se refere as questões de infraestrutura, mas a realidade encontrada foi bem diferente. Primeiramente, porque na aldeia não há um local específico para chamarmos de escola, devido ao fato de alguns anos atrás ter ocorrido um grande incidente com a infraestrutura da escola desta comunidade indígena. Na aldeia havia uma escola, a qual recebia o nome de Escola Municipal Indígena São José, construída há muitos anos atrás, tendo uma infraestrutura de madeira e composta somente por uma sala. Com o passar do tempo e sem manutenção a escola foi se deteriorando, assim o piso de madeira acabou declinado se tornando imprópria para o uso. Hoje em dia, este espaço não recebe mais a presença dos alunos, deixou de ser utilizada pelos professores, até mesmo por uma questão de segurança à comunidade. Diante desta situação, para que as aulas não fossem interrompidas e os indígenas pudessem ter direito e acesso à educação escolar, houve uma grande participação dos indígenas e dos professores que precisavam buscar uma alternativa para manter a continuidade ao ensino. E assim, não mediram esforços para encontrar uma solução de imediato para que suas crianças não ficassem sem ir à escola. Entraram em contato com o setor educacional da cidade informando-os do incidente ocorrido, mas até o momento não foram criadas providências. Somente há uma promessa de que a prefeitura irá construir um novo espaço escolar, mas por enquanto, só chegam a lentas parcelas alguns materiais para a construção da tão sonhada nova estrutura escolar. Como ressalta Henriques et. al. (2007, p. 82).

A maioria das escolas indígenas funciona precariamente em espaços que as comunidades podem disponibilizar, como salões comunitários, igrejas, espaços externos às casas de professores e de lideranças indígenas, entre outros.

É desta forma, através da solidariedade da comunidade que a educação na aldeia Parintintin está acontecendo, enquanto a nova estrutura não se inicia e nem fica pronta, foi preciso criar novos espaços dentro da aldeia para a realização das aulas. Com isso, os professores tiveram a iniciativa de descer a sua casa para abrigar as turmas que variam da educação infantil até o 3º ano do ensino fundamental no primeiro cômodo da casa. Este cômodo era pequeno, constituído de madeira, e sem nenhuma estrutura para receber as crianças.

A casa pertencia a dois professores, casados, ambos com formação em Pedagogia, que ficavam alojados neste local desde que foram contratados. E foi dividida em dois cômodos, no primeiro ficavam as carteiras das crianças da antiga escola e o improvisado-espaço destinadas às aulas, que possuía alguns cartazes (levados por nós), uma estante com livros didáticos e uma bancada com três computadores que não eram utilizados nem pelos professores e nem pelos alunos devido à falta de assistência. No segundo cômodo, a divisão se dava a partir de uma parede, na qual ficavam os pertences dos professores, e também era nesse pequeno espaço que os professores dormiam, cozinhavam e estudavam. A foto a seguir retrata o local ao qual as crianças da educação infantil até o 3º ano do ensino fundamental ficavam alojadas: É visível o despreparo do local para receber as crianças e proporcionar um ensino diversificado e lúdico. Afinal, quando se trata da educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental a organização e estrutura do ambiente escolar são uns dos pré-requisitos colaborativos para o desenvolvimento da imaginação e também dos processos cognitivos.

Faria (2003) ressalta a importância da infraestrutura e a organização do espaço físico das instituições de educação infantil e dos anos iniciais que devem levar em consideração todas as dimensões humanas potencializadas nas crianças: o imaginário, o lúdico, o artístico, o afetivo e o cognitivo, no entanto o espaço da escola observada delimita todas essas ações pela precariedade da infraestrutura apresentada. As outras crianças, que frequentam o 4º ano até o 9º ano do ensino fundamental ficavam alojadas em lugares diferentes, dependendo de algumas ocasiões como, por exemplo, nos dias que em que não havia atendimento médico pela FUNAI, as crianças tinham aula nesta casa que estava separada, especificamente, para ser o “posto de saúde”. Quando os agentes da FUNAI ocupavam o espaço, a solução era migrar os alunos para um espaço que ficava atrás da casa do Cacique, uma espécie de varanda, que acomodava a todos e, assim seguia a educação na aldeia.



Fonte: (Paes, 2016)

Diante deste relato exposto, o que o povo Parintintin mais deseja é ter um local adequado para que as crianças possam estudar de uma forma adequada, mas cabe ressaltar que no momento a luta é por uma infraestrutura mínima escolar, que possua itens

básicos como, por exemplo, a própria estrutura física, o fornecimento de água, energia elétrica e esgoto sanitário.

É importante lembrarmos que existe uma diferença na estrutura das escolas que estão localizadas na zona urbana e das escolas indígenas das zonas rurais, uma vez que a primeira, além de haver espaços de apoio didáticos como bibliotecas, laboratórios, quadras, entre outros, há também espaços para organização do funcionamento do colégio, como salas de professores, coordenadores e diretores, secretarias, almoxarifados, etc, passando também por equipamentos e materiais didático-pedagógicos, computadores com acesso à internet e demais insumos tecnológicos. Eis que surge nosso questionamento, por que nas escolas indígenas rurais não se podem aplicar as mesmas políticas públicas que as escolas da zona urbana recebem?

O Artigo 78 da Lei nº 9394/1996 determina que o Sistema de Ensino da União desenvolva sistemas integrados de ensino e pesquisa para a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, respaldando, implicitamente, a criação de um subsistema de ensino voltado exclusivamente para a educação indígena, que poderá estruturar-se de forma completamente diferenciada dos sistemas de ensino dirigidos às populações não indígenas. Assegurando, que a educação indígena ofereça, além dos principais aspectos da cultura ocidental, ou seja, da cultura do não índio, um ensino que valorize os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, suas práticas culturais e suas línguas. Mas o que realmente acontece na prática é que não há material didático, formação para os professores e principalmente infraestrutura para o desenvolvimento de tais direitos.

A aldeia oferece um extenso território que poderia ser aproveitado para a criação de um espaço de recreação e um refeitório para que as crianças pudessem ter um local adequado para fazer suas refeições. Os professores nos relataram que até mesmos as aulas de educação física eram realizadas ao ar livre, em qualquer lugar da aldeia, pois não se tem um local próprio para a realização das atividades físicas e até mesmo extraescolares. A escola municipal São José não possui uma infraestrutura mínima para que os alunos possam frequentar e apropriar-se do direito de aprender de uma forma digna e confortável.

Além disso, o clima da região deve ser levado em consideração, uma vez que o local onde a escola e as crianças estão alojadas para aprender é bastante quente. Segundo Henriques et. al. (2007, p. 83), deve existir “padrões flexíveis de infraestrutura escolar que garantam a adaptação às condições climáticas da região e às técnicas de edificação próprias do grupo, de acordo com o uso social e as concepções de espaço próprias a cada comunidade indígena”.

Após este relato, observamos que até o momento nenhuma providência foi articulada para melhorar a infraestrutura que abriga os alunos desta comunidade indígena. Os professores, pais e a gestora da escola tentam a sua maneira fazer com que as crianças tenham o acesso à educação, mesmo que não seja de uma forma satisfatória, mas que vai se sustentando até que a nova escola fique pronta e que nenhum aluno fique sem estudar. Mesmo que as escolas possuam bons gestores, com professores dedicados e com a força de vontade dos alunos, estudos mostram que a infraestrutura pode ter relação com a formação dessas crianças indígenas, além de garantir conforto e bem estar não apenas aos alunos, mas também para os professores e a toda comunidade escolar. É importante ressaltar que pelo motivo de os professores atuantes na aldeia não possuir nacionalidade indígena torna-se mais difícil ainda a luta por uma estrutura adequada e a revitalização da cultura indígena para a escola municipal São José do povo Parintintin. Afinal, a importância da formação do professor indígena é uma das maneiras de conciliar todos os aspectos para que se tenha uma luta intensiva contra o sistema repressor e excludente na qual os indígenas então inseridos. O professor que possui identidade

indígena terá conhecimentos específicos a respeito de seu povo e de seus direitos a serem colocados em prática, além de se reconhecer e se identificar com os alunos e está ciente de todos os problemas que não são recente, que vem sendo arrastados de uma longa bagagem histórica, terá a oportunidade de colaborar de uma forma mais inclusiva dentro do processo de ensino e aprendizagem da educação indígena. É importante que o professor indígena atue nas aldeias, pois, sua presença é um grande auxílio para a reivindicação de direitos, como por exemplo, a conquista do ensino bilíngue e a luta por uma escola bem estruturada faz está presente na importância de profissional indígena atuando na aldeia.

[...] a formação de professores indígenas passou a ser uma condição da educação intercultural de qualidade. O professor indígena quem, em muitas situações, responde, perante outros representantes políticos, pela mediação e interlocução de sua comunidade com o mundo de fora da aldeia. E transforma os elementos culturais, econômicos e científicos oriundos dessa relação em conhecimento sistematizado para a escola intercultural. Seu perfil vem sendo construído de forma diferente em cada comunidade, expressão de suas particularidades culturais, suas histórias de contato, seus modelos de organização social e seus projetos de futuro. (Referenciais para a formação de professores indígenas, 2002, p. 10)

Contudo, são diversos fatores colaborativos para que haja verdadeiramente uma educação de qualidade e de caráter indígena dentro da aldeia dos Parintintin, que venha a atender a todas as demandas que os indígenas reivindicam e necessitam para a melhoria do espaço escolar da aldeia. Fica evidente que as consequências dessa falta de infraestrutura podem prejudicá-los de diversas maneiras no processo de ensino e aprendizagem, e colaborar para um processo de desigualdade perante as escolas que estão localizadas na zona urbana, produzindo um melhor atendimento para as escolas urbanas e não para as indígenas.

#### **4. Considerações Finais**

Partindo deste relato de experiência, podemos concluir que a educação escolar indígena está fora do horizonte dos governantes e que há um grave descaso com a bem feitoria da garantia de acesso e permanência destes estudantes indígenas. A escola municipal São José está à deriva do poder público, dependendo unicamente da comunidade indígena, que acima de todos os problemas e da falta de comprometimento estatal faz a sua maneira para que os alunos não fiquem sem acesso à educação.

É indispensável deixarmos de explanar o quanto o papel e o apoio dos professores colaborou para que o ensino continuasse a acontecer, afinal, deixaram o mínimo de conforto possível para abrigar os alunos em um dos dois únicos cômodos que sua casa possui. Demonstraram o seu comprometimento com a educação e acima de tudo o respeito pela profissão que optaram por seguir, são profissionais dignos de todo o reconhecimento plausível.

O apoio da comunidade da Aldeia dos Parintins foi essencial para que a escola não deixasse de existir e para que os indígenas não tivessem que buscar educação escolar na zona urbana.

Apesar de aldeia em si ter perdido uma grande parte dos seus preceitos culturais como um grupo cultural, a solidariedade e respeito mútuo prevalecem e compõem as relações interpessoais e todos aparentam estarem interessados no bem comum para as crianças que necessitam do acesso à educação básica.

É notório relevarmos a importância de uma boa infraestrutura que irá colaborar para o melhor desempenho dos alunos, de maneira que o aluno ao chegar ao espaço escolar se sintam acolhidos e adequados ao espaço no qual passam boa parte do seu dia. E assim possam criar uma imagem afetiva do espaço escolar e um maior conforto para a realizações de todas as tarefas as quais lhe serão destinadas, o espaço tem que gerar ideias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento, despertando nos alunos o interesse em aprender, além de ser alegre aprazível e adequada.

Através desde viés de comunicação e conhecimento não podemos deixar de chamar a atenção dos nossos governantes para que prezem melhor pelo desenvolvimento da educação dos povos indígenas, que além de fornecer a acesso educação básica, seja levando em consideração também o acesso à Educação Escolar Indígena, respeitando sua língua, seus costumes e principalmente seus direitos.

### Referências

**BRASIL**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira-LDB. Lei nº 9394/1996. BRASIL, Constituição da República do Brasil. Art. 26, § 4º-Seção I. Cap II. 1988.  
**BRASIL**. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF, 2005.

**BRASIL**. Ministério da Educação. Referenciais para a formação de professores indígenas/ Secretaria de Educação Fundamental .Brasília : MEC; SEF, 2002.

**GRUPIONI**, L. D. B. Do nacional ao local, do Federal ao Estadual: as leis e a educação escolar indígena. In: MARFAN, Marilda Almeida (Org.). *Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores: educação escolar indígena*. Brasília: MEC/SEF, 2001, p. 130-136. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol4c.pdf>>. Acesso em: 08/08/2016.

FARIA, A. L. G. O espaço físico como um dos Elementos Fundamentais para uma pedagogia infantil. In: FARIA, L. G.; PALHARES, M. (org.). **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios**. 4. Ed. Campinas: Autores associados, 2003, p. 67-100. Disponível em: <https://www.lume.ufgs.br>. Consultado em: 27 abr.2016.

HENRIQUES, Ricardo *et al* (org.). *Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola*. Brasília, 2007. Secad/MEC. LDB (1996). **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9394 de 20/12/96. **Referenciais para a formação de professores indígenas/** Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC; SE, 2002.

## Os desenhos e o relato de frei Coppi: traços da história Tariana

Valéria Nely C. de Carvalho, NEAz/Unb, [carvalho.nely@gmail.com](mailto:carvalho.nely@gmail.com)

### Resumo

Os desenhos do missionário franciscano Illuminato Giuseppe Coppi, que acompanham o seu relato, constituem um contraponto importante para a contextualização de sua narrativa catequética. Em 1883, frei Coppi instalou-se em Ipanoré, aldeia Tariana situada às margens do rio Uaupés, no alto rio Negro, e foi o principal protagonista de atos de profanação dos objetos sagrados Tariana. As imagens e o seu texto são o suporte para uma discussão sobre a condição indígena, sobre as ideias relacionadas à transformação do outro e os recursos à disposição, temas que ainda hoje permeiam a realidade indígena no Brasil.

Palavras-chave: política missionária católica; política indígena; Tariana; Amazônia brasileira, século XIX.

### Resumen

Los dibujos del misionero franciscano Illuminato Giuseppe Coppi, los cuales acompañan a su descripción, son un contrapunto importante del contexto de su narrativa catequética. En 1883 le fray Coppi se instaló en Ipanoré, pueblo Tariana situado en las orillas del río Vaupés, en el alto Río Negro, y fue el principal protagonista de los actos de profanación de los objetos sagrados Tariana. Imágenes y texto son el soporte para una discusión de la condición indígena, de las ideas relacionadas con la transformación del otro y los recursos disponibles, cuestiones que todavía impregnan la realidad indígena en Brasil.

Palabras clave: política misionera católica; política indígena; Tariana; Amazonia brasileña, siglo XIX.

### Résumé

Les dessins du missionnaire franciscain Illuminato Giuseppe Coppi, qui accompagnent son rapport, sont un important contrepoint au contexte de son récit catéchétique. En 1883 le père Coppi s'installe à Ipanoré, village Tariana situé sur les marges de la rivière Uaupés, au Haut-Rio Negro, et a été le principal protagoniste des actes de profanation des objets sacrés Tariana. Les images et les textes sont le support pour une discussion sur la condition des indiens, sur les idées liées à la transformation de l'autre et les ressources disponibles, les questions qui imprègnent encore la réalité indigène au Brésil.

Mots-clés : la politique missionnaire catholique ; la politique amérindienne ; Tariana ; Amazonie brésilienne, XIX siècle.

Este artigo trata da história das populações indígenas residentes na área do Noroeste amazônico, entre as quais os Tariana, Tukano, Pira-tapuia, Miriti-tapuia, Arapaço, Tuyuka, Kubeo, Makuna, Makú, Baré, Bará, Kuripako, Karapanã, Baniwa, Warequena e Dessana, na zona banhada pelos rios Uaupés, Tiquié, Papuri, Içana, Negro e Xié, por meio do manuscrito redigido e ilustrado pelo missionário franciscano frei Coppi, em 1883, sobre o período em que esteve à frente do aldeamento de Ipanoré, localizado no baixo rio Uaupés, em território brasileiro.

Frei Coppi esclareceu que o objetivo do seu relato era obter apoio do governo brasileiro e do prefeito das missões franciscanas para que outros missionários fossem agregados ao trabalho de catequese junto à essas populações. Neste seu relato, fr. Coppi refere-se a aspectos das relações entre os índios e os missionários, os regatões e as

autoridades brasileiras e, principalmente, veicula uma ideia de cultura, uma visão de religião e de evangelização, e das relações do seu ofício.

É escrito em língua espanhola, mas fr. Coppi se vale de várias palavras e expressões em português, em italiano e em língua geral. O manuscrito compõe-se de 104 páginas em formato caderno, incluindo 19 páginas desenhadas, que ilustram cenas do cotidiano, das cerimônias, dos rituais indígenas e dos seus objetos sagrados. Transcreve duas orações em língua geral, oferece a lista das malocas indígenas, dos aldeamentos<sup>1</sup> e povoados ao longo dos rios Negro, Uaupés, Tiquié e Içana, e dos padroeiros católicos destes locais.

Por meio de seus desenhos, tabelas, listas e mapas apreende-se muitos outros detalhes sobre os locais onde haviam igrejas e cemitérios, como era a disposição e o material de construção das casas, as vestimentas que os índios usavam diariamente nas missões, e os encontros e códigos sociais promovidos nestes locais. Frei Coppi também desenhou a maloca nativa, o modo como os homens e mulheres indígenas aí se ornamentavam para os rituais e cultos ao Jurupari, listou as etnias representadas na área do rio Uaupés, Tiquié e Içana, e várias divindades que, em língua indígena e geral, os índios nomeavam durante as suas cerimônias.<sup>2</sup>

## 1 - Os povos indígenas do noroeste amazônico

A área do noroeste amazônico tem sido considerada como de tradicional ocupação de grupos nativos que vivenciaram, sobreviveram e reestruturaram-se socialmente desde o advento da conquista europeia, localmente situada em meados do século XVIII.

Nesta área existe atualmente mais de 200 povoados indígenas, uma população superior a 37000 pessoas falantes de 20 línguas nativas diferentes, agrupadas em três troncos linguísticos, quais sejam: os Tukano Oriental e Arawak, que predominam nos cursos d'água principais, e os grupos Makú, situados nas áreas de interflúvio. A grosso modo, e tendo em vista somente o município de São Gabriel da Cachoeira, trata-se da única unidade administrativa brasileira onde mais de 90% de sua população é indígena, onde línguas indígenas, o tukano e o baniwa, foram reconhecidas, ao lado do português e da língua geral, como línguas oficiais dessa circunscrição.

Os povos de tradição Tukano Oriental incluem, entre outros, as etnias Tukano, Desana, Pira-Tapuia, Wanano, Arapaço, Kubeo e Tuyúka, e se encontram em diversos pontos ao longo dos rios Uaupés, Tiquié e Papuri. O Tariana é hoje o principal grupo Arawak no rio Uaupés, e outros representantes desta tradição se localizam em alguns de seus afluentes superiores e nas proximidades, como os Yukuna e os Kabiari, que ocupam respectivamente o rio Mirití-Paraná e o Pira-Paraná, ambos conectados ao rio Apaporis, que integra a bacia do rio Japurá e situam-se ao sul em relação ao Uaupés. Outros grupos Arawak encontram-se localizados na área de drenagem do Rio Negro, em território atualmente venezuelano, como os Piapoco, os Achagua e os Yavitero, enquanto os Baniwa, os Warekena e os Baré se localizam, respectivamente, na área do rio Içana, do rio Xié e do Rio Negro, em território brasileiro e colombiano.

Os traços culturais que caracterizam estes povos são explicitados através de uma subsistência baseada na pesca e caça, na agricultura da mandioca amarga e na coleta de produtos florestais; na maloca como moradia comum e modelo de concepção da vida social e do cosmos, local de convívio e execução de rituais.

<sup>1</sup> Por maloca entende-se a tradicional moradia das populações indígenas; enquanto por aldeamento ou missão entende-se o local sob intervenção dos missionários.

<sup>2</sup> A coleção Coppi encontra-se depositada no Museu Etnográfico e Pré-histórico Luigi Pigorini, em Roma. RIBEIRO et al 1983; COPPI 1883 1916.

As tradições orais e referências míticas recolhidas a partir de fins do século XIX confirmam o reconhecimento de um *corpus* mitológico comum o qual, de modo mais ou menos elaborado, é ainda hoje rememorado por ocasião dos rituais de reciprocidade (ou dabacuri em língua geral), dos ritos de passagem (Jurupari em língua geral) e outras ocasiões sociais onde grupos falantes de línguas diferentes encontram seus parentes (consanguíneos e afins), as casas aliadas (malocas) e reforçam os seus laços de solidariedade e parentesco.

Os critérios definidores dessas etnias indígenas foram salientados por Colini em fins do século XIX, o qual construiu uma argumentação para apresentar as sociedades indígenas da área do rio Uaupés fundamentada nos relatos transmitidos pelos naturalistas, por fr. Coppi e por apreciações pautadas em observações sobre as coleções etnográficas conservadas na Europa, constatando que o conhecimento acumulado trazia evidências que as comemorações indígenas realizadas ao som de flautas e homens mascarados encontravam-se disseminadas entre os Huitoto, Tikuna, Yágua, Tukano, Tariana, Pira-Tapuia e Arapaço.

Porém, sugestões mais decisivas para a compreensão das dinâmicas nativas foram apresentadas, entre os anos de 1880-1920, por Coudreau, Stradelli, Barbosa Rodrigues, Nimuendaju e Koch-Grünberg, cujos estudos se basearam em testemunhos indígenas. Mais tarde, na década de 1940, Goldman e outros americanistas precisaram os seus contornos com observações mais atentas sobre a intensidade de interação interétnica e histórica entre as diferentes etnias ali representadas. Desde então, especialmente a partir da década de 1970, diferentes estudos foram realizados sobre as etnias que habitam ao longo das margens do rio Negro e Uaupés, incluindo coletâneas de narradores indígenas.

Desde cedo, o fato que mais chamou a atenção daqueles que compartilhavam do convívio nativo nos locais de seus adensamentos, nas malocas e aldeamentos dispersos às margens do Uaupés e outros rios comunicantes, era a circunstância, para muitos observadores um tanto quanto intrigante visto os termos de compreensão da vida social conhecidos, de que grupos humanos expressando-se em línguas tão distintas tivessem se localizado em uma área relativamente circunscrita, em vista da dimensão do continente, e de tal modo culturalmente homogênea.

As relações de parentesco entre os diferentes grupos indicavam que as características do ambiente nativo comportavam padrões de intercâmbio sociocultural nem sempre associados ao universo das sociedades ditas primitivas da América do Sul. Entre as populações indígenas do noroeste da Amazônia, em áreas de predomínio nativo, ainda hoje se trata de circunstância corriqueira encontrar um alto índice de indivíduos políglotas, que podem compreender ou expressar-se em mais de seis línguas, incluindo as línguas indígenas e as línguas de origem colonial, como o português, o espanhol e a língua geral.

Já no século XIX foi levantada a hipótese que esta circunstância derivava parcialmente de o fato desta área ter-se constituído em “zona de refúgio”, conforme indicaram Araújo e Amazonas e Stradelli. Alguns estudiosos, como Nimuendajú, levantaram a hipótese de que os grupos Makú poderiam ter sido os primeiros habitantes da região da área dos afluentes da margem sul do Rio Negro a qual, posteriormente, teria sido penetrada pelos povos Arawak. Estes povos Arawak, provenientes da zona caribenha da América - via Orenoco, Cassiquiare ou Rio Negro -, teriam se estabelecido, principalmente, na área do rio Içana e adjacências. A ocupação que os Tariana realizaram em direção às margens do rio Uaupés, conforme esta literatura, teria ocorrido num segundo momento quando, então, este território já estaria ocupado por alguns grupos de tradição Tukano Oriental, e a expansão portuguesa apenas se iniciava. Na visão indígena, índios e brancos, surgiram juntos na área da cachoeira de Ipanoré.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> COLINI 1885: 136-141; COUDREAU 1887: 141-185 (vol. II); STRADELLI 1890b: 425-453; KOCH-GRÜNBERG 1921; NIMUENDAJU 1982: 123-191; GOLDMAN 1963: 3-25; ARAÚJO E AMAZONAS

Quando os missionários franciscanos se instalaram na área do rio Uaupés, no povoado de Ipanoré, na década de 1880, essas populações indígenas já conheciam, havia mais de um século, os percalços da vida colonial: haviam sido assoladas pelos aliciadores de mão-de-obra, pelos tropeiros, sertanistas, regatões e outros comerciantes, haviam sido transferidas para os aldeamentos missionários, para os destacamentos, para as diversas áreas de produção agrícola, pastoril e pesqueira instaladas pelos governantes portugueses e demais senhores.

Em 1793, os Tariana da maloca de Ipanoré, liderados por Calisto Papa, haviam se reunido para receber o missionário André de Sousa entre eles: durante três anos seguidos, fr. André esteve em desobriga em Ipanoré, tendo ao fim informado que nessa missão volante havia batizado quase mil crianças, mas não havia contado o número de adultos porque eles eram numerosos, e iam e vinham o tempo todo. Outros missionários deram sequência ao trabalho de catequese, como fr. José dos Santos Inocentes, fr. Gregório da Bene e fr. Manoel Salgado, entre os anos de 1840-1860, mas estes religiosos praticamente nada escreveram sobre as suas atividades catequéticas.

O naturalista Wallace, que explorou o rio Uaupés e Negro, entre os anos de 1850-1852, conheceu a maloca indígena quando esteve em Açaí-paraná e nas cachoeiras de lauaretê e Caruru. Observou que Ipanoré era o único local ao longo do rio onde predominavam as pequenas casas individuais, à moda do branco, sendo a sua população indígena menor do que os moradores reunidos em lauaretê. Muitos regatões já haviam se estabelecido entre os índios, e todas as localidades que Wallace conheceu foram aquelas que os comerciantes e autoridades governamentais também frequentavam em busca de mercadorias e mão-de-obra. Spruce, companheiro de Wallace, considerou o tariana Bernardo, principal da aldeia de Urubu-coara, como o chefe indígena mais influente da região. Ambos relataram as razias promovidas por Bernardo junto aos Carapanã e encontraram índias e crianças que haviam sido apesadas.<sup>4</sup>

Conforme as autoridades governamentais, entre as décadas de 1850-1860, líderes carismáticos mestiços e tapuias estavam canalizando as insatisfações da população indígena dessa área, os índios já não obedeciam às ordens de seus patrões e se negavam a cumprir acertos. Neste momento, o governo provincial encontrava-se engajado em uma reorganização da administração local, oriunda da época colonial e impactada pela valorização provocada pelo boom da borracha, e reconheceu a dependência existente em relação à população indígena dessa área do alto rio Negro. Dali provinham os trabalhadores empenhados na construção do forte de Cucuí e de outras obras na capital, e na produção de farinha de mandioca para o mercado de Manaus e baixo rio Amazonas.

As “danças das cruzes”, como foram designadas a época as reuniões promovidas pelos messias, foi objeto de particular interesse do governo em vista do conteúdo político que esses líderes transmitiam em suas mensagens e profecias. Estas manifestações tiveram início entre os Baniwa, habitantes das margens do rio Içana, e se alastraram, em pouco tempo, entre os Tukano, Tariana, Pira-tapuia e Arapaço, moradores das áreas do rio Uaupés, e entre os Werequena, do rio Xié.

As reuniões promovidas pelos messias foram praticamente ininterruptas entre as décadas de 1850-1860, conforme as fontes oficiais que deslançaram repressões policiais e militares contra os seus seguidores, mas é factível supor que esses movimentos não

---

(1852) 1984; CABALZAR 1998:6-7; AIKHENVALD 1999: 385- 415; ÁRHEM 1996; CHERNELA 1996; HUGH-JONES, C 1979; HUGH-JONES, S 1979; JACOPIN 1977; JOURNET 1995; BARBOSA et alli 2000:254-259; FERNANDES & FERNANDES 1996; LANA & LANA 1995.

<sup>4</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, 1805, novembro, 19, Termo do testemunho do índio Raymundo sobre as exações cometidas por José Inácio de Sousa Pinto. AHU\_ACL\_CU\_13, Cx. 54, D. 769; SOUSA 1848: 466; WALLACE 1979: 299-304; SPRUCE 1908: 322 e 327-329; MARTIUS & SPIX 1938: 317. KOCH-GRÜNBERG 1921: 9-21 e 235-237.

tenham simplesmente se extinguido. Venâncio Anizeto Kamiko, um índio Baniwa, era reconhecido como o messias mais respeitado e influente da região desde 1854, e ainda andava ativo décadas mais tarde. As referências existentes sobre Alexandre, Caetano, Basílio e Vicente Cristo revelam que eles eram considerados como seguidores de Venâncio Anizeto Kamiko. O que se sabe através dos testemunhos legados por viajantes e estudiosos, como Koch-Grünberg, é que ainda no ano de 1875 Cristo Anizeto estava atuando no rio Içana, tendo por base o igarapé Cubaté. Na área do rio Uaupés, conforme informaram Stradelli e Coudreau, era Cristo Vicente quem liderava as “danças das cruzes”.

Muito pouco foi registrado sobre essas celebrações, mas se sabe que nestes momentos de encontro ocorriam confissões, divórcios, casamentos, batismos, após os quais se seguiam as “diversões profanas”, as danças, a oferta de comida e bebida. Venâncio Cristo se fazia acompanhar do Santo Padre, da Santa Maria e de São Lourenço, utilizava como símbolo do seu movimento as cruzes-emblema da religião Católica. Os seus rituais de proteção e de curas terapêuticas eram solicitados para as manifestações de mal-estar e doença de toda a sorte, para a busca de solução aos mais diferentes tipos de acontecimentos, desde o perigo representado pelos animais e espíritos da floresta ou as ameaças provenientes dos comerciantes, regatões e patrões, que enrolavam os índios em dívidas infundáveis, como ainda para promover as plantações e aliviar as pessoas da fome e do débito, para transmitir mensagens de redenção e salvação.

Venâncio Cristo e os outros messias solicitavam oferendas de seus seguidores, indicavam dietas alimentares e prescreviam remédios para cada situação, mas seus discursos proféticos guardavam certas distinções, sabe-se que Venâncio Cristo difundia uma visão catastrófica da iminência do fim do mundo, enquanto Alexandre Cristo fazia referência a um acerto de contas e inversão de papéis entre brancos e índios. Mas, Cristo Vicente, conforme anotou o viajante Coudreau, considerava-se um “amigo particular” de Tupã, se dizia o “pajé dos pajés” e o “pai dos missionários”, os quais, em função de suas exortações, haviam sido enviados àquela área. Cristo Vicente, conforme Koch-Grünberg, ainda possuía seguidores no início do século XX, como também Venâncio Kamiko, cuja morte somente teria ocorrido em 1902.<sup>5</sup>

Os missionários Franciscanos atuaram na área do alto Rio Negro durante praticamente dez anos, entre 1879-1889. Durante todo o período desta experiência catequética, os religiosos produziram poucos informes sobre as populações indígenas e o trabalho que desenvolviam. De um modo geral, os religiosos somente mantiveram correspondência com os seus superiores, no Brasil e em Roma, por motivos administrativos, para queixar-se um dos outros, para informar sobre a disposição do governo, a oposição dos comerciantes e o número de sacramentos ministrados. Quase todos os missionários franciscanos que atuaram nessa região foram transferidos da Bolívia para o Brasil. Quanto à fr. Coppi, autor do relato ilustrado, ele mesmo nos esclarece sobre o seu percurso pessoal, as motivações que o levaram a escolher o hábito e a pregação missionária.

Nasceu em 1842 na Abadia beneditina de S. Salvatore, na província italiana de Siena. Com a idade de 15 anos ingressou no mosteiro franciscano de Monteluco, localizado na região da Úmbria. Em 1861, não se apresentou ao recrutamento militar, sendo expulso da Úmbria sob acusação de apoiar os Piemonteses. Posteriormente, foi preso pelos “Camisas Vermelhas” que o acusavam de espionagem. Conseguiu liberar-se, e em 1867, ordenou-se sacerdote. Tinha, então, 25 anos e foi orientado a afastar-se da Itália. Esta opção lhe parecia ir ao encontro de sua vocação de levar o evangelho aos “incrédulos do verdadeiro Deus”.

Em 1870 tomou o navio que o trouxe à América do Sul, tendo sido incorporado ao Colégio de Tarata, fazendo parte do grupo de religiosos que trabalhavam nas quatro missões implantadas junto aos quase cinco mil índios da etnia Guarayo, sendo responsável

<sup>5</sup> STRADELLI 1889a: 11-17; COUDREAU: 1887: 167 (vol. II); CARVALHO 2006.

pela Missão de Yotaú, na Amazônia boliviana. O ordenamento aí observado foi parcialmente detalhado por fr. Coppi: cada aldeia possuía um missionário-regente a quem os aldeados deviam obediência. Nenhum aldeado poderia passar uma noite fora da missão sem obter previamente a permissão do dito missionário. Todos os índios deveriam trabalhar nas plantações durante três dias da semana em benefício da missão. O missionário compensava-os por este trabalho entregando-lhes roupas, instrumentos de ferro, etc. Todas as casas da aldeia eram construídas de madeira e barro, e cada família possuía uma moradia individual. Em casos de desordens, os índios eram açoitados. Em 1880, fr. Coppi pediu obediência para as missões franciscanas da província do Amazonas, onde chegou em julho de 1882. Tinha quarenta anos de idade.

Os primeiros missionários franciscanos que atuaram junto às populações indígenas da região banhada pelo rio Uaupés, freis Villa e Zilocchi, fixaram-se no povoado de Taraquá, situado no baixo Uaupés, e realizaram desobrigas ao longo deste rio e de outros cursos d'água comunicantes - como o Tiquié, Papuri, Içana e o Aiary, -, para ministrar os sacramentos católicos às diferentes populações aí estabelecidas. A partir de 1880, com a saída de fr. Villa e a chegada de frei Canioni, deu-se início a um trabalho mais sistemático de catequização junto aos Tukano. Quando fr. Coppi juntou-se aos seus companheiros, no início de 1883, realizou a desobriga em vários povoados, e impulsionou a catequização dos Tariana. Tendo sido repudiado pelos Tariana de Iauareté, maloca indígena situada às margens da porção alta do Uaupés, fr. Coppi fixou-se em Ipanoré.<sup>6</sup>

## 2 - O aldeamento missionário de Ipanoré

Uma vez instalado em Ipanoré, frei Coppi adotou regras para este aldeamento seguindo o "regime de redução" adotado pelos franciscanos nas missões entre os Guarayo, na Bolívia, a saber: a construção de casas individuais para cada família, de um cemitério, de uma prisão, de uma guarda policial indígena, a organização de chefias para cada grupo de 20-25 famílias, e a instituição de uma disciplina rígida para assegurar a nova estruturação do cotidiano de controle das manifestações culturais nativas. Havia também mandado destruir a velha capela e em seu lugar tinha feito edificar uma verdadeira igreja, de 20 metros de comprimento por 12 metros de largura, composta de três altares, dois púlpitos, duas torres e com local apropriado para o coro e a orquestra; ele próprio havia desenhado em suas paredes as figuras dos santos. Essa construção foi considerada por Coudreau como a mais imponente de todo o Rio Negro.

Frei Coppi permaneceu exatamente um ano na área do rio Uaupés, deixando a região no início de 1884. Todas as manhãs e fins de tarde, os indígenas eram chamados para participar da missa, nas sextas-feiras realizavam a Via Sacra, no sábado se rezava o Santo Rosário, e no domingo, após a Santa Missa, mais uma vez se recitava o Santo Rosário. As crianças frequentavam a escola todas as tardes, onde fr. Coppi era o professor. Às oito horas da noite, o sino da igreja indicava que era o momento de todos se recolherem às suas casas. Frei Coppi, também interferiu no modo em que se realizavam as transações comerciais mantidas pelos indígenas com os regatões, submetendo à sua aprovação as combinações acertadas.

Para frei Coppi, o "verdadeiro sistema de missão" pressupunha o abandono do tradicional modo de vida indígena, e a adoção de novas regras e hábitos, onde o missionário passava a desempenhar um papel proeminente, decidindo e interferindo nos mínimos detalhes da vida coletiva e privada dos seus catecúmenos, pois como fr. Coppi esclareceu, insistentemente, "queria implantar as reduções". No entender de fr. Coppi, esta

---

<sup>6</sup> COPPI 1883 1897 1916.

nova ordem estava trazendo satisfação visto que os indígenas se demonstravam “contentes” com o fato de o religioso intermediar as negociações de compra e venda com os regatões, e ainda que alguns “índios não quisessem deixar os seus lugares para viver na povoação”, este posicionamento se modificaria “com o tempo e com a força”. Presumia que “não estaria muito longe o feliz momento para que o governo formasse nestes rios uma nova Comarca, pois os Índios que povoam estes lugares pertencentes ao Brasil, supõem-se ser entre 12 a 15 mil almas”.

Pouco mais de seis meses após se instalar em Ipanoré, fr. Coppi havia conseguido implantar alterações no cotidiano dos indígenas que implicavam a adoção das regras já citadas. Progressos nesse sentido também foram feitos por fr. Canioni na aldeia de Taraquá, enquanto fr. Zilocchi, implantando na área do rio Tiquié, se mostrava reticente na adoção dessas regras para a catequização dos Tukano e Miriti-Tapuia. O “plano de redução”, como descrito por fr. Coppi possui o mesmo sentido que já foi identificado como sendo a concepção de missões difundidas pelos jesuítas na época colonial, a saber, local onde se exerce o bom governo, a boa educação dos corpos e das almas, e cujo senso profundo vinculava-se ao sonho escatológico de construção da cidade de Deus.

O relato ilustrado de fr. Coppi transmite uma visão sobre as populações indígenas, a modalidade de evangelização em curso, e as estratégias de apreensão e transformação do outro. Este missionário, baseando-se em sua experiência anterior, fez de tudo para obter os objetos sagrados indígenas. Em poder desses objetos, fr. Coppi foi protagonista de atos de profanação e de diabolização dos objetos e da religião nativa. A imagem traçada por fr. Coppi não é ancorada na ideia de negação do conhecimento de Deus: os índios, como todas as “nações bárbaras” tinham seus “cultos de religião”, fr. Coppi reconheceu, mas a sua devoção era erroneamente consagrada ao inimigo de Deus porque eles veneravam o diabo.

O manuscrito de fr. Coppi é informador, em vários aspectos, de experiências missionárias já relatadas em outros locais, como no Peru, México, Brasil e Bolívia. A extirpação de idolatrias, e se trata de um caso semelhante, foi uma categoria catequética corrente nas relações dos missionários com as populações nativas, e o relato ilustrado de frei Coppi é raro exemplo, no que concerne o Brasil, de seu gênero. Se a necessidade de atribuir ao outro uma crença errônea tratava-se de uma exigência cultural dessa leitura católica, de uma tradução em seus próprios termos visto que a salvação não pressupunha a coexistência de civilizações, de culturas e ideologias, o diabo foi repetidamente o grande antagonista do projeto missionário, e a diabolização conceitual é evidente nas interpretações veiculadas sobre a religiosidade nativa.

O relato produzido por fr. Coppi traz um sucinto panorama dos grupos indígenas que demonstra que o missionário, após um período relativamente curto, havia tido condições de presenciar e apreender algumas dinâmicas da realidade social local. A similaridade dos costumes e dos rituais, e a diversidade linguística foram as características que mais chamaram a sua atenção em relação a essas populações. Estas observações, já haviam sido mencionadas por fr. Gilij no século XVIII, por Wallace no século XIX e, posteriormente, salientada por todos os estudiosos que se detiveram a observar as relações que esses grupos mantêm entre si.<sup>7</sup>

Frei Coppi dedicou uma particular atenção ao modo como os indígenas realizavam seus rituais, discerniu a existência de uma hierarquia na função sacerdotal e, inclusive, chegou a registrar algumas interpretações que os índios lhe fizeram sobre os seus cultos e religiosidade. Neste aspecto esclareceu que em suas conversas com os índios estes lhe haviam afirmado que adoravam ao “demônio” (Jurupari na língua geral; Kué ou Kuai para os Tariana; Jurupari, Izí e macacarauá, em língua geral no texto de fr. Coppi) “da mesma maneira que os cristãos adoravam a Deus e, se para os cristãos as imagens dos santos, do

<sup>7</sup>. COPPI, 1883: 32-58; GILIJ 1992; CALPINI 2008; AMOROSO 2006.

crucifixo, as cruces, etc., representavam o seu Deus, e mediante estes símbolos oravam e cultuavam a quem justamente amavam, esperando dele socorros, do mesmo modo faziam eles, os índios, e com o mesmo fim realizavam suas cerimônias, vestiam-se de Jurupari (a máscara) e tocavam as paxiúbas (as flautas)". Apesar destas explicações, que pressupunham uma compreensão de igualdade entre os deuses nativo e católico, o missionário não problematizou o simbolismo dessas asserções e comparações, e foi taxativo e incongruente com os argumentos que apresentou para concluir que o culto que os indígenas realizavam se resumia a uma devoção ao demônio.

Com efeito, depreende-se do relato oferecido por fr. Coppi certo desconforto diante a diabolização que imprimiu à religiosidade nativa, pois para conduzir o leitor a concordar com a sua interpretação sentenciou que a principal diferença entre os cultos nativo e católico relacionava-se ao fato de que as mulheres cristãs podiam ver os personagens de sua fé, a imagem de seu Deus, e tomarem parte dos cultos em sua homenagem. A esta observação os índios replicavam que desde o princípio jamais suas mães haviam visto o Jurupari, porém sabiam que o descumprimento desta regra acarretaria às suas mulheres, esposas e filhas, por desobedecerem às tradições de seus pais, a punição de morte.<sup>8</sup>

Ainda que a participação da mulher durante a realização dos ritos católicos se desse, e ainda se dá, somente em nível da contemplação da imagem, pois não constituem interlocutores na mediação com o divino em função das restrições de acesso aos postos sacerdotais, fr. Coppi limitou-se a captar a ideia da visão do costume para a criação de um mecanismo com finalidades de desconstrução cultural. Fr. Coppi não mediu esforços para conseguir os objetos sagrados nativos, como se verá abaixo, o que me leva a supor que a sua ideia de conversão havia sido construída previamente, através de uma noção pré-concebida de que a diversidade de costumes constituía, *a priori*, o elemento a ser rompido.

Frei Coppi conseguiu obter os objetos sagrados Tariana graças a um habitante de lauareté, uma outra localidade desta etnia, situada na porção alta deste rio. O missionário explicou que a administração deste local estava a cargo de três chefes: Ambrósio Picuita, Manuel Cuanaca e Marcelino Carí. Fr. Coppi nos relata que durante a sua primeira visita a lauareté, localidade onde ele deveria estabelecer a sede da missão segundo as ordens governamentais, ele havia condecorado Manuel com a patente de capitão, o que implicava o reconhecimento deste líder como principal interlocutor indígena com as autoridades governamentais, evitando a administração tripartite que prevalecia e que, na percepção do governo e de fr. Coppi provocava "ruidosas questões". Os outros dois chefes indígenas opuseram-se à escolha e à presença de fr. Coppi em lauareté, o que nos leva a supor que os indígenas se sentiam suficientemente fortes para opor-se à prática governamental de intervenção na promoção de lideranças.<sup>9</sup>

Poucos meses após esta primeira visita apostólica, frei Coppi recebeu em Ipanoré um grupo de partidários de Manuel Cuanaca para denunciar o assassinato deste líder por Ambrósio, e requerer a sua prisão. O missionário foi a lauareté, acompanhado de seus soldados, encontrando Ambrósio Picuita já imobilizado pelos partidários de Manuel Cuanaca. Segundo Coppi, ele tirou partido da situação, vasculhando todas as casas com o fim de procurar os objetos sagrados, mas nem ele nem os seus guardas não encontraram nada.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> COPPI 1883:51-53. Sobre o papel da mulher entre os grupos nativos do Noroeste amazônico cf.: JACKSON 1972 1983; REICHEL, E 1999; HILL 2002. Ao Governo brasileiro interessava defender posições territoriais em vista da posição do governo colombiano. O povoado de lauareté, finalmente, tornou-se referência nesta negociação, CARVALHO 1995.

<sup>9</sup> Em 1819, Raymundo José, da nação Uaupé, foi nomeado Principal do lugar de São Jerônimo de Ipanoré, TENREIRO ARANHA. 1906: 29

<sup>10</sup> As flautas sagradas são guardadas submergidas em um igarapé próximo à maloca enquanto a caixa do Kumú, que contém as máscaras, colares, braçadeiras, etc, é mantida no centro da maloca. Ambos os esconderijos constituem segredo de Polichinelo, como se pode deduzir, e se os guardas

Ambrósio, por decisão do missionário, foi transferido para Ipanoré onde, após interrogatórios, frei Coppi concluiu que não havia elementos suficientes para responsabilizá-lo pelo assassinato de Manuel Cuanaca. Segundo Coppi, para demonstrar o seu reconhecimento ao missionário, Ambrósio lhe entregou uma caixa contendo os objetos sagrados. Conforme o missionário, Ambrósio, ao entregar estes objetos, chorou muito e lhe pediu para não revelar o conteúdo da caixa para ninguém, especialmente às mulheres. Após os acontecimentos que se desenrolaram em Ipanoré, que serão apresentados abaixo, Ambrósio foi assassinado.

### **3 - A profanação da máscara sagrada Tariana**

A decisão de apresentar a máscara do Jurupari aos indígenas da missão de Ipanoré, portanto de ir contra o que havia prometido a Ambrósio, foi tomada, segundo Coppi, com base em duas reflexões: “primeiro para que não cultuassem senão ao verdadeiro Deus, e [segundo] para convencê-los de que as mulheres não morreriam e assim desenganá-los de seus erros e falsidades”, resumiu o religioso às razões do seu gesto.<sup>11</sup> A profanação da máscara sagrada foi repetida em três momentos diferentes.

Primeiramente, a máscara foi apresentada às crianças no pátio da escola. Um índio Ipuriná, proveniente da área banhada pelo rio Purus, em obediência ao missionário vestiu-se com a máscara. O pátio era cercado e somente possuía uma saída que dava acesso à escola e encontrava-se fechada. Não havia nenhum objeto ou construção que as crianças pudessem utilizar para se esconder ou evitar olhar para a máscara. Isto ocorreu no dia 21 de outubro de 1883.

Conforme o relato do missionário, assim que Francisco entrou no pátio alguns meninos, que já conheciam a máscara, começaram a bater palmas e ao mesmo tempo gritavam é Izí, é Izí, é Izí. As meninas ficaram sem palavras, tentaram fugir, vendo-se impedidas de sair do pátio, colocaram-se uma atrás da outra, tampavam os olhos com as suas mãos, mas furtivamente olhavam a máscara. Vendo que nada lhes acontecia e instigadas por fr. Coppi, elas se animaram a olhá-la, e algumas dentre elas chegaram a tocar o artefato. A gritaria provocada havia atraído, entretanto, a atenção das mulheres e dos anciãos que se encontravam no aldeamento. Todos que acorreram ao pátio da escola puderam observar a máscara. Um pajé que se encontrava entre o grupo repreendeu severamente às mulheres, pondo fim à aglomeração. Mas fr. Coppi, dirigindo-lhes a palavra, continuava incitando os presentes a se darem conta dos erros da sua própria fé, a observarem a máscara sagrada e refletirem sobre a incongruência de suas crenças.

No dia seguinte, a máscara foi colocada em cima de um poste fincado em frente da casa do missionário quando os homens adultos já tinham saído do aldeamento para as suas atividades diárias. A máscara podia ser vista a partir de vários pontos da aldeia. O missionário exigiu que as mulheres trabalhassem na praça.

Segundo fr. Coppi, a máscara do Jurupari esteve em cima do mastro durante todo o dia. As mulheres, para não a ver, fecharam a porta de suas casas. O religioso, no entanto, “obrigou-as a trabalhar na praça, e elas, quando não eram vistas pelos homens [velhos], olhavam assustadas e cheias de temor”. Segundo fr. Coppi, em um determinado momento, apareceram outros homens, mais ou menos cinquenta índios. Estes homens lhe informaram que as mulheres haviam fugido para a floresta e o religioso, em consequência, lhes ordenou que fosse buscá-las imediatamente, mas ninguém quis lhe obedecer. Em seu entender, os

---

Tariana que acompanharam o missionário não quiseram encontrá-los isso ocorreu deliberadamente, o que sugere que a guarda privativa criada pelo religioso não lhe era tão fiel, cf.: REICHEL-DOMALTOFF 1973:190

<sup>11</sup> COPPI 1883: 55-63.

índios pretendiam tomar a máscara à força, e em vista do perigo, fechou a porta da igreja e recolheu-se à sua casa, ordenando que todos se retirassem e ameaçando-os, caso não obedecessem, de abandonar o aldeamento. Neste momento, “os índios obedeceram e começaram a suplicar que não mostrassem mais o Izí, porque era um mal às mulheres”. Para fr. Coppi, esta segunda demonstração, não havia acarretado “nenhum inconveniente, e tão somente causou tristeza e dor aos índios”.

Para melhor prepararem a última apresentação pública da máscara sagrada, freis Coppi e Canioni, que havia sido especialmente chamado para essa última cena, procuraram conhecer melhor o culto que os Tariana devotavam ao Jurupari, inquirindo secretamente o filho de um pajé. A resistência demonstrada pelo garoto, que temia ser descoberto e não queria nada revelar foi, no entanto, vencida. Segundo Coppi, depois que lhe foi prometido “alguns obséquios, e obrigado ao mesmo tempo, começou a narração clara e simples de sua diabólica religião”. As “verdades” transmitidas pelo rapaz foram assim sumarizadas pelo religioso, a saber: “que eles adoram, amam, obedecem e creem no demônio; por ele jejuam e a ele pedem graças, que os pajés são os seus ministros, que o demônio se apresenta no Dabacury ou em outros lugares quando é chamado, que quando estão em agonia apresentam-se muitos Juruparis para recordar-lhes quem é o Izí, que as mulheres não podem vê-los, nem ao seu simulacro, nem as paxiúbas, nem a reza do Jurupari, que é o idioma do demônio, sob pena de logo morrer, que nem os homens nem os meninos não podem dizer nada disto às mulheres sob pena de serem soprados pelos pajés etc.”<sup>12</sup>

Neste momento, segundo a narração, os religiosos meditaram detidamente “ponto por ponto as blasfêmias” que o filho do pajé lhes havia transmitido, as quais os horrorizavam e ao mesmo tempo os enchia de comiseração pelos índios, “desgraçados e cegos servidores do demônio”. Pensaram sobre os passos a serem dados e os “grandes riscos” a que estariam expostos por “quererem falar sobre tão delicado ponto”. Por uma fração de segundo se sentiram na China, no Japão ou em outro lugar qualquer de predomínio dos infiéis, “sempre prontos a vitimar aqueles que se atreviam a falar contra a sua religião”. Porém, refletiram sobre as suas obrigações como missionários e aos castigos que podiam esperar de Deus, “que havendo nos apresentado uma ocasião favorável para salvar a tantas almas, e por puro temor a deixamos passar?” Estas reflexões foram suficientes para levá-los a “dar um assalto, convencidos de triunfar mediante o grande poder de Deus; havendo, sem dúvida chegada a hora de livrar tantas almas das mãos e escravidão do demônio”.

Além das informações fornecidas pelo rapaz, os missionários contavam ainda com um outro “trunfo”, ou seja, “os pajés mais fortes encontravam-se ausentes”, como o Tuxaua pajé-menor e chefe da missão de Ipanoré. Elaboraram então um sermão *ad hoc* onde demonstravam “quanto errados andam com sua diabólica religião”, desvendando “ponto por ponto de suas cerimônias e culto nefando, seus vícios e péssimos costumes”, exortando-os que para alcançarem a “salvação era preciso deixar tudo isso, e amar, crer e adorar ao Deus verdadeiro, criador do céu e da terra, que recompensa os bons com a glória e castiga os maus com as penas eternas”. Escrito o sermão, escolheram o “dia, o lugar e a hora para o crítico, o glorioso ato projetado para a manifestação do simulacro diabólico”. Este dia seria o domingo 28 de outubro, festa dos santos apóstolos Simão e Judas.

A igreja estava repleta, os Índios aí reunidos perfaziam um total de 318 pessoas. Durante a leitura do sermão por fr. Canioni podia-se notar nos Índios, segundo fr. Coppi, uma agitação que ele entendeu ser em razão dos Índios sentirem-se “tocados no fundo de suas almas, e porque também pressentiam uma terceira manifestação onde estavam todas as mulheres”. Percebeu que um pajé havia saído do seu lugar, julgando que isto se dava porque ele queria “distrair-se para não escutar as verdades que se lhes dizia”. Para fr. Coppi, estes sintomas, entre outros que chegou a observar e não relatou, lhe incutiram um

---

<sup>12</sup> COPPI 1883: 63-66.

“forte temor de uma sublevação indígena”. Então, deixou o seu posto diante a porta da igreja, deu alguns passos para poder melhor ver a reação dos Índios: “e vi os homens radiantes de furor e os [semblantes] das mulheres pálidos e palpitantes”. Julgou neste momento a suspensão da encenação, o seu “espírito estava dividido para o sim e para o não”. A sua indecisão foi, segundo o missionário, surpreendida pela definição dada por fr. Canioni, pois este tirou de sua cesta, com uma mão, o crucifixo, e com a outra mão levantou a máscara ao alto para que todos a vissem. Ao mesmo tempo em que mantinha os dois símbolos ao alto, disse: “Olha o vosso Deus, e porque o amam, creem nele e por ele jejuam?”<sup>13</sup>

Estas palavras foram escutadas por todos, ecoando entre os presentes, e grandes e pequenos viram a máscara de macacaráuá. Segundo Coppi, um “temor pânico durou um minuto em todos eles”. Este estado foi interrompido pelo pajé Joaquim Velho que furiosamente, à semelhança de uma onça, ameaçou todos os presentes com a morte. Joaquim Velho começou a “soprar à semelhança de um vento furioso” e “como um louco” pôs-se a reunir as mulheres, dirigindo-as para a porta. A iniciativa de Joaquim Velho foi seguida pelos outros pajés que estavam presentes, como Manoel Uitu, Paulo Cumanda, Manoel Judá, Manoel Cumanda, Paulo Dapole, José Marivene, João Davi, Sudá e Angelo Cuesi, entre outros.

Neste momento, seguindo a narração de fr. Coppi, “um grito de temor e de espanto, igual a uma grande catástrofe, de um horrendo mal”, fez-se ouvir no ambiente. A confusão que reinava era “indescritível”: os homens corriam em direção às suas mulheres e filhos para salvá-los do furor dos pajés enquanto as crianças gritavam por suas mães. Todos temiam a morte. Como um grande tropel, a massa humana dirigiu-se à porta da igreja. A saída encontrava-se entrincheirada: os pajés lutavam braço a braço com fr. Coppi para liberá-la. Diante do tumulto, algumas mulheres escalaram a torre da igreja, algumas caíram por terra, todas procuravam uma maneira de sair da igreja.

Seguiram-se “momentos terríveis”: freis Coppi e Canioni lutavam em pontos distintos contra os pajés, sem poder se ajudar. Frei Coppi, então, começou a dar ordens para que todos saíssem do templo. Contudo, os pajés não o obedeciam, eles queriam vingança e teriam conseguido perpetrá-la, conforme o narrador, “se Deus, a Virgem e S. José não tivessem socorrido com o seu grande poder lutando por nós [Coppi e Canioni], dispersando estes ministros satânicos, que estavam perto de consumir dois assassinatos sacrílegos e tomar o simulacro diabólico”. Finalmente, fr. Coppi pode desvencilhar-se dos pajés, indo acudir fr. Canioni que se defendia “com valor”, segurando em uma mão o crucifixo e, na outra, a máscara. Conseguiram se livrar dos “ministros satânicos”. Correram então, e refugiaram-se na casa do missionário, pois ali “tinham armas para o caso de um novo assalto”. Com efeito, os pajés também se armaram e os outros homens, embora enfurecidos, apenas observavam a cena. Ninguém ousava afrontá-los diretamente “e tão somente contentavam-se em gritar uns aos outros e dar tiros ao ar”.

Isto durou cerca de quinze minutos, após o que fr. Coppi saiu à porta de sua casa e “convidou os índios à tranquilidade e à ordem, e que viessem para acordar a paz” visto que, caso contrário, estava disposto a retirar-se da missão e abandoná-los à sua própria sorte. As ameaças de fr. Coppi surtiram efeito: “Um pajé após o outro vieram humildes e confundidos pedindo desculpas pelo que haviam acabado de fazer contra nós, suplicavam para que não os abandonássemos e nem saíssemos da missão, somente pediam para que nós não mostrássemos mais o simulacro, pois consideravam ser um mal para as mulheres.” As mulheres haviam visto, lhes explicavam os pajés, o que nunca os seus antepassados haviam visto, e por temerem as reações que se seguiam ao rompimento das tradições de seus antepassados, tinham abandonado o aldeamento e se dirigido para a mata,

<sup>13</sup> COPPI 1883: 65-69.

intimidadas pelo estigma da morte. Contudo, os pajés não queriam que os missionários fossem embora do aldeamento. Pouco a pouco, os ânimos foram se apaziguando, e fr. Coppi lhes comunicou a sua decisão de ir para o aldeamento de Taraquá, lhes disse “que iria acompanhar o pe. Mateo à sua missão e que depois de alguns dias voltaria”. Chegaram a Taraquá no mesmo dia, ao cair da tarde.

O desenho que fr. Coppi fez dos três atos de profanação, em uma única página e disposto em formato de tríade, sendo os dois primeiros atos situados lateralmente, no canto superior esquerdo e direito, e a terceira cena da exposição pública da máscara, simbolicamente situado ao meio das duas outras encenações, com a igreja e o altar centrados, com o(a)s índio(a)s em uniformes, portando colares com pendentes em forma de cruz e com os olhos voltados para a porta da igreja, com os missionários em diferentes posições, fr. Coppi barrando a porta e fr. Canioni no altar, são certamente representações alegóricas da colonização.

Após a terceira exibição da máscara, freis Coppi e Canioni deixaram Ipanoré e instalaram-se em Taraquá. Ali, eles deram início a uma série de interrogatórios sobre a religião nativa e, após alguns dias, o mesmo procedimento foi adotado em Ipanoré. Eles pretendiam conhecer mais profundamente a disposição dos índios em relação às missões, aos missionários e aos seus cultos. Conforme fr. Coppi, os índios repetidamente e individualmente prometeram que no futuro não iriam mais invocar Jurupari e nem organizariam rituais ou jejuns em sua homenagem. Alguns trechos desses “exames secretos” foram reproduzidos por fr. Coppi, os quais revelam contradições e ambiguidades na argumentação que o religioso levantou para debater o pensamento nativo.

Segundo Coppi, o pajé-menor Jorge Jordana, de Ipanoré, confessou as mesmas verdades que já eram de seu conhecimento, mas adicionou que após a “exibição pública” da máscara em Ipanoré ele havia jejuado durante três dias e, em seguida, invocado Jurupari para lhe perguntar qual atitude deveria ser tomada e se as mulheres deveriam morrer. Jurupari lhe disse que “estava muito descontente com os missionários por terem manifestado o seu simulacro, mas que tinha ordem de Deus para dizer-lhe que deveriam deixar de amá-lo e cultuá-lo, e entregarem ao missionário o seu simulacro”. Para outro pajé, Ângelo Cuesi, também de Ipanoré, Jurupari apareceu no próprio dia 28 de outubro, e foi logo lhe perguntando, como ignorando o caso, quem havia dado a máscara aos missionários. Ângelo Cuesi respondeu que havia sido os índios de lauareté. E por qual motivo, quis saber Jurupari. A esta indagação, Ângelo Cuesi respondeu: por serem tolos. Então Jurupari recomendou que para satisfazê-lo todos deveriam jejuar: o jejum dos homens seria de três dias e o das mulheres de duas semanas.

Frei Coppi também registrou que os pajés haviam forjado uma explicação para o fato das mulheres ainda se encontrarem vivas, ou seja, elas não tinham morrido porque não haviam intencionalmente colaborado com o missionário. Para o religioso, as mulheres se sentiam aliviadas e liberadas do peso da tradição de Jurupari, pois elas riam e admitiam francamente que os seus ancestrais tinham sido enganados. Apesar disto, fr. Coppi reconheceu que os pajés possuíam argumentos e habilidades para convencê-las da justiça dos ensinamentos de seus ancestrais, e presumiu que se a máscara houvesse sido vista somente por poucas mulheres a história teria tido outro desfecho, era morte certa, os pajés teriam “soprado com o veneno ou de outro modo qualquer e isto para mantê-las sempre obedientes aos seus caprichos e paixões, e nas trevas do herói”. Além da oposição dos pajés, o missionário também constatou que os índios, secretamente, continuavam a realizar as “danças das cruzes”. Para fr. Coppi, os pajés, com a colaboração dos comerciantes, estavam incitando o povo à rebelião.

É factível supor que a ordem de intervenção levada à cabo por frei Coppi pretendia atingir os principais opositores ao “regime de redução”: os comerciantes, os pajés e os messias. É plausível pensar que o religioso não reagiu somente diante a situação que ele

encontrou e quis remediar, a sua atuação baseava-se em uma perspectiva catequética, no trabalho desenvolvido no âmbito do colégio de Tarata, importante centro de referência missionário dos franciscanos na América. Assim, é possível conjecturar que fr. Coppi pretendia intervir na tradição autóctone, pois a sua perspectiva de evangelização tinha por objetivo eliminar as concepções nativas. Em outros termos, a intenção de fr. Coppi era de questionar os deuses nativos, e demonstrar que eles se encontravam impotentes diante à situação de penúria e opressão vivenciada pelos índios. Por este meio, fr. Coppi queria demonstrar que o culto do Jurupari era uma falsa crença, pois os pajés não tinham o poder de fazer respeitar o tabu e matar todas as mulheres.

O estratagema utilizado pelo religioso, o ritmo e a gradação da encenação que planejou para a profanação da máscara, em três momentos distintos e com públicos-alvo diferentes, demonstra que o missionário temia a reação que a sua intervenção podia suscitar. Esta sua precaução nos informa que o missionário não se sentia completamente aceito pela população de Ipanoré. Também nos informa que, possivelmente, alguns indivíduos teriam uma posição favorável ao regime implantado pelo missionário, ao tipo de intervenção que ele estava promovendo ou a proteção que ele transmitia. Há que se considerar que entre as encenações fr. Coppi se valeu de intimidações para ameaçar os índios de abandono, advertindo-os que poderia deixá-los a própria sorte.

Entretanto, por meio dos desenhos realizados pelo missionário sobre a última exibição e da descrição realizada por Coudreau, que oferece uma variante deste acontecimento, o poderio das armas também o ajudaram a se defender e ameaçar os índios. Aliás, existe um ato falho evidente entre a descrição feita pelo missionário e os seus desenhos, que indicam claramente a ocorrência de um confronto onde tanto os indígenas quanto o missionário estavam armados. A luta na praça, como denominou esta sua prancha, refaz o que a sua escrita não o permitia grafar. Em certo sentido se pode afirmar que o método utilizado por fr. Coppi o colocava em situação de igualdade com os comerciantes que ele próprio denunciava em vista do modo violento de agir, e isto ainda que se possa evidenciar que as suas finalidades os diferenciavam.

O relato de fr. Coppi indica o caminho a ser seguido para a implantação do “regime de redução”: com o tempo e a força se poderiam fundar novos aldeamentos missionários. No entanto, o missionário demonstrava-se hesitante sobre este método, pois reconheceu que o culto que os índios devotavam a Jurupari o impedia de dar prosseguimento ao seu trabalho, que seria impossível realizar a conversão. Para o religioso, os índios somente em aparência se conformavam às regras da vida católica, fato que ele tinha podido notar cotidianamente, pois ainda que recebessem os sacramentos, eles não abandonavam as suas cerimônias, o jejum e o culto aos ancestrais. De fato, fr. Coppi sentia-se pouco à vontade diante o paradoxo da sua atividade, e da inconstância da alma nativa.

A profanação dos objetos sagrados pelo missionário situa-o entre os exemplos de extrema intransigência em relação à cultura nativa e, sem dúvida, fr. Coppi é um exemplo típico dos iconoclastas, muito mais atento à imagem do símbolo do que ao simbolismo do ritual. Para o missionário, a única maneira de “fazer os índios úteis às suas famílias, à pátria e à religião” era rompendo com as suas tradições, adotando uma rígida disciplina para os aldeamentos, utilizando a força em caso necessário, demonstrando sistematicamente a inconsistência de suas crenças e costumes, favorecendo a desfiguração das autoridades indígenas e o afastamento dos opositores. Somente por meio desses recursos, que pressupõem unanimidade, poderia o regime da redução alcançar êxito.

O missionário Coppi deixou a região do rio Uaupés dois meses após a profanação da máscara sagrada Tariana. Na versão apresentada por este missionário, sua saída havia sido decidida a fim de melhor organizar a intervenção, sendo necessário um número mais representativo de religiosos. Alguns fatos em torno da profanação dos objetos sagrados Tariana foram objeto de menção de outras fontes, as quais evidenciaram um ou outro

aspecto do acontecimento ou veicularam outras versões sobre o mito do Jurupari, mas não descreveram a encenação realizada pelo religioso. A primeira narrativa deste acontecimento foi feita pelo próprio autor da profanação em 1883. Colini, em 1885, apresentou alguns extratos desta relação no *Bulletino dela Societá Geográfica Italiana*, porém este seu trabalho não chegou a ser mencionado pelos outros estudiosos que, ainda no século XIX, rebateram ou esmiuçaram a identificação que havia sido feita por fr. Coppi sobre os cultos e rituais nativos, como Barbosa Rodrigues, Stradelli e Henri Coudreau, este último foi autor da segunda narrativa sobre as encenações promovidas pelo religioso.

Essa segunda narrativa foi dada a público em 1887. Aí existem elementos que adicionam informações ao relato feito por fr. Coppi e, ainda, fornece uma versão mais detalhada do mito do Jurupari segundo a tradição Tariana. O estudo de Barbosa Rodrigues não trata especificamente da profanação da máscara sagrada promovida por fr. Coppi, mas menciona a interpretação que o missionário procurou veicular, contrapondo-a com a ideia do herói legislador, informando sobre as associações que os missionários haviam feito, desde o período colonial, entre mitos indígenas e personagens da mitologia cristã. Este trabalho de Barbosa Rodrigues apresenta uma terceira versão do mito do Jurupari segundo a variante Tariana, e filia a tradição representada por este mito ao “demonion grego”. Uma quarta versão do mito do Jurupari, também de origem Tariana, foi publicada em 1890 pelo conde Stradelli. Stradelli pouco se atém aos pormenores da experiência realizada por fr. Coppi, embora afirme ter tido a oportunidade de conversar com o missionário e conhecer a sua interpretação. Stradelli foi categórico na análise da interpretação efetuada pelo religioso, para quem tudo o que fugia da órbita cristã merecia ser diabolizado. Neste seu trabalho, Stradelli subscreve a interpretação oferecida por Barbosa Rodrigues.<sup>14</sup>

O geógrafo francês Henri Coudreau, cuja descrição destes acontecimentos baseou-se no relato de frei Coppi, nas informações que recolheu junto aos índios e frei Canioni, também assinalou o fato que alguns indígenas lamentaram a partida do missionário. Em outra narrativa destes acontecimentos, escrita anos mais tarde, frei Coppi descreveu o dia de sua partida de Ipanoré. Segundo ele, sua viagem havia sido deplorada por muitas pessoas e o seu retorno era atendido pelo povo apesar da oposição dos pajés. Conforme o missionário, “desde o dia da vitória havia sido realmente amado como um pai amoroso”.<sup>15</sup> Coudreau aventou a hipótese que esses indígenas estariam atribuindo à fr. Coppi poderes similares àqueles que os seus pajés eram renomados por serem detentores, e isto porque os pajés daquele momento não se mostravam mais tão potentes quanto os antigos, os quais detinham a arte de se comunicar com os mortos. Na sua interpretação, os pajés possuíam rivais, havia os messias mestiços e outros hereges. Esta análise identifica a existência de conflitos no campo espiritual e na hierarquia sacerdotal nativa, situação perceptível pela existência de uma tradição e de sua heresia, de opositores aos hereges e ainda assim heréticos, como os messias e fr. Coppi. Em outras palavras, Coudreau sugere que entre os Tariana de Ipanoré haveria alguns indivíduos que se sentiram atraídos pela pregação de fr. Coppi, um missionário estrangeiro que se opunha frontalmente à tradição indígena.<sup>16</sup>

A questão levantada por Coudreau, no fundo, toca de perto um dilema que se apresentou entre os Baniwa do rio Içana, em fins da década de 1940, através do movimento de conversão ao evangelismo liderado pela missionária norte-americana Sophie Muller. A ideia Baniwa da vinda de um salvador poderia ter sustentado a radical mudança que cindiu, desde esta época, os Baniwa em grupos de diferentes orientações religiosas.<sup>17</sup> Em muitos aspectos, entretanto, o trabalho de conversão desta missionária distinguia-se daqueles

<sup>14</sup> COPPI 1883: 68-73; BARBOSA RODRIGUES 1886-87; STRADELLI 1890<sup>a</sup>; COUDREAU 1887: 157 e 202-206 (vol. II), KOCH-GRÜNBERG 1921

<sup>15</sup> COPPI 1916.

<sup>16</sup> COUDREAU 1887: 157 e 202-206 (vol.II).

<sup>17</sup> WRIGHT 1998: 250-284.

levados à frente pelos missionários católicos, especialmente do contexto criado por fr. Coppi como, por exemplo, pelo fato das práticas de convencimento moral adotadas pela missionária estarem combinadas com uma campanha de alfabetização na língua Baniwa, incluindo a tradução da bíblia; de apoiar-se na formação de pastores oriundos da própria comunidade; de não estabelecer vínculos importantes no gerenciamento da mão-de-obra e na intermediação de produtos e, ainda, por ter incentivado um afastamento do mundo dos brancos através do modo de vida comunitário próprio aos crentes.

As modalidades de conversão instauradas por Sophie Muller, entretanto, visavam à supressão de importantes tradições religiosas nativas, ponto de convergência entre a ação desta missionária e aquela de fr. Coppi. Este aspecto nos leva a suposição que a ordem de ingerência proporcionada por fr. Coppi poderia ter encontrado adeptos entre os Tariana tal como, posteriormente, ocorreria com os Baniwa, ou seja, que a crise social e de culto instalada entre os Tariana poderia ter permitido brechas para que modificações importantes fossem incorporadas às suas crenças religiosas. Além disso, a influência que Sophie Muller obteve esclarece, conseqüentemente, que a condição estrangeira de fr. Coppi não constituiria, por si só, um obstáculo à aceitação da sua liderança. Mas, de todo o modo, a intervenção levada a termo por fr. Coppi foi marcada por episódios que revelavam um tipo de intromissão que propunha claras bases para o confronto, que tocava mais de perto os contornos da liberdade – como a prisão que mandou erguer, a instituição de uma nova hierarquia política e religiosa, a criação de uma polícia indígena, o desrespeito frontal aos costumes locais, o uso de armas para se defender e ameaçar os indígenas, etc. – levando o trabalho de evangelização a uma arena distante daquela por onde teria se movido a religiosa, que o afastavam da linha do convencimento por palavras e posturas, enfim, pelo poder do discurso, ponto importante na concepção indígena de liderança.

Tendo em vista as narrativas de fr. Coppi e de Coudreau, e o paradigma representado pela missionária Sophie Muller, eu sugiro que a aceitação de fr. Coppi por alguns indivíduos Tariana possa ter ocorrido em função da série de pressões que estes indígenas estavam sofrendo por parte dos comerciantes e apesadores da mão-de-obra nativa. Entretanto, é muito provável que este assentimento tivesse limites claros para muitos dentre eles: visava impedir a entrada abrupta dos recrutadores de mão-de-obra, o roubo de suas mulheres e crianças e, simultaneamente, estabelecer intermediários mais confiáveis na relação de troca e acesso às mercadorias.

Com isto quero esclarecer que no meu ponto de vista, a instalação de fr. Coppi entre os Tariana relacionava-se muito mais à impossibilidade que os seus moradores tinham, por um lado, em rejeitar a presença do missionário e, por outro, em valer-se de sua presença como uma opção que se colocava com mais probabilidade de trazer benefícios diante a dinâmica de forças já alicerçada naquela área, que impossibilitava o retorno a uma situação pré-existente, mas não excluía a existência de utopias. Que os missionários certamente se provaram eficientes, com a sua presença, em transmitirem sensações de proteção e conforto isto é manifesto no acolhimento diferenciado que os religiosos tiveram e ainda continuam a ter entre estas populações.

A corroborar esta interpretação, tenho em vista a constatação de fr. Coppi que a sua proposta de “regime de redução” apresentada aos Baniwa, Kubeo, Wanana e, ainda, aos Tariana de lauareté havia sido rechaçada porque os indígenas aceitavam condicionalmente a presença dos missionários: ou seja, impunham limites à organização que ele pretendia estabelecer, negavam-se a se transferir para os aldeamentos já formados, e alguns dentre eles não participaram à construção de capelas conforme lhes tinha sido ordenado. Estas informações nos transmitem a ideia de que haveria uma posição radicada entre esses indígenas de que eles prescindiam da presença dos missionários. Com efeito, os pajés e os messias, como Venâncio Kamiko e Alexandre, promoviam casamentos, batismos, etc., referendando uma posição que, pelo menos, os colocavam em situação de igualdade em

relação aos missionários, eles se sentiam em condições de substituírem os religiosos católicos ou, inversamente, de não serem substituídos por eles.

Frei Coppi, ao indicar a oposição dos indígenas aos termos do “regime de redução” nos leva a deduzir que aqueles que ocupavam as áreas mais distantes, ainda se sentissem suficientemente fortes para evitar as suas proposições, e impunham limites ao tipo de trabalho catequético que admitiam como plausível de ser aceito. Outra situação se colocava para aqueles reunidos em torno do aldeamento de Ipanoré, localidade situada no baixo Uaupés, cuja importância como porto de baldeação havia sido determinada desde o século XVIII, defronte ao primeiro empecilho natural que dificulta a livre navegação daquele curso d’água. Portanto, é de se supor que os indígenas ali reunidos estivessem mais expostos às diversas situações de uma típica área de fronteira, seriam mais assolados pelas requisições dos comerciantes e aliciadores de mão-de-obra, teriam sido obrigados a encontrar soluções mais adaptadas ao contexto local, pois ao menos dez gerações já teriam experimentado as vicissitudes da vida colonial. Assim, se pode melhor compreender porque alguns indígenas reunidos em Ipanoré aceitaram a presença de frei Coppi e anuíram, ainda que de modo reticente, às regras do “regime de redução”.

A situação criada pela profanação da máscara sagrada foi realizada posteriormente ao estabelecimento do missionário em Ipanoré. As encenações ocorreram seis meses após a instalação do religioso e, neste decurso de tempo, fr. Coppi havia conseguido levar os indígenas a realizarem modificações no modo em que organizavam o seu cotidiano: havia construído uma prisão, um cemitério, novas casas para que cada família possuísse moradia individual, e uma verdadeira igreja. Porém, o que se percebe, é que através dos atos relacionados à profanação da máscara sagrada, neste segundo momento de sua atuação, o missionário deixou a arena das recomendações e dos ensinamentos, das práticas de convencimento e demonstrações de que a fé que ele representava poderia trazer, por si só, maiores vantagens ao conjunto da população. O religioso aqui foi além, queria transmitir a ideia de que a visão de mundo nativa era inadaptada em todos os sentidos. Ora, fr. Coppi, através da profanação da máscara sagrada, pretendia canalizar na sua pessoa a representação do bem, situando a totalidade dos conhecimentos nativos em um único polo, ainda que para isto se valesse de estratagemas violentos como a transgressão de tabus e o uso de armas.

De todo o modo, a reação nativa não comportou atos extremos, como o assassinato de freis Coppi e Canioni. Na versão do religioso, os indígenas se limitaram a esbravejar contra os missionários. Com efeito, a profanação havia se passado em três oportunidades, entre as quais os indígenas teriam tido oportunidade de refletir e planejar retaliações, mas pouparam a vida dos missionários, fr. Coppi permaneceu em Ipanoré e teve ocasião de continuar com a encenação. Coudreau comentou que a pilhagem realizada pelos indígenas na igreja, após a viagem do religioso, não havia sido completa, e ainda eram visíveis as imagens que o missionário havia pintado, onde Jurupari encontrava-se representado. O geógrafo francês também notou que fr. Canioni ainda podia circular sem grandes temores pela área, apesar de ter uma máscara em sua bagagem, e frei Venâncio Zilocchi continuava trabalhando na área do rio Tiquié. Os indígenas, segundo Coudreau, temiam muito mais a repressão policial.<sup>18</sup> Estes comentários, além do fato que outros missionários franciscanos atuaram na área até 1889, nos levam a descartar a ocorrência de uma revolta imediata e violenta dos habitantes de Ipanoré.

As narrativas de frei Coppi e de Coudreau não são detalhadas em muitos aspectos, e o leitor, por diferentes motivos, não se vê informado sobre diversas circunstâncias

---

<sup>18</sup> Coudreau viajou junto com a comissão policial enviada pelo governo, a pedido de fr. Coppi, e constatou que a atuação de seus membros foi correta, distante das brutalidades que os índios lhe contaram como sendo a atitude habitual dessas autoridades. COUDREAU 1887: 214-215 (vol. II).

relacionadas às estratégias indígenas e a dimensão que havia tomado o movimento catequético liderado pelo religioso, em qual arena os indígenas tratavam com o missionário.

#### 4 - Considerações finais

As versões indígenas sobre a profanação da máscara sagrada foram divulgadas quase um século depois desses acontecimentos, na década de 1980-90, e a sua análise não será realizada neste trabalho, o que expõe os limites da interpretação aqui realizada, que se atém às versões oferecidas pelo missionário, certamente muito interessado em vangloriar-se e convencer os seus superiores da veracidade e justeza de seus atos, e pelo geógrafo Coudreau, que amplia a leitura oferecida pelo missionário por mais detidamente identificar o quadro de forças local, especialmente o papel dos pajés e dos messias.

A interpretação proposta permite uma compreensão sobre a situação de crise social que as populações indígenas, especialmente os Tariana, vivenciaram na segunda metade do século XIX, contribui à revisão dessa herança e do papel desempenhado pela igreja católica nos eventos que se sucederam durante a conquista da América.

Outra consideração a ser feita refere-se ao fato de que na área cultural do Noroeste as questões vinculadas à religiosidade assumiram um papel de destaque na vida política local. Em meu entender, isto não seria uma decorrência exclusiva do fato colonial o qual, entretanto, teria exacerbado este plano de compreensão e interpretação das relações sociais. De fato, o próprio afinco que os colonizadores demonstraram em valer-se dos representantes da espiritualidade para penetrarem no universo indígena seria a maior evidência de que este plano de compreensão já se colocava como fundamento destas sociedades.

Neste aspecto, cabe salientar que os rituais das “danças das cruzes”, longe de representarem um rompimento com a tradição e culto nativos, podem ser entendidos como um movimento portador de alterações significativas ao nível do ritual, mas o conteúdo expresso por seus líderes não parece crivado, em essência, por mensagens de rompimento com os ideais de seus antepassados. De fato, Venâncio Kamiko Cristo, o messias mais renomado, como nos demonstra uma imagem esculpida em madeira, recolhida na década de 1860, transitava entre os dois mundos: apesar de se vestir com uma batina de padre, portava em sua cabeça o cocar indígena, um ornamento tipicamente nativo.<sup>19</sup>

Frei Coppi escreveu, em 1916, um outro relato sobre o seu trabalho missionário, sem desenhos e mais extenso porque descreve sobre a missão junto aos Guarayo, onde esteve antes de ser transferido para o Brasil. Poucas diferenças se notam na parte em que narra sobre as missões implantadas ao longo dos rios Uaupés e Tiquié. Esses seus manuscritos são importantes fontes de informação sobre os contextos indígenas, a igreja católica e seus missionários, sobre o trabalho que os catequistas realizavam para os governos.

Entre os estudiosos da história e da etnologia indígena tem-se como importante a percepção de que os relatos missionários pouco informam sobre as etnias indígenas e suas cosmovisões, de que esses textos contribuem muito mais para a compreensão da visão de mundo dos religiosos envolvidos no trabalho catequético e, num senso mais amplo, do universo da cultura ocidental da qual são oriundos. Sem dúvida, os textos missionários são limitados porque possuem como objetivo a conversão, e neste sentido suas descrições podem facilmente descaracterizar as perspectivas nativas que descrevem. Mas, ainda assim, esses textos tratam do ofício dos missionários, a metodologia e os instrumentos catequéticos privilegiados, e indiretamente nos informam sobre essas populações quando apresentam entendimentos diversos sobre tema comum, as suas religiosidades, as concessões, os impasses e as negociações admitidas.

<sup>19</sup> Uma fotografia desta estátua encontra-se em WRIGHT 2005.

A importância deste manuscrito redigido e ilustrado por frei Coppi, a meu ver, se relaciona ao menos a três razões. Primeiramente, o conteúdo deste relato ilustrado é inusitado porque são raras as narrativas missionárias que tratam sobre situações semelhantes, pelas ideias que arrola para a produção de um discurso e método evangelizador, pelo ofício de modificar o outro, e pelas populações sobre as quais discorre.

Em segundo lugar, este relato permite melhor identificar a atuação dos franciscanos no Brasil do século XIX, e explicitar os meandros da política indigenista Imperial, dos múltiplos sentidos associados à conversão dos povos indígenas. Por fim, o relato desse missionário franciscano nos permite nos aproximarmos da escrita franciscana, e conhecermos o trabalho que efetuaram, ao lado dos capuchinhos, como principais operários da política indigenista governamental durante fase de formação do Estado nacional, e melhor situar o trabalho efetuado pelas casas de culturas voltadas para a propagação da fé.

A Ordem dos Padres Menores, que congrega os franciscanos e capuchinhos em torno do voto da simplicidade, foram os religiosos mais atuantes no trabalho junto às populações indígenas como, anteriormente a edição do Diretório dos Índios (1755), na época colonial, haviam sido os jesuítas. Esses religiosos eram funcionários de um programa de “catequese e civilização”, tinham os locais de seus aldeamentos escolhidos pelo governo e, devido às cláusulas de contrato – em 1844, em relação ao Brasil como um todo, e em 1870, especificamente sobre a atuação dos franciscanos na Amazônia brasileira -, deveriam prestar contas regularmente ao governo.

Neste aspecto, cabe relacionar o relato de fr. Coppi àquele redigido pelo capuchinho fr. Pelino de Castrovalva, sobre a missão de Bacabal, junto aos índios Munduruku habitantes da área do rio Tapajós, na província do Pará. Frei Pelino permaneceu durante dez anos entre os Munduruku, de 1872 a 1884. O seu relato foi publicado na Itália e voltava-se ao trabalho de divulgação da atividade missionária, de apresentação do homem em estado de natureza, um gênero já bem delineado de propaganda da vida missionária, e neste sentido difere-se da narrativa de fr. Coppi, voltado às autoridades governamentais e aos seus superiores hierárquicos. Por se dirigir aos seus chefes e pares, se pode supor que fr. Coppi se mostrasse mais transparente em relação aos paradoxos da atividade missionária.

Frei Pelino, como fr. Coppi, fez erigir uma igreja na missão, um cemitério, uma cadeia e organizou um pelotão de jovens armados Munduruku. Bacabal era um aldeamento armado, como também era o aldeamento de Ipanoré. Os índios Munduruku e Parintintins, como também os Tariana e Tukano, estavam assolados pelas dívidas que tinham com os regatões. Tanto frei Pelino quanto fr. Coppi viam estes comerciantes como insufladores de conflitos intra-étnicos, e compararam o trabalho catequético que desenvolviam no Brasil àquele que outros missionários desempenhavam na China e no Japão. Consideravam-se amados pelos índios e unidos a eles pelo mesmo amor existente entre filhos e pais.

Freis Pelino e Coppi comungavam, em linhas gerais, a mesma visão sobre a conversão, que somente poderia se organizar pelo rigor da disciplina imposta, condição necessária para a mudança de hábitos, de práticas e de rituais. O modo como os dois religiosos entrevistam o pajé, como um interlocutor do diabo também aproxima as suas interpretações sobre a cultura nativa. Esses missionários também se mostraram preocupados em formular uma teoria da história da religião que incorporasse os indígenas, buscando identificar nas suas origens bárbaras algum tipo de comportamento religioso, insistindo na existência de uma religiosidade que os aproximava, na essência, ao catolicismo.

Outro ponto comum entre esses dois missionários refere-se ao fato de que eles não consideravam os indígenas facilmente passíveis de conversão, um trabalho que supunham longo e árduo, e explicavam esta inadaptabilidade de modo semelhante, cujos sinais seriam os ensinamentos dos seus ancestrais, os jejuns e os rituais que continuavam realizando

apesar da presença dos religiosos. Mas este discurso convergente se mitigava quando se referem ao interesse que as benesses materiais despertavam no indígena.<sup>20</sup>

Parece-me plausível reconhecer nesses dois textos uma única chave de leitura da cultura indígena e da catequese católica junto a essas populações, que associava a empresa apostólica à transformação de sua identidade. Frei Coppi, por meio da profanação dos objetos sagrados Tariana, relacionou claramente o seu trabalho catequético aos métodos da extirpação de idolatrias e da ação de iconoclastas. Os seus desenhos, independentemente de suas qualidades artísticas, valorizam essa narrativa e, de certo modo, falam por si só. Chama atenção, pelos detalhes e minuciosa descrição, os desenhos dos objetos sagrados.

A guisa de conclusão sou tentada a afirmar que fr. Coppi poderia ser enquadrado como um protótipo do extirpador de idolatrias e um anti-messias, o qual, em vista da própria atitude dos indígenas, de suas autoridades políticas e religiosas, dos repetidos movimentos político-religiosos, havia sido escolhido pelo Governo para canalizar a insatisfação existente entre as populações dessa região noroeste. No entanto, essas ilações se restringem ao entendimento que pude inferir, vale lembrar, através do confronto dos acontecimentos tal como relatados por fr. Coppi e outros contemporâneos não índios, não contemplando diretamente a versão indígena.

## Bibliografia

- AMOROSO, Marta Rosa. 2006. A primeira missa na missão de Bacabal, IN: MONTERO (org.). *Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. RJ, Globo.
- ÅRHEM, Kaj. 1996. *Makuna an Amazonian People*. Denmark, Göteborg University.
- BARBOSA (Kedali) & alli. 2000. *Upíperi Kalísi: histórias de antigamente*. São Gabriel da Cachoeira, Unirva/Foirn.
- CALPINI, Rodolfo. 2008. Inculturazione e museologia missionária IN: *Quaderni di Thule*, Perugia, Italia.
- CARVALHO, V N C. 1995. "Conflito e Soberania na Fronteira Amazônica" IN: *Anuário de Estudos Americanos*, Sevilla, Volume LII, nº 2, pp. 121-150.
2006. *Les Fils du Tonnerre et l'expansion coloniale: une ethnohistoire du nord-ouest amazonien (1750 -1889)*. Paris, tese de doutoramento, Ecole Pratique des Hautes Etudes.
2008. "Uma visão sobre a participação da Igreja na política indigenista e sobre os índios no Brasil". IN: *Quaderni di Thule*, Perugia, Italia.
- 2008a. "Autoridade indígena e legislação indigenista no Brasil". IN: *História Revista*, Goiânia, Brasil, v. 13, n.2, pp. 512-540.
2013. "The hidden heritage". IN: BOTTA, S. *Manufacturing otherness: missions and indigenous cultures in Latin America*. Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing.
- CHERNELA, J. 1996. *The Wanano Indians of the Brazilian Amazon*. Austin, University Press.
- COLINI, G. A. 1885. La Provincia delle Amazzoni secondo la Relazione del P. Illuminato Giuseppe Coppi. *Bolletino della Società Geográfica Italiana*, serie II, vol. X, anno XIX, fasc. 2-3, pp. 136-141 e 193-204.
- COPPI, G. I. 1883. *Breve historia de las misiones franciscanas en la provincia amazonense del imperio brasilero con la que se describe hechos importantes e singularmente el culto directo que estas tribus indianas dan al diablo, por un misionero de dichas misiones*. Roma, Museo Preistorico ed Etnologico Luigi Pigorini, ms.
1897. *Appunti Interessanti del Missionario Apostólico Franciscano nell'America del Sud*. Siena, Tipografia Arciv. S. Bernardino,

<sup>20</sup> COPPI 1883 1916; AMOROSO 2006; CARVALHO 2006

1916. *Appunti interessanti delle Missioni Minoritiche nello stato Boliviano e Brasile Amazonia del R. Illuminato Coppi*. Archivio Generale Frati Minori, M.49, ms.
- COUDREAU, H. 1887. *La France Équinoxiale*. 2 v. Paris, Challemeil Ainé.
- FERNANDES (Diakuru) & FERNANDES (Kisibi). 1996. *A mitologia Sagrada dos Desanawari Dihputiro Porá*. Amazonas, UNIRT/FOIRN.
- GILIJ, F. S. 1992. *Ensayo de Historia Americana*. 2 vol. Caracas : Petróleo Venezuela.
- GOLDMAN, I. 1963. *The Cubeo : Indians of the Northwest Amazon*. USA, Illinois Press,
- GRUZINSKI, Serge. 1999. *La pensée métisse*. France, Fayard.
- HILL, J. 2002. Shamanism, Colonialism, and the Wild Woman IN: HILL, J. & SANTOS-GRANERO, F. *Comparative Arawakan Histories*. USA, Univ. of Illinois, pp. 223 – 247.
- HUGH-JONES, Christine. 1979. *From the Milk River*. Cambridge, University Press,
- HUGH-JONES, Stephan. 1979. *The Palm and the Pleiades: initiation and cosmology in northwest Amazônia*. Cambridge, University Press.
- JACKSON, J. E. 1972. *Marriage and linguistic identity among the Bará Indians of the Vaupés*. Columbia, Stanford University, Ph.D. Anthropology.
- JACOPIN, Pierre-Yves. 1977. Habitat et Territoire Yucuna, *Journal de la Société des Américanistes*, T. LXI, pp. 107-139.
- JOURNET, N. 1995. *La Paix des Jardins*. Paris : Institut d'Ethnologie.
- LANA, F. A. (Umusi Pārökumu) & LANA, L. G. (Törāmu Kehíri). 1995. *Antes o mundo não existia. Mitologia dos antigos Desana-Kehiripōrā*. Manaus, UNIRT/FOIRN.
- KOCH-GRÜNBERG, Theodor. 1921. *Zwei Jahre Bei Den Indianern Nordwest-Brasiliens*. Stuttgart, Strecker und Schröder.
- MARTIUS & SPIX. 1938. *Viagem pelo Brasil*. 2 v., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- POMPA, Cristina. 2003. *Religião como tradução*. Bauru, SP: EDUSC/ANPOCS.
- QUEIROZ, M. Isaura Pereira de. 1969. *Historia y Etnologia de los movimientos mesiánicos: reforma y revolución en las sociedades tradicionales*. México, Siglo XXI.
- REICHEL, E. 1999. Gender-based knowledge systems IN: POSEY, D. A & alli. *Cultural and Spiritual Values of Biodiversity*. Denmark, Phonix Trykkeriet.
- REICHEL-DOLMATOFF, G. 1996. *Yuruparí: studies of an Amazonian Foundation Myth*. Harvard, Harvard University Press.
- RIBEIRO, Berta G et al. 1983. A Itália e o Brasil Indígena. Rio de Janeiro, Index.
- SCHADEN, Egon. 1976. *Leituras de etnologia brasileira*. SP, Cia. Ed. Nacional.
- SOUSA, André Fernandes de. 1848. Notícias Geographicas da Capitania do Rio Negro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo X, pp. 411 – 504.
- SPRUCE, R. 1908. *Notes of a botanist on the Amazon and Andes*. London, Mac. and Co.
- STRADELLI, Ermano. 1889a. "Dal Cucuhy a Manãos". *Bollettino della Società Geografica Italiana*. série II, vol. 11, fasc. 1, gennaio, pp. 6-26.
- 1890a. "La Leggenda dell'Jurupary". *Bollettino della Società Geografica Italiana*, serie III, vol. III (anno XXVI – vol. (XXVII), pp. 659-689 e 798-835.
- 1890b. "L'Uaupés e gli Uaupés". *Bollettino della Società Geografica Italiana*. Série III, vol. III, fasc. V, Maggio pp. 425- 453.
- SWEET, D. 1974. *A rich realm of nature destroyed: the middle Amazon valley, 1640-1750*. 2 vol. University Microfilms International, Michigan, USA.; London, England.
- TENREIRO ARANHA, Bento de Figueiredo. 1906. As explorações e os exploradores do Rio Uaupés. *Revista do Archivo do Amazonas*, vol.1, nº. 2.
- WALLACE, A. R. 1979. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. BH: Itatiaia; SP: Edusp.
- WRIGHT, R. 2005. *História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro*. Campinas: Mercado das Letras; SP: Instituto Socioambiental.
1998. *Cosmos, Self, and History in Baniwa Religion: for those unborn*. Austin, University of Texas Press. 1981. *History and religion of the Baniwa peoples of the Upper rio Negro valley*, Ph.D. thesis, Stanford University.

## **Os grandes projetos pós-amazônia legal e a invisibilidade do modos de vida das quebradeiras de coco babaçu do oeste maranhense**

Vanusa da Silva Lima  
Universidade de Brasília  
[vanusababassu@gmail.com](mailto:vanusababassu@gmail.com)

### **Resumo**

O presente ensaio explana as formas de ocupação da região oeste maranhense, tomando como recorte geográfico a região da Grande Imperatriz, município maranhense que carrega as alcunhas de Cidade Princesa do Tocantins e Cidade Portal da Amazônia Oriental. E recorte temporal a partir da inserção da região no arranjo da Amazônia Legal Brasileira, em 1953, que contribuiu significativamente para ocupação de grandes extensões de terras e seu povoamento. Utilizo a definição de Martins (1987) de “chegantes” para denominar os migrantes nordestinos que se instalaram nesta região. Revisitei a literatura de Franklin (2008), Santos (2011) e Sauer (2017) para abranger esse povoamento sob diversas perspectivas da relevância e impactos de tais mudanças na região. Para além da povoação por meio dos grandes investimentos, ressalto a participação feminina no processo de construção das comunidades, que se manteve principalmente no fortalecimento familiar em diversos aspectos, sobretudo na questão alimentar e financeira, encontrada na quebra do coco babaçu. No entanto, os aspectos identitários desse grupo denominado “quebradeiras de coco babaçu” foram adjetivados negativamente e essas e outras mulheres ficaram apenas na invisibilidade.

Palavras-chave: ocupação; campo; mulheres; comunidade.

## **El gran proyectos de post-Amazonia Legal y la invisibilidad de los medios de vida de rompedoras de coco babasú del Maranhão Oeste**

### **Resumen**

Este documento explica las formas de ocupación de la región occidental de Maranhão, tomando como corte geográfica a la mayor Imperatriz, Maranhão, ciudad que lleva el apodo de Ciudad Princesa de Tocantins y Ciudad de Portal de la Amazonia oriental. Y el marco temporal de la inserción de la región en la disposición de la Amazonia brasileña en 1953, lo que contribuyó significativamente a la ocupación de grandes extensiones de terreno y su liquidación. Yo uso la definición de Martins (1987) "chegantes" para referirse a los migrantes del noreste que se asentaron en esta región. Me volví a visitar la literatura Franklin (2008), Santos (2011) y Sauer (2017) para cubrir este asentamiento desde diferentes perspectivas de relevancia y el impacto de estos cambios en la región. Además de la ciudad a través de las grandes inversiones de rebote participación de las mujeres en la construcción de comunidades, que se mantuvo principalmente en el fortalecimiento de la familia en varios aspectos, especialmente en la comida y la cuestión financiera, que se encuentra en incumplimiento del coco babasú. Sin embargo, los aspectos que identifican a este grupo los

llamados "interruptores de coco babasú" eran adjetiva negativamente y estas y otras mujeres eran sólo en la invisibilidad.

Palabras clave: la ocupación; campo; las mujeres; comunidad.

## **The great post-Amazon Legal projects and the invisibility of the living modes of the babaçu coconut breaks of western region of Maranhão**

### **Abstract**

This essay explores the forms of occupation of the western region of Maranhão, taking as a geographic cut the region of the Great Empress, a municipality in the state of Maranhão that carries the nicknames Princess of Tocantins and Portal City of the Eastern Amazon. It is a temporal cut from the insertion of the region into the Brazilian Legal Amazon in 1953, which contributed significantly to the occupation of large tracts of land and their settlement. I use Martins' definition of "arrivals" to refer to the northeastern migrants who settled in this region. I reviewed the literature of Franklin (2008), Santos (2011) and Sauer (2017) to cover this population under different perspectives of the relevance and impacts of such changes in the region. In addition to the population through large investments, I emphasize the female participation in the process of community construction, which was mainly maintained in the family strengthening in several aspects, especially in the food and financial issue, found in the babaçu coconut break. However, the identity aspects of this group called "babaçu coconut breakers" were negatively adjectival and these and other women were only invisible.

Keywords: occupation; field; women; community.

### **1- ENSAIO**

O presente ensaio explica as formas de ocupação da região oeste maranhense, tomando como recorte geográfico a região da Grande Imperatriz, município maranhense que carrega as alcunhas de Cidade Princesa do Tocantins e Cidade Portal da Amazônia Oriental. E recorte temporal a partir da inserção da região no arranjo da Amazônia Legal Brasileira, em 1953, que contribuiu significativamente para ocupação de grandes extensões de terras e seu povoamento.

O Estado incentivou de forma direta, através propagação da abundância e infinidade das riquezas naturais. Além do financiamento com recursos públicos de projetos que desconsideraram a presença das populações aqui residentes há bastante tempo. A coação, a cooptação, expulsão de povos nativos, violação de direitos e a grilagem de terras, foram os principais artifícios nesse processo. Conflitos ocultados pelos êxitos financeiros obtidos através dos vários ciclos econômicos que aqui se estabeleceram.

A chegada do estrangeiro, mesmo que usando vestes nacionais, tal como o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) foi de confronto. Quem permaneceu tornou-se os braços de uma mão de obra barata. Em pleno século XXI, nessa porção de terra maranhense, as comunidades rurais continuam a experimentar esse contato.

A sutileza na nova forma de ocupação das terras ameniza os conflitos. Todavia, elimina comunidades completas. A análise toma como referencial teórico a discussão em torno de problemas latentes e atuais no campo, como no artigo de Sergio Sauer, que explana sobre a nova modalidade de ocupação que o Brasil vem abraçando: A Estrangeirização de terras no Brasil.

Imperatriz – MA, atualmente, é a segunda maior cidade do estado, sobretudo em população. Por quase um século após o início de seu povoamento, permaneceu como vila, depois como uma pacata cidade até os idos anos de 1960, mantendo um comércio que abastecia as comunidades rurais.

O rio Tocantins, navegável, era a principal via de acesso das comunidades que se organizavam as sua margem direita. Havia um comércio fluvial, os batelões (grandes balsas) advindos de Belém do Pará ancoravam com sal, ferramentas, vestuários e voltavam abastecidos dos produtos extrativistas: castanha-do-pará, o látex da mangaba, e em menor escala as amêndoas de babaçu. As produções, tal como a do arroz, eram escoadas da mesma maneira.

As florestas, quase intocadas guardavam uma diversidade de madeiras de lei que se contrapunha a dificuldade da retirada das mesmas, visto que transporte terrestre não era uma realidade nessa época. No entanto, mudanças ocorrem e caminham com o tempo. A abertura da Belém-Brasília mudou o cenário de isolamento dessa região. E assim, instalaram-se empresas que tinham interesse em abocanhar essa fatia de riqueza regional.

De acordo com Fregona, (2002, p. 57) “foi quando a febre da madeira explodiu desregradamente. Em poucos anos, centenas de caminhões em constantes comboios, supriam as dezenas de serrarias que aumentavam mês a mês”. O que por tanto tempo ficou intocada, mata virgem como muitos dizem, alcançou seu término, e em pouco tempo as gigantescas e centenárias árvores foram tombadas. Conforme observa Franklin (2008, p. 140) em especial as nobres (...) ipê, cedro, (pau-d’arco), cumaru, jatobá, maçaranduba, sucupira, muiracatiara e muitas outras espécies demandadas nas construções das regiões ao sul do Brasil, que vivia a euforia de um milagre econômico.

Sem nenhum controle, incontáveis foram as carradas de madeiras, que eram transportada em toras, atendendo a um processo de exportação. Concomitante a esse processo sucedeu uma corrida para a ocupação dessa área, vejamos a contribuição de Santos (2011, p. 127) “muitas pessoas e empresas foram atraídas para o Maranhão, dispostas a ocupar as “terras desocupadas”, vendidas ou doadas aos milhares de hectares. Surgiu um intenso ponto de tensão com parte das populações locais”. Muitas famílias já habitavam a região por anos seguidos, e tiveram seus direitos totalmente desconsiderados pelo Estado.

Ardente na memória de tantos homens e mulheres, que residem na região, está a lembrança da implantação da Companhia Agropecuária da Amazônia (CIDA) financiado pela SUDAM e Banco da Amazônia.

O projeto abriu um braço de estrada vicinal na Belém-Brasília, 50 Km depois de Imperatriz, sentido Belém. Se instalou “numa área inicial de 50 mil hectares, empreendimento que gerou muitas controvérsias, denúncias de grilagem e por fim sua falência”, (FRANKLIN 2008, p. 141). A referida empresa retirou-se da região, não antes de finalizar a retirada da última tora de madeira de lei daquela faixa de terra.

A CIDA nomeou um dos maiores povoados que aglomerou em torno de si, e foi tão marcante para aquela época histórica, que após anos de sua inoperância, o nome se manteve e quando emancipado como município, tornou-se Cidelândia – MA.

O desmatamento da terra, a terra nua, a abundante mão de obra disponível, novos ciclos migratórios, novos donos. As porções de terra planas deram início ao ciclo econômico do arroz, que perdurou por quase duas décadas e elaborou uma estrada de 70 km, conhecida como Estrada do Arroz.

O arroz perdeu mercado, os trabalhadores se reinventaram ou passara a ocupar a cidade: criou um novo *habitus* nas gerações posteriores, em que o homem se distancia cada vez mais do conhecimento da agricultura (SANTOS, 2011, p. 86) o emprego, o sub emprego, o desemprego.

Na década de 1970, a pata do boi e seus donos, ocuparam as áreas das grandes plantações de arroz. O solo favorecia as pastagens naturais, livres de pragas, e o rebanho de gado foi introduzido nessa região. Os baianos e capixabas foram os principais empreendedores. Vendiam suas pequenas terras, e compravam terras bem maiores nessa região. A criação se multiplicava com grande rapidez e logo a região abarcou diversas fazendas que foram se ampliando e até hoje abastecem a bacia leiteira regional, bem como o gado de corte.

O Projeto Grande Carajás é simbolizado por uma extensa estrada de ferro. “Ao abarcar quase 900 mil quilômetros quadrados de terras, num complexo de grandes obras infra estruturais e agropecuárias, o PGC absorveu imensa áreas habitadas por índios e camponeses”. (SANTOS, 2011, p. 87). Na região de Imperatriz, a silvicultura foi estabelecida por esse projeto concorrendo com áreas de grande incidência de babaçuais e evidentemente, comunidades de quebradeiras de coco babaçu.

O primeiros anos do século XXI sinalizam para a continuidade dessa forma de ocupação. As imensas plantações de eucaliptos continuam a invadir e substituir as plantações de babaçu, e sabemos que nunca houve preocupação em relação a isso. As matas de babaçu, para os investidores, não passam de plantas invasoras.

O babaçu não pertence as quebradeiras, mas fazem grande diferença na reprodução social dessas camponesas. Os exuberantes babaçuais pertencem aos proprietários das terras, à propriedade privada. Terra de donos.

De modo que, que há bastante tempo as terras vem sendo adquiridas, compradas ou cedidas, por grupos conscientes de sua meteórica passagem por aqui. Chegou o momento das grandes áreas destinadas as monoculturas. Seja de soja, milho, cana ou eucalipto. Elaboram justificativas tanto para a chegada quanto para quando perdem o interesse, seja nos ciclos ou nas modalidades de ocupação. Os *cultivos flex* são a bola da vez.

Os *cultivos flex* “tem múltiplas utilizações (alimento, ração, combustível, fibra, matéria industrial, etc.) que podem ser intercambiadas de forma flexível, ou seja, lacunas de

abastecimento que podem ser preenchidas por outras culturas flexíveis” (BORRAS et. Al., apud SAUER, 2016).

Não há preocupação dos governantes quais tipos de culturas vão desenhar a paisagem ou quantas famílias perderão suas raízes, crenças e culturas. Na cidade de Imperatriz, instalou-se com promessa de resolver o desemprego, uma beneficiadora do eucalipto, uma empresa de papel e celulose, com capacidade de produção em 1,5 mi de toneladas.

A mesma empresa comprou grandes extensões de terra, montou “fazendas” e para as tarefas mais insalubres emprega mais uma vez mão de obra barata, em nada se diferencia dos outros projetos que por aqui passaram.

Estimulam diuturnamente fazendeiros a cultivarem as enfileiradas arvores, que vão abastecer a companhia que retirou comunidades inteiras de seu entorno e poluiu os riachos que desaguam no caudaloso rio Tocantins. Independente dos danos ambientais que causam, recebe incentivos fiscais para permanecer.

Pequenas propriedades são compradas a preços razoáveis, e com muita sutileza na negociação. Compram os sonhos, as raízes e em troca disso oferecem uma vida nos bairros periféricos da cidade do Imperador Tocantins.

*As quebradeiras de coco babaçu*, participaram de todos os ciclos econômicos que ocorreram na região Oeste maranhense e perduram até hoje. Atividade que vem sofrendo alterações, correndo o risco de deixar de existir como atividade tradicional, haja vista a pouca valorização da cadeia produtiva do fruto extrativista.

A noção de “estrangeirizar” vai além da dimensão da comercialização das terras. Reportar-se a nosso cotidiano. “Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá” Gonçalves Dias, tem sofridos mudanças consideráveis e irreparáveis.

Os nossos caminhos vão sendo desviados, os nossos pratos tem outros sabores. Há um temor na falta de continuidade dos modos de vida, da cultura, dos saberes tradicionais adquiridos ao longo de uma vida, de nada serviu seus esforços de amansamento da terra, do zelo ou dos laços estabelecidos.

Portanto para os homens e mulheres que desejam permanecer no campo, não importa se o estrangeiro fala a nossa língua. É o jeito de dizer as coisas que se diferencia. As novas gerações não esperam mais sentados nas varandas por novos projetos que nunca as contemplaram. A estrangeirização das terras no Maranhão, é notável e rentável. Uma terra que sempre teve dono. O econômico sempre esteve acima do social e do sustentável.

## REFERÊNCIAS

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2008.

FREGONA, Livaldo. **A natureza que nos cerca.** In: ACADEMIA IMPERATRIZENSE DE LETRAS. Imperatriz 150 anos. Imperatriz: Ética, 2002

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia Legal.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2>> Acesso em 23 de março de 2017.

SANTOS, Raimundo Lima dos. **O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para a cultura extrativista no Maranhão.** Imperatriz: Ética, 2011.

SAUER, Sérgio. **Terra no século XXI: desafios e perspectivas da questão agrária.** Revista Retratos de Assentamentos, 2017.

Suzano papel e celulose. **Unidades produtivas e produtos.** Disponível em <<http://www.suzano.com.br/negocios-e-produtos/celulose>> Acesso em 23 de março de 2017.

## **Os impactos das mudanças climáticas sobre a produção agrícola e uso do solo na região da Amazônia Legal entre os anos de 2030 e 2049: Uma abordagem através de Equilíbrio Geral Computável (EGC)**

Tarik Marques do Prado Tanure, CEDEPLAR/UFMG, tariktanure@gmail.com;  
Diego Nobuhiko Miyajima, CEDEPLAR/UFMG, diegomiyajima@gmail.com;  
Aline Souza Magalhães, CEDEPLAR/UFMG, alinesm@cedeplar.ufmg.br;  
Edson Paulo Domingues, CEDEPLAR/UFMG, domingues.edson@gmail.com;

### **Resumo**

O processo de aquecimento global e mudanças climáticas pelo qual passamos trará sérias consequências para a economia global, com impactos diretos sobre o uso do solo e a produção de alimentos. Em decorrência desse fenômeno, o presente artigo procura verificar os impactos das mudanças climáticas sobre a economia da Amazônia legal, notadamente sobre a produção agrícola, uso da terra, PIB e geração de empregos, utilizando-se do modelo de Equilíbrio Geral Computável (EGC), REGIA - *Inter-regional General Equilibrium Model for the Brazilian Legal Amazon*, configurado para captar as mudanças na produção agrícola e uso do solo na região da Amazônia Legal de acordo com os cenários de mudanças climáticas propostos pelo IPCC ( *Intergovernmental Panel on Climate Change*). Verificou-se nas simulações que haverá uma queda nos indicadores econômicos da região da Amazônia Legal, com retração acumulada do PIB real na ordem de -1,18% em 2049 em decorrência da queda da produção agrícola e do emprego no setor, o modelo indicou ainda que haverá uma substituição gradual das áreas de pasto por lavoura. Tais mudanças se darão de maneira heterogênea na região, sendo mais afetados os estados de Mato Grosso, Tocantins e Pará, estados cuja participação da agropecuária na economia é mais relevante.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas, Produção de alimentos, Amazônia Legal, Equilíbrio Geral Computável

### **Abstract**

The process of global warming and climate change that we are going through will bring serious consequences for the global economy, with direct impacts on land use and food production. As a result of this phenomenon, this article seeks to verify the impacts of climate change on the economy of the legal Amazon, especially on agricultural production, land use, GDP and employment generation, using the Computable General Equilibrium (CGE) model, REGIA - *Inter- Regional General Equilibrium Model for the Brazilian Legal Amazon*, configured to capture changes in agricultural production and land use in the Legal Amazon region according to the climate change scenarios proposed by the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). It was verified in the simulations that there will be a fall in the economic indicators of the Legal Amazon region, with accumulated retraction of the real GDP in the order of 1.18% in 2049 due to the fall in agricultural production and employment in the sector, in addition the model indicated that there will be a gradual replacement of pasture areas by crop. Such changes will occur in a heterogeneous way in the region, with the states of Mato Grosso, Tocantins and Pará being the most affected, states whose participation in agriculture in the economy is more relevant.

keywords: Climate Change, Food Production, Brazilian Legal Amazon, Computable General Equilibrium

## INTRODUÇÃO

As emissões antrópicas de gases causadores do efeito estufa (GEE) desencadearam um processo gradual de aquecimento global e mudanças climáticas que se intensificou com o advento da industrialização dos países capitalistas. Tal processo traz consigo amplos impactos sobre a biodiversidade e os ecossistemas existentes no planeta Terra e por isso incita novos desafios a serem enfrentados pela sociedade.

Estudos reportados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2007) indicam que haverá no Brasil um aumento médio de temperatura de 1,43°C e uma redução média de 1,44% na pluviosidade durante os anos de 2030 e 2049. Tais dados foram utilizados por Assunção e Chein (2016) para projetar a perda de produtividade agrícola no país indicando uma redução média de produtividade de 18% em âmbito nacional, mas com ampla variação regional (-40% a +15%).

Em virtude da mudança de produtividade agrícola uma nova configuração da geografia da produção agrícola se molda no país, com benefícios e perdas dependendo da cultura e da região analisada. Os efeitos dessa nova configuração não ficam restritos à produção em si, mas afetam a economia como um todo, trazendo impactos sobre o PIB, o emprego, a renda, o consumo, os fluxos migratórios, e não obstante, sobre a segurança alimentar.

Estimativas indicam perdas de R\$7,4 bilhões para a safra de grãos já em 2020, sendo a soja a cultura mais afetada, com perdas potenciais de 40% em 2070. A mandioca terá um ganho geral de área, contudo no nordeste, região em que é importante em termos de segurança alimentar, haverá redução da produção. Não obstante, o setor agropecuário brasileiro emprega cerca de 16,4 milhões de trabalhadores, chegando a 33 milhões se consideramos as vagas na indústria de insumos, processamento e distribuição dos produtos (ASSAD e PINTO, 2008).

A região da Amazônia Legal, por se situar em uma latitude baixa, sofrerá os efeitos das mudanças climáticas de maneira mais intensa. De acordo com o *Fourth Assessment Report* (AR4) do IPCC (2007) a região pode passar por um processo de substituição de área de floresta tropical para vegetação do tipo savana, e da vegetação semiárida para vegetação árida, com efeitos perversos de retroalimentação do aquecimento global, dado o fundamental papel exercido pela floresta amazônica na absorção de gás carbônico.

Posto que a região da Amazônia Legal concentrará parte dos efeitos de queda de produtividade agrícola no país, sendo ainda uma região extensa e por isso caracterizada pela heterogeneidade de aspectos que respondem de maneira distinta às mudanças climáticas, como a diversidade de biomas e culturas cultivadas, a avaliação dos impactos sobre as economias regionais torna-se fundamental para formulações de políticas adaptativas e mitigatórias dos seus efeitos.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo projetar os impactos das mudanças climáticas sobre a região da Amazônia Legal utilizando o modelo REGIA, um modelo EGC inter-regional para o Brasil, especificamente modelado para as regiões da Amazônia. Os cenários de alterações climáticas sobre a produtividade agrícola partiram das informações fornecidas por Assunção e Chein (2016), para o período de 2030 a 2049.

O estudo está dividido em 4 seções, além desta introdução. Na seção 2, serão apresentados os aspectos relacionados às mudanças climáticas e as características econômicas da Amazônia Legal. A seção 3 apresentará o modelo Régia e a metodologia

utilizada no estudo. Na seção 4 apresentar-se-á os resultados obtidos, e por fim as considerações finais.

## **1- A AMAZÔNIA LEGAL: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS**

De acordo com o *5th Assessment Report* do IPCC, é muito provável que a elevação da temperatura média global tenha sido causada pela emissão de gases causadores do efeito estufa<sup>1</sup> (GEE) pelo Homem. Esse aquecimento levou a um processo de alteração nos níveis de pluviosidade e do ciclo hidrológico com impactos sobre a disponibilidade de recursos hídricos em âmbito global.

*Warming in the climate system is unequivocal and since 1950 many changes have been observed throughout the climate system that are unprecedented over decades to millennia. Each of the last three decades has been successively warmer at the Earth's surface than any preceding decade since 1850 (...) "Observations of changes in the climate system are based on multiple lines of independent evidence. Our assessment of the science finds that the atmosphere and ocean have warmed, the amount of snow and ice has diminished, the global mean sea level has risen and the concentrations of greenhouse gases have increased" (...) (AR5, IPCC, 2013).*

A temperatura média no planeta Terra continuará a subir com a inação, podendo variar segundo o IPCC (2014) entre 1.4°C e 5.8°C até o ano de 2100. Os impactos do aquecimento global são diversos e afetam todo o conjunto de vida que habita o planeta Terra, sobretudo a vida humana. Dentre os impactos globais mais imediatos provocados pelo aquecimento global, estão o deslocamento de populações em virtude de climas extremos, como furacões, secas, alagamento de rios e de áreas próximas aos oceanos, proliferação de doenças, alteração de ecossistemas e na produção de alimentos.

A produção de alimentos e conseqüentemente a segurança alimentar se destacam como uma questão desafiadora, visto que a população mundial continua a crescer demandando maior produção de alimentos, num ambiente incerto e mutante. Valin H, et al (2014), estimam que a demanda de alimentos aumentará por volta de 60% a 70% nos próximos 40 anos, num ambiente onde as secas e o nível de precipitações terão um impacto negativo sobre a produção de alimentos.

As alterações de pluviosidade e de temperatura responsáveis pelas mudanças climáticas impactarão o nível de produtividade agrícola de maneira heterogênea. Os efeitos perversos se concentrarão nas regiões localizadas em baixas latitudes, enquanto as latitudes médias se tornarão mais propícias à produção agrícola de diversas culturas dado sua temperatura amena. Contudo, sabe-se que apesar do aumento dos níveis de CO<sub>2</sub> e de temperatura favorecer o crescimento de algumas culturas, isso não se traduz em maior produção visto que o aquecimento global traz consigo fatores negativos que se sobrepõem aos positivos, como a proliferação de pestes e escassez de fontes de água para irrigação, além de alterações no nível de precipitações (FAO, 2005).

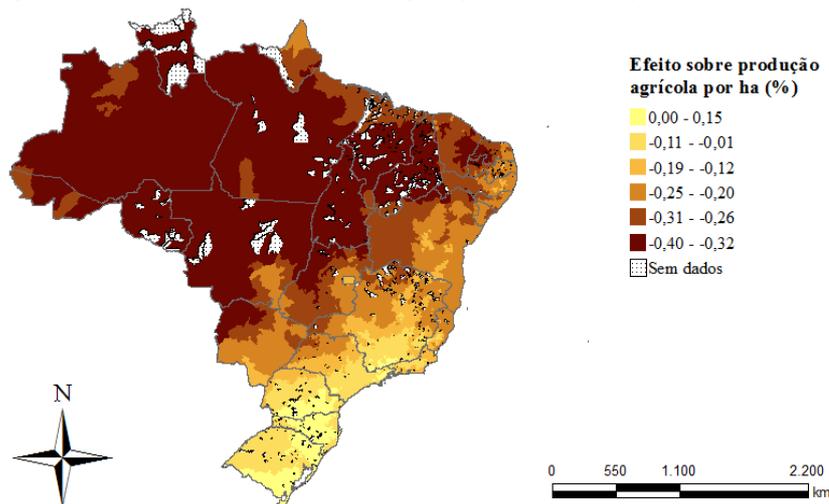
Assunção e Chein (2016) estimaram os impactos das mudanças climáticas sobre a produtividade agrícola municipal no Brasil no período entre 2030 e 2049 utilizando o cenário A1B<sup>2</sup> do IPCC. Os resultados indicam grande heterogeneidade no território nacional. Os

<sup>1</sup> O vapor d'água (H<sub>2</sub>O), o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), o óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), o metano (CH<sub>4</sub>) e o ozônio (O<sub>3</sub>) são os principais gases causadores do efeito estufa na atmosfera terrestre (BRASIL, MMA, 2007), sendo o Efeito Estufa um fenômeno natural ocasionado por gases que impedem que parte da energia solar que chega ao planeta retorne ao espaço, mantendo a temperatura média do planeta próxima aos 14°C (BRASIL, 2016).

<sup>2</sup> O cenário A1B do IPCC compreende um futuro com grande crescimento econômico e introdução de novas e mais eficientes tecnologias, haverá convergência entre as regiões com redução das disparidades econômicas e

efeitos de queda de produtividade agrícola se concentra nos estados da região Norte, Nordeste e Centro Oeste.

**Figura 1: Efeito das mudanças climáticas sobre a produção agrícola brasileira por hectare em nível municipal (2030 a 2049)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Assunção e Chein (2016)

Assim dada a intensidade destes efeitos sobre a região da Amazônia Legal, conforme evidenciado na figura 1, reforça-se a necessidade de mensurar os impactos econômicos da mudança de produtividade agrícola na região, essenciais para formulação de políticas de adaptação à mudança climática. Neste sentido, a próxima seção faz uma breve caracterização da dinâmica econômica da Amazônia Legal.

### 1.1 Aspectos econômicos da Amazônia Legal

O conceito de Amazônia Legal e sua configuração territorial foram instituídos inicialmente em 1953 em decorrência da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região que representa cerca de 60% do território nacional e abriga cerca de 12% da população brasileira compreendidas entre os estados da região Norte (Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins e Pará), o estado do Mato Grosso e parte do estado do Maranhão (BRASIL, 2008).

A economia da Amazônia Legal é bastante heterogênea e espelha sua diversidade ambiental, social e cultural. Os setores econômicos mais relevantes para região são o agropecuário, o florestal, o mineral, o industrial e as atividades urbanas, que por possuírem dinâmicas distintas, despontam em regiões específicas dentro da região, com destaque para o complexo minerador do Carajás nos estrados do Pará e do Maranhão, as zonas francas industriais no Amazonas e no Amapá, e o agronegócio ligado aos estados de Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, Pará e Maranhão.

Segundo o IBGE (2017), o PIB da Amazônia legal foi de R\$136,7 bilhões em 2010, representando 8,1% do PIB nacional, participação que vem aumentando, ante aos 7,88% da participação nacional em 2005 e de 6,57% em 1990. Dentro da Amazônia Legal destaca-se

uma maior interação cultural e social. A população global atingirá seu pico em meados do século e depois entrará em declínio. A base energética será balanceada entre combustíveis fósseis e não fósseis (IPCC, 2007a).

a participação do estado do Pará responsável por cerca de 25% do PIB regional. Amazonas e Mato Grosso apresentam participação semelhante de 19,5% e 19,4%, respectivamente e compõem o grupo de estados mais representativos em termos de PIB.

Dentre os estados pertencentes à região da Amazônia Legal a composição do PIB é diversificada. A participação do setor agropecuário é relevante no estado do Mato Grosso, responsável por 32% do PIB agropecuário da Amazônia Legal, seguido pelo Maranhão com 19,4%, Pará com 13%, Rondônia 12% e Tocantins com 7%. Em relação ao PIB industrial da Amazônia Legal, a maior participação é do estado do Pará com 37% seguido pelo Amazonas com 28% (IBGE, 2017).

O setor da administração pública é marcante nos estados de Roraima (45%), Amapá (44%), Acre (30%), Rondônia (24%). É refletida a dependência sobre o funcionalismo público na geração de renda e empregos formais. Tal fato pode ser explicado pela grande presença de áreas de floresta nativa em seus territórios que não são incorporadas no cálculo do PIB.

O setor agropecuário na Amazônia Legal tem se expandido, sobretudo nos estados do Pará e do Mato Grosso que respondem por 60% da expansão atual do valor da produção regional do setor. Até o final da década de 1960, a agricultura que estava circunscrita aos territórios maranhenses e leste paraense passou a incorporar as áreas de cerrado do Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e sul do Maranhão. Neste processo, o plantio do arroz e do milho passou a competir com a soja e seus altos índices de produtividade e padrão tecnológico (BRASIL, 2008).

Segundo os dados do Censo agropecuário de 2006, a Amazônia Legal foi responsável por cerca de 33% da produção de soja nacional, com 17,79 milhões de toneladas, sendo que 15,59 milhões de toneladas foram produzidas pelo estado de Mato Grosso, seguido por Maranhão e Tocantins com 931 e 743 mil toneladas respectivamente. A produção de algodão em caroço representa cerca de 50% do total nacional, com a produção concentrada no estado do Mato Grosso (98% da produção regional). Em termos nacionais, a região também é responsável por 13,5% da produção do milho, por 20,8% do arroz e, em menor destaque, por 3,7% do total da produção de cana de açúcar.

Nas áreas de transição entre o cerrado e a floresta tropical há a predominância da produção familiar com os cultivos de mandioca, milho, feijão e arroz, além de culturas perenes como a banana, cacau e o café. Tais atividades ocorrem nas várzeas dos rios e ao longo dos principais eixos rodoviários da região, como a Transamazônica, BR-364 e PA-150 (BRASIL, 2008).

Dentre as atividades desempenhadas pela agricultura familiar, o destaque é a produção de mandioca que cumpre o duplo papel de abastecer o mercado nacional e de contribuir para a segurança alimentar de seus produtores. O principal produtor nacional de mandioca é o estado do Pará, com 5,08 milhões de toneladas, sendo que a região da Amazônia legal é responsável por cerca de 36% do total nacional, segundo os dados do censo agropecuário de 2006.

Já a atividade pecuária na Amazônia Legal começou a se desenvolver a partir da década de 1980, período em que a atividade era restrita à região do pantanal mato-grossense e aos vales inferiores dos rios maranhenses, ilha de Marajó e cursos médios dos rios Araguaia e Tocantins. Os estímulos dados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) promoveram a atividade da pecuária bovina nas áreas de cerrado e nas áreas florestadas ao longo da transamazônica e das rodovias BR-364, BR-163, BR-319, PA-150, PA-279 e MT-138 (BRASIL, 2008).

Durante os anos de 1990 e 2005, 70% do crescimento do rebanho efetivo nacional se deu na região, especificamente nas áreas de fronteira do cerrado com a floresta amazônica e envolvendo parte dos dois ecossistemas. Atualmente os maiores rebanhos encontram-se no estado do Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins e Maranhão, sendo

que a atividade é direcionada, sobretudo, para a produção de carne. A produção de leite possui uma dimensão menor, sendo exercida com destaque no norte mato-grossense e leste paraense. A suinocultura e a avicultura tem prosperado no Mato Grosso e no Pará (BRASIL, 2008).

O setor mineral possui relevância para a porção oriental da região, com destaque para a extração de ferro, manganês e cobre em Carajás; alumínio no Pará; alumina no Maranhão; caulim na região de Paragominas no Pará; bauxita na região do rio Trombetas; cassiterita no Amazonas e Rondônia. Tais empreendimentos são de grande porte e com potencial efeito multiplicador para a região, visto que segundo estudos do Serviço Geológico Brasileiro, para cada posto de trabalho criado na mineração, 13 outros são criados ao longo da cadeia produtiva (BRASIL, 2008).

Apesar das atividades minero-metálicas serem representativas em alguns estados da Amazônia Legal, muitas destas atividades não contribuem para um processo de desenvolvimento local de base sustentável, muito em virtude do restante da cadeia produtiva se localizar fora da região. Segundo a Plano Amazônia Sustentável (2008), os empreendimentos minerários possuem característica de enclave, com reduzidos benefícios econômicos para a população local e com graves impactos ambientais. Ademais, a geração de empregos no setor é relativamente baixa, cerca de 14 mil no ano de 2015.

Em relação ao PIB industrial da região, a maior participação é do estado do Pará com 37%, seguido pelo Amazonas com 28% (IBGE, 2017). O setor industrial na Amazônia Legal passou a ser estimulado apenas com a criação da SUDAM a partir de 1966 e da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA em 1967, antes disto o setor era restrito a indústria de alimentos e bebidas, têxtil, florestal e construção civil. Ressalta-se que cerca de 75% da atividade industrial regional está concentrada nos quatro grandes centros urbanos, Manaus, Belém, São Luís e Cuiabá (BRASIL, 2008).

Segundo dados do IBGE (2017), o PIB industrial da Amazônia Legal totalizou 34,9 bilhões de reais em 2010, representando 26% do PIB total da Amazônia Legal e 8,6% do PIB industrial nacional. O maior e mais moderno centro industrial da região é o Polo Industrial de Manaus (PIM) no estado do Amazonas, empregando cerca de 100 mil trabalhadores concentrados sobretudo nos setores eletroeletrônicos, informática e motocicletas.

Em relação ao setor terciário uma característica particular da região da Amazônia Legal é a grande informalidade, sendo que em nenhum município a população empregada no setor formal atinge mais de 50% da população economicamente ativa. A administração pública responde em grande parte pela formalização do trabalho, seguida pelo comércio e serviços nos grandes centros urbanos. O restante das atividades são compostas pela economia popular de pequena produção de mercadorias e prestação de serviços (BRASIL, 2008).

Portanto, a região da Amazônia Legal, por ser uma área extensa e que compreende três biomas, apresenta suas atividades econômicas distribuídas de maneira muito heterogênea pelo território. Em termos gerais, a agropecuária se destaca no bioma Cerrado e nas fronteiras com a floresta tropical, com os estados de Mato Grosso, Tocantins, Pará e Maranhão como os principais responsáveis pela produção regional; a indústria é concentrada nos grandes centros urbanos, sobretudo na Zona Franca de Manaus; a informalidade e a presença da economia popular é marcante nas zonas urbanas e a mineração exerce papel limitado quanto ao desenvolvimento local, sobretudo no Pará.

Neste sentido, assim como as atividades econômicas estão distribuídas de maneira heterogênea, os impactos do aquecimento global sobre a produção agrícola também se darão de maneira díspar, evidenciando a importância de se avaliar os impactos econômicos da queda de produtividade agrícola em decorrência das mudanças climáticas. A próxima

seção apresenta a metodologia utilizada para verificar a nova dinâmica econômica da Amazônia Legal ante os impactos dessas mudanças.

## 2- METODOLOGIA

Os modelos de equilíbrio geral computável (EGC) são compostos por um sistema de equações que descrevem a economia real como um todo e as interligações entre cada um dos setores e agentes econômicos. Esse é um dos aspectos que coloca esta metodologia em destaque em relação aos demais métodos e apresenta-se como o mais indicado para avaliar os impactos econômicos das mudanças climáticas, pois tais fenômenos do clima tem efeito direto e indireto sobre a economia em grande escala, tanto regionalmente quanto setorialmente.

Além disso, os efeitos das temperaturas e condições climáticas percebidas nos dados históricos são pequenos. Em outras palavras, a ausência dos dados adequados do passado limitam a estimação do fenômeno através de modelos econométricos ou estatísticos. (DOMINGUES et al., 2008). Nesse sentido, o uso dos modelos *ex-ante* como EGC tem sido mais aconselháveis para projeções dos impactos das mudanças climáticas.

### 2.1- Modelo REGIA

O modelo REGIA foi especialmente construído para estudar os impactos econômicos regionais e setoriais da região da Amazônia Legal. Sendo assim, o uso deste modelo é mais indicado para a proposta deste trabalho. O modelo segue a estrutura de EGC *bottom-up*<sup>3</sup> inter-regional do tipo Johansen<sup>4</sup> abrangendo 30 mesorregiões da Amazônia Legal mais o restante do Brasil. As principais características deste modelo são: a) desagregação em nível regional da Amazônia Legal; b) uma estrutura de EGC com dinâmica recursiva; e c) modelagem de uso da terra (CARVALHO, 2014).

A estruturação teórica do REGIA parte do modelo TERM (HORRIDGE *et al.*, 2005). Os conjuntos de equações que compõem as relações de demanda e oferta seguem a hipótese de otimização e condições de equilíbrio de mercado. A produção setorial segue a minimização de custos sujeitos à tecnologia de produção com retornos constantes de escala e sua composição dos insumos intermediários e fator primário seguem a função Leontief (proporção fixa). Para cada setor, a alocação dos insumos intermediários é determinada via substituição preço entre produtos domésticos e importados seguindo a função de elasticidade de substituição constante (CES). Além disso, a função CES determina outras alocações como a composição doméstica entre as regiões e na escolha entre capital, trabalho e terra. O fator terra é utilizado no modelo pelos setores agrícola, pecuária e silvicultura (CARVALHO, 2014).

Em relação ao mecanismo de composição de demanda de bens, há uma família representativa para cada região que faz uma escolha entre bens domésticos e bens importados orientada pela função CES, em que os bens de diferentes origens são tratados como substitutos imperfeitos (hipótese de Armington). Além do mais, na escolha desses bens domésticos há ainda a opção entre diferentes regiões, sendo especificada, novamente, por uma função CES. As preferências de consumo das famílias são determinadas pela combinação de função de utilidade CES/Klein-Rubin. A partir dessa função cria-se um

<sup>3</sup> O modelo *bottom-up* é um modelo no qual os resultados nacionais são formados pelas agregações dos resultados regionais. No caso do REGIA, os resultados nacionais são agregações dos resultados de 30 mesorregiões da Amazônia Legal mais o restante do Brasil.

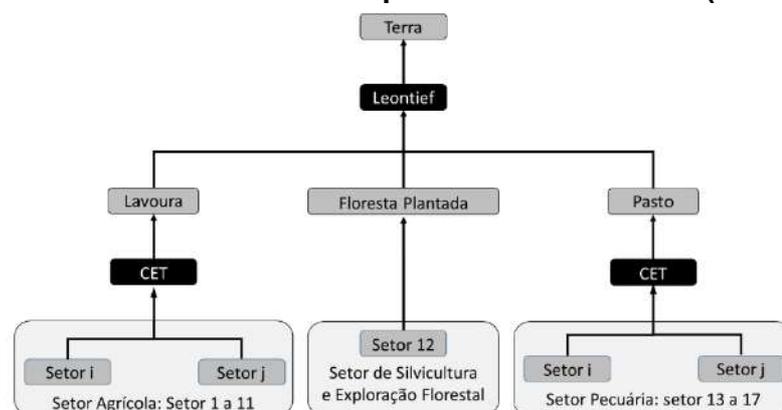
<sup>4</sup> Os modelos de EGC do tipo Johansen têm sua estrutura matemática representada por sistema de equações linearizadas e as soluções são fornecidas na forma de taxas de variação percentuais.

sistema linear de gastos (LES) em que a parcela do consumo acima do nível de subsistência de cada bem representa a proporção fixa do consumo total de subsistência de cada família (CARVALHO, 2014).

Como foi mencionado anteriormente, um dos diferenciais do REGIA é o módulo de uso da terra, também conhecido como ILUC (*indirect land use change*), sendo uma característica fundamental para o objetivo do presente trabalho que é foco na dinâmica do efeito de queda da produtividade agrícola decorrente das alterações climáticas. Esse módulo está inserido no fator terra localizado na composição dos fatores primários (trabalho, capital e terra), no qual o fator é determinado para cada região de maneira que o uso da área total da terra seja fixa e sem mobilidade do fator entre as regiões, ou seja, o tamanho do território de cada região não se altera.

A figura 2 ilustra a estrutura do módulo de uso da terra. No primeiro nível há o fator terra que é desagregado em três tipos de uso: a) lavoura, utilizada para setor agrícola; b) pasto, utilizada para setor pecuária; e c) floresta plantada, utilizada para setor de silvicultura e exploração florestal. No segundo nível, para cada categoria de uso da terra, exceto silvicultura e exploração florestal por ser o único setor que utiliza esse tipo de fator terra no modelo, há uma escolha entre setores via função CET (elasticidade de transformação constante). A dinâmica da demanda por terra corresponde às variações da remuneração da terra de cada setor e cada uso da terra é distribuído no ano  $t$  seguindo uma função do tipo CET entre os diferentes setores/produtos para cada região (CARVALHO, 2014).

**Figura 2 – Estrutura de demanda por terra entre setores (ano  $t$ )**



Fonte: adaptado de CARVALHO (2014).

Em relação à oferta da terra, diferentemente da demanda, há mobilidade entre as diferentes categorias de uso da terra no período entre o ano  $t$  e ano  $t+1$ . Esse processo de mobilidade da terra é ajustado pela matriz de transição, pois uma função CET não é capaz de capturar essa dinâmica de transição entre os diferentes tipos de uso da terra. A matriz contém a informação de grau de conversão da terra entre os tipos de usos para cada região e o grau de disponibilidade da terra reflete na elasticidade de oferta da terra, quanto maior a área disponível maior a elasticidade, ou seja, maior facilidade de conversão do uso da terra em termos de custos. Portanto, a dinâmica do mercado de oferta da terra é ajustado sob orientação da matriz de transição. Por fim, no equilíbrio de mercado da terra a variação da demanda por terra é igual a variação da oferta da terra, fixando a oferta total disponível para cada região. A figura 3 ilustra essa estrutura da oferta da terra (CARVALHO, 2014).

**Figura 3 – Estrutura de oferta por terra entre categorias de uso (entre ano  $t$  e  $t + 1$ )**



Fonte: adaptado de CARVALHO (2014).

O banco de dados do REGIA é gerado pela matriz de insumo-produto do IBGE do ano de 2005, sendo composto por 110 produtos e 55 setores, e complementada pelas informações deflacionadas do Censo Agropecuário de 2006. Além disso, para completar, foram utilizadas outras fontes de dados como IBGE, RAIS, SECEX e POF para implementar informações regionais. Por fim, o banco de dados do REGIA apresenta estrutura matricial de 31 regiões e 27 setores (CARVALHO, 2014).

## 2.2- CONSTRUÇÃO DOS CHOQUES E SIMULAÇÃO

Para mensurar os impactos das mudanças climáticas sobre a produtividade agrícola na Amazônia Legal, utilizou-se as informações do trabalho de Assunção e Chein (2016), onde foram estimadas as médias das mudanças de produtividade agrícola brasileira em nível municipal no período entre 2030 a 2049.

Na etapa da construção dos choques de produtividade, foram agregadas as mudanças municipais em 30 mesorregiões da Amazônia Legal mais o restante do Brasil. A agregação de cada região foi calculada de acordo com o peso, de cada município, da sua produção total da agricultura sobre a região pertencente. Após essa etapa, os resultados dessas agregações foram decompostas em taxas de crescimento em períodos quinquenais assim distribuídos: 2030/2034, 2035/2039, 2040/2044 e 2045/2049. Deste modo, a simulação do cenário das mudanças climáticas busca capturar os efeitos diretos e indiretos da mudança de produtividade agrícola causada pelo aquecimento global através dos mecanismos de interação entre setores e regiões do modelo REGIA. Os resultados dos choques calculados estão no anexo.

Os fechamentos selecionados (definição das variáveis exógenas e endógenas no modelos EGC) seguem o padrão de um modelo de dinâmica recursiva, a partir de um cenário de referência e um cenário de política. No cenário de referência as variáveis macroeconômicas como o consumo das famílias, gasto do governo, investimentos, exportação e PIB agregado são exógenas. No cenário de política, todas as variáveis macroeconômicas são endógenas e buscam capturar o efeito isolado das mudanças de produtividade projetadas sobre a economia da Amazônia Legal. Os resultados devem ser lidos como desvios acumulados em relação ao cenário de referência em que as mudanças climáticas não ocorressem.

## 3- RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados da simulação do modelo REGIA. Conforme salientado, os resultados representam a diferença entre o cenário base e o cenário com efeito das mudanças climáticas. Portanto, não devem ser lidos como quedas absolutas do PIB, por exemplo, mas variações relativas em relação a um cenário em que as mudanças não ocorressem.

#### 4.1- Uso do Solo

O setor mais vulnerável ao efeito das mudanças climáticas é a agricultura devido a sua dependência em relação à temperatura e pluviosidade para a produção. Uma hipótese é que a queda de produtividade da terra decorrente das mudanças climáticas, provavelmente provocaria maior uso da terra nesse setor para compensar a queda de produtividade do solo de modo a manter o nível da produção.

A tabela 1 apresenta o efeito das mudanças de produtividade agrícola sobre a área de lavoura, pasto, floresta plantada e natural. O mecanismo de uso da terra do modelo REGIA permite projetar a dinâmica do uso da terra, considerando a área total disponível das regiões, a produtividade de cada uma delas e a rentabilidade relativa dos cultivos. Como a área total disponível das regiões é fixa, o aumento do uso da terra de determinado setor implica necessariamente na realocação entre usos<sup>5</sup>.

**Tabela 1 – Efeito das mudanças climáticas sobre a área de lavoura, pasto, floresta plantada e floresta natural (em milhões de hectares) – variação percentual acumulada entre 2030 e 2049 em relação ao cenário base**

Mesorregiões	UF	Lavoura	Pasto	Floresta Plantada	Floresta Natural
Madeira-Guaporé	RO	0,03	-0,02	0,00	-0,01
Leste Rondoniense	RO	0,06	-0,05	0,00	-0,01
Vale do Juruá	AC	0,05	-0,01	0,00	-0,04
Vale do Acre	AC	0,09	-0,05	0,00	-0,04
Norte Amazonense	AM	0,02	0,00	0,00	-0,02
Sudoeste Amazonense	AM	0,06	0,00	0,00	-0,05
Centro Amazonense	AM	0,13	-0,02	-0,01	-0,10
Sul Amazonense	AM	0,05	-0,01	0,00	-0,04
Norte de Roraima	RR	0,03	-0,01	0,00	-0,02
Sul de Roraima	RR	0,02	-0,01	0,00	-0,01
Baixo Amazonas	PA	0,21	-0,05	-0,02	-0,14
Marajó	PA	0,06	0,00	-0,01	-0,05
Metropolitana de Belém	PA	0,01	0,00	0,00	0,00
Nordeste Paraense	PA	0,08	-0,05	-0,01	-0,02
Sudoeste Paraense	PA	0,08	-0,03	-0,01	-0,04
Sudeste Paraense	PA	0,06	-0,04	-0,01	-0,01
Norte do Amapá	AP	0,00	0,00	0,00	0,00
Sul do Amapá	AP	0,01	0,00	0,00	-0,01
Ocidental do Tocantins	TO	0,13	-0,12	-0,01	0,00
Oriental do Tocantins	TO	0,04	-0,04	0,00	0,00
Norte Maranhense	MA	0,05	-0,03	0,00	-0,02
Oeste Maranhense	MA	0,04	-0,03	0,00	-0,01
Centro Maranhense	MA	0,04	-0,02	0,00	-0,01
Leste Maranhense	MA	0,01	0,00	0,00	0,00
Sul Maranhense	MA	0,01	-0,01	0,00	0,00
Norte Mato-grossense	MT	0,49	-0,29	-0,02	-0,19

<sup>5</sup> Vale ressaltar que o modelo REGIA desconta da área disponível as áreas de preservação ambiental para o cálculo da alocação de diferentes tipos de uso fator terra.

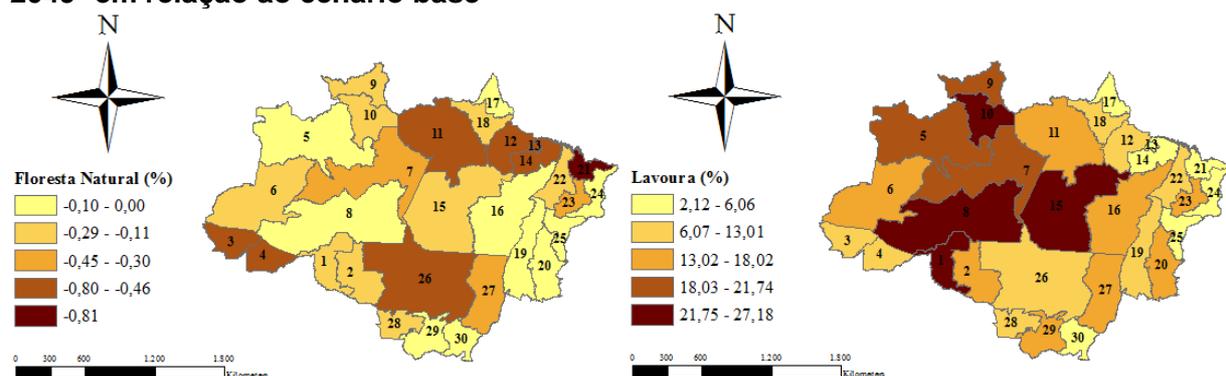
Nordeste Mato-grossense	MT	0,13	-0,07	0,00	-0,05
Sudoeste Mato-grossense	MT	0,04	-0,03	0,00	-0,01
Centro-Sul Mato-grossense	MT	0,03	-0,03	0,00	0,00
Sudeste Mato-grossense	MT	0,04	-0,04	0,00	0,00
Amazônia Legal	-	2,10	-1,06	-0,10	-0,90

Fonte: Elaboração própria.

Como esperado, os resultados da simulação na tabela 1 indicam que haveriam padrões de crescimento das áreas (em milhões de hectares) destinadas para lavoura (setor agrícola) em todas as regiões. Em contra-partida, os resultados sugerem diminuição da área de pastagem (pecuária) e/ou florestas. As variações negativas de floresta natural são interpretadas no modelo como desmatamento. Outro ponto a ser observado é que, apesar desse padrão convergente do efeito do choque, cada mesorregião foi afetada com magnitude distinta devido a sua estrutura produtiva, relações intersetoriais e inter-regionais típicos de cada região.

Ainda, sobre a tabela 1, as regiões que tenderiam a intensificar, em maior escala, o uso da terra (em milhões de hectares) destinada à agricultura seriam o Norte Mato-grossense e Baixo Amazonas. Conseqüentemente, seriam as regiões mais afetadas pelo desmatamento em termos de área. Entretanto, quando se avalia a mesma variável em termos de variação percentual acumulada entre 2030 a 2049, como está ilustrado à esquerda do mapa 1, a região que se destaca é o Norte Maranhense com taxa de desmatamento de 0,81% em relação ao cenário base (mapa 1). Percentualmente, as mesorregiões com maiores aumentos de área de lavoura como decorrência da queda de produtividade agrícola seriam Madeira-Guaporé, Sul Amazonense, Sul de Roraima e Sudoeste Paraense.

**Mapa 1 – Efeitos das mudanças climáticas sobre as áreas de floresta natural (desmatamento) e da lavoura em termos de variação percentual acumulada 2030 - 2049<sup>6</sup> em relação ao cenário base**



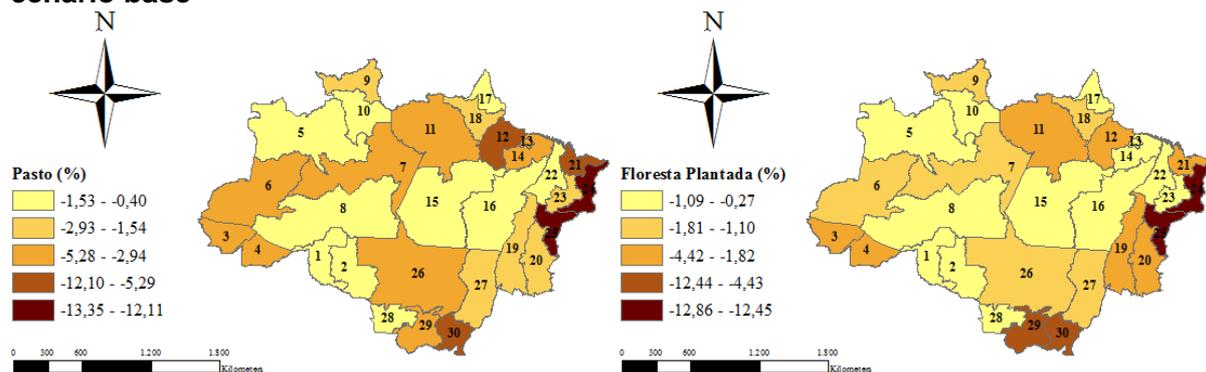
Fonte: Elaboração própria.

As áreas de pastagem, por sua vez, apresentariam maiores reduções de áreas em decorrência da expansão das áreas de lavoura como mostrado na tabela 1. Esse efeito

<sup>6</sup> Lista de mesorregiões: 1- Madeira-Guaporé, 2- Leste Rondoniense, 3- Vale do Juruá, 4- Vale do Acre, 5- Norte Amazonense, 6- Sudoeste Amazonense, 7- Centro Amazonense, 8- Sul Amazonense, 9- Norte de Roraima, 10- Sul de Roraima, 11- Baixo Amazonas, 12- Marajó, 13- Metropolitana de Belém, 14- Nordeste Paraense, 15- Sudoeste Paraense, 16- Sudeste Paraense, 17- Norte do Amapá, 18- Sul do Amapá, 19- Ocidental do Tocantins, 20- Oriental do Tocantins, 21- Norte Maranhense, 22- Oeste Maranhense, 23- Centro Maranhense, 24- Leste Maranhense, 25- Sul Maranhense, 26- Norte Mato-grossense, 27- Nordeste Mato-grossense, 28- Sudoeste Mato-grossense, 29- Centro-Sul Mato-grossense, 30- Sudeste Mato-grossense.

deve-se a maior facilidade de conversão do pasto em lavoura comparado aos demais uso de terra e ao fato de que na região da Amazônia Legal a atividade da pecuária se desenvolve de forma extensiva. À esquerda do mapa 2 ilustra a taxa de redução das áreas de pasto. As mesorregiões mais impactadas seriam Leste Maranhense e Sul Maranhense com queda, respectivamente, de 13,35% e 12,11% em relação ao cenário base.

**Mapa 2 – Efeitos das mudanças climáticas sobre as áreas de pasto e da floresta plantada em termos de variação percentual acumulada 2030 – 2049 em relação ao cenário base**



Fonte: Elaboração própria.

O mapa 2 ilustra a taxa de redução das áreas de floresta plantada. As mesorregiões mais impactadas seriam Leste Maranhense e Sul Maranhense com queda de 12,45% e 12,86%, respectivamente. Contudo, observando a tabela 1 em termos de área (em milhões de hectares) percebe-se que o efeito sobre esse uso da terra é menos intenso se comparado aos demais usos. Isso indica que a elevação do custo de produção deste fator terra é relativamente menor que os demais.

#### 4.2- Produção Agrícola

A produção agrícola será bastante afetada pelas mudanças de pluviosidade e temperatura em decorrência das mudanças climáticas. Seus efeitos, no entanto, podem ser heterogêneos ao longo do território. De maneira geral as culturas serão impactadas de maneira negativa. A tabela 2 apresenta a variação percentual da produção entre os anos de 2030 e 2049, por mesorregião e por cultura.

**Tabela 2: Produção agropecuária (var %) (2030-2049)**

Mesorregião	UF	Arroz Casca	Milho Grão	Soja Grão	Cana de Açúcar	Algodão Herbáceo	Mandioca	Outras Lavouras
Madeira Guaporé	RO	-0,92	-1,92	-1,97	-4,43	-0,38	-0,47	-0,40
Leste Rondoniense	RO	-11,93	-12,05	-11,78	-14,82	-2,72	-1,64	-2,26
Vale do Juruá	AC	-4,55	-4,90	-5,00	-7,45	-0,93	-0,73	-0,94
Vale do Acre	AC	-10,58	-10,56	-10,32	-13,34	-2,14	-1,33	-1,92
Norte Amazonense	AM	2,10	1,38	0,78	-0,78	0,12	-0,21	0,01
Sudoeste Amazonense	AM	0,54	-0,23	-0,76	-2,60	-0,03	-0,24	-0,19
Centro Amazonense	AM	-1,72	-2,24	-2,48	-4,98	-0,42	-0,48	-0,41
Sul Amazonense	AM	3,57	2,22	1,93	0,12	0,29	-0,10	0,16
Norte de Roraima	RR	-1,07	-1,94	-1,52	-3,98	-0,29	-0,44	-0,47
Sul de Roraima	RR	2,74	1,51	1,49	-0,42	0,22	-0,14	0,02
Baixo Amazonas	PA	-6,03	-6,37	-5,92	-9,35	-1,32	-0,93	-1,13
Marajó	PA	-2,71	-3,30	-3,22	-6,19	-0,56	-0,43	-0,39

Metropolitana de Belém	PA	-19,86	-19,73	-19,16	-22,09	-5,14	-2,77	-4,15
Nordeste Paraense	PA	-16,28	-16,14	-15,61	-18,98	-3,69	-2,01	-2,91
Sudoeste Paraense	PA	2,11	1,40	1,35	-0,80	0,19	-0,16	0,09
Sudeste Paraense	PA	-7,29	-8,12	-7,85	-10,89	-1,82	-1,14	-1,41
Norte do Amapá	AP	6,83	4,84	4,36	3,39	0,60	0,03	0,41
Sul do Amapá	AP	4,07	2,32	2,22	0,36	0,29	-0,23	0,15
Ocidental do Tocantins	TO	-14,27	-14,50	-13,70	-17,43	-3,34	-2,04	-2,58
Oriental do Tocantins	TO	-9,46	-10,06	-9,69	-12,51	-2,52	-1,67	-1,95
Norte Maranhense	MA	-5,72	-6,48	-6,14	-9,44	-1,13	-0,78	-0,99
Oeste Maranhense	MA	-9,51	-10,25	-10,15	-13,02	-2,50	-1,49	-1,94
Centro Maranhense	MA	-7,83	-8,28	-8,24	-11,19	-1,88	-1,12	-1,50
Leste Maranhense	MA	-15,97	-15,86	-15,34	-18,94	-3,62	-2,13	-2,84
Sul Maranhense	MA	-12,40	-12,56	-12,22	-15,77	-2,95	-1,84	-2,06
Norte Mato-grossense	MT	-6,41	-6,33	-6,82	-9,75	-1,32	-1,03	-1,10
Nordeste Mato-grossense	MT	-4,75	-5,23	-5,40	-8,17	-1,07	-0,83	-0,94
Sudoeste Mato-grossense	MT	-9,55	-9,64	-9,62	-12,52	-2,10	-1,38	-1,68
Centro-Sul Mato-grossense	MT	-9,72	-9,77	-9,81	-12,60	-2,05	-1,22	-1,55
Sudeste Mato-grossense	MT	-10,52	-10,11	-9,98	-13,48	-2,36	-1,59	-1,67
Amazônia Legal	-	-7,55	-7,90	-7,87	-11,34	-1,89	-1,14	-2,21

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das simulações com o modelo REGIA

O aumento na área destinada às lavouras para suprir a queda na produtividade agrícola foi insuficiente visto que na região da Amazônia Legal, em média haveria queda na produção de todos os cultivos. O impacto maior seria verificado na produção de cana de açúcar, com queda de 11,34% na produção.

A mesorregião Metropolitana de Belém seria a mais afetada se analisarmos todas as culturas apresentadas. Em média a queda prevista para a produção de soja, milho, cana de açúcar e arroz seria de 20,2% em relação ao cenário de referência. Destarte, as mesorregiões presentes nos estados do Tocantins e Mato Grosso também apresentariam reduções significativas nestas culturas, com queda média de 12,7% e 9,1% respectivamente, Contudo tais atividades são mais representativas em termos de PIB estadual, indicando um maior impacto econômico.

As mesorregiões do Norte e Nordeste de Matogrosso apresentam grande participação da produção de soja e algodão no PIB indicando que as quedas na produção da soja de 6,2% no Norte Mato-grossense e de 5,4% no Nordeste Mato-grossense e quedas de 1,3% e 1,07% respectivamente para a produção de algodão seriam significativas para as economias destas mesorregiões.

A mandioca, cuja participação no PIB agropecuário da Amazônia Legal é de cerca de 10% apresentará queda média de 1,14% na região, queda pequena em relação às outras culturas. Contudo, o consumo da mandioca é importante para a segurança alimentar de grande parte da população, sendo produzido notadamente pela agricultura familiar, relativamente mais vulnerável. As mesorregiões localizadas nos estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Mato Grosso estariam entre as mais afetadas pela queda da produção.

#### 4.3. Resultados macroeconômicos para a região da Amazônia Legal

Os efeitos macroeconômicos das mudanças de pluviosidade e de temperatura evidenciam que as mudanças climáticas serão prejudiciais à economia da Amazônia Legal. Os resultados projetados indicam queda nas principais variáveis macroeconômicas da região em termos de consumo das famílias, do governo, investimento, exportações, importação, PIB, emprego e salário real, conforme tabela 4.

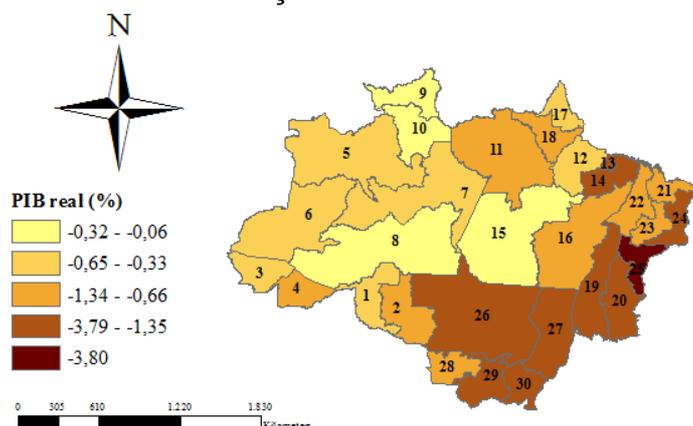
**Tabela 4: Variáveis Macroeconômicas por estado e região da Amazônia Legal (desvio % acumulado entre 2030 e 2049 em relação ao cenário base)**

Estado	Consumo das famílias	Investimentos	Consumo do Governo	Exportações	Importações	PIB
Rondônia	-0,87	-2,85	-0,84	-0,26	-0,65	-0,94
Acre	-0,76	-2,57	-0,72	-0,13	-0,81	-0,78
Amazonas	-0,38	-1,15	-0,36	-0,23	-0,31	-0,32
Pará	-1,49	-3,95	-1,32	-0,25	-1,08	-1,18
Roraima	0,06	-0,20	0,07	-0,08	-0,06	-0,08
Amapá	-0,80	-2,35	-0,83	-0,14	-0,94	-0,75
Tocantins	-1,65	-5,44	-1,66	-0,34	-1,94	-1,69
Maranhão	-1,07	-3,24	-0,86	-0,36	-0,97	-1,05
Mato Grosso	-1,68	-4,56	-1,62	-0,21	-1,32	-2,00
Amazônia Legal	-1,03	-3,34	-1,03	-0,23	-0,94	-1,18

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das simulações com o modelo REGIA

Os estados mais afetados seriam Mato Grosso, Tocantins e Pará apresentando quedas nos agregados macroeconômicos superiores à média da Amazônia. Enquanto o PIB da Amazônia Legal seria impactado negativamente em 1,18% em relação ao cenário base, a redução para esses três estados seria de 2%, 1,69% e 1,18% respectivamente. Este desempenho é oriundo da maior participação das atividades agropecuárias na economia destes estados.

**Mapa 3 – Impacto das mudanças climáticas sobre PIB real – desvio percentual acumulado entre 2030 a 2049 em relação ao cenário base**



Fonte: Elaboração própria.

O mapa 3 ilustra em nível mesorregional o desvio percentual acumulado do PIB real no período entre 2030 a 2049 em relação ao cenário base. Mais uma vez, fica evidente que o efeito das mudanças climáticas não são homogêneos, há regiões mais vulneráveis ao

efeito e outros menos. As mesorregiões que sofreriam os maiores danos situam-se na região oriental da Amazônia Legal, ao passo que, as regiões menos afetadas concentram-se na porção norte e ocidental.

Os estados do Mato Grosso e do Tocantins por apresentarem maior dependência das atividades agropecuárias seriam os estados mais afetados em termos de atividade econômica. A queda média respectiva do PIB para estes estados é de 2,00% e 1,69% no acumulado entre 2030 e 2049 em relação ao cenário base (a queda média para a Amazônia Legal seria de 1,18%).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo do presente artigo foi simular os efeitos da queda de produtividade agrícola em decorrência das mudanças climáticas sobre a produção dos principais cultivos agrícolas na região da Amazônia Legal brasileira considerando o período de 2030 a 2049, de modo a projetar os possíveis impactos sobre o uso da terra e sobre os principais indicadores econômicos da região.

As simulações indicam que durante o período de 2030 a 2049 as mudanças climáticas trarão impactos negativos para a economia da Amazônia Legal. Contudo, os efeitos são diferenciados sobre território. Os resultados sugerem uma substituição gradual das áreas de pasto (-0,3%) e floresta natural (-0,3%) para áreas de lavoura (0,6%), indicando que a queda de produtividade agrícola deverá ser compensada com ganho territorial pelo setor e com impactos negativos sobre a pecuária e sobre o desmatamento. O PIB da Amazônia Legal apresentará queda acumulada próxima de 1,2% em 2049 (em relação ao cenário base), assim como no consumo das famílias (-1,03%), investimentos (-3,34%), consumo do governo (-1,03%), exportações (-0,23%) e importações (-0,94%).

Pelo fato do setor agrícola ser diretamente afetado pelas mudanças climáticas, os estados mais dependentes dessa atividade, tais como Mato Grosso, Tocantins e Pará terão efeitos mais relevantes em termos de queda do PIB, com redução acumulada durante o período de 2%, 1,69% e 1,18% respectivamente. Dentre as culturas mais impactadas nestes estados estão o milho (queda de 7,93% no valor da produção), arroz (-6,89%), soja (-7,54%) e cana de açúcar (-11,37%).

Portanto as mudanças climáticas potencialmente podem acarretar efeitos adversos sobre a dinâmica econômica e social da região da Amazônia Legal. Os impactos e seus efeitos serão heterogêneos regionalmente e setorialmente, causando desequilíbrios, já bastante presentes, na região. Dessa forma, as políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas se tornam necessárias para amenizar os prováveis prejuízos econômicos, sociais e ambientais.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ASSAD, E. D. e PINTO, H. S. **Aquecimento Global e a Nova Geografia da Produção Agrícola no Brasil**. CEPAGRI – Unicamp / EMBRAPA. 2008

BRASIL, 2008 - Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira**. Brasília, 2008. 112 p.

BRASIL, 2016 - Ministério do Meio Ambiente. **Efeito Estufa e Aquecimento Global**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/ciencia-da-mudanca-do-clima/efeito-estufa-e-aquecimento-global> Acesso em: nov/2016

BURFISHER, Mary E. **Introduction to computable general equilibrium models.** Cambridge University Press, 2011

CARVALHO, T. S. **Uso do Solo e Desmatamento nas Regiões da Amazônia Legal Brasileira: condicionantes econômicos e impactos de políticas públicas, 2014, 219 p.** 2014. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado). Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) Universidade Federal de Minas Gerais.

DOMINGUES, Edson; MAGALHÃES, Aline Souza; RUIZ, Ricardo Machado. **Cenários de mudanças climáticas e agricultura no Brasil: impactos econômicos na Região Nordeste.** Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

FAO, 2005 - **Special event on impact of climate change, pests and diseases on food security and poverty reduction.** Background Document. 31st Session of the Committee on World Food Security Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/009/j5411e.pdf>

FAO, 2016 - Food and Agriculture Organization of the United Nations - **The state of food and agriculture - climate change, agriculture and food security.** Rome, 2016.

HORRIDGE, Mark; MADDEN, John; WITTEWER, Glyn. The impact of the 2002–2003 drought on Australia. **Journal of Policy Modeling**, v. 27, n. 3, p. 285-308, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Censo Agropecuário 2006. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>. Acesso em 2017;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). PIB Industrial, Agropecuário, Serviços e Setor Público de 2010. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 2017;

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Dados Macroeconômicos e Regionais. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>

IPCC, 2000 – Intergovernmental Panel on Climate Change. **Special Report on Emissions Scenarios** Nebojsa Nakicenovic and Rob Swart (Eds.) Cambridge University Press, UK. pp 570

IPCC, 2007 - **Climate Change 2007: Synthesis Report, Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**, Core Writing Team, R.K. Pachauri and A. Reisinger (eds), Geneva: IPCC. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/ipccreports/tar/wg1/029.htm#storya1>

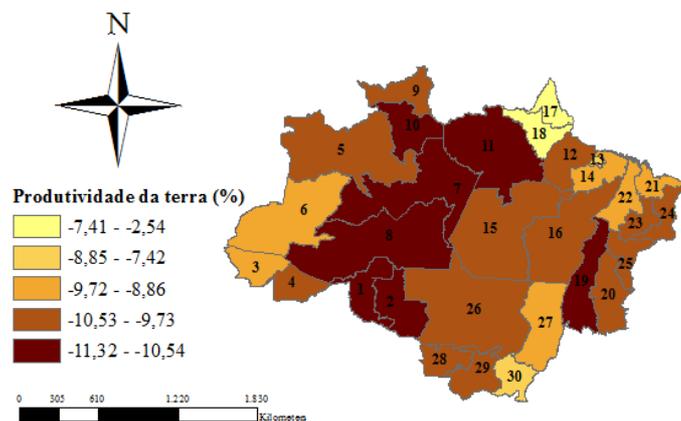
IPCC, 2013 - **Working Group I - Contribution to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change Summary for Policymakers.** October 2013, Switzerland

ASSUNÇÃO, Juliano; CHEIN, Flávia. Climate change and agricultural productivity in Brazil: future perspectives. **Environment and Development Economics**, p. 1-22, 2016.

Valin H, Sands RD, van der Mensbrugge, D, Nelson GC, Ahammad H, Blanc E, Bodirsky B, Fujimori S, Hasegawa T, Havlik P, Heyhoe E, Kyle P, Mason-D'Croz D, Paltsev S, Rolinski

S, Tabeau A, van Meijl H, von Lampe M, Willenbockel D. 2014. **The future of food demand: understanding differences in global economic models.** Agricultural Economics 45(1): 51–67.

**ANEXO A – CHOQUE DE PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA QUINQUENAL NO PERÍODO DE 2030 A 2049**



Fonte: Elaboração própria.

## **Os reflexos das Políticas Públicas de acesso à água no abastecimento por recursos pluviais na Amazônia**

Nircele da Silva Leal Veloso, UFPA/IFPA, nircele@yahoo.com.br;  
Nirvia Ravena de Sousa, UFPA/UNAMA, niravena@uol.com.br;

...

### **Resumo**

Na tentativa de resolver o grande paradoxo do abastecimento de água na Amazônia, sistemas de captação e aproveitamento da água da chuva, vêm sendo instalados na região. A pesquisa identifica alguns modelos, discutindo como a população vem se apropriando dessa tecnologia social e qual o seu impacto, enquanto política pública. O levantamento foi realizado a partir de buscas em revistas científicas, banco de dados de universidades, centros de pesquisas, ONG's, bem como em documentos institucionais, jornais, pesquisas censitárias. A tecnologia tem como uso prioritário o potável, na agricultura familiar e pecuária sendo utilizada em regiões isoladas, assentamentos rurais, reservas extrativistas, áreas insulares e no ambiente citadino no contexto das construções sustentáveis. O incremento de políticas públicas vêm incentivando esse tipo de abastecimento. A divulgação dessa faceta é interessante mostrar como tecnologias sociais estão sendo pensadas e executadas para o equacionamento a exclusão hídrica na Amazônia.

Palavras-chave: Abastecimento de água, Recursos pluviais, Amazônia, Políticas públicas.

### **Resumen**

En un intento de resolver la gran paradoja del suministro de agua en la Amazonía, los sistemas de captación y utilización de agua de lluvia, se han instalado en la región. La investigación identifica algunos modelos, discutiendo cómo la población se apropia de esta tecnología social y sus efectos, como una política pública. La encuesta fue realizada a partir de búsquedas en revistas científicas, base de datos de la universidad, centros de investigación, ONG's, así como los documentos institucionales, los periódicos, los censos. La tecnología tiene un uso prioritario limpia, la agricultura familiar y la ganadería se utiliza en zonas aisladas, asentamientos rurales, reservas extractivas, zonas insulares y el medio ambiente de la ciudad en el contexto de la construcción sostenible. El aumento de las políticas públicas está alentando este tipo de alimentación. La divulgación de esta faceta es interesante mostrar cómo las tecnologías sociales están siendo diseñado e implementado para resolver la exclusión de agua en el Amazonas.

Palabras clave: Suministro de agua, Recursos de lluvia, Amazon, Políticas públicas.

### **Résumé ou Abstract**

In an attempt to solve the great paradox of water supply in the Amazon, systems for capturing and utilizing rainwater have been installed in the region. The research identifies some models, discussing how the population has appropriated this social technology and what its impact as public policy. The survey was carried out based on searches in scientific journals, database of universities, research centers, NGO's, as well as in institutional documents, newspapers, census surveys. The technology has as priority use the potable, family farming and livestock farming being used in isolated regions, rural settlements, extractive reserves, island areas and the urban environment in the context of sustainable constructions. The increase in public policies have been encouraging this type of supply. The disclosure of this facet is interesting to show how social technologies are being thought and executed for the equation to water exclusion in the Amazon.

keywords: Water supply, Rain resources, Amazon, Public policies.

## 1- Introdução

Como parte da pesquisa de doutoramento em Desenvolvimento Socioambiental do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa), houve a necessidade de conhecer as diferentes políticas e modelos de abastecimento de água a partir do manejo dos recursos pluviais praticados no território amazônico. A dificuldade em encontrar, de forma sistematizada, tais experiências, motivou a realização de tal Estado da Arte.

A relevância da pesquisa se ancora não apenas na divulgação de uma faceta não evidenciada do acesso à água na Amazônia brasileira, mas na necessidade de extrapolar os limites já conhecidos e encontrar iniciativas interessantes que denotem o significado do uso da água da chuva para o abastecimento do povo amazônico, bem como dos impactos gerados pelo modelo no desenvolvimento das comunidades locais. Descobrir, a igualdade ou desigualdade, das realidades dos diferentes estados.

O levantamento foi realizado a partir de buscas em artigos científicos, banco de dados de universidades, centros de pesquisas, revistas, Organizações Não Governamentais (ONG's), bem como em documentos institucionais, jornais, pesquisas censitárias e entrevistas com envolvidos nos processos de gestão dos sistemas, as diligências também se prenderam a plataforma de vídeos disponibilizada na web.

Maior representante da Amazônia, a República Federativa do Brasil, possui cerca de 68% do seu território ocupado por essa imensa floresta tropical (PNUMA/OTCA/CIUP, 2008). Entre os 26 estados, o Brasil possui 7 estados da região Norte integralmente inseridos na Amazônia Legal, são eles: Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins e ainda parte de Maranhão, Mato Grosso, que delimitam a área desse estudo, de acordo com a figura 1. Segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país possui atualmente cerca de 207mil habitantes (IBGE, 2013). Para o órgão censitário a Amazônia brasileira abriga cerca de 27 milhões de pessoas.

Figura 1: Área de estudo



Fonte: Imazon-Mapas.

Como componente do ciclo hidrológico, as precipitações têm um grande papel na recarga dos mananciais superficiais e subterrâneos e ainda na preservação da vida no planeta. O manejo da água da chuva, como medida de abastecimento, embora inicialmente concebidos para zonas áridas e semi-áridas (Boers e Asher, 1982), vem se consolidando como fonte alternativa de água, inclusive em regiões amazônicas. Deve-se notar que não é uma técnica nova, há registros da utilização da tecnologia há 3.600 a.C. (Tomaz, 2003).

O potencial do uso econômico da água da chuva na Amazônia vem sendo constatado por várias pesquisas entre outras: Flores et. al. (2012); Martins et.al.(2016). Lima et al. (2011) fez um estudo expressivo que envolveu 40 cidades situadas nos estados na porção Ocidental da Amazônia: Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima.

Sistemas de captação de águas pluviais utilizam técnicas distintas de coleta e armazenamento, que dependem do fim pretendido. Quando o recurso é coletado em superfícies impermeáveis (telhados, calçadas, etc), de acordo com Boers e Asher (1982), há o “Aproveitamento de águas pluviais”, conforme figura 2. Quando utilizada na irrigação por meio de valas de infiltração, ocorre a “Colheita in situ da água da chuva”.

Figura 2: Sistema de aproveitamento da água da chuva.



Fonte: Mano (2004).

Algumas vantagens podem ser destacadas em utilizar um sistema de manejo da água da chuva. Por inibir o consumo de outras fontes é uma medida de conservação hídrica. A técnica é relativamente fácil e prática, não apresenta altos custos de implantação e manutenção. Tem acesso imediato, já que pode ser usada no lugar é precipitada. O sistema que pode funcionar paralelamente a outro, complementando-o. Há ainda o auxílio aos sistemas de drenagem, já que favorece o amortecimento das descargas pluviométricas inibindo enchentes e seus efeitos maléficos. E a grande contribuição para adaptação às mudanças climáticas.

Muito se discute sobre a qualidade da água. Apesar de alguns trabalhos afirmarem que água da chuva possui fatores contaminantes devido às emissões atmosféricas, muitos estudiosos entendem que esses efeitos são localizados e minimizados com simples técnicas de tratamento, sendo confiável até mesmo seu uso potável, como devido tratamento (Andrade Neto, 2005; Teixeira, 2007; Gonçalves, 2012). O procedimento também pode apresentar algumas desvantagens. As grandes estiagens podem inviabilizar a coleta, em localidades com frequentes chuvas com composição alterada (chuva ácida), pode não ser aconselhável a implantação.

Na próxima seção se dedica a apresentar o panorama regional dessa tecnologia já consolidada no semiárido, através do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que migrou para o ambiente amazônico na tentativa de universalizar o acesso à água à população carente.

## 2- Abastecimento por recursos pluviais na Amazônia brasileira

Apesar de possuir a maior reserva superficial de água doce do planeta e uma inquestionável disponibilidade hídrica subterrânea, o acesso à água de qualidade não é pleno na Amazônia, como ratifica os dados da figura 3. A aparente abundância de água desvia o foco da escassez qualitativa, Aragón (2005) já trazia esse alerta.

Segundo Martins et al. (2016), “estima-se que cerca de 10 milhões de pessoas não sejam atendidas na Amazônia Legal por sistema de abastecimento. São cerca de 5 milhões de pessoas em áreas rurais e outros 5 milhões em áreas urbanas”. O recente diagnóstico dos serviços de água e esgoto do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) apontou que, em 2015, cerca de 40% da população, não é atendida por sistemas de abastecimento de água (SNIS, 2017).

A análise desses números mostra a notória urgência na implementação de políticas eficazes de combate a essa forma de exclusão de social. Acredita-se que por toda essa importância socioambiental e a perspectiva econômica da água seja o debate mais difícil de ser mediado. A falta de efetividade de políticas públicas, aliada a ingerência do setor e ainda a ganância de grupos capitalistas deixam refém uma parcela significativa da população.

No Brasil, o aproveitamento dos recursos pluviais com a finalidade de abastecimento de água para consumo humano foi instituído a partir de ações do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Toda via, o modelo original nordestino, que consistia em cisternas de placas semi-enterradas não foi adequado às especificidades desse recorte amazônico. No estado do Pará, o primeiro registro de manejo pluvial para fins de abastecimento ocorreu em 2004, com a implantação do projeto “Água limpa é vida”, na Escola de Ensino Fundamental São José situada na ilha Grande, no município de Belém, conforme figura 3.

Figura 3: Cisterna na Ilha Grande.



Fonte: VELOSO, 2012.

Há registros de várias experiências de aproveitamento da água da chuva na Amazônia brasileira, porém percebe-se que a partir de 2011 esse modelo de acesso à água tem sido mais fortemente aplicados na Amazônia. O quadro traz um resumo dos principais.

Quadro 1: Síntese das principais políticas de abastecimento de água promovida com recursos pluviais.

Ano	Projeto	Promotor(es)
2004	Água limpa é vida	SBB, MDA, Projeto Helder Câmara
2006	Prochuva	Governo do Amazonas, FUNASA Atualmente, MI (Água para Todos)
2006	Água em Casa, Limpa e Saudável	CAMEBE, IFPA, UNAMA
2009	Projeto Sanear	ASPROC, Petrobrás
2010	Água limpa para pequenas comunidades da Amazônia	FUCAPI
2011	Aproveitamento da Água da Chuva na Amazônia	GPAC/Amazônia (UFPA), FAPESPA, CNPq
2012	Programa Tocantins sem Sede	MI, governo do estado Tocantins (Água para Todos)
2014	Programa Piloto de Acesso a Água de Chuva e Educação Ambiental	INCRA/MT, Justiça Federal Cáceres e Ministério Público Estadual.
2015	Sanear Amazônia	MDSA, Memorial Chico Mendes
2015	Nossa Água	MDSA, INCRA e IPAM
2016	Programa Cisternas	MDSA e governo do estado do Pará
2017	Programa Duas Águas-Programa Cisternas	MDSA e governo do estado do Maranhão

Incorporado ao Plano Brasil sem Miséria em 2011, o “Água para Todos” visa promover a universalização do acesso e uso de água em áreas rurais para consumo humano e para produção agrícola e alimentar, objetivando o pleno desenvolvimento humano e a segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social. Uma das medidas de enfrentamento da iniciativa é a construção de cisternas e a entrega de kit’s utilizados na captação e armazenamento da água da chuva.

Em 2013, com a lei nº 12873 surgiu o “Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Tecnologias Sociais de Acesso à Água, o Programa Cisternas”. Com a finalidade de promover o acesso à água para o consumo humano e animal e para a produção de alimentos, por meio de implementação de tecnologias sociais. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome vem se articulando parcerias junto a órgãos públicos, OSCIP’s, governos de estados e municípios na execução das atividades do programa.

Inicialmente esses dois programas de acesso à água tiveram como público prioritário famílias de baixa renda, residentes em comunidades rurais de municípios incluídos em zonas semiáridas, com acesso precário à água ou que sejam atendidas por sistemas de abastecimento deficitários. Todavia, houve ampliação das ações de acesso à água, com a expansão da cobertura para estados de outras regiões, inclusive com o lançamento, pelo MDS, do Edital nº 3 que trata de concurso de projetos específico para região Norte (Imprensa Nacional, 2014).

Quanto as iniciativas legislativas que visam medidas a favor do consumo da água da chuva, destacam-se as contribuições de Veloso e Mendes (2013) e Pacheco et. al, (2017). Os estudos levantaram os atos normativos vigentes e em tramitação, pautados para o desenvolvimento de políticas públicas de utilização da descarga pluviométrica com fim de conservação de recursos hídricos, prevenção de enchentes e fomentação do uso racional

da água. Em nível federal encontra-se em tramitação o Projeto de Lei 7818/14, que visa criar a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais. Na região amazônica, os estados do Acre, Amapá e Rondônia apresentam lei vigente sobre o assunto. No Amazonas existem três Projetos de Lei que tratam do assunto. No estado vizinho, Pará, está em tramitação um Projeto de Lei sobre a criação do Programa de Captação de Água da Chuva no Estado do Pará (Veloso e Mendes, 2013).

### 3- Conclusões

Já consolidada no semiárido, através do Programa Um Milhão de Cisternas, o aproveitamento da água da chuva passou por um período de replicação e posterior reaplicação no ambiente amazônico. O modelo original, que consistia em cisternas de placas semi-enterradas não foi adequado às especificidades desse recorte geográfico. Logo, instituições de pesquisa e ensino, ONG's e OSCIP's aperfeiçoaram modelos mais apropriados às características locais, que aproveitam a vocação natural e os costumes dos moradores.

O modelo possui um grande significado para o povo amazônico, principalmente aos mais pobres, que são reféns da escassez qualitativa de água. A heterogeneidade da região exige uma matriz de abastecimento múltipla e diversa, que se adapte às necessidades locais. Verificou-se que a tecnologia tem como uso prioritário o potável, na agricultura familiar e pecuária sendo utilizada em regiões isoladas, assentamentos rurais, reservas extrativistas, áreas insulares e no ambiente citadino no contexto das construções sustentáveis.

Segundo o último Censo, essa modalidade de abastecimento não era comum na região amazônica. A partir de 2011, com o incremento de políticas públicas de acesso à água, esse tipo de abastecimento está sendo viabilizado, com o aumento das experiências. O próximo Censo retratará essa realidade. Espera-se mais sensibilidade nas casas legislativas no sentido de agilizar o andamento para aprovação da Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais que tramita desde 2014, há ainda outros PL's sobre a questão sem definição desde 2004.

Diante do triste paradoxo do acesso à água na Amazônia, a divulgação dessa faceta, não evidenciada, é interessante por mostrar como tecnologias sociais estão sendo pensadas e executadas para o equacionamento dessa grande lacuna: a exclusão hídrica.

### 4- Referências bibliográficas

Andrade Neto, Cícero Onofre. O descarte das primeiras águas e a qualidade da água. Campina Grande. Anais do 8º Simpósio Brasileiro de Captação e Armazenamento de Água de Chuva, 2005.

Aragón, L.E. The question of water in the Amazon. Papers do Naea 207, 2007.

Boers, ThM., Ben-Asher, J.A Review of rainwater harvesting. Agricultural Water Management 5, 145-158, 1982. doi: [https://doi.org/10.1016/0378-3774\(82\)90003-8](https://doi.org/10.1016/0378-3774(82)90003-8)

Flores, R.A., Mendes, R.L.R., Oliveira, D.R.C., Costa, T.C.D., Veloso, N.S.L. Potencial de captação de água da chuva para abastecimento: O caso da cidade de Belém (Estado do Pará, Brasil). Estudos Tecnológicos em Engenharia 8(2), 69-80, 2012. doi: 10.4013/ete.2012.82.04

Gonçalves, C.C. Aproveitamento das águas pluviais para abastecimento em áreas rurais na Amazônia. Estudo de caso: Ilha Grande e Murutucú, Belém-PA. Dissertação. Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

IBGE. Population projection by sex and simple ages, on July 1 - 2000/2060. IBGE. 2013 [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2013/default\\_tab.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm). (acesso: 26.03.17).

Imprensa Nacional. Chamada de projetos de implementação de tecnologias sociais de acesso à água na região norte. Diário Oficial da União 119, 114, 2014. <http://www.in.gov.br/> (acesso 28.04.17).

Lima, J.A., Dambros, M.V.R., Antonio, M.A.P.M., Jazen, J.G., Marchetto, M. Potencial de economia de água potável pelo uso da água da chuva: análise de 40 cidades da Amazônia. Engenharia Sanitária Ambiental 16(3), 291-298, 2011. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-41522011000300012>

Mano, Rafael Simões. Captação residencial de água de chuva para fins não potáveis em Porto Alegre: aspectos básicos da viabilidade e benefícios do sistema. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004: en-línea: [www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8742](http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8742). Fecha de consulta: 10/02/2011.

Martins, Jairo; Mendes, Ronaldo Lopes; Silva, Ricardo Angelim; Rodrigues, Larissa; Sá, Beatriz Oliveira. Potencial de aproveitamento de água da chuva no município de Abaetetuba-PA. Anais 10º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água da Chuva. Belém: SBCMAC, 2016.

Pacheco, P.R.C., Gómez Y.D., Oliveira I.F., Teixeira L.C.G. 2017. A view of the legislative scenario for rainwater harvesting in Brazil. Journal of Cleaner Production 141(10), 290-294. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.09.097>

PNUMA, OTCA, CIUP, 2008. GeoAmazônia: Perspectivas do meio ambiente na Amazônia. PNUMA, OTCA, Brasília.

SNIS 2017. Diagnóstico de Serviços de Água e Esgoto - 2015. <http://www.snis.gov.br/component/content/article?id=140> (accessed 28.03.17).

Teixeira, Júlio César. C. Vigilância da qualidade da água para consumo humano – utopia ou realidade? Estudo de caso: Juiz de Fora/MG. 23 Congresso da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ed.) Campo Grande: ABES, 2005.

Veloso, N.S.L., 2012. Aproveitamento da água da chuva e desenvolvimento local: o caso do abastecimento das ilhas de Belém. Dissertação, Universidade Federal do Pará. Belém.

Veloso, N.S.L., Mendes, R.L.R., 2013. Aspectos legais do uso da água da chuva no Brasil e a gestão dos recursos hídricos: notas teóricas. In: XX Brazilian Symposium on Water Resources <https://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php?PUB=3&ID=155&PAG=16>. (acesso 20.03.17).

## **Os saberes de uma família ribeirinha paraense – Um estudo na Ilha Arapiranga em Belém – PA**

Meiriane Freitas Dias Oliveira, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais,  
[meirianefdias@yahoo.com.br](mailto:meirianefdias@yahoo.com.br);

Janyne Luiz e Silva Araújo, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais,  
[janyne@oi.com.br](mailto:janyne@oi.com.br);

Antônio de Pádua Nunes Tomasi, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas  
Gerais  
[tomasi@uai.com.br](mailto:tomasi@uai.com.br)

### **Resumo**

É instigante pensar na vida de populações ribeirinhas da região Amazônica, moradoras de comunidades isoladas, distantes do mundo globalizado, vivendo sem acesso a serviços públicos básicos, tais como energia elétrica, água tratada e comunicação; e distantes de escolas e de centros de saúde ou hospitalares. Milhares de famílias ribeirinhas vivem nestas condições nas ilhas fluviais próximas à cidade de Belém, no estado do Pará-Brasil. Vivem e produzem o seu sustendo, em grande parte baseado na extração do açaí, que também comercializam, entre outros frutos da região, e da pesca do peixe e da captura do camarão. Importa ressaltar o contexto cultural, social, histórico e econômico em que se encontram estas famílias, bem como os saberes que as acompanham no trabalho cotidiano da subsistência. Por meio da pesquisa acerca da vida dos ribeirinhos em relação à sua produção de alimentos e sua garantia de subsistência é demonstrada a importância do papel social desse modo de vida nas comunidades, a força dessas pessoas, a transmissão dos saberes aos seus filhos, promovendo a continuidade da vida na ilha e a sobrevivência de suas famílias. A partir da pesquisa já iniciada na região, convivendo com uma família ribeirinha, observando seus modos de vida e costumes, e entrevistando seus membros, pretende-se verificar que saberes, importantes para a subsistência desta família, decorrem de suas práticas e são transmitidos de geração em geração? Destacam-se entre os saberes presentes no cotidiano da família, como já observado, os relacionados à produção de açaí, fruto amplamente produzido e negociado na região e base da renda familiar e também muitos outros, observados na rotina da família, tais como os relacionados à natureza que orientam suas vidas, os da pesca dos peixes, da captura do camarão, do preparo dos alimentos, entre outros. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se baseia nos pressupostos da história oral, empregando o gênero história oral de vida, observando os fatos da vida, e emprega-se a entrevista como método de recolha de informações. Ressalta-se que a pesquisa está em andamento e por isso ainda não estão descritos todos os resultados e conclusões. Por isso, no artigo dá-se o foco no que diz respeito ao saber-ser, costumes e lendas que fazem parte da vida da família ribeirinha como parte do trabalho está sendo realizado.

Palavras-chave: Saberes; Subsistência; Costumes; Ribeirinho.

## Resumen

Es emocionante pensar en la vida de las comunidades ribereñas de la región amazónica, los residentes de las comunidades aisladas, lejos del mundo globalizado, que viven sin acceso a los servicios públicos básicos como la electricidad, el agua tratada y la comunicación; y lejos de las escuelas y centros de salud u hospitales. Miles de familias ribereñas que viven en estas condiciones en los ríos islas cerca de la ciudad de Belem, en el estado de Pará, Brasil. Viven y producen su sostenimiento, basadas principalmente en la extracción de acaí, que también mercado, entre otras frutas de la región, y la pesca de peces y la captura de camarón. Se enfatizan los aspectos económicos culturales, sociales, históricos, y son estas familias, así como el conocimiento que acompañan el trabajo diario de subsistencia. A través de la investigación sobre la vida ribereña con respecto a su producción de alimentos y la garantía de la subsistencia se demuestra la importancia de la función social de esta forma de vida en las comunidades, la fuerza de estas personas, la transmisión de conocimientos a sus hijos, promoviendo continuidad de la vida en la isla y la supervivencia de sus familias. A partir de la investigación que ya se inició en la región, viviendo con una familia ribereña, la observación de sus formas de vida y costumbres, y entrevistar a sus miembros, tiene la intención de verificar que el conocimiento, importante para el sustento de la familia, como resultado de sus prácticas y se transmiten generación en generación? Cabe destacar, entre el conocimiento presente en la rutina de la familia, como ya se ha señalado, en relación con la producción de açaí, fruta ampliamente producido y comercializado en la región y la base de los ingresos familiares y también muchos otros, se observa en la rutina de la familia, como los relacionados la naturaleza que guían sus vidas, la pesca de peces, la captura de camarón, la preparación de alimentos, entre otros. Desde un punto de vista metodológico, la investigación se basa en los supuestos de la historia oral, utilizando la historia oral género de vida, la observación de los hechos de la vida, y emplear la entrevista como método de recolección de información. Es de destacar que la investigación está en curso y por lo tanto aún no se describen todos los resultados y conclusiones. Por lo tanto, el artículo da el enfoque con respecto a los pre-ser, costumbres y leyendas que forman parte de la vida familiar del ribereños como parte del trabajo que se está haciendo.

Palabras clave: Conocimiento; Subsistencia; Costumbres; Ribereño.

## Abstract

It is intriguing to think about the life of riverside populations in the Amazon region, living in isolated communities, far from the globalized world, living without access to basic public services, such as electric power, treated water and communication; And distant from schools and health centers or hospitals. Thousands of riverine families live in these conditions in the fluvial islands near the city of Belém, in the state of Pará-Brazil. They live and produce their sustenance, largely based on the extraction of the açaí, which also commercialize, among other fruits of the region, and the fishing of the fish and the capture of the shrimp. It is important to highlight the cultural, social, historical and economic context in which these families are found, as well as the knowledge that accompanies them in the daily work of subsistence. Through the research on the life of the riverside in relation to their food production and their guarantee of subsistence, the importance of the social role of this way of life in the communities is demonstrated, the strength of these people, the transmission of knowledge to their children, Continuity of island life and the survival of their families. Based on research already begun in the region, living with a riverine family, observing their ways of life and customs, and interviewing their members, it is intended to verify that knowledge, important for the subsistence of this family, derives from their practices and is transmitted from Generation to generation? Among the knowledge present in the daily life of the family, as already observed, those related to the production of açaí, fruit widely produced and traded in the region and base of the family income and also many others, observed in the routine of the family, such as those related To the nature that guides their lives, those of the fish of the fish, the capture of the shrimp, the preparation of the food, among others. From the methodological point of view, the research is based on the assumptions of oral history, using the oral history of life genre, observing the facts of life, and the interview is used as a method of gathering information. It is emphasized that the research is in progress and therefore not yet described all the results and conclusions. Therefore, the article gives the focus on the know-how, customs and legends that are part of the life of the riverine family as part of the work being done.

keywords: You know, Subsistence, Mores, Riverain.

## 1- Introdução

Aborda-se no presente artigo as considerações sobre alguns saberes de um povo ribeirinho, mais especificamente uma família habitante da Ilha Arapiranga. O objetivo do artigo é trazer parte das informações de uma pesquisa de Mestrado que se encontra em andamento no que diz respeito às formas de subsistência dessa família que é obtida por meio dos seus saberes, com enfoque principal sobre o saber-ser. Os saberes inerentes ao povo ribeirinho permite, ao longo das gerações, a garantia do sustento pelo que sabem produzir e a permanência de todos da família nas Ilha.

A estrutura do artigo se compõe de uma parte que trata primeiramente, da caracterização geográfica da área em que se insere a família pesquisada, Belém-Pará, Barcarena e a Ilha Arapiranga, o problema e a motivação da pesquisa; a seguir trata-se do saber-fazer e do saber-ser contemplando as relações com a natureza, alguns dados coletados na pesquisa, a religiosidade e as lendas; e por fim, a metodologia empregada.

Neste contexto, o trabalho de Lima (2015) titulado - Na safra e na entressafra do açaí: usos do território e modo de vida da população ribeirinha do baixo Rio Meruí (Igarapé – Miri/PA) – é importante para se tratar da maneira com a qual os ribeirinhos utilizam as formas disponíveis para sua subsistência na região. Ele afirma que “O açaí é o fruto que garante subsistência da família e também gera oportunidades de acesso a bens materiais, dos quais dependem as vivências das populações locais” (LIMA, 2015, p. 76).

Stroobants (1997) define os saberes, e trata do saber-fazer e do saber-ser. Da mesma forma, Cavaco (2016) também fala sobre os saberes. Azevedo (2005) mostra que as Ilhas de Paquetá e Ilha Grande assim como a Ilha Arapiranga sofrem a influência do oceano e são banhadas pelas águas das marés diariamente.

Witkoski (2010) fala sobre o extrativismo, e dá abertura para tratarmos sobre a obtenção de renda das famílias da Ilha Arapiranga ocorre, em grande maioria, por meio da comercialização do açaí na Feira do Açaí na cidade de Belém. O açaí é o alimento que gera o meio de subsistência dos ribeirinhos. Importante dizer que eles também realizam pesca e criação de peixes e captura do camarão, geralmente em períodos de entressafra do açaí, e utilizam esses alimentos para o consumo e sustento da família, além de comercializá-los.

Na metodologia, emprega-se os autores Meihy e Holanda (2007), Markoni e Lakatos (2003) e Quivy e Campenhoudt (1998) sobre a História Oral e o método de entrevista.

Enfim, de posse das informações que serão adquiridas ao longo do texto, é possível verificar que é por meio dos saberes que os ribeirinhos conseguem organizar suas vidas e garantirem a conformidade na aquisição e na garantia de seu sustento diário e fonte de renda de seus membros familiares.

## 2- Ribeirinhos Amazônicos: seus saberes e costumes

A Amazônia é caracterizada por uma riqueza inigualável de povos, e em sua sociobiodiversidade estão territorializados nas águas, florestas e terra firme. São populações tradicionais indígenas e não indígenas, urbanas e rurais, particularizadas por cores, raças, culturas e saberes (SOUZA, 2011, p. 54). Essa população tradicional recebe também a denominação de “povos tradicionais”, que são os índios, seringueiros, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, caboclos/ribeirinhos, etc.”. E chama a atenção por possuírem vasta experiência na utilização e conservação da biodiversidade e da ecologia dos ambientes terras, florestas e águas onde trabalham e vivem (WITKOSKI, 2010, p. 28).

Esse artigo traz um recorte da pesquisa que está sendo realizada na Ilha de Arapiranga, situada no município de Barcarena, em Belém, estado do Pará. Geograficamente falando, a população de Belém, capital do estado do Pará, é de 1.393.399 habitantes (IBGE, 2010).

Belém se situa às margens da bacia de Guajará, junto à foz do rio Guamá. A cidade possui posição privilegiada, sendo considerada porta de entrada da Amazônia, em decorrência do seu porto acessível, amplo e de intenso movimento comercial (IBGE, 1957, p. 298). Mais precisamente, o município de Belém está localizado a 01° 27' 20" de Latitude Sul e 48° 30' 15" de Longitude W-Gr (BELÉM, 2012, p. 5).

O município de Barcarena fica localizado na Zona Guajarina com coordenadas geográficas, 1° 30' 20" de latitude Sul e 48° 39' de longitude W-Gr. Limita-se com os municípios de Belém, Acará, Moju, Abaetetuba, e com o rio Pará e Baía de Marajó. O município apresenta o clima comum da Amazônia; equatorial superúmido, com abundantes chuvas na quadra invernos, de janeiro a junho. Os acidentes geográficos principais são as ilhas das Onças e de Arapiranga (IBGE, 1957, p. 291-292). O município de Barcarena apresenta vegetação característica da região Amazônica, isto é, possui uma cobertura vegetal de Floresta Equatorial Típica ou Floresta Densa de Terra Firme (IDATAM, 2009).

Mais especificamente, o local de estudo é na Ilha Arapiranga, que se encontra localizada na parte Norte do município de Barcarena, conforme figura 1, tendo como limites a Baía do Marajó e os rios Arapiranga e Carnapijó. A composição das localidades consta de Cutajú-Açú, Jandiaquara, Camuringuara, Estacamento, Cutajú-Miri, Papaquara, Jupariquara, Boa Nova, Flecheira, Buçuquara, Ilha Macaco, Prainha e Vila Arapiranga (IDATAM, 2009, p. 13-14). A família de estudo dessa pesquisa habita na localidade de Cutajú-Miri.

Figura 1: Localização da Ilha Arapiranga ao Norte do município de Barcarena.



Fonte: Google maps.

Os ribeirinhos moram às beiras dos rios da região Amazônica, constroem suas casas e levam uma vida simples com suas famílias. Persiste um modo de vida diferencial dessa população que vive isolada, em um local de difícil acesso, sem água potável, sem rede de saneamento básico, sem energia elétrica, com dificuldade de comunicação e ainda, distantes de escolas e de centros de saúde ou hospitalares.

Além desses problemas já ressaltados, destaca-se também que essas populações habitantes das ilhas, mesmo tendo proximidade de Belém, ainda se encontram distantes do mundo globalizado e das grandes tecnologias. Isso devido às questões relacionadas à dificuldade de acesso, uma vez que a única forma de transporte das ilhas para as cidades é via barco.

Diariamente, os barcos transitam de Belém e de regiões próximas como Barcarena para as Ilhas, transportando pessoas, alimentos, e outras coisas de necessidade. Para irem à escola e à igreja é via barco, também. Em alguns momentos, na porta das casas os barqueiros vendem pães, gelo e sorvetes. As pessoas transportam o açaí para comercialização no Ver-O-Peso em Belém por meio dos barcos, e isso ocorre à noite, no outro dia quando finaliza, voltam para suas casas.

Por isso, a pesquisa é motivada pela possibilidade de demonstração da importância do papel social dessas pessoas; uma vez que produzem e comercializam um alimento importante que se tem acesso em outras regiões do Brasil; oportunizando a elas mostrar a força que possuem, os modos de vida que permitem garantir sua subsistência com o emprego de seus próprios saberes; que inclusive são transmitidos de pais para filhos; promovendo a permanência na Ilha e a sobrevivência de suas famílias. Isso se reforça com a afirmação de Lima (2015, p. 14), dizendo que “é imprescindível reconhecer seus saberes, ouvir suas falas e compreender como estes ocupam, organizam e constroem seus territórios, bem como os seus elementos identitários”.

Como já foi dito, a família do estudo possui alguns saberes que estão inerentes do seu povo ribeirinho. Regiões como essa onde vive essa família; de difícil acesso; não permite que as pessoas de outras localidades do Brasil conheçam o que é feito e como é feito no cotidiano desses moradores. Por isso, “é necessário dar atenção a outras formas de saberes que existem, de forma a resgatar e valorizar, para que não desapareçam de nossa própria história” (SOUZA, 2011, p. 65).

Sendo assim, Grinspun (2002, p. 42) diz que: “o saber cada vez mais está se juntando com outros saberes, numa formação de uma grande rede de conhecimentos; a sensibilidade do homem, seus valores e sentimentos são colocados à prova, a todo momento, tanto em nível de confronto e contradição como de descoberta e assimilação.”

Falar sobre “saber” é algo complexo, pois existem determinadas definições e classificações em torno da palavra “saber”. Stroobants (1997) *apud* Kilimnik et al. (2004) afirma que:

Saberes ou conhecimentos formais que podem ser traduzidos em fatos e regras; saber-fazer, que pertence à esfera dos procedimentos empíricos, como as receitas e os conhecimentos tácitos do ofício que se desenvolvem na prática cotidiana de uma profissão ou ocupação; e saber-ser, compreendido como o saber social ou do senso comum, que mobiliza estratégias e raciocínios complexos, interpretações e visões do mundo (STROOBANTS (1997), *apud* KILIMNIK et al. (2004, p.12)).

Assim como apresenta Cavaco (2016, p. 957) quando nos traz a informação de que em meio a diversificação, abarca-se os diferentes tipos de saberes: os saberes, de ordem mais teórico-conceitual, com uma grande incidência cognitiva; o saber-fazer, de caráter mais prático, orientado para a ação, como o próprio nome indica; e o saber-ser, mais relacionado com as características de personalidade, com as atitudes, comportamentos e valores, com uma incidência particular no domínio afetivo.

No caso da família ribeirinha, o saber-fazer é verificado justamente na produção do açaí, alimento que é colhido e preparado para a comercialização em Belém. Segundo o IDATAM (2009, p. 51), o extrativismo do açaí (*Euterpe oleracea* Mart) é a principal atividade geradora de renda aos moradores da Ilha, e “sempre foi uma atividade praticada pelos naturais da região amazônica” (LIMA, 2015, p. 40).

O extrativismo é compreendido como um conjunto de atividades de extração sobre os ecossistemas relacionados tanto com produtos de origem vegetal (madeira, lenha, plantas medicinais, frutos, etc.) quanto com os produtos de procedência animal (caça) referindo, nos dois casos, aos produtos ofertados pela natureza (WITKOSKI, 2010, p. 251). Ressalta-se que “o trabalho extrativista na Amazônia ainda persiste em muitas localidades da região, preservando características bastante peculiares e singulares, de modo que os aspectos culturais fortalecem a prática de tal atividade, no sentido de garantir meios de sobrevivência aos seus moradores” (GOMES e CARVALHO, 2012, p. 211).

No caso das famílias da Ilha Arapiranga, o extrativismo do açaí é praticado diariamente e ao longo de suas gerações. O açaí é o fruto da palmeira conhecida como açazeiro, cujo nome científico é *Euterpe oleracea* Mart., fruta nativa da Região Amazônica, pequena, redonda e de cor azul-noite, quase negra, que ganhou fama como fonte natural de energia por todo o Brasil e pelo Mundo; e é também a denominação dada à polpa acrescida de água obtida do atrito dos frutos, muito consumida no Estado e classificada pelos batedores artesanais como fino ou popular, médio e grosso (PARÁ, 2012).

As palmeiras de açaí são nativas da região amazônica, pois o açaí ocorre em solos de várzeas e igapós, compondo ecossistemas de floresta natural. Os açazeiros se destacam entre os diversos recursos vegetais pela sua abundância, sendo o estado do Pará o principal centro de dispersão dessa palmeira. (LIMA, 2015, p. 78).

“O açazeiro é uma das palmeiras mais conhecidas no espaço amazônico cujo fruto alimenta o corpo e também a cultura local”. A produção se dá em boa parte do ano, mas a safra ocorre nos meses de julho a dezembro, sendo a produção mais abundante nesse período (LIMA, 2015, p. 77- 78). Pode se desenvolver espontaneamente ou ser cultivado. É por isso que os açazeiros tendem a se concentrar nas áreas de solo inundáveis, ou seja, nas áreas de várzeas dos grandes rios e seus afluentes, tais quais, igarapés e pequenos furos (LIMA, 2015, p. 80).

Embora o saber que está relacionado a esse trabalho produtivo com o açaí seja de extrema relevância e importância, como já foi dito, considerando os trabalhos já realizados, a visita realizada à família de ribeirinhos e a tamanha abrangência desse tema, delimita-se nesse artigo apenas a forma de saber-ser, que está fortemente presente na vida da família ribeirinha da Ilha Arapiranga. Estando na casa e convivendo com os ribeirinhos, nota-se o quanto é interessante a relação existente entre a família e a natureza, uma vez que esta orienta a vida dessas pessoas, estabelecendo um vínculo significativo.

Em pesquisa já iniciada na Ilha de Arapiranga, observa-se que uma das coisas mais fortes e notáveis logo que se chega àquela região é a intensidade da natureza vista nos rios que se encontram e na riqueza da floresta. “Quando entramos em contato direto com a

bacia amazônica, nossos sentidos nos obrigam a imaginar que habitamos o *planeta Água* e não o *planeta Terra*". (WITKOSKI, 2010, p. 291).

Tomasi (2014) em seu trabalho "Parece mar", também demonstra essa intensidade da natureza que é perceptível de forma clara quando se vê os rios da Amazônia quando diz:

É quase mar. As águas começam nos nossos pés e parecem tocar o infinito. Fechamos os olhos e o barulho das ondas nos dá a certeza de que estamos no mar. Mas qual, o quê? O mar está longe, muito longe. Toda a água que vemos, um mundão de água doce, vai pra lá, pra longe, pra bem longe. Águas da bacia amazônica, que escoam densamente e enchem o mar. É assim dia e noite (TOMASI, 2014).

Nesse sentido, o conhecimento do ambiente em que vivem essas populações e a sua habilidade no manuseio dos recursos naturais, à medida que são transmitidos e absorvidos pelas gerações, transformam práticas, hábitos de vida, modos de apreensão e apropriação da natureza com traços característicos. São interações advindas do contato íntimo com a natureza, seja pelas águas, florestas, terras, seja com o próprio homem (MORAES, 2007, p. 74).

No desenvolvimento de sua sobrevivência, o homem amazônico aperfeiçoou técnicas e instrumentos para melhor aproveitar os recursos naturais. Aliado a isso, também produziu saberes empíricos, observando a dinâmica natural, para superar as adversidades da vida cotidiana, como o desenvolvimento de remédios produzidos a partir de ervas colhidas na floresta. Aprendeu a observar o tempo de maturação dos recursos, a dinâmica dos rios, seus ciclos de enchentes e vazantes, construindo pequenas embarcações para se deslocarem, melhor aproveitar os recursos pesqueiros e também transportar os recursos florestais de lugares mais distantes aos de moradia (LIMA, 2015, p. 41).

E por nascerem e crescerem convivendo com essa natureza exuberante, as famílias ribeirinhas perpassam gerações com seus saberes envolvidos na natureza. Uma das coisas mais interessantes que se nota é que na ilha, as pessoas desde crianças aprendem sobre os movimentos das marés.

De acordo com Lima (1956) *apud* Azevedo (2005, p. 32), "dá-se o nome de marés aos movimentos alternados de ascensão e abaixamento das águas do mar. A duração desse movimento é de 6 horas e 12 minutos chegando à altura máxima, denominada de preamar, a qual permanece parada durante 7 minutos e, em seguida, inicia o refluxo ou vazante com mesma duração". O número de realização desses movimentos por dia é de quatro vezes. A cada 24 horas, as marés ocorrem 50 minutos mais tarde em relação ao dia anterior, por influência da lua.

Dependendo justamente desse horário, os ribeirinhos se organizam para realizarem suas atividades. Em momentos do dia, não é possível se deslocar das suas casas para outras localidades, como Belém ou outras Ilhas, isso porque se torna perigoso, já que a água está em movimento e em processo de ascensão. É necessário aguardar o tempo certo para que possam sair nas embarcações, sejam nos barcos pequenos ou nos grandes.

No seu trabalho de Dissertação de Mestrado, Azevedo (2005, p. 32) traz as informações sobre a pesquisa realizada nas Ilhas de Paquetá e Ilha Grande; que também pertencem ao município de Belém; são Ilhas de Várzeas, assim como a Ilha Arapiranga, e por isso sofrem da mesma forma a influência do oceano e são banhadas pelas águas das

marés diariamente. Os ribeirinhos que habitam essas Ilhas conhecem bem esse movimento das marés. E o fato curioso é que isso orienta o deslocamento deles pelos rios ou baías por meio dos barcos e também influencia na pesca de peixes e captura de camarões.

E assim, o modo de vida dos ribeirinhos está condicionado ao ciclo da natureza, de forma particular, considerando-os como uma extensão dos espaços de lazer e trabalho, presentes na lida diária, no sustento (BRITO, 2012, p. 44). Observa-se diariamente, após o término de seus trabalhos, eles se reúnem na sacada da casa para seu momento de distração, conversam, riem, fazem planos, educam as crianças e brincam. São pessoas extremamente unidas e educadas. Os filhos obedecem aos pais e seguem seus ensinamentos. E nesses momentos, os pais costumam contar suas histórias e repassar os seus saberes.

Uma forma de se ver o saber-ser dos ribeirinhos e que é repassado aos filhos é o cuidado com que eles devem saber a se comportar diante do rio quando estão trafegando nos barcos. Há uma maneira própria e segura que as crianças já desde cedo aprendem com os pais.

*“Esse aprendizado a gente passa pros filhos, eu fazia isso com a pessoa que começava a viajar comigo. Olhe veja, nunca deixe a sua mão direita, qualquer circunstância de um rio desse, porque essa é que é a nossa segurança de ir pra nossa mão direita pra não ter atropelo. Tem muitas pessoas que navegam, viajam nesse rio, gente que viaja nesse rio e não tem esse significado, essa preocupação de andar na própria mão, ele prefere cruzar a mão da gente e aí acontece acidente. A gente vai pelas margens do rio. Qualquer um de nós aqui, a gente sabe até onde tem os paus de maré baixa onde pode bater ou não. A gente já sabe e vai desviando. A gente anda de dia numa localidade dessa e anda observando a gente passa de dia numa localidade dessa tem um pau no meio e aí vou viajar de noite. A atenção de um comandante de barco é a mesma de um comandante de carro. O comandante de barco vai bem atencioso. A nossa maior vantagem é que a velocidade é menos, se tiver com sono dá tempo”.*

Com relação à cultura e aos costumes desses povos ribeirinhos, as manifestações religiosas são predominantes e fortes, além das histórias e lendas contadas pelos moradores mais antigos.

Sobre a religião, cada comunidade tem seu Padroeiro ou Padroeira e ocorrem assim as festividades religiosas por setor. A Padroeira da Ilha Arapiranga é Nossa Senhora do Rosário. Sendo assim, na comunidade de Cutajú-Miri festejam Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na Cutajú-Açú, São Pedro, já na Vila Arapiranga é Nossa Senhora do Rosário. Festa importante também é a de Nossa Senhora de Nazaré, a qual é a Padroeira da capital Belém, chamada de Círio de Nazaré (IDATAM, 2009, p. 77).

Os ribeirinhos costumam acompanhar esse evento festivo na capital. Participam da procissão com os membros da família, por isso a viagem ocorre na embarcação maior que possuem para comportar todos eles. Essa é uma festa significativa para eles por honrarem a Padroeira, mostrando a força da religiosidade na vida deles.

No que diz respeito às lendas contadas pelos habitantes, as mais influentes na região são a da Cobra Grande e a do Boto, e elas fazem parte do cotidiano dos ribeirinhos e elabora uma forma de pensar e de se organizar em sociedade. De acordo com a percepção de uma pessoa moradora na região,

*“...um dos fatores de melhor organizar essas sociedades ribeirinhas é a presença de um mito que leve a culpa no caso de uma moça engravidar e ninguém saber quem é o pai.*

*Então a história é a seguinte: geralmente quando tem alguma festa, algum evento, dizem que o boto sai do rio, quando ele sai do rio ele se transforma em um rapaz muito atraente que usa um terno branco e um chapéu e ele encanta. Então, como a sereia para os marinheiros lá no mar, ele também encanta as moças do lugar e semanas depois as moças grávidas que não querem contar para os pais e para os irmãos quem é o pai, dizem que foram encantadas pelo boto”.*

No caso da Lenda da Cobra Grande,

*“A cobra grande ela é capaz de afundar barcos, de engolir pessoas, ela é capaz de afundar até ilhas”.*

Ainda sobre o saber-ser, algo que chama a atenção é o que se relaciona ao chamado “relógio da mulher” ou “mãe do corpo da mulher”, como pode ser visto a seguir:

*“Olha agora eu não se vocês sabem que a mulher ela mexe com o relógio. Que é a mãe do corpo que chama, a mãe do corpo da mulher, tem muita gente aqui que chama aqui é o relógio da mulher, quando mexe isso a gente passa muito ruim...É uma bola que a gente tem que diz que é a mãe do corpo da gente, outros diz que é o relógio da mulher. Ela é localizada dentro do umbigo...Mas a mãe do corpo da gente ela fica muito fraquinha, por isso que ela sai do lugar, ela espalha. Tem vez que dá muita dor na gente, ela quer entrar debaixo da costela...”*

As mulheres são cuidadosas com sua saúde, e quando sentem dor são chamadas as parteiras para os cuidados, não somente em mulheres grávidas, mas também quando a chamada “mãe do corpo” sai do lugar e provoca dores, para isso existem os remédios que as parteiras fazem e cuidam das mulheres que a convocam para vir em suas casas. E as mães ensinam às suas filhas sobre isso e são atenciosas quanto a esse caso da “mãe do corpo da mulher”.

## **Metodologia**

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa está se baseando nos pressupostos da história oral. Como método de recolha de informações, se emprega aqui a entrevista, com o objetivo de levantar a história de vida dos ribeirinhos contemplando seus saberes e também se emprega o método de observação participante.

Baseia-se em Meihy e Holanda (2007) para tratar de história oral. Primeiramente, esses autores dizem que existem alguns elementos que constituem a história oral. Eles trazem uma definição que sintetiza esses elementos.

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos;

conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas” (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 14).

Antes de iniciar esse projeto de história oral, decide-se o gênero que será empregado. De acordo com Meihy e Holanda são três gêneros distintos, a saber: história oral de vida, história oral temática e tradição oral.

Nesse caso, será empregado o gênero história oral de vida, em que “a questão subjetiva se mostra essencial”, uma vez que “o que mais vale em história oral de vida são as versões individuais dos fatos da vida”. Complementa os autores que “as histórias de vida são decorrentes de narrativas e estas dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala” (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 33-35).

Então, serão obtidos os depoimentos dos membros da família dessa pesquisa por meio do método de entrevista. Esse método permite a aquisição de informações necessárias para compôr a história dos ribeirinhos.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 195), “A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. E tem como “objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema” (MARKONI e LAKATOS, 2003, p. 196).

Segundo esses autores, existem diferentes tipos de entrevistas e nesse caso, será a despadronizada ou não-estruturada, em que o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. Geralmente, “as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal” (MARKONI e LAKATOS, 2003, p. 196).

Ainda mais, Quivy e Campenhoudt (1998, p. 192) afirma que “os métodos de entrevista caracterizam-se por um contato direto entre o investigador e os seus interlocutores”. Nesse sentido, para se realizar a pesquisa na Ilha Arapiranga, emprega-se a observação participante. Esse método é empregado por permitir conviver de perto com a família do estudo e realizar as entrevistas. A observação participante “consiste em estudar uma comunidade durante um longo período, participando da vida coletiva. O investigador estuda então os seus modos de vida, de dentro e pormenorizadamente, esforçando-se por perturbá-los o menos possível” (QUIVY E CAMPENHOUDT, 1998, p. 197).

Ressalta-se que em visita já realizada à família, a autora se inseriu na casa e na rotina dos ribeirinhos, convivendo com os modos de vida e respeitando o espaço deles para que se possa realizar a pesquisa com sucesso.

### **3- Considerações Finais**

Diante do que foi exposto, considera-se que o artigo deve finalizar de forma a promover um retorno circular que retorna ao que foi exposto no início. Com relação ao que foi proposto inicialmente, o objetivo do artigo era trazer parte das informações de uma pesquisa de Mestrado que se encontra em andamento que demonstra alguns saberes que fazem parte do cotidiano de uma família moradora da Ilha Arapiranga, em Belém-PA, saberes estes, por sua vez, permitem a sobrevivência e permanência desta e de outras famílias da comunidade nas Ilhas.

Nesse sentido, a pesquisa surgiu pelo motivo o qual se despertou interesse em pensar e buscar conhecer essas pessoas, moradoras de localidade de difícil acesso e que mesmo com tantas dificuldades, sabem fazer uso de seus saberes e constroem as estratégias para viverem e persistirem na Ilha garantindo que as suas gerações futuras possam viver nesse local.

Como o enfoque principal é sobre o saber-ser, algumas informações da pesquisa foram expostas e empregou-se, dentre outros autores, Lima (2015) e Azevedo (2005) para auxiliar nas discussões sobre os modos de vida e os saberes próprios dos ribeirinhos.

Percebe-se que há muito ainda a ser falado sobre esse assunto. É necessário trazer essas informações às pessoas de outras regiões e valorizar os costumes e os saberes do povo ribeirinho oportunizando a eles mostrarem o que sabem e o que fazem para manterem suas vidas.

Enfim, lendas, costumes e saberes que são inerentes aos povos ribeirinhos e nos fazem pensar o quanto há de riqueza na Amazônia, além da riqueza natural em fauna, flora e águas, há também a de informações a serem conhecidas nessa região.

## Bibliografia

AZEVEDO, James Ribeiro de. **Tipologia do Sistema de manejo de açais nativos praticado pelos ribeirinhos em Belém, estado do Pará**. Orientador: Osvaldo Ryohei Kato. 2005.113 p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Curso de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. Belém: SEGEP, 2012. v. 17. 456 p.

BRITO, Saulo Jackson de Araújo. **Trabalhadores ribeirinhos do Velho Chico: experiências, memórias, e modos de vida em São Francisco-MG (1980-2011)**. Orientadora: Marta Emísia Jacinto Barbosa. 2012.176 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

CAVACO, Carmem. Formação experiencial de adultos não escolarizados: saberes e contextos de aprendizagem. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n.3, p. 951-967, jul./set. 2016.

GOMES, Vera Lúcia Batista; CARVALHO, Raimundo Sócrates de Castro. Trabalho extrativista e condições de vida de trabalhadores: Famílias da Ilha do Combú (Pará). **Argumentum**, Vitória, v. 4, n.2, p. 208-224, jul./dez. 2012.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. Educação tecnológica. In: GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin (Org.). **Educação Tecnológica: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 42.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150140&search=para|belem>>. Acesso em 02 de agosto de 2016.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=15&search=para>>. Acesso em 03 de agosto de 2016.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Obra conjunta dos conselhos Nacional de Geografia e Nacional de Estatística. v. XIV. Rio de Janeiro, 1957. p. 499.

IDATAM. **Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia**. INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Projeto de assentamento agroextrativista Ilha Arapiranga. Barcarena-Pará: 2009. 178 p.

KILIMNIK, Zélia Miranda; SANT'ANNA, Anderson de Souza; LUZ, Talita Ribeiro da. Competências profissionais e modernidade organizacional: coerência ou contradição? **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, vol. 44. Edição Especial Minas Gerais, 2004, p. 10-21.

LIMA, Rosemildo Santos. **Na safra e na entressafra do açaí: usos do território e modo de vida da população ribeirinha do baixo Rio Meruú (Igarapé – Miri/PA)**. Orientador: Christian Nunes da Silva. 2015. 138 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

LIMA, R. R. A. Agricultura nas várzeas do estuário do Amazonas. **Boletim Técnico**. Belém, IAN, n. 33, 1956 *apud* AZEVEDO, James Ribeiro de. **Tipologia do Sistema de manejo de açais nativos praticado pelos ribeirinhos em Belém, estado do Pará**. Orientador: Osvaldo Ryohei Kato. 2005. 113 p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Curso de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

**Mapas**. Google maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em 30 de novembro de 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003. Cap. 9. p. 174-213.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007. 175 p.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste**. Belém: EDUFPA, 2007. p. 19-74.

PARÁ. **Decreto N° 326, de 20 de janeiro de 2012**. Aplicável ao produto do Açaí de origem artesanal e congêneres, seus subprodutos e resíduos de valor econômico. Disponível em: <<http://sedap.pa.gov.br/files/pdfs/D%20E%20C%20R%20E%20T%20O%20N%C2%BA%20326-2012.pdf>>. Acesso em 02 de agosto de 2016.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2ª edição. Lisboa: Gradiva, 1998. 282 p.

SOUZA, Dayana Viviany Silva de. **Currículo e saberes culturais das comunidades dos discentes ribeirinhos do curso de pedagogia das águas de Abaetetuba-Pará**. Orientador: Antônio Mufarrej Hage. 2011. 244 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

STROOBANTS, M. **Savoir-faire et compétence au travail**. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1997 *apud* KILIMNIK, Zélia Miranda; SANT'ANNA, Anderson de Souza; LUZ, Talita Ribeiro da. Competências profissionais e modernidade organizacional: coerência ou contradição? **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, vol. 44. Edição Especial Minas Gerais, 2004, p. 10-21.

TOMASI, Antônio de Pádua Nunes. Parece mar. **Revista Extensão & Comunidade - CEFET-MG**. Belo Horizonte, vol. 1, n.1, p. 28-33, nov. 2014.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2010. 486 p.

## **Os saberes que percorrem a cadeia produtiva do açaí. Da ilha Arapiranga ao mercado Ver-o-Peso (Belém-Brasil)**

Janyne Luiz e Silva Araújo – Mestranda em Educação  
Tecnológica – CEFET-MG – janyne@oi.com.br

Meiriane Freitas Dias Oliveira - Mestranda em Educação  
Tecnológica – CEFET-MG – meirianefdias@yahoo.com.br

Prof. Dr. Antônio de Pádua Nunes Tomasi – Professor do  
Programa de Mestrado em Educação Tecnológica – CEFET-MG –  
tomasi@uai.com.br

### **Resumo**

A região amazônica é reconhecida mundialmente pela exuberância e pela riqueza da sua biodiversidade. Os recursos naturais provenientes da floresta amazônica se revelam fundamentais para os moradores que habitam a região amazônica, conhecidos como ribeirinhos ou “populações tradicionais” e que têm o extrativismo vegetal como atividade principal na garantia da sua subsistência econômica e alimentar. Dentre os produtos extrativos não madeireiros, nos últimos anos, o açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) ganhou destaque, pois passou a ser encontrado sob a forma de polpa para finalidades diversas e predominantemente alimentícias, em outros estados brasileiros, assim como em outros países, rompendo os limites do estado do Pará. O açaí antes basicamente aproveitado como alimento para as famílias, se tornou uma das suas principais fontes de renda. No trabalho extrativo realizado pelos ribeirinhos na cadeia produtiva do açaí as situações são experimentadas in loco, eles tem contato direto com as atividades de trabalho. Nesse processo eles refletem, mesmo que de modo despercebido, sobre o que está sendo feito absorvendo e incorporando saberes. Os saberes são modos particulares de conexão com o mundo. Para existir saber tem que haver uma relação do sujeito com esse saber. O saber tem especificidade circunstancial, dessa forma está ligado aos sujeitos e as atividades, nesse elo a comunicação oral, gestual e visual assume grande importância. Os ribeirinhos mantêm um íntimo contato com os recursos naturais possuindo diversos saberes que conduzem o seu modo de viver. Na cadeia produtiva do açaí eles transformam os saberes em um produto proveniente do seu trabalho na natureza. Esse ambiente pode ser considerado um local com potencial para a produção de saberes, pois existe uma participação e interação dos ribeirinhos nos modos de pensar e organizar os processos de trabalho como relacionar com a equipe, antecipar situações e pensar na totalidade do processo. Buscamos identificar quais são os saberes que percorrem a cadeia produtiva do açaí da extração na ilha Arapiranga, município de Barcarena-Pará a comercialização no mercado Ver-o-Peso, Belém-Pará. A pesquisa em andamento tem caráter qualitativo e procedimento etnográfico. Observando e entrevistando seus membros, assim como seus vizinhos e outros moradores envolvidos direta ou indiretamente com a extração e venda do açaí, observou-se que a cadeia produtiva apresentou-se como um local privilegiado para desenvolvimento de saberes. Na situação de trabalho, os ribeirinhos estabelecem relações com outros sujeitos, com ele e com as atividades que exercem gerando efetivamente uma ação que resulta em saberes que passam a ser incorporados e a fazer parte do trabalhador em seu cotidiano, além de compor a sua formação.

Palavras-chave: ribeirinhos, cadeia produtiva do açaí, trabalho, saberes.

## Resumen

La región amazónica es reconocida mundialmente por la exuberancia y la riqueza de su biodiversidad. Los recursos naturales provenientes de la floresta amazónica se revelan fundamentales para los residentes que habitan el estuario amazónico, conocidos como "comunidades tradicionales" o ribereños y que tienen la extracción vegetal como actividad principal en garantía de su subsistencia económica y alimentaria. Entre los productos no madereros extractivos, en los últimos años, el açai (*Euterpe Oleracea Mart.*) ganó destaque, ya que pasó a ser encontrado en forma de pulpa para diversos fines y predominantemente alimenticios, en otros estados de Brasil, así como en otros países, rompiendo los límites del estado de Pará. El açai (*Euterpe Oleracea Mart.*) antes aprovechado básicamente como alimento para las familias, se ha convertido en una de sus principales fuentes de ingresos. En el trabajo de extracción realizado por los ribereños en la cadena productiva del açai (*Euterpe Oleracea Mart.*) las situaciones son experimentadas in situ, ellos tienen contacto directo con las actividades de trabajo. En este proceso se refleja, mismo que desapercibidamente, sobre lo que está siendo realizado absorbiendo e incorporando saberes. El saber son modos particulares de conexión con el mundo. Para existir saber tiene que haber una relación del sujeto con ese saber. El saber tiene particularidades circunstanciales, de este modo está relacionado a los sujetos y actividades, en este eslabón la comunicación oral, gestual y visual asume una grande importancia. Los ribereños mantienen contacto íntimo con los recursos naturales poseyendo diversos saberes que conducen su forma de vida. En la cadena productiva del açai (*Euterpe Oleracea Mart.*) ellos transforman los saberes en un producto procedente de su trabajo en la naturaleza. Este ambiente puede ser considerado como un sitio con potencial para producción de conocimiento, pues existe una participación e interacción de los ribereños en la manera de pensar y organizar los procesos de trabajo como relacionarse con el equipo, anticipar situaciones y pensar en todo el proceso. Buscamos identificar cuáles son los saberes que recorren a lo largo de la cadena productiva de la extracción del açai (*Euterpe Oleracea Mart.*) en la isla de Arapiranga, municipio Barcarena-Pará la comercialización Ver-o-Peso, Belém, Pará. La investigación en curso tiene carácter cualitativo y procedimiento etnográfico. Observando y entrevistando a sus miembros, así como vecinos y otros residentes que participan directa o indirectamente con la extracción y venta del açai (*Euterpe Oleracea Mart.*), se observó que la cadena productiva se presentó como privilegiada para el desarrollo de saberes. En la situación de trabajo, los ribereños establecen relaciones con otros sujetos, con él y con las actividades que ejercen generando efectivamente una acción que resulta en saberes que pasan a ser incorporados y a ser parte del trabajador en su vida diaria, además de integrar su formación.

Palabras clave: ribereños, cadena productiva del açai, trabajo, saberes.

## Abstract

The Amazon region is known as worldwide for the exuberance and wealth of its biodiversity. Natural resources from the Amazon forest are fundamental for the residents of the Amazon region known as riparians or "traditional populations" and who have vegetal extractivism as their main activity in guaranteeing their economic and food subsistence. Among the non-timber extractive products, in recent years, the açai (*Euterpe Oleracea Mart.*) made a good impression, since it was found in the pulp form pulp for diverse and predominantly food purposes, in other Brazilian states, as well as in other countries, breaking the limits of the Para state. The açai (*Euterpe Oleracea Mart.*) before basically used as food for the families, became one of its main sources of income. In the extractive work performed by riparians in the açai (*Euterpe Oleracea Mart.*) productive chain situations are experienced in loco, they have direct contact with the work activities. In this process they reflects, although unnoticed, on what is being done by absorbing and incorporating knowledge. The knowledge are

particular modes of connection with the world. To exist the knowledge there has to be a relation of the subject with this knowledge. The knowledge has circumstantial specificity, so it is linked to subjects and activities, in this link, oral, gestural and visual communication has great importance. The riparians maintain an intimate contact with the natural resources possessing diverse knowledge that lead to their way of life. In the açai (*Euterpe Oleracea Mart.*) productive chain they transform knowledge into a product that comes from their work in nature. This environment can be considered a place with the potential to produce knowledge, because there is a participation and interaction of the riparians in the ways of thinking and to organize the work processes such as relationship with the team, anticipation of situations and thinking about the totality of the process. We seek to identify the knowledge that goes through the açai (*Euterpe Oleracea Mart.*) productive chain of the extraction through Arapiranga island, in Barcarena city in Para state, to the Ver-o-Peso market in city in Para state. The research in progress has a qualitative character and ethnographic procedure. Observing and interviewing the people, as well as its neighbors and other residents directly or indirectly involved with the extraction and sale of açai (*Euterpe Oleracea Mart.*), we observe that the productive chain presented itself as a privileged place for the development of knowledge. In the work situation, the riparians establish relations with other subjects, with him and with the activities that they performed effectively generating an action that results in knowledge that happen to be incorporated and to be part of the worker in his daily life, besides composing his formation

Keywords: Rivers, açai productive chain, work, knowledge.

## 1- Introdução

A Amazônia é fonte de olhares, estudos e interesses despertados em todo o mundo. Corresponde a uma área de 6,5 milhões de quilômetros quadrados atingindo nove países sul-americanos, sendo eles Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O Brasil guarda aproximadamente 60% (sessenta) do bioma.

De acordo com Junior (2010) acolhe a maior floresta tropical do planeta com enormes variedades de espécies vegetais, utilizadas desde a cobertura de pequenas casas, madeiras de lei, óleos, frutos e gomas aromáticas. A manutenção dessa imensa floresta é mantida pela decomposição da matéria orgânica conduzida ao subsolo pelos microorganismos, alimentando a vegetação.

Os recursos naturais provenientes da floresta amazônica se revelam como elementos úteis ao homem para sua sobrevivência. Através da exploração de tais recursos o homem extrai da natureza bens necessários para seu sustento e para as diversas atividades humanas.

O extrativismo é uma atividade muito comum na região amazônica, para Homma (1982) dada à quantidade de existência de seus recursos naturais, o extrativismo tem desempenhado um papel decisivo na formação econômica e social da região e do Brasil.

O extrativismo é a atividade desempenhada pelo rurícola ou extrator, consistente na simples coleta, recolhida, extração ou captura de produtos do reino animal e vegetal, espontaneamente gerados e em cujo ciclo biológico não houve intervenção humana (HIRONAKA, 2000).

Extraír é, talvez, a mais antiga das atividades humanas. No início dos tempos, certamente, os povos se mantiveram graças à prática da atividade recolher os alimentos necessários à subsistência dentre os espontaneamente gerados às proximidades de seu habitat. Intuitivamente capazes de distinguir os locais e épocas mais adequadas à recolhida, à coleta ou à captura, tais povos conseguiram acompanhar o ritmo da natureza, buscando no lugar certo os alimentos, quer os do mundo vegetal – frutos silvestres, raízes etc – quer

os do mundo animal – peixes, crustáceos, animais selvagens de pequeno e médio porte etc (HIRONAKA, 2000).

Desde o início da ocupação da Amazônia, a extração de recursos nativos da biodiversidade tem sido suporte para a prática do comércio. Assim foi com o cacau, que, na economia colonial, respondeu por até 97 (noventa e sete) % do valor das exportações (1736). Foi assim também com a seringueira, terceiro produto da pauta das exportações nacionais por 30 (trinta) anos (1887-1917), vindo logo depois do café e do algodão e, que atingiu o pico de participação em 1910, quando foi responsável por 39% (trinta e nove), e, novamente, em 1945, por ocasião da II Guerra Mundial, ano em que representou 70 (setenta) % das exportações da Região Norte. O pau-rosa teve sua participação máxima nas exportações da Região Norte, em 1955, com 16X (dezesesseis), e a castanha-do-pará, em 1956, com 71% (setenta e um) (HOMMA, 2003).

Apesar do desenvolvimento industrial e tecnológico, o extrativismo vegetal é tido como uma das principais atividades geradora de recursos e oportunidades para os amazônicos. Gomes e Carvalho (2012) acrescentam que muitos espaços na região como um todo não contam com alternativas em sua dinâmica econômica que propiciem o aprimoramento da comercialização, do acesso às políticas de financiamento e de transferência de outras informações que contribuam para o fortalecimento do referido no trabalho, porém, há um aprendizado determinado pelas condições locais.

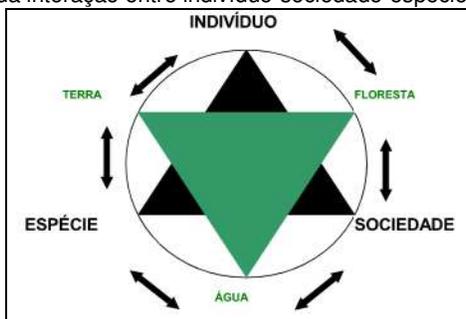
A Amazônia possui uma grande diversidade de espécies produtoras de produtos não madeireiros, oferecendo assim, diversas oportunidades para gerar renda, principalmente para as comunidades tradicionais (extrativistas, indígenas, ribeirinhos, etc.), que vivem nas florestas, em condições de vida precárias. (LEÃO e OHASHI, 2005).

As “populações tradicionais” reproduzem seu modo de vida, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, praticam atividades com predominância de uso da mão de obra familiar e tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais (ARRUDA, 1999).

As pessoas que habitam o estuário amazônico, conhecidos como ribeirinhos têm o extrativismo vegetal como atividade principal na garantia da sua subsistência econômica e alimentar. De acordo com Santos (2014) essas pessoas são reconhecidas a partir do território que ocupa e pela identificação com o trabalho (pescador, agricultor, extrativista, etc.).

A população ribeirinha tem em seu cotidiano um íntimo contato com a natureza, pode-se dizer que a floresta, a terra e água são elementos fortes e constantes que conectam o homem com a natureza. Pereira (2006) situa essa idéia a partir do estilo de vida dos povos tradicionais da Amazônia podendo ser entendido a partir da tríade indivíduo-sociedade-espécie, entrelaçada a esses elementos. Ela acrescenta que nesse universo, homens e mulheres criam e recriam a vida combinando aspectos das culturais locais com aspectos das culturas envolventes.

Figura 1: Diagrama da interação entre indivíduo-sociedade-espécie e terra-floresta-água.



Fonte: Pereira, 2006 – adaptado de Morin (2004) e Witkoski (2006).

Moradores de ilhas afastadas dos centros urbanos, os ribeirinhos têm dificuldades em desenvolver outros modos de geração de trabalho e renda, dessa forma o trabalho extrativo vem como meio para suprir as suas necessidades para viver, criar uma orientação existencial e compor a identidade local. Conforme define Codo (1997, p. 26) o trabalho pressupõe "... uma relação de dupla transformação entre o homem e a natureza, geradora de significado".

Nos últimos anos, a extração do açaí, ganhou destaque dentre os produtos extrativos, pois passou a ser encontrado sob a forma de polpa para finalidades diversas e predominantemente alimentícias, em outros estados brasileiros, assim como em outros países, rompendo os limites do estado do Pará.

Os nomes açaí e açaizeiro são usados julgarmente para designar a palmeira do gênero *Euterpe Oleracea Mart.*, recebe também os nomes de açaí do Pará e açaí do baixo Amazonas. Essa palmeira é tipicamente tropical, encontrada em estado silvestre e fazendo parte da vegetação florística das matas de terra firme, várzea e igapó (CALZAVARA, 1972).

Conforme Jardim (2002) o açaí é um dos produtos florestais não madeireiros mais lucrativo nas áreas de várzea do estuário amazônico, onde são aproveitados todos os componentes da palmeira: raízes, estipe, folhas, inflorescências, frutos e palmito. Entre esses se destaca a polpa dos frutos que fornece a bebida conhecida como "vinho do açaí", consumido como suco ou em forma de sorvete.

O açaí fruto, que anteriormente era destinado principalmente para a subsistência das famílias (NOGUEIRA, 1997), passou a ser uma das suas principais fontes de renda e também o principal alimento consumido (SIMONIAN, 2004).

O açaí extraído, principalmente do açaizeiro de várzea, é tipo como a principal fonte de trabalho e renda para os ribeirinhos do estado do Pará, respondendo por aproximadamente 70% (setenta) da renda dos extrativistas ribeirinhos (LOPES; SANTANA, 2005).

O açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) fruto representa um elemento que marca a vida dos ribeirinhos seja pelo consumo como alimento, algumas vezes tido como o único, seja pela construção de sua identidade profissional como extrativista. De acordo com Costa (2015) a palmeira do açaizeiro tem uma importância social, econômica e cultural sendo um forte símbolo de tradição para os ribeirinhos do estuário amazônico. Rogez (2000) contribui dizendo que o açaizeiro é uma das mais produtivas do ecossistema que abriga a população tradicional da Amazônia. Para Mourão (1999) esse fato vem se construindo a partir dos significados que o açaí tem conforme seus usos sociais: como alimento, mercadoria, ornamentação e como hábito cultural, ou seja, a sua valoração no contexto do uso.

Nos diversos contextos o açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) traz um envolvimento entre o fruto e as pessoas que estão a sua volta em um universo que abrange variados saberes pouco conhecidos que percorrem toda a sua cadeia produtiva. Com a sua expansão o ambiente tornou-se propício ao fortalecimento dos saberes relativos à extração deste fruto, assim como o desenvolvimento de novos saberes relacionados ao seu armazenamento, transporte e comercialização e, também, aos saberes ligados às demais atividades de suporte da atividade principal, tais como a fabricação de cestos, de remos, de barcos etc.

Na execução do trabalho extrativista as situações são experimentadas *in loco*, os ribeirinhos realizam as suas atividades ao longo da cadeia produtiva do açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) em contato direto com as atividades, nesse processo ele reflete, mesmo que de modo despercebido, sobre o que está sendo feito absorvendo e incorporando saberes.

Os saberes associam aos atores, às suas práticas e aos contextos de atuação. Dentro de um contexto que nunca é neutro o indivíduo obtém e amplia suas capacidades, habilidades, saberes a partir das suas experiências (Loureiro, 2006).

Para Loureiro (2006) os contextos de trabalho podem ser educativos quando os atores recorrem de forma dinâmica à sua experiência, fazendo dela e da reflexão sobre ela meio para procurar novos saberes, ou conhecimentos, e dessa forma refazer essa mesma experiência. A aprendizagem pela experiência pode vir num cenário em que o trabalho é ou pode ser visto como educativo.

No trabalho com o açaí existe uma identificação do trabalhador com o produto obtido. Simbolicamente o fruto trouxe diversos aprendizados aos ribeirinhos, sejam eles de ordem profissional, social ou familiar. Considerando que existe contato e reflexão nessa relação quais são os saberes ao longo da cadeia produtiva do açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*)?

A estratégia metodológica usada no percurso investigativo tem caráter qualitativo, para Chizzotti (1991, p. 79), pressupõe “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma independência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo do objeto e a subjetividade do sujeito”. O procedimento etnográfico foca em um grupo cultural intacto dentro de um cenário natural durante um período de tempo prolongado, coletando principalmente dados observacionais e de entrevistas (CRESWELL, 2010). O trabalho de campo tem como unidade de pesquisa a Ilha Arapiranga, situada no município de Barcarena, no estado do Pará, por ser uma ilha que tem como principal fonte de renda e trabalho a extração do açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) e pelo acesso dessa proponente aos moradores da ilha. Utilizando as técnicas de entrevista e observação participante iniciou-se a imersão no contexto do objeto de estudo para entender o funcionamento do trabalho na cadeia produtiva do açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*), assim como as regras, costumes e convenção que guiam a vida do trabalhador extrativista de açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*). Realizou-se entrevistas com três trabalhadores sujeitos de pesquisa pertencentes a uma família ribeirinha da Ilha Arapiranga (comunidade Cutajú-Miri), seus discursos foram analisados de modo a compreender o objeto de estudo.

## 2- Os saberes na cadeia produtiva do açaí

O açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) é altamente encontrada no estuário amazônico, atinge o baixo Amazonas, Maranhão e Tocantins, prolongando-se pelo Amapá, alcançando as Guianas e Venezuela (CALZAVARA, 1972).

Figura 2: Açaízal na Ilha Arapiranga



Fonte: Pesquisadora - 2016

Existem dois tipos de frutos do açazeiro que se diferenciam pela cor quando maduros. Calzavara (1987) traz as seguintes características:

“Açaí roxo, É a variedade regional predominante, conhecida como Açaí preto, em virtude dos seus frutos apresentarem quando maduros uma polpa escura da qual se obtém um suco de coloração arroxeada “cor de vinho”, originando assim, a denominação popular de “vinho de açaí”.

“Açaí branco, É assim denominado por produzir frutos cuja polpa quando madura se apresenta de coloração verde-escuro brilhante, fornecendo um suco (vinho) de cor creme claro.”

Figura 3: Açaí branco e açaí roxo



Fonte: Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Amazonas, 2014.

De acordo com Costa (2015) a palmeira do açazeiro tem uma importância social, econômica e cultural sendo um forte símbolo de tradição para os ribeirinhos do estuário amazônico. Rogez (2000) contribui dizendo que o açazeiro é uma das mais produtivas do ecossistema que abriga a população tradicional da Amazônia. Para Mourão (1999) esse fato vem se construindo a partir dos significados que o açai tem conforme seus usos sociais: como alimento, mercadoria, ornamentação e como hábito cultural, ou seja, a sua valoração no contexto do uso.

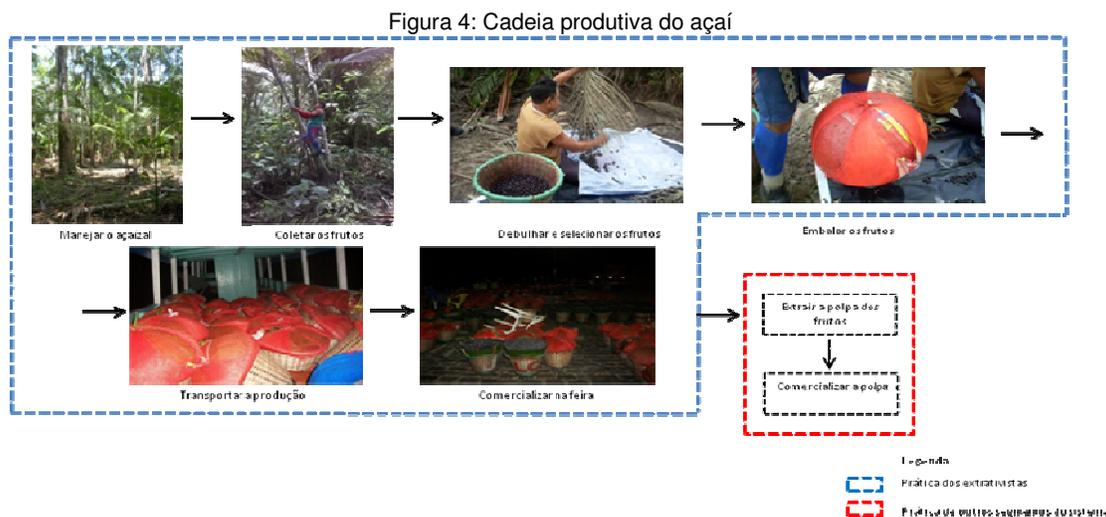
O açazeiro se espalhou ao longo do estuário amazônico tornando-se comum à paisagem nativa. Pode atingir até 25% da população vegetal das áreas de várzea (Anderson et al., 1985 apud Valles, 2013). É encontrado em quase todos os quintais e jardins, sendo vegetação predominante ao longo dos igarapés, terrenos de baixada e áreas cuja umidade é permanente (CALZAVARA, 1972).

O estado do Pará é considerado o maior produtor de açai no Brasil, equivalente a 84% da produção nacional. Aproximadamente 25.000 famílias paraenses desempenham atividades ligadas à extração, transporte, comercialização e industrialização dos frutos de açai (BRANDÃO et al., 2015).

O fruto do açai pode ser obtido a partir da cadeia produtiva de produto não madeireiro que basicamente é originado de florestas nativas. No processo produtivo existem elos que envolvem as atividades em suas etapas consecutivas na transformação e transferência dos insumos até o consumo final de um produto ou serviço. O Serviço Florestal Brasileiro considera a que cadeia produtiva com base no setor florestal constitui uma atividade econômica complexa e diversificada de produtos e aplicações energéticas e industriais.

A cadeia produtiva do açaí no contexto do extrativismo vegetal tradicional leva em consideração a disponibilidade dos frutos a serem coletados com objetivo apenas de coletar os frutos até o consumidor final. Jardim (2002) considera que existem dois tipos de extração na “área de produção”: extração I e extração II. A extração do tipo I é feita pelo extrativista e o beneficiador dos frutos. Na extração do tipo II existe permanente ação direta de intermediários.

A cadeia produtiva desenvolvida na comunidade Cutajú-Miri pertence ao tipo I, uma vez que a extração dos frutos é feita diretamente pelos extrativistas, assim como a comercialização junto ao beneficiador. A seqüência das atividades da cadeia produtiva realizada segue as etapas abaixo.



Fonte: Pesquisadora - 2016

O trabalho realizado na cadeia produtiva do açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) na comunidade Cutajú-Miri se resume da seguinte forma:

- Manejo do açazal: Calzavara (1972) define o manejo do florestal como sendo um extrativismo racionalizado com adoção de normas técnicas visa à exploração econômica da espécie com caráter permanente das espécies florestais da região. Os trabalhadores fazem o desbaste das touceiras reduzindo, cortando as palmeiras muito altas, velhas e finas que apresentam riscos de cair e que não apresentam condições de serem exploradas. Fazem o raleamento para extrair as touceiras com menor florescência e outras árvores com menor valor econômico que crescem junto às palmeiras. Com essa prática aumenta a luminosidade favorecendo o amadurecimento. A roçagem é feita para eliminar as espécies que crescem no açazal e palmeiras que estejam fora do espaçamento adequado.
- Colheita: a maneira mais empregada para colher o açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) é escalando o estipe com auxílio de um anel de fibra envolvendo os pés e removendo o cacho manualmente (Canto, 2001). Para coletar o açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) o apanhador inicialmente prepara a peconha utilizando fibras naturais para sua confecção. Observa se os frutos estão maduros, a altura, o diâmetro do estipe e as condições de segurança para a escalada. A subida no estipe consiste em “abraçá-lo” apoiando os pés e as mãos na árvore para iniciar o movimento de impulso com o corpo até alcançar o cacho que é cortado com um facão. Na descida o apanhador segura o cacho e escorrega pelo estipe até o solo.

- Debulha e seleção: a debulha dos caroços é a etapa seguinte à coleta dos frutos, consiste em retirar os frutos do cacho (Canto, 2001). Essa tarefa pode ser feita pelo apanhador ou por outro trabalhador e consiste em soltar os frutos do cacho e fazer a seleção separando os que apresentam não conformidades com o objetivo de aumentar a qualidade do produto final. Os cachos sem os frutos são deixados no local da coleta servindo de adubo, alguns são usados para confecção de artesanatos.
- Embalagem: os frutos previamente selecionados são colocados em cestos chamados paneiro. São despejados até a borda do cesto que quando completos é coberto com folhas de Guarimã (planta da região amazônica) e com saco plástico que é amarrado fechando o paneiro. Os cestos são transportados da área de coleta para o local do transporte.
- Transporte: os paneiros são carregados para o barco que faz o transporte da comunidade até a Feira do Açaí no mercado Ver-o-Peso em Belém (Pará). No barco eles são organizados e empilhados para o transporte. Durante o trajeto tem-se o cuidado de não deixar o fruto em contato com a água.
- Comercialização: a venda do açaí acontece no mercado Ver-o-Peso em Belém (Pará). Ao chegar à feira, o açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) é retirado do barco com ajuda da equipe de carregadores que trabalham em parceria com o vendedor extrativista. Os paneiros são posicionados no local indicado pelo vendedor que aguarda o início da feira para vender o produto. O preço não é tabelado, dessa forma o vendedor que determina o valor do produto podendo variar conforme a safra, demanda do mercado, disponibilidade de produtos e horário da venda na feira. O açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) ao ser vendido é despejado do paneiro para um saco de rafia. O comprador tem a sua equipe de carregador que faz esse trabalho junto com o vendedor. Ao finalizar as vendas aciona o ajudante para ancorar o barco e guardar os paneiros vazios que são reutilizados.

Na comercialização é levado para o mercado o açaí extraído por outras famílias da comunidade Cutajú-Miri. Esse produto é confiado ao vendedor para ser negociado conforme as condições da feira. Ao dispor o açaí na feira o vendedor não faz distinção dos produtos, todos são considerados como açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) da Ilha Arapiranga. Retornando para a ilha o vendedor entrega a cada família a quantia referente a venda do açaí enviado, assim como o paneiro.

Diferentemente de outras regiões do Brasil, o trabalho na Amazônia manteve, de forma preponderante, as peculiaridades inerentes às diversas culturas indígenas. Talvez, por isso, pensar a dinâmica do trabalho nas sociedades amazônicas requer a visualização da forma pela qual as culturas indígenas desenvolviam e ainda desenvolvem suas estratégias de sobrevivência (PEREIRA, 2006).

Para Arendt (2004) o trabalho assenta-se na relação homem/natureza, uma vez que é da natureza que o homem retira a matéria-prima necessária à confecção dos produtos e utensílios. O trabalho é o meio pelo qual o homem transforma a natureza e cria o mundo material e imaterial, ou seja, os objetos de uso necessários à vida.

Pode-se dizer que o trabalho para os povos tradicionais se manifesta como cultura considerando o seu tempo, as suas crenças, seus valores, seus antepassados, suas regras, seus saberes. Enquanto nas sociedades modernas o trabalho se impõe como centralidade do ser social e como um importante valor mercantil, para os povos tradicionais, o trabalho é tido como um bem social necessário apenas para a subsistência do grupo familiar, sem a preocupação acumulativa (PEREIRA, 2006).

A cadeia produtiva do açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) em sua dinâmica peculiaridades e modos de realização próprios da região onde se desenvolve. O açaí como alimento é

muito valorizado, principalmente na região e para os ribeirinhos que mantêm uma relação muito próxima com o fruto.

Para Silva e Miguel (2014) o extrativismo, enquanto atividade humana, caracterizada por um grande número de interconexões faz parte de um conjunto de ações realizadas no âmbito de suas atividades produtivas e, por conseguinte, estreitamente imbricadas a diferentes questões socioeconômicas, agrônômicas e ambientais. O extrativismo é, portanto, uma construção social realizada ao longo de gerações, promovendo acúmulos de saberes, constituindo-se em um objeto de estudo complexo.

Viver na Amazônia exige o entendimento da relação do homem com a natureza. A construção do modo de vida é proveniente dessa intensa e estreita ligação. As leis da natureza guiam a vida dessas pessoas. Torres (2005 apud Pereira, 2006, p. 25) explicita que “os nativos conhecem o solo, a flora, a fauna, a cheia e vazante dos rios, os períodos secos e chuvosos, os perigos que a mata apresenta, enfim, têm uma relação harmoniosa com a natureza adaptando-se a ela conforme suas leis”.

Quando se pensa em pessoas que tem seus fundamentos baseados em elementos naturais tem-se a idéia que são primitivos ou seres inferiores. Povos tradicionais não são sinônimos de populações atrasadas, bem como seus saberes. Pelo contrário, muitas vezes são caracterizados como uma antecipação da sociedade futura, por serem conservacionistas em relação à natureza (PINHEIRO et al., 2006).

A cultura dos povos amazônicos constituiu-se a partir dessas trocas e simbioses entre índios, europeus, negros e nordestinos (PEREIRA, 2006). A idéia de vem de “um conjunto de saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social” (MORIN, 2002, p. 56).

Conforme Schlanger (1978 apud Charlot 2000) o saber é uma relação, um produto e um resultado, relação do sujeito que conhece com seu mundo, resultado dessa interação. Em conformidade com a definição de saber como fruto de uma relação para Beillerot (1998) o saber depende da relação entre a língua e as ações no campo de uma determinada prática social.

Não há saber senão para um sujeito, não há saber senão organizado de acordo com as relações internas, não há saber senão produzido em uma “confrontação interpessoal”. Em outras palavras, a idéia de saber implica a de sujeito, atividade do sujeito, relação do sujeito com ele mesmo e relação desse sujeito com os outros (CHARLOT, 2000).

Barbier (1996b) distingue três espaços sociais do saber (ou dos vários saberes), saber que considera ser sempre uma construção social: os espaços sociais da produção do saber, que são os espaços de investigação, sendo aqui que se situa o saber teórico; os espaços sociais de mobilização do saber, que são os espaços do trabalho e da vida quotidiana, onde se situam os saberes da ação; e os espaços sociais de comunicação, difusão e apropriação dos saberes, que incluem instituições como a escola, por exemplo, estando presentes nestes espaços também o saber teórico sob a forma didática.

O saber são formas específicas de relação com o mundo. Para existir saber tem que haver uma relação do sujeito com esse saber (CHARLOT, 2000). Segundo Loureiro (2006) os estudos de Perrenoud (1999, 2001) permitem pensar a relação entre teoria e prática, mais precisamente como os atores em contexto vivem e se relacionam em suas dimensões.

Para Loureiro (2006) o saber tem caráter contextual e por isso está ligado aos atores e as atividades, assumindo relevância, nesse caso a comunicação oral, gestual e visual. O contexto de trabalho pode ser educativo quando os atores recorrem de forma dinâmica à sua experiência, fazendo dela e da reflexão sobre ela meio para procurar novos saberes, ou conhecimentos, e dessa forma refazer essa mesma experiência. Essa experiência se

desenvolve num local, ou em locais de trabalho. A prática e a experiência estão assim situadas tal como as aprendizagens em contexto de trabalho.

Charlot (2000) ressalta que aprender é uma atividade de apropriação de um saber que não se possui, mas cuja existência é depositada em locais, objetos, pessoas. Aprender passar da não-posse à posse, da identificação de uma saber virtual à sua apropriação real.

Pode ser também dominar uma atividade, ou capacitar-se a utilizar um objeto de forma pertinente. É passar do não-domínio ao domínio de uma atividade. Esse domínio se inscreve no corpo.

Considerando as formas de trabalho dos povos tradicionais seus saberes são à base da relação entre homem e natureza (PEREIRA, 2006). Mais recentemente, a partir dos anos 70, têm sido valorizados os saberes de populações locais e indígenas sobre a natureza, mas com uma orientação bem nítida proveniente do debate sobre a preservação de ecossistemas e biodiversidade, objetivando valorizar esses saberes para gerir os recursos naturais, e evidentemente novas modalidades de comercialização (CASTRO, 1999).

Observa-se a mobilização de saberes sobre os recursos naturais e as possibilidades e gerar produtos do trabalho, por parte de populações ribeirinhas que trabalham em áreas de várzea ou de camponeses que trabalham e vivem em terras firmes (CASTRO, 1999).

No mapeamento iniciado na análise da cadeia produtiva, podemos destacar a presença dos seguintes saberes no contexto das atividades:

- Saber executar: esse saber é identificado na realização de diversas atividades. Os trabalhadores têm domínio para realizar mais de uma tarefa que fazem parte da cadeia produtiva do açaí. Essa situação é notória na fala do Raimundo: “Eles sabem fazer tudo. Eles sabem apanhar e debulhar. Mesmo quando têm dois ou três eles pegam uma grande quantidade e depois debulham... Eles tomam conta de tudo. Eles fazem assim, um esta tirando aqui, outros ali, cada um monta a sua lona. Eles sabem fazer tudo do início até o fim. Sobe na árvore, corta o cacho, desce com o cacho, vai juntando na lona e depois vem preparar. A maioria da ilha trabalha só, fazendo tudo, de apanha, debulha, embala nas rasas. Faz tudo até a chegada na casa”. A definição do saber executar se aproxima do saber-fazer de Malglaive (1995) apresentado por Loureiro (2006) que faz referência a prática, são os atos humanos disponíveis em virtude de terem sido apreendidos (...) e experimentados com eficiência, dizem respeito às rotinas, aos hábitos. Deles fazem parte o repertório constituídos pelos atos disponíveis e também por atos potenciais que possibilitam fazer face a novas situações, são eles que materializam os saberes processuais, podem ser manifestações motoras dos atos humanos, no caso da ação material e de intelectuais na ação simbólica.

- Saber interagir: esse saber é identificado nas atividades de coleta, debulha e seleção, transporte e comercialização, uma vez que os trabalhadores recorrem a outro com mais experiência na tarefa, se ajudam na execução das atividades e nas situações de dificuldades, combinam o plano de trabalho do dia, levam o açaí de outras famílias para ser comercializado e conversam com outros vendedores e clientes na feira. Levar o açaí de outros extrativistas da comunidade Cutajú-Miri para ser vendido no mercado Ver-o-Peso demonstra bem à interação existente entre as pessoas da região, pois além de comercializar o produto o vendedor faz a compra de itens que irão compor a alimentação das famílias no mercado de Belém. A fala do João Paulo elucidada essa situação: “geralmente as notinhas, vai anotado, uma listazinha do que vai fazer a compra deles. Das compras que a gente fez já desconta do dinheiro do açaí deles mesmo. Chega entra a compra e a diferença do dinheiro deles”. A definição do saber interagir tem como referência Lundvall (2000) exposto por Loureiro (2006) como saber procurar quem detém um saber ou um saber-fazer, e diz também respeito à capacidade social de cooperar e comunicar com diferentes pessoas e técnicos especializados, sendo adquirido pela interação social.

- Saber conjecturar foi identificado nas atividades de coleta, principalmente na escolha da palmeira a ser escalada, uma vez que se trata de uma atividade de risco o trabalhador busca em sua memória fatos e informações de experiências vividas visando não cometer erros que podem colocar sua vida em risco. Na comercialização também identifica esse saber quando o trabalhador se baseia no movimento da feira para definir o valor do seu produto. Esse saber conforme Cornu (2003 apud Loureiro 2006) diz respeito à capacidade de prever, ou seja, ao ser-se capaz de prever situações futuras, recorrendo-se a experiências passadas que permitem realizar comparações pertinentes para a efetivação desse saber conjecturar.

- Saber narrativo pode ser identificado na coleta, debulha e seleção do açaí. Na ilha Arapiranga a coleta, a debulha e seleção do açaí geralmente são feitas pelo trabalhador chamado de apanhador de açaí, são raras as situações que tem um apanhador e outro trabalhador para debulhar, como mostra a fala do Raimundo: “tem pessoas que tem esse debulhador pra debulhar, mas a maioria mesmo trabalha só. Trabalha igual a nós, fazendo tudo, o processo todo de apanha, debulha, embala nas rasas, faz todo trabalho que tem que ser feito até a chegada na casa sozinho”. O saber narrativo segundo Loureiro baseado em Caria (2003a) é aquele do qual os atores na sua interação recorrem a acontecimentos passados relevantes dos locais onde atuam, reconstruindo assim a sua memória coletiva que lhes permite falar de “nós” e dos outros.

- Saber planejar: o saber estratégico foi identificado na comercialização dos frutos na feira do mercado Ver-o-Peso quando o trabalhador conversa com os demais vendedores, observa a oferta de produtos e o movimento da feira para traçar sua estratégia de venda. O saber estratégico conforme Tochon (1993 apud Loureiro 2006) diz respeito ao saber quando, porque e como avaliar a ação. A fala do João Paulo sobre a venda na feira do açaí ilustra essa situação “Eu achei que ia ser melhor um pouco por causa do movimento às três horas já tinha alguns compradores já, comprando não era muito, mas já tinha. Quando deu lá pelas quatro horas já estava naquele movimento mais, tinha muito açaí, mas a feira já estava animada, aquele momento que diz assim borá agüentar um pouquinho que vai dá, teve uma hora que ela deu uma parada e o pessoal gritava quem vendeu, vendeu, quem não vendeu, sempre um fala e o outro já diz assim segura, segura que vai dar virada....o pessoal põe uma pressão”.

Ao ponderar as tipificações dos saberes articulados às atividades na cadeia produtiva do açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*), faz-se menção a relação estabelecida ao uso do saber na relação entre os trabalhadores com o seu trabalho de forma individual e coletiva. A prática é uma forma de aprender, nela existe saberes (CHARLOT, 2000).

O local de trabalho pode ser visto com um espaço que permite experimentar situações e aprender com elas. Segundo Cavaco (2002) a maioria dos adultos passa uma grande parte do seu tempo no local de trabalho que exige o domínio de certas competências por parte dos profissionais, para a execução de determinadas tarefas e registra uma relação de proximidade com outras pessoas que dominam um conjunto de saberes e partilham as regras de funcionamento da organização.

Assim, em situações vivenciadas em que se combinam momentos de observação e de prática, se absorve os saberes, que têm como referência a utilidade e o proveito imediatos ou previsíveis, para a gestão autônoma da vida e para o seu bem-estar (CAVACO, 2009).

### **3- Considerações finais**

O presente estudo está em andamento e tem como objetivo identificar os saberes que existem na cadeia produtiva do açaí. Para estudar os saberes ao longo da cadeia produtiva do açaí optou-se pelo procedimento etnográfico, pois “a maior preocupação da

etnografia é obter uma descrição densa, a mais completa possível, sobre o que um grupo particular de pessoas faz e o significado das perspectivas imediatas que eles têm do que eles fazem; esta descrição é sempre escrita com a comparação etnológica em mente. O objeto da etnografia é esse conjunto de significantes em termos dos quais os eventos, fatos, ações, e contextos, são produzidos, percebidos e interpretados, e sem os quais não existem como categoria cultural” (Mattos, 2011, p.57). Através da observação participante e entrevistas é possível analisar as atividades que compõem a cadeia produtiva do açaí buscando elementos presentes na relação dos trabalhadores com as tarefas para a partir disso identificar os saberes.

O estudo dos saberes no contexto profissional considera o pressuposto que no local de trabalho existem saberes que foram adquiridos ou fortalecidos através da vivência em diferentes situações, assim ele pode ser considerado educativo e um espaço privilegiado para aprendizagem experiencial, já que adultos passam grande parte do seu tempo no ambiente de trabalho relacionando com outras pessoas e passando por experiências. Para o desenvolvimento do trabalho recolheu-se dados sobre todas as atividades e tarefas desde a extração do açaí até a sua comercialização *in natura*, de modo a identificar como é desenvolvido o trabalho na cadeia produtiva buscando compreender não só as operações, mas os sentidos do envolvimento das pessoas com o seu trabalho.

Os dados coletados estão sendo analisados para reunir elementos que permitam responder á questão orientadora dessa pesquisa: são os saberes ao longo da cadeia produtiva do açaí (Euterpe Oleracea Mart.)? Considerando as verificações até o momento, percebeu-se que os saberes são diversificados, além de fornecerem referências, princípios e significados para os trabalhadores.

Os trabalhadores não passaram por um processo de educação formal para realizarem o trabalho na cadeia produtiva do açaí. Os saberes adquiridos resultam das experiências vividas no ambiente de trabalho em um processo de aprendizagem experiencial que é dinâmico, dessa forma permite-se que novos saberes sejam incorporados conforme ocorrência de novas experimentações.

Os trabalhadores da cadeia produtiva do açaí adquiriram um conjunto de saberes que lhes permitiram desenvolver suas atividades no contexto profissional. O trabalho é feito pelo pai em conjunto com os filhos, existe uma troca de experiência entre eles reforçando os saberes ligados a ética, moral, valores e costumes. Nesse sentido os filhos trazem para o trabalho os saberes previamente adquiridos no contato em casa com o pai e a mãe.

A aquisição de saberes acontece apoiada principalmente nos sentidos humanos da visão e a audição. Os trabalhadores escutam e visualizam outros trabalhadores com mais experiência para aprender as tarefas. O método de tentativa e erro é o meio para alcançar o saber. A prática é muito citada pelos trabalhadores ao narrar o modo como aprendem. A incorporação do saber é atrelada a persistência e ao exercício, nesse processo fica para o aprendiz a responsabilidade de superar as dificuldades até conseguir um nível satisfatório de desempenho.

Os saberes são repassados de pai para filho. O pai considerado o trabalhador com mais experiência transfere seus saberes para os filhos que são os trabalhadores mais jovens, nesse processo utiliza principalmente a explicação verbal e exemplificação das ações a serem apreendidas.

Os saberes são adquiridos tendo por referência o seu proveito, ou seja, quando são necessários para realizar as tarefas apresentadas como essências ao trabalho os saberes ficam enraizados. Em situações de mudança nas atividades, os saberes adquiridos são mantidos como base reflexiva de modo que a partir deles é possível alterar a forma de realização das tarefas até mesmo das atividades.

A demanda do mercado pelo açaí proporcionou o acesso dos trabalhadores a cursos de aperfeiçoamento das técnicas de trabalho, nesse processo de educação não formal,

novos saberes foram adquiridos, reforçando o saber executar presente nas diversas atividades da cadeia produtiva do açaí. O aumento das vendas ampliou os clientes do açaí trazendo novas perspectivas sobre o saber planejar e as estratégias de venda.

O trabalho na cadeia produtiva do açaí possibilita desenvolver, aprimorar assim como consolidar os saberes dos trabalhadores que fazem o ciclo extrativista do açaí girar, num movimento permanente de aprendizagem e auto-formação.

#### Referências

ARENDDT, H. **A condição humana**. 10. ed., Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2004.

ARRUDA, Rinaldo. **“Populações Tradicionais” e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação**. In: Ambiente & Sociedade, ano II, n 5, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2016.

BARBIER, J-M. **“Introduction”**, in J-M. Barbier (dir.), *Savoirs Théoriques et Savoirs D’Action*, Paris, Puf. 1996b. pp. 1-17.

BEILLEROT, J. **“Los saberes, sus concepciones y su naturaleza”**, in J. Beillerot et al., *Saberes y Relación com el Saber*, Buenos Aires, Paidós, 1998. p.19-42.

CALZAVARA, B. B. G. **As possibilidades do açazeiro no estuário amazônico**. In Simpósio internacional sobre plantas de interes econômico de la flora amazônica. Belém, Carmem Villegas, IICA - Tropicos, 1972. 294p.

CANTO, S. A. E. **Processo Extrativista do Açaí: Contribuição da Ergonomia com Base na Análise Postural Durante a Coleta dos Frutos**. 2001. 114f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

CASTRO, E. **Tradição e modernidade a propósito de processos de trabalho na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA, vol. 2, nº 1 - dezembro 1999.

CAVACO, Carmen. **Adultos Pouco Escolarizados: diversidade e interdependência de lógicas de formação**. 2009. 632f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação/Formação de Adultos) – Universidade de Lisboa. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2009.

CAVACO, Carmen. **Experiência e formação experiencial: a especificidade dos adquiridos experienciais**. Educação Unisinos, v. 13, n. 3. setembro/dezembro 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4949>. Acesso em: 29 ago. 2016.

CODO, W. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In A. Tamayo, J. Borges-Andrade & W. Codo (Eds.). **Trabalho, organizações e cultura**. São Paulo. Cooperativa de Autores Associados, 1997. p.21-40.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber - Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

COSTA, A. P. D. **A influência da intensificação da produção de açaí (Euterpe Oleracea Mart.) na diversidade de atividades produtivas de ribeirinhos no estuário amazônico**.

2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1995.

CLIFFORD, J. A **Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2002

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

GOMES, V. L. B; CARVALHO, R. S. C. **Trabalho extrativista e condições de vida de trabalhadores: Famílias da Ilha do Combú (Pará)**. Argumentum, v. 4, n. 2. Jul./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/3051>. Acesso em: 20 ago. 2016.

HOMMA, A. K. O. **Uma tentativa de interpretação teórica do extrativismo amazônico**. Acta Amazonica, v. 12, n. 2, p. 251–255, 1982.

HOMMA, A.K.O. **História da agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio**. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2003. 274p.

HIRONAKA, G. M.F.N. **O extrativismo como atividade agrária**. 4ed. Teresina: Jus Navigandi, 2000.

JARDIM, M. A. G. **A cadeia produtiva do açaizeiro para frutos e palmito: implicações ecológicas e socioeconômicas no estado do Pará**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi - Série Antropologia, vol. 18, n. 2, 2002.

JÚNIOR, T. **Estudos Amazônicos: ensino fundamental**. 1. Ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

LEÃO, N. V. M; OHASHI, S. T. **Comunitários capacitados para colher sementes**. In: Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica. Belém, PA: CIFOR, 2005. p. 33.

LOPES, M. L. B.; SANTANA, A. C. O mercado do fruto do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estado do Pará. In: CARVALHO, D. F. (Org.). **Economia da Amazônia nos anos 90**, v. 2. Belém: UNAMA, 2005.

LOUREIRO, A. P. F. **O Trabalho, o Conhecimento, os Saberes e as Aprendizagens dos Técnicos de Educação de Adultos Numa ONGDL**. 2006. 646 f. Dissertação (Doutorado em Educação/Sociologia da Educação) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 2006.

MATTOS, C. L. G. **Etnografia e educação conceitos e usos**. Campina Grande, Eduepb, 2011. 304p.

MORIN, Edgar. **O método 4: as idéias – habitat, vida, costumes, organização**. Traduzido por Juremir Machado da Silva. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NOGUEIRA, O. L. **Regeneração, manejo e exploração de açazais nativos de várzea do estuário amazônico**. 1997. 149 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 1997.

PEREIRA, H. A. **Fronteiras da Vida: o tradicional e o moderno no cacau Pirêra/Iranduba**. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2006.

PINHEIRO, A. S. F et al. **A proteção dos conhecimentos das sociedades tradicionais na Amazônia; pesquisa, inovação e desenvolvimento: há parceria possível?** In Barros, Benedita da Silva et al. (Org). Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Centro Universitário do Pará, 2006.p. 241-259.

ROGEZ, H. **Açaí: Preparo, Composição e Melhoramento da Conservação**. 1 ed. Belém-Pará: EDUFPA, 2000.

SANTOS, J. **Populações ribeirinhas e educação do campo: análise das diretrizes educacionais do município de Belém-PA, no período de 2005-2012**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

SILVA, V. S; MIGUEL, L. A. **Extrativismo e a abordagem sistêmica**. Novos Cadernos NAEA,v. 17, n. 2. dezembro, 2014. Disponível em: [Http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/1580/2362](http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/1580/2362). Acesso em: 27 ago. 2016.

SIMONIAN, L. T. L. **Devastação e impasse para a sustentabilidade dos açazais no vale do rio Maracá, AP**. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L. GROSSMANN, M. (Ed.). **Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 233-252. (Coleção Adolpho Ducke).

## **Papa-Capim e a Turma da Mata – diversidade, educação ambiental e cultura indígena**

Fábio de Carvalho Messa, UFPR, [revistanetuno@yahoo.com.br](mailto:revistanetuno@yahoo.com.br)

### **Resumo**

Sabe-se que as aventuras de Papa-Capim e a Turma da Mata ocorrem num contexto similar ao da floresta amazônica ou nas florestas do sul da Bahia, não há especificidades sobre essa exatidão. As narrativas geralmente envolvem temáticas sobre a preservação da natureza, a relação do homem com os animais selvagens e dos animais entre si, inserindo os leitores na discussão sobre a educação ambiental. Há uma vasta galeria de personagens, dentre eles os índios Cafuné, Jurema e o Cacique Ubiraci. Do grupo de animais, há o elefante Jotalhão, que, além de representar a polêmica da extinção de sua espécie, também carrega um legado simbólico por ter sido há décadas o personagem-propaganda do extrato de tomate Cica, conduzido pelo slogan 'o elefante mais amado do Brasil'; o Raposão, que costuma mediar as relações entre as diferentes espécies; Tarugo, o cágado intelectual da floresta, geralmente confundido com tartaruga ou jabuti; Rita Najura, uma formiga que nutre uma paixão pelo elefante, reforçando o mito sobre a relação entre estas duas espécies; o Rei Leonino e seu ministro Luís Caxeiro, e ainda o Coelho Caolho e sua vasta prole. A partir de um olhar semiótico sobre essas historinhas de Mauricio de Sousa, este trabalho depreende alguns temas relacionados à cultura dos índios, à vida na selva e às relações de poder entre personagens humanos e animais. Nesse sentido, foi possível desdobrar elementos dos enredos que apresentam as distintas relações e conflitos vivenciados entre o índio e o homem branco (mineradores, turistas e caçadores), assim como das relações das tribos entre si, cotoxós, caraíbas e outros. Concebemos os personagens dentro de um estatuto semiológico que os coloca como referências didáticas para os leitores que, em princípio em sua maioria, são crianças. Cada personagem evidencia determinados preceitos e ideologias, há um cunho moralizante nas narrativas, que transitam entre a aparente lição ecológica e a propaganda ideológica demagógica. Todos os conflitos protagonizados pelos personagens reforçam os choques culturais estabelecidos entre brancos e índios, assim como os preconceitos e os estereótipos que a instância civilizada da sociedade tem dos índios. Consideramos as narrativas como forma de representação da resistência do povo indígena ao apagamento e silenciamento de sua cultura.

Palavras-chave: História em Quadrinhos; Cultura Indígena; Amazônia; Papa-Capim; Semiótica.

### **Resumen**

Se sabe que aventuras de Papa-Capim y cuadrilla do bosque se producen en un contexto similar a la selva amazónica o los bosques del sur de Bahia, no hay especificidad sobre su exactitud. Las historias por lo general implican cuestiones acerca de la preservación de la naturaleza, la relación del hombre a la vida silvestre y los animales entre sí mediante la inserción de los lectores en la discusión sobre la educación ambiental. Hay una vasta galería de personajes, incluyendo a los indios Cafuné, Jurema y Cacique Ubiraci. El grupo de animales, hay el elefante Jotalhão, que, además de representar a la controversia de la extinción de su especie, también lleva un legado simbólico de haber sido durante décadas el carácter de propaganda salsa de tomate Cica, dirigido por el lema 'el elefante más amado de Brasil'; Raposão, que a menudo la mediación de las relaciones entre las diferentes especies; Tarugo, bosque tortuga intelectual, a menudo confundido con la jabuti o de la tortuga; Rita Najura, una hormiga que nutre una pasión por el elefante, lo que refuerza el

mito acerca de la relación entre estas dos especies; el Rei Leoninos y su ministro Luís Caxeiro, y Coelho Caolho y su vasta prole. Desde una mirada semiótica en estas historias de Mauricio de Sousa, deste trabajo surgen algunas cuestiones relacionadas con la cultura de los indios, a la vida en la selva y las relaciones de poder entre los personajes humanos y animales. Por lo tanto, era posible desplegar elementos de las parcelas que tienen las distintas relaciones y conflictos actuales entre el indio y el hombre blanco (mineros, turistas y cazadores), así como las relaciones de las tribus entre sí, cotoxós, el caraibas y otros. Diseñamos los personajes dentro de un estatuto semiológico que los pone como referencias de enseñanza para los lectores que, en principio, la mayoría de ellos son niños. Cada personaje revela ciertos preceptos y las ideologías, hay una naturaleza moralizante en las narrativas que viajan entre la lección ecológica aparente y la propaganda ideológica demagógica. Todos los conflictos perpetrados por los personajes refuerzan los choques culturales que se establecen entre los blancos y los indios, así como los prejuicios y estereotipos que la sociedad civilizada tiene la instancia de los indios. Consideramos narrativas como una forma de representación de resistencia de las poblaciones indígenas puedan eliminar y silenciar su cultura.

Palabras clave: Cómic; Cultura indígena; Amazonia; Papa-Capim; Semiotica.

### **Abstract**

It is known that the adventures of Papa-Capim and Turma da Mata occur in a context similar to that of the Amazon rainforest or in the forests of southern Bahia, there are no specifics about this exactness. The narratives usually involve themes about the preservation of nature, the relationship of man to wildlife and animals to each other, inserting readers into the discussion about environmental education. There is a vast gallery of characters, among them the Cafuné, Jurema and Cacique Ubiraci Indians. Of the group of animals, there is the elephant Jotalhão, which, besides representing the controversy of the extinction of its species, also carries a symbolic legacy for having been the advertising character of the Cica tomato extract for decades, led by the slogan 'the elephant Beloved of Brazil'; The Raposo, that usually mediates the relations between the different species; Tarugo, the intellectual tortoise of the forest, usually confused with tortoise or jabuti; Rita Najura, an ant that nurtures a passion for the elephant, reinforcing the myth about the relationship between these two species; King Leonino and his minister Luís Caxeiro, and still the One-Eyed Rabbit and his vast offspring. From a semiotic look at these stories by Mauricio de Sousa, this work reveals some themes related to the culture of the Indians, to life in the jungle and to the relations of power between human and animal characters. In this sense, it was possible to unfold elements of the plots that present the different relations and conflicts experienced between the Indian and the white man (miners, tourists and hunters), as well as the relations of the tribes among themselves, coyotes, the Caribbean and others. We conceive the characters within a semiological statute that places them as didactical references for readers who, in principle, are mostly children. Each character demonstrates certain precepts and ideologies, there is a moralizing in the narratives, which pass between the apparent ecological lesson and the demagogic ideological propaganda. All the conflicts that characterize the characters reinforce the cultural shocks established between whites and Indians, as well as the prejudices and stereotypes that the civilized instance of the society has of the Indians. We consider the narratives as a form of representation of the resistance of the indigenous people to the erasure and silencing of their culture.

Keywords: Comics; Indigenous Culture; Amazonia; Papa-Capim; Semiotics.

## 1- INTRODUÇÃO

As Histórias em Quadrinhos (HQs) possuem grande valor como texto, pois se distinguem pelo uso híbrido da linguagem (verbal e não verbal). Suas formas de percepção se materializam por meio da escrita e do desenho, que testemunha e registra a concorrência de signos sociolinguísticos, culturais, ideológicos, psicológicos presentes a um só tempo. As HQs são um tipo de produto cultural. Seus componentes linguísticos são corresponsáveis, juntamente com os componentes gráfico e imagético, pelo grau de informatividade e poder argumentativo, persuasivo da mensagem.

Podemos pensar em como se organizam estes componentes lingüísticos, gráficos e imagéticos no universo das HQs. Todos esses componentes consistem num só, que é o componente textual e que, após a leitura da narrativa, o leitor tem condições de depreender um outro componente, que é o seu componente retórico, isto é, o seu intento, sua ideologia subjacente.

As HQs de Maurício de Sousa dispõem de componentes textuais e retóricos. Os textuais compreendem as falas dos personagens e os traços do desenhista, já os componentes retóricos encontram-se subjacente ao texto, ou seja, são os aspectos culturais, ideológicos e morais que o leitor consegue depreender das historinhas. Se são histórias feitas para um público infanto-juvenil, portanto estão carregadas de mensagens que se aparentam como lúdicas e didáticas.

As HQs, como texto de massa, para consumo imediato em forma de tirinhas nos veículos impressos e eletrônicos, se instituem dentro de uma rede de saberes já compartilhada entre autores e leitores. A interação das HQs com o leitor ocorre por meio de um processo que é imposto à recepção, a partir de determinadas informações já conhecidas de ambos os lados.

Existe uma quantidade significativa de produção científica no campo das letras, principalmente, que trata do uso das HQs na sala de aula, essencialmente no ensino de língua portuguesa, relacionando-as com questões referentes à formação de jovens leitores. Vale mencionar também que a representativa quantidade de trabalhos analíticos no campo da comunicação e da semiótica sobre a linguagem dos quadrinhos. Nosso interesse se ateve às histórias de um nicho de personagens do universo da Turma da Mônica, que é a turma que vive na selva.

Há registros não tão precisos de que o personagem Papa-Capim teria sido uma das primeiras criações de Maurício de Sousa. Em 1960, o herói indígena já surgia no *O Diário Juvenil*, um impresso, em preto e branco, em formato tabloide, contendo oito páginas, que também apresentava narrativas com personagens como Penadinho, Astronauta e Chico Bento. E já em meados dos anos 70, o personagem e seus amigos da mata já ocupavam considerável espaço em tiras de jornais. A ocorrência nos gibis era esporádica, geralmente em historinhas de poucas páginas. Só mesmo a partir dos anos 90, o Papa-Capim passou a protagonizar almanaques específicos. E é sobre estes almanaques que nos debruçamos para analisar as narrativas e depreender os temas para discussão neste evento sobre a Amazônia. Ativemo-nos a oito edições de Almanques do Papa-Capim e a Turma da Mata, que circularam nas bancas de revista num período compreendido entre abril de 2010 a outubro de 2013. Estes almanaques consistem em pequenas antologias das histórias desse grupo de personagens, que já foram veiculadas esporadicamente em revistas e almanaques do Cebolinha e do Chico Bento, preponderantemente. Também levamos em conta o Manual do Índio Papa-Capim, uma edição especial de 2013.

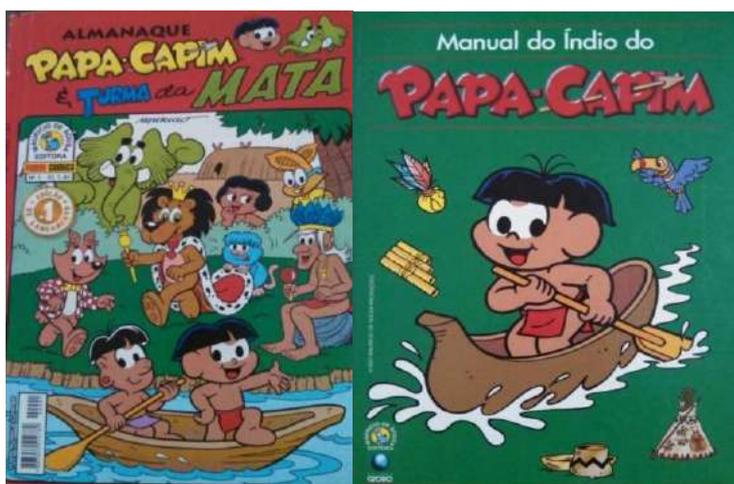
Nesse sentido, contemplando as histórias do Papa-Capim e da turma da mata, delineamos nossos objetivos que são os de rastrear analiticamente o teor das narrativas, para extrair delas uma variedade de elementos que nos façam refletir sobre as concepções do autor, Maurício de Sousa, sobre o índio, sua condição de resistência cultural e política na sociedade brasileira, assim como suas intenções em formatar as historinhas num espectro

educacional e moralizante. Para esse dispositivo analítico, utilizamos como ferramenta metodológica a Semiótica, por ser ela uma ciência da linguagem, que nos permita, de uma forma descontraída e eclética, tecer algumas observações sobre o texto de Maurício de Sousa. A vertente semiótica é a de Umberto Eco e Roland Barthes, que prioriza códigos e mensagens da cultura de massa para suas análises, além de favorecer as diversas possibilidades interpretativas, considerando o repertório dos sujeitos que analisam e suas próprias subjetividades.

## 2- DESENVOLVIMENTO

Numa primeira leitura das HQs de Papa-Capim, fato que chamou a atenção logo de início foi a imprecisão na especificidade do contexto em que ocorrem as histórias, se na selva amazônica ou nas florestas do sul da Bahia. Essas informações podem ser obtidas em sites e blogs específicos sobre a turma da Mônica e em pesquisas acadêmicas. Ambas as hipóteses sobre o espaço em que as histórias ocorrem mesmo assim corroboram assertivas distintas. A primeira por ser a Amazônia o local de referência mais imediata sobre a selva no Brasil, assim como das comunidades indígenas, e a segunda, a do sul da Bahia, por estar diretamente ligada ao descobrimento do Brasil, contexto no qual houve os primeiros contatos do homem branco com os índios, justamente nessa região onde se encontram cidades como Porto Seguro e Ilhéus.

Já temos uma relativa experiência em trabalhar com histórias em quadrinhos de Maurício de Sousa e também de Walt Disney, por questões de predileção e tietagem, mas também por apreciação estética e discursiva (MESSA, 2014). Geralmente utilizamos HQs na sala de aula, em todos os níveis de ensino – do fundamental à pós-graduação, nos cursos de Letras e de Comunicação, pois nos dispõem de muitos expedientes e peculiaridades da linguagem, seja pelas especificidades do traço dos artistas, seja pelas temáticas abordadas, que também trazem consigo aspectos ideológicos, culturais, políticos e morais. Neste caso, pensamos em estabelecer relações das narrativas de Papa-Capim e a Turma da Mata com os impasses e polêmicas que giram em torno da vida na selva e da cultura indígena.



Vale agora contextualizar brevemente a galeria dos personagens da Turma da Mata e saber um pouco sobre suas funções nas historinhas, assim como o tipo de interação que têm entre si e com o protagonista. Dos demais componentes da tribo, há o índio Cafuné, melhor amigo de Papa-Capim, um tanto atrapalhado, que geralmente participa como coadjuvante de aventuras que consistem em conflitos com outras tribos e com a conturbada relação com os animais selvagens. Jurema é a namorada de Papa-Capim, tem presença

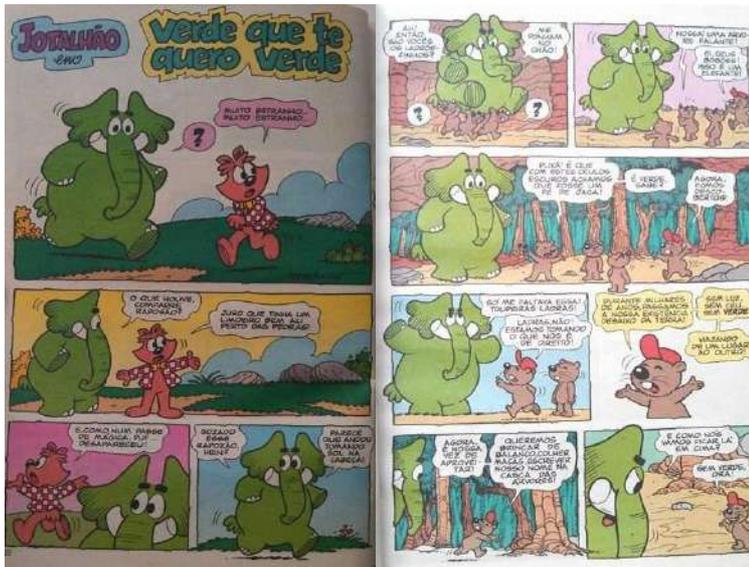
garantida nas histórias que tratam sobre aspectos culturais da tribo, essencialmente sobre casamento e relações homem-mulher; o Cacique Ubiraci representa o chefe da tribo e, a partir dele, os leitores têm acesso a informações sobre as práticas culturais da tribo, suas crenças, seus poderes e toda a rede de significação simbólica típica da tradição indígena. Do grupo de animais, há o elefante Jotalhão, que, além de representar a polêmica sobre a extinção da espécie, também já vem agregado de um legado simbólico, pelo fato de ter sido desde os anos 80 o personagem-modelo da campanha publicitária do extrato de tomate Cica, que ainda trazia consigo o slogan 'o elefante mais amado do Brasil'. Jotalhão é um elefante carismático, agradável por todos da turma e que tem um envolvimento inconstante com a formiga Rita Najura, esta relação resgata a fábula (ou mito) sobre o idílio amoroso entre o elefante e a formiga.

Considera-se que o mito é uma fala, uma narrativa, um discurso que se constrói, tendo como objeto um fenômeno qualquer, um sujeito, um ato, um acontecimento. O mito é matéria-prima da mente, domina todas as construções dos homens, seja nas histórias, nas formas de organização social, política e religiosa.

Foi Roland Barthes (2001) quem concebeu mito como narrativa de uma criação, uma história que conta de que modo algo, que não era, começou a ser. De outro lado, o mito é sempre uma representação coletiva, transmitida através de várias gerações e que relata uma explicação de mundo. E, desse modo, se o mito pode se exprimir ao nível da linguagem, é, antes de tudo, uma palavra que circunscreve e fixa um acontecimento. É sentido e vivido antes de ser inteligível e formulado.

Voltando aos personagens da galeria da mata, não se pode esquecer do Raposão que, além de reforçar os estigmas da esperteza e vivacidade do animal que representa, atua frequentemente como o mediador das relações e conflitos entre os humanos e destes com os animais das diferentes espécies. O Tarugo é o cágado intelectual da floresta, geralmente confundido com tartaruga ou jabuti, serve de índice pra ressignificar a fábula da tartaruga e da lebre, quando o assunto é velocidade de deslocamento. O Rei Leonino, além de estender o mito do leão, rei das selvas, representa o porta-voz um tanto confuso, da turma da mata, tem um ajudante que é o Luís Caxeiro, uma espécie de assessor de comunicação. Além deles, há ainda o Coelho Caolho e sua vasta prole de cerca de 100 filhotes, que também assessoram a turma e muitas vezes confundem com as quantidades de filhotes, em situações bastante hilárias.

A primeira temática evidentemente depreendida no decorrer da leitura das HQs é a da preservação da natureza. Nesta primeira história, *Verde que te quero verde*, vários personagens começam a notar que árvores e plantas estão desaparecendo da mata. Em seguida levanta-se a falsa polêmica de que alguém estaria devastando a floresta, logo pensam que pode ser o homem branco. Até que Jotalhão acaba descobrindo que o verdadeiro desaparecimento das plantas se dá por uma demanda ecológica das toupeiras, que debaixo da terra têm absorvido e ocultado as plantas, alegando problemas para a sua sobrevivência. Convém destacar que Jotalhão representa geralmente nas histórias o sujeito que vai apaziguar ou solucionar algum problema, desfazer algum equívoco. Por fim, ele acaba convencendo as toupeiras a recomporem as arvores na selva. Mantém o segredo, não revela a Raposão, e assim segue o pacto com a outra espécie.



Outro impasse que surge em meio às polêmicas sobre a natureza é a da extinção de determinadas espécies de animais selvagens, neste caso o próprio elefante Jotalhão. Nesta outra narrativa, *Salvem os Elefantes*, Raposo e Coelho Caolho lêem no jornal uma notícia sensacionalista sobre a extinção dos elefantes. Resolvem fazer o acordo entre todos os animais da mata, para que todos passem a bajular Jotalhão, fazer suas vontades, servi-lo ilimitadamente. Este aproveita a ocasião e torna-se o mensageiro ecológico do final da historinha. Recomenda aos leitores que tenham o mesmo cuidado com a natureza (plantas e espécies animais) desde o quintal de casa e no trato com os animais domésticos. Portanto, mesmo que o contexto da narrativa seja o da selva e da extinção de determinadas espécies, o teor moralizante de Maurício de Sousa se estende para contextos análogos, no caso os contextos particulares de cada leitor.



Nesta outra HQ, *Fogo*, são as queimadas que ameaçarão a turma da mata. Papa-Capim repara que os animais estão todos fugindo, e a tribo toda acaba se mobilizando para cessar o fogo. Numa repentina evocação a Tupã, Papa-Capim consegue fazê-lo começar

uma chuva com trovões, de tal forma que apaga o fogo todo. Depois da situação já controlada, o indiozinho encontra um isqueiro e seu respectivo dono, um homem branco. A história termina com a mensagem do pequeno índio, recolhido e melancólico à beira do rio: “Só podia ter a mão do homem branco. Eles acabam com as coisas deles...e querem acabar com as nossas.”



Ainda inseridas nesse eixo temático da Educação Ambiental, há muitas histórias que evidenciam o problema da caça. Tanto na perspectiva da cultura indígena, a qual é uma prática corriqueira (embora Papa-Capim sempre age contra essa prática, tentando impedir os procedimentos dos índios adultos ou interferir nos processos), quanto na prática da caça realizada pelos homens brancos. Estas últimas centralizam, portanto, a maior parte das narrativas.



Em *Amizades na Floresta* e *O dia da caça*, Papa-Capim se surpreende em desafios de caça, quando mostra sua sensibilidade diante de cada espécie, seus carinhos específicos pela onça, paca, tatu, macaco, anta, veado, jacaré, cada um destes já com seus nomes próprios, numa relação de intimidade com o índio. Eis então que os conflitos desse tipo de história consistem nesse impasse ético-social do índio: negar-se a uma prática que é corriqueira em sua cultura, mostrando-se mais passional diante das relações com os animais da selva, e de seus decorrentes sacrifícios, nesta atitude predatória do homem. Percebe-se que este pensamento já vem afetado pela ideologia do homem branco na

modernidade, e sua respectiva sensibilidade ecológica e suas preocupações com a preservação das espécies, assim como da admissão de uma cultura alimentar mais vegana, mais natural, menos carnívora.



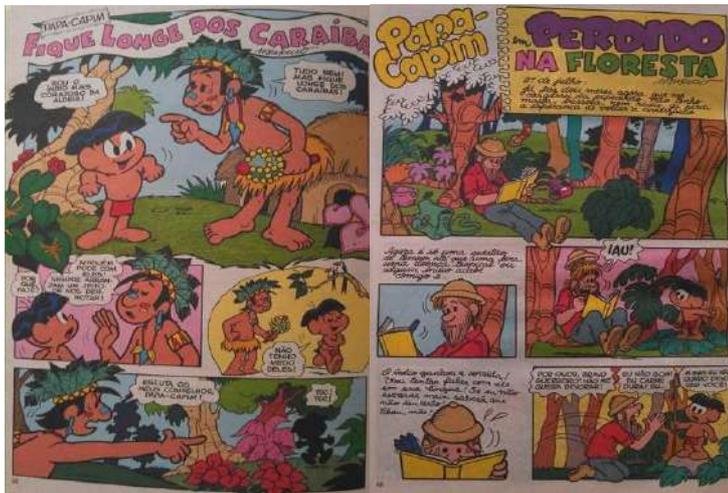
A estratégia de Papa-Capim é justamente a de dissuadir os demais a não executarem o ato, optando em criar situações de impedimento, inviabilizando as ações e também a de exercer formas argumentativas convincentes, principalmente ao amigo Cafuné. Além disso, muitas vezes, protagoniza histórias em que a própria sensibilidade pelo animal se põe em cheque, quando este mesmo animal o ameaça também. E é nessa ânsia da sobrevivência, que os índios, Papa-Capim e Cafuné, admitem que não só é preciso preservar as espécies, como também respeitá-las e entendê-las como espécies mais instintivas, menos racionais. Portanto a solidariedade prevalece entre os índios, dando mais espaço ao entrosamento consciente, afastando-os de conflitos intratribais. Acabam por reconhecer que o grande inimigo não seria exatamente o animal selvagem, na vida na selva, mas o homem branco e suas referências civilizatórias e predatórias.



Em *O Presente Ideal*, o homem branco, com sua intenção de caçar na selva, objetiva adquirir alguma matéria-prima pra transformar em presente para a sua mãe. Um casaco de pele de onça, um pedaço de couro de jacaré para uma bolsa, penas de determinada ave

para adereços de fantasia de carnaval, estas são algumas das relações metonímicas (indiciais) de causa e efeito, que são lançadas no traço de Maurício de Sousa não só para didatizar aos leitores sobre a relação matéria-prima e produto consequente da legalização da caça.

Papa-Capim acaba por convencê-lo a realizar com o barro e tinta artefatos decorativos, vasos ou tigelas, que possam também servir de presentes para a sua mãe. Tudo se concretiza quando o personagem branco oferece a sua mãe um vaso para colocar flores. E assim, sutilmente, o autor das narrativas vai apresentando alternativas para substituir o pensamento predatório pelo da sustentabilidade ambiental.



A designação dada pela turma da mata ao homem branco é a de Caraíba. Geralmente os caciques e pajés os alertam sobre a presença de caraíbas na selva, assim como a forma de lidar com eles. Nesta narrativa, após a recomendação do pajé, Papa-Capim encontra o amigo Cafuné, e ambos vão constatando sobre a destreza que é preciso ter para ser um guerreiro imbatível na selva, principalmente no que se refere à defesa com os animais selvagens. Lá pelas tantas, ao encontrar um menino caraíba na mata, acha-o franzino e raquítico, chega a desdenhá-lo pela sua pouca compleição física e pela sua ausência de vigor, quando leva um espirro na cara. E isso o adoce. Portanto, evidenciam-se não só as diferenças entre índio e branco, quanto à vitalidade e à imunidade, como também mostra que um sinal da modernidade urbana é também um conjunto de doenças respiratórias e/ou digestivas, consequentes dos problemas da vida social junto à indústria e à poluição.



Por outro lado, quando o índio encontra um homem que está há dois meses perdido na selva, desgarrado de sua expedição, resolve ajudá-lo a chegar à civilização. Primeiramente expõe os equívocos oriundos de alguns preconceitos sobre a cultura indígena, quando o homem pensa que ele é um canibal. Logo mais, ambos atravessam diversas peripécias na mata, e isso serve para ilustrar ao leitor, as diferenças culturais, assim como as perspectivas e visões equivocadas que o branco tem do índio. As reclamações do homem branco vão desde o incômodo com os mosquitos na floresta até o temor aos animais selvagens. Papa-Capim alimenta-o e o protege contra os temores, surpreendendo-o em muitos valores morais e éticos. Ao final, é a cobertura jornalística que põe em debate a postura do homem branco, que era um professor universitário que admite que era preciso ler a selva. E essa leitura não é só referente a uma concepção de leitura linear de enunciados verbais, mas a leitura semiótica, a de perceber com o corpo e seus sentidos as informações da floresta, seja a partir da percepção tátil, auditiva, visual, olfativa ou gustativa. Perceber a natureza e suas potencialidades é ler a natureza, de uma forma compreensiva, menos intolerante.



Aproveitando a mesma discussão sobre a relação índio e homem branco, essa narrativa oferece também aproximações da cultura indígena com a cultura de massa, personificando num homem branco a figura de Tarzan, personagem de filmes e seriados dos anos 70/80. Papa-Capim se vê às voltas com um Tarzan que também está deslocado

de seu contexto ficcional. O personagem surge como se tivesse invadido os quadrinhos do índio, alegando que pegou o cipó errado. Depois vão se desfazendo outras diferenças como a da cultura norte-americana, de onde provém Tarzan. Papa-Capim apresenta o Brasil para o herói estrangeiro e mostra seus contrastes e seus mais recentes conflitos com a vida urbana, a poluição e a ganância humana. Alega que o homem branco os expulsa de suas terras, poluem os rios e o ar e matam animais e as próprias florestas. Até quando chama Tarzan, reificando de que ele é o herói mais propício a acabar com esses males. De certa forma, Papa-Capim recruta Tarzan para salvar a comunidade indígena, apontando que ambos são guerreiros da selva e precisam lutar de forma unificada por suas causas.

Nos momentos finais, Tarzan abstém-se de agir como herói, pede calma a Papa-Capim e leva um susto quando faz o chamado, através de seu grito conhecido no universo da ficção, e depara com o serviço burocrático feito por macacos dentro de uma caverna. Os mesmos o tratam com a mesma indiferença para qualquer tipo de cliente. E o grito de Tarzan soa aos ouvidos dos macacos funcionários como uma mera campainha ou sinal para atendimento. Portanto, as advertências e lamentos feitos por Papa-Capim sobre o fato de que todos serão esmagados pelo progresso dos brancos e de que terão de seguir a sua cultura, esquecendo-se de suas origens, se concretizam aos olhos de Tarzan, mas como metáfora inversa, pois se ele era considerado o Rei das Selvas ou o Rei dos Macacos. A narrativa o insere na lógica do Planeta dos Macacos, em que o homem branco teria sido submetido à cultura primata.



Seguindo a mesma lógica do impasse entre cultura tradicional indígena e cultura de massa e do consumo. Estas duas narrativas, *Aviso do Além* e *Fera Indomável*, expõem as discrepâncias e incompatibilidades da relação entre o índio e os produtos da indústria cultural e tecnológica. Na primeira tem-se a figura do pajé cultuando a imagem da televisão como se fosse um rito específico. A sugestão é a de que há motivação icônica entre o fenômeno mágico da conversa com espíritos de antepassados e o poder da imagem da televisão, janela de vidro para o mundo. O pajé, inclusive assume o discurso sobre a globalização, de que é preciso estar conectado etc., alegando que tudo isso é para manter o controle sobre os caraíbas, para saber o estariam fazendo na grande taba, que é o planeta mãe. A televisão é mitificada pelo pajé. O simulacro que Maurício de Sousa apresenta é o da mitologia midiática.

Do ponto de vista etimológico, mitologia é o estudo dos mitos, concebidos como história verdadeira. Sendo o mito uma fala, é um sistema de comunicação, uma mensagem.

Um sistema semiológico. Tudo pode constituir mito, desde que seja suscetível de ser julgado por um discurso. Nenhuma lei, natural ou não, pode impedir os sujeitos de falar das coisas, pois já se vive num mundo repleto de objetos, coisas, gestos e imagens que significam e ressignificam. O mito se acrescenta à matéria através do uso social que se faz dela. O tempo influencia as manifestações míticas, e é a história quem transforma o real em discurso.

A outra história, *Fera Indomável*, mostra o estranhamento do índio diante de mais um produto da modernidade civilizada, que é o automóvel. Clama por Tupã (o mito da criação), quando percebe o barulho produzido pelo automóvel, confundindo-o com o barulho de um animal. Encadeiam-se uma sucessão de peripécias, em que o índio praticamente luta com o carro, como se fosse um novo ícone do animal selvagem desconhecido. Conversa e xinga o automóvel, chamando-o até de chucro, personificando-o. Também é uma forma de mitificação do automóvel.

Embora todos esses fatores possam ser identificados e discutidos em textos híbridos, como as HQs, o que mais se evidencia, em termos de reflexões teóricas de cunho acadêmico é a intertextualidade, já que se refere aos aspectos que tornam a utilização de um texto (produção e recepção) dependente de outro(s) texto(s) previamente existente(s). (MESSA, 2014)

Assim, expande-se a concepção de intertextualidade, já que o fenômeno pressupõe um universo cultural amplo e complexo, implicando na identificação ou reconhecimento de remissões a obras ou a textos / trechos relativamente conhecidos. Então o fenômeno ocorrerá de forma implícita, sempre quando não vier citada diretamente da fonte, fazendo o leitor recuperá-la num exercício de paráfrase. Pode também ocorrer explicitamente, quando houver a referência da fonte do intertexto.

Isso gera a constatação, portanto, de que todo texto é um intertexto, pois outros textos sempre estarão presentes nele, em diversos níveis. E o discurso das HQs fica assim estabelecido como uma trama que se dirige a determinados sujeitos socialmente situados, já inscritos em uma dada ideologia, pois só na medida em que o são é que se tornam receptores capazes de decodificar as referências ativadas e cooperar na sua construção de sentido.

### **3- CONCLUSÃO**

Os elementos básicos dos estudos retóricos, de base aristotélica, são utilizados até hoje, nas pesquisas do discurso midiático, principalmente no que se refere ao texto publicitário, já que, por excelência, é a redação publicitária que investe legitimamente nas técnicas de persuasão e nas figuras de linguagem. (ECO, 1971)

A razão por se levar em conta alguns elementos da Retórica, como a metáfora e a metonímia, é a de que as HQs são essencialmente mensagens estéticas, presentes no âmbito cultural e opinativo do discurso midiático que, hoje, mais do que nunca, prioriza as técnicas de redação publicitária, por necessidade de persuadir, muito mais do que de convencer, seus leitores/consumidores.

Associando com a relação entre personagens das HQs e os sujeitos históricos que eles representam, vê-se que geralmente a motivação para a sua instauração é de ordem comparativa, isto é, esboça-se um traço semelhante e caricato ao sujeito histórico real.

O discurso das HQs é representado em abordagem de interpretação imagética, carregada de significados, que são trazidos a partir de um contexto social e cultural específico, favorecendo ao leitor o desenvolvimento de linguagem, pensamento, criação e transformação. E este dispositivo é fundamentado pela imagem, que sempre acompanha a narrativa disposta em balões. A leitura da imagem é o ponto de partida para um processo de desenvolvimento e reflexão.

Nesse sentido, a semiótica desempenha papel importante na leitura, como construção, sensação e vivência por parte do leitor/torcedor, que pelo cognitivismo torna o objeto real. Assim, imagem e discurso ganham dimensão e são reconstruídos (ECO, 1976).

Foi possível, neste artigo, desmembrar alguns elementos contidos nos enredos das HQs como as diferentes relações e conflitos vividos (e sugeridos pelo autor) entre índio e branco (o caraíba), e também das relações intratribais (turma da mata e cotoxós). Identificamos as personagens a partir de seu estatuto semiológico, colocando-os como referências didáticas para o leitor infanto-juvenil. Cada uma das personagens evidenciou determinados preceitos e ideologias. Ficou visível o cunho didático, lúdico e moralizante das narrativas, desde uma inocente e conveniente lição ecológica até a propaganda ideológica de ordem demagógica.

A maior parte dos conflitos protagonizados pelos personagens reforçaram os choques culturais estabelecidos entre brancos e índios, assim como dos preconceitos e estereótipos que a fatia civilizada da sociedade constrói sobre os índios. Consideramos estas narrativas do Papa-Capim como uma forma de representação da resistência do povo indígena ao apagamento e silenciamento de sua cultura. E desta forma, o autor bem sucede sua tarefa em apresentar para as crianças concepções relativamente esclarecedoras sobre a diversidade étnica do país e suas inevitáveis polêmicas.

As narrativas das HQs de Maurício de Sousa são um conjunto de signos constituintes de um discurso, um conjunto de linguagens construtoras do texto. Em cada nova leitura, toda experiência refaz, continuamente, visões de mundo, de pessoa e de realidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ECO, Umberto. *A Estrutura Ausente*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

\_\_\_\_\_. *Tratado Geral de Semiótica*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

MESSA, F. C.. *Mitologias Midiáticas de Pelé, Ronaldinho Gaúcho por e Neymar Jr. Análise semiótico-discursiva das HQs de Maurício de Sousa*. *Lúdica Pedagógica Educação Física Recreacion Deporte*, v. 20, p. 37-46, 2014.

SOUSA, Maurício. *Almanaque Papa-Capim e Turma da Mata*. Edições 1 a 8. SP: Panini, 2010-2013.

\_\_\_\_\_. *Manual do Índio Papa-Capim*. SP: Globo, 2003.

## **Planejamento urbano na Amazônia: estudo da organização dos empreendimentos comerciais no bairro Novo Horizonte em Macapá**

Franquiléia Lima Bezerra, Universidade Federal do Amapá, franqlima@hotmail.com;  
Simone Dias Ferreira, Universidade Federal do Amapá, simonedias.ferreira@hotmail.com;  
José Francisco de Carvalho Ferreira, Universidade Federal do Amapá, zfcofer@gmail.com;  
Bruno Ricardo da Silva Castro, Universidade Federal do Amapá, brunocastro.ricardo@gmail.com

### **Resumo**

Em se tratando da Amazônia brasileira no passado o comércio estava ligado ao rio e aos recursos naturais, porém com o surgimento e crescimento das cidades na região esse cenário se modificou uma vez que na existência de centros comerciais com oferta diversificada de produtos tornou-se mais atrativo tanto para os consumidores como também para os comerciantes que tiveram na fixação dos seus empreendimentos em determinados espaços urbanos um fator que representou para o comerciante a não necessidade do seu deslocamento. Com o crescimento populacional desordenado das cidades amazônicas impulsionado por uma política de Estado desenvolvimentista, exógena e fomentadora de grandes empreendimentos para a região surge uma demanda espontânea pela oferta de serviços ligados as atividades comerciais que foram vistas como uma oportunidade para empreender. Tais aspectos modificaram de forma significativa o espaço urbano e resultaram na desestruturação do ambiente construído nos centros comerciais das cidades amazônicas e com isso surge a necessidade de um planejamento urbano que seja capaz de mitigar essas distorções que atualmente se configuram dentro do perímetro urbano. Diante disso o objetivo da pesquisa se materializa na contextualização do planejamento urbano na Amazônia com foco na análise do processo de organização dos empreendimentos comerciais e seus impactos para a cidade através do estudo desses fenômenos no bairro Novo Horizonte em Macapá. Para o desenvolvimento do estudo foi adotado o método dialético e o estudo quali-quantitativo para a identificação das atividades comerciais com a utilização da ferramenta de geoprocessamento que possibilitou o mapeamento da área, ação seguida do levantamento de dados com aplicação de formulário junto aos empreendedores do bairro Novo Horizonte. Simultaneamente fez-se um estudo bibliográfico para embasar a discussão a respeito do contexto do planejamento urbano na Amazônia em que pese à estruturação do espaço urbano para a finalidade de atividades comerciais na cidade de Macapá. Os resultados apontam para a existência de problema do acesso e do estacionamento e obstrução das calçadas fato que é crítico para o comércio de Macapá e não é diferente no bairro Novo Horizonte especificamente na Rua Cícero Marques de Souza identificado como local de grande diversidade comercial consolidada, mas com a infraestrutura inadequada. Dada a explosão comercial decorrente do crescimento demográfico, além dos comércios formalizados ainda ocorre à existência de feira popular situada às margens da via de passeio público e sem as mínimas condições de higiene e manipulação, muitos vendedores ambulantes comercializam hortifrutigranjeiros e outros alimentos trazendo diversos transtornos sanitários e de odor ao local. Esses fatores identificados remetem à necessidade de considerar a complexidade desse fenômeno na formulação de políticas públicas para o ordenamento e planejamento urbano de Macapá em especial na atualização do plano diretor municipal que já se encontra na estrapolação do prazo de atualização desde o ano de 2014.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Amazônia; Empreendimentos Comerciais.

### **Abstract**

In the case of the Brazilian Amazon in the past, trade was linked to the river and natural resources, but with the emergence and growth of cities in the region, this scenario changed since in the existence of shopping centers with diversified supply of products became more attractive for both consumers and merchants who had to set their undertakings in certain urban areas a factor that represented to the merchant the need not to travel. With the disorderly population growth of the Amazonian cities driven by a developmental, exogenous and fomenting state policy of great enterprises for the region, there is a spontaneous demand for services related to the commercial activities that were seen as an opportunity to undertake. These aspects significantly affected the urban space and resulted in the destruction of the environment built in the commercial centers of the Amazonian cities and with this arises the need for an urban planning that is able to mitigate these distortions that currently are configured within the urban perimeter. Therefore, the objective of this research materializes in the contextualization of urban planning in the Amazon, focusing on the analysis of the process of organization of commercial enterprises and their impacts to the city through the study of these phenomena in the Novo Horizonte neighborhood in Macapá. For the development of the study, the dialectical method and the qualitative-quantitative study were used to identify the commercial activities with the use of the geoprocessing tool that enabled mapping of the area, action followed by data collection with application of the entrepreneurs of the Neighborhood Novo Horizonte. At the same time, a bibliographic study was carried out to support the discussion about the context of urban planning in the Amazon, in spite of the structuring of the urban space for the purpose of commercial activities in the city of Macapá. The results point to the existence of a problem of access and parking and obstruction of the sidewalks, a fact that is critical for the Macapá trade and it is no different in the Novo Horizonte neighborhood, especially in Rua Cícero Marques de Souza identified as a place of great commercial diversity, But with inadequate infrastructure. Given the commercial explosion due to demographic growth, besides the formalized trades still occur to the existence of a popular fair located at the edges of the public walkway and without the minimum conditions of hygiene and manipulation, many street vendors commercialize hortifrutigranjeiros and other foods bringing different sanitary disorders And odor to the site. These identified factors point to the need to consider the complexity of this phenomenon in the formulation of public policies for planning and urban planning in Macapá, especially in the updating of the municipal master plan that is already in the stratification of the update period since 2014.

Keywords: Urban Planning; Amazônia; Commercial Developments.

## 1- INTRODUÇÃO

A cidade é o espaço onde estão presentes os maiores investimentos em termos de capital financeiro e social, é também o lugar onde reside a maior parcela da população, esses fatores fazem com que o capitalismo seja o ator que determina como o espaço urbano vai se organizar em atendimento aos seus interesses.

Nesse enquadramento o planejamento urbano se apresenta como sendo o instrumento adequado para propor a organização do espaço de modo a torná-lo mais digno aos seus ocupantes. Porém, na prática, sabe-se que o planejamento urbano pensado para as cidades brasileiras não articulou ações com as políticas públicas de habitação, transporte, saneamento básico, acessibilidade, educação, saúde e outros (SANTOS, 2004).

No Brasil, em geral, e na Amazônia, em particular o planejamento urbano é alvo de profundas e assíduas reflexões e múltiplos escritos, haja vista o acentuado crescimento urbano das últimas décadas, que coloca as cidades no centro das atenções, e que remete, impreterivelmente, para a particular importância do planejamento, já que muitas destas cidades se veem a par, aliás, com imensas dificuldades, entre as quais se destaca a de planejar.

Foi nesse cenário que a cidade de Macapá capital do Amapá se configurou passando por muitas transformações em sua forma urbana e até mesmo em suas relações administrativas. As relações comerciais informais são muito presentes na cidade, fator esse que veio desde o ex-território, em razão da entrada de migrantes, atraído pelos discursos políticos ou por expectativas de vida nova (PORTO, 2003).

Com o crescimento acelerado de Macapá e expansão dos bairros, surgiu uma demanda espontânea por prestação de serviços e atividades comerciais e assim as áreas comerciais que eram centrais passaram a instalar nesses novos espaços. Por isso, este estudo sobre a dinâmica da organização dos empreendimentos comerciais do bairro Novo Horizonte na Cidade de Macapá ilustrou o caso de uma rua no bairro Novo Horizonte na qual os indicadores analisados apontam uma grande diversidade e resiliência da função comercial ao longo da Rua Cicero Marques de forma desestruturada devido aos fatores que tendem a repelir o comércio dos Centros e também os que tendem a atrair o comércio para fora dele fixando se em áreas mais periféricas, porém com grande concentração populacional e ausência dos instrumentos de planejamento urbano.

Considerando que até o momento, no Amapá existem poucos estudos voltados para a identificação de como estão organizados os novos empreendimentos comerciais de Macapá fato que torna de fundamental importância a questão que permeia essa pesquisa.

## 2- Planejamento urbano no Brasil e na Amazônia

A complexidade das cidades se reflete na complexidade do seu planejamento, visto que este é um instrumento essencial para nortear o seu futuro, e deve ser correspondente para cada realidade diversa e peculiar, dando resposta ao que cada cidade precisa, embora este não seja sempre totalmente cabal (XAVIER, 2016).

Neste contexto, como salientam Silva e Romero (2010), desde a revolução industrial que vivemos uma “[...] desalentadora e angustiante perspectiva de crescente caos urbano, decorrente do obsoleto e contraditório modelo de ocupação urbana [...]” desde então traçado. Assim, não sendo esse o propósito deste artigo, não se pretende fazer aqui um histórico do planejamento urbano. Contudo, podem ser consultados diversos autores para referenciar o planejamento urbano em contexto mundial e brasileiro, como Villaça (1999), Leme (1999), Freitag (2012), Monte-Mór (2006), Ferrari Júnior (2004), Xavier (2016); e outros tantos que refletem sobre o modo como a estrutura urbana amazônica se organizou (CORRÊA, 1987; KAMPEL, CÂMARA e MONTEIRO, 2001; BECKER, 2001; 2004; XAVIER, 2016).

No contexto deste artigo, pretende-se apresentar alguns elementos que nos possibilitem um melhor entendimento do objetivo central, antes apresentado, focando mormente no contexto brasileiro e amazônico.

A compreensão do planejamento urbano no Brasil decorre da compreensão de seu espaço urbano (XAVIER, 2016). Nessa perspectiva, Corrêa (1989) define o espaço urbano como fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas, sendo um produto social, resultado de ações acumuladas, através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.

Refletindo sobre o planejamento, Maricato (2008) foca na diferença entre o capitalismo desenvolvido nos países capitalistas centrais e o dos países periféricos do mundo capitalista. No primeiro, a adequação do processo de acumulação capitalista ao avanço da luta dos trabalhadores resultou no controle legal do Estado sobre o trabalho, com políticas que asseguraram elevação do padrão. No segundo, a sociedade não foi incluída, resultando no padrão de urbanismo modernista, que formou ilhas de primeiro mundo cercadas de ocupação ilegal, como favelas, cortiços e loteamentos clandestinos.

Neste contexto, é importante perceber que o planejamento urbano no Brasil é reflexo das teorias advindas do capitalismo avançado e de sua releitura em território nacional (MONTE-MÓR, 2006), bebendo da herança positivista, que tem “[...] na crença do progresso

linear capitalista e na figura do Estado seus pilares principais de desenvolvimento na sociedade do século XX.” (FERRARI JÚNIOR, 2004, p. 2), e configura a cidade brasileira “[...] marcada pela modernização incompleta ou excludente.” (MARICATO, 2000, 123).

Monte-Mór (2006) destaca a influência dessas teorias sobre os países da periferia capitalista, sobretudo na tentativa de explicar a transformação, o crescimento, o sentido e a função da cidade para informar seus melhoramentos e/ou planejamento. É o que, nesta perspectiva, Maricato (2000) define como “ideias fora de lugar”, que, muitas vezes, foram aplicadas em áreas seletivas e deixaram grande parte das cidades como “lugares fora das ideias” (MONTE-MÓR, 2006, p. 1).

Em se tratando da Amazônia estes questionamentos também se verificam. Sob a égide do tripé infraestrutura, transporte e comunicação, ao qual acrescentamos um quarto, a energia, as forças do capital (internacional e nacional) tomaram a Amazônia, ao abrigo de políticas de integração do Governo Federal, que pretendia preencher os chamados vazios demográficos e por questões de defesa, como forma de proteção das fronteiras, no caso de zonas de fronteira (PORTO, 2010; SILVA; TRINDADE JR., 2013). Neste sentido, as políticas públicas federais incidiam na ocupação, defesa e integração, por meio do desenvolvimento de grandes projetos, responsáveis por atrair para a região elevado número de pessoas (SANTOS, 2010).

Neste encaixo, o planejamento urbano na região amazônica, como não podia deixar de ser, está intimamente ligado ao processo de formação de sua rede urbana (quadro 1), e dependente das estratégias nacionais para a Amazônia e seu planejamento regional.

Quadro 1 – Períodos de evolução da Estrutura urbana na Amazônia e seus principais condicionantes.

<b>Período</b>	<b>Condicionante</b>	<b>Estrutura Urbana decorrente</b>
Séc. XVII a 1850	Missões e ibéricos	Vilas nas várzeas do Amazonas e afluentes, nos sítios de maior densidade de população indígena
1851 a 1891	Exploração da borracha	Forma dendrítica da rede Proto-Urbana
1892 a 1912	Apogeu da borracha	Estrutura Urbana Primaz - Belém
1913 a 1965	Declínio da Borracha	Estagnação local e primazia de Manaus
1966 a 1985	Intervenção do Estado	Urbanização regional
1986 a 1990	Retração do Estado	Desconcentração - padrão dos eixos fluvial/viário
1991 a 1996	Diminuem migrações	Macrozoneamento regional
1997 a 2000	Descentralização do Estado	Cidades ligadas ou não à rede urbana nacional e/ou internacional

Fonte: Kampel; Câmara; Monteiro (2001).

Becker (2004), refletindo sobre a ocupação da Amazônia, coloca em evidência três grandes períodos: Formação Territorial, de 1619 a 1930; Planejamento Regional, de 1930 a 1985 e Incógnita do Heartland, de 1985 a 1996. Segundo a autora, cada período correspondeu a uma trajetória típica de ocupação.

O primeiro período, caracterizado marcado por uma ocupação tardia dependente do mercado externo, pela importância da geopolítica, pela experiência e confronto de modelos de ocupação territorial, foi marcado pela ocupação tradicional à margem do rio. Esta ocupação é caracterizada pela formação de vilas, comunidades, cidades ribeirinhas, possuindo forte relação com o rio.

O segundo período, caracterizado pelo planejamento regional como estratégia nacional para apropriação e controle do território, pelas políticas intervencionistas pautadas no modelo desenvolvimentista e pelos intensos conflitos sociais e impactos ambientais negativos, foi marcado pelo surgimento de núcleos urbanos à margem das rodovias e de agrovilas ou assentamentos rurais.

O terceiro período, caracterizado pelo esgotamento do nacional desenvolvimentismo, pelo fortalecimento e incentivo do desenvolvimento endógeno, pela pressão ambientalista internacional e nacional em favor do vetor tecno-ecológico e pela retomada de forças exógenas interessadas na exploração de recursos para exportação, é marcado pela constituição de núcleos planejados, também denominados de *Company Towns*, para dar apoio à exploração mineral e energética. Este período foi caracterizado por cidades que sofreram impacto de grandes projetos e que abrigaram núcleos planejados baseados em preceitos urbanos modernistas, voltados para acolher os funcionários das grandes empresas.

Estas políticas desenvolvimentistas promovem um novo padrão urbano para a Amazônia com o aumento do número de cidades: das 165, em 1960, passou para 212, na década de 1980, 264, em 1991, chegando a 449 em 2000 (OLIVEIRA, 2004). O aumento foi de 284 cidades (172%) nos últimos 40 anos do século XX, sendo que 185 surgiram na última década, do período em questão, perfazendo um aumento de aproximadamente 70%. No contexto do surgimento destas cidades, o mesmo autor destaca que, em sua grande maioria, os núcleos urbanos criados na Amazônia são pequenos, se emanciparam com fraca ou nenhuma infraestrutura e possuem como base econômica o repasse dos recursos públicos (ver TOSTES; FERREIRA, 2017; XAVIER, 2016).

Tostes (2007, 2013), refletindo sobre a realidade das pequenas cidades da Amazônia, sustenta a ideia de que as ações governamentais, sem o planejamento

institucional, fazem parte da política de “fazejamento”, que atende as demandas locais, pontuais e imediatistas, sem que estejam previstas num plano maior, onde haja continuidade de ações cumprindo metas a curto, médio e longo prazo.

Em consequência, se percebe que o planejamento é de capital importância, não somente o decorrente do Plano Diretor, mas de todos os outros instrumentos previstos na Constituição Federal e no Estatuto da cidade<sup>1</sup>. No entanto, a realidade das cidades amazônicas, quanto a este quesito, deixa muito a desejar, essencialmente pela fraca aplicabilidade de seus planos, quando existem, já que as cidades com menos de 20 mil habitantes não estão obrigadas, ou pela razão de serem alterados sem a devida consulta pública para servirem os interesses do capital. Macapá, cidade que é palco desta pesquisa, constitui um exemplo ilustrativo. Com mais de 465 mil habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2016 (IBGE, 2016), tem plano diretor desde 2004, mas a sua revisão, que deveria ter ocorrido 10 anos depois, em 2014, ainda não aconteceu.

Neste sentido, olhando para o cenário complexo das cidades amazônicas e para a dificuldade de implementação do planejamento urbano, um questionamento se torna pertinente: existe planejamento nas cidades amazônicas? Se existe, é aplicado? Em que sentido e profundidade? Como não é intuito deste artigo responder a este questionamento, embora seja oportuno colocá-lo, vamos valer-nos de Cruz (2011), quando classifica o planejamento como ideológico, utópico e o que é posto em prática, para explicitar o que queremos dizer. O que se percebe é que, se por um lado, existem planos que incidem, sobretudo, sobre o urbano, como é o caso dos Plano Diretor, percebe-se que o planejamento, por várias razões, algumas já apontadas, ultrapassa os planos a ponto de surgir o questionamento antes colocado. Assim, no contexto dos três tipos que Cruz (2011) apresenta, somos impelidos a considerar que o planejamento que é preponderante na Amazônia é aquele que é posto em prática, isto é, aquele que não obedece, necessariamente, a um Plano.

### **3- Estudo da organização dos empreendimentos comerciais do bairro Novo Horizonte na cidade de Macapá**

<sup>1</sup> Além do plano diretor, no planejamento municipal são considerados outras formas: a disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo, o zoneamento ambiental, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e orçamento anual, a gestão orçamentária participativa, os planos, programas e projetos setoriais e os planos de desenvolvimento econômico e social (XAVIER, 2016).

Com o crescimento populacional, o surgimento de novos empreendimentos comerciais é desencadeado por uma série de fatores, dentre os quais podemos destacar alguns. O primeiro deles é o próprio crescimento demográfico citado anteriormente, a extensão da cidade com o conseqüente aumento das distâncias e surgimento de bairros mais periféricos, viabilizando economicamente o oferecimento do comércio em novos locais fora do centro tradicional de Macapá. A escassez e o alto custo dos terrenos em áreas centrais, aliados a legislações de uso e ocupação do solo geralmente mais rígidas no centro tradicional, também podem induzir à busca de novas áreas.

Outros fatores responsáveis pela formação de novos empreendimentos comerciais são o desenvolvimento dos meios de transporte (ônibus, caminhão, automóvel) e o aparecimento de fatores de atração em áreas não centrais como terras não ocupadas de baixo preço, infraestrutura implantada, qualidades atrativas dos terrenos como drenagem e topografia, possibilidade de controle do uso da terra, ausência de fiscalização dos órgãos municipais que regulamentam o planejamento urbano da cidade e outras amenidades.

Uma implicação importante deste fenômeno espontaneidade, centro da explanações aqui feitas é que faltam muitas das facilidades dos centros planejados, como estacionamento, calçamento, acesso diferenciado entre consumidores e entregadores de mercadorias, espaço para ampliações e adaptações às novas exigências do mercado, bancos e casas lotéricas, organização conjunta para resolver problemas comuns, um mix de negócios adequados para diminuir a competição e otimizar as vendas, critérios para utilização adequada de propaganda nas fachadas das edificações, serviços bancários, dentre outros.

Enquanto que as áreas devidamente planejadas para fins comerciais são aquelas projetadas, especificamente, para a atividade de comércio e serviços, como aconteceu na Rua Candido Mendes, onde se busca reproduzir, de modo planejado a lógica do espaço urbano, acrescentando algumas facilidades e serviços que melhorem o desempenho do centro, principalmente do ponto de vista do usuário. Esta é, na verdade, a noção mais ampla de centro comercial planejado que se identifica com centros urbanos de cidades em todo país.

Cabe ainda ressaltar, que o contexto de grande ocupação populacional do bairro nos últimos anos colaboraram para o surgimento de pequenas atividades comerciais que vão surgindo de forma espontânea por seus moradores tendo em vista a grande concentração populacional que faz com que se tenha uma descentralização do comércio local.

Mesmo com fortes características de uma área voltada ao comércio do bairro em análise é importante destacar que de acordo com o plano diretor de Macapá de 2004, esta é uma área que consta na subzona de Especial Interesse Social:

Art. 128. As Áreas de Interesse Social – AIS - são as prioritariamente destinadas à implementação da política habitacional do Município de Macapá, e de programas habitacionais voltados para a população de baixa renda, incluindo os previstos nesta lei, reguladas por normas próprias de parcelamento, uso e ocupação do solo. (PLANO DIRETOR, LEI 026 de 2004, p.144)

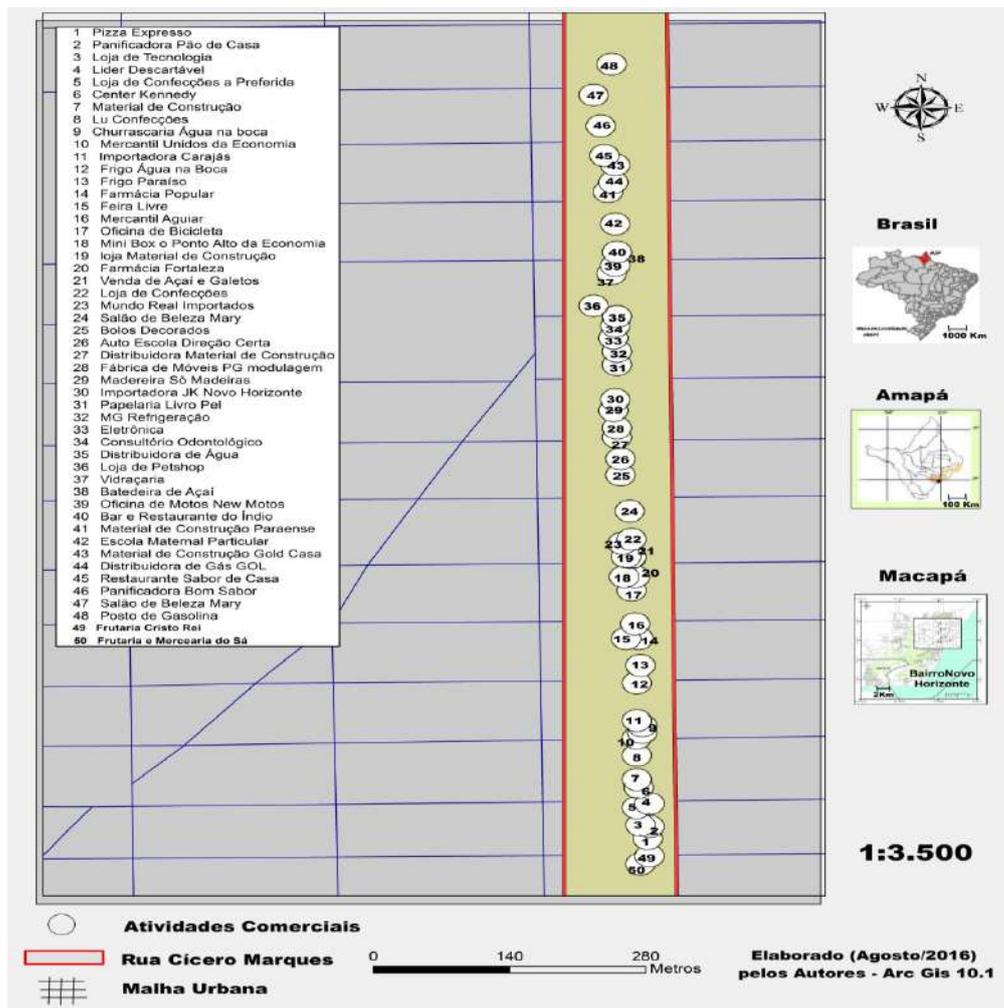
Segundo o Plano Diretor de Macapá (2003), as áreas de Interesse Social podem ser divididas em áreas de interesse social I constituídas em locais já ocupados por população de baixa renda e apresenta irregularidades urbanísticas e precariedade de infraestrutura e Áreas de Interesse Social II que são destinadas à promoção da habitação popular obtendo prioridade às populações reassentadas das ressacas, inseridas em programas municipais, estaduais ou federais que visem à ocupação de imóveis vazios ou sub utilizados.

Em Macapá é comum nos bairros localizados na zona norte da cidade um volume grande de atividades, pode-se perceber como a interação decorrida do processo migratório mudou a paisagem da cidade de Macapá, seja por necessidade ou sobrevivência, a cidade passou a ter em múltiplos lugares maiores relações de trocas, agora sob a tutela de pequenos negócios, serviços e comércios, algo que precisa ser melhor avaliado do ponto de vista científico.

Na prática, esse planejamento urbano não procurou articular ações com as políticas públicas de habitação, transporte, saneamento básico, acessibilidade, educação, saúde e outros. Em verdade, mais que resolver as questões postas pela urbanização acelerada nos bairros mais periféricos, essas ações buscam favorecer o capital privado e despolitizar as demandas sob a tutela da racionalidade técnica, sem levar em conta os determinantes políticos, sociais e econômicos dessas áreas comerciais.

Para melhor compreensão da dinâmica do espaço Urbano no bairro Novo Horizonte, foi necessário fazer uma reflexão sobre os fatores que contribuíram para o surgimento desse corredor. O bairro Novo Horizonte de acordo com o IBGE (2010) é o segundo maior bairro da Cidade de Macapá, fator este que contribuiu para o crescimento de sua área urbana, acompanhado de um intenso crescimento populacional. E neste sentido, justifica-se o surgimento de diversas atividades comerciais para atender as necessidades da população local conforme disposto no mapa1.

Mapa 01 – Atividades comerciais identificadas no corredor comercial da rua Cícero Marque no Novo Horizonte.



Fonte: Base Cartográfica SEMA; Cartografia: Elaborado pelos Autores, 2016.

De acordo com o mapa 1, a pesquisa evidencia a formação de um corredor comercial na rua Cícero Marques, afirmativa pautada na cartografia que aponta para a concentração de diversas atividades de comércio, indústria e serviços na área. Porém tal formação não foi acompanhada de infraestrutura básica para a organização eficiente de uma área comercial onde o espaço urbano construído atenda a pré-requisitos básicos de mobilidade e sustentabilidade urbana, calçadas.

Com base no detalhamento da imagem georeferenciada no mapa 01, que descreve as principais atividades comerciais presente ao longo da Cícero Marques. Vale ressaltar que atualmente existem 157 estabelecimentos na Rua Cícero Marques e destes apenas 05 são casas residenciais, os demais 152 são estruturas físicas que atendem o comércio local.

Um fenômeno observado na rua Cícero Marques foi a grande diversidade de atividades existentes desde feira improvisada na rua como lojas de grupos consolidados como mostra a imagem 1.

Imagem 1 – Registro fotográfico das atividades comerciais da Rua Cícero Marques no Bairro Novo Horizonte em Macapá.



Fonte: Pesquisa de campo dos autores, 2016.

A falta de organização das atividades comerciais é um problema evidente na área comercial da rua Cícero Marques, isso tem desdobramentos em diversas externalidades negativas que vão desde ocupação imprópria de espaços que deveriam ter finalidade do livre passeio público, a desestrutura do espaço destinado ao fluxo de veículos, ausência de espaço de estacionamento entre outros.

Diante do exposto chega-se à conclusão que o planejamento urbano neste caso não procurou se articular ações com as políticas públicas de habitação, transporte, saneamento básico, acessibilidade, infraestrutura e outros que interferem no cotidiano da prática comercial. Mesmo com fortes características de uma área voltada ao comércio no bairro em análise é importante destacar que de acordo com o plano diretor de Macapá de 2004, esta é uma área que consta na subzona de Especial Interesse Social:

Art. 128. As Áreas de Interesse Social – AIS - são as prioritariamente destinadas à implementação da política habitacional do Município de Macapá, e de programas habitacionais voltados para a população de baixa renda, incluindo os previstos nesta lei, reguladas por normas próprias de parcelamento, uso e ocupação do solo. (PLANO DIRETOR, LEI 026 de 2004, p.144)

Segundo o Plano Diretor de Macapá (2003), as áreas de Interesse Social podem ser divididas em áreas de interesse social I constituídas em locais já ocupados por população de baixa renda e apresenta irregularidades urbanísticas e precariedade de infraestrutura e Áreas de Interesse Social II que são destinadas à promoção da habitação popular obtendo prioridade às populações reassentadas das ressacas, inseridas em programas municipais, estaduais ou federais que visem à ocupação de imóveis vazios ou sub utilizados.

Sobre o Bairro Novo Horizonte foi chamado inicialmente de Capilândia, e posteriormente mudou para Novo Horizonte. A oficialização ocorreu em 1994 com a (Lei Municipal 611/94 - PMM), quando o governador da época (Aníbal Barcellos) abriu rua e disponibilizou energia elétrica. O bairro cresceu tanto que foi dividido em Novo Horizonte II e III, e em 1998 (Lei Municipal 951/98), apresenta 272 quadras dividindo a área do bairro. Uma especificidade do bairro é que nele moram poucos amapaenses a maioria são imigrantes nordestinos de acordo com os dados tabulados.

Com base nos dados acima, é importante ressaltar que atualmente a Rua Cicero Marques de Sousa apresenta fortes características que evidencia o surgimento de um corredor comercial espontâneo, onde suas atividades comerciais foram surgindo gradativamente ao longo dos anos em atendimento aos interesses da comunidade local, e pequenos estabelecimentos foram crescendo, diversificando e se formalizando levando em consideração a demanda comercial proveniente do expressivo crescimento populacional no bairro com características semelhantes a rua Cândido Mendes principal centro comercial da do centro da cidade de Macapá como mostra o quadro 2.

Quadro 2 – Principal característica das ruas Cicero Marques e Candido Mendes

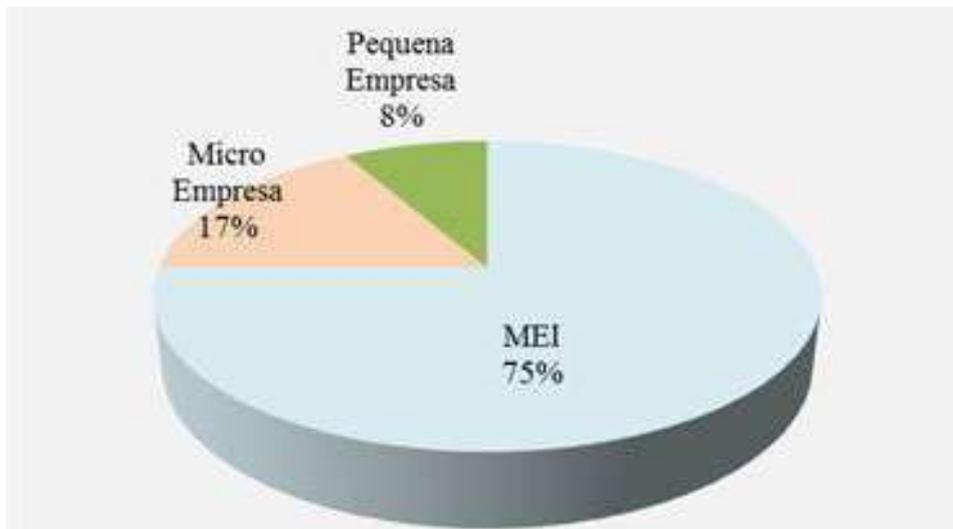
<b>CICERO MARQUES</b>	<b>CANDIDO MENDES</b>
Avenida Comerciária, varejista, serviços e atacadista	Rua, serviços, atacadista e predominância varejista
Predominância do Comercio de artigos do vestuário e varejo de carnes (açougues)	Predominância do Comercio de artigos do vestuário
Lugar de permanência e distribuição de produtos e serviços	Lugar de permanência e distribuição de produtos e serviços
Ausência de instituições bancaria	Presença de uma forte estrutura bancaria
Periferia da Cidade, grande concentração populacional, área de especial Interesse social segundo Plano Diretor	Centro da Cidade, baixa concentração populacional, área comercial segundo Plano Diretor
Ausência da Calçadas, estacionamento, acessibilidade e sinalização especifica	Presença de calçadas, estacionamento, áreas planejadas com acessibilidade e sinalização especificas.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017

Muito embora os dados históricos retratem uma forte existência de atividades empreendedoras informais no Amapá, no bairro em questão, o Novo Horizonte a realidade é

surpreende quanto ao número de estabelecimentos comerciais formalizados, como mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Enquadramento dos empreendimentos da Rua Cícero Marques



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração dos autores, 2016.

Considerando que em sua maioria os empreendimentos estão formalizados, obtemos o percentual de 75% de Microempreendedores Individuais, figura que tem tratamento diferenciado perante a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e que concede estímulo ao surgimento de empreendedores formalizados com tributação reduzida e adequada a realidade de empreendimentos em locais periféricos das cidades.

Ainda foi possível diagnosticar o indicador de 17% de Microempresas e 8% de Pequenas Empresas que pela legislação detém um faturamento maior e que exigem uma maior infraestrutura e organização urbana para o seu funcionamento. Nota-se na abordagem realizada junto aos empreendimentos em sua maioria estes empresários exercem a atividade de comércio e estão formalizados com oferta de produtos de alimentação, vestuário e principalmente produtos vinculados ao consumo.

Diante deste cenário um dos maiores desafios para o planejamento urbano no bairro Novo Horizonte com destaque para a rua Cícero Marques é ordenar a cidade e melhorá-la mesmo diante de um cenário desfavorável onde se configuram uma forma de uso inadequado do espaço e que está em desacordo com o Plano Diretor da cidade. Assim, o planejamento do espaço urbano em Macapá não pode ser pensado sob a ótica de um Plano centralizador, mas sim na ciência das demandas locais e no atendimento das reais necessidade da sociedade macapaense.

#### 4 Considerações Finais

O estudo sobre a dinâmica da organização dos empreendimentos comerciais do bairro Novo Horizonte na Cidade de Macapá ilustrou o caso de uma rua no bairro Novo Horizonte na qual os indicadores analisados apontam uma grande diversidade e resiliência da função comercial ao longo da Rua Cicero Marques de forma desestruturada.

Portanto, apresentam-se algumas perspectivas colocadas em destaque uma destas é a descentralização do comércio. Tais fatores tendem a repelir o comércio dos centros e também e tendem a atrair o comércio para fora dele o fixando se em áreas mais periféricas, porém com grande concentração populacional o que gera distorções no espaço urbano por se constituírem em formas de uso do solo urbano desalinhados de um planejamento urbano deverás adequado.

Do ponto de vista dos fatores de repulsão do comércio dos centros tradicionais, alguns pontos devem ser destacados. Os processos de revitalização têm buscado ações concertadas visando à melhoria da gestão, da atratividade e do funcionamento dos Centros. Ações de regulamentação e controle do comércio informal e melhorias paisagísticas são positivas ao varejo, mas persiste o problema do acesso e do estacionamento e obstrução das calçadas uso de espaços destinados a outras finalidades pelo plano diretor municipal, todos esses fatores são críticos tanto na área comercial do bairro Novo Horizonte como para o comércio em geral na cidade de Macapá.

#### Referências

AMARAL, Silvana; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais: Relatório Técnico, 2001.

BECKER, Bertha k. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, nº 12, p. 135-159, 2001.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: geopolítica na virada do milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia** – RGB, Rio de Janeiro, ano 49, n.03, p. 39-68, 1987.

CRUZ, Dayana A. M. de O. As faces do planejamento. **Revista Pegada**, v. 12, nº 02, p. 81-94, Dezembro, 2011.

FERRARI JÚNIOR, José Carlos. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização especial das cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, ano 02, vol. 01, jun. 2004, p. 15-28, 2004.

FREITAG, Bárbara. **Teoria da Cidade**. 4ª ed. Campinas, SP: Papius, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades. População Estimada 2016**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

KAMPEL, Silvana A.; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio M. V. **Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia**. Relatório Técnico. São Paulo: DPI/INPE, 2001.

LEME, Maria C. S. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: LEME, Maria C. S.; FERNANDES, Ana; GOMES, Marco A. F. (org.) **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. (eds.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, p. 121-192. 2000.

MARICATO. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. **Territórios**, n. 18-19, enero-diciembre, 2008, p. 183-205.

MONTEIRO, Maurílio A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p.187-207, Abril, 2005.

MONTE-MÓR, Roberto L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (Org.). **Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61-85, 2006.

OLIVEIRA, J. A. A cultura nas (das) pequenas cidades sustentáveis da Amazônia Brasileira. **Anais eletrônicos...** VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004.

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Prefeitura Municipal de Macapá. Macapá 2003.

PORTO, Jadson Luis Rabelo. Amapá: **Principais transformações econômicas e institucionais -1943-2000**. Macapá: SETEC, 2003.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A inserção do Amapá no Platô das Guianas. In: PORTO, Jadson L. R.; NASCIMENTO, Durbens M. (Orgs.). **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: Novas construções, novas territorialidades**. Rio de Janeiro: Publit, v. 1, 2010, p. 139-160.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. Grandes projetos amazônicos e configuração geográfica do Amapá. PORTO, Jadson L. R.; NASCIMENTO, Durbens M. (Orgs.).

**Interações Fronteiriças no Platô das Guianas:** Novas construções, novas territorialidades. Rio de Janeiro: Publit, 2010, p. 45-72.

SILVA, Ana R. F.; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Pensando a diferenciação socioespacial na Amazônia: a sub-região fronteiriça internacional dos estados do Pará e Amapá. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens M. (Org.). **Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional:** das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial. Rio de Janeiro: Publit, 2013, p. 31-65.

SILVA, Edmilson Menezes da; SILVA, Josefina Menezes da; SANTOS, José Edmundo dos; SANTOS, Moisés Augustinho dos; NUNES, Cláudia. **Desenvolvimento econômico e social da feira livre de Umuá, 1989 a 2009.** Publicado em 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-desenvolvimento-economico-e-social-da-feira-livre-de-umbauba-1989-a-2009>>. Acesso em: 20 fev.2017.

SILVA, Geovany J. A.; ROMERO, Marta A. B. Novos Paradigmas do urbanismo sustentável no Brasil: a revisão de conceitos urbanos para o século XXI. Atas do **Pluris 2010 – 4º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável**, 6 a 8 de outubro, Faro-Portugal, 2010.

TOSTES, José Alberto; FERREIRA, José Francisco de Carvalho. Avaliação da sustentabilidade na Amazônia: a mesorregião norte do Amapá. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 1, p. 198-223, jan-abr/2017, Taubaté, SP, Brasil, 2017.

TOSTES, José Alberto. Aplicabilidade do estatuto da cidade nas cidades amazônicas. In: D. Gaio; A. C. Ribeiro & C. Chelala (Orgs), **Direito ambiental e políticas públicas na Amazônia** (pp 79-92). Macapá: UNIFAP. 2014.

\_\_\_\_\_. **Sentimento de Urbanidade: Os Corredores Comerciais de Macapá.** Disponível em: <<http://josealbertostes.blogspot.com.br/>> Acesso em: 15 set.2016.

\_\_\_\_\_. Transformações e dinâmicas urbanas ocorridas nas cidades do Estado do Amapá no período de 1950 a 2010. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens M. (Org.). **Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia setentrional:** das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial. Rio de Janeiro: Publit, 2013. p. 63-92.

\_\_\_\_\_. (coord.). Práticas urbanas intervencionistas no Amapá. **Cadernos de Estudos Municipais**, v. 12, p. 170-188, 2007.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. **O processo de Urbanização no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 170-243.

XAVIER, Alex Maia. **Análise do planejamento urbano de Calçoene de 2001 a 2015.** 180 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós/Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

## **POLIFONIA: AS VOZES PRESENTES EM TEXTOS ORAIS DE RIBEIRINHOS DA COMUNIDADE SÃO DOMINGOS EM PORTO VELHO.**

**José Gadelha da Silva Junior<sup>1</sup>  
Nair Ferreira Gurgel do Amaral<sup>2</sup>**

### **Resumo**

Este artigo é parte de nossa dissertação de mestrado intitulada “A desterritorialização dos ribeirinhos da comunidade de São Domingos em Porto Velho/RO: Uma análise dos discursos e suas subjetividades”. O estudo analisou os impactos socioculturais dos processos de desterritorialização e reterritorialização aos ribeirinhos, provocados pela construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira. Neste trabalho, a polifonia é apresentada através de análises que tomaram como base depoimentos de moradores ribeirinhos da antiga comunidade São Domingos, na Vila de Santo Antônio. A comunidade estava localizada à margem esquerda do rio Madeira, a cerca de 20 km do município de Porto Velho/RO, e foi inteiramente afetada pela construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio. Os depoimentos foram gravados em áudio e vídeo e posteriormente transcritos para estudos mais detalhados. Buscamos identificar as muitas vozes constituídas no discurso oral desses moradores, a fim de compreender suas condições de produção enunciativa, uma vez que os sujeitos da enunciação se constituem na e pela interação, e todo texto, na visão bakhtiniana, seja ele escrito ou oral, se constitui a partir de outros textos. Para esta análise, levamos em consideração o contexto sociocultural por qual passam esses moradores, retirados, à força, de suas moradias, por ocasião da construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira.

Palavras-chave: Polifonia; Ribeirinhos; Enunciação; Contexto; Vozes.

## **Las voces presentes en textos orales de ribereños (habitantes de las orillas de los ríos) de la comunidad São Domingos en Porto Velho.**

### **Resúmen**

Este estudio presenta parte de una investigación desarrollada y publicada en la disertación de máster, la cual se intitula “la desterritorialización de los ribereños, (personas que viven en las orillas de los ríos) de São Domingos en Porto Velho: un análisis de los discursos y sus subjetividades”. La investigación analizó los impactos socioculturales de los procesos de desterritorialización y reterritorialización de los ribereños, generados por la construcción de la Planta Hidroeléctrica de Santo Antonio en el Rio Madeira. El pueblo de San Domingos, que se ubicaba en la orilla izquierda del río, a una distancia de 20 kilómetros de la ciudad de Porto Velho, capital de Rondonia, en la región norte de Brasil, fue totalmente afectado por la construcción de la planta. Los testimonios fueron grabados en video y audio, transcritos y

<sup>1</sup> Jornalista, mestre em Letras, pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Docente na faculdade UNIRON. E-mail: junior.zafenate.82@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Linguística. Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: nairgurgel@uol.com.br

analizados. El análisis identificó las muchas voces que constituyen los discursos orales de estos pobladores. Adoptando la perspectiva bakhtiniana, buscamos comprender las condiciones de producción enunciativa, considerando que los sujetos en la enunciación se constituyen en la y por la interacción y los textos, sean escritos u orales, se constituyen a partir de otros textos. Además, desstacamos y analizamos el contexto sociocultural de estos sujetos, los cuales fueron desahuciados de sus propiedades sin que pudieran cuestionar tal decisión, para que el espacio fuera ocupado por la Planta Hidroelétrica de Santo Antonio en el Rio Madeira.

Palabras clave: Polifonía; Ribeños; Enunciación; Contexto; Voces.

## **POLIPHONIA: THE VOICES PRESENT IN ORAL TEXTS OF RIVERSIDE OF THE COMMUNITY SÃO DOMINGOS IN PORTO VELHO.**

### **Abstract**

This article is part of our master dissertation titled "The deterritorialization of the tribes of the community of São Domingos in Porto Velho / RO: An analysis of the discourses and their subjectivities." The study analyzed the sociocultural impacts of the processes of deterritorialization and reterritorialization to the riverside, caused by the construction of the hydroelectric plant of Santo Antônio, in the Madeira river. This work, a research on analyzes that took as basis the testimonies of residents of the old community of Santo Domingo, Santo Antônio. The community was located on the left bank of the Madeira River, about 20 km far from Porto Velho city/ RO, and was entirely affected by the construction of the Santo Antônio hydroelectric plant. The testimonies were recorded in audio and video and later transcribed for more detailed studies. We seek to identify the many voices constituted in the oral discourse of the dwellers and their conditions of production enunciativa. The subjects of the enunciation are constituted to the interaction. The study is based on the concepts of Bakhtin. The results are studies about the socio-cultural context through which these residents, forcibly removed, from their homes, on the occasion of the construction of the Santo Antônio hydroelectric plant on the Madeira River.

Keywords: Polyphony; Riverside; Enunciation; Context; Voices.

### **1- Introdução**

O presente artigo pretende analisar o discurso oral de moradores ribeirinhos da antiga comunidade São Domingos, na Vila de Santo Antônio, região afetada pela construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, em Porto Velho/RO. Buscamos identificar as vozes constituídas no discurso desses moradores, bem como analisar as condições de produção enunciativa, uma vez que os sujeitos da enunciação se constituem na e pela interação. Nosso objeto de estudo é, portanto, a voz do homem ribeirinho, em

depoimentos gravados, em áudio e vídeo, no decorrer de 2008, durante a produção do vídeo-documentário intitulado “Para onde o destino mandar<sup>3</sup>”.

O aporte teórico, que subsidia nosso trabalho, está pautado nas concepções de texto, sentido, língua, polifonia, cultura e identidade em autores como: Luiz Antônio Marcuschi (2003) Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2003 e 2009), José Luiz Fiorin (2003), João Wanderley Geraldi (2003), Maria da Graça Costa Val (1999), Mikhail Bakhtin (1999), Dominique Maingueneau (2013), João de Jesus Paes Loureiro (1995 e 2008), Zygmunt Bauman (2005), além de outros autores regionais como: Maria das Graças S. N. Silva (2003), Josué da Costa Silva (2002), Amizael Gomes da Silva (1991), Dante Ribeiro da Fonseca (2007) e Nair Ferreira Gurgel do Amaral (2011).

A metodologia utilizada foi a análise de textos orais, transcritos de um vídeo-documentário, composto por dezesseis depoimentos, dos quais foram selecionados cinco para a realização deste trabalho.

Sendo a língua uma maneira particular pela qual a linguagem se manifesta (FIORIN, 2003, p. 72) podemos dizer que a linguagem humana enquanto método interativo de relações possibilita a construção de realidades e vivências. Nesse tripé: língua-linguagem-sujeito se complementam mutuamente, não sendo possível desvincular tais elementos para o estudo e compreensão detalhados de como os sujeitos se manifestam e estão organizados em determinada sociedade, pois a história de uma sociedade é “a história de como ela organizou o seu trabalho [...] é aí que a língua surge: sem sociedade não há linguagem. Então, ela emerge, ao mesmo tempo, como parte do processo de construção da organização social” (GERALDI, 2003, p. 78). É justamente nesse ambiente, de construção da realidade e busca pela organização social, que os discursos se manifestam, uma vez que, segundo o autor, “o processo de construção da linguagem permite a construção do pensamento que, por seu turno, funciona como instrumento de produção de discursos, lugar onde se produz língua e assim sucessivamente” (GERALDI, 2003, p. 79).

Desta forma, só podemos compreender os enunciados se tivermos prontos para reagir à palavra, independentemente de sua forma de manifestação, e, conseqüentemente, à atividade comunicativa que se materializa. Para Bakhtin (1999, p. 132) “a cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão”.

Tais observações se fazem necessárias para dar continuidade aos estudos que tomam a língua como uma atividade, representação viva da identidade do sujeito, este, concebido como tal à medida que interage com outros sujeitos, numa relação dialógica com o social e o histórico. Como atesta Bakhtin (1999) “eu sou na medida em que interajo com o outro. É o outro que dá a medida do que sou. A identidade se constrói nessa relação dinâmica com a alteridade”.

E, nessa concepção, ao tratarmos a língua como atividade sociointerativa, sempre voltada para uma finalidade, há fenômenos que merecem análises cuidadosas, como por exemplo: a influência das vozes que permeiam certos discursos, principalmente, aqueles proferidos por grupos socialmente marginalizados, que fazem parte do nosso contexto sociocultural.

## **2- Santo Antônio do rio Madeira**

A história do surgimento de Porto Velho está intrinsecamente ligada à história de Santo Antônio do Rio Madeira. A região foi escolhida, propositadamente, para as primeiras

---

<sup>3</sup> Vídeo-documentário apresentado como trabalho de conclusão de curso de graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo.

tentativas de construção de uma ferrovia que possibilitasse o escoamento da produção nos seringais da Bolívia e Guajará-Mirim, chegando a concentrar, no passado, toda a borracha extraída nos rios Beni, Mamoré, Guaporé e Madeira. Ainda no século XVIII, a região foi local para missões jesuíticas lideradas pelo padre João Sampaio, que em 1723 teria constatado “toda a navegabilidade de um longo percurso do rio Madeira, tendo fundado a aldeia mais remota na região onde hoje está o estado de Rondônia” (HUGO, 1991, p. 28).

Segundo Amizael Gomes da Silva (1991, p. 23) “Santo Antônio, no início da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, embora região do atual município de Porto Velho, pertencia a província de Mato Grosso” tendo sido escolhida como ponto inicial da estrada de ferro, porque a ferrovia deveria ser construída dentro dos limites de Mato Grosso, cujas divisas estariam naquela localidade. Na realidade, desde os anos 60 do século XIX, empreendedores bolivianos haviam aberto seringais no trecho encachoeirado do rio Madeira. Já no início do século XX, com a última e bem sucedida tentativa de construção da ferrovia, conforme Fonseca (2007) estimava-se uma população residente de trezentas pessoas em Santo Antônio, a maioria composta por indígenas bolivianos ocupados nas tarefas de carga e descarga no porto.

Em relação aos habitantes de Santo Antônio, vejamos o que relata Vítor Hugo:

Gente de todo mundo não acabava de chegar – fazia anos! À margem da primeira cachoeira inferior, no Rio Madeira. Brasileiros vindos de quase todos os pontos do país, ingleses, em quantidade, italianos buliçosos, espanhóis, bolivianos, peruanos, gregos, alemães, judeus, barbadianos e chineses. Uma população ondulante, instável, de probabilidade da desventura. Fracassados na vida, audaciosos, viciados, aumentavam ao sabor das condições econômicas. O dia escoava-se ao ritmo do trabalho: à noite, ao ritmo da algazarra, da música, dos gritos e discussões, em uma dúzia de línguas nos botequins, casas de jogo e de tolerância. Estas eram numerosas: as francesas, chegadas de Paris, alinhavam-se com as brasileiras, as barbadianas, as espanholas e bolivianas, de permeio aos homossexuais e pederastas. Bebia-se “champagne”, cerveja e aguardente, Comiam-se peixes do Rio Madeira e as mais finas conservas nacionais e estrangeiras. (HUGO, 1991, p. 215).

Santo Antônio estava localizada numa região considerada insalubre pelo médico e cientista Oswaldo Cruz que chegou a descrever o espaço como “o cúmulo, uma vila, inacreditavelmente, insalubre [...] não havia esgotos, água canalizada ou iluminação; lixos e dejetos humanos eram despejados nas ruas, a céu aberto” (FONSECA, 2007, p. 105).

Logo, diante deste cenário, aos poucos, surgia uma nova localidade, que mais tarde viria a ser a cidade de Porto Velho, gradativamente povoada por pessoas de diferentes nacionalidades, inclusive, trabalhadores pobres e segundo Fonseca (2007, p. 112) “excluídos ou que se excluíram do privilégio de trabalhar na ferrovia, e meretrizes [...] os primeiros moradores de Porto Velho, foram aqueles que construíram a ferrovia”. Ainda segundo o autor, à medida que avançavam as obras da ferrovia, reduzia-se o número de trabalhadores em Santo Antônio que, conseqüentemente, ia perdendo a razão de existir. Ao passo que lado a lado:

Passaram a viver em simbiose. A Porto Velho oposta àquela da ferrovia não era, portanto, somente filha de Santo Antônio, mas também a filha indesejada da Porto Velho da Madeira-Mamoré [...] em pouco mais de dez anos seus habitantes totalizavam a casa dos milhares. Gente de todas as cores, classes sociais e nacionalidades invadiam a cidade, comunicando-se entre si, nos mais diversos idiomas onde predominavam o inglês e o espanhol. (FONSECA, 2007, p. 117)

Percebe-se que “desde aqueles tempos, Rondônia já estava predestinada a receber pessoas de todos os lugares, de todas as línguas, de todos os hábitos e costumes” (AMARAL, 2011, p. 46).

O movimento migratório da Batalha da Borracha, desenvolvido no decorrer dos anos de 1941 e início de 1943, adquiriu um novo colorido com a chegada a partir de 1943 e durante os anos de 1944/1945, de novos contingentes humanos. Muitos vinham para a Amazônia pela aventura ou para fugir à convocação para a FEB (Força Expedicionária Brasileira) que lutava na Itália. Aliado a isso, esses trabalhadores também eram convencidos pelas propagandas do governo, criadas, exclusivamente, com o objetivo de sensibilizar o maior número de pessoas para se juntar aos soldados da borracha, em prol da defesa da pátria ameaçada. Abaixo, trecho de mensagem publicitária do governo Getúlio Vargas:

Seringueiros: Dediquei todas as energias à batalha da borracha. Precisamos de mais borracha, pois é sobre ela que se encontra a guerra moderna, pois são grandes os equipamentos que necessitam da goma elástica, produzi-vos sem repouso, colhendo o látex abundante das seringueiras do Vale Amazônico. Nas guerras modernas não fazem parte somente os soldados que estão nos campos de batalha, mas toda a nação: homens, mulheres, velhos e crianças. E vós, desbravadores da Amazônia, sois os mais importantes soldados. Unidos veremos sibilhar a bandeira do Brasil. (Jornal O Acre, 20.05.1943, em “O espaço ribeirinho” de Maria das Graças S. N. Silva, 2003).

O fato é que milhares de trabalhadores de várias regiões do Brasil foram compulsoriamente levados à escravidão por dívida e à morte por doenças para as quais não possuíam imunidade. Entre os anos de 1943 e 1945, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), mais tarde substituído pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) teria trazido para a região aproximadamente cinquenta mil trabalhadores. A maioria deles era motivada pelas propagandas do governo, por sinal, bem feitas e atraentes. Os postos de aliciamento divulgavam largamente supostos seringais amazônicos, uma realidade que não existia, conforme Silva (2003, p. 61):

Eram colocados cartazes onde apareciam seringueiros em meio a uma vasta floresta de seringueiras colhendo látex em grandes tambores transportados por jeeps, como se fossem seringais da Amazônia. Os migrantes não se davam conta de que isto era apenas mais um engodo para atraí-los, pois os cartazes retratavam não os seringais nativos, mas sim, os seringais cultivados na Malásia.

Desta forma, pode-se destacar que, ao final desses processos migratórios motivados pelos dois ciclos da borracha e pela construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, tem-se desenhado vários núcleos populacionais em Rondônia. Tanto de gente que veio para trabalhar nos seringais, como para atuar na construção da ferrovia ou motivada por outros interesses. Na dinâmica de organização desse espaço, o fim da extração do látex fez com que muitos seringalistas abandonassem seus seringais, abrindo precedentes para a exploração da atividade agrícola, em áreas que continuavam com a posse.

Quanto aos seringueiros, muitos se dirigiram para a área urbana, em busca de novas oportunidades, mas a maioria preferiu habitar as margens dos rios, lagos e igarapés,

passando a adotar a pesca e a agricultura de várzea como principais atividades para o sustento da família.

### 3- A comunidade de São Domingos

A antiga comunidade de São Domingos ficava localizada na vila de Santo Antônio, à margem esquerda do rio Madeira, distante cerca de 20 km da área urbana do município de Porto Velho (seguindo a BR 319, ramais Jaturana e Monte Cristo<sup>4</sup>) e a 7 km (via barco, a partir do porto do Cai N'água). Mas, por ocasião da construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, os moradores dessa localidade tiveram que ser remanejados de suas moradias para outros lugares, pois a área, onde viviam, há décadas, estava dentro do raio de abrangência do que viria a ser o canteiro de obras do empreendimento.

Sobre o espaço demarcado para o canteiro de obras, o então gerente do Consórcio Madeira Energia, Acyr Jorge Gonçalves<sup>5</sup>, explica:

*A usina de Santo Antônio iniciou suas atividades. [...] primeiramente, a gente tem que ver a área necessária para se instalar o canteiro de obras. [...] É um espaço aonde todas as atividades de construção, implantação, montagem e operação vão se dar. Nesse caso, a gente tem aproximadamente 2 mil hectares de área, onde essa área tem que ser liberada. [...] tudo precisa ser retirado da área para que essa área fique disponível [...] e se possa iniciar a construção, inclusive, as pessoas que moram nesse espaço demarcado, chamado de canteiro de obras.*

De acordo com relatos de moradores, a comunidade de São Domingos, na vila de Santo Antônio, era formada por cerca de 40 famílias, em sua maioria, de ascendência nordestina. Como em todas as comunidades ribeirinhas, a pesca constituía-se na principal atividade econômica, também acompanhada de uma pequena produção agrícola, esta modalidade de produção “caracteristicamente mandioca para a produção de farinha, frutos como a melancia, plantada na várzea dos rios e plantações perenes como o cupuaçu, a pupunha e o açaí” (SILVA e FILHO, 2002, p. 27).

Hoje, 8 anos após o início da construção da usina de Santo Antônio, apenas duas famílias, remanescentes da antiga comunidade de São Domingos, sobrevivem na parte que não foi afetada pelo reservatório da usina, chamada por todos como “São Domingos Remanescente”. Para chegar a essa comunidade, um dos acessos é a BR 319, ou Transamazônica sentido Humaitá, entrando à esquerda no km 4, seguindo o ramal Jatuarana, num percurso de aproximadamente 7 km, até chegar ao ramal que separa os acessos às comunidades de São Domingos Remanescente e Riacho Azul, ambas localizadas à margem esquerda do rio Madeira, numa área que não foi diretamente afetada pela construção da usina de Santo Antônio.

<sup>4</sup> Em setembro de 2014, este percurso passou a ser facilitado com a inauguração da ponte sobre o rio Madeira. Antes disso, a travessia do rio só era possível por meio de pequenas embarcações ou de balsas que operavam no rio Madeira.

<sup>5</sup> Depoimento concedido para o documentário “Para onde o destino mandar”, produzido em 2008.

#### 4- Cultura e Identidade

Os conceitos de identidade cultural, apresentados neste estudo, baseiam-se em explicações de autores que compreendem a identidade como algo que está em constante movimento. Portanto, fazemos uso dos ensinamentos de Stuart Hall (1998) e Homi Bhabha (2013), mas também de autores como Roque de Barros Laraia (1986) e Manuela Carneiro da Cunha (1986) que não tratam a cultura como um produto estabelecido, mas como um conjunto de patrimônios constituídos e que se reinventam e se ressignificam no curso das gerações.

O homem é um ser completamente adaptável. Ele age de acordo com seus padrões culturais. Nessa perspectiva, ele é o “resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam” (LARAIA, 1986, p. 45). Notemos que as culturas são constituídas a partir de experiências e estas se dão em uma verdadeira relação dialógica que envolve épocas e contextos diferentes, o presente e o passado. E mais, em prol da cultura o homem é capaz de anular elementos da própria identidade, por depender muito mais de suas experiências do que de padrões genéticos.

Logo, conforme Laraia (1986, p. 51) “tudo que o homem faz aprendeu com os seus semelhantes e não decorre de imposições originadas fora da cultura”, acrescentam-se aí elementos identificadores da cultura como os modos de organização econômica, crenças, práticas religiosas, costumes entre outros que estão em constante evolução. Manuela Carneiro da Cunha, em sua obra *Antropologia do Brasil – Mito, história, etnicidade* (1986), enfatiza que a cultura não é algo dado, mas algo que está constantemente se reinventando, recompondo, investido de novos significados.

Para Homi Bhabha (2013), nenhuma cultura pode ser jamais unitária em si mesma, nem simplesmente dualista do ponto de vista da relação do “eu” com o “outro”. O mesmo autor defende que existe um terceiro espaço chamado de “entre- lugares” onde os sujeitos se formam. Esse “entre-lugares” seria uma espécie de “excedentes da soma” das partes da diferença que, na maioria das vezes, são expressas como raça, classes, gêneros e outros.

A identidade sob a perspectiva existencialista pode ser entendida como algo que se move, se transforma. Algo não fixo que pode ser negociado, renegociado, significado ou ressignificado, dependendo do espaço e do tempo em que se encontra o sujeito, não sendo, pois, aquilo com o qual nascemos, mas algo formado e transformado ao longo do tempo, no interior das representações culturais.

Para compreender esse sujeito, no centro dessas discussões, Hall enumera três concepções distintas, uma delas a de sujeito da Pós-Modernidade “composto não de uma única, mas de várias identidades algumas vezes contraditórias ou não resolvidas [...] esse processo produz o sujeito pós-moderno conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente” (HALL, 1998, s/n). Este é um sujeito que está se tornando fragmentado, complementa o autor.

A esse respeito Bauman (2005, p. 18-21), aborda a questão da identidade como fruto da contemporaneidade. Ele faz uma metáfora para explicar esse dinamismo característico do processo de transição entre a modernidade e a fase atual, tratando-a a partir de mudanças globais. Para esse fim, utiliza o conceito de “modernidade líquida” ou fluidez.

#### 5- O viver ribeirinho na Amazônia

No universo ribeirinho, estão os sujeitos desta pesquisa: ex-moradores da antiga comunidade ribeirinha São Domingos, entrevistados entre os meses de junho e agosto de 2008, sendo sete homens e uma mulher, com idades entre 30 e 86 anos e a origem dos patriarcas dessas famílias das regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste. As principais atividades econômicas eram a pesca e a agricultura de várzea. Dos entrevistados, apenas um não frequentou a escola.

Contemplar a Amazônia é deparar-se com o belo, o místico, o misterioso e o encantador, como destaca o poeta paraense João de Jesus Paes Loureiro (1995, p. 95):

Algo que, embora próximo, está distante, como um outro mundo. Lócus do devaneio, cujas medidas físicas desaparecem [...] Assimila-se sensivelmente, mais que numericamente ou cientificamente em meio de uma grandeza sem contornos, cujo valor reside exatamente nessa forma imaginal de grandeza.

Essa percepção que o homem ribeirinho tem da Amazônia tornou-se possível graças ao que Loureiro (1995) denomina de uma espécie de cultura do imaginário, na qual o homem reconhece sua pequenez diante de tudo que o cerca, os rios e a floresta. Ser ribeirinho é viver próximo ao rio, às vezes, viver no próprio rio, mas, sobretudo, viver do rio. O ribeirinho busca compreender o mundo a sua volta e entrega-se a ele sem caprichos, um universo constituído por lendas, mitos e costumes, onde o imaginário dá sentido ao modo de ver a vida:

A convivência cotidiana com seres fabulosos de seu imaginário passa a condicionar um sentido contemplativo de beleza na convivência dessa relação dos homens entre si e deles com a natureza [...] percebo nos fatos dessa cultura todo um universo imaginal que aciona, além de uma estética, uma ética que reordena as relações sociais, a partir da maior ou menor relação de crença com essa realidade. Uma realidade diante da qual a melhor forma de agir é fazer uma suspensão da descrença. (LOUREIRO, 2008, p. 183)

O olhar no cotidiano é fonte de intensa observação. Um olhar que não vê, apenas, com os olhos físicos, mas que sabe e busca contemplar as coisas com o olhar da intuição, da alma, de modo que “o olhar físico é descobridor das coisas. O olhar da intuição descobre o que está imanente nas coisas, o que vem submerso na realidade, o seu mistério” (LOUREIRO, 2008, p. 157) e abre caminhos para uma relação com a poesia que impregna todas as formas de expressão do homem ribeirinho, como a linguagem, as artes e a música. Na poesia, conforme Loureiro (2008) tem-se revelado constantemente uma beleza escondida do mundo, que alimenta o pensamento. Acerca do poético, a autora Maria Elisa Souto Bessa (1999) diz que a Amazônia parece portar em si uma vocação natural para a poesia, possuindo uma função poética por excelência, inerente a sua própria existência. Elementos constitutivos da paisagem amazônica como o rio e a floresta, bem como os mitos e as lendas transformam a região em ambiente de terra fértil para a imaginação “poetizante”, para o fantasioso. Desta forma:

Penetrar a Amazônia é como entrar num mundo misterioso e fantástico, onde o real e o imaginário se confundem e se fundem numa realidade única; onde o deslumbramento do homem se dá por uma sensação de estar diante de algo que é sublime, de estar diante do mundo em toda a sua plenitude planetária (BESSA, 1999, s/n).

A cultura ribeirinha, assim como tantas outras, tem por raiz a experiência da relação com o meio ambiente, não é adquirida na escola, de forma acadêmica. Desenvolve-se a partir da aceitação do grupo que perpetua os costumes por meio da tradição oral, na religiosidade, nas superstições, nos mitos, no trabalho, na moradia. Todavia, ser ribeirinho também é conviver com o estigma de sujeitos marginalizados. O ribeirinho é alvo de estereótipos carregados de preconceito, por viver de um jeito simples, sem estar completamente integrado aos padrões da moderna sociedade de consumo, e também por estar à margem das grandes oportunidades dos centros urbanos.

Para Amaral (2011, p. 69):

Diferente sentido tem sido dado à palavra “beradeiro”; essa mais pejorativa costuma referir-se ao matuto, ao caipira e, em outras regiões, pode até ser “pessoa que vive perambulando pelas beiradas das ruas e estradas”. Talvez seja por isso que haja atualmente em Rondônia um movimento a favor da desmistificação da palavra, ou seja, todo amazônida que nasceu as margens de um rio deve se orgulhar disso, deve ser beradeiro com muito orgulho. Os mais novos até já inventaram uma gíria para a palavra: Tu é ‘bera’, meu irmão!

Na esteira do pensamento de Amaral, este trabalho procura dar visibilidade ao homem ribeirinho, sujeito historicamente marginalizado, que possui o seu discurso à margem dos espaços institucionalizados do poder. Buscamos dar voz a esse grupo social que “sempre foi visto pelas políticas públicas como manifestações de atraso e da ociosidade, por isso, foram tratados com medidas paliativas ou assistencialistas” (SILVA e SILVA, 2002, p. 73).

## **6- Base teórica conceitual**

O referencial teórico que norteou esta pesquisa pauta-se pelos pressupostos da Linguística Textual cujas contribuições serão discutidas, a seguir, para uma melhor compreensão das condições de produção do discurso oral apresentado pelo sujeito desta pesquisa, o homem ribeirinho, no tempo e no espaço em que vive.

### **6.1- Algumas contribuições da Linguística Textual**

A Linguística Textual tem como proposta investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos. Primeiramente, para entendermos a noção de texto, precisamos fazer uma rápida abordagem das concepções de língua e sujeito na linguagem, embora não seja nossa proposta aprofundar a discussão em torno da linguagem<sup>6</sup>.

São várias as abordagens que tratam do tema, mas pautaremos nossa discussão a partir da concepção interacional (dialógica) da língua, na qual, ela é entendida como “uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual [...] mas que requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes” (KOCH, 2009, p. 17).

<sup>6</sup> Em Koch (2003), a linguagem é a capacidade do ser humano se expressar através de um conjunto de signos. Conjunto este podendo ser constituído por sons, imagens, palavras, ou outras formas de manifestação da expressão humana. Sem sociedade não há linguagem.

Nessa perspectiva, Marcuschi (2003) compreende a língua como além de um sistema de representação mental, ou um simples sistema de comunicação. Para este autor, língua “se manifesta como uma atividade social e histórica desenvolvida interativamente pelos indivíduos com alguma finalidade cognitiva, para dar e entender ou para construir algum sentido” (MARCUSCHI, 2003, p.132).

Nessa perspectiva, assumimos uma concepção de sujeito da linguagem enquanto indivíduo assujeitado por uma ideologia, uma condição em que o “princípio explicativo de todo e qualquer fenômeno e de todo e qualquer comportamento individual repousa sobre a consideração do sistema, quer linguístico, quer social” (KOCH, 2009, p. 14). A noção de assujeitamento desconstrói a falsa ideia de que o indivíduo é o autor do seu próprio discurso, de que ele mesmo é a fonte de seu dizer. A esse respeito a autora enfatiza:

Quem fala, na verdade, é um sujeito anônimo, social, em relação ao qual o indivíduo que, em dado momento, ocupa o papel de locutor é dependente, repetidor. Ele apenas tem a ilusão de ser a origem de seu enunciado, ilusão necessária, de que a ideologia lança mão para fazê-lo pensar que é livre para fazer e dizer o que deseja. (KOCH, 2009, p.14)

Bakhtin (1999) veicula a concepção de sujeito construído na linguagem pelo outro. Tal concepção considera que o sujeito é responsável pela construção da representação de uma realidade, pois reproduz em sua fala e na prática cotidiana o contexto imediato e social. Ele, o sujeito, não foge à condição do assujeitamento, porque “a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 1999, p. 46). Ainda conforme a autora, o sujeito só tem acesso a uma parte do que diz, sendo, portanto, materialmente dividido, desde sua constituição. Por assim entender, esse sujeito não é homogêneo, é sujeito de, e é sujeito a algo. Para Orlandi, esse sujeito:

É sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos. (ORLANDI, 1999, p. 49)

Para discorrer sobre o texto, pautaremos nossa análise a partir de orientações que o tomam não como uma estrutura acabada (produto), mas que passam a observá-lo em seu próprio processo de planejamento e construção. O texto pode ser concebido como “o resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação social” (KOCH, 2009, p. 27).

Nessa perspectiva, ao explicar o texto compreendem-se algumas posições, entre elas:

(a) a produção textual é uma atividade verbal, a serviço de fins sociais e, portanto, inserida em contextos mais complexos [...] (b) trata-se de uma atividade consciente, criativa, que compreende o desenvolvimento de estratégias concretas de ação e a escolha de meios adequados à realização dos objetivos; isto é, trata-se de uma atividade intencional [...] (c) é uma atividade interacional, visto que os interactantes, de maneiras diversas, se acham envolvidos na atividade de produção textual. (KOCH, 2009, p. 27)

A respeito do tema, Val (1999) acrescenta ser o texto uma ocorrência falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa semântica e formal,

tendo papel determinante na produção e recepção textual uma série de fatores pragmáticos<sup>7</sup>, os quais contribuem para a construção de seu sentido. De acordo com esse conceito, o texto só será bem avaliado se compreendido sob três aspectos, que se embricam: a) pragmático, que tem a ver com seu funcionamento enquanto atuação informacional e comunicativa; b) semântico-conceitual, de que depende sua coerência; c) o formal, que diz respeito à sua coesão (COSTA VAL, 1999, p. 5).

Mas o texto também depende de uma série de características para que seja entendido não apenas como uma sequência de frases, ou um emaranhado de signos. De acordo com Beaugrande & Dressler (1981), o *status* de texto só é alcançado mediante a satisfação de sete padrões para seu funcionamento, os padrões de *textualidade*: coesão, coerência, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade e intertextualidade.

A coerência é considerada o principal fator da textualidade, tem a ver com aspectos lógicos e semânticos, e também cognitivos. A coesão, por sua vez, está no campo da organização linguística, depende de mecanismos gramaticais e lexicais. A intencionalidade consiste no empenho do produtor em construir um discurso coerente e coeso, ao ponto de satisfazer os objetivos propostos no ato comunicativo. Por outro lado, a aceitabilidade diz respeito à expectativa dos interlocutores de que o texto, com o qual se deparam, é coerente e útil. A situacionalidade está relacionada ao contexto em que se dá a produção de determinado discurso. O contexto pode definir o sentido do texto e orienta a produção e a recepção. Por fim, a intertextualidade concerne aos fatores que fazem a utilização de um texto dependente do conhecimento de outros textos.

Ampliando a noção de texto como uma unidade sociocomunicativa, entendemos que o sentido do texto se estabelece numa relação dialógica texto-sujeitos (ou texto coenunciadores). Para Orlandi (1999), o sentido é assim uma relação determinada do sujeito - afetado pela língua - com sua história, ou seja, o texto só adquire especificidade semântica e concretude quando requerido o conhecimento de mundo de seus interlocutores e se for concebido em toda a sua totalidade, envolvendo os elementos internos e externos à sua unidade linguística. A interação constitui elemento fundamental para que a produção do sentido se desenvolva e se materialize.

A polifonia é outro conceito que tem dado importante contribuição à análise da compreensão, recepção e produção de textos. Bakhtin (1999), o precursor dos estudos sobre polifonia e heterogeneidade, afirma que todo texto é constituído por várias vozes, é a reconfiguração de outros textos que lhe dão origem, dialogando com ele, retomando-o sempre que necessário. Desenvolvendo esta concepção, pode-se dizer que o texto é um objeto heterogêneo uma vez que essa heterogeneidade está presente na constituição dos enunciados. Em outras palavras, o sentido está para além do signo linguístico, e se estamos reagindo a determinado enunciado ou palavra é porque estamos em pleno exercício de uma atividade que requer conhecimento e troca de saberes.

Por tudo isso, do ponto de vista da construção de sentidos, todo texto é perpassado por vozes de diferentes enunciadorees. Complementando esse raciocínio, Ducrot (1987, p. 172) afirma que o “sentido do enunciado é um conjunto de indicações sobre a enunciação, e nessa descrição da enunciação, o enunciado assinala, além do locutor, os enunciadorees que, ao ocupar papeis ilocucionais, se expressam numa pluralidade de vozes”.

---

<sup>7</sup> “São elementos desse processo as peculiaridades de cada ato comunicativo, tais como, as intenções do produtor; o jogo de imagens mentais que cada um dos interlocutores faz de si, do outro e do outro com relação a si mesmo e ao tema do discurso; e o espaço de perceptibilidade visual e acústica”. (COSTA VAL, 1999, p. 4)

## 7- Análise e resultados

O que fazemos, a seguir, é uma análise à luz dos conceitos apresentados sobre polifonia, em depoimentos de ex-moradores da comunidade São Domingos. Os depoimentos, gravados em 2008, por ocasião da produção de um vídeo-documentário, foram transcritos e selecionados conforme as observações que pretendemos destacar. Os nomes de seus autores foram omitidos e, aqui, identificados como Locutor 1, Locutor 2 e assim sucessivamente.

**a) A palavra é o produto recíproco da relação entre falante e ouvinte, emissor e receptor. Eu me dou forma verbal a partir do ponto de vista da comunidade a que pertenço.**

### Locutor 1

*Cumpanhero riberinho me preste bem atenção, pois eu só falo aos senhores numa oportuna ocasião, para evitá controvérsia ciúmes ou confusão.*

*Com a construção da barrage na cachoera de Santo Antoin, a água do rio Madera vai cobri a Teotoin. Quem vivia duma verdade passa a vivê de um sonho.*

Neste exemplo, o locutor responsável pelo enunciado recorre ao gênero poesia para chamar a atenção de seus interlocutores. Em síntese, a poesia é uma forma de manifestação do artista de um posicionamento reflexivo sobre a realidade, numa tentativa de explorar e de interpretar o “estar” no mundo. Desta forma, cabe ao interlocutor a interpretação daquilo que está implícito no enunciado, lembrando que “todo enunciado é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (PÊCHEUX, 2012, p. 53).

**b) No discurso relatado (discurso indireto), o locutor responsável pelo enunciado em questão traz para a enunciação da qual é responsável outra enunciação.**

### Locutor 2

*Quando cheguei aqui in 1º de maio de 54, iscuti bem, eu já escutava falá que iam fazê uma barrage in Santo Antoin. 1º de maio de 54. Cumeçô cas pesquisa. As pesquisa tudo foro aqui. Cumeçaro fazê pesquisa, foro acho uns sete ano. É ... muitos ano. E aí vei, vei, vei e aí cumeçaro falá que ia sê feito. E aí num tinha caído muito a ficha, dispôs cumeçô cai a ficha que ia acontecê isso. Aí a gente cumeçô ficá pensano, será que vai? será que vai? será que é verdade? Mais não muito acreditano, otros acreditava. Agora taí, agora tá todo mundo sabeno do que tá aconteceno.*

No enunciado acima, a polifonia se faz presente pela manifestação do discurso indireto. Observa-se, neste exemplo, a participação de outras vozes embutidas na fala do locutor que é responsável pelo enunciado em questão. Identificamos essas “vozes” em trechos como “eu já iscutava falá que iam fazê uma barrage” e “cumeçaro falá que ia sê feito”, em que as vozes do locutor 1 se misturam a essas outras vozes dando a entender a

ideia de entrecruzamento das falas. Antes dele, alguém já comentava sobre o assunto. Ao final do recorte, o locutor 1 ainda aciona a voz da coletividade, como observado no trecho “*agora, tá todo mundo sabendo do que tá acontecendo*”, ou seja, todos os moradores da comunidade já estão sabendo dos acontecimentos em torno da construção da barragem. Para Maingueneau (2013, p. 191) “com o discurso indireto, o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que estão relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento”.

### **c) A negação enquanto objeto de uma análise polifônica.**

#### **Locutor 3**

*Nóis num qué sai daqui, eles que queri tirá nóis, mais nóis num qué sai daqui, ninguém.*

#### **Locutor 4**

*Nóis num gostaria de saí daqui, porque eu nasci e mi criei aqui né. Meu avô tá cum 70 ano morano aqui nessa terra, intãoci ele também num gostaria de sai daqui.*

Para Ducrot (1987), a negação é um dos marcadores linguísticos pelos quais é possível identificar as várias vozes em um enunciado. Dos três tipos de negação (descritiva, metalinguística e polêmica), analisaremos a negação polêmica, em que o locutor constrói um enunciado no qual se nega a uma perspectiva enunciativa, no interior de seu discurso, e não, necessariamente, retoma a esse outro enunciado que pode, inclusive, não estar explícito no enunciado em questão. Conforme Maingueneau (1993, p. 84) “o que é rejeitado é construído no interior da própria enunciação que contesta”.

Nos dois exemplos, acima, observamos o posicionamento de dois locutores diferentes que se mostram contrários a uma ideia. No primeiro exemplo, aparece explícito entrecruzando-se à fala do locutor um outro discurso, o daqueles que querem tirá-los da comunidade onde vivem. Vejamos a fala: “...*eles que queri tirá nóis, mais nóis num qué sai daqui, ninguém*”.

Já no segundo exemplo, não aparece explícita a outra enunciação à qual o locutor se mostra contrário, mas diremos que a sua enunciação foi construída a partir do pressuposto que circula em sua comunidade de que os moradores devem ser retirados do local, por força da construção de uma barragem: “...*eu nasci e mi criei aqui aqui né. Meu avô tá cum 70 ano morano aqui nessa terra, intãoci ele também num gostaria de saí daqui*”.

### **d) O pressuposto como elemento que marca a polifonia**

#### **Locutor 5**

*Eu moro bem aí, venho pra cá pescá, dei um lance já peguei um bucado de peixe. E lá embaixo, pra onde nóis vamu, isso aqui vai acabá.*

Outro elemento, que marca a presença da polifonia é a pressuposição. Conforme Maingueneau (2013), tem-se a pressuposição quando um conteúdo implícito é veiculado por um enunciado de modo indiscutível. Para analisar o pressuposto em termos de polifonia, considera-se que o conteúdo pressuposto é assumido por uma pessoa anônima e coletiva.

O *posto* corresponde ao que está dito no enunciado pelo locutor, e o *pressuposto* é o que possibilita ao locutor dizer algo implicitamente, recorrendo aos interlocutores para interpretarem o que foi dito. Consideramos, portanto, neste último exemplo, o *pressuposto* a partir do que está dito no segundo momento da fala do locutor, que é o que valida o *posto*. No exemplo, observamos que o locutor é enfático na fala “*lá embaixo, pra onde nós vamos, isso aqui vai acabá*”. Logo, partimos do *pressuposto* que se acredita que os moradores da comunidade terão as mesmas oportunidades, de antes, no local para onde serão remanejados, ideia que deixa o locutor do enunciado extremamente insatisfeito e preocupado, porque para ele as evidências mostram o contrário, por isso, ele não está de acordo com essa ideia.

## 8- Considerações finais

O que se pode dizer, diante das análises apresentadas, neste trabalho, é que todo indivíduo no ato da interação verbal, ocupa um lugar na sociedade. Esse lugar que locutor e interlocutores ocupam tem relação direta com a produção de significados e sentidos, uma vez que o exercício da linguagem só é possível dentro de um contexto social. Sem sociedades não há linguagem. É através da interação que o “eu” da relação se constitui, pois como atesta Bakhtin (1999) “eu sou na medida em que interajo com o outro. É o outro que dá a medida do que sou. A identidade se constrói nessa relação dinâmica como a alteridade”.

Entretanto, compreender o universo onde o exercício da linguagem se realiza, embora importante para o desenvolvimento das sociedades, não é tarefa fácil. Requer dedicação e empenho de quem o faz. À medida que compreendemos o “outro”, com suas peculiaridades, e empreendemos o estudo e a investigação acerca de fatores inerentes ao ambiente que o cerca, tornamo-nos cidadãos mais reflexivos e responsáveis.

Olhar um texto, apenas, como uma construção isolada, fechada em si mesma, ou analisar o discurso de alguém sem recorrer a elementos externos aos signos é praticamente impossível para quem quer compreender o mundo a sua volta, e fazer parte dele. E numa sociedade onde faltam sujeitos reflexivos e preocupados em entender essa dinâmica relação entre língua, linguagem e sujeito, sobram espaços para a desinformação e manipulação.

## 9- Referências

AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. *Pluralidade Cultural, Leitura e Linguagem na Formação Docente*. Relatório de Pós-Doutorado. Faculdade de Educação/UNICAMP/SP, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. (1981) *Introduction To Text Linguistics*. In: SIGNORINI, Inês. [Re] *discutir o texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BESSA, Maria Elisa Souto. “*Existe uma Poética Amazônica?*” In: *Leituras da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 1999.

BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2013.

- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil – Mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986.
- DUCROT, Oswald. *Esboço de uma teoria polifônica da Enunciação*. In: *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes Editores, 1987.
- FIORIN, José Luiz. In: XAVIER, Antônio Carlos; CORTEZ, Suzana. *Conversa com Linguistas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- FONSECA, Dante Ribeiro da. *Estudos de História da Amazônia*. Porto Velho: Gráfica e editora Maia, 2007.
- GERALDI, João Wanderley. In: XAVIER, Antônio Carlos; CORTEZ, Suzana. *Conversa com Linguistas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- GREGOLIN, Maria do Rosário V. *Filigranas do discurso: as vozes da história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- HUGO, Vitor. *Desbravadores*. Escolas Profissionais Salesianas. São Paulo: 1991.
- JORNAL O ACRE, 20.05.1943, In: SILVA, Maria das Graças S. N. Silva. *O Espaço Ribeirinho*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. *A arte como encantaria da linguagem*. São Paulo: Escrituras, 2008.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura Amazônica: Uma poética do Imaginário*. Belém: Cejup, 1995.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2013.
- MARCURSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a Escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos*. São Paulo: Pontes Editores, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso, estrutura ou acontecimento*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2012.
- SILVA, Josué da Costa; SILVA, Maria das Graças S. N. *Nos banheiros do rio*. Porto Velho: Edufro, 2002.



**FÓRUM INTERNACIONAL  
SOBRE A AMAZÔNIA**

6 a 9 de junho de 2017

Universidade de Brasília - UnB

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e Textualidade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

## **Políticas Públicas e a Extrafiscalidade Tributária como Alternativa à Geração de Energia Limpa**

Henrique Wendhausen,  
Universidade Federal do Amazonas (Ufam) ,  
henriquew@ufam.edu.br;  
Roosevelt Correia Monte,  
Universidade Federal do Amazonas (Ufam),  
roocmonte@gmail.com.

### **Resumo**

O presente texto apresenta alguns fundamentos normativos do direito ambiental e tributário orientado para a proposição de políticas públicas baseadas no princípio do desenvolvimento sustentável, com o propósito de compreender como se desenvolvem os incentivos fiscais para geração de energia limpa, em especial a energia elétrica obtida por meio da radiação solar com a utilização de tecnologias de sistemas de placas fotovoltaicas. A partir de uma revisão bibliográfica e documental são abordados os principais dispositivos conceituais promotores das políticas nacionais brasileiras, tanto governamentais quanto das demais instituições do setor de energia elétrica, buscando compreender como se dão as políticas públicas de incentivo à microgeração de energia limpa conforme os ditames constitucionais e da extrafiscalidade do direito tributário aplicado à tutela do meio ambiente na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Discutimos a extrafiscalidade como mecanismo incentivador da geração de energia solar produzida por consumidores no Sistema de Compensação de Energia, conforme Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), demonstrando como esse contexto vem evoluindo de forma insatisfatória no Estado do Amazonas. Por fim, concluímos que extrafiscalidade tributária no âmbito ambiental consiste num instrumento poderoso para realizar a justiça social, porém sua utilização no Brasil ainda é muito incipiente e carece de maior vontade política e de estudos mais aprofundados sobre a nossa realidade. Enfocamos a utilização de instrumentos de extrafiscalidade tributária para a ampliação e o fortalecimento da tutela do meio ambiente conforme o princípio da sustentabilidade, bem como a efetivação do princípio da solidariedade por meio da valorização da educação ambiental em larga escala como política prioritária a ser promovida. E no tocante ao papel do Estado para eleger políticas públicas para o desenvolvimento sustentável em relação à geração de energia limpa, defendemos que deve pressupor o estabelecimento de um planejamento que garanta o mínimo adequado para satisfazer as necessidades básicas da população; a população, por sua vez, precisa exercer o controle social das políticas públicas e fazer a sua parte zelando pelo meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Palavras-chave: Políticas públicas; Extrafiscalidade tributária Meio ambiente e sustentabilidade.

### **Resumen**

Este artículo presenta algunos fundamentos normativos de la legislación ambiental y tributaria orientada a proponer políticas públicas basadas en el principio de desarrollo sostenible, con el fin de entender cómo desarrollar incentivos fiscales para la generación de energía limpia, especialmente la energía eléctrica generada por medio de radiación solar con el uso de la tecnología de sistemas fotovoltaicos. A partir de una literatura y revisión de documentos se abordan los principales dispositivos conceptuales promotores de las políticas nacionales de Brasil, las instituciones gubernamentales y de otra índole del sector eléctrico,

buscando entender cómo dar a las políticas públicas para fomentar la microgeneración de energía limpia de acuerdo con los dictados constitucional y extrafiscality la ley del impuesto aplicado a la protección del medio ambiente en el desarrollo sostenible. Discutimos la extrafiscality como mecanismo de incentivo de la generación de energía solar producida por los consumidores en el Sistema de Compensación de Energía, de acuerdo con la Resolución de la Agencia Nacional de Energía Eléctrica (ANEEL), lo que demuestra cómo este contexto está evolucionando insatisfactoriamente en el estado de Amazonas. Por último, llegamos a la conclusión de que extrafiscality impuesto sobre el marco ambiental es un instrumento poderoso para lograr la justicia social, pero su uso en Brasil se encuentra todavía en su infancia y necesita una mayor voluntad política y más profundo estudio de nuestra realidad. Nos hemos centrado en el uso de instrumentos extrafiscality de impuestos para la expansión y el fortalecimiento de la protección del medio ambiente de acuerdo con el principio de sostenibilidad, así como la realización del principio de la solidaridad a través de la mejora de la educación ambiental a gran escala como política prioritaria para ser promovidos. Y con respecto a la función del Estado para elegir a las políticas públicas para el desarrollo sostenible en relación con la generación de energía limpias, argumentamos que debe implicar el establecimiento de un plan que asegura mínimo adecuado para satisfacer las necesidades básicas de la población; población, a su vez, la necesidad de ejercer un control social de las políticas públicas y hacer su parte, garantizando un medio ambiente ecológicamente equilibrado.

Palabras clave: Políticas públicas; Extrafiscality impuestos; Medio ambiente y sostenibilidad.

### **Abstract**

The present text presents some normative fundamentals of environmental and tax law oriented towards the proposal of public policies based on the principle of the sustainable development, with the purpose of understanding how tax incentives for clean energy generation are developed, especially the electric energy obtained through solar radiation using photovoltaic system technologies. Based on a bibliographical and documentary review, the main conceptual devices that promote Brazilian national policies are addressed, in both governmental and other institutions of the electric energy sector, in order to understand how the public policies to encourage the generation of clean energy are given, according to constitutional rules and the extra-fiscality of the tax law applied to the protection of the environment through a sustainable development's point of view. We discuss the extra-fiscality as a mechanism of incentive for the generation of solar energy produced by consumers in the Energy Compensation System, according to the Resolution of the National Electric Energy Agency, demonstrating how this context has been evolving unsatisfactorily in the State of Amazonas. Finally, we conclude that extra-fiscality on tax law in the environmental sphere is a powerful tool to reach social justice, but its use in Brazil is still very incipient and requires greater political will and more in-depth studies on our reality. We propose the use of extra-fiscality in tax law as instruments for the expansion and strengthening of the environment protection according to the principle of sustainability, as well as the implementation of the principle of solidarity through the valuation of environmental education on a large scale as a priority policy to be promoted. And, concerning the role of the State in choosing public policies for sustainable development related to the generation of clean energy, we believe that it must establish a plan that ensures the minimum adequate to meet the basic needs of the population, this one, in turn, must exercise the social control of the public policies and do its part, watching over the ecologically balanced environment.

Keywords: Public policies; Extra-fiscality; Environment and sustainability.

## 1- Introdução

Muito se tem discutido acerca das mudanças climáticas e suas consequências para a vida humana. A partir da segunda metade do século XX nos deparamos com diversas conferências internacionais para tratar sobre o assunto. Podemos citar como exemplos a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, a Eco-92 ou Rio-92, a Rio+10 em 2002, a Rio+20 em 2012 e a COP 21 de Paris ocorrida em 2015. Todos esses esforços buscam harmonizar desenvolvimento econômico com preservação do meio ambiente. Mas, como garantir o desenvolvimento hígido sem prejudicar o meio ambiente? Eis uma das principais questões que são discutidas em debates internacionais.

Algumas alternativas de progresso econômico e sustentabilidade já vêm sendo introduzidas em vários países. No Brasil temos alguns exemplos, tais como: o incentivo a produção de carros tipo *flex*, que pode utilizar tanto gasolina quanto o álcool como combustível, sendo este menos prejudicial ao meio ambiente; também na utilização de redes eólicas para desenvolver energia elétrica no lugar de usinas de carvão, entre outros exemplos.

Alternativa que aos poucos está sendo introduzida é a utilização de tributos já existentes para minimizar ou desestimular os impactos ambientais. Seu uso pode se dar como forma a prevenir determinadas condutas aos sujeitos da relação tributária e também para incentivar a utilização da atividade econômica ambientalmente correta, através de meios alternativos que impactam menos o meio ambiente, como no caso de incentivos fiscais.

Busca-se, assim, uma operação conjunta de Estado e da sociedade com o fito de garantir o desenvolvimento econômico do país sem deixar de lado as questões ambientais que diretamente afetam a vida da sociedade. Afinal, a busca por um ambiente equilibrado é um dever não somente do Estado, mas de toda a sociedade. Trata-se de um direito e um dever de preservação às futuras gerações.

Neste contexto apresentamos o pensamento de autores que discutem as questões que envolvem a proteção do meio ambiente, o princípio do desenvolvimento sustentável, e mais especificamente a extrafiscalidade tributária como instrumento para incentivar a produção de energia elétrica limpa, bem como outros exemplos ilustrativos da legislação infraconstitucional sobre a temática. Abordamos os principais aspectos que fomentam as políticas nacionais brasileiras do setor de energia elétrica, buscando compreender como se dão as políticas públicas de incentivo à microgeração de energia limpa conforme os ditames constitucionais e da extrafiscalidade tributária. Por fim, abordamos a extrafiscalidade enquanto mecanismo incentivador da geração de energia solar produzida por consumidores no Sistema de Compensação de Energia, conforme Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), demonstrando como esse contexto vem evoluindo no Estado do Amazonas.

## 2- A constituição brasileira e o desenvolvimento sustentável

A Constituição Federal de 1988 inovou ao alçar o meio ambiente ao patamar de bem jurídico triplamente protegido, haja vista que sua competência legislativa é concorrente e atinge a União, os Estados e os Municípios. Levando-se em consideração os textos constitucionais antecedentes, verifica-se que o bem ambiental recebeu densa carga valorativa, sobretudo pela necessária interpretação conjunta de outras diretrizes constitucionais quando se trata de tutela ambiental, seja em relação à ordem social e econômica; e ainda quanto a outros fundamentos da República, em especial o princípio da dignidade humana.

A Constituição Federal, no entanto, não enalteceu apenas o meio ambiente como um dever/função do Estado. O art. 170 da Constituição Federal traz os delineamentos acerca da atividade econômica, fundada nos fundamentos da República (art. 1º, CF/88), dentre os quais a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa, a proteção a todos de uma existência digna, conforme os ditames da justiça social e dos demais princípios que regem a atividade econômica, balizados nos incisos de I a IX do art. 170 do referido Diploma. No que se refere ao inciso VI do artigo 170, introduzido pela Emenda Constitucional 42/2003, surge a finalidade de tutelar o bem ambiental diante de atividades econômicas, financeiras e sociais, que devem ser interpretados concorrentemente para o fomento do desenvolvimento sustentável da economia brasileira.

O artigo 225 da Constituição, em seu *caput*, garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e, noutro giro, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de preservá-lo. No que se refere ao inciso VI do artigo 170, introduzido pela Emenda Constitucional 42/2003, surge também a finalidade de tutelar o bem ambiental diante de atividades econômicas, financeiras e sociais, que devem ser interpretados em conjunto e de forma concorrente para o fomento do desenvolvimento sustentável da economia brasileira. A proteção de meio ambiente já dispunha de seu Diploma legal próprio: a Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente, estando em plena conformidade com a Carta Magna de 1988.

Destacamos o conceito de meio ambiente segundo o jurista José Afonso da Silva:

*Meio ambiente é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. A integração busca assumir uma concepção unitária do meio ambiente, compreensiva dos recursos naturais e culturais. (SILVA, 2004, p. 20).*

Conforme aponta Bullos (2015, p. 528), jurisprudência e doutrina nacionais reconhecem os estágios que percorreram os direitos fundamentais, tendo em vista que hoje recebem uma proteção especial na Carta Constitucional. Tal como os direitos de primeira geração - aqueles em que se buscavam prestações negativas do Poder Público, tais como o direito à vida e à liberdade - e os de segunda geração, aqueles que compreendem os direitos sociais, econômicos e culturais. Neste sentido, o Meio Ambiente veio escudado na *Lex Mater* como um direito difuso, metaindividual, devendo ser observado por toda a coletividade em prol das futuras gerações.

O Supremo Tribunal Federal vem reconhecendo o meio ambiente não somente como um direito, mas, também, como um **dever** de toda a coletividade. É o que prevalece na jurisprudência, conforme os exemplos a seguir:

*[...] consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade. (MS 22.164, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 30-10-1995, Plenário, DJ de 17-11-1995.) No mesmo sentido: RE 134.297, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 13-6-1995, Primeira Turma, DJ de 22-9-1995): [...] os direitos de terceira geração (ou de novíssima dimensão), que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos, genericamente, e de modo difuso, a todos os integrantes dos agrupamentos sociais, consagraram o princípio da solidariedade e constituem, por isso mesmo, ao lado dos denominados direitos de quarta geração (como o direito ao desenvolvimento e o direito à paz), um momento importante no processo de expansão e reconhecimento dos direitos humanos, qualificados estes, enquanto valores fundamentais indisponíveis, como prerrogativas impregnadas de uma natureza essencialmente inexaurível. Todos sabemos que os preceitos inscritos no art. 225 da Carta Política traduzem, na concreção de seu alcance, a consagração constitucional, em nosso sistema de direito positivo, de uma das mais expressivas prerrogativas asseguradas às formações sociais contemporâneas. Essa prerrogativa, que se qualifica, por seu caráter de metaindividualidade, consiste no reconhecimento de que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Trata-se, consoante já o proclamou o Supremo Tribunal Federal (RTJ, 158:205-206, Rel. Min. Celso de Mello), de um típico direito de terceira geração (ou de novíssima geração), que assiste, de modo subjetivamente indeterminado, a todo o gênero humano, circunstância essa que justifica a especial obrigação – que incumbe ao Estado e à própria coletividade – de defendê-lo e de preservá-lo em benefício das presentes e futuras gerações, evitando-se, desse modo, que irrompam, no seio da comunhão social, os graves conflitos intergeracionais marcados pelo desrespeito ao dever de solidariedade na proteção da integridade desse bem essencial de uso comum de todos quantos compõem o grupo social.*

Na seara Internacional, a própria Declaração de Estocolmo – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente de 1972 – enunciava em seu texto que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de todos, e, para tanto, impõe ao poder público e à sociedade o dever de preservá-lo.

Para Leite (2016, p. 27), o conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se conhecido por meio da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, através do Relatório Brundtland, de 1987, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, que ganhou reconhecimento global, em que da expressão desenvolvimento sustentável “[...] depreende-se que a fruição dos recursos naturais pela presente geração, não deve prejudicar o mesmo direito das gerações futuras”.

Sendo um princípio basilar do Direito Ambiental, o desenvolvimento sustentável almeja a harmonização entre os meios de produção ou a exploração de recursos naturais como garantia do uso destes às futuras gerações. Os conceitos predominantes dos juristas sobre o que se entende sobre desenvolvimento sustentável levam a um denominador comum: “a preocupação em harmonizar as necessidades econômicas e a preservação do meio ambiente”, afirmou Leite (2016, p. 31).

O desenvolvimento sustentável surge não só como um dever do Estado enquanto fiscalizador do consumo de recursos, mas também como um direito metaindividual. Conforme os ensinamentos de Derani (2008, p. 155): “este direito do desenvolvimento sustentável teria a preocupação primeira de garantir a manutenção das bases vitais da produção, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com seu ambiente.”

Trata-se de um princípio cooperativo, onde Estado e sociedade desempenham papéis fundamentais na proteção do meio ambiente.

*É um princípio fundamental do procedimento do direito ambiental e expressa a ideia de que para a resolução dos problemas do ambiente deve ser dada especial ênfase à cooperação entre o Estado e a sociedade, através da participação dos diferentes grupos na formulação e execução da política do meio ambiente. [...] Significado especial assumem os direitos de participação e de intervenção das associações de defesa do meio ambiente junto da administração central, regional e local, com vistas à promoção do direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado. (PINTO, 2006, p. 85 apud CORREIA, 1989, p. 80-81).*

Maidana e Ribeiro (2013, p. 205) assinalam a amplitude e o status de direito coletivo quando se tutela o meio ambiente dentro do conceito de desenvolvimento sustentável: “[...] A questão do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado se constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos”.

Nesta toada, o crescimento econômico deve estar atrelado ao desenvolvimento sustentável, exigindo-se em sua concretude a harmonização de três situações: crescimento econômico, qualidade de vida e justiça social. É neste sentido, então, que se pode concordar que os princípios da atividade econômica também abarcam a defesa do meio ambiente.

Leite (2016), ao se referir às ideias de Ignácio Sachs, afirmou que:

*Para o autor, a dimensão social deve servir e evitar o desmoronamento social que ameaça os lugares mais problemáticos do planeta; a dimensão ambiental deveria ser levada em conta tendo em vista que o meio ambiente representa muito mais do que provisão de recursos e disposição de resíduos; por sua vez, a questão territorial se apresenta tendo em vista a problemática da distribuição espacial dos recursos, relacionada diretamente à questão das terras; o viés econômico, seria justificado simplesmente por ser condição básica para que as coisas aconteçam e o político, finalmente, corresponderia à preocupação em que seja estabelecida uma governança democrática da vida em sociedade. (LEITE, 2016, p. 30 apud SACHS, 2004, p. 15-16).*

Neste sentido, o papel do Estado ao abordar o desenvolvimento sustentável pressupõe o estabelecimento de um planejamento que garanta o mínimo adequado para satisfazer as necessidades básicas da população. Derani (2008, p. 135) expõe com base na lógica do ótimo de Pareto, que a economia de mercado atinge seu ótimo quando realiza uma satisfatória realização entre o uso de um recurso natural e sua conservação, sendo esta relação do uso e não uso que ao atingir um estágio ótimo permite a continuação da prática econômica, alcançando, portanto, a sustentabilidade do desenvolvimento.

Neste sentido, é papel do Estado efetivar a integração das políticas públicas, entendida como o conjunto de ações de organismos do Estado para equacionar ou resolver problemas da coletividade. Política econômica e fiscal, política ambiental e política social, por exemplo, são espécies do gênero políticas públicas. Importa ressaltar que as políticas públicas decorrem da intervenção indireta do Estado procurando a regulação dos problemas coletivos das mais diversas dimensões, que podem ser de caráter coagente ou indutivo, quando essas atingem problemáticas segmentadas.

### **3. Tributação ambiental e sustentabilidade.**

Os efeitos deletérios advindos de atividades exploradoras contribuíram para o engajamento dos estudiosos de diversas áreas do saber, não ficando de fora o Direito, em especial o Direito Tributário em diálogo com o Direito Ambiental com o intuito de se alcançar mecanismos que conduzissem as atividades econômicas conforme os mandamentos e as diretrizes constitucionais. E nesta corrente vislumbra com maior amplitude a figura da tributação ambiental e da extrafiscalidade. O fenômeno da extrafiscalidade aparece quando o tributo transcende sua função principal de arrecadar para os cofres públicos do Estado, revestindo-se para evitar (onerar) ou incentivar (recompensar) comportamentos no sujeito passivo da obrigação tributária.

O que se busca com a tributação ambiental é o incremento dos tributos já instituídos ao longo do Código Tributário Nacional, ou seja, promover a releitura do tema tributação sob um prisma socioambiental. "Na seara ambiental, a extrafiscalidade é informada, em especial por dois princípios: da prevenção e do poluidor-pagador" (POZZETTI; PASSOS, 2012, p. 36).

Segundo Medeiros (2011, p. 175), a extrafiscalidade constitui um tratamento diferenciado aos sujeitos passivos da relação tributária, permitida no sistema jurídico vigente. Quando um Estado se utiliza de uma política extrafiscal, estará induzindo determinado comportamento do mercado mediante seu poder-dever de atuar em benefício da sociedade, podendo servir, sobretudo, como um importante aliado para a proteção do meio ambiente.

Assim, a política da extrafiscalidade constitui um forte propulsor não apenas arrecadatório, mas sobretudo de conduta. No âmbito das políticas públicas para o meio ambiente, essas consistem, segundo Sebastião (2008, p. 332), em um "instrumento de transformação socioambiental, com vistas ao estabelecimento de um desenvolvimento sustentável e à conscientização ecológica da população em todos os sentidos."

A política extrafiscal visa estimular o mercado a desenvolver ações que provoquem danos cada vez menores ao meio ambiente. Assim, conforme propõe Medeiros (2011, p. 177), o Estado, sem se utilizar do tributo como forma impositiva, como acontece via de regra, ou seja, como função fiscal, poderá definir e executar as políticas públicas tributárias que servirão para a concretização do direito constitucional ao ambiente ecologicamente equilibrado, principalmente por meio da adoção de incentivos fiscais às atividades econômicas que não prejudiquem ou que minimizem ao máximo os danos por elas provocados ao meio ambiente.

No campo do Direito Ambiental, consoante explicação dada por Spagolla (2011), a tributação pode ser entendida como o emprego dos instrumentos tributários existentes para gerar recursos necessários à proteção de serviços públicos ambientais, bem como para direcionar a postura dos contribuintes à preservação do ambiente que se mostra essencial à qualidade de vida. Conforme leciona a referida autora:

*Tributar ambientalmente consiste em desestimular condutas que causem danos ao meio ambiente e em encorajar atitudes que promovam a postura preservacionista através da concessão de benefícios fiscais, fixação de alíquotas progressivas e seletivas e ainda da redução das bases de cálculo do tributo. [...] significa dar o direcionamento das espécies tributárias já existentes para a proteção do meio ambiente. Através dos estímulos e benefícios fiscais, pode-se tornar a conduta ambientalmente correta mais vantajosa ao contribuinte, estimulando-o a adotar meios de produção que não sejam prejudiciais, ou que prejudiquem menos os recursos ambientais. Além do mais, pode-se orientar a receita obtida, utilizando a arrecadação como forma de patrocínio à prestação de serviços públicos ambientais. (SPAGOLLA, 2011, p. 260).*

Apesar da grande carga teórica acerca da tributação ambiental, este tema tem sido abordado de forma tímida no ordenamento jurídico pátrio se comparado aos países da União Europeia, Estados Unidos da América, entre outros. Como exemplos, têm-se as alíquotas progressivas de IPTU, tendo em vista a inexistência de destinação social dada à propriedade; a redução da alíquota de IPI para veículos movidos a álcool; e a redução de IPI para embalagens cuja composição seja de celulose.

Tais medidas demonstram aplicações da política de preservação ambiental com a ótica do desenvolvimento sustentável, que podem, inclusive, sofrer alterações conforme cada plano de governo que assume o poder, o que pode ferir o princípio da vedação ao retrocesso, como é o atual panorama de políticas econômicas em âmbito nacional e até em nível internacional.

Em âmbito internacional verifica-se a instituição de tributos específicos, como Caliendo (2005, p. s/n.) exemplifica:

- a) taxação do carbono (CO<sup>2</sup> tax ou carbontax); trata-se de um tributo incidente sobre a utilização de energia a partir de determinado nível de intensidade, sendo aplicável especialmente ao comércio e indústrias, tais como em aquecimento (heating);*
- b) tributação de dióxido (SO<sup>2</sup> TAX);*
- c) tributação de solventes clorinados (taxonchlorinatedsolvents), que são altamente danosos à camada de ozônio e aos lençóis freáticos;*
- d) tributação de resíduos sólidos (wastetax) que pretende auxiliar na adoção de políticas de reciclagem e tecnologias limpas*
- e) tributação sobre gases industriais (taxon industrial greenhouse gases). Este tributo procura atingir uma ampla classe de gases produzidos industrialmente, tais como: HFC, PFC e SF<sub>6</sub>. (CALIENDO, 2005).*

Nesse caso, tem-se a aplicação pura do princípio ambiental do poluidor-pagador. Contudo, tal prática recebe muitas críticas por parte do jurista ambientalista Humberto Ávila que alerta para o risco de o poluidor entender que pode pagar pelo direito de poluir, desvirtuando as finalidades dos tributos ambientais. Sendo assim, em sentido oposto caminha o princípio do protetor-recebedor, todavia a abrangência desse princípio é menor, eis que a disposição – capital para investimento - seria menor que a disposição para preservação do bem ambiental.

A concessão de incentivos e benefícios fiscais parece ser uma maneira mais vantajosa de se almejar o desenvolvimento sustentável, tendo em vista que, conforme aponta Maganhini (2011, p. 222), “é preferível incentivar o empresário a não poluir do que

puni-lo com sanções que poderão gerar a inviabilidade da atividade econômico-produtiva e não reparar o meio ambiente”.

Deste modo, o Estado e a sociedade devem buscar as alternativas que se mostrem mais eficazes para a consecução de seu fim: um desenvolvimento hígido sem impactos irreversíveis ao meio ambiente.

### 3.1 O ICMS ecológico

Fazendo uma abordagem sobre a tributação e as políticas públicas, Scaffi e Tupiassu (2004, p. 166) elucidam que o Direito tem, dentre seus papéis mais relevantes, o dever de implementar políticas públicas através da ação ordenada e coordenada da intervenção do Estado na atividade econômica. Neste sentido, afirmam que o Direito deixa de ser a cristalização das realizações para se tornar um efetivo instrumento de transformação da sociedade, a qual visa à realização de suas aspirações. No mais, acrescentam que tal fato se deve pela conexão entre o Direito e a implementação das políticas públicas, uma vez que as políticas públicas podem ser consideradas meios necessários para alcançar os valores estabelecidos pelos Princípios Jurídicos, os quais veiculam as finalidades a serem alcançadas pela sociedade.

De acordo com Maganhini (2011):

*O emprego de instrumentos tributários, diretamente vinculados ao incentivo da preservação ambiental, é de grande valia para encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento das atividades econômicas e a preservação de todos os recursos renováveis e não-renováveis da natureza. Quando a tributação ambiental for utilizada para estimular a atividade econômica ambientalmente correta, através de incentivos fiscais, deverá respeitar aos requisitos formais e principiológicos para sua concessão e à Lei de Responsabilidade Fiscal que o ente estatal tem que observar. (MAGANHINI, 2011, p. 221).*

O Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços (ICMS) é um tributo previsto na Constituição Federal de 1988. O art. 155, inciso II da Carta Política, traz aos Estados e ao Distrito Federal a competência para instituir imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Embora a função do tributo ICMS seja predominantemente fiscal, a Constituição Federal de 1988, art. 155, § 2º, inc. III, determinou que o ICMS possa ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e serviços, de forma que o Diploma facultou o seu uso com função extrafiscal pelos estados e pelo Distrito Federal, dando ao Senado Federal a competência para o estabelecimento de alíquotas mínimas e máximas nas operações internas. Machado (2008, p. 363) esclarece que a Lei Complementar n. 87/1996 define o âmbito de incidência do ICMS, ou “[...] a área fática dentro da qual o legislador estadual pode definir o fato gerador do ICMS”. No art. 2º, § 1º, inc. III, encontramos o dispositivo que trata da incidência do imposto sobre a entrada de energia elétrica, além de outras fontes de energia como combustíveis.

Além disso, a própria Constituição em seu art. 158, inciso IV, dispõe que pertencem aos Municípios 25% da arrecadação do Estado sobre as operações objeto de incidência do ICMS, adicionando, em parágrafo único, que esse montante será parcelado entre os Municípios de acordo com os seguintes critérios:

*I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;*

***II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal. [grifo nosso].***

A Associação “O Eco” defende que é através do segundo inciso que pode se manifestar a extrafiscalidade ambiental, pois as legislações estaduais podem eleger critérios de tutela ambiental para definir como será a repartição da arrecadação do ICMS entre os seus Municípios, criando-se, dessa forma, o ICMS Ecológico. (ASSOCIAÇÃO, 2017).

Importante apresentar o conceito atribuído pela Associação “O Eco”, que traz o conceito de ICMS Ecológico. Segundo consta no site da Associação:

*O ICMS Ecológico é um mecanismo tributário que possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores que àquelas que já têm direito, dos recursos financeiros arrecadados pelos Estados através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, em razão do atendimento de determinados critérios ambientais estabelecidos em leis estaduais. Não é um novo imposto, mas sim a introdução de novos critérios de redistribuição de recursos do ICMS, que reflete o nível da atividade econômica nos municípios em conjunto com a preservação do meio ambiente. (ASSOCIAÇÃO, 2017, p. s/n.).*

Atualmente, no Brasil, muitos Estados da Federação tem acolhido ao que se alcunha “ICMS Ecológico”. Segundo o site “icmsecologico.org.br”, apenas os estados do Amazonas, Roraima, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina e Distrito Federal não possuem legislações que tratam da matéria.

De acordo com informação extraída do site “icmsecologico.org.br”, tal tributação advém da possibilidade de se estipular critérios ambientais para uma parcela de ¼ dos 25% a que fazem jus aos Municípios, conforme expressa previsão na Carta Política. Deste modo, o ICMS Ecológico se torna um forte instrumento de estímulo à conservação de áreas ambientais existentes nos municípios, como também serve de formento para a criação de novos espaços a serem protegidos. Portanto, o ICMS Ecológico nada mais é do que um conjunto de critérios ambientais, utilizados para a determinação do quanto cada município vai receber na repartição dos recursos financeiros, arrecadados com o ICMS (ICMS ECOLÓGICO, p. s/n., 200-).

O Estado pioneiro na implantação do ICMS Ecológico foi o Estado do Paraná. Este tipo de tributação no Estado foi criado pela Constituição Estadual de 1989, tendo sido regulamentado por lei complementar dois anos depois, em 1991. Tal incentivo nasceu, primeiramente, como forma de compensação, pois havia muitas restrições aos municípios para que pudessem expandir as atividades econômicas e gerar receita de ICMS ((ICMS ECOLÓGICO, p. s/n., 200-).

Após a forma de compensação adotada pela legislação estadual, verificou-se que o ICMS Ecológico passou a ter como escopo o incentivo econômico. Aqueles municípios que tivessem boa gestão de suas áreas naturais eram premiados. É por isto que a adoção do Estado por uma política ambiental e tributária como é o ICMS Ecológico constitui um instrumento de política pública que representa a operacionalização de um conjunto de princípios inovadores para o aprimoramento da gestão ambiental brasileira ((ICMS ECOLÓGICO, p. s/n., 200-).

Após a inovação trazida pelo Legislador paranaense, observou-se a realização de medidas semelhantes em outros estados da Federação, observando os critérios de repasse que melhor atendessem aos interesses da população local e suas peculiaridades, tais como: existência de unidades de conservação, áreas de manancial para abastecimento público, saneamento ambiental, coleta seletiva de lixo, preservação de patrimônio histórico, reservas indígenas e assim por diante (ICMS ECOLÓGICO, p. s/n., 200-).

Conforme matéria veiculada no Diário do Amazonas, em 05 de fevereiro (MATTOS, 2017), o Estado do Amazona tem como um dos principais entraves à ampliação do uso de energia solar a dificuldade de crédito aos consumidores e a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), pois ainda não aderiu ao mecanismo de incentivo do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que autoriza os estados a promoverem isenção no ICMS nas operações internas à circulação de energia elétrica.

### **3.2 A extrafiscalidade como instrumento de produção de energia limpa**

Embora a matriz energética do Brasil seja uma das mais limpas do mundo (ANEEL, 2017), com cerca de 45% de fontes renováveis, o aumento do consumo de energia suscita a ampliação da produção e da distribuição para atender a crescente demanda de energia do país e contribui para evitar o risco de haver mais apagão como aconteceu recentemente na cidade de Manaus/AM.

A União e os órgãos do setor energético vêm trabalhando no incentivo ao crescimento de geração distribuída nesta década. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) tem buscado tornar a matriz energética do Brasil mais sustentável e criou o Sistema de Compensação de Energia, por meio da Resolução Normativa ANNEEL 482, de abril de 2012, facilitando e estimulando o acesso à minigeração e à microgeração que façam uso de fontes de energia limpa. Essas fontes são solar, eólica, hidráulica, biomassa ou cogeração qualificada. Dessa forma, o consumidor que produzir excedente de energia, pode entrar na rede de distribuição local e gerar créditos que diminuam a conta da luz.

Em janeiro de 2016, a “Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados aprovou proposta que isenta de impostos equipamentos e componentes de geração de energia solar.” (COMISSÃO, 2016, p. 1). Entretanto, a isenção será aplicada somente quando não houver componentes e equipamentos similares no mercado nacional dos produtos. A matéria informa sobre a aprovação do substitutivo do relator do Projeto de Lei 8322/14, deputado Arnaldo Jordy, o qual amplia no texto as isenções tributárias que originalmente previam apenas a isenção de imposto sobre importação para alguns equipamentos com tecnologia para a produção de energia de fonte solar. Com o substitutivo, os incentivos são ampliados para canos, conectores e outras estruturas de suporte para a geração de energia, como os painéis fotovoltaicos, por meio de isenção de PIS/PASEP/ e COFINS, além do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de forma a contribuir para a geração de renda, empregos e novas tecnologias na indústria nacional.

A ANEEL pretende ampliar a produção de energia solar na matriz energética brasileira, pois o país possui uma radiação solar média de até 2.300 kWh por metro quadrado, conforme o Atlas Solarimétrico, do Centro de Pesquisas de Eletrecidade (CEPEL), o que oportuniza um mercado promissor para os painéis fotovoltaicos (ANEEL, 2017). Embora o investimento inicial para a instalação de um sistema seja considerado alto – o preço de instalação de um sistema de placas fotovoltaicas é estimado em torno de R\$ 9.000,00 - em longo prazo o consumidor pode compensar e até lucrar, como por exemplo: um gerador doméstico pode diminuir os custos da conta em até R\$ 75,00 mensais, o que representa uma rentabilidade maior do que se a quantia gasta fosse investida em uma caderneta de poupança.

No Estado do Amazonas, os principais entraves à ampliação do uso de energia solar são a dificuldade de crédito e a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), segundo matéria veiculada no Diário do Amazonas (MOTTA, 2017). A reportagem esclarece que o Amazonas está entre os seis estados que ainda não aderiram ao Convênio ICMS 16, de 22 de abril de 2015, do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que autoriza os estados a promoverem isenção nas operações internas à circulação de energia elétrica. Nessa modalidade, o tributo é aplicado apenas sobre a energia que o consumidor receber da rede elétrica, descontando a eletricidade que ele devolver a rede (21 ESTADOS..., p. s/n, 2016)

*O convênio, na prática, faz com que o consumidor seja tributado apenas o excedente consumido. Por exemplo, uma família que consome 200 kWh ao mês e que produza 120 kWh, recolherá ICMS apenas sobre 80 kWh. Isso torna a geração distribuída mais viável para os consumidores, que pagam impostos somente sobre a energia que não devolverem ao sistema. (21 ESTADOS..., 2016, p. 2)*

A matéria veiculada no Diário do Amazonas (MOTTA, 2017) revela que no tocante à geração de energia pelos próprios consumidores, no *ranking* nacional, o Amazonas fica à frente apenas do Acre, unidade federativa que tem quatro consumidores produzindo energia, enquanto no Amazonas, das sete conexões existentes atualmente, quatro delas são em casas de Manaus, sendo que todos os consumidores optaram por produzir energia a partir da radiação solar. O Pará foi a 21ª unidade da federação a aderir ao Convênio ICMS/2015 que isenta o pagamento do tributo estadual ICMS sobre o excedente de energia elétrica produzida por sistemas de geração distribuída, como no caso da solar fotovoltaica. Registramos como preocupante, até o presente momento, a posição do Estado do Amazonas em não aderir a essas políticas públicas incentivadoras de geração de energia limpa, haja vista que é um ente da federação cujas características estão sujeitas aos olhares do mundo atentos às políticas públicas envolvendo questões ambientais e sustentabilidade.

### 3- Considerações finais

Tendo como base os fundamentos constitucionais apontados ao longo deste trabalho inferimos que é dever do Estado e dos administrados interpretar e zelar em conjunto e de forma concorrente para a realização efetiva das políticas públicas, assim como para a consecução de ações apropriadas ao fomento do desenvolvimento sustentável da economia brasileira. Essas são premissas basilares com vistas a tutelar o bem ambiental diante de atividades econômicas, financeira e social, seja tanto no presente quanto para as gerações futuras.

Para incentivar a proteção do meio ambiente e ao mesmo tempo garantir o desenvolvimento econômico do Estado, nem sempre é necessária a criação de novos tributos. A releitura dos dispositivos legais existentes e sua adequação às exigências ambientais podem servir como excelente instrumento de incentivo à adoção de processos produtivos limpos. Pretende-se com a tributação ambiental o incremento dos tributos já instituídos ao longo do Código Tributário Nacional, de forma a promover a releitura do tema tributação sob uma ótica socioambiental. O modelo de desenvolvimento econômico deverá ser aliado da sustentabilidade ambiental.

O ICMS Ecológico e a Compensação de Energia, trazidos no bojo deste trabalho, são grandes exemplos de participação de Municípios e Estados na preservação do meio ambiente, como também de fomento à introdução de novas tecnologias com o fito de

preservar o meio ambiente, trazendo benefícios à sociedade como um todo. Também demonstramos que os argumentos dos juristas são francamente favoráveis ao uso da extrafiscalidade tributária como instrumento para a realização de políticas públicas, em especial para a geração de energia limpa.

Conforme discutido ao longo do trabalho, a tributação ambiental apresenta vantagens significativas na preservação do meio ambiente. O Direito tributário contribui para a formulação de mecanismos eficientes para se promover a concretização dos princípios constitucionais ambientais. O engajamento da sociedade civil e do Estado em defesa do desenvolvimento econômico sustentável ante a preocupação com os efeitos das mudanças climáticas devem ser continuamente mantido e incentivado, para assim, propiciar às futuras gerações um ambiente compatível com as suas necessidades e expectativas em termos de qualidade de vida.

A extrafiscalidade tributária no âmbito ambiental é instrumento poderoso para realizar a justiça social, porém sua utilização no Brasil ainda é muito incipiente e carece de maior vontade política e de estudos mais aprofundados sobre a nossa realidade. Buscando efetivar e alargar o princípio da solidariedade, enferimos que a educação ambiental deve ter caráter prioritário; e o papel do Estado ao abordar o desenvolvimento sustentável em relação à geração de energia limpa deve pressupor o estabelecimento de um planejamento que garanta o mínimo adequado para satisfazer as necessidades básicas da população; a população, por sua vez, precisa exercer o controle social das políticas públicas e fazer a sua parte zelando pelo ambiente ecologicamente equilibrado.

## Referências

ASSOCIAÇÃO O Eco. O que é o ICMS Ecológico. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28048-o-que-e-o-icms-ecologico>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

ANNEL estimula a produção doméstica de energia. Disponível em: <[www.ecycle.com.br/component/article/35-atitude/1303...](http://www.ecycle.com.br/component/article/35-atitude/1303...)> Acesso em: 21/02/17.

BRASIL Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BULLOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. De acordo com a Emenda Constitucional 83/2014, e os últimos julgados do Supremo Tribunal Federal – São Paulo: Saraiva, 2015.

CALIENDO, Paulo. **Direito tributário ambiental**. [s.n.]: 2005.

COMISSÃO aprova isenção tributária para incentivar o uso de energia solar. Câmara Notícias. 07 jan2016. P. 1-2. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/camara/noticias](http://www2.camara.leg.br/camara/noticias)> Acesso em: 21/02/17.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. São Paulo: Saraiva, 2008.

ICMS ecológico. Disponível em: <<http://www.icmsecologico.com.br>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

LEITE, Carla Vladiane Alves. A sustentabilidade e a sua efetividade: uma análise crítica de sua aplicação em um contexto mundial. **Revista Nova Hileia**. Vol. 1, n. 1, ago-dez, 2016.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Malheiros, 2008.

MAGANHINI, Thais Bernardes. O desenvolvimento econômico sustentável ante os Benefícios Fiscais. **Revista Nova Hileia**. N. 17, jul-dez, 2011.

MEDEIROS, Neuci Pimenta de; Parâmetros para política tributária extrafiscal voltada à proteção do meio ambiente. **Revista Nova Hileia**. n. 17, jul-dez, 2011.

MOTTA, Laís. NO AM só sete geram a própria energia. **DIÁRIO DO AMAZONAS**, Manaus, 05 fev 2017. Economia. p. 12.

PINTO, Antonio Carlos Brasil. **Turismo e meio ambiente: aspectos jurídicos**. Campinas: Papirus, 2006.

POZZETTI, Valmir César; PASSOS, Ana Beatriz da Motta. IPTU Verde: extrafiscalidade aplicada à proteção ambiental do cenário urbano brasileiro. **Revista Nova Hileia**. n. 18, jan-jun, 2012.

RIBEIRO, Maria de Fátima; MAIDANA, Ana Paula Duarte Ferreira. A constitucionalidade da tributação extrafiscal socioambiental: reflexos na intervenção da ordem econômica e social. **Revista Nova Hileia**. n. 19, jan-jun, 2013.

RIBEIRO, Maria de Fátima; FERREIRA, Jussara Suzi Assis Borges Nasser. O papel do Estado no desenvolvimento econômico sustentável: reflexões sobre a tributação ambiental como instrumento de políticas públicas. **Revista Nova Hileia**. N. 17, jul-dez, 2011.

SCAFF, Fernando Facury; TUPIASSU, Lise Vieira da Costa. Tributação e políticas públicas: o ICMS ecológico. **VERBA JURIS** - Anuário da Pós-Graduação em Direito, v. 3, n. 3, 2004.

SEBASTIÃO, Simone Martins. **Tributo ambiental: extrafiscalidade e função promocional do direito**. Curitiba: Juruá: 2008.

SILVA, João Afonso de. **Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2004.

SPAGOLLA, Vânia Senegalia Morete. Tributação ambiental e sustentabilidade. **Revista Nova Hileia**. N. 17, jul-dez, 2011.

21 ESTADOS já aderiram a convênio que isenta geração distribuída de ICMS. **Ambiente energia: meio ambiente, sustentabilidade e inovação**. 31/08/2016. Disponível em: <[www.ambienteenergia.com.br](http://www.ambienteenergia.com.br)> Acesso em: 21 fev. 2017.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A PRODUÇÃO FLORESTAL NÃO MADEIREIRA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Sandra Regina Afonso, Serviço Florestal Brasileiro e Universidade de Brasília,  
[sandra.afonso@florestal.gov.br](mailto:sandra.afonso@florestal.gov.br)

### **Resumo**

No Brasil, a produção florestal não madeireira contribui para a geração de renda das comunidades na Amazônia, promovendo a conservação das florestas e a mitigação dos efeitos da mudança climática. Contudo carece do estabelecimento de políticas públicas que promovam o desenvolvimento da atividade. Esse artigo analisa três políticas públicas vigentes, a partir de 2009, que tratam da temática. Ao longo de quase dez anos, observam-se alguns avanços referentes a promoção das cadeias produtivas de não madeireiros, tais como: o foco de atuação a partir da ótica do mercado; a busca de diversos instrumentos utilizados nos vários órgãos governamentais; o estabelecimento de instâncias de governança que incluem os diversos atores da cadeia produtiva e reguladores; a conquista de um novo status aos extrativistas a partir do conceito da sociobiodiversidade; a articulação entre o poder público federal e estadual; e o desenvolvimento de novos mercados a partir de ferramentas já estabelecidas no governo federal. Ainda assim, no que tange ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, o foco da atuação da política na cadeia produtiva esteve limitada ao fortalecimento do elo da produção, visto que o público alvo desse plano são os agroextrativistas. Deixando assim, o desafio de se desenvolver estratégias de envolvimento dos demais atores da cadeia produtiva. Dentro do cenário atual e contando com o acúmulo das políticas anteriores, destaca-se Plano Nacional para o Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Riberinhas (PLANAFE), com uma proposta de articulação junto aos demais órgãos governamentais do Poder Executivo, com destaque para os Ministérios da Saúde e da Educação, os quais agregam questões centrais para a garantia da qualidade de vida dos povos da floresta, munindo-os de meios para a conquista da inclusão produtiva a partir do extrativismo. Ainda assim, não têm se apresentado eficazes quanto a: garantia de acesso aos recursos naturais e territórios para a produção; redução da violência contra as lideranças comunitárias; acesso à educação, saúde, previdência e assistência social considerando as especificações da atividade, pagamentos por serviços ambientais, entre outros, apontados, pelos beneficiários, como questões críticas associadas à produção não madeireira na Amazônia.

Palavras-chave: produtos florestais não madeireiros, políticas públicas, conservação ambiental; Amazônia.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FOMENTAR LA PRODUCCIÓN FLORESTAL NO MADERABLE EN LA AMAZONIA BRASILEÑA**

### **RESUMEN**

En Brasil, la producción forestal no maderable contribuye a la generación de ingresos para las comunidades locales en la Amazonía, promueve la conservación de los bosques y la mitigación de los efectos del cambio climático. Sin embargo, carece de la creación de políticas públicas que promuevan el desarrollo de la actividad. Este artículo analiza tres políticas públicas existentes, a partir de 2009, que trata de la cuestión. A lo largo de casi diez años, se observa un cierto progreso en cuanto a la promoción de cadenas productivas de productos no maderables, tales como el foco de la actividad desde la perspectiva del mercado; la búsqueda de diversos instrumentos utilizados en los diversos organismos gubernamentales; el establecimiento de tomadores de decisiones, que incluyen los diversos agentes de la cadena de producción y los reguladores; la conquista de un nuevo estatus para los manejadores a partir del concepto de socio-biodiversidad; la negociación entre el gobierno federal y estatal; y el desarrollo de nuevos mercados a partir de las herramientas ya establecida en el gobierno federal. Sin embargo, cuando se trata del desarrollo de clusters, las acciones de política del enfoque de la cadena de producción se ha limitado al fortalecimiento de la relación de producción, ya que el público objetivo de este plan son los manejadores. Además de eso resta el desafío de desarrollar estrategias de participación de otros actores en la cadena de producción. En el escenario actual y confiando en la acumulación de las políticas anteriores, se destaca el Plan Nacional de Fortalecimiento de Comunidades Riberinhas extractivas y (PLANAFE) con una propuesta de coordinación con los otros sectores del gobierno de la rama ejecutiva, en particular los Ministerios de la salud y la educación, los cuales agregan cuestiones clave para garantizar la calidad de vida de los habitantes del bosques, proporcionándoles los medios para el logro de la producción inclusiva de la extracción. Sin embargo, no se muestra eficaz para: la garantía de acceso a los recursos naturales y territorios para la producción; la reducción de la violencia contra los líderes de la comunidad; el acceso a la educación, la salud, el bienestar y la asistencia social teniendo en cuenta las especificaciones de la actividad, el pago por servicios ambientales, entre otros, indicados por los beneficiarios, como temas críticos asociados con la producción no maderera en la Amazonia.

Palabras clave: productos forestales no maderables, política pública, conservación del medio ambiente; Amazonia.

## **PUBLIC POLICIES FOR ENCOURAGING NON-TIMBER FOREST PRODUCTION IN THE BRAZILIAN AMAZON**

### **Abstract**

In Brazil, non-timber forest production contributes to generation of income among the communities in the Amazon, promoting forest conservation and mitigating the effects of climate change. However, it lacks the establishment of public policies that promote the development of the activity. This article analyzes three current public policies, since 2009, that deal with the issue. For almost ten years, there have been some advances related to the promotion of productive chains of non-timber, such as: the focus of action from the market perspective; the search for various instruments used in various government agencies; the establishment of governance bodies that include the various actors in the production chain and regulators; the conquest of a new status to the extractivists from the concept of socio-biodiversity; the articulation between the federal and state public powers; and the development of new markets from tools already established in the federal government. Even so, with regard to the development of productive arrangements, the focus of policy action in the production chain was limited to strengthening the production link, since the target audience for this plan are the extractivists. Leaving thus, the challenge of developing strategies of involvement of the other actors of the productive chain. Within the current scenario, and with the accumulation of previous policies, the National Plan for the Strengthening of Extractive Communities (PLANAFE) stands out, with a proposal for articulation with the other government agencies of the Executive Branch, with emphasis on the Ministries of Health and Education, which add central issues to guarantee the quality of life of the forest peoples, providing them with the means to achieve productive inclusion from extractivism. Even so, they have not been effective in: guaranteeing access to natural resources and territories for production; reduction of violence against community leaders; access to education, health, social security and social assistance considering the specifications of the activity, payments for environmental services, among others, identified by the beneficiaries as critical issues associated with non-timber production in the Amazon.

Key words: non-timber forest products, public policies, environmental conservation; Amazon.

## 1. Introdução

Aubertin, 1996 *apud* Alexiades & Shanley, 2004 distingue 5 fases de exploração de produtos florestais na América Latina, quais sejam: a) pré-colonial (até século XVI) – funcionamento de redes de intercâmbios locais; b) colonial (séculos XVI e XVIII) - fase de intenso intercâmbio mundial com a dominação européia; c) industrial (século XIX) – período de inovações tecnológicas permitindo a transformação industrial dos recursos florestais; d) moderna (meados do século XX) – fase em que se inicia o declínio no consumo de alguns produtos florestais devido ao desenvolvimento da capacidade de sintetizá-los; e e) pós-moderna (atual) – período do neo-liberalismo possibilitando maior acesso dos produtos latinoamericanos em outros países com menores custos, e caracteriza-se pela extinção da cadeia de alguns produtos e renascimento de outros - a exemplo da fibra do Panamá e do marfim vegetal, a jarina.

Para o Brasil, Allegretti (2002) distingue dois momentos claros: o primeiro no contexto do Brasil Colônia, caracterizado pela exportação de produtos exóticos para a Europa e pelas expedições exploratórias, voltadas para demarcar a presença portuguesa e ampliar o conhecimento científico da região; e o segundo, no período de transição para a República, caracterizado pela Revolução Industrial. No segundo, a autora destaca a implantação de empresas seringalistas, organizadas em torno da coleta e transformação do látex da seringueira em borracha. Nesse sentido, uma série de medidas governamentais foram instituídas até a década de 1970, tendo como característica principal o estabelecimento de um vínculo de dependência direta entre o extrativismo e a intervenção governamental, com foco em alguns produtos de interesse mundial.

A partir da década de 1970, cresce no país a institucionalização de planos de desenvolvimento e integração da Amazônia sem considerar a preocupação com a conservação dos recursos naturais. Esse desenvolvimento, conforme Haddad e Rezende (2002) trouxe benefícios de curto prazo - limitados pelo baixo nível de valor agregado à produção regional. Bunker (1985) afirma que, nesse período, as ações do Estado teriam acelerado as desagregações sociais e ambientais devido às economias exportadoras. As classes dominantes locais foram as que responderam às oportunidades de mercado mundial, comprometendo a base de recurso, bem como a sustentabilidade do sistema.

Nos anos 1980, com o surgimento dos movimentos sociais, de acordo com Azevedo (2003) e Santos *et al.* (2005), desponta o despertar para o ambientalismo moderno que acontecia em todo mundo a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Ainda assim, naquele período, os movimentos sociais estavam distantes da preocupação ambiental, ao mesmo tempo em que o movimento ambientalista ainda se pautava na lógica preservacionista.

Esse processo influencia as políticas e o planejamento governamental, inicialmente estabelecendo a Política Nacional para o Meio Ambiente (PNMA) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), o qual se apresenta como o primeiro espaço para a discussão de questões ambientais, de interesse público, demandados pelo Estado e pela Sociedade. Observa-se, porém que na ocasião, a preocupação ainda se limitava a proteção dos recursos naturais e às questões relacionadas ao uso sustentável desses recursos eram ainda incipientes.

Apenas em meados dos anos 1980, quando o Brasil sai do regime militar que o movimento ambientalista brasileiro passa a defender a necessidade de desenvolver projetos de uso sustentável dos recursos naturais no qual as questões ambientais passaram a ser entendidas como indissociáveis das questões sociais (Hochstetler e Keck 2007; Galinkin e Pondaag, 2009).

Em 1985, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) se institucionaliza e a sua luta pelo reconhecimento do direito à terra incorpora a necessidade de manutenção do modo de vida tradicional, baseado no extrativismo não madeireiro. No ano de 1988, o líder do movimento dos seringueiros, Chico Mendes, é assassinado o que culmina no generalizado apoio dos ambientalistas aos seringueiros amazônicos (HOCHSTETLER & KECK, 2007). Essa situação colocou o governo brasileiro sob forte pressão para o atendimento das reivindicações dos extrativistas.

Dentre as reivindicações estava o estabelecimento de grandes reservas de florestas destinadas ao uso produtivo pelos seringueiros em um regime de propriedade coletiva (TONI *et al.*, 2007). A criação das Reservas Extrativistas ocorre somente em 1989, através da alteração da Lei 6938, 31/08/1981, que dispõe sobre a PNMA. Posteriormente, na década de 1990 são criadas as primeiras reservas extrativistas no país, com objetivo de estabelecer um modelo de gerenciamento econômico, social e ambiental que levasse em consideração os conhecimentos das populações tradicionais na administração dos recursos florestais.

Na mesma década, em 1992, com a realização da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, lança-se o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) com objetivo de contribuir para a formulação e a implantação de políticas que resultassem na conservação dos recursos naturais e na promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia. Esse programa resultou na implantação de 190 projetos demonstrativos e 2,1 milhões de hectares de RESEXs (MMA, 2011).

Para Becker (2005) a década de 1990 se caracteriza por políticas públicas, pouco articuladas, as quais não permitem configurar um projeto nacional. Em 2003, estabelece-se no país uma nova organização da presidência da república e dos ministérios. Nesse sentido, destaca-se a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – que passam a atuar em programas de incentivo à produção e à comercialização de produtos florestais não madeireiros, uma vez que o público agroextrativista é alvo desses ministérios.

Nesse contexto, em 2009, duas políticas relacionadas à produção florestal não madeireira são, concomitantemente, estabelecidas no país: o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF), instituído pelo Decreto nº 6.874, de 5 de junho de 2009, no âmbito dos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), instituído pela Portaria Interministerial MDA/MDS/MMA nº 239, de 21 de julho de 2009.

## **2. O PROGRAMA FEDERAL DE MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO E FAMILIAR (PMCF)**

Na década de 1990, esforços foram despendidos para o estabelecimento de normas para o manejo florestal de grande escala. Em seguida, com o apoio de organizações não governamentais, sindicatos, comunidades e do poder público, buscou-se uma abordagem normativa para o manejo florestal realizado por agricultores familiares e comunidades e povos tradicionais.

Em 2007, durante a I Conferência Internacional de Manejo Florestal Comunitário, em Rio Branco (Acre), foi apresentada à ministra do Meio Ambiente uma carta elaborada pela sociedade civil que reivindicava a construção participativa de uma Política Nacional de Manejo Florestal Comunitário, visando ao fortalecimento dessa atividade em todos os biomas brasileiros.

Em decorrência disso, em 2009, foi assinado o Decreto nº 6.874, de 5 de junho de 2009, que institui, no âmbito dos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF).

Nos termos do art. 1º do Decreto 6.874/2009, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF) tem como objetivo organizar ações de gestão e fomento ao manejo sustentável em florestas que sejam objeto de utilização pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pelos povos e comunidades tradicionais.

Em seu art. 3º, o Decreto apresenta os princípios e as diretrizes do PMCF, quais sejam: i) desenvolvimento sustentável, por meio do uso múltiplo dos recursos naturais, bens e serviços das florestas; ii) geração de trabalho e renda para os beneficiários; iii) identificação e valorização das diversas formas de organização social, cultural e produtiva das comunidades, visando ao respeito às especificidades dos beneficiários e dos diferentes biomas; iv) promoção do acesso das comunidades aos institutos jurídicos que permitam a regularização da posse e do uso das áreas ocupadas nas florestas da União, quando esse uso for permitido pela legislação em vigor; v) fomento à elaboração e implementação de planos de manejo como instrumentos aptos a orientar os manejadores na gestão adequada da produção sustentável; vi) promoção de assistência técnica e extensão rural adaptadas ao manejo florestal comunitário e familiar; vii) promoção da educação ambiental como instrumento de capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, para assegurar o processo de sucessão; viii) estímulo à diversificação produtiva e à agregação de valor à produção florestal de base comunitária e familiar; e ix) fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à apropriação de tecnologias pelos beneficiários.

Como instâncias de gestão do PMCF foram instituídos, por meio de Portarias Interministeriais MDA/MMA nºs 46 e 47, publicadas em 17 de fevereiro de 2011, o Comitê Gestor e o Grupo de Trabalho do Programa, respectivamente. Essas instâncias devem então subsidiar a elaboração dos Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, os quais são regulamentados pelo art. 5º do Decreto 6.874/2009.

Os Planos devem conter as ações, as atividades e os prazos para implementação do Programa pelas diversas entidades do governo relacionadas ao seu objeto, durante aquele exercício. Para fins de cumprimento desse decreto, foram elaborados e publicados os dois

primeiros Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC) nos anos de 2010 e 2011.

Em 2011, com objetivo de nortear as ações de cada Plano Anual dentro de um contexto de médio prazo, foi elaborado um planejamento a ser executado ao longo dos quatro anos subseqüentes, 2012 a 2015. Na ocasião foram identificados os problemas, e as respectivas causas, que afetam a execução da atividade de manejo florestal comunitário e familiar. A partir das causas, ações foram planejadas com vistas ao cumprimento de metas traçadas para o período de 2012-2015.

No período, 36 mil famílias foram atendidas com assistência técnica e extensão rural com foco em atividades de manejo florestal, 7 mil técnicos e estudantes foram capacitados para a realização do manejo florestal e cerca de 140 projetos no tema foram apoiados.

Em 2015 todo o processo de planejamento foi revisitado e o um novo planejamento de ações conjuntas para o período de 2016-2019 foi coordenado pelo Comitê Gestor e Secretariado pelo Serviço Florestal Brasileiro, tendo se dado junto às diversas instituições governamentais relacionadas ao seu objeto.

O planejamento 2016-2019 apresenta-se em um novo contexto devido à promulgação da Lei 12.651/2012 que traz a possibilidade de se estabelecer no âmbito federal, diretrizes técnicas para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), considerando as especificidades do manejo florestal comunitário e familiar.

A possibilidade de simplificação de procedimentos, os quais em grande parte dos casos dificulta a execução do manejo florestal comunitário e familiar, traz uma nova condição à atividade que se fortalece como uma alternativa de renda complementar para os povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, bem como permite a manutenção do ativo florestal de uso desse público.

Adicionalmente, a Nova Lei Florestal apresenta a oportunidade de se atuar junto ao público do programa com os passivos florestais, por meio de ações relativas à regularização ambiental e à ampliação da cobertura florestal, potencializando assim a atividade do manejo, bem como abrindo possibilidades de inserção dos beneficiários na cadeia produtiva de sementes florestais. A regulamentação advinda com a Nova Lei oportuniza o fomento à recuperação das áreas florestais, por meio dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs), permitindo assim ao público do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar o acesso a esses benefícios.

Nesse contexto, o Planejamento do Programa (2016 -2019) prevê ações distribuídas em 7 (sete) resultados aglutinados em 4 (quatro) eixos centrais: i) regularização ambiental e fundiária; ii) fomento ao manejo florestal comunitário e familiar; iii) ampliação da cobertura florestal; e iv) articulação e monitoramento. Ao todo foram planejadas 50 (cinquenta) ações para execução de forma conjunta e coordenada entre as diversas instituições governamentais.

### **3. O PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE**

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade surge da articulação de três ministérios como uma estratégia política para o fortalecimento de cadeias e a consolidação de mercados sustentáveis para produtos não madeireiros da floresta, no plano denominados de produtos da sociobiodiversidade. Inicialmente a proposta de promoção de cadeias de produtos do extrativismo havia sido gestada na Coordenadoria de Agroextrativismo do MMA que, desde 2000 até então, atuava com uma Carteira de Projetos, no âmbito do Programa de Apoio ao Agroextrativismo.

A elaboração do PNPSB envolveu diversos segmentos da sociedade atuantes no tema, sendo que no período de setembro de 2007 e julho de 2008 foram organizados sete Seminários Regionais, nos diferentes biomas, contando com a participação de cerca de 800 pessoas, incluindo representantes de comunidades locais. Um seminário adicional reuniu representantes do setor empresarial e representantes do governo, estabelecendo uma plataforma de diálogo para identificar limites e apontar propostas para avançar na consolidação de cadeias produtivas (BRASIL, 2009).

As propostas levantadas nos eventos de consulta foram consolidadas em uma primeira versão do Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade., o qual foi objeto de discussão, revisão e validação durante o “Seminário Nacional de Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis”, realizado em Brasília, em julho de 2008. Este evento contou com cerca de 230 participantes procedentes de diferentes estados da federação, incluindo representantes de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, órgãos governamentais do âmbito federal, estadual e municipal, empresas e instituições de fomento. As contribuições resultantes do Seminário Nacional foram incorporadas na versão final do Plano (BRASIL, 2009).

Em 2009, o Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) foi estabelecido por meio da Portaria Interministerial MDA/MDS/MMA nº 239/2009, tendo por objetivo geral o desenvolvimento de ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

Os produtos da sociobiodiversidade foram então definidos, como:

*“Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.”* (BRASIL, 2009).

Conforme estabelecido na Portaria Interministerial MDA/MDS/MMA nº 239, de 21/07/09, o Plano tem suas ações focadas em seis eixos: i) promoção e apoio à produção e ao extrativismo sustentável; ii) estruturação e fortalecimento dos processos industriais; iii) estruturação e fortalecimento de mercados para os produtos da sociobiodiversidade; iv) fortalecimento da organização social e produtiva; v) ações complementares para

fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade; vi) ações complementares para a valoração dos serviços da sociobiodiversidade.

Dentre as diversas ações do Plano está a inclusão dos produtos da sociobiodiversidade em antigas políticas agrícolas, em parceria com a CONAB, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Entre elas, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) a qual incluiu em sua pauta, em 2009, seis dos dez produtos priorizados pelo MMA. Através da Portaria Interministerial n. 539 de 12 de novembro de 2009, os Ministros da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário estabelece a concessão de subvenção econômica e os preços mínimos para os seguintes produtos: açaí, babaçu, borracha natural, castanha-do-brasil, pequi, piaçava. Dentre os dez produtos priorizados pelo MMA (açaí, babaçu, borracha natural, castanha-do-brasil, pequi, piaçava, buriti, carnaúba, andiroba e copaíba) destaca-se que apenas um deles, a cera de carnaúba já estava incluída na PGPM.

O plano propõe intervir em três níveis: i) *macro* - institucionalizando políticas e regulamentações; ii) *meso* - ofertando serviços de assistência técnica e capacitação e promovendo pesquisas de mercado e tecnológicas, iii) *micro* - promovendo o desenvolvimento de cadeias produtivas e consolidação de mercados.

Dentre as ações de nível *macro* do Plano está a inclusão dos produtos da sociobiodiversidade em políticas agrícolas, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Entre elas, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) a qual estabelece a concessão de subvenção econômica e os preços mínimos para alguns produtos florestais não madeireiros. Nesse sentido, também são incentivadas a inserção de produtos da sociobiodiversidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em nível *meso*, ações parceiras, entre os ministérios envolvidos no Plano, são desenvolvidas no sentido de ofertar assistência técnica específica e capacitação para a produção extrativista no âmbito do Eixo de Inclusão Produtiva do Programa Bolsa Verde<sup>1</sup>, atingido 22 mil famílias residentes em áreas de florestas.

Em nível *micro*, o Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade atuou, em caráter nacional, nas cadeias da castanha-do-brasil e babaçu, as quais juntas envolvem 500 mil famílias e geram 160 milhões/ano. Outras cadeias são apoiadas em caráter territorial, no fortalecimento dos arranjos produtivos locais. Dessa forma, o PNPSB apoiava a organização de suas cadeias produtivas em locais estratégicos de ocorrência, produção e comercialização dos produtos.

A gestão do PNPSB vinha então ocorrendo por meio de instâncias de governança envolvendo estados e sociedade civil, tendo a coordenação nacional do Plano - com atribuições operacionais e deliberativas e as Câmaras Nacional e Estaduais e os Arranjos Produtivos Locais - em caráter consultivo.

Em 2015, tendo sido estabelecida a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), por meio do Decreto n. 7.794, de 20 de agosto de 2012, a qual conta uma

---

<sup>1</sup> – Programa de Apoio à Conservação Ambiental : programa de transferência de renda a famílias de baixa renda para a conservação de ativos ambientais

Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade (ST Sociobio) optou-se pela incorporação da pauta da sociobiodiversidade dentro da PNAPO, com objetivo de integração das diversas políticas em curso.

Para tanto foi realizado o II Seminário Nacional da Sociobiodiversidade, com a duração de dois dias, que contou com a participação de organizações da sociedade civil das diversas regiões do país para que assim fossem debatidas propostas de ações a serem planejadas no âmbito do que se chamou de Programa Nacional da Sociobiodiversidade, posteriormente incorporado a PNAPO.

Não bastante, no mesmo ano, por meio da Portaria Interministerial MMA/MDS/MDA n. 380, de 11 de dezembro de 2015 é instituído o Plano Nacional para o Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas – PLANAFE.

#### **4. O PLANO NACIONAL PARA O FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS E RIBEIRINHAS**

Em agosto de 2011, com o objetivo de discutir a realidade das Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e dos Projetos de Assentamento Extrativista, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)<sup>2</sup> organizou o Primeiro Chamado da Floresta reunindo 260 lideranças comunitárias de toda a Amazônia para dois dias de reuniões junto ao Governo Federal na Resex Terra Grande-Pracuúba, na Ilha do Marajó, estado do Pará. A partir desse, outros dois Chamados foram realizados em 2013 e 2015, quando se pleiteou a elaboração de um plano de ação para o fortalecimento do Extrativismo.

Em 2015, o Plano Nacional para o Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (PLANAFE), foi instituído por meio da Portaria Interministerial MMA/MDS/MDA n. 380/2015, com finalidade de promover a adequação e integração de políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida, a promoção dos direitos humanos e o fomento à produção sustentável aliada à conservação em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federal, Projetos de Assentamentos Ambientalmente Diferenciados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e áreas destinadas a ribeirinhos detentores do Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS de áreas da União com reconhecimento da Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Conforme a portaria é objetivo do PLANAFE adequar, articular, integrar e propor ações de acesso às políticas de saúde, educação, infraestrutura social, fomento à produção sustentável, geração de renda e gestão ambiental e territorial das áreas de uso e ocupação tradicional, visando assegurar a qualidade de vida, o acesso e uso sustentável dos recursos naturais, a conservação ambiental e a promoção dos direitos humanos para as comunidades extrativistas e ribeirinhas.

---

<sup>2</sup> Em 2009, durante a realização do 2º Congresso das Populações Extrativistas da Amazônia e o 8º Encontro Nacional, em Belém, mais de 400 lideranças extrativistas dos nove estados da Amazônia aprovaram a mudança do nome da entidade para Conselho Nacional das Populações Extrativistas, mantendo a mesma sigla CNS.

O PLANAFE considera, entre outras, as seguintes diretrizes estratégicas: i) adequação das políticas públicas a realidades das comunidades extrativistas e ribeirinhas; ii) garantia dos direitos básicos das comunidades extrativistas e ribeirinhas que compõem seu público beneficiário, priorizando a superação da pobreza; iii) promoção de um modelo de gestão participativa do PLANAFE; iv) promoção da conservação e o uso sustentável da biodiversidade; v) promoção da inclusão social e produtiva das comunidades extrativistas e ribeirinhas; vi) promoção e o fortalecimento de cadeias produtivas dos produtos do extrativismo; e vii) promoção da geração de renda.

A gestão do PLANAFE deverá se dar por meio de uma Comissão Intersetorial do PLANAFE e por um Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pela Portaria Interministerial no 29, de 8 de fevereiro de 2013, os quais devem, entre outras atividades, elaborar, monitorar e avaliar a implementação de ações no âmbito do PLANAFE. O plano deverá ainda ser estruturado em 4 (quatro) eixos de ação: i) inclusão social; ii) fomento à produção sustentável; III) infraestrutura; e IV) gestão ambiental e territorial.

Com vistas a colher subsídios para a elaboração do PLANAFE para o ciclo de 2017-2019 realizou-se em novembro de 2016, uma oficina contando com 67 participantes representantes de povos e comunidades tradicionais, gestores públicos e organizações do terceiro setor atuantes na temática. Durante dois dias de oficina foram elaboradas árvores de problemas para cada um dos quatro eixos de ação, considerando-se o modelo lógico de intervenção, e, posteriormente foram priorizadas as causas centrais ou críticas para os quais foram propostas 86 ações a serem levadas em consideração no momento da elaboração do PLANAFE (2017-2019).

Destaca-se que no processo de análise dos problemas observa-se claramente nas diversas áreas de atuação no Plano, incluindo saúde, educação, inclusão produtiva e gestão territorial, a existência de políticas e programas estabelecidos com objetivo de solucionar os problemas elencados. Nesse sentido, a histórica não resolução e pequeno avanço observado no que tange ao desenvolvimento da produção não madeireira no país resulta da incapacidade de implementação, especialmente causada pela pouca capilaridade de políticas públicas federais nos municípios e localidades. O que se agrava quando se trata de municípios isolados, caso comum quando se refere a produção não madeireira.

Outro ponto central da discussão trata-se da chamada “invisibilidade” do público extrativista que, nos diversos cadastros, censos e demais levantamentos realizados no âmbito federal, estadual e municipal, não são dados os devidos recortes a essas populações, de forma a evidenciar suas características quantitativas e qualitativas.

## 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir da análise das três políticas públicas de incentivo a produção florestal não madeireira no país, observa-se que cada uma apresenta origens históricas distintas. O PMFC foi resultado da solicitação da sociedade civil organizada em um Grupo de Trabalho que atuava com Manejo Florestal Comunitário na Amazônia. O PNPSB originou-se de uma proposta governamental em discussão com a sociedade. E o PLANAFE veio a atender uma demanda do CNS a partir da organização dos Chamados da Floresta.

Da mesma forma, a gestão proposta por cada uma das políticas difere, bem como seus eixos de atuação. Nota-se que o PMFC e o PNPSB limitam o foco da discussão às questões associadas à cadeia produtiva (produção, beneficiamento e comercialização), a saber: acesso aos territórios, capacitação e assistência técnica e extensão diferenciada, ajustes na regulamentação, fortalecimento institucional e apoio a comercialização. Enquanto que no PLANAFE se propõe a expandir essa atuação abarcando ações de infraestrutura e inclusão social, espelhando-se na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007).

A proposta do PMFC em ampliar seu escopo, a partir da atuação junto ao público do programa com ações relativas à regularização ambiental e à ampliação da cobertura florestal, abre novas possibilidades de mercado a partir da cadeia produtiva de sementes florestais. Contudo, não se observa até o momento que na prática que essas ações venham ocorrendo de maneira efetiva e conjunta.

Quanto ao PNPSB, esse traz elementos inovadores na atuação, tais como: o foco em cadeias produtivas a partir da ótica do mercado; a busca de diversos instrumentos utilizados nos vários órgãos governamentais; o estabelecimento de instâncias de governança que incluem os diversos atores da cadeia produtiva e reguladores; a conquista de um novo status aos extrativistas a partir do conceito da sociobiodiversidade; a articulação entre o poder público federal e estadual; e o desenvolvimento de novos mercados a partir de ferramentas já estabelecidas no governo federal. Ainda assim, no que tange ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, o foco da atuação da política na cadeia produtiva esteve limitada ao fortalecimento do elo da produção, visto que o público alvo desse plano são os agroextrativistas. Deixando assim, o desafio de se desenvolver estratégias de envolvimento dos demais atores da cadeia produtiva.

Dentro do cenário atual e contando com o acúmulo das políticas anteriores, destaca-se o PLANAFE com uma proposta de articulação junto aos demais órgãos governamentais do Poder Executivo, com destaque para os Ministérios da Saúde e da Educação, os quais agregam questões centrais para a garantia da qualidade de vida dos povos da floresta, munindo-os de meios para a conquista da inclusão produtiva a partir dos não madeireiros.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De forma, geral as políticas públicas de incentivo à produção florestal não madeireira na Amazônia brasileira, nos últimos dez anos não tem se apresentado eficazes visto que demandas históricas, tais com: acesso aos recursos e territórios para a produção; redução da violência contra as lideranças comunitárias; acesso a previdência e assistência social; acesso à educação diferenciada; inclusão produtiva; atendimento adequado à saúde; pagamentos por serviços ambientais; entre outros, são ainda apontados como problemas críticos nos diversos fóruns de discussão realizados.

Não obstante o intenso arcabouço de leis, políticas, programas e planos não existe uma política florestal clara no país. Diversos são os órgãos atuantes na promoção de atividades produtivas florestais, que, embora apresentem papéis definidos, não vem atuando de forma coordenada e nem mesmo priorizando a atividade extrativista, de forma que garanta visibilidade da produção não madeireira, como uma atividade capaz de associar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental. Há ainda, a clara sensação de que há um longo caminho a percorrer.

## BIBLIOGRAFIA

ALEXIADES, M. N.; SHANLEY, P. Productos forestales, medios de subsistencia y conservación. Estudios de caso sobre sistemas de manejo de productos forestales no maderables. Volumen 3 – América Latina. Centre for International Forestry Research (CIFOR), Bogor, Indonesia, 2004.

ALLEGRETTI, M. H. A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Tese de Doutorado em Gestão e Política Ambiental, Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2002.

AZEVEDO, L. A. M. O projeto Reservas Extrativistas e as Políticas Públicas para as populações extrativistas da Amazônia – o caso do estado do Acre. Dissertação de Mestrado em Gestão e Política Ambiental - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 107p. 2003.

BECKER, B. K. Amazônia: projeto nacional, política regional e instrumentos econômicos. In: May, P.; Amaral, C.; Millikan, B., Ascher, P. (orgs.). Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira: experiências e visões. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005. 124 p.

BUNKER, S. Underdeveloping the Amazon: Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State, 1988.

GALINKIN, A. L.; PONDAAG, M. G. ONGs: A Sociedade Civil se Organiza. In: GALINKIN, A. L.; PONDAAG, M. C. M (org). Capacitação de Lideranças do Cerrado, 2 ed., ver e ampl., Brasília: TechnoPolitik Editora / Fundação Cebrac / PPPEcos (UNDP) / Cordaid. 184 p. 2009.

HADDAD, P.; REZENDE, F. Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação da Amazônia, 2002. 146p.

HOCHSTETLER, K & M. KECK. Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society. Durham, Duke University Press, 2007.

SANTOS, A. D.; GAMA, A. M. C. de F.; FARIA, A. A.; SOUSA, J. A. de; MELO, L. R. O.; CHAVES, M. B. F.; FERREIRA NETO, P. S., 2005. Metodologias Participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. IEB- Instituto Internacional de Educação do Brasil. Editora Peirópolis. São Paulo.

TONI, F.; SANTOS, J. C. dos; MENEZES, R. S. de, WOOD, C.; SANT'ANNA, H., 2007. Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia: Acre, Brasil. Editora: Universidade de Brasília, 120p.

## **POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZONIA**

Donald Sawyer, Instituto Sociedade, População e Natureza, don@ispn.org.br

### **RESUMO**

O estudo procura compatibilizar desenvolvimento, sustentabilidade, população na Amazônia. Os maiores desafios são a presença do Estado, infra-estrutura e serviços, rede urbana, paisagens produtivas sustentáveis, compensação para comunidades, vazamento do desmatamento e participação da sociedade. As recomendações referem-se a estado de direito, cooperação, acesso a recursos e serviços, economia popular, ensino alternativo, atividade informal, gênero, saúde, arranjos inter-federativas, impacto socioambiental e conservação por meio do uso sustentável.

**Palavras-chave:** população, desenvolvimento sustentável, Amazônia, Cerrado

### **INTRODUÇÃO**

A análise da associação entre a dinâmica populacional e a agenda ambiental na Amazônia precisa levar em conta que a região é notoriamente diferente das outras, além de possuir expressivas diferenças internas. Num enfoque analítico e propositivo, usando-se bibliografia, dados e observações de campo, procura-se compatibilizar o desenvolvimento com a sustentabilidade, sem os extremos de desenvolvimento a qualquer custo e o tratamento da Amazônia como santuário intocável. Para repensar velhas e novas questões, busca-se identificar causas básicas, não apenas sintomas, para subsidiar receitas adequadas. Além desta introdução, o texto divide-se em capítulos sobre Métodos, Desenvolvimento Sustentável, Dinâmica Populacional, População e Sustentabilidade, Desafios, Recomendações e Agenda de Pesquisa. Ao final, encontram-se a bibliografia citada e consultada. As tabelas e figuras encontram-se na versão anterior publicada pelo Ministério do Meio Ambiente (Veredas 2014).

### **1 MÉTODOS**

O escopo geográfico deste estudo abrange a totalidade dos nove estados que fazem parte da Amazônia Legal (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso). Esta área de 5.086.669 km<sup>2</sup>, 59,7% do Brasil, é um pouco maior que a Amazônia Legal, que não inclui o leste do Maranhão. Para alguns fins, o estudo refere-se aos sete estados da Região Norte, que não inclui o Maranhão e Mato Grosso, com ou sem o Tocantins, estado novo que foi acrescido e esta macrorregião em 1988 quando foi desmembrado de Goiás, que fazia parte do Centro-Oeste. São também consideradas as interações dessa área de estudo com o resto do país, do continente e do planeta.

No que diz respeito ao meio ambiente, há que se levar em conta o tamanho da região, que, se fosse país, estaria entre os dez maiores do mundo. Abrange todo o bioma Amazônia, que cobre 4,2 milhões km<sup>2</sup>, totalizando por si só mais da metade do país. 37,8% do bioma Cerrado, 795.819 km<sup>2</sup>, estão na Amazônia Legal. O Cerrado todo corresponde a

quase a metade do tamanho da floresta amazônica. Assim, a região objeto deste estudo seria melhor pensada como Amazônias, no plural, e o bioma vizinho como os Cerrados, também no plural. A cobertura vegetal da Amazônia não coincide com a divisão político-administrativa ou as bacias hidrográficas. Observe-se que nem a região de estudo e nem a Amazônia Legal abrangem a bacia amazônica localizada em Goiás (bacias dos rios Tocantins e Araguaia), embora incluam parte da bacia do Paraná localizada em Mato Grosso, bem como outras bacias hidrográficas menores no Maranhão, Pará e Amapá.

As principais dimensões ambientais consideradas neste estudo referem-se a água, biodiversidade e clima, dentro de um enfoque integrado de funções ecossistêmicas (Babin et al. 2004; Sawyer 2013). Este enfoque leva em conta a interdependência entre diversos processos naturais e ressalta a escala de paisagem macrorregional necessária para a manutenção dessas funções, principalmente quanto a ciclos hidrológicos, fluxos gênicos e trocas de carbono.

A Amazônia destaca-se entre os ecossistemas mundiais pela abundância de precipitação combinada com temperaturas elevadas durante o ano todo, sem geadas. Esta combinação tropical de umidade e calor, que ocorre também na África, no Sudeste da Ásia e na Indonésia, implica elevada riqueza da biodiversidade. Ao mesmo tempo, esta riqueza constitui um desafio para a agricultura tropical, que enfrenta a concorrência acirrada por nutrientes e a predação por inúmeras espécies de flora, fauna e micro-organismos, as quais acumulam constantemente ao longo do tempo, sem interrupção por invernos frios. Por isso, a rica biodiversidade dificulta a produção agrícola, que funciona em roças, no extremo de baixa tecnologia, ou com muitos insumos, no extremo de alta tecnologia, sem meio termo ecológica e economicamente viável.

A dinâmica populacional abrange as três variáveis demográficas clássicas de fecundidade, mortalidade e migração, bem como tamanho, taxas de crescimento, distribuição urbano-rural, mobilidade e composição por idade, sexo e diversas variáveis econômicas e sociais. Além disso, merece atenção a destacada diversidade étnica e sócio-cultural da Amazônia, que inclui tudo desde elites cosmopolitas a comunidades tradicionais e povos indígenas ainda sem contato. Esta sociodiversidade, que está associada à heterogeneidade ecológica (Moran 1993), contribui para a sustentabilidade. Para a análise da dinâmica populacional, foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principalmente os censos demográficos desde 1940, bem como contagens populacionais e Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), embora as PNADs antes de 2004 não incluam a população rural da Região Norte. Também foram aproveitadas as observações diretas de campo e os resultados de diversos levantamentos domiciliares e outras pesquisas de campo realizados nos estados de Goiás, Pará, Tocantins, Acre, Amapá e Rondônia.

Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, refere-se ao atendimento das necessidades de presentes gerações, sem comprometer a capacidade de futuras gerações atenderem suas necessidades (Brundtland 1987). O conceito inclui três pilares indissociáveis: ambiental, econômico e social (United Nations 2002). Por causa da temporalidade e multi-dimensionalidade, sua escala é necessariamente agregada, sistêmica e macro em vez de pontual e isolada. Para a Amazônia, o conceito foi utilizado no Plano Amazônia Sustentável (Brasil 2008), que continua sem aplicação efetiva. Para a análise do desenvolvimento sustentável, foram utilizados dados de diversas fontes, incluindo literatura científica e não convencional ("cinza"). Os dados ambientais são de fontes tais como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Os dados econômicos e sociais são principalmente do IBGE e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sobre desenvolvimento humano. Os dados secundários sempre são interpretados à luz de conhecimento direto da região, tanto nas cidades quanto no campo.

## 2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### 2.1 Pilar Ambiental

Quanto ao pilar ambiental, o conjunto de ecossistemas que compõem a Amazônia sempre exerceu fascínio universal. O desmatamento chamou a atenção do mundo a partir de 1988, quando astronautas observaram as queimadas do espaço e Chico Mendes foi assassinado (Allegretti 2002; Alves 2002; Barreto et al. 2005; Brondízio 2009). A fixação de atenção nas "taxas" de área desmatada (total ou parcialmente) e os números desconhecidos chamaram a atenção, mas prejudicaram o entendimento das funções ecológicas e sociais das florestas (Fearnside 1982, 2005, 2017b; Machado e Pasquis 2004; Babin et al. 2004; Carvalho 2010). Agora, a Amazônia ocupa lugar relevante no pensamento sobre o Antropoceno (Kawa 2016).

Num primeiro momento, antes de se identificar a ameaça do aquecimento global devido a emissões de gases de efeito estufa, a preocupação principal quanto ao desmatamento era a perda de biodiversidade, um conceito que acabara de emergir a partir das pesquisas de Thomas Lovejoy perto de Manaus (Bierregaard et al. 2001). No esforço de conservação, a riqueza da biodiversidade prevaleceu sobre outros critérios tais como singularidade, funcionalidade, utilidade, pressão ou oportunidade (Capobianco et al. 2001), o que canalizou a atenção do mundo de forma privilegiada para a Amazônia. Nas décadas seguintes, a emissão de gases de efeito estufa decorrente do desmatamento passou para o primeiro plano. Segundo as análises de especialistas, o dióxido de carbono emitido pelo desmatamento ao redor do mundo, sobretudo na Amazônia, contribuía para parcela significativa, por volta de 17% (um sexto), do aquecimento global (MCT 2004; IPCC 2007).

Segundo diversos especialistas, as mudanças no uso da terra na região combinadas com as mudanças climáticas globais (elevação de temperatura e escassez de água) poderiam gerar a "savanização" da floresta amazônica (Nobre et al. 2008), sem diferenciar uma floresta degradada de uma verdadeira savana, como existe nos ecossistemas do Cerrado. Os modelos divergem quanto ao nível de desmatamento, talvez 30%, que representaria um ponto sem retorno, um *tipping point* (Nepstad et al. 2008).

Atualmente, além de aquecimento, há preocupação crescente com os ciclos hidrológicos. A umidade atmosférica que entra do Atlântico desloca-se em ciclos sucessivos de precipitação e evapotranspiração rumo aos Andes, para depois virar ao sul, atingindo o Cerrado e a Mata Atlântica, bem como países vizinhos como Bolívia, Paraguai e Argentina (Salati et al. 1978; Artaxo e Dias 2003). Os fluxos atmosféricos de umidade foram apelidados de "rios voadores" ou "rios aéreos" (Marengo 2006b; Arraut 2012; Aragão 2012).

A partir da Rio-92, o meio ambiente da Amazônia passou a ser objeto de políticas nacionais específicas e cooperação internacional (Hall 2005). As respostas políticas foram principalmente a criação de áreas protegidas, a demarcação de terras indígenas e a ampliação de áreas reservadas, i.e. aumento da Reserva Legal (RL) prevista no Código Florestal de 50% para 80% na Amazônia, exceto em áreas de Cerrado, onde é 35% na Amazônia Legal. No resto do Cerrado, como também no resto do país, a RL é de apenas 20%. Com a exceção de Reservas Extrativistas e de Terras Indígenas, o sentido geral das políticas foi de isolar a população e a sociedade, de um lado, da natureza, do outro. A agenda verde conservacionista foi privilegiada, e outras agendas ou abordagens foram relegadas a um segundo plano. Atualmente, as Unidades de Conservação e Terras Indígenas cobrem 43,9% do bioma Amazônia, em proporções quase iguais (ISA 2017). A proporção no bioma Amazônia é muito maior que no bioma Cerrado.

Em seu conjunto, por causa da Amazônia, o país já atingiu a meta de Aichi de proteção de 17% dos ecossistemas no seu conjunto (CONABIO 2013). Se o critério for aplicado a cada bioma, o aumento na proteção poderia estimular o vazamento do

desmatamento para a Amazônia e, sobretudo, para o Cerrado, a não ser que as RL e Áreas de Preservação Permanente (APP) sejam incluídas na conta.

Evidentemente, a criação de áreas protegidas reduz o desmatamento dentro de seus limites, ainda que de forma imperfeita. Seria fundamental entender que áreas protegidas e reservadas, ainda mais quando situadas nos espaços mais aptos para a agropecuária, ao longo das estradas, empurram o desmatamento para o meio da selva, onde a única atividade possível é a criação de gado com baixíssima produtividade. Não se trata apenas de vazamento direto, mas principalmente um processo difuso de mercado, envolvendo agentes econômicos do Brasil todo e até mesmo do exterior (Sawyer 2010). Além disso, ao tornar o estoque de terra remanescente mais escasso, a criação de extensas áreas protegidas acelera a valorização da terra ainda disponível, o que estimula a especulação fundiária e o desmatamento. Há que se lembrar que a maior parte do meio ambiente está nos outros 83% do território, onde estão os recursos hídricos e o carbono, além da população. Contraditoriamente, de forma que pode ser contraproducente, "unidades" de conservação necessariamente implicam escala reduzida, que pode evitar a extinção de espécies ameaçadas, mas é insuficiente para manter as funções ecológicas que exigem escala maior. A sustentabilidade ambiental não se resume a pontos isolados, mas depende de territórios amplos, o que implica a presença humana.

Outra política ambiental, tocada de forma paralela desde os anos 1980, foi o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que inclui as áreas antropizadas (Mello e Théry 2001; Mello 2006; Becker et al. 2009). Tecnicamente, este ordenamento territorial enfrenta dificuldades de escala e de combinação de dados socioeconômicos e ambientais com referências espaciais e temporais incompatíveis. A natureza permanece relativamente estável por períodos longos, mas a realidade sócio-econômica muda rapidamente, especialmente em regiões de fronteira. Além disso, faltam recursos financeiros, instrumentos legais e vontade política para a aplicação efetiva do ZEE. Numa visão macro, poderia ser útil priorizar a eficiência econômica para reduzir a pressão antrópica sobre as áreas naturais.

O manejo florestal de baixo impacto oferece a perspectiva de manter a estrutura da floresta (Becker et al. 2009; Homma 2011). Trata-se, a princípio, de uma forma de manter o valor econômico da floresta em pé. Por outro lado, o fato de que leva algumas décadas para a volta das espécies de maior valor comercial significa perda de valor da terra no curto e médio prazo, o que pode incentivar o desmatamento para outros fins (Matricardi 2011).

Ao contrário da madeira, os produtos florestais não madeireiros, como nos casos clássicos de borracha e castanha (Santos 1980, Diniz 2008), oferecem fluxos de renda monetária e não monetária constantes ao longo dos anos e certa alternativa ao desmatamento (Sjaastad e Vedeld 2008). Surgem inúmeros novos produtos tais como açaí, copaíba e plantas medicinais (Peters et al. 1989; Pires e Scárdua 1998; ISPN 2005; Nogueira 2005; Shanley et al. 2006; Enríquez 2008; Becker 2009; Dias e Laureano 2009). No entanto, sua exploração enfrenta dificuldades de escala, dada a dispersão espacial inerente à elevada biodiversidade, o que implica poucos indivíduos por km<sup>2</sup>, bem como marcos regulatórios impeditivos da exploração e comercialização (Gonçalo et al. 1998; Belcher e Schreckenberger 2007; Homma 2008; Sawyer 2009e).

Em anos recentes, o desmatamento na floresta amazônica reduziu-se de quase 30 mil km<sup>2</sup> por ano em 1996 a 4,5 mil km<sup>2</sup> em 2012, antes crescer de novo (Fearnside 2017b), devido a uma combinação sinérgica de tendências econômicas, praticamente invisíveis, e iniciativas políticas, de alta visibilidade. A bolha especulativa se esvazia à medida que avança o processo econômico estrutural subjacente, que induz a reconcentração espacial e não se pode vender a terra para cultivar soja. A fiscalização funciona melhor quando o ganho esperado é menor.

O desmatamento acumulado no bioma Amazônia ainda não chegou a 20%, que seria 840 mil km<sup>2</sup>. O bioma Cerrado, por outro lado, já perdeu quase 50%, 1 milhão de km<sup>2</sup>, num ritmo anual médio de 20 mil km<sup>2</sup> ao longo dos últimos 50 anos, comparado com uma média de 17 mil km<sup>2</sup> por ano na Amazônia, uma área duas vezes maior. Parte significativa da Amazônia pode estar passando por regeneração da vegetação nativa na forma de floresta secundária. Se regenerar apenas 1% ao ano da área total desmatada, seria em torno de 8 mil km<sup>2</sup> por ano.

A principal causa do desmatamento é de longe a pecuária (Margulis 2003; Barreto et al. 2008; Smeraldi e May 2008; Walker 2008; Greenpeace 2009; Miragaya 2012). De um lado, a pecuária é um investimento lucrativo com elevada liquidez e pouca demanda de trabalho ou supervisão (Hecht 1982). De outro, no entanto, a expansão deve-se a toda uma série de fatores não relacionados à produção em si. Principalmente, a pecuária é o *modus operandi* da especulação fundiária, estimulada pela valorização rápida de terra adquirida a preços muito reduzidos. Além disso, muitos proprietários ou grileiros lançam mão de madeira ilegal, trabalho "escravo", desvio de crédito barato, evasão fiscal e lavagem de dinheiro, entre outras manobras ilícitas (Sawyer 2010). Assim, a pecuária é uma atividade mais especulativa do que produtiva e seu controle não depende apenas de políticas ambientais.

Atualmente, a bolha especulativa aproveitada pelos pecuaristas está começando a se esvaziar. Os pequenos agricultores, por outro lado, continuam desmatando porque precisam abrir roças para sobreviver (Le Tourneau e Bursztyn 2010). Assim, a proporção do desmatamento que se deve a pequenas propriedades aumentou, sem necessariamente ter aumentado seu valor absoluto. O "desmatamento zero" defendido por algumas organizações não governamentais seria extremamente prejudicial aos pequenos produtores familiares.

Seria importante avaliar os estoques e fluxos de carbono em áreas consideradas desmatadas nos cálculos do INPE, mas que na realidade são mosaicos finos que possuem árvores isoladas, fragmentos de floresta, culturas permanentes, pastagens arborizadas, capoeiras, florestas secundárias, raízes vivas etc. Isto é especialmente o caso de áreas ocupadas por povos indígenas, comunidades tradicionais e outros produtores agrícolas e/ou extrativistas familiares.

Enquanto cai o desmatamento na Amazônia, as emissões de gases de efeito estufa das savanas amazônicas ganham relevância (Sawyer 2009a). As emissões do Cerrado podem ter superado as emissões da floresta, apesar de menor densidade de carbono por hectare, uma vez que a área é maior e grande parte do estoque de carbono é subterrânea. Além disso, o uso subsequente da terra desmatada para pecuária gera emissões de metano e as monoculturas que usam fertilizantes implicam emissões de óxido nitroso. As cadeias de valor, que se estendem pelos continentes, devido à importação de fertilizantes do Canadá, da Rússia e da Noruega e à exportação de grãos e carne para Europa e China, entre outros, geram emissões consideráveis na indústria e no transporte, mas estas emissões raramente são contabilizadas.

Alguns impactos ambientais são interregionais e internacionais. A perda da biodiversidade, que poderá ser acelerada pelas mudanças climáticas, seria um prejuízo para a humanidade e o aquecimento global afetaria o planeta todo (Marengo 2006a). Além disso, seria fundamental levar em conta que os fluxos intra e interregionais de umidade atmosférica, se reduzidos, poderiam implicar a escassez de água para o consumo humano, a agricultura, irrigada ou não, e a geração de energia hidrelétrica no Centro-Sul e regiões adjacentes de países vizinhos. Assim, os biomas brasileiros são interdependentes. O Cerrado não sobrevive sem a água da Amazônia e os rios amazônicos dependem da água que desce do Planalto. O escopo geográfico da análise dos impactos ambientais precisa ser abrangente.

Além de impactos referentes a biodiversidade e carbono, problemas que são oficialmente reconhecidos como globais mas não são sentidos imediatamente pela população, ocorrem também diversos outros impactos ambientais locais e regionais, sem reconhecimento ou apoio global. Em termos climáticos, observa-se localmente a elevação da temperatura local em áreas urbanas ou em áreas rurais desmatadas, bem como poluição do ar pela fumaça das queimadas intencionais e acidentais. As chuvas tornam-se cada vez mais tardias e torrenciais, com ventos fortes, causando enchentes e derrubando árvores no período chuvoso. Ocorrem secas no final do período sem chuva, quando a água pluvial já correu para os rios e o mar em vez de infiltrar na terra, por causa da remoção da cobertura vegetal nativa.

A Amazônia compartilha dos problemas ambientais urbanos conhecidos no Brasil e demais países em desenvolvimento em termos de saneamento, incluindo abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem e resíduos sólidos (Sawyer 1987, 2017). Na região, estes problemas podem ser piores, principalmente por falta de infraestrutura, ou menos graves, por causa da dispersão espacial e da abundância de água. As distâncias amazônicas tornam impraticável a logística reversa (retorno de resíduos) na maior parte da região.

Os agrotóxicos, utilizados mais intensamente em outras regiões, estão cada vez mais presentes no campo e nos alimentos (Schiesari et al. 2013). Por outro lado, com as transformações ambientais, persistem ou reemergem doenças transmissíveis típicas do trópico úmido tais como malária, dengue, zika e chikungunya (Sawyer 1993, 2017; Castro 2002). Esses impactos recaem sobre a população mais vulnerável, sem chamar a atenção do mundo.

## 2.2 Pilar Econômico

Quanto ao pilar econômico, houve tendências crescentes de complexificação e ciclos oscilantes de integração nacional e global (Mendes 1974; Benchimol 1977; Santos 1980; Hecht e Cockburn 1989; Rivero e Jayme 2008). No plano mais geral, o refluxo da fronteira, devido a maior produtividade, melhor localização e condições ecológicas mais favoráveis em outras regiões, vem substituindo a tendência inexorável de "expansão do capitalismo" do passado (Sawyer 1984, 1985). O extrativismo da borracha e da castanha foi superado pela agricultura em meados do século XX (CEDEPLAR 1979; Cunha e Sawyer 1997; Homma 2003; Costa 2009). A mineração cresceu na segunda metade do século passado (Enríquez 2007), bem como a extração de madeira tropical (Smeraldi e Veríssimo 1999). A indústria de transformação cresceu principalmente na Zona Franca de Manaus, devido a fortes incentivos fiscais (Becker 2009). Usinas hidrelétricas de todos os tamanhos vêm sendo planejadas e construídas, com impactos locais menores, porém em número maior e sem reservatórios (Goldemberg 2009). Comparado com o tamanho de região, os impactos de grandes hidrelétricas são relativamente pequenas. A Amazônia, percebida inicialmente como uma "fronteira de recursos" penetrada pelo capitalismo (Cardoso e Muller 1977; Becker 1982), é percebida cada vez mais no contexto econômico e geopolítico global (Becker 2004, 2009; Ribeiro 2005; Kawa 2016). Também é visto como alvo de "megaprojetos" (Little 2013) e de uma corrida internacional pela terra ou *land-grab* (Magro 2009). Assim, os ciclos econômicos amazônicos têm tantas curvas quanto seus rios.

Com o tempo, devido à urbanização acelerada, o setor serviços passou ao primeiro plano, superando os setores primário e secundário (Azzoni 2005). A indústria está obrigada a concorrer com bens manufaturados importados do resto do país e do exterior. Assim, a região continua dependente de transferências de recursos federais. Parte das transferências destina-se aos fundos de participação de estados e municípios para gastos públicos e folhas de pagamento do funcionalismo. Outra parte destina-se diretamente a indivíduos e famílias,

por meio de políticas públicas de seguridade social, tais como aposentadoria rural e transferências condicionais de renda. Estas políticas de transferências buscam superar ou enfrentar a heterogeneidade estrutural, substituindo as tentativas anteriores de desenvolvimento regional por meio de incentivos fiscais e creditícios (Gasques e Yokomizo 1986).

Com poucas exceções, como Rondônia, a expansão da fronteira agrícola propriamente dita (culturas anuais e perenes) não se verificou como esperado nas áreas de floresta tropical, mas quase totalmente em áreas de Cerrado (Hecht e Cockburn 2008). Em contraste, houve rápida expansão da pecuária em áreas de Cerrado e floresta (Barreto et al. 2008), não só porque constitui um investimento produtivo, mas também por causa de toda uma série anteriormente mencionada de lucros financeiros associados, principalmente especulativos. O preço da terra multiplicou-se na expectativa da chegada de monoculturas como a soja. O diferencial interregional nesse preço, da 10 vezes ou mais, segundo dados do INCRA, multiplica por uma ordem de grandeza a área que pode ser comprada na Amazônia por quem vende terras no Centro-Sul do Brasil.

A situação fundiária da Amazônia, que seria base essencial para maior investimento produtivo, é notoriamente caótica (INCRA 1999; Alston et al. 1999). Em anos recentes, o governo procura efetivar a regularização fundiária por meio do Programa Terra Legal (Loureço 2009). Falta cobrir os assentamentos da reforma agrária e as áreas urbanas. A desordem fundiária contribui para conflitos socioambientais sem fim (Almeida et al. 2010).

Ainda que a rede rodoviária tenha estimulado a especulação fundiária e portanto o desmatamento, continua insuficiente para viabilizar a produção e o escoamento de produtos além de couro e carne bovina. Além de artérias adequadas de transporte de insumos e produtos para a agricultura moderna, faltam redes de boas estradas vicinais dentro das áreas já ocupadas. A falta de energia também impede a tecnificação da produção agropecuária. A soja, apesar de toda a atenção da moratória de 2006, está praticamente toda nas áreas de savana que possuem melhor clima e localização.

Se não houver mais desmatamento, como se espera, a pecuária poderá ver o rebanho reduzido em termos absolutos. Depois dos primeiros anos, as pastagens perdem produtividade (lotação e desfrute do rebanho) rapidamente na ausência de investimentos, aos quais os pecuaristas da fronteira são pouco propensos (Serrão e Toledo 1990; Sawyer 2012). Daqui para frente, torna-se necessário mudar de um modelo pioneiro que mina os nutrientes da biomassa (capital natural), aproveitando a limpeza realizada pela queimada inicial, para um modelo moderno que introduz máquinas, nutrientes, energia, genes selecionados e diversos agroquímicos (capital produzido). Este modelo implica eletrificação rural e urbana em escalas sem precedentes, além do alcance da eficiência energética e das energias alternativas. A pecuária pode ser instalada em qualquer lugar, mas não é possível modernizar a agricultura sem máquinas, telefones e computadores que dependem de energia elétrica abundante e confiável. A política ambiental precisa levar em conta esta necessidade e seus benefícios.

O turismo ecológico surge como nova alternativa (Sawyer et al. 2010). Em alguns poucos pontos com maior acessibilidade e infra-estrutura, ajudaria a viabilizar a conservação, principalmente perto de Belém e Manaus. O artesanato constitui uma possibilidade de geração de renda de forma sustentável nesses pontos, de forma complementar ao turismo, que oferece acesso a um mercado consumidor.

Devido à abundância de água e à temperatura favorável na Amazônia, a piscicultura oferece potencial em igarapés, represas e tanques-rede (FGV 2003). O potencial pode ser realizado em áreas que tenham cadeia de frio, o que exige energia elétrica, ou a menos tenham acesso rápido por terra ou pelos rios. O fornecimento de ração também pode ser problemático.

A ciência, tecnologia e inovação recebem muita atenção, inclusive em prioridades governamentais (Lourenço e Sawyer 2001; Becker et al. 2009). Por outro lado, a biotecnologia não gera emprego e renda em escala significativa, além de apresentar o risco de dispensar o uso dos recursos naturais em si na região. Em termos econômicos, um fluxo de produtos ao longo dos anos é mais importante que a descoberta de genes, que acontece uma vez e acaba. Seriam preferíveis novas "drogas do sertão" com características físicas, químicas e culturais próprias em vez de recursos genéticos específicos ou biomassa como matéria prima genérica.

Atualmente, surgem perspectivas de reconcentração econômica regional no Sudeste do Brasil, ou seja, uma "relitoralização", segundo Clélio Campolina Diniz (Cintra 2012). Há também perspectivas de esvaziamento ou auto-limitação da expansão horizontal da fronteira agrícola devido principalmente ao progresso técnico na produção agroindustrial, que exige melhor localização (Sawyer 1984, 1985). Ao mesmo tempo, a segunda geração de tecnologia de produção de biocombustíveis demanda áreas menores e melhor localizadas (Sawyer 2008a). Estas tendências espaciais, embora possam aliviar algumas pressões, reforçam a heterogeneidade estrutural inter e intra-regional e exacerbam o problema econômico de custear a conservação e, ao mesmo tempo, combater a pobreza.

Nesta perspectiva, os produtores agroextrativistas sustentáveis assumem importância sem precedentes. Cada vez menos "tradicionais", caracterizam-se por pluriatividade rural e eventualmente urbana (CIRAD 2007). Todos os extrativistas são agricultores e todos os agricultores são extrativistas, ao menos para auto-consumo, geralmente como atividade sazonal complementar em vez de ocupação principal. Para ganhar renda monetária além das transferências, muitos produtores ou membros de suas famílias vendem força de trabalho ou produtos artesanais. Isto acontece mesmo em assentamentos da reforma agrária, contrariando a norma oficial que exige atividade exclusivamente agrícola nos assentamentos.

Estes povos e comunidades rurais poderiam produzir e vender mais se os sistemas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de crédito rural fossem mais adequados à realidade amazônica. O conhecimento tradicional ou de tecnologia de baixo custo é desprezado. Os entraves regulatórios de todos os tipos -- organizacionais, fiscais e tributários, creditícios, fundiários, comerciais, tecnológicos, trabalhistas, previdenciários, financeiros, sanitários, inspecionários e ambientais, entre outros -- impedem a comercialização formal (Sawyer 2009b). De um lado, a fronteira agrícola que produziu arroz no século XX agora consome arroz de monoculturas irrigadas do Rio Grande do Sul. De outro, produtos florestais não madeireiros são mais uma boa ideia do que uma realidade (MDA et al. 2009).

Recentemente, surgiram propostas de combinar ecologia e economia por meio do pagamento por serviços ambientais, a partir de valoração econômica da natureza (Haddad e Rezende 2002; Wunder et al. 2008; Buenafuente 2010). Argumenta-se que a sociedade deveria pagar o preço por manter a natureza. Pagamentos pela Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD e REDD+) levantam as expectativas de governos, organizações não governamentais e povos indígenas (Nepstad 2009). Podem trazer benefícios ambientais e sociais, mas também há riscos. Um problema de REDD é que não existe mercado concreto desses serviços, ainda mais com relação a água na Amazônia. Também surgem questionamentos quanto a vazamento do desmatamento para outras áreas, a justificativa de pagar pelo cumprimento da lei e responsabilidade coletiva por atos individuais, entre outros. Sobretudo, no entanto, simplesmente não há recursos financeiros disponíveis no Brasil ou no mundo para cobrir o custo de oportunidade de explorar centenas de milhões de hectares, pagando-se centenas de dólares por hectare pelos serviços prestados, o que significaria pagar dezenas de bilhões de dólares, todos os anos, para sempre. A conta a ser paga ficaria para consumidores e contribuintes, agravando o custo de

vida e a carga tributária. Seria necessário encontrar outras justificativas e instrumentos de política de modo a evitar impactos perversos.

O que se pode buscar numa região periférica ainda relativamente pobre como a Amazônia é chegar à sustentabilidade antes de se atingir o pico da curva ambiental de Kuznets, formulação que sugere que maiores níveis de desenvolvimento levam a maior sustentabilidade ambiental (Sawyer 2013). O objetivo seria eliminar a miséria e tornar a falta de desenvolvimento mais sustentável nos três pilares, sem chegar aos níveis de afluência e insustentabilidade de regiões e países desenvolvidos, adotando-se novos modelos de produção e consumo.

A produção de alimentos não é a solução para a economia regional, ao menos a produção de *commodities* agrícolas vegetais, que não são suficientemente competitivos, a não ser em casos excepcionais, e deverão sofrer impactos das mudanças climáticas (Schneider et al. 2002; Assad e Pinto 2008; Deconto 2009; PBMC 2013). A produção agrícola em escala menor, voltada para auto-consumo, troca informal e mercados locais, pode servir para atender necessidades locais sem destruição ambiental.

Os ativos que a natureza da floresta amazônica oferece em termos econômicos mais concretos são principalmente a energia hidrelétrica, os minérios e, até certo ponto, a madeira nativa ou plantada (Sawyer 2010). Sua exploração geralmente implica enclaves localizados em vez de benefícios difusos, exceto a madeira nativa (Homma 2011) e o garimpo (Pereira 1990; Mathis 1995). Os setores formais estão buscando maior sustentabilidade ambiental e há tentativas de controlar o garimpo, um fenômeno informal mais difuso. O importante seria garantir que os benefícios destas atividades sejam compartilhados com a região e dentro dela de forma mais justa, além de buscar maior agregação de valor e maior arrecadação de impostos dentro da região, ou seja, concentrar espacialmente e “desenclavar” economicamente.

### 2.3 Pilar Social

Quanto ao pilar social, o projeto de busca de terra própria por parte de migrantes do Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil foi realizado apenas em parte. Descobriram que adquirir terra no meio da selva pouco resolve em termos de bem-estar. A pequena produção mercantil mostrou-se pouco capaz de concorrer com o agronegócio dentro do modelo existente. Muitos migrantes rurais e seus filhos e netos acabaram mudando-se para as cidades (Sawyer 1987; Becker 2004; Browder e Godfrey 1997; Barros 2017). As novas gerações nutrem expectativas, exigem direitos e adotam novos padrões de consumo via mercado. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no interior reflete a situação de realização incompleta das aspirações da população nativa e migrante.

A chegada de migrantes, mas sobretudo de fazendeiros e empresas, pressionou a população tradicional e indígena, seja por meio de violência física, seja por meio de forças de mercado silenciosas, provocando o êxodo rural (Martins 2009). A nova geração, tanto por falta de terra quanto de vocação ou aspiração, busca o emprego, a educação, a saúde e o consumo nas cidades da região ou mesmo em outras partes do Brasil e do mundo.

Os povos indígenas, comunidades tradicionais e outros agricultores familiares sofreram os impactos do desenvolvimento excludente e degradante, inclusive a violência, com muitas mortes (ISA 2009, 2017). Muitos também sofrem as restrições das políticas ambientais de conservação quanto ao uso dos recursos (Dowie 2009). A prioridade para muitos desses grupos e seus defensores é terra ou território. Por outro lado, eles estão cada vez mais sentindo aspirações de usufruir dos benefícios do desenvolvimento quanto a bens e serviços que possam atender suas necessidades crescentes. Para isso, a terra em si não é suficiente, ainda mais quando mal localizada. Uma alternativa seria buscar compatibilizar modernidade, seletivamente, com tradição e identidade própria (Ponte 2012).

A identidade amazônica é mais atribuída externamente, de fora para dentro, do que sentida pela população regional. Há grande multiplicidade de identidades específicas, especialmente indígenas (ISA 2017). De acordo com as identidades, há uma tendência de divisão em territórios "congelados", apesar da sobreposição, interpenetração e movimentos de expansão e retração (Sawyer e Carvalho 2012).

Mais do que em outras regiões, as grandes distâncias dificultam que a população amazônica e seus milhares de comunidades constituam uma sociedade civil organizada regional e faça parte de uma sociedade civil organizada nacional e internacionalmente (Hall 1997; Muchagata 2004; Hochstetler e Keck 2007; Sawyer e Lobo 2008). A integração é problemática. As tecnologias de informação e comunicação poderiam facilitar a participação mesmo a distância e fortalecer o socioambientalismo em rede na escala macro.

Pode-se concluir que o Brasil tem uma dívida com sua população excluída que se mudou ou foi transferida para a selva (Bursztyń 2012). O apoio governamental é essencial, porém insuficiente para atender todas suas necessidades, o que impõe a busca de formas criativas de combinar os recursos naturais e humanos fora do eixo central da economia e da sociedade.

A economia da Amazônia oferece pouco em termos de emprego e renda, mas a pobreza de grande parcela da população é atenuada pelas transferências governamentais e pela generosidade da natureza. A "nova classe média" que cresce no Brasil também cresce na Amazônia, embora muitas vezes dependa mais de transferências de recursos públicos do que do crescimento do emprego e da renda. Com crescimento demográfico e sem crescimento econômico, cresce o peso financeiro das transferências de renda.

O mercado de trabalho na Amazônia não exige muito em termos de educação, que continua deficiente, apesar de avanços significativos ao longo das últimas décadas. Para os jovens, o ensino médio e superior conta cada vez mais. Na falta de critérios regionais, muitas das vagas abertas nas universidades, que se multiplicaram inclusive no interior dos estados, são ocupadas por alunos de regiões mais desenvolvidas, que dificilmente ficarão na Amazônia. A formação de recursos humanos precisa ser repensada.

### **3 DINÂMICA POPULACIONAL**

#### **3.1 População Regional**

Durante muito tempo, a Amazônia foi considerada um vazio demográfico, embora habitada por populações indígenas, que foram dizimadas, e tradicionais, que se multiplicaram. A maior parte da população indígena presente em 1500 foi eliminada por meio de escravidão, guerras e doenças (Davis 1977). Em muitos casos, houve destribalização e o surgimento do "caboclo" e outros grupos tradicionais, de ribeirinhos a quebradeiras de coco babaçu (Cunha e Almeida 2001). Depois de 1970, a população indígena iniciou uma recuperação demográfica devido a crescimento vegetativo acelerado e a reclassificação, inclusive casos de "etnogênese" (Sawyer 2013).

Houve migração de seringueiros para a floresta no século XIX e durante a segunda guerra mundial. No Cerrado, chegaram migrantes de áreas adjacentes no Nordeste e Minas Gerais (Hogan et al. 2002). As grandes migrações, de centenas de milhares de pessoas, ocorreram durante no período de pós-guerra, a partir do Nordeste, Sudeste e Sul, com destino em áreas rurais (CEDEPLAR 1977, 1979; Sawyer 1993b, 1995, 2001). A colonização dirigida foi superada pela espontânea (Sawyer 1979b; Kinzo 1982, 1986; Butler 1985; Torres 1990; Almeida 1992; Sydenstricker 1992; Barros 2017). Foi uma forma de inclusão social via exclusão geográfica. No entanto, a válvula de escape esgotou-se e o volume de migrantes interregionais despencou nos anos 1980.

Em termos estruturais e espaciais, a frente econômica, principalmente na sua forma especulativa, ultrapassou a frente demográfica (Sawyer et al. 1990). Com o tempo, o projeto de terra própria chocou-se com a realidade econômica, ecológica e política (Schmink e Wood 1992; Pasquis et al. 2005). Em vez de autonomia, a migração à fronteira levou a malária no campo e desemprego nas cidades. Além de redução do fluxo de migração interregional, ocorreram êxodo rural e migração de retorno.

Hoje a região (os nove estados) conta com cerca de 25,5 milhões de habitantes, 13,4% do Brasil. O total, equivalente à população de Gana ou Arábia Saudita, é superior à população de 148 (3/4) países do mundo, que possuem população média de 37 milhões, puxada para cima pela China e Índia, com bilhões, e mediana de apenas 8,9 milhões, a população do Haiti. Com crescimento demográfico reduzido e migrações menores, ao menos em termos relativos, a distribuição regional da população brasileira não irá mudar muito no futuro.

A razão de sexos é equilibrada no total, com diferenças internas significativas. Devido à migração e mobilidade, ocorrem processos de masculinização do campo e feminização das cidades, onde as mulheres ficam com as crianças. As mulheres ganham mais autonomia nas cidades. As crianças podem estar em melhores condições de educação e saúde nas áreas urbanas, mas mesmo assim sofrem de condições precárias (Martine e Torres 1991).

A maioria dos habitantes da Amazônia é urbana, com grau de urbanização de 71,8%, dependendo da definição, maior de que muitos países. Assim, a Amazônia tornou-se uma fronteira agrícola urbanizada, uma "floresta urbanizada" (Sawyer 1987; Becker 1995; Browder e Godfrey 1997; Castro 2008), com 18 milhões de moradores urbanos, quase tantos quanto residem na região metropolitana de São Paulo. Mesmo a população rural está inserida no tecido urbano extensivo (Monte-Mór 2004).

A divisão da região em estados é mais assimétrica que no resto do país, com os agravantes do isolamento entre as capitais e o interior dos estados. A criação dos territórios de Acre, Guaporé, Rio Branco e Amapá, que se tornaram estados, foi benéfico no passado. Atualmente, a criação de novos estados, ainda que onere os cofres públicos, facilitaria o conhecimento das necessidades das populações isoladas no interior do Pará e do Amazonas, estados maiores que França e Alemanha juntas.

A divisão em municípios combina áreas muito extensas, do tamanho de muitos países, às vezes com formatos compridos ao longo dos rios, com populações minúsculas. Atualmente, é possível analisar dados por setor censitário (Le Tourneau 2009). O reduzido tamanho da população e as distâncias tornam a gestão municipal muito mais difícil no interior da Amazônia que em outras regiões do Brasil. Por exemplo, poucos municípios contam com recursos humanos e financeiros para montar uma secretaria de meio ambiente. Uma solução, ainda que paliativa, tendo em vista a impossibilidade de um novo pacto federativo e a experiência com comitês de bacia hidrográfica, seria territórios ou consórcios que agrupam municípios.

### 3.2 Fecundidade e Mortalidade

Apesar da redução, a fecundidade na Amazônia continua relativamente alta, por volta de 2,5 filhos por mulher, com variações, comparado com 1,9 no Brasil como um todo. Isto se deve em parte à seletividade da migração rural-rural, à tradicionalidade de nativos e migrantes e ao fato de que os filhos podem contribuir para a produção no campo (CEBRAP 1977; Barros 2017). Ao mesmo tempo, devido ao isolamento, os serviços de saúde reprodutiva e sexual são precários, sem atender a demanda de planejamento familiar.

A mortalidade na Amazônia se mantém em patamares por volta da média do Brasil, enquanto em termos de pobreza se esperaria níveis maiores, semelhantes ao Nordeste. A

esperança de vida regional relativamente elevada pode ser explicada, ao menos em áreas rurais, onde costuma ser maior para os pobres que nas cidades, em termos de acesso a terra e recursos naturais, água abundante e dispersão populacional, reduzindo o risco de contágio por doenças transmissíveis. Sinaliza o contrário do esperado a partir do Produto Interno Bruto per capita e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que na Amazônia se assemelha ao IDHM do Brasil como um todo, incluindo as regiões ricas, embora haja grande disparidade intra-regional. No mapa de IDHM Longevidade, percebe-se que a esperança de vida é maior no Arco do Desmatamento que no resto da Amazônia.

A fecundidade relativamente elevada, em combinação com a mortalidade relativamente baixa, pelos padrões brasileiros, significa que o crescimento vegetativo da população da região é elevado, quase 2,0% ao ano, a partir de uma base já bastante significativa. Assim, são acrescidos cerca de 450 mil pessoas por ano, principalmente pela diferença entre nascimentos e óbitos. Na Amazônia, a estabilização demográfica levará mais tempo que no resto do Brasil.

O crescimento vegetativo nos assentamentos rurais, em vez de migração interregional, gera demanda constante por novos assentamentos (cf. Bursztyn e Le Tourneau (2010)). Hoje em dia, cada colono que chegou nos anos 1970 ou 1980 tem em média uma dúzia de netos, que evidentemente não cabem no lote. Mesmo se a maioria migrar para as cidades, a demanda por assentamento rural ainda não se esgotou.

### **3.3 Distribuição Espacial e Mobilidade**

A rede urbana regional centrada em Belém e Manaus foi alterada pelas diversas ligações rodoviárias e aéreas com outras regiões. Formalmente ou não, existem diversas regiões metropolitanas, que já apresentam deseconomias de escala e aglomeração, como acontece nas maiores metrópoles nacionais. A valorização do solo urbano gera gentrificação nas melhores áreas, expulsando os pobres, e favelização nas piores áreas, que são mais vulneráveis. A desorganização urbana prevalece. A qualidade de vida continua alguns degraus pior que nas periferias urbanas de regiões mais desenvolvidas (Sawyer 1987).

Além de elevada primazia urbana em alguns estados, como o Amazonas, há uma rede urbana rarefeita e desarticulada de cidades e vilas no interior dos estados (Browder e Godfrey 1997). Quando próximas uma da outra, como no caso de Ji-Paraná, Jaru e Ariquemes, as cidades do interior concorrem entre si. Na concorrência intermunicipal, nem todas as cidades conseguem crescer, enquanto algumas conseguem ganhos cumulativos em termos econômicos e demográficos. Grandes obras como as hidrelétricas podem atrair migrantes das regiões próximas.

Cada vez mais, além de ou em vez de migração, ocorre circulação temporária ou mesmo pendular entre campo e cidade, superando em intensidade a mobilidade temporária tradicional inerente ao extrativismo vegetal. Para esta mobilidade moderna, os meios de transporte de massa são notoriamente deficientes. O uso de motocicletas de duas rodas está se generalizando. Para a Amazônia, seria mais adequado para transporte de famílias e produtos o uso de “tuc-tucs”, com três rodas, o que exigiria sua legalização.

A cobertura do ensino fundamental melhorou, embora falte qualidade. O ensino médio e superior cresceu e se difundiu, mas também deixa a desejar. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) baseada na Revolução Verde é inadequada. Por outro lado, a televisão e a internet começam a chegar a qualquer lugar. Com esta tecnologia, o conhecimento poderá se difundir no interior de forma não presencial.

Os núcleos urbanos pequenos podem representar a civilização no meio da selva, onde se consegue alojamento, alimento, comunicação e comércio, mesmo se ainda não houver banco, médico e cibercafé, talvez nem padre ou delegado. O urbano na Amazônia,

mesmo com poucos milhares de habitantes, depende do contexto, distinguindo-se das outras regiões.

Atualmente, torna-se necessário mudar para cidades médias e grandes para adquirir conhecimento moderno, mesmo básico, como a utilização de computadores, requisito para trabalhar até como caixa de supermercado. Muitos jovens deixam o campo, em que permanece uma força de trabalho cada vez mais idosa, dependente de máquinas e energia que dificilmente consegue.

Uma rede urbana densa e equilibrada, ainda que defendida por alguns estudiosos, só seria possível com uma população duas ou três vezes maior que a atual. O custo da infra-estrutura para dezenas de milhões de pessoas adicionais seria proibitiva. A experiência mostra que não é possível planejar as redes urbanas, que dependem de forças de mercado. Um objetivo mais adequado seria melhorar o funcionamento da rede urbana existente, reduzindo a fricção espacial e aumentando a conectividade interurbana e a capilaridade das cidades.

Em vez da dicotomia rural/urbana oficial, seria preferível, para lidar melhor com a realidade regional, utilizar categorias tais como metropolitano e interiorano, agrupando a população rural, segundo os critérios do IBGE (não residentes em sedes de município ou distrito), com aquela dos pequenos núcleos urbanos no interior dos estados.

Atualmente, ocorre migração intensa para realizar trabalho temporário nas grandes obras, como no caso de Santo Antônio e Jirau em Rondônia. Esta mobilidade gera renda, mas também provoca problemas sociais de diversas ordens, desde a falta de infra-estrutura e maior custo de vida até violência e prostituição. Está acontecendo o mesmo no caso de Belo Monte, no Pará. As consequências no médio e longo prazo poderiam ser avaliadas vendo-se o que ocorreu em Itaipu, Tucuruí e Balbina, por exemplo. Talvez não sejam catastróficas.

Recentemente, surgiu um fluxo de migração internacional para o Acre por parte de haitianos. Por outro lado, há também emigração de brasileiros para países desenvolvidos, mesmo a partir de áreas de assentamento recente, onde atuam recrutadores chamados “coyotes”. Além da migração de retorno para as regiões de origem, estes movimentos indicam as condições difíceis enfrentadas pelas presentes gerações regionais para atender suas necessidades. No entanto, não há válvula de escape que resolva. A solução sustentável só pode ser interna à região.

#### **4 COMBINANDO POPULAÇÃO E SUSTENTABILIDADE**

Uma população regional de 25,5 milhões de pessoas, um total maior que a população da maioria de países do mundo, que se concentra em áreas urbanas e encontra poucas possibilidades de produção no campo e na cidade, significa um desafio para as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Na medida em que esteve presente na região, o Estado não tem favorecido a sustentabilidade. Até certo ponto, a população amazônica constitui mercados de produção e de consumo, exercendo funções econômicas, mas menos ou muito menos que a população das outras regiões. Portanto, há risco de dependência excessiva de transferências governamentais. As transferências não se realizarão completamente para sempre, uma vez que o orçamento nacional esbarra em limites e a cooperação financeira internacional recebida pelo Brasil está se reduzindo.

A população rural não pode ser considerada responsável pelo desmatamento (Carr et al. 2005). Pelo contrário, o êxodo rural abre o caminho para a pecuária e as monoculturas, que exigem vastas áreas desmatadas. Não é a urbanização que reduz as taxas de desmatamento. O baixo desmatamento do Estado do Amazonas deve-se

principalmente a sua localização desfavorável na fronteira distante, não à Zona Franca de Manaus.

A reforma agrária poderia romper com a dicotomia rural-urbana. O assentamento em lotes pequenos periurbanos, de poucos hectares, conforme foi feita de forma pioneira no Acre nos "pólos agroflorestais", teria menor impacto ambiental, custaria menos, envolveria mais beneficiários e garantiria acesso a mercados e serviços urbanos, sem separar famílias. Um problema que se constata com esta alternativa refere-se à especulação fundiária/imobiliária.

A saída para a Amazônia, ao menos a maior parte dela, parece ser combinar a população com a natureza, em vez de isolar uma da outra (Goodman e Hall 1990; Bilsborrow e Hogan 1999; Brannstrom 2001). Isto significa viabilizar a vida no meio rural e no urbano interiorano para quem prefere estes locais de residência, aumentando a capilaridade dos serviços urbanos. Atualmente, a tecnologia oferece possibilidades de vencer as distâncias amazônicas, sem a necessidade de padrões de assentamento densos.

A natureza oferece meios de vida de baixo custo que são mais caros nas cidades maiores: espaço para habitação e produção, frutos, peixe, caça, material de construção, água, combustível, remédios (Anderson e Clay 2002; Brasil 2007, 2009). As paisagens complexas com presença humana podem exercer funções ecológicas, econômicas e sociais, além de conservar a diversidade cultural. Justificam apoio do resto do país e mesmo do exterior.

As paisagens combinando população e sustentabilidade teriam que incluir áreas protegidas definidas no Código Florestal Brasileiro. A exigência de RL de 80% e APP abrangendo toda a área inundável só terão viabilidade e racionalidade se for permitido seu uso sustentável, mantendo funções ecossistêmicas com escala macrorregional.

Segundo este repensamento para o século XXI, a Amazônia poderá encontrar soluções próprias e distintas, combinando modernidade e tradição, em vez de buscar adesão a modelos modernos uniformes que dificilmente darão os resultados esperados em termos econômicos, sociais ou ambientais. O padrão único não é viável nem desejável. Outra Amazônia é possível.

## 5 DESAFIOS

Entre os principais desafios de combinar a dinâmica populacional, que em grande medida é pre-determinada, e o desenvolvimento sustentável na Amazônia, pode-se destacar:

1. **Maior presença do Estado**, com aplicação efetiva da lei (*enforcement*), segurança jurídica, transparência, responsabilização (*accountability*) e busca da justiça socioambiental, integrando as políticas ambientais, econômicas e sociais.
2. **Contenção do agronegócio nas áreas já desmatadas**, especialmente nas pastagens degradadas, com maior produtividade e sustentabilidade (menor erosão, poluição e emissões) e sem novos desmatamentos.
3. **Viabilização de atividades econômicas sustentáveis**, ao menos no conjunto regional, se não em todos os pontos, para melhorar a geração de renda para a população urbana e rural e a arrecadação de tributos para os governos estaduais e municipais.
4. **Infraestrutura para uma população dispersa** a grandes distâncias e aumento da cobertura de serviços de educação, saúde, saneamento, transporte, comunicação e energia.

5. **Interconectividade e capilaridade da rede urbana rarefeita e desequilibrada**, que inclui muitos núcleos pequenos isolados, sem uma rede densa de cidades intermediárias.
6. **Macropaisagens produtivas sustentáveis** fora de áreas protegidas de proteção integral, abrigando PAISanos, com a localização e a escala necessárias para manter as diversas funções ecológicas.
7. **Consentimento livre, prévio e informado** para comunidades informais e toda a sociedade afetada direta e indiretamente por grandes projetos, com normas e critérios específicos e processos de negociação de compensações justas.
8. **Prevenção do vazamento do desmatamento** tanto para a floresta quanto para o Cerrado devido à criação de unidades de conservação e às exigências de recomposição do passivo ambiental em áreas já desmatadas.
9. **Prevenção de efeitos negativos inesperados de PSA e REDD+** tais como vazamento ou estímulo ao desmatamento em outros lugares e criação de expectativas falsas e dependência sem segurança entre comunidades locais.
10. **Participação efetiva da sociedade civil na “governança suficientemente boa”** quando a população é dispersa, pobre, pouco qualificada e dependente de recursos governamentais para sua organização e deslocamento físico, conciliando a multiplicidade de direitos definidos atualmente.

## 6 RECOMENDAÇÕES

As recomendações que parecem ser viáveis na realidade econômica e política atual, as quais devem ser discutidas com as partes interessadas, incluem:

1. **Pleno estado de direito e cidadania na Amazônia toda**, além de política ambiental per se, respeitando-se a Constituição, a legislação nacional e todos os acordos internacionais pertinentes, tais como a Agenda 21, as convenções ambientais, os demais acordos do ciclo social de conferências das Nações Unidas (Direitos Humanos em Viena, População e Desenvolvimento em Cairo, Mulher em Beijing, Desenvolvimento Social em Copenhague e Habitat em Istambul) e as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
2. **Cooperação técnica e financeira intra e interregional**, entre níveis federativos, estados e municípios, incluindo os menores e mais remotos, assim como arranjos produtivos locais (APLs) com plataformas tecnológicas, cooperação entre biomas, cooperação pan-amazônica e cooperação internacional triangular Norte-Sul-Sul, sempre com participação efetiva da sociedade.
3. **Acesso a terra e recursos naturais** em terras públicas e privadas nas áreas urbanas, rurais e periurbanas, com garantias da integridade das terras dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, combinado com acesso a mercados e serviços para viabilizar o uso sustentável da biodiversidade.
4. **Fortalecimento da economia popular rural** (agricultura familiar, agroecologia, agroextrativismo, pluriatividade rural e urbana), destravando marcos regulatórios para viabilizar a comercialização da produção familiar de diversos tipos, especialmente os produtos do uso sustentável da biodiversidade, a exemplo da castanha e agora do açaí, promovendo-se o pagamento por produtos e serviços ambientais, não apenas serviços, i.e. *payment for environmental goods and services*.

5. **Cooperação entre gerações** mediante formas alternativas de ensino médio e técnico, emprego formal e atividade informal com prazos e horários flexíveis para a juventude e programas especiais para crianças, adolescentes e idosos.
6. **Equidade de gênero**, inclusive quanto a propriedade da terra e entre comunidades indígenas, quando apropriado, bem como a garantia de acesso a serviços de saúde reprodutiva e sexual.
7. **Atendimento a saúde com uso de transporte adequado e tecnologia da informação e comunicação** para melhorar o diagnóstico, a triagem, o tratamento e o acompanhamento de pacientes em locais remotos.
8. **Arranjos intermunicipais, interestaduais e transfronteiriços** para extensão de serviços de educação, saúde, seguridade social, água, saneamento (quando apropriado) e energia para todas as áreas urbanas, rurais e periurbanas.
9. **Análises abrangentes de impacto ambiental e social de projetos em seu conjunto**, com inclusão dos afetados e beneficiários todos, diretos e indiretos, não apenas algumas comunidades.
10. **Inclusão ecossocial na Economia Verde**, promovendo a inclusão social produtiva, não apenas áreas protegidas, eficiência energética e alta tecnologia transferida do Norte ao Sul.

## 7 AGENDAS DE PESQUISA

Listam-se a seguir algumas questões prioritárias propostas para as agendas de pesquisa sobre população e sustentabilidade na Amazônia em função das análises apresentadas neste estudo. Foram escolhidas cinco questões para cada um dos três pilares do desenvolvimento sustentável: ambiental, econômico e social. Uma vez que não há conhecimento pronto na região, nem no país ou no exterior, as pesquisas dependem de iniciativas regionais combinadas com intercâmbio e cooperação entre regiões e, se possível, entre países.

### 7.1 Pesquisa Ambiental

As pesquisas ambientais propostas dizem respeito prioritariamente a:

1. **Mudança indireta no uso da terra** em função da expansão de cana-de-açúcar e da soja em regiões melhor localizadas e seus impactos sobre florestas e comunidades locais em áreas de expansão da fronteira agropecuária.
2. **Vazamento do desmatamento** em função da criação de áreas protegidas e da aplicação efetiva da legislação sobre Reservas Legais e Áreas de Proteção Permanente dentro da Amazônia e nos outros biomas brasileiros.
3. **Ciclos hidrológicos inter-regionais**, em paisagens ecossociais plurifuncionais, com presença humana, e comparações com os ciclos hidrológicos em florestas, pastagens, monoculturas e capoeiras, considerando tanto a evapotranspiração e a formação de nuvens quanto a infiltração e o escoamento superficial (*runoff*).
4. **Estoques e fluxos de carbono aéreo e subterrâneo em áreas antropizadas** de floresta e savana na Amazônia e sua evolução ao longo do tempo de acordo com a intensidade de queimadas e diversos usos da terra.
5. **Espécies ameaçadas de fauna e flora em áreas antropizadas** de diversos tipos e os impactos de sua presença ou ausência sobre as diversas funções ecológicas.

## 7.2 Pesquisa Econômica

As pesquisas econômicas propostas dizem respeito prioritariamente a:

1. **Tecnologias economicamente viáveis de aumentar a produtividade e a sustentabilidade do agronegócio** (pecuária, culturas agrícolas anuais e perenes, integração lavoura-pecuária) nas áreas já desmatadas.
2. **Perspectivas da produção para o mercado da agricultura familiar** dentro e fora de assentamentos de diversos tipos, considerando tendências, limites e possibilidades em mercados globalizados.
3. **Custos anuais de pagamento por serviços ambientais** referentes a água, biodiversidade e carbono de forma generalizada para todos os prestadores, não apenas em projetos pontuais.
4. **Comparação interregional da evolução do preço da terra** de acordo com suas características (floresta com madeira, floresta sem madeira, savana, capoeira) e sua localização em termos de distância de cidades, portos, estradas (pavimentadas e de terra).
5. **Formas de destravar marcos regulatórios inadequados** (fiscais, tributários, sanitários, ambientais, trabalhistas, organizacionais etc.) para viabilizar o uso comercial da biodiversidade de forma sustentável.

## 7.3 Pesquisa Social

As pesquisas sociais propostas dizem respeito prioritariamente a:

1. **Quantidade de extrativistas ou agroextrativistas formais ou informais** que existem na Amazônia, além dos números mínimos do IBGE, e sua distribuição espacial e composição quanto a produtos e fontes de renda.
2. **Inovações tecnológicas para inclusão social** sem aumentar a desigualdade regional ou interpessoal, privilegiando alguns em detrimento de outros, e sem gerar desemprego tecnológico.
3. **Alternativas de “modernidade seletiva”** para povos indígenas e comunidades tradicionais, combinando elementos adequados da modernidade e da tradição para atender as necessidades de presentes e futuras gerações.
4. **Redes urbanas e de infraestrutura de transportes e energia** suficientes para propiciar acesso a mercados e serviços públicos apesar das distâncias.
5. **Transporte e TIC para melhorar o atendimento das necessidades de populações interioranas** em termos de saúde, educação e sociabilidade em locais remotos.

## REFERÊNCIAS

- ALLEGRETTI, Mary. 2002. **A construção social de políticas ambientais**: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Brasília: Universidade de Brasília. Tese de Doutorado.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. (Orgs.). 2010. **Nova cartografia social**: territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições.
- ALMEIDA, Anna Luiza Ozório de. 1992. **The colonization of the Amazon**. Austin: University of Texas Press.
- ALSTON, Lee J.; LIBECAP, Gary D.; MUELLER, Bernardo. 1999. **Conflict and land use**: the development of property rights and land reform on the Brazilian Amazon frontier. Ann Arbor: University of Michigan Press.

- ALVES, Diógenes. 2002. An analysis of the geographical patterns of deforestation in Brazilian Amazonia in the 1991-1996 period. In: WOOD, Charles H.; PORRO, Roberto (Eds.) **Land use and deforestation in the Amazon**. Gainesville: University Presses of Florida.
- ANDERSON, Anthony; CLAY, Jason (Orgs.). 2002. **Esverdeando a Amazônia: comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis**. Brasília: IIEB.
- ARAGÃO, Luiz E.O.C. 2012. The rainforest's water pump. **Nature**, v.49, Sep., p.217-218.
- ARRAUT, Josefina Moraes; NOBRE, Carlos; BARBOSA, Henrique M.J.; OBREGON, Guillermo; ARTAXO, Paulo; DIAS, M.A. 2003. O mecanismo da floresta para fazer chover. **Scientific American Brasil**, v.1 n.11, abr., p.38-45.
- ASSAD, Eduardo; PINTO, Hilton Silveira. 2008. **Aquecimento global e cenários futuros da agricultura brasileira**. São Paulo: EMBRAPA, UNICAMP.
- BABIN, Didier; WEBER, Jacques; SAYER, Jeffrey. 2004. Conclusions. In: BABIN, Didier (Ed.). **Beyond tropical deforestation: from tropical deforestation to forest cover dynamics and forest development**. Paris: UNESCO/CIRAD. p.465-467.
- BARRETO, Paulo et al. 2005. **Human pressure in the Brazilian Amazon**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.
- BARRETO, Paulo; PEREIRA, Ritaumaria; ARIMA, Eugenio. 2008. **A pecuária e o desmatamento na Amazônia na era das mudanças climáticas**. Belém: IMAZON.
- BARROS, Juliana Vasconcelos de Souza. 2017. **Estratégias reprodutivas e evolução da fronteira agrícola: um estudo qualitativo para Machadinho d'Oeste, Rondônia**. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, UFMG. Tese de Doutorado.
- BECKER, Bertha. 1982. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar.
- BECKER, Bertha. 1995. Undoing myths: the Amazon, an urbanized forest. In: CLÜSENER-BECKER, Bertha. 2004. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond.
- BECKER, Bertha; COSTA, Francisco de Assis; COSTA, Wanderley Messias da. 2009. **Um projeto para a Amazônia no século XXI: desafios e contribuições**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.
- BELCHER, Brian; SCHRECKENBERG, Kathrin. 2007. Commercialisation of non-timber forest products: a reality check. **Development Policy Review**, v.25, n.3. p.355-77.
- BENCHIMOL, Samuel. 1977. **Amazônia: um pouco antes e além-depois**. Manaus: Umberto Calderaro.
- BETTS, Richard A.; MALHI, Yadvinder; ROBERTS, J. Timmons. 2008. The future of the Amazon: new perspectives from climate, ecosystem and social sciences. **Philosophical Transactions of the Royal Society B**, v.363, n.1498, p.1729-35.
- BIERREGAARD, Richard O.; GASCON, Claude; LOVEJOY, Thomas E.; MESQUITA, Rita C.G. 2001. **Lessons from Amazônia: the ecology and conservation of a fragmented forest**. New Haven: Yale University Press.
- BILSBORROW, Richard E.; HOGAN, Daniel (Eds.). 1999. **Population and deforestation in the humid tropics**. Liège: International Union for the Scientific Study of Population.
- BRANNSTROM, Christian. 2001. Conservation-with-development models in Brazil's agro-pastoral landscapes. **World Development**, n.8, p.1345-1359.

- BRASIL. 2007. **Decreto No. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**: Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- BRASIL. 2008. **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Brasília: Presidência da República.
- BRASIL. 2009. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília: Presidência da República.
- BRONDIZIO, Eduardo. 2009. Análise intra-regional de mudanças do uso da terra na Amazônia. In: MORAN, Emílio; ORSTROM, Elinor (Orgs.). **Ecossistemas florestais: interação homem-ambiente**. São Paulo: SENAC, EDUSP, p.289-326.
- BROWDER, John; GODFREY, Brian. 1997. **Rainforest cities**: urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon. New York: Columbia University Press.
- BRUNDTLAND, Gro H. 1987. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- BUENAFUENTE, Sandra Maria Franco (Org.). 2007. **Amazônia: riquezas naturais e sustentabilidade sócio-ambiental**. Boa Vista: Editora UFRR.
- BURSZTYN, Marcel. 2012. Comunicação pessoal.
- BUTLER, John. 1985. **Land, gold and farmers**: agricultural colonization and frontier expansion in the Brazilian Amazon. Gainesville: University of Florida. Ph.D., Anthropology.
- CAPOBIANCO, João Paulo et al. (Orgs.). 2001. **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: ISA, Estação Liberdade.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. 1977. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense.
- CARR, David L.; SUTER, Laurel; BARBIERI, Alisson. 2005. Population dynamics and tropical deforestation: state of the debate and conceptual challenges. **Population and Environment**, v.27, n.1, Sep., p.89-113.
- CARVALHO, Clarissa Pressoti Guimarães. 2010. **Amazônia em crise: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil**. Brasília: WWF-Brasil.
- CASTRO, Edna (Org.). 2008. **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume.
- CASTRO, Edna; PINTON, Florence. 1997. **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP. 395p.
- CASTRO, Márcia C. de. 2002. **Spatial configuration of malaria risk on the Amazon frontier: the hidden reality behind global analysis**. Princeton: Princeton University. Ph.D.
- CEBRAP. 1977. **Pesquisa nacional sobre reprodução humana: Conceição do Araguaia**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. (Estudos de População, 2).
- CEDEPLAR. 1977. **Migrações internas na região Norte: estudo de campo da região de Marabá**. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.
- CEDEPLAR. 1979. **Migrações internas na região Norte: o caso do Acre**. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.
- CEDEPLAR. 1979. **Ocupação agrícola da Amazônia: primeiros estudos para a fixação de diretrizes**. Belo Horizonte. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.
- CINTRA, Luiz Antônio. 2012. O risco da relitoralização. **Carta Capital**, 12 jul.

- CIRAD. 2007. **Systemes intégrés de gestion participative des ressources forestières et agricoles par les populations rurales en Amazonie**. Brasília: Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement.
- CONABIO. 2013. Resolução CONABIO n.06, de 03 de setembro de 2013: dispõe sobre as metas nacionais de biodiversidade para 2020. Brasília: Comissão Nacional de Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente.
- COSTA, Francisco de Assis. 2009. Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade. In: BECKER, Bertha; COSTA, Francisco de Assis; COSTA, Wanderley Messias da. **Um projeto para a Amazônia no século XXI: desafios e contribuições**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. p.215-299.
- CUNHA, Aécio; SAWYER, Donald. 1997. Agricultural growth, sustainability and poverty alleviation in the Brazilian Amazon. In: VOSTI, Stephen A.; REARDON, Thomas (Eds.). **Sustainability, growth and poverty alleviation: a policy and agroecological perspective**. Baltimore: Johns Hopkins University Press. p.179-190.
- CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro. 2001. Populações indígenas, povos tradicionais e preservação na Amazônia. In: CAPOBIANCO, João Paulo et al. (Orgs.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: ISA, Estação Liberdade. p.184-193.
- DAVIS, Shelton H. 1977. **Victims of the miracle: development and the Indians of Brazil**. New York: Cambridge University Press.
- DECONTO, Jaime Gesisky. 2009. **Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola no Brasil**. Brasília: EMBRAPA, UNICAMP, Embaixada Britânica.
- DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. 2009. **Farmacopéia popular do Cerrado**. Brasília: Articulação Pacari/Associação Pacari.
- DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá. 2008. **Avaliação-construção de projetos de desenvolvimento local a partir da valorização dos produtos florestais da Amazônia Brasileira: caso da castanha-do-brasil**. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Tese de Doutorado.
- DOWIE, Mark. 2009. **Conservation refugees: the hundred-year conflict between global conservation and native peoples**. Cambridge: MIT Press.
- ENRÍQUEZ, Gonzalo Enrique Vasquez. 2008. **Desafios da sustentabilidade da Amazônia: biodiversidade, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas**. Doutorado. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
- ENRIQUEZ, Maria Amélia. 2007. **Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira**. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Tese de Doutorado.
- FEARNSIDE, Philip M. 1982. Deforestation in the Brazilian Amazon: how fast is it occurring? **Interciência**, v.7, n.2, Mar.-Apr., p.82-88.
- FEARNSIDE, Philip M. 2005. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, v.1, n.1, jul., p.113-123.
- FEARNSIDE, Philip M. 2017a. Business as usual: a resurgence of deforestation in the Brazilian Amazon. **Yale Environment 360**.
- FEARNSIDE, Philip M. 2017b. Deforestation in Brazilian Amazonia. In: E. Wohl, E. (Ed.). **Oxford Bibliographies in Environmental Science**. New York: Oxford University Press.

- FGV. 2003. **Piscicultura**: potencialidades regionais, estudo de viabilidade econômica. Manaus: Fundação Getúlio Vargas, Superintendência da Zona Franca de Manaus.
- GASQUES, José Garcia; YOKOMIZO, Clando. 1986. Resultados de 20 anos de incentivos fiscais na agropecuária na Amazônia. In: **Anais do Encontro Nacional de Economia**. Rio de Janeiro: ANPEC, p.47-84.
- GOLDEMBERG, José. 2009. Em defesa das hidrelétricas. **O Estado de São Paulo**, 20 de julho.
- GONÇALO, José E.; DE NEGRI, João A.; PIRES, Mauro O.; MAGALHÃES, Reginaldo S. 1998. **Estudo sobre a situação da comercialização de produtos florestais não madeireiros (PFNM) no Brasil**. Brasília: PNUD.
- GOODMAN, David; HALL, Anthony (Eds.). 1990. **The future of Amazônia**: destruction or sustainable development? London: MacMillan.
- GREENPEACE. 2009. **A farra do boi na Amazônia**. São Paulo: Greenpeace.
- HADDAD, Paulo; REZENDE, Fernando. 2002. **Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- HALL, Anthony. 1997. **Sustaining Amazonia**: grassroots action for productive conservation. Manchester: Manchester University Press.
- HECHT, Susanna. 1982. **Cattle ranching development in the eastern Amazon**: evaluation of a development policy. Berkeley: University of California. PhD.
- HECHT, Susanna; COCKBURN, Alexander. 1989. **The fate of the forest**: developers, destroyers and defenders of the Amazon. New York: Verso.
- HECHT, Susanna; MANN, Charles. 2008. How Brazil outfarmed the American farmer. **Fortune**, Jan. 21, p.92-106.
- HEMMING, John. 2011. **Árvore de rios**: a história da Amazônia. São Paulo: Editora SENAC.
- HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret E. 2007. **Greening Brazil**: environmental activism in State and society. Durham: Duke University Press.
- HOGAN, Daniel; CUNHA, José Marcos P.; BAENINGER, Rosana; CARMO, Roberto Luis (Eds.). 2002. **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. 2003. **História da agricultura na Amazônia**: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. 2008. **Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. 2011. Madeira na Amazônia: extração, manejo ou reflorestamento? **Amazônia: Ciência e Desenvolvimento**, v.7, n.13, jul./dez., p.147-161.
- IBGE. 2009. **Censo agropecuário 2006**: agricultura familiar, primeiros resultados, Brasil, grandes regiões e unidades da Federação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE. 2010. **Atlas nacional do Brasil Milton Santos**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- INCRA. 1999. **O livro branco da grilagem da terra**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- ISA. 2009. **Atlas de pressões e ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental.

- ISA. 2017. Povos indígenas do Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- ISPN. 2005. **Cerrado que te quero vivo!** Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza; Instituto Centro de Vida.
- KAWA, Nicholas. 2016. **Amazônia in the Anthropocene**. Austin: University of Texas Press.
- KINZO, Mary Dayse. 1982. **Colonização e as transformações na estrutura de classes:** de posseiro a colono. Brasília: Universidade de Brasília. Mestrado, Sociologia.
- KINZO, Mary Dayse. 1986. **Small farmers and the State:** agriculture on the Amazon frontier. Manchester: University of Manchester. PhD.
- LE TOURNEAU, François-Michel. 2009. La distribution du peuplement en Amazonie brésilienne: l'apport des données par secteur de recensement. **L'Espace géographique**, n.4, p.359-375.
- LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. 2010. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre políticas agrária e ambiental. **Sociedade e Ambiente**, v.13, n.1.
- LITTLE, Paul E. 2013. **Megaproyectos en la Amazonia:** un análisis geopolítico y socioambiental con propuestas de mejor gobierno para la Amazonía. Lima: Red Jurídica Amazónica (RAMA), Articulación Regional Amazónica (ARA), Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR).
- LOURENÇO, Alberto. 2009. Regularização fundiária e desenvolvimento na Amazônia. **Interesse Nacional**, jul.
- LOURENÇO, José Seixas; SAWYER, Donald. 2001. Novos rumos para a pesquisa científica. **Revista SEBRAE**, n.2, dez., p.54-9.
- LUI, Gabriel Henrique. 2013. **Transição de modos de vida rurais na Amazônia brasileira:** uma perspectiva longitudinal sobre diversificação de renda, atividades agrícolas e uso da terra entre pequenos produtores. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.
- MACHADO, Luciana; PASQUIS, Richard. 2004. Deforestation in Amazônia: the actual situation is difficult to pinpoint. In: BABIN, Didier (Ed.). **Beyond tropical deforestation:** from tropical deforestation to forest cover dynamics and forest development. Paris: UNESCO/CIRAD p.27-39.
- MAGRO, Maira. 2009. Brasil à venda: estrangeiros querem terras para produzir alimentos e o país não tem controle dos investimentos. **Istoé**, 10 jun.
- MARENGO, José. 2006a. **Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade:** caracterização do clima atual e definição das alterações para o território brasileiro ao longo do século XXI. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- MARENGO, José. 2006b. On the hydrological cycle of the Amazon basin: a historical review and current state-of-the-art. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v.21, n.3a, ago., p.1-19.
- MARGULIS, Sergio. 2003. **Causes of deforestation of the Brazilian Amazon**. Washington: World Bank. (Working Paper, 22).
- MARTINS, José de Souza. 2009. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. 2ed. São Paulo: Contexto.
- MATHIS, Armin. 1995. **Garimpagem de ouro na Amazônia:** atores sociais, relações de trabalho e condições de vida. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.
- MATRICARDI, Eraldo. 2011. Comunicação pessoal.

- MCT. 2004. **Primeiro inventário brasileiro de emissões antrópicas de gases de efeito estufa**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia.
- MDA et al. 2009. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- MELLO, Neli Aparecida. 2006. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume.
- MELLO, Neli Aparecida; THÉRY, Hervé. 2001. A armadura do espaço amazônico: eixos e zoneamentos. **Alceu**, v.1, n.2, jan./jul., p.181-214.
- MENDES, Armando Dias. 1974. **A invenção da Amazônia**: contribuição à formulação de uma estratégia para desenvolvimento regional. Belém: Universidade Federal do Pará. (Coleção Amazônica, Série Tavares Bastos)
- MIRAGAYA, Júlio. 2009. **A expansão da pecuária bovina e da soja na Amazônia Legal no período 1990/2008**: impactos econômicos e ambientais. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Tese de Doutorado.
- MONTE-MOR, Roberto Luis. 2004. **Modernities in the jungle**: extended urbanization in the Brazilian Amazonia. Los Angeles: Department of Urban Planning, University of California. Ph.D.
- MORAN, Emilio. 1993. **Through Amazonian eyes**: the human ecology of Amazonian populations. Iowa City: University of Iowa Press.
- MUCHAGATA, Márcia. 2004. O papel das organizações de agricultores nas transformações recentes do uso do espaço em região de fronteira amazônica: o caso da região de Marabá. In: SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel. (Orgs.). 2004. **Amazônia**: cenas e cenários. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p.237-60.
- NEPSTAD, Daniel; STICKLER, Cláudia M.; SOARES-FILHO, Britaldo; MERRY, F. 2008. Interactions among Amazon land use, forests and climate: prospects for a near-term forests tipping point. **Philosophical Transactions of the Royal Philosophical Society B**, n.363, p.1737-1746.
- NEPSTAD, Daniel et al. 2009. The end of deforestation in the Brazilian Amazon. **Science**, n.326, p.1350.
- NOBRE, Carlos A.; SAMPAIO, Gilvan; SALAZAR, Luis. Cenários de mudança climática para a América do Sul para o final do século 21. **Parcerias Estratégicas**, n.27, dez., p.19-42.
- NOGUEIRA, Mônica. 2005. **Quando o pequeno é grande**: uma análise de projetos comunitários no Cerrado. São Paulo: Annablume.
- PASQUIS, Richard; SILVA, Alessandra; WEISS, Joseph; MACHADO, Luciana. 2005. 'Reforma agrária' na Amazônia: balanço e perspectivas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.22, n.1, jan./abr., p.83-96.
- PBMC. 2013. **Primeiro relatório de avaliação nacional**. No prelo.
- PENN, Mark J.; ZALESNE, E. Kinney. 2008. **Microtendências**: as pequenas forças por trás da grandes mudanças de amanhã. Rio de Janeiro: BestSeller.
- PEREIRA, Alberto Carlos Lourenço. 1990. **Garimpo e fronteira amazônica**: as transformações dos anos 80. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado.
- PETERS, C.M.; GENTRY, A.H.; MENDELSON, R.O. 1989. Valuation of an Amazonian rainforest. **Nature**, n.339, p.655-656.

- PIRES, Mauro Oliveira; SCÁRDUA, Fernando Paiva. 1998. **Extrativismo vegetal no Cerrado**. Brasília: ISPN.
- RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. 2005. **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal.
- RIVERO, Sérgio; JAYME Jr., Frederico G. (Orgs.). 2008. **As Amazônias do século XXI**. Belém: Ed. Universitária UFPA.
- SALATI, Enéas; MARQUES, J.; MOLION, L.C.B. 1978. Origem e distribuição das chuvas na Amazônia. **Interciência**, v.3, n.4, p. 200-206.
- SANTOS, Roberto. 1980. **História econômica da Amazônia (1800/1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz.
- SAWYER, Donald et al. 1990. **Fronteiras na Amazônia**: significado e perspectivas. Belo Horizonte. 184p.
- SAWYER, Donald. 1979b. Colonização da Amazônia: migração de nordestinos para uma frente agrícola no Pará. **Revista Econômica do Nordeste**, v.3, no.10, jul./set., p.773-812.
- SAWYER, Donald. 1984. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.1, n.1/2, jan./dez., p.3-33.
- SAWYER, Donald. 1985. Industrialization of Brazilian agriculture and debilitation of the Amazon frontier. In: MISRA, R.P. et al. (Orgs.). **Regional development in Brazil**: the frontier and its people. Nagoya: United Nations Centre for Regional Development, p.35-67.
- SAWYER, Donald. 1987. Urbanização da fronteira agrícola no Brasil. In: LAVINAS, Lena (Ed.). **Urbanização da fronteira**. Rio de Janeiro: Publipur, UFRJ. p.43-57.
- SAWYER, Donald. 1993a. Economic and social consequences of malaria in new colonization projects in Brazil. **Social Science and Medicine**, v.37, n.9, p.1131-6.
- SAWYER, Donald. 1993b. População e meio ambiente na Amazônia brasileira. In: MARTINE, George (Org). **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Campinas: Editora da UNICAMP. p.149-70.
- SAWYER, Donald. 1995. Dinâmica espacial da população. In: ABSY, M.L. et al. (Coords.). **Conhecimento científico para gestão ambiental**: Amazônia, Cerrados e Pantanal. Brasília: IBAMA. t.1, p.45-88.
- SAWYER, Donald. 2001. Evolução demográfica, qualidade de vida e desmatamento na Amazônia. In: MMA. **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. p.73-90.
- SAWYER, Donald. 2008a. Climate change, biofuels and eco-social impacts in the Brazilian Amazon and Cerrado. **Philosophical Transactions of the Royal Society B**, v.363, n.1498, p.1747-52.
- SAWYER, Donald. 2009b. Fluxos de carbono na Amazônia e no Cerrado: um olhar socioecossistêmico. **Sociedade e Estado**, v.24, n.1, jan./abr., p.149-171.
- SAWYER, Donald. 2009e. **Entraves regulatórios de atividades extrativistas na Amazônia**: problemas, enfrentamento e soluções. Brasília. Nota Técnica elaborada para o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE).
- SAWYER, Donald. 2010. **Atividades econômicas sustentáveis na Amazônia Legal**. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.
- SAWYER, Donald. 2012. **Pasture degradation and deforestation in the Amazon**: doubling the clearing or halving the calving? Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza.

- SAWYER, Donald. 2013. **Sociedade, população e natureza em movimento**: perspectivas ecossociais. Manuscrito não publicado.
- SAWYER, Donald. 2017. Saúde, ambiente e desenvolvimento sustentável no Brasil. Submetido a **Sociedade & Ambiente**.
- SAWYER, Donald; CARVALHO, Igor S.H. de. 2012. Territórios e usos da biodiversidade no Norte de Minas: causas estruturais dos conflitos socioambientais. In: GUEDES, Gilvan Ramalho; OJIMA, Ricardo (Coord. e Co-Org.). **Território, mobilidade populacional e ambiente**. Governador Valadares: Ed. UNIVALE, p.71-92.
- SAWYER, Donald; LOBO, Andréa de Souza. 2008. O papel da sociedade no estabelecimento de políticas públicas para as savanas. In: FALEIRO, Fábio Gelape; FARIAS Neto, Austeclínio Lopes de (Eds.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina: EMBRAPA Cerrados, p.1153-81.
- SAWYER, Eric Jorge; TASSO, João Paulo; ASSAD, Luís Tadeu (Orgs.). 2010. **Turismo sustentável**. Brasília: Instituto Ambiental Brasil Sustentável.
- SCHIESARI, Luis et al. Pesticide use and biodiversity conservation in the Amazonian agricultural frontier. **Philosophical Transactions of the Royal Society B**, v.368, 22 Apr.
- SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. 1992. **Contested frontiers in Amazonia**. New York: Columbia University Press.
- SCHNEIDER, Robert et al. 2002. **Sustainable Amazon**: limitations and opportunities for rural development. Washington: World Bank. (Environment Series Technical Paper, 515).
- SERRÃO, E.A.S.; TOLEDO J.M. 1990. The search for sustainability in Amazonian pastures. In: ANDERSON, A.B. (Ed.). **Alternatives to deforestation**: steps toward sustainable use of the Amazon rain forest. New York: Columbia University Press, p.195-214.
- SHANLEY, Patricia; PIERCE, Alan; LAIRD, Sarah. 2006. **Além da madeira**: a certificação de produtos florestais não-madeireiros. Bogor: Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR).
- SJAASTAD, Espen; VEDEL, Paal. 2008. Forest environmental income and the rural poor. In: Cleveland, Cutler C. (Ed.). **Encyclopedia of Earth**. Washington: Environmental Information Coalition, National Council for Science and the Environment.
- SMERALDI, Roberto; VERÍSSIMO, José Adalberto. 1999. **Acertando o alvo**: consumo de madeira no mercado interno brasileiro e promoção da certificação florestal. São Paulo: Amigos da Terra - Programa Amazônia; Piracicaba: IMAFLORA; Belém: IMAZON.
- SMERALDI, Roberto; MAY, Peter. 2008. **O reino do gado**: uma nova fase na pecuarização da Amazônia. São Paulo: Amigos da Terra - Amazônia Brasileira.
- SYDENSTRICKER, John M. 1992. **Parceleiros de Machadinho**: história migratória e as interações entre a dinâmica demográfica e o ciclo agrícola em Rondônia. Campinas: Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas. (Textos NEPO, 18).
- TORRES, Haroldo. 1990. **Migração e agricultura na fronteira**: o caso da Amazônia Sul. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade
- VEREDAS. 2014. **População e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- WALKER, Robert et al. 2008. Ranching and the new global range: Amazônia in the 21st century. **Geoforum**, n.40, p.735-742.
- WUNDER, Sven, BÖRNER, Jan; TITO, M.R.; PEREIRA, L. 2008. **Pagamentos por serviços ambientais**: perspectivas para a Amazônia. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

## **Por uma autonomia amazônica: a construção de uma hipótese de regionalismo forte e suas consequências sociais e acadêmicas**

Carlos Potiara Castro,  
Faculdade de Comunicação e Núcleo de Estudos Amazônicos da  
Universidade de Brasília, carlospotiara@unb.br

### **Resumo**

Por motivos históricos, econômicos, geográficos, políticos, entre outros, vimos surgir em anos recentes discussões sobre a pertinência de se conceder autonomia regional a sub unidades de alguns estados nacionais. Geralmente, a questão da identidade cultural perpassou essas discussões. Podemos citar os casos do Quebec, de Hong Kong e da Escócia. Neles, a discussão em torno da autonomia se deu como se fosse a expressão da maturidade das instituições nacionais. Da parte dos cidadãos, uma questão de urbanidade para realizar discussões sobre a história e valores de seus países. Neste trabalho, realizo uma discussão sobre as consequências do lugar ocupado pela Amazônia no Brasil. Os modelos de desenvolvimento e as pautas econômica e política da região são essencialmente definidos por perspectivas sudestinas. Do ponto de vista dos estudos amazônicos, as teorias paradigmáticas nesse campo compõem com os vetores de transformação e despossessão territorial, realizando uma interpretações de sua consolidação futura. Os movimentos sociais, da mesma forma, convivem com organizações de lealdades dúbias. Temos portanto uma situação de duplo vínculo (*double bind*), no sentido Batesoniano, de pertencimento e ao tempo de estranhamento. Nesse contexto, temos diferentes níveis e modelos de autonomia. Nos locais citados, os debates realizados foram momentos de reconhecimento das diferenças, particularidades e penalizações perpetradas pelos estados nacionais. O meu objetivo aqui é de dialogar de forma reflexiva, sobre essa distância entre Amazônia e Brasil e o quais perspectivas pode-se pensar sobre isso.

**Palavras chave:** Movimento autonomista; Amazônia; Academia; Movimentos sociais; Duplo vínculo;

## **Amazonian autonomy: the construction of a hypothesis of strong regionalism and its social and academic consequences**

### **Abstract:**

For historical, economic, geographic and political reasons, we have seen in recent years discussions about the formal autonomy of a given region on a nation state. Generally, cultural identity permeated these experiences. We can mention the cases of Quebec, Hong Kong and Scotland. In these cases, the public debate were the expression of institutional maturity and of debating the history and values of their countries. In this work, I discuss the consequences of the place occupied by the Amazon in Brazil. Southern perspectives defined the current trends lived by local societies. From the point of view of the field of Amazonian Studies, the most influential theories adopt at different levels a perspective from the south as well. In the same way, social movements coexist with organizations with dubious loyalties. Thus we have here a situation of *double bind* in the Batesonian sense of belonging and of estrangement. In this context, we have in the examples above, different levels of autonomy. And the discussion around them were moments of recognition of particularities and symbolical violences perpetrated by national states. Thus, my aim is to talk in a reflexive way on this distance between the Amazonian and Brazilian perspectives.

**Keywords:** Regional autonomism; Amazon; Amazonian Studies; Social movements; Double bind

## **Una autonomía amazónica: la construcción de una hipótesis de regionalismo fuerte y sus consecuencias sociales y académicas**

### **Resumen:**

Por razones históricas, económicas, geográficas, políticas, entre otros, hemos visto surgir en los últimos años en algunos países una discusión sobre el una región ganar estatus especial de la parte de un Estado-nación. En general, la cuestión de la identidad cultural há impregnado estas experiencias. Podemos citar el caso de Quebec, Hong Kong y Escocia. En ellos, la discusión de la autonomía fue dado como una madurez institucional. En este trabajo, yo hago un análisis sobre el estatus de la Amazonía en Brasil. Pues los modelos de desarrollo, las agendas económicas y políticas de la región se definieron esencialmente por las perspectivas del sur del país. Desde la perspectiva de los estudios amazónicos, los autores más influyentes en este campo interpretan las tendencias futuras y la consolidación de los vectores de modificación territorial. Los movimientos sociales, de la misma manera, viven con organizaciones que

tienen otras lealtades. Tenemos, por tanto, en el mundo académico y los movimientos sociales una situación de doble vínculo (*double bind*), de pertenencia y de distanciamiento. En este contexto, tenemos experiencias como la de Quebec, Canadá, Hong Kong y Escóssia como propuestas de autonomía. El proceso de elaboración de los proyectos autonomistas eran movimientos para el reconocimiento de las diferencias, las particularidades y las sanciones cometidas por los estados-nación en el pasado. Mi objetivo aquí es hablar reflexivamente, teniendo movimientos sociales y la academia en perspectiva, sobre a posición ocupada por la Amazonía en Brasil.

**Palabras clave:** Autonomismo; Amazonía; Academia; Movimientos sociales; Doble vínculo

*Enquanto os leões não tiverem seu historiador,  
as histórias da caça sempre exaltarão o caçador*

Provérbio Camaronês.

## 1. Introdução

Um dos fatores que mais conta no estudo do movimento das sociedades humanas, segundo interpretação histórica baseada no pensamento de Braudel (BRAUDEL, 1996) é o número. O uso desse termo diz respeito a números macros que descrevem determinada sociedade. Eles se referem à densidade demográfica, consolidação de estrutura produtiva e de acúmulo de poder econômico.

A partir da elaboração de um pensamento lentamente desenvolvido com o estudo em arquivos históricos sobre civilizações passadas, Braudel sintetizou suas observações em uma visão de mundo que permite interpretar o uso do território e os movimentos de expansão humana. Para ele esse movimento seria inevitável, constituindo uma constante na história das civilizações e, portanto, um princípio explicativo capaz de apoiar interpretações abrangentes sobre esses fenômenos.

Já Arrighi (ARRIGHI, 1998) faz um esforço de associar o pensamento de Braudel ao de Nikolai Kondratiev e desenvolve por seu turno uma interpretação histórica dos ciclos de desenvolvimento capitalista. Kondratiev estudou as crises capitalistas periódicas, previstas nos textos clássicos do marxismo. Ele observou que de fato elas ocorriam, em ciclos

de aproximadamente 70 a 100 anos. De acordo com o pensamento de Marx, as crises seriam os sintomas do excesso de oferta. E a originalidade de Kondratiev está em quantificar e definir os padrões dessas crises.

O processo de acumulação capitalista em longos períodos (*longue durée*) seguidos das crises em ciclos determinam o surgimento de novos pólos dinâmicos da economia mundial. Desse modo, pode-se interpretar o surgimento de novas regiões do globo centrais para o capitalismo. Assim, viu-se o apogeu das cidades estado italianas, seguindo daquela da Península Ibérica, posteriormente a Holanda e finalmente o Reino Unido, em uma seqüência histórica.

No imperialismo e colonialismo, poucos países conseguiram dominar largas extensões territoriais e um número expressivo de povos. A assimetria tecnológica lhes conferiu esse poder. E aqueles países que se tornariam potências viveram invariavelmente a experiência colonial, constituindo-se enquanto metrópoles. A visão de que apenas os países que tiveram possessões no ultramar foram colonialistas é enganosa. Os Estados Unidos, a Alemanha e a Rússia foram grandes potências imperiais em terras contíguas. Dispuseram de um território imenso para transformar e incorporar enquanto áreas de influência.

O imperialismo e o colonialismo são extensões de sentido, onde a forma de organização de uma dada sociedade se sobrepõe a outras. Os espaços coloniais são transformados para se tornarem inteligíveis aos colonizadores, mas também para ecoar um conjunto simbólico. É esse ver-se em todas as partes do mundo, em todos os continentes, que criam nos espaços metropolitanos um sentimento de universo. É a partir desse olhar sobre o mundo, que são construídos os mais importantes troféus coloniais destinados a congelar no tempo essa experiência.

Do ponto de vista da atividade política, não se deve criar ilusões. Mesmo as classes sociais mais exploradas – com maior potencial revolucionário – apoiaram o imperialismo. Trata-se de uma das pautas que recebeu o maior apoio político na história das repúblicas burguesas europeias. Agora essas classes tinham finalmente categorias sociais inferiores a elas. Seus filhos tinham também uma opção a mais para sair da classe onde nasceram e se tornarem os mestres, em terras distantes.

O apoio ao imperialismo e ao colonialismo foi extremamente amplo portanto. Todas as imagens da modernidade remetem a essa experiência. Nas grandes feiras universais, nos edifícios e prédios que representam a modernidade, nas passagens comerciais, nas lojas de departamento, nos

monumentos, em toda uma topografia urbana é possível até hoje ver os efeitos desse período.

Este artigo adianta a hipótese que a Amazônia constitui um espaço colonial do Brasil. Esse ponto de vista inicial será desenvolvido ao longo do artigo, não havendo a intenção de esgotar o assunto. O hiato presente nessa configuração se relaciona com o mal estar provocado na sociedade amazônica pela sua inserção em uma relação de fundo colonial. O que proponho discutir aqui portanto são dois aspectos iniciais. O primeiro deles é o aporte intelectual de teorias que vieram a ser chamadas de pós-coloniais. O segundo tema diz respeito ao mal estar do sujeito que sofre o processo colonial, sobretudo usando do conceito de duplo vínculo. Esse sujeito colonial contemporâneo, como iremos ver, busca encontrar a sua unicidade mesmo em seu mundo fragmentado. E por fim, é levantada a questão da autonomia, vista aqui como racionalmente necessária.

## **2. O outro interior e a fronteira ocidental**

A teoria literária contemporânea, assim como as ciências sociais, podem ser usadas para trabalhar a ideia de outro. Edward Saïd fala, em *Orientalismo*, da produção cultural européia do final do século XIX, e da ausência das populações locais na literatura. Desse modo, ele procura “escutar a voz” das populações locais, através da análise comparada desses relatos com os fatos históricos reportados.

A acusação desses autores é que um número importante de conceitos foi influenciado por esse processo histórico, deixando um sabor de provincianismo, em alguns deles. Esse desafio, feito a um pensamento eurocêntrico vai abrir a possibilidade de aproximação a uma série de “outros” ao redor do mundo, permitir uma interpretação histórica que leve em conta a versão dos fatos dessas populações.

Sérgio Costa, fala claramente de desprovincialização das ciências sociais. Ele explica e define ainda esse campo de estudo como:

Os estudos pós-coloniais não constituem propriamente uma matriz teórica única. Trata-se de uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos,

uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade. Iniciada por aqueles autores qualificados como intelectuais da diáspora negra ou migratória - fundamentalmente imigrantes oriundos de países pobres que vivem na Europa Ocidental e na América do Norte -, a perspectiva pós-colonial teve, primeiro na crítica literária, sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos, a partir dos anos de 1980, suas áreas pioneiras de difusão (COSTA, 2006: 118).

Pela primeira vez podemos ver claramente, com essas análises, o quanto o discurso da Europa sobre si própria era um grande jogo de espelhamento egoico e sem sentido quando pensamos em termos universais. Isso ajuda-nos a eliminar uma quantidade de debates que parecem já não ter mais sentido e nem direito de polis. Podemos adiantar algumas dessas ideias fortes como, por exemplo, o sentido de Progresso, o sentido de Etapas de desenvolvimento, o sentido mesmo de Universalismo -, que na verdade encerra um referencial a um espaço por demais local.

Em realidade, se por um lado falta dar esse salto em direção ao outro interno, ao estrangeiro interior, isso não é feito.

Arendt aponta em *As Origens do Totalitarismo* (1976) o momento em que os interesses econômicos privados passam a influenciar e de certo modo determinar as decisões políticas. Para Arendt, o imperialismo é um dos elementos principais de sua análise que explica o surgimento das duas guerras mundiais e dos totalitarismos. Ela afirma que o movimento que leva aos posteriores conflitos mundiais tomam forma a partir do momento em que interesses econômicos privados passam a determinar a pauta do espaço público<sup>1</sup>.

Afirmaram-se várias vezes que a ideologia racial foi uma invenção alemã. Se assim realmente fosse, então o 'modo de pensar alemão' teria influenciado uma grande parte do mundo intelectual muito antes que os nazistas se engajassem na malograda tentativa de conquistar o mundo. Porque, se o hitlerismo exerceu tão forte atração internacional e inter europeia durante os anos 30 é que o racismo, embora promovido a doutrina estatal só na Alemanha, refletia a opinião pública de todos os países. A verdade histórica de tudo isso é que a ideologia racista, com raízes profundas no século XVIII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX. Desde o

<sup>1</sup> Lenin precede Arendt, em sua análise sobre o imperialismo. Arendt cita o trabalho dele de uma forma muito positiva e é possível identificar a influência de seus escritos em alguns dos conceitos que ela desenvolve.

início do século XX, o racismo reforçou a ideologia da política imperialista (ARENDR, 1976: 59).

### 3. Duplo vínculo e a descoberta de si enquanto especificidade

O conceito de *double bind*, ou duplo vínculo foi trabalhado e desenvolvido por Gregory Bateson e ajuda a explicar o mal estar do sujeito colonial diante da imposição de uma visão de mundo pelas forças de ocupação de um determinado território. Há neste conceito a ideia de recepção de duas informações conflitantes. Essas duas informações, em várias situações podem ser emocionalmente significativas para o sujeito (BATESON, 1972: 274). O duplo vínculo foi inicialmente aplicado no estudo da esquizofrenia. O surto psicótico é portanto interpretado por Bateson como fruto de um fluxo comunicacional de fundo emocional. Essas podem ser, por exemplo, a expressão de um amor incondicional e ao mesmo tempo a imposição de padrões comportamentais que expressam fortes valores de classe.

Neste artigo eu entendo que o duplo vínculo opera nos sujeitos coloniais. Estes se percebem como partícipes de uma cultura do colonizador, mas em realidade são outra coisa e invariavelmente ocupam o papel de subordinados. Fanon explica isso melhor:

Por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: 'Quem sou eu na realidade'.

As posições defensivas nascidas deste confronto violento do colonizado e do sistema colonial organizam-se numa estrutura que revelam então a personalidade colonizada (...). É preciso recordar em todo o caso que um povo colonizado não é somente um povo dominado. Sob a ocupação alemã os franceses continuaram homens. Na Argélia não há apenas dominação; há, rigorosamente falando, a decisão de não ocupar no fim de contas senão um terreno. Os argelinos, as mulheres de *hijab*, as palmeiras e os camelos formam o panorama, o fundo de um cenário natural da presença humana francesa (...).

No período de colonização não contestada pela luta armada, quando a soma de excitações nocivas ultrapassa certo limite, as posições defensivas dos colonizados desmoronam, e estes últimos se veem então em grande número nos hospitais psiquiátricos. Há, portanto, nesse

período calmo de colonização vitoriosa<sup>2</sup> uma regular e importante patologia mental produzida diretamente pela opressão”, (FANON, 1984: 212).<sup>3</sup>

Uma das obras mais importantes de Fanon é *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Trata-se de um livro que tem por objetivo discutir o papel do negro na sociedade ocidentalizada. O seu argumento é que o negro não tem outra saída, dada a ele pela sociedade, a não ser o de trilhar o caminho de querer se tornar um branco. O branco, para ele é o único caminho do negro. Ele discute de um ponto de vista médico as consequências do tipo de experiência do se descobrir como um negro, o de se ver pela primeira vez como inferior, como estigmatizado de nascença.

A história do espaço do outro é diferente da historiografia oficial dos estados com passado colonizador. A visão é de uma relação dual e de enriquecimento do relato principal, de demonstração do campo gravitacional e das revoluções dadas por esses outros corpos secundários em torno daquilo que é visto como o centro.

#### **4. Hipóteses de gestão local autônoma**

Por motivos históricos, econômicos, geográficos, entre outros, há em várias partes do mundo experiências, com diferentes graus de autonomia, de integração de regiões nos estados nacionais. A experiência do Quebec, no Canadá, é interessante. Essa província possui prerrogativas próprias que lhe confere autonomia em uma série de agendas. Como se sabe, essa província foi colonizada por populações de origem francesa e foi discriminada ao longo da história daquele país, de maioria anglófona. Foram realizados dois referendos para conferir o desejo da população quebequense em permanecer no Canadá, se tornar um estado

---

<sup>2</sup> Há uma redescoberta de sua própria identidade no processo de contestação da colonização, de acordo com Fanon.

<sup>3</sup> Essa passagem me lembra de casos de surtos psicóticos, não de todo incomum nas empregadas domésticas até recentemente. Retiradas, muito novas, de seu âmbito familiar para trabalhar nas casas das famílias das capitais e passam a ser uma “parente distante”, membro da nova casa. Quando crescem percebem que sempre foram empregadas doméstica, identidade que pode obviamente não aceitar, estabelecendo desse modo uma relação de duplo vínculo.

independente, compartilhar soberania ou permanecer como tal<sup>4</sup>. Esse exercício transcende o ato do voto no referendo e possui uma função simbólica de lembrança e de interpretação do papel contemporâneo que aquela província ocupa no país.

A Escócia discute atualmente a possibilidade de se tornar independente do Reino Unido. Está marcado um referendo para o mês de setembro deste ano para deliberar sobre essa possibilidade. O modelo proposto, de independência total é rejeitado por uma maioria de 50% dos eleitores. Entretanto, há outras proposições intermediárias que propõe, por exemplo, maior autonomia política local, capacidade de definição de políticas públicas e autonomia fiscal plena.

Existe no mundo certo número de experiências autonomistas. Algumas delas incomodam os poderes centrais como a discussão atual na Espanha sobre a autodeterminação da Catalunha. Mas há experiências funcionando, como a chamada “um país, dois sistemas”, adotado pela China em relação a Hong Kong.

Uma autonomia da Amazônia pode ser desse modo discutida. Há precedentes históricos que serviriam para responder a necessidades específicas de regiões de uma unidade territorial política maior. Diferentes graus de autonomia podem trazer uma resposta ao mal estar provocado pelo não reconhecimento em uma relação desigual. Esse processo corresponderia a uma institucionalização legal de contestação do papel ocupado pela região no cenário atual.

Podemos desse modo pensar em diferentes níveis de autonomia que podem ser adotados, levando-se em consideração posicionamento político ideológico sobre a questão.

Uma autonomia de forma, baseada na adoção de símbolos próprios, permitindo o surgimento de uma consciência e identidades regionais. Essa seria baseada no reconhecimento das especificidades locais e na renúncia do país em adotar políticas sem levar em consideração os interesses regionais. Garantia de consultas apropriadas e processo negociador completaria esse modelo. Esse modelo se aproxima do canadense.

Uma segunda opção seria reformista, de adoção, via referendo, de uma autonomia parcial, com transferência de poderes para instituições da região, assim como meios para seu financiamento. Decisões sobre políticas públicas apropriadas à região como para os setores produtivos,

<sup>4</sup> Nas duas vezes houve vitória do “não” à independência. Entretanto, o resultado foi quase o contrário no referendo de 1995, onde 49,42% votaram a favor da independência, em oposição a 50,58% de votos contrários.

educacional, cultural e de alocação de recursos para investimentos estratégicos. O modelo de Hong Kong e Macau se aproxima deste exemplo. Esses territórios possuem um alto nível de autonomia, contudo, sem independência.

Uma terceira opção pareceria com a proposta Escocesa que deverá ser votada. A autodeterminação portaria sobre uma independência completa, inclusive com poder de ter representação própria na Organização das Nações Unidas, assim como de possuir uma moeda própria e de um sistema de defesa. Esses três modelos de autonomia dão uma visão geral sobre as possibilidades de gestão de assuntos locais.

## **5. Conclusão**

Propusemos neste artigo trazer à luz os motivos originários que nortearam o planejamento da ocupação da região amazônica pelos setores que historicamente lidam com os temas mais estratégicos do Brasil. Esse planejamento, apesar de único pelo fato da especificidade de território, possui largos paralelos históricos. Sua execução remete a movimentos liderados por países soberanos sobre outros territórios, sejam contíguos ou no estrangeiro, com o fim de acúmulo de poder econômico e político.

É nesse processo que as maiores potências mundiais se construíram. Essa constante estabelece uma lei geral de acúmulo de poder em estados nacionais. A expansão sobre esses novos territórios se chama colonialismo e atingiu o seu ápice durante o imperialismo europeu. Protegidos pelo conceito de soberania nacional e de não ingerência, países de dimensões continentais detém espaço próprio e perene para sua colonização. Qualquer contestação do processo colonial ofende esses princípios e exige ação enérgica para sua proteção.

A especificidade da região amazônica do ponto de vista estratégico e geopolítico está em que esta pode ser modificada. Como se afirmou anteriormente os mares aproximam, permitem deslocamento rápido e sem entraves definitivos, enquanto que as montanhas, com suas escarpas e dificuldade em transpor-las afastam os territórios, isolando-os. A floresta tropical sem sua cobertura vegetal pode ser transformada, savanizada, de forma que permita um deslocamento rápido proveniente de outras regiões, permitindo domínio sobre ela. A logística é estratégica para a

geopolítica. É ela que torna possível o controle do espaço territorial e a instalação de colônias. Sem esse processo de destruição da floresta, feito de forma intergeracional, sua ocupação definitiva pelo Brasil seria impossível.

Todo o debate em torno da perda do território amazônico se dá em termos geopolíticos. Quantos aos militares brasileiros, esses se esforçam em prover meios para seu domínio. Esses temas são todos políticos e definem no longo prazo agendas que interessam à sociedade brasileira. Esta, entretanto, destituída de capacidade de intervenção na polis, invariavelmente pelo estatuto de dominada pelas elites, possui pouca ou nenhuma capacidade real de definição de temas estratégicos.

O estatuto de colônia da Amazônia, pelo que se discutiu aqui, pode dificilmente ser negado. Essa está cada vez mais se especializando no fornecimento de matérias primas. Fornecimento esse que exige forte investimento de recursos, incluindo para as construções de obras de engenharia civil. A construção dessas obras é realizada unicamente por empreiteiras externas. Assim como a exploração dos recursos naturais é realizada por conglomerados empresariais localizados nas duas grandes regiões metropolitanas e colonizadoras do Brasil. Mas há outros paralelos com a empresa colonial clássica.

O esforço a ser feito pelas populações locais necessário para lidar com essas questões é imenso. Os efeitos da cunha colocada na Amazônia podem entretanto ser mitigados através do reconhecimento de alguma forma de autonomia local. E o reconhecimento da importância desta agenda por setores das sociedades metropolitanas deveria ser construída.

## 6. Bibliografia

- ACOSTA, Alberto, BRAVO, Elizabeth e MARTINEZ, Esperanza. *Amazonia por la vida : debate ecologico sobre el problema petrolero en el Ecuador*. Quito, Campana Amazonia por la Vida: 1993.
- ALTVATER, Elmar. "Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos". In: HELLER, Agnes et al (Org). *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, pp. 109-153.
- \_\_\_\_\_. "Existe um marxismo ecológico". In: BORÓN, Atilio; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2007 .
- AREDNT, Hannah. *As origens do totalitarismo. Imperialismo, a expansão do poder*. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo seculo XX : dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Unesp, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Hegemony Unraveling". In: *New Left Review*. Londres: 2005.
- BARBOSA, L. C. "The world-system and the destruction of the Brazilian Amazon rain forest". In: *Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems ans Civilizations Review*. Vol. 16 (2), 1993, pp. 215-240.
- BATESON, Gregory. *Vers une écologie de l'esprit*. Paris: Seuil, 1980.
- BECKER, Bertha. *Geopolítica da Amazonia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BINSWANGER, H. P (1991). "Brazilian policies that encourage deforestation in the Amazon". In: *World Development*. Jul, 1991, pp. 821-829.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 1999.
- CASTRO, Carlos Potiara. "Comunicação assimétrica, microinstituições locais e a defesa de direitos de um povo indígena". In: VI Encontro da ULEPICC Brasil - Anais. Brasília, 2016.
- CASTRO, Carlos Potiara. "O príncipe e seu tradutor: Estado, comunicação e ambientalismo na Europa". In *Teoria & Pesquisa: revista de ciência política (UFSCAR)*. , v.19, 100-120, 2009.
- CASTRO, Carlos Potiara. "Comunicação, Ambiente e Novos Atores Sociais: a Pan-Amazônia na Imprensa Diária Européia". In *Série CEPPAC (UNB)*. , v.19, 01-48, 2008.

- CASTRO, Carlos Potiara. "Interligando pobreza e meio ambiente: abordagens comunitárias participativas, a Convenção sobre Diversidade Biológica e os protocolos comunitários". In: *Meridiano 47* (UnB). Vol. 18, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e18001>
- CASTRO, Carlos Potiara. "Seria a Amazônia uma colônia do Brasil? Ocidente interior, duplo vínculo e governança autônoma". In: *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política* (UFU). Vol. 4, no. 2, 2014.
- CASTRO, Carlos Potiara e Ferreira, Leila da Costa. "Pensamento norte-americano e processo de incorporação da temática ambiental nas ciências sociais". In *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas* (UNB). Vol. 7, número 2, (2013).
- CASTRO, Carlos Potiara. "Plantio de grãos em áreas de fronteira, ação antrópica e desmatamento. Estudo do processo de incorporação ao mercado nacional de novas terras da Amazônia". In: JACOBI, Pedro e FERREIRA, Lucia. *Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil*. São Paulo: Anna Blume, 2006,
- COSTA, Sérgio. "Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.21, n. 60, 2006.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Black skin, white masks*. New York: Groove Press, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Sociologie d'une révolution. L'an V de la révolution algérienne*. Paris: Maspéro, 1968.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- GROSGOUEL, Ramón. *Colonial subjects. Puerto Ricans in a global perspective*. Berkeley: University of California Press, 2003.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HOBSBAWN, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HOGAN, Daniel e CARMO, Roberto. *Migração e Ambiente no Centro-Oeste*. Campinas: Núcleo de Estudos de Populações da Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- IANNI, Octávio. *Imperialismo y cultura de la violencia en América Latina*. México: Siglo XXI, 1971.
- LACOSTE, Yves. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papyrus, 1988.

- LENIN, Vladimir. *Imperialismo: fase superior do imperialismo*. Prefácio Plínio de Arruda Sampaio Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª edição, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.
- MOORE, Jason. "The Modern World-System as environmental history? Ecology and the rise of capitalism". In: *Theory and Society*. Vol. 32, 2003.
- MIYAMOTO, Shiguenoly. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papyrus, 2005.
- PROST, Catherine. *L'armée brésilienne. Organisation et rôle géopolitique de 1500 à nos jours*. Paris: L'Harmattan, 2003.
- RAMOS, Roberta. "Empoderamento das comunidades no acesso a recurso genético e conhecimento tradicional: o caso das comunidades tradicionais de Oriximiná". In: GRUPIONI, Denise e ANDRADE, Lúcia (org.). *Entre águas bravas e mansas: índios e quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: Comissão Pró-Índio e IEPE, 2015.
- ROBERTS, Timmons e GRIMES, Peter. "World-system theory and the environment: toward a new synthesis". In: DUNLAP, Riley, BUTTEL, Frederick, DICKENS, Peter et alii. *Sociological theory and the environment. Classical foundations, contemporary insights*. New York: Rowman and Littlefield, 2002.
- SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Culture and imperialism*. New York, Vintage Books, 1993.
- SALATI, Eneas et. al. *Amazônia. Desenvolvimento, integração, ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SANTOS, Roberto. *Historia economica da Amazonia, 1800-1920*. Sao Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967.
- WALLERSTEIN, Immanuel. "Eurocentrism and its Avatars: The Dilemmas of Social Science". In: *New Left Review*. Londres, n. 226, 1997.

## Potencial biotecnológico da microbiota amazônica

Luiz Antonio de Oliveira, INPA, Manaus. luiz.oliveira@inpa.gov.br;  
Cassiane Minelli-Oliveira, UFAM, PPGBiotec, Manaus. cassyminelli@gmail.com

### Resumo

A biodiversidade da Amazônia tem despertado um grande interesse internacional, devido às necessidades prementes mundiais de novos produtos. Os bioprodutos dessa região poderão resultar em dezenas ou centenas de bilhões de dólares por ano, proporcionando aos amazônidas e brasileiros, melhores condições de vida. Investir em pesquisas é de fundamental importância para que esses bioprodutos sejam conhecidos e comercializados futuramente. Caso contrário, as nações mais desenvolvidas, através da biopirataria ou não, poderão ser as detentoras legais dos direitos sobre o uso dessa biodiversidade. Produtos como enzimas e antibióticos, encontrados em microrganismos, são os de maior interesse, devido ao seu potencial de uso mundial. A aplicação industrial de microrganismos, principalmente bactérias, fungos e leveduras, é extremamente diversificada, proporcionando rendimentos astronômicos. Exemplos bastante conhecidos são as fermentações, como as de bebidas alcoólicas e álcool combustível, laticínios, ácidos orgânicos e fármacos. Outros produtos de origem microbiana são os antibióticos, enzimas e polímeros de aplicação industrial, moléculas produzidas pela biotransformação, aditivos alimentares (amino ácidos) e vitaminas. Microrganismos são também utilizados na formulação de inoculantes para uso industrial e agropecuário, tais como probióticos, inoculantes para biodegradação de compostos tóxicos em tratamentos de efluentes, para biorremediação ambiental e agrícola. A microbiota amazônica é pouco conhecida, mas mostra-se bastante diversificada, podendo gerar novos bioprodutos de uso econômico. Dentre esses estão os antibióticos, enzimas, bem como simbioses com as plantas, capazes de aumentar a produção agroflorestal e sua sustentabilidade, diminuindo assim, a pressão de desmatamento de novas áreas de florestas, responsável pelo aumento do efeito estufa do planeta. Atualmente são conhecidas pelo homem moderno, cerca de 5500 enzimas, mas a diversidade pode ser muito superior a esse número, principalmente em regiões de alta diversidade biológica como na floresta amazônica. Com base no cálculo teórico de que cada espécie biológica contém pelo menos um componente químico único que a justifique como diferente de todas as outras e que são necessárias duas enzimas por espécie (uma para formar e outra para degradar esse componente químico), estima-se que o número de enzimas microbianas da Amazônia pode ultrapassar 20 milhões, apenas considerando o potencial regional de espécies de insetos, estimado por especialistas como sendo superior a 10 milhões na região. Esse exemplo mostra a elevada biodiversidade amazônica e o potencial regional para gerar bioprodutos de importância econômica.

**Palavras-chave:** Amilases, biorremediação, hormônios de crescimento, biotecnologia.

### 1- Introdução

A aplicação industrial de microrganismos, principalmente bactérias e fungos, é extremamente diversificada, proporcionando rendimentos astronômicos em diversas áreas econômicas. Exemplos clássicos são as produções de bebidas alcoólicas, álcool

combustível, laticínios, ácidos orgânicos e fármacos, principalmente antibióticos. Outros produtos de origem microbiana são enzimas e polímeros de aplicação industrial e nutracêuticos (aditivos alimentares, como amino ácidos, vitaminas). Microrganismos são também utilizados na formulação de inoculantes para uso industrial e agropecuário, bem como na degradação de compostos tóxicos em tratamentos de efluentes, para biorremediação ambiental e agrícola.

Aproximadamente 50.000 metabólitos secundários são produzidos pela microbiota mundial, com mais de 12.000 antibióticos identificados, dos quais, 22% são oriundos de fungos filamentosos, como as penicilinas, cefalosporina C, griseofulvina e ácido fusídico sintetizados por *Aspergillus*, *Penicillium* e *Cephalosporium* (Crueger e Crueger, 1990; Pearce, 1997; Manfio, 2003).

Os biocompostos, especialmente os produzidos por fungos, são fontes potenciais de novas substâncias químicas. Podem transformar-se em promissores protótipos bioativos entre os quais, os antibióticos, os redutores de colesterol, os antitumorais, antifúngicos, imunossuppressores, antiprotozoários e enzimas (Gohrt e Zeeck, 1992; Demain, 1999; Newman et al., 2000; Sotero-Martins *et al.*, 2004; Silva Neves *et al.*, 2006).

O mercado global envolve cerca de US\$ 40 bilhões por ano de produtos de origem microbiana (Beilen e Zi, 2002), com as enzimas representando cerca de R\$ 1,3 bilhões (Panke e Wubbolts, 2002; Castro *et al.*, 2004). Apenas as lípases possuem um mercado mundial na ordem de US\$ 450 milhões por ano (Castro *et al.*, 2004), mostrando o quanto as enzimas microbianas são importantes no mundo atual.

Atualmente são conhecidas cerca de 5500 enzimas (Moss, 2017), mas a diversidade pode ser muito superior a esse número, principalmente em regiões de alta diversidade biológica como na floresta amazônica.

## 2- Potencial amazônico

A Amazônia possui uma das maiores diversidades de plantas superiores do planeta (Zappi *et al.*, 2005) e a microbiota é dependente dessa diversidade de hospedeiros (Borneman e Triplett, 1997; Kim *et al.*, 2007; Paula *et al.*, 2014). Em geral, uma diminuição da biodiversidade acima do solo (vegetação) resulta em uma diminuição da diversidade da microbiota do solo. Na Amazônia, as estimativas são de que contém entre 40 e 50 mil espécies de plantas superiores (Zappi *et al.*, 2005) e o número de espécies de insetos pode ultrapassar 10 milhões, considerando as estimativas feitas por Odegaard *et al.* (2000), de que no planeta pode variar de 5-10 milhões de espécies.

Com relação à microbiota, poucos são os estudos relacionados com a sua biodiversidade na região, mas considerando a sua relação com a diversidade de seus hospedeiros, também é bastante elevada. A maioria dos estudos com a microbiota visa avaliar seus genes funcionais, de interesse econômico e ecológico. A presença de enzimas como a celulase, hemicelulase, ligninase, fosfatase, nitrogenase, lipase, quitinase, pectinase são de interesse agrônomo e florestal, encontradas em microrganismos da região (Hara e Oliveira, 2005; Oliveira e Oliveira, 2005; Oliveira *et al.*, 2006 a,b, 2007; Kim *et al.*, 2007; Paula *et al.*, 2014).

As enzimas degradadoras de resíduos vegetais, por exemplo, são muito importantes para a reciclagem dos nutrientes na floresta e em sistemas agroflorestais de valor

econômico, uma vez que a mineralização da matéria orgânica no solo pode liberar os nutrientes essenciais para o desenvolvimento da vegetação. Mas também podem ser usadas para converter resíduos vegetais descartáveis em bioprodutos de valor econômico, como o álcool.

Se for considerado o potencial enzimático encontrado na Floresta Amazônica, referente apenas às enzimas ligadas especificamente a cada espécie biológica e tendo como base a premissa de que cada uma tem pelo menos um componente químico único que a justifique como diferente de todas as outras do planeta, a diversidade pode ultrapassar 20 milhões de enzimas. Essa estimativa leva em consideração apenas a diversidade de insetos, usando 10 milhões de espécies como referencial. Nesse caso, considera-se que cada espécie tenha duas enzimas únicas, uma para formar e outra para degradar o componente químico único. O mesmo raciocínio seria feito para as plantas, estimando-se o dobro de enzimas para as 40-50 mil espécies vegetais da Amazônia conforme citado por Zappi *et al.* (2005), bem como para todas as outras espécies regionais. Essas estimativas são muito superiores ao número de enzimas conhecidas pelo ser humano, cerca de 5500 conforme mencionado acima e citado por Moss (2017).

Esse elevado potencial enzimático, que pode ser encontrado na Amazônia, precisa ser melhor conhecido e pesquisado para que possa um dia, contribuir efetivamente para o desenvolvimento regional e nacional através do mercado mundial de enzimas de interesse econômico.

Além dessas enzimas ligadas a cada espécie biológica, há ainda um grande número de outras enzimas que merecem ser melhor pesquisadas na microbiota regional, bem como microrganismos produtores de antibióticos, tendo em vista o aparecimento de patogênicos resistentes aos antibióticos atuais (Fischbach e Walsh, 2009). Mais recentemente, as pesquisas visaram a produção de ácido indol acético e enzimas de interesse econômico encontradas em isolados de rhizobia e bactérias solubilizadoras de fosfato, tais como amilase, proteases, lipase (Oliveira *et al.*, 2006 a,b; 2007), como forma de agregar valor ao banco de germoplasma desses microrganismos.

Com a intensificação das atividades de exploração de petróleo e gás natural na região Norte e o transporte desses produtos e seus derivados (gasolina, óleo diesel, etc), torna-se importante avaliar também, a capacidade da microbiota amazônica em produzir enzimas biodegradadoras desses compostos orgânicos.

Os dados apresentados nas tabelas 1 e 2 ilustram bem, a ocorrência de bactérias presentes nos solos rizosféricos de florestas de urucu (município de Coari, Tabela 1) e de quatro espécies frutíferas da Comunidade Rural do Brasileirinho (município de Manaus, Tabela 2), capazes de degradar o petróleo extraído pela Petrobras em urucu. Observa-se em todas as amostras, que onde o solo foi enriquecido com petróleo as populações dessas bactérias foram maiores aos sete dias de incubação e na maioria das vezes, também aos 14 e 21 dias quando comparadas com as populações das amostras onde não se adicionou o petróleo, indicando que essa população usou ambas as fontes de carbono do solo: a matéria orgânica e o petróleo (Mari, 2008).

Chama atenção nesses dados, o fato de que essas amostras de solos historicamente nunca entraram em contato com o petróleo ou seus derivados e por isso, pelo menos teoricamente, sua microbiota não seria capaz de degradar esse composto orgânico tão rapidamente. Esperava-se que apenas um percentual muito pequeno da população

microbiana seria capaz de degradar o petróleo e somente depois de um tempo maior, em torno de 21 dias, os resultados positivos seriam observados, e não com apenas 7 dias.

Portanto, esses dois experimentos sugerem que a microbiota amazônica apresenta uma alta diversidade e elevado potencial biotecnológico, merecendo ser melhor pesquisada na busca de novos metabólitos de importância econômica e ecológica.

Esse elevado potencial microbiano, que pode ser encontrado na Amazônia, precisa ser melhor conhecido e pesquisado para que possa um dia, contribuir efetivamente para o desenvolvimento regional e nacional através do mercado mundial de enzimas e outros metabólitos de interesse econômico produzidos pela microbiota regional.

Tabela 1. Avaliação do crescimento de bactérias de solos rizosféricos de florestas de urucu com potencial para biodegradação de óleo diesel.

Solos/Tratamentos	Enriquecido *	7 dias	14 dias	21 dias	28 dias	
..... 10 <sup>6</sup> g <sup>-1</sup> solo .....						
SF1**	1	Não	25	207	195	1
	3	Sim	187	96	160	2
SF2**	4	Não	15	127	33	2
	6	Sim	200	97	402	1
SF3**	7	Não	24	152	35	2
	9	Sim	149	2600	247	5
SF4**	10	Não	14	21	97	3
	12	Sim	199	188	163	2

\* Enriquecido com petróleo. \*\* Solos de Florestas. Fonte: Mari (2008).

Tabela 2. Avaliação do crescimento de bactérias de solos rizosféricos da comunidade do Brasileiro com potencial para biodegradação de óleo diesel.

Solos/Espécies	Enriquecido*	7 dias	14 dias	21 dias	28 dias
.....10 <sup>6</sup> g <sup>-1</sup> solo .....					
Cupuaçu ( <i>Theobroma grandiflorum</i> )	Não	19	11	2,6	1
	Sim	99	667	73,5	39,00
Graviola ( <i>Anona muricata</i> )	Não	2	13	0,02	≤0,01
	Sim	4700	1031	26,3	5,10
Camu-camu ( <i>Myrciaria dubia</i> )	Não	3	26	12,1	≤0,01
	Sim	5	138	64	30,00
Araçá-Boi ( <i>Eugenia stipitata</i> )	Não	9	14	8,6	13,80
	Sim	69	131	26,5	40,00

\* Enriquecido ou não com petróleo. Fonte: Mari (2008).

### 3- Referências

Beilen, J.B.; Li, Z. 2002. Enzyme technology: an overview. *Current opinion in Biotechnology*, 13:338-344.

Borneman, J.; Triplett, E.W. 1997. Molecular microbial diversity in soils from Eastern Amazonia: Evidence for unusual microorganisms and microbial population shifts associated with deforestation. *Applied Environ. Microbiol.* 63(7):2647-2653.

Castro, H.F.; Mendes, A.A.; Santos, J.C. 2004. Modificação de óleos e gorduras por biotransformação. *Quim. Nova* vol 27, nº 1, 146-156.

Crueger, W.; Crueger, A. 1990. *Biotechnology: A textbook of industrial microbiology*. 2.nd ed. Sunderland: Sinauer Associates.

Demain, A. L. 1999. Pharmaceutically active secondary metabolites of microorganisms. *Appl. Microbiol. Biotechnol.*, 52:455-483.

Fischbach, M.A.; Walsh, C.T. 2009. Antibiotics for emerging pathogens. *Science*, 325:1089-1093.

Göhrt, A. ; Zeeck, A.1992. Secondary metabolites by chemical screening. 9 Decarestricts, a new family of inhibitors of cholesterol biosynthesis from *Penicillium*. *J. Antibiot*, 45:56-65

Hara, FAS; Oliveira, LA. 2005. Características fisiológicas e ecológicas de isolados de rizóbios oriundos de solos ácidos de Iranduba, Amazonas. *Pesq. agropec. bras.*, Brasília, 40(7):667-672.

Kim, J.S.; Sparovek, G.; Longo, R.M.; Meçp, W.J.; Crowley, D. 2007. Bacterial diversity and pristine forest soil forest from Western Amazon. *Soil Biol. Biochem.*, 39:684-690.

Manfio, G.P. 2003. Biodiversidade : Perspectivas e oportunidades tecnológicas. *Microorganismos e aplicações industriais*. Base de Dados Tropical. Disponível em: <http://www.bdt.fat.org.br> . Acesso em 31 jan 2003.

Moss, G.P. 2017. Enzyme Nomenclature. Recommendations of the Nomenclature Committee of the International Union of Biochemistry and Molecular Biology on the nomenclature and classification of enzymes by the reactions they catalyse. <http://www.chem.qmul.ac.uk/iubmb/enzyme/index.html> (acessado em 02/05/2017).

Newman, D. J.; Cragg, G. M.; Snader, K. M.; 2000. The influence of natural products upon drug discovery. *Nat. Prod. Rep.*17:215-234.

Odegaard, F.; Diserud, O.H.; Engen, S.; Aagaard, K. 2000. The magnitude of local host specificity for phytophagous insects and its implications for estimate of Global species richness. *Conservation Biology*. 14(4):1182-1186.

Oliveira, AN; Oliveira, LA. 2005. Seasonal dynamics of arbuscular mycorrhizal fungi in plants of *Theobroma grandiflorum* Schum and *Paullinia cupana* Mart of an Agroforestry system in Central Amazonia, Amazonas State, Brazil. *Brazilian Journal of Microbiology*, 36:262-270. 2005.

Oliveira, AN; Oliveira, LA; Andrade, JS; Chagas Júnior, AF. 2006a. Atividade enzimática de isolados de rizóbia nativos da Amazônia Central crescendo em diferentes níveis de acidez. *Ciênc. Tecnol. Aliment.*, 26(1):204-210.

Oliveira, AN; Oliveira, LA; Andrade, JS. 2006b. Enzimas hidrolíticas extracelulares de isolados de rizóbia nativos da Amazônia Central, Amazonas, Brasil. *Ciênc. Tecnol. Aliment.*, Campinas, 26(4): 853-860.

Oliveira, AN, Oliveira, LA, Andrade, JS. 2007. Produção de amilase por rizóbios, usando farinha de pupunha como substrato. *Ciênc. Tecnol. Aliment.* 2007, 27: 61-66.

Panke, S.; Wubbolts, M.G. 2002. Enzyme technology and bioprocess engineering. *Current Opinion in Biotechnology* 2002, 13:111-116.

Paula, F.S.; Rodrigues, J.L.M.; Zhou, J.; Wu, L.; Mueller, R.C.; Mirza, B.S.; Bohannan, B.J.M.; Nusslein, K.; Deng, Y.; Tiedje, J.M.; Pellizari, V.H. 2014. Land use change alters functional gene diversity, composition and abundance in Amazon forest soil microbial communities. *Molecular Biology*

Pearce, C. 1997. Biologically active fungal metabolites. *Adv. Appl. Microbiol.*, 44:1-80.

Silva Neves, K. C.; Porto, A.L.; Teixeira, M. F. S. 2006. Seleção de Leveduras da Região Amazônica para Produção de protease Extracelular. *Acta Amazonica*. Amazonas, 36 (3): 299-306.

Sotero-Martins, A. ; Bon, E.. P. S.; Carvajal, E. 2004. Asparaginase II-Gep fusion as a Tool for studying the secretion of the enzyme under nitrogen starvation. *J. Microbiol.*, 34: 373-377.

Zappi, D.C.; Filardi, F.L.R.; Leitman, P.; Souza, V.C.; Walter, B.M.T.; Pirani, J.R.; Morim, M.P.; Queiroz, L.P.; Cavalcanti, T.B.; Mansano, V.F.; Forzza, R.C. 2015. Growing knowledge: an overview of Seed Plant diversity in Brazil. *Rodriguesia* 66(4): 1085-1113. <http://rodriguesia.jbrj.gov.br> DOI: 10.1590/2175-7860201566411.

## Práticas bioprospectivas em saúde na Amazônia

**Cesar Augusto Aspiazu S.**

**Ivine Camile Soares Costa**

**Júlia Souza Wanderley**

### Resumo

Estudos mostram o crescimento de pesquisas nas áreas de bioprospecção e biotecnologia, práticas que buscam identificar recursos com elevado valor comercial na natureza. Estes têm o potencial de serem utilizados da investigação científica e tecnológica, a produção na indústria de desenvolvimento. É importante questionar as práticas bioprospectivas, foca-se na Amazônia pela sua importância global, essas práticas têm interferência tanto no meio biológico quanto no meio social, há exclusão das comunidades indígenas desse processo, cujo conhecimento é apropriado pelas indústrias.

**Palavras-chave;** Bioprospecção, Biotecnologia, Desenvolvimento sustentável, Gestão ambiental, Amazônia.

### 1- Introdução

Os seres humanos vêm buscando formas de facilitar a vida, desenvolvendo tecnologia para tal fim. Partindo da criação de ferramentas de subsistência na era paleolítica, até o desenvolvimento de mecanismos que auxiliam em nosso desempenho nos últimos séculos, interferimos em nosso ambiente natural, mas não entendemos muito bem como isso afeta nossas vidas. Somos a espécie que mais interfere e transforma a natureza, muito do que temos disponível hoje é artificial.

Os estudos contemporâneos em ciência, tecnologia e sociedade destacam a importância de questionar o conteúdo social da tecnologia, fazer parte de sua construção. Dessa forma é importante questionar e repensar o atual desenvolvimento de biotecnologias muito além de discutir sobre bioprospecção, se faz necessário investigar como esta prática interfere em nossas vidas, tanto direta quanto indiretamente.

Toma-se nesse sentido a Amazônia como ponto central de análise, não só pela sua importância regional, mas pela sua importância como polo de desenvolvimento científico e tecnológico a nível global, poder-se-ia fazer uma analogia entre a Amazônia com o Vale do Silício, sendo estes polos de pesquisa em informação e recursos biológicos.

Sistemas tecnológicos podem emergir a partir da expansão das biotecnologias, a sua circulação, junto com a lógica de orientação pessoal quanto aos prováveis riscos na fabricação e no uso delas estabelece reorganizações na forma de reger a vida, no caso da bioprospecção essa reorganização parece ser muito sutil. A ciência e a tecnologia fornecem

possibilidades de facilitar a vida ao passo em que podem interferir nela. Nessa expansão tecnológica sobre os condicionantes biológicos da humanidade criam novos padrões na relação sociedade/natureza.

O discurso biológico legitima-se pelas inovações na área de saúde e pela centralidade dos artefatos biotecnológicos no cotidiano das pessoas, esse é um ponto central nos debates públicos em torno da verdade científica (Premebida, 2015). Procura-se assim entender como a natureza, através das biotecnologias e das práticas bioprospectivas não está livre de embates sociais, políticos e econômicos.

## **2- Conceito e legislação específica da Bioprospecção**

A bioprospecção tem caráter multidimensional e se constitui como uma atividade social baseada na exploração da diversidade biológica, com o ideal de identificar recursos genéticos e bioquímicos para a obtenção de novos produtos e processos com elevado valor comercial (Trigueiro, 2014). As indústrias farmacêuticas, de cosméticos, de alimentos, de fibras e várias outras ligadas às atividades agropecuárias têm interesse na pesquisa científica relacionada ao acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

O acesso ao patrimônio genético é definido como isolar, identificar ou utilizar informação de origem genética ou moléculas e substâncias provenientes do metabolismo dos seres vivos e de extratos obtidos destes organismos, para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção, visando a sua aplicação industrial ou de outra natureza (Orientação Técnica nº 1 do CGEN, 2003).

O acesso ao conhecimento tradicional associado é a obtenção de informação sobre conhecimento ou prática individual ou coletiva, associada ao patrimônio genético, de comunidade indígena ou de comunidade local, também com finalidade de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção.

O acesso ao patrimônio genético existente no país para a pesquisa científica é regulamentado por uma legislação bem específica, incluindo projetos de lei e medidas provisórias. A medida provisória nº 2186-16/01 (MP) é a que vigora atualmente no Brasil e instituiu as regras para o acesso e a remessa de componentes do patrimônio genético e o acesso a conhecimentos tradicionais associados. Essa norma prevê a criação da autoridade nacional competente – o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o qual iniciou suas atividades em abril de 2002 (Azevedo, 2005).

O IBAMA e o CNPq são as instituições credenciadas pelo CGEN e também podem emitir autorização de acesso ao patrimônio genético. Assim, uma pesquisa científica que envolve coleta e acesso ao patrimônio genético, sem potencial de uso econômico como bioprospecção, recebe a licença e a autorização do IBAMA. Casos em que há a previsão da presença de pessoa jurídica estrangeira no território nacional, a solicitação de autorização deve ser encaminhada ao CNPq.

É necessário aprimorar a legislação vigente no Brasil sobre acesso e repartição de benefícios, visando acima de tudo atender ao interesse público como a conversação da biodiversidade, proteção dos conhecimentos tradicionais associados, promoção da pesquisa

e do uso sustentável da biodiversidade, buscando construir o entendimento entre todas as partes envolvidas e não defendendo corporativamente interesses específicos.

O conhecimento sobre a utilização de recursos biológicos por parte das comunidades e povos indígenas é importante na investigação de novos princípios ativos para obtenção de medicamentos, cosméticos e outros produtos de elevado valor comercial para as indústrias.

As pesquisas realizadas em áreas ocupadas por povos indígenas e comunidades tradicionais deveriam incluir, em seus cronogramas, etapas para a realização de contato com as comunidades a fim de construir confiança mútua, o que facilitaria o processo de obtenção de matéria-prima para bancos de DNA e coleções de extratos, objetos de bioprospecção (Azevedo, 2005).

### **3- Biodiversidade na Amazônia**

A Amazônia, além de ter uma grande extensão, que atinge outros oito países (só no Brasil, atinge mais de 50% território nacional), possui uma bacia hidrográfica muito grande e biodiversidade muito rica. “Economicamente a biodiversidade da floresta tem cada vez mais chamado a atenção e sendo considerada como um ativo bioindustrial”. (Filho, Silva e Bigi, 2014.p. 47) O reconhecimento dessa biodiversidade é essencial para práticas bioprospectivas na região.

Uma definição ampla de biotecnologia é bastante adequada para se referir ao desenvolvimento do processo bioprospectivo na Amazônia, porque a biotecnologia é multi e interdisciplinar, ou seja, envolve conhecimentos e práticas advindos da farmácia, biofísica, nanotecnologia, genética etc.

Seres vivos, extratos e moléculas desse ambiente vão ser a base para os novos processos e produtos. É tão grandiosa a complexidade da Amazônia, que milhares de espécies animais, vegetais e microrganismos ainda não foram descobertos e, por isso, nem sequer uma estimativa pôde ser feita quanto a quantidade desses microrganismos. (Filho, Silva e Bigi, 2014)

Com a aplicação de recursos do Fundo Setorial Pro-infra, da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e das Fundações de Amparo a Pesquisa do Estado da Amazônia Legal, infraestrutura de pesquisas científicas melhorou bastante nos últimos 15 anos. (Filho, Silva e Bigi 2014) O problema é que na maioria dos estados, com poucas exceções, os laboratórios ficam subutilizados, mal equipados, sucateados porque não tem essas Fundações de Amparo a Pesquisa ativas.

Além das pesquisas e pessoal com formação qualificada, são necessárias empresas inovadoras, com recursos financeiros e boa estrutura se o país deseja que novos bioprodutos cheguem no mercado nacional e mundial. Na atualidade, as indústrias de processos bioprospectivos estabelecidas na Amazônia, em sua maioria produzem coisas com base em conhecimentos já existentes, como medicamentos genéricos, e não são de base tecnológica como por exemplo no Vale do Silício, nos Estados Unidos. Dentre os motivos dessa falta de inovação, seria a precariedade da infraestrutura oferecida pelo Estado.

Na Zona Franca de Manaus, estão fixadas dezenas de empresas internacionais, que utilizam a maioria ou total conhecimento advindo de pesquisas dos seus países de origem nos seus processos de produção. Grande parte dessas empresas não atuam na área da biotecnologia mas, apesar disso, o fato de já existir essa importante base industrial na capital do Amazonas abre a possibilidade do desenvolvimento de um polo bioindustrial, devido aos serviços de engenharias química, de produção, civil (são parte do conhecimento adotado na biotecnologia) por exemplo.

#### **4- Pesquisa bioprospectiva**

A prática bioprospectiva torna-se muito atraente tanto para países biodiversos quanto para detentores de recursos técnico científicos, o uso do conhecimento tradicional para uso comercial promove extração em grandes quantidades de material biológico podendo assim contribuir para a crise mundial da biodiversidade (Braz, 2015). Há estimativas que mensuram algo em torno de 250000 espécies de plantas, das quais, cerca de 10% tem potencial terapêutico para uso medicinal, destacam-se pesquisas de etnobotânica e etnofarmacologia (Lima, Velho e Faria, 2007).

O caráter multidisciplinar da bioprospecção dificuldade em encontrar pesquisas em bioprospecção por falta de identificação como uma pesquisa bioprospectiva, o uso do termo é pouco frequente, não consolidado, mas notam-se contribuições da biologia às ciências sociais, em uma meta-análise notou-se uma predominância de pesquisas bioprospectivas em periódicos da área de etnofarmacologia (Lima, Velho e Faria, 2007), a bioprospecção nesse sentido favorece a descoberta de “drogas indígenas”.

A bioprospecção é uma atividade que pode proporcionar inúmeros benefícios, na forma em que são desenvolvidos novos fármacos e biotecnologias (Barreiro e Bolzani, 2009), ao passo em que as consequências negativas, são também muito grandes, já que o acesso a recursos energéticos, além de afetar as comunidades tradicionais, cujos conhecimentos são explorados e não há retorno as mesmas (Ávila, 2006) afeta o patrimônio genético, além de afetar socialmente as comunidades, pode-se notar claramente no relato dos próprios povos como esse processo acontece:

[...] Os Wapichana, meu povo, habitam parte do lavrado no Brasil e na Guiana Inglesa [...] Por termos conhecimento comuns sobre a vegetação, tanto no Brasil quanto na Guiana Inglesa, utilizamos uma planta de nome cunani, na pesca. Também produzimos medicamentos extraídos de uma árvore conhecida por tipir ou coração verde em nossa medicina tradicional. Muitos de nossos parentes nem imaginam o que nossos conhecimentos podem representar para as indústrias. E foi por isto que o químico Conrad Gorinsky, filho de uma índia Wapichana com um alemão [...] pesquisou o cunani e o tipir prometendo que ajudaria as comunidades com medicamentos. Nunca o fez [...] O senhor Conrad Gorinsky já patenteou o cunaniol e o rupuni nos Estados Unidos, Europa e Grã-Bretanha. Ele vem buscando contato junto às multinacionais para explorar as ‘descobertas’ [..].”  
(Wapichana, 1997, p. 42).

O trecho foi extraído de uma etnografia de Ávila (2006) sobre os processos de biopirataria e as consequências que tiveram no povo Wapichana. O exemplo é muito ilustrativo, pois mostra claramente como a tecnologia somada a um conjunto de interesses pode afetar as comunidades indígenas e os povos tradicionais, utilizando os seus conhecimentos para a produção industrial, não havendo retorno ou benefício nenhum.

Temos um acesso a um grande nível de informação, no que se refere a exploração da biodiversidade, é crescente o estudo em bioinformática (Araújo *et al.*, 2008), esta que tem potencial implicação na maneira em como conduzimos nossas vidas, os dados gerados pela bioinformática podem ser considerados como a forma mais intramolecular de colher informações sobre os seres vivos pela análise detalhada de seu código genético, é possível criar bancos de dados e criar aplicações, ao tempo em que há produção de dados de maneira constante na prática bioprospectiva, alimentam-se os bancos de dados promovendo o incremento nas possibilidades de exploração de recursos.

O consumo destrutivo e a ausência de um sistema de preservação ambiental eficiente e realista, implica na dificuldade de surgimento de projetos de bioprospecção completos no seio de sua função econômica e social. A inexistência de um sistema pragmático que atribua ao Estado função de proteger, ao invés de negociar o patrimônio genético, cria um empecilho ao desenvolvimento de programas de prospecção biológica que alcancem modelos de uso sustentáveis e repartição justa. (TELES, 2014)

## 5- Controvérsias na prática bioprospectiva

No desenvolvimento da tecnologia e na evolução da ciência em favor da humanidade, há impactos e avanços nos mais variados setores da sociedade. É importante questionar o papel social da tecnologia. O que estamos produzindo, o que estamos fazendo com ela e o que ela está fazendo com nós? A influência que a pesquisa bioprospectiva tem em nossa vida parece ser muito sutil, mas ela está presente tanto direta, quanto indiretamente, desde a exploração da natureza -a prática bioprospectiva em si- até a produção de fármacos e produtos de higiene podemos observar o quanto a tecnologia faz parte de nossas vidas e como estas fazem parte de sua construção.

As pesquisas apontam numa direção em que se cria o meio que proporcione um melhor direcionamento dos ambientes escolhidos para bioprospecção, reduzindo o esforço amostral desses processos e, conseqüentemente, aumentando a eficiência e reduzindo os seus custos (Werner, 2013)

Os produtos biotecnológicos e a riqueza que advém de sua exploração, além de ser gerados nos laboratórios são investigados no campo, há uma rede de interesses muito ampla, partindo da competência de cientistas - das mais diversas áreas- até as comunidades indígenas, cujo conhecimento sobre a natureza é apropriado.

As técnicas de manipulação genética, desvendam características e propriedades de grupos de genes, estas informações são decodificadas com técnicas, geralmente de

maneira posterior são materializadas na forma de produtos: entre outros estão as enzimas, hormônios e os fármacos, estes últimos permeiam na vida de toda a sociedade, das pesquisas nas universidades e empresas até os tratamentos oferecidos no sistema de saúde.

Nota-se no discurso dos bioprospectores, na maioria, profissionais de ciências biológicas, biotecnologia e áreas relacionadas à produção de insumos decorrentes, um certo desconforto com a política. A biodiversidade se converteu em Patrimônio Genético (Saccaro, 2011). A ideia de haver patrimônio genético é recente e tem como fundamento a capitalização dos recursos naturais.

As perspectivas brasileiras, evidenciam que o país tem se desenvolvido na área de biotecnologia ao longo dos últimos vinte anos, majoritariamente, dentro das universidades e não na indústria. Por muito tempo a biodiversidade foi protegida e não explorada, é interessante incentivar o uso da biodiversidade para o bem-estar humano e promover a conservação da biodiversidade é o ambiente ideal, mas na prática não é dessa maneira que a exploração ocorre. O ambiente brasileiro é desfavorável à prática bioprospectiva, por causa do desconhecimento da lei por parte dos bioprospectores, o que abre margem à biopirataria.

Para propiciar um ambiente em que a prática bioprospectiva seja interessante para contribuir com o desenvolvimento sustentável, não só da região amazônica, mas do Brasil, é de importância fundamental levar em consideração os seguintes aspectos:

1. Conservação, que se faz primordial, no sentido em que tem de se melhorar a política de acesso, visando desburocratizá-lo. Criando consenso entre governo, pesquisadores e comunidades indígenas.
2. Uso sustentável, ambiente propício para regularizar e incentivar as práticas bioprospectivas ao tempo em que é necessária a fiscalização para promover bioprospecção de maneira sustentável.
3. Repartição de benefícios, pensar em modelos é o aspecto mais difícil, pois o conflito de interesses envolve atores da política, empresas, cientistas e comunidades, dessa maneira não há uma resposta concreta, há alternativas a serem testadas.

Na prática o desmatamento avança sobre os biomas, o que interfere na bioprospecção, a biodiversidade local se vê reduzida, há menos espécies a ser pesquisadas, reduzindo assim a possibilidade de gerar lucros com a prática bioprospectiva, lucros que poderiam servir para barrar o próprio desmatamento. Outro fato a ser levado em consideração é que diversas comunidades podem ter o mesmo conhecimento, é possível que haja sentimento de injustiça por não obterem nenhum benefício.

É interessante repensar a burocracia imposta para pesquisa bioprospectiva, simultaneamente com as medidas penais, pois não há sanções penais para bioprospectores infratores, não existe tipificação do crime da biopirataria, a fiscalização é muito difícil (Saccaro, 2011). A necessidade de aproximar o bioprospector ao governo torna-se interessante para permitir um controle maior, além de permitir maior avanço na prática exploratória, levando a melhores resultados. Estes que podem gerar um bem-estar social, a bioprospecção é interessante para a sociedade, o uso sustentável da biodiversidade.

O Brasil tem cerca de 20% da diversidade biológica mundial, há iniciativas interessantes no que se refere a bioprospecção, práticas de posse de unidades de conservação pelos povos indígenas tradicionais poderiam garantir uma prática bioprospectiva sustentável, mas não há investimento nem incentivo, há falta de fiscalização, o que promove a biopirataria.

O consumo destrutivo e a ausência de um sistema de preservação ambiental eficiente e realista, implica na dificuldade de surgimento de projetos de bioprospecção completos que alcancem modelos de uso sustentáveis e repartição justa (TELES, 2014).

## **6- Considerações finais**

Ao intervir na natureza, além de afetá-la, afetamos nossas vidas, ao investigar sobre como as práticas bioprospectivas interferem em nossas vidas, é possível notar a como é sutil a sua interferência, pela nossa intervenção tecnológica a relação sociedade/natureza se reconfigura. As inovações na área de saúde são cada vez maiores, mas não percebemos os processos que acontecem para ter acesso a ditas inovações.

O acesso ao patrimônio genético junto ao acesso ao conhecimento tradicional promove uma exploração natural e cultural muito difícil de mensurar, as pesquisas que acontecem na área de bioprospecção muitas vezes não são reconhecidas como bioprospectoras, uma análise mais aprofundada poderia mostrar que as pesquisas em bioprospecção são desenvolvidas em maior escala do que a literatura aponta.

Levanta-se neste ponto a necessidade de realizar pesquisas de natureza qualitativa no que se refere a prática bioprospectiva, a maior parte da literatura nessa área em consolidação se refere a sua conceituação, pesquisas teóricas, existem discussões sobre a lei de acesso a recursos e análises bibliométricas de produção bioprospectiva, cabe ressaltar que nas análises bibliométricas, grande parte das pesquisas são realizadas em países do norte global, no Brasil existem pesquisas de prospecção biológica de maneira muito mais significativa em relação a pesquisas bioprospectivas.

O jogo de interesses é muito complexo, e a política de acesso não é bem estruturada, facilmente são encontradas brechas na lei e nos mecanismos de fiscalização, abrindo assim espaço para práticas de biopirataria. A Amazônia se torna muito atraente nesse sentido para a prática bioprospectiva, tanto economicamente quanto pela facilidade de acesso a recursos genéticos, dessa maneira os detentores de recursos técnico científicos tem um terreno aberto a ser explorado. Ao mesmo tempo em que alguns Bioprospectores estão incomodados com a atual legislação brasileira, outros aproveitam suas brechas para praticar biopirataria, nesse sentido se faz interessante repensar a burocracia imposta para pesquisa bioprospectiva.

## Referências

- ARAÚJO, N. D. DE *et al.* A Era da Bioinformática : seu potencial e suas implicações para as ciências da saúde. *Estudos de Biologia*, v. 30, p. 143–148, 2008.
- ÁVILA, T. Biopirataria e os Wapichana : etnografia sobre a bioprospecção e o acesso aos recursos genéticos na Amazônia brasileira. *Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI*, v. 3, p. 225–260, 2006.
- AZEVEDO, C. M. D. A. A regulamentação do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados no Brasil. *Biota Neotropica*, v. 5, n. 1, p. 19–27, 2005.
- BARREIRO, E. J.; BOLZANI, V. D. S. Biodiversidade: fonte potencial para a descoberta de fármacos. *Química Nova*, v. 32, n. 3, p. 679–688, 2009.
- BRAZ, V. A crise mundial da biodiversidade: o papel dos humanos na sexta grande extinção em massa. *Sustentabilidade em Debate*, v. 6, n. 2, p. 290–293., 2015.
- FERRO, A. F. P.; BONACELLI, M. B. M.; ASSAD, A. L. D. Oportunidades tecnológicas e estratégias concorrenciais de gestão ambiental: o uso sustentável da biodiversidade brasileira. *Gestão & Produção*, v. 13, p. 489–501, 2006.
- FILHO, S. A.; SILVA, C. G. N. DA; BIGI, M. DE F. M. A. Bioprospecção e biotecnologia. *Parcerias Estratégicas*, v. 19, n. 2011, p. 45–80, 2014.
- LIMA, R. A. DE; VELHO, L. M. L. S.; FARIA, L. I. L. DE. Delimitação de uma área multidisciplinar para análise bibliométrica de produção científica : o caso da Bioprospecção. *Transformação*, v. 19, n. 2, p. 153–168, 2007.
- PREMEBIDA, A. Os interesses heterogêneos da ciência e a politização específica da vida biológica. IN: PREMEBIDA, A.; NEVES, F. M.; DUARTE, T. R. *Investigações Contemporâneas em Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia*. Judiaí: Paco, 2015.
- SACCARO, N. *Desafios da bioprospeccao no Brasil. Texto para discussao 1569*. Brasília, IPEA, 2011
- TELES JUNIOR, A. Iniciativas de bioprospecção a partir da posse das unidades de conservação pelos povos e comunidades tradicionais. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, v. 5, n. 662, p. 57, 2014.
- TRIGUEIRO, M. Bioprospecção ; uma nova fronteira da sociedade. *Sociologia*, p. 1–32, 2003.
- \_\_\_\_. *Bioprospeccao, controvérsias e tensoes sociais*. Curitiba: Editora CRV, 2014.
- \_\_\_\_. *Sociologia da Tecnologia; Bioprospecção e Legitimação*. São Paulo, Centauro Editora, 2009
- WERNER, M. J. Avaliação da distribuição ambiental de genes de relevância biotecnológica por meio de dados metagenômicos públicos. p. 94, 2013.

## **Práticas de Cura Popular na Amazônia: um ensaio a partir do conceito de Habitus em Pierre Bourdieu**

Gladson Rosas Hauradou 1, UFAM/ICSEZ, e-mail: gladson@ufam.edu.br;  
Simone Eneida Baçal de Oliveira 2, UFAM/ICHL, e-mail: sisioliveira@uol.com.br;

...

### **Resumo**

Reflete-se sobre as “práticas de cura popular” presentes no contexto amazônico tomando-se como referência teórico-metodológica alguns trabalhos que discutem a temática em tela na região. Esta apreensão é conduzida com base no conceito de habitus proposto por Pierre Bourdieu (2007) para o qual o habitus define-se como sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. À luz do conceito, buscou-se entender as intervenções dos “agentes-de-cura-amazônidas” na relação “saúde-doença”, do contexto em questão, situando-as como o conjunto das práticas e das ideologias que lhes são características. Constatou-se que esses manipuladores de conhecimentos tradicionais reavivam o habitus criando e recriando-o continuamente quando lançam mão das práticas de cura popular para fazer frente às demandas por atenção à “saúde” na região.

Palavras-chave: práticas de cura. *habitus*. conhecimentos tradicionais.

### **Resumen**

El estudio reflexiona sobre las “prácticas de curación popular” presentes en la región amazónica utilizando como referencia teórica y metodológica algunos trabajos que discuten el tema en la región. Esta aprehensión se basa en el concepto de habitus, propuesto por Pierre Bourdieu (2007) para el cual habitus se define como sistema de disposiciones socialmente construidos que, mientras estructuras estructuradas y estructurantes, constituyen el principio generador y unificador del conjunto de las prácticas y de las ideologías características de un grupo de agentes. En este concepto se procuró entender las intervenciones de los “agentes-de-cura-amazónicos” en la relación “salud-enfermedad”, del contexto en discusión, situándolas como un conjunto de las prácticas y de las ideologías que son sus características. La pesquisa constató que los manipuladores de conocimiento tradicionales reavivan el habitus creando y recreándolo continuamente cuando se utilizan de las prácticas de curación populares para atender las demandas de atención a la “salud” de la región

Palabras clave: prácticas de curación. *habitus*. conocimientos tradicionales

### **Abstract**

this study it's a reflection about “practices of popular cure” present in Amazon context and it takes some theory-methodological studies like references, which this studies talk about subject-in-screen, in the region. This apprehension has been drove in Habitus concept purposed by Pierre Bourdieu (2007) who says habitus is a system of included and socially dispositions which, while structured structuring structures, they constitute the generator and unifying principle of practices group and ideologies that characterizes an agents group. By the concept, it was searched about the interventions of “cure agents from Amazônia” concerning health-disease related to the project and defining them like practices and ideologies group that characterizes them. It was observed that these traditional knowledge manipulators revive the Habitus, they continuing create and recreate it when they lay hands on popular cure practices to do demands for “health” attention in the region.

keywords: cure practices. *habitus*. traditional knowledge

## 1- Introdução

A doença é uma experiência comum a todas as sociedades humanas. Contudo, à medida em que a natureza social dos seres humanos produziu diferentes maneiras de lidar com as necessidades básicas de reprodução e conservação de sua espécie, caracterizadas no fenômeno da diversidade cultural, também em relação à doença há distintas formas de concebê-la, além de uma grande variedade de intervenções terapêuticas utilizadas de acordo com especificidades culturais.

(VERANI, 1994, p. 91)

Quando pensamos em “saúde” (sem que se despreze sua relação com a doença), por um lado nos reportamos quase, que imediatamente, aos parâmetros já estabelecidos socialmente sobre a temática. Dentre estes parâmetros se situa, por exemplo, o que fora convencionalmente coletivamente sobre o “conceito de saúde” cujas principais referências estão contidas nas prescrições defendidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a partir de 1946 que a entende como um “[...] estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente ausência de doença ou incapacidade [...]” (ALMEIDA-FILHO, 2011, p. 08). Por outro lado, fazemos também referência às práticas de cuidado e de cura as quais são peculiares às formas como estão constituídas as relações sociais mediadas pela cultura em que os costumes se apresentam mais decisivamente. Estas práticas de cura popular, portanto, de atenção à relação “saúde-doença”, são conduzidas (produzidas/reproduzidas) secularmente por distintas sociedades nas quais os conhecimentos sobre a natureza (orgânica e inorgânica) como fonte de atendimento às necessidades elementares à sobrevivência individual e coletiva são intrínsecos à sua cosmovisão que guarda distância da forma como contemporaneamente a atenção à saúde vem sendo regida, isto é, a perspectiva hegemônica que pode ser traduzida no modelo biomédico de se pensar a “saúde-doença”.

Autores brasileiros como Moacir Scliar (2007), Naomar Almeida-Filho (2011), Jairnilson Paim (2011) têm contribuído substantivamente com o presente debate ou, mais precisamente, sobre a compreensão do que vem a ser a “saúde”. Estes pensadores sinalizam para que se considerem as distintas dimensões da vida humana de modo que se entrecruzam os aspectos de ordem social, econômica, políticos, culturais, ambientais, etc., nas abordagens acerca da noção de “saúde”.

Quando lançamos mão desse entendimento, tendemos a tomar como referência as particularidades que conformam as relações sociais, situadas no espaço, no tempo e, nesse contexto, os significados atribuídos aos fenômenos por esses coletivos que, assim como na perspectiva suprarreferida, nos remete ao conceito de habitus introduzido por Pierre Bourdieu (1979). Visto que, o entendimento do que vem a ser manutenção da “saúde” (ou hábitos de práticas de cura popular) refere-se, sobretudo, às formas peculiares de lidar com enfermidades exclusivas de determinado grupo humano e perpassa o acúmulo de conhecimentos sobre as maneiras de praticar a cura em comunidade estabelecendo relação, também, com “[...] a difusão dos conhecimentos [que] encontra-se pautada fortemente nas tradições, simbologias, mitos e rituais associados ao uso e manejo das plantas medicinais [...]” (RODRIGUES, 2015, p. 137).

Nesse sentido, no estudo em tela reflete-se sobre a “manutenção da saúde<sup>1</sup>”, ou mais precisamente, as intervenções mediadas pelas “práticas de cura popular” presentes no contexto amazônico tomando-se como referência alguns trabalhos que discutem a temática atinente às “práticas de cura e saúde” na região. A apreensão em pauta será conduzida com base na concepção de *habitus* proposta por Pierre Bourdieu (2007, p. 191) para o qual o *habitus* define-se como: “[...] sistema de disposições<sup>2</sup> socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes [...]”. À luz do conceito, buscou-se entender as intervenções dos “agentes-de-cura-amazônidas” na relação “saúde-doença” situando-as como o conjunto das práticas e das ideologias características desse grupo. Tais agentes, para efeito deste estudo, são aqueles que se configuram como partícipes das relações sociais no contexto amazônico: as populações indígenas e não indígenas locais que manipulam os conhecimentos tradicionais produzidos e reproduzidos secularmente tendo em vista suprir as demandas por “saúde”. Esta discussão é introdutória, razão pela qual não podemos abranger a Amazônia na sua totalidade, mas tão somente registrar alguns traços significativos das formas de atenção às questões de saúde realizadas por seus agentes locais.

## **2- O *Habitus*<sup>3</sup> em Pierre Bourdieu: Incursão Teórica Preliminar**

No Brasil, a introdução do debate atinente à praxiologia do pensador francês Pierre Bourdieu deu-se, inicialmente, a partir da aproximação de suas contribuições no âmbito da Sociologia da Educação, da Sociologia da Cultura e dos Intelectuais (MONTAGNER, 2006).

De acordo com Ortiz (2013), os trabalhos de Bourdieu tiveram como iniciadores autores como Pouillon et. al. (1968) e Brito (1968), os quais coordenaram a publicação de partes de seus livros, assim como, o trabalho organizado por Sérgio Miceli em 1974. Nos textos organizados pelo último autor dá-se uma atenção especial, pois “[...] trata-se de uma coletânea editada em forma de livro, [e] seu objetivo era apresentar ao leitor brasileiro um amplo panorama dos interesses e da metodologia do autor [...]” (p. 82). A recepção dessa corrente teórica teria apresentado resistência no Brasil em razão de sua associação à denominada sociologia da ordem presente no meio acadêmico, ou seja, havia por parte de intelectuais uma aversão à essa proposta teórico-metodológica já que no campo intelectual predominava, sobretudo, no contexto da sociologia: “[...] uma oposição clara entre dois tipos de perspectivas teóricas: sociologia da ordem versus sociologia do conflito. Essa divisão dicotômica [...] encontrava-se estampada nos currículos dos cursos de graduação. Ordem e

---

<sup>1</sup> Neste trabalho focaliza-se tão somente a noção relativa à saúde mediada pelas práticas de cura peculiares à região amazônica. Portanto, tratamos da manutenção da saúde dos indivíduos sociais com o entendimento da saúde (estado) como condição necessária à autonomia inerente ao desenvolvimento das relações em sociedade, de manutenção da própria vida, da subsistência familiar e dos mecanismos relativos à sobrevivência dos indivíduos afetados por enfermidades e/ou congêneres.

<sup>2</sup> Para Bourdieu (1972, p. 32): A palavra disposição parece particularmente apropriada para exprimir o que recobre o conceito de *habitus* (definido como sistema de disposições): com efeito, ele exprime, em primeiro lugar, o resultado de uma ação organizadora, apresentando então um sentido próximo ao de palavras tais como estrutura; designa, por outro lado, uma maneira de ser, um estado habitual (em particular do corpo) e, em particular, uma predisposição, uma tendência, uma propensão ou uma inclinação (Nota nº 21).

<sup>3</sup> De acordo com Maria da Graça Jacintho Setton, o conceito de *habitus* tem uma longa história nas ciências humanas. É uma palavra latina que traduz a noção grega *hexis* utilizada por Aristóteles para designar então características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem. (SETTON, 2002, p. 61 *apud* ANDRADE, 2016).

conflito eram matérias distintas, ensinadas como individualidades contrapostas uma à outra. A sociologia da ordem identificava-se ao estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons, seu representante máximo, e a ela associava-se o funcionalismo de Robert Merton e seus seguidores [...] Sua contra cara seria um pensamento voltado para o entendimento dos conflitos, ou seja, os mecanismos que colocavam em xeque essa mesma estabilidade. No caso do Brasil, e eu diria da América Latina, havia uma forte reação à hegemonia americana nas ciências sociais, em que o tema da mudança era decisivo no processo de modernização desses países “periféricos”. A problemática do conflito, às vezes associada à luta de classes, terminava por prevalecer num ambiente de disputa ideológica [...]”. (ORTIZ, 2013, p. 86).

Contudo, Ortiz (2013) pondera que houve uma aproximação de intelectuais renomados no âmbito das ciências sociais, a exemplo de Florestan Fernandes, que terminaram por contribuir com o processo de introdução do pensamento bourdieusiano no país.

Passada a “fase dicotômica”, a obra de Bourdieu assume nova configuração no campo intelectual brasileiro cujo aporte nos foi legado. Suas contribuições sociológicas propiciaram um aprofundamento significativo da compreensão das relações sociais e, desse modo, das estruturas que lhes dão sustentação. A concepção de estruturas, aprimorada por Bourdieu, é apreendida de forma dinâmica, ou seja, trata-se de um conjunto de relações historicamente constituídas as quais se revelam enquanto produto e produtoras de ações. Estas são condicionadas e, também, são condicionantes (THIRY-CHERQUES, 2006).

Thiry-Cherques (2006) destaca, ainda, que estas derivam: “[...] da dupla imbricação entre as “estruturas mentais” dos agentes sociais e as estruturas objetivas (o “mundo dos objetos”) constituídas pelos mesmos agentes. As primeiras instituem o mundo inteligível, que só é inteligível porque pensado a partir das segundas. A reciprocidade da relação estabelece um movimento perpétuo, um sistema generativo autocondicionado — o habitus — que busca permanentemente se reequilibrar, que tende a se regenerar, a se reproduzir” (2006, p. 31 grifos do autor).

Esta relação recíproca entre “estruturas mentais dos agentes sociais” e “estruturas objetivas” estabelecendo o habitus expressam, por sua vez, o movimento de “interiorização da objetividade social” que, conseqüentemente, produz uma “exteriorização da interioridade” dos agentes. Assim, o habitus ao qual se alude, “[...] Não só está inscrito no indivíduo, como o indivíduo se situa em um determinado universo social: um campo que circunscreve um habitus específico [...]” (Ibid, p. 36). O campo, ou “campos sociais”, outro conceito trabalhado por Bourdieu, refere-se por sua vez, aos distintos espaços sociais nos quais coexistem agentes *DOMINANTES*, *DOMINADOS* e *PRETENDENTES*, guardando intrínseca relação com o conceito de habitus desenvolvido/ampliado pelo referido autor.

É na relação Campo - Habitus, enquanto conceitos primários<sup>4</sup> da praxiologia bourdieusiana, que se consegue apreender o sentido pleno do habitus como mediador das estruturas mentais dos agentes e das estruturas objetivas. Sobre a questão: “É importante dizer que a relação de interdependência entre o conceito de habitus e o conceito de campo é condição para seu pleno entendimento. O conceito de “campo” em Bourdieu representa um espaço marcado pela dominação e pelos conflitos. Como exemplo, podemos citar o campo jornalístico, o campo literário, o campo educacional, dentre muitos outros. Cada

<sup>4</sup> Os conceitos primários formulados e aperfeiçoados por Bourdieu são o de *habitus* e o de campo. A estes se agregam outros, secundários, mas nem por isto menos importantes, e que formam a rede de interações que orienta a sociologia relacional, a explicação, a partir de uma análise, em geral fundada em estatísticas, das relações internas do objeto social. A teoria do *habitus* e a teoria do campo são entrelaçadas. Uma é o meio e a conseqüência da outra (VANDENBERGHE, 1999:61). Para seguir os passos do processo investigatório de Bourdieu é essencial compreender estes conceitos tanto separadamente quanto na forma como se articulam (Op. Cit. p. 32).

campo teria, segundo Bourdieu, uma certa autonomia, possuindo suas próprias regras de organização e de hierarquia social. Dentro desses espaços limitados, os indivíduos atuariam segundo seu capital social, ou seja, as possibilidades que possuem de acordo com a rede de contatos da qual fazem parte” (FERREIRA, 2013, p. 47 grifos do autor).

A apreensão dos conceitos abordados por Bourdieu nos permite entender como se configuram as relações sociais e, no limite, a identificação dos potenciais mecanismos necessários à transformação dessas mesmas estruturas. Nesse sentido, o conceito de habitus mostra-se como chave heurística, na medida em que possibilita o desvelamento dos significados, dos valores, das crenças que medeiam a relação entre o agente (indivíduos sociais amazônicos) e a estrutura social (conjunto de agentes populacionais amazônicos) em seus campos distintos.

Posto que, decifrar o habitus diz respeito à compreensão do homem e das relações sociais por ele estabelecidas de modo que estas passam a lhe imprimir “[...] um mundo de significados, de valores, de crenças, de costumes, de ações” (ANDRADE, 2013, p. 109). Este mundo de significados pode ser apreendido no contexto das relações entre o cuidador e aquele (s) que é (são) objeto (s) do cuidado, pois se mantêm em relação com um “[...] sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes [...]” (BOURDIEU, 1992, p. 191).

Nos estudos de Bourdieu (2007) constata-se que, por meio das interações entre os homens e a dinamicidade que envolve as relações destes com os demais homens e com a natureza, suscita-se “[...] a criação e recriação do habitus permeado de durabilidade e flexibilidade [...]” (ANDRADE, 2013, p. 109). Assim, esse movimento de criação e recriação “[...] tende, ao mesmo tempo, a reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem a seu princípio gerador, e a permitir ajustamentos e inovações às exigências postas pelas situações concretas que põem à prova sua eficácia” (BOURDIEU, 1992, p. 41).

Segue-se, nesse sentido, a reprodução da ação humana sem a necessária reflexão acerca dessa ação por parte dos agentes. Contudo, a internalização das estruturas sociais pelos agentes e sua reprodução por meio dos gestos corporais, valores, crenças, ideias etc., não se configuram limites impostos a esses agentes, pois o habitus pressupõe, ainda, mudança. “[...] Ele contém as potencialidades objetivas, associadas à trajetória da existência social dos indivíduos, que tendem a se atualizar, isto é, são reversíveis e podem ser aprendidas” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 34). Assim, ainda que as estruturas da sociedade sejam internalizadas pelo indivíduo de tal modo que a reprodução dessas mesmas estruturas torne-se expressão das ações concretas (ideais e práticas) cotidianas, estas são passíveis de mudanças em razão da dinamicidade conferida ao habitus na abordagem bourdieusiana. Essa dinamicidade, criação e recriação do habitus perpassado de durabilidade e flexibilidade, a nosso ver, pode ser apreendida quando pensamos as formas de lidar com as situações relativas à saúde (práticas de cura popular) e à doença no contexto amazônico.

Nosso entendimento sobre a questão vincula-se ao fato de que na região amazônica coexistem práticas de atenção à saúde (cuidados relativos às manifestações de doenças e/ou agravos) em que a principal intervenção pauta-se nos conhecimentos acumulados ao longo dos séculos por populações nela radicadas, em paralelo à hegemônica “clínica médica”. Estes conhecimentos<sup>5</sup>, indígenas e não indígenas, têm sido aplicados

---

<sup>5</sup> “Os conhecimentos tradicionais referem-se aos saberes acumulados ao longo do tempo por distintas gerações de grupos humanos e que são empregados na manutenção e reprodução da vida em comunidade. Estes conhecimentos não se enquadram na noção de ciência moderna (hegemônica). Referem-se, precisamente, aos saberes atinentes às denominadas ‘populações

cotidianamente e representam para os agentes que lançam mão dessa prática uma resposta imediata e/ou duradoura e concreta às suas demandas em “saúde”. O desenvolvimento dessas práticas de cura, por assim dizer, constitui-se como parte e expressão das relações sociais, e da relação homem-natureza, entre os agentes pertencentes à região amazônica com longa história de aperfeiçoamento da produção, reprodução e manutenção dessas formas de lidar com as contingências afeitas à saúde de seus pares. Portanto, carregam consigo os valores e ideais representativos de um habitus particular.

### **3- Práticas de Cura Popular: Conjunto das Práticas e das Ideologias Características na Amazônia**

O povo que conhece a dor do outro e juntos buscam a saúde. Se todos os curadores se unirem e souberem do seu valor, ninguém adoecia ou ia procurar hospital

(Parteira Maria Assunção de Almeida In: ARAÚJO, 2008, p. 36).

As características concernentes à sóciobiodiversidade amazônica situam-na como espaço distinto na complexa rede de relações sociais, políticas, econômicas e culturais aos níveis internacional e nacional. Heck, Loebens & Carvalho (2005, p. 237) afirmam que: “A Amazônia’, [...] é uma das palavras mais bem ou mal ditas no planeta Terra. Sobre ela pesam afirmações como ‘pulmão do mundo’, ‘floresta tropical de maior biodiversidade do planeta’, ‘região que tem o maior rio da Terra’, ‘inferno verde’, ‘na Amazônia está quase um terço da água doce do mundo’ etc. São razões suficientes para que se voltem, para essa região, olhares, radares, [...] países, organizações mundiais, empresas e cientistas. [...] Diz-se até que o futuro terá que passar necessariamente pela Amazônia” (grifos dos autores).

Os olhares se voltam para a região em razão de suas potencialidades (riquezas sociobiodiversas) e, ainda, de seu “caráter enigmático” já sinalizado por Araújo Lima em *Amazônia: a terra e o homem* (2001, p. 52) quando este evidenciava que “[...] a região é malvista, pouco conhecida, erroneamente interpretada. Persiste indecifrável, mas desastrosamente deturpada na significação de sua essência, de seus atributos, de seus recursos [...]”. Estes elementos de vislumbre e, de deturpação na significação de sua essência, ainda persistem na contemporaneidade, sobretudo, quando situamos a importância dada aos conhecimentos tradicionais voltados a interferir nas situações de adoecimento mediante as práticas de cura popular na região. As referidas práticas, apesar de se desenvolverem cotidianamente entre os agentes da região e representarem a manifestação de um habitus particular, não se apresentam com a mesma intensidade e expressividade atribuída aos produtos (bens, serviços, equipamentos) da indústria de medicamentos, considerando-se que o foco central destes encontra-se na aquisição de rendimentos financeiros numa lógica de mercado em que produção, circulação e consumo tende a ofuscar as contribuições das práticas de cura popular. Contudo, este desdobramento conforma uma maneira peculiar de lidar com a doença/enfermidade e com o outro (o enfermo) numa relação baseada no processo cumulativo de apreensão, preservação e reprodução de conhecimentos em comunidade cujos efeitos envolvem, ainda,

---

tradicionais’, termo controverso e polêmico, mas que para efeito de elaboração de políticas públicas se mostra indispensável”. Vide: Rodrigues (2015).

a dimensão espiritual (fé) numa relação recíproca entre o agente que cura (“agentes-de-cura-amazônidas”) e aquele a quem se destina o cuidado. Trata-se da internalização de conhecimentos, experiências e saberes que dão materialidade às ações de cura e/ou da promoção da “saúde”.

Figuram entre estes conhecimentos as práticas realizadas por rezadeiras/rezadores, benzedoras/benedores, parteiras/os, puxadores de ossos e/ou pegadores de desmentiduras, “costuradores de rasgaduras”, pajelanças e demais manifestações afrodescendentes, com recorrência ao uso de plantas medicinais e de extratos advindos de animais silvestres.

Em Parintins/Amazonas, município localizado a 420 km por via fluvial da capital Manaus, Araújo (2008) realizara uma pesquisa pioneira acerca dessas práticas envolvendo o conhecimento popular e cujos registros reavivam o papel desempenhado pelo que denominamos de “agentes-de-cura-amazônidas” dentre os quais destacamos: Waldir Viana, João Valente, Mãe Palmira, Didi Faz Tudo, Martinha Prata e Dona Nega Parteira<sup>6</sup>. Em nosso entendimento, estas práticas de cura popular mantêm relação com a concepção de habitus introduzida por Pierre Bourdieu (2007) ao constatarmos que ocorre um movimento de internalização das estruturas antes mencionadas.

Outro estudo, empreendido por Fraxe et. al. (2010) em uma comunidade conhecida como Nossa Senhora das Graças, no município de Manacapuru, Amazonas, constataram-se práticas de cura e cuidados realizadas por rezadores, parteiras, pegadores de desmentiduras em cujos desenvolvimentos mantêm: “[...] uma intensa troca material e simbólica com a sede urbanizada de Manacapuru, na forma da circularidade de plantas medicinais, remédios alopáticos, ou dos cuidados com a saúde, como a preocupação com a vacinação, a realização de pré-natal na maternidade, a procura por rezadores e pegadores de desmentidura seja na cidade seja na comunidade, entre outros [...]” (p. 01-02).

Conforme se percebe, a coexistência ou assimilação destas práticas de cura popular com as formas tecnificadas (procedimentos característicos do paradigma hegemônico de atenção à “saúde”) tende a corroborar o reavivamento contínuo do habitus presente nas práticas de cura ou manutenção da “saúde” dos agentes amazônicos. Assim, os conhecimentos, as experiências, os significados, os valores, as ideias incorporadas como legítimas ao longo da trajetória desses agentes se fazem presentes nessas práticas de cura e expressam um habitus próprio dos agentes dessa região em articulação e/ou transposição destas, entre o ambiente rural e o ambiente urbano. A esse respeito, no estudo de Fraxe et. al (2010) constata-se que: “[...] Os rezadores, por sua vez, não estão restritos ao meio rural, ao contrário, aqueles que deslocaram-se para a cidade, intensificaram o exercício deste ofício neste lugar. Rezar torna-se sua principal fonte de renda enquanto no meio rural, muitas vezes, o rezador também é pescador, agricultor, extrativista, etc” (Ibid, p. 02).

Percebe-se, no fragmento, que a maneira como são conduzidas essas práticas revela o reavivamento do que estamos considerando um habitus particular desses agentes, pois estas práticas de cura e de atenção às demandas em saúde processam-se num movimento de criação e recriação contínuo. Ou seja, “[...] tende, ao mesmo tempo, a reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem a seu princípio gerador, e a permitir ajustamentos e inovações às exigências postas pelas situações concretas que põem à prova sua eficácia” (BOURDIEU, 1992, p. 41).

Outra expressão desses “agentes-de-cura-amazônidas” são as conhecidas pajelanças caboclas e indígenas com presença acentuada na microrregião do Salgado e Bragantina (nordeste do Estado do Pará). Estas se configuram, ainda, como práticas presentes em distintas localidades da região. Sobressai-se nessas práticas de cura a figura do “[...] pajé, que corresponderia ao xamã, seria aquela pessoa que tem o dom de curar

---

<sup>6</sup> Vide: ARAÚJO (2008).

doenças naturais e não-naturais com o auxílio dos encantados<sup>7</sup> [...]” (ALBUQUERQUE & FARO, 2012, p. 60). As atividades do pajé diferem-se das desenvolvidas por curandeiros, outros agentes de cura locais, em razão de sua intervenção se desenvolver via incorporação de forças mágicas direcionadas à cura; já o curandeiro “[...] receita banhos, garrafadas, chás, defumações e utiliza-se, sobretudo, de orações e rezas [...]” (Ibid). Todas essas manifestações de atenção aos que demandam por formas de cura relacionam-se com as maneiras particulares de lidar com a “saúde” (e a doença) engendradas no seio sociocultural característico da região.

Destacamos, ainda, nas práticas dos “agentes-de-cura-amazônida” (pajés, parteiras tradicionais, curandeiros, benzedeiros e demais manipuladores dos conhecimentos tradicionais amazônicos) o uso das plantas medicinais e de produtos “derivados” de animais silvestres (Vide: nota 06). Enquanto disposições socialmente constituídas, representam o acúmulo de conhecimentos sobre processos de “manipulação da fauna e da flora” tendo em vista a aquisição de produtos voltados para manutenção da “saúde” por meio de intervenções terapêuticas imbricadas do habitus de cura peculiar à região amazônica. Estes conhecimentos, de longa data, estão sob o foco da apropriação ilegal<sup>8</sup>, situação esta que demandou o surgimento de debates sobre a necessidade de participação desses agentes nos processos que envolvem o uso de seus saberes. Esta discussão é imprescindível, porém escapa aos objetivos deste estudo. Vide: (ALMEIDA, 2004)

O habitus presente nas práticas de cura popular amazônicas revela-se cotidianamente nas intervenções terapêuticas materializadas pelos distintos manipuladores dos conhecimentos tradicionais. “Em Parintins, as benzedoiras sempre são procuradas para resolver os mais variados problemas de sua clientela. E a cada benzeção, vão atraindo pessoas [...]” (BELTRÃO JÚNIOR; NEVES, 2013, p. 08). Entendemos, que esse conjunto de elementos expressos nas vivências, experiências, significados, ideias, valores, crenças, costumes, ações, etc., dos “agentes-de-cura-amazônidas”, tendo em vista o atendimento às demandas em “saúde”, podem ser apreendidos enquanto “[...] sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes [...]” (BOURDIEU, 1992, p. 191), em síntese: o Habitus peculiar aos “agentes-de-cura-amazônidas”.

#### **4- Considerações Finais**

Pensar as práticas de cura popular mediante as quais as populações amazônicas lançam mão para fazer frente às demandas de “saúde”, à luz do conceito de habitus

<sup>7</sup> Os encantados ou caruanas (como também são chamados) seriam seres mágicos que vivem no fundo dos rios, florestas, sendo, portando, detentores de poder e sabedoria (Ibid).

<sup>8</sup> Na última década intensificaram-se de tal ordem os casos de apropriação ilegal do capital de conhecimentos acumulado pelos povos indígenas e pelas chamadas “populações tradicionais” que foi instituída, em 1997, na Câmara dos Deputados uma “Comissão para apurar denúncias de exploração e comercialização ilegal de plantas e material genético na Amazônia”. Entre outros, foram apurados casos de tráfico de besouros e borboletas, exportação ilegal de sementes (caso da empresa Tawaia, Cruzeiro do Sul-AC), corantes naturais (extração do pigmento azul do jenipapo) e processamento do urucum, patentes do bibiru ou bibiri, cujo princípio ativo foi registrado pelo laboratório canadense Biolink, e do cunani, patente do couro vegetal, extração do látex de cróton (caso da Shaman Pharmaceuticals, que diz já ter estudado “sete mil plantas de todo o conjunto da Floresta Amazônica”: cf.). Relatório Final da Comissão. Brasília. Câmara dos Deputados. 1998 p. 13-44. Acrescentem-se ainda casos de coleta de sangue-DNA dos Karitiana e Suruí de Rondônia por universidades norte-americanas (Arizona, Yale) e laboratórios (ALMEIDA, 2004, p. 12).

introduzido por Pierre Bourdieu (2007), apresentam-se, apenas, como uma aproximação preliminar dada a complexidade da praxiologia do pensador francês.

Ao longo desta discussão, constatou-se que as formas de atenção à “saúde” mediadas pelas práticas de cura popular (que abrangem um conjunto diversificado de conhecimentos tradicionais), além de se apresentarem como alternativa substantiva ao modelo biomédico hegemônico de atenção à “saúde”, mesclam estes conhecimentos numa “simbiose” de saberes expressando a configuração de um habitus particular: o habitus dos “agentes-de-cura-amazônidas”.

Nesse sentido, a manifestação cotidiana deste habitus pode ser apreendida nas interações entre estes sujeitos e na dinamicidade que envolve as relações destes com os pares e com a natureza (no caso dos agentes-de-cura-amazônidas). Ou seja, na expressão da relação recíproca entre “estruturas mentais dos agentes sociais” e “estruturas objetivas” num movimento de “interiorização da objetividade social” que, conseqüentemente, produz uma “exteriorização da interioridade” dos agentes e que se traduz nas múltiplas formas de atenção a quem demanda por suas intervenções.

Por fim, o entendimento a que chegamos neste sucinto “diálogo” nos permite inferir que a realização das práticas de cura popular, com vistas à manutenção da “saúde” daqueles que demandam estas atividades junto aos “agentes-de-cura-amazônidas”, é expressão do “[...] conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 191), isto é, a manifestação do habitus dos “agentes-de-cura-amazônidas” num processo de criação e recriação contínua.

## Referências

ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa; FARO, Mayra Cristina Silva. **Saberes de Cura: Um Estudo Sobre Pajelança Cabocla e Mulheres Pajés Da Amazônia.** In: \_\_\_\_\_ Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano V, n. 13, Maio 2012 - ISSN 1983-2850. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/index.html>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos para uma discussão.** In: \_\_\_\_\_. Rerv. Somanlu, ano 4, n. 1, jan./jun. 2004.

ALMEIDA-FILHO, Naomar. **O que é Saúde?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 160 p (Coleção Temas em Saúde)

ANDRADE, Péricles. **Agência e Estrutura: O conhecimento praxiológico em Pierre Bourdieu.** In: Estudos de Sociologia, Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v.12.n.2,p. 97-118

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. **Ribeirinhos Urbanos: Vidas e modos de vida no Puraquequara.** Manaus: EDUA, 2013.

ARAÚJO, Maria de Fátima Guedes. **Conhecimento - Estrada de mão dupla: a relação entre os saberes oficial e popular na construção da saúde de Parintins – Am.** Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG). Juiz de Fora, 2010.

BELTRÃO JÚNIOR, Hudson Roberto; NEVES, Soriany Simas. **O Estudo das Benzedeiras em Parintins: Uma Abordagem Folkcomunicacional.** In: \_\_\_\_\_. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares

da Comunicação (Intercom). Manaus, AM. Anais. 2013. Disponível em <[www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0112-1.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0112-1.pdf)>. Acesso em 25 mar. 2016.

BOURDIEU P. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. 5 ed. São Paulo: Perspectiva: 2007 (Coleção Estudos, n. 20)

BOURDIEU, P. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Tradução das partes: "Les trois modes de connaissance" e "Structures, habitus et pratiques". In:\_\_\_\_\_. Esquisse d'une théorie de la pratique. Geneve, Lib. Droz, 1972. p. 162-89. Traduzido por Paula Montero.

FERREIRA, Wallace. **Bourdieu e Educação**: Concepção crítica para pensar as desigualdades socioeducacionais no Brasil. In: e-Mosaicos. Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silva (CAp - UERJ). V. 3. Nº 3, junho, 2013.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et. al. **Rezadores e Parteiras em Manacapuru**: Concepções e Práticas de Cura Popular na Amazônia na Construção de Políticas de Saúde. In:\_\_\_\_\_. V Encontro Nacional da ANPASS (V ENAPASS). Florianópolis SC: ENAPASS. Anais. 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/g>>. Acesso em 11 de fev. 2016.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco & CARVALHO, Priscila D. **Amazônia Indígena**: conquistas e desafios. In \_\_\_\_\_. Revista Estudos Avançados. Manaus, 2005.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Pierre Bourdieu**: a teoria na prática. In: RAP Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2016.

LIMA, Araújo. **Amazônia**: a terra e o homem. 5 ed. Manaus: Secretaria de Cultura/Governo do Estado do Amazonas, 2001.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **Pierre Bourdieu, o corpo e a saúde**: algumas possibilidades teóricas. In: Ciência & Saúde Coletiva, 11(2): 515-526, 2006.

PAIM, Jairnilson. **O que é o SUS?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 148 p (Coleção Temas em Saúde)

ORTIZ, Renato. **Nota sobre a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil**. In: Sociologia & Antropologia. Rio de Janeiro, v. 03. 81 – 90, junho, 2013.

RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Conhecimentos tradicionais e mecanismos de proteção**: Estudo de caso nas comunidades de Ebenézer e Mucajá em Maués/AM. Manaus: EDUA, 2015.

SCLIAR, Moacyr. **História do Conceito de Saúde**. Rio de Janeiro: Physis: Rev. Saúde Coletiva, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/physis>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

VERANI, Cibele B. L. A Construção Social da Doença e seus Determinantes Culturais: a Doença da Reclusão do Alto Xingu. In: \_\_\_\_\_. SANTOS, RV., and COIMBRA JR., CEA., (Orgs.). **Saúde e povos indígenas** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

## **Prioridades de pesquisas para a Região Amazônica: Uma proposta de fortalecimento das cadeias produtivas das espécies mais promissoras**

Luiz Antonio de Oliveira, INPA, Manaus. luiz.oliveira@inpa.gov.br  
Maricleide Maia Said, GDF, SEMADF, Brasília. mariaid62@gmail.com

### **Resumo**

Apesar de todo o seu potencial e diversidade biológica, a Região Amazônica sempre teve recursos humanos e financeiros aquém do que deveria ter para alavancar as ações na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, capaz de acelerar a geração de tecnologias e bioprodutos que levem à sua independência financeira e de desenvolvimento. Esse desenvolvimento depende da forma como são administradas suas potencialidades, conciliando equilíbrio ecológico e uso sustentável dos recursos biológicos e minerais, de modo que isto reflita em melhoria substancial da qualidade de vida de sua população, crescimento econômico, modernização, avanço tecnológico e sua integração à economia nacional e mundial. O potencial de riquezas e as políticas de desenvolvimento regional não foram suficientes, até agora, para fomentar o desenvolvimento econômico pelo uso sustentável dos recursos da biodiversidade existente na região. Isso ocorre porque a cadeia produtiva das espécies regionais exploradas comercialmente ainda é restrita, com processos gerenciais ineficientes, resultando em baixas produtividades, elevados custos de produção, produtos com baixa qualidade e pouco ou nenhum valor agregado, além de dificuldades de escoamento para os centros consumidores. Para maior efetividade, parte dos poucos recursos destinados para a C,T&I da Amazônia deveria ser canalizada para a consolidação das cadeias produtivas das espécies mais promissoras (peixes, plantas, etc) com importância econômica já comprovada. Um levantamento em cada um dos Estados da Região Norte brasileira poderia indicar quais são as espécies mais importantes, cujo conhecimento esteja relativamente consolidado, mas que precisa de ações que as efetivem como matéria prima para o estabelecimento e consolidação de bioindústrias em cada um desses Estados da Federação. Essa estratégia é importante principalmente no Estado do Amazonas, onde o desenvolvimento é sustentado pelo Polo Industrial de Manaus, que apesar de prorrogado, pode se inviabilizar em menos de 30 anos devido à globalização da economia, sendo necessário fortalecê-lo com bioindústrias que usem a biodiversidade regional. Com essa estratégia, dando prioridade financeira para o fortalecimento das cadeias produtivas dessas espécies com potencial econômico, acelera-se o surgimento e consolidação de bioindústrias e de Cooperativas, Associações, que proporcionem uma produção de matéria prima advinda da biodiversidade regional em quantidade e qualidade suficientes para se estabelecer em pouco tempo, um novo modelo de desenvolvimento econômico regional pautado no uso da sua biodiversidade.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional, Amazônia, Arranjos Produtivos Locais, biodiversidade.

### **1- Introdução**

A Amazônia possui o maior ecossistema de florestas tropicais do planeta e é reconhecida como um dos componentes centrais para o desenvolvimento das próximas gerações e o equilíbrio do ambiente global. Contudo, ainda não é possível precisar seus

benefícios futuros e estimar sua aplicabilidade no âmbito socioeconômico, visto que ainda é pequena a parcela de componentes da biodiversidade que são conhecidos e identificados pela ciência, o que remete à necessidade de trato cauteloso dos diversos elementos que a compõem.

As recentes mudanças na economia e sociedade global, sobretudo aquelas relacionadas à temática ambiental, no esforço de garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e a manutenção dos ecossistemas amazônicos, resultaram em perdas de competitividade do extrativismo e da agricultura tradicional regional, em especial na forma como são praticados, delineados, mais como elementos de subsistência do que como fator de desenvolvimento e de equilíbrio econômico, especialmente nos locais mais distantes dos grandes centros urbanos e também, na indústria e no comércio da Zona Franca de Manaus.

Afirmativo é que, o desenvolvimento da Amazônia depende da forma como são administradas suas potencialidades, conciliando equilíbrio ecológico e uso sustentável dos recursos, de modo que isto reflita em melhoria substancial da qualidade de vida de sua população, crescimento econômico, modernização, avanço tecnológico e sua integração à economia nacional e mundial (Cavalcanti, 2003).

O potencial de riquezas e as políticas de desenvolvimento regional não foram suficientes para fomentar o desenvolvimento econômico regional pelo uso sustentável dos recursos da biodiversidade existente na região. Isso ocorre porque a cadeia produtiva das espécies regionais exploradas comercialmente ainda é restrita, com processos gerenciais ineficientes, resultando em baixas produtividades, elevados custos de produção, produtos com baixa qualidade e pouco ou nenhum valor agregado. Estes fatores impedem a competitividade do produto e atribuem pouco benefício aos agentes do processo produtivo.

## 2- Situação atual

A Amazônia possui uma das maiores biodiversidades do planeta e ainda é pouco conhecida, quer pelos recursos financeiros destinados à Ciência, Tecnologia e Inovação serem historicamente aquém das necessidades regionais, como também, pelo número limitado de pesquisadores/professores que atua na região, abaixo de 8000 segundo o banco de dados do CNPq (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição dos pesquisadores por titulação máxima segundo a região geográfica onde o grupo se localiza, 2016.

Região	Total	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Não Inform.
Centro-Oeste	18943	12690	4516	831	600	221
Nordeste	45321	27524	12671	2676	1559	706
Norte	15826	7713	5431	1571	716	317
Sudeste	90742	67514	16107	2921	2783	1106
Sul	46457	31318	11608	1832	1080	472

Fonte: CNPq (<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-titulacao-e-regiao>), acessado em 02/05/2017.

Observa-se que o número de pesquisadores na Amazônia é baixo para uma região que representa mais da metade do território nacional e apresenta uma biodiversidade elevada e pouco conhecida. Chama atenção, o número de doutores, devendo-se levar em

consideração, que boa parte dos mesmos atua na área administrativa, como reitores, diretores, chefias, etc, com pouca ou nenhuma disponibilidade para a pesquisa propriamente dita.

Além disso, nunca houve um direcionamento governamental priorizando a formação e contratação de profissionais tendo como base, esse banco de dados e as necessidades de desenvolvimento regional pautado, por exemplo, nas peculiaridades regionais.

Apenas como exemplo, há na região, mais de uma centena de espécies frutíferas de reconhecido valor econômico (Cavalcante, 1974; Clay *et al.*, 2000), mas apenas cerca de uma dúzia delas é mais intensamente pesquisada, apresentando conhecimentos mais consolidados. Isso se deve ao fato de que poucos são os profissionais atuando com frutíferas na Amazônia, apesar da sua importância econômica e social. O camu-camu (nome peruano) ou caçari (nome brasileiro) (*Myrciaria dubia*), por exemplo, apesar de conter 3-6% de vitamina C, o dobro da acerola e a espécie vegetal que contém os maiores teores dessa vitamina do mundo, é pouco conhecida na região, mesmo sendo uma espécie amazônica. É mais conhecida como camu-camu, o nome peruano, porque naquele país ela é muito mais conhecida e explorada comercialmente, o que não acontece no Brasil. São ainda muito poucos os trabalhos com essa espécie na Região Norte, principalmente quanto aos tratamentos culturais, adubação, densidade de plantas por ha, produtividade, etc.

Na área de fármacos e higiene, uma espécie com elevado potencial econômico e social é a laranjinha (*Guatteria citriodora*), capaz de eliminar o *Streptococcus mutans*, a principal bactéria causadora das cáries dentárias (Corrêa, 2007). Apesar de sua importância, desconhece-se quase tudo sobre essa espécie, como regiões de ocorrência, densidade de plantas na floresta, pragas, doenças, partes da planta com as maiores concentrações dos princípios ativos, etc, tendo em vista que não é ainda, uma espécie cultivada pelo homem.

Das espécies madeireiras, poucas são plantadas para atender o mercado regional, nacional e internacional, com o mogno-brasileiro (*Swietenia macrophylla*) sendo uma das poucas com plantios consolidados na Amazônia, mas que mesmo assim, corre perigo de extinção. Apesar de extremamente explorada, a acariquara (*Minqartia guianensis*) é apenas retirada da floresta sem reposição de mudas, fazendo com que tenha desaparecido das matas próximas aos centros urbanos mais populosos da região.

Exemplos como esses são inúmeros, mostrando a falta de planejamento para que profissionais sejam treinados e contratados visando preencher essas lacunas de conhecimento, evitando-se que espécies valiosas sejam melhor conhecidas e exploradas, gerando empregos e desenvolvimento regional. Sem esses profissionais bem preparados e em quantidade adequada, as espécies biológicas amazônicas tendem a desaparecer devido aos desmatamentos e ao uso inadequado. Ou então, por falta de conhecimento da população regional, como no caso do patauá (*Oenocarpus bataua*), cujo óleo é muito semelhante ao azeite de oliva e que poderia ser explorado comercialmente. Por não ser do conhecimento do mercado e das populações locais, essa espécie acaba sendo mais uma vítima dos desmatamentos indiscriminados na Amazônia, sendo substituída nas propriedades rurais, por pastagens ou outras culturas mais conhecidas.

Poucas foram as iniciativas governamentais visando um ordenamento de desenvolvimento pautado nas particularidades locais e regionais, podendo-se citar entre elas, o Zoneamento Ecológico e Econômico. Mesmo esse zoneamento, criado pelo Governo Federal no final da década de 1980 (1989, ainda no governo Sarney), nunca foi consolidado e nem atualizado ao longo do tempo, uma necessidade que deveria ser prevista tendo em

vista que nada é estático e, mudanças locais e regionais ocorrem ao longo dos anos. Devido a isso, esse zoneamento deveria passar por uma análise a cada 5-10 anos, mas há regiões da Amazônia que nem tiveram uma primeira versão do mesmo.

Na Amazônia, não se pode pensar em desenvolvimento racional sem que se leve em conta a conservação e uso da biodiversidade regional. Isso significa considerar o meio ambiente fortemente nas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico. E nesse caso, segundo Cavalcanti (2003), o que se pede, quanto à integração de desenvolvimento e meio ambiente e à gestão dos recursos naturais, é que se explicita uma fundamentação consistente e ofereça um norte para que as políticas públicas assumam, pouco a pouco, uma responsabilidade efetiva quanto ao critério da sustentabilidade do processo e, que esse critério deixe de ser mero apêndice de uma retórica que oculta o viés pró-desenvolvimento a todo custo de sempre. Necessita-se, na verdade, segundo esse autor, de um novo paradigma de desenvolvimento, com todas as implicações que disso decorrem, como a formação de técnicos que compreendam as rigorosas interrelações entre homem, sociedade, economia e natureza e saibam com elas trabalhar.

O uso da biodiversidade amazônica como suporte de desenvolvimento racional na região ainda é incipiente, pautado em sua maioria das vezes, no estrativismo florestal. Por incrível que pareça, o grande gargalo para o uso dessa biodiversidade como matéria prima para a instalação e consolidação de bioindústrias na Região Norte é tê-la em quantidade e qualidade desejáveis para dar suporte a polos de desenvolvimentos pautados nas bioindústrias. Essa falta de matéria prima ocorre até com espécies comumente cultivadas, como o cupuaçu, seringueira e guaraná. Para reverter isso, é necessário avançar no conhecimento da cadeia produtiva de cada espécie, procurando eliminar ou minimizar os gargalos que dificultam ou impedem a exploração econômica em uma escala que facilite a autosustentação, produzindo excedentes para a exportação, inclusive para outros países, trazendo divisas para a região e país.

Uma situação especialmente particular ocorre no Estado do Amazonas, onde foi criado o Polo Industrial em sua capital, Manaus (PIM). Segundo dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), existem cerca de 600 empresas com projetos aprovados no PIM. A política tributária da ZFM é diferenciada do restante do país. As indústrias beneficiadas pela Zona Franca de Manaus recebem diversos incentivos fiscais para comércio, exportação e importação de produtos. Elas têm redução de até 88% no Imposto de Importação sobre insumos, corte de 75% no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e ainda são isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins. Quanto aos tributos estaduais, as empresas recebem a restituição total ou parcial de tudo o que desembolsam com o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O investidor da Zona Franca também recebe vantagens na hora de comprar ou alugar um terreno no local (Severiano e Tapajós, 2017).

Apesar de ter sido prorrogada por mais 50 anos, o que ocorreu no dia 5 de agosto de 2014, quando o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 83/2014, que prorroga os incentivos fiscais especiais do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) até o ano de 2073, o modelo pode desaparecer antes desse prazo, talvez em menos de 30 anos, tendo em vista as mudanças da economia globalizada.

Infelizmente, nesses 50 anos de modelo bem sucedido na região, não houve um direcionamento para que bioindústrias fizessem parte de parque tecnológico do PIM. O Pólo Industrial de Manaus é um dos mais modernos da América Latina, reunindo indústrias de ponta das áreas de eletroeletrônica, veículos de duas rodas, produtos ópticos, produtos de informática, indústria química, dentre outros (SUFRAMA, 2017), que não usam a

biodiversidade regional como matéria prima. As poucas bioindústrias que ocorrem no modelo são de cosméticos e higiene, geralmente de pequeno porte, mas que mesmo assim, têm dificuldades de encontrar matéria prima em quantidade e qualidade desejáveis para atender as demandas do mercado.

Para que o modelo do Polo Industrial de Manaus se mantenha consolidado e fique menos vulnerável às mudanças da economia global, seria importante fortalecê-lo com bioindústrias de médio e grande porte, capazes de atenderem o mercado nacional e internacional.

### 3- Situação desejável

Urge portanto, que esse modelo seja revisto, priorizando-se e estimulando-se a implantação de indústrias que utilizem a biodiversidade regional como matéria prima em escala globalizada, sem que com isso, ignore os efeitos ambientais dessa exploração, criando-se polos regionais de bioindústrias autossustentáveis, usando prioritariamente as áreas já desmatadas na Amazônia.

A área total desmatada na Amazônia, de acordo com um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016, citado por Terra, 2017), indica que a maior região florestal do planeta tem um total de 754.840 quilômetros quadrados desmatados, representando 15% da sua área total. Essa área é semelhante à cultivada com culturas anuais e permanentes no país (IBGE, 2017), sendo, portanto, suficiente para desencadear um processo de produção de matéria prima capaz de suprir polos de desenvolvimento na Amazônia pautados em bioindústrias que usem espécies vegetais de importância econômica.

Para isso, é importante que haja um planejamento global do governo brasileiro, investindo em treinamento e contratação de pesquisadores e professores altamente qualificados, bem como financiamentos de pesquisas para que, com base em banco de dados, consolidem as cadeias produtivas das espécies biológicas mais promissoras da Amazônia, detectando e solucionando, ou pelo menos minimizando, os gargalos que dificultam ou impedem o seu uso econômico e sustentável na região.

De acordo com Castro *et al.* (1998), a cadeia produtiva é o conjunto de componentes interativos, incluindo os sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais. Os sistemas produtivos se caracterizam como um subsistema da cadeia produtiva reunindo um conjunto de fatores interativos que objetivam a produção. Dessa forma, pode-se ampliar a definição de sistema produtivo como sendo um conjunto de conhecimentos e tecnologias, aplicado a uma determinada população, em determinado ambiente, de utilidade para o mercado consumidor, buscando atingir os objetivos desejados.

A figura 1 ilustra uma típica cadeia produtiva agrícola com seus principais componentes e fluxos (Castro *et al.*, 1995). Entre os componentes mais comuns estão os indivíduos fornecedores de insumos, as propriedades agrícolas, com seus diversos sistemas produtivos, agropecuários ou agroflorestais, as indústrias de processamento e/ou transformação do produto, o comércio atacadista, o comércio varejista e os consumidores finais que influenciam os demais componentes da cadeia. Estes componentes se relacionam com o ambiente institucional, refletido nas leis e normas que regulam o setor e as instituições e o ambiente organizacional, representado pelas instituições governamentais, financeiras.

Esse modelo está bastante simplificado, mas dá uma ideia de como devem ser as pesquisas na região em busca de um modelo de desenvolvimento que se mantém sustentável ao longo do tempo sem que haja as preocupações que ocorrem com o PIM, toda vez que a conjuntura nacional e internacional mudam.

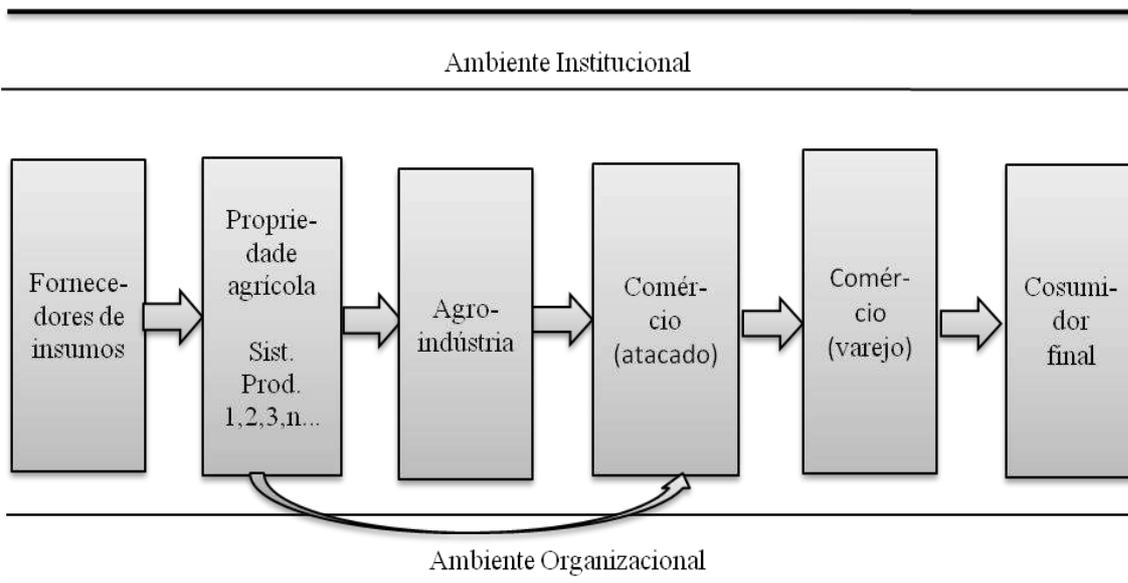


Figura 1: Modelo geral de cadeia produtiva. Fonte: (Castro *et al.*, 1995, adaptado de Zylbersztajn, 1994).

Se os planejamentos de gestão na área da Ciência e Tecnologia tivessem pautado no conhecimento das particularidades locais e regionais, teríamos um corpo de profissionais consolidado em todos os Estados da Região Norte para atender as demandas que levassem, de fato, a um desenvolvimento racional (mais inteligente do que o sustentável) com o uso da biodiversidade regional e teríamos não só cadeias produtivas consolidadas de diversas espécies, como também, APLs (Arranjos Produtivos Locais) eficazes.

Com o agravamento da crise econômica pela qual o Brasil está passando e a falta de recursos financeiros destinados à Ciência, Tecnologia e Inovação, é preciso que os investimentos sejam canalizados para as espécies biológicas mais promissoras da Amazônia, buscando a consolidação e fortalecimento das suas cadeias produtivas. Assim, com menos tempo e recursos financeiros, mais espécies estaria prontas para serem usadas de forma econômica e sustentável, como matéria prima em bioindústrias, gerando mais empregos e divisas para as populações da Amazônia.

Alguns exemplos podem ser citados, como a cadeia produtiva do babaçu e a de peixes criados em cativeiro (piscicultura) no Estado do Amazonas. O babaçu (*Orbignya phalerata* Mart.) é uma palmeira de ocorrência espontânea em grande parte da Região Norte brasileira. Apesar de ter uma importância econômica reconhecida, gerando emprego para milhares de pessoas no Maranhão, no Amazonas ela é pouco explorada, com seus frutos apodrecendo nas matas. No município de Barreirinha, Amazonas, um levantamento realizado no primeiro semestre de 2014 por integrantes do nosso grupo de pesquisas indicou uma densidade média de 308 árvores produtivas de babaçu ocorrendo espontaneamente por hectare de floresta, com uma produção média de 2,2 toneladas de

frutos por hectare. Raramente esses frutos são aproveitados pelos comunitários rurais da Amazônia. Tem um histórico de uso econômico no Maranhão, mas às custas de um trabalho quase desumano para as mulheres “quebradeiras” de cocos que usam ferramentas rudimentares. Mais recentemente foi idealizada uma mini usina capaz de separar todos os componentes principais do fruto dessa palmeira, eliminando o trabalho árduo das mulheres e viabilizando economicamente e socialmente o seu uso. A instalação de uma dessas mini usinas em Barreirinha poderia mudar o panorama atual, envolvendo, finalmente, essa palmeira no processo de geração de renda e de empregos em uma região carente de alternativas que levem à sustentabilidade do interior do Amazonas.

Além disso, sua cadeia produtiva poderia ser fortalecida com o uso do mesocarpo do seu fruto para a produção de álcool. Apesar de haver estudos acadêmicos com espécies desse gênero visando o aproveitamento do fruto para a produção de etanol (Pavlak *et al.*, 2007), seu uso restringe-se ao óleo e amêndoas, bem como na transformação do mesmo em carvão vegetal.

O que pode mudar essa situação de uso restrito e regionalizado do babaçu é o aproveitamento econômico do seu mesocarpo na produção de álcool combustível e/ou ração animal. Esse nicho de mercado (álcool) procura novas alternativas à cana-de-açúcar e já está bastante consolidado no País. Se empresários desse setor econômico se interessarem na exploração do babaçu para a produção de álcool, sua valorização econômica aumenta e cria-se assim, uma cadeia produtiva mais consolidada que justifique seu aproveitamento industrial, abrindo novas fronteiras de trabalho onde há ociosidade de mão-de-obra, as populações interioranas da Amazônia brasileira. Por não ser utilizada na Amazônia e pelo alto teor de amido no mesocarpo do fruto, é uma cultura que pode agregar valor à biodiversidade amazônica não só na produção de um produto altamente estratégico para a região (álcool combustível), como também, na fabricação de ração animal, principalmente peixes como o tambaqui.

O Amazonas é o segundo maior produtor de tambaquis do mundo, mas apesar disso, importa esse peixe de Roraima e Rondônia devido ao alto preço da ração, responsável por cerca de 58% dos custos de sua produção, encarecendo o produto final (SUFRAMA, 2003; Izel e Melo, 2004).

O mesocarpo do babaçu, que constitui cerca de 20% do peso do fruto, apresenta uma composição rica em amido, cerca de 50% a 68,3% (Melo, 2007; Barros, 2011; Cruz, 2011), podendo servir de matéria prima para a produção de uma ração estadual mais barata, ou então, em álcool após a sua degradação por microrganismos produtores de amilases (Oliveira *et al.*, 2006 a, b, 2007), aumentando consideravelmente seu valor agregado.

#### **4- Considerações finais**

O potencial de riquezas e as políticas de desenvolvimento da Amazônia não foram suficientes, até agora, para fomentar o desenvolvimento econômico pelo uso sustentável dos recursos da biodiversidade existente na região. Isso ocorre porque a cadeia produtiva das espécies regionais exploradas comercialmente ainda é restrita, com processos gerenciais ineficientes, resultando em baixas produtividades, elevados custos de produção, produtos com baixa qualidade e pouco ou nenhum valor agregado, além de dificuldades de escoamento para os centros consumidores. Para maior efetividade, parte dos poucos recursos destinados para a C,T&I da Amazônia deveria ser canalizada para a consolidação das cadeias produtivas das espécies mais promissoras (peixes, plantas, etc) com

importância econômica já comprovada. Um levantamento em cada um dos Estados da Região Norte brasileira poderia indicar quais são as espécies mais importantes, cujo conhecimento esteja relativamente consolidado, mas que precisa de ações que as efetivem como matéria prima para o estabelecimento e consolidação de bioindústrias em cada um desses Estados da Federação.

Com essa estratégia, dando prioridade financeira para o fortalecimento das cadeias produtivas dessas espécies com potencial econômico, acelera-se o surgimento e consolidação de bioindústrias e de Cooperativas, Associações, que proporcionem uma produção de matéria prima advinda da biodiversidade regional em quantidade e qualidade suficientes para se estabelecer em pouco tempo, um novo modelo de desenvolvimento econômico regional pautado no uso da sua biodiversidade.

## 5- Referências

Barros, I.C. 2011. Avaliação biofarmacotécnica de potencial excipiente farmacêutico: pó de mesocarpo de babaçu (*Orbignya phalerata* Mart.). Dissertação de mestrado em Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal do Piauí. 93p

Castro, A. M. G.; Cobre, R. V.; Goedert, W. J. 1995. Prospecção de demandas tecnológicas – Manual metodológico para o SNPA. Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária. Departamento de Pesquisas e Difusão de Tecnologia. Brasília: Embrapa – DDP.

Castro, A. M. G.; Lima, S. M. V.; Goedart, W. J.; Filho, F. A.; Vasconcelos, J. R. P. 1998. Cadeias produtivas e sistemas naturais – Prospecção tecnológica. Serviço de Produção de Informação – SPI. Brasília.

Cavalcante, P.B. 1974. Frutas comestíveis da Amazônia II. Museu Paraense Emílio Goeldi, 41 p.

Cavalcanti, C. 2003. Desenvolvimento sustentável e gestão dos recursos naturais. Referências conceituais e de política. Raízes, Campina Grande, 22(02):96–103.

Clay, J.W.; Sampaio, P.T.B.; Clement, C.R. 2000. Biodiversidade amazônica: exemplos e estratégias de utilização. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. 409p.

Corrêa, R.F. 2007. Efeitos antimicrobianos, antácidos e removedores de biofilme de algumas espécies vegetais amazônicas sobre o *Streptococcus mutans*. Dissertação (Biotecnologia) - Universidade Federal do Amazonas

Cruz, E.T.L. 2011. Caracterização do Mesocarpo de Babaçu (*Orbignya* sp): Termoanálise (TG/DTA) e Avaliação do conteúdo de Amido. Monografia do curso de Farmácia. Universidade Federal do Piauí, Teresina.

IBGE, 2016. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE, 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa\\_201703\\_4.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201703_4.shtm)  
(acessado em 02/05/2017)

Izel, A.C.U.; Melo, L.A.S. 2004. Criação de tambaqui ((*Colossoma macropomum*) em tanques escavados no Estado do Amazonas. Embrapa Amazônia Ocidental, Documentos 32, Manaus, 20p.

Melo, L.P. 2007. Análises físico-químicas do pão enriquecido com mesocarpo de babaçu. In: 2º Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, João Pessoa, 2007.

Oliveira, A.N.; Oliveira, L.A.; Andrade, J.S.; Chagas Júnior, A.F. 2006a. Enzimas hidrolíticas extracelulares de isolados de rizóbia nativos da Amazônia Central, Amazonas, Brasil. *Ciênc. Tecnol. Aliment.*, 26:853-860.

Oliveira, A. N; Oliveira, L. A.; Andrade, J. S; Chagas Júnior, A. F. 2006b. Atividade enzimática de isolados de rizóbia nativos da Amazônia Central crescendo em diferentes níveis de acidez. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, Campinas, v.26, n.1, p. 204-210.

Oliveira, A.N.; Oliveira, L.A.; Andrade, J.S. e Chagas Júnior, A.F. 2007. Produção de amilase por rizóbios, usando farinha de pupunha como substrato. *Ciênc. Tecnol. Aliment.*, Campinas, 27(1):61-66.

Pavlak, M.C.M.; Zuniga, A.D.; Lima, T.L.A.; Arévalo-Pinedo, A.; Carreiro, S.C.; Fleury, C.S.; Silva, D.L. 2007. Aproveitamento da farinha do mesocarpo do babaçu (*Orbignya martiana*) para obtenção de etanol. *Evidência*, Joaçaba, 7(1):7-2

Severiano, A.; Tapajós, L. 2017. Enfrentando crise, Polo Industrial de Manaus faz 50 anos e busca caminhos. <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/02/enfrentando-crise-polo-industrial-de-manauz-faz-50-anos-e-busca-caminhos.html>. (acessado em 02/05/2017).

SUFRAMA. 2003. Projeto Potencialidades Regionais. Estudo de Viabilidade econômica. Piscicultura. 72p. [http://www.suframa.gov.br/publicacoes/proj\\_pot\\_regionais/piscicultura.pdf](http://www.suframa.gov.br/publicacoes/proj_pot_regionais/piscicultura.pdf)

SUFRAMA, 2017. Superintendência da Zona Franca de Manaus. [http://www.suframa.gov.br/zfm\\_principal.cfm](http://www.suframa.gov.br/zfm_principal.cfm). (Acessado em 02/05/2017)

Terra, 2017. <https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/ibge-area-desmatada-na-amazonia-cresceu-51-em-20-anos,970966ec3af2d310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> (acessado em 02/05/2017).

Zylbersztajn, D. 1994. Políticas Agrícolas e Comércio Mundial. *Agrobusiness: conceito, dimensões e tendências*. In: Fagundes, H. H. (org). Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Brasília: IPEA (Estudos de Políticas Agrícolas n° 28).

## **Processo de Sonoplastia do Espetáculo “Maculelê”: Uma análise sobre a sua importância para a composição da dramaturgia e sua influência estética de interpretação.**

Diogo Ramon da Silva Costa<sup>1</sup> - UEA  
diogoramoficial@gmail.com

Amanda Aguiar Ayres<sup>2</sup> - UEA  
amandaaguiarayres@gmail.com

### **Resumo**

Este artigo tem o objetivo de relatar experiências vivenciadas no processo de montagem do espetáculo *Maculelê*, que fora apresentado como uma mostra de resultados de uma caminhada pedagógica e artística, percorrida na relação professores-diretores e alunos-atores no decorrer de um ano e meio. A análise que aqui será desenvolvida, concentra-se no núcleo de sonoplastia, procurando perceber sua estrutura e seus desdobramentos estéticos influenciadores da dramaturgia e da proposta de interpretação para o espetáculo. Bem como entender a cultura popular como grande influenciadora na construção do som, ligada aos instrumentos de percussão e aos cantos de brincadeiras e festas populares. Dessa forma podemos chegar à percepção da importância da sonoplastia na construção de espetáculos, assim como, entendermos e promovermos a importância da cultura popular enquanto conteúdo artístico, histórico e social.

**Palavras-chave:** Teatro. Processo. Sonoplastia. Cultura popular. Som.

### **Resumen**

En este artículo se pretende informar de las experiencias del proceso de montaje del espectáculo “Maculelê”, que se presentó como una presentación de los resultados de un paseo pedagógica y artística, cubierto de maestros-directores y la relación estudiantes-actores durante una año y medio. Se desarrollará el análisis aquí, se centra en los efectos de sonido del núcleo, tratando de identificar su estructura y personas influyentes desarrollos estéticos del teatro y la interpretación propuesta para el espectáculo. Y entender la cultura popular como un factor de influencia importante en la construcción de sonido, vinculado a los instrumentos de percusión y las esquinas de juegos y festivales. De esa manera podemos llegar a que la percepción de la importancia del diseño de sonido en los programas de construcción, así como comprender y promover la importancia de la cultura popular como un artístico, histórico y social.

**Palabras clave:** Teatro. Proceso. Diseño de sonido. La cultura popular. Sonido.

### **Abstract**

This article has the objective of reporting experiences experienced in the processo of setting up the show “Maculelê”, which was presented as a show of results of a pedagogical and artistic walk, traversed in the relationship between teachers and students and actors during a Year and a half. The analysis that Will be developed here concentrates on the core of the coustics, trying to perceive its structure and its aesthetic developments influencing the dramaturgy and the proposal of interpretation for the spectacle. As well as understanding popular culture as a major influencer in the construction of sound, linked to percussion instruments and to the songs of popular plays and parties. In this way we can gat to the sonoplasty in the construction of spectacles, as well as to understand and promote the importance of popular culture as artistic, historical and social content.

**Keywords:** Theater. Process. Sonopastia. Popular culture. Sound.

<sup>1</sup> Acadêmico de Teatro pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Ator e Professor de Teatro.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Teatro da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

## 1- Abertura da Roda

Abrir a roda no contexto da cultura popular refere-se a iniciar determinada prática em coletivo, que é exatamente o que será relatado e refletivo neste artigo. A roda que aqui será aberta se mantém na estrutura de praticar e pensar sobre, buscando sempre uma reflexão constante e necessária, no fazer e refazer poético pedagógico, procurando estabelecer uma conexão entre o fazer pedagógico e artístico.

Relataremos um processo vivenciado entre os anos de 2015 e 2016 no Amazonas, em um Projeto intitulado *Teatro e Comunidade*, realizado na/pela *Universidade do Estado do Amazonas* (UEA), mais especificamente na *Escola Superior de Artes e Turismo* (ESAT). O Projeto tem como orientadora a Professora Me. Amanda Ayres e como colaboradora a Professora Me. Vanessa Bordin e se desenvolve anualmente com os acadêmicos que estão cursando o segundo, terceiro e quarto período do Curso de Licenciatura em Teatro.

O *Teatro e Comunidade* é trabalhado na disciplina de *Tópicos de Práticas Teatrais* – que visa um preparo coletivo dos acadêmicos de Teatro para o *Estágio Supervisionado* que ocorre nos períodos seguintes; *Laboratório de Encenação* – que trabalha diversos métodos para a montagem de espetáculos e *Teatro de Formas Animadas* – que aprofunda e trabalha os elementos animados (bonecos, máscaras, sombras etc.). As práticas do Projeto sempre se mantêm na realização de aulas/oficinas de Teatro, visando a montagem de um espetáculo com alunos participantes do Instituto *Ler para Crescer* que atende moradores da *Colônia Antônio Aleixo*<sup>3</sup>, bairro da zona leste de Manaus, capital do Amazonas.

Desta forma de um lado temos os acadêmicos experimentando e refletindo suas ações pedagógicas e artísticas, enquanto do outro percebemos a presença de um grupo de sujeitos procurando preencher seus tempos livres. Entre os participantes temos os que procuram estudar a linguagem teatral e se expressar, e os sujeitos que procuram atividades extras para se distanciar de suas rotinas. Este momento do projeto que será relatado teve como título: *“As teatralidades do Maculelê”*, e tinha o objetivo de buscar e encontrar elementos teatrais nas manifestações populares, em especial no jogo do *Maculelê*<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Colônia Antonio Aleixo é atualmente um bairro na cidade de Manaus. O local havia sido construído no governo de Getúlio Vargas para abrigar seringueiros, mas logo ficou abandonado com o declínio da borracha, ganhando desta forma uma nova função, à de abrigar enfermos com hanseníase, já que encontrava-se as margens do rio e bem distante da área central da capital. O nome atual é em homenagem ao médico mineiro Antônio Aleixo que veio até o “leprosário” da Colônia tratar de alguns doentes. Hoje em dia o bairro evoluiu conforme o crescimento urbano de Manaus, porém ainda apresenta sequelas de preconceitos por parte da sociedade.

<sup>4</sup> Maculelê é um jogo-dança de origem afro-brasileira, muito comum na região de Santo Amaro na Bahia. Ele tem origem nas brincadeiras antigas dos negros escravizados no Brasil, além de possuir inúmeras lendas sobre sua origem. O jogo do Maculelê se mistura a vários outros aspectos afro-brasileiros e indígenas,

Portanto, o Projeto concentrou-se em evidenciar e buscar elementos estéticos contidos na cultura popular, bem como técnicas e ações artísticas presentes nos saberes populares.

Quando falamos em Cultura popular, podemos perceber a presença de inúmeras linguagens artísticas, suas misturas e dependências múltiplas evidenciadas nas práticas. Desta forma, logo, é detectado o som e a música como elementos latentes nestas manifestações. Por isso nos atentaremos a refletir sobre a Sonoplastia construída neste processo, que teve suas influências determinadas pelas práticas populares pesquisadas e vivenciadas. Abriremos a roda num convite a pensar, dialogar e refletir sobre determinados pontos e momentos ocorridos. Por isso iniciaremos esta reflexão poética com os seguintes tópicos: *Diálogos necessários* que se deram para provocar questionamentos e pesquisas que influenciaram no processo de *Experimentação e Criação*. A espontaneidade começa a aparecer a partir do jogo que é lançado à roda, e se evidencia nos movimentos e gestos dos brincantes, assim como dois pontos deste artigo, os da *Composição da Sonoplastia e sua influência no espetáculo* e *O espetáculo, seu som e sua cena*, que se atentarão em pensar nas costuras teóricas e práticas que se deram no decorrer do processo, procurando entender os momentos de força e de cansaço no jogar e no segurar das mãos.

Por fim este artigo aqui simbolizado pela figura da roda traz o tópico *Encerramento da Festa, preparação para uma próxima* figurado com um aspecto de considerações a respeito das práticas realizadas e reflexões sensíveis sobre o seu desenrolar. Sendo a roda “um espaço recorrente no universo popular” e percebendo que “abre-se a roda para dançar, para brincar, para prosear, para trabalhar, entre outras coisas” (ABREU, 2011, p.3), podemos propor que este artigo, contenha reflexões sensíveis, tanto quanto análises importantes e científicas, distantes de teorias por teorias, procurando a construção de novas metodologias e o aguçar de novas propostas, refletindo o jogo como trabalho, e a brincadeira como algo organizado e importante na construção de conhecimento e de saber estéticos.

## **2- Diálogos necessários**

Para percorrer a jornada do projeto, se fez necessário o diálogo em coletivo. Freire (1971) nos lembra de um convite ao diálogo numa busca pela ação e reflexão. Para entender o processo, dependemos da explicação da proposta. Aqui nos atentaremos a relembrar às pesquisas e diálogos que ocorreram para a realização da prática. Por isso que

levamos e tivemos como proposta no desenrolar deste processo, a pesquisa-ação (BARBIER, 2002) que trás uma nova forma de pensar prática e teoria numa pesquisa.

A pesquisa-ação torna-se a ciência da práxis exercida pelos técnicos no âmbito de seu local de investimento. O objeto da pesquisa é a elaboração da dialética da ação num processo pessoal e único de reconstrução racional pelo ator social. Esse processo é relativamente libertador quanto às imposições dos hábitos, dos costumes e da sistematização burocrática. A pesquisa-ação é libertadora já que o grupo de técnicos se responsabiliza pela sua própria emancipação, auto-organizando-se contra hábitos irracionais e burocráticos de coerção. (idem, p. 59)

Em anos passados o Projeto já havia montado diversos espetáculos com os acadêmicos de Teatro de turmas anteriores, dos quais se pode citar “*Os guerreiros da Floresta*”, “*Auto do Boi Dell’Arte*”, “*Saltimbancos*” etc. Portanto um diagnóstico poderia ser dado pelos acadêmicos responsáveis por estes processos anteriores, o que ajudaria na construção do novo processo, mas que também poderia influenciar.

Entendendo que uma nova vivência iniciaria e algo muito próprio e específico do fazer e do ser dos novos acadêmicos ocorreria com as mesmas crianças e jovens, foi evitado o delimitar experiências. Não numa ideia de exclusão de práticas e metodologias realizadas em anos anteriores, mas sim na concepção de criação de novas práticas. Baseados nas fontes de fundamentação que foram trazidas à discussão, novas ideias foram sendo criadas coletivamente e o processo foi ocorrendo organicamente.

Aspectos conceituais como o Mestre-Encenador (MARTINS, 2013), Pedagogia do Teatro (DESGRANGES, 2006), Teatro-Comunitário (COUTINHO, 2010), Multiculturalismo (AGIRRE, 2005) e Temas transversais (BRASIL, 1997) foram trazidos aos diálogos e se tornaram fortes influenciadores.

Portanto algumas discussões acerca da realidade (escolar, social e cultural) dos sujeitos participantes do projeto foram determinantes para a escolha do tema e metodologias a serem utilizadas. Levando em conta um ensino formal que prega a inclusão e o respeito, porém, ainda se mantém muito pautado por burocracias que impedem um florescimento poético e crítico individual dos alunos; e pensando também na pouca valorização da potencialidade cultural destes mesmos sujeitos e das buscas destes por inspirações exteriores, que infelizmente, algumas vezes são encontradas em propagadores de estereótipos e preconceitos, foi escolhido o tema “*As Teatralidades do Maculelê*”. promovendo uma busca por elementos da linguagem teatral contida nas manifestações populares que na maioria das vezes são negadas e diminuídas.

O Multiculturalismo influenciou na escolha por um tema de cultura popular, entendendo que podemos encontrar conteúdo estético nestas práticas desconstruindo uma

ideia de educação elitista (AGUIRRE, 2005) bem como percebendo elementos estéticos na própria realidade dos alunos (OLIVEIRA, 2001). Além disso a escolha pelo *Maculelê* veio através da percepção de sua influência na construção do ritmo do gênero musical *funk* e de sua semelhança com o jogo *Cacetinho*<sup>5</sup> – popular de Manaus.

Sendo assim o Teatro seria ensinado, distante de práticas contextualistas (BARBOSA, 1936). Portanto, encontrar elementos teatrais, envolvidos na prática do *Maculelê*, além de trabalhar Teatro, estaria também desestruturando um senso comum da linguagem teatral, entendida somente a partir do palco italiano e dos saberes tradicionais europeus. Podendo desta forma analisar e aprofundar elementos teatrais como o jogo dramático, o improviso etc. presentes nas manifestações populares (OLIVEIRA, 2011).

Entendendo o *Maculelê* enquanto jogo-dança de origem afro-brasileira e enquanto manifestação popular pode-se perceber que este, assim como ocorre com a maioria das manifestações populares, apresenta outras influências. Logo, no *Maculelê* estas influências se misturam a vários outros aspectos afro-brasileiros e indígenas, o que contribuiu para trabalhar os temas transversais apresentados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Sabendo que “as regiões brasileiras têm características culturais bastante diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação” (BRASIL, 1997), aceitamos trazer ao plano de ensino das crianças e jovens a possibilidade de novos pontos de vista e de diálogos com expressões diferentes de seu cotidiano (ou quem sabe presentes).

Desta forma, tendo sido decidida as fundamentações teóricas e traçados os objetivos em coletivo para o processo, o núcleo de Sonoplastia, já teria seu caminho para percorrer, o da Cultura popular afro-brasileira e indígena.

### **3- Criação e Experimentação**

Pode-se notar que as comunidades em geral apresentam muita potencialidade artística cultural, Boal (1991) nos lembra que essas comunidades são muitas vezes limitadas criativamente pela cultura de massa imposta e pelas empresas detentoras do entretenimento. Portanto, algumas vezes, sua cultura é taxada como inferior, ou infelizmente como “não cultura”. Oliveira (2011) nos apresenta a desmistificação do termo cultura maior ou menor, ou mesmo a ausência de cultura em algum sujeito, trazendo-nos a realidade de

---

<sup>5</sup> Cacetinho é uma manifestação artística de tribos indígenas amazônicas, mais entendida como uma dança típica com aparência reconstituída em alguns aspectos apresentadas pelas comunidades tradicionais de Manaus.

que todos a possuem, e por sua vez não há graus de qualidade ou importância que as diferenciem.

A luta trazida por Aguirre (2005) traz o valorizar daquilo que por muito tempo foi entendido como menor. Portanto, agora não se cria uma nova disputa, mas se provoca uma urgente reflexão. Sabendo de toda a importância da cultura erudita, europeia e de toda sua literatura para a arte, procura-se ver e tentar dá o mesmo significado, às manifestações que ocorreram e ocorrem em outros lugares, que tem importante peso, significado e conteúdo estético cultural. A sonoridade é algo muito aguçado no dia-a-dia do homem, portanto a música é algo que realmente sensibiliza individual e coletivamente. Todavia, o seu ritmo, melodia e harmonia diferem de determinados lugares, contextos e até mesmo ideologias. Portanto a música africana, afro-brasileira e indígena, apresenta um mundo de possibilidades e de saberes “escondidos” ou não valorizados.

As primeiras experimentações ocorridas no núcleo de sonoplastia foram com o canto. Primeiramente, ocorreram aquecimentos, exercícios vocais e diagnósticos da percepção musical dos alunos, porém ainda assim, muito voltado ao canto erudito. Com a chegada de um novo integrante ao núcleo, sendo ele muito envolvido no assunto e professor e jogador de capoeira; depois de tantas mudanças na estrutura do núcleo, o grupo ganhou força e mais segurança técnica no executar das atividades.

Foram utilizados os jogos teatrais que reformulados, ganharam o objetivo de criar a sonoplastia do espetáculo, trazendo som à cena. Sendo assim, alguns momentos que podem ser citados são das aulas em que o som criava a cena, e a cena criava o som. Podendo citar, por exemplo, a criação da partitura corporal que os alunos coletivamente construíram partindo da proposta de movimentar em intensidade leve para um lado e para o outro, no qual foram provocados à criação por meio da música: *A maré*. Durante as experimentações, alguns alunos aprenderam cantos relacionados à temática *afro* e foram estimulados a apresentar cenas que se relacionassem com o que cantaram. A aula se baseou na extração de *drama* das letras da música, e da influência que a melodia e o ritmo provocavam no decorrer da cena. Enquanto a outra experimentação concentrava-se na criação de sons por meio dos jogos dramáticos. Criando sons de maneira espontânea e que detalhassem as cenas criadas.

Desta forma os alunos não seriam apenas sonoplastas, mas também influenciadores de todo o caminhar do espetáculo. Eles através dos experimentos cênicos ampliavam suas visões para o enriquecimento e andamento do espetáculo, assumindo desta forma, como

nos lembra Martins (2008) o papel de ator, dramaturgo e diretor, ideia acordada desde o início do processo.

#### **4- Composição da Sonoplastia e suas influências no espetáculo**

Buscando uma identidade própria para o espetáculo e uma estética distante de estereótipos, a solução foi o contato real com pessoas envolvidas e praticantes dos temas escolhidos. No caso do núcleo de sonoplastia, um dos acadêmicos participava era professor de capoeira, como já citado, portanto tinha muita habilidade com instrumentos próprios da cultura africana como o atabaque, berimbau, caxixi etc.

Assim como pensado por Agirre (2005), em alguns momentos, o grupo de capoeira ao qual o acadêmico citado pertence, fez visita aos demais acadêmicos - professores-diretores<sup>6</sup> e às crianças e jovens - alunos-atores<sup>7</sup>. Desta forma o contato com os pertencentes aos grupos dos quais nos dedicamos estudar, fortaleceram o discurso de ambas as partes, bem como incentivaram a desmistificar preconceitos que ainda podiam atrapalhar o caminhar do processo.

Em meio às provocações dos ensaios e das trocas de conhecimento com o grupo visitante, foi-se decidido que a sonoplastia do espetáculo fosse criada por meio dos instrumentos africanos e afro-brasileiros, sendo executada ao vivo. Partindo das propostas da cultura popular que trabalha o “aqui e agora”, a espontaneidade; quanto da efemeridade que o teatro carrega. Sendo assim foi preferível que a sonoplastia como elemento estético e cênico, como afirma Camargo (1983), fosse realizada ao vivo - fazendo jus à natureza teatral. Desta forma, se iniciava um processo de intimidade com os cantos e com os instrumentos de origem africana, sendo muito forte a presença da percussão.

Os principais elementos da música africana são de caráter rítmico-percussivo, coreográfico, místico-religioso, vocal, lexical e humorístico. Esses elementos viriam a fazer parte direta da estrutura musical brasileira, dando-lhes novas formas e características representativas. (SILVA, 2005, p. 136)

---

<sup>6</sup> Baseados no conceito de Mestre Encenador (MARTINS, 2013), neste artigo será usado os termos professores diretores – pensando na ideia de que “o professor de teatro deve saber encenar. Se o grupo de alunos tiver a necessidade de se expressar cenicamente para um público, o professor deve saber orientá-lo a definição do tema e do tipo de linguagem estética a ser adotada, até o acontecimento teatral” (idem, p.41) e

<sup>7</sup> Alunos atores entendendo que a prática pedagógica e artística se envolvem nos momentos de aulas, oficinas e ensaios. Desta forma os alunos ao mesmo tempo que aprendem técnicas teatrais, também mergulham numa prática sensível e criativa, no objetivo de aprender e de montar o espetáculo.

Portanto, os ensaios com a sonoplastia foram momentos muito intensos, importantes na cena e no seu decorrer. Porém, a ausência de alguns alunos, poderia vir a deixar as aulas-ensaios com brechas e dúvidas cênicas para a formação e afinação do espetáculo. Cabe lembrar que cada aluno-ator ficara responsável pelo canto ou por algum instrumento. A falta destes alunos causava questionamentos e diversas soluções ora momentâneas, outras decisivas. Pode-se destacar a decisão de trabalhar personagens coletivos, formados por grupos que realizavam ações semelhantes, bem como colaboravam na distribuição do espaço cênico. A busca pelo subjetivo fundamentava esta ideia, pois diminuía a preocupação com um texto dramático, decoração de falas, bem como colaborava na organicidade cênica. Desta forma, a ausência de um aluno-ator não impossibilitava a realização do ensaio.

É importante salientar que além do núcleo de sonoplastia, também havia sido formado o de dramaturgia, direção e elementos visuais. Todos com a presença de um ou dois professores diretores e cerca de uns dez alunos atores. Com o decorrer do tempo, foi-se percebendo que as músicas escolhidas pelo núcleo de sonoplastia, influenciavam na dramaturgia, que por sua vez influenciava na interpretação.

Podemos lembrar que levando em conta a proposta do mestre encenador de Martins (2013) e a perspectiva de processo colaborativo, chegou-se ao entendimento que a qualquer momento algo novo podia acontecer, e o grupo teria de ter uma escuta sensível, para entender o que somaria em cena. Portanto a própria cultura africana, numa perspectiva religiosa e ideológica, influenciou na forma em que se estruturaria o espetáculo. Durante os experimentos os próprios professores-diretores ajudavam a criar e dar forma às cenas, bem como tocavam os instrumentos junto com os alunos atores, portanto pode-se afirmar que o *drama como método de ensino*<sup>8</sup>, explicado por Desgranges (2006) ajudou na entrega física, cênica e coletiva dos alunos em cena, bem como ao grupo, em assumir uma linguagem pós-dramática<sup>9</sup>.

Podemos relatar como que se deram os momentos finais de afinação e preparação para o espetáculo, pensando como a sonoplastia influenciou e no que a comunidade vivenciou, experimentando novas possibilidades cênicas, que ainda não haviam tido a oportunidade de trabalhar em anos anteriores.

---

<sup>8</sup> Termo utilizado para explicar o poder educativo do drama, enquanto ação cênica e sua influência na construção de conhecimento, bem como a interação do professor e aluno juntos em cena. (DESGRANGES, 2006).

<sup>9</sup> Pós-dramático se refere à quebra do texto dramático no que diz respeito ao teatro enquanto arte cênica. No espetáculo "Maculelê" foi uma busca à estética mais subjetiva e até mesmo ritualística.

## 5- O espetáculo, seu som e sua cena

Tendo vivenciado momentos de altos e baixos nas aulas e ensaios, pode-se notar o quanto a construção de conhecimentos se deu junto à prática da montagem do espetáculo. Jamais se imaginou que a teoria da criação segundo a mitologia *yorubá* – que fora estudada nos diálogos iniciais, se juntaria ao espetáculo, muito menos que temas como racismo, intolerância religiosa e defesa das minorias se associariam à cena, formando um espetáculo de muitos assuntos, que se tornavam presentes por meio da pós-dramaticidade e aliados com a proposta dos espaços não-convencionais<sup>10</sup>.

O espetáculo iniciou com a mitologia *yorubá*, contando a criação do mundo. Tema que fora dialogado com as crianças, pensando nas religiões africanas e afro-brasileiras, evidenciando situações de preconceito e reforçando um convite de respeito à diversidade. Um convite que às vezes se apresenta tenso por diversos conceitos prévios criados pelo senso comum, mas que como nos lembra Caputo (2008) são importantes e urgentes.



**"Criação do mundo" com uma professora diretora, um professor diretor e alguns alunos-atores.**

Após a criação do mundo, os orixás cuidavam cada um de sua determinada parte da terra, e um grande barco começava a navegar rumo à uma sala onde seria contada a história do *Maculelê*. Lá os alunos teriam a oportunidade de voltar às experiências do palco italiano, que haviam tido em anos anteriores no projeto. A sonoplastia ganhou tom mais intimista e detalhes com instrumentos tipicamente indígenas como o pau de chuva. Os alunos-atores ficaram com os bastões ou grimas – os instrumentos do jogo do *Maculelê*. Eles jogavam batendo os paus entre si, de forma a provocar sons. E o som construído além de fazer a sonoplastia, fazia também parte da dramaturgia da cena, pois influenciava nas

<sup>10</sup> São todos os espaços não sagrados das artes (ruas, praças, casas, edifícios etc.) e a apropriação dos espaços sagrados de formas diferentes (realização de cenas nas galerias do edifício teatro e não no palco por exemplo).

ações; bem como fazia parte dos elementos visuais, conversando com a perspectiva de instrumentos-adereços proposta por Trangtenberg (1999).



**Cena da história do Maculelê com sonoplastia ao canto esquerdo.**

Após contar a história do Maculelê, podia-se acreditar que todos perceberiam nesta figura, um exemplo de força em não desistir dos ideais e de não deixar a desigualdade falar mais forte junto ao preconceito. É justamente por conta disso que o espetáculo volta à entrada da sala utilizada para a última cena, a de resistência. Esta cena se baseava na contemporaneidade, tentando trazer a tona todas as formas de preconceito e de questões políticas atuais que problematizaram sua construção. A sonoplastia levou em conta cantos populares de resistência como “*Canto das três raças*” de Clara Nunes e de destaque nacional com discursos voltados à diversidade como “*Festa no gueto*” de Ivete Sangalo.



**Cena final do espetáculo - a cena de resistência.**

## **6- Encerramento da Festa, início de uma nova época**

Levando em conta uma caminhada iniciada na criação do mundo até a contemporaneidade, envolvendo sonoplastia e cena num contexto de evolução e convite à resistência. Chegamos ao encerramento do processo chamado *Maculelê* que poderia receber diversos outros nomes. Pode-se perceber nas práticas do processo que a música enquanto organização dos sons em arte reflete muito a potencialidade comunitária e

reafirma sua importância. Também é perceptível no processo, que em vários aspectos, ambos conceitos, podem caminhar juntos. Como a teoria e prática (BARBIER, 2005) e o pedagógico e o artístico (MARTINS, 2013). O que nos possibilitou a formulação e a reformulação contínua, em busca de uma prática autônoma sensível e muito própria vivenciada por cada indivíduo pertencente ao processo.

Sabendo que o Projeto *Teatro e Comunidade* continuará em execução, acredita-se que este, possa se manter possibilitando trocas de conhecimento, de maneiras horizontais, desmistificando regras ultrapassadas. Entendendo que tanto os acadêmicos – futuros professores de teatro, quanto os alunos – moradores da comunidade participante, aprendem uns com os outros, de forma a gerar relacionamentos sociais indispensáveis na formação de cidadãos. Vale lembrar também a prática de aprender e de ensinar desenvolvida pela orientadora do Projeto, que como ela própria afirma, amplia a “visão de mundo dos sujeitos envolvidos que, entre muitos outros aspectos interventivos, têm sido motivados a refletir, criar, sonhar e, assim, pensar caminhos para concretizar os seus planos futuros” (AYRES, 2015, p.116).

Acredita-se que a sensibilidade poética provocada pelo ensino e prática teatral, possa reverberar em diversos aspectos sociais, comunitários, políticos e culturais no dia a dia dos sujeitos participantes. É por conta disso, que esse processo se deu num aspecto voltado à cultura popular, que diferentemente do sistema ao qual estamos impostos, não robotiza, nem torna mecânica a sociedade, porém traz consigo muitas reflexões e muitos questionamentos.

Portanto, essa *Festa do Gueto* que trouxe aos estudos uma perspectiva africana, afro-brasileira e indígena, iniciou um processo de desmistificação de conceitos pré-estabelecidos, e acima de tudo ensinou Teatro, objetivo primeiro do projeto. Trabalhou a formação dos futuros professores, que influenciará nas novas metodologias que serão necessárias no contexto contemporâneo, pensando nas ações de retrocesso e de luta ao qual atualmente a sociedade passa. Estas novas metodologias, aqui são figuradas, pelas novas festas que serão preparadas e coletivamente vivenciadas. Portanto se acredita que fechando uma roda, um novo ciclo se constrói, na intenção de criar outras rodas/experiências.

## Referências bibliográficas

AGIRRE, Imanol. La educación artística multicultural. In: AGIRRE, Imanol. **Teorías y prácticas em educación artística: ideias para una revisión pragmatista de la experiencia estética.** Barcelona: Octaedro, 2005. p. 298-305.

AYRES, Amanda A. **Teatro e comunidade: uma proposta de formação do curso de teatro da Universidade do Estado do Amazonas.** In: SILVA, Ivete. (Coord.) *Arte na Amazônia: conversas sobre o ensino na Região Norte*, Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p. 99-118.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais, Ética / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação.** Brasília: Liber Livro, 2005.

CAMARGO, Roberto Gil. **A sonoplastia no teatro.** Instituto Nacional de Artes Cênicas: Rio de Janeiro, 1986.

COUTINHO, Marina Henriques. **A favela como palco e personagem e o desafio da comunidade - sujeito / Marina Henriques Coutinho,** 2010.

DESGRANGES, Flávio. **Pedagogia do teatro: provocação e dialogismo.** São Paulo: Hucitec, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MARTINS, Marcos Aurélio Bulhões. **Dramaturgia em jogo: uma proposta de criação e aprendizagem do teatro.** UFRN. 2008.

\_\_\_\_\_. **O professor como mestre-encenador: os fundamentos do Laboratório de Encenação da UFRN.** In: SANTANA, Arão P. (Coord.). 2013.

MOREIRA, Antonio Flávio. CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo, diferenças culturais e práticas pedagógicas. In: CAPUTO, Stela Guesdes. **Ogan, adósu, òjé, ègbónmi e ekedi. O Candomblé também está na escola. Mas como?.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008, p. 149 – 181.

OLIVEIRA, Joana Abreu Pereira de. **Módulo 26: Arte e cultura popular.** Brasília, 2011.

TRAGTENBERG, Lívio. **Música em cena: dramaturgia sonora.** Perspectiva: São Paulo, 1999.

## **Processos e agentes na cafeicultura rondoniense: modernização técnica e participação no circuito espacial de produção**

Tiago Roberto Silva Santos, Instituto Federal de Rondônia, tiago.santos@ifro.edu.br;

### **Resumo**

A cafeicultura rondoniense tem se demonstrado uma importante atividade no fortalecimento da agricultura familiar no estado, demonstrada através de sua evolução no decorrer do tempo desde sua introdução com o projeto de colonização agrária promovida pelo governo militar na década de 1970. Recentemente, a partir de 2010, tem-se criado no estado uma psicofera em torno de um processo de modernização técnica na cafeicultura, o que tem possibilitado a ampliação da escala geográfica de abrangência da produção estadual no circuito espacial de produção, passando a atuar em níveis nacional e internacional. Diante desse cenário em que desponta o incremento tecnológico sobre uma atividade agrícola familiar, vemos com importância uma análise espaçotemporal de seu desenvolvimento, ou seja, compreender a modernização supõe uma abordagem das rupturas técnicas no decorrer do tempo que promoveram um *processo* evolutivo nessa atividade. Além disso, identificar os agentes que atuam em seu desenvolvimento favorece o entendimento sobre sua organização espacial. Portanto, buscamos nesse texto através dessa abordagem espaçotemporal compreender os processos e agentes envolvidos na cafeicultura rondoniense, que tem contribuído para maior participação no circuito espacial de produção e a formação de um círculo de cooperação, que tem levado agricultores familiares a subordinarem-se ao capital. Assim sendo, este texto está organizado em duas partes além da introdução e conclusão, uma inicial que aponta uma periodização da cafeicultura organizada em quatro momentos distintos: 1) Formação socioespacial de Rondônia e territorialização do migrante (1970 a 1990); 2) Afirmação da cafeicultura rondoniense (1990 a 2001); 3) Desaceleração da produção de café (2001 a 2010); e 4) Modernização e incremento técnico-científico à produção (a partir de 2010), em que é possível perceber o *processo* sobre a cafeicultura. No segundo momento apontamos os *agentes* envolvidos nessa modernização técnica e representantes do círculo de cooperação e circuito espacial de produção. Por fim, concluímos que a ampliação da participação da cafeicultura rondoniense no circuito espacial de produção tem inserido os agricultores familiares à dinâmica capitalista, tratando-os como agentes do agronegócio, quando na verdade são apenas agentes descapitalizados que subordinam-se aos agentes hegemônicos, enquanto esses monopolizam o território com o auxílio do Estado.

Palavras-chave: Processos; Agentes; Circuito Espacial de Produção; Modernização técnica;

## **Procesos y agentes del café en Rondônia: modernización técnica y participación en el circuito espacial de producción**

### **Resumen**

La cafeicultura de Rondônia ha demostrado una actividad importante en el fortalecimiento de la agricultura familiar en el estado, que se demuestra a través de su evolución en el tiempo desde su introducción en el proyecto de colonización agraria promovida por el gobierno militar en la década de 1970. Recientemente, a partir de 2010, ha sido creado en el estado

un ambiente en torno a un proceso de modernización técnica en la producción de café, lo que ha permitido la expansión de la escala geográfica en la cobertura de producción estatal en el circuito espacial de producción, actuando a nivel nacional e internacional. En este escenario, en el que hubo una mejora tecnológica en la agricultura familiar, consideramos importante el análisis espacio-temporal de su desarrollo, es decir, entender la modernización supone una aproximación a las modificaciones técnicas con el tiempo que han promovido un proceso evolutivo en esta actividad. Además, identificar los agentes que actúan sobre su desarrollo favorece la comprensión de su organización espacial. Por lo tanto, buscamos en este texto a través de este enfoque espacio-temporal entender los procesos y agentes implicados en la caficultura de Rondônia, lo que ha contribuido a una mayor participación en el circuito espacial de producción y la formación de un círculo de cooperación, lo que ha llevado a los agricultores a subordinarse al capital. Para eso, este texto se divide en dos partes, además de la introducción y la conclusión, una inicial que apunta una periodización de la caficultura organizada en cuatro etapas distintas: 1) Formación socio-espacial de Rondônia y la territorialización del migrante (1970-1990); 2) Afirmación de la caficultura de Rondônia (1990 - 2001); 3) Desaceleración de la producción de café (2001-2010); y 4) La modernización y el desarrollo técnico-científico a la producción (desde 2010), en que se puede ver el proceso de producción de café. En una segunda etapa señalamos los agentes implicados en la modernización técnica y representantes del círculo de cooperación y circuitos espaciales de producción. Por último, llegamos a la conclusión de que la expansión de la participación del café de Rondônia en los circuitos espaciales de producción cada vez más hacen con que los agricultores familiares sean inseridos a la dinámica capitalista, tratándolos como agentes agroindustriales, cuando, en realidad, son sólo agentes con poco capital, subordinados a los agentes hegemónicos, mientras éstos monopolizan el territorio con la ayuda estatal.

Palabras clave: Procesos; Agentes; Circuito Espacial de Producción; Modernización Técnica.

## **Processes and agents in the coffee cultivation from the State of Rondônia: technical modernization and participation in the production space circuit**

### **Abstract**

Coffee cultivation from the State of Rondônia has been shown to be an important activity in the strengthening of family agriculture in the state, this has been demonstrated through its evolution in the course of time since its introduction to the agrarian colonization project promoted by the military government in the 1970s. As of 2010, a psychosphere has been created in the state regarding a process of technical modernization in coffee cultivation, which has enabled the expansion of the geographic range of state production in the space production circuit, which is starting to act at national and international levels. In view of this scenario, in which the technological increment on an agricultural family activity emerges, we see with importance the development of a temporal-spatial analysis, that is, understanding the modernization implies an approach of the technical ruptures in the course of time that promoted an evolutionary process in this activity. In addition, identifying the agents that act in their development favors the understanding of their spatial organization. Therefore, in this text we seek to understand the processes and agents involved in the coffee cultivation from Rondônia through the temporal-spatial approach, which has contributed to a greater

participation in the space production circuit and the formation of a cooperation circle, which has led family agricultures to subordinate themselves to the capital. Thus, this text is organized in two parts, not including the introduction and conclusion, an initial one that indicates a periodization of the organized coffee cultivation in four different parts: 1) Socio-spatial formation of Rondônia and territorialization of the migrant (1970 to 1990); 2) Affirmation of coffee cultivation of Rondônia (1990-2001); 3) Deceleration of coffee production (2001 to 2010); And 4) Modernization and technical-scientific increment to production (from 2010), where it is possible to perceive the process of coffee cultivation. In the second part we pointed out the agents involved in this technical modernization and representatives of the circle of cooperation and space production circuit. Finally, we conclude that the expansion of the participation in the **spatial** production circuit of the coffee cultivation of Rondônia has inserted family agricultures into capitalist dynamics, treating them as agents of agribusiness, when in fact, they are only decapitalized agents subordinated to hegemonic agents, while these monopolize the territory with the aid of the State.

Keywords: Processes; Agents; Production Space Circuit; Technical modernization;

## Projeto Amazônia SAR

Pericles Riograndense Cardim da Silva, Censipam, [pericles.cardim@sipam.gov.br](mailto:pericles.cardim@sipam.gov.br)

### Resumo

O combate ao desmatamento ilegal na Amazônia ganha reforço. O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), do Ministério da Defesa, está implantando o Projeto Amazônia SAR. O objetivo é monitorar a Amazônia durante os meses de clima meteorológico adverso (de outubro a abril) com radar orbital, tecnologia que permite observar a terra mesmo com a constante barreira de nuvens. O foco é coibir o desmatamento ilegal identificando ilícitos, mandando as informações para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) montar operações de fiscalização. Como também enviar as informações ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para compor os dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter). Serão cerca de 950 mil quilômetros quadrados monitorados mensalmente pelo radar orbital. Será a primeira vez que a Amazônia será monitorada sistematicamente com radar orbital. Atualmente, o INPE monitora a Amazônia em tempo real, mas com radar ótico, que não atravessa a barreira de nuvens. O Projeto Amazônia SAR foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia. O Projeto Amazônia SAR foi elaborado pelo Censipam em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O Projeto Amazônia SAR já começou a ser implantado em outubro de 2013 utilizando imagens de radar aerotransportado na aeronave R-99 da Força Aérea Brasileira. O problema é o alto custo financeiro para um monitoramento sistemático, além da resposta temporal. Em outubro desse ano, o mapeamento já será realizado com recursos do BNDES. O Censipam comprará as imagens de radar para fazer o trabalho. Enquanto isso providencia a construção e a compra da antena de recepção e gravação das imagens de radar orbital. Com a antena, o órgão passa a adquirir o sinal de satélite, baixando as imagens em tempo real (a cena é baixada na medida em que o radar está varrendo o local), propiciando mais rapidez.

Palavras-chave: Desmatamento; Radar orbital; Censipam; Amazônia.

### 1- Introdução

O Projeto Amazônia SAR começou a ser implantado em outubro de 2013 utilizando imagens de radar aerotransportado na aeronave R-99 da Força Aérea Brasileira (FAB). Contudo, o alto custo financeiro para um monitoramento sistemático, além da resposta temporal, dificultou a continuidade da atividade. Por isso, a alternativa foi comprar as imagens enquanto constrói a infraestrutura para baixar as imagens diretamente de uma antena que capta o sinal de satélite do radar orbital.

A necessidade de um Projeto para monitorar a Amazônia nos meses de alta densidade de nuvens com imagens de radar surgiu no âmbito do Gabinete de Gestão

Integrada (GGI), que reúne os órgãos de segurança. A partir disso, o Projeto começou a ser construído em parceria entre o Censipam, Ibama e Inpe. Depois de finalizado, foi aprovado no Conselho Deliberativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), no dia 20 de junho de 2015, com recursos não-reembolsáveis do Fundo da Amazônia, que capta doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma Amazônia.

O Projeto Amazônia SAR Está sendo implantado com previsão de finalização em 2019 e tem um investimento de R\$ 80.542.000,00, sendo R\$ 63.924.000,00 financiados pelo BNDES – Fundo Amazônia – (Não reembolsável); e R\$ 16.618.000,00 em contrapartida do Censipam (Tesouro).

A partir de julho de 2019 o Censipam assume a continuidade do Projeto com recursos próprios da ordem de R\$18 milhões ao ano.

O Censipam considera que a média do seu orçamento anual não deverá ser afetada a partir de 2019, pois, está previsto o encerramento do Projeto Cartografia da Amazônia e com isso a partir de 2019 o Censipam mantendo a sua média orçamentaria conseguiria manter o Projeto Amazônia SAR com seus próprios meios, haja vista que em 2018 encerraria o apoio do BNDES.

A finalidade do Projeto Amazônia SAR é prover a infraestrutura para a operacionalização do Sistema Integrado de Alerta de Desmatamento com Radar Orbital - SipamSAR, que proverá alertas sistemáticos de desmatamento, no período de alta densidade de nuvens na Amazônia, de forma complementar ao DETER do INPE.

## **2- Projeto Amazônia SAR**

O Censipam iniciou em 2016 o monitoramento do desmatamento na Amazônia com radar orbital. Esta iniciativa tem duração de quatro anos e é apoiada pelo Fundo Amazônia e executada via BNDES no Projeto intitulado Amazônia SAR (radar de abertura sintética).

O INPE utiliza satélites ópticos para detectar o desmatamento, no entanto estes satélites são dependentes da iluminação do território pelo sol e de inexistência de nuvens/fumaça/chuva entre o sensor e a área de interesse. Já a tecnologia de imageamento por micro-ondas (radar) é adequada para áreas que estão sujeitas a intensa carga de nuvens e chuvas como é o caso da Amazônia, além disso, pode ser aplicada durante a noite pois independem de luz solar para coletar imagens.

Devido ao baixo desempenho de detecção de desmatamento no período de outubro a abril (período de alta densidade de nuvens na Amazônia), foram utilizadas imagens do sensor radar da aeronave R99 da FAB, em 2015, que tem propriedades de penetração na carga de nuvens (Figura 1). Mas a tecnologia de radar orbital é mais abrangente, aumenta a área imageada.

Assim, o Projeto Amazônia SAR, utiliza imagens de radar orbital (satélite no lugar de avião), que não sofrem interferência das nuvens, para realizar os alertas de desmatamento, de outubro a abril, de forma complementar aos alertas do DETER, do INPE.

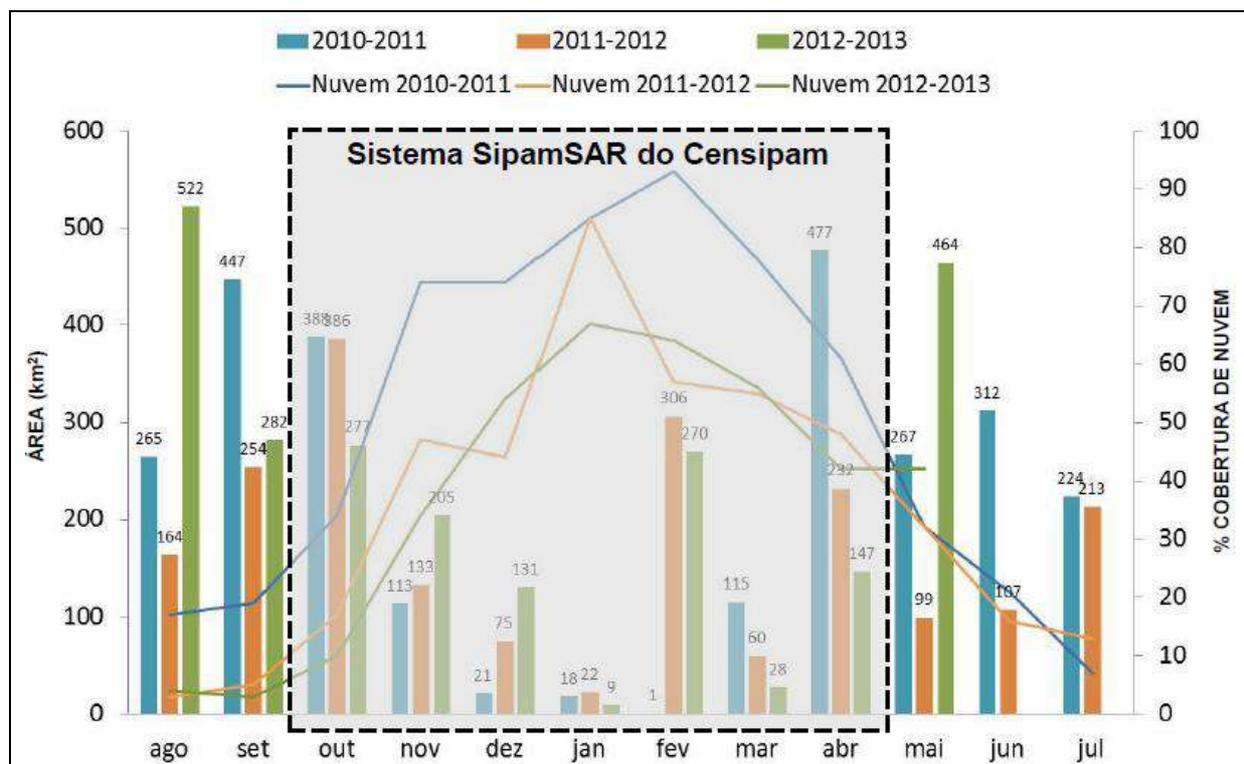


Figura 1. Desempenho do Sistema DETER do INPE.

A Figura 1 mostra o gráfico representando um estudo do desempenho do Sistema DETER (alertas de desmatamento), do INPE, em três períodos (2010/2011, 2011/2012 e 2011/2012), combinando as informações de nuvens (linhas coloridas por período) na região comparadas com a capacidade de detecção de desmatamento (barras coloridas por período).

O eixo horizontal representa a linha do tempo de um ano, começando, da esquerda para direita, no mês de agosto.

O eixo vertical a esquerda representa a área média de polígonos detectados. No topo das barras a quantidade de polígonos detectados. O eixo da direita representa o percentual de carga de nuvens.

Desta forma, o objetivo do projeto é gerar alertas de desmatamento com uso de imagens de radar orbital, no período de alta cobertura de nuvens, de forma complementar ao DETER do INPE, a fim de subsidiar as ações de fiscalização do IBAMA contra o desmatamento ilegal e a outros crimes ambientais associados.

## 2.1. Áreas de Alertas do Projeto Amazônia SAR

A delimitação da área de responsabilidade de detecção do desmatamento, de outubro a abril, por meio do Projeto Amazônia SAR é de 950.000 Km<sup>2</sup> (Figura 2).

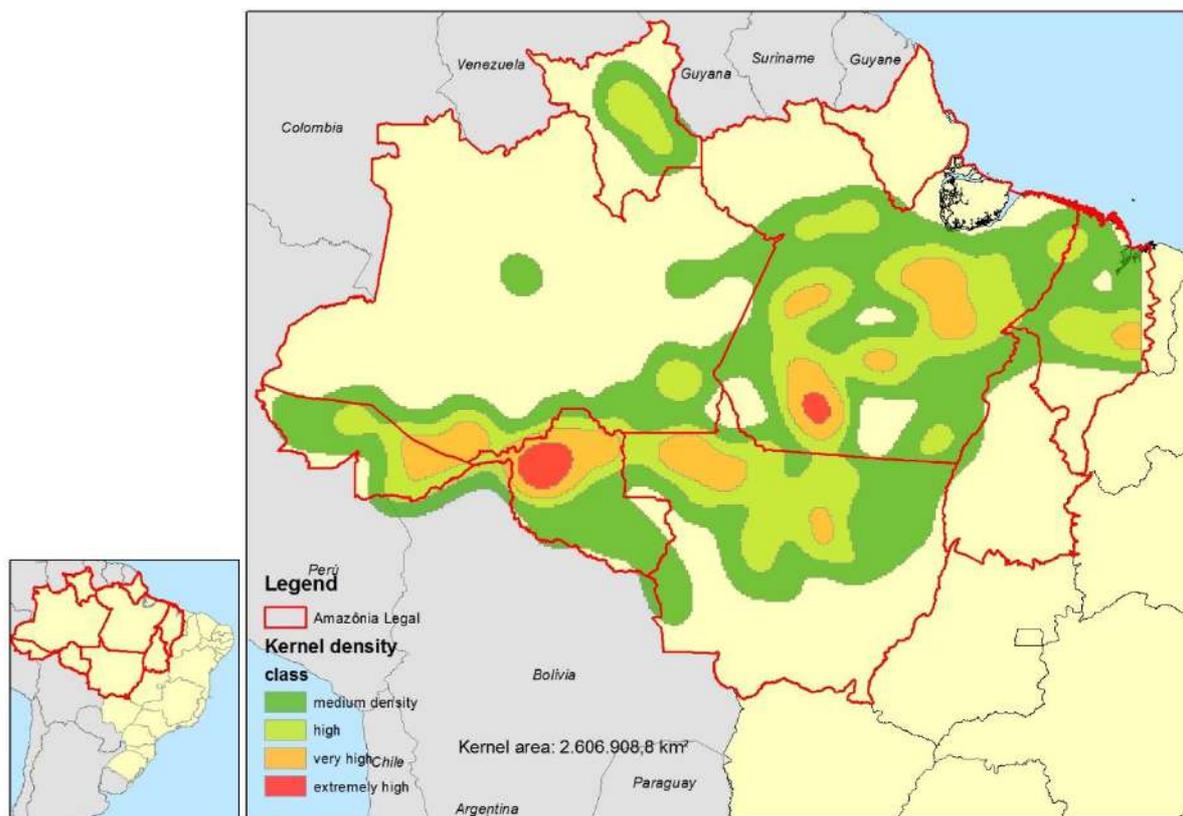


Figura 2. Mapa de Kernel com as áreas de alertas do projeto Amazônia SAR.

Na Figura 2 o Mapa de Kernel sintetiza em azul a carga de nuvens no período de outubro a abril, no período 2014-2015 e compara com a intensidade de polígonos de desmatamento, apontando a área total e os pontos focais, graduando-os nas cores verde, amarelo e vermelho, respectivamente.

## 2.2. Análise do custo x benefício

O tempo para cobrir uma aérea de 950.000 Km<sup>2</sup> com a aeronave R99 é de 300 horas de voo. Considerando que o custo da hora de voo é de US\$ 9.000 teremos um gasto de US\$2.700. 000 ou R\$ 8.100.000 por passagem.

Se fizemos sete passagens, ou seja, uma a cada mês, de outubro a abril, teremos um gasto de R\$ 57.700.000.

Já o monitoramento por satélite considerando a mesma área necessitaria de 594 cenas de 40 km x 40 km dos satélites da Constelação COSMO-SkyMed, custa R\$ 494.208,00, com impostos, sendo que as sete passagens de outubro a abril ficariam em R\$ 3.459.456,00.

Portanto, o investimento de R\$ 57.700.000 com avião é bem mais caro do que R\$ 3.459.456,00 com satélite.

### 2.3. Infraestrutura de recepção de imagens de Radar Orbital

A infraestrutura de rastreo, recepção e gravação de imagens de radar orbital correspondem ao componente que receberá as imagens de radar orbital do satélite fornecedor deste serviço (Figura 3).

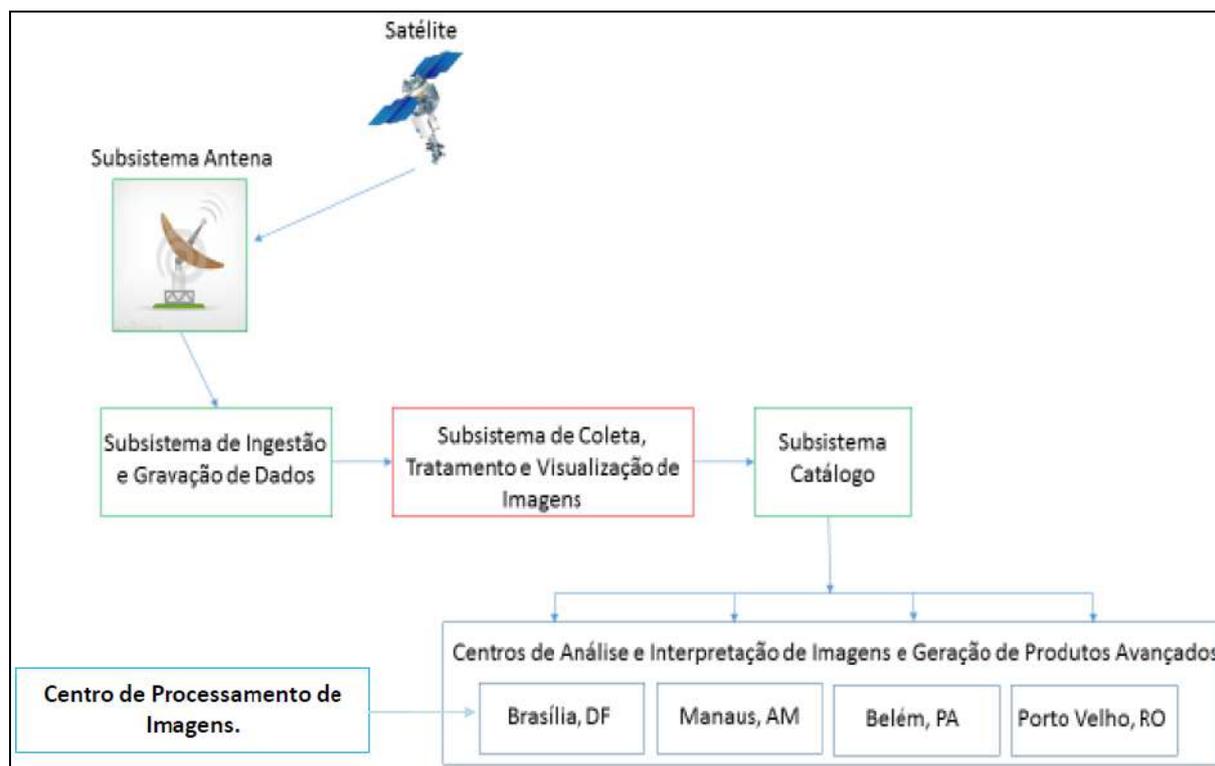


Figura 3. Solução Multissatelital.

A Figura 3 mostra de forma esquemática a Solução Multissatelital constituída por: Antena, Estação de recepção, Estação de processamento e Centros de Análise que será adquirida no Projeto Amazônia SAR.

### 2.4. Telemetria

A telemetria (imagens descarregadas diretamente na Antena) a ser contratada deve atender aos requisitos de geração dos alertas de desmatamento em quantidade, qualidade e temporalidade, necessárias às intervenções.

Considerando que a Infraestrutura de Recepção de Imagens de Radar Orbital estará no Centro do País, poderemos ter uma cobertura que varia de acordo com as características do satélite fornecedor da telemetria.

Os principais fornecedores analisados são:

1. RADARSAT 2 - Canadense;
2. Cosmos SkyMed – Italiano;
3. TerraSar-X (TanDEM-X e PAZ) – Alemão; e
4. ALOS 2 - Japonês;

Nas discussões como INPE a telemetria desejável tem as seguintes características:  
Bandas: L, X e C e Número de Polarizações: 2.

A Figura 4 mostra a Simulação da cobertura para recebimento da telemetria, considerando a localização em Manaus (cian) e Brasília (magenta).

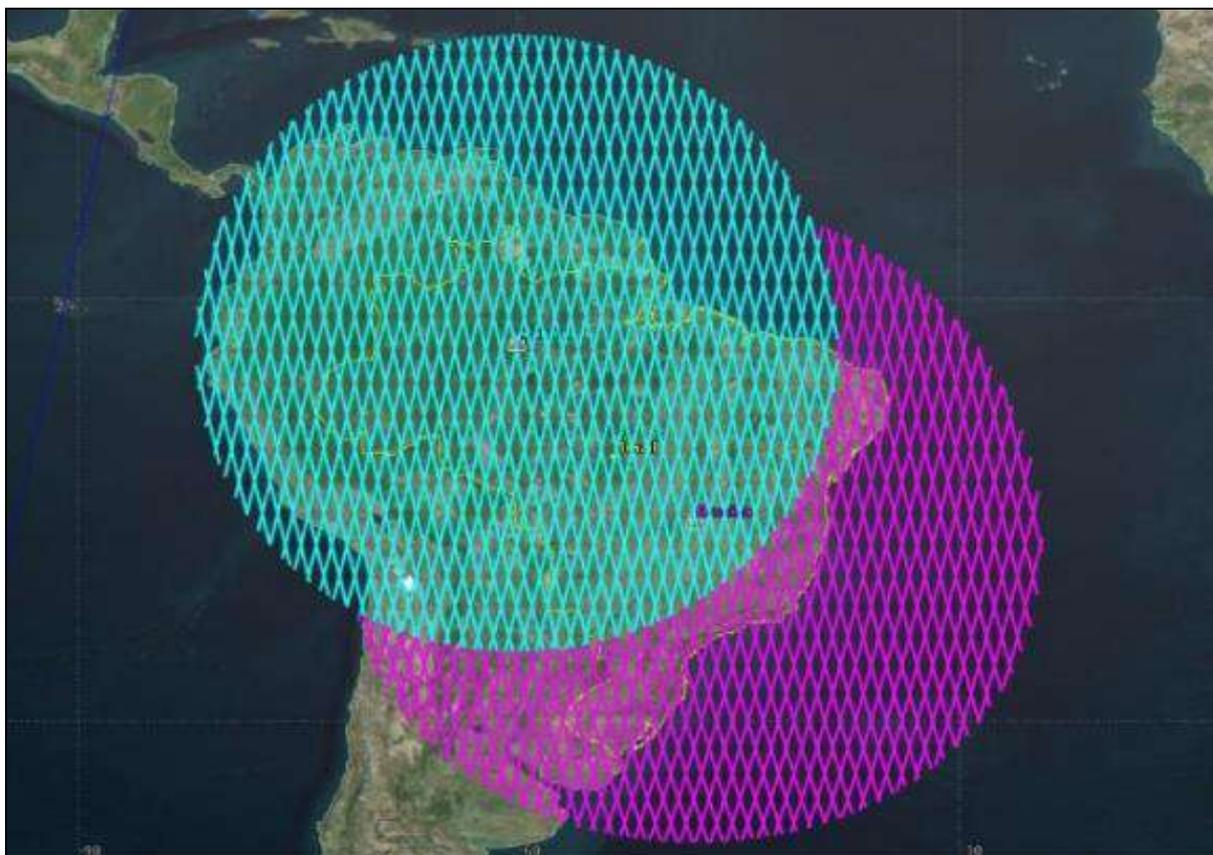


Figura 4. Simulação da cobertura para recebimento da telemetria.

A máscara de cobertura para recebimento da telemetria contratada, em cor magenta, foi simulada utilizando uma antena de 13 metros de diâmetro, posicionada no Sítio do Gama (FAB) - Lat 15°98'51,89"S; Long 48°0'43,65"W e relativa à Telemetria do Satélite Radarsat 2 – Canadense.

A máscara de cobertura para recebimento da telemetria contratada, em cor cian, também considerou as mesmas características da antena, porém localizada em Manaus.

## 2.5. Sítios para instalação da Infraestrutura de Recepção de Imagens de Radar Orbital

A disponibilidade de imóveis (terrenos) das Forças Armadas para instalação e operação da solução multissatelital completa em Brasília e no Entorno são os Sítios (Figura 5):

- Gama (FAB);
- Santa Maria (MB);
- Colorado (EB) e
- Formosa (EB).

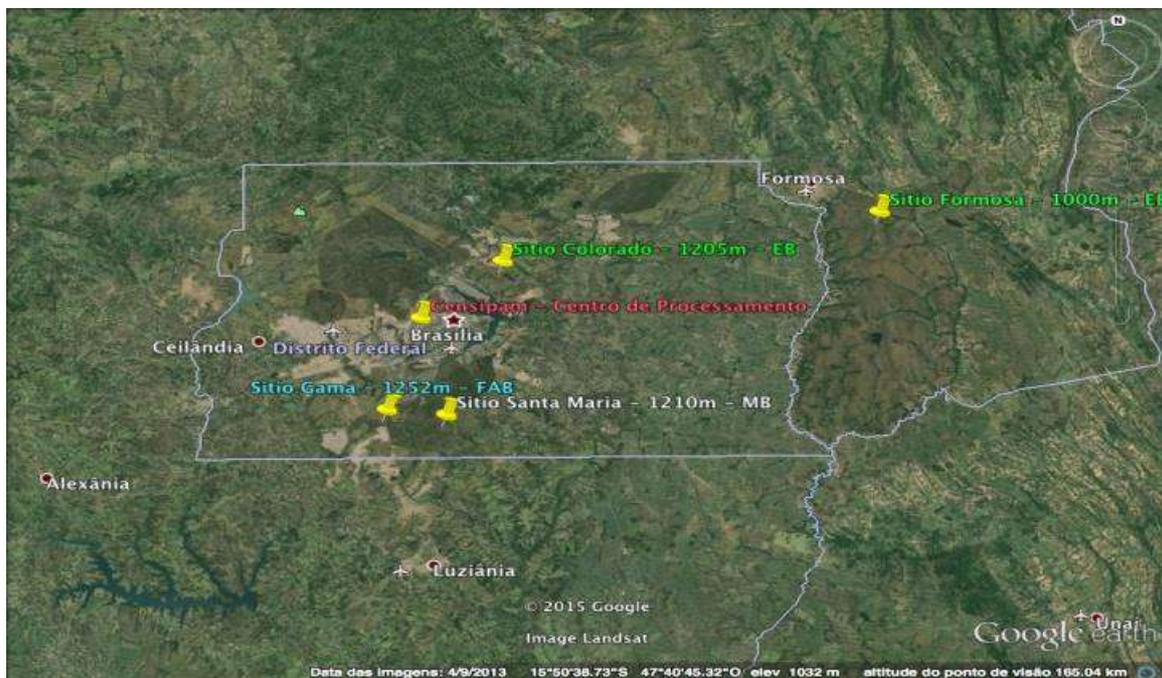


Figura 5. Localização dos Sítos para instalação da Infraestrutura de Recepção de Imagens de Radar Orbital. (Fonte: Imagem do Google Earth).

Na Figura 5, estão localizados: o Centro de Coordenação Geral do Censipam (CCG), onde estarão a Estação de Processamento – atributo amarelo com descrição em vermelho; o Sítio do Gama (FAB) - atributo amarelo com descrição em azul; o Sítio de Santa Maria (MB) - atributo amarelo com descrição em branco; o Sítio do Colorado (EB) - atributo amarelo com descrição em verde; e o Sítio de Formosa (EB) - atributo amarelo com descrição em verde.

## 2.6. Infraestrutura de Processamento

A Estação de Processamento de Imagens de Radar Orbital será implantada no Centro de Coordenação Geral em Brasília. O prédio está pronto e o espaço interno de 500m<sup>2</sup> está disponível (Figura 6).

O Grupo de processamento está 40% mobilizado com servidores e os demais serão contratados por serviços, projetos e/ ou concurso público.



Figura 6. Centro de Coordenação Geral (1) e Centro de Processamento (2).

## 2.7. Grupo de Análise e Produção de Alertas

Os Grupos de Análise de Imagens de Radar Orbital e Produção de Alertas de Desmatamentos estão distribuídos pelas três Unidades Operacionais do Censipam: Manaus, Porto Velho e Belém (Figura 7).

O Grupo é composto por 15 servidores concursados e requisitados, já mobilizados.



Figura 7. Infraestrutura nos centros Regionais de Manaus/AM (1), Porto Velho/RO (2) e Belém/PA (3).

## 2.8. Fluxo de Produção de Alertas

O fluxo de geração do conhecimento com uso de radar deverá ser aprimorado no decorrer do Projeto, para tanto a atuação integrada é fundamental para aprimorarmos os resultados.

Conforme a Figura 8, as imagens aérea e/ou orbital serão recepcionadas por *download* pela Coordenação Geral de Operações (CGOPE) em Brasília e, posteriormente, serão recepcionadas diretamente da estação terrena.



Figura 8. Fluxo geral da produção do dado.

Após o processamento, as imagens serão disponibilizadas pela CGOPE, via *Web*, para os Centros Regionais – Coordenações Operacionais (COPER).

Nas COPERs o Grupo de Análise de Imagens e Produção de Alertas realizarão a análise semiautomática e visual dos incrementos de desmatamento, a partir da máscara do PRODES do período de referência, gerando os alertas de desmatamento.

A classificação das feições incremento de desmatamento será identificada conforme as características, formatos, classificações e demais especificidades acordadas com a equipe envolvida.

Após estas análises, serão emitidos os alertas, via *Web*, que só poderão ser acessados pelo CGOPE e Coordenação Geral de Inteligência (CGINT).

A CGOPE consolidará as informações de todas COPER para efeito de estatística, resultados, esforço de trabalho, análise de cenários, etc., justificando os recursos alocados pelo BNDES e a respectiva contrapartida.

A CGINT acessará os alertas, agregará valor a informação e dará o tratamento sigiloso adequado no encaminhando do produto final ao IBAMA, via canal de inteligência do SISBIN, para o Centro de Sensoriamento do IBAMA (CSR).

Espera-se que as informações do retorno das equipes de campo do IBAMA retroalimentem a metodologia de análise do Censipam.

### 3- Primeiros resultados

A 1ª Fase do Projeto (Consumo de Imagens de Radar Orbital) está sendo realizada com dados de radar orbital em Banda X, coletadas pela constelação de quatro satélites COSMO-SKYMed, por intermédio de contrato firmado com a empresa Geoambiente que representa a empresa Telespazio Brasil que por sua vez representa a E-Geos da Itália, operadora da constelação.

Nesta fase, a equipe do Censipam processou e interpretou uma área de 1.537.000 km<sup>2</sup> sobre o total de 7.237.000 km<sup>2</sup> planejados, no primeiro semestre de 2016. O restante será coletado no período de novembro de 2016 a novembro de 2017.

As imagens foram coletadas em modo “Stripmap”, que tem uma resolução espacial nativa 3 x 3 metros. A resolução espacial e a alta capacidade de revisita da Constelação COSMO-SkyMed, permitiram detectar e acompanhar processos de mudança na floresta devidos a desmatamentos ocorridos durante o período.

Para cada coleta realizada o Censipam recebe os seguintes produtos:

- Imagem em nível de processamento Single Look Complex (SLC)
- Imagem ortho-retificada com SRTM-30 e georeferenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro SIRGAS2000;
- Quicklooks e metadados.

O prazo de entrega das imagens ao Censipam teve um desempenho médio de 1 dia a partir da data coleta feita pelo sensor.

As coletas cobriram 21 áreas de interesse dentro do mapa de Kernel, distribuídas em toda a Amazônia Legal, como ilustrado na segunda imagem.

A e-GEOS (empresa Italiana constituída 80% pela Telespazio e 20% pela Agencia Espacial Italiana), operadora e distribuidora das imagens da constelação Cosmo Skymed, desenvolveu um procedimento automático para gerir a produção e a entrega dos produtos, incluindo o controle do processamento dos dados em tempo real, desde a recepção da imagem na estação terrena em Matera (Sul da Itália) até a sua disponibilização para o Censipam.

A primeira etapa da 1ª Fase do projeto Amazônia SAR foi realizada com sucesso obtendo um desempenho totalmente em acordo com os requisitos.

O monitoramento sobre as áreas continuará mediante a solicitação de novas coletas nos próximos meses e ainda se prevê a inclusão de novas áreas, tais como o estado do Amapá.

A 2ª Fase do Projeto (Consumo de Telemetria em Estação Virtual) está planejada para ocorrer a partir de setembro de 2017 e a 3ª Fase do Projeto (Consumo de Telemetria em Estação Multissatélital implantada no Brasil) está planejada para ocorrer a partir de setembro de 2019.

O Projeto Amazônia SAR é uma das respostas do Estado brasileiro ao desmatamento ilegal e a outros crimes associados com ocorrência na Amazônia

#### **4- Considerações finais**

O Projeto Amazônia SAR tem sido implantado com sucesso e os primeiros resultados do mapeamento tem mostrado que as imagens de radar tem sido eficientes na detecção do desmatamento no período chuvoso. Espera-se que com a continuidade da implantação do sistema, com a aquisição do sinal de telemetria e a instalação da antena de recepção, a geração de alertas do avanço do desmatamento seja rápido, eficiente e que colaborem com as operações de fiscalização dos ilícitos na Amazônia Legal.

#### **5- Equipe Técnica do projeto Amazônia SAR**

- Ailjan Santos Almeida
- Alex Lopes Pereira
- Bruno Alphonsus de Oliveira Nascimento
- Carlos Eduardo Pereira Tamasauskas
- Clementina Brito da Silva
- Cristina Aparecida Beneditti
- Edileuza de Melo Nogueira
- Jorge Alberto Lopes da Costa
- José de Paula Rodrigues Neto Assis
- José Mário Fraga Miranda
- Luis Cláudio Kairuz Pereira
- Marcelo Parise
- Miguel Archanjo Bacellar Goes Telles Junior
- Nicola Saveiro Holanda Tancredi
- Tahisa Neitzel Kuck
- Thiago Bortoleto Rodrigues
- Thiago de Lima Martarole
- Thiago Reis Rodrigues
- Ulisses Silva Guimarães

## **6- Sobre o Fundo Amazônia**

Instituído em 2008, através do Decreto 6.527, o Fundo Amazônia capta doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma Amazônia. O Fundo Amazônia pode utilizar até 20% dos seus recursos para apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais. O Fundo é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem recebido recursos do governo da Noruega, da República Federal da Alemanha e da Petrobras.

## **Agradecimentos**

Agradecemos o apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que aprovou o Projeto Amazônia SAR com recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia.

## **Proposta de Estratégia de Monitoramento e Avaliação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais<sup>1</sup>**

Nahyda Franca Von Der Weid, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, nahyda.franca@gmail.com ;  
Karina Jorge Dino, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, karinadinobr@gmail.com ;  
Marcus Machado Gomes, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, marcusmgomes@gmail.com ;  
Jerônimo Carvalho Martins, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, jeromoo@gmail.com .

### **Resumo**

O monitoramento e avaliação são atualmente uma das principais lacunas no campo da Educação Ambiental. Neste sentido, educadores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) construíram uma estratégia de Monitoramento e Avaliação de processos de Educação Ambiental, aqui apresentada. Ela objetiva subsidiar o monitoramento e análise de processos educativos implementados pelo ICMBio, contribuindo para qualificar a participação social, aprimorar os instrumentos de gestão e a tomada de decisão na implementação de ações educativas.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Avaliação, Biodiversidade, Unidades de Conservação, Participação Social.

### **Resumen**

El monitoreo y evaluación son actualmente una de las principales lagunas en el campo de Educación Ambiental. En este sentido, educadores del Instituto Chico Mendes de Conservación de Biodiversidad (ICMBio) construyeron una estrategia de Monitoreo y Evaluación de los procesos de Educación Ambiental, aquí presentada. Se pretende subsidiar el monitoreo y análisis de procesos educativos implementados por el ICMBio, contribuyendo para calificar la participación social, mejorar los instrumentos de gestión y la toma de decisiones en la implementación de acciones educativas.

Palabras clave: Educación Ambiental, Evaluación, Biodiversidad, Unidades de Conservación, Participación Social.

### **1- Apresentação**

No âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a demanda por elaboração de diretrizes e orientações metodológicas como forma de fornecer apoio técnico e institucional para as ações e processos estruturados de educação ambiental

---

<sup>1</sup> A elaboração da estratégia para monitoramento e avaliação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais contou com a participação dos seguintes educadores ambientais: Alessandra Fontana – PARNA de Jericoacoara/ICMBio; Cláudia Conceição Cunha – Coordenação Regional 06; Cláudio Rodrigues Fabi – CEPTA/ICMBio; Enise Maria Bezerra Ito – APA Baleia Franca/ICMBio; Jerônimo C. Martins – PARNA de Jericoacoara/ICMBio; Karina Jorge Dino – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio); Laci Santin – RESEX Pirajubaé/ICMBio; Márcio Ricardo Ferla – PARNA dos Campos Gerais/ICMBio; Marcus Machado Gomes – PARNA Serra dos Órgãos/ICMBio; Mariele Borro Mucciato Xavier – PARNA do Iguçu/ICMBio; Maryanne Saisse – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ/MMA; Paulo Roberto Russo – CGSAM/ICMBio; Sérgio Fernandes Freitas – RESEX Baía do Iguape; Simão Marrul – APA Baleia Franca; Walciclea Purificação da Silva Cruz – REBIO do Tapirapé.

voltados para o interior e entorno de unidades de conservação tem sido recorrente e alvo de amplos esforços institucionais da instância de coordenação da educação ambiental do ICMBio (antes Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa – COEDU, agora Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental - DGPEA)<sup>2</sup>. Nesse sentido, foram promovidos processos coletivos de planejamento e construção participativa de diretrizes que possam traduzir para os gestores e educadores a orientação institucional no exercício da educação ambiental no processo de gestão das UCs.

Foram promovidas quatro oficinas pela Coordenação de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes (COEDU) durante os anos de 2015 e 2016 para estruturar diretrizes e orientações metodológicas de simples entendimento e viabilidade na implementação de ações nesse tema, tratando também do monitoramento e avaliação das ações e processos estruturados<sup>3</sup> de Educação Ambiental no Instituto Chico Mendes. Essas oficinas de trabalho envolveram educadores e gestores de unidades de conservação e da sede da instituição, assim como representantes do Ministério do Meio Ambiente e de outras instituições parceiras.

---

<sup>2</sup> Até 22/02/2017, a instância responsável pela coordenação da Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes era a Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa (COEDU). A partir desta data, a Educação Ambiental passou a ser coordenada pela Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA). O lócus de coordenação da Educação Ambiental do ICMBio tem passado por mudanças desde a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

- 2007 a 2009: Criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, mas não havia uma coordenação responsável pela Educação Ambiental.
- 2009: Criada a CEAC (coordenação responsável pela Gestão Participativa, Educação Ambiental e Capacitação, mas assumiu como agenda prioritária a criação dos conselhos gestores de unidades de conservação).
- 2010: Extinta a CEAC e Criada a COEDU (coordenação responsável pela Educação Ambiental e Capacitação Externa) e DGP (Divisão responsável pela Gestão Participativa).
- Janeiro de 2017: Extinta a COEDU e Criada a DGPEA (divisão responsável pela Gestão Participativa, Educação Ambiental, Capacitação Externa e Programa de Voluntariado, por meio do DECRETO Nº 8.974, DE 24 DE JANEIRO DE 2017).

Sobre o histórico da Educação Ambiental em âmbito federal, ver:

- LOUREIRO, C. F. B.; SAISSE, M. V.; CUNHA, C. C. Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental. In Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 28, p. 57-73, jul./dez. 2013. Editora UFPR.
- SAISSE, M. V. Sentidos e práticas da educação ambiental no Brasil: as unidades de conservação como campo de disputa. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, EICOS, 2011.
- QUINTAS, José Silva. A Dimensão Socioambiental na Gestão Ambiental Federal: Uma Contribuição para Repensar a Estrutura Regimental do IBAMA e do ICMBio. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao\\_ambiental/sobre\\_a\\_s\\_cundarizacao\\_da\\_dimensao\\_socioambiental\\_nas\\_estruturas\\_regimentais\\_do\\_ibama\\_e\\_icmbio.pdf](http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/sobre_a_s_cundarizacao_da_dimensao_socioambiental_nas_estruturas_regimentais_do_ibama_e_icmbio.pdf) Acessado em 23/03/2017.

<sup>3</sup> São considerados **processos estruturados de Educação Ambiental** na gestão pública da biodiversidade os que têm os elementos do Ato Pedagógico descritos, claramente identificados. Para saber mais sobre o Ato Pedagógico, sugerimos a leitura dos seguintes materiais:

- QUINTAS, José Silva. Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública: A construção do ato pedagógico. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao\\_ambiental/EDUCACA\\_O\\_NO\\_PROCESSO\\_DE\\_GESTAO\\_AMBIENTAL\\_PUBLICA.pdf](http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/EDUCACA_O_NO_PROCESSO_DE_GESTAO_AMBIENTAL_PUBLICA.pdf)
- Caderno 2 da ENCEA: A participação social e a ação pedagógica na implementação da unidade de conservação. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao\\_ambiental/caderno2.pdf](http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/caderno2.pdf)

Dessa forma, foi iniciado em 2016 pela COEDU o fortalecimento do diálogo com diferentes processos do Instituto Chico Mendes, contribuindo para um maior entendimento sobre as interfaces da Educação Ambiental com as demais ações finalísticas. A construção tanto das *diretrizes Institucionais e orientações metodológicas sobre Educação Ambiental em unidades de conservação federais e centros de pesquisa e conservação*, quanto da *orientação metodológica para monitoramento e avaliação de ações, projetos e programas estruturados de educação ambiental em unidades de conservação federais* é parte deste esforço institucional da Educação Ambiental do ICMBio.

No Instituto Chico Mendes percebe-se a necessidade recorrente de se nivelar, entre os gestores e entre estes e seus parceiros externos, o entendimento sobre a finalidade da Educação Ambiental na gestão das unidades de conservação e nos centros de pesquisa, assim como, de preencher a lacuna de uma metodologia que dê mais visibilidade ao papel e aos impactos decorrentes da implementação de processos educativos na gestão.

Os principais pontos a serem destacados como resultado desse trabalho iniciado em 2016 foram as reflexões sobre a prática de educação ambiental de educadores e gestores do Instituto Chico Mendes, e a construção de entendimentos, pactos e prioridades estratégicas que vão além das próprias diretrizes e da metodologia já despontadas e podem vir a se constituir em marcos de gestão da Educação Ambiental na instituição.

Considerando que quase 70% das reservas extrativistas federais estão no bioma amazônico e que em torno de 60% das florestas nacionais do total dessa categoria estão neste bioma e possuem populações tradicionais como população beneficiária ou usuária, faz-se imprescindível avaliar as ações educativas promovidas pelo ICMBio voltadas ao envolvimento da sociedade na gestão dessas áreas protegidas como estratégia de fortalecimento da participação social na gestão territorial e dos demais recursos ambientais, considerando os importantes aspectos de territorialidade e identidade dessas populações.

Dessa forma, a institucionalização de processos sistemáticos de monitoramento e avaliação pode tornar a Educação Ambiental um instrumento poderoso de tomada de decisão no âmbito das políticas públicas socioambientais.

## 2- Introdução

### **Educação Ambiental no ICMBio: da concepção à implementação**

Como uma das finalidades do Instituto Chico Mendes, a Educação Ambiental deve considerar as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA - (Lei 9.795/99) da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental – ENCEA (estabelecida pela Recomendação CONAMA nº 14, de 26/04/2014). Seu objetivo maior é fortalecer as ações institucionais que promovam a participação social qualificada na gestão e a promoção da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento socioambiental.

O foco político-pedagógico da Educação Ambiental nesta autarquia federal está no fortalecimento de:

1. Instrumentos de gestão e conservação da biodiversidade;
2. Participação efetiva na gestão pública da biodiversidade dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade ambiental;
3. Espaços democráticos de participação na gestão pública da biodiversidade.

Para isso, a Educação Ambiental implementada pelo Instituto Chico Mendes precisa promover e executar processos educativos voltados ao desenvolvimento de capacidades de intervenção cidadã qualificada nos processos de gestão do patrimônio ambiental público, em especial da biodiversidade e das unidades de conservação.

A concepção de Educação Ambiental adotada pelo Instituto Chico Mendes é crítica e emancipatória e tem seu lócus no processo de gestão ambiental pública, tendo como **fundamentos teórico-metodológicos:**

“A **Educação** entendida como elemento de transformação social através da emancipação dos sujeitos e da compreensão crítica da realidade; (...) Seu principal objetivo é promover a transformação das relações socioambientais atualmente estabelecidas, na busca por uma sociedade socialmente mais justa e ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios de liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade” (LOUREIRO, 2002).

“A **Educação na Gestão Ambiental Pública** como promotora de condições efetivas de intervenção nos processos decisórios sobre os recursos naturais enquanto bens comuns, dos diferentes agentes sociais, prioritariamente os que se encontram na condição de expropriados e oprimidos, diminuindo as assimetrias características do modelo social vigente” (QUINTAS; GUALDA, 1995).

E ainda, como **princípios**:

1. Diálogo entre saberes e fazeres;
2. Reconhecimento de diferentes territorialidades e identidades;
3. A valorização da cultura e da organização social dos grupos sociais que são sujeitos das ações educativas;
4. Reconhecimento da autonomia e alteridade do educando, buscando fortalecê-las.

Esses são fundamentos e princípios que devem orientar todo o processo de planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação Ambiental do Instituto.

Até janeiro de 2017, as ações de Educação Ambiental promovidas ou apoiadas pela sede do ICMBio eram avaliadas por meios de formulários online (de demanda e resultado da atividade) e relatórios dos projetos oriundos do Curso de Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade, atualmente Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental do Instituto Chico Mendes. No entanto, verificou-se que era necessário avançar na metodologia para monitoramento e avaliação das ações e processos de Educação Ambiental implementados para maior qualificação das ações institucionais nesse contexto.

### **Desafios da temática “avaliação”**

Avaliação é um dos princípios básicos da Educação Ambiental, legitimado pelos principais documentos de referência nacionais. O artigo 4º da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) afirma em um dos seus princípios a necessidade de se realizar a **permanente avaliação crítica do processo educativo**. No entanto, é sabido que processos de avaliação são atualmente uma das principais lacunas do campo da Educação Ambiental.

No Instituto Chico Mendes, percebe-se tanto a necessidade recorrente de se nivelar entre os gestores o entendimento sobre a finalidade da Educação Ambiental nas unidades de conservação e nos centros de pesquisa e conservação, quanto a necessidade de uma metodologia que qualifique ainda mais os resultados dos processos educativos implementados pela instituição. É preciso dar maior visibilidade aos impactos gerados pela Educação Ambiental na gestão pública da biodiversidade, considerando nesse contexto a gestão das unidades de conservação.

Por outro lado, como mencionado por Pocho (2011), vale enfatizar que qualquer forma de avaliação produz um julgamento de valor, ou seja, uma medida de aprovação ou desaprovação em relação a um programa, projeto ou ação (pública ou não). Avaliação, portanto é um ato político. Ou seja, é constituída de: visões de mundo, intencionalidades, intervenções planejadas, definição de prioridades e atendimento de interesses e necessidades. A análise de resultados deve estar baseada em certas premissas que irão

influenciar tanto a escolha de indicadores quanto a análise empreendida. Não é uma abordagem puramente técnica, ou instrumental, pois pressupõe princípios, opções valorativas pessoais ou de um coletivo. Exige necessariamente instrumental de análise e avaliação bem fundamentado conceitual e metodologicamente.

Outro ponto a ser ressaltado é que a institucionalização da avaliação pode torná-la um instrumento poderoso de tomada de decisão no âmbito das políticas públicas socioambientais. Para isso, é necessário alinhar os métodos escolhidos com a opção político-estratégica da instituição ou órgão.

### **3 - O caminho da construção e seus resultados**

O esforço de construção coletiva de diretrizes e orientações básicas para o processo de monitoramento e avaliação empreendido entre 2015 e março de 2017 pela Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa do Instituto Chico Mendes, buscou contribuir para a prática da educação na gestão pública da biodiversidade sob a perspectiva crítica, emancipatória e transformadora.

Nesse sentido, a estratégia sugerida abraça o desafio de propor aos envolvidos nesse processo de monitoramento e avaliação a incorporação de conceitos estruturantes da educação ambiental na gestão pública voltada para a conservação da biodiversidade tais como participação social qualificada, sustentabilidade, justiça ambiental, territorialidades e identidades, sujeitos em condições de vulnerabilidade social.

A opção foi por apresentar elementos estruturantes para que essa estratégia se aprimore a partir do envolvimento e engajamento dos grupos sociais envolvidos com o processo de monitoramento e avaliação.

Além disso, optamos por sugerir caminhos para se chegar a indicadores que reflitam processos socioambientais que tenham um olhar integrado para as áreas protegidas promovendo a reflexão e análise sobre os diferentes usos de recursos ambientais, potencialidades, problemas, e conflitos gerados em cada território e a diversidade de grupos organizados envolvidos nesta discussão. Entendemos que os indicadores formulados devem medir a contribuição da educação ambiental para os **debates regionais**, a **valorização de necessidades e características locais** (de cada território abrangido pelas unidades de conservação ou trabalho pelos centros de pesquisa e conservação) e a **qualificação de processos decisórios da gestão pública da biodiversidade**.

*“Somos difusos e transversais, é necessário nos estruturar sob princípios básicos mínimos. Desvelar a Educação Ambiental, evidenciando onde estão os processos de EA na gestão das UCs”* (Fala de participante da oficina em 08 a 10/11/2016 em Brasília).

Tendo isso em vista, as orientações metodológicas que propõem caminhos para a construção de indicadores de processos, resultados e impactos da educação ambiental na gestão pública da biodiversidade não devem, portanto, tolher a autonomia e criatividade dos atores sociais envolvidos na implementação e avaliação das ações educativas. Ao contrário, pretende-se que esse trabalho incentive e inspire os grupos envolvidos a ir adiante, discutindo os propósitos da educação ambiental que praticam, construindo entendimentos e acordos em torno disso, adaptando e enriquecendo a estratégia metodológica de monitoramento e avaliação construída e apresentada nessa publicação, de acordo com seus contextos e vivências.

Considerando a complexidade dos processos de educação ambiental implementados pelo Instituto Chico Mendes, foi necessário delimitar o objeto e a abrangência da estratégia a ser construída e o objetivo macro da avaliação. São eles:

### Objeto da avaliação:

**Processos estruturados e ações de Educação Ambiental implementados pelo Instituto Chico Mendes** - Estão incluídas no objeto da avaliação as ações de Educação Ambiental implementadas pelas unidades de conservação e centros de pesquisa e conservação sem nenhuma orientação da sede do Instituto Chico Mendes, aquelas que são induzidas pela sede (antes COEDU, hoje DGPEA) e os projetos elaborados no âmbito do *Curso de Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade*, atualmente *Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental* do Instituto Chico Mendes.

### Abrangência da avaliação:

A estratégia metodológica será capaz de orientar processos de:  
**Monitoramento** - orientando a tomada de decisão nas fases de planejamento e de implementação de processos e ações educativas presentes e futuras;  
**Avaliação** - contribuindo para sistematizar e disseminar impactos, resultados, conhecimentos e práticas de educação ambiental na gestão de unidades de conservação quando as ações e processos educativos já se encerraram.

### Objetivo Macro:

O foco principal a ser perseguido pelas ações e processos educativos do ICMBio:

**Monitorar e Avaliar a contribuição da Educação Ambiental ao fortalecimento da participação social na Gestão Pública da Biodiversidade**

Dessa forma, visa-se aferir a contribuição das ações educativas para consolidar a participação social nos processos de gestão ambiental das UCs, tendo a educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória como instrumento transversal.

### Dimensões de Análise

Na estrutura metodológica há **cinco dimensões de análise** ou níveis de avaliação que contemplam as premissas priorizadas de educação ambiental: **participação social, sustentabilidade, sujeitos prioritários da ação educativa, territorialidades e identidades e conservação da biodiversidade**, que são os **focos de atenção** e referência a definição de capacidades, competências e habilidades que se deseja consolidar a partir das ações / processos educativos de Educação Ambiental.

### Objetivos específicos

Identificam a contribuição desejada em relação às cinco dimensões escolhidas. O que queremos avaliar nas ações / processos educativos implementados?

### Subdimensões

A cada uma das cinco dimensões correspondem algumas **subdimensões** que favorecem a construção do caminho proposto para se chegar aos indicadores. Elas podem ser visualizadas no Quadro 1 a seguir.

Dimensões Subdimensões	Dimensões Subdimensões
Participação Social	Mobilização/Organização
	Nível/Alcance da Participação
	Controle Social
	Outros espaços de participação no território
Sustentabilidade	Interdependência das diferentes dimensões da sustentabilidade
	Manejo e uso sustentável dos recursos naturais locais
	Redução das assimetrias
Sujeitos Prioritários da Ação Educativa	Grupos locais em condição de vulnerabilidade socioambiental
	Equidade de gênero e étnica, participação das juventudes e populações tradicionais locais
	Protagonismo e autonomia dos sujeitos envolvidos
Territorialidades e Identidades	Reconhecimento e valorização das diferentes territorialidades e identidades
	Diálogo entre saberes
Conservação da Biodiversidade	Participação na construção e implementação de estratégias e instrumentos de gestão de áreas protegidas
	Responsabilidade e protagonismo local na conservação dos recursos naturais, sociais e culturais

Quadro 1: Dimensões e subdimensões de análise.

### Caminho para se chegar ao indicador

Foram estabelecidos ainda para cada dimensão e subdimensão de análise, **critérios de desempenho** e **indicadores** (a título de sugestão ou exemplo), seguindo uma estrutura lógica (ver Fig. 1 adiante).

O **critério**, como sugere Sinhá e Samuel (2007, In POCHO, 2011) pode ser compreendido como uma definição específica atrelada a uma medida de performance ou desempenho. E os **indicadores** indicam (como o próprio nome sugere) de forma mensurável, se os objetivos específicos foram ou não alcançados.

Um **aspecto muito importante** a ser destacado é que a etapa de construção do caminho para se chegar ao indicador **está apenas sugerida** e, portanto pode e deve ser complementada. A depender do contexto e realidade de cada UC, essa etapa precisa ser discutida e adaptada **incluindo a participação das partes interessadas na avaliação e monitoramento** das atividades de Educação Ambiental que estão em curso ou sendo planejada na UC. Deve-se propor aos atores do processo uma ampla discussão sobre o que medir no monitoramento e avaliação, para que atinja todas as partes interessadas envolvidas no objeto da avaliação (POCHO, 2011).

Em relação à escolha de categorias avaliativas assumiu-se que tanto os métodos quantitativos (aqueles que se referem à quantificação da frequência de fatos e atividades observáveis da realidade social empírica), quanto os qualitativos (aqueles que expressam as descrições dos indivíduos sobre percepções, sentimentos, anseios e expectativas pessoais e grupais em relação a determinados aspectos da realidade como os fenômenos sociais, por exemplo) são propícios e complementares para avaliar programas / projetos sociais e políticas públicas. (POCHO, 2011, LOUREIRO, 2013).

Portanto para o **objeto** desta avaliação - *Processos estruturados e ações educativas implementados pelo Instituto Chico Mendes* com o **objetivo macro** estabelecido de Monitorar e Avaliar a contribuição da Educação Ambiental ao fortalecimento da participação social na Gestão Pública da Biodiversidade, a opção foi por construir uma estratégia flexível que estabelece um caminho para se chegar a **indicadores quantitativos e/ou qualitativos** que possam se complementar e serem aplicados em momentos específicos ou concomitantes.

No âmbito desta estratégia o **padrão de desempenho ou pontuação dos indicadores** sugerido propõe um valor estabelecido para os indicadores definindo em uma escala, um nível mínimo (0 - zero) e máximo (2 - dois) do estado desejável em relação ao desempenho<sup>4</sup>.

Onde:

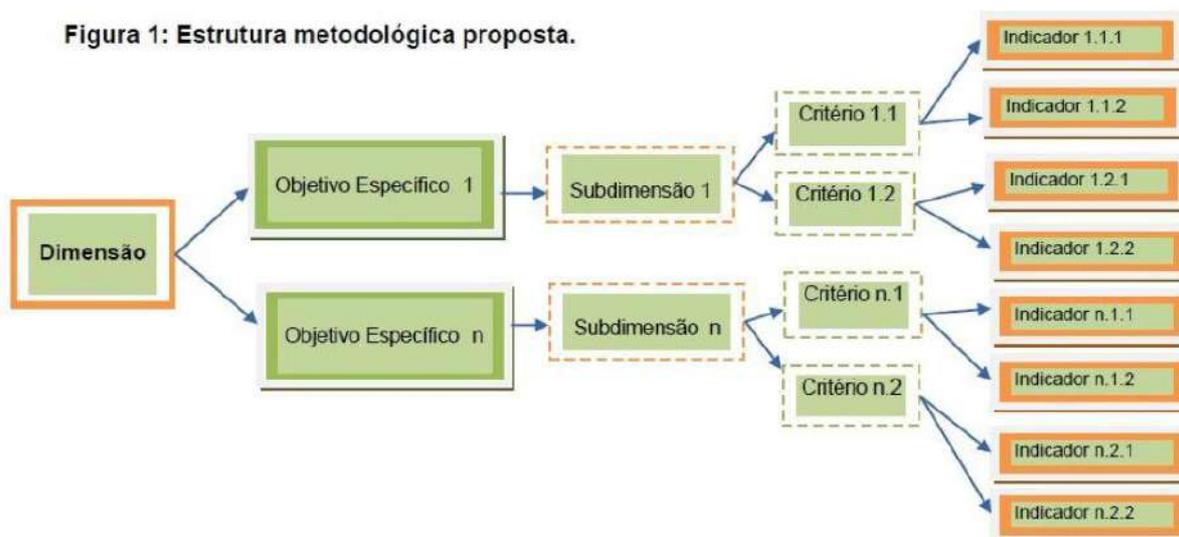
- 0 = não ocorre = 0 ponto
- 1 = ocorre pouco = 5 pontos
- 2 = ocorre muito = 10 pontos
- NS = não sei

Sugere-se a contabilização do número de ocorrências de determinado parâmetro para orientar a quantificação da seguinte forma:

- De 1 a 50% de ocorrência = ocorre pouco (5 pontos)
- De 50 a 100% de ocorrência = ocorre muito (10 pontos)

Este formato, no entanto, é flexível, e é desejável que possibilite variações de uso. Ele deve ser amadurecido com todos aqueles que aplicarão a avaliação. O fundamental é que seja descrito de modo que os usuários possam utilizá-la de acordo com a sistemática priorizada.

**Figura 1: Estrutura metodológica proposta.**



A estrutura metodológica proposta contemplou um total de 5 dimensões, 13 objetivos específicos, 14 subdimensões, 16 critérios e 25 indicadores, conforme figuras a seguir, amparados em alguns conceitos fundamentais (quadro 2) adotados para sua definição.

<sup>4</sup> A escala indicada teve por base o estudo *Gestão integrada de áreas protegidas: uma análise da efetividade de Mosaicos*, HERMAN, G. COSTA, C., 2015.

Conceitos Fundamentais	
<b>SUSTENTABILIDADE</b>	Para facilitar a compreensão do conceito de sustentabilidade, Sachs (1993, In BARBOSA, 2008) a divide em cinco classificações: a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade social e a sustentabilidade política. <b>“Sustentabilidade ecológica</b> – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados às atividades produtivas. <b>Sustentabilidade ambiental</b> – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas. <b>Sustentabilidade social</b> – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população com redução das desigualdades sociais. Implica na adoção de políticas distributivas e na universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social. <b>Sustentabilidade política</b> – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento. <b>Sustentabilidade econômica</b> – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica no aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa”.
<b>PARTICIPAÇÃO CIDADÃ</b>	Uma tipologia de oito níveis de participação foi criada por Arnstein(2002) de forma a auxiliar a análise do nível de participação-cidadã que é percebido também como nível de poder cidadão. Para efeito ilustrativo, os oito tipos de participação estão dispostos em forma de uma escada, onde cada degrau corresponde ao nível de poder do cidadão em decidir sobre os resultados de um processo. São eles: 1. <i>Manipulação</i> e 2. <i>Terapia</i> . Esses dois degraus descrevem níveis de "não participação". Os degraus 3 e 4 avançam a níveis de concessão limitada de poder que permitem aos sujeitos que participam ouvir e serem ouvidos: 3. <i>Informação</i> e 4. <i>Consulta</i> . O degrau 5. <i>Pacificação</i> consiste simplesmente a um nível superior desta concessão limitada de poder, pois permite aos participantes aconselhar os poderosos, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final. Subindo a escada estão níveis de poder cidadão com degraus crescentes de poder de decisão. Os cidadãos podem participar de uma 6. <i>Parceria</i> que lhes permita negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder. Nos degraus superiores, 7.. <i>Delegação de poder</i> e 8. <i>Controle cidadão</i> , o cidadão que participa detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial. Para aprofundar o assunto acessar: <a href="http://aeessp.org.br/escada.pdf">http://aeessp.org.br/escada.pdf</a> - <i>A Escada da Participação Cidadã</i> , Arnstein, S.R.
<b>JUSTIÇA AMBIENTAL</b>	Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. Por justiça ambiental, ao contrário, designamos o conjunto de princípios e práticas que: a) asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas; b) asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; c) asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito; d) favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso. (Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, <a href="http://www.mma.gov.br/destaques/item/8077-manifesto-de-lancamento-da-rede-brasileira-de-justica-ambiental/">http://www.mma.gov.br/destaques/item/8077-manifesto-de-lancamento-da-rede-brasileira-de-justica-ambiental/</a> )
<b>RISCO AMBIENTAL</b>	São perigos prováveis e em certa medida previsíveis, decorrentes de atividades vinculadas à cadeia produtiva, cuja percepção está em função da posição social que cada grupo ou pessoa ocupa. A percepção técnica do risco ambiental tende a ser diferente da percepção dos grupos comunitários, o que, pensando em termos de educação ambiental, exige diálogo e capacidade de compreensão mútua para que

Conceitos Fundamentais	
	seja determinado de modo o mais preciso possível. (LOUREIRO, 2012)
<b>VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL</b>	Conceito construído para permitir a identificação e classificação de grupos: em maior dependência direta dos recursos naturais (industrializados ou não, bem como de seus rejeitos) para trabalhar e melhorar suas condições de vida; excluídos do acesso a outros bens públicos; e ausentes de participação em processos decisórios de políticas públicas que interferem na qualidade do local em que vivem. (LOUREIRO, 2012)
<b>PROTAGONISMO/AUTONOMIA</b>	Entende-se por postura protagonista aquela em que o sujeito: é assíduo, participa dos debates, dá sugestões, é capaz de formular e apresentar propostas, sua opinião é considerada pelo coletivo, traz demandas do grupo que representa. E por postura autônoma aquela em que o sujeito é capaz de estabelecer condições de escolha em que não haja tutela ou coerção (do Estado, partido, elites / grupos econômicos, político ou intelectual), é independente para conhecer e agir. (LOUREIRO, 2012 e QUINTAS, 2005).
<b>DIÁLOGO DE SABERES</b>	A intimidade e a afetividade para com o ambiente natural, aliadas à observação e a experiência, traduz modos de vida que coexistem com o misticismo e com o imaginário, presentes na construção e na reconstrução dos saberes e dos processos de socialização de todo grupo social-cultural. Os grupos sociais tradicionais / locais têm seu dinamismo e tempos próprios; cabe a comunidade acadêmica aceitar a legitimidade dos saberes desses grupos e trabalhar com as possibilidades que a aceitação, seguida da dialogicidade, pode propiciar. (Mario Alberto dos Santos - O diálogo de saberes e as Culturas tradicionais: pesando sobre o manejo das unidades de conservação de uso sustentável - IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 28 a 30 de maio de 2008 Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.)
<b>PROBLEMA AMBIENTAL</b>	Caracteriza-se quando há risco e/ou dano socioambiental decorrente de determinado uso, podendo haver diferentes tipos de reação face a ele por parte dos atingidos, de outros agentes da sociedade civil e do estado (LOUREIRO, 2012).
<b>CONFLITO AMBIENTAL</b>	Um conflito se configura quando dois ou mais agentes sociais possuem necessidades e interesses antagônicos e divergentes, caracterizados nos processos de uso dos recursos e na gestão (sustentável ou não) do ambiente, acarretando em um posicionamento público pelos envolvidos (LOUREIRO, 2012).
<b>POTENCIALIDADE AMBIENTAL</b>	Conjunto de atributos de um ecossistema (recursos ambientais) passíveis de uso sustentável por grupos sociais. São considerados também os desdobramentos decorrentes de impactos positivos provocados pelos usos desses recursos (LOUREIRO, 2012).

Quadro 2: Conceitos fundamentais para a definição das dimensões, objetivos específicos, subdimensões, critérios e indicadores.

**Figura 2 - Estrutura Metodológica de Monitoramento e Avaliação**

Dimensão	Definição	Estrutura
1. Participação Social	"A participação não pode ser sinônimo de colaboração hierarquizada, mas construção coletiva, exercício igualitário na definição das relações de poder e das responsabilidades diante da vida em sociedade (LOUREIRO, 2007)". Para Arnstei (2002) participação é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro.	2 Objetivos específicos 4 Sub-dimensões 4 Critérios 8 Sugestões de indicadores
2. Sustentabilidade	Considera-se sustentabilidade "a resposta às necessidades humanas com o mínimo ou nenhuma transferência dos custos da produção, consumo ou lixo para outras pessoas ou ecossistemas, hoje e no futuro (SATTERTHWAITE, 2004)". Para facilitar a compreensão do conceito de sustentabilidade, Sachs (1993) a divide em cinco classificações/dimensões que se interdependem: a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade social e a sustentabilidade política (ver Box 1)	3 Objetivos específicos 3 Sub-dimensões 3 Critérios 5 sugestões de indicadores
3. Sujeitos Prioritários da Ação Educativa	Os sujeitos da ação educativa devem ser prioritariamente, segmentos sociais que são afetados e onerados, de forma direta pelo ato de gestão ambiental e dispõem de menos condições para intervir no processo decisório (Quintas, 2002). A priorização é uma questão de reconhecimento da desigualdade social existente e de que é pela superação de tais condições antagônicas que se promoverá a possibilidade de uma sociedade mais justa e livre para todos e todas.	3 Objetivos específicos 3 Sub-dimensões 3 Critérios 3 sugestões de indicadores
4. Territorialidades e Identidades	A noção de territorialidade é compreendida como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde, portanto, às relações sociais e às atividades diárias que os sujeitos – homens e mulheres - têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana. Isso significa dizer que se entende a identidade como processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e politicamente. "A identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc". Saquet (2003/2001)	3 Objetivos específicos 2 Sub-dimensões 3 Critérios 3 sugestões de indicadores
5. Conservação da Biodiversidade	A Conservação da Biodiversidade envolve um conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção em longo prazo das espécies, <i>habitats</i> e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais. (Lei Federal nº 9.985 / 2000.) A diversidade biológica tem forte relação com a sociobiodiversidade, com a diversidade de sociedades e de culturas e suas formas únicas de interação e interdependência com os elementos da biodiversidade. Os resultados da conservação e promoção do uso sustentável da biodiversidade são revertidos em benefícios econômicos, sociais e ambientais. ( <a href="http://www.mma.gov.br">www.mma.gov.br</a> )	2 Objetivos específicos 2 Sub-dimensões 3 Critérios 6 sugestões de indicadores

Figura 3. Participação Social

Dimensão de Análise	Objetivos Específicos	Sub-dimensões	Caminho p/ se chegar ao ..... □ indicador		Sugestão de pontuação
			Critério	Ex. de Indicador	
1.Participação Social	<p>As ações / processos educativos contribuem para:</p> <p>1- Fomentar a criação de espaços de debate das realidades locais e o desenvolvimento de mecanismos de articulação social.</p> <p>2- Fortalecer as práticas comunitárias sustentáveis e a participação da população nos processos decisórios sobre a gestão dos recursos ambientais. (ProNEA-Ministério do Meio Ambiente, 2005).</p>	Mobilização / organização	1. A ação educativa contribui para a organização/mobilização da população local.	1. Fomenta o surgimento ou o fortalecimento de grupos / coletivos organizados na localidade. (Nº de espaços criados e nº de espaços fortalecidos).	<p>(Sugerido para Indicadores: 1, 2, 4, 5, 6 e 7)</p> <p>(0 a 2): 0 = não ocorre; 1 = ocorre pouco; 2 = ocorre muito; NS = não sei.</p> <p>(Sugerido para Indicador: 3)</p> <p>(0 a 3):           0 = informativo       3 = protagônico (ver escada de participação, Box 2)</p>
		Nível / alcance da participação	2. A ação educativa contribui para qualificar a participação social da população local na elaboração de planos / instrumentos de gestão da UC.	2. Acreta novos atores nos processos de 3. Incrementa o nível de participação social no planejamento e implementação de processos participativos nos espaços / instrumentos de gestão da UC. 4. A dinâmica de gestão da UC é alterada pelas intervenções dos grupos sociais afetados. 5. Contribui para a participação na gestão de forma coletiva e reconhecida pelos seus pares.	
		Controle social	3. A ação educativa contribui para incentivar a capacidade de intervenção dos diversos grupos sociais nos processos decisórios relativos à proteção, acesso a recursos ambientais e seu uso, bem como nos demais processos que afetam a sua qualidade de vida, fortalecendo a capacidade dos sujeitos de se organizar e participar ativamente da vida pública.	6. Contribui para que as instâncias existentes de gestão participativa (conselhos, comitês, câmara técnica, etc.), exerçam controle social sobre políticas públicas locais. 7. Contribui para qualificar a participação dos grupos envolvidos (jovens, mulheres, população tradicional) em outros espaços de controle social no território.	
		Outros espaços de participação nos territórios (legítimos/reconhecidos)	4. A ação educativa contribui para aumentar e qualificar a participação nos espaços de gestão territorial local.	8. Aumenta o nº / qualifica os espaços legítimos / reconhecidos de participação no território. (Conselhos, Fóruns, GTs, Câmaras Técnicas, Comitês, Comissões locais, etc.)	

**Figura 4. Sustentabilidade**

Dimensão de Análise	Objetivos Específicos	Sub-dimensões	Caminho p/ se chegar ao ..... indicador		Sugestão de pontuação
			Critério	Expl. de Indicador	
2. Sustentabilidade	<p>As ações / processos educativos contribuem para:</p> <p>1- Propiciar a reflexão crítica das relações sobre o espaço local / regional / global, nas suas dimensões sociais, políticas e ecológicas, considerando o meio ambiente em sua totalidade e a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural.</p> <p>2- Sensibilizar e mobilizar os sujeitos para o manejo ou uso mais sustentável dos recursos locais.</p> <p>3- Assegurar o acesso justo e equitativo às informações relevantes sobre o uso de recursos ambientais na perspectiva da justiça ambiental</p>	Interdependência das diferentes dimensões da sustentabilidade (ecológica, ambiental, social, política e econômica)	1. A ação educativa permite a reflexão crítica das relações que se dão no espaço local / regional / global, nas suas diferentes dimensões.	9. A discussão sobre sustentabilidade inclui a compreensão sobre a importância da articulação entre diferentes esferas do estado.	<p>(0 a 2):</p> <p>0 = não ocorre;</p> <p>1 = ocorre pouco;</p> <p>2 = ocorre muito;</p> <p>NS = não sei.</p>
		Manejo e uso sustentável dos recursos naturais locais	2. O acesso e uso dos recursos locais / regionais / global estão na pauta do processo educativo assim como o fomento à participação ativa dos grupos sociais na melhoria do ambiente.	10. A discussão sobre sustentabilidade inclui a contínua reflexão sobre potencialidades, problemas e conflitos ambientais e suas causas considerando suas diferentes dimensões.	
		Redução das assimetrias ambientais (justiça ambiental)	3. A ação educativa favorece o acesso à informação relevante sobre a localização e fontes de riscos ambientais locais/regionais assim como sobre processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito.	11. Sensibiliza, mobiliza, problematiza a realidade, constrói conhecimento, gera projetos de pesquisa e estimula a tomada de atitudes individuais e ações coletivas no sentido da implementação de ações de conservação e uso sustentável do ambiente.	
				12. Reúne informações, em linguagem e meios acessíveis e disponibiliza-as promovendo discussões a cerca de temas relevantes do território: diferentes usos dos recursos naturais existentes, problemas e conflitos gerados, diferentes interesses envolvidos e os grupos organizados que participam desta discussão, etc.	
				13. As informações disponibilizadas subsidiam a reflexão sobre as desigualdades no acesso e uso dos recursos naturais locais / regionais.	

**Figura 5. Sujeitos Prioritários da Ação Educativa**

Dimensão de Análise	Objetivos Específicos	Sub-dimensões	Caminho p/ se chegar ao ..... indicador		Sugestão de pontuação
			Critério	Expl. de Indicador	
3. Sujeitos Prioritários da Ação Educativa	<p>As ações / processos educativos contribuem para:</p> <p>1- Envolver prioritariamente nessas ações sujeitos que se encontram em condições de subordinação e/ou de vulnerabilidade socioambiental, podendo o recorte ser a classe social e/ou outro atributo social que determina tal condição em contextos determinados: trabalhadores(as) rurais e urbanos(as), população indígena, migrantes, populações tradicionais, mulheres, negros(as), favelados(as), etc.</p> <p>2- Preparar os sujeitos para intervirem de modo qualificado e autônomo na sua realidade de modo a transformá-la.</p> <p>3- Buscar a equidade de gênero e de grupos étnicos locais e fomentar a participação de juventudes, em condições de vulnerabilidade socioambiental, no desenvolvimento dos processos educativos.</p>	<p>Grupos locais em condição de vulnerabilidade socioambiental.</p>	<p>1. A ação educativa prioriza os grupos sociais mais vulneráveis buscando a condição de igualdade na participação com os demais envolvidos.</p>	<p>14. Identifica e prioriza os grupos sociais mais vulneráveis socioambientalmente</p>	<p>- % "grupos sociais em condições de vulnerabilidade envolvidos</p> <p>- % de mulheres envolvidas</p> <p>- % de jovens envolvidos</p> <p>- % de representantes de população tradicional envolvidos</p> <p>(0 a 2):</p> <p>0 = não ocorre;</p> <p>1 = ocorre pouco; 2 = ocorre muito; NS = não sei.</p>
		<p>Equidade de gênero e étnica, participação das juventudes e populações tradicionais.</p>	<p>2. A ação educativa busca contemplar a equidade de gênero e a participação das juventudes e populações tradicionais.</p>	<p>15. Mulheres, população tradicional e jovens participam das ações educativas</p>	
		<p>Protagonismo, autonomia dos sujeitos envolvidos.</p>	<p>3. A ação educativa contribui para o protagonismo e autonomia dos sujeitos envolvidos buscando transformar sua realidade</p>	<p>16. Os sujeitos da ação educativa apresentam postura protagonista, autônoma em suas comunidades.</p>	

Figura 6. Territorialidades e Identidades

Dimensão de Análise	Objetivos Específicos	Sub-dimensões	Caminho p/ se chegar ao ----- indicador		Sugestão de pontuação
			Critério	Expl. de Indicador	
4. Territorialidades e Identidades	<p>As ações / processos educativos contribuem para:</p> <p>1- Promover espaços pedagógicos voltados para o reconhecimento da diversidade e da pluralidade cultural, valorizando os conhecimentos e práticas locais e tradicionais de uso sustentável e fomentando a reflexão crítica sobre valores interiorizados e impostos por culturas hegemônicas, desvelando a identidade local.</p> <p>2- Fomentar o diálogo articulado entre os saberes locais/ tradicionais e o conhecimento científico.</p> <p>3- Compreender a interdependência entre identidades, saberes e territórios e suas transformações.</p>	Reconhecimento e valorização das diferentes territorialidades e identidades	1. A ação educativa possibilita a identificação / expressão de práticas locais / tradicionais considerando as diferentes territorialidades e	17. Promove a valorização de conhecimentos e práticas locais / tradicionais de uso sustentável dos recursos naturais	<p>(0 a 2):</p> <p>0 = não ocorre;</p> <p>1 = ocorre pouco; 2 = ocorre muito; NS = não sei.</p>
		Diálogo entre saberes	2. A ação educativa fortalece a autoestima das comunidades locais a partir do reconhecimento de suas práticas e saberes	18. Valoriza a(s) história(s) dos grupos sociais participantes fortalecendo sua(s) identidade(s) e seus territórios	
			3. A ação educativa considera a legitimidade dos saberes locais / tradicionais e contribui para a construção de novos saberes a partir do diálogo articulado entre os diferentes saberes	19. Leva em conta o conhecimento local articulando saber local / tradicional e conhecimento científico.	

**Figura 7. Conservação da Biodiversidade**

Dimensão de Análise	Objetivos Específicos	Sub-dimensões	Caminho p/ se chegar ao ..... indicador		Sugestão de pontuação
			Critério	Expl. de Indicador	
5. Conservação da Biodiversidade	<p>As ações / processos educativos contribuem para:</p> <p>1- Formação de agentes públicos capazes de desenvolver estratégias sinérgicas de conservação nos territórios</p> <p>2- Qualificar a participação dos diferentes grupos sociais em sua capacidade de se organizar, planejar, pensar criticamente e de oferecer soluções próprias para seus problemas, riscos e/ou conflitos ambientais, bem como para a melhoria da qualidade de vida de todos.</p>	<p>Participação na construção e implementação de estratégias e instrumentos de gestão das áreas protegidas.</p>	<p>1. A ação educativa fortalece a participação dos atores envolvidos nas estratégias e instrumentos de gestão da UC, fortalecendo o alcance dos objetivos de conservação da biodiversidade no território.</p>	<p>20. As estratégias e instrumentos de gestão da UC (regimento interno, plano de manejo, plano de proteção, plano de uso dos recursos, etc.) subsidiam o processo educativo.</p> <p>21. A ação educativa qualifica o processo participativo na elaboração e implementação dos instrumentos de gestão</p>	<p>(0 a 2): 0 = não ocorre; 1 = ocorre pouco; 2 = ocorre muito; NS = não sei.</p>
			<p>2. A ação educativa promove atividades integradas de educação ambiental que colocam em pauta os principais desafios, ameaças e potencialidades para a conservação dos recursos naturais locais /regionais, incentivando a busca coletiva de soluções para os problemas / conflitos, bem como de propostas estimuladoras das potencialidades ambientais.</p>	<p>22. Promove a reflexão em grupo de problemas, conflitos ou potencialidades ambientais no contexto local, buscando a mobilização e o encaminhamento de propostas.</p>	
			<p>3. A ação educativa promove discussões e fomenta práticas sustentáveis no interior e/ou entorno das UCs.</p>	<p>23. Promove práticas que dialogam com o saber local/tradicional.</p> <p>24. Contribui para a melhoria das condições de vida e para a conservação da biodiversidade</p> <p>25. Agrega valor à produção local.</p>	

#### **4 – Desafios e Recomendações para Implementação**

A implementação de um sistema de monitoramento e avaliação que se proponha a medir e analisar a contribuição da educação ambiental na gestão pública da biodiversidade e a efetividade dos processos educativos para as transformações socioambientais dos territórios específicos, especialmente no que se refere à inclusão dos grupos em condição de maior vulnerabilidade socioambiental nos processos decisórios relativos à gestão da biodiversidade local, é a tarefa ousada e desafiadora que nos propusemos.

A estratégia de avaliação proposta abre o diálogo sobre possibilidades, apresentando instrumental teórico-metodológico com o objetivo de provocar os gestores e educadores a penetrarem neste caminho. No entanto, no decorrer de sua aplicação será necessário incluir estratégias avaliativas complementares, assim como o uso de outros indicadores (de cunho mais qualitativo e/ou quantitativo) além dos previstos, de forma a atender e se adequar às necessidades reais dos territórios abrangidos por cada UC.

A testagem da estratégia é condição para o seu aprimoramento permanente. Sua aplicação permitirá a análise crítica do ponto de vista metodológico e a inclusão de ajustes para seu uso em avaliações mais realistas. Os grupos sociais envolvidos na testagem podem também contribuir nesta análise, aportando uma diversidade de olhares sobre aspectos prioritários da gestão da biodiversidade que se deseja medir.

É importante que se internalizem processos de monitoramento e avaliação na instituição, considerando as definições acordadas nele como prioridades institucionais.

Para finalizar, assinalamos os processos de monitoramento e avaliação como um potente e privilegiado espaço de participação na gestão. Eles podem propiciar os sujeitos da ação educativa se coloquem também como sujeitos na gestão das unidades de conservação, caso sejam efetivamente envolvidos nesses processos.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARNSTEIN, S.R. **Uma escada da participação cidadã** . Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2,n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Relatório síntese: **Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento** , RJ, 2001.

HERMAN, G. COSTA, C. **Gestão Integrada de Áreas Protegidas: uma análise da efetividade de mosaicos** , WWF-Brasil, Brasília, 2015.

LOUREIRO, C.F.B., Azaziel, M., Franca, N. – **Educação Ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos** , Ibase, Instituto TerraAzul, Parque Nacional da Tijuca, RJ, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política** , – Coleção questões da nossa época; v. 39. Cortez, SP, 2012.

MARINELLI, C. E. - **De olho nas unidades de conservação: Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação da Amazônia Brasileira**, São Paulo, Instituto Socioambiental, 2011.

MATTOS, L.M.A. e LOUREIRO, C.F.B. – **Avaliação em educação ambiental: estudo de caso de um projeto em contexto de licenciamento**, Pesquisa em Educação Ambiental, vol.6, nº 2 – p. 33-43, 2011.

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação** , nº 5, Jan–Jun/2013, Brasília, DF, 2014.

MMA/ICMBio – **Materiais educativos da série Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação**, cadernos nº 1, 2, 3 e 5, Brasília, DF, 2015.

MMA/ICMBio, WWF-Brasil – **Educação Ambiental em Unidades de Conservação: ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade**. Brasília, DF, WWF-Brasil, 2016.

POCHO, C. - **Avaliação de programas governamentais de educação ambiental: um caso de empresa estatal da área de energia** . Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Coppe/UFRJ, 2011.

QUINTAS J.S. - **Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico** , DF, Brasília 2008. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacaoambiental/educacao\\_no\\_processo\\_de\\_gestao\\_ambiental\\_publica.pdf](http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacaoambiental/educacao_no_processo_de_gestao_ambiental_publica.pdf)

\_\_\_\_\_ - **Introdução à gestão ambiental pública** , Brasília, IBAMA, 2005.

\_\_\_\_\_ (Org.) – **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente** , Brasília, IBAMA, 2002.

\_\_\_\_\_ e GUALDA, M.J. A – **A Formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental** . IBAMA, Série Meio Ambiente em Debate I – Brasília, 1995.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente** . São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993, In BARBOSA, G. S. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável, Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.

SAQUET, M. **Os tempos e os territórios da colonização italiana. O desenvolvimento da colônia Silveira Martins** . Porto Alegre: EST Edições, 2003/2001 In SAQUET, Marcos, BRISKIEVICZ , Michele, Grupo de Estudos Territoriais – Unioeste, Campus de Francisco Beltrão (PR). *A Identidade como patrimônio no desenvolvimento territorial*, CNPQ, e Fundação Araucária (Edital Jovens Pesquisadores), 2006.

## **Qualidade da água de Poços Amazonas da comunidade Quilombola Porto Rolim de Moura do Guaporé, Amazonia Ocidental**

### **Calidad de agua pozos Amazonas quilombolas comunidad puerto Rolim de Moura Guaporé, Amazonía occidental**

### **Quality of water wells Amazon Quilombola community Port Rolim de Moura do Guaporé, Western Amazon**

Patrícia Conceição Amaral Pereira<sup>1</sup>, Universidade Federal de Rondônia,  
patricia.pereira@unir.br

Sandro de Vargas Schons<sup>2</sup>, Universidade Federal de Rondônia,  
sandroschons@unir.br

#### **Resumo**

O manancial subterrâneo é uma das mais importantes reservas para o suprimento de água. Na maioria das vezes, esta água não necessita de tratamento para o seu consumo, devido ao processo de filtragem natural do subsolo. A Comunidade Quilombola do município de Alta Floresta é abastecida por águas subterrâneas, utilizando-os para atividades diárias de limpezas, irrigação, e para consumo. Tendo em vista a significativa importância da água subterrânea como fonte de abastecimento e a sua possível contaminação por efluentes domésticos e industriais, principalmente em virtude da ausência de esgotamento sanitário, esta pesquisa objetiva verificar a qualidade da água de poços subterrâneos tipo Amazonas da comunidade Quilombolas do município de Alta Floresta do Oeste – Rondônia na Amazonia Ocidental, por meio de análises microbiológicas e físico-química. Foram selecionadas 12 pontos de amostragem. As análises microbiológicas foram realizadas a partir da quantificação de coliformes totais e *Escherichia coli*. Nas análises físico-químicas, determinou-se pH, turbidez, cloro residual livre e ferro. Os 12 poços analisados, apresentaram 100 % de presença de microrganismos do grupo coliformes totais e 58% de amostras contaminadas por *Escherichia coli*. Os parâmetros físicos-químicos não apresentaram significativas alterações, exceto o cloro residual livre que obteve ausência em todas as amostras. Conforme a Portaria 2914/11/MS, as águas dos poços analisados apresentam-se impróprias para consumo humano do ponto de vista microbiológico e físico-químico.

Palavras-chave: Quilombos, qualidade da água, Amazonia Ocidental.

#### **Resumen**

La fuente subterránea es una de las reservas más importantes para el suministro de agua. Muy a menudo, esta agua no necesita tratamiento para su consumo, debido al proceso de filtración subterránea natural. Comunidad quilombo del municipio de Alta Floresta es suministrada por las aguas subterráneas, su uso para las actividades diarias de limpieza, riego y consumo. Dada la gran importancia de las aguas subterráneas como fuente de alimentación y su posible contaminación por efluentes domésticos e industriales,

principalmente debido a la falta de saneamiento, la presente investigación tiene como objetivo comprobar la calidad del agua de los pozos subterráneos tipo Amazonas la comunidad Quilombo municipio de Alta Floresta do Oeste - Rondonia en la Amazonía occidental a través microbiológica y físico-química análisis. se seleccionaron doce puntos de muestreo. análisis microbiológicos se llevaron a cabo a partir de la cuantificación de coliformes totales y Escherichia coli. En el análisis físico-químico, se determinó pH, turbidez, cloro libre residual y hierro. Los doce pozos analizados, mostraron cien por ciento de presencia de microorganismos coliformes totales y cincuenta y ocho por ciento de las muestras contaminadas por Escherichia coli. Los parámetros físico-químicas no mostraron cambios significativos, excepto el cloro residual libre obtenido en ausencia todas las muestras. De acuerdo con la Ordenanza 2914/11 / análisis de MS de los pozos de aguas han de ser apto para el consumo humano y microbiológica punto de vista físico-químico.

Palabras clave: Quilombo, calidad del agua, Amazonia occidental.

### **Abstract**

The groundwater is one of the most important reserves for water supply. Most of the time, this water does not need treatment for its consumption, due to the process of natural filtration of the subsoil. The Quilombola Community of the municipality of Alta Floresta is supplied by underground water, using them for daily activities of cleaning, irrigation, and for consumption. Considering the significant importance of groundwater as a source of supply and its possible contamination by domestic and industrial effluents, mainly due to the absence of sanitary sewage, this research aims to verify the water quality of Amazonas underground wells of the community Quilombola do Municipality of Alta Floresta do Oeste - Rondônia in Western Amazonia, through microbiological and physicochemical analyzes. twelve sampling points were selected. Microbiological analyzes were carried out from the quantification of total coliforms and Escherichia coli. In the physicochemical analyzes, pH, turbidity, free residual chlorine and iron were determined. The twelve wells analyzed showed a hundred per cent presence of microorganisms of the total coliforms group and Fifty-eight percent of samples contaminated with Escherichia coli. The physical-chemical parameters did not present significant alterations, except the free residual chlorine that obtained absence in all the samples. According to Ordinance 2914/11 / MS, the waters of the analyzed wells are unfit for human consumption from a microbiological and physico-chemical point of view.

keywords: Quilombos, water quality, Western Amazonia.

### **1- Introdução**

A água é elemento essencial para o desenvolvimento e a manutenção da vida, mas somente 3% das reservas existentes em nosso planeta são constituídas de água doce. Desse total, apenas 0,3% pode ser aproveitado para consumo humano, sendo 0,01% de origem superficial (rios e lagos) e 0,29% subterráneas. Os mananciais restantes são constituídos por geleiras, vapor de água e lençóis existentes em grandes profundidades, o que torna inviável economicamente seu aproveitamento para o consumo das populações (BRASIL, 2007).

A utilização da água subterrânea é uma alternativa viável economicamente porque geralmente possui alta qualidade, não necessitando sofisticados tratamentos e ocorre em

extensas áreas. Poço amazonas é aquele com profundidade de até 20 metros, escavados manualmente e revestidos com tijolos ou anéis de concreto, onde captam o lençol freático.

Na instalação de um poço raso devem ser levadas em consideração algumas condições básicas como: boa posição do lençol freático; situação em pontos mais elevados do terreno; situar-se o mais distante possível e em direção oposta à de escoamentos subterrâneos provenientes de focos conhecidos ou prováveis de poluição (GARCEZ, 1974).

As águas, uma vez poluídas podem ser fontes de transmissão de diversas doenças, causadas por organismos patogênicos provenientes de fezes de humanos e animais (BRASIL, 2007). Por isso indicadores microbiológicos têm sido utilizados para verificar a existência de poluição fecal, sendo a bactéria *Escherichia coli* o microrganismo indicador de contaminação fecal mais utilizado no mundo (BARRELL et al., 2002).

Sendo assim, água subterrânea para que ela seja considerada potável, é necessária a realização de análises físico-químicas microbiológicas e, a fim de verificar se ela está dentro dos padrões de potabilidade para consumo humano estabelecidos nas normas vigentes no País (CELLIGOI, 1999).

As legislações no Brasil vigentes que tratam de potabilidade da água para consumo humano e de águas subterrâneas são, respectivamente, a Portaria nº 2914, de 12 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011) e a Resolução nº 396, de 3 de abril de 2008, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) (BRASIL, 2008).

Na zona rural e na periferia das cidades é comum para as famílias o uso de poços para suprir as necessidades de abastecimento de água. Em geral, estas famílias não contam com serviços de água tratada e coleta de esgotos. Os efluentes são lançados em fossas ou diretamente no ambiente. A Comunidade Quilombola do município de Alta Floresta conhecida como (comunidade Rolim de Moura do Guaporé) é abastecido por águas subterrâneas, onde muitas casas recebem água de poços em seus quintais utilizando-os para atividades diárias de limpezas, irrigação, e para consumo. Tendo em vista a significativa importância da água subterrânea como fonte de abastecimento e a sua possível contaminação por efluentes domésticos e industriais, principalmente em virtude da ausência de esgotamento sanitário, esta pesquisa objetiva verificar qualitativamente a qualidade da água de poços subterrâneos tipo Amazonas da comunidade Quilombolas do município de Alta Floresta do Oeste - RO, por meio de análises microbiológicas e físico-químicas.

## **2- DESENVOLVIMENTO**

### **2.1. Referencial Teórico**

#### **2.1.1 Caracterização da água subterrânea**

Conforme Natal e Nascimento (2004), o homem dispõe basicamente de dois recursos para o seu abastecimento de água: de superfície e a subterrânea. A água subterrânea é utilizada há milênios. Os historiadores registram o uso de poços profundos por Egípcios, Persas e Chineses, há cerca de 2.100 anos a. C.

O manancial subterrâneo é uma das mais importantes reservas para o suprimento de água. Na maioria das vezes, esta água não necessita de tratamento para o seu consumo,

devido ao processo de filtragem natural do subsolo. Fazem parte deste manancial: poços rasos e profundos, nascentes e galerias de infiltração. As camadas subterrâneas que podem conter água são chamadas de aquíferos, sendo formações geológicas com poros ou espaços abertos (fissuras ou fraturas) em seu interior (PHILIPPI, 2005).

As águas subterrâneas constituem recursos auto renováveis. Porém, por influência humana, ocorre um desequilíbrio ecológico, por causa da destruição da vegetação que afeta diretamente os regimes hidrográficos de rios e de fontes naturais. Muitas fontes naturais alimentadas por lençóis de água subterrâneos secam quando a água de infiltração é escassa, em consequência da destruição da cobertura vegetal, que antes possibilitava a retenção da água das chuvas (FELLENBERG, 1980).

Segundo Natal e Nascimento (2004), as principais vantagens da utilização de águas subterrâneas são:

- Baixo custo da construção de poços em relação ao custo das obras de captação das águas superficiais;
- Alternativa de abastecimento para pequenas e médias populações urbanas ou comunidades rurais;
- Geralmente são de boa qualidade ao consumo humano.

As águas subterrâneas são, na maioria das vezes, mais limpas que as superficiais, sendo que não necessitam do mesmo grau de tratamento para o consumo humano, pois os aquíferos estão protegidos por centenas de metros de rochas (GRAY, 1994).

### **2.1.2 Qualidade da água**

A preservação da qualidade da água é uma necessidade universal, que exige atenção por parte das autoridades sanitárias e consumidores em geral, particularmente no que se refere à água dos mananciais, como poços, minas, nascentes, lagos, entre outros, destinados ao consumo humano, visto que sua contaminação por excretas de origem humana e animal pode torná-las um veículo de transmissão de agentes de doenças infecciosas e parasitárias, os quais influenciam diretamente à saúde da população (AMARAL, 2003). Uma água de qualidade duvidosa pode ser responsável por causar, muitas vezes, problemas de infecções gastrointestinais. A necessidade de qualidade da água é o propósito primário para a proteção da saúde do homem e das populações (AMORIM et al., 2009).

De acordo com Branco (2001), a palavra potável significa água que se pode beber, ou seja, para ser ingerida ou para ser utilizada no preparo de alimentos e na higiene pessoal. A água não pode conter elementos que sejam prejudiciais à saúde, isto é, não pode conter substâncias tóxicas e nem organismos patogênicos. Por isso, a água de consumo humano precisa ser analisada, por meio de colheita de amostras e encaminhada a laboratórios especializados, onde serão feitos testes químicos e biológicos, visando observar se esta água está dentro dos padrões de qualidade estabelecidos.

### **2.1.3 Legislação para água potável**

A Portaria Nº 2914, de 12 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências (BRASIL, 2011).

A mesma legislação cita, no art. 3º, que toda água destinada ao consumo humano deve obedecer ao padrão de potabilidade e está sujeita à vigilância da qualidade da água. A Portaria mencionada utiliza as seguintes definições:

- Água potável: água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereça riscos à saúde.

- Solução alternativa de abastecimento de água para consumo humano: toda modalidade de abastecimento coletivo de água distinta do sistema de abastecimento de água, incluindo, entre outras, fonte, poço comunitário, distribuição por veículo transportador, instalações condominiais horizontal e vertical.

Ainda, a água potável deve estar em conformidade com o padrão microbiológico mostrado na figura 1.

Parâmetro	VMP <sup>(1)</sup>
Água para consumo humano <sup>(2)</sup>	
<i>Escherichia coli</i> ou coliformes termotolerantes <sup>(3)</sup>	Ausência em 100 mL
Água na saída do tratamento	
Coliformes totais	Ausência em 100 mL
Água tratada no sistema de distribuição (reservatórios e rede)	
<i>Escherichia coli</i> ou coliformes termotolerantes <sup>(3)</sup>	Ausência em 100 mL
Coliformes totais	Sistemas que analisam 40 ou mais amostras por mês: -Ausência em 100 mL em 95% das amostras examinadas no mês. Sistemas que analisam menos de 40 amostras por mês: -Apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo em 100 mL.

Notas: (1) valor máximo permitido.

(2) água para consumo humano em toda e qualquer situação, incluindo fontes individuais como poços, minas, nascentes, dentre outras.

(3) a detecção de *Escherichia coli* deve ser preferencialmente adotada.

Figura 1 – Padrão microbiológico de potabilidade da água para consumo humano.  
Fonte: Portaria Nº 2.914/2011, do Ministério da Saúde.

Além disso, deve estar em conformidade com o padrão físico-químico descrito a seguir: O pH da água deve ser mantido na faixa de 6,0 a 9,5 no sistema de distribuição. O valor máximo permitido para turbidez é de 1,0 UT (unidade turbidimétrica) para água subterrânea desinfetada e água filtrada após tratamento completo ou filtração direta, e 5,0 UT como padrão de aceitação para consumo humano. Para água resultante de filtração lenta, o valor máximo permitido é 2,0 UT. Para ferro, o valor máximo permitido é de 0,3 mg/L. Em qualquer ponto na rede de distribuição, a concentração mínima de cloro residual

livre é de 0,2 mg/L. O teor máximo é de 2,0 mg/L de cloro residual livre em qualquer ponto do sistema de abastecimento.

## 2.2 - METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado no distrito de Rolim de Moura do Guaporé (Figura 02), conhecido popularmente por Porto Rolim, município de Alta Floresta D'Oeste, RO, tendo como coordenadas S 13°05'17" e W 62°16'29". Alta Floresta D'Oeste possui uma área de unidade territorial de 7.067 km<sup>2</sup>, abriga uma população de aproximadamente 24 392 habitantes (IBGE, 2010).

A população do distrito de Rolim de Moura do Guaporé – RO vivem à margem do Rio Mequéns, um lugar isolado que só é possível chegar através de vias fluviais ou aéreas, está comunidade é denominada ribeirinha. Segundo a Fundação Cultural Palmares (2009), o distrito de Rolim de Moura do Guaporé, foi certificado em 20/01/2006 como comunidade quilombola.

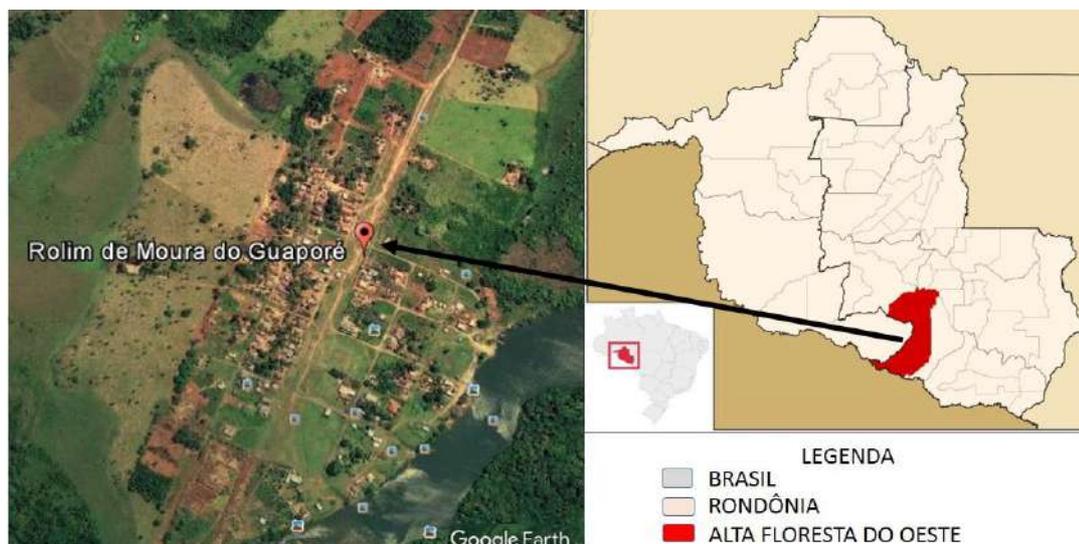


Figura 02 – Mapa de localização da área de estudo

### 2.2.1 Procedimentos de coleta

Realizou as coletas das amostras para análise microbiológica e físico-química de 12 poços tipo Amazonas, as características dos poços estão expressas na tabela 1. As amostras foram coletadas com auxílio de frasco plástico apropriado, luvas, algodão, álcool e caixa isolante térmica. Coletou-se as amostras junto à torneira acoplada a cada poço. Primeiramente, com auxílio de algodão, limpou-se a área externa da saída com etanol 70%. Abriu-se a torneira e deixou-se a água fluir por aproximadamente 2 a 3 minutos, para assim limpar a tubulação. Depois de transcorrido este tempo, reduziu-se o fluxo para a amostra coletada não respingar para fora do frasco de coleta. As amostras foram coletadas em recipientes esterilizados, que foram abertos somente no momento da coleta e na análise. Todas as amostras foram acondicionadas em recipientes térmicos a uma temperatura de aproximadamente 4°C e transportadas em um tempo máximo de 24 horas para a Unidade Móvel de Apoio ao Controle da Qualidade da Água Para Consumo Humano - UMCQA da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

Poços pesquisados	Profundidade	Usos
Poço 1	11	Lavagem de calçadas e para beber.
Poço 2	10	Consumo diário em banhos e lavagem de louças, calçadas, irrigação e para beber.
Poço 3	11	Consumo diário em banhos e lavagem de louças, calçadas, irrigação e para beber.
Poço 4	8	Consumo diário em banhos e lavagem de louças, calçadas, irrigação e para beber.
Poço 5	11	Consumo diário em banhos e lavagem de louças, calçadas, irrigação e para beber.
Poço 6	10	Consumo diário em banhos e lavagem de louças, calçadas, irrigação e para beber.
Poço 7	12	Consumo diário em banhos e lavagem de louças, calçadas, irrigação e para beber.
Poço 8	09	Consumo diário em banhos e lavagem de louças, calçadas, irrigação e para beber.
Poço 9	11	Consumo diário em banhos e lavagem de louças, calçadas, irrigação e para beber.
		Consumo diário em banhos e lavagem de

Poço 10	08	louças, calçadas, irrigação e para beber.
Poço 11	09	Consumo diário em banhos e lavagem de louças, calçadas, irrigação e para beber.
Poço 12	11	Consumo diário em banhos e lavagem de louças, calçadas, irrigação e para beber.

Tabela 1- Características dos Poços

### 2.2.2 Análise Microbiológica

As análises microbiológicas foram realizadas a partir da quantificação de coliformes totais e *Escherichia coli*, sendo utilizando o substrato cromogênico (Colilert®). O mesmo foi adicionado ao frasco contendo 100 ml de amostra e foi homogeneizado. Após, foram incubadas em estufa bacteriológica na temperatura de 35°C por um período de 24 horas. A leitura dos resultados foi considerada positiva para coliformes totais quando evidenciado a coloração amarela, provocada pela presença da enzima  $\beta$ -galactosidase ao metabolizar o nutriente ONPG (orto-nitrofenil- $\beta$ -D-galactopiranosídeo), após o período de incubação. Com o auxílio de uma lâmpada ultravioleta (115 volts, 6hz, 20 incidida sobre o frasco, foi evidenciado resultado positivo para *E. coli*, quando apresentada fluorescência, causada pela atividade da enzima  $\beta$ -glucuronidase para metabolizar o substrato fluorogênico MUG (4-metilumbeliferil- $\beta$ -D-glicuronídeo) (SILVA et al., 2005).

### 2.2.3 Análise físico-químicas

Nas análises físico-químicas, determinou-se pH, turbidez, cloro residual livre e ferro. Utilizou-se os seguintes métodos para as análises físico-químicas: potenciometria para determinação de pH, nefelometria para determinação de turbidez, espectrofotometria para determinação de cloro residual livre e eletrodo de íon seletivo para determinação de ferro, de acordo com a referência Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (2005).

## 3. RESULTADOS E DISCURSÕES

Os resultados analíticos das amostras estão representados na Tabela 02, para análise microbiológica. Percebe-se que dos 12 poços analisados apresentaram 100 % de presença de microrganismos do grupo coliformes totais.

Poços pesquisados	Coliformes Totais	Coliformes fecais
Poço 1	Presença	Presença
Poço 2	Presença	Presença
Poço 3	Presença	Presença
Poço 4	Presença	Ausência
Poço 5	Presença	Ausência
Poço 6	Presença	Presença
Poço 7	Presença	Presença
Poço 8	Presença	Ausência
Poço 9	Presença	Ausência
Poço 10	Presença	Ausência
Poço 11	Presença	Presença
Poço 12	Presença	Presença

Tabela 02 – Resultados das análises Microbiológicas

Na figura 02 demonstra a amostra com alteração de cor, provocada pela metabolização do nutriente gerando uma coloração amarela forte, indicando a presença de coliformes totais.



Figura 02 – Amostra contaminada por Coliformes Totais

Das 12 amostras analisadas, 7 apresentaram coliformes fecais, correspondendo a 58% de amostras contaminadas por *Escherichia coli*, na figura 03 demonstra resultado positivo para *E. Coli*, apresentando fluorescência.

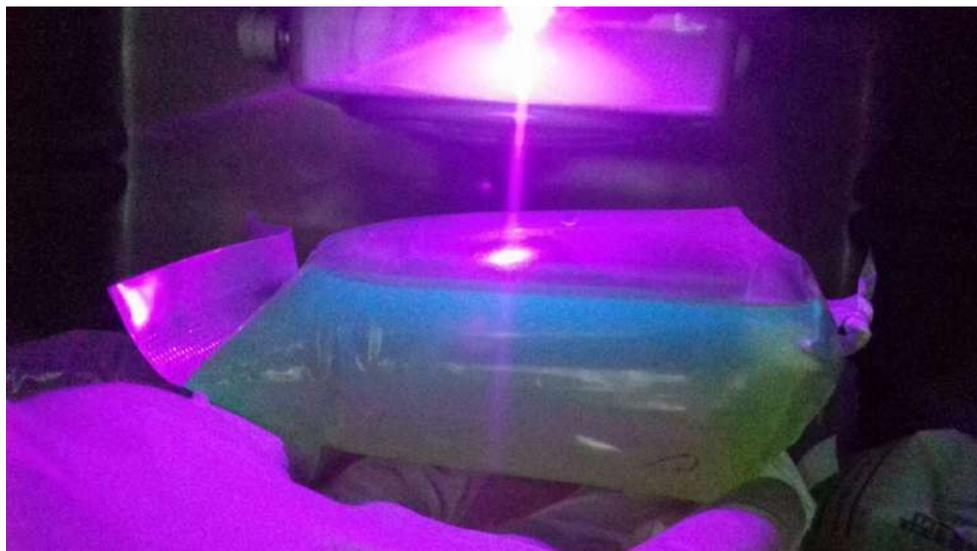


Figura 03 - Resultado positivo para *E. Coli*.

A presença de contaminação pode estar relacionada com a falta de uma limpeza eficiente dos poços e a exposição dos mesmos ao ambiente externo, o que pode alterar a qualidade da água. A aproximação dos poços aos depósitos de lixo domésticos e das fossas domiciliares, podem estar contribuindo para este índice aumente cada vez mais.

Resultados semelhantes foram obtidos por Colvara et al (2009) que obteve de 20 amostras de água de poços artesianos coletadas no Sul do RS, 100% contaminadas por coliformes totais e 70% por coliformes fecais. Semelhantes a estes resultados, Gerber et al (2009) obteve valores que variaram de zero a 780 NMP/100 mL para coliformes totais em dez amostras avaliadas.

Conforme Moura et al (2009), a ausência da contaminação fecal pode estar associada à característica do solo, à profundidade dos poços e ao desnível do terreno.

O alto índice de coliformes fecais encontrados nas amostras alerta não só para tornar a água imprópria para o consumo humano, mas também, como os riscos de transmissão de doenças de veiculação hídrica que ela pode causar.

Os resultados das análises físico – química estão expressos na tabela 03.

POÇO	PH	TURBIDEZ	CLORO RESIDUAL LIVRE	FERRO
01	5,7	1,89 UT <sup>1</sup>	NC <sup>2</sup>	0,1 mg/L <sup>3</sup>

02	5,4	0,87 UT	NC	0,0 mg/l
03	5,2	0,87 UT	NC	0,0 mg/l
04	5,5	3,19 UT	NC	0,1 mg/l
05	5,4	0,83 UT	NC	0,1 mg/l
06	5,0	0,52 UT	NC	0,0 mg/l
07	4,6	1,28 UT	NC	0,0 mg/l
08	4,9	0,95 UT	NC	0,0 mg/l
09	5,1	0,88 UT	NC	0,1 mg/l
10	5,4	1,16 UT	NC	0,0 mg/l
11	5,6	1,86 UT	NC	0,1 mg/l
12	4,9	0,95 UT	NC	0,1 mg/l

Notas:

<sup>1</sup> unidades turbidimétricas

<sup>2</sup> não consta

<sup>3</sup> miligramas por litro.

Tabela 03 – Resultados das análises físico-químicas

O pH das amostras variou entre 4,6 a 5,7 apresentando resultados abaixo do recomendado pela legislação vigente, que preconiza a faixa de 6,0 a 9,5. Conforme Moura et al (2009), o pH das águas de poços geralmente varia de 5,5 a 8,5.

A turbidez indica a presença de sólidos suspensos na água, que atuam diminuindo a sua transparência. Para água de poço, a legislação admite como máximo o valor de 1,0 UT. Observa-se que todos os poços atendem a esse parâmetro, com exceção do número 04 que apresentou 3,19 UT. Houveram pequenas variações no parâmetro de turbidez.

As amostras coletadas nos 12 poços apresentaram ausência de cloro residual livre, indicando que não há sistema de cloração na água, ou necessita de ajustes. A legislação apresenta claramente a necessidade de cloração da água. Conforme Noll et al (2000), a desinfecção é um processo seletivo, que nem sempre elimina todos os patogênicos, mas que deve assegurar a potabilidade de uma água, já para os teores de ferro, apresentaram resultados todos dentro da legislação vigente, não ultrapassando o valor máximo permitido de 0,3 mg/l.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a Portaria 2914/11/MS, parte das águas dos poços analisados localizados na comunidade Quilombola de Porto Rolim de Moura do Guaporé, apresentam-se impróprias para consumo humano do ponto de vista microbiológico e físico-químico. Uma vez que foi evidenciado elevado nível de contaminação bacteriana e cerca de 50% das amostras apresentaram os parâmetros físico-químicos fora dos padrões de potabilidade, indicando não conformidades. A qualidade microbiológica da água subterrânea da

comunidade Quilombola está diretamente relacionada à falta de esgotamento sanitário, considerando que as águas provenientes de poços são a única fonte de abastecimento para a população dessa comunidade, verifica-se a necessidade de tratamento da água de consumo utilizando os cloradores, sendo fundamental para controle dos coliformes totais, encontrados em 100% das amostras e conseqüentemente na prevenção da transmissão de doenças de veiculação hídrica e, por conseguinte na garantia da potabilidade das águas subterrâneas.

## REFERÊNCIAS

A.P.H.A. Standard methods for the examination of water and wastewater. 21. ed. Washington: Apha/wef/awwa, 2005.

AMARAL, Luiz A.; FILHO, Antônio N.; JÚNIOR, Oswaldo D. R.; FERREIRA, Fernanda L. A.; BARROS, Ludmilla S. S. Água de consumo humano como fator de risco à saúde em propriedades rurais. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, n. 4, ago. 2003. Disponível em: Acesso em: 23 set. 2016.

AMORIM, Miriam C. C. de; PORTO Everaldo. R.; MATOS Ana N. B. Conformidade de Padrões Microbiológicos de Água para Consumo Humano de uma Solução Alternativa de Abastecimento em Atalho, Petrolina, PE. **7º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva**, Pernambuco, 2009, p. 1-3. Disponível em: Acesso em: 12 de set. 2016.

BRASIL. Portaria nº 2914 de 12 de dezembro de 2011. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Resolução nº 396 de 3 de abril de 2008. Brasília: Conselho Nacional do Meio Ambiente, 2008.

BRANCO, Samuel M. Água: origem, uso e preservação. São Paulo: Moderna, 2001.

COLLARES, Gilberto L. Avaliação da B D U – Biblio t e c a Digit al d a U N I V A T E S ( h t t p:// w w w.u n i v a t e s. b r / b d u ) qualidade da água de propriedades rurais com sistema de produção de leite. XVII CIC, XI Enpos I Mostra Científica, 2009.

COLVARA, Júlia G.; LIMA, Andréia. S. de; SILVA, Wladimir P. da. Avaliação da contaminação de água subterrânea em poços artesianos no sul do Rio Grande do Sul. **Brazil Journal of Food Technol.**, II SSA, Jan, 2009.

FELLENBERG, Gunter. Introdução aos problemas da poluição ambiental. Tradução Juergen Henrich Maar. São Paulo: Springer, 1980.

GERBER, Andrea C.; RICORDI, Vanessa G.; MILANI, Idel C. B.; NEBEL, Álvaro L. C.; TAVARES, Vitor. E.; SUZUKI, Luis E. A. S.; 2009

Fundação Cultural Palmares – Ministério da Cultura. Certidões atualizadas em Rondônia. Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD\\_CHAVE=86](http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=86). Acesso em: 20 de out. 2016.

GARCEZ, L. NOGUEIRA, Elementos de Engenharia Hidráulica e Sanitária. São Paulo Editora Edgard Blucher Ltda. 2º edição, 1974.

GRAY, N. F. Calidad del agua potable: problemas y soluciones. Zaragoza: Acribia, 1994.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 03 de out. 2016.

MOURA, Marisa H. G. BUENO, R. M.; MILANI, Idel C. B.; COLLARES, G. L. Análise das águas dos poços artesianos do campus CAVG - UFPEL. 2ª Mostra de Trabalhos de Tecnologia Ambiental. Rio Grande do Sul: Pelotas, 2009.

NATAL, Lílian; NASCIMENTO, Renata. Águas subterrâneas: conceitos e controvérsias. Boletim Mídia Ambiente. São Paulo, ano II, n. 6, out/nov 2004.

NOLL, Ricardo; OLIVEIRA, Ivan L.; PESCADOR, Joelson. Avaliação de dois métodos concorrentes usado na determinação do cloro em água tratada. XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental. Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2000.

PHILLIPPI, Jr. A. Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Barueri, 2005.

SILVA, Rita de C. A. da; ARAÚJO, Tânia M. de. Qualidade da água do manancial subterrâneo em áreas urbanas de Feira de Santana, BA. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 2-4, 2003.

## **Quando a água vira terra na lógica do capital: o DF e Entorno tensionando o bioma cerrado ou "Quando a água assume valor de troca na lógica do capital: o DF e Entorno tensionando o bioma cerrado"**

Perci Coelho de Souza, LOCUSS-UnB, percicoelho@gmail.com;  
Maria Helena Rauta Ramos, LOCUSS-UnB, rauta.ramos@gmail.com;

Questão Agrária e Urbana, Terra e Território

### **Resumo**

O presente artigo articula elementos da teoria social crítica de Marx sobre a renda da terra para entender, de um lado, a política urbana subsumindo a política agrária na região centro-oeste, e de outro, a degradação do cerrado como “caixa d’água do Brasil”. A teoria da renda da terra torna-se um ponto de partida fecundo para atualizar o debate sobre o hidronegócio nesse bioma numa perspectiva histórico-estrutural tendo como foco de estudo o papel do Distrito Federal e Entorno nesse processo. Admite-se que a consolidação do projeto socioeconômico e cultural que se efetivou na transferência da capital para a região centro-oeste, tornou-se um diferencial singular preponderante para o momento atual de acumulação do capital que tende a consorciar o capital imobiliário com o agronegócio resultando no agravamento dos tensionamentos socioambientais e da luta pela terra urbano e rural nessa região.

Num primeiro momento o estudo sistematiza argumentos que revitalizam a teoria clássica marxista para definir a renda da terra e sua fecundidade ainda válida para os dias de hoje. Por meio do método do materialismo histórico-dialético o artigo desnuda o fetichismo da propriedade da terra revelando a questão fundiária como indispensável para reequacionar nos dias de hoje a relação entre a questão socioambiental e a dinâmica urbana e rural. Num segundo momento, com o amparo da sociologia urbana crítica neomarxista francesa (Lefebvre, Lojkin entre outros) são organizadas as categorias essenciais para se analisar o papel que a política urbana exerce na contemporaneidade. Assim a conversão analítica da água não mais como objeto em si, mas para si a partir da mediação sociohistórica da terra, o artigo busca explicar o processo de valorização e acumulação do capital a partir da transferência da capital. Por último são analisados elementos singulares dessa subsunção na chamada crise hídrica do DF e Entorno ao capital fundiário na sua tripla face ambiental-rural-urbano de segregação socioespacial.

Em conclusão, considerando seus principais argumentos de resultados parciais de pesquisa, o artigo se propõe a explicitar as principais tendências sociohistóricas de acirramento da luta de classes manifestas nas problemáticas socioambientais nessa região, em especial, a do hidronegócio nas suas variadas manifestações (águas urbanas, águas sertanejas, águas amazônicas) como manifestações da questão socioambiental. O artigo visa conduzir a críticas do ponto de vista social a serem feitas ao modelo fundiário na região que subordina ao capital o acesso à água nas suas múltiplas modalidades. Nesse sentido conclui-se que a água tende a ficar cada vez mais restrita do ponto de vista de seu valor de uso para converter-se, cada vez mais, e definitivamente aos olhos do capital, em apenas uma manifestação do valor de troca. Isto é, tornanço-a uma mercadoria.

Palavras-chave: Questão socioambiental, Crise Hídrica, DF e Entorno, Política Urbana, bioma cerrado.

## **Cuando el agua se convierte la tierra en la lógica del capital: el Distrito Federal y Alrededores tensar el bioma cerrado**

### **Resumen**

Este artículo reúne elementos de la teoría social crítica de Marx sobre la renta de la tierra para entender, por un lado, la política urbana subsumido la política agraria en el medio oeste y por el otro, la degradación del Cerrado como "depósito de agua de Brasil". La teoría de la renta se convierte en un fructífero punto de partida para actualizar el debate sobre hidro en este bioma en una perspectiva histórico-estructural tomando como un estudio centrado en el papel del Distrito Federal y el entorno este proceso. Se supone que la consolidación del proyecto socio-económico y cultural que fue eficaz en la transferencia de capital al centro del país, se ha convertido en un diferencial singular que lleva a la situación actual de acumulación de capital que tiende a consorte de capital inmobiliario con la agroindustria lo que resulta en un empeoramiento de socioambientais tensiones y la lucha por la tierra urbana y rural en esta región.

Inicialmente los argumentos de estudio sistematizado que revitalizan la teoría marxista clásica para definir la renta de la tierra y su fertilidad sigue siendo válida en la actualidad. A través del método del materialismo artículo desnuda fetichismo propiedad de la tierra histórico y dialéctico que revela la cuestión de la tierra es indispensable para replantear estos días la relación entre las cuestiones sociales y medioambientales y las dinámicas urbanas y rurales. En segundo lugar, con el apoyo de la población urbana neomarxista francesa sociología crítico (Lefebvre, Lojkin entre otros) están dispuestos categorías esenciales para examinar el papel que la política urbana tiene hoy en día. Por lo tanto la conversión de análisis no como un objeto en sí el agua, pero en sí mismo de la mediación socio-histórica de la tierra, el artículo trata de explicar el proceso de recuperación y acumulación de capital desde el traslado de la capital. Por último, se analizan los elementos de singulares subsunção llamada crisis del agua en el Distrito Federal y sus alrededores para el capital tierra en su rostro rural-urbana de tres ambiental de segregación socio-espacial.

En conclusión, teniendo en cuenta sus principales argumentos de los resultados de búsqueda parciales, el artículo tiene por objeto aclarar las principales tendencias socio-históricas de la intensificación de la lucha de clases se manifiestan en temas ambientales en la región, en particular la hidroeléctrica en sus diversas manifestaciones (agua urbana, fuera de pista riega aguas amazónicas) como manifestaciones de la cuestión social y ambiental. En este artículo se pretende dar lugar a la crítica desde el punto de vista social que deben introducirse en el modelo de la tierra en la región subordinada al acceso de capital al agua en sus múltiples formas. En este sentido, se concluye que el agua tiende a ser cada vez más restringido desde el punto de vista de su valor de uso a ser más y más, y sin duda la capital de los ojos en tan sólo una manifestación del valor de cambio. Es decir, tornanco a una mercancía.

**Palabras clave:** cuestión ambiental, Hydro crisis, Distrito Federal y sus alrededores, Urbano, cerrado.

## **Lorsque l'eau se terre dans la logique du capital: le District fédéral des environs crisper cerrado biome**

### **Résumé ou Abstract**

Cet article rassemble les éléments de la théorie sociale critique de Marx sur la location de terres à comprendre d'une part, la politique urbaine subsumé politique agraire dans le Midwest et de l'autre, la dégradation du Cerrado comme « réservoir d'eau du Brésil ». La théorie de la rente devient un point de départ fructueux pour mettre à jour le débat sur l'hydroélectricité dans ce biome dans une perspective historique structurelle prenant comme étude a porté sur le rôle du District fédéral et Entono ce processus. On suppose que la consolidation du projet socio-économique et culturel qui a été efficace dans le transfert du capital vers le Midwest, est devenu un différentiel de premier plan singulier à l'état actuel de l'accumulation du capital qui tend à consort capital immobilier avec l'agro-industrie entraînant une aggravation des tensions socioambintais et la lutte pour la terre urbaine et rurale dans cette région.

Dans un premier temps les arguments d'étude systématisée qui revitalisent la théorie classique marxiste pour définir le loyer de la terre et sa fertilité reste valable à ce jour. Grâce à la méthode du matérialisme historique et dialectique Article nu propriété de fétichisme des terres révélant la question foncière indispensable de repenser ces jours-ci la relation entre les questions sociales et environnementales et les dynamiques urbaines et rurales. En second lieu, avec le soutien du français néomarxistes urbain sociolgia critique (Lefebvre, Lojkin entre autres) sont disposées catégories essentielles à examiner le rôle que la politique urbaine a de nos jours. Ainsi, la conversion d'analyse non pas comme une eau objet lui-même, mais sur lui-même de la médiation socio-historique de la terre, l'article cherche à expliquer le processus de récupération et de l'accumulation du capital du transfert de la capitale. Enfin sont analysés les éléments de la crise de l'eau appelée subsunção dans le District fédéral et les régions avoisinantes à la terre capitale dans sa face rurale-urbaine trois environnementale de la ségrégation socio-spatiale.

En conclusion, compte tenu de ses principaux arguments des résultats de recherche partielle, l'article vise à clarifier les principales tendances socio-historiques de l'intensification de la lutte des classes manifestes sur les questions environnementales dans la région, en particulier l'hydroélectricité dans ses diverses manifestations (eaux urbaines, l'arrière-pays eaux eaux amazoniennes) comme des manifestations de problème social et environnemental. Cet article vise à susciter des critiques du point de vue social à apporter au modèle des terres dans la région subordonnée à l'accès aux capitaux à l'eau sous toutes ses formes. Dans ce sens, il est conclu que l'eau tend à devenir de plus en plus restreint du point de vue de sa valeur d'utilité pour devenir de plus en plus, et certainement la capitale des yeux en seulement une manifestation de la valeur d'échange. Autrement dit, tornanco à un produit.

**Mots-clés ou keywords:** question environnementale, Hydro crise, District fédéral et les environs, Urban, cerrado.

## INTRODUÇÃO

A teoria social crítica de Marx sobre a renda da terra pode contribuir para explicar a política urbana e a subsunção da política agrária. E nessa direção compreender a degradação do cerrado existente na região centrooeste, enquanto componente essencial da “caixa d’água do Brasil”.

Desse modo, a teoria da renda da terra serve como ponto de partida para intervir no debate crítico do hidronegócio tomando o estudo da posição do Distrito Federal e Entono nesse processo.

A transferência da capital do Brasil para a região centrooeste tornou-se um diferencial preponderante no processo de acumulação do capital, quando permitiu consorciar os recursos imobiliários com o agronegócio ao possibilitar a comunicação, o interâmbio e o comércio de mercadorias com todo o território nacional e internacional inclusive em tempo real com a implantação de condições gerais da produção capitalista (meios de comunicação e transporte), dentro da inovação permitida pela revolução internacional (LOJKINE, 1995). O que resulta no agravamento dos tensionamentos socioambientais e da luta pela terra urbana e rural nessa região.

### **I - ELEMENTOS DA TEORIA DA RENDA DA TERRA E SUA FECUNDIDADE PARA EXPLICAÇÃO DE DILEMAS ATUAIS.**

O materialismo histórico-dialético, desde sua original formulação como método para análise da realidade social, foi central para Marx e Engels no Séc. XIX, mas sua apropriação torna-se cada vez mais necessária para entendermos e intervirmos como sujeitos da história também nos dias de hoje. Tomaremos como ponto de partida fundamental de nossa perspectiva de análise da questão socioambiental relacionada às questões urbana e rural, a contribuição seminal de Marx no sentido de desnudar o fetichismo até hoje aí existente, mesmo que certas correntes de pensamento (que Marx chamava de economia vulgar!) tendem a desarticular estrutural e historicamente como três dinâmicas autônomas. Isto é, partiremos da crítica já presentes nos estudos da teoria social crítica marxiana, para expor aquela tendência teórica que explica a propriedade da terra não a partir de si mesma, como se pudesse ser abstraída das relações sociais, mas determinada por elas, e não enquanto ela em si mesma geradora de renda.

Para Marx, a renda da terra jamais pode ser entendida descolada de uma totalidade contraditória, que engloba de um lado, o processo de acumulação do capital e de outro, o processo de luta e resistência das classes trabalhadoras historicamente identificadas. Interessa-nos, neste primeiro ponto, revelar como as teses originais marxianas podem fecundam o debate teórico na interpretação do tempo presente. Essa riqueza teórica não se apagou no tempo, tornou-se uma abordagem que nos auxilia a explicar a questão fundiária (só compreensível quando se leva em conta o valor da renda da terra) enquanto fundamento indispensável para equacionar a relação entre a questão socioambiental e a dinâmica de subsunção entre o urbano e o rural.

Pensemos, por exemplo, no debate que está na ordem do dia, que procura avaliar o impacto socioambiental do novo código florestal brasileiro<sup>1</sup>. Artigos críticos sobre esta questão na atualidade não aceitam mais análises fragmentadas que isolam e dissociam o impacto socioambiental dessa expressão datada do Estado brasileiro, na sua dimensão puramente normativa. Tampouco refutam as

<sup>1</sup> O chamado Novo Código Florestal, trata, na verdade, da Lei de Proteção da Vegetação Nativa, (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, oriunda do Projeto de Lei nº 1.876/99). Esta Lei revoga o Código Florestal Brasileiro de 1965. Esse “novo código” além de não resolver os problemas de atualização do código anterior cria mais problemas do que soluções normativas para o crescente agravamento da questão socioambiental. Se caracteriza por favorecer os interesses do grande capital, sobretudo agrário, em fortalecer o modelo de desenvolvimento agroexportador de graos com baixa incorporação de trabalho agregado. Esse novo código de 2012, não só se tornou peça-chave do ponto de vista da produção agrícola domante, tornou-se uma regulamentação que elevou a potencia a estratégia que já vinha se configurando desde os anos 1970 de aceleração na expansão da fronteira agrícola moderna por sobre o bioma cerrado. Denomina-se fronteira agrícola grandes áreas de monoculturas intensivas em capital e tecnologia, em substituição à vegetação original em oposição às culturas tradicionais (praticadas por campesinos e/ou agricultores familiares) e as áreas de pastagens extensivas.

análises interessadas em desvendar o impacto dessa nova regulamentação das florestas desassociadas da orientação política desse padrão normativo determinada pela adoção do modelo de desenvolvimento capitalista. Muito menos, pode-se considerar uma análise séria sobre essa **nova Lei** de intervenção nas florestas descolada de referências sobre a complexa relação entre a dimensão da ação humana em sentido ontológico sobre o conjunto dos biomas brasileiros, na sua potencialidade inserida dentro da biodiversidade planetária, a qual por sua vez se relaciona à política agrícola implementada pelo grande capital associada à política fundiária.

Portanto, se há um consenso na literatura crítica, este se encontra localizado justamente em não mais se satisfazer com análises realizadas em unidades desarticuladas do ponto de vista empírico e teórico, pois integram complexos cada vez mais articulados e sobredeterminados do conhecimento científico. Novas reflexões exigem uma abordagem que ultrapassem unidades disciplinares do pensamento. As disciplinas interessam, não à ciência, mas exclusivamente às corporações profissionais na defesa do mercado de trabalho. Portanto, as abordagens mais competentes são aquelas que se orientam por metanarrativas oriundas da articulação de diferentes fontes do pensamento científico, e que adotam uma perspectiva de totalidade, denominadas por algumas de abordagens “holísticas”, consideradas para outros “transdisciplinares”, e para os autores deste artigo constituem-se de fato em abordagens na perspectiva de abarcar a totalidade social, uma unidade contraditória, centrada nos fundamentos das relações ontológicas do ser social, e no caso das relações sociais capitalistas explicadas pela teoria do valor trabalho, eixo que norteia os três tomos da obra magna de Marx, *O Capital*.

Refutamos o modo de pensar unilateral, visto que adotamos o ponto de vista cuja origem se lastreia nos fundamentos do pensamento de Marx, na apreensão da realidade, seja ela ambiental, econômica, política, cultural ou social.

A fecundidade do pensamento clássico marxista pode ser observado quando, se pesquisa o urbano usando a categoria renda da terra<sup>2</sup>, num movimento de sucessivas aproximações que resulta ao mesmo tempo num conjunto relativamente amplo de sistematizações teóricas<sup>3</sup> e elaborações concretas relativas a um determinado contexto social e histórico. Por conseguinte constitui um construto teórico denso mas que particulariza problemáticas específicas que, embora localizadas num determinado tempo e espaço territorial, sua análise ultrapassa o momento histórico vivido, fazendo uma remissão ao passado mas alimentado por projetos futuros os quais indicam os caminhos a serem perseguidos para a ultrapassagem dos problemas atuais e construção de uma nova sociedade, orientado pelo postulado da emancipação humana.

Por esse motivo, o repositório de categorias de análise marxianas captura, com eficiência e eficácia analítica, a realidade social. A análise de Marx esclarece os fundamentos na própria definição do capital, de forma original e antecipatória pois previu sua destinação internacional, a partir da criação do mercado mundial, trazendo à tona características intrínsecas, próprias de sua vocação de domínio enquanto modo de produção transnacional. Trata-se de uma análise do capital como relação social inexoravelmente antagonista entre trabalho e capital, que cria uma estrutura político social à sua imagem e semelhança, produzindo manifestações políticas essenciais que configuram o novíssimo Estado burguês.

---

<sup>2</sup> Distinguímos, para efeito desta análise sobre o conceito de renda da terra, as concepções originais de Marx e Engels (marxianas) das demais derivações de outros intérpretes do pensamento marxista. Em especial destacamos: Mandell, Lenin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Kautsky e Paul Sweezy.

<sup>3</sup> Uma leitura sistêmica não reducionista de Marx vai perceber que, embora se encontre no livro terceiro de *O Capital* a gênese marxiana da renda da terra, não podemos desconsiderar elementos importantes de sua teoria a respeito sistematizadas em *Teorias da Mais Valia*, reflexões úteis também em quase todos os trabalhos de Marx, inclusive em seus escritos de natureza filosófica, tais como *A Miséria da Filosofia*, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. O mesmo ocorre nos *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*. Até nas cartas de Marx endereçadas a Engels encontraremos importantes extratos de seus pensamentos acerca da renda da terra (Confira em )

Eis dentro da perspectiva de totalidade de Marx o lugar que a renda da terra ocupa na sua teoria social:

Não se compreende a renda da terra sem o capital, entretanto compreende-se o capital sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final a ser desenvolvido antes da propriedade da terra" (MARX, 1978 p.122).

O que distingue essencialmente Marx de todos os economistas burgueses e principalmente do pensamento da época da economia política clássica é justamente a concepção de capital. Para Marx capital não é coisa, ao contrário, o capital constitui um tipo muito específico e histórico de relação social. Portanto, é pela mediação historicamente determinada, saturada de uma dinâmica relacional de sujeitos históricos em luta, que se explica e se compreende a renda da terra. E mais, "Capital é potência". Quer dizer que o porvir do capital (portanto, da relação capital/trabalho) determina os sentidos históricos de todas as coisas, inclusive o porvir da terra sob seu domínio.

Para Marx a renda da terra só pode ser inteligível do ponto de vista da teoria do valor trabalho. Somente a partir dessa relação social que a terra torna-se uma terra historicamente definida numa sociedade capitalista. Expressa-se, sob a ação da incorporação do trabalho não pago, como fonte de valor realizada necessariamente pelas mediações de um tipo especial de relações sociais. Que relações sociais são essas? As relações sociais sobredeterminadas pela ordem do capital.

Então, não é a propriedade em si da terra que gera a renda, mas a propriedade para si na ordem da relação social tipicamente capitalista, que não é estática, mas dinâmica em movimento tensionado e tangido ao ritmo das lutas entre capital e trabalho. Daí porque Marx consegue partir das teorias do valor-trabalho da renda da terra de Ricardo, mas a ultrapassa quando faz a distinção entre renda diferencial da renda e renda absoluta da terra. Concordando com a teoria ricardina da renda diferencial, faz uma diferenciação entre renda diferencial I e II (RD1 e RD2) na complementação dessa teoria<sup>4</sup>.

Mas Marx, afastando-se de Ricardo, demonstra que a renda absoluta guarda relação com a dinâmica do valor trabalho, influenciando na fixação do preço da mercadoria aí produzida e no lucro extraído da terra. Ou seja, a renda absoluta, negada por Ricardo, tende a ser preponderante e a subsumir outras formas de renda da terra. Essas rendas diferenciais são formas históricas bem determinadas, porém restritas por definição na medida em que se referem à esfera da agricultura. Mas não ocorre o mesmo com a renda absoluta, que provém, segundo ele, do próprio movimento do modo de produção capitalista, considerando a economia como um todo, abrangendo todos os seus setores.

Para desenvolver o conceito de renda absoluta da terra, Marx questiona a tese fundamental de Ricardo de que a renda sempre se caracteriza como diferencial visto não poder uma porção de terra homogênea isoladamente gerar uma renda.

Marx questiona a inexistência da renda absoluta, defendendo o ponto de vista que a renda absoluta é paga sempre que a propriedade fundiária for de outrem, não permitindo ao capitalista o livre uso da terra. Chama a atenção para um aspecto novo na discussão da época que é essencial para discussão a cerca do papel da trilogia trabalho-Estado-capital que avança em direção ao bioma cerrado muito em função na questão da renda da terra.

Para Ricardo, apenas os terrenos férteis e bem situados propiciavam renda a seus proprietários (rendas diferenciais). "O nivelamento desses valores individuais pelos valores de mercado leva a que 'as vantagens do solo fértil (...) se transfiram do agricultor ou do consumidor para o dono das terras (Ricardo, Principles, p. 62)" (Livro III, vol. VI, p. 937). Mas de acordo com Marx, há também pagamento ao proprietário fundiário, pelo fazendeiro capitalista, para o uso do terreno menos fértil e mais mal situado. Renda esta que, somada ao custo de produção e ao lucro, contribui na fixação do preço de oferta do trigo ali cultivado; o que, em determinadas condições, auxilia na regulação do preço geral de mercado. Então, qualquer proprietário de terra (mesmo a menos fértil), que coloque aquela

<sup>4</sup> Apresentaremos a seguir as definições de Marx a respeito da renda diferencial RD1 e RD2 que se distinguem da percepção de David Ricardo.

parcela de terra à disposição de um capitalista, para nele desenvolver um processo produtivo, tem o direito de exigir, ao estabelecer essa relação social, o usufruto de uma renda fundiária. Sob essa condição se constitui a renda absoluta fundiária.

Sendo a renda absoluta fundiária uma relação social, os proprietários da terra, por disporem do monopólio sobre porções determinadas do globo terrestre, exercem resistência ao capitalista, e para colocá-la no domínio da produção capitalista exigem uma renda. Mesmo que os proprietários da terra exerçam algum poder nessa relação (na definição do quantum será a renda da terra), o uso capitalista desse solo vai depender exclusivamente das condições econômicas, independentemente da vontade dos proprietários da terra. Assim sendo, os limites (superior e inferior) da renda absoluta são determinados à base da produção capitalista que ali será desenvolvida. O capital é o organizador do processo de trabalho e da produção, sendo assim o superlucro de ramo é que constitui o limite superior dessa renda.

Supondo a renda fundiária absoluta (ou seja, que todos os terrenos conferem renda a seu proprietário quando são arrendados como suporte de um processo de produção capitalista, mesmo os piores e mais mal situados terrenos), Marx diz assim: “O preço regulador de mercado da totalidade do produto de todos os tipos de terra não seria então o preço de produção, a que o capital geralmente dá origem, isto é, preço igual ao capital consumido acrescido do lucro médio, mas seria o preço de produção acrescido da renda [...]” (Livro 3, volume VI, 1991, p. 861).

Portanto, todos os terrenos propiciam renda a seus proprietários quando são arrendados por capitalistas, inclusive os piores e mais mal situados terrenos, e havendo disposição para explorá-los. Essa tese se apóia na seguinte evidência: se o monopólio da propriedade privada levanta um obstáculo ao capital no que se refere à extração da renda diferencial sobre os melhores e mais bem situados terrenos, a barreira continua mesmo quando esta renda diferencial não tenha condição de existir, isto é, nos piores e mais mal localizados terrenos, pois a existência da propriedade fundiária não foi derrubada. “Para o proprietário da terra, a mera propriedade jurídica não gera renda. Confere-lhe entretanto o poder de impedir a exploração de sua terra até que as condições econômicas propiciem valorização donde retire o excedente, seja a terra aplicada propriamente na agricultura, seja em outros ramos de produção, como construção, etc.” (idem, p. 870).

Essa concepção de renda absoluta agrícola, elaborada por Marx, marca, definitivamente, sua ruptura com a economia clássica, ao questionar não apenas a teoria de valor ricardiana mas também a da economia “vulgar”. E essa concepção está subjacente nas demais modalidades de renda fundiária. Além do mais, essa descoberta contribuiu para Marx rever a discussão de preço de produção e conceitos decorrentes, como composição orgânica do capital e lei da tendência à queda da taxa de lucro. Nesse confronto crítico ele elabora a teoria da mais-valia, superando, ao mesmo tempo, a concepção ricardiana de renda fundiária.

Ora, se a dialógica marxiana em relação a teoria ricardina nos leva a um debate em torno de renda diferencial versus renda absoluta, encontramos aí uma das sinalizações importantes para o debate atual. Para nós, se existe a renda diferencial ou seja renda relativa (à fertilidade do terreno, a sua localização, à existência de presença de minas de água ou de outros recursos naturais), existe a renda absoluta. De fato a renda da terra não pode deixar de ser associada ao grau de incorporação à tecnologia agrícola da composição orgânica do capital agrário<sup>5</sup>.

Logo, pode haver uma fecundidade teórica oportuna para entendermos o que vem acontecendo com o bioma cerrado, sobretudo no entorno do DF. Este passa a ocupar historicamente um lugar estratégico na lógica expansionista transnacional do capital, com a incorporação de recursos fundiários, no sentido urbano-rural, sob o prisma da renda absoluta da terra quanto da renda diferencial (RD2). Esse duplo movimento do capital não poderia gerar outra coisa senão uma resultante histórica que é o crescimento da luta pela terra numa área específica, bem como o

---

<sup>5</sup> Entende-se por "composição orgânica do capital" a relação entre capital investido em equipamentos e maquinaria (capital constante) e aquele investido na força de trabalho vivo (capital variável), e seu índice é a resultante dessa equação.

agravamento da questão socioambiental numa área muito sensível dada as características de ser o berço das principais bacias hidrográficas brasileiras<sup>6</sup>.

Se admitirmos que no capitalismo, um aumento de produtividade implica sempre uma redução do número de trabalhadores em relação ao investimento em meios de produção com os quais trabalham, elevando o índice da composição orgânica do capital, então podemos inferir que o incremento, simultaneamente, de um lado, da renda da terra diferencial e de outro, da renda absoluta, quando encontram no entorno do DF as condições ideais para sua convergência, reconvertem essa fração de terras do bioma cerrado em campo de expansão mais propício das formas mais agressivas do capital, do ponto de vista socioambiental, sobretudo nas últimas décadas.

## **II - A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA URBANA NEOMARXISTA FRANCESA NO DESNUDAMENTO DO PAPEL DA POLÍTICA URBANA.**

Pode-se sintetizar a contribuição da sociologia urbana marxista francesa das décadas de 60, 70 e 80, em duas teses. A primeira de natureza reformista, representada pela obra de Manuel Castels, se apoia no marxismo estruturalista de Poulantzas e Althusser. A segunda, capitaneada por Lefebvre, Topalov e Lojkine, cujos autores desse artigo adotam, tem como substrato a teoria de valor de Marx, portanto de natureza revolucionária..

O próprio Manuel Castels reconhece essa influência, quando afirma:

Desse nosso ponto de vista, nosso trabalho foi influenciado por uma determinada interpretação de Althusser (mais do que pelos próprios trabalhos de Althusser), objetivando construir um conjunto teórico codificado e formalizado antes de ir em direção à pesquisa concreta [...] (CASTELLS, 2000, p. 549).

Sua concepção de urbano toma como referência o espaço residencial, ou seja, ao lugar de reprodução da força de trabalho. Para este autor, as lutas nesse espaço significam "lutas no espaço de reprodução da força de trabalho". A noção de classes sociais subjacente é a de classes populares, sendo abandonada praticamente a determinação material ou econômica, e privilegiada a determinação política. Delimita a luta social na esfera política. Não faz qualquer vinculação com o processo de extração, realização e distribuição da mais valia. Isso quer dizer que despreza o antagonismo econômico entre capital e trabalho. Tomando como referência a obra de Poulantzas (1977), pensa a sociedade dividida em três domínios: o econômico, o político e o ideológico. Essas instâncias possuem uma autonomia relativa. No pensamento de Manuel Castels (2000), "[...] o econômico é, em última instância, é determinante, toda conjuntura (momento atual) é organizada inicialmente em torno da luta de classes e, em especial, da luta política de classes, a que tem como objetivo a preservação ou a destruição-reconstrução do aparelho de Estado" (idem, p. 349). E o poder é conceituado como "[...] a capacidade de uma classe ou de fração de classe de realizar seus interesses objetivos a custo das classes ou do conjunto de classes contraditórias" (CASTELLS, 2000, p. 349). Desse modo o estudo é focalizado na esfera política. E a adoção da teoria estruturalista das três instâncias, leva a pesquisa urbana a se limitar ao espaço de reprodução da força de trabalho. Segundo Castels, sistema urbano é entendido como "a articulação específica das instâncias de uma estrutura social no interior da unidade (espacial) de reprodução da força de trabalho" (idem, p. 337).

---

<sup>6</sup> Com a realização do projeto Quintas Urbanas da UnB em 2010 que tratou do tema "O grito social das águas no atlântico sul", redefinimos o mapeamento das águas brasileiras de forma afinada com essa perspectiva teórica de totalidade. Nesse sentido, regionalizamos as águas brasileira a partir da dinâmica dos conflitos capital/trabalho segundo os conceitos de: *Águas Sertanejas*, *Águas Amazônicas*, *Águas Pantaneiras* e *Águas Urbanas*. O complexo do agro e hidronegócio do DF e Entorno conjuga a dinâmica do capital urbano e rural consorciando no agravamento da questão socioambiental tanto como águas sertanejas quanto das águas urbanas. São na verdade expressões consorciadas num mesmo território da senha do capital transnacional que além do mais gozam de uma singularidade da presença de Brasília como sede do Estado nessa fração socioespacial do mapa da lutas de classe pela terra.

Esse autor considera “Funcionamento das instituições” o conjunto de relações que ocorrem no espaço urbano, definindo tais instituições como “aparelhos políticos e ideológicos” (idem), concepção que extrai de Althusser. Dessa vinculação teórica deriva a separação entre política econômica, política social e política urbana. E as lutas sociais podem se dar nessas três instâncias (política, ideológica e econômica). Sendo que essas lutas, tais como as políticas delas derivadas, gozam de uma autonomia relativa. O urbano é concebido como espaço de reprodução da força de trabalho. E esse termo, que está presente na prática social e administrativa, “designa antes – ver-se-á facilmente – uma certa unidade residencial, um conjunto de habitações com os ‘serviços’ correspondentes. Uma unidade urbana não é uma unidade em termos de produção” (idem, p. 556).

Segundo Castels, o urbano e conseqüentemente a política urbana têm sua importância em relação:

- 1) à crescente concentração urbana, com a aglomeração populacional cada vez mais gigantesca;
- 2) à intervenção do Estado, responsabilizando-se pela produção e distribuição dos equipamentos coletivos e pelo arranjo urbano;
- 3) ao aumento significativo das “lutas urbanas”, estas entendidas pelas diferentes formas de pressão em face de suas necessidades sociais, ou seja, reivindicações relativas aos equipamentos e serviços coletivos pelas classes subalternas; e
- 4) ao “desenvolvimento vertiginoso dos discursos sobre o urbano, da ‘tomada de consciência sobre estes problemas’ e da sua colocação em primeiro plano pelos aparelhos institucionais oficiais” (op. cit. p. 564).

Quando se concebe o urbano como o espaço da reprodução da força de trabalho, ou mesmo, como espaço residencial, as lutas que surgem aí são resultantes de contradições secundárias, pois não se vinculam diretamente ao antagonismo existente entre capital e trabalho. Esse autor destaca como novas contradições urbanas:

- a aglomeração de trabalhadores na cidade, que faz surgir e aumentar as necessidades sociais (a partir de suas reivindicações), e assim os equipamentos e serviços coletivos um componente indispensável e funcional à vida social;
- mas, como esse componente a ser socialmente produzido não é suficientemente rentável, o capital privado não se interessa em produzi-lo, pois não é portador o suficiente de lucro, pois traria prejuízo.
- o Estado ao não assumir sua produção em número e qualidade suficiente para atender a demanda, dadas as injunções políticas na luta pela construção e implementação do orçamento público, se transforma no principal antagonista da luta a ser enfrentada pelos grupos populares, para implementação de políticas públicas.

Assim, essa luta abre uma contradição “[...] entre o modo individual de apropriação das condições de vida (‘cada um vive a sua vida’) e o modo coletivo de gestão desse processo [...]” (CASTELLS, M., 1976, p. 14).

Essa perspectiva de análise tem como consequência política: a limitação da luta dos movimentos sociais ao espaço residencial, ao não relacionar os movimentos sociais à luta de classes entre capital e trabalho. Mas essa limitação não é casual. Ao contrário, deixa intacta a propriedade privada, e, por conseguinte à extração da mais-valia, pois focaliza o Estado como o principal adversário. De fato, essa concepção abandona a teoria de valor elaborada por Marx, propondo um socialismo estritamente ligado à defesa de direitos sociais.

A concepção que qualificamos de revolucionária por analisar a cidade a partir do processo de produção, concebe os movimentos sociais como expressão da luta de classes e se apoia na teoria do valor de Marx. Pode-se dizer que essa tendência teórica foi inaugurada por Lefebvre, em *La Pensée Marxista et la Ville*, traduzido no Brasil com o título de *A Cidade do Capital*. Aí se encontra explicitamente a base do pensamento urbano na teoria do valor trabalho. E desse modo, os movimentos sociais urbanos são explicados a partir do vínculo de classe dos grupos sociais

protagonistas do movimento. Vejam a transcrição que faz, no capítulo 5. da obra de Marx, Prefácio, 1ª edição do Livro I, d'O Capital:

Em todas as ciências o começo é árduo. difícil em qualquer ciência. O Capítulo I, principalmente a parte que contém a análise da mercadoria, será portanto, de uma inteligibilidade um pouco difícil. A forma valor, realizado na forma moeda, é uma coisa muito simples. Entretanto, o espírito humano tem procurado em vão, há mais de dois mil anos, penetrar no seu segredo... Colocando de lado o que se refere à forma valor, a leitura desse livro não apresentará dificuldades. Eu suponho naturalmente leitores que querem aprender alguma coisa nova e, conseqüentemente, também pensar por eles mesmos... Eu estudo nesta obra o modo de produção capitalista e as relações de produção e de troca que lhe correspondem..." (LEFEBVRE, 2001, p. 132).

Neste capítulo, intitulado "O capital e a propriedade da terra", Lefebvre afirma que a relação cidade-campo é gerada e situada "[...] como relação social, no modo de produção, ele mesmo considerado como um todo, coesão em rompimento, entretanto, por forças de rupturas, de antioesão, de superação" (idem). Para este autor, a cidade tem a ver com as

[...] condições históricas implicadas no capitalismo. Ela resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completa nela e por ela). Ela é coisa social, na qual são evidentes (tornam-se sensíveis) relações sociais que, tomadas em si, não são evidentes [...] de sorte que é necessário concebê-las pelo pensamento, a partir de sua realização concreta (prática). Nesse quadro, o das relações sociais objetivadas, efetua-se a circulação das mercadorias, a criação do comércio e do mercado, ponto de partida do capital no século XVI [...]. Aí se exerce a "magia do dinheiro", a força, ao mesmo tempo maravilhosamente e estupidamente brutal dessas coisas - o ouro e o dinheiro - saídas das tranças da terra e se impondo logo como encarnação do trabalho humano (idem, p. 140-141).

Lefebvre examina "as funções e estruturas da forma urbana", como um legado da história à sociedade burguesa, a partir da teoria do valor trabalho de Marx, destacamos sua participação na formação da mais-valia (que ocorre no processo imediato de produção, no espaço fabril); a realização e a distribuição da mais-valia no processo de circulação (que se dá nos demais espaços territoriais). Assim, a cidade é constituída como força produtiva do capital, sendo considerada na obra de Marx o pano de fundo da sociedade burguesa:

Ela contém uma parte importante do trabalho passado e cristalizado, literalmente morto, do qual dispõe o capitalista para se assenhorar do trabalho vivo; o que ela contém, assim, sobrevive ao desgaste cotidiano dos instrumentos de trabalho (...); mantém, à maneira de uma instituição, a divisão do trabalho indispensável ao funcionamento do capitalismo; portanto, e melhora no seu interior a divisão social do trabalho, aproxima elementos do processo de produção (idem, p. 142).

Embora a urbanização seja vista por Lefebvre como um processo revolucionário, pois transforma o território, incorporando cada vez mais o campo à cidade, ela tem um lado negativo, seu componente destrutivo. Ao mesmo tempo que introduz alterações que levam a sociedade burguesa para frente, também produz destruição. O capitalismo destrói a natureza, os recursos fornecidos pelo meio ambiente, contaminando o solo, as águas e o ar, arruinando suas próprias condições. Mas em assim procedendo prepara e anuncia seu desaparecimento. Lefebvre considera a urbanização, nos seus elementos de destruição e superação, uma antecipação de uma nova sociedade para a ultrapassagem da sociedade capitalista.

De acordo com esse autor, somente com a ultrapassagem do capitalismo, as trocas entre o social e o natural (tanto trocas orgânicas, quanto trocas econômicas), entre o adquirido e o espontâneo,

deverão se constituir "sob forma apropriada ao desenvolvimento humano integral e como lei reguladora da produção social" (LEFEBVRE, 2001, p. 146).

A cidade contém a fábrica, onde a mais-valia é extraída, mas também contém as condições fundamentais para a troca: "[...] exige primeiro um mercado, um sistema de crédito, de desconto, de transferências de fundos, que permitam ao dinheiro (moeda) completar plenamente sua função: parâmetro dos valores de troca, circulação das mercadorias, meio de pagamento" (idem, p. 147). Embora o espaço do campo tenha pequenos comércios, é na cidade que se encontram concentradas as trocas. "Por outro lado, ela abriga o sistema bancário, artifício destinado a encadear os pagamentos e a compensá-los reciprocamente, o sistema monetário se desenvolveu em sistema de crédito" (idem).

Como na cidade aglomeram-se os trabalhadores, também concentra os dramas sociais, a pobreza, a violência, tanto institucionalizada quanto não institucionalizada. Por tudo isso, a cidade representa a unidade de contrários expressa na desigualdades sociais. Por isso, e concomitantemente, apresenta a "dinâmica da ordem e da explosão" (IASI, M. L., 2013, p.42).

Lefebvre afirma, em termos da relação cidade-campo e da concentração urbana:

Em torno da grande empresa industrial, dependente dela, uma multidão de pequenas empresas se aglomera; umas são de tipo artesanal, outras de tipo manufatureiro, outras enfim pertencem à pequena e média indústria. De que elas se ocupam? Das reparações, da manutenção, das peças de substituição, dos acabamentos etc. Uma poeira, um círculo de empresas subordinadas geralmente cercam uma grande unidade, que arrasta atrás dela todos os períodos da atividade produtiva. Do mesmo modo, no campo, um grande domínio, senhorial ou capitalista traz sua coroa de pequenos camponeses, de operários agrícolas, cultivando por sua própria conta um pequeno pedaço de terra, de camponeses médios arraigados, frequentemente, em terras medíocres etc. o agrupamento dessas empresas dependentes tem vantagens; além disso, se essas empresas se instalam longe da aglomeração urbana, elas contribuem dessa forma para a absorção do campo pela cidade. Transformando-se em satélites pela grande indústria, elas não ficam, apesar disso, fora da divisão do trabalho e do próprio capitalismo. Enfim, e sobretudo, a cidade e a concentração urbana concentram serviços (LEFEBVRE, 2001, p. 148).

Portanto na cidade convivem o trabalhador produtivo e o trabalhador improdutivo de mais-valia:

O importante, é que Marx distingue o trabalho produtivo (de coisas, de mercadorias) e o trabalho improdutivo, mas socialmente necessário (por exemplo, o do sábio, ou do educador, ou do professor em geral, ou dos médicos etc.). Além do mais, para ele, se todos os trabalhadores produtivos são assalariados, nem todos os assalariados são imediatamente e diretamente produtivos (de coisas, de bens trocáveis). Quanto ao termo "serviço", é somente uma expressão para designar um valor de uso, fornecido em troca de uma soma de dinheiro por um "ativo" que pode dispor de seus meios de produção; ele fornece um "serviço" enquanto atividade, serviço esse comprado e vendido como uma coisa, ainda que não seja forçosamente uma coisa. Um trabalho material pode ser comprado a título de "serviço", por exemplo, o do artesão que conserta um cano de água ou de gás. A mesma espécie de atividade pode ser considerada como trabalho produtivo ou improdutivo; o poeta cria poesia, diz Marx, como o bicho da seda cria a seda, por natureza; mas uma vez editada, ele produz mais-valia pelo e para o editor, o livreiro, ele fornece trabalho produtivo ao impressor etc. (idem, p. 149-150).

Enquanto que a distribuição da mais-valia, "[...] passa pelo nível mais elevado da sociedade capitalista: global, isto é, nacional e mesmo mundial" (idem, p. 155), numa luta entre os diversos capitalistas que chega ao mercado mundial.

Em Marx, para pensar o processo de distribuição, há que se referir a diferentes categorias, incluindo aquelas vinculadas ao capital constante (meios de produção ou trabalho morto), ao capital variável (salários pagos à força de trabalho ou ao trabalho vivo). A essa relação, Marx denomina de composição orgânica do capital. Por isso, essa referência é necessária para se conceber a mais-valia, a taxa média de lucro e os superlucros.

Instituições do Estado capitalista e instituições privadas encontram-se localizadas na cidade, e desempenham uma função importante na distribuição da mais-valia. Através de suas instituições o Estado, mediante uma burocracia retém parte da mais-valia em forma de impostos e cobrança de taxas. E assim "[...] se reproduz, ela própria, assegurando a reprodução de suas próprias condições, o que tende a assegurar a reprodução das relações de produção na sociedade inteira, no modo de produção" (LEFEBVRE, 2001, p. 156).

Nessa perspectiva teórica, a política pública é pensada em sua totalidade, seja econômica, seja social, seja urbana. Toda a política é objeto e ao mesmo tempo produto da luta de classes. Os movimentos sociais manifestados tanto na cidade como no campo são explicados tendo como referência a teoria do valor trabalho de Marx, concebidos como expressão da luta de classes. Essa perspectiva de análise é também abraçada por Jean Lojkin (1981), O Estado Capitalista e a questão urbana. Distinguindo-se da vertente anterior, na medida que a concepção da luta de classes se vincula à relação antagonica entre capital e trabalho, e este último sofre a ação repressiva do Estado capitalista.

Na discussão de classes sociais, as classes sociais em Lojkin as classe sociais são concebidas mediante uma relação entre capitalista e proletariado, mas em níveis articulados e complementares:

- o primeiro nível se refere à determinação do vínculo no processo imediato de produção, ou seja, a relação capital x trabalho que se observa no espaço fabril, burguesia x operariado; sendo a mais-valia expropriada do trabalhador mediante horas de trabalho não pagas;

- o segundo nível diz respeito ao vínculo no processo de circulação, que integra o processo ampliado de produção juntamente com a produção imediata. Desse modo, além de ser examinado os indivíduos que operam no processo imediato da produção, também há o exame daqueles que se encontram operando no processo de circulação, troca e distribuição. Destacam-se em ambos os níveis as camadas médias e a pequena burguesia, bem como os trabalhadores chamados "improdutivos" de mais-valia;

- o terceiro nível tem a ver com as transformações ocorridas no processo histórico do capitalismo, às quais provocam importantes alterações nas classes sociais (LOJKINE, 1990); ou seja, o autor leva em conta determinações materiais das forças produtivas, sob a lógica dominante do capital financeiro, numa luta incessante mundializada por apropriação de superlucros.

Finalizando, esta tendência tem como essencial: pensa-se o urbano no papel exercido no processo de formação, realização e distribuição da mais-valia; e os movimentos sociais são explicados na sua relação com a luta de classes. Esta perspectiva de análise tem seu apoio fundante na obra de Marx, especialmente O Capital (livros I, II e III).

Para pensar o que se passa no processo ampliado de produção, Lojkin faz uso da categoria teórica "condições gerais da produção capitalista" (1981 e 1997), elaborada por Marx, no livro I, de O Capital, para explicar o processo de cooperação realizado fora do espaço fabril, ou seja, no conjunto da sociedade burguesa. Essa categoria propicia a visualização da cooperação ampliada, e o estudo das mediações vinculando o espaço fabril (produção material) aos outros domínios da sociedade. Nesse sentido, na explicação do espaço urbano, reconhece-se a importância fundante do espaço da produção (processo imediato da produção, realizado na fábrica), sem desprezar as esferas de circulação, troca, distribuição e consumo (ciclos da metamorfose do capital que ocorrem no conjunto da sociedade). Este autor pensa a particularidade da cidade com a explicitação de um duplo processo:

- de uma parte, o modo de aglomeração do conjunto dos meios de produção e reprodução do capital, tornando o território citadino uma "[...] condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico" (LOJKINE, 1997, p. 146), em que a cidade constitui-se em parte integrante do complexo das forças produtivas, uma força produtiva social (LOJKINE, 1995); e

- de outra parte, a concentração crescente dos equipamentos e serviços coletivos (meios de reprodução da força de trabalho), que chegaram a criar um modo de vida, necessidades sociais, de fato, uma “civilização urbana”.

### **III – A CONVERSÃO DO USO DA ÁGUA NO DF E ENTORNO: A BIODIVERSIDADE DO CERRADO EM RISCO E A SUA CRISE HÍDRICA SUBORDINADA À DINÂMICA FUNDIÁRIA NA REGIÃO**

Ao considerarmos como fecunda para os dias de hoje a tese de Marx desenvolvida acima a partir do conceito da renda da terra absoluta e diferencial estamos dizendo que a terra subordina a água em seu ciclo completo (como rios aéreos, de superfície e subterrânea). Cada área desmatada do cerrado é uma água que não alimenta mais o solo. Primeiro deixa de alimentar os lençóis freáticos e em seguida os aquíferos que se constituem a partir das particularidades geofísicas e geológicas do bioma cerrado (BARBOSA, 1993). Por outro lado, quando a terra e o ar são contaminados pelos agrotóxicos, essa contaminação reflui para os lençóis freáticos e se distribui sobre todos os recursos hídricos do planeta terra, numa relação de unidade entre água e terra.

Com a mudança da capital para o Planalto Central, instituições do Estado brasileiro se deslocaram para o centro do bioma e, nesse sentido, esse deslocamento serviu como acelerador da agricultura de monocultura em larga escala, especialmente com a implementação das novas tecnologias de informação e comunicação (Lojicine 1995), inerente à revolução informacional operada especialmente a partir dos anos 1970, solução encontrada pelo capital diante da crise do Capitalismo Monopolista de Estado, mais pronunciada sobretudo dos anos 2000 em diante, a chamada crise estrutural do capital.

No Distrito Federal faria girar o dínamo da conversão das terras de cerrado e suas águas altas em uma dupla tendência sociohistórica na região centrooeste que, aos poucos, determinou a configuração do DF e Entorno:

1) conversão dessas terras como valor diferencial (D1 e D2) sobrevalorizadas com a alteração gradativa da composição orgânica do capital agrícola com introdução da altatecnologia de produção<sup>7</sup>, essencial para que a produção agrícola de monocultura. Esse primeiro dínamo de conversão da terra foi essencial para que o bioma cerrado fosse desmatado e sua biodiversidade se configurasse em *commodities* de grãos reguladas pelo mercado de exportação, e

2) conversão de terras rurais em terras urbanas sobretudo no eixo Goiânia-Brasília. Esses dois dinamos da agressão do capital ao bioma cerrado fizeram do DF e Entorno uma das principais forças econômicas emergentes do país<sup>8</sup>, 1 e 2, se consorciaram de forma célere na virada dos séculos no DF e Entorno. Isso só aconteceu devido ao papel monopolista do Estado agora no corração do bioma cerrado brasileiro inerando os interesses globais nos interesses de acumulação locais.

De um lado esse Estado brasileiro glocalizou<sup>9</sup>, a partir da última década do século XX, o sistema público das condições gerais de produção sobretudo das regras de financiamento para agricultura no cerrado como fronteira de produção de grãos (fig. 01). De outro lado, a partir de dentro

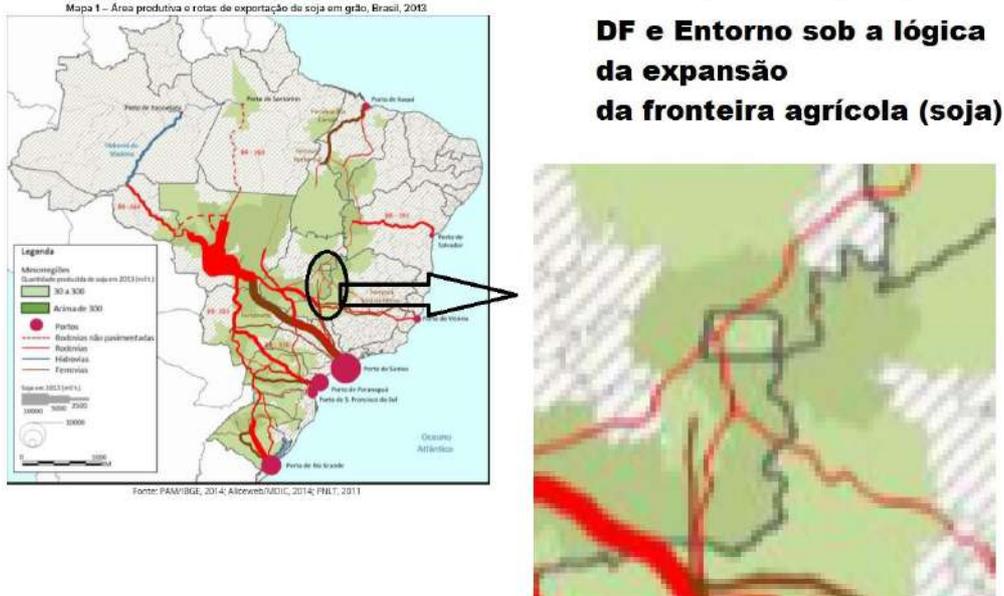
<sup>7</sup> Falar aqui das pesquisas de grãos adaptados ao cerrado transgênicos pela Embrapa Cerrado.

<sup>8</sup> Segundo Miragaya (...) “Embora seja ainda uma região de fronteira agrícola, a taxa de urbanização chegou a 85%, a segunda maior do Brasil, graças, principalmente, ao modelo agrário predominante. Nela encontram-se duas das principais áreas metropolitanas do país: Brasília, que tem 3,9 milhões de habitantes; e Goiânia, cerca de 2,3 milhões. Com a aglomeração urbana de Anápolis, formam o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, que tem população superior a 6,6 milhões de habitantes, com renda disponível para consumo de quase R\$ 140 bilhões, o terceiro maior mercado do país, superado apenas pelas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro”.

<sup>9</sup> Estamos usando a ideia de “Glocalização” no sentido de demonstrar que simultaneamente o global está no local e vice-versa. Isso rompe com a noção unilateral da chamada “Globalização” do capital como se o capital na sua espação só se desenvolvesse num tipo de movimento linear e não-contraditório. Do nosso ponto de vista o local ora é subsumido pelo poder do capital transnacional, mas por outro lado, ora o poder transnacional localizado precisa, para se realizar como capital, converter os fluxos de investimentos de capital de dentro para fora do centro.

para fora do DF, esse Estado glocalizado administrou as regras de conversão do valor absoluto da terra na manipulação de empresas públicas detentoras do monopólio virtual do capital imobiliário para conversão de terras rurais em terras urbanas. **O que repercutiu** no mercado imobiliário no entorno do DF subordinando os estados e municípios da chamada Região de Desenvolvimento Integrado do Entorno (RIDE).

**Figure 1 Mapa do DF e Entorno como área de fronteira agrícola do agronegócio**

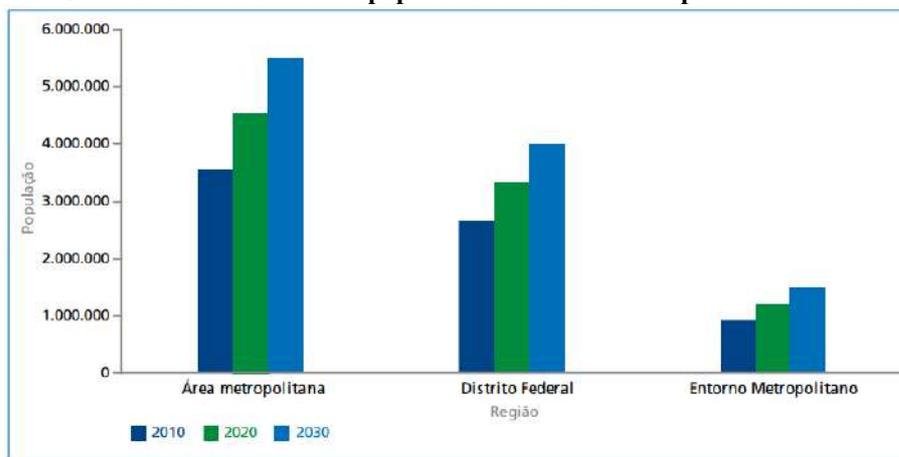


**Fonte 1: Elaboração própria a partir de Frederico (2014) e PAM/IBGE (2014)**

É nesse contexto histórico-estrutural que também a água vira terra, ou seja, a água assume valor de troca em detrimento do valor de uso. A água é subsumida pela lógica do processo de valorização da terra, ora a água é inserida no dínamo primeiro tal como descrito acima, sendo a água subordinada a lógica da valorização do capital, como dínamo de valorização absoluta. Por exemplo, o hidronegócio do represamento de rios para fins de agricultura no modo de valorização diferencial. Ou, sendo subordinada à terra como abastecimento de grandes centros urbanos no eixo goiânia-anápolis-Brasília (fig.2).

De toda maneira a água converte-se em mercadoria não por si mesma, mas pelo pertencimento ao qual encontra-se submetida, ou seja, ao valor da terra que “draga” suas propriedades de valor de uso ao impedir seu usufruto pelas comunidades ribeirinhas e/ou de pequenos aglomerados urbanos tradicionais que vivem da economia de subsistência à margem dessas fontes hídrigas, como rios, ribeiros e córregos. Resulta desse processo: essas populações passam a ser convertidas, ora atraídas ora expulsas violentamente em direção as periferias desse complexo de complexos, o qual se chama Entorno do DF.

**Figura 1 - Gráfico sobre a estimativa populacional na áreas metropolitana de Brasília**



Fonte: Codeplan.

**Fonte 2 Miragaya (2014) a partir dos dados da CODEPLAN**

Mas diante da crise socioambiental, aberta pela crise estrutural do capital, de âmbito mundial, o bioma cerrado, nesse processo de dupla vetorialização expansiva do capital (urbano/agrícola), pode entrar em colapso socioambiental. Torna-se a grande vítima dessa equação de dois dinamos poderosos da acumulação glocalizada do capital centrado na renda da terra e sob a batuta do capital financeiro. Ocorre uma transformação ambiental ao custo da exaustão da biodiversidade submetida aos interesses econômicos fundiários. Tudo isso num curto espaço de tempo graças a presença e ação de um tipo particular de Estado monopolista tardio nessa região. Uma ação que caracteriza por potencializar suas articulações com o capital financeiro na virada do século XXI com sentido sobre o valor da terra. Torna-se o alvo perfeito para expansão monopolista do capital internacional que tende a transnacionalizar o valor da terra consorciando tanto a valorização diferencial quanto absoluta da terra. O preço ecológico a ser pago a essa sanha desenfreada do capital sobre a terra o risco da inviabilização da reposição da água, nesse que sempre foi chamado o berço das águas brasileiras.

A peculiaridade do DF e Entorno, nessa discussão está justamente na formação histórica do trabalho vivo em virtude da forma como se deu o processo de transferência da capital, seletivizando o padrão de atração/repulsão da classe trabalhadora. Como resultado disso se observa na região na virada dos anos 2000 uma configuração singular das forças sociais produtiva concentrada num setor que se convencionou chamar de “serviços”, portanto de uma massa de trabalhadores com formação e escolaridade diferenciada proporcionalmente e arregimentada muito em função do poder público. Dentre muitas decorrências políticas dessa configuração das forças sociais produtivas, queremos chamar a atenção para a atuação dos trabalhadores sindicalizados nos setores de abastecimento de água e esgoto de Brasília – O SINDÁGUA que produz uma pauta de lutas para além da percepção sindical tradicionalmente corporativista e começa a disputar na opinião pública os argumentos sobre a gestão não só do território mas dos riscos à questão socioambiental da região denunciando e desmascarando o papel subordinado do Estado ao capital monopolista e financeiro. Torna-se um bom exemplo daquilo que Lojkin define da ruptura sindical do padrão conservador por esse autor definido como o “Tabu da Gestão” (Lojkin, 1999).

Em relatório produzido recente produzido pelo SINDÁGUA-DF (2017) se afirma o seguinte:

A Crise hídrica do abastecimento humano no Distrito Federal começou a ser construída quando houve uma decisão política, no final dos anos 90, de se viabilizar o abastecimento de água do Distrito Federal utilizando água do futuro lago no Rio Corumbá, que seria formado a partir da barragem de Corumbá IV, com a falsa informação de que se garantiria o abastecimento de água do Distrito Federal para os próximos 90 anos. Desde então, voltaram-se todos os esforços para desenvolver estudos que indicassem essa solução como viável, tanto é verdade que no ano 2000 teve-se a revisão do Plano

Diretor de Água e Esgotos do Distrito Federal e no ano 2004 teve-se uma nova revisão, agora somente do componente abastecimento de água, incluindo as cidades de Águas Lindas, Novo Gama, Luziânia, Valparaíso e Cidade Ocidental, ficando uma situação esdrúxula em que o componente água passou a não refletir o componente esgotos, em diversos aspectos.

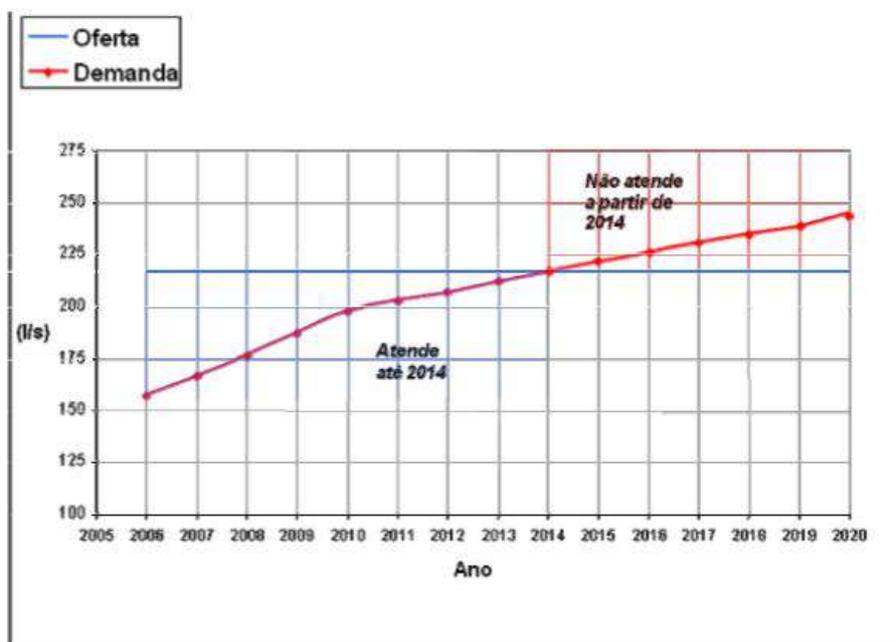
Esse relatório dos trabalhadores organizados dentro do setor de abastecimento urbano retifica os estudos acadêmicos de Pinto & Neto, (2009) de que o Distrito Federal está localizado no Planalto Central Brasileiro, região a montante dos principais rios do país. O mesmo estudo, em conclusão já afirmava em 2009 que o sistema de disponibilidade de abastecimento urbano (Tab. 1) já se encontrava a caminho de um tensionamento socioambiental que exigia cuidados preventivos e o governo deveria ter uma postura mais de precaução do que de exaustão das fontes hídricas (Fig. 2).

**Tabela 1 Disponibilidade dos sistemas de abastecimento de água por manancial do DF**

Sistema de Abastecimento	Mananciais para Captação	Disponibilidade Hídrica: Q <sub>o</sub> (l/s)	Disponibilidade por Sistema
Santa Maria/ Torto	Cabeça de Veado 1, 2, 3 e 4, Cachoeirinha, Santa Maria (Barragem), Taquari 1 e 2 e Torto	3.626,00	5.786,50
	Poços Itapoã e Condomínios Lago Sul	2.141,34	
Rio Descoberto	Alagado, Catetinho Baixo 1 e 2, Crispim 1 e 2, Descoberto (Barragem), Olhos D'Água, Pedras, Ponte de Terra 2	6.122,00	6.122,00
Sobradinho/ Planaltina	Brejinho, Contagem, Corguinho, Fumal, Mestre D'Armas, Paranozinho, Pipiripau, e Quinze	1.195,00	2.162,00
	Poços Sobradinho, Arapoanga e Minichácaras Sobradinho	179,00	
Brazlândia	Capão da Onça e Barrocão	176,00	186,82
	Poços Incra	10,82	
São Sebastião	Poços São Sebastião	217,24	217,24

**Fonte: (Pinto & Neto, p.11 2009)**

**Figura 2 - Criticidade do Sistema São Sebastião**



Fonte: (Pinto & Neto, p.17 2009)

No entanto a decisão tem sido sistematicamente de submeter a logística, fiscalização, monitoramento e orimização do sistema a serviço da escala das grandes obras de infraestrutura ao custo dos mananciais do bioma cerrado. Optou-se por uma política em favor da rentabilidade do capital fundiário urbano e rural em detrimento de uma política mais socialmente e ecologicamente sustentável. O resultado é o agravamento do estresse dos frágeis mananciais hídricos da caixa d'água do Brasil.

## CONCLUSÃO

Quando se analisa dialeticamente a história de Brasília alinhada a uma perspectiva teórico-crítica e histórico-estrutural, chega-se a conclusão que a transferência da capital do Rio de Janeiro para o planalto central foi marcada por um duplo processo de reordenamento repleto de contradições. Do ponto de vista territorial impactou tanto a espacialidade sociocultural e econômica daquele território que cedeu/perdeu o status e as funções de capital/sede do Estado monopolista brasileiro (no caso o Rio de Janeiro), quanto para o território que recebeu essa nova prerrogativa socioespacial. Ou seja, como princípio metodológico, destacamos que não se pode unilateralizar as consequências materiais e imateriais de uma transperência da capital da república. Não é o caso de analisar aqui o “buraco” ou da desterritorialização que essa mudança deixou no antigo estado da Guanabara. Detemo-nos apenas ao processo do ponto de vista de quem “recebeu” essa transferência, marcado por graves consequências, cujo centro dinamizador reconverteu de forma indissociada, tanto a questão socioambiental e agrária quanto a urbana.

Podemos dizer que a sociabilidade brasiliense de hoje, que diferentemente no começo dos anos 1960 foi candanga, configurou-se como uma sociabilidade local “atropelada” por uma outra lógica de experiência espaço-temporal, que modificou e acelerou o ritmo das relações sociais de produção do espaço vivido, deixando de realizar o concebido por seus arquitetos formuladores. De início um impacto de múduo estranhamento entre aqueles que chegavam e aqueles que os acolhiam. Um processo que sobredeterminou os antigos modos locais de relação centro/periferia em áreas de pouca ou nenhuma urbanização, rarefeitas, próprias de uma lógica urbana de massa numa sociedade dominada pelo grande capital.

Esse movimento, por mais que parecesse artificial por um lado, por outro mobilizava “corações e mentes” não só da burguesia e da classe média, mas principalmente de elevados contingentes da classe trabalhadora oriunda de várias regiões, em especial do nordeste, que viam no quadrilátero uma janela para revolucionar seu futuro, de onde “brotaria do chão leite e mel”.

Desde sua origem, o DF não pode ser explicado numa via simples de movimento unilateral do pensamento. Exige o exercício da dialética. O conceito de periferização é unilateral nesse sentido. Analiticamente o DF é uma realidade que ainda cobra de nós, pesquisadores interessados em desvendá-la. Somente a dialética materialista seria capaz de captar os complexos movimentos dessa questão, não só de mobilidade da força de trabalho, mas também da qualidade política de um perfil de trabalho urbano em constante mutação, nesses 57 anos, desde a inauguração de Brasília.

Por outro lado, uma urbanidade extremamente desigual. Que urbanizou alguns setores, mas ruralizou a maioria dos trabalhadores pela violência das forças dominantes, impedindo-os de realizar suas pretensões, de querer sair do seu lugar de oprimido; de se tornar um cidadão de “primeira classe”. Uma opressão que se manifesta, por exemplo, quando se vê jogado para “fora” em relação aos que estão “dentro” do espaço reservado, seja político seja territorial, impedido de compartilhar de uma área reservada para “autoridades”, de uma área nobre residencial, de uma habitação próxima ao trabalho, de um transporte coletivo eficiente, de um sistema educacional de qualidade.

O estigma, o “carma”, o drama e as tramas políticas fazem parte do cotidiano dos brasilienses de uma forma singular. Essa singularidade tem muito a ver com a contradição do poder no espaço. Estar perto, porém distante do poder político. Ora de frente ora de costas para este Estado que é mais expressão da coerção do que do consenso. Um Estado que atrai e repele o movimento dos que estão fora da linha divisória que é mais formal do que real, mas que existe e oprime tanto literal como simbolicamente. Tal como se fosse um muro, tal como o muro que se ergue na Palestina da faixa de Gaza tal como aquele muro que o presidente Trump quer erguer na fronteira com o México. Brasília tem seu próprio muro, e ele se chama, aos olhos dos trabalhadores, como “Entorno do DF”<sup>10</sup>.

Essa história ainda está por ser contada de forma mais satisfatória no sentido de contemplar suas múltiplas determinações sem cair no simplismo das abordagens oficiais, repetidas muitas das vezes nas escolas e universidades sobre essa região.

Para efeito deste artigo, destacamos apenas a questão da renda da terra, tal como Marx a trabalha, com fundamento válido para explicar a dinâmica estruturante dessa realidade hoje completa seus 57 anos desde a inauguração de Brasília.

O choque espaço-temporal de desterritorialização/reterritorialização da capital federal se objetivou num processo acelerado urbanização tangido, em primeiro lugar, pela lógica do valor da renda da terra, renda essa absoluta e renda diferencial, responsável pela promoção de um dos processos mais violentos de segregação socioespacial da classe trabalhadora, portanto, essencialmente subordinado a lógica da rentabilidade do capital. Mas tal processo encontra-se fetichizado em diversas explicações que se pretendem teóricas, o que pretende repassar a ideia de um Estado nacional encantador do um novo porvir de esperança de prosperidade para todos seus habitantes. No entanto, a realidade contradiz a difusão dessa idealização do Estado brasileiro.

Do ponto de vista de nossa análise, que visualiza a intervenção do Estado na política urbana e rural, consonante à política econômica exigida pelo grande capital, não apenas em relação à política urbana, mas também em relação às demais políticas que tangem o trabalhador, Brasília representa a forma mais cabal e exemplar na demonstração da relação que se estabelece entre a questão urbana e a

---

<sup>10</sup> Sobre a problemática do chamado “Entorno do DF” existem diversas interpretações. Há o debate sobre a periferização urbana (PAVIANI, 2010), da Metropolização, do Quadrilátero Cruls, da Região de Desenvolvimento Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE-DF. Sem querer ter a pretensão de dar conta de uma análise pormenorizada sobre cada uma dessas nomenclaturas partiremos da expressão mais usada pelos trabalhadores visto que são todas manifestações aparentes e fetichizadas de um processo que ainda carece de uma explicação mais adequado do ponto de vista dos fundamentos da teoria do materialismo histórico dialético.

questão rural, com consequências gravíssimas, de um lado, sobre o imaginário da classe trabalhadora, mas também, de outro, sobre o socioambiental de um ambiente supersensível chamado bioma cerrado.

Contraditoriamente, Brasília carrega uma singularidade também histórica da luta de classes. Tanto material, como simbolicamente, constitui um melhor exemplo, de que não é tranquila a segregação feita pelo capital em relação ao espaço residencial segregando o trabalho de suas realizações. Seja na cidade seja no campo.

Brasília é exemplar na luta de conquista política da classe trabalhadora pelo seu direito à cidade, materializada no confronto com o capital naquilo que mais assanha sua cobiça. Referimo-nos aos superlucros, oriúdos da privatização do solo urbano e agrícola, enriquecido pela implantação dos serviços provenientes dos fundos públicos, aplicados no financiamento da agricultura, na educação, saúde, habitação, meio ambiente etc.

Essa luta em Brasília tem repercussão nacional diferenciada. Pode representar uma vitrine da política, refletida nas retinas dos meios de comunicação de massas que pautam a opinião pública do Brasil. Um aspecto ainda pouco estudado refere-se à produção e repercussão dos grupos musicais que alimentam um mercado cultural necessariamente não capitalista, e que se reproduz por todo o território nacional.

Do ponto de vista da política, resta pesquisar o que ocorre em Brasília em termos da reprodução do projeto dominante ou da produção de um novo projeto de superação desse "estado de coisas". Para nós, de esquerda, interessa-nos saber como se processa a luta de classes em Brasília. Pois, Brasília, além de ser um local que se intercomunica com o nacional, vincula-se ao espaço global. E esse espaço "glocal" tem muito a dizer sobre a crise estrutural do capital, manifestada mais explicitamente no pós-crise de 2008, que começou no EUA e percorreu o mundo. O que se viu em relação à Comunidade europeia, subordinando os designos dos países periféricas a uma receita única para sair da crise, esse mesma receita, o governo central brasileiro pretende aplicar aos estados da federal em crise, a exemplo do Rio de Janeiro, exigindo a aplicação do mesmo receituário, incluindo a privatização de empresas públicas, mesmo que lucrativas. E essas políticas de âmbito nacional tem terreno os bastidores do espaço político de Brasília. Além disso, é preciso atento ao furação da reprimarização da economia brasileira, que tem como menina dos olhos o centro-oeste brasileiro.

Brasília encerra, para além de si, de forma exemplar, um microcosmo as mesmas matrizes da lógica expansionista transnacional do capital já assinalado por Engels<sup>11</sup>, na intrínseca tendência do capital de subordinar o modo de vida da classe trabalhadora no espaço urbano, mediante a imposição do processo de segregação socioespacial<sup>12</sup>.

Em escala local, transporda e subsume o seu entorno, revelando como, sob a mediação estratégica do Estado, na forma da Política Urbana, o valor de troca da terra se impõe historicamente enquanto um imperativo de acumulação capitalista. Desse maneira, tende a converter, se assim a correlação de forças permitir, num todo urbano, que somente adquire sentido social, quando condicionado ao valor de troca. Parafraseando Lefebvre, aos poucos a classe trabalhadora perde de vista o seu direito à cidade, reduzindo seu papel histórico a apenas um não-sujeito esvaziado de sentido fora da lógica da compra e venda da força de trabalho.

O fracasso da utopia socialista do ponto de vista dos reformistas, na construção de uma cidade feita por todos para todos, sob o capitalismo se tornou não realizável. E isso também no último quartel de século XX em Brasília.

---

<sup>11</sup> Ver o seminal estudo de Engels ainda em 1945 intitulado "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra" (2010).

<sup>12</sup> Para efeito deste tópico partiremos da noção marxista de segregação socioespacial que nada mais é que a objetivação historicamente determinada no território da divisão social e técnica do trabalho. Isto é, a análise do território do ponto de vista de como o capital dispõe a ocupação do território levando-se em conta as diferentes classes sociais. Nesse processo, a concentração de equipamentos coletivos vai determinar as condições objetivas e subjetivas de acesso a esses equipamentos sob o manto ideológico capitalista da política urbana que mais esconde do que revela o papel da renda fundiária urbana como um momento estratégico do processo de acumulação capitalista em detrimento das condições de produção e reprodução das classes trabalhadoras.

Como conclusão basilar afirma-se que, do ponto de vista do valor de uso, se os movimentos sociais não invertem a ordem das coisas, a água tenderá a ficar cada vez mais restrita. Pois, o que importa, na reprodução ampliada do capital é seu valor de troca, usado especialmente como insumo do agronegócio e da grande indústria capitalista, especialmente a mineral e a siderúrgica. É isso que reconfigura a expansão urbana de Brasília, transbordando para a região do Entorno que tensiona os recursos hídricos, tanto pela demanda da população urbana quanto do agronegócio. E este é beneficiado pelo seu papel "dinamizador" da economia, obtendo financiamento subsidiado para a agricultura de monopólio, tanto dentro quanto fora do quadrilátero.

Então entendemos o quanto o cerrado é tensionado, na sua fragilidade de biodiversidade diante do gigantismo dos fluxos de grandes capitais, internacionalmente consorciados, urbanos e rurais, e que agredem a subsistência desse bioma. Nesse contexto, de componente fundamental da caixa d'água do Brasil, começa a perder seu potencial de manutenção e contribuição estável do ciclo da água tanto na superfície quanto no subsolo.

Qualquer alteração mais significativa dependerá do impacto da luta de classes na região, tanto rural quanto urbana, em defesa da agroecologia na agricultura familiar remanescente e dos assentamentos do Sem-terra na região, quanto urbano, capitaneado pelo trabalhadores Sem-Teto nas periferias das cidades do DF e entorno, desempregados ou subempregados na luta pelo direito à cidade. Esperamos reverter esse processo, de conversão da água em mercadoria subsumida à ordem do capital pelo efeito da renda monopolista da terra no cerrado. Trabalhadores do campo, trabalhadores da cidade, unamos nossas forças em direção à ultrapassagem das relações sociais capitalistas. Rumo à construção de uma sociedade socialista.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Altair Sales. Arqueologia do Cerrado: uma compreensão ecológica e cultural do povoamento inicial do planalto. In: DF Letras, Brasília 30 de novembro de 1993.
- CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, Manuel. Cidade, democracia e socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CASTELLS, Manuel. Lutas urbanas e poder político. Porto: Gráfica Firmeza, 1976.
- ENGELS, F. "Prefácio". In. MARX, K. O Capital. Livro 2, O processo de circulação do capital, vol. III, tradução de Reginaldo Sant' Anna, Editora Bertrand Brasil, 1980.
- FREDERICO, Samuel. Agronegócio e dinâmica territorial brasileira no início do século XXI. In: VI Congresso iberoamericano de estudios territoriales y Ambientales. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014.
- LEFEBVRE, A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 2ª edição.
- LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981 [1997].
- LOJKINE, Jean. O tabu da gestão. Rio de Janeiro: DP&A 1999.
- MARX, Karl. O Capital. Livro 1, O processo de produção do capital, vol. I, tradução de Reginaldo Sant' Anna, Editora Bertrand Brasil, 1994.
- MARX, Karl. O Capital. Livro 3, O processo Global de produção do capital, vol. VI, tradução de Reginaldo Sant' Anna, Editora Bertrand Brasil, 1991.
- MIRAGAYA, J. O desempenho da economia na região Centro-Oeste In: BNDES. Um olhar territorial para o desenvolvimento - Centro-Oeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 424-452.
- PAVIANI, Aldo. Brasília 50 anos: da capital a metrópole Brasília 50 anos: da capital a metrópole. Brasília; Editora da UnB. 2010.
- PINTO & NETO. Estudo preliminar do abastecimento público para subsidiar o uso dos recursos hídricos no Distrito Federal In: XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Campo Grande, 2009.
- SINDÁGUA. Relatório: a crise hídrica no abastecimento de água do Distrito Federal: posicionamento do sindágua quanto a essa situação. Brasília, 2017.

## **Quando fechar a porta não é o suficiente: reflexões sobre o cyberbullying**

Patrícia Pereira Ferreira, Universidade Federal de Rondônia, patricia.ferreira@unir.br;  
Luciana Pereira Lima, Universidade Federal de Uberlândia, lupsicoufu@yahoo.com.br.

### **Resumo**

O processo de evolução dos recursos tecnológicos tem permitido a dinamização dos processos de informação e comunicação de uma forma nunca vista na história das sociedades. O Brasil ocupa, nas primeiras posições, o ranking dos países que mais fazem uso de ferramentas e dispositivos de interação social e tem se configurado como um mercado promissor para o lançamento de plataformas de conversação e compartilhamento de conteúdo online. A despeito do caráter de rapidez de disseminação de informações e da instantaneidade de replicação de vídeos, fotos e mensagens de voz, a facilidade de aquisição de computadores, notebooks, smartphones, carrega em si um lado sombrio: a democratização do acesso à internet e, principalmente, às redes sociais, tem também servido à popularização da violência na forma de atos discriminatórios, invasão de privacidade, aliciamento de menores, racismo, homofobia, sexismo, atos xenófobos, ações depreciativas e, com frequência, de violência contra crianças e adolescentes. Este texto procura, portanto, discutir o *cyberbullying* com fulcro nas discussões de autores como Olweus (2001), Minayo (2008) Recuero (2009), Rodeghiero (2012), Slonge e Smith (2000). A partir do que discutem estes autores, discute-se aqui essa forma de violência, seus impactos nas relações sociais de crianças e adolescentes e sobre como estabelecer redes de proteção que colaborem cada vez mais para a salvaguarda dos direitos humanos.

Palavras-chave: tecnologia; redes sociais; cyberbullying; crianças e adolescentes.

### **Resumen**

La evolución del recursos tecnológicos ha permitido a la racionalización de los procesos de información y comunicación de un modo nunca visto en la historia de las sociedades. Brasil se encuentra en la primera posición, el ranking de países que hacen un mayor uso de herramientas y dispositivos de interacción social y se ha configurado como un mercado prometedor para el lanzamiento de plataformas de conversación y el intercambio de contenidos en línea. Apesar de la velocidad de la replicación instantánea de vídeos, fotos y mensajes de voz, la facilidad de acceso a la tecnología lleva consigo un lado oscuro: la democratización del acceso a la Internet, y especialmente, redes sociales, también ha servido para la popularización de la violencia en forma de actos discriminatorios, invasión de la privacidad, la seducción infantil, el racismo, la homofobia, el sexismo, actos xenófobos, acciones despectivas y, a menudo la violencia contra los niños y adolescentes. Este texto pretende, por lo tanto, para discutir el *cyberbullying* con punto de apoyo en las discusiones de autores como Olweus (2001), Minayo (2008) Recuero (2009), Rodeghiero (2012), Slonge y Smith (2000). A partir de la discusión de estos autores, se discute esta forma de violencia, su impacto en las relaciones sociales de los niños y adolescentes y la forma de establecer redes de seguridad para colaborar cada vez más a la protección de los derechos humanos.

Palabras clave: tecnología; redes sociales; ciberacoso; niños y adolescentes.

### **Abstract**

The constant evolution of technological resources has allowed the dynamization of information and communication processes in a way never seen in the history of societies. In the top positions, Brazil is ranked among the countries that has the most use of social interaction tools and devices and has been configured as a promising market for launching platforms for online content sharing and conversation. Despite the rapidity for dissemination

of videos, photos and voice messages, the ease of acquiring computers, notebooks, smartphones carries a shadowy side: the democratization of Internet access and, mainly to social networks, has also served to popularize violence in the form of discriminatory acts, invasion of privacy, grooming of minors, racism, homophobia, sexism, xenophobic acts, depreciative acts and, often, violence against children and adolescents. This paper therefore pretend to discuss cyberbullying with a focus in the discussions from authors such as Olweus (2001), Minayo (2008) Recuero (2009), Rodeghiero (2012), Slonge and Smith (2000). Based on what these authors it is discussed this form of violence, its impacts on the social relations of children and adolescents, and on how to establish protection networks that collaborate more for the protection of human rights.

Keywords: technology; social network; cyberbullying; children and adolescents.

:

## 1- Bullying: um dos desdobramentos da naturalização da violência

*Me chamo Júlia Gabriele e queria que vocês parassem de fazer essa maldade comigo. Nunca fiz nada contra vocês. Por favor.<sup>1</sup>*

Em uma das primeiras posições no ranking de mortes violentas na América Latina, à frente com países de menor IDH, o Brasil vivencia uma crise no que diz respeito ao crescente aumento de atos de violência, face ao desenvolvimento de políticas públicas que deem conta de coibir tais práticas que perpassam variados níveis e esferas sociais.

Conforme Minayo (2008), as relações sociais são atingidas por atos de violência em situações em que poder e força são utilizados, sumariamente, para infligir sofrimento ao outro. Pobreza, desigualdades sociais, falhas no sistema penitenciário, políticas públicas ineficazes, corrupção, são fatores que também contribuem para um ciclo de agressividade, que se prolifera por meio da relativização da violência, por vezes utilizada para "educar e ensinar".

O *bullying*, da palavra *bully*, termo originário da língua inglesa e que pode ser traduzido por valentão, brigão, abarca também as traduções de opressão, intimidação, humilhação, tirania, dentre outros, dessa carga semântica:

[...] o *bully* domina a vítima e qualquer pessoa que, ao presenciar o ato de violência, possa vir a ser testemunha contra ele. A autoridade do *bully* está em manter as vítimas sob domínio através de estratégias como o abuso do poder, intimidação e prepotência. (RODEGHIERO, 2012, p. 73)

Temática frequente em projetos e palestras escolares, o bullying há tempos vem sendo discutido no contexto escolar. O fator de estranhamento, contudo, é que os números da violência vão no sentido oposto a esses esforços. Considerando, também, a rede de significações em torno do termo *bullying*, é possível inferir que, provavelmente, restringir sua abordagem aos atos hostis praticados na escola, tem minado a eficácia das ações de enfrentamento a essa prática violenta. O excerto de Minayo, sobre a violência, contribui para a compreensão dessa análise:

---

<sup>1</sup> Frase publicada em página de rede social por Julia Gabriele, adolescente pernambucana, vítima de cyberbullying, ao ter fotos compartilhadas em sites de humor e ser hostilizada por conta do formato de suas sobranças, no ano de 2013.

Entende-se por violência qualquer situação em que uma pessoa perde o reconhecimento do seu papel de sujeito e é rebaixada à condição de objeto, mediante o uso do poder, da força física ou de qualquer outra forma de coerção. A violência é tão antiga como o ser humano e se confunde com a sua própria história. (MINAYO, 2013, p. 250)

Nessa condição de correlação histórica à humanidade, a violência é relativizada em muitos lares, salas de aula, empresas, instituições, nas quais a falta de compreensão do direito do outro, a inexistência de empatia, o despreparo para ser aquele que é superior em uma escala de hierarquização, acabam por se tornar o cenário para o surgimento dos *bulliers*, agentes promotores de processos de coação dos indivíduos, através de práticas que colaboram para um processo de degradação psicológica. Torna-se imperativo, portanto, a ampliação acerca do entendimento de prática do *bullying*, que não é inerente ao espaço escolar: o bullying, prática que pode agregar não apenas violência física, mas também variadas formas de violência psicológica, está presente nas mais variadas esferas sociais que se inter-relacionam e permeiam toda a existência dos indivíduos. Como alerta Rodeghiero (2012, p. 53),

O comportamento violento “natural” passa a ganhar força ao conviver com cenas e discursos violentos na Internet, televisão e outras mídias, e isso nos faz refletir sobre os cuidados que existem ou não a partir dos meios de comunicação de massa para com a mensagem que é transmitida, e se essa mensagem passa por algum tipo de filtro ou se é simplesmente veiculada como pré-requisito para a audiência.

Considerando, portanto, que crianças e adolescentes de nosso século fazem parte de um contexto em que as relações são profundamente mediadas pela utilização de recursos tecnológicos, o uso de internet e a utilização de aplicativos de redes sociais, verifica-se também que as práticas de *bullying*, outrora alocadas no espaço escolar, já ganharam no mundo cibernético e, a despeito de todo o benefício que os avanços da tecnologia tem permitido, muitas vidas tem se perdido nos labirintos virtuais.

### **3- Do recreio no pátio para a palma da mão: do *bullying* para o *cyberbullying***

O advento inegável da tecnologia permeia o estabelecimento de todas as relações de interação humana, inegavelmente. Esse avanço, por vezes, é associado também ao desenvolvimento das sociedades. Contudo, além do progresso em variados campos, essa evolução torna-se o meio propício para a disseminação de atos de violência e desrespeito à dignidade humana. Isso significa que o *bullying* contra crianças e adolescentes não se limita mais ao espaço escolar e às saídas da escola na volta para casa, como noticiado, com frequência, pela mídia.

O *cyberbullying* se apresenta, portanto, como uma das formas mais intermitentes de violência, justamente pelo seu caráter pernicioso e extensivo, que permite ao infligidor adentrar à vida daquele que sofre a agressão. Segundo Slonge e Smith (2008, p. 147), o *cyberbullying* é o “*bullying que ocorre através de tecnologias modernas, e especificamente de telefones celulares ou da Internet*” e, conseqüentemente, com a colaboração ao agressor daqueles que estão em rede. Para Rodeghiero (2012, p. 38), essa rede se caracteriza por permitir e colaborar para a “*construção de uma personalidade ou mais a partir de uma página, e assim facilitam a multiplicidade de “eu”s dentro da rede*”. O *bullying*, então, tem

seu espaço de ocorrência no mundo aparentemente sem barreiras e fronteiras da internet, permitindo que o agressor possa, inclusive, camuflar sua identidade:

O *cyberbullying* não pode ser subestimado pelo fato de ser virtual, e não presencial. Na Internet os bullies inventam mentiras, espalham boatos, usam os mais diversos xingamentos para ofender a vítima, além de expor a pessoa através de fotografias (montagens ou não) e vídeos humilhantes. E a repercussão é ainda maior no bullying virtual, pois na Internet o conteúdo dessas mensagens, fotografias ou vídeos se espalha fácil e a imagem da vítima é manchada sem muito esforço por parte dos agressores. (RODEGHIERO, 2012, p. 78)

O fato de não precisar da intimidação pela força física ou do contato olho no olho, permite ao *cyberbullier* não contar com a vigilância de colegas, professores e, em muitos casos, até dos pais, que não acompanham de maneira mais ostensiva, o uso de redes sociais e recursos tecnológicos que os filhos utilizam, sejam estes vítimas ou agressores. Tais aspectos permitem ao *cyberbullier* não ser, necessariamente, aquele aluno com estereótipo ligado ao respeito pela força ou pelo medo. No *cyberbullying*, crianças e adolescentes podem ser afetados todo o tempo, sem garantia de que sua situação vexatória e traumática seja apagada, devido ao caráter de "cabeça de Hidra" da rede: basta um *print* de uma tela para que um conteúdo seja infinitamente compartilhado e repassado aos outros atores, usuários de uma rede social.

Conforme Recuero (2009), é possível observar certo padrão em praticantes de *cyberbullying*: quando meninos, tendem a proliferar mensagens de cunho sexual ou de ameaças de dano físico; quando meninas, estão mais frequentemente relacionadas à difusão de fofocas, mentiras e segredos ou, simplesmente, o incentivo à exclusão. A partir destes contextos, infelizmente, o *cyberbullying* se diferencia do *bullying*, em possibilidade de maior potencial destrutivo, já que não precisa da hostilização direta. Em muitas situações, o próprio caráter etéreo da rede social na internet, colabora para que tudo seja articulado sem que a criança ou adolescente saiba quais são os fatores de motivação que a transformam em vítima. Grupos são criados, fotos e comentários são compartilhadas e a vítima acaba tomando conhecimento desse trabalho feito por uma rede perversa de colaboração, apenas quando tudo já está muito articulado e propagado.

Nessa interação em rede, Olweus (2001) sinaliza para sete diferentes papéis no ato de *cyberbullying*: os estudantes que iniciam a ação, seus seguidores, apoiadores ou *cyberbulliers* passivos, apoiadores passivos ou possíveis *cyberbulliers*, espectadores não engajados, possíveis defensores e os defensores que reprimem a ação e defendem os vitimizados.

Todo e qualquer tipo de *bullying* carrega em si um caráter destrutivo que traz dor, isolamento, impotência, ansiedade, problemas de autoestima, depressão e, com frequência, pensamentos suicidas e, no caso do *cyberbullying*, a invasão da privacidade da vítima é aterradora, já que adentra lugares onde, normalmente, ela se consideraria a salvo e segura como, por exemplo, sua casa, seu quarto:

Na escola, o bullying tem uma turma, talvez boa parte da escola, observando as agressões cometidas. Já na Internet o número de pessoas que tem acesso a esse tipo de atitude é enorme e incontrolável, no momento em que se torna público. Ao fazer um vídeo agredindo a vítima moralmente, e postando este mesmo vídeo em um site como o YouTube, o *bully* passa a fazer de sua vítima o foco de olhares sem distinção alguma. O mesmo vídeo,

compartilhado no Facebook, tem uma multiplicação de visualizações enorme, seja considerando os mais de 900 milhões de usuários que existem na rede ou somente a média de 231 conexões que cada brasileiro usuário tem no site. Conhecendo a vítima ou não, quem tem acesso ao YouTube tem também acesso as informações publicadas ali em relação a ela. Este último exemplo também pode apresentar uma outra característica do cyberbullying: a invisibilidade, quando o autor publicante da mensagem bully quer a vigilância da vítima, mas não a sua própria. (RODEGHIERO, 2012, p. 79)

A criança e adolescente se tornam vítimas de uma violência na qual seus algozes conseguem se esconder em perfis falsos, anônimos, e sem qualquer temor de punição, dada a aparência de imaterialidade do ato de violência: sem socos, tapas ou puxões de cabelos, *cyberbulliers* não se consideram agressores; apenas críticos de um determinado jeito de ser, falar, vestir ou agir que não lhes agrada. Como apontam Slonje e Smith (2008), agredir com o uso de recursos tecnológicos dá ainda mais liberdade e sentimento de impunidade ao agressor.

O desmantelamento efetivo, portanto, da rede colaborativa que sustenta essa prática, não se sustenta com a aplicação de punições em casa ou a nível escolar, mas de uma trabalho de coalizão capaz de coibir tais ações, pela consciência de respeito ao outro e à empatia.

#### **4- Algumas considerações: o enfrentamento ao *cyberbullying***

Quando se discute sobre *cyberbullying*, dado o seu contexto de acontecimento, a impressão é de um fenômeno incontrolável, já que as tecnologias de informação e comunicação tem um avanço rápido e contínuo. Não é possível, também, negar a importância, benesses e contribuições que a tecnologia tem proporcionado ao homem contemporâneo, nos variados âmbitos de sua existência e que a escola têm ganhado em qualidade, em seus processos de ensino com uso de tecnologia.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de políticas de enfrentamento ao *cyberbullying*, que nada mais é do que o enfrentamento à violência e o fomento de políticas que colaborem para o desenvolvimento e incentivo à dignidade dos seres humanos, principalmente, às crianças e adolescentes.

A legislação vigente sobre de Proteção contra Crimes Virtuais (Leis 12.735/2012 e 12.737/2012) e as implicações criminais postas pelo Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) constituem a legislação comumente evocada nas situações em que casos de *cyberbullying* são levados à justiça. Apesar de serem leis consideravelmente recentes, estas ainda são consideradas insuficientes, pelos juristas, para coibirem o uso da internet para práticas criminosas, dentre elas, o *cyberbullying*. Esse fato, por si só, já caracteriza a necessidade de atenção para a constituição de um mecanismo de enfrentamento à problemática. Ainda sob esse aspecto, trazer ao conhecimento da comunidade escolar a discussão do tema é imperativa e tem a necessidade de ser ampliada para além de momentos como palestras ou discussões pontuais ao longo do ano letivo. O grau de utilização das tecnologias de informação e comunicação pela sociedade deve ter, em mesmo nível de importância, a conscientização não apenas sobre seu uso adequado mas, mormente, sobre as implicações legais destas sob práticas criminosas.

O *cyberbullying* é uma possibilidade de extensão do *bullying*, e extremamente nociva, e um cenário no qual pais e professores podem desempenhar papel preponderante para o enfrentamento desse tipo de violência, bem como para a proteção de crianças e adolescentes que, por sua vez, precisam conhecer as implicações positivas e negativas de

uso de seus computadores e celulares. Tão mais importante ainda que o desenvolvimento dessa consciência, é o estabelecimento de relações sociais fundamentadas no respeito à dignidade humana e às diferenças, condições que práticas apenas de caráter punitivo só podem intimidar. Quando crianças e adolescentes são colocadas em uma situação de entendimento da dimensão do ser humano e da condição *sine qua non* de que este deve ter seus direitos resguardados, toda e qualquer situação de violência passa a ser, conseqüentemente, coibida e evitada entre seus próprios grupos, como prerrogativa da própria vida.

## REFERÊNCIAS

MINAYO, M. C. S. Violência e educação: impactos e tendências. Revista Pedagógica, Chapecó, v.15, n.31, 2013. p 249-264. **Escola que protege** - enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLWEUS, D. **Peer harassment: a critical analysis and some important issues**. New York: Guilford Publications, 2001.

SLONJE, R. SMITH, P. K. **Cyberbullying: Another main type of bullying?** Scandinavian Journal of Psychology, v. 49. pp. 147-154, 2008.

## **QUANTO VALE A TERRA? Uma análise a cerca da relação de pertencimento da juventude com a comunidade Espírito Santo Localizada KM 08/ São Félix.**

SANTANA, Elina D. Zavasque F., Univerdidade de Brasilia, zavaskmaba@gmail.com.

### **Resumo**

O presente texto parte do relatório de pesquisa sócio- antropológica *Juventude do campo e suas transformações sócio ambientais: o caso da comunidade Espírito Santo*, construído a partir de visita de campo. A presente vila fica localizada no km 08, no Sudeste do Pará município de Marabá/PA, a margem esquerda do rio Tocantins. Pretende-se inicialmente sistematizar os dados em torno da questão central: A construção da Usina Hidrelétrica em Marabá/PA, e os impactos socioculturais na comunidade envolvente. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas e aberta, realizadas moradores, sendo eles: jovens e os idosos, os dados coletados proporcionaram analisar aspectos sobre a juventude do campo, especificamente da comunidade pesquisada. Os entrevistados serão enunciados no corpo do texto através de códigos. Tendo como objetivo analisar a relação de pertencimento da juventude com a comunidade Espírito Santo, tomando como referência a noção de território.

Palavras Chave: Juventude, Território e Impactos socioculturais.

### **Resumen**

El presente texto parte del informe de investigación socio-antropológica *Juventud del campo y sus transformaciones socioeconómicas: el caso de la comunidad Espírito Santo*, construido a partir de una visita de campo. La presente villa está ubicada en el km 08, en el sudeste de Pará municipio de Marabá / PA, a la margen izquierda del río Tocantins. Se pretende inicialmente sistematizar los datos en torno a la cuestión central: La construcción de la Usina Hidroeléctrica en Marabá / PA, y los impactos socioculturales en la comunidad circundante. Los datos fueron obtenidos por medio de entrevistas semiestruturadas y abiertas, realizadas a los residentes, siendo ellos: jóvenes y los ancianos, los datos recolectados proporcionaron analizar aspectos sobre la juventud del campo, especificamente de la comunidad investigada. Los encuestados serán enunciados en el cuerpo del texto a través de códigos. Con el objetivo de analizar la relación de pertenencia de la juventud con la comunidad Espírito Santo, tomando como referencia la noción de territorio.

Palabras clave: Juventud, Territorio e Impactos socioculturales.

### **Résumé ou Abstract**

Cette partie du texte du rapport de recherche socio-anthropologique de la jeunesse du terrain et son changement environnemental partenaire: le cas de la communauté Saint-Esprit, construit à partir de la visite sur le terrain. Ce village est situé à 08 km au sud-est de la ville de Pará Marabá / PA, la rive gauche de la rivière Tocantins. Dans un premier temps destiné à systématiser les données autour de la question centrale: La construction de la centrale hydroélectrique Maraba / PA, et les impacts socio-culturels sur la communauté environnante. Les données ont été recueillies au moyen d'entretiens semi-structurés et ouverts résidents menées, à savoir: jeunes et vieux, les données recueillies à condition d'analyser les aspects du domaine de la jeunesse, en particulier la communauté des

recherches. Les répondants seront exposés dans le texte par des codes. Le fait de devoir analyser la relation des jeunes appartenant à la communauté Saint-Esprit, en se référant à la notion de territoire.

Mots-clés: jeunesse, territoire et impacts socio-culturels.

## **Apresentação**

Tem-se no desenvolvimento do trabalho a contextualização das políticas desenvolvimentista do estado brasileiro a partir da década de 1970, logo após o histórico da vila elencando a discussão de territorialização; por conseguinte trago o conceito de juventude a partir de uma visão sociológica no sentido de compreender: a juventude como um conjunto social necessariamente diversificado, e não a juventude como termos etários (PAIS, 1990).

Apesar de reconhecermos a profundidade e a diversidade de exemplos concretos caros a essa discussão, trataremos a temática acerca de um estudo de caso, onde utilizaremos a voz do sujeito (entrevistas) como o principal protagonista da discussão. Logo após faremos uma apresentação da discussão ancorada em Pais (1990), a partir da noção de Juventude. Buscaremos ainda correlacionar com a noção de identidade (CUCHE, 1999) e território a partir de Haesbaert (2012). Com isso buscaremos compreender as relações de pertencimento/identificação da juventude com o território e das questões sociais emergentes.

Todos os fatores relacionados ao processo de identificação da juventude da vila espírito santo com seu território estão intimamente relacionados com as recentes transformações socioeconômicas que vem acontecendo na sociedade amazônica em decorrência da expansão do grande capital, e a constituição de uma poderosa articulação de interesses denominados de “nacionais”, que vem reconfigurando as relações dos diferentes sujeitos com o seu espaço.

## **Políticas desenvolvimentistas para a Amazônia e uma comunidade ribeirinha no caminho do “progresso nacional”**

A formação da vila Espírito Santo, na margem do rio Tocantins, se deu na década de 1970, a partir de setenta famílias migrantes de distintos estados. Mediante as dificuldades e em virtude das constantes enchentes provocadas pela cheias do rio Tocantins, decidiram migrar ainda na década de 1980 para uma localidade acima das margens, incentivados pelo então prefeito de Marabá, Aroldo Bezerra.

A década de 70 foi o período de descobertas das fronteiras e a padronização de desenvolvimento, por assim dizer, foi o ápice das políticas de distribuição de terras. A

amazônia foi tida como o cenário do desenvolvimento brasileiro incentivado pelo presidente Emilio Garrastazu Médice, tendo a amazônia como um “vazio demográfico”. A frase que sintetiza muito bem esse período é do próprio presidente: “*terras sem homem, para homens sem terra*”.

Lançando mão desse discurso foram implantados alguns projetos de integração da Amazônia ao restante do país, isto é, à região sul, dentre eles estão o Plano de Integração Nacional (PIN)<sup>1</sup> que tinha como objeto preencher o “vazio demográfico” existente na Amazônia, e com isso acarretando vários problemas ambientais e sociais. Com relação à normatização da ocupação da região, uma instituição foi especificamente implantada: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)<sup>2</sup>, que tinha como objetivo discriminar e organizar as terras ocupadas espontaneamente, e além disso, atuar na orientação dos migrantes que em função dos incentivos do governo federal, chegavam constantemente à região. No que diz respeito aos incentivos à vinda dos grandes proprietários do sul do país para a Amazônia é que foi pensada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)<sup>3</sup>, que viabilizava os investimentos no campo e os incentivos fiscais, derivando os grandes conflitos agrários, e grande parte das grilagens.

Essas ações do estado brasileiro tinham como objetivo a abertura da fronteira amazônica ao grande capital, buscando a adaptação e exploração dos recursos naturais pelas estruturas produtivas, e com isso, buscar o aumento das exportações. Essas ações eram tidas, na época, como marcas significativas de “progresso”. Nesse sentido, temos a fronteira como um elemento estrutural do crescimento econômico no Brasil.

Localizada na margem esquerda do rio Tocantins, em Marabá, sudeste do Pará, a vila Espírito Santo está inserida nessa fronteira do crescimento econômico. Trata-se de uma tradicional colônia de pescadores com aproximadamente 70 famílias, localizada próximo ao núcleo São Félix e rodeada de chácaras. Sua população vive, dentre outras coisas, da exploração das chamadas roças, hortas, pesca e do turismo<sup>4</sup>. As casas são de madeiras, taipa e alvenaria. Na vila há duas igrejas (uma católica, uma evangélica), um posto de saúde, uma escola de ensino fundamental que funciona sobre o método multisseriado, a

---

<sup>1</sup> Dentre os principais planos de desenvolvimento pensados para a região poder-se-ia citar o Plano de Integração Nacional (PIN), de junho de 1970; I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974) e II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979).

<sup>2</sup> INCRA e criação, e o número do decreto..

<sup>3</sup> Em 1996 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), instituída pela Lei 5.173, no governo de Castelo Branco em substituição à Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPEVEA), com o objetivo de promover o desenvolvimento da Amazônia gerando incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais.

<sup>4</sup> Turismo a cerca do *Veraneio* que é um festival que acontece nos meses de Junho/Julho.

aproximadamente 800m das margens do rio. Todos os quintais têm características rurais, por terem pequenas plantações distintas. A vila é uma dentre tantas outras que serão inundadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Marabá.

A Eletronorte<sup>5</sup> apresenta o projeto de construção da UH/Marabá na perspectiva de um progresso que lembra aquele padronizado ainda na década de 70, de forma que, segundo ela, o projeto virá a contribuir com o município e as comunidades circunvizinhas, tal qual o responsável pelos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTE e Estudo de Impacto Ambiental – EIA/RIMA CNEC Wörley Parsons apresenta:

“A construção trará aumento da arrecadação de tributos (ISS) em Marabá: ISS nos cinco anos de obra do AHE Marabá: estimado em R\$371.190.000,00”. Ampliação da oferta de trabalho na região: mão de obra para as obras: média de 7.500 trabalhadores (pico de 10.000); da região e de fora da região, empregos indiretos e de efeito renda: estimativa de 20.000 empregos. Ampliação da oportunidade de novos negócios. Ampliação de renda da população” (PARSONS, 2013, p. 44)

Apesar desse discurso que busca justificar a viabilidade do empreendimento pelo viés econômico, vale salientar que o paredão de concreto e aço vai rasgar a comunidade Espírito Santo ao meio, uma vez que é na mesma que será implantada o canteiro de obras da construção. Dito de outro modo: um lado vai virar barragem, o outro será canteiro de obras. Não vai ter espaço para ninguém morar. Fatalmente, grande parte dos moradores em especial a juventude vai acabar acumulando as periferias da cidade, muitos dos quais sem qualquer perspectiva e/ou experiência de trabalho na cidade, pois boa parte dos moradores são pescadores, agricultores ou aposentados.

Mas uma vez a desigualdade social vem se constituindo historicamente com uma relação de poder, marcada pela expropriação dos sujeitos de seus territórios tradicionalmente ocupados, e a sua realocação numa realidade (o urbano) com a qual os mesmos não possuem (ou pouco possuem) sequer algum vínculo, isto é pertencimento. Isso, via de regra, leva a uma marginalização social desses indivíduos frente a essa nova realidade desafiadora. Assim, o que se apresenta como problema para os moradores dessa comunidade.

### ***Tensões e Diálogo pela garantia de direitos: juventude, identidade e território.***

---

<sup>5</sup>Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletrobrás Eletronorte/ Construção e Comércio Camargo Correa S.A.

A compreensão de Juventude na qual esse trabalho se ancora é a partir das reflexões postas por Paes (1990): a juventude como uma construção social. A sociologia apresenta vários conceitos acerca da juventude: um deles é aquele de juventude é compreendida enquanto uma fase da vida. Ao longo do tempo, isso tem contribuído para que a sociedade venha estigmatizar os jovens. É nessa fase que a juventude é vista como um problema social pela sociedade contemporânea, mesmo eles estando em diferentes espaços, são generalizados acerca de um fenótipo: os jovens como os irresponsável e geradores de problemas sociais.

A juventude não pode ser categorizada como uma dada fase de vida, e sim como uma construção de relações de indivíduos que fazem parte de uma sociedade, pois existem várias culturas e identidades diferentes envolvidos nessa relação processual. Portanto não se pode considerar que os jovens possam ser universalmente iguais, padronizados, eles estão em uma fase de construção sociológica de diferentes juventudes. Para pensarmos a juventude nesta concepção é necessária uma “desconstrução da juventude como representação social (do senso comum) acabará por se revelar como uma construção sociológica - isto é, científica e necessariamente *paradoxo*<sup>6</sup>— da juventude.” (PAIS, 1990, p. 146).

No sentido de abordar o sentimento de pertencimento da juventude da vila Espírito Santo com o seu território buscaremos dialogar com algumas categorias de análise, dentre elas a noção de identidade, entendida aqui numa perspectiva *relacional e contextual*. Com isso buscaremos não apenas saber quem são eles (a identidade deles), mas é saber o que os levou a serem, como se definem e definem (constroem) o seu território (Constituição de tal identidade).

De acordo com Cuche (1999), a identidade é diferente de cultura: a identidade depende da sua vinculação com algo, ou seja, é uma construção social, a cultura depende de processos construídos inconscientemente (os costumes). A cultura é constituída de vários significados enquanto a identidade é construída a partir da interação social e cultural, ou seja, é a atuação social que defini a identidade. A cultura aparece aqui como uma categorização social, e nesse sentido tomaremos como referência as expressões “lá” e “aqui” enquanto indícios linguísticos que evidenciam um processo de identificação da juventude com a vila Espírito Santo. Portanto, “a identidade repousa então em um sentimento de fazer parte” (CUCHE 1999, p. 179)

---

<sup>6</sup> Paradoxa: refere-se a doxa às opiniões espontâneas e consuetudinárias. As massas dominantes

A identidade se constitui a partir de uma relação entre os grupos sociais, isso significa que ela não é homogênea, pois ela se constitui na diversidade propriamente dita, numa perspectiva relacional. É importante ressaltar ainda que neste contexto não existe dupla identidade e/ou aquele sem identidade, uma vez que “a identidade se constrói constantemente no interior das trocas sociais” (CUCHE 1999, p.183).

O importante não é apontar que os jovens da vila Espírito Santo supostamente ao migrarem conseqüentemente irão perder suas identidades, e sim que eles irão ressignificá-las e recriá-las. Uma vez que entendemos, segundo Cucho (1999, p. 183), que a “identidade existe sempre em relação a outra”, convém nos perguntarmos como estão sendo construída a identidade dos jovens do campo a cerca do território?

Ainda segundo Cucho (1999, p. 195) “a identidade em sua multidimensionalidade não perde a sua unidade”; ela é construída de uma relação oriunda de uma cultura individual, mesmo depois de uma construção mediante uma relação. Ela (a identidade) não tem um modelo padrão, pois ela se constitui no cerne da diversidade, enquanto processo relacional contextualizado, ou seja “a identidade se constrói, se desconstrói e se reconstrói segundo as situações” (CUCHE 199, p.198).

A partir dessa análise é possível afirmar que não existem sujeitos sem identidade, pois à medida que todos são produtos e fruto de alguma situação limite, (nesse caso, da ideologia desenvolvimentista do estado brasileiro construída historicamente) é que estão reconstruindo as suas identidades. Nesse momento de

reconstrução, que acontece um estranhamento de si frente ao outro, isto é, “estranhos em relação aos outros” (HALL, ano, p). Esse estranhamento é a estratégia de identificação deles mesmos, é a relação do eu pertenci e não irei, mas pertencer.

É a pré-condição do indivíduo com as coisas que os define. Tomando como referência Haesbaert (2011), o que explica a reconstrução da identidade dos jovens da vila Espírito Santo, uma vez que a sua relação é a de desterritorialização, sendo que “a desterritorialização nega a própria existência do espaço, visto até mesmo como um empecilho ao desenvolvimento” (HAESBAERT, 2011,p.364). O território é visto sempre como qualquer território funcionais de exploração. Ressalta-se, visto de forma errônea. É na relação com espaço envolvente que os indivíduos definem suas identidades, o seu ser, o seu querer ser. No entanto o território está envolvido no processo de ordem e desordem, de construção e desconstrução.

A desterritorialização é sempre a outra face, sempre ambivalente da construção do território, ou seja, esta acontecendo a desconstrução da identidade de um povo com a

desterritorialização da vila Espírito Santo. No entanto a identidade cultural dos sujeitos que lá residem, influenciara na reconstrução de sua identidade em outro espaço, em outra interação social.

A desterritorialização esta sempre a serviço do grande capital, sem considerar o que foi construído, o processo de construção de relação de pertencimento não é percebido enquanto parte de uma sociedade. “O território é efetivamente espaços de apropriação e identificação social, em cujas transformações nos sentíssemos efetivamente identificados e comprometidos” (HAESBAERT, 2011, p.369).

Estamos em crise de referenciais territoriais: reconstruímos as nossas identidades á medida que reconstruímos as nossas referenciais territoriais.

### **A (re) construção das identidades e o pertencimento da juventude da vila Espírito Santo ao seu território: “o Aqui e o Lá”**

A partir dessa busca de reconstrução de referenciais territoriais alguns moradores da comunidade que foram entrevistados, trazem em seus discursos algumas questões acerca do binômio “aqui” e “lá”, onde o primeiro diz respeito à vila Espírito Santo e o segundo a cidade, o outro lugar imaginário onde serão postos em função da construção da AHE de Marabá. Tal qual o Jovem entrevistado representa em seu relato:

“Nós que fomos criado *aqui*, nos tem essa liberdade. Nós pode viver do jeito que a gente quer[...] *Aqui* é o nosso paraíso[...] *lá* agente não sabe como vai ser[...] a escola *lá* não é boa[...] ninguém sabe como *lá* vai ser”

(A-01, entrevista realizada em 11/02/2014)

A fala do jovem de quinze anos traz uma série de incertezas acumuladas acerca do *Lá* traz o bom e o ruim de morar no campo. No entanto ele afirma que prefere ficar no *Aqui*, é o seu território que é bom, onde ele construiu uma identidade de liberdade, e o *Lá* se apresenta como o desconhecido, o estranho.

A incerteza predominante acerca da vida fora da vila Espírito Santo contribui na construção de uma identidade/relação de pertencimento que reconfigura o lugar em sua fala de “o paraíso”, o lugar que ele descreve é constituído enquanto seu território, aquele que fora tradicionalmente ocupado pelos fundadores da vila.

Vale ressaltar que a possível saída desse jovem do *Aqui* não o deixara “sem identidade”. Pois as certezas do *Aqui* e as incertezas do *lá* os levam a (re) construir as suas identidades/referencial territorial. Tal qual o entrevistado A-02 que tem aproximadamente 59 anos de idade, oriunda da segunda geração da vila relata:

“Nós não sabe para onde eles vão mandar agente[...]tem uns que já passaram por isso, falam por aí que colocaram eles em qualquer lugar[...] tomara que eles coloquem nós em um lugar assim, que seja tranquilo que nem aqui[...] que dê pra criar os nossos filhos[...] que de pra plantar”

(A-02, entrevista realizada em /11/02/2014)

A entrevistada A-02 expressa a sua extrema relação com o território, aceitando mudar, mas que seja para um espaço que ofereça a similarização do qual ela vive a duas gerações, uma vez que a desterritorialização provocada pela construção da AHE, não reconhece a relação dos sujeitos com o local em questão. É possível sim reconstruir a identidade, no entanto isso não ocorrerá de um processo de um relapso de amnésia<sup>7</sup>, mas sim de uma reconfiguração árdua de relação de espaço e identidade.

“Se eles colocar a gente lá, na rua, na cidade ai nossos filhos, não vai ter, a gente não vai ter o que a gente tem aqui. Ai nos vamos viver em uma casa preso, por que a gente sabe como é que tá as coisa hoje. Vai viver PRESO”. (A-03, fonte primaria/ 11/02/2014)

O A-03 ressalta que não o lá representa algo temeroso e que a sua identidade não é uma categoria, mas uma construção relacional, que é descrita pelo sentimento de apego a sua comunidade, relatando que não será igual se tiverem que migrarem do *Aqui para o Lá*. O *Aqui* já tem as características dos seus moradores como se fosse um pedaço de suas vidas que já estão entrelaçados, o *Lá* representa uma situação de imprecisão e estranhamento. O *Lá* não oferece a concepção de liberdade dada no território do *Aqui*. As indecisões e as inseguranças reconfiguram as novas identidades e referenciais territoriais

### **Considerações finais**

Tem-se percebido no decorrer do século XXI que a juventude, especificamente a juventude da vila Espírito Santo vem sendo estereotipada com uma categoria padronizada, a parti de um discurso etário, isso vem decorrendo outros fatores, dentre eles: a relação territorial e social que já não os identificam.

A juventude esta em crise de reconstrução de identidade por estarem envolvido em um processo de desterritorialização causada pelo grande capital.

---

<sup>7</sup> Amnésia segundo o Aurélio Buarque de Holanda 100 ano: é a perda parcial ou total da memoria

Para resolver o problema de desterritorialização, o sistema capitalista propõe uma pedagogia social, que vem os categorizando como o sem identidade, os que precisam apenas de um trabalho.

O território é mais uma vez (assim como na década de 70) visto apenas como um vazio demográfico, a disposição da união para a construção do dito “progresso”.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Rogerio H. da (Rogerio Haesbaert da), 1958 - O mito da desterritorialização do “fim dos territórios” á multiterritorialidade/ Rogério Haesbaert. – 7º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 396p.

CUCHE, Denys: A noção de cultura nas ciências Sociais/Denys Cucho, tradução de Viviane Ribeiro, - - Bauru: EDUSC, 1999, 256p.

Entrevistas cedidas por moradores da comunidade Espírito Santo no dia 11 de Fevereiro de 2014. A partir de uma visita de campo, realizada no VI Tempo Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

PAES, José Machado : A construção Sociológica da Juventude – Alguns Contributos. Análise Social, Vol. XXV, 1990

**PARSONS, Wörley:** os estudos do AHE marabá :Titulares do Registro Ativo na ANEEL e do Processo de Licenciamento Ambiental no IBAMA - **Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletrobras Eletronorte - Construção e Comércio Camargo Correa S.A./**Responsável pelos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTE e Estudo de Impacto Ambiental – EIA/RIMA **CNEC Wörley Parsons/Câmara municipal de vereadores de marabá** 23 de maio de 2013

## **Questão Agrária na formação em Educação do Campo no Estado de Rondônia**

Dério Garcia Bresciani, Universidade Federal de Rondônia, derio@unir.br;  
Ricardo Gilson da Costa Silva, Universidade Federal de Rondônia, rgilson@unir.br;  
Renata da Silva Nobrega, Universidade Federal de Rondônia, renatanobrega@unir.br;  
Willimis Alves Pereira, Universidade Federal de Rondônia, willimispereira@gmail.com;

### **Resumo**

O presente artigo tem por abordagem temática a questão agrária e a educação do campo, entre as quais é estabelecida uma inter-relação. A área que embasa este estudo é a Geografia Agrária, a partir da qual o texto se propõe desenvolver a análise da problemática posta. O objetivo intentado é analisar as contribuições da proposta de formação do curso de graduação em Licenciatura em Educação do Campo, na discussão da questão agrária. Esta Pesquisa tem como *locus* a Universidade Federal de Rondônia, especificamente o *Campus* do município de Rolim de Moura, situado na Região denominada Zona da Mata Rondoniense, localizada no estado de Rondônia que também é parte integrante da Amazônia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa pautando-se num estudo de caso. Quanto aos procedimentos metodológicos, executou-se como principais etapas, primeiramente uma consulta bibliográfica das fontes que tratam das temáticas da pesquisa, e posteriormente levantamento de dados a partir de fontes documentais, servindo como objetos de análise: o Projeto Pedagógico de Curso - PPC, Matriz Curricular, e o Ementário. As informações levantadas permitiram a construção das discussões desta pesquisa, que traz primeiramente uma análise dos conceitos centrais das temáticas desenvolvidas. Nos resultados são apresentados os fundamentos do curso de Educação do Campo tais como: o público a quem esta graduação se destina; sua perspectiva quanto à questão agrária; o *roll* das principais disciplinas com respectivos objetivos que diretamente consubstanciam a implantação desta proposta pedagógica, que objetiva ideologicamente, uma nova possibilidade de espaço agrário, construída no processo formativo. Por fim, são trazidas as considerações finais destas discussões com vistas a questão agrária.

Palavras-chave: Questão agrária; Educação do Campo; Camponeses.

## **Cuestión Agraria en la formación de Educacion en Estado Rondônia**

### **Resumen**

Este artículo es enfoque temático en materia agraria y campo de la educación, incluyendo una interrelación se establece. El área que apoya este estudio es la Geografía Agraria, de la que el texto se propone desarrollar el análisis de los problemas expuestos. El objetivo es traído a analizar la formación de la contribución propuesta de la carrera de Licenciatura en Educación Rural en la discusión cuestión agraria. Esta investigación tiene como locus de la Universidad Federal de Rondônia, en concreto el Campus de la Ciudad de Rolim de Moura, que se encuentra en la región llamada Rondoniense zona forestal, situada en el estado de Rondônia, que también es parte de la Amazonia. Se trata de una investigación cualitativa

guiada en un estudio de caso. En cuanto a los procedimientos metodológicos, que se lleva a cabo como etapas principales, principalmente a fuentes bibliográficas que se ocupan de las cuestiones de la investigación, y aún más la recopilación de datos de fuentes documentales, sirviendo como objetos de análisis: el diseño del curso pedagógico, matriz de golf, y disciplina de la planificación. La información obtenida permitió la construcción de las discusiones de esta investigación, que principalmente ofrece un análisis de los conceptos centrales de temáticas desarrollados. Los resultados se presentan las bases del campo de golf de Educación como el público al que está destinado este grado; su punto de vista sobre la cuestión agraria; el rol de las principales disciplinas con sus objetivos que encarnan directamente a la aplicación de esta propuesta pedagógica, que tiene como objetivo ideológico, una nueva posibilidad del espacio agrario, construida en el proceso de formación. Por último, se traen las observaciones finales de estos discusiones con vistas a la cuestión agraria.

Palabras clave: cuestión agraria; Educación rural; Campesinos.

## **Question Agrarian in Education Training of the Field in the State of Rondônia**

### **Abstract**

This article has as its thematic approach the question agrarian and the education of the field, between which an interaction is established. The area that underlies this study is Agrarian Geography, from which the text proposes to develop the analysis of the problem put. The objective of this study is to analyze the contributions of the undergraduate degree course in the field of education in the discussion of the agrarian question. This research has as locus the Federal University of Rondônia, specifically the Campus of the Municipality of Rolim de Moura, located in the Region called zone the woods Rondoniense, located in the state of Rondônia that is also an whole part of the Amazon. This is a qualitative research based on a case study. As for the methodological procedures, the main stages were carried out, firstly a bibliographical consultation of the sources that deal with the research topics, and later the collection of data from documentary sources, serving as objects of analysis: the Pedagogical Course Project - PPC, Curriculum Matrix, and the ementary. The information gathered allowed the construction of the discussions of this research, which first brings an analysis of the central concepts of the developed topics. In the results are presented the fundamentals of the Field Education course such as: the public to whom this graduation is intended; His perspective on the agrarian question; the roll of the main disciplines with respective objectives that directly consubstantiate the implantation of this pedagogical proposal, that ideologically aims, a new possibility of agrarian space, built in the formative process. Finally, the end considerations of these discussions are brought to the agrarian question.

Keywords: Agrarian question; Field Education; Peasants.

## 1- Abordando a temática

Uma problemática vem ganhando importância, a do desenvolvimento local/regional, suas razões e perspectivas. Um dos elementos principais do ordenamento territorial é a questão agrária, que apresenta as relações de poder, as potencialidades de produção e riqueza de uma determinada sociedade.

Identificando as características da questão agrária de uma determinada região, muito pode-se compreender sobre as possibilidades de desenvolvimento desta e dos caminhos que devam ser seguidos através das políticas públicas voltada ao espaço rural, visando as devidas correções para adequação do espaço agrário. Assim sendo, o curso de Educação do Campo torna-se socialmente relevante para os camponeses do estado de Rondônia para refletirem a própria realidade onde estão inseridos.

A política agrária adquire importância primordial na definição do padrão de desenvolvimento de uma sociedade, isto vem se manifestando nas questões relativas à reforma agrária, pois nos últimos tempos vem sendo uma das mais importantes bandeiras dentre as lutas pela transformação da estrutura das sociedades, como no caso de Rondônia. Essas discussões são suscitadas principalmente pelos movimentos sociais, porém os debates acerca da questão agrária têm sido direcionados com maior enfoque a Reforma Agrária, que não é o tema central desta discussão.

Ainda falando de políticas agrárias, esta pesquisa teve como alvo o curso de Licenciatura em Educação do Campo, oferecido pela Universidade Federal de Rondônia. Tal curso se origina dentro dessas políticas agrárias, podendo ainda ser entendido como uma política pública afirmativa que tem como objeto a formação de professores para atuarem em escolas do campo, de modo a garantir a permanência dos camponeses neste contexto, assim sendo, a compreensão da questão agrária é essencial para a reflexão a qual a formação se propõe.

Nesse sentido, é importante que a questão agrária e as particularidades do espaço agrário ocupado por esses alunos, sejam discutidos no decorrer da formação, uma vez que são alunos oriundos de diferentes locais do estado de Rondônia, para assim se construir um panorama da questão agrária no estado e qual o papel desse sujeito em formação diante deste processo. Para tal, esse artigo busca responder ao seguinte problema: qual a contribuição da formação oferecida pelo curso de Educação do Campo nas discussões questão agrária do estado de Rondônia?

## 2- Estrutura Fundiária e Questão Agrária

A expressão estrutura agrária significa a forma de acesso à propriedade da terra e à exploração da mesma, indicando as relações entre os proprietários e os que não são proprietários, a forma como as culturas se distribuem pela superfície da Terra e como a população se distribui e se relaciona com os meios de transporte e comunicação.

A estrutura fundiária é a forma de acesso à propriedade da terra, e o fator de explicação para distribuição da propriedade, sendo seu estudo relevante, porque dela vai depender a melhor compreensão da estrutura agrária. As soluções para o problema agrário brasileiro, a Reforma Agrária e a colonização, por exemplo, derivam do estudo da estrutura agrária.

A concentração fundiária é um fenômeno que acontece normalmente paralelo ao da mecanização das atividades agrícolas. Caracteriza-se por uma sucessiva concentração de latifúndios em áreas que antes eram ocupadas por pequenas propriedades. Conforme Silva (1981, p. 22):

Esse aumento do grau de concentração fundiária, seja da posse, seja da propriedade da terra, deveu-se em parte à política de ocupação da fronteira amazônica através das grandes empresas pecuárias, deslocando a pequena produção agrícola, como já dissemos anteriormente.

O conceito “questão agrária” tem sua gênese nos debates travados no interior do movimento operário europeu na passagem do século, procurando esclarecer como se dava a penetração do capitalismo no campo e buscando apontar estratégias para uma aliança do movimento operário com o campesinato, na luta para derrubar as estruturas feudais prevalentes no meio rural. Para Silva (1981, p. 22):

Evidentemente não é bem um “ressurgimento da questão agrária”, pois ela não foi resolvida anteriormente. De um lado, ela havia sido esquecida ou deixara de ser um tema da moda da grande imprensa. Do outro lado - da parte daqueles que não a podiam esquecer, porque a questão agrária faz parte da sua vida diária, os trabalhadores rurais - ela fora silenciada.

Atualmente há uma retomada destas discussões, o termo vem sendo utilizado no âmbito das ciências sociais e pelos organismos e instituições internacionais, que se preocupam com a problemática do atraso, sobretudo no sentido de discernir e apontar saídas para os gravíssimos problemas da crescente miséria e do subdesenvolvimento que caracterizam o setor rural dos países periféricos.

Stedile (2012, p. 640 e 641) nos aponta que:

Hoje há um entendimento generalizado de que a “questão agrária” é uma área do conhecimento científico que procura estudar, de forma genérica ou em casos específicos, como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, o uso, a posse e a propriedade da terra. Essas três condições possuem características diferentes, ainda que complementares.

Fernandes (2001, p. 50) por outro lado define questão agrária “como o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”. Desta forma percebe-se um debate sobre a questão agrária, e que são de certa forma a problemática da estrutura fundiária caracterizada pela concentração de terras, evidenciando a necessidade da Reforma Agrária, conforme Stedile (2012, p. 641) utiliza-se da argumentação que:

É frequente, porém, encontrar-se ainda na literatura especializada da economia política a terminologia “questão agrária” apenas como sinônimo de “problema agrário”, estando esses problemas agrários reduzidos à existência ou não da concentração da propriedade da terra como fator inibidor do desenvolvimento do capitalismo.

Por outro lado, partindo da análise da obra *Questão agrária no Brasil* do autor Prado Junior (1979), pode-se apontar alguns elementos pertinentes à discussão sobre a questão agrária, que são: Produção agrícola, pecuária e extrativista; Estrutura fundiária; Luta pela

terra realizada por movimentos sócio-territoriais; Conflitos no campo; Políticas governamentais voltadas ao campo; Dinâmica populacional; Relação rural urbano.

Pode-se então perceber que cada sociedade tem uma forma específica de usar a natureza, de organizar a produção dos bens agrícolas. Sendo assim, a análise da questão agrária abarca três categorias: uso, posse e propriedade. Para entender o conceito envolvido nestas três categorias toma-se como base os escritos de Stedile (2012, p. 641)

... o uso vai determinar que produtos são cultivados, para atender a que necessidades sociais e que destino se dá a eles. A posse da terra refere-se a quais pessoas e categorias sociais moram em cima daquele território e como vivem nele. E a propriedade é uma condição jurídica, estabelecida a partir do capitalismo, que garante o direito de uma pessoa, empresa ou instituição que possua dinheiro-capital comprar e ter a propriedade privada de determinada área da natureza, podendo cercá-la e ter absoluto controle sobre ela, impedindo que outros a ela tenham acesso.

Essa visão de questão agrária e essas categorias citadas fazem parte da proposta de estudos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo uma vez que conhece-las implica na própria formação do pensamento reflexivo dos acadêmicos desse curso.

Trata-se, portanto, de conhecer a própria realidade daqueles que vivem no na área rural. Essa preocupação gira em torno de como os que vivem no campo podem também usufruir de uma educação de qualidade permitindo a estes que não precisem se deslocar da área rural para a área urbana, e ainda possam ter uma formação que contribua para a sua permanência no campo.

### **3- Aporte metodológico**

Conforme Michel (2005, p. 51-52), a metodologia científica compreende um conjunto de etapas e materiais a serem utilizados, para realização de uma pesquisa, afim de que se chegue a resultados que possam ser válidos enquanto estudos científicos. Assim sendo, é estabelecido um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que levarão o pesquisador a atingir seus objetivos.

Para a execução desta pesquisa, realizou-se no primeiro momento um levantamento de fontes teóricas de estudos já realizados sobre o assunto através de pesquisas bibliográfica, em que buscou-se um apanhado das principais discussões e opiniões pertinentes a Questão Agrária relacionada a Educação do Campo.

Esta Pesquisa está voltada a uma análise de dados que procuram qualificar um determinado grupo e questão social. Trata-se portanto de uma pesquisa qualitativa acerca das temáticas estudadas. Sua noção está baseada no que aponta Oliveira, conforme conceitua a autora:

“Entre os mais diversos significados, conceituamos abordagens qualitativas ou pesquisa qualitativa como sendo um processo de reflexão através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentado de forma descritiva.” (OLIVEIRA, 2007, p.37).

Para Oliveira, todos os fatos são importantes, e devem ser devidamente trabalhado usando as técnicas corretas que a metodologia científica nos oferece conforme demonstrado abaixo. Nesta perspectiva, conforme Alves e Mazzotti (1999, p.147), ao contrário do que ocorre com as pesquisas quantitativas, as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos. Muitos autores até mesmo criticam o seu uso nas ciências humanas e sociais, por considerarem que não oferecem uma rigorosidade exigida pelas ciências de inspiração positivista. Sendo assim,

As pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Podemos dizer, entretanto, que observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos são os mais utilizados, embora possam ser complementados por outras técnicas. (ALVES-MAZZOTTI, 1999, p.163)

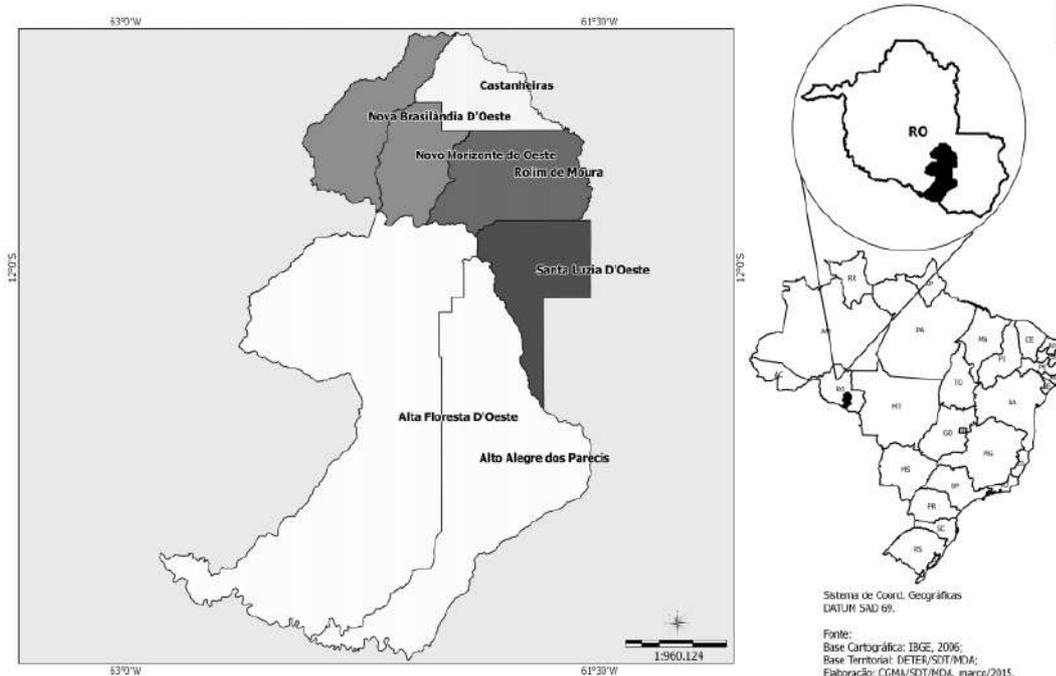
Tendo em vista, as contribuições que esta técnica metodológica permite, e sua ampla utilização no âmbito das pesquisas qualitativas, esta pesquisa terá como caso de estudo da questão agrária discutida no curso de formação para camponeses, que serão público alvo do projeto de graduação pesquisado. Tomou-se como suporte a esta pesquisa o uso de fontes documentais para extrair os elementos para análise dos resultados pretendidos, como no caso o Projeto Pedagógico de Curso - PPC, Matriz Curricular, e o Ementário das Disciplinas.

#### **4- A Educação do Campo no Campus de Rolim de Moura – Rondônia**

O município de Rolim de Moura está localizado em uma região privilegiada, sendo considerada Capital da Zona da Mata, conforme mapa logo abaixo. Esta região abrange os municípios de Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste e Santa Luzia D'Oeste, além de no raio de 100 km estar próximo de municípios como Cacoal, Pimenta Bueno, São Miguel do Guaporé, Presidente Médici e Ji-Paraná.

Está região representa mais da metade das áreas de produção agrícola do estado. Além disso, Rolim de Moura vem se firmando como pólo educacional no Estado de Rondônia no setor agropecuário, ganhando importância inquestionável na geração e difusão do saber, conhecimento, ciência e tecnologia.

A região de Rolim de Moura está inserida num ambiente geográfico formado por solos de baixa a média fertilidade e condições ambientais, ecológicas e sociais favoráveis à implantação e desenvolvimento de uma agricultura diversificada como culturas de café, cacau, feijão, milho, soja, arroz, mandioca, espécies frutíferas, pastagens e sistemas silvipastoril. Destacando-se ainda a pecuária de corte e leite, com numeroso rebanho que contribui para o abastecimento do mercado consumidor regional, nacional e para exportação. Entretanto, quando comparada com as regiões produtoras do Brasil, as médias de produtividade do estado são consideradas baixas. Apresenta também pastagens em estágios avançados de degradação, além de áreas que apresentam problemas relacionados a manejo e conservação do solo e água.



Inserido nesse contexto e visando atender à crescente demanda de profissionais altamente capacitados para analisar e atuar nos problemas de diferentes dimensões. Desta forma, o curso de Educação do Campo contempla a realidade econômica e social no contexto regional e educacional do estado, região e município

A educação do campo tem conquistado lugar nas políticas públicas deste país atualmente. Essas políticas vêm como resposta aos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores do campo, essa modalidade educacional traduz uma nova percepção em relação ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, favorecendo a particularidade das lutas de classe em prol da educação. Em oposição à ideia de camponês e de rural como modelo atrasado, a proposta de educação do campo preza pelos saberes da ação social dos camponeses e ressalta o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da gênese de um novo modelo de reprodução social voltado ao desenvolvimento sustentável. Seguindo esse pensamento Caldart (2012, p. 257) nos aponta que:

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.

Nesta perspectiva, o *Campus* de Rolim de Moura, ao longo dos anos tem como compromisso atender os povos do campo, atuando junto aos movimentos sociais do campo do Estado de Rondônia na busca de resolver os problemas da formação de profissionais para o campo, em que a maioria não possui habilitação em nível superior. Respondendo a

esse compromisso, e cumprindo à função social que cabe às instituições de ensino superior, a UNIR aprovou o Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo e sua proposta pedagógica visa, além de outras finalidades, promover a titulação dos professores nas áreas afins, valorizar o espaço tempo rural camponês, conhecer melhor a relação homem natureza, caracterizar as potencialidades socioeconômicas do lugar, compreender a questão agrária como parte constitutiva da vida no campo e, principalmente, ter capacidade de reflexão crítica sobre a forma de produção existente no espaço tempo rural, desta forma, de acordo com Caldart (2012, p. 261):

Ainda que a Educação do Campo se mantenha no estrito espaço da luta por políticas públicas, suas relações constitutivas a vinculam estruturalmente ao movimento das contradições do âmbito da Questão Agrária, de projetos de agricultura ou de produção no campo, de matriz tecnológica, de organização do trabalho no campo e na cidade. E as disputas se acirram ou se expõem ainda mais quando se adentra o debate de conteúdo da política, chegando ao terreno dos objetivos e da concepção de educação, de campo, de sociedade, de humanidade.

Assim, o curso cumpre sua função social de oportunizar o aumento de vagas no ensino superior público, gratuito e de qualidade para a região, contribuindo decisivamente para a formação profissional com qualidade científica, cultural, política e técnica, voltada para a realidade do camponês, ofertando-se inicialmente 180 vagas. Para Molina e Sá (2012, p. 466):

A organização curricular desta graduação prevê etapas presenciais (equivalentes a semestres de cursos regulares) ofertadas em regime de alternância entre tempo escola e tempo comunidade, tendo em vista a articulação intrínseca entre educação e a realidade específica das populações do campo. Esta metodologia de oferta intenciona também evitar que o ingresso de jovens e adultos na educação superior reforce a alternativa de deixar de viver no campo, bem como objetiva facilitar o acesso e a permanência no curso dos professores em exercício.

A partir desta citação, convém destacar a que a formação oferecida, em consonância com a realidade socioeconômica e cultural específica das populações do campo do estado de Rondônia, se desdobra nas habilitações: Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais.

## **5- Público a ser atendido**

Esta o curso de Educação do Campo enquanto política pública tem como público alvo dentro de um categoria geral os diferentes personagens do campo presentes no espaço rural rondoniense. Ao analisar o proposta pedagógica encontra-se que:

O público a que se destina esse curso é composto por assentados e acampados da reforma agrária, ribeirinhos, pequenos agricultores, remanescentes de quilombolas, indígenas, seringueiros, pescadores, “pequenos produtores”, assalariados rurais, dentre tantos outros

camponeses. Estes povos até então tiveram acesso a uma educação inferiorizada, urbanizada e com professores sem formação de licenciatura plena, principalmente nas áreas que será oferecido o curso.

Conforme a citação acima, retirada do texto da proposta pedagógica do curso, podemos entender que no geral o público a ser atendido são os camponeses do estado de Rondônia. Porém, estes camponeses estão subdivididos em 11 categorias diferentes, cada uma com uma peculiaridade conceitual diferente. Um fator comum que se pode encontrar entre eles é a relação entre terra produção, subsistência.

Pode se perceber a partir destas diferentes categorizações, que existe uma complexa dinâmica em relação a estas populações. Logo podemos concluir que a questão agrária a ser discutida perpassa por este mesmo leque composto por realidades às vezes distintas e até mesmo antagônicas, mas, que no geral demonstram justamente a diversidade cultural produzida pela agricultura camponesa que está diretamente ligada ao próprio campesinato enquanto estrutura social.

A agricultura camponesa têm significativa importância na atual economia brasileira e municipal, pois são responsáveis pela produção de grande parte dos alimentos consumidos pela população da cidade, como verduras, legumes, feijão, dentre outros. É feita pela mão-de-obra familiar que geralmente possuem uma pequena parcela de terra onde é feita esta produção. Em alguns casos a produção é destinada, à subsistência da família, sendo os excedentes comercializados em locais como pequenas feiras, mercados e entidades. Para Carvalho e Costa (2012, p.26):

Agricultura camponesa é o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre e alocação de trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação.

Tal ideia nos mostra que neste modelo existe uma especificidade bem característica que vão desde modo de produzir e que se relaciona com a vida comunitária, seja na forma de relação com o meio natural, a uma ênfase ao local e regional. As propriedades de produção camponesa tomam como fator central a reprodução social dos envolvidos, sendo esses os integrantes do grupo familiar que se organizam numa lógica diferente das empresas capitalistas, que estão pautadas no trabalho assalariado e na geração de lucro em primeiro lugar, neste caso tomamos a subsistência da família como primordial.

Para Carvalho e Costa (2012), camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação.

Esta relação de produção familiar associada a vida em comunidade cria uma condição que difere este modelo dos demais, nesta questão o conceito de camponês ganha caráter coletivo e então possamos a trabalhar com a lógica dos campesinato. De acordo com Carvalho e Costa (2012, p. 113):

Campepinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no

contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado.

Desta forma, precisamos compreender esse modelo de produção pelas suas peculiaridades, através de uma visão capaz de romper o paradigma do atrasado e do moderno que se constitui nessa questão. Pois estamos tratando de um modelo de organização de trabalho que justamente foge a lógica capitalista, ou ainda pode ser visto como contrário a ela.

## 6- Contribuições da proposta pedagógica nas discussões da questão agrária

Ao se debrassar diante da matriz curricular direcionou-se o olhar para a relação teoria e prática das diferentes disciplinas propostas para o curso. As disciplinas abaixo elencadas foram selecionadas a partir de um recorte da matriz curricular do curso. Os critérios para escolha destas se deu por serem as mais voltadas à temática discutida neste artigo, ou seja, a questão agrária embutida na formação pensada como proposta deste curso de graduação. As disciplinas listadas tem direta ligação teórico conceitual com essa questão agrária que se pretende no processo, definir, entender e transformar pelo caráter ideológico do curso.

<b>DISCIPLINAS</b>	<b>Tempo Universidade - Carga horaria</b>	<b>Tempo Comunidade - Carga horaria</b>	<b>Total da Carga horária</b>
História das Relações Humanas com a Terra e a Questão Agrária No Brasil	50	30	80
Antropologia do Homem do Campo	50	30	80
Educação do Campo	50	30	80
Agricultura Camponesa e Sustentabilidade	50	30	80
Os Agrotóxicos e o Meio Ambiente	50	30	80
Ecologia	50	30	80
Agricultura alternativa	50	30	80
Sociologia dos povos do campo e da floresta	50	30	80
Bioética	50	30	80
Biotecnologia e as Necessidades Humanas	50	30	80
Fundamentos e Práticas de intervenção no Campo	50	30	80
Etnociência e saberes da terra (Optativa)	50	30	80

Tabela 1 – Fonte: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Sistema Integrado de Gerenciamento Universitário – SINGU. Organizado por

BRESCIANI, Dério Garcia.

Como pode se perceber a partir da Tabela 1, a peculiaridade pedagógica desse curso, a metodologia da Pedagogia da Alternância, pelo qual ele se constitui de dois tempos educativos: o tempo Universidade (TU) com carga horária de 50 horas/aula e o Tempo Comunidade (TC) com as 30 horas restantes da carga horária total da disciplina, prevendo inclusive nesta etapa o acompanhamento direto do professor responsável através da ida *in loco* nas comunidades de origem dos acadêmicos. O que se espera é que durante a formação o aluno não perca vínculo ou se afaste do campo, mas que ao contrário faça um movimento de trazer experiências para as discussões teóricas e em contrapartida levar novos conhecimentos para aplicar na vida cotidiana da propriedade e comunidade.

Cabe destacar, que os cursos de Educação do Campo oferecidos no país ainda não contam com Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs, que estabeleçam um padrão formativo. Esse fato garante as Universidades uma flexibilidade no sentido de pensar uma formação que atenda as demandas dos camponeses do seu entorno.

Essa flexibilidade também se coloca como desafio, a medida que para garantir uma formação que de fato dialogue com a realidade e que possa gerar conhecimentos aplicáveis, é essencial que os formadores sejam capazes de compreender os dinâmicos problemas sob os quais os egressos devem ser apoderados intelectualmente para intervir.

Logo abaixo na tabela dois são elencadas as ementas das disciplinas que foram anteriormente citadas. As ementas servem como uma previsão de quais conteúdos ou debates serão desenvolvidos no cursar de cada uma das disciplinas. A partir dessa informação fica claro o tamanho da missão que este curso implica a universidade, professores, alunos e todos os envolvidos neste processo formativo.

DISCIPLINAS	EMENTA
História das Relações Humanas com a Terra e a Questão Agrária No Brasil	O homem como o ser que cuida de si e da terra. O trabalho e as diversas formas de organização do homem em sociedade nas diferentes partes do planeta; movimentos sociais, no Brasil e no mundo. O campesinato e a questão agrária; Os movimentos Sociais, a identidade de classe e o surgimento das diversas entidades de luta: os sindicatos operários e camponeses e as centrais sindicais; Reforma social e reforma agrária; Revolução Social e Revolução Agrária; As condições essenciais para a preservação da vida na terra e para resolver a questão agrária.
Antropologia do Homem do Campo	Antropologia: conceito, objeto e método. Antropologia cultural. Conceito de cultura. Teorias da evolução. Evolução cultural e biológica do ser humano. Dimensões antropológicas do ser humano: parentesco-família, trabalho, política, economia, artes, religião. Cultura Brasileira e processos educacionais. Diversidade cultural no Brasil. Raízes históricas e sociológicas do campesinato; A identidade cultural e de classe do homem do campo; Riqueza e miséria: proprietários e operários do campo; os movimentos sociais do homem do campo;. Imperialismo e globalização da cultura.

	Preconceitos de classe quanto às diferenças culturais.
Educação do Campo	Conceito de educação e diferenças entre as vivências no campo e na cidade; diferenças e semelhanças culturais advindas das influências advindas das relações sociais em dos espaços escolares e não escolares; cultural de toda a atividade educativa; o olhar antropológico sobre a educação; educação diferenciada em realidades distintas; formas de socialização e aprendizagem das comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas na Amazônia. Conceito de cultura. Cultura e sociedade no contexto amazônico. A legislação brasileira e a educação diferenciada. Identidade cultural e educação. Racismo e demais preconceitos criados a partir das diferenças de classe social. Povos indígenas, camponeses, ribeirinhos e quilombolas de Rondônia e Educação. Educação do Campo e Movimento Camponês.
Agricultura Camponesa e Sustentabilidade	Caracterização da agricultura camponesa. Concepção de camponês. Usos e abusos da terra no contexto da realidade do campo. Refletir sobre as práticas conservacionistas e de preservação da terra. Formas de cultivo da agricultura camponesa.
Os Agrotóxicos e o Meio Ambiente	Mudanças físicas e químicas no meio ambiente; Principais grupos químicos dos agrotóxicos; Dinâmica de agrotóxicos no ambiente; Remediação da contaminação ambiental; Uso de agroquímicos e segurança alimentar; Noções de segurança individual e coletiva no uso de agroquímicos.
Ecologia	Níveis de organização dos seres vivos: célula, tecidos, órgãos, sistemas, organismos, populações, comunidades, ecossistemas e biosfera. Conceitos ecológicos básicos: habitat, ecossistema, nicho, guilda, biosfera, Lei do mínimo. Fatores Limitantes. Valência ecológica. Crescimento e flutuações nas populações naturais. Seres vivos e energia: fotossíntese e respiração; produtores e consumidores: fluxo de energia; cadeias e teias alimentares. Energia e materiais na Biosfera: ciclo da matéria: ciclos biogeoquímicos e reciclagem de nutrientes na Amazônia. Seres vivos e os ambientes aquático e terrestre. Fundamentos de ecologia, enfocando aspectos de morfofisiologia, comportamento e evolução a nível de organismos em ambientes aquáticos e terrestres. Distribuição e adaptações dos seres vivos em função dos fatores ecológicos. Interações nas comunidades. Sucessão ecológica. Tipos de sucessão. Comunidade clímax. O ambiente amazônico. Regiões biogeográficas

	brasileiras. Impactos ambientais: extrativismo vegetal, animal e mineral. Poluição. Empobrecimento do solo. Desmatamento. Queimadas. Grandes projetos na Amazônia. Manejo de recursos naturais renováveis. A preservação da biodiversidade da Amazônia e a criação de unidades de conservação.
Agricultura alternativa	Redes Sociais e Econômicas Locais. Conhecer conceitos acumulados pelas Ciências Sociais sobre a problemática da Agricultura Familiar a fim de interpretar processos sócio-culturais observados nas situações concretas. Integrar conteúdos de várias áreas do conhecimento na perspectiva da pesquisa e desenvolvimento que buscam compreender e intervir nos processos sociais com fundamentação técnico-científica.
Sociologia dos povos do campo e da floresta	As correntes da sociologia rural. O meio rural e a organização social. Relação entre meio rural e urbano. Relação entre meio ambiente e sociedade; Impactos sociais da modernização na agricultura e dos grandes projetos de desenvolvimento rural. Desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável. Agricultura familiar e agricultura integrada. Movimentos sociais no Campo. O agronegócio, a transgenia e a degradação da natureza; A questão do latifúndio e do minifúndio. As políticas públicas e a degradação da natureza; Destruição/preservação da natureza. A questão ambiental na Amazônia e na América Latina. O camponês pobre e o operário do campo.
Bioética	Conceito, origem e evolução da Bioética; a bioética e as questões do nascimento, da vida e da morte; as produções da ciência, da tecnologia e suas implicações para a vida humana, animal e vegetal; a bioética e as questões sociais; bioética e cultura; bioética e a questão ambiental.
Biotecnologia e as Necessidades Humanas	Tecnologia e terapias preventivas: vacinas, prevenção de DST e planejamento familiar. Tecnologia e saneamento urbano. Tratamento de resíduos urbanos líquidos e sólidos e saúde populacional. Melhoramento genético. Produtos transgênicos. Tecnologias de conservação de alimentos, como salga, defumação e refrigeração. Implicações para a saúde. Aditivos alimentares. Aditivos e saúde. Corantes alimentícios. Aspectos estéticos e saúde. Fecundação animal e humana — <i>in vitro</i> . Aspectos sociais, econômicos e afetivos. Clonagem de mamíferos. Ética e clonagem.
Fundamentos e Práticas de intervenção no Campo	Princípios e métodos de pesquisa-ação. Reconhecimento de grupos e problemas das realidades locais em conjunto com a população do

	campo e com impulso democrático. Diagnóstico e mapeamento das realidades das comunidades nas quais os estudantes estão inseridos. Elaboração de projetos de intervenção prática naquelas realidades. Aplicação dos projetos nas comunidades.
Etnociência e saberes da terra (Optativa)	A crise de paradigmas na Ciência Moderna e a valorização dos conhecimentos tradicionais. Estudo dos saberes tradicionais das populações extrativistas, indígenas, ribeirinhos e remanescentes de populações Quilombolas. Reconhecimento das práticas de cura e religiosidade. Práticas agrícolas e educativas tradicionais. Legislação de acesso aos recursos genético Patentes. Biopiratarias.
Tabela 2 – Fonte: Ementário do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Disponível em: <a href="http://www.educampo.unir.br/arquivo">http://www.educampo.unir.br/arquivo</a> . Organizado por BRESCIANI, Dério Garcia.	

Em vistas dos objetivos propostos pelo curso em contribuir para efetivação da inclusão social ao formar professores Licenciados para o atuarem no Ensino Fundamental e Ensino Médio, em consonância com a realidade socioeconômica e cultural específica das populações do campo. Para tanto, formular uma matriz curricular que abarque as diferentes necessidades formativas e as expectativas dos movimentos sociais e pessoas que contribuíram na construção histórica deste curso, desperta para o paradigma de quais disciplinas seriam adequadas para comporem esta formação. Diferentes professores da universidade desenvolveram essas discussões até se chegar a matriz curricular que melhor atendesse a meta posta.

Atualmente a matriz que está em andamento já passa por reformulação considerando as experiências e o amadurecimento de todos os envolvidos na proposta no que tange ao perfil do curso. Os desafios de integrar ensino, pesquisa e extensão e junto a isto atender as especificidades metodológicas da alternância por meio da efetivação dos tempo formativos TU e TC, cobram um maior dinamismo do planejamento do curso para conciliar o tripé da universidade a concepção metodológica considerada ideal para andamento formação.

Como pode se observar claramente na tabela 2, as disciplinas selecionadas por contribuírem diretamente para uma discussão da questão agrária pode ser classificadas em 3 grandes grupos de competências interrelacionados que são: compreender as demandas sociais rurais; contribuir com conservação do meio ambiente pensado na perspectiva amazônica; refletir sobre a educação do campo atualmente oferecida e como esta pode ser transformada agregando esses conhecimentos para uma nova relação campones e terra.

Como se pode perceber na ementa de cada disciplina, as discussões se ampliam e muito, os professores acabam por ter um árduo trabalho para dar conta de esgotar as temáticas que não podem deixar de ser abordadas. Como sempre ao final do curso o que se espera é que o aluno seja capaz de juntar as diferentes partes (disciplinas) para constituir a sua capacidade reflexiva diante do todo (curso/formação).

Para garantir a eficácia da formação aponta para a necessidade de integrar as disciplinas e refletir sobre os objetivos postos em suas ementas construindo a inter-relação destas, e assumindo a reflexão que estas propiciam no âmbito da questão agrária. Pensar de que maneira estas podem contribuir com um novo olhar dos futuros egressos deste curso sobre sua própria realidade. Que projeto de Campo e espaço rural, e as intencionalidades que estas têm configuram. Qual a ênfase dada as peculiaridades amazônicas da formação oferecida a estes sujeitos. A atuação dos movimentos sociais por meio dos acadêmicos que

integram estas organizações. Todas essas questões se colocam como paradigmas a serem amplamente pesquisados para uma melhor condução do curso.

## 7- Considerações finais

Longe de esgotar as abordagens da questão agrária, o texto apenas cumpre seu papel em apresentar uma visão sobre a mesma aplicada no contexto específico do curso de Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia. Cabe dizer que o curso atualmente está em andamento e vem cotidianamente, por meio do trabalho coletivo buscando superar as barreiras que surgem no percurso de oferecer uma formação aos camponeses considerando “suas realidades”.

Os resultados esperados desse curso são ambiciosos, e poderão produzir uma mudança de vida individual e comunitária na sociedade rondoniense, em especial aos que vivem na zona rural e almejam poder contribuir com a sua formação com a melhoria das condições de vida no campo.

Esta pesquisa será continuada no sentido de buscar ainda identificar o perfil, e conhecer a questão agrária dos camponeses alunos da Licenciatura em Educação do Campo da UNIR *Campus* Rolim de Moura e perceber dentro das perspectivas da formação quais mudanças serão promovidas na vida desses acadêmicos pelo trabalho da Universidade.

Ainda é longo o caminho e muitas são as transformações que se fazem necessárias no campo de Rondônia, mas com certeza a educação é um primeiro passo. São urgentes e necessários estudos que apontem qual a real questão agrária do estado.

A graduação de Educação do Campo enquanto curso superior universitário abre dentro das suas prerrogativas um amplo leque de discussões que precisam fomentar pelas vias do ensino, da pesquisa e da extensão, a construção, a aprendizagem e difusão de novos conhecimentos que possibilitem aos camponeses que estarão direta ou indiretamente ligados a esta formação compreender seu próprio modo de vida e percebê-lo como uma lógica que não precisa se adequar e nenhum outro modelo.

É preciso valorizar os aspectos adequados deste modo de vida e combater as interferências externas que tentam alterar este modelo de organização produtiva.

## 8- Bibliografia

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; Paulo ALENJETANO, *et al* (Org.) Dicionário de Educação no Campo. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 257-265.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil ; ALENJETANO, Paulo, *et al* (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2 ed. 2 reimp. 2014. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Horacio Martins; COSTA, Francisco de Assis. **Agricultura Camponesa**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; Paulo ALENJETANO, *et al* (Org.) Dicionário de Educação no Campo. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 26-32.

CARVALHO, Horacio Martins; COSTA, Francisco de Assis. **Campesinato**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; Paulo ALENJETANO, *et al* (Org.) Dicionário de Educação no Campo. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 113-120.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: conceito e temas**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 15-48.

FERNANDES, Bernardo. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.  
GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: conceito e temas**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 49-76.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.

GRAZIANO, J. & STOLKER, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.  
MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2005.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. **Licenciatura em Educação no Campo**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; Paulo ALENJETANO, *et al* (Org.) Dicionário de Educação no Campo. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 466-472.  
PRADO JUNIOR, Caio . **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: conceito e temas**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 77-116.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; Paulo ALENJETANO, *et al* (Org.) Dicionário de Educação no Campo. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 257-265.

## REDE ORGANIZACIONAL SOLIDÁRIA DE COLETORES DE CASTANHA-DA-AMAZÔNIA

Felipe Pinheiro dos Santos, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia; Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD/UNIR)

[felipepinheiro1422@gmail.com](mailto:felipepinheiro1422@gmail.com)

Rozangela Gomes Ferreira, Instituto Federal de Educação do Estado de Rondônia  
Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD/UNIR)

[rozangela.ferreira@ifro.edu.br](mailto:rozangela.ferreira@ifro.edu.br)

Mariluce Paes-de-Souza, Universidade Federal de Rondônia, Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD/CEDSA/UNIR) [mariluce@unir.br](mailto:mariluce@unir.br)

Theophilo Alves de Souza Filho, Universidade Federal de Rondônia, Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD/CEDSA/UNIR) [theophilo@unir.br](mailto:theophilo@unir.br)

**Tema: Dinâmicas Socioeconômicas e Ambientais**

### RESUMO

A existência de redes e estruturas multicêntricas, as quais englobam atores e organizações diversificadas tem requerido observação cada vez mais frequente. E quando se envolve uma atividade extrativista de subsistência do caboclo amazônico, bem como da castanha e da própria floresta, os vínculos e redes assumem relevância para a manutenção do equilíbrio e repulsa da entropia do ambiente. Este estudo tem como objetivo analisar a rede organizacional solidária dos coletores de Castanha-da-Amazônia em um distrito do município de Porto Velho/RO, e como objetivo específico, busca descrever essa rede organizacional solidária e propor alternativas para fortalecer os vínculos entre os coletores de Castanha-da-Amazônia de um distrito de Porto Velho/RO e os demais elos da rede. O aporte teórico sobre redes organizacionais solidários, economia solidária e cooperação sustentou a pesquisa. Como procedimento metodológico utilizou-se a ferramenta *Publisher Perish* para verificar os estudos mais citados que englobam o tema deste trabalho, e ainda, pesquisa de campo com entrevista semi-estruturada. Os resultados demonstram que a existência de uma rede organizacional solidária possibilitaria aos coletores de Castanha-da-Amazônia empoderamento coletivo, o que ocasionaria maior barganha durante a negociação com os atravessadores, e conseqüentemente, estenderia essa rede para toda a cadeia de valor da castanha, beneficiando de maneira direta toda a coletividade envolvida.

**Palavras-Chave:** Amazônia. Castanha da Amazônia. Redes Organizacionais Solidárias.

### ABSTRACT

*The existence of multicenter networkings and structures, which encompass diversified actors and organizations has required an increasingly unremitting observation. And when an extractivist activity of subsistence of the amazonian caboclo, as well as of the chestnut and the own forest is involved, the bonds and networkings assume relevance for the maintenance of the balance and repulsion of the entropy of the environment. This study aims to analyse the solidarity organizational networking of the collectors of Castanha-da-Amazônia in a district of the municipality of Porto Velho/RO, and as a specific objective, seeks to describe this organizational networking of solidarity and propose choice options to strengthen the links between collectors of Castanha-da-Amazônia of a district of Porto Velho/RO and the other links of the networking. The theoretical contribution is based on organizational solidarity networkings, solidarity economy and cooperation. As a*

*methodological procedure, the Publish or Perish tool was used to verify the most cited researchs that encompass the theme of this work, as well as field research with a semi-structured interview. The results demonstrate that the existence of a solidarity organizational networking would allow the Collector of the Castanha-da-Amazônia collective empowerment, which would lead to greater bargaining during the negotiation with the middlemen and, consequently, would extend this networking to the entire value chain of the chestnut, benefiting in a direct way the whole community involved.*

**Key words:** *Amazônia. Castanha-da-Amazônia. Organizational Solidarity Networkings*

## 1. Introdução

O agrupamento de espécies é representado por bandos, cardumes, alcateias ou qualquer outro tipo de coletivo. E no que se refere ao envolvimento de indivíduos com outras pessoas ou organizações, as respectivas redes de relacionamento aumentam em função de vínculos constantes, os quais precisam ser realimentados e ininterruptamente fortalecidos para serem mantidos.

Tem-se observado cada vez mais frequente a existência de redes e estruturas multicêntricas, as quais englobam atores e organizações diversificadas, porém vinculadas ao estabelecimento e manutenção de um mesmo objetivo, com formas de gestão compatíveis entre si (FLEURY, 2002). Nesse viés, a organização passa a ser compreendida como um potencial ator devido aos relacionamentos interorganizacionais (FREEMAN, 2003; FASSIN, 2009; ERPEN, 2013; MAIA, 2008), que sobressaem o ambiente para adquirir transações macro sistêmico.

Para as organizações, sejam formais ou informais, que lidam com o ambiente amazônico, não se apresenta grande diferença entre as relações de indivíduos com indivíduos e indivíduos com organizações. No entanto, quando se envolve uma atividade extrativista de subsistência do caboclo amazônico, bem como da castanha e da própria floresta, os vínculos e redes assumem relevância para a manutenção do equilíbrio e repulsa da entropia.

A importância de obter entendimento e compreensão do conceito de redes organizacionais solidárias se ocasiona não somente pela disseminação do seu significado nos relacionamentos interorganizacionais, mas também por acreditar que o estabelecimento dessas estruturas multicêntricas sociais resulta em progresso coletivo que beneficiaria economicamente os coletores de castanha e toda a cadeia de valor, além de potencializar a sustentabilidade para com o ambiente em que se encontram.

Considerando essa tessitura, indaga-se: De que forma uma rede organizacional solidária beneficia os coletores de Castanha-da-Amazônia em um distrito do município de Porto Velho? Para responder esta questão tem-se como objetivo geral analisar a rede organizacional solidária dos coletores de Castanha-da-Amazônia em um distrito do município de Porto Velho/RO, e de maneira mais específica, busca descrever essa rede organizacional solidária e propor alternativas para fortalecer os vínculos entre os coletores de Castanha-da-Amazônia de um distrito de Porto Velho/RO.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Redes Organizacionais Solidárias

As pessoas usaram vagamente a ideia de redes sociais durante mais de um século para representar conjuntos complexos de relacionamentos entre os membros dos sistemas sociais, do interpessoal ao internacional (WASSERMAN e FAUST, 1994). O Autor relata que em 1954, J. A. Barnes começou a usar o termo sistematicamente para denotar padrões de laços, conceitos tradicionalmente usados pelo público comum, e aqueles usados pelos cientistas: grupos limitados (tribos, famílias) e categorias sociais (sexo, etnia).

Jacobi (2000) enfatiza que quando os diversos e multifacetados atores sociais se mobilizam em torno de temas que afetam o dia a dia, há um reforço na colaboração e solidariedade, os quais se tornam instrumentos eficazes para a ação e experimentação de novos métodos de resolução de problemas. Segundo o autor, o engajamento desses atores está geralmente associado a questões concretas, imediatas, ou que afetam elevados valores éticos.

Para Balestrin e Vargas (2004, p.2) "a configuração em rede promove ambiente favorável ao compartilhamento de informações, de conhecimentos, de habilidades e de recursos essenciais para os processos de inovação". Corroborando com essa ideia, Neto e Truzzi (2004, p.2) afirmam que "o grande número de fusões, aquisições, coproduções, alianças estratégicas e *joint ventures* mostra a importância da perspectiva das redes para explicar a nova estrutura de relações entre os atores econômicos".

Wasserman e Faust (1994) conceituam uma rede social como:

Uma estrutura social composta por indivíduos (ou organizações) chamados "nós", que estão vinculados (ligados) por um ou mais tipos específicos de interdependência, como amizade, parentesco, interesse comum, troca financeira, antipatia, relações sexuais ou relações de crenças, conhecimentos ou prestígio. A análise da rede social considera as relações sociais em termos de teoria da rede, consistindo de nós e laços (também Bordas, links ou conexões). Os nós são os atores individuais dentro das redes, e os laços são os relacionamentos entre os atores. As estruturas gráficas resultantes são muitas vezes muito complexas. Pode haver muitos tipos de laços entre os nós (WASSERMAN e FAUST, 1994, p. 4).

O autor salienta que pesquisas em vários campos acadêmicos mostraram que as redes sociais operam em muitos níveis, os quais podem incluir desde as famílias até o nível das nações. Essas redes desempenham um papel determinante na forma com a qual os problemas são resolvidos, as organizações funcionam e o nível em que os indivíduos envolvidos sucedem em conseguir seus objetivos (WASSERMAN e FAUST, 1994).

Diversos autores concordam que ainda não há um consenso no que diz respeito à conceituação do termo redes. O amplo escopo conceitual do termo rede proporcionou seu interesse por crescente número de pesquisadores na área de ciências sociais. (BALESTRIN e VARGAS, 2004).

Nesse sentido, Olave e Neto (2001) ressaltam que:

Embora a composição de redes, alianças e de novas formas organizacionais esteja sendo vista como uma estratégia dos dirigentes das firmas face à turbulência e complexidade do ambiente organizacional, não existe uniformidade de conceitos para defini-las (OLAVE e NETO, 2001, p. 2).

Fleury (2002) explica que o termo rede tem sido utilizado entre diversas disciplinas, dentre as quais a psicologia social, que elenca características estruturais relacionadas ao tamanho, densidade, composição, dispersão, homogeneidade e funcionamento. Coadunando com o autor, Neto e Truzzi (2004, p. 2) afirmam que: “atualmente, o conceito de redes é utilizado por vários campos de estudos como a antropologia, a Ciência Política, a Sociologia e os Estudos Organizacionais”. Para os autores, não há como negar a abrangência e a subjetividade do termo redes. De acordo com Balestrin (2010, p.3) “o mundo ainda não vive o apogeu da sociedade em rede, descrita por Castells (1999); mas alguns fatos recentes demonstram sua ascensão”. Em nenhum outro momento a cooperação e as redes receberam tanto interesse quanto atualmente (BALESTRIN, 2010).

## 2.2 Cooperativismo e Rede de Colaboração Solidária

Os socialistas utópicos foram os idealizadores primitivos do cooperativismo revolucionário, enquanto que mais especificamente na Inglaterra, e nos Estados Unidos, as aldeias cooperativistas foram estabelecidas no século XIX. Contudo, grande destaque recebeu o conceito de solidarismo e voluntarismo através da representatividade que teve a queda do muro de Berlim (LECHAT, 2002), o que faz entender que tais significados são atemporais e permeiam pelos relacionamentos humanos.

Mance (2005) corrobora com o horizonte temporal ao relatar que, no término dos anos 1990, a integração solidária metamorfoseou a economia solidária em uma possibilidade de desenvolvimento sustentável com base nos sistemas de redes solidárias. Lechat (2002) afirma que os fenômenos sociais não têm uma nascente específica, mas resulta de uma dialética histórica entre inúmeras variáveis.

As redes de colaboração solidária estão se mostrando como um caminho coletivo pelo qual se poderá superar a sociedade estritamente capitalista, evidenciando a justiça e a solidariedade como valores basilares (SCHNORR, 2004).

Em consonância com os autores citados, os integrantes de uma rede se unem em torno de um objetivo comum. Nesse sentido, torna-se imprescindível a presença de ações colaborativas e solidárias entre os participantes. Em um nível mais atomizado, depreende-se que nas redes existe enorme heterogeneidade entre atores, recursos e instituições, mas Fleury (2002) argumenta que essa diversidade se conecta pela existência de elementos comuns, gerando flexibilização, integração e interdependência.

Schnorr (2004) ressalta que o maior desafio ainda é obter uma compreensão da complexidade que o significado do termo rede abrange, considerando que novos atores entrantes encontram formas inovadoras de organização (FLEURY, 2002), as quais evoluem consoante seus ambientes (OLIVEIRA, 2009). Ou seja, a rede requer então compatibilidade entre os componentes dentro de um ambiente de mobilização contínua de recursos devido ao entorno social e político (FLEURY, 2002).

Gray e Wood (1991) definem colaboração como um processo, através do qual, diferentes partes, vendo diferentes aspectos de um problema podem, construtivamente, explorar suas diferenças e, procurar limitadas visões. Para os autores, a colaboração ocorre no momento em que um grupo de *stakeholders*, com domínio de um problema, se interage, usando divisão de papéis, normas e estruturas, com o intuito de agir ou decidir questões relacionadas ao problema (GRAY e WOOD, 1991).

Lechat (2002) exclama que solidariedade advém de “uma deformação da palavra latina *solidum* que, entre os juristas romanos, servia para designar a obrigação que pesava sobre os devedores quando cada um era responsável pelo todo, *in solidum*”.

Tem se observado que o desdobramento de empreendimentos solidários está ocorrendo de maneira tão extensa que a rede a qual interliga os diversos vértices dessa

malha estão concedendo à economia solidária uma perspectiva de produção tida como não capitalista (GAIGER, 2006), afastando o conceito de valor como relevância determinada por um único ser e o ampliando para uma significação oriunda da comunidade.

Para Mance (2001), as redes solidárias não são utopias. Ele afirma que essa realidade já está presente em inúmeros lugares, nas práticas mais diversas centradas na solidariedade, que visam promover as liberdades responsáveis e enfrentam as diversas formas de opressão, exclusão e injustiças. Prossegue:

Na construção da democracia horizontal, trata-se de avançar no fortalecimento e expansão de redes solidárias, na criação de novas redes com esse caráter, na sua integração colaborativa com outras tantas em âmbitos locais, regionais e globais, acolhendo as diversidades que não reneguem as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. Em seu atual estágio de organização e crescimento essas redes demonstram o potencial de superar estruturas opressivas e excludentes das sociedades contemporâneas (MANCE, 2001, p. 14).

Segundo o autor, a maioria das organizações que trabalha nesse campo necessita encadear as conexões necessárias para que a sinergia gerada por essa integração seja potencializada. Continua afirmando que: “O avanço coletivo dessa consciência [...] capaz de fazer emergir essa nova consistência é, todavia, parte integrante do próprio processo em curso da revolução das redes” (MANCE, 2001, p. 14).

## **2.3 Redes Organizacionais Solidárias e Economia Solidária**

Para Gaiger (2006) o fenômeno da economia solidária guarda semelhanças com a economia camponesa. Neste sentido, Lechat (2002) acredita que esse conceito estava imerso no significado de economia informal ou popular. Não obstante, resta nítido que o surgimento de uma rede solidária é um processo natural (REIS, 2014), o que não quer dizer que seja uma rede com interconexões mundiais em que a economia dita as regras.

Busca-se, então, interligar empreendimentos solidários em uma dinâmica de retroalimentação, crescimento síncrono, autossustentável e oposta ao capitalismo, construindo uma nova formação social e diminuindo a necessidade de transações comerciais com organizações capitalistas tradicionais (MANCE, 2005; SCHNORR, 2004; AMORIM ET AL, 2013).

Reorganizar socialmente as ações de produção, comércio, consumo, finanças, serviços e desenvolvimento tecnológico é o objetivo principal da economia solidária (MANCE, 2005). Por isso o autor afirma que as práticas que envolvem economia solidária enfatizam a participação coletiva, a cooperação, a autogestão, a democracia, a auto sustentação, a promoção de desenvolvimento humano e da equidade de gênero.

Com esse entendimento Gaiger (2006) ressalta que o espírito solidário se distingue da racionalidade capitalista - que não é solidária e inclusiva - e da solidariedade popular comunista - desprovida dos instrumentos adequados a um desempenho socioeconômico que não seja circunscrito e marginal.

Percebe-se uma unidade entre o uso e a posse dos meios de produção. O labor consorciado beneficia o próprio trabalhador, possibilitando um entendimento mais amplo do sistema produtivo, em que o valor agregado pelo operário se transforma em qualidade de vida para o próprio produtor. Esse horizonte permite uma economia voluntária - não dependente - aos beneficiários das redes solidárias (LECHAT, 2002).

Neste contexto Schnorr (2004) explica que toda atividade de organização, produção e consumo, por exemplo, contribui para qualificar a rede como um todo, melhorando a

capacidade de mobilização. Mesmo assim, o vínculo solidário indubitavelmente sofre variação, podendo alcançar desde exclusivamente os indivíduos até a socialização dos meios de produção de uma cooperativa pautada na autogestão (GAIGER, 2006).

Mance (2005) também relata que o objetivo de redes de economia solidária busca integralizar empreendimentos solidários de comércio, produção, serviços e consumo, além de integrar as mais diversas organizações sociais, reinvestindo coletivamente para que se possa fortalecer as existentes e criar novas organizações, remodelando solidariamente tanto as cadeias produtivas quanto toda a cadeia de valor.

Logo, a economia solidária pode ser então ação com capacidade o suficiente para fazer emergir novas oportunidades de inserção social, responsabilidade, ajuda mútua, fortalecimento do desenvolvimento local de forma autossustentável, e claro, equidade e fortalecimento (SILVA ET AL, 2013).

Desse ponto de vista, pauta-se a economia solidária na existência de atores desiguais economicamente (LECHAT, 2002), haja vista a imprescindibilidade do meio onde a cadeia-rede é caracterizada pelo entrelaçamento de atores distintos, mas envolvidos uns com os outros e pelos laços de solidariedade de todo o sistema.

## **2.4 Cooperação e Redes Organizacionais Solidárias**

Considerando o contexto de cooperação e das redes organizacionais solidárias Gaiger (2006) salienta que a autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza, explicitando a ascensão do proletariado no atendimento de suas necessidades elementares, porém, ainda insuficiente para promover a integralidade entre as relações hierárquicas da sociedade.

No entendimento de Olave e Neto (2001) a cooperação oferece a possibilidade de dispor de tecnologias e reduzir os custos de transação relativos ao processo de inovação, aumentando a eficiência econômica e, por consequência, aumentando a competitividade. As cooperações podem ser observadas e vivenciadas tanto em redes coletivas quanto em territórios empresariais. A esse respeito, Neto (1999) corrobora:

Em síntese, pode-se constatar que a cooperação torna-se necessária quando as empresas, ou mesmo as pessoas individualmente, têm um desafio que não pode ser atendido por elas sozinhas. A necessidade de aumentar a flexibilidade, qualidade, velocidade e número de entregas confiáveis, faz com que se possa pensar no potencial de promoção das redes de cooperação inter-empresas e das cooperativas, de uma forma geral (NETO, 1999, p. 108).

Devido a essa necessidade de ajuda mútua existente numa rede, a qual pode ser elencada com um de seus aspectos mais importantes, a cooperação torna-se vital para a consecução de suas atividades. Balestrin e Vargas (2004) citam as principais características de uma rede de cooperação: (1) são integradas por firmas situadas geograficamente próximas; (2) os atores integrantes operam em segmento específico de mercado; (3) as relações entre as firmas são horizontais e cooperativas, prevalecendo mútua confiança; (4) a rede é formada por indeterminado período de tempo; e (5) a coordenação da rede é exercida a partir de mínimos instrumentos contratuais que garantam regras básicas de governança.

Em conformidade Gaiger (2006), enfatiza dizendo que as novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral, se não fossem pessoas que buscam a maximização de rendimentos e redução de gastos através

de ações coletivas porque entendem que a colaboração pode catalisar o viés econômico em benefício estritamente individual.

Há, contudo seres que detêm comportamentos sociais e não esperam retribuição (FERNANDES, 2014). Assim, acredita-se na probabilidade de ascensão e desenvolvimento de redes organizacionais solidárias, alicerçando-se no pensamento compartilhado de que a cooperação e a solidariedade ainda são valores de alguns seres humanos.

Infere-se que o viés solidário, e não competitivo, de redes faz com que a ação coletiva engrandea a ação do indivíduo de maneira recíproca (SCHNORR, 2004), amadurecendo relações horizontais que favorecem o diálogo até mesmo com o Estado e seus atores políticos tidos como representantes da coletividade (FLEURY, 2002).

Nesse contexto, Schnorr (2004) elenca a autopoiese, a intensividade, a extensividade, a diversidade, a integralidade, o fluxo de valor, o fluxo de informação, o fluxo de matérias, a agregação e a realimentação como propriedades básicas de redes de colaboração solidária, representando, em suma, um constructo social em que o amadurecimento das relações coletivas faz surgir tais características de modo natural.

Além disso, as redes de cooperação solidárias tendem a representar uma nova perspectiva de luta nos movimentos sociais para a transformação da coletividade através da geração de novos eixos de produção e consumo, promovendo o crescimento orgânico da economia solidária (MANCIE, 2005; SCHNORR, 2004).

## **2.5 Redes Organizacionais Solidárias em um Viés Sustentável**

Observa-se que o comércio solidário e o comércio justo internacional podem catalisar a economia solidária, desde que as redes organizacionais tenham pontos de interligação com grupos de aquisição e consumo solidários e preveja o consumo crítico como oportunidade, o que está de acordo com o caráter transnacional descrito por Fleury (2002), cujas transações comerciais ultrapassam os limites fronteiriços.

O que se almeja é um processo cíclico em que a distribuição de riqueza potencialize o consumo solidário e a criação de novos empreendimentos comunitários, alcançando um equilíbrio dinâmico, cenário o qual esboça o paradigma da abundância descrito por Mancie (2005).

Para Mancie (2005), a solidariedade econômica em estratégias de rede tem se mostrado a melhor forma de gerar soluções coletivas de sustentabilidade, tendo em vista que essas experimentações de dignidade e equidade engrandecem o enfoque cognitivo e humano do indivíduo (GAIGER, 2006), fazendo com que a compreensão de conceitos sustentáveis seja materializada em ações comunitárias.

O que se apresenta, então, é a capacidade que o solidarismo detém para converter a essência elementar de uma nova racionalidade econômica, na qual os rendimentos extrapolam o viés econômico (GAIGER, 2006) e consequentemente abarcam espaços ambientais e sociais.

Nesse contexto, a perspectiva estrutural considera o posicionamento do ator dentro da rede, além da capacidade de influenciar e ser influenciado, além de focar na densidade, na centralidade e na conectividade (FERNANDES, 2014). De outro modo, a força do elo estabelecido e a sua intensidade diz respeito à perspectiva relacional de análise de redes, evidenciando a confiança entre os agentes, no sentido coletivo (FERNANDES, 2014; REIS, 2014).

Isto remete a discussão de laços de confiança e redes organizacionais solidárias, considerando que um conjunto de empreendimentos aglomerados socialmente indiscutivelmente possui ligações - diretas ou indiretas - entre alguns membros da rede, sendo que a quantidade de conexões de um determinado ator especifica o nível de

centralidade que este possui perante a rede (REIS, 2014). Depreende-se que a escala de centralidade que um indivíduo ou organização possui, revela uma posição estratégica para esse ator perante o seu ambiente (ERPEN, 2013; REIS, 2014).

Souza Filho *et al* (2014) entendem que os empreendimentos comunitários estarão rodeados por *stakeholders*, *stakewatchers* e *stakekeepers*, o que indica relações de trocas e formação de laços. Esses laços representam uma série de interesses egocêntricos orientados de modo holístico para o coletivo, então, um nível mínimo de entrelaçamento, alicerçado em relações de confiança, torna-se imprescindível para o funcionamento efetivo da rede (TAUILE, 2002).

Diante disso, realizar um bom diagnóstico do ambiente em que a rede está inserida é imprescindível para que a rede interconecte os vértices com as arestas adequadas a sua dimensão estrutural a fim de que se tenha maior conectividade e intensidade entre os atores e recursos. Além disso, Tauile (2002) clarifica que a identificação de um mínimo de interesses comuns por parte dos agentes que compõem a rede solidária pode alavancar seu esforço coletivo.

As relações de confiança, a similaridade de comportamentos e a submissão dos atores às mesmas normas evidenciam a densidade das redes e o nível de consenso no sistema social (FERNANDES, 2014; REIS, 2014), ratificando a importância de um elo confiável entre agentes inter-relacionados. Erpen (2013) afirma assim que a confiança entre os agentes econômicos dentro dos *clusters* deve ser enfatizada pela sua relevância em uma rede.

Seguindo esse pensamento, Fernandes (2014) afirma que a confiança induz à cooperação, e a cooperação gera confiança. A ligação ocasionada por algum ator entre redes distintas apresenta o nível de intermediação, o qual geralmente está atribuído ao agente, e raramente de um cluster componente da rede (REIS, 2014). Ou seja, por mais comunitária que seja a rede, o indivíduo ganha força ao representar a coletividade na qual ele faz parte.

Até mesmo os espaços econômicos das fatias de mercado referente às organizações solidárias são fortalecidos pelo estabelecimento de laços de confiança e pela prática de trocas entre as empresas e seus clientes (GAIGER, 2006). Nesse ambiente multi-relacional, a rede organizacional solidária se configura por expressar um conjunto de empreendimentos econômicos solidários (PAES-DE-SOUZA ET AL, 2013).

Além disso, a globalização em sua essência exige laços sociais fortes e dinâmicos, o que torna possível verificar que a formação de cadeias produtivas em rede impacta a capacidade de competição e possibilidade de inserir-se em mercados nacionais e de exportação (AMORIM ET AL, 2013; SILVA ET AL, 2013), uma vez que a crescente diferenciação do tecido social cria novos processos de coordenação organizacional específicos (FLEURY, 2002).

Neto (1999) entende que as tradicionais relações conflituosas, cederam espaço para as relações baseadas na confiança, a qual é de fundamental importância no mundo dos negócios, pois todas as transações econômicas envolvem risco, tanto no sentido de fraudes, quanto em relação aos imprevistos dos acontecimentos futuros. Riscos estes que, se não controlados, podem atrapalhar a concretização de negócios que poderiam trazer benefícios a todas as partes envolvidas.

## 2.6 Redes Organizacionais Solidárias e suas Interconexões

Para a organização manter-se competitiva, a legitimidade da questão social adquire importância fundamental, o que confere existência e validade aos empreendimentos sociais

no ambiente da rede (AMORIM, 2013). Depreende-se que a preocupação coletiva se torna um atributo qualificador no mercado local e mundial.

Em congruência, Mance (2005) aponta que conforme as redes locais de economia solidária crescem e se interligam nacional e internacionalmente, a cooperativa - como reunião de indivíduos e elemento da rede - reorganiza o ambiente, estabelecendo relações verticalizadas, formando verdadeiras cadeias de produção, ou horizontalizadas - formando redes, de acordo com Amorim *et al* (2013).

Cabe destacar que a articulação de uma cadeia produtiva depende das estratégias dos atores que almejam maximizar os seus retornos, especificando relações de interdependência, complementariedade e conseqüentemente orientadas por forças hierárquicas (SOUZA FILHO *ET AL*, 2014). Composto-se de atores variados que agregam valor fundamental em cada vértice da cadeia produtiva, amplia-se, segundo Amorim *et al* (2013), para uma cadeia de valor com princípios alicerçados no reconhecimento, conhecimento e colaboração (FLEURY, 2002).

Empreendimentos solidários com base na associação de trabalhadores e com um modelo de gestão cooperativo destacam a alternativa encontrada para alguns grupos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento (GAIGER, 2006).

Nos empreendimentos solidários os proletários empregam o capital, enquanto que no sistema capitalista o capital emprega os trabalhadores (GAIGER, 2006). O reconhecimento representado pela aceitação de estar em rede, o conhecimento do ator o qual se está em constante relacionamento e a colaboração mútua não representam o capitalismo, mas sim o solidarismo cooperativo.

Compreende-se, então a imprescindibilidade, não de dois, mas de somente um caminho tanto para a ida quanto para o retorno de conceitos e práticas, de *inputs* e *outputs* relacionados - construindo essa malha de tecidos sociais chamada de redes solidárias, possibilitando ao campo organizacional estruturado responder às incertezas do entorno (AMORIM, 2013).

Apesar de todo esse contexto isonômico de maturidade social e solidarismo, Gaiger (2006) salienta que o pensamento cooperativo ainda não está distribuído em toda a rede organizacional, declarando o caráter incompleto da emancipação do trabalho solidário. Entretanto, percebe-se o amadurecimento e o compartilhamento dos conceitos relacionados à solidariedade perante os membros de todos os agrupamentos, sejam em países orientais ou em comunidades coletoras de castanha.

### 3. METODOLOGIA

Primeiramente, utilizou-se da ferramenta *Publish or Perish* para verificar os estudos mais citados que englobam o tema deste trabalho. Realizou-se a pesquisa informando o tema Redes Organizacionais e Solidárias no campo *All of the Words*, então os dados foram exportados para o *software* Excel a fim de filtrar os resultados, bem como verificar estatisticamente os dados resultantes da pesquisa.

Com os dados consolidados no Excel, filtrou-se somente os trabalhos disponíveis em PDF, no campo *type* excluiu-se as citações, os resultados em formato *html* e *doc*, além de desconsiderar os livros e as os tipos que não tinham preenchimento específico, ressaltando que essa exclusão buscou os resultados com maior possibilidade de acesso integral.

Tendo em vista a regionalidade deste estudo e sua respectiva congruência com o Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Rondônia (PPGA/UNIR), buscou-se nas dissertações disponíveis no sítio eletrônico do referido

programa as quais contenham em seu título uma das três palavras-base do tema deste trabalho - Redes Organizacionais Solidárias - seja no plural ou singular.

Cabe ressaltar que a delimitação das dissertações do PPGA se orienta ainda por Kuhn (2006) ao destacar a importância de conhecer as crenças e os paradigmas que são compartilhados por uma determinada comunidade científica, o que tende a direcionar o discurso dessa comunidade, sem, todavia, uniformizá-lo.

Percebeu-se que alguns autores ganhavam evidência entre os trabalhos, os quais foram buscados e analisados para compor este artigo almejando entender pensamentos originários a respeito da temática Redes Organizacionais e Solidárias.

Para coleta de dados fez-se pesquisa de campo sendo realizada entrevista semiestruturada almejando delimitar o cenário das respostas para contribuir diretamente com a consecução dos objetivos da pesquisa, como também possibilitar aos entrevistados o estabelecimento de interligações entre assuntos e contextos a fim de não atrofiar o horizonte dos respondentes.

Cabe evidenciar que foram entrevistados o representante de uma entidade governamental local responsável por planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, a líder dos coletores de castanha da Amazônia no distrito em questão e um coletor de castanha que possui outras atividades extrativistas, atribuindo-lhes as letras A, B e C, respectivamente.

Os respondentes e os pesquisadores estavam organizados em um formato de mesa redonda onde os entrevistados foram informados de que as indagações realizadas e expostas para manifestação visavam aos objetivos específicos de descrever a rede organizacional solidária existente entre os coletores de castanha da Amazônia de um distrito de Porto Velho/RO e propor alternativas para fortalecer os vínculos e elos da rede.

A entrevista foi gravada e transcrita para melhor interpretação por parte dos pesquisadores, salientando a aquiescência dos respondentes em participar da entrevista e a permissão para gravação. Entretanto, percebeu-se que o anonimato ofereceria um ambiente mais livre para manifestação dos entrevistados, preservando a identificação a fim de colher dados os mais reais e sinceros possíveis sobre a realidade estudada.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa básica no que diz respeito à natureza por não se pretender como finalidade um resultado concretamente aplicado, e sim contribuir através da produção de conhecimento para os demais estudos. Abordagem qualitativa e em relação aos objetivos infere-se aspectos estritos de pesquisa exploratória por buscar aprofundar informações relativas ao tema.

Para atingir ao objetivo geral de analisar a rede organizacional solidária existente na realidade investigada, apresentar-se os resultados relativos à descrição e à proposta de alternativas para o fortalecimento dos laços entre os componentes dessa rede, sendo necessário evidenciar que a realização das entrevistas foi realizada em novembro de 2016, próximo ao pico de coleta da castanha da Amazônia, acreditando-se que esse cenário sensibilizou os respondentes.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Rede Organizacional Solidária de Coletores de Castanha-da-Amazônia**

Em um primeiro momento, fez-se necessário verificar qual o ponto da cadeia da Castanha-da-Amazônia e qual etapa ocorria dentro das áreas do município de Porto Velho/RO, indagando-se aos entrevistados onde se dava a origem dessa cadeia para poder caracterizar a rede. Observou-se então que o início dessa rede acontece com os coletores

de castanha, os quais adentram na floresta para retirar os ouriços, ou seja, no segmento primário da cadeia produtiva.

Os entrevistados afirmaram que os coletores são os atores iniciais na rede da Castanha-da-Amazônia, e posteriormente explicaram que após a coleta, a castanha é vendida em latas, que são precificadas de acordo com os compradores locais. Nesse momento, os entrevistados B e C ressaltaram a relação de dependência entre os compradores locais e os coletores, principalmente dos castanheiros que vivem exclusivamente da castanha.

Essa dependência foi evidenciada pelo fato da fonte de renda exclusiva, oriunda da coleta da Castanha-da-Amazônia, uma vez esses coletores tomam dinheiro emprestado dos compradores para pagarem no próximo período de coleta da castanha, demonstrando uma dependência de dois quadrimestres durante o ano, considerando que a safra da castanha acontece entre os meses de novembro a fevereiro. Verifica-se proximidade com os conceitos de Balestrin e Vargas (2004, p.2) sobre a configuração em rede, que promove ambiente favorável ao compartilhamento de informações, de conhecimentos, de habilidades e de recursos essenciais para os processos de inovação.

A atribuição de valor que corresponde a quantia monetária é contabilizada de acordo com o preço da lata, mas no momento de pagar o empréstimo, todos os entrevistados deixaram claro que os coletores pagam montantes superiores ao que fora tomado emprestado. Porém, o respondente C declarou que essa sujeição aos compradores não é recorrente para os coletores que têm outra fonte de renda, sejam em atividades comerciais ou extrativistas.

Infere-se que esses compradores locais são atravessadores, que Erpen (2013) define como pessoas que vão ao encontro dos produtores e coletores de castanha, tanto nas Reservas Extrativistas como nas áreas indígenas e compram suas produções muitas vezes antes da coleta e por vezes quando são procurados na cidade. Através das colocações do respondente B extrai-se que a situação continua de acordo com a pesquisa de Erpen (2013), de que os coletores que procuram os compradores - fenômeno que explicita o manuseio dos atravessadores para com a produção dos castanheiros.

O entrevistado A destacou que as relações são prejudiciais para os coletores de castanha, os quais saem em desvantagem, mas não se manifestou grandes apontamentos. Percebeu-se que a entidade governamental não atua diretamente na negociação ou regulação de tais transações, contudo, este ponto não foi relatado pelos coletores de castanha, que demonstravam, na verdade, grande empatia com o agente estatal.

Depreendeu-se de pronto, que existe uma rede interorganizacional, necessária para a efetivação das transações comerciais, mas que não estão baseadas em relação que ambos saem ganhando e muito menos pautadas na confiança mútua, não estando em consonância com o referencial teórico e conceitual de que uma rede organizacional solidária evidencia a justiça e a solidariedade como valores basilares. Lembra-se o que Jacobi (2000) enfatiza sobre os multifacetados atores sociais sobre a mobilização em torno das questões do dia a dia, pode contribuir para desenvolver a colaboração e desenvolver o espírito solidário. Esta postura pode reforçar o engajamento dos atores a partir do entendimento de questões concretas, imediatas, ou que afetam elevados valores éticos.

A ausência de uma rede solidária foi corroborada pelo relato do respondente B de que um vizinho possuía uma propriedade com inúmeras castanheiras, mas que não permitia coletor algum entrar para colher as castanhas, e nem mesmo realizava a coleta dos ouriços. Ainda ressaltou, que em seu ponto de vista, isso era falta de perspectiva, e que grande parte dos coletores de castanha, bem como outros extrativistas, detinham um determinado grau de miopia no que se refere ao aproveitamento das oportunidades.

Neste sentido descrever uma rede organizacional solidária deve ser de maneira simples pois a rede interorganizacional existente está pautada em uma relação comercial

entre os coletores de Castanha-da-Amazônia e os atravessadores, não contendo interferência da entidade estatal, muito menos união dos coletores para barganha de melhores preços nas latas da castanha. O que corresponde ao que preconiza Wasserman e Faust (1994) quando diz que uma estrutura social composta por indivíduos ou organizações estão vinculados por um ou mais tipos específicos de interdependência, como amizade, parentesco, interesse comum, troca financeira, antipatia, relações sexuais ou relações de crenças, conhecimentos ou prestígio. Portanto, analisar a rede social considera as relações sociais em termos de teoria da rede, consistindo de nós e laços, onde os nós são os atores individuais dentro das redes, e os laços são os relacionamentos entre os atores.

#### **4.2 Proposta para fortalecer os vínculos cooperativos entre os Coletores**

Considerando a inexistência de uma rede organizacional solidária entre os coletores de castanha e os demais atores envolvidos, a primeira alternativa para fortalecimento de vínculos seria a criação dessa rede de colaboração solidária. Mas como se daria essa criação?

Um questionamento que os entrevistados responderam sugerindo alternativas para melhorar e fortalecer a relação entre os coletores consigo mesmos e entre os coletores com os demais agentes. Depreende-se que essa inclinação demonstrada pelos entrevistados pressupõe um ambiente favorável para relações de confiança e crescimento mútuo.

No entanto, citaram um caso de um atravessador que teve prejuízo em adiantar dinheiro para determinados coletores porque tais castanheiros venderam a produção para outros compradores, e não pagaram o empréstimo tomado. Cabe destacar que os respondentes evidenciaram que, apesar desse prejuízo, o atravessador já obteve bastante lucro nesse negócio, e que essa situação de prejuízo somente ocorrera pela confiança depositada em tais coletores.

Ao tempo em que se infere um desejo por relações ganha-ganha, a desconfiança permeia o ambiente destes coletores de castanha da Amazônia, seja pela realidade de exploração por parte dos compradores e atravessadores ou pelo pouco empoderamento social e econômico que os castanheiros detêm. Contudo, esse sentimento de exploração não foi tão ressaltado pelo respondente C, o que deu a entender que o fato de sua renda também se originar de outras atividades não o deixava tão vulnerável perante os atravessadores.

Dessa forma, uma alternativa colocada para o fortalecimento dos coletores de castanha e suas redes seria um auxílio governamental que suprisse as necessidades básicas no período em que não há produção de castanha, segundo o entrevistado B. Enquanto que, de acordo com o respondente C, a confiança seria estabelecida se os atravessadores comprassem a castanha por um preço mais justo e não irrisório.

Para o entrevistado A, os vínculos serão fortalecidos somente quando os coletores de castanha formarem cooperativas e barganharem perante os atravessadores os preços que estão dispostos a vender os ouriços coletados.

Infere-se que os coletores almejam por alternativas mais assistencialistas de cunho governamental, e quanto maior é a dependência financeira dos atravessadores, maior se apresenta o clamor por medidas que concedam aos castanheiros renda para a subsistência. Por outro lado, o representando estatal acredita que o fortalecimento dos castanheiros somente emanaria deles próprios, mediante associações e cooperativas.

Apesar de os respondentes passearem por cenários distintos no que tange às alternativas de fortalecimento dos vínculos, todos acreditam na cooperação como uma medida que beneficiará tanto os coletores de castanha, quanto os atravessadores e, conseqüentemente, auxiliará o Estado, uma vez que a interação entre os indivíduos cria

oportunidades para distribuição de conhecimentos e troca de informações, segundo Reis (2014).

Percebe-se, então, que a entidade governamental deve ser o meio pelo qual os coletores e os atravessadores trocarão informações entre si, e que estas representam as necessidades e anseios de cada um, para que assim a rede organizacional solidária seja criada e mantida, beneficiando todos os atores que por ela serão abarcados.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo geral de analisar a rede organizacional solidária dos coletores de castanha da Amazônia em um distrito do município de Porto Velho/RO foi possível observar que não existe uma rede pautada no solidarismo, mas sim um entrelaçamento oriundo das transações comerciais existentes, não havendo preocupação dos demais indivíduos e com os impactos advindos dessas relações.

No que se refere ao objetivo específico de descrever a rede existente, realizou-se a pormenorização da rede interorganizacional presente na realidade estudada, a qual aparentemente se apresenta sem conceder a importância necessária a valores como ética, transparência e equidade.

Em contraponto, depreende-se que redes organizacionais solidárias são interconexões entre os mais variados atores, sejam eles indivíduos ou organizações, que buscam conceder poder à solidariedade e ao voluntarismo para que sejam criados caminhos mais isonômicas em direção à ascensão econômica e social, nos quais a desigualdade se torna ferramenta para o crescimento, e não empecilho.

Referente ao segundo objetivo específico, depreende-se que em um primeiro momento deve ser criada uma rede organizacional solidária para que os próprios relacionamentos sejam fortalecidos através da confiança e do amadurecimento do entendimento de que o constructo social se faz mais importante para que os indivíduos alcancem seus próprios anseios. Além disso, políticas governamentais devem regular o comércio e demais transações visando manter um equilíbrio entre os coletores e atravessadores.

Por derradeiro, uma rede organizacional solidária possibilitaria aos coletores de castanha da Amazônia um empoderamento coletivo, o que ocasionaria maior barganha durante a negociação com os atravessadores, e conseqüentemente, estenderia essa rede para toda a cadeia de valor da castanha, em que o cooperativismo proporcionaria a alavancagem social dos menos favorecidos e a conscientização de todos os envolvidos nesse processo extrativista, tanto para a conservação das relações econômicas, como também para as relações sociais, e em favor principalmente do meio-ambiente.

## REFERÊNCIAS

AMATO NETO, J. (Org.). **Redes entre organizações**: domínio do conhecimento da eficácia operacional. São Paulo: Atlas, 2005.

AMORIM, D. M. de. **Institucionalização do Campo Organizacional do Tecido da Floresta em Reservas Extrativistas no Município de Machadinho d'Oeste - RO**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Rondônia, 2013.

AMORIM, D. M. de, PAES-DE-SOUZA, M. e MULLER, C. A. da S. **Governança da Cadeia de Valor Global: o caso da empresa francesa Veja Fair Trade e o tênis ecológico.** IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro, 20 a 22 de junho de 2013.

BALESTRIN, A.; VARGAS, L. M. **A dimensão estratégica das redes horizontais de PMEs: teorizações e evidências.** RAC, Curitiba, Edição Especial, p. 203-227. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552004000500011pt>> Acesso em: 30/03/2017 17:13:00.

BALESTRIN, A. **O campo de estudo sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil.** Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

ERPEN, J. C. **Redes de Comercialização da Castanha da Amazônia na Fronteira do Estado de Rondônia no Brasil e da Província do Beni na Bolívia.** Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Rondônia, 2013.

FERNANDES, P. B. S. **Dimensões do Capital Social em Empreendimento Coletivo: um estudo de caso no Projeto Jacaré na Reserva Extrativista Lado do Cuniã em Rondônia.** Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Rondônia, 2014.

FASSIN, Y. **The Stakeholder Model Refined.** Journal of Business Ethics. 2009.

FRANCO, M. J. B. **Tipologia de processos de cooperação empresarial: uma investigação empírica sobre o caso português.** Revista de Administração Contemporânea, 149-176. 2007.

FREEMAN, E. **Lecture – Stakeholder Management Revisited: What’s the State of the Art?** Leuven, 20 November. 2003.

FLEURY, S. **El Desafío de la Gestión de Las Redes Políticas.** Revista Instituciones y Desarrollo, n. 12-13. Barcelona, 2002.

GAIGER, L. I. **A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista.** *Research Gate.* Janeiro de 2006. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/242705344>>. Acesso em 12 de novembro de 2016.

GRAY, B. & WOOD, J. (Ed.): **Collaborative alliances: Moving from practice to Theory.** Applied Behavioral Science, vol. 27, number 1 and 2, March/June, 1991.

JACOBI, P. **Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas.** Revista de Administração Pública, v. 34, n. 6, p. 131-158, 2000.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LECHAT, N. M. P. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil. II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.** São Paulo, 20 de março de 2002.

MANCE, E. A. **A consistência das redes solidárias.** Ciências Sociais Unisinos, v. 37, n. 0, p. 159, 2001.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes de Colaboração Solidária**. Encontro Internacional de Econômicas Salesianas. Sevilha, 2005.

NETO, J. A. **Redes de cooperação produtiva: antecedentes, panorama atual e contribuições para uma política industrial**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1999.

NETO, M. S.; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Configurações estruturais e relacionais da rede de fornecedores**: uma resenha compreensiva. Revista de administração, v. 39, n. 3, p. 255-263, 2004.

OLAVE, Maria Elena León. NETO, João Amato. **Redes de Cooperação Produtiva: Uma estratégia de Competitividade e Sobrevivência para Pequenas e Médias Empresas**. Revista Gestão e Produção v.8, n.3, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a06.pdf>> Acesso em: 30/03/2017 15:55:00.

OLIVEIRA, C. M. de. **Capital Organizacional dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Rondônia, 2009.

REIS, E. J. dos. **Cadeia Extrativa da Castanha-da-Amazônia**: análise sob a perspectiva de redes sociais. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Rondônia, 2014.

SCHNORR, G. M. **As Redes de Colaboração Solidária para o Aprendizado Solidário**. Série Sociedade Solidária, v. 1. Universidade do Estado de Mato Grosso, 2004.

SIENA, O. **Metodologia da Pesquisa Científica**: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Universidade Federal de Rondônia, 2007.

SILVA, R. N. B. da, PAES-DE-SOUZA, M. P. de e RIVA F. R. **Relacionamento da Cooperativa Açaí na Cadeia Rede de Algodão Agroecológico Justa Trama**. Desafio Online, v. 1. Mato Grosso do Sul, 2013.

PAES-DE-SOUZA, M.; SILVA, T. N.; RIVA, F. R.; PAES, D. C. A. S. **Organização Social Baseada na Lógica de Cadeia-Rede para Potencializar a Exploração do Açaí Nativo na Amazônia Ocidental Brasileira**. Revista de Administração, v. 6. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

SOUZA FILHO, T. A.; PAES-DE-SOUZA, M. PEDROZO. E. A.; SILVA, T. N. **Sustentabilidade Socioambiental e os Stakes na Cadeia Produtiva da Castanha-da-Amazônia**. XXXVIII EnANPAD. Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 2014.

TAUILE, J. R. **Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária**. Economia Contemporânea, v. 6. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social network analysis: Methods and applications**. Cambridge university press, 1994.

## **Relações de gênero apresentadas nos livros didáticos distribuídos no Ensino Fundamental na cidade de Ariquemes: uma análise do conteúdo apresentado sobre diversidade familiar**

Gilceli Correia de Oliveira, Universidade Federal de Rondônia, [gilceli27@hotmail.com](mailto:gilceli27@hotmail.com)  
Jaqueline Sousa de Araújo, Universidade Federal de Rondônia, [jaquelinesaraujo@gmail.com](mailto:jaquelinesaraujo@gmail.com)  
Adriana Correia de Oliveira, Universidade Federal de Rondônia, [adriana.kant@hotmail.com](mailto:adriana.kant@hotmail.com)  
Willimis Alves Pereira, Universidade Federal de Rondônia, [willimispereira@gmail.com](mailto:willimispereira@gmail.com)

### **RESUMO**

As relações de gênero ganhou força na explosão dos movimentos feministas no Brasil no início da década de 70. Essa época as lutas por reconhecimento e legitimação dos direitos das pessoas que compunham as classes denominadas de minorias, foram acentuadas. A homossexualidade, nas suas diversas formas de manifestação compunha essa categoria, que está diretamente relacionada a discussão social de gênero. Mesmo já transcorrido quase cinquenta anos desse marco, pessoas homoafetivas travam uma luta silenciosa no que tange ao respeito sobre sua condição sexual, buscando demonstrar que tal situação não o faz diferente no seu papel enquanto cidadão (ã). Apesar de muitos avanços legais já terem sido conquistados (embora não cumpridos em sua integralidade), o que se percebe é um fenômeno denominado “invisibilidade” social, ocasião em que tentam ignorar a existência de um grupo composto por mais de 17 milhões de pessoas, sem justificativas plausíveis, apenas por discriminação pela condição sexual e afetiva de tais indivíduos. Face a essa percepção, este trabalho se propõe a realizar uma discussão sobre o caso que ocorreu no município de Ariquemes, interior do Estado de Rondônia, onde um prefeito proibiu a distribuição de livros didáticos para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, que mostravam as várias composições de famílias nos dias atuais (incluindo famílias homoafetivas). Tal proibição causou uma grande polêmica na cidade, dividindo as opiniões no local. Abordou-se as especificidades do episódio fazendo uma relação com a educação voltada para as relações gênero. Analisou-se ainda, o que a legislação educacional preconizava e o conteúdo disponível nos livros vetados, buscando vislumbrar se as motivações para o veto tem fundamento ou se tratou de ação discriminatória. Além disso, apresentaremos a visão dos dois grupos: os que se posicionaram a favor e os desfavoráveis à decisão do prefeito. Face ao exposto, destaco que o interesse em desenvolver esse estudo se baseou no anseio de ampliar os debates acadêmicos que envolvam a dimensão espacial de gênero e sexualidade, categoria de análise geográfica que subsidiou essa pesquisa. A metodologia utilizada para traduzir a visão dos dois grupos (favoráveis e desfavoráveis), se deu através de entrevistas que foram analisadas através do DSC (Discurso do Sujeito Coletivo), apoiadas na interpretação da visão fenomenológica.

**Palavras-chave:** Relações de Gênero; Diversidade; Livro Didático; Tipos de famílias; Opinião Pública.

### **Resumen**

Las relaciones de género cobró impulso en la explosión de los movimientos feministas en Brasil a principios del 70. Esta vez la lucha por el reconocimiento y la legitimidad de los derechos de las personas que hicieron las llamadas clases de las minorías se refuerza aún más. La homosexualidad, en sus diversas manifestaciones compuso esta categoría, que está directamente relacionado con la discusión social del género. Incluso ya han pasado casi cincuenta años de este marco, homoafetivas personas encerradas en una lucha silenciosa con respecto al respeto de su sexo, buscando demostrar que tal situación no significa que sea diferente en su papel como ciudadanos (A). Aunque ya se han logrado muchos avances legales (aunque no se reunió en su totalidad), lo que vemos es un fenómeno llamado "invisibilidad" social a la que tratan de ignorar la existencia de un grupo de más de 17

millones de personas, sin justificaciones plausibles, sólo la discriminación por la condición sexual y emocional de estas personas. Dada esta percepción, este estudio tiene como objetivo llevar a cabo una discusión del caso que tuvo lugar en Velho, en el estado de Rondonia, donde un alcalde prohibió la distribución de libros de texto para los primeros grados de la escuela primaria, que muestra las diversas composiciones hoy en día las familias (incluyendo las familias homoafetivas). Esta prohibición causó una gran controversia en la ciudad, que divide las opiniones en el sitio. Dirigido a las características específicas del episodio haciendo una relación con la educación se centró en las relaciones de género. Todavía analizada, lo que abogó por la legislación educativa y el contenido disponible en los libros prohibidos, tratando de discernir las razones para el veto es justificada o tratado de una acción discriminatoria. Además, presentaremos la visión de los dos grupos: los que se posicionaron a favor y desfavorable a la decisión del alcalde. Teniendo en cuenta lo anterior, destacar el interés en el desarrollo de este estudio se basó en el deseo de ampliar los debates académicos relacionados con la dimensión espacial de género y la sexualidad, la categoría de análisis geográfico que apoya esta investigación. La metodología utilizada para traducir la visión de los dos grupos (favorables y desfavorables) se hizo a través de entrevistas fueron analizadas por DSC (Sujeto Colectivo del habla) apoyó la interpretación de la vista fenomenológico.

**Palabras clave:** Relaciones de género; la diversidad; libro de texto; Tipos de familias; La opinión pública.

## 1- INTRODUÇÃO

A discussão das relações de gênero, embora timidamente presente nos estudos científicos ainda se configura em grande desafio social. É perceptível o tabu estabelecido acerca do tema em todos os segmentos da sociedade, tendo em vista a base patriarcal que circunda a formação das famílias. A luta pela equidade de gênero começa na figura da mulher, que cultural, econômica e socialmente ainda se encontra aquém em cenários importantes, onde a figura masculina ainda predomina. Somados a tais retrocessos, pode-se apontar aqui outros tipos de desigualdades e um crescente número de violência que são sofridas por elas.

Estudos apontam que essa “queda de braços” entre a posição homem e mulher, embora já tenha alcançado avanços significativos, ainda é paulatina e injusta, considerando os séculos que resgate na história opressora do que já foi chamado: sexo frágil. Dessa forma, se as desigualdades ainda se arrastam nas relações “homem e mulher”, dá para ter uma noção dos estigmas e resistência para a aceitabilidade e respeito à diferenças de condições homoafetivas. Optou-se em começar este diálogo por esta associação peculiar nas relações de gênero, para se dimensionar a complexidade social que o tema inspira.

Abordou-se nesse trabalho, a polêmica gerada acerca uma proibição de um gestor público de uma cidade do interior de Rondônia, da veiculação de livros didáticos,

endereçados para o Ensino Fundamental (anos iniciais), que continham apresentação dos tipos de famílias, considerando nesse formato, casais homoafetivos. Em suma, o referido gestor, em atendimento à uma solicitação da bancada evangélica da câmara de vereadores, impediu a distribuição em tempo hábil (janeiro de 2017), para a retirada de páginas que, segundo a análise desses legisladores eram “impróprias” para a faixa etária.

Objetivando apresentar imparcialidade que deve ser inerente aos pesquisadores, ao longo do trabalho traremos as páginas que foram subtraídas para a análise à luz dos documentos norteadores da Educação Básica naquele município. O que foi posto no documento enviado à prefeitura municipal versava sobre a “indecência e apologia à sexualidade precoce à sexualidade das crianças, além do estímulo à homossexualidade”. A constatação ou negação de tais afirmativas também se farão presente nesse trabalho.

Sendo esta proposta um estudo de experiências vividas e construídas nos espaços ocupados por atores sociais, vale destacar que as análises tiveram ancoragem na fenomenologia, pois não foi intenção apontar o certo ou errado, mas sim gerar reflexões que tragam para o diálogo científico a abordagem das relações de gênero nos livros didáticos de um modo geral. Nesse sentido falar sobre gênero requer a identidade das evoluções sociais no que tange à representação do momento que vivemos. Desvincular-se destas transformações da realidade pode gerar um risco de percepções equivocadas, onde existe uma forte tendência de se ignorar as espacialidades produzidas pelos que são chamados “minorias”.

Nesse sentido, a escola se apresenta como um espaço de promoção da formação integral de seus indivíduos, abraçando a responsabilidade de formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade. Assim, não se pode praticar um processo de formação que desconsidera o respeito e convivência harmoniosa com seus pares. Ao apontar a homossexualidade como fator de “deformidade social”, incorre-se o risco de estimular atitudes e pensamentos discriminatórios, que direta e indiretamente refletem no fortalecimento da manutenção do Brasil no topo do negativo ranking de mortes à pessoas homossexuais e transgêneros.

Discutir temas relacionados às novas formatações que a sociedade assume ao longo do tempo, não implica afirmar que exista estímulo para prática de uma ou outra ação, a escola, como espaço de construção de conhecimento e disseminação dos saberes precisar promover momentos levem a reflexão, entendimento e conseqüentemente o respeito às diferenças, partindo da máxima constitucional que ‘todos somos iguais perante a lei’.

Assim, ao se relacionar gênero com educação, deve-se ter o cuidado se abordar a temática, sem demonstrações ou posicionamentos e possam direcionar ou influenciar a formação das opiniões dos educandos. É comum que as convicções pessoais, religiosas ou familiares se sobreponham à imparcialidade ética que deve ser peculiar na prática de educadores, fato que poderá fomentar posturas voltadas para desigualdades.

A homossexualidade não pode ser desatrelada das relações de gênero, pois estas se referem às desigualdades de poder entre “homem” e “mulher”, sendo que essa percepção é fruto de uma construção social e deverá considerar o posicionamento dos indivíduos em relação à sua condição afetiva e sexual.

Para Mott (2009), deixar na invisibilidade social as pessoas que declaram homoafetividade será ignorar um grupo com grande representatividade social (cerca de 10% da população mundial), em especial se tal postura estiver relacionadas com atitudes discriminatórias explícitas ou veladas. Vale enfatizar aqui que ao se discutir sobre as diferenças na escola ou em outro espaço, espera-se como resultados o estímulo ao respeito e a convivência social harmoniosa entre os atores que formam uma sociedade.

Esse reconhecimento ainda se configura um tabu para as famílias, pois somos frutos de uma sociedade que ao longo dos tempos foi ensinada a pensar sobre um padrão universal de família, onde a figura masculina e feminina não poderiam sofrer variações em relação à sua sexualidade, caso contrário estaria caminhando na contra mão da “ordem” e da “decência” da família dita tradicional, fenômeno denominado por Foucault (1998) de “supervalorização alienada à monogamia sexual”.

E resgatando o episódio que foi mola propulsora dessa elaboração, ao contrário do que foi descrito no documento de solicitação de descarte das páginas, o conteúdo do livro didático abordou os tipos de famílias, com a inclusão de uma foto de casal homoafetivo, sem indicativos ou estímulos para as crianças. A grande questão dessa discussão repousa no fato foi o PRÉ- conceito de não oportunizarem aos alunos que receberiam os livros, visão reflexiva sobre a formação das famílias nos dias atuais.

De acordo com (Dias 2002), desconsiderar os avanços culturais, sociais e jurídicos que os homossexuais obtiveram ao longo dos anos é incentivo ao heterossexismo como padronização das relações afetivas e isso destoa das transformações sociais e espaciais que o mundo sofre diariamente. É contraditório que casais que podem ter união civil reconhecida e adotar filhos permaneçam ausentes dos diálogos nos livros didáticos.

O que fundamenta esse trabalho social e academicamente é a promoção de reflexões sobre a forma de abordagem nas relações de gênero nas escolas, considerando que este é um espaço de construções coletivas e minimização das diferenças e preconceitos numa perspectiva de respeito às escolhas e posicionamentos. Debater e conhecer as especificidades desse tema poderá contribuir para aumento das discussões acadêmicas dessa temática que ainda é tratada com discriminação e intolerância por muitos.

## **2- A EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

As transformações sociais e a representatividade dos chamados pequenos grupos nas discussões escolares não são recentes. Existe um apelo muito forte proveniente de órgãos que lutam pela legitimação dos seus direitos, conscientes de que o Estado deve assumir o compromisso de garantir o cumprimento das leis”.

Diversidade sexual e de gênero não é uma discussão nova, pois estão presentes nos parâmetros curriculares, subsidiada pela LDB 9394/96, com artigos voltados, embora que timidamente para inclusão e respeito para as diferenças culturais e comportamentais no espaço escolar. Apesar de presente em textos legais, a efetividade das ações ainda caminha a passos lentos, com muitos entraves e impedimentos que repousam sobre o preconceito e o desrespeito às diferenças.

Por um lado, a escola com sua pluralidade na função social, por outro uma sociedade que ainda resiste em aceitar a heterogeneidade de raças, culturas e sexualidades. Nesse estudo o foco está voltado para a condição sexual, porém outros grupos denominados como minorias sofrem por essa invisibilidade social, dentre os quais pode-se citar: índios, negros, portadores de necessidades especiais dentre outros. “A escola é um espaço multicultural, inclusivo e acolhedor que deve criar situações de aprendizagens” (ALARCÃO, 2003, p. 86). Esse conceito de aprendizagem, perpassa pela formação crítica dos alunos, voltada para a aceitação e fomento ao respeito às diversidades.

Em meio a debates e embates, é perceptível que existe um processo de distanciamento entre a função social da escola e sua prática efetiva voltada para diversidade sexual, tendo em vista que os processos de exclusão por vezes são velados, silenciosos e injustos. A escola não está preparada para minimizar tais atitudes, considerando que tais comportamentos são silenciosos, mas nem por isso menos traumático.

Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) compõem outro grupo populacional que tem seu direito fundamental à educação violado, com, igualmente, altas taxas de evasão escolar. Em razão da total invisibilidade dada ao problema, órgãos governamentais ainda não dispõem de indicadores que possam medir o tamanho estatístico dessa exclusão escolar. (Vieira, 2015).

Na última década a mídia tem buscado abordar a temática sexual de forma menos “cômica” como era feito no passado. Além disso, campanhas publicitárias, filmes revistas para o público infanto juvenil abordam temas voltados para a diversidade sexual, por perceberem que esse grupo possui uma representatividade significativa na sociedade. Não se pretende indicar aqui que a variabilidade das alternativas de viver a sexualidade deva fazer parte do currículo escolar, apenas que, independente desta condição, estes indivíduos sejam percebidos como cidadãos, logo possuidores de todos os direitos, sem diferenciação. Isso que Silva busca evidenciar quando afirma:

[...] A invenção do ‘homem universal’ como representante legítimo da Humanidade, produtor espaços e modelador de paisagens, paga e secundariza a importância de categorias sociais altamente hierarquizantes. Cria falsa impressão de que cor da pele, as formas corporais e orientações sexuais não estão profundamente imbricadas com as diferenças espaciais, econômicas e de classe. Desconsiderar essas diferenças que hierarquizam pessoas e grupos torna invisível uma série de lutas e injustiças sociais. (SILVA, 2009:14-20)

Esses conceitos que estão arraigados nos discursos heterogêneos aumenta a disseminação das desigualdades sociais, uma vez que, ao se apontar o “ideal”, incorre-se no risco de excluir tudo e todos que fogem a essa regra imposta por visões e pensamentos padronizados. Nunca se ouviu falar tanto em educar para a diferença, e isso não implica afirmar que essa Educação esteja relacionada com ideologias que nascem gratuitamente da cabeça de pessoas em nome de crenças ou modismos, mas sim no conceito científico de gênero, que como foi posto anteriormente, que está baseado na identificação histórica e cultural de identificação e reconhecimento de sua sexualidade.

Ao contrário de “ideologias” ou “doutrinas”, sustentadas por crenças ou fé, o conceito de gênero está baseado em parâmetros científicos de produção de saberes sobre o mundo e busca identificar processos históricos e culturais que classificam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino. Fry e MacRae (1983), na sua obra *O que é Homossexualidade?* Levanta vários pontos a respeito dessa pergunta. Reflete sobre as expectativas que as pessoas nutrem em encontrar uma resposta, partindo do pressuposto que a homossexualidade fosse alguma coisa. Segundo eles, “a homossexualidade é uma infinita variação sobre o mesmo tema: o das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo”. Assim ela é de um modo na Grécia antiga, de outro modo na Europa”. (FRY; MACRAE, 1983:7).

A falsa ideia de coisificação das motivações das condições sexuais banaliza um fenômeno que não apresenta respostas prontas. As ideias e práticas a ele associadas são produzidas historicamente no interior das sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com a construção dessas sociedades.

Até hoje, toda e qualquer padronização dos motivos pelos quais uma pessoa nasce com a pré-disposição afetiva voltada para o mesmo sexo, não passará de especulações de cunho religioso, ideológico ou pessoal, pois ainda não existe na cientificidade tais repostas. O que se pode afirmar é que nenhum indivíduo escolhe ser excluído, estigmatizado, ridicularizado, desrespeitado e até morto pela sua forma de relacionar-se afetivamente com o mesmo sexo.

Essas construções deveriam ser multiplicadas nas escolas, de forma responsável e desprovidas de convicções pessoais. O Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking da homofobia e mortes de homo e transsexuais, estatística que garante ao país mais um número negativo e que traduz o que o desconhecimento ou até mesmo a falta de tolerância pode causar a vida humana. Esse apelo por representatividade no mundo e nos programas curriculares já se arrasta a mais de quatro décadas.

Os movimentos feministas da década de 70 já apontavam para a necessidade de inserção dos gays e lésbicas em programas e políticas públicas específicas, haja vista que o desrespeito sempre permeou a realidade destes indivíduos. Sendo assim, considerando que a homossexualidade tem registros de A.C, se torna inevitável que reconhecer as espacialidades desse crescente grupo, onde entender o que é e suas motivações se tornam secundários em face a importância das representações sociais e de gênero dentro de uma sociedade.

[...] uma representação do ideal dos papéis sociais e serem expereciados por corpos considerados masculinos e femininos em diferentes tempos e espaços. Gênero, portanto, não é uma realidade em si mesma, mas um ideal exercitado cotidianamente por diferentes tipos de corpos que, ao agirem pautados pela representação, superam a mera reprodução de papéis e recriam continuamente a própria representação de gênero. Assim, o gênero é um eterno movimento que se faz na ação humana criativa, e como toda ação implica uma espacialidade, o caráter performático do gênero e simultaneamente espacial e temporal (SILVA, 2009:84).

A característica pontual nas relações de gênero fica evidenciada quando Silva (2009), afirma que o ponto alto desta interpretação reside nas espacialidades produzidas por estes atores sociais, onde os corpos de suas significações são detalhes sem grande relevância para o desempenho dos papéis sociais. E é com essa característica que deverá ocorrer a inclusão dos debates sobre diversidade sexual e de gênero no espaço escolar, voltados para a percepção de homossexuais como cidadãos, sem ênfase ou destaques para sua condição homoafetiva.

As escolas e universidades, em consonância com os as instituições que atuam nos estudos da mulher e relações de gênero e sexualidade, têm papel fundamental na promoção de diálogos e debates que promovam alternativas para minimizar os sintomas sociais de sexismo, machismo e homofobia e intolerância, com discursos voltados para a reflexão que transcendam a visão biológica das sexualidades e se voltem para os de caráter cultural e educativo.

Assim, trataremos a seguir das especificidades de uma realidade onde a supressão de páginas que tratam do sobre os tipos de família, no qual o conteúdo retrata realidades sociais em que pessoas homoafetivas são consideradas no contexto, apontando à luz do referencial teórico as impressões sobre a ação e reação da atitude para o estudo das relações de gênero.

### **3- A DESCRIÇÃO DO CASO QUE CAUSOU A POLÊMICA**

Os gestor público da cidade de Ariquemes Thiago Flores em consonância de 7 vereadores resolveram impedir que os livros didáticos do ano letivo de 2017, direcionado aos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, por acreditarem que o conteúdo que trazia como ‘tipos de família’ casais homoafetivos seria ofensivo para o processo de formação dos alunos.

No dia 23 de janeiro, reunidos com 12 vereadores da Câmara de Vereadores, decidiram pelo recolhimento dos livros didáticos, alegando que o município é regido por uma lei municipal que proíbe a veiculação de livros didáticos que abordem a “ideologia” de gêneros. Os livros foram disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC). Segue conteúdo que deveria ser retirado:

### Imagem 1



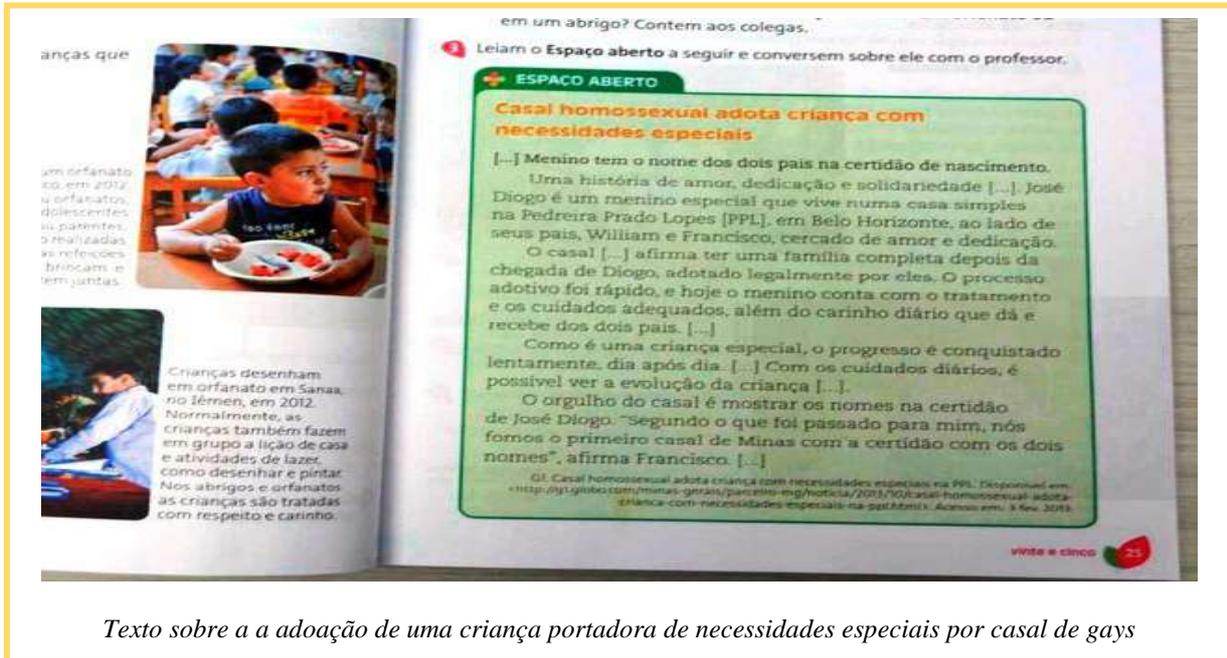
*A imagem traz a foto de uma casal gay que adquiriu judicialmente, pela primeira vez o direito de adoção da pequena Isadora.*

### Imagem 2



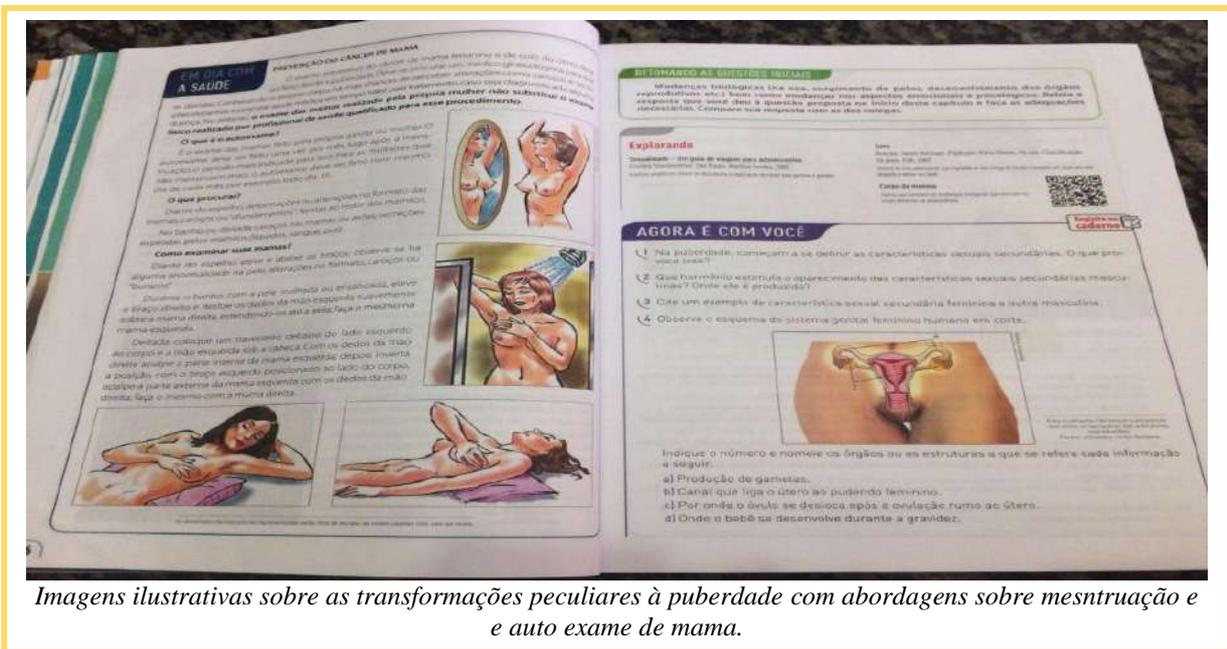
*Apresentação do tipo de família composta por um casal de mulheres e duas filhas biológicas.*

**Imagem 3**



*Texto sobre a adoção de uma criança portadora de necessidades especiais por casal de gays*

**Imagem 4**



*Imagens ilustrativas sobre as transformações peculiares à puberdade com abordagens sobre mesntrução e auto exame de mama.*

Após a repercussão do caso, o Ministério Público Estadual (MP/RO) determinou a ação excessiva, arbitrando que os livros fossem distribuídos (conforme planejamento inicial) aos alunos que foram endereçados. O poder legislativo e executivo responderão ação de improbidade

administrativa e se condenados poderão ser afastados dos cargos públicos e realizar pagamento de multa no valor de 2 milhões de reais à título de danos morais aos cofres do município e sociedade.

Entre o episódio e a decisão judicial, muitas polêmicas foram geradas acerca da decisão desse gestor público. Grupos que aprovavam de reprovam a decisão travaram acirradas discussões nas redes sociais e em manifestações públicas. Os posicionamentos dos dois grupos ficaram registrados nas matérias de sites de notícias e blogs ganhando proporção nacional.

A assessoria do prefeito preferiu não se posicionar procurada pela imprensa para falar sobre a decisão judicial. Órgãos que atuam em defesa da liberdade de expressão e das relações de gênero se organizaram para cobrar providências, para o que chamaram de “atitude arbitrária e discriminatória”. A motivação da ação civil pública, segundo os autores do processo, foi o fato da decisão de recolhimento dos livros didáticos e a censura das páginas que mostram a diversidade familiar contrariar os pressupostos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, que traz em seu texto que as relações de gênero e diversidade devem compor a Matriz Curricular da Educação Básica.

Em entrevista sobre o caso, o procurador responsável destacou que “os réus praticaram improbidade administrativa, ato de censura ilegal e estimularam a homofobia, ignorando e afrontando os princípios constitucionais de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, sem preconceito e discriminação”.



*Equipe de promotores responsáveis pela ação judicial contra a atitude do gestor público do município de Ariquemes.*

Em um fragmento do despacho dos procuradores, destaca-se que “os argumentos utilizados pelo gestor público e pelos sete vereadores são inverídicos e homofóbicos, sendo que tal atitude foi fomentadora de promoção pessoal, através de uma enquete virtual e popular na internet que não

traduzia a real intencionalidade dos conteúdos os livros, transformando-se assim, em um debate superficial, agressivo, discriminatório e injurioso contra a comunidade LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros) estimulado pelo próprio poder público”.

Cabe destacar que antes da instauração da ação judicial o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público de Rondônia (MP-RO) tentaram resolver a questão de forma extrajudicial, expedindo uma recomendação que a decisão fosse revogada e os livros distribuídos em sua integralidade, o que foi negado pelo gestor e os vereadores que o apoiavam.

### **3- RESULTADOS ATRAVÉS DA ANÁLISE DO DISCURSO COLETIVO**

Como apontado, a proposta de análise e interpretação dos dados foi realizada através do Discurso do Sujeito Coletivo, que busca reunir num só discurso as representações sociais através do discurso coletivo. Essa técnica se adequa a pesquisas fenomenológicas, onde as experiências, pensamentos e opiniões podem ser traduzidos e interpretados, utilizando para isso o agrupamento das ideias centrais (IC) ou ancoragens centrais (Acs) que serão disposta através de expressões chaves (ECH).

*Estes conteúdos de mesmo sentido, reunidos num único discurso, por estarem redigidos na primeira pessoa do singular, buscam produzir no leitor um efeito de “coletividade falando”; além disso, dão lugar a um acréscimo de densidade semântica nas representações sociais, fazendo com que uma ideia ou posicionamento dos depoentes apareça de modo “encorpado”, desenvolvido, enriquecido, desdobrado. (Lefevre, Lefevre e Marques, 2009, p. 1194.*

Esse tipo de análise permite uma visão quali quantitativa dos dados colecionados, considerando que “tem como fundamento os pressupostos da Teoria das Representações Sociais e permite, através de procedimentos sistemáticos e padronizados, agregar depoimentos sem reduzi-los a quantidades” (Figueredo et. al 2003, p.129)”. Assim, sendo este trabalho uma tentativa de apresentar pensamentos, representações, crenças e valores de uma coletividade sobre a postura apresentada na polêmica de veto dos livros didáticos no minucioso de Ariquemes, os dados serão apresentados a seguir com o apoio desta interpretação.

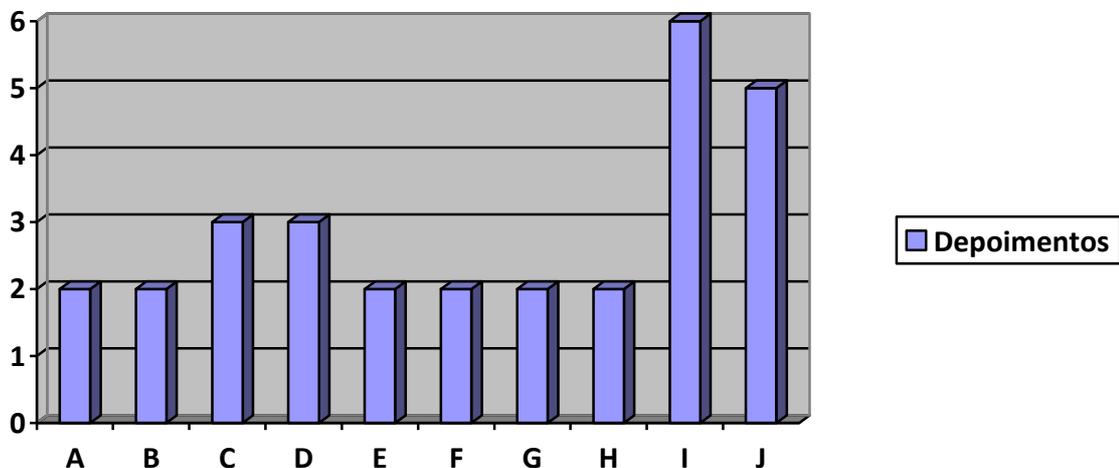
Foram colecionados 30 depoimentos com a identificação de nome e endereço de e-mails nas matérias veiculadas em 3 (três) sites oficiais de notícias, em que se descrevia a

matéria em questão de forma imparcial. Cabe destacar que ‘blogs, não foram selecionados, haja vista que essa modalidade de comunicação abre precedentes para posicionamentos pessoais, o que poderia influenciar na opinião dos leitores. Essa coleta foi realizada no período de 23 de fevereiro a 01 de maio de 2017.

### **Quadro 1: Síntese qualitativa das representações sociais**

<b>CATEGORIAS CENTRAIS</b>
<b>1. Desfavoráveis</b>
<p><i>A</i> → Porque a escola precisa falar sobre assuntos polêmicos para que os alunos não aprendam de forma equivocada fora de casa.</p> <p><i>B</i> → Porque não dá mais para “fugir” dessa realidade tão presente na sociedade</p> <p><i>C</i> → Porque todo mundo merece respeito e a condição sexual não determina o caráter de uma pessoa</p> <p><i>D</i> → Porque essa decisão não está relacionada com o poder público.</p>
<b>2. Favoráveis</b>
<p><i>E</i> → Porque é um estímulo à homossexualidade das crianças que ainda “não sabem pensar”.</p> <p><i>F</i> → Por que é uma falta de respeito com a formação de família deixada por Deus para ser seguida.</p> <p><i>G</i> → Porque essa explicação é obrigação da família e não de terceiros.</p> <p><i>H</i> → Por que é falta de vergonha, desrespeito com a população e excesso de direitos para os gays.</p>
<b>3. Com ressalvas</b>
<p><i>I</i> → Será necessário um grande preparo por parte dos educadores para trabalhar com o tema sem demonstrar suas convicções pessoais.</p> <p><i>J</i> → Houve uma informação errada sobre o assunto por parte dos gestores, o que causou grande revolta e influenciou a interpretação da população.</p>

**Gráfico1**



*Representações sociais da população sobre o posicionamento do gestor público e vereadores*

Nota-se que a maior incidência de respostas versa na expressão chave ancorada na ideia central das respostas com ressalvas, sendo 12 dos 30 depoimentos colecionados. Perseguido pelas interpretações dos desfavoráveis à decisão do gestor público e vereadores. Por fim, as representações coletivas que residem dentro do grupo dos que apoiaram a decisão perfazem 22% do total dos depoimentos analisados.

## FAVORÁVEIS

“Ainda bem que esse prefeito se preocupa com as famílias que teme a Deus e que sabem que casar com a pessoa do mesmo sexo é pecado. Deus fez o homem e a mulher à sua imagem e escultura, não para ficar por aí fornicando pela vontade da carne. Eu educo meus filhos para crescerem, se casarem e terem filhos, a escola não é lugar de se ensinar sexo e sim de se aprender coisas boas. A escola deve ensinar a respeitar o próximo, não fazer apologias através dos livros, isso é um desrespeito à família e as crianças. Parabéns prefeito, você me representa, a familiar que precisa assumir as explicações sobre a sexualidade dos seus filhos e não ser obrigado a estudarem e verem cenas de gays dos livros didáticos é o fim do mundo! Isso é um estímulo às crianças à se tornarem gays e lésbicas e querem nos obrigar a encarar isso como normal. Por isso que a sociedade está esse caos, pois ao invés de ensinarem algo de útil para as crianças, quem empurrar goela a baixo que dois homens se pegando é normal”.

## **DESFAVORÁVEIS**

“A escola é um espaço de formação integral dos seus educandos, onde o respeito é peça fundamental dessa construção. Não existe formação coerente sem respeito às diferenças. Ignorar que as famílias homoafetivas existem é desconsiderar um número crescente de pessoas, quem não conhece, ou tem um parente homossexual na família? Provocar discussões de assuntos que geram polêmicas é fundamental no ambiente escolar, pois é lá que os alunos aprendem que todos são iguais perante a Deus e perante a lei. É hipocrisia fingir que sociedade atual não se modificou... Não falar de forma adequada disso na escola, infere-se a ao risco que os conceitos das crianças sejam construídos de forma aleatória nessa sociedade preconceituosa e homofóbica. Basta à intolerância nas relações de gênero, não é ideologia é valorização dos indivíduos e suas essências. Homossexualidade não é desvio de caráter, deveriam proibir os corruptos de meter a mão no dinheiro público e isso ninguém faz. Ninguém é gay por que quer”!

## **COM RESSALVAS**

A escola não está preparada para falar de gênero e sexualidade desprovida de crenças e opiniões pessoais. Não sou contra a discussão de gênero nos livros didáticos, desde que para isso os professores tenham uma formação adequada, que respeite as faixas etárias e que não imponha obrigatoriamente o certo ou o errado. É uma pena, mas todos têm preconceitos, a diferença é que uns deixam claro, outros não, por isso as escolas precisam promover esses debates para diminuir as manifestações de intolerância e discriminação. Esse prefeito está buscando plateia e mídia, explorando negativamente um fato que não irá alterar nada na vida dos alunos. A forma com o caso foi exposto na mídia provocou revoltas e péssimas interpretações por parte da população. O texto da enquete não traduziu a verdade sobre os livros”.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A teoricidade científica nos indica que as questões voltadas para a sexualidade não podem ser entendidas como pura e simplesmente um conceito biológico. Tais significações estão intimamente imbricadas com os conceitos que são construídos socialmente. A busca por respostas e pelas motivações que levam um indivíduo se declarar homossexual, tem desvirtuado o foco para do que é mais importante: a existência pontual desse fenômeno.

Pessoas que se relacionam com o mesmo sexo datam desde o início da Humanidade, sendo que cada tempo histórico tem reações particulares. Vivemos em um tempo que embora se saiba que pessoas homoafetivas apresentam uma alta representatividade, não é notório um processo social excludente. Tal postura são manifestas de diversas formas, que perpassam desde o preconceito velado até a números assustadores de violência e mortes.

O episódio aqui retratado é uma prova de que, em pleno século XXI, atitudes medievais ainda permeiam os pensamentos daqueles que deveriam zelar pela integridade e harmonia de um grupo de pessoas (Ávila, 2005). Ao contrário disso, gestores com interpretações baseadas em valores e crenças pessoais, ainda querem silenciar no âmbito escolar a dinamicidade e pluralidade nas configurações familiares.

Tarnovski (2002) aponta que atitude de inserção nos livros didáticos dos modelos de famílias não heterossexuais, não visa desmerecer essa formação tradicional, mas sim mostrar as sociedades mudam e que as pessoas tem privacidade e liberdades nas suas escolhas, desde que isso não cause nenhum mal à sociedade que estas compõem.

O que é chamado de “deformação da família tradicional” é um fenômeno social que sempre existiu, mas que insistem deixar às margens, subentendido. Os avanços no âmbito jurídico já existem, o que falta é a garantia de aplicabilidade, com vistas ao reconhecimento das espacialidades produzidas pelo grupo GLBT’s.

Considerando as interfaces apresentadas na análise dos dados e o desfecho que caso ganhou baseado no amparo legal, considera-se que avanços importantes estão sendo alcançados, embora que paulatinamente. O respeito às diferenças sexuais é direito constitucional, porém que ele seja legitimado se faz necessário que a sociedade (re) construa uma visão humanizada sobre as existências sociais, que transcenda as fronteiras estabelecidas por um pensamento patriarcal que não mais traduz o espaço social vivido.

## 5. REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel – Professores Reflexivos em Uma Escola Reflexiva. São Paulo. Editora Cortez, 2003.

ÁVILA, Maria Betânia. Prefácio. Liberdade e Legalidade: uma relação dialética. In: ÁVILA, Maria Betânia; PORTELLA, Ana Paula ; FERREIRA, Verônica (Orgs.). Novas Legalidades e Democratização da vida social: família, sexualidade e aborto. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

DIAS, M. B. **União entre homossexuais**. Revista Jurídica Consulex, Brasília-DF, ano VI, n. 136, 15 set. 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. De Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10ª Ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1987.

**Gênero e diversidade sexual nas escolas**: uma questão de direitos humanos. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/genero-e-diversidade-sexual-nas-escolas-uma-questao-de-direitos-humanos-6727.html>

LEFEVRE F, LEFEVRE AMC e Marques MCC. **Discurso do Sujeito Coletivo, complexidade e auto-organização**. 2009; 14(4):1193-1204.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **O/A jovem homossexual na escola**. Noções básicas de Direitos Humanos para professores/as da Educação Básica. No prelo, 2009.

SILVA, Joseli Maria (org). **Geografia subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade. Ponta Grossa. Paraná, Brasil. Editora Toda Palavra, 2009.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. **Pais assumidos: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo**. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

## **Resíduos Sólidos, Políticas Públicas e Empreendimentos Solidários em Manaus-AM**

Enimar J. Wendhausen, UFAM, enimar@ufam.edu.br;  
Henrique Wendhausen, UFAM, henriquew@ufam.edu.br;  
Marília Carvalho Brasil, UFAM, mariliacbrasil@yahoo.com.br;  
Rosana Zau Mafra, UFAM, rosana\_zau@yahoo.com.

...

### **Resumo**

O objetivo da pesquisa foi identificar a percepção dos atores sociais e gestores públicos em relação aos problemas de políticas públicas enfrentados pelos(as) catadores(as) de materiais recicláveis organizados em empreendimentos econômicos solidários, destacando as principais melhorias e dificuldades em relação à realização do que preconiza a Lei n. 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos. Como objetivos específicos destacam-se: a) identificar os principais fatores que na percepção dos gestores públicos e demais atores sociais envolvidos obstaculizam o trabalho desenvolvido pelos(as) catadores(as) e sua inclusão social; e b) assinalar as ações de políticas públicas realizadas pelos atores sociais e gestores públicos municipais e estaduais com o fim de implementação da Lei nº 12.305/2010, bem como a sua contribuição com o trabalho dos(as) catadores(as). A pesquisa foi desenvolvida no município de Manaus (AM) e pode ser classificada como descritiva-interpretativa, bibliográfica, documental e qualitativa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, no ano de 2015, com os representantes das instituições municipais, estaduais e federais ligadas às políticas de materiais sólidos e de apoio ao trabalho dos catadores. O estudo é parte da pesquisa intitulada "Políticas públicas e empreendimentos solidários: o caso de Manaus", financiada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Identificou-se algumas semelhanças entre as falas dos gestores públicos em relação aos problemas de políticas públicas vivenciados pelos(as) catadores(as) de materiais recicláveis de Manaus. Alguns dos problemas levantados foram: a) a oscilação dos preços do material coletado no mercado; b) a não aceitação no mercado de determinados materiais coletados; c) concorrência com as empresas que realizam a coleta de "lixo"; d) a existência de atravessadores; entre outros. Ao mesmo tempo, a maioria dos entrevistados afirmou ter ocorrido um grande avanço em relação à situação dos catadores, embora muito ainda tenha que ser realizado. Esse avanço deve ser atribuído à postura dos catadores que passaram a exigir e cobrar dos gestores públicos o cumprimento das leis, e também em decorrência da realização de um trabalho em conjunto e de forma harmônica entre as instituições públicas das esferas federal, estadual e municipal envolvidas nesse processo, tal como pressupõe os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Palavras-chave: Políticas públicas; Resíduos sólidos; Empreendimentos solidários; Catadores(as); Lei n. 12.305/2010.

### **Resumen**

El objetivo de la investigación fue identificar la percepción de los gerentes sociales y públicas actores en relación a los problemas de política pública que enfrentan los (las) colectores (como) los materiales reciclables organizada en empresas de economía solidaria, destacando las principales mejoras y dificultades en relación a la realización de que aboga por la Ley n. 12.305 / 2010 - Política Nacional de Residuos Sólidos. Los objetivos específicos son: a) identificar los factores principales en la percepción de los funcionarios

públicos y otros actores involucrados obstaculizar el trabajo de los (las) colectores (as) y su inclusión social; y b) las acciones políticas públicas adoptadas por los actores sociales y funcionarios públicos municipales y estatales con el propósito de aplicación de la Ley 12.305/2010, así como su contribución a la labor del (los) colectores (as). La investigación se realizó en la ciudad de Manaus (AM) y puede ser clasificado como descriptivo-interpretativa, referencias bibliográficas, documentales y cualitativa. Las entrevistas semiestructuradas se llevaron a cabo en el año 2015, con representantes de las instituciones municipales, estatales y federales vinculados a las políticas de materiales sólidos y apoyar el trabajo de los recolectores de materiales reutilizables. El estudio es parte de la investigación titulada "Políticas públicas y empresas solidarias: el caso de Manaus", financiado con fondos de la Fundación para la Investigación del Estado de Amazonas. Se identificó algunas similitudes entre las declaraciones de los funcionarios públicos en relación con los problemas experimentados por las políticas públicas por los colectores de los materiales reciclables de Manaus. Algunas de las cuestiones planteadas fueron: a) la oscilación de los materiales recogidos en los precios de mercado; b) de no aceptación en el mercado de ciertos materiales recogidos; c) la competencia con las empresas que llevan a cabo la recolección de "basura"; d) la existencia de intermediarios; entre otros. Al mismo tiempo, la mayoría de los encuestados afirmó haber sido una gran mejora sobre el estado de los colectores, aunque mucho todavía tiene que ser realizado. Este progreso se debe atribuir a la actitud de los coleccionistas que comenzó con la demanda y encargados de hacer cumplir la ley los funcionarios públicos, y también debido a la realización de una obra juntos y en armonía entre las instituciones públicas de los gobiernos federal, estatal y municipal involucradas en este proceso, ya que presupone los principios de la política Nacional de Residuos Sólidos.

Palabras clave: Políticas públicas; Resíduos sólidos; Empresas solidarias; Colectores (as); Ley n. 12.305 / 2010.

### **Abstract**

The objective of the research was to identify the perception of social actors and public managers in relation to the problems of public policies faced by collectors of recyclable materials organized in solidarity economic enterprises, highlighting the main improvements and difficulties in relation to the realization of the Which advocates Law n. 12.305 / 2010 - National Policy on Solid Waste. Specific objectives are: a) to identify the main factors that in the perception of the public managers and other social actors involved hinder the work done by the collectors and their social inclusion; And b) to indicate the actions of public policies carried out by social actors and municipal and state public managers for the purpose of implementing Law 12.305/2010, as well as their contribution to the work of the collectors. The research was developed in the city of Manaus (AM) and can be classified as descriptive-interpretative, bibliographic, documentary and qualitative. Semi-structured interviews were conducted in the year 2015 with representatives of municipal, state and federal institutions linked to the policies of solid materials and to support the work of the collectors. The study is part of the research titled "Public Policies and Solidarity Entrepreneurs: The Case of Manaus", funded with funds from the Amazonas State Foundation for Research Support (FAPEAM). Some similarities were found between the statements of the public managers regarding the problems of public policies experienced by recyclable materials collectors in Manaus. Some of the problems raised were: a) the oscillation of the prices of the material collected in the market; b) the non-acceptance in the market of certain collected materials; c) competition with companies that collect garbage; d) the existence of intermediaries; among others. At the same time, most respondents said that there has been a major breakthrough in

the situation of waste pickers, although much remains to be done. This advance must be attributed to the posture of the collectors who have come to demand and demand from the public managers compliance with the laws, and also as a result of the joint work done in a harmonious way among the public institutions of the federal, state and municipal levels involved. In this process, as assumed by the principles of the National Solid Waste Policy.

Keywords: Public policy; Solid wastes; Solidary ventures; Collectors; Law 12.305 / 2010.

## 1- Introdução

O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) ressalta que os catadores de resíduos sólidos organizados em cooperativas ou associações, mesmo quando não avançam para operações de beneficiamento, obtêm melhores resultados em termos de renda, vendendo os resíduos em maiores quantidades, ofertando produtos em melhores condições de limpeza e classificação, barateando o transporte e prensando as cargas para comercialização (PINHEL, ZANIN, DEL MÔNACO, 2009). Desta forma, as ações de políticas públicas voltadas para estes empreendimentos tendem a contribuir com a organização desses catadores em associações ou cooperativas, colaborando para melhorar a qualidade de vida das pessoas envolvidas e para a preservação do meio-ambiente.

Em pesquisa realizada por Vieira, Nascimento e Pereira (2009) sobre a organização dos catadores, os autores partiram da hipótese de que a realidade socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis em Manaus necessitaria de uma intervenção planejada, na forma de políticas públicas de todos os entes da federação envolvidos, especialmente do município, isto por que este é o ente institucionalmente responsável pela gestão dos resíduos. Além disso, existem mecanismos legais no âmbito municipal que possibilitam a contratação dos catadores de forma menos burocratizada conforme afirma MNCR (2012, p. 425): a “Política Nacional de Saneamento, Lei Federal nº. 11.445/2009 permite que as prefeituras contratem cooperativas e associações de catadores para realizarem os serviços de coleta seletiva sem a necessidade do processo licitatório”.

No município de Manaus, existem ao todo, segundo o Comitê Regional de Manaus/MNCR (2015), 9 (nove) empreendimentos formados por catadores(as) com a denominação “economia solidária”<sup>1</sup>, dos quais, apenas 3 (três) não estão legalmente formalizados. Estes empreendimentos têm apresentado diversas conquistas, ainda que tenham se deparado com problemas de políticas públicas que dificultam o desenvolvimento e a organização dos mesmos. Esses problemas devem ser conhecidos e destacados para que a sociedade possa entender melhor o trabalho e as dificuldades enfrentadas pelos(as) catadores(as), bem como as ações desenvolvidas pelos gestores públicos para solucionar ou reduzir esses problemas.

Morais (2010), ao apontar os motivos que contribuem para a criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)<sup>2</sup>, assinala que a maioria destes foi criada como alternativa ao desemprego, contemplando uma relação harmoniosa entre a economia solidária e a preocupação ambiental. Neste sentido, o autor em questão destaca que

<sup>1</sup> Vale ressaltar que o debate teórico referente à economia solidária apresenta visões diferentes entre os autores, havendo ainda um conceito em construção em relação ao mesmo. Para Laville(2009), a economia solidária é uma forma alternativa de produção, consumo e comercialização fundamentada na valorização do homem em detrimento do capital. Baseia-se no associativismo, cooperativismo, na autogestão e na retirada igualitária entre todos os membros associados em cooperativa.

<sup>2</sup> Esses empreendimentos têm que possuir princípios como: livre adesão, autogestão, participação econômica igualitária entre seus membros, constituição de um fundo para a educação, intercooperação, autonomia e preocupação com a comunidade.

algumas experiências de EES têm gerado externalidades positivas para toda a sociedade como é o caso dos empreendimentos de coleta e reciclagem de resíduos sólidos. Esta atividade, além de contribuir para a geração de trabalho e renda para os que estão desempregados, gera benefícios para a sociedade e para o meio-ambiente.

A Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), resultou de uma discussão voltada à adoção de políticas públicas que possibilitassem a valorização e a maior participação dos cidadãos(ãs) sobre a produção, o tratamento e o destino dos resíduos sólidos urbanos. Esta Lei brasileira foi aprovada após 21 anos de tramitação, trazendo como fundamento o princípio do poluidor-pagador, além de outros princípios ambientais consagrados internacionalmente. A Política Nacional de Resíduos Sólidos foi regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010 e trouxe importantes contribuições para a legislação ambiental brasileira, apresentando a virtude de reunir diferentes dispositivos legais que antes se encontravam esparsos em diversos instrumentos normativos que tratavam dos resíduos sólidos, organizando-os de forma orgânica e conveniente.

A legislação do município de Manaus para atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos também consagrou como princípio a visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos, considerando as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública, além de outros princípios inerentes previstos na PNRS.

Diversas leis estão em conformidade com a PNRS, conforme reza o Art. 2º, tais como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (Snvs), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro). Conforme o Art. 5º, a PNRS integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795 (de 27 de abril de 1999), com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445 (de 2007) e com a Lei nº 11.107 (de 6 de abril de 2005).

A Lei n.º 12.305/2010 determina a ocorrência de cooperação entre os entes federados na gestão de resíduos para alcance de metas, por exemplo: a promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo; a prevenção da poluição mediante práticas que promovam a redução ou eliminação de resíduos na fonte geradora; a minimização dos resíduos por meio de incentivos às práticas ambientalmente adequadas de reutilização, reciclagem e recuperação; a garantia da sociedade ao direito à informação sobre o potencial de degradação ambiental dos produtos; e, o acesso da sociedade à educação ambiental.

A referida Lei ao adotar os princípios do poluidor-pagador, fundamenta a aplicação dos tributos ambientalizados existentes e que por ventura possam ser criados, da responsabilidade dos geradores, transportadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, catadores, coletores e operadores de resíduos sólidos em quaisquer das fases de seu gerenciamento. A atuação da PNRS, prevista na Lei n.º 12.305/2010, deve estar em consonância com as políticas estaduais, municipais e distritais de recursos hídricos, meio ambiente, saneamento, saúde, educação e desenvolvimento urbano, reconhecendo o resíduo sólido reutilizável e reciclável de forma a constituir um bem econômico gerador de trabalho e renda. Neste sentido, a PNRS incentiva à cooperação intermunicipal, estimulando a busca de soluções consorciadas e conjunta dos problemas de gestão de resíduos de todas as origens, além do fomento à implantação do sistema de coleta seletiva nos municípios.

As grandes inovações ao tema nessa nova política foram: 1) a inclusão das cooperativas de catadores nos programas de coleta seletiva; e, 2) o incentivo sistemático às atividades de reutilização, coleta seletiva, compostagem, reciclagem e valorização de resíduos, inclusive os de ordem tributária e creditícia, na esfera estadual e municipal,

fomentando o reaproveitamento de resíduos na forma de matérias primas e fontes de energia e conseqüente preservação de recursos naturais não-renováveis, além de enfatizar a inclusão social dos catadores.

Desta forma, a inclusão das cooperativas de catadores nos programas de coleta seletiva tem papel fundamental, já que a triagem e encaminhamento de resíduos para a reciclagem reduzem o volume dos materiais encaminhados ao destino final, ou seja, ao aterro sanitário. Ao mesmo tempo em que proporciona aos catadores e suas famílias, meio de sustento, reintegrando-os à sociedade resgatando sua autoestima. Além disso, ao contribuir para a promoção da inclusão social de catadores nos serviços de coleta seletiva, a PNRS também concorre para a erradicação do trabalho infantil em atividades vinculadas à utilização dos resíduos sólidos promovendo a integração social e de sua família.

O objetivo da pesquisa foi identificar a percepção dos atores sociais e gestores públicos em relação aos problemas de políticas públicas enfrentados pelos(as) catadores(as) de materiais recicláveis organizados em empreendimentos econômicos solidários, destacando as principais melhorias e dificuldades em relação à realização do que preconiza a Lei n. 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos. Como objetivos específicos apresentam-se os seguintes: a) identificar os principais fatores que na percepção dos gestores públicos e demais atores sociais envolvidos criam obstáculos ao trabalho desenvolvido pelos(as) catadores(as) e à sua inclusão social; e b) assinalar as ações de políticas públicas realizadas pelos atores sociais e gestores públicos municipais e estaduais com o fim de implementação da Lei nº 12.305/2010, bem como a sua contribuição para o trabalho dos(as) catadores(as).

As informações para a elaboração deste artigo são oriundas do Projeto de pesquisa “Políticas públicas e empreendimentos solidários: o caso de Manaus” realizado no ano de 2015. A pesquisa foi desenvolvida no município de Manaus (AM) e pode ser classificada como descritiva-interpretativa, bibliográfica, documental e qualitativa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e em profundidade com os representantes das instituições municipais, estaduais e federais ligadas às políticas de materiais sólidos e de apoio ao trabalho dos catadores, como também com os membros do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), as quais ocorreram entre os meses de março e agosto do referido ano.

O Comitê Gestor Intersectorial para Inclusão Social Econômica de Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis é composto por 18 (dezoito) representantes, dos quais foram entrevistados os seguintes: a) Secretaria Municipal de Limpeza Pública; b) Secretaria de Estado do Trabalho; c) Secretaria Estadual do Meio Ambiente; d) Membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; e) Seção de Economia Solidária da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego; f) Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região; g) Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Interação), vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas; h) Cooperativa de Assessoria e Serviços Técnicos e Educacionais e Projetos Sociais da Amazônia (Cooastps); i) Coordenador do Fórum Municipal de Economia Solidária.

Além das entrevistas, foram utilizados também documentos diversos como os do Comitê Regional de Manaus/Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR), da Secretaria de Estado do Trabalho e Secretaria Municipal de Limpeza Pública.

A pesquisa teve o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) para a sua realização.

Ressaltamos que a pesquisa da qual resultou esse artigo vislumbrava inicialmente tratar apenas das políticas públicas voltadas para a economia solidária. No entanto, como a discussão girava em torno dos(as) catadores(as) de resíduos sólidos envolvidos com associativismo em empreendimentos solidários foi impossível não trazer à tona as discussões sobre a PNRS. Inclusive, alguns dos entrevistados desconheciam as políticas públicas voltadas para a economia solidária, no entanto, estavam envolvidos com a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos e promovendo ações para colocá-la em prática. Dessa forma, os relatos e as análises aqui realizadas envolvem tanto as políticas públicas de economia solidária, como também a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

## **2- Problemas enfrentados pelos(as) catadores(as) de resíduos sólidos dos EES e algumas ações: gestores públicos e sociedade civil**

Nesta seção apresentamos as principais falas de gestores públicos e da sociedade civil em relação aos obstáculos enfrentados pelos(as) catadores(as) para desenvolver as suas atividades laborais e conseguirem a inclusão social. ao mesmo tempo, são destacadas algumas ações realizadas pelos gestores públicos e entidades da sociedade civil com o propósito de contribuir com as políticas públicas de economia solidária e colocar em prática a lei nº 12.305/2010.

### **2.1- Secretaria de Estado do Trabalho do Amazonas (SETRAB)**

Na concepção da representante da SETRAB um dos problemas enfrentados pelos(as) catadores(as) das associações e cooperativas é o fato destes não possuírem experiência em gestão. A Secretária ressaltou que houve um tempo em que a secretaria disponibilizava um técnico da instituição e um contador para orientar no processo de regularização dos grupos organizados de catadores(as). No entanto, mesmo após se organizarem e venderem o material, alguns não conseguiam seguir por conta própria pelo fato de terem dificuldades em realizar o controle contábil e administrativo. Também tinham dificuldades em gerir os recursos recebidos, além de não internalizarem a filosofia do associativismo. Segundo a mesma, alguns desses grupos não conseguem entender bem o funcionamento de um empreendimento solidário e reforçou que esse aspecto diz respeito a uma cultura que precisa ser trabalhada nas cooperativas e associações. A Secretária alertou que não adianta organizá-los em empreendimentos solidários sem capacitá-los.

Em relação à existência de crédito para esse tipo de empreendimento, citou como exemplo o Banco do Povo. Porém, os catadores precisariam estar legalmente formalizados para ter acesso a esse crédito.

A Secretária atestou que Manaus está bem a frente dos demais municípios do Estado do Amazonas no que se refere à contratação de cooperativas. Afirmou também que espera que haja parcerias com a academia e que os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores possam servir de subsídio para os instrumentos destas políticas. Encerrou dizendo que o papel principal da Secretaria é a de geração de trabalho e renda, inclusão social e contribuir para que o catador trabalhe dignamente.

Dentre as ações realizadas pela secretaria encontra-se o convênio celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, e o Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho. O objetivo do convênio é fomentar os empreendimentos econômicos solidários e as redes de cooperação atuantes com resíduos sólidos constituídos por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis, com vistas à superação da pobreza

extrema no Estado do Amazonas. O público beneficiário do projeto são os catadores e catadoras que trabalham de forma organizada na coleta seletiva de resíduos sólidos. No entanto, segundo declarações de alguns dos gestores entrevistados, o projeto não foi executado e os recursos corriam o risco de retornar para a sua fonte.

O convênio pretende atender ao todo 26 municípios, dentre os quais o de Manaus. Segundo a Secretária de Estado do Trabalho foram escolhidos os municípios sem coleta seletiva, nos quais as políticas públicas para melhorar a situação dos catadores não chegaram a ser - ou não estariam sendo - implantadas.

Com relação ao mercado da reciclagem de Manaus, a Secretária afirmou que foram aprovados projetos para três empresas recicladoras serem implantadas no município pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODAM). Uma dessas empresas trabalharia com ferro, outra com papelão e outra com plástico. Seus insumos seriam os materiais coletados pelas cooperativas.

## **2.2- Superintendência Regional do Trabalho (SRTE)**

A SRTE passou a fazer parte do Comitê Gestor Intersetorial para Inclusão Social e Econômica de Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis em 2014, ano em que o Comitê foi criado por conta do Projeto Reciclanorte. Até então, segundo o entrevistado, não havia projeto de catação no município. O Reciclanorte foi resultado de uma chamada pública de 2013, época em que a SETRAB encaminhou uma proposta.

Para o entrevistado, os catadores precisam inovar, porém tomaram uma direção contrária, pois compram prensas antigas, obsoletas, defasadas, de baixa tecnologia e que consomem muita energia. A tecnologia inovadora daria celeridade ao processo de catação e aproveitamento do material. Na concepção do representante da SRTE, os(as) catadores(as) precisariam sair da fase manual para a industrial, pois isto é que daria qualidade ao trabalho destes.

As empresas de coleta de “lixo” foram apontadas pelo entrevistado como outro problema para os catadores, pelo fato de serem “suas concorrentes”. Na sua visão, a prefeitura poderia transferir esta atividade para os catadores. Entretanto, entende que os(as) catadores(as) não possuem a estrutura necessária para isso, como por exemplo, caminhões. Sendo assim, as empresas coletoras podem afetar de certa forma o desenvolvimento das atividades dos catadores.

Ressaltou que alguns catadores trabalham para as empresas e comercializam os materiais recicláveis a preço de mercado, preço este dito como 'justo', porém, assinalou que seria justo somente para o patrão (que lucra) e não para o catador. Os preços destes materiais oscilam e, às vezes, caem, ocasionando um excedente de material. Para o entrevistado seriam necessárias estratégias para escoar esse excedente e uma delas poderia ser a exportação, já que em Manaus só existem duas empresas que compram o material dos catadores.

Outro problema enfrentado pelos(as) catadores(as) diz respeito à falta de recursos. Contudo, afirmou que há linhas de financiamento existentes para as cooperativas. Declarou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal ofereciam crédito para esse público, porém os interessados precisavam estar organizados em cooperativas. E, mesmo sendo uma cooperativa, a mesma precisaria ter entrado em funcionamento há algum tempo para ganhar idoneidade, e só então seria capaz de receber este recurso. Pressupõe que deve haver necessidade de capacitação administrativa e contábil, entre outros atributos.

A baixa instrução, de acordo com o entrevistado, seria outro problema a ser enfrentado. Isso por que nessa atividade é necessário conhecer o produto com o qual se trabalha, saber classificar os plásticos, os metais, entre outros. Ao mesmo tempo, falta um olhar especializado para o aproveitamento do material trabalhado, por exemplo, produzir madeira plástica para *deck*, telhas, entre outras aplicações. Trata-se de agregar valor ao produto.

Ao ser questionado sobre os avanços nesta atividade, considera que em pouco mais de 10 anos os catadores deram um salto significativo, uma vez que muitos foram contemplados por programas sociais do governo, como: Minha Casa, Minha Vida; Bolsa Família, etc. Em suma, a situação dos catadores melhorou muito na concepção do mesmo.

Afirmou que Manaus carecia de uma entidade especializada para trabalhar com os catadores. Uma entidade que atuasse em toda a cadeia produtiva: a) na catação; b) no processo (classificação); c) na fabricação (reciclagem); d) na entrega do produto final. Segundo ele, este “terceiro setor” não está formado em Manaus e também não existe chamada pública nesta direção.

Dentre as entidades que dão apoio técnico às atividades dos catadores, o representante da SRTE citou a organização não governamental Nymuendajú e a Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental (ARPA). Apontou a ausência de participação das universidades, tanto a estadual como a federal, no sentido de fornecer apoio técnico e capacitação para as cooperativas. Ainda que algum grupo de pesquisadores das universidades participe das reuniões realizadas pelos catadores e MNCR e ainda que visitem alguns grupos de catadores(as), o envolvimento da academia, na opinião do mesmo, estaria aquém do desejável.

Questionado se observou alguma diferença em relação à questão da inclusão social desde que o Comitê ao qual pertence foi criado, respondeu que “sim e não”. Justificou a resposta afirmando que o anúncio de recursos federais para atuar com a questão da reciclagem faz com que as “forças trabalhadoras”, os atores interessados se organizem, voltem seu olhar para receber parte destes recursos, que resultaria nesse processo de inclusão social. Ao mesmo tempo a resposta é negativa já que, até o momento da entrevista, o catador ainda não havia recebido diretamente os benefícios em espécie.

Segundo o entrevistado a ação da SRTE é atuar para ver a política ser aplicada. Atestou que o recurso originário do Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária foi aplicado e estaria chegando à SETRAB, executora do projeto. Alegou que a SRTE trabalha para que o recurso chegue à sua finalidade. Este órgão seria o controlador interno do MTE, ao passo que o Tribunal de Contas da União (TCU) é o controlador externo destes recursos.

Por último, afirmou que o empreendimento isoladamente pode apresentar dificuldades na aquisição de equipamentos, no aperfeiçoamento do sistema produtivo, na comercialização, entre outros problemas. Sendo assim, a formação de redes de comercialização pode ser uma proposta de políticas públicas para resolver situações como essas.

### **2.3- Ministério Público do Trabalho (MPT) - 11ª Região**

Segundo a Procuradora do Trabalho e Chefe do Ministério Público do Trabalho da 11ª Região, o Ministério Público do Trabalho (MPT) enquanto entidade permanente e promotora dos direitos sociais tem funcionado como órgão articulador e defensor dos direitos dos catadores de materiais recicláveis do Amazonas.

De acordo com a mesma, em Manaus não há, em tese, catadores dentro dos lixões, porém estariam surgindo grandes lixeiras viciadas<sup>3</sup>, que seriam verdadeiros lixões e nas quais, conforme divulgado pela mídia, existem catadores. O MPT estava realizando o levantamento das lixeiras existentes no município de Manaus para implementar alguma ação. Quanto aos outros catadores que não se enquadram nessa situação, foi realizado em 2011, pelo MPT, um levantamento para identificar a localização de seus empreendimentos, associações e cooperativas.

No final do mandato do prefeito Amazonino Mendes, foi iniciado um processo de licitação da coleta domiciliar e seletiva de Manaus sob o formato de parceria pública privada (PPP). Este processo pretendia excluir a figura do catador, indo totalmente contra a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A empresa vencedora seria a responsável pela contratação dos triadores (catadores), deixando de existir a figura do catador de materiais recicláveis. Estes passariam a ser empregados e não mais donos dos próprios empreendimentos. Foi solicitado pelos representantes do Movimento dos(as) Catadores(as) que o MPT impugnasse o processo licitatório. Outros órgãos também foram acionados, tais como: o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público do Estado (MPE) que também se manifestaram. Com isso, a licitação foi suspensa.

Com a posse do novo governo municipal, em 2013, foi iniciado um diálogo como objetivo de possibilitar a inclusão social dos catadores. Dessa iniciativa, surgiu a realização de algumas ações como a possibilidade de cessão de galpões por parte da prefeitura para que os catadores iniciassem o trabalho de uma maneira mais digna. Passados quatro anos foram disponibilizados cinco galpões para os empreendimentos dos catadores, porém a coleta seletiva não evoluiu de forma adequada, uma vez que não foi expandida para outros bairros além daqueles que já era realizada anteriormente, como também a quantidade de material coletado não apresentou aumento no período.

Para a procuradora, enquanto o pagamento pela coleta de resíduos em Manaus for realizado com base no peso, não haverá incentivo para a coleta seletiva. Os argumentos contra a coleta seletiva é que ela é mais cara, porque o coletor tem que parar mais vezes e por mais tempo. Afirmou que o MPT luta para que a administração pública municipal realize efetivamente um processo de incubação e fortalecimento dos empreendimentos solidários de catadores (as); para que só após isso ocorra a contratação destes empreendimentos, conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos, desde que estes empreendimentos apresentem capacidade técnica e econômica para serem contratados pelo município a fim de prestarem um serviço regular. A Promotora defende um processo de incubação destes empreendimentos para conquistar credibilidade junto aos usuários dos serviços a serem oferecidos. “Quem tem que fortalecer é o poder público municipal para depois contratar”, afirmou a entrevistada.

O MPT entende que as cooperativas de catadores(as) ainda não têm a infraestrutura operacional necessária. Muitas das vezes em que os representantes dos MPT visitam os empreendimentos dos catadores encontram condições inadequadas de trabalho, tais como: falta de prensa e de equipamentos de proteção individual (EPI), realizando as atividades de catação e triagem sentados encima de baldes etc. De forma que as condições de trabalho dos catadores nos empreendimentos são precárias. Nestas situações o MPT enfrenta o dilema entre fechar o empreendimento e tirar o sustento do catador.

Outra dificuldade são os embates que os catadores têm que enfrentar com os órgãos municipais, como um dos ocorridos com a Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SEMULSP). Segundo a entrevistada, a forma como essa Secretaria disponibilizava o caminhão para a realização da coleta seletiva entre os grupos organizados implicava em constantes protestos dos catadores. Isto ocorria porque durante dois dias o caminhão era

<sup>3</sup> São lixeiras improvisadas pela população em locais inadequados.

disponibilizado para os nove grupos ligados ao MNCR e durante outros dois dias para dois grupos não ligados ao MNCR. Os catadores ligados ao Movimento consideravam esta distribuição injusta e reclamavam por conta disso.

De acordo com a entrevistada, Manaus apresenta semelhanças com os demais municípios do estado do Amazonas em termos dos problemas enfrentados para a realização da atividade. Dentre os pontos problemáticos, cita: a logística para escoamento do material coletado, a estrutura física para os catadores realizarem o seu trabalho, o apoio técnico e operacional (contador, administrador), equipamentos como: caminhões *munck*, esteira. A capacitação do catador é importante, porém o apoio técnico é fundamental para que a atividade possa ocorrer da forma mais adequada possível. Uma questão que chamou a atenção da Promotora foi a politização dos catadores. Segundo a entrevistada, esse aspecto contribuiu para que ela “abraçasse a causa deles”. Além disso, afirma que o problema da capacitação desses trabalhadores passa por uma politização gradual.

Após a conquista do espaço de realização da atividade pela cessão dos galpões, teve início a abertura de diálogo com a iniciativa privada para realizar a coleta de material reciclável nessas empresas. “Esta conquista não foi um processo fácil de articulação, aceitação, como agora parece ter sido. O diálogo foi duro e precisou todo um processo de amadurecimento” (FALA DA ENTREVISTADA, 2015).

Por outro lado, o MPT é responsabilizado pelo fato de não permitir que sejam contratados os catadores dos empreendimentos solidários (cooperativas). A mesma afirma que a permissão não ocorre porque não vê condições de competitividade nestes grupos, conforme prevê a lei.

Quanto ao financiamento dos empreendimentos, acredita que este pode vir da logística reversa, assim como do poder público a partir de projetos como o PROCATADOR<sup>4</sup>. Contudo, o projeto estava parado na época porque a SETRAB não havia conseguido iniciar a execução, havendo R\$ 3 milhões empenhados.

Quanto às percepções do MPT acerca das políticas públicas direcionadas para os catadores, a Promotora entende que estas se encontram muito aquém do ideal. Ressalta que a inclusão socioeconômica dos catadores perpassa por uma política pública mais ampla que compreenda ações que possibilite a melhoria da moradia, saúde, educação tanto dos catadores quanto de seus filhos, entre outras. Somente quando todos esses aspectos tiverem tutelados é que haverá a inclusão socioeconômica dos catadores. Citou o exemplo de uma catadora que prefere trabalhar ao sol a ir para o galpão porque desta forma pode cuidar de seu filho de um ano e oito meses, haja vista que não existe creche e não tem com quem deixar a criança. Lembrou que esta não é uma condição exclusiva do(da) catador(a), mas do trabalhador no Brasil. Porém, a situação dos catadores é extremamente aviltante, como no caso dos municípios do Amazonas onde se encontram crianças nos lixões comendo resto de lixo e buscando brinquedos. A necessidade de uma política integral e integrada que assegure todos os aspectos da vida do catador é muito importante, afirmou a procuradora.

A atuação do MPT é no sentido de articular condições para que o empreendimento funcione de uma forma que não dependa somente do poder público, a exemplo da busca de parceria por meio da logística reversa, de materiais que precisam ser recolhidos e que tenham que ser compensados (ambientalmente) caso não sejam recolhidos. As empresas, portanto, seriam os parceiros dos empreendimentos de catadores.

---

<sup>4</sup> O programa tem como objetivo integrar e articular as ações do governo federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Em relação à Manaus este Ministério tem atuado como grande articulador de políticas públicas, pois tem colocado o poder público, a sociedade civil organizada e a sociedade civil não organizada em contato com os catadores e promovido a necessária conexão para engrenar a atividade de coleta seletiva.

#### **2.4- Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SEMULSP)**

De acordo com o gestor da SEMULSP existem algumas dificuldades que estariam gerando obstáculos para o bom desenvolvimento da atividade de coleta e reciclagem de material da cidade de Manaus. A primeira delas é relacionada ao Fórum Lixo e Cidadania, que é a instância oficial de interlocução dos órgãos municipais com os catadores. Ressaltou que as reuniões periódicas que permitem o debate sobre questões relativas à coleta de materiais recicláveis não estariam ocorrendo, o que dificultava o avanço de diversos aspectos pertinentes à coleta. A segunda dificuldade mencionada se refere à contratação dos catadores para dar estabilidade à atividade de coleta por eles realizada. Esse fato decorre da divergência entre catadores e órgãos municipais em relação à forma de contratação que deverá ser realizada por esta Secretaria.

A SEMULSP advoga a contratação baseada no modelo utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado que emprega a produtividade como forma de remuneração dos catadores, ou seja, reais por unidade de peso. Essa modalidade também é usada pela Prefeitura para o pagamento das empresas de coleta de lixo. De acordo com o Secretário, essa forma premia a produtividade e a eficiência na realização da atividade. No entanto, os catadores sugerem que a contratação seja realizada com base em um valor fixo por indivíduo e uma pequena fração vinculada à produtividade. Outra questão relativa à contratação é que a legislação só permite que sejam contratados grupos de catadores, ou seja, pessoas jurídicas, e não pessoas físicas. Esse assunto gerou um impasse que ainda não havia sido resolvido até a conclusão dessa pesquisa.

Outra dificuldade se refere à indefinição em Brasília sobre os acordos setoriais relativos à coleta de lixo e material reciclável. Na concepção do secretário da SEMULSP se estaria tentando transferir todos os custos da logística reversa para os municípios, o que não consta na lei sobre o assunto. Um aspecto bastante problemático é o fato de Manaus ser uma cidade distante dos grandes centros, de certa forma isolada, e por causa disso a reciclagem é dependente da capacidade instalada das indústrias locais, especialmente das indústrias de transformação. De forma que, por falta de mercado, muitos materiais que são coletados na cidade acabam tendo por destino o aterro sanitário. Então, o aumento da coleta seletiva em Manaus não garante que haverá mercado para absorver esse material.

Em sua fala final, o Secretário declarou que não há como fugir da contratação dos catadores por produtividade. Além disso, afirmou que aos custos incorridos naquele momento, não haveria como pagar essa atividade se a mesma fosse expandida para uma parte maior da cidade. Por sua vez, teceu algumas críticas relacionadas à Lei Federal nº 12.305/2010, mais especificamente ao inciso 2 do art. 7º da Lei Nacional de Resíduos Sólidos, que apresenta como diretriz básica a não geração de resíduos. Ressaltou que no país, nem se sabe o que isso significa. Concluiu dizendo que muita coisa ainda precisa ser pensada em relação à Lei de Resíduos Sólidos.

A Prefeitura de Manaus, por meio da Secretaria Municipal de Limpeza Pública desenvolve algumas ações que tentam integrar os catadores às atividades do órgão. Dentre as ações, constam: a) A coleta seletiva – a mesma é realizada durante seis dias da semana. Todo o material coletado é levado diretamente para os diferentes locais em que os grupos de catadores, que são apoiados pela prefeitura, realizam suas atividades; b) os Postos de Entrega Voluntária (PEVs) - estes se constituem de instalações que a Prefeitura

disponibiliza para grupos de catadores. Os PEVs são instalados em pontos estratégicos da cidade que apresentem grande fluxo de veículos e fácil parada como principais características. Dos PEVs, um é operado por catadores associados à ARPA. Em relação aos demais postos não houve interesse por parte dos catadores em operá-los, o que pode estar relacionado ao alto custo de manutenção desses postos, já que muitas das vezes não cobrem os seus custos operacionais. Então eles são operados por servidores municipais e o material coletado é doado aos catadores; c) atividades de orientação à população - isso ocorre tanto em relação à coleta regular quanto à coleta seletiva. Este trabalho de comunicação, que ocorre em diferentes níveis, procura dar apoio aos catadores, especialmente quanto à coleta seletiva com informações sobre o processo e os resíduos corretos e adequados à reciclagem, bem como sobre as consequências positivas para o meio-ambiente. Com este propósito foram criados alguns instrumentos e estratégias de comunicação, como folderes para distribuição, por exemplo; d) o trabalho de Logística - na SEMULSP há quatro vagas comissionadas que são ocupadas por pessoas indicadas pelos catadores para representá-los dentro da Secretaria. Isso foi decidido no Fórum Lixo e Cidadania e, desde então, a cada seis meses, há indicação de novas pessoas para esses cargos ou de recondução das que já vem realizando a atividade. Isso possibilitou uma melhora na comunicação entre os catadores e a SEMULSP, uma vez que a linguagem no serviço público é, muitas vezes, de difícil entendimento para pessoas que não estão acostumadas, como é o caso dos catadores. Isso permitiu que, por exemplo, a programação da logística passasse a ser realizada por essas pessoas tornando mais transparente as dificuldades da operação diária; e) fornecimento de galpões aos catadores – no ano de 2015 foi disponibilizado aos catadores dois galpões para a realização de suas atividades. Apesar de ainda não ser a forma ideal, com os galpões os catadores estão mais bem abrigados do que antes.

## **2.5-Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA)**

De acordo com o Secretário de Estado do Meio Ambiente (SEMA) há necessidade de recursos financeiros para viabilizar os projetos de políticas públicas no setor, uma vez que a política nacional não fez o aporte necessário para resolver os problemas que ela colocou como exigência. Ao mesmo tempo, cita a carência de projetos técnicos na área, uma vez que, em alguns momentos, existe o recurso, mas as prefeituras não apresentam as propostas pleiteando os mesmos.

Dentre as ações adotadas pela Secretaria destacou a elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos e do Plano de Resíduos e Coleta Seletiva para a Região Metropolitana de Manaus, com aplicação de recursos no total de R\$ 3 milhões, definido desde 2013. Para a implementação do Plano de Resíduos, foi criada uma proposta de política tendo como ponto de orientação a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º. 12.305/2010).

Nesse contexto, a política estadual traz para dentro dos seus dispositivos aquilo que a política nacional estabeleceu para os catadores, regulamentada pelo Decreto no. 7.405, sendo essa uma contribuição que a Secretaria está realizando.

Além disso, o Plano de Coleta Seletiva terá como um de seus produtos os programas de coleta seletiva para os municípios da Região Metropolitana, individual e coletivamente. Já estariam agendadas oficinas e audiências públicas para serem realizadas. Mesmo que os municípios não tenham aterro sanitário, com todas as especificações internacionais, nada impede que eles implantem a coleta seletiva com a inclusão dos catadores, afirmou o Secretário.

## 2.6- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

O Deputado Estadual, membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional Sustentável, afirmou que as políticas públicas direcionadas para atender as associações e cooperativas formadas pelos catadores de materiais recicláveis, do ponto de vista jurídico apresentaram um avanço muito grande no Brasil, mas a aplicação desse marco jurídico ainda é muito fragmentada e muito falha no Estado.

O mesmo reconheceu os avanços ocorridos. No entanto, na sua concepção, esses pequenos avanços ainda são lentos e têm se dado muito mais por força da pressão do movimento dos catadores e de alguns aliados do que por uma decisão voluntária dos poderes públicos.

Declarou que a Lei da PNRS apresenta uma armadilha pelo fato de não dar a garantia dos recursos técnicos e financeiros, contribuindo para que a maioria dos municípios da Amazônia e do Nordeste não consiga acessar esses recursos. Apesar de reconhecer que os custos e a exigência de recursos técnicos são elevados, ressaltou que as prefeituras podem realizar a coleta seletiva antes de erradicar os lixões, além de fazer a contenção destes com a inclusão dos catadores antes dos recursos serem liberados.

Apesar do município de Manaus ter apresentado avanços em relação à Lei de Resíduos Sólidos, ressaltou que se não houvesse resistência cultural e institucional, o avanço seria maior. O que não se restringe a um problema apenas do Estado do Amazonas. A cultura da SEMULSP é a de limpar a cidade, enquanto a cultura social e ambiental se concentram em outras duas secretarias: as de ação social e do meio ambiente. Citou o exemplo do município de Nova Olinda do Norte (distante 126 km a sul da capital amazonense) onde as três secretarias se juntaram em um trabalho multidisciplinar e que gerou bons resultados.

Outro aspecto considerado prejudicial aos catadores dos empreendimentos tem sido a relação contratual entre a prefeitura e as empresas, pois esta se dá por pesagem. O empreendimento ganha por peso e quando o mesmo deixa de levar o material para o lixão por alguma razão deixa de receber o faturamento, não sendo economicamente interessante para o mesmo a coleta seletiva.

Com relação às ações desenvolvidas com o propósito de fomentar os empreendimentos formados pelos catadores de materiais recicláveis, acredita que há a necessidade de estabelecer uma ponte direta entre o Estado e os catadores. Com esse intuito, apresentou um projeto de lei que foi aprovado, obrigando os órgãos públicos estaduais a entregar o material reciclável para as associações formadas pelos catadores. Dentre outras ações desenvolvidas percebe-se como importante a participação dos órgãos públicos em articulações e apoio político aos EES.

## 2.7 - Fórum Municipal de Economia Solidária

O Fórum Municipal de Economia Solidária está em ação desde 2008 e contribui com as políticas de parcerias entre as instituições e o governo. Atende a 6 (seis) municípios no Estado do Amazonas: Manaus, Novo Airão, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Barreirinha e Manacapuru.

O coordenador do Fórum Municipal de Economia Solidária afirmou que com o projeto de lei municipal e estadual, o governo não poderá mais negar as reivindicações dos catadores. Antes desse projeto de lei não existia nenhuma regulamentação sobre o “lixo local” e nem sobre os catadores de resíduos sólidos. Afirmou que o Fórum Municipal vem acompanhando os catadores, orientando-os sobre

o formato do projeto, além de divulgar o trabalho dos catadores nas feiras que acontecem na cidade de Manaus.

Com relação aos empreendimentos formados pelos(as) catadores(as), declarou que o Fórum precisa acompanhar a questão dos resíduos com seus membros nos municípios, principalmente se o projeto de lei dos resíduos sólidos for implementado. “Esse projeto chega para provocar o desenvolvimento do catador seguindo os preceitos da Economia Solidária (ES), pois o catador que não conhece a Economia Solidária, ele se torna um individualista na cooperativa. De acordo com o entrevistado, há a necessidade dos catadores conhecerem seus direitos e os fundamentos da economia solidária e, ao mesmo tempo, de terem orgulho do seu trabalho e da sua contribuição socioambiental. “Eu, eu trabalho e eu ganho meu dinheiro” (FALA DO ENTREVISTADO, 2015).

Ao mesmo tempo ressaltou que a formação do catador em economia solidária é essencial para desenvolver outra visão no catador: uma visão de cooperação na autogestão. A formação buscará desenvolver o espírito da coletividade nos catadores. O catador precisa dessa formação em ES para entender realmente o significado do cooperativismo e do associativismo, pois se o catador não entender esses princípios acabará por continuar a reproduzir os preceitos de uma empresa heterogerida, sem se preocupar com o meio-ambiente, buscando apenas o lucro e fugindo completamente do que é a essência da economia solidária.

De acordo com o entrevistado, a grande carência dos catadores é a falta de apoio. Ressaltou que o gestor precisa se inteirar sobre o que está acontecendo com os catadores e os resíduos, além de estar apto a conhecer o próprio ambiente e se preocupar com o meio-ambiente. Após isso, talvez nasça, futuramente, dentro do poder público e dos cidadãos um novo olhar sobre o meio-ambiente e o catador. E estes não serão mais vistos só como “juntadores de lixo”, como afirmam alguns, mas como um colaborador do meio-ambiente mais protegido.

## **2.8 - Cooperativa de Assessoria e Serviços Técnicos Educacionais e Projetos Sociais da Amazônia (COOASTPS/AM)**

A COOASTPS foi criada na cidade de Manaus no ano de 2006 e regularizada em 2007. É formada por três comissões sendo uma de Economia Solidária, uma de projetos e uma de educação. A COOASTPS é uma entidade que desenvolve um processo de formação de pessoas e empreendimentos de economia solidária, visando fortalecer a ES no Estado. Presente em quatro estados da Região Norte, a COOASTPS possui ações de formação em ES em todos esses estados.

De acordo com o entrevistado, a cultura instituída no estado do Amazonas não promove a política pública para a ES. A Economia Solidária no estado é promovida mais por ser uma alternativa econômica do que propriamente pelos incentivos institucionais. No nível local, as políticas públicas, não só em educação, não possuem solidez. No entanto, no nível nacional, verificou-se um grande avanço, pois existem leis - como por exemplo, a lei do Cadastro Nacional dos Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) - que regulamentam as comissões e os conselhos para gerenciar esses cadastros nos estados.

Em relação às ações desenvolvidas para atender os catadores organizados em empreendimentos solidários, afirmou que os catadores juntamente com os outros atores que participam de atividades envolvendo a Economia Solidária recomendadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), seriam convidados a fazer parte do curso que teria como objetivo “afinar” a política de estratégia de formação. A pretensão da COOASTPS não era dar a formação em economia solidária para esses atores, mas sim criar um espaço de formação na perspectiva de apresentação dos processos formativos desenvolvidos por eles. Nesse ponto a COOASTPS, juntamente com os participantes do curso, de forma

autogestionária, conceberiam a ideia de sistematizar experiências voltadas para as exigências das realidades locais para fortalecer a Economia Solidária.

## **2.9- Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Interação) da Universidade Federal do Amazonas(UFAM)**

A vice-coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Interação) vinculado ao Departamento de Serviço Social da UFAM afirmou que o contato com os catadores teve início a partir de 2007, ano em que o Grupo Interação recebeu um convite do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Associação de Catadores e Recicláveis (ACR) para juntos elaborarem um projeto que seria encaminhado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pleiteando recursos conforme o edital nº 18 daquele ano. O edital em questão tinha como propósito fomentar no Brasil projetos que buscassem a capacitação dos catadores para fortalecer a sua formação sociopolítica. O projeto destinado para a compra de equipamentos para o empreendimento.

A entrevistada destacou algumas demandas e problemas vivenciados pelos(as) catadores(as): a) conseguir local para armazenar o material; b) a melhoria da estrutura das PEV's; c) o reconhecimento do catador como uma profissão, fazendo parte, inclusive, do regime especial por ser um trabalho insalubre e de elevada periculosidade; d) apoio para a realização da coleta seletiva; e) a contratação dos serviços destes pela prefeitura; f) grande risco nas áreas de coleta; g) problemas de logística no que se refere à divisão entre os vários grupos do caminhão disponibilizado pela prefeitura, isto tem provocado alguns conflitos em relação as escalas e aos locais onde o caminhão não chega; h) oscilação no preço dos produtos coletados e não aceitação no mercado local de todos os produtos. Como exemplo do problema de logística, alguns catadores guardam todo o material coletado no quintal de suas casas e depois entram em contato com o representante do empreendimento para que o caminhão faça o recolhimento. A entrevistada declarou também que algumas dessas demandas e problemas foram atendidas pelos órgãos competentes, pelo menos parcialmente. Exemplo disso refere-se aos galpões que foram cedidos pela prefeitura para que os catadores pudessem realizar suas atividades, embora ainda haja por parte dos empreendimentos a demanda por equipamentos.

De acordo com a entrevistada vários conflitos internos e externos eram observados entre os catadores. Atualmente os conflitos ocorrem com menor incidência, embora ainda persistam. Os conflitos geralmente aconteciam devido à disputa por espaços de coleta e de armazenamento. Mas, à medida que outras instituições foram se agregando ao processo, essa questão foi sendo melhor trabalhada.

Para que se pudesse dar continuidade à capacitação dos catadores após a conclusão do projeto, os mesmos foram incorporados ao programa de extensão do grupo. Afirmou também que as demandas ainda são muitas e dinâmicas, que há muito tem que ser feito para que os catadores tenham condições de vida adequadas.

Quanto aos desafios apontou os seguintes: a) os catadores já conseguiram o espaço para a realização de suas atividades, no entanto ainda precisam melhorar/modernizar a estrutura por meio da aquisição de equipamentos; b) o fato da maioria dos catadores terem mais de 50 anos, e que grande parte nunca teve acesso à educação formal - alguns estariam fazendo a alfabetização – e a parte administrativa do empreendimento é um desafio para eles; c) em alguns casos, há a questão do abandono familiar quando optam por

realizar a atividade de catação. Sendo assim, todos esses aspectos apresentam implicações na saúde física e psicológica dos catadores(as), levando, muitas vezes, à depressão.

A formação em redes seria uma maneira de fortalecê-los, o que contribuiria para a busca de preços melhores. No entanto, em relação à organização política, mesmo que ainda seja frágil, percebe-se que houve avanço, especialmente no que diz respeito à maior autonomia que os catadores passaram a ter ao longo desses anos. “Atualmente eles têm mais voz”. Além disso, passaram a discutir as políticas que os afetam. Ao mesmo tempo, passaram a perceber a importância da capacitação uma vez que hoje eles buscam pela realização de cursos oferecidos, diferentemente do que acontecia no passado pois não queriam parar o trabalho para fazer os cursos porque acreditavam que perderiam dinheiro. Outro avanço é a venda direta dos resíduos sólidos ao comprador, afastando o atravessador desse processo. Com relação à logística do caminhão, já estão conseguindo realizá-la de uma forma melhor. Os avanços foram paulatinos, porém significativos, mas ainda há muito a ser melhorado.

Quanto às expectativas dos catadores em relação à universidade, a mesma afirmou que hoje eles já chamam a universidade para a realização de capacitação. Anteriormente, havia grande dificuldade de aproximação do Grupo com os mesmos. Estes diziam que na universidade só se fazia pesquisa.

### **3- Breve discussão sobre questões emergidas nas falas dos entrevistados**

A maioria dos entrevistados apontaram a fragilidade na formação e capacitação dos(as) catadores(as). Esse aspecto pode ser considerado prejudicial ao próprio desenvolvimento das cooperativas, pois com reduzida capacitação e baixa escolaridade e sem apoio técnico, os(as) catadores(as) mesmo organizados, também podem enfrentar dificuldades em realizar o controle contábil e administrativo dos empreendimentos. Com relação a esse aspecto, uma das propostas indicadas pelo FBES *apud* Barbosa (2007, p. 273), seria: “Estimular os trabalhadores a ingressarem nos programas de capacitação e alfabetização de jovens, adultos e comunidades que não tenham acesso ao ensino formal”. Nesse sentido, conforme declaração da vice-coordenadora do Grupo Interação, alguns já teriam percebido a necessidade de se capacitar e teriam solicitado à Universidade essa capacitação.

Ao mesmo tempo, conforme mencionado pela Secretária da SETRAB alguns dos associados e cooperados não conseguem entender bem o funcionamento de um empreendimento solidário, não teriam ainda internalizado a filosofia do associativismo. “A ausência de tradição cultural para o cooperativismo e autogestão na sociedade” já havia sido identificado como um dos problemas de políticas públicas de economia solidária pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) *apud* Barbosa (2007, p. 273). Nesse sentido, a COOASTPS sinalizou a necessidade e o interesse em desenvolver um processo de formação de pessoas e empreendimentos de economia solidária visando ao fortalecimento da economia solidária no Estado. O próprio SEBRAE, conforme citado pela vice-coordenadora do grupo interação da UFAM, teria ministrado cursos sobre associativismo para os (as)catadores(as), embora não saibamos em que intensidade e extensão.

Vale ressaltar que ao realizar a pesquisa em questão a equipe constatou certo desconhecimento por parte de alguns gestores em relação ao significado de economia solidária e em relação às diferenças existentes entre um empreendimento solidário e uma empresa privada. Em uma das situações o gestor público entrevistado chegou a confundir empreendedorismo individual com economia solidária e percebemos que as ações

desenvolvidas pelo órgão estimulavam o fomento do empreendedorismo individual e não de empreendimentos solidários.

O uso de tecnologia obsoleta e defasada também foi identificado como um dos obstáculos para o desenvolvimento das atividades dessas cooperativas. Isso por que além do custo elevado com energia elétrica, a produtividade geralmente tende a ser baixa quando equipamentos ultrapassados e/ou inadequados são utilizados. A Plataforma da Economia Solidária *apud* Barbosa (2007) ressalta que para solucionar problemas de tecnologia no setor é necessário:

*Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à economia solidária, objetivando o desenvolvimento e a qualificação contínua de produtos, respeitando a cultura e os saberes locais, agregando-lhes maior valor, e a melhoria das condições de trabalho, saúde e sustentabilidade ambiental dos empreendimentos. Orientar as ações de pesquisa e os programas de extensão das universidades para a produção de tecnologias alternativas adequadas à economia solidária [...]* (BARBOSA, 2007, p. 278).

O problema para a aquisição de equipamentos com o intuito de aperfeiçoar o sistema produtivo e a comercialização tende a ser mais difícil de ser solucionado por empreendimentos isolados. Nesse caso, a formação de redes de produção e comercialização seria uma forma de fortalecer as cooperativas de catadores(as).

Embora alguns dos entrevistados tenham identificado a falta de recursos como uma dificuldade para que os empreendimentos possam se desenvolver, assinalaram que existem bancos que dispõem de linhas de crédito para as cooperativas e outras formas associativas. No entanto, estas precisam ser formalizadas e já estarem organizadas para a atividade empreendedora com algum tempo de experiência.

A localização do município de Manaus, por sua vez, dificulta o escoamento do material coletado para outros mercados e localidades. E as cooperativas de catadores(as) contam apenas com as empresas locais para adquirir esse material, fazendo com que o mercado seja reduzido/limitado para esses materiais que podem contribuir para que os preços oscilem para baixo. Isso contribui para a formação de excedentes do material (situação indicada por um dos entrevistados), reduzindo ao mesmo tempo a renda obtida pelos(as) cooperados(as) na atividade de catação. Com relação ao excedente de material coletado e o material que não é aceito no mercado local, uma das sugestões dadas por um dos entrevistados seria agregar valor aos mesmos, a partir da elaboração de artesanato e outras aplicações provenientes desse material. No entanto, para que isso ocorra, deve haver capacitação, visão e iniciativa dos(as) catadores(as) para tal desiderato.

A concorrência com outras empresas de “lixo” também é mencionada como um problema para as associações e cooperativas de catadores(as), assim como os atravessadores.

O secretário da SEMULSP criticou a Lei Federal nº 12.305/2010, mais especificamente o inciso 2, art. 7º da Lei Nacional de Resíduos Sólidos, que apresenta como diretriz básica a não geração de resíduos. No que se refere a esse posicionamento do Secretário da SEMULSP quanto à diretriz sobre a não geração de resíduos da PNRS, entendemos que ela deve ser interpretada com uma recomendação geral para se evitar ao máximo possível a geração de resíduos, haja vista que é impossível não gerar resíduos sólidos nos processos de produção. Entretanto, é perfeitamente coerente a possibilidade de envidar esforços para a não geração de resíduos por meio de vontade política e de tecnologias mais apropriadas a este propósito.

Ainda de acordo com o secretário da SEMULSP não há como contratar os(as) catadores(as) sem ser por produtividade. O que tem causado um impasse entre os

catadores (as) organizados (as) que reivindicam um valor fixo para sua contratação e a secretaria em questão. Conforme sinalizado por alguns dos entrevistados a produtividade e competitividade dos empreendimentos deixa a desejar devido aos problemas já mencionados. Nesse sentido, advogamos que a capacitação e o uso de tecnologias apropriadas pode ser uma forma de reverter essa situação.

Embora as dificuldades e os problemas ainda se verifiquem em relação às organizações de catadores (as), as falas dos entrevistados consideradas no todo indicam que houve um avanço quanto ao trabalho desenvolvido por estes, assim como, percebe-se alguma inclusão social.

#### **4- Considerações finais**

Observamos semelhanças entre as falas dos entrevistados quando estes destacam os problemas de políticas públicas vivenciados pelos empreendimentos solidários organizados pelos catadores. Seriam esses: a) a oscilação dos preços do material coletado no mercado; b) a não aceitação no mercado de determinados materiais coletados; c) concorrência com as empresas que realizam a coleta de “lixo”; d) a existência de atravessadores; e) ausência de recursos técnicos, materiais e financeiros; f) problemas relacionados à situação educacional e de formação dos catadores o que pode afetar a capacidade gerencial destes; g) a não completa absorção do significado e entendimento de alguns em relação ao funcionamento de um empreendimento solidário; h) dificuldades quanto à realização da coleta seletiva por problemas relacionados à logística; i) ausência de tecnologias apropriadas para esses empreendimentos; j) conflitos existentes entre os catadores; Além das dificuldades enfrentadas pelos gestores públicos para colocar em prática a Lei Federal nº 12.305/2010.

A maioria dos entrevistados reconhece e afirma ter ocorrido um grande avanço em relação à situação dos catadores, embora muito ainda tenha que ser feito. Parte desse avanço se deve a uma maior politização dos(as) catadores(as) que passaram a exigir e cobrar dos gestores públicos o que preconiza a Lei Federal nº 12.305/2010. Ao mesmo tempo, a relação entre os(as) catadores(as) e os gestores em alguns momentos não tem ocorrido de forma muito harmoniosa, a exemplo da exigência em contratar as cooperativas por produtividade e a discordância destas em aceitar tal exigência. A verdade é que essas cooperativas não conseguem competir e serem produtivas como as empresas que são contratadas para fazer o trabalho de coleta, esse aspecto foi sinalizado pelo próprio Ministério Público do Trabalho, o que leva ao grande impasse vivenciado pelos envolvidos, sem uma solução a vista.

Contudo, com o propósito de minimizar e tentar solucionar esses problemas, algumas ações pontuais têm sido colocadas em prática, tanto do lado dos poderes públicos como dos empreendimentos dos(as) catadores(as) que passaram a buscar principalmente se capacitar.

Conforme já informado, este artigo é uma pequena parte de uma pesquisa mais ampla que tinha como um dos objetivos ouvir o lado dos(as) catadores(as) organizados em associações e cooperativas. No entanto, sentimos muita dificuldade em ouvir a outra parte envolvida. Apenas uma associação e uma cooperativa de catadores(as) aceitaram nos receber e participar do trabalho. Foram várias as tentativas de contato e insistências da equipe de pesquisa, contando inclusive com o auxílio da Procuradora do MPT para agendar uma reunião entre a equipe e os(as) catadores(as), o que não ocorreu em virtude da recusa destes últimos. Acreditamos que a participação dos(as) catadore(as) na pesquisa seria de grande relevância principalmente para estes, a partir do momento que as suas vozes estariam sendo ouvidas a partir da linhas do relatório de pesquisa.

## Referências

AMAZONAS. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO. **Comitê gestor do projeto catadores**, s.n, s.d.

ARAÚJO, Herton Ellery et. al. **Avaliação das políticas públicas de Economia Solidária** (relatório final de convênio MTE/IPEA/ANPEC – 01/2003). Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005. Disponível em:

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da economia solidária no Brasil, 2005**. Brasília: MTE/SENAES, 2006. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies\\_atlas\\_parte1.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas_parte1.pdf)>. Acesso em: fev. 2012.

COMITÊ REGIONAL DE MANAUS/MNCR. **Contatos das associações e cooperativas vinculadas ao MNCR-AM**, 2015.

FREITAS, Mariana M. de. **As políticas públicas de economia solidária no governo federal (2003-2007)**. Campinas, S.P. [S.n]. 2012. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2012.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAVILLE, J.L; GAIGER, L.I . Economia Solidária. In: CATTANI, A.D. et al. (coord.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.p.162.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO NETO, Fernandes de; FROES, César. **Empreendedorismo social**. A transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MORAIS, Leandro Pereira. Empreendimentos econômicos solidários no meio urbano e a agenda ambiental: possibilidades e entraves no Brasil atual. IPEA, n. 42, fev. 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/.../09\\_Eco\\_empreendimentos.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/.../09_Eco_empreendimentos.pdf)>. Acesso em: fev. 2012.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). Política nacional de resíduos e o movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis. In: JARDIM, A.; YOSHIDA, C.; MACHADO FILHO, J. V. **Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. São Paulo: Manole, 2012. cap. 17, p.415-436.

PINHEL, Julio Ruffin; ZANNIN, Maria; DEL MÔNACO, Graziela. Características essenciais para os catadores de resíduos recicláveis visando sua emancipação social, econômica e

política. In: ZANIN, Maria (Org.). **Economia solidária: tecnologias em reciclagem de resíduos para geração de trabalho e renda**. São Carlos: Claraluz, 2009. E-book. p. 137-148.

PINHEIRO, Daniel C. Economia solidária: uma revisão teórica a partir dos seus “múltiplos” conceitos. In: **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 85-105. Nov/2012/Abr 2013.

VIEIRA, Antonieta do Lago; NASCIMENTO, Sonia Maria P.; PEREIRA, Simone Rage. Construindo rede de comercialização com os catadores de materiais recicláveis de Manaus. In: BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha; MOURA, Ana Paula de (Orgs.). **Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas**. Rio de Janeiro: FASE: IPPUR, UFRJ, 2009. Parte III, cap. 3, p. 211-230.

## Saberes intergeracionais em processos participativos

Elina D. Zavasque F. Santana<sup>1</sup>, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade e Territórios Tradicionais (MESPT) da Universidade de Brasília, [zavaskmadiba@gmail.com](mailto:zavaskmadiba@gmail.com)

Lidiane Taverny Sales<sup>2</sup>, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade e Territórios Tradicionais (MESPT) da Universidade de Brasília, [lidiane\\_araguaia@hotmail.com](mailto:lidiane_araguaia@hotmail.com)

### Resumo

A partir de referenciais da crítica aos processos epistemológicos, dos estudos decoloniais, da pedagogia crítica e das vivências na ação participativa, serão aqui retratadas reflexões acerca da produção e a transmissão de conhecimento fora dos contextos formais de ensino. Inúmeros são os meios de produzir e transmitir os saberes, esses muitas vezes são elaborados fora dos contextos institucionais de educação. Segundo as epistemologias hegemônicas existe um rigor que define e separa em categorias o processo de ensino no campo educacional. O foco principal deste trabalho é abordar os processos de transmissão dos saberes e fazeres intergeracionais construídos em processos sociais coletivos, participativos, onde a aprendizagem não é gerada em estruturas formais de ensino escolar, mas em espaços OUTROS, não reconhecidos e nem legitimados pelo processo educacional dominante. Ao longo do texto apresentaremos experiências participativas de transmissão dos saberes de duas comunidades distintas: a Casa de farinha do Distrito Janari-Goianésia do Pará/PA e o manejo da palha de piaçava em área comunal da várzea do rio Araguaia pelos Retireiros do Araguaia-Luciara /MT.

Palavras-chave: processo de ensino, aprendizagem, saberes/fazeres

### Resumen

A partir de las referencias de la crítica de los procesos epistemológicos, estudios descoloniales, la pedagogía crítica y experiencias en la acción participativa será retratado aquí reflexiones sobre la producción y transmisión de conocimiento fuera de los contextos educativos formales. Hay innumerables maneras de producir y transmitir conocimiento, éstas se desarrollan a menudo fuera de los contextos institucionales de la educación. De acuerdo con la epistemología hegemónica hay un rigor que define y separa en categorías el proceso de enseñanza en el campo de la educación. El objetivo principal de este trabajo es abordar los procesos de transmisión de conocimientos y prácticas intergeneracionales construido sobre, procesos sociales de participación colectiva, donde el aprendizaje no se genera en las estructuras formales de la educación escolar, pero en otras áreas, no reconocidas y no legitimadas por el proceso educativo dominante. A lo largo del texto actual experiencias participativas de transmisión del conocimiento en dos comunidades distintas: el Distrito de harina Casa Janari-Goianésia do Pará / PA y el uso comunal de la pradera por retireiros Araguaia-Luciara / MT.

Palabras clave: proceso de enseñanza, el aprendizaje, el conocimiento / obras

### Résumé ou Abstract

Des références de la critique des processus épistémologiques, des études décoloniales, la pédagogie critique et d'expériences en action participative sera dépeint ici des réflexions sur

la production et la transmission des connaissances en dehors des contextes éducatifs formels. Il existe d'innombrables façons de produire et de transmettre des connaissances, celles-ci sont souvent développées en dehors des contextes institutionnels de l'éducation. Selon l'épistémologie hégémonique il y a une rigueur qui définit et se sépare en catégories le processus d'enseignement dans le domaine de l'éducation. L'objectif principal de ce travail est d'aborder les processus de transmission des connaissances et des pratiques construites sur les processus sociaux collectifs, participative entre les générations, où l'apprentissage ne sont pas générés dans les structures formelles de l'enseignement scolaire, mais dans les autres lieux, non reconnus et non légitimé par le processus éducatif dominant. Tout au long du texte actuel des expériences participatives de transmission des connaissances dans deux communautés distinctes: le district de farine Maison Janari-Goianésia do Pará / PA et de l'utilisation commune de la prairie par retireiros l'Araguaia-Luciara / MT.

Mots-clés: processus d'enseignement, l'apprentissage, les connaissances / actions

### **1- A MARCA DO SABER NO ATO DE VIVER**

Muitas são as formas de repassar os saberes e fazeres em espaços coletivos. As ferramentas e processos de aprendizagem se diferenciam em cada contexto participativo, porém destaca-se que a diferenciação de lugar e meios de se ensinar não prejudicam os processos de aquisição dos saberes transmitido, ou seja, o objetivo não é categorizar as formas de aprendizagem, formal e não formal. O sentido dessa reflexão é apontar que existem espaços e formas outras (ESCOBAR, 2005) de transmitir os valores sociais e culturais de uma sociedade. Nesse sentido, Santos (2006, 58.) destaca que “muito do que não existe em nossa realidade é produzido ativamente como não existente, e por isso a armadilha maior para nós é reduzir a realidade ao que existe”.

Diante do exposto, contextualizamos os nossos modos vida em comunidade, como processos de aprendizagens de uma educação para além dos espaços institucionalizados, como atos afirmativos e de resistência ao sistema dominante que ataca nossa existência e a reprodução do nosso modo de viver. Tal qual Gohn (2014, p.39) que afirma:

Um dos grandes desafios da educação não-formal tem sido defini-la, caracterizando-a pelo que ela é. Usualmente ela é definida pela negatividade - pelo que ela não é [...] vamos demarcar os sentidos e significados que lhe tem sido atribuído.

O dualismo formal e não formal vem categorizando os modos de ensinar e aprender dos povos e comunidades tradicionais, e no processo de categorização o não formal sempre foi subalternizado e nunca reconhecido como processo autônomo de ensino e aprendizagem, relegando-o como reafirma Gohn (2014, p. 40) a uma categoria informal:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de

socialização – ocorrendo em espaços da família [...] entre os grupos de amigos; ou em espaços delimitados por referências de nacionalidade e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados.

O que vem a diferenciar as categorias formais e não formal: a primeira (educação hegemônica) está direcionada em atender as demandas do mercado, enquanto que a informal (os saberes e fazeres) estão voltados para a valorização da vida e autonomia dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, trazemos experiências de duas comunidades em localidades e espaços distintos: uma onde os fazeres e saberes são transmitidos intergeracionalmente em espaço de produção familiar (casa de farinha) no Distrito Janarí do município de Goianésia do Pará/PA e a outra, que ocorre em um espaço comunal da Várzea do Rio Araguaia no município de Luciara/MT, que no final apresentam formas outras de transmitir o saber e o fazer nos espaços/vidas coletivas.

## **2- O ESPAÇO DO CAPITAL E O LUGAR DOS SUJEITOS**

*As folhas do mato são também folhas de livros [...] o ato da descasca também é um ato de ensino.*

(grifos meus, MELIÀ, 1999).

Atualmente é possível identificar sutilmente uma prática discursiva de subalternização acerca do ato de farinhar nos espaços de escolarização, essa prática causa um Des-lugar (ESCOBAR, 2005) dos sujeitos, ou seja, a negação do Lugar é a construção de um espaço abjeto. No entanto, dentro desse espaço abjeto há sujeitos, que constroem suas identidades/subjetividade na incerteza do lugar, nas zonas de intersecções (EWALD & SOARES, 2007) “zonas de compartilhamento intersubjetivo com um grupo”, esta fruto de uma obliteração cultural (FANON, 1997), assim é formada a identidade/subjetividade dos sujeitos em questão.

O que aprender nas farinhadas? “se os sujeitos são OUTROS, a educação também deve ser OUTRA” (ARROYO, 2012)? Em dias de farinhada no distrito Janarí, município de Goianésia do Pará/PA, o dono da farinha que está a fazer, avisa para a descascadora mais próximo dele que vai chegar mandioca, ou que a casa de farinha (o espaço que é produzido à farinha) vai funcionar, e essa sai avisando para as outras mulheres, assim elas já sabem o horário que o caminhão chega com as mandiocas para descarregar, e lá estão elas, prontas para a descasca, sempre levam os filhos para ajudar e ensinar o processo da descasca, levam junto a marmitta (almoço/lanche) e o café, que mais tarde é consumida de forma

coletiva, e levam também um punhado de histórias e estórias para contar, assim passam o dia, Junto ao processo da descasca; hora há gargalhas, outrora desabafos da lida diária no campo. No ato de farinhar há uma forma específica de fazer a descasca, a faca deve está bem amolada, se não tiver o serviço não terá o mesmo rendimento, há uma posição certa de sentar, pois se essa postura não for seguida, a pessoa não consegue atingi sua meta diária que é de 380 quilos de descasca por dia, sendo que é pago 0,10 centavos por cada quilo da mandioca descascada, ou seja, a diária de uma descascadora de mandioca é de R\$ 38,00.

Elas vão descascando e jogando/colocando dentro de uma caixa de plástico (caixas de supermercado), nesse processo os filhos estão sempre presentes para ajudarem. É bem comum ouvir relatos de gerações: “eu me criei dentro das casas de farinha, hoje também faço descasca igual minha mãe”, quando a caixa enche, uma pessoa, geralmente o homem que está monitorando, pesa aquela caixa e vai anotando a quantidade de quilo e colocando a mandioca descascada em um grande tanque de cimento de molho, para o processo de puba, depois triturar, prensar e torra. Geralmente as últimas partes são lideradas pelos homens, em sua maioria marido/companheiro das descadeira. E o pagamento do serviço só é feito após o seu escoamento (venda).

Há um forno a lenha que é feito o processamento/secamento da mandioca para obter-se a farinha, nesse processo há dois grandes rodos de madeira que vai mexendo a mandioca, é como se fosse a colher que é usada para mexer a panela na hora de fazer a comida, há uma forma especificar de manusear o rodo, os rodos são conduzidos por duas pessoas ao mesmo tempo, é o vai e vem da mandioca dentro daquele forno redondo como uma imensa panela.

Somente as duas pessoas que iniciaram a torrada devem terminar, outra pessoa não pode pegar no rodo, por que se não a farinha desanda (não sai com qualidade). Cada família que torra a farinha tem uma cultura específica de fazer a torrada, não existe um jeito/modelo único de fazer farinha. Se não há um modelo único para fazer farinha, há um modelo único para aprender? E esses filhos dos sujeitos que fazem farinha, tem espaço (s) outros para socializar os aprendizados intergeracionais do ato de farinhar?

### **3- O MANEJO DA PALHA DA PIAÇAVA COMO UM ATO PEDAGÓGICO**

A porção Nordeste do estado de Mato Grosso é banhada pelo Rio Araguaia e seus afluentes, a comunidade dos Retireiros do Araguaia está inserida na região Nordeste do Estado, no município de Luciara.

Os Retireiros denominaram a esse território de Mato Verdinho. O modo de vida dos retireiros é marcado pelos ciclos climáticos da região, assim, o movimento sazonal caracterizado pelos períodos de cheia e de seca define o modo de vida da comunidade, as relações desta com o ambiente, bem como as relações sociais ali estabelecidas. A vida cotidiana da comunidade é marcada pelo pastoreio do gado, o modo de vida recriado no ambiente natural se destaca pelo uso coletivo da várzea do Araguaia. Para permanecer nesse território coletivo e em harmonia com o ambiente natural a comunidade adquiriu ao longo do tempo um vasto conhecimento sobre o manejo da fauna e flora, estabelecendo também conhecimentos sobre o ambiente físico. O ser retireiro se faz pela experiência adquirida e acumulada em sucessivos anos.

A sala de aula, como espaço de aprendizagem, para a grande maioria dos grupos subalternos, sempre fora a natureza, seus livros as folhas das árvores, o lápis e papel seus galhos. Na comunidade dos retireiros, o manejo da palha de piaçava é registrado em seu talo, é nele que a comunidade marca o quantitativo de palha a ser retirada do ambiente natural, essa marca expressa o saber local e dispensa papel e a caneta. O tempo para transmissão dos saberes vem demarcado pelos fenômenos da natureza, são seus sinais, tais como a lua boa e o mês que irão determinar o processo de transmissão do saber. Respeitar os sinais que a natureza emite é garantir ao longo das gerações o sucesso no ato de ensinar. Ao invés de tratarmos o ambiente natural como algo que as pessoas utilizam para extrair os recursos necessários à sua sobrevivência, ou que possuem e são colocadas sobre, é priorizado seu caráter relacional que, antes de qualquer coisa, circunda e interage com os indivíduos (OLIVEIRA, 2012). Levar em consideração os fenômenos naturais é se relacionar intimamente com o processo da sustentabilidade, neste ato de respeito que será garantido os recursos naturais para as gerações presentes e futuras.

Os mais velhos da comunidade, embora não possuam instrução “formal”, são detentores de um vasto conhecimento das características do ambiente e que lhes permite garantir a conservação dos recursos ambientais. Os saberes tradicionais e o modo de se relacionar com o ambiente natural proporcionam aos retireiros uma identidade peculiar, tornando-os um profundo conhecedor das particularidades do ambiente onde vivem, fazendo de suas práticas um mecanismo de sobrevivência que garantam a conservação de inúmeras manifestações culturais, do ambiente natural e a transmissão do saber através das gerações.

O processo de manejo da palha de piaçava na comunidade perpassa o mero sentido de colheita e exploração irracional do recurso natural. Durante muito tempo e atualmente a

palha de piaçava serve para cobrir os abrigos dos retireiros, essa cobertura leva de 10 a 15 anos para ser renovada. No ser e fazer retireiro colher a palha envolve todo um processo temporal, espacial e ambiental. A transmissão do saber e fazer se expressa no ato de cortar e marcar a palha colhida no talo da própria piaçava, no mês e lua adequada para colheita. Esses ensinamentos são repassados para as crianças que acompanham o pai ou o familiar no processo de colheita.

É nesse momento que se observa a relação de ajuda mútua dentro da comunidade, nesse ato estabelece os laços de fraternidade e continuidade da prática de manejar a palha, é de extrema importância se ater as regras durante o manejo da palha. Regras essas que vão desde uma boa lua, o mês certo e o período.

Durante a colheita transmite-se o saber em manejar de forma correta a palha, quais e quantas deverão ser colhidas, quando “destalar”, como deve ficar dispostas, quanto tempo de exposição ao sol e tempo certo para bater o talo e não perder toda a palha colhida. No processo de colheita tem-se o cuidado de sempre deixar o broto, para que no próximo ano tenham-se mais palhas renovadas e a garantia da sustentabilidade. O envolvimento da família nesse período é muito grande, nesse processo junta-se mulheres, crianças e homens, é nesse momento que o saber é repassado para os mais jovens.

Sousa Santos (2006) traz para a reflexão que, nossa sociedade precisa em primeiro lugar liberta-se do pensamento e da imaginação dos lugares comuns do discurso social dominante, devemos respeitar e protagonizar outras potencialidades, existências e experiências que se nutrem de cooperação produtiva, de troca, de solidariedade e vida. Há outros espaços e sujeitos que vivenciam socialidades alternativas, modos de vida, de cooperação e de atividades que negam os dispositivos do poder do capital.

#### **4 - REFAZENDO O CAMINHO**

É possível perceber nas duas realidades descritas acima que há uma miríade de saberes e fazeres tradicionais permeando a prática diária do viver, esses saberes são repassados na prática cotidiana da vida, são os saberes adquiridos intergeracionalmente. Devemos ser enfáticos e propor que há saberes outros, apreendidos de forma outra, em espaços outro. Saberes esses que garantem a autonomia de ser e estão no campo das peculiaridades sociais e culturais, demarcados ao longo do tempo como processos de resistências ao saber hegemônico eurocêntricos.

Aguas (2017) considera que, os caminhos da modernidade hegemônica são dominantes, mas não são únicos. A miopia do ocidente não consegue ver as infinitas soluções de vida e de sobrevivência geradas por diferentes culturas através do tempo e que, portanto, os espaços formais de ensino estão diante de um manancial de saberes desperdiçados.

## 5 – REFERÊNCIAS

AGUAS, Carla Ladeira Pimentel. **Os saberes das águas**. In: Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul. 2017.

A DA GLÓRIA GOHN, Maria. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. *Investigar em Educação*, v. 2, n. 1, 2014.

ARROYO, Miguel G, *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias* - Petropolis/ Rj : Vozes, 2012.

A.P EWALD & J. C. SOARES, *identidade e subjetividade numa era de incertezas – Estudos de Psicologia*, 2007.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 133-168, 2005.

FANON, Frantz: *Os condenados da Terra*, 1968/ Tradução – Editora Civilização Brasileira S.A, 1997, 269p.

MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena na escola. *Cadernos Cedes*, ano XIX, n. 49, p. 11-17, 1999.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social*. CLACSO, 2006.

## **SAÚDE INDÍGENA: DOENÇAS QUE ACOMETIAM OS INDÍGENAS NO POSTO RICARDO FRANCO, 9ª INSPETORIA DO SPI EM GUAJARÁ-MIRIM, NAS DÉCADAS DE 40 a 60**

Nágila Nerval Chaves,  
Universidade Federal de Rondônia (Unir),  
e-mail: nagilanerval@unir.br

### **Resumo**

Desde a sua criação em 1910, que o Serviço de Proteção ao Índio e Trabalhadores Nacionais, vinculado ao Ministério da Agricultura, na época, e hoje Serviço de Proteção ao Índio, SPI, no cumprimento da política de tutela e nacionalização dos indígenas, criou vários postos de atração, entre eles o Posto de atração Ricardo Franco, situado à margem direita do rio Guaporé, município de Guajará-Mirim, que é o local que produziu a documentação averiguada no levantamento aqui descrito. Na década de 40 eram assistidos pelo Posto Ricardo Franco, 9ª Inspeção Regional de Guajará-Mirim, 105 indígenas de várias etnias: Canoé (Kanoê), Macurape (Macurap), Caapixanã (Wapichana), Tupary (Tupari), Cassupá, Tacanã, Paacas Novas (Wari') e outras, conforme descritos em documentos administrativos, tais como: ofícios, cartas manuscritas, boletins de atividades, inventários, telegramas e atestados de falecimentos, que nesse levantamento parcial foram examinados com o objetivo de verificar os tipos de doenças que acometiam os indígenas nas décadas de 40 a 60. Realizou-se a pesquisa em documentos originais digitalizados, que estão disponibilizados em microfilmes no Museu do Índio, no Rio de Janeiro e adquiridos para essa finalidade. Elencou-se de dois filmes, o 042 e o 043, 10 documentos microfilmados de cada década, que tratam do assunto doença, especificamente as doenças que afetaram os indígenas nesse espaço tempo. Após o exame de 10 microfilmes de cada década dos filmes 042 e 043, constatou-se que, nessa amostra, as doenças que mais acometeram os indígenas nessas décadas foram: em primeiro lugar gripe (influenzae), que nos documentos está descrita como gripe brava. Em segundo lugar a malária (infecção causada por protozoário *Plasmodium* e transmitida pelo mosquito *Anopheles*) e em terceiro lugar a tuberculose (*Mycobacterium tuberculosis*). Essas doenças, também, foram a causa de incontáveis mortes nessas décadas e em outras que se seguiram. Suspeita-se que os povos indígenas no Brasil, são, até os dias atuais, eternos sobreviventes de todo o tipo de interpéries.

Palavras-chave: 1. Saúde indígena. 2. Doenças infectocontagiosas. 3. Posto Ricardo Franco. 4. Guajará-Mirim-RO.

## **SALUD INDÍGENAS: ENFERMEDADES QUE AFECTAN INDÍGENA EN RANGO RICARDO FRANCO, 9ª PROVINCIA DE SPI EN GUAJARÁ-MIRIM, EN LAS DÉCADAS DEL 40-60**

Nágila Nerval Chaves,  
Universidade Federal de Rondônia (Unir),  
e-mail: nagilanerval@unir.br

### **Resumen**

Desde su creación en 1910, el Servicio de protección para los trabajadores indios y nacional bajo el Ministerio de Agricultura en el momento y en la actualidad Servicio de Protección Indio, SPI, en cumplimiento de la política de protección y la nacionalización de los indígenas, creado varios mensajes atracción, incluyendo la atracción turística Ricardo Franco, situado en la orilla derecha del río Guaporé, ciudad de Guajará-Mirim, que es la ubicación que produjo la documentación determinada en el estudio descrito en este documento. En los 40 fueron asistidos por la Estación Ricardo Franco, 9 de Guajará-Mirim Provincia Regional, 105 personas indígenas de diferentes grupos étnicos: Canoê (Kanoê) Macurape (Macurap) Caapixanã (wapichana) Tupary (Tupari) Cassupá (Kassupá), Paacas nueva (Wari ') y otros, como se describe en los documentos oficiales, tales como cartas, cartas manuscritas, informes de actividad, inventarios, telegramas y certificados de muertes, que en esta encuesta parcial fueron examinados con el fin de comprobar los tipos de enfermedades que afligir a los nativos en la investigación del 40 al 60 se llevó a cabo en los documentos originales escaneados, que están disponibles en microfilm en el Museo del indio en Río de Janeiro y comprado para este propósito. Ha enumerado son dos películas, la 042 y la 043, 10 documentos microfilmados de cada década, frente a la enfermedad tema, especialmente las enfermedades que afectan a los indios en este espacio-tiempo. Después de examinar 10 microfilms de cada década de las películas 042 y 043, que se pone en contacto, en este ejemplo, las enfermedades más acometeram indígenas estas décadas fueron los siguientes: en primer lugar contra la gripe (influenza) que los documentos se describen como la gripe valiente . En segundo lugar la malaria (Plasmodium infección causada por protozoos y transmitida por el mosquito Anopheles) y en tercer lugar la tuberculosis (Mycobacterium tuberculosis). Estas enfermedades también han sido la causa de innumerables muertes en estas décadas y en otras posteriores. Se sospecha que los pueblos indígenas en Brasil son, a día de hoy, los sobrevivientes eternas de todo tipo de interperies

Palabras clave: 1. salud indígena. 2. Las enfermedades infecciosas. 3. Estación Ricardo Franco. 4. Guajará-Mirim-RO.

## **INDIGENOUS HEALTH: DISEASES THAT CONCERNED THE INDIGENOUS AT RICARDO FRANCO POST, 9TH SPI INSPECTORY IN GUAJARA-MIRIM, IN THE DECADE OF 40 TO 60**

Nágila Nerval Chaves,  
Universidade Federal de Rondônia (Unir),  
e-mail: nagilanerval@unir.br

### **Abstract**

Since its creation in 1910, the Protection Service for Indian and national workers under the Ministry of Agriculturism at the time and at present Protection Indio Service, SPI, in compliance with the policy of protection and nationalization of indigenous, created several attraction messages, including the tourist attraction Ricardo Franco, located on the right bank of the river Guaporé, Guajará-Mirim city, which is the location that produced the documentation determined in the study described in this document. In the 40 were assisted by Rank Ricardo Franco, 9 of Guajará-Mirim Regional Province, 105 indigenous people of different ethnic groups: Canoa (Macanope) Macurape Caapixanã (wapichana) Tupary Cassupá, Tacaná, Paacas new (Wari ') And others, as described in the official documents, such as letters, handwritten letters, activity reports, inventories, telegrams and death certificates, which in this partial survey were examined in order to check the types of diseases that afflict To the natives in the investigation from 40 to 60 was carried out in the original scanned documents, which are available in microfilm at the Indian Museum in Rio de Janeiro and purchased for this purpose. He has listed two films, the 042 and the 043, 10 microfilmed documents of each decade, face disease, especially diseases that affect the Indians in this space-time. After examining 10 microfilms from each decade of the films 042 and 043, which comes in contact, in this example, the most prevalent diseases indigenous these decades were as follows: first against influenza (flu) documents are described Like the brave flu. Second malaria (Plasmodium infection caused by protozoa and transmitted by the Anopheles mosquito) and thirdly tuberculosis (Mycobacterium tuberculosis). These diseases have also been the cause of innumerable deaths in these decades and in later ones. It is suspected that indigenous peoples in Brazil are, to this day, the eternal survivors of all kinds of inter-species.

keywords: 1. indigenous health. 2. Infectious diseases. 3. Station Ricardo Franco. 4. Guajará-Mirim-RO.

## 1 INTRODUÇÃO

A Amazônia rondoniense enquanto espacialidade de dimensões continentais e populações variadas seja quanto a historicidade de um passado mais remoto, ou mesmo de temporalidades mais recentes, merece estudos aprofundados que contemplem populações que quase sempre estão à margem da história. Ao mesmo tempo que muitas foram “exterminadas” em um processo violento e por vezes silencioso, também essas histórias foram e ainda são pouco narradas, não adentram os bancos escolares e universitários na medida em que deveriam.

Isso possivelmente decorre da dificuldade em relação a escrita dessas histórias, tanto pelas fontes dispersas, pelas populações fragilizadas ao longo de décadas, ou mesmo pela omissão de alguns estudiosos que tendem a “contar” a história indígena enviesada, quase sempre sem o protagonismo indígena, ou ainda, recorrendo a elementos pitorescos, grotescos ou mesmo folclorizados acerca dos grupos étnicos, narrativas que não permitem a pluralidade cultural pois, para constatar e respeitar as diversas dimensões que a compõem é necessário um despojamento intelectual, de valores e concepções ocidentais de mundo.

No canteiro da história tem-se também um espaço de disputa, Said (2011) já alertava em sua obra Imperialismo e cultura que cada povo constrói para si o discurso que lhe convém e o mesmo não está isento de percepções que se tem do mundo que cerca cada povo. Não seria diferente nas batalhas pelas “verdades” históricas. Nesse campo até certo ponto “minado” é que existem também discursos diferentes acerca da história indígena.

### 1.1 Serviço de Proteção aos Índios (SPI)

Conforme o Instituto Socioambiental (ISA) a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN) foi em 20 de junho de 1910 pelo Decreto nº. 8.072 e tinha como objetivo prestar assistência aos índios do Brasil e aos trabalhadores nacionais.

Até o ano de 1967, quando o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ele atuou de diversas maneiras e formatos. Conforme Carneiro da Cunha (1987), na época de sua criação os povos indígenas passavam por momentos difíceis, devido as “invasões” que em nome da expansão do interior chegavam fazendo violentas guerras contra os nativos, com a aquiescência do então diretor do Museu Paulista, Von Ihering, que defendia a morte dos indígenas que não se dobrassem “ao avanço da civilização.”

Essa notícia de violência chega aos canais de comunicações nacionais e internacionais causando grande revolta na sociedade civil. A devassidão foi tamanha que no XVI Congresso dos Americanistas, em Viena em 1908, o Brasil foi publicamente acusado de massacre aos índios. Na realidade o SPI/ILTN servia a dois senhores, trabalhava para a “proteção” e integração do índio à sociedade envolvente como trabalhador rural ou proletário urbano e ao mesmo tempo para a fundação de colônias agrícolas que utilizaria a mão de obra encontrada pelas expedições, de acordo com o Decreto nº. 8.072, de 20 de junho de 1910.

Em 1918 o SPI foi separado da Localização de Trabalhadores Nacionais pelo Decreto-Lei nº. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, mas mesmo com a separação a sua função continuou a mesma, integrar os indígenas passivamente.

A política de administração dos índios pela União foi formalizada no Código Civil de 1916 e na lei nº 5.484 de 27 de junho de 1928, que estabeleceram sua relativa incapacidade jurídica e o poder de tutela ao SPI. Estes dispositivos, entretanto, partiam de uma noção genérica de ‘índio’. Não foram formulados critérios objetivos que pudessem dar conta da diversidade de situações vividas pelos povos indígenas no Brasil. Além disso, a atuação

tutelar do SPI foi permeada pelas mesmas contradições presentes na fundação do SPILT. Por um lado, visava proteger as terras e as culturas indígenas; por outro, a transferência territorial dos nativos para liberar áreas destinadas à colonização e a imposição de alterações em seus modos de vida. Esta situação foi chamada pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira de “paradoxo da tutela” (1987). (ISA, 2017).

Essas discrepâncias nas ações do SPI, em relação à questão indígena, deixa claro a manipulação e os arranjos no âmbito estatal. Desde a sua existência, esteve ligado a vários órgãos, a saber: de 1910 a 1930, integrou o então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De 1930 a 1934, ao Ministério do Trabalho. De 1934 a 1939, ao Ministério da Guerra, por meio da Inspeção de Fronteiras. Em 1940, voltou ao Ministério da Agricultura e, posteriormente, passou a integrar o Ministério do Interior (Souza Lima, 1987, 1995, 2002).

Os Postos de Atração trabalhavam atraindo os indígenas com brindes, vestuários e outros, para logo após pacificá-los e integrá-los à cultura nacional.

O primeiro presidente do SPI foi o marechal Cândido Rondon que contribuiu na maneira de pensar e direcionar suas políticas e tinha como bordão “morrer se preciso for, matar nunca”. Havia aprendido a lidar com os povos ameríndios quando à frente do trabalho de instalação das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas no período de 1907 a 1915. Esse aprendizado lhe rendeu honras militares e civis, inclusive indicação ao Prêmio Nobel da Paz em 1957.

O alemão Curt Nimuendajú, os irmãos Villas-Boas contribuíram com os estudos das populações ameríndias por meio de documentos produzidos nas muitas expedições realizadas nas muitas regiões do Brasil. Os irmãos Villas-Boas que entre as décadas de 40 e 60 ficaram à frente da pacificação dos Xavante de Mato Grosso e a criação e gestão do Parque Indígena do Xingu em 1961, demarcado em 1978 e hoje ameaçado por cidades, pastagens e plantação de soja.

Com a criação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) pelo Decreto nº. 1.794, de 22 de novembro de 1939, a política indigenista brasileira passou a ser formulada por antropólogos como Darcy Ribeiro, Heloísa Alberto Torres, Roberto Cardoso de Oliveira e outros que começaram a questionar as práticas sertanistas até então utilizadas pelo SPI.

Embora considerassem inevitável a integração dos índios à sociedade nacional, defendiam que o órgão indigenista não se comprometesse a estimular este processo. As discussões que propunham estavam em consonância com os debates latino-americanos e internacionais mais amplos realizados no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), que, em 1957, promulgou, através da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Convenção nº 107 “Sobre a Proteção e Integração das Populações Indígenas e outras Populações Tribais e Semitribais de Países Independentes”, que apenas foi ratificada pelo Brasil em 1966 (Decreto nº 58.824/66). (ISA, 2017).

O SPI, ao longo de sua existência, teve no seu comando pessoas verdadeiramente comprometidas com a causa indígena, mas essa nem sempre foi a regra. Houveram épocas em que os seus dirigentes, de militares a trabalhadores rurais, não possuíam competências técnicas nem administrativas ou um mínimo de interesse em proteger os índios. Os recursos eram escassos e na maioria das vezes ínfimos, e não mantiam o bem estar dos povos residentes nos Postos Indígenas.

Suas atuações à frente dos Postos Indígenas de todo o país acabaram por gerar resultados diametralmente opostos a esta proposta. Casos de fome, doenças, depopulação e escravização eram permanentemente denunciados. No início da

década de 1960, sob acusações de genocídio, corrupção e ineficiência o SPI foi investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O processo levou à demissão ou suspensão de mais de cem funcionários de todos os escalões (Oliveira e Freire, 2006: 131). Em 1967, em meio à crise institucional e ao início da ditadura, o SPI e o CNPI foram extintos e substituídos pela Fundação Nacional do Índio (Funai). (ISA, 2017).

## 1.2 Posto Indígena de Atração Ricardo Franco (P. I. A. Ricardo Franco)

O Posto Indígena de Atração Ricardo Franco, situado à margem direita do rio Guaporé, município de Guajará-Mirim, assistia, conforme inventários, cartas, ofícios, telegramas microfilmados, assistia entre os anos de 1940 a 1960, um total de 120 pessoas no início dos anos 40, mas devido à escassez de recursos, após os anos 50, esse número de assistência caiu para 69 indígenas por mês.

Nesses registros do SPI, veiculam os acontecimentos diários da vida no P. I. A. Ricardo Franco, desvelando-se o pouco caso com a saúde indígena por parte de seus dirigentes. O trabalho indígena e/ou sua exploração entre essas décadas é institucional e legitimada pelo Estado em termos legais. Todavia, como se sabe, situações em que a exploração do trabalho em condições análogas, existiu em tal período e mesmo em dias atuais, como bem observou Monteiro (1994):

Se é verdade que existem hoje várias formas de trabalho forçado que são manifestamente ilegais e que infringem convenções internacionais de trabalho e de direitos humanos, chamá-las de escravidão é problemático, ainda que o efeito dramático seja eficaz. O problema, ao meu ver, é que a escravidão não se resume apenas no cerceamento da liberdade do trabalhador mas antes se assenta num amplo suporte jurídico que garante e justifica a sua manutenção e reprodução. Este sistema resguarda os direitos do senhor sobre a sua propriedade e confere uma legitimidade ao tráfico e exploração de pessoas que são privadas de seu direito de ir e vir.

A questão que se apresenta nesse estudo diz respeito às doenças que vitimavam os povos nativos após o contato com os “brancos” e a sua co-existência entre exploração do trabalho, especialmente no que concerne às diversas dimensões da vida cotidiana entre os grupos étnicos seja da Amazônia que agrega o atual estado de Rondônia ou mesmo no que concerne a todo o país.

O diálogo será então sobre doenças, trabalho e elementos culturais que relacionam-se com a cosmologia indígena em contraposição ao modelo que se tentou impor ou mesmo forjou-se para os indígenas que habitavam o PI Ricardo Franco de Guajará Mirim.

## 2.3 As Doenças

A vida indígena tinha pouco valor para a sociedade envolvente como sugerem os registros do Serviço de Proteção ao Índio. Entre 1940 e 1960 o quantitativo era expressivamente superior ao que é, atualmente. Cabe ressaltar que muitos grupos étnicos foram também “deslocados” forçosamente para espacialidades que não eram as originárias, ou seja, em razão de políticas públicas do período, era até certo ponto comum, congregando grupos distintos em uma territorialidade, sem levar em conta a multiplicidade étnica, os valores, as percepções de mundo, e mesmo certas rivalidades que pudessem existir entre as nações indígenas.

Alguns autores estimam a população indígena no século XVI entre 2 e 4 milhões de pessoas, pertencentes a mais de 1.000 povos diferentes; Darcy Ribeiro afirma que desapareceram mais de 80 povos indígenas somente na

primeira metade do século XX, sendo que a população total teria diminuído, de acordo com esse autor, de 1.000.000 para 200.000 pessoas(1). O extermínio de muitos povos indígenas no Brasil por conflitos armados, as epidemias, a desorganização social e cultural são processos de depopulação que não podem ser tratados sem uma análise das características internas e da história de cada uma dessas sociedades. Estudos sobre os diferentes impactos de uma mesma epidemia teve sobre diferentes povos e diferentes agências indigenistas ou frentes de colonização e seus impactos na dinâmica demográfica de suas populações também não foram ainda estudadas. (ISA, 2017).

Só no Posto Indígena pesquisado, constatou-se a morte de vários indígenas devido a surtos de doenças virais . Após o exame de 10 microfímes de cada década dos filmes 042 e 043, constatou-se que, nessa amostra, as doenças que mais acometeram os indígenas nessas décadas foram: em primeiro lugar gripe (influenzae), que nos documentos está descrita como gripe brava. Em segundo lugar a malária (infecção causada por protozoário *Plasmodium* e transmitida pelo mosquito *Anopheles*) e em terceiro lugar a tuberculose (*Mycobacterium tuberculosis*). Essas doenças, também, foram a causa de incontáveis mortes nessas décadas e em outras que se seguiram. Suspeita-se que os povos indígenas no Brasil, são, até os dias atuais, eternos sobreviventes de todo o tipo de interpéries.

Nos registros os detalhes sobre essas mortes são pouco mencionados, ao menos nos documentos consultados, que apenas números são mencionados.

Destaca-se que essas enfermidades são em sua maioria contagiosas e que sem o devido cuidado, ceifava vidas em proporções gigantescas.

Além das vidas, que por si só já servem para refletir sobre o modo como a sociedade nacional tratou os indígenas, cabe destacar toda capacidade destrutiva ao modo de vida de cada grupo étnico, pois sabe-se que para muitas culturas ameríndias os elementos da vida material, não estão dissociados da vida imaterial, ou do simbolismo presente em cada acontecimento.

Assim, as mortes levavam consigo, formas tradicionais de se relacionar cosmologicamente com a vida e a existência, a violência não foi apenas física, mas também cultural.

A ameaça aos saberes xamânicos, aos modos de cura, a capacidade de sobreviver levava também a perdas irreparáveis, fosse ao que concerne a autoestima desses povos, fosse à capacidade de resistir.

Nos Postos Indígenas o tratamento era feito de modo muito rudimentar, os chefes dos PIs, medicavam, com remédios que eram enviados, quase sempre não suficientes para atender as demandas ou aos tipos de doenças. Casos mais graves, algumas vezes eram enviados para Porto Velho ou Manaus, todavia algo que não atendia as necessidades de todos.

Num cenário que, a fitoterapia local indígena, que as práticas xamânicas impossibilitadas de existir, ou devido a imposição da cultura do branco ou pelo espaço de tempo em que ocorria uma morte e outra, não resolviam, restava muitas vezes a rebeldia daqueles que não estavam acometidos por doenças, revoltando-se contra o que lhes era imposto, contra as dores levadas e até certo ponto desconhecidas em seus tratamentos pelos povos indígenas.

Assim, não são raros os registros de resistência por meio de revoltas contra os inspetores dos Postos Indígenas, reclamações e ações conjuntas dos indígenas contra o modelo praticado pelo governo em face da existência e sobrevivência dos grupos étnicos.

### 3 CONCLUSÃO

Conclui-se que dos microfilmes analisados que estão disponibilizados no Museu do Índio, no Rio de Janeiro e adquiridos para essa finalidade, a doença que mais assolou os povos indígenas do Posto Ricardo Franco foi a gripe (Influenzae). Dos filmes elencados, a saber: o 042 e o 043, que analisados 10 documentos microfilmados de cada década, que tratam do assunto doença, especificamente as doenças que afetaram os indígenas nesse espaço tempo, constatou-se que, nessa amostra, as doenças que mais acometeram os indígenas nessas décadas foram: em primeiro lugar gripe (influenzae), que nos documentos está descrita como gripe brava. Em segundo lugar a malária (infecção causada por protozoário *Plasmodium* e transmitida pelo mosquito *Anopheles*) e em terceiro lugar a tuberculose (*Mycobacterium tuberculosis*). Essas doenças e outras como o sarampo, catapora, também, foram a causa de incontáveis mortes nas décadas que se seguiram. Pode-se afirmar que os povos nativos do Brasil, são, até os dias atuais, eternos sobreviventes de todo o tipo de interpéries.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Memorial descritivo de delimitação. 1992. 16532, seção I

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 2004.

CUNHA, Euclides da. "Terra sem história (Amazônia)." In: **À margem da história**. São Paulo: Martim Claret, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **História dos índios no Brasil**. Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

CASTRO, José Maria Ferreira de. **A selva**. São Paulo: Verbo, 1972.

FEITOSA, Dapheny Day Leandro. **Sociedade e pensamento literário: a transfiguração do índio na literatura brasileira como elemento constitutivo da nacionalidade**. 22 f. 2011. Monografia (graduação)- Universidade de Brasília Instituto de Letras Licenciatura em Letras/Português Disponível em: < <http://bdm.unb.br/handle/10483/5392>>. Acesso em: 8 ago. 2014.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (Org.). **Saúde indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: MEC;UNESCO, 2012. (Coleção Educação para todos, v. 38; Série vias dos Saberes, n.5).

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem – fantasma: a ferrovia Madeira - Mamoré e a**

modernidade na selva. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil: troncos e famílias**. 2015. Disponível em: < <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **O Serviço de Proteção aos Índios (SPI)**. 2017. Disponível em: < [https://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-\(spi\)](https://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-(spi))>. Acesso em: 20 de ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Quantos eram? Quantos serão? Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quantos-sao/quantos-eram-quantos-serao>. Acesso em: 20 ago. 2015.

LIMA, Antonio Carlos de S. O governo dos índios sob a gestão do SPI In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992.

LIMA, Ludmila Maria Moreira. "Se a FUNAI não faz, nós fazemos": conflito e mudança no contexto de um projeto de cooperação. Tese de Doutorado. Brasília, PPGAS/DAN-UnB. 2002. "Cooperação e Parceria no contexto de um projeto piloto: a experiência do PPTAL" In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de, Org. Gestar & Gerir. **Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro, Nuap/Relume-Dumará.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte, Edufm, 2003.

MONTEIRO, Jhon M. **Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros: Acervos das Capitais**, São Paulo, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP/FAPESP, 1994.

MUSEU DO ÍNDIO. Microfilme 043 – 00043 – 00229.tif. Rio de Janeiro, 1972.

\_\_\_\_\_. MF 043\_00117.tif, 1958, planilha 8, 1978. Rio de Janeiro, 1972.

\_\_\_\_\_. MF 042\_00062.tif, 1947, planilha 8, 1978. Rio de Janeiro, 1972.

\_\_\_\_\_. MF 043\_00115.tif, 1958, planilha 8, 1978. Rio de Janeiro, 1972.

\_\_\_\_\_. MF 042\_00150.tif, 1958, planilha 8, 1978. Rio de Janeiro, 1972.

\_\_\_\_\_. MF 043\_00028.tif, 1988, planilha 8, 1978. Rio de Janeiro, 1972.

\_\_\_\_\_. MF 042\_000252.tif, 1950, planilha 8, 1978. Rio de Janeiro, 1972.

\_\_\_\_\_. MF 043\_00024.tif, 1958, planilha 8, 1978. Rio de Janeiro, 1972.

\_\_\_\_\_. MF 043\_00114.tif, 1958, planilha 8, 1978. Rio de Janeiro, 1972.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão humana na selva: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia**. Manaus: Valer; Manaus: Edua, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura y sociedade: 1780-1950: De Coleridge a Orwel**. Traducción de Horacio Pons. Buenos Aires: Nueva Vision, 2001.

## ANEXOS

### ANEXO A- Telegramas, Boletins e Inventários

MF 042\_00062.tif, 1947, planilha 8, 1978.  
Doenças

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Extração.

IV- Foi tirado madeira de lei para construções de 7 casas as  
quais serão levantadas logo que essa Chefia manda progos.

Estado Sanitario.

V- Os Indios durante esta Hoz passaram quasi em sua totalidade  
atacados de gripe, alguns impossibilitados de trabalhar ,perem  
ja esta passando esta crise, foram atendidos com os seguintes  
medicamentos.  
100 comprámidos de Melheral  
30 Sulfas.  
15 Vidros de Xaropé de Angicoe.  
12 Ampolas de ant, Gripal  
2 Furgantes de Sulfate de Sedie.

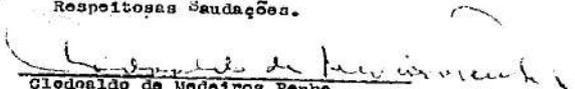
Obites.

VI- Com grande pezar comunico o falecimento do Trabalhador  
deste Posto e das Indias Urúru Cance e dágo de Ururama Can-  
no e de Inque Cance, no dia 26 deste em consequencia de ala-  
gaço de Bateião Santarem deste Posto, jogados por um forte  
temporal quando conduziam madeira para as construções des-  
Posto. Cujá canoa vinha Sob o comando de Falecido Aureliano  
Gomes da Silva .  
Junto a este mando o termo de fragante por mim lavrado  
e assinado, como as testemunhas que acistiram:

Visita a este Posto.

VII- No dia 16 do corrente saíu deste Posto para Guajara Mirim  
a Lancha Maicy, conduzindo o Sr. Inspetor Pedro Silva, que es-  
teve em Inspeção deste Posto.

Respeitosas Saudações.

  
Clodoaldo de Medeiros Penha.  
Ax. Encarregado do Posto.

MF 042\_000252.tif, 1950, planilha 8, 1978.  
Doenças

**G) CRIAÇÃO**

ESPÉCIE	Quantidade exist.	Adquiridos	Vendidos ou trans. feridos	Nascidos	Mortos
P- Gado Bovino	00				3
P- Gado Equino	22				
P- Muecas	1				
P- Aves (Galinhaço)	25				

**H) PLANTAGENS (Área em m<sup>2</sup>)**

ROÇADOS: \_\_\_\_\_ DERRUBADAS: \_\_\_\_\_  
 PASTAGENS: \_\_\_\_\_  
 ARVORES FRUTÍFERAS: (Indique o nº de pé) \_\_\_\_\_  
 PLANTAGENS: (Idem) \_\_\_\_\_

**I) OUTRAS OCORRÊNCIAS E NECESSIDADES DO POSTO:-**

Foi distribuído aos 38 índios existentes por este Posto o seguinte material: 122 metros de Vendo, 25 colares de aljófaros, 25 cerros de linha de costura, 50 anilhas de mão e 3 metros de brim. Necessitamos de material de coque e moças de vez que o alimento do pessoal depende unicamente da caça e peixe e por motivo desta falta os sorvíços de aborígnas da nova roçada tem sido seriamente prejudicados sendo que este agora ainda não foi iniciado e broca para derrubar de mata. O estado sanitário tem sido pouco agradável, e febre tem se manifestado quasi diariamente em diversos índios adultos: Os índios Bahie, Xixica e Joaquim, contínuas doentes, já tendo sido empregado todos os recursos que dispõe o Posto e sta agora sem resultado, aguardamos, por isso uma oportunidade para interná-los num hospital.

Visto: \_\_\_\_\_  
 Chefe da I.R. \_\_\_\_\_  
 ROJIC INDIANIZACAO SAO CARLOS de MATO 10/50  
*Tomás Lourenço de Araujo*  
 Agente responsável pelo Posto  
 10/50

MF 043\_00117.tif, 1958, planilha 8, 1978.  
Doenças

**DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS**

**TELEGRAMA**  
 URGENTE AGRIÍNDIOS CHEFE  
 PVELHU

RECEBIDO EM: \_\_\_\_\_  
 CARREGADO NA ESTACAO: \_\_\_\_\_  
 PREZADO: GUAJARAH MIRIM 19 46 3 174RD

MASTRE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE RECEBER, COM ESSA PROVIDENCIA AUXILIE O DEPARTAMENTO NA FISCALIZACAO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.

NR. 123 DE 3-7-1958 PT AUXILIAR ANYIAS BATISTA SOLICITA PERMISSAO PARA VIAJAR ATEH ESSA CAPITAL AFIM DE TRATAR DE ASSUNTOS SOBRE VARIOS INDIOS DOENTES PROXIMO AO POST. DE TANAJURA PT SDS.  
 AGRIÍNDIOS ARAUJO AGENTE REF 22-5PI

TEXT E ASSINATURA  
*Ausp em addio no 413 de 7-7-58*

BRASIL 1958 - CARTA PARA TELEGRAMA

MF 043\_00115.tif, 1958, planilha 8, 1978  
Doenças

DEPARTAMENTO DOS TELEGRAMAS E TELEFONOS		TELEGRAMA	
Número de Expedição 117	Recebido NSA	OF AGRICULTOR CHIEFA	PORTO VELHO RD
PREANÚNCIO G MIRIM RD 23 61 7 11:30		HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER, COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.	
TEXTO E ASSINATURA	<p>OF NR 99 DE 7-6-58 PT COMUNICO VOS QUE DI VERSES INDIOS PACAAS NOVAS VG RECEM PACIFICADOS VG ESTAO NO POSTO DR TANAJURA ACA'ADOS CO' FEBRE ALTA E TOSSE FORTE PT SOLICITO VOS PERMISSAO PARA VIAJAR VG COM LANCHAS WALCY VG ATEN-AQUELE POSTO LEVANDO MEDICO PARA CONSULTA-LOS PT SDS - DOMINGOS ARAUJO VG AGENTE REF "22" SPI</p> <p><i>Resp. radio 347/58 em 9/6/58</i></p>		
	Imprensa Nacional 54.514		

MF 043\_00114.tif, 1958, planilha 8, 1978.  
Doenças

DEPARTAMENTO DOS TELEGRAMAS E TELEFONOS		TELEGRAMA	
Número de Expedição 700	Recebido GRM	OF AGRICULTOR CHIEFA	PORTO VELHO RD
Usado 15.53 horas NSA-EGH	PREANÚNCIO G MIRIM RD 29 58 11 40,30	HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER, COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.	
TEXTO E ASSINATURA	<p>OF NR 101 DE 17 6 58 PT ACORDO VOSSO TRESSENTOS QUARENTA E SETE DE 9 DO CORRENTE PT VIAJAMDE POSTO DR TANAJURA ACOMP. DO MEDICO DR JADER MARINHO QUE MEDICOU VARIOS INDIOS ATACADOS GRIPE E MALARIA PT DESPESAS TOTAL HUM MIL ET DUZENTOS CRUSEIROS PT SDS - DOMINGOS ARAUJO VG AGENTE REF "22" SPI</p> <p><i>Resp. radio 356/58 de 13-6-58.</i></p> <p><i>Com radio nr 340/58 de 14.6.58 - solicitamos o total de despesa da viagem, e medicos</i></p>		
	Imprensa Nacional 54.514		



MF 043\_00028.tif, 1988, planilha 8, 1978.  
Doenças

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFAS TELEGRAMA

Velho 1/1

St. Agrindios

Bento Vaino gr

OUT 16 1948

DE GUAPES

DE VAINO

10:00

10:00

HABILITE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE RECEBER COM ESSA PROVIDENCIA AUXILIARA O DEPARTAMENTO NA ORGANIZACAO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS

nr. 17 de 10. 10. 40 trouxe indiosinho carun muito doente cujo estado nao permite viajar pt. por isso solicito autoriza seu internamento hospital aqui pt sds

pedro Silva insp Spl

Autorizado em 18/10/48

WAG min arcos

MF 043\_00166.tif, 1949, planilha 8, 1978.  
Doenças

I) CRIAÇÃO

ESPÉCIE	Quantidade exist.	Adquiridos	Vendidos ou trans. feridos	Nascidos	Mortos
P- Bovinos (Machos)	15				
P- Bovinos (Fêmeas)	41				1
P- Leãozeiros (Machos)	2				
P- " (Fêmeas)	6				
P- Muecos (Fêmeas)	2				
P- Galinhas	14				1
P- Perus	4				2
P- Pintos	40				

II) PLANTAS (Área em m<sup>2</sup>)

ROÇADOS: \_\_\_\_\_

PASTAGENS: \_\_\_\_\_

ÁRVORES FRUTÍFERAS: (Indique o nº de pés) \_\_\_\_\_

PLANTAS: (Idem) \_\_\_\_\_

III) OUTRAS OCORRÊNCIAS E NECESSIDADES DO POSTO: -

Prisões de evitar a frequência ocular, por motivo de grande epidemia de gripe, que ceoua todos os indios e os civilizados, e que a maioria um cair do pescoço, e outro não um medicamento, o qual estava combatendo esta terrível epidemia.

Para necessidade de uma Bendeira Nacional, Pólo, colheres, farol, insensibiliza para cultura, chicarés amecoa.

Visto: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Chefe da I.R.

Bento Ricardo Franco 21 de março de 1949

Agente ou responsável pelo Posto

MF 042-00166 =1949Gripes MF 043\_00166.tif, 1949, planilha 8, 1978.  
Doenças

G) CRIAÇÃO

ESPÉCIE	Quantidade exist.	Adquiridos	Vendidos ou trans. feridos	Nascidos	Mortos
P- Bovinos (Bachos)	15				
P- Bovinos (Fomeas)	41				1
P- Lezíngos (Bachos)	2				
P- " (Fomeas)	6				
P- Muaras (Fomeas)	2				
P- Galinhas	14				1
P- Fêmeas	4				2
P- Pintos	40				

H) PLANTACIONES (Área em m<sup>2</sup>)

ROÇADOS: \_\_\_\_\_ DERRUBADAS: \_\_\_\_\_  
 PASTAGENS: \_\_\_\_\_  
 ARVORES FRUTÍFERAS: (Indique o nº de pés) \_\_\_\_\_  
 PLANTACIONES: (Idem) \_\_\_\_\_

I) OUTRAS OCORRÊNCIAS E NECESSIDADES DO POSTO: -

Deixamos de enviar a Frequência escolar, por motivo de grande epidemia de gripe, que começou há uns dias e os civis, e que já chegou a nível de epidemia, e não há mais a comparecer os alunos. Também observamos esta terrível epidemia, e não nos dá nenhuma idéia de uma Dengue Nacional, Potos, colheitas, farol, e inda há para cultura, chiqueiros amocados.

Visto: \_\_\_\_\_  
 Chefe da I.R.  
*Posto Recanto Branco 31 de Março de 1949*  
*Agente ou responsável pelo Posto*

MF 042-00170 =1949 Gripes

C) CRIAÇÃO

ESPÉCIE	Quantidade exist.	Adquiridos	Vendidos ou trans. feridos	Nascidos	Mortos
P- Bovinos (Bachos)	24				
P- Bovinos (Fomeas)	43				
P- Lezíngos (Bachos)	6				
P- " (Fomeas)	2				
P- Galinhas	15				2
P- Fêmeas	26				2
P- Pintos	10				

H) PLANTACIONES (Área em m<sup>2</sup>)

ROÇADOS: Continuo de m<sup>2</sup> \_\_\_\_\_ DERRUBADAS: \_\_\_\_\_  
 PASTAGENS: \_\_\_\_\_  
 ARVORES FRUTÍFERAS: (Indique o nº de pés) \_\_\_\_\_  
 PLANTACIONES: (Idem) Plantado 6 ha. Taljea numa área de 20 ha.

I) OUTRAS OCORRÊNCIAS E NECESSIDADES DO POSTO: -

Não há mais nenhuma epidemia unitária neste posto, ou de gripes e inda de outros de gripes, mas já está curadas.

Visto: \_\_\_\_\_  
 Chefe da I.R.  
*Posto Recanto Branco 31 de Março de 1949*  
*Agente ou responsável pelo Posto*

MF 043\_00170.tif, 1949, planilha 8, 1978.  
Doenças

C) C R I A Ç Ã O					
ESPÉCIE	Quantidade exist.	Adquiridos	Vendidos ou trans. feridos	Nascidos	Mortos
P-Bovinos (Bach.)	14				
P-Bovinos (Fardes)	43				
P-Bovinos (Bach.)	2				
P-Bovinos (Fardes)	2				
P-Cochinos	18				2
P-Frangos	25				2
P-Pintos	10				

H) P L A N T A Ç Õ E S (Área em m<sup>2</sup>)

ROÇADOS: Contado de m<sup>2</sup> DERRUBADAS:

PASTAGENS:

ÁRVORES FRUTÍFERAS: (Indique o nº de pés)

PLANTAGENS: (idem) Plantado 0 m<sup>2</sup>, Estão numa área de 00 m<sup>2</sup>

I) O U T R A S O C O R R Ê N C I A S E N E C E S S I D A D E S D O P O S T O :-

Não foi muito mau o estado sanitário neste posto, pois no sistema de índios doentes de gripes, mas já estão curados.

Visto : \_\_\_\_\_  
Chefe do I.R.  
*Roberto Gomes Branco* 21 de Maio de 1949  
Agente ou responsável pelo Posto

## **Seria a Hileia uma arena de baixo custo na lógica de poder da Guerra Fria? O caso dos Grandes Lagos Amazônicos (1964-1968)**

Fábio Albergaria de Queiroz, Universidade Católica de Brasília, fabioaq@hotmail.com;

### **Resumo**

A presente proposta buscará analisar um episódio pouco explorado da história brasileira e sul-americana no contexto da Guerra Fria: a atuação do Instituto Hudson (EUA) na Amazônia e a proposta de criação de um grande sistema lacustre na região. A partir da análise de resíduos documentais e literários pouco conhecidos do público, buscar-se-á identificar as relações do citado projeto com a agenda sistêmica bipolar então vigente naquele momento paradigmático da História contemporânea. Neste sentido, buscaremos, como objetivo geral, evidências que nos permitam identificar uma relação causal entre o projeto dos Grandes Lagos Amazônicos e as dinâmicas da Guerra Fria, de forma a conceber um papel para a Hileia: uma arena de baixo custo para a defesa dos interesses dos EUA no jogo de poder da Guerra Fria. Mais especificamente, buscaremos apontar como os países amazônicos, com ênfase no Brasil, perceberam o alvitado projeto vis-a-vis seus interesses nacionais e regionais.

Palavras-chave: Hileia, Bacia Amazônica, Instituto Hudson, Guerra Fria, Brasil

### **Resumen**

Esta investigación examina un episodio poco explorado de la historia de Brasil y de América del Sur en el contexto de la Guerra Fría: el papel del Instituto Hudson en la Amazonia y la propuesta de crear un gran sistema lacustre en la región. A partir del análisis de documentos y residuos literarios poco conocidos del público, hemos intentado identificar las relaciones de ese proyecto con la agenda sistémica bipolar en este paradigmático momento de la historia contemporánea. De manera general, buscamos evidencias que permitan identificarse una conexión entre el Proyecto de los Grandes Lagos Amazónicos y la dinámica de la Guerra Fría, para saber se tal propuesta, si se lleva a cabo, podría hacer de la Hilea una arena de bajo costo para la defensa de los intereses de Estados Unidos en el juego de poder de la Guerra Fría. En segundo lugar, buscamos señalar cómo los países amazónicos, con énfasis en Brasil, se dieron cuenta del proyecto en relación con sus intereses nacionales y regionales.

Palabras clave: Hilea, Cuenca del Amazonas, Instituto Hudson, Guerra Fria, Brasil

### **Abstract**

This proposal aims to examine an underexplored episode of the Brazilian and South American history in the context of the Cold War: the role of the Hudson Institute in the Amazon and the proposal to create a large lacustrine system in the region. From the analysis of official documents and literary registers, some of them little known from the public, we attempted to identify the existence of a relationship between the aforementioned project and the bipolar systemic agenda in this paradigmatic moment of the contemporary history. In this regard we will seek for evidences capable of allowing us to identify a relationship between the Amazon Great Lakes Project and the dynamics of the Cold War. Secondly, we are going to such enterprise, if carried out, could make the Hylean Amazon a low cost arena for the defense of U.S. interests in the Cold War's game of power. Finally, we will try to point out the perceptions of the Amazonian countries, mostly Brazil, regarding this project vis-a-vis their national and regional interests.

keywords: Hylean Amazon, Amazon River Basin, Hudson Institute, Cold War, Brazil

## 1 - INTRODUÇÃO

Em 1835, após visitar os Estados Unidos, o historiador e sociólogo francês, Aléxis de Tocqueville, antevendo o que o futuro reservava ao país e à Rússia<sup>1</sup>, escreveu que “existem hoje sobre a terra dois grandes povos que, partindo de pontos diferentes, parecem avançar para o mesmo objetivo: são eles os russos e os anglo-americanos [...] cada um deles parece marcado pelo desejo dos céus para modificar os destinos da metade do globo” (TOCQUEVILLE, 1969; p.26).

Foi este cenário imaginado por Tocqueville que emoldurou a construção de uma ordem bipolar inédita no século XX, marcada pelo embate político-ideológico entre as duas superpotências pela manutenção e expansão de suas áreas de influência, em substituição ao desgastado sistema europeu de Estados e ao equilíbrio multipolar de poder. Era o prenúncio da Guerra Fria, nas palavras de GADDIS (2006), um prolongamento da Segunda Grande Guerra travado em diferentes níveis, de formas distintas, em múltiplos lugares por um tempo muito longo.

Entretanto, ainda que o terror nuclear tenha agido, paradoxalmente, como garante da paz e estabilidade ao ratificar um equilíbrio fundamentado na capacidade de dissuasão nuclear de americanos e soviéticos, a possibilidade de uma das partes empreender o temido *first strike*<sup>2</sup> não impediu que as superpotências buscassem em suas áreas de influência, utilizando-se aqui da tipologia adotada por STRANGE (1988; p.24-5), aumentar sua concentração de poder relacional e/ou estrutural.<sup>3</sup> Portanto, durante a Guerra Fria, tais espaços - dentre os quais a América Latina - tornaram-se “arenas de baixo custo” onde a rivalidade das superpotências e a defesa de seus interesses vitais apresentavam baixa probabilidade de incorrer em risco de uma guerra nuclear (CASTRO SANTOS, 2004; p.118).

Concomitantemente, neste mundo de contornos dialéticos, as Relações Internacionais (RI) experimentaram um período de profundos rearranjos estruturais no que diz respeito ao surgimento de novos atores na *scène mondiale*, fruto do processo de descolonização da Ásia e da África que resultou na criação de dezenas de novos Estados<sup>4</sup> que, ressalte-se, apesar de conquistada a independência política, permaneceram

---

<sup>1</sup> A nomenclatura União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) passou a ser utilizada para designar o conjunto formado por suas repúblicas constitutivas a partir de 30 de dezembro de 1922 durando até 26 de dezembro de 1991, quando o país se dissolveu oficialmente.

<sup>2</sup> O equilíbrio do terror não exigia paridade, mas a capacidade de resposta ao primeiro golpe (*first strike*) desferido pelo inimigo que buscava nesta iniciativa destruir ou, pelo menos, desestabilizar os dispositivos nucleares de seu rival (*counterforces strategy*) ao ponto de que não houvesse tal possibilidade de resposta. Se bem sucedida, a iniciativa do ataque decidiria a guerra.

<sup>3</sup> Segundo Susan Strange o poder relacional é entendido como a capacidade que tem os atores de constranger outros a agir segundo seus interesses por terem à sua disposição instrumentos e/ou recursos de poder coercitivos. Já no poder estrutural o que importa, mais do que o volume dos recursos de poder, é a capacidade que têm estes atores de moldar as estruturas (inclusive valores) dos processos decisórios internacionais e a agenda internacional. Estes conceitos retratam não apenas o peso do componente militar como fator constrangedor, mas também de variáveis não tangíveis como os elementos ideológicos, retratando bem o quadro de disputa estabelecido durante a Guerra Fria.

<sup>4</sup> Iniciado em 1946, com a independência das Filipinas, o processo de descolonização no pós-Segunda Guerra Mundial atingiu seu ápice com a libertação das colônias portuguesas na África, concluída em meados da década de 1970 com as independências de Guiné-Bissau (10/09/1974), São Tomé e Príncipe (12/06/1975), Cabo Verde (05.07.1975), Angola (11/11/1975) e Moçambique (25/06/1975).

economicamente vulneráveis e dependentes. Sob a alcunha de Terceiro Mundo<sup>5</sup>, estes novos países, juntamente com a América Latina, ficaram marcados por carregar o pesado fardo de manter profundos vínculos de dependência econômica, ou com os países capitalistas desenvolvidos (Primeiro Mundo) ou com países socialistas de economia planificada (Segundo Mundo).

Cumpra salientar que embora estes Estados tivessem surgido em um contexto caracterizado pela rígida bipolarização da Guerra Fria, o conflito leste-oeste guardava pouca ou, por vezes, nenhuma relação com seus interesses e necessidades imediatas. Logo, estes países passaram a pleitear a construção de uma 'terceira via' de desenvolvimento, um pólo de poder autônomo não alinhado às superpotências, com base em uma plataforma original que contemplasse a nova realidade do sistema internacional e ratificasse a luta anticolonial.

Nesse sentido, a primeira iniciativa política deste grupo de países foi a realização de uma conferência que, em tese, reafirmasse sua postura anti-imperialista e o posicionamento de equidistância com EUA e URSS. A Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, em abril de 1955, propôs uma nova forma de polarização colocando em lados opostos os países industrializados do norte e os países exportadores de matérias-primas do sul. Nesta concepção ideológica, a proposta de ação consistia em substituir o embate leste-oeste pela confrontação norte-sul.<sup>6</sup>

Assim, tendo como referência os fatos narrados e partindo-se da premissa de que a política externa de um Estado é, em geral, condicionada por uma interação contínua entre fatores internos e externos (PUTNAM, 1988), devemos levar em consideração que para a correta interpretação dos vetores que dão forma às relações internacionais torna-se tarefa indispensável o exame de duas dimensões distintas, porém complementares, quais sejam: as normas de funcionamento da ordem mundial em um dado momento e as modalidades específicas de inserção estatal nas dinâmicas de funcionamento deste sistema.

Logo, considerando, pois, como ponto de partida, a validade empírica desta premissa, este artigo apresenta como objetivo principal examinar o controverso caso do Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos. Capitaneada pelo Hudson Institute, a ideia de se criar um colossal sistema lacustre ligando o arco andino-amazônico ao Cone Sul do subcontinente, tornando-o totalmente navegável, tal qual ilustrado na figura 1, foi apresentada durante a primeira Conferência Latino-Americana de Desenvolvimento, promovida sob os auspícios do instituto norte-americano, entre os dias 16 e 19 de outubro de 1964. A partir de então, foram escritas as primeiras páginas de um capítulo da história brasileira ainda pouco explorado e, por vezes, relegado às notas de rodapé dos livros, o que, de forma alguma, significa que deva ser entendido como um acontecimento marginal. Dito isto, buscaremos, então, como objetivo específico, evidências que confirmem (ou contradigam) a percepção da Hileia<sup>7</sup> como uma "arena de baixo custo" na lógica das RI neste paradigmático momento da História.

---

<sup>5</sup> Cunhado pelo historiador francês Alfred Sauvy, o termo Terceiro Mundo foi utilizado pela primeira vez em 1952, em artigo de sua autoria publicado no periódico *L'Observateur*, para designar o grupo de países em desenvolvimento situados fora dos dois blocos de poder da Guerra Fria.

<sup>6</sup> Cabe salientar que as ideologias terceiro-mundistas eram por vezes vagas e ambíguas. A Conferência de Bandung, na verdade, reuniu países claramente alinhados com a URSS (China e Vietnã do Norte) e com os EUA (Japão e Vietnã do Sul) gerando profundas divergências político-ideológicas entre os participantes. Sobre Bandung o historiador Paul Johnson afirmou que "aquele era ainda um tempo de inocência, em que se acreditava confiantemente que o poder abstrato dos números, e mais, das palavras, iriam transformar o mundo" (JOHNSON, 1983; p.477).

<sup>7</sup> Hileia é o nome dado pelo naturalista alemão, Alexander von Humboldt (1769-1859), à grande floresta equatorial úmida que se estende dos Andes, pelo vale amazônico, até as Guianas.



Fonte: <http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/register/images/southamerica.gif>

**Fig. 1: Bacias Hidrográficas Transfronteiriças da América do Sul**

Para tanto, escolheu-se como recorte temporal o período compreendido entre 1964 e 1968 por ser considerado, do ponto de vista da política exterior brasileira, emblemático quanto ao Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos e suas repercussões nas relações bilaterais com os Estados Unidos. Assim, a partir deste exercício ontológico (como os atores constroem o mundo e dão propósito a ele), buscar-se-á: 1) dimensionar como algumas decisões da política exterior brasileira foram tomadas com relação ao "Episódio Hudson"; 2) identificar limites explicativos de suas condicionantes domésticas e externas para, em seguida; 3) apontar se a Guerra Fria foi uma variável determinante neste processo ou apenas uma moldura para um cenário que se desenvolveu à margem da disputa bipolar por áreas de influência no intrincado jogo de poder da época.

## 2 - O INSTITUTO HUDSON E O SISTEMA SUL-AMERICANO DE GRANDES LAGOS

O Instituto Hudson (IH) foi criado em 1961, em Croton-on-Hudson, Nova Iorque, por Herman Kahn, matemático, físico e proeminente estrategista nuclear que se notabilizou com a publicação de *'On Thermonuclear War'* (1960), a primeira obra a analisar sistematicamente os possíveis efeitos de uma guerra nuclear e as prováveis opções

disponíveis diante das várias circunstâncias que se apresentam em uma situação desta natureza.

Aproveitando a luz dos holofotes e sua projeção internacional, Kahn, “o pensador número um do átomo” (CABRAL, 1968; p.150), com o auxílio de Max Singer e Oscar Ruebhausen, lançou as bases do IH, originalmente concebido para ser uma organização de pesquisa para a promoção de estudos interdisciplinares sobre segurança e defesa dos EUA em intersecção com áreas tais como relações internacionais, economia, cultura, ciência e tecnologia. Nas palavras de Kahn, a missão do Instituto era “*to think about the future in unconventional ways, which generated several noteworthy accomplishments and reports*”.<sup>8</sup>

Como previamente dito, no Brasil o IH assumiu grande notoriedade na década de 1960 quando Herman Kahn e Robert Panero, este último representante do Instituto na Colômbia e no Brasil, tornaram público um projeto que, no mínimo, poderia ser adjetivado como colossal, mas que foi oficialmente apresentado à audiência, sem maiores alardes, como um “agente catalítico do desenvolvimento econômico e social da América do Sul” (PANERO, 1968; p.44): criar sete lagos artificiais que proovessem condições de navegabilidade contínua em praticamente toda a extensão hidroviária sul-americana, além de vários outros benefícios secundários.<sup>9</sup>

Para justificar as dimensões do projeto e a investida na Bacia Amazônica, PANERO e KAHN (1968; p.56) apresentaram uma tipologia por eles criada na qual as diferentes regiões e países eram alocados - de acordo com seu grau de desenvolvimento socioeconômico relativo - em três tipos de categorias: A, B ou C. Em suma, na categoria “**A**”, beneficiada por altos índices de investimento, encontravam-se as comunidades urbanas e industrializadas onde atuavam empresas comerciais e trabalhadores especializados. Nela havia uma classe dominante em expansão, sofisticada e com crescente interesse pela política, os chamados “técnicos intelectuais”. Estavam inseridos nesta categoria cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires.

A categoria “**B**”, integrada por sociedades modernizadas, mas de forte base agrícola, era, essencialmente, constituída por comunidades rurais marginalizadas que, por vezes, atraídos pelo sonho de uma vida melhor e pelas benesses da modernidade, buscavam irromper sua condição campesina por intermédio do êxodo para os grandes centros industriais. O nordeste brasileiro estava enquadrado neste agrupamento. Por fim, na categoria “**C**” encontravam-se aquelas áreas inexploradas economicamente e, muitas vezes, desconhecidas. Nelas havia pouquíssimo investimento em infraestrutura e o desenvolvimento, quando ocorria, era ocasional. A população nestas áreas era escassa e em certas localidades até inexistente. Dado o desinteresse da iniciativa privada e até mesmo dos governos locais, seu estilo de vida predominante era limitado pela ausência de oportunidades e compreendia apenas o essencial para a subsistência.

Assim, considerando tal distinção, na avaliação de PANERO e KAHN (1968; p.58-9) quase  $\frac{4}{5}$  da América do Sul encontravam-se alocados na categoria “C” sendo a maior parte

<sup>8</sup> Cf. <http://www.hudson.org/learn/index.cfm?fuseaction=history>. Atualmente, a agenda de pesquisa do IH abarca uma amplitude de temas: fontes de energia, cultura e sociedade, democracia, relações sino-russas, América Latina, Oriente Médio, União Europeia, Leste Europeu, meio ambiente, políticas de comércio, mundo islâmico, diplomacia, religião, direitos humanos, dentre outros.

<sup>9</sup> Em 1952, o Brasil firmou um acordo militar de assistência mútua com os Estados Unidos. O documento previa, entre outras atividades, a cooperação estadunidense no levantamento topográfico e na elaboração de cartas aeronáuticas do território brasileiro. Não obstante a cláusula que proibia terminantemente o repasse do material obtido a outros países, indivíduos ou empresas (art.7, item 2), o governo norte-americano forneceu ao IH o inventário produzido que revelava a localização e extensão de possíveis jazidas minerais na Amazônia, fato este confirmado por um dos engenheiros envolvidos no projeto, o que comprova a estreita ligação do Instituto, apesar de sua natureza privada, com Washington. O material, como esperado, foi amplamente utilizado na elaboração do projeto Grandes Lagos (CABRAL, 1968; p.152; CARVALHO, 2001; p.254).

dela constituída pela Bacia Amazônica, incluindo as áreas circundadas pelos seus maiores afluentes. Apesar de “inexplorada, desabitada economicamente, não utilizada e, na verdade, ignorada” (PANERO e KAHN, 1968; p.59), a Bacia Amazônica apresentava um enorme potencial de desenvolvimento e, nesta equação, o projeto dos Grandes Lagos seria o instrumento para viabilizá-lo ao praticamente conectar os principais centros industriais aos produtores de matérias-primas do subcontinente.

Portanto, sob a alegação de que historicamente “um dos grandes sonhos do continente sul-americano tem sido ligar os rios principais, por meio de canais” (PANERO, 1968; p.35), o projeto, tal qual apresentado, permitiria a conexão fluvial entre Belém e Manaus e vários países da América Andina até Buenos Aires. Segundo Panero, os Grandes Lagos artificiais serviriam de ligação entre as bacias dos rios, ao mesmo tempo em que melhorariam o potencial de navegação das próprias bacias. Além disso, eles proveriam um grande número de subprodutos estimuladores do desenvolvimento econômico local, como a produção de energia elétrica e o acesso às partes topograficamente mais altas da Amazônia (ricas em minério de ferro, estanho, manganês e ouro).

As imprecisões constantes no projeto, derivadas da utilização de dados inadequados que, entre outras falhas, ignoravam a presença de obstáculos topográficos naturais que fatalmente inviabilizariam a ideia,<sup>10</sup> não impediram a ampla divulgação do que seriam os sete grandes lagos, projetados para transformar a maior bacia hidrográfica do mundo em uma espécie de mar mediterrâneo amazônico. Estava lançada a ideia e, de acordo a proposta apresentada pelo IH, seriam estes os empreendimentos (PANERO, 1968; p.36-44):

**(01) O projeto do Chocó:** aproveitando a topografia predominantemente plana da região de Chocó, no nordeste da Colômbia, este amplo projeto previa, além de instituir um sistema de vias navegáveis em terras interiores, uma passagem de 402,5 km entre os oceanos Atlântico e Pacífico e a construção de uma hidrelétrica com capacidade inicial instalada de 2.000.000 kW. Em essência, seriam erigidas duas barragens baixas (cerca de 30 metros acima do nível do mar) formando dois lagos artificiais estreitos que, ligados entre si por um sistema de canais, tornar-se-iam, então, uma passagem interoceânica. Para tal, seria inundado um espaço de oito mil km<sup>2</sup> dando vida, assim, aos novos lagos que teriam uma superfície estimada de quarenta mil km<sup>2</sup> (equivalente à área da Holanda).<sup>11</sup> Segundo o relatório técnico do IH, uma das características mais interessantes do projeto de Chocó é que os lagos seriam criados em áreas de baixa densidade demográfica e pouco valor econômico.

**(02) O projeto do Caquetá:** este projeto previa o represamento do rio Caquetá, um afluente colombiano do Amazonas, criando, desta forma, um lago artificial com comprimento estimado entre 100 e 300 km, dependendo da altura da barragem (10 ou 30 metros). Além de ligar três zonas distintas: a floresta, as planícies e as encostas montanhosas, ele atuaria de forma complementar ao projeto de Chocó, ou seja, provendo os elementos necessários para viabilizar: uma passagem combinada interoceânica; a exploração hidrelétrica, não obstante ser o Caquetá um rio caracteristicamente plano; e a criação de um sistema de vias navegáveis interiores.

**(03) O projeto do Pimichim:** aqui a ideia consistia em criar um lago com aproximadamente 200 km de extensão vertical na região do Pimichim, fronteira da Colômbia com a Venezuela, a partir do represamento dos rios Atabapo e Guainia por meio da construção de duas barragens. Os custos financeiros seriam relativamente baixos, pois, além de ser a zona localizada entre o Atabapo e o Guainia favorecida por uma topografia plana, alagada e pantanosa, o que facilitaria o encontro entre os dois cursos fluviais

<sup>10</sup> Por exemplo, a omissão de quaisquer referências às cachoeiras que interrompem a navegação no rio Negro, na região de São Miguel, e no Madeira-Mamoré, no trecho compreendido entre Porto Velho e Guajará-Mirim.

<sup>11</sup> Projeto Hudson Institute 735-RR, de 1º de agosto de 1966.

represados, as barragens naturais existentes entre o Orenoco e o rio Negro também seriam aproveitadas. Segundo os argumentos apresentados, o projeto navegacional resultante de um lago assim criado constituiria uma excelente alternativa ao Canal de Casiquiare, uma via de comunicação natural já existente entre as Bacias do Amazonas e do Orenoco, favorecendo, então, além da Venezuela e Colômbia, o Brasil.

**(04) O projeto do Amazonas peruano:** No Peru, onde nascem os principais rios que formam a Bacia Amazônica, existem cursos fluviais que correm através de áreas permanentemente inundadas, planas e bem definidas, sobretudo naquelas regiões em que as altitudes são inferiores a 200 metros acima do nível do mar. Este é o caso da “garganta de Orellana”, local ideal para uma barragem baixa (de 1 a 10 km de largura) que poderia ser aproveitada para criar uma via navegável longa aproveitando o percurso do Ucayali até o Amazonas. Desenhava-se, assim, a ideia de se criar outro grande lago, desta vez abrindo as zonas altas das regiões orientais pouco exploradas de Peru e Brasil. Outra alternativa aventada seria criar um lago artificial ao longo do rio Napo, na fronteira entre o Peru e o Equador, por oferecer condições semelhantes e, portanto, adequadas ao desenvolvimento de vias navegáveis artificiais.

**(05) O projeto do leste boliviano:** fato aqui já referenciado, a mediterraneidade boliviana levou o país a procurar, desde a derrota na Guerra do Pacífico, um escoadouro para o mar.<sup>12</sup> O Instituto Hudson, valendo-se desta situação, apresentou então um projeto de criação de lagos artificiais que, se levados a efeito, proveriam a Bolívia com a tão almejada saída para o oceano, o que seria feito por meio do represamento de alguns dos principais rios localizados no leste andino, como o Madre de Dios e o Beni, ligando, como resultado, a Bolívia ao Peru. Outra possibilidade seria represar o Mamoré e o Guaporé, na fronteira brasileiro-boliviana, por serem vias fluviais adequadas à construção de barragens baixas, o que permitiria a criação de um grande lago conectando as bacias dos dois rios e, conseqüentemente, provendo a Bolívia de uma costa interior. Este projeto chama-nos a atenção, pois, além do que fora mencionado, como a Bacia do Guaporé-Mamoré deságua no Atlântico, seria formada uma via fluvial entre Buenos Aires e Belém através da Bolívia.<sup>13</sup>

**(06) O projeto do Grande Lago Amazônico:**<sup>14</sup> o Amazonas, maior e mais plano rio existente na face do planeta, aquele que possui a maior área de drenagem; a floresta tropical por ele cortada, pouco conhecida, um dos maiores desafios do mundo ao desenvolvimento econômico. Foi assim, destacando a grandiosidade deste cenário, seus velhos e conhecidos problemas e, também, seu potencial de desenvolvimento, que o IH apresentou o projeto para a construção de uma barragem na margem norte do Amazonas, nas cercanias de Monte Alegre (no Estado do Pará), onde então o rio seria represado a uma

---

<sup>12</sup> Quando o Chile venceu a coalizão formada por Bolívia e Peru na chamada Guerra do Pacífico (1879-1883), deflagrada após os desentendimentos provocados pelo aumento de taxas sobre as companhias chilenas que exploravam as minas de salitre do litoral boliviano, Santiago não hesitou em anexar territórios estratégicos dos dois derrotados, inclusive a saída para o mar da Bolívia ao subtrair-lhe a província de Antofagasta, problema político-diplomático que tem repercussões importantes até os dias atuais, mais de um século após esta que foi a segunda maior confrontação armada já ocorrida na América do Sul (só superada pela Guerra do Paraguai).

<sup>13</sup> A Bacia do Guaporé fica a apenas alguns poucos quilômetros da Bacia do rio Paraguai que, por sua vez, segue para o sul até desaguar em Buenos Aires.

<sup>14</sup> Paralelo ao projeto do IH, Eudes Prado Lopes, geólogo e geofísico da Petrobrás, desenvolveu um trabalho independente com relação à criação de um lago, ou mar interior, ao longo da própria corrente amazônica. Em abril de 1967, o IH, tomando conhecimento do trabalho de Prado Lopes, o convidou para integrar seu grupo de peritos e para participar das principais pesquisas sobre o sistema sul-americano de grandes lagos, em especial sobre o Lago Amazônico. Nos meses seguintes, os dois projetos foram unificados e transformados, então, no desenho teórico ora descrito.

altura média de trinta metros acima do nível baixo de suas águas.<sup>15</sup> O enorme lago formado, ou mar interior, termo que melhor lhe descreve, ligaria o Brasil, a Venezuela, a Colômbia, o Peru, a Bolívia, o Paraguai e a Argentina pelo centro do subcontinente pressupondo, para tal, a inundação de nada menos do que 400.000 km<sup>2</sup>, o que certamente fazia desta a maior e mais desafiadora de todas as sete propostas de criação de lagos artificiais na América do Sul.<sup>16</sup>

O lago seguiria o curso dos rios Tapajós, Madeira e Negro se estendendo para além de Manaus formando, assim, algumas grandes ilhas e uma “nova costa”. Suplantados os percalços naturais identificados, como resultado as distâncias de navegação ficariam reduzidas; muitos dos rápidos afluentes do Amazonas que impedem a passagem para o interior do Brasil seriam inundados permitindo o acesso, por navios de grande calado<sup>17</sup>,   terras interiores; toda a região do delta amazônico, de Monte Alegre a Belém, se tornaria uma área estável e de grande fertilidade agrícola; haveria uma significativa redução na quantidade de sedimentos despejados no Atlântico e um enorme potencial hidrelétrico a ser explorado.<sup>18</sup>

Portanto, conclui PANERO (1968; p.43), as vantagens obtidas pelos países diretamente implicados no projeto de inundar parte significativa da Amazônia compensariam os custos de sua execução na proporção de 20 para 01.<sup>19</sup> Mais do que qualquer outra alternativa de desenvolvimento, o projeto dos Grandes Lagos, além do propósito precípuo de abrir uma rota fluvial contínua de dimensões continentais, estimularia, como subprodutos, o comércio entre os complexos industriais de Buenos Aires, Montevideu e São Paulo e os produtores de matéria-prima do Norte e do Oeste (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia); o surgimento de novas atividades produtivas em larga escala no campo energético, madeireiro e petrolífero; a maciça ocupação populacional das cercanias em torno destes novos centros comerciais e a exploração mineral em áreas até então inacessíveis.

No entanto, apesar destas colocações assertivas, o próprio Panero reconhece que as variações topográficas da região eram muitas e que, fosse ao nível do solo, fosse ao nível dos próprios rios, elas provavelmente passariam despercebidas, sobretudo devido à densidade e altura da vegeta o. A única possibilidade de realmente v -las seria

---

<sup>15</sup> Um estudo gravimétrico (conjunto dos métodos e das técnicas empregados no exame e na medida do campo gravitacional) da Bacia Amazônica elaborado   época pela Petrobrás para avaliar a amplitude dos efeitos de um lago no médio Amazonas revelou, em seu prognóstico mais pessimista (para a cota acima de 50 metros acima do nível de suas águas) que, contrariamente às afirmações do IH, 40% de Manaus seria inundada enquanto a cidade de Itacoatiara desapareceria do mapa. Já na cota intermediária, acima de 40 metros, entre 5% e 10% de Manaus, Itacoatiara e Manacapuru seriam submersas. Portanto, para LOPES (1968; p.78), o grau de inundação dependeria de um estudo comparativo detalhado entre as vantagens de obter centenas de quilômetros de estradas líquidas permanentes, acrescidas de milhares de KW de potência, e as desvantagens da perda de edificações das cidades diretamente impactadas a fim de verificar se, realmente, a execução do projeto proporcionaria a transformação da infraestrutur  econômica e social da Amazônia.

<sup>16</sup> A ideia foi inicialmente apresentada a Roberto de Oliveira Campos, então Ministro do Planejamento do Brasil, em Washington, em 08 de fevereiro de 1967 e, um mês depois, em 08 de març o de 1967, no Rio de Janeiro, a um grupo de planejadores técnicos e especialistas de vários ministérios.

<sup>17</sup> Calado é a distância vertical entre a parte inferior da quilha (peça da estrutura da embarcação   qual se prendem todas as grandes peç s verticais da ossada que estruturam o casco) e a linha de flutuação de uma embarcação.

<sup>18</sup> Se represado o Amazonas tal qual planejado, a trinta metros acima do nível normal, por exemplo,   altura de Santarém, o potencial hidrelétrico previsto seria da ordem de 100.000 MW, o equivalente a  $\frac{1}{4}$  da capacidade instalada dos Estados Unidos   época.

<sup>19</sup> As estimativas dos gastos necessários para a criação do Lago Amazônico não eram precisas. Numa avaliação inicial, Panero projetou custos entre US\$ 50 e 200 milhões. Já em uma segunda avaliação esta cifra saltou para US\$ 1,5 bilhão (CABRAL, 1968; p.150-1), e sem que nenhuma menção tenha sido feita quanto às fontes financiadoras.

sobrevoando os cursos dos rios a uma altitude apenas levemente superior à do topo da própria floresta para, então, munido de barômetro, inspecionar a pé os pontos mais altos. Por isso, não constitui tarefa difícil verificar que a incerteza e a imprecisão eram variáveis bem presentes no projeto dos Grandes Lagos, principalmente no caso do Lago Amazônico. Como esperado, as prováveis consequências de projetos desta envergadura geraram apreensões, sobretudo no Brasil, e provocaram, por conseguinte, muitas manifestações por parte de setores do alto escalão político, diplomático e militar, algumas delas analisadas a seguir.

### **3 – O LAGO AMAZÔNICO E OS MOVIMENTOS DE SECURITIZAÇÃO**

Apesar de naquele momento não ser clara a exata vinculação entre a finalidade precípua do IH - segurança dos Estados Unidos - e a criação de um sistema integrado de grandes lagos na América do Sul, no calor das discussões sobre as motivações que o teriam levado a planejar uma ação direta na Bacia Amazônica, palavras como as proferidas pelo estadista prussiano Otto von Bismarck em que ele dizia que “recursos naturais nas mãos de nações que não os querem ou não os podem explorar, deixam de constituir bens e passam a ser ameaças aos povos que os possuem” (*apud* FREGAPANI, 2000; p.46) ressoavam, para muitos, com notável atualidade. E, com elas, cresciam os protestos que iam se solidificando como o corolário de vários movimentos de securitização<sup>20</sup> subsequentes.

Se, pois, para este grupo ainda pairavam muitas dúvidas sobre os reais propósitos do IH, eram lícitas e normais as suspeições de que o projeto dos Grandes Lagos, de alguma forma, estivesse associado aos interesses norte-americanos. Pelo menos esta era a percepção externada por importantes vozes de oposição como Osório Nunes e Cosme Ferreira Filho, influentes amazonistas; Hermano Alves e Gastone Righi, deputados pelo MDB; Bernardo Cabral, líder do MDB na Câmara dos Deputados; e Arthur Cezar Ferreira Reis, então governador do Amazonas.

Temia-se que a concepção deste sistema hidroviário, uma vez levado a cabo sob a direção exclusiva dos Estados Unidos ou de organismos internacionais, pudesse assumir feições supranacionais, tal qual se tentara fazer duas décadas antes com a ideia do Instituto Internacional da Hileia Amazônica. Segundo REIS (1968; p.15-16), o interesse suspeito do Instituto Hudson e de outros organismos estrangeiros por áreas amazônicas constituíam motivo real de preocupação e, portanto, cabia ao Brasil empreender ações efetivas e urgentes no sentido de integrar a vasta bacia à dinâmica desenvolvimentista nacional, até mesmo como parte da política de segurança do país.<sup>21</sup>

E, de fato, prossegue REIS (1968; p.14), a Bacia Amazônica tinha um grande papel a exercer na ascensão brasileira e nesta assertiva não havia ufanismo ou quixotismo. Os dados apontavam-na como “disponibilidade espacial, área de recursos naturais, vegetais e minerais, necessários aos parques industriais que o país vem montando, no interesse de sua prosperidade e de sua segurança”. Nesta mesma direção, em conferência intitulada “A Conquista e o Desenvolvimento da Amazônia”, as palavras proferidas pelo então Ministro do

---

<sup>20</sup> Termo recorrente no campo dos estudos estratégicos, a chamada securitização consiste em um processo pelo qual o ator securitizador (aquele que declara determinado objeto como estando sob ameaça e que detém autoridade para reivindicar o uso de medidas extraordinárias), diante de uma situação de ameaça, busca colocar o objeto a ser protegido em um locus de decisão imune às regras ordinárias do jogo político em que se justificaria, portanto, a utilização dos meios necessários, sejam eles quais forem, para resolver o problema (BUZAN *et al.* 1998; p.23-4).

<sup>21</sup> Com os lagos efetivamente constituídos havia a apreensão de que avançasse a ideia em se criar um organismo de gestão supranacional do qual participariam, além dos países amazônicos, os Estados Unidos (CABRAL, 1968; p.154).

Interior, General Albuquerque Lima, fizeram coro aos principais pontos levantados por Arthur Cezar Ferreira Reis. Para ele, estava bem clara a aceitação do princípio de que à política de segurança nacional era essencial o desenvolvimento ao assinalar que:

“o Governo está na obrigação de considerar altamente prioritário o assunto da ocupação efetiva dos espaços vazios da Amazônia, que nenhum plano de ocupação terá validade se não contar com o apoio decisivo das Forças Armadas, em conjunto, mas que elas deverão compreender que se trata de uma operação de interesse econômico e social, segundo os conceitos de desenvolvimento. [...] O esvaziamento da Amazônia [...], de fato, implica no comprometimento da segurança nacional, pois os seus efeitos afetariam a própria Federação Brasileira, despertando cada vez mais a cobiça internacional para tão vasta área” (RBPI, 1968; p.106).

Sinalizando a resultante para a qual se encaminhava a percepção dos principais formuladores e tomadores de decisões nacionais, assim como seu colega, o Ministro do Exército, General Aurélio de Lyra Tavares, em entrevista coletiva concedida à imprensa em 20 de outubro de 1967 e publicada no jornal ‘O Globo’, no dia seguinte, declarou que “as nações do continente estão todas empenhadas, solidariamente, numa corrida desenvolvimentista, até mesmo como sábia política de segurança. E esse é o grande sentido das diretrizes traçadas pelo Governo Costa e Silva no caso particular do Brasil” (RBPI, 1968; p.109).<sup>22</sup> Neste intento, construir as bases para uma (re)formulação da política de desenvolvimento e segurança para a Bacia Amazônica constituía uma das metas prioritárias.

Além de revelar a orientação determinante da política nacional de então - a inter-relação entre desenvolvimento e segurança - na avaliação de CABRAL (1968; p.149; 160) os vários discursos proferidos pelos Ministros de Costa e Silva eram uníssonos na afirmação de que na busca destes objetivos conjugados o projeto do Lago Amazônico não teria nenhuma participação, o que o levou a supor que a iniciativa do IH fora, então, tomada à revelia do governo brasileiro.

Essa inferência era confirmada por notícias como a publicada pelo Jornal do Comércio de Recife, em sua edição de 22 de dezembro de 1968, quando dizia que “exército apura quem deixou Hudson Institute planejar Lago Amazônico”, um empreendimento tão amplo que, tal qual estampado na primeira página da edição de 06 de setembro de 1967 do Correio Braziliense, mudaria a feição da Amazônia e o aspecto do continente.

Os protestos destas lideranças públicas não tardaram em surtir efeito. Tão logo soube das contundentes manifestações contrárias à atuação do IH na Bacia Amazônica brasileira, Robert Panero - muito apreensivo com as notícias que lhe chegavam de que o projeto do Lago Amazônico estava seriamente ameaçado e, com ele, todo o complexo sul-americano dos Grandes Lagos - deslocou-se imediatamente dos Estados Unidos para o Brasil para acompanhar pessoalmente o desenrolar do assunto. Note-se, também, que estas colocações provocaram igualmente a resposta daqueles que no Brasil demonstravam simpatia pelo projeto. Em uma das declarações mais polêmicas, Felisberto Camargo, diretor

---

<sup>22</sup> A política externa do Governo Costa e Silva (1967-1969), intitulada ‘Diplomacia da Prosperidade’, baseava-se na convicção de que o desenvolvimento era uma responsabilidade nacional a ser executada utilizando-se de instrumentos domésticos. Contudo, reconhecia a importância estratégica do setor externo, sobretudo, como fonte de recursos financeiros e cooperação técnica. Outro ponto relevante é que o alinhamento automático com os EUA, uma característica marcante do Governo Castelo Branco, seu predecessor, deixou de ser o vetor orientador da política externa brasileira que, então, retomava a aproximação com os países em desenvolvimento ao deslocar-se do eixo ideológico Leste-Oeste para o Norte-Sul o que, em contrapartida, gerou muitos desentendimentos com Washington.

do Instituto Agrônomo do Norte (IAN)<sup>23</sup> e uma das pessoas com quem o IH mantinha estreitas relações, rotulou de “burrice” a intenção do Ministro Albuquerque Lima em ocupar a região com as forças armadas e que, o que os tranquilizava (a ele, Felisberto Camargo, e a Robert Panero) era que “felizmente havia homens na Marinha com muito mais credencial, mais linhagem e mais categoria intelectual do que o Exército, o que permitiria, então, fazer-se o Lago Amazônico” (CABRAL, 1968; p.152).

O projeto de um Lago Amazônico também encontrou amparo no parlamento, apesar de minoritário. Um de seus defensores, o deputado Nosser Almeida (ARENA-AC), embora sem abordar questões pontuais atinentes ao projeto, na sessão parlamentar de 14 de junho de 1968, utilizando um tom mais moderado em seu discurso, não hesitou em defendê-lo perante seus pares ao afirmar que:

“[...] a ideia suscitada pelo Instituto Hudson, objetivando a construção de um lago em território amazônico, ganhou feição polêmica e os mais desencontrados pontos de vista se levantam sobre o tema, que, na verdade, interessa aos setores de liderança no País. Percebo, a despeito, que há sectarismo na forma como a questão vem sendo conduzida. Trata-se de problema que não pode ser analisado em circunstâncias emocionais. Representante do Estado do Acre nesta Casa do Congresso, exatamente a região de que se cogita para a formação desse pequeno mar, entendo que o assunto é passível do mais sereno exame. Há, na questão, uma duplicidade de aspectos. Se o lago viria ocupar uma área vital em que o sociólogo levantasse a tese de que o sacrifício de considerável área (quadrada) - atualmente integrando imenso território ocioso - viria constituir gesto de desatenção ao fatalismo da proliferação humana, a considerar-se a expansão dos núcleos demográficos já populosos, concentrados em algumas áreas da terra, então seria desaconselhável a providência. Se a construção do lago vem consolidar a unidade nacional, facilitando ou criando válido sistema de comunicações na Hileia, ensejando inclusive a colonização mais racional da grande região sem que venha a caracterizar-se em atentado - salvo suposição de alcance remoto - ao espaço vital do país, então procede a iniciativa. Não podemos, na verdade, ceder às paixões de grupos que se radicalizam. Se há interesses estrangeiros, inconfessáveis, devemos combatê-los. Mas não podemos, às cegas, voltar-nos contra os nossos irmãos norte-americanos, enquadrando-os como eternos sabotadores de nossa grandeza, ou simples responsáveis por eventuais frustrações ou fracassos na História. Lembremo-nos de que integramos o Continente, e que o sistema defensivo da Bacia do Atlântico abrange a nossa Pátria. Leis e tratados nos incorporaram ao grupo ocidental, e nos impõem um comportamento de fidelidade aos sentimentos democráticos. Resguardada a soberania brasileira, não posso deixar de atender a imperativos inerentes à sobrevivência da dignidade ocidental. Ao Conselho de Segurança Nacional compete o exercício de permanente vigilância da nossa integridade geográfica. Também não podemos subestimar que o Instituto Hudson, sendo uma

---

<sup>23</sup> O Instituto Agrônomo do Norte foi fundado em 1939 e transformado em 1962 no Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN). Com a criação da Embrapa, em 1976 passou a denominar-se Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU) e, posteriormente, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. Hoje, atua com o nome síntese de Embrapa Amazônia Oriental. Agrônomo, Felisberto Camargo defendia a drenagem das águas do Amazonas para o Lago Grande de Monte Alegre através de canais artificiais para, dessa maneira, fazer com que os sedimentos transportados em suspensão pelo rio fossem se depositando nesse local, criando assim um solo de excepcional fertilidade.

entidade científica, da qual o atual dirigente é um brasileiro, o Professor Felisberto Camargo, não deseja a alienação de nosso País.”<sup>24</sup>

As palavras de Nosser Almeida buscavam, de alguma forma, contrabalancear o impacto causado pelo pronunciamento de outro destacado opositor do projeto, o deputado Bernardo Cabral, que, em um emblemático discurso proferido no Congresso Nacional em 12 de fevereiro de 1968, fez coro aos protestos de Arthur Cezar Ferreira Reis e outros ao também denunciar as investidas do IH e solicitar a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigá-lo.<sup>25</sup>

Outros temas sensíveis aos interesses nacionais que, em alguma medida, encontravam-se vinculados ao projeto, foram igualmente abordados por Cabral como a compra de terras naquela região por norte-americanos<sup>26</sup> e a suposta complacência com o projeto por membros do governo brasileiro que, como dizia Arthur Reis, ironicamente tinham por base ideológica a segurança nacional. Neste último aspecto, quanto aos que simpatizavam com as investidas forâneas em domínios amazônicos, as críticas de Cabral foram duras, muitas delas carregadas em tom passional.<sup>27</sup> Para ele:

“[...] há por aí os chamados pragmáticos, os realistas, que mais poderíamos denominar os vendidos, os alugados, os que se deixaram corromper. [...] Esses que são, graças a Deus, em número escasso, mas dispõem dos recursos financeiros para a propaganda, para a divulgação de uma falsa ciência ou de uma cínica proposição de ideias e de fatos mentirosos, ou distorcidamente propostos, insultam os que vivem os problemas nacionais, desejando, para eles, as soluções que sirvam

<sup>24</sup> Diário do Congresso Nacional, 15 de junho de 1968, p.3441-3442. Disponível em [http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20.asp?selCodColecaoCsv=D&txPagina=3456&DataIn=15/06/1968](http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&txPagina=3456&DataIn=15/06/1968)

<sup>25</sup> O discurso de Bernardo Cabral encontra-se disponível no Diário da Câmara dos Deputados, p.812-16 em: [http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20.asp?selCodColecaoCsv=D&txPagina=812&DataIn=13/02/1968](http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&txPagina=812&DataIn=13/02/1968).

Também pode ser encontrado, na íntegra, na edição n.º 41/42, Mar./Jun. 1968, p.148-165, da Revista Brasileira de Política Internacional.

<sup>26</sup> Sobre a aquisição de terras amazônicas, a ação mais notável foi protagonizada em 1967 pelo industrial norte-americano Daniel Keith Ludwig, à época um dos cinco homens mais ricos do mundo. Na ocasião ele comprou uma área quase do tamanho de Sergipe localizada entre os rios Peru, Jarí e Amazonas e ali começou a explorar, naquela que foi então considerada a maior propriedade privada do planeta, a produção de celulose e energia elétrica e, em menor escala, a rizicultura, a pecuária e a extração de bauxita no vale do rio Trombetas. Para dar vida ao ‘Projeto Jarí’, Ludwig deslocou para a região nada menos do que três mil homens, de 23 nacionalidades diferentes, a um custo estimado de US\$ 269 milhões. Frequentemente acusado de estar construindo um enclave na Amazônia, Ludwig acabou vendendo seu empreendimento em 1982 a um grupo de empresas brasileiras sob a alegação de que o Governo não autorizou a construção de uma usina hidrelétrica em suas terras. No relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara dos Deputados em 1968 para apurar a venda de terras a pessoas físicas e/ou jurídicas de nacionalidade estrangeira, o relator, deputado Haroldo Veloso, concluiu que em torno da região amazônica estava se formando um cinturão constituído por propriedades de norte-americanos, “atingindo principalmente as áreas de importância econômica, inclusive com jazidas minerais desconhecidas das autoridades brasileiras, no que poderia ser um plano de colonização orientado por uma potência estrangeira” (Fonte: Correio da Manhã, 31 de agosto de 1968).

<sup>27</sup> Os principais alvos de suas críticas eram Roberto Campos, acusado de ser uma das cabeças pensantes por detrás do plano do Grande Lago Amazônico e de manobras que objetivavam garantir seu êxito, e Felisberto Camargo que, inclusive, integrou o grupo exploratório que investigou as áreas a serem inundadas no Brasil e foi indicado pelo próprio Roberto Campos tanto para integrar o IH (do qual se tornaria diretor) como para ocupar o Ministério do Planejamento como seu sucessor ao fim do Governo Castelo Branco.

realmente ao Brasil, e não aos interesses dos países a que se alugaram, ou em cujo prato sujo comem diariamente, falsos brasileiros, mesmo que tenham ascendido a postos ministeriais ou chefiado serviços de responsabilidade nas áreas governamentais” (REIS, 1968; p.13).

Quanto ao tema propriamente dito, em uma de suas ponderações mais incisivas CABRAL (1968, p.157-8) rebate as principais justificativas levantadas pelo IH em defesa do Lago Amazônico. Contrariando as previsões de Panero e Kahn, primeiramente ele contra-argumenta que a área a ser inundada seria transformada em um grande vazio demográfico. Como base de sua asserção, ele cita que as cidades diretamente impactadas como Itacoatiara, Parintins, Barreirinhas, Maués, Manacapuru, Tefé e Manaus, no estado do Amazonas, e Faro, Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Santarém, no Pará, correspondiam a mais da metade da região povoada da Amazônia Ocidental. Portanto, neste aspecto as suposições do IH eram desprovidas de fundamento.

Ademais, complementando este argumento, Cabral cita que o IH em nenhum momento considerou os imensos custos envolvidos com o transporte das populações deslocadas, sobretudo das comunidades indígenas e, tampouco, as vultosas indenizações a serem pagas pela desocupação, custos estes que em muito ultrapassariam o próprio valor de execução do projeto. E quem os pagaria? Um grupo de investidores? Os Estados Unidos? Nas exatas palavras de CABRAL (1968, p.151), diante de tantas dúvidas, “quem faria chegar à mente de cada um que não haveria, além do que se pode supor, um termo de dependência para que se fizesse isso?”

Outro ponto controverso referia-se à inundação da área em que ficava localizada a maior jazida de sal-gema do mundo - cerca de 750 km de comprimento por 200 km de largura - o que equivalia a uma produção estimada na ordem de 10 trilhões de toneladas de sal e derivados. Como compensação para a perda, Felisberto Camargo, na condição de porta-voz do IH, citou o potencial energético a ser gerado, cerca de 70 milhões de kW.<sup>28</sup> E, daí, advém outra crítica de Cabral. A região, por suas características tão conhecidas, inclusive pelo IH (baixa concentração populacional, industrial e agrícola), não seria capaz de absorver tamanha quantidade de energia. Além disso, seria igualmente impraticável, por exemplo, a construção de uma extensa rede de mais de 5000 km de linhas de transmissão para que a energia produzida chegasse até os grandes centros urbano-industriais do país como São Paulo e Rio de Janeiro. Portanto, conclui o parlamentar amazonense, em termos econômicos a proposta era inviável.

Além da oposição majoritária encampada por parlamentares, sobretudo do MDB, pelo alto escalão do Governo e pelas forças armadas (apesar das suspeitas levantadas após as controversas declarações de Camargo quanto à simpatia pelo projeto por parte de alguns setores da Marinha), cumpre-nos, por fim, verificar a atuação do Ministério das Relações Exteriores neste episódio.

Ator protagonista na resistência ao empreendimento do Lago Amazônico, o Itamaraty, em 15 de setembro de 1967, enviou três diplomatas à sede do IH a fim de recolher informações que permitissem avaliar, com maior precisão, as implicações do projeto dos grandes lagos sul-americanos para os interesses nacionais. Desse contato, resultou um minucioso relatório que, apenas três dias depois, foi encaminhado em caráter de urgência ao Presidente da República com várias sugestões acautelatórias - algumas

---

<sup>28</sup> Ainda de acordo com CAMARGO (1968; p.93-4), as jazidas de sal-gema eram o testemunho geológico de que a região amazônica um dia foi mar e que, portanto, a obra do lago amazônico nada mais seria do que a reconstrução do velhíssimo “Mar Amazônico” de 200 milhões de anos atrás. E, com ele, novas cidades também seriam erguidas, abrindo espaço para rotas comerciais estratégicas inéditas.

delas analisadas a seguir - baseadas nas inconsistências identificadas no projeto (CABRAL, 1968; p.149-50).<sup>29</sup>

Primeiramente, o relatório tece uma série de considerações de natureza geral acerca do IH chamando a atenção para um fato relevante neste contexto e, aqui, já referenciado: sua ligação com o governo norte-americano, observação esta depreendida dos indícios de que mais de 85% de seu orçamento provinha de contratos com agências oficiais, especialmente com o Departamento de Defesa. Daí o questionamento levantado pela comissão investigadora: o que teria levado o IH a orientar suas ações, no sentido de uma ocupação efetiva da região amazônica?

Uma das hipóteses aventadas no relatório como resposta a tal indagação era de que, na lógica da disputa bipolar, a preocupação estratégico-militar dos EUA com um sistema regional integrado de vias de acesso ao Panamá e à costa ocidental da América do Sul poderia ser sanada com a criação de hidrovias que conduzissem ao Amazonas através do rio Negro e do Orenoco (RBPI, 1968; p.140). E, na busca deste propósito, prossegue o diagnóstico, os EUA não estariam sozinhos. Quanto ao cenário projetado para o entorno amazônico andino, as informações transcritas no documento apontavam a Colômbia, o Peru e a Bolívia claramente propensos à ideia já tendo, inclusive, constituído comitês nacionais para apreciar o mérito dos projetos situados em seus respectivos territórios por oferecerem, à primeira vista, muitos atrativos e poucos inconvenientes.

Destes, a Colômbia era quem demonstrava maior interesse. O empreendimento representava a oportunidade de deslocar para seu território parte do tráfego marítimo interoceânico, então conduzido exclusivamente pelo Canal de Panamá. Por isso, o incentivo de Bogotá aos levantamentos preliminares realizados na região do Chocó. Diante desta situação, os autores do relatório advertiram que a omissão do Itamaraty nesta fase do projeto, ainda que no nascedouro, equivaleria a permitir que governos outros, como os da Colômbia e Peru, ou os aspectos mais gerais referentes à agenda de segurança dos EUA, viessem perigosamente orientar a elaboração dos estudos em detrimento dos interesses brasileiros. Por outro lado, apontaram também que o projeto poderia oferecer o efeito benéfico de despertar a América do Sul para a potencialidade hidroviária da Bacia Amazônica.

Considerando, então, os fatos narrados, quanto ao quadro geral acima descrito sugeriu-se como medidas emergenciais a serem tomadas pelo Brasil: a) uma investigação detalhada conduzida pela chancelaria e pelos serviços de informação sobre a real extensão dos vínculos entre o IH e Washington, principalmente com o Departamento de Estado e de Defesa; b) levantamento pelas embaixadas em Bogotá, Lima, Quito e La Paz dos contatos feitos entre o IH e os governos locais; c) definição de um plano hidroviário que contemplasse a Bacia Amazônica sob o ângulo dos interesses nacionais; e d) designação de técnicos especializados no assunto para acompanhar os trabalhos desenvolvidos no IH (RBPI, 1968; p.141).

Por fim, a última parte do relatório dedicou especial atenção ao projeto do Grande Lago do Amazonas por ser, logicamente, aquele que sobremodo afetaria ao Brasil.<sup>30</sup> De acordo com a avaliação apresentada, as premissas em que se baseava o IH para justificá-lo foram consideradas insustentáveis. A primeira e mais importante delas, a de que as terras baixas da Amazônia eram inaproveitáveis e, portanto, passíveis de serem inundadas sem

<sup>29</sup> Quase um ano após a missão diplomática, o jornal Correio da Manhã, em sua edição de 14 de julho de 1968, publicou na íntegra o referido relatório sob o título 'A verdade sobre o Instituto Hudson', igualmente reproduzido na edição n.º 41/42, Mar./Jun. 1968, p.138-147, da Revista Brasileira de Política Internacional, aqui utilizada como fonte das remissões a ele feitas (ressalte-se que no documento publicado não havia qualquer menção aos nomes dos três diplomatas designados para a missão).

<sup>30</sup> Projeto Hudson Institute III-788/3RR.

maiores problemas, foi prontamente rechaçada já que estes solos estavam sujeitos a um processo contínuo de colmatagem<sup>31</sup> e, por isso, contrariamente à afirmação do IH, constituíam as melhores áreas para a produção agrícola. Desta forma, limitada a capacidade de fertilização do vale amazônico e alterado o ciclo natural das cheias, além dos prejuízos sensíveis à fauna e flora da Hileia, concomitantemente haveria o comprometimento substancial de importantes atividades como o cultivo de juta e borracha, uma das poucas que ainda ofereciam algum sustento à débil economia da Amazônia (RBPI, 1968; p.147).

Quanto à argumentação de que a navegabilidade dos rios da região, incluindo o Amazonas e seus afluentes, seria notavelmente melhorada com o sistema de represamento, o relatório contra-argumenta que, após a inundação, de fato seriam constituídas extensas áreas alagadas, entretanto, com reduzida profundidade e pouco mais largas que os atuais leitos dos rios. Isso quando a navegação não fosse prejudicada ou totalmente inviabilizada pela vegetação submersa (que somente a um custo muito oneroso poderia ser eliminada) e/ou pelos empecilhos localizados na faixa de transição entre a planície amazônica e o planalto central brasileiro, como cachoeiras e corredeiras.

Em suma, o relatório concluiu ser o projeto um grande inconveniente afirmando que “de todo o esquema do grande lago do Amazonas, pairava mal disfarçada a ideia de uma internacionalização da Amazônia” (RBPI, 1968; p.147). Portanto, em meio à polêmica causada pelo projeto do IH, ante a protestos e manifestações de apoio acabou prevalecendo a corrente que apresentara a integridade territorial como um objeto referente ameaçado pela ideia de se constituir um sistema integrado de grandes lagos na América do Sul.

Como resultado, em 1968 a Escola Superior de Guerra publicou um estudo especial estabelecendo as diretrizes de uma política de segurança para a região amazônica que contemplava desde melhorias nos meios de transporte e comunicações até o desenvolvimento de núcleos populacionais nos trechos de fronteira destacando, mais uma vez, a inter-relação entre segurança e desenvolvimento. Para tal, propôs como alternativas a serem consideradas: a) a instituição da ‘Operação Amazônia’ para atualizar e dar novas prioridades a programas de desenvolvimento e de ocupação do território amazônico; b) a criação de zonas francas na região com o objetivo de estimular a industrialização; c) regulamentação para a concessão de isenções fiscais e outros estímulos a investimentos destinados ao desenvolvimento da Amazônia.

Neste mesmo ano também foi criado o Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia para supervisionar pesquisas referentes ao aproveitamento de seu potencial hidrelétrico. Com estas medidas reativas constituía-se, tal qual recomendado pelo relatório da missão diplomática enviada ao IH, um plano para a Bacia Amazônica sob o ângulo dos interesses nacionais pondo-se fim, por conseguinte, a qualquer possibilidade de constituição do Lago Amazônico e, conseqüentemente, do projeto dos Grandes Lagos.

#### **4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos, tal qual uma alegoria abstrata, à primeira vista parece ser algo mais presente nos registros memoriais daqueles que, em alguma medida, tiveram participação no desdobramento do evento do que um acontecimento com contornos palpáveis, por assim dizer, provido de documentos oficiais que corroborem plenamente a veracidade dos fatos narrados. E é exatamente aqui que reside uma grande dificuldade encontrada na investigação empreendida ao longo destas páginas: contar com o referendo de fontes primárias. Majoritariamente, as narrativas sobre o Instituto Hudson e o projeto lacustre sul-americano encontram-se dispersos em periódicos de época e em alguns

---

<sup>31</sup> Colmatagem é o processo de condução de águas que contêm detritos minerais e orgânicos para terras baixas, com o fim de aumentar a fertilidade destas.

poucos trabalhos literários, nada mais do que isso. Tampouco o Instituto Hudson oferece ao público tais registros, apesar de continuar ativo como um importante *think tank*.

Logo, as inferências apresentadas a seguir não são construções puramente objetivas, baseadas na materialidade de fatos, mas, também, conjecturas, por vezes deduzidas com um grau de subjetividade maior do que comumente se vê no processo de avaliação científica. Contudo, apesar dos riscos inerentes à metodologia utilizada - como a construção de argumentos excessivamente teleológicos, por assim dizer, que acriticamente relacionem um fato com sua causa final - tal recurso tornou-se necessário considerando a já citada exiguidade de fontes capazes de subsidiar as inferências com dados precisos e que apontem para proposições definitivas. Feitas as devidas ressalvas vamos, então, às conclusões.

Primeiramente, quanto às variáveis observadas no nível sistêmico de análise, apesar de os fatos apresentados sugerirem haver uma ligação entre o Instituto Hudson e a agenda norte-americana de segurança, eles, por si só, não são claros o suficiente quanto à extensão e aos limites desta inter-relação. Exíguas também são as possíveis evidências que liguem o Projeto dos Grandes Lagos às dinâmicas da Guerra Fria, muito embora esteja implícito que tal empreendimento poderia fazer da Hileia - em termos de logística e acesso a recursos naturais importantes - uma inegável arena de baixo custo no que tange à defesa dos interesses dos EUA no jogo de poder da Guerra Fria. Contudo, ressalte-se, mais como um processo marginal do que como uma dinâmica primária da disputa bipolar.

A análise do cenário doméstico também aponta para variáveis importantes que nos ajudam a entender os desdobramentos do episódio em questão. O regime militar, ao longo de duas décadas, apresentou clivagens claramente perceptíveis quanto à visão do Brasil em relação à Guerra Fria e ao papel do país na agenda sistêmica global. Destacadamente o pivô do recorte temporal selecionado para este estudo, o governo Costa e Silva (1967-9) testemunhou o nascimento da proposta de criação dos Lagos Amazônicos em um momento em que a aliança especial com os Estados Unidos - tão vívida na administração de seu antecessor, Castelo Branco (1964-7) - deixou de constituir o principal eixo orientador da política externa brasileira.

Por conseguinte, o alinhamento automático com a superpotência ocidental cedeu, progressivamente, espaço para a busca de novas alianças políticas que possibilitassem ao Brasil alavancar seu desenvolvimento reforçando, assim, a percepção de que havia uma crescente divergência entre os interesses nacionais e os objetivos da política externa norte-americana. Em outras palavras, ao relegar as fronteiras ideológicas da divisão Leste-Oeste para um plano secundário, o Brasil se aproximou das premissas de Bandung, erigidas na emergência de uma percepção da importância do eixo Norte/Sul, notadamente marcada por uma conotação de ordem político-econômica, o que nos leva a indagar se o desfecho do caso dos Lagos Amazônicos poderia ter sido outro uma vez mantidas as relações especiais com os EUA como uma prioridade da política externa brasileira.

Diante dos fatos - sejam eles concretos ou conjecturais - quanto ao "episódio Hudson" os argumentos apresentados mostraram que o Brasil atuou como a principal voz de oposição ao alvitado projeto (apesar de internamente haver importantes vozes de apoio a ele) enquanto Colômbia, Peru e Bolívia, contrariamente, demonstravam simpatia pela ideia já que, uma vez consumada, lhes ofereceria muitos benefícios e, comparativamente, poucos inconvenientes. Por fim, acabou prevalecendo a posição brasileira com a destacada atuação do parlamento (sobretudo da bancada do MDB), das Forças Armadas, do Ministério do Interior e do Ministério das Relações Exteriores, os principais protagonistas no episódio.

Paralelamente, nesse contexto, o tema da segurança passou a ser visto como algo indissociável do projeto nacional de desenvolvimento em uma complexa equação que tinha como um de seus elementos-chave o desenvolvimento e a reafirmação da soberania não

apenas do Brasil, mas dos demais países amazônicos, sobre a Hileia, este espaço estratégico historicamente marcado por contatos esparsos e irregulares entre vizinhos.

## 5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CABRAL, Bernardo. 'O Grande Lago Amazônico e o Hudson Institute'. Discurso do Deputado Federal, Bernardo Cabral, proferido no Grande Expediente, na qualidade de líder do MDB, na Sessão Ordinária do dia 12 de fevereiro de 1968 da Câmara dos Deputados em Brasília. In: **RBPI**, *op.cit.*; 1968, p.148-165.

CAMARGO, Felisberto E. 'Recursos naturais e humanos da Amazônia'. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano XI, n.º 41/42, p.84-100, Mar./Jun. 1968.

CARVALHO, Leonardo Arquimino de. '*Internacionalização da Amazônia Legal? Aspectos político-históricos e neo-colonialismo expropriatório*'. **Cena Internacional**. Brasília: IREL, 3(2), 2001, p.247-268.

CASTRO SANTOS, Maria Helena de. 'A Nova Missão das Forças Armadas Latino-Americanas no Mundo Pós-Guerra Fria: o caso do Brasil'. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.19, n.º 54, 2004, p.115-129.

FREGAPANI, Gelio. **A Amazônia: a grande cobiça internacional**. Brasília: Thesaurus, 2000.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

JOHNSON, Paul. **A History of the Modern World: From 1917 to the 1980's**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1983.

LOPES, Eudes Prado. 'Uma solução global para os problemas amazônicos'. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano XI, n.º 41/42, p.73-83, Mar./Jun. 1968.

PANERO, Robert. 'Um Sistema Sul-Americano de Grandes Lagos'. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano XI, n.41-42, p.33-50, Mar. /Jun. 1968.

PANERO, Robert; KAHN, Herman. 'Novo enfoque sobre a Amazônia'. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano XI, n.41-42, p.51-64, Mar. /Jun. 1968.

PUTNAM, Robert. '*Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-level Games*'. **International Organization**, 42(3), 1988, p.427-460.

RBPI - REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL. Ano XI, n.º 41/42, Mar./Jun. 1968, 219 p.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. 'Porque a Amazônia deve ser brasileira'. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano XI, n.º 41/42, p.7-16, Mar./Jun. 1968.



\_\_\_\_. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

STRANGE, Susan. **States and markets: an introduction to international political economy**. New York: Basil Blackwell, 1988.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. São Paulo: Edusp, 1969.

## Sistema de Alerta de Riscos de Natureza Hidrometeorológica

Flávio Altieri dos Santos, Censipam, [flavio.santos@sipam.gov.br](mailto:flavio.santos@sipam.gov.br)  
Edileuza de Melo Nogueira, Censipam, [edileuza.melo@sipam.gov.br](mailto:edileuza.melo@sipam.gov.br)  
Pedro Alberto Moura Rolim, Censipam, [pedro.rolim@sipam.gov.br](mailto:pedro.rolim@sipam.gov.br)

### Resumo

As características naturais e da ocupação humana na região Amazônica expõem este território aos impactos de diversas ameaças associadas, principalmente, a eventos hidrometeorológicos extremos, tais como inundações, secas, erosão de solos e margens dos rios, desmoronamento de margens fluviais, tempestades com raios e ventos fortes e incêndios florestais. Diante de tantas adversidades climáticas que ocorrem na região, torna-se imperativo a organização e estruturação das informações hidrometeorológicas da Amazônia, para melhorar a confiabilidade dos dados, facilitar o seu manuseio, permitir a disponibilidade e o acesso em tempo real (ou da forma mais rápida) dos dados fluviométricos e meteorológicos para possibilitar o emprego de sistemas de monitoramento hidrometeorológicos por parte dos órgãos gestores. Estas ações, além de identificarem as áreas de risco nas cidades da Amazônia Legal, através do mapeamento das regiões vulneráveis, com a caracterização topográfica e ambiental, também possibilitariam, por meio do uso de modelos matemáticos ou estatísticos, avaliar e projetar as áreas sujeitas à ocorrência de desastres naturais. Dentre os eventos naturais extremos, os eventos hidrometeorológicos são os maiores responsáveis pelos desastres naturais (MONTEIRO, 1991). Dessa forma, esses eventos extremos estão conseqüentemente ligados à ocorrência de precipitações extremas. Essas precipitações, aliados aos problemas típicos das cidades, causam as inundações, ou seja, a cheia e o transbordamento do nível do rio (COLLISCHON, 2009). Considerando este contexto, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) estão estruturando e implementando um Sistema de Alerta de Riscos de Natureza Hidrometeorológica que consiste no conjunto de hardwares, softwares, dados, metodologias e procedimentos operacionais projetados para proporcionar captura, armazenamento, gerenciamento, manipulação, análise, modelagem e consulta de dados, capaz de gerar boletins e alertas hidrometeorológicos que auxiliem os órgãos públicos na preparação e mitigação dos impactos de alagamentos e inundações em áreas urbanas ocasionadas por tempestades severas e eventos de cheias e secas nos principais rios que influenciam as cidades da Amazônia. Assim, um dos principais benefícios desse projeto está diretamente relacionado ao desenvolvimento de metodologia e customização de processos operacionais que serão utilizados no sistema de alerta de riscos de natureza Hidrometeorológica, objetivando dar subsídios aos órgãos públicos na preparação das medidas de mitigação dos impactos ocasionados pelos eventos hidrometeorológicos severos, bem como, ao avanço na capacidade de monitoramento as principais variáveis hidrometeorológicas dentro da área de abrangência do projeto. O sistema de alerta, envolverá o aperfeiçoamento das previsões de curtíssimo prazo - Alagamento e Inundação em Bacias Urbanas, de curto e longo prazo - Inundação decorrente das cheias dos principais rios, bem como tornará o procedimento operacional eficiente e eficaz, visando o apoio às defesas civis das áreas de abrangência dos três Centros Regionais do Sistema de Proteção da Amazônia.

Palavras-chave: Hidrometeorológicos; Sistema de alerta; Inundações, Censipam; Amazônia.

## 1- Introdução

As características naturais e da ocupação humana na região Amazônica do Brasil expõem este território aos impactos de diversas ameaças associadas, principalmente, a eventos hidrometeorológicos extremos, tais como inundações, secas, erosão de solos e margens dos rios, desmoronamento de margens fluviais, tempestades com raios e ventos fortes e incêndios florestais.

Dentre os eventos naturais extremos, os eventos hidrometeorológicos são os maiores responsáveis pelos desastres naturais (MONTEIRO, 1991). Dessa forma, esses eventos extremos estão conseqüentemente ligados à ocorrência de precipitações extremas. Essas precipitações, aliados aos problemas típicos das cidades, causam as inundações, ou seja, a cheia e o transbordamento do nível do rio (COLLISCHON, 2009).

As inundações se configuram como um dos principais problemas das cidades brasileiras, que são cada vez mais frequentes, e têm causado grandes prejuízos à sociedade. Segundo Botelho (2011), a ocorrência de cheias é um fenômeno natural, característico das áreas de baixo curso dos rios. No entanto, nas áreas urbanas, a ocupação intensa e a inadequação do sistema de drenagem urbana fazem com que as inundações sejam prejudiciais para o ser humano.

Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), as cheias são o perigo natural que mais afetam a população do planeta Terra, atingindo as regiões localizadas às margens das hidrografias, de barragens e diques. E este problema tende a aumentar em função da expansão urbana desordenada nas planícies aluviais. O monitoramento e prognóstico de eventos naturais, de curto e longo prazo, tais como tempestades, enchentes ou mesmo estiagens prolongadas, são fundamentais para o planejamento de ações de caráter governamentais preventivas e mitigadoras, assim como à criação de políticas públicas. O Brasil é classificado como um dos países mais afetados por enchentes e inundações, com mais de 60 desastres cadastrados no período de 1974 a 2003 (EM-DAT/OFDA/CRED, 2011).

Desta maneira, a implementação e operacionalização de um sistema de alerta hidrometeorológico, trará benefícios concretos de forma direta e indireta. De forma direta serão beneficiados moradores de áreas de risco das bacias hidrográficas urbanas estudadas e de forma indireta toda a população dos municípios envolvidos.

Em alguns estados da Amazônia os Centros Estaduais de Meteorologia, Climatologia e Recursos Hídricos estão vinculados as Secretaria do Meio Ambiente onde também encontram-se instaladas as Salas de Situação instalada pela Agência Nacional de Águas - ANA, as quais dão apoio as defesas civis estaduais.

Assim, Centros Estaduais de Meteorologia, Climatologia e Recursos Hídricos e a defesa civil poderão fazer uso dos resultados como forma de melhor organizar o planejamento e a operação do sistema de alerta contra eventos extremos, bem como nas operações em momentos de crise em função destes eventos, proporcionando uma possível redução no número de vítimas fatais e a diminuição dos danos originados por fenômenos desta natureza.

Portanto, pretende-se que os setores responsáveis pelo planejamento regional urbano tenham acesso a informações e possam utilizá-las para melhor executar suas atribuições, desenvolvendo instrumentos de planejamento mais adequados às situações de risco de eventos extremos e suas conseqüências. Pois a gestão urbana terá à sua disposição informações e instrumentos capazes de auxiliar em momentos de crise. Da mesma forma, a gestão ambiental disporá de instrumentos capazes para melhor assimilar tais conseqüências. E do ponto de vista econômico, os benefícios deste sistema serão de grande importância, pois implicarão na redução dos danos provocadas por fenômenos extremos em locais que a comunidade habita ou que as atividades econômicas se desenvolvem.

## 2- Objetivo

Integrar dados, gerar informações e conhecimentos visando monitorar e prognosticar riscos de natureza hidrometeorológica a fim de subsidiar as ações preventivas e mitigadoras executadas pelos Órgãos Parceiros.

## 3- O Sistema de Alerta Hidrometeorológico

O Sistema de Alerta Hidrometeorológico (SAH) é um projeto que o Censipam vem desenvolvendo desde 2014, que objetiva fornecer informações de monitoramento e previsão dos níveis dos principais rios que compõe várias bacias hidrográficas da Amazônia Legal, entre essas as dos rios Amazonas, Tocantins e Araguaia. A concepção do SAH é definida como um conjunto de tecnologias, metodologias e procedimentos operacionais, integrados em uma plataforma banco de dados capaz de fornecer a partir de seus módulos de monitoramento, análise e previsão, informações especializadas das condições hidrológicas e meteorológicas que estão ocorrendo nas grandes bacias, como também, em nível de bacias urbanas, possibilitando com isso, um aumento na eficiência e eficácia das respostas vindas dos especialistas dessas áreas (Figura 1).

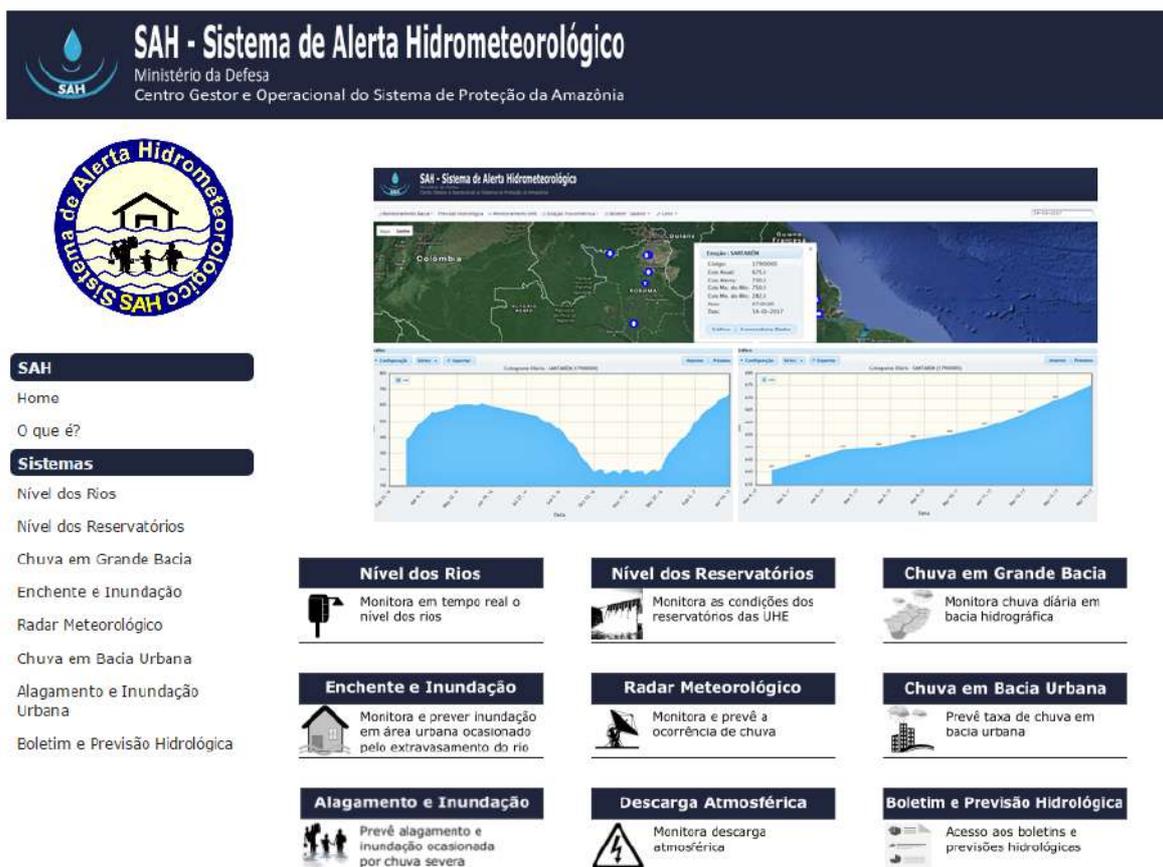


Figura 1. Sistema de Alerta Hidrometeorológico - SAH

Todos os processos de geração de produtos desenvolvidos para o SAH ocorrem a partir da integração geográfica de um conjunto de dados gerados por diversas instituições, tais como, das estações fluviométricas disponibilizados pela Agência Nacional de Águas (ANA) e Eletrobras; dos reservatórios das usinas hidrelétricas obtidos do Operador Nacional do Sistema (ONS), de tempestades severas gerados pelos radares meteorológicos do Censipam, das plataformas de coleta de dados meteorológicos do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), assim como, dos dados de precipitação disponibilizada pela *National Centers for Environmental Prediction* (NCEP) da *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA).

A partir da estruturação do banco de dados, foram desenvolvidas aplicações automatizadas capazes de processar e gerar informações sobre *Alertas* de curtíssimo prazo de alagamento e inundações em bacias urbanas, como também, *Previsões* de curto e longo prazo de cheias e vazantes para os principais rios da Amazônia Legal, onde todas essas, são devidamente analisadas por técnicos especialistas e posteriormente disponibilizadas para uso dos órgãos parceiros.

Contudo, o grande diferencial da informação gerada no âmbito do SAH é que além de prever o comportamento dos níveis dos rios, o sistema é capaz identificar e dimensionar a extensão do impacto do desastre sobre as áreas urbanas influenciadas pelos eventos de alagamentos e inundações seja ele provocado por tempestade severa ou pela cheia dos grandes rios.

### 3.1. Área de atuação do Sistema de Alerta Hidrometeorológico

As áreas de atuação do SAH são:

- Emissão de alertas de prevenção para a população visando a proteção de vidas humanas e bens materiais;
- Auxílio na gestão do trânsito em áreas afetadas pelos alagamentos e inundações;
- No planejamento das operações de patrulhamento de áreas sujeitas a alagamento e inundação visando o combate da criminalidade;
- No planejamento das ações de limpeza de canais e bueiros nas áreas mais propensas a ocorrência desses eventos.
- Na orientação do funcionamento de creches, escolas e posto de saúde evitando transtornos aos seus usuários.
- No planejamento de ações de remoção das famílias que serão atingidas pelas cheias dos rios.
- No planejamento orçamentário da defesa civil com base nas previsões de longo prazo.

### 3.2. Estrutura do Sistema de Alerta Hidrometeorológico

O SAH é constituído por um conjunto de tecnologias, banco de dados, procedimentos, metodologias e especialistas voltados para gerar informação e conhecimento. O sistema está estruturado a partir de nove subsistemas operacionais de monitoramento e previsão: nível dos rios, nível dos reservatórios, chuva em grande bacia, enchente e inundação, radar meteorológico, chuva em bacia urbana, alagamento e inundação, descarga atmosférica e boletim e previsão hidrológica.

### 3.2.1. Subsistema Nível dos Rios

Este sistema faz o monitoramento em tempo real do nível do rio. Para cada estação monitorada pelo sistema, são disponibilizados os dados das cotas: ocorrente, alerta, máxima e mínima do mês corrente, data e hora do último registro. Com esses dados, o sistema gera os Cotagramas semanal, mensal e anual da estação observada.

A Figura 2 apresenta a tela do Subsistema de Nível dos Rios para a estação fluviométrica Santarém (17900000), com o resultado do monitoramento em tempo real do nível do rio Amazonas neste ponto de observação.

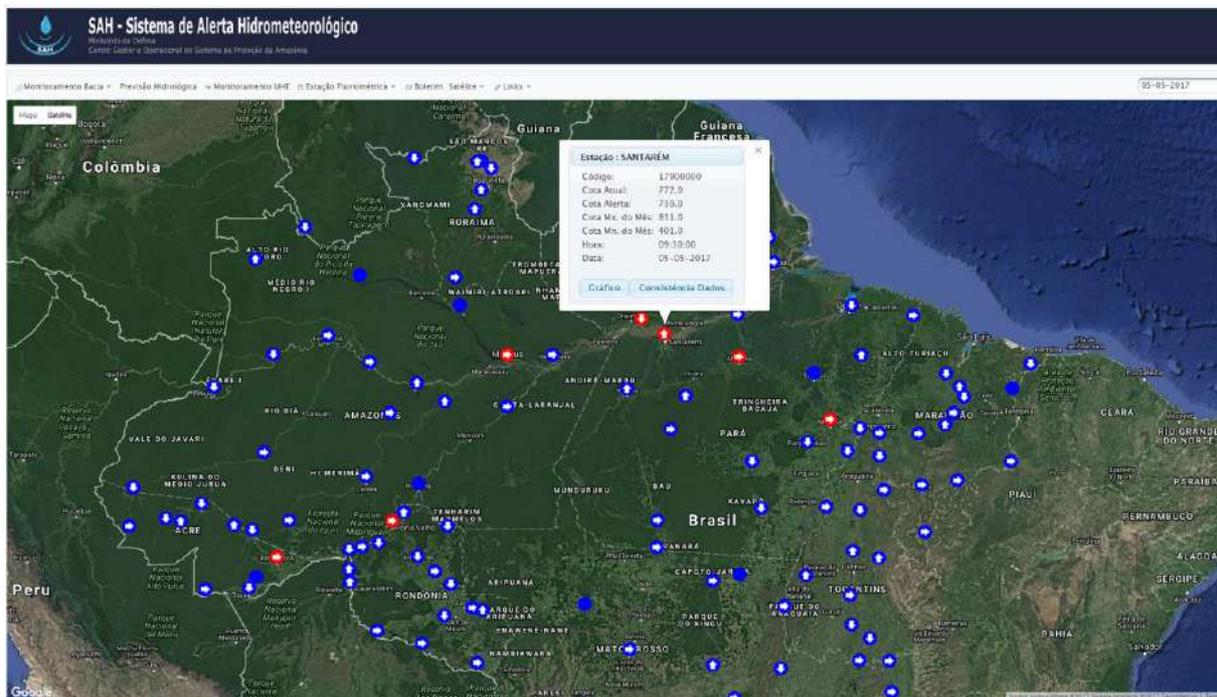


Figura 2. Tela inicial do Sistema de Nível dos Rios

A Figura 3 apresenta o gráfico com Cotagrama anual da estação Santarém (17900000), gerado a partir da base de dados de cota da referida estação.



Figura 3. Cotograma anual da estação Santarém (17900000).

### 3.2.2. Subsistema Nível dos Reservatórios

Este sistema faz o monitoramento das condições dos reservatórios de Usinas Hidrelétricas. A Figura 4 apresenta as UHE que estão sendo monitorada pelo sistema e no exemplo da figura, observam-se as condições apresentadas pela hidrelétrica de Tucuruí.

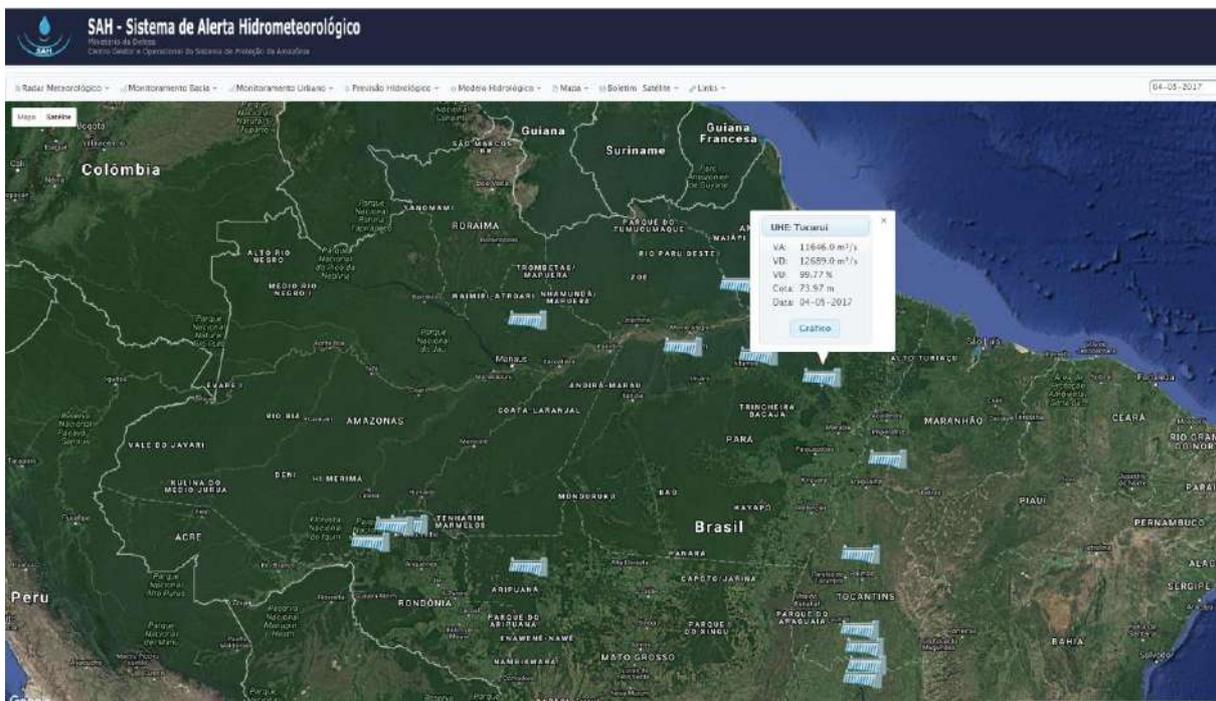


Figura 4. Tela inicial do Sistema dos Níveis dos Reservatórios.

A Figura 5 mostra o volume útil do reservatório da UHE Tucuruí com os dados de 2014, 2015 e 2016 comparados com o atual (azul).



Figura 5. Gráfico com a plotagem do volume útil da UHE Tucuruí para um período de sete dias.

O gráfico da Figura 6 apresenta o comportamento das vazões afluente e defluente para o reservatório da UHE de Tucuruí.



Figura 6. Gráfico com a plotagem da vazão afluente (em azul) e defluente (linha verde) da UHE Tucuruí.

### 3.2.3. Subsistema Chuva em grande bacia

Este sistema realiza o monitoramento da chuva diária em bacia hidrográfica, a partir da obtenção da taxa de precipitação média diária do último dia observado.

A precipitação média diária é calculada com base nos dados disponibilizados pelo *National Centers for Environmental Prediction (NCEP)* da *Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA)*.

O mapa da Figura 7 apresenta o comportamento da precipitação média diária nas sub-bacias monitoradas e o gráfico, o comportamento de uma sub-bacia do rio Solimões.

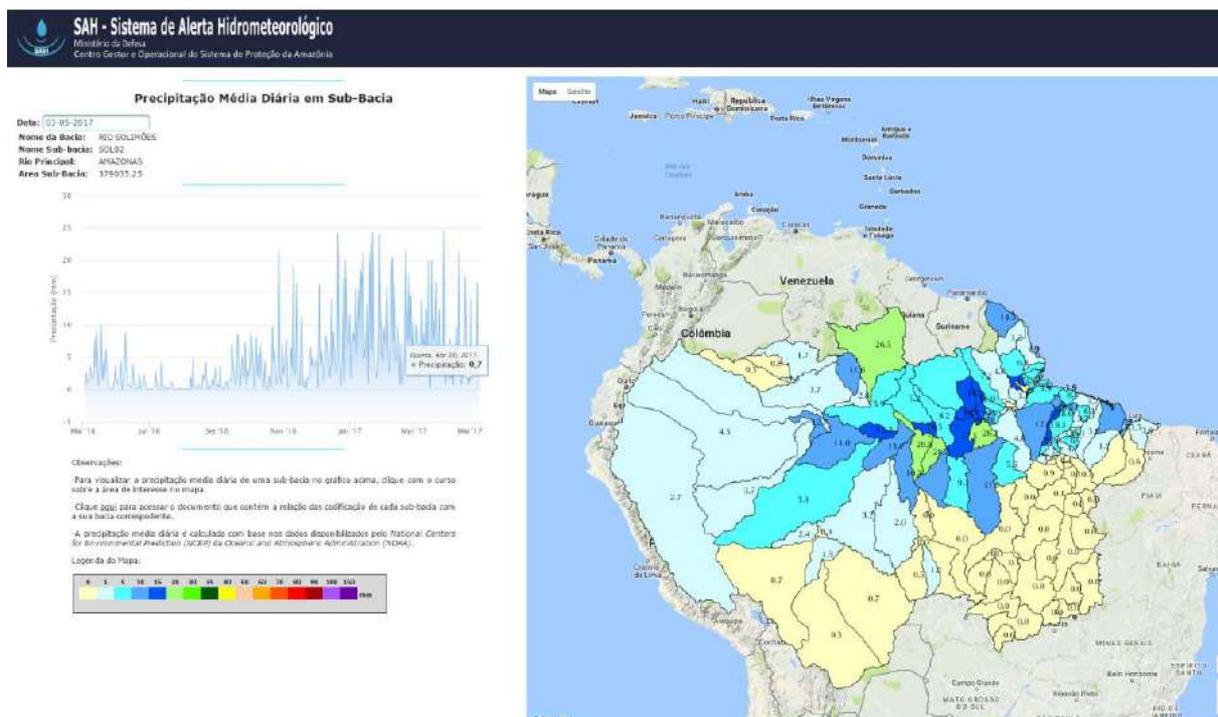


Figura 7. Plotagem da precipitação média diária (mm) ocorridas nas sub-bacias.

### 3.2.4. Subsistema Enchente e Inundação

Este Sistema realiza o monitoramento e a previsão da inundação em área urbana, ocasionada pelo extravasamento do rio.

O diferencial deste sistema é prever o comportamento do nível do rio, identificando as áreas que serão afetadas no contexto das áreas urbanas.

Na Figura 8, observa-se o comportamento do nível do rio na área urbana da cidade de Marabá, no estado do Pará.



Figura 8. Comportamento do nível do rio na área urbana de Marabá/PA.

### 3.2.5. Subsistema Previsão Hidrológica de Curto e longo Prazo

Este Subsistema integra todos os modelos hidrológicos desenvolvidos para as cidades onde são feitas as previsões, disponibilizando ferramentas de análise e ajuste dos resultados obtidos. Na Figura 11, observa-se o resultado da previsão de nove (9) dias de antecedência para o município de Óbidos, no estado do Pará. O resultado desta previsão permite ao sistema gerar de forma automatizada os Boletins enviados aos Órgãos parceiros.

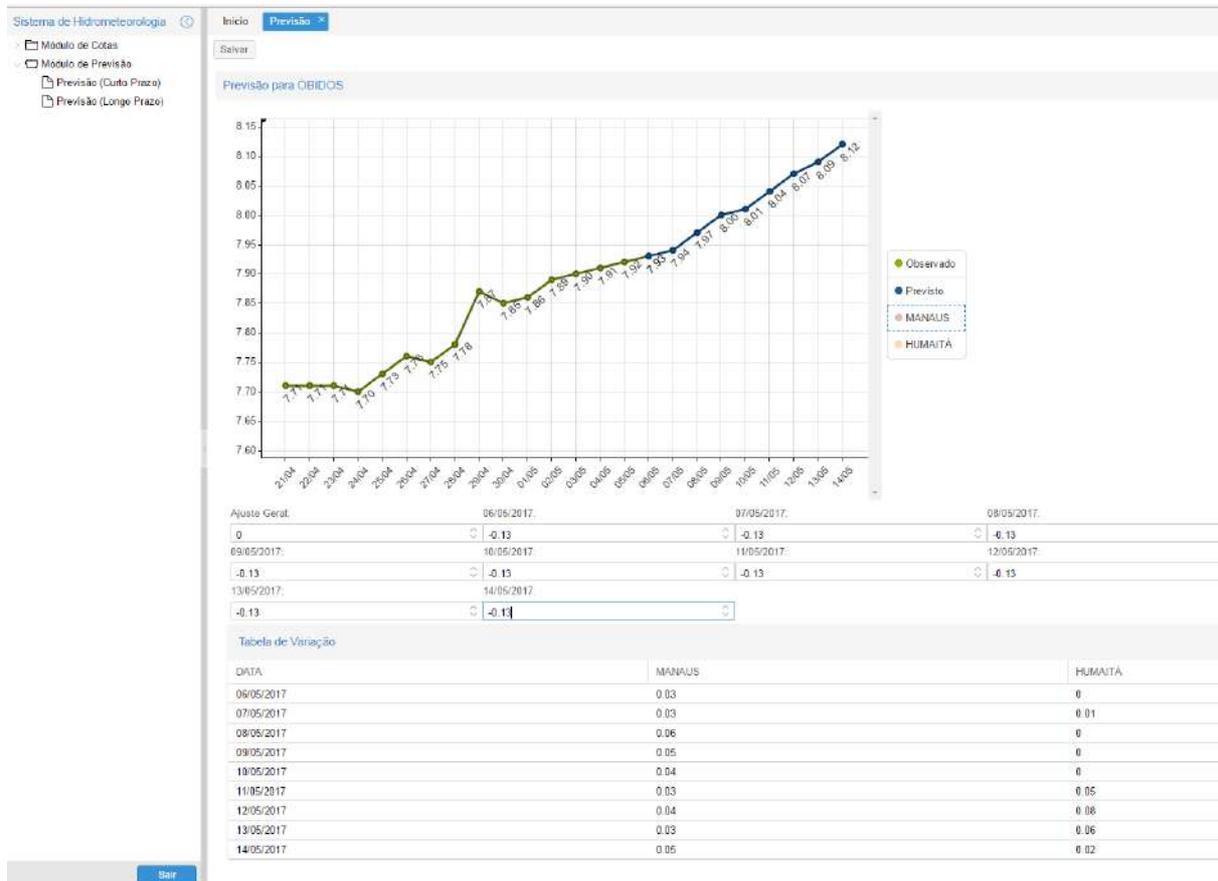


Figura 11. Exemplo do Módulo de Previsão, mostrando a previsão para Óbidos/PA.

### 3.2.6. Subsistema Radar Meteorológico

Este sistema permite o monitoramento e a previsão da ocorrência de chuva na área de alcance do radar meteorológico localizado em Belém/PA. A Figura 9 mostra a localização de descargas atmosféricas e a previsão da chuva, indicando onde está a tempestade e para onde ela irá se deslocar. Esta previsão é obtida com o prazo de até duas horas de antecedência.

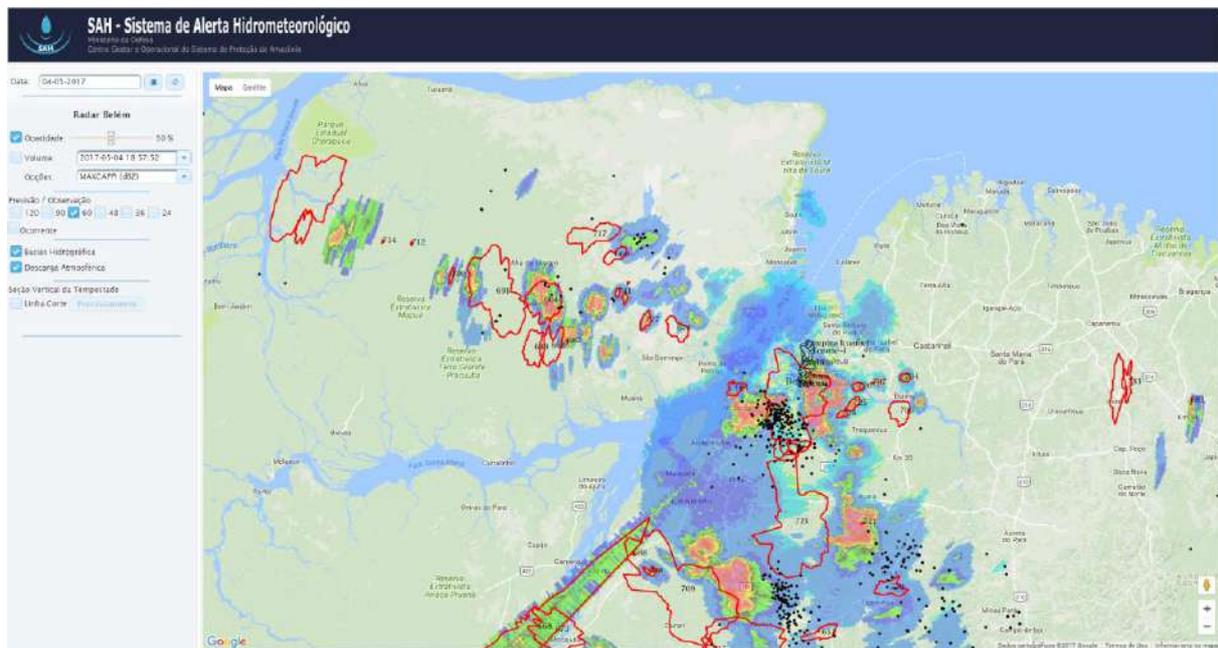


Figura 9. Monitoramento das formações de tempestades e previsão do seu deslocamento em relação à cidade de Belém/PA.

### 3.2.7. Subsistema Chuva em Bacia Urbana

Este Subsistema ainda está em fase de desenvolvimento, permitirá a previsão da taxa de precipitação em relação aos bairros pertencentes à Região Metropolitana de Belém.

### 3.2.8. Subsistema Alagamento e Inundação

Este subsistema prevê o alagamento e inundação ocasionada por chuva severa, identificando as vias que serão atingidas. Esta previsão é obtida a partir de informações do radar meteorológico, do modelo digital do terreno e da resposta hidrológica da bacia.

Os resultados obtidos por este sistema podem ser utilizados como ferramentas de planejamento urbano e principalmente como alertar a Defesa Civil e a população em geral (Figura 10).

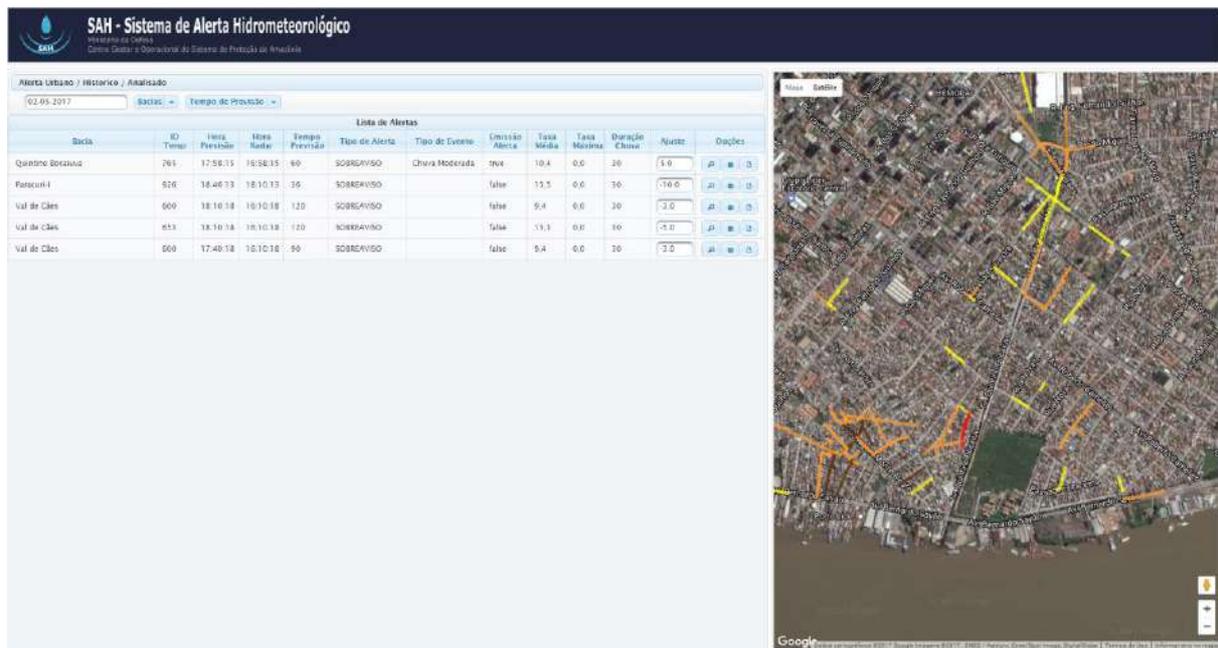


Figura 10. Sistema Alagamento e Inundação em bacia urbana no município de Belém/PA.

### 3.2.9. Subsistema Descarga atmosférica

Este Subsistema serve de apoio a análise e tomada de decisão para a emissão do Alerta de Alagamento e Inundação em bacias urbanas ocasionadas por tempestades severas.

### 3.2.10. Subsistema Boletim e Previsão Hidrológica

Este subsistema irá contempla a disponibilização das informações de Previsões e Alertas gerados a partir das análises realizadas com base nos produtos obtidos pelos subsistemas apresentados, que contempla os seguintes produtos:

- Boletins Hidrológicos de curto e longo para prognóstico de cheia e vazante dos principais rios;
- Alertas de alagamento e inundações em bacias urbanas.
- Mapeamento de Área de Risco de Alagamento e Inundação.

## 4- Considerações finais

Este projeto encontra-se alinhado com:

- a Política Nacional de Defesa (PND) que incentiva a produção científica no setor acadêmico e em parceria com Instituições de Pesquisa;
- a Estratégia Nacional de Defesa (END) que aponta a necessidade de não haver disparidades entre pesquisas de alto e baixo nível;
- a Portaria Normativa no 1967/MD/2012 que estabelece como orientação básica que o Censipam deverá gerar informações hidrometeorológicas,

climatológicas e meteorológica, incluindo o monitoramento de eventos extremos, para apoio às ações de Defesa Civil, ao Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres e à proteção ao voo;

## 5- Parceiros Efetivos



## 6- Referências

MONTEIRO, C. A. F. Clima e excepcionalismo: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico. Florianópolis: UFSC, 241p. 1991.

COLLISCHON, E. **Inundações em Venâncio Aires/RS**: Interações entre as dinâmicas natural e social na formação de riscos socioambientais urbanos. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BOTELHO, R. G. M. Bacias Hidrográficas Urbanas. In: GUERRA, A. J. T. (Org.) **Geomorfologia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

EM-DAT Emergency Database. OFDA/CRED – **The Office of US Foreign Disaster Assistance/ Centre for Research on the Epidemiology of Disasters** – Université Catholique de Louvain, Brussels, Belgium. Disponível em: <http://www.emdat.be/> Database. Acesso em 13 junho de 2011.

## **Situação atual e potencial da aquicultura na Amazônia Boliviana: a abordagem cartográfica para o pacu**

Blanca Luz Vega<sup>1</sup>, Instituto de Investigaciones Aplicadas de los Recursos del Agua (FAUNAGUA), blanca\_tarija@hotmail.com;

Felipe De Lucia Lobo<sup>2</sup>, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) World Fisheries Trust (WFT), felipellobo@gmail.com;

Este trabajo se realizó con el apoyo del Fondo Internacional de Canadá para la investigación en Seguridad Alimentaria (CIFSRF), programa del Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (IDRC-CRDI), con el respaldo financiero del gobierno de Canadá a través de Asuntos Exteriores Canadá (GAC).

### **Resumo**

A aquicultura é um setor que pode ser uma atividade com alto potencial para fornecer uma alternativa protéica que contribui para a segurança alimentar da Bolívia e meios de subsistência rurais. A limitação para o crescimento da aquicultura é o conhecimento ambiental inadequado das zonas potenciais para aumentar sua expansão. Esta pesquisa desenvolveu um modelo preditivo de aptidão potencial para o estabelecimento de lagoas para a produção de Pacú / Tambaquí. Foram identificados fatores biofísicos (disponibilidade de água, temperatura, inundação e tipo de solo) e fatores de acessibilidade (mercado, fornecedores de alimentos, alevinos e assistência técnica). Através de reuniões técnicas com especialistas no assunto e workshops com produtores, pesquisadores e técnicos experientes que foram atribuídos pesos e limiares que definem o nível de aptidão para variáveis selecionadas.

Posteriormente, foi realizada uma modelagem espacial usando o software ArcGIS, o que gerou um mapa raster que identifica locais com diferentes níveis de aptidão. O modelo preditivo resultante foi avaliado através de uma análise de sensibilidade, para conseguir um equilíbrio nos pesos de influência de cada variável, e para evitar variáveis com grande impacto, ou variáveis com baixa contribuição no resultado final. Finalmente, o modelo foi validado usando informações de um mapa onde foram identificadas e demarcadas lagoas de reprodução Pacu através de pontos de localização obtidos a partir de pesquisa de campo. A precisão do modelo corresponde a 86%, este processo de validação mostra um bom desempenho do modelo para prever áreas potenciais para atividades de aquicultura na Amazônia boliviana.

Palavras-chave: Aquicultura, aptidão, modelo, variáveis biofísicas e socioeconômicas

## **Estado actual y potencial de la acuicultura en la Amazonía boliviana: un enfoque cartográfico para Pacu.**

### **Resumen**

La acuicultura es un sector que puede constituirse en una actividad con alto potencial para proporcionar una alternativa de proteína, que permita contribuir a la seguridad alimentaria y los medios de vida rurales de Bolivia. La limitante para el crecimiento de la acuicultura es el conocimiento ambiental inadecuado de las zonas potenciales para incrementar su expansión. Esta investigación desarrolla un modelo predictivo de aptitud potencial para el establecimiento de estanques para el cultivo de pacú y / o tambaquí. Para ello se identificaron factores biofísicos (disponibilidad de agua, temperatura, inundación, tipo de suelo) y de accesibilidad (mercado, proveedores de alimento, alevinos y asistencia técnica).

A través de reuniones técnicas con expertos en la temática y de talleres con productores, investigadores y técnicos experimentados fueron asignados pesos y umbrales que definen el nivel de aptitud de las variables seleccionadas.

Posteriormente se realizó un modelamiento espacial a nivel raster utilizando software ArcGis, que generó un mapa raster que identifica sitios con diferentes niveles de aptitud. El modelo predictivo resultante fue evaluado por medio de un análisis de sensibilidad, con el objetivo de lograr un balance en los pesos de influencia que tiene cada variable en el modelo, y para evitar que existan variables que tengan mucho impacto, o variables que tengan baja contribución en el resultado final.

Finalmente el modelo fue validado utilizando información cartográfica, donde fueron identificados y delimitados estanques de criaderos de Pacu a través de puntos obtenidos en trabajo de campo. La precisión del modelo corresponde a un 86%, este proceso de validación muestra un buen desempeño del modelo para predecir áreas potenciales para la acuicultura en la Amazonía boliviana.

Palabras clave: Acuicultura, aptitud, modelo, variables biofísicas y socioeconómicas.

## **Current status, potential of aquaculture in the Bolivian Amazon: a mapping approach.**

### **Abstract ou Abstract**

Aquaculture is a sector that can be an activity with high potential to provide a protein alternative that contributes to Bolivia's food security and rural livelihoods. The limitation for the growth of aquaculture is the inadequate environmental knowledge of the potential zones to increase its expansion. This research developed a predictive model of potential aptitude for the establishment of ponds for the cultivation of Pacú and / or Tambaquí. Biophysical factors (water availability, temperature, flooding, and soil type) and accessibility (market, food suppliers, fingerlings and technical assistance) were identified. Through technical meetings with experts on the subject and workshops with producers, were assigned weights and thresholds that define the level of aptitude to the each selected variables.

Subsequently, a raster-level spatial modeling was performed using ArcGis software, which generated a raster map that identifies sites with different suitability levels. The resulting predictive model was evaluated through a sensitivity analysis, to achieve a balance in the influence weights of each variable, and to avoid variables that have a lot of impact, or variables that have low contribution in the final result.

Finally, the model was validated using information from a map, where Pacu ponds were identified and delimited through field surveys points. The accuracy of the model corresponds to 86%, this validation process shows a good performance of the model to predict potential areas for aquaculture activities in the Bolivian Amazon.

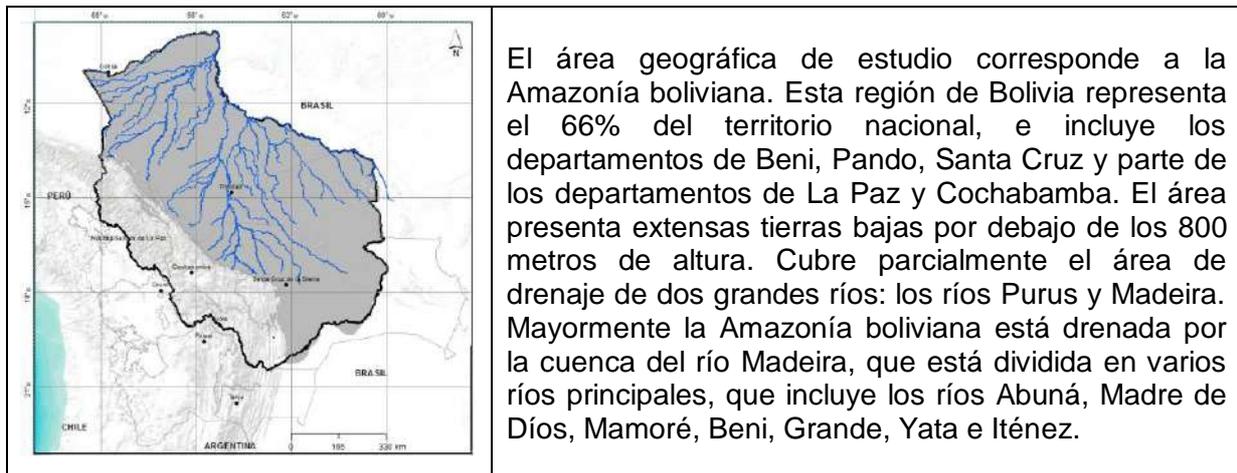
Mots-clés ou keywords: Aquaculture, suitability, model, biophysical and socioeconomic variables.

### **1- Introducción**

En la amazonia boliviana la pesca y la acuicultura son un sector que puede ser una fuente alternativa de proteínas de pescado y que juega un rol importante especialmente en zonas rurales, diversificando medios de vida y mejorando la seguridad alimentaria. Sin embargo, este rol se ve amenazado por la presión sobre el recurso pesquero y la aún incipiente acuicultura. Para lograr un desarrollo viable y sostenible de los sectores pesca y acuicultura es necesario contar con una adecuada planificación estratégica que debe incluir la aplicación de herramientas de planificación espacial. Este tipo de herramientas debe orientar

la priorización de nuevos emprendimientos. La presente investigación pretende generar insumos y herramientas que pueden utilizarse como referencia por los sectores tomadores de decisiones.

## 2- Área de estudio



## 3- Metodología

Se desarrolló un modelo predictivo que permite identificar áreas aptas para la acuicultura en términos de factores externos, basada en el enfoque de (Kam et al. 2008). Para explicar la aptitud para el cultivo de la especie de pacú. En este contexto, se entiende por cultivo de pacu el cultivo semi-intensivo de pacu/tambaqui (*Colossoma macropomum*, *Piaractus brachypomus* e híbridos relacionados) en estanques de tierra, alimentados con agua de precipitación. El proceso se inicia con la identificación de factores biofísicos y socio-económicos que influyen en la aptitud potencial. Para ello se creó una base de datos espacial utilizando los datos existentes a nivel nacional. Para el análisis espacial se utilizó una cuadrícula de 900 x 900 m y para la representación del modelo se incluyó cuatro niveles de aptitud: muy apta, apta, moderadamente apta y poco apta. En general, para crear el modelo predictivo, esta investigación siguió cuatro pasos. 1) Definición y selección de 6 variables biofísicas y 4 variables de accesibilidad; 2) Construcción de un modelo de SIG a nivel raster para mapear las áreas potenciales para la acuicultura; 3) Análisis de sensibilidad para el modelo predictivo; 4) Validación de modelo con estanques digitalizados en base de trabajo de campo.

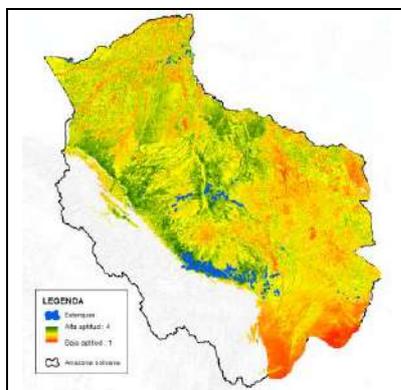
La selección de variables se realizó a través de una serie de reuniones entre técnicos y productores locales y de una exhaustiva revisión bibliográfica. Los participantes identificaron inicialmente variables que tienen un enorme impacto en la producción. Posteriormente, se definieron los umbrales y pesos para cada variable basándose en su importancia para el éxito de la producción de peces. El modelado espacial, consistió en organizar las variables seleccionadas en una base de datos SIG, donde se registraron dos tipos de variables unas a nivel raster resampleadas a 900m y otras vectoriales en formato shapefile.

El análisis de sensibilidad permitió evaluar el nivel de influencia que tenía cada variable en el modelo en base a las ponderaciones asignadas. Existen diferentes maneras de realizar el análisis de sensibilidad de un modelo predictivo (Radiarta et al., 2010). El Método de análisis de sensibilidad aplicados es bootstrapping, este método se basa en una eliminación secuencial de cada una de las variables del modelo y la comparación de los resultados con el

modelo original que contiene todas las variables. La comparación puede visualizarse mediante los diagramas de dispersión de los resultados del modelo. Cuanto mayor es la desviación de los datos originales, mayor es la pendiente de la curva de regresión entre los datos del modelo completo y los datos del modelo sin una variable. La influencia de cada variable en el modelo se puede sintonizar cambiando las ponderaciones de las variables. El análisis de bootstrap se realizó 10 veces, primero se generó un modelo con las diez variables y luego se generó 10 modelos, en cada modelo se eliminó una de las variables. Finalmente del área del modelo se seleccionaron aleatoriamente 500 puntos, en base a los puntos se extrajo la información de cada pixel para los 11 modelos generados. Estos datos fueron exportados en una tabla Excel para posteriormente ser analizados y determinar el impacto que tiene cada variable en el modelo.

Para la validación del modelo de aptitud se utilizó el método de “Área bajo la Curva”, que es un método de validación cruzada predictivo que indica la fiabilidad de un modelo en valores de 0 a 100. También se utilizó un mapa de polígonos de estanques identificados en base de trabajo de campo. El método Área bajo la Curva se basa en el principio de que un modelo con gran capacidad predictiva podrá predecir la presencia de la mayor cantidad de estanques piscícolas. Los datos se visualizan en un gráfico que presenta el porcentaje de estanques contra la superficie del modelo. Para generar una grafica es necesario conocer para cada pixel del modelo su valor de aptitud y si existe la presencia de estanques o criaderos de pacu en ese pixel.

## 5- Resultados



El mapa de aptitud generado de la suma ponderada de los pesos para la acuicultura de pacu en la Amazonía boliviana muestra que las áreas en color verde como las zonas más aptas, las zonas amarillas como moderadamente aptas y las zonas rojas como poco aptas. Los puntos azules son los polígonos donde existe presencia de estanques o criaderos de pacú.

La validación del modelo muestra que el área bajo la curva representa el 85.6 % de la superficie total. Este dato que constituye la precisión del modelo.

## 6- Bibliografía

Kam SP, Barth H, Pemsil DE, Kriesemer SK, Teoh SJ, and Bose ML. 2008. Recommendation Domains for Pond Aquaculture. WorldFish Center Studies and Reviews 1848. The WorldFish Center, Penang, Malaysia. 40 pp.

Radiarta, I. N., S. I. Saitoh, and H. Yasui. 2010. Aquaculture site selection for Japanese kelp (*Laminaria japonica*) in southern Hokkaido, Japan, using satellite remote sensing and GIS-based models. ICES Journal of Marine Science 68: 773-780.

## **Sociobiodiversidade Amazônica no Brasil: presença humana, ocupação, uso da terra e desenvolvimento na maior floresta tropical do planeta.**

Filipe de Andrade Vaz Parente, Doutorando pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS da Universidade de Brasília-UnB, parentefilipe@hotmail.com;

### **Resumo**

Este trabalho busca trazer elementos que apontem para uma compreensão mais abrangente e geral acerca da presença humana, ocupação e uso da terra no bioma amazônico brasileiro. Para tanto, são problematizadas algumas das diferentes concepções de desenvolvimento apresentadas por suas populações tradicionais, indígenas, e imigrantes que vieram de outras regiões do país e do exterior. Igualmente são abordadas e discutidas as diferentes visões e modelos de desenvolvimento apoiados pelos diversos atores sociais envolvidos no processo de ocupação e uso da terra na região amazônica, incluindo o setor empresarial, instituições religiosas e organizações não governamentais, bem como o Estado e respectivas entidades e instituições. O trabalho tem por base a vivência do autor em imersão pelo rio Tapajós no estado do Pará, em agosto de 2016, e o contato com parte da sociobiodiversidade da região propiciada pela disciplina “Tópicos especiais em Desenvolvimento Sustentável - AMAZÔNIA: meio ambiente, intervenção e conservação”, ofertada pela Universidade de Brasília-UnB em parceria com a Université du Québec à Montréal (UQAM) na Amazônia Oriental. Naquela ocasião, tive a oportunidade de visitar a Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, algumas comunidades ribeirinhas, com destaque para a comunidade de Santa Cruz, na qual pude conversar com moradores, professores e agentes de saúde, o que me proporcionou compreender um pouco melhor quais são as principais atividades produtivas e características sociodemográficas daquela comunidade, bem como algumas de suas prioridades, problemas e demandas. Também pude visitar uma propriedade que trabalha com produção agroecológica e outra que trabalha com produção de soja, em ambas podemos conversar com os proprietários. Além da vivência citada, este trabalho também se baseia em outras vivências e observações empíricas pela região amazônica na condição de indigenista especializado do quadro de servidores da Fundação Nacional do Índio-Funai, em que pude conversar e ouvir lideranças e representantes indígenas nas regiões do Tapajós, Alto Solimões, Cacoal e JiParaná, Raposa Serra do Sol-Roraima, Manaus e Parintins. Juntamente ao campo vivencial, o presente trabalho baseia-se também em revisão bibliográfica correlata, a partir de reflexão crítica com o apoio de autores consagrados na temática em tela. Aliando a vivência à reflexão teórica, este trabalho propõe não apenas descrever algumas das principais formas de presença humana, ocupação e uso das terras na Amazônia, mas também analisar criticamente os efeitos positivos e negativos desses processos sobre a natureza, o meio ambiente e sobre as populações locais. Com isso, busca colocar luz sobre outras perspectivas de desenvolvimento no intuito de inspirar novas reflexões e ações por parte de todos os atores envolvidos direta ou indiretamente com a preservação da sociobiodiversidade amazônica.

Palavras-chave: sociobiodiversidade; Amazônia; desenvolvimento; povos e comunidades tradicionais; povos indígenas.

### **Resumen**

Este trabajo busca aportar elementos que apunten a un entendimiento más amplio y general sobre la presencia humana, la ocupación y el uso de la tierra en el bioma amazónico brasileño. Para ello se problematizan algunas de las diferentes concepciones de desarrollo que presentan sus poblaciones tradicionales, indígenas e inmigrantes procedentes de otras regiones del país y del exterior. Las diferentes visiones y modelos de desarrollo apoyados por los diversos actores sociales involucrados en el proceso de ocupación y uso de la tierra en la región amazónica, incluyendo el sector empresarial, las instituciones religiosas y las organizaciones no gubernamentales, así como el Estado y sus entidades, también son discutidos. El trabajo se basa en la experiencia del autor que se dirigió al río Tapajós en el estado de Pará en agosto de 2016 y tuvo contacto con parte de la sociobiodiversidad de la región mientras hacía el tema "Temas Especiales en Desarrollo Sostenible - AMAZÔNIA: medio ambiente, Intervención y conservación "ofrecida por la Universidad de Brasília-UnB en colaboración con la Universidad de Quebec en Montreal (UQAM) en el Amazonas Oriental. En esa ocasión, tuve la oportunidad de visitar el Bosque Nacional de Tapajós (Flona), algunas comunidades ribereñas, especialmente la comunidad de Santa Cruz, donde tuve la oportunidad de hablar con los residentes, maestros y trabajadores de la salud, lo que me permitió entender un poco mejor cuáles son las principales actividades productivas y características sociodemográficas de esa comunidad, así como algunas de sus prioridades, problemas y demandas. Pude visitar una propiedad que trabaja con producción agroecológica y otra que trabaja con producción de soja, en ambas pudimos hablar con los propietarios. Además de la experiencia mencionada, este trabajo se basa también en otras experiencias y observaciones empíricas de la región amazónica como indigenista especializado del personal de la Fundación Nacional de los Pueblos Indígenas-Funai, donde pude hablar y escuchar a indígenas líderes y representantes en las regiones de Tapajós, Alto Solimões, Cacoal y Ji-Paraná, Raposa Serra do Sol-Roraima, Manaus y Parintins. Además el campo experiencial, el presente trabajo se basa también en una revisión bibliográfica, desde una reflexión crítica con el apoyo de autores consagrados en la temática. Combinando la experiencia con la reflexión teórica, este artículo propone no sólo describir algunas de las principales formas de presencia humana, ocupación y uso de la tierra en la Amazonia, sino también analizar críticamente los efectos positivos y negativos de estos procesos sobre la naturaleza, . Con ello, busca arrojar luz sobre otras perspectivas de desarrollo para inspirar nuevas reflexiones y acciones por parte de todos los actores involucrados directa o indirectamente con la preservación de la biodiversidad amazónica.

Palabras clave: sociobiodiversidad; Amazônia; desarrollo; Pueblos y comunidades; Indígenas.

### **Abstract**

This work seeks to bring elements that point to a more comprehensive and general understanding about human presence, occupation and land use in the Brazilian Amazonian biome. To this end, some of the different conceptions of development presented by its traditional populations, indigenous peoples, and immigrants who came from other regions of the country and abroad are problematized. The different views and models of development supported by the various social actors involved in the process of occupation and land use in the Amazon region, including the business sector, religious institutions and nongovernmental organizations, as well as the State and its entities, are also discussed. The work is based on the experience of the author who went to the Tapajós river in the state of Pará in August 2016 and had contact with part of the sociobiodiversity of the region while doing the subject "Special Topics in Sustainable Development - AMAZÔNIA: environment, intervention and Conservation "offered by the University of Brasília-UnB in partnership with the Université du Québec à Montréal (UQAM) in the Eastern Amazon. On that occasion, I had the opportunity

to visit the Tapajós National Forest (Flona), a few riverside communities, especially the community of Santa Cruz, where I had opportunity to talk with residents, teachers and health workers, which allowed me to understand a little better what are the main productive activities and sociodemographic characteristics of that community, as well as some of its priorities, problems and demands. I was able to visit a property that works with agroecological production and another one that works with soy production, in both we were able to talk with the owners. In addition to the experience mentioned, this work is also based on other experiences and empirical observations of the Amazon region as a specialized indigenist of the staff of the National Foundation on the Indigenous Peoples-Funai, where I was able to talk and listen to indigenous leaders and representatives in the regions of Tapajós, Alto Solimões, Cacoal and Ji-Paraná, Raposa Serra do Sol-Roraima, Manaus and Parintins. Moreover the experiential field, the present work is also based on a bibliographical review, since a critical reflection with the support of honored authors in the thematic. Combining experience with theoretical reflection, this paper proposes not only to describe some of the main forms of human presence, occupation and land use in the Amazon, but also to critically analyze the positive and negative effects of these processes on nature, the environment and Populations. With this, it seeks to shed light on other development perspectives in order to inspire new reflections and actions on the part of all the actors involved directly or indirectly with the preservation of Amazonian socio-biodiversity.

Mots-clés ou keywords: sociobiodiversity; Amazônia; development; peoples and communities; indigenous people.

## INTRODUÇÃO

A Amazônia enquanto bioma e região não é apenas grande e complexa em termos biofísicos, mas também em termos socioculturais e econômicos. Essa complexidade deve-se a fatores não apenas geográficos, geológicos e bioquímicos, mas também a fatores culturais, históricos e políticos que se originam a partir da presença humana pré-colombiana, passando pelos processos de colonização, ocupação e uso da terra por populações locais, nacionais e internacionais, até a contemporaneidade por meio da presença do Estado brasileiro, de entidades e organismos internacionais e da sociedade civil organizada. A Amazônia é um mosaico de diversidade ambiental e sociocultural. Cada sub-região amazônica tem potencialidades e necessidades específicas. Não é uma região homogênea e uniforme, mas heterogênea e diversa.

Por esses fatores não se pode falar na existência de apenas uma Amazônia, mas de várias Amazônias, cada qual com suas características e peculiaridades. Existem várias Amazônias a depender do ângulo que se veja. Alguns podem percebê-la como inferno e outros como paraíso, como ilustram as diversas histórias e mitos que circunscrevem a região desde tempos remotos. Muitos desses mitos resultam da falta de conhecimento sobre as realidades locais e sobre a heterogeneidade amazônica. Essas lacunas reverberam na falta de diálogo entre os diversos atores regionais, o que dificulta a elaboração de políticas públicas e projetos articulados que atendam a interesses comuns e coletivos.

Há, todavia, inúmeros desafios em estabelecer tais diálogos e articulações uma vez que existem diversas formas de conflito pelo uso e ocupação da terra e exploração dos recursos naturais presentes no bioma amazônico. Não é raro a ocorrência de conflitos que reforçam estigmas, estereótipos e preconceitos e, em alguns casos, resultam em mortes, envolvendo indígenas, populações ribeirinhas e tradicionais, comunidades extrativistas e fazendeiros produtores de commodities e exploradores e traficantes de drogas, madeira, minérios, pessoas, entre outras atividades ilícitas, além da corrupção praticada por agentes públicos e privados.

A contradição também faz parte do cenário amazônico. Não obstante toda pujança de riqueza natural e sociocultural presente na região, as populações locais muitas vezes passam por dificuldades, carências e necessidades básicas, muitas vezes em decorrência da ausência e omissão do Poder Público. Como alertam Pasquis *et al*, 2003, p. 24

As precárias condições de vida das populações, em especial nas vilas e cidades amazônicas, são, talvez, problemas mais urgentes do que a questão ambiental. Representantes de movimentos sociais e organizações de classe insistem no fato de que “de todas as espécies amazônicas, a mais ameaçada é o homem.

Embora haja consenso acerca das potencialidades de desenvolvimento da região amazônica, sobretudo em razão do grande montante de recursos naturais disponíveis aliado à vasta extensão territorial, existem diferentes visões sobre o desenvolvimento e respectivos agentes que disputam um campo não apenas ideológico, mas também social, cultural, econômico e político. Se, por um lado, há grupos que defendem a ampliação das áreas protegidas por meio de unidades de conservação, terras indígenas, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável, por outro, há grupos que defendem a expansão da fronteira agrícola e a intensificação da exploração dos recursos naturais sob o pretexto de desenvolver a infraestrutura e economia regional.

A definição jurídico-administrativa de Amazônia Legal, cunhada nas proximidades da década de 1950, abrange além das florestas áreas de Cerrado do Planalto Central, numa área de aproximadamente 5 milhões de km<sup>2</sup>. Essa delimitação, entretanto, não coincide com as fronteiras naturais formadas por rios e bacias da região. Dada a vasta extensão territorial da floresta e amplas zonas de transição divisas com os estados de Tocantins, Pará e Maranhão, além de formações de cerrado em seu interior, nos estados de Roraima e Amapá, campinarana, no Alto Rio Negro e outras formações vegetais, constata-se uma grande biodiversidade no bioma amazônica.

Aliada à biodiversidade, verifica-se uma rica diversidade sociocultural na região com a presença de vários povos indígenas, comunidades ribeirinhas e extrativistas, além de

imigrantes nacionais e estrangeiros. Ainda que muitos desses povos e comunidades tenham suas terras legalmente reconhecidas e demarcadas, sejam terras indígenas ou reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável, ainda enfrentam muitas pressões no entorno por parte de traficantes, madeireiros, garimpeiros, entre outros atores ligados a atividades ilícitas.

Também existe a pressão do grande capital nacional e internacional, por meio de corporações e megaprojetos de desenvolvimento estatais e privados, que se apoia, por vezes, em instituições públicas e em organizações não governamentais para fomentar esses processos. Desse movimento, resultam atritos que muitas vezes levam a conflitos e mortes.

Os povos indígenas e tradicionais, em determinados casos, também apresentam demandas e necessidades específicas que requerem maior atenção e apoio do poder público e de agentes da sociedade civil e mesmo de estrangeiros, para resolução de problemas e carências sociais, infraestruturais, de saúde, educação, alimentares, entre outras.

Os diferentes atores que compõem o cenário amazônico apresentam interesses específicos, algumas vezes convergentes e outras divergentes. A região para uns é vista como uma das últimas fronteiras de desenvolvimento do planeta, na qual seria possível abastecer mercados e atender demandas de consumo de outras áreas do país e do planeta. Para outros, diferentemente, a região é vista como um dos últimos celeiros de megabiodiversidade, responsáveis pelo equilíbrio climático, disponibilidade de água potável entre outros serviços ambientais essenciais, de modo que a preservação das matas e florestas originais seria o fator mais importante.

### **AMPLIANDO O FOCO: DOS MITOS PARA OS DADOS.**

Existem vários mitos em torno da Amazônia, alguns com conotações positivas e idílicas, que colocam como paraíso, eldorado, pulmão do planeta, santuário da natureza, etc., e outros com conotações negativas tais como inferno verde, vazio demográfico, área de miséria e subdesenvolvimento, etc.

Os mitos são mais fortalecidos quanto maior a ignorância a respeito das reais condições e potencialidades da região. À medida que essa área se torna mais conhecida, seja por suas populações tradicionais, seja pela comunidade científica e opinião pública, há mais possibilidade de se compreender suas peculiaridades e desenvolver projetos de interesse local e global, sem afetar o equilíbrio ecossistêmico e sociocultural da região.

Em termos demográficos, a Amazônia apresenta uma densidade populacional relativamente baixa comparada com outras regiões do país. Com aproximadamente 60% do

território nacional, conta apenas com 12% do total da população, cerca de 20 milhões de pessoas. Vale ressaltar também que o modelo de desenvolvimento tradicionalmente adotado na região por meio da concentração em conglomerados urbanos e grandes cidades como Manaus e Belém, em contraposição a zonas rurais esparsamente habitadas, tem efeitos deletérios sobre o meio ambiente. (PASQUIS *et al*, 2003)

Em termos de índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pode-se dizer que a região norte está entre as que apresentam os índices mais baixos do país, junto com parte do nordeste e do centro-oeste. Tais parâmetros de avaliação, todavia, devem ser contextualizados de acordo com a realidade sociocultural local, a fim de se evitar análises equivocadas e conclusões precipitadas. No bioma amazônico, por exemplo, a área do arco do desmatamento é a que apresenta o IDH mais elevado, em larga medida devido à maior intensidade de atividades econômicas que geram recursos, mas que não necessariamente se traduzem em melhor qualidade de vida.

Embora a Amazônia como um todo apresente um significativo potencial econômico que seria melhor aproveitado por meio da diversificação produtiva com base no manejo adequado e cultivo da biodiversidade e do equilíbrio ecossistêmico, levando-se em consideração a sustentabilidade em todas as suas dimensões, o que se observa nas últimas décadas é uma retração ou estagnação desses tipos de atividade e uma ascensão de atividades exógenas que não tem afinidade com o contexto sociocultural da região nem tampouco com as suas características biofísicas, como por exemplo a pecuária e o cultivo da soja que além de beneficiar a poucos fazendeiros deixa um considerável passivo ambiental.

## **PRESENÇA HUMANA**

Estudos arqueológicos e pesquisas científicas recentes vêm trazendo evidências acerca da presença e ocupação humana na Amazônia há séculos e, talvez, milênios. Esses estudos e pesquisas contribuem para a revisão de mitos e discursos que proclamam a Amazônia como um imenso vazio demográfico.

Atualmente está bastante em voga na região o estudo por pesquisadores brasileiros e estrangeiros vinculados a diversas universidades e institutos de pesquisa, das terras pretas de índio (TPI). A TPI é um tipo de solo de coloração mais escura, rico em nutrientes como cálcio, magnésio, zinco, manganês, fósforo e carbono, que se destaca aparecendo como manchas em relação aos solos mais comumente encontrados no bioma amazônico, pobre em nutrientes, ácidos e de coloração amarelada. (EMBRAPA, 2016)

A grande quantidade de nutrientes presentes na TPI deve-se à acumulação e decomposição de matéria orgânica no decorrer de longos períodos, que tornaram essas terras extremamente férteis e propícias à agricultura, diferentemente dos tradicionais solos amazônicos. Em que pese o interesse no uso e replicação dessas terras por parte de setores ligados à agricultura, a TPI tem despertado a atenção de arqueólogos e antropólogos que buscam compreender melhor o uso e a ocupação antrópica da Amazônia pelos povos pré-colombianos, haja vista que em muitas dessas terras se podem observar vestígios de presença humana como utensílios de cerâmica e ferramentas.

Uma das perguntas que muitos pesquisadores vêm fazendo e para a qual ainda não há uma resposta consensual, é se essas terras foram intencionalmente melhoradas por esses povos para fins de agricultura, ou se elas se enriqueceram a partir do depósito não intencional de sedimentos e material orgânico no solo.

Segundo Clement et al., 2015 p.1

*Amazonia was a major centre of crop domestication, with at least 83 native species containing populations domesticated to some degree. Plant domestication occurs in domesticated landscapes, including highly modified Amazonian dark earths (ADEs) associated with large settled populations and that may cover greater than 0.1% of the region. Populations and food production expanded rapidly within land management systems in the mid-Holocene, and complex societies expanded in resource-rich areas creating domesticated landscapes with profound impacts on local and regional ecology. ADE food production projections support estimates of at least eight million people in 1492.*

Dessa forma a ciência tem mostrado com maior acurácia e riqueza de detalhes, que a região amazônica vem sendo antropizada há séculos, senão milênios, e que essas ações antrópicas modificam em maior ou menor grau as características biofísicas, os ecossistemas e o meio ambiente como um todo. A estimativa de que milhões de pessoas habitavam a Amazônia antes da chegada dos europeus, e que esses povos modificavam as paisagens naturais e cultivavam a terra para subsistência e, quiçá, para manter relações de trocas com outros povos por meio de escambo e outras formas de interação sugere a complexidade ecossistêmica e diversidade sociocultural da região, comparáveis a outras florestas tropicais e áreas habitadas do mundo.

Entre as variedades domesticadas e cultivadas pelos povos pré-colombianos, destacam-se a mandioca, a batata doce, o abacaxi, o tabaco, a pimenta, o guaraná, o cupuaçu, o bacuri e o cacau. Segundo Balée (2000, p. 4) “(...) ce lieu entre la grande diversité génétique des plantes cultivées e celle de forêts environnantes date peut-être de cinq à six mille ans, quando les hommes ont commencé à domestiquer les plantes e les

*paysages d'Amazonie au cour de l'holocene.*” A castanha-do-Pará, ou castanha-do-Brasil, juntamente com o açaí, também são culturas que vêm sendo domesticadas há bastante tempo, como se pode observar na região de estuário habitada pela sociedade marajoara. (CLEMENT et al. 2015)

Boa parte desses cultivos foram histórica e culturalmente assimilados pela nação brasileira, por meio da culinária, algumas variedades inclusive vem sendo consumidas em âmbito global.

A presença humana na Amazônia, mesmo antes da chegada dos europeus e das posteriores imigrações e ocupações fomentadas pelo Estado brasileiro e pelos ciclos de exploração econômica que ocorreram na região, como o da borracha, da mineração, da madeira, da soja e da pecuária, não pode ser considerada como algo homogêneo. Como apontam os estudos antropológicos e arqueológicos mais recentes, há evidências da presença de sociedades mais ou menos populosas e em diferentes níveis de complexidade que habitavam a região e das quais os atuais povos indígenas remanesçam. Pode-se dizer, contudo, que as maiores concentrações populacionais provavelmente se iniciaram pela ocupação das áreas marginais aos grandes rios, como o Tapajós, o Negro, o Xingu, o Solimões, o Madeira, o Amazonas, entre outros, dada a disponibilidade de peixes, quelônios e outros animais para alimentação, água para abastecimento, recreação, rituais, entre outros usos como facilidade para deslocamento através de navegação fluvial num território de proporções e distâncias gigantescas.

De fato, a invasão da Amazônia pelos europeus, gerou uma série de impactos sobre o meio ambiente e sobre as populações locais. Como relatam Clement et al (2015, p.5)

*In Central Amazonia, an eight millennia history of occupations culminated on the eve of conquest in a multi-ethnic regional polity similar in settlement patterns to those documented in the sixteenth century. These large centres were among the first native societies to succumb to European conquest.*

Alguns desses povos autóctones resistiram a séculos de colonização europeia e posteriormente a violências praticadas pelo Estado brasileiro e pela sociedade envolvente, que pelo processo de urbanização e adensamento populacional amplia seus limites até os rincões da floresta. As formas de resistência variam desde o isolamento voluntário, como se pode perceber ainda na atualidade, como no caso dos chamados “índios isolados”, que, segundo estimativas da Fundação Nacional do Índio-Funai giram em torno de 70 povos nessa condição, na Amazônia brasileira, até o embate direto e o conflito armado. Uma das estratégias de resistência e preservação cultural e do *modus vivendi* tradicional por parte de muitos povos que mais vem sendo empregada na contemporaneidade é o uso da

diplomacia e do discurso proativo, a formação e capacitação de lideranças, inclusive por meio de instituições universitárias a fim de mostrar à sociedade envolvente a riqueza e a importância de seus conhecimentos herdados de geração em geração, seus costumes e tradições. Sob esse ponto de vista, inclusive, tem havido muita interação entre esses povos e os campos do conhecimento relacionados ao desenvolvimento sustentável, ecologia e antropologia.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme censo realizado em 2010, aproximadamente 817 mil pessoas se autodeclararam indígenas. Nesse universo, identificou-se a existência de aproximadamente 305 povos e 274 línguas nativas. Desse total, uma boa parte desses povos, incluindo aqueles que ainda mantêm mais preservados sua língua-materna, costumes e tradições habita a Amazônia.

## **OCUPAÇÃO E USO DA TERRA**

A ocupação da Amazônia desde o período colonial até a contemporaneidade tem sido motivada predominantemente pelo fluxo econômico global, no qual essa região se enquadra como fornecedora de matérias-primas ou commodities para abastecer as indústrias e os mercados internacionais. De maneira geral, esse cenário marcado pela divisão e especialização de países e regiões como produtores e fornecedores de commodities, de um lado, e produtores de manufaturados, tecnologias e produtos industrializados, de outro, é o que alguns economistas e sociólogos denominam de divisão internacional do trabalho.

Nessa divisão internacional do trabalho, historicamente os países latino-americanos, pela razão de terem sido colonizados pelas potências marítimas europeias ao longo de séculos, acabaram sendo inseridos nos mercados globais na condição de fornecedores de matérias primas, e, ainda hoje, muitos desses países perpetuam e reforçam essa condição. No caso da Amazônia brasileira, observou-se ao longo dos séculos, sobretudo o século XX, uma economia regional baseada em surtos de desenvolvimento conforme determinados produtos da floresta adquiriam valorização momentânea no mercado internacional, como no caso do famigerado ciclo da borracha.

A ocupação do território amazônico esteve historicamente relacionada a motivações externas, sejam econômicas, como a exploração das drogas do sertão, madeira minérios, sejam geopolíticas e de segurança nacional, como quando os portugueses criaram o Estado do Maranhão e Grão Pará no século XVII a fim de garantir a posse e o controle das terras no norte do território brasileiro. Também há motivações de cunho religioso como a ida de ordens e missões, como a dos jesuítas e mais recentemente a presença de evangélicos,

seja para catequizar as populações autóctones, seja para oferecer ajuda humanitária a esses povos. Vale ressaltar, todavia, que antes da chegada dos europeus e da formação do que hoje conhecemos como Estado brasileiro, havia centenas de povos que já habitavam a região e que hoje são conhecidos como indígenas. A ideia de “terra de ninguém” ou “vazio demográfico”, portanto, pode ser compreendida como um mito, haja vista a presença humana que existia na região séculos antes da chegada dos europeus.

O processo de ocupação da Amazônia por meio da imigração deu um salto com a modernização do Estado brasileiro a partir da Era Vargas e, com ênfase na gestão de Juscelino, quando foram construídas as rodovias Belém-Brasília e Acre-Brasília. Entre as décadas de 1950 e 60 a população saltou de 1 para 5 milhões de pessoas e, nas décadas seguintes prosseguiu aumentando de forma acelerada. Essa lógica de ocupação baseava-se numa lógica exógena de integração dos mercados nacionais a partir do centro governamental em Brasília. Por essa razão, muitas das articulações locais necessárias para robustecer os mercados regionais ficaram em segundo plano, gerando uma espécie de dependência em relação ao centro ou ao governo federal. (BECKER, 2001)

O desenvolvimentismo na região amazônica teve um incremento considerável durante o regime militar, com a criação do Banco da Amazônia (BASA), da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Zona Franca de Manaus. Por meio dessas ações o governo federal disponibilizou recursos e fomentou diversas atividades econômicas, inclusive industriais na região amazônica.

Algumas das estratégias utilizadas pelo governo federal a fim de viabilizar a ocupação e a atração de imigrantes para a região foram a implementação de infraestrutura por meio da construção de rodovias, como a transamazônica e a perimetral norte, uma rede de telecomunicações via satélite que permita a realização de ligações telefônicas e também o entretenimento e noticiário via televisão, além de outras finalidades, uma rede urbana, com a construção e expansão de cidades e uma rede energética capaz de suprir as demandas de energia por parte da população e dos setores produtivos, como as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, a de Tucuruí no Pará, e a famigerada Balbina nas cercanias de Manaus. (BECKER, 2001)

Além dos incrementos infraestruturais outras formas de atrair pessoas para o bioma amazônico se dão por meio de incentivos fiscais e creditícios para o financiamento de atividades produtivas via fundos estatais e privados, e também os projetos de colonização e reforma agrária, atraindo populações sem posse de terras de outros estados e regiões brasileiras. Segundo Bursztin e Tourneau (2010, p.1) “(...) a Amazônia, que detém menos de

15% da população rural do país, abriga quase 55% dos lotes distribuídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)”.

Pode-se dizer a respeito do cenário nacional que há uma sobrecarga da reforma agrária sobre o território amazônico. Embora a causa da reforma agrária seja justa sob o ponto de vista social, ao procurar garantir o direito de habitação e subsistência a pessoas de classes menos favorecidas, sem o devido planejamento e cuidado, essas iniciativas podem gerar efeitos danosos sob o ponto de vista ambiental. A reforma agrária poderia ser melhor distribuída no Brasil, sua pressão sobre a Amazônia deve-se a relações de poder e ao custo político envolvido nessa questão sobretudo quando em áreas próximas aos grandes conglomerados urbanos da região centro-sul do país.

Ao longo dos anos, a ocupação às margens das rodovias e o adensamento populacional foi gerando impactos negativos sob o ponto de vista socioambiental. Em meio à floresta abriam-se clarões de desmatamento como o famigerado arco do desmatamento, região que compreende o sul do Pará e parte do Mato Grosso, Rondônia e Acre, onde são observados os mais elevados índices de desmatamento em decorrência da expansão da fronteira agrícola no bioma amazônico, sobretudo pelo cultivo da soja, pecuária, exploração de madeira e mineração. Tais processos, muitas vezes conduzidos por interesses exógenos afetam negativamente os interesses das populações locais, gerando tensões e conflitos.

No contexto de resistência amazônica, por parte das populações e comunidades que tradicionalmente habitam e usam a floresta como meio de vida, cabe destaque à criação do Conselho Nacional de Seringueiros na década de 1980, e o protagonismo da luta de Chico Mendes que culminou no seu assassinio e teve repercussão internacional. A Aliança dos Povos da Floresta, idealizada pelo ambientalista e seringueiro Chico Mendes, buscou em meados da década de 1980 unificar e organizar a luta dos povos, comunidades e movimentos sociais da floresta contra a expropriação de terras e a degradação ambiental impulsionada pelo desenvolvimentismo nos moldes capitalistas.

A demarcação de terras indígenas bem como a criação de unidades de conservação e desenvolvimento sustentável como as Reservas Extrativistas (Resex) e os Projetos de Desenvolvimento sustentável (PDS), embora muito aquém do desejável pelos ecologistas e indutores da perspectiva da sustentabilidade socioambiental na região, foram consequências em maior ou menor grau desses processos de luta e organização coletiva.

Nesse sentido, vale ressaltar a importância estratégica de parcerias feitas entre lideranças e representantes desses segmentos com pesquisadores, entidades religiosas como a Comissão Pastoral Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB's), organizações não governamentais e com entidades e organismos internacionais, propiciada

em larga medida pelos avanços tecnológicos no campo da comunicação. Fundos para financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável e proteção de terras indígenas envolvendo capital nacional e estrangeiro como Fundo Amazônia financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o Programa Integrado de Proteção das Terras Indígenas na Amazônia Legal (PPTAL) e o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), são exemplos de iniciativas governamentais de indução e fortalecimento de outras perspectivas de desenvolvimento na região.

### **OS ATORES SOCIAIS E AS DIFERENTES VISÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO.**

Vários atores sociais estão presentes na Amazônia, como movimentos sociais e sindicalistas, pesquisadores nacionais e internacionais, atores governamentais em nível federal, estadual e municipal, empresários, sociedade civil organizada por meio de Ong's, entidades religiosas, especialmente evangélicas e católicas, entre outros. Esses atores interagem e, por vezes, dialogam entre si. Em muitos casos há conflitos de interesses advindos das diferentes perspectivas acerca da ocupação e uso das terras amazônicas.

Alguns desses atores aliam-se em prol de demandas e interesses convergentes e buscam auxílio da mídia e de outros setores que impactam na formação da opinião pública para socializar suas reivindicações. Normalmente, observa-se alianças entre movimentos sociais, comunidades afetadas por empreendimentos públicos ou privados, tendo como aliados segmentos religiosos e pesquisadores, por razões éticas e de justiça social. Em contrapartida, do outro lado é comum observar aliança entre empresários, proprietários de terra, autoridades governamentais, políticos e segmentos da mídia no intuito de garantir seus interesses comuns. Essas alianças, todavia, não são regra e por vezes adquirem conformações complexas e não usuais a depender do contexto e do momento histórico. Conforme Pasquis *et al* (2003, p.22)

Pela história de ocupação econômica da Amazônia, verifica-se que ela sempre definiu sua dinâmica interna a partir de estímulos do mercado externo, particularmente o internacional. O principal exemplo é o ciclo da borracha que, uma vez esgotado, resultou na estagnação da região. Esse é também o caso da entrada de capitais externos na mineração, outra das notórias riquezas regionais. A criação da Zona Franca de Manaus, por sua vez, adota um modelo de enclave, onde a produção industrial é subsidiada para competir no mercado.

O Estado, por meio de suas instituições, exerce um papel significativo ainda que na condição de regulador das atividades econômicas na região Amazônica. No entanto, o próprio Poder Público revela uma perspectiva dicotômica no que concerne a concepções de

desenvolvimento. Algumas instituições governamentais como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), atuam no fomento a atividades produtivas e de infraestrutura na região, atendendo a interesses econômicos dos quais uma pequena parcela de atores se beneficiam diretamente. Outras instituições como a Fundação Nacional do Índio – Funai e o Ministério do Meio Ambiente – MMA, atuam de forma a atender outras demandas relacionadas à qualidade de vida dos povos da floresta e à preservação da natureza. Tais demandas e interesses têm diferentes horizontes temporais e velocidades de execução e, às vezes, são inconciliáveis. Vale frisar que ainda que atuando como regulador ou mediador de interesses, o Estado ou o Poder Público, ao contrário do que consta na teoria, na prática dificilmente consegue agir de maneira neutra ou imparcial, haja vista a influência dos agentes políticos envolvidos nessas questões.

Desde o período da ditadura militar que o Estado brasileiro vem incentivando de forma mais efetiva a ocupação do território amazônico visando o desenvolvimento regional nos moldes capitalistas. Com o slogan “terra sem homens para homens sem terra”, o Estado buscou incentivar a imigração de produtores rurais do sul do Brasil para a Amazônia, fomentando atividades produtivas, sobretudo a pecuária e o cultivo de grãos, especialmente a soja. A distribuição e titulação das terras, entretanto era eivada por fraudes e condutas ilícitas que acabaram redundando num incremento na atuação de grileiros. A grilagem gera conflitos diretos com povos e comunidades indígenas e tradicionais que, por vezes, tem parte de suas terras usurpadas e alienadas de forma ilegal aumentando a tensão e violência na região.

Numa outra frente, com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Poder Público passou a implementar projetos de colonização e assentamentos na região amazônica. Essa política, embora legítima sob o ponto de vista da justiça social, na tentativa de contemplar com o direito à terra e à habitação contingentes populacionais excluídos dos processos de desenvolvimento, geram impactos socioculturais os quais muitas vezes são difíceis de mensurar, prever e mitigar. Aliado a isso, é necessário um conjunto de outras políticas públicas que viabilizem as atividades produtivas dos assentados, em consonância com o paradigma do desenvolvimento sustentável, para que se diminuam os riscos de passivos ambientais.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) atua por meio de seus órgãos executores (Instituto Nacional do Meio Ambiente-IBAMA) e Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMbio) na formulação e execução de políticas públicas com vistas à manutenção do equilíbrio ecossistêmico. Essa atuação que se dá por meio da regulação e fiscalização

mediante processos de licenciamento de atividades, aplicação de multas, entre outras, muitas vezes esbarra na morosidade dos processos burocráticos, na carência de instrumentos e servidores públicos e na parcialidade de interesses econômicos e políticos, o que compromete sua efetividade. A Fundação Nacional do Índio (Funai), enfrenta dificuldades semelhantes no cumprimento de seu papel institucional na implementação da política nacional indigenista. Vale salientar a importância desta instituição no contexto amazônico em que a presença indígena é significativa.

O próprio Estado, portanto, atua de forma ambivalente, quando não contraditória e diminui a efetividade de suas políticas quando aplica de forma padronizada suas políticas públicas, em especial as implementadas e executadas por instituições federais, e não atenta para as especificidades regionais tal como apontam Pasquis *et al* (2003, p.22)

Assim, enquanto muitos concordam em dizer que “não existe política específica ou efetiva para a região”, outros alegam haver “uma coexistência contraditória entre as políticas públicas”. Entre a não existência de algo que se possa chamar de política regional e a afirmação de que estas são contraditórias entre si, existem várias opiniões que deixam a questão sem uma resposta clara e precisa. Talvez esteja aí um dos gargalos do desenvolvimento regional, já que “o que se tem para a região, na verdade, é uma simples extensão da política nacional”, que não leva em conta as especificidades amazônicas.

Ao mesmo tempo em que o Poder Público fomenta a ocupação e o uso da terra amazônica por meio de incentivos à expansão da fronteira agrícola, por um lado, por outro realiza através de seus instrumentos normativos e legais, bem como instituições, a demarcação de terras indígenas e o estabelecimento de unidades de conservação.

Nesse sentido vale ressaltar o importante papel que as terras indígenas vêm desempenhando na preservação da floresta em pé, em alguns casos com uma eficácia maior que as unidades de conservação, dada a presença humana estruturada em comunidades que em alguma medida pode inibir o alastramento de atividades ilícitas. Como corroboram Pasquis *et al* (2003, p.29)

(...) em particular as terras indígenas, aparecem como “ilhas verdes” já bastante ameaçadas pela pressão existente em seu entorno. Nas unidades de conservação que abrigam comunidades, existe a possibilidade de a fiscalização se concretizar com a ação conjunta governo-comunidade local. Isso porque fiscalizar extensas áreas totalmente despovoadas torna-se muito mais complicado.

No caso das unidades de conservação não povoadas, embora haja fiscalização pelo poder de polícia, muitas vezes ela é insuficiente e precária haja vista o contingente pequeno de servidores incumbidos de fiscalizar vastas extensões de terra.

A questão da sustentabilidade do desenvolvimento relaciona-se ao diálogo entre as diversas perspectivas e visões de mundo de maneira horizontal, sem que uma se sobreponha a outra. Para isso é necessário a construção de mecanismos para equalizar as assimetrias de poder existentes entre os diversos atores constituintes do cenário amazônico.

### **VIVÊNCIA NAS MARGENS DO RIO TAPAJÓS**

No mês de agosto de 2016, este autor teve a oportunidade de conhecer um pouco melhor a região do rio Tapajós, no Pará, por meio da disciplina “Tópicos especiais em Desenvolvimento Sustentável - AMAZÔNIA: meio ambiente, intervenção e conservação”, ofertada pela Universidade de Brasília-UnB em parceria com a Université du Québec à Montréal (UQAM) na Amazônia Oriental.

Naquela ocasião, tive a oportunidade de visitar a Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, algumas comunidades ribeirinhas, com destaque para a comunidade de Santa Cruz, no município de Aveiros, na qual pude conversar com moradores, professores e agentes de saúde, o que me proporcionou compreender um pouco melhor quais são as principais atividades produtivas e características sociodemográficas daquela comunidade, bem como algumas de suas prioridades, problemas e demandas. Também pude visitar uma propriedade que trabalha com produção agroecológica e outra que trabalha com produção de soja, em ambas pudemos conversar com os proprietários.

Na visita à Flona do Tapajós, nossa equipe que contava com aproximadamente 35 pessoas, entre estudantes do Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS/UnB, da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA, da UQAM, e professores/pesquisadores das mesmas instituições, subdividiu-se em grupos menores e cada qual foi conduzido, por um guia local, pelas trilhas da floresta numa caminhada de cerca de 5 horas. Nessa caminhada, pudemos observar a natureza em sua biodiversidade e aprender um pouco sobre aquele ecossistema por meio das explicações dos professores biólogos e dos guias imbuídos de seus conhecimentos empíricos. Além disso, alguns dos guias comentavam um pouco sobre suas trajetórias de vida relacionadas com aquele meio ambiente.

Questões como a estreita identificação e vínculo com a natureza e também a consciência da importância de sua preservação, bem como uma noção de pertencimento e, mesmo, de identidade étnica, como revelou um dos guias, tal qual uma visão crítica em relação à degradação ambiental, sobretudo em decorrência da extração ilegal de madeira,

chamaram a atenção deste autor. Outra questão que me chamou bastante a atenção foi o emblema do serviço florestal estadunidense estampado nas placas de sinalização logo na entrada da Flona, em contraposição à ausência de insígnias do Serviço Florestal brasileiro ou de qualquer outra instituição nacional congênera.

A visita a uma propriedade que trabalha com produção agroecológica e outra que trabalha com produção de soja em meio à floresta amazônica também foi uma atividade marcante durante a viagem. O contraste entre os dois modos de produção é bastante evidente a começar pelo tamanho das propriedades. Aquela dedicada à monocultura da soja possuía uma extensão bem maior e chamava atenção pelo impacto explícito na paisagem local. Uma imensidão de soja de cor bege da qual a visão quase não alcançava os limites, contrastava com um cinturão de floresta densa e verde, como que formando um clarão no meio da mata. Por sua vez, a unidade de produção agroecológica quase que se confundia com a própria floresta. Notava-se nitidamente uma diferença de temperatura entre ambas, sendo a primeira sensivelmente mais quente que a segunda. Outras reflexões relevantes relacionadas a esses distintos modos de produção e uso da terra emergiram de maneira inconteste, mas tais extrapolam os propósitos deste trabalho e merecem ser aprofundadas e problematizadas em estudos e pesquisas futuras.

Por fim, ao visitar a comunidade de Santa Cruz, no município de Aveiro-PA, tive a oportunidade de conversar com profissionais de saúde, como uma médica cubana e enfermeiros que prestavam auxílio à comunidade, com professores e moradores da região. Por meio dessas conversas pude compreender um pouco sobre as origens e o cotidiano da comunidade, sua história, características sociodemográficas, principais demandas e prioridades.

Naquela ocasião, os profissionais de saúde informaram que havia 222 famílias, num total de 948 habitantes, vivendo na comunidade. As doenças mais recorrentes na comunidade eram: diabetes, hipertensão, leishmaniose, hepatite, bronquite e alcoolismo. Também relataram como relevante a ocorrência de acidentes com motocicleta. Além de um posto de saúde, a comunidade contava com duas instituições escolares para formação de crianças e adolescentes. Os jovens e adultos que quisessem dar continuidade aos estudos teriam que se deslocar para outras localidades.

Boa parte dos habitantes da comunidade são mulheres, jovens e crianças, haja vista que muitos dos homens adultos vão para as cidades e municípios da região a procura de emprego, pois na comunidade não há atividades econômicas desenvolvidas, em que pese a existência de atividade extrativista, de pesca e de agricultura para subsistência.

Entre as principais demandas apontadas pelos interlocutores, estavam: a) energia elétrica (a comunidade estava organizando um grupo de aproximadamente 100 homens para “puxar um linhão” para garantir a energia elétrica, pois estavam cansados de esperar pelo cumprimento das promessas dos políticos da região, além de terem um custo elevado de energia por meio de motor/combustível); b) equipamentos para o posto de saúde (pois, no caso de ocorrências mais graves, os pacientes tem que se deslocar para localidades distantes para ter atendimento adequado, e, em alguns casos, podem ir a óbito devido à demora no atendimento/tratamento); c) oportunidades de geração de renda e estudos.

Alguns desses problemas de saúde e demandas em geral, bem como características sociodemográficas, ressalvadas as especificidades locais e culturais, são próximas de relatos de alguns dos representantes de povos indígenas das regiões do próprio Tapajós, do Alto Solimões, de Cacoal e Ji-Paraná, da Raposa Serra do Sol-Roraima, bem como de Manaus e Parintins, em ocasiões que tive a oportunidade de realizar trabalhos nessas localidades, na condição de servidor da Funai.

Sobre as origens e história da comunidade de Santa Cruz, pude conversar com um dos moradores mais antigos da região, de 89 anos. Segundo o morador, sua família foi uma das primeiras a chegar na comunidade, quando ainda era criança. Sua família, assim como outras que vieram de outras localidades do Pará e do nordeste, eram atraídas pelo garimpo de ouro. Ele relatou ainda que tinha uma vaga lembrança de que seus pais contavam que havia a presença de indígenas munduruku na região que foram se afastando com a presença dos garimpeiros. Também disse que no passado havia muita água nas redondezas e os trechos do rio quase nunca secavam, como tem ocorrido com mais frequência ultimamente. Além disso, tinha muitas frutas e animais na mata, inclusive onças de grande porte, o que não mais se vê.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com relação à diversidade ambiental e genética característica do bioma amazônico, pode-se dizer que de algum modo essa diversidade se relaciona com os modos de ser, fazer e estar dos povos e populações que habitaram e habitam essas regiões ao longo dos séculos e milênios. Sabe-se inclusive, pela diversidade linguística, dos costumes, ritos e tradições que cada povo apresenta características e histórias peculiares que conferem à região uma grande diversidade sociocultural. Por essas razões, pode-se afirmar que a Amazônia cumpre, em termos de sociobiodiversidade, um papel de grande relevância não apenas para o Brasil, mas para o planeta.

Não se pode, entretanto, romantizar a questão amazônica reforçando mitos e estereótipos. É preciso compreender as peculiaridades da região por meio do diálogo e da escuta das diferentes vozes dos povos e comunidades locais. É também através do diálogo respeitoso e horizontal, que se pode construir as bases de um desenvolvimento que leve em conta o bem-estar coletivo, incluindo o equilíbrio ambiental e sociocultural além da dimensão política e econômica.

## REFERÊNCIAS

BALÉE, Willian. **Qui a planté les décors de l'amazonie**. La Recherche: 2000.

BECKER, Bertha K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Parcerias Estratégicas – número 12, setembro: 2001.

CLEMENT, Charles R. *et al.* **The domestication of Amazonia before European conquest**. The Royal Society Publishing: 2015.

DRUMMOND, José Augusto. **Protected áreas versus áreas occupied by productive activities and infrastructure in Brazil - Is there room for everybody?** ENGOV Working paper No. 13: 2014.

LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. **Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental**. Ambiente & Sociedade, Campinas v. XIII, n. 1, p. 111-130, jan.-jun: 2010

PASQUIS, Richard (coord.); NUNES, Brasilmar Ferreira; LE TOURNEAU, François-Michel; Machado, Luciana; Mello, Neli Aparecida de. **AS AMAZÔNIAS: Um Mosaico de Visões sobre a Região**. Brasília: 2003.

## SITES CONSULTADOS

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1493237/terra-preta-de-indio-desperta-interesse-da-ciencia-internacional->.out. 2016

FUNAI – Fundação Nacional do Índio – [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Arquivo extraído da INTERNET através da URL:// [http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena\\_censo2010.pdf](http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf). Out. 2016.

## **Território, natureza e populações tradicionais na Amazônia: o caso da comunidade de Maguari, Belterra, Pará**

Márcio Júnior Benassuly Barros,  
Geógrafo. Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará.  
e-mail: marcio.barros@ufopa.edu.br

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar a ocupação e o uso do território por moradores tradicionais da comunidade de Maguari, localizada na Floresta Nacional do Tapajós em Belterra (PA). A ocupação da comunidade de Maguari ocorre na passagem do final do século XIX para o início do século XX. Em 1974 ocorre a criação da Floresta Nacional do Tapajós onde esta comunidade passa a integrar esta unidade de conservação. A maior parte dos moradores se declara: agricultor, tradicional, pescador, extrativista e ribeirinho. As principais atividades econômicas praticadas na propriedade dos entrevistados são: agricultura de subsistência (arroz, milho, mandioca), artesanato, criação de galinha, extração de látex, pesca, produção de farinha, venda de alimentos, produção de poupa de frutas. Na comunidade existem diversas experiências de ecoturismo como a existência de trilhas na floresta, passeio de canoas, pousadas e redários. No percurso da trilha da floresta são apresentadas aos turistas as propriedades das ervas medicinais e a presença de terras pretas, fato este ligado a ocupação da região por populações ancestrais. Segundo os moradores entrevistados a introdução de novas atividades econômicas como o ecoturismo não afeta a comunidade. Os conflitos existem em torno do uso dos recursos naturais ligados a pesca onde pescadores de outros lugares invadem a comunidade em busca de pescado fato que gera conflitos como os moradores locais. Já os conflitos pelo uso da terra na comunidade os moradores entrevistados afirmaram que respeitam os lotes dos vizinhos. A renda principal dos moradores provém das seguintes atividades econômicas: agricultura, aposentadoria, pesca, turismo, produção de poupa de frutas, serviço público, artesanato, extração de látex, bolsa verde, bolsa família. Em 1998 ocorre a implantação de projetos para a extração de látex para produção de couro ecológico. O projeto envolve a fabricação de bolsas, cintos, peças de vestuário etc. O mercado consumidor é constituído por turistas que visitam a comunidade, sendo constituído principalmente de franceses, alemães, paulistas, mineiros e brasilienses. Em 1999 ocorre a Fundação da Associação Comunitária Maguari Rio Tapajós (ASCOMART) que em 2004 possuía 76 associados. Em 2002 acontece a implantação de trilhas interpretativas na comunidade, projeto financiado no contexto do ProManejo. Também em 2002 ocorre a implantação de atividade de turismo comunitário desenvolvido pelo Projeto Saúde e Alegria (PSA). O presente artigo está dividido em três partes, além da introdução e das conclusões. Na primeira parte abordamos a ocupação da comunidade. Na segunda caracterizamos a comunidade. Na terceira discutimos o uso do território na comunidade.

Palavras-chave: Território, Natureza, Populações Tradicionais, Maguari, Belterra.

Tema: Povos, Populações e Comunidades Tradicionais.

## 1. Introdução

A Floresta Nacional do Tapajós foi criada pelo decreto nº 73.684 de 19 de fevereiro de 1974, possuindo atualmente 527.319 hectares, cobrindo partes dos municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Ruropolis. Nesta unidade de conservação estão localizadas cerca de 25 comunidades, sendo 24 localizadas as margens do rio Tapajós e uma as margens da BR 163. Segundo levantamento realizado por Silva *et al* (2014) em 2014 havia 3.438 moradores distribuídos em 726 famílias.

A região onde está localizada a Floresta Nacional do Tapajós foi ocupada ao longo do rio Tapajós pelo povo indígena tapajó até meados da ocupação portuguesa, quando teve início a catequese e a escravidão deste povo para o trabalho de colheita das drogas do sertão. No final do século XIX com o ciclo da borracha, começa a chegada de migrantes nordestinos para trabalhar nos seringais do rio Tapajós.

Com o início dos governos militares em 1964, a Amazônia passa por profundas transformações entre as quais a abertura de rodovias de integração ao resto do território nacional como as rodovias BR 163 (Cuiabá-Santarém) e BR 230 (Transamazônica). No contexto da abertura da rodovia BR 163 foram criadas várias unidades de conservação ao longo da rodovia como a Flona Tapajós em 1974 como medida de compensação e conservação de parte da floresta amazônica.

## 2. Ocupação da comunidade de Maguari

A ocupação da comunidade de Maguari está diretamente relacionada a criação da Floresta Nacional do Tapajós em 1974 pelo governo federal, que restringiu o uso do território para as atividades econômicas nesta unidade de conservação. Desde sua criação a Floresta Nacional do Tapajós vem passando por um conjunto de dinâmicas como podemos verificar no quadro abaixo.

Quadro 01: Dinâmica da Floresta Nacional do Tapajós

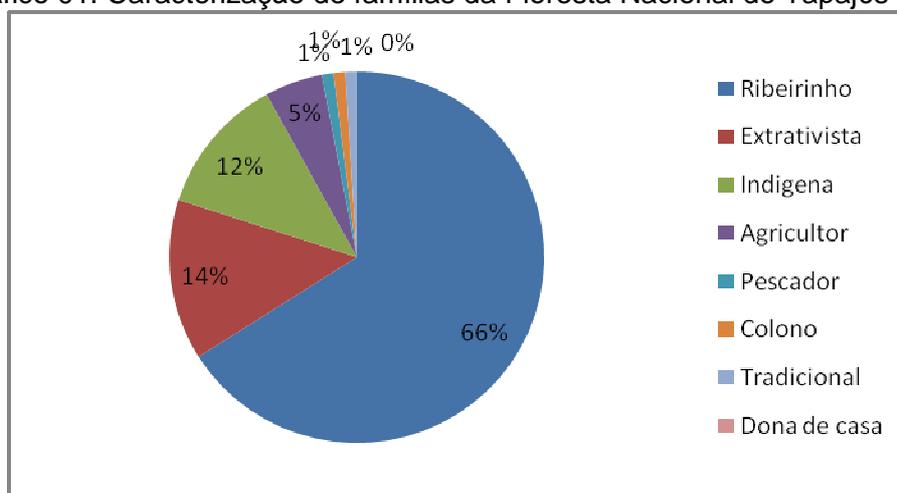
Ano	Evento	Descrição
Antes da ocupação portuguesa	Território de antiga ocupação pelo povo indígena Tapajó	Registro de antropólogos que pesquisaram a região como Nimuendaju.
Século XVII	Ocupação portuguesa do Tapajós	Escravidão do povo indígena para as atividades econômicas como drogas do sertão etc.
1877	Chegada de nordestinos para trabalhar nos seringais do Tapajós	Evento relatado por Coudreau (1971)
1974	Criação da Flona do Tapajós	Decreto 73.684 de 19 de

		fevereiro de 1974. Governo Geisel.
1989-2004	Início do projeto da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO)	Projeto voltado para a conservação, manejo, uso e comércio sustentável dos recursos florestais tropicais.
1994	Início de planejamento de atividade de ecoturismo	Estudo de avaliação do potencial turismo da unidade
1998	Início das atividades do programa LBA	Base de pesquisa no Km 84 da rodovia BR 163. Torres de coleta de dados atmosféricos no Km 67 e de dados no Km 83.
2001	Contratação de consultoria para estudos de ecoturismo	Parceria com a Agência de Cooperação Alemã (GTZ)
2002	Curso gerenciamento e organização comunitária voltado ao ecoturismo	Participação de 21 moradores de Prainha II, Maguari, Jamaraquá e Itupuama.
2004	Criação da Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Flona do Tapajós	Órgão que reuni 18 comunidades, pelo STR de Belterra e 4 associações intercomunitárias.

Fonte: Organizado pelo autor com base em Ibama (2004)

Em levantamento de famílias da Flona Tapajós realizado por Silva *et al* (2014) cerca 66% dos entrevistados se auto identificaram como ribeirinhos, 14% como extrativistas, 12% como indígenas (comunidades de Bragança, Marituba e Takuara no município de Belterra), 5% como agricultor, 1% como pescador, 1% como colono, 1% como tradicional conforme podemos verificar no gráfico seguinte.

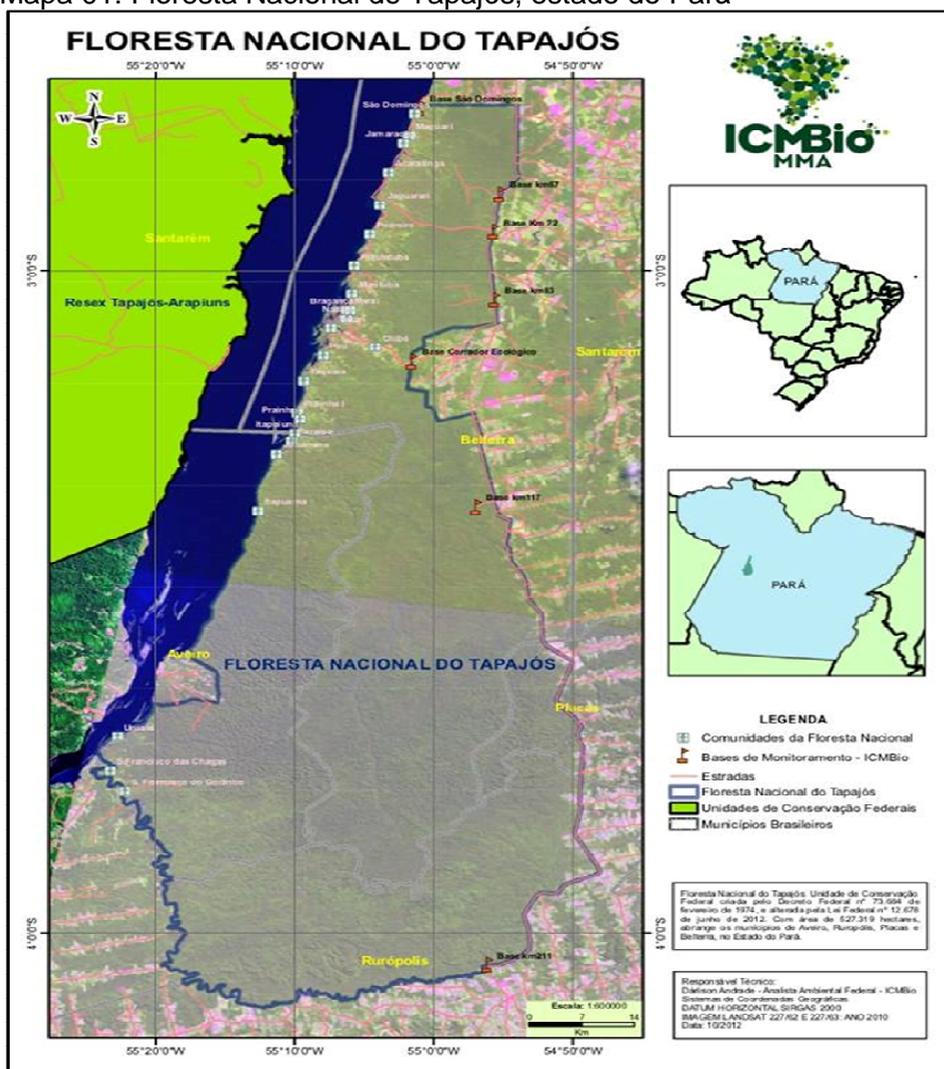
Gráfico 01: Caracterização de famílias da Floresta Nacional do Tapajós-2014



Fonte: Organizado pelo autor com base em Silva et al (2014)

Quando analisamos o mapa de localização da Floresta Nacional do Tapajós constatamos que a maioria das comunidades estão localizadas às margens do rio Tapajós, daí a auto identificação dos moradores de uma forma geral da Flona pela categoria ribeirinhos. Em 2012 a área sede do município de Aveiro e das comunidades de São Jorge, Nova Vida, Nossa Senhora de Nazaré e Santa Clara no município de Belterra que ficavam dentro da Flona Tapajós foram removidas (desafetadas) desta unidade de conservação. A sede de Aveiro em função das dificuldades de controle e gestão do próprio território municipal, por estar localizado dentro de uma unidade de conservação restringia outras formas de uso do território. Quanto a comunidade de São Jorge devido ao avanço da presença de outras formas de atividades econômicas como a pecuária, fato incompatível com o uso sustentável da unidade de conservação. Neste processo de desafetação a Flona perdeu cerca de 17.851 hectares, conforme podemos verificar no mapa seguinte.

Mapa 01: Floresta Nacional do Tapajós, estado do Pará



Fonte: [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)

A comunidade de Maguari segundo Silva *et al* (2014) possuía um total de 289 moradores distribuídos em 74 famílias em 2014. Ao longo do tempo a comunidade vem passando por uma série de dinâmicas. Em 1998, acontece a implantação do projeto de extração de látex para a produção de couro ecológico. Em 1999, ocorreu a criação da Fundação da Associação Comunitária Maguari Rio Tapajós (ASCOMART). Em 2002, ocorre a implantação de trilhas ecológicas na floresta, fato que permite a atração de turistas para a comunidade conforme podemos verificar no quadro abaixo.

Quadro 02: Dinâmica da comunidade de Maguari

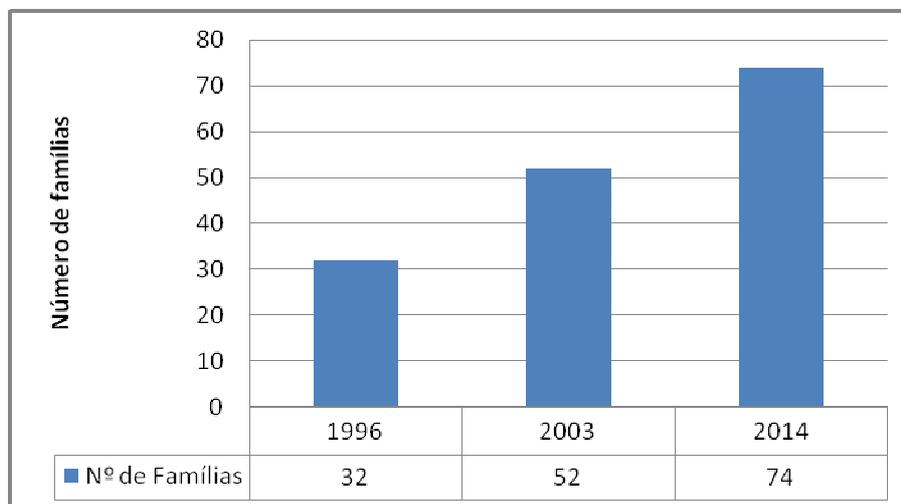
<b>Ano</b>	<b>Evento</b>	<b>Descrição</b>
1998	Extração de látex para produção de couro ecológico	O projeto envolve a fabricação de bolsas, cintos, peças de vestuário etc. mercado consumidor turistas da Flona, Europa e sudeste do Brasil.
1999	Fundação da Associação Comunitária Maguari Rio Tapajós (ASCOMART)	Em 2004 possui 76 associados.
2002	Implantação de trilhas interpretativas	Projeto financiado no contexto do ProManejo
2002	Atividade de turismo comunitário	Projeto desenvolvido pelo projeto Saúde e Alegria (PSA) com o projeto Bagagem.

Fonte: organizado pelo autor com base em Ibama (2004)

### 3. Caracterização da comunidade de Maguari

O número de famílias vem ao longo do tempo apresentando um crescimento na comunidade de Maguari. Em 1996 foi efetuado um levantamento pelo Imaflora (1996) cujo número de famílias foi de 32. Em 2003 foi realizado um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) contratado no contexto da elaboração do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós pelo Ibama. Em 2014 foi realizado um levantamento de famílias com aplicação de formulário por equipe do ICMbio de Santarém, registrado por Silva *et al* (2014), conforme gráfico seguinte.

2014 Gráfico 02: Evolução de famílias da comunidade de Maguari em 1996, 2003, 2014

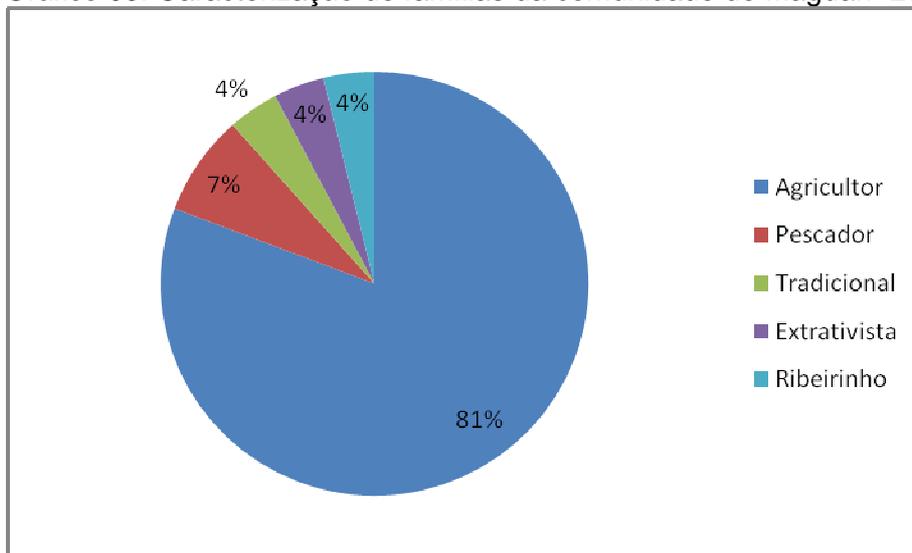


Fonte: Organizado pelo autor com base em Imaflora (1996); Ibama (2004); Silva *et al* (2014)

Em trabalho de campo constatamos que as famílias mais antigas da comunidade são as famílias Sousa e Feitosa. Segundo Raimundo Costa Feitosa, 76 anos, nascido na comunidade, no passado em função do isolamento em relação a cidade e outras comunidades muitos moradores acabaram migrando para outras comunidades e para as cidades mais próximas como Belterra e Santarém em busca de melhores oportunidades para a família. Para os que continuam na comunidade, a realidade é de trabalhos manuais e ligados a terra como a extração do látex de seringueira, da andiroba, da copaíba, da agricultura e ecoturismo.

No presente trabalho foram entrevistados 26 chefes de famílias da comunidade de Maguari em 2016. Dos 26 entrevistados quando perguntamos como se auto identificava, 21 afirmaram que se auto identificavam como agricultor, 2 como pescador, 1 como tradicional, 1 como extrativista e 1 como ribeirinho, conforme podemos verificar no gráfico seguinte.

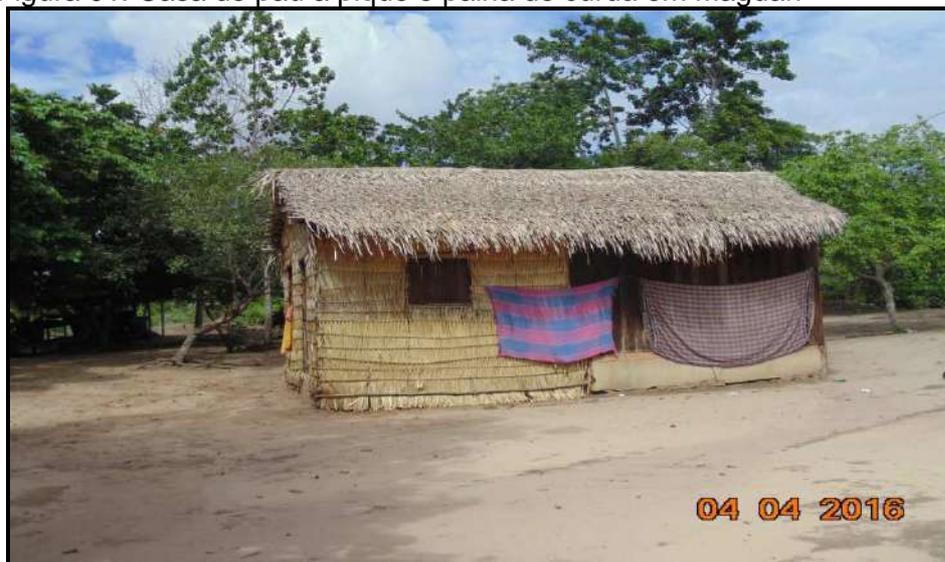
Gráfico 03: Caracterização de famílias da comunidade de Maguari -2016



Fonte: Organizado pelo autor com base em trabalho de campo (2016)

A quantidade de filhos dos entrevistados variou entre 1 a 13 filhos por chefe de família. Quanto ao tempo de moradia na comunidade ficou entre 4 a 84 anos. Todos os entrevistados afirmaram que a sua propriedade possui o contrato de concessão de direito real de uso da terra. O padrão construtivo das moradias varia, muitas casas são construídas de pau a pique e palha de curuá como a retratada na figura seguinte.

Figura 01: Casa de pau a pique e palha de curuá em Maguari



Fonte: Márcio Benassuly, 2016

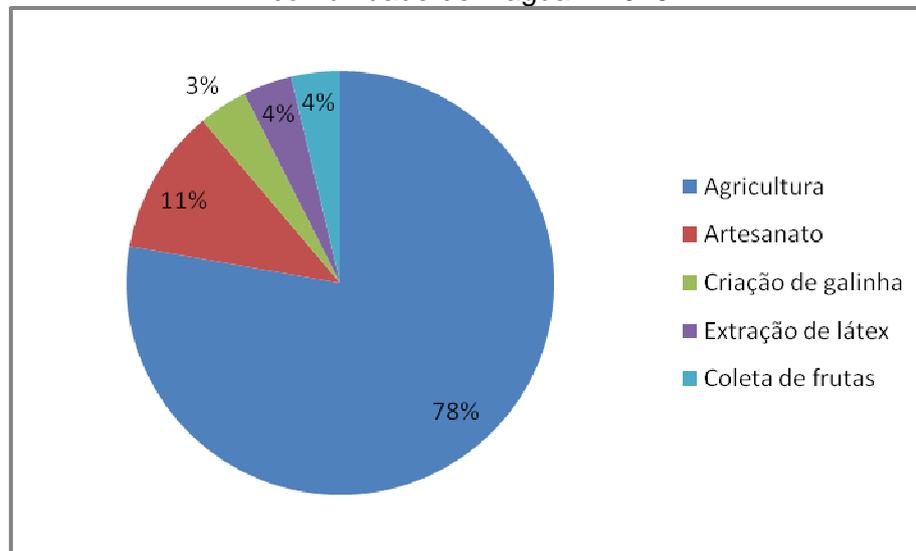
Quanto ao tamanho da propriedade, variaram com as seguintes dimensões, 200 metros de frente por 5.000 metros de fundos, 90 metros de frente por 10.000 de fundos e 3.500 metros de frente por 10.000 metros de fundos. Vele destacar que na comunidade ocorre um parcelamento da terra em função da formação de novas famílias, onde os pais acabam cedendo parte de suas terras para os filhos após as uniões conjugais na comunidade.

Sobre o plano de manejo, todos informaram que conhecem este documento de gestão e que já participaram de reuniões e palestras no contexto deste plano.

#### 4. Uso do território na comunidade de Maguari

Na comunidade de Maguari o uso do território serve para várias finalidades. As principais atividades econômicas praticadas na propriedade dos entrevistados foram: agricultura, artesanato, criação de galinha, extração de látex, produção de farinha e coleta de frutas, como podemos verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 04: Principais atividades econômicas praticada na propriedade de famílias da comunidade de Maguari -2016



Fonte: Organizado pelo autor com base em trabalho de campo (2016)

Quanto aos conflitos existentes em torno do uso dos recursos naturais na comunidade, os mais citados foram a pesca, onde pescadores de outros lugares invadem a comunidade e a caça, onde pessoas de fora da comunidade invadem a área em busca de caça.

Figura 02: Realização de pesca por moradores na comunidade de Maguari

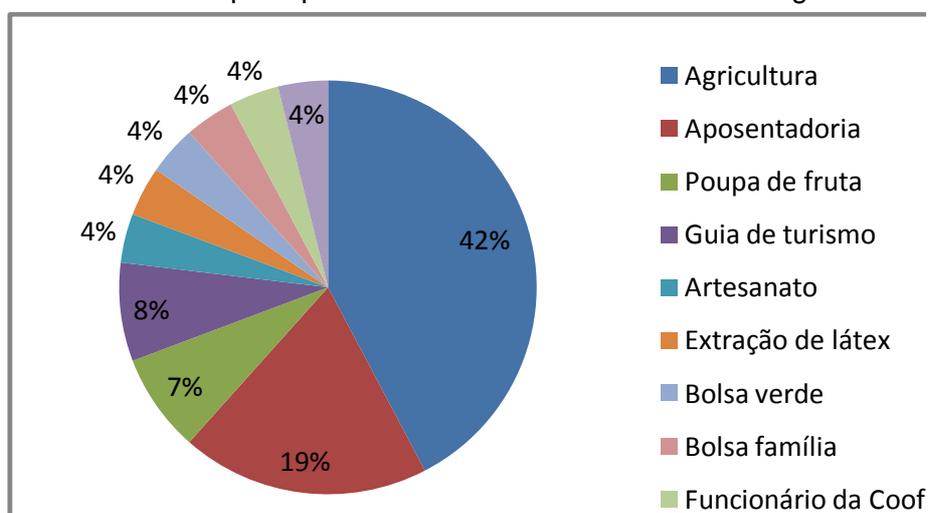


Fonte: Márcio Benassuly, 2016

Já quanto aos conflitos pelo uso da terra na propriedade, os entrevistados afirmaram que os moradores respeitam os lotes dos vizinhos e não há necessidade de vizinho invadir terra de outro morador.

A renda principal dos entrevistados tiveram como origem as seguintes atividades econômicas: agricultura, aposentadoria, poupa de fruta, guia de turismo, artesanato, extração de látex, bolsa verde, bolsa família, funcionário da coonflona e servidor público conforme gráfico abaixo.

Gráfico 05: Renda principal de famílias da comunidade de Maguari -2016



Fonte: Organizado pelo autor com base em trabalho de campo (2016)

Segundo Carvalho (2008, p. 37) “as famílias as margens do rio Tapajós sobrevivem do extrativismo e da agricultura familiar, mas o desenvolvimento acelerado do agronegócio, principalmente da soja, ameaça a vida dessas comunidades”. A bolsa verde conforme relato de moradores são pagas de três em três meses no valor de R\$ 300,00.

Figura 03: Seringal nativo na comunidade de Maguari



Fonte: Márcio Benassuly, 2016

A relação da comunidade com a gestão da Flona é descrita como boa e que existem diálogos entre a gestão da unidade e os comunitários.

Na comunidade existe a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Esta escola atende alunos de várias comunidades da Flona principalmente alunos do ensino médio. A migração de moradores da comunidade ocorre em função da procura de novas oportunidades de emprego, educação e união conjugais com pessoas de comunidades vizinhas, Belterra e Santarém. Na comunidade o ecoturismo vem ganhando força nos últimos anos, principalmente com a atração de turistas que procuram as belas praias e a trilha da Sumaúma. Na comunidade existem experiências ligadas ao ecoturismo e artesanato.

*Atividades ligadas ao ecoturismo* - Trilhas ecológicas na floresta, passeio de canoas, pousadas, redário, fornecimento de alimentação quando existem demandas. As trilhas têm preço de R\$ 100,00 para um grupo de cinco pessoas, onde R\$ 80,00 fica com o guia e R\$ 20,00 com a associação de moradores. No percurso da trilha são mostrados a terra preta (processo de ocupação da região por populações ancestrais), ervas medicinais, e a árvore da Samauma de aproximadamente 900 anos de existência. No período do verão a procura

dos turistas é maior que no período do inverno em função das chuvas e das cheias dos rios na região.

*Atividades ligadas ao artesanato* - Em entrevista a Gerlene Rodrigues da Cruz (2008, p.15), Alciney Feitosa, integrante do projeto couro ecológico afirma que: “a gente trabalhava na roça. Lá a gente estava degradando muito a floresta. Estava derrubando a floresta para fazer roçados imensos. Se fosse ficar todo tempo fazendo roçado não ia mais ter floresta. Com o couro não está degradando o meio ambiente”.

Figura 04: Loja de artesanato na comunidade de Maguari.



Fonte: Márcio Benassuly, 2016

A produção do artesanato cuja matéria prima é a borracha natural de seringueira tem desempenhado um papel fundamental na comunidade, gerando emprego e renda para todos os que estão envolvidos em sua produção.

### **Conclusões**

Desde a fundação da comunidade de Maguari no final do século XIX a relação com o rio e a floresta é bastante intensa na comunidade. O rio é fonte de fornecimento de peixe, que é a principal fonte de proteínas utilizado na alimentação dos moradores locais.

A floresta é fonte de fornecimento de recursos florestais e caça, de onde os moradores retiram parte de sua renda e alimentação. Na floresta está localizada um conjunto variado

de árvores, com seus frutos, raízes, madeira, palha etc. que servem para suprir parte das necessidades dos moradores da comunidade.

A seringueira de onde se coleta o látex vem sendo utilizada mais recentemente para a produção de artesanato e biojóias, fato que tem contribuído para a geração de emprego e renda local.

Por trata-se de uma comunidade localizada dentro de uma unidade de conservação, o uso do território deve restringir a atividades de uso sustentável da natureza.

Uma das atividades que vem apresentando crescimento é a do ecoturismo, onde a implantação de trilhas na floresta vem atraindo turistas do Brasil e do exterior. Na comunidade de Maguari prevalece um espaço-tempo do rio, onde rio e floresta desempenha um papel central na vida dos moradores locais.

## Referências

CARVALHO, Dionísio. Os caminhos da soja na Amazônia. In FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Meio ambiente e mudança climáticas na Amazônia**. Santarém, 2008.

CRUZ, Gerlene Rodrigues da. Povos tradicionais da Amazônia: os biozeladores da floresta. In FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Meio ambiente e mudança climáticas na Amazônia**. Santarém, 2008.

IBAMA. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós**, Santarém, PA, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cartilha do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós**, Santarém, PA, 2005

PARENTE, Rafaela. Amazônia: diga sim!. In FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Meio ambiente e mudança climáticas na Amazônia**. Santarém, 2008.

SILVA *et al.* Maria Jociléia Soares da. Levantamento de famílias da Floresta Nacional do Tapajós, Pará. In. **Anais do II Seminário de Pesquisas Científicas da Floresta Nacional do Tapajós**. Santarém, PA, ICMBio, 2014.

## Uma Experiência Antropológica na Educação Superior

CRUZ, Sharlene Nascimento da 1, UFAM, sharlene\_cruz@hotmail.com;  
SANTOS, Ivanete Franco dos 2, UFAM, ivanete franco03@hotmail.com;  
TOSCANO, Joana Darque 3, UFAM, joanatoscano@hotmail.com.

### Resumo

Este trabalho trata da importância do conhecimento Antropológico na formação de professores por meio do relato de uma experiência realizada durante a disciplina de Antropologia. Que ocorreu no dia 19 de julho de 2014, na comunidade de Nossa Senhora de Auxiliadora, sul do Amazonas/Brasil. Os métodos utilizados foram a observação, a entrevista, o registro e a sistematização. O intuito foi aproximar os estudantes aos princípios antropológicos por meio da atividade prática.

Palavras-chave: Formação; Pesquisa; Conhecimento Antropológico.

### Resumen

Este artículo trata de la importancia del conocimiento antropológico en la formación docente a través del informe de un experimento llevado a cabo durante la disciplina de la antropología. Que se produjo el 19 de julio de 2014, en la comunidad de Nuestra Señora de la Ayuda del Amazonas Sur / Brasil. Los métodos utilizados fueron la observación, entrevista, registro y sistematización. El objetivo era llevar a los estudiantes a principios antropológicos a través de la actividad práctica.

Palabras clave: formación; la investigación; conocimiento antropológico.

### Abstract

This work deals with the importance of Anthropological knowledge in teacher training through the report of an experience during the discipline of Anthropology. That occurred on July 19, 2014, in the community of Nossa Senhora de Auxiliadora, south of Amazonas / Brazil. The methods used were observation, interviewing, recording and systematization. The aim was to bring students closer to the anthropological principles through practical activity.

keywords: Formation; Search; Anthropological Knowledge.

## 1- Introdução

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM)/Instituto de Educação Agricultura e Ambiente (IEAA) oferece por meio do curso de licenciatura em pedagogia a disciplina de Antropologia, numa introdução aos saberes relacionados a busca pela compreensão da humanidade em todos os seus aspectos. No curso de pedagogia, a Antropologia dada é introdutória e pautada no estudo de conceitos e princípios básicos de compreensão de como se desenvolvem as pesquisas relacionadas a humanidade, no entendimento da história de alguns povos e na valorização da cultura do outro. Tendo como enfoque o conhecimento, a cultura e as tradições no campo educacional.

Nesta perspectiva no ano de 2014, a turma do 2º (segundo) período de pedagogia, participou de uma aula de campo, realizada na Comunidade de Nossa Senhora de Auxiliadora, vulgo Ipixuna (organizada pelo professor regente) com o intuito de proporcionar os estudantes uma aproximação com o campo de conhecimento estudado, por intermédio da busca por dados sobre a comunidade em questão: sua história, primeiros moradores,

seus meios de sobrevivência, os conflitos sociais existentes ou não, em fim, uma pesquisa exploratório sobre a realidade local.

A atividade teve como objetivo fazer um levantamento sócio-histórico da comunidade, além da obtenção de dados demográficos e geográficos. As informações foram adquiridas por meio da realização de entrevistas com os moradores, de observações e registro de imagens que auxiliaram na elaboração de um relatório e um mapa mental ao final da disciplina.

Aos graduandos, a atividade possibilitou, aproximar a teoria ensinada na sala de aula a prática da pesquisa em *locus* (o que raramente acontece em nossas instituições de ensino). Promovendo a realização de uma reflexão a respeito dos processos que permeiam a construção do conhecimento científico em Antropologia.

O entendimento de que para se saber a história de um povo precisa-se de métodos adequados de pesquisa e de que o campo da educação/ensino perpassam a compreensão dos fatores que influenciam nossa história; que a história de um povo diz muito sobre os conflitos, embates existentes na atualidade e, que todos estas relações precisam ser estabelecidas pelos profissionais da educação e pesquisadores, no estabelecimento de saberes sólidos e consistentes.

Alguns relatos dos moradores aparecerão na composição do trabalho, no entanto, nos utilizaremos de identificações como “morador A/morador B”, em respeito ao anonimato reservado aos participantes da pesquisa. Ressaltamos ainda que as entrevistas se derão de acordo com a disponibilidade dos participantes.

## 2- A antropologia como campo de conhecimento

A Antropologia é um dos campos de conhecimento que busca estudar e compreender o homem em todos os seus aspectos. A curiosidade, a observação, a percepção e a sistematização dos fatores que perpassam a constituição sociocultural de um determinado povo e, as diferenças entre eles é o que compõe o conhecimento científico antropológico. Marconi e Presotto (2001, p. 23) define etimologicamente o termo antropologia como *anthropos*, homem e *logos*, estudo, e significa o estudo do homem em sua totalidade, o que lhe confere um triplice aspecto de ciência social, ciência humana e ciência natural, relacionando-se com as chamadas ciências biológicas (que estuda o ser físico) e ciências culturais (que estudar o ser cultural).

O conhecimento antropológico perpassa várias áreas do saber que se complementam, como a sociologia e a psicologia. Portanto, a um vasto campo de pesquisa, com interesses e objetivos próprios, mas que se concluem. Desta forma a ciência antropológica se subdivide em: Antropologia Física e Biológica e Antropologia Cultural, que se debruçam sobre aspectos diferentes da sociedade.

Os antropólogos são os cientistas que buscam compreender melhor, por meio de estudos e pesquisas, a constituição da humanidade. A Antropologia exige de seus cientistas que busquem o conhecimento necessário que os tornem capazes de desenvolverem atividades práticas junto a grupos e comunidades. Sobre este aspecto Marconi e Presotto (2001, p.37) ressalta que “toda pessoa que pretende a prática antropológica necessita de um adestramento baseado no conhecimento de posições teóricas que fundamentam e orientam a ação antropológica na compreensão e solução dos problemas”, ou seja, os pesquisadores desta área tendem a perpassar por um período de formação e outro de aplicação do conhecimento aprendido (procedimento ocorrido de forma simplificada na experiência citada neste artigo).

A antropologia apesar de ser um recente campo de conhecimento e de estar relacionada com outras áreas do saber, oriunda da curiosidade humana de compreender os

aspectos constituintes da humanidade, tornando-se importante no entendimento do outro e dos aspectos que o constitui.

Só o conhecimento é capaz de promover o respeito. Desta forma, na área da educação o conhecimento antropológico torna-se importante a medida que os profissionais (professores, gestores, pedagogos) precisam ter esta compreensão de que a humanidade é constituída por determinados fatores que os condicionam, assim como os alunos de uma escola que apesar de estarem no mesmo ambiente educacional são oriundos de diversos contextos sociais e precisam ser compreendidos e respeitados, na busca para a determinação de um ambiente favorável ao desenvolvimento do aluno em todos os seus aspectos. Neste sentido, o conhecimento antropológico vem a agregar na formação dos pedagogos oriundos da universidade e que atuaram em ambientes adversos, que comportam uma grande diversidade cultural.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), oferece como componente curricular ao curso de pedagogia a disciplina de Antropologia, que busca aproximar os discentes dos princípios antropológicos de conhecimento e respeito as adversidades culturais e sociais existentes em nossa sociedade, como parte importante na formação dos pedagogos. Durante esta disciplina, com a turma do 2º período foi desenvolvido uma atividade que buscou, além do conhecimento teórico, proporcionar aos estudantes uma oportunidade de vivenciar simploriamente a prática da pesquisa em Antropologia. Utilizando-se, para isto, dos conhecimentos adquiridos durante as aulas teóricas e do auxílio do professor formado na área e responsável por dar cumprimento a disciplina.

Nos próximos tópicos nos focaremos em como desenvolveu-se a atividade, os métodos utilizados, os resultados e análises feitas, e principalmente, a importância deste conhecimento para a formação, tanto profissional quanto pessoal.

### **3- Técnicas e metodologias utilizadas**

Utilizando-se dos conhecimentos construídos durante a exposição e leituras de conteúdos bibliográficos no decorrer da disciplina, buscou-se desenvolver a pesquisa na perspectiva do método etnográfico, descrevendo aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos que constituem a comunidade de Nossa Senhora de Auxiliadora. Sendo que o método etnográfico “consiste no levantamento de todos os dados possíveis sobre sociedades ágrafas ou rurais e na sua descrição, com a finalidade de conhecer melhor o estilo de vida ou a cultura específica de determinados grupos”, (MARCONI e PRESOTTO, 2001, p. 34).

Os dados foram coletados por meio da observação direta, realizada em um dia de visita a comunidade (trabalho de campo), e de entrevistas dirigidas com perguntas abertas, realizadas com os moradores, com um roteiro preestabelecido. Utilizou-se como instrumentos de registro: telefones celulares, para gravar as repostas dos entrevistados; câmeras digitais, para filmar e tirar fotos e, um caderno de campo.

Posteriormente, no retorno a rotina, desenvolveu-se um relatório de sistematização e análise dos dados coletados. Além da elaboração de um mapa mental, construído a partir das observações e registros por imagem do local da pesquisa. Uma exposição foi organizada pela turma para compartilhar as informações adquiridas durante a atividade para os demais estudantes da universidade.

#### **4- Etapas da pesquisa**

A comunidade em questão chama-se comunidade de Nossa Senhora de Auxiliadora, popularmente chamada de Ipixuna, por estar localizada às margens do rio Ipixuna, muito conhecido pela população da região por ser um local de praia utilizado para lazer na época da seca dos rios. A comunidade está localizada a aproximadamente 40 km da cidade de Humaitá/AM, BR 230 sentido Humaitá-Lábrea, região sul do estado do Amazonas/Brasil. Esta é uma comunidade rural com moradores que sobrevivem da pesca e da agricultura familiar, principalmente com a plantação de mandioca para produção e venda de farinha; da caça e da retirada de açaí (fruta típica da região amazônica).

A pesquisa ocorreu em um dia de sábado por ser mais propício, tanto para os discentes da universidade quanto para a população local. O acesso à localidade é feito por terra e para tanto utilizou-se como meio de transporte um ônibus cedido pelo 54º Batalhão de Infantaria e Selva (54º BIS) do município de Humaitá, percorrendo aproximadamente uma hora até o local de destino. Ao chegar à comunidade foram dadas as seguintes orientações: fazer equipe de três componentes, realizar novamente a leitura do roteiro de entrevistas e seguir para observar, registrar imagens e solicitar a alguns moradores uma entrevista com questões previamente estabelecidas (as entrevistas deveriam ser feitas com no mínimo três moradores locais).

A comunidade está localizada em um projeto de assentamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), portanto estes terrenos não deveriam ser vendidos nem passados de dono. Mas observa-se que a maioria das residências não estão em posse dos donos originais. A maioria dos terrenos são vendidos para pessoas de outras cidades que não residem na comunidade, mas por estar ao lado do rio Ipixuna, muito visitado na época da seca por apresentar uma faixa de areia, espaço de lazer para os visitantes e moradores. Moradores relatam que geralmente as residências passam praticamente o ano todo vazias. Só são visitadas em épocas específicas.

As primeiras impressões que se tem é que a comunidade é relativamente pequena, rural, com apenas duas ruas de terra que dão acesso às casas locais. Está cercada por árvores, pois trata-se de uma reserva, portanto possui poucos habitantes nas redondezas. As casas são relativamente simples, sendo que a maioria são de madeira. No entanto, já observou-se algumas construções de alvenaria. A comunidade já usufrui de energia elétrica e água encanada oriunda de um poço artesiano. Possui ainda uma igreja, uma escola e um posto de saúde. No entanto, a este respeito, moradores relatam que os serviços de assistência à saúde e a educação não são oferecidos continuamente e satisfatoriamente. Não há saneamento básico, nem coleta seletiva.

##### **4.1- Resultados e discussões**

Como poderemos observar a seguir: foram entrevistados três moradores, duas mulheres e um homem, com idade entre 45 (quarenta e cinco) e 63 (sessenta e três) anos, residentes na região a aproximadamente 4 (quatro) à 9 (nove) anos. Sendo que as questões estavam voltadas a desvendar um pouco sobre a história da comunidade, os modos de vida e trabalho, os conflitos, além de questões relacionadas ao contexto social, político e econômico. A seguir podemos observar algumas das impressões destes moradores a respeito de tais questões:

“Morador 1” residente na comunidade a 09 anos diz que mudou-se para lá por influência da família. Para sobreviver trabalha com a produção de farinha que é vendida na cidade, da criação de galinhas e da criação de peixes.

Por residir pouco tempo na comunidade diz que pouco sabe sobre sua história, como originou-se, no entanto relata que quando chegou à localidade conheceu alguns moradores

mais antigos dentre eles cita um senhor conhecido por Medeiros e as senhoras Creuza Soares Vieira e Tereza Vieira e Raimunda Vieira como moradores mais antigos (não pudemos conhecer estas pessoas devido a atividade sse desenvolver em um curto tempo).

A comunidade é formada principalmente pelas famílias, diz “morador 1” ao ser questionado sobre como si dá a divisão das terras na localidade por ser um terra de Assentamento e não permitir a venda e/ou transferência de dono.

A respeito das condições estruturais da comunidade o morador relata que já ouviu grandes melhorias como o estabelecimento de água encanada, energia elétrica, posto de saúde, por exemplo. Porém, ressalta, *ainda existem problemas como a ausência de transporte*, pois não há transporte público ou particular para locomoção dos moradores locais. Quando estes necessitam ir a cidade tem que esperar uma condução a beira da estrada.

Cita também a pesca ilegal, que segundo a moradora *dificulta o acesso aos peixes devido a falta de conscientização dos pescadores*, que promove, além de outros fatores, escassez de peixes muito importante para a sobrevivência das pessoas que ali residem. Fator que conduz à muitos conflitos internos (entre os próprios moradores) e externos (entre os moradores e os pescadores ilegais).

Já com relação a retirada de madeira ilegal, o que ocorre muito na região, a moradora diz que *muitas pessoas tiram madeira, houve uma reunião com relação ao desperdício da madeira, a reciclagem. Somente os moradores tem permissão para tirar a madeira para sua próprias construção da moradia dos moradores*. Já com relação ao assentamento do INCRA, a senhora Maria diz que *começou a três anos ao qual realizandose os procedimentos legais para que os moradores pudessem ter como deles as terras em que residem*.

“Morador 2” de 60 anos, reside na comunidade a 05 anos, mudou-se para lá por problemas financeiros que não condizia com a vida na cidade. Trabalha com plantação de mandioca. Relata que não possui conhecimento sobre a história da região.

Quando perguntado sobre os aspectos relacionados ao bem estar social o morador relata que *“os moradores não conseguem uma pessoa de responsabilidade que represente a comunidade, não há uma votação e apenas uma escolha mas nada faz pela vila, comunidade”*. Outro fator causador de conflitos, segundo morador é a questão da pesca, *“vem muito pescadores, não são bem vindos, porque a pesca é de direito dos moradores da comunidade, somente para os moradores da comunidade”*. A respeito da educação relata que *“a falta da escola, as crianças não tem acesso a educação. Tem um estudo improvisado, outros estudam na cidade e vão de ônibus”*.

A respeito da terra o morador diz que *“nem todos são legalizados”*, muitas das pessoas que possuem casa na região não são assentadas pelo projeto, possuem o terreno por meio de invasão de terras e/ou compra.

“Morador 3” tem 45 anos, trabalhou como professor durante quatro anos na comunidade, entre 2000 e 2004, e diz que *quando cheguei conheci alguns moradores antigos como o senhor Enias Soares e esposa, o senhor Manuel (falecido) e o senhor Zé Antônio*. Para ele a comunidade é bem antiga porém não possui qualquer tipo de assistência do poder público, falta saneamento básico, uma escola de qualidade para as crianças e, apesar de ter um posto de saúde *só funciona mesmo para fazer lâminas de malária*. Relata ainda que *não há união na comunidade, os líderes que são responsáveis por lutar pelos direitos dos moradores simplesmente não o faz, o que acaba gerando tensões entre os moradores e seus representantes o que prejudica, segundo ele, todos os serviços a serem prestados como educação, saúde, ou seja, os benefícios da comunidade são prejudicados por causa destas tensões*.

## 5- Considerações Finais

A realização da aula de campo foi muito proveitosa para formação pois puderam observar os modo de vida e trabalho dos moradores, que se mostraram receptivos e dispostos a colaborar com a atividade, além de oportunizar o estabelecimento de relações concretas entre o saber teórico e prático. Pois os dados coletados derão origem a um relatório de análise e ao desenvolvimento de um mapa mental da localidade. Conhecimentos estes compartilhados com toda a comunidade academica por meio de uma exposição de encerramento da disciplina.

A comunidade tem todos os aspectos de uma localidade interiorana pouco desenvolvida. Não à grande estabelecimentos. As instituições públicas não estão presentes e o ensino, a educação fica em cargo da família ate uma certa idade, por não haver na comunidade uma instituição escolar consistente.

Algumas dificuldades tiveram que ser perpassadas na realização da atividade, pois alguns dos moradores não estavam em suas casas o que levou-nos a ter dificuldades de encontrar a quantidade estipulada para a realização da entrevista; segundo, muitos dos moradores são recentes e possuem pouco conhecimento sobre a constituição da comunidade; terceiro infelizmente o aparelho de filmagem utilizado não funcionou corretamente o que nos levou a perder parte de todos os dados conseguidos. Tudo isto dificultou-nos na elaboração do relatório final de análise dos dados.

Por fim, ressaltamos a importância de se trabalhar dentro das universidade o conhecimento antropológico na promoção e na valorização de realidades tão desconhecidas como é o caso da comunidade de Nossa Senhora de Auxiliadora. Pois muitos dos profissionais egressos da universidade partem para o trabalho em localidades longiquas como a citada neste trabalho, daí a importância de se conhecer os princípios do conhecimento antropológico. O professor precisa saber e valorizar os saberes das crianças, jovens e adultos oriundos do campo.

## Referências

- MARCONI, M. A.; PRESOTTO, Z. M. N. **Antropologia**: uma introdução. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- OLIVEIRA, R. C. **Ensaio antropológicos sobre moral e ética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

## **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO AMAPÁ: DIAGNÓSTICOS DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA**

Lana Patrícia de Matos dos Santos,  
Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Bolsista  
PROBIC, lana\_patricya@hotmail.com  
Daguinete Maria Chaves Brito  
Professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP,  
dagnete@uol.com.br

### **Resumo**

O Estado do Amapá se destaca em escala nacional e internacional pelo quantitativo de áreas legalmente protegidas, como Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais, Territórios Remanescentes de Quilombos, Terras Indígenas e principalmente Unidades de Conservação. É interessante lembrar que é o único Estado em que todas as Terras Indígenas estão homologadas. Com relação às Unidades de Conservação, estas representam 61,95% de seu território. A Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, a unidade objeto desta pesquisa foi a primeira unidade de conservação criada no estado e a pesquisa teve como objetivo: identificar os conflitos socioambientais existente nessa área. As técnicas de pesquisa utilizadas foram: o levantamento do referencial teórico, trabalhos de campo com observação participante, e posteriormente se trabalhou os dados obtidos; as transcrições de entrevista semiestruturadas realizadas com a gestão da área e moradores, além de análises de documentos e as demais informações disponíveis. Constatou-se a ingerência da área, com a inexistência do Plano de Manejo, dificuldades em gerir o território em conjunto com a população residente, gerando problemas de regularização fundiária e a degradação socioambiental. Engendrando um cenário oposto ao proposto pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza-SNUC.

Palavras-chave: Amazônia, Área de Proteção Ambiental; Gestão de Unidades de Conservação; Conflitos socioambientais.

### **Resumen**

El estado de Amapá se distingue a nivel nacional e internacional por la cantidad de áreas legalmente protegidas, tales como Áreas de Preservación Permanente, Reservas Legales, los restos territorios Quilombo, Tierras indígenas y áreas especialmente protegidas. Es interesante recordar que es el único estado en el que se aprobaron todas las tierras indígenas. Con respecto a las áreas protegidas, que representan 61,95% de su territorio. El Área de Protección Ambiental de Fazendinha, el objeto de esta unidad de investigación fue la primera área protegida creada en el estado y la investigación dirigida a: identificar los conflictos ambientales existentes en esta área. Las técnicas de investigación utilizados estaban creando el marco teórico, el trabajo de campo con la observación participante, y más tarde trabajó los datos obtenidos; las transcripciones de entrevistas semiestruturadas a cabo la gestión de la zona y los residentes, así como el análisis de los documentos y otra información disponible. Se encontró que la interferencia de la zona con la ausencia del Plan de Gestión, dificultades en la gestión del territorio, junto con la población residente, lo que genera problemas de tenencia de la tierra y la degradación del medio ambiente. Engendrando un escenario opuesto al propuesto por el Sistema Nacional de Unidades de Conservación de la Naturaleza-SNUC.

Palabras clave: Amazonas, Área de Protección Ambiental; Manejo de áreas protegidas; Conflictos Ambientales.

### **Résumé ou Abstract**

The state of Amapá stands out on a national and international scale for the number of legally protected areas, such as Permanent Preservation Areas, Legal Reserves, Quilombos Remaining Territories, Indigenous Lands and mainly Conservation Units. It is interesting to remember that it is the only State in which all Indigenous Lands are approved. With regard to Conservation Units, these represent 61.95% of their territory. The Fazendinha Environmental Protection Area, the unit object of this research was the first conservation unit created in the state and the objective of the research was to identify the socio-environmental conflicts in this area. The research techniques used were: the survey of the theoretical reference, field work with participatory observation, and later the data obtained were worked; The semi-structured interview transcripts made with the management of the area and residents, as well as document analyzes and other available information. It was verified the interference of the area, with the absence of the Management Plan, difficulties in managing the territory together with the resident population, generating problems of land regularization and socio-environmental degradation. Generating a scenario opposite to that proposed by the National System of Nature Conservation Unit.

Mots-clés ou keywords: Amazon; Environmental Protection Area; Management of Conservation Units; Socio-environmental conflicts.

## **1- INTRODUÇÃO**

No século XX, foram implantadas na Amazônia políticas estatais como o objetivo de fortalecer a economia nacional. A inserção do capital estrangeiro nesta região se deu através de investimentos em grandes projetos extrativistas como Projeto ICOMI e Projeto Jari, nos Estado do Amapá e Pará, estes projetos reconfiguraram a região. O fluxo migratório, os conflitos agrários e a degradação socioambiental, como a erosão e contaminação pela exploração mineral, exploração madeireira e outros, se elevaram neste período. A criação de Áreas Especialmente Protegidas na Amazônia em 1980 gera à região uma nova configuração. Atualmente, caracterizado por áreas de: Proteção Integral, Uso Sustentável, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

O Amapá é um Estado que se destaca no cenário nacional e internacional pelo conjunto de áreas legalmente protegidas que compõe o seu território. Além das Unidades de Conservação, que perfazem um total de 61,95% de sua área, devemos considerar, também, as Áreas de Preservação Permanente, as Reservas Legais, os Territórios Remanescentes de Quilombos e as Terras Indígenas, dentre outras. (BRITO, 2008). A criação e gestão de Unidades de Conservação, no território brasileiro seguem diretrizes determinadas pelo sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), que fomenta a

conservação da diversidade biológica, de modo a garantir, às gerações futuras, as riquezas naturais existentes no país.

No Amapá, a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Fazendinha foi estabelecida para solucionar tensões entre a exploração dos recursos naturais e à sustentabilidade dos ecossistemas desta área, daí ter sido transformada de Reserva Biológica para APA em 2004. Entretanto, ao se estabelecer unidade de conservação de uso sustentável, conflitos mais intensos foram gerados, alterando constantemente a dinâmica espacial, principalmente a população que habita a margem do igarapé da Fortaleza. Pois, a criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais é vista por essas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço de coletivo no qual se realiza seu modo de vida (Diegues,1996,p.65). O território é um elemento de fundamental compreensão, para a análise da relação dialética entre população tradicional e a natureza da APA da Fazendinha, faz parte do referencial teórico e revisão bibliográfica da Pesquisa. O território para essas populações segundo Diegues significa

[...] uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (DIEGUES, 1996, P.83).

Nesse sentido, “o território revela relações marcadas pelo poder”(RAFFESTIN,1980, p. 145). Pois as relações Socioambientais estabelecidas na APA da Fazendinha representam um campo de forças onde atores, gestores e demandas divergem, comprometendo a sustentabilidade da Unidade de Conservação. Nesta perspectiva, delinea-se o objetivo dessa pesquisa de identificar os conflitos socioambientais pertinentes a esta unidade de conservação.

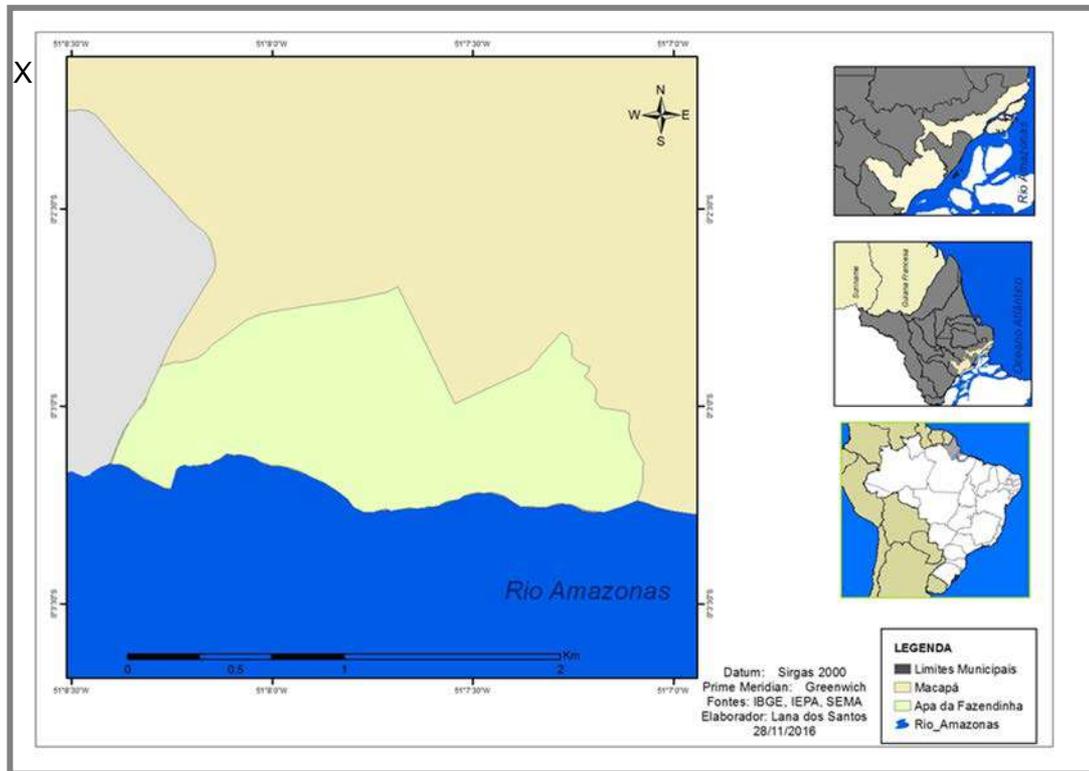
As técnicas de pesquisa utilizadas foram o levantamento de referências teórico referente a conflitos socioambientais e específico sobre a área de estudo, trabalhos de campo para registro de imagens, anotações empíricas, obtenção de Informações sobre projetos e atividades executadas pelo órgão gestor da APA a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e aplicação de entrevistas semiestruturadas com técnicos e gestores que desenvolvem atividades na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, e também com moradores locais da UC.

A partir dessas entrevistas semiestruturadas e observações participantes na comunidade e gerência, constatou-se a situação de vulnerabilidade socioambiental em que a unidade se encontra, implicações da ingerência da falta de controle sobre o movimento de ocupação, pois não é realizado recenseamento, mecanismo de conhecimento sobre a população, o saneamento urbano é negligenciado, atrelado ao movimento de ocupação/invasões e edificações de palafitas e a inexistência do Plano de Manejo, facilita a degradação ambiental na APA da Fazendinha, causada pela deposição de resíduos sólidos, vegetais, animais e dejetos humanos no entorno das residências, despejados pela população local, causando a degradação do ambiente. Para DIEGUES (1996) são a organização social e os valores culturais os principais fatores responsáveis pela degradação do ambiente e não simplesmente a tecnologia.

## **2- A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA E SUA GESTÃO**

A APA da Fazendinha foi a primeira unidade de conservação do território do Estado do Amapá, Localizada ao sul da cidade de Macapá, divisa com o município de Santana (figura 01). Criada em 1974, como Parque Florestal de Macapá. Nesse período, houve o primeiro movimento de apropriação socioambiental, em 1984 foi transformada em Reserva Biológica da Fazendinha, uma unidade de proteção integral e, finalmente, em 31 de dezembro de 2004, com a publicação da lei estadual nº 0873 foi transformada em APA da Fazendinha, uma categoria de uso sustentável, com área de 136,6 hectares. A APA é banhada pelo rio Amazonas e faz parte da bacia do igarapé da Fortaleza.

Figura 01 – Localização da Área da pesquisa APA da Fazendinha, AP .Fonte: IBGE,IEPA,SEMA, adaptado pelo autor(Campo 2016)



As APA foram inicialmente instituídas pela Lei nº 6.902 de 27 de abril de 1981, regulamentadas pelo Decreto nº 99.274 de 6 de junho de 1990. Constituídas por áreas públicas ou privadas, com o objetivo de disciplinar o processo de ocupação das terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, além de proporcionar o bem estar das populações humanas que vivem nestes espaços, devem, também, resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes.

Essas áreas têm como objetivo fundamental, a proteção da diversidade biológica, o ordenamento do processo de ocupação e a sustentabilidade no uso dos recursos naturais (FERREIRA, 2011). O SNUC estabelece a obrigatoriedade da instituição gestora da área a elaboração e execução do plano de manejo, com prazo máximo de cinco anos a partir da data de sua criação. A existência de um plano de manejo é um indicador preponderante para analisar a qualidade da gestão de uma unidade de conservação. A SEMA, instituição responsável em gerir a APA da Fazendinha ainda não concluiu a elaboração e execução de um plano de manejo para a área. Sua gestão é representada por algumas ações, como a colocação de placas informativas (figura 2).

Figura 02 – Placa de identificação da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha.  
Fonte: Campo (2016)



A gestão de uma área de proteção ambiental deve obrigatoriamente ter a participação da população residente. A Lei 9985/00, que institui o SNUC, estabelece os tipos de conselhos que as unidades devem dispor, entre deliberativo e consultivo. O presidente do conselho, que no caso de APA é deliberativo deve ser o Chefe da unidade. Na pesquisa de campo, o chefe da APA da Fazendinha se negou em contribuir com a pesquisa, não comparecendo nos horários marcados para entrevista e sem retornar e-mails; demonstrando descaso e desvalorizando a pesquisa científica e conseqüentemente a unidade de conservação que está sob sua responsabilidade, pois a pesquisa tem por finalidade identificar os conflitos ali existentes, de forma indicar soluções. Devido a este impedimento, não foi possível confirmar a existência e os membros dos conselhos estabelecidos pelo SNUC.

A gestão participativa da unidade que é a composição do Poder Público e População local, conta com uma tênue representatividade dos moradores, com o esfacelamento da associação dos moradores, que ocorreu gradativamente. Suas assembleias ocorriam na sede administrativa da SEMA localizada APA da Fazendinha, destruída pelo incêndio em janeiro de 2016, causando a perda de documentos da APA e da associação de moradores (Figura 03).

Figura 03 - Sede Administrativa da APA da Fazendinha - Antes e após o incêndio.  
Fonte:Campos (2014 -2016)



A APA da Fazendinha possui 42 anos de história com plano de manejo inexistente. Ao consultar a equipe que a gerencia sobre o plano de manejo, a resposta é de que ainda está em elaboração e a conclusão prevista para 2020. Em observações participativas na SEMA, durante o curso e ação de Educação Ambiental e Manejo de Resíduos Sólidos na APA da Fazendinha, projeto vinculado ao Núcleo de Educação Ambiental (NEA/SEMA), núcleo com a função de implantar e executar Políticas de Educação Ambiental de forma participativa e inclusiva, construir e gerir programas estaduais e municipais de Educação Ambiental foi possível constatar as seguintes ações:

1. Projeto Agente Ambiental Comunitário do Estado do Amapá (PROJAACAP);
2. Projeto Lixo que Vale;
3. EA em Unidades de Conservação.

A metodologia participante, nos proporcionou acompanhar uma ação do último projeto listado anteriormente. O projeto Educação Ambiental em Unidades de Conservação surgiu como mecanismo de prevenção do despejo de resíduos sólidos, pois para o órgão gestor da APA da Fazendinha a deposição inadequada de resíduos sólidos é uma das problemáticas mais relevantes da unidade de conservação. Para prevenir esse tipo de degradação desenvolvem esporadicamente ações de Educação Ambiental, porém com concepções errôneas, as ações se assemelham as de coleta seletiva na comunidade. A ação de educação ambiental na APA da Fazendinha foi desenvolvida em duas etapas:

1 Divulgação da Ação, a partir da distribuição de material impresso realizada em dois dias por voluntários/participantes do Curso Educação Ambiental e Resíduos Sólidos.

2 Realização da Ação de coleta seletiva tendo como público alvo as crianças (figura 05). Após a coleta seletiva, às crianças foi proporcionado um momento de recreação e lazer com pula-pula e piscina de bolinhas levados até a APA pela equipe de técnicos da SEMA . Porém, a ausência de conscientização sobre coleta seletiva na comunidade e Educação Ambiental, gerou alguns transtornos na realização da ação, pois crianças apresentaram resíduos retirados dos rios e arredores das residências, refletindo a ineficiência da ação, que tinha como objetivo evitar o despejo direto ao ambiente.

Figura 05: Ação de Educação Ambiental e Resíduos Sólido realizada pela SEMA  
Fonte: Campo(2016)



A ação coletou quantidade de resíduos satisfatória encaminhados para a reciclagem. No entanto, a falta de investimento em projetos que verdadeiramente incentivem e disseminem a Educação Ambiental com ações que provoquem a mudança na relação sociedade-meio ambiente, das mais de 200 famílias residentes na APA (figura 6). A gestão da UC, para conter a degradação causada pela população com despejo dos resíduos no rio e em seus terrenos, com base no Decreto Federal nº 6514, de 22 de julho de 2008 que puni diversas infrações cometidas nas unidades de conservação, pensa em maneiras de aplicar multa, porém a falta de recursos humanos para atuar na fiscalização, torna esse projeto inviável.

### 3- DIAGNÓSTICOS DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Conflitos socioambientais segundo Little (2001), o termo designa os embates entre grupos sociais, em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, com seus respectivos meios social e natural. Nesse estudo de caso, os conflitos ocorrem entre dois atores, o poder público gestor da UC e os moradores da UC.

Conforme informações prestadas pela fiscalização da APA, a gestão não possui um mecanismo para monitorar o processo de ocupação da unidade e age a partir de denúncias da comunidade. O último recenseamento foi realizado em 2015, contabilizando 240 famílias, porém, a documentação foi perdida no incêndio da sede.

Não existe fiscalização para coibir a venda/especulação imobiliária nem para conter a exploração de recursos naturais, o único controle é para as pesquisas científicas que precisam de autorização da SEMA. Esta falta de controle ao acesso dos recursos facilita a caça e extração de madeira ilegal, o desmatamento e a apropriação de recursos por não moradores dessa área.

Quanto à deposição de resíduos sólidos (doméstico, comercial e produtivo) comumente produzidos, como: plásticos, embalagens, papelão, papel, perecíveis de carne (restos de camarão, peixe e outros), além de caroço de açaí, não há fiscalização, como a coleta é pública e ocorre duas vezes na semana, resíduos são despejados no rio e aos arredores das residências. A população é ao mesmo tempo passiva e agente potencial à degradação do meio referente ao lixo e limpeza públicos e impactos negativos diretos aos moradores locais, somados a precárias condições sanitárias. Os resíduos sólidos encaminhados para a reciclagem são somente os da coleta realizada durante a ação.

Sobre as pesquisas realizadas na APA, não houve retorno institucional ou sociocultural e econômico. Os projetos de educação ambiental são desenvolvidos somente pela SEMA, duas escolas localizadas nas proximidades da APA, não desenvolvem atividades escolares na área.

In lócus, identificou-se problemas como: a ausência de policiamento, necessidade de reforma das vias de acesso, falta de iluminação, negligência no saneamento básico, deficiência na coleta de lixo, não atendimentos a serviços básicos como: água tratada, luz, saúde e transportes. Essas são necessidades expressas pela população residente na APA, que se encontra em uma situação de vulnerabilidade socioambiental.

A displicência do Chefe da APA com relação à pesquisa causou alguns prejuízos no desenvolvimento deste estudo de caso; e percebeu-se que se o órgão não trabalhar

ativamente junto às instituições de pesquisa, dificilmente conseguirá orientar as investigações para temas pertinentes a unidade de conservação.

As diretrizes que regulamentam as unidades de conservação de uso sustentável, como a APA devem buscar incentivar o fortalecimento de processos de mobilização social que promovam a gestão participativa da unidade. Há, portanto, disposições divergentes e conflitantes quanto à presença humana em áreas naturais destinadas à conservação (RODRIGUES, 2004, p.187). Apesar dessa oposição o SNUC, considera importante a proteção dos recursos naturais necessários para a subsistência das populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura.

Diante dos resultados desta pesquisa, a respeito dos despejos de resíduos sólidos, desmatamento e extração madeireira ilegal, é pretensa a incompatibilidade entre a presença dessas populações e a proteção da biodiversidade; argumentos dos preservacionistas contra a ocupação antrópica em unidades de conservação, seguidas do descaso e a passividade da gestão que não oferece condições para a manutenção da população nesse território.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A condição de degradação socioambiental da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, é reflexo e consequência das ações e projetos desenvolvidos pela gestão, que não dialogam com as necessidades da população local, pois gestão participativa é negligenciada. Com o Plano de Manejo da área, ainda em fase de elaboração, o planejamento da área é inexistente, faltando assim, incentivos a projetos e ações, como programas de educação ambiental, que viabilize a sustentabilidade da APA.

A situação vivenciada na APA desobedece as determinações da Lei que estabeleceu o SNUC, a sustentabilidade ambiental baseado no desenvolvimento, no progresso humano em equilíbrio e harmonia com os limites dos recursos naturais. A geração de conflitos socioambientais nesse território deve-se a este fato. Território esse segundo Raffestin (1993) resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa) em qualquer nível. Que desenvolvem distintas territorialidades. Neste caso, identificam-se dois atores sintagmáticos: Gestão Pública e população local, com interesses divergentes.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMAPÁ. Ministério Público. **Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá, AP. Tramas Ecodesign, 2011. 66p.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 0873, de 31 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, no Município de Macapá, Estado do Amapá. Macapá: GEA, 2004

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O Mito da Natureza Intocada.** 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1998;

FERREIRA, Glauciela Sobrinho Cunha Pantoja. **Relações Socioambientais: ocupação, uso e degradação na territorialidade da APA da Fazendinha (Amapá-Amazônia – 1974 a 2010)** / Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Orientador Valter Gama de Avelar. Macapá, 2011. 165 f.

LITTLE, Paul E. Os Conflitos Socioambientais: Um campo de Estudo e de Ação Política. (Org )BURSZTYN, M. In: A Dificil Sustentabilidade : Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed .Garamond LTda. P. 107-122.2001;

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993

RODRIGUES, Carmem Lúcia, **Desafios em torno da participação de populações tradicionais na conservação da Mata Atlântica: O caso do projeto de preservação da Mata Atlântica e a experiência do comitê de gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.** In: I OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. II MARQUES, Maria Inez Medeiros ( Orgs). O campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p.181.

## **URBANIZAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL EM MACAPÁ-AP**

Eliane Cabral da Silva, Universidade Federal do Amapá, lianecabral@hotmail.com

### **RESUMO**

O presente trabalho se insere nas discussões sobre a questão urbana na Amazônia e busca compreender as transformações recentes da urbanização de Macapá, capital do estado do Amapá, por meio da investigação do processo de expansão urbana vivenciado por essa cidade entre 2005 e 2015. O processo de expansão urbana sucedido após a estadualização e guarda diferenças fundamentais do que passa a predominar após 2005, quando novas formas de atuação do capital se colocam na cidade e outros agentes e processos no urbano são fortalecidos. Nesse sentido, justifica-se a periodização realizada e a importância do estudo. A opção metodológica foi por analisar a cidade a partir da produção do espaço urbano. Henry Lefebvre e David Harvey são as referências para pensar sobre o urbano, a cidade e os processos que envolvem sua produção. A coleta de dados empíricos ocorreu via investigação de campo, mapeamento dos principais empreendimentos imobiliários residenciais e levantamentos em órgãos oficiais dos governos municipal, estadual e federal. Os resultados da pesquisa mostram que, entre 2005 e 2015, 33 empreendimentos imobiliários residenciais foram construídos em Macapá, desses, 28 por iniciativa privada, em sua maioria de padrão médio a alto, localizados no centro da cidade e em áreas de expansão urbana sobre terras rurais; por outro lado, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam que 14% da população da cidade vivem em condições precárias e habitam palafitas localizadas em áreas alagadas. Dados que evidenciam a importância do capital imobiliário no processo de expansão urbana recente de Macapá, e indicam a constituição de novas formas e conteúdos no urbano, que intensificam as desigualdades e a segregação socioespacial.

**Palavras chave:** Transformações. Produção do espaço. Segregação. Macapá-AP.

### **Introdução**

Este trabalho tem como base as discussões realizadas na pesquisa de doutorado da autora e busca apresentar aspectos da urbanização na cidade de Macapá, capital do Estado Brasileiro do Amapá - AP, do período que vai de 2005 até o ano de 2015, por meio da investigação do processo de expansão urbana ocorrido e, com isso, constituir subsídio para reflexão sobre o crescimento da cidade, suas consequências e tipo de morfologia resultante. A expansão foi analisada a partir da perspectiva teórica da produção do espaço urbano, que tem como estratégia um olhar dialético e crítico sobre a cidade, de forma a identificar agentes, processos e compreender as formas e conteúdos resultantes. Henry Lefebvre e David Harvey foram as referências principais para pensar sobre o urbano, a cidade e os processos que envolvem sua produção; nesse sentido, cidade e urbano são preferencialmente entendidos como resultantes de relações sociais e o direito à cidade entre outros questões, como dar potência ao valor de uso do solo urbano sobre o seu valor de troca.

No que se refere aos dados empíricos, foram coletados por meio de investigação de campo, georreferenciamento, mapeamento dos principais empreendimentos imobiliários residenciais construídos (2010 e 2015) e levantamentos em órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e nas Secretarias Municipais e Estaduais ligadas à gestão territorial urbana. Para elaboração dos mapas foram ainda considerados os planos

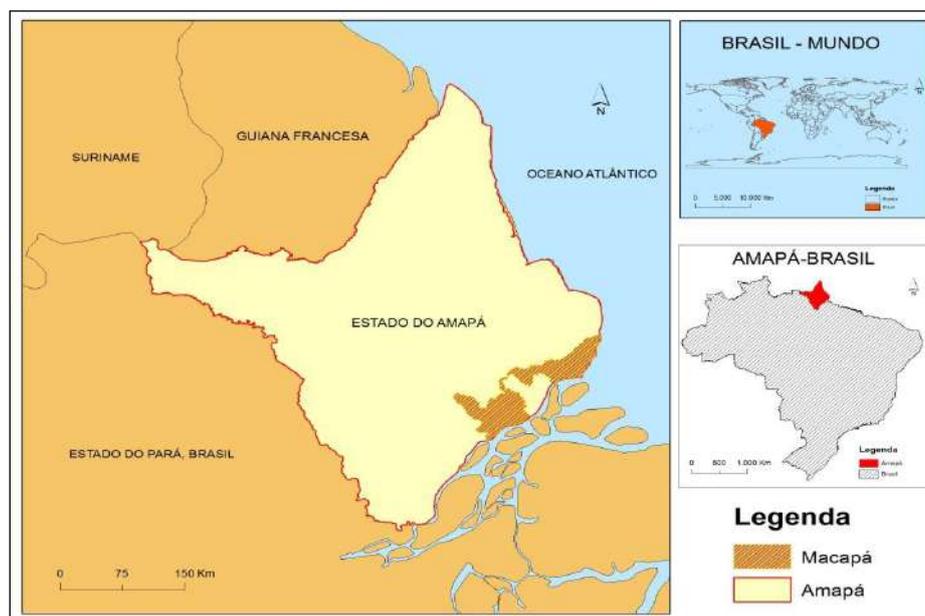
de desenvolvimento urbano e diretores feitos para Macapá desde 1960 e imagens digitais que mostram a malha urbana e como ela foi crescendo, ao longo dos tempos.

A linguagem escolhida para representar a expansão urbana foi a cartográfica e a discussão sobre o processo de expansão urbana em Macapá é apresentada em duas periodizações, a primeira entre 1988 a 2005, e a segunda de 2006 a 2015. O processo de expansão urbana sucedido após a estadualização e guarda diferenças fundamentais do que passa a predominar após 2005, quando novas formas de atuação do capital se colocam na cidade e outros agentes e processos no urbano são fortalecidos. Nesse sentido, justifica-se a periodização realizada e a importância do estudo.

### A urbanização em Macapá após 2005

Macapá atualmente é a maior cidade e a capital do Estado do Amapá (Mapa 1) e possui mais 94% de sua população vivendo no urbano. Localizada na Amazônia setentrional, extremo Norte do Brasil, sua história mostra que o seu crescimento urbano, até a estadualização em 1988, foi consequência de grandes projetos econômicos ligados ao extrativismo, à exploração mineral e às políticas públicas direcionadas à “ocupação” e ao desenvolvimento da Amazônia, que vão sendo inseridos no Estado do Amapá depois que foi elevado à categoria de Território Federal, em 1943, como é assinalado por Becker (2013), Nascimento e Santos (2010), Porto et al. (2011), Superti, Porto e Martins (2011).

Mapa 1 - Localização de Macapá



Elab.:Ferreira (2015). Arcgis 10.0.

Mas, após o processo de estadualização essa dinâmica se modifica e, especialmente a partir de 2005, o processo de expansão urbana em Macapá passa por sensíveis mudanças, especialmente no que se refere a suas formas e conteúdos, destacando-se a maior presença no território de serviços ligados a meios técnicos-científicos-informacionais<sup>1</sup> e o

<sup>1</sup> Técnico-científico-informacional é uma definição utilizada por Santos e Silveira (2001) para denominar o período atual, em que a técnica, as ciências e informação comandam o mundo das relações e a economia. Segundo esse autor, que analisa a modernização e seus rebatimentos no plano territorial, atualmente se constituem redes de

comparecimento do setor imobiliário, via as incorporadoras e construtoras como agentes importantes na promoção da expansão urbana e na produção da cidade.

O adensamento, no território, de alguns serviços ligados aos meios técnico-científicos-informacionais, como maior oferta de banda larga para usuários domésticos e empresariais, em decorrência da inauguração do linhão de fibra ótica da empresa de telecomunicações OI e do Linhão do Tucuruí<sup>2</sup>, bem como o aumento do número de voos regionais e nacionais para capital macapaense, com a presença de novas empresas aéreas que passam operar no aeroporto da cidade, e a instalação de dois novos Shopping Center<sup>3</sup>, impactam no urbano e influenciam em novas formas de organização socioespacial.

Além das questões citadas, destaca-se ainda, no âmbito da organização espacial a partir de 2005, a consolidação de novas centralidades<sup>4</sup> no contexto da cidade, com o surgimento de múltiplos subcentros fora do centro tradicional, destarte a um movimento mais geral de descentralização/centralização que envolve a dinâmica atual do processo de urbanização dessa cidade. Até meados de 1990, Macapá era uma cidade que apresentava uma organização espacial monocêntrica, mas a expansão urbana, ocorrida nos últimos anos, mudou essa realidade. A extensão da Rodovia AP 210, entre a Ponte Sérgio Arruda, a Rodoviária Municipal, na Zona Norte, o “centrinho” do Bairro Novo Horizonte<sup>5</sup>, localizado na rua Cícero Marques de Souza e delimitado pelas Av. Ramos e Av. Deiclides Montalvene, também na Zona Norte, a rua Santos Dumont, limitada pelas ruas Presidente Vargas e Feliciano Coelho, no Bairro Buritizal, na região Sudoeste, e o Shopping Amapá Garden, localizado na Rodovia JK, na região Sul; são áreas e locais que representam esse processo de multicentralização para Macapá, visto que no último período concentraram um grande número de comércios e serviços, se tornaram áreas e locais intensos na atração e no fluxo de pessoas, se constituindo em novas centralidades para suas respectivas regiões.

---

engenharias a partir dos meios técnico-científico-informacionais nos territórios, de forma a torná-los mais funcionais às formas hegemônicas de acumulação do capital. Porém, nem todos os espaços são servidos com a mesma densidade por redes de engenharias, ocasionado em locais onde a presença de objetos do meio técnico-científico-informacional é menor e os qualifica como espaços menos interessantes para atividades do capital hegemônico, sendo que apresentam menor fluidez às dinâmicas comerciais. Esses espaços são caracterizados pelo autor como espaços lentos ou opacos, enquanto que os que apresentam maior quantidade de objetos do meio técnico-científico-informacional são classificados de tempos rápidos ou espaços luminosos.

<sup>2</sup> O linhão de Tucuruí é responsabilidade do Governo Federal e do consórcio liderado pela Isolux e a empresa de Telefonia Tim.

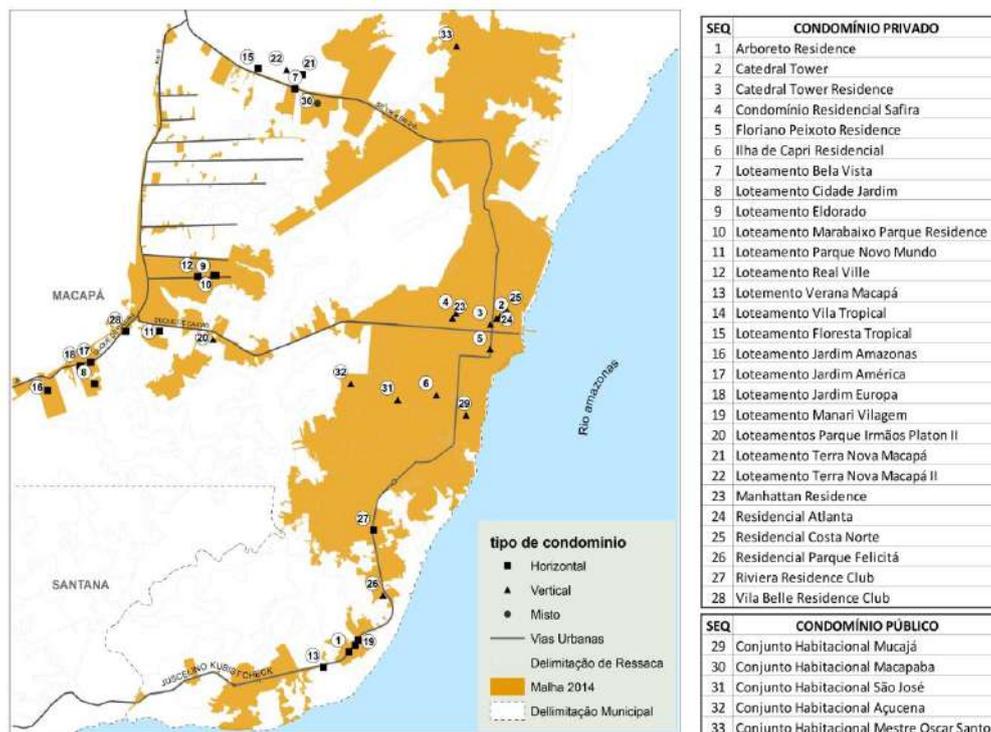
<sup>3</sup> Um exemplo expressivo disso foi o crescimento do número de salas de cinema em Macapá; até 2012 a cidade tinha 4 salas para atender toda a população, em 2016 o número de salas de cinema aumentou para 17 e duas redes de Cinemas nacionais/internacionais, MOVECON e Cinépolis, passaram a operar na cidade. Junto a isso temos também a vinda de grandes lojas de departamento, como Renner, C& A, Riachuelo e redes alimentícias, como Giraffas, Burger King, Sub-Way entre outras, que, apesar de comuns, nos anos 2000, em outras capitais do país, em Macapá só passaram a atuar depois de 2013.

<sup>4</sup> A nossa compreensão de centralidade, neste texto, tem como referência as ideias apresentadas por Sposito (2016, p. 73-74). Essa autora define centralidade “não como um lugar ou área da cidade, mas a condição de centralidade que a área pode exercer e representar”. Nesse sentido, as centralidades são definidas e redefinidas em escalas temporais de curto, médio e longo prazo pela mudança na localização territorial das atividades a partir de práticas espaciais que se desenham através da circulação de pessoas, das mercadorias, das informações, das ideias e dos valores.

<sup>5</sup> Além dos loteamentos criados pelo estado na década de 1990 e 2000, houve, no último período, na região Norte de Macapá, a implantação de equipamentos públicos, como a Rodoviária Municipal, a sede estadual do Instituto Nacional de Colonização e Terras (INCRA), a sede do Departamento Estadual de Trânsito do Amapá (DETRAN), o prédio da Justiça Federal, Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e Centros Integrados de Segurança Pública (CIOSP), aliados a atividades comerciais, como hipermercados, bancos e outras, que se transferiram para lá, seja pelos custos menores na realização das atividades, seja pelo mercado consumidor crescente da região. A área do Bairro Buritizal, no Noroeste da cidade, passou a exercer uma condição de centralidade no contexto do espaço macapaense; seguiu lógica parecida ao ocorrido na Zona Norte, ou seja, a implantação e concentração de vários serviços públicos e privados, tornou-a um espaço de referência para a população da região, sendo a rua Santos Dumont limitada pelas ruas Presidente Vargas e Feliciano Coelho, a área em que mais se observa tais atividades.

Com relação à atuação do mercado imobiliário como agente importante no processo de expansão urbana, foi verificado que, de 2010 a 2015, foram realizados em Macapá cerca de 33<sup>6</sup> empreendimentos, dentre eles, 5 públicos e 28 privados, desses, 10 verticais e outros 18 na forma horizontal, conforme demonstrado no Mapa 2.

Mapa 2 - Localização dos empreendimentos imobiliários em Macapá, 2010 a 2015



Elab.:Watanabe (2015). Arcgis 10.0. Org.: Silva, 2015

Esses empreendimentos ofertaram à população macapaense mais 13 mil unidades, entre terrenos e residências. Desse total, 8.426 unidades foram provenientes da iniciativa pública, em especial pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), criado pela Lei Federal nº 11.977<sup>7</sup>, de julho de 2009, e outras 5 mil<sup>8</sup>, resultantes da atuação da iniciativa privada.

Os locais ocupados pelos 5 empreendimentos públicos estão distribuídos pela cidade, sendo 2 na região Norte (Macapaba e Oscar Santos), 2 na região do bairro Buritizal (Jardim Açucena e São José) e 1 no bairro do Beiril (Mucajá); todas áreas já dotadas de algum tipo de infraestrutura, exceto no Macapaba, o maior dos conjuntos, que foi construído em uma área de expansão urbana pouco ocupada, e o Estado teve de colocar a infraestrutura básica. É importante destacar que 4 dos 5 empreendimentos listados compõem a faixa 1 do Programa

<sup>6</sup> Para levantamento dos empreendimentos imobiliários, neste trabalho, fez-se a opção metodológica, por registrar os condomínios residenciais, com maiores números de unidades e construídos pelas principais construtoras e incorporadoras que dominam o mercado macapaense, visto que impactaram mais a produção do espaço urbano.

<sup>7</sup> O "Programa Minha Casa Minha Vida" é regulamentado pela Lei nº 12.249, de 2010.

<sup>8</sup> Com relação a esse número, representa aos dados que tivemos acesso sobre o número de unidades privadas, contudo, no que se refere aos empreendimentos verticais não conseguimos informações exatas sobre o número de unidades em cada empreendimento. E isso significa dizer que o número de unidades residenciais ofertadas pela iniciativa privada é maior que os 5 mil registrados.

Minha Casa Minha Vida<sup>9</sup> que subsidia até 90% do preço do imóvel. O Conjunto Habitacional Mucajá, que foi entregue em 2011, não está entre as obras do programa MCMV faixa 1, porque a sua execução ocorreu antes da existência do programa. A imagem na Figura 1 representa as características física e área ocupadas por um dos empreendimentos públicos, o conjunto Macapaba, com mais de 4 unidades habitacionais.

Figura 1 - Residência Cidade Macapaba (MCMV Faixa 1) com mais de 4 mil unidades, entregue em 2014/2015



Foto: Trabalho de campo (2015).

Mas, apesar da importância da construção dessas habitações de interesse social, elas estão longe de resolver a problemática da habitação em Macapá. Dados do Censo Demográfico do IBGE 2010 certificam que em torno de 14% da população de Macapá vivem em habitações palafíticas precárias sobre áreas alagadas, que estão em vários lugares da cidade. A Figura 2 retrata as condições das habitações das pessoas que vivem nas palafitas de Macapá. Como se vê são áreas onde está ausente qualquer infraestrutura, seja de saneamento, coleta de lixo e mesmo vias para circulação de veículos. Em geral as pessoas realizam seus percursos sobre pontes de madeira, que ligam as áreas alagadas às áreas de terra firme da cidade.

<sup>9</sup> A modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV Faixa 1 produz empreendimentos habitacionais destinados às famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.800,00. Os valores dos imóveis variam de acordo com a localidade. E pode ser custeado até 90% do valor do imóvel pelo Programa, ou seja, fornece subsídio direto para a população. Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavida.gov.br/sobre-o-programa.html>>. Acessado em: 30 jan. 2016.

Figura 2 - Áreas de Ressaca ocupadas em Macapá – AP



Fonte: <http://casteloroget.blogspot.com.br/2011/10/areas-de-ressaca-em-macapá-video.html>. Acessado em: 24 ago. 2015.

No que se relaciona aos 28 empreendimentos residenciais privados: seis estão localizados na Zona Sul da cidade (Figura 3), no entorno da Rodovia Juscelino Kubitschek; outros nove localizados no entorno da Rodovia Duca Serra, quatro no entorno da BR 156, Zona Norte da Cidade; e outros nove empreendimentos, todos verticais (Figura 4), distribuídos na área central de Macapá.

Figura 3 - Loteamentos e Condomínios Fechados - Rodovia JK - Zona Sul de Macapá



Fonte: Trabalho de 2015.

Figura 4 - Empreendimentos verticais no centro de Macapá –  
Incorporadora ICON



Fonte: Trabalho de 2016.

Conforme é possível observar a partir das fotos da Figura 3, boa parte dos empreendimentos privados horizontais são murados, não conseguimos informações exatas a respeito de se todos eles cumprem a legislação específica para condomínios, no Brasil regida pela Lei Federal nº 4.591/1964. Entretanto, durante o trabalho de campo, o único que foi nos apresentado como condomínio regularizado foi o Vila Belle Residence Club, da Incorporadora BELLIC SA, situado na rodovia Duca Serra (área urbana de expansão Oeste). Nesse caso, a questão da regularização é apresentada pelo empreendimento como elemento diferencial aos concorrentes.

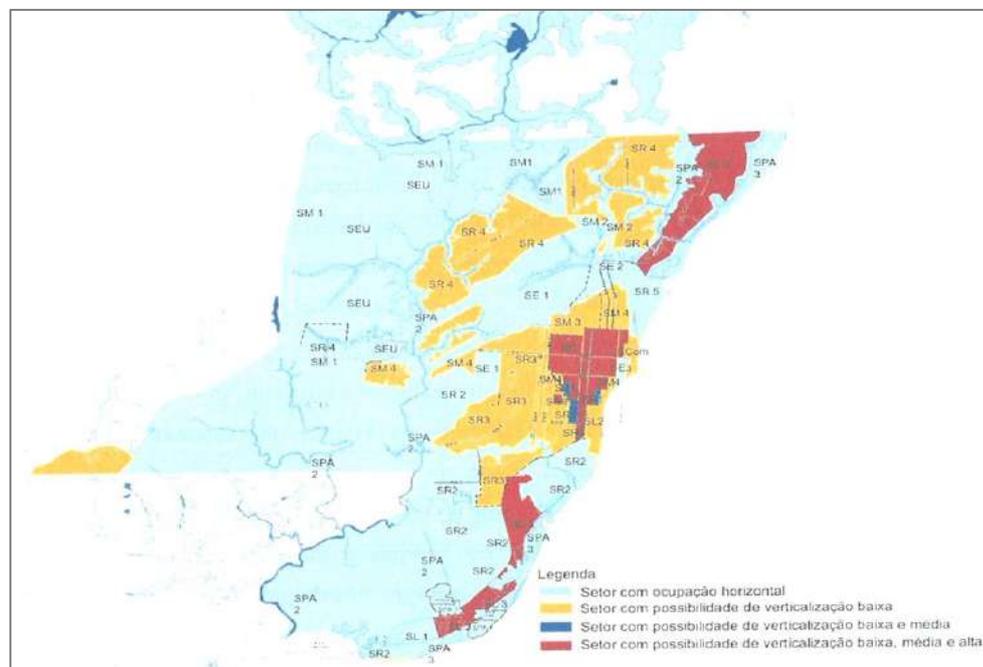
No restante dos loteamentos visitados, não se obteve essa informação, de modo que parecem se tratar do que Rodrigues (2016, p. 153) classificou de loteamentos murados. A autora argumenta que os loteamentos murados são irregulares porque não seguem a legislação condominial, que no Brasil é regida pela Lei Federal nº 4.591/1964, e que, muitas vezes, esses empreendimentos são chamados de condomínios, com objetivo de burlar a vigilância. O setor da incorporação imobiliária considera este produto mais lucrativo do que os condomínios fechados, visto que áreas públicas, como ruas, praças e outras de uso institucional, não são entregues à municipalidade, aumentando a área dos empreendimentos, mas, sobre elas não incide o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Rodrigues (2016) explica, também, que os loteamentos murados implicam a incorporação de capital à terra, elevando o preço do seu metro quadrado, o que significa aumento nos rendimentos. O fechamento deles e a instalação de equipamentos de monitoramento, tendo como pretexto a segurança, aumenta ainda mais a expectativa do preço da mercadoria. Tudo isso faz esses empreendimentos altamente lucrativos para os incorporadores, ou seja, ao apropriar-se intramuros das áreas que deveriam ser entregues à municipalidade, aumentam sobremaneira o preço da terra/mercadoria e trata-se, portanto, de apropriação privada de áreas públicas.

No que se refere aos empreendimentos verticais, a verticalização se dá no aumento da construção de torres no centro da cidade, direcionadas a públicos de média e alta renda, o que deve ocasionar aumento no número de indivíduos desses grupos sociais ocupando essa área urbana. Cabe ainda a reflexão de que junto aos condomínios verticais de alto padrão, outros vários empreendimentos de serviços destinados a esse público também começam a se instalar na região, promovendo um enobrecimento da área e o encarecimento do solo urbano, ou indícios da produção espacial que apresenta sinais de “*gentrification*”.

Almeida (2017), em pesquisa realizada sobre o processo de verticalização em Macapá, identifica os setores possíveis de verticalização, após a edição das Leis Complementares nº 077/2011 e nº 109/2014. Esse estudo está representado na Figura 5.

Figura 5 - Áreas possíveis de verticalização em Macapá – 2017



Extraído de: Mapa Almeida (2017)

Interessante notar, a partir do representado por Almeida, que os setores com possibilidade de verticalização baixa, média e alta estão localizados no percurso das margens do Rio do Amazonas, encobrem toda a área do centro tradicional da cidade e seus barros adjacentes, e uma outra parte está na extensão da Rodovia JK, Eixo de Expansão Sul, região em que se encontra o Shopping Amapá Garden.

A escolha dessas áreas para verticalização parece levar em consideração alguns elementos, como a presença da beleza cênica do rio Amazonas, presença de infraestrutura na área e o fato de parte dessas áreas ser, há algum tempo, já de interesse do capital.

A vista para o Rio Amazonas, assim como a ideia da segurança no caso de loteamentos e condomínios fechados, é sempre apresentada nas propagandas dos empreendimentos verticais que estão sendo construídos no centro, como um atrativo. Conforme é possível observar em descrição presente no site da incorporadora ICON sobre o empreendimento Costa Norte, que é a principal, que a localização do empreendimento é destacada, por meio do texto: “*duas torres residenciais situadas no centro da cidade, com vista para o Rio Amazonas*”.

Entendemos que se trata do mesmo caso já verificado por Rodrigues (2016), com relação ao caso dos condomínios e loteamentos fechados em que a segurança é mercantilizada como forma de adicionar valor ao empreendimento. Nos empreendimentos verticais, a beleza cênica da paisagem, que tem como componente principal a vista para o maior rio em extensão do mundo, Rio Amazonas, são vendidos como mercadoria alicerçada na mercadoria terra/casa. De modo que os donos da terra/imóveis nessa região têm, no ato de realização da renda da terra, sua capacidade de lucro expandida, graças ao monopólio que têm sobre a terra e a renda diferencial, dado pela especificidade da localização, com visão privilegiada para o Rio Amazonas.

É conveniente apontar, também, que os empreendimentos verticais, construídos e em construção em Macapá, não são destinados a um público de baixa renda e de renda média baixa. Com valores acima de R\$ 350 mil reais, para unidades mais baratas, e mais de 1 milhão para coberturas, são destinados a atender pessoas de alta renda. Portanto, não se apresentam como uma alternativa para atender o déficit habitacional da cidade. O que se tem é um processo de verticalização comandado pelo capital imobiliário local, via atuação da incorporadoras, construtoras e urbanizadores locais, que veriam, na construção de apartamentos de padrão médio e de luxo, uma forma de aplicar o capital excedente, fazer a mercadoria se realizar e promover a renda terra de maneira a ter maior lucratividade. Nesse sentido, o processo de verticalização em curso segue a tendência mais geral de atuação do capital nas cidades, que, conforme apresentado por Harvey (2014), prioriza o valor de troca na cidade em detrimento do valor de uso, negando o direito à cidade a parte daqueles que vivem nela.

A ação do capital imobiliário privado na produção do espaço urbano em Macapá se dá, especialmente, a partir da ação de três principais urbanizadoras e incorporadoras que dominam o mercado imobiliário e estão conduzindo o processo de expansão urbana na cidade de Macapá, das quais cito: Vex Construções e Incorporações Ltda., Urbanizadora e Loteadora Manari e ICON - Indústria da Construção Civil Ltda. Outras urbanizadoras, loteadoras se fazem presentes, mas suas obras são em pequena quantidade; ou se dão em associação com as urbanizadoras citadas, como é caso da Urbanizadora Renda Portuguesa, do Estado do Tocantins, que atua em parceria com a Vex, no empreendimento Terra Nova, localizado na área de expansão urbana Norte, e da CIPASA Urbanizadora de São Paulo que atua com a Vex no empreendimento Verana Macapá, localizado na área de expansão urbana Sul.

As três urbanizadoras e incorporadoras, que dominam, atualmente, o mercado imobiliário em Macapá, surgiram em meados de 2000 e são de propriedade de empresários locais. Em duas delas não verificamos a associações com outras empresas do ramo de escala nacional e internacional para realização de empreendimentos, a ICON e Manari. Outra questão que se destaca na história dessas urbanizadoras e incorporadoras é sua ligação com grupos políticos locais. A Vex, por exemplo, era de propriedade da família Gurgel e tinha como um de seus proprietários Vinicius Gurgel, deputado federal pelo Amapá desde 2011. A família Gurgel tem longa história na vida política do Amapá, com representantes nos cargos executivos e legislativos.

No caso da ICON e da empresa Manari, não identificamos políticos locais como seus proprietários, porém, observa-se como algumas mudanças, promovidas em legislações que regularizam o uso do solo urbano de Macapá, beneficiaram as atividades, especialmente da ICON, que atua especificamente no segmento de construções de habitação verticalizadas. Um exemplo disso foi a alteração das alturas e números de pavimentos das edificações verticais, permitidas até 2011, através da Lei Complementar nº 077/2011 – PMM e Lei Complementar nº 109/2014 – PMM, que alteram as regras fixadas em 2004 na Lei Complementar nº 029 - PMM, de 24 de Junho de 2004, que instituiu as Normas e usos do solo urbano do Município de Macapá.

## Considerações

No geral, ao pensar o processo de urbanização em Macapá após 2005, observa-se que o crescimento se expressa a partir de uma expansão horizontal e vertical, e que, embora o estado não tenha se ausentado totalmente do processo, o mercado imobiliário assume a condição de principal agente promotor da expansão urbana.

A expansão horizontalmente continua avançando para regiões periféricas, contudo o periférico agora apresenta um sentido dual, e não mais só como espaço marginalizado. Se reproduz, conforme salientado por Carlos (2016), em um sentido contraditório. Se, por um lado, imensas áreas precárias em infraestruturas seguem ocupadas por autoconstrução, mostram, de forma dramática, a existência da propriedade privada do solo urbano como condição e pressuposto da construção de moradia. Por outro, sua negação são as áreas de construção dos condomínios fechados ou loteamentos murados, que apontam a contradição entre o espaço homogêneo (consequência da extensão do mundo da mercadoria que cria as bases de uma identidade abstrata em contradição com identidades locais) e o espaço fragmentado pela propriedade privada do solo.

Em que pese a importância e o contingente de pessoas de baixa renda que foram beneficiadas com unidades habitacionais do MCMV faixa 1 (iniciativa do Estado), a maioria dos empreendimentos residenciais construídos para o período, na periferia e áreas centrais da cidade, foram de iniciativa dos promotores imobiliários privados e destinados a um público de renda média a alta. Habitações de interesse social são construídas e fazem parte desse cenário, mas é a construção de moradias para mercado que se destaca. Para isso, terras rurais que eram da união, ao longo dos principais eixos de expansão urbana, sofrem uma “*metamorfose hectare/m<sup>2</sup>*” e são adicionadas ao mercado de terras urbanas. Na expansão horizontal a discursiva da segurança justifica a construção de muros, e o morar entremuros potencializa a propriedade. De forma que surgem, como principal produto imobiliário do período, os condomínios fechados e os loteamentos fechados, que vendem junto com a propriedade da terra a mercadoria segurança.

No que se refere ao processo de verticalização, se, por um lado, a discursiva do crescimento da população urbana e da necessidade de garantir o maior número de pessoas morando em locais com infraestrutura, justifica e encobre as contradições do processo em curso no centro da cidade, a realidade é que a maioria dos empreendimentos verticalizados, construídos e em construção, são de valores elevados e arrolam as ideias de praticidade, exclusividade e segurança na suas peças publicitárias que indicam, na prática, formas que construídas produzem grande seletividade socioespacial.

Na paisagem urbana a desigualdade socioespacial continua a se fazer presente, 14% da população da cidade vive em palafitas sobre áreas alagadas em vários locais da cidade, contudo, nos espaços em que o capital imobiliário tem atuado no sentido da implantação das formas condomínios fechados e loteamentos murados, há alteração na forma e no conteúdo da segregação socioespacial. Os muros, segundo Rodrigues (2016), que em outros contextos históricos quase sempre representavam a divisão da diferença, nesse caso representam o limite ou a fronteira entre mundos socioeconomicamente distintos, configurando essa nova forma de segregação socioespacial. Sua presença produz uma cidade segmentada e fragmentada. A partir deles não há uma proposta de cidade, mas parcelamentos de glebas que formam enclaves, atendendo ao interesse da incorporação imobiliária, com o aumento de rendas, lucros e juros. Representam um tipo de segregação socioespacial que tem na propriedade privada e na apropriação privada de espaços públicos e coletivos sua base fundamental.

Guardadas as devidas proporções, ao que parece, a capital macapaense se insere, após 2005, em um novo patamar do desenvolvimento das forças capitalistas na região Norte do Brasil, assumindo entre outras funções, a condição de um novo *lócus* de investimentos do

capital conforme discutido por Havey (2016), fatos que impactaram de forma contundente o urbano. E o tipo de produção socioespacial que se torna predominante para esse período tem apresentado como característica a negação da cidade à maioria das pessoas que vivem nela, porque, como norma se privatiza parcelas do espaço urbano e o seu acesso passa a ser controlado, negligenciando dessa forma em sentido profundo a cidade como obra e invenção/criação e coletiva conforme apresentado à maioria dos habitantes do cidade.

### Referências bibliográficas

- BECKER, Bertha K. **A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Amazônia**. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Ática, 1990.
- BRESSE-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2014.
- CARLOS . A. F. A. A pratica espacial urbana como segregação e o "direito a cidade" como horizonte utopico. In: \_\_\_\_\_; CORRÊA, R. L.; e PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade**
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Cidade rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes; Selo Martins, 2014. 294 p.
- \_\_\_\_\_. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011. 238 p.
- \_\_\_\_\_. **17 cotradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. 297 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades - população 2010 e população estimada 2015**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=160030>>. Acessado em: 24 out. 2015.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p.
- MACHADO, Lia Osório. O Controle Intermitente do Território Amazônico. Revista TERRITÓRIO, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1997.
- NASCIMENTO, A. G. **A Reforma Agrária no Estado do Amapá: O Processo Histórico-Institucional Fundiário e as Consequências dos Projetos de Assentamento sobre Cobertura Florestal**. 2009. 167 p. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2009.
- SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. **Amazônia Setentrional Amapaense: dos mundos das águas às florestas protegidas**. Presidente Prudente – SP: UNESP, 2012.
- NUNES FILHO, Ednaldo Pinheiro. Formação histórica, econômica, social, política e cultural do Amapá: descrição do processo de formação histórica do Amapá. In: OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfe. **Amazônia, Amapá: escritos de história**. Belém: Paka-Tatu, 2009.
- REIS, A. C. F. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Oficial, 1949.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Loteamentos Murados e Condomínios Fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELLOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.
- SANTOS, E. R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense: dos mundos das águas às florestas protegidas**. 2012. 227 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O GOTTMANN, Jean. The evolution of the Brasil. Território e Sociedade no início do concept of territory. Soc. Sci. Information, vol. o século 21. Rio de Janeiro: Record, 2001a, 473 p

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: \_\_\_\_\_; CORRÊA, R. L.; e PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

SUPERTI, E.; PORTO, J. L. R.; MARTINS, C. C. Políticas públicas de integração física da Amazônia e a fronteira internacional do Amapá. Circuito de Debates Acadêmicos, 1., Brasília, IPEA, **Anais...** 2011.

## **Violência contra a mulher indígena: opressão, políticas públicas e resistência<sup>1</sup>**

Hellen Virginia da Silva Alves<sup>2</sup>  
Maria das Graças Silva Nascimento e Silva<sup>3</sup>  
Eliana Alves da Silva Lima<sup>4</sup>  
Uíliam Barros de Andrade<sup>5</sup>

### **Resumo**

Os estudos de Geografia e Gênero relacionados a desigualdade social entre mulheres e homens apontam que a participação feminina na sociedade tem sido limitada por diversas ordens e barreiras e que muitas vezes a violência é uma forma de oprimir a liberdade de expressão feminina. Este fenômeno é mais acentuado entre as mulheres indígenas, uma vez que estas têm sido vitimadas por ações violentas no contexto de suas próprias sociedades, no contato inter-tribal e naquele imposto a partir do colonialismo europeu, sofrendo frequentemente graves violações de direito e sendo afetadas pelo fenômeno da discriminação com interseccionalidades de sexo, raça, etnia e classe social. O caráter relativamente recente das organizações de mulheres indígenas e da participação em movimentos sociais releva a necessidade de sentirem-se representadas na luta pelo atendimento de suas demandas, onde a prevenção e combate à violência contra a mulher assume importante destaque. Além de uma análise da produção acadêmica e das propostas políticas sobre a violência contra a mulher indígena, este trabalho tem como objetivo retratar as lutas e desafios vivenciados pelas mulheres indígenas a partir da percepção das moradoras da Terra Indígena Rio Guaporé, em Rondônia. Constatou-se que apenas as políticas públicas não são suficientes e totalmente eficazes em relação ao combate e prevenção da violência contra a mulher indígena, nessa perspectiva a organização das mulheres indígenas e a participação em movimentos sociais representa uma grande conquista que torna possível o empoderamento através do desenvolvimento contínuo de lideranças femininas, do fortalecimento da identidade, da luta por direitos e da busca pela melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres indígenas; Violência; Empoderamento.

---

<sup>1</sup> Resumo de artigo científico submetido ao Fórum Internacional sobre a Amazônia, tema Gênero e Identidade, modalidade apresentação oral.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Pesquisadora bolsista CAPES do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero. Email: [hellenalves\\_pvh@hotmail.com](mailto:hellenalves_pvh@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sócio Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará, mestra em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Professora Associada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero Email: [gracinhageo@hotmail.com](mailto:gracinhageo@hotmail.com)

<sup>4</sup> Especialista em Metodologia do Ensino Superior, Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e Educação de Jovens e Adultos. Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho e do DR/SENAC/RO. Email: [elianaalves@ro.senac.br](mailto:elianaalves@ro.senac.br)

<sup>5</sup> Especialista em Docência para a Educação Profissional. Docente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Email: [uiliam@ro.senac.br](mailto:uiliam@ro.senac.br)

## **Violencia contra las mujeres indígenas: opresión, políticas públicas y resistencia**

### **Resumen**

Estudios de Geografía y Género relacionados con la desigualdad social entre hombres y mujeres muestran que la participación de la mujer en la sociedad ha sido limitada por varios órdenes y las barreras y, a menudo la violencia es una forma de oprimir a la libertad de expresión femenina. Este fenómeno es más pronunciado entre las mujeres indígenas, ya que han sido víctimas de acciones violentas en el contexto de sus propias sociedades en el contacto entre tribus y que el impuesto del colonialismo europeo, a menudo sufren graves violaciones de la ley y ser afectados el fenómeno de la discriminación con interseccionalidades de género, raza, etnia y clase social. La naturaleza relativamente reciente de las organizaciones de mujeres y la participación en los movimientos sociales indígenas pone de relieve la necesidad de sentirse representado en la lucha por el cumplimiento de sus demandas, donde la prevención y la lucha contra la violencia contra la mujer juega un hito importante. Además de un análisis de las propuestas de investigación académica y las políticas relativas a la violencia contra las mujeres indígenas, este estudio tiene como objetivo describir las luchas y desafíos que experimentan las mujeres indígenas de la percepción de los residentes de indígena Río Guaporé, Rondonia. Se encontró que sólo las políticas públicas no son suficientes y totalmente efectiva en relación con la lucha y la prevención de la violencia contra las mujeres indígenas, esta perspectiva la organización de las mujeres y su participación en los movimientos sociales indígenas es un gran logro que hace posible el empoderamiento a través el continuo desarrollo de mujeres líderes, el fortalecimiento de la identidad, los derechos y luchar por la búsqueda de la mejora de la calidad de vida.

Palabras clave: Género; Mujeres indígenas; Violencia; Empoderamiento.

## **Violence against indigenous women: oppression, public policies and resistance**

### **Abstract**

The Geography and Gender studies related to social inequality between women and men indicate that female participation in society has been limited by various orders and barriers and that violence is often a way of oppressing women's freedom of expression. This phenomenon is most pronounced among indigenous women, since they have been victimized by violent actions in the context of their own societies, in inter-tribal contact and in that imposed from European colonialism, often suffering serious violations of law and being affected By the phenomenon of discrimination with intersectionalities of gender, race, ethnicity and social class. The relatively recent nature of indigenous women's organizations and participation in social movements highlights the need to feel represented in the struggle to meet their demands, where prevention and combating violence against women is an important issue. In addition to an analysis of academic production and political proposals on violence against indigenous women, this paper aims to portray the struggles and challenges experienced by indigenous women from the perception of the residents of the Rio Guaporé Indigenous Land in Rondônia. It was verified that only public policies are not enough and

totally effective in the fight against and prevention of violence against indigenous women, in this perspective the organization of indigenous women and participation in social movements represents a great achievement that makes possible the empowerment through The continuous development of women's leadership, the strengthening of identity, the struggle for rights and the quest to improve the quality of life.

Keywords: Gender; Indigenous women; Violence; Empowerment.

## 1- MULHERES INDÍGENAS: UMA HISTÓRIA DE OPRESSÃO E VIOLÊNCIA

Em todo o mundo as mulheres indígenas apresentam diferentes situações sociais marcadas pelos seus usos e costumes e pela influência da sociedade externa, que muitas vezes estabelece situação de conflito com a cultura indígena (PINTO, 2010). Apesar do contexto peculiar das sociedades indígenas, a situação da mulher em relação à violência não é muito distinta da situação da mulher não-indígena, porém é possível afirmar que no caso das mulheres indígenas a opressão e a violência relacionada ao gênero encontra fatores potencializadores.

Como gênero compreende-se a construção psicossocial do masculino e do feminino que pode ser concebido em vários aspectos: como aparelho semiótico; como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos com grande interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva; como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (SAFFIOTI, 2004).

Observa-se que o conceito de gênero não compreende explicitamente desigualdades entre homens e mulheres, porém, a cultura do patriarcado estabelece as normas de conduta social para homens e mulheres, atribuindo aos homens características consideradas como ideais, como força, virilidade e agressividade, ao mesmo tempo em que define as características da mulher ideal, dentre as quais figuram a fragilidade, a submissão e a responsabilidade do “cuidar” (SAFFIOTI, 2004). Dessa forma, o patriarcado reforça as assimetrias entre feminino e masculino e determina de que forma deve se dar as relações de poder (incluindo as de gênero) na sociedade.

O exercício do poder muitas vezes é marcado pela violência, ainda que a violência não seja a expressão unilateral do temperamento violento, uma vez que ele se origina no seio familiar, sendo formado por elementos que emanam do pensamento social (GORDON, X).

Sendo a violência de gênero um fenômeno social, está presente em todas as sociedades, em todas as classes e culturas, tornou-se uma problemática relacionada às desigualdades entre os sexos.

Porém, o contexto social das mulheres indígenas em relação à violência difere do contexto da mulher não-indígena, pois no caso das primeiras há uma opressão externa muito mais acentuada, uma vez que a indígena costuma ser vítima concomitantemente de diversas formas de discriminação; a primeira pelo fato de ser mulher, a segunda pelo fato de ser mulher indígena (por sua raça; etnia) e a terceira pelo fenômeno de feminização da pobreza, já que o contexto no qual as populações indígenas habitam é marcado por uma condição geral de pobreza e dificuldade de acesso, de forma qualitativa, à recursos básicos fundamentais como saúde, educação e saneamento básico. Esta condição pode ser compreendida como uma tripla interseccionalidade (NASCIMENTO SILVA; SILVA, 2014).

A violência contra a mulher indígena ocorre no contexto interno e externo à sociedade indígena e pode ser praticada tanto pela sociedade envolvente como pela própria sociedade indígena. O contexto da violência praticada pela sociedade envolvente encontra

seus fundamentos em aspectos históricos que conferem às mulheres indígenas atributos de intensa vulnerabilidade.

Segundo Simonian (1994, p. 4):

Submetidas a um processo de dupla-vitimização em suas próprias sociedades, vítimas das ações violentas de parentes e dos inimigos tribais no período pós-conquista européia as mulheres indígenas viram as fileiras de seus inimigos e algozes de então, serem aumentadas pelos conquistadores europeus.

Os registros históricos disponíveis sugerem que os colonizadores e seus descendentes deram início e ainda perpetuam um processo de desumanização das mulheres indígenas, pois, desde o momento do contato direto com as sociedades indígenas as mulheres transformaram-se em alvos específicos de suas brutalidades (BONWICK [1870] 1970; BROWNMILLER, 1976).

De acordo com a ideologia patriarcal e colonial dos não-indígenas, o processo de vitimização da mulher indígena é intencionalmente apresentado e naturalizado como resultante de sua natureza permissível, já que as indígenas são originárias de uma cultura que compreende a sexualidade como "natural". Logo, revitimizar as mulheres que sofrem violência se tornou em tática generalizada, principalmente quando se trata de violência praticada contra a mulher indígena. A respeito da forma como o não-indígena percebe a mulher indígena e justifica a violência contra a mulher é definida por Penteadó (1980, p. 3):

...a mulher indígena como prostituta ou prostituível. As "bugras" e as "bugrinhas" são tidas como permissivas e é comum se ouvir das famílias dos regionais que seus filhos se iniciaram nas práticas do sexo com uma delas. A bem da verdade, 'derrubar uma bugra', 'levar uma bugra para o Pirizal', virou forma corriqueira de se referirem às incursões sexuais com mulheres que se prestem a isto--sejam elas índias ou não.

Portanto, a violência contra a mulher indígena, assim como a violência contra a mulher não-indígena possui relação direta com a cultura patriarcal que evidencia a dualidade entre masculino e feminino e o exercício do poder através da dominação dos corpos (SAFFIOTI).

A violência contra a mulher indígena e o processo de revitimização apontam para a crença do colonizador de que estas são dotadas de inferioridade social e política e os reflexos de tal crença é visível através da consolidação do patriarcado nas áreas coloniais e neocoloniais, onde continuam a vitimá-las. A violência contra a mulher indígena costuma ser brutal, incluindo assassinatos, muitos com refinada perversidade, estupro, tortura, rapto, lesões corporais, ameaças e toda sorte de intimidação (SIMONIAN, 1993).

Especificamente no caso das mulheres indígenas a literatura disponível costuma ressaltar e, em alguns casos reforçar, a visão do colonizador sobre tal temática, uma vez que as mulheres indígenas representam o subalterno e o discurso do subalterno não costuma ser registrado, pois segundo Spivak (2012) um indivíduo na condição de subalterno não pode falar. Por este motivo os relatos de violências sofridas pelas mulheres indígenas, seja no contexto da sociedade indígena ou da sociedade envolvente, é um fenômeno recente que encontra forma nos estudos de gênero e no movimento feminista.

Além da violência praticada pela sociedade não-indígena, as mulheres indígenas também costumam sofrer violências diversas praticadas no contexto da sociedade indígena, seja por companheiros ou por outros parentes. Simonian (1994, p. 10) menciona que:

Ainda que não exaustivas, as descrições existentes sobre o estupro praticado pelos indígenas contra suas parentes são suficientes para avaliar o impacto que causam na vida das mulheres indígenas. Dentre as Yanomami, por exemplo, tanto a sociedade mais ampla como a família não garantem a segurança da mulher na ausência do marido, podendo ser a mesma estuprada por outros homens (Chagnon 1968). Em que medida este padrão de violência se assemelha às práticas imemorais ou se constitui de impacto decorrente da violência praticada por não-índios simultaneamente ao processo de ocupação do território Yanomami, é difícil de se estabelecer. Em qualquer destas hipóteses, no entanto, o impacto de tal prática na vida das Yanomami violentadas deve ultrapassar a fronteira do estritamente físico.

Apesar dos estudos de Geografia e Gênero relacionados ao patriarcado e à desigualdade social entre homens e mulheres em diferentes culturas, a atuação da mulher em espaços públicos ainda encontra barreiras de diversas ordens, Daune-Richard (2003) acrescenta que a ascensão feminina é limitada por um “telhado de vidro”. De acordo com esta ótica, as mulheres enfrentariam uma barreira invisível (e que muitas vezes não é admitida explicitamente) imposta pela sociedade patriarcal que limita a sua ascensão de diversas formas, incluindo a ascensão profissional e política.

Somando-se aos fatores de opressão externos à sua cultura, a mulher indígena ainda convive com fatores de opressão próprios da sua cultura ou com fatores que apesar de não serem próprios à sua cultura são inseridos nesta pelo contato com a sociedade envolvente.

## **2 – VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM TERRAS INDÍGENAS E A LEI MARIA DA PENHA**

A Lei Maria da Penha visa coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, algo que ainda não existia no ordenamento jurídico brasileiro, logo, embora as mulheres indígenas não tenham participado da construção da Lei, e mesmo não atendendo as especificidades da cultura e dos costumes destas mulheres, é uma Lei que atende o princípio constitucional da igualdade e que portanto, deve abranger de forma eficaz à todas as mulheres vítimas de violência doméstica, incluindo as mulheres indígenas. Todas as mulheres devem fazer uso de tal dispositivo legal, conforme o Art. 2º da Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe:

Toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Apesar da Lei Maria da Penha apesar de ter sido criada em 2006, ou seja, há mais de 10 anos, ainda é ineficiente para a maioria das mulheres. Quando falamos em mulheres indígenas, especialmente nas que vivem em Terras Indígenas, essa ineficácia agiganta-se devido à muitos fatores. Algumas terras indígenas são bastante inacessíveis devido às características e distâncias geográficas e estes fatores dificultam o acesso à informação e o contato com os órgãos que compõem a rede de proteção à mulher vítima de violência doméstica. Outro ponto que merece atenção é o entendimento a respeito do que é violência doméstica e suas implicações para vítima e agressor, isso porque tais informações não são

muito claras para algumas mulheres indígenas e a busca por essas informações, mesmo à distancia, em alguns casos é quase impossível, se considerarmos que muitas terras indígenas da Amazônia não possuem acesso de qualidade à telefonia fixa, tampouco a telefonia móvel, internet ou qualquer outro meio de comunicação que necessite de energia elétrica.

A violência contra a mulher indígena pode ser potencializada pelo consumo exagerado de bebidas alcoólicas. Apesar de na cultura indígena existir o consumo de bebidas ritualísticas fermentadas, o consumo exagerado de álcool é uma prática da sociedade envolvente, e não está ligada a tradição e nem aos costumes do grupo. Daí a dificuldade de trabalhar com práticas alheias a cultura do grupo.

Considerando que os povos indígenas têm sua cultura, suas tradições, seus costumes e o uso de suas leis internas, podemos afirmar que o sistema de leis indígenas sozinho não tem sido capaz de frear a violência praticada contra as mulheres e meninas nas aldeias. Segundo Léia Bezerra<sup>6</sup> do povo Wapichana, Coordenadora de Gênero e de Assuntos Geracionais da FUNAI:

A violência vem crescendo desde que os hábitos do mundo externo começaram a ser introduzidos nas aldeias, como o alcoolismo e uso de drogas. A falta de terra, de programas eficazes que tragam benefícios para os jovens, de políticas públicas em geral também fazem com que a violência aumente. Outro problema relatado pelas mulheres indígenas é que muitos homens, ao saírem para trabalhar na cidade, não são valorizados como eram antes internamente na sua comunidade. Voltam frustrados e o primeiro alvo é a família, a mulher, os filhos.

Outro ponto relevante para a constatação da dificuldade da aplicação eficiente da lei em terras indígenas parte da premissa que no campo da cidadania, os povos indígenas têm direito a promover, desenvolver e proteger suas estruturas institucionais, organizações, usos e costumes, diferentes noções de espiritualidade, tradições, procedimentos, práticas e, sistemas de resolução de conflitos próprios, em conformidade com a Constituição Brasileira e com as diretrizes internacionais de direitos humanos com preconizado pela FUNAI.

A Convenção OIT nº 169 dispõe que os povos indígenas:

... deverão ter o direito de manter seus próprios costumes e instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais definidos pelo sistema jurídico nacional e com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Sempre que necessários, deverão ser estabelecidos procedimentos para a solução de conflitos que possam surgir na aplicação desse princípio.

A FUNAI aduz que estes direitos tratam-se de um respeito à autonomia dos povos indígenas dentro de um Estado Democrático de Direito que tutela tanto o direito à vida como as noções de bem-viver pautada em valores próprios de cada povo indígena. Nesse sentido, cabe ao Estado brasileiro garantir a maximização das condições que permitam sempre a qualidade e sustentabilidade da vida indígena, além da reprodução da existência familiar e comunitária, des de que não afronte a carta magna do país, o que infelizmente acontece neste cenário.

O contexto de vulnerabilidade e exclusão social vivenciado pelos indígenas aponta para características e demandas específicas relacionadas ao combate e prevenção da

<sup>6</sup> Trecho de entrevista ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Disponível em: <http://cmdmjoinville.blogspot.com.br/2011/08/>

violência contra a mulher que nem sempre são atendidas pela Lei Maria da Penha. Em 2007 as mulheres indígenas já denunciavam que a referida lei não atendia as suas especificidades. As mulheres indígenas têm muita dificuldade em fazer uso desta lei já que têm pouca oportunidade de denunciar toda e qualquer forma de abuso e quando o fazem sofrem incompreensão e pressões fortes no seu meio familiar e comunitário. No caso das moradoras de terras indígenas isoladas a distancia geográfica e as difíceis condições de acesso resultam em dificuldades adicionais para acessar a Lei, porque as instituições estão na cidade e quando são acionadas pelas indígenas, em especial, as Delegacias e até mesmo as instituições têm dificuldades para combater a violação dos direitos das mulheres indígenas e terminam encaminhando o caso para a FUNAI ou para Polícia Federal, afirma Léia Bezerra, Coordenadora de Gênero e de Assuntos Geracionais da FUNAI.

A violência doméstica está presente no cotidiano das mulheres indígenas, mas para denunciar o agressor há toda uma problemática de logística para que essa mulher que sofre violência possa se deslocar à cidade. Além das dificuldades no deslocamento das aldeias isoladas até os municípios mais próximos, a mulher indígena que decide ir em busca dos órgãos de proteção à mulher vítima de violência doméstica ainda conta com um fator complicador; ela precisará de um local para ficar hospedada na cidade, alimentação, transporte para ela e para os filhos (já que segundo a cultura indígena a guarda dos filhos é de responsabilidade da mulher). Caso esta mulher consiga transpor todos esses desafios e fazer a denúncia registrando queixa em uma delegacia ela precisará da eficácia das medidas protetivas em terra indígena, e ainda correrá um sério risco de se indispor com os demais parentes do agressor e com a comunidade.

Todos esses fatores atuam como dificultadores para que as mulheres indígenas façam uso da Lei Maria da Penha, o que faz com que em boa parte dos casos de violência doméstica em que as mulheres indígenas figuram como vítimas, não haja denúncia das práticas de violência sofridas, principalmente quando o fato ocorre nas aldeias.

De acordo com o relatório de Violência Contra o Indígena de 2015 do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 2015, 9 casos de violência sexual contra várias mulheres foram contabilizados em comunidades indígenas espalhadas pelo Brasil. Entretanto esses carecem de melhor qualificação para que permitam uma análise mais aprofundada, visto que não apresentam informações detalhadas, a exemplo de faixa etária das vítimas, localidade, povo, etc. A fragilidade destes dados dificulta a percepção da autoria das violências.

Em março de 2016, a relatora especial da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, alertou para a necessidade de registro detalhado e documentado dos problemas enfrentados pelas mulheres indígenas no País. Ela destacou os casos de violência doméstica e os estupros consequentes das invasões para que sejam incluídas na pauta política, e, consequentemente solucionadas de forma adequada e com amparo de lei, de políticas públicas.

Segundo depoimento de uma indígena moradora da Terra Indígena Rio Guaporé concedido em novembro de 2016, diante das dificuldades e das limitações: “as mulheres já se *acostumaram* com a prática da violência, porque muitas vezes não tem onde e como denunciar”. Se uma indígena conseguir chegar até a cidade denunciar o agressor nem sempre ela terá os seus direitos garantidos pela Lei, pelos motivos já expostos. A Terra Indígena Rio Guaporé foi homologada há 20 anos e localiza-se no município de Guajará Mirim, Rondônia. Nesta terra indígena convivem os povos Wajuru, Arikapu, Aruoá ou Aruak, Cabixi, Canoé, Cujubim, Jaboti ou Dioromitxi, Makurap, Massaká, Oro At, Oro Mom, Oro Nao, Oro Waran Xijein e Tupari.

Diante da ineficácia da Lei Maria da Penha em terras indígenas, a medida usual em casos de violência doméstica é a mediação e aconselhamento dos caciques.

Quando o cacique de um determinado povo não consegue resolver a questão da violência com o agressor, é chamado o Cacique Geral da Terra Indígena. Quando este não consegue resolver, elas podem tentar acionar a Lei na cidade, mas também não tem as garantias de que o agressor seja punido. Porém, existem localidades em que jovens e adultos já não nutrem tanto respeito e reverência ao cacique.

As mulheres e meninas indígenas enfrentam problemas dentro das próprias comunidades, como violência doméstica, e violências de toda natureza resultantes de hábitos externos introduzidos nas aldeias como o abuso do álcool. Segundo relato de moradas da TI a violência aumentou sig com significativamente a partir da introdução de bebidas e drogas na TI, que é externo a cultura dos povos. É preciso que a ajuda para minimizar esses problemas seja externa também.

Na Terra Indígena Rio Guaporé a bebida alcoólica é colocada como elemento desagregador das famílias e das comunidades indígenas, as mulheres reclamam porque a bebida chega até as aldeias trazidas pelos bolivianos, pelos não indígenas e pelos próprios indígenas. A violência também foi denunciada pelos jovens da Aldeia Ricardo Franco – a aldeia sede da terra indígena. O que percebemos em campo é que não existem bares para comercialização de bebidas alcoólicas, mesmo assim os relatos de violência e abusos cometidos que foram potencializados pelo consumo abusivo de bebida alcoólica são frequentes, fenômeno que conduz a hipótese da entrada de álcool de forma clandestina.

No caso da TIRG existem agravantes; trata-se de uma região de fronteira do Brasil – Bolívia e não há fiscalização nessa região, logo a invasão do território é algo rotineiro. É uma preocupação a mais para as mulheres, porque como não há um controle de quem entra e sai nas aldeias, elas ficam muito vulneráveis a todo tipo de violência e ameaças externas no caso da fronteira em especial e das pessoas desconhecidas que chegam nas aldeias, por exemplo os não indígenas, que muitas vezes não estão vinculados às instituições que desenvolvem ações na TIRG. Logo a ocorrência de violências como tráfico de drogas, tráfico humano, raptos estupro é uma possibilidade conhecida.

Logo para que as moradoras da Terra Indígena Rio Guaporé e de outras Terras Indígenas possam acessar a Lei Maria da Penha é necessária a articulação eficaz entre Estado e Federação, representados pela rede de proteção à mulher vítima de violência, mesmo que estes tenham que se fazer presentes nessas localidades, já que o deslocamento até a cidade nem sempre é possível.

### **3 – POLÍTICAS PÚBLICAS, ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER INDÍGENA**

O contexto geral apresentado impulsionou algumas mulheres indígenas a se organizarem politicamente, a fim de garantir seu lugar nos espaços de discussões e tomadas de decisões. Porém este processo não é fácil, pois a mulher indígena frequentemente encontra barreiras dentro e fora das comunidades, o que faz das mulheres que abraçam o desafio da participação na vida política verdadeiras guerreiras que lutam cotidianamente para que todas as mulheres indígenas possam ter voz e para que suas demandas sejam conhecidas e atendidas.

De acordo com Sacchi (2013, p. 101):

As propostas das mulheres evocam um desafio ao movimento indígena e aos organismos estatais e não governamentais devido às suas especificidades étnicas e de gênero, e são os compromissos e alianças entre indígenas e não indígenas que estabelecem um processo político complexo de autonomia das mulheres indígenas.

O desafio das guerreiras indígenas em formar lideranças e estruturar-se em organizações que possam de fato representá-las nem sempre é apoiado integralmente pelo poder público, motivo pelo qual a capacidade de articulação com outros atores é fundamental para que o movimento de mulheres indígenas possa encontrar apoio em instancias internacionais, organizações do terceiro setor e da sociedade civil.

O contato com as sociedades não indígenas causou modificações em alguns usos e costumes das sociedades indígenas e despertou a percepção da necessidade de organização política para reivindicações de direitos básicos que assegurassem a qualidade de vida nas comunidades, como o acesso à educação e saúde de qualidade. Enquanto o movimento indígena estruturava-se e ganhava forma, surgiu o entendimento entre as mulheres da existência de demandas exclusivamente femininas, como afirma Sacchi (2013, p. 102):

Ao reforçarem a luta pelas necessidades de seus povos, portanto, percebem que “tem coisas específicas da mulher, a violência, o estupro, a bebida, o abandono, a separação de casais, que não é o movimento maior que vai discutir”.

Na sociedade não indígena, as mulheres nem sempre sentem-se à vontade para discutir necessidades do seu universo com lideranças masculinas, pois sabem que o patriarcado contribui para a opressão feminina e para que nem sempre haja a compreensão das suas demandas (SAFFIOTI, 2004). Fenômeno semelhante ocorre nas sociedades indígenas, pois a cultura influencia na compreensão do que seria de fato uma demanda feminina e da sua representatividade perante o coletivo, logo para que tais demandas pudessem ser atendidas era necessária a existência de lideranças femininas que pudessem identificar, em conjunto com as demais mulheres do coletivo, as demandas de gênero e pensar alternativas para o enfrentamento de problemas que afligem especialmente a classe feminina.

É importante destacar o progresso significativo das políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher ocorridas no Brasil a partir de 2003 por iniciativa dos governos Lula e Dilma Roussef. Durante este período foram criadas a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, além da realização de Fóruns Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Neste sentido, o Estado incorporou no rol de prioridades do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), ações específicas para as mulheres do campo e da floresta, incluindo-as como prioridade em diversas áreas de atuação do Governo Federal.

Em 2011 o governo federal publicou um documento denominado Mulheres do Campo e da Floresta, Diretrizes e Ações Nacionais que apresenta um conjunto de ações de responsabilidade do Estado e tal iniciativa foi formalmente reconhecida como resultado da luta dos movimentos feministas e da sociedade civil organizada.

As diretrizes e ações para o enfrentamento da violência contra as mulheres do campo e da floresta devem ser compreendidas no âmbito das reivindicações do movimento de mulheres e da sociedade civil organizada, assim como das políticas de garantia de direitos das mulheres, em especial do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, da Política e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011a, p. 9).

As políticas públicas destinadas ao enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres adotam o conceito de violência fundamentado na definição da Convenção de Belém do Pará (1994), segundo a qual a violência contra as mulheres constitui “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º). A definição é, portanto, ampla e abarca diferentes formas de violência contra as mulheres, tais como:

1. A violência doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que as mulheres e que compreende, entre outras, as violências física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (Lei 11.340/2006).
2. A violência ocorrida na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar.
3. A violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (violência institucional). (BRASIL, 2011a, p. 10-11).

Compreendendo a urgente necessidade de intervenção pública no campo e na floresta para a redução da violência contra a mulher, o governo assumiu uma postura de enfrentamento frente ao cenário descrito. O conceito de enfrentamento, por sua vez, diz respeito à implementação de políticas públicas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra todas as mulheres, em todas as suas expressões (BRASIL, 2011, p. 10-12).

Ainda no cerne das políticas destinadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres da floresta, a FUNAI iniciou um processo de articulação e formação política entre lideranças femininas que posteriormente daria origem à Coordenação das Mulheres Indígenas.

A FUNAI realizou em 2002 a Oficina de Capacitação e Discussão sobre Direitos Humanos, Gênero e Políticas Públicas, da qual participaram 40 lideranças feministas de diferentes povos, com o objetivo de formular diretrizes que serviriam de base para políticas públicas de defesa dos interesses e direitos das mulheres indígenas. Como consequência, foi elaborada, em 2006, a Ação de Promoção das Atividades Tradicionais das Mulheres Indígenas, no âmbito da Coordenação Geral de Desenvolvimento Comunitário da FUNAI. Foram em seguida realizadas Oficinas com a participação de 410 mulheres indígenas, e indicadas 58 mulheres para fazerem parte do controle social da Ação. Após as reivindicações das mulheres indígenas, foi criada a Coordenação das Mulheres Indígenas, vinculada à Presidência da Fundação Nacional do Índio. (BRASIL, 2011b, p. 41)

Em 2008 a Coordenação de Mulheres Indígenas passou a se chamar Coordenação de Gênero e Assuntos Geracionais – COGER. As competências da COGER são:

- i) participar do processo de formulação, coordenação, articulação e planejamento de políticas de gênero e geracional dos povos indígenas; ii) apoiar e acompanhar as iniciativas dos povos indígenas nos assuntos relacionados a gênero e assuntos geracionais; iii) articular, coordenar e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implantação de políticas de

gênero e geracional dos povos indígenas; iv) articular e estabelecer parcerias com órgãos federais, estaduais e municipais para a inclusão das questões relacionadas a gênero e assuntos geracionais nas políticas públicas destinadas aos povos indígenas e; v) promover a interação entre as demais unidades da Fundação sobre as questões transversais relacionadas a gênero e assuntos geracionais para os povos indígenas. (BRASIL, 2011b, p. 41-42)

A Coordenação de Gênero e de Assuntos Geracionais desenvolve ações de forma direta ou indireta por meio de parcerias com a FUNAI. Seu objetivo é fortalecer o reconhecimento das formas próprias de organização indígena. Nessa perspectiva, a FUNAI tem atuado com as questões de gênero e assuntos geracionais principalmente a partir de suas práticas com as mulheres indígenas ao longo dos últimos anos, refletindo sobre a relação que se dá entre homens e mulheres indígenas e vice e versa, entre mulheres e mulheres e entre homens e homens e entre as diferentes gerações. A atuação da FUNAI foca na importância do respeito às formas de organização familiares diferenciadas, a valores reprodutivos, e opções à orientação sexual conforme a realidade de cada povo.

Nesse sentido, a coordenação também tem como foco as questões voltadas para as ações de promoções, capacitações, orientações e prevenções, como o VIII Seminário Participativo sobre a Lei Maria da Penha, realizado pela Coordenação de Mulheres Indígenas da FUNAI e outras ações que tratam dos itens relacionados abaixo como exemplo, que também foram retirados do site da FUNAI:

- a) Atividades com mulheres indígenas para promoção de direitos sociais e de cidadania e para o fortalecimento de ações de etnodesenvolvimento;
- b) Oficinas preventivas com a juventude indígena sobre as situações de vulnerabilidade (álcool, drogas, violências, suicídios);
- c) Informações e formação sobre direitos e reflexão sobre assuntos de gênero e geração;
- d) Reuniões de fortalecimento das lideranças tradicionais.

A experiência como pesquisadoras que atuam nas causas de gênero entre povos indígenas, revela que estas ações ainda não estão sendo desenvolvidas em todas as comunidades indígenas do Brasil, especialmente em Rondônia. Outros organismos internacionais com Embaixadas e a Organização das Nações Unidas – ONU, nesse caso específico a ONU-Mulheres, vêm apoiando iniciativas das mulheres indígenas não só do Brasil mas também na América Latina.

Um dos Projetos apoiado pela ONU – Mulher em parceria com a Embaixada da Noruega foi o da “Voz das Mulheres Indígenas” a ONU –Mulheres está comprometida em apoiar as mulheres indígenas para que sua presença em fóruns nacionais e internacionais seja efetiva e que reivindiquem melhorias substantivas nas suas vidas e nas suas comunidades. Segundo o relatório do projeto:

“Voz das Mulheres Indígenas” foi criado para elaborar uma agenda que defendesse as necessidades e interesses das mulheres indígenas levando em conta a diversidade entre as comunidades e também os seus interesses comuns. O projeto estabeleceu um grupo de referência com mulheres indígenas de distintos níveis de institucionalização e com poder deliberativo quanto às questões relativas ao “Voz das Mulheres Indígenas”. O coletivo se comprometeu a contemplar a diversidade de povos indígenas brasileiros por meio da promoção do diálogo intergeracional.

A partir dessas vivências em programas, projetos e em eventos as mulheres indígenas despertam para a importância dos seus papéis nesses espaços políticos e pouco a pouco iniciam o desenvolvimento de estratégias para a formação política de novas lideranças femininas, ao mesmo tempo em que também desenvolvem estratégias para conscientizar seus companheiros sobre a importância de tais ações para o fortalecimento da cultura e da identidade indígena.

Os desafios que as guerreiras indígenas enfrentam cotidianamente não se limitam à conquista do apoio dos companheiros e participação da comunidade, pois uma das principais barreiras a serem transpostas diz respeito à capacidade de organização das lideranças femininas em instituições representativas de classe e a posterior articulação destas com instituições do terceiro setor, já que atualmente vivenciamos um retrocesso das políticas públicas destinadas ao enfrentamento à violência contra a mulher. O governo atual representado pelo presidente Michel Temer extinguiu secretarias relacionadas às políticas públicas para atender as demandas femininas, reduziu a participação de mulheres em cargos públicos responsáveis pela tomada de decisões e em 2017 o governo federal realizou redução de 61%, em relação ao ano passado, na verba para atendimento à mulher em situação de violência<sup>7</sup>.

#### **4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ponto de partida para a criação e execução de políticas públicas relacionadas ao enfrentamento e prevenção da violência contra a mulher indígena é o reconhecimento da necessidade de investigações e estudos científicos sobre as condições de produção de violência contra a mulher da floresta. O conhecimento do modo de vida, da cultura, dos fatores potencializadores da violência endógenos e exógenos à cultura indígena é fundamental para o reconhecimento e atendimento destas demandas.

De modo geral, a intensificação da violência contra as mulheres indígenas é decorrente de processos de violações de seus povos, das profundas modificações causadas no modo de vida a partir do contato não indígena, do recolhimento das populações em reservas pequenas onde muitas vezes coabitam diversos povos com diferentes culturas e hábitos, da degradação da paisagem natural e a introdução de drogas e bebidas alcoólicas nestas comunidades.

A eficácia deste grupo de políticas públicas depende diretamente de análise detalhada das condições materiais de sobrevivência das comunidades indígenas e das características do seu entorno para compreender o motivo pelo qual estas mulheres têm sido assassinadas, violentadas, agredidas e intimidadas de forma crescente, uma vez que a compreensão das relações dominantes de poder a partir dos contextos locais e, em suas inter-relações com outras esferas da política é fundamental (Wolf 1990). Realizada a identificação das tensões, antagonismos e conflitos que permeiam tais realidades (Sider. 1986), o poder público precisa conceber que as ações desenvolvidas devem visar não apenas as mulheres, mas e principalmente, os companheiros e namorados, os pais, os anciãos e toda a comunidade para que o coletivo possa perceber que esta problemática afeta não só a mulher vítima de violência, mas a toda uma geração já que na cultura indígena a divisão dos papéis sociais é muito clara e com baixa mobilidade, cabendo quase

<sup>7</sup> Dados da Rede Brasil Atual. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/04/temer-reduz-em-mais-da-metade-verbas-para-politicas-publicas-as-mulheres>.

que exclusivamente à mulher as tarefas do “cuidar” que incluem o cuidado com os filhos, com a casa, com o ensino e fortalecimento da cultura aos mais jovens.

Outro eixo em torno do qual as políticas públicas devem se alicerçar é o incentivo à formação política de lideranças femininas, a organização de tais lideranças em entidades representativas de classe e o apoio e incentivo às associações e coordenação de mulheres para o desenvolvimento de projetos que proporcionem a autonomia e empoderamento das mesmas através da geração de renda e da possibilidade de acesso às tecnologias produtivas e de comunicação, bem como o acesso à educação em todos os níveis.

Um ponto de atenção que precisa ser observado e atendido pelas políticas públicas e que nem sempre é relacionado ao enfrentamento e prevenção à violência contra a mulher indígena são as ações destinadas ao fortalecimento e repasse da cultura, porém a partir do contato com a sociedade não indígena aspectos culturais têm se perdido e esse enfraquecimento da cultura, em alguns casos pode contribuir para a naturalização da violência. Um exemplo clássico da situação descrita são as práticas religiosas que foram introduzidas em terras indígenas e que reforçam a submissão feminina perante o poder masculino, valorizando o ideal de mulher forjado pelo patriarcado.

O desrespeito humano brutal aos povos indígenas brasileiros repercute de forma extremamente negativa na qualidade de vida das mulheres pois estas sofrem a consequência da tensão provocada em sua comunidade por medidas governamentais arbitrárias e os constantes conflitos por disputas de terras favorece que as mulheres indígenas acabam se tornem o alvo principal da violência sexual, ameaças e assassinatos.

Esses fatos pontuam o desafio do impulsionamento das políticas públicas direcionadas aos povos indígenas, priorizando o empoderamento das mulheres indígenas.

O caminho para que o Estado possa de fato conhecer as demandas das mulheres indígenas passa pelo investimento em pesquisa científica e principalmente pela escuta desses povos. É necessário o reconhecimento de que estas mulheres têm voz, é preciso ouvir as respostas que devem surgir a partir da promoção de discussões, reflexões e tomadas de decisões.

A partir da vivência em campo, constatou-se que na opinião de muitas mulheres indígenas vitimadas e outras entrevistadas e conhecedoras dos conflitos, as medidas capazes de minimizar essa problemática deve contar com a colaboração dos mais velhos, mas também admitem que é necessário reestruturar ritos e rever as leis próprias, ao mesmo tempo em que torna-se urgente que as mulheres vítimas de violência recebam informação sobre as características e consequências da violência e tenham a possibilidade de fazer uso da Lei Maria da Penha, acessando os órgãos que compõem a rede de proteção à vítima.

Esse processo envolve a participação de todos nos coletivos, principalmente das mulheres, pois a vivência em campo permitiu constatar o desejo de mudança feminino e a sabedoria acumulada das mulheres exprime a preocupação com a melhoria da qualidade de vida de toda a comunidade incluindo as crianças, os jovens, os idosos e os homens, pois elas compreendem o quão são importantes para o fortalecimento da cultura e para a harmonia do coletivo com a natureza. Estas verdadeiras guerreiras resistem bravamente à séculos de opressão por compreenderem que sua luta favorece todo o coletivo e que carregam a esperança de dias melhores para seu povo.

## REFERENCIAS

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República. **Mulheres do Campo e da Floresta Diretrizes e Ações Nacionais**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República. **Orientações Estratégicas para Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais**. Presidência da República. Brasília, 2011.

BONWICK, J. [1870] (1970). **The Last of the Tasmanians**. New York. Johnson Reprint Corp.

BROWNMILLER, Susan (1976). **Against Our Will**. Man, Women and Rape. Nova Iorque. Bantam Books.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. SILVA, Joseli Maria. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa, Todapalavra, 2014.

SIMONIAN, Ligia T. L. **Mulheres indígenas vítimas de violência**. Paper do NAEA 030, Novembro de 1994.

SIMONIAN, Ligia T. L. **"This Bloodshed Must Stop"**: Land Claims on Guarita and Uru-EuWau-Wau Reservations, Brazil. Ph. D. Dissertation in Anthropology. New York. City University of New York. 1993.

SACCHI, Ângela. **Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas**. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 7, volume 14 (1 e 2): 95-110. 2003

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PINTO, Alejandra Aguilar. **Reinventando o feminismo: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero**. Fazendo gênero 9: diásporas, diversidade, deslocamentos. Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010.

#### **Sites Consultados:**

[www.kaninde.org.br](http://www.kaninde.org.br) - Metodologia de Diagnóstico Etnoambiental Participativo e Etnozoneamento em terras indígenas. Acessado em 07.12.2016.

[www.insectashoes.com/blog/conheca-um-pouco-sobre-feminismo-indigena-no-brasil-e-sua-importancia](http://www.insectashoes.com/blog/conheca-um-pouco-sobre-feminismo-indigena-no-brasil-e-sua-importancia) . Acessado em 16.01.2017.

[www.mulheresindigenas.org](http://www.mulheresindigenas.org) – Pelas Mulheres Indígenas. Acessado em 17.01.2017.

[www.risada.org](http://www.risada.org)- Rede Indígena Solidária de Arte e Artesanato. Acessado em 25.01.2017.

[www.pib.socioambiental.org](http://www.pib.socioambiental.org). Lei Maria da Penha Chega aos Homens Indígenas. Acessado em 07.01.2017.

\_\_\_\_\_.ONU quer ação para fim da violência contra mulheres indígenas no mundo. Acessado em 27.01.2017



<http://www.pensarcontemporaneo.com/educacao-indigena>. A milenar Arte de Educar Povos Indígenas, Daniel Munduruku. Acessado em 17.02.2017.

[www.onumulheres.org.br](http://www.onumulheres.org.br). Projeto “Voz das Mulheres Indígenas”. Acessado em 07.12.2016.



## A Cultura Artesanal Indígena Amazonense

Raiane da silva lima, acadêmica em Licenciatura em Educação  
Física- Universidade Federal do Amazonas-UFAM/ICSEZ.  
raiane.lima26@gamil.com

Vanusa Rodrigues Loureiro, acadêmica em Licenciatura em Educação  
Física- Universidade Federal do Amazonas- UFAM/ICSEZ.  
vanusa.2823@gamil.com

### Resumo

O presente trabalho teve como objetivo, analisar qual a destinação do artesanato e a importância do mesmo para os indígenas da etnia sateré-mawé da comunidade Ponta Alegre. Metodologia: a estratégia metodológica dessa pesquisa é de caráter analítico-explicativa dos dados da realidade coletados por meio da pesquisa de campo, por meio da técnica de questionário com questões abertas, que foi analisado a partir da análise de conteúdo. O problema emergiu, pois essa cultura, está sendo esquecida entre o próprio povo, e somente é lembrada no período do festival, Boi Bumbá Garantido e Caprichoso para a comercialização, justificamos esse estudo pela importância da compreensão das transformações que vêm ocorrendo nas diversas etnias indígenas da região amazônica, no referente a seu artesanato, que a cada dia mais tem os mercados das cidades como destinação, como um meio de renda e para o consumo próprio da comunidade. Consideramos fundamental na contribuição a outros estudos na área e ainda aos órgãos públicos que trabalham com os índios; Funai, Casai e outros. Este trabalho visa ajudar outros leitores que estudam nesta área, e entre outros que se interessem neste estudo com informações que não podem ser encontradas em livros, e levar essa cultura para que outros lugares, possam conhecer.

Palavras chave: artesanato, cultura, indígena.  
Termo relacionado: Cultura, Arte, Saberes e Costumes.

## La Cultura Artesanía Indígena Amazonense

### Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar lo que la asignación de artesanía India etnia Sateré Mawé Comunidad Ponta Alegre. Metodología: La metodología de estudio estratégica y el carácter analítico-explicativa de la realidad de los datos recogidos a través de la investigación de campo, a través de la técnica de cuestionario con preguntas abiertas que se analizó partir del análisis de contenido. El problema surgido en esta cultura, siendo olvidada entre las personas propias, y sólo recordado en el período del festival, Boi Bumbá, Garantido y Caprichoso la comercialización artesanía. Justificar este estudio la importancia comprensión de las transformaciones que han ocurrido en diversos grupos indígenas de la región amazónica, que no tiene ninguna referencia a su oficio, que cada día tiene más los mercados de ciudades como destino! Como medio de ingreso y otra consumo propio de la comunidad. Considerar la contribución fundamental en los otros estudios realizados en la zona y también en los organos públicos que trabajan con los indios; FUNAI, CASAI y otros. Este estudio tiene como objetivo ayudar a otros lectores que estudian en esta área, y otros que están interesados en estudio con información que no se puede encontrar en los libros, y llevar esta cultura a otros lugares pueden saber.

Palabras clave: la artesanía, la cultura, indígena;  
Tema relacionado: Cultura, Arte, Conocimientos y Costumbres.

## The Amazonian Indigenous Artisan Culture

### Abstract

The present work has as objective, to analyze what is an destination of indigenous crafts of the sateré-mawé ethnic group of Ponta-Alegre community. Methodology: the methodological strategy of this research is an analytical-explanatory character of the reality data collected through the field research, by means of the questionnaire technique with open and questions was analyzed from the analysis of content. The problem emerged because this culture is being forgotten among the people, and only remembered during the period of the festival, Boi Bumbá, Garantido and Caprichoso, for the commercialization of handicrafts. We justify this study because of the importance of the understanding of the transformations that have been taking place the diverse indigenous ethnic groups of the amazon region, in relation to their which does not have as reference their handicraft, which has more and more the markets of the city as destination, as a means of income and for the consumption of the community. We consider fundamental in the contribution to other studies in the area and also in the public bodies that work with the indians; Funai, Casai and others. The work aims to study other readers who find out in this study information that can not be found in books, and take this culture so that others can get to know.

keywords:crafts, culture, indigenous.  
Related topic:culture, arts, knowledge and customs

### 1- Introdução:

O artesanato é uma cultura praticada pelos povos indígenas, que possui uma cultura rica em materiais extraídos da natureza. Os tecidos são sua maior expressão e tem como destinação os mercados das cidades e o consumo da própria comunidade Ponta-Alegre que agrega aproximadamente 397 habitantes, localizada na área do Andirá em Barreirinha-AM. (PAGLIARO..., [et al], 2005).

Segundo VIVEIRO (2017), O modo de vida da maioria das populações nativas amazônicas resulta do conhecimento transmitido de geração para geração segundo tradições culturais.

Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como uma dimensão do processo social. Ou seja, cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrario, a cultura é um produto coletivo da vida humana. (SANTOS, 1994, p.45).A cultura é entendida como uma herança passada de pais para filhos, é uma característica de cada região, é uma tradição que cada povo traz consigo, é sua identidade.

Neste estudo foram feitas perguntas a 8, indígena entre eles o tuxaua, contor do ritual da tucandeira, professores, senheros com mais idades e outros que saíram da sua comunidade para morarem na cidade os mesmos foram indicados, por terem mais conhecimento, sobre os saberes da cultura local levando em consideração três categorias: saberes tradicionais, etnia Sateré-Mawé, identidade cultural. Levando em conta a natureza do problema, optou-se por analisar uma pesquisa qualitativa a partir da utilização do método de pesquisa de campo, com entrevista envolvendo questionário, a ser estudado e a

compreensão mais próxima da realidade social. Esta pesquisa é do tipo explicativa. Pois este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. ( GIL, 2008, p.28).

A inquietação de saber a destinação do artesanato, nos moveu a pesquisa, sobre o mesmo, pois nem sempre a destinação, foi para o mercado, e sim somente para o consumo próprio, pois muitas pessoas que obtêm o artesanato, não lembram que o que os fabricam são os povos indígenas, ao saber sua destinação, nos perguntamos outra pergunta, qual a importância do artesanato para os povos indígenas Sateré Mawé?

No caso deste estudo, as entrevistas foram gravadas em áudios, que muitas vezes os mesmos não conseguiam se expressar com algumas palavras ou até mesmo não se lembram mais de algumas coisas. Após a coleta de dados foram transcritas e organizadas. Para a análise de dados foi escolhido a análise de conteúdo.

O objetivo dessa pesquisa é apresentar a destinação do artesanato confeccionado pelos Sateré Mawé com materiais extraídos da natureza. Para Lima (2010) o artesanato é caracterizado como aquele ligado ao conjunto de artefatos mais expressivos da cultura de um grupo específico, representados por trações e congregados a vida cotidiana.

Neste trabalho são apresentadas respostas do povo Sateré Mawé da comunidade Ponta-Alegre, sobre a destinação do artesanato e falando sobre essa cultura.

Para atingir este objetivo foram feitos estudos sobre a cultura do artesanato, coletas de dados através de entrevistas. Justificamos a importância desse trabalho, pois discutir a cultura que vem se modificando com o passar do tempo e a que muitas vezes está sendo esquecida pelo próprio povo.

Acredita-se que esse estudo irá servir de ajuda para outras pessoas que se interessam nesta área, para que possam conhecer a cultura desse povo que lutam para que essa cultura não seja esquecida, e contribuir para o conhecimento sobre o artesanato indígena Sateré Mawé.

## **2. Artesanato na comunidade Ponta-alegre Sateré Mawé**

Na comunidade foi pesquisada a cultura é passada de pai para filho, porém a comunidade optou também que essa cultura fosse repassada nas escolas para que a mesma não seja esquecida com o passar do tempo. Segundo a professora da comunidade:

Bem a importância é que a gente tem que valorizar sempre né por que, a gente não pode deixar a nossa cultura de lado, ela sempre tem que tá fazendo com que tenha essa revitalização, inclusive falando nisso nós temos um próprio professor de artesanato seja teçumi e outros. (MARIA INES SILVA DE OLIVEIRA)

Como se pode observar, a partir da fala da professora, há a preocupação na transmissão das técnicas de confecção de artesanato para as crianças, para que as mesmas tenham possibilidade de aprender, tendo em vista que já não são mais tão repassados através da oralidade, uma vez que muitos adultos já não possuem mais esse conhecimento, o que é confirmado pelo Sateré Derly Batista que afirma que:

Para manter a cultura, na verdade a gente tá focando muito na capacitação dos professores, para que eles sejam capacitados para preservar a cultura indígena, que os próprios professores sejam os próprios indígenas, que antigamente os professores não eram indígenas, vinham de fora vinha de cidades mais próximas. (DERLY BATISTA).

Observamos no questionário proposto para 8 indígenas, que afirmaram, que os materiais usados para a confecção do artesanato são extraídos da própria natureza, que

quando venham para as cidades eles mesmo trazem seus próprios materiais da sua comunidade. Eles relatam que a principal mudança ocorrida nos últimos tempos foi que o IBAMA, proibiu o uso, de materiais, como, ossos e penas de animais entre outros para a confecção de artesanato. Confirmando pelo Sateré Derly Batista que afirma que :

A mudança que houve na verdade foi em relação a penas de animais devido ao IBAMA, coloca um fiscalização muito intensa proibindo para não fabricar, mais o artesanato com as penas de animais e isso houve uma queda. A única coisa que pode ser utilizado pra fazer, é fazer os artesanatos que é de pena de animais só para o ritual, para apresentações, proibido para a comercialização. (DERLY BATISTA, 2017).

Mesmo com a fiscalização do IBAMA, impedido de fazer seu artesanato como sua cultura os indígenas Sateré Mawé, tem a consciência, de que essa proibição é para preservar a natureza, e por isso eles obedecem.

O artesanato tem um significado muito importante para os Sateré Mawé, pois é uma identidade, muito preservada pelo povo indígena.

O artesanato é uma arte de confeccionar ou demonstrar as artes através da pintura, tecidos, esculturas em madeiras, barros, fibras, fios, barbantes, colares de caroços, sementes pequenas, madeira e ossos de animais, etc. o povo Sateré Mawé demonstra a sua cultura através de suas artes. ( SOUZA...[et all] 1998, p.07)

Nas entrevistas feitas os indígenas, relatam que confeccionam o artesanato, para seu próprio consumo, como por exemplo a luvas de tucandeiras usado em seu rituais, peneira, sextos, tipiti entre outros. Citado pelo cantor do ritual da tucandeira:

Por que a gente gosta de fazer, a gente faz porque utilizamos, o artesanato como peneira, tipiti, tarapucu (lugar de farinha) e balaio. (JOSÉ NILZOMA MIQUILIS DE OLIVEIRA).

O artesanato ele é utilizado, como uma forma de demonstra a cultura Sateré Mawé, o artesanato ele é muito utilizado nas apresentações rituais. Os Saterés desde cedo são ensinado essa cultura, são influenciados pelos idosos, que tem mas conhecimento, para que essa cultura continue, criam utensílios e reproduzem oque já foram criados para seu consumo próprio.

A primeira percepção de cultura remete a todos os aspectos de uma realidade social; a segunda refere-se mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo. (SANTOS,1994, p.23). O artesanato é uma cultura repassada pelos povos indígena, a muitos anos, pois o mesmo, surgiu a muito tempo atrás.

O artesanato confeccionado, na comunidade indígena, também serve como ganho de renda para os mesmos, é uma forma de sustento. Citado pelo Tuxaua da comunidade:

Muitos fazem, porque a gente faz pra vender, pra comprar alguma coisa para casa, quem tem família e os artesanatos que a gente faz é de vários tipo, peneirinha, colar, pau de chuva. Então é fabricado aqui, isso é trabalho de indígena da etnia Sateré Mawé. (HELITO BABORSA DA SILVA).

Em outra visão o artesanato é visto como uma forma de comercialização, que os indígenas confeccionam para vendido na cidade, e até mesmo para as pessoas da comunidade que não sabem fazer, os artesanatos são levados para a cidade mas no período do festival, Boi Bumbá, os são materiais extraídos da natureza, e não artificiais

comprados. O artesanato é confeccionado como ganho de renda também citado pelo Sateré Mawé:

Na verdade o artesanato foi utilizado mais como uma forma de demonstração da própria cultura. Por que da demonstração da cultura? O artesanato é muito utilizado para demonstrações rituais, e antigamente não existia comercialização devido ao fluxo de não indígena que chegam para as aldeias, eles foram se agradando e a partir daí eles foram começando a querer comprar, ou trocar com alguma coisa, a partir daí eles começaram a perceber que o artesanato poderia ser uma forma de sobrevivência, de comercializa para compra algo para eles mesmos. ( DERLY BATISTA, 2017)

A comercialização nem sempre existiu entre o artesanato, a comercialização começou, pois os povos não indígenas gostaram do artesanato e foram comprando e os povos indígenas viram que com isso poderia ser um meio de renda como forma de ganhar algo em troca de seu trabalho, e desde então o artesanato também ficou, como um meio de comercialização.

### **3- Considerações finais:**

Com base dos resultados analisados, foi possível compreender melhor, sobre a cultura do artesanal do povo indígena Sateré Mawé, apesar de eles não conhecerem a criação do artesanato, pois até mesmo relatado por muitos, já faz muito tempo que o artesanato foi criado, mas tentaram repassar o que eles sabem, dessa cultura. Eles são um povo que luta para que sua cultura não seja esquecida. Apesar das dificuldades encontradas, pode ser observado que a cultura é repassada de geração a geração. Que os mesmos preservam, esta cultura tão valiosa.

A utilização da matéria prima para a confecção do artesanato é essencial para que essa cultura seja única, cada artesanato criando um significado para os mesmos os artesanatos confeccionados, tem sua destinação desde de o momento em que foi pensado em se fazer já decidido se vai a cidade a ser comercializado ou se para o consumo próprio, para os mesmos é essencial em confeccionar os artesanatos da própria matéria prima, pois relatam que essa é a essência do artesanato e que quando feito com materiais artificiais pedem um pouquinho sua essência.

Foram utilizadas medidas simples, como pesquisa teóricas, e entrevistas porém com capacidade de transmitir informações da cultura indígena o artesanato, como por exemplo, a sua destinação, a cultura, e o que mudou nela nos últimos tempos. Além disso as entrevistas iriam servir como suporte para outras pessoas que iriam fazer o mesmo estudo ou próximo a esta área, são informações não escritas em livros. Esse resultado nos leva a perceber que o artesanato na etnia Sateré Mawé na comunidade Ponta-Alegre, Barreirinha-AM, tem sua destinação aos mercados para a comercialização e ao consumo próprio da comunidade, suas mudanças venham ocorrendo com o passar do tempo, porém esse povo, levam consigo sua cultura.

#### 4- Referências:

- SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- SOUZA, Brito Ferreira de...[et all]. **Os Sateré Mawé e a Arte de Construir**. Manaus, SEDUC. 1998
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 2008.
- PAGLIARO,H.,AZEVEDO,MM.,and SANTOS,RV.org.**Demografiados povos indígenas Brasil**, Rio de Janeiro, Fiocruz,2005.
- LIMA,R.Objetos: **Percursos e escritas culturais**, São Jose de Campos/SP:,2010.

## **ANÁLISE DE FRAGILIDADE AMBIENTAL NA MICROBACIA DA LAGOA DOS SAPOS, PORTO VELHO - RO**

José Rafael Pimentel Barata, Gestor Ambiental

[rafaeltecgeo@hotmail.com](mailto:rafaeltecgeo@hotmail.com)

Eliomar Pereira da Silva Filho, Universidade Federal de Rondônia

[eliomarfilho@uol.com.br](mailto:eliomarfilho@uol.com.br)

Jaqueline Sousa de Araújo, Universidade Federal de Rondônia

[jaquelinesaraujo@gmail.com](mailto:jaquelinesaraujo@gmail.com)

Laura Nisinga Cabral, Universidade Federal de Rondônia,

[laura\\_nisinga@yahoo.com.br](mailto:laura_nisinga@yahoo.com.br)

### **Resumo**

O presente trabalho, visa aplicar a metodologia de um modelo empírico proposto por Ross (1994), objetivando a análise de fragilidade ambiental, tomando como indicativo as classes de declividade do terreno, em área denominada de "Lagoa dos Sapos", uma micro-bacia que pertence à bacia hidrográfica do Igarapé Belmont, em Porto Velho - Rondônia. Este modelo indica a fragilidade ambiental através hierarquização de 4 classes de acordo com sua vulnerabilidade observada nos seguintes parâmetros: Declividade, classificação do solo, Cobertura Vegetal/uso da terra, pluviosidade. As variáveis de vulnerabilidade são classificadas entre 1,0 (muito fraca) a 5,0 (muito forte), desta forma é possível hierarquizar os graus de fragilidade natural estabelecendo as áreas mais críticas que servem como subsídio a elaboração planejamento ambiental entre outros instrumentos de gestão, corroborando com a definição de áreas mais apropriadas para a ocupação e uso, de maneira a se conhecer os diferentes graus de fragilidade da pretensa ocupação espacial da área em estudo, tendo uma maior interação com a dinâmica da paisagem e suas relações de troca de energia e matéria no ambiente e nas suas relações morfoestruturais e morfoescurturais, considerando ainda o meio biótico e as ações antrópicas ocorrentes e futuras, numa perspectiva de atenuá-las.

**Palavras-chave:** Vulnerabilidade Ambiental, Erosão, Planejamento

### **Resumen**

Este estudio pretende aplicar la metodología de un modelo empírico propuesto por Ross (1994), destinado a análisis de fragilidad ambiental, teniendo como una indicación de las clases de pendiente del terreno en la zona llamada el "Lagoa dos Sapos", un micro-cuenca que pertenece a la cuenca del Igarapé Belmont en Porto Velho - Rondônia. Este modelo indica la fragilidad del medio ambiente através de 4 clases por niveles según su vulnerabilidad observada en los siguientes parámetros: pendiente, la clasificación del suelo, la cubierta vegetal / uso de la tierra, la lluvia. Las variables de vulnerabilidad se clasifican de 1,0 (muy débil) a 5,0 (muy fuerte), de esta manera, es posible clasificar el grado de fragilidad natural, el establecimiento de las áreas más críticas que sirven como subsidios a cabo la planificación ambiental y otros instrumentos gestión, apoyando el desarrollo de las zonas más adecuadas para la ocupación y uso, con el fin de conocer los diferentes grados de debilidad de la supuesta ocupación de espacio de la zona en estudio, y una mayor interacción con el dinámica de paisagem y sus términos de intercambio de energía y materia en el medio ambiente y su morfoestructurales y morfoescurturais relaciones, considerando también la biota y que se producen y futuras acciones humanas, a fin de mitigarlos.

**Palabras clave:** la vulnerabilidad ambiental, la erosión, la planificación

## Abstract

The present work intends to apply the methodology of an empirical model proposed by Ross (1994), aiming the analysis of environmental fragility, taking as an indicative the classes of slope of the land, in an area called "Lagoa dos Sapos", a microbasin Which belongs to the catchment area of Belmont Igarapé, in Porto Velho - Rondônia. This model indicates the environmental fragility through hierarchization of 4 classes according to their vulnerability observed in the following parameters: Declivity, soil classification, Plant cover / land use, rainfall. The vulnerability variables are classified as 1.0 (very weak) to 5.0 (very strong), in this way it is possible to hierarchize the degrees of natural fragility by establishing the most critical areas that serve as a subsidy to environmental planning elaboration among other Management, corroborating with the definition of areas more appropriate for the occupation and use, in order to know the different degrees of fragility of the pretension spatial occupation of the study area, having a greater interaction with the landscape dynamics and their exchange relations of Energy and matter in the environment and in its morphostructural and morphocultural relations, considering also the biotic environment and the anthropic actions that occur and future, with a view to attenuate them.

**Keywords:** Environmental Vulnerability, Erosion, Planning

## 1- Introdução

O planejamento ambiental é um instrumento de gestão ambiental, que consiste nas informações que podem ser utilizadas nos Planos Diretores Ambientais, Zoneamentos Socioeconômicos, Planos de Bacias, Plano de Manejo, Áreas de Proteção Permanentes.

A identificação e o diagnóstico de áreas de fragilidade, são uma forma barata de evitar a ocupação de áreas de vulnerabilidade ambiental, sendo este um problema para os governantes. A classificação das áreas de riscos é fundamental para o planejamento ambiental, impedindo, desta forma, a ocupação de áreas inapropriadas atendendo ao plano diretor municipal, evitando danos e prejuízos para a sociedade.

Através de levantamentos básicos de geomorfologia, solos, cobertura vegetal/uso da terra e clima é possível ter um diagnóstico integrado desses elementos tratados em diferentes categorias hierárquicas da fragilidade dos ambientes naturais, apoiados através dos índices de dissecação do relevo Ross (1994), Raffaelli, J.A; Werlang, M.K. (2001).

## 2- Materiais e Métodos

Espera-se mostrar com esse estudo a importância da análise espacial através de ferramentas de geoprocessamento no auxílio do planejamento ambiental caracterizando quatro variáveis na análise: Classe de Declividade, Cobertura Vegetal/Usos da Terra, Solos e Pluviosidade. Ross (1994) utiliza as formas das vertentes e as classes de declividades para o estabelecimento dos parâmetros das classes. Adotando os intervalos utilizados nos estudos de capacidade de Uso/Aptidão Agrícola associados aos valores já conhecidos de limites críticos de geotecnia, hierarquizando desta forma em quatro categorias.

O modelo avalia a fragilidade ambiental através das classes de declividades (1º dígito), sendo que as demais variáveis são hierarquizadas através dos seus coeficientes de fragilidade. Os parâmetros das variáveis foram classificados em cinco níveis de fragilidades conforme SPORL e ROSS (2004):

- ✓ Classes de Declividade – categoria hierárquica muito fraca (1) a muito forte (5);
- ✓ Solos – classe de fragilidade muito baixa (1) a muito forte (5);
- ✓ Cobertura Vegetal – grau de proteção muito alto (1) a muito baixo/nulo (5);
- ✓ Pluviosidade – categoria hierárquica muito fraca (1) a muito forte (5).

Utilizamos um Modelo Digital de Elevação (MDE), elaborado a partir de uma imagem SRTM (imagem Shuttle Radar Topography Mission), as curvas de nível foram digitalizadas no programa Global Mapper v11.02 e exportadas para o AutoCAD Civil 3D.

### 3- Resultados e Discussões.

A classificação geomorfológica proposta por Santos (2010) a unidade Morfológica da área é do tipo denudacional estrutural tabular apresentando fraco entalhamento dos vales, pequenas dimensões interfluviais, relevo alagável devido a presença do lençol freático próximo a superfície. A área possui altitudes variando entre a cota 80m e 76m. A declividade é suave com vertentes convexas, em torno de 68% da área total está classificada na categoria hierárquica muito fraca, conforme quadro 1.

Quadro 1. Pesos, Classe de Declividade, Categorias Hierárquicas e Área

Peso	Classe de declividade	Categorias Hierárquicas	Área (m <sup>2</sup> )
1	Até 6°	Muito Fraca	469.426,57
2	6° a 12°	Fraca	124.866,97
3	12° a 20°	Média	43.952,24
4	20° a 30°	Forte	16,248,95
5	Acima de 30°	Muito Forte	311.350,07
<b>Total</b>			<b>685.844,80</b>

Fonte: Adaptado de Ross (1994).

O solo local é um latossolo de cor vermelho/amarelo, de textura argilosa apresentando características de selagem devido a atividades antrópica, ver quadro 2.

Quadro 2. Classes de fragilidade na área de estudo de acordo com os tipos de solos

Peso	Classes de Fragilidades	Tipos de Solos
1	Muito Baixa	Latossolo Roxo, Latossolo Vermelho escuro e Vermelho amarelo textura argilosa
2	Baixa	Latossolo Amarelo e Vermelho amarelo textura média/argilosa
3	Média	Latossolo Vermelho amarelo, Terra Roxa, Terra Bruna, Podzólico vermelho amarelo textura média/argilosa
4	Forte	Podzólico vermelho amarelo textura média/arenosa, Cambissolos
5	Muito Forte	Podzólico com cascalho, Litólicos e Areias Quartzosas

Fonte: Adaptado de Ross (1994).

Para a análise do vegetação/uso e ocupação do solo foi usada uma imagem se satélite do Google Earth importada para o AutoCAD Civil 3D, sendo constatado que 83% da área total encontra-se desmatada para a implantação de pasto, e que 17% da mata nativa encontra-se preservada devido a nascente existente no local, ver quadro 3.

Quadro 3 - Graus de proteção do solo na área de estudo de acordo com o uso da terra

Peso	Grau de Proteção do solo	Tipo de Cobertura Vegetal
1	Muito Alto	Florestas/Mata naturais, florestas cultivadas com Biodiversidade
2	Alta	Formação arbustivas naturais com estrato herbáceo denso, formações arbustivas densas.
3	Média	Pastagem cultivada com baixo pisoteio de gado, cultivo de ciclo longo, cultivo podendo ser em curva de nível/terraceamento, silvicultura com presença de áreas nativas
4	Baixa	Cultura de ciclo longo com baixa densidade e cultura de ciclo curto com curvas de nível/terraceamento
5	Muito Baixa a Nula	Área desmatada e queimada recentemente, solo exposto por

		arado/gradeação, solo exposto ao longo de caminhos e estradas, terraplenagens, culturas de ciclo curtos sem praticas conservacionistas
--	--	--

*Fonte: Adaptado de Ross (1994).*

O clima da região de Porto Velho é do tipo Aw (Equatorial húmido) segundo a classificação de Köppen, possui duas sazonalidades climáticas um período de estiagem que vai maio a outubro, apresenta um déficit hídrico médio de 50mm/mês, neste período as temperaturas são mais baixas, sendo 18°C a média histórica do mês de agosto. O período de maior pluviosidade que vai de novembro a abril, a temperatura média é de 28°C, podendo chegar a precipitações superiores a 220 mm, com a pluviosidade média anual é de 2300mm/a, obtendo um grau de fragilidade de peso 4.

#### **4 –Considerações Finais**

O objetivo da pesquisa foi a análise da fragilidade ambiental através da elaboração de uma carta topográfica em escala de detalhes (1/2.000) mostrando as classes de declividades de uma micro bacia hidrográfica e comparando a outras variáveis ambientais, mostrando um modelado do relevo com diferentes graus de potenciais fragilidades. A classe de declividades muito fraca predomina na área cerca de 68% da área total da micro bacia, a pesar disso o relevo local apresenta como um fator limitante para pratica de plantio, podendo ser um local destinado a área de preservação permanente conforme proposto por Santos (2010).

RAFFAELLI e WERLANG (2001) destacam que a metodologia é eficaz e pode ser aplicada na realização de estudos em micro bacias hidrográficas, municípios e outras áreas.

RIBEIRO e WERLANG (2010) propõem que o planejamento é uma ferramenta que auxilia no modo de utilização dos recursos naturais, a forma e aplicação de instrumentos auxiliares na gestão e no planejamento do território são facilitadas pelos avanços tecnológicos, sendo a avaliação da fragilidade ambiental uma técnica auxiliar aos conhecimentos dos elementos presentes na natureza.

#### **5- Referências**

- RIBEIRO, M. J. S.; WERLANG, M. K. . Modelado de Relevo e Potencial de Fragilidade à erosão no Estado do Rio Grande do Sul.. Ciência e Natura, v. 32, p. 121-140, 2010.
- ROSS, J. L. S., Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. Revista do Departamento de Geografia USP 8, 1994.
- SPÖRL, C, ROSS, J. L S., 2004. Análise comparativa da fragilidade ambiental com aplicação de três modelos. Geousp 15, 2004.
- SANTOS, Salem Leandro Moura. Mapeamento Geomorfológico e Geoambiental Da Bacia Do Igarapé Belmont Porto Velho – Rondônia. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal de Rondônia, 2010, 98 p
- WERLANG, M. K.;RAFFAELLI, Jair Antonio. Mapeamento das feições de dissecação do relevo da folha topográfica de São Pedro do Sul-RS. In: VII Simpósio Nacional de Controle de Erosão, 2001, Goiânia-GO. Resumos VII Simpósio Nacional de Controle de Erosão. Goiânia-GO: ABGE Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental, 2001. v. I. p. 70-70.

## **ANÁLISE QUALITATIVA DE CIANOBACTÉRIAS NO BAIXO RIO TAPAJÓS (AMAZÔNIA, BRASIL)**

Sâmea Cibele Freitas da Silva 1, Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA,  
sameacibele@yahoo.com.br;

Keely Meireles Araújo Torres 2, Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA,  
kmatorres.ufopa@gmail.com;

Renata Silva Souza 3, Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA,  
renatabiufpa@yahoo.com.br;

Sérgio Melo 4, Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA,  
sergio.melo@ufopa.edu.br

### **Resumo**

Frequentes eventos de florações algais têm sido visualizados no Rio Tapajós. Este é um dos principais tributários da margem direita do Rio Amazonas, desta forma, o presente estudo objetivou verificar a flutuação qualitativa de cianobactérias no baixo rio Tapajós. Foram realizadas 24 campanhas entre os anos de 2010 a 2011 em um único ponto a montante da orla urbana da cidade de Santarém-PA, contemplando o período chuvoso e seco, e posteriormente mais 10 campanhas no ano de 2015, em um transecto margeando a área da orla urbana da referida cidade, no início do período chuvoso. Amostras de água foram coletadas para análise qualitativa dos táxons, série nitrogenada, fósforo e clorofila-*a*. Alguns parâmetros físicos e químicos foram verificados *in loco*: pH, temperatura da água, turbidez e condutividade elétrica. Foi efetuada a estatística básica com o auxílio do Programa Computacional Estatística. Como resultado, a classe Cyanobacteria esteve representada, montante da orla urbana, por onze espécies distribuídas em dez gêneros: *Aphanothece*; *Chroococcus*; *Dolichospermum*; *Lyngbya*; *Merismopedia*; *Microcystis*; *Oscillatoria*; *Pseudanabaena*, e *Synechococcus*. Destes, o gênero *Dolichospermum* apresentou a maior riqueza específica com duas espécies. Já na área da orla da cidade, a classe Cyanobacteria esteve distribuída em 32 espécies distribuídas em 20 gêneros, sendo os seguintes gêneros dominantes: *Synechocystis*, *Microcystis*, *Dolichospermum*, *Cilindrospermopsis* e *Nostoc*. Tal variação pode ser explicada pelo fato das amostragens na orla urbana da cidade estarem sujeitas a um maior aporte de nutrientes advindos de ação antrópica, o que é favorável ao desenvolvimento excessivo de cianobactérias, podendo acarretar sérios riscos ambientais e a saúde humana, em virtude do potencial tóxico das cianobactérias.

Palavras-chave: Cianobactérias, flutuação qualitativa, riqueza específica.

## **ANÁLISIS CIANOBACTERIAS CUALITATIVO EN RÍO TAPAJÓS BAJA (AMAZONAS, EL BRASIL)**

### **Resumen**

Frecuentes eventos proliferación de algas se han mostrado en los río Tapajós. Este es uno de los principales afluentes de la margen derecha del río Amazonas, por lo tanto, el presente estudio tuvo como objetivo verificar la fluctuación cualitativa de cianobacterias en los bajos de Río Tapajós. Se realizaron 24 campañas entre los años 2010 a 2011 a un solo punto

aguas arriba del borde urbano de la ciudad de Santarém-PA, teniendo en cuenta la estación lluviosa y seca, y luego otros 10 campañas en 2015, en una zona que limita transecto el borde urbano de esa ciudad al comienzo de la estación lluviosa. Se tomaron muestras de agua para análisis cualitativo de nitrógeno serie taxones, fósforo y clorofila-a. Algunos parámetros físicos y químicos fueron examinados en pH situ, temperatura del agua, la turbidez y conductividad eléctrica. Estadística básica con la ayuda del programa informático Statistica se llevó a cabo. Como resultado, a classe Cyanobacteria esteve representada, montante da orla urbana, por onze espécies distribuídas em dez gêneros: *Aphanothece*; *Chroococcus*; *Dolichospermum*; *Lyngbya*; *Merismopedia*; *Microcystis*; *Oscillatoria*; *Pseudanabaena*, e *Synechococcus*. Destes, o gênero *Dolichospermum* apresentou a maior riqueza específica com duas espécies. Já na área da orla da cidade, a classe Cyanobacteria esteve distribuída em 32 espécies distribuídas em 20 gêneros, sendo os seguintes gêneros dominantes: *Synechocystis*, *Microcystis*, *Dolichospermum*, *Cilindrospermopsis* e *Nostoc*. Esta variación se explica por el hecho de que la toma de muestras en el borde urbano de la ciudad están sujetos a un mayor aporte de nutrientes derivados de la acción humana, lo cual es favorable para el desarrollo excesivo de las cianobacterias, que puede causar serios riesgos ambientales y de salud humana, debido a la potencial tóxico de las cianobacterias.

Palabras clave: Cianobacterias, la fluctuación cualitativa, la riqueza de especies

## QUALITATIVE ANALYSIS OF CYANOBACTERIA IN THE LOW RIO TAPAJÓS (AMAZÔNIA, BRAZIL)

### Abstract

Frequent events of algal blooms have been seen in the Tapajós River. This is one of the main tributaries of the right bank of the Amazon River, in this way, the present study aimed to verify the qualitative fluctuation of cyanobacteria in the lower Tapajós River. Twenty-four campaigns were carried out between 2010 and 2011 in a single point upstream of the urban border of the city of Santarém-PA, contemplating the rainy and dry period, and then another 10 campaigns in the year 2015, in a transect bordering the area Of the city's urban border, at the beginning of the rainy season. Water samples were collected for qualitative analysis of the taxa, nitrogen series, phosphorus and chlorophyll-a. Some physical and chemical parameters were verified in loco: pH, water temperature, turbidity and electrical conductivity. Basic statistics were performed with the aid of the Statistical Computational Program. As a result, the Cyanobacteria class was represented, upstream of the urban border, by eleven species distributed in ten genera: *Aphanothece*; *Chroococcus*; *Dolichospermum*; *Lyngbya*; *Merismopedia*; *Microcystis*; *Oscillatoria*; *Pseudanabaena*, and *Synechococcus*. Of these, the genus *Dolichospermum* presented the highest specific richness with two species. In the area of the edge of the city, the Cyanobacteria class was distributed in 32 species distributed in 20 genera, being the following dominant genera: *Synechocystis*, *Microcystis*, *Dolichospermum*, *Cylindrospermopsis* and *Nostoc*. This variation can be explained by the fact that sampling in the urban border of the city is subject to a greater contribution of nutrients coming from anthropic action, which is favorable to the excessive development of cyanobacteria, which can cause serious environmental risks and human health, due to the Toxic potential of cyanobacteria.

keywords: Cyanobactérias, Qualitative fluctuation, Specific wealth.

## 1. Introdução

A eutrofização dos ambientes aquáticos induz e/ou intensifica as florações de algas nos corpos d'água. As cianobactérias ou cianofíceas (algas azuis), são organismos fotossintetizantes e produtores primários como as algas eucariontes, porém não possuem conteúdo celular e estruturas delimitadas por membranas, assemelhando-se às bactérias (Calijuri *et al.*, 2006; Sant'Anna *et al.*, 2006). As espécies do grupo das cianobactérias formam florações em águas doces e salobras, podendo dominar as florações quando a coluna d'água se estabiliza. Essa dominância ocorre devido a capacidade de serem migradoras verticais e 'flutuantes' (Carvalho *et al.*, 2013).

Nos últimos 20 anos as cianobactérias passaram a fazer parte da lista dos chamados "patógenos emergentes", devido à capacidade de algumas espécies de produzir e liberar toxinas na água, com graves efeitos à saúde humana. As cianotoxinas são classificadas de acordo com a ação farmacológica, como hepatotoxinas, neurotoxinas e dermatotoxinas. Dentre os gêneros produtores de toxinas estão: *Dolichospermum flos-aquae*, *Microcystis aeruginosa*, *Aphanizomenon flos-aquae*, *Oscillatoria agardhii* e *Nodularia spumigena* (Moura *et al.*, 2011). Ao longo dos últimos anos, extensas florações de cianobactérias potencialmente produtoras de cianotoxinas foram observadas em Santarém-Pará, foz do rio Tapajós. Esse fato é preocupante e deve ser considerado no diagnóstico de doenças, como as infecções hepáticas que afetam a população ribeirinha do baixo Tapajós.

## 2. Materiais e métodos

O estudo foi realizado no transecto que margeia a orla da cidade de Santarém (figura 01). A cidade está localizada à margem direita do rio Tapajós na coordenada 2°25'30" Sul e 54°42'50" Oeste no estado do Pará, com 294.580 habitantes, numa área de 22.887 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Com temperatura média anual de 27.7 °C e pluviosidade de 2.200 mm/ano. O clima é do tipo *Am*, com estações mais chuvosas entre os meses de dezembro a junho e menos chuvosas nos meses de julho a novembro (Sousa *et al.*, 2012).

A orla é um dos cartões postais da cidade, onde se pode avistar o encontro das águas da foz do rio Tapajós com o rio Amazonas. Foram realizadas 24 campanhas mensais entre os anos de 2010 a 2011 em um único ponto (Vera Paz), contemplando o período chuvoso e seco. Posteriormente foram realizadas 10 campanhas, com intervalos de 48 horas, no período compreendido entre 13 e 31 de janeiro de 2015, com cinco pontos amostrais (RT-01, RT-02, RT-03, RT-04, RT-05), no início do período chuvoso. As coletas foram realizadas a uma profundidade média de 2,3 metros, sempre pelo período da manhã.

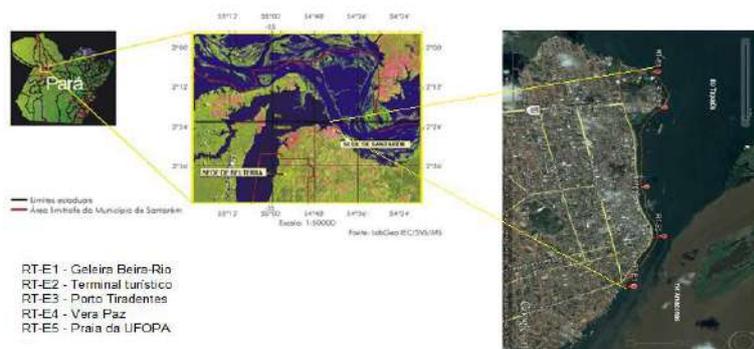


Figura 01: Mapa de localização dos pontos de coleta. Fonte: Adaptado de Sá et al, 2010.

Para as análises qualitativas do fitoplâncton, as amostras foram coletadas com rede de plâncton com abertura de malha de 20 µm arrastada horizontalmente e fixadas em solução de formalina 4% de acordo com Bicudo e Menezes (2006). As análises taxonômicas foram feitas fotomicrografias das lâminas e lamínulas, utilizando um microscópio binocular - marca ZEISS AXIO® - com câmera fotográfica acoplada ao sistema óptico, para auxiliar na identificação das espécies de cianobactérias.

### 3. Resultados e Conclusão

A classe Cyanobacteria esteve representada, nas campanhas de 2010 à 2011, por onze espécies distribuídas em dez gêneros: *Aphanothece*; *Chroococcus*; *Dolichospermum*; *Lyngbya*; *Merismopedia*; *Microcystis*; *Oscillatoria*; *Pseudanabaena*, e *Synechococcus*. Destes, o gênero *Dolichospermum* apresentou a maior riqueza específica com duas espécies. Já as campanhas de 2015 teve dominância em 32 espécies, distribuídas em 20 gêneros: *Synechocystis aquatilis*, *Microcystis aeruginosa*, *Dolichospermum spiroides*, *Cilindrospermopsis sp.* e *Nostoc sp.* Com exceção da espécie desse gênero encontrada abundantemente, a *S. aquatilis*, todas as demais espécies de cianobactérias dominantes nas amostras analisadas são potencialmente produtoras de cianotoxinas que podem ser liberadas na água após o rompimento da célula.

As espécies dominantes citadas enquadram-se no grupo das hepatotoxinas, que compreende as nodularinas, as cilindrospermopsinas e as microcistinas. Essas espécies são mais frequentes e, portanto, representam um risco maior à saúde, visto que as hepatotoxinas têm ação bioacumulativa e podem em nível molecular agir como inibidora de proteínas e a longo prazo podem contribuir para o desenvolvimento de tumores cancerosos hepáticos.

Portanto, a presença de cianobactérias potencialmente produtoras de cianotoxinas é preocupante e pode desempenhar um papel relevante se consideradas no diagnóstico de doenças. Faz-se necessário estudos mais profundos sobre o potencial de toxicidade para a população humana e para os demais organismos aquáticos que habitam no rio Tapajós, que possam servir para orientação da população através de programas de saúde pública e de educação ambiental.

### 4. Referências Bibliográficas

BICUDO, C. E. M.; MENEZES, M. *Gêneros de Algas Continentais do Brasil: chave para identificação e descrições*. 2ª edição. Rima. São Carlos-São Paulo. 2006.

CARVALHO, M. C.; AGUJARO, L. F.; PIRES, D. A.; PICOLI, C. *Manual de Cianobactérias Planctônicas: legislação, orientação para o monitoramento e aspectos ambientais*. CETESB. SIP. Brasília-DF. 2013.

MOURA, A. N.; DANTAS, E. W.; OLIVEIRA, H. S. B.; BITTENCOURT-OLIVEIRA, M. C. Vertical and temporal dynamics of cyanobacteria in the Carpina potable water reservoir in northeastern Brazil. *Brazilian Journal of Biology*, 2011, vol. 71, p.451.

SANTOS, C.A.; SERRÃO, E.A.O.; GONÇALVES, L.J.M.; WANZELER, R.T.S.; LIMA, A.M.M. Zoneamento da Distribuição da Precipitação Pluviométrica na Bacia Hidrográfica do rio Tapajós. *Enciclopédia biosfera- Centro Científico Conhecer*. Goiânia. v.10, n.18. 2014

## **APLICAÇÃO DE GEOTECNOLOGIAS NA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA CIDADE DE BOA VISTA – RORAIMA**

Lorena Malta Feitoza<sup>1</sup>, Universidade Federal de Roraima, lorena.malta@ufr.br;  
Vladimir de Souza<sup>2</sup>, Universidade Federal de Roraima, vladimir.souza@ufr.br;  
Moeme da S. Máximo Ramos<sup>3</sup>, Universidade Federal de Roraima, moeme.maximo@ufr.br;  
Antônio Tolrino de R. Veras<sup>4</sup>, Universidade Federal de Roraima, antonio.veras@ufr.br.

### **Resumo**

O uso de geotecnologias tem sido amplamente empregado para identificar e caracterizar áreas degradadas, além de monitorar as tendências das degradações. No Brasil, alguns dos principais problemas ambientais têm origem no processo de urbanização extremamente acelerado e desordenado. Com o rápido crescimento das cidades os problemas ambientais são cada vez mais frequentes e refletem negativamente na qualidade de vida de grande parte da população. No Estado de Roraima a problemática ambiental se dá pela expansão desordenada da capital Boa Vista. Cresce o número de ocupações nos espaços impróprios para a construção de moradia, acelerando a degradação ambiental, tornando novas áreas vulneráveis a diversos riscos, além das restrições naturais à ocupação residencial já presente nas áreas de fragilidade ambiental. A técnica de fotointerpretação identificou áreas de retirada da cobertura vegetal e áreas de depressões pertencentes a planícies de inundação e/ou lagos intermitente, além de antigos canais de redes de drenagem. A análise por sensoriamento remoto comprovou a alteração de forma marcante da dinâmica da paisagem natural da cidade de Boa Vista, fomentada principalmente pela atividade antrópica agravada pelos condicionantes do meio físico. As áreas observadas estão sujeitas a erosão, assoreamento e inundação, estando suscetíveis a problemas ambientais devido a empreendimentos mobiliários e conjuntos habitacionais irregulares, além do aterramento de lagos sazonal ou não. A Política Nacional do Meio Ambiente, definida pela Lei Federal 6.938/81, Art. 4º, visa à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. A partir disso, é necessário promover o uso do meio ambiente de forma racional, sendo necessário o planejamento urbano de forma ampla e interdisciplinar, para que todo o espaço possa ser adequado para a população, nas mais amplas necessidades, e assim, minimizar os impactos ambientais da área urbana de Boa Vista.

Palavras-chave: Roraima, degradação, planejamento urbano.

## **APLICACIÓN GEOTECNOLOGÍA EN LA EVALUACIÓN DE IMPACTO AMBIENTAL EN BOA VISTA DE LA CIUDAD – RORAIMA**

Lorena Malta Feitoza<sup>1</sup>, Universidade Federal de Roraima, lorena.malta@ufrr.br;  
Vladimir de Souza<sup>2</sup>, Universidade Federal de Roraima, vladimir.souza@ufrr.br;  
Moeme da S. Máximo Ramos<sup>3</sup>, Universidade Federal de Roraima, moeme.maximo@ufrr.br;  
Antônio Tolrino de R. Veras<sup>4</sup>, Universidade Federal de Roraima, antonio.veras@ufrr.br.

### **Resumen**

El uso de geotecnología ha sido ampliamente utilizada para identificar y caracterizar las áreas degradadas, y para monitorear las tendencias de degradación. En Brasil, algunos de los principales problemas ambientales se derivan del proceso de urbanización altamente acelerado y desorganizado. Con el rápido crecimiento de las ciudades los problemas ambientales son cada vez más frecuentes y reflejan negativamente en gran parte de la calidad de la población de la vida. En el estado de Roraima problemas ambientales es por la expansión de la capital Boa Vista. Un creciente número de ocupaciones en las zonas no aptas para la construcción de viviendas, lo que acelera la degradación del medio ambiente, haciendo nuevas zonas vulnerables a diversos riesgos, más allá de las restricciones naturales de la ocupación residencial ya presente en las zonas de fragilidad ambiental. Las áreas de abstinencia técnica de la foto-interpretación identificados de la vegetación y áreas de depresiones pertenecientes a inundar las llanuras y / o lagos intermitentes, y sistemas de drenaje canales antiguos. El análisis por teledetección demostró el cambio notablemente la dinámica del paisaje natural de la ciudad de Boa Vista, fomentados principalmente por la actividad humana exacerbada por las condiciones del entorno físico. Las áreas observadas están sujetos a la erosión, la sedimentación y las inundaciones, siendo susceptible a los problemas ambientales debido a las empresas de valores y las viviendas irregulares, además de conexión a tierra lagos estacionales o no. La Política Nacional de Medio Ambiente define la ley federal 6.938 / 81, art. 4, tiene por objeto armonizar el desarrollo económico y social con la preservación de la calidad del medio ambiente y el equilibrio ecológico. A partir de esto, es necesario promover el uso del medio ambiente de una manera racional, lo que requiere la planificación urbana de manera integral e interdisciplinario, para que todo el espacio puede ser adecuado para la población en las necesidades más amplias, y así minimizar el impacto zona urbana ambiental de Boa Vista.

Palabras clave: Roraima, la degradación, la planificación urbana.

## **APPLICATION OF GEOTECHNOLOGIES IN THE EVALUATION OF ENVIRONMENTAL IMPACTS IN THE CITY OF BOA VISTA – RORAIMA**

Lorena Malta Feitoza<sup>1</sup>, Universidade Federal de Roraima, lorena.malta@ufrr.br;  
Vladimir de Souza<sup>2</sup>, Universidade Federal de Roraima, vladimir.souza@ufrr.br;  
Moeme da S. Máximo Ramos<sup>3</sup>, Universidade Federal de Roraima, moeme.maximo@ufrr.br;  
Antônio Tolrino de R. Veras<sup>4</sup>, Universidade Federal de Roraima, antonio.veras@ufrr.br.

### **Abstract**

The use of geotechnologies has been widely used to identify and characterize degraded areas, as well as to monitor degradation trends. In Brazil, some of the main environmental problems originate in the extremely rapid and disorderly process of urbanization. With the rapid growth of cities, environmental problems are increasingly frequent and negatively reflect the quality of life of a large part of the population. In the State of Roraima the environmental problem is caused by the disorderly expansion of the capital Boa Vista. There is a growing number of occupations in spaces unsuitable for housing construction, accelerating environmental degradation, making new areas vulnerable to various risks, as well as the natural restrictions on residential occupancy already present in areas of environmental fragility. The photointerpretation technique identified areas of vegetation cover removal and areas of depression belonging to floodplains and / or intermittent lakes, as well as old drainage canals. The analysis by remote sensing confirmed the marked change in the dynamics of the natural landscape of the city of Boa Vista, fomented mainly by the anthropic activity aggravated by the conditioning of the physical environment. The observed areas are subject to erosion, silting and flooding, being susceptible to environmental problems due to irregular housing projects and housing, as well as the grounding of seasonal or non-seasonal lakes. The National Policy of the Environment, defined by Federal Law 6.938 / 81, Art. 4, aims to make economic-social development compatible with preserving the quality of the environment and ecological balance. From this, it is necessary to promote the use of the environment in a rational way, being necessary the urban planning of a wide and interdisciplinary form, so that all the space can be adapted for the population, in the broader necessities, and thus, to minimize the impacts Environmental aspects of the urban area of Boa Vista.

Keywords: Roraima, degradation, urban planning.

## **AS CONTRIBUIÇÕES DO COOPERATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL – O CASO DA COOPRUSAN**

Aline de Jesus Canto, Discente UFOPA, aline\_aline57@hotmail.com;  
Gilana Maria Aguiar dos Santos, Discente UFOPA, gilanamads@gmail.com;  
Elen Cristina da Silva Pessôa, Docente UFOPA, elenpessoa@yahoo.com.br;

...

### **Resumo**

O presente trabalho objetiva entender como o cooperativismo organizado por agricultores familiares contribui para o desenvolvimento local e sua participação na economia de Santarém. Nesse sentido a experiência apresentada é da Cooperativa de Produtores Rurais de Santarém (COOPRUSAN) no município de Santarém-Pará. A metodologia da pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica, pesquisa descritiva, e estudo de caso, além do uso de dados primários com coleta e realização de entrevista junto a cooperativa. A referida cooperativa é constituída na sua totalidade, por agricultores familiares, portanto, buscam de forma solidária a obtenção de resultados econômicos que permitam a melhoria do nível de vida e o acesso às políticas governamentais seja de crédito, assistência técnica, habitação rural, além do incentivo ao aumento da produção e geração emprego e renda aos cooperados e a população local - de forma direta e indireta. Nesse cenário, a COOPRUSAN atua na dinâmica econômica de Santarém através do beneficiamento e comercialização de polpas de frutas, bem como frutas in natura. Seus pontos de comercialização são: para o Hospital Regional do Baixo Amazonas, a Secretaria Municipal de Educação, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE e diversas redes de supermercado local. Apesar das dificuldades na logística com transporte, no marketing devido a pouca divulgação, e a concorrência do mercado informal de polpas, observou-se um aumento na receita bruta da Cooperativa nos últimos cinco anos (2012 a 2016). Possuem em seu planejamento uma estratégia de médio a longo prazo, de implementação de poço artesiano e viveiros de mudas em parceria com a Universidade Federal do Oeste do Pará.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Cooperativismo, Desenvolvimento Local

## **LAS CONTRIBUCIONES DE LA COOPERATIVA PARA EL DESARROLLO LOCAL – EL CASO DE COOPRUSAN**

Aline de Jesus Canto, Estudiante UFOPA, aline\_aline57@hotmail.com;  
Gilana Maria Aguiar dos Santos, Estudiante UFOPA, gilanamads@gmail.com;  
Elen Cristina da Silva Pessôa, Instructor UFOPA, elenpessoa@yahoo.com.br;  
...

### **Resumen**

Este estudio tiene como objetivo comprender cómo la cooperativa organizada por los agricultores familiares contribuye al desarrollo local y su participación en la economía de Santarém. En este sentido, se presenta la experiencia de la Cooperativa de Productores Rurales de Santarém (COOPRUSAN) en la ciudad de Santarém en el estado de Pará. La metodología de investigación se basó en la revisión de la literatura, la investigación descriptiva, y los estudios de caso, y el uso de la recopilación de datos primaria y la realización de entrevistas con la cooperativa. Dicha cooperativa se incorpora en su totalidad por los agricultores familiares, por lo tanto buscan en solidaridad para lograr resultados económicos que permitan la mejora del nivel de vida y el acceso a la política del gobierno es el crédito, la asistencia técnica, la vivienda rural, además de fomentar el aumento de la producción y la generación de empleo e ingresos para sus miembros y población local - directa e indirectamente. En este escenario, la COOPRUSAN opera en la dinámica económica de Santarém a través de la transformación y comercialización de pulpas de frutas, así como las frutales frescas. Sus puntos de comercialización son: el Hospital Regional del Bajo Amazonas, el Departamento de Educación de la Ciudad a través del Programa Nacional de Alimentación Escolar y varias redes de supermercados locales. A pesar de las dificultades en la logística de transporte, comercialización debido a la poca promoción, y la competencia de las pulpas del mercado informal, hubo un aumento en la Cooperativa de los ingresos brutos en los últimos cinco años (2012-2016). Tienen en su planificación de una estrategia a medio y largo plazo, la implementación de pozo artesiano y viveros de plantas en colaboración con la Universidad Federal al Oeste de Pará.

Palabras clave: Agricultura Familiar, Cooperativa, Desarrollo Local

## **LOCAL DEVELOPMENT AND COOPERATIVE CONTRIBUTIONS – THE COOPRUSAN CASE**

Aline de Jesus Canto, Student UFOPA, aline\_aline57@hotmail.com;  
Gilana Maria Aguiar dos Santos, Student UFOPA, gilanamads@gmail.com;  
Elen Cristina da Silva Pessôa, Docente UFOPA, elenpessoa@yahoo.com.br;  
...

### **Abstract**

This current project aims to understand how organized help done by family farmers contributed to local development and its economy participation of Santarém. Thus, the present experience is the one done by the Cooperative of Farm Producers from Santarém (COOPRUSAN) in Santarém's municipality in the State of Pará, Brazil. The research method is based on book review, descriptive research, case study, as well as primary data with samples and interviews. The cooperative is made of Family farmers, and therefore, by those who search for economical outcomes done together to improve life quality and access to policies to obtain credits, technical assistance, housing, and also, incentives to increase production, and job and income production to the cooperative members and local population – directly or not. Judging by the fact mentioned COOPRUSAN acts as the economical dynamics through fruit pulp processing and commerce, as well as fruit on its own. The sites for its commerce are: the Lower Amazon Regional Hospital, the municipality's main Education office, School Feeding National Programme (Programa Nacional de Alimentação Escolar) - PNAE and several supermarkets. Despite its difficulties with logistics and transportation, poor marketing, and local-informal fruit pulp competitiveness, there has been an increase of gross income done by the cooperative for the last five years (2012 a 2016). There is also a plan to implement an artesian well and a green house, in partnership with UFOPA, Universidade Federal do Oeste do Pará.

Key-words: Family Agriculture, Cooperative, Local Development.

## **Banicultura nos municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, Amazonas: Organização social dos produtores e participação do governo para a sustentabilidade da cultura**

Maricleide Maia Said, GDF, SEMADF, Brasília. mariaid62@gmail.com  
Luiz Antonio de Oliveira, INPA, Manaus. luiz.oliveira@inpa.gov.br

### **Resumo**

A banicultura do Estado do Amazonas quase sempre é praticada sem as tecnologias apropriadas, com procedimentos produtivos e gerenciais rudimentares, resultando em baixa produtividade e produtos com pouca qualidade e competitividade. São imprescindíveis, alternativas que se contraponham aos efeitos negativos dessa dinâmica, frequente na prática agrícola do Estado. Com esse objetivo foi realizado um estudo dos processos de gestão da produção de banana nos municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, analisando as formas de organização destes produtores para a disseminação de tecnologias e o fortalecimento nas negociações comerciais dos produtos e insumos. Foram elaborados questionários direcionados aos produtores rurais, cooperativas agrícolas, associações comunitárias e agroindústrias, que inquiriam o segmento agrícola da produção da banana, safra 2012, buscando conhecer a situação real da assistência governamental para a sustentabilidade da cultura nesses municípios e a organização dos produtores, a fim de entender como eles se relacionam com o mercado e a sociedade. A assistência financeira e técnica governamental estão quase ausentes, embora a quase totalidade tenha participado de programas e incentivos à produção rural por organizações governamentais e não governamentais. A assistência financeira e técnica governamental ocorrem em cerca de metade das propriedades rurais desse município, embora a quase totalidade tenha participado de programas e incentivos à produção rural por organizações governamentais e não governamentais. Eles também se mostraram bem organizados nas formas de associações e cooperativas, predominando entre eles, as associações.

**Palavras Chave:** Cultivos de bananas, assistência rural, organizações rurais.

### **1- Introdução**

A produção brasileira de frutas de clima tropical, especialmente na região Norte, demanda a aplicação de tecnologias que viabilizem resultados significativos e proporcionem ganhos reais para o produtor e melhorias na qualidade de vida e de consumo da população.

O desenho da agricultura na região Norte, destacadamente na periferia do Estado do Amazonas, quase sempre é praticada sem as tecnologias apropriadas, com procedimentos produtivos e gerenciais rudimentares resultando em produtividade baixa e produtos com pouca qualidade e inexpressiva competitividade, conforme documentado com cupuaçu por Said (2011), Said *et al.* (2013).

Neste contexto se insere este estudo dos processos de gestão da produção de banana nos municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, analisando as formas de organização destes produtores para a disseminação de tecnologias e o fortalecimento

nas negociações comerciais dos produtos e insumos da produção de bananas, nos municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, no Estado do Amazonas.

No âmbito administrativo da produção agrícola foram estudados os cultivos de bananeiras, as formas de organização social dos produtores (em associações, cooperativas, agroindústria ou independentes) para a produção e comercialização dos produtos e se há a participação do governo para o fortalecimento e sustentabilidade da cultura da banana no Estado do Amazonas.

## **2- Material e Métodos**

Para o alcance do objetivo aqui proposto foram elaborados questionários estruturados que inquiriam o segmento agrícola da cadeia produtiva da banana para conhecer a situação real dos cultivos de bananeiras nos municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, no Amazonas.

Foi realizado estudo em quinze propriedades rurais no município de Presidente Figueiredo e trinta no Rio Preto da Eva buscando diagnosticar a assistência do Estado nos aspectos financeiros, técnicos, de incentivos fiscais e outros tipos de assistências que por ventura os produtores rurais de bananas possam receber, bem como a forma de organização do produtor rural, se em associações ou cooperativas, com vistas a favorecer a disseminação do conhecimento e o fortalecimento nas negociações comerciais e de aquisição de insumos.

No âmbito agrícola, por meio de visitas às propriedades rurais, com entrevistas semi-estruturadas aos produtores rurais, cooperativas agrícolas, associações comunitárias e agroindústrias e a aplicação de questionários estruturados a produtores rurais, foram coletadas informações sobre a assistência do governo para a sustentabilidade da cultura da banana nos municípios em estudo (financeira, técnica e de incentivos fiscais) e a organização dos produtores (em associações comunitárias, cooperativas e a presença de agroindústria), a fim de entender como os produtores rurais se organizam e se relacionam com a produção, o mercado e a sociedade.

No município do Rio Preto da Eva, a coleta de dados foi feita em propriedades rurais distribuídas entre os ramais da ZF-9, do Banco e de Novo Horizonte, localizados, respectivamente, nos quilômetros 105, 126 e 129 da rodovia AM – 010, que dá acesso aos municípios de Rio Preto da Eva e de Itacoatiara, no Estado do Amazonas, na sede do IDAM e do Município.

No município de Presidente Figueiredo foram feitas coletas nos ramais do Canoas e do Paulista, localizados, respectivamente, nos quilômetros 127 e 180 da rodovia BR – 174 e ao longo da estrada AM – 240, que dá acesso à usina hidroelétrica de Balbina, em uma agroindústria de processamento de bananas, na cooperativa CPU-Uatumã e nas sedes do IDAM e os questionários abordaram itens relativos.

## **3- Resultados e Discussão**

Em 2012, o Estado do Amazonas cultivou 9.545 hectares com bananas nos 62 municípios existentes, com uma área colhida de 5.440 ha. Do total cultivado, 48% estão concentrados em cinco municípios do Estado. Manicoré é o maior produtor de bananas do

Estado com 1.560 ha cultivados, produção de 10.920 t em 2012 e rendimento médio de apenas 10 t/ha. É o município de com menor produtividade entre os cinco municípios de maior produção no Estado (Tabela 1).

De acordo com dados do IBGE (2013), em 2012 os municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva cultivavam, respectivamente, 800 e 355 hectares com bananas, sendo referenciados como o segundo e o quarto maiores produtores de bananas do Estado do Amazonas (Tabela 1).

Tabela 1: Cinco Municípios com Maior Produção de Bananas no Estado do Amazonas – Safra 2012

	<b>Município</b>	<b>Área Plantada (ha)</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Quantidade produzida (t)*</b>	<b>Rendimento médio (t/ha)</b>	<b>Valor da produção (mil reais)</b>
01	Manicoré	1.560	1.092	10.920	10	9.937
02	Presidente Figueiredo	800	700	8.400	12	8.820
03	Manacapuru	1.546	645	7.735	12	7.348
04	Rio Preto da Eva	355	272	3.264	12	2.611
05	Novo Aripuanã	345	200	3.200	16	4.160
<b>Total</b>		<b>4.606</b>	<b>2.909</b>	<b>33.519</b>	<b>62</b>	<b>32.876</b>
Estado do Amazonas		(9.545)	(5.440)	(63.745)	(757)	(59.569)

Fonte: IBGE (2013), Adaptada pela autora. (\*) Em relação à área colhida.

O município de Presidente Figueiredo, apesar de possuir uma área plantada de pouco mais da metade da área cultivada em Manacapuru, foi o segundo maior produtor de bananas do Estado, com produção de 8.400 t/safra, seguido de Manacapuru com 7.735 toneladas. Ambos alcançaram produtividade de 12 t/ha. O Rio Preto da Eva é o quarto maior produtor, com 3.264 t e produtividade de 12 t/ha e Novo Aripuanã, com 3.200 t produzidas nos 200 ha colhidos. Contudo, este município apresentou a maior produtividade alcançada no Estado, de 16 t/ha. (Tabela 1).

Os dados da tabela 2 indicam que no município de Presidente Figueiredo apenas 13,3% dos produtores rurais receberam do governo algum tipo de assistência de fomento à produção. No Rio Preto da Eva 40 % dos produtores rurais receberam algum tipo de assistência financeira por parte do governo. A ajuda técnica, vinda, especialmente, por meio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM e Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – Embrapa Amazônia

Ocidental, alcançou, respectivamente, nos municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, 33,3% e 70,0% dos produtores. Nenhum produtor recebeu qualquer tipo de incentivo fiscal de apoio à produção. Em Presidente Figueiredo, 93,3% dos produtores receberam apoio governamental através de Programas de incentivos à produção rural, como PREME/ADS ou PAA/CONAB e em Rio Preto da Eva esse apoio alcançou 96,7% dos produtores.

A assistência financeira e técnica governamental alcançam poucas propriedades rurais em Presidente Figueiredo (13,3% e 33,3%), embora a quase totalidade tenha participado de programas e incentivos à produção rural por organizações governamentais e não governamentais.

A assistência financeira e técnica governamental é maior nas propriedades rurais analisadas em Rio Preto da Eva (40,0% e 70,0%), embora a quase totalidade tenha participado de programas e incentivos à produção rural por organizações governamentais.

Tabela 2: Participação do Governo no Desenvolvimento da Cultura das Bananas nos Municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, no Amazonas, e a Organização dos Produtores Rurais em Associações e/ou Cooperativas Agrícolas. Safra 2012

Município	Assistência do Governo (%)				Organização do produtor (%)	
	Financeira <sup>(1)</sup>	Técnica <sup>(2)</sup>	Inc. Fisc. <sup>(3)</sup>	Outros <sup>(4)</sup>	Associação	Cooperativa
Presidente Figueiredo	13,3	33,3	0,0	93,3	40,0	53,3
Rio Preto da Eva	40,0	70,0	0,0	96,7	73,3	43,3

<sup>(1)</sup> Empréstimos e outros tipos de assistência fornecida pelos órgãos de fomento.

<sup>(2)</sup> Assistência técnica por órgãos do governo como: IDAM, EMBRAPA, INPA, Universidades, etc.

<sup>(3)</sup> Isenção de impostos, taxas, etc.

<sup>(4)</sup> Programas de incentivos à produção rural, como: PREME, ADS e PAA/CONAB, etc.

A organização do produtor rural como membro ativo nas associações comunitárias rurais e/ou cooperativas agrícolas para o fortalecimento das ações, principalmente de disseminação de tecnologias e aumento do poder de negociação nas relações comerciais mostra que, dos quinze produtores analisados em Presidente Figueiredo 40,0% estão organizados em associações comunitárias e 53,3% em cooperativas agrícolas. No município de Rio Preto da Eva estes números foram de 73,3% e 43,3%, respectivamente de associados e cooperados.

Esses dados mostram que os produtores de banana de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva são bem organizados nas formas de associações e cooperativas, predominando no primeiro município a vinculação dos produtores em cooperativas e no segundo em cooperativas. Contudo, tanto as associações de produtores rurais como as cooperativas agrícolas tem baixo poder de negociação dos produtos agrícolas limitando-se, basicamente, a venda para o Estado e município, por meio dos programas de apoio à produção rural dos governos federal, estadual e municipal, o que fragiliza a cultura da banana e diminui a competitividade, comprometendo a sustentabilidade da cultura.

#### 4- Referências

IBGE, 2013. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130260&search=amazonas|manaus> (acesso em 10/10/2013).

Said, M.M. 2011. Aspectos culturais e potencial de uso do cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. Ex Spreng. Schum.) no Estado do Amazonas. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas. Manaus – AM. 187p.

Said, M.M.; Oliveira, L.A.; Rivas, A.A.F. 2013. Cultural aspects and potential use of cupuassu in the Itacoatiara county, Amazonas State. Rev. Cienc. Agrar., v. 56, n. Supl., p. 30-36, 2013. <http://dx.doi.org/10.4322/rca.2013.077>.

## **Benefícios econômicos e sociais através da universalização do saneamento básico no país.**

Ana Isabela Lobato Teles, PET de Engenharia Sanitária e Ambiental – UFPA,  
isaloteles@gmail.com;

Cleyanne Kelly Barbosa Souto, PET de Engenharia Sanitária e Ambiental - UFPA,  
csouto10@gmail.com;

Elys Evelina Silva Araujo Torres, PET de Engenharia Sanitária e Ambiental - UFPA,  
elystorres2@gmail.com;

Natasha Cibelli da Rosa Gomes, PET de Engenharia Sanitária e Ambiental – UFPA,  
cibellirgomes@gmail.com

### **Resumo**

A finalidade desta pesquisa é mostrar que a universalização do saneamento básico trará benefícios econômicos e sociais ao país, ou seja, os ganhos com a expansão dos serviços de água e esgoto é superior aos custos para investir no setor. O estudo dá-se a partir do levantamento de dados de 2015 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), que revelou a precariedade do saneamento, assim como a quantidade de brasileiros que sofrem pela falta desses serviços. Desta maneira, ampliando e construindo: redes de água e esgoto, assim como, estações de tratamento. Os maiores retornos resultariam das próprias cadeias produtivas do saneamento além de benefícios como a redução das despesas a saúde, isto é, com internações por infecções gastrointestinais na rede hospitalar do SUS, aumento da produtividade dos trabalhadores efeitos sobre a valorização imobiliária, crescimento do turismo em muitas cidades.

Palavras-chave: Saneamento Básico, benefícios, econômicos e sociais.

## **Beneficios económicos y sociales a través de la universalización del saneamiento básico en el país**

### **Resumen**

El propósito de la investigación es demostrar que la universalización de los servicios básicos de saneamiento traerá beneficios económicos y sociales para el país, es decir, las ganancias de la expansión de los servicios de agua y alcantarillado es superior a los costes de inversión en el sector. El estudio se llevará a cabo con la ayuda de los datos del estudio 2015 del Sistema Nacional de Información de Saneamiento (SNIS), que reveló la inestabilidad del sistema, así como el número de brasileños que sufren de una falta de estos servicios. De este modo, la ampliación y construcción: las redes de agua y alcantarillado, así como las plantas de tratamiento. Los rendimientos más altos como resultado de su propia cadena de suministro de saneamiento, además de los beneficios como la reducción de los gastos en hospitalizaciones por infecciones gastrointestinales en los hospitales nacionales del sistema de salud, el aumento de la productividad de los efectos de los trabajadores sobre valoración de bienes raíces, el crecimiento del turismo en muchas ciudades.

**Palabras clave:** Saneamiento, beneficios económicos y sociales.

## **Economic and social benefits through the universalisation of basic sanitation in the country**

### **Abstract**

The purpose of this research is to show that the universalization of basic sanitation will bring economic and social benefits to the country, that is, the gains from the expansion of water and sewage services are higher than the costs to invest in the sector. The study will be carried out with the help of the 2015 data collection from the National Sanitation Information System (SNIS), which revealed the precariousness of the system, as well as the number of Brazilians suffering from the lack of these services. In this way, expanding and constructing: water and sewage networks, as well as, treatment plants. The highest returns would come from the sanitation productive chains themselves, as well as benefits such as reduction of hospitalization expenses due to gastrointestinal infections in the SUS hospital network, increase of workers' productivity effects on real estate valuation, and tourism growth in many cities.

Keywords: Basic Sanitation, benefits, economic and social.

### **1- Introdução**

Ao observarmos o histórico do saneamento básico no Brasil que, segundo Souza (2015), teve seu início marcado na segunda metade do século XIX pela construção dos primeiros sistemas e serviços públicos de abastecimento de água, nota-se que o governo federal deu prioridade aos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água por meio de estabelecimentos de políticas públicas. Ainda de acordo com Souza, o Plano Nacional de Saneamento da década de 1970 foi o período que houve o maior incremento da cobertura do abastecimento de água (40% entre 1970 e 1980) e o esgotamento sanitário teve seu maior crescimento na década de 1980 (36%). Ainda de acordo com o último censo do IBGE, a cobertura do abastecimento de água é de 91,9% e o esgotamento sanitário corresponde a 63,4%. Entretanto, há uma grande desigualdade no acesso a esses serviços públicos. Como o saneamento está ligado diretamente à saúde, nos lugares aonde ele é insuficiente, o risco de contrair doenças e infecções são maiores. Além disso, a falta de saneamento causa um aspecto visual ruim no ambiente, podendo atingir o turismo nas cidades aonde a cobertura dele é menor. Assim, esse trabalho tem como objetivo mostrar a importância da universalização do saneamento básico, que é sinônimo de qualidade de vida. Por meio dela, milhares de famílias serão beneficiadas com água tratada, coleta e tratamento de esgoto. Além disso, empregos serão gerados e o setor de turismo também será beneficiado. Portanto, os benefícios compensam e ultrapassam o todo o investimento no setor de saneamento.

### **2- Resultados e Análise de Resultados**

De acordo com o estudo realizado pelo Instituto Trata Brasil 2017, utilizando dados do SNIS 2015, seriam necessários R\$ 317 bilhões em 20 anos para que toda a população tenha acesso aos serviços de água e esgoto. Quanto aos incentivos de um modo geral, englobam desde a redução dos custos com a saúde pública até a renda gerada pelo aumento de operação da cadeia produtiva do saneamento básico (serviços de água e esgoto), os valores chegariam a quase R\$ 1,1 trilhão.

Sendo que no final o resultados são otimistas, pois, o balanço é positivo de R\$ 537,4 bilhões para o país. As próprias cadeias produtivas do saneamento teria uma maior contribuição: a renda gerada pelo investimento direto nesse setor seria de R\$ 443,1 bilhões. Além disso, a

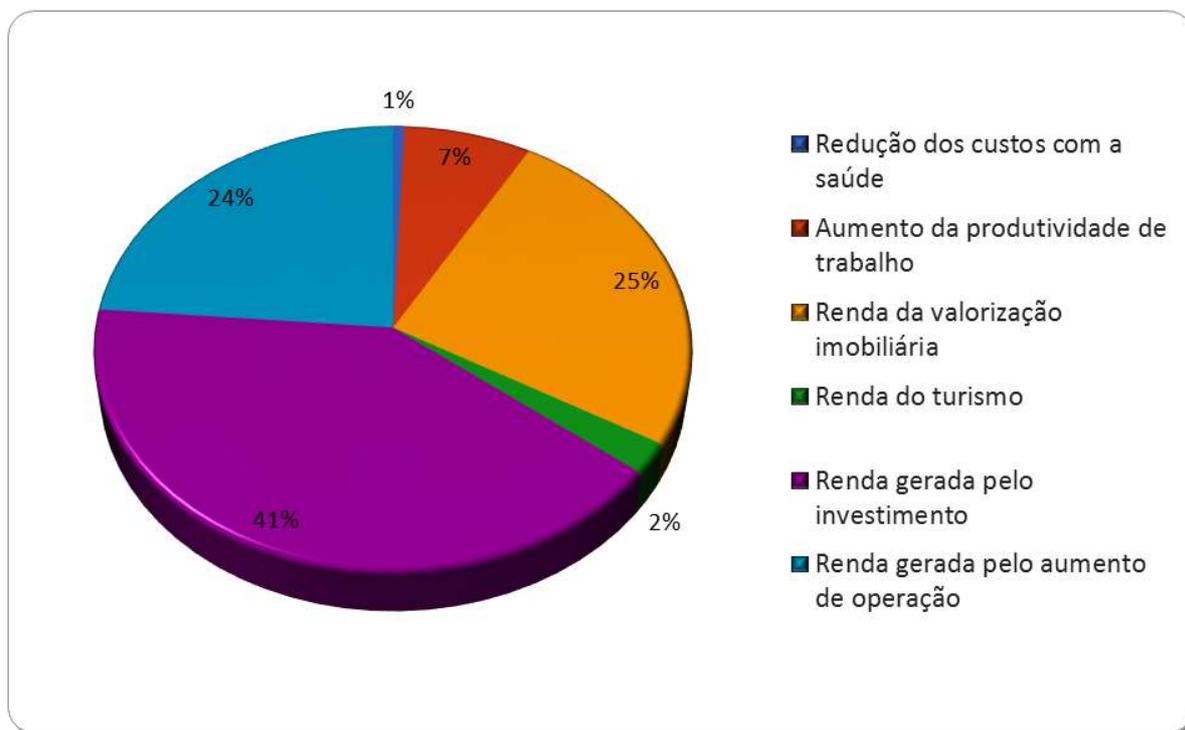
renda gerada pelo aumento de operação das empresas responsáveis pelo saneamento chegaria a R\$ 257,9 bilhões.

Existem, ainda, os problemas com a saúde pública, os efeitos indiretos resultantes da precariedade do saneamento. Por exemplo, segundo Trata Brasil de 2012, cerca de 300 mil trabalhadores se afastaram do trabalho por diarreias e perderam 900 mil dias de trabalho. Ou seja, cada afastamento leva à perda de 17 horas de trabalho, então em 2012 houve um gasto de R\$ 1,112 bilhão em horas pagas, mas não trabalhadas efetivamente. Assim, com a universalização, o número de trabalhadores afastados do trabalho por motivos de saúde cairia de 6,4 milhões em 2015 para 5,3 milhões em 2035. Além disso, o estudo prevê uma redução das despesas com internações por infecções gastrointestinais na rede hospitalar do SUS, pois segundo a Organização Mundial de Saúde a cada R\$ 1 investido em saneamento gera economia de R\$ 4 na área da saúde.

Por isso, em 20 anos, considerando o avanço gradativo do saneamento, a economia na área de saúde alcançaria R\$ 7,3 bilhões. Os impactos em relação à valorização imobiliária também são considerados, as residências teriam a mais uma valorização média de 12,8%. Quanto ao turismo, estima-se que a universalização criaria quase 500 mil postos de trabalho (hotéis, pousadas, restaurantes, agências de turismo, empresas de transportes de passageiros), porém uma das principais consequências da falta de saneamento é a poluição e contaminação de cursos d'água, rios, lagos e praias que servem como pontos turismo de muitas cidades. O estudo estima um ganho de R\$ 24,5 bilhões com a valorização ambiental derivada do acesso ao saneamento básico, pois seus impactos são positivos no meio ambiente.

De acordo com o gráfico 1, verificou-se a porcentagem que cada setor é responsável por estes benefícios advindos desta universalização, pois é de suma importância ter conhecimento de quais os setores que se sobressaem, que conseqüentemente serão os setores que mais irão contribuir com o ganhos financeiros.

Gráfico 1: Benefícios da universalização do saneamento no Brasil.



Fonte: Adaptado Trata Brasil, 2017.

Vale acrescentar, que de acordo com o presidente executivo do Trata Brasil, Édison Carlos, as vantagens da universalização do saneamento no País serão amplos por se tratar de um investimento transversal, ou seja, que engloba diversas áreas da sociedade. Diante disso, conforme os dados dispostos no gráfico 1, os saldos positivos desse investimentos são mais expressivos nos meios de distribuição desse serviço, ou seja, 41% do total viria por meio da ampliação das redes de distribuição de água, redes coletoras de esgoto, construção de estações de tratamento de água e esgoto, em conjunto com a gestão e manutenção dessas obras e serviços. A partir disso, será necessário viabilizar a contratação de mão de obra técnica e qualificada que contribui com 24%, paralelamente, a valorização mobiliária geraria lucros satisfatórios, pois o aumento do poder aquisitivo interligado com qualidade de vida ambiental e humana seriam fatores primordiais para que chegue em 25% do total de benefícios gerados a partir da aplicação da universalização do saneamento básico no Brasil.

### 3- Conclusão

Nos últimos anos questões como saneamento e melhorias na qualidade de vida da população se tornaram relevantes. Nesse sentido, diante dos dados apresentados é possível afirmar que investimentos na expansão de serviços básicos de saneamento, mais especificamente água e esgoto são de suma importância, pois trarão benefícios que compensarão os investimentos. Baseado nisso, pode-se dizer que vários setores seriam atingidos positivamente, em destaque o social e o econômico, sendo assim pode-se observar que a renda gerada pelo investimento tem uma contribuição mais relevante em comparação a outras, porém, todos promovendo impactos na qualidade de vida da população brasileira. Vale ressaltar que, como a saúde também seria uma das áreas afetadas, já que com investimento em água e esgoto, inúmeros problemas relacionados à saúde seriam minimizados, impactando diretamente na vida produtividade dos trabalhadores, consequentemente fomentando setores da economia como atividade turística e imobiliária. Enfim, de acordo com os dados apresentados percebe-se que a universalização do saneamento básico no País seria benéfica para inúmeros setores, portanto sendo viável, e um investimento com retorno gradativo, porém elevado.

### 4- Referências

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos**, 2015. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/>>. Acesso em: 11 abril 2017.

SOUZA, C. M. N. et al. **Saneamento: promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015. 139 p. Disponível: <<http://pesquisa.bvsalud.org/enfermeria/resource/pt/his-36636>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

TRATA BRASIL. **Situação Saneamento no Brasil**. Disponível em: <[www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil](http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil)>. Acesso em: 12 abril 2017.

TRATA BRASIL. **Saneamento é saúde**. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-e-saude-3>>. Acesso em: 12 abril 2017.

## **Biodiversidade de fungos endofíticos associados a folhas da Corama (*Kalanchoe Pinnata* [Lam.] Pers.) oriundos da Floresta Nacional do Tapajós, Pará, Brasil**

Beatriz dos Santos Souza, Universidade Federal do Oeste do Pará; Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, beatrizssouza50@gmail.com;  
Dinalva Ribeiro de Oliveira, Universidade Federal do Oeste do Pará; Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, dina312010@hotmail.com;  
Eveleise Samira Martins, Universidade Federal do Oeste do Pará; Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, eveleisesamira@hotmail.com;  
Taidés Tavares dos Santos, Universidade Federal do Tocantins, taidés.tavares@hotmail.com;

### **Resumo**

Fungos endofíticos vivem no interior de espécies vegetais, sem lhes causar aparentemente qualquer dano. Eles têm sido estudados a partir de uma grande variedade de espécies vegetais, o que inclui plantas medicinais nativas e exóticas. A Corama [*Kalanchoe pinnata* Lam.(Pers.)] é uma planta perene, que ocorre na Amazônia, cujas folhas são utilizadas para fins medicinais. No presente estudo, investigou-se a diversidade de fungos endofíticos associados às folhas da Corama. As coletas das folhas ocorreram a partir do terço mediano de diferentes indivíduos, nas proximidades da Comunidade Piquiatuba da Floresta Nacional do Tapajós, em dois períodos distintos, período de estiagem (julho de 2015) e período chuvoso (maio de 2016). Imediatamente após as coletas, em laboratório, realizou-se a desinfecção superficial das folhas coletadas por meio de lavagem em água corrente, seguida por lavagem em água destilada esterilizada, submersão em etanol a 70 % com tween, submersão em hipoclorito de sódio (2-2,5 % cloro ativo), nova submersão em etanol a 70 % com tween e, por último, lavagem com água destilada esterilizada. Em seguida, fragmentos (0,25 mm<sup>2</sup>) das folhas desinfetadas superficialmente foram inoculados em meio de cultura (Batata Dextrose Ágar - BDA) com cloranfenicol (0,1 µg/mL<sup>-1</sup>) para o isolamento dos fungos endofíticos. Foram obtidos 86 isolados distintos, agrupados em 33 tipos morfológicos (morfortipos). Por meio de taxonomia clássica, foi possível identificar 73,3% dos morfortipos obtidos: *Aspergillus* (26,7%), *Chrysosporium* (12,8%), *Fusarium* (11,6%), *Acremonium* (10,5%), *Aureobasidium* (7,0%), *Cladosporium* (3,5%) e *Penicillium* (1,2%). Concluiu-se que as folhas da Corama são detentoras de uma grande riqueza de fungos endofíticos e, que os espécimes obtidos podem e devem ser explorados a partir de diferentes perspectivas e interesses biotecnológicos.

Palavras-chave: Diversidade, Micologia, Micro-organismos endofíticos.

### **1- Introdução**

Fungos endofíticos são aqueles que vivem no interior de plantas habitando, de modo geral, em suas partes aéreas como caules e folhas, sem causar, aparentemente, qualquer dano aos seus hospedeiros (AZEVEDO 1999). Os fungos endofíticos são de grande importância para seus hospedeiros porque além de viverem no interior de plantas, conferem a elas proteção contra insetos-pragas, contra micro-organismos patogênicos, e também contra herbívoros (AZEVEDO 1999; OKI et al. 2009). Além disso, fungos endofíticos podem produzir toxinas, antibióticos, fatores de crescimento e muitos outros produtos de potencial aplicação biotecnológica (NATH et al. 2015).

Os micro-organismos endofíticos associados às plantas representam uma fonte ainda pouco explorada de produtos naturais novos e bioativos, com mais de 20.000 substâncias descritas, sendo que 51% destas apresentam estruturas inéditas e 80% atividade biológica (SILVA 2016).

Muito já foi descrito a respeito da diversidade de fungos endofíticos, tanto em associação com culturas, plantas tóxicas e medicinais. Contudo, muito ainda há para ser descrito, sobretudo em florestas tropicais, tais como a Floresta Amazônica, que é a maior floresta tropical do mundo.

A corama (*Kalanchoe pinnata*) é uma das espécies medicinais mais importantes da família Crassulaceae, e usada na medicina popular para o tratamento de muitas doenças. Conhecida popularmente como folha da fortuna, folha grossa. As folhas desta planta são a parte mais comumente utilizada e, portanto, têm sido o foco de uma variedade de estudos químicos e farmacológicos (SANTOS 2014). Diante disso, torna-se evidenciada a importância de se promoverem estudos como o aqui proposto, que visa contribuir para o conhecimento e prospecção de fungos endofíticos associados a uma espécie vegetal que ocorre e é tradicionalmente utilizada como planta medicinal por populações ribeirinhas que vivem na Amazônia brasileira. Assim, no presente estudo, investigou-se a riqueza e biodiversidade de fungos endofíticos associados às folhas da Corama.

## 2- Material e Métodos

A coleta das folhas ocorreu nas proximidades da Comunidade Piquiatuba, localizada na Floresta Nacional do Tapajós (compreendida entre os paralelos de 2° 40' a 4° 10' de latitude sul e os meridianos de 54° 45' à 55° 30' de longitude Oeste de Greenwich) (figura1). Após a coleta realizou-se a desinfecção superficial das 40 folhas por meio de lavagem em água corrente, seguida por lavagem em água destilada esterilizada, submersão em etanol a 70 % com tween, submersão em hipoclorito de sódio (2-2,5 % cloro ativo), nova submersão em etanol a 70 % com tween e, por último, lavagem com água destilada esterilizada. Fragmentos de 0,25 mm<sup>2</sup> das folhas desinfetadas foram inoculados em meio de cultura Batata Dextrose Ágar (BDA) contendo cloranfenicol (0,1 µg/mL<sup>-1</sup>). Foram realizados dois controles de desinfecção da superfície foliar. As placas foram incubadas (25 ± 2°C) e monitoradas durante 12 dias. Os fungos que cresceram foram purificados, agrupados em morfotipos e identificados por meio de literatura micológica taxonômica.



**Figura 1.** Planta medicinal corama (*K. pinnata*) em ocorrência natural na FLONA do Tapajós.

### 3- Resultados e Discussão

No presente estudo, foram obtidos 86 isolados de fungos endofíticos. Por meio de caracterização morfológica macro e microscópica dos isolados, foi possível agrupá-los em 33 grupos morfológicos (morfortipos). Foi possível identificar a maioria dos espécimes fúngicos endofíticos associados às folhas da corama, ou seja, sete espécies (73,3 %, n= 63/86) foram detectadas (*Acremonium* sp., *Aureobasidium* sp., *Aspergillus* sp., *Chrysosporium* sp., *Cladosporium* sp., *Fusarium* sp. e *Penicillium* sp.). No entanto, oito morfoespécies (26,7%, n= 23/86) não foram identificadas através dos métodos empregados. Sendo que as espécies *Acremonium* spp., *Aureobasidium* spp., *Aspergillus* spp., *Chrysosporium* spp., *Cladosporium* spp., *Fusarium* spp. e *Penicillium* sp. foram as mais ocorrentes (Tabela 1).

**Tabela 1.** Total de unidade formadora de colônias (UFCs), frequência e percentagem de isolamento de espécies fúngicas endofíticas associadas às folhas de corama.

Espécies ou Morfoespécies	Quantidade de UFCs	Frequência	%
<i>Acremonium</i> spp.	09	0,105	10,5
<i>Aureobasidium</i> spp.	06	0,070	7,0
<i>Aspergillus</i> spp.	23	0,267	26,7
<i>Chrysosporium</i> spp.	11	0,128	12,8
<i>Cladosporium</i> spp.	03	0,035	3,5
<i>Fusarium</i> spp.	10	0,116	11,6
<i>Penicillium</i> sp.	01	0,012	1,2
Morfoespécie 1	03	0,035	3,5
Morfoespécie 2	01	0,012	1,2
Morfoespécie 3	05	0,058	5,8
Morfoespécie 4	02	0,023	2,3
Morfoespécie 5	04	0,047	4,7
Morfoespécie 6	04	0,047	4,7
Morfoespécie 7	02	0,023	2,3
Morfoespécie 8	02	0,023	2,3
<b>TOTAL</b>	<b>86</b>	<b>1</b>	<b>100,0</b>

Estudos sobre fungos endofíticos são de grande relevância por fornecerem informações fundamentais para a avaliação da diversidade e distribuição fúngica global, além de revelarem novos táxons e novas ocorrências para as espécies já existentes (STONE et al. 2004). Fungos endofíticos têm sido isolados a partir de diferentes plantas medicinais (BEZERRA et al. 2015), e uma variedade de metodologias têm sido descritas na literatura para esse fim (GONZAGA et al. 2014;). No presente trabalho, a colonização dos fungos endofíticos aumentou com a predominância do período chuvoso em relação ao período de estiagem, isto significa que a ocorrência de maior número de endófitos está relacionada com o fator sazonalidade. SOUTO et al. (2008) cita que as diferentes condições climáticas ocasionadas pelas estações do ano alteram as relações que ocorrem entre o solo e a cobertura vegetal. ASSUNÇÃO (2010) também obteve maior incidência de fungos endofíticos no período chuvoso em relação a estiagem em isolados de folhas de bananeira (*Musa* spp.).

Ao ampliar o conhecimento a respeito das interações endofíticas e plantas, como agem, os efeitos tóxicos e colaterais e produção de substâncias bioativas pelos mesmos,

muitas espécies medicinais, poderão ser preservadas além de possibilitar a síntese de novas substâncias análogas e seletivas (CARVALHO 2013).

Os endofíticos conferem às plantas como a corama, dinâmicas medicinais, que são efetivos contra patógenos através de produção de taninos, mucilagem, e resultado terapêutico para doenças inflamatórias. Existe a necessidade de se realizarem estudos que comprovem a eficácia dessa associação entre fungos endofíticos e plantas medicinais para conferir efeitos científicos e protocolos de utilização e dosagem, que certifiquem o desempenho esperado nas diversas aplicações.

#### 4- Considerações Finais

Todos os isolados obtidos são verdadeiramente endofíticos, haja visto que os controles de assepsias funcionaram, sendo assim, as folhas da corama são detentoras de uma grande riqueza de fungos endofíticos e os espécimes obtidos podem e devem ser explorados a partir de diferentes perspectivas e interesses biotecnológicos. Há diferença na frequência de ocorrência de alguns gêneros de fungos endofíticos, assim como na diversidade, entre o período de estiagem e o chuvoso.

#### 5- Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, J.; L. 1999. Botânica: uma ciência básica ou aplicada? **Revista brasil. Botânica** 22 (2): 225-229.
- BEZERRA, J. D. P.; NASCIMENTO, C. C. F.; BARBOSA, R. N.; SILVA, D. C. V.; SVEDESE, V. M.; NOGUEIRA, E. B. S.; GOMES, B. S.; PAIVA, L. M.; MOTTA, C. M. S. 2015. Endophytic fungi from medicinal plant *Bauhinia forticata*: Diversity and biotechnological potential. **Journal of Microbiology** 46 (1): 49-57.
- CARVALHO, L. I. C. 2013. **Aspergillus e Aspergilose – Desafios no Combate da Doença. Dissertação (Mestrado em Ciências farmacêuticas)**. Universidade Fernando Pessoa. Porto. 56p.
- GONZAGA, L. L.; COSTA, L. E. O.; SANTOS, T. T.; ARAÚJO, E. F.; QUEIROZ, M. V. 2014. Endophytic fungi from the genus *Colletotrichum* are abundant in the *Phaseolus vulgaris* and have high genetic diversity. **Journal of Applied Microbiology** 118 (2): 485-496.
- NATH, A.; CHATTOPADHYAY, A.; JOSHI, S. R. 2015. Biological Activity of Endophytic Fungi of *Rauwolfia serpentina* Benth: Na Ethnomedicinal Plant Used in Folk Medicines in Northeast India. **The National Academy of Sciences** 85 (1): 233-240.
- OKI, Y.; SOARES, N.; BELMIRO, M. S.; CORRÊA Jr., A.; FERNANDES, G. W. 2009. Influência dos fungos endofíticos sobre os herbívoros de *Baccharis dracunculifolia* (Asteraceae). **Neotropical Biology and Conservation** 4 (2): 83-88.
- SANTOS, M. R. A.; FERREIRA, M. G. R.; GUIMARÃES, M. C. M.; LIMA, R. A.; OLIVEIRA, C. L. L. G. 2014. Callogenesis in leaves of *Kalanchoe pinnata* Lam. by 2,4-D and BA action. **Revista Brasileira de Plantas medicinais** 16 (3): 760-764.
- SILVA, S. M. 2016. **Correlação metabólica entre fungos endofíticos de Amaryllidaceae e as plantas hospedeiras na busca por substâncias bioativas**. Tese (Doutorado em Biotecnologia) Universidade Federal do Pará. Pará. 98p.
- SOUTO, P. C.; SOUTO, J. S.; MIRANDA, J. R. P.; SANTOS, R. V.; ALVES, A. R. 2008. Comunidade microbiana e mesofauna edáficas em solo sob Caatinga no semi-árido da Paraíba. **Revista Brasileira de Ciências do Solo** 32(1): 151-160.
- STONE, J. K.; POLISHOOK, J. D.; WHITE, J. R. J. 2004. **Endophytic fungi. In: Mueller, G.; Bills, G. F.; Foster, M. S. (eds) Biodiversity of fungi: Inventory and monitoring methods**. Elsevier, Burlington 241–270.

## **Caracterização dos ambientes da cadeia produtiva da banana nos municípios de Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas**

Maricleide Maia Said, GDF, SEMADF, Brasília. mariaid62@gmail.com  
Luiz Antonio de Oliveira, INPA, Manaus. luiz.oliveira@inpa.gov.br  
Maria do Perpétuo Socorro R. Chaves, UFAM, Manaus. Socorro.chaves@ig.com.br

### **Resumo**

A análise de cadeias produtivas agrícolas a partir dos seus ambientes institucional, organizacional e produtivo possibilita a compreensão da sua estrutura e funcionamento e a forma de interação intra e inter atores e ambientes que a compõem. Este estudo visou identificar os ambientes da cadeia produtiva da banana em dois municípios do Estado do Amazonas e apresentar a composição dos ambientes institucional, organizacional e produtivo da mesma, bem como o papel a ser desempenhado por estes atores no processo de desenvolvimento local para o fortalecimento dessa cultura agrícola. Foram aplicados questionários em 15 propriedades rurais que cultivam bananas no município de Presidente Figueiredo e em 30 no município de Rio Preto da Eva, na safra de 2012. Além disso, foram obtidas informações nos sites de cada instituição/organização citada no presente trabalho. No Estado do Amazonas atuam instituições federais e estaduais responsáveis pelo fornecimento de suporte logístico, financeiro, educacional, de saúde e técnico para consolidar os elos da cadeia produtiva da banana. Com todo o arcabouço dessas instituições e competências, era de se esperar um ambiente altamente favorável ao estabelecimento de uma cadeia produtiva consolidada para qualquer atividade do setor primário agrícola estadual. Essas instituições não alcançam a maioria dos produtores de banana nos municípios estudados. Sem uma assistência adequada, os produtores têm dificuldades de adquirir insumos agrícolas, conhecimento, escoar e comercializar a produção de bananas. Se houvesse uma consolidação dos fluxos dentro da cadeia, com um envolvimento maior das instituições com os produtores e esses entre si na forma de Cooperativas e Associações, níveis bem mais elevados de produtividade da banana no Amazonas poderiam ser alcançados.

**Palavras Chave:** Produção rural, cooperativas rurais, associações rurais, produtores rurais, instituições públicas.

### **1- Introdução**

Nos últimos anos, o Brasil apresentou expressivo crescimento no comércio internacional do agronegócio e consolidou sua posição como um dos maiores produtores e exportadores de alimentos e produtos agrícolas do planeta, comercializando sua produção em mais de 200 países (MAPA, 2013). Contudo, o setor agrícola no Brasil vem passando por um processo de reorganização, especialmente na reestruturação das cadeias produtivas, para se tornarem mais ágeis, inovadoras e modernas, como forma de se tornarem competitivas e se consolidar no mercado global (Barreto Filho, 2000). Essas circunstâncias demandam estudos que busquem entender a integralização do processo de desenvolvimento local, a partir das cadeias de suprimentos, das cadeias produtivas, da governança e das alianças estratégicas, viabilizando a criação de alternativas capazes de potencializar os recursos endógenos disponíveis, conforme enfatizado por Sachs (2009).

Este estudo busca identificar o desenho da cadeia produtiva da banana em dois municípios do Estado do Amazonas e apresentar a composição dos ambientes institucional,

organizacional e produtivo da mesma, bem como o papel a ser desempenhado por estes atores no processo de desenvolvimento local a partir do fortalecimento dessa cultura agrícola. O estudo possibilita conhecer os elementos que compõem o sistema produtivo dessa espécie nos dois municípios, assim como identificar as interações, cooperações e aprendizados entre eles e a contribuição desse processo para a consolidação do sistema produtivo da banana e conseqüente desenvolvimento local.

## 2- Material e Métodos

A pesquisa está circunscrita em um modelo de análise interdisciplinar que envolve dois municípios do Estado do Amazonas produtores de bananas e os elementos institucionais, organizacionais e produtivos, com o fim de conhecer quais as forças atuantes neste processo e se elas contribuem para o desenvolvimento sustentável do local onde estão inseridas.

O mapeamento dos ambientes da cadeia produtiva busca identificar os elementos envolvidos no processo de produção de bananas nos municípios pesquisados, identificando os atores econômicos, políticos e sociais, o ambiente institucional, organizacional e produtivo que constituem o processo produtivo, permitindo analisar como se processa a governança, a interação, a cooperação e o aprendizado entre as partes do sistema e compreender como ocorre o dinamismo da competitividade produtiva deste segmento.

## 3- Resultados e Discussão

No agronegócio, a exigência ascendente do mercado competitivo motivou a reorganização das cadeias produtivas como determinante de sobrevivência. Na região Norte, onde as culturas agrícola e extrativista são concorrentes, o desafio é ainda maior e as probabilidades de Êxito serão mais favoráveis caso se consiga aglutinar os esforços de todos os ambientes e atores do sistema produtivo.

A Figura 1 apresenta, de forma simplificada, o panorama sistêmico da produção agrícola, com seus ambientes e fluxos interativos. Neste estudo, a cadeia produtiva agrícola é tratada como um sistema produtivo.

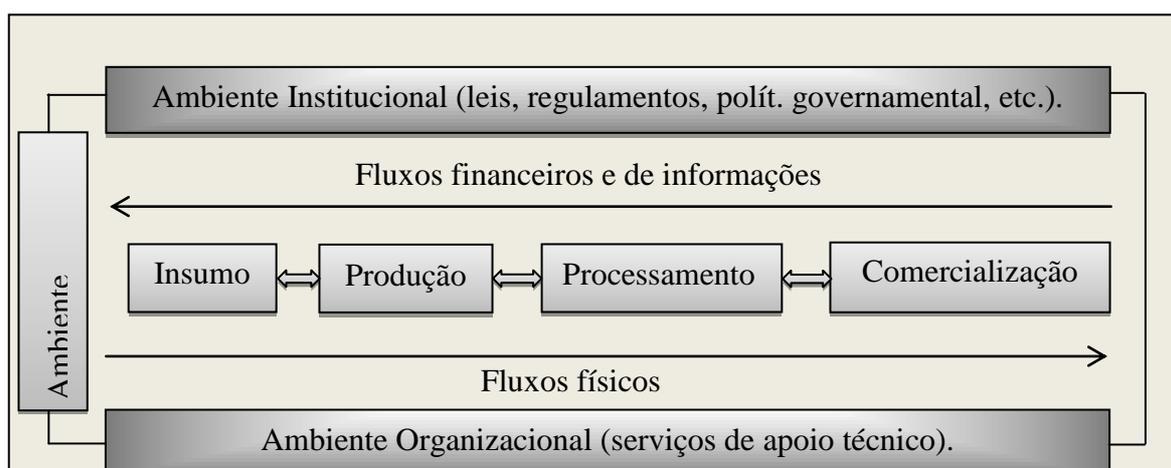


Figura 1: Diagrama esquemático de um sistema produtivo agrícola

Fonte: Zylbersztajn (1994). Adaptada pelos autores.

A gestão de um sistema deve focar a maximização da produção, a minimização dos custos, maior eficiência e eficácia, especialmente na qualidade dos produtos e na

produtividade, para garantir a competitividade e a sustentabilidade do sistema no ambiente no qual está inserido. Para isto, é preciso que os atores envolvidos tenham visão holística de toda a cadeia para que possam identificar os possíveis inter-relacionamentos e traçarem suas estratégias de forma conjunta, em um modelo de ação colaborativa e não individual.

Este sistema produtivo configura-se como um todo organizado, constituído de partes integradas, que podem ou não interagir com o meio externo, e que sejam interdependentes para o seu pleno funcionamento. É constituído dos ambientes institucional, organizacional e produtivo e cada um possui seus próprios subsistemas que se relacionam e estão integrados ao todo.

O ambiente institucional abrange as leis e normas que regulamentam o sistema. A ele cabe a responsabilidade de desenhar políticas públicas que priorizem o desenvolvimento econômico e social do país. O âmbito organizacional comporta as instituições de apoio técnico, de ensino, pesquisa, extensão, e demais instituições responsáveis pela execução das políticas, leis e normas oriundas do ambiente institucional. O melhor desempenho destes dois sistemas se dará pela sólida articulação entre as instituições e os elementos constitutivos destes ambientes, onde o primeiro fundamenta o segundo, e este fornece os subsídios para a consecução dos objetivos daquele.

O ambiente produtivo apresenta-se como o principal sistema na hierarquia de funcionamento do todo; funciona como o motor de todo o sistema, integrando diversos subsistemas que interagem, fornecendo subsídios para o seu funcionamento e sustentação. É constituído por empresas fornecedoras de insumos, pela produção primária propriamente dita, que neste estudo abrange as propriedades agrícolas, pelo ambiente de processamento e transformação dos produtos, e o ambiente comercial com as empresas de escoamento da produção e os elementos de transferência dos produtos até o consumidor final. Entre estes ambientes coexistem os fluxos financeiros e de informações e os fluxos físicos.

A Figura 2 apresenta o sistema desejável para a produção de bananas, envolvendo três ambientes distintos: institucional, produtivo e organizacional. Em cada ambiente estão inseridas empresas e/ou instituições com características e objetivos distintos entre si, mas semelhantes nas suas finalidades de consolidação do sistema produtivo agrícola da banana.

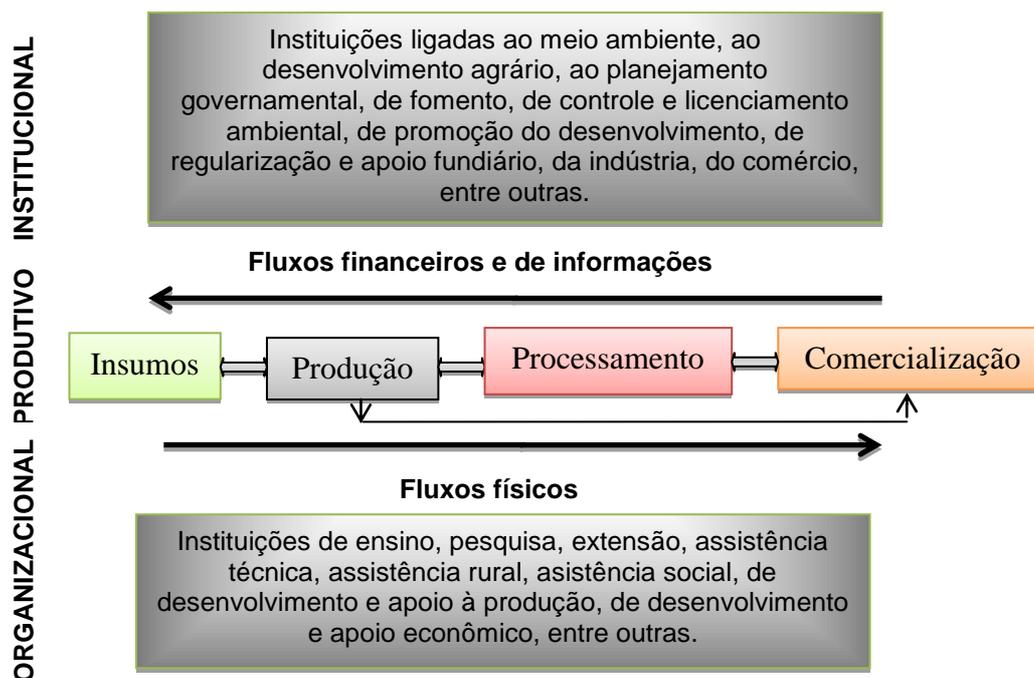


Figura 2: Diagrama esquemático do sistema agrícola desejável para a produção de bananas

O ambiente institucional agrega instituições que estabelecem leis e normas que regulamentam o sistema produtivo agrícola, em todos os níveis e instâncias do governo e da sociedade, devendo atuar de forma transversal e democrática, aglutinando os interesses nacional, regional, estadual e municipal em defesa do desenvolvimento do país e do equilíbrio social, ambiental, econômico, político e territorial, como forma de garantir a defesa e bem estar da sociedade e do território.

O ambiente organizacional se compõe basicamente das instituições de ensino, pesquisa, extensão, suporte técnico e fiscalização, entre outras, que subsidiam o negócio. Normalmente, esses atores são sustentados pela crença de que as ações grupais são mais eficientes que as individuais, e assim, se propõem a atuar de forma coordenada e coletiva, obedecendo regras formais e executando as políticas definidas no ambiente institucional, se apresentando como um elo entre o ambiente institucional e produtivo (Pondé, 1994; Cunha, 1999). Nesses ambientes encontram-se as oportunidades e ameaças a serem aproveitadas ou neutralizadas pelos agentes da cadeia produtiva. O ambiente produtivo se apresenta como o motor do sistema de produção da banana nos municípios em estudo e está subdividido em quatro subsistemas interligados que se articulam para o seu perfeito funcionamento, quais sejam: insumos de produção, a produção de bananas propriamente dita, que ocorre nas propriedades rurais, o processamento e a comercialização dos produtos. Cada subsistema possui elos específicos, com características e finalidades definidas.

Com todo esse arcabouço de instituições e competências, era de se esperar um ambiente altamente favorável ao estabelecimento de uma cadeia produtiva consolidada para qualquer atividade do setor primário agrícola. Contudo, a cadeia produtiva da banana nos municípios estudados apresenta baixa produtividade, pouca diversificação de produtos e inexpressiva competitividade nos mercados regional e nacional.

## 5- Referências

- Barreto Filho, M. D. Em Nome do Futuro. 2000. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, 20(2):18-20.
- Cunha, F. L. S. J. da. 2013. Desenvolvimento, Agricultura e Sustentabilidade. Campinas: CORI/UNICAMP, [2006] Sítio da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp-CORI.  
Disponível em: [http://www.cori.rei.unicamp.br/CT/resul\\_trbs.php?cod=291](http://www.cori.rei.unicamp.br/CT/resul_trbs.php?cod=291) (acesso em 24/05/2013).
- MAPA, 2013. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/11/brasil-apresenta-resultado-expressivo-nas-exportacoes> (acesso em 06/09/2013).
- Pires, M. S. 2001. Construção do Modelo Endógeno, Sistêmico e Distintivo de Desenvolvimento Regional e a sua Validação Através da Elaboração e da Aplicação de uma Metodologia ao Caso do Mercoeste. Florianópolis; UFSC, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- Pondé, J.L. 1994. Coordenação e Inovações Institucionais. Texto para discussão no 38, instituto de Economia UNICAMP.
- Sachs, I. 2009. Primeiras intervenções. In: Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. (Org.) Nascimento, E. P. do; viana, J. N. do. Rio de Janeiro: Garamond.
- Zylbersztajn, D. 1994. Políticas Agrícolas e Comércio Mundial. Agrobusiness: conceito, dimensões e tendências. In: Fagundes, H. H. (org). Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Brasília: IPEA (Estudos de Políticas Agrícolas nº 28).

## **Castanha-da-Amazônia: Tradição e produção no Sul do Amazonas**

Jemima Ismael da Costa, Universidade Federal do Amazonas-Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, jemima.ambiental@gmail.com;  
Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas, Universidade Federal do Amazonas-Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, suelyanm@ufam.edu.br;  
Tatiane de Aguiar Romano; Universidade Federal do Amazonas-Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, tatianeromano2015@gmail.com.

### **Resumo**

Objetivou-se com esse trabalho analisar a produção tradicional da castanha-da-Amazônia no município de Lábrea, a qual se transcende culturalmente chegando ao nível de organização social, para o desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida dos extrativistas envolvidos na cadeia produtiva. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, tratou-se de uma pesquisa. No que se refere ao tipo de abordagem junto aos sujeitos sociais da pesquisa, esta foi realizada a partir de um conjunto de instrumentais de investigação de natureza qualitativa, e, os dados de origem quantitativa foram coletados de fontes secundárias. A partir das análises e dos resultados obtidos, concluiu-se que a castanha foi o produto que incentivou desde sempre os extrativistas e depois organizarem-se socialmente, por sua produção tradicional, destacou-se a COOPMAS como instrumento essencial na cadeia produtiva da castanha.

Palavras-chave: Castanha-da-Amazônia; Lábrea-Am; COOPMAS; ASPACS.

### **Resumen**

El objetivo de este trabajo para analizar la producción tradicional de la Amazonía-marrón en el municipio de Lábrea, que trasciende cultural, alcanzando el nivel de organización social, para el desarrollo socio-económico y la calidad de vida de los extractiva involucrados en la cadena de producción. Desde el punto de vista de los procedimientos técnicos, tratada a una búsqueda. En cuanto al tipo de acercamiento con los sujetos de investigación social, esto se llevó a cabo a partir de un conjunto de instrumentos de investigación cualitativa, y se recogieron los datos de origen cuantitativa de fuentes secundarias. A partir del análisis y los resultados obtenidos, se concluyó que el café fue el producto que animó siempre el extractiva y luego organizarse socialmente, por su producción tradicional, se destacó COOPMAS como una herramienta esencial en la cadena de producción de la nuez.

Palabras clave: castaña-de-Amazonas; Lábrea-Am; COOPMAS; ASPACS.

### **Abstract**

The objective of this work was to analyze the traditional production of Brazil nuts in the municipality of Lábrea, which transcends culturally reaching the level of social organization, socioeconomic development and quality of life of extractivists involved in the production chain. From the point of view of technical procedures, it was a research. Regarding the type of approach to the social subjects of the research, this was done from a set of qualitative research instruments, and the data of quantitative origin were collected from secondary sources. Based on the analyzes and the results obtained, it was concluded that the nut was the product that always encouraged extractivists and then socially organized, due to its traditional production, COOPMAS stood out as an essential tool in the nut production chain.

Keywords: Chestnuts; Lábrea-Am; COOPMAS; ASPACS.

## 1- INTRODUÇÃO

Pertencente à família Lethicydaceae, a castanheira é uma das mais importantes espécies de exploração extrativa da Amazônia. A *bertholettia excelsa* conhecida popularmente como “Castanha-da-Amazônia”, “Castanha-do-Pará” ou “Castanha-do-Brasil” encontra-se em maior abundância na região Amazônica, principalmente nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia, e em algumas áreas do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. Além do Brasil, países como o Peru e a Bolívia também contam com a presença dessa espécie em seu território (OLIVEIRA et al., 2010).

A amêndoa da castanha é tipicamente encontrada em solos pobres, bem estruturados e drenados, argilosos ou argilo-arenosos, sendo que sua maior ocorrência é em textura média a pesada. Os conhecimentos acumulados com a execução de pesquisas fizeram com que o cultivo racional da castanha-da-Amazônia passasse a ser uma opção para os investidores, que têm expandido e diversificado suas atividades na Amazônia.

Os produtos oriundos da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*) tem-se mostrado, atualmente, o principal foco de exploração industrial, pautado principalmente nos seus aspectos quantitativos e qualitativos. As sementes da castanha apresentam reconhecida predominância lipídica e é de grande importância social na região amazônica, sendo seu consumo diretamente relacionado à preservação da floresta e à fixação das famílias que trabalham em sua extração (SANTOS, 2012).

A castanha-da-Amazônia permitiu identificar e programar formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais renováveis no município de Lábrea, Amazonas, conservando o ambiente organizado, trabalhando o associativismo e o cooperativismo extrativista (COSTA, 2015). O processo de organização na região iniciou com a criação da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha (Aspacs) e estendeu-se ao cooperativismo com a criação da COOPMAS (Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha), que viabiliza o acesso aos mercados consumidores. Portanto, este trabalho teve como objetivo analisar a produção tradicional da castanha-da-Amazônia no município de Lábrea, a qual se transcende culturalmente chegando ao nível de organização social, para o desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida dos extrativistas envolvidos na cadeia produtiva.

## 2- METODOLOGIA

O estudo foi realizado no município de Lábrea, a aproximadamente 700 km da capital do Amazonas, Manaus. No prédio da instituição cooperativista COOPMAS, que iniciou suas atividades no ano de 2009 (Figura 1).



Figura 1. Usina de beneficiamento de castanha, Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha (Coopmas). Lábrea, AM.  
Fonte: Costa (2015).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, pois sua elaboração teve como ponto de partida material já publicado, principalmente livros, artigos de periódicos publicados. No que se refere ao tipo de abordagem junto aos sujeitos sociais da pesquisa, esta foi realizada a partir de um conjunto de instrumentais de investigação de natureza qualitativa, e, os dados de origem quantitativa foram coletados de fontes secundárias.

Na obtenção de dados quantitativos a pesquisa partiu do método de estudo de caso, utilizando-se de aplicação de questionários e registros fotográficos. Para os procedimentos de abordagem quantitativos foram analisados os relatórios anuais compra, beneficiamento e comercialização da castanha na COOPMAS, bem como os pareceres técnicos e de direção da instituição.

### 3- RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das análises de abordagens qualitativa e quantitativa, os resultados foram satisfatórios, pois mostraram que a produção de castanha na região do Sul do Amazonas, em Lábrea, ainda permanece primitiva sendo passada por várias gerações, a qual se estabeleceu com ênfase desde o período de declínio da borracha onde ganhou espaço no mercado interno e externo.

Os dados qualitativos mostraram que no ano de 2009 iniciaram as atividades de compra, beneficiamento e comercialização da castanha através da COOPMAS, a qual atualmente atende em torno de 500 produtores extrativistas da amêndoa da castanha, o que garantiu a compra do produto aos extratores bem como um preço justo para seu melhoramento econômico e valorização do seu produto.

A Figura 2 mostra os resultados obtidos pela Coopmas na compra de castanha in natura, da inauguração da agroindústria cooperativa até o ano de 2014, incluindo projeção para 2015 e 2016 (COSTA, 2015).

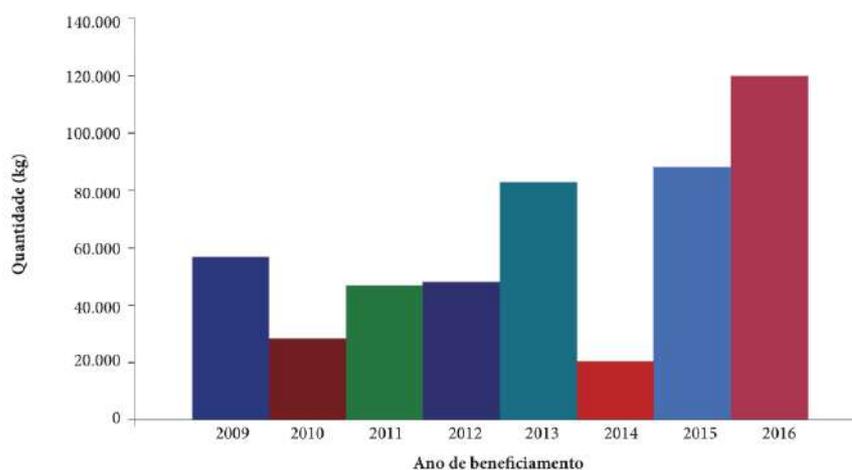


Figura 2. Castanha adquirida pela Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha (Coopmas), em quilograma, por ano e com projeção para 2015-2016.  
Fonte: Costa (2015).

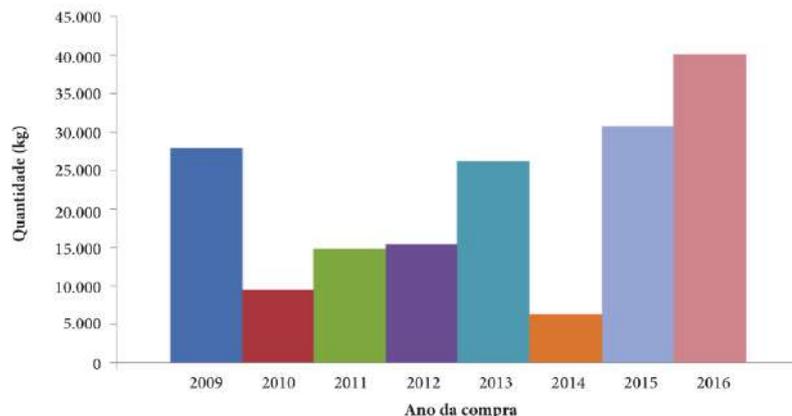


Figura 3. Quantidade de castanha beneficiada (kg) pela Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha (Coopmas), de sua inauguração até o ano de 2014, com projeção para 2015-2016.  
Fonte: Costa (2015).

#### 4- CONCLUSÕES

A partir das análises e dos resultados obtidos, concluiu-se que a castanha foi o produto que incentivou desde sempre os extrativistas e depois organizarem-se socialmente, por sua produção tradicional, destacou-se a COOPMAS como instrumento essencial na cadeia produtiva da castanha, pois foi criada por um grupo de agricultores que visaram à necessidade de comercialização do seu produto e atualmente, esta entidade é responsável pelo beneficiamento da castanha no município de Lábrea, onde busca melhorias e aperfeiçoamentos em seu processo, por meio de entidades, instituições e parcerias governamentais, atendendo mais de quinhentos produtores ribeirinhos, populações tradicionais e comunitárias às margens dos rios Purus, Ituxi e afluentes. Com ênfase no ano de 2012, o município extraiu 980 toneladas de castanha. Desse total, a COOPMAS contribuiu com 60 toneladas e atualmente já atinge 70 toneladas/ano safra. A iniciativa demonstra o impacto positivo da organização da produção extrativista na Amazônia por meio de cooperativas sobre os indicadores de renda, qualidade de vida, sustentabilidade ambiental, e bem estar social na Amazônia favorecendo o exercício da cidadania e a inserção socioeconômica de seus habitantes tradicionais.

#### 5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Jemima Ismael da. Workshop de Pesquisa e Agricultura Familiar: Fortalecendo a Interação da Pesquisa para Inovação e Sustentabilidade. Manaus, Amazonas. 341 p – 2015.

OLIVEIRA, D. M et al, A importância comercial da castanha-da-Amazônia para a região norte e o mercado Externo. UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, PORTO VELHO - RO - BRASIL. Iniciação Científica. Campo Grande, 2010.

SANTOS, Orquídea Vasconcelos. Estudo das potencialidades da castanha-do-brasil: produtos e subprodutos, São Paulo, 2012.

## **Comunidades tradicionais e a conservação da floresta: um olhar sobre a Resex Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil**

Marcos Diones Ferreira Santana, Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto e Ciências de Tecnologias das Águas, santana.mdf@gmail.com;  
Jarlei Dominique Souza da Silva, Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, jarley.mts@hotmail.com;  
Taides Tavares dos Santos, Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto e Ciências e Tecnologias das Águas, taides.tavares@hotmail.com.

### **Resumo**

Diante da crescente crise ambiental gerada pelo uso indiscriminado dos recursos naturais da Amazônia, é imprescindível rever os métodos de uso da floresta. Nesse sentido, a coleta e o manejo de resíduos florestais ganharam importância cultural e econômica a partir do manejo sustentável. Esse estudo relata o uso de recursos vegetais retirados da natureza pela comunidade tradicional Vila Franca da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil, para produção de artesanato e manutenção da cultura nativa. Por meio de entrevistas abertas e depoimentos, foi possível obter informações acerca da coleta e uso dos recursos vegetais. Entre esses recursos, as sementes são os mais explorados, sendo coletadas em trilhas, acompanhando o ciclo de reprodução das plantas, uma das justificativas do grande conhecimento do povo da floresta sobre a biodiversidade. O banco de sementes é respeitado e a manutenção de plântulas jovens é realizada para garantir o ciclo de produção das espécies. As sementes mais coletadas pertencem às famílias Poaceae como a espécie *Coix lacryma-jobi* L. (lágrimas-de-Nossa-Senhora) e Arecaceae (palmeiras) como *Euterpe* sp. (açai), *Astrocaryum* ssp. (tucumã) e *Attalea* ssp. (inajá), por serem rígidas e resistentes ao armazenamento, além de apresentarem alta durabilidade. Estas são processadas manualmente, recebem acabamento artístico e são usadas em colares, pulseiras, brincos e anéis para posterior comercialização. Cada peça pode conter de uma a 100 sementes e algumas acompanham complementos como o Muiraquitã [muyrakytãs (do Tupi, rã)], amuleto de sorte, proteção e representação da natureza, sendo geralmente esculpido ou entalhado em semente de tucumã. Comunidades como Vila Franca, vivem da floresta e são importantes agentes no manejo sustentável na Amazônia, onde além da manutenção de suas culturas e crenças baseadas em traços ancestrais, contribuem para a conservação da biodiversidade.

Palavras-chave: artesanato; biodiversidade; recursos naturais; saber popular

### **1- Introdução**

A crise ambiental, a universalização da consciência ecológica e a revolução tecnológica deste século exigem das sociedades modernas uma nova estratégia, e asências apontam para o desenvolvimento sustentável. A especificidade da Amazônia, quanto à intervenção das populações tradicionais nos ecossistemas naturais, é a diversificação do uso dos recursos em sistemas de coleta e cultivo. Tais sistemas de manejo estão fundados na cultura tradicional das populações amazônicas, que favorecem uma relação harmônica com a natureza (SILVA, 2015).

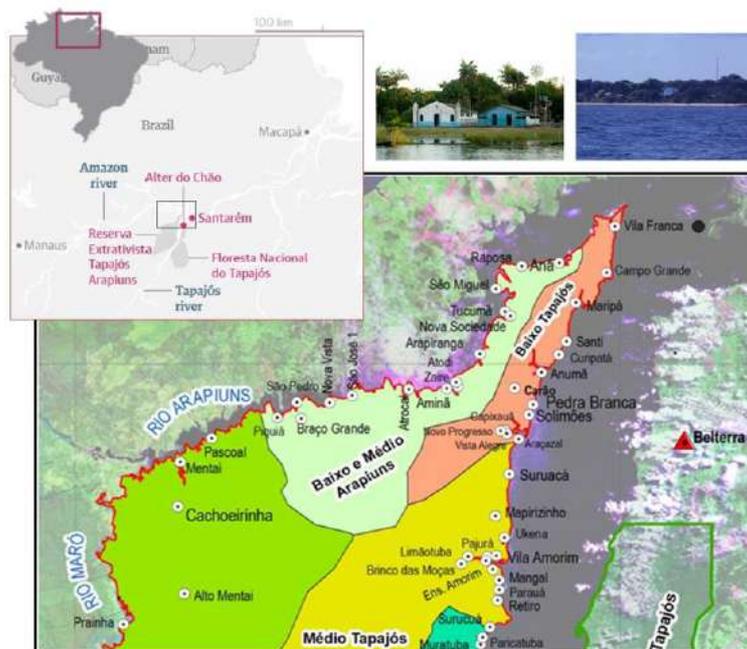
Considerando que os povos tradicionais dependem da floresta e dela fazem a sua morada e a base de seu saber e suas crenças e fonte de sua subsistência, estes adquirem uma íntima relação com a natureza e conseqüentemente, um grande conhecimento sobre ela e, principalmente, sobre as diferentes maneiras de utilizar os

recursos disponíveis de forma sustentável. Esse vasto conhecimento e a rica cultura foi adquirida ao longo de várias gerações e ainda é ensinado para manutenção e perpetuação às novas gerações e assim, são de extrema importância às diversas áreas da ciência e etnociência (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Esse estudo relata o uso de recursos vegetais retirados da natureza pela comunidade tradicional Vila Franca da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns, para produção de artesanato e manutenção da cultura nativa.

## 2- Material e Métodos

A comunidade Vila Franca, localiza-se na Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns, às margens do Rio Tapajós (coordenadas) e é uma das componentes da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil (Figura 1).



**Figura 1.** Localização das áreas de estudo. Vista da entrada na comunidade Vila Franca (●) via Rio Tapajós.

Foram realizadas entrevistas abertas com os comunitários e coleta de depoimentos para obtenção das informações acerca da coleta e uso dos recursos vegetais, assim como o processo de fabricação dos artesanatos biojóias.

## 3- Resultado e Discussão

A comunidade Vila Franca é composta atualmente por 78 unidades familiares (UFs) e é a comunidade mais antiga, surgida como missão-aldeia de Arapiuns em 1723 e elevada à categoria de vila em 1758, a partir do processo de colonização europeia, sendo o nome atual uma homenagem à cidade portuguesa de Franca.

As sementes são os recursos florestais mais explorados, sendo essa tarefa representações simbólicas, conhecimentos intergeracionais, adaptações às mudanças impostas pelo meio, adquiridos num processo social de aprendizagem como relatado por

Silva (2015) para as comunidades que se localizam na Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós, em Belterra e também por Oliveira (2014) em Altamira, ambas cidades paraenses.

Na tabela 1 são mostradas as espécies mais coletadas para confecção de artesanato na comunidade Vila Franca e como são utilizadas no processo produtivo.

**Tabela 1.** Principais espécies utilizadas na confecção de artesanatos (biojóia) a partir de sementes na Comunidade Vila Franca.

Família/espécie	Nome popular	Uso
<b>POACEAE</b>		
<i>Coix lacryma-jobi</i> L.	lágrimas-de-Nossa-Senhora	Colares; pulseiras
<b>ARECACEAE</b>		
<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	Açaízeiro	Colares; pulseiras; brincos
<i>Astrocaryum vulgare</i> Mart.	Tucumãzeiro	Colares; anéis; pinjentes; brincos
<i>Attalea</i> ssp.	Inajá	Colares; anéis; pinjentes; brincos
<i>Maximiliana maripa</i> (Aubl.) Drude	Inajá	Colares; anéis; pinjentes; brincos

As coletas são realizadas em trilhas e acompanham o ciclo de reprodução das plantas, uma das justificativas do grande conhecimento do povo da floresta sobre a biodiversidade. O banco de sementes é respeitado e a manutenção de plântulas jovens é realizada para garantir o ciclo de produção das espécies. Essa compreensão exige determinadas habilidades cognitivas, entendimento e sincronia com a natureza (BOURDIEU, 1999).

As sementes são selecionadas por sua rigidez e resistentes ao armazenamento, além de apresentarem alta durabilidade. Estas são processadas manualmente, recebem acabamento artístico e são usadas em colares, pulseiras, brincos e anéis para posterior comercialização. Cada peça pode conter de uma a 100 sementes e algumas acompanham um amuleto como o Muiraquitã [muyrakytãs (do Tupi, rã)], representação da natureza, que atrai boa sorte e proteção a quem o possui e geralmente é esculpido ou entalhado em semente de tucumã.

A partir dessa premissa, é notório que a presença dos povos tradicionais na floresta amazônica é uma importante estratégia para conservação e preservação desse ecossistema como também discutido por Diegues (2000) e Silva (2015), além da difusão da cultura e conhecimento da diversidade local.

#### 4- Considerações finais

O espaço natural apresenta-se imediatamente ao conhecimento dos povos da floresta como um lugar de permanente observação, pesquisa e reprodução de saberes culturalmente construídos. A partir do qual conclui-se que comunidades como Vila Franca, são importantes agentes no manejo sustentável na Amazônia, que além da manutenção de sua cultura, contribuem com a conservação da biodiversidade.

#### 5- Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas, **Série Ciências Sociais – Estudos**. São Paulo, Perspectiva. p. 361, 1999.

DIEGUES, A. C. A etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. **São Paulo, HUCITEC**. p. 1-46, 2000.

MARTÍNEZ-ALIER, J. O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. **São Paulo, Contexto**. p. 379, 2007.

SILVA, J. B.; SIMONIAN, L. T. L. População tradicional, reservas extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, p. 163-175, 2015.

OLIVEIRA, O. M.; HERRERA, R. C.; PARRY, M. M.; OLIVEIRA, G. M.; HERRERA, J. A.; SANTOS, A. P. F. Espécies botânicas utilizadas no artesanato comercializado na cidade de Altamira-PA. **Biota Amazônia**, v. 4, p. 1-5, 2014.

## **CONCEPÇÃO DE ESPAÇO PARA AS CRIANÇAS MURA: UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA NA COMUNIDADE INDÍGENA DOS POVOS MURAS DO ITAPARANÃ**

PAULA, Marinez dos Santos de<sup>1</sup>, UFAM-IEAA, marinezdepaula13@gmail.com;  
GUACEBE, Rafaela Vieira <sup>2</sup>, UFAM-IEAA, rafaelavieira.rvg@gmail.com;  
NOGUEIRA, Eulina Maria Leite <sup>3</sup>, UFAM-IEAA-NEABI, eulinanog@hotmail.com;  
SANTOS, Ivanete Franco dos <sup>4</sup>;UFAM-IEAA, ivanetefranco03@hotmail.com.

### **Resumo**

Este trabalho foi realizado nos dias 21, 22 e 23 de Outubro de 2016 em uma Aldeia Indígena do Povo Mura através do Núcleo de Cartografia Social de Humaitá em parceria com o NEABI (Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena) do IEAA. Teve por objetivo fazer o mapeamento social das terras dos povos Mura do rio Itaparanã, situado no município de Canutama/AM, traçando assim em uma de suas atividades as impressões que as crianças tinham sobre mapas, localização, espaço, tempo de acordo com sua realidade. Iniciamos as atividades com uma conversa informal com elas debaixo das árvores próximas à escola, a fim de fazer com que as mesmas se sentissem à vontade conosco para assim começarmos as atividades de mapeamento. Utilizando a metodologia participativa com o intuito de integrar diretamente no universo das crianças indígena. Essa foi apenas uma etapa deste trabalho, pois os outros dados foram construídos com a participação de jovens e adultos da Aldeia com o objetivo de gerar dados para fundamentar o trabalho antropológico do processo de demarcação dessa terra indígena;

Palavras-chave: Aldeia, Localização; Mapeamento; Crianças indígenas.

### **Resumen**

Este trabajo se llevó a cabo los días 21, 22 y 23 de octubre 2016, un pueblo indígena Mura Village a través del Centro de Cartografía Social de Humaitá en asociación con NEABI (afrobrasileñas Estudios e indígena) de IEAA. Dirigido a hacer el mapeo social de la tierra de la gente del río Mura Itaparanã, situada en Canutama / AM municipio, dibujo así en una de sus actividades las impresiones que los niños tenían en los mapas, la ubicación, el espacio, el tiempo de acuerdo a su realidad . Comenzamos las actividades con una charla informal con ellos bajo los árboles cerca de la escuela con el fin de hacer que el mismo se sienta cómodo con nosotros a fin de iniciar las actividades de mapeo. Utilizando una metodología participativa con el objetivo de integrar directamente en el universo de los niños indígenas. Esto fue sólo una parte de este trabajo, como los demás datos se construyeron con la participación de la juventud y aductos pueblo con el fin de generar datos para apoyar el trabajo antropológico del proceso de demarcación de esta tierra indígena;

Palabras clave: Pueblo, El lugar; Mapeo; Niños indígenas.

### **Abstract**

This work was carried out on October 21, 22 and 23, 2016 in an Indigenous Village of the Mura People through the Social Cartography Center of Humaitá in partnership with the NEABI (Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies) of the IEAA. The purpose of this study was to map the Mura people of the Itaparanã river, located in the municipality of Canutama / AM, thus mapping the impressions children had about maps, location, space, time according to their reality . We started the activities with an informal conversation with them under the trees near the school, in order to make them feel at ease with us to begin the

activities of mapping. Using the participatory methodology with the intention of integrating directly into the universe of indigenous children. This was only one stage of this work, since the other data were constructed with the participation of young people and adducts of the Village with the purpose of generating data to support the anthropological work of the demarcation process of this indigenous land;

Keywords: Village, Location; Mapping; Indigenous children.

## 1- Contexto

O Núcleo de Cartografia Social de Humaitá realizou um trabalho que teve por objetivo fazer o mapeamento social das terras dos povos mura do rio Itaparanã, situado no município de Canutama/AM, traçando assim em uma de suas atividades as impressões que as crianças tinham sobre mapas, localização, espaço, tempo de acordo com sua realidade. Iniciamos as atividades com uma conversa informal com elas debaixo das árvores próximas à escola, a fim de fazer com que as mesmas se sentissem à vontade conosco para assim começarmos as atividades de mapeamento.

Sabemos que os povos indígenas perpassam por muitos conflitos e estes acabam influenciando no seu modo de vida, assim refletindo diretamente no processo de construção intelectual das crianças indígenas, pois as mesmas vivenciam diariamente conflitos existentes em sua aldeia. Conflitos esses gerados por pessoas querendo se apossar de terras onde os indígenas estão inseridos, pois como sabemos, as terras em que os índios estão devidamente ocupando é da União, no entanto, os indígenas viverem nessas terras a muito tempo, tornam-se dono daquele território, ou seja, no sentido que damos a propriedade, eles não podem dispor dessas terras, de maneira nenhuma, para venda ou mesmos para garantir uma transição comercial, pois tem como direito usufruir das terras para sua sobrevivência.

Como sabemos muitos não indígenas acabam por não compreenderem esse parâmetro legal, não dão muita importância e continuam invadindo esses territórios, retirando madeiras de forma ilegal, realizando a pesca predatória, além de retirada de cascalho por empresas, invasões dos campos inativos e várias outras coisas mais que esses que não fazem parte da região acabam trazendo para dentro do território indígena impactos para o habitat natural, por causa desses conflitos, os indígenas hoje tem dificuldades de entrar no rio e de pescar, sofrem com a falta da caça, pois antigamente tinham caça em abundância. Por causa da invasão de pessoas estranhas em suas terras acaba se tornando difícil buscar alimentação já que essas pessoas invadem esse espaço e fazem todo tipo de retirada da natureza, além de ameaçar e tentar licenciar essa população.

Os indígenas vêm buscando ao longo dos tempos seus direitos frente aos problemas ocorridos na sociedade, sabemos que estes sofrem preconceitos diariamente de todas as formas, muitas pessoas não compreendem o processo de luta que estes enfrentaram durante muito tempo até eles conseguirem o que hoje eles tem por direito, como por exemplo a terra, lutas essas que até hoje insiste em acontecer por causa da intolerância de muitos, desta forma:

Tantas vezes discriminados, objeto de preconceito e intolerância, os povos indígenas vivenciam hoje sinais de um novo tempo, em que já é possível a construção de canais de diálogos mais respeitosos com os Estados nos quais estão inseridos e com os segmentos das sociedades nacionais com os quais estão em contato. A aceitação de que somos nações culturalmente diversificadas, formadas por segmentos diferenciados, compartilhando um mesmo espaço político dentro de Estados nacionais, leva ao

reconhecimento do direito dos povos indígenas de serem diferentes e de terem respeitadas suas práticas socioculturais, seus valores tradicionais e suas próprias visões de mundo. (GRUPIONI, 2001, p.88)

Assim sendo, já que o modo de vida deles é viver em coletividade, esses conflitos que afetam a aldeia, acabam por atingir as crianças, tendo em vista que as mesmas costumam acompanhar os adultos em atividades rotineiras, aprendem e tem uma percepção acerca do que eles estão vivendo e onde vivem, deste modo, percebemos que as crianças Muras já tem uma concepção clara em relação ao espaço que nele se encontram inseridos.

Com isso percebemos que os mesmos fazem reflexões sobre os povos e também suas concepções de mundo e de vidas e principalmente o convívio na diferença, trazendo as condições necessárias para um convívio construtivo entre segmentos diferenciados da população brasileira, ou seja, que todos saibam respeitar e conviver com as diversidades existentes ao nosso redor.

## **2- Descrição da Experiência**

Neste trabalho pudemos perceber como os agentes sociais se utilizam dos recursos naturais e qual a visão que os mesmos possuem do lugar onde habitam. Desta forma, essas atividades propiciaram momentos de autorreflexão sobre o contexto situacional do grupo, e como o povo indígena Mura constrói uma memória coletiva sobre o lugar, sobre o conflito, sobre a aldeia, sobre o território que ocupa e seu uso.

As atividades trabalhadas com as crianças da comunidade, foi sobre a concepção de espaço que elas têm a respeito do local onde residem, assim teve por objetivo analisar o conhecimento das crianças Muras sobre o tema central deste estudo, que foi fazer o mapeamento social do território dos povos indígenas Mura do Rio Itaparanã. Iniciamos as atividades com uma conversa informal com as crianças debaixo das árvores próximo à escola, a fim de fazer com que as mesmas se sentissem à vontade conosco para assim começarmos as atividades de mapeamento.

Em seguida indagamos eles, se já tinham alguma noção a respeito do assunto (mapeamento), após ouvirmos seus conhecimentos prévios, explicamos um pouco mais sobre localização e espaço para assim iniciarmos as atividades a serem realizadas. A metodologia utilizada para a realização destas atividades foi de cunho qualitativa numa perspectiva participativa buscando uma maior aproximação com a realidade que os sujeitos da pesquisa estão inseridos, bem como a observação participante que:

[...] pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a consideram não apenas uma estratégia no conjunto da investigação das técnicas de pesquisa, mas como um método que, em si mesmo, permite a compreensão da realidade (MINAYO,2010, p. 70).

Deste modo, as atividades ocorreram da seguinte maneira: entregamos a cada uma das crianças uma folha de papel a4, lápis de cor, giz de cera e pincel na qual eles iniciaram seus desenhos. Enquanto as crianças desenhavam, pudemos perceber que eles tinham noção de espaço e conseguiam se localizar dentro da aldeia, bem como localizar o rio, as casas, as árvores e até mesmo os lugares mais distante que havia naquele local. Através de seus desenhos eles representavam algumas situações que foram vivenciadas ultimamente

na aldeia, depois de terem feito os desenhos eles apresentaram para o grupo que estava participando dessas atividades.

### 3- Resultados e discursões

Portanto, pudemos compreender a noção de espaço que as crianças Muras têm a respeito do contexto em que estão inseridas. Com estas atividades constatou-se que foi de suma importancia para estas crianças, já que as mesmas vinham passando por problemas conflituosos relacionados a demarcação de seus territórios.

Assim nos desenhos feitos e apresentados por elas nós observamos que estes acontecimentos estão registrados sob forma de representações na mente dessas crianças, pois no momento em que as crianças vivenciam certas situações é possível que as mesmas desenvolvam essa representação. Diante disto, nas falas delas analisamos que as mesmas acabavam tendo “um certo” cuidado em sua fala, devido o medo que ainda as afligiam.

Neste sentido, procuramos vivenciar os espaços que estão presentes no imaginário das crianças e procuramos entender como isso contribui no processo de ensino e aprendizagem das crianças Mura. Para tanto, foram analisados os desenhos feitos pelas crianças e as explicações que as mesmas atribuíram a esses espaços, tentando relacionar com as situações conflituosas que esse grupo tem passado recentemente. As mesmas demonstraram que dominam bem a noção distância e localização quando conseguem representar nos desenhos e expressar nas suas explicações sobre os mesmos.

Além disso, percebemos como as crianças dão importância para a natureza, falaram do rio como um bem precioso, suas utilidades e benefícios pra Aldeia; explicaram como se faz a roça, como todos participam. Falaram da caça e da pesca no sentido de bu/sca de alimento. Outro fato observado é que essa atividade de desenhar despertou interesse e curiosidade das crianças, uma vez que, a escola que as crianças estudam não tem, praticamente, nada de material didático e/ou escolar o que tem dificultado muito o trabalho da professora.

### Referências

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi, VIDAL, Lux Boelitz, FISCHMANN, Roseli. **Povos indígenas e Tolerância: construindo Práticas de respeito e Solidariedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

## **CONTEXTO DA EDUCAÇÃO EM HUMAITÁ NA PERSPECTIVA AMBIENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Raimunda Islainny Moraes Quinderé, UFAM, lannymarry22@gmail.com;  
Jessica Bentes Freitas, UFAM, jbentes20@hotmail.com;  
Maria Juciane Vieira da Silva, UFAM, mjucianevs@outlook.com;  
Leonardo Moraes da Silva, UFAM, leo.ufam.10@gmail.com.

### **Resumo**

Este trabalho tem como principal temática a educação ambiental no contexto amazônico em uma escola da rede pública de Humaitá - AM tendo por objetivo apresentar como/se são trabalhadas as questões voltadas à cidadania, assim como a consciência ecológica e ambiental no contexto educacional de Humaitá. Trata-se de um estudo realizado a partir de um projeto de extensão realizado no âmbito da Universidade Federal do Amazonas tendo aporte teórico os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Meio Ambiente. Para tanto foram realizadas visitas ao ambiente escolar utilizando-se do método de observação para uma análise do local, tratando-se de uma abordagem qualitativa e por se tratar de um tema de grande relevância e caráter significativo para a formação dos educandos. Foi levado em consideração o fato de que os estudantes inseridos no Projeto de Extensão encontram-se em uma região de riquezas naturais, bem como: recursos hídricos, fauna e flora, destacando a importância destes recursos a partir de discussões com os educandos buscando mostrar a importância da preservação do meio natural para a sobrevivência das espécies, inclusive a humana, evidenciando que a não preservação do meio ambiente pode gerar consequências à saúde pública da população. Mediante as observações e atividades de formação foi possível constatar que a escola, apesar de trabalhar temas voltados à educação ambiental, isso ocorre em momentos específicos/comemorativos (dia água, dia do meio ambiente; dia da árvore e outros), esses momentos são considerados insuficientes para a formação da cidadania, promoção e cuidado com o meio ambiente no contexto de Humaitá.

Palavras-chave: Educação. Cidadania. Saúde.

### **Resumen**

Este trabajo tiene como tema principal la educación ambiental en la región amazónica en una escuela pública en Humaitá - estoy teniendo por objetivo presentar / s se trabajan los problemas que enfrentan los ciudadanos, así como la conciencia ecológica y del medio ambiente en el contexto educativo de Humaitá. Este es un estudio de un proyecto de extensión realizadas en el marco de la Universidad Federal del Amazonas con el apoyo teórico de los Estándares Curriculares Nacionales de Medio Ambiente. Para se hicieron dos visitas al entorno escolar mediante el método de observación un análisis local, en el caso de una cualitativa y porque es un tema muy importante y el carácter significativo de enfoque de la educación de los estudiantes. Se tomó en consideración el hecho de que los estudiantes entraron en el proyecto de ampliación se encuentran en un área de recursos naturales, así como los recursos de agua, flora y fauna, destacando la importancia de estas características de las discusiones con los estudiantes que buscan espectáculo importancia de preservar el medio ambiente natural supervivencia de las especies paa, inclusiive humana, mostrando que no preservar el medio ambiente puede tener consecuencias para la salud pública. A través de observaciones y las actividades de formación se encontró que la escuela, a pesar de TEMS de trabajo relacionados con la educación ambiental, esto ocurre en momentos específicos de celebración / agua (día, día ambiente, día del árbol y otros), estos momentos se consideran

insuficiente para la formación de la ciudadanía, la promoción y el cuidado del medio ambiente en el contexto de Humaitá.

Palabras clave:

Educación. La ciudadanía. Salud.

### **Résumé ou Abstract**

This work has as main theme the environmental education in the Amazonian context in a public school in Humaitá - AM, aiming to present how / if the issues related to citizenship, as well as ecological and environmental awareness in the educational context of Humaitá are worked. It is a study carried out from an extension project carried out within the scope of the Federal University of Amazonas, having a theoretical contribution to the National Curricular Parameters for the Environment. For this purpose, visits to the school environment were made using the observation method for An analysis of the place, being a qualitative approach and because it is a subject of great relevance and significant character for the formation of the students. It was taken into account the fact that the students included in the Extension Project are in a region of natural riches, as well as: water resources, fauna and flora, highlighting the importance of these resources from discussions with students to show the Importance of the preservation of the natural environment for the survival of species, including human, demonstrating that the non-preservation of the environment can have consequences for the public health of the population. Through the observations and training activities, it was possible to verify that the school, although working has been focused on environmental education, this occurs in specific moments / commemorative (water day, environment day, tree day and others), these moments are considered Insufficient for the formation of citizenship, promotion and care with the environment in the context of Humaitá.

Mots-clés ou keywords:

Education. Citizenship. Cheers.

## **1- INTRODUÇÃO**

Este trabalho foi elaborado a partir de um Projeto de Atividade Curricular de Extensão - PACE, realizado no decorrer de 4 meses em uma escola da rede municipal de Humaitá, localizada em uma zona periférica no município de Humaitá- Amazonas, o projeto teve o foco principal o 2º ano que atende 35 crianças de 7 anos. Do que se trata sobre educação ambiental inserimos nos estudos e na prática dos alunos para com o projeto, pois existe uma importância essencial falar sobre a Educação Ambiental que tem como objetivo sensibilizar o pensamento das crianças, jovens e adultos para que vejam a natureza como um bioma vivo e limitado e se continuar sendo destruído vai acabar. A educação ambiental vem nos trazer uma nova visão sobre a utilização dos recursos naturais do nosso planeta terra.

A partir de todas estas perspectivas educativas, a Educação Ambiental surgiu como contraproposta dentro do contexto do modo de uso dos recursos ambientais atuais, para uma nova forma de interagir e solucionar algumas questões pertinentes da integração e manutenção do desenvolvimento desta relação homem-natureza. Tendo como um dos principais objetivos a construção de um pensamento crítico perante a sociedade e seus condicionantes, e a E.A. leva em consideração a vida, a natureza e seus bens, a relação entre essas duas forças que precisam se relacionar e integrar positivamente, o pensamento ecológico tende a construir um ideal que posiciona o homem como parte importante na conservação do meio ambiente. Apesar da presença da cultura de degradação ambiental

dominar a nossa sociedade vê-se que ainda há condições para fomentar a mudança positiva deste paradigma moderno, dentro dos processos educacionais fazendo-se necessário uma reconstrução do pensamento socioambiental salientando a problemática evolução científica tecnológica versus educação ambiental, nessa perspectiva cria-se uma nova tendência de questionamento sobre o direcionamento da sociedade como mantenedora de sua própria espécie.

Para tanto, nada melhor que a escola trabalhando com estas ações voltadas para educação ambiental tendo o professor como principal mediador do conhecimento para uma educação ambiental de maneira significativa e conscientizadora. Tal temática já se tornou assunto de grande relevância por se tratar de um assunto urgente no qual o planeta está perpassando principalmente com o processo industrial o qual o país se encontra, utilizando cada vez mais dos seus recursos naturais e esquecendo que na maioria das vezes não há como repor alguns recursos, sem falar do que é descartado no meio ambiente e do descaso das políticas públicas. O desenvolvimento desta consciência já é discutido nas escolas e a maioria delas já tomou posição procurando meios de introduzir ações voltadas à esta questão. Em função disso, percebeu-se a importância de introduzir o tema Meio Ambiente dentro dos currículos das escolas como sendo um tema transversal norteando assim a prática pedagógica da maioria dos professores da rede pública.

## **2- Metodologia**

Para a metodologia foram utilizadas as análises realizadas por meio do método de observação e intervenção no período de realização do projeto de extensão, sendo de caráter qualitativo. A partir das referências estudadas para a visita prévia na escola buscou-se uma prática didática efetiva divididas em 4 partes, sendo elas ações diferentes, como: 1. Estudo dos textos; 2. Visitas prévias na escola; 3. Construção de jogos para Educação Ambiental; 4. Práticas com os alunos, atividades conjuntas com os alunos, todas as partes foram efetivamente construídas com muito esforço e dedicação dos alunos envolvidos mesmo com todas as adversidades pertinentes.

## **3- Fundamentação Teórica ou Discussões**

A Educação Ambiental que é um tema transversal segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais visa fomentar a construção de um pensamento crítico e reflexivo perante a postura de degradação que o homem vem tomando ao longo da história moderna, o pensamento do homem vem sendo condicionado pelo pensamento do próprio homem sem considerar alguns fatores relevantes para a continuação da permanência da vida dos ciclos naturais no meio ambiente. O processo de ensino aprendizagem dentro da questão da educação ambiental é de suma importância, pois, pode ajudar a transpor a enraização da cultura de degradação ambiental, a educação pode e deve vir contra pôr o pensamento inconsciente do uso indiscriminado dos recursos naturais renováveis e não renováveis, dentro de um círculo vicioso de degradação e evitando um possível colapso ambiental, que seria a falta dos recursos naturais necessários para a permanência do homem do seu habitat natural no planeta terra. Segundo Efftting (2007, p.11)

Educação ambiental é a preparação de pessoas para sua vida enquanto membros da biosfera; educação ambiental é o aprendizado para compreender, apreciar, saber lidar e manter os sistemas ambientais na sua totalidade; educação ambiental significa aprender a ver o quadro global que

cerca um problema específico – sua história, seus valores, percepções, fatores econômicos e tecnológicos, e os processos naturais ou artificiais que o causam e que sugerem ações para saná-lo; educação ambiental é a aprendizagem de como gerenciar e melhorar as relações entre a sociedade humana e o ambiente, de modo integrado e sustentável.

Portanto, a construção de valores ambientais, sociais e culturais são essenciais para a formação cidadã do sujeito, e a complexidade desses fatores precisam partir do compromisso da escola para com seus alunos e para a sociedade, assim promovendo de maneira democrática a prática necessária das boas condutas para as futuras gerações da sociedade. Exercer a função social do sujeito é a cidadania que se constrói dentro do espaço escolar, juntamente com a abordagem do papel social, o sujeito aprende através das mediações pedagógicas sobre a sua subjetividade como ser humano e mais ainda a importância do ser social de se pensar coletivamente para a produção dos bens sociais que precisam ser democráticos independentes de qualquer situação, que todos tem direitos e deveres e que para se manter uma sociedade justa é preciso responsabilidade social e ambiental. A relação da escola com a realidade dentro do aspecto da cidadania tem a função de mover o aluno para a mudança positiva no futuro, dos erros que se vê na sociedade contemporânea.

O objetivo principal foi alcançado com êxito, pois teve uma grande aceitação dos acadêmicos e das crianças da referida escola Municipal, com a ação desse projeto foi construída uma ponte entre a teoria e a prática e todos os participantes assimilaram sobre a importância do pensamento Ambiental e mais ainda sobre a Educação Ambiental.

#### 4 – BIBLIOGRAFIA

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, 1997.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, 2012.

EFFTING, Tania Regina. **Educação Ambiental nas escolas públicas: Realidades e Desafios**. Marechal Candido Rondon.2007. Monografia (Pós-Graduação em “Latu Senso” Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Ciências, Agrárias, Universidade estadual do Oeste do Paraná- Campos de marechal Candido Rondon,2007.

## **Contribuições etnomicológicas de comunidades tradicionais na Amazônia Paraense, Brasil**

Marcos Diones Ferreira Santana, Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto e Ciências e Tecnologias das Águas, santana.mdf@gmail.com;  
Jarlei Dominique Souza da Silva, Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, jarley.mts@hotmail.com;  
Taides Tavares dos Santos, Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto e Ciências e Tecnologias das Águas, taides.tavares@hotmail.com.

### **Resumo**

Na Amazônia brasileira, estudos etnomicológicos recentes relatam a relação entre homem e fungo desde as décadas de 60 e 70 para grupos indígenas, rurais e ribeirinhos. Estes estudos apresentam principalmente os relatos de uso e classificação de fungos macroscópicos por povos tradicionais. Neste estudo, relatamos o uso de terminologias próprias de ribeirinhos de duas comunidades tradicionais da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil, para classificar os fungos macroscópicos, além de apresentarmos a diferença dos critérios de atribuição de nomes entre elas. Coletas de macrofungos foram realizadas entre os meses de março e junho de 2016 nas Comunidades Maripá e Vila Franca, ambas na RESEX, com o auxílio dos ribeirinhos das respectivas comunidades. Durante as caminhadas, foi observado que os comunitários atribuíam o mesmo nome “Urupê” para todos os fungos macroscópicos, independente da comunidade. Para algumas espécies, um segundo nome era atribuído para real identificação dos espécimes. Apesar de o primeiro nome ser de uso comum em ambas as comunidades, o segundo termo era restrito, pois cada local apresenta uma forma própria de classificar morfologicamente as espécies. O gênero *Phallus* Junius ex L., foi identificado como Urupê Tajá de cobra [por apresentar um pseudo-estipe com escamas que lembram as escamas de uma cobra] em Vila Franca. Em Maripá, esse gênero é chamado de Urupê Vêu de noiva [por considerarem relevante a estrutura do fungo que lembra o véu que cobre a face da noiva antes do casamento]. Assim, Urupê *Tajá de cobra* e Urupê *Vêu de noiva* tem o mesmo valor taxonômico que Reino Fungi; gênero *Phallus*, além da mesma base de classificação. Esse relato evidencia o grau de conhecimento dos povos tradicionais na Amazônia sobre a biodiversidade, além de demonstrarem a importância da valorização do conhecimento tradicional de povos tradicionais.

Palavras-chave: etnomicologia; povos tradicionais; sistema de classificação taxonômico

### **1- Introdução**

A etnomicologia é definida como um ramo da etnobotânica que se dedica ao estudo do papel dos cogumelos no passado da humanidade (WASSON, 1980). Muito embora essa ciência não seja suficientemente estudada, trabalhos atuais têm contribuído significativamente para a avaliação dos conhecimentos micológicos de várias comunidades tradicionais em todo o mundo (ARORA e SHEPARD, 2008), sobretudo, na América Central, onde a maior porcentagem de estudos está concentrada (MONTROYA-ESQUIVEL, 1998; MONTROYA et al., 2003; SHEPARD et al., 2008).

Estudos etnomicológicos apresentam principalmente relatos de uso de fungos por povos tradicionais, principalmente fungos macroscópicos, onde se concentram nas formas comestíveis e venenosas (KIRK et al., 2008; VARGAS-ISLA et al., 2013), além dos aspectos medicinais e culturais (AORA e SHEPARD, 2008) fortemente agregado a cultura dos grupos tradicionais estudados. No Brasil, Fidalgo em 1965, revendo conhecimentos micológicos

indígenas, listou cerca de 40 nomes de fungos em línguas indígenas (GÓES-NETO e BANDEIRA, 2003), todos com alguma relação de utilidade aos povos tradicionais. Na Amazônia brasileira, estudos etnomicológicos recentes relatam a relação entre homem e fungo desde as décadas de 60 e 70 para grupos indígenas, rurais e também para ribeirinhos (FIDALGO e PRANCE, 1976), todos com amplo conhecimento para organizar e nomear os organismos vivos (LAMPMAN, 2007).

Percepções etnobiológicas, especialmente para o estudo dos fungos, podem contribuir grandemente para a conservação, inventário das espécies (SHEIL e LAWRENCE, 2004), descoberta de novas espécies (SHEPARD et al., 2008) e indicação para estudos biotecnológicos. Dessa forma, o objetivo do presente estudo foi apresentar o primeiro relato da utilização de um sistema de classificação folclórico de fungos macroscópicos por ribeirinhos da Região Oeste do Pará e sua similaridade com o atual sistema de classificação micológico a fim de ampliar os horizontes às pesquisas etnomicológicas na Amazônia.

## 2- Material e Métodos

As coletas dos macrofungos foram realizadas nos meses de março a junho de 2016, nas comunidades de Maripá (2°32'5.27"S 55° 7'35.46"O) e Vila Franca (2°21'0.70"S 55° 1'45.52"O), ambas às margens do Rio Tapajós e componentes da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns, Pará. Durante as excursões, os ribeirinhos, em suas respectivas comunidades, atuam como guias de campos e indicadores de espécies menos comuns. Para efeitos do projeto, foram percorridas trilhas pré-existentes dentro das áreas de floresta das duas localidades, sendo coletados apenas grupos macroscópicos de basidiomicetos.

As coletas foram realizadas manualmente e também contou com auxílio dos ribeirinhos nas buscas ativas aos basidiomas. Os espécimes eram armazenados separadamente em sacos de papel ou quando muito sensíveis, os cogumelos, eram depositados em caixas plásticas compartimentadas. Após cada expedição de campo, os cogumelos coletados eram expostos e agrupados conforme afinidade taxonômica, permitindo diálogos sobre conservação e importância da biodiversidade desses organismos.

## 3- Resultado e Discussão

Observou-se, nas duas comunidades, durante as excursões, que os ribeirinhos atribuíam o mesmo nome a todos os grupos de fungos macroscópicos coletados, *Urupê*, cujo termo de origem Tupi-guarani, designa cogumelo (FIDALGO, 1967) e foi muito utilizado por grupos indígenas brasileiros em suas práticas diárias. Esse conhecimento de gerações foi transferido e ainda se encontra em transição nos ensinamentos dos mais jovens.

Os ribeirinhos subdividem os fungos macroscópicos em níveis taxonômicos com base na morfologia do basidioma capazes de agrupar ou separar as espécies. Esse conhecimento é defendido por apresentar critérios que podem ser ainda mais robustos que a própria taxonomia de Lineu (NEWMASER et al., 2007).

O gênero *Phallus* Junius ex L. (do Latim, figura fálca), foi o grupo que mais chamou atenção, pois em Vila Franca a espécie coletada foi agrupada e denominados de *Urupê Tajá de cobra* (por apresentar uma estrutura de sustentação do fungo cilíndrica e oca) e em Maripá, como *Urupê Vêu de noiva* (pela estrutura que recobre a gleba do basidioma e que lembra o véu da noiva durante o casamento) (Figura 2).



**Figura 2.** Classificação morfológica do gênero *Phallus* segundo comunitários da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns. A) Maripá e B) Vila Franca.

O primeiro termo, Urupê, assume função taxonômica de reino, classificação científica proposta por Linnaeus, no século XVIII, que reúne todos os fungos. Contudo, os termos descritivos baseados exclusivamente na morfologia do basidioma usados para distinguir, agrupar e nomear algumas espécies atribuí caráter taxonômico de gênero (CAVALIER-SMITH, 1981). Assim, com base nesse sistema taxonômico popular, a descrição do gênero *Phallus* em cada comunidade poderia ser substituída por “Reino Urupê; Gênero *Tajá de cobra*” em Vila Franca e “Reino Urupê; Gênero *Véu de noiva*” em Maripá (Tabela 1).

**Tabela 1.** Classificação morfológica do gênero *Phallus* segundo comunitários de Vila Franca e Maripá, Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns, PA.

Classificação científica		Vila Franca	Maripá
Reino	Fungi	Urupê	Urupê
Filo	Basidiomycota	-	-
Classe	Agaricomycetes	-	-
Ordem	Phallales	-	-
Família	Phallaceae	-	-
Gênero	<i>Phallus</i>	<i>Tajá de cobra</i>	<i>Véu de noiva</i>

Estudos de Berlin (1973) e Holman (2002) corroboram com essa hipótese quando relatam o elevado grau de consistência entre a classificação biológica de povos tradicionais, que levam em consideração aspectos morfológicos dos fungos, e a nomenclatura clássica de Lineu ainda em uso.

#### 4- Considerações finais

O conhecimento tradicional e o científico podem apresentar o mesmo princípio taxonômico básico de classificação dos organismos, fazendo desse estudo, o primeiro relato de uso de um sistema taxonômico morfológico próprio desenvolvido para fungos macroscópicos por ribeirinhos no Oeste do Pará, constituindo um norte às pesquisas etnomicológicas na Amazônia.

#### 5- Referências Bibliográficas

- ARORA, D.; SHEPARD, G. H. Mushrooms and Economic Botany 1. **Economic Botany**, v. 62, n. 3, p. 207-212, 2008.
- BERLIN, B. Folk systematics in relation to biological classification and nomenclature. **Annual Review of Ecology and Systematics**, p. 259-271, 1973.
- CAVALIER-SMITH, T. Eukaryote kingdoms: seven or nine? **Biosystems**, v. 14, n. 3, p. 461-481, 1981.
- FIDALGO, O. Conhecimento micológico dos índios brasileiros. **Revista de Antropologia**, p. 27-34, 1967.
- FIDALGO, O.; PRANCE, G. T. The ethnomycology of the Sanama Indians. **Mycologia**, v. 68, n. 1, p. 201-210, 1976.
- GOES-NETO, A.; BANDEIRA, F. P. A review of the Ethnomycology of indigenous people in Brazil and its relevance to ethnomycological investigation in Latin America. **Revista Mexicana de Micología**, v. 17, p. 11-16, 2003.
- HOLMAN, E. W. The relation between folk and scientific classifications of plants and animals. **Journal of classification**, v. 19, n. 1, p. 131-159, 2002.
- KIRK, P. M.; CANNON, P. F.; MINTER, D. W.; STALPERS, J. **Dictionary of the Fungi**. CAB International: British library UK, 2008.
- LAMPMAN, A. M. General principles of Ethnomycological classification among the Tzeltal Maya of Chiapas, Mexico. **Journal of Ethnobiology**, v. 27, n. 1, p. 11-27, 2007.
- MONTOYA, A.; HERNÁNDEZ-TOTOMOCH, O.; ESTRADA-TORRES, A.; KONG, A.; CABALLERO, J. Traditional knowledge about mushrooms in a Nahua community in the state of Tlaxcala, México. **Mycologia**, v. 95, n. 5, p. 793-806, 2003.
- MONTOYA-ESQUIVEL, A. Ethnomycology of Tlaxcala, Mexico. **Mcllvainea**, v. 13, n. 2, p. 6-12, 1998.
- NEWMMASTER, S. G.; RAGUPATHY, S. Ethnobotany genomics-discovery and innovation in a new era of exploratory research. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 6, n. 1, p. 1, 2010.
- SHEIL, D.; LAWRENCE, A. Tropical biologists, local people and conservation: new opportunities for collaboration. **Trends in Ecology & Evolution**, v. 19, n. 12, p. 634-638, 2004.
- SHEPARD JR, G. H.; ARORA, D.; LAMPMAN, A. The grace of the flood: classification and use of wild mushrooms among the highland Maya of Chiapas. **Economic Botany**, v. 62, n. 3, p. 437-470, 2008.
- VARGAS-ISLA, R.; ISHIKAWA, N. K.; PY-DANIEL, V. Contribuições etnomicológicas dos povos indígenas da Amazônia. **Biota Amazônia (Biote Amazonie, Biota Amazonia, Amazonian Biota)**, v. 3, n. 1, p. 58-65, 2013.
- WASSON, R. G. **The wondrous mushroom: mycolatry in Mesoamerica**. McGraw-Hill, 1980.

## CORAIS DA AMAZÔNIA

Gabriel Guimarães, graduando de Comunicação Organizacional, [gabriel.guimaraes.oliveira.17@gmail.com](mailto:gabriel.guimaraes.oliveira.17@gmail.com);  
Helena Dubeux, graduando de Comunicação Organizacional, [helenadubeux07@gmail.com](mailto:helenadubeux07@gmail.com);  
João Marcos Correia, graduando de Comunicação Organizacional, [CorreiaJMCS@gmail.com](mailto:CorreiaJMCS@gmail.com);  
Vivória Rabelo, graduando de Comunicação Organizacional, [vifr1999@gmail.com](mailto:vifr1999@gmail.com);

### Resumo

Recém descobertos no ponto de encontro do Rio Amazonas com oceano Atlântico, os “Corais da Amazônia” ocupam uma área de 9500 km<sup>2</sup>, 20% maior que a região metropolitana da cidade de São Paulo; esse possível novo bioma amazônico abriga uma grande biodiversidade praticamente inexplorada, que só começou a ser estudada por instituições brasileiras recentemente. Contudo, a importância desse ecossistema já é notória: são encontradas nele diversas espécies que eram, até então, desconhecidas pelos cientistas; infelizmente, algumas delas já estão até ameaçadas de extinção.

Uma vez que os próprios pesquisadores ainda não chegaram a conclusões finais quanto à profundidade do que se deve ser estudado, as incertezas científicas se mantêm amplas. Apesar de terem uma noção da dimensão desses grandiosos corais, os estudiosos ainda não possuem um parecer científico abrangente, tendo em vista que ainda há muito a ser descoberto.

Depois de uma sondagem tendenciosa na região, foram identificadas múltiplas reservas petrolíferas na embocadura do Rio Amazonas; devido ao elevado valor de mercado do petróleo e seu conhecido potencial, não só como forma de investimento, mas também de detenção de poder, essas reservas foram subdivididas em blocos e posteriormente comercializados em leilões multimilionários. Uma das companhias compradoras é a britânica *BP*, que em 2010 foi legalmente responsabilizada por um vazamento de petróleo no Golfo do México que derrubou cinco milhões de barris de óleo em mar aberto. Dessa forma, o temor de que algo semelhante aconteça a região dos corais amazônicos é real e iminente, visto que prejudicaria a Amazônia, o Brasil e o mundo, o que causaria danos irreparáveis ao ecossistema.

Um dos únicos grupos ativistas das questões ambientais que se mostraram atuantes em relação a esse tema foi o Greenpeace, que desenvolveu uma campanha para a preservação desses corais - eles criaram a campanha “Defenda os Corais da Amazônia” - uma petição que já coletou um milhão de assinaturas online ao redor do mundo. O intuito da mobilização é pressionar globalmente as grandes empresas petrolíferas envolvidas a cancelarem os seus projetos de exploração de petróleo na região da foz do Rio Amazonas.

Nesse trabalho, pretendemos questionar alguns dos estereótipos acerca da região Amazônica divulgados pela grande imprensa, assim como denunciar a ausência de notícias consistentes sobre a existência dos corais e outros elementos da biodiversidade amazônica. É notória que a presença de informações, conteúdos e estudos sobre a Amazônia na mídia brasileira é escassa. Além disso, as matérias divulgadas pelos grandes veículos de comunicação do Brasil são claramente superficiais e manipuladas por interesses econômicos privados.

*Palavras-chave: Corais da Amazônia; biodiversidade; cobertura midiática;*

## Resumen

Recién descubiertos al punto de encuentro del Río Amazonas con océano Atlântico, los “Corais de la Amazônia” tienen una área de 9500 km<sup>2</sup>, 20% mayor que la región metropolitana de la ciudad de São Paulo; ese posible nuevo bioma amazónico abriga una gran biodiversidad prácticamente inexplorada, que sólo comenzó a ser estudiada por instituciones brasileñas recientemente. Pero, la importancia de ese ecosistema ya es notoria: son encontradas en él diversas especies que eran, hasta entonces, desconocidas por los científicos; infelizmente, algunas de ellas ya están hasta amenazadas de extinción.. Una vez que los propios investigadores aún no llegaron a las conclusiones finales en cuanto a la profundidad del que se debe ser estudiado, las incertidumbres científicas se mantienen amplias. A pesar de tener una noción de la dimensión de esos grandiosos corales, los estudiosos aún no poseen un parecer científico completo, con miras a que aún hay mucho por descubrir.

Tras un sondeo tendencioso en la región, fueron identificadas múltiples reservas petrolíferas en la embocadura del Río Amazonas; debido al elevado valor de mercado del petróleo y su conocido potencial, no sólo como forma de inversión, pero también de detención de poder, esas reservas fueron subdivididas en bloques y posteriormente comercializadas en subastas multimillonarias. Una de las compañías compradoras es la británica BP, que en 2010 fue legalmente responsabilizada por una fuga de petróleo del Golfo de México que derrumbó cinco millones de barriles de óleo en mar abierto. De esa forma, el temor de que algo semejante acontezca en la región de los corales amazónicos es real e inminente, visto que perjudicaría a la Amazônia, a Brasil y al mundo y causaría daños irreparables al ecosistema.

De esa forma, el temor de que algo semejante acontezca en la región de los corales amazónicos es real e inminente, visto que perjudicaría a la Amazônia, a Brasil y al mundo y causaría daños irreparables al ecosistema. Ellos crearon la campaña de “Defenda los Corales de la Amazônia” petición que ya recolectó un millón de firmas online alrededor del mundo. El objetivo de la movilización es presionar globalmente a las grandes empresas petrolíferas envueltas a cancelar sus proyectos de explotación de petróleo en la región de la foz del Río Amazonas.

En ese trabajo, pretendemos cuestionar algunos de los estereótipos acerca de la región Amazónica divulgados por la gran prensa, así como denunciar la ausencia de noticias consistentes sobre la existencia de los corales y otros elementos de biodiversidad amazónica. ES notoria que la presencia de informaciones, contenidos y estudios sobre la Amazônia en la mídia brasileña es escasa, además de eso, las materias divulgadas por los grandes vehículos comunicacionales de Brasil son claramente superficiales y manipuladas por intereses económicos privados.

Palabras clave: Corales de la Amazônia; biodiversidad; cobertura mediática;

## Abstract

Recently discovered at the meeting point of the Amazon River with the Atlantic Ocean, the "Amazon coral reefs" occupy an area of 9500 km<sup>2</sup>, 20% larger than the metropolitan area of the city of São Paulo; this possible new Amazonian biome is home to a great biodiversity that is practically unexplored, which has only recently been studied by Brazilian institutions. However, the importance of this ecosystem is already evident: there are found several species that until then were almost unknown to scientists; unfortunately, some of them are already threatened with extinction.

Since the researchers themselves have not yet come to final conclusions as to the depth of what is to be studied, the scientific uncertainties remain broad. Although they have a notion of the size of these great corals, scientists still do not have a comprehensive scientific opinion, given that much remains to be discovered.

After a biased survey in the region, multiple petroleum reserves were identified at the mouthpiece of the Amazon River; due to the high market value of oil and its known potential not only as a form of investment but also as a form of holding power, these reserves were subdivided into blocks and subsequently marketed in multimillion-dollar auctions. One of the buyer companies is British BP, which in 2010 was legally blamed for an oil spill in the Gulf of Mexico that brought down five million barrels of oil in the open sea. Thus, the fear that something similar happens to the region of the Amazonian coral reefs is real and imminent, since it would harm the Amazon, Brazil and the world and would cause irreparable damage to the ecosystem.

One of the only activist groups on environmental issues to be active on this issue is Greenpeace, which developed a campaign to preserve these corals - they created the "Defend the Corals of the Amazon" campaign - a petition that has already collected one million of online signatures around the world. The aim of the mobilization is to push the large oil companies involved to cancel their oil exploration projects in the Amazon River mouthpiece region.

In this work, we intend to question some of the stereotypes about the Amazon region divulged by the mainstream press, as well as denounce the absence of consistent news about the existence of corals and other elements of Amazonian biodiversity. It is well known that the presence of information, content and studies about the Amazon in the Brazilian media is scarce. In addition, the material divulged by the great communication vehicles of Brazil is clearly superficial and manipulated by private economic interests.

*Keys words: Amazonian coral reefs, biodiversity; media coverage;*

## 1- Introdução e a Visão Midiática: Amazônia Romantizada *versus* Amazônia Oculta

Podemos afirmar com certeza que ainda quando se discute a respeito da Floresta Amazônica e suas extensões, as primeiras imagens que vem ao nosso subconsciente - de maneira quase que instantânea - estão diretamente associadas a vários estereótipos sobre esse bioma; temas únicos e delicados, tais quais fauna, flora e as etnias singulares que habitam nesse ambiente são muitas vezes rodeados de diálogos preconceituosos e sem parecer científico.

Apesar de sabermos notoriamente que a biodiversidade e a cultura da Amazônia vão muito além de tais concepções obsoletas, a disseminação de manipulações romantizadas e tendenciosas pela mídia popular passam disfarçadas de conteúdo interativo com a cultura amazônica. As populações indígenas que residem nessa floresta, por exemplo, possuem uma variedade de estruturas sociais e de convivência muito mais complexas do que as transmitidas pelas principais produções cinematográficas e textos jornalísticas.

Visões geopolíticas e econômicas, interesses privados e financeiros assumem, nesse contexto, papel prioritário em detrimento da questão ambiental; influenciando diretamente na tomada de decisões políticas e acordos ecológicos por trás de um mascarado posicionamento de cada nação. É oportuno destacar que esse fenômeno é decorrente da existência de uma mídia corrompida. Essa propaga globalmente informações tendenciosas e moldadas aos padrões exigidos pelos interesses dos grandes detentores dos meios de exploração e produção das poderosas empresas multinacionais.

Apesar de chocar positivamente os pesquisadores por sua diversidade e abundância, os recém descobertos corais da Amazônia e o curso que sua exploração está tomando, mostra-se como mais um lastimoso exemplo da evidente parcialidade das mídias modernas. De que outra maneira tal tesouro ambiental e nacional teria tão pouca visibilidade no cenário geral midiático do país? O que motiva verdadeiramente as plataformas de comunicação a encobrir ataques ecológicos e não noticiar devidamente as pesquisas específicas?

## 2- A Questão dos Corais da Amazônia e sua Importância

Devido a seu organismo delicado, os corais dependem de um habitat específico para sua existência, necessitando de temperaturas baixas e regulares para a manutenção de sua vida saudável. Tanto suas propriedades químicas, quanto suas qualidades físicas ímpares demandam um ambiente propício e salubre pra sua ploriferação. A presença e o mantimento da vida dos corais nos ecossistemas aquáticos é extremamente importante; tendo em vista que os são um dos grandes responsáveis pela purificação das águas que habitam, são pontos vitais em meio ao oceano. Além disso, também exercem função de hospedeiros, já que muitas vezes abrigam uma gama variada de espécies marinhas em meio a sua beleza exuberante.

Esses pré requisitos para um bom funcionamento e harmonia entre as espécies são parte cíclica e sistêmica da natureza. Infelizmente, a interferência humana já é reconhecida por atingir diretamente essa organização natural da fauna e flora – muitas vezes de forma negativa. Lamentavelmente, é isso que vem ocorrendo na Floresta Amazônica como um todo: interesses econômicos e a iniciativa latifundiária privada vem destruindo e reduzindo a biodiversidade regional. Os corais da região também são diretamente afetados, já que a indústria exploradora na região causa não só poluição imcomputável, mas também um aquecimento na temperatura das águas – gerando graves riscos a sobrevivência de várias espécies desses corais.

Mal começamos a desvendar os mistérios e as surpresas dessa mais nova riqueza amazônica e já podemos afirmar que os corais ali presentes estão ameaçados. É desconfortante saber que há pouquíssima mobilização para proteção dessas e muitas

outras espécies animais e vegetais brasileiras que estão em ameaça de extinção. Medidas efetivas de proteção dos animais (com mais pessoal, mais tecnologia e um monitoramento mais cauteloso das espécies), campanhas eficazes de conscientização para os cidadãos e a punição adequada para os violadores das leis ambientais são alguns dos passos necessários para se caminhar em direção a preservação ambiental.

### **3- Empresas Exploradoras de Petróleo**

A invasão e exploração das áreas com reservas petrolíferas na Amazônia seguiu o roteiro trágico (porém já conhecido e repetido mundialmente) da dominação global que as empresas exploradoras de petróleo exercem. Pouco depois de descobertas e ainda pouquíssimo desvendadas, as superfícies petrolíferas da região já foram alvo de sondagens e levantamentos para estudos encomendados por empresas estrangeiras. Multinacionais do petróleo mundial como a *BP* e a *Total*, conhecidas por devastar impiedosamente o meio marítimo em busca de óleo, chegaram – e ficaram – com força total no território amazônico.

A situação é grave: acidentes envolvendo petrolíferas são comuns e recorrentes. O ecossistema da Amazônia, que já sofre tanta exploração vegetal, animal e mineral, tem de ser protegido da intervenção magnata petrolífera que por tantas vezes já acabou com um derramamento de milhares de litros de petróleo no oceano. É um temor real e é urgente pensar em medidas que protejam a região do risco de um vazamento de óleo que pode, por exemplo, destruir o maior manguezal em área contínua do mundo – a Costa do Amapá.

### **4- Conclusão**

O objetivo desse trabalho foi explicitar o verdadeiro caráter e o real posicionamento da grande massa midiática do Brasil. Os casos de omissão, descaso e parcialidade são recorrentes nos mais diversos âmbitos comunicativos do país; não é mais possível negar que a mídia brasileira encoberta massivamente casos de exploração – arbitrária e devastadora – das nossas riquezas naturais. Nem mesmo a singularidade, a magnitude e a utilidade desses corais, já reconhecidas cientificamente em pesquisas recentes, foram o suficiente pra realizar uma mínima divulgação do tema e explicitar sua relevância.

O contexto supracitado nesse relatório é embasado em uma falha midiática óbvia que precisa ser corrigida de uma vez por todas; a mídia deve cumprir seu papel e grande poder informativo perante a população, tornando-se independente de ideologias e objetivos pessoais do mercado e da política. É de extrema necessidade para a sociedade que a mídia vincule notícias imparciais, relevantes e de caráter elucidativo, mantendo uma característica essencial: a autonomia. Os Corais da Amazônia compõem apenas uma pequena parte das informações que são omitidas do conhecimento popular – diariamente, centenas de outras situações são intencionalmente suprimidas dos grandes veículos de comunicação em massa no Brasil.

## **PROJETO: “CORES DO MEL: REVISITANDO UMA IDENTIDADE COMUNITÁRIA E PREPARANDO O FUTURO SUSTENTÁVEL”**

Adailson Oliveira Bartolomeu 1, SDC/CEAP, adailsonb@yahoo.com.br;  
Anderson Penha 2, CEAP, penha.anderson2013@gmail.com;  
Artur Monteiro de Souza 3, CEAP, arturmsouza@hotmail.com;  
Silvaney Rubens 4, FAC. ATUAL, silvaney.rubens@gmail.com;

### **Resumo**

O presente resumo expandido relata a concepção e construção de trabalho social voluntário participativo sobre o processo de identificação visual de alguns espaços construídos representativos para a comunidade quilombola do Mel da Pedreira, distante 40km do município de Macapá, Capital do Estado do Amapá, Norte do Brasil. Acreditamos que essa comunidade se encaixa no conceito de construção de uma lógica social e espacial específica, já discutido por Milton Santos, adequada ao seu tempo, sem negar suas raízes afrodescendentes, abrindo para REVISITAR os valores africanos. Portanto, esse trabalho pretende através de uma metodologia específica lograr uma aproximação entre a comunidade e alguns valores simbólicos dos seus antepassados africanos.

Palavras-chave: Quilombo, Mel da Pedreira, Resignificação, identidade visual.

### **Resumen**

Este informe de resumen sobre la concepción y construcción de trabajo voluntario social participativa en el proceso de identificación visual de algún representante construyen espacios para la comunidad marrón de miel cantera, distante 40 km del municipio de Macapá, capital del estado de Amapá, en el norte Brasil. Creemos Que Esta comunidad se ajusta al concepto de construcción de la lógica social y espacial específica, ya discutidos por Milton Santos, acorde a su tiempo, sin negar sus raíces afro-descendientes, abriendo para revisar los valores africanos. Por lo tanto, este trabajo pretende a través de la metodología específica para lograr una aproximación entre la comunidad y algunos de sus valores simbólicos ancestros africanos.

Palabras clave: Quilombo, Mel da Pedreira, reencuadre, identidad visual.

### **Abstract**

This expanded abstract reports on the conception and construction of participatory voluntary social work on the process of visual identification of some representative built spaces for the quilombola community of Mel da Pedreira, distant 40km from the municipality of Macapá, Capital of the State of Amapá, Northern Brazil . We believe that this community fits the concept of building a specific social and spatial logic, already discussed by Milton Santos, appropriate to its time, without denying its Afro-descendant roots, opening for REVISITING African values. Therefore, this work intends, through a specific methodology, to achieve an approximation between the community and some symbolic values of its African ancestors.

Mots-clés ou keywords: Slums, Housing, Rehabilitation and Urbanization.

## 1- Introdução

Pensar comunidades quilombolas é também nos remeter aos conceitos históricos que temos acerca destes territórios remanescentes, segundo Ilka Boa Ventura Leite, esta categoria sofreu várias modificações ao longo da história, onde o Quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, que reaparece com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política nos anos 70, durante a redemocratização do país. Portanto, o Quilombo, mais do que uma simples nomenclatura, passou a ser entendido como uma importante identidade, construída historicamente e politicamente, pelos afrodescendentes, visando garantir os direitos coletivos, dentre eles, podemos citar, o acesso ao título de posse da terra e à educação e “tudo isto se esclarece quando entra em cena a noção de quilombo como forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações”, para além da base geográfica que, em nenhum caso, é “exclusiva para a existência do grupo”.

Deste modo, considera-se relevante a adoção do conceito de Quilombo, apresentado por Leite, por estar desvinculado do caráter histórico estático que nos remete à “imagem de segregação e isolamento”. A existência de uma identidade dos afrodescendentes tem sido contestada devido a sua luta política. Entretanto, essa identidade afrodescendente não é construída pelos caracteres fenotípicos, como muitos podem vir a acreditar. É constituída por conjuntos amplos, complexos de motivações e condições culturais e sociais, econômicas e políticas.”

Pela sua construção histórica – onde os trabalhadores africanos, indígenas e colonos de poucas posses construíram “as multiplicidades sociais da vila de São José de Macapá” – na região Amazônica e no Estado Amapá, extremo norte do Brasil, há, atualmente, uma grande prevalência de grupos remanescentes de quilombos, alguns desses, integrados a áreas urbanas e com suas terras certificadas e tituladas, enquanto, outras comunidades tradicionais, buscam o seu reconhecimento histórico e cultural, cujo processo de auto-reconhecimento e titulação, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA<sup>1</sup>) ainda está em andamento. Segundo levantamento da Fundação Palmares e da SEAFRO (Secretaria Extraordinária para o Afrodescendente), no Amapá há 126 comunidades quilombolas auto reconhecidas, mas somente três, possuem o título definitivo de seus territórios, expedidos pelo INCRA, delimitando o seu território, são elas: Curiaú, Mel da Pedreira e Conceição do Macacoari. Essas conquistas são resultado do empenho e pelo reconhecimento de seus direitos culturais, históricos e de propriedade sobre seus territórios tradicionais, que representa uma grande importância para a permanência dos seus modos de vida e cultura e, por que não dizer também, de sobrevivência histórico-sócio-ambiental.

O trabalho aqui apresentado foi idealizado para ser implantado na comunidade Mel da Pedreira, que possui 89 famílias e titulada há dez anos como território quilombola, localizada a quarenta quilômetros de Macapá, onde existe uma forte apicultura, de onde origina o seu nome.

A cultura, segundo Videira, torna-se uma importante parte nesse processo formativo e cultural. E vai mais além, ao afirmar que “a memória histórica revela que as gerações mais antigas dos afrodescendentes amapaenses têm plena consciência de sua pertença étnica, fato que não acontece com as gerações atuais”.

Portanto, ressalta-se que são válidas todas e quaisquer iniciativas individuais ou coletivas, pública ou privadas, que visem garantir a ressignificação dos conceitos valorativos que definem a identidade do grupo remanescente de quilombolas, ou seja, tendo como base fundamental a valorização e fortalecimento da cultura presente em cada comunidade. Nesse

<sup>1</sup> Ver mais detalhes em [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas\\_quadrogeral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf).

sentido, essas garantias sobrepõem por outras ramificações simbólicas representativas, de caráter material e imaterial, de cunho técnico-científico, que visem fortalecer os princípios de uma comunidade sustentável nos aspectos cultural-sócio-ambiental. Conforme essas análises e dados históricos, e também através de estudos in locu, percebeu-se que a comunidade Mel da Pedreira apresenta um conjunto de características sócio-culturais que a diferenciam do contexto das demais comunidades afrodescendentes tradicionais, principalmente em virtude da sua especificidade no que tange os aspectos religiosos. Tendo em vista a presença da religião cristã protestante, que possibilitou um distanciamento dos valores simbólicos da cultura africana.

Acreditamos que essa comunidade se encaixa no conceito de construção de uma lógica social e espacial específica, já discutido por Milton Santos, adequada ao seu tempo, sem negar suas raízes afrodescendentes, abrindo para REVISITAR os valores africanos. Portanto, esse trabalho pretende, através de uma metodologia específica, lograr uma aproximação entre a comunidade e alguns valores simbólicos dos seus antepassados africanos. Utilizando-se das representações cromáticas existentes nos elementos produzidos pela comunidade (principalmente na apicultura), construindo assim um mosaico texturizado para cor e forma aos elementos valorativos culturais da comunidade.

Iniciando com esse processo de identificação visual de alguns espaços construídos representativos para a comunidade, vislumbramos ampliar a discussão sobre identidade, cultura e desenvolvimento sustentável, oferecendo a oportunidade consolidar a sua especificidade dentre as demais comunidades tradicionais existentes no estado do Amapá, garantindo assim o orgulho de pertencimento inerente às comunidades remanescentes que lutam pela sua existência.

## 2- Objetivo

Mostrar uma aproximação entre a comunidade e alguns valores simbólicos dos seus antepassados africanos. Utilizando-se das representações cromáticas existentes nos elementos produzidos pela comunidade (principalmente na apicultura), construindo assim um mosaico texturizado de cores e formas para os elementos valorativos culturais da comunidade, implantando também uma intervenção de melhorias físicas básicas e criação de ambientação verde no entorno do espaço construído representativos do lugar, no caso, a “Escola pública Estadual”.

## 3- Metodologia

Divide-se essa proposta de trabalho, de forma metodológica, em três partes/fases, todas independentes, porém indissociáveis, e de extrema importância para a compreensão da mesma. Tais etapas estão compostas em:

**IDENTIFICAÇÃO DO LUGAR** - Análises e estudos iniciais para a escolha do lugar de intervenção da proposta de ações arquitetônicas sociais, através de;

**PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA** - Contato participativo junto a comunidade através de assembleias e reuniões;

**AÇÕES PROPOSITIVAS** - Divisão das fases de desenvolvimento da proposta até o processo final de execução e divulgação: Identificação/triagem das potencialidades e habilidades/contribuição dos moradores para as ações de intervenção da proposta; Levantamento físico dos espaços de intervenção (medição e análises técnicas); Pesquisas específicas e gerais; Logística e Divulgação; Elaboração e desenvolvimento da proposta projetos e estudos; Retorno da proposta perante a população; Mutirão CORES DO MEL e Proposições gerais e ações futuras.

#### 4- Resultados Obtidos e Esperados

A fase atual de realização e implantação do projeto/trabalho se encontra no planejamento e execução das ações planejadas e detalhadas na etapa final do cronograma, tendo passado pela aceitação e participação comunitária, levantamentos técnicos e voluntários da área de intervenção, que é a Escola Estadual Antônio Bráulio de Souza. Espera-se também, através desse movimento espontâneo, transformações como: Limpeza do entorno do lugar escolhido; Criar acessibilidade universal; Composição paisagística do entorno; Criação da horta escolar; Montagem do parque infantil; Reparos de estruturas da Escola; Revisão de instalações elétricas e hidrossanitárias; Limpeza interna da Escola Estadual; Pintura técnica e artística da Escola e Doação de equipamentos e mobiliários.

Figura 01: Apresentação do Projeto Cores do Mel para a comunidade e também lavantemento tecnico da Escola.



Fonte: Grupo voluntário, 2017.

#### 5- Conclusão

O Projeto Cores do Mel, mesmo ainda em fase de planejamento e implantação é perceptível a aceitação e adesão da comunidade ao projeto, assim como o entusiasmo em todas as ações/reuniões realizadas.

#### 6- Bibliografia

- HALL, Stuart (1997). A identidade cultural na Pós-Modernidade. DP&A Editora, Rio de Janeiro.
- LEITE, Ilke Boaventura. (2001). Os quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas. Etnográfica. Vol. IV (2).
- SANTOS, Milton (1999). "A natureza do espaço; espaço e tempo: Razão e emoção". 3º ed: HUCITEC. São Paulo.
- VIDEIRA, Piedade Lino (2009). "Marabaixo, dança afrodescendente: Significando a identidade étnica do negro amapaense": Edições UFC. Fortaleza.

## **DESAFIOS AMBIENTAIS E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA: A RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA E A POLÍTICA AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO, PARÁ**

Tema Submetido: Biodiversidade, Florestas, Recursos Naturais e Conservação

Liane Borja Pimenta, Universidade do Estado do Pará;  
Monique Helen Cravo Soares Farias, Universidade do Estado do Pará;  
Norma Ely Santos Beltrão, Universidade do Estado do Pará;  
Cleber Assis dos Santos, Universidade Federal de Viçosa.

### **Resumo**

A reforma agrária tornou-se tema de grande atualidade no Brasil e está se desenvolvendo principalmente ao longo das frentes pioneiras da Amazônia, comprometendo assim a continuidade da cobertura florestal. Destaca-se o estado do Pará, o qual detém 1.055 projetos de assentamentos e 221.804 famílias instaladas, constituindo a maior área de assentamentos entre os estados Amazônicos. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a evolução do desmatamento no Projeto de Assentamento Cocalândia II, no município de Novo Repartimento, Estado do Pará, no período de 2000 a 2014, bem como as políticas públicas formuladas para contê-lo. Para seu desenvolvimento, foi realizado levantamento bibliográfico, coleta de dados e análise de geoprocessamento. O Projeto de Assentamento Cocalândia II, formado por uma área de 1.646,2 hectares, chamou a atenção pela extensão do desmatamento no período compreendido entre os anos de 2000 a 2014, gerando um passivo ambiental de 1.090,3 hectares, 66,23% de sua área total. Destaca-se que, no cômputo do total de áreas desmatadas, a área do desmatamento até 2014 somava 1.198,7 hectares, o que representa 72,8 % da área total do projeto de assentamento. Esses resultados apontam a necessidade de desenvolver ações específicas e inovadoras condizentes com a realidade dos assentamentos localizados na Amazônia que, diferente dos projetos pensados para outras regiões do país.

Palavras-chave: Assentamento. Desmatamento. Política.

### **Resumen**

Varios estudios han demostrado que las actividades de colonización y uso del suelo, que puede ser perpetrado por diferentes agentes, conducen a diferentes patrones espaciales en el panorama de la distribución y el tamaño de los parches con el tiempo. La comprensión de cómo los paisajes han evolucionado con el tiempo como resultado de la diferente utilización de las actividades de la tierra, las políticas y las presiones antropogénicas es esencial para identificar los posibles impactos ecológicos como la biodiversidad y la pérdida de hábitat, y para apoyar el diseño de políticas eficaces. La reforma agraria se ha convertido en tema muy actual en Brasil y está desarrollando principalmente a lo largo de los frentes pioneros de la Amazonía, comprometiendo así la continuidad de la cubierta forestal. Aunque a veces se acompaña de políticas altamente proactivas para el desarrollo sostenible, los resultados de estas políticas son extremadamente variables. Este trabajo tiene como objetivo analizar la evolución de la deforestación en Proyecto Cocalândia II, del municipio de Novo Repartimento, Estado de Pará, de 2000 a 2014, así como las políticas públicas formuladas para contenerla. La ciudad posee la Tierra Indígena Parakanã, tres Unidades de Conservación (UC) y 31 Proyectos de Asentamientos (PA 's). Asentamientos ocupará una superficie de 376.767.90 hectáreas y tiene capacidad para albergar a 8.250 familias. Fueron

creados en el período de 1987 a 2005 y tienen un promedio de 12.154 hectáreas, con 7.575 familias que viven. El Proyecto de Asentamiento (PA) Cocalândia 2, creado el 25 de febrero de 2003 por el INCRA Ordenanza N° 12, publicada en el Boletín Oficial de la Federación el 21 de marzo de 2003, con miras a la solución de una ocupación específica del Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) en el área de bosque nativo, lo que condujo a la actual área del asentamiento. Está formado por 37 pequeñas granjas, pero tiene la capacidad para la instalación de 42 familias. Formado por una superficie de 1.646,2 hectáreas, llamó la atención por la extensión de la deforestación en el período comprendido entre los años 2000 a 2014, generando un pasivo ambiental de 1.090,3 hectáreas, 66,23% de su superficie total. En el contexto de las políticas ambientales, estos resultados sugieren la necesidad de desarrollar acciones específicas e innovadoras en consonancia con la realidad de los asentamientos ubicados en la Amazonía que, a diferencia de los proyectos cree que otras regiones del país, cuyo objetivo era la apropiación de la tierra y la expansión de los cultivos fueron creados con el propósito de proveer vivienda y la producción sostenible a las familias que no cuentan con las condiciones económicas para adquirir una propiedad.

**Palabras clave:** Asentamiento. Deforestación. Política

#### **Résumé ou Abstract**

Several studies have shown that land use and colonization activities, which can be perpetrated by different agents, lead to distinct spatial patterns in landscape distribution and patch size over time. Understanding how landscapes evolved over time because of different land-use activities, policies and anthropogenic pressures is essential to identify potential ecological impacts such as biodiversity and habitat loss, and to support the design of efficient policies. Land reform has become a major topic in Brazil and is developing mainly along the pioneer fronts of the Amazon, thus compromising the continuity of forest cover. Although sometimes accompanied by highly proactive policies for sustainable development, the results of these policies are extremely variable. Thus, this work aims to analyze the evolution of deforestation in the Settlement Project Cocalândia II, in the municipality of Novo Repartimento, state of Pará, from 2000 to 2014, as well as the public policies formulated to contain it. For its development, a bibliographical survey and geoprocessing analysis were realized. The municipality contains the Parakanã Indigenous Land, 3 Conservation Units and 31 Settlement Projects. The settlements occupy an area of 376.767.90 hectares and have the capacity to house 8.250 families. They were created in the period from 1987 to 2005 and have an average of 12.154 hectares, with 7.575 families installed. The Settlement Project Cocalândia 2, created on February 25, 2003 through the INCRA Ordinance N° 12, published in the Official Gazette of the Union on March 21, 2003, in order to regularize a directed occupation of the National Institute Of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), in an area of native forest, that gave rise to the current area of the settlement. It is formed by 37 small rural properties, but it has the capacity for 42 families. It has an area of 1.646.2 hectares and stands out for the extent of deforestation in the period from 2000 to 2014, generating an environmental liability of 1.090.3 hectares, 66.23% of its total area. In the context of environmental public policies, these results point to the need to develop specific and innovative actions in keeping with the reality of the settlements located in the Amazon, which, unlike the projects planned for other regions of the country, whose objective was land appropriation and expansion of agricultural culture, were created with the purpose of providing housing and sustainable production to families that do not have the economic conditions to acquire a property.

**Mots-clés ou keywords:** Settlement. Deforestation. Policy.

## 1- INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira está sendo afetada pela nova transformação geopolítica mundial que tende a uma economia global integrada. Na região, as considerações ambientais não foram adequadamente incorporadas ao planejamento do uso do solo a longo prazo e esse fracasso deveu-se em parte às complexidades dos arranjos institucionais intersetoriais existentes no país (TOLEDO et al., 2017).

Apresentam Rosa et al. (2017) que vários estudos têm demonstrado que as atividades de colonização e uso da terra, que podem ser perpetradas por diferentes agentes, levam a padrões espaciais distintos na distribuição da paisagem e do tamanho dos remendos ao longo do tempo. Compreender como as paisagens evoluíram ao longo do tempo como resultado de diferentes atividades de uso da terra, políticas e pressões antropogênicas é essencial para identificar potenciais impactos ecológicos, como a biodiversidade e a perda de habitat, e para apoiar o desenho de políticas eficientes. Além disso, é essencial saber como o padrão espacial de conversão emergiu ao longo do tempo, pois tanto a mancha como a quantidade total de habitat remanescente podem ter impactos distintos na biodiversidade e o armazenamento de carbono pode variar de duas a quatro vezes dependendo do padrão emergente.

No que concerne ao meio físico e a estrutura da paisagem, as lições do passado e do presente tem apontado que a política agrária adotada pelo Estado Brasileiro para Amazônia deve conter alguns elementos que a diferenciem daquela adotada para outras regiões do país. Por sua extensão e pela diversidade dos seus ecossistemas, a Amazônia necessita de instrumentos de controle ambiental específicos, que permitam o uso do solo em consonância com mecanismos que maximizem a sustentabilidade social e ambiental (SILVA et al., 2016).

Assunção & Rocha (2014) expõem que as políticas de conservação destinadas a controlar e prevenir o desmatamento na Amazônia passaram por revisões significativas durante os anos 2000, marcadas por dois pontos de grande relevância: o lançamento do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) em 2004, integrando ações entre diferentes instituições governamentais e introduzindo procedimentos inovadores de controle, monitoramento ambiental e gestão territorial; e a implementação de melhorias na tecnologia de monitoramento e disponibilidade de dados anuais via satélite sobre o desmatamento em escala municipal, possibilitando o estudo de sua dinâmica, o que contribui para a compreensão de como incentivos e políticas moldam a ação do desmatamento (HARGRAVE & KIS-KATOS, 2013).

A reforma agrária tornou-se tema de grande atualidade no Brasil e está se desenvolvendo principalmente ao longo das frentes pioneiras da Amazônia, comprometendo assim a continuidade da cobertura florestal. Embora às vezes seja acompanhado de políticas altamente proativas para o desenvolvimento sustentável, os resultados dessas políticas são extremamente variáveis (SARTRE, 2016).

Nessa situação, destaca-se o estado do Pará, o qual detém 1.055 projetos de assentamentos e 221.804 famílias instaladas, constituindo a maior área de assentamentos entre os estados Amazônicos. Em estudo desenvolvido por Calandino et al. (2012), ao avaliar a dinâmica do desmatamento em 15% dos assentamentos federais do Estado do Pará, durante cinco anos, detectou-se haver proporcionalmente mais desmatamentos no interior dos assentamentos do que na área que os circunscreve.

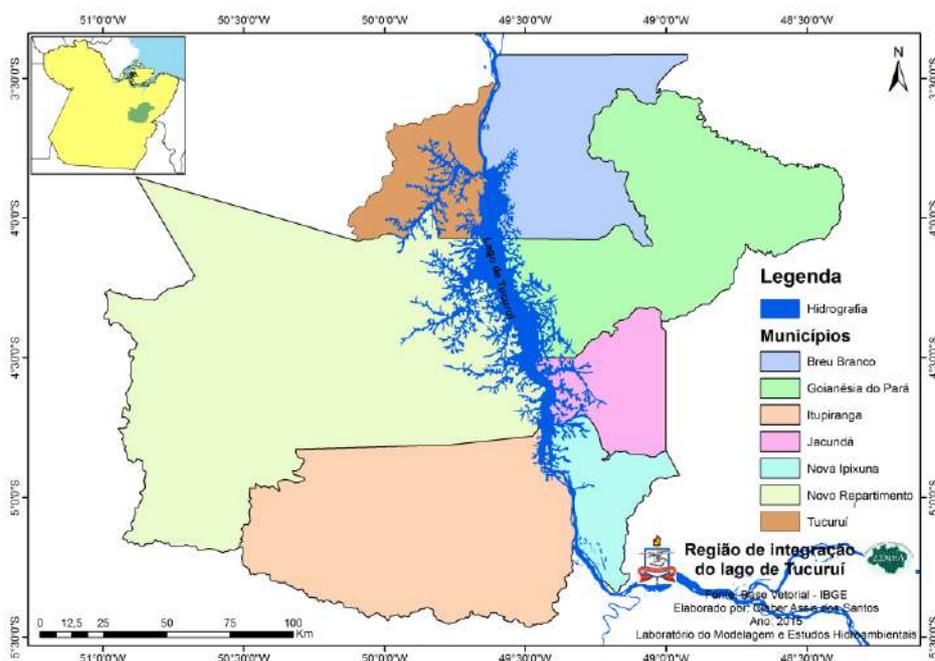
Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a evolução do desmatamento no Projeto de Assentamento Cocalândia II, no município de Novo Repartimento, Estado do Pará, no período de 2000 a 2014, bem como as políticas públicas formuladas para contê-lo.

## 2- METODOLOGIA

### 2.1- Descrição da Área de Estudo

O município de Novo Repartimento integra a Região de Integração (RI) Lago de Tucuruí, localizada na Região Sudeste do Estado do Pará, entrecortada pelo Rio Tocantins e pelas rodovias BR-230 (Rodovia Transamazônica) e PA-150. Abrange uma área de 3.993.788 hectares, compreendendo também os municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna e Tucuruí, o que corresponde a aproximadamente 3,20% do território paraense. Esta região é conhecida por abrigar a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), a qual deu origem a municípios devido ao deslocamento e reassentamento de povoados inteiros, inclusive de aldeias indígenas (para a construção da barragem) e outros cresceram em densidade populacional decorrente da atração econômica que o processo de edificação da usina exerceu na época (IDESP, 2013).

**Figura 1-** Região de Integração do Lago de Tucuruí



Fonte: IBGE, 2015.

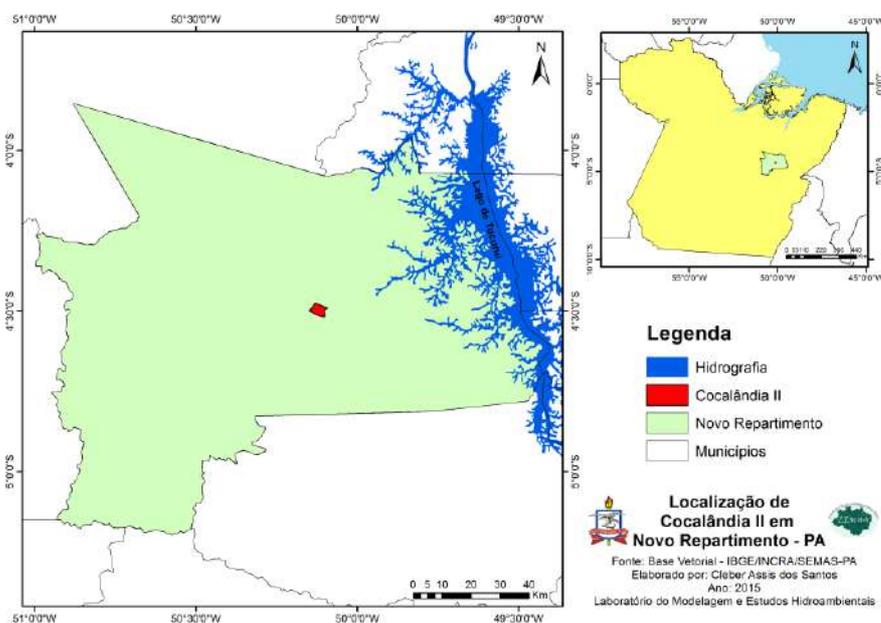
O município abriga a Terra Indígena Parakanã, com área de 337.930 hectares, sendo 298.191 hectares de área de florestas em 2014 (88% de sua área total); apresenta ainda 3 Unidades de Conservação (UC's) e 31 Projetos de Assentamentos (PA's) (IMAZON, 2014).

Os Assentamentos ocupam uma área de 376.767,90 hectares e possuem capacidade para abrigar 8.250 famílias. Foram criados no período de 1987 a 2005 e possuem, em média, 12.154 hectares, contando com 7.575 famílias instaladas.

Integrando a Superintendência Regional nº 27, se destaca como o 4º município que mais detém assentamentos em sua área, ficando atrás de Marabá (78 assentamentos), Itupiranga (36 assentamentos) e Conceição do Araguaia (35 assentamentos).

Para esse estudo, foi selecionado o Projeto de Assentamento (PA) Cocalândia 2, criado em 25 de fevereiro de 2003 através da Portaria INCRA nº 12, publicada no Diário Oficial da União em 21 de março de 2003, tendo em vista a regularização de uma ocupação dirigida do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em área de floresta nativa, que deu lugar à área atual do assentamento. É formado por 37 pequenas propriedades rurais, mas possui capacidade para instalação de 42 famílias, ocupando assim uma área de 1.646,2 hectares.

**Figura 2-** Assentamento Cocalândia II (Novo Repartimento/ PA)



Fonte: IBGE/ INCRA, 2015.

## 2.2- Coleta de Dados

Os aspectos teóricos e conceituais sobre a problemática ambiental em áreas de projetos de assentamentos foram obtidos por meio da análise de artigos científicos nacionais e internacionais, legislações e relatórios e publicações institucionais.

Os dados demográficos da distribuição anual da população nos municípios foram colhidos dos censos demográficos e estimativas intercensitárias, realizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As informações sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) são oriundas do Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental - Módulo Público (SIMLAM Público), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA), e base cartográfica utilizada também foi fornecida pela referida Secretaria.

Os dados sobre o desmatamento na área de estudo foram obtidos através do Portal do Programa de Cálculo do Desmatamento da Amazônia (PRODES/INPE). Esclarecem Piketty et al. (2015) que o método PRODES mede a extensão do desmatamento anual na Amazônia Legal a partir de uma resolução espacial média (tamanho do pixel: 0,36 Ha), compreendendo um sistema de classificação baseado na abordagem de modelo de mistura espectral, e usando dados de sensoriamento remoto (imagens de satélite Landsat 8). Com

base em imagens orbitais oriundas do Landsat 8, e a partir de classificação supervisionada, foi possível a criação de shapes definindo as áreas de assentamentos no município de Novo Repartimento. Com base cartográfica oriunda do PRODES, shapes sobre a instalação do CAR no município e os perímetros das áreas de assentamento, foi utilizado o software ARCGIS 10.0 para projetar as áreas de assentamentos afetadas pelo desmatamento e o avanço na implantação do Cadastro Ambiental Rural nessas áreas, tendo em vista analisar a efetividade dessa política pública.

Para averiguação dos aspectos socioeconômico e ambientais, foi realizada pesquisa de campo no período de 27 de abril a 04 de maio de 2015 para visita in loco ao assentamento. Os dados foram coletados mediante a aplicação de formulário com 33 assentados.

### 3- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise dos assentamentos em Novo Repartimento, chega-se ao Projeto de Assentamento Cocalândia II. Formado por uma área de 1.646,2 hectares, chamou a atenção pela extensão do desmatamento no período compreendido entre os anos de 2000 a 2014, gerando um passivo ambiental de 1.090,3 hectares, 66,23% de sua área total.

A área média dos lotes é de 70 hectares, sendo que os valores variam entre 47,53 ha e 202,06 ha. Dentre os 37 lotes, 33 possuem Áreas de Preservação Permanente (APPs) e 35 apresentam áreas de Reserva Legal (RL) e áreas para uso alternativo do solo (AUAS).

Em relação às 37 propriedades que o compõem, todas apresentam o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Uma vez que o assentamento foi instituído pelo Governo Federal, coube ao INCRA a inscrição, registro, análise desses imóveis junto ao CAR.

Todas as propriedades e posses agrárias, incluindo aquelas que integram os assentamentos de reforma agrária, terão prazo de um ano para se inscreverem no CAR. O novo Código Florestal já prevê esta exigência para proprietários que possuem imóvel agrário com até 4 módulos fiscais (BARROSO & ALENCAR, 2012).

A partir dos dados disponibilizados neste registro, analisando as Áreas de Preservação Permanentes existentes e quais as parcelas já foram desmatadas, detectou-se que, dentre os 32 agricultores que possuem lotes de terra com APP's, apenas 03 apresentam índices de desmatamento inferior a 50% do total de Áreas de Preservação Permanente disponíveis em seus lotes.

As principais formas de obtenção de renda pelos assentados são a agricultura familiar e a prestação de serviços em outras propriedades vizinhas, mediante salário.

A agricultura familiar realizada na área do lote se destaca pelo cultivo de culturas temporárias como a mandioca e o milho, voltados à subsistência, além de culturas perenes como a banana e o cacau, destinados à comercialização. Além da produção agrícola, detectou-se na maioria dos lotes a expansão da atividade pecuária. Com o aumento da implantação do CAR em áreas de assentamentos, aumentou também a procura por programas de crédito que subsidiassem os investimentos nesta nova atividade, tida como mais lucrativa, justificando o incremento do rebanho bovino nestas propriedades.

A maior parte do trabalho realizado nos assentamentos é desenvolvido pelo chefe da família, com algum possível auxílio dos demais membros, como filhos e netos. As famílias, em média, são compostas por 5 membros onde, em sua maioria, os filhos optaram pela prestação de trabalho assalariado em outros empreendimentos.

O acesso à área da comunidade é realizado exclusivamente via terrestre, por estrada não pavimentada. Recebe influência direta da Rodovia Transamazônica, o que possibilitou o deslocamento de famílias camponesas nos assentamentos em áreas de influência do tramo leste da rodovia, conforme defendido por Santos et al. (2015).

Como reflexo das políticas de controle e combate ao desmatamento na Amazônia e no município de Novo Repartimento, as taxas de desmatamento incidentes no assentamento Cocalândia II também sofreram redução, acompanhando assim o cenário verificado para o município e seus assentamentos em geral. Destaca-se que, no cômputo do total de áreas desmatadas, a área do desmatamento até 2014 somava 1.198,7 hectares, o que representa 72,8 % da área total do projeto de assentamento.

Mello- Théry (2011) destaca também que os projetos de assentamentos já implantados, em sua maioria, circundam terras indígenas e acompanham o traçado de rodovias, exercendo uma forte pressão sobre as mesmas. Além disso, o problema se intensifica quando se agregam as áreas propostas pela política nacional de conservação da biodiversidade com as terras arrecadadas pelo INCRA, que cobrem superfície bem maior.

Segundo Fatorelli & Mertens (2010), o planejamento dos assentamentos, em suas dimensões agrícola, econômica, social, de distribuição estrutural e de Reserva Legal configura-se como um dos instrumentos mais importantes de gestão ambiental rural. A falta de planejamento pode gerar problemas graves nos assentamentos, tais como falência econômica, desmatamento ilegal, ineficiência produtiva agrícola, etc. O planejamento da infraestrutura do projeto de assentamento rural refere-se ao formato organizacional da área produtiva (distribuição dos lotes), da área socioeconômica e da área de preservação ambiental, tudo isso com vistas a garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental e a otimização dos recursos.

#### **4- CONCLUSÃO**

No contexto das políticas públicas ambientais, esses resultados apontam a necessidade de desenvolver ações específicas e inovadoras condizentes com a realidade dos assentamentos localizados na Amazônia que, diferente dos projetos pensados para outras regiões do país, cujo objetivo era apropriação da terra e expansão da cultura agrícola, foram criados com o propósito de prover moradia e produção sustentável às famílias que não possuem condições econômicas para adquirir uma propriedade.

#### **REFERÊNCIAS**

ASSUNÇÃO, J.; ROCHA, R. Getting Greener by Going Black: The Priority Municipalities in Brazil. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2014, 20 p.

BARROSO, L. A.; ALENCAR, G. V. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento de regularização ambiental em assentamentos de reforma agrária. Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 1, n. 1, p. 5-13, 2014.

CALANDINO, D.; WEHRMANN, M.; KOBLITZ, R. Contribuição dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia: um olhar sobre o Estado do Pará. Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 26, 2012.

HARGRAVE, J.; KIS-KATOS, K. Economic causes of deforestation in the Brazilian Amazon: a panel data analysis for the 2000s. Environmental and Resource Economics, v. 54, n. 4, p. 471-494, 2013.

FATORELLI, L.; MERTENS, F. Integração de políticas e governança ambiental: o caso do licenciamento rural no Brasil. Ambiente & Sociedade, v. 13, n. 2, p. 401-415, 2010.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ (IDESP). Indicadores de Qualidade Ambiental dos Municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí. Belém: IDESP, 2013, 44 p.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). Desmatamento e degradação florestal em Novo Repartimento- Pará. Belém: IMAZON, 2014, 2 p.

MELLO-THÉRY, N. A. Território e Gestão Ambiental na Amazônia: Terras Públicas e os Dilemas do Estado. São Paulo: Ed. Annablume, 2011, 200 p.

PIKETTY, M. G.; DRIGO, I.; SABLAYROLLES, P.; AQUINO, E. A.; PENA, D.; SIST, P. Annual Cash Income from Community Forest Management in the Brazilian Amazon: Challenges for the Future. *Forests*, v. 6, n. 11, p. 4228-4244, 2015.

ROSA, I. M.; GABRIEL, C.; CARREIRAS, J. M. Spatial and temporal dimensions of landscape fragmentation across the Brazilian Amazon. *Regional Environmental Change*, p. 1-13, 2017.

SANTOS, I. V.; PORRO, N. M.; PORRO, R. Mobilidade de camponeses entre assentamentos de reforma agrária: territorialidades em cheque no desenvolvimento local da Transamazônica, Pará, Brasil. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 16, n. 1, p. 43, 2015.

SARTRE, X. A.; OSZWALD, J.; VEIGA, I.; CASTRO, M, ASSIS, W. S.; MICHELLOTTI, F., ROCHA, C.; LAVELLE, P. Sustainable development policies and the spread of land-sharing practices—A statistical assessment in a frontier region of the Brazilian Amazon. *Journal of Rural Studies*, v. 48, p. 65-76, 2016.

SILVA, O.; CUNHA, L.; TRINDADE-JR., S. C. Uso do solo e infraestrutura viária na relação com as dinâmicas produtivas em assentamentos agroextrativistas no Amapá. *GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n. 9, p. 281-305, 2016.

TOLEDO, P. M.; DALLA-NORA, E.; VIEIRA, I. C. G.; AGUIAR, A. P. D.; ARAÚJO, R. Development paradigms contributing to the transformation of the Brazilian Amazon: do people matter?. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 26, p. 77-83, 2017.

## **DESAFIOS DA PEGADA DE CARBONO COMO INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE NA PECUÁRIA DE CORTE**

Valdeir dos Santos Souza, UFMT - Sinop, valdeirsouza.agro@gmail.com;  
Jerson Willian Souza Sales, UFMT - Sinop, jersonsales8@gmail.com;  
Sidnei Gregorio Tavares, UFMT - Sinop, sidigt@yahoo.com.br;

### **Resumo**

A pecuária de corte é atingida com severidade diante da problemática dos impactos ambientais, o que a faz sofrer restrições no produto final em mercados que valorizam produtos sustentáveis. Um possível indicador com grande importância é a pegada de carbono que auxilia a quantificar os gases de efeito estufa emitido na cadeia produtiva da pecuária. Existem muitas opiniões divergentes entre os autores, o que impossibilita a eficiência da pegada de carbono para quantificar a produção da pecuária de corte. O objetivo desta revisão foi discutir sobre os principais desafios enfrentados para melhor elucidar a pegada de carbono como indicador de sustentabilidade na pecuária de corte.

Palavras-chave: métrica; produção animal; eficiência; gases do efeito estufa.

### **Resumen**

La industria ganadera se golpeó fuertemente en el tema de los impactos ambientales, que está sujeto a restricciones en el producto final en los mercados que valoran los productos sostenibles. Un posible indicador de gran importancia es la huella de carbono que ayuda a cuantificar los gases de efecto invernadero emitidos en la cadena de producción de ganado. Hay muchas opiniones diferentes entre los autores, lo que hace que la eficiencia huella de carbono para cuantificar la producción de ganado de carne. El objetivo de esta revisión fue discutir los principales desafíos para dilucidar aún más la huella de carbono como un indicador de sostenibilidad en el ganado vacuno.

Palabras clave: métrica; ganadería; eficiencia; gases de efecto invernadero.

### **Abstract**

The beef cattle is severely affected due to the problematic of the environmental impacts, which makes it, suffer restrictions in its final product on markets that value sustainable products. A very important possible indicator is the carbon footprint that helps to quantify the greenhouse gases emitted in the cattle raising productive chain. There are many divergent opinions among authors, which precludes the efficiency of carbon footprint to quantify the beef cattle production. The aim of this study was to discuss about the main challenges faced to elucidate the carbon footprint as an indicator of sustainability in beef cattle.

Keywords: metric; animal production; efficiency; greenhouse gases

## 1- Introdução

A pegada de carbono (PC) é um termo de grande discussão no cenário científico, e de repercussão no âmbito político-ambiental. É caracterizado como possível indicador de sustentabilidade por consistir no conjunto total de todos os gases de efeito estufa (GEE) emitido diretamente, e, ou indiretamente por unidade de produto ou serviço (ROTZ et al, 2010).

Pelo fato da sustentabilidade estar em foco nas políticas ambientais, a pecuária de corte tem sofrido com sua imagem diante de mercados consumidores que se preocupam, além da qualidade do produto, exigindo também uma certificação ambiental. Neste cenário, diferentes autores analisam fatores de implicações ambientais que possibilitem uma métrica reconhecida internacionalmente de sustentabilidade, oferecendo, a partir de indicadores, quantificar o nível de sustentabilidade da produção agropecuária. Obtendo métricas estabelecidas torna possível ao produtor a análise das técnicas e práticas que melhor apresentam resultados, sabendo assim, quais práticas e técnicas que podem agregar ao produto a condição de sustentável frente ao mercado.

A PC é um indicador de sustentabilidade aceito dentro da comunidade técnico- científica, mas tem a necessidade de ser mais claro na análise e comparação de resultados, assim como das métricas de estudo. No entanto existe uma grande dificuldade em estabelecer os limites e os métodos diante da grande variedade de abordagens sobre o tema.

Assim, a presente revisão de literatura propõe discorrer a respeito da importância dos desafios da pegada de carbono para ser mais contundente em seus resultados, visando contribuir para que a pecuária de corte possa utilizar deste indicador para alcançar uma produção sustentável.

## 2- Revisão bibliográfica

A pegada de carbono (PC) se insere como importante indicador em relação à emissão de gases de efeito estufa (GEE), mas tem como desafio solucionar a variedade de formas e técnicas utilizadas na sua avaliação.

RÖÖS E. et al. (2013) mostram a dificuldade em calcular a geração de GEE sem haver uma padronização das fronteiras metodológicas para quantificar a pegada de carbono. Essa dificuldade acaba gerando conflito e contradição das informações dentro do cenário científico, como por exemplo, as diferentes formas de calcular a PC de animais em crescimento, podendo ser através do ganho de peso corporal, peso de carcaça padrão quente, além de órgãos comestíveis ou proteína comestível. Ainda segundo RÖÖS E. et al. (2013) é extremamente necessário estabelecer um padrão para quantificar a PC, assim como levar em consideração toda a cadeia alimentar.

Observando as diferentes abordagens dos trabalhos sobre GEE e PC RÖÖS E. et al. (2013) perceberam a definição dos limites metodológicos e métodos de alocação de dados no decorrer da cadeia alimentar, como sendo o ponto de partida para calcular os GEE, assim como a PC na pecuária. Além de ser fundamental para permitir a comparação de resultados dos diferentes estudos.

As formas de medir ou quantificar a pegada de carbono, e a variação dos resultados para diferentes ciclos de vida, sistemas de regime alimentar, assim como as diferentes unidades de medida, são apontados por WIEDMANN & MINX, (2008) como sendo desafios para tornar os resultados da pegada de carbono mais claros e possíveis de comparação entre os diferentes estudos. WIEDMANN & MINX, (2008) pontuam como sendo questões centrais a ser resolvidas: a definição dos gases e substâncias que devem ser levados em consideração no cálculo da PC, e a determinação dos limites dos processos de produção direto e indireto a ser analisado.

### 3- Resultados e discussões

Os autores supracitados definiram que a PC deve levar em consideração apenas CO<sub>2</sub>, sendo que deve ser analisado dentro de toda cadeia seja direta ou indiretamente, com uma definição de uma unidade de massa. Também alertam para o cuidado no método utilizado para não duplicar a contagem de emissões ao longo da cadeia e ciclos de vida.

A pecuária, por ser uma grande contribuinte na emissão de GEE, contribuindo em torno de 18%, segundo STEINFELD ET AL, (2006), e também um importante setor econômico necessita ter na PC um indicador eficaz que possibilite quantificar e qualificar a sustentabilidade, facilitando a compreensão da comunidade pública e científica sobre o importante papel de todos na construção de novos caminhos para a pecuária. Desta forma há um consenso entre diferentes autores a respeito da normatização dos preceitos básicos da PC como possível solução.

### 4- Conclusão

A pegada de carbono PC por ser um indicador de uma das variáveis mais problemáticas, que é a emissão de CO<sub>2</sub>, deve estar apta a permitir os estudos de dados sem tantas conturbações metodológicas. Para tanto fica claro a necessidade de mais pesquisas que possam firmar normas, métodos, métricas que melhor quantifique a PC, levando em consideração toda cadeia produtiva e a amplitude dos tipos de sistema de produção da pecuária.

### 5- Literatura citada

Rotz, C.A.; Montes, F.; Chianese, D.S. The Carbon footprint of dairy production systems through partial life cycle assessment. **Journal of Dairy Science**, 93, p.1266- 1282,2010.

Röös, E.; Sundberg, C.; Tidåker, P.; Strid, I.; Hansson, P.A. Can carbon footprint serve as an indicator of the environmental impact of meat production? **Ecological Indicators** 24, 573-58. 2013.

Steinfeld, D.; Gerber, P.; Wassenaar, T.; Castel, V.; Rosales, M.; de Haan C. Livestock's Long Shadow. Environmental Issues and Options: **Food and Agriculture Organization of the United Nations**: Rome, Italy, 2006.

Wiedmann, T.; Minx, J.. A Definition of 'Carbon Footprint'. In: **C. C. Pertsova, Ecological Economics Research Trends**: Chapter 1, pp. 1-11, Nova Science Publishers, Hauppauge NY, USA. (2008). Disponível em: [https://www.novapublishers.com/catalog/product\\_info.php?products\\_id=5999](https://www.novapublishers.com/catalog/product_info.php?products_id=5999). Acessado em 25/04/2017.

## **Deforestación en Áreas Naturales Protegidas y Territorios Indígenas en la Panamazonía (2000-2015)**

Cícero Cardoso Augusto, Instituto Socioambiental, [caugusto@socioambiental.org](mailto:caugusto@socioambiental.org);  
Júlia Jacomini Costa, Instituto Socioambiental, [julia@socioambiental.org](mailto:julia@socioambiental.org).

### **1- Introducción**

Este trabajo presenta el mapeo de las Áreas Naturales Protegidas, Territorios Indígenas e deforestación en la Panamazonía para el período entre 2000 y 2015.

El objetivo principal es contribuir a superar visiones fragmentadas y promover iniciativas y procesos integrados, regionales, nacionales e internacionales, que contribuyan a la consolidación de Áreas Protegidas y Territorios Indígenas – 45,2% de la región – como parte importante en la conservación y uso sostenible de los ecosistemas amazónicos. Este mapeo es el resultado del trabajo conjunto y continuo de instituciones de la sociedad civil presentes en los países amazónicos que componen la Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada (RAISG), que busca sistematizar, mejorar e integrar sus bases de datos para una visión integral de la Amazonía. Actualmente hacen parte de RAISG ocho instituciones de seis países amazónicos: EcoCiencia (Ecuador), FAN (Bolivia), FGA (Colombia), IBC (Perú), Imazon e ISA (Brasil); Provita y Wataniba (Venezuela).

Es importante resaltar que para elaborar una representación cartográfica equivalente entre los diferentes países, se consideraron las especificaciones que cada uno tenía para obtener una leyenda común. Así, los límites internacionales se ajustaron sobre una base única para no presentar vacíos de información ni superposición. En el caso de las Áreas Naturales Protegidas se clasificó la información con base a un atributo común que fue el tipo de uso, mientras los Territorios Indígenas fueron clasificados, además de las categorías particulares de cada país, con relación a la existencia (o no) de algún grado de reconocimiento oficial.

Desde el 2008, RAISG estableció como prioridad elaborar un análisis de deforestación para estimar la pérdida de bosques en toda la región, por ser éste un indicador de la velocidad con que se transforma el paisaje y un elemento clave en los procesos de monitoreo. Los datos existentes entonces eran fragmentados, tenían una cobertura parcial –inclusive dentro de cada país– por ser generados bajo diferentes enfoques conceptuales y metodológicos. Otras características relativas al origen heterogéneo de los datos eran las diferencias en cuanto a escalas geográficas, períodos y títulos/subtítulos. Por lo tanto, se estableció un marco común de análisis, basado en conceptos y herramientas estandarizadas. La línea base del estudio fue el año 2000, sobre la cual se hizo el análisis para los quinquenios 2005-2010-2015, respecto a los TI y ANP.

### **2- Metodología de análisis de la deforestación en la Amazonía**

El análisis de la deforestación del periodo 2000-2013 se realizó conforme a un protocolo metodológico desarrollado por las instituciones miembros de RAISG. Dicho protocolo se basa en el software ImgTools, creado por Imazon, que permite procesar imágenes satelitales Landsat 5, 7 y 8. ImgTools es un software escrito en lenguaje de programación IDL (Interactive Data Language), el cual procesa las imágenes Landsat utilizando modelo de mezcla espectral, NDFI (Normalized Difference Fraction Index) y realiza clasificaciones mediante árboles de decisión. Las imágenes satelitales, con el menor porcentaje de cobertura de nubes posible, son adquiridas a través de los servidores del USGS (U.S. Geological Survey). Para el análisis del periodo 2013-2015, el protocolo metodológico migró a la plataforma Google Earth Engine (GEE), un servicio de Google que ofrece una gran

colección de imágenes de satélite Landsat en varios niveles de procesamiento. El nuevo protocolo requirió de una interface en la plataforma de GEE para el desarrollo de códigos que lo hicieran lo suficientemente robusto como para la construcción de un gran biblioteca de algoritmos de procesamiento de imágenes satelitales. El protocolo metodológico actualizado permite procesar todas las imágenes en una nube informática “Google Cloud Computer”, lo que hace innecesaria la descarga de enormes volúmenes de datos. Las imágenes utilizadas están en nivel de procesamiento L1T de corrección geométrica, lo que permite emplear varias imágenes de una misma región para componer un mosaico temporal y reducir las áreas con presencia de nubes. El protocolo incluyó también capas auxiliares como la de elevación, que fue incorporada para facilitar principalmente la diferenciación de áreas deforestadas respecto de las sombras generadas por el relieve, lo cual con el método anterior se presentaba con frecuencia y exigía mayor tiempo y esfuerzo en la edición de la clasificación. Con respecto a Brasil, el análisis del periodo 2013-2015 combina información procesada con ImgTools y la plataforma GEE. Esto se debe a que se contaba con considerables avances en el análisis de la deforestación con ImgTools para este país al momento de migrar a GEE. Es importante precisar que no se trata de dos metodologías diferentes, sino que ambos protocolos se basan en el mismo método de procesamiento y clasificación de imágenes, aunque GEE es una versión superior, razón por la cual la migración a esta plataforma ha significado un gran avance para la RAISG.

### 3- Análisis y resultados: deforestación en la Amazonía 2000-2015

Los bosques de la región Amazónica continúan reduciéndose a causa de la deforestación. Sin embargo, se observa que entre los años 2000 y 2015 la tasa de deforestación presenta una tendencia general a disminuir, de acuerdo a los análisis realizados por la RAISG.

En el período analizado se perdieron 238,9 mil km<sup>2</sup> de superficie boscosa original. La pérdida de bosques pasó de 113,2 mil km<sup>2</sup> en el primer quinquenio a 79,9 mil km<sup>2</sup> en el segundo, y a 45,8 mil km<sup>2</sup> en el tercero. No obstante, esta tendencia no es homogénea en toda la región. Brasil -con el mayor porcentaje de deforestación de la Amazonía- y Bolivia presentaron una marcada tendencia a la disminución. En contraste, en la Amazonía de Venezuela la tasa de deforestación aumentó, casi duplicándose en el periodo 2010-2015 respecto del periodo 2005-2010. En el resto de los países de la región no se observa una tendencia clara; sin embargo se advierte que la deforestación aumentó en el segundo quinquenio y disminuyó en el tercer quinquenio (Tabla 1), con excepción de Guyane Française.

<b>Tabla 1. Deforestación en los países de la Amazonía (km<sup>2</sup>)</b>					
<b>Pais</b>	<b>Superficie boscosa original estimada</b>	<b>Deforestación acumulada hasta 2000</b>	<b>Tasa de deforestación</b>		
			<b>2000-2005</b>	<b>2005-2010</b>	<b>2010-2015</b>
Bolivia	323.474	13.552	4.615	3.735	3.035
Brasil	<b>3.552.125</b>	463.620	94.989	58.767	29.627
Colombia	456.607	32.612	3.445	6.092	3.360
Ecuador	96.073	9.020	1.054	1.090	957
Guyana	192.405	3.097	785	821	303
Guyane Française	83.195	1.539	295	257	340
Perú	763.951	58.069	6.919	7.371	5.167
Suriname	150.254	5.664	194	263	231
Venezuela	394.116	9.852	889	1.523	2.781
<b>Total Amazonía</b>	<b>6.012.201</b>	<b>597.024</b>	<b>113.186</b>	<b>79.918</b>	<b>45.802</b>

En el caso de los Territorios Indígenas (TI), la deforestación presenta una tendencia similar a la que se observa en toda la Amazonía. Los resultados por quinquenio arrojan que la deforestación disminuyó de 9.195 km<sup>2</sup> en el primer quinquenio a 9.109 km<sup>2</sup> en el segundo, y a 6.586 km<sup>2</sup> en el tercero. Un análisis por categoría de TI pone en evidencia una falta de homogeneidad en las tendencias, observándose que la deforestación ha aumentado en los TI sin reconocimiento oficial y ha disminuido en los TI reconocidos (Tabla 2). A nivel de países, en Brasil, Colombia y Ecuador la deforestación tiende a disminuir, en cambio en la Guyane Française y Venezuela va en ascenso; en los demás países la tendencia no es homogénea, con alzas y bajas en los quinquenios analizados.

**Tabla 2. Deforestación en TI y ANP de la Amazonía (km<sup>2</sup>)**

Unidad de análisis	Superficie boscosa original estimada	Deforestación acumulada hasta 2000	Tasa de deforestación		
			2000-2005	2005-2010	2010-2015
Fuera de ANP y TI	2.890.221	550.015	97.519	64.965	35.250
Territorios Indígenas	1.965.284	31.141	9.195	9.109	6.586
TI sin reconocimiento oficial	355.301	6.391	976	1.250	1.501
Propuesta de Reserva Indígena	41.265	354	16	32	28
Reserva Territorial o Zona Intangible	30.569	199	47	35	12
TI reconocido oficialmente	1.538.149	24.196	8.156	7.792	5.045
Áreas Naturales Protegidas	1.466.120	20.431	7.888	7.086	5.468
Departamental-uso directo	296.876	2.190	1.482	1.581	1.349
Departamental-uso indirecto	104.025	607	453	200	300
Nacional-uso directo	369.410	6.875	2.561	2.376	1.686
Nacional-uso indirecto	652.374	6.153	2.903	2.165	1.661
Nacional-uso directo/indirecto	4.087	16	1	11	3
Nacional-uso transitorio	39.349	4.589	487	754	469

En las Áreas Naturales Protegidas (ANP) también se observó una disminución de la deforestación durante los dos últimos quinquenios, tanto en las de uso directo como en las de uso indirecto. Sin embargo, se advierte que en las ANP Departamentales de uso directo y en las ANP Nacionales de uso transitorio la deforestación se incrementó en el segundo quinquenio y disminuyó en el tercero. En el caso de las ANP Nacionales de uso indirecto, la tasa de deforestación se redujo en cerca de un 25% en los tres periodos estudiados.

Finalmente, cabe destacar que el 83% de la deforestación ocurrida en la Amazonía durante el periodo 2000-2015 se concentra en las áreas que quedan fuera de TI y ANP, siendo que, ya en el año 2000 esta categoría contenía la menor proporción de los bosques de la región (sólo el 43%). Sin embargo, es esta unidad de análisis la que presenta la disminución más marcada de la deforestación ocurrida entre el primer y el tercer quinquenio (97.519 km<sup>2</sup>, 64.965 km<sup>2</sup>, 35.250 km<sup>2</sup> respectivamente), y es la que determina la tendencia descendente de la deforestación en la región, por el gran porcentaje que representa en la pérdida. Gran parte de esta reducción de la deforestación fuera de TI y ANP ha tenido lugar en Brasil, país que concentra el 64% de la Amazonía.

Es relevante destacar que la capa de TI y ANP considerada para los análisis correspondientes a todo el periodo incluye unidades adicionales debido a las actualizaciones realizadas. La actualización de dichas bases ha influido en los nuevos resultados para TI y ANP para el periodo 2000-2010, respecto de los resultados ya publicados en el 2015.



## **DIAGNÓSTICO DE ÁREAS DE RISCO AMBIENTAL E GEOLÓGICO EM BOA VISTA, RORAIMA**

Vladimir de Souza<sup>1</sup>, Departamento de Geologia, vladimir.souza@ufr.br;  
Antonio Tolrino de Rezende Veras<sup>2</sup>, Departamento de Geologia, antonio.veras@ufr.br;  
Lorena Malta Feitosa<sup>3</sup>, Departamento de Geologia, lorena.malta@ufr.br;  
Moeme da Silva Maximo<sup>4</sup>, Departamento de Geologia, moeme.maximo@ufr.br;

### **RESUMO**

Boa Vista como as demais capitais do país, está passando por um crescimento urbano desordenado. Uma das conseqüências deste fenômeno é a crescente ocupação de áreas de risco ambiental e geológico. Em Boa Vista estas são representados principalmente por áreas de inundação, que causam prejuízos econômicos para o município. A realização do diagnóstico junto à população ribeirinha dos igarapés da área urbana de Boa Vista constatou que fatores econômicos e políticos são as principais causas para a ocupação das áreas de risco geológico. Observou-se que estes eventos estão relacionados à carência de políticas públicas para a população. Cabe salientar que o presente diagnóstico deverá compor uma base de dados para auxiliar em futuros projetos ambientais e urbanos para o município de Boa Vista.

Palavras-chave: Risco Geológico, Amazonia, Meio ambiente

### **1- INTRODUÇÃO**

A ocupação de áreas de risco ambiental e geológico é um dos grandes problemas urbanos das capitais brasileiras atualmente. Entre os mais variados fatores está a ausência de políticas públicas como habitação e saneamento básico, além da omissão das autoridades no que tange a fiscalização das referidas áreas. Outro fato há salientar é a carência de um mapeamento básico das áreas de risco geológico e ambiental, bem como um diagnóstico socioambiental mostrando as relações entre o homem e estas áreas dentro do perímetro urbano.

Na ausência de informações acerca das áreas de risco ambiental e dada a crescente ocupação sem nenhum controle de locais próximos a igarapés e rios, evidencia-se a importância do presente estudo. Boa Vista apresenta em sua área urbana, sete grandes igarapés além de ser cortada por dois rios. Conforme recente levantamento estas áreas têm sido intensamente ocupadas nos últimos vinte anos. Como grande parte das cidades brasileiras com áreas propensas a inundação, o problema só é sentido com a chegada do período de chuvas. Neste período centenas de famílias são obrigadas a se retirarem de suas casas devido a problemas de inundação. Estes fatos têm se intensificado a cada ano, com milhares de desabrigados e milhões de reais em prejuízos. O IGEO/UFRR tem realizado o diagnóstico socioambiental na população ribeirinha da área urbana de Boa Vista. As informações coletadas fazem parte de um banco de dados que deva a auxiliar no

reconhecimento da realidade da população que reside em áreas de risco geológico e avaliar medidas que possam minimizar este problema.

## 2- MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa teve como princípio básico a obtenção de dados primários em campo. Deste modo foram aplicados entorno de quatro mil questionários com questões abertas e fechadas junto a população ribeirinha. O público alvo da pesquisa foi à população residente próximo as áreas de inundação de igarapés e rios urbanos, sendo grande parte de risco geológico.

Como metodologia se adotou a aplicação de questionários georeferenciados com o uso de G.P.S. Após a aplicação dos questionários em campo, estes foram digitalizados. A pesquisa utilizou um software criado especificamente para o projeto, que auxiliasse na alimentação das informações coletadas através dos questionários. Assim foi possível criar um banco de dados para o alojamento de informações socioambientais das áreas de risco geológico. Para a geração dos mapas temáticos foram utilizadas imagens Landsat 5 e os softwares SPRING versão 5.04 e ArcGis 9.3. Os dados e os mapas estão armazenados no laboratório de geotecnologias do IGEO/UFRR.

## 3- RESULTADOS

Com a aplicação dos questionários georeferenciados junto à população ribeirinha dos igarapés de Boa Vista, foi possível a obtenção de várias informações. Um dos resultados mais importantes mostra que a ocupação de áreas de risco geológico no município é relativamente recente, entorno de 20 anos. Um dos fatores apurados na pesquisa indica que esta população ocupou as áreas de risco geológico, devido aos terrenos serem de menor custo ou doados por terceiros. A falta de informação é outro fator importante na ocupação destas áreas, segundo dados da pesquisa algo entorno de 90% dos moradores entrevistados, desconhece que estas áreas são de risco geológico. As análises dos mapas temáticos elaborados nesta pesquisa mostram que os eixos de ocupação urbana das áreas de risco geológico apontam para áreas de expansão urbana da cidade. Outros problemas decorrentes da ocupação desordenada destas áreas são os resíduos sólidos e o crescente número de doenças de veiculação hídrica. A carência de saneamento básico é outro fator relevante, que vem a agravar o problema ambiental desta população residente nas áreas de risco geológico. A pesquisa revelou que o problema tende a crescer pois a ocupação das áreas de risco geológico está em expansão. A retirada da mata ciliar e o posterior assoreamento destes canais vem a agravar mais a situação pois eleva a possibilidade de cheias nos locais de ocupação.

## 4- DISCUSSÕES

A ocupação de áreas de risco geológico como encosta e áreas alagáveis é comum nas cidades brasileiras. Boa vista não possui áreas íngremes como encostas de morros em sua área urbana, no entanto o município possui uma topografia plana com diversos recursos hídricos superficiais. Deste modo as áreas estão propensas a intensos alagamentos no

período de chuvas. A pesquisa mostra que a população desconhece o problema principalmente por falta de informação sendo que o impacto só é sentido na época de chuvas. Outro problema detectado não reside apenas no fato da ocupação da área mais sim o que levou estes moradores a ocupar a mesma. Um dos principais questionamentos levantados é o fator econômico, devido ao fato destes terrenos serem de preços relativamente mais baixos, ou simplesmente ocupados por processos de invasão. O diagnóstico mostrou que o problema tem se agravado nos últimos 10 anos. Neste período novas áreas têm sido ocupadas, tendo como incentivo a falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes, além da falta de informação da população. Alia-se a estes fatores a crescente especulação imobiliária, em nosso município.

## **5- CONCLUSOES**

A área urbana de Boa Vista é cortada por sete grandes igarapés, O município possui uma topografia plana, que o torna suscetível a inundações com a chegada do período de chuvoso. Nas últimas décadas estas áreas próximas a igarapés têm sido paulatinamente ocupadas, devido ao crescimento urbano da cidade de Boa Vista. O diagnóstico socioambiental realizado pelo projeto Hydros, junto à população residente destas áreas, tem mostrado dados interessantes. A importância deste estudo reside no fato de ter sido possível montar-se um banco de dados através das informações obtidas, A utilização da metodologia de georeferenciamento de questionários possibilitou a espacialização e análise acerca da realidade das áreas de risco geológico de Boa Vista. Assim observa-se a importância do presente estudo no entendimento deste grande problema ambiental presente na grande maioria das cidades brasileiras.

## **6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BARBOSA, E. S. O. 2000. Degradação ambiental e modificação da paisagem no Baixo Rio Cauáme, na parte urbana de Boa Vista- RR. Monografia de conclusão de curso. Departamento de Geociências- UFRR. 35p
- BERTE, R.G. 2001. Guia prático de educação ambiental e cidadania, Curitiba
- CORSON, W. H. 2002. Manual Global de Ecologia: O que você pode fazer a respeito da cidade e meio ambiente; CORSON, W. H.(ed). São Paulo, 413 p
- COSTA, J. A. V. 1999. Tectônica da Região Nordeste do Estado de Roraima. Centro de Geociências, UFPA. Tese de Doutorado, 431p.
- DIAS, F. G. 1994. Educação ambiental: Princípios e Práticas, 3ª ed. São Paulo: Gaia
- GUERRA, A. T. 1957. Estudo Geográfico do Território do Rio Branco, Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia.
- JORGENSEN, S. E. 1992. Integration of Ecosystem theories; A pattern. In; Ecology & Environment, Klumer Academic (ed), London 381p.
- ODUM, E. P. 1983. Ecologia. Guanabara (ed), Rio de Janeiro, 434p.

OLIVEIRA, E. M. 1998. Educação ambiental; uma possível abordagem. Coleção Meio ambiente, Série estudos. 153p

RADAMBRASIL (1975). Projeto Radambrasil, Levantamento de Recursos naturais, Vol.8 Folha NB 20, Boa Vista, Ministério das Minas e Energia do Brasil.

SILVA, J.B. 1997. O meio ambiente urbano: algumas proposições metodológicas sobre a problemática ambiental. In: SILVA, J.B. da; et ali (orgs). A cidade e o urbano. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 139-152.

TAUK, S. M. 1991. Análise ambiental; Uma visão multidisciplinar. UNESP. São Paulo. 206p

## **Educação no campo na Amazônia: Uma discussão acerca dos instrumentos pedagógicos de uma Escola Família Agrícola**

Edvaldo Ferreira da Cunha, EFA Chico Mendes, dacunha\_edivaldo@hotmail.com ;  
Dione Martins Magalhães , UNIR, dione.gastao@hotmail.com ;  
Dayane Fernandes Ferreira, UNIR, psicologadayane2015@hotmail.com;  
Clarides Henrich de Barba, UNIR, claridesbarba@gmail.com.

### **Resumo**

Esse artigo teve como objetivo descrever os instrumentos pedagógicos utilizados em uma “Escola Família Agrícola” Chico Mendes, no município de Novo Horizonte do Oeste-RO e suas contribuições no desenvolvimento regional diante da realidade escolar de Rondônia, Amazônia. Reflete o estudo de formação na pedagogia da alternância por meio de uma pesquisa documental utilizando-se dos dados do Censo das cidades do IBGE, do caderno de alternância e do Plano Político Pedagógico (PPP) da Escola. Compreendeu-se, a partir destes documentos, que o modelo da Pedagogia da Alternância e os instrumentos pedagógicos possibilitados por ela permitem estreita relação entre teoria e prática, sobretudo, a articulação entre escola, família e comunidade. Evidencia-se a importância da Educação na construção do Desenvolvimento Rural Sustentável e na contribuição das Escolas Famílias Agrícolas na construção da Educação do Campo no Brasil.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional. Pedagogia da Alternância na Amazônia. Formação integral. Escola Família Agrícola.

### **Abstract**

This research had as objective to describe the pedagogical instruments used in a Chico Mendes “Agricultural Family School”, in the municipality of Novo Horizonte do Oeste in Rondonia State, and its contributions for the regional development in face of the school reality of Rondonia, in the Amazon region. The formation study reflects on the pedagogy of alternation through a documental research, by using data from IBGE cities census, the alternation notebook and the School Political-Educational Plan (PPP). It is understood, from these documents, that the Pedagogy of Alternation model, and the pedagogical instruments made possible by it, allow a close relation between theory and practice, especially the link between school, family and community. We highlight the importance of Education in the making of a Sustainable Rural Development and for the contribution of Agricultural School Families on the construction of Field Education in Brazil.

**Keywords:** Regional development. Pedagogy of Alternation in Amazon. Fulltime formation. Agricultural Family School

### **Resumen**

Este artículo tiene como objetivo describir las herramientas educativas utilizadas en una "Escuela de la Familia Agrícola" Chico Mendes, el municipio de Novo Horizonte do Oeste-RO y su contribución al desarrollo regional antes de la realidad escolar de Rondônia, Amazonas. Refleja el estudio de la formación en la pedagogía de la alternancia a través de la investigación documental a partir de datos del censo de las ciudades del IBGE, alternando portátil y el Plan Político Pedagógico (PPP) de la Escuela. Se entiende a partir de estos documentos que el modelo de la pedagogía de la alternancia y herramientas de enseñanza posibles gracias a que permite la estrecha relación entre la teoría y la práctica, sobre todo la relación entre la escuela, la familia y la comunidad. Pone de relieve la importancia de la educación en la construcción de un desarrollo rural sostenible y la contribución de las Escuelas de la Familia Agrícola en el ámbito del desarrollo de la educación en Brasil.

**Palabras clave:** desarrollo regional. Pedagogía de la alternancia en el Amazonas. formación integral. Escuela de la Familia Agrícola.

## 1 INTRODUÇÃO

Na conjuntura da Educação no Campo, surge na França as “*Maison Familiale Rurale*” (MFR) ou Casa Familiar Rural. O modelo francês buscava preencher a lacuna existente na educação francesa quanto à educação da população rural, considerando que estes não possuíam condições econômicas de enviarem seus filhos para estudarem nos centros urbanos.

Este modelo de educação, pautado na pedagogia da alternância<sup>1</sup>, surge na década de 30 na França como uma alternativa viável perante o abandono do Estado para os camponeses. Abandono representado pela ausência de políticas, incentivos infraestrutura, saúde e educação. Ao aluno, filho de agricultor, restava duas alternativas: trabalhar na propriedade sem o conhecimento proporcionado pelo ensino ou migrar para uma escola pública urbana e desapropriar-se da realidade familiar rural e cultural que os cercava até este momento (NASCIMENTO, 2009).

As Escolas Famílias chegaram ao Brasil na década de 60, no Sul do Estado do Espírito Santo, através de um Padre Jesuíta Italiano chamado Humberto Pietrogrande. Portanto, a experiência em Alternância veio primeiramente da experiência *Italiana*, da região de Vêneto, norte da Itália.

Com a criação do MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo), entre outras ações surge à implantação das primeiras EFAs, educação a partir da Alternância no Espírito Santo: no dia 09 de março de 1969 iniciaram as atividades da Escola Família Agrícola de Olivânia, em Anchieta e a Escola no município de Alfredo Chaves. Nesse mesmo ano inicia-se a EFA de Rio Novo do Sul. Depois só em 1971 deu-se início à EFA de Campinho em Iconha. Em 1972, já começa a expansão do movimento com a inauguração de mais três EFAs no norte do Espírito Santo.

No Estado de Rondônia, a ideia de iniciar um processo de implantação de Escolas Família Agrícola nasceu em 1987. A motivação que deu impulso a esta iniciativa foi à organização dos lavradores. Seus filhos, após terminarem a 4ª série do Ensino Fundamental I ou o Ensino Fundamental II, não tinham possibilidade de continuar os estudos sem abandonar a propriedade rural.

Refletindo com as lideranças das comunidades rurais procuraram, então, uma saída para este problema. Alguns agricultores provenientes do Estado do Espírito Santo apresentaram a experiência educativa de quase duas décadas em ato naquele Estado.

Deste modo, o Município de Cacoal foi o primeiro a iniciar uma experiência de Escola Família Agrícola. Em regime de mutirão e com a ajuda das comunidades rurais, assessorado pelo Prof. Mário Zuliane do MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo), iniciou suas atividades em 1989 com duas turmas de alunos.

Nesta conjuntura esta pesquisa buscou refletir sobre as contribuições dos instrumentos pedagógicos da EFA Chico Mendes para o desenvolvimento regional dos municípios de onde os alunos são provenientes. Para corresponder este propósito foi realizada uma pesquisa documental, utilizando-se de dados do Censo das cidades do IBGE, caderno de alternância e do Plano Político Pedagógico (PPP) da Escola Família Agrícola Chico Mendes, de Novo Horizonte do Oeste- RO.

A relevância da pesquisa está em apresentar como os instrumentos pedagógicos e a modalidade de estudo por Alternância contribuem para o desenvolvimento das propriedades da família dos alunos da EFA, conseqüentemente, suas implicações no desenvolvimento econômico, social, educacional e político da região.

<sup>1</sup> A terminologia Alternância surge pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1906, com a designação de “ritmo apropriado” e busca associar a formação geral com a formação profissional.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Escola Família Agrícola “Chico Mendes” está localizada em Novo Horizonte do Oeste, e foi a 4ª Escola Família criada na diocese de Ji-Paraná. Nasceu das muitas reuniões e discussões de lideranças comunitárias, agricultores e agentes de Pastoral do Regional da Mata, envolvidos na luta dos trabalhadores Rurais, que através de mutirões e contribuições construíram em 1991, quatro prédios em alvenaria, numa área de 06 alqueires doados por pequenos proprietários.

A EFA Chico Mendes possui o Ensino Médio com acréscimo de um ano para que ao término do 4º ano o aluno seja formado em Técnico em Agropecuária. A escola atende alunos provenientes dos seguintes municípios com características rurais: Rolim de Moura, 56 664 habitantes, São Miguel do Guaporé (24 059), Alta Floresta do Oeste (25 506), Santa Luzia do Oeste (8 362), Nova Brasilândia do Oeste (21 670), Alto Alegre dos Parecis (13 993) e Novo Horizonte do Oeste (10 161), sendo, 18,2%, 27,29%, 42,71%, 49,08%, 57,83%, 71,43%, 83,09%, respectivamente, de habitantes que residem na zona rural, conforme dados do Censo do IBGE (2016).

Estas informações sugerem que a EFA Chico Mendes está implantada em uma região com uma população rural considerável, constituindo-se como um relevante projeto social para o desenvolvimento agrícola já que os filhos dos agricultores formam-se em Técnicos Agropecuários.

A primeira metodologia a se destacar da EFA em questão, e das EFAs brasileiras, é a Pedagogia da Alternância (PA), modalidade de ensino em que, segundo Chaves e Foschiera (2014), contribui para o desenvolvimento rural a partir da perspectiva de que o aluno interage com a escola e compartilha os múltiplos saberes que possui com os demais atores, de maneira reflexiva e, finalmente, aplica o conhecimento e a prática na comunidade agrícola ou faz uso delas em movimentos sociais.

O ciclo de formação por Alternância corresponde a uma rotina que começa na propriedade (junto à família), segue para o centro de formação (a escola) e volta à propriedade, para permitir o melhor engajamento das famílias neste processo de aprendizagem.

Identificou-se na Escola o uso dos seguintes instrumentos pedagógicos: a) Tema Gerador: definido entre os estudantes, famílias, educadores/monitores de acordo com a realidade local para estudo durante o ano letivo; b) Plano de Estudo (PE): elaborado previamente e orienta a pesquisa sobre o tema gerador proposto; c) Folha de Observação (FO): utilizada para complementação do Plano de Estudo, quando este apresenta falhas ou fraquezas em alguns aspectos da pesquisa; d) Caderno da Realidade ou da Propriedade: é um instrumento de registro, monitoramento e acompanhamento da formação, um diário; e) Caderno Didático: é um tipo de “livro didático”, uma fundamentação teórica para o desenvolvimento do Plano de Estudo; f) Acompanhamento das Atividades Práticas de Campo: atividade que complementa as visitas às famílias; g) Projeto Profissional do Jovem (PPJ) ou Projeto de Vida: plano de trabalho formalizado pelo jovem sobre a experiência produtiva que pretende desenvolver a partir de sua formação ou para onde ela será direcionada; h) Tutoria: ação desenvolvida por monitores contratados; i) Colocação em Comum: socialização do Plano de Estudo conforme a descoberta e a linguagem de cada jovem; j) Visitas e viagens de estudo: visitas feitas pelos educandos para promover intercâmbio de informações; k) Serões de estudo: etapas complementares de esclarecimento ou aprofundamento do tema gerador; l) Intervenções externas: atividade que busca estimular o envolvimento de especialistas a compartilharem suas experiências com os jovens do Centro de Formação; m) Atividades retorno: cumprem a finalidade de trazer elementos técnicos ou informações necessárias para a família ou para a comunidade; n) Visitas às famílias e comunidades: técnica de avaliação do desempenho do jovem e do envolvimento dos familiares no processo de formação; o) Estágio: tem a finalidade técnica

de aperfeiçoamento da formação dos jovens, de forma individualizada ou compartilhada, onde os mesmos possam aprimorar os conhecimentos ou praticar aquilo que aprenderam no Centro de Formação; e p) Avaliação: acontece por meio de experimentações, produções textuais, exposição e argumentação, debates e soluções de questões propostas em esquemas ou formulários.

Através da análise do plano de estudos e instrumentais pedagógicos identificou-se que a Escola contribui em uma relação dinâmica entre a escola-família-comunidade como considera Gnoatto *et al.* (2006) que o modelo de PA constitui-se uma importante proposta educacional voltada ao desenvolvimento integral do jovem do meio rural e que teve, indiretamente, reflexos no progresso da qualidade de vida nas famílias e na comunidade onde essas escolas estão inseridas.

A Escola Família Agrícola, como um projeto voltado especificamente para as populações camponesas consolidou-se no homem do campo e na possibilidade de promover uma educação que resgatasse o valor da terra e tornasse o agricultor familiar auto-sustentável para humanizar, libertar e emancipar os filhos de camponeses e agricultores.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa considera-se que as EFAs compõem-se da cooperação e a complexidade no espaço e no tempo, e como tal, visa desenvolver a atitude/reflexão do jovem camponês numa continuidade de instante, casos e acontecimentos da vida cotidiana. Nesta perspectiva promove o desenvolvimento educacional do jovem camponês, este por sua vez reflete este aprendizado para sua família e para a comunidade que está inserido, construindo e contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e político.

Considera-se relevante evidenciar a importância da Educação na construção do Desenvolvimento Rural Sustentável e, especificamente, a contribuição das Escolas Famílias Agrícolas na construção da Educação do Campo no Brasil.

A pesquisa limitou-se a compreender os instrumentos pedagógicos da EFA e suas implicações teóricas para o contexto do aluno, da família e da comunidade. Assim, faz-se relevante que mais estudos empíricos sejam realizados, com o objetivo de ouvir as famílias e a comunidade acerca de suas representações sobre a escola e qual papel no desenvolvimento local tem empenhado em desenvolver.

### 4 REFERÊNCIAS

CHAVES, Kênia Matos da Silva; FOSCHIERA, Atamis Antonio. Práticas de educação do campo no Brasil: escola família agrícola, casa familiar rural e escola itinerante. **Revista Pegada**, v. 15, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br>>. Acesso em: 15 de abr. 2017.

GNOATTO, Almir Antonio et al. Pedagogia da Alternância: uma proposta de educação e desenvolvimento no campo. In: XLIV **Congresso da SOBER. "Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento"**. Anais. 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/941.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. 2017.

IBGE. **Cidades**. Censo 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/...>> Acesso em: 22 mar. 2017.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. Gestão democrática e participativa na pedagogia da alternância: a experiência da escola família agrícola (EFA) de Goiás. **Revista entre ideias: educação, cultura e sociedade**, v. 14, n. 15, 2009. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/viewFile/2968/3525>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

## **ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIENCIANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DE HUMAITÁ-AM**

SANTOS, Miriany Ferreira dos, UFAM, myryanyinha\_bb@live.com  
FERRAZ, Michele França, UFAM, xerinferraz@hotmail.com  
ALVES, Maria Isabel Alonso, UFAM, mialonsoster@gmail.com

### **Resumo**

O Estágio Supervisionado na Educação Infantil é uma disciplina obrigatória para formação acadêmica do profissional licenciado em pedagogia, o mesmo proporciona ao estagiário e futuro profissional da educação vivenciar experiências reais sobre o campo de trabalho que atuará. O presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente as observações realizadas em sala de aula, as experiências vivenciadas e as aprendizagens adquiridas durante o estágio supervisionado na educação infantil. Os referenciais teóricos utilizados para embasar este trabalho foram Antunes (2004), RCNEI (1998), Freire (2007). A partir de uma análise crítica reflexiva a respeito do campo de atuação de um futuro profissional de educação infantil foi possível perceber que a educação infantil é de fundamental importância para o desenvolvimento criança. Numa visão freireana, entendemos que a educação sozinha não muda o mundo, entretanto, esta é capaz de promover transformações significativas no sujeito que, por sua vez, promove a transformação social. A escola em que foi realizado o Estágio Supervisionado atende alunos pertencentes à família de classe popular, que, em maioria, depende de um salário mínimo ou dos benefícios do Governo Federal (Bolsa Família), outras trabalham por conta própria (pescadores, açaizeiros, agricultores) e não contam com salário fixo, algumas famílias tem uma situação financeira estável. O corpo docente da Escola conta com professores efetivos e processo seletivo (Seletivo realizado pela Secretaria de Educação – SEMED), alguns desses professores residem no bairro e outros morram em bairros longe onde se locomovem de bicicletas ou motos. O Estágio Supervisionado proporcionou experiências para atuação no campo profissional, contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas na Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado. Formação de Professores. Educação Infantil.

### **Resumen**

El entrenamiento supervisado en la educación infantil es una materia obligatoria para el grado de formación académica profesional en la pedagogía, que proporciona al alumno y futuro profesional de educación Experiencia experiencias reales en el campo de trabajo que va a actuar. En este trabajo se pretende analizar críticamente las observaciones realizadas en el aula, las experiencias y los aprendizajes adquiridos durante el entrenamiento supervisado en la educación infantil. El marco teórico utilizado para apoyar este trabajo fueron Antunes (2004), RCNEI (1998), Freire (2007). A partir de un análisis crítico-reflexivo sobre el rendimiento de un futuro profesional del campo de la educación infantil se reveló que la educación infantil es crucial para el desarrollo del niño. una visión de Freire, entendemos que la educación sola no cambia el mundo, sin embargo, esto puede promover cambios significativos en la materia que, a su vez, promueve la transformación social. La escuela en la que se realizó la pasantía supervisada sirve a los estudiantes que pertenecen a las familias de clase populares que, en la mayoría, depende de un salario mínimo o los beneficios del Gobierno Federal (Bolsa Familia), otros son autónomos (pescadores, açaizeiros, agricultores ) y no tienen un sueldo fijo,

algumas familias tienen una situación financiera estable. La facultad de la Escuela cuenta con profesores eficaces y proceso de selección (selectiva realizada por el Departamento de Educación - SEMED), algunos de estos profesores viven en el barrio y otros mueren en los barrios en los que se alejan bicicletas o motocicletas. La experiencia de la pasantía supervisada proporcionado para operar en el ámbito profesional, contribuyendo al desarrollo de las prácticas educativas en la educación infantil.

**Palabras clave:** Prácticas Supervisadas. Formación de Profesores. Educación Infantil.

### Summary

The Supervised Internship in Early Childhood Education is a compulsory discipline for the academic formation of the licensed professional in pedagogy, it provides the trainee and future professional education with real experiences about the field of work that will work. The present work aims to analyze critically the observations made in the classroom, the experiences lived and the learning acquired during the supervised internship in early childhood education. The theoretical references used to support this work were Antunes (2004), RCNEI (1998), Freire (2007). From a reflexive critical analysis regarding the field of action of a future professional of children's education it was possible to perceive that the education of children is of fundamental importance for the child development. In a Freirean view, we understand that education alone does not change the world, however, it is capable of promoting meaningful transformations in the subject that, in turn, promotes social transformation. The school where the Supervised Internship takes place attends students belonging to the popular class families, who, in the majority, depends on a minimum salary or the Federal Government's benefits (Bolsa Família), others are self-employed (fishermen, ) And do not have a fixed salary, some families have a stable financial situation. The faculty of the School has effective teachers and selective process (selected by the Department of Education - SEMED), some of these teachers reside in the neighborhood and others die in districts far away where they ride bikes or motorcycles. The Supervised Internship provided experiences to work in the professional field, contributing to the development of pedagogical practices in Early Childhood Education.

**Keywords:** Supervised Internship. Teacher training. Child education.

## 1. INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado na Educação Infantil é uma disciplina obrigatória para formação acadêmica do profissional licenciado em pedagogia, o mesmo proporciona ao estagiário e futuro profissional vivenciar experiências reais sobre o campo de trabalho que atuará. O estágio permite ainda, relacionar e fazer uso dos conhecimentos adquiridos durante o curso, parte teórica com parte prática. É importante que todo profissional, durante a sua formação acadêmica, tenha contato com seu campo de atuação para que possa observar a realidade e fazer uma reflexão crítica construtiva do que é e como pode ser desempenhado seu trabalho para melhorias e busca de alternativas que possa contribuir para diminuição das dificuldades e ainda vivenciar situações reais de conflitos que ocorrem no campo de atuação, neste caso, o campo educacional, percebendo que nem sempre o que está posto na teoria ocorre na prática. E quando falamos em infância não podemos deixar de destacar a importância da educação infantil na vida da criança, como grande influenciadora do processo de ensino e aprendizagem.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO EXPERIENCIADO

O Estágio Supervisionado na Educação Infantil foi realizado na Escola Municipal Professora Maria Bonfim Santiago da Cruz, localizada na Rua Romeo Botelho - S/N no Bairro São Cristóvão. A escola funciona durante o turno matutino e vespertino, tendo um total de dezoito turmas entre 14 á 16 alunos distribuídos em salas de maternal, pré-escola I e pré-escola II. Atende alunos de três, quatro e cinco anos de idade, crianças que residem no próprio bairro em que a escola está localizada - Bairro São Cristóvão- e em outros bairros vizinhos. Os alunos pertencem a famílias de classe popular, onde uma parte depende de um salário mínimo ou dos benefícios do Governo Federal (Bolsa Família), outras trabalham por conta própria, não contam com salário fixo, algumas poucas famílias tem uma situação financeira estável e há uma clientela muito carente em que o baixo nível de escolaridade dos pais contribui com a realidade da situação financeira dessas famílias.

O corpo docente da Escola conta com professores efetivos e processo seletivo (Seletivo realizado pela Secretaria de Educação – SEMED), alguns desses professores residem no bairro e outros morram em bairros longe onde se locomovem de bicicletas ou motos. Observou-se que a escola se distingue como sendo uma escola de pequeno porte, com as seguintes dependências: Direção, Secretaria, S. Professores, S. Vídeo, S. Aula (09) que atende 2 turnos, Banheiros dos Alunos e dos Funcionários, Cozinha, Pátio, Quadra de areia, Estacionamento e depósito. Oferece ensino que atende a uma média de 250 alunos matriculados regularmente, estando estes distribuídos nos períodos matutino e vespertino. Com relação aos espaços físicos escolar, os Referenciais Curriculares Nacionais Para Educação Infantil explicam que:

“O espaço na instituição de educação infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto, é preciso que o espaço seja versátil e permeável à sua ação, sujeito às modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas.” (Brasil, 1998, p. 69).

De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais Para Educação Infantil (RCNEI,1998) o espaço físico da escola auxilia no desenvolvimento das práticas pedagógicas propiciando um ambiente estimulador de aprendizagem. Seguindo as orientações do RCNEI (1998), a escola foi construída segundo o “modelo padrão MEC” a qual possibilita um ambiente propicio ao processo de ensino e aprendizagem.

### **3. ANÁLISE E RESULTADOS**

A prática pedagógica na Educação Infantil requer do professor uma certa criatividade para dispor de vários recursos e a utilização de diferentes meios para desenvolver seu trabalho de forma satisfatória e buscando sempre oferecer momentos prazerosos e agradáveis às crianças de modo a evitar o desinteresse das mesmas pela aprendizagem. Freire (2011, p. 47) afirma que como educador “[...] Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto às indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, às suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento.” Para o educador Paulo Freire, a verdadeira prática pedagógica de um educador durante o processo de ensino e aprendizagem não se resume na transferência dos conhecimentos, mas em possibilitar ao educando a construção desse conhecimento e está sempre à disposição para isso, de maneira a ser receptível a vários momentos ou situações dentro da sala de aula.

A relação professor-aluno harmoniosa também contribui positivamente para aprendizagem, permitiu aos alunos um ambiente estimulador, onde os mesmos podem expor suas opiniões sem ter que inibir o conhecimento adquirido por medo ou receio de serem criticados ou punidos pelo professor. Observou-se uma relação afetiva que para Kramer (1991), A dinâmica do trabalho docente se sustenta com as crianças. No que se refere ao campo das concepções metodológicas utilizadas pela professora durante o estágio de observação, percebeu-se que parte de uma prática tradicional por utilizar diariamente atividades impressas para colar, pintar ou cobrir, no qual o aluno tinha que ficar sentado na sua carteira e concluir sua tarefa, não foram utilizados jogos nem brincadeiras que na Educação Infantil é primordial para o desenvolvimento da criança, tanto emocional, físico e cognitivo. Antunes (2004, p. 35), afirma que a criança ao brincar também aprende pois “Não se separa a ideia do brincar da ideia do aprender e, dessa forma brincando e jogando, a criança constrói conceitos, explora sua criatividade, inventa e reinventa, transforma a realidade de seu entorno, de suas emoções e de seu corpo”. Esse brincar ainda deve ser conduzido pelo professor de maneira a atingir o verdadeiro sentido da brincadeira que é aprender de forma lúdica e prazerosa.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como já foi apresentado no início deste trabalho, o principal objetivo do estágio supervisionado na educação infantil, de acordo com o plano de ensino da Universidade Federal do Amazonas UFAM/IEAA, é “desenvolver competências necessárias à atuação profissional na Ed. Infantil; planejamento e a realização de atividades de ensino sob a orientação do supervisor de estágio e a coordenação do professor da classe, como exercício da docência supervisionada”. Considera-se que os alcançado, pois pôde proporcionar uma visão mais ampla do que é e como se ocorre o processo de ensino e aprendizagem na realidade de uma escolar de Educação Infantil, embora algumas dificuldades encontradas, permitindo uma experiência para atuar no campo referente.

#### **5. REFERÊNCIAS**

- ANTUNES, Celso. **Educação Infantil: Prioridades Imprescindível**. Petrópolis, RJ: vozes 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** - Brasília: MEC/SEF, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários á pratica educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2011.
- KRAMER, Sonia. **Com a Pré-Escola nas Mãos: uma alternativa curricular para educação infantil**. São Paulo: Ática, 1991.
- ROSAS, Sandra Maria de Sousa. **Projeto Político Pedagógico: Escola municipal Professora Maria Bonfim Santiago Da Cruz**. Humaitá, 2012.

## **Estudo de caso dos resíduos sólidos gerados na área de proteção ambiental da ilha do Combu do município de Belém do Pará**

Aline Azevedo Andrade, UFPA, aline\_andrade91@hotmail.com;  
Luysy Krystyny Fernandes Prata, UFPA, luysyprata@hotmail.com;  
Karoline da Costa Barros, UFPA, xkarolinebarros@hotmail.com;  
Lindemberg Lima Fernandes, UFPA, lberge@ufpa.br;

### **Resumo**

A Ilha do Combu é uma comunidade ribeirinha situada na região insular ao sul de Belém, sendo considerada uma APA (Área de Proteção Ambiental) a qual foi criada por decreto de Lei nº 6083/97. O presente trabalho busca investigar os principais tipos e disposições dos resíduos gerados por essas comunidades situada na ilha, através de informações dos moradores locais, além de apresentar soluções viáveis que respeitem a comunidade local e se adequem a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305/10, o resultado apresenta a falta de coleta e o destino adequado dos resíduos sólidos gerados nessa comunidade.

Palavras-chave: resíduos sólidos, destinação, comunidades ribeirinhas

### **Resumen**

La isla de Combu es una comunidad ribereña más precisamente ubicado en la región de las islas al sur de Belén, se considera un APA (Área de Protección Ambiental) que fue establecido por el decreto ley 6083/97. Este estudio investiga los principales tipos y disposiciones de los residuos generados por estas comunidades situadas en la isla, además de presentar soluciones viables que respetan la comunidad local y adecuado para de la Política Nacional Residuos Solidos Ley 12.305/10.

Palabras clave: residuos solidos, destino, comunidad ribereña

### **Abstract**

The Island of Combu is a riverside community more precisely located in the insular region to the south of Belém, being considered an APA (Environmental Protection Area) which was created by decree of Law. No 6,083/97. The present work seeks to investigate of the main types and dispositions of the waste generated by these communities located on the island, besides presenting viable solutions that respect the local community and conform to the National Policy on Solid Waste law. No 12,305/10.

Keywords: solid waste, destination, riverside community

## **1- INTRODUÇÃO**

Uma das maiores formas de poluição ambiental é proveniente do descarte inadequado de resíduos sólidos, que podem causar danos ao meio ambiente em curto e longo prazo. O aumento da população no Brasil conseqüentemente implica no aumento da produção de resíduos, porém esta não é acompanhada de correto descarte, embora nas comunidade rurais esse aumento seja menor. De acordo com dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - Abrelpe (2012) 64 milhões de toneladas de resíduos foram gerados pela população e deste total, 24 milhões (37,5%) foram destinados inadequadamente.

A quantidade de resíduos sólidos produzidos pelas populações está relacionada não só com o nível de riqueza, refletido na capacidade econômica para consumir, mas também com os valores e hábitos de vida, determinantes do grau de disposição para a realização do consumo (GODECKE et al, 2012).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, para que haja um avanço no país no que diz respeito ao enfrentamento de problemas ambientais, é imprescindível que a destinação de resíduos se enquadre na Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) a qual prevê uma redução na geração de resíduos por meio de práticas de consumo sustentável e instrumentos que propiciem o aumento da reciclagem e da reutilização de resíduos sólidos (MMA, 2010).

A Ilha do Combu é a quarta maior ilha da cidade, está situada ao sul do município de Belém e possui uma área de aproximadamente 1500 ha, sua população é em torno de 1.500 habitantes e seu ecossistema de várzea constituído por uma grande variedade de espécies florestais (IDEFLOR-BIO, 2015).

A Ilha do Combu é reconhecida como uma APA (Área de Proteção Ambiental) tendo esta sido criada por decreto de Lei nº 6083/97 e gerida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS, 1988). Segundo a Resolução nº 10/1988 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, as "APA'S são unidades de conservação, destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais" (CONAMA, 1988 p. 1).

A situação dos resíduos sólidos na Ilha do Combu é preocupante considerando que a comunidade ribeirinha encontra-se distante do centro urbano de Belém e não possui coleta seletiva regular pela prefeitura do município.

## **2- OBJETIVO**

O objetivo principal do trabalho é realizar um diagnóstico dos principais tipos de disposições de resíduos sólidos gerados na APA da ilha do Combu.

## **3- METODOLOGIA**

A metodologia foi dividida em duas etapas prioritárias. A primeira etapa foi realizada *in loco* na Ilha do Combu no dia 29 de abril de 2017 e algumas observações e registro fotográficos na margem do rio e com os resíduos gerados pela comunidade. Foram aplicados dois questionários na ilha, correspondendo a duas famílias da região. Ademais, foram aplicados alguns questionários aos moradores da região a fim de analisar a perspectiva que os mesmos possuem sobre a questão dos resíduos no local onde residem. As perguntas presentes no questionário estavam relacionadas ao tipo de descarte dado aos resíduos, concepção dos moradores de que forma seria melhor coletar, grau de escolaridade, periodicidade que reside essas pessoas, se a prefeitura do município de Belém auxiliar na coleta, se já ocorreu palestra de educação ambiental e quais os principais tipos de resíduos gerados na ilha. Já a segunda etapa baseou-se na aplicação de questionário para os alunos do curso Engenharia Sanitária e Ambiental (ESA) da Universidade Federal do Pará para verificar o grau de percepção dos alunos sobre a problemática dos resíduos gerados na Ilha do Combu, visto que a comunidade faz parte do município de Belém onde a universidade está localizada.

No curso de ESA o número de questionários aplicados foi correspondente ao número total de alunos ao qual foi retirada uma porcentagem de 12% do espaço amostral e foi aplicado 37 questionários, realizado de forma aleatória para os alunos de diversos períodos e possui perguntas como: frequência de visita à Ilha; se conhecem o conceito de APA; se

sabem a importância da implementação da coleta seletiva na ilha; se consideram que a Prefeitura de Belém deve investir na gestão de resíduos sólidos gerados no Combu; se já verificaram a presença de resíduo sólido ao chegar na ilha disposto no rio; se consideram importantes o programa de educação ambiental para a comunidade ribeirinha da Ilha do Combu.

#### 4- RESULTADOS E DISCUSSÕES

O número reduzido de questionários aplicados aos moradores da comunidade ribeirinha pode ser justificado pela dificuldade de acesso a regiões interioranas à ilha do Combu. Os dois entrevistados afirmaram que possuem o segundo grau completo e afirmam que não ocorre coleta dos resíduos sólidos pela prefeitura do município de Belém, além disso, possuem 5 pessoas por residência. A primeira família separa os resíduos de acordo com o tipo de material (plástico, papel, vidro, metal) em sacos plásticos que são recolhidos em parceria com um restaurante localizado na ilha, onde é levado para Belém e destinados a um local que são comercializados os materiais passíveis de reciclagem, porém, os resíduos orgânicos são usados como composto orgânico para a plantação de cacau, visto que na residência é confeccionado chocolate. Na Figura 1A, observa-se a geração de resíduos na primeira residência, já a Figura 1B são resíduos sólidos despejados no rio, como pneu e garrafa de plástico.

Figura 1 – Resíduos sólidos gerados na ilha do Combu



Fonte: Autoras (2017).

No entanto, observou-se durante a visita na ilha do Combu que não foram encontrados muitos resíduos jogados pelo rio e, que a maioria dos resíduos dispostos foram encontrados próximo as residências podendo ser grandes meios de proliferação de vetores e conseqüentemente, a proliferação de doenças provenientes da falta e/ou ausência de saneamento básico. Já a segunda família destina seus resíduos em locais próximos a residência e queimam ao ar livre. Ambos os entrevistados souberam responder o que é coleta seletiva e afirmaram que houve várias palestras sobre educação ambiental, desenvolvidas por estudantes e pesquisadores. De acordo com os entrevistados é difícil mudar os hábitos da população haja vista que não possuem apoio da prefeitura.

Já o segundo questionário foi aplicado com 21 pessoas do feminino e 16 do sexo masculino. Quanto perguntados com que frequência já visitou a ilha do Combu, 67% nunca foram na ilha, 22% vão uma vez no ano e 11% frequentam uma vez ao mês. Este dado demonstra que apesar da ilha está próxima ao centro de Belém, a mesma não possui muitas visitas pelos alunos do curso. Com exceção de uma pessoa, todos os outros entrevistados afirmaram que a Ilha do Combu é uma área de Proteção Ambiental – APA. Todos os entrevistados consideram o Programa de Coleta Seletiva importante para a diminuição do impacto negativo sobre o meio ambiente destinando de forma adequada os resíduos; melhorar a qualidade de vida; influenciar à economia local; promover a educação

ambiental na população local e visitantes; melhorar a limpeza da ilha e favorecer a reciclagem.

Quanto aos resíduos sólidos no rio, 43% não soube responder se existem resíduos as margens da ilha, 12% não viram e 9% já observaram garrafas PET's, sacos e copos plásticos, pneu, resíduo orgânico. Quando ao apoio dado pela Prefeitura todos os entrevistados acreditam que o órgão competente deve investir na gestão de resíduos sólidos gerados na ilha do Combu. Por fim, foi perguntado com relação a importância da educação ambiental para as comunidades ribeirinhas da ilha do Combu, os entrevistados afirmaram que é de extrema importância para as comunidades ribeirinhas serem informadas que a saúde humana e o meio ambiente estão relacionados, com isso, irá proporcionar um ambiente que garanta salubridade das famílias locais, promovendo o aumento do turismo da região e conseqüentemente aumento na renda das comunidades ribeirinhas. Desta forma, serão enormes os benefícios sociais, econômicos e ambientais garantindo a preservação do meio ambiente para futuras gerações.

## 5- CONCLUSÃO

A partir dos dados levantados pelos questionários e visita *in loco* é possível analisar os impactos que a ausência da gestão de resíduos sólidos na Ilha do Combu, designada Área de Proteção Ambiental, ocasiona na região como: a degradação do meio biótico, a intoxicação das espécies de animais nativos, a proliferação de doenças provenientes da falta de saneamento, entre outros. Observou-se também que as comunidades da Ilha do Combu não possuem destinação adequada dos resíduos sólidos e nem o apoio da prefeitura do município e órgãos competentes. Pode-se inferir que não há um sistema de gestão implementado, uma vez que o plano de manejo está em fase de produção, assim é necessário promover atividades que divulguem informações referentes ao planejamento e gestão da APA e projetos que contribuam para a preservação e conservação ambiental, embasados nas diretrizes do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e no Plano Diretor do Município de Belém.

## REFERÊNCIAS

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Disponível em: [http://www.abrelpe.org.br/noticias\\_detalhe.cfm?NoticiasID=1420](http://www.abrelpe.org.br/noticias_detalhe.cfm?NoticiasID=1420) Acesso em: 04 fev 2017

MMA - Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 10, de 14 de dezembro de 1988. Dispõe sobre a regulamentação das Áreas de Proteção Ambiental-APAs. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=74>>. Acesso em: 04 fev 2017. 1p.

GODECKE, Marcos Vinicius. NAIME, Roberto Harb. FIGUEIREDO, João Alcione Sganderla. Rev. Elet. em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental: O consumismo e a geração de resíduos sólidos urbanos no Brasil. 2012.

Ideflor-Bio. Relatório de Gestão do exercício de 2015 a ser apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, em obediência aos termos do art. 146 do Regimento Interno do TCE, título III, seção IV, Inciso II.

## **Estudos Preliminares do Ensino da Educação Ambiental no Assentamento Nova Amazônia-Cauamé – Município de Boa Vista, Roraima**

Moeme da Silva Máximo Ramos <sup>1</sup>, Universidade Federal de Roraima, Instituto de Geociências, Departamento de Geologia, moeme.maximo@ufrr.br;  
Antônio Tolrino de Rezende Veras <sup>2</sup>, Universidade Federal de Roraima, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, antonio.veras@ufrr.br;  
Lorena Malta Feitoza <sup>3</sup>, Universidade Federal de Roraima, Instituto de Geociências, Departamento de Geologia, lorena.feitoza@ufrr.br;  
Vladimir de Souza <sup>4</sup>, Universidade Federal de Roraima, Instituto de Geociências, Departamento de Geologia, vladimir.souza@ufrr.br.

### **Resumo**

O Projeto de Assentamento Nova Amazônia - Cauamé foi criado pelo INCRA em 2001, em uma área que pertencia a fazenda Bamerindus, incorporada ao patrimônio da União em 1998, por força judicial. A área era destinada à criação extensiva de gado bovino e sorgo, destinado à produção de ração para gado. O projeto resultou da iniciativa pioneira de entidades rurais, na tentativa da criação de um assentamento piloto em área de "Lavrado" no Estado. Em termos de escolas públicas no assentamento, ainda é de forma incipiente para a demanda de alunos do ensino fundamental e médio. No entanto, com a presença da Universidade Federal de Roraima, a qual possui um campus avançado no assentamento, torna-se mais atrativo para a comunidade local, principalmente em relação ao curso agrotécnico e superior na área ambiental. Deste modo, sobre o processo de criação do assentamento e a inserção das escolas públicas, o presente projeto pretende efetivar uma pesquisa de cunho quali-quantitativa junto aos alunos do ensino fundamental e médio no assentamento, com o objetivo de criar e aplicar metodologias de ensino e práticas de campo na área ambiental a partir de oficinas temáticas. Durante a execução do projeto, pretende-se a abertura de vários canais de diálogo com a comunidade local, através de feiras e exposições itinerantes. Para isso, as atividades desenvolvidas são: palestras, exibição de filmes, aulas de campo, leitura de textos e depoimentos da comunidade sobre a questão ambiental na tentativa de substanciar os alunos nas oficinas e, posteriormente na elaboração dos banners, curtas metragens, palestras entre outros para apresentação e exposição nas feiras de ciências e/ou amostras científicas itinerantes. Portanto, a educação do campo hoje deve se aproximar da comunidade a qual se insere as escolas, conhecer suas especificidades, dinâmicas, limites e possibilidades, na busca de uma unidade de ação sem esquecer a pluralidade sociocultural das escolas rurais.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Assentamento, Zona Rural.

### **1- Introdução**

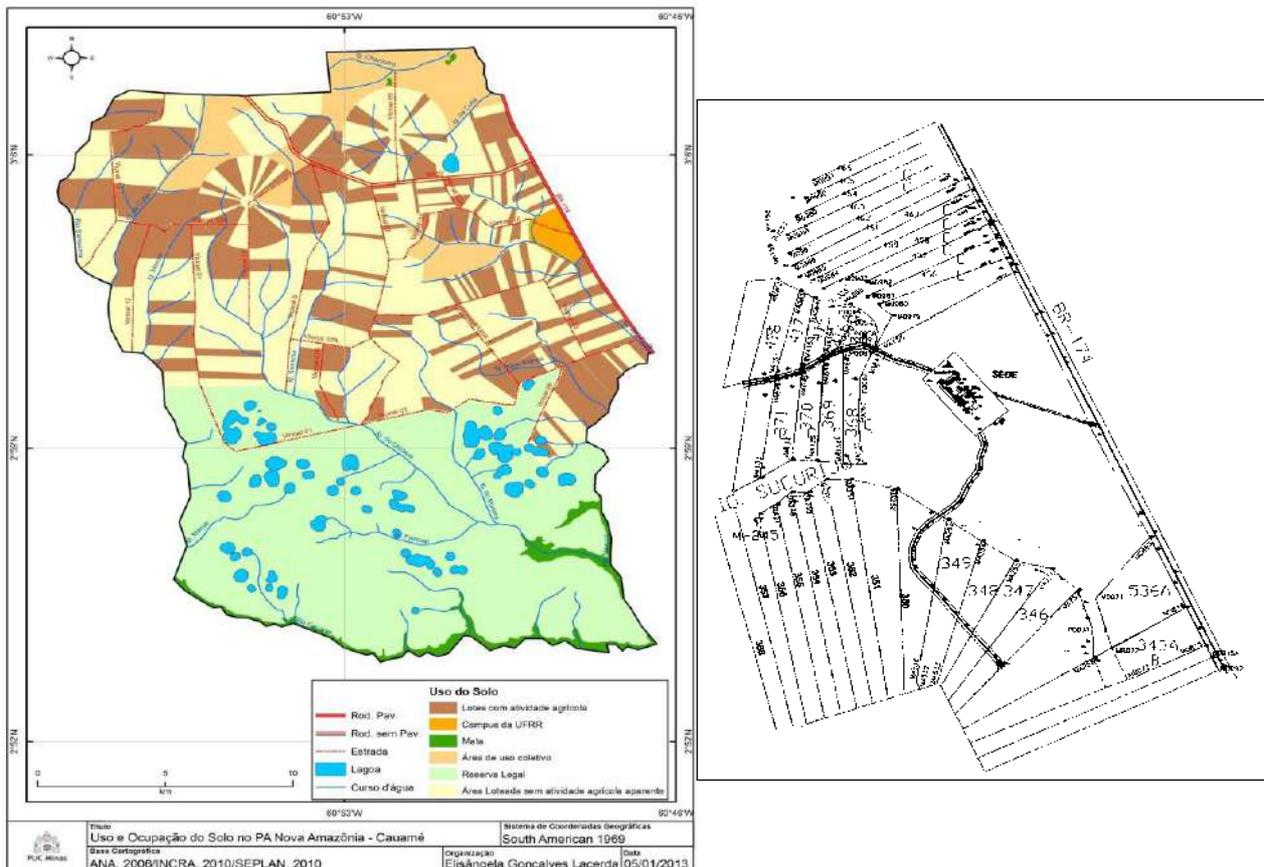
O Projeto de Assentamento Nova Amazônia - Cauamé foi criado pelo INCRA em 15 de outubro de 2001, através da Portaria/SR-25/nº. 010/2001, localizado em duas áreas distintas: as fazendas Murupú e Cauamé, situadas à margem esquerda da BR-174, a 30 km do Centro de Boa Vista, e a outra parte do assentamento, compreende a fazenda Truarú, localizada na margem direita da BR-174, a 45 km do Centro de Boa Vista, com capacidade para atender, ambas as regiões, aproximadamente 800 famílias. A área do assentamento, pertencia a fazenda Bamerindus, e foi incorporada ao patrimônio da União em 1998, por

força judicial. A área era destinada à criação extensiva de gado bovino, assim como se fazia o cultivo de sorgo, destinado à produção de ração para alimentar o gado, principalmente no período de estiagem (LACERDA, 2013).

O projeto resultou da iniciativa pioneira de entidades rurais do Estado de Roraima, em criar um assentamento piloto em área de “Lavrado”. A ideia obteve apoio por parte da comissão técnica do INCRA, cuja argumentação se baseou em: a) aproveitar uma área disponibilizada pelo patrimônio público para implantar de forma pioneira um assentamento em ambiente de savana na região e; b) reduzir a pressão existente sobre as áreas de floresta do Estado, onde o desmatamento e as queimadas são constantes e crescentes (BARBOSA, 2003).

Durante o processo de desapropriação da fazenda, aproximadamente sessenta pessoas, foram informadas de que seria criado um assentamento no local, onde resolveram acampar na “Fazenda Bamerindus”, localizada às margens da BR174 (Figura 1) com o intuito de garantir um lote.

Figura 1: (A) Mapa de localização do assentamento Nova Amazônia e (B) Planta do assentamento.



O acampamento possuía uma estrutura precária, sem energia elétrica ou mesmo água para consumo. Alguns acampados durante o dia, trabalhavam no comércio em Boa Vista e durante a noite iam para o acampamento. Boa parte dos acampados não chegaram a residir de fato no acampamento, pois possuía residência na cidade (LACERDA, 2013).

Considerando o processo histórico da criação do assentamento em relação às escolas públicas ali existentes, pode-se dizer que, ainda é incipiente para a demanda de alunos do ensino fundamental e médio. No entanto, com a presença da Universidade

Federal de Roraima, a qual possui um campus avançado no assentamento, torna-se mais atrativo para a comunidade local, principalmente em relação ao curso agrotécnico e superior na área ambiental.

Com relação ao ensino fundamental existe apenas uma escola estadual para suprir a demanda local. Deste modo, inspirados nestas reflexões prévias, sobre o processo de criação do assentamento e a inserção das escolas públicas, a presente pesquisa pretende efetivar um estudo de cunho quali-quantitativo junto aos alunos do ensino fundamental e médio das escolas do assentamento, para criar e aplicar metodologias de ensino e práticas de campo na área ambiental a partir de oficinas temáticas, levando em consideração a realidade vivenciada nas escolas do campo, suas visões, opiniões e perspectivas sobre a educação oferecida nas escolas públicas localizadas na zona rural do referido município.

## **2- Metodologia**

Essa atividade consiste em visitas ao assentamento e as escolas existentes no local, através do desenvolvimento de diversas atividades, entre elas: depoimentos da comunidade sobre a questão ambiental, palestras, aulas de campo, exibição de filmes e leitura de textos, para poder substanciar os alunos nas oficinas, e posteriormente, a elaboração dos banners, curtas metragens, palestras direcionadas dentre outros, para apresentação e exposição em feiras de ciências e/ou amostras científicas itinerantes. A pesquisa encontra-se na fase inicial, com coleta do levantamento do acervo bibliográfico sobre a criação e implantação do assentamento, bem como a elaboração de questionários que abordem os itens de: idade, quantidade de membro das famílias, grau de escolaridade, profissão, tempo que reside no assentamento, coleta de lixo, reciclagem, higiene, etc, para posteriormente ocorrer a ida ao campo para a realização das entrevistas na comunidade e escolas e conseqüentemente as análises quali-quantitativas, para poder prosseguir os as outras etapas de trabalho.

## **3- Resultados**

Como resultados preliminares, pode-se dizer que a educação do campo hoje deve se aproximar da comunidade a qual se insere a escola, conhecer suas especificidades, dinâmicas, limites e possibilidades na busca de uma unidade de ação sem esquecer a pluralidade sociocultural das escolas rurais. Assim, o educador deve conhecer e reconhecer o espaço da escola, desenvolvendo em suas práticas educativas a valorização da comunidade, respeitando e incorporando na educação os saberes sociais passados por diversas gerações, porém sempre que possível, atualizar-se sobre os avanços tecnológicos, científicos, educacionais, que se encontram presentes nos grandes centros, levando conhecimento para os alunos e a comunidade rural de um modo geral.

Espera-se que, durante o período de execução da pesquisa, seja aberto vários canais de diálogo com a comunidade local, através de feiras e exposições itinerantes.

## **4- Referências Bibliográficas**

BARBOSA, R. I. Caracterização dos Ecossistemas Terrestres do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (PANA) - Antiga Fazenda Bamerindus. Relatório de Pesquisa - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Boa Vista, 2003.

LACERDA, E. G. A REFORMA AGRÁRIA NO LAVRADO DE RORAIMA: o Pioneirismo do Projeto de Assentamento Nova Amazônia. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte. 2013.

## **Fazeres, Saberes, sabores do modo de vida das quebradeiras de coco babaçu: transmissão de conhecimento intergeracional – Reserva Extrativista do Ciriaco**

Vanusa da Silva Lima  
Universidade de Brasília  
vanusababassu@gmail.com

### **Resumo**

A elaboração do banner tem o objetivo de apresentar subsídios cotidianos do usos e modos do coco babaçu, pelas mulheres extrativistas que se auto identificam “quebradeiras de coco babaçu”, além de apontar mudanças significativas ocorridas no seio da comunidade, implicando sobretudo na manutenção e transmissão dos conhecimentos tradicionais. A abordagem metodológica qualitativa incidiu pela observação participante, através da vivência em diversos períodos temporais. O coletivo observado está composto de três gerações residentes em uma unidade de conservação ambiental – Reserva Extrativista do Ciriaco, em Cidelândia-MA. A Resex foi criada em 1992, sob a justificativa da preservação e conservação dessa floresta em pé e de todo os elementos socioculturais, econômicos e afetivos que tecem o modo de vida das quebradeiras de coco babaçu. Há um forte processo de migração da gerações pós-decreto para outras regiões do país, de modo a gerar questionamentos sobre a transmissão dos conhecimentos intergeracionais e os sabores do babaçu que as gerações futuras degustarão.

Palavras-chave: conhecimento tradicional; juventude; migração.

## **Obras, conocimiento, sabores de subsistencia de las rompedoras de coco babasú: la transmisión intergeneracional de conocimientos - Reserva de Extracción Ciriaco**

### **Resumen**

El diseño de la bandera tiene como objetivo proporcionar beneficios cotidianos de usos y modos de coco babasú, las mujeres que se auto identifican extractivas "galletas de coco babasú", al tiempo que señala cambios significativos en la comunidad, lo que implica en particular en el mantenimiento y la transmisión conocimientos tradicionales. El enfoque cualitativo se centró por la observación participante, a través de experiencias en diferentes períodos de tiempo. El colectivo observado se compone de tres generaciones que viven en una unidad de conservación del medio ambiente - Reserva de Extracción Ciriaco en Cidelândia-MA. La reserva de extracción fue creado en 1992 sobre la base de la preservación y conservación de este bosque de pie y todos los elementos socio-culturales, económicas y afectivas que tejen el modo de vida de los interruptores de coco babasú. Hay un fuerte proceso de migración de las generaciones posteriores a la orden para otras regiones del país, con el fin de generar preguntas acerca de la transmisión de conocimientos y de babasú sabores que las generaciones futuras degustarão.

Palabras clave: conocimiento tradicional; la juventud; la migración.

## **Making, Knowledge, flavors of the way of life of the babassu breakers: transmission of intergenerational knowledge - Extractivist Reserve of Ciriaco**

### **Abstract**

The banner is designed to present subsidies on the uses and modes of babassu coconut, by the extractivist women who identify themselves as "babaçu coconut breakers", and point out significant changes within the community, mainly involving maintenance and transmission Traditional knowledge. The qualitative methodological approach was based on participant observation, through the experience in several time periods. The observed collective is composed of three generations resident in an environmental conservation unit - Extractivist Reserve of Ciriaco, in Cidelândia-MA. This Resex was created in 1992, under the justification of the preservation and conservation of this standing forest and all the socio-cultural, economic and affective elements that weave the way of life of babassu coconut breakers. There is a strong process of migration from post-decree generations to other regions of the country in order to generate questions about the transmission of intergenerational knowledge and the tastes of babassu that future generations will taste.

Keywords: traditional knowledge; youth; migration.

### **1- As raízes, os saberes, os sabores.**

As três comunidades rurais Alto Bonito, Centro do Olímpio e Ciriaco, contabilizam 300 famílias de agroextrativistas, distribuídas em uma área de 8.114 hectares pertencentes ao município de Cidelândia, MA, localizada na região Oeste maranhense, no Portal da Amazônia Oriental.

A comunidade que concentra a maior população é Ciriaco. Carrega o nome do seu desbravador, José Ciriaco, um piauiense que chegou na metade do século XX para essa região, engrossando a leva de camponeses que se colocaram a serviços dos projetos de ocupação da Amazônia Legal.

A implantação da Resex Ciriaco, é resultado do requerimento de homens e mulheres engajados nos movimentos sociais do campo, a saber: CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, STRR – Sindicatos de Trabalhadores e trabalhadoras Rurais e, sobretudo o MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Inspirados na luta e resistência de Chico Mendes, submeteram a área para apreciação como Reserva Extrativista.

A implantação das Unidades de Conservação Ambiental, entre elas as Reservas extrativistas, permitiu ao então Presidente da República, Fernando Collor de Mello, no momento da Conferencia Mundial ECO 92, expor um cenário de diluição das tensões no campo, sobretudo por acesso à terra. Com isso mostrou preocupação com populações que ali residiam, as notáveis Populações Tradicionais.

Essa movimentação resultou na criação da Reserva Extrativista do Ciriaco, por meio de Decreto Nº 532, em 20 de maio de 1992. Na cártula das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras da região, a conquista da terra, o livre acesso aos recursos naturais, foram analisados como uma grande vitória na luta por terra, trabalho e dignidade.

Contudo, ao se passar um quarto de século após a ECO 92, percebe-se que as mudanças, os avanços implicam diretamente no modo de vida e reprodução da comunidade. No cenário atual o maior desafio é fixar no campo a geração que cresceu pós decreto.

## 2- Os centros

As comunidades rurais geralmente se iniciavam com apenas uma família. Em seguida, outros camponeses se avizinhavam, vindos de diversos lugares do país e, desse modo emergiam os pequenos coletivos que eram chamados de “centros”, estabelecendo a sociabilidade do grupo.

Os chegantes, nominados dessa maneira por José de Sousa Martins (1979 p.18), “não é simplesmente quem chega, mas quem chega para ficar, para se tornar membro do grupo, quem compartilha solidariamente e fisicamente o destino dos que estão em busca de um lugar”. Uma vida marcada por luta, sofrimento e resistência.

A abertura da Belém-Brasília, em 1959, também contemplou a cidade de Imperatriz – MA, e trouxe consigo um novo contingente migratório. A grande propagação para ocupar a Amazônia Brasileira, os projetos financiados, as riquezas naturais, foram elementos preponderantes nas novas paisagens que se estabeleceram.

A historiadora Edelvira Marques vivenciou o crescimento dessa região. Conviveu diretamente com aqueles e aquelas que não sabiam qual destino o futuro lhes reservava, todavia, acreditavam em dias melhores. O rio Tocantins, margeava a esperança de muitos. E a notícia de terras férteis e verde perene, vislumbrava a chegada. Vejamos o registro da historiadora imperatrizense:

“Do Nordeste chegavam caminhões cheinhos, tropas de jumentos também. Vinham todos sujos de poeira, trazendo mil e um cacarecos: baús, meninos, cabaças, papagaios (...). No pescoço, traziam aqueles terços enormes de contas azuis e brancas...”  
(MARQUES, 2012, pág. 86)

Essas ocupações trouxeram consigo os grandes momentos econômicos como o ciclo da borracha, o ciclo da madeira, o ciclo do arroz. Gerando grandes impactos ambientais, tais como o desmatamento descontrolado, deixando como herança uma terra degradada. Posteriormente, acontece a ocupação pela pata do boi, gerando um novo ciclo econômico, que perdura até os dias atuais.

A cada ciclo, os camponeses se adequavam para atender a demanda. Braços disponíveis para realizarem as empreitadas mais difíceis, muitas vezes em troca de permanecerem vivos. A lei do “manda quem pode e obedece quem tem juízo”, reinava absoluto.

Assim como o babaçu, que é mata secundária, e esteve presente em todos os ciclos vivenciados nessa região, a mulher camponesa contribuiu significativamente para a manutenção desses processos, porém, na invisibilidade.

As mulheres do campo não tinham o reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais e não podiam gozar amplamente dos benefícios dessa categoria. O preconceito por elas sofrido acabava dificultando

a efetiva participação junto aos sindicatos. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1989, p. 26)

Na economia familiar o babaçu aparece também de forma complementar. Abasteciam as mesas com seu sabor peculiar, na extração do leite e do azeite. Faziam suas casas, paredes e coberta, até as esteiras de dormir. Para as quebradeiras, o babaçu é como o boi: tudo se aproveita.

As mulheres organizavam o tempo diário entre as atividades domésticas, a roça e a quebra do coco babaçu, atividade insalubre que requer habilidade e muita atenção. Nas comunidades, quebra do babaçu também é realizada de forma lúdica em momentos competitivos. Organizam-se grupos de amigas, comadres, vizinhas, que circundam uma quantidade de coco “ajuntado” com antecedência. Com vozes agudas, que concorrem com o dilacerar do coco, entoam canções com letras saudosistas, contam piadas.

Mesmo diante de um cenário de luta pela sobrevivência, a memória dos camponeses e camponesas era povoada de lembranças. Os costumes, a religiosidade, a culinária. Suas raízes não passavam despercebidas. As promessas, os votos que confiaram a seus santos, o reconhecimento e agradecimentos, ocasionam grandes festejos, quermesses, missas e outras formas de credo.

### **3- O Reizado**

Na Resex Ciriaco, a família Colodino, de origem piauiense, que chegou logo após Ciriaco ser assituado, trouxe a devoção do Santo Reis, e há mais de meio século festejam ininterruptamente. Tornou-se tradição. Seis de janeiro é a data reverenciada entre católicos. Os mais velhos explanam sobre a Folia de Reis, a Festa de Santos Reis. Na tradição bíblica, trata-se de quando os três Reis Magos tomaram conhecimento do nascimento de Jesus, e fizeram a primeira visita.

Outra forma de sociabilidade e diversão em Ciriaco, eram as cirandas de lindô, que animaram por muito tempo a vida noturna da comunidade. O lindô é um folguedo que se dança aos pares, todos cantam, usam as palmas e ritmam a música com os pés. Hoje, o folguedo está presente apenas na memória dos mais velhos.

### **4- Os herdeiros**

A vida em Ciriaco já passou bem devagar. Já foi degustada lentamente, como nos chama atenção Latouche (2011), é necessário que reaprendamos a sabedoria das épocas passadas: saborear a lentidão, apreciar o nosso território.

Muito já foi experimentado por aqueles e aquelas que desejaram a sorte do acesso à terra, aos bens da terra. A Reserva, contemplou a geração que vislumbrou a liberdade das cercas que dividiu homens de homens.

A estrada encurtou o tempo das horas, para se chegar nas comunidades. A eletricidade amenizou a retirada do leite de babaçu que era feito no pilão. A mesma luz, escureceu as noites festivas.

As rodas de conversa, o Lindô, os folguedos, foram substituídos pela individualização das famílias em frente as televisões. Os jovens adquiriram *smartphones* e o mundo passa a

estar ao alcance de uma tela, deixando-os olhar para além dos babaçuais através de uma janela nada secreta.

A comunicação possibilita vários encontros. A moda, o novo modelo de moto, notícias sobre o cantor do momento se fazem presentes no cotidiano da comunidade. Todas as sociedades passam por mudanças, mais ou menos velozes (Monica Nogueira, Fevereiro de 2017, MESPT/CDS). Para alcançar tal padrão, o emprego formal é o sonho dos meninos e meninas da comunidade.

Na festa de Santo Reis, em janeiro de 2017, em entrevista com Evandro Marques, 24 anos, nascido pós-decreto e criado na reserva, herdeiro dos Colodinos (terceira geração) e de toda sua carga cultural, diz: “Não sou feliz aqui, não tenho trabalho, não vejo futuro na comunidade. Não vejo quem se importe com ela, ou conosco. Quero sair, e vir só para passear e ver minha família”.

Quanto ao festejo, ele diz: “Eu acho interessante, participo todos os anos, mas não serei um dos que darão continuidade a esta festa. Eu não quero ficar em um lugar que não tenha desenvolvimento. E é aqui que essa festa tem sentido”.

Quando fala de “desenvolvimento” se refere ao econômico. Evandro fala de projetos financeiros, matrimoniais. Todavia, vislumbrando um horizonte bem distante da terra que cresceu tomando banho de riacho e degustando pratos ao sabor do babaçu. Na mesma festa, o irmão mais novo de Evandro se prepara e espera o fim da reza para se apresentar como cantor sertanejo. Logo que puder também abandonará a paisagem de palmeiras.

O desenvolvimento acontece diuturnamente. Cabe analisar qual desenvolvimento nos serve, qual herança vamos deixar as gerações futuras? Para Nascimento (2012) uma das dimensões do desenvolvimento sustentável é a que se trata de produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua autopreparação ou capacidade de resiliência.

Ter acesso livre ao recurso natural, e conviver com a baixa nos preços da amêndoas e outros derivados do babaçu, atrelados a falta de tecnologia, amplia a desvalorização econômica e cultural na comunidade.

Sem pretender dar conta de tal complexidade, e conforme Cunha (2007), há muitos obstáculos a transpor, mas, se não soubermos construir novas instituições e relações com as populações tradicionais e seus saberes estaremos desprezando uma oportunidade única. A problemática está posta, quem ou como, chegará alguma solução?

Convém aqui ressaltar, que nas áreas de conservação ambiental, a gestão não é de responsabilidade só dos seus moradores. O ICMBio é o órgão governamental responsável pela gestão do território junto as comunidades. No entanto, é inoperante. Não abraça a realidade e tem um papel apenas burocrático. Chega a ser impositiva com relação as decisões comunitárias. Conhece cada vez menos da realidade dos comunitários.

Enquanto isso, cada vez mais os pais e mães da Resex Ciriaco ficam mais velhos, menos produtivos e mais saudosos. Das varandas de suas casas experimentam o que eles menos sonharam. E inertes, assistem os jovens darem as costas para a exuberante paisagem de babaçuais.

## REFERENCIAS

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. *Eu, Imperatriz*. Imperatriz: Academia Imperatrizense de Letras, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo*. Goiânia, 1989.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Revista USP, São Paulo, n. 75, p. 76-84, setembro/novembro 2007.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Cultura "indígena" e sustentabilidade: alguns desafios in Tellus, ano 5, n. 8/9, abr/out, 2005, pp. 29-36.

LATOUCHE, Serge. "O decrescimento: uma utopia concreta". In: *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Lisboa: Edições 70, 2011, pp. 45-93.

LEFF, Enrique. Tiempo de sustentabilidad in Ambiente & Sociedad, ano 3, n. 6/7, 2000, pp. 5-13.

LIMA, Vanusa da Silva. *A escola municipal Santa Teresa: entre o passado e o futuro dos povos tradicionais da Reserva Extrativista do Ciriaco*. 2008. Monografia (Curso de Pedagogia) – Faculdade de Imperatriz, Imperatriz, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MESQUITA, Jakeline. Ciriaco na Tela, 2012. Disponível em: <http://resexcirciaco.blogspot.com.br/2012/01/textos-de-alguns-participantes-do.html> Acesso em 15 de março de 2017.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico in Estudos Avançados, v. 26, n. 74, 2002, pp. 51-64.

NOGUEIRA, M. C. R. Seminário Integrador I. MESPT/CDS, Brasília, 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX in Ciência da Informação, v. 21, n. 1, jan/abr, 1992, pp. 23-31.

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA AMAZÔNIA: UM RELATO DE EXERCIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

ALMIEIRA, Janilda Aragão, UFAM, ge\_aragao4@hotmail.com  
SILVA, Fabiane mota da, UFAM, fabiane\_mota1@hotmail.com  
ALVES, Maria Isabel Alonso., UFAM, mialonsoster@gmail.com

### **Resumo**

Trata-se de uma experiência na Educação Infantil no contexto de Humaitá/AM no âmbito da formação de professores no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas, cujo objetivo foi observar, mediante Estágio Supervisionado, em quais os aspectos se organiza a educação infantil no Amazonas. Os objetivos do Estágio Supervisionado em Educação Infantil, visava perspectivas de oportunizar aos futuros professores, uma análise crítica da formação docente perpassando experiências, bem como refletir sobre cada momento desse processo e estabelecendo conceitos necessários para aperfeiçoar determinadas técnicas de ensino, instrumentos e recursos para o desenvolvimento de determinadas habilidades na infância. Sendo assim, o futuro professor deve saber desenvolver e adequar as técnicas conforme as diversas e diferentes situações visando a subjetividade do aluno. A escola está inserida em um bairro formado por uma comunidade com baixa renda financeira, a maioria depende de um salário mínimo ou dos benefícios do Governo Federal (Bolsa Família) e vivem da pesca e da agricultura familiar, que, em maioria, não contam com salário fixo, ou seja, trabalhadores autônomos que sofrem com as dificuldades de subsistência em períodos de seca e cheia, muito ocorrente na região amazônica. A escola atende alunos na faixa etária de 03 a 05 anos de idade de diferentes localidades do município de Humaitá/AM, caracterizando assim um lugar heterogêneo. O estágio permitiu aproximar teoria e prática frente os desafios e perspectivas no âmbito escolar, buscando aprimorar a prática e aplicar os conhecimentos prévios adquiridos mediante os trabalhos pedagógicos em sala de aula.

Palavras-chave: Educação Infantil. Prática. Formação Docente.

### **Resumen**

Es una experiencia en la educación de la primera infancia en el contexto de Humaitá / AM en la formación de maestros en la Escuela de Educación de la Universidad Federal del Amazonas, cuyo objetivo fue observar, a través de un entrenamiento supervisado, en el que aspectos se organiza la educación infantil en Amazonas. Los objetivos de entrenamiento supervisado en educación infantil, las perspectivas dirigidas a crear oportunidades para que los futuros maestros, un análisis crítico de la formación del profesorado que impregna las experiencias y reflexionar sobre cada momento de este proceso y el establecimiento de los conceptos necesarios para mejorar ciertas técnicas de enseñanza, herramientas y recursos para desarrollo de ciertas habilidades en la infancia. Por lo tanto, el futuro maestro debe saber cómo desarrollar y adaptar las técnicas como las diversas y diferentes situaciones con el objetivo de la subjetividad del estudiante. La escuela se encuentra en un barrio formado por una comunidad de bajos recursos financieros, en su mayoría depende de un salario mínimo o los beneficios del Gobierno Federal (Bolsa Familia) y viven de la pesca y la agricultura familiar, que, en la mayoría, no tienen sueldo fijo, es decir, los trabajadores autónomos

que sufren de las dificultades de substancia en periodos secos y húmedos, que se producen tanto en la región amazónica. La escuela sirve a estudiantes de entre 03-05 años de edad, de diferentes localidades de la Humaitá / AM, que caracterizan un lugar heterogéneo. El periodo de prácticas permitió acercarse a la teoría y la práctica frente a los desafíos y perspectivas en las escuelas, buscando mejorar la práctica y aplicar los conocimientos previos adquiridos a través del trabajo pedagógico en el aula.

Palabras clave: Educación Infantil. La práctica. Formación de Profesores.

### **Abstract**

It is an experience in Early Childhood Education in the context of Humaitá / AM in the scope of teacher training in the Pedagogy Course of the Federal University of Amazonas, whose objective was to observe, through Supervised Internship, in which aspects the child education is organized in the Amazonas. The objectives of the Supervised Internship in Early Childhood Education were aimed at providing opportunities for future teachers, a critical analysis of teacher education through experiences, as well as reflecting on each moment of this process and establishing concepts necessary to improve certain teaching techniques, tools and resources for the Development of certain skills in childhood. Therefore, the future teacher must know how to develop and adapt the techniques according to the different and different situations aiming at the subjectivity of the student. The school is part of a neighborhood with a low income financial community, most of which depend on a minimum wage or the benefits of the Federal Government (Family Grant) and live on fishing and family farming, which most do not have Fixed wage, that is, self-employed workers who suffer from the difficulties of substance in periods of drought and flood, very common in the Amazon region. The school attends students in the age group from 03 to 05 years of age from different localities of the municipality of Humaitá / AM, characterizing a heterogeneous place. The internship has allowed us to approach theory and practice in the face of challenges and perspectives in the school context, seeking to improve the practice and to apply the previous knowledge acquired through the pedagogical works in the classroom.

Keywords: Early Childhood Education. Practice. Teacher Training.

### **Contexto do estágio**

A Educação Infantil do Município de Humaitá Amazonas parte de um contexto histórico travadas de muitas lutas e conquista. A Creche Municipal Professora Maria Bonfim Santiago da Cruz, mais conhecida por "Mangabinha". Surge no contexto educacional em decorrência da maior cheia de 2014, no Sul do Amazonas, ficando registrada na vida do povo amazonense sendo devastadora gerando grandes prejuízo sócio econômico. Com a grande cheia as escolas da Zona Rural do interior foram destruídas pela força da natureza (alagadas) vindo-se perder grandes partes dos materiais utilizados no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Os ribeirinhos deslocados para cidade ficaram alojados em ginásios, escolas tanto Municipais e Estaduais, com isso, vindo tardia o ano letivo e aumenta a demanda de vagas para o Maternal II, até então, a escola funcionava em um prédio alugado pela Secretaria da Educação, não sendo ideal, e uma área externa bastante espaçosa mas não adequada para atividades da Educação Infantil, visto as inúmeras possibilidades de acidentes, mas, visava a mudança da escola para um novo prédio que foi construído pelo Governo Federal.

A estrutura, até então, é a melhor que se adequa com a receptividades das crianças, na primeira instância chama muito atenção pela sua conservação ainda muito recente inaugurada. Com bases legais a escola atende alunos matriculados no período diurno e vespertino. A escola no Ensino da Educação Infantil, sendo organizada por idade conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, explícita no art. 30, capítulo II, seção II que: A educação infantil será oferecida em: I - creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos, sendo respeitado as idades e não antecipando conteúdo que não condiz com o ciclo, se faz prescrito nas disposições legais que o ensino da educação infantil confirma sua regulação desprovidos da contribuição dos recursos públicos.

A escola está inserida em um bairro formado por uma comunidade com baixa renda financeira, a maioria depende de um salário mínimo ou dos benefícios do Governo Federal (Bolsa Família) e vivem da pesca e da agricultura familiar, que, em maioria, não contam com salário fixo, ou seja, trabalhadores autônomos que sofrem com as dificuldades de subsistência em períodos de seca e cheia, muito ocorrente na região amazônica. A escola atende alunos na faixa etária de 03 a 05 anos de idade de diferentes localidades do município de Humaitá/AM, caracterizando assim um lugar heterogêneo, pois de acordo com a Constituição Federal de 88 Art. 205 "A educação direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." A escola vem se esforçando para levar um ensino de qualidade e de segurança pela atuação dos profissionais que nela trabalham, a escola tem como mantenedora a Prefeitura Municipal de Humaitá-Am e anualmente recebe recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Para alcançar os objetivos propostos no plano de observação e na ementa da disciplina do estágio que foram de observar, registrar e analisar situações contextualizadas de ensino em salas de Educação Infantil, na qual tem a intenção de compreender a necessidade de conhecimento da legislação para a construção do processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, para que se possa elaborar, executar e avaliar planos de ação pedagógica com embasamento na legislação da Educação Infantil, sendo que a atuação na resolução de situações-problema caracterizadas no cotidiano profissional, para que se posicione criticamente frente ao campo da formação na Educação Infantil. Para alcançar todos os objetivos delimitados no estágio em Educação Infantil, foi realizado a observação em sala de aula, caracterização da escola; Histórico; Programas; Aspectos físicos; Recursos humanos e entre outros aspectos envolvendo a escola.

As atividades foram desenvolvidas em três etapas:

I etapa: Observação, partindo da ação direta e indireta da atividades executadas pelos profissionais da educação. A observação foi um instrumento de grande valor nas coletas de dados, focaliza os pontos positivos e negativos de uma ação quanto sua eficácia para alcançar determinados objetivos.

II etapa: A regência foi provinda dos recursos favoráveis pedagogicamente, tendo em vistas os conteúdos ministrada e ensinada pela discente no decorrer das aulas, com base nas observações feitas durante todo o processo de permanência na escola.

III etapa: Plano de Ação: foi trabalhado arte, realizado pelos estagiários juntamente com a orientadora, tendo o público alvo a comunidade escolar havendo boas relações e empatia de ambas as partes, que venha calcificar uma relação saudável entre os parceiros atuante na vidas dos alunos.

A metodologia utilizada foi de observação tendo o foco qualitativo, com a finalidade registrar as atividades desenvolvidas pela professora e observar cuidadosamente a rotina escolar das crianças, através de registros de imagens, anotações das atividades ocorridas no espaço escolar

## Resultados e discussões

Durante todo o processo do estágio e as inúmeras observações feitas na escola que aqui foram registradas como um documento que descreve como ocorreu o mesmo e que teve por objetivo geral observar, registrar e analisar situações contextualizadas de ensino em salas de educação infantil, compreendendo assim a necessidade de conhecimento da legislação para a construção do processo de ensino e aprendizagem na educação, para que nos posicione de forma crítica em frente ao campo de formação na área de educação infantil. Tornando-se um momento para pensar e analisar que pedagogos queremos ser e quanto futuros profissionais da educação infantil e como agiremos como tal futuramente, que práticas iremos utilizar, que profissional ser e como fazer a diferença na educação. Experiências essas que nos fazem pensar e repensar, que podemos sim fazer a diferença começando na educação infantil.

No entanto, o estágio vem reforçar ainda mais a profissão que decidimos seguir, enquanto graduandas do curso de pedagogia. A gestão da escola nos garantiu formação, apoiando-nos e supervisionando nossas atividades em sala, na qual contribuiu ricamente para nossa formação acadêmica, procuramos sempre desenvolver um trabalho dinâmico e prazeroso, incentivando o desenvolvimento das crianças no processo de ensino e aprendizagem de maneira que se sentissem capazes e aptos a enfrentar os desafios propostos pelas atividades levadas para sala.

Enfim, o estágio nos fez perceber e vê como a teoria e a prática são totalmente diferentes, mais, ambas andam juntas, uma apoiando a outra, já que sem teoria não haveria prática e vice versa, afirmando que educação infantil não é só cuidar de crianças, e sim educar indo além de cuidar, porque é nesse o momento o mais inesquecível e crucial na vida de uma criança, sendo a base de tudo, onde começa a formação cidadã, influenciando sua vida com base no que lhe foi ensinado desde o início, e o professor tem essa interessante e árdua tarefa formar cidadãos. O estágio nos permitiu aproximar teoria e prática frente os desafios e perspectivas no âmbito escolar, buscando aprimorar a prática e aplicar os conhecimentos prévios adquiridos mediante os trabalhos pedagógicos em sala de aula. A parceria entre universidade e escola oportuniza vivenciar os desafios que na prática proporcionam criar técnicas de ensino, o processo de aprendizagem é contínuo que o conhecimento visa prosperar o acúmulo de saberes fazendo fluir a sabedoria fazendo uso social.

## Referências

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Referencial curricular Nacional para a Educação Infantil**: Brasília: MEC/SEF, 1998. V. 1 e 2.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata** [recurso eletrônico]: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 12. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Acesso em 01/05/2017

## O ensino através de mediação tecnológica nas regiões isoladas da Amazônia.

### Resumo Expandido

#### 1. INTRODUÇÃO:

Os desafios enfrentados pelos habitantes da Amazônia muitas vezes passam despercebidos diante da grandiosidade da região onde se encontram. Compreendida pela maior bacia hidrográfica do planeta, a Amazônia Legal possui 775 municípios, com uma superfície que corresponde a 59% do território brasileiro e que abriga 67% das florestas tropicais do mundo. Na região onde 31% da população reside em áreas rurais, ribeirinhas ou de florestas, usufruir de direitos básicos não é algo fácil. Com o foco nos desafios relacionados à educação, essa pesquisa traz as experiências dos estados do Amazonas e Rondônia, onde a tecnologia tem atuado como facilitadora de ações educacionais voltadas para comunidades afastadas ou de difícil acesso.

#### 2. CENÁRIO:

De acordo com a Emenda Constitucional 59 e com o Plano Nacional de Educação (PNE), a educação até os 17 anos é obrigatória no Brasil. Atualmente, o Ensino Médio tem sido a etapa da educação básica que tem resultados mais preocupantes e os aspectos mais desafiadores. Além de apresentar maior percentual de evasão escolar, o ensino médio está em pior situação qualitativa segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O esvaziamento do campo torna a manutenção de escolas em áreas afastadas um desafio de alto valor. Uma escola que anteriormente atendia 50 estudantes, hoje tem 15. Com o modelo adotado no Brasil para o ensino médio, que torna obrigatória a oferta de 13 disciplinas, a etapa final da educação básica aproxima-se da inviabilidade. Além disso, há o caso da falta profissionais habilitados em quantidade suficiente para atender o crescimento da oferta educacional. Alguns estados têm optado por investir no transporte para outras localidades, o que aumenta o *quórum* de alunos. Classes multisseriadas também são formadas a fim de aumentar o volume de estudantes atendidos. O modelo de alternância tem sido outro recurso na tentativa de manter os adolescentes nas escolas. Nesse modelo, o aluno permanece em regime de internato, com aulas durante todo o dia durante uma

quinzena do mês. Na quinzena seguinte, o grupo de alunos retorna para seu local de residência e dá lugar a um novo grupo.

Diante de situações como a dos estados da região norte, onde parte dos alunos em idade escolar residem em áreas de difícil acesso, o MEC tem feito buscas ativas para localizar jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola. Além dos estados e municípios, o ministério conta com a ajuda de agentes de saúde, assistência social, entre outros para contactar os jovens.

### **3. A SOLUÇÃO:**

Após um levantamento de demanda escolar nos municípios amazonenses iniciado em 2004, a Secretaria de Educação do Amazonas (SEDUC/AM) pode constatar que milhares de residentes nas comunidades rurais estudavam não davam seqüência aos seus estudos após o término do Ensino Fundamental. Esse fato dava-se porque a escola tradicional não chegava até esses alunos. Como as escolas que oferecem ensino médio geralmente estão localizadas nas sedes municipais, muitas comunidades ficavam excluídas pela dificuldade de acesso às zonas urbanas. As características geográficas, a topografia peculiar das diferentes localidades, os meios de transporte disponíveis aos moradores das comunidades com população rarefeita e o fornecimento irregular da energia elétrica eram obstáculos a serem vencidos.

A solução encontrada pela SEDUC/AM uniu a tecnologia de transmissão por satélite, a videoconferência multiponto como ferramenta pedagógica e metodologia presencial com mediação tecnológica. Para isso, o Estado do Amazonas implementou o Ensino Médio via Satélite e criou o Centro de Mídias em 2007, ampliando e diversificando o atendimento escolar utilizando soluções tecnológicas disponíveis. Uma Central de Produção Educativa para TV transmite diariamente aulas ao vivo, por meio de uma TV interativa por IP, conectada a uma rede satelital por meio de VSATs bidirecionais, o que permite a interatividade entre as salas de aula. Para isso, cada sala recebeu, além da antena, um kit tecnológico, que inclui computador, impressora, webcam, microfone, telefone ip, impressora, no break e um televisor LCD de 42". O acesso à Internet, disponível em todas as salas, complementa a Plataforma Tecnológica com modernos serviços de comunicação.

A Secretaria de Educação do Amazonas classifica o sistema como ensino presencial com mediação tecnológica. Isso porque grupos de alunos se reúnem no mesmo horário (à tarde ou à noite) para participar de aulas por meio de videoconferência. O curso tem a mesma carga horária do ensino regular e 200 dias de aula por ano. A diferença está na

mediação tecnológica. O tutor está fisicamente presente em cada sala de aula acompanhando de perto o desempenho dos estudantes. Atualmente são 733 escolas contempladas pelo projeto, mas a secretaria pretende levar o sistema para outras 67 escolas beneficiando um total de 32 mil alunos. Segundo a ONG Todos Pela Educação, antes de 2009, ano de conclusão da primeira turma do projeto, o estado do Amazonas jamais havia alcançado o percentual de 50% de seus jovens concluindo o ensino médio.

#### **4. A EXPANSÃO:**

Por meio de uma parceria firmada entre o governo estadual e o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), mais um estado aderiu à metodologia. Para implementação do Projeto de Mediação Tecnológica, o governo de Rondônia contou com a colaboração do Estado do Amazonas, que doou torres e antenas para que o Projeto fosse implantado, contribuindo, ainda, com a experiência da Central de Mídias da Educação, em Manaus, onde técnicos da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia/SEDUC, de Rondônia fizeram visitas técnicas para conhecer projeto desenvolvido pelo Estado vizinho. O projeto possibilitou que a Secretaria de Educação dispusesse do estúdio do IFRO para gravação das aulas. Foram criados 176 polos de EaD em escolas estaduais, que possibilitam a oferta de 22 mil vagas em cursos de nível médio no estado.

#### **5. CONCLUSÃO:**

Com o intuito de trazer ao fórum mais um aspecto da Amazônia, essa pesquisa fez-se mais motivadora diante da inovação e dos bons resultados dos casos em questão. Findamos com a Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 que prevê “[...] *na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região [...]*”.

## **O RESGATE DA CULTURA DA HORTA ORGÂNICA NA ESCOLA E NA COMUNIDADE DA ÁREA RURAL**

Janete de Araújo Pereira  
Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná  
Email:janetearaujopereira@gmail.com  
Nilda de Lima Pereira Gera  
EMEF Bárbara Heliodora  
Email:nilda.gera@hotmail.com  
Suzana Rocha de Souza  
Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná  
suzanamusica@gmail.com  
Leiva Custódio Pereira  
Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná  
leivacustodio@gmail.com

Políticas Públicas e Infraestrutura

### **Resumo**

Esse trabalho foi desenvolvido em uma escola do município de Ji-Paraná – RO. Com a finalidade de resgatar o cultivo da horta orgânica e refletir sobre a prática e os malefícios do uso de agrotóxicos. A ação educativa não se restringe apenas na relação estudante/professor, mas redimensiona para além do espaço escola. Traz como teórico Freire (1979), Bruner (2001), Pistrak (2002) Martins (2012). A abordagem metodológica é a pesquisa qualitativa, em que os/as estudantes do 6º ao 9º ano têm o desafio de realizar o plantio da horta orgânica tanto na escola, quanto na sua comunidade. Como resultado tiveram o resgate da tradição das hortas orgânicas e a conscientização da importância dos alimentos saudáveis inserido na agroecologia a fim de buscar uma educação do campo para o campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Resgate Cultural. Horta Orgânica.

### **1- INTRODUÇÃO**

Este trabalho apresenta a experiência do resgate da cultura da horta orgânica na escola e na comunidade da área rural, sendo pautado na Pedagogia da Alternância que tem como objetivo a aplicabilidade da teoria com a prática e desenvolvido pela E.M.E.F. Bárbara Heliodora no município de Ji-Paraná – Rondônia.

O psicólogo norte-americano Jerome Bruner (2001) defende que a escola não é uma ilha, ou seja, um espaço social isolado, e que o currículo escolar não deve trabalhar apenas com disciplinas isoladas e fragmentadas e sim, que esse currículo esteja conectado com o contexto de vida dos e das estudantes, classe social, economia, modos de pensar, lugar onde moram e etc. A escola é um espaço social propício para o desenvolvimento humano, em que as transformações sociais são refletidas nas relações estabelecidas no cotidiano escolar.

Para Paulo Freire (1979) o homem compõe sua história quando compreende sua realidade, busca soluções, e a transforma com suas ações. A educação não é um processo de adaptação do indivíduo na sociedade e sim um indivíduo que se identifica com sua própria ação, superando a ideia de homem objeto, apropriando-se da cultura e transformando assim a sua realidade social.

Neste contexto a Pedagogia da Alternância surge da luta de familiares do campo por uma escola, cujo funcionamento possibilitasse a permanência de seus filhos e filhas junto à família, culminando na aprovação do Parecer CNE/CEB nº1/2006 que considera dias letivos o tempo de estudo na família. Desponta neste contexto também a denominação Tempo de Escola (TE) e Tempo de Comunidade (TC) que atualmente pode ser considerada como um princípio da Educação do Campo compondo assim a luta pelo direito dos povos do campo como uma política pública educacional. (ANTUNES-ROCHA; MARTINS, 2012).

E assim, a maior contribuição que a Pedagogia da Alternância proporciona às escolas do campo é no sentido do saber e do fazer, aproximando a escola do meio em que o estudante está inserido, bem como da comunidade, e com isso a aprendizagem ocorre de maneira significativa. Este Projeto despertou a criatividade dos envolvidos (educadores, educandos e gestores) para a criação/organização de uma proposta pedagógica que visa a formação integral dos jovens do campo, respeitando as peculiaridades do campo de uma educação contextualizada e emancipatória.

## **2- METODOLOGIA E RESULTADOS**

A escola do campo tem que ser um ambiente centrado na cultura camponesa, animador da vida do lugar, enraizada na memória popular, cuja vida e sua dimensão assumem lugar central. Uma escola que aprende com a vida; uma escola animadora da vida é aquela que deve fazer parte da própria educação básica de perspectiva integral e unitária, não se separando de uma formação geral sólida e ampla, que tem o trabalho como princípio educativo e uma potencialidade pedagógica e a escola deve se apropriar do seu caráter educativo, ajudando os sujeitos a perceberem o seu vínculo com as demais dimensões da vida: sua cultura, seus valores, suas posições políticas. Partindo desse conceito os educandos foram desafiados e motivados a cultivar em sua propriedade a horta orgânica, pois já vivenciava na escola essa prática, e socializar com os demais educandos a experiência.

Começamos a desenvolver o projeto em parceria com o instituto de defesa sanitária de Rondônia (IDARON) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), onde nos foi oferecido por esses órgãos palestras sobre o uso de agrotóxicos, Agroecologia, Produção orgânica, Oficinas para preparo de compostagem, biofertilizantes e doação de materiais pedagógicos para trabalhar em sala com os alunos dentro dos temas, aproveitando as áreas de conhecimento de forma interdisciplinar. A horta inserida no ambiente escolar pode ser um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental e alimentar unindo teoria e prática de forma contextualizada, auxiliando no processo de ensino aprendizagem e estreitando relações através da promoção do trabalho coletivo e cooperado entre os agentes sociais envolvidos.

As estratégias propostas pela comunidade escolar foram de distribuir grupos de trabalho onde todos teriam ações a desenvolver como: plantar grama e flores no pátio da escola para manter a limpeza em seu entorno, eliminando assim uso de agrotóxicos; coletar esterco de gado e materiais para adubar os canteiros da horta e preparo da compostagem e biofertilizante.

Cada grupo/série preparou um canteiro para o plantio bem como sementeira e mudas de culturas próprias da nossa região e clima como: alface, almeirão, cebolinha, coentro, couve. Após plantio cada grupo cuidava da manutenção, limpeza, irrigação e coleta de verduras para merenda bem como acompanhavam o desenvolvimento e crescimento dos vegetais verificando também a ocorrência de pragas e a cada 15 dias cuidavam da manutenção do biofertilizante e compostagem sob orientação da professora de ciências e técnico da Emater.

A horta foi consorciada com flores e ervas medicinais em seu entorno conforme os conceitos da agroecologia, a produção foi de maneira totalmente orgânica sem uso de agrotóxicos ou adubos químicos, e todo o entorno da escola passou a ser um espaço agroecológico onde plantou-se diversas variedades de plantas onde havia troca de mudas em que os alunos traziam de casa para plantar na escola e também levavam mudas de hortaliças da escola para plantar em suas casas, plantou-se: mamão, banana, abacaxi ervas medicinais, pimentas, flores e grama não se utilizando mais nenhum tipo de agrotóxico ou produto químico em nossa escola, servindo assim de modelo a ser desenvolvido também nas propriedades.

Durante os trabalhos na escola foi lançado aos estudantes e aos pais o desafio e incentivo para que levassem o conhecimento adquirido na escola para a construção de hortas orgânicas em suas propriedades, Surgiu então, a proposta de um aluno para que a turma ajudasse um colega que morava com a avó começar a horta em sua propriedade, onde professores, alunos, e gestor foram a essa propriedade limpavam o terreno, prepararam os canteiros e deixaram na responsabilidade do aluno que morava na propriedade em cuidar da horta e nos mostrar os resultados alguns dias depois. A experiência foi bastante exitosa pois conseguimos mudar a realidade dessa família, proporcionando a ela os benefícios de ter uma horta orgânica em sua propriedade.

Toda a comunidade escolar se envolveu no desenvolvimento do projeto sendo os estudantes e professores protagonistas em todas as ações. Na escola toda colaboraram desde as merendeiras que separavam os restos orgânicos para compostagem até o vigia que irrigava a horta nos fins de semana e feriados. Os professores também fizeram visitas às propriedades para conhecer as hortas nas casas dos alunos e vários alunos trouxeram fotos de suas hortas. Com a implantação do projeto na escola, percebeu-se uma troca de experiências entre os alunos e uma melhor interação entre alunos, professores, funcionários e comunidade. Também tivemos grande melhoria na qualidade da merenda oferecida na escola, com a introdução de alimentos saudáveis no cardápio contribuindo na mudança de hábitos alimentares dos alunos e estimulando nas famílias a reeducação alimentar, cuidado ambiental e melhora da qualidade de vida através da produção de alimentos orgânicos com práticas sustentáveis.

### 3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a escola em seus processos educacionais vivenciados, não apresenta condições para a resolução de todos os problemas de ordem social, entretanto é um espaço por excelência para se pensar criticamente os movimentos e as contradições sociais. Essas discussões contribuem para a formação dos educadores que atuam nas escolas do campo. Nessa premissa de reflexão sobre a agricultura orgânica, pautada na proposta da horta orgânica na escola e na propriedade dos educandos da Escola M. Bárbara Heliodora, baseado na pedagogia da alternância que visa a formação integral do educando. Para Steiner (2001), manter o ambiente saudável através da ação humana é contribuir para manter o ser humano saudável, permitindo que se mantenha a terra como local de evolução espiritual até que o homem alcance estados superiores de consciência. Por essa ótica, a prática da agricultura orgânica torna-se instrumento de revitalização de conceito espiritual e da religiosidade do ser humano, ao preconizar práticas de cuidado e respeito a natureza e ao planeta, além de uma relação mais saudável e dignificante com todas as formas de vida.

Sendo essa uma forma de reflexão sobre, produzir alimentos com uma agricultura regeneradora como diria o agrônomo José Lutzenberger, "é uma ciência que considera a vida, saúde, natureza e a cultura local" Azevedo (2012). Com esse resgate do cultivo da horta orgânica, observou-se a mudança de postura dos educandos e pais pertencente a comunidade local e a valorização da terra e conscientização dos malefícios para a saúde em relação ao uso dos agrotóxicos. Finalizando, lembremos Michel Pollan (2007), que assegura que comer, além de um ato biológico, cultural, agrícola e ecológico, é um ato político. O que e como se come determinam, em grande parte como será o futuro do planeta.

### REFERÊNCIAS

- ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida. Tempo Escola e Tempo Comunidade: **Territórios Educativos na Educação do Campo**. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Aracy Alves. [Orgs.]. **Territórios Educativos na Educação do Campo**: Escola, Comunidade e Movimentos sociais. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012.
- AZEVEDO, Eliane. **Alimentos orgânicos: Ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social**. São Paulo: Ed. Sena, 2012.
- BRUNER, Jerome Seymour. **A Cultura da Educação**. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2001.
- COSTA, Luiz Gonzaga Barbosa da. **Agricultura de base ecológica : Plante, Cultive e consuma alimentos orgânicos**. Emater RO. 2010.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PISTRAK, M.M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Editora Expressão Popular, 2ª Edição, São Paulo, SP, 2002.
- POLLAN, M. O dilema do onívoro. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.
- STEINER, R. **Fundamentos da Agricultura biodinâmica: vida nova para a terra**. 3ª ed. São Paulo: Antroposófica, 2001.

## **Percepção de famílias tradicionais sobre os riscos ambientais e de saúde associados à expansão dos cultivos de soja em Santarém, Amazônia brasileira**

Nayara Luiz Pires, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiental e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), da Faculdade UnB Planaltina (FUP), Universidade de Brasília, [nayara.pires@ifg.edu.br](mailto:nayara.pires@ifg.edu.br);

Carlos José Sousa Passos, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiental e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), da Faculdade UnB Planaltina (FUP), Universidade de Brasília, [cjpassos@unb.br](mailto:cjpassos@unb.br);

Carlos Martín Infante Córdova, Instituto de Química, Universidade de Brasília, [xinfante2000@yahoo.es](mailto:xinfante2000@yahoo.es);

Frédéric Mertens, Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, [mertens.br@gmail.com](mailto:mertens.br@gmail.com)

### **Resumo**

O objetivo do presente estudo foi avaliar a percepção do impacto da expansão de cultivos de soja na zona rural do município de Santarém e Mojuí dos Campos, região oeste do Pará, na Amazônia Brasileira, por meio de um questionário de cunho descritivo e exploratório aplicado a pequenos agricultores tradicionais que vivem próximos a grandes lavouras de soja (n=28). O avanço da soja no bioma amazônico traz consigo importantes mudanças de uso da terra, com consequentes riscos de processos de contaminação ambiental tanto terrestre quanto aquática, o que por sua vez gera conflito socioambiental devido, entre outras coisas, aos riscos à saúde humana de pequenas comunidades tradicionais. Cerca de 82% dos agricultores não utilizam agrotóxico e vários citaram que atualmente está difícil a plantação de cultivos orgânicos em função do aumento do número de pragas. Pouco mais de 92% dos entrevistados tem noção do perigo à saúde que os agrotóxicos podem trazer, e diversos entrevistados relacionam problemas de saúde com a aplicação dos agrotóxicos. A maioria (78%) alegou não beber água dos igarapés, dizendo não considerar a água própria para o consumo humano. Segundo relatos, os sojicultores não dão serviços para os comunitários, e trazem tudo de fora (pessoas e máquinas). Quase 100% dos entrevistados conhece pessoas que se mudaram dessa região, sendo que 50% das pessoas mencionadas foram associadas com a busca de qualidade de vida fora da comunidade. Quanto às perspectivas de futuro, os agricultores se mostraram divididos, em geral não sabem se a vida pode melhorar ou piorar com o avanço da fronteira agrícola. A mudança de vida de pequenas comunidades tradicionais ficou evidenciada durante as entrevistas. As informações fornecidas pelos próprios agricultores indicam exposição do trabalhador aos agrotóxicos, principalmente pelas vias dérmica e respiratória.

Palavras-chave: Percepção de Risco, Contaminação Ambiental, Desenvolvimento Rural.

## **Percepción de las familias tradicionales sobre los riesgos ambientales y de la salud con la expansión de los cultivos de soja en Santarém, Amazonia brasileira**

### **Resumen**

El objetivo del presente estudio fue evaluar la percepción del impacto de la expansión de cultivos de soja en la zona rural de los municipios de Santarém e Mojuí dos Campos, región oeste del estado de Pará, en la Amazonia Brasileira, por medio de un cuestionario de cunho descritivo e exploratorio aplicado a pequeños agricultores rurales que viven en las proximidades a grandes plantaciones de soja (n=28). El avance de la soja en el bioma amazónico trajo consigo importantes cambios de uso de la tierra, con consecuentes riesgos de procesos de contaminación ambiental tanto terrestre como acuática, lo que por su vez genera conflicto socio-ambiental debido, entre otras cosas, a los riesgos a la salud humana de pequeñas comunidades tradicionales. Cerca de 82% de los agricultores no utilizan plaguicidas, y varios mencionaron que actualmente está difícil la plantación de cultivos

orgânicos en función del aumento del número de plagas. Poco más de 92% de los entrevistados tiene noción del peligro para la salud que los plaguicidas pueden traer. La mayoría (78%) alegó no beber agua de los arroyos, diciendo no considerar el agua propia para o consumo humano. Según relatos: “Los productores de soja no dan servicios para los habitantes de las comunidades, traen todo de fuera (trabajadores y máquinas) e no dan trabajo para las personas locales”. Casi 100% de los entrevistados conoce personas que se mudaron de allí en busca de un futuro mejor, siendo que 50% de las personas mencionadas fueron en busca de calidad de vida. Sobre las perspectivas de futuro, los agricultores se mostraron divididos, en general no saben se la vida puede mejorar o empeorar con la expansión de la frontera agrícola. La mudanza de vida de pequeñas comunidades tradicionales quedó evidente durante las entrevistas. La información proporcionada por los propios agricultores indica exposición de los trabajadores a los plaguicidas, especialmente por vía dérmica y por el tracto respiratorio.

Palabras clave: Percepción de Riesgo, Contaminación ambiental, Desenvolvimento Rural.

**Perception of traditional families on the environmental and health risks associated with the expansion of soybean crops in Santarém, Brazilian Amazon**

**Abstract**

The objective of the present study was to evaluate the perception of the impact of the expansion of soybean crops in the rural area of the municipalities of Santarém and Mojuí dos Campos, western region of Pará, in the Brazilian Amazon, through a descriptive and exploratory questionnaire applied to small traditional farming communities living close to large soybeans (n = 28). The expansion of soybean in the Amazon biome brings with it important land use changes, with consequent risks of processes of environmental contamination both terrestrial and aquatic, which in turn generates socio-environmental conflict due, among other things, to the human health risks of small traditional communities. About 82% of farmers do not use agrochemicals and several have cited that it is currently difficult to plant organic crops because of increased pest numbers. Just over 92% of the interviewees are aware of the health hazard that pesticides can bring, and several interviewees relate health problems with the application of pesticides. The majority (78%) claimed not to drink water from the stream, saying they did not consider the water proper for human consumption. According to reports, the sowers do not provide services to the community; they bring everything out (people and machines). Almost 100% of the interviewees know people who have moved from this region, with 50% of the people mentioned being associated with the quest for quality of life outside the community. As for the future prospects, the farmers have been divided, generally do not know if life can improve or worsen with the expansion of the agricultural frontier. The life change of small traditional communities was evidenced during interviews. The information provided by the farmers themselves indicates the occupational exposure of agricultural workers to pesticides, mainly by the dermal and respiratory routes.

keywords: Perception of Risk, Environmental Contamination, Rural Development

**1. Expansão da fronteira agrícola do bioma Cerrado para o bioma Amazônia**

Recentemente, a expansão da fronteira agrícola brasileira da região Centro-Oeste (Cerrado) para a região de floresta tropical amazônica (região norte), tem estimulado o cultivo de grandes áreas de soja na região oeste do Estado do Pará (como nos municípios de Santarém e Mojuí dos Campos), e conseqüentemente o uso intenso de agrotóxicos. (SAUER, 2016).

## 2. Questionário sociopolítico e ambiental

Foram realizadas entrevistas no ano de 2014 com os agricultores tradicionais e membros de suas famílias, em suas residências, onde os critérios para inclusão nesta atividade foram: ter idade igual ou superior a 18 anos e aceitar voluntariamente participar do estudo. As repostas dos indivíduos foram anotadas pela pesquisadora no momento da entrevista e analisadas posteriormente

## 3. Percepção de famílias de agricultores sobre os riscos ambientais e de saúde associados à expansão dos cultivos de soja em Santarém e Mojuí dos Campos

Com base nas respostas obtidas sobre os processos de mudanças, algumas questões são apresentadas de forma esquemática na Tabela 2.

**Tabela 2.** Percepção de mudança em famílias de pequenos agricultores da região de estudo.

		(N= 28) Frequência (%)
Com relação à agricultura, o que mudou na região em Santarém nos últimos anos ou em sua comunidade	Perspectiva positiva: oportunidade de emprego, uso da tecnologia na agricultura	29
	Perspectiva negativa: como diminuição da agricultura familiar, aumento do número de praga e/ou contaminação da água	61
	Perspectiva positiva e negativa	11
Pretende ficar na região de Santarém	Sim	96
	Não	4
Gostaria que seus filhos ficassem aqui?	Sim	71
	Não	29
Conhece pessoas que já saíram da região?	Sim	96
	Não	4
Porque as pessoas se mudaram da região?	Má qualidade das estradas, transporte e/ou falta de energia elétrica	36
	Saíram em busca de uma melhor qualidade de vida e/ou trabalho	50
	Outros	14
Como você vê a sua vida, da sua família, para sua comunidade daqui a 10 anos	Associou a perspectivas positivas, como acesso à escola, saúde, qualidade de vida e transporte	43
	Associou a perspectivas negativas como contaminação da água venda, de terras, ocupação da soja e diminuição do número de pessoas na comunidade.	46
	Associou a aspectos positivos e negativos	11

O avanço da soja no bioma amazônico traz consigo importantes mudanças de uso da terra, com consequentes riscos de processos de contaminação ambiental tanto terrestre quanto aquática, o que por sua vez gera conflito socioambiental devido, entre outras coisas, aos riscos à saúde humana de pequenas comunidades tradicionais. Cerca de 82% dos agricultores não utilizam agrotóxico e vários citaram que atualmente está difícil a plantação de cultivos orgânicos em função do aumento do número de pragas. Pouco mais de 92% dos entrevistados tem noção do perigo à saúde que os agrotóxicos podem trazer, e diversos entrevistados relacionam problemas de saúde com a aplicação dos agrotóxicos

Nas falas dos trabalhadores, percebe-se as dificuldades encontradas para a manutenção de suas atividades agrícolas, sejam elas de infraestrutura ou financeiras. O

agronegócio é um modelo agrícola que aumenta a produtividade, mas também incentiva a monocultura em grandes extensões de terra, causando a perda da biodiversidade e excluindo pequenos agricultores familiares, que sobrevivem da produção em pequena escala, causando entre outros, o êxodo rural. Tal prática traz consigo impactos sociais, ao meio ambiente e à saúde humana (Delgado, 2010). Os dados de percepção de risco ambiental são apresentados na Tabela 3.

**Tabela 3.** Percepção de risco ambiental

		(N= 28) Frequência (%)
Utiliza agrotóxico	Não	79
	Sim (glifosato)	21
O trabalho na agricultura pode trazer alguma problema para sua saúde	Sim	39
	Não	57
Intoxicou com agrotóxico	Sim	36
	Não	64
Agrotóxicos pode trazer problema para saúde	Sim	93
	Não sabe	7
Agrotóxico causa contaminação das águas e dos peixes	Sim	100
	Não	0
Bebe água do Igarapé	Não	79
	Sim	21
Qual a qualidade dos igarapés	Não sei	7
	Boa	18
	Ruim	75
Utiliza técnicas de agricultura aprendidas em grandes fazendas da região	Sim	18
	Não	82

A maioria (78%) alegou não beber água dos igarapés, dizendo não considerar a água própria para o consumo humano. Segundo relatos, os sojicultores não dão serviços para os comunitários, e trazem tudo de fora (pessoas e máquinas). Quase 100% dos entrevistados conhece pessoas que se mudaram dessa região, sendo que 50% das pessoas mencionadas foram associadas com a busca de qualidade de vida fora da comunidade. Quanto às perspectivas de futuro, os agricultores se mostraram divididos, em geral não sabem se a vida pode melhorar ou piorar com o avanço da fronteira agrícola.

#### 4. Conclusão

A mudança de vida de pequenas comunidades tradicionais ficou evidenciada durante as entrevistas. As informações fornecidas pelos próprios agricultores indicam exposição do trabalhador aos agrotóxicos, principalmente pelas vias dérmica e respiratória.

#### 5. Referências

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Brasil rural em debate*. Brasília: CONDRAF/MDA, p. 28-78, 2010.

SAUER, S.; MARTINS, P. S. V. Cultivo da soja e conflitos por terra na região de Santarém, Pará. In: SOLINGE, T. B. V.; SAUER, S.; VÉLEZ-TORRES, I.; BERROCAL, B. (ed.). *Terra e Direitos em Águas Turbulentas: Conflitos socio-ambientais no Brasil e na Colômbia*. Utrecht University, *Lands and Rights in Troubled Waters (LAR)*, 2016, pp. 21-35.

## **PLANO DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS DEGRADADOS: O CASO DO BAIRRO PERPÉTUO SOCORRO EM MACAPÁ – AMAPÁ – AMAZÔNIA.**

Adailson Oliveira Bartolomeu 1, SDC, adailsonb@yahoo.com.br;  
Elaine Santos Mascarenhas 2, SDC, elaine.mascarenhas@sdc.gov.br;  
Manuel Robertino Lacerda 3, SDC, lacerdacad@gmail.com;  
Rojane Martel 4, SDC, rojane.martel@sdc.gov.br;

### **Resumo**

Pretende-se neste resumo expandido abordar aspectos gerais que norteiam o “Plano de Ação para a Reabilitação do Bairro Perpétuo Socorro” em Macapá, capital do Amapá, extremo norte do Brasil. Almeja-se com esse plano, através de ação de Estado, uma intervenção urbana sob domínio público que garanta o direito à moradia, à sustentabilidade social, econômica e ambiental. Tendo como objetivo primordial a requalificação das áreas de intervenções e adjacências, refletindo na melhoria da qualidade de vida dos moradores, e principalmente, das pessoas beneficiadas diretamente que residem em habitações precárias localizadas em áreas alagadas e de risco constante.

Palavras-chave: Assentamentos precários, Moradias, reabilitação e urbanização.

### **Resumen**

Se pretende en este hablar de los aspectos generales de dirección que guían el Plan de Acción para la Rehabilitación del barrio Perpetuo Socorro de Macapá (*“Plano de Ação para a Reabilitação do Bairro Perpétuo Socorro”*), capital de Amapá, extremo norte de Brasil. Tiene como objetivo este plan a través de la acción del Estado, una intervención urbana en el dominio público para garantizar el derecho a la vivienda sostenibilidad, social, económica y ambiental. Su principal objetivo es la rehabilitación de las áreas de intervención y de su entorno lo que refleja en la mejora de la calidad de vida de los residentes, y especialmente los beneficiarios directamente, que residen en viviendas precarias situadas en zonas inundadas y el riesgo constante.

Palabras clave: barrios pobres, Viviendas sociales, rehabilitación y urbanización.

### **Abstract**

This expanded summary is intended to address general aspects that guide the Plan of Action for the Rehabilitation of the Perpétuo Socorro Neighborhood (*“Plano de Ação para a Reabilitação do Bairro Perpétuo Socorro”*), in Macapá, the capital of Amapá, in the extreme north of Brazil. This plan is pursued through state action, an urban intervention under public domain that guarantees the right to housing, social, economic and environmental sustainability. Its main objective is to improve the quality of life of residents, and especially those directly benefited who live in precarious housing located in flooded areas and at constant risk.

Mots-clés ou keywords: Slums, Housing, Rehabilitation and Urbanization.

## 1- Introdução

Pouco mais de sete anos do anúncio do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), no Brasil, segundo dados expostos por Caio Amore (2017), ainda há cerca de 800 mil habitações precárias e o volume do déficit é de 200 mil unidades. Mesmo com destacada atuação do Governo Federal no incentivo às políticas de financiamento a programas habitacionais, para enfrentar o passivo histórico do déficit, os processos de produção para moradias de interesse social seguem exclusivamente os dilemas da produção de mercado, onde não se expõe claramente espaços para o diálogo de soluções diferenciadas e específicas para projetos de arquitetura e urbanismo. É de percepção de muitos autores que enfrentar o déficit não é o único problema e produzir habitações em larga escala não é a única solução. E toda essa problemática, segundo Raquel Rolnik (2011), tende a se aprofundar por raramente não escapar do binômio desapropriação versus localização periférica, muitas vezes através de operações de conversão de solo rural em urbano. Deste modo, percebe-se que inverter a lógica do déficit como problema e da provisão em escala como solução única, conduziria a proposições de soluções individuais e coletivas adequadas para a urbanização de assentamentos precários e para as melhorias habitacionais.

Discorrendo sobre essa inversão, o trabalho aqui apresentado vem no sentido de tentar modificar esse processo e evitar essa pulverização ilusória de diminuição “qualitativa” de déficit, sem o apropriado compromisso social enfatizado na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade para implementação de uma política habitacional e fundiária que seja baseada em planejamento participativo local, como forma de ampliar o acesso a terra urbanizada e bem localizada para a moradia, concretizando a função social da propriedade. Nesse sentido, o projeto se caracteriza pela intervenção urbana em área de interesse social, onde se busca a melhoria das condições de vida das famílias, a partir da urbanização, compreendendo a infraestrutura urbana como princípio primordial para a habitabilidade e eliminação de riscos.

Para alcançar tal perspectiva, e com a necessidade de exercer o papel de principal ator responsável pelo planejamento e (re) ordenamento das cidades, o Estado do Amapá, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento das Cidades (SDC), elabora um plano de ação para reabilitação do Bairro do Perpétuo Socorro, localizado na Capital Macapá, escolhido como projeto piloto em função do sinistro ocorrido no ano de 2013, um incêndio que atingiu aproximadamente 250 casas. Mesmo passados quase três anos dessa tragédia, e as famílias prejudicadas sendo assistidas em programas habitacionais existentes, a área ainda continua sem funcionalidade urbana. O bairro tem uma construção social e territorial marcada pela forte presença da migração ribeirinha, instaladas em áreas no formato de bolsões de assentamentos precários, em terras alagadas, geralmente sobre palafitas. Nos estudos foram identificadas outras cinco áreas com essas particularidades, também localizadas no entorno da área do incêndio, que no sentido da segurança pública se caracterizam como potenciais espaços para novos sinistros.

Portanto, no sentido de requalificar essas áreas identificadas, o projeto será desenvolvido com a participação da comunidade envolvida. As seis áreas de intervenção totalizam aproximadamente 391 unidades habitacionais (ainda sem as confirmações dos dados específicos que constarão no levantamento técnico social) onde haverá urbanização das áreas e entorno. Por fim, a proposta deste projeto de Estado objetiva proporcionar uma melhor qualidade urbana, integrando qualidade ambiental ao projeto de urbanização com base na participação social inserida em todo o processo, atendendo diretamente 500 famílias, uma vez que acessar tudo o que a vida urbana tem a oferecer é fundamental para termos cidades menos desiguais e mais sustentáveis.

## 2- Objetivo

Geral: Desenvolver um Plano de Ação para a Reabilitação e Integração de Espaços Urbanos Degradados no Bairro Perpétuo Socorro em Macapá, Amapá, Amazônia.

Específicos: Garantir o direito universal à moradia digna, democratizando o acesso à terra urbanizada, à moradia e aos serviços públicos de qualidade; ampliar a oferta de habitações e melhorar as condições de habitabilidade da população de baixa renda local de interesse social; assegurar a sustentabilidade social, econômica e ambiental dos programas habitacionais através da articulação com as políticas de desenvolvimento econômico, urbano, social e de gestão ambiental; balizar a organização espacial do município com a distribuição da população de baixa renda em áreas próximas ao núcleo central.

## 3- Metodologia

Os processos metodológicos que direcionarão o alcance dos objetivos passam primeiramente, pela revisão bibliográfica, com enfoque na questão habitacional, social e ambiental local. Tendo a participação comunitária - através de reuniões e audiências públicas - como baluarte em todo o processo, seguida de estudos e diagnósticos técnicos e multidisciplinares com foco na problemática do lugar para uma adequada requalificação urbana visando elaboração de projetos de arquitetura, engenharia e urbanismo para as áreas de intervenções e adjacentes com base na realização do levantamento técnico-social aplicado através de questionários com perguntas fechadas.

## 4- Resultados Obtidos e Esperados

Os estudos até o momento desenvolvidos já lograram identificar o perfil da população beneficiada direta e indiretamente, como também a forte aceitação e participação por parte da comunidade local.

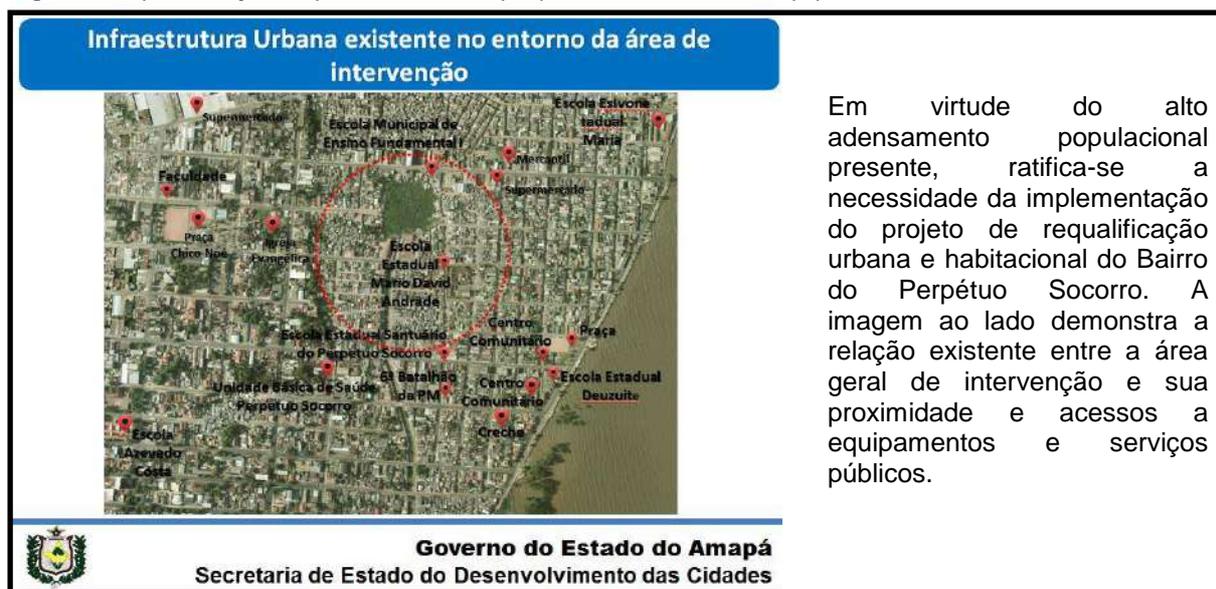
Figura 01: Apresentação do plano com destaque para as áreas de intervenções.



Fonte: SDC, 2017.

Espera-se ao longo de todo o processo de intervenção a requalificação do Bairro do Perpétuo Socorro; a revitalização das áreas de intervenções e entorno, através do reordenamento da malha urbana, a legalização fundiária e a construção de 500 unidades habitacionais; a diminuição do *déficit* habitacional local de forma qualitativa e não puerizada e, principalmente, proporcionar um melhor acesso à vida urbana, contemplada pela qualidade ambiental, aliada a diminuição das desigualdades sociais.

Figura 02: Apresentação do plano com destaque para a infraestrutura e equipamentos.



Fonte: SDC, 2017.

## 5- Conclusão

O presente trabalho tem como conclusão fundamental expor que o Estado necessita retormar o seu papel principal como modelador do espaço urbano, buscando alcançar o melhor equilíbrio entre os fatores ambientais, sociais, urbanos e econômicos.

## 6- Bibliografia

- AMORE, C., "Arquitetura, Comunidade e Habitação". Disponível em: <<http://aredacao.com.br/noticias/83438/habitacao-social-sera-tema-de-aula-magna-do-cau-go-em-goiania-e-anapolis>>. Acesso em 15 março. 2017.
- Rolnik, R. **Solo urbano e habitação de interesse social: A questão fundiária na política habitacional e urbana do país**. Revista de Direito da ADVOCEF. Porto Alegre, ADVOCEF, v.1, n.13, 2011, p.123-157.

## **Povos indígenas e soberania alimentar: uma abordagem cultural dentro das perspectivas da insegurança alimentar e nutricional.**

Richelly de Nazaré Lima da Costa<sup>1</sup>, UNIFESSPA, e-mail: [richelly.costa@funai.gov.br](mailto:richelly.costa@funai.gov.br)

Milton Pereira Lima<sup>1</sup>, UNIFESSPA, e-mail: [miltoncau@yahoo.com.br](mailto:miltoncau@yahoo.com.br)

Luis Mauro Santos Silva<sup>2</sup>, UFPA/NCADR e UNIFESSPA, e-mail: [lmsilva2012@gmail.com](mailto:lmsilva2012@gmail.com)

<sup>1</sup> Mestrandos do PDTSA da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá, Pa, Brasil

<sup>2</sup> Doutor, docente do Programa de Pós-graduação PDTSA/UNIFESSPA; do NCADR/UFPA e membro do NEA AJURI.

### **Resumo**

Os efeitos do padrão moderno de alimentação nos remetem a vários problemas que norteiam a insegurança alimentar e nutricional. As políticas públicas de combate à fome, a desnutrição e insegurança alimentar ainda se expressam timidamente diante do cenário nutricional da população brasileira. Ligado a esta causuística, observa-se a situação dos povos indígenas que para além do consumo alimentar, são norteados pela instabilidade territorial, direitos não reconhecidos e, ressignificação de suas tradições alimentares, acarretando mudanças sócio-econômicas e culturais. O presente trabalho referencia a temática através da abordagem sobre cultura e, em sequencia relata pontos que subsidiam discussões no norte da soberania alimentar de povos indígenas.

**Palavras-chave:** povos indígenas, cultura, soberania alimentar.

### **Resumen**

Los efectos de un patrón moderno de alimentación nos remite a varios problemas que evidenciarían la inseguridad alimentaria y nutricional. Las políticas públicas para combatir el hambre, la desnutrición y la inseguridad alimentaria aún se expresan tímidamente en el escenario nutricional de la población brasilera. Sumado a esto se debe observar la situación de los pueblos indígenas para quienes además de enfrentar dicho consumo alimentario, son guiados por la inestabilidad territorial, com derechos no reconocidos, atravesados además por la resignificación de sus tradiciones alimentarias, lo cual trae consigo transformaciones tanto socio-económicas como culturales. El presente trabajo hace referencia a esta temática a través de un abordaje cultural, y además relata los puntos que soportan discusiones encaminadas a la soberanía alimentaria de pueblos indígenas.

**Palabras claves:** Pueblos Indígenas, Cultura, Soberanía Alimentar.

### **Abstract**

The modern feed patern effects bring us to several problems that orient nutritious and feeding insecurity. Public policies that fight hunger, malnutrition and feeding insecurity still timidly express themselves facing nutritional scenario of brazilian people. Linked to this cause, one could watch indigenous people situation that beyond food consumption, are directed by land instability, non-recognized rights and redetermination of their food traditions, bringing socio-economics and cultural changes. This work refers this thematic through the cultural approaching and, in sequence, relate points that subside discussions about indigenous people food sovereign.

**Keywords:** Indigenous People, Culture, Feeding Sovereign

## **1- INTRODUÇÃO**

Como qualquer temática acadêmica, a “cultura” não pode ser restrita a um campo de conhecimentos específico de pesquisa, ou seja, não podemos direcionar os estudos sobre

cultura somente para determinados campos como a antropologia, a filosofia, a sociologia, ou a qualquer área restrita a humanas (MORIN, 2002). Falar de cultura nos remete ao entendimento das dinâmicas existentes em determinadas sociedades e como elas se inter-relacionam com o mundo a seu redor.

Para iniciar essa abordagem, destaca-se a relevância da discussão no entendimento quanto às dinâmicas culturais indígenas e seu diálogo com a cultura ocidental. Não é operativo fazermos essa visualização a partir de um prisma estático, muito menos desconsiderando a cultura indígena brasileira sem suas implicações desde o período colonial até os dias atuais.

Como afirma Márcio Souza, a cultura da floresta tropical tem base na mandioca e nas relações humanas estabelecidas em torno desse tubérculo unipresente em todo o território amazônico (SOUZA, 2009). E nesse sentido, não se pode compreender o sistema social dos povos indígenas desse bioma sem considerar o papel do alimento e da natureza nessas construções sociais.

Outra preocupação está ligada ao entendimento da cultura e sua repercussão resultante de imposição e diálogos históricos direcionados aos povos indígenas, ressaltando as variantes condicionadoras para entendimento do quadro atual. Vamos nos deter a questão da alimentação e sua percepção frente ao entendimento das dinâmicas culturais para melhor visualização de aspectos da insegurança alimentar e nutricional e soberania alimentar dos povos indígenas.

## **2- METODOLOGIA**

Optou-se nesse ensaio por uma revisão teórica através da abordagem qualitativa de autores trabalhados dentro do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, ofertado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA/PDTSA) que referenciam a temática da soberania alimentar de povos indígenas.

## **3- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Dias (1990), nos propõe a concepção determinista que a cultura é o produto da natureza, e esta direciona a adaptação de cada sociedade onde a mesma se fixa. Em outros termos, a medida que o homem se relaciona com o ambiente, este responde de várias formas, mais ou menos relevantes, induzindo, nesta interação, condições de sobrevivência.

Levanta-se aqui os debates sobre a insegurança alimentar e nutricional dos povos indígenas em cenário atual em comparação a qualidade alimentar que se exercia por esses povos. O consumo frequente de alimentos naturais e com relevância nutricional, porém sem a garantia territorial e em um contexto de direitos historicamente cerceados, remete a compreensão de uma transição alimentar e a inclusão de padrões alimentares não originários desses povos. A herança cultural, através das relações e pela imposição, determinou a infiltração de influências externas, e ainda, as alterações em suas estruturas direcionadas pela sua evolução. (DIAS, 1990).

Laraia (1986) nos direciona a necessidade de entender a cultura como uma “lente para olhar o mundo” e aborda a herança cultural como foco principal, pois é produto do modo de ver o mundo, das apreciações de ordem moral e valorativa, dos diversos comportamentos sociais e da postura corporal.

Nesse sentido, o autor nos orienta que tendências etnocêntricas podem surgir, já que podemos nos afastar do que soa fora do contexto da herança cultural ao considerar determinada cultura superior a outra. Assim, percebemos a importância de olhar as

tradições indígenas e toda sua assimilação com tradições não indígenas, sem comprometermos nosso olhar numa visão tendenciosa.

Alimentar-se, segundo Maciel (2004), envolve muito mais que a questão biológica, envolve contornos simbólicos, ritos, inclui o espaço social e as relações que ali se atravessam. As bases alimentares de um determinado povo são acometidas e enxertadas de várias influências, dentre elas podemos citar a economia, a organização social, as práticas produtivas, entre outros. Tais elementos são fontes que subsidiam o entendimento quanto aos hábitos culturais, e dentro desta abordagem, apontam o perfil nutricional do grupo.

A alimentação, por ser um elemento efetivo da cultura de um povo, transita na sociedade como parte integrante das relações, seja no consumo, na manutenção ou promoção da saúde, na afirmação de identidade e em inúmeras outras áreas de relação social. Entretanto, a alimentação moderna se apresenta com um peso de condicionantes que fragilizam essas relações, repercutem outra realidade que ressignifica sua base, através das trocas e do contato com outras culturas. Diante desta problemática, observa-se as comunidades indígenas e seus enfrentamentos diante da insegurança alimentar e nutricional que para além da disponibilidade de alimento ou propriamente o ato de se alimentar, são atravessadas pela instabilidade territorial, direitos historicamente cerceados e relativização de sua cultura. (LITTLE, 2002; MACIEL, 2004).

O grande capital volta seus olhares ao território brasileiro com premissas direcionadas a exploração dentro dos discursos desenvolvimentista. O interesse nacional e internacional atua diretamente nesta perspectiva. Em contrapartida, as comunidades tradicionais são negativamente impactadas com a proposta desse modelo de “desenvolvimento”, haja vista fornecerem obstáculo na evolução desse discurso. (LITTLE, 2002).

Observa-se o grande movimento de empresários rurais diante dos avanços conquistados pelas comunidades tradicionais em referência ao território. Paralelamente, frentes governamentais se direcionam através de atos normativos que engessam os diálogos e garantias positivas que contemplem os povos indígenas. Consequentemente, asseguram a exploração de seus territórios pelo grande capital, promovendo todas as ações possíveis que repercutem na promoção da insegurança alimentar e nutricional e impedimento de avanços nas proposições da soberania alimentar dos povos indígenas.

A dinâmica de relação que as comunidades indígenas apresentam com o território, é apresentada por Little (2002) através da reflexão direta dos vínculos afetivos, das memórias, das tradições, indo além da exclusividade no retrato geográfico. A garantia do direito territorial e tantos outros usurpados desde o período colonial assegura o contorno das variantes que circulam a insegurança alimentar e nutricional apresentada por estes povos, visto que afirma sua identidade e resguarda a dinâmica cultural vivenciada.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A relevância da temática desmistifica sua abordagem quando se refere a insegurança alimentar e nutricional restringindo seu campo somente como epidemia relacionada a questões de saúde e direciona a ações que fortalecem as discussões sobre soberania alimentar dos povos indígenas, considerando as especificidades da matéria e a garantia dos direitos historicamente negados.

O contorno na situação da insegurança alimentar e nutricional e garantia da soberania alimentar de povos indígenas vão além do fornecimento de alimentos, ou retomada a hábitos alimentares tradicionais, perpassam pelo fortalecimento enquanto comunidades tradicionais, através da garantia de direitos historicamente cerceados, além da superação de preconceitos e estereótipos que cristalizam esses povos numa visão colonial.

## 5- BIBLIOGRAFIA

DIAS, J. Ambiente natural e história (dinamismo cultural). In: DIAS, j. **Estudos de Antropologia**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990 (p. 231-246).

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002. (Série Antropologia, nº 322). Disponível em [http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle\\_1.pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle_1.pdf). Acesso em: 20 set. 2016.

MACIEL, M. E. **Uma cozinha a brasileira**. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro-RJ, nº 33, janeiro-junho de 2004, p. 25-39.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad.: Eloá Jacobina. 7a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, M. **História da Amzônia**. Editora Valer, Manaus, 399 p., 2009.

## **PROCESSO HISTÓRICO E VIDA DE UMA DOCENTE DE HUMAITÁ – AM**

Diniz, Gean; UFAM – gean78600@gmail.com

### **Resumo**

O presente trabalho foi pautado numa pesquisa de cunho qualitativo, com o intuito de investigar o “Processo histórico e a vida de uma docente de Humaitá” com o objetivo de resgatar a história e memória de uma professora de grande experiência na educação. Foi utilizado a pesquisa de campo, como forma de obter os dados referentes da pesquisa, no qual utilizamos como técnica de coleta de dados entrevistas semiestruturada realizado com uma professora com grande experiência na educação do município de Humaitá-AM. Para a realização da entrevista foi procurada a professora Noêmia Oliveira Santos de Souza, que atua na Escola Municipal Rosa de Sarom, nesta fase foi explicado toda a pesquisa e o termo de Livre Consentimento Esclarecido. Essa pesquisa foi de grande relevância para os acadêmicos que puderam vivenciar algumas histórias e memórias de professores que contribuíram para o desenvolvimento da educação neste município, suas realizações, lutas e compromisso com o ato de ensinar e aprender.

Palavra chave: Formação de professor, História da educação; Ensino.

### **Resumen**

Este trabajo se basó en una investigación cualitativa, como el fin de investigar el "proceso histórico y enseñándose la vida Humaitá" con el objetivo de rescatar la historia y la memoria de una gran experiencia en la formación docente. Por lo tanto, se utiliza el campo de la investigación como una forma de obtener los datos de la encuesta, en la que utilizamos como técnica de recolección de entrevistas semiestructuradas a un profesor con amplia experiencia en la educación de Humaitá-AM de la ciudad. Para la entrevista se puso en contacto el maestro Noemia Oliveira Santos de Souza, quien trabaja en la Escuela Municipal Rosa de Sarom en esta etapa se explicó toda la investigación y el término de consentimiento libre. Esta investigación fue de gran importancia para los estudiosos que fueron capaces de experimentar algunas historias y recuerdos de los profesores que han contribuido al desarrollo de la educación en este municipio, sus logros, luchas y compromiso con el acto de enseñar y aprender.

Palabras clave: formación del profesorado, la historia de la educación; enseñanza

### **Abstract**

The present work was based on a qualitative research, such as the purpose of investigating the "Historical process and the teaching life of Humaitá" with the purpose of recovering the history and memory of a teacher of great experience in education. For that, we used the field research, as a way of obtaining the data referring to the research, in which we used as collection technique the semistructured interviews of a teacher with great experience in the education of the municipality of Humaitá-AM. For the realization of the interview was searched the teacher Noêmia Oliveira Santos de Souza, who works at the Rosa Municipal School of Sarom, at this stage was explained all the research and the term of Free Consent Clarified. This research was of great relevance for academics who could experience some stories and memories of teachers that contributed to the development of education in this municipality, its achievements, struggles and commitment to the act of teaching and learning.

Keywords: Teacher training, history of education; teaching

## 1- INTRODUÇÃO

A respectiva pesquisa de campo trata respectivamente sobre as histórias da educação de Humaitá, na qual os pesquisadores apresentam aos leitores o processo histórico educacional da professora Noêmia Oliveira Santos de Souza de Humaitá-AM, que vai desde de sua formação no Ensino Básico até a sua formação acadêmica. E, sobretudo, demonstrando nesta pesquisa as dificuldades encontradas por ela, em sua época durante sua formação profissional.

## 2- PROCESSO HISTÓRICO E VIDA DE UMA DOCENTE DE HUMAITÁ – AM

Noêmia começou sua escolaridade nas series iniciais, com bastante dificuldades, das quais relata a falta de escola próximo onde morava, e por isso era preciso que ela e seus irmãos caminhassem um percurso longo até que chegassem na escola, no entanto, essas escolas nem sempre disponibilizavam materiais didáticos necessários para que o discente prosseguisse seu avanço na educação nas escolas locais.

Com base nas entrevistas a mesma nos revela que nas escolas da sua época, era comum a falta de recursos para promoção da merenda escolar e como também a precariedade na infraestrutura da mesma, como por exemplo; banheiro inadequado, falta de água potável, falta material didático, falta de bibliotecas e sala com espaço e ambiente adequado. No entanto, surge outras dificuldades tais como; a falta de recursos financeiros, para comprar seus materiais, e até mesmo sua própria merenda escolar.

De fato, os problemas enfrentados pela entrevistada foram diversos, pois no início da sua formação, o município de Humaitá não disponibilizava de escolas e professores especializados, sendo uma das problemáticas enfrentadas por seus moradores, e principalmente para aquelas pessoas que tentavam se aprofundar mais ainda na educação. De tal forma as escolas da época não eram destinadas para toda população, visto que a demanda se dava por aqueles que tinham o maior poder aquisitivo. Sobretudo, seguiam um padrão de ensino totalmente tradicionalista, no qual não davam liberdade para os alunos se expressarem, não valorizavam o conhecimento prévio do aluno que é algo de suma importância para sua formação dentro do campo educacional.

Conforme Torres, destaca que :

Esta realidade expressa o reflexo do tipo de sistema educacional existente no país, pois ainda que apresente um número relativamente reproduzido de evasão escolar, apresenta característica que lhe emprestam uma imagem celetista na estrutura educacional. Daí não ser possível analisar esta problemática local, deslocada dos processos históricos que perpassaram a trajetória da educação no Brasil. A política educacional brasileira do período colonial revele-se praticamente inexistente, posto que, nessa época, a economia se assentava na monocultura latifundiária que exigia o mínimo ou quase nada de qualificação profissional. A reprodução das relações de dominação e da ideologia dominante cabia aos

Jesuítas, através do ensino realizado nos seus colégios e seminários, aos quais só tinham acesso os filhos pertencentes e os candidatos ao sacerdócio. (TORRES, 2007, p.82).

Consequentemente, a entrevistada foi passando por um grande processo de formação, dentre eles estão os cursos que a mesma fez durante sua formação, o primeiro dele foi o *antigo colegial*. No decorrer de sua formação ela desistiu de um curso que ela não se identificou, pois as disciplinas eram todas voltadas para as áreas de exatas, tais como: matemática, física, química entre outras, na qual isso foi um dos motivos para ela desistir do curso.

Com o passar do tempo, surge uma nova oportunidade, para Noêmia ingressar em seu almejado curso, com início de sua atuação no magistério, ela acaba descobrindo novos desafios que lhes foram impostos, como trabalhar na área de licenciatura em pedagogia, metas essas já definidas por ela desde sua infância, quando criança já brincava como se fosse uma professora, ensinando outras crianças a estudar, como se estivessem em escolas, inspirada pela mãe, que por não ter uma formação avançada, já alfabetizava pessoas, com pouco que sabia, e isso acabou se tornando como um mecanismo de motivação adquirido por ela.

Por sua vez Noêmia teve a grande oportunidade de ingressar no magistério, curso que segundo a entrevistada se identificava. Contudo, durante sua jornada no magistério a mesma recebeu uma proposta interessante de sua tia que já atuava na rede de escola pública de Humaitá. Sendo que esta suposta proposta era uma chance irrecusável, segundo a mesma, na qual era a oportunidade para ela ingressar na carreira docente e começar a lecionar pela primeira vez, assim sua primeira atuação como profissional foi na escola Municipal Rosa de Sarom.

No decorrer desta atuação ela foi adquirindo experiência profissional e resolveu qualificar-se nessa área. De tal forma quando os primeiros cursos superiores de licenciatura, chegaram em Humaitá-Am tais: como pedagogia, letras entre outros, a mesma conseguiu ser aprovada no vestibular para estudar pedagogia sendo que este tipo de licenciatura era de suma importância para sua área de trabalho, na qual atuava desde o tempo da sua formação no magistério. Contudo, nesse campo a própria entrevistada nos revela que, durante esta formação superior, aproveitou o máximo desse curso adquirindo novos conhecimentos sobre o mundo da docência e até mesmo contribuições de teóricos que falam das tendências pedagógicas entre eles estão José Libâneo e Paulo Freire, os quais a mesma lembrou.

Todavia, suas metodologias aplicadas em suas aulas foram sempre de valorizar o conhecimento prévio do aluno, sabendo respeitar as diferenças e conceitos e principalmente as opiniões que cada educando. Além disso, a relação entre tecnologia e ensino segundo a docente entrevistada, são mecanismos eficazes para o processo de ensino aprendizagem, melhorando a questão da educação dentro e fora da sala de aula. Sempre com intuito de relacionar a realidade do educando no mundo em que ele próprio faz parte. Usando sempre a tecnologia a favor do professor como um instrumento auxiliador no processo de ensino e aprendizagem.

Por isso, segundo Tedesco:

É necessário ter em mente que a incorporação de “novas tecnologias” não pretende substituir as “velhas” ou “convencionais”, que ainda são – e continuarão sendo – utilizadas. O que busca, na verdade, é complementar ambos os tipos de tecnologias a fim de tornar mais eficazes os processos de ensino e aprendizagem. Não há um recurso que responda a todas as necessidades. Cada um tem

características específicas que deverão ser avaliadas pelos docentes na hora de selecionar os mais adequados para os estudantes para a consecução dos objetivos educacionais, de acordo com suas condições e necessidades. (TEDESCO, 2004. p. 96).

Nesse sentido a professora entrevistada atua desde seus 25 anos como profissional da área da educação, atualmente Noêmia não está mais atuando como docente. Porém, seu campo profissional ainda é voltado para essa mesma área, encontra-se atualmente como gestora de uma escola de uma rede pública da cidade de Humaitá-Amazonas.

### 3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que, enquanto acadêmico pesquisador, foi possível analisar através desta pesquisa de campo, as principais dificuldades e fatores que dificultavam a questão do processo de ensino e formação da docente da cidade de Humaitá-AM. Desta forma considero esse trabalho de suma importância para o campo universitário como forma de entender a história da educação de Humaitá/AM. Essa pesquisa trouxe reflexões sobre a realidade do mundo da docência, trazendo junto com ela, desafios enfrentados por essa professora. Nesse sentido, é possível refletir sobre a vida desta docente, mesmo com as dificuldades enfrentadas, uma vez que em seus relatos a mesma mostra que conseguiu vencer as barreiras da profissão docente e contribui de forma satisfatória para a educação em Humaitá-AM.

### 4- REFERÊNCIAS

TORRES, Iraíldes Caldas. **Humaitá: ecos de um povo**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas. Editora do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 2017.

TEDESCO, Juan Carlos. **Educação e novas tecnologias**. (org.). São Paulo: Cortez; Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educacion; Brasília: UNESCO, 2004.

## **Promovendo a Saúde na Amazônia: A Roda de Conversa como Ferramenta Efetiva em uma cidade do Baixo Amazonas**

Manoel Joaquim Ramos Neto, acadêmico em Licenciatura em Educação Física- Universidade de Brasília. Mestrando em Ciências e Meio Ambiente – Universidade Federal do Pará  
manoelramosneto@yahoo.com.br

Raiane da silva lima, acadêmica em Licenciatura em Educação Física- Universidade Federal do Amazonas-UFAM/ICSEZ.  
raiane.lima26@gmail.com

### **Resumo**

O presente trabalho teve como objetivo, analisar a importância da utilização da roda de conversa como instrumento que contribui para a promoção a Saúde e Lazer em uma cidade da região do Baixo Amazonas. Metodologia: a estratégia metodológica dessa pesquisa é a revisão bibliográfica dos dados acerca das rodas de conversa realizadas na cidade de Parintins no interior do Amazonas. O problema emergiu, após a leitura de artigos relacionados a área que citam a roda de conversa como estratégia para divulgar e promover a saúde na região amazônica. Portanto, justificamos esse estudo pela importância da compreensão da utilização da roda de conversa como um efetivo instrumento, capaz de promover a saúde e o lazer da população residente na cidade de Parintins. Este trabalho visa ajudar outros leitores que estudam acerca da saúde coletiva de populações localizadas na região do baixo Amazonas, contribuindo através da consulta da literatura e informações desta região acerca de atividades que promovam a saúde e o lazer da população como um todo.

Palavras chave: Promoção a Saúde, Roda de Conversa, Baixo Amazonas.  
Terma relacionado: Saneamento Básico e Saúde.

## **Promoviendo la Salud en la Amazonía: La Rueda de Conversación como Herramienta Efectiva en una ciudad del Bajo Amazonas**

### **Resumen**

El presente trabajo tuvo como objetivo, analizar la importancia de la utilización de la rueda de conversación como instrumento que contribuye a la promoción de la Salud y Ocio en una ciudad de la región del Bajo Amazonas. Metodología: la estrategia metodológica de esta investigación es la revisión bibliográfica de los datos sobre las ruedas de conversación realizadas en la ciudad de Parintins en el interior del Amazonas. El problema surgió tras la lectura de artículos relacionados con el área que citan la rueda de conversación como estrategia para divulgar y promover la salud en la región amazónica. Por lo tanto, justificamos este estudio por la importancia de la comprensión de la utilización de la rueda de conversación como un efectivo instrumento, capaz de promover la salud y el ocio de la población residente en la ciudad de Parintins. Este trabajo pretende ayudar a otros lectores que estudian acerca de la salud colectiva de poblaciones ubicadas en la región del bajo Amazonas, contribuyendo a través de la consulta de la literatura e informaciones de esta región acerca de actividades que promuevan la salud y el ocio de la población como un todo.

Palabras clave: Promoción de la Salud, Rueda de Charla, Bajo Amazonas.  
Terma relacionada: Saneamiento Básico y Salud.

## **Promoting Health in the Amazon: The Conversation Wheel as an Effective Tool in a city in the Lower Amazon**

### **Abstract**

The purpose of this study was to analyze the importance of using the talk wheel as an instrument that contributes to the promotion of Health and Leisure in a city in the Lower Amazon region. Methodology: the methodological strategy of this research is the bibliographical review of the data about the wheels of conversation held in the city of Parintins in the interior of the Amazon. The problem emerged after reading articles related to the area that mention the talk wheel as a strategy to promote and promote health in the Amazon region. Therefore, we justify this study by the importance of understanding the use of the talk wheel as an effective instrument capable of promoting the health and leisure of the resident population in the city of Parintins. This work aims to help other readers who study about the collective health of populations located in the lower Amazon region, contributing through the literature and information from this region about activities that promote the health and leisure of the population as a whole.

Keywords: Health Promotion, Conversation Wheel, Low Amazon.  
Terma related: Basic Sanitation and Health.

### **1- Introdução:**

A promoção a saúde é dever do estado, no Art. 196, a Constituição Federal de 1988 reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Ainda segundo a Carta de Ottawa (1986), é definida como a capacitação das pessoas e comunidades para modificarem os determinantes da saúde em benefício da própria qualidade de vida.

Portanto, promover a saúde da população, através do desenvolvimento de diversas ações, seja através do desenvolvimento de atividades realizadas pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), ou até mesmo através da divulgação de assuntos relacionadas com o bem estar da população, em escolas, centros de convivência da família, e centros comunitários é a estratégia utilizada pelo ministério da saúde, para ampliar as informações acerca da saúde do homem e da mulher, através da realização de campanhas, coordenadas pelas secretarias estaduais e municipais de saúde.

Segundo MARTINS (2015), somente através da realização de rodas de conversa com a população é que seria possível desenvolver a Educação Permanente em Saúde, pois a EPS se revela naquilo que não vemos, pois os diálogos com a população nas rodas são capazes de desenvolver a promoção a saúde, através da discussão crítica de temas relacionados com a saúde. Ainda segundo CASADEIABUMUSSI (2015), é a Roda de Conversa, que cria um espaço significativo para coletar informações, esclarecer dúvidas, explorando as argumentações com flexibilidade sem a obrigatoriedade de serem conclusiva. Sendo, este um fator de grande importância para a aproximação com

populações ribeirinhas, que em sua grande maioria não possuem um grau de instrução elevado, e sendo este um fator que deve contribuir para a falta de informações referentes ao acesso aos serviços básicos de saúde, que devem ser ofertados pelo ministério da saúde a todos.

Portanto, o difícil acesso a saúde básica, é algo que podemos citar como um grande problema enfrentado pelas populações que ocupam áreas de difícil acesso, localizadas em sua maioria no interior do Amazonas, pois segundo DE MOURA (2017):

“Embora se reconheça o avanço trazido pela Constituição Federal de 1988 no tocante ao direito à saúde, o caminho para a efetivação desse direito é longo, sendo relevante que o debate sobre o conceito da saúde e a abrangência desse direito seja realizado não apenas pelos juristas, mas por toda a sociedade brasileira, buscando-se o aperfeiçoamento das políticas públicas promovidas pelo Sistema Único de Saúde e por maior investimento governamental nesse setor”

Portanto, o referido estudo acerca da promoção a saúde de populações localizadas na região de Parintins no Amazonas, é de extrema necessidade para a questão do desenvolvimento da saúde coletiva e melhoria nos serviços de saúde prestados naquela região. Pois sabemos que a falta de informação e divulgação de métodos que possam vir a contribuir com a melhoria da saúde da população é um dos grandes problemas enfrentados pelos governantes, que precisam através da realização de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da saúde e promoção e lazer, contribuir de forma mais eficaz para o bem estar e saúde da população do baixo Amazonas.

Acredita-se que esse estudo irá servir de ajuda para outras pessoas que se interessam nesta área, para que possam conhecer acerca de temas relacionados com a promoção da saúde e o desenvolvimento de rodas de conversa, para esclarecer acerca de problemas de saúde e discutir ações que proporcionem uma melhoria na saúde e bem estar da população foco deste estudo.

## **2. Roda de Conversa**

Através da pesquisa bibliográfica e documental, os arquivos encontrados em alguns sites demonstram que a atividade da roda de conversa vem sendo desenvolvida em algumas cidades do interior do Amazonas, tendo portanto como grande destaque as desenvolvidas na cidade de Parintins. Sendo que através da discussão, entre os autores deste trabalho algo que nos despertou portanto o interesse no tema abordado por esta pesquisa, é o fato da pouca literatura encontrada no que diz respeito do desenvolvimento de atividades acadêmicas que promovam a promoção da saúde através das rodas de conversa, em cidades do interior do Amazonas.

Como se pode observar, através dos diálogos com autores encontrados, é importante afirmar que somente através de ações que desenvolvam a educação permanente em saúde, é que poderemos mudar este quadro atual. Pois, sabemos que muitos programas de internato rural de acadêmicos de cursos da área de saúde, precisam realizar seus estágios em regiões de difícil acesso, e portanto esta poderia ser uma oportunidade para o desenvolvimento de ações educativas em saúde, através da contribuição da roda de conversa como uma ferramenta efetiva e eficaz na promoção a saúde e lazer dos participantes destas oficinas. Ainda de acordo, com as metodologias utilizadas nas rodas de conversa é possível afirmar segundo ALMEIDA (2017), que :

“A metodologia moderna e informal da Roda de Conversas, irá permitir a quebra da barreira invisível entre os profissionais de saúde

e as gestantes, o que também estimula ao fortalecimento de vínculos entre as usuárias e os profissionais, ao mesmo tempo em que promoverá uma aproximação entre os serviços e a comunidade. “

Observamos portanto, que as rodas de conversas são capazes da criação de vínculos entre os seus usuários, sejam eles os agentes de saúde e os profissionais envolvidos com a promoção à saúde da população de um modo geral. Sendo, estes profissionais atuantes das mais variadas áreas da saúde que contribuem de forma direta para a melhoria da saúde da população. Sendo, portanto necessário a melhoria do diálogo entre as mais variadas profissões, para um perfeito funcionamento do Núcleo de Apoio à saúde da Família, que seria de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde o grande responsável pelo desenvolvimento da promoção em saúde e lazer da população.

Podemos portanto, afirmar que se estas unidades de saúde, realizassem uma campanha através do desenvolvimento de rodas de conversa, com os mais variados grupos que compõem a sociedade brasileira, a difusão do conhecimento e aproximação dos profissionais da área da saúde seria algo que nos proporcionaria um grande avanço no combate de doenças crônicas degenerativas.

### 3- Considerações finais:

Com base dos resultados da pesquisa e análise dos artigos encontrados, é importante afirmar que a roda de conversa, quando realizada em parceria entre os mais variados tipos de profissionais da área da saúde, trará bastante benefícios a população de um modo geral. Pois sabemos que uma interdisciplinaridade entre as áreas, seria possível discutir acerca dos mais variados temas relacionados a melhoria da saúde.

A contribuição da realização das rodas de conversas com populações que em sua grande maioria não possuem acesso aos serviços básicos de saúde e educação, irá trazer inúmeros benefícios como a divulgação de métodos de prevenção de doenças crônicas degenerativas, ou até mesmo diagnosticar doenças que poderiam ser tratadas pelo acesso aos serviços básicos de saúde. Apesar das dificuldades encontradas na busca por trabalhos realizados na região do baixo amazonas, é importante frisar que este estudo irá contribuir para uma melhoria na elaboração de políticas públicas voltadas para a promoção a saúde e o lazer de populações residentes especificamente em cidades localizadas na nesta região.

### 4- Referências:

**ALMEIDA, Ana Valéria Alves de . Roda de conversa – uma estratégia de promoção em saúde para as gestantes que vivem em situação de rua . TCC(especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-graduação em Enfermagem. Linhas de Cuidado em Urgência e Emergência. 2017**

**CASADEIABUMUSSI Danielle Martin, Felipe Pimenta Rodrigues, Isadora Cecílio Name Teles, Stella de Souza Martins, Taciana Carreira de Aquino, Renata Licursi Nogueira. Roda de Conversa: uma ferramenta simples e efetiva para promover a saúde. III Jornada de Medicina e I Mostra de práticas do PIESF (Programa de Integração do ensino na Saúde da Família. v. 14, n. 5 (2015)**

**DE MOURA** Elisângela Santos. O direito á saúde na Constituição Federal de 1988. Disponível em [http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=13440](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13440). Acesso em 17|05|2017 às 09:15.

**MARTINS**, Fabiana Mânica. Educação permanente em saúde no interior do estado do Amazonas: estudo de caso na região de saúde Rio Madeira/AM. 2015. 85 f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

## **QUALIDADE DE VIDA E SUSTENTABILIDADE NO AMAZONAS: DESAFIOS DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE LHE SÃO OFERTADAS**

Tatiane de Aguiar Romano<sup>1</sup>; Universidade Federal do Amazonas; PPGCA;  
tatianeromano2015@gmail.com;

Jemima Ismael da Costa<sup>2</sup>; Universidade Federal do Amazonas; PPGCA;  
jemima.ambientalgmail.com;

Suely Aparecida do N. Mascarenhas<sup>3</sup>; Universidade Federal do Amazonas; PPGCA;  
suelymascarenhas1@gmail.com.

Universidade Federal do Amazonas; Humaitá, AM, Brasil  
Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA)

### **Resumo**

No contexto da sociedade atual discursões sobre a garantia da qualidade de vida e a sustentabilidade possui um caráter de extrema importância para o entendimento das questões que se manifestam no cotidiano de comunidades ribeirinhas. O presente artigo tem como principal objetivo realizar uma reflexão sobre os desafios das populações ribeirinhas frente às políticas públicas que lhe são ofertadas. O acesso à educação, serviços de saúde, infraestrutura e a políticas públicas de qualidade são fatores indispensáveis para promover a sustentabilidade dos indivíduos e a melhoria da qualidade de vida. É imprescindível a inclusão da temática ambiental nos modelos de desenvolvimento que se delineiam na esfera global, pois, a garantia do bem-estar dessas populações deve ser uma das premissas para a elaboração das políticas públicas. Estudos sobre o assunto são de grande relevância, pois, podem contribuir com a gestão pública e a sociedade em geral com subsídios para a reflexão e o esclarecimento das problemáticas encontradas, ampliando o leque de informações acerca do tema bem como apoiando decisões das lideranças da área para a melhoria da qualidade de vida e do bem estar social dos povos ribeirinhos.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Sustentabilidade. Políticas Públicas.

### **Resumen**

En el contexto de la sociedad de hoy en día discursões en asegurar la calidad de vida y la sostenibilidad tiene un carácter de gran importancia para la comprensión de los problemas que surgen en la vida cotidiana de las comunidades costeras. Este artículo está dirigido a proporcionar una reflexión sobre los desafíos que enfrentan las poblaciones ribereñas de las políticas públicas que se ofrecen. El acceso a la educación, servicios de salud, la infraestructura y la calidad de las políticas públicas son factores esenciales para promover la sostenibilidad de los individuos y la mejora de la calidad de vida. la inclusión de las cuestiones ambientales en el desarrollo de modelos que se describen a nivel mundial es esencial, por lo tanto, garantiza el bienestar de estas poblaciones debe ser una de las premissas para la elaboración de políticas públicas. Los estudios sobre el tema son de gran importancia, por lo tanto, puede contribuir a la administración pública y la sociedad en general, con los subsidios para la reflexión y la clarificación de los problemas encontrados, ampliando la gama de información sobre el tema, así como el apoyo a las decisiones de los líderes de la zona para mejorar la calidad de vida y el bienestar social de las personas costeras.

Palabras clave: Calidad de vida. Sostenibilidad. Políticas públicas.

## **Abstract**

In the context of the current society discursions on the guarantee of the quality of life and sustainability has a character of extreme importance for the understanding of the issues that are manifested in the daily life of riverside communities. The main objective of this article is to reflect on the challenges faced by riverine populations in the face of public policies offered to them. Access to education, health services, infrastructure and quality public policies are indispensable factors to promote the sustainability of individuals and to improve the quality of life. It is essential to include the environmental theme in the development models that are outlined in the global sphere, since guaranteeing the well-being of these populations must be one of the premises for the elaboration of public policies. Studies on the subject are of great relevance because they can contribute to public management and society in general with subsidies for reflection and clarification of the problems encountered, expanding the range of information about the subject as well as supporting decisions of the leaderships of the area. To improve the quality of life and social well-being of riparian peoples.

Keywords: Quality of life. Sustainability. Public policy.

## **1- Introdução**

No contexto da sociedade atual, enveredar por meio de estudos sobre a vulnerabilidade social existente em comunidades ribeirinhas, localizadas nas margens de rios da Amazônia, torna-se de grande relevância, levantando discussões sobre políticas públicas, sustentabilidade e a qualidade de vida dos mesmos.

Os povos ribeirinhos caracterizam-se pela diversidade de suas atividades produtivas, atributo que assegura sua sobrevivência, contanto que essa diversidade produtiva esteja relacionada com o padrão de necessidades e recursos disponíveis no local. A maneira como é desenvolvido o processo de sustentabilidade nas comunidades ribeirinhas adquire um caráter de extrema importância para o entendimento das questões sociais que se manifesta no cotidiano dessas comunidades.

Esses grupos humanos dependem tanto da terra de trabalho para a agricultura de subsistência, quanto do seu acesso às águas de trabalho, onde desenvolvem atividades da pesca – uma fonte importante de proteína e principal dieta alimentar dos ribeirinhos (MAYBURY-LEWIS, 1999, p. 33).

Grande parte da população ribeirinha de nosso país vive em condições precárias de existência. Em pleno século XXI, a maioria desta população ainda é analfabeta. Em geral, essas comunidades são esquecidas pelos gestores das políticas públicas federais e municipais, sobrevivendo muitas vezes sem assistência educacional e sanitária que lhe são de direito. Ademais, as políticas públicas, quando ofertadas, não levam em consideração as suas especificidades culturais, políticas e sociais. Contribuindo ainda mais, para a urgente necessidade de discursões e estudos sobre a temática.

## **2- Qualidade de vida e sustentabilidade**

A Organização Mundial da Saúde OMS (1998), define Qualidade de Vida como as percepções individuais sobre sua posição de vida no contexto dos sistemas de cultura e de valores em que vivem, e em relação às suas metas, expectativas, padrões e preocupações. É um conceito abrangente, que incorpora de uma forma complexa, a saúde física, o estado psicológico, o nível de dependência, as relações sociais, as crenças pessoais e o relacionamento com características que se destacam no ambiente.

Conforme Coimbra (1985), Qualidade de Vida é resultado da soma de fatores decorrentes da interação entre sociedade e ambiente, atingindo a vida no que concerne às suas necessidades biológicas, psíquicas, sociais, inerentes e/ou adquiridas.

Com relação ao conceito de sustentabilidade, a sua origem encontra-se nas Ciências Biológicas, e aplica-se aos recursos renováveis, principalmente os que podem se exaurir pela exploração descontrolada. A escassez, alicerce da teoria e prática econômica, converteu-se numa escassez global que já não se resolve mediante progresso técnico, pela substituição de recursos escassos por outros mais abundantes ou pelo aproveitamento de espaços não saturados para o depósito dos rejeitos gerados pelo crescimento desenfreado da produção (LEFF, 2012).

Sustentabilidade significa a possibilidade de se obter sempre, condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores, em dado ecossistema. O conceito de sustentabilidade equivale à ideia de manutenção do sistema de suporte de vida. Significa comportamento que procura obedecer às leis da natureza. Basicamente, trata-se do reconhecimento do que é biofisicamente possível em uma perspectiva de longo prazo.

Enfim, mediante ao exposto, o conceito de qualidade de vida deve integrar a noção de desenvolvimento humano e a de sustentabilidade, permeando variáveis ambientais e sociais. Este estudo busca apresentar discussões sobre a temática da sustentabilidade dos povos ribeirinhos relacionando-a com a qualidade de vida.

### **3- Políticas públicas e os desafios da sustentabilidade em comunidades ribeirinhas**

Os ribeirinhos são pessoas que vivem às margens dos rios, e desenvolvem permanentemente uma estreita relação com o ambiente, a qual se manifesta numa intensa interação. Isso pode ser revelado em diversos aspectos do cotidiano em relação à conservação do solo, da água, da fauna e da flora que caracterizam a condição sociocultural das comunidades tradicionais.

Diferentemente dos caboclos da terra firme, os ribeirinhos vivem em pequenas comunidades em sua maioria à beira dos rios, dos igarapés, dos igapós e dos lagos que compõem o vasto e complexo estuário amazônico. Especialmente, estão dispersos em vários agrupamentos de 20 a 40 casas de madeira construídas em palafitas, mais adequadas ao sistema de cheias dos rios que estão mais ou menos dispersas, chamadas de comunidades e localizadas próximas aos rios, igarapés, furos e lagos (Noda et alii, 2001).

As possibilidades de emprego nas comunidades ribeirinhas são limitadas, onde é comum encontrar famílias grandes, constituídas por cinco ou mais crianças. A população experimenta certa migração, porém, também chegam famílias às comunidades, procedentes de áreas vizinhas. Muitas famílias migram para a área urbana, principalmente para que seus filhos possam estudar. A migração é produto de escassez de emprego e das baixas condições econômicas que caracterizam as comunidades ribeirinhas.

Contudo, a implementação de políticas públicas que promovam efetivamente a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade dos ribeirinhos é sem dúvida um dos grandes desafios a serem enfrentados por toda a sociedade atual. Se considerarmos que a degradação ambiental e a vulnerabilidade dos ribeirinhos como resultado de um processo social, determinado pelo modo como a sociedade apropria-se dos recursos naturais, observamos que as mudanças necessárias à sustentabilidade só irão ocorrer frente a novos comportamentos e novos processos sociais.

Segundo Mota (2001), a política é uma área relativamente nova da ciência, e seu desenvolvimento como campo de estudo iniciou-se com o reconhecimento de que as análises tradicionais de decisões de governo eram incompletas e apresentavam sérios riscos ao bem estar da sociedade. O processo de formulação de políticas públicas adquiriu importância com a emergência da sociedade moderna e com a industrializada. A partir do

século XIX, com a crescente participação nas decisões dos países, as decisões de governo assumiram a legitimidade, pois passaram a contemplar e focalizar melhor as reivindicações de seus cidadãos.

Apesar das mudanças alcançadas no decorrer dos últimos anos, é necessário ainda superar a maneira fragmentada ou setorializada de como são elaboradas e executadas as políticas públicas ambientais no Brasil. Essa tarefa requer um esforço teórico-aplicado de integrar as políticas públicas voltadas para a exploração dos recursos naturais, regularização fundiária e proteção ambiental, inserindo-as em um contexto mais amplo de redefinição dos papéis do Estado em todas as esferas, das empresas e da sociedade civil na definição de políticas ambientais e de modelos participativos de gestão territorial e do meio ambiente.

É, por imediato, um dos mais importantes desafios que se apresentam para a legitimação de políticas públicas: pensar e repensar esta atual modalidade de gestão pública, que impõe rigor e atenção aos fundamentos que pressupõem a real sustentabilidade.

Os resultados do estudo podem contribuir com a gestão pública municipal e a sociedade em geral com subsídios para a reflexão e o esclarecimento das problemáticas encontradas, ampliando o leque de informações acerca do tema bem como apoiando decisões das lideranças da área para a melhoria da qualidade de vida e do bem estar social dos povos ribeirinhos.

#### **Referências**

COIMBRA, J. de A.A. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo, CETESB/ASCETESB, 1985.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 9.ed- Petropolis, RJ: Vozes, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Glossário de promoção da saúde**. Genebra, 1998.

MAYBURY-LEWIS, Biorn. **Terra e Água: Identidade Camponesa como Referência de Organização Política entre os Ribeirinhos do Rio Solimões**. IN: FURTADO, Lourdes (org.) *Amazônia, desenvolvimento, sócio diversidade e qualidade de vida*. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1999.

MOTA, José Aroudo. **O valor da Natureza: economia e politica dos recursos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NODA, Sandra do N. et alii. **Utilização e Apropriação das Terras por Agricultura Familiar amazonense de Várzeas**. IN: DIEGUES, Antonio Carlos e MOREIRA, André deC. *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.181 a 203.

## **Reconfiguração das áreas periféricas no contexto de globalização na Amazônia Exemplo do município de Mocajuba – PA**

Pauline Cuenin, Universidade Federal de Viçosa (UFV) , pauline.cuenin@ufv.br;  
Marc Piraux, Centre International de Recherche Agronomique pour le Développement  
(CIRAD), marc.piraux@cirad.fr;  
Aquiles Simões, Universidade Federal do Pará (UFPA), moinaui@gmail.com.

### **Resumo**

Querendo entender os mecanismos de reconfiguração das áreas periféricas na globalização, um estudo foi realizado em um município da Amazônia: Mocajuba - PA. O objetivo era avaliar a capacidade dos atores locais a lidar com as influências da globalização. O método que foi utilizado para alcançar este objetivo é a análise de fluxos de diferentes tipos (produtos, pessoas, normas, capitais financeiros, informações) dentro do município e, entre este e o exterior. Esta análise destacou uma entrada plena na globalização induzindo algumas fragilidades, mas também dinâmicas emergentes, resultando entre outras causas da ativação dos recursos existentes.

**Palavras-chave:** globalização, dinâmicas, agricultura familiar.

### **Resumen**

Queriendo entender los mecanismos de reconfiguración de las zonas periféricas en la globalización, se realizó un estudio en un municipio da Amazonia: Mocajuba - PA. El objetivo del estudio era evaluar la capacidad de los actores locales a enfrentar las influencias de la globalización. El método que se utilizó para lograr esto es el análisis de flujos de diferentes tipos (productos, personas, reglas, capitales financieros, informaciones) dentro del municipio y, entre éste y el exterior. Este análisis pone de relieve una entrada completa en la globalización induciendo fragilidades, pero también dinámicas emergentes, resultando entre otras causas de la activación de los recursos existentes.

**Palabras clave:** globalización, dinámicas, agricultura familiar

### **Résumé**

En voulant comprendre les mécanismes de reconfiguration des espaces périphériques dans la mondialisation, une étude a été menée sur un municipe d'Amazonie : Mocajuba – PA. L'objectif de l'étude est d'évaluer la capacité des acteurs du territoire à maîtriser les influences de la mondialisation. La méthode qui a été employée pour y parvenir est l'analyse des flux de différents types (produits, personnes, normes, capitaux financiers, informations) au sein du municipe et, entre celui-ci et l'extérieur. Cette analyse a mis en évidence une pleine entrée dans la mondialisation ce qui a induit des fragilités mais aussi des dynamiques émergentes provenant entre autres de l'activation de ressources existantes.

**Mots-clés :** mondialisation, dynamiques, agriculture familiale

### **1- Contexto**

A globalização é um processo de "integração de territórios e atividades dentro das redes globais que transcendem os estados" (Rainelli, 2007). Nesse sentido, a tendência seria a homogeneização do mundo no qual todos têm as mesmas oportunidades de desenvolvimento. No entanto, as disparidades e desigualdades aparecem ou persistem entre os países e regiões do Sul. O projeto PERIMARGE, financiado pela Agência Nacional de Pesquisa (ANR) e coordenado pelo Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD)

e o CIRAD (Centro francês de cooperação agrônômica para o desenvolvimento) foi iniciado nesse contexto. Este projeto queria focalizar-se sobre os mecanismos que levam à reconfiguração dos espaços periféricos na globalização e as suas consequências sobre o surgimento ou a manutenção dessas desigualdades econômicas, sociais e espaciais.

Neste sentido, uma análise de fluxos existindo entre a periferia e os centros correspondentes e as relações entre os dois foi conduzida. O modelo centro-periferia de Reynaud (1981), que constituiu a base conceitual do projeto, mostra de fato que o desequilíbrio dos fluxos entre as áreas provoca o seu desenvolvimento desigual.

Para conduzir tal pesquisa, foi escolhido um município da Amazônia Oriental. A Amazônia é hoje uma região que fica no coração da globalização, desde a promoção pelo governo da sua integração na economia nacional (Lombard et al., 2006). Ela atrai muitos atores, especialmente privados interessados pela produção de commodities, o que gera uma forte competição pelo espaço e conflitos com atores defendendo outros modelos de desenvolvimento (agroextrativismo, agroecologia entre outros).

Um município do Baixo Tocantins na Amazônia Oriental, Mocajuba-PA, foi escolhido por suas várias características de uma área à margem do desenvolvimento (acesso pelas balsas para Belém, isolamento de uma parte do seu território, município afetado por crises consequências da barragem de Tucuruí, e da falta de oportunidade econômica depois do ciclo da pimenta do reino) mas inserida nos processos de globalização (chegada das empresas de dendê, peso dos produtos agroindustriais vindos de fora...). Assim, através da qualificação e quantificação dos fluxos, queríamos entender as reações dos agricultores familiares de Mocajuba e dos outros atores em frente das influências da globalização. O estudo de caso foi conduzido pelo CIRAD e pela UFPA (Universidade Federal do Pará).

## 2- Material e método

A área de estudo, Mocajuba, é situada a 200 km ao Sul de Belém, na beira do rio Tocantins. A população do município é de 26 731 habitantes, incluindo 18 279 na área urbana e 8 452 na área rural (IBGE, 2010). Sua superfície é 870.8 km<sup>2</sup>. A maioria dos produtos agrícolas produzidos no município provém de uma agricultura familiar muito ativa no território (95% dos agricultores).

O território de Mocajuba pode ser dividido em quatro áreas:

- a área quilombola da margem direita do rio na qual a produção principal é a farinha de mandioca; é a área a mais isolada do território mocajubense;
- as ilhas do rio onde moram os ribeirinhos; as atividades principais sendo a pesca e o extrativismo (açai, borracha, murumuru, cacau...);
- a área da terra firme que inclui: uma área de bacia de produção da farinha de mandioca, e da pimenta do reino (o cultivo de renda) e uma área quilombola com uma produção diversificada, mas também centrada na farinha de mandioca;
- o centro urbanizado de Mocajuba.

Uma análise de fluxos de diferentes tipos (produtos, pessoas, normas, capitais financeiros, informações) dentro do município e, entre este e o exterior foi conduzida. Uma primeira identificação de fluxos foi realizada através da recolha de dados secundários (trabalhos de pesquisa, dados de empresas, dados de administrações...). Uma matriz de leitura, concebida pelos pesquisadores do projeto, foi preenchida com essas primeiras informações. Essa ferramenta permitiu também caracterizar cada fluxo, avaliar os elementos faltando para a análise, identificar os atores a ser entrevistados e a maneira de obter as informações. Os dados primários foram recolhidos por meios de entrevistas diretas e semi-diretas. Dados e informações sobre os projetos de desenvolvimento local também foram recolhidos, a fim de, analisar as dinâmicas territoriais existentes. A validade das informações foi verificada pelo método de triangulação das fontes de informações. Uma restituição aos

atores foi feita para validar os resultados e completa-los. A coleta de dados foi realizada em 2014, atualizada por uma segunda serie de observações em 2016.

### **3- Dinâmicas globais sobre o município de Mocajuba no contexto de globalização**

Um primeiro resultado mostra um volume importante de fluxos entre Mocajuba e os centros correspondentes, de natureza e intensidade muito diferentes. Olhando o volume crescente de fluxos desde 30 anos, observou-se que o número, a diversidade e a intensidade das relações entre Mocajuba e centros correspondentes aumentaram (em particular fluxos de produtos, de capitais financeiros, informações e normas), signo típico da globalização. Esse processo foi também acompanhado por uma diversificação dos centros localizados em diferentes escalas: pequena região (Cametá), área grande (Belém, Castanhal...), nacional (Brasília, São Paulo...) e internacionais (Europa, China...). Não é mais Belém que organiza esses fluxos. Além dos fluxos com os centros, observou-se o surgimento de fluxos (de produtos agrícolas e pessoas) com outras margens, correspondendo aos municípios vizinhos.

Apesar deste aumento dos fluxos e relações que refletem um território menos isolado, observamos também muitos fluxos principalmente nacional e internacional de alta intensidade vindo de fora mas com relés diversos (sobretudo Belém). Eles consistem essencialmente em produtos agroindustriais e manufaturados, bem como normas e capitais financeiros por parte do governo federal. As principais saídas são caracterizadas pelos fluxos de produtos agrícolas (pimenta do reino, farinha de mandioca e açaí). Esta assimetria de fluxos entre os que entram e os que saem do município em favor dos centros é também típico da globalização, e reflete o fato de que Mocajuba mantém o seu status de margem. De fato, tal assimetria traduz uma certa dependência de Mocajuba aos centros: os produtos agroindustriais e manufaturados de fora, os capitais de empresas (dendê) e empresários privados, o financiamento público e as normas públicas e privadas.

Além dessa dependência, Mocajuba apresenta fragilidades internas. A instabilidade política resultando de processos jurídicos ligados à revogação do prefeito, e a falta de representação política do município ao nível regional dificultam o desenvolvimento dos projetos em Mocajuba. A falta de organização coletiva continua a ser problemática. O fracasso da criação de uma cooperativa é um exemplo desse problema. Isso gera dificuldades para o acesso à algumas políticas públicas como o PNAE ou o PAA (esse não foi renovado por esses problemas de organização), a criação de novos canais de comercialização e ao estabelecimento de novos projetos. A chegada de uns grandes empresários agrícolas vindo de fora em terra firme investindo no cultivo de pimenta do reino gerou alguns conflitos com os produtores locais, em particular em relação à competição com os recursos naturais (terra, água, floresta). Enfim, a saída da BBB (Belém Bioenergia Brasil, formada pela Petrobras e a Galp de Portugal) em 2015, deixando produtores de dendê sem apoio direto, e que tinha provocado muitas expectativas, é um signo desta fragilidade.

### **4- Dinâmicas específicas como domínio das influencias da globalização**

Uma das dinâmicas muito importantes no território é o desenvolvimento do cultivo de açaí, que cria fluxo importante de venda do açaí para o centro de Mocajuba e para fora (empresas de Igarapé-Miri e Castanhal que transformam o açaí para a exportação), em particular no período de alta produção. Esse cultivo tradicional das ilhas se desenvolveu bastante nesses cinco últimos anos com o crescimento da demanda nacional. Essa expansão atingiu a terra firme onde alguns agricultores começaram a plantar variedades especiais de açaí. Essa expansão na terra firme foi também correlada as flutuações do preço da pimenta do reino e pelo apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário com a

contratação de uma empresa de assistência técnica específica e da municipalidade com a distribuição de sementes. Essa dinâmica endógena mostra a capacidade dos atores, aqui, os produtores de Mocajuba, a responder ao mercado com uma cultura tradicional.

Além disso, dinâmicas ligadas a fluxos específicos estão emergindo pelas iniciativas de alguns atores. Assim, fluxos foram iniciados por empresas privadas fora do município. O fluxo da venda de borracha nas várzeas, lançado em 2008, é específico no sentido de que é um recurso que já foi explorado no passado, e que foi reativado. Ressalta-se que esta dinâmica foi iniciada pela empresa Michelin através de uma cooperativa de Belém, com a sinergia entre o governo com a política de preço garantido e as iniciativas pessoais dos extrativistas que criaram uma organização especial para articular esse processo. Outro fluxo ativando recursos das ilhas é ligado à venda do murumuru que apareceu mais significativamente em 2011 com a empresa Natura. Essa permitiu o desenvolvimento da produção até então anedótica graças às estratégias de acompanhamento e de organização dos extrativistas. Estes dois fluxos específicos mostram um dinamismo dos moradores para diversificar-se e usar os recursos próprios, sob o impulso das empresas. Mas, eles estão ainda dependentes da vontade ou da situação das empresas.

Outras dinâmicas emergentes iniciaram por iniciativas pessoais ou pela organização sindical. Por exemplo, alguns agricultores se organizaram para produzir galinhas caipiras. Mesmo se as quantidades vendidas no mercado são mínimas em comparação com o volume de frangos industriais, esta iniciativa é um exemplo concreto da capacidade dos atores locais para lidar com a globalização, oferecendo produtos locais no município. Na mesma perspectiva, o Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais (STTR) está começando a promover os produtos locais com a realização de feiras agroecológicas. Essa iniciativa está criando uma nova dinâmica apesar das dificuldades de sensibilização dos agricultores e consumidores a esse novo modo de vender e consumir. No plano normativo, os acordos de pesca das ilhas criados pelos ribeirinhos destacam o desejo dos moradores de criar novas regras para proteger seus recursos aliêuticos, mesmo se esses estão ainda fracos.

Enfim, outras dinâmicas iniciadas pelas autoridades públicas poderiam ser reforçadas. A implementação do PNAE, ainda em construção, conduziria a novos fluxos no município com a valorização de produtos que até então permaneceu em grande parte dentro das comunidades. Nesse objetivo, a secretaria da agricultura tenta também iniciar projetos com os agricultores de Mocajuba (criação de peixe, distribuição de sementes de feijão...).

## 5- Conclusão

Apesar da forte dependência do município ao exterior e das fragilidades internas, existem dinâmicas emergentes vindo da capacidade diferenciada de ativação dos recursos existentes pelos atores locais, mas também por algumas formas de organização coletiva. A capacidade de inovar com novos arranjos institucionais entre dispositivos públicos e privados augura uma capacidade dos atores locais para gerir melhor as influências globalizadas. Mas, essas iniciativas locais continuam frágeis e demonstram a dificuldade deles para lidar com as influências da globalização.

## Referências

- Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Mocajuba**. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150460> >. Acessado em: 12/08/14.
- Lombard, J., Mesclier, E., & Velut, S. (2006). *La mondialisation côté Sud: Acteurs et Territoires*. Paris: Rue d'Ulm, IRD.
- Rainelli, P. (2007). *L'agriculture de demain: gagnants et perdants de la mondialisation*. Paris: le félin.
- Reynaud, A. (1981). *Société, espace et justice*. Paris: Presses Universitaires de France.

## **Violência oculta: silêncio midiático e o aumento dos conflitos na Amazônia**

Beatriz Melo Ferreira, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília,  
bzmeloferreira@gmail.com;

Erika Alexandre, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília  
erikaoliale@gmail.com;

Prisley Zuse, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília,  
prisleyzuse48@gmail.com;

Yuri Araújo, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília,  
araujyuri@gmail.com;

...

### **Resumo**

O projeto tem a finalidade de investigar como a omissão da mídia e o desmatamento afetam as situações de conflito ocorrentes na Amazônia legal. Através de pesquisas e informações interativas, pretendemos expor o aumento da violência contra militantes e indígenas na Amazônia, causada pelo déficit de informação recebida pelo público que, por não ter fácil acesso a este conhecimento, não se envolve com a questão e assim permite que o quadro continue se agravando. Exultando as informações de processos bem-sucedidos, além de alienar, a mídia oculta de forma parcial os fatos negativos, dando a entender, por exemplo, que a expansão do agronegócio na Amazônia é sempre proveitosa. No entanto, o cenário verdadeiro apresenta dados assustadores. Segundo o Greenpeace, um ativista ambiental ou defensor de terras é morto a cada dois dias no mundo. Não surpreendente, o Brasil é campeão dessa estatística: 50 dos 185 se passaram no país em 2015. Um dos casos notáveis é o da ativista do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) Nilce de Souza Magalhães, mais conhecida como Nicinha, que teve seu desaparecimento registrado em janeiro de 2016 e foi encontrada, assassinada, apenas em junho do mesmo ano, na cidade de Porto Velho (RO). Um relatório divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que expõe a violência contra os povos indígenas, informa que 137 índios foram assassinados, também em 2015, em 2014 foram 138 e em 2013, 53. Contudo, por mais alarmantes que sejam, estes fatos raramente viram manchetes ou são cobertos pelos grandes veículos brasileiros de comunicação.

Palavras-chave: mídia, desmatamento, violência, Amazônia

## **Violencia oculta: silencio mediático y el aumento de los conflictos en la Amazonia**

### **Resumen**

El proyecto tiene la finalidad de investigar como la omisión de la mídia y el desmatamento afectan las situaciones de conflicto ocorrentes en la Amazonia. A través de

investigaciones e informaciones interactivas, pretendemos exponer el aumento de la violencia contra activistas e indígenas, resultante del déficit de información recibida por el público que, por no tener fácil acceso a este conocimiento, no se envuelve con la cuestión y así se permite que el cuadro continúe agravándose. Exultando las informaciones de procesos bien-sucedidos, además de alienar, la mídia oculta y asume parcialidad, dando a entender que la expansión del agronegocio en la Amazônia es siempre provechosa. Sin embargo el escenario verdadero presenta datos sobrecogedores. Según el Greenpeace, un activista ambiental o defensor de tierras es muerto cada dos días en el mundo. No sorprendente, lo Brasil es campeón de esa estadística: 50 de los 185 se pasaron en el país en 2015. Uno de los casos notables es lo de la activista del MAB (Movimiento de los Alcanzados por Barragens) Nilce de Souza Magalhães, más conocida como Nicinha, que tuvo su desaparición registrada en enero de 2016 y fue encontrada, asesinada, sólo en junio de ese mismo año, en la ciudad de Porto Velho (RO). Un informe divulgado por el Consejo Indigenista Missionário (Cimi), que expone la violencia contra los pueblos indígenas, informa que 137 indios fueron asesinados, también en 2015, en 2014 fueron 138 y en 2013, 53. Pero, por más alarmantes que sean, estos hechos raramente llegan a los titulares de los grandes vehículos brasileños comunicacionales.

Palabras clave: mídia, desmatamento, violencia, Amazoniza

## **Hidden violence: media silence and increased conflicts in the Amazon**

### **Abstract**

The project had the finality of investigating how the omission of the big media and the deforestation affects the conflict situations that occur on the Amazon Forest. Based on previous research and interactive information, we intend to expose how the lack of information contributes to the indexes high of violence against activists and indigenous people in the forest. By exulting successful agribusiness processes, the media occults and assumes partiality, making it seem like the economic growth comes without any cost to society. Yet, the real scenario is startling. According to the Greenpeace, one environmental activist or land defender is killed every two days in the world. Not surprisingly, Brazil is the champion of this statistic: 50 of the 185 cases were located in the country in 2015. One of the remarkable occurrences was the story of the activist Nilce de Souza Magalhães, leader of the MAB (Affected by Dams Movement), best known as Nicinha. Nilce had her disappearance registered in January of 2016 and was found, murdered, only in June of that same year, in the city of Porto Velho (RO). A report made by the Missionary Indigenous Council (CIMI) informs that 137 indigenous were killed in Brazil, also during the year of 2015. In 2014, the number was 138 and in 2013, 53. However alarming they are, these facts rarely see headlines or are covered by the great Brazilian vehicles of communication.

Keywords: media, deforestation, violence, Amazon forest

## 1- Desmatamento e violência

A omissão por parte da mídia, em relação ao desmatamento é recorrente e a violência apenas aumenta. A Amazônia, o ápice da diversidade e uma das maiores belezas globais, sofre diariamente com a violência e o desmatamento longe dos olhares mundiais. Apenas no Brasil, em 2003, foram desmatados cerca de 18.000 de km<sup>2</sup> para extração de madeira, sendo a maioria, ilegal. Desde 2004, 1,2 milhões de hectares de floresta foram derrubados para a agricultura, como por exemplo, de soja. Além dos confrontos pela posse de terra, o desmatamento provoca a seca diária dos rios, onde muitos indígenas tiram seu sustento e também sua sobrevivência. Diversas entidades, como o Greenpeace, promovem campanhas para que o pior não aconteça: florestas secas.

Durante o mês de abril de 2017, no Acampamento Terra Livre (ATL), indígenas puderam apreciar o lançamento do vídeo clipe da canção “Demarcação Já!”, produzido com a participação de mais de 25 artistas, entre eles Gilberto Gil, Maria Bethânia, Ney Matogrosso, Arnaldo Antunes, Elza Soares, Criolo, Lenine, Zélia Duncan, Zeca Baleiro e Nando Reis. O vídeo já conta com mais de 600 mil visualizações e 36 mil compartilhamentos. A música conta sobre a história indígena e da dificuldade de permanecer em suas terras.

Trecho da música “Demarcação Já!”:

“Já que depois de mais de cinco séculos /E de ene ciclos de etnogenocídio, /O índio vive,  
em meio a mil flagelos, /Já tendo sido morto e renascido, /Tal como o povo cadiveu e o  
panará –

Demarcação já! /Demarcação já!

Já que diversos povos vêm sendo atacados, /Sem vir a ver a terra demarcada, /A começar  
pela primeira no Brasil /Que o branco invadiu já na chegada: /A do tupinambá –

Demarcação já! /Demarcação já!

Já que tal qual as obras da Transamazônica, /Quando os milicos os chamavam de  
silvícolas, /Hoje um projeto de outras obras faraônicas, /Correndo junto da expansão  
agrícola, /Induz a um indicídio, vide o povo kaiowá,

Demarcação já! /Demarcação já!

Já que tem bem mais latifúndio em desmesura /Que terra indígena pelo país afora; /E já que  
o latifúndio é só monocultura, /Mas a TI é polifauna e pluriflora, /Ah!,

Demarcação já! /Demarcação já!”

Diversas pesquisas comprovam a relação do aumento dos índices de desmatamento com os de violência. Segundo o levantamento realizado pela Agência Brasil (que cruzou dados do Gráfico de Desflorestamento até 2005 e o Mapa da Violência de cada estado brasileiro), todos os estados do Norte apresentam cidades entre as 556 com as maiores taxas de homicídios na população total. Dessas, 28 estão no Mato Grosso, 21 no Pará, oito em Rondônia e duas no Maranhão. Acre e Tocantins aparecem com um município cada.

O estudo também mostra que 16 municípios aparecem tanto na lista dos 100 mais desmatados quanto dos 100 mais altos índices de assassinatos, incluindo o 1º (Colniza), o 5º (São José do Xingu) e 8º (Aripuanã), todos os três no Mato Grosso.

Em entrevista concedida à Radioagência Nacional (Empresa Brasil de Comunicação - EBC) o sociólogo Júlio Jacobo (autor do Mapa da Violência de 2015) a falta de investimento em segurança pública e a tendência a estas localidades se tornarem rotas de contrabando e tráfico de drogas são as principais razões para a violência.

Apesar de os estados próximos à Amazônia terem registrado bastante crescimento econômico nas últimas décadas, eles não acompanharam a evolução estrutural dos municípios do eixo Centro-Sul do país. A falta de conhecimento geral da população sobre essa região, agravada pela omissão da mídia tanto em questões jornalísticas quanto em termos de representatividade cultural, faz com que elas sejam esquecidas, governo atrás de governo, já que não há cobrança por parte de quem tem mais visibilidade.

## **2 - Uma guerra amazônica**

Por mais que a violência nos meios rurais e na floresta sejam temas recorrentes no imaginário do brasileiro, os casos reais são pouco divulgados e acabam se perdendo em meio a outras informações que a grande mídia considera mais relevantes. Um bom exemplo é o caso de Nilce “Ncinha” de Souza Magalhães, ativista do MAB (Movimento de Atingidos por Barragens). Ao pesquisar o nome da ativista em um dos grandes sites de buscas, os primeiros resultados são de fato links para artigos publicados em grandes portais como G1 (Emissora Globo), Folha de São Paulo e O Globo. No entanto, essas notas trazem poucas informações acerca do caso e menos ainda sobre a importância desta mulher para a liderança do movimento.

Nilce foi dada como desaparecida no dia 7 de janeiro de 2016, vista pela última vez no acampamento que abrigava famílias de pescadores atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica Jirau, em “Velha Mutum Paraná”. No dia 15, deste mesmo mês, Edione Pereira da Silva foi detido e confessou o crime, porém escapou da prisão pouco tempo depois. O corpo da ativista foi encontrado somente em 21 de junho de 2016, a cerca de 400 metros do local do desaparecimento, dentro da mata fechada.

Uma suposta briga de vizinhos no acampamento foi dada como a motivação para o crime, embora Ncinha fosse muito conhecida na região por sua luta em defesa das pessoas prejudicadas pela construção da barragem de Jirau.

Comparando os artigos que aparecem na primeira página de resultados do site de busca, é notável a diferença de tratamento para o mesmo fato. Os grandes veículos fornecem uma cobertura padrão, pouco aprofundada. No geral pouco se fala sobre as motivações do crime ou sobre a investigação.

Dentre os três artigos citados anteriormente, o mais completo é o do jornal O Globo, que apresenta trechos de entrevistas com o chefe de Comunicação da Polícia Civil de Rondônia, Osmar Casa, e de João Marcos Dutra, um dos coordenadores do MAB em Porto Velho. O texto também cita brevemente algumas das atividades de Ncinha como uma das líderes do movimento e os dois inquéritos civis abertos depois de denúncias movidas por um grupo que foi à Brasília, do qual ela fazia parte.

Já nas mídias menos convencionais, o caso é tratado com mais interesse, embora cada um o leve para seu viés. A organização Front Line Defenders (que tem o objetivo de proteger defensores e defensoras de direitos humanos em risco) traz em seu site um histórico do caso e da vida da ativista, ressaltando sua importância no meio. O jornal Mais RO traz uma reportagem sobre uma audiência pública realizada pela Comissão Mista de

Combate à Violência Contra a Mulher, com a finalidade de discutir a realidade das mulheres que vivem nos campos e florestas. No texto, o jornal também relembra, além de Nicinha, os casos de Margarida Alves e Irmã Dorothy, participantes de lideranças rurais, mortas em 1983 e 2005, respectivamente.

Por fim, o site oficial do MAB oferece uma série de artigos sobre o caso da ativista, detalhando tanto sua morte quanto seu trabalho como parte da liderança do movimento. Há também o documentário *“Jirau e Santo Antônio: relatos de uma guerra amazônica”* que fala dos problemas causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, trazendo algumas de suas consequências ambientais e humanitárias. Em trecho do filme, é exibida uma entrevista de Nicinha, que ainda estava desaparecida na época do lançamento.

*“Se eu for lá no meio do mato derrubar uma castanheira para reformar o meu barraco que a usina derrubou, eu vou para a cadeia. Agora, a usina veio e matou um bocado e ninguém fez nada, nem IBAMA, nem Ministério Público, nem CDAM, nem meio ambiente, ninguém vem fazer nada por nós.”*

- Nilce de Souza Magalhães, trecho do documentário *Jirau e Santo Antônio: relatos de uma guerra amazônica*

No entanto, apesar de minuciosas, essas informações abrangem poucas pessoas: atualmente (em maio de 2017) o documentário conta com pouco mais de 4000 de visualizações no YouTube e o canal do MAB tem apenas cerca de 700 inscrições. Para alavancar essas notícias, seria necessária a mobilização de veículos maiores, que têm pouco interesse pela questão.

Outro caso foi do Secretário do Meio Ambiente de Altamira (PA) e socioambientalista Luís Alberto Araújo, executado diante dos seus familiares quando chegavam ao condomínio que moravam, na data de 13 de outubro de 2016. A prefeitura da cidade, em nota, destacou que “O governo de Altamira perde, assim, um servidor dedicado e personagem importante na luta em favor da melhora das políticas ambientais na região.”

Ao pesquisar o nome de Araújo no site de pesquisas, Google, apenas quatro sites dispõem matéria sobre o assassinato na primeira página, sendo dois brasileiros, [socioambiental.org](http://socioambiental.org) e [jusbrasil.com](http://jusbrasil.com), e dois estrangeiros, [news.mongabay.com](http://news.mongabay.com) e [theguardian.com](http://theguardian.com). As matérias estrangeiras apresentam mais informações que as nacionais e também é claro a ausência das grandes mídias cobrindo de forma eficiente e cobrando por investigações.

### **3- Assassinatos velados dos povos indígenas**

Ainda que minimamente, os casos de Nilce de Souza Magalhães e Luís Alberto Araújo foram divulgados, ao contrário dos 891 índios que faleceram entre os anos de 2003 a 2015, segundo o relatório do CIMI.

De acordo com o relatório “Estes dados, no entanto, não permitem uma análise mais aprofundada, visto que não foram apresentadas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) informações detalhadas das ocorrências, tais como faixa etária das vítimas, localidade, povo, etc. A fragilidade destes dados dificulta uma clara percepção da autoria dos homicídios, se eles tiveram como pano de fundo a disputa pela terra ou, nesse sentido, se são consequência do fato dos indígenas não estarem vivendo em seus territórios tradicionais”.

A grande mídia não retrata de maneira eficiente casos como o assassinato do indígena Guarani Kaiowá, Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, de 26 anos, morto a tiros

quando um grupo de pessoas em mais de 40 caminhonetes, segundo testemunhas, munidas de armas de fogo, rojões e com auxílio de uma pá-carregadeira começaram a disparar contra a comunidade, para expulsar os índios à força da fazenda Yvu, em Caarapó (MS) na data de 14 de junho de 2016, ou como o caso do menino Vitor Pinto, de apenas dois anos, que teve o rosto afagado por seu assassino antes de ter sua garganta cortada, no colo da mãe em uma rodoviária cheia, ao meio-dia do dia 30 de dezembro de 2015. O bebê era um índio do povo Kaingang, e sua família havia chego à cidade para vender artesanato, aproveitando a época de festas de final de ano. Sua morte sequer virou destaque na imprensa nacional. Eliane Brum, colunista do jornal espanhol El País destacou:

*“Se fosse meu filho, ou de qualquer mulher branca de classe média, assassinado nessas circunstâncias, haveria manchetes, haveria especialistas analisando a violência, haveria choro e haveria solidariedade. E talvez houvesse até velas e flores no chão da estação rodoviária, como existiu para as vítimas de terrorismo em Paris. Mas Vitor era um índio. Um bebê, mas indígena. Pequeno, mas indígena. Vítima, mas indígena. Assassinado, mas indígena. Perfurado, mas indígena. Esse “mas” é o assassino oculto. Esse “mas” é serial killer.”*

Enquanto nas artes, como no movimento romântico brasileiro, os indígenas são exaltados por força e coragem, a violência real contra o povo nativo é ignorada. A morte dos indivíduos indígenas não causa comoção como a morte dos indivíduos brancos.

#### **4 - Considerações finais**

Para parte da população brasileira de influência, como a bancada ruralista, não é viável que o povo saiba dos fatos ocorrentes na Amazônia. Utilizando-se de propagandas e reportagens, como a campanha "Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo" da Rede Globo, a mídia oculta de forma parcial os fatos negativos, dando a entender, por exemplo, que a expansão do agronegócio na Amazônia é sempre proveitosa. Assassinatos e outros casos de violência decorrentes do desmatamento também são ocultados, tornando a influência da grande massa praticamente irrelevante nesse assunto.

A fragmentação da ética assume importante influência sobre os meios de comunicação, o conteúdo e seus responsáveis. Quando uma revista, que tem a classe mais favorecida como público-alvo, por exemplo, vende um espaço de divulgação para marcas que possuem responsabilidade no desmatamento, mesmo que oculta, não é interessante para a revista nem para a marca, que o conteúdo carregue críticas sobre a violência ambiental. Isso se dá pela ética da revista, em não se contrapor ao anunciante, mas também, pela ética da redação em não cair em contradições em suas demandas. Vemos que, na visão dos editores e produtores, cabe a omissão dos fatos pelo bem do negócio.

## Visibilidade para a Agricultura Familiar

Rodrigo Brandão, Aluno;  
Victoria Cordeiro, Aluna  
Luan Roumillac, Aluno  
Ana Kitayama, Aluna

### Resumo

O Brasil tem grande participação na produção de alimentos em nível global. O país produz aproximadamente 95 milhões de toneladas de soja anualmente, fazendo-o ser o segundo maior produtor do mundo, segundo a Embrapa. Contudo, grande parte dos alimentos produzidos no Brasil por grandes empresas vão para fora do país, para alimentação humana e, também, animal. Atualmente, os responsáveis, de fato, por alimentar e constituir a mesa dos brasileiros, são os alimentos produzidos pela agricultura familiar. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros vêm da agricultura familiar distribuída em todos os estados do Brasil.

A Amazônia, além de ser um bioma rico para extração e produção de diversos produtos, desempenha papel importante na agricultura. É o centro de origem por exemplo da mandioca, base da alimentação de grande parte do povo brasileiro devido ao seu custo e sua versatilidade. É um alimento produzido em grande quantidade no Norte do país, sendo um dos elementos presentes na renda da agricultura familiar na Amazônia.

A comunicação e a educação são instrumentos de apoio à construção de uma cadeia de produção mais consciente e sustentável. Devido ao consumo de massa, do estágio capitalista atual, muitos brasileiros não sabem a história do produto que chega à sua mesa e isso reflete em temas como inclusão social, apoio e suporte

econômico, no modo como se trata o meio ambiente e, claro, na qualidade e na segurança do que é consumido como alimento.

Neste trabalho apresentaremos um quadro geral da situação dos pequenos produtores rurais na Amazônia. Usaremos dados como por exemplo o de escoamento dos produtos produzidos por eles e que tipo de apoio eles recebem do governo para que sua produção continue e se fortaleça. Dada a grande importância deste tipo de agricultura, que possui uma visão oposta à da agricultura industrial, é importante discutir a inserção social desses agricultores, o combate à fome e a preservação da floresta amazônica. Nosso trabalho visa demonstrar a importância de políticas de comunicação que deem mais visibilidade aos produtos gerados por este meio de produção tradicional e sustentável.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Visibilidade, Políticas de Comunicação.

## Resumen

O Brasil tiene gran participación en la producción de alimentos en el nivel mundial. O país produce aproximadamente 95 millones de toneladas de soja anualmente, haciendo el segundo mayor productor del mundo, segundo a Embrapa. Conocimiento, gran parte de los alimentos producidos no Brasil por grandes compañías para el país, para la alimentación humana y, también, animal. Actualmente, los responsables, de hecho, por alimento y constituir una mesa de los brasileños, son los alimentos producidos por agricultura familiar. Segundo del Ministerio de Desarrollo Agrícola, 70% de los alimentos consumidos por los brasileños en la agricultura familiar distribuida en todos los estados del Brasil.

A Amazônia, además de ser un bioma rico para extracción y producción de diversos productos, desempenha papel importante en la agricultura. Es el centro de origen por ejemplo de la mandioca, base de la alimentación de gran parte del pueblo

brasileño. Este es un alimento producido en gran escala en el Norte del país, que se encuentra en la producción agrícola en la Amazonia.

Una comunicación y una educación son instrumentos de apoyo a la construcción de una cadena de producción más consciente y sostenible. Debido al consumo de masa, está el capitalismo actual, muchos brasileños no saben una historia del producto que no se mire y se refleja en temas como el social, el apoyo y el desarrollo, Na calidad y la seguridad de que es consumido como alimento.

Este trabajo se presenta en un cuadro general de la situación de los pequeños productores en la Amazonia. Por ejemplo, el diseño de los productos por el tipo de diseño y el tipo de apoyo. Dada un gran concepto de este tipo de agricultura, que tiene una visión oposta a la agricultura industrial, es importante discutir una inserción social de los agricultores, o el combate a la fome y una preservación de la selva amazônica. Nuestro trabajo visado demuestra una importancia de las políticas de comunicación que muestran más visibilidad a los productos gerados por este medio de producción tradicional y sostenible.

Palabras clave: Agricultura Familiar, Visibilidad, Políticas de Comunicación.

### **Abstract**

Brazil has a large share of global food production. The country produces approximately 95 million tons of soybeans annually, making it the second largest producer in the world, according to Embrapa. However, much of the food produced in Brazil by large companies goes abroad, for human and also animal feed. At present, those responsible, in fact, for feeding and constituting the table of Brazilians, are the foods produced by family farming. According to the Ministry of Agrarian Development, 70% of the food consumed by Brazilians comes from family farms distributed in all Brazilian states.

The Amazon, besides being a rich biome for extraction and production of several products, plays an important role in agriculture. It is the center of origin for example of cassava, the food base of most of the Brazilian people due to its cost and versatility. It is a food produced in great quantity in the North of the country, being one of the elements present in the income of the familiar agriculture in the Amazon.

Communication and education are tools to support the construction of a more conscious and sustainable production chain. Due to the mass consumption of the current capitalist stage, many Brazilians do not know the history of the product that comes to their table and this reflects on issues such as social inclusion, support and economic support, how the environment is treated and, of course, Quality and safety of what is consumed as food.

In this paper we will present a general picture of the situation of small rural producers in the Amazon. We will use data such as the flow of products produced by them and what kind of support they receive from the government so that their production continues and strengthens. Given the great importance of this type of agriculture, which has an opposite view to that of industrial agriculture, it is important to discuss the social insertion of these farmers, the fight against hunger and the preservation of the Amazonian forest. Our work aims to demonstrate the importance of communication policies that give more visibility to the products generated by this traditional and sustainable production medium.

Keywords: Family Agriculture, Visibility, Communication Policies.

### **Introdução:**

Existem mais de 4 milhões de agricultores familiares espalhados por todo o território nacional que são fortemente diferenciados segundo o nível de renda e região do país. As duas características mais relevantes da agricultura familiar variam segundo a dispersão espacial e a diferenciação socioeconômica desses agricultores.

La agricultura familiar ha cumplido un rol fundamental en el combate y la superación de la pobreza, en especial, en la producción de alimentos saludables y a precios bajos para la población. En el contexto del aumento y la diversificación de la demanda de las familias por alimentos – apoyado por las políticas públicas de transferencia de ingresos y la generación de empleo y renta – la agricultura familiar cumple un rol estratégico en el control de los precios y en la oferta de alimentos. **En Brasil, la agricultura familiar representa una importante parte de la producción de alimentos: por ejemplo, el 87% de la producción de yuca; 70% de los frijoles; 46% del maíz; 38% del café; 34% del arroz; 58% de la leche; 59% de los cerdos; y 50% de las aves (Censo Agropecuario de 2006/IBGE).** Los recientes avances fueron concretados mediante la acción del Estado brasileño en el diseño e implementación de políticas públicas específicas para la agricultura familiar, construidos en conjunto con la sociedad civil. Actualmente, Brasil cuenta con un conjunto de políticas públicas hacia el fortalecimiento de la agricultura familiar, actuando en distintos frentes.

Disponível em : <<http://www.fao.org/family-farming/countries/bra/es/>> grifo nosso.

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada. Incluindo famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza, povos indígenas, quilombolas, produtores inseridos nos terrenos do moderno agro-negócio e que logram gerar renda várias vezes superiores à que define a linha da pobreza.

*A agricultura familiar é estratégia central para o desenvolvimento do Brasil.* Segundo o Censo Agropecuário de 2006, ela contempla cerca de 4,3 milhões de estabelecimentos rurais, o que corresponde a 84,4% do total do país. Ocupa apenas um quarto de toda a área destinada a atividades rurais, mas é o pilar da segurança alimentar brasileira: fornece aproximadamente 70% da comida consumida pelo mercado interno. Isso sem contar sua participação na geração de empregos no campo, que chega a 74,4% das ocupações de trabalho (França et al., 2009 apud IPAM 2017).

A Amazônia é uma região da América Latina delimitada pela bacia do rio Amazonas e coberta por vasta floresta tropical que se estende por nove países:

Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

No Brasil Amazônia corresponde a 49,29% (Torres 2009) do território, sendo o maior bioma terrestre do país, onde é constituída por diversos ecossistemas, a região alcança os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e pequena parte do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.

Para fins do presente estudo da Agricultura Familiar na Amazônia, adotaremos o termo Amazônia Legal, relativo aos diversos encontros propositivos de melhorias nos campos de atuação dos agricultores, investimentos governamentais, acordos e resoluções afins de melhorias na condição de vida dos trabalhadores do campo, saúde, educação e desenvolvimento da produção.

A agricultura familiar na Região Norte é fortemente marcada pelo meio ambiente amazônico, pelo isolamento, pelas dificuldades de acesso aos mercados e pela falta de apoio do setor público. Ainda hoje uma parte dos produtores adota sistemas de cultivos itinerantes. A floresta é a principal fonte de nutrientes para os cultivos de ciclo curto, praticado pelo método tradicional de derrubar, queimar, plantar e deixar a área descansar após dois ou três anos de lavouras de subsistência.

O secretário de Agricultura Familiar, Suelme Fernandes, defende que o pequeno produtor tem que voltar a ser valorizado. “A história da distribuição de terra privilegiou as grandes propriedades desde o começo da construção do Brasil. O Estado tem que garantir uma distribuição de terras mais justa e uma na tecnologia de ponta para o pequeno produtor.” O secretário também frisou a importância da comercialização dos produtos da agricultura familiar, democratizando a produção e investindo em segurança alimentar. “É preciso reconhecer o potencial de riqueza e de diversidade da produção existente na agricultura familiar.” (IPAM)

Uma população rural se concentrou nas áreas desmatadas próximas às rodovias na amazônia e grande parte dessa população é de agricultores com estabelecimentos de pequeno e médio porte (agricultura familiar) com até 200ha,

sobretudo nos estados do Pará e de Rondônia. A produção desses agricultores é destinada basicamente aos mercados locais, regionais e nacionais (senão internacionais, como a pimenta-do-reino e o maracujá).

Nesse segmento da agricultura, que sempre foi associado a uma agricultura "migratória" de derruba e queima com pouca estabilidade territorial e diversidade agronômica, predomina atualmente uma tendência de diversificação crescente dos sistemas de produção agrícola, incluindo de forma variável culturas perenes, pequena criação, extração vegetal e até pecuária. Pelo menos em grande parte do Pará, essa diversificação implica também uma estabilização relativa de grandes segmentos das diversas formas de agricultura familiar na terra firme, na várzea e no estuário.

## **METODOLOGIA APLICADA**

Serão realizadas

- Pesquisas bibliográficas
- Pesquisas de campo com órgãos responsáveis no DF.
- Pesquisas de campo com pesquisadores do DF que tenham projetos na área.
- Mapeamento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar na amazônia.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

A comunicação organizacional está intimamente interligada com as fragilidades referentes aos agricultores familiares de pequeno e médio porte por poder auxiliá-los no diálogo com entidades capazes de cooperarem com suas necessidades.

É importante que todos os setores de pouco prestígio no campo das ações governamentais tenham representantes da comunicação organizacional presentes para que o diálogo entre desprestigiados por programas de apoio e órgãos capazes de auxiliá-los possa existir.

A comunicação é ferramenta básica para qualquer trâmite de informações. Os produtores locais, as famílias de baixa renda necessitam de auxílio para expor seus problemas, para pensar em formas de solucioná-los e para encontrar as fontes que as possam ajudá-los, uma vez que são frutos da baixa escolaridade, do pequeno acesso à informação, do acesso restrito à internet e demais meios de comunicação digital..

O profissional de Comunicação Organizacional é capaz de atuar em diversas frentes de auxílio à população uma vez que conhece as ferramentas necessárias para se fazer ouvir as vozes, nos locais adequados, com foco e possibilidade de resolução de problemas, já que tem por ferramentas fundamentais a gestão e o planejamento estratégico da comunicação.

Os profissionais da Comunicação Organizacional possuem papel de destaque nesse tipo de frente de atuação principalmente de dentro dos órgãos capazes de propor resoluções para os problemas enfrentados, sendo parte do seu papel a realização de pesquisas extensas do tema em questão.

Com relação aos problemas enfrentados pela maior parte dos agricultores familiares da Amazônia Legal, é interessante observar a possibilidade de um mediador que faça visitas aos agricultores, compreenda melhor suas realidades, identifique pontos fracos a serem melhorados, no que tange a qualidade e relevâncias das informações, necessárias para a mudança de realidade precária; e pontos fortes no que diz respeito a pontos-chave de dados capazes de contribuir para a resolução dos problemas; Todos esses aspectos são formadores do profissional de comunicação organizacional.

Não estamos afirmando aqui que o comunicador organizacional é o ponto final dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares, mas com certeza é uma ferramenta motriz no que diz respeito à seleção de informações importantes, para todos os envolvidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi constatado que pouco é comunicado sobre agricultura familiar no âmbito da comunicação e esta modalidade de agricultura sustentável que está se desenvolvendo na amazônia tem a sua existência dependente das políticas públicas dos governos eleitos. Uma ação proposta pelo grupo do presente trabalho, é mapear as principais ações de incentivo à agricultura familiar feitas nos últimos anos para moldar um quadro do que já foi feito, traçando perspectivas do que pode ser feito daqui em diante para fortalecer ainda mais esta modalidade de agricultura que tem tanto potencial de trazer uma nova visão sobre o consumo e venda sustentável de alimentos.

O papel da Comunicação Organizacional pode ser chave no processo de aumento da visibilidade deste tipo de agricultura, melhorando a imagem da modalidade e assinalando a importância e os diferenciais sustentáveis que a prática traz, perante a sociedade em geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agricultura Familiar: Um estudo de Focalização Regional Antônio Márcio Buainain (UNICAMP) Alberto Di Sabbato (UFF) Carlos Enrique Guanzioli (UFF).

TORRES, Mauro. Blog Geografia do Para, 2009. Disponível em <http://geomaurotorres.blogspot.com.br/2009/05/o-que-e-amazonia.html>> Acesso em 07/05/2017.

IPAM Amazônia. Instituto de Previdência e Assistência Municipal Amazônia. *Notícias 2017*. Disponível em <http://ipam.org.br/propostas-para-a-agricultura-familiar-sao-construidas-no-sudoeste-de-mato-grosso/>> Acesso em 07/05/2017.

## Expedição “Vivência Amazônica”

Gabriel de Siqueira Breves, UnB, gabrielbreves@gmail.com;  
Icaro Sousa Abreu, UnB, icarodelete@gmail.com;  
Larissa Gomes Machado, UnB, lariisgmachado@gmail.com;  
Rafael de Araújo Mendes, UnB, rafael.ciamb@gmail.com

...

### Resumo

“Vivência Amazônica”, assim foi nomeada uma longa jornada até o estado do Acre por um grupo de 39 pessoas, 3 professores e 36 graduandos de 16 cursos diferentes. Estes iniciaram um processo de articulação em setembro de 2016 para construir juntos um projeto que levaria esses interessados da Universidade Brasília a garantirem sua participação na Semana Chico Mendes, dentro da maior e mais biodiversa floresta tropical do mundo. O único critério adotado para a escolha dos participantes, foi o comprometimento de trabalhar em grupo na criação da vivência. Para isso, foram realizadas reuniões periódicas e criaram-se grupos de trabalho focados nas diversas áreas que compunham a estrutura do projeto, que foram desde comunicação, transporte, roteiro, finanças, até realizar oficinas práticas para preparar os viajantes. O resultado dessa construção foi um período de 12 dias de viagem, do dia 10 a 22 de dezembro de 2016, passando por 4 estados e 11 localidades diferentes, com destaque para o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, comunidade indígena dos Nambikwara, comunidades de Agricultura Familiar e Camponesa, Cooperativas, Universidades Federais, ONGs, Reserva Extrativista Chico Mendes e comunidade Quilombola, em um percurso de mais de 3.000km percorridos, que contou com a colaboração de todos esses envolvidos. O trajeto e locais de parada escolhidos possibilitaram aos estudantes analisar aspectos socioambientais e conhecer novas realidades a partir da interação com comunidades locais. Para obtenção de dados, foram realizadas entrevistas, fotografias, filmagens e gravações, rodas de conversa com as lideranças e representantes, além de vivenciar a rotina de trabalho das comunidades visitadas. No que diz respeito ao sucesso deste projeto, cabe-se destacar o poder de mobilização e articulação dos docentes responsáveis, que despertaram a capacidade de auto-gestão nos envolvidos e trabalharam sinergicamente para que a vivência acontecesse. A experiência adquirida trouxe diferentes sensações aos integrantes da viagem e reafirmou a importância da extensão universitária.

Palavras-chave: vivência, extensão, comunidade, viagem

### Resumen

Vivencia Amazónica: así fue nombrada una larga jornada de trabajo hasta el estado de Acre por un grupo de 39 personas, 3 profesores y 36 graduandos de 16 distintas áreas de conocimiento. Se inició un proceso de articulación en septiembre de 2016 para construir juntos un proyecto que llevaría a los interesados de la Universidad DE Brasília a garantizar su participación en la Semana Chico Mendes en la mayor y más biodiversa selva tropical del mundo. El único criterio adoptado para elegir los participantes fue el compromiso para trabajar en grupo en la creación de la vivencia. Para esto, fueron realizadas reuniones periódicas y grupos de trabajo con foco en las diversas áreas componentes de la estructura del proyecto: Comunicación, transporte, itinerario, finanzas e incluso la realización de entrenamientos de preparación para los viajeros. El resultado de este trabajo fue un itinerario de 12 días de viaje, deL 10 aL 22 de diciembre de 2016, pasando por 4 estados y 11 localidades diferentes, como el Parque Nacional de la *Chapada dos Guimarães*, la comunidad indígena de los *Nambikwara*, comunidades de Agricultura Familiar Campesina,

Cooperativas, Universidades Federais, ONGs, Reserva Extractiva Chico Mendes y la comunidad Quilombola *Mata Cavalo* en un camino recorrido de más de 3.000 kilómetros que tuvo la participación de todos los involucrados. El trayecto y los lugares de parada elegidos permitieron a los estudiantes analizar aspectos socio-ambientales y conocer nuevas realidades por la interacción con las comunidades locales. Para la obtención de datos, Se realizaron entrevistas, se tomaron fotografías, videos y grabaciones de conversaciones con los líderes y representantes, además de experimentar un poco de la rutina de trabajo de las comunidades visitadas.

En lo que se refiere al éxito de este proyecto, podemos destacar el alto poder de movilización y articulación de los docentes responsables que despertaron la capacidad de autogestión en los involucrados y trabajaron sinérgicamente para que esta vivencia sucediera. La experiencia adquirida trajo diferentes sensaciones a los integrantes del viaje y reafirmó la importancia de los programas de extensión universitaria.

Palabras clave: Experiencia, extensión universitaria, comunidad, viajes

### **Abstract**

An Amazon experience, a long journey to the state of Acre was constructed by a group of 39 people, 3 teachers and 36 graduates students from University of Brasília. They began the articulation in September 2016 to jointly guarantee their participation in Semana Chico Mendes, in the largest and most biodiverse rainforest in the world. The only criterion adopted for the choice of the participants was the commitment to work as a group in the creation of the experience. To this end, periodic meetings were held and work groups were established focusing on the different areas that comprise the project structure, ranging from communication, transportation, roadmaps and finance. The result of this construction was a period of twelve days of travel, from December 10 to December 22, 2016, passing through four states and eleven different locations, with emphasis on the Chapada dos Guimarães National Park, the Nambikwara indigenous community, communities of family and peasant agriculture, cooperatives, Federal Universities, NGOs, Extractive Reserve Chico Mendes and Quilombola community, in route of more than 3.000km traveled, with the collaboration of all those involved. The chosen route and places allowed the students to analyze environmental and social aspects and to know new realities from the interaction with local communities. To obtain data, the group interviewed the leaders and representatives, took pictures, filmed and recorded as well observed and notice the work routine of the communities visited.

Concerning the success of this project, it is important to highlight the power of mobilization and articulation of the responsible teachers, who motivated the capacity of self-management in the involved ones and worked synergistically. The experience brought different sensations to the members of the trip and reaffirmed the importance of university extension.

keywords: Experience, university extension, community, travel

### **1- Introdução**

A vivência foi uma ideia desenvolvida em sala de aula durante o segundo semestre de 2016 na disciplina Tópicos Especiais Sobre a Amazônia, ofertada pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília, e depois recebeu os demais estudantes que manifestaram interesse. Estes iniciaram um processo de articulação em setembro de 2016 para construir juntos um projeto que levaria esses interessados da UnB a garantirem sua participação na Semana Chico Mendes, dentro da maior e mais rica floresta tropical biodiversa do mundo.

O único critério adotado para a escolha dos participantes foi o comprometimento de trabalhar em grupo na criação da vivência. Para isso, foram realizadas reuniões periódicas e criaram-se grupos de trabalho focados nas diversas áreas que compunham a estrutura do projeto. O GT de comunicação ficou responsável por todo o registro audiovisual da viagem, incluindo momentos que antecederam a vivência, bem como suas reuniões e demais atividades realizadas em prol de arrecadar fundos para a viagem. O GT de transporte ficou responsável em dar entrada com os papéis exigidos para efetuar a solicitação de transporte à prefeitura da universidade, acompanhar o andamento dos processos burocráticos internos relativos ao transporte nos departamentos e verificar se o veículo disponibilizado atendia ao que foi previamente combinado. O GT de roteiro se responsabilizou em traçar a rota e definir seus locais de parada, entrar em contato com instituições, ONG's, cooperativas, universidades, povos e comunidades tradicionais alocados próximos a nossa rota de Brasília à Xapuri para possíveis parcerias e visitas. O GT de finanças ficou responsável por recolher e administrar o dinheiro arrecadado para a viagem. Foi criado um livro ouro, onde se apresentava a proposta do trabalho e recebemos como colaboração de estudantes e professores um montante. Para levantar fundos, foi realizado um bazar onde além de roupas, foram vendidos também bolos, tortas e mousses.

O resultado dessa construção foi um período de 12 dias de viagem, do dia 10 a 22 de dezembro de 2016, passando por 4 estados e 11 localidades diferentes, com destaque para o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, comunidade indígena do povo Nambikwara, comunidades de Agricultura Familiar e Camponesa, Cooperativas, Universidades Federais, ONGs, Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEX) e comunidade Quilombola Mata Cavalos, em um percurso de mais de 6.000 km percorridos.

O trajeto e locais de parada escolhidos possibilitaram aos estudantes analisar aspectos socioambientais e conhecer novas realidades a partir da interação com comunidades locais. Para obtenção de dados, foram realizadas entrevistas, fotografias, filmagens e gravações, rodas de conversa com as lideranças e representantes, além de vivenciar a rotina de trabalho das comunidades visitadas. No que diz respeito ao sucesso deste projeto, cabe destacar o poder de mobilização e articulação dos docentes responsáveis, que despertaram a capacidade de autogestão dos envolvidos e trabalharam sinergicamente para que a vivência acontecesse. A experiência adquirida trouxe diferentes sensações aos integrantes da viagem e reafirmou a importância da extensão universitária.

## **2- Desenvolvimento**

O primeiro ponto de parada de campo dos estudantes ocorreu no Parque da Chapada dos Guimarães, Mato Grosso (MT), no dia onze de dezembro de 2016, durante a manhã, onde estudantes entraram em contato com diversas variações de vegetação e flora. Algumas fitofisionomias, entre elas campo sujo, campo limpo, mata ciliar e mata seca semidecídua foram observadas pelos estudantes. O parque disponibilizou funcionários que apresentaram aspectos históricos da região. Visitou-se espaços onde é permitido usos recreacionais do parque como as cachoeiras Degrau e outros circuitos de cachoeiras.

Após passagem por Comodoro-MT no dia 12 de dezembro, os estudantes visitaram o povo indígena Nambikwara nas proximidades do município. A primeira observação foi a de que suas terras são cercadas por grandes latifúndios produtores de soja. Suas terras apresentam uma vegetação densa, composta por Cerradão, sendo um ecótono (zona de transição) entre o bioma amazônico e o Cerrado. Os indígenas apresentaram aos estudantes seus sistemas de plantio agrícola, como agricultura de corte e queima (coivara), a qual os indígenas chamam de "roça de toco". Esta é uma prática ancestral. Há culturas

como mandioca, milho e tabaco. Várias dificuldades foram apresentadas pela comunidade, o acesso a saúde e saneamento básico são insuficientes. Há forte pressão exercida pelo agronegócio local e o pouco apoio do município e da FUNAI referentes a manutenção da terra indígena são algumas das reivindicações.

Um pouco da cultura e a tradição indígena foram introduzidas pela liderança indígena Manuel Manduca. Cantos e danças tradicionais foram demonstrados, como por exemplo, o ritual da Menina Moça. Entrevistas e gravações foram feitas com as lideranças, além de práticas desportivas realizadas em conjunto.

O terceiro ponto de parada ocorreu em Ji-Paraná-RO, no dia treze de dezembro, no qual a comitiva visitou uma família de agricultores familiares de produção orgânica. Organizou-se uma roda de discussão acerca das dificuldades do agricultor familiar de pequena produção, questões sociais e econômicas foram abordadas, como também as políticas institucionais vigentes de financiamento à produção agrícola orgânica. Um dos problemas apresentados pelo agricultor seu João é a alta concentração de pragas no seu estabelecimento agrícola oriundas de plantações vizinhas, as quais utilizavam quantidades consideráveis de agrotóxicos.

No campo, a comitiva observou os sistemas agrícolas de produção, sistemas entendidos como faixas intercaladas de cultivos com pouco manejo agroecológico, não havendo consórcio de espécies cultiváveis, havendo, então, faixas extensivas de monocultura de milho. A produção destina-se a subsistência e comercialização no município, porém esta última apresenta dificuldades devido aos holdings praticados pelos latifundiários locais em relação aos mercados da região. Próximo à roça há uma nascente de grande porte que abarca uma grande mata ciliar ao redor. A paisagem agrária da região apresenta-se em grande parte como desmatada, monoculturas e agropecuária extensiva.

Em Ji-Paraná-RO, a comitiva conheceu a Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Rondônia (FETAGRO), a qual disponibilizou alojamento e contato com as lideranças sindicais locais como também promoveu um encontro com a CRESOL, o maior sistema de crédito rural solidário do Brasil, o qual promove a inclusão social da Agricultura Familiar através do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento técnico, visando o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional.

O quarto ponto de parada ocorreu em Senador Guiomard-AC, distrito de Nova Califórnia, no dia 14 de dezembro, onde há a associação dos pequenos agrossilvicultores do projeto Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado (RECA). O RECA tem como princípio produção de larga escala com sistemas agroecológicos, possuindo atualmente uma área em torno de 2700 ha de sistemas agroflorestais (SAF), sendo as espécies matrizes a castanha do Brasil, açaí, cupuaçu e pupunha. O projeto iniciou a partir da iniciativa dos agricultores com apoio da Universidade Federal do Acre (UFAC) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre (EMATER-AC), tendo vista que primeiramente a ocupação trazia prejuízos para a terra. Os cultivos são intercalados em longas faixas produzindo alta quantidade de biomassa. O sistema visitado é um dos mais antigos da cooperativa tendo em torno de 31 anos. Os estudantes visitaram as instalações do RECA, na qual funciona uma fábrica de palmito e pupunha, produtos comercializados no próprio local do empreendimento. Mais de 100 funcionários operam no período de maior produtividade. Após a visita, a comitiva degustou um açaí recém produzido na fábrica da associação e visitou a loja de produtos da fábrica.

No mesmo dia, já no estado do Acre, visitamos o segundo maior complexo de piscicultura da América Latina, o Peixes da Amazônia S/A. O estabelecimento provém de uma parceria

público-privada, onde 25% do capital pertence a pequenos produtores. As espécies cultivadas são o Pirarucu, Tambaqui e Pintado. O investimento inicial do projeto foi de R\$78 milhões e alocou 1,2 mil empregados de forma direta. Sua produção é de 20 mil toneladas anuais.

No dia seguinte, 15 de dezembro, na parte da manhã, as atividades principais giraram em torno das apresentações da Semana Chico Mendes na UFAC. Foram discutidos temas como desenvolvimento socioambiental regional, mudanças climáticas, zoneamento ecológico econômico (ZEE), etnozoneamento, gestão territorial e ambiental, entre outros. Participaram das apresentações o Dr. Eufraim Amaral, chefe da Embrapa-AC, Francisca Arara, representante da Associação da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) e Movimentos de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), Marco Amaro, professor de Engenharia Florestal da UFAC, além dos próprios estudantes da UnB que contribuíram para o debate em suas respectivas áreas. Dentre os assuntos discutidos, destaca-se também a análise histórico-cultural do conceito de desenvolvimento sustentável, remuneração dos serviços ambientais prestados à florestas por seus povos e a importância da singularidade ecológica e econômica na Amazônia para redução das desigualdades regionais e desenvolvimento nacional.

No período da tarde, a comitiva acompanhou O Prêmio Chico Mendes na Biblioteca Estadual de Rio Branco, que contou com a participação do governo do estado, Tião Viana, e também com o senador da república Jorge Viana. A premiação tem como objetivo valorizar e incentivar iniciativas de proteção do meio ambiente que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável da região amazônica brasileira.

Durante a solenidade, foi citada a importância da Universidade de Brasília na trajetória dos seringueiros. Universidade que recebeu em 1985 o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, ocasião onde foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e surgiu o conceito de Reserva Extrativista (RESEX). A RESEX é uma área ocupada e aproveitada por populações tradicionais, cuja subsistência é fundamentada no extrativismo. Permeia os valores da RESEX a proteção do meio de sustento e cultura de suas populações e o uso sustentável dos recursos naturais, garantindo assim o desenvolvimento sustentável além das suas três atribuições tradicionais (econômica, ambiental, social), atingindo também o fator cultural.

Após o término da premiação, houve uma roda de conversa entre o secretário de Meio Ambiente do estado do Acre, Edgard de Deus, e os estudantes, na qual foram pautados alguns problemas ambientais do estado do Acre, como por exemplo, a ausência de tratamento de esgoto, o que acarreta no despejamento in natura dos rejeitos no Rio Acre. Faz-se necessário esforços urgentes para a consolidação de um sistema de saneamento básico, tendo em vista os grandes problemas ambientais e sociais decorrentes de sua ausência.

No dia seguinte, dezesseis de dezembro, cumprindo a programação da Semana Chico Mendes, conhecemos a cidade de Xapuri, no interior do estado do Acre. A primeira parada foi numa fábrica de castanha orgânica. A fábrica pertence à CooperAcre, uma cooperativa do estado. Há mais de 2000 cooperados e em 2016 a produção chegou ao montante de 10 mil toneladas. Sua castanha é coletada no Vale do Purus e no Vale do Acre. A biodiversidade amazônica pode ser encontrada na multi versatilidade da castanheira. O ouriço pode ser utilizado na produção de combustível e objetos artesanais. A amêndoa, principal produto, pode ser consumida in natura ou usada para extração de óleo. Seu leite é bastante utilizado na culinária regional. A responsabilidade ambiental ficou evidenciada na nossa visita. Foi-nos mostrado como os resíduos derivados da produção possuem destinações corretas. A casca da castanha é doada para fazer asfalto e a torta (resíduo

resultante do esmagamento) pode ser utilizada para enriquecimento nutricional de uma grande variedade de alimentos.

Partindo da fábrica, ainda na cidade de Xapuri, chegamos à casa onde Chico Mendes morou. A casa estava recebendo restauração do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e por isso podemos observá-la apenas pelo lado de fora. Senhor Guma, amigo próximo de Chico quando este estava vivo, nos contou detalhadamente o episódio da morte do seringueiro, assassinado covardemente por capangas de latifundiários que tinham seus interesses lesados pela luta de Chico Mendes. Um fato curioso que Seu Guma nos contou foi que poucos minutos após a morte de Chico, uma equipe do jornal de Rio Branco, a 180 km de Xapuri, já estava a postos para fazer a cobertura do caso. O dono do jornal era filiado à União Democrática Nacional (UDN), partido que defendia os interesses de proprietários de terra e da indústria ligada ao capital estrangeiro.

No final da tarde, finalmente chegamos ao destino principal: o seringal Floresta na RESEX Chico Mendes. É considerada a maior reserva em extensão na categoria de uso sustentável. Sua área é de aproximadamente 1 milhão de hectares, compreendendo sete municípios. Fomos bem acolhidos pelo primo de Chico Mendes, seu Raimundão, modo pelo qual é conhecido por todos. Raimundão é o grande líder do seringal e atua na frente do movimento em prol dos seringueiros e da floresta amazônica. Os principais produtos do seringal são derivados da Seringueira, Castanha-do-brasil, Copaíba e Jatobá.

Logo que chegamos, conhecemos as instalações do seringal. Tudo é muito bem organizado e as atividades são bem distribuídas à todos os moradores. Nossa primeira atividade foi conhecer uma estrada de seringa, forma como é chamada a trilha aberta na floresta que liga as seringueiras dispersas naturalmente. Cada estrada possui cerca de 150 seringueiras. Observamos de perto a extração do látex, retirado a partir de um corte no tronco da seringueira. Uma espécie de copo, chamado de cuia, é suspenso abaixo do corte onde o líquido escorre e pinga naturalmente até estancar. Após alguns dias, pode ser feito outro corte. O conjunto dos cortes é chamado de bandeira. É preciso destacar que todo cuidado é tomado para não sobrecarregar a árvore e assim permitir o uso sustentável do recurso. A técnica adequada, muito bem conhecida por aquela população, é fundamental para a produtividade e longevidade da seringueira. O látex recolhido nos seringais de Xapuri são utilizados na fábrica de preservativos masculinos e também na produção de sapatos.

No percurso da estrada de seringa, podemos observar a grande biodiversidade da floresta. O solo, sempre muito rico, é carregado e está sob grande quantidade de matéria orgânica. Por mais que o senso comum diga o contrário, o solo da amazônia é infértil pois o ciclo da matéria orgânica é extremamente rápido. Tudo que há no solo é rapidamente consumido. Existe também no seringal um SAF que associa bananeiras, abacaxis, mandioca, graviola, milho, entre outras espécies lenhosas. É utilizado para consumo das famílias do Floresta e em menor escala, comercializado em regiões próximas.

No dia seguinte, entramos no ônibus em direção à Brasiléia, município brasileiro fronteiro com a Bolívia. Tivemos uma rápida reunião com o líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Romildo, onde nos foi exposto o papel deste frente às pressões ruralistas. Em Porto Velho, Rondônia, o professor Ricardo Gilson, coordenador do curso de Geografia da Universidade de Rondônia (UNIR) acompanhou-nos num passeio em alguns locais importantes da cidade. Primeiro conhecemos a ferrovia Madeira-Mamoré, construída à margem dos rios de mesmo nome. O objetivo da ferrovia foi escoar a produção de açúcar. Construída a partir de capital inglês, ficou conhecida como Ferrovia da Morte, dado o elevado número de trabalhadores que morreram em sua construção, índice que chegou à quase 2 mil nos últimos 5 anos de funcionamento.

O segundo local foi a hidrelétrica de Santo Antônio, localizada no Rio Madeira. O professor expôs a desigualdade regional no Brasil tendo em vista os impactos socioambientais gerados com a construção da usina, sendo necessário realocar povos ribeirinhos e tendo em vista que a energia gerada na hidrelétrica tem como finalidade o sudeste do país. Observou que a energia elétrica em Porto Velho tem o preço elevado mesmo com a Santo Antônio funcionando.

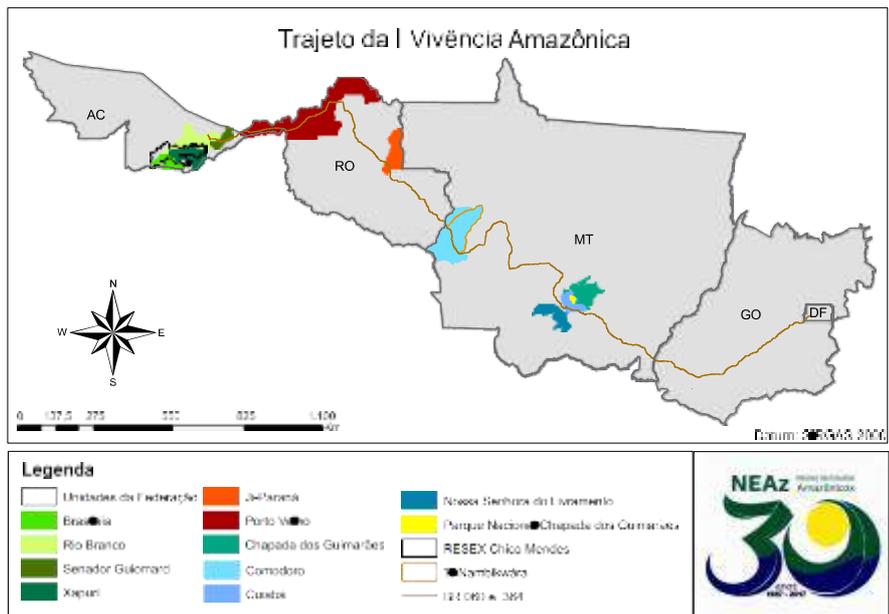
Já a caminho de volta para Brasília, para finalizar a viagem, conhecemos o quilombo Mata-Cavalos, no município de Nossa Senhora do Livramento, Mato Grosso. Os quilombolas são remanescentes de escravos que chegaram na região como mão de obra para a extração de minério de ouro por volta do fim do século 18. No local vivem cerca de 500 famílias. A plantação também é diversificada: feijão, abóbora, banana, batata-doce e cana-de-açúcar são algumas das culturas produzidas no local, além do artesanato que geram renda para a comunidade.

### **3- Conclusão**

A realização da vivência perpassa pela necessidade dos envolvidos de se aproximarem de diferentes realidades através da extensão, para que assim se consolide a pesquisa e o ensino através do entendimento das necessidades locais, além de sensibilizar os envolvidos frente a realidade amazônica. A construção desse projeto de extensão também levou em consideração a participação dos estudantes e professores. Tendo em vista um alinhamento a respeito do que se pretendia atingir, e de que forma isso seria aproveitado nas diferentes áreas de conhecimento, tendo foco transdisciplinar.

Outro ponto é entender como a comunidade acadêmica, através da interlocução e articulação entre as universidades federais locais, podem produzir um conhecimento acadêmico efetivamente profícuo e benéfico para a comunidade. Também é importante reconhecer e resgatar os conhecimentos tradicionais na temática econômica e socioambiental, pois essas práticas são imprescindíveis para o entendimento e resolução de conflitos existentes nos locais visitados.

Com este intuito, produtos a partir da extensão foram apresentados tais quais: exposição fotográfica, relatório de viagem, e cadernos temáticos ainda em desenvolvimento sobre o tema populações tradicionais.



Seringal Cachoeira- AC



Agricultura Familiar Ji-paraná -AC

## OFICINAS

- 1- A BRINCADEIRA DE BOI-BUMBÁ
- 2- APROPRIAÇÃO DE TECNOLOGIA A PARTIR DO SABER ANCESTRAL AMAZÔNICO E CO-CRIAÇÃO INTERCULTURAL PARA A GOVERNANÇA AMBIENTAL DO TERRITÓRIO.
- 3- ARTESANATO INDÍGENA SATERÉ MAWÉ
- 4- DIÁLOGOS SOBRE O PROJETO ARTE E COMUNIDADE: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO CURSO DE TEATRO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)
- 5- ECOLOGIA HUMANA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA OS ESTUDOS DE POPULAÇÕES HUMANAS NA AMAZÔNIA
- 6- GARANTIR E CAPRICHAR - PROMOVEDO A SAÚDE NO RITMO DA AMAZÔNIA
- 7- PINTURA COM SOLOS



## RODAS DE CONVERSA

- 1- CAÇA DE SUBSISTÊNCIA NA AMAZÔNIA
- 2- CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS À COMUNIDADES TRADICIONAIS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES QUANTO A IDENTIDADE, CULTURA E CIDADANIA
- 3- CULTURAS, IDENTIDADES E MEMÓRIAS: A EFERVESCÊNCIA DA VIDA NA FLORESTA AMAZÔNICA
- 4- DESAFIOS E CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O USO DO NOME SOCIAL NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA AMAZÔNIA
- 5- EDUCAÇÃO PRISIONAL NA AMAZONIA
- 6- ESPAÇO E TEMPO: UM GIRO SOBRE A REALIDADE FRONTEIRIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
- 7- O PAPEL DO BIOMA CERRADO NA CRISE HÍDRICA EM DIFERENTES ESCALAS DO TERRITÓRIO
- 8- OS POVOS INDÍGENAS E SUAS TERRAS
- 9- PADRÃO DE OCUPAÇÃO/VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA
- 10- ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DE CASTANHA-DA-AMAZÔNIA
- 11- TEIA DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E INTERAÇÃO EM AGROFLORESTA (TEIA): POR UMA NOVA UTOPIA EM PARINTINS/AMAZONAS
- 12- INDIOS NAS CIDADES AMAZÔNICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

- 13- ESTÁGIO INTERDISCIPLINAR DE VIVÊNCIA (EIV) E O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA
- 14- AGRICULTURA TRADICIONAL DOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO: CULTURA, AGROBIODIVERSIDADE E DESAFIOS, INSTRUMENTOS NACIONAIS DE SALVAGUARDA E INTERNACIONAIS DE RECONHECIMENTO E IMPULSO À CONSERVAÇÃO DINÂMICA
- 15- PINTURA CORPORAL: A IDENTIDADE E A DIFERENÇA INDÍGENA



## FEIRA DE PRODUTOS

A feira realizada no Fórum Internacional sobre a Amazônia contou com a participação de agricultores e agricultoras familiares dos estados da Amazônia e do DF. Também participaram artesãos e artesãs, pintoras indígenas, quituteiras, livreiros e militantes de organizações sociais.

Participantes:

- 1- Projeto RECA – Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado do Distrito de Nova Califórnia, Porto Velho - Rondônia: palmito de pupunha orgânico agroflorestal em conserva.
- 2- CACAWAY – Cooperativa de Produtores de Cacau de Medicilândia, Transamazônica - Pará: chocolates, bombons, cacau em pó, embalagens de folha de cacau.
- 3- COOPERACRE - Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre: castanha do Brasil
- 4- CONTAG - Agricultores familiares do assentamento São Sebastião - Distrito Federal: farinha de mandioca, bejus, biscoitos, doces, hortaliças, plantas aromáticas e medicinais.
- 5- CONTAG - Artesãs de comunidade dos Lençóis Maranhenses: artesanato de palha de babaçu - redes, chapéus, viseiras, sandálias, óleo de babaçu cru e cozido, sabonetes.
- 6- Projeto Terra sem Males de agricultores familiares do estado de Rondônia que desenvolvem agricultura ecológica juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Projeto Padre Ezequiel (PPE): café maduro torrado e moído.
- 7- Santuário dos Pajés: artesanato indígena e cosméticos naturais Wapixana.
- 8- Artesanato indígena Tapuia.
- 9- Artesanato indígena e pinturas corporais Kamayurá.

- 10- Artesanato indígena e pinturas corporais Yawalapiti - Alto Xingú - Mato Grosso.
- 11- Artesanato indígena Kariri Xocó.
- 12- Pinturas corporais Guajajara.
- 13- BAZAFRO: moda e acessórios afro-brasileiros.
- 14- Mari e Gabi: tapiocas com recheios vegetarianos.
- 15- Artesã de moda autoral: bolsas sustentáveis, Arraias - Tocantins.
- 16- Representante da Marcha Mundial do Clima - Kalunga - Goiás.
- 17- Bonecas de pano Abayomi.



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

## APOIOS



## PARCEIROS



## UNIVERSIDADES PARCEIRAS



## ORGANIZAÇÃO



## CONTATOS

### E-mails

neaz@unb.br

estudosamazonicosunb@gmail.com

### Facebook

@estudosamazonicosunb

### Telefone

+55 61 31075889

### Endereço

Universidade de Brasília

Campus Darcy Ribeiro

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Pavilhão Multiuso I

Bloco A

CEP: 70910-900